



35 ANAIS

ORGANIZAÇÃO

Sérgio Ricardo da Mata

Helena Miranda Mollo

Flávia Florentino Varella

2009

RESUMOS

A escrita da história nos Anais da Biblioteca Nacional e na Revista do IHGB na virada do século XX

Adriana Mattos Clen Macedo

Doutoranda

UFRJ

Em 1870, a Biblioteca Nacional passou a ser administrada por Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938), responsável pela criação dos anais da instituição e pelas exposições, Camoniana (1880) e de História do Brasil (1881). No periódico e no catálogo desses eventos, o objetivo do bibliotecário e de seus auxiliares era apresentar aos leitores e ao público, obras e manuscritos inéditos de importantes escritores e personagens nacionais. Após a saída da biblioteca, em 1882, e com o advento da República, Ramiz Galvão passou a organizar edições comemorativas do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil e, na mesma época, retomou suas atividades no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era sócio e orador desde 1872. Assim, pretendemos analisar as relações entre os periódicos do IHGB e da BN, observando, para isso, as produções historiográficas de ambas as instituições existentes na virada do século XX.

A historiografia da escravidão e suas fontes: usos e abusos

Adriano Soares Rodrigues

Graduando

UFV

Pretendemos neste trabalho cunhar uma análise teórico-metodológica sobre os usos e abusos das fontes nas pesquisas historiográficas referentes à escravidão brasileira, traçando uma crítica em relação à utilização de cada categoria de fonte por determinada vertente historiográfica, bem como, o que é ressaltado ou pretende reconhecer em cada tipo de documento. Passaremos pelas três principais correntes de pensamento relativas a esta temática, sendo elas: a análise antropológica cultural, que destaca a brandura do sistema escravista e atribui a ele um chamado paternalismo; a estruturalista, que se contrapõe à anterior, buscando enfatizar o caráter violento da escravidão; e, por último, a perspectiva social da cultura, que tenta desconstruir a imagem do escravo como um ser submisso, atribuindo a ele uma atuação política eficaz.

Os conceitos de Etnogênese: uma abordagem historiográfica

Adriano Toledo Paiva

Doutorando

UFMG

Nesta comunicação discutiremos o emprego dos conceitos de etnogênese nas abordagens da historiografia dedicada ao estudo da conquista colonial. Os processos de etnogêneses são compreendidos como uma reconfiguração cultural e identitária dos indivíduos ou agrupamentos perante elementos endógenos e exógenos a estes. A Etnohistória demonstra que, no transcorrer das práticas coloniais, os nativos reformularam suas identidades e trajetórias. A historiografia abandonou a visão que reduzia o índio à imagem oscilante do bárbaro ao aculturado, e enfoca as alterações nas estruturas societárias destes indivíduos no transcorrer dos processos de colonização. O emprego da terminologia etnogênese representa uma importante ferramenta analítica, porque nos distanciamos da abordagem da conquista como crônica preconizadora da extinção e aculturação das populações nativas.

Os batismos entre 1825 a 1840, uma maneira de entender as disputas senhoriais na vila de Paty do Alferes, Rio de Janeiro

Alan de Carvalho Souza

Mestrando

USS

A análise dos batismos de escravos a partir de 1825 objetiva a ampliação e a implicação resultante de toda porfia existente na vila de Paty do Alferes que antes mesmo de sua fundação em 1820 já era palco de disputas entre membros de sua elite. A querela inicialmente se desenvolveu em torno da construção da igreja matriz entre a família Werneck e a Xavier responsável pela construção. Com a fundação da vila as questões se afunilaram agregando elemento político com a eleição de Manoel Francisco Xavier para o cargo de presidente da primeira câmara. A ocupação de tão importante cargo juntamente com seu desejo de transferir o local escolhido para edificar a sede administrativa, ocasionou o aumento dessa contenda tida como um dos fatores pelo atraso no desenvolvimento e consequente transferência do título de vila para Vassouras em 1833.

Francisco Iglesias leitor de Marc Bloch

Alessandra Soares Santos

Doutoranda

UFMG

Desde as primeiras obras do historiador Francisco Iglésias (1923-1999), publicadas na década de 1950, aparece em seus textos as marcas de sua leitura de Marc Bloch, cujo livro *Apologia da história ou O ofício de historiador* foi organizado por Lucien Febvre e publicado pela primeira vez, na França, em 1949. Ao investigar a influência desta obra na elaboração da concepção de história de Francisco Iglésias, bem como no estabelecimento de seu paradigma de cognição histórico-social, pretendemos avaliar o papel da historiografia produzida por ele na difusão dos conceitos e das ideias da Escola dos *Annales* no meio acadêmico mineiro, especialmente no momento da institucionalização dos cursos de História em Minas Gerais.

Mesa-redonda: “A obra histórica como documento: questões de método e modelos de apropriação”

Josefo historiador: uma leitura da “Guerra Judaica”

Alex Degan
Doutorando
USP

A presente comunicação objetiva propor, a partir dos debates contemporâneos, uma leitura da obra “Guerra Judaica” (*Bellum Iudaicum*), do historiador judeu Flávio Josefo (século I), ressaltando suas relações com a prática historiográfica clássica em voga no Alto Império Romano e com as tradições do Judaísmo Tardio. Neste sentido, pretendemos discutir a originalidade do *Bellum Iudaicum*, apontando a maneira como Josefo articulou suas idéias, organizou o livro, debateu com suas eventuais influências entre os autores gregos (Tucídides, Políbio, Dionísio de Halicarnasso e Nicolau de Damasco), buscou a legitimação de seus escritos, se vinculou com os movimentos judaicos de sua época e desenvolveu uma idéia de História.

Trocas culturais e afetividade em Gilberto Freyre e Franz Boas

Alexandre Almeida Marcussi

Mestrando

USP

Este trabalho pretende analisar um aspecto da dinâmica das trocas culturais entre culturas europeias e negras na obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, relacionando-o à antropologia cultural de Franz Boas e comparando as premissas que sustentam a concepção de contato cultural em ambos os pensadores. Meu objetivo é sugerir que a obra freyreana não apenas preserva as ambiguidades presentes na teoria da difusão cultural de Boas, como também as desenvolve e tenta elaborar uma mediação entre seus elementos contraditórios a partir da ideia de uma economia perversa da afetividade, que seria típica da sociedade patriarcal. Assim sendo, pretendo indicar o afeto como dimensão essencial de entendimento da obra de Freyre e como sua contribuição a uma teoria dos contatos culturais.

Mesa-redonda: “O debate historiográfico sobre a biografia: problemas e perspectivas a partir de três estudos de caso”

O return da biografia: debates e perspectivas

Alexandre de Sá Avelar

Professor

UFU

Após um longo período de ostracismo, identificada com uma certa historiografia dita positivista, a biografia parece ter recuperado definitivamente seu lugar de destaque nas preocupações e preferências dos historiadores contemporâneos. Como, portanto, o estudo de trajetórias individuais se tornou novamente um importante veio de pesquisa histórica? Que mudanças teóricas e epistemológicas ocorridas no ofício do historiador permitem explicar o interesse cada vez maior por biografias históricas? Em que medida os atuais estudos diferem da biografia tradicional tão duramente criticada pelos *Annales*?

A presente comunicação pretende, ainda que de forma obviamente preliminar, ensaiar algumas respostas para estas perguntas, procurando situar o retorno da biografia em um amplo conjunto de transformações ocorridas na disciplina histórica nas últimas três décadas.

Mesa-redonda: “Historiografia da formação do capitalismo no Brasil”

A historiografia da industrialização brasileira

Alexandre Macchione Saes

Professor

UNIFAL

A origem da industrialização no Brasil pode ser datada no período entre as décadas finais do século XIX ao início do século XX. Período de intensas transformações na economia nacional, a emergência da indústria era a representação da consolidação do capitalismo no Brasil. Cronologicamente os estudos sobre a industrialização surgem entre as décadas de 1930 e 1950, tendo em vista os projetos políticos de desenvolvimento do país. A partir dos anos de 1960, o debate avança para a compreensão do modelo particular de capitalismo em formação na periferia. Tais estudos, por sua vez, focavam especialmente a expansão industrial de São Paulo e, assim, já nos anos de 1980, críticas passaram a ser feitas ao “modelo paulista”, incorporando as perspectivas da evolução industrial em regiões como Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Nesse sentido, o presente artigo busca-se verificar como o debate sobre a industrialização transformou-se nos últimos sessenta anos em função do olhar político e social existente sobre o projeto de país.

Os ensinamentos do historiador Ciro Flamarion sobre as relações entre narrativa histórica e mundo real

Alexandre Pacheco

Professor

UNIR

Pretendemos discutir, nesta comunicação, como o status epistemológico da narrativa histórica seria capaz de interferir nos ensinamentos que a História teria a nos oferecer, diante da possibilidade ou não da ação narrativa dos indivíduos poderem estabelecer uma relação de continuidade ou descontinuidade com o mundo real. Para isso, iremos recorrer às análises que Ciro Flamarion realizou sobre a problemática do anti-realismo epistemológico em nossa contemporaneidade constante em seu livro *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Obra em que o autor procurou criticar as posições anti-realistas dos autores ligados à chamada “virada lingüística” e suas afirmações sobre a impossibilidade da narrativa histórica poder estabelecer uma relação de continuidade com o mundo real.

Poética e Memória, Arte e História – Da autobiografia ao testemunhal e vice-versa

Aline da Costa Luz

Graduanda

UFG

Marcio Pizarro Noronha

Professor

UFG

Esta comunicação trata das relações entre teoria e poética, no campo de uma revisão da Historiografia da História da Arte. Estuda-se um conjunto de obras artísticas selecionadas para o VIII Salão de Arte (MAC JATAÍ) e as associações entre poéticas contemporâneas e memórias individuais, como modo de produzir uma escrita conceitual, epistemológica e autobiográfica (a poética artística como um potente discurso autobiográfico). Para um fazer, ensinar e aprender com o discurso historiográfico – na História da Arte – recortamos a investigação através do conceito de autobiografia na “obra-processo” artístico e o modo como este se integra a uma teoria e história da memória, em seu aspecto testemunhal, organizando o testemunho-autobiografia como sendo um modo particular de tomada de posição (um *pathos* do artista) e uma ação frente ao mundo (um *ethos*, com a produção de uma *performance* e de uma ética para as representações eleitas).

O Tempo Messiânico na Filosofia da História de Walter Benjamin

Aline Ludmila de Jesus

Graduanda

UFU

Almejamos neste trabalho discutir a influência da filosofia judaica em Walter Benjamin, para compreendermos o conceito de Tempo Messiânico proposto por este autor. Nas teses “Sobre o conceito de História” Benjamin critica o tempo linear que ele considera presente nos historicistas e na social-democracia; nesta concepção, este tempo só pode ser rompido mediante a instauração de um Tempo Messiânico. Tal tempo pressupõe a rememoração, pois ela, além de lançar luz sobre o passado, faz com que o mesmo não se repita, tornando-o inédito. Temos, portanto, o afã de fomentar discussões na Teoria da História no que concerne a questão da temporalidade no filósofo Walter Benjamin. Para tanto, além das teses “Sobre o conceito de História”, iremos discutir textos do estudioso do judaísmo e amigo de Benjamin, Gershon Scholem, para podermos visualizar as atribuições do judaísmo em Benjamin.

Mesa-redonda: “Percurso para (des)aprender com a história – escritura, suplemento e herança em Jacques Derrida”

A história trans-borda: a noção de suplemento em Jacques Derrida

Aline Magalhães Pinto

Doutoranda

PUC-Rio

A configuração atual do saber histórico instigada a partir da escrita derridiana e seus desdobramentos é a abertura pela qual se pensa como aprender/(des)aprender com a história. Neste escopo mais amplo recorta-se a noção de suplemento, preciosa para Derrida, que implica substituir e suprir fornecendo o excesso necessário ao processo interpretativo, para pô-la a bailar por entre mecanismos e ferramentas textuais disponíveis para o historiador no cenário cognitivo contemporâneo. Ao proceder uma visita às noções de documento, arquivo, acontecimento e contexto, a partir do suplemento derridiano, pretende-se estressar e refletir os limites do trabalho do historiador. Como se pode repensar as permeações entre texto e contexto ao se lidar com um deslocamento do “documento-monumento” para um possível “documento-suplemento”?

Projetos de cidade maravilhosa: o caso da modernidade carioca

Amanda Danelli Costa

Doutoranda

PUC-Rio

O objetivo da presente comunicação é estabelecer um fio interpretativo que entreteça os projetos de reforma para a cidade do Rio de Janeiro, do final do século XIX e do início do século XX – Comissão de Melhoramentos e Reforma Pereira Passos –, buscando analisar, sobretudo, as continuidades relativas aos diagnósticos dos problemas da cidade e às proposições de soluções para ela encontradas. A hipótese deste trabalho é a de que os projetos para a cidade buscaram os resultados da modernidade, mas não conseguiram traduzi-los de acordo com as especificidades cariocas. Este argumento é também entrecruzado com a obra do cronista João do Rio, que elaborou uma crítica sobre a tensão moderna que a cidade do Rio de Janeiro enfrentou nas duas primeiras décadas do século passado.

Marianne Weber, Georg Simmel e a “Questão Feminina”

Amanda Dutra Hot

Mestranda

UFOP

O presente trabalho tem como principal objetivo mostrar as discussões acerca da questão feminina, ocorridas em fins do século XIX, na Alemanha. Para tanto abordaremos as idéias de Marianne Weber (1870-1954) e Georg Simmel (1858-1918), dois intelectuais que se mostraram preocupados com o debate das relações entre os sexos, e cujas opiniões nem sempre eram convergentes. O pensamento de Georg Simmel sobre as mulheres coincide, em grande medida, com o dos seus contemporâneos, ou seja, de uma absoluta diferença entre os sexos e de uma incontestável autoria masculina de tudo o que diz respeito à razão e à objetividade. Em contrapartida, Marianne Weber considera mais o que ambos os sexos têm em comum, enfatizando a capacidade feminina de realizar quaisquer tarefas, sejam aquelas ligadas à razão e intelectualidade, sejam aquelas ligadas ao campo emocional e familiar.

Teoria da história em Fredric Jameson

Ana Beatriz Carvalho Baiocchi

Mestranda

UFG

Este trabalho tem como premissa, procurar compreender a crise do pensamento histórico, que perpassa todo o debate do fazer a história, enquanto ciência teórica e prática, nos dias de hoje. A princípio, buscou-se identificar a que tipo de “crise” no pensamento histórico, queremos nos referir. Ela pode ser identificada em suas mais variadas vertentes, tendo sempre como ponto de partida, o pensamento de uma ciência moderna, de origem européia que revolucionou as formas do pensar tradicionais. O ocidente como “lugar de onde se fala”, de uma nova forma de se pensar historicamente, não só coletivamente, mas individualmente, participando das peculiaridades e particularidades de cada cultura em sua especificidade e evidência. A escolha do objeto, o autor Fredric Jameson, é pertinente, à medida que procuramos identificar um conceito de pós-modernismo, definidor e caracterizador dessa “crise”, que defendido pelo autor, causa certa polêmica em meio ao seu ambiente acadêmico. Os questionamentos são perspicazes já que se faz necessário hoje em dia pensar sobre conceitos como totalidade e sua influência direta, ou não, mas no mínimo, problematizadora, sobre e da história.

Balço historiográfico nos estudos sobre o Humanismo italiano: de Garin aos nossos dias

Ana Letícia Adami

Mestranda

USP

A presente comunicação visa realizar um balanço historiográfico acerca da produção sobre o humanismo italiano a partir da década de 50, marco de lançamento de obras inovadoras dentro deste campo de estudos: *The Crisis of the Early Italian Renaissance* de Hans Baron e *L'umanesimo italiano* de Eugênio Garin. Segundo corrente bibliográfica inaugurada por estes autores, a bibliografia tradicional não interpretara bem o papel daqueles humanistas, propondo, por isso, uma análise que buscava relacionar o seu modo de pensar com a prática civil no contexto das repúblicas italianas. Tendo como eixo os estudos sobre Lorenzo Valla, trata-se de verificar em que aspectos essa corrente bibliográfica apresenta continuidades ou rupturas com a produção historiográfica que se seguiu, à luz de uma asserção de Carlo Ginzburg no que diz respeito a um debate epistemológico que tomou fôlego a partir dos anos 60 entre estruturalistas e as correntes pós-modernas.

Os homens de amanhã: balanço historiográfico acerca do salazarismo

Ana Luiza Falcão de Souza

Mestranda

UERJ

Esta comunicação tem como objetivo estudar algumas estratégias de adaptação da organização educacional extra-curricular *Mocidade Portuguesa* no decorrer do Estado Novo Português.

Até os anos de 1970 o regime ditatorial Salazarista não foi objeto de nenhum estudo em particular, devido ao fato de seguirem a linha de René Rémond que restringiu o conceito de fascismo e da tipologia dos movimentos de direita.

A historiografia produzida até os anos 1980 tinha, em sua maioria, a convicção de que os Estados autoritários mantiveram-se através da coerção *tout court* e, através desta não teriam dado voz aos diferentes setores sociais que teriam demandas, *a priori* democráticas.

Teriam o propósito de demonstrar a *sociedade* como uma entidade essencialmente democrática, ajudando a recuperar a idéia de um Estado Nacional democrático, o que só houve após a Revolução dos Cravos em 1974.

Historiografia e marcas de origem

Ana Maria Reis de Faria

Doutoranda

PUC-Rio

Existe na Historiografia, na Historiografia em intenso diálogo com as Ciências Sociais e a Antropologia, uma tradição discursiva e política que debate a predestinação do país à superação de suas marcas de origem – marcas de violência, esbulho, sujeição. Em produções de história de evidente inspiração gilbertiana, reside hoje e se calcifica a idéia de superação do sistema escravista de ameríndios, africanos e seus descendentes, fincando assim a construção do projeto de nação condenada à superação da distância inicial imposta aos grupos formadores: colonizados e colonizadores. Como hoje realizar o balanço historiográfico do discurso autocomplacente da formação nacional, das estruturas explicativas, frente à diluição dos esquemas identitários, do contexto democrático das ações governamentais chamadas “afirmativas” e da pressão ideológica dos movimentos sociais? Esse trabalho traça considerações a respeito e algumas perspectivas ao ofício da história.

Culturas Políticas: um balanço historiográfico

Ana Marília Menezes Carneiro

Pós-graduanda

UFMG

Esse trabalho se propõe a realizar um balanço historiográfico acerca do uso do conceito de culturas políticas. O uso desse conceito deve ser compreendido no contexto de renovação da História Política ao longo das últimas décadas. Atentar para o esclarecimento do conceito, seu raio de abrangência, o seu desenvolvimento ao longo do tempo, sua relação com as várias áreas do conhecimento é também, no fim, tentar demonstrar a instrumentalidade dos conceitos na pesquisa histórica, ciência política ou antropológica, seus limites e as suas possibilidades. Originalmente concebido na década de 1950 no âmbito das ciências sociais, o conceito ultrapassa o terreno das análises políticas clássicas e, com o passar do tempo, vai ganhando novos enfoques e novas apropriações. O que pretende discutir, nesse balanço, é como a historiografia recente tem se valido do conceito.

Para além das fronteiras portuguesas: um tribunal da inquisição no Oriente

Ana Paula Sena Gomide

Graduanda

UFV

O objetivo deste trabalho é fazer um levantamento das principais obras que analisaram o Tribunal do Santo Ofício de Goa, que foi o único tribunal inquisitorial estabelecido em um domínio colonial português. Pretendemos apresentar o debate historiográfico sobre os motivos que levaram à instalação do Tribunal da Inquisição de Goa em 1560, além de demonstrar o posicionamento da historiografia acerca de seu funcionamento. Estudar o Tribunal da Inquisição de Goa – único tribunal inquisitorial estabelecido fora de Portugal - é perceber tanto suas relações com a própria Inquisição portuguesa, mas também perceber as singularidades presentes na sua atuação.

Mesa-redonda: “A obra histórica como documento: questões de método e modelos de apropriação”

Ilustração, História e Eclétismo: considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII

Ana Rosa Cloquet da Silva

Professora

PUC-Campinas

Na segunda metade do século XVIII, as reformas encaminhadas pela intelectualidade luso-brasileira com vistas a reforçar o despotismo e projetar os destinos de um Império fragilizado pelos primeiros sintomas da *crise* geral do Antigo Regime encontrara no *eclétismo* o padrão filosófico compatível com uma solução de compromisso entre sistemas explicativos diversos. Associado ao suposto isolamento cultural e à defasagem temporal da fecundação das Luzes em Portugal, o *eclétismo* foi anacronicamente tomado como um traço pejorativo da ilustração portuguesa, por abordagens que desconsideraram sua presença nos próprios textos dos enciclopedistas e na produção dos vários campos do conhecimento. Partindo desta constatação, a presente comunicação desenvolve algumas considerações acerca da pertinência analítica de se tomar o eclétismo também como *modelo metodológico* e de *apropriação das fontes*, na produção da História, num momento em que a preocupação com a sua cientificidade – presente nos escritos de José Bonifácio de Andrada e Silva - passava pela *forma eclética de se aprender com o passado*.

Futuro do passado: teorias da história e ficção científica

Anderson Soares Gomes

Professor

UFT

O estudo da ficção científica como gênero literário vem crescendo nos meios acadêmicos ao se mostrar como forma interessante de se analisar as principais questões contemporâneas ligadas às recentes teorias sobre a construção do conhecimento. Uma dessas questões é a percepção que historiadores e escritores hoje têm do discurso historiográfico enquanto processo construtivo vinculado a princípios de narratividade.

A historiografia se tornou uma das áreas de produção de conhecimento mais discutidas e analisadas por críticos e teóricos da atualidade, que nela reconhecem diferentes graus de narratividade.

A problematização das relações entre construção do discurso histórico e narratividade encontra eco na produção do autor norte-americano Philip K. Dick, um dos grandes nomes da chamada 'nova onda' da ficção científica dos anos 60 e 70 cujos romances, contos e ensaios são estudados hoje como exemplos notáveis da inter-relação entre o estudo do passado e temas desse gênero literário.

Ascetismo e Modernidade em Friedrich Nietzsche e Max Weber

André da Silva Ramos

Graduando

UFOP

A presente comunicação pretende estabelecer relações entre religião, conhecimento histórico e historicismo na Alemanha entre meados do século XIX e inícios do século XX por meio da análise de uma temática central nas obras de Friedrich Nietzsche (1844-1900) e Max Weber (1864-1920): o ascetismo. Tanto em *A genealogia da moral* (1887) quanto em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904-1905) o fenômeno ascético é investigado e analisado extensamente.

As primeiras evidências de que dispomos permitem acreditar que as linhas de força que ligam Weber a Nietzsche não eram tão tênues como tem sido postulado na literatura recente. Para além de seu pessimismo com relação à cultura moderna e de sua crença num inexorável “desencantamento do mundo”, Nietzsche e Weber têm em comum o colocarem o tema do ascetismo no centro de seu projeto de compor uma genealogia da modernidade. Numa palavra: a religião em Nietzsche e Weber é uma das variáveis essenciais para a compreensão do mundo moderno. O ascetismo é precisamente aquilo que, no complexo universo dos fenômenos religiosos do ocidente, torna possível a articulação entre crença no invisível e recriação do visível.

O confronto entre os dois autores leva-nos para além do fenômeno ascético – religioso –, e transborda para o campo propriamente epistemológico. É entre a própria estratégia analítica de Nietzsche e Weber que se nos apresenta um notável paralelismo: ambos fazem-no por meio de tipos. É importante lembrar que tanto um quanto outro estavam bastante familiarizados com as obras de Jacob Burckhardt, onde a ênfase nos aspectos “típicos” e nos “fatos gerais” já estava antecipada há muito.

José Honório Rodrigues e a “evolução” da Historiografia no Brasil

Andre de Lemos Freixo

Doutorando

UFRJ

Assim como a História oitocentista fabricou mitos para a nação brasileira, a história da pesquisa histórica elaborada por José Honório Rodrigues em meados do século XX parece, também, fiel a esta perspectiva. Viso apresentar a linhagem intelectual construída por Rodrigues para narrar a “evolução” da pesquisa histórica no Brasil. Destaco, pois, o sentido desta evolução, atentando para o fato de que Rodrigues buscava garantir não apenas a autoridade (em um passado exemplar) para a fala dos “verdadeiros” historiadores brasileiros, através de um cânone, como também lançava um convite à responsabilidade por uma herança, o pertencimento a uma tradição historiográfica e uma identidade profissional aos jovens historiadores que se estabeleciam e eram formados nas universidades brasileiras.

Mesa-redonda: “O passado face a seus outros: Gaston Bachelard, Mircea Eliade, Norbert Elias”

Imaginação e história em Bachelard: entre o olho e a mão

André Fabiano Voigt

Professor

UFU

Esta pesquisa pretende compreender e explicar os aspectos principais da construção conceitual de *imaginação* na obra de Gaston Bachelard, sobretudo no que tange à imaginação material e à imaginação dinâmica, que propõe a articulação entre olho e mão no trabalho de criação e construção textual. O autor formula conceitos que tornam visível a presença da imaginação na compreensão da história como um *fazer* (poíesis), que não está restrito ao simples relato dos fatos, mas principalmente à construção dos mesmos. Deste modo, pode ser feita uma ponte entre a prática historiadora e a imaginação, na sua relação entre a história e a ficção a partir das reflexões de Bachelard.

A história entre a política e a raça: notas sobre a concepção de história de Domingo F. Sarmiento

André Ferreira Mello

Mestrando

UFES

O argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) foi um dos maiores intelectuais da América Latina. Seus escritos abarcam diversos campos temáticos, desde a política, passando pela pedagogia, a literatura e a cultura, até a história. Embora constitua objeto de estudo de diversos pesquisadores, há poucas análises que abordam os fundamentos sobre os quais Sarmiento constituiu sua concepção de mudança histórica, as filosofias da história que podem ser deduzidas de textos cuja preocupação central é compreender a paisagem física e social da Argentina de seu tempo, com o objetivo de definir e orientar a ação modificadora. Assim, esta comunicação visa analisar as concepções de história em duas das principais obras deste pensador: *Facundo o civilización i barbarie* (1845), um clássico do pensamento latino-americano; e *Conflicto y Armonías de las razas en América* (1883), último trabalho de fôlego, considerado uma tentativa de revisão dos pressupostos apresentados em seu livro mais famoso.

Mesa-redonda: “A história da literatura brasileira e sua institucionalização no século XIX”

Marcas do teatro brasileiro no século XIX: subsídios para a história e a teoria teatral

André Luis Gomes

Professor

UnB

Em 1838, **Antonio José ou O Poeta e a Inquisição**, uma tragédia escrita por Gonçalves de Magalhães, de assunto nacional e encenada por uma companhia de atores brasileiros inaugura o nosso teatro e, através de um discurso metalingüístico, Magalhães teoriza sobre a arte dramática, além de debater sobre o valor daqueles que se envolvem com a arte dramática. Como dramaturgo e crítico teatral, Machado de Assis também divulgou suas “Idéias Teatrais” e, em algumas de suas crônicas, recompôs o cenário teatral de sua época. Nosso objetivo é divulgar e analisar as teorias teatrais desenvolvidas por Magalhães e Machado de Assis, bem como discutir a contribuição de ambos para (re)construção do teatro brasileiro.

História e discurso em Michel Foucault

André Luiz Joanilho

Professor

UEL

Mariângela Peccioli Galli Joanilho

Professora

UEL

Entre os anos sessenta e oitenta do século XX, para muitos intelectuais brasileiros, Michel Foucault apareceu como um autor original que permitia, através de suas reflexões, colocar em cheque todas as formas de poder, inclusive a da esquerda universitária no nosso país. Era visto como aquele que questionou no detalhe as astúcias do poder e da sujeição, mas também refletiu sobre o fazer dos historiadores através de conceitos como “práticas discursivas”. No entanto, poderíamos dizer que ele construiu um método? Esta é a questão fundamental que orientará as nossas discussões no presente artigo. De modo geral, encetaremos uma reflexão sobre alguns conceitos e procedimentos deste autor e as suas conseqüências quando se pensa sobre história e o discurso.

Mesa-redonda: “O problema das fontes e a historiografia: apropriações do mundo antigo e medieval”

O processo de Joana d’Arc como fonte de análise para a conceituação da Inquisição na Idade Média

André Pereira Rocha

Graduando

UFOP

Diversas são as correntes historiográficas que constituem uma teorização acerca dos conceitos relativos à Inquisição da Idade Média. Diferentemente da máquina do Santo Ofício que agiu dos séculos XVI ao XIX, os processos religiosos no período medieval tinham características próprias condizentes com aspectos específicos de seu tempo. Tomando como base a obra *The Inquisition of the Middle Ages*, de Charles Henry Lea, delimitarei sua abordagem com relação aos conceitos básicos acerca da construção do processo inquisitorial, visando dois aspectos: a idéia de descentralização do poder do Santo Ofício e o fato de que sua estruturação *a priori* não visava especificadamente à perseguição aos heréticos. Essa é a etapa inicial quanto à delimitação temática de um projeto de iniciação científica que tem por objetivo analisar as questões políticas do processo inquisitorial de Joana d’Arc no século XV.

Visões do poeta: imagens do Brasil e dos brasileiros na correspondência de Gonçalves Dias

Andréa Camila de Faria

Mestranda

UERJ

Uma vez instituído politicamente, o Estado brasileiro necessitou consolidar-se e reconhecer-se como nação. Nesse processo, foram fundamentais os projetos e ações dos homens de letras do Império, que, inseridos nas ambiências dos valores e práticas do romantismo, tomaram para si a tarefa de construir a autonomia nacional e definir sua identidade cultural. Entre estes letrados, destaca-se a figura de Gonçalves Dias que para além de sua produção literária, dedicou-se com afinco às pesquisas históricas e etnográficas. O presente trabalho tem então por objetivo analisar as imagens de Brasil e dos brasileiros como nação e nacionalidade, a partir das experiências individuais e visões de mundo de Gonçalves Dias, apreendidas através de sua correspondência pessoal, marcadamente aquela referente ao período em que ele esteve envolvido nos trabalhos da Comissão Científica de Exploração (1859-1861).

Escritos de Fé: as monografias sobre religiosidades do Departamento de História da UFS (1996-2006)

Ane Luíse Silva Mecnas

Especialista

UFPB

Magno Francisco de Jesus Santos

Mestre

UFS

O balanço historiográfico consiste em um dos pressupostos fundamentais do fazer histórico. Nas discussões a respeito da produção acadêmica é necessário reconhecer o que já foi analisado pelas lentes dos pesquisadores e vislumbrar os caminhos trilhados. Esse estudo tem como propósito analisar a produção historiográfica discente do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, tendo como lastro empírico as monografias de final de curso, que versaram sobre o universo das religiosidades. Ao todo foram catalogados e fichados noventa trabalhos que discutem a temática religiosa sob o enfoque histórico. Com isso, o trabalho consistiu na tentativa de compreender aspectos como temáticas, períodos históricos, marcos espaciais, referencial teórico e instrumentos de pesquisa. Trata-se de uma leitura dos caminhos trilhados pela historiografia discente na esfera da religiosidade

Inquisição on-line: O Arquivo da Torre do Tombo e o processo de digitalização de seu acervo

Angelo Adriano Faria de Assis

Professor

UFV

Os estudiosos da Inquisição portuguesa, que funcionou entre 1536-1821, são reféns de viagens a Portugal para poderem pesquisar os documentos presentes nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, em Lisboa, que concentra a documentação produzida pela Inquisição em seus cerca de três séculos de existência. Os altos gastos com passagens, hospedagens, alimentação e solicitações de fotocópias ou microfimes para utilizarem as fontes tornam limitado o número de pesquisadores que dispõem de tempo e condições financeiras para este tipo de trabalho. Contudo, um projeto em andamento que prevê a digitalização e disponibilização na rede mundial de computadores deste material permitirá multiplicar ao infinito o acesso aos documentos e a possibilidade de novas pesquisas.

Esta apresentação buscará refletir acerca das possibilidades de trabalho histórico para os estudiosos da Inquisição e de suas vítimas através desta nova perspectiva.

Proteção do patrimônio histórico-cultural em ruínas: entre ditos e não ditos

Anna Maria de Lira Pontes

Mestranda

UFPB

As ações de preservação são diferentes conforme o tipo de monumento ao qual se aplicam. As ruínas, assim, são percebidas, e protegidas, diferencialmente uma vez que, por si só, despertam sentimentos e vivências peculiares à sua condição de apresentação e interpretação na cidade. Deste modo, o trabalho em questão busca entender a posição do patrimônio histórico-cultural em ruínas junto às ações de preservação patrimonial e sua manutenção nas cidades a partir de catalogação da legislação e produção científica produzida sobre ruínas (relatórios de pesquisa e tombamento, legislação competente e demais produções encontradas sobre o tema) em análise com as atuais ações de preservação patrimonial referentes às ruínas no Brasil e, mais especificamente, nas ruínas existentes no Centro Histórico da cidade de João Pessoa-PB.

Mesa-redonda: “O debate historiográfico sobre a biografia: problemas e perspectivas a partir de três estudos de caso”

A História como Queda e Salvação em Tavares Bastos

Antônio Marcelo Jackson

Professor

UFOP

Diversos foram os autores e intelectuais brasileiros que, ao longo do tempo, entenderam o processo histórico como fundamento para a compreensão das nossas condições sociais, econômicas, políticas e culturais. Por outro lado, poucos foram aqueles que, tal como Aureliano Cândido Tavares Bastos (pensador político da segunda metade do século XIX), transportaram esse entendimento para a sua vida privada.

Escritor, político, pensador e criador de uma forma de se ver e de se pensar o Brasil que encontra ecos até os nossos dias, Tavares Bastos é, sem dúvida, personagem singular da história das ideias em nosso país e objeto desta nossa comunicação.

Mesa-redonda: “Vida, mestra da História? Conhecimento e ética em Droysen, Nietzsche e Huizinga”

O que aprender com a história depois da crise da função exemplar? O problema da função da historiografia na obra teórica de Droysen

Arthur Assis

Professor

UnB

O final do século XVIII e o começo do século 19 marcaram uma crise na história do discurso histórico ocidental. Nessa época, consolidou-se uma atitude crítica relativamente à antiga noção de que o papel dos historiadores seria extrair, do passado, exemplos a serem imitados pelos atores do presente. Não obstante, muito poucos foram os intelectuais que trabalharam numa resposta consistente à questão “para que serve a história quando se a retira do pedestal de mestra da vida?” Quanto a esse aspecto, a teoria da história de Droysen figura como um caso peculiar. Droysen propôs que a finalidade do estudo da história não deveria consistir nem na assimilação de exemplos práticos, nem na memorização de fatos particulares, mas no aprendizado do que designou “pensamento histórico”. Com essa tese ele operou uma redefinição importante da função didática da história. A minha apresentação será dedicada à interpretação de tal redefinição. Pretendo analisar detalhadamente o conceito de pensamento histórico elaborado por Droysen, destacando tanto o seu potencial universalista quanto as suas limitações.

Estabelecendo fronteiras: como se estabelecem as práticas eruditas e intelectuais na historiografia brasileira na década de 1930

Arthur Luis de Oliveira Torquato

Mestrando

UFRN

A primeira metade do século XX marca um período peculiar da produção letrada no Brasil. Dentro de um cenário amplo, aqueles que produziam narrativas historiográficas no país estavam enquadrados em duas posições: os *eruditos*, de uma tradição conservadora pouco afeita às regras de produção que levava em conta a universalidade do conhecimento; e os *intelectuais*, aqui entendidos como sujeitos de forte tradição européia que possuíam preocupação em formar instituições legitimadoras do saber, o e reformar as práticas de produção do conhecimento social no país embasados em regras de produção do discurso científico. Partindo dessa constatação, este trabalho objetiva analisar essa duas posições existentes entre os letrados, detendo-se especificamente na década de 1930. O estudo das duas posições estará centrado nas obras de Sérgio Buarque de Holanda (intelectual representante da USP) e de Câmara Cascudo (erudito representante de uma tradição potiguar) e suas obras historiográficas produzidas no mesmo tempo histórico. O estudo busca entender como o saber social estava dividido e como era produzido por intelectuais e eruditos no Brasil dos anos 30.

Mesa-redonda: “A obra histórica como documento: questões de método e modelos de apropriação”

Raízes do Brasil: notas críticas a partir das críticas ao comportamento do homem de letras cordial

Artur José Renda Vitorino

Professor

PUC-Campinas

Ao tomar como corpus documental o livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, realizaremos uma análise que visará: 1) mostrar a singularidade e as diferenças dessa obra com as demais produções historiográficas que giraram em torno do problema da formação histórica da identidade nacional delimitada primeiramente por von Martius; 2) cotejar, e, na medida do possível explicar, as alterações realizadas da 1ª edição, de 1936, para a 3ª edição, de 1955; 3) mostrar como na escrita dessa obra estão embutidas duas formas distintas e antagônicas da teoria da História: o essencialismo dialético hegeliano e o nominalismo historicista; 4) verificar quais foram as conseqüências éticas da análise de Sérgio Buarque de Holanda quando deliberadamente eliminou os juízos éticos para descrever o “homem cordial” presente na cultura nacional; 5) precisar a diferença entre ensaio e obra histórica, para a análise de *Raízes do Brasil* como um ensaio.

A política imperial paraibana na obra de Celso Mariz: um balanço historiográfico

Azemar dos Santos Soares Júnior

Mestrando

UFPB

Este trabalho, de natureza historiográfica, tem por objetivo analisar a obra de Celso Mariz, em especial as que privilegiam a atuação política na Província da Paraíba: *Memória da Assembléia Legislativa* (1946), *Apanhados Históricos da Paraíba* (1994) e *Cidades e Homens* (1985). Os estudos de historiografia têm se tornado cada vez mais freqüentes, em especial, devido a necessidade que os historiadores apresentam em relação às formas possíveis de controle sobre seu saber, ou seja, estes estudos têm permitido compreender como o conhecimento histórico se apresenta diante das experiências do passado. As produções deste autor são de grande importância para os estudiosos do Império, em especial, devido à influência que exerceu na maioria dos autores que escreveram sobre tal temática. Portanto, uma análise historiográfica acerca a obra de Celso Mariz é relevante para entendermos o discurso sobre a questão da política na Paraíba oitocentista.

Revista Brasileira de História: olhares historiográficos sobre a História das Mulheres e sobre as Relações de Gênero (1989 e 2007)

Bárbara Figueiredo Souto

Graduanda

UFV

Nossa comunicação tem como objetivo fazer um balanço historiográfico sobre História das Mulheres e Relações de Gênero no Brasil. A análise terá por base dois dossiês publicados pela *Revista Brasileira de História* sobre o tema. O primeiro deles, dedicado à História das Mulheres, foi organizado em 1989, com o título “A Mulher e o Espaço Público”. O segundo, publicado dezoito anos depois, recebeu o título “História e Gênero”. Partindo do deslocamento na concepção do objeto estudado, deslocamento este que está expresso nos próprios títulos dos dossiês, pretendemos discutir concepções veiculadas sobre o gênero feminino naqueles estudos, sobretudo as relações entre tais concepções e o referencial teórico e metodológico que norteou cada abordagem. Por fim, é nosso intuito discutir até que ponto aquele conjunto de textos publicado pela *Revista Brasileira de História* pode ser considerado representativo da historiográfica brasileira sobre a mulher e as relações de gênero.

História da África e Literatura: os relatos de viajantes e sua utilização como fonte histórica

Beatriz Carvalho dos Santos

Graduanda

UFV

Esta comunicação tem por objetivo analisar o uso dos relatos de viajantes do século XVI para um estudo da história da África sob o ponto de vista da sua organização cultural, assim como problematizar e apontar dificuldades e possibilidades de utilização desta literatura como fontes de pesquisa histórica. Considerando as dificuldades presentes no estudo da história da África como um todo, nos parece essencial discutir as fontes que se mostram como opção de pesquisa para esta, pois ainda que passíveis de crítica, os relatos se mostram extremamente úteis visto que nos permitem compreender aspectos das culturas africanas. Filtrando nesses escritos as características do imaginário europeu no século XVI com relação as demais sociedades, os relatos de viagem permitem recuperar aspectos da vida cotidiana africana seiscentista.

O Barroco “barrocologizante”: os anos iniciais da revista *Barroco* e a discussão patrimonial em Minas Gerais (1969-1989)

Bráulio Gomes Felisberto

Graduando

UFOP

A partir de 1970 houve um processo de afloramento da questão patrimonial no cenário brasileiro, cuja discussão foi pautada por um cunho político-identitário. A revista *Barroco*, fundada em 1969, foi uma incursão em estudar a produção artística em Minas que reuniu historiadores e adeptos do patrimonialismo, acompanho as discussões nacionais.

Partindo destes pressupostos, o intento desta pesquisa é analisar o discurso da dita publicação, especificamente quanto à política patrimonial. Para tal, será necessário acompanhar a trajetória intelectual do fundador da revista *Barroco*, Affonso Ávila e a construção dos conceitos difundidos em seus escritos, tais como: *mineiridade*, *barrocologia* e *Barroco*.

Contanto também com o respaldo metodológico de Pierre Nora sobre a problemática dos lugares, analisaremos como se difundiu a política patrimonial a nível acadêmico no Brasil, processo este iniciado com os modernistas do início do século passado.

Notas sobre a diplomacia luso-brasileira (1814-1822)

Bruna Coutinho Gonçalves Belchior

Mestranda

UERJ

O objetivo desta pesquisa é reconstituir a discussão política do governo joanino quanto às questões do tráfico de escravos e da fixação de limites com a América meridional. Para tanto, definiu-se como ponto principal de investigação a atuação do conde de Palmela à frente das negociações da política externa luso-brasileira, desde 1815, durante as reuniões do Congresso de Viena, até 1821.

Um balanço historiográfico é ponto de partida para compreender quais as possíveis intermediações entre as relações diplomáticas portuguesa e as decisões que delinearão os projetos políticos discutidos e defendidos na Corte do Rio para o Império luso-brasileiro.

Tem-se como hipótese de pesquisa o fato de que uma abordagem que privilegie somente as pressões inglesas não é suficiente para compreender a dinâmica dos interesses políticos e da organização do Império a partir do governo do Rio de Janeiro.

Entre a inércia e o movimento: a construção dos espaços em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda

Bruno Balbino Aires da Costa

Mestrando

UFRN

Sonní Lemos Barreto

Mestranda

UFRN

O presente trabalho se propõe a discutir a formação de identidades históricas a partir da construção das espacialidades nas obras *Nordeste* (1933) de Gilberto Freyre e *Caminhos e Fronteiras* (1957) de Sérgio Buarque de Holanda. Para tanto, nos utilizamos das referidas obras como documento produtor de um discurso formador de uma inteligibilidade que nos permite perceber a construção da identidade e da espacialidade brasileira. Nesse sentido, Freyre elabora sua abordagem sobre a identidade a partir da inércia. Seu espaço de análise não se movimenta, não se transforma, está, portanto, enraizado na tradição. Esse sedentarismo está presente em sua produção para advogar um lugar de permanência e centralidade do nordeste enquanto região de onde emana a identidade nacional. Contrariamente, Sérgio Buarque busca entender a formação dessa identidade a partir do movimento, de um espaço nômade, por excelência, fluido, onde à medida que se desfazem fronteiras, outras se estabelecem.

Da epopéia à manipulação do fato: um balanço historiográfico sobre a abolição da escravidão em Mossoró-RN

Bruno Balbino Aires da Costa

Mestrando

UFRN

A Abolição da escravatura em Mossoró ocorrida no dia 30 de setembro de 1883 se constitui como um dos principais acontecimentos históricos da cidade. Nesse sentido, o referido fato histórico imprime um imaginário de que Mossoró foi uma ousada cidade, visto ter sido a primeira no Rio Grande do Norte a decretar oficialmente a libertação de seus escravos cinco anos antes do decreto imperial vigorar. A partir da década de quarenta até os anos oitenta várias obras de cunho historiográfico e memorialístico surgiram enfatizando o caráter heróico e progressista do feito mossoroense. Entretanto, nos anos noventa uma nova historiografia aparece questionando o caráter pioneiro e enaltecido do evento abolicionista. Desse modo, a comunicação visa discutir a produção historiográfica sobre a abolição em Mossoró analisando os discursos construídos sobre o referido fato histórico percebendo o lugar social dos historiadores e as relações de poder que possibilitaram o surgimento dessa escrita.

A História em cena: os espaços na trama dos historiadores

Bruno Balbino Aires da Costa

Mestrando

UFRN

Sonní Lemos Barreto

Mestranda

UFRN

A problemática dos espaços, durante muito tempo, não exercia sobre os historiadores grande preocupação, antes, eram tratados como um dado óbvio, como um elemento fixo e imóvel. Nesse sentido, os espaços eram concebidos como palco ou cenário onde os fatos ou acontecimentos ocorriam, funcionavam como moldura para abrigar uma cena que viria a ser tema de uma narrativa historiográfica. O objetivo do trabalho consiste em problematizar os espaços, desnaturalizando-os. Dessa forma, acreditamos que uma maneira interessante de pensá-lo é articulá-lo à história e a temporalidade como seus constituintes. Os lugares que despertariam fascínio no historiador, certamente não seriam aqueles que escapariam do tempo, mas lugares entendidos como palimpsestos que surgem como acúmulos de práticas e de sentidos. Portanto, podemos inferir que os espaços são construções do olhar, do falar e do sentir humano, do uso das suas práticas sejam elas cheirosas, dizíveis, visíveis, práticas plurais; as mais diversas.

Mesa-redonda: "Itinerários cosmopolitas, destino unificado: em torno das representações da história na formação das narrativas nacionais luso-brasileiras"

Cópia e Originalidade: plágio e condições de autenticidade na constituição do conceito moderno de história

Bruno Franco Medeiros

Mestrando

USP

Através desta comunicação pretendemos mostrar como o conceito de plágio está ligado ao surgimento da noção de originalidade e do surgimento da figura do autor no final do século XVIII e início do próximo. Pretendemos mostrar que a noção de plágio, apesar de já ter suas primeiras sistematizações no século XVI, surge vigorosamente quando entra em declínio as figurações de uma experiência e representação da história baseada no modelo da *Historia Magistra Vitae*. Como exemplo dessas transformações, vamos explorar a polêmica em torno da *Histoire du Brésil* de Alphonse de Beauchamp, que fora acusado de plágio por Robert Southey, além de outras polêmicas envolvendo acusações de outros plágios de Alphonse de Beauchamp.

A Historiografia Portuguesa sobre a Revolução de Avis

Bruno Gianezi

Mestrando

UFF

Esta comunicação versa acerca do tratamento historiográfico dispensado ao tema das guerras de Avis (1383-1385) que elevaram D. João I (1357-1433), então bastardo, ao trono português. Evento, comumente, tomado como rearticulador das noções de Estado, nação e revolução no âmbito da *cultura política* portuguesa, embora tais conceitos, muitas vezes, encontram-se dissociados dos contextos discursivos disponíveis no século XV. Por meio da análise da prosa vernácula do *quatrocento* português – as crônicas de Fernão Lopes (1380/90-1459?), o *Leal Conselheiro* de D. Duarte (1391-1438) e a *Virtuosa Benfeitoria* do Infante D. Pedro (1392-1449) – buscou-se problematizar as interpretações de historiadores contemporâneos, especialmente, as obras de António Sérgio, António José Saraiva, José Mattoso, Armindo de Souza e Maria Helena da Cruz Coelho.

Diálogos para construir uma nação: uma análise das ideias sobre nação das primeiras décadas do século XX nas páginas da Revista de Imigração e Colonização

Camila Almeida Belarmino

Pós-graduanda

UNIRIO

O presente trabalho busca analisar a partir de um balanço historiográfico a respeito das principais ideias sobre nação, correntes em um contexto da recém formada República do Brasil, a maneira como as mesmas serviram de inspiração na elaboração de propostas e planejamentos na construção da nação durante o Estado Novo. Através das páginas da Revista de Imigração e Colonização é possível observar as discussões e as medidas práticas que são tomadas no período de 1937 a 1945 com relação à implantação de um projeto de construção da nação genuinamente brasileira. Em que medida as ideias correntes nos círculos intelectuais do Brasil sobre a constituição da nação dialogam com as discussões travadas por aqueles que colaboraram intelectualmente para a Revista de Imigração e Colonização, é a grande questão a ser respondida nesta pesquisa.

Nietzsche e a nova história da filosofia

Camilo Lelis Jota Pereira

Graduando

UFOP

Esta comunicação pretende apresentar a pesquisa que vem sendo realizada em cima da produção filosófica de Friedrich Nietzsche.

A pesquisa propõe em um primeiro momento uma análise da obra de Nietzsche, sobre o escopo da desconstrução das diretrizes da filosofia ocidental. A análise busca levantar argumentos para amparar a hipótese de que a elaboração conceitual realizada por Nietzsche recodifica o estudo científico da história da filosofia ocidental. A partir desta recodificação observa-se que surge um fato novo; a desconstrução, a cima citada, vai além de uma simples crítica negativa da história da filosofia, mas proporciona novas diretrizes que formulam a filosofia realizada pelos filósofos do porvir.

Em um segundo momento, tenta-se comprovar esse fato com uma análise da produção filosófica que surge após este *acontecimento histórico*, que é a obra Nietzscheana.

Henry Thoreau: Crítica e percepção de seu tempo – uma análise de Desobediência Civil

Carlos Guilherme Rocha

Graduando

UFSJ

Utilizando-se dos conceitos de “Estado” e “Processo Civilizador” do sociólogo alemão Norbert Elias, o presente trabalho analisa o clássico texto “Desobediência Civil” (1849) de Henry Thoreau (1817-1862).

A partir das críticas ao estado do governo dos Estados Unidos em meados do século XIX, e de suas proposições de mudança, é muito interessante notar como Thoreau tem a clara percepção do sistema pelo qual o Estado consegue exercer seu poder. O círculo virtuoso composto pela tríade monopólio da violência, monopólio da tributação e burocracia eficiente.

Além disso, trata da cunhagem da idéia de “desobediência civil” no contexto vivenciado pelo filósofo, e como Thoreau vê a utilização desta “revolução pacífica” como ferramenta eficiente para minar o poder do governo.

Práticas “mágico-religiosas” na problemática da história das mentalidades

Carlos Henrique Alves Cruz

Graduando

UFSJ

Apresentação de como a “cultura popular”, com suas praticas “mágico-religiosas” se realizam em algumas abordagens de saber histórico. Visando análise por um “fazer histórico” profundamente marcado pela Escola dos *Annales* e a Nova História. Traçando um paralelo desde Keith Thomas, com as crenças populares na Inglaterra, Delumeau com sua análise dos mitos e medos ocidentais e Ginzburg, que com Menocchio, tenta compreender uma mentalidade camponesa e “alargar para baixo o sentido de indivíduo”. Estes autores, pilares da “História das Mentalidades” que demonstram a circularidade dos níveis culturais, ou seja, entre cultura erudita e popular. Até que finalmente analisamos a obra de Laura de Mello e Souza, que com sua abordagem lapidar integra elementos desses autores já citados e outros como Sérgio Buarque de Holanda combinando-os com suas pertinentes análises do imaginário do Brasil colonial, que com matrizes européias se misturaria as crenças ameríndias e africanas, sincretismo da própria condição colonial.

Os Segredos do Martírio: a construção do mártir Francisco de Lucena

Carlos Henrique Vólaro C. Mota

Mestrando

UFRJ

No ano de 1643 o primeiro secretário de Estado do Portugal Restaurado – Francisco de Lucena – era levado ao cadafalso, condenado por alta traição. A polêmica que se seguiu a partir da execução de Lucena é um reflexo da fissura política que assolava o Portugal nos primeiros anos da nova dinastia. Uma quantidade considerável de tinta foi vertida no intuito de redimir a imagem de Lucena frente à população lusa, utilizando o ex-secretário de D. João IV como um ícone da injustiça sofrida por um determinado grupo político que aspirava ao controle do Estado que se construía. Essa imagem de mártir da Restauração cruzou as fronteiras dos séculos e encontrou eco na obra de José Emídio Amaro publicada em Lisboa em 1945, ainda nas comemorações dos 300 anos da Restauração. Neste artigo analisarei a construção desta personagem icônica, levando em consideração o contexto político lusitano nos primeiros anos após o golpe de 1640.

O espaço econômico do ouro

Carlos Leonardo Kelmer Mathias

Doutor

UFRJ

Nas décadas de 1970 e 1980, a historiografia hispano-americana, na figura de Carlos Sempat Assadourian, desenvolveu a noção de “espaço econômico” com o intuito de melhor compreender a formação do mercado interno peruano no contexto da produção argêntea. Fruto da influência marxista, defendeu-se que a mineração e o beneficiamento da prata acabaram por gerar uma espécie de divisão regional do trabalho, formando zonas especializadas no abastecimento das necessidades de consumo produtivo da prata. Um dos efeitos mais notáveis dessa nova configuração mercantil residiu na formação de um vasto “espaço econômico de um conjunto de regiões integradas pela divisão geográfica do trabalho e a conseqüente circulação mercantil”. Aqui, pretende-se discutir a noção de “espaço econômico do ouro” à luz do contexto da produção aurífera da capitania de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII.

Leon Tolstói e Max Weber: da literatura à sociologia

Carolina Ramos de Souza

Graduanda

UFOP

A intenção da presente comunicação é encontrar conexões entre as obras literárias de Leon Tolstói (1828-1910) e a sociologia de Max Weber (1864-1920). Pretende-se compreender a doutrina tolstoiana a partir de uma perspectiva apontada pelo olhar teórico de Weber. Interessa-nos principalmente a visão de mundo do Tolstói tardio, e que teve como ponto de partida o romance *Ressurreição*, sendo este a principal fonte tolstoiana para o presente projeto de pesquisa. Procuraremos discutir a questão do Estado e da Igreja cristã em ambos os autores enquanto instituições fundamentadas no uso da força, e que atuam como meio específico de opressão. Veremos como Weber, especialmente em alguns de seus ensaios tardios, está fortemente marcado pela leitura de Tolstói.

A novidade sob a pena de um Esquecido: a História Natural pelo acadêmico Brito e Figueiredo na América Portuguesa setecentista

Carolina Sinhorelli de Oliveira

Graduanda

UFRGS

O presente trabalho é fruto de um estudo ainda em estágio inicial vinculado ao projeto de pesquisa “A temporalidade na *operação historiográfica* luso-brasileira do século XVIII”, dirigido pela Profª Drª Mara Cristina de Matos Rodrigues da UFRGS, e procura analisar como o “novo”, dado pela ocorrência da expansão nas terras *d’alem mar*, é colocado nas narrativas das academias setecentistas na América Portuguesa. Para tal, dispõe-se o exame da obra do acadêmico Brito e Figueiredo, membro da Academia dos Esquecidos, que dissertou acerca da História Natural destas terras. Neste texto observou-se a utilização da categoria de Providência atrelada às descobertas e conquistas do Império Português, à descrição dos dotes naturais encontrados aqui e também a suposta superioridade das narrativas de origem católica sobre as indígenas.

Mesa-redonda: “Escritos do Antigo Regime”

A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba e a historiografia

Clara Farias de Araújo

Doutoranda

UFRJ

A historiografia produzida acerca da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba revela uma lacuna, a escrita de uma história institucional, que explica o seu funcionamento apenas vinculando-o à matriz monopolista do modelo econômico vigente durante o período pombalino, descrevendo-o como danoso aos comerciantes de Pernambuco e desprezando a ação destes como agentes atuantes da Companhia. Essa historiografia se insere num quadro de interpretações do Brasil formatadas na década 80 e algumas delas estendidas aos dias atuais, que tinha no paradigma dual metrópole-colônia, modelo único para pensar as relações entre um e outro espaço, não levando em consideração a eficácia dos instrumentos de controle e dominação e a reprodução dos mesmos nas práticas sociais, assim como não atentavam para a complexidade das performances dos atores em questão.

Segregação Sócio-Espacial na Cidade de Chão Vermelho

Clarismar Gomes de Abreu

Mestrando

UFG

Nossa proposta neste trabalho será discutir a partir da leitura do romance *Chão Vermelho*, escrito por Eli Brasiense na década de 50 do século passado, como se apresentava a questão da segregação sócio-espacial na cidade de Goiânia em seus primeiros anos de existência. Poderemos perceber a existência de diversas cidades compondo a poética do espaço urbano e marcadamente cingidas pela relação com o capital. Apesar da diversidade essas cidades se encontram ao passo de seus desencontros formando uma unidade que a nosso ver pode ser caracterizada como heterogênea e ambivalente, características estas que o romance nos permitirá captar a partir de sua leitura.

Ordem e Heresia: Transformações e interferências na religiosidade popular mineira no Bispado de Mariana (1720-1764)

Cláudia Guimarães Ladeira

Graduanda

UFV

Este Projeto de Pesquisa tem o intuito de abordar a influência e interferência do Bispado de Mariana sobre o cotidiano da população de Minas Gerais, que se viu sob um controle disciplinar mais rígido da moral e dos comportamentos religioso e social. Através da instalação do Bispado, em 1745 – em especial com a vinda do primeiro bispo Dom Frei Manuel da Cruz, no ano de 1748, que promoveu mudanças na estruturação da administração da diocese, no regimento das comarcas eclesiásticas, nos limites das dioceses, entre outras -, a Igreja Católica buscou uma maior aproximação com a população mineira, isto com o intuito de controlar esta sociedade através de uma política disciplinadora e moralizante, procurando difundir a visão de mundo católica na capitania.

A historiografia melancólica: a idéia pessimista na América Latina (1900-1928)

Cláudio Diniz

Doutorando

UFRJ

A tarefa de interpretar o conceito de melancolia a partir da base temporal de autores latino americanos entre os anos de 1900 a 1928 é o objetivo desse trabalho. Para tanto, é necessário operar cortes quase cirúrgicos na análise que pretendo estabelecer. De modo que estabelecer uma compreensão historicizada do conceito de melancolia é explorar as várias faces que ela assume no discurso histórico Latino-americano. Faz-se necessário, portanto, estabelecer textos que sirvam como pilares para o entendimento do processo de estabelecimento dessas práticas de representação. Assim, devemos explorar os trabalhos de Manoel Bomfim (*América Latina: males de origem*), Monteiro Lobato (*Urupês*), Paulo Prado (*Retrato do Brasil*), Alcides Arguedas (*Pueblo enfermo*) e José Enrique Rodó (*Ariel*).

Reflexões acerca da teoria da história pensada à luz da retórica clássica e da “nova retórica”

Cláudio Fernandes Ribeiro

Graduando

UFG

A partir da década de 1960, por influência do cenário intelectual da “linguistic turn”, os debates teóricos no campo do saber histórico voltaram-se à problemática da “escrita da história”, grosso modo: de sua capacidade de se referir, ou não, ao “passado”. Intelectuais como Hayden White, Frank Ankersmit e Keith Jenkins forneceram-nos contribuições valiosíssimas à compreensão desta problemática. No entanto, outros intelectuais que acompanharam o debate, como o historiador italiano Carlo Ginzburg, manifestaram opinião divergente dos representantes da “linguistic turn”. Ginzburg os acusou de “narrativistas céticos” e propôs-se a repensar a relação entre escrita e pesquisa histórica à luz de uma tradição do pensamento ocidental pouco lembrada: a retórica clássica greco-latina, sobretudo a aristotélica. O objetivo deste trabalho é tentar alargar a perspectiva de Ginzburg relacionando-a com as teses do filósofo belga Chaïm Perelman, que teve como projeto filosófico “resgatar” e “reabilitar” a retórica, sob o signo da “nova retórica”.

Mesa-redonda: “As esquerdas brasileiras nos anos 1950 e 1960: O comunismo, o trabalhismo e a esquerda católica”

“Reforma e Revolução”: historiografia e política comunista nas décadas de 1950 e 1960

Clayton Cardoso Romano

Professor

UNESP

Esta comunicação visa analisar o comportamento historiográfico verificado em diferentes estudos dedicados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre as décadas de 1950 e 1960. A partir de 1947, com a cassação do partido, os comunistas substituíram a política de alianças com setores “progressistas” e “nacionalistas”, vista desde o “queremismo”(1945), por um viés radical da estratégia de libertação nacional. O “Manifesto de Agosto” (1950) sintetizou tal orientação e conduziu o PCB à oposição sistemática no segundo governo Vargas (1950-1954). As mortes de Stálin (1953) e Getúlio (1954), além das denúncias de “stalinismo” contidas no “Relatório Kruschew” (1956), obrigaram o PCB a rever seu posicionamento. A “Declaração de Março” (1958) reaproximou a questão democrática dos comunistas, subsidiando os conflitos que resultaram na criação do PCdoB (1962) e na dissidência liderada por Marighella (1966). Entre “Reforma e Revolução”, a política dos comunistas no período constitui um paradoxo aos olhos da historiografia. Será?

A cronologia bíblica na historiografia luso-americana e a Academia Brasílica dos Esquecidos

Crislayne Gloss Marão Alfagali

Graduanda

UFOP

Fundada a 7 de março de 1724, a Academia Brasílica dos Esquecidos procurava responder as aspirações metropolitanas de coligir informações sobre a América Portuguesa para a escrita da História de Portugal. No século XVIII, as academias reuniram intelectuais com objetivos científicos, literários e políticos, e constituíram espaços de sociabilidades e conflitos.

Retomando passagens bíblicas, os letrados da citada Academia escreveram dissertações sobre a História Brasílica através de uma leitura pautada na cronologia estabelecida pela bíblia. O objetivo central desta apresentação é compreender através das formas de articulação entre a narrativa bíblica e a cronologia da história da Nova Lusitânia os discursos produzidos sobre o passado. Tendo em vista que esse quadro esboça uma concepção sobre o passado ligada as amarras que prendiam a América ao Reino, ao mesmo tempo em que expressa à busca por uma singularização da história do Novo Mundo.

Mesa-redonda: "Itinerários cosmopolitas, destino unificado: em torno das representações da história na formação das narrativas nacionais luso-brasileiras"

A mobilização da experiência recente no processo de independência do Brasil (1821-1822)

Cristiane Alves Camacho dos Santos

Mestranda

USP

Nesta comunicação, pretende-se apresentar resultados de pesquisa de mestrado, em fase de conclusão, sobre a leitura da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil (1821-1822). Mais especificamente, pretende-se problematizar a mobilização discursiva do passado recente no processo de independência. Com base na análise de documentação periódica, defende-se a hipótese de que, à medida que um projeto de independência se cristalizava, o passado "colonial" tendia a perder sua função normativa para o presente, ao mesmo tempo em que ocorria uma intensa mobilização do passado recente, reconhecidamente específico do Brasil. Procura-se demonstrar como essa mobilização, entre outros fatores, legitimou e orientou a consolidação de um projeto de independência.

A filosofia analítica da história e o problema da explicação histórica

Cristiano Alencar Arrais

Professor

UFG

O objetivo deste trabalho é analisar a formulação do conceito de explicação nas discussões que foram encetadas no grupo de historiadores e filósofos que formaram o núcleo do que se entende por filosofia analítica da história. A ênfase será dada à análise cronológica de seus textos, principalmente livros e trabalhos publicados na *Mind Review*. Nestas obras pode-se perceber que: 1. a dicotomia neo-kantiana entre explicação e compreensão não é enfatizada; 2. o conceito de explicação é definido a partir de sua associação com as noções de inteligibilidade e de narrativa. Utilizando como mote a concepção hempeliana de explicação científica, tais autores desenvolveram propostas diferentes, como no caso de W. H. Walsh, W. B. Gallie, C. Frankel e W. Dray, entre outros.

Memória e Escrita da História do Ceará na obra do historiador Raimundo Girão

Cristiê Gomes Moreira

Graduando

UFC

O presente trabalho busca empreender uma análise sobre o *métier* do historiador Raimundo Girão, bem como compreender as representações sobre o passado que este historiador fez da história cearense. Para tal intento, procuro analisar a trajetória intelectual deste historiador, sondando os temas que são recorrentes em sua escrita - abolição no Ceará e história de Fortaleza – e perceber os aspectos que remetem ao lugar social de sua escrita. Na busca de compreender as suas concepções de mundo e sua *consciência histórica*, utilizo como base duas obras deste intelectual cearense – *Abolição no Ceará* e *Pequena história do Ceará* – bem como artigos de jornais e revistas escritos pelo mesmo. Por fim, tento demonstrar como esta escrita está imbuída de uma intencionalidade que estabelece sentidos, significados e explicações para a história cearense e que os temas abordados por Girão compõem um discurso que pretendia formar cidadãos conscientes de sua *história*.

***Raízes do Brasil* e o ensaísmo histórico brasileiro: emergência, consolidação e crise de um gênero historiográfico**

Dalton Sanches

Graduando

UFOP

Pretendemos estudar parte da produção historiográfica brasileira nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, visando compreender os princípios culturais e as estratégias discursivas que ampararam uma certa idéia de escrita da história neste período. Tendo por eixo norteador a noção de ensaio histórico, intenta-se perceber as relações do gênero ensaístico com a prática historiográfica propriamente dita, investigando tanto suas interseções com outras formas literárias quanto com os aspectos críticos do método histórico. Realizaremos um estudo detalhado do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, situando-o na problemática acima definida, considerando-o ainda na historicidade própria que marca a publicação das suas primeiras três edições (1936, 1947, 1955). O objetivo final é elaborar uma edição crítica da obra, sugerindo que ela, no percurso de sua história, condensa todas as tensões que caracterizaram a emergência, consolidação e crise do gênero ensaístico na historiografia brasileira.

Mesa-redonda: “Historiografia da formação do capitalismo no Brasil”

A historiografia da transição do trabalho escravo pra o trabalho livre no Brasil

Daniel do Val Cosentino

Professor

UNIFAL

O processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre manifesta questões importantes do desenvolvimento capitalista no Brasil. Este trabalho procura apresentar a historiografia sobre tal processo no país, destacando as etapas do processo de abolição gradual e a discussão sobre a formação do mercado de trabalho. O avanço paulista na constituição do capitalismo brasileiro influenciou a historiografia que, mesmo indiretamente, acabou por legitimar como paradigma nacional o modelo de transição ocorrido em São Paulo. Devemos considerar que tal processo teve características e aspectos próprios em cada região do país. Portanto, cabe questionar que as mudanças e o desenvolvimento capitalista no Brasil sempre estiveram concentrados regionalmente. Desta forma, trata-se de reconhecer que tal processo está na base da formação incompleta do mercado interno no país, o que acabou por resultar em um capitalismo precário, dependente, incapaz de garantir direitos mínimos à maioria da população.

Associativismo e imprensa na formação da comunidade italiana em Belo Horizonte (1897-1937): um balanço historiográfico

Daniel Gonçalves Cavalieri

Mestrando

UFOP

No presente artigo, pretende-se analisar, no âmbito da Historiografia sobre imigração italiana no Brasil, a importância das associações, sociedades, escolas étnicas e a imprensa na formação da comunidade italiana em Belo Horizonte entre os anos de 1897 e 1937. Trabalha-se a criação e promulgação dos laços identitários dentro da comunidade e como esses laços foram importantes para a sobrevivência do italiano distante de sua pátria-mãe. Abordamos até que ponto o fascismo e sua política centralizadora se apropriaram destes meios, remodelando-os e engendrando no italiano e ítalo-descendente um sentimento nacional até então indefinido. Por fim, mostramos como o Estado Novo e a sua campanha de nacionalização contribuíram de forma incisiva para uma “desestruturação” na comunidade italiana belo-horizontina.

Flores de España, Excelencias de Portugal: Antonio de Sousa de Macedo e o debate sobre a história ibérica em tempos de domínio filipino em Portugal

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho

Mestre

UFRJ

Antonio de Sousa de Macedo foi uma das figuras de maior relevo da intelectualidade portuguesa do XVII, principalmente a partir da Restauração, tanto por seus escritos quanto por sua atuação política e diplomática. Antes de 1640, porém, durante a chamada União Ibérica, Macedo já iniciara sua produção intelectual, escrevendo seus primeiros tratados, como o *Flores de España, Excelencias de Portugal*. Literatura de firme propósito polemista, esta obra se incumbe da valorização das características culturais portuguesas, de sua geografia, sua história e seus costumes, em que a comparação com a excelência menor de Castela fez-se muitas vezes presente, quase não dissimulando a crítica ao estado em que se encontrava Portugal anexado à monarquia hispânica. Como parte de uma interpretação da obra e da atuação de Macedo, esta comunicação analisará o papel desempenhado pela escrita e pelo debate sobre a história peninsular naquele tratado, debate que ocupa o cerne de sua argumentação.

Machado de Assis na proposta historiográfica de Silvio Romero

Daniel Pinha Silva

Doutorando

PUC-Rio

Trata-se de uma análise da escrita da história de Silvio Romero (1851-1914), tomando como eixo central as considerações que ele tece sobre a obra de Machado de Assis, escritas particularmente no livro *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*, publicado primeiramente em 1897. A leitura de Romero a respeito de Machado revela uma concepção de história já presente nas linhas de sua *História da Literatura Brasileira* (1888), cujo ponto norteador seria a produção de uma história literária compreendida como grande interpretação do Brasil. Nesse sentido, o passado possui uma utilidade clara ao presente, a de traçar a peculiaridade do brasileiro ao longo dos tempos; a literatura se insere nesse projeto, compreendida como conjunto das manifestações da inteligência do povo. Machado de Assis será visto como um autêntico brasileiro e representante do pensamento nacional: atrasado ante a Civilização e mestiço, de pele e de idéias.

Por uma história descontínua do corpo na França moderna

Daniel Wanderson Ferreira

Doutorando

PUC-Rio

Frequentemente os termos *libertinagem*, *pornografia* e *erotismo* são usados na historiografia moderna para se referir a um conjunto de práticas semelhantes relacionadas ao corpo sexualizado. O resultado é a percepção de uma história da pornografia, da literatura erótica ou da libertinagem como um processo contínuo que chega ao nosso tempo ou, no caso da libertinagem dita erudita, abarca ininterruptamente alguns séculos da Idade Moderna. Contrariando essa prática, buscamos discutir em que medida, na França, essas palavras tornaram-se enunciados de práticas e instituições circunscritas sócio-históricamente.

Historia Magistra Vitae: a história exemplar pode ensinar?

Daniela Barbosa da Silva

Graduanda

UFU

A proposta desta comunicação consiste em pensar a noção de “*Historia Magistra Vitae*”, cunhada por Cícero, no âmbito da historiografia. Para isso, procuraremos levantar a importância dos “*exempla*” como constituição narrativa de sentido dentro do trabalho do historiador, como é apontado por Jörn Rüsen e o seu posterior “declínio” no decorrer do avanço historiográfico mostrado por Koselleck. Em seguida, pretendemos analisar essa história exemplar através de sua contribuição ao “aprender” com a História.

Max Weber e Karl Marx: Questão social, história e marxismo

Daniela Oliveira Ramos dos Passos

Mestranda

UFOP

O campo de investigação tanto de Karl Marx quanto de Max Weber é o mesmo, ou seja, ambos estudam o caráter “capitalista” da moderna economia e sociedade, isto é, o capitalismo industrial e os desenvolvimentos sociais advindos deste.

Como obra heurística, Weber reconhece que os trabalhos de Marx são fundamentais e que o mundo acadêmico não poderia realizar parte de seu próprio trabalho sem eles; Assim, sua análise sobre o capitalismo moderno não está afastada dos trabalhos de Marx.

Desta forma, o objetivo deste ensaio é o de tentar explicar os principais aspectos dos estudos de Max Weber e Karl Marx. Este trabalho deseja ainda suscitar uma discussão historiográfica e sublinhar um traço de continuidade entre Weber e Marx a que muitos não estão acostumados, na medida em que nosso ponto de vista esta mais habituado a perceber a descontinuidade entre a social democracia de Weber e o socialismo de Marx.

Cam em Curitiba: a cidade moderna nascente no conto e na novela de Raul Gomes

Daniele Weigert

Mestranda

UFPR

Neste trabalho procurou-se analisar uma novela e um conto, feitos por Raul Gomes (escritor paranaense), que retratam a cidade de Curitiba. No conto *Os desequilibrados* (1915) descreve um comício onde alguns oradores criticam a atuação do governo e a máquina eleitoral. A novela, o *Desespero de Cham* (1926), relata o romance de um negro e uma jovem curitibana. A cidade moderna, apresentados no conto e na novela, é marcada pela idealização e pelos entraves da realidade. Na simbiose entre o ideal e o real encontramos as bases da formação da cidade moderna. O desfecho da novela e do conto é conservador. Na novela o negro sai da cidade onde sofre preconceito; já o conto mostra que na ala tradicional e conservadora, também surgem jovens que admiram as pessoas que estão na rua, denunciando o governo e reivindicando melhoria, mas não participam do movimento são meros espectadores.

Mesa-redonda: “O que (e como) se deve ler para conhecer o Brasil: algumas leituras do século XX”

Lições do passado bandeirante no “Curso de Bandeirologia”: Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946)

Danilo José Zioni Ferretti
Professor
UFSJ

Nessa comunicação pretendo apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa sobre o Curso de Bandeirologia, série de 12 conferências sobre as bandeiras, realizadas em 1946, e idealizadas por José Carlos Macedo Soares, diplomata, geógrafo, historiador e então interventor de São Paulo. Além de fazer uma análise geral do evento e da pedagogia subjacente à sua idealização, pretendo concentrar a atenção no estudo da forma como os historiadores Afonso de Taunay e Sérgio Buarque de Holanda, dois dos conferencistas, se apropriavam do legado das bandeiras e as lições para seu presente que eventualmente daí deduziam.

Mesa-redonda: “Práticas e estratégias institucionais: Administração e Justiça”

Balço historiográfico acerca da atuação dos Juizes de Fora em Mariana.

Débora Cazelato de Souza

Mestranda

UFOP

Os trabalhos dedicados ao estudo sobre administração e justiça na América Portuguesa focam de maneira difusa a atuação dos juizes de fora em Minas Gerais no século XVIII. O objetivo dessa comunicação é demonstrar a importância desse cargo – que era nomeado pelo rei – atuando ora como um agente que realizaria a justiça e administração em terras coloniais, ora cooptado pelas estruturas locais. Além disso, pretende-se analisar em que medida esses magistrados correspondiam aos interesses reais. O cargo de juiz de fora agilizou a circulação do direito letrado e desafogou as atribuições dos membros da Câmara, mas ao mesmo tempo sua atuação na esfera local é de reconhecida importância na historiografia sobre o tema. Portanto, o estudo da atuação dos juizes de fora se constitui como um problema historiográfico central para o entendimento da administração e justiça na América Portuguesa.

Domingos de Sousa Coutinho (1760-1833): trajetória de um diplomata português.

Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de Carvalho

Mestranda

UFJF

A comunicação tem por objetivo discutir os resultados parciais da pesquisa sobre a atuação de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, primeiro Conde e Marquês do Funchal. Nascido em 1760 em Vila Real (Chaves – Portugal), irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Conde Linhares), D. Domingos foi diplomata junto à Legação Portuguesa em Londres (Inglaterra) entre os anos de 1803 e 1814, período chave para a compreensão das relações entre as duas monarquias diante das transformações impostas pela expansão napoleônica. Pretende-se, a partir da fecunda historiografia produzida sobre o período, analisar: a chamada renovação da história política com sua ênfase nos estudos sobre trajetórias individuais, bem como nos estudos sobre culturas políticas.

A narrativa epistolar nas cartas de Henri Gorceix a D. Pedroll

Deise Rodrigues

Mestranda

UFOP

Em 1876 era inaugurada em Ouro Preto uma Escola de Minas. Para seu fundador, o francês Claude-Henri Gorceix era também iniciada uma luta para a manutenção da instituição. A “proteção” e a “benevolência” da *Votre Majestade*, o imperador D. Pedro II, foi um dos meios usados por Gorceix para seguir sua obra. Entre as estratégias para legitimar a Escola de Minas e obter o apoio de D. Pedro II, a escrita, inclusive a epistolar, mostrou-se, para Gorceix, um recurso imprescindível. A proposta desta comunicação será então uma análise da correspondência mantida entre os dois sujeitos citados, a princípio, privilegiando a escrita de Gorceix que aponta para uma questão crucial nestes discursos: a concepção de ciência apresentava-se de forma mais ampla do que a de apenas um saber que, racionalmente traduzido em conceitos e operações, era então direcionado a um aproveitamento racional e eficaz dos recursos naturais (principalmente minerais) existentes no Brasil.

Mesa-redonda: "Historiografia e Identidade"

História e historiadores no Paraná (anos 1930-1970)

Deisi Rizzo

Doutoranda

UFPR

O presente trabalho pretende discutir o contexto e o conteúdo da produção de dois historiadores paranaenses, Valfrido Pilotto e David Carneiro, entre as décadas de 1930 e 1970. O objetivo central deste projeto é o de aprofundar o levantamento e estudo acerca da cultura histórica brasileira e paranaense da primeira metade do século XX até os anos de 1970 e evidenciar que há indícios de que a produção do saber histórico, por esses historiadores, compreendia a própria História como um transcurso linear rumo ao progresso e a civilização, sendo apropriada como um relevante meio de apologia ao ideário nacionalista e paranista. Outros indícios indicam que esses historiadores fizeram importações de doutrinas e idéias européias, principalmente francesas, no que concerne ao tipo e a função da historiografia. Assim, produziram uma versão memorialista e política tradicional da história mais ligada ao positivismo e ao historicismo apesar das novas perspectivas teóricas que vinham sendo produzidas desde 1930 pela Escola dos Anales e em âmbito nacional, a partir de 1950, pelos historiadores de inspiração marxista.

Mesa-redonda: “O passado face a seus outros: Gaston Bachelard, Mircea Eliade, Norbert Elias”

O passado face a seus outros: uma contribuição para a análise do aparato jurídico a partir do pensamento de Norbert Elias

Deivy Ferreira Carneiro

Professor

UFU

Tradicionalmente a historiografia tem tratado o aparato jurídico, enquanto objeto de pesquisa, de uma forma muito pessimista. Alguns autores argumentaram que esta instituição herdou da metrópole lusitana uma estrutura cheia de vícios, precariedades e um arcabouço legal ultrapassado e confuso, o que levou a ineficácia e debilidade do poder público e a impossibilidade do recurso à justiça por parte daqueles excluídos das camadas dominantes. O Objetivo deste texto é se distanciar desta interpretação mais tradicional a respeito do papel e funcionamento da justiça enquanto instituição. Mais do que os vícios e problemas herdados, toda uma recente historiografia tem mostrado que a justiça enquanto instituição funcionou como mediadora e administradora de conflitos entre iguais; entre aqueles que partilhavam de um acordo básico sobre as normas sociais e que se encontravam nos mesmos espaços sociais e concorriam entre si em várias instâncias.

A Historiografia nacionalista argentina em face da representação sarmientina do gaúcho

Diego Gobo Porto

Mestrando

UFES

Segundo Nicolas Shumway, no livro *A invenção da Argentina*, a vida política e intelectual dos argentinos tem sido marcada, desde o século XIX, por uma grande cisão. De um lado, os liberais, que acusam os nacionalistas pelo atraso argentino. Do outro, os nacionalistas, que acusam os liberais de não defenderem os interesses da nação e de venderem a pátria. Obviamente, essa divisão também se deu no campo da historiografia.

Ante essa constatação, o objetivo da presente comunicação é apresentar e analisar alguns pontos da crítica da historiografia nacionalista à visão dos liberais, especificamente, a de Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), sobretudo no que concerne à representação dos gaúchos: para os nacionalistas, a Argentina mais profunda; para Sarmiento, a barbárie.

Mesa-redonda: "Historiografia e Identidade"

'Crise de consciência histórica' e novos projetos de escritura da história entre os intelectuais paulistas do início da década de 1930

Diogo da Silva Roiz

Professor

UEMS

Para uma parte da 'intelectualidade paulista', os acontecimentos de 1929 (crise da bolsa de valores de Nova York e da economia cafeeira no Brasil), de 1930 (início do governo provisório de Getúlio Vargas e fim da Primeira República), e de 1932 (derrota dos combatentes paulistas, ao tentarem restaurar a hegemonia do Estado de São Paulo, na 'Revolução Constitucionalista') causaram uma verdadeira crise de 'consciência histórica' (tal como a define Jörn Rüsen). Em função dos caminhos então duvidosos para o Estado, alguns grupos e intelectuais se organizaram com o objetivo de pensar 'novos' projetos de 'escritura da história', para rever o passado, o presente e até o futuro paulista e nacional, e contornar a situação. Na falta de uma melhor definição, argumento que se concentraram entre 'um discurso mitológico' (com ênfase nas 'origens' de um passado 'mítico', centrado na 'figura' do bandeirante) que foi defendido tanto por Afonso de Taunay, quanto por Alfredo Ellis Júnior, como uma forma de se sair da 'crise', tendo em vista o passado 'grandioso' e 'exemplar' do 'povo' do Estado de São Paulo; 'um discurso ideológico' (por estar centrado no presente e em projetos políticos), que foi defendido pelo grupo dirigente do jornal O Estado de S. Paulo, representado por Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e Armando de Salles Oliveira, que ao ser chamado por Getúlio Vargas, em 1933, como interventor do Estado de São Paulo, viram a oportunidade ideal para porem em prática um projeto político, articulado a um projeto educacional (que colhia suas bases no movimento 'escola-novista'), por presumirem que, uma vez perdida a hegemonia no campo político e econômico, o Estado de São Paulo recuperaria seu lugar junto a Nação, não ao mitificar o seu 'passado glorioso', mas sim ao transformar as bases da 'cultura nacional', por meio de um projeto de implantação de universidades, escolas, e novos profissionais para o ensino; e 'um discurso utópico' (com ênfase numa mudança gradual, mas profunda, da 'consciência histórica' dos indivíduos), primeiro defendido por intelectuais vinculados ao 'movimento modernista', e, depois, de modo mais sistemático por Sérgio Buarque de Holanda, ao presumir que o grande problema, não do Estado de São Paulo, mas sim da 'Nação', era justamente as suas amarras com 'as raízes ibéricas de um passado', que além de não engrandecer o país, tornava-o amplamente excludente com as 'massas anônimas', haja vista que os processos políticos se definiam com base em acordos entre as 'classes dirigentes', e não em função de processos 'democráticos'.

A reinvenção do Candomblé em Pierre Verger: Uma análise de *Fluxo e Refluxo*

Diovana Ferreira de Oliveira

Graduanda

FCU

Nesse trabalho pretendemos analisar como se deu a reinvenção do candomblé no Brasil segundo Pierre Verger e quais os fatores históricos que contribuíram para esse processo de reconfiguração cultural. De acordo com Verger em *Fluxo e Refluxo*, as características culturais do povo baiano apresentam-se no universo da cultura religiosa preservada no candomblé Nagô. Nossa tentativa será expor as características pelas quais se organizou o culto aos orixás no Brasil a partir da visão de Pierre Verger. O Brasil é um país que apresenta uma grande diversidade étnico-cultural, portanto, se faz necessário um balanço historiográfico de estudos sobre o tema hoje, momento em que essa diversidade invade os espaços de discussão e produção acadêmica, no sentido de dar conta de suas expressões e promoções na sociedade contemporânea.

A Revista do Arquivo Público Mineiro e a História do Caraça

Edson dos Santos Nascimento

Graduando

UFOP

Kássia Pereira da Costa

Graduanda

UFOP

Natália Martins Oliveira Gonçalves

Graduanda

UFOP

Nos primórdios dos oitocentos estabelece-se na Serra do Caraça um colégio que objetivava propor aos jovens daquelas terras uma formação intelectual de cunho humanista. Foi em 1820, quando dois padres Lazaristas portugueses assumiram o Santuário, após a morte do fundador, o Irmão Lourenço, que se iniciaram as atividades do colégio. Porém, a idéia de instalar um colégio já havia sido evidenciada como um dos desejos do fundador, onde em seu testamento, ao doar todos os seus bens para Dom João VI, ele descreve seus anseios em relação ao desfecho que se daria ao santuário, após seu falecimento.

Visa-se, nesta comunicação, fazer um balanço historiográfico a partir da análise de alguns artigos selecionados da Revista do Arquivo Público Mineiro – entre os anos de 1901 e de 1908. Estas dissertações têm comumente o intuito de trabalhar através de transcrições e análises documentais referentes ao Colégio.

***Sexualidade* na Grécia Clássica: um conceito possível**

Edson Moreira Guimarães Neto

Mestrando

UFRJ

Sexualidade é um dos conceitos que mais tem incitado debates na produção historiográfica nas últimas três décadas, sobretudo nos estudos que se concentram na Antigüidade. Tais estudos têm, essencialmente, se baseando nas obras de Michel Foucault (*História da Sexualidade*) e Kenneth James Dover (*A Homossexualidade na Grécia Antiga*), e, a partir desses trabalhos/autores tendem a concluir que o conceito de sexualidade pertence ao Mundo Moderno. Consideramos que *sexualidade* é um conceito dotado de historicidade, portanto, específico e particular de cada sociedade. Acreditamos que, mesmo não existindo termo(s) específico(s) para definir tal conceito e suas nuances, a sua prática está presente na cultura helênica. Desta forma, em nosso trabalho, através de indícios documentais, demonstraremos como se dava a construção da sexualidade na sociedade ateniense do Período Clássico (séculos V e IV a.C.).

Antigos e modernos na *Historia Geral do Brazil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878)

Eduardo Wright Cardoso

Graduando

UFRGS

Em momentos de hesitação, característicos da substituição ou deslocamento de formas de cultura ou de pensamento, tradições anteriores servem de suporte e segurança. É possível pensar o século 19 brasileiro justamente como um destes períodos de transição e acomodação, no qual emerge uma cultura histórica original. O esforço de legitimação desta nova forma de retratar e pensar o tempo, impõe a necessidade de dialogar com a tradição e a inovação, ou, com modelos antigos e modernos. O debate ou a querela que opunha ambos pode ser percebido na produção histórica deste período. Tenciono, pois, verificar como antigos e modernos são empregados na obra *Historia Geral do Brazil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). Para isso, efetuo um mapeamento das referências utilizadas pelo historiador, objetivando verificar o peso atribuído a estes modelos, bem como entender as razões de seus usos.

Memória, identidade e representação: questões da historiografia

Eladir Fátima Nascimento dos Santos

Mestre

Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEERJ)

O objeto deste trabalho é procurar aprofundar reflexões iniciadas na pesquisa para a dissertação de mestrado defendida pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), na qual foram apresentadas e analisadas as ações da entidade federativa dos favelados do Rio de Janeiro. A metodologia privilegiada foi a da história oral com realização de entrevistas temáticas. No desenvolvimento da pesquisa ficou claro que não se poderia recorrer à memória como um ato apenas de busca de informações com o objetivo de reconstituir a identidade e o passado da organização e dos seus atores sociais. Percebeu-se a memória e a identidade como processos dinâmicos dependentes de variáveis como o tempo, o espaço e o movimento e que, o historiador deve entendê-las e analisá-las como representações no presente que nos auxiliam na construção do conhecimento histórico.

A escrita da história no século XIX. O caso Gonçalves de Magalhães.

Eliete Lucia Tiburski

Mestranda

UFRGS

Durante o século XIX, a história no Brasil passava por um momento de definição de seu cânone. Assim, os letrados desse período, concentrados, sobretudo, no *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1838) discutiam acerca das suas definições, dos seus objetos. Em meio a esse contexto, onde a história parece se definir como aquela que estuda o passado, notamos um certo interesse também por uma história mais recente. É o caso do trabalho de Gonçalves de Magalhães, *A Memória Histórica e Documentada da Rebelião da Província do Maranhão* (1848). Através dele, pretendo compreender como se estabeleceu o que chamo de uma história do tempo presente no Brasil Oitocentista e como ela nos permite entender a formação de uma noção de história no século XIX.

Varíola e Vacina Antivariólica na Província de Minas Gerais no Século XIX – Análise da documentação à luz da historiografia

Eliza Teixeira de Toledo

Graduanda

UFMG

Ana Carolina Rezende Fonseca

Graduanda

UFMG

Um dos aspectos destacados pela historiografia da saúde no Brasil para o século XIX são as epidemias de varíola. Além dos impactos causados pela doença na vida social, é dado destaque à mobilização em torno da vacinação, que podemos considerar como uma das principais ações do estado em relação à saúde pública naquele período. A bibliografia sobre o tema, porém, trabalha de forma privilegiada a cidade do Rio de Janeiro. A partir dos dados que temos levantado através do projeto "A história da saúde na província de Minas Gerais, séc. XIX" (FAPEMIG), pretendemos apresentar nessa comunicação algumas reflexões iniciais sobre as epidemias de varíola nessa província, as medidas de contenção da doença, em especial a prática da vacinação, e pensar o que podemos aprender sobre aquela sociedade através do exame de sua experiência com as epidemias desta moléstia.

Annales – Uma História em Revista

Elloá Figueiredo dos Santos

Graduanda

UFRRJ

Em 15 de janeiro de 1929, fora lançado o primeiro número dos *Annales d'histoire économique et sociale*, os quais provocaram, ao longo das décadas seguintes, uma gradativa ruptura em relação aos métodos, teorias e objetos da História e de outras Ciências Humanas e Sociais de até então. Em sua primeira fase, de 1929 a 1938, como projeto confesso de poder político no campo das ciências, seus membros dialogavam com vários segmentos dos ramos das ciências sociais e possuíam distintas matrizes ideológicas, as quais, por sua vez influenciaram na constituição da Revista, e que, portanto, não estavam imunes às influências da atmosfera intelectual dos anos 20 e 30. Um dos principais desafios àqueles intelectuais que a compunham foi sem dúvida afastar-se, no plano científico, do historicismo, e no plano político, do ideário dos movimentos de direita, em especial do fascismo, cuja configuração se apresentava igualmente como “novo”, “moderno”. Este trabalho tem o intuito de verificar em que grau e de que modo o ideário fascista esteve presente na interlocução da construção dos *Annales* em sua primeira fase.

Inova-se ou Arrisca-se?: 'linguistic turn' e o ofício do historiador

Elton John da Silva Farias

Mestrando

UFCG

Discussão evidenciada a partir da década de 1970, caracterizada, dentre outras coisas, por sua vontade de “desmistificar” o caráter cientificista da disciplina História, a chamada 'linguistic turn' (viragem linguística) pôs em questão alguns dos principais parâmetros que identificavam certas regras e (im)possibilidades do ofício historiográfico. Sua ênfase se direcionou à interrogação da própria prática do historiador: os conceitos de *enredo* (escrita) e *verdade* não seriam, assim, tão fraternos entre si quanto pensavam certas tradições históricas, tais como o positivismo rankeano ou a história quantitativa serial. Divulgada intensamente por Hayden White, a 'linguistic turn' assumiu uma postura considerada *nominalista* que, em tese, rejeita a idéia de que discursos possam narrar objetivamente as tramas do cotidiano e a experiência social. Assim, esta comunicação tenta tecer uma análise acerca dos impactos dessa iniciativa, discutindo certos conceitos inerentes a essa perspectiva linguística e apontando possíveis prós e contras de seu uso na operação historiográfica.

A História como projeto político na obra de Bossuet

Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva

Graduanda

UFMG

Esta comunicação tem como objeto central a obra *Discursos sobre a História Universal*, de Jacques Bénigne Bossuet. A análise deste livro é feita sob duas perspectivas distintas. Por um lado, busca-se investigar a participação política de Bossuet no reinado de Luís XIV e o uso que o autor faz do conhecimento histórico para legitimar as ações do Monarca. Por outro, averiguar as possíveis apropriações da mesma obra nas reformas político-administrativas instituídas pelo Marquês de Pombal, tendo em vista que a circulação dos *Discursos* foi expressiva nesse contexto. Para tanto, são basilares as discussões que norteiam a História dos Livros e da Leitura, bem como os debates sobre o conceito de História nos séculos XVI e XVII, na tentativa de compreender a “pedagogia política” presente no livro e as apropriações que dessa foram feitas nas reformas pombalinas.

Gustavo Barroso e a Construção da Identidade Nacional

Erika Morais Cerqueira

Mestranda

UFOP

Nesta comunicação objetivamos analisar a importância que a história militar possui na obra historiográfica de Gustavo Barroso. Propõe-se que a Guerra do Paraguai foi um momento crucial para a história brasileira, e pode-se depreender na narrativa barrosiana uma construção mais ampla: a de uma história nacional identificada à história militar.

História, memória e literatura: os usos das fontes na reconstrução dos processos históricos vividos pelos sertanejos do Norte nos séculos XIX e XX

Euclides Antunes de Medeiros

Professor

UFT

Olivia Macedo Miranda Cormineiro

Mestranda

UFU

Nossa proposta para a presente comunicação centra-se na problematização da relação existente entre História, memória e literatura e dos usos possíveis das fontes literárias e memorialísticas para a reconstituição dos processos históricos. A discussão é fruto de duas pesquisas, uma de doutoramento e outra de mestrado realizadas, no momento, por seus proponentes. Estas têm por base investigativa a literatura regional, obras de memorialistas e relatos de viajantes referentes ao antigo extremo norte de Goiás, sul do Pará e sul do Maranhão. Nesse sentido, o que pretendemos é apresentar algumas análises acerca do campo de possibilidades, nascidas em nossas experiências de pesquisas, que surge ao historiador ao servir-se de fontes tão diversas para a compreensão das várias dimensões dos modos de viver dos sujeitos sociais.

Mesa-redonda: "Historiografia e Identidade"

Monarquistas ou Republicanos: uma reflexão sobre o Contestado

Everton Crema

Mestrando

UFPR

Entre 1912 e 1916 irrompe nos sertões dos estados do Paraná e Santa Catarina a Guerra do Contestado, uma das maiores revoltas populares do Brasil. Em suas origens encontramos a disputa pela terra, o fim do tropeirismo, a modernização regional e uma controversa disputa entre "monarquistas", "pelados" e "republicanos", "peludos" como pano de fundo, articuladas a construção de uma ferrovia que cortou a região ao meio, transformando e reelaborando em novas bases todo aquele universo caboclo.

A amplitude e rapidez do processo cristalizaram posições políticas, o fim das expectativas de vida do caboclo se transformaram em luta, os ideais de progresso de uma elite ilustrada legitimaram o confronto contra a "barbárie", o resultado mostrou-se trágico, ainda observável na região do Contestado.

Dessa forma, analisar as interdependências históricas do conflito, ou de qualquer fato histórico se apresenta muitas vezes como uma difícil tarefa, que acreditamos dar melhor efeito a nossa proposta através das idéias de Jörn Rüsen em sua matriz disciplinar, em uma "Meta-História".

Mesa-redonda: “As capturas do passado nas memórias e nos programas históricos do IHGB e do IHGN no Oitocentos”

Entre legados e demandas: a proposição de programas históricos nos primeiros anos de atividades do IHGB

Fabiana Rodrigues Dias

Mestranda

UERJ

A comunicação a ser apresentado pretende analisar os enunciados veiculados pelos programas históricos, propostos no IHGB, entre 1838 e 1856. Como parte de um esforço incomensurável pela apreensão de um tempo pretérito firmado como pertencente à tradição nacional, tais enunciados foram condicionados pelos interesses da elite que se revezava entre os afazeres políticos e os acadêmicos. Propostos de maneira distinta de como eram sugeridos os temas para assunto de memória histórica, os programas não pareciam ter como meta integrar a história pátria a ser chancelada pelo Instituto, mas esclarecer alguns dos opacos pontos que precisavam ser elucidados naquele contexto de construção da nacionalidade.

Invariavelmente formulados sob a forma interrogativa, os enunciados programáticos sugerem uma coexistência entre a herança retórica e as demandas contemporâneas pela disciplinarização do campo historiográfico. Neste sentido, o presente trabalho buscará analisar os paradigmas e os interesses imbricados na elaboração de tais proposições.

Mesa-redonda: “As esquerdas brasileiras nos anos 1950 e 1960: O comunismo, o trabalhismo e a esquerda católica”

O trabalhismo revolucionário e a resistência à ditadura militar dos anos 1960

Fábio André Gonçalves das Chagas

Professor

UEMG

A partir da segunda metade dos anos 1950 o trabalhismo brasileiro passara por metamorfoses aceleradas no sentido de levar sua militância mais combativa em direção ao espectro político de esquerda no país. Destarte, o ex-governador gaúcho Leonel Brizola acaba se tornando a mais expressiva liderança das esquerdas brasileiras no princípio da década de 1960, donde lidera a resistência ao golpe a partir do Rio Grande no ano de 1961.

Com o golpe civil-militar de 1964 as atividades políticas legais desta vertente revolucionária do trabalhismo cessaram e boa parte desta militância lançou-se se à resistência armada à ditadura.

Assim, não obstante a presença de pequenos grupos de comunistas, a resistência armada entre 1964 e 1967 foi hegemônica pelo trabalhismo radical. A partir de 1968 a hegemonia passou a ser dos comunistas, embora se possa notar nesta a presença de remanescentes do esquema brizolista.

Balço historiográfico: A representatividade política em Minas na Primeira República

Fábio Francisco de Almeida Castilho

Doutorando

UNESP-Franca

A presente comunicação se propõe a apresentar um balanço historiográfico acerca da representação e disputas internas políticas em Minas na Primeira República. Destacaremos a presença dos políticos sul-mineiros, região identificada como hegemônica por parte da historiografia no período que se estende de 1898 a 1918.

Assim, pretendemos abordar uma série de trabalhos produzidos a partir da década de 1950 em torno do tema. Visto que este mote tem sido revisitado com certa frequência em pesquisas recentes, conferindo um caráter fundamental para a compreensão da história política e formação da estrutura de poder que se configura em Minas Gerais ao longo da República Velha.

Mesa-redonda: “O que (e como) se deve ler para conhecer o Brasil: algumas leituras do século XX”

Leituras e releituras da História: a historiografia brasileira nas edições de *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*, de Nelson Werneck Sodré

Fábio Franzini

Professor

UNIFESP

O objetivo desta comunicação é apresentar como a historiografia brasileira aparece nas diferentes edições de *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, da primeira (publicada em 1945) à sexta (lançada em 1988). O que se pretende, mais precisamente, é verificar os autores e títulos com que Sodré dialoga a cada momento dessa trajetória editorial e também intelectual, destacando tanto as análises que elabora a seu respeito quanto as escolhas, alterações e ajustes que realiza a cada nova edição, no sentido de fornecer interpretações – e, por extensão, recomendações, ensinamentos – historiográficas sempre “atuais” acerca do conhecimento do Brasil.

O papel do ensino de história na formação da identidade nacional argentina segundo o pensamento de Ricardo Rojas

Fabio Muruci dos Santos

Professor

UFES

O início do século XX foi um período de intenso debate sobre o problema da identidade nacional na Argentina. A entrada maciça de imigrantes europeus no período foi vista como uma ameaça aos fundamentos da nacionalidade. Uma das reações propostas por intelectuais nacionalistas foi a valorização do ensino da história nacional como uma forma de disseminar o culto aos valores cívicos e o espírito de harmonia nacional. Neste quadro se destaca a obra *La Restauración Nacionalista*, publicada pelo historiador Ricardo Rojas em 1909. Junto com um programa de reforma do ensino de humanidades, Rojas apresenta uma crítica das correntes historiográficas liberais e positivistas argentinas, centrada na recusa da objetividade e da importação de modelos civilizatórios europeus. Pretendemos examinar sua proposta, inspirada em Carlyle e Macaulay, de uma educação histórica voltada para a vida dos heróis nacionais, tomados como exemplos de civismo e apresentados como uma possibilidade de conciliação dos elementos nacionais em conflito.

A busca pela verdade na história: heróis e utopias na obra de Irineu Ferreira Pinto

Fabricio de Sousa Morais

Mestre

UEPB

O objetivo dessa comunicação é discutir a construção da história do Brasil numa área afastada do epicentro político-econômico do país, o estado da Paraíba. A idéia central é analisar, a partir dos dois volumes de *Datas e notas para a história da Paraíba* (1908-1916), escritos por Irineu Ferreira Pinto (1881-1918), como, no início do século XX, este historiador, a partir da coleta de um vasto número de documentos, criou uma versão da história deste estado. Para Ferreira Pinto e boa parte dos seus “seguidores” os documentos oficiais são verdades incontestas, por isso o trabalho de “resgate”. Vale ressaltar que a sua obra foi uma das grandes influenciadoras dos historiadores ligados ao IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano). O intuito maior era construir uma história da Paraíba capaz de mostrar para toda a nação os feitos heróicos dos paraibanos ilustres e com isso contribuir para o engrandecimento da história nacional.

A cultura historiográfica brasileira nas páginas da *Revista de História*

Fabício Gomes Alves

Mestrando

UFPE

A comunicação que se segue objetiva anunciar os resultados parciais de nossa pesquisa, que tem enquanto objeto de preocupação a *Revista de História*, periódico fundado pelo historiador paulista Eurípedes Simões de Paula, em 1950. O contato com tal documentação permite-nos perscrutar aspectos bastante relevantes acerca da história da historiografia brasileira, pois, vários foram os temas e intelectuais, sejam historiadores ou não, que publicaram artigos em suas páginas. Tendo em vista esse e outros elementos, pretendemos problematizar as questões que se relacionam a emergência e ao lugar que essa revista ocupou na historiografia paulista e brasileira. A atenção em torno desses problemas nos conduzirá a episódios importantes, tais como a fundação da USP, a “missão francesa de 1934” e os entrecruzamentos entre as culturas historiográficas brasileira e francesa.

Mesa-redonda: “Perspectivas historiográficas no Tocantins: diálogos multiculturais”

A (re)construção de Porto Nacional no Tocantins

Felicidade do Carmo Oliveira França

Pos-graduanda

UNITINS/EADCON

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as repercussões em Porto Nacional, no Estado do Tocantins, no período de implementação da UHE-Lajeado Luís Eduardo Magalhães. Nesse contexto, historiciza-se as transformações nas relações sociais em decorrência dos impactos nos conjuntos paisagístico e urbanístico de Porto Nacional, cidade recém tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Considerada o berço da cultura do norte goiano, Porto Nacional que surgira nas últimas décadas do século XVIII, tornou-se ponto de referência comercial, sobretudo com o Pará. Hoje, observa-se a transformação de sua identidade e memória cultural, pois há uma transformação denominada ‘progressista’ para o processo de desenvolvimento. Nessa perspectiva, trata-se, especificamente de analisar as modificações socioculturais portuenses, utilizando o método da pesquisa participante, assim como dos registros audiovisuais e iconográficos, coletados e catalogados e, enfim, mantendo contato com os atores sociais envolvidos.

Das contribuições da História cultural à História da educação

Felipe Menezes Pinto

Mestrando

UFMG

O objetivo da Comunicação Livre denominada “Das contribuições da História Cultural à História da educação” é o estudo das relações entre esses dois fazeres historiográficos, procurando ressaltar aqueles aspectos que considero positivos e que, fruto dessa aproximação, acabaram por influenciar a recente historiografia da educação. Pretende-se discutir as contribuições trazidas pela Nova História Cultural, como o alargamento da noção de fonte, o uso de conceitos como os de representação, apropriação e imaginário, bem como a busca por novos objetos por parte da História da educação, à luz de um estudo que pretende vislumbrar as práticas educativas, as noções de intolerância perpetradas por estas e a tentativa de construção da identidade nacional brasileira, por meio da educação, durante o Estado Novo varguista (1937-1945).

As festas cívicas e religiosas promovidas pelas câmaras no contexto do Antigo Regime e a manutenção do poder régio e local em debate

Fernanda Fioravante

Doutoranda

UFRJ

O presente trabalho apresentará um debate historiográfico atinente ao sentido político das festas promovidas pelas câmaras municipais de caráter cívico e religioso no Antigo Regime, seja no na América Lusa, seja no reino. Tais eventos, revestidos de pompa e efeitos espetaculares, como fogos de artifício e suntuosos carros alegóricos, possuíam um destacado papel no contexto barroco de ampliação e manutenção do poder. Dessa forma, buscarei apresentar o uso das festividades tanto por parte do poder régio, como por parte do poder local funcionando como ocasião de afirmação de poder e distinção social.

Estética da vida e da morte: por uma História pós totalitarismo

Fernando Gomes Garcia

Graduando

UFMG

Constatando uma ruptura entre estética e ética, a analisaremos no seio da historiografia. O surgimento do *conceito moderno de História*, pautado pela objetividade e verdade científicas, opõe-se à vocação artística do historiador; bem como a necessidade de verdade substitui a ética pedagógica – que passa da formação de grandes homens à formação da nação e discursos de poder. Identificamos essa historiografia nacional com uma *estética da guerra*, relacionando-a com o Holocausto.

A queda dos totalitarismos e a crítica "pós-moderna" da historiografia revela o aspecto mítico das grandes narrativas – causando mal estar na "ciência histórica". Surge novo impasse: ficcionalidade narrativa/autoridade documental - avaliando os limites da representação. Analisaremos essa mudança historiográfica tomando o Holocausto como experiência limite que "sepultou a História" - deste "fim", quer-se verificar possibilidades de conciliar estética e verdade, em busca de um novo sentido para a História.

Mesa-redonda: “O problema das fontes e a historiografia: apropriações do mundo antigo e medieval”

A historiografia pós-revolucionária e a retomada de Joana d’Arc

Flávia A. Amaral

Doutoranda

USP

Joana d’Arc é um personagem cuja trajetória interessou às mais diversas áreas, desde a própria história, passando pela psicologia e dramaturgia. Mas a vida da Donzela nem sempre despertou tamanho interesse. Ela mereceu atenção de alguns textos que lhe foram contemporâneos, mas nos séculos que se seguiram à sua morte poucos se ocuparam de sua história. Observa-se um aumento significativo no número de obras nas quais o interesse central é a figura de Joana, em fins do século XVIII e início do XIX. De fato, tais textos foram produzidos em um ambiente intelectual politicamente influenciado por discussões sobre o significado e o alcance da Revolução Francesa e sobre o papel do Terceiro Estado. O objetivo dessa comunicação é debater em que medida a historiografia pós-revolucionária foi definitiva para a inauguração de uma nova visão em relação a Joana d’Arc, responsável por transformá-la em heroína nacional incontestada para a França.

Mesa-redonda: "Itinerários cosmopolitas, destino unificado: em torno das representações da história na formação das narrativas nacionais luso-brasileiras"

Uma sociedade civilizada? O humanismo comercial e a *História do Brasil* de John Armitage

Flávia Florentino Varella

Mestranda

USP

A partir de finais do século XVIII o vocabulário do "humanismo comercial" surgiu como horizonte explicativo do estado de desenvolvimento civilizacional das nações. Por meio do comércio seria possível promover a expansão cultural e o refinamento das maneiras já que essa atividade intensificaria o contato dos homens com as pessoas e as coisas produzidas. Armitage relata como a colonização portuguesa, até 1808, gerou a impossibilidade de desenvolvimento de uma sociedade comercial no Brasil. Ao invés de Portugal estimular o desenvolvimento das sociabilidades modernas em sua colônia, realizou uma colonização baseada na inveja dos progressos brasileiros. Buscamos apresentar nessa comunicação como o comércio ou a falta dele são fatores de central importância na explicação do estágio e desenvolvimento da civilização brasileira promovido por Armitage.

Consumismo e Cidadania no Brasil (1986 – 2002): a construção de uma visão de mundo neoliberal

Flávio Henrique Calheiros Casimiro

Mestrando

UFSJ

O cerne da proposta consiste em discutir o processo de redefinição do conceito de cidadania e a cultura do consumo no território brasileiro, de 1986 a 2002. Essa cultura, fundada na forte valorização da imagem e do *status* social, promovido por meio de símbolos de consumo, encontra na ideologia neoliberal seu embasamento teórico e veículo ideológico fundamental. É importante perceber a influência do neoliberalismo no Brasil, não apenas no sentido de uma imposição hegemônica exterior, mas sim como uma matriz ideológica difundida por meio de uma ação consciente e metódica de instituições e agentes, entre os quais podemos apontar os próprios empresários. Essa matriz seria posteriormente instrumentalizada em políticas adotadas pelo Estado nos anos 90. Pautados na perspectiva teórico-metodológica da História do Tempo Presente, analisamos a difusão midiática do pensamento neoliberal, utilizando, como fontes, periódicos de circulação nacional, como as revistas *Veja*, *Isto É* e *Banco de Idéias* IL.

A teoria da linguagem narrativa de Frank Ankersmit: o descurar da epistemologia

Flávio Silva de Oliveira

Graduando

UFG

O cerne da teoria da História do pós-modernista Frank Ankersmit é a convicção íntima do papel estruturante da linguagem, e sua função de mediação na produção histórica de significado. Sua teoria da História é, portanto, uma teoria da linguagem narrativa. Seu escopo é demonstrar a inoperância da distinção (fundamentalmente epistemológica) linguagem/realidade e, sobretudo, evidenciar a inutilidade dos instrumentos da epistemologia para explicar a natureza desta relação. Inutilidade em virtude do fato da inexistência de qualquer diferenciação ontológica entre representação e representado. A narrativa, nesta acepção, possui o estatuto ontológico de um objeto, ela é irrevogavelmente opaca e auto-referente. Destarte, a meta de Ankersmit é abandonar a epistemologia e suas implicações, que inevitavelmente surgem quando aceitamos a linguagem (histórica) como transparente, ou como um espelho do passado. Este trabalho terá como mote a análise do quadro conceitual elaborado por Ankersmit para solapar a distinção linguagem/realidade e as decorrências epistemológicas desta distinção.

Sobre o conceito de representação: etnicidade e análise histórica das imagens cinematográficas

Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior

Doutorando

UFF

Frente ao avanço da concepção de Roger Chartier na historiografia brasileira dedicada ao cinema, visamos nesta apresentação questionar a adequação do conceito de representação coletiva na análise historiográfica das imagens. Ao relacionar o conceito com as diferentes questões teóricas que surgem quando o historiador o aplica na análise histórica sobre etnicidade no cinema brasileiro, observamos que ocorre um certo desgaste da noção tal como geralmente é tomada. A tríade de Chartier (prática/representação/apropriação) perde força de análise quando confrontada com a complexidade das representações étnicas nos filmes brasileiros. A discussão da etnicidade no cinema nos permite pensar a representação como um processo relacional e não como um resultado de processo ou uma matriz de sentido coletivo formado pelos sistemas classificatórios sociais.

Mesa-redonda: “As capturas do passado nas memórias e nos programas históricos do IHGB e do IHGN no Oitocentos”

Antes do texto a performance: um breve comentário sobre “memórias históricas”

Francisco Gouvea de Sousa

Doutorando

PUC-Rio

Impressa ao longo das páginas da revista do IHGB, a expressão “memórias históricas” aparece como subtítulo de um conjunto variado de textos. Não se tratando de uma denominação fortuita, mas uma marca da editoração da revista e organização dos arquivos do IHGB, a diversidade de artigos que tem essa expressão em seu subtítulo dirige a dois pontos: a alguns estatutos das sociedades ilustradas impressos nas revistas do IHGB (onde “memória histórica” é definida e associada a uma concepção de história que supõe uma *coleção* de memórias como condição para a escrita de uma história geral); e a oralidade marcante das sessões e produção do Instituto. Afinal, boa parte dos textos impressos na revista foi apresentada oralmente antes de ser publicado. Ou seja, antes do texto havia a performance. Essa particularidade levava a uma forma de produzir que não mirava necessariamente um *significado*, mas um *efeito*.

Descoberta *versus* Justificativa: Sociologia e Filosofia do conhecimento científico na primeira metade do Século XX

Francismary Alves da Silva

Mestranda

UFMG

Até meados da primeira metade do século XX, as narrativas históricas sobre o desenvolvimento científico dividiram-se conforme as distintas ênfases dadas aos seus objetos. De acordo com essa divisão, poder-se-ia denominar as narrativas de internas ou externas. Nesse trabalho, procuro demonstrar como essa divisão (I/E) relaciona-se diretamente com as análises filosóficas e sociológicas desenvolvidas no mesmo período. Por meio da elucidação do posicionamento teórico dos principais membros do Círculo de Viena, do posicionamento de Karl Popper, de Karl Mannheim e de Robert Merton, proponho entender como se deu, primordialmente, a divisão entre Internalismo e Externalismo. Assim, a presente análise pretende expor o debate entre a Filosofia e a Sociologia, produzido na primeira metade do Século XX, tendo por base a divisão entre os contextos da descoberta e da justificativa.

Dimensões da agricultura nos discursos sobre colonização no Pará Oitocentista: Terra, matas e povoamento

Francivaldo Alves Nunes

Doutorando

UFF

Fomento à produção, reformas das técnicas agrícolas, intensificação dos sistemas de cultivo e aumento da produtividade são diretrizes recorrentes nos projetos de reformulação da agricultura desenvolvidos no Brasil no período imperial. Esses projetos objetivavam estimular a produção agrícola, seja para maior equilíbrio entre os volumes de importação e exportação, seja para atender as demandas do mercado interno. Atribuía-se assim a agricultura uma dimensão econômica, mas também civilizatória. Neste aspecto, nos propomos a discutir os variados significados presentes nos discursos atribuídos a agricultura no Pará das últimas décadas do século XIX; evidenciando que além de uma questão de consumo e produção, a criação dos núcleos agrícolas, foi também motivada por preocupações civilizatórias marcadas por um incentivo do Estado para um melhor aproveitamento da terra, do exercício de domínio das matas, promoção do povoamento; e igualmente disciplinarização dos sujeitos sociais envolvidos na construção desse espaço.

Teoria e Filosofia da História em Nietzsche

Frederick Gomes Alves

UFG

Graduando

Analisar a filosofia (crítica e especulativa) da história de Nietzsche como uma crítica da modernidade e a um modo de filosofia da história específico, calcado na noção de progresso teleologicamente orientado é minha hipótese neste trabalho. Para tanto buscarei formar um quadro do pensamento nietzschiano tendo como chave interpretativa para tal, sua relação com o romantismo alemão, na forma da tradição filológica. Em uma tentativa de contribuir para a compreensão da filosofia da história de Nietzsche, tratarei de expor brevemente sua filosofia da vida. A fim de sustentar minha hipótese a argumentação girará em torno do cruzamento de referências de alguns autores que já trabalharam o pensamento de Nietzsche. Os autores elencados são: M. Heidegger, M. Foucault, G. Deleuze e Hayden White.

O tema da controvérsia científica na historiografia das ciências

Gabriel da Costa Ávila

Mestrando

UFMG

Na recente historiografia das ciências o tema da controvérsia científica desempenha um papel crucial. As controvérsias são momentos onde ocorrem disputas pela explicação de um fenômeno, interpretações dos resultados experimentais, teorias concorrentes. Nesse trabalho, pretendo rastrear como esse tema foi ganhando importância no estudo sobre as ciências e como, a partir da análise das controvérsias, modificamos nossa compreensão sobre a natureza das ciências. Não se trata, contudo, de um estudo do significado das controvérsias para o desenvolvimento de uma ciência, mas sim de uma investigação teórica sobre as aplicações, os limites e as possibilidades dessa abordagem como forma privilegiada de entender a atividade científica, ou seja, como a história das controvérsias científicas pode nos ensinar a respeito da dinâmica da ciência.

A controvérsia em torno do fim do Império Romano e a Antiguidade Tardia

Gabriel Requia Gabbardo

Mestrando

UFRGS

Por muito tempo, os séculos IV e V foram encarados como um período de colapso e declínio globais na sociedade romana – “a vitória da barbárie e do cristianismo”, nas palavras de Edward Gibbon. Tal visão, secular, começou a ser matizada, e mesmo contestada, a partir do final da Segunda Guerra, principalmente na obra do historiador irlandês Peter Brown, que estabeleceu a periodização de uma “Antiguidade Tardia”, que se estenderia de 200 a 800 d.C. O presente trabalho realizará um balanço destas contestações – além de Peter Brown, indiquemos os nomes de Glen Bowersock e Henri Irénee-Marrou- , que detonaram uma verdadeira revolução historiográfica no ambiente acadêmico anglo-saxão.

Revisitando *Raízes do Brasil* através de seu estilo

Gabriel Santos da Silva

Graduando

UFOP

Muito já foi dito e escrito sobre *Raízes do Brasil* – “um clássico de nascença” segundo Antônio Candido. Esta comunicação pretende, entretanto, revisitar a obra com um novo olhar. Munido do quadro teórico fornecido por Hayden White em *Meta-história*, desejo analisar as escolhas estilísticas de Sérgio Buarque para, a partir daí, iluminar suas proposições políticas às vésperas do Estado Novo. Para tanto recorrei à comparação entre diferentes edições do livro. Este procedimento, creio, é capaz de revelar como a construção narrativa de *Raízes* está atrelada ao momento político que lhe é contemporâneo. A percepção desta configuração estilística singular permite ainda rever certos pontos-chaves no debate atual sobre a obra: o aparente paradoxo que a subjaz e o uso da linguagem figurativa como reveladora das permanências modernistas no Sérgio de *Raízes do Brasil*.

O sentido da abdicação de Dom Pedro I para a Vila de Campanha da Princesa

Gabriela da Silva Ramos Fernandes

Graduanda

UFSJ

O presente trabalho pretende entender como relevantes alterações políticas ocorridas na Corte Imperial foram sentidas nas vilas do interior. Para tanto, através da revisão da historiografia sobre a abdicação de Dom Pedro I, objetiva entender como tal marco da história política brasileira foi sentido em Campanha da Princesa, vila situada no sul de Minas Gerais que se destacou pelo potencial econômico. Dessa forma, tendo como fonte as Atas da Câmara Municipal de 1830 a 1833, periódicos e correspondência de Juiz de Paz, pretende investigar sobre como o início da Regência foi sentido pelos vereadores, qual posicionamento político adotado e, sobretudo, qual medida foi tomada para a manutenção da ordem.

Literatura e Política: discursos e projetos de integração nacional

George Leonardo Seabra Coelho

Mestrando

UFG

Esta comunicação tem o intuito expor uma breve avaliação sobre a relação entre literatura modernista e a política no Brasil no século XX. Nosso intuito será perceber como algumas correntes da literatura modernista – principalmente o verdeamarelismo e o pensamento de Cassiano Ricardo – se relacionaram com o governo autoritário instaurado depois de 1930. No que concerne a obra de Cassiano Ricardo, iremos avaliar como o tema da Fronteira e ocupação do território foram apropriados pelo governo Vargas como saída para o atraso econômico do país. Assim, propor que esses temas que ganharam muita atenção do governo Federal na década de 30 e 40 permaneceram em projetos de desenvolvimento nas décadas de 50 e 70.

Cultura historiográfica e Cultura histórica: conceitos antagônicos ou complementares?

George Silva do Nascimento

Mestrando

UFPB

A cultura é uma palavra-chave que vem ocupando um papel central dentro das discussões teórico-metodológicas do conhecimento histórico. Conceitos como *cultura historiográfica* e *cultura histórica* estão sendo constantemente abordados, principalmente na busca de serem pensados de modo distinto dos que se tornaram tradicionais neste campo. A cultura historiográfica ao invés de buscar descrever cada tipo de história produzida pelos historiadores se encarrega de analisar a forma desta escrita no tempo, quais as implicações teóricas, metodológicas e suas perspectivas orientadoras do passado e a cultura histórica pretende entender como diversos grupos sociais, não só os historiadores, lidam e fazem uso do passado. Contudo estes conceitos acabam nos levando a pensar na existência de um antagonismo na medida em que a cultura histórica nos traz a idéia de uma independência de produção de sentidos do passado em relação a cultura historiográfica. Nosso intuito é poder demonstrar que estes dois conceitos são muito mais complementares do que pensamos.

O niilismo como superação do passado ascético: Nietzsche e a filosofia da história

Geovano Moreira Chaves

Mestrando

UFMG

Mesmo sendo considerado por muitos um dos pioneiros responsáveis por demonstrar que toda a filosofia da história é apenas uma interpretação da realidade, e não uma verdade absoluta propositora de uma redenção da humanidade em sua etapa finalista, ainda assim, acreditamos que as argumentações de Nietzsche podem, entendidas em seu conjunto, remeterem também a uma filosofia da história, onde o homem ocidental contemporâneo a Nietzsche é considerado fraco, ressentido pelos idéias ascéticas do cristianismo, e este modelo humano nas reflexões do filólogo/filósofo alemão deverá ser sobreposto pelo homem forte, de espírito livre.

Apresentando uma discussão bibliográfica que se refere às concepções de Nietzsche sobre o niilismo, pretendemos nesse trabalho compreender como Nietzsche faz uso da idéia de niilismo como ponto culminante da superação dos valores cristãos ocidentais tidos então como supremos, para a partir daí construir seu “projeto”, sua visão meta-narrativa da história.

Mesa-redonda: “Práticas e estratégias institucionais: religião e política”

As ações viçosianas e a Reforma Católica (1844-1875)

Germano Moreira Campos

Mestrando

UFOP

Procuraremos abordar ao longo das linhas deste texto o período romanizador da diocese de Mariana compreendido sob o governo episcopal de Dom Antônio Ferreira Viçoso no recorte de 1844 a 1875.

Desta forma, buscaremos destacar as ações de Dom Viçoso para a realização de um determinado programa reformador no espaço da diocese marianense. Para evidenciar nossa proposta, valeremo-nos de uma documentação variada baseada ora em jornais católicos do período viçosiano, ora em algumas missivas circuladas por este bispo no espaço e período em questão.

Schiller e o teatro moral

Géssica Góes Guimarães Gaio

Doutoranda

PUC-Rio

Que papel deve desempenhar o teatro na vida humana? A partir desta pergunta Friedrich Schiller, destacado dramaturgo do *Sturm und Drang*, irrompeu os limites do palco e lançou-se à reflexão acerca dos pressupostos filosóficos de seu fazer. Interrogando-se sobre a função de sua arte no mundo em que vivia, o poeta alemão embrenhou-se em uma complexa discussão a respeito da estética e de sua possível confluência com o juízo moral. Para tal, Schiller travou debate com a tradição aristotélica que irresistivelmente lhe afetava e com as idéias recém formuladas de Kant, sobretudo, na terceira crítica, na qual o filósofo alemão refletiu sobre a faculdade do juízo. Este trabalho se propõe à discussão não apenas da possibilidade de aprender com a história, como também a idéia da arte como purgadora do espírito.

Entre o antigo e o moderno: o providencialismo nas memórias históricas de José da Silva Lisboa e Luís Gonçalves dos Santos

Giorgio de Lacerda Rosa

Mestrando

UFOP

Levando-se em consideração a grande lacuna que é a historiografia produzida no Brasil anterior ao IHGB, essa apresentação se relaciona com algumas questões em aberto sobre o estatuto da escrita da história entre o período de 1808 e 1830. O principal foco recai sobre a linguagem do providencialismo, entendendo a providência como um elemento organizador dos fatos e eventos ocorridos nesse momento.

As narrativas históricas estudadas têm por tema central a construção de uma imagem positiva de D. João VI e dos benefícios trazidos pelo monarca e pela própria presença da corte portuguesa em terras brasileiras. Acreditamos que o providencialismo seja também um elemento estruturante das narrativas históricas das primeiras décadas do século XIX, e permitiu aos sujeitos do processo a constituição um quadro de referências capaz de organizar, mesmo que provisoriamente, uma realidade em crise.

Uma janela para o passado: A obra de Jonathas Serrano e a produção de uma ‘historiografia católica’ na República (1914-1939)

Giovane José da Silva

Mestrando

UFSJ

A partir da produção historiográfica do intelectual católico J. Serrano investiga-se a emergência de uma ‘historiografia católica’ no Brasil. A análise ganha relevância diante da rica trajetória de um intelectual que ocupou *lugares de produção* (IHGB), *transmissão* (Colégio Pedro II) e *elaboração de políticas culturais* no âmbito da historiografia (Comissão Nacional do Livro Didático) na primeira metade do século XX, o que permite compreender, sob outra perspectiva, a relação entre Igreja e Estado e os meandros da produção historiográfica antes de sua institucionalização em universidades no Brasil. Problematisa-se a construção de uma identidade católica nacional, por meio do conhecimento histórico, e o sentido político desta mesma identidade, a partir das influências *católico-liberal* e *tradicionalista*, sob inspiração do padre Júlio Maria, Bonald e J. De Maistre. Em termos metodológicos - sem excluir a contribuição de áreas afins como a história Cultural e mesmo Intelectual - privilegia-se a área de estudos de “história e historiografia”.

O campo científico no Brasil através dos anais da EMOP

Gisela Morena de Souza

Graduanda

UFOP

Quando fundada em 1876, a Escola de Minas de Ouro Preto fez parte de uma rede de instituições científicas que partilharam não só a crise do Império, mas – e sobretudo – temas que ajudaram a formar e consolidar o campo científico no Brasil.

A presente comunicação é resultado parcial do projeto, que pretende analisar, em linhas gerais, o papel da Escola de Minas de Ouro Preto na formação do campo científico no Brasil e, portanto centra-se nos primeiros anos dos anais da EMOP. Através do periódico, será observado seu papel na construção dos campos científicos no Brasil. Não só pensamos a forma com que os campos científicos se estabelecem e consolidam, mas como o tempo, e o passado especificamente, podem ser percebidos como categoria formativa deles.

O Papel da Imprensa na Historiografia da Paraíba

Givaldo Cavalcanti da Silva

Graduando

UEPB

Este trabalho tem como objetivo fazer uma abordagem acerca da historiografia da imprensa paraibana, levando em consideração que a História da Imprensa no Brasil é ainda um campo que promove um estudo ampliado, por apresentar muitos desafios a serem enfrentados pelos pesquisadores tanto da área de História quanto de Comunicação. Adotando a interdisciplinaridade, item indispensável para a realização de uma pesquisa desse gênero, há a possibilidade da realização de diferentes recortes e abordagens no que se trata da construção da história local a partir dos veículos de comunicação estaduais, uma vez que se trata de um objeto que precisa ser analisado por vários ângulos. Acerca dessa temática, é possível perceber que há a necessidade da construção dos marcos historiográficos na imprensa paraibana, ponto importantíssimo para o estudo da história do Estado, tendo como ferramenta de apoio a utilização de veículos de mídia. A comunicação utilizando os fatos históricos para que, através de seu ofício possa contribuir para o registro da sociedade.

Conceito, mimesis e o problema da verdade histórica

Glauber Fonseca Silveira

Graduando

UFOP

A definição da história como ramo da literatura, sua construção a partir de uma narrativa, parecem, quando fora do adequado aprofundamento teórico, uma ameaça fatal para a cientificidade da história. De fato, as teorias narrativas, tropológicas, e poéticas sobre a historiografia tenderam a obscurecer, ou mesmo dispensar, seu caráter de investigação da verdade do passado.

Pretendemos analisar nesse trabalho as possibilidades da disciplina histórica ultrapassar esses incômodos limites estéticos do discurso a partir da sua capacidade de formular conceitos. Luiz Costa Lima, no seu último livro, afirma: “a fronteira da mimesis é o conceito”.

A formulação abstrata e uniformizadora concedida pelo conceito representaria “a busca de conhecer”, cerceando a necessidade em agenciar formalmente os fatos, que é a mimesis. Assim a síntese conceitual poderia dar o traço fundamental de investigação científica no ato discursivo do historiador, elevando-o da dispersão e da diferença insondável à revelação do ser imerso na fatualidade.

As gazetilhas e a Inquisição: Discursos contrários ao Tribunal do Santo Ofício na Imprensa e nos livros Oitocentistas no Brasil e em Portugal

Glauber Miranda Florindo

Graduando

UFV

O Tribunal da Inquisição funcionou em Portugal e seus domínios entre 1536-1821. Seu principal foco de ação foram os cristãos-novos (judeus convertidos ao catolicismo em 1497 e seus descendentes), responsáveis por cerca de 80% dos documentos produzidos pela máquina inquisitorial portuguesa. Mesmo após o seu término, a Inquisição continuaria como uma das mais questionadas instituições de todo o mundo lusitano, recebendo críticas e defesas não raro apaixonadas. Esta apresentação tem como objetivo analisar as críticas à Inquisição portuguesa após sua extinção, publicadas em jornais, folhetins e livros no vólcver dos oitocentos, no Brasil e em Portugal, com o intuito de problematizar as reflexões e críticas feitas à instituição, percebendo sua origem e a ideologia imanente ao texto, bem como o posicionamento do discurso proferido diante da condição em que o Santo Ofício atuou.

A “circularidade cultural” de Ginzburg: reflexões acerca do conceito e seu legado

Guilherme Augusto Guglielmelli Silveira

Bacharel

UFMG

A presente comunicação tem a intenção de refletir e desenvolver algumas idéias sobre um importante ponto da obra de Carlo Ginzburg, a “circularidade cultural”. Primeiramente, este trabalho deverá demonstrar como as culturas orais e as culturas eruditas se relacionam e estão presentes no imaginário social dos indivíduos que vivem sob a influência de tradições que são, ao mesmo tempo, difusas e híbridas. Também é interesse do texto elucidar como realidades sócio-culturais antagônicas podem coexistir no mesmo indivíduo, em uma espécie de simbiose cultural, que é fruto das várias redes de sociabilidade possíveis. Por fim, o artigo pretende abalizar reinterpretções do conceito de “circularidade cultural” utilizadas pela historiografia brasileira.

Irmândades leigas em Minas Colonial: um balanço historiográfico

Gustavo Henrique Barbosa

Mestrando

UFMG

Nesta comunicação discutiremos os principais autores e trabalhos cujo tema seja a atuação de irmandades leigas e ordens terceiras em Minas Colonial. Um balanço historiográfico demonstrará que existem muitos trabalhos que abordam as irmandades e ordens terceiras sobretudo em seus aspectos artísticos (buscando em suas capelas características artísticas genuinamente nacionais) e ou devocionais (buscando entender a especificidade da religiosidade mineira). A comunicação pretende demonstrar como para a Capitania de Minas gerais é relevante estudos que abordem a dinâmica destes sodalícios e sua inserção dentro daquela sociedade. Em meados dos anos setecentos a sociedade mineira se assentava e buscava criar/reforçar hierarquias sociais de matriz ibérica moldadas a realidade colonial. Defendemos a necessidade de pesquisas em História Social que busquem através do estudo destes espaços jogar luz sobre as práticas sociais empreendidas em Minas colonial.

Mesa-redonda: “O problema das fontes e a historiografia: apropriações do mundo antigo e medieval”

A utilização dos poemas homéricos como fonte histórica

Gustavo Junqueira Duarte Oliveira

Mestrando

USP

Esta comunicação pretende discutir a questão da oralidade nos poemas homéricos e suas implicações para o estudo da história, com ênfase especial para a questão da tradição. Uma breve revisão bibliográfica acerca dos problemas da composição oral será apresentada, seguida de considerações acerca da validade do uso de tais fontes para o estudo da história. As questões apresentadas são as seguintes: é possível que a sociedade descrita nos poemas seja o reflexo de alguma sociedade histórica que possa ser estudada pela análise das epopéias em questão? Se os poemas são válidos como fontes históricas, são válidos para qual período? O período micênico, que tenta retratar? Aquele de sua produção ou o de sua fixação como textos escritos? A solução proposta é considerar os textos como veículos de uma tradição que tem uma validade histórica por transmitir valores ideais.

Um balanço historiográfico: as contribuições de George Rosen e Michel Foucault para análise do discurso médico

Gustavo Pinto de Sousa

Mestrando

UERJ

Esse trabalho tem como escopo refletir as contribuições teórico-metodológicas de George Rosen e Michel Foucault. Nossa atenção se expressa em estudar as transformações das “artes de curar” para o século XIX, na perspectiva historiográfica. Percebendo nos autores, a produção do discurso médico e suas práticas instituídas. O balanço historiográfico proposto aqui tem a preocupação em observar os intermédios de uma política de saúde pública atrelados ao Estado e a sociedade. Além disso, atentaremos para a colocação da proposta de Dorothy Porter em classificar Rosen e Foucault, como projetos “otimistas” e “pessimista” em relação à medicina e sociedade, respectivamente. Problematizando os termos empregados pela autora, para sistematizarmos os horizontes de tais caracterizações. Portanto, nossa proposta é, ao fim e ao cabo, buscar a interlocução de Rosen e Foucault como subsídios para análise do discurso médico.

Matrizes intelectuais da produção literária de Nelson Rodrigues

Henrique Buarque de Gusmão

Doutorando

UFRJ

A produção literária de Nelson Rodrigues (1912-1980) é marcada por algumas matrizes intelectuais que busco discutir nesta comunicação. Nelson tem em Dostoievski, declaradamente, uma primeira referência intelectual. Além de Dostoievski, será discutido o diálogo que o dramaturgo estabelece com Gustavo Corção e, a partir dele, com o escritor inglês G. Chesterton. Desta forma, será possível perceber aproximações e distanciamentos entre as crônicas e as peças rodriguianas em relação às idéias produzidas por estes intelectuais, muitas delas problematizando os pilares da modernidade, criando concepções de natureza humana e relacionando-se de uma forma bem específica com o cristianismo e com movimentos políticos, sociais e artísticos dos séculos XIX e XX.

Augusto de Lima Júnior: História como discurso polêmico

Humberto José Bis

Graduando

UFOP

Pretendemos, nesta comunicação, expor os resultados iniciais do projeto de pesquisa envolvendo Augusto de Lima Júnior, autor influente na historiografia que tinha como objeto *Minas Gerais* (espécie de entidade do passado). O autor, formado em direito e que fez carreira na justiça militar, foi protagonista da política cultural do seu tempo – entre as décadas de 1930 e 1960 – operando os escritos históricos para influir nas decisões e ações do Estado, tanto em termos mais concretos de preservação patrimonial, como também na construção (e seleção) dos signos e significados mais relevantes do passado que deveriam ser cultuados. Para isso, analisaremos a obra *Crônica Militar* de 1960, procurando identificar os traços que arregimentam as suas concepções de história e as formas conscientes (e inconscientes) de operar ou representar o passado, aproximando-o de uma historiografia conhecida como historicismo.

Os designativos de cor após a Constituição de 1824: um balanço historiográfico (1824-1850)

Iara de Oliveira Maia

Graduanda

UFOP

Nossa proposta para painel refere-se à pesquisa de Iniciação Científica em desenvolvimento, na qual analisamos os contextos em que os designativos cabra, pardo, mulato e negro, que referiam a indivíduos de cor ou mestiços, aparecem nos processos criminais após a Constituição de 1824, quando foi revogada a “mancha de sangue” contra os afrodescendentes, considerando cidadãos brasileiros, todos os homens livres independente da cor. Tendo como fonte principal os processos crimes em Mariana entre os anos de 1824-1850, visamos discutir se tais designações foram utilizadas de forma discriminatória. O ano de 1850, quando foi proibido o tráfico negreiro, foi apontado pela historiografia como marco para a associação de conotações raciais aos termos usados para a referência aos homens de cor. Neste trabalho gostaríamos de apresentar um balanço historiográfico sobre essa temática, enfatizando os trabalhos que tem abordado a história dos conceitos e as perspectivas teóricas e metodológicas para o trabalho proposto.

No horizonte do tempo histórico: a representação entre a experiência e a expectativa.

Idila de Roure

Mestranda

UFG

Esta comunicação deriva de uma pesquisa de mestrado ainda em fase de desenvolvimento, que tem como objeto a literatura, mais especificamente a poesia. Entendendo a literatura como possibilidade de compreensão histórica, na perspectiva de que “[...] as obras estéticas não são meros documentos do passado, [...] a seu modo, entre verdades e deboches, elas organizam as experiências compartilhadas ou singulares que constroem o que podemos considerar como real” (Chartier, 2004). Objetiva-se aqui apresentar alguns aspectos da produção poética de Roberto Piva, atuante no século XX, percebendo este como um “construtor” do real. Diante das possibilidades de interação, diálogo e colaborações estabelecidas entre História e Literatura, o conceito de representação é chamado para explicar tais relações que se constroem ou se estruturam dentro desses estudos. Assim trago como proposta neste trabalho pensar as relações do conceito de representação discutido pela historiografia, pois, o conceito, em si, envolve uma série de considerações, como a relação ambígua entre ausência e presença, experiência e expectativa.

A historiografia brasileira sobre o trabalho: entre Thompson e Foucault

Igor Guedes Ramos

Mestre

UEL

As mudanças teórico-metodológicas ocorridas na década de 1980 na produção acadêmica brasileira sobre a história do trabalho, foram, há muito, notadas e diagnosticadas por diversos intelectuais. A maioria dos diagnósticos, muitas vezes generalizantes, indica que essa produção até o início da década de 1980, se concentrava no estudo das “macrofísicas do poder” (estrutura econômica, Estado, sindicato e partidos); e, posteriormente, passou a se concentrar nas “microfísicas do poder” (as formas individuais e cotidianas de dominação e resistência). Indica, também, que essa mudança se relaciona com inúmeras variáveis, entre estas se destaca a apropriação das reflexões de Edward Palmer Thompson e Michel Foucault, praticada pelos acadêmicos brasileiros. Como forma de compreender essa apropriação e suas especificidades, dedicamo-nos a analisar como ocorreu em duas obras do período: *Do cabaré ao lar*, de Luzia Margareth Rago; e *O Sonhar Libertário*, de Cristina Hebling Campos.

Identidades e Memórias na sociedade contemporânea – desafios e transformações

Isabel Cristina Felipe Beirigo

Mestranda

UFSJ

Os atuais debates historiográficos têm destacado as discussões levantadas pela crítica pós-moderna. Algumas questões relacionadas com a escrita da história, a referencialidade dos objetos de estudo, a relação do ser com as estruturas sociais, têm sido grandemente evocadas e teorizadas pela historiografia. No entanto, a história ainda carece de trabalhos que tratem empiricamente das questões até então discutidas.

Objetiva-se, por meio desse artigo, pensar a questão dos efeitos da chamada pós-modernidade em relação às identidades culturais e o uso da memória na articulação do ser e a sociedade moderna.

Acredita-se, portanto, que as mudanças estruturais do mundo social acarretam transformações no indivíduo, fazendo-o consumir cada vez mais as “reliquias” do passado, em busca de uma identidade, a qual se encontra descentrada, fragmentada e deslocada.

O (não) lugar da história do presente no parecer de Joaquim Manuel de Macedo sobre o *Epítome de História do Brasil* de José Pedro Xavier Pinheiro

Isadora Tavares Maleval

Mestranda

UERJ

Apesar de tema já amplamente debatido, a escrita da história durante o correr do século XIX apresenta-se como uma problemática que traz infindos questionamentos. Nesse sentido, daremos voz a uma discussão ocorrida em meados do século, em que a tônica era voltada para o ensino da “História Pátria” nas escolas e o tipo de escrita que seria responsável por levar essa história à *mocidade* estudante. A comunicação estará centrada na análise de um parecer feito por Joaquim Manuel de Macedo sobre um livro de história destinado ao aprendizado da *mocidade brasileira*: o *Epítome da História do Brasil*, de José Pedro Xavier Pinheiro, publicado pela primeira vez na Bahia em 1854. O parecer traz à tona a problemática que envolvia a escrita da história “contemporânea”, vista por Macedo como algo pernicioso, sobretudo, ao ensino da história do Brasil.

O “Clássico moderno”: as transformações do gênero pintura histórica, no século XX, através da obra de Portinari

Isis Pimentel de Castro

Doutoranda

USP

A crise do sistema monárquico e o advento da República modificaram a concepção de arte, que se fundou em novos termos. A arte brasileira busca, então, inspiração formal e temática fora dos círculos da história oficial e da estética acadêmica. A pintura de História deixou de ser identificada como a expressão do ideal de brasilidade. Mesmo perdendo seu lugar de destaque entre os gêneros artísticos, a pintura de História, entretanto, ganhou nos pincéis de Candido Portinari um novo fôlego. Chamado por Annateresa Fabris de pintor “clássico moderno”, Portinari se esforçou em unir as matrizes estéticas de uma nova linguagem visual ao potencial crítico da arte através da História. O presente trabalho buscará apontar as principais transformações deste gênero de pintura através de algumas obras deste artista, além de problematizar a associação entre a pintura histórica e o espaço das academias de arte oitocentistas consolidada pela historiografia.

Mesa-redonda: “Movere, delectare e docere: a ambição pedagógica da escrita da história”

A história e a epopéia: traços épicos na representação do passado na *História da Grande Revolução (1933)*, de Alfredo Varella

Jaisson Oliveira da Silva

Mestrando

UFRGS

O presente trabalho analisa a *História da Grande Revolução (1933)*, do historiador gaúcho Alfredo Varella. A obra é uma das mais copiosas a respeito da guerra civil farroupilha e traz em sua escrita comparações explícitas com o *epos* clássico das poesias homéricas e modulações típicas do padrão de epopéia. Apesar da enfática opção do autor pelos preceitos que considerava científicos e de um arcabouço assumidamente positivista (com referência precisa a Augusto Comte), Varella não poupou erudição na escrita e através de seu amplo conhecimento dos clássicos da historiografia greco-romana, pintou a Revolução Farroupilha como a “Guerra da Nova Tróia”, numa história que almejava ser científica ao mesmo tempo em que ostentava cores épicas. O trabalho procura explorar essa aparentemente contraditória relação.

Nas linhas da Moderação

Janaína de Carvalho Silva

Graduando

UFSJ

Este trabalho é desdobramento de um programa de iniciação científica em desenvolvimento, financiado pela FAPEMIG. Tem por objetivo analisar a trajetória política de Evaristo Ferreira da Veiga, um dos principais representantes da facção liberal moderada, por meio de sua atuação no periódico *Aurora Fluminense*, do qual era redator. O recorte cronológico de 1827 a 1831 permite examinar a intervenção de Evaristo nas discussões políticas do Primeiro Reinado. Dessa forma por meio de uma abordagem micro-histórica e de uma investigação intensiva daquela folha foi feito um levantamento das estratégias adotadas visando à manutenção de sua circulação, num contexto de repressão e cooptação de jornalistas. Além disso, foi analisada a dinâmica da pedagogia liberal veiculada em suas páginas, com o intuito de combater os resquícios sociais, culturais, políticos e econômicos do Antigo Regime, bem como as relações estabelecidas com outros periódicos da Corte, das províncias, da Europa e da América.

Mesa-redonda: “Temporalidades históricas não modernas?”

A primazia do presente: história e temporalidade na historiografia da cultura de Jacob Burckhardt

Janaína Pereira de Oliveira

Professora

IFRJ

Em sua historiografia da cultura, Jacob Burckhardt recusava a por a história a serviço de um princípio a priori que tinha no futuro o lugar de sua realização. Para Burckhardt, a consciência da contingência que marca a perspectiva moderna sobre o passado, não resultou em uma formulação teleológica da história. O historiador compreendia o presente como lócus central e determinante da produção do conhecimento histórico. Conhecimento que ele acreditava ser parte fundamental e indispensável à vida e à ação de qualquer indivíduo. O trabalho ora proposto pretende apresentar como Burckhardt, ao afirmar a primazia do presente sobre o futuro e também sobre o passado, se distanciava das formas tradicionais de compreensão da temporalidade histórica, seja em relação aos pressupostos da filosofia da história, seja com respeito ao cânone historiográfico vigente em seu tempo.

População livre e pobre na sociedade escravista

Jessica Suzano Luzes

Graduanda

UFRRJ

O objetivo principal da comunicação é mostrar como a historiografia brasileira tem focado a questão das famílias de livres pobres na sociedade escravocrata. Até as décadas de 1970-80, a historiografia restringiu suas pesquisas a dois grandes grupos sociais: senhores e os escravos. Esta interpretação baseava-se na existência de um modelo “dominante” de produção agrícola, que era fundamentado na mão-de-obra escrava e na monocultura. Como os pequenos produtores rurais livres não se enquadravam neste modelo plantacionista e exportador, eram tidos como irrelevantes, sendo desconsiderados como objetos de estudo.

Nas décadas 1980-90, novas investigações apresentaram diferenças regionais que permitiram uma melhor compreensão da complexidade do mundo agrário escravista, e uma releitura dos modelos explicativos não fundamentados em bases empíricas. Abordaremos como estes estudos têm analisado a trajetória da população livre e pobre na sociedade escravista através da análise minuciosa de novas fontes documentais.

Mesa-redonda: “A história da literatura brasileira e sua institucionalização no século XIX”

Notas para um projeto de *romance histórico brasileiro*: Euclides da Cunha, vários escritos

Joana Luíza Muylaert de Araújo

Professora

UFU

Com a publicação de *Os Sertões*, em 1902, críticos e historiadores iniciam o debate a respeito do gênero literário a que pertenceria o livro. Desde então, muitas foram as páginas escritas sobre a forma híbrida de *Os Sertões*. Mais recentemente, Luiz da Costa Lima dedicou ao assunto um capítulo à parte em *História. Ficção. Literatura*, livro publicado em 2006. O tema é espinhoso e permanece aberto apesar de uma vasta fortuna crítica a respeito, porque não se circunscreve nos limites da retórica, mas implica também as complexas noções em jogo nas escritas da história e da literatura. Proponho apresentá-lo do ponto de vista da historiografia contemporânea, apoiando-me no que Euclides nos deixou escrito em cartas e artigos a respeito do assunto.

O oblévio do “Cunhador”: os eloquentes silêncios da História sobre Thomas Müntzer

João Henrique dos Santos

Graduando

UGF

Um dos personagens centrais da Reforma Protestante na Alemanha, Thomas Müntzer, líder da Guerra dos Camponeses (1524-1525), é um personagem frequentemente “esquecido” pela historiografia, apesar de sua relevância histórica. Celebrado durante algum tempo pela historiografia marxista, esta mesma corrente, de certo modo, passou a relegar-lhe a um oblévio após 1983. O que se pode aprender com esses deliberados “esquecimentos” da historiografia sobre um personagem aparentemente incômodo? Eis o que se propõe a discutir a presente comunicação.

Mesa-redonda: "A obra histórica como documento: questões de método e modelos de apropriação"

Possibilidades e dimensões dos estudos de historiografia

João Miguel Teixeira de Godoy

Professor

PUC- Campinas

Os estudos na área de historiografia estruturam-se a partir de recortes que transitam das propostas mais gerais, às aquelas de delimitações mais precisas, enfocando uma nação, tema, área do conhecimento, período, linha teórico-interpretativa, autor. Estabelecido o recorte, um conjunto de definições conceituais e procedimentais iniciam-se. Os procedimentos gerais e comuns a tais estudos, mas também específicos das opções feitas, emergem nas tarefas de escolha, organização classificatória, bem como na definição de estratégias de abordagens das obras. No conjunto, os estudos de historiografia organizam-se a partir do estabelecimento de estratégias de abordagens e estruturas argumentativas que buscaremos explicitar em busca da dimensão metodológica das obras. O próprio surgimento e expansão dos estudos de história da história sinalizam para a emergência de contextos históricos e intelectuais sempre problemáticos, abrindo possibilidades de estabelecimento ou proposições de modelos de apropriação, no sentido de uma história social das interpretações. Esse seriam os dois eixos da comunicação.

Subliteratura, leitura e história

João Rodolfo Munhoz Ohara

Graduando

UEL

Carla Kaori Matsuno

Graduanda

UEL

A chamada “subliteratura” está intimamente ligada à questão da indústria cultural, tema amplamente criticado a partir das perspectivas adornianas – ou seja, a partir da ideia de consumo passivo e irrefletido, “lixo cultural” e manipulação ideológica das massas. Para fazer uma reavaliação a respeito do consumo de tais “produtos de massa” e da constituição do status de tais bens enquanto produtos culturais e, também, fontes para o estudo da história, partimos dos estudos de Pierre Bourdieu, Michel de Certeau e Roger Chartier a respeito de consumo e das práticas e representações sociais, considerando não mais o consumo como um processo passivo, mas como uma atividade de apropriação e ressignificação, de produção de sentidos. Assim, esperamos contribuir para uma reavaliação do status dos produtos da dita “indústria cultural” enquanto bens culturais e fontes para a análise histórica.

Mesa-redonda: “Práticas e estratégias institucionais: Administração e Justiça”

Entre poder e idéias jurídicas: considerações acerca do Juizado de paz nas minas, 1827-1841

Joelma Aparecida do Nascimento

Mestranda

UFJF

A organização judiciária no Brasil e a aplicabilidade da justiça local eram, para os tão conturbados primeiros anos do século XIX, pouco esclarecidas. Isso se dava pela deficiência de bases político-administrativas determinadas, amoldadas no modelo português, ainda no período pós-independência. A historiografia brasileira vem refletindo tal contexto e algumas dimensões de análise se desenharam desde os anos de 1970. Aliás, análises mais recentes têm procurado salientar particularidades – como o cotidiano dos usos da justiça e sua ocorrência dentre variados extratos sociais – frente ao alcance da centralidade do Estado que se formava. Buscamos demonstrar como, através do Juizado de paz, regulamentado em 1827, podem ser desveladas tais análises em suas mais variáveis contradições. Com funções conciliatórias, judiciárias, administrativas e policiais aos juizes de paz foram delegados amplos poderes que estreitavam relações, em Mariana, na Minas; e entre as muitas esferas do poder vigente.

O conceito e a prática do arquivo nas relações entre historiografia, instituições e artistas

Joelma Silva Cabral

Graduanda

UFG

Este trabalho trata de um estudo da formação dos arquivos na História da Arte, tendo como alvo um momento particular das Poéticas Visuais Contemporâneas e da História e da Teoria da Arte (Nova História da Arte), para a qual, os arquivos passaram a integrar os procedimentos artísticos (gerando a concepção do ARQUIVE-SE do próprio artista). Este tema entra em contato direto com a existência dos arquivos institucionais e sua organização, bem como as relações entre história, arquivo e museu, com as devidas especializações e divisões do trabalho intelectual e o modo como os fazeres artísticos adentraram de modo crítico na negociação e formação das concepções de arte contemporânea. Para desenvolver tal pesquisa, vamos focar um conjunto de correspondências eletrônicas (e-mails, grupos de discussão) de dois grupos de estudo de performance (geperformancebauru e geperformanceportoalegre) e textos, tratados como sendo fontes primárias para o pesquisador da História da Arte. O debate diz respeito ao procedimento de transição da fonte ao documento historiográfico.

Para os fundamentos de uma *Razão Histórica*: algumas considerações sobre a pretensão de objetividade no pensamento histórico de Jörn Rüsen

Johnny Roberto Rosa

Mestrando

UnB

Este trabalho consiste numa abordagem sobre o problema da objetividade na ciência da história de Jörn Rüsen. Assim, as questões que serão objeto desta reflexão têm por pretensão pensar até que ponto o conhecimento histórico pode ser objetivo e oferecer algum coeficiente de verdade, o que conduz às investigações rüsenianas sobre a ciência da história e à sistematização teórica de seus fundamentos, à didática da história e à formação da moderna ciência da história. Confiante nos métodos de pesquisa como meios de obtenção das verdades escondidas nas fontes, Rüsen procura fazer a integração sistemática de pontos de vista discordantes, de modo a evitar os problemas de um objetivismo que se desinteressa pela representação histórica.

Cairu e a Linguagem do Humanismo Português

José Luiz Ferreira Bahia Júnior

Graduando

UFOP

O objetivo desse trabalho é analisar a recepção da obra do historiador, literato e gramático português João de Barros e do grande poeta épico da língua portuguesa Luiz de Camões na obra de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. A recorrência desses dois representantes daquele que é considerado o período de ouro da história portuguesa, o das Grandes Navegações, na obra de Silva Lisboa é uma constante, e pode ser tomado como metonímia para se entender o período. O objetivo de nosso trabalho não é analisar esses autores neles mesmos, restringindo-se a um estudo das idéias expressas em seus textos, mas sim pensá-los como imersos em uma tradição discursiva que, em determinada medida, moldou seu universo representativo, ao mesmo tempo em que também sofreu sua ação. O importante para compreendermos a recepção desses autores na obra de Silva Lisboa, que é o que realmente importa, é considerarmos que os mesmo se filiam a uma tradição de anterior a eles próprios e que sobreviveu a eles. É nesse sentido que conduzimos nosso trabalho, procurando identificar os motivos e significados decorrentes da presença massiva de referências a esses dois autores na obra de Silva Lisboa.

Sobre a História: Considerações Sobre a Filosofia de Walter Benjamin

Josias José Freire Júnior

Mestrando

UFG

Diversos filósofos ao longo do século XX apresentaram idéias e considerações sobre a história em diversas perspectivas. Um desses filósofos, o judeu-alemão Walter Benjamin (1892-1940), se tornou conhecido por elaborar um conceito de história muito peculiar que apareceu, ao fim de sua obra, como possível centro de articulação de todo seu pensamento. Nesta comunicação apresentaremos algumas tentativas no sentido de elucidar tal conceito de história, a partir da filosofia da linguagem do filósofo alemão. Ao elaborar um conceito de típico de linguagem, como *medium* produtor, limite e possibilidade do conhecimento, o filósofo foi capaz de pensar um conceito de história *universal*, mas não universalizante, atual e necessariamente atualizável. Ao apresentarmos o conceito de história de W. Benjamin, a partir de suas idéias acerca da linguagem, trazemos o tema da linguagem à teoria da história, visando discussões sobre caráter lingüístico, tanto do objeto da história quanto do conhecimento histórico.

Entre o “algo a se seguir” e as repetições infindas: os conceitos de cópia e originalidade nos estudos históricos sobre arte colonial

Juam Carlos Thimótheo

Mestrando

Unicamp

Alguns estudos sobre arte sacra colonial Luso-brasileira são concebidos através do viés histórico-estilístico. Deste modo, a composição artística de determinadas peças torna-se o foco da pesquisa, ao privilegiar análises comparativas do feitiço com seus possíveis modelos, referências imagéticas e componentes ornamentais. Por outro lado, podem embasar-se também em biografias, no intuito de entrecruzar as peças artísticas com a subjetividade do executor.

Corroborando as premissas acima, foi selecionado como fonte base desta comunicação o texto “Modelos Europeus na Pintura Colonial” de Hannah Levy - uma das precursoras deste tipo de análise na historiografia da arte do Brasil. A partir das assertivas da autora, analisadas em contrapartida com as de outros autores, como Luiz Jardim e Carlos Del Negro, o objetivo desta comunicação é discorrer sobre as teorias conceituais que perpassam a história da arte colonial, sobretudo acerca do antagônico problema “cópia/original”.

Historiografia e a biografia do Irmão Lourenço

Juam Carlos Thimótheo

Mestrando

UNICAMP

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Graduanda

UFOP

Marconni Cordeiro Marotta

Graduando

UFOP

A história do Irmão Lourenço, fundador do Santuário do Caraça, é cheia de lacunas, por constar de pouca documentação, e bastante controversa, sua trajetória é cercada de lendas fomentadas pela tradição. De todo modo, ele é um personagem histórico de grande relevância no que tange não só a formação de um santuário, mas também no tocante as relações políticas entre o Irmão Lourenço com a população local, o estado português e a Igreja. O religioso ergueu um santuário de proporções exponenciais através das esmolas dos fiéis, de títulos e isenções fiscais da Coroa e designações papais, confluindo na legitimação do local.

A partir deste contexto, a proposta desta comunicação é fazer um balanço historiográfico sobre a biografia do Irmão Lourenço. Neste sentido, foram selecionadas como fontes as obras do Pe. Tobias Zico e José Ferreira Carrato, ambos privilegiam a trajetória pessoal e missionário do fundador do Caraça.

Representações do adoecer: doenças e epidemias na historiografia brasileira

Jucieldo Ferreira Alexandre

Mestrando

UFPB

Desde as últimas décadas do século XX, um segmento da historiografia voltou seu olhar e interesse para um tema que, àquela época, também ascendia em aceitação na Antropologia, Sociologia e em outras Ciências Sociais: a doença e sua história. Os historiadores que optaram por tal objeto de pesquisa, passaram a problematizar o fenômeno doença, desconstruindo a sua obviedade “natural”, apontando para a pluralidade de representações e práticas engendradas sócio-culturalmente, em diferentes tempos e espaços, relacionadas ao adoecer. Esse trabalho dialoga com tal campo historiográfico, procurando apontar para aspectos teóricos e metodológicos presentes em parte da historiografia brasileira sobre o assunto.

A História do Brasil através dos editoriais do *Jornal do Commercio* — edição comemorativa do centenário da Independência

Júlia Ribeiro Junqueira

Mestranda

UERJ

Quando o *Jornal do Commercio* publicou uma edição comemorativa do primeiro centenário da Independência, em 1922, preocupou-se que nas suas primeiras páginas houvesse uma breve apresentação. Esta, no formato de editorial, fez um balanço histórico sobre alguns personagens, eventos e fatos da História brasileira e, acrescentou uma espécie de explicação para o lançamento do número especial daquela data. A síntese contém onze artigos, dos quais dez foram escritos no ano de 1922 e um permanece como uma republicação do ano de 1872. Nesse sentido, a comunicação pretende demonstrar como estes editoriais permanecem bastante elucidativos para entender como os artifícios utilizados pelo periódico, no decorrer das notícias, foram montados para arquitetar um enredo interno coerente com a proposta do jornal em registrar nas suas folhas a institucionalização do Estado brasileiro, com destaque para o período imperial.

Santiago e Jogo de Cena: historiografia, documentário e representação

Juliana Muylaert Mager

Graduanda

UFU

Esta proposta de comunicação tem como objetivo refletir sobre as relações entre documentário e história, sendo parte das atividades do projeto de Iniciação Científica, com bolsa financiada pelo CNPq, “Documento, documentário e história nas imagens de Eduardo Coutinho: limites da representação” sob orientação da Profa. Dra. Luciene Lehmkuhl. Tendo como hipótese a idéia de que é possível pensar categorias teórico-metodológicas pertinentes à historiografia a partir do documentário, serão analisados os filmes *Jogo de cena* e *Santiago* dos diretores brasileiros Eduardo Coutinho e João Moreira Salles. Os dois documentários colocam em discussão os pressupostos de uma concepção tradicional do gênero como espelho da realidade. Pretende-se, assim, através de questões colocadas pelos próprios filmes, desenvolver determinados debates teórico-metodológicos enfrentados pela historiografia e pelo documentário. Nesse sentido categorias e conceitos como documento, história, historiografia, verdade, real, memória e representação serão trabalhados a fim de traçar os paralelos buscados.

“Através do passado”, a partir da memória: o testemunho como elemento de prova nos livros de crônicas de Achylles Porto Alegre

Juliano Francesco Antonioli

Mestrando

UFRGS

Este trabalho explora a hipótese de pesquisa, em fase inicial, acerca das obras de Achylles Porto Alegre. Cronista gaúcho, o autor participou de expedientes importantes da intelectualidade regional no Rio Grande do Sul, entre o século 19 e o século 20. Escreveu, principalmente, sobre o passado do estado e sobre seus “vultos”. A partir do objetivo geral de analisar o entrecruzamento entre literatura e história nas suas crônicas (entendida como um gênero de fronteira), a hipótese considera que ao escrever suas crônicas tendo como fonte a memória, Achylles empreenderia uma escrita da história em que a crítica documental e as regras disciplinares, que iniciavam um período de institucionalização da prática historiadora desde a fundação do IHGRS, dariam lugar à flexibilidade do texto literário, ancorada na dimensão fiduciária do testemunho. Tomo como base as reflexões de M. De Certeau, acerca da *operação historiográfica* e de P. Ricoeur sobre a *memória*.

A narrativa na historiografia prussiana do século XIX: percursos em Humboldt, Ranke, Gervinus e Droysen

Julio Bentivoglio

Professor

UFES

A presente comunicação faz um exame sumário a respeito do problema da narrativa na historiografia prussiana do século XIX a partir de fragmentos da obra de Humboldt, Ranke, Gervinus e Droysen. Ela identifica a preocupação nestes autores com a exposição dos resultados da pesquisa histórica, com a refiguração do passado e com uma topologia dos tipos possíveis de narrativa a serem usados pelos historiadores. Depois de Fenelon e de Chladenius, mas muito antes de Hayden White, Roland Barthes ou de Lawrence Stone, aqueles historiadores prussianos já haviam colocado a questão da urdidura do enredo, da referência ao real e da representação do passado como problemas angulares da narrativa na História.

A presença da Providência Divina na História Geral do Brasil de Varnhagen

Jussara Rodrigues da Silva

Graduanda

UFES

Este trabalho pretende analisar os escritos de Francisco Adolfo de Varnhagen, o fundador da História do Brasil, em especial, sua obra mais célebre: *História Geral do Brasil* destacando as categorias historicistas presentes na obra. Dentre essas categorias, darei ênfase à presença da *Providência Divina* na construção dessa história. Ao contrário dos românticos, que atribuíam a Deus um papel de criador remoto, Varnhagen, assim como Ranke ou Humboldt, entendia a presença da providência divina como algo muito mais próximo e atuante na história. Evidenciarei como que esse providencialismo, recorrente na obra de Varnhagen mostra-se quase que como uma intervenção milagrosa quando está em jogo a defesa do que ele considera serem interesses da nação.

Testemunhos e “otobiografias” de artistas regionais-nacionais: refletindo em torno de silêncios no campo musical popular brasileiro

Kamilla Assis Tavares

Graduanda

UFG

Aline da Costa Luz

Graduanda

UFG

Este texto trata da ausência de uma reflexão de cunho teórico e estético sobre certos artistas no âmbito musical. A historiografia da música popular brasileira, ao privilegiar alguns movimentos musicais, tais como a Tropicália e a Bossa Nova, produz um silêncio no campo sonoro (musicalidade propriamente dita) da importância testemunhal dos trabalhos de artistas regionais-nacionais contemporâneos. Desse modo, o estudo enfoca a discografia dos artistas Belchior e Fagner, ambos cearenses, que se destacam no contexto musical dos anos 70 e 80, pensando na dimensão testemunhal e “otobiográfica” (a partir das escutas) de seus trabalhos. Para tanto, comparam-se modos de pensar o espaço sonoro-musical brasileiro e a incorporação da música de sotaque regional na MPB, criando um novo formato, dentro do “pop”, que foge aos modelos tradicionais em destaque.

As lições do passado colonial na escrita da história de Afonso de Taunay (1911-1939)

Karina Anhezini

Professora

UNICENTRO

Os textos produzidos pela historiografia foram interrogados, durante muitas décadas, a partir de propósitos externos aos próprios textos. Diante dessa constatação, uma área específica de estudos, a história da historiografia, tem se preocupado em definir as especificidades das culturas historiográficas. Inserida nessa tendência interpretativa, a comunicação ora proposta é o resultado de pesquisa que buscou compreender como se escrevia a História no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, foram interpretados os procedimentos que fundamentaram a escrita da História de Afonso de Escagnolle Taunay (1876-1958) entre 1911 e 1939 e concluiu-se que Taunay foi um metódico à brasileira: um historiador que soube combinar sua leitura da historiografia francesa com o desenvolvimento da produção historiográfica no Brasil. Objetiva-se apresentar nesse seminário como a partir desses fundamentos Taunay conceituava as lições do passado colonial para o futuro republicano.

Um Estudo acerca da idéia de História na Estética da Existência de Michel Foucault

Kátia Caliendo Prado

Graduanda

UNESP

Numa reflexão acerca da historicidade do subjetivismo e a trajetória do indivíduo para chegar à ascese, Michel Foucault questiona: de onde advêm as práticas e os saberes? Seriam estes naturais e instintivos aos indivíduos ou frutos de uma objetivação de acordo com particularidades históricas? Qual a influência das configurações temporais na verdade particular?

Na terceira fase de sua obra, Foucault aplica sua metodologia nas diferentes delimitações históricas para pensar essa problemática, partindo da Antiguidade Clássica até ao que nomeou de *sociedade de controle*.

Em cada período, um campo específico de articulação da prática, negando a idéia de “continuidade” e verdades transhistóricas, há muito usadas pelos historiadores. Peculiar, Foucault analisa os processos de subjetivação dos indivíduos lidando com a multiplicidade da verdade ao longo do tempo e, na *Estética da Existência* em específico, a sexualidade como um dispositivo histórico sustentado por discursos, saberes e poderes.

Mesa-redonda: “O debate historiográfico sobre a biografia: problemas e perspectivas a partir de três estudos de caso”

Plínio Marcos e João das Neves, caminhos cruzados: trajetórias, arte e engajamento no Brasil pós-1964

Kátia Rodrigues Paranhos

Professora

UFU

Teatro social e teatro político são duas denominações que ganharam corpo em meio a um debate que atravessou o final do século XIX e se consolidou no XX. A convergência estava nas relações entre teatro e política e entre teatro e propaganda. Esta comunicação aborda os sentidos do engajamento, a partir das trajetórias de Plínio Marcos e João das Neves, que, como figuras políticas, intervêm criticamente na esfera pública, trazendo não só a transgressão do existente, mas também o questionamento de sua inserção no capitalismo e, portanto, a crítica da forma e do conteúdo de sua própria atividade. Caminhando por trilhas diversas, ambos se notabilizaram pelo engajamento político ou “legítimo”, como lembra Hobsbawm, aliado à capacidade de lançar idéias e desafios, em plena ditadura, nas artes, propondo indagações que ecoam até a atualidade.

Catálogo sistemática para a informatização do patrimônio histórico-artístico de São João del-Rei: monumentos eclesiásticos do século XVIII – estudo iconográfico da pintura de teto da matriz de N. S. do Pilar

Kellen Cristina Silva

Graduanda

UFJS

O projeto sobre a Catalogação sistemática para a informatização do patrimônio histórico-artístico de São João del-rei: monumentos eclesiásticos do século XVIII visa preencher várias lacunas presente na construção de um conhecimento acadêmico sobre as riquezas artísticas e históricas presente na cidade de São João del-Rei.

Inserida neste projeto de Catalogação, encontra-se o projeto de pesquisa sobre a pintura de teto da Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Essa pintura, que é rica em personagens sacros e em elementos decorativos é uma rica fonte para se compreender a história da comunidade através de suas representações. Deseja-se então, esmiuçar o significado individual de cada uma das figuras para, na análise do conjunto, esclarecer o significado do programa iconográfico.

Tal pesquisa lança mão da teoria iconológica de Panosfky, que seguindo os passos de Aby Warburg, faz da decodificação iconográfica uma ligação entre a História da Arte e a História.

A trajetória política e intelectual de Antônio José Ribeiro Bhering e suas relações com a Câmara Municipal de Mariana no contexto da Sedição do Ano da Fumaça, Minas Gerais, 1833

Kelly Eleutério Machado Oliveira

Graduanda

UFOP

O objetivo desse trabalho é traçar a trajetória política e intelectual de Antônio José Ribeiro Bhering e suas relações com a Câmara Municipal de Mariana utilizando como fonte os pareceres declarados nas Atas da Câmara Municipal de Mariana, os discursos pronunciados nos jornais mineiros da época e algumas correspondências que se encontram no APM. A intenção é mapear as linguagens políticas que se delineavam nesse conturbado e ainda pouco explorado momento de nossa história: o período das Regências. Assim, torna-se imprescindível estabelecer um diálogo com a metodologia da micro-história sugerida por Giovanni Levi: pensar o indivíduo, sujeito histórico, que faz escolhas, a partir de uma perspectiva social. Vereador da Câmara em 1833, professor de Filosofia e Retórica, diretor do Jornal “O Novo Argos”, Bhering configura-se para nós como esse indivíduo, sujeito que age, que escolhe, mesmo que suas escolhas estejam condicionadas a um contexto específico.

Por uma história cívica

Lademe Correia de Sousa

Mestranda

UFAM

Compreender em quais bases teórico-metodológicas se assentou a construção da obra “História do Amazonas”, publicada em 1931, por Arthur Cezar Ferreira Reis, autor consagrado como estudioso da região e intitulado como “grande amazonólogo” por Gilberto Freyre, é o objetivo principal desta comunicação. Como primeira sistematização da história amazonense essa obra ocupou lugar de destaque por cinco décadas, sendo alvo de interesses de estudantes da temática.

A “*História do Amazonas*” traz em sua forma e métodos as influências da prática historiográfica dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mas também traz em seu ideal as noções de civismo proclamadas por Álvaro Maia, práticas não excludentes, muito pelo contrário, o modelo recebido dos Institutos Históricos e as proposições de Álvaro Maia foram complementares entre si na construção dessa obra, que tinha entre outros objetivos, nas palavras do autor “educar a nova geração no exemplo dos homens que passaram” (REIS, 1931:13).

A ficção científica brasileira na historiografia norte-americana: Mary Elizabeth Ginway e os brasilianistas da Flórida

Laura de Oliveira

Doutoranda

UFG

Objetiva-se analisar a produção historiográfica norte-americana em torno da literatura de ficção científica brasileira. O eixo de reflexão será o trabalho dos pesquisadores vinculados ao Departamento de Língua Espanhola e Portuguesa da Universidade da Flórida (EUA), especialmente o livro *Brazilian Science Fiction - cultural myths and nationhood in the land of the future*, escrito pela brasilianista Mary Elizabeth Ginway. O referido trabalho trata da história da ficção científica brasileira entre os anos de 1960 e 2000, pensada em sintonia com a industrialização e as políticas desenvolvimentistas que marcaram o projeto de modernidade do regime militar. Para os estudiosos da Flórida, a ficção científica brasileira permite compreender a especificidade do caso brasileiro no processo de globalização que marcou a segunda metade do século XX: segundo eles, no “país do futuro”, a exaltação do princípio do nacionalismo coexiste com a adesão aos paradigmas da *science fiction* norte-americana.

Mesa-redonda: "Percurso para (des)aprender com a história – escritura, suplemento e herança em Jacques Derrida"

Historiografia e etnografia: porvir e ficção

Léa Freitas Perez

Professora

UFMG

A proposta de um aprendizado com a história inscreve sentido se pudermos colocá-la em diálogo com outras áreas de saber, em especial com autores que em textos clássicos travaram com essa disciplina uma interpretação "infidel" ao saber histórico. Um desses autores foi Jacques Derrida. A reflexão derridiana sobre a escritura solicita (e é isso que esta comunicação se propõe a realizar) uma reflexão sobre os recalques logofocêntricos operados na escritura da história e da antropologia, por sua ancoragem na metafísica da presença (o documento, o campo), pois põe em movimento uma perspectiva de pensamento que nos permite vislumbrar a historiografia e a etnografia como porvir e ficção

África e América: olhares jesuíticos sobre a natureza das colônias lusitanas

Leandro Garcia Pinho

Professor

Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ) e ISE Itaperuna (FAETEC-RJ)

Os jesuítas, desde sua chegada ao Novo Mundo, estiveram preocupados em descrever a paisagem e seus componentes naturais do mundo colonial do qual faziam parte e ajudavam a descortinar. E isso é o que se percebe tanto em leituras de missivas – como as de Ambrosio e Antonio Pires, Manuel da Nóbrega e Anchieta – como de textos mais extensos – como os de Francisco Soares e Fernão Cardim. Paralelamente, inicianos também começavam a se dirigir às terras de conquista lusitana na África. Como estes jesuítas perceberam a flora e fauna das terras do continente africano? Em uma natureza diversa da americana, em que sentido sua visão de mundo natural era semelhante ou diferente da apresentada por seus “irmãos” de Ordem na América? Como podemos (re)pensar um estudo comparativo entre os escritos jesuíticos africanos e americanos do século XVI sobre a natureza das colônias lusitanas? A proposta é discutir estas e outras questões.

Imigrantes esquecidos: discutindo a historiografia sobre a transição do trabalho escravo para o livre na Zona da Mata mineira

Leandro Pereira Matos

Mestrando

UFJF

Tomando como ponto de partida a transição da mão-de-obra escrava para a livre e as consequentes alterações no mercado de trabalho, meu objetivo é apresentar algumas considerações acerca do processo de imigração europeia para na Zona da Mata Mineira a partir da Segunda metade do século XIX, à luz da Historiografia sobre o tema. A região em destaque, a partir dos anos finais do escravismo, recebeu um contingente significativo de imigrantes europeus; no entanto, não seguiu o modelo de substituição da mão-de-obra escrava, como no estado de São Paulo. Os estudos que analisam a atuação do imigrante em Juiz de Fora, no geral, privilegiam a sua presença na zona urbana; assim, acredito que há um silêncio historiográfico sobre as condições de vida e estratégias de adaptação a uma nova realidade experimentada pelos estrangeiros inseridos no mundo rural, sobre as quais levanto algumas questões a partir de pesquisas em documentos criminais.

O pensamento médico no século XIX: preocupações e intervenções no Rio de Janeiro

Leandro Silva de Paula

Mestrando

UFJF

O objetivo desta pesquisa é analisar diversas teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX, com o objetivo de fazer um levantamento sobre as principais preocupações dos médicos em relação à saúde da sociedade.

O Rio de Janeiro neste século foi marcado por um forte processo de deterioração do espaço urbano, com um crescimento demográfico intenso e por um quadro de doenças e problemas sanitários. Após a chegada da família real, se tornou necessário todo um planejamento da configuração da cidade. Com isso, questões relativas aos problemas urbanos e de saúde ganharam destaque no pensamento médico daquele período. Os médicos detentores de um conhecimento que os davam autoridade para falar do corpo físico-social e dos males que o atingem elaboraram uma série de propostas e intervenções referentes à saúde da sociedade, que serão analisadas neste trabalho.

Interpretações sobre a Contracultura: questões espaço-temporais

Leon Frederico Kaminski

Graduando

UFOP

A produção acadêmica brasileira sobre a temática da contracultura tem apresentado um crescimento constante e considerável nos últimos anos. O presente trabalho tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica acerca de estudos que possuam tal temática como objeto. Utilizamos-nos de textos clássicos e de teses e dissertações defendidas recentemente, sendo que nos debruçamos sobre dois pontos específicos: a temporalidade e a espacialidade presentes em interpretações acerca do conceito/categoria de contracultura. Percebemos mudanças importantes em trabalhos recentes como o da “desterritorialidade” da contracultura em contraste com a formação de matrizes para as diferentes regiões (EUA e Europa) e o Brasil como mero importador cultural. Da mesma forma, a questão da profundidade temporal das manifestações contraculturais tem sido revista, neste sentido alguns autores tentam pensá-las como integrantes de uma tradição anti-moderna.

O descobrimento do Brasil no umbigo do mundo: modernismo, vanguarda e primitivismo na obra Pau-Brasil de Oswald de Andrade

Leonardo de Carvalho Augusto

Mestrando

PUC-Rio

A idéia de primitivismo é a chave interpretativa de uma obra que se quis singular na forma de ver e pensar a relação do Brasil com o mundo. Este conceito apontava para Oswald de Andrade a tão ansiada especificidade da cultura brasileira, oculta no território americano – “âmbito do mais arcaico, mas por isso mesmo, lugar de onde o novo poderia emergir puro” (Gorelik, Adrian. *Nostalgia e Plano*, 2005) – e descoberta na catedral do mundo, Paris. Diretamente relacionado às intuições contidas no Manifesto Pau-Brasil, de 1924, o conceito se apresenta como uma grande dificuldade, sendo sua definição tão complexa quanto a de “Antropofagia”, possibilitando, inclusive, a confusão de um termo com outro. Nesta comunicação tentarei reconstruir uma ambiência que tornou possível que aquele conceito emergisse, partindo de uma fala do próprio Oswald de Andrade: “Se alguma coisa eu trouxe das minhas viagens à Europa dentre duas guerras foi o Brasil mesmo.”

Escravidão, criminalidade e Justiça: um balanço da produção historiográfica recente

Lídia Gonçalves Martins

Graduanda

UFOP

Este artigo busca apresentar um balanço da produção historiográfica recente sobre as temáticas da escravidão, da criminalidade e da Justiça no século XIX. A profunda revisão por que passaram os estudos sobre a escravidão na década de 1980 possibilitou que os temas da violência, das relações senhor-escravo e das formas de resistência adotadas pelos cativos pudessem ser abordados segundo perspectivas diversas e inovadoras. O crime passou a ser visto enquanto objeto histórico, as fontes criminais ganharam destaque e novas abordagens começaram a ser utilizadas, permitindo uma análise diversificada das interações sociais ocorridas no interior dos grupos subalternos. Tais abordagens possibilitaram a multiplicação de trabalhos sobre a questão do controle social e sobre os crimes cometidos por escravos, permitindo ainda um exame da atuação e funcionamento da Justiça.

O Novo Mundo e a historiografia inglesa (séc. XVI-XVIII)

Lílian Martins de Lima

Doutoranda

UNESP

Nessa comunicação apresentaremos uma análise sobre a produção escrita inglesa acerca do Novo Mundo. Parte integrante de nossa pesquisa de doutoramento intitulada “O Brasil na historiografia inglesa (1809-1821)”, o objetivo aqui é mapear e analisar as principais temáticas abordadas por viajantes, exploradores, mercadores, editores, entre outros agentes ingleses, que produziram ao longo dos séculos XVI e XVIII uma extensa e variada produção, especialmente sobre os territórios da Virgínia e da Nova Inglaterra. Direcionada à honrosa nação inglesa - que começa a demonstrar interesse por esse tipo de produção, sobretudo a partir de 1550 - esses escritos buscavam apresentar detalhadas informações e, a partir do século XVII, a estimular o estabelecimento de colonos nessas terras cujos potenciais são alvos de longos comentários. Logo, buscamos compreender qual foi o papel desempenhado pelas “histórias” do Novo Mundo na historiografia inglesa entre os séculos XVI e XVIII.

**Governo-Geral no Estado do Brasil na segunda metade do século XVII e início do século XVIII:
Historiografia e documentos**

Lindiamara J. G. de Azevedo

Graduanda

UFV

Esta comunicação tem por objetivo analisar os debates na historiografia luso-brasileira acerca das políticas administrativas da Coroa Portuguesa em seu Império Ultramarino, principalmente no Governo-Geral do Estado do Brasil durante a segunda metade do século XVII e início do século XVIII, mencionando as possibilidades de pesquisa a partir do uso de fontes, especialmente os *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*.

Visando contribuir com o debate, iremos apontar as diferentes abordagens referentes ao tema, em especial em assuntos relacionados à Governança no Estado do Brasil no período mencionado, desde a historiografia tradicional até os estudos mais contemporâneos.

Nosso estudo destaca ainda fontes como os *Documentos Históricos*, entre outras, que nos permitem avaliar este debate historiográfico, contribuindo substancialmente para a historiografia política brasileira, tão diminuída há tempos atrás.

Assim, esta comunicação aponta caminhos para os estudos mais recentes sobre esta questão, destacando principalmente as possibilidades de pesquisa que os documentos que trabalhamos oferecem.

Nos domínios da imprensa: novas estratégias, novos debates, novos objetos – reflexões sobre a revista *Vida Capichaba*

Lívia de Azevedo Silveira Rangel

Mestranda

UFES

A imprensa foi, durante a hegemonia do positivismo, rechaçada como parâmetro sustentável na produção do conhecimento histórico seja sob a função de objeto, seja como fonte de pesquisa. Sua habilitação, no campo da história, só foi possível após a constituição de uma revolução temática e instrumental gerida pela Escola dos *Annales*, seguida por um processo contínuo de refinamento do saber histórico, em que as gerações posteriores não cessaram de incitar abordagens historiográficas com temáticas diversas propiciadas pela escolha dos periódicos como fontes de pesquisa. Nossa proposta, no bojo de tal contexto, será a de analisar as faces positivas e negativas (a conveniência ou a cautela) correspondentes à inclusão dos elementos da imprensa na construção da ciência histórica, tendo como suporte de análise a revista *Vida Capichaba*, periódico quinzenal que circulou no Espírito Santo na década de 1920, de maneira a articulá-la ao discurso teórico e metodológico proveniente da prática de pesquisa.

As câmaras e o Império: notas acerca dos trabalhos historiográficos produzidos sobre as câmaras portuguesas e coloniais – século XVIII

Lívia Nascimento Monteiro

Mestranda

UFRJ

Ao fazermos um balanço sobre a historiografia que se dedica ao período colonial brasileiro, nos deparamos com muitos trabalhos que retratam as câmaras nos diferentes espaços da monarquia portuguesa, seja no Reino ou nas conquistas ultramarinas. Tais estudos têm destacado a relativa autonomia concedida às câmaras, e desse modo, apontam principalmente para a composição desses órgãos e o significado político e social que os “homens bons” conquistavam, como honra, distinção e privilégios. Ao levantarmos a composição da câmara de São João del Rei, em meados do século XVIII, reconhecemos que eram em torno de suas famílias que tais oficiais conseguiam ter o domínio dessa instituição. Assim, interessa-nos destacar que tais estudos são importantes para entendermos as diversas particularidades existentes no interior do Império Português, pois demonstram a capacidade de adequação das diferentes formas institucionais e administrativas portuguesas em suas possessões, além de enriquecerem o debate historiográfico acerca do tema.

“Aos loucos o Hospício”: terapêutica ou higiene social?

Lourence Cristine Alves

Mestranda

COC-FIOCRUZ

O Hospício Pedro II, posteriormente denominado Hospício Nacional de Alienados (HNA), criado em 1841 e inaugurado em 1852, para abrigar indivíduos considerados loucos residentes do Distrito Federal ou cercanias, foi idealizado para receber qualquer pessoa que sofresse de moléstias mentais. De fato, ao observarmos os prontuários do hospício, percebemos que não havia homogeneidade entre os pacientes, existindo todo o tipo de indivíduos, de diversas características físicas e sócio-econômicas. Contudo, uma observação mais ampla, pautada em comparações quantitativas, nos mostra especificidades comuns aos pacientes, havendo, por exemplo, um número significativamente superior de pacientes oriundos de camadas sociais menos abastadas e uma predominância, principalmente entre estes, de determinados diagnósticos. Apoiado nestas informações, este trabalho procura investigar o discurso da loucura paradigmaticamente conformado pela psiquiatria nacional; quais os receptáculos deste discurso; e como ocorria a interação entre discurso e prática psiquiátrica.

A presença do passado no atual debate das humanidades

Luara Galvão de França

Graduanda

UFOP

Esta comunicação pretende explicar acerca da idéia de *presença* presente no atual debate sobre o conhecimento do passado. Utilizaremos as reflexões de Hans Ulrich Gumbrecht como norte, aliando às reflexões de Frank Ankersmit e Eelco Runia.

Para pensarmos a presença não podemos encarar o passado como algo rarefeito e fechado atrás de nós. Devemos, então, pensar o passado como algo que está presente tanto espacial quanto temporalmente.

A escrita da história – não somente a de pena e papel, mas também a de tijolo e cal – não traz o passado novamente até nós justamente por que ele não se encerrou atrás de nós. Ela converte as possibilidades de vigor do passado em uma temporalidade que conjuga nossas três vulgares divisões temporais (passado, presente e futuro).

A discussão acerca da *presença* do passado perpassa de forma significativa toda a noção de conhecimento das humanidades, portanto, um estudo mais sistemático sobre o tema se mostra necessário e profícuo.

Catálogo sistemática para a informatização do patrimônio histórico-artístico de São João del-Rei: monumentos eclesiais do século XVIII – estudo morfológico da talha da capela-mor da Matriz de N. S. do Pilar

Lucas Lopes Cardoso

Graduando

UFSJ

O projeto sobre a Catalogação sistemática para a informatização do patrimônio histórico-artístico de São João del-Rei: monumentos eclesiais do século XVIII visa preencher várias lacunas presentes na construção de um conhecimento acadêmico sobre as riquezas artísticas e históricas na cidade de São João del-Rei.

Junto ao projeto-matriz de Catalogação, está o projeto que trata do estudo morfológico da escultura em talha dos retábulos da capela-mor da Matriz do Pilar de São João Del-Rei, visando entender o diálogo existente entre a fé e o fiel, através das minúcias de cada retábulo e do ensinamento presente em cada elemento artístico desta fração da história do povo sanjoanense. Dentro deste projeto e no seu desenvolvimento temos a análise e o debate historiográfico no âmbito da história da arte através dos escritos de Bazin, Myriam Ribeiro e entre outros, que só fazem enriquecer a produção de tal projeto.

A constituição da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX

Luciana Fernandes Boeira

Doutorando

UFRGS

Foi na segunda metade do século XIX, a partir da constituição de sociedades literárias na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que se iniciou o registro de uma história sul-riograndense em âmbito provincial. Como principal consequência proveniente desse projeto historiográfico, se idealizou, ainda, o princípio da formação de um panteão de heróis regionais. As duas principais agremiações responsáveis por tal empreendimento foram o *Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro* (IHGPSP) e o *Partenon Literário*, fundadas na capital provincial, respectivamente, em 1860 e 1868. Este trabalho procura refletir a respeito da constituição de uma escrita da história propriamente sulina a partir da atuação das duas instituições em questão, privilegiando a relação que ambas tiveram, na época, com o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), maior depositário da história nacional no Brasil Oitocentista.

História, Cultura e Materialismo Histórico

Luciana Lamblet Pereira

Doutoranda

UFJF

A comunicação tem como escopo discutir a relação entre História, Cultura e Materialismo Histórico. A idéia central será demonstrar como, desde as suas bases com Karl Marx e Friedrich Engels, o materialismo histórico contribuiu para os estudos sobre arte e estética. A partir desta discussão, o trabalho visa questionar três visões presentes nos estudos historiográficos: a visão do marxismo como uma tendência economicista e pouco afeito às questões culturais; a teoria do reflexo (relação estrutura e superestrutura); e algumas interpretações acerca de conceitos e idéias presentes nas obras de Mikhail Bakhtin, Antonio Gramsci e Edward Thompson, consideradas pelos marxistas como “culturalismo” e/ou “domesticação” das análises dos autores.

D. Viçoso e a romanização da diocese de Mariana (1844-1875)

Luciano Conrado Oliveira

Graduando

UFV

Este trabalho tem por objetivo a análise e organização de documentos relacionados à História da Igreja na Diocese de Mariana à época de D. Antonio Ferreira Viçoso, 1844 a 1875. A idéia é levantar informações a fim de elaborar um banco de dados que gere um Dicionário de Personalidades Eclesiásticas para futuras pesquisas. O levantamento que se encontra em fase inicial, tem como fontes já analisadas os relatórios de presidentes da Província de Minas Gerais (1872-1875) e os Anais da Assembléia Provincial Mineira (1872). Nessas fontes, constatamos informações sobre padroado, relações entre Igreja e maçonaria, além de nomes importantes do cenário eclesiástico e político dessa Província. A importância da pesquisa está na pouca existência de trabalhos historiográficos referentes à província mineira no século XIX. Isso porque a historiografia ficou centrada no período colonial e no período republicano. O Dicionário de Personalidades Eclesiásticas cobrirá uma lacuna nas pesquisas dessa natureza.

Um humanista português a serviço da Península: Damião de Góis e a historiografia diplomática no Quinhentos

Luiz César de Sá Júnior

Graduando

UFJF

Esta comunicação pretende analisar dois opúsculos produzidos pelo humanista e diplomata português Damião de Góis (1502-1574). O primeiro deles, a “Relação do cerco de Diu”, de 1539, traz considerações sobre as vitórias lusas no oriente e uma resposta à crítica de Paolo Giovio acerca do comércio de especiarias lá estabelecido. O segundo, “Hispania”, redigido em 1542, dedica-se a uma descrição histórica de toda a Península Ibérica, procurando, ao fim, defendê-la das críticas de Sebastian Münster.

O objetivo do estudo é nuançar os elementos laudatórios constituídos pelo tratadista em suas obras, procurando, para tanto, relacionar a atuação diplomática que desempenhou a serviço do rei D. João III na feitoria de Flandres ao seu labor humanista e historiográfico, alimentado pelo contato constante com figuras relevantes de seu tempo, como os cardeais Pietro Bembo e Lazaro Buonamico, além de Erasmo de Rotterdam.

O Pensamento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina, 1949 – 2000: um balanço historiográfico

Luiz Eduardo Simões de Souza

Professor

UNIVALE

A comunicação trata do pensamento econômico da CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina, em suas primeiras décadas de funcionamento, onde seu pensamento, de acordo com historiadores do pensamento econômico e estudos historiográficos, apresentou seu caráter mais progressista e inovador no pensamento econômico, caracterizando a particularidade do órgão naquela fase. Além das principais contribuições teóricas da fase 1949 – 1970 – em que participaram pensadores do cunho de Raúl Prébisch, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel e Noyola Vásquez, a comunicação aborda alguns dos balanços já realizados no final do século passado e no início deste por alguns analistas como BIELSCHOWSKY (2000), BARBOSA (2004) e DE BEM (1999), que marcam a historiografia desta corrente de pensamento econômico.

Os Historiadores e Familiares do Santo Ofício: Um balanço historiográfico

Luiz Fernando Rodrigues Lopes

Graduando

UFV

Quando se fala em Inquisição é comum associarmos de imediato o termo aos autos de fé, á morte na fogueira e às vitimas deste tribunal religioso. De certa forma, essa associação também é a tona da historiografia produzida sobre o tema. A maioria dos pesquisadores se debruça sobre questões concernentes aos réus da inquisição: as heresias mais comuns nos processos, o perfil social dos acusados, a trajetória das vitimas são as questões que mais atraem os historiadores. Há pouco, contudo, vem crescendo a incidência dos estudos sobre a estrutura inquisitorial e análises do aspecto institucional do tribunal. Dentre estes estudos, interessa-nos aqui os que tratam dos Familiares do Santo Ofício. Pertencentes à instância laica de funcionários do Santo Ofício, estes agentes inquisitoriais atuavam principalmente nos seqüestros de bens, notificações, prisões e condução dos réus, prestavam serviços aos Comissários – agentes inquisitoriais eclesiásticos - e obedeciam as suas ordens. Além disso, alguns deles desfrutariam de prerrogativas e privilégios. Pretendemos aqui fazer um balanço historiográfico do assunto, bem como uma discussão da historiografia que trata do tema, buscando perceber as abordagens feitas pelos pesquisadores que têm como objeto de estudo estes agentes da fé, sobretudo os que atuaram no território luso americano.

Mesa-redonda: “Escritos do Antigo Regime”

Resgatando indivíduos, revisitando sociedades: contribuições da micro-análise italiana para a compreensão da construção da política ultramarina portuguesa para o Prata na segunda metade do século XVII

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira e Marcelo José Gomes Loureiro

Mestrando

UFRJ

Para a micro-história, um nome é sempre uma relação social, porque muitas hierarquias se cruzam em um indivíduo. Assim, os sujeitos sociais nunca devem ser percebidos isoladamente, posto que representam o ponto de encontro de diversas redes. Suas escolhas e estratégias são orientadas por recursos disponíveis nas mesmas redes que movimentam. Observando a trajetória do tenente mestre de campo Jorge Soares de Macedo, foi possível criar nexos entre a procura de metais nas regiões meridionais da América e o desenvolvimento da política dos Bragança para o Prata, que culminou na fundação da Colônia do Sacramento (1680). Assim, a partir da instrumentação metodológica inaugurada pelo antropólogo norueguês Fredrik Barth no campo da teoria social e aplicada na historiografia por Grendi, Ginzburg e Levi, procuramos refletir acerca da micro-história e discutir a política portuguesa voltada para a solução da crise monetária na América na segunda metade do século XVII.

A construção da imagem na imprensa do historiador e ex-governador do Amazonas Arthur Cezar Reis (década de 1960)

Magno Ferreira de Assis

Graduando

UNIR

Alexandre Pacheco

Professor

UNIR

Nesta comunicação iremos discutir como a construção na imprensa da imagem do historiador Arthur Cezar Reis centrou-se na legitimação de seu discurso nacionalista de defesa da Amazônia, como também a partir de sua postura personalista diante do poder (Estado do Amazonas, Conselho Federal de Cultura). Neste sentido, pretendemos mostrar como sua imagem na imprensa relacionou-se, por um lado, com uma linguagem presente em seu discurso que denotou profundas relações simbólicas com a histórica luta do Estado brasileiro diante de sua defesa da Amazônia frente aos interesses estrangeiros; de outro lado, com uma suposta inter-relação de seu discurso formado por essa linguagem com os discursos de outros intelectuais dos anos de 1960, entre eles, Gilberto Freyre.

As interfaces das práticas musicais

Manuela Areias Costa

Graduanda

UFOP

Este trabalho propõe uma investigação sobre a banda da *Sociedade Musical São Caetano* da freguesia de São Caetano (atual Monsenhor Horta) entre o período de 1890 a 1940. Para tanto, partimos do pressuposto de que as práticas musicais se inserem no plano das práticas culturais e através delas podemos compreender as manifestações de uma determinada sociedade em um período histórico determinado. Assim, nos últimos anos a música passou a ser compreendida num contexto cultural amplo, que vai além da dicotomia do erudito e do popular. Debates metodológicos como este vem ampliando o cruzamento entre o campo da história e da música. Considerando a existência de uma multiplicidade cultural e de configurações sociais que se articulam no solo “móbil”, a música também pode ser vista como multifacetada e repleta de conflitos e diálogos sociais.

Mesa-redonda: “Movere, delectare e docere: a ambição pedagógica da escrita da história”

A dimensão retórica (e pedagógica) das dissertações dos acadêmicos Renascidos (1724-1725)

Mara Cristina de Matos Rodrigues

Professora

UFRGS

O chamado “movimento academicista” luso-brasileiro no século XVIII incluiu a implantação da *Academia Brasílica dos Esquecidos* em Salvador na primeira metade do século XVIII. As dissertações acadêmicas produzidas entre 1724 e 1725 foram publicadas na coletânea intitulada *O movimento academicista no Brasil*, organizada por Aderaldo Castello Branco. Estes textos têm sido objeto, sobretudo, da historiografia da literatura, mas recentemente vêm sendo analisados por historiadores da historiografia. Nesta comunicação pretendo analisar estas dissertações resgatando as contribuições destas duas abordagens e destacando a persistência de sua vinculação com a preceptiva retórica clássica. Associada a esta ênfase, que insere a historiografia do período nos gêneros de escrita destinados a *movere, delectare e docere*, pretendo explorar a sua dimensão pedagógica, investigando quais elementos do passado, e de que forma, foram selecionados como passíveis de constituir (ou não) ensinamentos aos homens do presente.

O ultramontanismo no Brasil oitocentista e o Catolicismo de D. Viçoso

Marcella de Sá Brandão

Graduação

UFV

Em meados do século XIX, a vigência de um projeto educacional e moralizador empreendido por D. Viçoso foi um dos elementos mais importantes para uma mudança na concepção do Catolicismo mineiro. Nesse período, expoentes da Igreja Católica, assim como o bispo mineiro, eram intitulados de ultramontanos, por acreditarem na supremacia da Igreja no mundo e na subserviência do Estado, criticando assim o regalismo defendido por partidário do Império. Muitos documentos papais circularam no Império criticando a ingerência do Estado nos assuntos eclesiásticos. A historiografia da Igreja assinala a Questão Religiosa como evento primaz no conflito com o Estado, no entanto esse episódio não se encerra no regalismo, sua abrangência tangencia um modo e uma filosofia de mundo cuja importância tem sido negligenciada pelos estudos preocupados com a queda da monarquia. Estudar D. Viçoso é perceber esse grande projeto.

Apontamentos sobre a noção de ciência histórica em Nietzsche

Marcelo de Mello Rangel

Doutorando

PUC-Rio

Pretendemos analisar o conceito de história em Nietzsche, e para isso precisamos nos deter ao projeto ontológico oferecido no interior de sua *Segunda Consideração Intempestiva*. Nosso objetivo é deixar aparecer o que vida é segundo Nietzsche, a saber, um *imperfectum*, contradição incessante, que oferece e necessita ao homem uma postura algo prudente, uma postura sintônica ao que vida é em sua dimensão mais fundamental, a saber, devir. *Pari passu* à vida em sua dinâmica deveniente, o homem conquistaria a possibilidade de realizar-se, de sentir-se todo cheio, saudável.

Todavia, o homem não suportaria o que vida é se não fosse orientado por estratégias no interior do devir. Aqui, a ciência histórica aparece como estratégia, um campo de esquecimento, que protege o homem da lembrança da dinâmica vertiginosa da realidade, no interior do qual as grandes realizações aparecem como medidas que orientam, com relativa estabilidade, novas possibilidades de realização.

Mesa-redonda: "Escritos do Antigo Regime"

Leituras da mortalidade escrava

Marcelo Ferreira de Assis

Doutorando

UFRJ

A história demográfica vem ampliando seu diálogo com outras disciplinas, dentre elas a antropologia e a sociologia. Esse "diálogo" que é construído, discutido, avaliado e revisto, serve às três disciplinas. Mais recente é a aceitação por parte dos antropólogos que a cultura se faz, e refaz, ao longo da história. Sendo assim, considero um personagem de vulto como um dos primeiros pensadores a apontar tal variável demográfica, a mortalidade, como problema: Joaquim Nabuco. Em seu discurso político, Nabuco acaba por traçar belo panorama sobre as condições de vida. Mais. Ligou mortalidade escrava ao tráfico de africanos, percebendo quão deletério era o contato entre os povos africanos e residentes, em especial na cidade do Rio de Janeiro.

Mesa-redonda: “Temporalidades históricas não modernas?”

História, ação e a pergunta sobre o fim do cronótopo moderno

Marcelo Gantus Jasmin

Professor

PUC-Rio/IUPERJ

A desconfiança em relação à efetividade do cronótopo moderno exige reconsideração dos temas do sujeito e da ação como aqueles que nucleiam a articulação entre passado e futuro. Perguntar-se sobre o que significa a “produção” e o agir humanos na história tem sido tarefa insistente para o pensamento desde o fim da Segunda Grande Guerra. O trabalho “História, ação e a pergunta sobre o fim do cronótopo moderno” pretende apresentar algumas reflexões sobre o tema a partir de leituras de textos escritos nos anos quarenta e cinquenta do Século XX.

O Brasil em Versalhes – uma olhar da Primeira República sobre a política internacional

Marcelo Mangini Dias

Mestrando

UFMG

Este artigo é resultado de uma pesquisa que parte da leitura e compreensão do discurso nacionalista na obra do intelectual carioca João Pandiá Calógeras, cuja vasta obra traça uma interpretação específica da história e dos problemas do Brasil. Sua proeminência como homem público e como homem das letras nos primeiros anos do século XX dão a sua obra um peso de cânone do pensamento político da época. O presente trabalho procura investigar, tendo como base seu diário pessoal – escrito durante sua permanência na Europa como chefe da delegação brasileira na Conferência de Paz de Versalhes – e outros textos como seus livros “Problemas de Governo”, “Relações Exteriores do Brasil” e “O Marquês de Barbacena”, como Calógeras constrói uma visão de identidade nacional a partir do que ele chama “reconhecimento na *societas gentium*”, ou seja, reconhecimento da constituição da Nação pela comunidade internacional.

Mesa-redonda: “Percurso para (des)aprender com a história – escritura, suplemento e herança em Jacques Derrida”

A lição do partir – considerações sobre herança e história

Marcelo Nogueira Diana

Doutorando

IUPERJ

Aprender com a história seria um dos desdobramentos que acontece quando evocamos o passado. Passado em um sentido menos fixamente temporal e mais propriamente filológico, uma herança. Herança que nos mostra que o tempo de ligação entre um fato e o seu acontecer é habitado por uma falha, por uma precariedade, por uma morte. Ao mesmo tempo, ela, a herança, acentua o que nessa morte é impossível de morrer, precisamente a sua sucessão, o seu aparente, o fantasma. Aprender com a história seria uma lição embaraçosa, pois seria aprender a despedir-se desse fantasma, levar ao fim a lição do partir. Contudo, como levar esta lição até o fim? Como de fato aprender com a partida, quando o que está colocado como aprendizado da herança consiste em perder esta herança, desviá-la, entregá-la sem a certeza de nenhuma recompensa? A tarefa da herança coloca para o trabalho historiador um contrato de valor relativo e inegociável. Esta comunicação pretende abordar esta tarefa, em uma conversa com Jacques Derrida, nos limites da história e do seu *telos* no narrar historiográfico.

A natureza e a história do Brasil como elementos do discurso em “Os sertões”

Marcelo Rodrigues de Melo Palmeira

Graduando

UFMG

“*Os Sertões*”, livro publicado em 1902, escrito por Euclides da Cunha, é uma alegoria da Guerra de Canudos, um dos principais acontecimentos políticos ocorridos no final do século XIX, no Brasil. A importância desta obra está em seu estilo de linguagem, que é caracterizado por um discurso híbrido, condicionando essa linguagem às várias escolas literárias que se desenvolveram ao longo do século XIX, principalmente o romantismo e o naturalismo, internalizando suas características de tal modo a criar um estilo único, principalmente por constituírem como movimentos estético-culturais antagônicos. Com isso, tem-se como principal objetivo do trabalho demonstrar que o estilo de escrita de *Os sertões* atenderia o interesse de seu autor de tornar a natureza e a história do Brasil elementos estruturadores de seu discurso.

Os senhores do Brasil: um balanço sobre a produção historiográfica acerca das elites no período colonial

Márcio Munhoz Blanco

Graduando

UFRGS

O presente trabalho tem por objetivo traçar um panorama sobre as diferentes perspectivas e matrizes teórico-metodológicas acerca dos estudos sobre as elites sócio-ecomômicas do período colonial brasileiro. Tomamos como pontos de discussão o foco nas atividades produtivas, a relação entre os meios público e privado e os instrumentos de diferenciação social, servindo para ilustrar como a historiografia vem repensando as relações de dominação e exclusão na sociedade brasileira. Não nos propomos esgotar o assunto, apenas mapear e colocar em debate algumas das principais obras produzidas ao longo do século XX e que ainda hoje servem como referência para o tema.

Do Historiador-Artista e/ao Artista-Teórico: relações entre testemunho, autobiografia e escrita na Historiografia da História da Arte

Marcio Pizarro Noronha

Doutor

UFG

Este trabalho resulta de um balanço historiográfico acerca das construções e desenvolvimentos das figuras do Historiador-Poeta (Arendt), do Historiador-Artista (Figueiredo) e do Artista-Teórico (Noronha), na dupla tarefa da leitura (hermenêutica psicanalítica) da “obra-processo-sistema” artístico, dentro da perspectiva de uma História e Teoria Interartes. Para tal pesquisa, levantam-se casos da arte testemunhal, no cruzamento entre a dimensão político-histórica e o autobiográfico (as posições do trauma enquanto *pathos* – posicionamento estético – e enquanto *ethos* – revelação de uma ação ou *performance* do artista diante e frente ao mundo). Paralelamente, no domínio formal e da escritura, identifica-se a formação de uma leitura estética da história (o campo escritural enquanto memória e arquivo, na forma de traço, rastro bem como de apagamento – o Mal de Arquivo, de Jacques Derrida), num estudo das “estratégias estético-poetológicas” (Seligmann-Silva) na produção de um discurso historiográfico.

De pau-a-pique a *Pilotis*. O processo de síntese entre o Tradicional e o Moderno na Arquitetura Brasileira

Marcos Antonio dos Santos

Doutorando

USP

A arquitetura moderna brasileira se constituiu a partir do esforço de uma geração de arquitetos situados temporalmente entre as décadas de 1920 e 1950. Mais que mera militância profissional dos arquitetos filiados ao Modernismo, o que se viu foi um importante trabalho intelectual levado a cabo por nomes como Lúcio Costa que, a exemplo dos modernistas nas artes, buscava estabelecer a síntese entre tradição e modernidade. Síntese esta, em conformidade com a idéia de uma “revolução pelo alto”, preconizada por Getúlio Vargas nos anos de 1930. Partindo dos trabalhos de Gramsci sobre a intelectualidade na formação da cultura, da concepção histórica de Walter Benjamin, bem como da idéia de uso político do passado do historiador francês François Hartog, analisar-se-á a participação da intelectualidade modernista brasileira neste processo. Procurando, ao final, entender o debate modernista feito pela intelectualidade engajada, e suas implicações na modernização estética e social do Brasil.

Aprender com o riso: algumas abordagens historiográficas

Marcos Rafael da Silva

Mestrando

USP

Esta comunicação tem por objetivo apresentar algumas obras que através do entendimento crítico do riso e do humor, contribuíram para a construção do conhecimento histórico do período que trataram, bem como para compreensão do momento historiográfico que cada obra está inserida.

Utilizares em nossa análise a obra (no que tange a temática acima) de três historiadores brasileiros, a saber: Hermann Lima, *História da Caricatura no Brasil*, em quatro volumes, publicados pela Editora José Olympio em 1963; e, Elias Thomé Saliba, *Raízes do Riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*, publicada pela Companhia das Letras em 2004.

Medo de bruxa: A feitiçaria no Brasil a partir da Visitação do Santo Ofício no século XVI

Marcus Vinicius Reis

Graduando

UFV

O presente trabalho terá o objetivo de traçar uma breve discussão historiográfica acerca das práticas mágicas e de feitiçaria existentes no Brasil colonial. Mais precisamente, tal análise terá como enfoque o período no qual se realizou a primeira Visitação do Tribunal do Santo Ofício no Brasil – nos anos de 1591 à 1595. Dessa Visitação, uma gama de documentos foi produzida e, posteriormente publicada de forma impressa. Dentro dessa documentação é que tal trabalho estará inserido. Buscaremos discutir a presença da Feiticeira e suas diversas nuances presentes no Brasil do “quinhentos”, tendo como base de discussão alguns autores que se propuseram analisar tais casos de feitiçaria durante essa época.

Subsídios de uma historiografia religiosa: O discurso episcopal sobre a vida religiosa feminina em Minas setecentista

Maria Alice Queiroz Fialho

Graduanda

UFOP

A vida religiosa feminina na América Portuguesa foi objeto de várias pesquisas históricas, as quais, em geral destacam sua faceta híbrida. Assim enquanto os conventos canônicos eram erigidos com o intuito de atenderem às demandas das mulheres da elite, os recolhimentos comumente obrigavam devotas dos grupos populares. Já as visões do clero divergiam, não tanto em relação à necessidade de observância de uma vida piedosa e disciplinada, mas quanto à conveniência da abertura de tais casas religiosas, face a seus custos e riscos de desvios. O objetivo deste trabalho será então o de interpretar a posição adotada pelo primeiro bispo da diocese de Mariana, D. Frei Manoel da Cruz (1748 – 1764), sobre esta questão, utilizando como fontes suas cartas particulares e documentos pastorais.

Sebastianismo: a história entre representações literárias

Maria Aparecida Milagres Machado

Graduanda

UFV

Mateus Rezende de Andrade

Graduando

UFV

Este trabalho busca, por meio de análise de textos literários, resgatar a importância do mito do sebastianismo para os portugueses e como este é retomado em diversas épocas. Um dos textos analisados é "A Última Nau" de Fernando Pessoa onde a figura de Don Sebastião torna-se a representação do Império português. No poema, o autor narra a sua viagem rumo à África. Durante a ida ocorre a morte física do imperador e seu retorno espiritual seria uma nova glória de Portugal. Vários autores que estudaram o mito do Desejado têm mostrado sua retomada em situações de crise, principalmente por populares. Isso indica um saudosismo ao passado e a esperança de um futuro áureo.

Tradição e memória na literatura de fundação alencareana (*O guarani e Iracema*)

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira

Mestranda

UFOP

Esta comunicação se propõe a uma avaliação da literatura de fundação do romancista José de Alencar, tentando destacar a importância de instâncias de memória socio-cultural e histórica na elaboração de suas obras, o que demonstraria - em nossa perspectiva - o desejo de colaboração na construção da memória histórica nacional em seu período (décadas de 50 a 70 do século XIX).

Para tanto enfatizaremos elementos de tradição e memória presentes na narrativa, bem como a perspectiva crítica com a qual o autor se utiliza delas no intuito de produzir narrativas que se aproximem - como afirmado acima - da historiografia.

Revoluções de independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica

Maria Elisa Noronha de Sá Mader

Professora

PUC-Rio

A comunicação discutirá como a historiografia tem interpretado os movimentos de independência na América Hispânica atribuindo-lhes ou não um caráter revolucionário. O objetivo é fazer um balanço das diversas abordagens historiográficas acerca do tema, desde o século XIX até os dias de hoje, destacando principalmente os diferentes conceitos de revolução e os múltiplos significados a partir dos quais estas são conformadas. A reflexão historiográfica estará centrada na articulação entre a discussão teórica do conceito de revolução e os modos de interpretar as independências americanas, especialmente nas novas interpretações que buscam superar tanto uma tradição historiográfica que enfatiza o continuísmo como característica inerente à experiência Ibero-americana, como aquela que associa aquele conceito à tradição marxista de forma pouco problematizada.

Estou de altos! O jogo das faculdades através de Gadamer

Maria Eugenia Gay

Mestranda

PUC-Rio

O conceito de jogo na hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer articula as possibilidades de um conhecimento mais conveniente para as disciplinas históricas, que assim se aproximam do olhar da estética mais do que do paradigma científico. Para ele, a obra de arte tem a capacidade de abrir a profundidade histórica do próprio presente, capacidade na qual reside sua dimensão de conhecimento. O jogo é a metáfora dessa experiência da arte. No entanto, o conceito tem sua própria história, que deve ser recuperada se compreendermos, com Gadamer, que a tradição é um “continuar dizendo” sempre questionado e reapropriado, que configura o seu sentido presente. Por isso, nessa comunicação pretendo explorar as confluências e críticas da estética gadameriana à teoria kantiana da capacidade do juízo, que se descreve como o livre jogo das faculdades de conhecimento. Contudo, mais do que uma comparação, se trata de encontrar o caminho de leitura da obra de Kant que a estética gadameriana propõe.

Museu de Ciência: Que falta faz a História?

Maria Gabriela de Almeida Bernardino

Graduanda

MAST

O distanciamento existente entre os Museus de Ciência (MC) e a História vêm sendo discutido por alguns autores, estes apontam para a necessidade de superação do mesmo. O papel de “humanização” das ciências se torna fundamental, pois apresenta uma forma abrangente de conceitos, através de abordagens contextuais. Optar pela problematização resultaria em maior compreensão e perspectiva histórica. Um reflexo desta ausência é a baixa frequência dos professores de História nos MC. De acordo com o levantamento feito no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) em 2008, somente 14 dos 165 professores (8,48%) que participaram dos encontros preparatórios das visitas escolares eram de História. Nesse sentido, o MAST propõe a trilha educativa “Quem somos?” que apresenta a ciência como construção cultural, abordando aspectos políticos, sociais e econômicos. Discutimos aqui, as potencialidades da HC nos MC para a formação de cidadãos críticos que saibam de ciência, mas também sobre a ciência.

História e memórias da “Fortaleza Antiga” no acervo do Museu da Imagem e do Som do Ceará (MIS-CE)

Maria Josiane Vieira

Graduanda

UFC

Francisco Iran Monte Claudino Filho

Graduando

UFC

O acervo do Museu da Imagem e do Som do Ceará é composto por mídias de variados formatos. Deve ser ressaltado, contudo, que os registros de natureza imagética estão entre os mais pesquisados, tanto em âmbito acadêmico, quanto na elaboração e montagem de exposições. Pode ser colocado igualmente em relevo o fato de estas imagens e filmes são recorrentemente utilizados como linguagem mediadora para ações educativas no próprio museu e fora dele. A partir dessas questões, trabalharemos dando ênfase ao embate entre estas fontes e a produção textual de historiadores e memorialistas, marcadamente sobre período 1880-1930, buscando discernir o papel do historiador na utilização e construção de imagens sobre Fortaleza, a partir do acervo do MIS-CE.

Repensando a presença italiana nas Minas Gerais: balanço historiográfico e novas propostas para o estudo desta temática

Mariana Eliane Teixeira

Mestranda

UFSJ

No final do século XIX e início do século XX o Brasil viveu um período ímpar em sua história, que foi o processo de transição da mão-de-obra escrava para o trabalho assalariado, dentro de um quadro mais amplo de constituição do capitalismo no país. Neste mesmo contexto chegaram um grande número de imigrantes europeus no Brasil, destacando-se os italianos. Dentro deste tema mais amplo, que é a presença italiana no Brasil, o presente artigo tem a pretensão de fazer um balanço historiográfico sobre os principais trabalhos que se destinaram a compreender o processo de imigração de italianos no Brasil e principalmente em Minas Gerais. Pretende-se assim, apontar os avanços dessas pesquisas para uma maior compreensão da temática, além de evidenciar suas principais carências, mostrando para os futuros pesquisadores da área, outras possibilidades de abordar o assunto dentro das novas propostas historiográficas.

Nação e nacionalismo: mutações de sentido nos Estados Nacionais latino-americanos

Mariana Marques De Maria

Mestranda

UFOP

Este trabalho tem por objetivo propor um debate entre as principais correntes historiográficas que tratam da formação dos Estados Nacionais latino-americanos e a partir daí elucidar que o termo *nação* refere-se a um conceito que pode ser aplicado em distintas realidades de acordo com o sentido que lhes davam os agentes históricos do período em questão.

Com isso, o caminho de interpretação para o conceito de *nação* deve seguir as distintas concepções em que o termo foi utilizado e as realidades históricas a que este se referia. Portanto, a problematização em torno do conceito de *nação* consiste em analisar essas mutações de sentido do termo como um processo de explicação do surgimento dos Estados Nacionais latino-americanos.

A arte experimental de Nova York nos anos 1970: a possibilidade de uma interpretação histórica pós-moderna

Marina Corrêa da Silva de Araujo

Mestranda

UFRGS

Esta comunicação pretende desenvolver questionamentos a respeito da operacionalidade do conceito de pós-modernidade para refletir a respeito de um acontecimento histórico. Partindo de uma pesquisa a respeito do surgimento da música *punk/new wave* em Nova York dos anos 1970, surge a possibilidade de teorizar a respeito de uma cena artística nova-iorquina, comumente denominada “*Downtown Scene*”, que se desenvolve entre os anos de 1974 e 1984, como um acontecimento marcado por práticas artísticas pós-modernas. O movimento *punk* é inserido neste contexto por partilhar uma nova atitude em relação às possibilidades e produção da arte.

Portanto, é necessário refletir como se pode analisar um fato histórico a partir de uma perspectiva pós-moderna, em que o foco de interpretação encontra-se na atitude de subversão artística dos personagens localizados neste contexto, que buscavam a autonomia de fabricação e promoção de materiais artísticos e na exploração de fissuras nas estruturas de arte tradicionais.

Reverendo os intérpretes dos movimentos rurais ocorridos entre os anos de 1955 a 1964

Marina Mesquita Camisasca

Mestrando

UFMG

A comunicação pretende apresentar um balanço historiográfico sobre os movimentos rurais ocorridos em todo o país entre os anos de 1955 a 1964. Este período da história brasileira foi marcado pelo aparecimento na esfera pública de um novo ator: o camponês. Esse novo sujeito político passou a lutar para obter, principalmente, a conquista da posse da terra. Mas essa luta não ocorreu de forma isolada, o campesinato se organizou a partir da constituição de ligas camponesas, associações e sindicatos rurais.

Assim, muitos foram os teóricos que discutiram esses movimentos que desejavam modificar a situação vivenciada nas áreas rurais. O objetivo desta comunicação é apresentar alguns desses autores e discutir o que eles pensavam sobre esses movimentos rurais. A ênfase recairá sobre as análises que tiveram como objeto de estudo as ligas camponesas e os sindicatos rurais.

Abordagem Ricoeuriana sobre as narrativas históricas e ficcionais.

Marina Silva Duarte

Graduanda

UFMG

Este trabalho pretende investigar a abordagem Ricoeuriana sobre as diferenças e semelhanças entre a narrativa histórica e a narrativa Literária. O primeiro movimento é de distinguir os dois modos narrativos, explicitar suas particularidades, analisar como a narrativa histórica e literária tem formas diferentes para refigurar o tempo humano. O segundo momento é de entrecruzar, aproximar as duas formas narrativas. Nesse caso o ato de leitura funciona como momento essencial, visto que, tanto para o texto histórico quanto para o literário ele é o responsável pela efetuação do texto. O terceiro e último momento é um diálogo com Hayden White, no qual Ricoeur levanta a hipótese de que “a Ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia.”

Ricoeur traz uma grande contribuição, pois consideramos a problemática envolvendo história e literatura um debate importante para a historiografia contemporânea.

A “Reconciliação Possível” entre tempo, história e narrativa em Paul Ricoeur

Marina Silva Duarte

Graduanda

UFMG

No momento em que a historiografia contemporânea debate a volta da narrativa o livro do filósofo francês Paul Ricoeur *Tempo e Narrativa* traz uma grande colaboração para o exercício reflexivo da teoria da história.

Nesse sentido o painel pretende apresentar o Filósofo e seu conceito de tempo Histórico. Reunido as concepções de tessitura da intriga em Aristóteles e a concepção de tempo em Santo Agostinho ele chega a hipótese de que a narrativa formata, refigura o tempo humano . A narrativa histórica seria então um terceiro tempo que reinscreve o tempo vivido no tempo cósmico.

A vadiagem em debate: o caso dos “vadios” da *Belle Époque* Carioca

Marina Vieira de Carvalho

Mestranda

UERJ

O presente estudo tem como tema duas distintas interpretações historiográficas sobre a contravenção da vadiagem e dos agentes históricos estereotipados como “vadios”, na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1888 a 1906.

De um lado, a repressão, a violência e a exclusão às camadas populares que não se enquadravam ao processo de cosmopolitismo, aburguesamento e modernização da então capital da República; de outro, a homogeneização dos espaços e dos corpos da “cidade maravilhosa”: a estratégia de adaptar o centro da cidade e sua população para as novas práticas econômicas da urbe.

Ora: a *arraia-miúda* foi vítima de um processo de marginalização social ou foi alvo de um projeto normatizador da sociedade? Foi segregada da sociedade e da cidade ou se posicionaram e marcaram seu espaço e presença na capital federal?

Essas são algumas indagações presentes na problemática sobre a vadiagem nos primeiros anos da República, as quais são objetos de perscrutação desta pesquisa.

O Iseb, seus intelectuais e a linguagem política dos anos 1950 no Brasil

Mario Ângelo Brandão De Oliveira Miranda

Mestrado

PUC-Rio

Criado em 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros se propunha a ser mais que uma instituição acadêmica. Seus intelectuais eram orientados a discutir os problemas fundamentais da sociedade brasileira e a propor ações políticas direcionadas para a transformação da realidade nacional. Pode-se dizer que os intelectuais isebianos estão inseridos em um contexto de linguagem política comum e que iriam se notabilizar pela discussão das propostas de desenvolvimento para o Brasil dentro da perspectiva nacionalista. Contudo, uma análise mais rigorosa nas obras destes intelectuais, permite que diferenças de pensamento sejam encontradas. Apoiado em uma pesquisa fundamentada na perspectiva teórica e na metodologia de historiadores do discurso como Quentin Skinner e John Pocock e nas proposições da História dos Conceitos, este trabalho procura revelar diferentes usos e entendimentos acerca da idéia de nacionalismo e de desenvolvimento nacional no interior do Iseb. Revelando assim propostas futuras que apontam para caminhos diversos.

As apropriações historiográficas da expulsão dos holandeses no nordeste colonial

Mario Sérgio Pollastri de Castro e Almeida

Mestrando

UFMG

Elaine Campos e Castro

Graduanda

UFMG

A expulsão dos holandeses do nordeste colonial (1645-1654) traria em seu bojo uma série de acontecimentos, esperanças e questões que acabariam por reverberar seus efeitos para muito além daquele movimento bélico de expulsão dos hereges. Assim a expulsão dos batavos iria gerar, para além do resultado imediato, uma série de argumentos a serem utilizados pelos descendentes daqueles expulsos, tornando-se um discurso recorrente ao longo da História brasileira, servindo aos mais distintos interesses. E é desses usos que o presente estudo trata. Valendo-nos de fontes coevas, panegíricas, diários, e de fontes setecentistas, nosso estudo pretende analisar como determinadas correntes historiográficas do século XVIII uniram passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular daquele processo histórico, que servisse aos seus interesses.

Mesa-redonda: “O passado face a seus outros: Gaston Bachelard, Mircea Eliade, Norbert Elias”

O conceito moderno de história entre o particular e o geral: as posições de Sérgio Buarque de Holanda e Mircea Eliade

Mateus Henrique de Faria Pereira

Professor

UFU

Procuramos pensar sobre o lugar da síntese no interior do conceito moderno de história a partir de duas posições. Sérgio Buarque de Holanda em o “Pensamento Histórico no Brasil nos últimos 50 anos” (1951) concebe a história como uma reconstrução, no presente, da experiência única e múltipla no e do tempo, a partir da pesquisa empírica e da “recusa” e/ou adiamento da tentação da síntese. Ao passo que Mircea Eliade em **História das Crenças e das Idéias Religiosas** (1978) entende que, apesar das dificuldades, as síntese são fundamentais e devem, antes de tudo, cumprir uma dimensão pedagógica. Destacaremos como são construídos os argumentos para que numa percepção as sínteses sejam recusadas ou no máximo entendidas como o fim de um percurso e em outra compreendidas como parte da dimensão didática da história singular coletivo. Por fim, analisamos a contemporaneidade do não-contemporâneo a partir das duas posições. Esta pesquisa está sendo desenvolvida com o financiamento da FAPEMIG.

É possível contar a história? George Orwell e a re-invenção da linguagem sob o totalitarismo

Matheus Cardoso da Silva

Mestrando

USP

Como contar a história? Esta questão, fundamental para a historiografia, adquiriu novos contornos com a experiência totalitária no século XX. Frente a atomização da sociedade e a tentativa de uniformização das consciências individuais através da ideologia totalitária, a própria linguagem é tomada como recurso de poder, na apropriação do passado coletivo da sociedade e em sua transformação em local de coesão social. A obra de George Orwell como um dos mais vívidos retratos dessa experiência, explora a questão do papel da linguagem nos processos de manipulação dos indivíduos, tanto em seu emblemático 1984 quanto em sua obra ensaística. Neste sentido, se desnuda, por exemplo, a função da narrativa histórica no processo de construção de um passado mítico, cuja função é delinear os contornos da história oficial. Assim, a questão inicial, se desdobra em outra questão fundamental para a construção do saber historiográfico: É possível contar a história?

Oswald de Andrade e Plínio Salgado: dois olhares sobre o passado brasileiro

Matheus Machado Vaz

Bacharel em História

UFMG

Valdeci da Silva Cunha

Mestrando

UFMG

A proposta tem como objetivo analisar a produção textual de dois intelectuais contemporâneos na tentativa de repensarmos as características da cultura histórica brasileira produzido na década de 1940. A partir desses dois autores pretendemos levantar questões relacionadas não apenas com suas obras específicas, mas que também envolvam a produção intelectual de sua época. Até que ponto poderíamos incluí-los em um paradigma do pensamento social brasileiro de meados do século XX? Essas obras indicariam a possibilidade de uma produção historiográfica diferenciada no período? Se Oswald de Andrade e Plínio Salgado estabeleceram algum diálogo, ainda que assumindo posições conflitantes, suas obras seriam completamente contrastantes, ou guardariam influências teóricas e conceituais comuns? Utilizando-se desses dois autores, que se inseriram em posições e debates intelectuais de seu tempo, nosso objetivo é contribuir para uma história do conhecimento histórico brasileiro.

Microhistoria e região: atividades de ferraria entre escravos e libertos em Minas Gerais, século XIX

Maura Silveira Gonçalves de Britto

Mestranda

UFOP

O trabalho pretende relacionar a problemática do conceito de região às abordagens da microhistória, considerando o espaço como resultado de um processo, e não um dado estático, pré-estabelecido por delimitações administrativas ou pela comodidade das fontes. Assim, apresenta-se algumas considerações da pesquisa histórica *Atividades de Ferraria Durante o Império e o Comércio Provincial: experiências de escravos e libertos na Itabira do Mato Dentro*. Nesta proposta, investiga-se as características do ofício de ferraria, praticado por escravos e libertos na região e período especificados, a partir da pesquisa em inventários, testamentos e listas nominativas. Considera-se que este ofício, transmitido aos descendentes, teria agido como um fator forjador de uma identidade entre os escravos e libertos e como um elemento de distinção social entre os demais. As perspectivas da microhistória, neste sentido, nos permitiriam perceber as especificidades que este “saber fazer” poderiam representar para os agentes históricos aqui considerados.

Vendem-se e alugam-se crianças: a mão-de-obra infantil negociada nos anúncios de Jornais Ouropretanos (1870-1888)

Milene Gonçalves Rabelo

Graduanda

UNI-BH

O objetivo da comunicação será o de apresentar a oferta de mão-de-obra de crianças nos Jornais Ouropretanos, no período de 1870-1888, delineando o perfil dessas crianças – escravas, ingênuas ou livres – através de uma análise quantitativa (cor, idade, sexo, aptidões, preço, marcas corporais, etc) e qualitativa, obtidas através das informações contidas nos anúncios. Além disso, busca-se ainda lançar a hipótese da possível existência de agenciadores em Ouro Preto, voltados para a negociação de homens, mulheres e crianças, na condição de escravos ou livres, como mão-de-obra, já que alguns anúncios apontam o mesmo endereço para contato, caso houvesse interesse por alguma criança.

Lembramos que para o período focado por nossa pesquisa devemos considerar a conjuntura da transição do trabalho escravo para o livre, que se deu gradualmente a partir das leis abolicionistas, instituídas durante a segunda metade do século XIX.

Pretendemos com esse trabalho contribuir para a historiografia que discute esse assunto, através da análise anúncios de compra, venda e aluguel de crianças com idade inferior ou igual a 14 anos, divulgados nos Jornais Ouropretanos nas últimas décadas da escravidão.

Mesa-redonda: “Práticas e estratégias institucionais: religião e política”

A Irmandade do Santíssimo Sacramento do Ouro Preto: um debate historiográfico

Monalisa Pavonne Oliveira

Mestranda

UFOP

O presente trabalho é um desdobramento da qualificação entregue ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, “Devoção e Poder: a Irmandade do Santíssimo Sacramento do Ouro Preto (Vila Rica,1748-1798)”. Após a pesquisa concernente ao objeto de pesquisa de meu projeto de mestrado, a Irmandade do Santíssimo Sacramento – associação composta por homens brancos e membros da elite política e econômica de Vila Rica, me deparei com um grande volume de trabalhos cujo objeto de pesquisa eram as irmandades. Entretanto, grande parte dedicava-se à agremiação de negros, tanto as publicações quanto às teses e dissertações encontrados no banco de teses da capes. Assim, este artigo visa chamar a atenção para a lacuna historiográfica com relação às associações religiosas de leigos brancos, instituições de suma importância para a compreensão da sedimentação e organização dos grupos dirigentes locais, que foram negligenciadas pelos historiadores ao longo dos anos.

Um olhar reflexivo sobre a épica revolucionária

Monica Villares Ferrer

Mestranda

UNICAMP

A revolução cubana teve na fotografia o melhor veículo para sua divulgação e confirmação, não só dentro da Ilha, mais também para os olhos da opinião pública internacional. A derrota da ditadura de Batista, o 1º de Janeiro de 1959 deu lugar ao desenvolvimento de um processo vertiginoso de mudanças, em que a fotografia terá um roll fundamental, um fenômeno que será conhecido posteriormente pela historiografia como 'Épica Revolucionaria', em referencia a fotografia desenvolvida na Ilha a partir de 1959 e que se estende aproximadamente até 1970.

De acordo com os aspectos formais a Épica Revolucionaria pode ser catalogada dentro do gênero da fotografia documental. O conceito de fotojornalismo considerado por alguns especialistas como um subgênero deste, será o que aplicaremos na nossa análise, crítica do contextualismo histórico. Nossa perspectiva terá como principal objetivo determinar as relações entre as mesmas e o início de um processo político ditatorial.

Subaltern Studies: Pós-colonialismo ou Desconstrução?

Muryatan Santana Barbosa

Doutorando

USP

A comunicação fará um balanço crítico do *Subaltern Studies*, como ficou conhecido o trabalho historiográfico do Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia, fundado no início dos anos 1980, na Índia. Para isto, enfocará os aspectos-teóricos metodológicos que embasam os ensaios de alguns de seus principais integrantes, como Ranajit Guha e Dipesh Chakrabarty. Destacar-se-á, sobretudo, as ambigüidades ali presentes, resultantes da assimilação crítica de duas correntes teóricas diferenciadas: a Desconstrução (ou Pós-estruturalismo) e o Pós-colonialismo.

Recolhimento e Educação: a educação feminina do Oratório Festivo “São João Bosco” (1936-1952)

Nadja Santos Bonifácio

Mestranda

UFS

O presente artigo faz parte de pesquisa em andamento que trata do Oratório Festivo “São João Bosco”, instituição confessional de educação para meninas desvalidas. Tem por objetivo apresentar considerações sobre essa instituição entre o período de 1936 a 1952. Pretendo assinalar, através de fontes como relatórios, livros de crônicas, livros de matrícula, cartas e fotografias, a constituição da instituição quanto à organização educacional e religiosa concebida para educar as meninas abrigadas na instituição. A educação desenvolvida seguia os pressupostos da educação preventiva de Dom Bosco, no entanto observava também as determinações para educação feminina daquele momento da história do país, visando uma educação para construção da paz familiar, de valores morais e religiosos. O estudo baseia-se nos pressupostos teóricos da História Cultural, inserido no campo da História da Educação e Educação feminina.

Mesa-redonda: “Vida, mestra da História? Conhecimento e ética em Droysen, Nietzsche e Huizinga”

“Clio no país das sombras”: A Morfologia histórica de Johan Huizinga e o problema ético da História

Naiara dos Santos Damas Ribeiro

Doutoranda

UFRJ

Em 1926, o historiador da cultura holandês Johan Huizinga (1872-1945) foi convidado pela Universidade de Zurique, Suíça, para apresentar uma conferência sobre tarefa do conhecimento histórico. Naquela ocasião, Huizinga afirmou que a História consistia em “dar forma ao passado” e, nesse sentido, seria, pois, uma Morfologia. Tal afirmação implicava, segundo ele, um olhar diferenciado tanto sobre as etapas da pesquisa e da escrita históricas em relação aos debates historiográficos de então, quanto a atribuição de centralidade ao historiador e ao seu tempo no exercício compreensivo que transformava o passado em História. Nessa comunicação pretendemos analisar a Morfologia histórica de Huizinga dentro dos três eixos em que esta idéia se desdobra, linguagem (escrita), experiência (contato com o passado) e realidade (autenticidade), assim como refletir sobre o problema ético que esse historiador identifica na tarefa da História de dar sentido ao passado na chave de uma interlocução permanente e fundamental com o presente.

Entre farrapos: usos do biográfico na historiografia sobre a Revolução Farroupilha

Nayara Emerick Lamb

Graduanda

UERJ

A intenção do trabalho é refletir acerca da historiografia sobre a Revolução Farroupilha, em particular a que veio a ser produzida por meio da escrita biográfica, tendo como foco o texto de autoria de Fernando Luiz Osório, *“A Guerra Civil dos Farrapos”*, de 1893, volume extraído da biografia *“A História do General Osório”*.

Embasada na documentação de seu pai, a obra de Luiz Osório é valiosa pela forma com que apresenta e analisa o conflito, sob a premissa de narrá-lo, e assim contar sua história, à luz das vivências e visões dos que protagonizaram o enfrentamento militar e político de maior duração entre as revoltas regenciais. Ao apresentar e analisar as experiências de seu pai frente ao conflito, a obra representa uma abordagem historiográfica sobre a Revolução Farroupilha em que o estilo biográfico transita entre auge e decadência enquanto forma de enxergar o universo dos fatos e a experiência humana.

Experiência do tempo e história na obra de Cunha Mattos

Neuma Brilhante Rodrigues

Professora

ESPAM

O presente trabalho propõe-se a analisar as alterações da experiência do tempo no Brasil recém-independente, a partir da obra de Raimundo José da Cunha Mattos. Esse personagem vivenciou de modo bastante direto as alterações políticas, sociais e econômicas que assolaram o ocidente entre finais dos setecentos e início dos oitocentos. Acontecimentos que exigiram reconstruções identitárias, deslocamentos espaciais, avaliações e reavaliações das experiências e das expectativas dos homens que agiam e sofriam. Partiu-se da hipótese de que tais circunstâncias resultaram em mudanças na própria experiência do tempo daquele autor e, conseqüentemente, no modo em que pensava a história. Para tanto, foram lidas memórias, discursos e folhetos produzidos por ele, em diferentes espaços institucionais, entre os anos de 1812 e 1838.

Mesa-redonda: “Práticas e estratégias institucionais: religião e política”

Câmara Municipal de Mariana: a assistência aos expostos

Nicole de Oliveira Alves Damasceno

Mestranda

UFOP

O abandono de crianças durante o século XVIII e XIX era uma prática comum não apenas no Brasil, mas em diversos países da Europa. As *Ordenações Filipinas* reconheciam essa prática e exigiam que ou as Santas Casas de Misericórdia ou os Senados da Câmara deveriam dar assistência a essas crianças até que as mesmas completassem 7 anos. Em Mariana, foi a Câmara Municipal que ficou responsável por assistir aos expostos. Quando uma pessoa encontrasse uma criança abandonada, esta deveria informá-la. A Câmara era responsável por registrar essa criança no Livro de Matrícula e encontrar uma pessoa que desejasse criar o exposto mediante um pagamento, que variou entre 2 e 3 oitavas por mês. O número de crianças que recebiam a assistência da Câmara chegou a preocupar as autoridades, que viam grande parte das despesas da cidade direcionadas para os pagamentos dos criadores de expostos.

Mesa-redonda: “Perspectivas historiográficas no Tocantins: diálogos multiculturais”

Historiografia e a retórica do atraso no Tocantins

Noeci Carvalho Messias

Doutoranda

UFG

A historiografia nos revela, que ao longo de sua trajetória, o antigo norte do Estado de Goiás, hoje Tocantins, foi considerado como símbolo do atraso. Por outro lado, havia também a idéia de riquezas em razão da abundância dos recursos naturais. Com a criação do Estado do Tocantins em 1988, o discurso gestado apropria-se da idéia de que a utilização dos recursos naturais, seria o caminho a ser trilhado para superar a situação de “atraso”, de “abandono” e, portanto, torná-lo uma unidade moderna. Nesse contexto, processou-se uma invenção ideológica do Tocantins respaldada na dicotomia atraso / modernidade. Nessa perspectiva, o presente trabalho objetiva refletir sobre a idéia de atraso que legitima a criação do Estado do Tocantins.

O Estatuto do Real Histórico: Problemas e Perspectivas

Olivia Macedo Miranda Cormineiro

Mestranda

UFU

O objetivo desta comunicação é apresentar algumas considerações acerca da produção do conhecimento histórico, especificamente no que se refere ao status do real. Para alcançar tal objetivo proponho problematizar as perspectivas de Hannah Arendt, Edward Palmer Thompson e Hayden White acerca da legitimidade do conhecimento histórico para re-apresentar o real ou, como prefere Arendt, para preservar a matéria fatural. Nesse sentido, no que concerne à questão do estatuto do real e da autoridade da história, procurarei interpretar em quais aspectos as perspectivas destes intelectuais se aproximam e em quais se afastam, buscando encontrar não respostas, mas levantar alguns problemas relevantes à historiografia na contemporaneidade.

A História como máquina de guerra: as contribuições de Michel de Certeau para a historiografia

Paloma Porto Silva

Mestranda

UFPB

O que fazemos e como fazemos, muitas vezes são determinadas pelas nossas escolhas e seus desdobramentos em forma de práticas. Neste sentido, escolhemos pensar o presente texto a partir e com o livro “A Invenção do Cotidiano: artes de fazer” de Michel de Certeau. Não queremos ler Certeau e seus escritos, muito menos estamos interessados no sujeito Certeau e no sentido que ele quis dá a seus escritos, se é que ele assim o quis. Estamos interessados em ler com Certeau, pois a forma como o autor nos dá a pensar o tempo é diferente daquela a qual a tradição historiográfica está acostumada a pensar. Com Certeau podemos dizer que passado, presente e futuro só existem em função do presente e que a História é historicidade, e, portanto, indeterminação, diferença, descontinuidade. Assim sendo, escolhemos como porta de entrada de nossa análise uma abordagem conceitual.

A escrita da história das missões católicas no Oriente

Patricia Souza de Faria

Professora

UFV

Apresentaremos uma síntese da historiografia das missões católicas no Oriente. Os primeiros escritos - dos contemporâneos das missões dos séculos XVI e XVII , ocorridas durante a expansão ibérica moderna - reverberaram o desejo de fazer ecoar na Europa os feitos dos evangelizadores . O empenho dos jesuítas na construção da memória favoreceu a criação do axioma historiográfico a respeito das missões no Oriente: projetou a Companhia de Jesus como a única ordem religiosa responsável pelos métodos de conversão mais inovadoras e eficazes. Contudo, a história apologética das missões sofreu golpes decisivos, em virtude da Ilustração, das reflexões da geração de 1870 e da historiografia nacionalista do contexto da descolonização asiática, que responsabilizou os jesuítas por boa parte dos males da sociedade. Nas últimas décadas, historiadores da Companhia de Jesus ou laicos - Zupanov, Spence, Alden, Teotônio dos Santos - têm evitado a mera apologia dos jesuítas ou a sua denúncia apaixonada.

Mesa-redonda: “Perspectivas historiográficas no Tocantins: diálogos multiculturais”

Fronteiras interculturais: especificidade da educação indígena no Tocantins

Paulete Maria Cunha dos Santos

Mestre em História do Brasil

UFT

O presente trabalho investiga a articulação entre a participação das organizações indígenas do Tocantins, enquanto sujeitos políticos de sua própria história, que propõem uma educação escolar indígena diferenciada, e os diversos agentes não indígenas envolvidos no processo. Afinal, trata-se de conhecimentos distintos, é preciso *desaprender* e, portanto, *re-aprender* outras formas de saberes. Entendemos que tais redefinições, pautadas na convivência das comunidades indígenas com a sociedade não indígena e que priorizam aspectos intrinsecamente constituídos pela alteridade da história e da luta sociopolítica destes povos, possibilitam a criação e gestão do seu próprio conhecimento, bem como de sua elaboração e transformação no cotidiano da educação escolar nas aldeias. Assim, visualizamos entre as digressões teóricas, uma via de análise do processo de agenciamento, numa perspectiva ampliada de uma educação intercultural no Tocantins, em que os agentes indígenas e não indígenas podem re-significar suas experiências e, afinal, a possibilidade de afirmação/reconhecimento da diferença sociocultural.

O ensaio histórico interpretativo de Leandro Tocantins na obra *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido* (década de 1960)

Paulo Alberto da Silva Mendes

Graduando

UNIR

Alexandre Pacheco

Professor

UNIR

Nosso objetivo é demonstrar - à luz das discussões entre História e Ficção - que a imaginação literária, ou seja, os talentos poéticos que estiveram subjacentes à realização do discurso histórico interpretativo de Leandro Tocantins em sua obra *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido* (Amazônia na década de 1960) procuraram legitimar as posições políticas e estéticas de Euclides da Cunha sobre a Amazônia. Talento poético, enfim, que foi capaz de transformar Euclides da Cunha em um intelectual-herói, em plena década de 1960, que teria a oferecer não só suas análises sobre os problemas de integração da Amazônia como forma desta poder superar seu atraso histórico em relação ao Brasil, mas também enquanto exemplo de homem (artista e cientista) que ao enfrentar os maiores desafios para escrever seus ensaios amazônicos, teria muito a ensinar aos intelectuais e políticos que pretenderam desenvolver a Amazônia a partir dos anos de 1960.

O escravo beneditino na historiografia brasileira dos séculos XX e XXI

Paulo Henrique Silva Pacheco

Mestrando

UERJ

O presente artigo propõe um balanço historiográfico acerca dos estudos referentes aos escravos da Ordem de São Bento do Rio de Janeiro. As análises realizadas, em sua maioria, desenvolvidos no século XX, tomaram como influência a proposta dicotômica de Gilberto Freyre, que se preocupou em questionar se os beneditinos haviam ou não sido bons senhores. Um ponto a ser abordado é o conjunto de obras produzidas pelos próprios religiosos da ordem, todos inscritos memorialistas de cunho heróico que pouco evidenciaram a mão-de-obra cativa, empregada por quase 300 anos. A partir dessas considerações fica a questão: Como pensar a produção historiográfica que se ocupou com os escravos do Mosteiro de São Bento?

A historiografia do cinejornalismo no Brasil

Paulo Roberto de Azevedo Maia

Professor

Instituto Embraer de Educação e Pesquisa (IEEP)

Esse artigo pretende discutir as principais contribuições da historiografia do cinejornalismo no Brasil. A historiografia do cinema brasileiro manteve-se, durante décadas, restrita ao estudo dos filmes de ficção, tendo como principal interesse sua conjuntura e seus movimentos, deixando de lado os estudos relacionados aos cinejornais e desconsiderando sua importância como gênero informativo de massas. Mas no final da segunda metade do século XX, surgiu uma produção historiográfica afinada com a preocupação de pesquisar os informativos cinematográficos. Aparece uma série de pesquisas visando resgatar a história dos cinejornais a partir do estudo de casos específicos. Verifica-se a preocupação, da maioria dos trabalhos, em estabelecer a relação entre Estado e produtores como problema e, em alguns casos, a evocação de uma memória coletiva, evidenciando uma relação de identidade entre o espectador e o público. Foram analisados trabalhos que abordam os periódicos do início do século XX a partir da perspectiva da cavação, da participação do Estado na era Vargas, e os últimos periódicos no Brasil do pós-guerra.

Aprendendo tradições e identidades: o surgimento da história popular ao longo do século XIX

Pedro Afonso Cristovão dos Santos

Mestrando

USP

Esta comunicação investiga as condições de emergência das histórias populares ao final do século XIX, ou *People's History*, isto é, das narrativas históricas em que o povo ocupa posição central, em alternativa à história política, militar e diplomática, e/ou centrada nos grandes indivíduos. Explorando as relações entre história, folclore e literatura, bem como o momento histórico de constituição dos modernos Estados nacionais e o conseqüente processo de construção de identidades nacionais, em um momento de transformação do sentido de muitos conceitos (como história), e de alteração da experiência do tempo, procuramos discutir hipóteses para que a categoria povo tenha assumido, ao final do século XIX, para muitos autores em diferentes países, lugar central como objeto do historiador e sujeito da história.

Mestre André de Resende - História, pátria e reforma na obra de um humanista português do século XVI

Pedro Campos Franke

Mestrando

UFRJ

A comunicação pretende expor alguns aspectos da obra do humanista português quinhentista André de Resende (1500-1573), focando em sua percepção historiográfica voltada para a construção de uma identidade lusa e para a reforma das estruturas eclesiásticas e civis de seu tempo. Partindo de um rigor filológico característico do Renascimento, o humanista elege as inscrições em pedras como as mais fidedignas fontes para o estudo da história antiga. Seu esforço em coletar materiais epigráficos por toda a Península Ibérica com vistas à redação de um grande volume sobre as antiguidades da Lusitânia acaba não atingindo total concretude, em parte pelo desempenho da função de tutor dos infantes D. Afonso e D. Henrique, à qual dedicou boa parte de sua vida. Ainda assim, sua *História da Antiguidade da cidade de Évora*, somada a outras muitas publicações, atesta uma constante articulação entre a escrita da história e a ação no tempo presente.

História e Psicanálise em Jacques Derrida: memória, mal de arquivo e escrita da história

Pedro Felipe Neves de Muñoz

Mestrando

COC/FIOCRUZ

Esta comunicação representa um recorte e aprofundamento do trabalho “Jacques Derrida e Reinhart Koselleck: arquivo, conceitos, linguagem e análise de fontes” apresentado como avaliação final do curso “História e Teoria Social” do PPGHCS (COC/FIOCRUZ), em 2008/2. Com isso, podemos dizer que o presente estudo tem como escopo traçar algumas relações possíveis entre a História e a Psicanálise a partir dos procedimentos efetuados por esses saberes no trabalho de construção e reconstrução de passados, lembranças e esquecimentos. Para tanto, buscaremos diferenciar os conceitos de traço, memória, arquivo e mal de arquivo, bem como a maneira pela qual esses conceitos são apropriados na prática psicanalítica e na operação historiográfica. Assim, almejamos retomar e analisar algumas contribuições do filósofo francês Jacques Derrida (importante leitor de Freud) para a escrita da história, produzindo um arcabouço teórico importante a respeito da relação do historiador com as fontes.

“Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica”: Contexto, Propósitos e Repercussões

Pedro Ivo de Oliveira Munhoz

Graduando

UFMG

Esta comunicação visa discutir a obra "Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica" de Pedro Taques de Almeida Paes Leme a partir das especificidades do recorte temporal e espacial que propiciaram sua produção e dos indícios e propostas metodológicas deixadas pelo autor no decorrer de sua escrita. Faz-se aqui uma tentativa de cotejar a obra com o pensamento historiográfico do período, com a finalidade de inserí-la adequadamente nos quadros da história da historiografia brasileira no século XVIII. Obra extensa, incompleta e polêmica, a Nobiliarquia Paulistana também será abordada nesta comunicação a partir de algumas referências que lhe fazem autores mais recentes, como Afonso de Taunay, Paulo Prado e Alcântara Machado.

Mesa-redonda: “Vida, mestra da História? Conhecimento e ética em Droysen, Nietzsche e Huizinga”

O Saber volta seu ferrão contra si mesmo: O caráter intempestivo da cultura em Friedrich Nietzsche

Pedro Spinola Pereira Caldas
Professor
UFU

Nesta apresentação, procurarei, mediante análise breve das “Quatro considerações Intempestivas” (1874-1878), compreender o significado da crítica cultural feita por Nietzsche, na qual a historiografia ocupa o centro.

Partindo da constatação de que as quatro considerações intempestivas são agressivas (contra David Strauss e a história) e apologéticas (em favor de Arthur Schopenhauer e Richard Wagner), a minha análise salientará que Nietzsche não criticava a cultura e a história em si mesmas, mas, por meio de uma perspectiva “intempestiva”, buscava talhar a história para a vida.

Desta maneira, tento dar um primeiro passo rumo à compreensão do elogio de Nietzsche feito a Jacob Burckhardt durante toda sua vida, e manifesto explicitamente em “Crepúsculo dos Ídolos” (1888).

O Teatro dos Ouvidos: discurso e persuasão nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos

Pedro Telles da Silveira

Graduando

UFRGS

O objetivo do presente trabalho é investigar as relações entre a “prova” e a persuasão nas dissertações históricas da Academia dos Esquecidos. Fundada em 1724 por ordem do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Meneses, a Academia dos Esquecidos reuniu uma série de eruditos baianos, entre eles Sebastião da Rocha Pita. Apesar de ter mantido suas operações apenas até fevereiro do ano seguinte, ela legou vasta produção intelectual, entre a qual se encontram as dissertações sobre história política, natural e eclesiástica escritas, respectivamente, por Luís Siqueira da Gama, Caetano de Brito e Figueiredo e Gonçalo Soares da Franca. Através da problematização das “fontes orais” nos escritos relativos à origem dos índios procura-se reconstruir as relações entre retórica e escrita da história em começos do século XVIII. Com isso, busca-se mostrar que, junto da comprovação exigida, também contava para a validade daquela historiografia a persuasão, organizada segundo a retórica.

A historiografia da abolição em questão: razão nacional *versus* razão individual

Péricles Dias de Oliveira

Graduando

UFV

O conteúdo da presente comunicação integra uma pesquisa maior sobre uma modalidade pouco conhecida de literatura abolicionista. A análise de algumas obras literárias da segunda metade do século XIX sugere a existência de um discurso antiescravagista que ainda não foi plenamente debatido pela historiografia da abolição. Trata-se de um discurso que vinculava principalmente críticas morais à escravidão, que representava esta instituição como uma fonte de desmoralização para senhores e escravos.

A nosso ver, a historiografia da abolição, dos autores da chamada Escola Paulista aos dias atuais, enfatizou o discurso que via na escravidão um obstáculo intransponível no caminho da construção da nação brasileira. Assim, para a maioria dos historiadores, as idéias que nortearam o nosso antiescravagismo tiveram conotações políticas, e não individuais. Entretanto, obras como *As Vítimas-Algozes* (1869) e *O Demônio Familiar* (1857), ao representarem os escravos como inimigos domésticos, colocaram a escravidão como um problema privado, individual.

“Um bando de idéias novas” para a escrita da história do Brasil (1870-1902)

Piero Detoni

Graduando

UFOP

A presente comunicação visa discutir algumas transformações relativas à concepção escriturária da história entre uma geração, grosso modo, ligada aos cânones do Romantismo imperial com os novos preceitos discursivos abertos pelos intelectuais da chamada “geração de 1870”.

A escrita da história, no Brasil oitocentista, ansiava em um primeiro momento pela elaboração de uma história filosófica que ordenaria processualmente a trajetória da jovem nação no tempo. A partir do último quartel do século XIX, os objetivos passaram a ser outros e o projeto de uma história filosófica sofre a crivagem de uma nova experiência do tempo.

Uma síntese sociológica, com intenção de investigar os problemas sociais do Brasil, passou compor a pauta das novas agendas de investigação e para tanto novas categorias explicativas foram mobilizadas. Assim, a apresentação buscará refletir se é possível pensar um novo regime historiográfico pós 1870.

Balço historiográfico sobre o futebol no Brasil

Priscila Gonçalves Soares

Mestranda

UFSJ

Anderson de Carvalho Mororó

Bacharel

UFSJ

O presente trabalho busca na perspectiva historiográfica investigar a temática do esporte, principalmente o futebol, no contexto acadêmico. Acreditamos que o futebol é muito mais do que um simples esporte. Ele está inserido em uma estrutura social bastante complexa. Através de uma análise mais específica acerca do esporte bretão é possível compreender certos aspectos da sociedade brasileira, como a rivalidade e o patriotismo. Esta pesquisa estará direcionada para uma sistematização da trajetória da produção acadêmica acerca do futebol no Brasil. O objetivo é agregar diversos extratos do conhecimento que envolvam o esporte. O trabalho conta tanto com uma perspectiva sociológica e política quanto também com produções jornalísticas e antropológicas

Escrita da história e teoria política na Castela Seiscentista: apontamentos iniciais

Rachel Saint Williams

Doutoranda

UFRJ

O presente estudo levanta alguns questionamentos sobre a relação da escrita historiográfica com a teoria política, em Castela na primeira metade do século XVII. Nas obras históricas, de figuras exponenciais como Francisco de Quevedo, Mártir Rizo e Saavedra Fajardo, menor importância era concedida à ação de relatar com acuidade os registros do passado do que se utilizar à escrita historiográfica para comentar e escrutinar questões pertinentes ao próprio momento histórico em que viviam os autores. De forma análoga, os tratados políticos, mais significativos do período, não se furtavam a empreender longas incursões pela história, na busca constante de oferecer aos governantes exemplos bem sucedidos de monarcas do passado aos quais os homens políticos do presente pudessem tomar como guia. É pertinente, portanto postular a dupla existência de uma politização da história e de uma historicização da política.

O museu da inconfidência: entre a historiografia e a museologia

Rafael da Silva Alves

Graduando

UFOP

Partindo da concepção de que o Museu da Inconfidência de Ouro Preto é um “museu de história” e, por isso, digno de crítica, é possível conduzir uma pesquisa que tenha o mesmo como objeto de problematização. Os museus de história inevitavelmente precisam criar uma narrativa historiográfica para se sustentarem como tais e por isso, uma reflexão entre a historiografia e a museologia se torna possível, ainda que suas perspectivas sejam distintas. Logo, o Museu da Inconfidência torna-se um objeto de análise levando-se em consideração seu discurso fundador, publicações, reforma e sua relação com o que se considera ser o ponto em comum com o trabalho historiográfico: a memória coletiva.

Esta pesquisa está motivada teoricamente principalmente por trabalhos de autores como Pierre Nora, Myrian Sepúlveda dos Santos, Mário Chagas e Jacques Le Goff.

“O Amor da Glória”: Joaquim Manuel de Macedo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Rafael de Almeida Daltro Bosisio

Mestre em História Social

UFRJ

Newman di Carlo Caldeira

Doutorando

UFRJ

O escritor Joaquim Manuel de Macedo é um dos principais expoentes da literatura brasileira da segunda metade do século XIX. Destaca-se, em sua extensa bibliografia, a capacidade de descrever os costumes da sociedade do Rio de Janeiro. Macedo exerceu inúmeras atividades em seu tempo, dentre as quais a de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O presente trabalho pretende abordar a atuação de Macedo enquanto historiador a partir da leitura, empreendida pelo autor, das regras de produção de história no oitocentos. Para cumprir esta proposta, pretendemos identificar de que forma o autor expressou as construções imaginárias sobre o Brasil e sua história, utilizando o hino *O Amor da Glória*, proferido na ocasião de inauguração dos bustos dos sócios falecidos, Januário da Cunha Barbosa e José Feliciano Fernandes Pinheiro, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O caráter histórico das reflexões de Sigmund Freud “sobre a guerra e a morte” (1915)

Rafael Dias de Castro

Mestrando

UFSJ

Este estudo, que conta com auxílio financeiro junto à Universidade Federal de São João Del Rei, possui como objeto a noção de felicidade em Sigmund Freud. Nosso objetivo principal é analisar, interpretar e explicar tal noção em Freud a partir de suas impressões sobre o impacto causado pela eclosão da Primeira Guerra Mundial na sociedade vienense da *Belle Époque*. Na presente comunicação, nosso intenção será apresentar as primeiras reflexões de Freud sobre a eclosão do conflito, expostas em seu texto *Sobre la guerra y la muerte* (1915). Neste texto, Freud deixa claro que a Grande Guerra não somente quebra o otimismo e a pretensa felicidade da *Belle Époque*, como também demonstra que a agressão faz parte do caráter inconsciente e natural dos homens.

Considerações acerca do conceito de representação e seus usos historiográficos

Rafael Guarato

Pos-graduando

UFU

Partindo da premissa que o processo de construção do conhecimento histórico é dinâmico, a presente comunicação tem como intuito perceber algumas transformações teórico-metodológicas recentes, realizadas por historiadores contemporâneos, destacando as novas contribuições de análise fornecidas pelo, no momento, tão utilizado conceito de representação. Para tanto, se faz necessário sondar o embasamento epistemológico em que se assenta o tão utilizado, e também tão mal empregado, conceito de representação nos últimos anos, analisando o circuito de debates em torno da questão do sujeito e da narrativa histórica em que tal conceito emerge com incomparável status, dialogando com teóricos que, de diversas formas, contribuem para a presente reflexão, dentre os quais destaco Hayden White, Carlo Ginzburg, E. H. Gombrich, Roger Chartier e Paul Ricoeur.

A república no rio grande do norte: memória e historiografia

Raimundo Nonato Araújo da Rocha

Professor

UFRN

O trabalho tem por objetivo analisar a produção historiográfica norte-rio-grandense sobre os anos iniciais da República no estado. A meta é, por um lado, identificar as incorporações da historiografia nacional para a compreensão da história local e, por outro, perceber as relações próprias do lugar que interferem nessa produção. Almeja-se detectar como a historiografia potiguar, em diferentes tempos, tem construído relações identitárias com o Brasil e com o próprio Rio Grande do Norte. As principais fontes de investigação são as obras intituladas História do Rio Grande do Norte ou que almejem tratar explicitamente do tema no período em destaque. Incluem-se, nesse caso, três tipos de produção: as obras consideradas oficiais pelo próprio Estado; as obras acadêmicas que se dedicam ao tema; as obras didáticas ou paradidáticas que têm por meta a divulgação de uma história local para a escola básica.

A opinião que se publica: um exercício de história política a partir de um homem de letras do segundo império

Raquel Barroso Silva

Mestranda

UFJF

Nos últimos anos muito já se escreveu a respeito do retorno da história política. A chamada nova história política serve-se de aproximações e conceitos herdados de outras Ciências Humanas para abordar o tema a partir de novos vieses, como o da cultura política e o da opinião pública. Dessa maneira é permitida a entrada em cena de novos atores que nos fazem pensar o político, como os chamados homens de letras do século XIX. Nesta comunicação, pretendo analisar as opiniões expressas pelo comediógrafo e folhetinista brasileiro Joaquim José da França Junior (1838 - 1890) em sua obra, comparando-as com elementos de sua trajetória a partir dos quais apreendemos a cultura política na qual estava inserido. Com esta reflexão coloca-se em prática uma das possibilidades alternativas para se tratar o objeto político em estudos historiográficos, indo ao encontro do que vem sendo discutido pelos historiadores nas últimas décadas.

Capistrano de Abreu e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: o povo na história

Raquel Machado Gonçalves Campos

Mestranda

UFG

A abordagem das relações entre João Capistrano de Abreu (1853-1927) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem privilegiado o papel inovador desempenhado pelo historiador cearense. De maneira geral, enfatiza-se o fato de que ele foi o promotor de uma ruptura na concepção de história nacional delineada nos anos 1850 nos quadros do Instituto. Enquanto esta colocava a formação do Estado imperial no centro de nossa evolução histórica, Capistrano elegera o povoamento do território como eixo orientador da história do Brasil. Sem questionar a novidade de Capistrano nesse âmbito, trata-se aqui de abordar um traço de sua concepção de história que antes o aproxima da historiografia do IHGB de sua época: o que se manifesta na maneira pela qual, nesse momento, o povo entra na história.

Biografia: a não-história renascentista

Raquel Pereira Alberto Nunes

Mestranda

PUC-Rio

Através do estudo de caso de três biografias escritas por Giorgio Vasari em seu livro “Le Vite de’ più Eccellenti Pittori, Scultori e Architettori”, publicado em 1550 – quais sejam de Giotto, Leonardo da Vinci e Michelangelo – será levantada a questão biografia *versus* história no Renascimento, buscando em exemplos da própria obra de Vasari pontos de convergência e divergência entre a biografia e a história. O próprio conceito de história dessa época será trabalhado – a história mestra da vida, repleta de ações exemplares dos homens nos mundos da política e da guerra - pensando-o em comparação com a biografia, ambos considerados então gêneros literários distintos.

Afonso Arinos e o desenvolvimento da civilização material brasileira

Raul Amaro de Oliveira Lanari

Mestrando

UFMG

Vladimir Bahia Chaves

Graduando

UFMG

Afonso Arinos de Melo Franco(1905-90), intelectual e político mineiro, possui, em sua vasta obra, estudos históricos importantes, porém pouco considerados no meio historiográfico brasileiro. Suas principais obras foram *Introdução à Realidade Brasileira*(1933), *Preparação ao nacionalismo*(1934), *Conceito de Civilização Brasileira*(1936) e *Síntese da História Econômica Brasileira*(1938). Este artigo analisará em seu livro “*Desenvolvimento da Civilização Material Brasileira*”, editado na coleção das *Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* em 1944, sintetizando conferências ministradas pelo autor para os técnicos da repartição em 1941. A atenção a esta obra se justifica por sua representatividade na conformação do campo do patrimônio histórico nacional, pelo desenvolvimento da análise do papel do português na civilização brasileira, e pela confirmação de sua estreita relação com a cultura política autoritária no Estado Novo, principalmente no tocante às idéias de centralização política e unidade nacional, já esboçadas na obra de 1936.

Religião, Religiosidade e o Nascimento dos Santos: Um Balanço Historiográfico

Raylinn Barros da Silva

Pós-graduando

UFT

A partir da análise da historiografia das religiosidades que aborda a discussão do nascimento dos santos, pretendemos nessa comunicação oral promover um balanço historiográfico sobre a literatura que aborda a problemática de como nascem os santos em nossa sociedade. Sabemos, portanto, que o nascimento dos santos na sociedade ocidental se vincula ao imaginário religioso do mundo feudal. É nesse tempo histórico que encontraremos a síntese da razão e da fé. Mesmo considerando a apropriação que o cristianismo empreendeu dos rituais e crenças pagãs, ele apresenta uma ruptura com a constelação dos deuses que habitavam a terra, o que não é prerrogativa apenas dos dogmas do catolicismo, mas do mundo cristão. Assim, a partir das discussões em torno da história da igreja e da história sócio-cultural pretendemos oferecer um balanço historiográfico atual dessa problemática que ainda desperta inúmeros interesses no que concerne à pesquisa histórica.

Mesa-redonda: “O que (e como) se deve ler para conhecer o Brasil: algumas leituras do século XX”

O Curso Capistrano de Abreu (IHGB, 1953): o historiador como patrimônio da cultura nacional e o aprendizado do Brasil

Rebeca Gontijo

Professora

UFF

A comunicação sintetiza um estudo sobre o Curso Capistrano de Abreu, organizado pelo IHGB em 1953, em comemoração aos 100 anos de nascimento do historiador (1853-1927). Tal estudo compõe um dos capítulos da tese *O velho vaqueano – Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador* (UFF, 2006), intitulado *A economia da glória: culto e comemoração*. Em meio ao referido Curso, observa-se o trabalho de invenção (compreendida como ato criativo, de acordo com as proposições de Stephen Bann, 1994) do legado de Capistrano para a cultura brasileira em geral e para a historiografia, em particular. Legado que pode ser relacionado a uma certa forma de compreender e explicar o Brasil, definindo o lugar do intelectual / historiador nesse processo.

História cultural e gênero: masculino e feminino

Regina Coeli da Silveira

Pós-graduanda

USS

O objetivo desta comunicação é refletir sobre a história da mulher na sociedade contemporânea brasileira e as mudanças ocorridas neste período. Mostrar como essas alterações aconteceram e analisar o significado das ações isoladas e coletivas dirigidas contra as mulheres em diversos momentos da história, discutir a aprendizagem de papéis femininos e masculinos na educação, nos remete a análise para as relações de gênero na tentativa de perceber a identidade do sujeito.

Perceber os espaços, instituições e práticas sociais, com relação ao gênero através das distinções, das desigualdades e linguagem na maioria das práticas que constituem as relações de poder na sociedade.

Os aspectos abordados são apresentados no debate teórico, visando à compreensão das teorias da história das mulheres, sua educação e a contribuição na composição das noções no campo da história cultural.

As Comunidades Eclesiais de Base no Brasil: um balanço historiográfico

Reinaldo Azevedo Schiavo

Mestrando

UFOP

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram no Brasil na segunda metade da década de 1960, fruto das inovações e mudanças vividas pela Igreja Católica da Igreja Católica naquele contexto. Com a influência do *aggiornamento* do Concílio Vaticano II, as CEBs nasceram como uma nova proposta de organização das bases dessa Igreja. Contudo, sua consolidação e expansão se deram de forma heterogênea, gerando uma variedade de comunidades com características diversas e especificidades distintas. Os estudos sobre as CEBs no Brasil também se desenvolveram de forma diversificada, seja pelo período da produção, pela temática adotada e/ou pelos interesses que moveram cada um dos pesquisadores, o que gerou uma extensa e variada literatura. Nesse sentido, esta comunicação pretende analisar as diferentes leituras existentes sobre as CEBs, atentando para as diferenças e convergências, de modo a realizar um balanço historiográfico sobre as abordagens e perspectivas referentes às Comunidades Eclesiais de Base no Brasil.

Mesa-redonda: “Temporalidades históricas não modernas?”

Hannah Arendt: história e temporalidade

Renata Torres Schittino

Doutora

PUC-Rio

A obra de Hannah Arendt é bastante conhecida entre os historiadores quando se trata de estudos sobre totalitarismo e revolução. Entretanto, suas proposições teóricas acerca da historiografia e do ofício do historiador ainda não são tema de muitas reflexões. Nosso objetivo é apresentar algumas considerações da autora sobre a história e a temporalidade, buscando compreender o significado que a retomada do passado adquire em seu pensamento.

Mesa-redonda: "Historiografia e Identidade"

A revolta dos farrapos: narrativa literária e narrativas historiográficas

Renato Lopes Leite

Professor

UFPR

A reflexão pretende pensar a narrativa de Érico Veríssimo como uma contribuição decisiva para organizar o tempo histórico do passado do Rio Grande do Sul, ou o sentido de sua obra transformou a lembrança de um passado heróico em uma memória de integração à identidade brasileira. Guilhermino César mostra que tanto as narrativas historiográficas e quanto as narrativas ficcionais respondem a contextos específicos. É o caso do contexto de 1930: tanto historiadores quanto escritores criaram narrativas que responderam à problemas do contexto de 1930, como o regionalismo. Ao se buscar, pois aproximar esses dois pólos até então separados (a literatura e a história) foi possível perceber que o gaúcho é um arquétipo criado e celebrado tanto pela literatura quanto pela historiografia. É importante adiantar que Erico Verissimo é crítico e herdeiro da tradição do regionalismo gauchesco. Como teorizam Rüsen e Koselleck, tais interpretações respondem a carências do presente para criar uma interpretação do passado. E essa interpretação do passado também projeta um futuro utópico: é justamente esse futuro do passado construído pelo regionalismo de 1930 que será alvo do humanismo de Érico que, principalmente em *O CONTINENTE*, critica historiadores e escritores.

“Pouca diferença vejo entre esses romances e vossas histórias”: as “Luzes” legitimando a instrução pela literatura e renegando o aprendizado através da história?

Renato Sena Marques

Mestrando

UFJF

Este trabalho pretende realizar uma discussão sobre o relacionamento da história com a literatura durante o século XVIII europeu. Parte-se de um pressuposto que coloca os “romances modernos” (fonte utilizada nesta pesquisa) como a principal forma encontrada, pelos filósofos iluministas, para explicar as transformações ocorridas dentro do tempo histórico setecentista. Os romances, a julgar pelos escritos que os caracterizavam, teriam como primordial finalidade a instrução ao público. Em assim sendo, estaria o discurso histórico perdendo espaço como forma de compreensão dos eventos humanos? Os romances, ao proporem falar de situações vividas pelo leitor, estariam mais próximos deste do que a história e seus “grandes nomes”? Espera-se, além das respostas a esses questionamentos, enfatizar a importância dessa tensão como uma, das várias tensões, vividas pela historiografia.

Educação e infância na trajetória intelectual de Manoel Bomfim

Roberta Ferreira Gonçalves

Mestranda

UERJ

A proposta de comunicação aqui apresentada é parte de um projeto de dissertação que pretende analisar a influência das concepções de nação de Manoel Bomfim em *O Tico-tico*, primeira revista em quadrinhos do Brasil. Acompanhado de figuras populares na imprensa da época, Manoel Bomfim ajudou a criar, em 1905, a revista infantil que unia conteúdo recreativo e pedagógico. O objetivo do periódico era ao mesmo tempo divertir a criança e complementar sua formação escolar. Bomfim não participou ativamente da revista após a sua criação, mas marcou o seu desenvolvimento através de uma preocupação intensa com a educação e com a infância, claramente identificável na sua trajetória intelectual. Além de ser assunto recorrente em seus livros, o intelectual chegou a escrever sobre educação e editar um livro paradidático, *Através do Brasil*, em co-autoria com Olavo Bilac. Aqui iremos analisar o enfoque dado por este *intelectual esquecido* sobre educação e infância.

Espiritismo e medicina: um balanço historiográfico

Roberta Müller Scafuto Scoton

Mestranda

UFJF

Nesta comunicação apresento um balanço historiográfico das obras que abordam a relação entre dois grupos sociais: os médicos e os espíritas kardecistas. Percebe-se a existência de três perfis de pesquisas sobre esta temática. O primeiro deles enfoca o espiritismo como uma das modalidades de cura que concorriam com a medicina acadêmica, que se oficializava em fins do século XIX. No segundo grupo, observam-se pesquisas que se centram no campo do discurso médico sobre as ideias e práticas espíritas – e também a influência deste discurso sobre outras esferas, como jornalística e intelectual. Já no terceiro grupo, destacam-se os trabalhos que fazem uma abordagem institucional, através da análise de asilos, hospícios e hospitais espíritas. As pesquisas sobre o tema “espiritismo e medicina” estão em crescimento no Brasil nos últimos dez anos, porém, ainda há muito o que se trabalhar sobre esta temática. Aponto algumas possibilidades de pesquisa no final desta comunicação.

“O estudo refletido da história”: a obra de Justiniano José da Rocha e a estabilização política do Império

Roberto Saba

Mestrando

USP

O panfleto *Ação; Reação; Transação* de Justiniano José da Rocha, publicado em 1855, recontava a história do Brasil desde os tempos da Independência para responder a uma questão política urgente naquele momento: a questão da instituição no Império do regime representativo – regime este que prometia, segundo a teoria política ocidental oitocentista, colocar fim às lutas fratricidas dentro dos Estados modernos através da legitimação do domínio de elites eleitas e da participação controlada da opinião pública na vida política nacional. O texto de Justiniano foi responsável pela elaboração de uma teoria da história brasileira que deu sentido à vida política no Segundo Reinado: ao compor um relato das turbulências que ameaçaram a unidade da jovem nação entre as décadas de 1820 e 1840 e de sua superação, o jornalista fixou intelectualmente um paradigma para as ações que, a partir do fim da Revolução Praieira, caracterizaram a negociação de interesses políticos no Império.

Como se deve escrever a História do Brasil: de Von Martius a Peninha

Rodrigo Bragio Bonaldo

Mestrando

UFRGS

Os textos de história escritos por jornalistas formam um dos fenômenos editoriais mais interessantes do tempo presente. Com tiragens espetaculares, são consumidos como produtos historiográficos, conquistando uma parcela significativa do mercado de não-ficção. Frequentemente, justificam-se sob o signo da “novidade”, criticam o caráter “pernóstico” ou pouco elegante da produção acadêmica, mas assumem a forma de uma obra de divulgação. Tal é o caso do representante mais bem sucedido do gênero em nosso país, Eduardo Bueno. Bueno, também conhecido como Peninha, apresenta seus livros enquanto uma “narrativa jornalística”, insinuando a necessidade de se reescrever a história do Brasil. Em sua tentativa de redigir de modo mais “encantador” ou “generoso” para o grande público, aproxima-se de temas e interesses caros aos historiadores oitocentistas. Esta comunicação versará sobre a proposta de periodização histórica presente nos trabalhos do jornalista gaúcho, atentando para o uso que faz das autoridades historiográficas.

Ciência e Lírica: conhecimento nas *Geisteswissenschaften*

Rodrigo Fernandes da Silva

Mestrando

UnB

Pretendo discutir a relação sutil entre o aparato mais abstrato e formal da epistemologia diltheyana e os elementos poéticos que também informam sua *Crítica da Razão Histórica*. Dilthey teoriza como quem fala de poesia, e fala da sensibilidade estética do conhecimento histórico como quem disserta sobre os elementos lógico-formais desse conhecimento. Sua teoria e filosofia da história (fluxo para uma filosofia da compreensão) se compõem (compõem-se) por uma linguagem consciente da fenomenologia disponível na segunda metade do XIX e início do XX que subsidiará o estabelecimento de uma tríade fundamental em seu pensamento, a saber, *Erlebnis-Ausdrück-Verstehen*. Nesse sentido, o trabalho segue e estabelece o mesmo itinerário de fundamentação teórico-metodológica das *Geisteswissenschaften*.

A interface História Política e História da Historiografia: Diogo de Vasconcellos e os debates sobre a História de Minas Gerais

Rodrigo Machado da Silva

Graduando

UFOP

Este trabalho se remete ao estudo da possível interface entre a história política e a história da historiografia. Tem como sujeito principal a figura de um respeitado político do Império e eminente historiador da República, Diogo de Vasconcellos. A proposta de análise é intercambiar os dois campos de estudo, e verificar os pontos em que a política interfere na prática historiográfica e vice-versa, sobretudo na Primeira República, e como isso impacta na investigação histórica sobre o período. Dois momentos da vida de Vasconcellos serão levados em consideração: O primeiro é o antes 1889, momento em que se pode ter uma maior clareza acerca da postura política dele; o segundo é o pós-1889, em que se percebe um maior destaque no campo intelectual do que no político, embora um não exclua o outro. Pelo contrário, há aqui uma relação de *mútua interferência* entre os dois, objeto central desse estudo.

As Fabulações da História: Cultura, Povo e Devir no Cinema de Glauber Rocha

Rodrigo Poreli Moura Bueno

Mestrando

UNESP

Pretende-se discutir aqui alguns elementos culturais, políticos e filosóficos que se articulam nos filmes de Glauber Rocha a partir da década de 1960, tendo como principais bases teóricas as contribuições de autores como Ismail Xavier e Gilles Deleuze. Em suas obras, como “Deus e o Diabo na Terra do Sol” (1964); “Terra em Transe” (1967) e “O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro” (1969), intensidades variáveis de força atravessam a imagem visual e sonora e estruturam uma experimentação até então inédita de temporalidade e historicidade. Para Deleuze, o cinema deste autor brasileiro se liga à idéia de *transe*, sendo este elemento o que possibilita a produção de enunciados coletivos aptos à invenção de um povo. O ato de narrar compõe-se em fabulações, passando por presentes contraditórios e passados indiscerníveis. Nesse sentido, a imagem cinematográfica e a própria história perdem sua vinculação a um espaço-tempo determinado, abrindo-se ao devir incessantemente.

Hermenêutica: entre interpretação e compreensão

Rodrigo Tavares Godoi

Mestre

Fesurv-Rio Verde (GO)

A disposição para este texto é apresentar duas formas distintas de pensar a hermenêutica, não sendo colocadas como: antagônicas, binárias ou ambivalentes, são dialéticas por essência. A primeira está para a interpretação e a segunda para a compreensão. Ambas abordadas na linguagem e no conceito. As categorias de efeito e causa estabelecem uma concentração na dialética do evento do (com)texto. Para meditar em tal indicação há reorientação para a posição da visão romântica e não romântica da hermenêutica. A realidade, o contexto, o texto e o significar é o objeto. No caso da história, a hermenêutica estabelece-se mediante a condição da possibilidade do narrar como capacidade intelectual. História como narrativa é mediada na dialética do espetacular dessa distanciação e apropriação dos signos na condição da semântica como apreensão eventual. Um problema para a teoria da história. Como capacidade de orientação para a vida prática humana, a história apresenta-se mais que necessariamente uma disciplina, lida diretamente com duas categorias essenciais: espaço de experiência e horizonte de expectativa. Como condição de matriz disciplinar (*geschichtswissenschaft*) o problema da orientação passa para o método e a forma. Pensar história hoje é posicionar-se diante do problema da hermenêutica.

Abolição da escravatura em debate: das estruturas aos sujeitos históricos

Roger Aníbal Lambert da Silva

Graduando

UFV

Nosso objetivo neste trabalho é discutir duas vertentes historiográficas relativas ao processo de abolição da escravatura no Brasil. A primeira delas reúne trabalhos que se concentraram nas explicações estruturais, concebendo que a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre significou a transição de um modo de produção pré-capitalista para um capitalista. A segunda vertente é dos estudos que passaram a considerar a ação dos sujeitos históricos neste processo, mais especificamente, a atuação dos escravos. Através da análise de alguns estudos representativos das duas vertentes, discutiremos as perspectivas teóricas e pressupostos metodológicos que os caracterizam, situando-os no contexto mais amplo da historiografia brasileira e internacional.

Maio de 68 e a escrita da história: “dilatação do território do historiador” ou uma falsa dicotomia?

Roger Aníbal Lambert da Silva

Graduando

UFV

Rodrigo Amaro de Carvalho

Graduando

UFV

Nosso objetivo neste trabalho é discutir as diferentes concepções acerca da influência do acontecimento de Maio de 68 sobre a escrita da história e suas implicações de ordem política. Primeiramente apresentaremos uma abordagem macro-teórica da passagem da modernidade à chamada pós-modernidade, tratando, mais especificamente, da influência dessa mudança de paradigmas sobre a história enquanto disciplina. Em seguida, discutiremos a concepção de François Dosse a respeito dos efeitos de Maio de 68 sobre a escrita da história, bem como a crítica que este autor recebeu por sua concepção. Por fim, faremos referência às considerações de outros autores acerca das vantagens e desvantagens dessa mudança de paradigmas. A partir desta discussão teremos, não sem dificuldades, a possibilidade de apresentar nossas considerações a respeito daquilo que consideramos um falso problema, qual seja, a dicotomia entre esferas macro e micro, tanto no que se refere à problemática histórica quanto à problemática de ordem política.

A redefinição e classificação do conservadorismo nos estudos modernos

Roney Marcos Pavani

Mestrando

UFES

Este trabalho procura abordar os novos desdobramentos interpretativos para o conceito de *conservadorismo*, e para o ato de *ser conservador*, utilizando como base as idéias dos teóricos Robert Nisbet (1987), Michel Löwy (1993) e Francisco Teixeira da Silva (1996), dentre outros. Em todos estes escritos, guardadas as devidas diferenças e particularidades, se pretende retirar da corrente política conservadora as visões estereotipadas das quais foi vítima por um bom tempo, sobretudo aquelas que vêem-na como sinônimo de conformismo. Análises como as dos autores citados são exemplos interessantes com os quais se pode estudar o pensamento político conservador, abrindo caminho para uma melhor compreensão de sua complexa filosofia, a qual, de acordo com os determinados momentos históricos, pode dar margem a uma série de práticas diferentes ou mesmo contraditórias.

Caminhos Gerais: estratégias para a abertura de estradas nas minas do ouro, uma releitura historiográfica

Rosemary Maria do Amaral

Graduanda

Fundação Educacional de Divinópolis - FUNEDI/UEMG

Antes mesmo da descoberta do ouro nas minas, alguns caminhos começaram a ser abertos para a conquista do território e a busca pelo ouro. Através deste artigo pretende-se uma releitura de autores da historiografia brasileira como Capistrano de Abreu, Sergio Buarque de Holanda e outros a respeito dessas entradas, monções e bandeiras que foram responsáveis pela abertura dos primeiros caminhos na região do sertão. Há autores que discorrem sobre a entrada nas minas pelo norte e outros tratam das entradas pelo sul. Um autor de certa forma acaba complementando o outro, sendo assim é bastante pertinente o confronto entre os autores desta temática para esclarecer melhor como o sertão passou a ser conhecido como Minas do Ouro. Uma discussão como essa tem relevância historiográfica, pois poderá trazer elucidções para este campo do conhecimento.

Revisitando a “Escola dos *Annales*”: Lucien Febvre, Marc Bloch e o pensamento histórico alemão (1929-1940)

Sabrina Magalhães Rocha

Mestranda

UFOP

Neste trabalho investiga-se o relacionamento de Lucien Febvre e Marc Bloch com o pensamento histórico alemão entre 1929 e 1940. Nas últimas décadas observa-se uma concentração de estudos dedicados aos *Annales* no campo da história da historiografia. Trabalhos que investigam, por exemplo, as redes intelectuais envolvidas nesse grupo, seus processos de institucionalização, suas relações com outras comunidades historiográficas; análises que se constroem a partir de fontes como correspondências, relatórios, notas críticas. É nessa perspectiva teórico-metodológica, de um olhar mais “historicizado”, que este trabalho se insere. Através da análise das correspondências trocadas entre Febvre e Bloch e de suas resenhas de obras alemãs propõe-se questões como: com que autores alemães Febvre e Bloch se relacionaram? Qual a influência da ciência histórica alemã na revista *Annales*? Que julgamentos Bloch e Febvre emitem a respeito? Busca-se assim visitar a historiografia dos *Annales*, particularmente sua relação com a historiografia alemã.

Mircea Eliade entre a Fenomenologia e a História das Religiões

Sabrina Mara Sant'Anna

Mestre

UFU

Andreza Cristina Ivo Pereira

Graduada

UFU

Os estudos desenvolvidos pelo romeno Mircea Eliade (1907-1986) são referências importantes para os que se debruçam sobre a História das Religiões. Sua relevante contribuição nesse campo de pesquisas configura-se nas análises e interpretações que desenvolveu acerca da estrutura dos fenômenos religiosos, do simbolismo, da dialética do sagrado e suas manifestações (hierofanias). Nossa proposta é esquadrihar as proposições metodológicas de Eliade, bem como sua noção de História e tempo histórico, com vistas a discutir e estabelecer o seu lugar na historiografia contemporânea da História das Religiões.

A política, o intelectual e os sentidos do populismo na década de 1960

Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

Mestre em História e Culturas Políticas

UFMG

Esta comunicação enfoca o “populismo” e suas transformações na década de 1960 no Brasil. Os deslocamentos de sentido da palavra no campo político e intelectual serão abordados com o instrumental teórico da semântica histórica. Os usos do conceito em contextos variados para constituir representações do mundo social será posto em questão, à medida que, através deles, os atores sociais articularam “espaços de experiência” e “horizontes de expectativas”. Os referenciais teóricos desta pesquisa são as reflexões sobre cultura política de Daniel Cefai, em *Experience, culture e politique* e a obra *Futuro Passado* de Reinhart Koselleck. O trabalho desenvolve-se a partir da crítica de documentos produzidos no *I Congresso da Juventude Trabalhista*, jornais da época, e prioriza a obra de Octavio Ianni, *O colapso do populismo no Brasil*, como um importante momento de inflexão da palavra.

Manifesto ao Mundo Civilizado: intelectuais ou acadêmicos?

Sanger Amaral Alves Nogueira

Mestrando

UERJ

Nossa comunicação faz parte do projeto de pesquisa “Sobre a formação de intelectuais: Albert Einstein (1914-1955). O seu objetivo é promover uma discussão acerca da publicação, em setembro de 1914, do Manifesto ao Mundo Civilizado. Produzido pelo Estado Imperial alemão, o manifesto trazia em suas linhas a defesa da entrada da Alemanha na Primeira Guerra Mundial como forma necessária de defesa da “*Kultur*” alemã.

O manifesto fora assinado pelos 93 maiores cientistas alemães como forma de fornecer respaldo científico para uma decisão política do governo alemão na tentativa de legitimação da guerra. Atualmente, o manifesto é visto pelos historiadores como uma manifestação dos intelectuais alemães. Discutiremos uma diferenciação entre acadêmicos e intelectuais a partir dos acontecimentos históricos da época.

Mulheres neronianas na Historiografia

Sarah Fernandes Lino de Azevedo

Mestranda

UFOP

O objetivo do presente comunicação é demonstrar como a atuação política das mulheres sob o principado de Nero é percebida pela historiografia atual. As mudanças da condição jurídica das mulheres ao longo do século XX levaram a uma progressiva alteração do olhar dos historiadores a respeito das mulheres ao longo da história. Esse movimento geral de revisão também foi vivido pela historiografia de Roma e pode ser percebido de duas maneiras: Um movimento inicial pode ser constatado a partir do surgimento de estudos que colocam em evidência mulheres que escapam ao modelo de constrição imposto pelas leis. Um segundo movimento de revisão se deu, fundamentalmente, a partir da adoção de uma perspectiva de estudos que contemplam as questões de gênero. Nossa análise se concentrará nas mulheres apresentadas por Tácito ao longo de seu relato sobre o principado de Nero.

Freud, Proust e a espessura do presente

Saulo Germano Sales Dallago

Doutorando

UFG

A presente comunicação investiga o conceito passado/presente partindo da psicanálise e da memória. Tendo como eixo a discussão em torno da produção de historiografias a partir de fontes orais/visuais (testemunhos), tenta compreender as relações entre a idéia de presente contínuo, espesso, ao mesmo tempo em que busca no texto “Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a tecn. da psicanálise II) (1914)” de Freud, e nos três primeiros volumes da obra “Em Busca do Tempo Perdido”, de Marcel Proust, exemplos para problematizar a relação entre passado, memória e presente, investigando os usos do passado pelo “eu” rememorante e seus desdobramentos no momento em que este “eu” presente narra performaticamente suas experiências passadas. Este trabalho faz parte do projeto de doutorado intitulado “Performance e Fotografia: a Narrativa audiovisual das memórias do grupo Teatro Exercício”, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFG, sob orientação do prof. Dr. Márcio Pizarro Noronha.

A Historiografia da Revolução Pernambucana de 1817

Sérgio Hamilton da Silva Barra

Doutorando

PUC-Rio

O trabalho pretende abordar a historiografia da Revolução Pernambucana de 1817 a partir da obra do Monsenhor Francisco Muniz Tavares (1793-1876) em uma dupla perspectiva comparativa. Por um lado, ressaltando os seus pontos de contato com uma historiografia do processo de independência das colônias hispano-americanas de caráter *nacionalista e liberal* produzida na mesma época; e por outro, chamando a atenção para o debate historiográfico que se desenvolve no século XIX e que opõe uma historiografia *nativista pernambucana*, na qual está inserida a obra de Muniz Tavares a uma historiografia *centralista*, radicada no Rio de Janeiro e que tem como seu principal expoente a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen e dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

A Paraibanidade aqui se fixou como um culto permanente: um balanço historiográfico sobre a insurreição de 1817 nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano

Professora

UFPB

Este trabalho tem por objetivo analisar a produção historiográfica sobre a insurreição de 1817 na Paraíba, notadamente as revistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. O periódico do IHGP constitui uma fonte privilegiada para acompanhar a trajetória da construção de uma identidade paraibana, de uma paraibanidade, que legitimou e reforçou a necessidade de conhecer a história local, através dos personagens e acontecimentos considerados mais importantes, a exemplo de 1817. Desta maneira, a escrita da história é produzida a partir do presente e das relações de poder que permeiam o discurso, e o Instituto é um *lugar*, produzindo falas que são práticas sociais, que se materializam, ou seja, que dotam de sentidos a história do Brasil/Paraíba.

Temas consagrados, novas perspectivas: um balanço dos estudos sobre a arrecadação dos quintos reais

Simone Cristina de Faria

Mestranda

UFRJ

Não obstante a diversidade e riqueza dos estudos sobre as Minas Gerais no período colonial, ainda são raros os trabalhos sobre como a Coroa tentou arrecadar a parte que lhe cabia das riquezas naturais retiradas nessa região. Mais do que essa lacuna, também pouco se tem investigado sobre quais foram as políticas régias discutidas para cada forma de arrecadação do ouro. E ainda, entender o funcionamento local da atividade de cobrança do quinto e saber quem eram os responsáveis por essa tarefa continua sendo um desafio maior ainda. Tendo em consideração a relevância de tal cobrança e a indiscutível dependência de Portugal de seus territórios extra-europeus na primeira metade do séc. XVIII, procuraremos nessa comunicação fazer um balanço historiográfico dos estudos sobre a arrecadação dos quintos reais de modo a resgatar diversos trabalhos consagrados e, sobretudo, apontar no que os recentes autores avançam no conhecimento do tema.

MASP em revisão: museu transparente

Stela Politano

Mestranda

Este trabalho visa revisar a história dos primeiros anos do Museu de Arte de São Paulo – MASP, na sua antiga sede da Rua Sete de Abril, até meados dos anos 50. A importância de um museu que sustenta uma proposta moderna de expografia, um projeto pedagógico e educacional de formação de público e de exposições importantes como de Calder, Le Corbusier e Max Bill, traz para São Paulo um novo impulso no setor artístico. Juntamente com a museologia, há uma preocupação social e militante, encabeçada pelo casal Bardi, não distante, por exemplo, dos ideais estéticos de Schiller e das concepções sociais de Le Corbusier. Muitas vezes numa posição anárquica, constrói-se um museu transparente que revela, dentro e para si, as contradições da modernidade e da própria sociedade.

Mesa-redonda: “As capturas do passado nas memórias e nos programas históricos do IHGB e do IHGN no Oitocentos”

Com talento e com vigor: a escrita da história da região do Prata em tempos de guerra

Suellen Mayara Péres de Oliveira

Mestranda

UFRJ

O trabalho a ser apresentado nesse seminário diz respeito ao repertório das atividades e das linguagens do Instituto Histórico e Geográfico Nacional fundado em Montevideu no ano de 1843. Os estatutos do Instituto oriental apregoavam que sua finalidade seria a de aplicar os estudos históricos, geográficos e estatísticos ao comércio, navegação, indústria e administração da República Oriental do Uruguai. Assim, o compromisso historiográfico dos sócios do IHGN esteve presente tanto nas Coleções de memórias e documentos quanto na expectativa de escrever a história contemporânea da região do Prata. O IHGN deixou poucos registros de suas reuniões cotidianas em face ao contexto fragilizado pela guerra grande e pelo exílio de seus sócios; e não sabemos ao certo quando ele se desintegrou. Deste modo nossas considerações estão ancoradas, também, nos relatos de seus sócios que participaram das atividades do IHGB.

Conceituações do “contemporâneo” em arte e processos interpretativo-compreensivos: curadores, críticos e arte-educadores e a construção de testemunhos e discursos da História da Arte

Sylnier Moraes Cardoso

Graduanda

UFG

Marcio Pizarro Noronha

Professor

UFG

Ao pensar na problemática do “fazer-ensinar-aprender” na e com a História, no que tange à especificidade da História e da Historiografia da Arte, a constituição do campo documental não integra apenas a poética e o testemunhal do artista, mas se configura num traçado entre formas compreensivo-interpretativas (hermenêutica) associadas a escolhas provocadas por curadores, críticos e arte-educadores. Olhando para uma série documental produzida a partir do VIII Salão de Arte Contemporânea (MAC JATAÍ), enfatizamos a pesquisa do testemunho produzido por diferentes grupos envolvidos no processo seletivo, expositivo e de premiação e o modo como estas se enfrentam com o problema da definição-conceituação de “contemporâneo em arte” (história conceitual da arte) e como este conceito dialoga com a promoção de uma memória coletiva, um discurso testemunhal e a produção em fragmentos de um discurso para a História da Arte contemporânea.

As “morais da história” em debate: um balanço historiográfico da história da família no Brasil colonial

Taiane Cristina da Silva

Graduanda

UFV

Nosso objetivo neste trabalho é contrapor duas vertentes historiográficas que discutem quanto à moral no período colonial. Os primeiros estudos sobre moralidade neste período são tangenciais às investigações acerca da família, da sexualidade e da mulher. Neles distingue-se linhas analíticas baseadas ou contestatórias do modelo freyriano de família patriarcal. Novos estudos surgem com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre esta temática fugindo deste modelo paradigmático, atendendo as peculiaridades regionais, bem como as peculiaridades locais na incorporação dos códigos, leis e regras de conduta. Buscaremos apresentar como a historiografia se relacionou com a interpretação fundada por Gilberto Freyre e as bases teóricas das posições que a contestaram.

A utilidade da erudição na historiografia das Luzes: a crítica dos falsos monumentos no debate dos ilustrados portugueses e espanhóis

Taíse Tatiana Quadros da Silva

Doutoranda

UFRJ

A crítica do fabuloso que caracterizou a historiografia da ilustração portuguesa decorreu também da interlocução com a ilustração espanhola. As obras de Henrique Florez e a *“Censura de Historias Fabulosas”* (1742) de Don Nicolas Antonio editada pelo interlocutor de Fr. Manuel do Cenáculo, o ilustrado Don Gregório Mayáns y Siscár foram referências importantes para os letrados da Academia Real das Ciências de Lisboa que investigaram o passado fiéis ao lema da associação *“Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria”*.

A partir do discurso de abertura da obra *Clave Historial* (1743) de Florez intitulado *Discurso sobre La Utilidad Y necesidad de La História que el Autor Dedicó Y Ofrece con la Obra a La Ilustre Juventud Española* analisaremos as formas e usos da erudição e a utilidade da história no projeto formulado em Espanha e no defendido pelos letrados da associação ilustrada portuguesa na segunda metade do século XVIII.

Mesa-redonda: “A história da literatura brasileira e sua institucionalização no século XIX”

Prolegômenos a uma História da Literatura no Século XIX: o ‘Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil’ (1836), de Domingos José Gonçalves de Magalhães

Tania Rebelo Costa Serra

Professora

UnB

Após a Independência, em 1822, o Brasil viu-se diante da tarefa urgente de buscar sua identidade cultural – necessariamente diversa da lusa -, e, nessa busca, definir também o que seria nossa Historiografia oficial. Quatorze anos depois, de Paris, Gonçalves de Magalhães vai oferecer ao país os prolegômenos do que poderia ser nossa história literária. Assim, com o “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil”, ele consegue, não só estabelecer as premissas mítico-ideológicas sobre as quais poderão construir-se as futuras histórias literárias, como também nortear os historiadores brasileiros no sentido de fornecer-lhes os conceitos iniciais com os quais poderão definir identidade cultural, idéia-chave para a construção da tão desejada Historiografia nacional.

A “sede” pela História: Mário Neme e a historiografia paulista

Tathianni Cristini da Silva

Doutoranda

USP

Mário Neme da “geração dos moços” foi contista, jornalista, crítico da língua portuguesa e dos primeiros escritos aos últimos, foi, sobretudo, historiador do estado de São Paulo. Ávido pelo conhecimento, irrequieto e obstinado a entender como os acontecimentos se davam e influenciavam seu contexto histórico pesquisou a História de seu estado, bem como sobre o Brasil buscando no período colonial explicações nas quais compreendia a distribuição das pessoas neste solo e seus modos de viver ou sobreviver conforme cada caso. Intelectual que vivia em meio aos grandes nomes do pensamento brasileiro produziu um dos inquéritos jornalísticos mais importantes de meados do século vinte, a Plataforma da Nova Geração livro essencial aonde personagens do mundo intelectual de então discutiam assuntos dos mais diversos, como política e suas implicações no cenário nacional daquele momento. Pretendesse com esta pesquisa compreender a escrita deste intelectual e sua trajetória de homem das letras.

Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais: a história particular e o modelo de uma história geral na Primeira República

Tatiana Mol Gonçalves

Graduanda

UFOP

O objetivo desta comunicação é, a partir de uma reflexão inicial, discutir sobre o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) em seu contexto de fundação, tendo por eixo norteador as relações entre uma “historiografia regional”, centrada no IHGMG, instituição fundada já no período republicano (1907), e o modelo para uma historiografia nacional tal como pensada dentro dos limites do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja história remonta à própria fundação do império brasileiro ao longo do século XIX. Intenta-se apontar de que forma era concebida, em seus princípios epistemológicos e em seus contornos temáticos, a história particular de Minas Gerais, tendo como pano de fundo a idéia de uma história geral do Brasil, articulada dentro do IHGB, ainda que não realizada por esta instituição.

As contribuições que a Teoria da História nos permite inferir frente à volatilidade contemporânea

Tatiane Conceição dos Santos

Graduada

UEMG-FUNEDI

Vivemos em um mundo marcado pela volatilidade de informações, de crises econômicas, sociais e ambientais. Em meio a essas conturbações, qual a contribuição que a Teoria da História pode nos fornecer? Em que sentido é legítimo refletirmos sobre a historicidade das crises paradigmáticas? E o que o pensar historicamente pode nos revelar diante dos vários conflitos mundiais existentes na contemporaneidade? Essa pesquisa não visa responder a essas indagações, mas demonstrar como o conhecimento histórico constrói fórmulas para refletirmos muitas das crises sejam elas econômicas, políticas, sociais e até mesmo espirituais.

História das Mulheres e História das Relações de Gênero no Brasil: Um breve panorama historiográfico

Tatiane Paiva Cova

Mestranda

UFRJ

O objetivo desta comunicação é discutir como se desenvolveu a produção de pesquisas sobre a condição feminina no Brasil, a partir das décadas de 60 e 70 até os dias atuais. O trabalho a ser apresentado pretende destacar os estudos iniciados na década de 90, suas bases epistemológicas e as aproximações e distanciamentos entre uma 1ª geração de historiadores do campo e a geração posterior. Nos anos 90, um novo marco historiográfico é inaugurado com a apresentação da categoria “gênero”. Pesquisadores, em especial as norte-americanas Joan Scott e Judith Butler propõem um novo tratamento sobre a história das mulheres, trazendo uma perspectiva relacional para se pensar a historicidade feminina não apenas por uma ótica feminina, mas também, considerando os registros e olhar masculino sobre a mulher. A conceituação da categoria “gênero”, suas contribuições e a dimensão sobre a constituição das relações hierárquicas entre homens e mulheres e, em consequência sobre as construções ideológicas até então formadas para a composição de uma história das mulheres.

Silêncio e indícios: uma análise da viabilidade de estudos sobre os transportes tradicionais

Télio Anísio Cravo

Graduando

UFMG

O objetivo deste artigo é realizar um balanço historiográfico dos estudos acerca dos transportes tradicionais na província de Minas Gerais. Para tanto, analisaremos aspectos da formação do mercado interno, assim como a presença de informações relativas ao tema no conjunto de significativos estudos. De modo geral, traçaremos dois aspectos presentes na historiografia sobre o período oitocentista: 1- a preponderância de pesquisas sobre ferrovias; 2- o tratamento secundário conferido aos transportes tradicionais.

“A história ou a leitura do tempo”: considerações teórico-metodológicas em torno do pensamento de Roger Chartier

Telma Cristina Delgado Dias Fernandes

Professora

UEPB

A mais recente publicação em português do historiador Roger Chartier, *A história ou a leitura do tempo*, pontua algumas das principais questões tratadas por esse historiador, na perspectiva das atuais problematizações que cercam o debate historiográfico e sobre as especificidades do conceito ou sentido atribuído à história. Entre essas, nos mobiliza privilegiadamente àquelas relacionadas com o sentido de representação, envolvendo a escrita da história e a escrita literária, e a relação entre a narrativa histórica e as construções de sentidos de tempo e espaço. Salientamos a importância dos estudos acerca do pensamento de Chartier em função da referência que esse constitui para a emergência da história cultural. Na dinâmica da sua produção conceitual, Chartier interage com outros historiadores igualmente significativos para o pensamento historiográfico contemporâneo: Michel de Certeau, Michel Foucault e Carlo Ginzburg, e essa possibilidade de interface nos interessa privilegiadamente. Recentes trabalhos historiográficos voltados para as sensibilidades, os estudos de si e as biografias em grande parte se referenciam nas vertentes teórico-metodológicas que emergem do pensamento desses historiadores aqui apontados e configuram elementos significativos para o debate atual acerca dos sentidos da história. Nos meandros dessa problemáticas, situamos nossa proposta.

Mesa-redonda: “Historiografia da formação do capitalismo no Brasil”

Os bancos na historiografia brasileira

Thiago Fontelas Rosado Gambi

Professor

UNIFAL

Moeda e crédito são elementos centrais para entender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ambos estão relacionados aos bancos. Desde meados do século XIX é possível encontrar um volume relativamente grande de estudos sobre a moeda. Não se pode dizer o mesmo sobre o crédito e os bancos, embora apareçam de maneira acessória na história monetária. Essa opção pela moeda por parte da historiografia não parece ser gratuita, na medida em que o debate sobre moeda, crédito e bancos revela diferentes orientações em termos de política econômica. No século XIX, pouco se produziu sobre bancos. No início e na segunda metade do século XX, apareceram estudos de bancos específicos e histórias bancárias regionais. Entretanto, não se chegou a elaborar uma história bancária brasileira. Assim, pretende-se discutir porque a historiografia nacional privilegiou a história monetária em detrimento da história do crédito e dos bancos ao tratar do desenvolvimento do capitalismo no país.

Os nativos pelos olhos cristãos: “encontros” entre indígenas e religiosos, do século XVI ao XVIII

Thiago Henrique Mota da Silva

Graduando

UFV

No contexto do expansionismo português, entre os séculos XVI e XVIII, várias ordens religiosas enviaram missionários às terras do Novo Mundo, com o objetivo de civilizar os indígenas, salvando-lhes as almas. Aqui se pretende analisar o olhar desses religiosos sobre tais homens, em três momentos: no final do século XVI, com o jesuíta Fernão Cardim; no século XVII, com o capuchinho Cláudio d'Abbeville; e no século XVIII, com o também jesuíta André João Antonil. O olhar quase etnográfico que esses religiosos dispensaram sobre os indígenas permite-nos buscar compreender o processo de aculturação sofrido pelo nativo, por um lado, e, por outro, a forma como o europeu se coloca ao entrar em contato com a alteridade em momentos distintos. Sendo assim, o presente trabalho busca associar essas duas frentes, analisando os sucessivos “encontros” entre europeus e indígenas e buscando compreender o desenvolvimento dessa sociedade brasileira: indígena e européia, gentílica e religiosa.

História e Literatura: Biografia Romanceada versus a Ciência Histórica em Sérgio Buarque de Holanda

Thiago Lenine Tito Tolentino

Pós-graduando

UFMG

Este trabalho pretende evidenciar, a partir das críticas de Sérgio Buarque de Holanda à biografia romanceada de Paulo Eiró escrita por Afonso Schmidt em 1940, as perspectivas que se delineiam para o fazer historiográfico no Brasil na segunda metade do século XX. Esta crítica é sintomática dos rumos que a historiografia brasileira irá tomar após a formação das universidades que abraçaram a história como ciência em detrimento de outras formas de escrita historiográfica que poderiam valorizar a ficção e a literatura. No fim do século XX, porém, o aparecimento de teorias críticas do fazer historiográfico fazem com que estas relações voltem a ser problematizadas permitindo uma releitura dos juízos e argumentos que estruturavam a crítica de Sérgio Buarque e asseguraram, na universidades, a identidade científica da historiografia.

Maquiavel, o Historiador de Florença: um estudo sobre o pensamento histórico do secretário florentino

Tiago Aparecido da Silva

Graduando

UFSJ

Este trabalho avalia a concepção historiográfica do pensador florentino Nicolau Maquiavel. Partindo do princípio de que as idéias do autor não podem ser desvinculadas do contexto histórico no qual o mesmo viveu, compromete-se em verificar os objetivos e as motivações que o levaram a produzir sua ampla obra. Considerando tanto as necessidades de orientação presentes naquele momento, quanto as ações que através de seus escritos Maquiavel pretendia impulsionar, objetiva esclarecer quais foram as ferramentas das quais prescindiu para sua produção literária, além de sopesar o legado retórico e a concepção temporal da época, inserida – é certo que não especificamente da mesma maneira que no período medieval - no antigo topos historia magistra vitae.

A História como tribunal da razão

Tiago Santos Almeida

Mestrando

USP

Gaston Bachelard criticou os historiadores das ciências de sua época por dedicarem-se à simples prova da existência de uma idéia, sem preocuparem-se com o que ela apresentou de nocivo ou fecundo ao pensamento contemporâneo. Contra uma história das ciências que evitava estabelecer juízos de valor sobre as idéias do passado, satisfeita por justificá-las no limite das verdades de sua época, Bachelard propôs um modelo que localiza as idéias no seu tempo, mas sem esquecer de onde fala e, por isso, capaz de julgar tais idéias a partir dos critérios de racionalidade estabelecidos pela ciência atual. Assim, impôs o problema da competência de julgamento sobre um passado que não se efetuou de forma linear, dilema que o próprio Bachelard pretendeu resolver a partir da inserção, entre o historiador e o cientista, do ponto de vista do epistemólogo.

Perspectivas teóricas para o estudo de um texto: como analisar a escrita da história na obra Sobrados e Mucambos

Valdemir Ferreira Lopes

Mestrando

UFOP

Este resumo é resultante de algumas questões teóricas que se impõe a um projeto de pesquisa de mestrado que propõe analisar a escrita da história na obra “Sobrados e Mucambos” de Gilberto Freyre. Para este propósito duas perspectivas teóricas se apresentam para esta empreitada. Uma, contextualista, sugere que para o entendimento de uma representação histórica é preciso lidar com as complexas relações entre contexto, autor e obra. A outra, formalista, vai sugerir que o que determina a representação histórica não são os conteúdos factuais, mas os aspectos formais internos ao texto e as relações estabelecidas pelo texto com as várias gerações de leitores (ANKERSMIT, 1995; ARAÚJO, 2006). Qual proposta seguir? O que determina a opção por uma delas? É possível que se opte por uma delas? São perguntas que vem a tona no momento em que se inicia uma pesquisa desta natureza.

Eleições e Eleitores: balanço historiográfico sobre o processo eleitoral no século XIX

Vanessa Silva de Faria

Mestranda

UFJF

Ao longo do Século XIX – em especial no Segundo Reinado – deputados, ministros, senadores e homens envolvidos na política oitocentista travaram debates calorosos sobre o sistema que regia as eleições enfatizando, sobretudo, o seu caráter fraudulento. Como uma das principais causas das fraudes eleitorais, os homens do XIX apontavam a influência do governo nas eleições e chegavam mesmo a acreditar que só com a alteração da legislação que regia o sistema eleitoral é que o processo de escolha dos representantes da nação se tornaria imparcial e representativo.

Como parte de uma pesquisa em andamento sobre o processo eleitoral em Minas Gerais, a partir da análise do caso de Juiz de Fora entre 1872 e 1882, o texto tem por objetivo um balanço historiográfico sobre o processo eleitoral no Império, tomando por base alguns autores que se dedicaram ao tema, como José de Alencar, Tavares Bastos e Francisco Belisário de Souza. Também da dita historiografia tradicional: Sérgio Buarque de Holanda, Francisco Iglesias e Raimundo Faoro, nos colocando, ao mesmo tempo, algumas questões suscitadas em estudos mais recentes como os feitos por Richard Graham, Maria Odila Dias, José Murilo de Carvalho e Neila Ferraz Nunes.

Mesa-redonda: “A obra histórica como documento: questões de método e modelos de apropriação”

Historiografia do Regime Militar

Vicente Contador

Professor

Facamp e PUC-Campinas

Alguns analistas do regime autoritário-militar brasileiro advogam a tese de que os altos oficiais da linha dura eram “autoritários”, defensores da ditadura como forma de governo, da repressão sistemática, servindo-se da tortura, e da longa permanência dos militares no controle direto do poder do Estado depois da deposição de João Goulart – enquanto que os oficiais castelistas, são tidos como moderados, anti-autoritários, contrários à ditadura militar e favoráveis ao rápido “abandono do exercício direto do poder do Estado”. Daí a conclusão especiosa, e bastante arraigada na nossa memória histórica, de que a abertura política dependeu fundamentalmente da vontade iserida num “projeto” dos castelistas.

A longa duração contra o evento: crítica a partir de análise interdisciplinar, história e ficção

Victor de Oliveira Pinto Coelho

Doutorando

PUC-Rio

A proposta é a de discutir o caráter ainda problemático do evento, tendo em vista a força dos modelos que privilegiam a longa duração. O evento pode ser visto como “janela” privilegiada para o “nível” estrutural, ou como atualização de estruturas simbólicas. Seria uma forma de esconjurar o evento e, mais que o evento, as contradições e a contingência em favor de uma concepção ainda “dura” de cientificidade. Tal viés teórico-metodológico será discutido interdisciplinarmente, tomando brevemente como exemplo duas obras: uma, no campo da historiografia, que tem como tema o trabalhismo no Brasil; outra, na literatura, que analisa a obra do escritor Raduan Nassar, *Lavoura Arcaica*. O marco teórico adotado pressupõe que os valores e símbolos constituem um campo em disputa, sujeito por isso a contradições, e sua sanção depende mais da instância de poder num determinado contexto e numa determinada sociedade que de “estruturas” de longa duração.

“Nem por tradições, nem por princípios”: a Revolução Pernambucana de 1848 na visão de Joaquim Nabuco em Um Estadista do Império

Victor Hugo Baptista Neves

Mestrando

UERJ

Esta comunicação dará importância sobre a Revolução Praieira e o domínio de suas memórias, diferindo aqui uma série de textos distintos sobre as visões do movimento praieiro, ora considerado como uma rebelião qualquer da ala mais radical dos liberais de Pernambuco, ora como uma revolução de grande abrangência em atender diversas demandas sociais.

Em nossa dissertação de Mestrado, em andamento, para o Programa de História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, abordamos, em um de nossos capítulos, a influência de Joaquim Nabuco sobre a historiografia brasileira, particularmente, sobre o período imperial com sua obra magna "Um Estadista no Império" que, além de tratar da vida de seu pai, Nabuco de Araújo, trata também da história do Segundo Reinado.

Comentaremos a visão deste historiador por ofício sobre a considerada, por ele e depois em comum consenso na historiografia, a última das revoluções de grande monta na política imperial.

O papel da burguesia nas Lembranças de 1848 de Alexis de Tocqueville

Vítor Castro de Oliveira

Mestrando

UFES

Alexis de Tocqueville, político e intelectual francês, foi um analista privilegiado dos fenômenos revolucionários: da “grande revolução democrática” às jornadas de 1848, observou a dinâmica de seu próprio tempo. Nas sucessivas vezes em que se voltou para o passado, não cedeu às “curiosidades históricas que bastam às sociedades ociosas e eruditas”, mas buscou fazer da experiência pretérita um espaço de reflexão. Auto-afirmado “liberal”, Tocqueville foi um crítico do *modus vivendi* burguês, que considerava portador dos vícios do novo estado social democrático e, ao menos em parte, responsável pelo fracasso da Monarquia de Julho. Essa ofensiva não poderia ser compreendida nos quadros de uma historiografia que reduzisse a história do liberalismo político àquela do desenvolvimento da economia capitalista. Nesse sentido, o presente estudo pretende destacar esse aspecto do pensamento tocquevilliano, corroborando a tese de Rosanvallon sobre a impossibilidade de se falar “em geral e no singular de um pensamento liberal moderno”.

Uma história das notas de rodapé da História geral do Brazil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953)

Vitor Claret Batalhone Júnior

Mestrando

UFRGS

A comunicação proposta visa discutir como o processo de anotação da História geral do Brazil de Francisco Adolfo de Varnhagen, desenvolvido por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, instituiu Francisco Adolfo de Varnhagen como fundador da História Pátria, ou seja, uma autoridade fundadora da história nacional, entre críticas, elogios e adições de informações, dentro de uma tradição historiográfica que pressupunha como etapa de desenvolvimento disciplinar a correção e o aperfeiçoamento das histórias narradas. Esse ato criador de uma autoridade deve ser entendido dentro de um quadro de constituição de uma tradição, que apesar de estabelecer uma continuidade inteligível para a disciplina histórica, é estruturada através de escolhas teóricas e metodológicas que não somente consagram determinadas opções de como se escrever a história nacional, como também relegam outras ao esquecimento num determinado momento de dispersão discursiva.

Aprendendo com a História: o quebra-quilos na construção do imaginário nordestino

Viviane de Oliveira Lima

Mestre

UFF

As revoltas do Quebra-quilos foram reações extremadas da população de homens livres e pobres nordestinos contra a implantação do Sistema Métrico Decimal Francês no Brasil nos anos de 1874 e 1875 pelo governo imperial.

Embora tenham sido duramente reprimidas, as revoltas mostram o quanto foi difícil para a população abandonar o antigo sistema que já estava enraizado em sua cultura e no seu cotidiano, revelando um caráter de bravura e de coragem dos nordestinos.

Essa comunicação pretende discutir como as Revoltas do Quebra-quilos foram abordadas pela historiografia e a importância dos acontecimentos para a construção do imaginário nordestino.

Mesa-redonda: “As esquerdas brasileiras nos anos 1950 e 1960: O comunismo, o trabalhismo e a esquerda católica”

Os cristãos e as esquerdas nos anos 1960: uma historiografia da Ação Popular

Wagner da Silva Teixeira

Professor

CEFET-MG

Em 1962, militantes da Juventude Universitária Católica (JUC) reunidos em Belo Horizonte criaram a Ação Popular (AP). A AP atuou no movimento estudantil, no sindicalismo rural e nos movimentos de educação e cultura popular. Após 1964 parte da AP aderiu à luta armada. Em 1972 se fundiu ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Um grupo de militantes constituiu a Ação Popular Marxista Leninista (APML) que existiu até o início dos anos 1980, quando decidiram aderir ao Partido dos Trabalhadores (PT). O objetivo desta comunicação é realizar uma análise historiográfica da AP cotejando dois conjuntos de fontes bibliográficas: as memórias e trabalhos escritos por ex-militantes, e a produção acadêmica sobre a organização. A AP se insere no conjunto das esquerdas que vivenciaram a experiência de radicalização política dos anos 1960, partindo da luta pelas reformas de base durante o governo Jango para a luta armada contra a ditadura após 1964.

Considerações sobre a narrativa histórica nos órgãos preservacionistas nacionais

Walter Francisco Figueiredo Lowande

Mestrando

UFOP

Procuraremos tecer aqui algumas considerações sobre o papel ocupado pela produção historiográfica nos órgãos preservacionistas nacionais. Considerando que tais órgãos visavam (e continuam visando) suprir a carência de sentido que acompanha a construção de uma memória e identidade nacionais, sustentaremos que a historiografia foi condição necessária para a constituição de um patrimônio cultural nacional. Este artigo se amparará na análise que temos realizado a respeito dos trabalhos de Luiz Saia, Nestor Goulart Reis Filho e Carlos Lemos, todos arquitetos paulista ligados aos principais órgãos de preservação patrimonial brasileiros. Desta forma, destacaremos a pluralidade de perspectivas entranhada no patrimônio preservado, nos contrapondo, portanto, à hipótese segundo a qual as práticas preservacionistas nacionais seriam determinadas por uma “formação discursiva hegemônica”.

A notícia sobre os selvagens do mucuri: apontamentos sobre a historiografia indígena no oitocentos

Weder Ferreira da Silva

Mestrando

UFOP

A Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri, publicada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1859, constitui-se numa importante peça sobre os povos que habitavam as florestas virgens do nordeste da província de Minas Gerais. Seu autor, o político liberal Teófilo Benedito Ottoni, fora convidado por Joaquim Manuel de Macedo, à época secretário do IHGB, a escrever um relato sobre as nações de índios botocudo. O interesse por esta população autóctone se dava pelo desconhecimento da história e dos hábitos de uma população extremamente hostil ao contato com a população neobrasileira. Fruto dos empreendimentos financeiros realizados por Ottoni no vale do Mucuri, a Notícia...revela-se um importante estudo sobre a história das populações autóctones que habitavam os sertões das Minas. Além de informar sobre o processo de expansão das fronteiras na província mineira, seu autor ressalta que seus dados traziam à lume detalhes até então ignorados por historiadores e viajantes.

Mesa-redonda: “Práticas e estratégias institucionais: Administração e Justiça”

As discussões historiográficas sobre a prática administrativa no Brasil colonial: novas perspectivas

Wellington Júnio Guimarães da Costa

Mestrando

UFOP

As discussões acerca da implantação e do funcionamento do aparato burocrático da Coroa na América portuguesa, sobretudo no século XVIII, a partir da descoberta dos “metais e pedras preciosas” em Minas Gerais (e também em outras regiões como Goiás e Mato Grosso) têm se pautado em ideias como imposição, eficácia/ineficácia, adaptabilidade/inadaptabilidade, morosidade, confusão etc., das instituições administrativas “transplantadas” para a colônia. Nesse sentido, pretende-se, com a análise, retomar os principais tópicos desse debate historiográfico de forma a apontar alguns encaminhamentos a partir dos resultados de uma pesquisa sobre a prática e o funcionamento cotidiano da administração da justiça na Região do Termo de Mariana durante o século XVII. Tal pesquisa aponta para uma ambiguidade no que diz respeito à atuação da justiça na referida região.

Teorizando o Cangaço: o “Rei Lampião” e a questão do Banditismo Social

Wesley Rodrigues Dutra

Mestrando

UFPB

O cangaço foi um movimento que esteve presente em quase todos os períodos da formação do “Nordeste sertanejo” brasileiro, tendo o seu momento de apogeu entre os anos de 1900 a 1940. Inúmeros homens e mulheres se destacaram nas malhas do cangaceirismo, mas a figura de maior notoriedade foi Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião, que tornou-se “Governador do Sertão” como se auto-proclamou, sendo este um “governador as avessas”, já que era um “fora da lei” que se contraporá ao sistema instituído. Em 1950 o mesmo bandido que é perseguido e eliminado em 1938, será oficialmente considerado “Rei do Cangaço”. A partir de 1960 a academia passa de forma bem superficial a analisar o tema e posteriormente toda a discussão buscará enquadrar os cangaceiros no modelo de “Bandido Social” lapidado pelo historiador Eric Hobsbawm. O nosso objetivo no presente trabalho será analisar como o modelo de bandido elaborado por Hobsbawm será recepcionado pela historiografia brasileira e até que ponto ele continua presente nos estudos dos historiadores brasileiros sobre o cangaço.

Memórias do Holocausto: estórias da História

Yazid Jorge Guimarães Costa

Graduando

UFC

A partir do diálogo entre Filosofia, História e Literatura, será feita uma tentativa de apreensão de como são construídas diferentes memórias sobre um mesmo acontecimento, ou como memórias podem ser re-significadas, dependendo do contexto onde estão inseridos os grupos que irão propagá-las. Para a realização destes múltiplos diálogos, serão apropriadas algumas idéias publicizadas por autores como Carlo Ginzburg, Hayden White, Jacques Le Goff, Michael Pollak e Paul Ricoeur. Foram utilizadas, neste trabalho, representações da tentativa de extermínio dos judeus, posta em prática pelo governo alemão nazista. São elas: a edição de 1976 da obra Treblinka, de Jean-François Steiner, e O Diário de Anne Frank, organizado por Otto Frank e Mirjam Pressler, em edição de 1991. A escolha destas representações, especificamente, se deu devido à possibilidade de discutir, também, a implicação ética do ofício do historiador.

O principado de Nero: fontes e historiografia

Ygor Klain Belchior

Graduando

UFOP

Ao analisarmos a obra *Anais* de Tácito, podemos perceber a presença de diversas fronteiras internas ao governo de Nero. Uma dessas fronteiras, construída por uma tradição intelectual, vem da crítica historiográfica ao imperador Nero que, após ser investido do título de imperator, realiza um governo marcado pelas influências de Sêneca, Burro, Agripina e Tigelino. Personagens que, por possuírem uma efetiva participação no consilium principis, exerciam o poder do Imperador em seu nome. Essa fronteira delimitada dentro desta unidade empírica, o principado neroniano, pode ser percebida através da leitura das fontes e da produção historiográfica que descrevem o principado deste imperador. Nosso objetivo nessa comunicação é analisar essa divisão arbitrária que impõe qualidades ao governo neroniano, tendo em vista a dicotomia entre o que nos foi legado pelas fontes e a re-leitura historiográfica sobre o principado.

Mesa-redonda: “Movere, delectare e docere: a ambição pedagógica da escrita da história”

Retórica e História: a invocação da Antiguidade em *Os sertões*, de Euclides da Cunha
Anderson
Zalewski Vargas
Professor
UFRGS

A rebelião de Canudos, ocorrida no início século XX no interior do estado da Bahia, deve sua transformação em evento-marco da história brasileira à obra de um único indivíduo. Criticada e incensada em diversos sentidos desde sua publicação, *Os sertões* persiste sendo objeto de estudo e estímulo para estudos acadêmicos ou criações como *Guerra del fin del mundo* (1981), de Mario Vargas Llosa. A compreensão da função e da importância da herança greco-romana na sua constituição, contudo, ainda pode ser desenvolvida, especialmente neste momento em que se desenvolve a pesquisa sobre usos da Antiguidade sob o gênero da História da Recepção e se investiga as relações entre história, narrativa e retórica. Espera-se mostrar isso avaliando o emprego, por Euclides da Cunha, de elementos da História do Mundo Antigo na elaboração do chamado “Ciclo de *Os sertões*”.

TEXTOS COMPLETOS

Os conceitos de Etnogênese: uma abordagem historiográfica

Adriano Toledo Paiva*

Resumo: Nesta comunicação discutiremos o emprego dos conceitos de etnogênese nas abordagens da historiografia dedicada ao estudo da conquista colonial. Os processos de etnogêneses são compreendidos como uma reconfiguração cultural e identitária dos indivíduos ou agrupamentos perante elementos endógenos e exógenos a estes. A Etnohistória demonstra que, no transcorrer das práticas coloniais, os nativos reformularam suas identidades e trajetórias. A historiografia abandonou a visão que reduzia o índio à imagem oscilante do bárbaro ao aculturado, e enfoca as alterações nas estruturas societárias destes indivíduos no transcorrer dos processos de colonização. O emprego da terminologia etnogênese representa uma importante ferramenta analítica, porque nos distanciamos da abordagem da conquista como crônica preconizadora da extinção e aculturação das populações nativas.

Etnocídio, Etnogênese e genocídio: as investidas coloniais e as populações indígenas

A historiografia avalia que a ação colonizadora não representou o extermínio completo das populações nativas ou seu total acultramento. Todavia, estas abordagens não olvidam as práticas de violência e dominação impostas aos conquistados. A Etnohistória demonstra que, no transcorrer das práticas coloniais, os nativos reformularam suas identidades e trajetórias em sintonia com os “invasores”.¹ A atual historiografia abandonou a visão que reduzia os nativos à imagem que oscilava do bárbaro ao aculturado, e enfoca as alterações nas estruturas societárias destes indivíduos nos processos coloniais.² Para tanto, investiu-se no conceito operacional de “*resistência acomodativa*”, cunhado por Steve Stern, para analisar os processos coloniais; portanto, distanciando-os da concepção de extinção das culturas nativas e de elemento danoso a estas comunidades.³

Segundo Manuela Carneiro da Cunha, a atenção dispensada aos índios na “formação da História do Brasil”, especialmente no “período colonial”, incide na subordinação destes aos interesses e vontade dos conquistadores, assim como na eliminação paulatina de suas narrativas históricas e memórias. (CARNEIRO DA CUNHA, p.9-24) A resistência para os

¹* Mestre e doutorando em História na Universidade Federal de Minas Gerais (Linha de pesquisa: História Social da Cultura). Agradeço a FAPEMIG (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento de minhas pesquisas doutorais. Endereços eletrônicos: adrianohis@yahoo.com.br

Para um apanhado das abordagens da Etnohistória, consultar: (LORENZO, 2000).

² Acerca das novas abordagens sobre a resistência indígena nas investidas coloniais, ver: (GRUZINSKI, 2001) e (GRUZINSKI, 2003)

³ Conferir: (STERN, 1987) e (STERN, 2006:27-66).

aborígenes não se vincula estritamente no apego às “tradições pré-Cabralinas”, tampouco em conflito aberto com os colonizadores; mas perpassa intrinsecamente os processos de adaptação e renovação perante situações de contato, subordinação e dominação. (GRUZINSKI, 1986: 411-433)

John Manuel Monteiro, ao analisar a produção historiográfica sobre a história indígena no Brasil, concentra-se na produção da década de oitenta do século XX, salientando a presença de estudos centrados especialmente no emprego do índio empregado como mão-de-obra. (MONTEIRO, 1995: 221-228) Monteiro sinaliza nesta seara duas vertentes: uma essencialmente calcada nos aparos sócio-jurídicos da política indigenista, reduzindo o índio ao papel de vítima dos encontros coloniais, como um ser imóvel, “engessado” em meio aos aportes e aspectos legais⁴; a outra que aborda os indígenas nos processos coloniais, valorizando-os como sujeitos históricos.

Com o objetivo de retirar o índio da subjugação colonial e circunscrevê-lo ao papel de sujeito ativo nos processos coloniais, os historiadores investiram no estudo dos processos de reconfigurações identitárias e vivências indígenas no período da conquista, abandonando conceitos e noções históricas de aculturação, genocídio e etnocídio. Pierre Clastres, com base nas experiências das comunidades indígenas das América e dos estudos etnológicos, dispôs de argumentos para diferenciar o etnocídio e o genocídio. Observou que o termo genocídio refere-se ao extermínio físico de determinado agrupamento, enquanto etnocídio aponta para a desagregação de aspectos culturais de determinados indivíduos; “*O genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seus espíritos*”. (CLASTRES, 2004:82-83) Estas terminologias se assemelham na percepção que fazem do outro, pois o outro é diferença; sobretudo má diferença. O espírito genocida almeja exterminar a diferença; enquanto o etnocida possui a necessidade de mudanças nas culturas com as quais convive, propondo uma adequação, geralmente sob as suas preceptivas.

Para Clastres, os missionários e sua ação constituem atos etnocidas, porque objetivam a transformação dos sujeitos nas terras conquistadas, a instituição da cristandade e dos seus modos de governo sobre uma “sociedade” não portadora das mesmas concepções de poder e ordenamento. As práticas pagãs eram consideradas elementos inaceitáveis, mas os aborígenes poderiam ser remidos com a adesão ao Cristianismo. O discurso da cultura colonizadora –

⁴ Conforme John Manuel Monteiro, podemos identificar os seguintes estudos nesta perspectiva: (BELLOTO, 1982: 177-192); (THOMAS, 1982); (KIEMAN, 1954).

considerada em um patamar superior de desenvolvimento pelos seus detentores – está calcado no anseio de elevar a considerada subalterna a um patamar superior. Segundo o referido antropólogo, a violência etnocida está circunscrita na essência e existência do Estado, que objetiva normatizar e uniformizar as diferenças que podem ser colocadas como elementos de oposição a sua atuação. (CLASTRES, 2004:82-83)

Resgatar a historicidade dos povos conquistados em meio às representações e ações dos empreendimentos coloniais é o desafio imposto para a etnohistória, que investe na terminologia *etnogênese* para suas abordagens e interpretações. Segundo Boccara, a terminologia e “*a nação de etnogênese*” é pouco usual em França, sendo empregada amplamente pela literatura antropológica norte-americana; acionada inicialmente por William Sturtevant, em 1971. Desde então, a expressão tomou um notável cambio semântico. O emprego inicial, conferido por Sturtevan, se relacionou intrinsecamente à emergência física de um novo grupo político. Atualmente o termo é empregado nos estudos etnohistóricos para designar diversas transformações no contato cultural, não se restringindo a mudanças políticas. A noção de etnogênese foi desvinculada de uma categorização biológica. Boccara demonstra que estudos recentes enfatizam a capacidade de adaptação e de criação das sociedades indígenas e empregam a possibilidade de novas configurações sociais sob processos de fricção e fusão da conquista, assim como a incorporação de elementos estranhos a uma cultura. Além disso, salienta-se que os processos de etnogênese não podem ser estudados sem levar em conta os processos de etnificação e etnocídio que o acompanham. (BOCCARA, 2003: 72)

O processo de etnogênese constitui uma reconfiguração cultural e identitária dos indivíduos ou de uma comunidade perante processos endógenos e exógenos a estes. O processo de etnogênese entre os índios ocorre por elementos informados pelas suas cosmologias ou pela realidade colonial. Nas aldeias coloniais concentram-se diferentes grupos políticos e étnicos. Reunidos sobre a designação de cristãos, aldeados e aliados, terão que reordenar sua percepção espacial, social e de lideranças.⁵ Para John Manuel Monteiro, em meio às classificações étnicas dos tempos de conquistas, as quais se denominam “tribalização” e “etnificação”, engastaram-se processos que não representavam somente a subjugação de outrem, mas a reconfiguração de identidades étnicas. Os nativos forjavam uma nova percepção de si, apartada de suas antigas concepções cosmológicas. (MONTEIRO,

⁵ Conferir o importante e inovador estudo de Maria Regina Celestino de Almeida: (ALMEIDA, 2003).

2001:57-59) Boccara observa a tendência dos atuais estudos ressaltarem o protagonismo histórico dos indígenas e os processos de etnogênese. As abordagens incidem na consideração dos processos de gênese e de construção das vivências e sociabilidades indígenas, ao revés de analisar unicamente entidades sociais, culturais e políticas.⁶

John Manuel Monteiro verifica que os etnônios refletiam os ideais coloniais de controle e assimilação das populações conquistadas. Contudo, o historiador argumenta que esta tentativa de diluição das diversidades étnicas representou importante referência para as populações indígenas, com a construção de suas novas identidades. Esta identificação não estaria mais associada às suas origens pré-coloniais e se distanciaria de outros agrupamentos ou qualidades sociais, como os escravos e indivíduos com esta descendência. (MONTEIRO, 2001, 142) Boccara evidencia que as abordagens etnohistóricas investem nas terminologias etnogênese, etnificação e mestiçagem como forma de focar as entidades culturais atentando-se especialmente para o denominado “comércio de identidades” e as flexibilidades dos contatos nas fronteiras, portanto, abandonando a usualmente empregada terminologia aculturação.

Nathan Wachtel incorreu em uma abordagem pioneira para desassociar a terminologia aculturação, da substituição ou destituição cultural dos grupos conquistados. O pesquisador avalia que a noção de aculturação – termo que empregou para designar fenômenos de interação e contato com outras culturas – é crivada de paradoxos e ambigüidades. Wachtel observa que uma primeira confusão da terminologia consiste nas circunstâncias de seu nascimento, trazendo em seu bojo a concepção de uma supremacia da cultura européia. A proposição do pesquisador consiste em abandonar as análises etnocêntricas e investir na operacionalidade do conceito, evidenciando dois sistemas de valores: a “*aculturação imposta*” e a “*espontânea*”. (WACHTEL, 1976: 111, 115-116) Em seus estudos, verifica:

“na situação propriamente colonial, os membros da sociedade dominada experimentam a intervenção estrangeira como atentado a sua tradição, e essa pode desencadear determinadas formas de recusa; enquanto que nas fronteiras a aculturação livremente aceita obedece aos dinamismos internos da sociedade indígena.” (WACHTEL, 1976: 116)

⁶ Boccara demonstra que grupos indígenas que viviam entre os rios Itata e Toltén, no atual Chile, chamados equivocadamente de “*araucanos*” integraram muitos elementos exógenos a sua sociedade e cultura. Os indígenas assimilaram o uso do cavalo, do ferro, do trigo, acolheram diversos indivíduos em suas aldeias, aceitaram o batismo e a realização de parlamentos com os *wingka* (no-mapuches), integraram a cruz ao seu sistema simbólico, como inseriram em seu sistema sociopolítico os “missioneiros” e os “capitães de amigos”. Neste sentido, a incorporação destes elementos desencadeou modificações na compreensão do poder, organização produtiva e especialmente no nível individual, através da formação identitária. (BOCCARA, 2000: 11-59)

A perspectiva analítica de Wachtel sinaliza que os processos de integração, assimilação, sincretismo e disjunção transcorrem no tempo, e não são pensados de maneira evolucionista, ou seja, da integração forçada à assimilação. Contudo, considera que no processo de dominação direta, o ponto de partida do processo coincide com a crise da cultura indígena, *“pela única razão da cultura vitoriosa lhe ser constantemente imposta como modelo”*. Para o historiador:

“Certamente o alcance da desestruturação varia segundo os tipos de sociedade e a intensidade da dominação: mas pode-se dizer que, em todos os casos, a subordinação da sociedade indígena e sua inclusão forçada no novo contexto colonial conduzem à desintegração, mais ou menos completa do sistema global das tradições indígenas, das quais sobrevivem senão fragmentos disjuntos”. (WACHTEL, 1976: 120)

A proposição de Wachtel emprega o termo aculturação e resistência de maneira mais abrangente, colocando fim às dicotomias entre as sociedades consideradas “primitivas” e as “históricas”; apartando-se de uma visão europocêntrica da História dos contatos culturais. Guillaume Boccara analisa esses fenômenos de aculturação, integração e assimilação propostos por Wachtel. Assinala que o primeiro processo se caracteriza pela incorporação de elementos externos somados aos esquemas indígenas. A assimilação remete ao processo inverso, que consiste na inclusão de valores europeus e eliminação das antigas tradições. O historiador evidencia os progressos desenvolvidos por Wachtel nos estudos culturais, livrando a História de análises dos povos nativos apartadas de visões essencialistas e ahistóricas. Outrossim, verifica que a Etnohistória abandonou os conceitos de resistência e aculturação para investir nos fenômenos de etnogênese, etnificação e mestiçagem. As reformulações identitárias e culturais não seriam mais abordadas como contaminações condutoras da desagregação do ser indígena, ou ainda, sob a forma de uma supostamente cultura pura ou original. (BOCCARA, 2005: 21-52)

Os estudos de Guillaume Boccara avaliam as fronteiras culturais dos grupos nativos da América Latina Colonial. Estas comunidades, após o contato com o colonizador, entraram em uma dinâmica de reestruturação e de redefinição de sua identidade. O historiador dedica-se à emergência de uma nova identidade étnica *“los Mapuche”*⁷, construída por meio de um processo etnogênese. A preocupação de classificar os índios em nações, “período colonial”,

⁷ Boccara observa que as estruturas comunitárias do espaço fronteiro (Araucanía-Pampa-Nor-Patagonia) combinaram em suas distintas bases materiais novos indivíduos e grupos a sua organização socioeconômica, permitindo a criação de novos dispositivos de exploração econômica, dominação sociocultural e pertencimento político. (BOCARRA, 2002: 266-280)

etnias, “período republicano”, segundo Boccara, revela a vontade das autoridades de circunscrevê-los no espaço e tempo específicos, em categorias sociopolíticas, entidades concebidas como culturalmente homogêneas. Os colonizadores acentuavam a coerência cultural e concepções sociopolíticas dos grupos indígenas. As organizações sociais imergiriam enquanto unidades políticas novas, impulsionadas pela ação colonial. Destarte, por detrás do processo de tribalização existente na conquista militar por parte dos Estados, geralmente tomados como signo da supremacia dos declarados “civilizados” e de sujeição dos povos nativos, configurava-se uma reestruturação das vivências dos índios. Boccara salienta que algumas etnias americanas surgiram de um processo de etnificação e etnogênese. Para o historiador, os múltiplos registros, os parlamentos e tratados, a delegação de poder político, a imposição externa de identidades fixas, tudo o que polarizaria os dispositivos de um “saber-poder”, contribuíram de maneira capital para a etnificação de seus grupos. As adaptações e resistências criadoras de transformações que transcendem as consciências individuais foram denominadas de etnogênese.

Segundo Boccara, na “fronteira dos Mapuche”, no século XVII, institucionalizou-se um parlamento de grande reunião política hispano-indígena, para pacificação dos territórios com acordos econômicos, militares, políticos e religiosos. O historiador considera o Parlamento, a Missão e as outras “*tecnologias do saber-poder*”, como, escolas de índios, caciques embaixadores, capitães de amigos e comissários de nacionais como elementos normatizadores e demarcadores dos espaços; constituindo locais de negociação. Nestes instrumentos difundiam-se práticas de escrita e leitura, institucionalizavam-se mecanismos de delegação de poderes, transformando chefias em “profissionais de representação”.⁸ Para o estudioso, o fenômeno de construção de novas identidades, de reformulação e adaptação sociocultural não tem deixado de promover intensas conseqüências nas ciências sociais. Estes elementos foram olvidados pelas análises estruturalistas e marxistas, deixando escapar os atores sociais. As fronteiras de uma História conjugada aos Estados Nacionais produziram análises etnocêntricas, androcêntricas, positivistas e etapistas.⁹ Boccara sinaliza, na década de

⁸ O parlamento constituiria um mecanismo extremamente poderoso de integração do campo político indígena. No século XVIII, observa Boccara que os caciques mapuche souberam tirar partido do comércio oferecido pela fronteira; estes eram geralmente “mestizos ou *sang-mêlé*”. Estes líderes sabiam falar o espanhol e se negavam a falá-lo e cultivavam com distinção o *mapudungún*, recebiam honrarias e títulos de soldado do exército real, com soldos e presentes. Enviavam seus jovens filhos para estudar em colégios de *Chillán* e Santiago e se asseguravam dos serviços de escrivães. (BOCCARA, 2001)

⁹ O investir nestas reestruturações identitárias, revelam a necessidade do pesquisador em se distanciar dos trabalhos denominados *Estudios Fronterizos*, que abordaram as fronteiras de maneira evolucionista e

70, os primeiros estudos dedicados às imbricações entre História e estrutura, abordando os efeitos desencadeados pelos contatos entre colonizadores e colonizados, com reflexões em torno das noções de tradição, cultura resistência e aculturação. (BOCCARA, 2007)

Todavia, a conquista adquiriu novas dimensões com o emprego do conceito de etnogênese, incluindo o entendimento dos indígenas acerca dos processos de contatos com o universo colonial. Ao investir neste aporte conceitual, a historiografia se debruçou sobre os processos de etnificação, decorrentes da congregação das aldeias indígenas em aldeamentos. Os processos de conquista se ordenavam em meio às estruturas aborígenes, por intermédio de constantes processos de reconfigurações identitárias, delimitando e reestruturando os poderes e culturas. Ao procedermos com reflexões em torno dos empregos do conceito de etnogênese, não tivemos a pretensão de mapear todas as abordagens historiográficas consoante ao tema, mas arrolamos alguns elementos e instrumentos analíticos para elucidarmos as vivências dos indígenas nos processos de conquista colonial.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas*. Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

BELLOTO, Heloísa L. “Trabalho indígena, regalismo e colonização no Estado do Maranhão nos séculos XVII e XVIII.” *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1982.

BOCCARA, Guillaume. “Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo”. *In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Número 1 - 2001, mis en ligne le 8 février 2005, référence du 28 septembre 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document426.html>>

_____. “El poder creador: tipos de poder y estrategias de sujecion en la frontera sur de Chile en la época colonial”. *In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. BAC, mis en ligne le 14 février 2005, référence du 29 septembre 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document597.html>>.

_____. “Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas: Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel”. *In: Memoria Americana*. jan./dez. 2005, no.13, p.21-52. Acesso em 05 Junho 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S185137512005000100002&lng=pt&nrm=iso>.

_____. “Mestizaje Salvaje, Trabalho y Resistencia em La Frontera Hispano Mapuche”. *In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho (orgs.). O Trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002.

etnocêntrica, considerando as culturas indígena inferior, imputando a essas o caminho inevitável da aculturação, e a desagregação de uma organização sócio-política e identitária. (BOCCARA, 2007).

_____. “Rethinking the Margins/Thinking from the Margins: Culture, Power, and Place on the Frontiers of the New World”. In: *Identities: Global Studies in Culture and Power*. n. 10, 2003, p. 72.

_____. “Antropologia diacrônica. Dinâmicas culturais, processos históricos, y poder político”. In: BOCCARA, Guillaume & GALINDO, S. (eds.). *Lógica Mestiza en América*. Temuco, Ed. Universidad de La Frontera-Instituto de Estudios Indígenas, 2000, p. 11-59. Disponível em: <http://dilib.inist.fr/dps/see/SPIP/rubrique.php3?id_rubrique=4>. Acesso em 09/04/2008.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Introdução a uma História indígena”. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.9-24.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*. Pesquisas de Antropologia política. Prefácio de Bento Prado Júnior; Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p.82-83.

GRUZINSKI, Serge. "La Red Agujerada, Identidades Etnicas y Occidentalización en el Mexico Colonial (Siglos XVI - XIX). In: *América Indígena*. Vol. XLVI, núm. 3, julho-set. 1986, p. 411-433.

_____. *A Colonização do Imaginário*. Sociedades indígenas e Ocidentalização no México Espanhol. Séculos XVI-XVIII. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *O Pensamento Mestiço*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KIEMAN, Mathias *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1693*. Washington, DC, 1954.

LORENZO, Miguel Angel Rodríguez. “Etnohistoria: ¿La ciencia de la diversidad cultural? Exploración acerca de la constitución del término y del desarrollo de su teoría y método”. In: *Boletín Antropológico*. Centro de Investigaciones Etnológicas - Museo Arqueológico - Universidad de Los Andes. Mérida, nº 50, Septiembre-Diciembre 2000.

MONTEIRO, John Manuel. “O desafio da História Indígena no Brasil”. In: Aracy Lopes da Silva & Luís Donisete Grupioni (Org.). *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, pp. 221-228.

_____. “Redescobrimo os índios da América Portuguesa: Antropologia e História”. In: AGUIAR, Odílio Alves (Org.). *Olhares Contemporâneos – Cenas do mundo em discussão na Universidade*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

_____. *Tupis, Tapuias e os Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência, Área Antropologia, subárea História Indígena e do Indigenismo. IFCH- UNICAMP: Campinas, 2001.

STERN, Steve J. “Paradigmas da Conquista, História e Historiografia e Política”. In: BONILLA, Heraclio (org.). *Os Conquistados: 1492, e a População indígena das Américas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Hucitec, 2006, p.27-66.

_____. *Resistance, Rebellion and Consciousness in the Andean Peasant World, 18th to 20th*. The University of Wisconsin Press, 1987.

THOMAS, Georg. *Política Indigenista dos Portugueses no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1982.

WACHTEL, Nathan. “A Aculturação”. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (dir.). *História: Novos Problemas*. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976, p. 111, 115-116.

Os batismos entre 1825 a 1840, uma maneira de entender as disputas senhoriais na vila de Paty do Alferes, Rio de Janeiro

Alan de Carvalho Souza¹
ppunk_alan@hotmail.com

A proposta desse texto é analisar a disputa político-econômica senhorial entre os núcleos familiares Ribeiro de Avelar/Werneck e Xavier. Para o estudo será utilizado como fonte o livro de batismo de escravos da Vila de Paty do Alferes a partir do ano de 1825.

O interesse aqui pelos registros paroquianos está ligado à porfia entre os grandes proprietários na então vila de Paty do Alferes durante seus treze anos de sede administrativa. Outra questão é apresentar o escravo como ser diretamente ativo na participação do embate senhorial em seu cotidiano.

O batismo é a porta de entrada para a Igreja Católica, mas durante o século XIX foi realizado com diversos fins e em muitos momentos o intuito de celebração religiosa foi deixado de lado. O rito poderia ter a função de sancionar formalmente uma aliança anteriormente concebida (ENGEMANN, 2008: p. 107) e ao mesmo tempo fixar responsabilidade pública exercida na esfera privada (COSTA, 2009: p. 40). Entretanto, o batismo ligava o escravo a pessoas de níveis sociais distintos, como: forros - libertos; livres, senhores proprietários e também os companheiros de mazelas. O rito cerimonial demonstrava ainda a existência de uma sociabilidade de cativos de fazendas distintas quando apadrinhavam os inocentes de outro proprietário. Outro dado é a ligação dos proprietários que arrumavam padrinhos para seus escravos entre pessoas de sua esfera social-política, formando assim seus bandos (FRAGOSO, 2003) que se protegiam em função da política adotada inicialmente pela Coroa Portuguesa e seguida após a independência de privilegiar grupos rivais com doações e honrarias com a finalidade de proveito do governo central.

Na ausência de um controle real de comprovação da posse durante todo o período da escravidão, o batismo, em muitos momentos foi utilizado para a obtenção de um registro que comprovasse a propriedade do cativo nascido dentro das fazendas. Os padrinhos eram acionados como testemunhas legítimas das informações trazidas a pia batismal:

Quando um escravo era comprado, havia uma matrícula que servia como 'comprovante' da posse. Porém o inocente nascido de uma escrava não era matriculado, já que não tinha ocorrido uma transação comercial. Dessa maneira o registro de batismo era a única forma de que dispunha o

¹ Mestrando em História Política no Programa de Pós-Graduação da Universidade Severino Sombra. Bolsista CAPES.

proprietário para comprovar que alguns, dos escravos, nascidos em seus plantéis, eram efetivamente seus (NEVES apud FREIRE, 2009: p.5).

Desta forma, o rito acabava mais por se transformar em um ato de controle dos cativos e, ao mesmo tempo vinculava os senhores proprietários entre si. O batismo confirmava redes de sociabilidades entre os próprios cativos e também demonstrava os desejos de pessoas livres sem influência política que se tornavam padrinhos de escravos com o objetivo de conseguir maior reconhecimento no espaço político.

Assim sendo, a prática em seu sentido religioso em muitas ocasiões foi deixada, passando a representar várias formas de interesses humanos, desde busca por proteção e dependências para concessões de alforrias pelo escravo (COSTA, 2009: p.45) ao escolher padrinhos livres ou filhas de seus proprietários e redes de sociabilidade até as articulações políticas por meio de apoio e favores.

O registro batismal em muitos momentos fornece dados importantíssimos para entender um pouco a forma como o proprietário lidava com sua escravaria. Os padrinhos são grandes exemplos desse comportamento, basta lembrar que muitos escravos escolhiam os padrinhos de seus filhos, mas muitos tinham os protetores escolhidos pelo proprietário. Mas, quando o escravo escolhia ou era escolhido por ele?

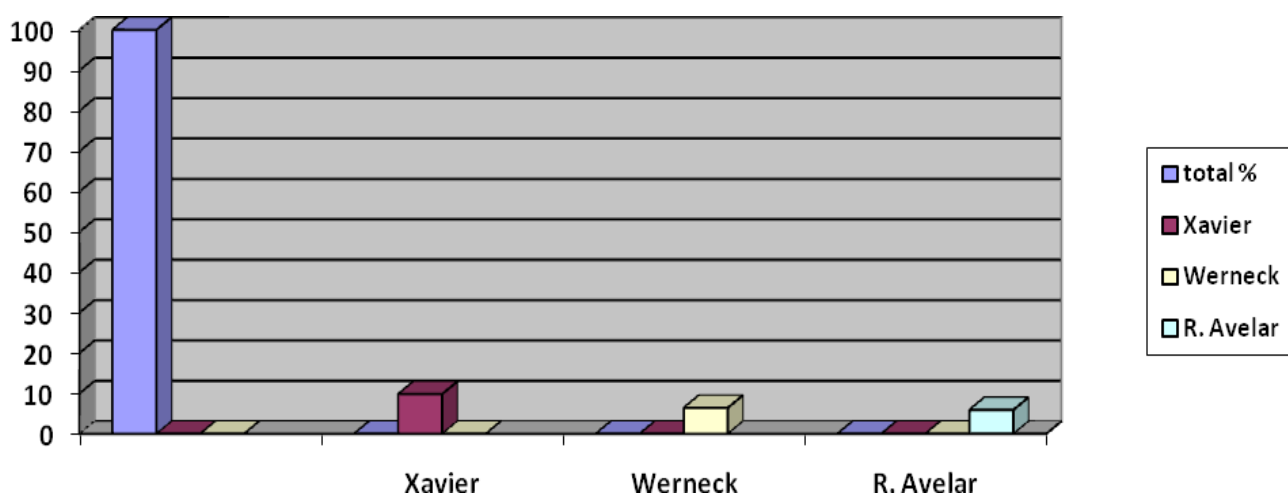
Ao apresentar como padrinhos escravos ou ex-escravos, a possibilidade de terem sido escolhidos pelos pais ou mãe do inocente é bastante provável, pois de algum modo suas vidas se cruzaram com mais frequência. Mas quando o cativo tinha como padrinhos pessoas de classe social bem distinta, como as que pertenciam à classe de grandes proprietários, a probabilidade de terem sido escolhidos pelo proprietário também se torna apreciável. A análise que será elaborada são de escravos pertencentes a três famílias de grandes plantéis² e por isso o exemplo não possa talvez ser aplicado ao pequeno senhor.

A pesquisa realizada nos livros de batismo de escravos que compreende o período de 1825 a 1830 da vila de Paty do Alferes, levantou 235 assentos*. Destes dados foram retirados os assentos de cativos pertencentes a família Xavier e do núcleo familiar Ribeiro de Avelar/Werneck para serem analisados. A primeira família realizou 23 batismos, a Ribeiro de Avelar 14 enquanto a Werneck 15, representando 21,70% do total de batismo na localidade,

² Para realizar a Base de batismo para o estudo foram considerados apenas as pessoas que apresentaram sobrenomes Lacerda, Werneck, Ribeiro de Avelar e Xavier.

os Xavier foram responsáveis por 9,8%, os Werneck representaram 6,4% e os Ribeiro de Avelar 5,9 %.

Gráfico I – Fonte livro de *Batismo de escravos, Paty do Alferes*.



As informações retiradas do rito cerimonial sugerem várias confrontações com dados já apresentados nos trabalhos que balizam este estudo. Começando por mais uma vez individualizando a família Xavier, que conforme apresentado, levou à pia batismal 23 inocentes, desse número apenas três não tiveram como padrinhos pessoas livres³, o que representa 13,04% do seu total. Mas qual a implicação desses dados apresentados por meio dos cativos da família Xavier?

Como estes escravos apresentaram 86,96% de padrinhos livres, foi possível estabelecer comparações com o estudo de Tarcílio Botelho para freguesia de Montes Claros, quando verificou-se uma porcentagem de 80% de livres sendo padrinhos (BOTELHO apud FREIRE, 2009: p. 8). Diferentemente, o estudo de Ana Lugão quando apresentou um equilíbrio nas porcentagens de padrinhos na região de Paraíba do Sul [Rio de Janeiro] durante o século XIX ao realçar que 48,6% eram cativos (RIOS apud FREIRE, 2009: p. 8).

A porcentagem trazida por Lugão em uma região fronteiriça a Paty do Alferes evidencia um modo diferente de tratamento dispensado aos cativos por parte dos Xavier, ao

³ Pessoas livres ou portadoras de sobrenome que o sugeriam

proporcionar apenas três batizados não sendo os padrinhos pessoas livres, mas padrinhos pardos sem a informação se eram ou não escravos.

José Roberto Góes em seu estudo durante a primeira metade do século XIX na freguesia de Inhaúma no Rio de Janeiro, mesmo período dos batismos realizado em Paty do Alferes, reparou que 66,6% dos pais e mães escolhiam cativos para serem padrinhos (GÓES apud FREIRE, 2009: p. 8-9), demonstrando um alto índice de sociabilidade entre comunidade cativa que aumenta ainda mais se considerar a participação de ex-escravos no rito batismal, quando a porcentagem chega a 90,6% dos padrinhos (Idem).

A família Werneck apresentou no mesmo período uma posição diferente da Xavier frente a pia batismal. Dos 15 inocentes levados ao batizado, apenas dois tiveram como padrinhos pessoas livres [13,33%], enquanto 13 tiveram cativos e pardos como protetores. A forma como a família Werneck se posicionava estava mais de acordo com as informações encontradas por Góes, apresentando um número superior em relação aos padrinhos escravos e tendo um aumento ainda maior quando somado com os forros, que no caso da Werneck chegou a [86,67] dos batizados, praticamente o inverso apresentado pela família Xavier.

Diferenciando um pouco, mas não muito do apresentado pela Werneck, a Ribeiro de Avelar apresentou dos 14 escravos batizados a seguinte porcentagem: 71,43% dos batismos tiveram como padrinhos escravos e pardos; sendo o restante 28,57% tendo como padrinhos pessoas livres.

Na análise de Jonis Freire (FREIRE, 2009: p.16) realizada na freguesia do Senhor Bom Jesus do Rio Pardo durante o período de 1838-1888, foi descoberto uma superioridade de padrinhos livres em relação aos escravos e forros, chegando a margem de 69,2% , 30,6% e a 0,2% respectivamente. Essas informações confrontadas com as das famílias aqui pesquisadas ficam mais próximas da situação encontrada dentro das propriedades da família Xavier em relação às demais, principalmente em relação aos protetores livres. Mas qual a implicação desses dados apresentados até então?

O período da realização dos batismos é exatamente o mesmo em que houve um afunilamento das disputas políticas, quando deveria ter ocorrido a implantação da sede administrativa da recém criada vila de Paty do Alferes, mas que acabou não acontecendo, sendo transferida para Vassouras no ano de 1833. É necessário informar que há uma ausência referente aos batismos realizados entre os anos de 1830 a 1833, conforme informa José da Silva Oliveira em sua monografia (OLIVEIRA, 2007) e por isso a abordagem inicial é limitada até o ano de 1830.

Voltando às implicações políticas da vila, o levantamento de como essas famílias batizava seus escravos é bastante relevante para um melhor entendimento de suas relações com os próprios cativos e o mais interessante é a maneira como uma dessas famílias se utilizava da pia batismal para fortalecer seus laços que podem ser considerados políticos ou de fortalecimento de sua relação com membros da elite local objetivando uma maior proteção.

Conforme apresentado a família Xavier realizou nesse período 23 batismos e desses 20 tiveram como padrinhos pessoas livres e ainda mais interessante é a quantidade de inocentes batizados pelos mesmos 20 da elite local. Em seis batismos Luiz França ou de França foi padrinho acompanhado uma vez de sua filha e o restante de sua esposa, mas qual a importância do Sr. França?

Durante a busca e para um melhor entendimento das questões políticas da vila de Paty do Alferes e da condenação do escravo Manoel Congo de propriedade da família Xavier, foram levantados alguns processos no período entre pouco antes da transferência da sede [1831-32] e da condenação do cativo [1839], nos quais aparecia como principal representante da família Xavier, Manoel Francisco Xavier. A família em questão apresentou para minha surpresa o Srº Luiz de França, que figurou por meio de um documento de procuração como representante do principal membro da família Xavier no processo de força nova⁴ movido contra Manoel Vieira pela disputa de um terreno.

Outro que também figurou como padrinho dos escravos foi Gil Francisco Xavier⁵ filho adotivo de Manoel Francisco Xavier e herdeiro de suas duas fazendas: Maravilha e Freguesia (STULZER, 1944, p.59). Essa informação trazida pelo batismo demonstra uma preocupação ou proteção para que pessoas ligadas ou pertencentes à família participasse como testemunha desse momento de reconhecimento público de mais uma peça da escravaria. Ainda na análise dos padrinhos muitos outros figuraram como membros do bando da família Xavier, tais como: Coronel Joaquim Alberto de Souza da Silveira; Vicente Borges de Carvalho; tenente Bento Borges de Carvalho, talvez pelo sobre nome irmão de Vicente, José Porcino Pereira; Severino

⁴ Documento 103664145001. CDH. Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra. Vassouras, Rio de Janeiro.

⁵ Foi batizado em 11 de maio de 1824, casou-se em 13 de fevereiro de 1851 com Enídia Francisca Feijó. Tornou-se comandante da guarda Nacional da cidade de Vassouras e tinha a fama de ser muito garboso e também era viciado em jogo, vício pelo qual hipotecou e perdeu a fazenda da Freguesia para o dr. Joaquim Teixeira de Castro, vindouro visconde de Arcozelo. Gil Francisco acabou falecendo muito pobre ainda relativamente novo aos 53 anos em 19 de novembro de 1880.

Jose de França; Felisberto Jozé da Silveira; Manoel da Costa e Luiz José de França. Toda essa variedade de nomes demonstra uma preocupação por parte da família Xavier em alargar ou se cercar de aliados por meio do batismo de seus escravos, algo não praticado nesse período de 1825-30 pelo núcleo familiar Ribeiro de Avelar/Werneck.

Outro livro de batismo escravo utilizado neste processo de reconhecimento do grupo em que estava inserido o capitão mor foi o livro 2⁶, no qual foram retirados os assentos batismais referentes ao ano de 1833 a 1840, totalizando 667 batismos. Novamente as três famílias foram separadas e estudadas individualmente e novamente a surpresa esteve presente nos dados recolhidos.

A família Werneck batizou 81 inocentes, desse total, 55 tiveram como padrinhos escravos ou pardos representando 67,90%, enquanto os padrinhos livres batizaram 26 inocentes, perfazendo 32,10% do total dos batismos da família. Mais uma vez a família apresentou uma quantidade maior de padrinhos escravos, mas com uma queda um pouco maior que 20% se comparada ao período de 1825-30.

Por sua vez a família Ribeiro de Avelar apresentou dos 39 batismos realizados de 1833 a 1840, padrinhos escravos batizando 79,50% das crianças [31], e por sua vez os livres realizaram 20,50% do total da família [8] e comparando com o período anterior, nota-se certo equilíbrio: 76,93% e 23,07% respectivamente.

Enquanto a família Xavier manteve a sua linha de batizar em sua maioria os escravos com padrinhos livres, 81,48% [22] do total de 27 batismos e o restante de 18,52% [5] sendo batizados por escravos. Os padrinhos livres dos escravos da família Xavier pertenciam ou tinham grande acesso na elite local, não sendo observado liberto ou forro.

Mas esse segundo período de batismo realizado na freguesia de Paty do Alferes causou grande surpresa e possibilidade para um melhor entendimento de Manoel Francisco Xavier ter sido taxado como um “mal” senhor pelo núcleo familiar rival.

Em outra ocasião tem sido feridos homens brancos e espancados mortalmente capatazes desta grande fazenda; fatos que o mesmo capitão-mor trata de capear e esconder, e só se sabe por seus fâmulos ou escravos, que dizem debaixo do maior segredo. Tantos fatos tem sucedidos ultimamente, por espaço de quatro anos [...] (SOUZA, 1972:p. 43)

A propriedade do capitão apresentava uma completa falta de governo sendo observada prática de espancamentos e assassinatos dentro do seu domínio, segundo a citação retirada da comunicação do Juiz de paz. Mas o único assassinato que se teve notícia dentro dos limites da fazenda foi o do escravo Camilo cometida pelo feitor Jacques crioulo no ano de 1838.

⁶ Livro de Batismo escravo. Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Paty do Alferes, Rio de Janeiro.

Conforme a passagem que serviu de base para a afirmação de estado de anarquia da fazenda pelo juiz de paz, José Pinheiro de Souza Werneck era esperado a abertura de alguns processos contra os crimes cometidos, mas não se observa nesse período nenhuma ação judicial relatando tais acontecimentos.

O levantamento dos dados compreendendo de 1833 a 1840 proporcionou uma possibilidade de entendimento da consequência da extinção da vila e a mudança para Vassouras, apoiada de núcleo familiar Ribeiro de Avelar/Werneck. Os anos de 1833 e 34 foram os únicos a apresentarem batismos realizados pela família, posteriormente até 1840 não foi encontrado nenhum outro assento de cativos.

O capitão mor Manoel Francisco Xavier faleceu em 1840 e somente após sua morte que a família Xavier voltou a realizar o rito de reconhecimento público de seus novos cativos, batismo, apresentando 11 ritos no mesmo ano. Durante os anos de 1835, 36, 37, 38 e 1839 não foi realizado nenhum único rito referente aos seus escravos.

O período de ausência é exatamente o mesmo da insurreição quando foi informado o estado de “anarquia” pelo juiz de paz, José Pinheiro de Souza Werneck e também pelo chefe da guarda Nacional, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck ao presidente de província Paulino José Soares de Sousa em que se encontravam as fazendas da família Xavier (SOUZA, 1972, p.44).

O que se observa desta disputa é um afastamento do capitão mor após a transferência da sede da vila de Paty do Alferes para Vassouras em 1833. Foi a partir da mudança que o proprietário passou a resolver internamente as questões de suas fazendas e não mais levando ao conhecimento das autoridades civis e religiosas, e talvez em função dessa atitude o uso da “anarquia” para descrever as suas fazendas pela família Werneck.

Este período fornece um novo dado, o qual serve para a queda de que as propriedades se encontravam em completa “anarquia”, conforme observava o chefe da guarda Nacional e o juiz de paz. O núcleo Ribeiro de Avelar/Werneck realizou durante os anos de 1833 e 1834 um total de 25 batismos e neles encontrados 12 filhos legítimos, ou seja, com a presença de pai e mãe e 13 filhos naturais, só com a presença da mãe.

Por sua vez a Xavier ofereceu 16 batismos, todos de filhos legítimos. Mas qual a implicação desse dado? O principal fator é a formação da família, o escravo que tem sua família está menos predisposto a realizar insurreições. Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes, observaram que:

“Organizado a vida no cativo, a família amainava os enfrentamentos entre cativos” [...] A pacificação e a organização parental eram importantes também ao próprio sistema sem se constituir em instrumento direto de controle senhorial, a família escrava funcionava como elemento de estabilização social, ao permitir ao senhor auferir uma renda política (FLORENTINO e GÓES apud MACHADO, 2008: p.105)

Outra observação é a conquista de seu espaço dentro da própria senzala, quando o chefe de família tinha um quarto em que apenas compartilha com mulher e filhos. Dessa forma, observando às famílias da escravaria do núcleo familiar Ribeiro de Avelar/Werneck estaria mais propensa a um motim do que a Xavier.

Levando a observação para o momento compreendido entre 1825 a 1830, os dados ratificam a possibilidade dos escravos do núcleo familiar estarem mais propício ao motim. Dos 29 inocentes levados a Pia batismal, apenas seis eram legítimos, enquanto a Xavier de seus 23 inocentes apenas quatro eram naturais.

As informações apresentadas demonstram uma grande quantidade de famílias dentro da senzala dos Xavier, o que poderia dificultar e muito a formação de um estado de “anarquia”, conforme observou os dois membros da família Werneck.

Com os dados apresentados e as confrontações realizadas demonstram um maior controle da senzala por parte da família Xavier do que o núcleo familiar Ribeiro de Avelar/Werneck. Sendo talvez em função da atitude adotada pelo capitão mor de não mais levar ao conhecimento público as suas questões, ter sido suas propriedades taxadas como “anarquias.”

FONTES:

Documento 103664145001. CDH. Centro de Documentação Histórica da Universidade Severino Sombra. Vassouras, Rio de Janeiro.

Livro I de Batismos de escravos [1825-1830]. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Paty do Alferes.

Livro II de batismos de escravos [1833-1840]. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Paty do Alferes.

SOUZA, Jose Antonio Soares de. *O efêmero Quilombo de Pati do Alferes*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 295, 1972.

Vassourense de 28 de junho de 1896. Casa da Hera, Vassouras, Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas:

COSTA, Suely Gomes. *Sociabilidade políticas e relações de gênero: ritos domésticos e religiosos no Rio de Janeiro do século XIX*. Disponível em: <http://www.googleacademico.com.br> . Acesso em 30 de Janeiro de 2009.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FRAGOSO, João. *A nobreza vive em bandos; a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII*. Departamento de História da UFRJ.

FREIRE, Jonis. *Compradio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888)*. Disponível em: <<http://www.googleacademico.com.br>> . Acesso em 30 de Janeiro de 2009

MACHADO, Cacilda. *A trama das Vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

OLIVEIRA, José da Silva. *Redes Políticas e Sociais na fazenda da Freguesia*. 49. Monografia (Graduação em História) – Universidade Severino Sombra, USS – Vassouras, Rio de Janeiro, 2007.

RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói, Seec, 1978.

STULZER, Aurélio (frei). *Notas para a história da Villa de Pati do Alferes*. Dezembro 1944.

FRANCISCO IGLÉSIAS LEITOR DE MARC BLOCH

Alessandra Soares Santos*

Desde as primeiras obras do historiador Francisco Iglésias (1923-1999), publicadas na década de 1950, aparece em seus textos as marcas de sua leitura de Marc Bloch, cujo livro póstumo *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien* tinha sido organizado por Lucien Febvre e publicado pela primeira vez, na França, em 1949. Leitor contumaz desta obra (em suas referências bibliográficas consta uma edição francesa datada em 1952), Francisco Iglésias a cita nas introduções – onde ele explicitava suas escolhas teóricas e conceituais – de quase todas as suas publicações, seja através de referências diretas ou da “diluição” das ideias do historiador francês ao longo de seu texto. Por que a citação dessa obra é tão recorrente nos trabalhos de Francisco Iglésias, superando qualquer outra referência teórica? Em que medida esta obra influenciou a elaboração da sua concepção de história? Como ela inspirou o estabelecimento de seu paradigma de cognição histórico-social? Essas são algumas questões que pretendemos investigar.

Formado na primeira turma do curso de História e Geografia da Universidade de Minas Gerais, em 1945, Francisco Iglésias teve que lidar com as pressões de, pelo menos, duas linhas de força que atuaram na produção historiográfica brasileira durante as décadas de 1950 a 1970. Nesse período, a prática historiadora no Brasil era marcada por dois caminhos distintos. No discurso oficial dos tradicionais institutos de pesquisa, como o IHGB, ou nos currículos e nas leituras feitas nas salas de aula dos incipientes cursos de graduação em História, a concepção narrativa era limitada aos fatos cronologicamente ordenados, essencialmente descritiva, reveladora do exaustivo trabalho do agir empírico. Essa forma tradicional de conceber a natureza do ofício do historiador e o próprio ensino da História se inscrevia, ainda que de forma precária, nos pressupostos da Escola Metódica Francesa representada, sobretudo, pelo manual introdutório de Langlois & Seignobos, publicado em 1898 (DIEHL, 1998). A ela se contrapunha a perspectiva universitária, fundadora de uma visão da história que buscava a descoberta das ligações entre os fatos e a compreensão interior da matéria documental. Sobre essa vertente renovadora, atenta ao rigor metodológico e consciente de suas filiações teóricas, aparecia uma atitude cognitiva essencialmente crítica, supostamente neutra, que propunha o conhecimento dos problemas históricos (CÔRTEZ,

* Doutoranda em História na UFMG. Bolsista CAPES. Professora Assistente temporária do Departamento de História da UFMG.

2008).

Se as diferenças teórico-metodológicas surgidas no interior dos embates entre essas perspectivas historiográficas levaram a uma maior especialização dos historiadores e a uma fragmentação da sua identidade (FALCON, 1996), por outro lado, foram responsáveis pela constituição do campo disciplinar da história e pela organização profissional e democrática do atual sistema acadêmico (CÔRTEZ, 2008). É no interior desse embate entre dois paradigmas cognitivos que a produção historiográfica de Francisco Iglésias pode ser localizada. Suas obras intencionavam fornecer elementos para limitar o campo disciplinar da história, repelindo, para fora de suas margens, toda a “teratologia do saber” (FOUCAULT, 2003), ou seja, as anomalias e malformações ligadas a uma perturbação do que ele acreditava ser o desenvolvimento do conhecimento histórico.

Mas a validade de suas proposições sobre a história só poderiam ser legitimadas se pudessem responder as condições que definiriam os contornos da disciplina histórica. Segundo Foucault, “uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos”, mas ela “não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa; não é nem mesmo o conjunto de tudo o que pode ser aceito, a propósito de um mesmo dado, em virtude de um princípio de coerência ou de sistematicidade” (FOUCAULT, 2003:30-31). É preciso que a disciplina responda a condições mais estritas e mais complexas do que a pura e simples verdade; é preciso que ela se dirija a um plano de objetos determinado que, por sua vez, exigem novos instrumentos conceituais e novos fundamentos teóricos.

Para demarcar o novo campo disciplinar da história, portanto, era necessário renovar os objetos da produção historiográfica brasileira e, assim, garantir uma relação mais estreita entre a pesquisa histórica e as necessidades sociais de sua época. Foi em busca de tais pressupostos teórico-metodológicos que Francisco Iglésias dirigiu seu olhar ao movimento renovador da historiografia francesa iniciado com a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* e sistematizado pela obra *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, de Marc Bloch. Ao contrário dos inúmeros intelectuais brasileiros que acompanhavam de perto as novidades editoriais francesas, a leitura que Francisco Iglésias fez de Marc Bloch não denota apenas o quanto ele estava afinado com os debates da historiografia de sua época. A presença recorrente de *Apologie pour l'histoire* em seus escritos cumpre uma função legitimadora de

seu discurso, qualificando-o e autorizando-o no meio acadêmico brasileiro a delimitar os objetos, os métodos, os conceitos, as regras e as técnicas de que os historiadores deveriam se servir. Seu objetivo era fazer da história uma disciplina universitária autônoma e profissional e, para isso, tornava-se necessário proferir o seu discurso a partir de sua inscrição em um certo horizonte teórico (FOUCAULT, 2003).

Em sua obra máxima sobre o método de investigação histórica, Marc Bloch se dirigia sobretudo aos jovens historiadores, como o era Francisco Iglésias, a quem esperava que se habituassem a refletir sobre o seu próprio ofício e que levassem adiante sua proposta de uma nova história, ampliada e aprofundada. Esta foi, talvez, a primeira lição aprendida pelo jovem historiador mineiro. A preocupação em explicitar seus referenciais teóricos, em demarcar seus pressupostos metodológicos e em justificar suas escolhas temáticas está presente em todos os seus livros e é uma marca de seu trabalho revelada desde suas primeiras publicações.

De fato, a reflexão sobre as condições de trabalho do historiador fazia-se especialmente necessária nos contextos de redefinição do campo disciplinar da história tanto na França, quanto no Brasil. Aqui, os usos de métodos e teorias estrangeiras chegavam mesclados e com certo atraso (BRIGNOLI & CARDOSO, 1983), o que favoreceu a apropriação da solução francesa contra a historiografia tradicional da escola metódica, representada no Brasil pelo IHGB e suas vertentes regionais, bem como por muitos ocupantes das cátedras universitárias dos cursos de História que ainda liam com entusiasmo o manual *Introdução aos Estudos Históricos* de Langlois & Seignobos.

Portanto, se nas décadas de 1930 e 1940, na França, fazer a apologia da história significava defender o conhecimento histórico das imposições metodológicas que ameaçavam a sua autonomia – a da história positivista herdeira da filosofia de Augusto Comte, transposta à historiografia francesa por Charles Seignobos, e a das ciências sociais herdeiras do legalismo físico, representada na França pela escola sociológica fundada por Émile Durkheim e apresentada aos historiadores através dos trabalhos de François Simiand – nas décadas de 1950 a 1970, no Brasil, defender o conhecimento histórico significava afastar a sua produção das pessoas sem preparo universitário especializado.

Na avaliação de Francisco Iglésias, a pesquisa histórica no Brasil era débil e impressionista, amadora e limitada, pois feita por pessoas sem capacidade interpretativa, sem rigor científico e sem sensibilidade histórica. Sua crítica se dirigia, sobretudo, aos ditos “historiadores” sem formação universitária adequada. Advogados que escreviam a História do

Direito baseados em estudos jurídicos que tinham em conta mais o ideal que o real, mais a lei que a situação de fato; ou economistas que dissertavam sobre a História Econômica através de equações e gráficos, tabelas e números infundáveis, quase sem o uso de palavras; ou, ainda, estrangeiros brasilianistas que se dedicavam à um assunto delimitado da História do Brasil sem um conhecimento mais vasto do processo histórico nacional (IGLÉSIAS, 1983). Embora ele considerasse importantes exceções - Robert Southey, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Alcântara Machado, Gilberto Freyre, Vítor Nunes Leal, Raimundo Faoro, Celso Furtado, Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda – afirmava que os livros de história que não eram procedentes da vida universitária ou que eram escritos por não historiadores incorriam em lamentáveis deficiências, cometiam erros elementares e careciam de falta de pesquisa e de ausência de interpretação.

Essa “historiografia tradicional”, representada pelas sínteses de história meramente episódicas e factuais, se dedicou exclusivamente à história política e a fez com atenção aos grandes vultos e acontecimentos, sem considerar as instituições e o cotidiano (IGLÉSIAS, 1971:374). Se era fácil perceber as grandes transformações operadas por uma guerra, um golpe de Estado ou uma revolução, não era tarefa simples perceber a constituição da teia do viver comum através das alterações do cotidiano que acabavam por promover grandes transformações de fundo (IGLÉSIAS, 1983:135). A velha historiografia precisava ser substituída por uma outra que se dedicasse à análise das estruturas, da realidade mais profunda dos acontecimentos, que se interessasse por todas as temporalidades, inclusive o presente, e que exercitasse a interdisciplinaridade de forma autônoma e profissional. O que Francisco Iglésias propunha era a realização dos pressupostos fundamentais do programa da Escola dos *Annales*, sintetizados Marc Bloch em *Apologie pour l'histoire*, pela historiografia brasileira.

Embora não lhes tenha traçado uma rígida linha de conduta, Marc Bloch estabeleceu com sua obra uma espécie de programa, definindo as práticas, os objetivos e a ética dos novos historiadores franceses. Por isso, Francisco Iglésias levou essa concepção sobre a história e o exercício do trabalho do historiador, uma das bases do programa fundador da Escola dos *Annales* no início do século XX, na França, para a discussão acerca da cientificidade das práticas investigativas e narrativas, no Brasil, durante as décadas de 1950 a 1970. Como os combates empreendidos pelos *Annales*, que tentavam afirmar uma nova historiografia e ocupar as instituições francesas de ensino e pesquisa, a luta do grupo de historiadores

oriundos das universidades brasileiras foi travada tanto no campo epistemológico quanto no campo institucional. Era preciso substituir as velhas formas de pesquisar e ensinar a disciplina através da inserção de pessoas com preparo especializado nos meios universitários.

A leitura que Iglésias fez da obra de Marc Bloch enfatizou a temporalidade do conhecimento histórico, o método regressivo, a interdisciplinaridade e a totalidade do fato social. As ideias de Francisco Iglésias sobre cada um desses temas e, por consequência, sobre a própria história e o ofício de historiador, foram apropriadas de suas leituras de *Apologie pour l'histoire*. Entendemos que sua recepção da obra de Bloch fez parte de uma prática inventiva, autônoma e produtora de sentidos e significações próprios (CERTEAU, 1994), mas que também esteve cercada das limitações inerentes ao seu próprio contexto social e histórico (CHARTIER, 1991). Embora não ignoremos a complexidade que envolve o ato de ler (as práticas de controle que buscam direcionar a leitura, o lugar e o suporte que influenciam a criação do sentido, os mecanismos variáveis da percepção do sujeito), propomos compreender a maneira com que Iglésias leu aqueles escritos não através de sua “produção silenciosa” e efêmera (CERTEAU, 1994), mas a partir dos indícios concretos (citações, referências, apropriações) que ficaram registrados em sua historiografia.

As reflexões de Bloch sobre a temporalidade da *nouvelle histoire* eram especialmente estimadas por Iglésias. Entre os ensinamentos do historiador francês figurava a necessária sensibilidade para compreender o presente. O contato contínuo com o hoje seria a qualidade mestra de um historiador merecedor de tal título pois, segundo Bloch, suas experiências cotidianas é que possibilitam a reconstituição do vivido. A vida passada do homem não faria sentido se, antes, os historiadores não tivessem visto os homens viverem. Afinal, o objeto do historiador não seria o passado, mas a vida dos homens em seu tempo. Os historiadores tradicionais interditavam o presente como objeto do historiador. Diziam que ele não seria abordável serena e refletidamente, pois espaço da experiência e não da reflexão. Bloch propôs que o historiador fosse do presente ao passado e do passado ao presente, num ir e vir constante. O historiador não poderia ignorar o presente que o cerca, ele precisaria olhar em torno de si, ter sensibilidade histórica de seu presente para, a partir dele, interrogar e explicar o passado (BLOCH, 2001).

A clássica definição de história de Bloch, “ciência dos homens no tempo”, foi incansavelmente ecoada por Iglésias, enfatizando seu interesse por qualquer tempo, o de ontem ou o de hoje: “o tempo é a categoria essencial da ciência histórica (...) Situar no tempo,

expressar quanto se dá sob o signo de suas características, é a tarefa básica do historiador. Cabe-lhe interessar-se por todas as temporalidades, não se apegando apenas ao passado” (IGLÉSIAS, 1983:135). Atento às questões do seu presente (suas obras demonstram que ele não se eximiu do debate político e intelectual de sua época), ele afirmava que quem não vive o seu mundo não tem sensibilidade social e, portanto, não pode entender outros (IGLÉSIAS, 1971a:397). Sem o presente, a história seria mero ornamento, erudição, algo sem vida. Segundo ele, a história precisaria estar “atenta ao novo, ao que é fecundo, para não ser vista como simples peça de museu” (IGLÉSIAS, 1971b:59). A história procura o significativo e o encontra menos nos museus e arquivos, e mais na rua, no cotidiano, na luta pela sobrevivência e pela afirmação (IGLÉSIAS, 1981).

Mas como compreender a experiência vivida a partir da experiência atual se a incompreensão do presente nasce justamente da ignorância do passado? Para superar essa aparente contradição, Francisco Iglésias evocava o método regressivo de Marc Bloch. Na elaboração de seu método histórico – o método regressivo – Bloch enfatizou que a ordem adotada pelos historiadores em suas investigações não deveria ser necessariamente modelada por aquela dos acontecimentos. Ao proceder mecanicamente de trás para frente corre-se o risco de perder tempo na busca das origens ou das causas de fenômenos que, à luz da experiência presente, não trazem nenhum sentido. Seria preciso ir do mais conhecido (o presente) ao menos conhecido (o passado). Em sua “história como problema”, a observação e a análise do presente é que permitiria ao historiador formular as questões pertinentes ao passado. Por outro lado, com as informações trazidas do passado ele poderia esclarecer melhor a sua própria experiência vivida e orientar a ação no presente, ajudando os homens a viver melhor (BLOCH, 2001). O historiador faria um movimento contínuo do presente ao passado e do passado ao presente, superando aquele paradoxo.

Tendo se apropriado do método regressivo de Marc Bloch, Francisco Iglésias concluiu que o objetivo dos estudos históricos seria contribuir para a compreensão do social e do atual, que estariam sob o signo da mudança e, por isso, só poderiam ser entendidos por quem tem sensibilidade histórica. Ele se pergunta: “como entender o dia de hoje, senão à luz dos elementos configuradores e de suas virtualidades de mudança?” (IGLÉSIAS, 1981:5), enfatizando a importância do passado para a compreensão do presente. E, ao mesmo tempo, afirma que “tanto mais se entende o passado, quanto mais se participa do presente” (IGLÉSIAS, 1981:6), ressaltando que é a partir da vivência presente que podemos

compreender melhor a experiência passada. Esse novo método, do presente ao passado e do passado ao presente, seria o responsável pela reconfiguração da própria identidade dos historiadores: “a imagem do historiador como homem voltado para outras eras, tempo já vivido, é substituída por outra bem mais fecunda, na qual o terreno da História é a temporalidade, compreendendo o ontem e o hoje” (IGLÉSIAS, 1981:5).

Se, por um lado, as tendências teóricas que norteavam a produção historiográfica antes dos *Annales* – o positivismo e a sociologia – buscaram dar fundamentos objetivos ao conhecimento histórico, abrindo-lhe as portas do mundo científico, por outro, interditaram o conhecimento da diversidade da realidade humana pela pesquisa histórica, pois a variedade de manifestações de vida seria supostamente rebelde a um saber racional. A história assim compreendida acabava por mutilar o homem e, para Marc Bloch, o conhecimento histórico deveria se interessar pelo homem integral: suas ideias e seus atos, mas também seu corpo, sua sensibilidade e sua mentalidade. Daí o interesse da história pela interdisciplinaridade que, longe de promover uma unificação das ciências humanas, objetivava estabelecer uma cooperação entre especialistas de disciplinas diferentes para o conhecimento do homem em sua completude. O conhecimento histórico seria legítimo se, em lugar de uma simples enumeração de acontecimentos, conseguisse dar inteligibilidade a eles. Por isso as ciências autênticas seriam as que conseguiriam explicar os fenômenos (BLOCH, 2001). Na avaliação de Bloch, a história tradicionalmente produzida na França não seria legítima pois não passaria de um encadeamento estéril de fatos isolados, carentes de sentido, pois fazia mal uso das ciências sociais, se submetendo a elas.

Foi nesses mesmos termos que Francisco Iglésias avaliou a produção historiográfica no Brasil. Para ele, o historiador brasileiro se resumiu a fazer a reconstituição do passado, sem ultrapassar o nível da crônica e chegar à explicação. A narrativa teria se imposto sobre a compreensão, bem como o conjuntural sobre o estrutural (IGLÉSIAS, 1983). Ele afirmava, em tom de denúncia, que “apesar dos cursos universitários de História, a maior parte do que se publica de História do Brasil se ressent de vícios que já deviam ter sido superados”, como a falta de pesquisa e a falta de interpretação (IGLÉSIAS, 1971a:375). O resultado da deficiência de pesquisa seria a repetição da produção historiográfica anterior e a perpetuação de equívocos. Era preciso perseguir o levantamento sistemático da realidade objetiva, documentada, problematizada, científica. Quanto à capacidade interpretativa, essa só poderia ser apurada com o conhecimento de alguma ciência social. Caso contrário, o historiador

perdia-se em palavras, em um emaranhado indigesto de dados, em frases sonoras e enfeitadas, na exposição de episódios, nomes e datas, em aspectos restritos da vida (IGLÉSIAS, 1959) e o resultado seria “simples crônica, relatório, *histoire historisante, évènementielle, factual, hechologia*, que não é satisfatória” (IGLÉSIAS, 1971a:375).

Na agenda da nova produção historiográfica brasileira, portanto, Francisco Iglésias propunha que a História abandonasse o quadro do beletrismo em que foi colocada durante muito tempo para se enquadrar entre as ciências sociais com autonomia, “com o conhecimento que pode explicar a realidade, valendo por si e não como simples elemento auxiliar de que as outras ciências lançam mão” (IGLÉSIAS, 1959:24). Sua conclusão é que seria impossível ao historiador se manter com rigor na sua esfera sem episódicas interferências em campo alheio. Para isso, era preciso modificar o próprio currículo dos cursos de graduação em História de forma a proporcionar um maior convívio dos estudantes com as ciências sociais. Segundo Iglésias, “ele deveria ser organizado com elenco de matérias básicas obrigatórias, de informação sobre as partes essenciais da História e de instrumentos de trabalho historiográfico, com o realce das disciplinas auxiliares de maior operacionalidade” (IGLÉSIAS, 1971a:383).

Com a interdisciplinaridade, a história se abriu à diversidade dos fatos humanos. Caberia ao historiador escolher seu objeto de pesquisa e os documentos que lhe permitiria compreender uma realidade específica. Na perspectiva de Marc Bloch, o historiador não poderia abraçar a vida por inteiro. Ele deveria centrar seu estudo em um aspecto particular da sociedade, levantando problemas precisos. Embora o homem reúna em si todos os aspectos da vida, eles só poderiam ser compreendidos cientificamente através de uma decomposição: “a ciência decompõe o real apenas a fim de melhor observá-lo, graças a um jogo de fogos cruzados cujos raios constantemente se combinam e interpenetram” (BLOCH, 2001:131).

Essa passagem de *Apologie pour l'histoire* é exaustivamente citada por Iglésias (numa rápida observação é possível perceber que ela aparece, pelo menos, em *Introdução à historiografia econômica* [1959, p. 16], em *História para o vestibular e cursos de segundo grau* [1973, p. 9] em *Trajetória política do Brasil* [1993, p. 9] e no artigo *A historiografia brasileira atual e a interdisciplinaridade* [1983, p. 134]). Sua intenção era enfatizar que a história universal, entendida à maneira antiga, era um conceito equívoco, pois pretendia uma universalidade que era antes geográfica que histórica, já que “as regiões remotas do planeta eram apenas referidas como natureza ou exotismo, sem real compreensão de seus valores

humanos” (IGLÉSIAS, 1971b:19). O que haveria, portanto, seriam histórias parciais, chamadas por ele de “histórias especiais” que, em conjunto, constituiriam a realidade social global.

Era em função deste novo programa, inspirado pela renovação promovida pela historiografia francesa, que o campo disciplinar da história deveria se reorganizar e contribuir para o conhecimento da realidade brasileira em todos os seus aspectos. Francisco Iglésias reivindicava a autonomia e a profissionalização da produção do conhecimento histórico através da proposta de novos parâmetros disciplinares, de um novo conceito de História, no qual o horizonte do tempo e do espaço fosse ampliado na tentativa de abarcar todas as culturas através de histórias especiais (política, econômica, social, artística etc.). “Traduzindo”, ou seja, transpondo ao contexto brasileiro as tendências da historiografia francesa, Iglésias acabou colaborando na vulgarização do programa da Escola dos *Annales* entre os historiadores brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOCH, M. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRIGNOLI, H. & CARDOSO, C. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CÔRTEZ, N. Debates historiográficos brasileiros: a querela contra o historicismo. In: MOLLO, H. M. *et alli* (orgs.). *A dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, vol. 5, nº 11, 1991.
- DIEHL, A. *A cultura historiográfica brasileira. Do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- FALCON, F. A identidade do historiador. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 9, nº 17, 1996.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2003.
- IGLÉSIAS, F. *Introdução à historiografia econômica*. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 1959.
- _____. A pesquisa histórica no Brasil. *Revista de História*. São Paulo, vol. 43, 1971a.
- _____. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971b.
- _____. *História para o vestibular e cursos de segundo grau*. São Paulo: Difel, 1981.
- _____. A historiografia brasileira atual e a interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, nº 3, vol. 5, março de 1983.
- _____. *Trajétoria política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *História e Literatura*. São Paulo: Perspectiva, Belo Horizonte: Cedeplar-FACE-UFMG, 2009.
- PAULA, J. A. *Presença de Francisco Iglésias*. Belo Horizonte: Contexto, 2001.
- REIS, J. C. *Escola dos Annales: a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Josefo historiador: uma leitura da *Guerra Judaica*

Alex Degan¹

Nosso objetivo nesta comunicação é apresentar as particularidades da produção historiográfica de Flávio Josefo, centrando nossas observações no livro *Guerra Judaica*. Para tanto pretendemos analisar como o livro foi organizado, quais foram suas possíveis fontes e ressaltar as características mais importantes do texto.

Guerra Judaica foi provavelmente o primeiro trabalho escrito por Flávio Josefo. Embora ele nos diga que trabalhou em outra versão do texto, escrita em aramaico, a versão que chegou até nós foi a registrada em língua grega. Não se pode afirmar com certeza a data de sua publicação, mas se estima que a edição grega tenha aparecido no final do reinado de Vespasiano, entre 75 e 79. A *Guerra* foi organizada em sete livros de desigual extensão, sendo o primeiro o mais extenso. O intento da obra foi investigar a história dos judeus da Palestina desde os tempos do rei selêucida Antíoco IV Epífanês até a queda de Massada. De todos os livros que compõe a obra, os cinco últimos tratam diretamente dos anos da guerra, com dois deles específicos ao cerco de Jerusalém.

Por tratar da ancestralidade do Judaísmo rabínico e do Cristianismo, Flávio Josefo pode ser considerado um privilegiado devido ao grande número de cópias de seus textos que foram preservados. Já no século II o uso de Josefo pelos cristãos primitivos é percebido, iniciando uma “vida cristã” que ainda lhe pesa, circulando entre ilustrados dos primeiros anos da Igreja. Somente no século X a tradição judaica voltou a se interessar por Josefo. Provavelmente no Sul da Itália, um manuscrito hebraico chamado *Josippon* apareceu, sendo atribuído ao pensador antigo Pseudo-Hegesipo. Hoje a crítica observa (HADAS-LEBEL, 1991: 263) que do *Josippon* surgiram outras cópias judaicas de Josefo em árabe, ladino, iídiche, alemão, inglês e línguas eslavas. De qualquer forma, seja na tradição cristã ou judaica, a sobrevivência de Flávio Josefo se deu por ação de copistas medievais, com cerca de 125 manuscritos conhecidos.

Excetuando a primeira versão aramaica da *Guerra*, Josefo escreveu sistematicamente em grego, manifestando um profundo trabalho intelectual que desejava se vincular aos círculos eruditos e literários das elites ilustradas do Império.

¹ Professor da Faculdade de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: alexdegan@yahoo.com.br.

Eusébio (2000, III: 9) registrou que suas obras estavam depositadas nas bibliotecas públicas de Roma e o grande número de cópias medievais que foram produzidas no antigo oriente romano sugere que ele deveria ser apreciado nesta região do Império.

Sem se preocupar em construir uma crônica descritiva do levante judaico, Josefo voltou no tempo para esclarecer as causas do conflito, iniciando seu relato quando terminam os registros feitos pelos profetas e historiadores da Antiga Judéia. O livro I começa com um próêmio contendo considerações sobre a organização da obra e o ofício de historiador, passando pelas rivalidades entre os judeus palestinos e os selêucidas, o levante dos Macabeus, a dinastia dos hasmoneus, o início das intervenções dos romanos na Judéia e terminando com uma descrição do reinado de Herodes. O livro II se prende nas causas imediatas da guerra, debatendo sobre a falência administrativa dos herdeiros de Herodes, o governo direto de Roma, a corrupção dos governadores e procuradores, assim como o início da insurreição entre os judeus. O livro III inaugura o relato dos acontecimentos da guerra propriamente dita, centralizando os acontecimentos em torno de quatro personagens: o experiente general Vespasiano, seu vigoroso filho Tito, o rebelde inescrupuloso João de Giscala e o próprio Flávio Josefo, com sua mudança de sorte. Com a descrição da queda de Jotapata e da captura de Josefo entendemos que a narrativa sofre uma virada: Jotapata marca a ruptura entre o general rebelde e o liberto Flaviano. O livro se encerra com a conquista da Galiléia e a famosa predição de Josefo ao general Vespasiano. O IV livro começa com a marcha até Jerusalém, com o início do sítio, a descrição da crescente divisão entre os partidos judeus sitiados na cidade e a elevação de Vespasiano ao trono do império. Os livros V e VI tratam do cerco e da tomada de Jerusalém por Tito, assim como a guerra civil entre três grupos de rebeldes judeus (João, Simão e Eleazar). Os livros também oferecem uma descrição detalhada do exército romano, dos estragos provocados pela fome entre os judeus, do penoso sítio para ambos os lados e da destruição do Templo pelos romanos. O derradeiro livro, VII, se estende sobre as conseqüências da queda de Jerusalém, o destino reservado aos vencidos, a resistência e o dramático desfecho de Massada.

O título grego que Josefo se referia à *Guerra*² ficou registrado como *PERÌ TOÛ IOUDAIKOÛ POLÉMOU*, o que, como foi observado por Henry St. John Thackeray (2000: 19), pode ser traduzido como *A Guerra contra os Judeus*. Já no título do trabalho

² *Antiguidades Judaicas*, XX: 258. *Autobiografia*: 412.

está expressa uma visão romana do conflito, o que reforça a idéia do compromisso de seu autor com a tradição historiográfica greco-romana e com o Flavianos. Entretanto, mesmo com a explícita dependência do ponto de vista romano, Josefo não vacilou quanto à sua origem judaica, que ele afirmava ser motivo de orgulho.

Sobre as fontes que Josefo utilizou para escrever a *Guerra* sabemos apenas que muito da obra foi escrita tendo por base suas anotações pessoais, que ele diz ter coletado com sobreviventes, dissidentes judeus e em impressões colhidas no acampamento romano durante o cerco de Jerusalém. Encontramos elementos para afirmar que Josefo utilizou largamente da tradição oral e de suas memórias (pois foi uma testemunha dos eventos que narra) para compor a *Guerra*, características que o aproximam de Tucídides, seu grande modelo grego. Mas a precisão de algumas descrições que Josefo faz, muitas confirmadas pela arqueologia³, e certas interpretações de fatos, sugerem que ele tenha utilizado outras fontes. Para Rhoads (1976: 15) suas censuras aos procuradores romanos podem indicar que neste caso ele se valeu escritos judaicos que criticavam a administração imperial direta. Já suas impressionantes descrições das campanhas romanas e da organização das Legiões apontam para o uso de documentos militares romanos (HADAS-LEBEL, 1991: 145), pois suas observações são precisas. Josefo por três vezes⁴ menciona a existência de uma espécie de *comentários* de Vespasiano sobre a guerra, revelando seu conhecimento de fontes romanas. Para a descrição do triunfo romano, assim como para a tomada de Massada, ele pode ter se valido de fontes romanas, embora Rhoads indique que, ao menos no caso de Massada, temos espaço para sua imaginação (RHOADS, 1976: 16).

Por sua estreita ligação com a dinastia Flaviana, que lhe concedeu a cidadania romana e uma pensão estatal, a *Guerra* costuma ser entendida como uma obra de encomenda. Todavia, não podemos ignorar que os judeus habitantes do Império deveriam estar interessados em histórias ou crônicas da guerra. Esta presença, principalmente das comunidades de Alexandria e das regiões orientais do Império, despertou em Josefo uma preocupação com o risco de um novo levante: era necessário

³ Uma pequena, mas muito interessante introdução ao uso que a moderna arqueologia palestina faz de Josefo é feita por Per Bilde (1988: 198-199). Sobre o caso específico de Massada, o relato de Yigal Yadin (1969) é clássico por estabelecer ligações íntimas entre os textos da *Guerra* e as escavações. Ainda sobre as escavações dirigidas por Yadin em Massada e Josefo: HADAS-LEBEL, 1995; VIDAL-NAQUET, 1996: 49-64.

⁴ *Autobiografia*, 342; 358. *Contra Apião*, 1: 56.

fazer conhecer a loucura judaica e a supremacia romana no conflito na tentativa de dissuadir qualquer novo foco de rebelião. No tomo III, após uma longa e detalhada descrição do exército romano, Josefo sentenciou:

Detive-me nisto tudo não com o propósito de elogiar os romanos, mas sim para consolar os vencidos e para desencorajar outras tentativas de insurreição. *Guerra Judaica*, III: 108-109.

Nesta direção, a personalidade de Flávio Josefo se enquadrava em quase todos os requisitos para redigir o relato oficial do conflito, funcionando como um agrado aos Flavianos (HADAS-LEBEL, 1991: 244). Suas origens sacerdotais e reais atestavam sua nobreza frente aos judeus. Seu testemunho pessoal, conhecimento íntimo das idéias judaicas e sua aliança com a dinastia Flávia legitimavam seus escritos perante os romanos. Além disto, seus sentimentos pessoais e amarguras contras os líderes populares judeus, garantiram uma interpretação distante destes anseios. Mesmo assim, encontramos em seus textos uma série de excertos que descrevem a desconfiança com que eles foram recebidos por alguns leitores, desembocando nas acusações de traição que lhe envolvem até hoje. Podemos supor que ele já sofria com estas acusações, embora Goodman (1994a: 333) se empenhe em demonstrar que sua figura na corte poderia representar uma garantia de prestígio aos judeus de Roma. No tomo III, logo no início do capítulo que narra a queda de Jotapata e sua captura pelos romanos, Josefo diz:

Quanto a ele (*Josefo, ainda descrito como general da Galiléia*), apesar de esperar conseguir o perdão dos romanos, antes tivesse preferido sofrer a morte que trair sua pátria e abandonar vergonhosamente sua missão. *Guerra Judaica*, II: 137-138.

Outra informação que nos permite identificar este incômodo que nosso autor sente como também reforçar sua correspondência com seus modelos clássicos é a sua preocupação em desacreditar os relatos antecessores que se ocuparam de narrar a guerra. Soando como um eco de Tucídides, esta recusa manifesta não só seu desprezo pelos outros autores, mas também a vontade ativa do historiador judeu em realizar um relato verídico dos acontecimentos. Josefo acusava seus predecessores de não possuírem compromisso com a verdadeira narração dos fatos, relatos que ele constantemente qualificava de *mentirosos e contraditórios* por dois motivos: ou estavam ocupados em narrar acontecimentos que não tinham vivido, ou se viam preocupados demais em bajular os romanos e deturpar a imagem dos judeus. Em sua visão seu relato foi o único

que conseguiu oferecer uma narrativa coerente, pois esteve envolvido intimamente nos dois lados do conflito e foi testemunha dos grandes acontecimentos da guerra. Assim ele coloca no prólogo da *Guerra*:

Porém, dos que escreveram sua história (*da guerra*), alguns, que não haviam tomado parte na ação, recorreram aos boatos casuais e contraditórios, e os editaram seguindo o estilo dos sofistas; outros, que foram testemunhas dos eventos, os alteraram para adular os Romanos ou por ódio aos Judeus, deturpando os fatos, seus escritos exibiam uma invenção e um panegírico, mas nunca um relato histórico apurado. *Guerra Judaica*, I: 1-2.

Na *Autobiografia* esta questão reaparece com Josefo respondendo acusações feitas por Justo de Tiberíades, um antigo desafeto dos tempos da campanha na Galiléia que, refugiado na corte do rei Agripa, publicou uma versão distinta de guerra:

Chegando a este ponto de meu relato, quero fazer breves considerações sobre Justo, que também escreveu acerca destes mesmos acontecimentos, e sobre alguns outros relatos que, ainda assegurando que escrevem história, pouco se preocupam com a verdade e, por ódio ou parcialidade, não vacilam em mentir. Atuam de modo parecido com os falsificadores de contratos, mas como não temem castigos, desprezam a verdade. Assim Justo, ao se dispor a escrever a história desta guerra, para aparecer enquanto homem trabalhador, caluniou-me e tampouco disse a verdade sobre sua cidade natal. Por isto, sentindo-me obrigado a defender-me de seus falsos testemunhos, vou dizer o que até agora calei. E que não se estranhe o tempo que demorei em falar, pois ainda que o historiador deva falar sempre a verdade, também possui o direito de não se mostrar impiedoso denunciando as maldades de alguns indivíduos, não por benevolência para com eles, mas sim para manter sua própria moderação. *Vita*, I: 336-339.

Observamos ainda um desejo em produzir uma obra didática e moralista, desencorajando outros levantes judaicos, mas também que devolvesse nobreza ao seu país e ao seu próprio passado. Tanto é verdade que no Preâmbulo da obra Josefo se esforça em qualificar sua função enquanto historiador devido à grandiosidade do conflito narrado:

A guerra dos judeus contra os romanos – a maior das guerras não só de nosso tempo, mas, de certo modo, de todas aquelas que, segundo a tradição, ocorreu entre cidades e nações (...). Nestas circunstâncias, eu, Josefo, filho de Mathias,

judeu de nascimento, natural de Jerusalém, sacerdote e que inicialmente tomei parte na guerra contra os romanos, me propus a contar em grego essa história para uso dos que vivem sob a hegemonia dos Romanos, traduzindo a obra que anteriormente eu havia escrito no meu idioma materno. *Guerra Judaica*, I: 1-2.

É impressionante a proximidade de Josefo para com os escritos de Tucídides neste caso. Na análise de Anna Lia Amaral de Almeida Prado (1999: XX),

A longa frase com que Tucídides inicia a História da Guerra do Peloponeso mostra-nos o historiador no momento da eclosão do conflito. Entretanto, imediatamente depois, dá-se uma mudança radical de ponto de vista, pois a frase seguinte, ‘Esta foi a maior comoção para os helenos e para uma parcela dos povos bárbaros’ (I, 1, 2), exprime um julgamento *ex eventu*. Tanto no prognóstico quanto no julgamento *ex eventu*, está implícita uma tese: A Guerra do Peloponeso foi maior que todas as já havidas.

A mesma colocação pode ser feita a Josefo. Dobroruka (2001: 30-31) entende que tal escolha se deve a grande popularidade que Tucídides gozava na Antigüidade. Contudo entendemos que aos olhos de Josefo as destruições do Templo, de Jerusalém e da sociedade judaica palestina representaram catástrofes incomensuráveis. O historiador tinha um evento colossal para se ocupar e seus escritos indicam sinceridade em sua preocupação em corresponder à grandiosidade do objeto.

Thackeray (2000: 17; 21-22; 66-75) procurou demonstrar que estas reminiscências da historiografia grega em Josefo poderiam indicar vestígios dos trabalhos de eventuais secretários gregos que ele se valeu. Aceita em termos gerais por Schwartz (1990: 36), a *teoria dos assistentes* retira de Josefo qualquer responsabilidade e sucesso na utilização dos estilos e metodologias de autores clássicos. Assim as *proximidades* com Tucídides e Políbio na *Guerra* seriam frutos do trabalho dos secretários de Josefo. Schwartz (1990: 38) acredita apenas que Josefo conhecia a obra de Nicolau de Damasco, indicando que a influência de Tucídides também poderia vir deste autor. Thackeray chega a identificar dois estilos distintos: o de Tucídides (THACKERAY, 2000: 66-75) e o de Sófocles (THACKERAY, 2000: 75-76). Não acreditamos nesta grande interferência, pois as referências aos gregos apontadas como incrementos dos secretários eram comuns no século I e características essenciais do gênero trabalhado pelo autor. Aceitar tamanha presença dos colaboradores acarretaria escamotear as ligações que Josefo constrói entre a historiografia clássica e a tradição

judaica. Sua relação entre uma história política, seguindo de perto a metodologia de Tucídides, com o providencialismo que equilibra a História entre o delicado acordo de YHWH com os judeus, é um traço original. Além disto, como ele afirmou ter estudado grego, seria natural a imitação ou adoção de estruturas dos autores clássicos em seus escritos. Mesmo a idéia de *stasis* não foi adotada tal qual Tucídides, como “um modelo hipocrático de entendimento do funcionamento do corpo político (...) que supõe que as doenças ocorrem em função de um desequilíbrio corporal interno” (DOBROUKA, 2001: 33), ou seja, de uma crise da *politeuma* que nasceria dela mesmo, da incapacidade política dos sucessores de Pércles em conduzirem a pólis Atenas. Em Josefo *stasis* também figurou como desarranjo social, mas de uma geração perdida, corrompida e perniciososa. Esta geração, desafiando a benevolência de YHWH, atraiu seu juízo punitivo instalando *stasis* entre os judeus palestinos. A regência divina nos desencadeamento da História, explicando inclusive a *stasis*, não apareceu em nenhum antecessor grego. Por fim, sobre esta polêmica, concordamos com David Rhoads (1976: 16) quando este aponta que estamos lidando apenas com conjecturas e que nada nos autoriza a afirmar que a presença dos gregos na *Guerra* não foi obra de Josefo.

Ainda centrados nas estruturas internas da *Guerra* notamos a importância que os discursos de personagens importantes adquirem na obra. Mais um contato entre Josefo e a tradição historiográfica clássica, os discursos demonstram um eficaz recurso literário. Limitando-se à descrição dos fatos Josefo não conseguiria evidenciar plenamente o sentido de sua História. Através dos discursos, “expressão do pensamento que regia a execução dos atos” (PRADO, 1999: XLIX), Josefo animou sua narrativa dos eventos com uma análise do passado tendo o presente e as expectativas de futuros como instrumentos. Foram nos empolgantes discursos (herança que a História carregou da tradição épica) que o historiador judeu fez conhecer seus juízos. O emprego dos discursos também foi útil em apresentar constantes comparações entre romanos e judeus, debatendo acerca da natureza dos dois povos. Encaixados nos momentos cruciais da *Guerra* os discursos foram empregados como um recurso literário que ressaltava os contrapontos entre os povos envolvidos, ora demonstrando a superioridade romana frente aos povos dominados, ora expressando as peculiaridades judaicas que os qualificam enquanto uma identidade própria e independente, como também sendo o momento no qual Josefo manifestava suas opiniões.

Em nosso trabalho de análise da *Guerra* procuramos entender a importância dos discursos na obra, identificando a ação de uma cultura oral no mundo antigo, já que a História era tida como um gênero literário do discurso, e como tal estava intimamente vinculada à Retórica. De fato, os discursos adquirem na *Guerra* um lugar de destaque, debatendo as grandes questões e emprestando autoridade e veracidade aos eventos em foco, na medida em que colocavam palavras e ações nas bocas dos personagens mais importantes da narrativa. Os discursos, tal qual um texto de dramaturgia, animam o relato histórico, conferindo à *Guerra* pontas de tragédia. Em nossas leituras da fonte encontramos oito grandes discursos que se destacam pela importância que adquirem na narrativa oferecendo ricos elementos descritivos dos grupos envolvidos nos conflitos, investindo quase sempre em uma retórica da alteridade, e complexas digressões sobre eventos passados, valores morais e posicionamentos políticos.

Discurso de Agripa II (*Guerra*, II: 345-401). Neste discurso temos a figura do rei Agripa II tentando demover os judeus de Jerusalém da opção pelo enfrentamento dos romanos. Agripa debate a natureza do poder romano, o caráter de servidão da Judéia e o favorecimento divino dos romanos.

Discurso de Flávio Josefo aos amotinados em Jotapata (*Guerra*, III: 354-382). Diante da capitulação aos romanos, Josefo argumenta aos seus companheiros de esconderijo que a idéia do suicídio é contra os desígnios divinos e que a morte honrosa é a obtida na batalha. Também temos neste discurso a idéia de sua missão “profética” e do Deus coordenando o destino da história da Judéia.

Discurso de Tito aos romanos (*Guerra*, III: 472-484). Primeira digressão essencialmente comparativa na obra. Neste discurso são contrapostas as habilidades militares romanas e judaicas. A estrutura da narrativa é a da identificação e apresentação dos romanos como um povo experimentado na guerra e bem comandado. Em contrapartida, os judeus estão desamparados de armas e comando, mas possuem audácia e destemperos provocados pela situação de luta pela pátria e família.

Pequena fala de Vespasiano aos soldados (*Guerra*, IV: 39-48). Fala do futuro imperador que pretendendo consolar suas tropas diante das dificuldades da guerra exalta a disciplina e a ciência romana, fatores que os diferenciavam dos judeus bárbaros.

Discurso do sacerdote Ananes ao povo de Jerusalém (*Guerra*, IV: 163-192). O poder romano é examinado pelo sacerdote que qualifica esta servidão como uma relação

política com regras e respeito. A situação imposta pelos zelotes, ao contrário, caracterizava uma servidão sem regras, uma tirania gratuita.

Discurso de Tito aos soldados (*Guerra*, V: 120-127). Tito discursa aos seus comandados exaltando a unidade, disciplina, experiência e ordem romana. Os êxitos judaicos são frutos de artimanhas de um povo que luta com desespero.

Discurso de Flávio Josefo aos amotinados de Jerusalém (*Guerra*, V: 375-419). Tentando uma rendição da cidade, Josefo discursa aos judeus ressaltando a alteridade que marcaria os dois povos. Os romanos respeitavam os cultos das nações subjogadas. Em contrapartida os judeus ocupavam o Templo, profanando o sagrado recinto e a Lei. A tese do favorecimento divino é retomada e Josefo se vale de exemplos históricos para argumentar que os judeus não devem se rebelar, pois esta também seria uma guerra contra Deus.

Discurso de Eleazar aos amotinados de Massada (*Guerra*, VII: 323-388). O discurso de Eleazar pretende creditar certa nobreza bélica aos judeus, apresentando em pormenor a opção do martírio e do suicídio. É o único grande discurso apresentado na *Guerra* de um personagem “inimigo”. É o discurso do arrependimento. Tece um elogio à liberdade e ao sacrifício pela vontade divina. O espanto romano diante de tal zelo também é verificado.

É certo que a historiografia clássica costumava abordar temas contemporâneos ou quase contemporâneos. Tal característica estava ligada à estrutura do gênero *História* na Antigüidade, a *autopsia*, assim como à valorização que seus leitores e escritores davam aos assuntos contemporâneos. Momigliano (1984: 49) afirma que os leitores tendiam a dar mais créditos aos escritos e fontes recentes e que os historiadores se vangloriavam de serem testemunhas e relatores de acontecimentos importantes, *acompanhados in loco*, o que abria espaço para auto-elogios sobre a excelência de seus trabalhos e reflexões imediatas sobre experiências recentemente apreendidas. Josefo atendeu a todas estas categorias, pois voltou ao acontecimento chave da história recente dos judeus e para a eleição dos Flavianos ao trono de Roma. Em todos os aspectos suas preocupações são contemporâneas, pois mesmo quando Josefo discutia o passado político da Judéia na *Guerra*, deixava claro que sua digressão foi determinada pela preocupação de interpretar o presente⁵. Ele também escreveu para um público judeu e

⁵ A mesma preocupação encontramos em Tucídides, mais uma vez estabelecido como modelo da história política que Josefo procura fazer. Sobre a investigação do passado com vistas ao presente: “Tucídides não

gentil interessado em informações sobre guerra, debatendo com outros relatos e preocupado em defender sua etnia e sua própria pessoa.

Outra característica comum a grande parte da historiografia antiga é o estudo de mudanças ocasionadas por guerras ou revoluções (MOMIGLIANO, 1984: 53). Assim foi com Tucídides, que se ocupou da Guerra do Peloponeso, com Políbio, testemunhando a queda de Cartago, e, de maneira bastante próxima, com Flávio Josefo. Seu estudo da guerra entre Roma e a Judéia funcionou como uma relação das mudanças sofridas e vividas pelos judeus palestinos desde o aparecimento dos romanos em suas questões domésticas. Neste sentido, apesar dos interesses aristocráticos colocarem em suspeita sua abordagem das camadas populares judaicas (HORSLEY; HANSON, 1995: 13), Josefo foi extremamente eficiente em diagnosticar que a sociedade da Palestina judaica estava radicalmente cindida, dividida entre muitos grupos que possuíam claras e aprofundadas noções da realidade experimentada com a dominação romana em conluio com os aristocratas locais. E tal esfacelamento do tecido social acentuou as divisões e degingolou para uma rebelião popular.

Concluindo, temos então um quadro de correspondências entre os esquemas gerais da *Guerra* e a historiografia antiga clássica: uma autópsia interessada num evento contemporâneo, evento este classificado como grandioso (o princípio axiológico da narrativa – a questão da grandeza⁶), a utilização de discursos, o descrédito que obras anteriores recebem e a interpretação de uma mudança radical produzida por uma rebelião seguida de guerra.

Fontes

JOSEPHUS. *The Jewish War*. London: Loeb Classical Library, 1989.

JOSEPHUS. *The Life. Against Apion*. London: Loeb Classical Library, 1997.

Bibliografia

BILDE, P. *Flavius Josephus between Jerusalem and Rome*. Journal for the Study of the Pseudepigrapha, Supplement Series 2, 1988.

DOBRORUKA, V. Considerações sobre o conceito de stasis na obra de Flávio Josefo. *Boletim do CPA*. Campinas: no.12, jul./dez., pp. 25/40, 2001.

EUSÉBIO DE CESARÉIA. *História Eclesiástica*. São Paulo: Paulus, 2000.

GOODMAN, M. *A classe dirigente da Judéia*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

HADAS-LEBEL, M. *Massada*. Histoire et Symbole. Paris : Albin Michel, 1995.

tinha em mira fazer um relato da história do passado remoto, mas uma argumentação em que, estudando-o, destaca os pontos que interessam à sua demonstração. Refletindo sobre os indícios que descobre quando se detém no exame dos dados que tem à disposição, infere conclusões que proporcionam uma nova visão dos tempos antigos” (PRADO, 1999: XLII).

⁶ Sobre esta questão, uma abordagem rica e precisa da historiográfica clássica pode ser encontrada em: MURARI PIRES, 1999: 151-180.

- HADAS-LEBEL, M. *Flávio Josefo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- HORSLEY, R. A. & HANSON, J. S. *Bandidos, Profetas e Messias*. São Paulo: Paulus, 1995.
- MOMIGLIANO, A. *De paganos, judíos y cristianos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- MURARI PIRES, F. (1999). *Mithistória*. São Paulo: Humanitas Publicações, 1999.
- PRADO, A. L. A. A. Introdução. In: TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*: livro I. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- RAJAK, T. *Josephus: the Historian and his Society*, Classical Life and Letters. Duckwoth: Londres, 1983.
- RHOADS, D. M. *Israel in Revolution*. Philadelphia: Fortress Press, 1976.
- SCHWARTZ, S. *Josephus and Judaeon Politics*. New York: E.J. BRILL, 1990.
- THACKERAY, H. St. *Flavius Josèphe: L'Homme et l'Historien*. Paris : Les Éditions du Cerf, 2000.
- VIDAL-NAQUET, P. *Los judíos, la memoria y el presente*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- YADIN, Y. *Masada*. Barcelona: Destino, 1969.

Trocas culturais e afetividade em Gilberto Freyre e Franz Boas

Alexandre Almeida Marcussi*

Em 1843, Karl Friedrich Von Martius, em artigo vencedor do concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, definiu o caráter do povo brasileiro a partir da noção de mestiçagem (VON MARTIUS, 1845). Lançou como tarefa para os intelectuais da jovem nação descobrir e formular a “lei das forças diagonais” – a expressão é do autor – que garantiria a união harmoniosa (ou pelo menos estável) de cada uma das raças, já que elas seriam portadoras de tendências potencialmente divergentes que, no entanto, precisariam de alguma forma ser cruzadas, reconciliadas e convergir para a formação do homem brasileiro. Em termos muito gerais, é possível encarar *Casa-Grande & Senzala*, obra de Gilberto Freyre publicada em 1933 (FREYRE, 1984), como uma tentativa de formular uma resposta a essa questão de Von Martius dentro dos quadros do pensamento culturalista que marcou sua formação nos EUA.

O culturalismo norte-americano remete diretamente à obra fundadora de Franz Boas, que foi o grande responsável por lançar as bases do conceito antropológico moderno de cultura, marcado pela historicidade e pela relatividade (STOCKING JR., 1982; BOAS, 2007). Ao criticar o etnocentrismo da escola evolucionista, elaborou uma noção de cultura como sistema orgânico e coerente, articulado por uma tendência geral característica a cada povo, remontando à noção de *Geist*, ou “espírito”, do pensamento romântico alemão. Contudo, apesar de adotar essas premissas eminentemente particularistas, jamais abdicou do objetivo universalista de explicar processos globais de transformação cultural e descobrir leis gerais do espírito humano, embora sua contribuição a esse respeito tenha sido escassa, justamente devido a sua visada particularista (STOCKING JR., 2004; BOAS, 2007).

Essa ambigüidade se manifesta em sua teoria dos contatos culturais: embora ele aceitasse, de forma geral, que as culturas são o produto histórico de processos de difusão e troca cultural, ele também afirmava que o espírito de cada cultura moldaria as aquisições advindas da troca cultural, transformando-as segundo os interesses da cultura receptora. Era implícita a noção de que o espírito de cada cultura seria algo particular e estável. Contudo, Boas jamais chegou a resolver o problema de saber como espíritos diferentes poderiam

* Mestrando no Programa de História Social da USP. A pesquisa que deu origem a esta comunicação contou com financiamento da FAPESP.

interagir e eventualmente se transformar em contextos de contato cultural. Em *Casa-Grande & Senzala*, Freyre tentava unir o desafio de Von Martius (ou seja, a descoberta de uma lei que permitisse a síntese entre as diferentes raças) e a reflexão de Boas. Ao fazê-lo, acabou por elaborar uma resposta própria ao problema do culturalismo a respeito da forma como diferentes culturas poderiam interagir entre si e se transformar.

Para Freyre, o fundamento da sociedade brasileira repousaria na estrutura do latifúndio escravista e da família patriarcal, marcada pela mestiçagem racial e cultural, sobretudo entre negros e brancos. A conformação da família patriarcal devia-se em grande parte às condições da colonização do Brasil, caracterizada pelo sedentarismo precoce e pelo caráter agrário. Povo demograficamente pouco numeroso, os portugueses teriam sido levados a realizar essa colonização através da união com mulheres nativas e africanas e da geração de uma prole mestiça, daí resultando o caráter fundador da mestiçagem racial na formação do Brasil. O produto social desse processo seria a família patriarcal, gravitando ao redor de um poderoso colono branco que dominava um amplo leque de dependentes diretos na propriedade latifundiária: sua família oficial, a escravaria, suas concubinas negras e índias e sua prole mestiça.

No seio da família patriarcal, todas as relações mais essenciais da formação social brasileira estariam atravessadas por diversos antagonismos, o mais importante e determinante deles sendo o antagonismo entre senhor e escravo. Contudo, a ordem patriarcal teria sua estabilidade fundada no fato de que oferecia uma série de espaços de confraternização entre seus elementos opostos (entre senhores e escravos e entre as diversas raças e culturas), espaços nos quais os choques seriam amortecidos e os antagonismos se harmonizariam sem que exatamente se diluíssem uns nos outros. A miscigenação, a dispersão da herança, a aceitação de estrangeiros e a mobilidade social seriam alguns desses espaços de confraternização, dando origem a uma formação social em confraternização e equilíbrio de seus antagonismos, na qual as tensões sociais seriam amenizadas. Por conta disso, a sociedade brasileira seria mais aberta, harmoniosa e democrática, contando com um intenso fluxo entre seus extremos. Que fique claro, não se trata de uma democracia à moda liberal, calcada na igualdade entre os homens, mas uma espécie particular de “democracia”, caracterizada menos pela igualdade e mais pela pluralidade, pela mobilidade, pela ausência de barreiras sociais e pela possibilidade do intercâmbio amistoso entre as classes antagônicas. Não é difícil perceber que Gilberto Freyre ajudou a elaborar, com essa interpretação do Brasil, uma das mais

persistentes visões ideológicas da nacionalidade, representando-a como sociedade de mobilidade e de aceitação.

Como ressalta Ricardo Araújo, não se pode imaginar que o resultado desses intercâmbios seja, em Gilberto Freyre, uma síntese homogênea entre as partes. Antes, formase um sistema de antagonismos em equilíbrio que não chegam a se dissolver numa figura comum, formando antes um resultado híbrido que guarda em si, acesas, as marcas de suas origens heterogêneas, as diferenças e antagonismos que o compõem. As principais características da miscigenação, tanto racial quanto cultural, seriam a diferença, o hidridismo, a ambiguidade e a indefinição, que Freyre resume na ideia de *plasticidade* definidora da colonização, por ser um empreendimento que desenvolve tendências opostas (ARAÚJO, 1994: 41-3).

Dentre todos os espaços de confraternização dos antagonismos diagonais que formavam a sociedade brasileira, o mais decisivo na obra de Freyre é, sem dúvida alguma, a confraternização sexual. Verdadeira obsessão do autor, pode ser considerada como o aspecto dominante do retrato que ele elabora das relações inter-raciais no Brasil, localizadas no ambiente de “intoxicação sexual” da casa-grande. A relação sexual entre homens brancos e mulheres negras e índias é encarada, inclusive, como um dos sustentáculos da família patriarcal e, por extensão, da sociedade brasileira, já que é através dela que o colono português dá conta de ocupar a terra com uma prole mestiça. O equilíbrio entre os opostos seria sustentado, em última instância, pelos excessos de convivência da casa-grande, em especial o excesso sexual (ARAÚJO, 1994), como se a relação sexual fosse o grande ponto de intersecção das diagonais opostas da sociedade brasileira.

Mas não é porque teriam existido espaços de convivência e confraternização que as tensões e violências do regime escravista teriam sido eliminadas da vida social brasileira. Pelo contrário, a convivência próxima e mesmo a intoxicação sexual *também* teriam dado ensejo a violências reiteradas e sistemáticas. De fato, as tensões entre senhores e escravos seriam absolutamente constitutivas da vida cotidiana na família patriarcal: são eloquentes os relatos de Freyre a respeito de abusos sexuais e físicos em relação aos escravos e da extrema violência exercida pelas senhoras sobre as escravas, das quais seleciono um excerto especialmente brutal:

Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas

bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiarias. (FREYRE, 1984: 337)

As diversas perversões da proximidade sexual entre senhores e escravas constituem a pedra de toque das descrições mais significativas de Freyre. O autor reconhece que a proximidade entre os opostos nem sempre se realiza em um ambiente de voluntarismo recíproco, e que gera tanto experiências positivas de afeição e respeito quanto experiências negativas de violência e indignidade. Como afirma Araújo, o excesso de proximidade patriarcal se faz presente tanto no que rebaixa quanto no que redime a vida social, na violência e no despotismo como na intimidade e na confraternização (ARAÚJO, 1994: 70). Essa proximidade excessiva seria responsável, ao mesmo tempo, pelos grandes males da formação social brasileira (como a sífilis, as violências familiares ou os desequilíbrios da dieta patriarcal) e pelas suas maiores virtudes (a mobilidade, a confraternização e aquela “democracia” particular de que fala Freyre). Por isso, em concordância com a competente leitura de Araújo, parece-me também que a *ambiguidade* é a categoria central da reflexão freyriana.

A questão, então, é entender como Freyre resolve o problema representado pela tentativa de fundar uma ordem social estável num solo de excessos de diferenças reiteradas. Que tipo de cimento seria capaz de atar as partes multiformes de uma sociedade construída em tal regime de (des)ordenamento, uma sociedade que seria a perfeita antítese do modelo puritano? Para Araújo, a resposta a essa pergunta deve ser buscada em outros textos de Freyre, na caracterização de um modelo de sociabilidade contraposto ao da família patriarcal e representado pelos quilombos e mocambos, caracterizado por uma afetividade não mais excessiva, mas contida, fraterna. A contraparte senhorial desse regime de sociabilidade, constituindo um possível esteio de estabilidade da casa-grande, poderia ser encontrada nas mulheres brancas, nas sinhás que saberiam conjugar de forma harmônica (e não mais excessiva e violenta) os antagonismos das culturas que formaram a colonização, como ocorre nos comentários de Freyre a respeito da culinária das sinhás (ARAÚJO, 1994: 165-81).

Contudo, parece-me aqui que Araújo talvez superestime a viabilidade da ordem fraterna que caracterizaria os mocambos e as sinhás, por dois motivos. Em primeiro lugar,

Freyre é enfático ao postular a escravidão e o patriarcalismo como necessários à colonização do Brasil. Em segundo lugar, esse pensamento pragmático, passivo e sereno da mulher, sua tendência à estabilidade, seria um produto da própria família patriarcal, que relegava a mulher a uma reclusão doméstica e facultava apenas ao homem o acesso ao poder e ao mando (BOCAYUVA, 2001). No limite, a tenra fraternidade feminina não deixa de ser um subproduto da excessiva ordem patriarcal, não podendo ser pensada como uma alternativa externa a ela, como um esteio de estabilidade social que prescindia dos excessos e antagonismos da casa-grande.

Penso ser possível identificar na argumentação de Freyre um elemento *interno* aos excessos senhoriais que garantiria a união, senão harmônica, pelo menos estável dos antagonismos que compõem a casa-grande e a sociedade brasileira. Se é verdade que a linguagem do gênero é o grande diacrítico da obra de Freyre para se referir às relações sociais, estabelecendo o masculino como polo dominante e o feminino como polo dominado, então é coerente que a “lei das forças diagonais” seja encontrada justamente no âmago da relação sexual, no regime de afetividade criado pela sexualidade excessiva e ambígua do patriarcalismo. Também ela seria marcada pela violência e pelos abusos senhoriais: para Freyre, é da natureza mesma do escravismo que ele engendre a depravação sexual, devido à disponibilidade das escravas para seus senhores e à necessidade senhorial de incentivar a procriação da escravaria. Nem sempre, como se pode supor, essas relações sexuais são voluntárias:

O intercuro sexual entre o conquistador europeu e a mulher índia não foi apenas perturbado pela sífilis e por doenças européias de fácil contágio venéreo: verificou-se – o que depois se tornaria extensivo às relações dos senhores com as escravas negras – em circunstâncias desfavoráveis à mulher. Uma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra terá predominado *nas relações sexuais como nas sociais* do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio. O furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gozo; ainda que se saiba de casos de pura confraternização do sadismo do conquistador branco com o masoquismo da mulher indígena ou da negra. Isto quanto ao sadismo de homem para mulher – não raro precedido pelo de senhor para muleque. (FREYRE, 1984: 50, grifos meus)

O que é crucial registrar é que a violência genética e fundadora das interações entre dominantes (homens) e dominados (mulheres) teria engendrado um regime de afetividade assimétrico, marcado ao mesmo tempo pela violência e pelo gozo. Através das interações

reiteradamente violentas, o senhor branco torna-se sádico, e seus dominados tornam-se masoquistas, passando a procurar o prazer no exercício da violência: uns na posição do dominador, outros na posição do dominado. Para estabelecermos um paralelo com a psicanálise, é como se essa *Urszene*, essa cena primordial colonial e escravista, essa relação fundante entre os elementos da nação, tivesse gerado uma espécie de protocolo afetivo que estabelece papéis a serem reiteradamente ocupados, recompensados com o gozo de ambas as partes. A relação sexual escravista, no limite, daria origem a uma economia social das perversões afetivas que se encarregaria de manter a ordem social sempre estável, reproduzindo papéis de dominação e subjugação afetivamente significativos e, portanto, reiterados de forma mais ou menos voluntária. Essa afetividade perversa e assimétrica domina as relações sexuais bem como as sociais, e se estende quase como em cadeia para outras interações além daquelas entre homens brancos e mulheres de cor, oferecendo um modelo explicativo global para as relações sociais e políticas:

Mas esse sadismo de senhor e o correspondente masoquismo de escravo, excedendo a esfera da vida sexual, têm-se feito sentir através da nossa formação, em campo mais largo: social e político. Cremos surpreendê-lo em nossa vida política, onde o mandonismo tem sempre encontrado vítimas em quem exercer-se com requintes às vezes sádicos [...]. (FREYRE, 1984: 51)

Para Freyre, a elite conservadora no Brasil se apoiaria em uma espécie de sadismo do mando, enquanto os movimentos revolucionários padeceriam de um masoquismo do sacrifício. Haveria uma continuidade clara entre esse complexo sadista-masoquista da vida política nacional e a afetividade escravista da família patriarcal.

Entre essas duas místicas – a da Ordem e a da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia – é que se vem equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos. Na verdade, o equilíbrio continua a ser entre as realidades tradicionais e profundas: sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos de cultura predominantemente europeia e outros de cultura principalmente africana ou ameríndia. (FREYRE, 1984: 52)

Neste ponto, pode-se surpreender a perversão afetiva como o mais sólido cimento das relações sociais de proximidade e violência na sociedade brasileira. A estabilidade não estaria dada por uma afetividade tenra e fraterna, exterior à casa-grande, mas sim pela afetividade perversa que se forma *no interior* de suas relações de violência e gozo, produzindo

dominadores sádicos e dominados masoquistas. Logo se vê que não é exata a idéia de que *Casa-Grande & Senzala* retrataria com doçura as relações escravistas: elas possuem momentos de afeição, de gozo e de confraternização, mas a violência é tão constitutiva do sistema que se manifesta mesmo nesses momentos, no interior da mais íntima proximidade. Na realidade, o retrato freyriano das relações sociais brasileiras é ainda mais perverso do que simplesmente uma “dominação adocicada”: ele sugere que a subjugação do dominado é pelo menos parcialmente voluntária, já que ele seria um masoquista. Dominante e dominado se encontrariam num suposto gozo da própria violência, muito mais difícil de ser rompida porque afetivamente recompensadora, ainda que de forma perversa.

É na perversão afetiva que Freyre procura o fundamento da convivência entre culturas antagônicas: no interior da moldura da sociedade patriarcal, a relação sexual violenta desenha o entrecruzar das diagonais opostas, e o afeto perverso as une de forma duradoura. Claro que, com isso, Freyre se atém de forma esquemática aos estereótipos da dominação senhorial, não conseguindo perceber como os papéis dessa afetividade circulam e se invertem em outros espaços sociais. Daí a recusa sistemática de Freyre a pensar na resistência escrava, espaço social onde o masoquismo se inverteria em violência direcionada contra o senhor; ou na atração sexual entre mulher branca e homem de cor, sempre cercada de vários tabus.

Ao recorrer ao afeto para responder ao desafio de Von Martius, Freyre formulou também uma resposta bastante original ao dilema boasiano da interação entre os diferentes espíritos das culturas. Boas não chegara a formular uma resposta clara para o problema crucial da aculturação: como é que o espírito de uma cultura pode chegar a mudar para gerar novas formações culturais em situações de contato? A resposta de Freyre a esta pergunta é, no limite, seu conceito de mestiçagem: o resultado do intercâmbio cultural não é uma síntese acabada das culturas, mas sim um amálgama tenso, precário, em que as características distintas e potencialmente contraditórias de cada cultura mantêm-se unidas por um laço afetivo e perverso. Uma cultura não chega a se “converter” em outra: elas equilibram seus antagonismos através dos afetos social e institucionalmente construídos.

Como observa Araújo, a obra freyriana transmite a sensação de que seu conceito de cultura admite a heterogeneidade, uma folga na articulação entre as partes e o todo. Aparentemente, esse conceito de cultura desviaria bastante da noção boasiana de cultura como todo homogêneo e orgânico. Contudo, é preciso considerar as ambiguidades da teoria boasiana, que hesita entre uma noção orgânica de cultura como espírito e uma noção histórica

de cultura como agregado. Apesar de insistir em que “a cultura é integrada”, Boas não deixava de fazer a ressalva:

É verdade que o grau de integração nem sempre é o mesmo. [...] Não muitas vezes [ou seja, raramente] a integração é tão completa, que se eliminam todos os elementos contraditórios. Geralmente encontramos na mesma cultura rupturas significativas nas atitudes de diferentes indivíduos; no caso de situações variáveis, isso ocorre até no comportamento de um mesmo indivíduo. (BOAS, 2007: 105-6)

Essa *folga* na relação entre elementos e conjuntos já existia, potencialmente, nas aporias a que chegaram as formulações de Boas. O que Freyre fez foi dar a elas um tratamento sistemático, filiando-se a Boas, de forma paradoxal, exatamente no ponto em que sua teoria emperrava. A fim de solucionar o problema dos contatos culturais, para o qual Boas nunca chegou a dar uma resposta clara, Freyre se viu levado, em última instância, a rejeitar completamente a noção de síntese cultural, procurando o esteio dos processos de confluência cultural não na homogeneidade, mas num hibridismo afetivo e perverso. Apesar da unilateralidade e da estabilidade com que Freyre encara essas relações afetivas, parece-me que uma recuperação crítica de seu pensamento possa fornecer indicações para superar os impasses das teorias da síntese cultural.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Ed. 34, 1994.

BOAS, Franz. *A formação da antropologia americana: 1883-1911*. Org. e intr. George W. Stocking Jr. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2004.

_____. *Antropologia cultural*. Org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BOCAYUVA, Helena. *Erotismo à brasileira: o excesso sexual na obra de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1984.

STOCKING Jr., George W. Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. In: BOAS, Franz. *A formação da antropologia americana: 1883-1911*. Org. e intr. George W. Stocking Jr. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ, 2004, p. 15-38.

_____. *Race, culture, and evolution: Essays In the history of Anthropology*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1982.

VON MARTIUS, Karl Friedrich Phillip. Como se deve escrever a história do Brazil: Dissertação oferecida ao Instituto Historico e Geographico do Brazil, pelo Socio honorario do Instituto o Dr. Carlos Frederico Ph. De Martius. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v.6, n.24, p. 382, jan. 1845.

O return da biografia: problemas e perspectivas:

Alexandre de Sá Avelar*

A historiografia experimentou nas últimas décadas uma série de “retornos”. Os historiadores voltaram a se preocupar com a narrativa histórica, viram ressurgir o acontecimento e experimentaram a renovação da história política, outrora identificada a uma certa *história historicizante*. Embora de uma forma ou de outra estas sempre foram temáticas presentes nos debates de *Clio*, elas permaneceram, ao longo da hegemonia dos *Annales*, relegadas a segundo plano, em função da prevalência da “história das estruturas que passavam a explicar as ações humanas segundo determinações que escapavam a esses homens no mundo” (Guimarães, 2008: 21). Apenas as dimensões estruturais de longa duração seriam capazes de recuperar os grandes movimentos das sociedades em suas regularidades e permanências, escapando à superficialidade dos fatos. Nesta perspectiva, o domínio econômico-social era o eixo de observação predileto dos historiadores, preocupados em desvendar o mundo histórico em sua processualidade. A história política, rica em acontecimentos e apresentada por meio de uma narrativa linear, deveria ser sepultada de uma vez por todas.

A partir de final dos anos 60, a crítica a esta ambição totalizadora pretendeu recuperar a feição humana dos processos históricos. Aguirre Rojas assinala que a biografia reacendeu a preocupação com trabalhos de pesquisas mais rigorosos, capazes de demonstrar as tensões existentes entre a ação humana e as estruturas sociais, colocando o personagem e seu meio numa relação dialética e assegurando à História o caráter de um processo com sujeito. Roger Chartier, analisando as incertezas que envolvem o ofício do historiador e os rumos abertos com a descrença no marxismo e no estruturalismo, ressalta a virada epistemológica em direção ao indivíduo:

O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades: as parentelas, as famílias e os indivíduos. (grifo nosso)

* Doutor pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia

(...) O olhar se desviou das regras impostas para as suas aplicações inventivas, das condutas forçadas para as ações permitidas pelos recursos próprios de cada um: seu poder social, seu poder econômico, seu acesso à informação. (Chartier, 1994: 98)

Portanto, não nos parece mais possível ignorar o papel cada vez maior que a biografia assumiu no debate historiográfico contemporâneo e na produção propriamente dita dos historiadores. Uma rápida olhada nas estantes das maiores livrarias do país será suficiente para que possamos perceber a popularidade do gênero, que conta, ainda, com significativos trabalhos produzidos por jornalistas. (Schmidt, 1997). Concordamos inteiramente com as reflexões de Francisca L. Nogueira de Azevedo, para quem,

hoje a biografia é um modelo de escrita da história nitidamente definida. Há uma metodologia explicitada, na qual a biografia não se destina mais ao julgamento feito por seus autores, mas sim a uma construção relevante sobre hipóteses cujos pressupostos serão confirmados ou não. Seu objetivo fundamental é levar à compreensão da época que, como a montagem de um quebra-cabeça, pouco a pouco vai revelando o que é permanente, indicando as diferenças, permitindo perceber a realidade dos problemas sociais através do concreto de uma vida. (Azevedo, 2000: 133)

Nas fendas abertas pela crise dos grandes modelos explicativos da História ao longo do século XX, a biografia recolocou em debate a dimensão subjetiva da narrativa histórica, procurando entender os limites e possibilidades das ações não apenas dos chamados grandes personagens, mas também daqueles indivíduos aparentemente destituídos de interesse por si próprios. Estes elementos indiscutivelmente positivos do *return* dos estudos biográficos acompanham algumas delicadas questões para os historiadores-biógrafos. Na impossibilidade de tratar de todas elas nos limites deste trabalho, chamaremos a atenção para duas em especial, por acreditarmos que sintetizem os principais problemas e perspectivas encontrados por todos aqueles que se aventuram na escrita de narrativas de vidas: as possibilidades de ação individual em meio a estruturas ou contextos normativos e a dimensão subjetiva do exercício biográfico.

Nas comunidades *amish*, há um costume chamado *rumspringa* (do alemão *herumspringen*, saltitar) que consiste em permitir que os filhos, ao completarem dezessete anos, possam experimentar todos os prazeres e vícios da vida fora do estrito círculo familiar. Podem dirigir carros, assistir TV, beber, usar drogas e praticar sexo livremente. Com isso, espera-se que estes jovens se decidam: retornam para a comunidade ou se tornam definitivamente cidadãos norte-americanos. Depois de conhecerem dois contextos sócio-culturais inteiramente distintos, imagina-se que possam realizar uma escolha efetivamente livre e, a partir daí, começarem a traçar os contornos da vida adulta. A liberdade para escolher está inegavelmente colocada? Os anos passados imaginando a vida transgressora no mundo externo não conduzem os jovens *amish* a uma vida desregrada que produzirá crises de angústia e o eventual retorno à comunidade? (Žižek, 2008: 432)Eles possuem informações suficientes dos costumes dos não-*amish* para que possamos falar de uma liberdade consciente? Pode-se experimentar plenamente a vida fora da comunidade sem que os jovens deixem de ser pertencentes aos *amish*?

Estas perguntas de difíceis respostas são constantemente (re) elaboradas em vários momentos por historiadores e cientistas sociais. Elas se referem a questões inquietantes a respeito dos espaços de autonomia e dos interstícios de liberdade existentes em diversos contextos históricos. A citação bastante conhecida de Giovanni Levi é, sem dúvida, uma referência para que possamos compreender a importância da biografia no redimensionamento das relações entre indivíduo e contexto:

(...) nenhum sistema normativo é de fato suficientemente estruturado para eliminar toda possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação. Parece-me que a biografia constitui nesse sentido o lugar ideal para se verificar o caráter intersticial – e ainda assim importante – da liberdade de que as pessoas dispõem, assim como para se observar a maneira como funcionam concretamente os sistemas normativos que nunca estão isentos de contradições. (Levi: 1996, 179-80)

Não estamos, obviamente, diante de um problema novo. As tensões entre liberdade e determinação integram um amplo leque de correntes teóricas que vão do cristianismo ao marxismo, passando pelo funcionalismo e pelos desenvolvimentos mais recentes da micro-história italiana. Para a biografia, o perigo evidente é o de assumir uma posição reducionista: ou

considerar o indivíduo como mero reflexo de estruturas sociais em relação às quais ele pouco pode fazer ou perceber o processo histórico como resultado das ações individuais, especialmente dos chamados grandes homens, caindo num voluntarismo exacerbado.

Alguns caminhos interessantes têm surgido de trabalhos recentes, permitindo-nos pensar as trajetórias particulares e os contextos nos quais estas se inserem não mais como pólos excludentes entre si, mas como uma complexa teia de relações, tensões e negociações. A micro-história, ao concentrar-se “nas contradições dos sistemas normativos e por isso na fragmentação, nas contradições e na pluralidade dos pontos de vista que tornam todos os sistemas fluídos e abertos” (Levi, 1992: 154-55), ilumina o sujeito concreto, dotado de margens de liberdade e, por isso mesmo, capaz de tensionar o sistema social, de produzir nele fissuras, de construir margens, de produzir pequenas rupturas. Para Giovanni Levi, há ainda a possibilidade de pensarmos o contexto como uma operação cultural, de construção de sentidos e significados. Assim, trata-se

(...) de colocar uma idéia dentro dos limites prescritos pelas linguagens disponíveis (...) Esta teoria encara o contexto como sendo ditado pela linguagem e pelos idiomas disponíveis e utilizados por um grupo particular de pessoas em uma situação particular para organizar, por exemplo, suas lutas de poder. (Levi, 1992: 156)

Ao narrar a trajetória do moleiro Menocchio com base em um contexto marcado pelo intercâmbio entre a chamada alta cultura e a cultura popular, Ginzburg se aproxima desta perspectiva, quando as idéias do personagem aparecem como “um ponto de descoberta do contexto social em que um fato aparentemente anômalo ou insignificante assume significado, quando as incoerências ocultas de um sistema aparentemente unificado são reveladas” (Levi, 1992: 155). Aqui apenas uma emenda: contradições e incoerências resultantes de um contexto cultural marcado por símbolos e sentidos construídos pelo homem! As contribuições da micro-história ao campo biográfico foram assim sintetizadas por Benito Bisso Schmidt:

Certas proposições desenvolvidas pela micro-história, depois de um longo período de atenção exclusiva aos processos globais e às estruturas de conjunto, levaram a uma ginástica salutar. Elas obrigaram em particular a precisar e a discutir as formas de adequação entre o tamanho dos objetos de estudo, as modalidades de observação e as

problemáticas. Do indivíduo ao grupo e à sociedade, do local ao global, como assegurar a articulação entre os níveis de observação e definir as modalidades das generalizações necessárias? (Schmidt, 2000: 51)

A antropologia, campo em que os historiadores dedicados à biografia já são bastante tributários das discussões promovidas por Geertz, estimulou novas reflexões a respeito das possibilidades de liberdade individual x contextos normativos. Os conceitos de “projeto” e de “campos de possibilidades”, desenvolvidos por Gilberto Velho, oferecem, sem dúvida, instigantes ferramentas de análise. O primeiro conceito é definido como “ a conduta organizada para atingir finalidades específicas” e o segundo é entendido por “espaço para a formulação e implementação de projetos”. Assim, segundo Gilberto Velho:

Evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sócio-cultural rígido, as noções de projeto e campo de possibilidades podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades. (Velho, 1994: 40)

A narrativa biográfica supõe uma modalidade de escrita da História profundamente imbricada nas subjetividades, nos afetos, nos modos de ver, perceber e sentir o outro. Talvez estejamos diante do grande desafio do trabalho biográfico: ao falar do seu personagem, o biógrafo, de certa forma, fala de si mesmo, projeta algo de suas emoções, de seus próprios valores e necessidades. (Borges: 2009, 232). Se o rigor do seu ofício garante ao historiador a legitimidade para tratar de seu personagem, as suas motivações podem ser sempre colocadas em xeque, tal como se percebe em Janet Malcom, autora de um importante trabalho a respeito das biografias e biógrafos da poeta norte-americana Sylvia Plath:

O voyeurismo e a bisbilhotice que motivam tanto os autores quanto os leitores de biografias são encobertos por um aparato acadêmico destinado a dar ao empreendimento uma aparência de amenidade e solidez semelhantes às de um banco. O biógrafo é apresentado quase como uma espécie de benfeitor. Sacrifica anos de sua vida no trabalho,

passa horas intermináveis consultando arquivos e bibliotecas, entrevistando pacientemente cada testemunha. Não há nada que não se disponha a fazer, e quanto mais o livro refletir sua operosidade [basta ver o tamanho da maior parte das biografias], mais o leitor acreditará estar vivendo uma elevada experiência literária [e “científica”, acrescento, no caso de biografias escritas por historiadores] e não simplesmente ouvindo mexericos e lendo a correspondência alheia. (Malcom, 1995: 16-17)

É importante percebermos que esta relação marcada pela presença subjetiva do biógrafo é característica dos trabalhos biográficos mais modernos. Nas biografias da Antiguidade, destinadas a lembrar os vivos dos grandes feitos e exemplos dos mortos, o narrador era emissor de juízos e de considerações – civicamente pedagógicas – sobre seu biografado. Entre os séculos XVIII e XX, uma certa “biografia romântica” deixava inteiramente de lado o biógrafo, ciente que estava da tarefa de ser um mero expositor dos fatos e das tramas que envolviam o indivíduo em questão. Era, desta forma, um mero observador, uma voz calada e imparcial.

Neutralidade e objetividade já não parecem mais oferecer os caminhos seguros de apreensão do passado. Os historiadores já não têm dificuldades em considerar a presença de aspectos subjetivos em seu ofício. Somos marcados o tempo todo por visões de mundo e por nossos “lugares de fala”. O produto do trabalho historiográfico inscreve-se na materialidade de um texto que carrega o conjunto de vivências de quem o escreveu e é recebido por leitores igualmente imersos em distintos tecidos sociais, com suas lógicas de funcionamento e multiplicidade de experiências e representações. A biografia obrigou o historiador a repensar as figuras de linguagem que utiliza e os recursos estilísticos que aciona. Tornou-se, portanto, “o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia” (Levi, 1996: 168)

A biografia supõe “um interesse que articula, em princípio, duas vidas: a narrada e a do narrador, aquele que se debruça e olha a vida do outro afetado por alguma forma de desejo” (Guimarães, 2008: 19). O afeto e a cumplicidade não se esgotam nas relações entre o biógrafo e seu personagem. A escrita biográfica se articula à presença de um outro, para quem se narra e que não vivenciou as experiências e fatos narrados. Janet Malcom nos fala de uma cumplicidade entre o biógrafo e seu leitor que só se explica por uma certa atividade excitante e proibida para ambos:

“atravessar o corredor na ponta dos pés, parar diante da porta do quarto e espiar pelo buraco da fechadura” (Malcom, 1995: 17)

Ao recompor uma trajetória individual e, conseqüentemente, dotá-la de sentido, o historiador pode se deparar com o perigo daquilo que, em uma expressão já consagrada, Pierre Bourdieu denominou de *ilusão biográfica*. O risco maior é o de assumir um conceito rígido de identidade, partindo do pressuposto de que “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”. (Bourdieu, 1996: 184) Aqui, mais uma vez, a relação entre biógrafo e biografado lança luzes sobre o problema levantado pelo sociólogo francês. Neste sentido, a observação de Vavy Pacheco Borges é, simultaneamente, provocadora e reveladora:

Como nós, nossos personagens históricos não são modelos de coerência, de continuidade, de racionalidade; como para nós, as tensões entre o vivido e o que foi imaginado e desejado são fundamentais em suas vidas. E, para eles, como para nós, há uma parte indecifrável do aleatório, do imprevisível, do misterioso da vida (a não ser que acreditemos em alguma espécie de “Divina Providência”). (Borges, 2009: 233)

De acordo com Richard Holmes, a biografia “pode propiciar uma espécie de espelho ético, no qual podemos ver, com uma força súbita a nós mesmos e nossas vidas sob diferentes ângulos” (Holmes, 1985: 83) A discussão dos princípios éticos na escrita biográfica tem sido marcada recentemente por processos judiciais referentes a possíveis violações de privacidade e de direitos de imagem.¹ Que normas explícitas ou implícitas deveriam guiar a atividade do historiador que se propõe a relatar uma vida e, para tanto, precisa tomar contato com documentos pessoais do seu personagem, entrevistar amigos e familiares – sempre contando com a possibilidade de tais entrevistas serem dolorosas ou mesmo desagradáveis para os entrevistados -, enfim, “espiar pelo buraco da fechadura”? Uma advertência de Vavy Pacheco Borges nos parece aqui um ponto de partida significativo:

¹ Penso particularmente em dois casos. O processo movido pelas filhas do jogador Garrincha contra o biógrafo do pai, o jornalista Ruy Castro, alegando que não houve consulta sobre a publicação do livro e que, portanto, deveriam receber direitos de imagem do atleta e a ação movida pelo cantor Roberto Carlos contra o jornalista Paulo César de Araújo, seu biógrafo não autorizado, e que culminou com a retirada do livro de circulação.

Principalmente, a meu ver, é preciso um grande respeito ao outro, um cuidado para não se querer “consumir” o biografado como um produto, evitando aquilo que ocorre por vezes hoje em dia, nas relações humanas e, especialmente, em algumas relações biográficas. Uma vida não deve ser encarada como um objeto que vamos expor e vender, sem outras considerações, embora, obviamente, faça parte de nosso trabalho devolver à sociedade o produto de nossas pesquisas. (Borges, 2009: 237)

Bela lembrança em uma era em que o consumo de biografias e a publicização de fatos particulares movimentam um poderoso mercado editorial cada vez mais ávido de leitores e lucros! Mas a passagem acima nos remete também à problemática da conciliação do trabalho do historiador-biógrafo e os princípios éticos. Benito Bisso Schmidt nos lembra que nosso ofício “pauta-se por certas exigências, por certas convenções – explícitas ou implícitas – a respeito do que é permitido e proibido, adequado ou inadequado, valorizado ou estigmatizado”. (Schmidt, 2009: 22). Os rigores teóricos e metodológicos e, como já mencionara Vavy Pacheco Borges, a necessidade social de produzir e difundir nossos trabalhos historiográficos, não são pólos opostos às considerações de caráter ético. Quando se produzem entrevistas com o biografado ou com pessoas próximas a eles, é necessário o estabelecimento de limites bem claros a respeito do que será perguntado, do que necessita ser apreendido destas entrevistas e, principalmente, das formas de divulgação e circulação destas informações.

Seguindo ainda as reflexões de Schmidt, estas preocupações fundamentais se tornam menos atormentadoras quando atendemos a necessidade de compreender o sentido da vida que se estuda. O que nos interessa é acompanhar os passos de uma trajetória singular que suscite inquietações, dúvidas e incertezas que também possam interessar a todos aqueles preocupados com os problemas e a relevância da pesquisa histórica. Mais do que fazer “revelações bombásticas” ou trazer à tona facetas desconhecidas do seu personagem, o biógrafo deve sugerir respostas para questões como “o funcionamento concreto de determinados mecanismos sociais e sistemas normativos, a pluralidade existente por detrás de grupos e instituições tradicionalmente vistos como homogêneos, a construção discursiva e não discursiva dos indivíduos, as margens de liberdade disponíveis às pessoas em diferentes épocas, entre outras (Schmidt, 2009: 23-24). Desta forma,

(...) para o historiador biógrafo em particular, não existem fatos importantes em si, que precisam ser revelados “do a quem doer”; além disso, o que lhes interessa não é o inusitado por ele mesmo. Também sua forma de encarar a verdade é – ou deveria ser – mais sofisticada, e tensionada, do que aquela própria do senso comum, limitada à factualidade imediatamente apreensível. (...) Respeito pelo personagem biografado – no sentido de compreendê-lo em sua historicidade e não como uma celebridade a ser desnudada – e respeito pelas regras, historicamente construídas, do ofício de historiador: tais me parecem ser os parâmetros mais importantes desta ética particular, aquela do profissional de História que se dedica a perscrutar os caminhos e descaminhos de uma vida. (Schmidt, 2009: 24-25)

Ao longo do texto, esperamos ter apresentado algumas questões de relevo para um debate mais aprofundado a respeito dos dilemas e incertezas deste *return* da biografia que, por certo, não representa a mera volta de um gênero dedicado a ilustrar vidas representativas ou enaltecer homens e mulheres que “fizeram a História”. Acreditamos na imensa potencialidade da biografia histórica sem duvidarmos também dos seus riscos, tensões e percalços.

Bibliografia:

- AVELAR, Alexandre de Sá. A retomada da biografia histórica. **Oralidades. Revista de História Oral**. n.2, jul/dez/2007, pp. 45-60.
- AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. Biografia e gênero. In: GUAZELLI, César Augusto Barcellos et al (orgs). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- BORGES, Vavy Pacheco. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. In: NAXARA, Márcia, MARSON, Izabel e BREPOHL, Marion (orgs). *Figurações do outro*. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.13, v.7, 1994, pp.97-113.

- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Prefácio: a biografia como escrita da História. In: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- HOLMES, Richard. *Footsteps: adventures of a romantic biographer*. New York: Vintage Books, 1985.
- LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- _____. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- MALCOM, Janet. *A mulher calada*. Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografia como género historiográfico. Algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHIMDT, Benito B. (org). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.
- SCHIMDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.19, 1997, pp.1-17.
- _____. A biografia histórica. O “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: ____ et al (orgs). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- _____. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: Ética e narrativa biográfica. **Conferência pronunciada no XXV Simpósio Nacional de História – “História e Ética”**. Fortaleza, 2009.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ŽIŽEK, Slavoj. *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008.

A historiografia da industrialização brasileira

Alexandre Macchione Saes*

Os primeiros relatos de produção industrial no Brasil podem ser datados no prematuro período de transição do século XVIII para o século XIX. Nesse sentido as datas de 1785 e 1808 são emblemáticas ao representarem, respectivamente, a preocupação da Coroa em manter os benefícios do Pacto Colonial com a proibição de manufaturas na colônia e, anos mais tarde, com a revogação por D. João VI do ato de 1785, resultado da chegada da coroa portuguesa ao Brasil. Contudo, tal produção manufatureira mal poderia ser considerada como industrial, mas, mais provavelmente, representada como uma fase de proto-industrialização por meio de fabriquetas bastante rudimentares (LIBBY, 1997 e SOARES, 2002).

Foi em meados do século XIX que, um novo contexto político e econômico fomentaria a formação de indústrias qualitativamente mais representativas, tanto mais robustas com relação ao número de trabalhadores como com relação à capacidade de produção. Enquanto o fim do tráfico negreiro liberava capitais do comércio de escravos (PRADO JR., 1945), a promulgação do Código Comercial delimitava as regras para a formação das importantes sociedades anônimas (LEVY, 1994). E, com relação às atividades econômicas, a expansão da economia cafeeira na região fluminense proporcionava a recuperação das exportações nacionais que estavam em crise à cerca de cinquenta anos (FURTADO, 1959). Assim, cidades com atividades mercantis pujantes, como Salvador e Rio de Janeiro, passaram a formar suas primeiras grandes indústrias. Eram poucas companhias, mas que já buscavam incorporar maquinário e atender basicamente o comércio local com produtos têxteis.

O salto quantitativo, por sua vez, teria lugar na transição do século XIX para o século XX. De um lado, a sede do Império e depois capital da república, a cidade do Rio de Janeiro, aproveitou-se da condição de principal porto de importação e exportação do Brasil e de maior centro comercial do país para expandir sua produção industrial. A cidade de São

* Professor Adjunto da Universidade Federal de Alfenas.

Paulo, por outro lado, passava por forte crescimento em função do desempenho da economia cafeeira, criando uma dinâmica própria de desenvolvimento industrial.

Entretanto, independentemente dos saltos quantitativos e qualitativos, a reprodução da indústria ao longo de toda Primeira República estaria ainda subordinada a economia mercantil, fosse ela do comércio carioca, fosse ela da produção agrário-exportadora paulista. Em suma, o processo de industrialização *stricto senso* ocorreria no Brasil somente depois de 1930, quando uma política deliberada do governo Vargas e condições favoráveis da economia internacional, permitiriam a reprodução da indústria tornar-se autônoma, e o setor de bens de produção fosse aos poucos incorporado à economia nacional. Entretanto, um parque industrial relativo já havia sido formado no país pré-1930, de forma que não se pode descartar os elementos condicionantes desse crescimento industrial. Assim, procura-se neste trabalho recuperar o debate sobre a formação da indústria brasileira: mais do que o processo de industrialização em si, busca-se enfatizar as interpretações sobre os elementos que permitiram a constituição da nascente indústria.

A industrialização como projeto

Foi entre os anos 1940 e 1960 que a industrialização tornou-se tema central nos trabalhos de história e economia. O Brasil passava pelo seu próprio processo de industrialização, momento auge de criação de indústrias de base e de estímulos para o crescimento industrial. Nesse sentido, autores começaram a incorporar o problema da formação das indústrias num país periférico como o Brasil como projeto político de desenvolvimento do país. Assim, voltar-se para as experiências passadas era uma das formas de se pensar o problema presente: indicar os caminhos para a industrialização como meio de reduzir as diferenças entre os países periféricos e os desenvolvidos.¹

Foi nesse contexto que a formulação do conceito de substituição de importações impulsionou longos debates sobre quais haveriam sido as condições necessárias para a gênese do processo de industrialização no Brasil. Celso Furtado (1959) e Carlos Manuel Peláez (1968) ilustrariam essa primeira fase desse debate. Debruçados sobre os resultados econômicos do país pós-crise de 1929, enquanto Furtado seguia as interpretações da

¹ Para uma síntese do debate: SAES (1989) e SUZIGAN (1986).

CEPAL considerando que o avanço industrial era resultado da crise mundial e da nova política econômica de cunho heterodoxo implantada por Getúlio Vargas, Peláez amparava sua tese na idéia de que a expansão das exportações que havia propiciado o transbordamento de capital para a formação do setor industrial.

Isto é, para Furtado as condições da crise de 1929 e a intervenção política de Getúlio Vargas haviam gerado o deslocamento do centro dinâmico da economia para as atividades industriais. A atividade econômica nacional, outrora voltada para atender as demandas internacionais, voltava-se pela primeira vez para seu mercado interno, seguindo a lógica do conceito de substituição de importações. Ademais, a expansão do crédito realizada pelo presidente Vargas, por meio da compra do excesso de café, possibilitou a manutenção do nível da demanda agregada que, somados à desvalorização da moeda e a redução das importações, proporcionou condições ideais para a recuperação da produção da indústria nacional já em 1933. Para Furtado, conseqüentemente, as políticas nacionais deveriam seguir a negação da teoria das vantagens comparativas e o planejamento econômico mediante a ação do Estado. Diagnóstico negado por Peláez: na verdade a recuperação econômica dos anos 1930 havia sido financiada externamente, por meio dos recursos dos impostos do café e, desta maneira, eram os resultados da balança de pagamentos e a queda das importações que tornavam o orçamento do país equilibrado. Em suma, para o autor não eram as políticas heterodoxas que permitiam a recuperação econômica e a industrialização, mas ao contrário, a expansão das exportações e uma política econômica austera.

Outros autores, mesmo antes do debate entre Furtado e Peláez, já defendiam que o surto industrial era na verdade anterior à década de 1930. Na mesma linha em que seria formado o argumento de Celso Furtado, Roberto Simonsen (1939) e Caio Prado Jr. (1945) consideravam, por sua vez, a Primeira Guerra Mundial como momento estratégico para compreender os surtos industriais iniciais no Brasil, pois tal período havia reduzido a concorrência internacional aos produtos nacionais, permitindo que empresários locais pudessem substituir as antigas importações. Roberto Simonsen baseava-se no censo industrial de 1920, em que a produção industrial ao longo da Primeira Guerra Mundial (1914-1919) havia dobrado.

Tal argumento seria combatido por Warren Dean (1971) que reafirmava a idéia do papel do comércio cafeeiro nas condições para formar a indústria nacional. Considerava que a desvalorização cambial ao invés de proteger a indústria nacional, na verdade encarecia a compra de insumos e maquinários. E as crises econômicas, por sua vez, provocavam crise na demanda e retração da renda. Segundo o autor, ao ampliar a renda interna e reduzir o custo da importação de máquinas e matérias-primas para a indústria, os períodos de expansão das exportações auxiliavam o crescimento industrial. Dean argumentava que as interpretações vinculadas à substituição de importações tinham viés nacionalista, e negavam ideologicamente o papel das fontes externas na industrialização.

Vilella e Suzigan (1973), por meio de longa análise de dados, também passaram a questionar a possibilidade de expansão industrial durante a Primeira Guerra, considerando que foram os anos de 1905 e 1912 aqueles responsáveis pelo surto industrial diante a ampliação da capacidade produtiva. Novamente, a formação das indústrias estava mais condicionada aos momentos de expansão das exportações do que ao protecionismo conjuntural gerado pelas crises internacionais. Assim, na verdade, o período de Primeira Guerra Mundial representava sim uma tendência de oscilação da produção e não de crescimento das atividades industriais.

A síntese do debate sobre as causas do processo de industrialização entre choques adversos e expansão industrial induzida pelas exportações seria feita em dois trabalhos: o de Albert Fishlow (1972) e o de Flávio Versiani e de Maria Teresa Versiani (1977). Fishlow, ao conjugar as duas teorias, ponderou que no período antes da Primeira Guerra Mundial (1905-1913) a expansão das exportações teve papel decisivo na criação de capital, enquanto durante o conflito mundial, a desvalorização do câmbio e a inflação foram elementos que possibilitaram a substituição de importações auferindo lucros elevados para os empresários industriais. Fishlow ainda afirmaria que o primeiro surto de substituição de importações havia acontecido já na última década de 1890, quando a expansão da circulação monetária com Rui Barbosa e a proteção tarifária (1895-1899) teriam dados melhores condições para a produção têxtil nacional. O autor afirmava que a variação entre câmbio e inflação possibilitava momentos de crescimento de importação e outros de expansão da produção. Versiani & Versiani, por sua vez, enfatizaram a análise na constante

oscilação cambial característica da Primeira República: nos períodos de desvalorização da moeda nacional criavam-se condições para ampliação da produção, diferentemente dos momentos de valorização, que proporcionava a intensificação dos investimentos nas plantas industriais pelo barateamento das importações.

Com tais conclusivas análises, o debate sobre a industrialização deixou de se pautar apenas nos condicionantes internos ou externos para a produção nacional. Ademais, a industrialização brasileira, que antes era um projeto, tornou-se realidade nos anos de 1970, contudo, sem resolver os dilemas do desenvolvimento nacional. A desigualdade, as diferenças regionais e o distanciamento da realidade dos países centrais permaneciam. Era preciso repensar o caráter da indústria nacional e suas peculiaridades.

A indústria frente ao desenvolvimento capitalista

Os anos 1970 marcam a ascensão de novas abordagens para a questão da industrialização no Brasil. A preocupação de se pensar a indústria como projeto político estava esgotado tendo em vista os limites das transformações provocadas por esse processo na realidade brasileira. Para o Brasil superar a desigualdade econômico-social com as economias centrais não era suficiente apenas romper com a teoria das vantagens comparativas e constituir a sua própria indústria; o subdesenvolvimento mostrava-se mais perverso, respondia à própria organização econômica mundial. Nesse sentido que trabalhos se voltaram para a compreensão do processo de constituição de nossa indústria em vista da constituição de nosso capitalismo. Pensar as particularidades do capitalismo poderia indicar caminhos para superar as deficiências e gargalos do desenvolvimento nacional.

O pioneiro trabalho nesta linha foi publicado ainda em 1960 por Fernando Henrique Cardoso. Em “Condições sociais da industrialização” o autor propunha superar as explicações puramente econômicas, das oscilações entre as importações e exportações, para compreender o grau de desenvolvimento capitalista e as características da economia mercantil e da divisão social do trabalho. Assim, iniciou sua análise das transformações da economia cafeeira e da transição do trabalho escravo para o livre. Sua polêmica idéia de que os fazendeiros paulistas incorporavam a mentalidade capitalista e os imigrantes

fundavam o mercado de trabalho assalariado indicava as causas essenciais que levaram ao desenvolvimento industrial em São Paulo.

Seguindo a proposta de Fernando Henrique, José de Souza Martins (1973) apontaria que a indústria brasileira – e, no caso específico, a paulista – emergia das franjas da economia exportadora, com a expansão da produção de mercadorias cujo consumo está associado ao cotidiano dos imigrantes. O autor se valeria também dos conceitos de Furtado, defendendo que somente após o processo de substituição de importações a dinâmica industrial conseguiria romper com a subordinação da economia exportadora.

Mas talvez os trabalhos mais representativos dessa linha de interpretação seriam aqueles gestados no Instituto de Economia da Unicamp. As teses de João Manuel Cardoso de Mello (1986), de Sérgio Silva (1976) e de Wilson Cano (1977) fundariam o que podemos chamar de “paradigma paulista” sobre o processo de industrialização brasileira. Para os autores, mais importante que a idéia de uma mentalidade burguesa nas classes dominantes paulistas pregada por Fernando Henrique Cardoso, foi em São Paulo em que as condições para a realização do processo interno de acumulação de capital possibilitou que a formação do capital industrial brasileiro pudesse ser aplicado.

No entendimento de Sérgio Silva e João Manuel era preciso compreender as pré-condições para o desenvolvimento capitalista. Nesta análise, a interpretação da relação entre café e indústria emerge como uma unidade e uma contradição: ao mesmo tempo em que auxilia o crescimento econômico, a atividade cafeeira mantinha a economia paulista subordinada ao modelo agrário-exportador. Assim, enquanto a economia cafeeira estava em expansão, acabava por gerar rendas fundamentais para a diversificação das atividades econômicas e mercado para produções industriais; por outro lado, nos momentos de crise da economia agrário-exportadora, a mão-de-obra liberada do campo se tornava reserva de trabalho para as indústrias.

Sérgio Silva caminha para uma análise mais ampla da relação da origem da indústria no país frente ao contexto internacional. Para o autor, o desequilíbrio externo provocava na economia subdesenvolvida uma necessária transformação nas formas de acumulação, gerando tanto o nascimento da indústria como estimulando a elevação da produtividade. Mas o autor alerta, a indústria em si não é ruptura com a dependência frente

à economia internacional, mas é uma nova forma de subordinação: a indústria nascente é aquela possível para um país subdesenvolvido, mesmo que esta superasse a posição dominante da cafeicultura na produção econômica nacional.

João Manuel Cardoso de Mello, por sua vez, considerava que os fatores externos são determinantes em última instância e, o importante na análise do desenvolvimento capitalista periférico é apreender dos condicionantes internos de acumulação de capital. Nesse sentido, a dominância do capital mercantil ao longo da Primeira República é o que provocava a acumulação de capital necessária para a expansão industrial, mas mantinha limites para a reprodução da indústria. Wilson Cano, seguindo tal leitura, enfatizaria ainda mais as condições próprias da economia paulista para o desenvolvimento industrial, o que refletia num contínuo processo de desigualdade regional.

As leituras desse período dialogavam bastante com o campo das ciências sociais, incorporando problemáticas da formação do capitalismo e das peculiaridades desse capitalismo em formação na periferia. Conceitos como subordinação, dependência seriam comuns nas leituras de como foi criado o ambiente para a emergência da indústria no país e, especialmente, a indústria paulista originária como resultado da economia cafeeira.

Desigualdades regionais e as histórias das indústrias brasileiras

Em fins dos anos 1970 e, especialmente ao longo dos anos 1980, em virtude do crescimento dos centros de Pós-Graduação e do acesso às fontes primárias, a quantidade de estudos regionais foram ampliadas. Conseqüentemente, com evidências da formação de indústrias em diferentes regiões brasileiras ainda ao longo do século XIX e da Primeira República, estudos seriam formados para negar tanto as grandes interpretações sobre o processo de formação econômica do Brasil, como para negar o paradigma paulista de acumulação de capital. Novos circuitos de capital, novas atividades econômicas e novas dinâmicas deveriam ser examinadas como forma de compreender a formação da indústria nacional. De maneira geral esses estudos ressaltariam peculiaridades regionais até então obscurecidas, mas reduzindo as análises às perspectivas particularistas. Nossa intenção a seguir é apenas apontar para alguns exemplos de estudos que emergem nesse contexto.

No caso da Bahia os levantamentos estatísticos indicavam sua hegemonia industrial em meados do século XIX. Salvador, o núcleo do comércio de exportação dos produtos nordestinos como açúcar, fumo, diamantes e o cacau, era o principal porto importador da região. Ademais, sua principal mercadoria comercializada até 1850 eram os escravos africanos que, após a suspensão do tráfico, abriam oportunidade para novas atividades econômicas. Assim, a indústria baiana para autores como José Luís Pamponet (1975), Gabriel Kraychete Sobrinho (1988) e José Raimundo Vergolino (1990) seria resultado desse capital mercantil em busca de diversificação.

Contudo, o porto importador brasileiro por excelência era o Rio de Janeiro. Capital do Império, a cidade concentrava a maior população do país, os principais órgãos políticos, uma economia local que ressurgia com o café e, por isso mesmo, um grande potencial consumidor. Deste contexto que surge uma classe local poderosa formada pelo grande capital comercial e financeiro do país, participando ativamente nas formulações da política econômica nacional. O centro econômico da segunda metade do século XIX, a capital do Império foi onde a indústria mais se desenvolveu durante as décadas de 1880 e 1890. E diante todas essas evidências que autores como Maria Bárbara Levy (1994), Eulália Lobo (1978), Sérgio Lamarão (1997) e Ana Maria Monteiro (1985) tentariam negar a preponderância da dinâmica “café-indústria” explícita no paradigma paulista.

Finalmente, para o caso de Minas Gerais, toda uma extensa literatura ligada à idéia de mercado interno apresentaria a Província cuja dinâmica econômica fugia do padrão agrário-exportador. Em parte, para Libby (1988) era essa dinâmica peculiar havia permitido que pequenas fábricas tivessem sido criadas para atender o mercado local. Contudo, a indústria mineira emerge justamente na região cafeeira da Zona da Mata e, para autores como Célio Campolina Diniz (1981), Domingos Giroletti (1988), Maria Tereza Oliveira (1993) e Anderson Pires (1993), assim como foi para São Paulo, a produção cafeeira também desempenhou papel decisivo no fomento da indústria local.

Em suma, novas perspectivas foram apresentadas nas últimas três décadas, contudo, é difícil acreditar que as análises regionalistas tenham conseguido formar uma nova interpretação para o processo de formação das indústrias no Brasil. Não podemos negar as particularidades das regiões, as dinâmicas específicas que possibilitaram a emergência de

indústrias nas mais diversas localidades do país, entretanto não podemos negar também, a preponderância industrial paulista em fins da Primeira República. E ainda mais importante, as interpretações sobre o processo de industrialização, tanto aquelas buscavam na indústria o caminho para alcançar o desenvolvimento econômico como aquelas que buscam na organização da indústria nacional respostas para compreender as peculiaridades de nosso capitalismo, tinham em vista um projeto político de transformação do Brasil, projeto este que parece ter se perdido dentre as polêmicas puramente semânticas e acadêmicas contemporâneas.

Referências bibliográficas:

- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo”. *Revista brasiliense* (28), março/abril, 1960.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.
- DINIZ, Célio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG, 1981.
- FISHLOW, Albert. “Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil”. *Estudos econômicos*. 2 (6), 1972.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1959.
- GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora, 1850-1930*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.
- KRAYCHETE SOBRINHO, Gabriel. *O capital agromercantil e a indústria na Bahia: do primeiro surto industrial à crise de 1930*. Salvador: dissertação de mestrado – UFBA – 1988.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu. *A energia elétrica e o parque industrial carioca (1880-1920)*. Niterói: tese de doutorado – UFF, 1997.
- LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- LIBBY, Douglas Cole. “Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais”. *Estudos econômicos*, São Paulo, v.27, n.1, 1997.
- LOBO, Eulália. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978.
- OLIVEIRA, Maria Tereza Ribeiro. *Indústria Têxtil Mineira no Século XIX*. Anais do XXI Encontro Nacional de Economia, ANPEC, vol. 01, Belo Horizonte: 1993.
- MARTINS, José de Souza. *O Conde Matarazzo, o empresário e a empresa*. São Paulo: Hucitec, 1973.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MONTEIRO, Ana Maria. *Empreendedores e investidores em indústria têxtil no Rio de Janeiro, 1878-1895*. Niterói: dissertação de mestrado – UFF, 1985.
- PELÁEZ, Carlos Manuel. “A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira”. *Revista brasileira de economia*. 2 (1), 1968.
- PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora, 1870-1930*. Niterói: dissertação – UFF, 1993.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. “A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República”. *Estudos avançados*. São Paulo: vol. 3, n.7, 1989.
- SAMPAIO, José Luís Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto de industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. Salvador: dissertação de mestrado – UFBA, 1975.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- SOARES, Luís Carlos. “A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX (1840-1860)”.
SZMERECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto Amaral. *História econômica da independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VERGOLINO, Raymundo. “A evolução da indústria manufatureira na Bahia: 1850-1900”.

Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia. Belo Horizonte: Anpec, 1990.

VERSIANI, Flávio & VERSIANI, Maria Teresa. “A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição”. VERSIANI, Flávio & BARROS, José Roberto de. *Formação econômica do Brasil. A experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

VILELLA, Aníbal & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

Os ensinamentos do historiador **Ciro Flamarion** sobre as relações entre a narrativa histórica e mundo real

Alexandre Pacheco ¹

Resumo: Pretendemos discutir, neste texto, como o status epistemológico da narrativa histórica seria capaz de interferir, nos ensinamentos que a História teria a nos oferecer, diante da possibilidade ou não da ação narrativa dos indivíduos poderem estabelecer uma relação de continuidade ou descontinuidade com o mundo real. Para isso, nos utilizaremos das discussões de **Ciro Flamarion** através de seu artigo: “Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo”, onde este autor procurou - a partir das teses do historiador **David Carr** - criticar as posições anti-realistas dos autores ligados à chamada “virada lingüística” tanto na França, como nos Estados Unidos, e suas constantes afirmações sobre a impossibilidade da narrativa histórica poder estabelecer uma relação de continuidade com o mundo real.

Palavras chave: narrativa histórica, mundo real, continuidade, descontinuidade.

Ciro Flamarion para rebater a idéia de que todo processo de codificação da realidade sempre teria como resultado não só uma simplificação, como também uma “deformação da coisa codificada”, propôs duas teses fundamentais como forma de sustentar a idéia de que seria possível para o homem - a partir das interações do cérebro com o meio ambiente social - ter condições de adquirir um conhecimento adequado da realidade:

Em primeiro lugar, o desenvolvimento da linguagem não se colocari como resultado imediato das necessidades sociais de subsistência;

Em segundo, o desenvolvimento da linguagem seria produto do desenvolvimento do cérebro diante das necessidades de participação dos homens nos variados ambientes sociais em que estariam inseridos (“xadrez social”).

Vejamos.

Flamarion em seu artigo “Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo” afirma que este mesmo anti-realismo não seria uma invenção dos posicionamentos pós-modernos.

Para ilustrar a afirmação, o autor cita **Cassirer** e sua explicação acerca da natureza artificial da linguagem e do símbolo como formas para explicação da realidade física:

¹* Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

(...) O homem já não pode enfrentar a realidade de modo imediato; não pode vê-la, digamos, frente a frente. A realidade física parece retroceder na mesma proporção em que avança sua atividade simbólica. Em lugar de tratar com as próprias coisas, em certo sentido conversa constantemente consigo mesmo. Envolveu-se em formas lingüísticas, em imagens artísticas, em símbolos míticos ou em ritos religiosos de tal forma que não pode ver ou conhecer coisa alguma senão através da interposição deste meio artificial. (CARDOSO, 2005: 56)

Assim, em verdade, o realismo epistemológico apesar de se colocar como um pressuposto da ciência não pode ser provado pela mesma.

Para Flamarion, afirmar que o sistema nervoso central não pode reverter à consciência informações que não estejam codificadas, enquadradas em normatizações pré-estabelecidas, ou de acordo com Jacques Monod “assimiladas e não simplesmente restituídas”, constitui uma interpretação falaciosa enquanto postulado assumido pela neurofisiologia e pela psicologia experimental, que de acordo com Flamarion assume a seguinte afirmativa:

(...) a de que qualquer codificação signifique, necessariamente, não só uma seleção ou simplificação como, também, uma deformação ou deturpação da coisa codificada.

Será verdade que o sistema nervoso humano deturpe a realidade ao pô-la ao alcance da mente pela coordenação, no cérebro, das informações sensoriais?

(...) O que torna nossa espécie – o *Homo sapiens sapiens* ou, segundo outro sistema de classificação, simplesmente *Homo sapiens* – algo à parte no mundo animal não é, acredita-se hoje, a capacidade de fabricar instrumentos, e sim a linguagem sofisticada que a caracteriza, única no quadro da zoologia terrestre. (CARDOSO, 2005: 57 - 58)

Neste sentido, para o autor, o desenvolvimento da garganta nos humanos (impedimento em relação ao engolir e ao mesmo tempo respirar) teria tido implicações decisivas no processo evolutivo da fala. Implicações que teriam trazido vantagens para o ser humano.

Em um primeiro momento, as teses a respeito dessa evolução convergiram no sentido de que a fala - que culmina em uma linguagem sofisticada - teria sido o resultado das relações econômicas cooperativas entre caçadores/coletores e os problemas que envolveram esse tipo de reprodução da vida do homem. Ou seja, a linguagem teria sido um elemento colocado a serviço das formas de sobrevivência e para a confecção de instrumentos.

Flamarion, porém, caminha para um outro lado da questão:

Esta maneira de ver, que parecia convincente, começou a ser desafiada pioneiramente, a partir dos anos de 1960, por Ralph Holloway, da Universidade de Columbia. Holloway defendeu a noção de que o desenvolvimento do cérebro ligou-se ao da linguagem, e o da linguagem, mais às demandas derivadas das interações sociais e controles sociais do que às da tecnologia de subsistência. Em função da

complexidade das relações sociais – perceptível também, em grau muito apreciável, mesmo nos monos antropóides atualmente existentes – o crescimento e a sofisticação do cérebro humano vincular-se-iam à necessidade de construir um modelo especialmente complexo da realidade, incluindo nisto o mundo material mas talvez sobretudo os outros membros da mesma espécie, para entendê-los melhor e jogar eficazmente o “xadrez social”, que inclui alianças cambiantes e a tentativa de manipular alguns desses membros, em lugar de prender-se em forma principal às injunções nascidas da comunicação com outrem e da elaboração da tecnologia de subsistência.

A função central do cérebro é construir um modelo de realidade que permita ao animal existir neste mundo, nele funcionando e sendo bem-sucedido. (CARDOSO, 2005: 59)

Dessa forma, ao se tornar mais complexa a vida de um animal, bem como suas interações com o mundo e com outros seres da mesma espécie que se implicariam nela, mais complexas serão as estruturas dos modelos de realidades que serão mentalmente construídas.

Os sentidos oferecem avenidas de acesso ao mundo. Sendo que quanto maiores forem os sentidos para percepção do mundo que necessitar o animal, mais complexas tornar-se-ão as avenidas e mais complexos tornar-se-ão os circuitos mentais que permitirão inter-relacioná-las para constituição de um modelo complexo de mundo.

O grande cérebro dos primatas não parece poder explicar-se, seja porque sua subsistência exija uma intelectualidade tão mais desenvolvida, seja porque explorem melhor seu meio ambiente no sentido de subsistência. Quanto ao primeiro ponto, cada primata do passado ou do presente partilha o (s) meio (s) ambiente (s) em que vive e atua com muitas espécies não-primatas; e não pode ser demonstrado que seu uso da natureza para a busca de alimentos seja mais eficiente do que o de tais espécies. (CARDOSO, 2005: 60)

Não é a relação de subsistência diante do meio natural dos primatas que então faria de sua comunicação elemento mais complexo que a forma de comunicação dos mamíferos, mas suas necessidades em relação ao meio ambiente social.

(...) O “xadrez social” jogado pelos primatas é mais complexo do que o xadrez comum, já que as regras, derivadas de alianças e antagonismos mutáveis no tempo, se transformam ou até se invertem, o mesmo se aplicando ao papel e à hierarquia das “peças” intervenientes no jogo. A importância desse jogo nas relações sociais, ao estabelecer-se, leva à necessidade de uma infância protraída – de que os filhotes passem muito tempo aprendendo o modelo mental do mundo, no tocante à subsistência mas também à interação social -, sendo isto o indicador de uma retroalimentação entre diferentes níveis das interações sociais. (...) (CARDOSO, 2005: 60 - 61)

Ocorre, então, uma inversão do que se afirmava anteriormente sobre o desenvolvimento da linguagem: foi a necessidade de se conseguir mais tempo para a

socialização (coleta, uso de carniça e caça ativa) que acabou por forçar uma melhoria das técnicas de sobrevivência entre os primatas e principalmente entre os humanos.

Sendo a psique humana formada por três componentes básicos: a cognição, a emoção e a consciência, a

(...) consciência é aquilo que permite ao homem dar-se conta do que ele sabe, bem como prever o futuro, o que inclui o conhecimento de sua mortalidade: com consciência a vida percebe-se a si mesma no mundo, domesticando simbolicamente o tempo e o espaço. (CARDOSO, 2005: 61)

Assim, a consciência se constitui enquanto um “olho interior”, que lhe possibilita uma auto-análise do que nela se apreende, fazendo com que essa auto-análise se estenda aos esforços da inteligência e assim à previsão das motivações de outros seres humanos. Neste sentido, a consciência possui uma capacidade de informar antagonismos,

(...) as alianças, as defesas, as manipulações no complexo jogo social humano. (...) A linguagem dos homens – sem paralelo em sua complexidade no mundo animal deste planeta - é acima de tudo um instrumento de construção de um modelo complexo do mundo físico e social, mais ainda do que um modo de comunicar e passar adiante instruções. (CARDOSO, 2005: 62)

Richard Leakey, apud Flamarion, assim afirmou:

(...) O mundo dentro da cabeça – no caso do Homo sapiens, do cão ou da borboleta – é pois, formado pela natureza quantitativa do fluxo de informação do mundo exterior para o mundo interior, e pela capacidade que tiver o mundo interior de processar a informação. Há uma diferença entre o mundo real “lá fora” e aquele percebido na mente, “aqui dentro”.

(...) Na medida em que os cérebros aumentaram no curso do tempo da evolução, mais canais de informação sensorial puderam ser manipulados de maneira mais completa, sua informação integrada mais cabalmente. Os modelos mentais, por tal razão, passaram a equacionar as realidades “lá fora” e “aqui dentro” mais de perto, embora, como foi mencionado há pouco, com lacunas inevitáveis na informação. (CARDOSO, 2005: 63)

Para Flamarion, dessa forma, a partir de tais tendências explicativas, seria incorreto afirmar que não estaríamos capacitados à aquisição de um (...) “conhecimento adequado da realidade social”. (CARDOSO, 2005: 63)

A partir de tais discussões Ciro Flamarion procurou neste mesmo artigo “Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo”, testar as posições dos autores ligados à chamada “virada lingüística” nos estudos históricos² e suas constantes afirmações sobre a impossibilidade da narrativa histórica poder estabelecer uma relação de

² Jacques Derrida, Giles Deleuze, Hayden White e Dominick La Capra, entre outros.

continuidade com o mundo real. Sendo que foi a partir das teses de David Carr que Flamarion procurou rebater as posições epistemológicas destes autores.

Vejam os.

De acordo com Flamarion, os historiadores tradicionais teriam uma tendência a acreditarem no realismo do objeto e na veracidade das narrativas históricas.³

Já para os historiadores influenciados pelo ceticismo epistemológico, a partir da chamada “virada lingüística”⁴, narrativas e realidades encontrar-se-iam em planos distintos.

Para estes autores a assimilação dos planos seria, então, uma ilusão, desvios, instrumentos de poder e manipulação, apenas passíveis de configurarem realidades contingentes a partir de probabilidades estocásticas ou realidades “determinadas e casuais”, ou seja, (...) “realidade externa ao conhecimento humano, estranhas às tentativas de transformação em uma narrativa que de fato a representasse, reproduzisse ou imitasse.” (CARDOSO, 2005: 65)

De outro lado, porém, Flamarion rebate esta idéia ao demonstrar através da tese de David Carr que (...) “a história existe lá fora, isto é, no relativo aos indivíduos e grupos humanos; e que, portanto, pode e deve ser contada.” (CARDOSO, 2005: 66). Argumento de Carr contra a descontinuidade entre narrativa e mundo social, segundo Flamarion, organizado a partir de dois níveis: o individual e o coletivo, de forma que, de acordo com Carr, a estrutura da ação dos indivíduos ou da coletividade (passado, presente, futuro, começo, meio e fim) é comum ao texto e à vida, à narrativa e à realidade.

(...) A estrutura dos acontecimentos da vida é complexa quanto às estruturas temporais: configurações imbricam-se em durações distintas, que se entrelaçam e recebem definição e significação a partir da própria ação. O fato de que haja diferenças entre projetos humanos e o que deles de fato resulte traz suspense; mas não faz da ação ordinária um caos desconexo. (CARDOSO, 2005: 66)

Para os historiadores críticos da continuidade, porém, retrospectivas e antecipações são possíveis no relato, não na vida real, pois três pontos interfeririam na seqüência de quem

³ Autores como Stephen Bann demonstraram como os historiadores a partir do século XIX através de figuras como Ranke e Thierry procuraram dar importância à responsabilidade cognitiva que a história teria em relação à sua explicação do real, de forma que a partir de seus textos se preocuparam com a construção de um segundo nível de discurso, formado através de notas e referências para sustentação de suas narrativas históricas. Ao recorrer tanto a Hayden White, como a Roland Barthes, Bann também mostrou como a produção historiográfica do século XX - influenciada pela tendência cientificista do século XIX - pretendeu impor um discurso em que suas narrativas teriam como intenção serem uma prova da realidade estudada.

⁴ Configurada na França pela “desconstrução” e formulada por autores pós-estruturalistas como Jacques Derrida, Gilles Deleuze e, nos Estados Unidos, por autores como Richard Rorty, Hayden White e ominick La Capra.

está narrando: em primeiro lugar, o narrador; em segundo o público; em terceiro as personagens (sendo que na história as personagens não teriam acesso à organização dos eventos que o historiador propõe). “Na vida real ninguém narra os eventos e nem os transforma num relato. A narração supõe um conhecimento superior.” (CARDOSO, 2005: 66 - 67)

Conhecimento superior, por exemplo, que em autores como Hayden White se traduziria no fato de que a Histórica enquanto disciplina deveria reconhecer que suas narrativas de forma alguma escapam “à natureza do mito”.

Corretamente entendidas, as histórias nunca devem ser lidas como signos inequívocos dos acontecimentos que relatam, mas antes como estruturas simbólicas, metáforas de longo alcance, que “compram” os acontecimentos nelas expostos a alguma forma com que já estamos familiarizados em nossa cultura literária. (WHITE, 1994: 108)

Neste sentido, os imperativos do “arranjo cronológico dos eventos” na narrativa devem estar em tensão com os imperativos da estrutura de enredo, ou seja, a estratégia sintática representada na forma como o historiador dispôs as palavras em suas frases e de suas frases no discurso, bem como a relação lógica das frases entre e a correta construção gramatical. Sem esquecermos que a própria estrutura de enredo assim concebida sofrerá a desestruturação e estruturação dos eventos que contiver a partir de uma combinação dos chamado quatro tropos clássicos da linguagem figurativa.

Autores como Stephen Bann, na continuidade desta corrente, já nos mostraram como muitos historiadores encararam seus trabalhos como obras literárias até o século XVIII, além de possuírem a pretensão obviamente de serem históricos, possuiriam também uma imaginação literária.

Bann ao impor sua análise estruturalista ou retórica sobre a historiografia a partir das influências teórico-metodológicas de Hayden White e Roland Barthes, mostra a importância de se descobrir os poderosos talentos poéticos que estão subjacentes à realização do discurso histórico. Justamente porque pretende tanto descortinar as estratégias linguísticas⁵ de uma

⁵ Bann sofre a influência das análises de Barthes sobre o discurso historiográfico. Barthes procura, de um lado, através do método semiológico estudar como os atos de declaração do discurso histórico revelariam as condições sob os quais foi realizado a partir de certos documentos, como também a própria elocução que surgiria desse ato de declaração no discurso. Elocução capaz de denunciar certas coleções de termos reveladores de léxicos peculiares ao objeto referente e estudado pelo historiador e que formariam um sentido figurativo. De outro, através da influência da linguística de Saussure indicaria as relações entre os significantes, significados e referentes no discurso historiográfico, como forma de desmistificar o discurso histórico que reivindica “realismo”, ou seja, que simularia conhecer apenas o significante e o referente.

historiografia que pretendeu possuir uma relação privilegiada com o real, como também desmistificar aquela que se constituiu a partir da influência de formas míticas ⁶ em sua composição.

Bann, então, por consequência de sua análise estruturalista ou retórica buscaria realizar também uma

(...) crítica da historiografia que tem buscado manter, até os dias de hoje, o seu privilegiado status assumido pela nova história do século XIX. Seu papel é sugerir (como que revertendo o antigo conto das “Roupas novas do Imperador”) que Clio é de fato uma musa vestida com drapeados e não uma representação da Verdade Nua. (BANN, 1994: 60)

Análise estruturalista ou retórica do discurso historiográfico revelador de que o signo da história se pautaria mais pelo inteligível do que pelo real.

Por outro lado, David Carr, segundo Flamarion, para rebater posições semelhantes a esta, utilizou-se do seguinte argumento: (...) “As ações humanas são teleológicas, orientadas a um fim. (...) O presente é um ponto de vista que se abre para o passado e para o futuro.” (CARDOSO, 2005: 67)

Por isso, de acordo com Flamarion, Carr teria a seguinte posição:

(...) Podemos, então, estender do eu para nós o que se disse anteriormente: o tempo social humano, tal como o tempo individual, constrói-se tendo como base seqüências configuradas ou estruturadas que integram fatos e projetos da ação e da experiência comuns. Também, neste caso, a estrutura do tempo social real é narrativa. Em cada presente, é a projeção prospectiva/retrospectiva que lhe dá sentido e configuração, unificando os fatos e ações num projeto reconhecível quanto aos objetivos. (...) Para que aconteça algo assim, é preciso um relato articulado, aceito e interiorizado que diga das origens e destinos da comunidade de que se tratar e interprete o presente em função do passado reconstituído e do futuro projetado. Sem isto, não há como conservar o grupo coeso contra ameaças externas e eventual fragmentação interna, nem como mantê-lo agindo como grupo. De novo, função narrativa é prática antes de ser cognitiva, é parte e condição sine qua non das ações sociais organizadas. Não se trata, também aqui, de uma reconstituição ex-post, mas de algo imbutido na própria ação. Obviamente, as comunidades em questão, os grupos de que se falava, podem ser efêmeros ou duráveis, mais ou menos vastos e

⁶ Bann procura demonstrar através da influência dos modelos conceituais de Hayden White, como certos estágios de representação mental desempenham papel no processamento e ordenamento da matéria-prima da narrativa histórica. Esses modelos conceituais que revelariam certas narrativas genéricas conteriam prefigurações lingüísticas (os chamados 4 tropos clássicos da linguagem poética: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia), ou seja efeitos retóricos constituidores de enredos arquetípicos (por exemplo trágicos ou cômicos) e que assim esconderiam um significado estrutural profundo ligados à visão de mundo do autor historiador.

importantes: nações-estado, grupos lingüísticos ou religiosos, uma igreja, uma faculdade, um partido ou facção, etc.

O “eu” e o “nós” de que se falou na configuram realidades físicas: mas tem existência real, não são meras ficções; e se baseiam sempre em relatos ou narrativas. Por isto, os textos históricos, narrativas eles também, não são um desvio ou deturpação da estrutura dos fatos ou processos de que falam, que narram: são uma extensão legítima de suas características intrínsecas.

O processo narrativo prático de primeiro nível, constitutivo de uma pessoa ou de uma comunidade, pode converter-se legitimamente em processo narrativo de segundo nível, cognitivo. Isto acarretará mudanças no conteúdo. Um historiador pode contar a História de uma comunidade de um modo diferente de como a comunidade narrava-se a si mesma através de seus dirigentes, cronistas, jornalistas, clérigos, etc. Mas a diferença não residirá na forma. As narrativas de segundo nível não refletem ou reproduzem, simplesmente, as de primeiro nível que tomam como tema: elas as mudam e melhoram o relato, mesmo porque sem dúvida se aproveitam da posição ex-post do historiador. Mas não é verdade que a forma narrativa, própria do segundo nível, inexistia no primeiro, e que, por isto, narrativa e realidade vivida sejam irreconciliáveis, existam em planos distintos que não façam intersecção. (CARDOSO, 2005: 68 – 69)

Para finalizar, Flamarion apesar de reconhecer a antinomia que envolve tanto os autores que afirmam poder existir continuidade entre narrativa e mundo real, como aqueles que não acreditam em tal possibilidade, no entanto, afirma a partir de autores como Paul Ricoeur, Roger Chartier e Michel de Certeau, que a história possuiria um *status* prático científico criador de regras que permitiriam o controle de operações capazes de produzirem discursos científicos.

Referências

BANN, Stephen. **As invenções da História**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Edunesp, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**: ensaios. Bauru, SP: Edusc, 2005.

CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas e propostas. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, v.7, nº 13, 1994, p.103-104.

WHITE. Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

Poética e Memória, Arte e História – Da autobiografia ao testemunhal e vice-versa.

Aline da Costa Luz*
Marcio Pizarro Noronha*

A análise das relações entre poética e teoria, no campo da historiografia da história da arte, faz-se interessante ao ocupar-se da obra/processo artístico como um potente discurso autobiográfico.

As associações entre poéticas contemporâneas e memórias individuais, somadas ao estudo de um conjunto de obras selecionadas para o VIII Salão Nacional de Arte do Museu de Arte Contemporânea de Jataí¹, podem ser estudados a partir da análise sobre autobiografia e o aspecto testemunhal que as obras/processos artísticos assumem.

Existe um deslocamento da tradição da arte como representação para a arte como apresentação, presentificação, que se dá com os artistas modernos e se intensifica na arte contemporânea. O artista passa a se circunscrever em uma singularidade e sua obra é fruto de uma cadeia de “sensações”, nas relações entre a subjetividade e o mundo.

De acordo com Suely Rolnik (2002), “sensação” é precisamente isso que se engendra em nossa relação com o mundo para além da percepção e do sentimento. Quando uma sensação se produz, ela não é situável no mapa dos sentidos e, por isso, nos causa estranhamento. Ao tentar decifrar essa sensação, o artista faz da sensação um signo, que é uma invenção a qual se materializa no mapa dos sentidos, e não uma interpretação ou uma explicação. (p. 271)

· Graduada do 6º período de História na Universidade Federal de Goiás – Campus Avançado de Jataí. Membro do Grupo de Pesquisa Diretório CNPq INTERARTES. Bolsista PIBIC/2009-2010 com o projeto “Narrativas da Contemporaneidade: estudo de narrativas e conceitos de Arte Contemporânea na experiência e consolidação do acervo do MAC – Jataí: 2005-2009” Email para contato: line_costa89@hotmail.com

· Dr. em Antropologia (USP SP), Dr. em História (PUCRS), Psicanalista, Interartista, Professor e Pesquisador de Teoria da Arte. Atua no Campus Jataí – UFG. Atua nos Programas de Pós-Graduação em História (UFG) e em Música (UFG). É líder do Grupo de Pesquisa Diretório CNPq INTERARTES. Coordenador dos Grupos de Estudos da Performance – GEPERFORMANCEPOA e GEPERFORMANCEBAURU. Atualmente é diretor do Museu Histórico de Jataí – SMC – PMJ e Diretor Artístico do UHUU!!!! (UNESP BAURU). E-mail para contato: marcio.pizarro@hotmail.com ou marcpiza@terra.com.br.

¹ Ano 2009 – Direção do Museu de Arte Contemporânea e montagem das obras: Wirlene Clara de Lima (Bacharel em Artes Visuais). Curadoria por: Divino Sobral (Artista), Neila Carvalho de Lima (Arte-educadora e Secretária de Cultura e Turismo de Serranópolis – Go), Suely Lima (Graduada em Artes Visuais, Esp. em educação e museologia. Mestre em Educação. Doutoranda em História – UFG) e Marcio Pizarro Noronha (Dr. em Antropologia(USP SP), Dr. em História (PUCRS), Psicanalista, Interartista, Professor e Pesquisador de Teoria da Arte.)

Os artistas modernos saem do posicionamento que o artista tradicional assume de genialidade e de testemunha privilegiada das formas puras, reproduzindo, portanto, imagens perfeitas. Abdica-se da tradição da arte como representação. A obra/processo artístico vai se dar ao decifrar-se sensações transformando as em signos. Os contemporâneos intensificam esse deslocamento.

Sobre a arte contemporânea nos diz Rolnik:

“A arte contemporânea leva essa virada da arte moderna mais longe. Se o artista moderno não representava o mundo a partir de uma forma que lhe é transcendente, mas, no lugar disso, decifra e atualiza os devires do mundo a partir de suas sensações e o faz na própria imanência da matéria, **já o artista contemporâneo vai além não só dos materiais tradicionalmente elaborados pela arte, mas também de seus procedimentos** (escultura, pintura, desenho, gravura, etc.): **ele toma a liberdade de explorar os materiais mais variados que compõem o mundo, e de inventar o método apropriado para cada tipo de exploração**” (ROLNIK, 2002: 271, grifos nossos).

Entendemos, a partir do trecho acima citado, que a arte contemporânea vai usufruir daqueles materiais que abrangem a vivência humana em seu todo. A arte passa a interferir no mundo, esse que não se reduz às suas formas acabadas e sua representação, mas passa a ser visto como matéria a ser trabalhada pela vida contingente, estando em processo contínuo de mudanças. A arte consistirá numa prática de experimentações que não vai representar, mas participar das transformações do mundo. (Idem: 272)

Suely Rolnik acrescenta sobre a desterritorialização que ocorre no cenário tradicional da arte. Espaço, objetos e personagens (não só o artista, mas expectadores, curadores, críticos, arte-educadores) transformam o modo de apresentação da obra. O espaço da obra deixa de ser um lugar separado da vida coletiva, trabalhando com todo o espaço da existência humana que é colocada em obra. Os objetos não serão simplesmente expostos e consumidos pelo expectador, eles ganharão sentido à medida que o expectador se expõe àquilo que a obra provoca e cria “um sentido necessariamente singular” (Idem).

As vanguardas artísticas do início do século XX proporcionam uma virada qualitativa nos processos de produção artística, que colocam em questão a estrutura semiótica e cênica das obras. Marcio Seligmann-Silva (2006), afirma que após a Segunda Guerra Mundial a arte potencializa a desconstrução dos sistemas tradicionais

de representação. É sob o impacto do trauma que a produção artística encontra seu chão mais apropriado. A própria noção de realidade é modificada, é desterritorializada. (p. 207 e 208)

“No pós Segunda Guerra estas tendências só foram cada vez mais confirmadas. Se a indústria cultural responde à desterritorialização e apagamento de uma concepção unitária de realidade, com a transformação do real em mercadoria, a arte e literatura das vanguardas e das neovanguardas (e pós-vanguardas dos anos 70 em diante) refletem e resistem a esta situação através das mais variadas e ricas estratégias.” (SELIGMANN-SILVA, 2006: 208)

Em complemento às afirmações de Seligmann-Silva sobre o novo campo de atuação da arte, temos o trabalho de Potiguara Mendes da Silveira Júnior (2000) que afirma que não há possibilidade da arte permanecer a mesma após o horror que se presencia na Segunda Guerra Mundial, não só com o nazismo, mas também com a exibição ostensiva de um mal radical e banal nas bombas de Hiroshima e Nagasaki. (p. 227). Apreende-se que o cenário tradicional da arte perde espaço. Os valores usuais do humanismo, que apostavam na solidariedade entre os diferentes povos, caem por terra mediante o horror que vem à tona.

Tornam-se interessantes aqui as discussões sobre as obras de Primo Levi e Giorgio Agambem, feitas por João Camillo Penna (2006). Levi e Agambem trabalham com o testemunho dos sobreviventes ao holocausto. Existe uma lacuna nos testemunhos, pois os sobreviventes falam sobre algo que não podem testemunhar. A ética do testemunho se propõe a ouvir o silêncio produzido pela figura do “muçulmano”. Nos diz João Camillo Penna:

“Mas a testemunha sobrevivente não pode legitimamente falar em seu próprio nome e em nome de sua excepcionalidade – haveria algo de grotesco em um gesto como esse-, ele terá que falar enquanto ser ordinário, *pelo muçulmano*, como fala ventríloqua de seu silêncio. É em suma uma figura de uma fala *que ouve* e que se substitui ao silêncio da multidão dos mortos do campo de extermínio, que se pode pensar uma ética do testemunho.” (2006: 149).

Os sobreviventes à experiência do campo de concentração carregam a culpa em relação aos que morreram por terem sido tratados como animais² subjugados e de moral

² Em relação ao tratamento dos judeus como animais, Primo Levi lembra que as atitudes puramente humanas foram abandonadas/perdidas pelos presos nos campos de concentração. A quantidade de suicídios e tentativas de subversão, por exemplo, dentro dos campos de concentração foram mínimas, essas que são formas de resistência reservadas ao homem.

duvidosa. O segredo da sobrevivência é um egoísmo praticamente absoluto. Por isso a culpa. Aqueles que sobrevivem falam no lugar de outros, aqueles que realmente viveram todo o horror e por isso não podem testemunhar. Mesmo que estivessem vivos, não poderiam testemunhar, pois estariam emudecidos.

A testemunha fala no lugar de um outro. Trata-se de afirmar que não são os sobreviventes que deveriam estar falando, mas os que não sobreviveram. Apenas eles poderiam falar a verdade sobre o campo de concentração. O testemunho dos sobreviventes só pode falar por eles.

Na mesma linha de João Camillo Penna, está o trabalho de Lislei Nascimento (2005) que trata dos fragmentos da Shoah e do trauma que não permite falar sobre o horror dos campos de concentração. No entanto a autora nos traz sobre o papel que as narrativas e a arte assumem a partir da guerra: se configuram como monumentos construídos, a despeito das inúmeras tentativas de emudecimento, a partir de vestígios de bens culturais recuperados em forma de despojos. (p. 55)

O artista do pós-guerra produz um testemunho que trata dos “corpos-arquivos” silenciados pelo nazismo. Existe a necessidade de narrar a experiência vivida, mas a linguagem não é suficiente diante dos fatos inarráveis. A obra de arte possibilita então a voz adequada para narrar as lembranças. (NASCIMENTO, 2005: 61)

Mas como fazer arte diante da catástrofe do século XX?

Desenvolve-se a arte da memória que é marcada pela tarefa paradoxal de tentar falar daquilo que não pode ser dito. Não se trata de proibir uma representação do passado, mas sim pensar a incomensurabilidade entre a representação e o evento. “A arte e a literatura abrem mão da narrativa total em favor de novas modalidades de apresentação que se articulam a partir da nova cena ética da representação.” (SELIGMANN-SILVA, 2006: 213) As imagens e as palavras são trabalhadas em um jogo imagético-verbal que suplementam as tentativas de dar conta do passado construindo verdadeiros “hieróglifos da memória” (Idem: 216)

A obra/processo artístico *se faz* mobilizando signos e sensações que o artista vive. Ao decifrá-los, cria uma fórmula *singular* de trazê-los para o campo visível que ao se completar “resulta” na obra. A partir disso podemos afirmar que toda obra artística é autobiográfica.

Charles Feitosa (2002) trata dos textos autobiográficos de Nietzsche a partir da metáfora do labirinto. O gesto autobiográfico é uma tentativa de encontrar o “Fio de Ariadne” para conseguir sair do labirinto, esse que é a imagem dos caminhos que percorremos na existência, que podem ser enigmáticos ou uma trajetória rumo a um destino único. A autobiografia não pode ser confundida simplesmente com as memórias ou o diário íntimo, nos quais o autor apresenta-se como testemunha dos fatos e assume um ponto de vista individual sobre a vida endereçado a um leitor.

Nos diz Charles Feitosa:

“Na autobiografia o autor é o tema mesmo da narrativa; embora a narrativa trate de eventos, encontros e projetos, o objetivo último do discurso é fornecer uma imagem privilegiada de si próprio. A autobiografia não é portanto apenas um relato das lembranças da vida. Ela quer quer instaurar um sentido que dê conta da verdadeira identidade do autor.” (FEITOSA, 2002:55)

Partindo dessas discussões podemos analisar as um conjunto dentro das obras selecionadas para o VIII Salão Nacional de Arte do Museu de Arte Contemporânea de Jataí. Selecionamos sete obras que acreditamos que melhor ilustram as temáticas sobre arte testemunhal, sobre os diferentes materiais utilizados pela arte contemporânea e sobre a intenção autobiográfica do artista.

São as obras:

- *Coleção História da Arte Anibal e Branca* – Autores: Anibal e Branca (São Paulo – SP). Categoria: Fotografia.
- *Sobre a natureza das coisa I, II, III* – Autor: Ana Elisa Carramaschi (São Paulo – SP). Categoria: Fotografia.
- *Coleção de geladeiras(Tipologias Sociais)* – Autor: Maria Eunice Araújo (Porto Alegre –RS). Categoria: Fotografia.
- *Dividida* – Autor: Ana Maria Kalaydjian (São Paulo – SP). Categoria: Fotografia.
- *Chuva de cavalos (Hiperfícies)* – Autor: Keith Richard (Goiânia – GO). Categoria: Desenho.
- *Testemunho* – Autor: Angela Conte (São Paulo – SP). Categoria: Vídeo-arte.
- *Lembrete* – Autor: Aldo Falconi (Petrópolis – RJ). Categoria: Objeto.

Dentre os sete artistas que escolhemos, quatro nos responderam (até o dia 25/07/09) a um pequeno e simples questionário sobre a dimensão testemunhal de suas obras e a compreensão da obra como uma autobiografia³. Foram elas: Ângela Conte, Ana Maria Kalaydjian, Ana Elisa Carramaschi e Maria Eunice Araújo.

Os artistas que trabalham na categoria de fotografia exploram as mais variadas formas de materiais e procedimentos. No trabalho de Aníbal e Branca (*Coleção História da Arte Aníbal e Branca*) constrói-se uma “linha do tempo” da história da arte através de imagens de objetos do cotidiano que representam as diferentes tendências dentro da História da Arte. É interessante como, para a elaboração da obra, há a utilização de materiais que abrangem a vivência dos artistas, trazendo à tona seu traço autobiográfico.

Ana Elisa Carramaschi, em *Sobre a natureza das coisas I, II, III*, trabalha com ampliação fotográfica em papel hannemüller em três imagens seqüenciais. Quando questionada sobre a existência de um caráter autobiográfico em sua obra, a artista responde que acredita na obra como um depoimento não verbal de sua experiência de vida. Atua como um testemunho. A artista afirma que ao produzir essa obra podia existir nela uma intenção autobiográfica, mas não necessariamente. Existem trabalhos mais autobiográficos que outros.

No entanto, Ana Elisa Carramaschi, não acredita que a obra seja uma biografia do autor (resposta à pergunta: Você compreende a obra/processo artístico como uma biografia?). É possível compreender melhor a vida do autor a partir da obra, mas “biografia”, para Ana Elisa Carramaschi, se refere a um termo literário, outra manifestação artística que pode ser construída em paralelo.

Coleção de geladeiras (Tipologias Sociais), de Maria Eunice Araújo, consiste na montagem de várias geladeiras impressas em papel fotográfico. A artista se propõe a fazer o registro fotográfico de geladeiras em seu espaço usual, flagrando-as como as encontra, sem nenhuma intervenção prévia, pegando exatamente da forma que os habitantes da casa utilizam. A partir das imagens pode-se apreender aspectos do cotidiano, peculiaridades inerentes a cada ambiente, cada geladeira pode contar uma história.

³ Questionário feito via email. Continha as seguintes questões: Existe um caráter autobiográfico em sua obra? Você compreende a obra/processo artístico como uma biografia? Ao produzir a obra existia uma intenção autobiográfica? A obra/processo artístico atua como um testemunho?

Maria Eunice Araújo afirma que não existe um caráter autobiográfico em sua obra, mas sim biográfico. Nesta obra a artista apresenta diferentes aspectos etnográficos de diferentes classes, culturas, regiões, etc. Ela traz os costumes, prioridades, preferências e estilos de vida evidentes em cada geladeira apresentada. Para a artista, pode-se, de certa forma, compreender a obra como uma biografia, pois mesmo de forma inconsciente a obra conta um pouco sobre quem a produziu. No entanto, essa obra não possuía uma intenção autobiográfica.

As discussões sobre autobiografia presente nas obras artísticas se tornam muito interessante ao analisarmos os trabalhos de Angela Conte e Ana Luiza Kalaydjian. *Testemunho* e *Dividida*, trazem muito claramente o traço autobiográfico da obra. Ambas as artistas afirmam que existiu uma intenção autobiográfica ao produzir as obras.

Angela Conte, usando a auto-imagem faz do tempo testemunho de uma vida através de várias fotos suas obtidas de antigos documentos. São dez fotos em um vídeo de 49 segundos. Cada foto retrata uma época e colocadas em seqüência mostram as marcas absorvidas ao longo da vida da artista. Para ela, toda sua produção tem uma carga biográfica, e nessa obra é significativamente visível a relação de contaminação entre artista e a obra. O nome da obra já a traduz como uma produção testemunhal.

Dividida, de Ana Luiza Kalaydjian, baseia-se em uma pesquisa sobre a cultura e tradição Armênia. É um trabalho bem voltado para a autobiografia, já que a artista é descendente de armênios e baseia a obra em uma sopa da culinária armênia⁴. Seu objetivo está em trazer uma reflexão sobre os diferentes papéis devotados à mulher em diferentes tempos, culturas e situações.

A proposta da arte contemporânea, de trabalhar com os diversos materiais que circundam a vivência do artista, é percebida de forma profícua nas obras de Keith Richards e Aldo Falconi. Foge-se da perspectiva tradicional da arte de representação. As obras vão produzir uma significação para cada expectador. Terra fértil e estucomarmo são os materiais utilizados por Aldo Falconi em *Lembrete*. Keith Richards utiliza-se de retalhos de indústrias de calçados, bolsas, etc. para produzir *Chuva de cavalos (Hiperfícies)*, no qual ele desenha imagens de cavaleiros, amazonas, peões, sem desenhar os cavalos, sobre o couro atinado com pirógrafo.

⁴ A sopa se faz com bolinhos de carne moída, arroz e trigo. Os bolinhos são passados em farinha de trigo e jogados em água quente. Ana Luiza Kalaydjian afirma que a culinária armênia é uma tradição que “deve” ser mantida. Depois de tantos bolinhos, a artista resolveu passar a farinha de trigo no rosto e fotografar, que forma a obra apresentada no VIII Salão Nacional de Arte do MAC/Jataí.

A obra de arte contemporânea é autobiográfica e exige uma participação do espectador. Mesmo de maneira inconsciente, o artista instaura um sentido em que se pode apreender sua identidade (que é algo fluido, portanto, a obra é inacabada). Nas obras presentes no VIII Salão Nacional de Arte percebemos essas relações que a arte contemporânea se propõe aos seus interlocutores. A obra é por vezes biográfica e por vezes autobiográfica revelando a dimensão testemunhal daquele que atesta a vida dos outros, como na perspectiva etnográfica das geladeiras e autobiográfica quando testemunhal do processo subjetivo do próprio artista. Por outro lado, sempre se revela uma dimensão autobiográfica no sentido dado ao termo pela abordagem hermenêutica a de que as obras e processos de trabalho são rastros da construção da história de vida de quem as escreve, aparecendo como outras do si mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FEITOSA, Charles. Labirintos: corpo e memória nos textos autobiográficos de Nietzsche. In: LINS, Daniel. GADELHA, Sylvio (Orgs). *Nietzsche e Deleuze – O que pode o corpo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará : Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.

NASCIMENTO, Lyslei. O despertar para a noite: fragmentos e resíduos da Shoah. In: *Revista Vivência* nº 29. Natal: UFRN, 2005.

PENNA, João Camillo. Sobre viver no lugar de quem falamos. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio. *Palavra e Imagem, Memória e Escritura*. Chapecó: Argos, 2006. p. 127-203.

ROLNIK, Suely. Subjetividade em obra: Lygia Clarck, artista contemporânea. In: LINS, Daniel. GADELHA, Sylvio (Orgs). *Nietzsche e Deleuze – O que pode o corpo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará : Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Escrituras da história e da memória. In: _____ . *Palavra e Imagem, Memória e Escritura*. Chapecó: Argos, 2006. p. 205 – 226.

SILVEIRA JR. Potiguara Mendes da. Eu, escrita, etc. In: GONÇALVES, Robson Pereira. *Subjetividade e escrita*. Santa Maria: Editora UFSM, 2000.

O Tempo Messiânico na Filosofia da História de Walter Benjamin

Aline Ludmila de Jesus*

Sabe-se o quanto é trôpego pensar numa definição fechada de *tempo histórico* no campo da historiografia. A datação não determina aquilo que conhecemos como *tempo histórico*; trata-se de um tempo imensurável. Reinhart Koselleck (KOSELLECK, Reinhart, 2006) reflete que este tempo só pode ser entendido ao se considerar que os homens e instituições têm formas próprias de ação que possuem uma temporalidade. Para este autor o que permeia o *tempo histórico* é um horizonte entre experiência e expectativa; entre passado e futuro. O *tempo histórico*, nessa concepção, é uma construção cultural em que cada época tem uma forma específica de relacionar com o que é conhecido como passado e aquilo que se espera, isto é, expectativas no que concerne ao futuro.

Sob esse viés de reflexão, nota-se a relevância de pensarmos numa dimensão de *tempo histórico* no filósofo alemão Walter Benjamin – o *tempo messiânico*. Esse é relevante para os estudos de *tempo histórico* na Teoria da História, haja vista que articula no presente o passado visando uma possível perspectiva de futuro, não numa concepção linear, mas dialética.

A Filosofia da História em Walter Benjamin está lastreada por uma concepção teológica da história na qual se fundem reflexões do materialismo histórico com a teologia oriunda de uma tradição judaica. Embora este autor utilize-se desta tradição, ele não teve, de certa forma, um conhecimento aprofundando sobre o assunto; foi seu amigo estudioso do judaísmo Gershom Scholem que lhe fornecia indicações teóricas acerca esta tradição. Enquanto o último detinha-se nas manifestações temporais do judaísmo, Benjamin nutria uma relação extemporânea no tratamento com essa tradição.

Nas teses “Sobre o conceito de História” Benjamin exorta sobre a necessidade de a teologia auxiliar o materialismo histórico. À teologia apraz fazer com que o materialismo histórico construa um novo tempo na História – o *tempo messiânico*. A teologia é visualizada como interventora no processo histórico, neste sentido, a filósofa Olgária Matos a define como a personificação da possibilidade mística. Esta autora considera que messiânico é aquilo que ainda não é, está suspenso da espera, assim, o Tempo Messiânico é interpretado como sendo um tempo vindouro; um tempo que ainda será instaurado.

* Graduanda do 7º período de História pela Universidade Federal de Uberlândia. Trabalho referente à pesquisa financiada pelo CNPq “A crítica ao historicismo alemão na Filosofia da História de Walter Benjamin”.

Ao dissertar acerca da simbiose da teologia com o materialismo histórico, ressalta-se que Benjamin escreve sobre o materialismo histórico que perdia o seu fôlego radical. Este é visualizado pelo autor como sendo o marxismo vulgar que permeou a social-democracia; trata-se de um materialismo histórico cuja visão de história é linear e progressista, uma vez que percebe a história como uma máquina que conduz automaticamente a sociedade ao triunfo do socialismo. Neste sentido, a teologia se torna fundamental para o filósofo, visto que ela indica aos historiadores materialistas o olhar para o passado por meio da rememoração, numa conjuntura histórica delineada pela visão linear e progressista,

A rememoração implica em olhar para os destroços do passado e trazer à tona o passado oprimido que, de acordo com Benjamin, fora negligenciado pelo marxismo vulgar e pelos historicistas. Ao trazer tais destroços para o presente no momento de luta, o historiador materialista almeja a redenção, isto é, uma possível emancipação no presente. Michael Löwy (LÖWY, 2005) reflete que a redenção implica numa rememoração das vítimas do passado que converge numa reparação, pois a rememoração do sofrimento permite uma possível reparação das injustiças passadas.

Benjamin vislumbra a necessidade de libertar tanto os oprimidos do presente quanto os do passado, e vem daí a pertinência de uma rememoração orientada para o passado e uma redenção orientada para o presente. A rememoração é integral, porquanto não faz a distinção entre os grandes e pequenos acontecimentos, não obstante, somente a humanidade redimida pode apropriar-se do passado em sua totalidade. A rememoração apetece impedir que o passado se repita, adquirindo, assim, cores pinceladas pela dialética, tendo em vista que “a especificidade da experiência dialética consiste em dissipar a aparência do sempre-igual – e mesmo da repetição – na história. A experiência política autêntica está absolutamente livre desta aparência”. (MATOS, 1989)

No *tempo messiânico* benjaminiano, a memória se destaca pela *redenção*, pois o ato de recordar traz como contribuição a possibilidade de desviar-se do caminho da repetição. O historiador materialista fica incumbido de captar momentos no curso da História, trazendo-os para o presente, ao fazer isso, o passado se torna inédito devido ao seu índice de “passado anterior”. Na concepção benjaminiana somente as classes revolucionárias podem romper com o *tempo linear* e instaurar o *tempo messiânico*. Entretanto, como percebe Matos, não há em Benjamin uma noção de uma classe revolucionária *em-si*, mas antes uma classe que só se torna revolucionária quando provoca a interrupção histórica.

Jeane Marie Gagnebin ao tecer reflexões sobre a noção de interrupção em Benjamin, mostra que esse conceito deve ser entendido ao se confrontar com o historicismo alemão que opera com a causalidade histórica. Em contraposição ao tempo de causalidade, Benjamin propõe o *tempo de agora* (*Jetztzeit*) que visa o surgimento (*Ursprung*) do passado no presente (GAGNEBIN, 2007: 97). Gagnebin considera que o lembrar do passado não visa uma enumeração, mas o desejo de outro devir, “então a história que se lembra do passado também é sempre escrita no presente e para o presente.” (97). Tal intensidade de volta rompe com a linearidade temporal instaurando o instante e a possibilidade da salvação – a interrupção histórica.

A interrupção ocorre no momento de “agora”, momento esse que corresponde a uma cristalização de um momento crítico do passado que o configura enquanto mônada. Benjamin escreve que no ato de rememorar há um momento de pausa que traz consigo um elemento vital – a mônada. Olgária Matos vislumbra que esta “capta os fragmentos que flutuam na ‘correnteza do tempo vazio’ e os envolve com o próprio tempo” (MATOS, 1989: 32). Sob esse viés. A mônada histórica cristaliza um momento do passado que ainda existe.

O *tempo de agora* é o momento de interrupção histórica. Se na concepção de Benjamin a historiografia tradicional traz a ilusão no novo, embora seja a repetição do mesmo, a interrupção histórica promove a revolução que traz em seu bojo o desejo por algo novo. Löwy concebe a *revolução* na concepção benjaminiana como o salto dialético em direção ao passado. Sob essa perspectiva, a *rememoração messiânica* que visa apreender o passado deve cingi-lo no momento devido, isto é, no *tempo de agora* quando surge a possibilidade de romper o *continuum* da história.

Nas correspondências de Benjamin com Adorno, o primeiro demonstra que o *tempo de agora* tem, de certa maneira, características de um anacronismo no sentido positivo da palavra, haja vista que pretende não somente trazer o passado à tona, não obstante, busca lutar por um futuro mais digno. O futuro em Benjamin não tem uma dimensão de algo a ser conhecido, - até porque na tradição judaica o futuro não pode ser conhecido, pois é nele que reside a possibilidade de uma possível vinda do Messias - mas sim de algo que se espera conhecer. Assim, a luta almejada por Benjamin visa romper não somente a opressão do presente, mas instaurar um esperançoso tempo vindouro.

O *tempo histórico* para Walter Benjamin se configura de forma fugaz e momentânea como um relampejo. Neste sentido, cabe ao materialista histórico desvelar uma constelação crítica do passado que se relaciona com algum momento do presente. Olgária

Matos escreve que há uma repetição que não se trata colocar o passado no presente, isto é, o eterno retorno do passado, mas sim a possibilidade de saltar para outro tempo, tendo em foco uma luta que ocorre no instante. O *tempo de agora* é, portanto, uma das dimensões do Tempo Messiânico, uma vez que este promove o olhar para o passado num *tempo de agora*, visando outro tempo; tempo esse desconhecido, embora carregado de esperanças.

Em contraposição a este tempo, Benjamin coloca que os historicistas têm uma “imagem eterna do passado” e o oposto da história linear é o tempo de um presente entendido como passagem. Olgária Matos percebe em Benjamin a importância da ideia de que o adepto do materialismo histórico não tem como renunciar à concepção de presente que não é transição, mas tempo que se fixa.

Para Rolf Tiedemann o que subjaz na concepção benjaminiana é ideia de que cada época presente deveria estar em sincronia com determinados momentos na história, de forma que os acontecimentos singulares do passado se tornariam legíveis em uma determinada época. Entretanto, não se trata aqui de projetar o passado para o domínio mitológico, mas sim dissolver a mitologia no espaço da história. Assim, Tiedemann percebe em Benjamin uma dimensão concreta, materialista, no sentido de que importa aquilo que está próximo. Partindo dessa concepção, para Benjamin, o historiador, não deve mergulhar nas profundezas da história, mas permitir que o ocorrido entre em sua vida; a proximidade substitui a “empatia” fugaz.

Pensando neste tempo messiânico presente em Walter Benjamin deve-se considerar a noção de origem neste autor. Gershom Scholem (SCHOLEM, 1995) ao analisar as grandes correntes da mística judaica, coloca que o cabalismo de Isac Luria fazia uma análise sobre a origem, o começo, e não iam diretamente ao fim – redenção. Essa concepção presume que a redenção não é um movimento que antecipa catástrofes históricas, mas é um caminho que conduz à criação e revelação. Benjamin também disserta sobre noção de origem – claro à sua maneira de tratar religião -, demonstrando que a origem é o momento de confluência entre passado e presente. As catástrofes históricas estão tanto no passado e no presente, nesse sentido, não há como antecipá-las na concepção benjaminiana. Se a rememoração cumpre o papel de visualizar as catástrofes históricas, a redenção – enquanto emancipação – pode conduzir à criação, embora isso não signifique que Benjamin postule a ideia de voltar para um estágio anterior.

O próprio Benjamin declarou nas correspondências com Scholem que teve uma leitura de Isac Luria. E percebe-se isso não somente na noção de redenção, mas também na

concepção do Messias, pois para o Lurianismo o aparecimento do Messias é a consumação do processo contínuo da Restauração. Se o futuro não pode ser previsto pelos judeus, Benjamin coloca a vinda do Messias não como o fim de um tempo, mas sim como a criação de uma história aberta, história essa que possibilite uma constante rememoração.

Gagnebin escreve que Benjamin insistia em apreender o tempo histórico em termos de intensidade e não de cronologia. Pensando nesta noção temporal em Benjamin, devemos recorrer à noção de origem, haja vista que esta é para Benjamin a base de uma história regida por outra temporalidade que não aquela temporalidade linear exterior ao evento. Gagnebin escreve que: “a origem se opõe à gênese, como a história natural à história enquanto processo globalizante de desenvolvimento”. (GAGNEBIN, 2007: 9)

Para Benjamin a pesquisa busca restituir o objeto único e irreduzível, mobilizando-o para preservá-lo do esquecimento e da destruição da origem, fazendo com que salte da cronologia reinante. Para Gagnebin a origem não significa uma noção nostálgica de uma volta a uma origem matinal, trata-se mais de saltos que rompem com a cronologia da história oficial, que visa parar o tempo infinito e indefinido. Essa autora deduz com isso que história e temporalidade não são negadas, mas se encontram concentradas no objeto, sobre isso temos em suas palavras: “relação intensiva do objeto com o tempo, do tempo no objeto, e não extensiva do objeto no tempo, colocado como por acidente num desenrolar história heterogêneo à sua constituição”. (GAGNEBIN, 2007: 97)

A origem remete a um passado que se dá através da mediação do lembrar, através da rememoração que advém de sua concepção teológica, portanto, como visualiza Gagnebin, o processo de lembrar não se dá de forma imediata, mas pelo processo de reflexão. O movimento da origem se dá para Benjamin na restauração, reprodução e de forma incompleta e inacabada. Esta autora considera que a restauração pressupõe que existe perca porque traz a recordação de uma ordem anterior e a fragilidade dessa ordem.

O projeto benjaminiano, analisa Gagnebin, não é somente fruto de uma dimensão nostálgica no autor, pois não pressupõe somente uma retomada do passado, mas consiste em uma abertura para o futuro. A origem não é uma categoria atemporal, pelo contrário, é uma categoria histórica, sobretudo porque se concretiza historicamente. A autora escreve que Benjamin associa os conceitos de origem com o de revelação, todavia, se

“a referência à teologia ressalta a dinâmica histórica e temporal atuante no desdobramento da origem, devemos, porém, nos lembrar que, para a tradição judaica, a salvação não aconteceu ainda e até mesmo, segundo certas correntes místicas como o

Lurianismo, que se a salvação é promessa, nunca é segurança, pois os Exílio da Criatura recai sobre Deus mesmo, afastando cada vez mais o universo da sua ordem primeira” (GAGNEBIN, 2007: 16)

A origem se torna o estabelecimento de uma conexão entre passado e presente. Gagnebin presume que a origem precisa da história para dizer-se que não é um simples início da história, mas a figura temporal de sua redenção. Entretanto, de acordo com as teses, essa figura só pode ser definitivamente reconhecida através da luta, luta essa que Benjamin assimila à luta de classes. Esta autora escreve que para serem salvos, os fenômenos precisam ser arrancados de uma falsa continuidade.

Gagnebin mostra que é construído em Benjamin uma dialética do teológico e o político, resultando numa concepção paradoxal da história e da salvação e da história da salvação. Todavia, a salvação, conceito demasiadamente importante em seu pensamento, não é alvo da dinâmica histórica, porque Benjamin não considera o Reino de Deus enquanto sendo o *telos* da dinâmica histórica. A autora escreve que Benjamin “recusa a idéia de um processo cumulativo e progressivo que levaria a uma forma secularizada de redenção.” (GAGNEBIN, 2007: 97) É aqui que se percebe uma dimensão de *tempo histórico* em Benjamin, haja vista que o tempo *messiânico* não é um tempo natural.

Esse tempo místico, não linear, permeia a filosofia do judaísmo. O estudioso desta tradição Julius Guttman (GUTTMANN, 2003) ao elaborar uma reflexão sobre a filosofia do judaísmo mostra que para o Talmud a profecia e os eventos miraculosos pertencem ao passado e que a salvação pertence ao futuro. Para esse filósofo do judaísmo a distinção entre presente, as revelações de Deus no passado e no futuro, é o corolário necessário do caráter histórico do conceito de revelação e da expectativa de uma redenção futura. Nesse sentido, o tempo messiânico elaborado por Walter Benjamin é dotado de elementos históricos e dialéticos.

A categoria temporal de *tempo messiânico* elaborado por Benjamin articula, portanto, uma dialética entre material e espiritual. Ele traz à baila as catástrofes mas visa a abertura de uma constelação de expectativas, almejando colorir um horizonte histórico acinzentado pelo esquecimento. À guisa de conclusão, é “ um tempo redimido no qual a palavra fosse louvor e a morte um apagar-se feliz.” (GAGNEBIN, 2007: 114).

Referencial bibliográfico:

- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: Obras escolhidas*, vol. 1. 7ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984
- _____. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- CALDAS, Pedro. O Limite do Historismo: Johann Gustav Droysen e a importância do conceito de *Bildung* na consciência histórica alemã do século XIX. *Revista Filosófica de Coimbra*, v. 29, p. 139-160, Coimbra, 2006.
- DROYSEN, Johann Gustav. *Historica: Lecciones sobre la enciclopedia y la metodología de la historia*. Barcelona: Alfa, 1983.
- FALCON, Francisco. Historicismo: Antigas e novas questões. *História Revista: Revista do Programa de Pós-Graduação da UFG*. Goiânia, v.7, n.1/2, jan./dez 2006.
- GAGNEBIN, Jeanne. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- GUTTMANN, Julius. *A Filosofia do Judaísmo: a história da filosofia judaica desde os tempos bíblicos até Franz Rosenzweig*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- HEGEL, Georg W.F. *A Razão na História: Introdução à filosofia da história universal*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. (orgs). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006
- KONDER, Leandro. *Walter Benjamin: O Marxismo da Melancolia*. 2ª, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC – Rio/ Contraponto, 2006.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- _____. *Redenção e utopia: Judaísmo libertário na Europa Central*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MALERBA, Jurandir (org.) *A História escrita: Teoria e História da Historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINS, Estevão Rezende. Historicismo: Tese, Legado, Fragilidade. *História Revista: Revista do Programa de Pós-Graduação da UFG*. Goiânia, v.7, n.1/2, jan./dez 2006.

MATOS, Olgária. *Os arcanos do inteiramente outro: A Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *A Escola de Frankfurt: Luzes e sombras do iluminismo*. São Paulo: Moderna, 1993.

REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SCHOLEM, Gershom. *As grandes correntes da mística judaica*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

WEHLING, Arno. *A Invenção da História: Estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro; Niterói: Editoria Central da UGF/EDUFF, 1994.

WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: História, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

A história transborda – sobre a noção de suplemento em J.Derrida

Aline Magalhães Pinto¹

Se nada precedeu a repetição, se nenhum presente vigiou o traço, e se, de certo modo, é o vazio que de novo se escava e se marca de impressões digitais, então o tempo da escrita não segue mais a linha dos presentes modificados. O futuro não é um presente futuro, ontem não é um presente passado. O além do fechamento do livro não deve ser esperado nem encontrado. Está *lá* mas *além*, na repetição mas evitando-a. Está lá como a sombra do livro, o terceiro não agora da escrita, a distância entre o livro e o livro, essa outra mão...²

Uma mão que tateia, e escreve. Desenha. Ao fazê-lo, toca o invisível. Cifra-o e decifra-o, num movimento inesgotável. Movimento das letras, movimento dos olhos, movimento das mãos. Algo para que somos sempre cegos coordena a possibilidade de ver, de tocar, de mover. Com relação ao que está sempre além e aquém, e que percebemos como transbordamento, e também como falta, só nos cabe escrever, inscrever, arriscar-se. Sendo a única certeza o fato de que jamais, se verás, jamais se tocará.(DERRIDA, 1990. PP. 11-13).

O pensamento derridiano, a noção de suplemento e a história

O pensamento de J. Derrida prioriza o texto e a escrita. Remeter a eles não significa abstrair-se numa “realidade” que só existe cerrada num “livro”. Na escrita derridiana, *texto* não se limita ao livro, ao discurso. Não se restringe à esfera semântica, representativa, simbólica, ideal ou ideológica. A *textualidade* implica todas as estruturas ditas “reais”, “econômicas”, “históricas”, “sócio-institucionais”, em suma, todos os referenciais possíveis. Não há um *fora do texto*, o que não quer dizer que todos os referenciais estão suspensos ou negados. Ou ainda que todos estejam legitimados numa espécie de “vale-tudo”. Quer dizer tão somente que todo referencial, todas as realidades, têm a estrutura de um *traço* diferencial, são *textuais*, e só nos podemos reportar a esse real numa experiência interpretativa que se dá, ou só assume sentido, num movimento diferencial. O *texto* é esse lugar que viaja entre as diferentes dimensões do vivido.(DERRIDA, 1995 :81-90)

A escrita derridiana é contemporânea do que se convencionou chamar de “reviravolta lingüística” e que caracteriza boa parte do pensamento filosófico no século XX. Interessa-se pelo funcionamento da linguagem, suas relações com a cultura, saberes e práticas, pelas possibilidades da problemática do signo. O foco de sua investigação parte da constatação de que tudo que se subtrai ao *jogo* da linguagem só pode ser retomado na

¹ Doutoranda em história social da cultura pela PUC-RIO, bolsista - CNPQ.

²

linguagem. (DERRIDA, 2004: p.79-80) Neste contexto, a linguagem aparece sem limites. O significado infinito, que parecia excedê-la, deixa de cercá-la e contê-la. Mas a essa valorização segue-se um processo de inflação que culmina na banalização do signo linguagem. Este é um dos indícios que permite a Derrida entrever um deslocamento da linguagem para a escrita. (*Ibidem* p.7)

Se, por lidar com o significante do significante e ser considerada uma reduplicação, uma cópia da fala, a escrita ocupava um papel secundário como forma auxiliar da linguagem entendida como comunicação, expressão e significação, agora, como “significante do significante”, a escrita descreve o próprio movimento da linguagem. A linguagem é entendida como um conjunto de unidades cujo sentido é dado por seu caráter diferencial com relação aos demais signos, ou seja, uma escrita. A linguagem produz mais iteração que comunicação. Ela é um momento, um fenômeno, um aspecto, uma espécie de escrita. Não há sentido em si, apenas ao diferenciar-se o sentido se efetiva. (*Ibidem*. p.73-76.)

Este ultrapassar da escrita sobre a linguagem se esboça como abertura ao *jogo*, onde o sentido arrebatase e apaga-se em sua própria produção. O cunho cindido entre leitura e escrita abre a possibilidade de acesso ao texto como repetição noutra lugar. Lugar no qual o “leitor”³ é destronado da posição meramente especulativa imposta por uma receptividade ansiosa por expansão, progresso, evolução, futuro, autenticidade, coerência, verdade.⁴ Para tentar romper com a tradição desta história e forma de recepção, Derrida abandona a busca por significados transcendentais para propor o *jogo* da *suplementariedade* e diferenças, no qual todo e qualquer elemento pode vir a ocupar uma eventual posição de referência, sempre passível de desalojamento. (CULLER, 1997., p.117-127.)

Jogo diz respeito às substituições infinitas no fechamento de um conjunto finito. É o termo usado para se referir ao processo de concretização do sentido, cujo mecanismo não se encontra pré-determinado, mas *disseminado* e em constante revisão. Sob a noção de *jogo*, a totalização não tem mais sentido. O *jogo* aparece como possibilidade de destituir qualquer

³ As aspas entre as quais se situa o leitor não indicam uma “morte”, senão um deslocamento: “Há um leitor-modelo não só para *Finnegans Wake*, como ainda para os horários de trem, e de cada um deles o texto espera um tipo diferente de cooperação”. Um “leitor” derridiano, se existe, está mais para ‘um leitor ideal acometido de uma insônia ideal’, instruído a desbravar os bosques perdidos num texto, mais do que para aquele que, na estação, observa o trem da história seguir. Cf. CALVINO, Italo. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.7.

⁴ A forma de recepção da qual se desvia é aquela intimamente relacionada ao predomínio de um sentido histórico positivo e inexorável, dentro do qual a estrutura e o tempo de um texto são considerados de tal maneira compactos a não oferecerem ao “leitor” senão sua “verdade”. Cf. HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: História, teoria e ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991. p.11-25.

coisa de um significado transcendental. Os signos não têm um sentido único, estável ou permanente, mas encontram-se constantemente à deriva, num *jogo* aberto de significações. Tal *jogo* aberto entra em colisão com uma “doutrina” estruturalista sobre o sentido, entendido como resultado de uma estrutura ou cadeia fixa comum. Estando em *jogo*, o sentido de uma palavra só existe em função da forma como essa palavra se relaciona com outras palavras, e esse sentido está sempre adiado e diferido em intermináveis remessas de significações, num movimento de *suplementariedade*. O suplemento é um extra desnecessário, adicionado a algo completo em si mesmo. Mas o suplemento é adicionado a completar e compensar uma lacuna, em algo que deveria ser completo em si mesmo. Neste viés, a dimensão lúdica deve ser entendida menos como distração do que trabalho, pois a ênfase recai sobre a produtividade de sentidos. (DERRIDA, 1995. p.243-245).

O pensamento desconstrutor se instala nas oposições binárias, buscando romper com a hierarquização que as tornam inconciliáveis e inseparáveis. São vários os pares dicotômicos que marcam a história da filosofia ocidental: natureza/cultura; inteligível/sensível; liberdade/necessidade; aparência/essência, racional/irracional; etc. Numa oposição, um dos termos será considerado central, e nessa medida se constituirá também como origem e *telos* da própria oposição. O movimento de desconstruir coloca em destaque aquilo que, pelo fato do centramento, ficou relegado à margem do campo textual e semântico aberto pela oposição. Entretanto, não se trata de restabelecer a margem como um centro. Deslocar o centro significa, na operação de desconstrução, criar estratégias para que nenhum elemento se cristalice novamente nesta posição. (SANTIAGO, Santiago.1976. p.17-19)

Documento-suplemento: fontes transbordantes

As fontes documentais são os limiares da fronteira entre história e aquilo que a ultrapassa. O trabalho historiador cambia junto com o status e a forma como se trata estes *textos*. Certamente já não se pode mais afirmar a possibilidade de uma objetiva realidade histórica extraída dos “documentos” de uma forma totalizante. Mas ainda que o trato “positivista” a um “documento” isento, neutro, objetivo, científico, que comportava e comprovava toda a “realidade histórica” tenha sido praticamente abandonado, para o trabalho historiador a questão do documento e das fontes continua uma problemática.⁵ Uma

⁵ Há uma extensa bibliografia que aborda a relação do historiador e os documentos. De relance, cita-se: COLLINGWOOD, Robin George. The limits of the historical knowledge. In: *Essays in the philosophy of history*. New York: McGraw-Hill, 1965. p.90-103. CARR, Edward Hallet. O historiador e seus fatos. In: *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p.11-29. MARROU, Henri-Irenee. A história faz-se

das marcas mais relevantes do deslocamento ocorrido no interior do campo historiográfico com relação ao tratamento das fontes é o texto “Documento-monumento”, de Le Goff, no qual se anuncia não somente um conceito de documento, mas uma tarefa e função para a ciência histórica.⁶

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (...)O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. (LE GOFF, 2003. p.538.)

Numa concepção apoiada nas reflexões foucaultianas a respeito das unidades e formações discursivas,⁷ a tarefa da história diante o documento passa a ser, sobretudo, tratar de pôr a luz as condições de sua produção e mostrar em que medida este documento é instrumento de um poder. (LE GOFF, 2003 p.525).

Neste cenário, a pretensão de validade do trabalho historiador como ciência está assegurada na medida em que, por meio de “exame crítico” das fontes, o historiador consegue acionar formalizações científicas em seus objetos não-científicos. O pesquisador não pode ser pueril e deve, portanto, extrair a “verdade” da mentira que o documento carrega. O exame crítico das fontes, isto é, situar os documentos no tempo e no espaço, no recorte contextual, classificá-los e criticá-los a respeito da credibilidade e autenticidade, é o apoio da pretensão à cientificidade do historiador. (*Ibidem.* p.537-539.)

A ciência histórica do século XX mudou o foco, mas não pôde abrir mão da “inspeção rigorosa” das fontes como instância de verificação da autenticidade, integridade e credibilidade do saber historiográfico. Por inspeção rigorosa se entende os procedimentos “inquisitoriais” que garantem afastar suficientemente o saber histórico do “puramente”

com documentos. In: *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.55-77.

⁶ A abertura e ampliação do que era tido como documento e fonte, para além do que é “escrito”, marcando a aceitação de outras linguagens como evidência e prova histórica, é também um acontecimento relevante. Depois dos trabalhos de Febvre, a noção de documento abrangerá cada vez mais “vestígios” de manifestações humanas a caminho de uma história total. Cf. FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 3ª ed. Lisboa: Presença, 1989.

⁷ Foucault apresenta a renúncia aos temas de análise histórica que têm por função “garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida” para tratar de reconstituir um outro discurso, “re-estabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma (...). Sua questão, infalivelmente, é: o que dizia, pois, no que estava dito?” In: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Lisboa: Vozes, 1972. p.36-39. Cf. RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo social: Revista de sociologia da USP*, São Paulo. v.7, n.1-2, p.73 et seq., out.1995.

ficcional e imaginativo, para fazê-la figurar, triunfante, como uma ciência social. (BENATTI, 2000 p.81-82.)

No afã de ser ciência, o trabalho historiador seguiu, seja nos trilhos do marxismo economicista, do modelo econômico da segunda geração dos *annalistes* ou dos modelos estatísticos da cliometria norte-americana, um caminho que levou ao “fetichismo arquivista”, culminando na hegemonia de uma história cultural ou da cultura em que o status da prova empírica é tal que as pesquisas são avaliadas mais pelos documentos (manuscritos ou não) “inéditos” que foi possível reunir do que pela problematização alcançada pelo trabalho. (LACAPRA, 1985. p.80 *et seq.*)

E, durante algum tempo, os historiadores puderam estar seguros de haver escapado do “meramente literário”. (RANCIÈRE, Jacques. 1995. p.229 *et seq.*) Até que “a literatura volta à história, montando seu circo de metáfora e alegoria, interpretação e aporia, exigindo que os historiadores aceitem sua presença zombeteira bem no coração daquilo que, insistiam eles, consistia sua disciplina própria, autônoma e verdadeiramente científica”. (HARLAN, David. 2000 p.15-18.)

Pode-se assinalar como emergência deste retorno do literário na cena do saber histórico, o ensaio de Lawrence Stone *O renascimento da narrativa: reflexões sobre a velha nova história*.⁸ Este texto tinha o intuito de apontar a tendência da pesquisa histórica de ponta ao retorno da forma narrativa de escrita, fazendo na seqüência um levantamento das causas dessa tendência. O alvoroço do debate que se seguiu tem menos a ver com o conteúdo da tese de Stone, do que com aquilo que a reabilitação da narrativa com intuito de melhor buscar uma verdade histórica recalca: o caráter retórico e poético do saber histórico, isto é, o saber como prática cultural produtora (inventora) de sentido. (BENATTI, 2000., p.83-86)

O cenário (assustador?) pode ser vislumbrado nas palavras de Stone:

A tendência para a narrativa levanta problemas irresolvidos sobre a maneira que formaremos nossos graduandos no futuro – supondo que haja algum para formar. Nas artes da retórica? Na crítica dos textos? Em semiótica? Em psicologia? Ou nas técnicas de análise das estruturas sociais e econômicas que viemos praticando durante uma geração? (STONE, Lawrence. 1991, p.36.)

⁸ STONE, Lawrence. O renascimento da narrativa: reflexões sobre a velha nova história. *Revista de História*, IFCH, UNICAMP, n.2-3, p.13-37, 1991. Este texto analisa o fato de que a partir da constatação da crise dos modelos de ciência a que a história tentara se converter, havia um retorno, não a forma tradicional de narrativa, mas de um modo de escrever a história que afeta e é afetado pelo conteúdo e pelo método, dirigida por um princípio gerador e que tem um tema e um argumento.

O desdobramento atual é um conflito em que os historiadores tendem a repetir, como forma de convencer a si mesmos, que embora os acontecimentos passados só possam ser conhecidos por intermédio de seu estabelecimento em uma linguagem, eles “ocorreram” num passado “real e empírico”. (HUTCHEON, 1991 p.131-137.) No máximo da “boa vontade” com o lado ficcional do trabalho historiador, entende-se que há necessidade de se “preencher lacunas” deixadas pelos documentos, de maneira a organizar uma intriga racional e inteligível. (VEYNE, 1983). De forma que:

A história, se a quisermos definir como ficção, há que ter em conta que é uma ficção controlada. A tarefa do historiador é controlada pelo arquivo, pelo documento, pelo caco que chega até o presente. De uma certa forma, eles se “impõem” ao historiador, que não cria vestígios do passado (no sentido de uma invenção absoluta), mas os descobre ou lhes atribui um sentido, conferindo-lhe o estatuto de fonte (...). Ficção controlada, porque a história aspira ter, em sua relação de “representância” com o real, um nível de verdade possível (...). Esta história-ficção é ainda submetida às estratégias argumentativas e aos rigores de método, que cercam, testam, comparam e cruzam os documentos escolhidos no maior número de relações e comparações possíveis. (PESAVENTO, 2000. p.39 – 40)

A noção de vestígio, esses indícios de um passado presente, transformados pela metodologia em fonte, documenta o fundamento metafísico da história. O vestígio pretende ser o atestado “material” de que há um limite incontestado para a interpretação e o *jogo* dentro do trabalho historiador. Procedendo por esta comodidade ético-metafísica, põe-se a escanteio a face aditiva e a influência “nociva” do jogo interpretativo no saber histórico. (DERRIDA, 2004. p.359-360.)

Este limite ganha corpo, no que se refere ao trato documental, de duas maneiras. A primeira, já um tanto desgastada, mas ativa — sobretudo nos campos em que a grafia quer se fazer mais científica — é a distinção entre fontes primárias, mais profundas e verdadeiras, e secundárias, superficiais ainda que úteis, mas que não sustentam por si só um trabalho historiador. Esta hierarquia contempla a noção de “original” e a busca pela “origem” escondida ou perdida nos arquivos, capaz de provar que o historiador diz uma verdade sobre seu “objeto”. (JENKINS, 2005. p.79-83. LACAPRA, 1985. p.135 *et seq.*)

Esta primeira hierarquia não desapareceu. Entretanto, a partir dos primeiros embates entre os contornos mais cristalizados da historiografia e os gestos esboçados desde Saussure — que ganharam força e visibilidade a partir da década de setenta, configurando a “virada lingüística” — o trabalho com o documento exigiu novos cuidados. A concepção do sistema lingüístico como instável e aberto defendida por Derrida, Barthes, Paul de Man e outros se disseminou entre tantas competências disciplinares numa dispersão difícil de domar. Ante

estudos teóricos que insistiam colocar sob suspeição as noções de referente, originalidade, autoria e sentido, bases da “crítica” do documento, houve uma reformulação destas bases, sobretudo na história intelectual, de modo a conformar o que David Harlan chama de “uma nova ortodoxia”. (HARLAN, 2000 p.19 *et seq.*)

Esta “nova ortodoxia” estabelece como noções-chave para lidar com a documentação as idéias de contexto e texto. O contexto é tido como um quadro de referência histórica, amplo universo de circunstâncias culturais, dimensão de natureza privilegiada, diversa do texto, que será compreendido e explicado a partir do pressuposto de que compreensão e explicação se devem à restituição de “sentido original” ao documento. O olhar para as fontes é direcionado para se obter delas a forma de seu funcionamento dentro de um tipo de discurso que lhe é exterior, que lhe contém; e as maneiras pelas quais estes documentos modificam ou são modificadas por este discurso. O documento é instrumento que comprova a existência de um outro: o contexto. É testemunha e representação do que teria existência plena antes dele e sem ele. Ou seja: o interesse recai sobre o “contexto” e não sobre o *texto*. (LACAPRA, 1983. p.51 *et seq.*)

O documento vive, desta maneira, uma situação paradoxal. Ele é fundamental na medida em que é o caminho pelo qual se reconstitui a intenção de homens que pensam e agem dentro de um contexto que lhes determina o sentido e a forma da ação. É também a medida de veracidade dessa reconstituição. Mas ele é secundário, já que é sistematicamente reduzido ao ser usado para reconstruir um ou outro contexto. Cada texto documental é aparado até poder ser incorporado ao contexto. A abordagem dos documentos é instrumental, sua historicidade é pontual e restrita à verdade de um contexto previamente delimitado. O documento sobrevive unicamente como expressão e justificativa da presença passada desse contexto, estimando e organizando o trabalho por um sistema de referências diretas ao presente. (HARLAN, 2000 p.39-42.)

Num lance dentro desta cena, o trabalho historiador é convidado a se disseminar na escrita de história(s). Pois as tentativas de minimizar os efeitos “perversos” produzidos pela teoria literária e filosofias da linguagem não têm sido suficientes para eclipsar a fenda aberta na unidade desse saber que, como *episteme*, quis ser uma fusão da letra e sentido metafísico. No horizonte do pensamento derridiano, como pensar o documento, esse lugar de inscrição, de consignação e de registro?(DERRIDA, 1995. p.246-247.)

Como máquina *textual* desencadeada, o documento não pode mais ser um fragmento de margens brancas, virgens, vazias. É uma peça cujo limite é imediatamente

transbordado por um outro, que o contamina, o excede e faz quebrar seu sentido. Quando o trabalho historiador opera, não há distinção ou hierarquia autêntica entre um tipo de fonte e outro, nem mesmo entre o texto que está sendo tecido e aquele outro, documento, do qual se serve. A função documental nessa operação é *suplementar*. (DERRIDA, 1991. p.23-26.)

A tarefa de um documento numa história absolutamente envolvida com o sentido metafísico, no *texto*, é de se colocar no lugar onde falta o presente passado, como prova de que ele realmente existiu. A tarefa das fontes é suprir “materialmente” a ausência que funda o saber histórico, evidenciando que seu “objeto” passou pelo mundo como presença e como tal pode ser representado. É encarado, dessa forma, como um complemento, aquilo que torna completo o sentido de outrem. Mas a *lógica do suplemento* discute o documento como atestado de veracidade e completude de uma ou outra construção histórica. A inserção do documento em um texto quebra a linearidade temporal e pretensa unicidade do discurso histórico, evidenciando a textualidade do trabalho historiador. (DERRIDA, Jacques. 2004. p.327-386.)

“O Suplemento é uma adição, um significante disponível que se acrescenta para substituir e suprir uma falta do lado do significado e fornecer o excesso que é preciso”. (SANTIAGO, 1976 p.88.) O trabalho historiador, ao adicionar repetidamente documentos em seu texto, faz ver que a verdade de seu trabalho está *fora* do seu texto, está no documento, este outro *texto*. E põe à vista, ao mesmo tempo, que este documento só tem valor de verdade neste trabalho. O sentido está intermitente entre o *fora* e o *dentro* da operação histórica, e só se deixa produzir nas adições repetidas entre um e outro. Suplementariedade mútua. Se o documento é apresentado como exterior ao trabalho historiador, como referência e local de validação, ele é ao mesmo tempo inserido e integrado à *máquina textual*, entregando o sentido do texto ao jogo de remissões intertextuais, no qual a plenitude e originalidade da presença passada, a *fonte*, se apaga. (DERRIDA, 2004. p.263-266)

O documento deveria ser a impressão da coisa em si, da presença que passou, mas a necessidade de transportá-lo e inseri-lo num outro lugar, num *texto*, indica que esta presença já era lacunar. O trabalho historiador na escrita de história(s) faz aparecer a impossibilidade da presença plena, presente, passada ou futura. Seu labor é intempestivo, de um tempo desconjuntado, fora-de-si. Disseminada, a escrita da história(s) trabalha o documento, não como prova e fragmento de um passado que existiu, mas como suplemento que intervém e se insinua no lugar da presença passada. O documento-suplemento assume,

performaticamente, a forma daquilo que, simultaneamente, ele resiste, substitui e engloba. Tem assim estatuto de suplente e poder de suplência. O trabalho historiador se transfigura numa encenação intertextual na qual, se há lugar para o sentido, é no desvio e no limite de uma performance de si próprio. (*Ibidem.* p.193-200.)

O documento-suplemento interrompe a possibilidade de um sentido próprio a qualquer evento ou encadeamento de eventos. Procedendo por (com) *brisura*, produz-se um efeito interpretativo no qual aquilo que deveria conceder estabilidade e segurança à identidade entre *texto* e “algo que aconteceu” acaba por perpetrar um deslizamento *entre* esses limites. Inserir e convocar um documento deveria proteger o texto histórico do desamparo literário, mas se o faz, ao mesmo tempo deixa abrir neste texto a possibilidade de uma outra interpretação, remetendo diretamente à textualidade que constitui, ainda que a contragosto, o campo historiográfico. (*Ibidem.* p.195-196.)

Dessa maneira, desponta outra forma de ler-escrever, feita no lugar e no tempo em que a decisão de fazê-la parece impossível. Essa leitura conjura na *máquina textual*, por *contra-assinatura*, os “sujeitos” inseridos no procedimento da *máquina* a fazer histórias. O “sujeito” que escreve (“historiador”?) e o que escreveu (“agente?” “objeto”?) se rasuram e se deslocam, se desdobram na finitude e perpetuação de seus documentos, registros do “fato” de que um e outro passaram por ali, ainda estão ali, de passagem, a celebrar em cada marca documental sua existência e sua morte. O “sujeito” do documento e diante do documento não pode atuar mais como avalista, conselheiro, juiz, promotor, vingador ... a não ser encarando essas funções como máscaras, como *assinaturas*, parte da *máquina* que outrora julgou reger. (DERRIDA, 1984. p.75 *et seq.*)

Uma história(s) não comprometida com a clausura metafísica deliberadamente se aventura, procede como um pensamento errante sobre itinerário e método. As fontes se redobram como suplemento e transbordam, pois não podem nem ser a origem ou presença, e não podem ficar no lugar delas como uma representação, como também não podem ser simplesmente o avesso, uma ficção ou uma mentira. Elas deslocam no *texto* esses lugares que tendemos a cristalizar. Isto não quer dizer que não haja diferença entre um evento ficcional e um real, mas que a ficção e a realidade são suplementares e são possibilitados pela *máquina textual*. Trata-se de não excluir da história(s) aquilo que não está presente e “real” (os inexistentes irrealis), e mais: de considerar o evento histórico tido como “real” um caso particular de “ficção”. (CULLER, 1997 p.122-127.)

O que tentamos mostrar ao seguir o fio de ligação do ‘perigoso suplemento’ é que no que chamamos de vida real das criaturas de carne e osso (...) nunca houve nada além da escrita e

nunca houve nada além de suplementos e significações substitutas, que poderiam surgir apenas em uma corrente de referências diferenciais. O ‘real’ sobrevém e é adicionado apenas ao tomar o sentido de um vestígio ou a evocação de suplementos. (DERRIDA, Jacques 2004. p.196.)

Onde quer que estejamos, já estamos em um *texto*. O trabalho historiador parte já e desde sempre da escrita e por isso suas fontes só fazem derivar e transformar o que nunca foi um sentido próprio. Os documentos não podem reunir-se numa unidade originária, num “contexto” que fosse fonte de emanação ou de proveniência do sentido deles. “O que nele [documento] está se mescla com o que poderia ter havido; e o que nele há, se combina com o desejo do que estivesse; e que por isso passa a haver e a estar”.⁹

É por isso que o alcance do contexto nunca pode ser dissociado da análise do texto, e em função dela, todo contexto é transformador-transformável, exportador e exportável. Recortar o contexto de uma pesquisa histórica é imediatamente corromper a pretensa pureza dele, pois exige que se engendre um limite contextual que por si só não estaria lá. Esse limite, essa finitude, é a condição para que a transformação contextual permaneça sempre aberta. Isso não supõe que os textos devam ser apartados de seus contextos, mas, pelo contrário, que só existem contextos sem nenhum centro absoluto de ancoragem.¹⁰

A fonte, ao tornar-se, abre o tempo como atraso da origem sobre si mesma. Estratagema de uma encenação que pretende se encerrar nos limites de uma consciência e encetar uma presença. Desdobrar este atraso, espaçar esta operação é expor a temporalidade à aporia, a falta de um traçado. (DERRIDA, 2004. p.199 ; DERRIDA, 1991. p.315-347.) O documento-suplemento (suplemento do suplemento) toma-se como o irreversível que infinitamente se reescreve: enquanto navegação, essa reescrita está para além de diagnósticos, profecias e doutrinações, modos de cercear a errância. As fontes trabalham em rede intertextual, gerando acúmulos e carências que alimentarão outros lances e “novas” história(s). (DERRIDA, 1995. p.245)

Bibliografia

⁹ Cf. LIMA, Luiz Costa. LIMA, Luiz Costa. Documento e ficção. In: *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p.195. Costa Lima se refere aqui ao uso da literatura como fonte, mas a afirmação pode se estender a todos os documentos, escritos ou não, pois da perspectiva derridiana entende-se que em todo *corpus* documental se encontram aspectos de literalidade. Cf. LACAPRA, D. *op.cit.*, p.52-55.

¹⁰ DERRIDA, Jacques. In: (LI). p.110-111. Lacapra, ao tratar das complexas relações que podem existir entre texto e contexto, formula seis tipos de contextos históricos possíveis. Sua preocupação é menos esgotar os tipos de contexto do que demonstrar o quanto a naturalização da idéia de contexto pode empobrecer a historiografia, sobretudo a história intelectual. Ele lista os seguintes contextos: relação entre intenção do autor e texto; relação entre vida do autor e texto; relação entre sociedade e texto; relação entre cultura e texto; relação entre texto e corpo da escrita; relação entre modos de discurso e texto. Cf. LACAPRA, Dominick. *op.cit.*, 1983. p.36-71.

- BENATTI, Antônio Paulo. História, ciência, escritura e política. In: RAGO, M. & GIMENES, R. *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, São Paulo: UNICAMP/IFHC, 2000.
- CULLER, Jonathan D.; BURROWES, Patricia. *Sobre a Desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997
- DERRIDA, J. *Otobiographies: l'enseignement de Nietzsche et la politique du nom propre*. Paris: Galilée, 1984.
- _____. *A escritura e a diferença*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1995
- _____. *Gramatologia*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. *Margens da filosofia*, Campinas: Papyrus, 1991
- _____. *Mémoire d'aveugle – l'autoportrait et autres ruines*. Paris, Réunion des musées nationaux, 1990.
- HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, M. & GIMENES, R. (Orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, São Paulo: UNICAMP/IFHC, 2000.
- HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo: História, teoria e ficção*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2005.
- LACAPRA, Dominick. *History & criticism*. Ithaca, 1985.
- _____. *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. Ithaca: 1983.
- LE GOFF, J *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revista de História das Idéias*, Lisboa, v.21, 2000.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- SANTIAGO, Silviano. (Sup.Geral) *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1976.
- VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Projetos de cidade maravilhosa: o caso da modernidade carioca

Amanda Danelli Costa¹

O Rio de Janeiro se constituiu através de pares de tensão constantes, como vemos no par civilização e cultura, bem como no par capital e cidade. É justamente dessa negociação que se escreve a história do Rio de Janeiro, mais precisamente desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX.

A necessidade de equipar a capital, primeiro colonial e depois republicana, com os sinais modernos e de fazê-la se equiparar às demais capitais no mundo ocidental, fez com que o Estado interviesse no seu processo de desenvolvimento, buscando alcançar um novo estado de coisas, mais adequado ao projeto civilizador universal. Progresso e civilidade – vistos como componentes ou sinônimos de civilização – apareciam como condições imprescindíveis durante o século XIX.

O desenvolvimento tecnológico e uma nova subjetividade moderna fizeram os homens do século XIX buscar novos espaços para atuarem e, ao mesmo tempo, a relação desses homens com o espaço onde vivem gera uma experiência urbana renovada, que ganha como característica a transitoriedade.

Comparativamente, para a nova cultura, a cidade não tinha um locus temporal estruturado entre passado e futuro, e sim um atributo temporal. A cidade moderna oferecia um *hic et nunc* eterno, cujo conteúdo era a transitoriedade, mas cuja transitoriedade era permanente. A cidade apresentava uma sucessão de movimentos variados, fugazes, e cada um deles deveria ser saboreado em sua passagem da inexistência ao esquecimento. Para essa visão, a experiência da multidão era fundamental: todos os indivíduos eram desarraigados, únicos, todos unidos por um momento antes de partirem cada um para o seu lado. (SCHORSKE, 2000: 67)

“Em toda a sua história, a cidade resulta composta pelo entrelaçamento de temporalidades diversas” (ARGAN, 1993: 83), e no caso das cidades no século XIX e no início do século XX, essas temporalidades ganham, para além do caráter da aceleração, uma necessidade de presentificação de ideais elaborados ainda no século XVIII com os iluministas. A cidade das virtudes iluministas é a cidade ideal que se espera construir no século XIX, o que significa que ela serve como contraponto à cidade que existe então, a cidade real. Essas virtudes vão servir como medida para se observar

¹ Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; doutoranda; CNPq.

as falhas e as faltas nas cidades construídas até esse momento, de acordo com o que declara Argan:

A chamada cidade ideal nada mais é que um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da cidade real (...). (...) A hipótese da cidade ideal implica o conceito de que a cidade é representativa ou visualizadora de conceitos ou de valores (...). (ARGAN, 1993: 74)

Embora o Rio de Janeiro não estivesse em pé de igualdade em relação às principais capitais ocidentais – muito por conta de não ter se industrializado plenamente e se manter dentro da lógica agro-exportadora – a necessidade de modernização, tal como era uma questão de ordem civilizar-se, se fez presente aqui e em muitas capitais e cidades do mundo, que elaboraram planos urbanísticos no sentido de realizar o projeto de cidade ideal. A questão que – envolvia espaço público e privado e – era de fundo político-social-cultural ganhou os ares da neutralidade de debate a partir dos discursos técnicos que conquistaram espaço decisivamente a partir do século XIX.

Havia a necessidade de acabar com as desconfianças. Neste contexto, ganharam importância os laudos técnicos e científicos de três instituições que funcionaram como respaldadoras do progresso e avalizadoras do término das reformas: O Clube de Engenharia, a Saúde Pública, a Polícia. (RODRIGUES, 2002: 30)

O sanitarismo e o urbanismo foram pinçados como discursos neutros, técnicos, capazes de anular os debates que necessariamente passavam pela relação entre a sociedade e o poder público. Dessa maneira, eles ganharam o atributo de verdade e a possibilidade de participação da sociedade é castrada pouco a pouco; entretanto:

(...) se existe um documento que seja a expressão sintetizada do poder em sua vontade de organizar e controlar um território, este é o plano urbanístico de cada época. (ANDREATTA, 2006: 46)

O Relatório de Obras de Beaurepaire-Rohan (1843) e o Plano da Comissão de Melhoramentos (1875-76) já demonstravam a preocupação do Império com a sua capital. Neles, assim como nos outros tantos planos para a capital e depois para a cidade, o ideal de civilização apontava, sempre pelo avesso, o que se considerava

atrasado ou bárbaro, arcaico ou primitivo, no processo de desenvolvimento histórico do Rio.

O relatório de obras da Comissão de Melhoramentos (composta por Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, Marcelino Ramos da Silva e Francisco Pereira Passos) pode ter seu conteúdo resumido em quatro principais aspectos: “a definição de uma estrutura urbana para expansão da cidade usando a técnica de alinhamentos, a fixação de algumas normas reguladoras da edificação em coerência com o uso do instrumento urbanístico do traçado, a proposta de um esquema de drenagem das correntes afluentes das bacias do canal do mangue, e, finalmente, um programa de obras para formação da frente marítima setentrional da cidade” (ANDREATA, 2006: 152). O plano se apresenta bem detalhado, com justificativas técnicas, além de mostrar uma preocupação com seu alcance territorial.

A Constituição republicana de 1891 transformou o Rio de Janeiro em Distrito Federal. Um ano depois, por lei, determinou-se que o Poder Executivo Federal deveria nomear o prefeito. Assim, o presidente Rodrigues Alves escolheu Pereira Passos como prefeito e dividiu responsabilidades entre figuras como Lauro Müller, Oswaldo Cruz e Paulo de Frontin. Vale saber que Pereira Passos havia participado da Comissão de Melhoramentos trinta anos antes, o que aponta no mínimo para algumas continuidades nos projetos para a capital. Nesse sentido, vale observar a fala de Andreatta:

Na fundamentação da necessidade de aberturas e alargamentos de vias se encontram todos os tópicos assumidos no ideário coletivo da cidade: saneamento, ventilação, circulação e embelezamento da capital, parecendo uma repetição mais contundente das mesmas idéias mostradas nos Planos de Beaurepaire e da Comissão de Melhoramentos de 1875-76. (ANDREATA, 2006: 196)

O desejo de execução imediata e o empenho na programação das obras são as características distintivas em relação ao relatório da Comissão de Melhoramentos. A subsequente realização da reforma é provavelmente a causa da obra de Pereira Passos aparecer como a iniciadora da feição moderna do Rio.

Ainda de acordo com Verena Andreatta, pode-se perceber uma nuance diferencial para o projeto de reformas do prefeito Passos: o desejo de higiene domiciliar e de construção de prédios modernos se liga decisivamente a abertura de ruas. A construção do Theatro Municipal, a reforma do Palácio Municipal, a preocupação em

umentar a largura da Avenida Beira Mar para adequá-la à largura da Avenida Central deram o pontapé para um período de monumentalização da cidade. “A utilização de diagonais, monumentos e parques caracterizará a urbanística da transição do século ate a Primeira Guerra Mundial” (ANDREATTA, 2006: 204).

Para a realização das obras previstas no Plano, o prefeito optou pela gestão direta, o que apontava para o fato de que só a administração pública poderia ser eficaz nas desapropriações.

A cidade ideal que se buscou construir no Rio de Janeiro, muito embora se relacionasse e partisse da experiência da cidade real, acabou por promover, dentro de um contexto universalizante de uma certa idéia de civilização, a repercussão de projetos urbanísticos modernizadores que estavam em muitos termos em desacordo com a historicidade presente. Buscou-se alcançar um estado de civilização que não correspondia ao processo de civilização que se desenrolava no Rio de Janeiro. A fala do historiador da arquitetura, Adrian Gorelik, é muito esclarecedora sobre a questão que move esta pesquisa:

(...) a história cultural latino-americana é uma historia de cidades: a America Latina explica-se nessa vontade de construção de uma nova realidade, diferente da existente (histórica ou natural). A ambição mais profunda da arquitetura moderna ratifica não só a visão da cidade americana como produto genuíno da modernidade, mas sobretudo como *máquina para inventar a modernidade*, estendê-la e reproduzi-la. Porque na América Latina a cidade, como conceito, foi pensada como o instrumento para se chegar a outra sociedade, precisamente a uma sociedade moderna. O que significa, é claro, que neste continente a modernidade foi um caminho para se chegar ao desenvolvimento, não sua consequência: a modernidade impôs-se como uma parte de uma política deliberada para conduzir ao desenvolvimento, e nessa política a cidade foi um objeto privilegiado. (GORELIK, 2005: 49)

As dimensões de embate conviviam no Rio de Janeiro, nos indivíduos e nas sociabilidades, não em equilíbrio. Somente a atividade crítica é capaz de distinguir uma coisa da outra e oferecer o sentido dos termos bem como as suas implicações mais variadas na cultura e na sociedade. Essa atividade crítica que observa processo e estado, condição exterior e interior, cultura e civilização, ganha nas crônicas e nas fotografias os lugares de exposição; permite que se analisem vozes e discursos num jogo de aproximações e distanciamentos em relação ao que se tentou inscrever oficialmente na história do Rio de Janeiro e dos sujeitos que ali viveram no início do século XX.

João do Rio começou muito jovem a exercer o seu ofício como literato e fez sua estréia em jornal pouco antes de completar 18 anos, quando publicou seu primeiro texto, uma crítica à peça *Casa de Bonecas*, de Ibsen, n' *A Tribuna*. Como crítico, adotando o pseudônimo *Claude*, sua contribuição mais importante é para as Artes Plásticas, com a cobertura que fez do Salão de Belas Artes durante cinco anos seguidos. Como ficcionista, sua estréia foi escandalosa: o tema de *Impotência*, publicada n' *A Cidade do Rio* duas semanas depois de sua maioridade, já apresenta a sua ousadia.

A ironia, traço pungente, associada ao humor, se tornou uma eficiente estratégia de fazer a apreciação moral da sociedade. O caráter irônico da composição literária mediou as relações entre o artista e a sociedade, que o acolhia na medida em que era criticada.

A imprensa no Rio de Janeiro já se adaptava às novidades que surgiam na Europa. Os jornais passaram a apresentar manchetes, subtítulos, reportagens, entrevistas, fotografias e caricaturas. As inovações técnicas não apenas mudavam o significado da imprensa nesse momento, mas também reinventavam a literatura que preenchia as páginas dos jornais. Do mesmo modo, a fotografia e o cinema mudaram a maneira das idéias se apresentarem e circularem. João do Rio incorporou esses meios como tema e como forma nas suas crônicas. O indivíduo moderno, fosse o literato ou o transeunte, precisava se adaptar à pressa do transcorrer do tempo. Era o tempo do *homo cinematographicus*, significado que o cronista encontrou para a constituição dessa individualidade moderna de início do século, apresentada em seu livro *Cinematographo*. O trecho seguinte demonstra como a sensação da velocidade na passagem do tempo refletia no comportamento social como um todo:

Qual é o fito principal de todos nós? Acabar depressa! O homem cinematográfico resolveu a suprema insanidade: encher o tempo, atropelar o tempo, abarrotar o tempo, paralisar o tempo para chegar antes dele. (RIO, "A pressa de acabar", 1909)

Numa cidade em transformação, o cronista adquire a relevância de quem narra a história do presente. Fixou a cidade, os tipos, as modas e as mentiras. Cada sinal merece a atenção do cronista, que pode transfigurar o banal em essencial. Observar o pormenor põe em evidência o que se esconde, e abre um mundo de possibilidades. Assim, ele se dedica ao heterogêneo, fazendo-se múltiplo para captar o efêmero, o contingente, o circunstancial, presente na cidade mutante. É dessa forma que João do Rio se habilita

para elaborar a crítica da tensão moderna, relativa à passagem do tempo e à reformulação de uma subjetividade. A maneira como ele trabalhou essas questões, ela em si, mantém a tensão, o que enriquece sua literatura.

O cronista fixou o espetáculo das mudanças promovidas na cidade e na capital nas primeiras décadas do século XX. Múltiplo, captou o acontecer das ruas e dos salões, da população e do *jet-set*. A mobilidade do repórter dava a ele a liberdade de circular por todos os lugares e de observar como as relações entre os sujeitos se estabelecem e como elas participam de um movimento dinâmico que afeta e se vê afetado pelos projetos públicos.

Este livro, como quantos venho publicando, tem a preocupação do momento. Talvez mais que os outros. O seu desejo ou a sua vaidade é trazer uma contribuição de análise à época contemporânea, suscitando um pouco de interesse histórico sobre o mais curioso período da nossa vida social que é o da transformação atual de usos, costumes e idéias. Do estudo dos homens, das multidões, dos vícios e das aspirações resulta a fisionomia característica de um povo. E bastam as vezes alguns traços para que se reconheça o instante psíquico da fisionomia. (RIO, 2006: 96)

O livro em questão é “Vida vertiginosa”, publicado em 1911, num momento posterior às reformas de Passos, quando, muito possivelmente, já se podia sentir claramente seus efeitos na relação tensa que se estabeleceu entre a cidade e a capital. O título do livro já tematiza e qualifica a questão do tempo moderno, apresentando a sua relação com a tecnologia, com as sociabilidades, fazendo do tema algumas crônicas de costumes, além de apresentar uma “outra cidade” em contato com a capital.

A crônica clica um instantâneo desse espetáculo mundano, embebido pela “delícia das ilusões” (SUSSEKIND, 1987). Revela os paradoxos de uma sociedade em crise porque sua aparência não reflete o que vai por dentro, não se observa a si própria – esse indivíduo de hábitos civilizados é um sujeito cindido no espaço do próprio corpo e na sua relação com o mundo porque não consegue incorporar o que aparece e não consegue elaborar criticamente suas faltas internas. O cronista, por outro lado, se equilibra na corda por se sentir nesse mundo e ao mesmo tempo fora dele, justamente por conseguir fixar a imagem da barbárie civilizacional.

Perambular ou vagabundear com inteligência, este é o exercício ao qual o *flâneur* se dedica. Flanar é admirar, auscultar, ser um diletante faminto pelos detalhes. João do Rio apresenta a qualidade de esmiuçar tudo àquilo que observa, pois:

(...) de tanto ver que os outros quase não podem entrever, o flâneur reflete. (RIO, 1995: 6)

Com a declaração “eu amo a rua”, João do Rio percebe as ruas da cidade como um lugar onde a cultura é pensada e realizada; e sabe que esse caráter guarda muito da heterogeneidade característica das multidões. Para o cronista, o projeto ideal para a cidade de uma reforma civilizatória demandava uma mudança das relações culturais nos vários grupos que conviviam no mesmo espaço urbano.

Ao contrário de Bilac e outros eufóricos da *belle époque*, que corriam ao lado do presente transformador, João do Rio vai apurar o que queriam esquecer: a presença da cultura. Enquanto a cidade vestia suas belas máscaras, João do Rio mostrava a sua face, ou melhor, as suas faces, e, no limite, apresentava suas chagas.

As crônicas de “As religiões do Rio” e de “A alma encantadora das ruas” encenam o que obscurece o projeto da “cidade da virtude” civilizada, projetada e ordenada racionalmente como uma cidade ideal. O estilo do artista corta a alma feito um golpe de estilete, fazendo subir ao palco a “cidade do vício” (SCHORSKE, 2000: 61), estigmatizada pelos males sociais. As várias cidades na relação com a capital se mostram em interação e negociação constantes. O flâneur lê e traduz o espaço público, metonimizado pela rua, como dado vívido e dinâmico.

Embora reconhecesse no desenvolvimento técnico um artifício fundamental para a sobrevivência do indivíduo, João do Rio temia pela maneira vertiginosa da técnica avançar sobre a cidade e sobre os homens. Percebia que a técnica se tornava independente do seu criador, transformando-o em seu subordinado, encantado com os prazeres viabilizados pelo avanço tecnológico.

O cronista receia o aniquilamento do homem e de tudo que lhe é próprio, como a sua capacidade de criar. Sem conseguir criar, o homem perde a sua individualidade, a sua particularidade que o torna sujeito no mundo. Sem indivíduo, só nos resta a massa, uniforme e homogênea. Resta a esse homem, amputado no seu espírito, a imitação. É o fim do indivíduo, e no limite o fim do artista, aquilo que João do Rio mais teme. Carl Schorske sintetiza em um parágrafo o estado sensível do artista:

Para Baudelaire e seus seguidores estetas e decadentes do fim do século, a cidade tornava possível o que Walter Pater chamou de “a consciência acelerada, multiplicada”. Porém, esse enriquecimento da sensibilidade pessoal era obtido a um preço terrível: o afastamento dos confortos psicológicos da tradição e de qualquer sentido de participação num todo social integrado. Na visão dos novos artistas urbanos, a cidade moderna destruíra a validade de todos os credos integradores herdados. Tais crenças preservaram-se somente de forma hipócrita, como máscaras historicistas da realidade burguesa. Ao artista cabia arrancar as máscaras, para mostrar ao homem moderno sua verdadeira face. A apreciação estética sensorial – e sensual –, da vida moderna tornou-se, nesse contexto, apenas um tipo de compensação para a falta de ancora, de integração social ou de crença. (SCHORSKE, 2000: 68)

No seu trabalho, João do Rio se dedica a refletir sobre a possibilidade de uma modernidade sadia, que permita que a tradição não seja apagada, mas diluída no novo; distinto do que ele observava como proposta pelo Estado brasileiro, com suas pretensões de modernizar-se à custa do antigo, que duramente persistiu às intervenções. No Rio de Janeiro moderno, antigo e novo não coexistiram numa mesma célula, mas certamente num mesmo corpo, o que fez com que o espaço da cidade e da capital se configurasse como um espaço diferencial.

Ao reconhecer o antigo no novo, o passado no presente, João do Rio se dava conta de que seu próprio tempo, presente do futuro, muito em breve se tornaria passado. Assim, ele percebia o seu tempo como uma espécie de relíquia e punha-se a compor vistas. Daí sua ansiedade em registrar, como se tudo estivesse prestes a desaparecer, mesmo o que fosse considerado de “último tipo”. A nevrose que João do Rio vivia e explicitava na sua escrita era própria de um sujeito histórico que percebia “o seu próprio lugar corresponder a uma conjuntura espaço-temporal de dimensões heterogêneas – a contemporaneidade do não-contemporâneo” (FALCON e RODRIGUES, 2000: 230):

Trata-se (...) de uma nova experiência do tempo (...) cujo ritmo se acelera cada vez mais, trazendo no seu bojo a consciência dessa aceleração, a consciência de um presente vivido desde o futuro imediato e sentido como passado de seu próprio futuro. (FALCON e RODRIGUES, 2000: 229)

Com uma aposta no progresso, o projeto de modernidade aplicado ao Rio de Janeiro no início do século XX deveria reconhecer os limites da cidade colonial e transpô-los para se conformar num novo tempo. No entanto, nossa modernidade experimentada tinha feições provincianas: atendia a algumas demandas modernas, mas

aprisionava os novos valores numa perspectiva antiga. Esse seu caráter estava relacionado a uma mudança de valores sem uma simultânea mudança nas relações sociais.

O artificialismo vertiginoso da cópia não deu tempo para o homem se olhar e se entender. Nem poderia, pois os sonhos tinham que se manter em suspensão constante. Tudo foi contagiado pela brevidade: a crônica sucedeu o romance; o flerte sucedeu o noivado; o carro sucedeu os coches. O tempo era o da rapidez: beleza rápida, conquista rápida, valor rápido, desuso rápido, substituição rápida. O artificialismo apresenta sua marca na padronização, tanto dos desejos, quanto dos gostos e atitudes. Sem pensar, mas aos suspiros, ele acata as leis modelares, os padrões de civilização. Tudo está homogeneamente artificial:

Tudo no mundo é cada vez mais figurino. O figurino é a obsessão contemporânea. (...) Estamos na era da exasperante ilusão, do artificialismo, do papel pintado, das casas pintadas, das almas pintadas. (...) Deseja-se superar, ser o figurino, mostrar qualquer coisa diferente dos mais ou igual aos melhores nem que seja por alguns segundos. (RIO, 1911:64)

A crítica de João do Rio se dirige, enfim, aos resultados desse projeto modernizador estéril. O maior prejuízo deixado pelas transformações está na progressiva perda da individualidade, desfigurada tanto na relação do indivíduo consigo próprio como nas suas sociabilidades. A leitura das crônicas de João do Rio ajuda a costurar uma análise que ponha em evidência aquilo que a modernização escondia e permitir que se reconheça o jogo de relações que definiam a cidade-capital.

Bibliografia:

ANDREATTA, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no Século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FALCON, Francisco J.C. & RORIGUES, Antônio Edmilson M. *Tempos modernos: ensaios de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

_____. *Cinematographo*. Rio de Janeiro: Lello & irmão, 1909.

_____. *Vida vertiginosa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. “Em algum lugar do passado” IN: AZEVEDO, André Nunes (org). *Anais do seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade*, Rio de Janeiro, 23 a 26 de outubro de 2000. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ NAPE/ DEPEXT/ SR-3/ UERJ, 2002.

SCHORSKE, Carl. *Pensando com a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Marianne Weber, Georg Simmel e a “Questão feminina”

Amanda Dutra Hot*

O processo de modernização pelo qual a Europa passara em fins do século XVIII, e que estende-se ao longo do XIX, trouxe consigo conseqüências importantes para o pensamento da época. Questões antes relegadas a um segundo plano ou sequer lembradas começam a serem debatidas em círculos de intelectuais e pensadores de vulto. Dentre estas questões encontra-se a das relações de gênero, tema que será abordado no presente texto.

Para tratarmos as mudanças das relações entre os sexos na Alemanha de fins do século XIX e início do século XX, valemo-nos de dois intelectuais que contribuíram enormemente, cada qual a seu modo, para o debate. Trata-se de Georg Simmel (1858-1918) e Marianne Weber (1870-1954).

As idéias de Simmel sobre as mulheres coincidem, em grande medida, com a maioria de seus contemporâneos, ou seja, de uma absoluta diferença entre os sexos e de uma incontestável autoria masculina de tudo o que diz respeito à razão e à objetividade. Mas foi a sua forma de pensar o feminino como um fenômeno autônomo com suas raízes na natureza feminina, ou seja, sem o uso de parâmetros masculinos – idéias contidas em “O Papel do Dinheiro nas Relações entre os Sexos (1898)”¹ e “Cultura Feminina (1902)” (SIMMEL, 2006) –, que o diferenciou dos demais pensadores da época e o fez ganhar apoio no movimento feminino alemão, bem como grandes críticas.

Muitas das críticas dirigidas a Simmel partiram de Marianne Weber. Intelectual com grande apoio do marido Max Weber, Marianne foi uma mulher muito comprometida com as causas do seu sexo, mas principalmente, com as questões ético-morais dos indivíduos em si. Embora tivesse uma educação formal muito pequena – cerca de dois anos, numa época em que as universidades começam a abrir as portas às mulheres, à qual ela não teve oportunidade de frequentar como aluna –, Marianne destacou-se nos círculos intelectuais que frequentou. Como presidente da Federação

¹*Mestranda em História, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

A este respeito Simmel faz a seguinte crítica: “Se os homens se mostram tão propensos a falar de mulheres “no plural”, a pô-las no mesmo saco para julgá-las em bloco, uma das razões disso é com certeza a seguinte: o que nas mulheres interessa particularmente aos homens de sensualidade grosseira é o que elas têm de semelhante, da costureira à princesa. Parece, pois, excluído atribuir um valor pessoal a essa função, tendo as demais funções a mesma generalidade. (...) [Suas atividades] psicológicas, o instinto de conservação tanto quanto as funções tipicamente lógicas, nunca são associadas de maneira solidária à personalidade como tal (...)”. (SIMMEL, 2006:53)

Feminina Alemã (BDF), defendeu questões importantes à causa feminina, tais como a igualdade entre mulher e marido (que, segundo parece, vivenciava na prática com Max Weber), o divórcio por consentimento mútuo e o reconhecimento, por parte dos pais, dos filhos ilegítimos.² Aproveitando-se de sua situação de esposa de um importante intelectual de Heidelberg, Marianne conseguiu produzir e apresentar alguns trabalhos de notoriedade sobre assuntos envolvendo a ética e a moral na família, sempre resguardando uma postura conservadora, em parte para continuar obtendo o apoio masculino, como também o fizeram várias outras feministas. Dentre alguns de seus escritos mais importantes encontra-se “Esposa e mãe no processo de desenvolvimento do direito”, que escreveu por sugestão de Max Weber e a tornou conhecida, no qual ela faz uma dura crítica ao patriarcalismo e à falta de autonomia feminina, e propõe a igualdade no casamento. Em 1904, escreve “A participação das mulheres na ciência”, respondendo ao texto “Cultura Feminina” de Simmel – embora sem citá-lo –, em que considera as mulheres tão capazes a atuarem nas ciências quanto os homens.

Feita essa breve apresentação, partamos às idéias centrais de Simmel sobre a questão feminina, bem como às críticas de Marianne Weber a ele, e seu pensamento sobre a temática.

Georg Simmel pensa as mudanças das relações de gênero como um dos elementos centrais do processo de modernização. Para ele, este processo teria criado a separação das culturas objetiva e subjetiva inerentes aos homens. Por cultura objetiva entende que são formas de cultura e seus artefatos, os quais se tornam independentes da existência humana individual ou, nas palavras de Simmel

(...) Modelos forjados, que podem ser adotados ou desprezados, de certa forma à disposição dos indivíduos, aos quais ultrapassam, porém, por seu significado interno fatural – resultados objetivados da atividade cultural fornecida até então, e normas das atividades futuras. (SIMMEL, 2006:69)

Simmel considera que, ao ocorrer essa separação das culturas, o masculino teria sido dotado da cultura objetiva, o que lhe conferiu a capacidade de ser racional e objetivo, de perseguir idéias e estar apto a contribuir para a ciência. À mulher, nesse sentido, estaria reservada a cultura subjetiva, que considera eminentemente feminina, conferindo a esta as capacidades ligadas à intuição, aos sentimentos e às “tarefas de

² Para uma maior explanação sobre estas questões ver: ROTH, Guenther. O círculo de Marianne Weber. In: WEBER, Marianne. *Weber: uma biografia*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003.

cuidado”. Embora possa parecer que Simmel, ao ressaltar essas características, esteja depreciando as mulheres e suas capacidades, ele atesta serem elas um trunfo que as tornam superiores aos homens. Por isso ele alega que as mulheres deveriam desenvolver essa cultura subjetiva e melhor utilizá-la para complementarem os campos que a cultura objetiva é incapaz de penetrar, ao invés de adentrarem na cultura objetiva.

Essa complementaridade seria uma forma de escapar daquilo que denomina tragédia da cultura, a saber, a incapacidade do ser humano de incorporar toda a cultura objetiva que é produzida.

A gama e complexidade da cultura objetiva aumentam tanto, que não é possível para um indivíduo se apropriar da cultura objetiva como um todo e integrar os elementos na experiência subjetiva. É a tragédia da modernidade.³

Assim, o homem com sua enorme capacidade criativa é o grande responsável pelo seu fracasso. Simmel atribui essa dificuldade do indivíduo ao processo de modernização, que demanda indivíduos cada vez mais centrados e especializados.

Toda a nossa história, de acordo com o pensador, se configurou com modelos masculinos, direcionada às capacidades masculinas, o que explica os homens serem os únicos criadores de uma cultura objetiva.

(...) essa cultura, que é a nossa, se revela inteiramente masculina, com exceção de raros domínios. A indústria e a arte, o comércio e a ciência, a administração civil e a religião foram criação do homem, e não só apresentam um caráter objetivamente masculino, como, ademais, requerem, para a sua efetuação repetida sem cessar, forças especificamente masculinas. (SIMMEL, 2006:70)

Percebemos que, para Simmel, esse predomínio é um fato histórico, inegavelmente. Todas as atividades e normas vigentes se fizeram por homens e para os homens, tomando por base suas capacidades. E ele explica o porquê: a cultura moderna cria a necessidade de indivíduos preparados a agirem de forma eficiente e especializada para a criação da cultura. Os homens são mais aptos a assumir essa tarefa, já que conseguem dissociar a cultura subjetiva da objetiva, e são mais centrados e racionais. As mulheres não poderiam assumir tal tarefa, já que apresentam uma indivisibilidade do eu. Sua

³ “The range and complexity of objective culture increases to such an extent, that is no longer possible for an individual to appropriate objective culture as a whole and to integrate the elements into subjective experience. That is a tragedy of modernity”. (TIJSSSEN, 1991: 204).

alma, um todo global, ainda estaria intimamente ligada à unidade da natureza, como Simmel afirma em seus trabalhos que mencionamos anteriormente

A maravilhosa relação que a alma feminina ainda parece manter com a unidade intacta da natureza e que cria a distinção entre a fórmula global de sua existência e a do homem multicindido, diferenciado, dissolvendo-se no seio da objetividade, essa fabulosa relação separa-a, justamente, também do que é o trabalho de nossa cultura, o qual se baseia na especialização fatural. (SIMMEL, 2006:73)

No trecho citado fica expressa a idéia de Simmel de que as mulheres não teriam a capacidade de especialização como os homens. Em contrapartida, elas possuiriam características das quais os homens seriam desprovidos, sendo que estas foram por muito tempo a explicação da inferioridade das mulheres. Simmel não considera essas características, a saber, a capacidade emocional e intuitiva, como entraves à vida feminina, mas algo que as deixam numa posição superior em relação aos homens.

A contribuição que as mulheres poderiam dar à cultura não residiria, assim, em assumir tarefas eminentemente masculinas, ponto chave aspirado pelo movimento feminino, mas em desenvolver suas capacidades intuitivas e emocionais. Procedendo dessa forma as mulheres desempenhariam funções jamais conseguidas pelos homens. Como exemplo dessas funções Simmel cita a medicina e a história. Essas funções, segundo ele, seriam um campo cuja atuação dos métodos objetivos seria esgotável, por exigir grande sensibilidade e intuição do profissional que nelas atua. A partir daí as mulheres entrariam em ação dando sua contribuição à cultura objetiva através da especialização de sua subjetividade.

No que diz respeito ao ingresso das mulheres em trabalhos que extrapolem o mundo doméstico, Simmel considera necessário

(...) estabelecer uma outra divisão do trabalho, de redistribuir os trabalhos globais de uma profissão dada, de reunir depois os elementos especificamente adaptados ao modo de trabalho feminino para constituir esses ofícios parciais, singulares, diferenciados. Não se obteria, assim, apenas um aperfeiçoamento e um enriquecimento extraordinários de todo o setor de atividade envolvido, mas também se evitaria em boa parte a concorrência com os homens. (SIMMEL, 2006:74)

E acrescenta,

(...) essa complementaridade parece-me ser também, em si, o benefício próprio que a cultura objetiva pode tirar do movimento das mulheres na época moderna. (SIMMEL, 2006:86)

Ao pretender valorizar as atividades desenvolvidas pelas mulheres e colocá-las num “pedestal”, ao afirmar que possuem algo a mais que os homens, tornando-as superiores, Simmel acaba por assumir uma postura discriminadora. Ora, as mulheres seriam sempre complementos às tarefas dos homens, não podendo adentrar nos mesmos caminhos que estes? Não poderiam por si sós dar uma contribuição à cultura objetiva? São justamente essas indagações que movem as críticas de Marianne Weber a Simmel.

A esposa de Max Weber concorda com Simmel em alguns aspectos, tais como a separação da cultura objetiva da subjetiva, como uma consequência do processo de modernização. No entanto discorda em tudo aquilo que diz respeito às características especificamente masculinas ou femininas, tais como a cultura objetiva, a qual Simmel atribui apenas aos homens. Para Weber a participação na cultura objetiva dá aos homens e às mulheres a chance de desenvolver suas capacidades criativas.

Marianne reconhece que Simmel promoveu um grande avanço para o conhecimento, no que tange à questão feminina, se comparado a seus antecessores, como Kant⁴, por exemplo, os quais consideravam os homens como os detentores da razão e as mulheres como um segundo sexo, o belo sexo. Estes vêm as mulheres sempre com um olhar masculino, concebendo as ações e os pensamentos daquelas como consequências do mundo deles. Simmel se afasta deles justamente neste aspecto e concebe a feminilidade como um fenômeno autônomo, o que compartilha com as idéias de Marianne. Mas no que diz respeito às idéias simmelianas sobre as mulheres como tal, ela discorda completamente. E, assim como Simmel, sublinha a existência de diferenças entre homens e mulheres, porém as analisa sob um prisma diferente. Enquanto Simmel prefere ressaltar as diferenças, ela prefere buscar o que ambos os sexos têm em comum.

Segundo Marianne, a cultura objetiva, por exemplo, pode ser trabalhada tanto por homens quanto por mulheres, pois é uma capacidade humana. E, justamente por isso, a cultura objetiva possui sim características masculinas – observe-se que não exclusivamente como atesta Simmel – já que os homens constituem-se em seres

⁴ Em sua obra “Observações sobre o belo e o sublime”, Immanuel Kant deixa claro o que pensava sobre o sexo feminino se interessar pela intelectualidade: “A uma mulher que tenha a cabeça entulhada de grego, como a senhora Dacier, ou que trave profundas discussões sobre mecânica, como a Marquesa de Châtelet, só pode mesmo faltar uma barba, pois com esta talvez consigam exprimir melhor o ar de profundidade a que aspiram”.(KANT, apud. BORGES, 2005:667-676)

humanos. As características necessárias para o acesso à cultura objetiva, a saber, racionalidade e objetividade, não são qualidades apenas do masculino, são características dos seres humanos. Dessa forma Marianne contraria o argumento de Simmel de que as mulheres não podem alcançar o mundo da racionalidade e objetividade e ainda vai além, atestando que os homens é que deveriam preocupar-se em alcançar a esfera da subjetividade, dando mais atenção às suas capacidades emocionais e, quem sabe, se enveredando pelas “tarefas de cuidado”. Ela argumenta, ainda, que até mesmo as tarefas domésticas, domínio essencialmente feminino segundo Simmel, pressupõem um constante uso da cultura objetiva, já que requerem o uso da razão e de capacidades organizacionais.

No que diz respeito aos campos de atuação que Simmel considera adequados às mulheres (por permitirem aprofundar sua subjetividade), tais como a medicina e a história, Marianne discorda. Segundo ela os únicos empecilhos à mulher moderna para enveredar numa profissão, quer de intelectual ou outras quaisquer, são a falta de valorização e de tempo. Em sua viagem aos Estados Unidos, Marianne pôde perceber “como as mulheres eram valorizadas lá” (ROTH, 2003: 26), e o pouco que o eram na Alemanha do início do século XX. Ao referir-se à valorização, Marianne não estava preocupada apenas com salários ou a independência financeira que o trabalho poderia lhes proporcionar, mas em se ter um *Beruf* (vocação/profissão) “como uma tarefa objetivamente valiosa” (WEBER, *apud.* ROTH, 2003: 26). Atesta que, independentemente se homens ou mulheres, poucos são aqueles que podem viver para uma vocação, já que a maioria trabalha apenas pelo seu sustento (ROTH, 2003: 22). Desse ponto podemos extrair uma preocupação de Marianne, a de que todos pudessem seguir uma profissão guiados pela escolha, vontade e vocação, e não apenas como um meio de sobrevivência. Talvez seja essa uma consequência da modernidade. O segundo obstáculo que se apresenta às mulheres, citado por Marianne, seria a escassez de tempo. As mulheres dispunham de pouco tempo para se dedicarem à cultura objetiva, já que deveriam cuidar da família e da casa. É interessante notar através deste aspecto que, embora Marianne fosse uma “feminista”⁵ convicta, aspirando à igualdade entre os sexos e a liberdade individual, possuía uma postura bastante conservadora, principalmente no

⁵ É preciso dizer que quando falarmos em feminismo, ou caracterizarmos alguém como feminista estaremos nos referindo àquelas pessoas que levantaram uma série de debates acerca da condição feminina, criticando os ditames que regiam sua época. O movimento feminista propriamente dito ocorrerá apenas na década de 60 do século XX.

que diz respeito às questões ético-morais. Para ela as mulheres poderiam sim lutar para contribuir na cultura objetiva, assumindo uma vida de intelectual ou mesmo uma profissão, mas não podiam ou não deveriam trocar seu papel de mãe e esposa zelosa para assumir o de mulher que trabalha fora. É admissível que a mulher concilie ambas as funções, mas nunca que abandone a família e a casa. Embora considerasse a mulher pouco valorizada no mercado de trabalho e o pouco tempo de que dispunha, Marianne acredita que as mulheres deveriam se precaver, preparando-se para exercer uma profissão, pois não podiam contar com a segurança do casamento. Guenther Roth usa sabiamente a auto-definição de uma das contemporâneas de Marianne para defini-la: “liberal em relação a direitos individuais, progressista em relação à justiça social e conservadora em questões éticas” (SALOMON, *apud.* ROTH, 2003: 29).

Essa postura conservadora de Marianne se enrijece ainda mais com a ascendência de uma “nova ética”, cujas premissas pautavam-se na independência econômica feminina e a liberação sexual. Ela combateu, principalmente, as idéias que poderiam ameaçar o casamento legítimo, mostrando mais uma vez sua grande preocupação com questões ético-morais e com a família. É interessante notar que, mesmo enfatizando a importância do casamento legítimo e opondo-se à “nova ética”, do amor livre, Marianne, e também Max Weber, admitiam a violação da moralidade sexual. Eles consideram que o indivíduo pode fazer suas escolhas, e isso deve ser um direito – pode optar pela castidade, como o fez Marianne, ou pela violação da moralidade sexual, desde que movida por uma grande paixão, como Weber o fez. Os Weber justificavam sua posição alegando que uma pessoa que procedesse dessa forma não seria desqualificada em termos éticos, se movida pela paixão, mas apenas se carregassem consigo a culpa.⁶

Percebemos que, embora Marianne trouxesse consigo uma educação conservadora, teve que conviver com uma grande ambigüidade em seu círculo. Combatia o amor livre pregado pela nova ética, mas defendia as liberdades individuais. Em sua autobiografia, Marianne confessa que

⁶ Ver LICHTBLAU, Klaus. The Protestant Ethic versus the “New Ethic”. In: LEHMANN, H. & ROTH, G. (orgs.). *Weber’s Protestant Ethic. Origins, Evidence, Contexts*. Cambridge University Press, 1995, e ROTH, Guenther. O círculo de Marianne Weber. In: WEBER, Marianne. *Weber: uma biografia*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003.

(...) na época, o rigorismo de elevados princípios morais da minha geração continuava em meu sangue, embora atenuado pela solidariedade aos destinos individuais. Era muito mais simples...ater-se à vaidade universal de ideais superiores do que arriscar-se em complexas discussões dialéticas sobre o possível valor autônomo (*Eigenwert*) do 'amor livre'...Mais tarde, não fui poupada da experiência de ter de conviver, de uma maneira mais diferenciada, com as picantes questões do erotismo. Senti-me forçada a suspender o julgamento não apenas em casos individuais, como também a ouvir mais atentamente os defensores de uma nova ética sexual mais livre. (WEBER, *apud.* ROTH, 2003: 33)

Tendo em vista o exposto percebemos que, embora Simmel tenha contribuído enormemente para um novo pensamento e um novo olhar sobre a questão feminina, ao sugerir sua autonomia em relação aos homens, acaba por retornar ao ponto de partida quando as deixam atreladas apenas ao campo subjetivo. As mulheres continuariam a ser, sob sua visão, o sexo emotivo e frágil, capaz de dar algumas ajudas aos homens no campo do objetivo, mas nunca de forma autônoma. Suas idéias acabam por ir de encontro ao que pretendia, ou seja, enaltecer as mulheres. Marianne percebera isso e combateu essa forma de pensar, mostrando que os indivíduos, os seres humanos é que deveriam ser o foco. As mulheres, assim como os homens, são capazes de pensar e agir, independentemente de seu sexo, mas acima de tudo pela constituição humana de cada um deles.

Bibliografia

BORGES, Maria de Lourdes. Gênero e desejo: a inteligência estraga a mulher? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.13, n.3, p.667-676, 2005.

LICHTBLAU, Klaus. The Protestant Ethic versus the "New Ethic". In: LEHMANN, H. & ROTH, G. (orgs.). *Weber's Protestant Ethic. Origins, Evidence, Contexts*. Cambridge University Press, 1995.

ROTH, Guenther. O círculo de Marianne Weber. In: WEBER, Marianne. *Weber: uma biografia*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003.

SIMMEL, Georg. O papel do dinheiro nas relações entre os sexos. Fragmentos de uma filosofia do dinheiro. In: _____. *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. Cultura feminina. In: *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TIJSSEN, Lieteke van Vucht. Women and objective culture: Georg Simmel and Marianne Weber. *Theory, Culture & Society*. SAGE, London, Newbury Park and New Delhi, vol. 8 (1991), 203-218.

Teoria da História em Fredric Jameson

Ana Beatriz Carvalho Baiocchi*

Este trabalho tem como premissa, procurar compreender a crise do pensamento histórico¹, que perpassa todo o debate do fazer a história, enquanto ciência teórica e prática, nos dias de hoje. A princípio, buscou-se identificar a que tipo de “crise” no pensamento histórico, queremos nos referir. O pós-moderno realmente identifica os princípios e os fundamentos de uma crise das epistemologias discutidas no século dezoito e dezenove, que para muitos, já teria sido identificada em e por F. Nietzsche², e entre alguns outros filósofos do período. Ela pode ser identificada em suas mais variadas vertentes, tendo sempre como ponto de partida, a crítica do pensamento de uma ciência moderna, de origem européia que modificou as formas do pensar tradicionais. O ocidente como “lugar de onde se fala”, de uma nova forma de se pensar historicamente, não só coletivamente, mas individualmente, participando das peculiaridades e particularidades de cada cultura em sua especificidade e evidência.

A escolha do objeto, o autor Fredric Jameson, é pertinente, à medida que procuramos identificar um conceito de pós-modernismo, definidor e caracterizador dessa “crise”, que defendido pelo autor, causa certa polêmica em meio ao seu ambiente acadêmico. Os questionamentos são perspicazes já que se faz necessário hoje em dia pensar sobre conceitos como totalidade e sua influência direta, ou não, mas no mínimo, problematizadora, sobre e da história.

De fato, é este caráter totalizador, de uma História Universal, que se questiona, na pós-modernidade. O que de fato foi alcançado? O que a universalização dos conceitos de moral e ética, trouxe de benefício para “o bem” da humanidade nos dias de hoje? Como a categoria tempo pode beneficiar-se da prática histórica? São críticas gerais, mas que norteiam minhas preocupações em se pensar numa prática histórica, que inevitavelmente irá de encontro aos questionamentos sobre a cientificidade do trabalho do historiador, portanto, sua subjetividade. No entanto, por mais que o assunto já tenha

¹* Universidade Federal de Goiás, Mestranda

A crise do pensamento histórico a que me refiro é a crise de alguns dos modelos de interpretação dessa mesma realidade, e de suas pretensões científicas objetivistas e historicistas (positivistas), a que alguns tentaram chegar. Como por exemplo, o Marxismo.

² Friedrich Nietzsche é citado por José Carlos Reis no capítulo I, subtítulo, a Pós-modernidade, In: História e Teoria, 2003.

sido debatido, parece sempre ficar resquícios de certo cientificismo e positivismo, que atrapalham a prática de um bom historicismo, ou seja, de uma interpretação da história que leve em consideração seus aspectos individuais e coletivos de realização. E isto que é o pós-moderno: o reconhecimento da inevitabilidade inerente desse debate.

O tempo é sempre a categoria responsável pelas dificuldades cognitivas e de outra ordem, da história. E talvez, por estar sempre relacionado à experiência, permite certa verificabilidade e determinação. Mas mesmo esses dois procedimentos, de verificação e determinação, devem ser tratados de forma cuidadosa pelo historiador, ou cientista social, que queira interpretar os fenômenos do passado, para não incorrerem em erros graves.

Devido a isso, é imprescindível identificar o pensamento pós-moderno com o próprio movimento moderno, ou da ciência moderna. Segundo José Carlos Reis, Nietzsche foi um dos primeiros a recusar a tirania da razão sobre o sentido da história. Defende um eterno retorno ao princípio, à criação, ao antes da história da razão, ao momento em que se tinha toda vontade de viver, de uma eternidade efêmera contra uma eternidade atemporal, o agora eterno contra a utopia no futuro. Nietzsche já achava o Ocidente decadente, se lamentado do egoísmo e a crueldade reinantes, mas, sobretudo, a boa moralidade, os conceitos de bem e mal, que trazem um debilitamento físico e moral. Daí sua valorização do “super-homem”, do que é particularmente ousado, que quer viver, que quer correr riscos. “É preciso libertar a Vida”, “a história científica é uma desvantagem para a vida”³ (REIS, J. C., 2003: 43).

Com essa nova representação da historicidade, Nietzsche negava as filosofias da história e a história científica, o discurso da modernidade, rompendo com a racionalidade do projeto moderno e abrindo nova e funda ferida na identidade ocidental. Contra a metafísica da Razão que governa o mundo, contra o mundo sagrado, ele prefere a força profana, vivificante, dos instintos vitais.

A pós-modernidade procura deslegitimar o governo da história pela Razão⁴. Desacelera a história, desinteressa-se pelo futuro, que não pode mais ser produzido com segurança. Essa grande narrativa moderna, moralista, universal, que submetia a ação ao dever ser utópico, se pulveriza em indivíduos, fragmenta-se, concretizando

³ Nietzsche citado por José Carlos Reis.

⁴ Neste caso, o problema está em algumas definições de razão. Não que a razão em si, seja desnecessária a compreensão narrativa da história.

historicamente a pós-modernidade no mundo ocidental pós 1945, um mundo americano pós-europeu.

O século XX se deu conta historicamente da crise da Razão, em meio às tragédias que acompanharam a derrota da Europa. O pensamento dessa derrota seria o pós-moderno. Nesse sentido, a pós-modernidade desconstrói a metafísica humanista da subjetividade moderna. Quer esquecer o discurso da Razão que levava ao totalitarismo, ao holocausto, às guerras mundiais. Tudo que ela havia reprimido é valorizado: o homem, o selvagem, a loucura, a criança, a mulher, o delinquente, o doente, o analfabeto. Outras lógicas são descobertas como, a pluralidade cultural, e o conceito de alteridade, que se torna um problema mais interessante do que o da identidade universal.

Todos aqueles ideais de progresso, liberdade e lucidez humanas, revelam-se ingênuos e perigosos. O futuro não pode ser a única realidade histórica legítima, pois virtual, sempre virgem. O futuro torna-se a mutilação do vivido.

O que se costuma chamar pós-modernidade põe em xeque o sentido moderno da história, a identificação da história com a marcha do Espírito Europeu (Hegel), em busca da sua liberdade (potência). Neste aspecto, a pós-modernidade recusa as filosofias da história, pois a fragmentação torna indiscernível o fio condutor que leva à utopia. A narrativa pós-moderna só visa a eficácia, a performatividade, isto é, uma racionalidade técnica, local, parcial, sem realizar valores universais.

Para Lyotard, a crise é a do determinismo na qual repousa a legitimação pela performatividade; é esta a “filosofia” positivista da eficiência. Trata-se de mostrar, a partir de alguns elementos, que a pragmática do saber científico pós-moderno tem, em si mesmo, poucas afinidades com a procura da performatividade. Porém, esse ideal falhou, em algum momento de sua constituição histórica, ou historicidade, e que as duas grandes guerras, e seus “pós”, fazem parte desta experiência. Os anos sessenta do século XX foi a expressão máxima, desses ideais frustrados, e da urgência e exigência de novos ideais, de novos valores, de novos sentidos cujos quais pudéssemos guiar nossas vidas.

O que se evidencia é uma mudança no saber da narrativa moderna, ou melhor, de sua metanarrativa. Mas isso segundo Lyotard, poderia ser identificado em vários momentos, na transição de um período a outro. De fato, esta é uma questão que levanta os problemas sobre a periodização e suas consequências para a ciência da História.

Problemas estes que não serão levantados aqui⁵, mas que é importante ressaltar, já que a periodização enquanto categoria de interpretação de um determinado momento histórico pode ser de grande valia. A questão é que nos anos cinquenta a Europa está em sua reconstrução. O saber científico é uma espécie de discurso, uma competição mundial pelo poder. Essa competição se realiza nos Estados-nações, que se “baterão” para dominar os territórios da informação, numa crescente “mercantilização do saber”.

A hipótese de trabalho de Lyotard pretende colocar a questão do estatuto do saber, neste caso, “informatizado da sociedade”. É uma hipótese discriminativa: o cenário da informatização das sociedades mais desenvolvidas permite realçar vivamente, arriscando mesmo ampliá-los em excesso, alguns aspectos da transformação do saber e dos seus efeitos sobre a autoridade pública e sobre as instituições civis, efeitos que permaneceriam pouco perceptíveis sob outras perspectivas.

“o que é o mesmo que dizer que a hipótese é banal. Mas é-o somente na medida em que não ponha em causa o paradigma geral do progresso das ciências e das técnicas, ao qual parecem naturalmente fazer eco o crescimento econômico e o desenvolvimento do poder sociopolítico. Admite-se como evidente que o saber científico e técnico se acumula, discutindo-se, quando muito, a forma desta acumulação; uns imaginam-na regular, contínua e unânime, outros periódica, descontínua e conflitual” (LYOTARD, 2003: 24).

O saber científico em conflito com o saber narrativo. Neste caso o saber narrativo ligado às idéias de equilíbrio interior e de convivialidade, em comparação com as quais o saber científico contemporâneo faz pálida figura, sobretudo por ser obrigado a sofrer uma exteriorização relativamente ao “sabedor” e uma alienação relativamente aos seus utilizadores, mais fortes ainda que anteriormente. A componente maior desse momento é sem dúvida, a dúvida, a dúvida dos sábios quando se trata de avaliar o estatuto presente e futuro do saber científico. A exemplo da sociedade norte-americana, de acordo com José Antonio Vasconcelos:

⁵ Já que correspondem a uma questão amplamente discutida e devidamente pouco resolvida, sobre as categorias que realmente garantem uma objetividade científica sem caírem num positivismo vulgar.

“A sociedade norte-americana nos anos 1960 representou, de forma inequívoca, um contra exemplo do paradigma do consenso nas ciências humanas, que havia sido predominante nas duas décadas anteriores. O ideal de uma sociedade igualitária e de conforto material, (...), não havia sido alcançado por todos os cidadãos americanos. Isso se mostrava com cada vez mais evidência em virtude do surgimento de movimentos de reforma social e frequentes tumultos em protesto contra a discriminação racial e sexual e em favor da liberdade de expressão” (VASCONCELOS, J. A, 2005: 33).

A questão é perceber o paradigma do consenso nas ciências humanas, esta metanarrativa, como pertencente a um respectivo jogo de linguagem. Se se quer tratar do saber na sociedade contemporânea mais desenvolvida, uma questão prévia é decidir sobre a representação metódica que dela se faz. Durante o último meio século, esta representação se repartiu, em princípio, entre dois modelos: o primeiro pode-se ilustrar com o nome de Talcott Parsons⁶ (pelo menos, o do pós-guerra) e a sua escola funcionalista, e o outro pela corrente marxista, do materialismo histórico, em que todas as escolas que a compõem, por diferentes que sejam, admitem o princípio da luta de classes e a dialética como dualidade que trabalha a unidade social.

Estas duas espécies de discurso provêm da sociedade do século XIX. De acordo com José Carlos Reis, o olhar científico do século XIX significou a radicalização da confiança no projeto moderno. As filosofias da história perderam seu caráter metafísico para se tornarem a própria lógica, “científica”, da dinâmica histórica real. Sua narrativa legitimava a “verdade” Européia. A história científica prossegue, reinventando o projeto moderno europeu de conquista da história universal e de controle do sentido histórico, adaptando-o às novas circunstâncias do século XIX e radicalizando-o.

Se a teoria “tradicional” está sempre sob a ameaça de ser incorporada na programação do todo social como um simples utensílio de otimização das “performances” deste último, é porque o seu desejo de uma verdade unitária e totalizante se presta a prática unitária e totalizante dos gestores do sistema. A teoria “crítica”, porque se apóia sobre um dualismo de princípio e desconfia das sínteses e das reconciliações, deveria estar apta a escapar a este destino. É um outro modelo de sociedade (e uma outra idéia da função do saber que nela se pode produzir e se pode

⁶ Citado por François Lyotard, In: *Condição Pós-moderna*, 2003.

adquirir) que guia o marxismo. Este modelo nasce com as lutas que acompanham o investimento pelo capitalismo das sociedades civis tradicionais.

O modelo crítico se tem mantido e refinado como a escola de Frankfurt ou como o grupo “socialismo ou barbárie”. Mas não se pode esconder que a base social do princípio da divisão, a luta de classes, tendo-se esfumado ao ponto de perder toda a radicalidade, se encontrou finalmente exposta ao perigo de perder o seu fundamento teórico e de se reduzir a uma “utopia” a uma “esperança”, feito em nome do homem, ou da razão, ou da criatividade.

“E, hoje mais que nunca, saber qualquer coisa sobre ela (a sociedade)⁷ é, antes de mais, escolher a maneira de a interrogar, que é também a maneira como ela pode fornecer as respostas. Só se pode decidir que o principal papel do saber é o de ser um elemento indispensável do funcionamento da sociedade, e agir em consequência, quando se decidiu que esta é uma grande máquina” (LYOTARD, F., 2003: 37).

Inversamente, só se pode contar com a sua função crítica e desejar orientar-lhe o desenvolvimento e a difusão nesse sentido quando se decidiu que ela não constitui um todo integrado e que permanece dominada por princípios de contestação, homogeneidade ou dualidade intrínseca do social, funcionalismo ou criticismo do saber.

A questão aqui levantada é a da forma da narrativa, de uma narrativa histórica moderna que guia esse saber, sob princípios positivistas e mecanicistas, que num certo momento se viu questionada e substituída, por outra forma de saber narrativo, o que admite em si, uma pluralidade de jogos de linguagem. É o que se pode chamar de formações (*Bildungen*) positivas ou negativas, ou seja, os êxitos ou os fracassos que coroam as tentativas dos heróis, e que também definem os critérios de competência próprios da sociedade em que são contados e, por outro lado, avaliam, graças a esses critérios, as performances que neles se realizam ou se podem realizar. “As competências cujos critérios a narrativa produz ou aplica acham-se nela misturadas umas com as outras num tecido apertado, o da narrativa, e ordenadas numa perspectiva de conjunto, que caracteriza esta espécie de saber” (LYOTARD, F. 2003: 50).

⁷ Acrescentei a palavra no corpo da citação, para indicar a que o autor está se referindo.

Mas a crítica da narrativa vai muito mais além da questão da competência do saber. Por que aí, não é só uma crítica de um saber específico, mas de todo esse saber, instituído durante a modernidade. Nesse caso, a crítica pós-moderna do saber, abrange aspectos da pós-modernidade, mais do que o próprio pós-modernismo, que segundo Fredric Jameson, é mais uma expressão de uma lógica cultural do terceiro estágio do capitalismo, ou dessa pós-modernidade, denominado “sociedade pós-industrial”⁸. Para Jameson, “a pós-modernidade significa também um aprisionamento no sistema do presente temporal do qual as categorias narrativas da mudança parecem estar excluídas” (JAMESON, F., 2006: 93).

Mas esta perspectiva jamesoniana abrange um debate sobre a própria narrativa ou “metanarrativa” do marxismo e sua experiência histórica, em que o conceito de pós-modernismo, utilitário ou mesmo uma mistificação, tem lá suas contribuições, como o de tentar resolver os problemas estéticos e políticos da pós-modernidade. De acordo com Jameson, “conferir alguma originalidade histórica à cultura pós-moderna significa também afirmar implicitamente uma diferença estrutural radical entre o que é às vezes chamado de sociedade de consumo e momentos anteriores do capitalismo dos quais ela emergiu” (JAMESON, F., 2006: 31).

No entanto, há uma tendência geral a considerar Marxismo e pós-modernismo, como sendo uma combinação estranha ou paradoxal, o que de fato, para Jameson, não representa nenhuma das duas coisas. Sua contribuição para uma análise marxista do pós-modernismo, ou mesmo, da pós-modernidade, considerando aquela como ciência do próprio capitalismo, e devidamente posta em dúvida em relação ao seu descrédito, enquanto prática teórica, levando alguns críticos a serem bem rigorosos com Jameson, é a de uma tentativa de teorizar a lógica específica da produção cultural neste terceiro estágio do capitalismo, e não como mais uma crítica cultural solta ou um diagnóstico do espírito da época.

Essa tentativa de teorização, portanto da prática de uma teoria da história, da própria constituição de uma narrativa de um pós-modernismo totalizante, é que é criticada em Jameson. O autor, porém, considera essa questão no mínimo interessante: não o porquê dele adotar tal perspectiva, e sim, o motivo pelo qual as pessoas se

⁸ Conceito desenvolvido por Daniel Bell, e que segundo Jameson, constitui uma das versões mais influentes dessa estratégia.

escandalizam com isso⁹. De toda forma, objeções nesse sentido, ao conceito global de pós-modernismo parecem reexaminar, em outros termos, as objeções clássicas ao conceito de capitalismo. No caso da perspectiva atual, isso não é surpresa, já que se afirma consistentemente a identidade do pós-modernismo com o próprio capitalismo em sua última mutação sistêmica. Segundo Jameson,

“Essas objeções giram em torno de uma ou outra forma do seguinte paradoxo: embora os vários modos de produção pré-capitalistas tenham atingido sua capacidade de se reproduzirem através de várias formas de solidariedade ou coesão coletiva, a lógica do capital é, ao contrário, dispersiva, atomística e “individualista”, mais uma anti-sociedade, cuja estrutura sistêmica, isso sem querer mencionar sua auto-reprodução, permanece um mistério e uma contradição em termos. (...) o que se pode mencionar é que esse paradoxo constitui a originalidade do capitalismo e que as fórmulas verbalmente contraditórias com as quais necessariamente nos deparamos ao tentar defini-lo remetem além das palavras para a própria coisa (dando também origem àquela nova invenção peculiar, a dialética)” (JAMESON, F., 2006: 53).

A questão da totalização em Fredric Jameson é discutida quanto as suas condições históricas de possibilidade. Em que momentos históricos, o conceito de totalidade pode parecer, necessários e inevitáveis e, em outros, perniciosos e impensáveis, o que parece ser correlativo de uma operação cômoda, porém, confiável, de uma análise de momentos no passado em que tais conceituações pareciam possíveis. Para o autor, o ponto crucial a se destacar é que podemos reconhecer a presença de tal conceito, totalidade, desde que se entenda que há apenas um deles, o “modo de produção”¹⁰. Mas, para Jameson,

⁹ De fato, esta é a questão primordial do desenvolvimento de uma teoria da história jamesoniana. Conforme o autor mesmo explica, se nos velhos tempos a própria atividade de abstração era certamente uma das maneiras estratégicas através das quais os fenômenos, particularmente os históricos, podiam ser distanciados e desfamiliarizados, não há por que, entretanto, abrimos mão de tal abstração, que sempre constitui uma intervenção radical no aqui e agora, bem como a promessa de resistência a suas fatalidades cegas. E aqui, o autor considera como relevante a própria discussão sobre o problema da representação em história, para distingui-lo dos outros motivos em atuação na “guerra à totalidade”. O que há de fato é uma preocupação, ou confusão, com o conceito de abstração histórico e a própria realidade em si, e não há como caracterizar uma representação *como* representação tão seguramente que se evitem “ilusões óticas”.

¹⁰ Acredito ser exatamente em relação à esse conceito, e seu modo “totalizante”, que muitos de seus leitores o criticam como sendo mais um marxista vulgar. No entanto, sua abordagem, mais do que vulgar, nos faz questionar sobre a própria construção do conceito modo de produção, seu aspecto

“(…) um modo de produção não é um “sistema total” naquele sentido proibitivo, e contém em si mesmo uma gama de contraforças e novas tendências, de forças “residuais” bem como de “emergentes”, que deve tratar de dirigir ou controlar (...): se essas forças heterogêneas não tivessem uma carga de efetividade, o projeto hegemônico¹¹ seria dispensável. (...) Finalmente, (...), torna-se também evidente que há uma diferença entre o conceito e a coisa, entre esse modelo global e abstrato e nossa própria experiência social e individual, à qual ele deve fornecer alguma diferença esclarecedora, mas sem se propor “substituí-la” (JAMESON, F., 2006: 57).

Mas mesmo essa crítica à totalidade que Jameson propõe também deve ser ponderada e pragmática em seus termos. O pós-modernismo em Jameson é sintomático de um momento peculiar do capitalismo tardio. E sua escolha de descrições alternadas, focalizadas em diferentes níveis de abstração, são mais de ordem prática do que teórica, um modelo de pós-moderno, “que vale pelo que vale, e tem de se arriscar de forma independente” (JAMESON, F., 2006: 61). No campo de sua teoria da história, uma teoria pós-moderna, em que construções alternativas são desejáveis e bem vindas, “pois abarcar o presente a partir de seu interior constitui a tarefa mais problemática que pode confrontar o intelecto” (JAMESON, F., 2006: 61).

Pensar sobre uma teoria da história em Fredric Jameson, é pensar sobre as possibilidades de um discurso, ou narrativa, que pretenda ser totalizante, no entanto, sem necessariamente, incorrer em experiências catastróficas, ou no mínimo, escatológicas. A minha pesquisa tem por objetivo¹² demonstrar que pensar sobre uma totalidade, ou mesmo, universalidade em história, é imprescindível também, para

totalizador, que relativo a uma abstração, foge às questões colocadas na nota anterior, sobre o debate em torno do conceito de representação, ou pelo menos, procura não incorrer em seus erros. Não há como negar, que o marxismo, enquanto uma teoria da história em Fredric Jameson, remete ao questionamento do próprio capitalismo em si, constituindo este como objeto de sua ciência. Em relação ao pós-modernismo, este se liga ao marxismo e ao conceito modo de produção, enquanto categoria para se entender a lógica cultural, que encontra um lugar funcional específico dentro desse terceiro estágio do capitalismo tardio.

¹¹ Aqui o autor utiliza-se do conceito de hegemonia de Gramsci.

¹² Meu projeto de pesquisa para o mestrado, envolve exatamente esse questionamento jamesoniano, sobre a própria constituição e presença, e até mesmo, a necessidade, de uma idéia de totalização em História. E aí, questionar sobre o próprio conceito de História, desenvolvido nesse momento do pós-moderno. Como cientistas, historiadores temos, como o próprio Jameson coloca, que não ficar perplexos ou mesmo, fugir a esse debate. Mas aceitar a própria ideia de totalidade, como uma estrutura, que identifica um momento histórico, sem detrimento de algum outro pensamento que possa vir a corroborar tal perspectiva.

detectarmos até mesmo o *zeitgeist* de uma época, ou a historicidade inerente ao momento histórico em questão, sem descaracterizar as ontologias e idiosincrasias do período.

BIBLIOGRAFIA:

JAMESON, Fredric. Espaço e Imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios de Fredric Jameson. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006, p. 47-65, 93.

LYOTARD, J. François. A condição pós-moderna. 3ª edição, Ed. Gradiva, outubro de 2003

REIS, José Carlos. História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003, p. 33.

VASCONCELOS, José Antônio. Quem tem medo de teoria?: a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

Balço historiográfico nos estudos sobre o Humanismo italiano: de Eugenio Garin aos nossos dias

Ana Letícia Adami*

Em uma conferência em abril de 1993, no Congresso Internacional sobre filologia textual e ciências humanas em Roma, o filólogo Gianvito Resta¹, ao tratar sobre o “glorioso” renascimento nos anos 30 de novas hermenêuticas no campo de estudos humanísticos, relembra, entre outros trabalhos, a publicação da complexa monografia de Eugênio Garin sobre o humanista *Giovanni Pico della Mirandola* (GARIN, 1937), cuja interpretação se fundava sob funcional pesquisa histórico-filológica². Em nota à citação da obra de Garin, Resta revela o quanto esta obra, ainda hoje, permanece sendo um ícone de referência no seio dos estudos humanísticos italiano³.

Porém, sendo Garin um autor de grande prestígio internacional, é inútil estender-se aqui na demonstração do quanto os seus contributos representaram aos estudos do Renascimento. O que me interessa é tratar brevemente dos rumos que tomaram no atual cenário dos estudos humanísticos italiano, as hermenêuticas inauguradas por esta escola histórico, filosófica e filológica, da qual Garin fazia parte. Refiro-me ao que convenciono chamar, no interior deste campo de estudos, de nova historiografia dos anos 50. Incluem-se ainda dentro deste grupo os nomes de Paul Oskar Kristeller e Hans Baron.

Em 1955, Hans Baron lançava uma obra notável para a historiografia do renascimento italiano: *The Crisis of the Early Italian Renaissance: Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*. Neste livro, opondo-se às teses tradicionais, Baron promovia uma grande mudança. Segundo James Hankins, o historiador introduzia um conceito de grande importância para os estudos sobre o período: o conceito de “humanismo cívico”⁴. O termo foi utilizado por Baron pela primeira vez em 1928 na introdução de sua

¹* Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social, sob financiamento da FAPESP.

Gianvito Resta é *Accademico dei Lincei*, presidente do *Istituto Roma nel Rinascimento* e membro do *Comitato Scientifico per le Edizione Nazionale delle Opere di Lorenzo Valla*.

² “E proprio in quel glorioso scorcio degli anni trenta (...) mentre Eugenio Garin consegnava alla considerazione degli studiosi una moderna complessa monografia su un umanista, Pico della Mirandola, in cui la puntuale ed acuta esposizione ed interpretazione del pensiero picchiano si fondava su funzionale ricerche storico-erudite e rigorosa lettura filologica dei testi” (RESTA, 1994: 223).

³ “La novità, la completezza e il rigore della ricerca di Garin furono allora autorevolmente rilevate, pur tra certe contrastanti riflessioni critiche, e mentre Carlo Dionisotti poteva registrarla come ‘il più compiuto e sicuro studio che oggi si abbia sull’argomento’” (RESTA, 1994: 223).

⁴ “Baron’s researches into the origins of civic humanism at length took shape in his great work, *Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*. In this book Baron eschewed internalist explanations for the appearance of what he called civic humanism” (HANKINS, 1995: 309-338).

obra *Leonardo Bruni Aretino*. Ele surge a partir dos estudos de Burckhardt, do qual Baron tomou emprestado o termo alemão “burgerhumanismus” e traduziu para o inglês como “civic humanism”.

Para Baron, até o momento da publicação de sua obra, a historiografia do Renascimento não havia cumprido bem o seu papel ao interpretar o pensamento dos autores humanistas dos séculos XIV-XVI, no contexto das repúblicas italianas, principalmente na de Florença – foco principal de seus estudos – propondo, por isso, uma nova forma de abordagem⁵. Hankins acrescenta ainda que o humanismo, na visão preconizada por Baron, não foi um fenômeno restrito exclusivamente à ideologia política republicana, mas sim um verdadeiro programa político e educacional, fortemente ancorado nos autores da antiguidade clássica⁶.

Do mesmo modo que Baron, Garin opunha-se à historiografia tradicional quando lançou, um pouco antes do instigante livro de Baron, em 1952, a obra *L’umanesimo italiano: Filosofia e vita civile nel Rinascimento*. Neste livro, que em muitos aspectos antecedeu a própria visão de Baron, Garin inaugurava uma interpretação totalmente nova sobre o pensamento daqueles humanistas italianos. Para Garin, assim como para Baron e Paul O. Kristeller, esta “*historiografia tradicional*” – forma utilizada por estes autores para se referirem a uma determinada concepção historiográfica de sua época –, ao abordar o movimento cultural humanista, classificava estes pensadores na categoria de “gramáticos” ou “retóricos”, empenhados em imitar e traduzir os textos da antiguidade clássica. O próprio termo *renovatio* teria sido mal interpretado por esta escola histórica como uma fase que teve como proposta principal a retomada dos textos clássicos, em oposição à obscuridade da escolástica medieval. Desse modo, o Humanismo foi tomado como um movimento que embora procurasse estabelecer uma ruptura com o passado medieval, fracassara no seu intento, pois não conseguira produzir nada novo, limitando-se à repetição das idéias clássicas, muitas vezes até a partir de interpretações realizadas pelos próprios escolásticos aos quais se opunha. Logo, dentro desta perspectiva, o pensamento humanista era entendido como uma continuidade do pensamento medieval⁷.

⁵ “The method of interpreting great turning-points in the history of thought against their social or political background has not yet rendered its full service in the study of the Italian Renaissance” (BARON, 1955: 25).

⁶ “Taken in this more general sense, it can be said that Hans Baron’s idea of ‘civic humanism’, retains a core of validity, and can stand as an important supplement to the Burckhardtian understanding of the Renaissance” e “If we continue to use the term ‘civic humanist’, it should be clearly recognized that the attempt to reform and revalorize the life of the city-state in accordance with ancient models (HANKINS, 1995: 309-338).

⁷ “Um número demasiado grande de historiadores, ou que acreditam sê-lo, por uma exigência de continuidade cada vez mais exasperada (the cancerous growth of continuity), esforça-se para apresentar a ciência do século

É justamente contra essas teses que Eugênio Garin se posiciona. O autor acusa, como conseqüência dessa visão errônea, o fato de não ter sido dada a devida importância ao papel desses autores humanistas sobre a *vida civil* da sociedade italiana do Renascimento. Ao debruçar-se sobre os manuscritos destes autores humanistas, Garin descobre que na verdade estes autores não estavam interessados em propriamente imitar as teses daqueles clássicos, mas antes procuravam dialogar com estas teses, reexaminando-as dentro do contexto específico de seu próprio tempo. Mais do que entender o pensamento dos antigos, estes homens buscavam na verdade entender a si mesmos. A cultura humanística

atuou na formação dos dirigentes das cidades-estado, oferecendo-lhes técnicas políticas mais refinadas. Serviu não apenas para a compilação mais eficaz do epistolário oficial, mas também para formular programas, compor tratados, definir 'ideais', elaborar uma concepção da vida e do significado do homem na sociedade (GARIN, 1996: 10)

Nesse sentido, pode-se dizer, ao contrário do que sugeria a historiografia tradicional, que estes humanistas tinham um papel fundamentalmente prático sobre a vida política. Assim, Garin reavalia a função da gramática e da retórica para estes humanistas, que estava mais para um método de análise do que para uma ciência isolada. Não eram, portanto, os estudos filológicos que os humanistas privilegiavam, mas sim seu aprimoramento, uma vez que se destinava a auxiliá-los na leitura crítica dos documentos que tinham em mãos. A filologia era um meio, e não um fim em si. O seu verdadeiro propósito na leitura dos textos clássicos era o de “resgatar, em toda a sua autenticidade, a personagem histórica” (GARIN, 1994: 175-176) E para isso, fazendo uso de um discurso próprio. “E desta maneira surgiu a História e a Filologia” (GARIN, 1994: 176). Assim integradas, desde o início, essas duas ciências se apresentavam como um método que permitia ao homem a “tomada de consciência crítica sobre si e sobre os outros” (GARIN, 1994: 176), entendendo aqui como “outros” não só o próximo, mas aqueles do passado distante. Era este o real objetivo de interesse dos humanistas. O conhecimento como um todo, e não só a Filologia, a Poesia ou a História, era tido como uma ferramenta para se entender a verdadeira e misteriosa grande obra da vida: o homem. De fato, estas teses propostas por Garin para se interpretar o processo de produção de conhecimento dos séculos XIV ao XVI, ainda hoje não são fáceis de serem compreendidas

XVII como o último parágrafo do saber medieval, esvaziando a importância de parte da obra dos séculos XV e XVI” (GARIN, 1996: 9).

pelo homem contemporâneo, e por isso mesmo o historiador italiano apelava para a necessidade de se efetuar a leitura destes documentos à luz desta nova perspectiva.

Um dos aspectos comuns a estes autores humanistas, e que intriga ainda hoje os pesquisadores do assunto, é esta forma de concepção do conhecimento que não vê separação entre campos distintos do saber. Reflexo disso é a superposição de temas de cunho histórico, poético, filológico e filosófico condensados num mesmo texto – o que torna difícil ao historiador de hoje organizar estes textos e autores em categorias distintas.

Por isso, o próprio Garin aconselha como melhor caminho para a compreensão deste movimento cultural o colhimento destas obras e seus autores humanistas, que devem ser avaliados caso a caso, a fim de se obter a especificidade do pensamento de cada autor, para só então partir para análises mais gerais. Nesta direção, o historiador iniciou, em meados da década de '50, um grande levantamento documental, elaborando traduções e reedições das obras para estimular futuros trabalhos de pesquisa.

E de fato, em 1984, o professor fora convidado para a conferência de abertura do importante Congresso Internacional *Lorenzo Valla e l'Umanesimo Italiano*, em Parma. Nesta conferência o historiador demonstrava claramente seu contentamento com a elaboração do evento que representava significativos avanços no desenvolvimento de uma hermenêutica que ele mesmo proporia décadas antes. Tratava-se de um congresso que reunia diversos trabalhos em fase inicial de realização, de cunho histórico, filosófico e, preponderantemente, filológico, cujo objetivo principal era a recuperação das obras completas de Lorenzo Valla, humanista do *quattrocento*.

Nesse sentido, Garin salientava o salto frutífero que se estava dando em relação à historiografia italiana do *Ottocento* e *Novecento*, que havia induzido os estudiosos a privilegiarem apenas alguns autores e algumas obras, isolando-os e deformando-os com base em restrito conhecimento das fontes primárias e de edições insuficientes e manipuladas⁸. E completava propondo uma metodologia a ser seguida, tanto no terreno da história das idéias, como no da filologia: “*Se descobriu que sobre um texto, um autor, um momento histórico, se pode falar seriamente apenas restituindo a sua gênese, recolocando a sua estrutura nos processos históricos: rigorosa análise estrutural e historização sem confim*” (GARIN, 1984:

⁸ “*Così le tensioni del presente, politico-religiose per un verso, filosofiche per un altro, spesso a privilegiare solo alcuni autori e testi, isolandone - e magari forzandone e deformandone - temi particolari in operazioni facilitate dalla conoscenza quasi sempre parziale delle fonti primarie, non di rado di tradizione complessa, alterata in edizioni insufficiente e manipolate*” (GARIN, 1984: 3).

⁹ “*Si è scoperto che di un testo, di un autore, di un momento storico, si può parlare sul serio solo restituendone tutte le dimensioni – e che per giungere a tanto è necessario ricostruirne la genesi, ricolocandone le strutture*

4). Destacava o autor a necessidade de convergência entre as disciplinas História e Filologia para se resgatar toda a dimensão de um texto, ao qual corresponde o traçado da gênese de uma obra de pensamento. Sendo ele, sobretudo, um histórico da filosofia, Garin estava preocupado com uma hermenêutica que desse conta da leitura de uma obra de pensamento, sem descuidar, contudo, do contexto histórico.

Preocupação semelhante podemos verificar na crítica literária da Escola de Cambridge. Pocock, entre os mais importantes membros da escola, é tido como um dos pioneiros de certa metodologia histórica conhecida como *contextualismo*, que visa o estudo dos “textos em contexto”. Em seu ensaio de 1989, *O conceito de linguagem e o métier d'historien*, o autor apela para a necessidade de se resgatar o contexto de uma obra ao interpretá-la. Porém, sua significação de “contexto” apresenta uma idéia de todo particular e cuidadosa, pautada por estudos linguísticos. Nas palavras de Pocock: “*Nós esperamos encontrar uma linguagem como contexto e não como texto*” (POCOCK, 2003: 65). Por contexto, Pocock quer dizer, mais especificamente, o “contexto lingüístico” de um texto de fala. Para o autor, o Historiador das Idéias - aquele que tem por objeto o estudo das idéias no tempo - deve delimitar lingüisticamente as possibilidades de fala ou “lance” do texto a ser analisado. Nesse aspecto, o contexto surge como chave para se compreender o texto.

A convergência entre História e Filologia proposta por Garin concede à interpretação histórica um acentuado peso linguístico que caracteriza a tradição literária italiana. Do mesmo modo, para Pocock a reflexão sobre a linguagem também é parte recorrente do *métier* do historiador. Nesse sentido, pode-se dizer que, de fato, ao menos em termos epistemológicos, os dois historiadores concordavam em muitos pontos. Não nos interessa aqui, porém, traçar uma série de correlações entre os preceitos teóricos da Escola de Cambridge e aqueles ditos por Garin, ainda que assistematicamente. Mas sim, como já expresse de início, verificar, dentro do ambiente literário italiano, os rumos que se seguiram às apreciações do renomado historiador das idéias do Renascimento, subsequente àquele seu famoso discurso no congresso de Parma de 1986.

Para tanto, é de grande valia uma reflexão elaborada por Ginzburg em sua obra *History, Rhetoric, and Proof* (1999), que contribuiu para elucidar alguns aspectos do surgimento desta historiografia pós-gariniana nata em meados dos anos 70. Nesta obra, Ginzburg discorre sobre o confronto de correntes epistemológicas que pautaram a emergência de certas hermenêuticas no campo das ciências humanas entre as décadas de 60 e 70. O autor *nei processi storici: rigorosa analisi strutturale e storicizzazione senza confini*” (trad. do autor).

afirma ter sido a historiografia das décadas de 60 e 70 por demais contaminada pelo estruturalismo ou sua antítese – aqueles que se posicionaram contra o estruturalismo. Para confirmar esta asserção, o autor explora a discussão acerca dos conceitos de *prova* e *retórica* que foram abordados pelas correntes pós-modernas e sua consequência na visão histórica sobre os estudos do renascimento. No seu artigo *Lorenzo Valla e a Doação de Constantino* (1999), o autor admite que a noção de *prova* foi sempre tratada como um símbolo da historiografia positivista. Em decorrência disto, o conceito de *retórica*, no contexto das críticas pós-modernas das décadas de 70 e 80, fora usado como uma importante arma em oposição à noção de *prova* na batalha contra o positivismo da profissão histórica¹⁰. Segundo o entendimento pós-moderno, a idéia de *prova* não passava de mera ingenuidade positivista, uma vez que todo discurso histórico era retórico, e não científico. Em oposição, Ginzburg adverte para o fato de que esta moda pós-moderna não percebera o desvio da concepção de teoria retórica que ela própria assumira quando se tratava do diálogo entre antigos e modernos humanistas da renascença – Ginzburg toma como exemplo as interpretações que foram feitas pela historiografia entre as obras de Lorenzo Valla e Aristóteles. Na visão pós-moderna, o nexos retórica-prova-história soava paradoxal.

Entre os trabalhos que foram produzidos sobre o Humanismo, Ginzburg ataca especialmente o livro da historiadora americana Nancy Struever, *The language of History in the Renaissance. Rhetoric and historical consciousness in Florentine Humanism* (1970): “*A prova se contrapunha a retórica, e a insistência sobre a dimensão retórica da historiografia (levada até a identificação de ambas) tornou-se a arma principal na polêmica contra o tenaz positivismo dos historiadores*” (GINZBURG, 1999: 68). Conscientemente influenciada pelo ensaio de 67 de Roland Barthes, publicado no *Times Literary Supplement*, Nancy Struever admitia ter analisado as obras de Leonardo Bruni, Poggio Bracciolini e Lorenzo Valla em relação à história e à linguagem “*à luz de uma moda recente*”, a saber: o pós-estruturalismo ou pós-modernismo. Frente ao imperativo retórico na epistemologia histórica das décadas de 70 e 80, Ginzburg pejorativamente o cunhou de “*viragem linguística*” ou “*retórica*”. “*Os rótulos pouco importam*”, diz Ginzburg. O que importa é perceber que esta moda é a que “*ainda hoje estamos respirando*” (GINZBURG, 1999: 68-69).

¹⁰ “*In the last twenty five years the notion of proof has often been regarded as a trait, or even a symbol, of positivism historiography. Rhetoric has been opposed to proof, and the emphasis on the rhetorical dimension of history (...) has become (...) the most effective weapon in a battle against the positivism that is still so prominent in the historical profession*” (GINZBURG, 1999: 54-70).

E de fato, se fizermos uma breve análise dos principais temas abordados pela historiografia dos anos 70 a 90, veremos que é extenso o rol de autores que se dedicaram ao estudo de temas concernentes às áreas de Filosofia e Lingüística, e ainda, sobre o nexa História, Retórica e Filosofia (temas que aparentemente interessavam a muitos humanistas da Renascença). A escolha por estes temas parece se dar devido ao próprio embate que Ginzburg assinalou no interior da teoria das ciências humanas entre, de um lado, a epistemologia estruturalista ou marxista dos anos 60, e de outro, esta "viragem lingüística ou retórica" dos anos 70 em diante, empenhada em combater a anterior.

No campo da história, e mais especificamente no campo de estudos renascentistas, esta batalha se reflete na reprodução por muitos historiadores daquelas discussões engendradas pelos humanistas entre a superioridade do conhecimento histórico frente à retórica e à filosofia. E nesse sentido, as obras *Historia de Fernando de Aragão* e *A Doação de Constantino* de Lorenzo Valla, que tratam mais abertamente sobre estes temas, são as que mais interessaram (e tem interessado) aos estudiosos do período. Além das *Elegantiae* de Valla, de grande interesse entre os estudiosos de língua e filologia, pois ali Valla tece importantes considerações acerca dos usos e da gramática de língua latina de sua época em comparação com aquela dos áureos tempos romanos.

Em 2005 é realizado novo congresso sobre Lorenzo Valla intitulado *Publicare il Valla*, organizado pelo Comitê Científico para Edição Nacional das Obras de Lorenzo Valla. Compreendendo 26 trabalhos de cunho filológico, o objetivo deste evento era o de apresentar as atuais diretrizes que regem as publicações das obras completas de Lorenzo Valla. Composto por filólogos e especialistas em literatura italiana, a existência de tal comitê, bem como a organização de tal evento, ilustram o quanto cresceu não apenas o interesse sobre o campo de estudos renascentistas, mas também o quanto se desenvolveu de maneira sólida, no interior da academia italiana, o domínio da disciplina filológica, na cabeceira dos estudos sobre o humanismo.

Dessa forma, se por um lado, a crescente produção de novas edições mais elaboradas daqueles escritos humanísticos - segundo metodologias de trabalho frequentemente atualizadas pela comunidade filológica - revela estar em conformidade com os desejos do professor Garin que tanto afirmava a importância em se produzir novas edições daquelas fontes, por outro lado, a incipiente colaboração da disciplina histórica nesse trabalho revela uma ruptura na

área de estudos humanísticos com a tendência que apontava Garin em seu discurso de abertura daquele primeiro congresso de 86:

Os historiadores, constrangidos a improvisarem-se como editores, têm se mostrado maus editores de textos; do mesmo modo os filólogos e eruditos têm demonstrado frequentemente serem medíocres historiadores da cultura; mas uns e outros perceberam que se impunha uma mudança de rumo, e uma convergência¹¹” (GARIN, 1986: 4).

Para o historiador italiano, a crítica textual naquele momento apontava para uma convergência interdisciplinar entre História e Filologia. As duas disciplinas, assim em cooperação, contribuiriam para o incremento dos estudos humanísticos. Diferente do caminho empreendido pela Escola Cambridge, onde a incursão sobre os estudos de teoria da linguagem propiciaram um interessante aporte histórico-metodológico, no cenário acadêmico italiano, marcado pelo triunfo da filologia a partir dos anos 70¹², método histórico e filológico se confundem, com relativa sujeição da história ao domínio da filologia.

Logo, pode-se dizer que, do ponto de vista hermenêutico, os estudos empreendidos pela Escola de Cambridge sobre o Humanismo são os que mais se aproximaram daquela perspectiva inaugurada pela nova historiografia da década de '50, composta por Eugenio Garin, Hans Baron e P. O. Kristeller. Partindo de uma premissa metodológica semelhante, a qual buscava compreender o pensamento humanístico em relação com a práxis civil, tais historiadores anunciam fazer uso de uma pragmática particular, que toma emprestado reflexões da teoria da linguagem, combinadas à teoria da história.

E no que diz respeito à historiografia italiana, podemos dizer que esta acompanhou a já corrente tradição literária filológica, a qual, derivada da escola filológica de textos clássicos, atualizou estas metodologias para aplicação na edição e interpretação de textos humanísticos. Aqui, no cenário da produção italiana, os avanços historiográficos sobre o Humanismo depende diretamente dos avanços empreendidos pelos estudos filológicos e com estes caminham de mãos dadas, seguindo suas orientações epistemológicas e principais problemáticas sobre as obras que abrangem maior interesse.

¹¹ *“Gli storici, costretti a improvvisarsi editori, sono stati in genere cattivi editori di testi; i filologi e gli eruditi si sono stati dimostrati altrettanto spesso cattivi storici della cultura; ma gli uni e gli altri si sono resi conto che si imponeva una svolta, e una convergenza”* (trad. do autor).

¹² O dito “triunfo da filologia” é marcado com a irrupção da corrente “Filologia e Crítica” de Jean Starobinski e Vittore Branca, no começo da década de 70.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARON, Hans. **The Crisis of the Early Italian Renaissance: Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny**, Princeton, Princeton University Press, 1966.

_____. **Leonardo Bruni. Aretino: Humanistisch-Philosophische Schriften**, Leipzig, Berlin, Teubner, 1928.

GARIN, E. **Giovanni Pico della Mirandola. Vita e dottrina**, Firenze, F. Le Monier, 1937.

_____. **Ciência e vida civil no Renascimento italiano**, São Paulo, Unesp, 1996.

_____. **Idade Média e Renascimento**, Estampa, Lisboa, 1994.

GINZBURG, C. **History, Rhetoric, and Proof**, London and Hanover, 1999

HANKINS, James. **The ‘Baron’ Thesis’ after forty years and some recent studies of Leonardo Bruni**, in *Journal of the History of Ideas*, 56, n.2, 1995.

Lorenzo Valla e l’Umanesimo Italiano, Atti del Convegno Internazionale di Studi Umanistici (Parma, 18-19 de outubro de 1984), Medioevo e Umanesimo, 59, a cura di O. BESOMI e M. REGOLIOSI, Ed. Antenore, Padova, 1986.

POCOCK, J. G. A. **O conceito de linguagem e o *métier d’ historien*: algumas considerações sobre a prática**, in: *Linguagens do Ideário Político*, trad. F. Fernandez, Sérgio Miceli (org.), EDUSP, São Paulo, 2003.

Publicare il Valla (Arezzo, 2-3 dicembre 2005), Comitato Scientifico per le Edizione Nazionale delle Opere di Lorenzo Valla, a cura di M. REGOLIOSI, Ed. Polistampa, 2008.

RESTA, Gianvito. **La Filologia Umanistica**, in *La filologia testuale e le scienze umane, Convegno Internazionale, Atti dei Convegni Lincei, III (Roma, 19-22 aprile, 1993)*, Roma, Accademia Nazionale dei Lincei, 1994.

VALLA, L. **De libero arbitrio**, engl. trad. Charles Trinkaus, in *The Renaissance Philosophy of Man*, Ernst Cassirer, P.O. Kristeller, and J.H. Randall Jr., eds, Chicago, University of Chicago Press, 1948.

VALLA, L. **De Voluptate (On Pleasure)**, trad. A. Kent Hieatt e Maristella Lorch, USA, Abaris Book, 1977.

VALLA, Lorenzo. **Dialogue sur le Libre - Arbitre (De libero Arbitrio)**, édition critique par Jacques Chomarat, Paris, Librairie Philosophique, Textes et documents de la Renaissance, 1983.

VALLA, Lorenzo. **Opera omnia**, Torino, Bottega d'Erasmus, 1962.

VALLA, Lorenzo. **Scritti filosofici e religiosi**, trad. e note di Giorgio RADETTI (org.), Firenze, Sansoni, 1953.

Historiografia e marcas de origem

Ana Maria Reis de Faria*

Existe na Historiografia, na Historiografia em intenso diálogo com as Ciências Sociais e a Antropologia, uma tradição discursiva e política que debate a predestinação do país à superação de suas marcas de origem – marcas de violência, esbulho, sujeição. Em produções de história de evidente inspiração gilbertiana, reside hoje e se calcifica a idéia de superação do sistema escravista, ficando assim a construção do projeto de nação condenada à superação da distância inicial imposta aos grupos formadores: colonizados e colonizadores. Como hoje realizar o balanço historiográfico do discurso autocomplacente da formação nacional, das estruturas explicativas, frente à diluição dos esquemas identitários, do contexto democrático das ações governamentais chamadas “afirmativas” e da pressão ideológica dos movimentos sociais? Um retorno ao cânone na tentativa de se compreender o contexto histórico de criação de uma ideologia inclusiva que não inclui, parece-nos um primeiro passo para a problematização do sentido democratizante contido na síntese nacional criada por Gilberto Freyre.

1. Introdução

No Brasil, existe nas ciências humanas uma tradição discursiva que investiga e procura debater a predestinação nacional à superação de suas marcas de origem, em que a escravidão figuraria como o mais indelével dos estigmas. Desde os abolicionistas do século XIX, fortalecendo-se consideravelmente com a difusão da obra de Gilberto Freyre, essa linhagem interpretativa parece se sustentar em investigações de identidades que se forjam na superação do sistema escravista, sustentadas, principalmente, por categorias inclusivas, entre as quais, a “democracia racial”. Desse modo, os alicerces de construção de sínteses nacionais estariam condenados à superação da distância inicial imposta aos grupos formadores: colonizados e colonizadores. Ou o seu contrário.

Em estudos recentes, que pretendem servir como uma contradição discursiva – e por que não ideológica? - percebe-se uma tendência crescente em se produzir um arcabouço teórico que vá de encontro a esse tipo de mito. Infelizmente, observa-se que, no empenho em se problematizar mitificações a respeito da nossa formação social, outros mitos se tornam freqüentes. Nota-se atualmente, dentro e fora do país, uma inclinação crescente em transformar Gilberto Freyre em um clássico ultrapassado. De certo modo, pode-se imaginar o quanto a consolidação da democracia na América Latina tenha influenciado estudos que

*Doutoranda no Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura, PUC-Rio.

primem por essa tendência crítica sobre a obra do autor, nesse contexto em que as formulações acadêmicas encontram-se, como nunca, envolvidas no debate acerca das ações governamentais chamadas “afirmativas” e da pressão ideológica dos movimentos sociais.

Um exemplo significativo dessa contra linhagem discursiva, parece-nos ser o cientista político Anthony Marx, com o livro *Race and nation*. Nesse, o pesquisador ressalta a especificidade brasileira no modo como se deram e se formularam esquemas explicativos acerca do contrato social envolvendo etnias diversas, mais especificamente, brancos e negros. Segundo o autor, a "democracia racial" é uma construção elitista, de maneira a coibir o espírito de revolta dos negros que tantas vezes já havia se mostrado no período colonial.

Marx vai além e afirma ter sido Gilberto Freyre o criador do conceito de “democracia racial”, o qual agiu e ainda age como principal impedimento da possibilidade da construção de uma consciência de raça por parte dos negros (Marx, 1987: 167). Embora seja refutável, sem o comprometimento do seu estudo, existem evidências históricas capazes de se relativizar as afirmações de Anthony Marx sobre a responsabilidade integral de Freyre na difusão do conceito bem como no alcance do emprego da “democracia racial” durante o processo de afirmação sociopolítica do movimento negro no Brasil.

Em *Classes, raças e democracia*, o sociólogo Antonio Sérgio Guimarães revela ter consultado a produção jornalística e a acadêmica de alguns intelectuais pioneiros na investigação dos encontros e conflitos raciais no Brasil, com o objetivo de traçar a cronologia de cunhagem do termo mais “gilbertiano” que se tem notícia.

Antonio Sérgio Guimarães reúne subsídios consideráveis para concluir que muito embora a idéia de raça e cultura seja premente na obra de Gilberto Freyre, inclusive, comprometendo sua aceitação por parte da crítica em razão da indeterminação conceitual, que o autor não pode ser responsabilizado integralmente pela origem da metáfora política da “democracia racial”. Muito pelo contrário. Que Freyre apresentou desde a estréia de *Casa-grande&Senzala*, em 1933, um cuidado em se empregar a categoria democracia às aos qualificativos social e étnico, apenas. (Guimarães, 2002:138)

O mito que se fez em torno da idéia de “democracia racial” começou em 1945, com o fim da ditadura, sob a euforia do fim da Segunda Guerra Mundial. O que houve parece ter sido uma rápida vulgarização das acepções científicas de Freyre, que rompiam com a tradição negativista sobre a formação social brasileira. Na euforia, a cunhagem se deu provavelmente com o sociólogo francês Roger Bastide, na série de artigos “Itinerário da Democracia”, publicada no Diário de São Paulo, em 1944. Após ter escrito sobre Bernanos no Rio de

Janeiro e Jorge Amado na Bahia, no terceiro ensaio da série, dedicado ao pensamento de Freyre, Bastide teria feito uma tradução livre das idéias de Freyre sobre a abertura política brasileira e cunhado o termo, “democracia racial”.

O fim do “pacto democrático” (Idem: 156) que se estendeu de 1945 até 1964, com o início da ditadura militar, pareceu decretar o fim da “democracia racial”, que, desde a primeira tradução livre, pareceu fomentar o discurso de movimentos organizados sem a sistematização profunda que merecia. Por exigências do tempo, com a pressão ideológica para se organizar oposições discursivas tanto à ideologia oficial e todo aparato ideológico que sugerisse algum tipo de inclusão numa sociedade em que direitos civis e políticos sequer eram considerados.

Embora não seja o responsável pela cunhagem da noção de “democracia racial”, Gilberto Freyre, inegavelmente, foi o autor que mais e melhor inspirou a visão auto complacente sobre a conflituosa amálgama étnica e sobre o esmaecimento da constante sujeição ao poder e a reorganização das forças hegemônicas frente às conquistas de liberdade do povo. E assim o fez exatamente ao romper com a idéia de “inacabamento” (Benzaquem, 1994: 28), social e étnico, que assombra o projeto nacional desde o século XIX, ao se opor cientificamente, às perspectivas que sustentaram, durante a Primeira República, avaliações profundamente negativas sobre a herança racial brasileira.

Ironicamente, no mesmo movimento de análise no qual se afasta do racismo e admite a relevância de outras culturas, Gilberto Freyre parece criar uma imagem quase idílica da sociedade colonial brasileira, ocultando a exploração, os conflitos e a discriminação que a escravidão necessariamente implicaria. A confirmação desse estigma através de uma tradição discursiva pouco ou nada sensível às pressões ideológicas dos movimentos anti racistas durante o último século preparou a ruptura, na década de 1960, entre o ideário gilbertiano e as lideranças de movimentos negros, entre as quais, a de Abdias do Nascimento, em 1968: “O status de raça, manipulado pelos brancos, impede que o negro tome consciência do logro que no Brasil chamam de democracia racial e de cor.” (Nascimento, 1968: 22)

Nem impassível de crítica, mas comumente vulgarizada, a concepção de que Gilberto Freyre teria (re) fundado em terra brasilis um “paraíso tropical” (Benzaquem: 45) é de tal forma generalizada a ponto de não impedir uma difusa noção popular em relação à sua obra, comprometendo não somente o ensino da história dos conflitos étnicos bem como, as ações afirmativas e o avanço dos movimentos sociais. Sem a necessidade de aqui recorrer aos inúmeros casos de crueldade em relação aos escravos que são descritos e analisados em **CGS**,

pressinto que deve existir uma razão mais profunda, que tem a ver com o próprio status analítico e com o conteúdo sistemático do argumento gilbertiano para que tal vulgarização se perpetue em variadas instâncias.

Com o seu monumental CGS, Gilberto Freyre planejou fundar mais que uma formulação teórica acerca dos elementos sociais formadores, mas uma “história de conversão” (Banzaquem: 26). Uma conversão científica assentado nas categorias “raça” e “cultura”, como forma de romper com o racismo que caracterizou boa parte da produção intelectual até o ano de 1933. Sua consagração viria com o tácito rompimento com as correntes que ora apontavam o branqueamento como única possibilidade de progresso nacional, ora a sua inviabilidade total.

As imagens da “aristocracia” e da “democracia”, inseridas no debate racial por Gilberto Freyre no CGS, serão retomadas em *Sobrados e Mucambos*¹, a fim de consolidar o retrato brasileiro forjado por entre a rigidez da “organização patriarcal de família, de economia e de cultura” e a elasticidade “democratizante e até anarquizante, no amalgamento de raças e culturas”. (Freyre, 1936: 355)

Na década seguinte, em 1944, Gilberto Freyre redige uma conferência na qual os pares conceituais serão outros. No lugar de raça e cultura, para se abalizar o sentido democratizante da formação social brasileira, no texto lido na Faculdade de Medicina da Bahia, Freyre privilegia as metáforas “democracia étnica” e “democracia social”. Ao elogiar a matriz luso brasileira da cultura baiana, em resposta às condições culturais específicas da sociedade pernambucana e o ambiente integralista que se instaurou e que, à época, provocara intensa perseguição ideológica a Gilberto, o autor se preocupa em realizar uma espécie de hierarquização das nuances democráticas. Cito:

“Encontramos aqui [na Bahia] esses resultados num clima em que nenhuma região do Brasil é mais doce, de democracia étnica, inseparável da democracia social. E sem democracia social, sem democracia étnica, sem democracia econômica, sem democracia sócio-psicológica – a dos tipos que se combinam livremente em expressões novas, admitidas, favorecidas e estimadas pela organização social e da criatura – que pode ser senão um artifício a simples democracia política?” (Freyre, 1944: 30)

¹ Em *Sobrados e mocambos*, encontramos a reconstituição da gênese mesma desse processo no embate entre patriarcalismo, herança colonial brasileira e base do personalismo, por um lado, e reeuropeização, com a introdução dos novos valores da modernidade, no sentido burguês e individualista desse último termo, por outro.

Nesse contexto em que a tensão da Segunda Guerra Mundial potencializa a tensão vivida pelo autor, as metáforas democráticas se multiplicam em detrimento de um ideal político modernizador que esteve por se realizar no país. Por outro lado, o Ocidente está em guerra e nesse concerto internacional, o país necessita assumir sua condição social privilegiada - é sim um paraíso no meio da hecatombe política na Europa. Mas igualmente, o país miscigenado é um ideal ameaçado por correntes integralistas que rechaçam em seus projetos a matriz genuinamente luso brasileira, misturada, sincrética.

Hoje, a idéia de democracia se faz indissociável da idéia de direitos civis e individuais, de caráter universal, garantidos por tratados internacionais e constituições nacionais. Ainda, vemos hoje a democracia vinculada à inserção maciça de movimentos pró minorias e também de uma sociedade civil fortemente orientada compondo a arena política. Porém, o sentido de democracia em Gilberto Freyre é ontologicamente distante do panorama atual. Por isso a dificuldade cada vez mais sensível das lideranças militantes assimilarem a metáfora política da “democracia racial”, a ele atrelada.

Elide Rugai Bastos aponta em seus trabalhos o caráter essencialmente ibérico da concepção de democracia em Gilberto Freyre como o complicador da assimilação política e ideológica da síntese nacional composta pelo autor. Há, de certo, uma grande distância entre o autor e a militância, porque

“em Gilberto, esse caráter [ibérico] responsável pela harmonia social, leva a que a democracia política passe a segundo plano, uma vez substituída pela democracia étnica / social. Mais ainda, justifica a não adoção, no Brasil, de medidas sociais e políticas universais, pois as mesmas não caberiam em uma sociedade marcada pela heterogeneidade, caracterizada por uma formação não tipicamente ocidental.” (Bastos, 2003: 62)

O sociólogo Jessé Souza formula outra concepção da democracia em Freyre, a partir de assimilação da hermenêutica adotada pelo autor nos estudos da década de 1930 quando o ensaísta discorre sobre o processo de decadência do patriarcalismo nacional frente às transformações de ordem política e socioeconômicas durante do século XIX, entre as quais, ele cita, a constituição do Estado, do mercado e do processo de reeuropeização através da adoção de elementos modernizadores da sociedade colonial. Para Gilberto Freyre interessava perceber as contradições inerentes ao sistema escravista – colonial, de uma maneira abrangente – cuja regra era a violência. Em outras palavras,

Relações que apontassem para um afrouxamento do princípio inerentemente exclusivo da escravidão. Democrático aqui, portanto, assume o sentido sóbrio de um conceito derivado, que apenas ganha sentido pela oposição ao caráter despótico da escravidão. Real função revolucionária e renovadora pôde ter esse princípio apenas em conjunção com o advento de elementos estranhos ao sistema original que possibilita seu desenvolvimento para além dos limites anteriores. E é apenas em ação conjunta com os novos impulsos individualizantes do mercado e da constituição de um aparelho de Estado que permitem a realização de elementos apenas gestados no sistema anterior e que haviam permanecido como que em estado de estufa na fase rural do patriarcalismo brasileiro. (Souza, 2000: 148)

Na segunda metade do século XIX, as influências individualizantes e burguesas são rapidamente assimiladas e acomodadas a uma, digamos, nova etapa do patriarcalismo – urbano – descrito em Sobrados e Mucambos. Na concepção de Freyre tais potencialidades integradoras e não excludentes já existiam em potência na vida das colônia portuguesas. Por isso, observa-se, que os lugares sociais do patriarcalismo em Gilberto Freyre são de ordem funcional, e não essencialistas.

É esse traço sistêmico que faz com que o indivíduo biologicamente negro ou miscigenado se transforme em sociologicamente branco, ocupando posições sociais que, em um sistema escravocrata, são privilégio da elite branca (Freyre, 1936: 366). Assim, retiramos da lógica gilbertiana um sistema sociologicamente flexível e não rígido, desde que se mantivesse os seus princípios estruturantes: o personalismo e o mandonismo, por exemplo. Isso explica, talvez, sua extraordinária sobrevivência, sob outros disfarces, até nossos dias, dentro de uma lógica de reorganização dos modos de execução do poder hegemonicamente concebido.

Ainda, observa-se que Gilberto Freyre esteve realmente convencido de que a reeuropeização implicava também ambigüidades antidemocráticas. Nesse sentido, antes um retrocesso na formação sociocultural brasileira que um progresso digno de assimilação, já que a relativa flexibilidade sociológica do sistema que conferia elasticidade entre as contraposições polarizantes - senhor e escravo – passava a implicar também a possibilidade de absorção de tradições culturais diversas daquela do elemento dominante. São até hoje, precisamente, o esforço assimilador de valores ocidentais no país o ponto de relativização entre as diferenças de raça e classe.

Contudo, as dificuldades de apropriação do ponto de partida gilbertiano por parte da academia e pelos formadores políticos dos movimentos sociais parece ser de outra ordem. Afinal, Gilberto Freyre é o intelectual por excelência da hierarquia. É dele também a incapacidade de aderência à perspectiva das partes, classes e etnias que não comungam do seu lugar social. Para Jessé Souza,

“Seu ‘holismo’ o impede de perceber, em toda a sua inteireza, a perspectiva das partes, por exemplo, dos grupos e classes oprimidos pelo sistema como um todo. É interessante perceber que essa deficiência é a contrapartida, por assim dizer, de uma vantagem: uma tentativa de abordagem hermenêutica da realidade brasileira. (...) evitar a armadilha de refletir acerca da formação social brasileira a partir de um ponto de vista que poderíamos chamar de perspectiva da *terceira pessoa*, imposto de fora para dentro, produzido pelo discurso “civilizador” europeu, que assumiu nessa fase a forma do discurso da superioridade racial acerca de suas colônias.” (Souza: 151)

Fica evidente, até então, que o autor forja a idéia de “democracia social” na década de 1930, não obstante a ausência de democracia política, fosse na experiência brasileira ou portuguesa. Contra todas as evidências de que houve nos governos de Vargas e Salazar, regimes autocráticos, Freyre afia sua linha de argumentação no sentido de que, a cultura mestiça torna artificiosa a demanda pela democracia política. Nesse sentido, as ditaduras luso brasileiras foram integradoras, do ponto de vista social, pouco preocupando o autor a categorização da democracia política, o que o afasta incondicionalmente da categorização e das ações dos movimentos negros.

Referências Bibliográficas

BASTOS, Elide Rugai (2003) **Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno**. Bauru: Edusc.

_____. (1998). “Um debate sobre a questão do negro no Brasil” São Paulo: **São Paulo em Perspectiva**, Vol. II, N° 2, pp. 20-6.

BENZAQUEM, Ricardo (1994). **Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. São Paulo: Editora 34.

FREYRE, Gilberto (1944) *Na Bahia em 1943*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas.

_____. (1936) *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: Record.

_____. (1933) *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record.

MARX, Anthony (1997) **Race and nation: a comparison of teh United States**. Cambridge University Press.

NASCIMENTO, Abdias do. (1968) **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Edições GRD.

SOUZA, Jessé. (2000) “Democracia racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira”. Rio de Janeiro: **Estudos Afro Asiáticos**, N° 38, dezembro, pp. 135-55.

Culturas Políticas: um balanço historiográfico

Ana Marília Carneiro¹

Esta comunicação se propõe a realizar um breve balanço historiográfico acerca do uso do conceito de *culturas políticas*. O uso desse conceito deve ser compreendido no contexto de renovação da História Política ao longo das últimas décadas. Atentar para o esclarecimento do conceito, seu raio de abrangência, o seu desenvolvimento ao longo do tempo, sua relação com as várias áreas do conhecimento é também, no fim, tentar demonstrar a instrumentalidade dos conceitos na pesquisa em história, ciência política ou antropologia, seus limites e as suas possibilidades.

Bruno Flávio Fagundes (FAGUNDES: 2008) chama a atenção para uma matriz do pensamento culturalista presente no século XIX, representada pela abordagem de Alexis de Tocqueville, em *A democracia na América*, que teria um caráter precursor em análises de Teoria da Cultura Política, e antecipando componentes culturais em análises políticas. Ao tomarmos o referencial contemporâneo, pode-se considerar que o conceito se desenvolveu dentro da antropologia norte-americana da “escola da personalidade e cultura”, que moldou a teoria do “caráter nacional” (KUSHNIR & CARNEIRO, 1999: 230). Como assinala Peter Burke (BURKE, 2005: 44), entre 1960 e 1990, um dos aspectos mais característicos da história cultural foi a sua aproximação com a antropologia. Através desse estreitamento de relações, muitos historiadores aprenderam a usar o termo “cultura” em um sentido amplo, tomando emprestado conceitos tradicionais da antropologia e constituindo assim uma história antropológica. Nas décadas de 1980 e 1990 os estudos de história cultural e de história política ganham novo fôlego, e o conceito de cultura política acaba por ser a “expressão da necessidade de ligar os dois domínios, focalizando as atitudes ou noções políticas de diferentes grupos e as maneiras pelas quais essas atitudes políticas são instiladas” (BURKE, 2005: 135).

O trabalho de Gabriel Almond e Sidney Verba é geralmente apontado como um precursor da matriz culturalista na ciência política contemporânea. Concebido na década de 1960 no âmbito das ciências sociais, o conceito ultrapassa o terreno das análises políticas clássicas e, com o passar do tempo, vai ganhando novos enfoques e novas apropriações.

O que se pretende discutir nesse balanço é como a historiografia recente tem se valido do conceito, ou seja, como o uso do conceito permite associações diversas.

¹ Bacharela em História, pós-graduanda pela UFMG

Cunhado na década de 1960, nas ciências sociais norte-americanas, o conceito aparece pela primeira vez no clássico de Gabriel Almond e Sidney Verba, *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations* (1963), referência que se mostra presente em todos os debates historiográficos acerca do conceito. Originalmente, assinala a tentativa de dar conta de uma dimensão psicológica do sistema político, consistindo a cultura política de uma sociedade como a expressão do sistema político através das percepções, sentimentos e avaliações da sua população (ALMOND; VERBA, 1963: 13) ou ainda, como formulado depois por Almond, em “atitudes, crenças, valores e aptidões comuns a toda uma população, assim como das inclinações e padrões que podem ser encontrados em partes separadas dessa população” (ALMOND; POWELL, 1972: 20). Esse tipo de abordagem sofreu clara influência do diálogo entre antropologia e ciência política e demonstra uma preocupação dos cientistas políticos em relacionar a esfera do político com outras dimensões da vida social, principalmente a cultura.

Uma característica indissociável do conceito na maneira como foi utilizado por Gabriel Almond é que ele está necessariamente vinculado ao funcionamento de uma sociedade democrática. Nesse sentido, será útil uma breve contextualização de algumas teorias da democracia.

Na década de 1960, no contexto da guerra fria, uma das grandes questões discutidas pelos cientistas sociais norte-americanos era como compreender o mundo subdesenvolvido, o terceiro mundo, como apartá-lo do perigo revolucionário soviético. Nesse período, houve a produção de várias teorias associadas à modernização, que tinham como suporte a idéia da necessidade de modernizar regiões atrasadas para que se afastassem de uma opção revolucionária socialista. Ou seja, através da modernização, as sociedades atrasadas atingiriam o mesmo nível de desenvolvimento da sociedade norte-americana e da Europa Ocidental, sem precisar necessariamente passar pela via revolucionária socialista. Associado a isso, circulava a idéia entre muitos cientistas políticos de que, numa sociedade avançada – e aqui aparece a conexão direta entre uma sociedade avançada e democracia –, era preciso construir instituições democráticas. E Sidney Verba e Gabriel Almond começaram a complicar esse modelo ao questionar a idéia de que, primeiro, bastaria apenas a presença de instituições democráticas e segundo, questionaram também a idéia de que todos os agentes políticos se comportariam a partir de pressupostos racionais, escolha racional de interesses. Ou seja, eles começaram a questionar esse modelo clássico por entenderem que não era suficiente. Apesar de Gabriel Almond e Verba criticarem a pretensa suficiência de instituições

democráticas formais e contradizerem a teoria da modernização advertindo sobre as experiências totalitárias em sociedades modernizadas, eles não escapam de uma concepção etnocêntrica. Os primeiros usos do conceito – e aí incluso também os estudos de Almond e Verba – inserem-se no contexto de discussão do papel da cultura política no funcionamento dos regimes democráticos, onde os EUA foram tomados como parâmetro de uma forma superior de democracia a ser seguida. O argumento é que a situação norte-americana poderia acontecer em outros lugares desde que determinadas condições surgissem e isso incluía a adoção de valores democráticos, o surgimento de uma cultura democrática.

Todo o material empírico do livro é baseado na pesquisa de cinco estados nacionais: Itália, EUA, Alemanha, México e Inglaterra. Almond e Verba procederam à comparação desses cinco países pra dar sustentação à idéia de que havia diferenças nas culturas políticas. Ora, na medida em que Almond e Verba se debruçam sobre a análise dessas cinco nações com o fim de estabelecer uma tipologia do diferente grau de desenvolvimento democrático nessas sociedades, conseqüentemente acabam por estabelecer também uma hierarquização dessas mesmas sociedades. A cultura cívica, nesse caso, seria o elemento definidor da análise e é o modelo a ser alcançado pelas novas nações, e nisto está implícito a idéia de que a democracia americana é um padrão a ser alcançado, um fim a ser atingido.

Apesar dos problemas apontados, a proposta de trabalhos precursores, como o de Almond e Verba, manifestam uma preocupação com a incorporação na análise política moderna da variável cultural, e essa é uma inspiração teórica que guia a maioria dos estudos culturalistas hoje. O argumento de Almond e Verba desde o início é definir o que é uma sociedade democrática e como ela pode acontecer em outros países, e o cerne do argumento é que não basta haver instituições democráticas ou líderes democráticos, é preciso haver uma cultura democrática, é preciso que as pessoas que vivem nessa determinada sociedade internalizem valores referidos à política. Assim, para criar efetivamente democracia, não basta que existam eleições, partido, judiciário, mas é preciso que os cidadãos de determinado lugar internalizem determinados valores.

A geração posterior a Almond e Verba – inclusive historiadores – foi capaz de constituir uma renovação teórica e metodológica, significando uma mudança de objeto político, privilegiando a análise das condições que afetam o desempenho das instituições públicas, mas mantendo a mesma inspiração teórica.

Aos poucos, a partir da década de 1980, houve um relativo afastamento dos cientistas políticos em relação ao conceito e uma produção cada vez maior por parte de historiadores –

primeiramente pelos franceses –, que passaram a problematizar como a dinâmica entre comportamento e institucionalidade funcionou em diferentes configurações sócio-históricas, e distanciando o conceito do uso que fazia a ciência política norte-americana. Dentre os historiadores que começam a fazer uso do conceito estão Keith Baker, em *The Political Culture of the Old Regime* (1987); Lynn Hunt, em *Politics, Culture and Class in the French Revolution* (1984); Ranajit Guha, através de obras produzidas pelo Grupo de Estudos Sulbaltornos, como *Selected Subaltern Studies* (1988). Se por um lado, o famoso livro-manifesto de René Remond, *Por Uma História Política* (1988), menciona os estudos sobre cultura política, mas não possui um capítulo específico sobre o tema, por outro lado, muitos outros importantes historiadores franceses se habilitaram a escrever sobre muitos assuntos da história política sob este enfoque como, Serge Berstein, Jean François Sirinelli, Philippe Tetard, Antoine Proust.

Apesar da tendência de muitos estudos no campo da história cultural de enfatizar as representações (imaginário, iconografia, ideologia, mitologia...), os estudos mais consistentes de cultura política passaram a tratar das práticas políticas, enxergando o impacto das representações sobre a ação dos atores políticos e a influência das visões de mundo nos comportamentos políticos. Comparando a perspectiva dos historiadores e dos cientistas políticos, o que se destaca é que historiadores recentes tendem a dar maior ênfase no conceito de representações e imaginário: ao buscar uma cultura política, fazem isso a partir de uma pesquisa das representações. Já os cientistas políticos, em geral, empenham-se na produção de trabalhos que envolvam métodos quantitativos – como pesquisar de opinião – para estudar o comportamento político. Outro aspecto a ser comentado é que o tipo de cultura política que os historiadores estão buscando em geral é diferente daquele que é buscado por cientistas políticos: o grupo social recortado pelos historiadores é em geral um pouco menor do que o pensado pelos cientistas políticos, que geralmente pensam em termos de uma cultura política nacional. Com mais frequência os historiadores pensam em subdivisões dentro dos países, podendo-se inclusive usar o termo *subcultura*. A idéia é que haveria uma cultura política nacional e subculturas dentro de cada país, que podem ser republicanismo, comunismo, liberalismo, etc. Exemplos desse tipo de abordagem aparecem na obra de historiadores como Serge Berstein e Jean Pierre Rioux.

Através da contribuição de historiadores, antropólogos, e cientistas sociais, o conceito vai ao longo do tempo sendo lapidado, perfazendo-se tanto a sua dimensão temporal – discussão acerca da sua duração, da repetição no tempo – quanto a sua dimensão espacial,

com a possibilidade de trabalho a partir de culturas nacionais, regionais, etc. Em geral, a suposição básica dos estudos sobre cultura política envolve a consideração de que a internalização de valores culturais pelos indivíduos é parte importante na construção do perfil dos sistemas políticos. Em vista das contribuições para o desenvolvimento do conceito, entende-se *cultura política* como um conjunto de valores, práticas, representações, comportamentos, reproduzidos no tempo, que têm uma expressão política e fornecem uma leitura comum do passado, e é nesse sentido que se utiliza desse nesse ensaio. A matriz culturalista no caso é concebida pra se compreender o comportamento político, destacando como os elementos culturais influenciam a tomada de decisões. A idéia é que elas não são movidas apenas pelos interesses racionais, mas por outros elementos, como paixões, medo, fidelidade à tradição.

Depois de proceder-se a uma breve genealogia sobre o conceito de cultura política, é importante realizar algumas observações, feitas a partir das propostas metodológicas levantadas por historiadores nos estudos de cultura política. Em geral, essas observações serão relativas aos elementos trazidos no sentido de contribuir para uma maior precisão do conceito de cultura política.

Uma primeira observação a ser feita é relativa ao conceito de ideologia. Muitos autores de estudos de cultura política afirmam que ideologia é um conceito que, nesse caso, deve ser deixado em segundo plano. Isso porque, de acordo com a tradição marxista, no processo de construção de dominação pela classe dominante, um dos instrumentos utilizados é a construção de uma ideologia, de uma falsa representação do mundo e o conceito de ideologia foi associado a essa compreensão, de falseamento da realidade. Já *ideologia* na sua acepção mais simples, no sentido de idéias que informam um programa político, seria compatível com os estudos de cultura política.

Nesse sentido, outro ponto interessante de se assinalar é que há uma leitura marxista tradicional que associa idéias políticas a grupos sociais muito precisos, muito bem definidos. Por exemplo a idéia que uma ideologia socialista é algo que pertence e emana da classe operária; ou que a ideologia liberal é algo pertencente à classe burguesa. Há portanto, uma leitura marxista que simplifica o corte sociológico, criando uma conexão simples entre prática social e cultura, ou cultura política, no nosso caso. A redução de uma cultura a grupos sociais se torna problemática na medida em que uma cultura política pode atrair frações sociais das mais diversas – como é o caso das culturas políticas de esquerda.

Um outro aspecto já mencionado a ser considerado é a possibilidade de pesquisa que tem como alicerce a busca de culturas políticas nacionais. Tradicionalmente, enquanto grande parte da ciência política busca desenhar comportamentos políticos nacionais, a maioria dos historiadores tende a produzir trabalhos que tratem de “subculturas”, ou seja, uma cultura partilhada por um grupo de pessoas com características distintas de comportamentos que os diferenciam de uma cultura mais ampla da qual elas fazem parte. São exemplos de subculturas o comunismo, o liberalismo, o conservadorismo, o republicanismo, o nacionalismo, que constituem um modelo plural de análise. Alguns historiadores com trabalhos mais recentes, no entanto, parecem apontar para a possibilidade fecunda de análise a partir da concepção culturas políticas nacionais ou regionais.

Um dos elementos trabalhados para uma melhor definição do conceito é relativo à esfera temporal, ou seja, a compreensão de uma cultura política como fenômeno duradouro no tempo. Serge Berstein (BERSTEIN, 1998: 356), por exemplo, afirma que é necessário o espaço de duas gerações para que uma idéia seja internalizada por um grupo, sob forma de um conjunto de representações de caráter normativo. De fato, embora grande parte dos historiadores não se disponham a decretar um espaço de tempo preciso, se aceita em geral a idéia de reprodução no tempo como uma necessidade para a expressão de uma cultura política. As balizas temporais necessárias para a configuração de uma cultura política não parecem ser estanques, e sim depender da opção metodológica de cada pesquisador. Podemos, por exemplo, ao considerar o nazismo como parte de uma cultura política fascista, entendê-lo como fenômeno inscrito na longa duração, na medida em que certos traços do nazismo se originam em movimentos do século XIX. Pode-se, no entanto, tomar como marco a fundação do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, em 1920.

Ao mesmo tempo em que se assinala a reprodução no tempo das culturas políticas, assume-se também que as culturas se transformam ao longo do tempo, até mesmo para sobreviver enquanto projeto político. Serge Berstein (BERSTEIN, 1998: 358), por exemplo, chama atenção para o fenômeno da “esclerose da cultura comunista”, que significaria a perda de prestígio e influência da cultura política socialista a partir de 1970, causada principalmente pela insuficiência de adaptação às transformações políticas e econômicas. Para o autor, a cultura política socialista teria mantido sua base em uma leitura dogmática do marxismo e estaria ligada a um modelo de operariado do século XIX, elementos que não permitiram a sua evolução no século XX. Para Berstein, o processo de evolução das culturas políticas só pode ocorrer na medida em que uma cultura política confronta-se com tradições das quais retira

grande parte da sua própria força. Essas mudanças internas, no entanto, não parecem agüentar transformações de natureza tão profunda a ponto de inviabilizar a existência de cultura política, que precisa de elementos de permanência para sua consistência.

Outro contraponto é referente ao risco de, ao valer-se do conceito de cultura política, produzir-se leituras conservadoras da história, no sentido de só enxergar permanência e não perceber a mudança. Embora a referida abordagem culturalista corra o risco de esquadrihar apenas permanência nesse processo, – enfatizando a força da tradição e valores arraigados – a idéia é que venham à tona as mudanças, é perceber como as diversas culturas se exprimem no prosclênio da política. Interessa mais formular algumas questões do que propor respostas: quais atores participam e como se comportaram? Que tipo de oposição eles enfrentaram? E qual o ambiente em que se deu esse embate?

O que se pretendeu com essa comunicação foi mostrar que existem muitas possibilidades abertas pelo estudo das culturas políticas, que admitem um universo amplo de investigação relacionado aos fenômenos políticos. E nesse segmento da produção historiográfica, percebe-se com mais frequência o conceito de cultura política aplicado mecanicamente do que explorado mediante uma proposta de reflexão teórica e instrumental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMOND, Gabriel e POWELL, G. Bingham. **Uma teoria de política comparada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p. 20

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963, p. 13

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. Matrizes do pensamento culturalista: Tocqueville e Almond-Verba. **Lua Nova**, São Paulo, n. 74, 2008 .

KUSHNIR, K.; CARNEIRO, L. P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 227-250, 1999.

Para além das fronteiras portuguesas: Um tribunal da Inquisição no Oriente

Ana Paula Sena Gomide*

Antes mesmo de pensarmos os principais pontos que envolveram a fundação e o funcionamento do Tribunal do Santo Ofício em Goa, torna-se necessário lembrar primeiramente que tal Tribunal fez parte de um contexto que envolveu todo o século XVI e que esteve relacionado ao projeto de expansão português.

O impacto da expansão marítima pode ser considerado um aspecto marcante no Mundo Ibérico durante a modernidade, não abrangendo apenas um único século, pelo contrário, um processo que teve grandes conseqüências e desdobramentos ao longo do tempo moderno. Além disso, o século no qual nos situamos, de acordo com Delumeau, pode ser considerado como sendo o período de reviravolta nas estruturas da Igreja Católica (DELUMEAU, 1984:121). Dessa forma, nosso interesse é o de pensar primeiramente como se deu essa relação entre a expansão marítima portuguesa com uma base religiosa por trás, e de que modo que tal relação influenciou – e se influenciou – na ação da Igreja em criar um Tribunal da Inquisição no Oriente, em Goa.

Combater as heresias e garantir a expansão da fé católica foi o motor que moveu a ação da monarquia portuguesa bem como dos interesses da Santa Sé na Índia. Seriam com os Descobrimentos que tanto Portugal como Espanha tomariam para si o discurso e a ação de missionários católicos em terras desconhecidas tanto geograficamente como também da fé cristã. Tal vocação religiosa, de acordo com Charles Boxer, seria forte resultante da própria política do Padroado que estava em vigor em ambos os países. A expansão marítima, com o Padroado, ganha uma justificativa que vai além dos interesses econômicos e políticos por trás das atitudes dos países ibéricos. Adquiri-se um teor católico, divino e missionário nas ações dos Estados. De acordo com o autor,

“[...]O Padroado real português pode ser definido em geral como uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa

de Portugal na qualidade de patrocinadora das missões católicas e dos estabelecimentos eclesiásticos missionários na África, Ásia e Brasil”(BOXER,2006:99)

*Universidade Federal de Viçosa, graduanda do 6º período de História.

Tais direitos seriam estabelecidos oficialmente por Roma, através de inúmeras *Bulas* e tratados ao longo do século XV e XVI. Em linhas práticas, a atuação portuguesa se daria através da construção de edifícios eclesiásticos – como Igrejas, Catedrais, Seminários -, indicar à Santa Sé possíveis candidatos a ocuparem os postos de liderança nas dioceses ou mesmo em arcebispados e, por fim, ter o papel administrativo das jurisdições e receitas do clero em geral. Dessa forma, no entender de Charles Boxer, todo e qualquer assunto referente à Igreja estaria diretamente subordinado às ordens da Coroa portuguesa, ou espanhola(BOXER,2006:99-100).

Explicar o regime do Padroado vai muito mais além do que pensar numa relação de cumplicidade entre papado e as Coroas portuguesas e espanholas. Para Boxer, a tese principal para se explicar tal fenômeno relacionava-se com o fato de que Roma estava muito mais interessada nos assuntos terrenos – como a ameaça turca no Mediterrâneo, ou a ascensão do protestantismo – do que propriamente com os deveres espirituais relacionados com as terras recém-descobertas. Por outro lado, tal “liberdade” concedida aos Estados Ibéricos acabou por posteriormente sofrer a oposição de alguns papas da Igreja; principalmente pelo fato de que tais papas denunciavam os excessivos poderes concedidos à Portugal e à Espanha nas decisões eclesiásticas(BOXER,2006:102-104). No entanto, o Padroado vigoraria por muitos anos ainda.

De modo geral, há um consenso entre os historiadores de considerar a chegada de Vasco da Gama a Calicute como ponto de partida para a presença portuguesa na costa oriental africana e na Índia. Os portugueses estabeleceram, entre 1500 e 1510, várias fortalezas e feitorias comerciais, como em Moçambique, e posteriormente nas províncias de Cochim e Cananor na Índia. A expedição seguinte foi a segunda viagem de Vasco da Gama à Índia em 1502, e já tinha como metas fazer conquistas permanentes no Oriente. Em 1505, o Estado da Índia surgiu como entidade política através da nomeação de D.Francisco de Almeida, que recebeu instruções para construir fortificações no litoral, para viabilizar a dominação portuguesa no comércio do Oceano

Indico. Mas somente com o governador Afonso de Albuquerque que se estabeleceu de fato a conquista portuguesa na Índia, que foi responsável pela conquista de Goa em 1510.

Goa acabou por se tornar a capital do domínio português no Oriente, onde havia uma forte presença das autoridades portuguesas, como a instalação do Santo Ofício de Goa em 1560. Goa foi a primeira cidade asiática a ser plenamente sujeita ao poder português. É interessante destacar que nos primeiros anos da presença portuguesa em Goa, o ideal religioso da expansão portuguesa ficou em segundo plano, onde as relações comerciais predominavam. É o que cita Felipe Thomaz. A evangelização do Oriente só se intensificou depois e de forma lenta. A primeira Goa, segundo o autor, possuía um caráter nitidamente mercantil e cosmopolita. (THOMAZ, 1994: 250, 251). Porém, depois de algum tempo, os interesses religiosos acabaram por se sobressair dos interesses comerciais, fazendo com que dessa forma, a política expansionista adquirisse um caráter religioso, como cita o autor:

“[...] como se o imperialismo comercial dos primeiros anos tivesse dado lugar a uma espécie de imperialismo da fé que aspirava a fazer do Estado Português da Índia um poderoso estado católico e de Goa um grande centro eclesiástico, um solido foco de cultura cristã” (THOMAZ, 1994: 252)

Goa, capital política, tornou-se também capital da religião cristã da Índia Portuguesa. E é a partir de tal premissa que se dá o ponto de partida do presente trabalho. Analisar o modo como se desenvolveu essa Goa cristã, tendo como fio condutor a presença do Tribunal do Santo Ofício a partir de 1560.

Partindo para o estudo da Inquisição de Goa, temos como referencia a historiadora Célia Cristina da Silva Tavares. De acordo com a autora, há uma grande carência de produção historiográfica sobre a Inquisição de Goa. O trabalho de António Baião é essencial para se estudar a ação do Tribunal do Santo Ofício goês, pois apresenta um balanço das problemáticas das fontes, já que grande parte dos processos da Inquisição de Goa foi destruída no século XIX (TAVARES,2004). A presença da Inquisição em Goa não pode ser entendida apenas como um fenômeno local de perseguição às heresias presentes na sociedade hindu. Para que se tenha uma análise mais minuciosa e profunda acerca do funcionamento do Tribunal Goês, é necessário que nos remetamos à própria

criação do Tribunal do santo Ofício português, já que era este o responsável pelo funcionamento do então tribunal da Inquisição de Goa.

Com a bula *Cum ad nihil magis*, que nomeava três bispos (de Ceuta, de Coimbra e de Lamego) como inquisidores gerais, concedendo ao rei d. João III à possibilidade de nomear um quarto inquisidor geral, foi dado o início da instauração do Santo Ofício em Portugal. A Publicação da bula realizou-se no dia 22 de outubro, mas somente após trinta dias o inquisidor geral publicou um monitório com a descrição pormenorizada dos crimes sob jurisdição inquisitoriais que deveriam ser denunciados pelo tribunal. A bula designava o judaísmo dos cristãos-novos, acrescentando o luteranismo, o islamismo, as proposições heréticas (BETHENCOURT,2000:24-25). Segundo Francisco Bethencourt, a Inquisição estabeleceu-se no mundo ibérico como uma organização hierarquizada, com o objetivo de centralizar o poder de decisões. A criação do Conselho Geral da Inquisição é acompanhada da afirmação de um papel de tribunal de última instância e como uma intervenção regular na vida dos tribunais de distrito. Toda e qualquer tipo de decisões deveria passar pelo o Inquisidor Geral (BETHENCOURT, 2000:38-41).

A Inquisição Moderna não seria de um todo inédita. Pelo contrário, em meados dos séculos XII e XIII se desenvolveria em algumas das regiões da Europa uma Inquisição, também de ordem católica, que teria alguns objetivos que, se analisados em geral, podem ser relacionados com os que a Inquisição portuguesa buscou promover. De um lado a Inquisição Medieval em geral buscou perseguir os desvios de doutrina praticados pelos valdenses, que como afirma Robert Muchembled, muitas vezes eram associados às práticas de feitiçaria(MUCHEMBLED,2001). A Inquisição Moderna também “elegeria” os principais desvios de fé que deveriam ser perseguidos. E Portugal teria nos cristãos-novos o principal alvo da perseguição inquisitorial. Como veremos posteriormente, a própria questão dos neoconvertos é tema de debate historiográfico acerca das motivações por detrás do estabelecimento do Santo Ofício no Oriente.

Por outro lado, a Inquisição Moderna ganharia tal adjetivo pelo fato de que tal instituição ganharia alguns caracteres que a tornaria distinta da Inquisição medieval. A justificativa parte de Francisco Bethencourt que vê na Inquisição Moderna o fato de que “[...]pela primeira vez, assistia-se ao estabelecimento de uma ligação formal entre a jurisdição eclesiástica e a jurisdição civil[...]”(BETHENCOURT,2000:34).

O que significa dizer que a presença do Estado monárquico se fez presente desde a fundação da Inquisição, dando ao Rei o poder de decidir assuntos que antes eram de cunho religioso. E em Portugal, especificamente, a Inquisição desde o início influenciada por uma forte aproximação da jurisdição civil. Dessa forma, o autor sinaliza dois aspectos considerados importantes para se analisar a formação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal: o primeiro diz respeito ao forte envolvimento do rei nas decisões religiosas e o segundo diz respeito à ausência de apresentação da bula às autoridades, já que seria a própria Coroa a responsável por tal ato. Tais aspectos, segundo Bethencourt se tornaram mais fortes na Inquisição portuguesa devido à experiência de mais de cinquenta anos da Inquisição presente na Espanha. Dessa forma, ao se aproveitar da jurisdição espanhola, que já possuía características de uma aproximação com a jurisdição clerical, a Inquisição portuguesa assegurou um forte apoio das autoridades civis através de acordos que beneficiariam ambas as partes(BETHENCOURT,2000:25-26).

A partir do momento em que começamos a análise acerca dos trâmites da fundação do Santo Ofício português, percebemos através de uma discussão bibliográfica que tal instituição não possuiu em sua estrutura e funcionamento um caráter único e homogêneo ao longo dos seus três séculos de existência, não sendo apenas uma “cópia” dos Tribunais existentes na Europa, América Espanhola e Ásia. Percebemos, dessa forma, que ao analisar a fundação do Tribunal da Inquisição em Portugal, torna-se necessário questionar os motivos para qual o Tribunal foi fundado, sua importância e influência em cada região, os aspectos tanto gerais quanto específicos acerca de seu funcionamento. Dessa forma, como cita F. Bethencourt torna-se mais difícil o historiador cair em armadilhas como colocar a Inquisição como sendo um Tribunal generalizante para toda a Europa. Deve-se torná-la, também, um tribunal singular(BETHENCOURT,2000:10).

E como no presente trabalho nosso recorte espacial está inserido na província de Goa, conseqüentemente iremos nos ater ao modo como se deu o funcionamento do Tribunal da Inquisição ali estabelecido. No entanto, isso não significa isolar a análise acerca do Santo Ofício Goês de uma relação com os outros tribunais portugueses, principalmente o de Lisboa onde, como veremos adiante, foi alvo de inúmeras correspondências por parte dos inquisidores de Goa. A importância de se estabelecer

tais relações se dá principalmente pela existência de tais documentações, onde nos é possível perceber não apenas o funcionamento efetivo de uma estrutura inquisitorial, mas também de perceber as nuances envoltas nesse funcionamento.

Há entre os historiadores uma convergência no sentido do que o motivou a criação do Tribunal de Goa, que teria sido a questão da presença de cristãos-novos no Oriente. Como bem cita a autora Ana Cannas da Cunha, a justificativa mais forte da presença de um Tribunal da Inquisição no Oriente se deu pela intensa emigração de cristãos-novos vindos de outras regiões em que a perseguição feita pelo Santo Ofício era intensa. O que se percebe na relação dos cristãos-novos com a sua instalação no estado da Índia é que, antes do estabelecimento do Tribunal Inquisitorial em 1560, tais cristãos gozavam de certa liberdade e de tolerância religiosa por parte da sociedade vigente na região.

É o que aponta Ana Cunha ao tratar da vivência dos neoconversos ainda no século XVI.(CUNHA,1995:27) No entanto, a autora percebe também que essa liberdade religiosa existente entre os cristãos-novos acabara sendo um elemento forte capaz de despertar o interesse da Igreja Católica em se mudar tal situação. Dessa forma, tornava-se necessária a presença de um Tribunal no Oriente de modo a “frear” esse mal que estava se espalhando por toda a Índia. Tal assertiva pode ser vista na própria transcrição abaixo, situada na obra de Antonio Baiao, que busca apontar os principais objetivos da presença do Tribunal do Santo Ofício na Índia.

“Nos o Cardeal Iffamte Imquisydor Geral em estos Reynos e senhorios de Portugal, etc. fazemos saber a vos muito R.^{do} Arcebispo da cidade de Goa, India, e asy aos jmquisidores e ofeciaes da Sta Imquisissyção que ora creamos e pello tempo forem queremdo nos pruer como o Santo Oficio da Imquisyção se faça em essas partes como mais cumpra á gloria e louvor de Nosso Snr, e augmento de nossa sancta FEE catholica, praticando sobre jso com pesoas de consciencia e letras e experiemçia nas cousas da st^a jmquisyção como melhor se fizesse[...]” (BAIÃO, 1945: 30)

Ana Cannas em seu texto apresenta de forma bastante minuciosa as rotas de emigrações dos cristãos-novos de Portugal para o Estado da Índia a partir da década de 1530. Além de perceber uma forte rede judaica de ligações entre o Índico e o Mediterrâneo, chegando mesmo a influir no comercio de especiarias e de pedras religiosas.

A fundação do Santo Ofício em Goa foi marcada por um forte debate de opiniões divergentes em torno do estabelecimento da instituição. Os que eram favoráveis alegavam que era preciso garantir a pureza da fé cristã diante do judaísmo, de modo a perceberem a eficácia do Tribunal diante dos gentios conversos e de uma cultura que vinha de contramão à cultura cristã. Por outro lado, havia outra corrente de opinião contrária, que difundia a idéia de que a criação do Tribunal do Santo Ofício de Goa impediria a expansão da fé entre os gentios. Um desses exemplos é apontado por Anna Cunha em sua obra. Segundo a autora, o então embaixador de Portugal em Roma, Lourenço Pires de Távora ao ser informado do estabelecimento do Santo Ofício em Goa teria tomado posições de reserva quanto ao modo repressivo que a Inquisição vinha tomando na Índia e também o modo como se dava seu funcionamento. Seu posicionamento teria se tornado mais evidente depois de saber de um caso de um mercado cristão-novo que teria sido queimado pelo Tribunal a Inquisição. Lourenço Pires, conforme cita Ana Cunha, teria enviado uma carta dirigida ao rei perguntando se tal notícia possuía veracidade. Apesar de ter sido uma notícia falsa, a autora percebe que o posicionamento de Lourenço quanto ao modo de atuação do Santo Ofício tornava-se evidente em tal correspondência. Para Lourenço, a ação do Santo Ofício deveria ser pautada em grande consideração, clareza e justificação, indo de contramão ao modo como a Inquisição atuava até então (CUNHA, 1995:147).

Mas, mesmo nesse quadro de tensões que permeavam os bastidores da Inquisição, é fundado por ordem regia em 1560 o Tribunal do Santo Ofício em Goa, tendo a responsabilidade sobre os domínios do cabo da Boa Esperança e das possessões orientais, como Macau (TAVARES, 2004, 156).

Ao ser fundado efetivamente, no início de 1561, o Tribunal de Goa, foi instalado no Palácio do Sabaio, que passou por diversas obras para adaptar-se as novas funções inquisitoriais, como construção de capela, residência do inquisidor e cárceres. Quanto ao seu funcionamento e a estrutura, o Santo Ofício goês assemelhava-se com o do Reino. Os cargos de funcionários eram organizados de forma hierarquizados, desde o mais alto cargo do inquisidor, ao porteiro. Contava também com a ação de comissários e familiares, que colaboravam com Santo Ofício, participando nos inquéritos, denunciando e executando prisões. Havia algumas diferenças, como o número de inquisidores, que em Goa eram dois e no reino eram três (TAVARES, 2004, 158).

Por outro lado, Célia Cristina cita outras questões que não podem ser descartadas como possíveis justificativas para a instalação da Inquisição de Goa. A riqueza e a grandeza de muitos dos reinos hindus e muçulmanos com os quais os portugueses se defrontaram na Índia geraram a necessidade de se construir uma instituição que rivalizasse com a força dessas civilizações. De modo que todo o aparato administrativo, militar e religioso servia de ostentação do poder lusitano na Índia. Diante das grandes mesquitas e pagodes, a Inquisição fez com que os autos de fé realizados em Goa fossem ainda mais grandiosos. (TAVARES, 2004:158-159). Tratava-se de uma grandiosa solenidade, com uma necessidade maior ainda na região de Goa. De acordo com Tavares, o auto-de-fé representava a ação da Igreja como um todo contra um inimigo que se tornava cada vez mais diverso e presente. Era necessário grandiosas solenidades de modo a tornar a presença da Igreja um fato concreto para a sociedade como também seria um modo de se afirmar as hierarquias sociais presentes na região(TAVARES,2004:159). Dessa forma, o que podemos perceber na autora é o fato de que sua análise e interpretação acerca dos motivos que levaram ao estabelecimento do Santo Ofício em Goa não se relacionavam estritamente com a presença cristã-nova. Pensar tal estabelecimento é também levar em consideração uma sociedade diversa, multifacetada, não composta apenas de neoconvertos. O Santo Ofício se estabelece no intuito de diminuir a ameaça que tal sociedade possui para a fé católica,

“Assim, a riqueza e a grandeza de muitos dos reinos hindus e muçulmanos com os quais os portugueses se defrontaram na Índia geraram a necessidade de se construir uma instituição que rivalizasse com a força dessas civilizações.[...] A Inquisição e os seus autos-de-fé espetaculares foram mais uma dessas demonstrações, juntamente com a construção de grandes e ricas igrejas e de palácios que atendessem às necessidades dos representantes da Coroa portuguesa”(TAVARES,2004:159)

Desde a sua instalação, o Tribunal de Goa conduzia sua ação para a repressão de cristãos-novos judaizantes. De acordo com a autora Célia Cristina, entretanto, o quadro de perseguição aos cristãos-novos mudaria a partir do século XVII. Conforme cita Francisco Bethencourt, a atuação do Santo Ofício goês acabou por recair aos gentios, através das acusações de práticas heterodoxas, como as cerimônias públicas do divali (festa da colheita), assumiram o alvo preferido da ação do Santo Ofício nos séculos XVII e XVIII. Porém, ao analisarmos a documentação referente às correspondências

dos inquisidores de Goa, percebemos que a sua relação com a presença gentílica, assim como nos casos dos cristãos novos, passou por diversas dificuldades, dentre elas a presença de uma cultura em relação às práticas cristãs (LOPES, s/d: 131).

Como meio de se melhor compreender a assertiva acima tornou-se pertinente não só no presente trabalho como também na pesquisa que estamos desenvolvendo, o uso de fontes documentais que remetem ao funcionamento efetivo do Tribunal Goês. Tais fontes, já mencionadas, estão inseridas no trabalho promovido por Antônio Baião, que procurou organizar as correspondências entre os inquisidores de Goa com o Conselho Geral do Santo Ofício em Lisboa, entre os anos de 1569 a 1630¹. A justificativa da presença de tal documentação é evidenciada por Célia Tavares pela própria estratégia que o Conselho Geral de Lisboa promovia para a Inquisição de Goa, que era o de enviar um funcionário já com experiência no funcionamento inquisitorial para as terras do Oriente. Uma das conseqüências disso foi o volume intenso de correspondências trocadas entre a Inquisição de Goa e o Conselho Geral do Santo Ofício em Lisboa(TAVARES,2004:165)².

O caráter das correspondências ao todo poderia se tornar diverso dependendo do ano em que for analisado. No entanto, podemos perceber que tais correspondências possuem algo em comum que as aproxima. Diante de uma região que muitas vezes se tornava estranha aos olhos dos inquisidores, não seria de se estranhar também que muitas das vezes as correspondências para o Conselho tinham o intuito ou de esclarecer alguma dúvida a respeito de alguma prática dos gentios ou mesmo de como o inquisidor deveria agir diante de tais práticas. As consultas feitas pelos inquisidores ao Conselho Geral do Santo Ofício, reunidas no trabalho de Antônio Baião, exemplifica como havia uma permanente preocupação de como proceder diante dos rituais hindus, se eram ou não sinais de idolatria. A questão da linha dos brâmanes se tornou recorrente nas cartas dos inquisidores, no qual o ponto principal dos questionamentos estava no fato de que se tal sinal era de fato um sinal protestativo de gentilidade, ou se era apenas uma representação que não ameaçava a fé cristã. A discussão era tamanha que, como

¹ O trabalho a que nos referimos foi publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1930. Trata-se, portanto, de uma importante fonte documental para o historiador que se dispor a estudar a Inquisição no Oriente.

² No trabalho de Célia Cristina, citado anteriormente, a autora apresenta um pequeno quadro com a carreira dos inquisidores de Goa, abrangendo os anos de 1560 a 1682.

veremos na descrição, não apenas o Santo Ofício estava envolvido, mas também outras ordens religiosas.

“O anno passado veio de Sua Santidade segundo Breve sobre a matéria do primeiro, acerca se a linha dos Bragmenes cendi, (que he uma guedelha de cabellos crescidos no alto da cabeça) lavatórios e sândalo na testa, são sinaes protestativos da seita gentílica, ou não: mandando que fossem chamados a junta os mais Inquisidores, que ouvesse nesta Inquisição e Padres da Companhia e outros religiosos e pessoas graves de letras, o que tudo os senhores Arcebispos fizerão, e quazi per todos foi assentado que os ditos sinaes erão protestativos, e que se se permitissem serião mui nocivos á Christandade deste Oriente (como está deffinado em quatro Concilios que nesta cidade de Goa se celebrarão, e nesta Mesa se penitenciarão já algumas pessoas que sendo cristãos baptizados , indo á terra dos infieis tomarão estas insígnias gentílicas) tomando primeiro informação dos clérigos Bragmenes já de idade e de muita experiência destes costumes por averem sido baptizados adultos os mais toleráveis e arriscarse muito esta nova cristandade [..]” (BAIÃO,1930: 567)

A correspondência descrita acima é datada do ano de 1620, no qual o inquisidor Francisco Borges de Souza demonstra a sua preocupação para o Conselho geral em Lisboa com o modo que a Igreja deveria agir diante da linha que os brâmanes usavam. Apesar de ser uma data mais tardia, cerca de quase um século após o estabelecimento do Santo Ofício no Oriente, tal correspondência não tem sua importância diminuída a partir do momento em que discussões com o mesmo caráter desta, já se faziam recorrentes ainda mesmo no XVI. Em outras palavras, a partir do momento que em a análise das correspondências começa a se fazer de modo mais sistemático e minucioso, percebemos que a problemática acerca dos cristãos-novos acaba diminuindo na medida em que novas questões começam a ser colocadas a partir do próprio relato dos inquisidores. Desse modo, de um problema inicial que surgira com os cristãos-novos, aos poucos o Oriente ia criando seus próprios problemas e questionamentos para a Inquisição. Não significa deixar de lado, anular a importância da presença cristã-nova relacionada com a presença do Santo Ofício. No entanto, como bem cita Célia Cristina Tavares, outras questões devem também se inserir numa análise acerca do funcionamento do Santo Ofício Goês – como a presença de feiticeiros, sodomitas e dos gentios -, no qual “as questões aqui destacadas eram as mais frequentes no funcionamento quotidiano do tribunal inquisitorial do Estado da Índia.”(TAVARES,2004:194). O Santo Ofício de Goa, apesar de como vimos ter mantido uma relação próxima com o Tribunal lisboeta,

aos poucos foi se ajustando a uma realidade presente no Oriente que o fez adquirir caracteres que o tornaria singular em algumas de suas ações.

Referências Bibliográficas

1. BAIÃO, António *A Inquisição de Goa: Tentativa de história da sua origem, estabelecimento, evolução e extinção*. Lisboa: Academia de Ciência, 1945. v.I.
2. BETHENCOURT, Francisco *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália-séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000
3. BOXER, Charles *A igreja e a expansão Ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1990
4. CUNHA, Ana Cannas da *A Inquisição no Estado da Índia: Origens (1539-1560)* Lisboa: Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1995
5. DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da reforma*. Tradução de José Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989
6. LOPES, Maria de Jesus dos Mártires. “A Inquisição de Goa na primeira metade de Setecentos.” *Mare Liberum*, nº15, pp.107-136, junho, 1998.
7. MUCHEMBLEND, Robert. *Uma história do Diabo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
8. TAVARES, Célia Cristina. *Jesuítas e Inquisidores em Goa: a cristandade insular (1540-1682)*. Lisboa: Roma Editora, 2004.
9. THOMÁZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

Ilustração, História e Eclétismo:
considerações sobre a forma eclética de se aprender com a história no século XVIII.

Ana Rosa Clochet da Silva*

O século XVIII europeu assistiu à mais intensa transformação mental da época moderna. Denominado *Iluminismo*, este fenômeno de repercussão em todo o ocidente europeu e nas colônias americanas rejeitou sempre definições precisas, seja pelas suas origens esparsas, seja pelas especificidades das circunstâncias históricas que o viram nascer, ou ainda pelas profundas divisões que separam aqueles que se definiam *filósofos*, num mesmo espaço cultural. Por isso, embora tradicionalmente identificado a um ambicioso programa de secularização, humanidade, cosmopolitismo e liberdade (HAZARD, 1946), a partir do qual os filósofos identificavam-se como indivíduos de livre pensar, portadores de uma “missão a cumprir” - o esclarecimento e a difusão de “verdades úteis”, capazes de impulsionar a sociedade rumo ao progresso (GAY, 1969: 322-323) - este fenômeno do Setecentos revelou-se plural, destituído de qualquer suposto caráter de uniformidade, harmonia e unilateralidade (OUTRAM, 1995; ISRAEL, 2006; CARVALHO, 2008), comportando desde um sentido revolucionário – inaugurado pelos “homens de 1789” e que fundamentou as experiências liberais e democráticas modernas (ISRAEL, 2009) - até a possibilidade histórica do *Reformismo*, sendo este o resultado de sua assimilação nos países católicos e de regimes absolutistas, como era o caso de Portugal (FALCON, 1986).

Em qualquer dos casos, contudo, as nuances não ofuscam a imposição de algumas questões de ordem geral, que configuraram os respectivos programas reformistas ou revolucionários, de cada governo. Dentre elas - e desde seus primórdios -, o compromisso com uma *atitude pragmática* em relação ao conhecimento, impondo a sistematização dos novos valores e conhecimentos da natureza, bem como a urgente reforma do *ensino público*, de modo a impulsionar a descoberta e veiculação de “verdades úteis”. Deriva daí a preocupação presente “desde os filósofos e literatos até aos governos” em esboçar novos

* Docente da Faculdade de História da PUC-Campinas; Mestre e Doutora em História pela Unicamp; Pós-doutora pela USP.

*sistemas pedagógicos*¹, bem como a fundação de diversas instituições científicas, como Escolas e Academias, consolidando, simultaneamente, o “pragmatismo científico” e o “estatismo” de sua produção.

No bojo destas reformas, as *questões de método* tornavam-se essenciais ao que se tinha por um adequado processo de ordenamento, sistematização e transmissão dos conhecimentos, preocupação registrada na *Encyclopédie*, editada por d’Alembert e Diderot, no ano de 1751. Na obra considerada síntese do pensamento ilustrado, o verbete “Méthode” era definido como “a ordem que se segue para achar a verdade, ou para ensiná-la (...); a maneira de chegar à meta pela via mais conveniente”, sendo portanto “essencial a todas as ciências, sobretudo à filosofia”². E aqui, aliada à ênfase numa epistemologia *empirista*, no caráter *experimentalista* e *prático* da elaboração do conhecimento, a metodologia de ensino preconizada pelos literatos franceses aparecia eivada de profundo *eclétismo*, concebido como “método” capaz de produzir um saber consistente a partir de verdades diversas, submetidas ao crivo da razão e da crítica. É o próprio Diderot, autor do verbete “*Eclétisme*” da *Encyclopédie*, quem assim o define:

O eclético é um filósofo que, calcando aos pés o preconceito, a tradição, a antiguidade, o consenso universal, a autoridade, numa palavra, tudo o que subjuga a multidão dos espíritos, ousa pensar por si próprio, regressar aos mais claros dos princípios gerais, examiná-los, discuti-los, nada admitir senão perante o testemunho da sua experiência e da sua razão; e a partir de todas as filosofias que analisou sem qualquer parcialismo ou deferência, fazer para si próprio uma filosofia particular e doméstica que lhe pertence.. (“Eclétismo”, in: *Enciclopédia*, 1989).

Na sua auto-definição, é ainda esta a concepção apregoada por Voltaire, quando afirmava: “sempre fui eclético; tomei de todas as seitas, aquilo que se me afigurou mais verossímil”. (HAZARD, 1946: 125-126)

*

¹ A fonte de todos os pedagogistas do século XVIII esteve em Locke que, em 1690, publica seu *Ensaio sobre o Entendimento humano* e logo em 1693, *Alguns pensamentos sobre a Educação das crianças*. (Teófilo Braga. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Ciências, 1898, tomo III, pp. 118-119).

² Esta concepção do método está presente na própria preocupação dos autores em acrescentarem, à ordem alfabética, um prefácio com uma “árvore do conhecimento”, uma organização filosófica que está presente, também, nos princípios de Bacon, Descartes, etc. Os artigos na *Encyclopédie* continham, assim, referência que os localizava na árvore, ainda que isso não fosse muito útil para organizar a leitura. (DIDEROT e D’ALEMBERT, “Discurso Preliminar”, in: *Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios, por uma Sociedade de Letrados*. (Ed. bilíngue), São Paulo: Editora Unesp, 1989).

Se a reforma dos sistemas de ensino pautada na concepção metodológica assinalada era uma premência no país onde as idéias do século assumiram um curso revolucionário, naqueles de regimes absolutistas e fortemente católicos, apresentaram-se como um baluarte primordial no processo de secularização da sociedade. É neste sentido que o período do governo de Sebastião José de Carvalho e Melo (1750-1777) - historicamente associado ao reformismo ilustrado português - resultou na implementação de um conjunto de políticas concebidas, fundamentalmente, sob o prisma do binômio *Reformismo-Pedagogismo*. (SILVA, 2006: 29-85)

Nas reflexões que seguem, pretende-se tecer algumas correlações entre o perfil assumido pela *ilustração portuguesa*, desde meados do Setecentos, o tratamento dispensado por seus protagonistas às *questões de método* e a forma como estas articulam-se a uma dada *concepção da História* que, de disciplina subsidiária ao ramo da filosofia, vai assumindo papel crucial na tarefa imposta à geração seguinte ao consulado pombalino: aquela que primava pelo aprendizado com o passado, na tentativa de reverter os males atravessados por Portugal e salvaguardar a integridade imperial (SILVA, 2006). Em termos políticos, um exercício que refletia a própria dependência da autoridade política em relação à *tradição*, implicando que esta não poderia “sobreviver segura”, sem um passado que a projetasse no futuro. Particularmente, fixaremos os escritos de José Bonifácio de Andrada e Silva que melhor nos informam sobre a operacionalidade da *atitude eclética e articuladora*, na elaboração do conhecimento sobre o passado, num momento em que os tempos do Império e da Monarquia já eram outros.

Ilustração, Eclétismo e o lugar da História no pensamento ilustrado português

Os primeiros sintomas de uma “crise mental” no Portugal setecentista (CIDADE, 2005), acenando com as possibilidades da inovação cultural e intelectual em relação a uma epistemologia de base peripatética, fizeram-se sentir desde o final do século XVII, nas idéias e projetos preconizados por aqueles intelectuais que, direta ou indiretamente engajados na estrutura administrativa do Estado, e quase sempre de forma clandestina, foram responsáveis pela inauguração no Reino do cientificismo e da filosofia de cariz cartesiano, gassendista, ou

galilaico-newtoniano (SILVA DIAS, 1972: 5). Mas o verdadeiro avanço neste sentido viria com os intelectuais e estadistas das décadas seguintes, destacando-se a atuação daqueles que mais direta e proximamente influíram nas questões posteriormente perseguidas pelo governo pombalino: D. Luís da Cunha (1662-1749), Luís Antônio Verney (1713-1792) e Antônio Ribeiro Sanches (1699-1783), a cujas atividades viria juntar-se a da Congregação do Oratório, dedicada, desde finais do Seiscentos, à reforma do ensino público no país, sob orientação cartesiana (SILVA: 2006: 36-49). Reclamando a condição de difusores da cultura estrangeira e das técnicas do tempo, adiantando propostas norteadas pela ótica da necessidade de uma reforma global da sociedade lusitana, à luz do processo europeu (MARTINS, 1965: 123-25), estes indivíduos foram unânimes em identificar o *atraso cultural* do Reino como o principal obstáculo a ser superado no processo de inversão de sua *decadência econômica*, apontando como causa destes e de vários outros “males” que afligiam Portugal: a *hegemonia ideológica da escolástica*, longamente exercida sobre a cultura castiça, e a *ingerência econômica inglesa* no país.³

Longe de representar um traço pejorativo da ilustração portuguesa, o procedimento comparativo com outros países europeus revela-se afinado ao próprio espírito das Luzes, no âmbito do qual assistiu-se à valorização da “qualidade de estrangeiro, isto é, observar o seu próprio país com olhos de estrangeiro”, sendo este um ponto de vista defendido tanto por Voltaire, em *L’Ingenu*, quanto por Montesquieu, em *Lettres persanes* (MARTINS, 1965: 124). Além disso, cabe assinalar a contemporaneidade das primeiras obras ilustradas cunhadas em Portugal, com aquelas dos literatos franceses – destacando-se a própria colaboração de Ribeiro Sanches na elaboração da *Encyclopédie*, editada por d’Alembert e Diderot (LEMOS: 1911: 152), desautorizando qualquer suposta noção de defasagem ou isolamento das Luzes em solo luso. Entretanto, esta foi uma idéia cunhada à época – seguramente com propósitos políticos e ideológicos –, tendo fôlego suficiente para legitimar as reformas encetadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, desde 1750.

³ Como documentos expressivos destes primeiros diagnósticos ilustrados sobre o Reino, ver: D. Luís da Cunha. *Testamento Político*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976, p. XV; Luis Antônio Verney. *O Verdadeiro Método de Estudar para ser Útil à República e à Igreja: proporcionado ao estilo e necessidade de Portuga*. Valença: Oficina de Antonio Balle, 1746, 2 tomos; Antônio Nunes Riberiro Sanches, *Cartas sobre a educação da Mocidade*. Porto: ed. Domingos Barreira, s.d., pp. 106-107. (Obra microfilmada, localizada na Seção de Leitura Geral da BNL).

A exemplo de outros intelectuais e estadistas portugueses, sua longa carreira diplomática junto às Cortes de Londres e Viena permitiu-lhe conhecer e avaliar a situação de Portugal a partir da comparação com outros países europeus. Encarregado das obras de reconstrução de Lisboa, a partir de 1755 (MAXWELL, 1996: 4), pode lapidar as noções do *atraso cultural* de Portugal em relação às potências europeias e da existência de uma *decadência econômica* pautada, em grande medida, na prejudicial aliança anglo-lusitana, origem, segundo ele, de uma “escravidão natural” que ocorre sempre em relação àqueles “que nos sustentam” (“Discurso político de 1755”, in: *Memórias Secretíssimas*, s.d., 138-189).

Desenvolvendo uma visão global e articulada das múltiplas questões que afligiam o Reino - uma visão “*sistêmica*”, segundo o próprio autor - estabelecia uma direta relação entre *decadência econômica*, *dependência política* e a *falta de arejamento mental* do Reino, imputada predominantemente à *hegemonia ideológica eclesiástica*, a qual, acreditava-se, barrava tanto o nascimento de “grandes reformadores” - pois não se pode “formar jamais homens de Estado, em um reino onde as ciências estão banidas, e onde não se sai a viajar” - como as próprias obras destes, caso viessem a surgir, não frutificariam, pois deveriam “ter precedido outras luzes às suas” (IDEM: 188). Derivava, daí, uma particular *preocupação pedagógica*, pautada na crítica central aos jesuítas: *a questão do método de ensino* longamente mantido pela Companhia de Jesus, assentado na “prevalência da filosofia peripatética”; no “descaso ao estudo do grego e latim”; na “desordem do conteúdo ensinado nas cadeiras universitárias”; na “falta de disciplinas subsidiárias e na fragmentação do conhecimento”, assim como na “ausência do ecletismo”.(CARVALHO, 2008: 52).

É sobretudo no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade*, elaborado pela *Junta de Providência Literária*, criada em 23 de Dezembro de 1770 com o objetivo de examinar o estado da Universidade de Coimbra e servir de base para a redação de seus *Novos Estatutos*, que estas reflexões se encontram sistematizadas, esgarçando uma metodologia afinada à preconizada pelas Luzes. Analisando os meios através dos quais os inicianos apossaram-se da Universidade, reclamava a falta de uma orientação *prática* aos estudantes, sufocada pelo emprego de raciocínios e procedimentos especulativos, inibidores tanto da *erudição* - requisito para a interpretação dos textos antigos - quanto da *experimentação* e, portanto, do empiricismo das Luzes, concluindo pela impossibilidade de se aproveitar nos velhos

Estatutos, em vigor desde 1598, “cousa alguma (...) para objeto da reforma”. ((*Compêndio*, 1771: IX-X). Para os propósitos deste texto, interessa salientar o perfil das críticas concernentes a duas lacunas centrais, acusadas pela Junta de Providência: a ausência das *disciplinas subsidiárias* e do *eclétismo*.

No primeiro caso, a ênfase recaía sobre as disciplinas ligadas às humanidades e à filosofia, entre as quais reclamava-se um profundo entrosamento, supostamente negligenciado pelos inicianos⁴, concebendo-se a História “como o principal subsídio para a formação dos estudantes”, necessária à compreensão diacrônica dos autores, obras e idéias, sempre de forma contextualizada, afastando os riscos do anacronismo, proveniente de doutores “cheios das cousas do Século” (CARVALHO, 2008: 56). Além da centralidade, registrava-se o esforço pela *laicização* deste campo do saber: uma idéia de “história” enquanto “categoria una e abrangente” a qual aparece como “indicativa de um processo de unificação do passado em torno de uma referência única (...), além de implicar consenso em torno da prevalência da história profana à história sagrada”.(ARAÚJO & PIMENTA, 2009: 119-120). Assim, atacando a união promovida pela escolástica entre Filosofia e Teologia, preservava-se o lugar de destaque das questões de ordem religiosa, dotando-lhes, porém, de fundamentos mais consistentes, atribuídos ao estudo das *linguas eruditas* e da *história*, articulados ao da Sagrada Escritura.

Atreladas à legitimação conferida ao conhecimento histórico, as reformas do ensino introduziram o *método eclético* na Universidade de Coimbra, partindo da crítica à concepção dedutiva dos inicianos que, além de afastar os estudantes das fontes originais, submetia-os sempre às glosas, disputas, opiniões e padrões interpretativos baseados em certos autores e no “filtro” dos mestres, aprofundando ainda mais a tendência à falta de senso crítico, absorção fragmentária e descontextualizada dos conteúdos (CARVALHO, 2008: 57). Para reverter tal situação, apregoava-se a “união de todas as referidas noções”, da qual “nasceu o estudo livre e Eclético, que aproveitando judiciosamente, é o melhor e mais conforme a verdade, do que se tem pensado e escrito; tem elevado as Ciências à perfeição, em que hoje

⁴ Tal concepção espelha a própria noção dos Enciclopedistas, acerca da *disposição e organicidade entre os diversos ramos do saber*. Percorrendo a “árvore do conhecimento”, representada tipograficamente por Diderot e D’Alembert sob a forma de um diagrama, percebe-se o mesmo destaque conferido à *Filosofia*, indicando que a razão passava a ser encarada como a via privilegiada de acesso ao mundo do conhecimento (DARTON, 1986: 272-73).

se acham; tendo-se geralmente reconhecido, que a mesma união de noções Históricas é o melhor instrumento da erudição mais segura, e sólida”. (IDEM: 58). Uma concepção metodológica perfeitamente afinada às concepções veiculadas no âmbito da República das Letras, com base na qual procedeu-se à elaboração dos *Novos Estatutos da Universidade* que, em 28 de agosto de 1772, recebiam licença para serem implementados em substituição aos velhos. (*Estatutos da Universidade de Coimbra*, 1773).

José Bonifácio: uma forma eclética de se aprender com a História?

Desde a morte do rei José I e do afastamento do Marquês de Pombal do poder, em 1777, instaura-se no mundo luso-brasileiro um “novo estado de coisas” (NOVAIS, 1986: 3-4), ritmado pela aceleração da *crise* do Antigo Regime português. Se no âmbito imperial é deflagrada a “crise do sistema colonial”, internamente ao Reino afloram tensões tipicamente estamentais (DINIZ-SILVA, 1979), agora desvencilhadas da ação repressora do ministro josefino e convivendo com a fermentação das idéias ilustradas. Conforme o “Discurso Preliminar” das *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, fundada no ano de 1779 e tornada um dos principais centros de arregimentação da intelectualidade luso-brasileira formada em Coimbra, tratava-se, desde então, de engendrar soluções que permitissem o aproveitamento de “vantagens” supostamente naturais do Reino e suas conquistas, para fazer finalmente vingar “a esta Monarquia um alto grau de riqueza, e poder(...)”. (“Discurso Preliminar”, in: *Memórias Econômicas*, 1789, vol. 1), o que tornava as *questões de método* prerrogativa essencial para os homens que, desde então, empenharam-se na tarefa de “emendar o velho reino”.

No cerne destas reflexões, despontava a ênfase na História Natural, a qual permitiu um “novo padrão de controle humano sobre o seu ambiente” (CAVALCANTE, 1998: 115-126), concebida como “a única ciência que tais luzes pode dar”, já que as “artes todas não são mais do que uma aplicação do conhecimento da natureza às nossas precisões, e utilidades”. (“Discurso Preliminar”, in: *Memórias Econômicas*, 1789, vol. 1). Aliado à atitude pragmática e ao evidente acento conferido ao cientificismo das Luzes, os intelectuais da Academia revelaram um articulado de princípios e teorias os quais, longe de indicarem uma tendência

indefinida, revelaram uma atualização do *método eclético*, voltado ao apontamento de respostas específicas a problemas variados, atestadores da genérica noção de decadência. Tal método era descrito pelo naturalista italiano Domingos Vandelli - um dos mais ilustres sócios da Academia - ao recomendar que: “todos os ramos da Economia Civil, para que seja útil ao Reino, devem ser regulados por princípios de uma boa Aritmética Política; assim não se devem seguir sistemas, sem antes examiná-los e confrontá-los com as atuais circunstâncias da nação”. (*apud*, NOVAIS: 1994: 108-109).

Se a tentativa de submeter o território português a novos padrões de racionalização teve como um de seus objetos centrais o *espaço*, as transformações em curso informaram também, alterações qualitativas nas percepções e representações do próprio *tempo histórico*. Assim, embora se desenhasse um futuro em tudo remissivo e devedor da história portuguesa - uma história e um passado que encontravam, do ponto de vista filosófico e prático, a sua possibilidade de existência através de uma noção do espaço por excelência (a do *sistema luso-brasileiro*) - o resgate do passado como parâmetro de orientação do presente e projeção do futuro passava a exigir procedimentos de crítica e exame da veracidade das fontes, tornando a História “uma forma privilegiada de experiência política” e, por conseqüência, elemento essencial do saber, ou da educação dos agentes da ação política”. (CURTO, 1988: 29-30).

Do ponto de vista metodológico, portanto, o rastreamento do passado nacional para efeitos de constatação e extração de regras a serem adotadas na vida política e social – fundado na concepção clássica de História como “mestra da vida” e reproduzida na máxima de que o “conhecimento do que a Nação é, e do que pode ser, pelo que já tem sido, é dos mais úteis para sua felicidade” (“Discurso Preliminar”, in: *Memórias Econômicas*, 1789, vol. 1) – além de conferir novo *impulso legitimador a História* e soterrar definitivamente a preponderância da história sagrada por uma *história filosófica e pragmática*, já não se assentava num mero “cortejo caótico de fatos”, mas, passava a submeter-se a “novas exigências documentais, estéticas e filosóficas” (ARAÚJO & PIMENTA, 2009: 131), conforme expresso nos escritos de José Bonifácio de Andrada e Silva.

*

Formado pelas recém-reformadas Faculdades de Leis e Filosofia de Coimbra, entre 1783-1789, e engajado como sócio-correspondente da Academia de Lisboa neste último ano - instituição da qual se tornaria secretário, em 1812 – era como “filósofo, isto é, constante indagador da verdadeira e útil sabedoria” (SILVA, 1999) que José Bonifácio reconhecia-se, revelando, desde cedo, uma predileção pelo *método eclético*, concebendo sua própria experiência de “estrangeiramento” - durante uma excursão científica que durara de 1791 a 1800, por diversos países europeus - como profícua, no sentido de estimular o pensamento. Acreditava ele: “nascendo a reflexão de comparar idéias, quem as não tem, não as pode comparar; (...) sem muitos objetos não há relação recíproca, e sem esta nenhum juízo; sem juízos nenhuma enunciação ou perfeição e abundância de elocução (...)”. (*Notas sobre a Gramática portuguesa e índios brasileiros*, s.d: lata 192, doc 51). Da mesma forma, compartilhando do diagnóstico decadentista sobre o Reino, preocupava-se particularmente com os estudos de *História*, a qual, embora ainda dotada de uma conotação clássica de *exemplaridade*, já rompia com o papel de disciplina subsidiária das demais ciências, assumindo centralidade e estatuto de cientificidade, acreditando não bastar no seu estudo “recolher aqueles documentos e manuscritos que dizem imediatamente respeito às ações e acontecimentos políticos e civis dos Portugueses”, devendo-se “também coligir e ponderar as notícias biográficas, que nos pintam o caráter particular dos grandes homens de cada século, pois cada um deles, nascendo em tempo próprio, influi muito na sorte dos Estados e até na felicidade geral da nossa espécie” (“Discurso Histórico”, 1819: VI-VII).

Desse modo, *erudição* e *pragmatismo* fundiam-se numa concepção de História tal qual fundada pela Academia de Lisboa. Uma visão e procedimentos que, a despeito de frisarem a restauração de uma “cultura portuguesa” - e, com ela, de um passado glorioso - denunciava uma “concepção cosmopolita da história”, que apregoava a possibilidade de se aprender não só com a leitura dos clássicos lusitanos, mas com a “história das Nações vizinhas, mais ou menos poderosas e alumiadas(...)” (IDEM). Afinal, compartilhando da crença na existência da República das Letras como “força trans-histórica” (ARAÚJO & PIMENTA: 2009), afiançava que “o Verdadeiro e o Útil não têm pátria; pertencem a todas as Nações, pertencem ao Universo inteiro”. (“Discurso”, 1812).

Mas, era na elaboração de uma dada *visão sobre os problemas que afligiam o Império*, que José Bonifácio lapidava sua concepção de História erudita e pragmática, referida sempre pela idéia de que “somente com o pleno conhecimento dos Diplomas e notícias antigas e modernas de todo o gênero, é que poderemos traçar as causas que animaram e desenvolveram, ou que abateram e diminuíram a nossa prosperidade política e literária”. (“Discurso Histórico”, 1818). Neste sentido, refletia sobre os *métodos* próprios à disciplina, dissertando sobre os *diferentes tipos de história*, sobre as fontes próprias a cada uma delas, sobre a necessidade da crítica, ao utilizá-las como base do conhecimento, bem como louvando a atividade da Academia Real das Ciências de Lisboa, no processo de compilação de “Diplomas e Manuscritos, ainda sepultados no pó das Livrarias e Cartórios” do Reino. Guiado por esta convicção, conduzia suas leituras das inúmeras obras acerca da História do Reino e suas Conquistas, bem como da História de outros países, extraindo idéias que reforçavam seu diagnóstico sobre as causas da decadência econômica do Reino (SILVA, 2003). Interessado particularmente na questão das Conquistas e, ferrenho crítico do modo como se deu o aproveitamento destas e dos fatores que levaram às suas perdas, condenava o “sistema dos descobrimentos”, apoiando-se na obra de Duarte Ribeiro *a respeito do Brasil e Decadência do Reino de Portugal*, concluindo que as “Colônias e os descobrimentos (...) não são a causa da despopulação do Reino, porque, comumente falando, não sai da pátria para viverem nas alheias quem tem subsistência certa nas próprias” (“Comentários”, s.d: lata 112, doc 66). Articulada, essa sucessão de acontecimentos fundavam a idéia do reino decadente, contraposto às perspectivas distintas que se desenhavam para a porção americana do Império. Crença esta reforçada por suas leituras dos relatos de *viajantes* e *naturalistas* que percorreram as regiões ultramarinas (SILVA, 2003: 122), pelos escritos dos padres jesuítas, não dispensando ainda as valiosas informações estatísticas contidas nas correspondências dos administradores coloniais (“*Notas sobre a Alfândega de Santos*”, s.d: lata 192, doc 21).

Assessorado por estas diversas fontes, o próprio Andrada dedicava-se à redação de inúmeras *Notas, Pensamentos e Memórias*, que descreviam fielmente a natureza brasílica, seu potencial econômico, aspectos de sua demografia e comércio (SILVA, 2003). Todos estes, elementos que embasavam sua *visão acerca do caráter dos brasileiros* - segundo ele, “Ignorantes por falta de instrução, mas cheios de talento por natureza; de imaginação

brilhante e por isso amigos de novidades que prometem perfeição e enobrecimento”, indicando virem a ser “os Atenienses da América, se não forem comprimidos e tiranizados pelo Despotismo” (“*Caráter Geral dos Brasileiros*”, s.d.: lata 192, doc 22) - e *do Brasil* que, desde cedo, despontava como a porção privilegiada do Império. Nestes escritos, portanto, embora a “história do Brasil” ainda não fosse concebida como unidade autônoma em relação à “história de Portugal”, esgarçavam-se os limites do programa histórico da Academia, fundado na noção de *restauração* do passado de glória da cultura e da Monarquia portuguesas e de uma completa *reciprocidade de interesses* entre as porções imperiais. Em contraposição, firmava-se não só a crença nas singularidades das partes – concluindo que a “história também mostra que as revoluções e destinos das Nações dependem em parte do torrão e clima, e em parte da Constituição do Estado, da religião, dos usos e costumes, e das ciências e artes, que tanto influem na riqueza ou na miséria dos povos” (“*Discurso Preliminar*”, 1789, vol. 1), como no potencial *regenerativo* resguardado pelo Novo Mundo, único supostamente capaz de imprimir novas energias ao velho e decadente Portugal, comparado a “uma estrela errante que brilhou por um instante e apagou-se para sempre”. (“*Apontamentos*”, 1817: doc 89).

Desde 1808, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro imporia inflexões decisivas ao projeto ilustrado andradino para o conjunto do Império. Para nossos interesses, cabe apenas frisar que este acontecimento de vastas proporções no mundo luso-brasileiro (SILVA: 2006) alterara, qualitativamente, a representação do tempo-espço da modernidade portuguesa. Desde então, esta tornava-se tributária da concretude assumida pela *especificidade brasílica* – alçada a nova dignidade histórica no conjunto do Império - e de uma percepção que atribuía ao *presente* “funções de fundação mítica, capaz de orientar o olhar para o futuro em um momento carregado de incertezas” (ARAÚJO & PIMENTA, 2009: 127). Uma convicção sustentada pela *erudição* - especialmente, pelas narrativas ilustradas veiculadas naquele contexto, com destaque para as obras de De Pradt e Raynal -, por uma *consciência temporal*, que cada vez mais distinguia e diferenciava a experiência histórica dos portugueses dos dois hemisférios, e por uma *forma eclética e articuladora* de se aprender com o passado, *a qual* preservou não apenas o estatuto de “atitude filosófica” (SILVA-DIAS, 1972: 5), como permaneceu no cerne de um padrão *metodológico* e de

apropriação de fontes submetido ao crivo da crítica, da razão e das necessidades políticas do momento, esgarçando uma *forma eclética de se aprender com o passado e projetar o futuro*.

Bibliografia

FONTES

Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios, por uma Sociedade de Letrados. (Ed. bilíngue), São Paulo: Editora Unesp, 1989.

Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. (continuação da nova série da história da Academia de Ciências de Lisboa). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa - MCMXLI, s.d., tomo IV.

Notas sobre a Gramática portuguesa e índios brasileiros". (IHGB, Coleção José Bonifácio, lata 192, doc 51).

Fontes de José Bonifácio

"Discurso contendo a História da Academia Real das Ciências, desde 25 de Junho de 1812, até 24 de Junho de 1813, por José Bonifácio de Andrada e Silva", in: Edgard de Cerqueira Falcão, op. cit., vol. I, pp. 136-137.

"Discurso Histórico recitado na Sessão pública de 24 de Junho de 1818, pelo Secretário José Bonifácio de Andrada e Silva", in: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. VI, parte I, Typ. da mesma Academia, 1819, pp. IV-V. (BNRJ, Seção de Obras Raras, 17A, 6, 38).

"*Discurso Histórico recitado na Sessão pública de 24 de Junho de 1818*". (BNRJ/OR, 17^A, 6,38).

"*Notas Históricas*". (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 191, doc 55).

"*Notas Sobre Portugal*". (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 192, doc 27).

"*Notas Históricas*". (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 191, doc 55).

"*Comentários sobre o trabalho de Duarte Ribeiro de Macedo a respeito do Brasil e Decadência do Reino de Portugal*". (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 192, doc 66).

"*Extratos da História Geral das Viagens de La Harpe, tomo 13*", s.d. (IHGB, Lata 192, doc 44).

"*Notas do Aperçu d'un voyage dans l'intérieur du Brésil*", de Auguste Saint-Hilaire, s.d. (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 191, doc 28).

"*Voyages dans la partie septentrionale du Brésil*", de Henri Koster, 1818. (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 191, doc 30).

"*Notas sobre Filosofia, viagens e notas filológicas*". (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 192, doc 17)

"*Caráter Geral dos Brasileiros*", s.d. (IHGB, Col. José Bonifácio, lata 192, doc 22).

« Apontamentos extraídos da obra *Des colonies et la révolution actuelle de l'Amérique* », de De Pradt, 1817". (MP. Col. José Bonifácio, doc. 89).

Livros e teses

- ARAÚJO, Valdei Lopes & PIMENTA, João Paulo Garrido, “História”, in: JÚNIOR, João Feres (Org.). *Léxico da História dos Conceitos políticos dos Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, pp. 12-140,
- BRAGA, Teófilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa*. Tomo III, Lisboa: Typ. da Academia Real das Ciências, 1898.
- CALAFATE, Pedro. *História do pensamento filosófico português: as Luzes*. Editorial Caminho, 2001, v. 3
- _____. *A idéia de natureza no século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.
- CARVALHO, Flávio Rey de. *Um iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008.
- CAVALCANTE, Berenice o. “Ser Moderno, a propósito de uma Tradição”, in: *Absolutamente Moderno*, 2000, Rio de Janeiro. Semeiar. Cátedra Pe. Antonio Vieira de Estudos Portugueses. Lisboa, Rio de Janeiro : Instituto Camões- PUC-Rio, 1998. v. 4. p. 115-126.
- CIDADE, Hernâni. *Portugal Histórico-Cultural*. 3ª. ed., Lisboa: Arcádia, 1972.
- CURTO, Diogo R. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa; Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1988.
- DARNTON, Robert. “Os Filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da *Encyclopédie*”, in: *O Grande massacre dos gatos e outros Espisódios da História Cultural Francesa*. (Trad.), Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DIAS, J. S. da Silva, “O ecletismo em Portugal no século XVIII. Gênese e destino de uma atitude filosófica”, in: *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano VI, 1972, pp. 3-22.
- DINIZ-SILVA, Andrèe Mansuy, “Groupes de pression et de décision dans la politique brésilienne du Portugal entre 1750 et 1808”, in: *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*. Paris, t. 67, n. 244/245, 1979.
- DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida*. Lisboa: Edições Colibri, s.d.
- FALCON, Francisco J.C. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *Despotismo Esclarecido*. Série Princípios, São Paulo: Ática, 1986.
- GAY Peter. *The Enlightenment: an interpretation - The Science of Freedom*. 2 vols, N.Y./ London: W. W. Norton & Company, 1969.
- HAZARD, Paul. *O Pensamento Europeu no Século XVIII (De Montesquieu a Lessing)*, (trad.). Lisboa: Ed. Presença, s.d.
- ISRAEL, Jonathan. *Iluminismo Radical - a Filosofia e a Construção da Modernidade 1650-1750*. (Trad.), Ed. Madras, 2009.
- _____. *Enlightenment contested: philosophy, modernity, and the emancipation of man (1670-1752)*. New York: Oxford University Press, 2006.
- LEMOS, Maximiliano. *Ribeiro Sanches. A sua vida e a sua obra*. Porto: Eduardo Tavares Martins Editor, 1911.
- NOVAIS, Fernando Antônio, “O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: Alguns Aspectos”, in: *RBH*, n. 7, São Paulo, março de 1994, pp. 105-117.
- _____. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4ª. ed., São Paulo, HUCITEC, 1986.

OUTRAM, Dorinda, “What is Enlightenment?”, in: *The Enlightenment: new approaches tor european history*. Cambridge University Press, 1995, pp. 1-13.

SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativa Editoriais, 1965, vol. 2

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros a crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São PAULO: Hucitec, 2006.

_____. “A História na História de José Bonifácio- Fundamentos de um projeto nacional”, in: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG: Dept. de História, n. 29, jan/2003, pp. 115-125.

_____. *Construção da Nação e Escravidão no pensamento de José Bonifácio (1783-1823)*. Campinas: Ed. Unicamp/Centro de Memória, 1999.

FUTURO DO PASSADO: TEORIAS DA HISTÓRIA E FICÇÃO CIENTÍFICA

Anderson Soares Gomes¹

Desde a segunda metade do século XX, a disciplina história e as reflexões sobre o modo de escrevê-la – ou seja, a historiografia – vêm se deparando com constantes reformulações, entre elas, aquelas oferecidas por teorias de base construtivista (surgidas principalmente na década de 1980 na Alemanha) que colocam em xeque muitos dos paradigmas historiográficos em suas formas mais tradicionais. É pertinente, nesse sentido, a pergunta feita por Heidrun Olinto em *Histórias de Literatura*:

Em princípio, toda forma de historiografia, como estudo de processos de mudança, preocupa-se com problemas de periodização, ou seja, com decisões quanto à nomeação e à sistematização de períodos e a sua delimitação em uma estrutura temporal. Mas como, ainda, categorizar uma época através de etiquetas artificiais que sugerem milagrosa unidade, homogeneidade, identidade e estabilidade garantida dentro de determinados limites temporais, quando se perderam os pressupostos dessas sínteses globalizantes? (OLINTO, 1996: 37)

A resposta a essa indagação pode encontrar-se na investigação da importância da moldura cognitiva por trás das narrações dos fatos históricos. O mais visível aspecto dessa nova construção do olhar sobre as representações do passado é a percepção dos aspectos narrativos envolvidos na construção da escrita da história. Em linhas gerais, a história na pós-modernidade passaria a ser vista como aquilo que sempre foi, mas constantemente procurou não revelar: mais um discurso, um arranjo narrativo que se organiza a partir de uma série de técnicas e prerrogativas textuais. Linda Hutcheon chama a atenção para esse fato ao afirmar:

A narrativização dos eventos do passado não é velada; os eventos não mais parecem falar por si próprios, mas são mostrados como conscientemente compostos em uma narrativa, cuja ordem construída – não descoberta – é imposta sobre eles, geralmente pela figura narrativa. (...) Isso não nega de forma alguma a existência do passado real, mas chama a atenção no ato de impor ordem àquele passado. (HUTCHEON, 1988: 67)

Se a história está imbuída de um certo grau de narratividade, é inevitável sua ligação com dois aspectos que servem de fundação para a construção narrativa: a subjetividade e a imaginação. Dessa forma, a historiografia do século XIX, aquela que acreditava retratar o que

¹ Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT) nas áreas de Literatura Inglesa e Literatura Norte-americana. Doutor em Letras pela PUC-Rio.

realmente ocorreu, estaria morta. Essa ‘nova história’ se encontraria, portanto, mais próxima do discurso literário.

Estando próxima da narrativa, a história teria seu caráter objetivo estaria em xeque. Haveria um autor por trás das representações de fatos antigos e, assim sendo, a imparcialidade total em retratar aqueles fatos seria praticamente impossível de ser preservada, já que o autor estaria cercado de um conjunto de idéias, pontos de vista, preconceitos e preferências. O historiador inglês Edward Hallet Carr considerou a questão da seguinte forma:

Os fatos da história nunca chegam a nós ‘puros’, desde que eles não existem nem podem existir numa forma pura: eles são sempre refratados através da mente do registrador. Como consequência, quando pegamos um trabalho de história, nossa primeira preocupação não deveria ser com os fatos que ele contém, mas com o historiador que o escreveu. (CARR, 2002: 58).

Similar à subjetividade, mas ainda mais característica, a imaginação está intimamente ligada à narratividade. Um historiador, ao escrever sobre o passado, jamais localiza todas as informações possíveis sobre o fato que procura retratar. Assim sendo, pode vir a se utilizar da imaginação para dar sentido à narrativa que constrói e tornar o passado mais inteligível.

Paul Veyne, que em seu texto *Tudo é histórico, logo a história não existe*, afirma com veemência: “O campo da história é inteiramente indeterminado, com uma única exceção: é preciso que tudo o que nele se inclua tenha realmente acontecido” (VEYNE, 1998: 25). O conhecimento histórico, portanto, é passível de construções narrativas que lhe dão forma e sentido, com o objetivo de fazer o evento do passado se tornar um fato histórico (de acordo com os termos usados por Linda Hutcheon). No entanto, o evento teve existência real no passado e isso independe de sua narrativização.

Assim sendo, há uma diferença clara entre o historiador e o romancista: não importa o quanto ambos coloquem em seus textos a subjetividade que lhes convém, mas o primeiro sempre tem de se reportar a um evento que realmente ocorreu. A forma que ele narra esse evento, todavia, é o que aproxima seu ofício da realização do autor de narrativas literárias.

Considerando-se dessa forma que o passado teve existência real, a primeira impressão que um leitor pode vir a ter é que o historiador estaria (re)construindo o passado, i.e. estaria organizando eventos antigos que estariam a sua disposição para serem utilizados. A tarefa do historiador seria, portanto, reconstruir o passado a um público do presente.

É nessa conjectura que se encontra um dos pontos mais interessantes a respeito da conceitualização dos fatos. O passado realmente existiu, mas até que ponto o escritor o reconstrói? Essa é uma questão central na literatura do escritor norte-americano Philip K. Dick. Em várias de suas obras, Dick deixa clara sua preocupação com a organização do discurso histórico e os perigos que podem vir a ocorrer dada a incompreensão da diferença entre a construção e a reconstrução do passado.

Uma evidência dos questionamentos sobre a natureza do discurso histórico presentes na literatura de Dick é que muitos dos seus romances se dedicam a um dos estilos mais célebres da escrita de ficção científica: a história alternativa. Essa forma literária pode ser definida da seguinte forma:

Uma história alternativa é (...) um trabalho de ficção na qual a história como conhecemos é modificada com um intuito dramático ou irônico. Geralmente, uma história alternativa dramatiza o momento do registro histórico, assim como as conseqüências dessa divergência. (DUNCAN, 2003: 209).

Em seus romances, no entanto, Dick manipula o conceito de história alternativa para tornar para o leitor uma experiência ainda mais vívida de estar sendo apresentado a uma realidade paralela à sua própria. Para tal, o autor estrutura a organização temporal da narrativa de forma que a leitura nunca se concentre apenas no que acontece no ‘presente’ dos acontecimentos do romance, ou no desenrolar ‘futuro’ desses acontecimentos, mas também (e principalmente) no que ocorreu no ‘passado’ do romance que levou àqueles eventos que constroem um enredo historiográfico diferente do factual.

François Furet escreveu que “fazer história é contar uma história” (FURET, s/d: 81) e tal afirmação não poderia ser mais verdadeira para a produção literária de Philip K. Dick. Muitos de seus romances se encontram no limiar entre a narratividade e a historicidade, colocando em questão a percepção da realidade que envolve não só os personagens mas também os leitores de suas obras.

O objeto de estudo da ficção científica em geral, portanto, não é a composição de um futuro intangível e isolado, e sim explicar o presente através de sua relação com os fatos anteriores que lhe deram origem e como esses fatos serão representados em um futuro imaginário. O crítico Adam Roberts salienta que a maioria dos livros de Philip K. Dick “são ambientados num futuro que quase exatamente apresenta o subúrbio americano dos anos 50” (ROBERTS, 2000: 34), o que apenas evidencia o caráter histórico dos romances ditos ‘futuristas’ do autor.

Um desses romances é *The Man in the High Castle*, provavelmente o trabalho do autor que mais explora o tema. Neste livro, Dick extrapola a linha divisória entre as noções de passado, presente e futuro, problematizando a relação entre o ‘acontecido’ e o ‘narrado’ ao revelar a realidade como um simulacro, onde se desenrolam várias outras realidades alternativas.

Em *The Man in the High Castle*, Dick idealiza não apenas um, mas dois romances em que problematiza a discussão construção/ reconstrução/ desconstrução do discurso histórico. Primeiramente, porque realiza uma história paralela, ou seja, está falando de seu próprio tempo que se deu de uma forma diferente porque um fato do passado (nesse caso, a Segunda Guerra Mundial) teve uma resolução distinta. O autor não faz a história do presente, mas coloca esse presente em uma nova perspectiva. Segundo, porque ao inserir um romance paralelo na narrativa – *O Gafanhoto Torna-se Pesado* [*O Gafanhoto Torna-se Pesado*]– o autor realiza de forma metaficcional uma desconstrução não só da história mas da narrativa que a compõe.

O romance aqui se vale de uma das mais características técnicas da narrativa pós-moderna: a metaficção. É possível definir a metaficção da seguinte forma:

Metaficção é um termo dado à escrita ficcional que auto-conscientemente e sistematicamente chama atenção para seu status de artefato com o intuito de questionar a relação entre a ficção e a realidade. Ao fornecer uma crítica aos seus próprios métodos de construção, tais formas de escrita não só examinam as estruturas fundamentais da narrativa de ficção, elas também exploram a possível ficcionalidade do mundo exterior ao texto literário ficcional. (WAUGH, 1990: 2)

Ao criar uma narrativa dentro de outra, portanto, Dick chama atenção para o aspecto de ficcionalidade de *The Man in the High Castle* de forma dupla: ele não apenas cria uma realidade ficcional de certo modo em sintonia com o senso comum, mas também uma encaixada na própria narrativa, oferecendo deste modo um jogo complexo entre uma história-moldura e uma história-emoldurada. O leitor encontra-se, neste processo, no centro dessa estrutura ficcional: primeiramente, como elemento *externo* ao romance, i.e. leitor de uma ficção que pressupõe como paralela à realidade que o rodeia; e, em segundo lugar, como elemento *inserido* no romance, porque ao ler *The Man in the High Castle* ele necessariamente lê *O Gafanhoto Torna-se Pesado* – assim como os personagens criados por Dick.

Dick trata com ironia o aspecto ficcional de seu romance, chegando até mesmo a claramente atestar a não-facturalidade de sua escrita. Um interessante exemplo se dá quando o

americano ‘nativo’ Robert Childan vai jantar na casa do casal japonês Paul e Betty Kasouras. Ao ver *O Gafanhoto Torna-se Pesado* na estante, Robert pergunta se é um livro de mistério. Paul então responde:

‘Pelo contrário, uma forma interessante de ficção possivelmente do gênero de ficção científica.’
‘Oh não,’ Betty discordou. ‘Não há ciência nele. Não se passa no futuro. Ficção científica lida como com o futuro, em particular um futuro onde a ciência está mais avançada do que agora. O livro não se encaixa em nenhuma das duas premissas.’
‘Mas,’ Paul disse, ‘ele lida como o presente alternativo. Muitos romances conhecidos de ficção científica são desse tipo.’(DICK, 1992: 108)

A própria estratégia metaficcional de Dick é abertamente discutida pelos personagens, como se o escritor quisesse que os leitores percebessem que o seu *The Man in the High Castle* desconstrói a realidade ficcionalmente a partir da inserção no mundo ficcional de uma ficção em segundo grau, como ocorre com *O Gafanhoto Torna-se Pesado*.

É interessante notar como o presente ‘real’ do autor influencia o presente ‘ficcional’ do romance. O conflito entre Alemanha e Japão presente em *The Man in the High Castle* funcionaria de forma similar àquela da Guerra Fria, entre Estados Unidos e União Soviética. Mesmo sob uma nova abordagem, o presente não consegue se dissociar de elementos reais. Michel de Certeau afirma que:

Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao *complexo* de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade’ passada. É o *produto* de um *lugar*. (CERTEAU, 1982: 73)

É possível constatar, portanto, que a história de certa forma fala mais sobre a época em que é escrita do que sobre a época que quer retratar. No caso do romance de Dick isso é ainda mais marcado porque o autor não só compõe o passado de forma ficcional, mas também um presente alternativo.

A verdadeira discussão que cabe aqui é se Philip K. Dick está *reescrevendo* a história como a conhecemos ou se está *escrevendo* uma nova história. Para efetuar uma re-escritura da história, é necessário que haja uma história anterior à mesma. Essa história prévia deve ser considerada verdadeira, imutável e objetiva se permite que seja manipulada a tal ponto que atinja o nível de re-escritura. Já a re-escritura histórica seria um trabalho mais próximo do ficcional, repleto de narratividade e da ordenação subjetiva dos eventos do passado.

Se tomarmos essas prerrogativas como verdadeiras, na realidade pouco mudamos o entendimento da história desde o século XIX; ainda estamos no sonambulismo teórico (CERTEAU, 1982: 73) atestado por Michel de Certeau, cujo dogmatismo acaba por nublar as suspeitas sobre o cientificismo que permeia a escrita da história. Ao afirmar que a história é ‘re-escrita’, há de se considerar uma história de caráter ‘verdadeiro’. Para que seja possível um despertar epistemológico (CERTEAU, 1982: 73), é necessário investigar se a história está, de fato, sendo ‘escrita’.

No entanto, é preciso evitar o relativismo histórico de forma demasiada. Pensadores como Baudrillard, por exemplo, acreditam que eventos do passado foram reduzidos a simulacros, (HUTCHEON, 1988: 82) e que a realidade é construída através de textos de forma amplamente subjetiva. Embora existam alguns argumentos válidos nessa suposição, não podemos nos afastar do já mencionado ponto central atestado por Paul Veyne: para a história, é preciso ter ocorrido um fato, não importa a forma em que ele venha a ser construído.

É nessa construção que se encontram as técnicas em comum entre a escrita histórica e a ficcional. Como afirma Veyne, “os historiadores, em cada época, têm a liberdade de recortar a história a seu modo (...) pois a história não possui articulação natural” (VEYNE, 2000: 28) e conclui: “Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página.” (VEYNE, 2000: 18). Torna-se essencial um trabalho baseado na moldura cognitiva do autor para fazer um fato reconhecido como tal, pois só assim ele se torna um fato realmente.

A própria historiografia também é um fenômeno histórico, pois cada época histórica tem sua própria forma de escrever sobre o passado. É principalmente por este motivo que a história é e sempre será uma construção permanente. Caso contrário, um livro sobre a história da revolução francesa, por exemplo, excluiria a necessidade de qualquer outro porque aquele fato já teria sido retratado para um público do presente. No entanto, numa perspectiva pós-moderna, não há uma maneira totalizante de se narrar o passado através da historiografia – ela está sempre em constante construção e reconstrução.

Se a historiografia, portanto, pertence a um momento histórico que marca a sua produção, sua concepção relaciona-se com a noção de historicidade de sua escrita. A historicidade pode ser definida, de forma geral, pela demarcação de um fato histórico localizado em um momento também histórico e único. Em linhas gerais, como um dos

personagens de *The Man in the High Castle* afirma, historicidade é “quando uma coisa possui história” (DICK, 1992: 63). É historicidade que dá um caráter factual ao ato da existência, em oposição à narratividade que envolve o homem; é o que dá valor ao que é antigo pelo mero fato de ser antigo e não por possuir uma qualidade intrínseca – é o que difere um objeto comum de um objeto histórico. Assim, estes artefatos perdem o status de ‘coisa’ por estarem envolvidos em um sentido histórico, i.e., eles fizeram parte de algo que pertenceu ao passado, e portanto, possuem uma historicidade inerente. Jameson define o termo da seguinte forma:

A historicidade, de fato, nem é uma representação do passado, nem uma representação do futuro (ainda que suas várias formas utilizem tais representações): ela pode ser definida, antes de mais nada, como uma percepção do presente como história, isto é, como uma relação com o presente que o desfamiliariza e nos permite aquela distância da imediaticidade que pode ser caracterizada finalmente como uma perspectiva histórica. (JAMESON, 2002: 290)

A questão apontada por Jameson pode ser percebida no mundo alternativo – ficcional – criado por Dick em *The Man in the High Castle*. O romance, como exemplo de uma escrita inserida dentro do gênero da metaficção historiográfica, trabalha de forma auto-reflexiva a produção e a recepção de uma história paradoxalmente histórica e fictícia (HUTCHEON, 1988: 82).

A maioria dos personagens de *The Man in the High Castle* tem uma obsessão por objetos do passado. Não necessariamente pelos objetos possuírem historicidade (isto é, fizeram parte de um evento histórico), mas meramente porque aquele passado encontra-se inatingível, i.e. o objeto é supervalorizado apenas por ser antigo. São armas supostamente usadas na Guerra Civil dos EUA, peças de porcelana, relógios do Mickey Mouse e até coleções de tampas de garrafas de leite – o fetiche do passado se infiltra em qualquer produto, não importa quão aparentemente sem importância ele seja. Por isso, vários dos personagens acumulam, compram e até mesmo ‘produzem’ objetos velhos por diferentes razões.

A valorização dos objetos históricos, contudo, funciona em dois níveis. Primeiramente há de se reconhecer que é algo antigo, ou seja, deve-se estar claro, seja pela aparência, estilo ou por qualquer tipo de evidência que aquele objeto pertenceu a uma época passada. O passado ao qual aquele objeto é relacionado deve, então, ser reconhecível para que se confirme de que forma e porque razão ele tem valor.

A historicidade pode então não estar incluída nos objetos em si, mas no entendimento do indivíduo que decide criar uma narrativa sobre eles. A historiografia sempre foi altamente

dependente de evidências históricas (cartas, documentos e todos os tipos de objetos) porque eles poderiam servir como prova de que um evento realmente aconteceu da forma que o historiador o narrativiza, diferentemente de um romancista que não pressupõe da existência real de um fato para a construção de sua narrativa.

No entanto, o valor histórico dessas relíquias é altamente subjetiva no gênero da ficção científica, porque a história que envolve aqueles objetos apenas existe porque alguém sabe que eles participaram de alguma forma de algum acontecimento histórico. O objeto histórico não pode falar por si – é sempre alguém que conta a história para e por ele, atribuindo-lhe um enredo que constrói um discurso emoldurado por artifícios narrativos. O artefato histórico funciona aqui como o símbolo de um evento do passado anterior à narrativização, que espera ser configurado como fato através do discurso historiográfico. Como afirmou Furet: “o acontecimento, tomado em si próprio, é ininteligível. É como uma pedra que apanho na praia; privada de significação. Para que a adquira, tenho de integrá-la numa rede de acontecimentos, em relação aos quais vai ganhar um sentido.” (FURET, s/d: 82)

Fica latente a preocupação de Dick em relacionar os objetos históricos presentes em *The Man in the High Castle* com a problematização da construção do conhecimento histórico. É possível perceber que o autor se propõe a problematizar o entendimento da história através do que ela teria de aparentemente mais inquestionável: as evidências do passado. Contudo, mesmo essas evidências não servem como acesso direto ao passado, já que são representações através de uma refiguração textual do evento em estado bruto. (HUTCHEON, 1988: 80)

O romance aborda essa discussão de forma interessante quando a busca por objetos anteriores à Segunda Guerra Mundial estimula o mercado de antigüidades a aumentar seus preços. Isso imediatamente contribui para a criação de um mercado negro que consiste em ‘fabricar’ objetos históricos. O processo funciona quando se modifica a aparência de um utensílio qualquer através de atividades químicas, dando-lhe características visuais de uma antigüidade.

Para que isso seja possível, não basta apenas a falsificação por parte do fabricante: é necessária a crença por parte de quem compra de que a cópia é verdadeira. O romance de Dick problematiza, a percepção que indivíduos têm sobre acontecimentos e eventos históricos e a importância que se atribui a tais acontecimentos e eventos. Além disso, o romance aponta para a questão da construção intersubjetiva do passado, ao tocar no tema da falsificação de objetos do passado. Essa questão é explicitamente abordada quando um dos personagens do

romance, proprietário de uma fábrica especializada em falsificar objetos do passado, fala com sua secretária:

‘Esse negócio de historicidade não faz sentido (...) Eu vou provar.’ Levantando-se, ele foi ao escritório e retornou de imediato com dois isqueiros que ele colocou sobre a mesa de centro. ‘Olhe para eles. Parecem iguais, não é? Bem, escute. Um deles tem historicidade (...) Um vale, oh, talvez quarenta ou cinquenta mil dólares no mercado de colecionadores (...) Um desses isqueiros Zippo estava no bolso de Franklin D. Roosevelt quando ele foi assassinado. E um não estava. Um tem historicidade, um monte dela (...) E um não tem nada.’

‘Nossa,’ a garota falou, surpresa. ‘É verdade mesmo? Que ele tinha um desses com ele naquele dia?’

‘É claro. E eu sei qual é. Você entende o que quero dizer. É tudo uma armação; eles estão se enganando. Quero dizer, uma arma passar por uma batalha famosa (...) e é o mesmo que não tivesse passado, *a não ser que você saiba.*’ (DICK, 1992: 63)

A verdade histórica, então, ao ser revelada como um traço característico amplamente parcial, mostra como as evidências do passado permitem ser representadas por infinitas narrativas que podem ser contadas dependendo do arcabouço cognitivo de quem as narra. Dessa forma, os vários enredos que podem ser organizados a partir da percepção da historicidade em objetos antigos funcionam de forma análoga à criação de um romance – de acordo com o próprio Dick, até mesmo um romance de ficção científica:

Nós, como escritores de ficção científica, vemos constantemente vários objetos como pistas para outros universos, outras sociedades (...) ‘Essa rocha’, diz o provérbio, ‘poderia contar várias histórias, de batalhas ocorridas aqui, ou de feitos acontecidos e agora esquecidos, *se pudesse falar.*’ O escritor de ficção científica sente aquela história, ou várias histórias a partir das pistas da realidade tangível ao seu redor, e faz o resto; ele fala pelos objetos, pelas pistas. (DICK, 1995: 73)

Considerando essa perspectiva, é importante atentar para duas diferenças que são cruciais nos processos de escrita das duas formas de produção narrativa: primeiramente, o escritor de ficção científica geralmente situa as narrativas construídas em tempos históricos futuros, usando-as como construções exemplos metafóricos ou formas de alerta para a sociedade presente, algo impensável para um historiador; e em segundo lugar, o historiador precisa se reportar aos fatos, enquanto o escritor de ficção científica não tem esse compromisso e pode desenvolver livremente seus mundos ficcionais.

Mas se é possível criar um enredo a partir de fatos históricos ocorridos ou projetados, o que dizer de uma narrativa inserida dentro de outra? Em *The Man in the High Castle*, Philip K. Dick articula uma narrativa paralela à sua própria chamada *O Gafanhoto Torna-se Pesado*. Nesse livro, escrito pelo personagem Hawthorne Abendsen (o ‘homem do castelo alto’ do

título), o Japão e a Alemanha saem derrotados da Segunda Guerra Mundial e os Estados Unidos, vitoriosos, tornam-se uma espécie de utopia.

A princípio, portanto, o romance usaria de duas estratégias ficcionais concorrentes – a construção de uma história alternativa e também metaficcional – para legitimar a realidade do leitor, já que o universo do romance *O Gafanhoto Torna-se Pesado* é apresentado como ‘verdadeiro’. Dick, contudo, desestabiliza essas expectativas ao revelar que o mundo descrito no romance do personagem-narrador Hawthorne Abendsen não expressa necessariamente o ‘real’. Esse efeito decorre do fato de a realidade apresentada em *O Gafanhoto Torna-se Pesado* mesclar vários elementos característicos de um romance utópico: as nações soberanas vivem num estado pacífico constante, a intolerância e o preconceito foram erradicados e a televisão, por exemplo, tem um papel fundamental na educação das massas.

Neste sentido Dick constrói uma utopia (*O Gafanhoto Torna-se Pesado*) dentro de uma distopia (*The Man in the High Castle*). E mesmo que essa utopia guarde características parecidas com a realidade do leitor (como o fato da derrota do Eixo na Segunda Guerra), uma leitura atenta acentua a diferença entre essa construção metaficcional e a factualidade de mundos reais.

Em resumo, Philip K. Dick discute em *The Man in the High Castle* até que ponto é possível narrar os acontecimentos da história já que, primeiramente, não é possível ‘reconstruir’ a história sem, ao mesmo tempo, ‘construir’ os eventos com ela relacionados. A história no caso pode ser legitimada em sua existência objetiva exterior e anterior a sua transformação escrita pelo ato narrativo que resulta na construção dos eventos daquele passado.

BIBLIOGRAFIA:

- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Antropos, 1991.
- CARR, Edward Hallet. **Que é História?** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: _____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- DICK, Philip K. **The Man in the High Castle**. New York: Vintage, 1992.
- DUNCAN, Andy. “Alternate history” In: JAMES, Edward & MENDLESOHN, Farah (ed). **The Cambridge Companion to Science Fiction**. London: Cambridge University Press, 2003, p.209-218

- FURET, François. “Da história-narrativa à história problema”. In: **A Oficina da história**. Lisboa: Gradiva, s/d, p.81-98.
- HUTCHEON, Linda. **The Politics of Postmodernism**. New York: Routledge, 1988.
- JAMESON, Fredric **Pós-Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. São Paulo: Ática, 2002.
- OLINTO, Heidrun Krieger. “Interesses e paixões: histórias de literatura”. In: OLINTO, Heidrun Krieger (org.). **Histórias de Literatura. As novas teorias alemãs**. São Paulo: Ática, 1996, p.15-45.
- ROBERTS, Adam. **Science Fiction**. New York: Routledge, 2000.
- SUTIN, Lawrence (ed.) **The Shifting Realities of Philip K. Dick**. New York: Vintage, 1995.
- VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História e Foucault Revoluciona a História**. Brasília: UnB, 1998.
- WAUGH, Patricia. **Metafiction**. London: Routledge, 1990.
- WHITE, Hayden. **The Content of the Form**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

Imaginação e história em Bachelard: entre o olho e a mão

André Fabiano Voigt*

Tratar da criação do conceito de imaginação no pensamento do filósofo francês Gaston Bachelard pode parecer um tema bastante estranho a uma problemática de pesquisa em história. No entanto, pode-se afirmar que há um debate em curso, desde meados do século XX, a respeito da relação entre imaginação e história.¹ Além disso, a obra de Bachelard acerca da imaginação ainda é tratada marginalmente na produção historiográfica sobre o assunto, figurando poucos trabalhos que o usam como referência para pensar a escrita da história.²

Em primeiro lugar, é necessário admitir que, para realizar a ampla tarefa de articular a construção conceitual de imaginação em Bachelard à reflexão sobre a prática historiadora nas últimas décadas, precisa-se fazer uma análise profunda da própria obra do filósofo francês, de modo a encontrar os principais elementos de seus trabalhos que apontem para uma aproximação dialógica entre a imaginação e as maneiras de pensar a história na atualidade. Este seria, portanto, um primeiro ensaio de busca dos elementos mais marcantes na obra bachelardiana acerca da imaginação, de modo a concatená-los com as mudanças recentes nas formas de escrever a história, sobretudo após o movimento iniciado com a revista *Annales*, na década de 1930 na França.

Gaston Bachelard iniciou sua produção acadêmica na primeira metade do século XX, época que se distingue pela renovação científica de várias áreas do conhecimento. A psicanálise freudiana, a fenomenologia husserliana, a teoria da relatividade einsteiniana, o combate à psicofísica de Fechner são significativas expressões de crítica ao cientificismo positivista da última metade do século XIX, cujas reflexões teóricas procuraram, de um modo geral, retomar a relevância da psique humana na percepção da realidade, em resposta às tendências quantificadoras e empiristas do século anterior. Bachelard, então, faz parte desta

* Professor Adjunto do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (INHIS/UFU), Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

¹ Acerca deste debate, ver, dentre outros: RICOEUR, 1994-1997; RICOEUR, 2007; LIMA, 2006; DOSSE, 2003; WHITE, 1994; WHITE, 1995; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007.

² Ver, por exemplo, o trabalho de Hayden White, intitulado *Meta-História*, que foi amplamente criticado à época de sua publicação (1973) e posteriormente. (WHITE, 1995).

movimentação no meio acadêmico europeu e estadunidense em crítica ao cientificismo oitocentista.

Henri Bergson, por exemplo, é um filósofo que discute a fluidez do pensamento e sua mutabilidade na duração, em crítica às análises empiristas, as quais tratam sempre de realidades tomadas estaticamente que, de modo fragmentário, são colocadas em conjunto para compor uma unidade do real. Os conceitos, para Bergson, representam apenas a “sombra de um corpo” (BERGSON, 2006: 183-234). Bachelard, como leitor de Bergson, retoma seus argumentos, criticando-os em vários pontos, mas mantendo alguns aspectos de sua crítica estabelecida ao empirismo cientificista.

No início de sua produção acadêmica, Bachelard realizou estudos de epistemologia e história das ciências e, ao longo de sua vida, começou a se dedicar ao estudo da imaginação na literatura e na filosofia. Seu primeiro livro é uma ponte entre os dois temas, intitulado *A Psicanálise do Fogo* (1937), quando procura criticar a objetividade científica com o argumento do abandono dos estudos acerca do fogo na ciência contemporânea, relegando-os a uma região não-científica (BACHELARD, 2008). A partir deste livro, o autor dedica-se cada vez mais ao tema da imaginação em sua obra.

Mas, o que é a imaginação na obra de Bachelard? Embora o autor não faça uma definição concisa, pode-se salientar inicialmente que a imaginação material bachelardiana não é entendida como uma faculdade que tão-somente reproduz imagens da realidade, mas que cria imagens que superam a realidade. Em *A Água e os Sonhos*, afirma que

A imaginação não é, como sugere a etimologia, a faculdade de formar imagens da realidade; é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade, que cantam a realidade. [...] A imaginação inventa mais que coisas e dramas; inventa vida nova, inventa mente nova; [...] (BACHELARD, 1997: 17-18).

Com afirmações deste tipo, Bachelard questiona uma tradição intelectual secular, inspirada em Platão, que entende a imaginação como a formação de simulacros, de falsas imagens ou de segunda mão.³ A preocupação moral-platônica com a verdade permitiu construir uma oposição abrupta entre mito e logos, entre história e poesia, assim como entre ciência e arte. Devolvendo à imaginação sua potência criadora, Bachelard pretende colocá-la

³ No diálogo *O Sofista*, de Platão, a fabricação de imagens, neste diálogo platônico, são enquadradas como cópias ou simulacros. Seja na pintura, seja no discurso, as imagens são “imitações e homônimos das realidades” (234b), ou ainda, especificamente no uso de técnicas de discurso, as imagens verbais dos sofistas dariam aos jovens a “ilusão de ser verdadeiro tudo o que ouvem” (234c). Boa parcela do pensamento cristão, nos séculos seguintes a Platão, seguiu a preocupação platônica com a oposição verdade/imagem, relegando as artes imitativas (pintura, poesia, etc.) a um plano inferior (PLATÃO, 1972: 159-160).

em conjunto com a razão, oportunizando um encontro entre o surrealismo – que enfatizaram a relevância do onírico para a criação artística – e o raciocínio científico, formando um *surracionalismo*, que multiplicaria as ocasiões de pensar e devolveria à sensibilidade e à razão sua fluidez (BACHELARD, 1972: 7-8).

O filósofo francês abre caminhos, deste modo, para pensar simultaneamente a invenção dos fenômenos – inclusive os científicos – e a presença ativa da imaginação no processo inventivo dos mesmos. Embora haja uma tradição que atribua a Bachelard uma cisão entre o filósofo “diurno” – epistemólogo estudioso da história das ciências, que pretende anular as imagens da ciência – e o filósofo “noturno”⁴ – que trata da imaginação poética, do devaneio e da criação artística – pode-se aproximar ambos em um amplo questionamento da razão instrumental essencialmente ocularista.⁵

Georges Canguilhem, em artigo que homenageia Bachelard, chama-o de “filósofo concordatário”, ao estar ligado à razão e à imaginação – assim como à ciência e à poesia – sem ser maniqueísta: “Quando ele produz os arquétipos latentes da imaginação imaginante, fomentando pela razão, isto é, contra ela, os obstáculos da ciência, as objeções à ciência, Bachelard não se faz de advogado do diabo, ele se faz de cúmplice do Criador” (CANGUILHEM, 1972: 47-56).

Este aspecto do pensamento bachelardiano é notável, sobretudo, em seu debate realizado nos livros *Ensaio sobre o conhecimento aproximado*, *A Água e os Sonhos* e no artigo *Matéria e Mão*. No primeiro livro, pertencente à obra “diurna” do autor, afirma que a essência da realidade é sua resistência ao conhecimento, dando a todo ato de conhecer um caráter inacabado: “O ato de conhecimento não é um ato pleno. Se é realizado com facilidade é porque se desenvolve num plano irreal. Essa irrealidade é o preço de sua facilidade.” (BACHELARD, 2004: 17). Além disso, sustenta que a tarefa científica de descrever um fenômeno mostra-se sempre imperfeita, sendo necessário voltar ao concreto, uma vez que a primeira abstração se afastou do fenômeno. (BACHELARD, 2004: 14).

Já no segundo livro, pertencente à obra “noturna”, faz uma crítica à centralidade da visão como caminho ao conhecimento:

Uma mão ociosa e acariciante que percorre linhas bem feitas, que inspeciona um trabalho concluído, pode ficar encantada com uma geometria fácil. Ela conduz a uma

⁴ Vide: LECOURT, 1974; JAPIASSÚ, 1976.

⁵ A discussão sobre o tema do “vício de ocularidade” da ciência empírica moderna é realizada por José Américo Motta Pessanha, em seu valioso artigo acerca da imaginação em Bachelard (BACHELARD, 1991: v-xxxii).

filosofia de um filósofo que vê o operário trabalhar. No reino da estética, essa visualização do trabalho concluído leva naturalmente à supremacia da imaginação formal. Ao contrário, a mão trabalhadora e imperiosa aprende a dinamogenia essencial do real ao trabalhar uma matéria que, ao mesmo tempo, resiste e cede como uma carne amante e rebelde (BACHELARD, 1997: 14).

É possível notar em Bachelard uma divisão que o autor estabelece entre a *imaginação formal* – reprodutora da realidade, essencialmente ocularista e que despreza a força criadora – e a *imaginação material*, que não está centrada na ocularidade, mas na articulação entre o olho e a mão. Assim, o filósofo francês propõe um conceito de imaginação que não a reduz à categoria de mera subsidiária da percepção, formando imagens sempre secundárias, irreais ou falsas. A imaginação bachelardiana cria novas formas, inventa uma vida nova, dá a importância devida à criação humana como maneira de escapar as amarras do idealismo formal – o qual cristaliza a realidade em quadros descritivos sem conexão com a realidade. A criação artística, que nunca abdicou do trabalho manual de seu criador, pode trazer muitos elementos concretos para pensar a realidade, em contraponto ao pensamento científico, que se afastou bastante do contato direto com a matéria.

A articulação entre olho e mão também se faz presente no artigo *Matéria e Mão*, publicado em 1949 e compilado no livro póstumo *O direito de sonhar*: “Não é somente o olho que segue os traços da imagem, pois à imagem visual é associada uma imagem manual e é essa imagem manual que verdadeiramente desperta em nós o ser ativo. Toda mão é consciência da ação” (BACHELARD, 1991: 53).

Os trabalhos do artista plástico, do desenhista e do poeta encontram, enfim, seu cruzamento entre a atividade ocular e a manual. Não há uma hierarquia precisa entre o olho e a mão no processo de criação, de produção de sentido. O próprio ofício do historiador, após ler documentos, abrir arquivos, copiar dados, colher depoimentos, é o trabalho de composição de um *texto*; é uma *poiesis*, um fazer que articula olho e mão na produção de um sentido acerca dos eventos humanos. A descrição dos fatos “tal como eles aconteceram” (*wie es eigentlich gewesen*) também implica em um trabalho manual de construção textual, sempre incompleto. No entanto, apenas se valorizou – na tradição historiográfica inspirada nos historiadores da Antiguidade clássica – o ato de testemunhar com o próprio *olhar* as fontes de

seu trabalho,⁶ sem dar a devida relevância ao papel *demiúrgico* do historiador, que nunca prescindiu de seu trabalho *manual* para a construção da narrativa histórica.

A partir de suas reflexões sobre a ciência e a poesia, na combinação entre olho e mão, Bachelard retoma um aspecto relevante do pensamento dos filósofos pré-socráticos, sobretudo Anaxágoras e Empédocles.

Anaxágoras, que teria afirmado que o homem é o mais prudente dos animais por possuir mãos,⁷ foi criticado por Aristóteles em seu livro *Das partes dos animais*, contrapondo a argumentação anterior, atribuindo à prudência humana o fato do homem poder tomar as coisas com as mãos, e não o contrário. Bachelard, desta forma, retoma a questão da importância das mãos na constituição do que é humano, em relação aos outros animais, em contraponto à ocularidade aristotélica.

A inspiração bachelardiana no argumento de Empédocles está na referência aos quatro elementos – fogo, ar, terra e água, correspondentes a Zeus, Hera, Adoneus (Hades) e Néstis, respectivamente – na composição de todas as coisas.⁸ Vera Lucia Felicio, em trabalho acerca da imaginação em Bachelard, defende que os quatro elementos “apresentam-se como uma síntese entre a epistemologia e a poética bachelardiana” (FELICIO, 1994: 1). Se, para Empédocles, a combinação dos diferentes elementos seria responsável pela formação de todas as coisas, o filósofo francês retoma os quatro elementos como *potências poéticas*, responsáveis pela produção literária, artística e filosófica de muitos autores ocidentais. Novamente em seu livro *A Psicanálise do Fogo*, por exemplo, demonstra a dificuldade em situar este elemento isoladamente no campo científico ou no campo poético:

Quando perguntamos a pessoas cultas, cientistas inclusive, como fiz diversas vezes, ‘O que é o fogo?’, recebemos respostas vagas ou tautológicas que repetem inconscientemente as teorias filosóficas mais antigas e mais quiméricas. A razão disso é que a questão foi colocada numa zona objetiva impura, em que se misturam as intuições pessoais e as experiências científicas (BACHELARD, 2008: 3).

Destarte, a invocação dos quatro elementos é a demonstração de um nó górdio no pensamento racionalista ocidental, o qual não foi desatado pela investigação científica, mas, simplesmente, relegado a uma área não-científica, por sua incapacidade de resolução pelas

⁶ A prevalência da visão sobre os outros sentidos é uma partilha que inaugura toda uma tradição acerca da escrita da história, efetuada a partir de um debate atualizado das preferências de Heródoto e de Tucídides quanto à confiabilidade de suas fontes (HARTOG, 1999: 273-314).

⁷ Fragmento 102 Diels (DIELS; KRANZ, 1906: 312). Tradução nossa.

⁸ Fragmento 6 Diels (DIELS; KRANZ, 1906: 175). Tradução nossa.

vias formais de conhecimento. No entanto, a retomada desta questão pode apontar outros caminhos para o pensar, quiçá dentro da proposta surracionalista bachelardiana.

A partir desta questão, pode-se situar a importância da função do *irreal* na percepção da realidade: “Um ser privado da função do irreal é um neurótico, tanto como o ser privado da função do real” (BACHELARD, 1990: 7). Desta maneira, o irreal e o real formam duas partes de uma mesma ação, que é a *produção de sentido*.

Assim, a ficção (*fictio*) – entendida não como mentira, mas como produção de sentido – é resultado da combinação entre real e irreal, entre ciência e poesia, entre o olho e a mão. *Fictio*, em latim, significa ficção, fingimento, mas também significa formação, criação; da mesma forma, o *fictor* é um escultor, modelador, além de autor, criador, artífice das palavras. (FARIA, 1962: 397). Pode-se notar como, no próprio vocabulário latino, a palavra ficção tem sido tomada pelo sentido da tradição platônica e posteriormente cristã, atribuindo-lhe o caráter de mentira, fingimento, irrealidade, em detrimento do sentido de potência criadora. A articulação entre olho e mão também é parte constituinte do sentido criador de ficção – incluindo a arte de concatenar palavras – esquecida na interpretação moralizadora a ela atribuída.

Se for transportada esta questão para a escrita da história na atualidade, é possível aproximar a revalorização da imaginação como faculdade presente nos processos intelectuais ao que Jacques Rancière chama de “revolução histórica” (RANCIÈRE, 1994: 14), ou ainda de “revolução estética” (RANCIÈRE, 2005: 54), na qual a história passa por grandes mudanças em seu escopo teórico-metodológico. A inscrição do sentido na materialidade geográfica, a “geografização do sentido” (RANCIÈRE, 1995: 222) – atribuída a partir dos escritos de Michelet e reativada por historiadores da chamada “nova história”, como Lucien Febvre e Fernand Braudel – confere uma inscrição das palavras na *matéria*, em seus arranjos e invenções textuais, em sua *construção de sentido*.

Neste ínterim, Rancière afirma que a fronteira entre a razão das ficções e a razão dos fatos torna-se indefinida, mas não se trata de reduzir a realidade histórica a “ficções”, mas de separar a idéia de ficção da idéia de mentira – dissociação esta que define o regime representativo das artes, de modo que não se produzam simulacros, mas estruturas inteligíveis (RANCIÈRE, 2005: 53-54). Rancière vai mais além, afirmando que:

Não se trata de dizer que tudo é ficção. Trata-se de constatar que a ficção da era estética definiu modelos de conexão entre a apresentação dos fatos e formas de inteligibilidade que tornam indefinida a fronteira entre a razão dos fatos e razão da

ficção, e que esses modos de conexão foram retomados pelos historiadores e analistas da realidade social. [...] A política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem ‘ficções’, isto é, rearranjos *materiais* dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer (RANCIÈRE, 2005: 58-59).

Há, nesta consideração de Rancière, uma importante observação: a ficção trata de arranjar a *matéria*, construir sentidos, criar mundos possíveis a partir das palavras e sua relação com as coisas, através das imagens e suas possibilidades. Ela não trata de mundos irreais, fantásticos ou mentirosos; trata de aliar o real ao possível, em contato direto com a materialidade produzida pelas palavras e imagens. Tanto a arte como a política, tanto a poesia como a história, produzem sentidos, constroem “ficções” *na* realidade, não se distanciam dela.

Assim, as considerações bachelardianas acerca da imaginação podem desempenhar um relevante papel em repensar a história e o próprio ofício do historiador, tornando possível a constituição de novas materialidades na narrativa histórica que não sejam meras subsidiárias da ocularidade.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História**. A arte de inventar o passado. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A Água e os Sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BACHELARD, Gaston. **A Psicanálise do Fogo**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BACHELARD, Gaston. **A Terra e os devaneios da Vontade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BACHELARD, Gaston. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BACHELARD, Gaston. **L’Engagement Rationaliste**. Paris: PUF, 1972.

BACHELARD, Gaston. **O Ar e os Sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BACHELARD, Gaston. **O Direito de Sonhar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

BERGSON, Henri. **O Pensamento e o Movente**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CANGUILHEM, Georges. Sobre uma epistemologia concordatária. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 47-56, jan.-mar. 1972.

DIELS, Hermann; KRANZ, Walther. **Die Fragmente der Vorsokratiker**. Vol. 1. Berlin: Weidmann, 1906.

DOSSE, François. **A História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FARIA, Ernesto (org.). **Dicionário Escolar Latino-Português**. Rio de Janeiro: MEC, 1962.

FELICIO, Vera Lucia G. **A Imaginação Simbólica nos Quatro Elementos Bachelardianos**. São Paulo: EDUSP, 1994.

HARTOG, François. O olho e o ouvido. In: _____. **O Espelho de Heródoto**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. p. 273-314.

JAPIASSÚ, Hilton. **Para ler Bachelard**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

LECOURT, Dominique. **Bachelard, le jour et la nuit**. Paris: Grasset, 1974

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PLATÃO. **Diálogos**. São Paulo: Abril Cultural, 1972 (Coleção Os Pensadores).

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do Sensível: estética e política**. São Paulo: EXO/Ed. 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **Os Nomes da História: um ensaio de poética do saber**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papirus, 1994-1997. 3 v.

WHITE, Hayden. **Meta-História: A imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1995.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: EDUSP, 1994.

História e discurso em Michel Foucault

André Luiz Joanilho*

Mariângela Peccioli Galli Joanilho**

Resumo: Entre os anos sessenta e oitenta do século XX, no Brasil, Michel Foucault apareceu como um autor original que permitia colocar em cheque todas as formas de poder, inclusive a da esquerda universitária. Para muitos, este intelectual surgiu como aquele que questionou no detalhe as astúcias do poder e da sujeição. Poderíamos dizer que ele construiu um método? Esta é a questão fundamental que orientará as nossas discussões no presente artigo. De modo geral, encetaremos uma reflexão sobre alguns conceitos e procedimentos deste autor e as suas conseqüências quando se pensa sobre história e o discurso.

A produção intelectual de Michel Foucault seduziu toda uma geração de estudantes e de jovens professores no Brasil nos anos setenta e oitenta. Muitos trabalhos foram feitos a partir do que se entendia por “método foucaultiano” e, desde então, *relações de poder, vigilância, saber, arqueologia, genealogia, sujeito*, foram algumas das palavras incorporadas ao cotidiano das Ciências Humanas. Parte da sedução se deveu a uma busca por padrões explicativos da sociedade que superassem o marxismo vulgar praticado nos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, buscou-se também questionar o caráter autoritário da nossa sociedade.

Era uma época de muitos sonhos. Jovens circulavam pelos campi à procura de respostas para suas contestações. Brindavam os novos tempos e rejeitavam o que consideravam velho e ultrapassado. Nas faculdades e institutos de estudos em Ciências Humanas, as roupas, os cabelos denunciavam as expectativas e esperanças de mudar o país. As tendências políticas no meio universitário disputavam espaços e mentes. No meio da efervescência, deslizavam algumas alternativas de compreensão da sociedade, ou seja, formas de entender e agir que não estavam, para os jovens, inscritas nas fórmulas políticas herdadas dos anos sessenta. Entre estas alternativas, Foucault apareceu como um autor original que permitia colocar em xeque todas as formas de poder, inclusive a da esquerda universitária. Para muitos, este intelectual surgiu como aquele que questionou no detalhe as astúcias do

* - Professor de História Contemporânea e Cultural do Depto. História da Universidade Estadual de Londrina – UEL – 86020-420 – Londrina – Paraná – alj@uel.br

** - Professora de Linguística do Depto. de Letras Vernáculas da Universidade Estadual de Londrina – UEL – mgalli@uel.br

poder e da sujeição. Não era mais um poder contra outro, mas o não-poder, pelo menos era assim lido, alimentando tendências anarquistas de muitos estudantes e também de muitos professores universitários.

O passo seguinte foi uma produção acadêmica tentando tomar por base um “método foucaultiano”. Hoje, no entanto, poderíamos dizer que ele existe? Os trabalhos produzidos sob esta égide se sustentam, especialmente, os de História?

Antes de respondermos a estas questões ou mesmo pensarmos se foi certo ou errado o método, se eram bons ou maus trabalhos, devemos questionar se existia a possibilidade de fazer os trabalhos de acordo com esta ótica. Vários intelectuais dedicaram parte de suas atividades à crítica do “foucaultianismo” que grassava nos campi. Não se achava possível levar as suas proposições para a análise histórica. Uma das críticas sérias (muitas não tinham a mínima relevância) era a de que o trabalho de Foucault não privilegiava a pesquisa exaustiva sobre determinado assunto (prisões, sexualidade, por exemplo), deixando lacunas na sua explicação.

Ora, pensando do ponto de vista do historiador acostumado ao trabalho de busca de fontes que se confirmam, isto é bem plausível. De fato, Foucault de modo algum buscou exaurir as fontes em relação aos objetos sobre os quais se dedicava, ou pelos menos, sequer tentou a confirmação sistemática dos dados que utilizava no sentido tradicional (CERTEAU, 1987, HUNT, 1992).

É justamente aqui que reside uma primeira dificuldade dos historiadores em relação ao autor. A pesquisa que Michel Foucault empreende não se assemelha, em nada, aos métodos usuais. O historiador busca a referência pela exaustão (pelo menos é assim que deveria funcionar), isto é, a pesquisa sobre determinado assunto ou acontecimento tem de ser confirmada pelas fontes. Um exemplo simples: para estabelecer se existia um tipo específico de racismo na elite da Primeira República, o pesquisador deve demonstrar que o fato se repete em vários documentos e em várias situações parecidas, é o princípio da exaustão.

O fato isolado, o documento único é perturbador. Turva a imagem de si que o historiador porta. A falta de confirmação é o vazio existencial do pesquisador, pois nada lhe deixa senão dúvidas.

Não obstante, o trabalho em História consiste justamente na possibilidade de condensar o que seria isolado, juntar fios soltos, urdir o tecido social que se despedaça pelo tempo que passa. Enfim, estabelecer linhas temporais que restituam o contínuo da sociedade,

buscando incessantemente uma identidade que estaria se construindo ao longo dos séculos. Não existe degredo, perda, esquecimento, desvio que não possam ser trazidos à luz, que a narrativa não possa tornar visíveis e retorná-los ao contínuo da sociedade. O projeto do discurso histórico é garantir a permanência do passado para que nele nos reconheçamos.

Neste trabalho do historiador, percebe-se que o passado será restituído pela utilização exaustiva das fontes, pela sua condensação na forma de narrativa. Este método podemos chamar de densidade. Uma fonte só é válida se é densa, melhor, se é confirmada pela exaustão (nada relacionado com a descrição densa de Clifford Geertz).

Para este método, o que é raro é praticamente descartado. A raridade é ruído no trabalho de exaustão, pois não se confirma, não serve para a explicação, não ajuda no entendimento, não auxilia nas respostas.

A segunda dificuldade reside no problema do sujeito. Em História é fundamental o sujeito produtor de determinado documento (vamos entender documento num sentido bem amplo). É-lhe estranha a idéia de um texto, uma imagem, um resquício arqueológico não possuir “autor”, uma identificação clara e precisa para afastar definitivamente qualquer possibilidade de perturbação. A não existência de uma autoria ou de um autor não faz parte do horizonte do pesquisador e do que almejamos enquanto explicação histórica. Daí o esforço nas pesquisas em caracterizar um documento qualquer a partir do autor (situação social, lugar da produção, legitimidade, propriedade da produção, importância, etc.)

Sendo assim, a pesquisa parte das seguintes questões: *por quê?* e *quem?* isto é, pergunta-se pelos motivos de um acontecimento e pelos responsáveis, sendo através deles que se define o sentido, que será celebrado no momento da narrativa. Garante-se, com isso, a coerência dos acontecimentos (a coesão fica por conta do historiador), a sua linha de eventos e o sentido para eles.

Estas duas dificuldades denunciam a vontade de muitos historiadores de afastar a incômoda presença de Michel Foucault das Ciências Humanas. Um fantasma que assombra os preceitos, as certezas e as verdades produzidas nas teses, nos artigos, nos livros. Um ruído permanente nas salas de leitura das bibliotecas. Uma zombaria que nos incomoda.

Mas, além do riso foucaultiano, poderíamos dizer que ele construiu um método? Existiria uma incompatibilidade irreduzível entre as proposições de Foucault e a pesquisa histórica?

A primeira questão pode ser respondida rapidamente: não há um método foucaultiano (HUNT, 1992: 13). Porém, para a segunda questão, poder-se-ia dizer que não há uma incompatibilidade entre as preposições e a pesquisa, se partimos de outro lugar.

Podemos tentar seguir algumas pistas na obra de Foucault e, a partir delas, inferir que ele tem um método; no entanto, isto seria feito a despeito do próprio autor que fazia questão de dizer que não o tinha. Em vários momentos, ele se definiu simplesmente como um leitor (CHARTIER, 1998: 191), isto é, alguém que seguia os textos, que lia movido por uma curiosidade insaciável. Porém ele podia ser definido como um leitor especial, pois enquanto tal, não se cansava de criar seus próprios instrumentos de análise, de interpretação de cada tipo de leitura que empreendia.

Não aceitava as insuportáveis certezas que se impunham sobre os indivíduos (talvez as pessoas pudessem ser mais simples e não ter de carregar o fardo ontológico da existência, existimos e nossas crenças são provisórias, pronto!). E esta incredulidade o levava a buscar em suas leituras o lugar do aparecimento das verdades.

Mas, se fosse só isso, em nada ele se diferenciaria do que já tinha sido executado desde Hegel: a crítica do conhecimento produzido pelo ocidente. Seu “método” de leitura levou-o à própria construção do conhecimento, para a sua epistemologia e, mais ainda, para correlações que tornam possível não só o estabelecimento de uma verdade científica como também as regras de sua formação e, mais além, a constituição da trama em torno do saber: as relações de poder.

Podemos compreender alguns dos instrumentos criados por Foucault. Retomemos a questão da raridade (VEYNE, 1982: 162-163). Vamos entendê-la como um ruído que emerge de um fundo sonoro, isto é, numa determinada série, por exemplo, a ciência, temos um acontecimento, um gesto, um discurso que destoa do conjunto precedente. O historiador tem sempre a tendência de identificá-lo com as mudanças históricas que devem ocorrer nessa série: a correção de um erro; uma nova descoberta; uma nova formulação, um acidente numa experiência, e assim por diante, desde que ruídos posteriores confirmem o primeiro. Se tomarmos esse ruído como tal, efetivamente chegaremos à conclusão semelhante, ou seja, existe um *continuun*, ciência, que de tempos em tempos sofre uma lenta mutação e, neste caso, para melhor.

Este procedimento pode ser observado em outras séries: política; gênero; direito; medicalização; sexualidade; movimento operário; enfim, todos os campos que a história pode

abarcam, mesmo tendo de buscar em outras disciplinas as ferramentas de análise. Assim, o ruído não é estranho, faz parte do jogo de mudanças cronológicas das séries, ou seja, uma filosofia da história.

Porém, para Foucault, o ruído é raro, ou melhor, “é, certamente, uma coisa bem curiosa, bem digna de atenção dos filósofos, essa capacidade que os homens têm de ignorar seus limites, sua *falta de densidade*, de não ver que há um vazio em torno deles, de se acreditarem, a cada vez, instalados na plenitude da razão” (VEYNE, 1982: 162). Os atos são raros. Mas, apesar disso podemos identificá-los nas séries. A questão são as correlações que geralmente acompanham esses atos, ou melhor, verificar se raridades aparecem em séries correlatas.

Esta rarefação está justamente nos enunciados que informam as falas, ou seja, existe, diagonalmente um enunciado específico que trata mais dos que são feitos e de como devem ser os indivíduos. Não se trata de reprimir ou impor uma ideologia do que é bom. Logo, ao serem colocadas em correlação, as falas poderão constituir uma formação discursiva, um modo de compreender e agir sobre os indivíduos: um discurso e uma prática.

De um lugar ao outro um vazio, ou melhor, um campo aberto que, neste caso, confirma as noções acerca dos indivíduos e também de seus corpos. Corpos dóceis, para utilizar a expressão de Foucault.

Ora, os sujeitos que assim enunciam são os sujeitos do discurso? Eles não ocupam lugares discursivos que outros também ocupam? Quem foi o primeiro a enunciar? Questões que a história faria com total tranquilidade. No entanto, seria possível encontrar quem construiu tal noção sobre os indivíduos? Se partirmos de uma única série, pedagogia, por exemplo, talvez haja a possibilidade de encontrar os fundadores de uma nova prática pedagógica e também de estabelecer um *continuum*. Porém, se estamos traçando uma prática discursiva, há a necessidade de alterarmos a idéia de sujeito fundador e adquirirmos a noção de “emergência” utilizada por Foucault no texto “Nietzsche, a genealogia e a história” (FOUCAULT, 1979).

Desta forma, num determinado momento emerge uma noção sobre os indivíduos que se tornam práticas sociais. É justamente aqui que a narrativa tradicional não consegue a sua entrada, pois a dispersão dos enunciados não permite uma perfeita condensação ou “densificação” no levantamento do material a ser pesquisado e, conseqüentemente, da sua constituição enquanto narrativa, pois uma formação discursiva não passa necessariamente

pelo sujeito enunciador. São discursos que podem ser ocupados por vários sujeitos, sem serem feitas referências específicas a eles, ou seja, os enunciados não são exatamente aqueles ditos, mas aqueles aos quais se referem, no caso, o indivíduo.

Também é preciso compreender que de uma prática discursiva à outra não é possível utilizar os instrumentos tradicionais do historiador que busca numa série as transformações ocorridas e suas causas.

Desta forma, podemos entender que “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 1986: 112). O que nos aponta para a “intromissão” de enunciados em determinadas formações discursivas, no nosso caso, sobre o indivíduo possuir ou não marcas internas. Isto não quer dizer que ao localizar enunciados nas margens de outros se produz uma nova instância contextual. Foucault não queria achar um novo contexto do discurso, mas a trama das séries. Ela é perceptível pela marca que traz sobre os sujeitos e “não há enunciado que, de uma forma ou de outra não atualize outros enunciados” (FOUCAULT, 1986: 113)

Assim, a questão da busca da verdade por trás dos discursos está descartada. A verdade não estaria repousando serenamente sob um mundo em ebulição. Ela é produto das práticas discursivas, fruto dos embates em torno da própria verdade. Poderíamos dizer que ela é imaginária – com toda a carga conceitual da palavra.

Os enunciados e, conseqüentemente, as formações discursivas, antes de serem formas de linguagem, são resultados de lutas de um saber ou de saberes, que se quer também poder. À primeira vista, nos parece que se trata de um mesmo objeto:

mas logo nos daríamos conta de que cada um desses discursos, por sua vez, constituiu seu objeto e o elaborou até transformá-lo inteiramente. Assim a questão é saber se a unidade de um discurso é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um objeto (FOUCAULT, 1986, 37).

Logo, há uma descontinuidade entre formações discursivas que, portanto, não são interligadas por uma causalidade fixa e interna, como se uma historicidade ontológica regesse o funcionamento das práticas. Tentar achar o porquê da mudança é um exercício vão neste caso, pois se trata de achar a emergência de determinada prática discursiva e não achar os motivos que podem ser os mais banais possíveis que de tão comezinhos não podemos afirmar nada além do seu alto grau de subjetividade.

Cabe lembrar que, em primeiro lugar, as enunciações acerca do indivíduo não são isoláveis nas suas formações. As suas correlações abrem um jogo de possibilidades para a compreensão de uma epistême sobre o sujeito que se estabelece em relações de força. Em segundo lugar, as formações não se rompem repentinamente, pois:

São inseparáveis de ‘vectores temporais de derivação’; e quando uma nova formação aparece, com novas regras e novas séries, nunca é de uma assentada numa frase ou numa criação, mas em ‘blocos’, com sobrevivências, defasamentos, reactivações de antigos elementos que subsistem sob as novas regras (DELEUZE, s/d: 42).

Assim, nos enunciados sobre os indivíduos se constituem várias formações discursivas que, por sua vez, correlacionam-se. A correlação poderia ser chamada de dispositivo ou de agenciamento. Entre os discursos e as práticas são colocadas em ação determinadas formas de poder sob o amparo de um saber. Por exemplo, na escola, a avaliação é posta como imprescindível e a sua justificativa é dada pelo saber do professor, do pedagogo: no entanto é uma forma de poder que classifica, ordena, analisa. Isso não quer dizer que é repressivo, muito pelo contrário. Há um princípio de prazer em ser avaliado se a expectativa é de receber uma boa nota. Logo, as práticas não estão em oposição à liberdade dos indivíduos, eles conformam a própria liberdade.

No nosso caso, o saber se apresenta como uma epistême sobre o indivíduo que se transforma, que sofre mutações pelo caráter dos enunciados. E essa forma de epistême encontra nos meios não discursivos (escolas, penitenciárias, fábricas) o campo de sua “positividade” para o exercício do poder/saber. Desta forma, “se saber consiste em entrelaçar o visível e o enunciável, o poder é a sua causa pressuposta; mas, inversamente, o poder implica o saber enquanto bifurcação, diferenciação, sem a qual ele não passaria a acto” (DELEUZE, s/d: 42).

O poder, antes de ser constituído pelo exercício da dominação de uma classe, é difuso, local – não por localização espacial, e sim por manifestação, tanto que “o poder não tem essência, o poder é operatório. Ele não é atributo, mas relacionamento: a relação de poder é o conjunto dos relacionamentos de forças, conjunto que não passa menos pelas forças dominadas que pelas dominantes, umas e outras constituindo singularidades” (DELEUZE, s/d: 50). Logo, o poder não é onisciente, mas, de certa forma, onipresente, pois está em toda parte, só que não é exterior aos indivíduos ou grupos, e sim imanente. Não há relação sem ser de poder. Isto, como já foi dito, não quer dizer que há uma carga negativa em todas as relações ou que elas são beligerantes todo o tempo. Em muitas relações há prazer. As

queremos e as desejamos. Voltando ao exemplo da nota. Quando recebemos uma boa avaliação, nos regozijamos. É isto que Foucault dizia a respeito da positividade do poder, que ele faz produzir. Por isso não se trata de aplicar a fórmula: “acabemos com o poder e seremos livres”, pois a própria percepção de liberdade é constitutiva das nossas práticas.

Por isso que se faz necessário estudar tanto as práticas quanto os discursos. Nas primeiras, temos o estofo das segundas, ou seja, a formação discursiva e o discurso, não negando o caráter ativo desta relação, que produz formas de poder através dos dispositivos. Assim, reside na idéia de sujeito e nas práticas discursivas a “revolução epistemológica”, pelo menos para os historiadores, empreendida por Foucault. De qualquer maneira, há nele um gosto particular em ser provocativo, em espantar certezas, em se contradizer mesmo quando confirma nas pesquisas as proposições anteriores.

Podemos compreender um pouco esta tendência à provocação, pois gostamos de explicar o mínimo gesto a partir de um conjunto englobante que lhe daria um sentido prévio. Queremos e desejamos as conexões, quaisquer que sejam: ideologias, complexo de Édipo, religiões, enfim, explicar o que não teria sentido se ficasse solto, sem uma estrutura que o ligasse, que lhe desse sentido. Foucault, no entanto, percebeu que isso não deixa de ser uma construção, um discurso, conjuntos feitos *a posteriori*, isto é, os gestos, as falas são muito mais banais do que desejaríamos; são formas não discursivas que escapam à busca de sentido que sempre empreendemos. Uma nova forma de classificar os loucos, uma mudança nas relações entre professor e aluno numa escola do século XVIII, uma nova técnica caligráfica. Gestos e práticas que não estariam enquadrados em grandes conjuntos explicativos que, aliás, são justamente aqueles esquecidos de serem explicados, mas que podem vir a compor uma prática discursiva e, até mesmo, serem colonizados por uma classe ou uma ideologia.

Talvez um dia tenhamos os foucaultianos de direita e de esquerda. Aqueles que buscam a negação do indivíduo e aqueles que querem a “desrepressão” da sociedade. Foucault nunca procurou tornar seus escritos em panfletos. Ele foi um observador apanhado pelas turbas intelectuais ávidas de teorias mais “verdadeiras” que as anteriores que haviam morrido por tédio ou inanição. Desejam encontrar o verdadeiro caminho para o futuro, mas não há nada em Foucault sobre isso. Ele observava e poderia dizer: “bom, nada do que acreditamos hoje restará no futuro”, pois “é preciso que nos habituemos à idéia de que nossas caras convicções do presente não serão aquelas do futuro” (VEYNE, 2008: 64).

Nossa insistência em decretar que o que temos hoje é eterno e se fez sobre os erros do passado impediu muitas vezes de perceber as questões que emergiam nos textos de Michel Foucault. Por exemplo, “não se acha em lugar algum a sexualidade ‘em estado selvagem’” (VEYNE, 2008: 75) que o tempo e a história tratariam de depurar, civilizar, até os dias atuais. As verdades emergem das práticas e também através delas esvaecem. Logo, toda verdade é provisória. Não, ela não é relativa, é provisória, verdadeira, mas local. Não se estende ao longo do tempo, não é um pedaço da Verdade, não é uma má-compreensão, nem engano, é só uma verdade provisória e local.

Aprendemos, com Paul Veyne, que a genealogia é a arte do detalhe, por isso não permite totalizações (VEYNE, 2008: 127) e, portanto, teorizações. Antes de tudo, Foucault é um detalhista, um curioso de laboratório que devota tudo o que aprendeu numa pesquisa singular e, por isso, não desejoso de universalização. O projeto genealógico não pretende explicações universais. Mais além, sua explicação é falha porque não propõe uma teoria sobre o todo, a respeito do ser, mas sobre o singular, sobre as práticas que estabeleceram a loucura no século XVI, ou sobre a punição no século XIX. Não almeja a verdade de uma época, mas modos de funcionamento de determinadas práticas nos seus detalhes.

Ele não tratou do *Zeitgeist* em diferentes sociedades e períodos, mas de como se conjugaram práticas em torno do sexo ou do preso. E estes termos não se referem a entidades que atravessam o tempo, são práticas que constituíram localmente o que as pessoas entendiam por estas coisas.

Foucault “não era nenhum pouco relativista, historicista, ele não via ideologia por toda parte” (VEYNE, 2008: 9), “...ele pretendia somente uma cientificidade e verdades empíricas e perpetuamente provisórias.” (VEYNE, 2008: 130). Daí o equívoco em desejar dele uma história totalizante ou julgá-lo a partir desta perspectiva, como muitos historiadores o fizeram, pois não “estavam nada dispostos a se abrirem a outro questionamento, aquele que seria de um filósofo em obras que mal compreendiam e que eram, de fato, ainda mais difíceis para eles do que para outros leitores, porque eles não podiam as ler senão em relação à sua estrutura metodológica.” (VEYNE, 2008: 37) Daí a acusação fácil da imprecisão das datas na obra de Foucault ou de desconsideração de determinados documentos, relevando outros. Evidentemente se aguardamos a precisão do historiador, ficaremos frustrados. Ele não se prestava a este tipo, mesmo porque, não havia universais. São dois procedimentos, do inquiridor e do viajante. O inquiridor tem em mente a verdade, o viajante só tem a curiosidade

de ver como funcionam as coisas. Afinal, “Foucault diz que ele não faz nada além do que contar histórias.” (VEYNE, 2008: 49).

Então, o método também é local. Uma espécie de positividade do tipo: o que isto quer dizer exatamente. Bem longe da virada lingüística dos anos sessenta, nada de pós-modernidade, “o método fundamental de Foucault é compreender exatamente o que o autor do texto quis dizer no seu tempo” (VEYNE, 2008: 27). Este método escapa ao relativismo e à pura interpretação. As objetivações de determinados objetos numa época não são interpretações e a verdade uma quimera. Acredita-se no que se faz como se tem a certeza de que o fogo queima. Porém, como foi dito, o que se faz é sempre uma singularidade e não está em relação à outra como se fosse possível afinar a pontaria para atingir finalmente o alvo.

Ora, de um lado, podemos considerar Foucault um autor muito difícil. Enunciados, formações discursivas, práticas discursivas, arqueologia, genealogia, relações de força, poder, saber não são termos fáceis para compreender e muito mais para ser utilizados. Por outro lado, ele não era tão difícil. Um bibliotecário que, no vão dos livros nas prateleiras, insistia em enfiar os seus próprios manuscritos. Às vezes podiam se referir às obras entre as quais estavam colocados. Outras vezes não faziam referência direta, mas a um conjunto longínquo vagamente parecido com os livros nos quais aninhava seus manuscritos. Assim, numa imensa biblioteca (podemos imaginar uma do tipo borgeana), um simples bibliotecário, excessivamente zeloso, dialogava com os livros, fazia seus comentários, tirava suas próprias conclusões. Enfim, um incorrigível comentador de obras.

Notas

CERTEAU, Michel. *Histoire et psychanalyse entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 1987.

HUNT, Lynn (org.) *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHARTIER, Roger. *Au bord de la falaise, l'Histoire entre certitudes et inquietude*. Paris: Édition Albin Michel, 1998.

DELEUZE, G. *Foucault*. Lisboa: Vegas, s/d.

FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *A arqueologia do saber*. RJ: Forense-Universitária, 1986.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UnB, 1982.

_____. *Foucault, sa pensée, sa personne*. Paris : Albin Michel, 2008.

Visões do poeta: imagens do Brasil e dos brasileiros na correspondência de Gonçalves Dias

Andréa Camila de Faria*

Na tentativa de colocar o Brasil ao lado das nações “civilizadas”, os letrados do século XIX sondaram o passado, buscando origens que definissem uma identidade e uma memória coletiva. Nesse caminho, registraram e (re)construíram a história, estabelecendo quais os marcos que seriam relevantes e deveriam ser preservados, valorizados e cultivados “voluntariamente” pela memória coletiva.

Nesse processo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, criado em 1838 se tornaria o *locus* privilegiado dos debates e estudos sobre o Brasil. Surgido em um momento em que a História, no Brasil, estava consolidando-se, o IHGB pôde assumir um lugar excepcional na produção da gênese, da memória e da História da nação, dentro de uma tradição que buscava uma integração à civilização ocidental, embora com as nuances de uma identidade própria. Nesse sentido, o processo de construção da identidade brasileira atribuiu à natureza um papel importante na elaboração da história, apresentando-a como elemento constitutivo inerente à sua existência.

No processo interdependente e ambíguo de construção do Estado e da nação, na formação do Império do Brasil, entre as décadas de 1820 e 1850, a historiografia do IHGB procurou, então, homogeneizar a visão de Brasil para os grupos dirigentes. Manuel Salgado Guimarães (GUIMARÃES, 1988) afirma que isto, seguindo uma perspectiva iluminista, significava esclarecer primeiro o topo da pirâmide social para que estes dirigentes políticos se encarregassem de esclarecer o restante da sociedade. Herdeiros do iluminismo, para os membros do IHGB, a soberania do princípio nacional era o eixo fundamental para a definição da identidade social.

Os sócios fundadores do Instituto buscavam então, construir a memória nacional, através da modelação e organização de um “vertiginoso repertório de lembranças”. Desta forma as diretrizes do Instituto previam “(...) a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica” (GUIMARÃES, 1988:09). Com isso estabelecia-se a pretensão do Instituto de ser uma central, não por acaso sediada na capital do Império, que incentivaria a criação de institutos

* Mestranda do programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa Política e Cultura. Trabalho orientado pela professora Marcia de Almeida Gonçalves.

históricos provinciais, os quais deveriam remeter ao Rio de Janeiro informações sobre as diferentes regiões do Império; “(...) do Rio de Janeiro as luzes deveriam expandir-se para as províncias, integrando-as ao projeto de centralização do Estado e criando os suportes necessários para a construção da Nação brasileira” (GUIMARÃES, 1988:09).

Dessa forma, os sócios fundadores do IHGB, entendiam que a escrita da História brasileira deveria apresentar a atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizado, e isso assumiu formas mais claras e diretas com o estabelecimento do poder monárquico e de seu projeto político centralizador, entre 1837-1853, datas do início do regresso conservador e do estabelecimento do primeiro gabinete de conciliação, respectivamente. A partir de 1849-50 a prioridade do Instituto passou a ser a produção de trabalhos de historiografia, geografia e etnologia, enquanto que a coleta e o armazenamento de documentos foram relegados a um segundo plano.

Não bastava, todavia, apenas selecionar aquilo que deveria ser lembrado ou esquecido, era preciso que se criassem elementos de identificação daquilo que era “nacional”, porque, como nos lembra Ernest Renan, a essência de uma nação está na vontade de permanecer juntos, o que justificaria a equação nem sempre equilibrada entre o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido (RENAN, 1997:20).

Para isso era necessário um esforço de definição e valorização de nossa “cor local”, onde o elemento principal era, como vimos, a natureza¹, utilizada como referencial na criação dos índices materiais para as imagens que seriam construídas. Nesse processo cresceu, então, a importância das letras, apresentadas já no primeiro tomo da Revista do IHGB como elemento fundamental no estabelecimento dos alicerces de nossa nacionalidade.

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidentemente que (...) são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e geografia do país, devem ministrar grande auxílios à administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros (RIHGB *apud* ROCHA In: JOBIM, 1999: 44).

¹ Para um estudo mais detalhado sobre a questão da natureza ver o trabalho de Márcia Naxara (NAXARA, 2004).

Com isso, houve a mobilização dos letrados do Império em torno de produções, das mais diversas áreas, que permitissem as tarefas de conhecer, registrar, perceber, e, em certa medida, criar, o Brasil. O próprio Gonçalves Dias, afirmou que quem quer que fosse bom historiador deveria ser uma destas duas coisas: ser político ou poeta (DIAS *apud* KODAMA, 2005: 154), e para os letrados do século XIX, a política, as letras e a história eram esferas que estavam de tal forma ligadas, que podia-se transitar por elas livremente.

Assim, em 1847, Gonçalves Dias é, por indicação de Manuel Araújo Pôrto-Alegre, nomeado sócio do IHGB, passando então, a fazer parte, oficialmente, desse grupo de letrados responsáveis pela (re)construção da história da nação brasileira. É verdade, no entanto, que aventurar-se pela história era algo que Dias já planejava fazer mesmo antes de entrar para o Instituto.

Nesse mesmo ano, antes de sua nomeação, ele já iniciara as pesquisas para escrever a sua *História dos Jesuítas no Brasil*, que ele julgava ser o mesmo que escrever *A História do Brasil*. Aliás, em carta de 1847, justificava seu interesse pelo tema dizendo que era “um dos elos que se me faz precisos para o meu círculo literário, um traço na superfície que eu pretendo encher” (DIAS *apud* ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1971: 94-95), afirmando ainda: “Saí-me bem dos meus ensaios líricos; saí bem do meu trabalho dramático; o meu poema não tem desagradado a quem o tenho mostrado; falta-me pois o Romance e a História. Lá chegaremos, querendo Deus” (DIAS *apud* ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1971: 94-95).

Em 1849, na primeira sessão do Instituto após a transferência para o Paço Imperial, ele é incumbido pelo próprio Imperador de comparar o estado físico, intelectual e moral dos indígenas do Brasil e da Oceania, considerando-os a época de suas respectivas descobertas e deduzindo daí quais estavam mais aptos à civilização. Deste trabalho surgia a memória *Brasil e Oceania*, lida nas sessões do Instituto entre agosto de 1852 e junho de 1853 e publicada na revista da instituição. Tratando dela, confidenciava ao amigo Alexandre Teófilo em carta de 25 março de 1853:

Concluí enfim a minha negra, e negregadíssima “Memória” – não podendo mostrar outra coisa senão que estudei a matéria. Não posso ser juiz muito competente, mas a avaliar pelo que me custou de estudos e enfados, deve ser um demônio bem maçante. Estou a espera que o Instituto comece a trabalhar pois ainda está em férias, e feita que seja a leitura, procurarei distrair-me com trabalhos mais do meu gosto, de

modo que me não suponham morto (DIAS *apud* ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1971:140).

Mas a semente para o principal projeto de (re)conhecimento do Brasil e de (re)construção de sua história, do qual fez parte Gonçalves Dias, foi lançada pelo naturalista Manuel Ferreira Lagos em sessão ordinária do IHGB do dia 30 de maio de 1856, na ilustre presença do Imperador. Eis a proposta apresentada por Lagos para a *Comissão Científica de Exploração*:

Propomos que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se dirija ao governo imperial, pedindo-lhe haja de nomear uma comissão de engenheiros e de naturalistas nacionais para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil, com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional uma coleção de produtos dos reinos orgânico e inorgânico, e de tudo quanto possa servir de prova do estado de civilização, indústria, usos e costumes dos nossos indígenas (RIHGB *apud* BRAGA, 1962:17).

Uma vez aprovada a proposta, Gonçalves Dias foi nomeado membro da *Comissão*, sendo responsável pela Seção Etnográfica e pela Narrativa de Viagem. Seus companheiros na empreitada foram: Manuel Ferreira Lagos, na Seção Zoológica; Francisco Freire Alemão na presidência da Comissão e na Seção de Botânica; Guilherme Schüch de Capanema na Seção Geológica e Mineralógica e Giacomo Raja Gabaglia na Seção Astronômica e Geográfica.

Acreditava-se que a *Comissão* possibilitaria o diagnóstico do potencial das riquezas naturais brasileiras para impulsionar o processo de efetivação dos melhoramentos materiais visando o progresso e a civilização do Império do Brasil, mas havia também o objetivo de levantar informações de caráter estratégico sobre a história natural do Brasil e promover um “autoconhecimento” do território nacional nos campos histórico e cultural; este último era um dos objetivos da seção dirigida por Gonçalves Dias. Havia ainda o interesse de incorporar as províncias menos conhecidas ao Império, ou seja, integrar politicamente o território.

Todos esses objetivos não eram de modo algum novidade, uma vez que, embora os estrangeiros não fossem desprestigiados, era grande a insatisfação dos brasileiros em verem seu território e sua história sempre através do olhar estrangeiro, o que pode ser confirmado através deste comentário de Gonçalves Dias resgatado por Rachel Pinheiro:

Precisamos estudar o Brasil nos autores estrangeiros, consultamos suas cartas marítimas até na nossa navegação de cabotagem, e mesmo na apreciação política dos acontecimentos remotos ou recentes da nossa história o estrangeiro como que tem, e leva a palma ao nacional, bem que as mais das vezes escreva sob as inspirações deste último. Contudo, nem sempre aqueles, conquanto dedicados a ciência, conquanto por amor dela, se hajam sujeitados a longas peregrinações e a fadigosas viagens tinham bastante retidão e senso crítico para nos julgarem sem prevenção, ou firmeza para se não deixarem levar de informações alheias da verdade, ou das primeiras impressões, que disparatavam com os hábitos adquiridos e as suas idéias já formadas (DIAS *apud* PINHEIRO, 2002:35).

Para além de considerar o empreendimento importante para a glória da nação, Dias deixa claro ainda, em carta à D. Pedro II, de 4 de janeiro de 1857, que antevia vantagens para sua carreira literária, embora seja verdade que esse entusiasmo inicial não lhe acompanhou ao longo dos trabalhos da *Comissão*. Dizia ele:

(...) quando se tratar da Comissão do Instituto Histórico para que tive honra de ser indigitado. Não me iludo sôbre [sic] os incômodos que teremos de passar nessa excursão: não serão poucos nem de pouca monta; mas nela descortino tanta vantagem para minha carreira literária, que essa escolha ao passo que sobremodo me honra, vem a ser também a realização dos meus melhores desejos (DIAS *apud* ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1971: 207-208).

As instruções de Gonçalves Dias eram para estudar os índios do Brasil, física, moral e socialmente; questioná-los a respeito de sua opinião sobre os brancos e ouvir suas queixas; buscar em cartórios e arquivos, públicos e particulares, documentos referentes à história e a geografia do Brasil; e ver estatísticas e outras informações sobre o comércio das províncias, as áreas incultas e cultivadas e as diversas atividades das populações, além de escrever um diário da viagem. No entanto, Gonçalves Dias afirmou que havia encontrado no Ceará apenas um aldeamento de índios, com poucos habitantes, e que dessa forma não pôde dar andamento à parte mais importante de sua instrução, por isso decidiu-se por partir em direção ao extremo Norte, onde os índios eram mais numerosos. Assim chegou a Manaus em fevereiro de 1861.

Em Manaus, o Presidente da Província, Manuel Clementino Carneiro da Cunha, tratou de aproveitar-lhe os serviços, e o nomeou visitador das escolas do Solimões. Na sua primeira incursão naquela província Gonçalves Dias partiu sozinho e segundo as informações que

deixou, seu roteiro foi Boena, Coari, Tefé, Fonte Boa, Tocantins, Olivença, São Paulo e Tabatinga, no território brasileiro, e Loreto, Cochequinas, Pebas, Iquitos, Nauta, S. Rissi, Parinarí e Mariná, no Peru. Seguiu sozinho, porque como ele comenta à Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, em carta de 25 de fevereiro de 1861, o escravo Fileno, que este havia lhe emprestado, teve de ficar em Manaus “por causa da *igualdade e fraternidade* das repúblicas nossas irmãs” (DIAS *apud* ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1971: 287).

A esse tempo, a *Comissão* já não lhe trazia entusiasmo. Com os cortes no orçamento, desacreditados na corte, seus membros desentendiam-se entre si e com o governo imperial e nessa esfera Gonçalves Dias parecia ser um dos que mais rápido gostaria de se livrar de seus trabalhos. Dizia ele ao sogro, Cláudio Luiz da Costa, em carta de 8 de abril de 1861:

Quanto a comissão, Coutinho sabia que eu estava nela como um forçado. Comprometemo-nos por estes [sic] dois anos; findos êles [sic], a continuação depende da força de vontade, da robustez da saúde, da necessidade de concluir certos trabalhos e também da coadjuvação do Govêrno.

O Conselheiro² quer dar por finda, pelo que lhe toca, ou o Govêrno [sic] lhe permite que venha até ao Amazonas, onde tem decerto muito que fazer. Gabaglia pretende ir à côrte [sic], representar acêrca do estado de seus trabalhos, da necessidade de os continuar, e a nova tabela Ferraz³ corta as mãos, e as vêzes [sic] os pés da Comissão. Lagos e Capanema, não sei o que pensam. Por mim não quero dar o exemplo, mas logo que sair um dos chefes adeus – sou o segundo (DIAS *apud* ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1971: 289).

Já na segunda viagem, que parece ter se limitado à Vila de Crato, no Madeira Médio, Dias foi acompanhado por João Martins da Silva Coutinho (adjunto da *Comissão* que foi encontrá-lo no Amazonas), pelo Dr. Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, chefe de polícia do Amazonas, e pelo médico Antônio David de Vasconcelos Canavarro, que estava encarregado de verificar o estado sanitário da região. Sua última incursão naquela província foi em direção ao Rio Negro, para onde partiu em 15 de agosto de 1861.

² Conselheiro Francisco Freire Alemão, Presidente da Comissão e Chefe da Seção de Botânica.

³ Trata-se de Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado dos Negócios do Império entre 10 de agosto de 1859 e 2 de março de 1861 e Ministro da Fazenda no mesmo período. A tabela de que fala Dias previa as despesas para os anos de 1861 e 1862 onde, segundo Renato Braga, a verba da *Comissão* passava de 140 para 130 contos de réis, com cortes incidindo sobre os quantitativos referentes a pessoal e diversas despesas. O vencimento dos chefes de sessão, por exemplo, passou de sete contos e duzentos para cinco contos e quatrocentos, anuais (BRAGA, 1962: 75).

Antes de partir para o Madeira, escreveu a Antônio Henriques Leal, em 25 de junho de 1861, contando de suas experiências, principalmente do contato com os Bahures, índios bolivianos dos quais diz: “São homens alentados, corpulentos e trabalhadores, - a côr [sic] dos nossos, mas as feições muito mais regulares: homens que carecem de muito alimento, são também muito ativos e parecem tratáveis” (DIAS *apud* ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1971: 298). Na mesma carta chamou também atenção para a importância do rio Madeira, principalmente no que dizia respeito à comunicação com a Bolívia:

O Madeira é um rio que se vai povoando rapidamente por causa da riqueza de suas drogas e principalmente pela extração da seringa. Os Seringueiros estão já além do Crato, e consta que o rio se torna mais rico, quanto mais se sobe por êle [sic] acima: é saudável, fértil, piscoso, e por enquanto ainda abundante de caça. O que porém muito o recomenda é a possibilidade de navegar-se até as novas Províncias sertanejas de Goiás e Mato Grosso, e a comunicação com Bolívia, muito superior, apesar de tudo ao contestado respiradouro que tem esta República para o lado do Pacífico. [Quintino] Quevedo diz que em 54 chegou à capital do Beni, uma embarcação brasileira que calava mais de 8 pés de água.

Estas comunicações se vão tornando cada vez mais freqüentes, principalmente por parte dos Bolivianos. Já êste [sic] ano chegaram duas partidas dêles [sic] a Manaus e temos outra no pôrto [sic], e espera-se ainda outras antes do fim do ano (DIAS *apud* ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1971: 298).

Do trabalho praticado nessas incursões, Gonçalves Dias produziu valiosos relatórios onde expõe, de forma objetiva, a realidade encontrada por ele naquele pedaço do Brasil que se descortinava aos seus olhos. Mas suas percepções não ficavam, como observamos, mencionadas apenas nos relatórios dirigidos ao presidente da província. Em sua correspondência pessoal ele fazia sempre questão de comunicar aos amigos as experiências por que passava, e os objetivos que tinha a cerca do que poderia ser feito. Assim, em carta a Antônio Henriques, de 10 de junho de 1861, comenta,

Quero ver se tenho ou se me sobra tempo para te escrever alguns artigos sôbre devastação de florestas e Itapicuru – assim como sôbre a agricultura, em geral, bem que eu, seja quase leigo nessas matérias; mas, enfim, há, por lá e no Brasil, mais cegos do que sou (DIAS *apud* ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1971: 295).

À Capanema, em carta de 11 de agosto de 1861, onde já antecipa sua viagem ao Rio Negro, etapa relatada em um minucioso diário de viagem, ele descreve:

A nossa viagem a Silves e Madeira foi interessante. Suponho que a do Rio Negro ainda o será mais. É muitíssimo urgente o estudo destes rios – o Madeira por causa do comércio com a Bolívia, - o Rio Negro por causa de Venezuela, donde ainda ontem nos chegou um barco. O rio Branco pelos campos de criar, suscetíveis de considerável aumento. (...)

Circunstâncias políticas financeiras etc. persuadem com mais veemência tal estudo. Madeira é um rio fértil, infinitamente produtivo donde se extrai muitas drogas, e em muita quantidade, apesar dos seus 12\$ habitantes. A Bolívia não nos via lá por cima roubando terreno? Dizem que sim.

O Rio Negro dá passagem a imensos índios nossos, que vão procurar domicílio e abrigo em Venezuela, que lhes dá terras, e não os incomoda. A Diretoria dos índios e a lei de terras produzem entre nós o efeito oposto. (...)

O rio Branco tem cachoeira, além das quais se estendem os campos de criar e as fazendas do Estado: é preciso facilitar a navegação por que os ingleses [sic] e holandeses devem ter lá para cima imenso comércio com a nossa gente. Não vem canoa de cima que não traga armas de fogo, holandesas e inglêsas [sic], aqui muito apreciadas, e baratas. Calcula um milheiro delas que entram no Rio Negro por ano. Como vêm essas armas senão por comércio? Ora inglêsas [sic] no Rio Branco, quer dizer que adquirem o direito da navegação do Amazonas, e perdemos por aquê [sic] lado a divisa natural - serra.

Por outro lado, com tanta abundância de gado lá, aqui em Manaus se morre de fome. Passaram 20 dias (...) em que não pude obter carne para comer – por qualquer preço. Sêca [sic], não se encontra. Bacalhau faltou alguns dias – peixe nada, - tartaruga mesmo não era abundante e deixo-as aos freqüentadores do Pharoux. Em suma, furtei galinhas (DIAS *apud* ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1971: 305-306).

Esse longo trecho nos mostra como lhe era perceptível a importância dessa tarefa de (re)conhecimento do Brasil, no que dizia respeito as questões internas da nação e tanto mais naquilo que se relacionasse ao comércio internacional e a delimitação das fronteiras com outras nações, o tema das fronteiras nacionais foi, aliás, um assunto melindroso durante o nosso Império.

Outro assunto que merece destaque em seus escritos é a exaltação que faz dos índios, ou “a nossa gente”, como ele mesmo chama, e que era, de todo modo previsível, em se tratando daquele que foi um de nossos maiores poetas indianistas. Já de volta do Rio Negro, escreve ele a Antônio Henriques, em 10 de outubro de 1861:

Gente excelente! não há melhor que o caboclo do Pará, e dentre todos sobressaem os do Uaupês: gente para tudo, sempre alegre, sempre pronta para o trabalho, contente e satisfeita com qualquer coisa.

(...)

Eu trouxe uma meia dúzia desses marmanjos que não se fartam de me chamarem entre si “Carina écatú” o que vem a dizer em língua de prêto [sic] “Branco bom mesmo” isto a trôco de um pouco de fumo, distribuído com jeito, de condescendência a tempo, e que hoje iriam comigo para o fim do mundo! Ótima gente! por fim de contas apaixono-me deles, ponho cuêio, (uma espécie de suspensório de escrotos, que abafa tudo), e vou para o mato traduzir os meus indignos versos em língua de caboclo (DIAS *apud* ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1971: 308).

Mas sem dúvida, há momentos onde a sensibilidade do poeta se sobrepõe à racionalidade do pesquisador, onde suas palavras nos levam a desejar empreender esse mesmo (re)conhecimento do nosso território e de seu povo. Momentos em que ele se esquecia, ou antes, relevava, os dissabores de sua vida pessoal e dedicava-se a transmitir, de maneira apaixonada, as impressões que lhe causavam esse Brasil que foi tão exaltado em seus versos.

A expressão mais marcante desses momentos é a que escolho aqui para encerrar este trabalho, onde ele, em uma longa carta escrita também a Antônio Henriques, datada de 20 de dezembro de 1861, nos diz:

Vós que, semelhantes a mim e a muitos outros, talvez sem razão, vos entristeceis ou irritais com o jeito que as nossas coisas vão tomando, acaso porque se vos tornou menos risonho o céu da vossa imaginação, - vós que, num acesso de hipocondria, chegastes a desamar a terra de que sois filho e a descrer dos homens de que sois irmãos, vinde-me aqui passar um quarto de hora em noite de luar sereno, ou nessas noites de escuro, ainda mais belas e mais serenas do que as outras, em que milhões de estrelas se refletem nas águas, e no escuro transparente do céu e do rio desenham o duplicado perfil dessas florestas imóveis e gigantescas: respirai-me êstes aromas, que se elevam suavemente combinados, como de um vaso de flôres [sic]

colhidas de fresco, e haveis de achar-vos outro, e, como nos tempos felizes da juventude, capaz ainda das ilusões floridas, da confiança ilimitada, da fé robusta, nos sucessos, nos homens, no futuro, e, se quer por alguns momentos podereis sentir, haveis de sentir orgulho de vos chamardes “brasileiro” também (DIAS *apud* ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1971: 314-315).

REFERÊNCIAS

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Correspondência Ativa de Gonçalves Dias*. Vol. 84. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, [1964] 1971.

BANDEIRA, Manuel. *Poesia e Vida de Gonçalves Dias*. São Paulo: Editora das Américas, 1962.

BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Mossoró: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

DIAS, Gonçalves. *Gonçalves Dias na Amazônia: Relatórios e Diário da viagem ao rio Negro*. Introdução de Josué Montello. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p. 5-27.

JOBIM, José Luís (Org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2005. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0115387_05_Indice.html. Acesso em: 03 jun. 2007.

NAXARA, Márcia R. C. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: Em busca se um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943.

PINHEIRO, Rachel. *As histórias da Comissão Científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências/UNICAMP, 2002. Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000265397>. Acesso em: 30 jan. 2008.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? ROUANET, Maria Helena (Org). *Nacionalidade em Questão*. Cadernos da Pós/Letras, nº19. Universidade do Estado do Rio de Janeiro-I.L.-1997.

ESCRITOS DE FÉ ESTUDO DAS MONOGRAFIAS SOBRE RELIGIOSIDADE DO DHI/UFS

Magno Francisco de Jesus Santos¹
Ane Luíse Silva Mecnas²

Resumo: Nos últimos decênios a produção historiográfica passou por um importante processo de renovação, passando a inserir em seu leque de estudos, novas perspectivas, fontes e objetos. Isso resultou na ampliação de pesquisas com temáticas antes desconsideradas pelos historiadores. Foi a revolução propiciada pelos Annales. Em Sergipe essa renovação historiográfica tornou-se significativa a partir da década de 1990, com a ampliação de estudos e incorporação de novos enfoques. Neste artigo temos o propósito de analisar a produção monográfica do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe que possui como temática o universo religioso. Foram analisadas as monografias produzidas entre 1996 e 2006, enfocando a primeira década de produção após a instituição da obrigatoriedade do TCC. A partir do levantamento, fichamento e análise das mesmas, tornou-se possível averiguar alguns pontos referentes a essa produção.

Palavras-chave: Historiografia, monografia, religiosidade.

1 Intróito

Repensar a escrita consiste uma necessidade inerente a qualquer área do saber. A ciência precisa avaliar a sua produção para compreender o caminho que está seguindo e as tendências vigentes no seu campo. Trata-se, portanto, de um mecanismo de percepção do modo de apreender a realidade que está sendo estudada, dos sujeitos que estão sendo desnudados. Em História, essa necessidade também se faz presente.

A História é filha de seu tempo e por esse motivo as investigações refletem o pensar históricos, os métodos e modelos explicativos emergentes em cada época. Neste sentido, analisar a produção historiográfica pode ser vista como uma tentativa de compreender o meio em que foi produzida, as nuances de um período, o que foi enfatizado e negligenciado, as vozes e silêncios próprios do seu tempo. O homem em sociedade muda e a produção do conhecimento histórico acompanha os passos dessas transformações, ou seja, os trabalhos expressam as metamorfoses do conhecimento, as inovações e resistências.

Nas últimas décadas as religiões e as expressões de religiosidades têm sido investigadas por diferentes pensadores das Ciências Humanas. Diversos campos de saberes

¹ Licenciado e bacharel em História pela UFS. Especialista em Ciências da Religião e mestre em Educação pela UFS. cajaibasergipe@yahoo.com.br

² Licenciada em História pela UFS. Especialista em Ciências da Religião pela UFS e mestranda em História e Cultura Histórica pela UFPB.

têm lançado seus olhares sobre os fenômenos religiosos, fazendo com que emergissem interpretações reveladoras sobre o renovado campo de estudo. Entre as ciências que mais têm contribuído com pesquisas na área de religião estão a Psicologia, Antropologia, Sociologia, Medicina³ e a História.

A História é uma das ciências que têm refletido de forma considerável sobre o campo religioso. Um dos fatores que contribuiu com a emergência dessa nova temática nas pesquisas de História foi a renovação provocada pelo movimento dos Annales. Apesar das constantes críticas diferenciadas à História Nova⁴ (muitas das quais bem fundamentadas), desde a década de 1930 o movimento tem fornecido importantes contribuições para a pesquisa em História, como o alargamento do conceito de documento, a interdisciplinaridade e o estudo de novas temáticas.

O Brasil é a terra das celebrações religiosas. A rotina cotidiana das pequenas comunidades rurais e até mesmo dos grandes centros urbanos é rompida, cedendo lugar ao tempo festivo com romarias, peregrinações, cultos, procissões, novenas e quermesses. De norte a sul do país pode ser observada a mobilização de devotos em busca de espaços sacralizados, desde os grandes santuários nacionais até uma humilde santa cruz de beira de estrada. O Brasil segue o ritmo das procissões.

Esta assertiva pode ser constatada por meio de uma rápida análise do calendário festivo religioso, prioritariamente marcado por celebrações católicas⁵. Por ter sido durante um longo período a religião oficial, amparada pelo padroado régio, o calendário festivo brasileiro é essencialmente católico. Do primeiro ao último dia do ano podemos encontrar celebrações em homenagem aos inúmeros santos cultuados no Brasil. Festas como as de Bom Jesus dos Navegantes, Senhor do Bomfim, Bom Jesus da Lapa e Imaculada Conceição da Praia na Bahia; São Francisco das Chagas e Padre Cícero no Ceará; Nossa Senhora Aparecida em São

³ É impressionante o elevado número de trabalhos produzidos recentemente na área de medicina envoltos sobre a temática religiosa, principalmente no que se refere ao binômio fé e cura.

⁴ Cf. DOSSE, Francois. *A História em Migalhas: dos annales a nova história*. 3ª ed. Trad. Dulce N. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio / Campinas: UNICAMP, 1994.

⁵ Estamos apenas considerando as festividades católicas, devido à amplitude de eventos religiosos que ocorrem no país. Em nenhuma hipótese estamos diminuindo a relevância das demais celebrações e muito menos negando a simbiose entre diferentes religiões nos cultos católicos. Vários estudos publicados nas últimas décadas vêm demonstrando a presença, em alguns casos silenciados, de elementos das religiões indígenas e afro-brasileiras nos rituais católicos. Tais estudos só confirmam o constante processo de circularidade presente também entre as diferentes práticas religiosas.

Paulo, Nossa Senhora dos Navegantes no Rio Grande do Sul, Divino Pai Eterno e Nossa Senhora da Abadia em Goiás e o Círio de Nazaré no Pará detêm um incrível poder de mobilização popular.

Com um calendário tão rico em celebrações religiosas, pode-se dizer que a cada momento ocorre uma ruptura temporal, a entrada de um novo tempo mítico. Essas diferentes temporalidades afetam o cotidiano da população, ao fazer com que o imaginário coletivo seja permeado pela simbologia cristã. No entanto, o universo religioso do brasileiro não é habitado somente por elementos cristãos, mas é a resultante de uma simbiose cultural, mesclando heranças oriundas de diferentes povos como os indígenas, os europeus e os africanos. “As culturas fecundam-se mutuamente” (DEL PRIORE, 2002, p. 120). Desse modo, a cultura brasileira expressa elementos intrínsecos à sociedade. Assim, emergem as utopias, o maior exercício da liberdade humana. Sob esse prisma, “a sociedade é produto de suas angústias, suas fantasias e seus sonhos, projetados nas utopias que elabora” (DEL PRIORE, 1994, p. 07).

No rico cenário cultural brasileiro destacam-se as festas. Estas podem ser entendidas como “momento de interação social, de louvor. É momento de fé, conversas e rezas” (FONTES, 1998, p. 24). A festividade está intrinsecamente ligada à sociedade a qual está inserida e por esse motivo ela exprime frustrações, interesses, poder, disputas e desejos. A festa representa “a quebra de rotina, desperdício e ociosidade” (LIMA, 2002, p. 11). Deste modo, podemos encontrar em um evento festivo uma multiplicidade de usos, intenções e sentidos. A festa é um mecanismo de aproximação da comunidade, é a celebração, expressão ritualística de uma mentalidade de uma cultura, ou seja, a manifestação de uma identidade coletiva. Com isso, é no momento festivo que ocorre a reafirmação da identidade e das relações culturais.

Na festa também está presente o caráter mnemônico, levando-se em consideração que ela “é uma memória, repetição de certos valores e comportamentos, continuidade em relação ao passado. É a liberação momentânea, crença que utiliza símbolos e alegorias com a finalidade de contar e reviver uma história” (CORRÊA, 2004, p. 09). Neste caso, a memória “que guarda as marcas de um vivido, as lembranças, as emoções, os sonhos e o imaginário de uma época que ficou sepultado no tempo” (OLIVEIRA, 2002, p. 19) é retomada, revivida e reinterpretada. A festa passa a ser uma ponte de diálogo entre presente e passado, de modo

que a cultura simbólica presentifique algo que está ausente. A função da festa também pode ser definida como:

Uma expressão teatral de uma organização social é fato político, religioso e simbólico. As danças e músicas permitem introjetar valores de uma vida coletiva, além do descanso, da alegria, da partilha dos sentimentos coletivos. Ajuda a suportar a exploração e reafirma laços de solidariedade ou marca as especificidades. Há perpetuação nas procissões, desfiles, desafios além da mistura de ganhadores e perdedores pelos prazeres (DEL PRIORE, 1994, p. 10).

Muitas das festividades brasileiras estão imbuídas pela religiosidade. A festa de caráter religioso-popular é “como um que percorre ao longo do tempo, paralelamente e de modo simbólico, o próprio ciclo de rotina e trabalho da sociedade” (ANJOS, 2001, p. 24). Neste sentido, a festa é um período peculiar, com intensa vida coletiva, momentos e unanimidade efervescência do sagrado e religioso. “Na festa o irrealizável se materializa” (NASCIMENTO, 2002, p. 12) e nela podemos detectar uma gama de realidades amplas. Com isso, se pode afirmar ser possível compreender a festa a partir dos elementos aos quais ela está ligada.

Entretanto, para poder compreender o sentido das festividades religiosas é preciso definir o conceito de catolicismo popular. Neste estudo, catolicismo popular foi visto como as práticas consideradas pela hierarquia eclesiástica como ultrapassadas, arcaicas e ilegítimas. Para estabelecer o entendimento do catolicismo popular é preciso relacioná-lo com o seu oposto, ou seja, o catolicismo oficial. O aspecto dual entre religiosidade popular e oficial foi assim explicitado por Pierre Sanchis:

Ela (religião popular) é o fenômeno estrutural não manifestado senão num grupo frente a outro, dominante e modernizador. Esses grupos sociais não se confundem necessário e simplesmente com classes sociais em conflito e uma maior atenção às elites dirigentes, numa e noutra classe fundamental, deverá sempre matizar e, às vezes, balancear as perspectivas unilaterais de uma sociologia da luta de classes, se quisermos, um dia, poder restituir a palavra “povo” a densidade de um conceito puramente operacional (SANCHIS, 1979, p. 258).

Apesar da relação dialética entre as duas formas de expressões da religiosidade, é imprescindível lembrar da inexistência de uma fronteira fixa entre elas, por se tratar “de um dinamismo tecido por trocas recíprocas” (VOVELLE, 1987, p. 154). No plano cultural, as diferentes expressões de religiosidade devem ser entendidas como um contínuo processo de circularidade, no qual os seus agentes não permanecem estáticos no campo do popular ou do oficial, mas sim, em constante diálogo entre si (GINZBURG, 1987, p. 21).

Esse trabalho tem como propósito analisar a produção monográfica do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe que versaram sobre religiosidades. Elencamos 83 monografias dos cursos de licenciatura e bacharelado escritas entre 1996 e 2006. Portanto, esse estudo engloba a produção intelectual discente referente ao primeiro decênio de instituição da obrigatoriedade de produção do trabalho de conclusão de curso no Departamento de História.

O curso de História da Universidade Federal de Sergipe foi criado em 1951, atrelado a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Em 1969 ocorreu a reunião de várias faculdades existentes no estado criando-se a universidade. Outro momento importante para o Departamento foi a reformação do curso de História ocorrida em 1996, que tentou aproximar duas realidades até então distintas, o ensino e a pesquisa.

Os trabalhos de conclusão de curso mudaram o cenário da formação de professores de história na Universidade Federal de Sergipe, aproximando os discentes do campo da investigação científica. Isso se tornou possível graças a algumas ações desenvolvidas por professores do departamento nas décadas de setenta e oitenta, como a microfilmagem de fontes documentais dos arquivos portugueses e a organização do acervo do Arquivo Público Estadual de Sergipe, envolvendo no primeiro caso professores como Maria Thetis Nunes e Lourival Santana e no segundo, Maria da Glória Santana e Beatriz Góes Dantas.

Outro episódio que foi marcante para a difusão de estudos com enfoque localizado foi a criação do Arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju, além de arquivos paroquiais nas cidades do interior, reunindo a documentação eclesiástica. Com a estruturação desse arquivo, abriu espaço especial para os pesquisadores em História e Religiosidades. As pesquisas possibilitaram a redescoberta de ângulos do universo religioso antes ocultos. Aos poucos a religiosidade sergipana foi emergindo no cenário historiográfico.

Contudo, nos estudos a respeito da religiosidade sergipana pelas lentes da história não ficou restrita aos registros escritos. Parte considerável das monografias usava novos

depoimentos históricos, na tentativa de preencher as lacunas da historiografia. Nessa conjuntura emergiu a metodologia da história oral, tentando atribuir voz aos sujeitos esquecidos, silenciados, anônimos, marginalizados pela historiografia oficial.

Com a utilização de tais registros históricos novos objetos foram perscrutados, principalmente os relacionados a religiosidade popular. Procissões, romarias, e pagadores de promessas emergiram em cena. O campo religioso não era mais campo exclusivo dos membros eclesiásticos. Os estudos monográficos privilegiaram as diferentes expressões de religiosidade como foco de relevância das atenções.

Do número total de trabalhos desenvolvidos até 1996, 70 versaram sobre o catolicismo, enquanto 11 discutiram as igrejas protestantes (com predominância para a igreja presbiteriana e principalmente os conflitos entre protestantes e católicos) e somente um trabalho abordou sobre as religiosidades afro-brasileira (umbanda) e espiritismo (kardecista). Sobre o candomblé não foi realizado nenhum trabalho, permaneceu em silêncio sepulcral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Pedro. *Imagem e Peregrinação na Cultura Cristã: um esboço introdutório*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1986.

ALMEIDA, Gisselma S. J. *Procissão do Madeiro: devoção e diversão*. Nossa Senhora das Dores (1992-1997). Nossa Senhora da Glória, 2002. Monografia (Licenciatura em História). PQD II, DHI, CECH, UFS.

ALVES, Francisco José. "Igreja Nossa senhora do Rosário de Estância: nota para a sua história". *Cadernos do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica*. São Cristóvão: DHI-UFS, 1987.

ANDRADE, Maria Cleide Leite. *Epidemia, Medo e Devoção: aspectos devocionais no município de Campo do Brito-SE (1910-1915)*. São Cristóvão, 1999. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

ANJOS, Maria Francisca dos. *Festa do Divino Espírito Santo: Padroeiro de Indiaroba/SE*. São Cristóvão, 2001. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

BITTENCOURT JÚNIOR, Antônio. *A procissão dos penitentes do Senhor dos Passos: um estudo de comunicação na religiosidade popular na cidade de São Cristóvão no Estado de Sergipe*. Rio de Janeiro, 153. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Universidade do Brasil.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

CORRÊA, Isabela Chagas. *Guia das Festas de santos padroeiros de Sergipe*. São Cristóvão, 2004. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

DEL PRIORE, Mary. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos annales a nova história*. 3ª ed. Trad. Dulce N. Silva Ramos. São Paulo: Ensaios / Campinas: UNICAMP, 1994.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das Religiões*. Lisboa: LBL Enciclopédia, 2001.

FARIAS, Cláudia Maria Lima Trindade. *A Irmandade do Santíssimo Sacramento: expressão religiosa da elite sancristovence-1820-18'87*. São Cristóvão, 2004. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH,UFS.

FEITOZA, Maria Gilma Oliveira Silva. *Romaria: manifestações de fé que ultrapassa limites geográficos e doutrinários em Nossa Senhora da Glória-SE (1970-1990)*. Nossa. Senhora da Glória, 2002. Monografia (Licenciatura em História). PQD II, DHI, CECH, UFS.

FONTES, Lídia Meire Rocha dos Santos. *Espaço, disciplina e festividades numa cidade Considerada moderna*. Aracaju-SE (1900-1930). São Cristóvão, 1998. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

GEERTZ, Clifford. O beliscão do destino: a religião como experiência, sentido, identidade e poder. In. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p 149-165.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amorosa. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Francisco Jose Silva. A religião como objeto da História In: *Conferências do VIII Encontro Regional de História*. Vassouras: ANPUH, 1998.

LEITE, Rodrigo Reis. *Os ex-votos da Igreja do Carmo de São Cristóvão: uma fonte para a história da cultura popular em Sergipe*. São Cristóvão, 2002. Monografia (Licenciatura em História). DHI,CECH, UFS.

LIMA, Laura Andrade da Silva. *Do Sagrado ao Profano: O carnaforró em Nossa Senhora da Glória (1986-2000)*. Nossa Senhora da Glória, 2002. Monografia (Licenciatura em História). PQD II, DHI, CECH, UFS.

LIMA, Magneide Santana dos S. *Penitentes de Nossa Senhora das Dores: explosão de fé*. 1990-2000. Nossa Senhora da Glória, 2002. Monografia (Licenciatura em História). PQD II, DHI, CECH, UFS.

LE GOFF, Jacques. “Documento / Monumento”. In: __. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leite. 2ª ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP.

MELO, Maria do Carmo Bezerra. *Capela Sant' Ana do Massacará: esboço de uma interpretação histórico cultural. São Cristóvão, 2004.* Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

MENDONÇA, Maria de Fátima Costa de. *Além do Interesse de expandir a fé: a criação da paróquia, as atitudes do pároco e o culto a São José em Malhador/SE (1964-1977).* São Cristóvão, 1998. *Monografia* (Licenciatura em História) DHI, CECH, UFS.

MENEZES, Ilma Maria Figueiredo. *A diversidade de grupos de penitentes no município de Feira Nova (1955-1990).* Nossa Senhora da Glória, 2002. Monografia (Licenciatura em História). PQD II, DHI, CECH, UFS.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1986.

OLIVEIRA. Luis Amilton de. *Cristinápolis: temporização da fé e dualidade religiosa de 1940-2000.* Estância. 2002. Monografia (Licenciatura em História). PQD II, DHI, CECH, UFS.

OLIVEIRA Maria Vaneide de Andrade. *Elite Itabaianense na Irmandade das Santas Almas do Fogo do Purgatório da Vila de Itabaiana.* (1860-1898) São Cristóvão, 2000. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

PROFESSOR, Josivalda da Silva Santos. *Em tempo de louvor a Santo Antônio: tradição, fé e mudança na Festa dos Caminhoneiros em Itabaiana-SE (1970-1997).* Itabaiana, 2002. Monografia (Licenciatura em História). PQD II, DHI, CECH, UFS.

RIBEIRO NETO, Quintino. *A Teologia da Libertação em Sergipe.* São Cristóvão, 1996. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

SANCHIS, Pierre. *Festa e Religião Popular: as romarias de Portugal.* *Revista de Cultura.* Petrópolis 1979. Vozes. Vol. 73, ano 73, nº 04.

SANTANA, Josineide Siqueira de. *Em novos tempos de fé: aspectos das mudanças na igreja e religiosidade popular católica em São Cristóvão Sergipe (1911-1926).* São Cristóvão, 2000. Monografia (Licenciatura em História). DHJ, CECH, UFS.

SANTOS, Jineilson dos. *Festa do Divino: o simbolismo do cortejo do Império do Divino na mentalidade do povo indiarobense, entre o período de 1980-2000.* Estância, 2002, Monografia (Licenciatura em História). PQD II, DHI, CECH, UFS.

SANTOS, Joelma Dutra dos. *Festas Religiosas: fé e variedade Arauá (1986-2002).* Estância, 2002, Monografia (Licenciatura em História), PQD II, DHI, CECH, UFS.

SANTOS, José Nascimento dos. *Museu do ex-voto de São Cristóvão: análise da exposição de longa duração.* São Cristóvão, 2004. Monografia (Licenciatura em História), DHI, CECH, UFS.

SANTOS, Marcelo. *Irmãos da Santa Conveniência: a Ordem Terceira de São Francisco de Assis na cidade de São Cristóvão (1840-1870)*, São Cristóvão, 2001, Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

SANTOS, Maria de Fátima dos. *A disputa pelo espaço sagrado em terra de Nossa Senhora do Amparo: Vila de Riachão (1918-1920)*. São Cristóvão 2002. Monografia (Licenciatura em História) DHJ, CECH, UFS.

SANTOS, Maria José da Cunha. *Marizete Costa Vieira: símbolo de fé na paróquia de Nossa Senhora das Dores (1935-2001)*. Nossa Senhora da Glória, 2002, Monografia (Licenciatura em História) PQD II, DHI, CECH, UFS.

SANTOS, Rozangela dos. *Memórias da Festa do padroeiro de Frei Paulo: 1880-2002*. Itabaiana, 2002. Monografia (Licenciatura em História). PQD II, DHI, CECH, UFS,

SILVA, Adriana Macedo. *A Purificação de Maria: a festa de dois de fevereiro em Capela-SE (1910-1935)*. São Cristóvão, 2001 65p. Monografia (Licenciatura em História) DHI, CECH, UFS.

SILVA Cândido da Costa e. *Roteiro da vida e da norte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.

SILVA, Carina Soares: *Cruz do Homem: novenas e promessas*. Nossa Senhora da Glória, 2002. Monografia (Licenciatura em História) PQD II. DHI, CECH, UFS.

SILVA FILHO, José Tiago da. *Servindo à alma e ao corpo: A Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão/SE - Séculos XVII-XIX*. São Cristóvão, 2000. Monografia (Licenciatura em História) DHI, CECH, UFS.

SILVA, France Robertson C. da. *Sob o manto da Imaculada: Sergipe se devota a Maria. Séculos XVI a XIX*. São Cristóvão 2001. Monografia (Licenciatura em História) DHI, CECH, UFS.

SIQUEIRA, Luis. *Religião, Terra e Poder: o encapelado Nossa Senhora da Ajuda em Itaporanga - Sergipe (1798-1838)*. São Cristóvão, 2000. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

SOUZA, Laura de Melo e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Coloniais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

STEIL, Carlos Alberto. Peregrinação no Sertão. In: *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: SBPC, 1998. Vol. 24, nº 142.

VAINFAS, Ronaldo. *Economia e Sociedade na América Espanhola*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. Trad. Julia Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Estabelecendo fronteiras: de como se estabelece as práticas eruditas e intelectuais na historiografia brasileira nas décadas de 1930-1940

Arthur Luis de O. Torquato*
arthurlot@msn.com

A História evidencia que os movimentos decorrem dentro de uma área limitada. A tendência inevitável da história é mostrar o que foi escondido pelo documento. [...] Natal é uma cidade sem problemas [...] a história da cidade se passa na Ribeira e na Cidade. Não há história nos bairros novos.¹

[...] o que se exprime é a idéia de que o homem pode intervir arbitrariamente, e com sucesso, no curso das coisas e de que a história não somente “acontece”, mas também pode ser dirigida e até fabricada.²

As duas epígrafes acima são indícios fundamentais para o que se pretende problematizar nesse curto texto: de como uma narrativa histórica pôde ser produzida por uma escrita erudita e outra de cunho intelectual e, além disso, de como os lugares de fala interferem diretamente nas formas de produção de um discurso historiográfico. Assim, serão tomadas de análise as produções, *História da cidade do Natal* (1946) do erudito potiguar Luis da Câmara Cascudo e *Raízes do Brasil* (1936) do intelectual paulista Sérgio Buarque de Holanda. Tais obras serão tomadas como modelos de produção de escritas diferenciadas para que se possa perceber como cada sujeito adota estratégias diferentes de escrita, muitas vezes norteadas pelas ordens discursivas a que cada um deste esteve inserido e que, de uma forma ou de outra, obedeceram às regras de produção do discurso sugeridas por seus respectivos lugares de fala e aos diálogos, tensões e negociações as quais estavam sujeitas suas construções narrativas.

Antes de prolongar e mediar esse diálogo entre as respectivas produções de dois dos mais importantes nomes das letras do século XX, torna-se importante estabelecer neste momento a forma como aqui serão trabalhados e entendidos os conceitos de erudito e intelectual. Para tal, faz-se necessária uma breve análise dos sujeitos tomados como modelos representativos que serão analisados nas próximas linhas desta escrita.

¹*Bolsista Capes, é mestrando no Programa de Pós-graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sob a orientação do professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História da cidade do Natal*. Natal: IHGRN, 1999. p.38-39.

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. Ed. 70 anos. p. 100.

O erudito potiguar Luis da Câmara Cascudo nasceu na cidade de Natal em 1898. Filho de um influente membro conservador da política local, tentou por duas vezes seguir o caminho da medicina, mas, devido à crise financeira dos anos vinte foi forçado a abandonar os cursos nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia respectivamente. Assim como outros em sua situação³, Câmara Cascudo tornou-se bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Recife no ano de 1928. Já inserido no ramo das letras desde a primeira década do século XX, o mais importante erudito potiguar seguiu os caminhos das letras, muito pouco pelo viés do direito, mas muito mais através do saber folclórico, da literatura e da narrativa historiográfica.

Nascido em São Paulo em 1902, o intelectual Sérgio Buarque de Holanda, ao contrário de Câmara Cascudo, sempre foi um sujeito voltado para as letras. Coursou Direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1921, onde estabeleceu amizade com homens como Afonso Arinos e Prudente de Moraes Neto, sujeitos que apresentaram o caminho dos jornais a Sérgio Buarque, os quais passou a redigir críticas literárias pró modernismo e anti conservadorismo estabelecendo relações e espaços nas ordens literárias e intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesta análise que se empreenderá partilha-se do entendimento do historiador Durval Muniz para as categorias de erudito e intelectual, no qual Câmara Cascudo se insere dentro do que aqui se entende como erudito por ser um indivíduo em que “o trabalho com as letras, com as humanidades é visto como uma espécie de acréscimo de distinção para quem exerce outras atividades”, assim, “ao contrário dos intelectuais os eruditos não pensavam sua identidade como apartada da ordem dominante e do Estado. Sua razão de existir era não somente pertencer a esta ordem e aceder a cargos públicos, como legitimá-los através do trabalho com o discurso”. Dentro desta mesma lógica, Sérgio Buarque aparece como intelectual por fazer o papel do sujeito que “é capaz de se opor à ordem vigente, como alguém separado e distante das instituições que até então controlavam a produção da cultura, o Estado e a Igreja [...] o intelectual, mesmo fazendo parte deste Estado ou professando alguma fé religiosa, vai pensar sua identidade como apartada e diferenciada da prestação de serviço a estas duas instituições” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2005: 8-16).

³ Em *Poder, sexo e letras na República Velha*, Sérgio Miceli faz uma interessante análise de homens que estiveram em uma situação semelhante à de Câmara Cascudo e que, devido a um capital intelectual letrado, enveredou nas letras como forma de galgar postos administrativos junto às políticas letradas do Estado.

No Brasil a Universidade do Distrito Federal (UDF) aparece em meados dos anos de 1930 como uma instituição autônoma, ausente da influência do Estado e principalmente do poder da Igreja, onde, passa a ser um espaço de legitimação do saber científico no país e é fundada com o auxílio de intelectuais franceses como Henri Hauser, Eugène Albertini, Gaston Leduc, dentre outros, demonstrando quanto afastada estava a UDF do modelo de educação proposto e defendido pelo regime varguista, aliás a qual viria a ser extinta pelo Decreto Federal número 1063 de 1939, sepultando o modelo de Universidade independente pensada e organizada por Anísio Teixeira em 1935. Inserido dentro dessa lógica e muito a vontade nesses moldes de produção intelectual, Sérgio Buarque de Holanda foi um influente e pioneiro membro da extinta UDF e, por muitos, ainda hoje é considerado o maior nome das chamadas ciências sociais dessa instituição. Após a saída dos fundadores europeus da universidade, Sérgio Buarque torna-se o um dos mais renomados nomes da destacada intelectualidade paulista do período e assume com isso, a posição do letrado que está ao dispor das regras intelectuais instituídas pela missão francesa para os quadros de produção científica da UDF no Rio de Janeiro, além de adotar os modelos historiográficos franceses de fabricação da história, mesmo que se perceba em toda sua produção historiográfica uma presença marcante da filosofia alemã, a qual há pouco tempo havia tomado contato quando de sua estadia na Berlim pré Terceiro Reich.

Geograficamente situado em uma localidade superior à de Sérgio Buarque, Luís da Câmara Cascudo estava localizado em um espaço de produção de saber oposta à do seu companheiro paulista. Longe da Academia, Câmara Cascudo foi durante as décadas de 1930 e 1940 um sujeito à margem da produção intelectual brasileira. Sem a adoção de uma instituição tipicamente intelectual como a UDF e a USP, logo necessitou pôr-se em lugar de fala junto àqueles, assim como ele, que por possuir uma formação tradicional, mais conservadora, afinou seu discurso ao do Estado, passando a praticar um jogo de trocas de legitimidade entre o respeitado erudito de uma cidade órfã de letrados e o Estado mecenas de uma produção escrita que legitimasse uma história oficial e criasse uma narrativa enaltecida dos heróis, mitos, práticas e espaços produzidos (e em produção) pelos “benfeitores estatais”.

As narrativas em análise, *Raízes do Brasil* e *História da cidade do Natal*, embora possuam uma década de diferença da primeira para a segunda, são obras que contêm rastros, indícios na forma de se produzir história que permearam toda obra de Luis Câmara Cascudo e Sérgio Buarque de Holanda. Rastros e indícios estes que permitem que obras produzidas em

espaços e contextos históricos diferentes possam fornecer características necessárias para que se perceba, nestas duas narrativas, técnicas de escritas que diferenciam o modo de compor erudito e intelectual. Portanto, o que aqui se busca é perceber como se construíram as estratégias narrativas e de que maneira estas só se estabeleceram a partir dos lugares de fala em que cada sujeito esteve submetido e sob quais diálogos e tensões tais produções puderam ser constituídas.

Em *História da cidade do Natal* o folclorista, historiador, etnógrafo, cronista e jornalista Luis da Câmara Cascudo trama uma narrativa em muito (ou quase totalmente) influenciada por um viés positivista, que vai desde a escolha e seleção das fontes que justificam sua escrita até os moldes de compor sua produção historiográfica, salvo os casos em que se utiliza da tradição oral para dar certo ar de excentricidade ao cotidiano natalense. Aliado de primeira hora das oligarquias políticas do Rio Grande do Norte, estando inserido dentro destas relações, Câmara Cascudo é intitulado historiador oficial da capital potiguar pelo prefeito Silva Piza Pedroza – filho do influente comerciante Fabrício Pedroza, importante membro da oligarquia Albuquerque Maranhão – em 1946, cabendo-lhe a função de construir uma narrativa impressa oficial para a história de Natal, de forma a corroborar com o discurso composto e perpetuado pelo poder político local através da documentação estatal.

Basicamente Câmara Cascudo elabora sua narrativa a partir de fontes oficiais do Estado ou da Igreja, deixando rastros bastante visíveis que evidenciam sua forma erudita de produção do discurso histórico e seu claro envolvimento com ambas instituições. Desta forma, a história já selecionada pela documentação oficial não sofre um interrogatório a fim de se problematizar e se propor questionamentos para a produção de uma narrativa histórica de cunho intelectual, ou seja, que siga regras da produção historiográfica há alguns anos já praticada no Brasil. O erudito potiguar constrói sua escrita, basicamente, sobre dois alicerces: o da documentação oficial e da tradição oral. Geralmente a o uso da documentação oficial é utilizada para se compor a distribuição e organização espacial da cidade, além de lembrar e ressuscitar figuras heróicas que são perpetuadas pela produção historiográfica local, neste momento, é o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte a principal referência no que se diz respeito às produções historiográficas do Estado e, não por coincidência é um dos lugares de fala que Cascudo ocupa nesse momento. O uso da obra *História Geral do*

Brasil de Adolfo de Varnhagen é constante quando pretende situar o panorama nacional em sua escrita. Câmara Cascudo afirma que “uma História da Cidade do Natal registrará o essencial, o característico e a *constante* sociológica teimosamente sobrevivente” (CASCUDO, 1999: 37), o que explica o fato de achar que só há na Natal dos anos 40 “a história da cidade se passa na Ribeira e na Cidade [Alta]” os dois mais antigos bairros de Natal, afinal, para Cascudo a história não partia de problemas do presente, mas, devido transitar nas mais diversas áreas do conhecimento, só poderia ter história aqueles elementos da cidade que puderam testemunhar o início da colonização da cidade e seu respectivo desenvolvimento linear, na qual “a História oficial iniciar-se-á com a tentativa de colonização” (CASCUDO, 1999: 41) da capitania do Rio Grande.

Aliás, a estratégia do testemunho⁴ é uma constante na narrativa cascudiana na construção de sua obra. O erudito, quando não possui fontes documentais, ou, a tradição oral dos mais velhos não confirmam suas afirmações, é o testemunho do próprio narrador que dá veracidade ao evento descrito: “As almas do purgatório acompanhavam essa procissão, diziam. O frade-sem-cabeça ainda aparecia, no meu tempo de colégio, nos corredores do atual Convento de Santo Antônio”, (CASCUDO, 1999: 131) ou “Lembro um inglês que todo mundo esqueceu [...] deixou histórias que o vento levou depressa para o esquecimento”. (CASCUDO, 1999: 417)

Esses dois trechos evidenciam o quanto Câmara Cascudo se reporta como guardião, ou ao menos, escrivão oficial da memória natalense. Além disso, tentando retratar as superstições e lendas que povoavam o imaginário da cidade, afinal, além de historiador era também folclorista e etnólogo, Cascudo imprimisse nas páginas daquela que seria (e ainda hoje é) considerada a obra fundamental acerca da história oficial da cidade de Natal, misturando mitos, lendas, superstições e história, o que evidencia o quão falho era sua narrativa histórica nos moldes e regras de produção de uma escrita historiográfica intelectual, pois seu testemunho é tomado como fonte na construção de sua narrativa para a cidade.

Não é a esmo que o historiador potiguar utiliza apenas documentação oficial do Estado e da Igreja. Essas são as duas ordens onde o pensamento e o discurso produzido por Cascudo ganham sentido, principalmente pelo primeiro ser o mecenas de boa parte dos seus trabalhos escritos, principalmente desde os anos 30 e a segunda ser uma instituição na qual o

⁴ O testemunho como estratégia de narrativa é aqui utilizado a partir dos estudos de François Hartog, mais especificamente de seu livro *O Espelho de Heródoto* no qual o historiador desconstrói toda a narrativa histórica de Heródoto evidenciando a forma na qual o grego construiu uma narrativa histórica para os gregos.

erudito tem total respaldo e afinidade discursiva no que se refere à disciplina, comportamento e ao sentimento de hierarquia, dado que, assim como muitos dos eruditos do seu período, Cascudo foi um sujeito educado pela Igreja e sob a chancela do conservadorismo familiar saudoso dos tempos do Império, o que explica o fato de *História da cidade do Natal* só considerar a história dos espaços que sentiram a atmosfera colonial e imperial e que agora estavam sendo devastado pelo republicanismo e pelas rápidas mudanças impostas pela modernidade, como, por exemplo, e suas e quebra de estrutura de uma hierarquia lógica e que funcionava até a queda da organização imperial brasileira.

Diferentemente do erudito potiguar, o paulista Sérgio Buarque de Holanda, tendo um lugar de fala e respeitando as regras de produção de um saber intelectual, (HOLANDA, 2006: 181) produz *Raízes do Brasil* procurando estabelecer o distanciamento necessário para análise das fontes da sua pesquisa. Buscando uma escrita científica, Sérgio Buarque adota critérios de análise e utiliza-se de hipóteses para problematizar sua escrita e poder construir uma narrativa na qual as fontes auxiliam na resposta dos problemas e não que sejam simplesmente dadas como verdade absoluta. Mais, sua narrativa ataca a forma erudita de se construir uma escrita, evidenciando a posição oposta a qual Sérgio Buarque e sua obra estavam em relação às produções sem regras e sentido, que muitas vezes levavam em conta o grau de erudição do escritor e não sua relevância social e utilidade científica.

De onde, por vezes, certo tipo de erudição sobre tudo formal e exterior, onde os apelidos raros, os epítetos supostamente científicos, as citações em língua estranha se destinam a deslumbrar o leitor como se fossem uma coleção de pedras brilhantes e preciosas. (HOLANDA, 2006: 181)

Embora não seja direcionada à Câmara Cascudo é à forma de produção erudita utilizada pelo natalense que as linhas de Sérgio Buarque atacam. Cascudo via na raridade da informação, no exótico, na narrativa suntuosa uma forma de fazer história digna de quem a fosse ler, que no caso não seria qualquer um, mas sim a camada letrada e erudita da cidade de Natal dos anos 40. A história pensada em Sérgio Buarque aparece elaborada a partir da visão e do confronto das fontes. As perguntas aparecem de forma a dar andamento ao processo de análise e nem sempre as fontes são usadas como indiciadoras da verdade, como por exemplo, ao utilizar uma citação de Georg Friederici na qual a empreitada bandeirante

aparece como algo legitimamente brasileiro, feito “não por europeus, mas por americanos”. (HOLANDA, 2006: 142) Sérgio Buarque contesta tal afirmativa e afirma:

Não penso em tudo com o etnólogo e historiador alemão onde parece diminuir por sistema o significado da obra portuguesa nos descobrimentos e conquistas, contrastando-a com a de outros povos. Acredito mesmo que, na capacidade para amoldar-se a todos os meios, em prejuízo, muitas vezes, de suas próprias características raciais e culturais, revelou o português melhores aptidões de colonizador do que os demais povos, por ventura mais inflexivelmente aferrados às peculiaridades formadas no Velho Mundo. (HOLANDA, 2006: 142-143)

Outro fator interessante na análise de *Raízes do Brasil* é a presença do tempo presente na narrativa de Sérgio Buarque. No capítulo intitulado “Nossa Revolução” (palavra muito temida pelos eruditos do período), ao tratar da organização e de como o *Estado* é praticado e percebido no imaginário nacional, Sérgio Buarque tece uma dura crítica à forma como o estadismo vem sendo praticado no Brasil, muito devido à reação dos paulistas contra a ditadura varguista.

A imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não pôde, até hoje, desligar-se muito do espírito do Brasil imperial; a concepção de Estado figurada nesse ideal não somente é válida para a vida inteira da nacionalidade como ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projeção maior na vida internacional. (HOLANDA, 2006: 194)

A escrita de Sérgio Buarque deixa evidente que seu lugar de fala está atrelado ao sentimento paulista de contestação tanto à organização estatal do Brasil quanto ao discurso pronunciado pelos letrados nordestinos, muitos destes atrelados aos governos locais e financiados por tais. Logo, Sérgio Buarque deixa evidente o fato de que seu lugar de fala (neste momento a Universidade do Distrito Federal, embora na USP ele também assumisse tais posturas de distanciamento do Estado) permite e legitima suas posturas intelectuais de crítica aos regimes políticos e modelos de organização e administração do país, algo que não pode ser empreendido por aqueles que trabalham e são sustentados pelo Estado mecenas a que estão alinhados.

É de extrema importância que se perceba algo fundamental na análise que aqui se emprega da produção de Câmara Cascudo e de Sérgio Buarque: embora as narrativas aqui apresentadas sejam, em grande medida, opostas uma à outra, o que torna-se fundamental é perceber o quanto o lugar de produção influi e interfere diretamente na produção e esse lugar,

aliado à formação cultural e ao meio em que cada sujeito esteve inserido em sua vida nos seus ambientes sociais, são fundamentais para que se entenda a forma de se compor narrativas tão distintas em um espaço de tempo considerado relativamente curto. Pois, embora muitas vezes se pense que o intelectual como sujeito produtor de uma narrativa científica seja uma evolução das práticas eruditas de produção de saber, o que se percebe, e é essa a intenção, é que a forma erudita de produzir história em nada está associada ao modelo de produção proposta e difundida pelas instituições legitimadoras do saber. O erudito muitas vezes esteve em um momento de produção idêntico ao do intelectual, mas suas práticas e principalmente, o lugar de produção desse saber erudito raramente esteve associada à produção universitária dos anos 30 e 40 no Brasil. Câmara Cascudo levava em conta em suas produções historiográficas aquilo que considerava interessante, peculiar, a origem de determinados espaços, práticas e comportamento. Por isso suas perguntas vêm sempre precedidas de respostas imediatas, sem muita reflexão, simplesmente pelo fato de que isso não importava, perguntas como como: de onde vem o galo acima da Igreja de Santo Antônio? Qual a origem do Forte dos Reis Magos? Como foram expulsos os holandeses do Rio Grande? Afinal, a partir da visão erudita de Cascudo, a história já estava escrita, formulada e devidamente apresentada onde foi escrita na documentação escrita e oficial. Câmara Cascudo compunha e tecia sua narrativa a partir de suas experiências e formação própria, bem de acordo com o que pensa o historiador Simon Schama ao afirmar que as produções literárias são frutos de determinados homens e modelos de pensamento, construindo espaços e paisagens que dão formas, no caso do potiguar, ao conteúdo documental, que dê uma visibilidade ao imaginário, que reconstrua o que foi a Natal dos colonizadores e dos ditos heróis da cidade, conseqüentemente a construção das paisagens e dos espaços oficiais da cidade nada mais é do que uma construção cultural, uma atribuição de valores a um determinado espaço constituído (SCHAMA, 1996: 13-28), nesse caso, por uma narrativa histórica de cunho erudito.

Por outro lado, a escrita proposta por Sérgio Buarque busca, não um olhar panóptico que busque englobar o todo, percebendo as origens, mudanças, superstições e a formação oficial do espaço da cidade, mas, a partir de problemas e hipóteses busca estabelecer um pensamento que indique ao leitor mais dúvidas que certezas, negando uma “concepção de mundo que procura simplificar todas as coisas para colocá-las mais facilmente ao alcance de raciocínios preguiçosos”. (HOLANDA, 2006: 181) Tendo a instituição universitária, inicialmente na UDF e em seguida na USP, Sérgio Buarque visava construir diálogos e

enfrentamentos com outros espaços de produção do saber, atacar e defender posições, delimitando fronteiras que deixassem visíveis os lugares de fala daqueles que produziam conhecimento no Brasil. Embora devesse possuir crenças religiosas, posicionamentos políticos bem definidos, simpatias e desavenças, em momento algum a escrita se processa diretamente a atacar ou defender deliberadamente seus pontos de vista. Sua narrativa historiográfica busca utilizar-se das fontes estabelecendo relações de diferença entre a forma intelectual de produção do discurso as produções eruditas feitas para o que ele chama de “raciocínios preguiçosos”.⁵

Portanto, Luis da Câmara Cascudo e Sérgio Buarque de Holanda podem ser considerados exemplo de sujeitos em que o lugar de fala é fundamental para definir o formato de produção da narrativa historiográfica, o que não deve supor que uma seja inferior à outra, mas que se perceba que ambas escritas estão de acordo com as regras e diálogos estabelecidos dentro da ordem discursiva em que cada sujeito da fala está inserido. Contemporâneos como foram, Sérgio e Cascudo foram homens e colegas das letras que mesmo possuindo formações e metodologias distintas de produção narrativa souberam, como poucos, cultivar um respeito e admiração um pelo outro, evidenciando o quão fundamentais foram suas obras para aquele tempo e para o presente, visto que graças à essas produções nos foi possível perceber a contribuição e a herança deixada por duas das mais geniosas e instigantes mentes do século XX. Com certeza, o lugar de fala que hoje ocupo me permite estabelecer parâmetros e diferenciações nas formas de se fazer história que Cascudo e Sérgio puderam produzir em um momento peculiar da história do Brasil, no qual, eruditos e intelectuais possuíam campo favorável para a divulgação e perpetuação de suas obras, produzindo, no entender de ambos, conhecimento científico, cada um ao seu modo e forma de narrativa sem que lhes fosse impossibilitado propagar seus modelos, práticas e comportamentos fossem eles liberais ou conservadores. O que se pode com certeza afirmar é que suas narrativas são construções discursivas de verdades que espelham nitidamente o lugar e a fala desses dois influentes marcos das letras no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

⁵ Durante todo o capítulo intitulado “Novos tempos”, Sérgio Buarque trabalha na construção de barreiras entre o que ele produzia e o que era produzido pelos estudiosos bacharelescos e positivistas produzidos na primeira metade do século XX no Brasil.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente contemporâneo. In. *Trajetos*. Revista de História da UFC. Fortaleza, vol. 3, nº 6, 2005.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História da cidade do Natal*. Natal: IHGRN, 1999.

DERRIDA, Jaques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso* (12ª ed.). São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *Vigiar e punir: uma história da violência nas prisões*. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* (ed. 70 anos). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia da Letras, 19XX.

_____. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

A política imperial paraibana na obra de Celso Mariz: Um balanço historiográfico

Azemar dos Santos Soares Júnior¹

De contexto historiográfico, o presente trabalho, tem por objetivo analisar a obra de Celso Mariz, em especial os livros que privilegiam a atuação política na Província da Paraíba: *Apanhados Históricos da Paraíba* (1922), e *Memória da Assembléia Legislativa* (1946). Em nossa análise discutiremos o período imperial na obra do autor, que possui grande relevância na produção sobre a história da Paraíba, em especial sobre a história política.

Os intelectuais desempenharam papéis de grande importância na historiografia brasileira. Seja atuando em Academias e Institutos, seja na universidade ou em partidos, ou até mesmo inseridos no aparelho do Estado, a inteligência brasileira buscou se inscrever na esfera pública, formulando e disputando projetos sobre o futuro da nação. Sintoma desta importância pode ser verificado na “centralidade que a temática dos intelectuais vem ganhando no campo das ciências sociais brasileira nos últimos anos, com estudos privilegiando ora questões relativas à morfologia e à composição interna do campo intelectual, ora pesquisas que preferem esmiuçar as modalidades da contribuição deste campo para o trabalho cultural e político” (PERLATO, 2005:01). No presente artigo, buscaremos discutir alguns aspectos referentes à escrita no campo da história de Celso Mariz.

Jornalista sem formação universitária, historiador autodidata, político e funcionário público de carreira. Todo esse histórico traduz a história escrita por Celso Mariz, que é sem dúvida, legitimadora de uma história que tem a função de trazer à tona a história da Paraíba com seus marcos e heróis, o que é típico de uma herança do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mais especificamente dos Institutos locais. Assim, de acordo com José Carlos Reis (2007) o conhecimento histórico produzido por esses historiadores tiveram e continuam tendo o seu valor. Desde que, dentro de uma perspectiva contextualizada no próprio tempo. Ou seja, o conteúdo e a relevância da obra devem ser analisados dentro do tempo em que suas idéias foram escritas. Celso Mariz produziu sua obra em um determinado momento e lugar, portanto, está carregada de sentidos, pois todo historiador é marcado pelo seu lugar social, daí a importância de se fazer uma análise historiográfica.

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) da Universidade Federal da Paraíba, com área de concentração em História e Cultura Histórica, sob a orientação da Profª. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano.

Celso Mariz, que adentra o Instituto Histórico Paraibano em 1910 estava imbuído das mesmas idéias postuladas pelos fundadores do IHGP: lançar as bases da historiografia paraibana, e, nesse período, com a meta de legitimar o regime republicano.

Celso Mariz: um intelectual multifacetado

Nascido na cidade de Sousa, alto sertão paraibano, Celso Marques Mariz, veio ao mundo em 17 de dezembro de 1885. Ficou órfão de pai muito cedo, quando, em 1888, seu pai Manoel Marques Mariz faleceu, ficando sob os cuidados de sua mãe Adelina de Aragão Mariz e de seu padrinho o bacharel em direito Felix Joaquim Daltro Cavalcanti. Após a morte de seu pai, a família passou a viver em uma fazenda do distrito de Catingueira, região que integrava o extenso Piancó. Ali, onde seu padrinho exercia o cargo de Juiz Municipal, Celso viveu parte de sua infância.

Com a implantação da República, o presidente do Estado da Paraíba, Venâncio Neiva, criou a comarca da cidade de Taperoá e nomeou para o cargo de Juiz de Direito Felix Daltro, fato que fez a família migrar para a cidade. Em Taperoá Celso Mariz recebeu os primeiros ensinamentos educacionais, sendo matriculado na escola do professor Minervino Cavalcanti. Aos dezenove anos de idade, graças à amizade entre seu padrinho e o então bispo da Diocese da Paraíba, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, Celso Mariz ingressou como ouvinte no Seminário localizado na capital. Após uma temporada no Seminário, voltou para Taperoá passando a atuar como jornalista² e conselheiro municipal. Celso Mariz era conhecido pelos parentes e amigos por ler “tudo, desde jornais que chegavam pelo correio, com atraso de semanas, a livros do padrinho e de quem os tivesse para dar-lhe ou emprestar-lhe” (TERCEIRO NETO, 2000: 8).

Após uma temporada na região Norte³, Celso Mariz regressou a Paraíba em 1907 tornou-se professor da rede pública na cidade de Catolé do Rocha. Ocupando o cargo de Inspetor Regional de Ensino, percorreu todo o Estado, passando por inúmeras cidades, povoados, vilas e fazendas. Seu companheiro de estrada fora seu cavalo. Dessa experiência

² Celso Mariz iniciou sua carreira como jornalista como redator do jornal *O Comércio*, ao lado de Arthur Achilles e como colaborador do jornal *A União*. Ao longo de sua vida também fez parte dos quadros de jornalistas de diversos outros jornais, a exemplo, do jornal *O Norte*, de *A Notícia*, dentre outros.

³ Partiu para a região Norte atraído pelos lucros que a borracha produzia, era uma verdadeira promessa de riqueza que encantava e atraía os nordestinos no início do século XX. Tal riqueza não era restrita apenas aos setores puramente econômicos, fazendo nascer nas principais cidades daquela região, inúmeros jornais e revistas. Na cidade de Belém, chegou a ser revisor do jornal *A Província do Pará*, durante alguns meses do ano de 1906.

nasceu sua primeira obra *Através do sertão*, lançado em 1910 pela imprensa oficial. De acordo com Carmelo Nascimento Filho (2003:149) em seu livro de estréia, Celso Mariz, descreve o que chama de sub-civilização sertaneja através de sua gênese (conquista do território), do seu produto (o sertanejo) e do seu desenvolvimento (os municípios). Neste livro, é evidente a influencia de Irineu Joffily⁴ e Capistrano de Abreu, em especial quando o autor tentou unir a geografia à história na descrição do território sertanejo e também a contribuição de Euclides da Cunha freqüentemente citado e apropriado no que diz respeito à teoria das raças e ao determinismo geográfico.

Devido à publicação de sua primeira obra, o historiador e burocrata Celso Mariz passou a fazer parte dos quadros do IHGP (Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba) ingressando em 18 de junho de 1910, tendo exercido o cargo de Presidente desta instituição no biênio 1944/1946⁵.

Em uma vida seminômade, Celso Mariz, após novamente atuar como conselheiro municipal em Taperoá decidiu partir para a capital do estado. Em 1915 foi nomeado Diretor da Secretaria da Assembléia Legislativa, cargo que exerceu até 1930, rendendo-lhe interesse pela política do estado. Neste mesmo período fundou o jornal *A Notícia*, órgão que expressava as idéias dos chamados “jovens turcos” filiados a orientação política de Epitácio Pessoa. Seu segundo livro *Apanhados Históricos da Paraíba*, publicado em 1922, tinha por objetivo

fazer uma síntese da história do Estado desde a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves, ou seja, 1585, até o ano de 1920. É neste trabalho que Celso Mariz mais se dedica a estudar a História do império e, mais particularmente, o período da independência, o que se explica pelo fato de ter sido publicada no mesmo ano da comemoração do Centenário da Independência. (NASCIMENTO FILHO, 2003:150)

Neste livro o autor vai desde a Paraíba colonial até a as primeiras décadas do século XX, quando já vivenciávamos a República. Além do quadro histórico e geográfico do Estado, o autor enfoca o território, a guerra anti-holandesa, os acontecimentos considerados por Mariz “merecedores de registro” entre os séculos XVII e XX, a atuação da Igreja, o governo colonial, as revoluções, a política imperial, os governos e os legisladores até o período republicano.

⁴ Paraibano, também membro do IHGP e autor de *Notas sobre a Parahyba* (1872) e *Sinopse e Sesmarias* (1894), além de inúmeros artigos.

⁵ Celso Mariz escreveu diversos artigos para a revista do IHGP, dentre eles, *O ouro no Piancó* (1948), *Relatório de 1945* (1945), *Manoel Tavares Cavalcanti* (1953), *O Instituto Histórico na evolução cultural da Paraíba* (1958), *Episódio de fogo e de sangue* (1961), *Centenário de Cunha Pedrosa* (1964), *A significação histórica de 5 de agosto* (1971), *Quem foi Orris Soares* (1971), *A doutora Vilma* (1971).

Foi eleito deputado na décima legislatura, entre o período de 1924 a 1927, período que corresponde ao governo de João Suassuna. No governo João Pessoa, foi nomeado por um breve espaço de tempo como diretor do jornal A União, devido a seu retorno a Assembléia Legislativa da Paraíba assumindo novamente o cargo de diretor da Secretaria Legislativa. No governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940) esteve à frente da Secretaria de Governo, da Agricultura, Comercio, Viação e Obras, além da diretoria do Departamento de Educação. Celso Mariz, ocupou cargos políticos até 1950. Sua ultima atuação no serviço público foi no governo de José Targino da Costa (1950-1951).

Seu terceiro trabalho como historiador foi publicado em 1939, sendo intitulado *Evolução Econômica da Paraíba*. Os principais questionamentos exposto nesta obra foram frutos do momento em que esteve no cargo de Diretor do Estado. Nesta publicação o autor “procura esclarecer as origens dos problemas que afetaram o progresso da Paraíba por meio do desenvolvimento da lavoura dos seus principais produtos de exportação” (NASCIMENTO FILHO, 2003:151). Mais uma vez Celso Mariz segue um etapismo cronológico: Colônia, Império, República. Tem no processo de colonização o inicio de sua aventura, como ele mesmo chamou, de econômica. É um estudo sobre a colonização e civilização agrária começando pelas

primeiras culturas praticadas, os engenhos nascentes e moentes, a penetração dos colonizadores no Brejo, Cariri e Sertão, o surgimento e pujança do algodão, as crises, o advento de novas lavouras e das indústrias, abertura de caminhos, estradas de rodagem e de ferro, o porto, a mudança das estruturas rudimentares de trabalho e produção, as conquistas tecnológicas e fatores internos e externos que as influenciaram, as secas e seus efeitos catastróficos, as obras de combate ao estios prolongados, as realizações administrativas e os esforços para geração de rendas públicas e privadas, o desenvolvimento urbano, notadamente o da capital, tudo ilustrado com dados estatísticos, constituindo trabalho de fôlego e fonte de consulta a quantos se interessem pela história do desenvolvimento econômico e social da Paraíba. (TERCEIRO NETO, 2000:13-14)

Enquanto na obra *Apanhados Históricos da Paraíba* a política é o centro da discussão, em *Evolução Econômica da Paraíba*, como o próprio Celso Mariz afirmava “era o capítulo econômico que faltava aos *Apanhados Históricos da Paraíba*” (NASCIMENTO FILHO, 2003:151). É justamente após seu distanciamento do serviço público/político que Celso Mariz passou a dedicar-se a pesquisas no arquivo da Assembléia Legislativa da Paraíba, fazendo com que a década de 1940, seja o auge de sua produção enquanto historiador e intelectual. Foi membro efetivo e um dos fundadores da Academia Paraibana de Letras no ano de 1941.

Inúmeros outros trabalhos foram escritos e publicados pelo historiador. Em 1942 lança *Ibiapina, um apóstolo do Nordeste*, por meio de uma espécie de relato, o autor mostra a

atuação do padre e bacharel na região Nordeste, em especial na Paraíba. Esta obra tornou-se “fonte de consulta e informações pelo Vaticano, para o processo de beatificação ainda provável daquele sacerdote que está sepultado em Arara, na Paraíba”. (TERCEIRO NETO, 2000:15-16). Em 1943 escreve *Carlos Dias Fernandes*, um formato de compacto sobre a vida do jornalista e poeta no estado da Paraíba. Em *Cidades e Homens*, publicado em 1945, Celso Mariz apresenta por meio de pequenos textos fatos e figuras do passado de alguns municípios da Paraíba. *Memória da Assembléia Legislativa*, de 1946, buscou-se resgatar “tudo que se passou no nosso legislativo desde a Monarquia à República, até 1945” (TERCEIRO NETO, 2000:16). Esta obra apresenta listas dos deputados por legislatura desde o ano de sua fundação em 1835. Vale ressaltar que *Memória da Assembléia Legislativa* sofreu acréscimos em seu corpo pelo também dito historiador Deusdedit Leitão, especificamente sobre o período pós-1945. Outro pequeno livro, de apenas dezesseis páginas fora lançado em 1946, era *Areia e a Rebelião de 1848*, onde são narrados lances da ação do areenses na revolução prairieira.

Já aposentado, Celso Mariz, continua suas pesquisas produzindo outras obras, de assuntos até então intocados. Em 1954, publica *Restauração do município e criação da comarca de Pilões*, onde evidenciamos fatos e personagens que fizeram parte a construção daquela cidade. É sem dúvidas, um estudo “mais aprofundado sobre a história do referido município” (NASCIMENTO FILHO, 2003:152). *Notícias de Catolé do Rocha* é escrito em 1957, também em forma de compacto, o historiador narra as origens da cidade elencando os personagens que foram responsáveis pelo crescimento da cidade. *Figuras e Fatos* é o último livro de Celso Mariz, publicado em 1976, após um longo período de dezenove anos sem nenhuma publicação. Este livro é composto integralmente por artigos e crônicas publicados durante sua trajetória enquanto historiador e jornalista na imprensa paraibana.

Prestes a completar um centenário, chega ao fim da vida. Seus “amigos e admiradores, que eram muitos alimentavam o sonho de ver o estimado escritor alcançar cem anos de idade, frustraram-se, porque o mestre faleceu a 3 de novembro de 1982, faltando poucos dias para completar 96 anos de idade” (TERCEIRO NETO, 2000:17).

O oitocentos paraibano segundo Celso Mariz

Em quase todas as obras produzidas por Celso Mariz, o século XIX tornou-se objeto de análise. Embora tal período seja recorrente na produção deste historiador, em duas obras

especificamente, ela torna-se ganha o zoom pelo autor: *Apanhados Históricos da Paraíba e Memória da Assembléia Legislativa*.

No primeiro livro, o oitocentos, ou como o próprio autor fazia questão de deixar claro, o século da Independência e da autonomia política, “não solucionou o crônico problema da Capitania, ou seja, a subordinação de seu comércio ao de Pernambuco, além do que continuava a sendo prerrogativa da capitania vizinha administrar a polícia interna e a defesa externa da Paraíba” (NASCIMENTO FILHO, 2003:153).

Apanhados Históricos da Paraíba está organizado em capítulos que exaltam a geografia do estado paraibano, bem como, os grandes marcos da história da Paraíba e, conseqüentemente, os heróis que dela fizeram parte. O livro é iniciado com o Quadro histórico e geográfico da Paraíba, A fundação, A guerra anti-holandesa, Expansão territorial, Pelo século XVIII; Pombal, os Jesuítas e a Inquisição, Governo colonial, Figuras antigas, Os direitos do homem, Nos tempos da emancipação americana, A revolução de 1817, O constitucionalismo português, A Independência, A Paraíba na Constituição Monárquica, A unidade imperial, Na política do primeiro império, Os partidos políticos na Monarquia e por fim, Capítulos da República.

Embora parte do livro seja destinada ao período colonial, é o século XIX, que recebe o destaque especial pelo autor. É o período de grandes transformações no cenário político e econômico paraibano e nacional que tem início em 1799 com a desagregação da Capitania da Paraíba a Capitania de Pernambuco. A autonomia ganha nova força em especial com a chegada da família real portuguesa ao Brasil que possibilitou “a criação da junta da fazenda, erário ou tesouro público em 1809 e a implantação do juizado de fora em 1814” (NASCIMENTO FILHO, 2003:153-153).

A Conspiração dos Suassunas, de 1801, em Pernambuco, abre de fato o século oitocentista. Para Mariz seria um marco que estaria mal explicado, ou pelo menos esquecido pela história local, daí a necessidade de expressar um ideal nacionalista a partir dos ilustres homens desta capitania. Tal afirmativa fica evidenciada com a seguinte passagem:

A conspiração de 1808 não está bem esclarecida em nossa história. Filiam-na a propaganda dos Arruda Câmara e rebentaria protegida pelos agentes de Napoleão I. Por ela geraram presos quatro anos os irmãos Cavalcante de Albuquerque, Francisco de Paula e Luis Francisco de Paulo, os Suassunas, como são eles e seus descendentes conhecidos na crônica política de Pernambuco. Acrescenta-se que só muito prestígio de família e molhaduras de ouro libertaram aqueles patriotas do cárcere, do desterro ou do patíbulo. (MARIZ, 1922:79).

Uma característica comum das obras de Celso Mariz, e talvez com mais veemência nesta em análise, é ser composta apenas pela descrição dos fatos, ou seja, inexistente uma análise profunda de seus motivos e conseqüências para a sociedade. Segundo Carmelo Nascimento FILHO, as

Causas da revolução foram: a influência das idéias francesas propagandeadas pelas lojas maçônicas e o intenso antilusitanismo presente na região, destacando, também a presença das famílias mais ricas do norte no movimento. Na Paraíba, particularmente, Celso Mariz chama a atenção para o entusiasmo da adesão ao movimento, que ocorreu de um extremo a outro da capitania. Segundo o autor já haviam homens instruídos, anteriormente preparados para agir em caso de revolução vinda de Pernambuco. (NASCIMENTO FILHO, 2003:154-155)

Apesar das mudanças sofridas no Brasil com a chegada da corte portuguesa, estas não foram iguais para o Norte e para o Sul do país. Segundo Celso Mariz no Sul os raios da coroa amorteciam e abafavam as aspirações, no Norte, porém, nesse meio Norte em que se fizera centro Pernambuco, o terreno era diverso. Enfim, o Norte contava com uma maior população, dispunha da riqueza da produção açucareira, a atuação da maçonaria e todo o histórico de lutas e heróis que fez surgir a “Revolução de 1817”.

A Insurreição de 1817 foi alvo de discussão de Celso Mariz. Aqui, bem mais fortemente, a lista de heróis aumenta. São famílias inteiras entrosadas na luta contra a Coroa. Na Paraíba as cidades de Mamanguape, Pilar, Itabaiana, Pirpirituba, Guarabira, Areia e Sousa participaram do movimento, sendo estes, “instruídos para agir quando soasse a revolução da Independência” (MARIZ, 1922:86). Neste capítulo o historiador dá ênfase a “revolução” na Paraíba, intitulando os sub-tópicos como “Na Paraíba – A República na Capital”, “No interior da Província – A expedição de Peregrino” e “O poder monárquico – Os nossos mártires fracasso geral do movimento – Restauração”. Ou seja, é narrada uma visão panorâmica do movimento na Cidade da Paraíba, no sertão da província e, por fim, a forma pela qual chega ao fim a “revolução”. Porém, deixam para a história grandes heróis, mártires que lutaram pelo ideal republicano.

Os *homens bons* voltam à cena histórica escrita por Celso Mariz no livro *Memória da Assembléia Legislativa*. Homens, considerados heróis que passaram a atuar no governo local assumindo cargos na “junta governativa instalada após a Revolução do Porto e nas listas dos deputados eleitos pela Paraíba às cortes de Lisboa” (NASCIMENTO FILHO 2003:155) e como deputados provinciais a partir de 1835 com a criação da Assembléia Legislativa da Paraíba.

No capítulo “A independência”, o processo de independência é trazido à tona. Conta-se desde o retorno da família real para Portugal, até o momento da independência, destacando alguns momentos de suma importância como “o dia do fico” e a aclamação “independência ou morte”. O palco político é montado no Rio de Janeiro e na Paraíba. A proclamação da independência legitima uma monarquia, as eleições consagram nomes já conhecidos para serem os representantes da Província. Assim Mariz afirma:

Os nossos deputados à Constituinte Nacional foram Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, Augusto Xavier de Carvalho, José da Cruz Gouveia, padres José Ferreira Nobre e Virgínio Rodrigues Campelo, representação homogênea e verdadeira do povo e do espírito que dominava a província (MARIZ, 1922:160).

Em “A Paraíba na Constituinte Monárquica”, o historiador burocrata descreve o perfil dos deputados, em especial os Carneiro da Cunha, além de outros que se destacaram. Aspectos biográficos de Joaquim Manoel Carneiro da Cunha são apresentados, desde sua participação na *gloriosa* revolução de 1817, passando por sua participação política na Constituinte e findando com sua atuação no legislativo local. É notório nesta parte da obra a dedicação e heroísmo atribuído ao deputado paraibano: “E nesse estilo de bravura e independência moral, Carneiro da Cunha continuou em sua posição ao ministério [...] o despotismo era seu fantasma e a liberdade sua fonte de inspiração combativa” (MARIZ, 1922:111).

No capítulo “Unidade imperial”, um dos pontos abordados é a Confederação do Equador⁶. Mais uma vez lugares estratégicos, fatos grandiosos e homens bravos e ilustres são expostos. Os mesmos sobrenomes já conhecidos de outrora aparecem, as famílias parecem levar em suas veias sangue lutador. Carneiro da Cunha, Avundano, Sousa Rangel, Albuquerque Maranhão vão estar presente em toda a narrativa, ou melhor, em todo o século XIX.

“Na política do primeiro império”, parece ser um prolongamento do capítulo anterior. As mesmas características são apresentadas: nomes, datas, acontecimentos. Se anteriormente o enfoque era destinado aos movimentos, agora é a vez das Instituições Políticas do império e sua composição, especificamente, a composição paraibana. Era 18 de outubro de 1826 quando foram empossados os primeiros senadores do império e os deputados da nova legislatura

⁶ Movimento ocorrido no ano de 1824 e contou com a participação de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Se em 1817 lutava-se contra o governo Português, em 1824, lutava-se contra o governo central instalado no Rio de Janeiro. A Confederação explode em Pernambuco em julho de 1824, espalhando-se pelas províncias vizinhas, no entanto, se a revolução se estabeleceu logo no interior da Paraíba, na capital, Felipe Neri, resistiu por algum tempo [...] rendeu-se mas revolução não conseguiu manter-se, sendo a reação vitoriosa em setembro do mesmo ano.

nacional e também o Conselho Geral da Província. Os dois primeiros senadores que representavam a Paraíba foram Estevão José Carneiro da Cunha, e João Severino Maciel da Costa, mineiro, votado na Paraíba onde não tinha serviços nem relações especiais, por indicação do ministério dominante. Celso Mariz segue apresentando os critérios necessários para a candidatura ao cargo de senador, e também, os nomes que compunham as legislaturas seguintes. Claro, é de praxe, todas elas contam com um Carneiro da Cunha.

O último capítulo de *Apanhados Históricos da Paraíba* sobre o império brasileiro versa sobre “Os partidos políticos da Monarquia”. A disputa pelo poder agora não é mais apenas uma vaga de senador ou de deputado na Câmara Geral do Império, mas também, nas Assembléias Legislativas da Paraíba. Com o Ato Adicional de 1834, fica estabelecido a criação destas instituições nas províncias brasileiras. Conservadores e Liberais disputavam agora o poder. Estes eram os principais partidos políticos do período que embora possuíssem ideologias distintas em vários momentos as práticas se confundiam.

Este capítulo do texto parece ser um resumo do que vai ser apresentado em *Memória da Assembléia Legislativa*⁷. Os documentos que possibilitaram a escrita deste livro foram pesquisados no Arquivo da própria instituição no momento em que o historiador exercia cargos burocráticos. Celso Mariz inicia o livro mostrando a atuação dos Conselhos de Província, passando pela criação do Ato Adicional e culminando com a criação da Assembléia Legislativa.

O fato de Celso Mariz ter seus livros publicados pela imprensa oficial mostra uma relação muito próxima entre sua escrita e uma visão “oficial do Estado”. Não seria diferente em *Memória da Assembléia Legislativa*, escrito no período em que o historiador ocupava cargos políticos “o que transparece em alguns de seus livros, possuir uma formação autodidata a respeito dos temas sobre os quais escreveu e alcançar um público mais vasto que o dos intelectuais acadêmicos uma vez que publicava artigos históricos em jornais e proferia palestras sobre a história local” (NASCIMENTO FILHO, 2003:163).

Em quase todos os livros Celso Mariz dedica um espaço a algum acontecimento do século XIX. Isso não é regra, porém, em *Apanhados Históricos da Paraíba*, o historiador reserva oito capítulos, e em *Memória da Assembléia Legislativa* também oito capítulos. Nos

⁷ Esta obra publica em 1846 está esquematicamente dividida em duas partes: a primeira de autoria de Celso Mariz que compreende o período de 1835 (ano de criação da Assembléia Legislativa da Paraíba e 1937, em pleno governo Vargas; a segunda parte de responsabilidade de Deusdedit Leitão compreende exclusivamente o período republicano (1947 a 1987).

demais livros uma ou outra figura própria do império é evocada para explicar alguns fatos ocorridos no início do período republicano.

De escrita tradicional, Celso Mariz embasa seu discurso na busca de construir uma identidade própria do paraibano. A principal ênfase do historiador: o paraibano possui como maior virtude sua bravura. A partir das obras de Celso Mariz, percebemos, o sentimento de *paraibanidade*⁸ marca do grupo do IHGP ao qual nosso historiador é membro integrante.

Daí a necessidade de entender seu “lugar social” (CERTEAU, 2008), desses membros do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba que durante anos se consideraram os “guardiões da história”. Toda a obra de Mariz é de inspiração política, nos moldes do Positivismo: grandes nomes, feitos marcantes, datas importantes. Ao longo da sua narrativa observamos uma quase total dedicação aos temas relacionados as elites, e ao político, deixando de lado temáticas como a escravidão, os homens livres pobres, os movimentos populares, entre outros. O IHGP torna-se o lugar de onde fala o autor, assim, Celso Mariz produz uma história adequada aos moldes da instituição que agregava em seu interior membros de uma elite.

Como um intelectual multifacetado, Celso Mariz muito contribuiu para a historiografia paraibana, sendo hoje, leitura obrigatória a todos que se dedicam a análise política desse estado. Uma Paraíba que em sua visão é recheada de mitos e heróis, símbolos da *paraibanidade*.

Referências

- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- DIAS, Margarida Maria dos Santos. **Intrepida ad origine: o Instituto Histórico e Geográfico e a produção da história local**. João Pessoa: Almeida, 1996.
- MARIZ, Celso. **Apanhados Históricos da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1922.
- _____. **Através do Sertão**. Mossoró: Vingt-un Rosado, 1999.
- _____. **Evolução Econômica da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1978.
- _____. **Carlos Dias Fernandes**. João Pessoa: A União, 1943.
- _____. **Cidades e homens**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.
- _____. **Figuras e Fatos**. João Pessoa: A União, 1976.
- _____. **Ibiapina, um apóstolo do Nordeste**. João Pessoa, Ed Universitária UFPB, 1977.

⁸ Conceito elaborado por Margarida Maria Dias em seu livro “*Intrepida ab origine: o Instituto Histórico e Geográfico e a produção da história local*” (1996), Em que afirma que a base da historiografia sistematizada pelo IHGP tem como idéia central a existência de um tipo específico de ser humano que se define por ser paraibano ao que chamaremos de paraibanidade.

- _____. **Memória da Assembléia Legislativa.** João Pessoa: Depto de Publicidade, 1946.
_____. **Notícia Histórica de Catolé do Rocha.** Mossoró: Vingt-um Rosado, 1980.
_____. **Pilões antes e depois do termo.** João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1948.

NASCIMENTO FILHO, C.R.. O historiador burocrata: uma análise historiográfica da obra de Celso Mariz. In: SÁ, Ariane N.M.; MARIANO, Serioja. **Histórias da Paraíba.** João Pessoa: Editora UFPB, 2003, p. 148-170.

TERCEIRO NETO, Dorgival. **Celso Mariz:** uma legenda entre os melhores escritores paraibanos. João Pessoa: IHGP, 2000.

PERLATTO, Fernando. **História dos intelectuais: um balanço historiográfico.** In: II Seminário Nacional de História da Historiografia. 2, 2008, Ouro Preto: ODUFOP, p. 1-10.

REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. São Paulo: FVG, 2007.

Revista Brasileira de História: olhares historiográficos sobre a História das Mulheres e sobre as Relações de Gênero (1989 e 2007)

Bárbara Figueiredo Souto*¹

1. Nossos recortes e objetivos

Nosso trabalho tem por objetivo fazer um balanço historiográfico sobre a História das Mulheres e das Relações de Gênero no Brasil.² A análise terá por base dois dossiês publicados pela *Revista Brasileira de História* sobre o tema. O primeiro deles, dedicado à História das Mulheres, foi organizado em 1989, com o título “A Mulher e o Espaço Público”. O segundo, publicado dezoito anos depois, recebeu o título “História e Gênero”. Partindo do deslocamento na concepção do objeto estudado, deslocamento este que está expresso nos próprios títulos dos dossiês, pretendemos discutir concepções veiculadas sobre o gênero feminino naqueles estudos, sobretudo as relações entre tais concepções e o referencial teórico e metodológico que norteou cada abordagem. Por fim, é nosso intuito discutir até que ponto aquele conjunto de textos publicado pela *Revista Brasileira de História* pode ser considerado representativo da historiografia brasileira sobre a mulher e as relações de gênero.

2. A emergência da História das Mulheres a das Relações de Gênero

A “grande reviravolta” da disciplina história, ocorrida nas últimas décadas, privilegiou temáticas e grupos anteriormente negligenciados. Tal retomada contribuiu para que os estudiosos voltassem o olhar também para as mulheres. Importante nessa onda foram os estudos na área da história cultural, que privilegiou as identidades coletivas de variados grupos, como escravos, operários, camponeses e pessoas comuns. Nessa pluralização dos objetos de estudo, as mulheres foram incluídas (SOIHET, 1997a: 275).

A emergência da história das mulheres acompanhou o movimento feminista para a melhoria de vida das mulheres e também na ampliação dos estudos históricos, ou seja, tanto movimento político quanto os acadêmicos passaram a questionar a homogeneidade da categoria “mulheres”. Tais questionamentos culminaram na introdução da “diferença” nos

¹ Universidade Federal de Viçosa; graduanda em História; bolsista de Iniciação Científica (CNPq).

² É importante ressaltar que apesar de nos propormos realizar um balanço historiográfico inserimos nesse termo a produção de historiadores, sociólogos e antropólogos. A revista analisada foi produzida no Brasil, mas nela foram inseridas produções dos ditos ‘brasilianistas’ e de pesquisadores de outros países.

estudos históricos sobre as mulheres. A categoria analítica “mulheres” foi fragmentada, aceitando a existência de múltiplas identidades femininas (SOIHET, 1997a: 277).

A partir de então, começa-se a discutir “gênero”, difundida principalmente através dos estudos de Joan Scott. A historiadora compreende gênero de duas maneiras: a primeira como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre sexos; a segunda como uma forma primeira de significar as relações de poder entre os sexos (SOIHET e PEDRO, 2007c: 290). Desta forma, os trabalhos de gênero enfatizam fundamentalmente o caráter social, cultural, das diferenças baseadas no sexo, distanciando das determinações biológicas. Além disso, insere as relações de poder entre os sexos e destaca a importância de estudar as mulheres em aspecto relacional com os homens, torna-se inconcebível estudar as mulheres separadamente do sexo oposto (SOIHET e PEDRO, 2007c: 288). Joan Scott propõe o afastamento dos trabalhos meramente descritivos e a utilização de formulações teóricas, com o objetivo de fazer dos trabalhos mais do que um estudo das coisas relativas à mulher, e sim como força analítica suficiente para questionar e alterar os paradigmas historiográficos existentes (SOIHET e PEDRO, 2007c: 289).

3. *A Revista Brasileira de História*

A *Revista Brasileira de História (RBH)* iniciou suas publicações no ano de 1981, vinte anos depois da fundação da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História). Na *Revista Brasileira de História*, publicada em 1989, cujo tema foi intitulado “A Mulher e o Espaço Público”³ estão inseridas uma apresentação, treze artigos e duas resenhas.

A apresentação foi produzida pela organizadora Maria Stella Martins Bresciani, que naquele momento já fazia parte do corpo docente da Universidade de Campinas. A professora deixa claro que o objeto de análise dos artigos reunidos em tal edição da *RBH* foi a “MULHER”⁴. Segundo Bresciani, a relação entre mulher e espaço público remete a uma *história da exclusão*, pois a mulher foi o ser destinado a permanecer confinado no âmbito privado [grifo nosso]. Em sua concepção, a contrapartida de uma história da exclusão era sem dúvida a história de uma luta: “a da mulher para reconhecer e ser reconhecida como ser capaz de dominar os princípios da ética e da racionalidade da vida pública.” (BRESCIANI, 1989: 8). De acordo com a organizadora, a *RBH*, como espaço de expressão do trabalho acadêmico, organizou textos que discutiam as mulheres que ultrapassaram os limites do âmbito privado,

³ *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989.

⁴ Bresciani utilizou o termo em caixa alta.

seja pela sua excepcionalidade ou pela situação marginal a que foram condenadas. Portanto, podemos concluir inicialmente que a proposta desse dossiê foi abrir espaço para a entrada da mulher na cena pública por meio da produção acadêmica, com o intuito de reparar parcialmente a situação de exclusão a qual foi condenada por toda sua história.

O primeiro artigo inserido na revista não foi produzido no Brasil. Trata-se do artigo “*Théâtres de la Mémoire*”, da francesa Michelle Perrot (PERROT, 1989: 10-18). Provavelmente esse artigo abriu a série de artigos da revista devido à influência dos trabalhos de Perrot na historiografia sobre a História das Mulheres. O artigo que aparece em seguida também não se trata de uma produção brasileira, intitulado “Pária: Uma Metáfora da Exclusão das Mulheres”, escrito por Eleni Varikas. (VARIKAS, 1989: 19-28).

Elizabeth Souza-Lobo, em 1989 pertencia ao departamento de Sociologia da USP e ao Departamento de História da UNICAMP. Em seu artigo, a autora utilizou correspondências de Emma Goldman como fonte de seu trabalho. A preocupação da professora era trabalhar três temas específicos dentro dessas correspondências: a política, a revolução e o feminismo (SOUZA-LOBO, 1989: 29-41). Mariza Corrêa, desde a época de publicação desse dossiê estava vinculada ao corpo docente da UNICAMP, atualmente é membro também do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu na mesma instituição. Nesse número da *RBH*, Corrêa escreveu um artigo a respeito de Leolinda Daltro (CORRÊA, 1989: 43-66). Esta foi uma mulher de fins do século XIX que é muito lembrada por sua atuação feminista, mas esquecida por sua face “indigenista”.

Luiz César Marques, professor do Departamento de História da UNICAMP, se propõe a examinar as relações entre o apogeu artístico das pintoras e o surgimento de um novo tipo de mulher de letras, na segunda metade do século XVIII (MARQUES, 1989: 67-81). Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, membro do Departamento de História da USP, se propõe recuperar parte do operariado feminino que não foi absorvido pelas fabricas têxteis – que era o mais comum – ficando então na obscuridade (MOURA, 1989: 83-98).

O artigo que Claudia Fonseca publicou nessa edição da *RBH* foi fruto de uma missão de trabalho entre os programas de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Paris V. A autora se propõe a aprofundar no tema classe/família, refletindo sobre os motivos que levaram algumas mulheres à “solterice”.

Maria Clementina Pereira Cunha, professora do Departamento de História da UNICAMP, lança mão de casos clínicos de mulheres que foram internadas no hospício de Juquery, nos

primeiros anos do século XX (CUNHA, 1989: 121-144). A professora critica os termos generalizantes utilizados pela psiquiatria da época, escondendo por trás dos mesmos uma diversidade de medidas normalizadoras às quais as mulheres foram sujeitadas. Margareth Rago, docente do Departamento de História da UNICAMP, publicou o artigo “Nos Bastidores da Imigração: o Tráfico das Escravas Brancas” (RAGO, 1989: 145-180), com o objetivo de trabalhar a dinâmica do tráfico de mulheres no mercado de prostituição brasileiro e argentino.

A estrangeira Susan K. Besse, professora do *Department of History*, em CUNY-EUA, produziu um trabalho sobre os crimes passionais, focalizando a Campanha Contra os Assassinatos de Mulheres no Brasil, entre 1910 e 1940 (BESSE, 1989: 181-197). Rachel Soihet, professora do Departamento de História da UFF, trabalhou com processos criminais, centrando o olhar nos valores em voga na sociedade brasileira em fins do século XIX e início do século XX (SOIHET, 1989b: 199-216).

Gladys Sabina Ribeiro, mestre em História pela Universidade Federal Fluminense, e Martha de Abreu Esteves, doutora em História pela UNICAMP, se propuseram a analisar atividades cotidianas da população pobre residente nas freguesias de Espírito Santo e Santana, no Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o século XX (ESTEVES e RIBEIRO, 1989: 216-235). Magali G. Engel, pertencente ao Departamento de História da UFF, trabalhou em seu artigo as imagens femininas construídas em romances naturalistas brasileiros, entre 1881 e 1903 (ENGEL, 1989: 237-258).

Os dois trabalhos que finalizam a *Revista Brasileira de História* tratam-se de resenhas produzidas sobre trabalhos de estudiosas estrangeiras. A primeira resenha foi produzida por Leila Mezan Algranti, na época ainda doutoranda na USP. A pesquisadora analisou uma obra de Joan Landes (LANDES, 1988). Segundo Algranti, a discussão de Landes se enquadrava nas questões em voga, que era o interesse pela história das mulheres. Ida Lewkowitz, na época também doutoranda na USP, resenhou uma obra de Sandra Lauderdale Graham (GRAHAM, 1988). Graham analisa a vida e o trabalho das mulheres pobres do Rio de Janeiro, priorizando as domésticas, entre 1860 e 1910.

Nesse tópico, tentamos expor ao leitor as propostas e as análises publicadas na *RBH* no ano de 1989. Como a organizadora mencionou em sua apresentação, o tema desse número da revista remetia a uma *história de exclusão*, mas a *RBH* abriu um espaço para os acadêmicos veicularem seus trabalhos, cujo objeto de análise fosse a “mulher”. Em nenhum dos trabalhos,

o objetivo dos pesquisadores foi mostrar as mulheres como heroínas, mas sim expor casos em que elas presenciaram e contribuíram para a vida no lar e no espaço público.

No período dessa publicação, a idéia de relações de gênero⁵ ainda não era trabalhada no Brasil, por isso todos esses trabalhos se encaixam na área do conhecimento que denominamos História das Mulheres. As categorias analíticas utilizadas pelos pesquisadores(as) foram “mulher”, “mulheres” e “condição feminina”.

No que se trata das referências teóricas e metodológicas e das referências comuns mencionadas pelos pesquisadores, realizamos uma análise quantitativa. A metodologia utilizada foi colher todas as referências citadas nos trabalhos, agrupando as que repetiam e observando se os trabalhos dos autores que publicaram no número 18 da *RBH* eram citados entre eles. Para essa contagem desconsideramos os pesquisadores que citaram seus próprios trabalhos, pois nosso objetivo é perceber a disseminação dos trabalhos no meio acadêmico.

O resultado do levantamento nos surpreendeu, pois observamos a ausência de uma base teórica e metodológica consolidada nos trabalhos. O único trabalho, no qual as autoras mencionaram suas bases teóricas e metodológicas foi o artigo de Gladys Ribeiro e Martha Esteves (ESTEVES e RIBEIRO, 1989: 216-235).⁶ Ao agruparmos os autores referenciados em mais de um trabalho, colhemos um autor⁷ que foi mencionado em três dos quatorze artigos e outros nove⁸ que foram mencionados em dois dos quatorze artigos. *A priori* esperávamos encontrar um tipo de metodologia ou de teórico que fosse comum aos trabalhos em geral. Nossa expectativa foi em vão. Supomos que tal ocorrência seja devido ao caráter recente de tais estudos no Brasil, conseqüentemente à existência de poucas traduções e contatos com produções estrangeiras que já haviam caminhado mais nos estudos das mulheres.

Os autores que publicaram na *RBH* e mencionaram uns aos outros somaram oito. Acreditamos que tal número é um indício de que os autores selecionados para a publicação de seus trabalhos na revista tratavam de nomes já conceituados na recente área do conhecimento no Brasil.

A *Revista Brasileira de História*, publicada em 2007 possui uma formatação um pouco distinta da publicada em 1989. Essa revista, apesar de seu dossiê ser intitulado História e

⁵ Apenas Maria Clementina Cunha menciona o termo “relações de gênero”, mas ela não trabalha nessa perspectiva, ela sugere reflexões e novas pesquisas na área.

⁶Os autores que elas utilizaram por base foram E. P. Thompson, Carlo Ginzburg, Clifford Geertz, Robert Darnton, Sidney Mintz e Richard Price.

⁷ Trata-se de Jurandir Freire Costa.

⁸ Tratam-se de C. Lombroso e G. Ferrero, Anne Martin-Fugier, Eleni Varikas e Micheli Riot-Sarcey, Eric Hobsbawm, Bourdieu, Eleni Varikas, Michel Foucault, Michelle Perrot e Rachel Soihet.

Gênero, ela não é dedicada exclusivamente ao tema. Existe a seção “artigos” dedicada a temas mistos. Por esse motivo, nos limitaremos a analisar os tópicos “Dossiê” e “Estado da Arte”, afinal, apenas neles estão inseridas produções condizentes com a problemática desenvolvida nesse trabalho.

O Conselho Editorial da *Revista Brasileira de História* preparou uma apresentação específica para o Dossiê “História e Gênero”. Nesse texto, o conselho mostra a importância da “história do tempo presente”, afirmando que são as preocupações presentes que nos fazem refletir sobre questões passadas. Desta forma, depois de 18 anos se fez necessário produzir um novo número da revista que discutisse a questão das mulheres e das relações de “gênero”, já que intensificaram os debates na área e houve consolidação de conceitos e perspectivas analíticas, garantindo uma expressiva produção acadêmica no Brasil. Nesse dossiê, a nova gestão da *RBH*,⁹ reuniu trabalhos que consideram significativos no presente, para publicar nesse número 54 de 2007.

Cristina Scheibe Wolff, docente do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, se propõe a realizar uma análise comparativa de gênero entre movimentos de guerrilha no Brasil, Argentina e Uruguai, entre as décadas de 1960 e 1970 (WOLFF, 2007: 19-38). Suely Gomes Costa, pesquisadora do CNPq – pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social, em Niterói (COSTA, 2007: 39-57) –, analisou em seu artigo as sociabilidades políticas e as relações de gênero, no século XIX, principalmente no que diz respeito aos aspectos domésticos da vida dos escravos e senhores.

Vanessa Cavalcante analisa a cidade de São Paulo entre décadas de 1920 e 1940, através de memórias das alunas do Colégio Sion (CAVALCANTI, 2007: 59-82). Elizangela Barbosa Cardoso, doutoranda na Universidade Federal Fluminense, analisou, a partir da categoria gênero, as quadrinhas publicadas na obra *Quadrinhas Populares*, de Áurea Queiroz (CARDOSO, 2007: 83-108).

Viviane Trindade Borges, doutoranda em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, utilizou como método a história oral, para problematizar as memórias de quatro senhoras do Hospital Colônia de Itapuã, em Viamão (RS) (BORGES, 2007: 109-125). Victor Andrade de Melo, pós-graduando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, trabalhou com a presença feminina no início do esporte no Rio de Janeiro até o ano de 1910 (MELO, 2007: 127-152).

⁹ A *RBH* continua sendo um órgão oficial da ANPUH, mas houve mudanças em seu conselho editorial e consultivo.

O próximo artigo analisado trata-se do balanço historiográfico, que foi inserido no novo tópico da *RBH*: Estado da Arte. Rachel Soihet e Joana Maria Pedro foram as autoras de “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero” (SOIHET e PEDRO, 2007: 281-300). A pós-graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense e a professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina elaboraram um balanço abrangente, que abarcam produções nacionais e internacionais. Apesar do foco das autoras serem as obras brasileiras publicadas após a década de 1980.

Nesse número da *RBH*, novamente, tivemos apenas uma produção realizada pelo sexo masculino. Por que a produção na área da História das Mulheres e das Relações de Gênero é tão “desigual”? Acreditamos que o não reconhecimento por todos como uma área do conhecimento acadêmico pode contribuir para tal desigualdade. Mas, principalmente, a associação que é estabelecida entre História das Mulheres e Relações de Gênero com os Movimentos Feministas, o qual ainda é alvo de muitos preconceitos.

Observamos que os trabalhos, em geral, privilegiaram a abordagem de gênero, deixando de lado a “História das Mulheres”, talvez utilizada apenas por Viviane Trindade Borges. O que não significa que tal método de análise não seja mais utilizado recentemente.

Nesse número da revista também realizamos uma análise quantitativa, mas devido ao aumento significativo das referências nos trabalhos, optamos por levantar apenas as bases teóricas e metodológicas propriamente ditas e as referências feitas a autores que publicaram na própria *RBH*, nos anos de 1989 e 2007. Nesse levantamento quantitativo também desconsideramos as referências nas quais os autores citaram a si mesmos. Além disso, retiramos do levantamento o artigo de Joana Maria Pedro e de Rachel Soihet, por tratar-se de um levantamento historiográfico, por isso é esperado que contenha referências contidas na *RBH* de 1989 e na de 2007.

De acordo com nossos resultados, Foucault foi a base teórica mais utilizada pelos autores dessa edição da *RBH*. Ele foi referenciado em três dos seis trabalhos analisados. Em seguida, vem Pierre Bourdieu e Joan Scott, com menções em dois dos seis trabalhos. No interior da própria revista houve referências apenas de Rachel Soihet e de Joana Maria Pedro. Outros dados interessantes são que Rachel Soihet foi a única a publicar nos anos de 1989 e 2007 e ainda ser referenciada no interior dos dois números; e Eric Hobsbawm, Alain Corbain, Jurandir Freyre da Costa, Martha Esteves, Michel Foucault, Margareth Rago, Rachel Soihet e

Bourdieu foram utilizados como referências para os trabalhos publicados nas duas publicações da *RBH* dedicada ao estudo das mulheres e das relações de gênero.

A partir desses dados, concluímos que a área do conhecimento analisada nesse trabalho teve um desenvolvimento significativo, no que se refere à consistência teórica e metodológica do trabalho. Enquanto nos trabalhos de 1989, encontramos dificuldade em encontrar as referências teórico-metodológicas utilizadas pelos autores, em 2007, notamos a utilização de várias referências desse tipo em um mesmo trabalho. Ou seja, com a ampliação das pesquisas da História das Mulheres e das Relações de Gênero, os estudiosos tornaram-se mais cuidadosos com seus objetos de análises, lançando mão de tipos específicos de teorias para estudá-los como um todo. Por exemplo, Elizangela Cardoso, ao se propor analisar uma obra sobre quadrinhas (CARDOSO, 2007: 83-108), utilizou Joan Scott para pensar gênero; Ronilk Suely para utilizar o conceito “cartografia sentimental”; Robert Connel para refletir a masculinidade; Roger Chartier para trabalhar “representação”; Michel Certeau para refletir sobre a “invenção do cotidiano”; e Michel Foucault para discutir as relações de poder.

4. Palavras finais

Tentamos mostrar que de 1989 para 2007 houve uma migração dos trabalhos, que iniciaram sua abordagem tratando da História das Mulheres e partiram para as Relações de Gênero. Ainda hoje, existem produções sobre a História das Mulheres, mas a abordagem de Gênero tem ampliado seu espaço nos últimos anos. Podemos observar, por exemplo, historiadoras como Margareth Rago que na década de 1980 produzia trabalhos de história das mulheres e hoje produz análises de gênero. Outro indício desse deslocamento está presente nas próprias capas e títulos das *RBH* analisadas nesse trabalho: enquanto a edição de 1989 imprime uma mulher sozinha em seu meio de transporte, colocando como título da edição “A mulher e o espaço público”; a publicação de 2007 coloca homens e mulheres compartilhando um mesmo evento no espaço público, intitulado o dossiê de História e Gênero.¹⁰

Resta nos, por fim, um último questionamento: *A Revista Brasileira de História* é ou não é representativa da historiografia brasileira? Concordamos com A.J.R. Russel-Wood (RUSSEL-WOOD, 2000: 7-41), que afirma que as revistas são relevantes para divulgar o conhecimento histórico e incentivar a criação de linhas de pesquisas. Porém, acreditamos que

¹⁰ Interessante observar que ambas publicações foram impressas na cor lilás. Coincidência ou não essa é a cor que representa os movimentos de libertação da mulher desde a década de 1960. Ainda hoje, a Marcha Mundial das Mulheres, fundada em 2000, levanta sua bandeira de cor lilás.

é preciso fazer algumas ponderações, pois sabemos que para publicar em uma revista temos que passar por um processo de seleção e nos adequar às propostas da equipe editorial. Portanto, muitos trabalhos de qualidade não são publicados por falta de espaço na edição e por escolhas feitas por uma equipe que exige um certo perfil de produção. No caso específico da *RBH*, observamos que de 1989 para 2007, o Conselho Editorial aumentou e ampliou os representantes institucionais e regionais. Antes, os membros da Comissão Editorial estavam concentrados em instituições paulistas, talvez por isso o número de trabalhos da UNICAMP e da USP seja superior as demais instituições do país. Atualmente, com a ampliação dos representantes regionais e institucionais, os trabalhos também têm abarcado um número maior de lugares de produção. Portanto, reconhecemos a importância da *Revista Brasileira de História* como veículo de divulgação e incentivo à produção do conhecimento histórico, mas não acreditamos que ela seja capaz de “refletir” as produções historiográficas brasileiras como um todo e sim “representar” tais produções, através da seleção de trabalhos de autores mais conhecidos ou de temas que estejam mais em destaque nos períodos de publicação. Exemplificamos nosso posicionamento através das próprias publicações analisadas: no ano de 1989 encontramos nomes de historiadores pioneiros na área, que até hoje publicam trabalhos de grande circulação, já em 2007 observamos temas atuais na historiografia como memória, representação, micro-história e discurso político. Desta forma, os pesquisadores e estudantes só têm a ganhar com publicações de qualidade e cada vez mais acessíveis ao público, como a *Revista Brasileira de História*.

5. Referências Bibliográficas

- BESSE, Susan K. “Crimes passionais: A Campanha Contra os Assassinatos de Mulheres no Brasil: 1910-1940.” *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989.
- BORGES, Viviane Trindade. “Casamento, maternidade e viuvez: memórias de mulheres hansenianas”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, nº 54, 2007.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. “Apresentação”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989.
- CARDOSO, Elizangela Barbosa. “Amor e gênero em quadrinha”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, nº 54, 2007.
- CAVALCANTE, Vanessa Ribeiro Simon. “Memórias femininas: tempo de viver, tempo de lembrar”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, nº 54, 2007.
- CORRÊA, Mariza. “Os índios do Brasil Elegante e a professora Leolinda Daltro”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989.
- COSTA, Suely Gomes. “Sociabilidades políticas e relações de gênero: ritos domésticos e religiosos no Rio de Janeiro do século XIX”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, nº 54, 2007.

- CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Loucura, Gênero Feminino: As Mulheres do Juquery na São Paulo do Início Século XX”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989.
- ENGEL, Magali G. “Imagens Femininas em Romances Naturalistas Brasileiros (1881-1903)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989.
- ESTEVES, Martha Abreu e RIBEIRO, Gladys Sabino. “Cenas de Amor: Histórias de Nacionais e de Imigrantes”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *House and Street: The Domestic World of Servants and Masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Cambridge University Press, 1988. Resenha de: LEWKOWICZ, Ida. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989.
- LANDES, Joan. *Women and the Public Sphere in the age of the French Revolution*. Cornell Univ. Press, Ithaca, 1988. Resenha de: ALGRANTI, Leila Mezan. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989.
- MARQUES, Luiz. “La Donna di Garbo. Pintoras e Mulheres de Letras entre os Séculos XVIII e XIX”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989.
- MELO, Victor Andrade de. “Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910).” *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, nº 54, 2007.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. “Além da Indústria Têxtil: O Trabalho Feminino em Atividades ‘Masculinas’”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989.
- PERROT, Michelle. “Memórias femininas: o silêncio das fontes”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989.
- RAGO, Margareth. “Nos Bastidores da Imigração: o Tráfico das Escravas Brancas” *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. “A Contribuição Acadêmica Norte-Americana à Historiografia do Brasil Colonial”. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 22, Jan, 2000.
- SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, Ciro, VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. 17ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Campus e Elsevier Editora Ltda, 1997a.
- SOIHET, Rachel. “Mulheres Ousadas e Apaixonadas – Uma Investigação em Processos Criminais Cariocas (1890-1930)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989b.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 54, v.27, dezembro, 2007c.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. *Emma Goldman – Revolução e Desencanto: do Público ao Privado*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989.
- VARIKAS, Eleni. “Pária: Uma Metáfora da Exclusão das Mulheres”. Trad. de Maria Stella Bresciani. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, ago/set. 1989.
- WOLFF, Cristina Scheibe. “Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, nº 54, 2007.

História da África e Literatura: os relatos de viajantes e sua utilização como fonte histórica

Beatriz Carvalho dos Santos*¹

A historiografia africana e sua trajetória

Não é novidade, ao meio acadêmico, que a história da África atrai mais a cada dia a atenção dos historiadores. Embora, no Brasil, a pesquisa, retenha-se em grande parte na dinâmica do comércio de escravos. Por outro lado, o tema, África, apresenta-se com um manancial relativamente reduzido, que se acentua a partir do momento em que se analisam questões específicas. Anderson Ribeiro Oliva trata de modo interessante o paradoxo desta questão:

Ao partirmos da idéia de que a história é o campo das ações humanas no tempo, a África é a região do mundo de mais longa historicidade. Berço da humanidade, esse continente foi palco de diversificadas experiências sociais e múltiplos fenômenos culturais. No entanto o aparecimento da “ciência histórica”, na Europa dos oitocentos, desconsiderou, por meio de seus pressupostos, a história vivenciada naquele continente. (OLIVA, 2004: 18).

Assim, com o surgimento do empiricismo histórico no século XIX a África passa então a ser concebida como parte a-histórica do mundo. Friedrich Hegel enfaticamente definiu a África como apêndice da história mundial. Deve-se esclarecer que para Hegel o Egito e toda a região norte africana, que possuíam relações com a Europa, não faziam parte propriamente da África: “sua parte setentrional pertence ao mundo europeu ou asiático. Aquilo que entendemos precisamente pela África é o espírito a-histórico”, (HEGEL, 1995: 175). Portanto, suas referências desqualificantes ao continente referem-se somente a região abaixo do Saara.

Neste sentido, os primeiros trabalhos sobre África abordaram a presença estrangeira no continente, devido às ações imperialistas, pois era interessante buscar aquilo que foi executado durante as colonizações. Dificilmente neste período esta não será a lógica utilizada na pesquisa, sendo o estudo da África algo que não dizia respeito aos historiadores, e sim aos arqueólogos, aos linguistas e aos antropólogos. (FAGE: 1982: 50-1)

¹* Graduanda em História pela Universidade Federal de Viçosa.

O cientista social Carlos Lopes, divide a historiografia africana em três grupos: a Corrente da Inferioridade Africana (1840-1950), a Corrente da Superioridade Africana (1950-1970) e uma Nova Escola de Estudos Africanos (de 1970 em diante) (LOPES, 1995 apud OLIVA 2004: 18). Porém, só é possível encontrar uma produção historiográfica sobre o tema a partir da segunda corrente, visto que a primeira se negava a conceber a África como possuidora de uma história.

O próprio contexto propiciou a emergência da segunda corrente, pois a ciência histórica passava por reformulações, a escola dos *Annales* trouxe as mudanças com relação às concepções sobre as fontes e a interdisciplinaridade, que se tornaram ferramentas chave em um processo que dará início a uma nova perspectiva: a história da África enquanto organização africana, não mais vinculada às questões da presença estrangeira no continente ou de sua contribuição somente enquanto associada aos demais países, mas também com contribuições próprias de caráter social e cultural. Somado a isso temos a necessidade de se construir uma história efetiva da África, que no contexto das independências, torna-se imprescindível para a estruturação de um sentimento de nacionalidade, devido ao acréscimo deste fator ideológico esta corrente é conhecida por exaltar ideologicamente a África como centro da humanidade, com um uso exacerbado de um afrocentrismo e seus líderes intelectuais foram Joseph Ki-Zerbo e Cheikh Anta Diop

Posto isso, podemos observar como essa corrente se insere em um período no qual a interpretação da historiografia mundial sobre a África já era muito diferente da dos oitocentos. Centros de estudo já haviam sido formados e o processo de construção de uma história para o continente já havia se iniciado. Muryatan Santana Barbosa afirma que:

Em paralelo a este crescimento do interesse europeu sobre o continente africano, se forma, desde os anos 1950, uma historiografia sobre a África realizada pelos próprios africanos. Trata-se, inicialmente, de uma literatura que fazia eco com as primeiras lutas de libertação nacional na África. Neste contexto, tratava-se de construir uma História que pudesse servir como instrumento de luta ideológica e política contra o inimigo colonialista.(BARBOSA, 2008: 51)

Um fato interessante a se destacar é que os historiadores deste período possuem um duplo papel em suas sociedades, tanto de historiadores quanto de agentes políticos. O engajamento com relação às lutas ideológicas tornando dúbia a intenção do pensador acerca de sua produção, pois características como a exaltação da nacionalidade africana e a tentativa de expor a África não mais como apêndice da história mundial e sim como centro desta,

vieram a comprometer o fazer histórico dos autores desta corrente. Segundo Oliva “Não que esses argumentos estivessem equivocados, mas o sentido ideológico e passional dos estudos comprometeu parte das pesquisas e teorias elaboradas.”(OLIVA, 2004: 19)

Um dos mais notáveis autores dessa nova fase da historiografia é Joseph Ki-Zerbo e na, “*A História da África Negra*”, sua preocupação se revela a de promover um dialogo com os autores que anteriormente não validavam a história da África, mostrando, por exemplo, a extensa possibilidade de fontes que seriam possíveis de se utilizar para o estudo do continente. Com uma argumentação consistente o autor apontou para a possibilidade de uso de outras fontes como a história oral, arqueologia, arte, lingüística e geografia de maneira interdisciplinar que visam enriquecer o manancial de fontes ao historiador.

Ainda que defensor de uma história da África escrita somente por africanos e desqualificando o uso das fontes escritas de natureza européia, como os arquivos ultramarinos e relatos de viajantes europeus, Ki-Zerbo, juntamente com toda sua geração de historiadores, apontou para métodos de investigação eficientes que são colocados em pratica hoje pela Nova Escola de Estudos Africanos.

Esta terceira corrente caracteriza-se pela relevância da história cultural, ao acesso mais significativo de fontes sobre a história da África, maior reconhecimento da importância das fontes orais e pela inserção desta numa lógica do “Mundo Atlântico” (OLIVA, 2004: 29), que no Brasil corresponde a maioria dos trabalhos que tratam da dinâmica do comércio negreiro. Anderson Ribeiro Oliva nos fala a respeito das correntes historiográficas e da necessidade de lembrar que não se tratam de delimitações homogêneas, que influenciaram umas as outras, mas produções que herdaram um imaginário distorcido sobre os africanos (OLIVA, 2004: 18). Esta ultima escola conta nos dias de hoje, com uma infinidade de africanistas em todo o mundo, que buscam promover uma pesquisa histórica critica, principalmente no tocante ao perfil de suas duas antecessoras.

Inseridos nesta lógica de análise destacam-se autores como Paul Gilroy (*O atlântico negro*, 2001) e John Thornton (*África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800*, 2003) em âmbito mundial, enquanto no Brasil os estudos de história da África tem sido direcionados para as relações afro-brasileiras, que sem dúvida são de extrema importância,

porém faltam pesquisas no sentido de ressaltar a África por ela mesma enquanto sociedade antes do contato e durante este, mas com o foco direcionado às sociedades africanas.

Neste sentido, diante do caminho percorrido pela historiografia africana, apontamos aqui para a possibilidade de estudo da África por meio das fontes que segundo a Corrente da Superioridade Africana seriam deixadas de lado: os relatos de viajantes. Pois observando a grande margem de possibilidades que estes oferecem, assim como suas limitações que serão discutidas adiante, estas fontes se mostram como uma alternativa muito útil para esse estudo, além de seu caráter acessível que contribui para a viabilidade deste. Dessa maneira, a discussão que será proposta visa apontar uma alternativa para se estudar as organizações africanas sob um enfoque diferente do que se dá ao tema no Brasil, assim como, ressaltar as possibilidades de fazê-lo valendo-se de fontes que, se no passado foram alvo de crítica, hoje se mostram de grande valor ao estudo, embora como toda fonte possua seus prós e contras.

Entre limitações e possibilidades

Permanências e mudanças, atitudes tradicionais e inovadoras traduzem-se nos complexos de fontes da época, mas estas não se limitam a registros, são elas próprias ferramentas das maneiras de pensar, de sentir e de operar. Assim como não há dados que não sejam sempre elaborações, também as fontes só o são (só servem para construir os dados) na medida em que as elaborarmos como obras culturais das sociedades em estudo. (PINTO, 1989: 14)

As fontes utilizadas atualmente na pesquisa histórica são das mais diversas naturezas e podem ser exploradas de variadas formas, cabendo ao historiador a tarefa de extrair de sua fonte aquilo que é útil ao seu trabalho e legitime sua argumentação, neste sentido, os relatos de viagem se constituem como uma rica possibilidade de estudo. A citação acima apresenta uma interessante comparação entre os dados, que podem representar as fontes documentais tão utilizadas pelos positivistas, e as diversas outras fontes de época exaltadas pela escola dos *Annales* como passíveis de utilização e de importância equivalente aos documentos oficiais, fontes essas que seriam das mais diversas naturezas como imagens, jornais, inventários, e neste caso, no nosso entendimento para o estudo da história africana, os relatos de viagem.

Os relatos que analisaremos são de autoria de Diogo Gomes de Sintra, Gomes Eanes de Zurara, André Álvares de Almada e André Donelha², sendo os relatos dos primeiros

² Segue, respectivamente, a titulação das obras: “Descobrimento Primeiro da Guiné” (2002), “Crônica do descobrimento e conquista da Guiné” (1989), “Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde” (1994) e “Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde” (1977), sendo as datas colocadas entre parênteses correspondentes ao ano das edições dos relatos que tratamos.

datados de meados do século XV e dos dois últimos de fins do século XVI e início do século XVII, respectivamente. As obras possuem descrições da região da Guiné englobando também as ilhas de Cabo Verde. Sobre Diogo Gomes e Zurara as informações que se encontram hoje são pouco mais significativas do que sobre os outros autores, sabemos que possuíam cargos junto a coroa, como é o caso de Diogo Gomes, o almoxarife³ de Sintra, e Zurara que era o cronista real, porém já com relação aos caboverdeanos Almada e Donelha pouco se tem de informações oficiais, talvez isso se deva ao próprio fato de serem de origem africana, talvez mulatos.

Nota-se que suas publicações disponíveis hoje somente foram organizadas no século XX pelas comissões de estudos portuguesas e africanas que buscaram trazer estas fontes a público. O que nos é claro, nesse sentido, é que do quanto da produção dos relatos estes foram acessíveis somente a coroa e a setores da nobreza não indo muito além disto⁴

Inicialmente duas questões devem ser pensadas. Em primeiro lugar, até que ponto não seriam os dados oriundos desses relatos passíveis de uma formulação tendenciosa quanto as demais fontes, visto que seu molde e disposição em geral ficavam a cargo de indivíduos que serviam a interesses, quando não os possuíam por si próprios. Por outro lado, toda fonte possui certo tipo de limitação sendo o que difere é a maneira pela qual será utilizada. E uma segunda questão a se pensar seria a dimensão de possibilidades que uma fonte, como os relatos, poderia fornecer, levando em conta a série de elementos intrínsecos nela. Ao longo desse trabalho pretendemos responde-las de maneira analítica, esclarecendo outras possíveis que, por ventura, se apresentem.

Os viajantes que estamos utilizando tinham como público alvo a coroa portuguesa a época dos descobrimentos, logo, notamos aqui uma primeira motivação que os instigava as descrições, apontar para os pontos de interesse das novas terras a uma coroa que sempre se

³ Segundo especificação encontrada no próprio relato de Diogo Gomes o “almoxarife dél rei era o administrador das propriedades da casa real e o seu tesoureiro” In: SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimeto Primeiro da Guiné*. Lisboa: Edições Colibri. 2002. p. 130.

⁴ Em um verbete de uma enciclopédia portuguesa do século XVIII há uma referencia a situação dos relatos na sociedade da época, este refere-se a Almada: “De todas estas obserçoens alcançadas pelo seu disvelo fez huma exacta descripçaõ, que no anno de 1594. dedicou aos governadores do reyno a qual mandaraõ fosse encaminhada por D Fr Pedro Brandão Bispo de Cabo Verde como testemunha ocular do que nella se relatava, o qual testemunhou por huma carta ser digníssima da luz publica, que até agora não logrou, e della conserva uma copia, que parece ser original, entre os livros da sua selecta livraria da Historia deste reyno.” In: *Bibliotheca Lusitana*. Diogo Barbosa Machado. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimetos Portugueses. 4 vol., 1741-1759. CD-ROM.

caracterizou por seu aspecto singular, que possuía em certos momentos aspirações medievais, herdadas dos ideais das cruzadas, como a intenção de propagação da fé cristã⁵, anseios de conquista de nobreza e a busca por riquezas associados a objetivos comerciais próprios dos tempos modernos onde a expansão se processava.⁶

Em um segundo momento devemos perceber também que os relatos disponíveis são de autoria de viajantes originários de diversos períodos e regiões, logo, suas descrições possuem diversificadas características, embora todos tivessem como público alvo a coroa portuguesa. Como ocorre com os relatos de Zurara e Almada que datam de séculos distintos, onde notamos claramente as preocupações em exaltar as possibilidades de expansão religiosa destacadas pelo primeiro viajante, um quadrecentista. Enquanto que, o segundo, do século XVI, onde esta preocupação não é inexistente, porém não tão acentuada, tem uma maior preocupação em identificar mais profundamente as novas terras. Assim, em um primeiro instante temos o choque com o novo, as primeiras impressões sobre o outro, nota-se a diferenciação de acordo com a mudança temporal nos séculos XV e XVI, quando percebemos uma preocupação maior em descrever os grupos étnicos presentes na região da Guiné e de Cabo Verde. Porém, neste sentido, é interessante pensar no que propõe Antônio Luís Ferronha:

Os africanos e os portugueses praticavam a comunicação de forma diferente. Mas o discurso da diferença é um discurso difícil: o postulado da diferença leva facilmente ao sentimento da superioridade, e o postulado da igualdade ao de indiferença, e é sempre difícil resistir a esse duplo movimento. (FERRONHA, 1991: 129)

Deste modo, notamos que ainda que preocupados em identificar e caracterizar o outro, o discurso dos viajantes não fugia muito a lógica que propõe Ferronha. Relacionada a esta perspectiva temos a postura dos viajantes - o mesmo - com relação ao outro, o africano. É interessante pensar como em um primeiro momento, mais especificamente no relato de Zurara, não há um reconhecimento do outro, ou seja, segundo a lógica de Todorov, Zurara assumiria uma postura onde “conheço ou ignoro a identidade do outro” (TODOROV, 1993:

⁵ Notamos o reflexo disto, por exemplo, na descrição de Zurara onde ele dispõe dos motivos que levam O Infante Dom Henrique as viagens (vide ZURARA, 1989), no caso de Sintra é claro esta presença, pois a todo o momento há a menção da vontade de “fazê-los cristãos.”

⁶ Luís Filipe Thomaz trabalha de modo interessante esta questão apontando para as características singulares de Portugal no cenário das navegações: “O capitalismo parece, pois, ser no tronco da expansão marítima portuguesa um enxerto – um enxerto que, como freqüentemente sucede nos bacelos selvagens, lhe permite crescer e produzir fruto, sem contudo apagar totalmente certos caracteres atávicos da raiz.” In: THOMAZ, Luis Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

183). Não que não se encontre as descrições acerca deste, isto efetivamente ocorre, porém sem reconhecê-lo como indivíduo dotado de cultura ainda que diferente e passível de compreensão.

Porém, se após os primeiros contatos os viajantes negavam a devida atenção a existência do outro enquanto grupo possuidor de um perfil próprio, isto não se mostra presente nas descrições de André Álvares Almada e André Donelha, que nos fornecem descrições mais detalhadas devido prioritariamente ao fato do período de produção de seus relatos, sendo posterior ao século XV e aos primeiros contatos, notamos uma atenção maior ao delinear traços culturais, ainda que submetido a duas percepções que seriam segundo Todorov:

Um julgamento de valor (um plano axiológico): o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele, ou, como se dizia na época, me é igual ou me é inferior (pois, evidentemente na maior parte do tempo, sou bom e tenho auto-estima...). Há, em segundo lugar, a ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro (um plano praxiológico): adoto os valores do outro, identifico-me a ele; ou então assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem; entre a submissão ao outro e a submissão do outro há ainda um terceiro termo que é a neutralidade, ou indiferença. (TODOROV, 1993: 183)

Seguindo ainda a lógica dos motivos que instigavam as opções por determinados focos de prioridade nas descrições e a variação destes segundo os recortes temporais, ainda que existam características comuns entre as descrições, mais e menos acentuadas, tomaremos como um exemplo prático um trecho do relato de Donelha⁷ para mostrar como se apresentava a postura com relação ao outro. É um trecho sobre o cabo da Verga onde se localizavam:

os Bagas, os quais andam mal vestidos. A terra é baixa e alagadiça. Nela se faz sal, cozido ao fogo. O resgate principal são as tintas, de que carregam os navios e trazem a São Domingos; também vem dos Sosos. As armas que usam são adargas e azaigas. São cobardes, traiçoeiros. Não comem carne humana, mas bebem o vinho no casco da cabeça humana, e as cortam e levam e fazem taças. E se a cabeça é de homem branco ou de preto cristão ou de algum senhor de terras os de pessoas nobres que matam por suas mãos, as tais taças são mui estimadas, e por festa as mostram. Quem tem mais taças é mais honrado... (DONELHA, 1977: 98)

O relato de Donelha, do século XVII, não reflete os primeiros contatos com o africano, porém mostra-nos uma postura que identifica nas terras africanas aspectos interessantes para os europeus, como é o caso do sal. A todo instante o relato promove uma descrição no intuito de situar quem lê no ambiente que é descrito, informando sobre os povos e seus costumes,

⁷ Viajante de origem caboverdana, apresenta no início de seu relato possuir um prévio conhecimento das terras que irá descrever e o fará no intuito de familiarizar o português aos povos africanos.

como se tivesse a intenção de servir como uma espécie de manual para seu público acerca dos povos ali existentes. Não podemos deixar também de notar o aspecto eurocêntrico na fala desses viajantes⁸, um eurocentrismo que se caracteriza pelo fato de o europeu se colocar como superior ao africano, que seria o mesmo julgamento de valor exposto por Todorov, e assim, os primeiros traços desse eurocentrismo nas descrições. Seguindo esta lógica podemos perceber ainda, sobre a questão do julgamento acerca do outro, a exemplificação disto na menção ao caráter traiçoeiro do grupo dos Bagas.

Seguindo a lógica destas proposições sobre a opção dos discursos dos viajantes Antônio Luís Ferronha aponta para a motivação consciente das descrições e os interesses que movem os viajantes:

Importa, portanto, não só conhecer os seus valores religiosos, mas sobretudo situarmo-nos na sua perspectiva e experimentar ver-nos tal como aparecemos aos seus olhos – este confronto com o outro acaba por esclarecer também a nossa própria posição. Também não se podia esquecer que quem escrevia sabia que a expectativa dos próprios leitores (e censores!) requereria o cumprimento desta convenção, procurando reconhecer nas descrições de povos e terras longínquas o que havia de semelhante com a sua cultura, em vez de descobrir o diferente. E, para obter crédito junto dos seus contemporâneos, descreviam as maravilhas que todos queriam ler... (FERRONHA, 1991: 135)

Neste sentido, esclarecido os pilares das descrições, cabe a nós agora inserir a questão do estudo da cultura dos povos africanos nestas fontes o que nos coloca certas preocupações teóricas mas que nos ajudam na construção dos filtros necessários para extrair as informações úteis a esse estudo. Assim, nos parece necessário resgatar as colocações de Chartier sobre representações quando este aponta a necessidade de se reconstruir um panorama da época em que foram produzidas as descrições, de modo a compreender a mentalidade vigente e os pilares sob os quais se estruturavam todo o universo do qual o viajante provinha e para qual estava voltado. Como nos diz ele,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse de um grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002: 17)

Há assim de se considerar a questão da interpretação que faz o historiador acerca dos dados expostos nos relatos, pois é necessário ter em mente de que maneira uma narrativa

⁸ Ao utilizar o conceito eurocentrismo ressaltamos sua diferenciação com as formas que o mesmo conceito assume hoje visto os diferentes períodos históricos, porém ainda sim a fala no discurso dos viajantes é entendida aqui como expressão de um eurocentrismo, porém caracterizado singularmente a sua época.

acerca de uma experiência pode corresponder a uma refiguração desta (CHARTIER, 2002: 24). As obras de natureza literária não possuem um sentido absoluto, logo, são passíveis de diversas interpretações o que torna necessário não se desprender do contexto para o qual ela foi produzida. Assim sendo, Tendo consciência da importância da representação Devemos perceber que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 2002:17)

Dessa maneira, podemos concluir que o estudo da representação deve se basear nestas premissas, pois, ainda que não de maneira intencional, o discurso presente nos relatos foi embasado em uma sociedade e a sua classificação ficou a cargo somente do viajante, a opção deste em fazer uma determinada descrição, apresentando um conjunto determinado de informações em detrimento de outras acarretou uma interpretação condicionadora para todo um público.

O trabalho desenvolvido com os relatos se torna assim um emaranhado de idas e voltas, pois é o resultado de um estudo onde se lida com um ponto de vista, de quem descreve, e ainda se tem a subjetividade da interpretação do historiador, que procura o que lhe é prudente ao trabalho. Segundo Michael de Certeau a palavra do outro se perde neste processo, o que seria efetivamente a expressão do outro fica suscetível à descrição e viria a perder suas reais características, dessa forma a palavra é compreendida pelo autor como “um ato perecível que a escrita não pode relatar.” (CERTEAU, 1982: 215) E por este motivo Certeau ressalta a necessidade de manter em foco o lugar onde foram produzidas as descrições “para que a escrita funcione de longe é necessário que ela, a distancia, mantenha intacta a sua relação com o lugar de produção.” (CERTEAU, 1982: 217)

Para finalizar, um terceiro ponto deve ser destacado que é a questão do próprio africano perante a presença estrangeira, ou seja, a dimensão e profundidade da consciência do africano sobre a presença do outro europeu e seu comportamento perante este, característica esta que deve ser mais pensada enquanto analisam-se os relatos do século XV visto que já nos séculos XVI e XVII o continente africano já contava com maior presença estrangeira. Em

meio aos grupos étnicos havia já nos seiscentos e setecentos a presença significativa da figura de comerciantes em busca de escravos, há assim uma maior familiaridade a presença estrangeira nas terras africanas neste período, o que torna menos significativa esta mudança de postura do africano.

Assim, se por um prisma há pontos singulares nas descrições que demandam uma série de cuidados, por outro ângulo, estes também nos permitem extrair traços da visão deste contato entre europeus e africanos, assim como entender a sociedade portuguesa e sua mentalidade acerca dos africanos abaixo do Saara. Voltando diretamente para a questão do estudo da cultura, as barreiras quanto ao problema do discurso da alteridade já foram discutidas, ressaltamos porém que ainda sob esta perspectiva nos parece perfeitamente possível a execução um trabalho de estudo da cultura baseado em relatos de viagem, que mesmo demandando um processo investigativo pode ser realizado, por exemplo, com a comparação que faça entre esses relatos. Percepções diferentes, mas com diferentes olhares sobre um mesmo ponto que geram diferentes descrições, tornando possível assim perceber características em comum do africano notadas por diferentes autores, que vem a constituir minimamente um perfil deste outro.

Esse estudo que se mostra trabalhoso e demanda sem duvida um esforço maior do que provavelmente se teria ao manusear outro tipo de fontes, porém, como visto em África a ausência destas remete a um trabalho mais refinado, que exige de quem o procura, uma habilidade de se valer das poucas armas que dispõe para produzir resultados de qualidade. O intuito deste trabalho foi em um primeiro momento o de apresentar o panorama da história da África, assim como, os problemas no estudo desta e deste modo apontar para a pertinência e a importância do uso dos relatos de viagem no estudo deste tema no Brasil. Não há de fato como apontar uma metodologia para este trabalho, pois sempre irá diferir de pesquisador para pesquisador, mas mostra-se exequível ao se ter em mente o conteúdo dos relatos de viagem que ainda que passíveis de críticas, são uma rica alternativa para o estudo do continente africano.

Referencias Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Luis de, FERRONHA, Antônio Luis, HORTA, José da Silva, LOUREIRO, Rui. *O confronto do olhar. O encontro dos povos na época das Navegações portuguesas*. Lisboa: Editorial Caminho. 1991.

ALMADA, André Álvares de. *Tratado Breve dos Rios de Guiné de Cabo Verde*. Lisboa. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

BARBOSA, Muryatan Santana. *Eurocentrismo, História e História da África*. In: Sankofa. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. São Paulo, n 01.p. 51.jun 2008.

CERTEAU, Michael. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – Entre Práticas e Representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª Ed. Difel. 2002.

DONELHA, André. *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar. 1977.

FAGE, J. D. “A evolução da historiografia africana”. In Joseph Ki-Zerbo. *História Geral da África: metodologia e pré-história da África*. vol. I. São Paulo, Ática; Paris, Unesco, p. 43-59, 1982.

HEGEL, Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 1995.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra I*. MiraSintra: Europa – América, 1999

OLIVA, Anderson Ribeiro. *A História da África em Perspectiva*. Brasília: Revista Múltipla. Ano IX. Brasília. V. 10, n. 16, Jun. 2004.

PINTO, João Rocha. *A viagem Memória e Espaço. A literatura Portuguesa de viagens os primitivos Relatos de Viagem ao Indico 1497-1550*. Lisboa: Sá da Costa Editora.1989.

SINTRA, Diogo Gomes de. *Descobrimento Primeiro da Guiné*. Lisboa: Edições Colibri. 2002.

THOMAZ, Luis Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América – A questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes. 1993.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

Entre a inércia e o movimento: a construção dos espaços em Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda

Sonní Lemos Barreto*
Bruno Balbino Aires da Costa*

O presente trabalho se propõe a discutir a formação de identidades históricas a partir da construção das espacialidades nas obras *Nordeste* (1933) de Gilberto Freyre e *Caminhos e Fronteiras* (1957) de Sérgio Buarque de Holanda. Para tanto, nos utilizamos das referidas obras como documento produtor de um discurso formador de uma inteligibilidade que nos permite perceber a construção da identidade e da espacialidade brasileira. Nesse sentido, Freyre elabora sua abordagem sobre a identidade a partir da inércia. Seu espaço de análise não se movimenta, não se transforma, está, portanto, enraizado na tradição. Esse sedentarismo está presente em sua produção para advogar um lugar de permanência e centralidade do nordeste enquanto região de onde emana a identidade nacional. Contrariamente, Sérgio Buarque busca entender a formação dessa identidade a partir do movimento, de um espaço nômade, por excelência, fluido, onde à medida que se desfazem fronteiras, outras se estabelecem.

A problemática dos espaços, durante muito tempo, não exercia sobre os historiadores grande preocupação, antes, eram tratados como um dado óbvio, como um elemento fixo e imóvel. Nesse sentido, os espaços eram concebidos como palco ou cenário onde os fatos ou acontecimentos ocorriam, funcionavam como moldura para abrigar uma cena que viria a ser tema de uma narrativa historiográfica (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008: 80).

Diante da emergência desse tema na historiografia despertamos nosso olhar para percebê-lo nas produções de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Essa escolha justifica-se por considerarmos que ambos, mesmo não elencando o espaço como problema central de suas obras, contribuíram significativamente não apenas para a

*Graduada em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte UERN e Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História com área de concentração em História e Espaços da UFRN.

*Graduado em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte UERN e Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História com área de concentração em História e Espaços da UFRN.

discussão sobre a identidade brasileira, mas forneceram uma inteligibilidade para percebermos a formação social desse espaço.

Embora os referidos autores tenham uma vasta produção historiográfica, notadamente reconhecida, tais como: *Raízes do Brasil* (1936), *Monções* (1945), *Visão do Paraíso* (1959) de Sérgio Buarque de Holanda; *Casa-grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1959) de Gilberto Freyre, escolhemos, desse modo, analisar mais detidamente as obras: *Caminhos e Fronteiras e Nordeste* (1937). Essa escolha justifica-se por se tratar de produções em que a discussão História e Espaços apresenta-se de forma mais explícita na narrativa historiográfica. Tal recorte não nos impede de fazer uma leitura dos espaços nas outras produções já citadas.

A problemática aqui elucidada se construiu a partir do nosso *metier* de historiador, dada a necessidade que temos de ler e escrever a história. Atualmente estamos treinando o nosso olhar para ver e discutir os espaços, desnaturalizando-os. Esse exercício nos colocou a necessidade de compreender como as obras em tela permitiram um entendimento da identidade nacional e da formação social do espaço brasileiro?

A escrita da história não está desvinculada das posições subjetivas de quem as escreve, tampouco apresenta-se como um discurso neutro e atemporal; descarnado de qualquer interesse; ao contrário, denuncia um lugar social de onde se fala, de onde se fabrica a história. Os historiadores tendem a escolher, produzir e ler as fontes a partir de lentes que lhes permite analisar um objeto e torná-lo inteligível mediante uma narrativa. Dessa forma,

Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (“edificante”), nem atópica (sem pertinência). Sendo a denegação da particularidade do lugar o próprio princípio do discurso ideológico, ela exclui toda a teoria. Bem mais do que isto, instalando um discurso em um não-lugar, proíbe a história de falar da sociedade e da morte, quer dizer proíbe-a de ser a história (CERTEAU, 2007: 77)

Nesse sentido, faz-se necessário relacionar as idéias aos lugares, ou seja, perceber um lugar social da produção da escrita dos autores a partir de uma

temporalidade histórica e suas singularidades. Sendo assim, apresentaremos os campos de possibilidades de produção dessas obras.

Em 1937 o intelectual pernambucano Gilberto Freyre escreve o livro *Nordeste*. Com formação basicamente norte-americana, Freyre foi influenciado pelo pensador culturalista Franz Boas que lançava várias críticas ao método de observação naturalista, de base evolucionista e biológica. A ascensão do saber sociológico, preocupado com as questões sociais e culturais, ou seja, o relativismo cultural marca o momento em que Freyre propõe uma abordagem empática da realidade social que lhe permitiu desenvolver uma história sociológica. Seu objetivo era alcançar a subjetividade, era apreender a vida em seu interior (REIS, 2007: 53). Freyre introduz em sua análise um forte teor de afetividade e subjetividade. Sendo assim, o referido autor pensa a sociedade brasileira como fruto de uma miscigenação não só racial, mas também cultural. E é exatamente nessa compreensão a partir do cultural que o autor buscou compreender a nossa identidade como nação e a contribuição do regional nessa formação da nacionalidade.

No prefácio da obra *Nordeste* (1937) Gilberto Freyre explicita o objetivo político da obra que resume toda a estratégia que presidiu sempre o discurso freyreano: o de “sensibilizar os brasileiros para a situação de um conjunto espacial que começava a degradar-se socioecologicamente. Um grito contra o desvirtuamento da Federação” com a concentração de poder e investimentos em alguns estados. Freyre faz uma abordagem histórica que pretende instituir um processo de formação para este espaço; uma origem comum para os diferentes estados em declínio em nível nacional (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006: 99). Freyre idealiza o passado, tomando o engenho açucareiro como pólo formador da sociedade brasileira e ao mesmo passo compreendendo o nordeste como “espaço de saudade”.

A compreensão que Freyre elabora para eleger o nordeste do açúcar como centro formador da identidade nacional, reduto de onde se lançaram as bases da colonização e espaço onde se enraizaram a cultura do povo brasileiro está ancorada no discurso do pioneirismo que caracteriza o nordeste como

(...) terra gorda e de ar oleoso é o nordeste da cana-de-açúcar. Das casas grandes dos engenhos. Dos sobrados de ajulezo. Dos mucambos de palha de coqueiro ou de coberta de capim-açu. O nordeste da primeira fábrica brasileira de açúcar –

de que não se sabe o nome – e talvez a primeira casa de pedra-e-cal, da primeira igreja no Brasil, da primeira mulher portuguesa criando menino e fazendo doce em terra americana; dos Palmares de Zumbi – uma república inteira de mucambos. O nordeste que vai do Recôncavo ao Maranhão, tendo seu centro em Pernambuco. (FREYRE, 1985: 6)

Entretanto, a interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda tem raízes no pensamento alemão moderno, que ressalta o particular, o único, a especificidade temporal de cada realidade histórica. Nesse sentido, o autor se apropria da metodologia weberiana e diltheyana para estudar as origens do povo brasileiro, buscando nas categorias da observação particular e singular da sociologia compreensiva de Weber reforçar seu modo de ver a sociedade brasileira a partir de um olhar também psicológico, que o instiga a ver a vida humana brasileira pelo seu interior. (REIS, 2007: 119-121)

Ao longo da obra *Caminhos e Fronteiras* (2001) Sérgio Buarque de Holanda apresenta como se deu a formação territorial (geográfica) do Brasil. Para isso, o autor demarca a região de São Paulo como objeto de sua análise. Segundo Fernando Antônio Novais, no prefácio da obra em tela, a escolha por São Paulo se deu pelo fato de que a mesma representa o pólo modernizador do Brasil partindo da referida região as raízes culturais, sociais, econômicas e geográficas do país. (HOLANDA, 1994: 8)

Partiremos então de perspectivas que abordam os espaços de maneira diferente, mas que em alguns momentos essas abordagens se entrecruzam, se tocam, dialogam. Sendo assim, tanto Gilberto Freyre como Sérgio Buarque de Holanda tentam reforçar ao longo de suas obras a idéia da construção da identidade nacional e a formação social do espaço brasileiro. Ambos possuem maneiras diferentes de perceber o processo de ocupação e transformação desse espaço. Há, nas duas obras, um claro e forte processo de espacialização que abrange todos os níveis sociais - geográfico, econômico, cultural e político.

Para compreender a formação da identidade nacional brasileira Gilberto Freyre delimita seu objeto espacial ao Nordeste Açucareiro em detrimento do Nordeste das secas, do semi-árido, da pecuária, do algodão (FREYRE, 1985: 5-6). O Nordeste cuja estrutura é baseada na escravidão, no latifúndio e na monocultura canavieira foi pensado por Freyre como o centro da civilização brasileira. Um Nordeste adocicado pelo açúcar

cujas relações entre o senhor de engenho e o escravo foram harmonizadas escamoteando as tensões sociais vividas por esses grupos.

Para perceber como se deu a construção da identidade nacional Freyre interpreta a sociedade a partir da região e da tradição. Para o autor o regional é mais do que um recorte físico ou geográfico; ele nasce de um modo de vida, de uma cultura e de uma sociabilidade específica. Sendo assim, o pensamento Freyreano se orienta mais pelo sentido espacial do que temporal. Gilberto Freyre pensa o Nordeste como expressão da cultura, não apenas um mero reflexo do meio, da raça ou das relações sociais de produção, mas como uma Região, como um ente cultural, uma personalidade, um *ethos*, partindo do espaço como cerne dessa formação da identidade nacional a partir do Regional (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006: 95-99).

Freyre analisa a relação entre o homem e a natureza, sempre medida pela cultura como mediadora das relações do homem com a terra, com o nativo, com as águas, com as plantas, com os animais. Contudo, essas relações entre o homem e a natureza, estabelecidas pela monocultura do açúcar, não podem ser dissociadas das relações dos homens entre si. Freyre reconstrói os costumes e hábitos, como as tradições culinárias, as práticas sexuais, os provérbios das famílias de engenho que serão comprometidos pela onda modernizadora calcada na instalação das usinas. Estas surgem e modificam o espaço, como também transformam as relações sociais que há nele.

Freyre utilizou a noção de adaptabilidade ecológica como critério sociológico de análise, aplicando-o a diversos aspectos da realidade local e invocando-o no momento de ruptura provocado pela obra modernizadora, que tenderia a desfazer a humanização entre família, homem, natureza. Essa ruptura é denunciada por Freyre com certo rancor quando afirma que

Essa industrialização, não parece que possa continuar a fazer-se no interesse de tão poucos e contra a saúde e a vida de tantos; a favor do açúcar e contra tantas fontes naturais de vida da região, hoje abandonadas, estancadas ou corrompidas. Há nesta nova fase de desajustamento de relações entre a massa humana e o açúcar, entre a cana-de-açúcar e a natureza por ela degradada aos últimos extremos, uma deformação tão grande do homem e da paisagem pela monocultura – acrescida agora a do abandono do proletariado, da cana à sua própria miséria, da ausência da antiga assistência patriarcal ao cabra de engenho – que não se imagina o prolongamento de condições tão artificiais da vida.” (FREYRE, 1985: 87)

Sendo assim, a formação social do espaço em Freyre parte da casa-grande, do Nordeste Açucareiro que torna a construção, transformação e ocupação espacial brasileira como sedentária, centrada na esfera de um espaço que não se move, não se desloca.

Diferentemente de Gilberto Freyre o olhar de Sérgio Buarque de Holanda sobre o passado brasileiro não é caracterizado pela lamentação da perda das glórias das oligarquias açucareiras, ou seja, da tradição bastante característica da escrita freyreana. Ao contrário, Sérgio Buarque se atenta pelo Brasil que se constituiu a partir do homem urbano, das cidades, dos novos sujeitos e da nova mentalidade.

É a partir de São Paulo que Sérgio Buarque vê o Brasil. Sendo assim, o autor escreve *Caminhos e Fronteiras* em 1957 analisando como se deu a formação da atual configuração geográfica brasileira. Para isso, Sérgio Buarque busca nas relações cotidianas, de caça e pesca, lavoura, botica, trilhas terrestres, das expedições bandeirantes do século XVII e nas Monções de povoamento do século XVIII os caminhos que demarcaram as fronteiras, limites do Brasil, retratando uma sociedade sertaneja instável, nômade e moldada pelo meio.

O referido autor descreve a evolução do povo paulista a partir das bandeiras até as monções de povoamento, ambas influenciadas pelos costumes indígenas, o que garantiu o êxito das mesmas.

Essa destreza com que sabiam conduzir-se os naturais da terra, mesmo em sítios ínvios, herdaram-na os velhos sertanistas e guardam-na até hoje nossos roceiros. Concebe-se que práticas inventadas pelo gentio para marcar os caminhos – por exemplo, o uso de dobrar os galhos ou de golpear os troncos de árvore, ainda freqüente entre gente do interior – fossem facilmente aceitas pelos desbravadores paulistas (HOLANDA, 1994: 20).

O ‘acultramento’ dos adventícios devido ao meio hostil e instável permitiu que o português, segundo o autor, abrisse mão do seu caráter nobiliárquico e sedentário assimilando os usos e costumes dos nativos para sobreviver e acarretar um novo estilo de vida. Ao adaptar-se ao meio o português desenraizou-se das tradições metropolitanas tornando-se mais maleável ao ambiente, dando-lhe mais mobilidade, promovendo uma interiorização territorial, o intercâmbio e o rompimento das fronteiras técnicas e culturais. Ambos os movimentos de expansão, bandeirantismo e monções, constituíram

a integração, a consolidação e formação do espaço geográfico brasileiro. Sendo assim, a obra *Caminhos e Fronteiras* (2001) apresenta o significado do bandeirismo como elemento fundamental para a ampliação do território português na América, na qual o bandeirante figurou como responsável, dando ao Brasil sua configuração geográfica atual, transpondo as fronteiras culturais, institucionais e econômicas distantes entre si, rompeu fronteiras criando novos caminhos para a colonização ou abriu caminhos para erigir novas fronteiras colonizadoras.

Sendo assim, a formação espacial de Sérgio Buarque distingue-se daquela proposta por Freyre. O espaço no primeiro autor admite um caráter móvel, escorregadio, fluido. Isso se evidencia na seguinte passagem

A visão e orientação unitárias a que se sujeita, assim a matéria deste livro se acham sugeridas, aliás, no seu próprio título. Se o aceno ao caminho, “ que convida ao movimento”, quer apontar exatamente para a mobilidade característica, sobretudo nos séculos iniciais, das populações do planalto paulista – em contraste com as que, seguindo a tradição mais constante da colonização portuguesa, se fixaram junto à marinha –, o fato é que essa própria mobilidade entre elas irá, por sua vez, condicionar a situação implicada na idéia de “fronteira” (HOLANDA, 1994: 12).

Há uma clara oposição do nomadismo – através dos caminhos trilhados pelos bandeirantes na demarcação das fronteiras territoriais do Brasil –, ao sedentarismo de Freyre calcado na colonização alicerçada pela Casa-grande e Senzala.

Podemos perceber tanto em Gilberto Freyre, como em Sérgio Buarque de Holanda abordagens que analisam a construção, formação e ocupação do espaço brasileiro. Contudo, é válido destacar que eles analisaram esse processo de maneira diferente, influenciados pelo pensamento de um determinado momento histórico e que suas percepções estavam atreladas a determinadas maneiras de entender o processo de espacialização e a construção da identidade brasileira.

Freyre elabora sua abordagem sobre a identidade a partir da inércia, seu espaço de análise não se movimenta, não se transforma, está, portanto, enraizado na tradição. Esse sedentarismo está presente em sua obra para advogar um lugar de permanência e centralidade do nordeste enquanto região de onde emana a identidade nacional. Contrariamente, Sérgio Buarque busca entender a formação dessa identidade a partir do movimento, de um espaço nômade por excelência, fluido, onde à medida que se desfazem fronteiras, outras se estabelecem.

Tanto Freyre quanto Sérgio Buarque buscam entender a formação da identidade nacional. Ambos negligenciam os conflitos advindos do contato com as etnias construtoras dessa identidade. Freyre elenca o mestiço como fruto da miscigenação harmoniosa, esta, característica peculiar da sociedade brasileira. Entretanto, Sérgio Buarque elege o sertanejo como a síntese do contato entre os adventícios e os povos autóctones. Nesse amálgama as tensões sociais oriundas do contato entre brancos e índios também são escamoteadas, uma vez que foi dessa aproximação que surgiram as possibilidades da ocupação do território. Contudo, o preconceito racial, bem como o genocídio indígena são questões que permanecem latentes nas obras analisadas.

Portanto, nos é perceptível na leitura e nas análises desses autores que embora estes tenham elencado como problema central a questão da identidade nacional e a formação territorial do Brasil, eles abordaram ao longo de suas produções o próprio espaço. O que é a discussão da identidade e da formação territorial se não uma discussão da própria espacialidade? Isso nos remete a reflexão de que desde a produção historiográfica brasileira presente nas obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque o espaço já fora tratado, mesmo que essa discussão em torno dele tenha ficado por muito tempo incandescente.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes** 3º. edição. São Paulo\Recife: Cortez\Massangana, 2006

_____ **Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional.** 1º.edição. Recife: Bagaço, 2008.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História.** 2º edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

FREYRE, Gilberto. **Nordeste.** 5 edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e Fronteiras.** 3º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil.** 9º edição ampliada. Rio de Janeiro:FGV, 2007.

Da epopéia à manipulação do fato: um balanço historiográfico sobre a Abolição da escravatura em Mossoró-RN

Bruno Balbino Aires da Costa*

Esse artigo visa discutir a produção historiográfica sobre a abolição da escravidão em Mossoró-RN analisando os discursos construídos sobre o referido fato histórico percebendo o lugar social dos historiadores, ou seja, de onde falam e por que falam, uma vez que “toda pesquisa historiográfica se articula a um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural” (CERTEAU, 2007: 6) e as relações de poder que possibilitaram o surgimento dessa escrita. Nesse sentido, analisaremos dois autores e suas respectivas obras, a saber, Raimundo Nonato e Emanuel Pereira Braz. O primeiro se caracteriza por ser memorialista e o segundo historiador de formação acadêmica. As obras de Raimundo Nonato, analisadas aqui, são frutos de comemorações e conferências realizadas na referida cidade e que tratam sobre a temática da abolição em Mossoró, enquanto a obra de Emanuel Pereira Braz é vinculada a uma produção acadêmica (dissertação) versando também sobre o feito abolicionista.

A presente discussão nos interessa devido à contribuição que julgamos dar a compreensão em torno da produção historiográfica sobre a abolição da escravidão em Mossoró-RN. Este tema nos atraiu desde o momento em que nos deparamos com um imaginário presente na comunidade local que transforma Mossoró, na Terra da Liberdade. Esta mentalidade encontra-se nos discursos políticos, nos discursos dos memorialistas, na literatura, e, na produção historiográfica local. Esses discursos orientam urbanisticamente, culturalmente e politicamente toda a cidade para um local onde a liberdade é uma de suas principais características e que formam a identidade da própria cidade.

Esta identidade da cidade se encontra alicerçado nas comemorações do dia 30 de Setembro¹, na literatura, nas escolas, no feriado, na paisagem urbana através da nomenclatura dos bairros como: Abolição 1, 2, 3 e 4, Redenção, 30 de setembro(hoje Vingt Rosado), Liberdade 1 e 2, nos estabelecimentos comerciais como: *shopping Liberdade*, na rádio local denominada de *Libertadora*, na estátua da Liberdade entre

* Aluno do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

¹ Data alusiva ao dia em que a cidade de Mossoró aboliu a escravidão em 1883.

outras marcas que encontramos não só no atual cenário urbano, mas também no campo das idéias, ou seja, nas produções historiográficas em torno do referido fato histórico que permitiram criar e ao mesmo tempo preservar na memória social dos mossoroenses nomes relacionados a abolição da escravatura e a identidade da cidade.

Além dos mecanismos criados pelo poder público nas esferas urbanísticas, nas festas cívicas, no feriado, percebemos uma vasta produção historiográfica sobre os eventos históricos da cidade de Mossoró. “A Historiografia e a memória escrita passaram a se confundir como mitos, que se tornaram substratos para construções de monumentos e batismos de ruas, avenidas, povoados, auditórios” (NETO; 1997:150) ganhando na cidade “outras formas de linguagem: a dos monumentos e a das festas cívicas, projeções imagéticas e ritualísticas de uma determinada maneira de concepção da história\memória”(Ibid:72).

O marco da produção historiográfica e memorialista sobre a cidade advêm com a criação da *Coleção Mossoroense* em 1949. O período que marca o final da década de quarenta e os primeiros anos da década de cinquenta do século XX em Mossoró, é caracterizado pela importância que o poder político dá à cultura e a História local. Nesse sentido, a prefeitura de Mossoró, através do prefeito Dix-sept Rosado (1948-1950), cria o Museu Municipal e o Boletim Bibliográfico reunindo pesquisas, contribuições de escritores locais e, sobretudo, a divulgação de documentos de arquivos, atas da Câmara Municipal de Mossoró, contribuições sobre genealogias regionais, etnografia e o folclore. Para representar esse resgate cultural e histórico da cidade de Mossoró, o prefeito Dix-sept, convoca o seu irmão Vingt-un Rosado, para dimensionar a questão cultural e histórica da cidade. Vingt-un cria em 1949 a *Coleção Mossoroense* que através de suas publicações “uma historiografia aparece exaltando os heróis do passado, os pioneiros e construtores da cidade”, (FELIPE, 2001: 91) bem como os feitos memoráveis de Mossoró. Nesse sentido, a *Coleção Mossoroense* não só valorizou os ‘principais’ eventos históricos de Mossoró, mas a partir deles construiu a identidade da própria cidade. Mossoró passa a ser nomeada como cidadela do pioneirismo e da liberdade.

A Historiografia e a memória como ritos de recordação

Todo o debate em torno desse artigo paira na relação entre a escrita da história e a memória. Embora ambas sejam antagônicas no nível conceitual, uma vez que a memória “é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no presente” (NORRA, 1993:9) e que “sacraliza as recordações” (CATROGA, 2001:39) a historiografia se constitui como uma “uma reflexão sobre a produção e a escrita da História” (SILVA, 2006:189) e como “operação intelectual crítica, que desmistifica e laiciza as interpretações de modo a convencerem que a sua re-presentation do passado é verdadeira”(POMIAM *apud* CATROGA: 39)-, podemos fazer uma aproximação entre essas duas noções. Ambas se constituem como “representações do passado fazendo o trabalho do luto e pagando as dívidas do presente em relação ao que já não é”(RICOUER *apud* CATROGA: 44). A historiografia se encontra com a memória no sentido de funcionar como “fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade cientificista a novos mitos” (Ibid, p.50). Tal asserção nos permite enxergar que assim como a memória, a historiografia produzida sobre a Abolição em Mossoró reinventa novos mitos e maneiras de representar o passado. Tanto Raimundo Nonato como Emanuel Braz, mesmo partindo de perspectivas diferentes, constroem nas suas narrativas novos meios de perceber o passado seja exaltando-o ou tentando desmistificando-o. Ambos tecem modos de recordar tomando ritos diferentes de apresentar a narrativa; a memória ritualiza através de um jogo construído através da memória coletiva e a historiografia realiza um trabalho de sepultamento exorcizando a morte introduzindo-a no discurso. (CERTEAU, 2007:107)

A Abolição como apoteose

O primeiro título que analisaremos é produzido em 1983, o ano da homenagem ao centenário da abolição da escravidão em Mossoró. Seu autor, Raimundo Nonato, é autor de vários livros sobre a História de Mossoró, tais como: *Lampião em Mossoró (1955)*, *Terra e Gente de Mossoró (1967)*, *Escola Normal de Mossoró (1973)* dentre outros. A obra que estudaremos intitulada de *História Social da Abolição em Mossoró (1983)* aponta desde os primórdios da história mossoroense até as mudanças urbanísticas que acontecem na cidade durante o centenário da abolição. A abordagem sobre a temática é caracterizada pelo uso intensivo de palavras como: batalha, epopéia, glória, humanismo

e liberdade. A cidade de Mossoró é tratada como heróica, um lugar onde “a humanidade respirava livre, como se despertasse de um pesadelo secular!” (NONATO, 1983:113).

Em todo o livro, a idéia de liberdade é trabalhada como se os libertadores mossoroenses fossem predestinados a terem uma atitude progressista diante da desumanidade que fomentava um conflito com os senhores de escravos da nação, transformando assim, em uma verdadeira batalha pela humanidade:

Naquela data alvissareira, desencadeava-se a luta dos libertadores contra a reação esboçada pelos senhores de escravos, que nos vários pontos da Nação tentavam provocar desordens e perturbar a segurança pública, [...] para manter um estado servil de exploração de pessoas escravizadas pela força do dinheiro de uma gente desumana que tratava aqueles infelizes como bestas, simplesmente como animais irracionais. (Idem)

Além disso, há uma idéia de “solidariedade” por parte da elite rural mossoroense, da maçonaria, dos comerciantes e dos dirigentes da sociedade Libertadora Mossoroense, em que todos se encontravam unidos para a extinção da escravatura (*Ibid*:129). A data do dia 30 de setembro é tratada pelo autor como justificadora do orgulho mossoroense inspirado na liberdade dos seus ancestrais. É importante ressaltar que o ano do lançamento do livro está inserido no contexto da comemoração do centenário da abolição em Mossoró (1983), um período que ressalta a saga dos heróis abolicionistas através da construção de obras públicas como o Pantheon dos Abolicionistas e a realização de grandes festejos e comemorações por se tratar de uma marca importante para a história de Mossoró. Raimundo Nonato descreve assim esse momento:

A razão das festas, que a cidade de Mossoró promove todo o ano por determinação do seu Governo, de instituições e do seu povo, este ano com renovado brilhantismo, na data do centenário da Abolição dos Escravos em Mossoró, ocorrido a 30 de setembro de 1883. (NONATO, 1983: 145-146)

O autor destaca ainda a importância desses festejos em Mossoró comparando o dia da libertação dos escravos com os elementos mitológicos buscados na Grécia Antiga como os deuses do Olimpo:

O que se passou em Mossoró, naquele dia e ano, foi um verdadeiro festival dos deuses do Olimpo, que pelos seus representantes tinham tomado conta da cidade, já então transformada no mais belo espetáculo cívico capaz de ser iluminada pelo arco-íris da liberdade, que era uma entidade nova que surgia nos céus de Mossoró. (Idem)

Raimundo Nonato narra à abolição da escravatura mossaoroense como um ato heróico, humano, solidário. Em seu livro *O Movimento Abolicionista de Mossoró e sua repercussão Internacional* lançado em homenagem ao 10º aniversário da ESAM através da conferência na II noite de cultura em 1976, o referido autor faz um levantamento da História da abolição no Brasil buscando aspectos econômicos no início da colônia através da trajetória da transição da servidão indígena até a escravidão africana culminando nas leis que iniciaram o processo rumo à abolição que são: a lei do fim do tráfico, a lei Rio Branco, Ventre-livre, Lei do sexagenário e por fim a Lei áurea. Para ele, Mossoró estava predestinada a vivenciar a abolição da escravatura por ser uma cidade de tradição abolicionista, por possuir uma economia autônoma e possuir homens de idéias progressistas, como declara o texto abaixo:

E por que Mossoró?

A História-a grande mestra da vida- se encarregaria de responder à interrogação: Porque a cidade possuía uma tradição e uma mentalidade abolicionista. Porque dominava um círculo de autonomia econômica, estruturada numa poderosa ação de intercâmbio, que circulava através de seu comércio, o mais importante da região. Curioso é acentuar-se que, neste setor, militavam figuras de estanceiros ilustres- homens de idéias novas, egressos do Velho Mundo- todos perfeitamente integrados nos problemas da sua vida social, política e econômica. (NONATO, 1977:121)

É interessante destacar a concepção de história do autor que fundamenta sua análise tomando a história como mestra da vida indicação presente desde os romanos como o ‘historiador’ Cícero. A História para Raimundo Nonato deveria sempre trazer uma lição, uma continuidade na tradição, ensinando e cristalizando o passado.

As idéias abolicionistas para o autor perpassavam por toda a cidade, inclusive no pensamento do povo, “o fato consagrador da vitória da campanha abolicionista, tomaria proporções de um movimento incontrolável, nascido da própria consciência do povo, e que logo se estenderia até a cidade de Mossoró.” (*Ibid*: 20) É preciso destacar que o autor ao se referir “do povo” expressa uma homogeneidade em que todos os

mossoroenses tiveram alguma participação do evento da abolição. Contudo, é preciso perceber que o processo de abolição do cativeiro em Mossoró se expressou em setores restritos da sociedade mossoroense como os intelectuais influenciados pelas idéias abolicionistas vindas do Ceará que chegavam até em Mossoró por meio da Maçonaria “24 de junho”. Sendo assim, a tentativa do autor em promover o ‘povo’ como participante do evento abolicionista revela seu interesse em trabalhar o fato histórico mossoroense como se fosse um feito que envolvesse toda a cidade de Mossoró. Outros segmentos da sociedade mossoroense também foram responsáveis por essa mentalidade ‘libertadora’ como os intelectuais, a maçonaria, a escola e o jornal.

E acima de tudo isso, porque Mossoró havia aquilo que se chamava de agentes de opinião pública que agitavam o movimento, a exemplo do jornal, das associações de pensamento, da maçonaria, da escola, das bibliotecas, instituições que sedimentavam as idéias da abolição, irradiadas de um núcleo polarizador dos homens de cultura, bacharéis, jornalistas e poetas, todos portadores de alta formação humanística, cuja história está registrada no livro de ouro das memórias da cidade. trabalha sobre o fato no Ceará citando apenas Acarape e depois cita Mossoró como sendo a segunda cidade do Brasil no sentido de um outra província a libertar os escravos. Por fim, o autor aponta as repercussões do ato abolicionista de Mossoró no Ceará e também no internacional. (*Ibid*:21)

Para Raimundo Nonato o conagraçamento das idéias abolicionistas fez de Mossoró “a SEGUNDA CIDADE DO BRASIL a fazer a libertação total dos seus escravos, fato verificado com cinco anos da antecipação da assinatura da Lei Áurea, a 13 de maio de 1888” (Idem). Entretanto, o autor lamenta que a importância da abolição da escravidão em Mossoró não foi encarada com uma certa representatividade diante do Imperador D. Pedro II se comparado ao tratamento destinado a cidade de Acarape no Ceará.

Assim, enquanto cita-se, no Ceará, o telegrama do velho Imperador, felicitando a Sociedade Libertadora pelo seu sucesso alcançado no ATO do Acarape, em Mossoró, pelo feito de 30 de setembro, a manifestação de D. Pedro II fez-se ouvir, apenas numa mensagem de escassa sensibilidade e apagado afeto humano, transmitida pelo Conselheiro Lafayette, no resumo de 3 palavras do mais seco e rígido protocolo: - “Sua magestade agradece”. (*Ibid*:22)

Segundo o autor a falta de interesse e de representação do evento por parte do Imperador se deu pelos dizeres que o abolicionista Almino Afonso, encarregado de mandar o telegrama avisando a Majestade, enviou ao ministro Lafayette: “Mossoró fez a Abolição dos escravos mesmo contra a vontade de vossa Magestade.”(Idem). Enquanto que a cidade cearense de Acarape foi lembrada com orgulho passando a constituir o capítulo da História da Província e também como um dos assuntos registrados na imprensa local, como nota alta no calendário das Comemorações cívicas do Ceará, no Rio Grande do Norte o 30 de setembro não teve o mesmo brilho, uma vez que nunca foi “devidamente exaltado por outros agentes da opinião pública, pois sua maior divulgação foi alcançada, fora das fronteiras do Estado, através dos jornais de Fortaleza, do Recife e do Rio de Janeiro” (*Ibid*:23). Uma das questões levantadas por Raimundo Nonato é que muitos historiadores do Rio Grande Norte como: Tavares de Lyra, Rodolfo Garcia, Tobias Monteiro e Rocha Pombo não deram credibilidade ao referido fato histórico mossoroense. Somente Luís Câmara Cascudo em seu livro *História do Rio Grande do Norte* (1955) é que se têm as primeiras narrativas em torno do processo da abolição da escravatura em Mossoró e sua importância para a história local.

Para ‘compensar’ essa omissão em que os primeiros historiadores potiguares tiveram ao se tratarem da libertação dos cativos em Mossoró, mas que “mais cedo ou mais tarde, alcançaria notoriedade”(*Ibid*:25), é que Raimundo Nonato busca encontrar a valorização do evento abolicionista através dos noticiários dos jornais do Ceará no período da abolição e também da obra “*Os últimos tempos da escravidão no Brasil*” do historiador norte-americano Robert Conrad² transcrevendo essas passagens dos jornais cearenses e os trechos da obra de Conrad em seu livro *O Movimento Abolicionista de Mossoró e sua repercussão Internacional* (1977)

E sabe-se, então, que, estudiosos do problema vindos de outras áreas mais distantes, de Estados importantes e até do estrangeiro realizaram trabalhos cuja divulgação põe em relevo o papel da campanha dos abolicionistas de Mossoró, pelo seu significativo espírito de pioneirismo e de solidariedade. (*Ibid*: 25)

² O livro do autor norte-americano Robert Conrad “*Os últimos tempos da escravidão no Brasil*” retrata a trajetória do fim da abolição no Ceará referindo-se também sobre a abolição em Mossoró. p.27

É interessante destacar a necessidade que o autor tem em dar o status de grandiosidade à libertação dos escravos, buscando encontrar no estrangeiro a valorização do feito mossoroense. Nesse sentido, o grande objetivo das obras de Raimundo Nonato é buscar na História, nos jornais, nos documentos, nas atas, subsídios para o enaltecimento do processo abolicionista em Mossoró.

A Criação do fato como manipulação da História

Raimundo Nonato escreve suas obras para enaltecer e valorizar através da memória os feitos de Mossoró através da libertação dos escravos antes mesmo da lei Áurea. Entretanto, a obra de Emanuel Pereira Braz intitulada *A Abolição da escravatura em Mossoró: pioneirismo ou manipulação do fato* (1999) escrita no final da década de noventa busca uma revisão sobre o evento da abolição em Mossoró. Através de uma investigação minuciosa das primeiras atividades econômicas até o surto da economia mossoroense na segunda metade do século XIX o autor conclui que em Mossoró não se exigia uma grande concentração de escravos. Nesse sentido, o escravo caracterizava-se mais com um “agregado de terras, como um dos seus objetos de ostentação, do qual podia valer-se nos momentos de dificuldades financeiras”(BRAZ, 1999:122). Com o fim do tráfico externo de cativos em 1850, inicia-se o tráfico interno de escravos. Para o autor o Rio Grande do Norte, no caso da obra, a cidade de Mossoró, entraram no contexto nacional como um local onde o comércio de escravos era ativo e lucrativo através da comercialização dos escravos para as regiões dos cafezais. Isso fica claro na seguinte passagem:

Entre o final do tráfico externo e a abolição da escravidão (1888) no Rio Grande do Norte, o escravo tornou-se muito mais valioso com bem de capital do que como trabalhador, incentivado pelo lucrativo comércio de escravos que ganhou importância no Brasil como possibilidade para garantir o crescimento da produção cafeeira.(Idem)

Mas o período de longas secas permitiu que, tanto na região Norte como nas províncias do Ceará e do Rio Grande Norte, vários proprietários escravocratas vendessem seus escravos propiciando o desencadeamento de movimentos

abolicionistas, sobretudo, no Ceará, influenciando a criação de várias sociedades pró-abolição, inclusive em Mossoró, com a criação da Sociedade Libertadora Mossoroense.

Emanuel Pereira analisa em sua obra as influências vindas desses movimentos abolicionistas do Ceará que chegaram até a elite de Mossoró desmistificando a idéia de pioneirismo, uma vez que “A Abolição da escravidão em Mossoró ocorreu em consequência do processo abolicionista que foi desencadeado a partir da vizinha província do Ceará.” (*Ibid*:61) A partir desse raciocínio o autor analisa como o fato histórico abolicionista foi (re)construído possibilitando a criação de um imaginário caracterizado pelo “pioneirismo” e pela liberdade sendo propagado através de festas, comemorações, inaugurações, teatros, bandeiras, hinos e obras públicas. “O fato de ter libertado os escravos cinco antes da Lei Áurea, possibilitou aos mossoroenses, as condições para que este gesto fosse perpetuado na história local com um legado a ser imitado, seguido pela posteridade.” (*Ibid*:123)

O referido autor discute toda uma trajetória em que o poder local através de vários mecanismos - culturais e políticos - se utilizou para constituir a abolição da escravidão como o principal acontecimento da cidade. Os diversos meios de “manipular” o evento permitem, segundo o autor, criar um imaginário no município em que Mossoró se apresenta como pioneira. O autor objetiva assim “desmistificar” o pioneirismo citando elementos econômicos como a não necessidade urgente de escravos para o trabalho na região Norte e também apontando os mecanismos de mistificação do evento abolicionista em Mossoró.

Enquanto o objetivo da obra de Raimundo Nonato se encontra em uma visão mística, progressista e heróica do referido fato histórico, Emanuel Pereira busca historicizar o processo da abolição da escravatura em Mossoró através de uma abordagem econômica da história a partir de uma perspectiva que permite entender como a valorização do evento abolicionista foi construído, propagado e mantido na memória social da população mossoroense. Para o historiador Emanuel Pereira Braz o evento da abolição em Mossoró foi propagado e conseqüentemente manipulado pela elite política local que se utilizou da história para respaldar as ações dos personagens políticos do presente (BRAZ, 1999:16) se apropriando e promovendo os eventos históricos da cidade para se legitimarem no poder.

REFERÊNCIAS

BRAZ, Emanuel Pereira. **A Abolição da Escravidão em Mossoró: Pioneirismo ou Manipulação do Fato.** Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1999.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia.** Coimbra: Quarteto, 2001

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

FELIPE, José Lacerda Alves. **Invenção do Lugar: Os Rosados e o país de Mossoró.** João Pessoa: Grafset, 2001

NETO, Francisco Fagundes de Paiva. **Mitologias do “país de Mossoró”.** Mossoró: Coleção Mossoroense, 1997.

NONATO, Raimundo. **História social da Abolição em Mossoró.** Mossoró: Coleção Mossoroense, 1983

_____. **O Movimento Abolicionista de Mossoró e sua repercussão Internacional.** Mossoró: Coleção Cadernos da Caatinga, 1977

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** In: *Projeto História.* São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2005

A história em cena: os espaços na trama dos historiadores

Bruno Balbino Aires da Costa*
Sonní Lemos Barreto*

Neste ensaio convidamos o leitor a seguir os conselhos de March Bloch quando o mesmo nos sugere a farejar carne humana. Os homens aos quais se refere Bloch em sua obra “*Apologia da história ou o ofício de historiador*” (2001) não estão pendurados no tempo, mas tecem suas relações no espaço e é por meio desse que o tempo se torna visível. Dessa forma, acreditamos que uma maneira interessante de pensar o espaço é articulá-lo à história e a temporalidade como seus constituintes. Os lugares que despertariam fascínios no historiador, certamente não seriam aqueles que escapariam do tempo, mas lugares entendidos como palimpsestos que surgem como acúmulos de práticas e de sentidos. Podemos inferir que os espaços são construções do olhar, do falar e do sentir humano, do uso das suas práticas, sejam elas cheirosas, dizíveis, visíveis, práticas plurais; as mais diversas.

Desde a primeira geração da Escola dos *Annales* com Marc Bloch e Lucien Febvre o diálogo entre Geografia e História se torna mais evidente. Contudo, é somente a partir da segunda geração da Escola dos *Annales* com os estudos de Fernand Braudel que a discussão sobre História e Espaço ganha corpo, ou seja, o espaço se torna um dos objetos da História. Fernand Braudel em sua obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico à época de Felipe II* (1983) assume a herança deixada por Febvre, muito embora tenha sido influenciado por Vidal de La Blache na construção do conceito de Geo-História.

Nesse sentido, uma das grandes contribuições de Braudel para o conhecimento histórico é promover uma aproximação profícua entre campos do conhecimento histórico e geográfico. Esse contato dar-se com a Geo-História permitindo que o espaço possa ser encarado como uma problemática também da História. A discussão que

*Graduado em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte UERN e Mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História com área de concentração em História e Espaços da UFRN.

*Graduada em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte UERN e Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História com área de concentração em História e Espaços da UFRN.

Braudel elabora em relação à Geo-História permite um novo olhar acerca da temporalidade. Com essa nova categoria de análise a temporalidade transforma-se, assim, em espacialidade até desaparecer por completo por um processo de ‘naturalização’ da História (DOSSE, 2004:128). Sendo assim, o autor traça uma divisão tripartida do tempo que se constitui como: a longa duração, isto é, o tempo geográfico, quase imóvel que configuraria a estrutura; a média duração, que estaria ligada às conjunturas; e por fim, a curta duração inscrita nos eventos. A primeira temporalidade é a mais importante para entender a concepção do tempo e de História. Se lançando a partir da longa duração Braudel desacelera o tempo, introduzindo a abordagem da repetição, da permanência, da continuidade.

Braudel considera que a História, cujo tempo possui uma cadência, um ritmo, uma temporalidade mais durável e resistente à mudança, vai buscar na longa duração aquilo que sustenta e a constitui como uma totalidade, visto que a concepção de história do autor vincula-se a uma perspectiva global, total da história. Sendo assim, a Geografia lhe permite valorizar a duração longa, diminuindo o peso do homem como ator da História; este, passa a ser substituído pelo Mar Mediterrâneo, alçado à condição de sujeito da História. Destarte, o Espaço torna-se a chave da escrita em Fernand Braudel. O autor entende a dimensão espacial como fundamento do devir das civilizações, ou seja, Braudel utiliza o espaço como fator “explicativo dos diversos aspectos das civilizações” (DOSSE, 2004:129-128).

No primeiro capítulo da obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico à época de Felipe II* (1983) intitulado de “o meio” Fernand Braudel traça um mapa da milenar geografia do Mediterrâneo. Nesse momento da sua narrativa, o meio, ou seja, as montanhas e as planícies do século XVI, ou as cidades e as rotas, entre muitos outros exemplos, demonstra a unicidade do espaço e do homem como um ser geográfico. O autor demonstra a relação desse meio com o homem como construtor dos processos históricos de adaptação das sociedades e civilizações ao espaço geográfico característico do Mediterrâneo. Dessa forma, o ritmo do trabalho e da vida aparece entrelaçado a uma lenta realidade estrutural que a condiciona. Esse meio, gerador da longa duração, que dará uma unidade geral ao mundo mediterrânico é responsável pela homogeneidade milenar da vida humana em torno desse grande mar. O ritmo das estações, o clima, a

vegetação, a paisagem, a agricultura, dentre outros fatores acabam por constituir uma integração ao complexo mundo mediterrânico.

Para compreender a dinâmica da historicidade do Mar, Fernand Braudel recorre à análise das estruturas da História. Estas ocupam uma posição central como ambiente explicativo dos fenômenos humanos. A estrutura nada mais é do que o meio, o ambiente geográfico onde os diversos elementos, climáticos, vegetais, animais, formam um equilíbrio permanente (DOSSE, 2004: 130). Desse modo, é o meio, isto é, o espaço que produz uma vida comum, uma unidade, que a determina. O Mediterrâneo passa a ser então uma grande estrutura, na qual se acomodam outras estruturas sociais que possuem ligações entre si. E é a história dessas estruturas que Fernand Braudel demarca no Mediterrâneo.

A História que Braudel traça no livro em tela não está centrada nos indivíduos, mas no que ele denomina de “movimentos de conjunto”, observados em movimentos de espaço, ou seja, das planícies às montanhas, do Mediterrâneo ao Atlântico. Sendo assim, os espaços, para ele, estão em constante movimento. As dicotomias espaciais expressas na primeira parte da obra supracitada exemplificam a concepção do espaço para o autor, quais sejam: a oposição entre as montanhas e planícies; deserto e mar; oriente e ocidente. Braudel enxerga o espaço numa relação de dicotomia e unidade. A unidade é dada pela circulação, e nesse sentido, aceita os contrastes. Montanhas e planícies são contrastantes. Sendo assim, das diferenças entre essas regiões surgem também um conjunto de homens com necessidades diversas, montanhese e homens da cidade, de acordo com a unidade do meio em que foram criadas, e tudo isto permite que se estabeleça a circulação como uma estrutura desses lugares. Montanhas e planícies se ligam, se unem pela transumância (unidade), assim como, o deserto e o mar, o Mediterrâneo do Ocidente e do Oriente que se conectam pela navegação de cabotagem de pequenos barcos.

Diante disso, a História seria preenchida pelos movimentos repetitivos, como a transumância do Mediterrâneo, ou o nomadismo do deserto, que exprimiriam esta relação permanente do homem com o meio. Considerando que, para Braudel, movimentos repetitivos configuram as permanências e que estes movimentos são conseqüências da lenta conquista que o homem engendra no espaço, a longa duração é, pois, o movimento que envolve e que enquadra os demais ritmos da história, ou seja, as

conjunturas e os acontecimentos. A longa duração é, portanto, o ritmo lento da produção do espaço.

No livro *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Tempo do Mundo, nos séculos XV e XVIII* (1996) Fernand Braudel amplia a discussão em torno do espaço. Entendendo as divisões do espaço e do tempo na Europa o autor se empenha em situar a economia no tempo e no espaço ao lado dos seus co-participantes, a saber: a política, a cultura, a sociedade (BRAUDEL, 1996: 9). Nessa obra o autor resgata, analisa e compara o traçado econômico concebido pelo mundo moderno tomando como ponto de partida o espaço. Este é tomado como fonte de explicação pondo em causa ao mesmo tempo todas as realidades da história, todas as partes envolvidas da extensão: os Estados, as sociedades, as culturas e as economias. Seus sentidos e suas representações não se encerram no meio, tal como acontece na maior parte do “Mediterrâneo”. O espaço pode ser – dependendo da perspectiva adotada – político, social, simbólico e econômico, variando em seus sentidos e suas funções. Mesmo fazendo uma análise sobre os bens materiais/espaciais das civilizações, Braudel também analisa a relação entre espaços políticos e econômicos contribuindo, portanto, nessa obra, para a percepção do papel do espaço na constituição do capitalismo.

Fernand Braudel centraliza sua análise na percepção do espaço e não no indivíduo, mas a questão central são as estruturas, ou seja, são elas que influenciam os indivíduos, o espaço influenciando o indivíduo. Braudel fez dos homens seres praticados pelos espaços, eles se tornam parte de uma paisagem que os explica. O espaço é o que os informam e não o oposto.

Contudo, se em Braudel é o espaço que motiva o sujeito em Michel de Certeau (1994) a relação História e Espaços será analisada a partir de outro viés. Para Certeau, indo na contramão de Fernand Braudel, o espaço é um lugar praticado (CERTEAU, 2008: 202). Sendo assim, Certeau entende o sujeito como modelador do espaço; ele está a todo instante ressignificando-o.

Michel de Certeau toma o meio urbano (a cidade) como objeto de sua abordagem. Nesse sentido, o autor coloca sob análise duas percepções espaciais distintas e distantes uma da outra. Os *voyeurs* e os caminhantes. Os primeiros vinculados ao mundo da projeção urbanística são aqueles que vêm do alto, enquanto que os segundos se caracterizam por serem praticantes ordinários da cidade. Os

caminhantes ou pedestres não enxergam as práticas organizadoras da cidade habitada, mas praticam-na cegamente atribuindo-lhe sentido. Desse modo, Certeau concebeu o projeto urbanístico da cidade como resultado de uma tripla operação que trabalha de forma conjunta: a produção de um espaço próprio, a distribuição de um não-tempo com relação às tradições e a criação de um sujeito universal que é a própria cidade (CERTEAU, 2008: 173).

Sendo assim, a cidade pensada a partir dos projetores urbanísticos se inscreve em um plano teórico, planejado, visível; a cidade se alia ao conceito transformando-se em cidade-conceito. Desse modo, Michel de Certeau detecta práticas estranhas ao espaço geométrico ou geográfico das construções planejadas, projetadas, visuais, panópticas da cidade-conceito remetendo essas práticas espaciais à outra espacialidade, a saber: o espaço antropológico, transumante e metafórico. Certeau focaliza as práticas que escapam, que são estranhas a esse panoptismo, embora as mesmas estejam circunscritas a esse poder.

O espaço, portanto, em Michel de Certeau ganha uma noção do praticado, do subjetivado, da mobilidade, sendo a atividade dos sujeitos que o qualifica. Contudo, o espaço praticado em Certeau se encarnava no caminhar dos habitantes. Para isso, o autor estabeleceu uma distinção entre a cidade, que considerava como uma língua, um campo de possíveis, e o ato de caminhar que a atualizava e advinha de enunciações dos pedestres. Esta analogia cidade/língua e o caminhar/ fala permitia valorizar os processos de apropriação da topografia urbana pelos seus atores.

Para Certeau, esta arte do caminhar remetia especialmente à sua abordagem da postura mística que escapava a qualquer lugar, a qualquer instituição e se encontra a um incessante vagar. “Caminhar é perder o lugar” (CERTEAU, 2008:183). A noção de espaço em Certeau remete a uma relação singular no mundo, a dimensão de lugar habitado. O Lugar seria imóvel, uma ordem estática.

A contribuição de Certeau para a compreensão da relação História e Espaços centra-se na percepção do sujeito como fabricante do espaço, abordagem que difere daquela empreendida por Braudel em que os homens eram praticados por este. Para Michel de Certeau o espaço é inconcluso e não definido; ele se altera. São os gestos, as práticas, ou seja, as artes de fazer e as narrativas do cotidiano que constituem os verdadeiros arquivos urbanos. Portanto, o espaço é tido como um produto histórico.

Dialogando numa perspectiva semelhante, mas ao mesmo passo divergente daquela empreendida por Michel de Certeau, Yi Fu Tuan (1983) também discute o espaço como constructo do ser humano. Para ele, o homem, pela simples presença, impõe um esquema no espaço (TUAN, 1983: 42). Esse autor entende que os sujeitos constroem suas realidades e respondem ao espaço e ao lugar de maneiras diferentes. Influenciadas pela cultura, os sujeitos moldam seus valores baseados nas experiências que vão adquirindo através de seus órgãos e sentidos e pelas emoções vivenciadas. Nesse sentido, o autor introduz na discussão a noção de espaço mítico para se referir a capacidade das pessoas de imaginar o que tem em outros lugares, de criar contextos imagéticos para galgar segurança. Sendo assim, o espaço mítico – que varia muito de uma cultura para outra – é construído pelo intelecto como resposta aos sentimentos e imaginações, ignorando a lógica e as contradições, para atender necessidades fundamentais dos seres humanos (TUAN, 1983: 112).

Ao mover-se, o ser humano vivencia o espaço. Este é organizado a partir da postura e estrutura do corpo e das relações de distância entre as pessoas, é também construído a partir das necessidades biológicas e das relações sociais. O espaço se firma num eu que se move e se direciona, consciente de que não apenas ocupa o espaço, mas o dirige e coordena (TUAN, 1983: 39). Isso significa que os pontos de referência reais no espaço, como os referenciais e as posições cardeais, correspondem à intenção e às coordenadas do corpo humano. Na medida em que se desenvolve, o indivíduo vai se apegando às pessoas, aos objetos e por fim às localidades, podendo cultivar por certos lugares, sentimentos bons ou não, de acordo com suas vivências.

O espaço, à medida que vai ganhando sentido e definição, vai se transformando em lugar. Dessa forma, há uma inversão em relação ao conceito atribuído por Certeau. Para esse autor, a existência do espaço está condicionado a prática de um lugar. Já para Yu-Fu Tuan, é a prática de um espaço a partir da atribuição de sentido e de pertença que cria um lugar.

A grande contribuição do geógrafo Chinês para a discussão sobre História e Espaços se faz sentir a partir da compreensão de que a dimensão da organização espacial se dá também pelo universo do corpo humano e que a distância – um termo espacial – está intimamente ligada a termos que expressam relações interpessoais. Tuan destaca a questão da experiência espacial a partir dos sentidos e da relação do corpo

com o mundo. Tais experiências são, para ele, necessidades de se entender o fazer espacial enquanto processo de inserção direta do sujeito histórico neste. Sendo assim, o espaço e o lugar estão diretamente vinculados à perspectiva da experiência, a compressão de um espaço e um lugar vivido, experimentado (TUAN, 1983: 56).

Por fim, outro autor que contribui para ampliar a discussão sobre História e Espaços é o historiador Simon Schama (1996). Ele discute o espaço a partir da categoria paisagem. Esta pode ser compreendida, grosso modo, como uma associação de características geográficas concretas que se dão numa região, construindo um padrão visual formado por elementos que a caracterizam e lhe conferem uma singularidade. Em sua obra *Paisagem e Memória* (1996), os elementos que conferem essa singularidade são oriundos do espaço físico, tais como a mata, a água, a rocha. Não obstante, Shama diz ser a paisagem obra da percepção humana; não existe por si só, isoladamente, não se nomeia enquanto tal. A paisagem só existe a partir do momento em que ganha significação. Ora, se os espaços, na análise de Michel de Certeau (2008) só existem quando são praticados, em Schama, para que haja paisagem faz-se necessário atribuição de sentido. Para ele, a memória teria a função de significar a paisagem, ou seja, de conferir-lhe sentido e significados. Dessa forma, a paisagem é construída pela sedimentação da memória. É a memória entendida como uma prática do homem que dá vida e torna possível uma leitura da paisagem.

Simon Schama frisa que toda a tradição da paisagem é um produto de uma cultura comum, que trata de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças (memória) e obsessões (SCHAMA, 1996: 24). Não obstante, a paisagem seja um produto de uma tradição comum entre as culturas, essa apropriação da natureza e da paisagem não é abraçada de igual forma, ou seja, com a mesma intensidade e o mesmo entusiasmo entre as culturas, permitindo assim uma valorização de uma posição histórica do autor. Todavia, mesmo levando em consideração essas variações, os mitos e lembranças da paisagem partilham duas características comuns: “sua surpreendente permanência ao longo dos séculos e sua capacidade de moldar instituições com as quais ainda convivemos” (SCHAMA, 1996: 26).

Portanto, o autor se propõe em cada um dos capítulos – os quais abarcam elementos da natureza como a floresta, a montanha a água e a rocha – a fazer uma escavação que começa pelo conhecido, isto é, pelas camadas de lembranças e

representações até tocar a superfície natural, como por exemplo, da rocha que se formou há séculos ou milênios e se constitui como repositório de memória. Portanto, a natureza para Simon Schama não é algo anterior à cultura e independente da História de cada povo. Mesmo hoje na contemporaneidade onde o meio urbano é invadido pela técnica e pela ciência, podemos constatar a sobrevivência de mitos que, vez por outra, emergem com toda a força primitiva no cotidiano das pessoas.

Simon Schama faz uma análise detalhada e profunda das significações atribuídas à paisagem. Ele nos mostra que em cada árvore, cada rio, cada pedra estão depositados séculos de memória. Identificando exemplos na história, o autor opera com a arqueologia¹ da memória, partindo de indícios do presente para identificar mitos primordiais que permitiram a cada cultura elaborar os arranjos de compreensão e leitura da paisagem. Fugindo de uma compreensão que perceba a natureza como um determinante geográfico, Shama reencontra na história outras formas dos homens dela se apropriar, que não, necessariamente, a de esgotar seus recursos. Ele a compreende como o resultado das práticas culturais e como algo que é sempre, representada pelos seres humanos a partir de vivências sociais específicas. Dessa forma, se faz mister compreender que a paisagem é, antes de tudo, produto de um lugar.

Contudo, embora os autores que trabalhamos até aqui tenham divergido ou em algumas vezes se cruzado e se tocado em algumas análises sobre História e Espaços cada um, ao seu modo de perceber essa relação, contribuiu para a construção de uma idéia polissêmica, múltipla sobre as espacialidades. Essa polissemia de sentidos atribuídos aos espaços se torna perceptível com as análises empreendidas por Braudel que toma o espaço como próprio sujeito da História, como determinante nas relações que permeiam a História; ganha visibilidade com Certeau que percebe o cotidiano como uma prática dos sujeitos, como invenção destes, daí a idéia dos espaços como lugares praticados. Já em Yi Fu Tuan o espaço é analisado a partir da postura e da estrutura do corpo e das relações pessoais, e por fim, com Simon Schama a relação História e Espaços é percebida a partir da relação homem-natureza que se constitui como um conjunto histórico em que o homem ressignifica, através de mitos, os estratos da

¹ É válido ressaltar que o termo arqueologia não está empregado para significar as origens de um passado linear e factual, mas faz referência ao processo de sedimentação da memória, de resgatar o que existe de forma incandescente.

natureza representado-a a partir de uma paisagem que é antes de tudo um produto de condições históricas específicas concernentes a cada cultura.

Por fim, acreditamos que todos esses autores contribuíram de igual forma para que as fronteiras entre o Espaço e a História pudessem ser, se não desfeitas, ao menos atenuadas permitindo novas compreensões historiográficas acerca dessa problemática que causa, a nós historiadores, ainda muito estranhamento e incerteza.

REFERÊNCIAS

BLOCH, March. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII. O Tempo do Mundo (3)**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Felipe II**. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2004.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

Cópia e originalidade: plágio e condições de autenticidade na constituição do conceito moderno de história

Bruno Franco Medeiros*

Quando publicou a *Histoire du Brésil* em 1815, Alphonse de Beauchamp (1767-1832) disse que durante sete anos juntou material, ordenou e redigiu a sua história, em meio à criação e publicação de outras obras de sua autoria. Estando dois volumes já prontos, Beauchamp diz que poderia publicá-los, mas preferiu ser fiel ao seu plano primitivo de publicar uma *histoire générale du Brésil*. Sendo assim, publicou o conjunto da obra ao fim da redação do terceiro volume. Beauchamp noticiava que, no intervalo entre a escrita de um volume e outro, apareceu em Londres uma “compilação” sobre a História de Buenos Aires e do Brasil até 1640, cujo autor era Robert Southey (1774-1843). Segundo Beauchamp, sem oferecer nada de novo, Southey prometia para 1810 a publicação de um segundo volume que completaria os anais do Brasil. “*Vain espoir* [Vã esperança]”, diria Beauchamp sobre a expectativa do volume prometido por Southey. Como sabemos o segundo volume da *History of Brazil* só apareceria em 1817 (BEAUCHAMP, 1815: VIII-X).

Com a publicação deste volume em 1817, Southey acusou Beauchamp de ter produzido sua obra a partir do primeiro volume de sua História, excetuando um capítulo introdutório sobre a História de Portugal e outro contendo uma descrição geral do Brasil. Para o autor inglês,

a lista de autoridades as quais ele cita é copiada das minhas referências de margem; os manuscritos os quais ele alega citar estão sob minha posse, e somente aqueles que eu usei no meu primeiro volume. Toda a matéria de sua história é tomada a partir daquele volume [...]. M. Beauchamp não é novato na arte do plágio, como M. de Puissaye, e outros conterrâneos seus podem testemunhar [...] (SOUTHEY, 1817: VII-VIII).¹

Essa não seria a primeira nem a última vez que Beauchamp seria acusado de plágio. Sua primeira obra – *Histoire de la Guerre de la Vendée*, que se tornou um verdadeiro best-seller (4 edições em quinze anos) – teve sua autoria contestada. Ao explicar sua forma de composição

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo com pesquisa sob orientação da Profa. Dra. Iris Kantor e financiada pela CAPES.

¹Segue a passagem no original: “The list of authorities which he has given is copied from my marginal references; the manuscripts which he pretends to quote are those in my possession, and only those which I had used in my first volume. The whole matter of his history is taken from that volume, as far as it would carry him, and from no other source; and in many places it is close translation. Care has been taken to disguise this plagiarism by transposing the matter as much as possible, and omitting all that relates to Paraguay, ..for M. Beauchamp is no novice in the art of plagiarism, as M. de Puissaye, and other of his countrymen, may bear witness.”

histórica no prefácio da *Histoire du Brésil*, Beauchamp já antecipava uma defesa sobre qualquer acusação que lhe fosse dirigida:

Os eruditos me reprovarão sem dúvida de não ter enchido as páginas desta história de notas, de citações e de comentários. Tenho apenas uma objeção a lhes fazer, e esta é sem réplica; é que eu não sou um erudito. Poderia facilmente, como qualquer outro, me expor ao mérito de erudição e citações; mas esse pequeno charlatanismo me faria parecer ridículo e indigno de um escritor que faz profissão de franqueza e lealdade. Poderíamos opor ao sistema de citações minuciosas a autoridade dos historiadores da antiguidade, únicos modelos que confessam uma crítica sã, e o exemplo de muitos historiadores modernos que seguem os seus rastros. [...] As memórias são à história o que as cores são para o pintor. É somente pela sua combinação e fusão que o quadro da história que daí resulta forma uma composição completa e regular. (BEAUCHAMP, 1815: VIII-X).²

A acusação de plágio por Southey se baseia no fato de Beauchamp ter se apropriado dos fundos documentais de sua obra: dos seus manuscritos e das suas referências de margem (similares a notas de rodapé). Porém, devemos lembrar, como disse Antoine-Vincent Arnault em um artigo publicado na *Revue de Paris* em 1830, que “o plágio não consiste no empréstimo das idéias de outro, mas no silêncio conservado neste empréstimo. Tomar emprestado não é roubar” (ARNAULT, 1830: 193). Ao fim do prefácio do primeiro volume da *Histoire du Brésil*, Beauchamp lista uma relação de 64 nomes, entre obras e manuscritos consultados, dentre os quais Southey foi citado. É certo que existem passagens nas duas obras cuja semelhança desmascarada serviu para nutrir mais ainda as acusações de plágio. De certa forma, na literatura histórica antiga (e nos seus modelos modernos), quando um autor citava os textos, o discurso era moldado pela memória e não pelo livro, sendo que muitas vezes o autor introduzia “uma pequena mudança para mostrar que o havia feito desse modo” (GRAFTON, 1998). Além disso, as passagens que Alphonse de Beauchamp retirou da obra de Southey não estão em inglês, mas foram vertidas para o francês, o que nos leva ao centro das discussões sobre tradução. No seu ensaio sobre plágio, Arnault falou da relação entre plágio e tradução da seguinte forma:

²No original: Les érudits me reprocheront sans doute de n'avoir point hérisé les pages de cette histoire de notes, de citations et de commentaires. Je n'ai qu'une seule objection à leur opposer, et elle est sans réplique; c'est que malheureusement je ne suis point un érudit. J'aurais pu facilement, et tout comme un autre, me donner le mérite d'un certain étalage d'érudition et de citations; mais ce petit charlatanisme m'aurait semblé ridicule et tout à fait indigne d'un écrivain qui fait profession de franchise et de loyauté. On peut d'ailleurs opposer au système des citations minutieuses l'autorité des historiens de l'antiquité, seuls modèles qu'avoue la saine critique, et l'exemple de plusieurs historiens modernes qui ont marché sur leurs traces. A quoi bon, par exemple, citer dans les mêmes pages des auteurs qu'il faut souvent concilier ou contredire, et dont la version a besoin d'être corrigée ou complétée par d'autres témoignages? Les mémoires sont à l'historien ce que les couleurs sont au peintre [...].

Quanto ao tradutor que fez passar em nossa língua as idéias e especialmente obras emprestadas de uma língua estrangeira, existe entre ele e o plagiário a diferença do conquistador ao ladrão. Que fez ele senão importar na literatura nacional os tesouros que de outro modo não existiriam para ela? Aliás, os esforços pelos quais se fez passar numa língua as belezas de outra língua não dão eles ao tradutor um direito de propriedade sobre a obra traduzida? (ARNAULT, 1830: 193) ³.

A questão relativa aos manuscritos traz consigo o problema da produção original dos documentos. Em comparação ao texto impresso, que possui formas de produção e circulação rigorosamente reguladas, o texto manuscrito possui características que fogem a determinados tipos de controle. Atualmente, seria ingênuo pensar que o manuscrito é passível de uma originalidade intocável, constituída de uma autoria indiscutível, ao invés de perceber que na cópia manuscrita é possível reconhecer várias mãos e, por tanto, mais de um autor (BOUZA, 2001: 21-2). Quanto às referências de margem (ou notas de rodapé), elas estão ligadas, na época moderna, às práticas técnicas do ofício do historiador (GRAFTON, Op. Cit: 16). Tais referências de margem apareciam raramente na prosa histórica antiga e nos seus continuadores na época moderna, uma vez que esses autores citavam seus textos de memória e não de livros, como já foi dito acima. Quando o historiador se profissionalizou, ao citar documentos ele não fazia referência a autoridades, mas a fontes (IDEM: 36-38).

As notas de rodapé fazem parte do processo de formação da crítica histórica na época moderna. Na França, os nomes de Mabillon e Montfaucon são indiscutivelmente associados ao método crítico em história (BLOCH, 2001; BOURDÉ & MARTIN: 1997). No interior de uma historiografia oficial, o método crítico não alcançou grandes proporções na França durante o século XVIII e início do XIX, apesar de nutrir uma importante tradição, mesmo subterrânea⁴. Poderíamos citar como um dos fatores que impediram o triunfo de uma historiografia crítica e erudita na França em partes devido à forte presença de uma historiografia política característica de Antigo Regime, assentada no discurso elogioso e panegírico do rei. Também a história filosófica desenvolvida pelos iluministas franceses descartava qualquer tipo de minúcias. Voltaire fora um dos grandes inimigo da pesquisa erudita ao desprezar “a estéril ciência dos fatos e das datas” (GRAFTON, Op. Cit: 86). Mais preocupado em estudar os motivos e as paixões que

³ No original: « Quant au traducteur qui fait passer dans notre langue des idées, et à plus fort raison des ouvrages empruntés à une langue étranger, il y a entre lui et le plagiaire la différence du conquérant au voleur. Que fait-il ? qu’importer dans la littérature nationale des trésors qui autrement n’existeraient pas pour elle ? D’ailleurs les efforts par lesquels on fait passer dans une langue les beautés d’une autre langue ne donnent-ils pas au traducteur un droit de propriété sur l’ouvrage traduit ? »

⁴ Cf. a primeira parte do capítulo 6 do livro de Guy Bourdé & Hervé Martin, intitulada *Obstacles au développement d’une histoire méthodique*. pp. 128-130.

guiava as ações humanas, Voltaire escrevia história brevemente e sem encobrir sua narrativa de detalhes inúteis (BOURDÉ & MARTIN, Op. Cit: 140-1).

Beauchamp recuperou na passagem supracitada um tipo de representação historiográfica baseada no *topos* ciceroniano da *Historia Magistra Vitae* e que seria recorrente em seus trabalhos: o caráter exemplar da história. Durante muito tempo, essa velha fórmula guiou não só a maneira como muitos historiadores compreenderam o passado, mas também sua forma de representação. Essa compreensão do passado perdurou até as primeiras décadas do século XIX, passando por alguns momentos de contestação e descrédito durante a época moderna. Porém, a partir de meados do século XVIII, quando começou a surgir uma nova experiência do tempo baseada na progressiva historicização da realidade e na ineficácia dos exemplos em história, começou a vigorar um novo conceito de história cujas premissas eram claramente antagônicas àquelas formas de compreensão exemplar do passado (KOSELLECK, 2007: 41-60).

Como temos visto até aqui, vários fatores constituem a discussão sobre o plágio na passagem do século XVIII para o próximo. A seguir, vamos demonstrar outros desmembramentos da questão a partir de outros casos envolvendo o nome de Alphonse de Beauchamp, a partir da fundamentação de acusações e refutações de plágio.

*

*

*

Quando no mês de fevereiro último, Ali Pacha morreu, seu nome repercutiu em toda a Europa; (...) Recebi a proposição de escrever sua vida, pelo editor desta obra. Não existia nas livrarias nem anúncio, nem prospectus, nenhum índice que pudesse fazer presumir ao editor o inconveniente de uma concorrência simultânea. Terminei meu livro, terminei meu prefácio, quando li num jornal o conselho dado à M. Pouqueville de reunir os fragmentos históricos esparsos nos cinco volumes de sua viagem à Grécia, para formar uma vida de Ali Pacha. (...) Um tipo habitual de pressentir as intrigas literárias, como as intrigas políticas, me fizeram suspeitar que meu livro seria atacado em um certo jornal (BEAUCHAMP, 1822: 7-8).

Assim anunciava Alphonse de Beauchamp (1767-1832) no prefácio da segunda edição de sua *Vie de Ali Pacha* em 1822. No dia 23 de junho, do mesmo ano, o periódico *Courrier Français* denunciava Beauchamp essencialmente como um plagiador, um mero copista que formou todo o corpo de sua obra a partir da *Viagem à Grécia* de François Pouqueville (1770-1838): seu livro não passava de um roubo dos escritos de Pouqueville. Dois dias depois, o periódico *Drapeau Blanc* repetia a mesma acusação. Numa tentativa frustrada, Beauchamp tentou replicar as acusações a partir de uma resposta que seria publicada nos dois periódicos.

Paralelamente, em 4 de julho, o periódico *La Quotidienne* defendeu Alphonse de Beauchamp nesses termos:

M. de Beauchamp, conhecido por sua predileção pela história contemporânea, deve ver agora, pelos ataques que lhe são atirados à sua Vie d'Ali Pacha, o quanto é espinhoso escrever a vida de um tirano, e mesmo de um tirano estrangeiro. (...) Ter já escrito sobre um assunto de história não constitui privilégio de exploração exclusiva. Os eventos públicos pertencem a todos os escritores (...). Havia uma Vie d'Ali Pacha antes daquela de M. de Beauchamp? Não, existiam somente fragmentos esparsos, memórias isoladas, relações incompletas. Se tomar esses materiais, para lhes elaborar e arranjar, é roubar, M. de Beauchamp, que fez uma Vie d'Ali Pacha escrita com calor, rapidez e clareza, é um plagiário à maneira de todos os historiadores (BEAUCHAMP, 1822: 18-20).⁵

Beauchamp pergunta se poderia ser considerado um plagiário por ter relacionado algumas passagens relativas às relações políticas entre Ali Pacha e François Pouqueville, já que todas as citações referentes à obra de Pouqueville na configuração da *Vie de Ali Pacha* estavam entre aspas e traziam a indicação da obra de onde foram tiradas. “Isto é uma fraude? Citar é roubar?”, questionava Beauchamp. A acusação seria infundada, pois, segundo Beauchamp, não haveria uma só página na sua obra, excetuando as citações, que não mostrava seu estilo e “este método que tem a maneira de escrever a história, método que consiste em incorporar, conciliar ou esclarecer, seja de versões diferentes, seja de relações apaixonadas ou contraditórias” (BEAUCHAMP, 1822: 20-22).

O direito de propriedade já vinha se regularizando tanto em Inglaterra quanto em França desde o início da época moderna. Na França, durante esse período, uma série de leis foram promulgadas a fim de resguardar os direitos de impressão. Envolvendo livreiros, impressores e autores, a discussão sobre o direito de propriedade foi ganhando cada vez mais força. Em meados do século XVIII Diderot evocava uma nova imagem do homem de letras: aquele que vivia de sua pena (CHARTIER, 2002: 62). Sendo assim, em 1811 um livreiro em Paris, chamado Louis Prudhomme, tentou defender seus direitos de publicação do *Dictionnaire universel historique*, de

⁵ No original : « M. de Beauchamp, connu par sa prédilection pour l'histoire contemporaine, doit voir maintenant, par les attaques que lui ont attirées sa Vie d'Ali Pacha, combien il est épineux d'écrire la vie d'un tyran, et même d'un tyran étranger. (...) Avoir déjà écrit sur un sujet d'histoire, ne constitue pas le privilège de l'exploiter exclusivement. Les événements publics appartiennent à tous les écrivains (...). Y avait-il une Vie d'Ali Pacha avant celle de M. de Beauchamp ? Non, il n'existait que des fragmens épars, des mémoires isolés, des relations incomplètes. Si puiser dans ces matériaux, pour les façonner et les arranger, c'est piller, M. de Beauchamp, qui a fait une Vie d'Ali Pacha, écrite avec chaleur, rapidité et clarté, est un plagiaire, à la manière de tous les historiens. » (Grifos meus)

autoria de um abade Chaudon, a qual ele tinha adquirido o direito de posse. Ele polemizava com os irmãos Louis Gabriel Michaud e Joseph François Michaud, quando estes publicaram simultaneamente sua *Biographie Universel*, acusada por Proudhomme de ser uma cópia do *Dictionnaire*. Para se defender, Proudhomme recuperava o papel do homem de letras descrito por Diderot:

“Quando imitamos as produções de um autor, cometemos contra ele o crime de roubo, porque lhe roubamos o fruto de suas noites sem dormir e de seus trabalhos”. (*Répertoire du Jurisprudence*).

Desmascarar os copiadore e plagiários é render à sociedade um serviço importante. (...) Não é somente minha propriedade que defendo hoje, e sim também aquela de qualquer pai de família e honestos capitalistas, que, conhecendo minha honestidade, meu zelo, minha economia, minha responsabilidade, não opõem êxito a me confiar somas consideráveis para realizar uma empresa bibliográfica de uma utilidade evidente (PRUDHOMME, 1811: 1).

Coincidência ou não, Alphonse de Beauchamp fora um dos autores que contribuíram para a *Biographie Universel* dos irmãos Michaud. Joseph François Michaud era editor-chefe do periódico *La Quotidienne*, quando Beauchamp foi defendido da acusação de plágio da obra de François Pouqueville. A resposta dos irmãos Michaud a Prudhomme assemelha-se à defesa feita a Beauchamp anos depois: uma obra de história, se podemos crer, não pode ser vista como uma cópia; ela relata fatos, eventos conhecidos, que pertencem a todos (PRUDHOMME, 1811: 42).

Em 1812, Gaëtan de Flasan, autor de uma *Histoire diplomatique française*, publica uma obra, através da qual refuta quatro artigos publicados na *Gazette de France*, os quais criticavam a *Hist. Dip.*. O autor dos dois primeiros artigos refutados era Alphonse de Beauchamp, o qual tentava defender seu ponto de vista sobre a história rebatendo algumas concepções do conceito de história expostas por Flasan. O debate que se trava a partir de então gira em torno da defesa de dois conceitos de história distintos entre si. No primeiro artigo escrito por Beauchamp na *Gazette*, no qual ele iguala o drama à história, Flasan refuta essa proposição ao dizer que o drama não passa de uma ação representada em cena, a qual é embelezada pelas ficções do poeta que tem o direito de criar eventos enquanto a história, tal como diz “o engenhoso e sábio Luciano, não é senão uma longa narração, sempre semelhante a ela mesma” (FLASAN, 1812: 93-94).

Flasan discutia a autonomia da história com relação às belas-lettras a partir da função delegada à história. Segundo ele,

nas discussões sobre as letras ou belas-artes, podemos dispensar a relevância das opiniões dos críticos, porque freqüentemente esse ponto de contestação é puramente arbitrário e da competência do gosto, sobre o qual não se pode impor regras fixas; mas nas discussões históricas, existe uma base real, é a verdade dos fatos, verdade que devemos religiosamente manter. (...) A história é a depositária das ações honráveis, e asilo reservado à virtude contra a calúnia. (...) É, em efeito, difícil ter estima e confiança por aquele que nas suas narrativas apresentadas como autênticas, introduziu ficções ou fatos alterados (FLASAN, 1812: 1-2).

Em outro artigo escrito para a *Gazzete*, Beauchamp dividiu a história em três tipos: história oratória, história filosófica e história erudita. Segundo Flasan, o que Beauchamp entendia por história oratória era a história composta em discurso, tal qual o *Discours* de Bossuet sobre a História Universal. Flasan rebate essa definição dizendo que um discurso sobre a história não era uma história. A história erudita, para Flasan, não passava de um pleonasma, pois toda história, segundo ele, deve ter um conhecimento profundo dos fatos e uma erudição apropriada por fundamento e que esta erudição, não menos que o método e precisão, são qualidades que pertencem à execução de toda obra histórica. Quanto à história filosófica, Flasan diz que o Abade Raynal teria sido o primeiro a qualificar uma história desse tipo, quando escreveu sua obra sobre o estabelecimento europeu nas duas Índias. Para Flasan, se tomar a história como um ramo da filosofia significa tirar conclusões morais, isso pode ser feito sem incluir a palavra filosófica à história, pois a história é ela mesma uma narrativa de fatos onde podemos ver um curso de moral em ação (FLASAN, 1812: 165-68).

Após rebater as definições do conceito de história expostas por Alphonse de Beauchamp, Flasan acaba por fazer sua própria definição do conceito. Segundo ele, a história poderia ser considerada sobre três tipos. A princípio, ela poderia ser realizada sem ornamentos e conteria uma simplificada narrativa dos eventos tais como as crônicas, as tábuas cronológicas, as efemérides, etc. Em segundo lugar, a história poderia revestir-se de um embelezamento pelo escritor, que poderia dispor dos eventos com arte, a fim de produzir um *grande efeito*. Mas a narrativa não seria seguida de **provas** (*preuves*). De acordo com Flasan, esse era o tipo comum de história entre os antigos, que conheciam pouco o que ele denominou peças oficiais (*pièces officieles*), as quais são as maiores seguranças da verdade histórica. Por fim, o historiador faz acompanhar de sua narrativa com ornamentos, e os apóia sobre as *pièces officieles*. Esse método, segundo Flasan, teria sido adotado por Hume, assim como ele próprio (FLASAN, 1812: 182-3). Flasan define os historiadores antigos mais como oradores do que como narradores consistindo

isso o seu defeito. Mas, segundo ele, os historiadores antigos foram excelentes moralistas e cumpriram sua meta, que era conceder grandes exemplos (FLASAN, 1812: 222).

*
* *

Preuves, pièces officielles, referências de margem – essas palavras indicaram até aqui a constituição de uma história verdadeira e original. Ligadas ao conceito de plágio, podemos concluir que este conceito, além de justificar o direito de propriedade dos autores, também serviu para justificar falsificações e fraudes – justificar a legitimidade das obras. Abrindo mão desses artificios críticos, Alphonse de Beauchamp empenhou-se mais em coletar uma gama de textos, reordená-los e constituir o seu texto a partir daí, como um *bricoleur*.

A polêmica entre Southey e Beauchamp se constituiu mais em termos de **estilo** do que de **pesquisa**. Até onde podemos afirmar, tanto Southey e Beauchamp disseram ter consultado um conjunto de obras acerca da história do Brasil. Mesmo sendo as mesmas (e nem todas se assemelham, tendo em vista que Beauchamp faz referência a algumas fontes que Southey não cita, e vice-versa), a diferença estava entre abrir mão ou não do uso de notas de rodapé. Em Beauchamp, não existem citações de roda-pé. Suas poucas citações são sempre discursos diretos acompanhados por aspas. No século XVI, Sperone Speroni (1500-1588) justificava o uso de discursos ficcionais ligados à história política desde que fossem indicados como discurso direto entre aspas (GINZBURG, 2007: 32). A verdade histórica que vem daí baseava-se mais num tipo de persuasão, cujo controle objetivo dos fatos só importava marginalmente. Porém, desde o século XVI inicia-se um processo de diferenciação entre fontes primárias e secundárias, alimentado em grande medida por especialistas em Antiguidade que tentavam reconstituir fatos ligados a instituições políticas, religião, economia, etc., a partir de testemunhos não literários. (GINZBURG, 2007: 24-25). Esse tipo de reconstituição histórica da Antiguidade, que Arnaldo Momigliano denominou de pesquisa antiquária, colocou em xeque a veracidade dos textos antigos, o que incluía um descrédito em relação ao próprio papel da Antiguidade na época moderna, em detrimento dos objetos e monumentos que haviam superado a voracidade do tempo. Inimigos das adulações políticas e querelas religiosas, os antiquários trilharam um importante caminho para a constituição do método crítico em história na época moderna (MOMIGLIANO, 2004: 89-90).

A historiografia desenvolvida por Beauchamp estava ligada às figurações pré-modernas do conceito de história, o que podemos atestar por seu gosto pela história contemporânea, a escrita da história à moda dos historiadores da Antiguidade, a compreensão do passado como monumento, a ausência de provas (preuves) extra-textuais demonstram isso claramente. A acusação de plágio demonstra as indefinições pelas quais ainda passavam o conceito moderno de história, que só veio a se firmar na França mais tarde quando a Revolução Francesa se tornou o ponto de convergência para se escrever uma história moderna naquele país. Sendo assim, toda a querela envolvendo Beauchamp e suas acusações de plágio fazem parte de um movimento histórico maior: a constituição do conceito moderno de história. Desde meados do século XVIII a história deixava de ser um cadinho de exemplos a serem imitados para constituir-se como “mestra de si”, destituindo-se do cargo de mestra da vida (KOSELLECK, 2006: Op. Cit).

FONTES

ARNAULT, Antoine-Vincent. « Du plagiat et des plagiaires ». *Revue de Paris*. Paris : Le Vavasseur, 1830.

BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire du Brésil, depuis sa découverte jusqu'à 1810*. Paris : Alexis Eymery, 1815.

_____. *Vie d'Ali Pacha, Visir de Janina*. Paris : Villet, 1822.

FLASAN, Gaëtan de Raxis de. *Apologie de l'histoire de la diplomatie française*. Paris : Debray, 1812.

NODIER, Charles. *Questions de littérature légale*. Paris : Crapelet, 1828. Seconde Édition.

PRUDHOMME, Louis. *De la propriété littéraire ou les contrefacteurs et les plagiaires démasqués*. Paris : Prudhomme Fils, 1811.

SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. Part the Second. London: Longman, 1817.

BIBLIOGRAFIA

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BOUDÉ, Guy & Hervé Martin. *Les écoles historiques*. Paris : Seuil, 1997.

BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito: uma historia cultural del siglo de oro*. Madri: Marcial Pons, 2001.

CHARTIER, Roger. Property & Privilege in the Republic of Letters. *Daedalus*, vol. 131, n. 2, On Intellectual Property (Spring, 2002), pp. 60-66.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As origens clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

Henry Thoreau: Crítica e percepção de seu tempo – uma análise de Desobediência Civil

Carlos Guilherme Rocha*

“...é preciso estender a autoridade da União até as pessoas dos cidadãos, que são os verdadeiros objetos do governo” (HAMILTON, 1973: 116), assim o governo era pensado por Alexander Hamilton (1755? – 1804). Já para Henry Thoreau (1812 – 1862) o governo não passaria de uma inconveniência, segundo o mesmo, “o melhor governo é o que não governa de modo algum” (THOREAU, 2001: 1). Entre Hamilton e Thoreau muita coisa se passou. Mesmo sendo ambos do norte dos Estados Unidos, os contextos vivenciados foram bastante distintos. O primeiro se encontrava numa das ex-colônias britânicas recém independentes, que muitas dúvidas tinham quanto ao seu futuro – e mesmo presente –, sobre a manutenção da união estabelecida por estas colônias pela ocorrência da Guerra de Independência; já Thoreau estava num dos maiores países do planeta, que ia do Atlântico ao Pacífico, em pleno processo de desenvolvimento econômico, que de intimidado passou a ser intimidador. Enfim, o projeto de Hamilton foi bem sucedido, a grande nação estava formada.

Este Estado forte idealizado por Hamilton, pouco mais de meio século depois, era então alvo de críticas por parte de Henry Thoreau, como visto no seu famoso ensaio “Desobediência Civil”, de 1849 (inicialmente chamado de “Resistência ao Governo Civil”). Thoreau era grande defensor da liberdade individual e da autonomia do ser; para ele o estado do governo estadunidense naquele período ia na contra-mão de seus princípios. Ao final da década de 1840 a idéia de “desobediência civil” é então cunhada por Thoreau, prática que defende a resistência às leis e medidas governamentais consideradas injustas, pois a consciência individual vem em primeiro lugar. Se submeter a estas leis é perder a consciência, deixar de ser homem. Thoreau julgava por tirânico o governo de seu país, justificando assim o direito à revolução, modo como classificava a desobediência civil.

A consciência e natureza individuais são os grandes valores para Thoreau. Segundo o pensador “a única obrigação que tenho direito de assumir é fazer a qualquer momento aquilo que julgo certo” (THOREAU, 2001: 2), assim cada qual deveria seguir sua “lei natural”, na total ausência de artificialidades. Se algo – ou alguém – não puder viver de acordo com sua própria deve morrer; ou seja, tanto para “matar” quanto para “não deixar morrer” aquilo que não é natural não deveria intervir, o rumo natural deve ser soberano. Daí pode-se entender a grande aversão de Thoreau à escravidão e à Guerra do México. Os Estados Unidos não tinha o

*Graduando em História - Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

direito de se sobrepor aos escravos nem ao México, e deveria interromper esta intervenção ilegítima, mesmo que custasse a vida da nação.

Thoreau também fazia severas críticas aos que se posicionavam contra o governo e suas atitudes, mas nada faziam além de proferir suas opiniões. Para o pensador estes eram apenas “patronos da virtude”, mas não virtuosos. O homem não pode se dobrar perante a lei injusta, ele deve combatê-la com atos, e nem deve simplesmente esperar que a lei seja alterada para a justa, isto pode demorar tempo demais. Mesmo o voto - hoje considerado por muitos como uma “arma valiosa” - era visto como um ato ineficaz, para Thoreau não passaria de um mero jogo; como visto nas seguintes passagens

Toda votação é um tipo de jogo, [...], com uma leve coloração moral, onde se brinca com o certo e o errado sobre questões morais. [...] Nem mesmo o ato de votar *pelo o que é certo* implica *fazer algo* pelo que é certo. É apenas uma forma de expressar publicamente o meu anêmico desejo de que o certo venha a prevalecer. (THOREAU, 2001: 4-5 grifo do autor)

Assim ele fazia uma severa crítica a um valor carregado de significado na nova nação, a representação; que teve papel fundamental na “Era Jacksoniana”, na qual foi o principal valor político, sendo a expansão do sufrágio uma das principais medidas do governo.

Nota-se também a importância que Thoreau dá a atos práticos do indivíduo, que poderiam ser considerados simplórios e ineficientes, como nas seguintes passagens

Não discuto com inimigos distantes, mas com aqueles que, bem perto de mim, cooperam com a posição de homens que estão longe daqui e defendem-na; estes últimos homens seriam inofensivos se não fosse por aqueles.
Pois não importa que os primeiros passos pareçam pequenos: o que se faz bem feito faz-se para sempre. (THOREAU, 2001: 4 e 8)

Tais trechos reforçam ainda mais o peso que Thoreau aplica à individualidade, afirmando que esta tem poder suficiente para exercer mudanças, e que isto não caberia apenas a um projeto governamental que se sobrepõe à autonomia do ser.

Outro aspecto encontrado em “Desobediência Civil” é a aversão de Thoreau ao exército permanente e seu grande poder. A opinião do escritor quanto à força militar norte-americana é precisa. Os Estados Unidos, ainda no final do século XVIII e início do XIX, passaram a

estabelecer uma série de academias militares e a dar grande importância para a ciência militar, sendo, pelo tempo da Guerra do México, o Exército permanente composto por aproximadamente 13 mil homens; considerando a Marinha e a Cavalaria - os outros dois ramos das Forças Armadas norte-americanas - este número é muito mais elevado. Quantidade considerável para um país do século XIX cuja população livre beirava os 20 milhões de habitantes.

Porém a mais severa crítica de Thoreau se direcionava à cobrança de impostos. Para o filósofo era inconcebível a idéia de sustentar o Estado, era algo que ia contra seu pensamento de “lei natural”, como nas seguintes palavras

Quando defronto um governo que me diz “A bolsa ou a vida!”, por que deveria apressar-me em lhe entregar o meu dinheiro? Ele talvez esteja passando por um grande aperto, sem saber o que fazer. Não posso ajudá-lo. Ele deve cuidar de si mesmo; deve agir como eu ajo. [...] Não sou individualmente responsável pelo bom funcionamento da máquina da sociedade. Não sou o filho do maquinista. (THOREAU, 2001:11)

O governo, segundo Thoreau, deveria então ser mantido por suas próprias forças, por sua própria iniciativa. E durante 50 anos foi assim. Entre 1790 e 1840, o sistema financeiro governamental foi liderado pelos estados, estes se mantinham por meio de investimentos em infra-estrutura e promoção de corporações – em geral de capital misto. Deste modo, os estados tinham como fonte de renda pedágios, venda de terras, dividendos de bancos e outras corporações. Este modelo era tão bem sucedido que os estados do nordeste praticamente não cobravam impostos, entre estes estava o Massachusetts de Thoreau.

Porém, a partir da década de 1840 este sistema começou a mudar, os governos locais e federal passaram a ter maior atuação no sistema financeiro. Sendo que suas principais fontes de renda eram os impostos, principalmente o imposto sobre a propriedade. Esta mudança por certo reverberou em “Desobediência Civil”.

Para além das críticas ao estado do governo de seu país, e de suas proposições de mudança, é muito interessante notar como Thoreau tem a percepção do sistema pelo qual o Estado consegue exercer seu poder, o que fica claro principalmente nas últimas questões levantadas, críticas ao exército e à taxaço. E como esta percepção se assemelha à definição

de Estado para o sociólogo alemão Norbert Elias (1897 – 1990). Segundo Elias a configuração do Estado se dá quando

Os meios financeiros arrecadados pela autoridade [central] sustentam-lhe o monopólio da força militar, o que por seu lado mantém o monopólio da tributação. [...] Se um desaparece, o outro segue-o automaticamente. [...] É preciso haver uma divisão social muito avançada de funções antes que possa surgir uma máquina duradoura, especializada para administração do monopólio. E só depois que surge esse complexo aparelho é que o controle sobre o exército e a tributação assumem seu pleno caráter monopolista. (ELIAS, 1994: 98)

Thoreau mostra uma idéia muito semelhante nas seguintes passagens

Se no ano corrente mil homens não pagassem os seus impostos, isso não seria uma iniciativa tão violenta e sanguinária quanto o próprio pagamento, pois neste caso o Estado fica capacitado para cometer violências e para derramar o sangue dos inocentes.

Desta forma, a massa de homens serve ao Estado não na sua qualidade de homens, mas sim como máquinas, entregando os seus corpos. Eles são o exército permanente, a milícia, os carcereiros, os policiais, *posse comitatus*, e assim por diante. (THOREAU, 2001: 8 e 2)

E assim, como Elias, Thoreau mostra a importância vital que os monopólios da tributação e da violência têm para o Estado. Bem como enfatiza a importância da administração governamental para o sucesso do Estado.

Em resumo, sem os impostos o Estado estaria impossibilitado de pagar uma força armada que obrigue a seus cidadãos o pagamento de impostos, assim como seus funcionários, essenciais para a administração do Estado. E fica claro que Thoreau considera eficiente a idéia de “desobediência civil”, pois rompe com os monopólios que se impulsionam mutuamente.

Por fim, deve ser salientado que Thoreau não propõe o final imediato do governo e do Estado, segundo o mesmo, “o que desejo imediatamente é um governo melhor, e não o fim do governo” (THOREAU, 2001: 1), para o pensador os homens ainda não estariam preparados para viver sem governo. Na verdade, Thoreau não deseja tratar do governo ou do Estado, sua grande preocupação é o indivíduo, que este possa ser livre, para que o próprio Thoreau

pudesse ser livre. E que na guerra contra o Estado a desobediência civil, antes de uma arma é a pedra base na qual o homem se apóia para que se mantenha como homem, para que seja leal aos seus próprios princípios.

Bibliografia

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. v.2 Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.

GAT, Azar. *The development of military thought: the nineteenth century*. Oxford: Oxford University Press. 1992.

HAMILTON, Alexander. *Capítulo XV* In: HAMILTON; MADISON; JAY. *O Federalista*. Ed. Abril Cultural. 1973.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

THOREAU, Henry David. *Desobediência Civil*. 2001. Disponível em <www.dominiopublico.gov.br>

WALLIS, John J. *American Government Finance in the Long Run: 1790 to 1990*. *Journal of Economic Perspectives*, v. 14, n. 1, dez-mar, pp. 61-82, 2000.

WEIGLEY, Russell F. *The American way of war: a history of United States military strategy and policy*. Indiana: Indiana University Press, 1977.

Práticas “mágico-religiosas” na problemática da história das mentalidades

Carlos Henrique Alves Cruz*

Este trabalho tem como objetivo apresentar de maneira breve como a “cultura popular” com suas práticas “mágico-religiosas” se realizaram em algumas abordagens de “saber histórico”, visando análise por um “fazer histórico” profundamente marcado pela “Escola dos Anales” e a “Nova História”. Traçando um paralelo desde Keith Thomas, com as crenças populares na Inglaterra, Delumeau com sua análise dos mitos e medos ocidentais e Ginzburg, que com o seu *Menocchio*, tenta compreender uma mentalidade camponesa e “alargar para baixo o sentido de indivíduo”, obras essas que se inserem na chamada “História das Mentalidades. Até que finalmente analisamos a obra de Laura de Mello e Souza, que com sua abordagem lapidar integra elementos desses autores já citados e outros como Sérgio Buarque de Holanda combinando-os com suas pertinentes análises do imaginário do Brasil colonial, que com matrizes européias se misturaria as crenças ameríndias e africanas, sincretismo da própria condição colonial.

Com a chamada “Escola dos Anales” uma nova historiografia surge, e nesse âmbito os estudos se voltam para variados objetos, entre eles, os sentimentos, os anseios dos homens comuns, sua visão do mundo e religiosidade. Nomes como Marc Bloch, Lucien Febvre rompem com o “velho esquema” de uma historiografia que se interessaria apenas pela “gestas dos reis” e se voltam para o cotidiano e os cidadãos comuns. Entre estes temas “inaugurados” por esse “novo fazer histórico” o imaginário é abordado em variadas obras, obras essas que combinam em suas técnicas de pesquisa um diálogo com múltiplas disciplinas tais como a etnologia, psicologia e antropologia.

As práticas “mágico-religiosas” começam então a ser estudadas com um novo interesse, diante de uma nova abordagem tanto da cultura, em seus aspectos “erudito” e “popular” quanto suas relações de diálogo ou enfrentamentos.

Obras como a de Robert Mandrou, “Magistrados e feiticeiros na França do século XVII” (1979), que compreende a persistência de certos modos de sentir que motivaram a prática de feitiçaria juntamente com a sua perseguição. Para esse autor as “mentalidades” são definidas vagamente como a história das “visões do mundo” e seu trabalho influenciou autores brasileiros como Laura Mello de Souza, que nos deteremos adiante. A história das mentalidades permitiu a historiadores, como já foi

elucidado, se dedicar ao que até então não se havia pensando como objeto de pesquisa, dedicando-se em especializações como Jean Delumeau que estudou o conjunto de medos da sociedade ocidental do período de 1300 a 1800, medos que marcariam a vida do homem europeu que, sendo então superados, facilitaria o advento da modernidade.

A obra do historiador inglês Keith Thomas, “Religião e Declínio da Magia”, compreende um estudo de longa duração sobre os “anseios” da sociedade inglesa entre os séculos XVI e XVII, e mostra como a religiosidade, intensa no período, desde sua manifestação católica, com heranças de um cristianismo medieval, quanto o advento do protestantismo contribuíram para diversidade das práticas “mágico-religiosas” que muitas vezes operavam como parasitas dos ensinamentos cristãos, e às vezes, estavam em franca rivalidades com eles. O historiador inglês faz a relação entre o contexto o qual a Inglaterra passava no período, clima de insegurança e possibilidades, marcado por conflitos, como a guerra civil, e execução de reis e as mudanças religiosas que transformavam a mentalidade contemporânea, o ambiente material para assim chamar atenção para uma vasta área de estudos que por muito tempo fora negligenciadas pelos estudiosos. Thomas dialoga brilhantemente com o pensamento de Malinowski que concebe a imagem de uma magia “cedendo” seu lugar a avanços tecnológicos, o que para historiador não se aplica, uma vez que “a correspondência entre magia e as necessidades sociais nunca foi mais que aproximativa” e defende ainda que “ausência de um remédio técnico não era por si só suficiente para gerar uma solução mágica” (THOMAS, 1991: 534); mostrando um conservadorismo da magia em sua área de atuação, e de suas técnicas.

Seu estudo foca-se na Inglaterra, que, como justifica o autor, resiste à tentação de traçar paralelos com outras áreas, mas como bem destaca muito dessas práticas dizem respeito ao mundo ocidental em geral. Tal obra lança luz para a compreensão da magia e outras artes ocultas em todas as épocas e lugares.

Thomas influencia vários historiadores, tal como Jean Delumeau, que em um estudo também de longa duração, se dedica ao um conjunto de medos da sociedade ocidental, que marcariam a forma como as sociedades européias, comprometidas em um permanente diálogo com esses medos, viam o mundo.

As práticas “mágico-religiosas” serviriam, então, na mesma medida como proteção contra os medos ao mesmo tempo em que “alimentaria” esses medos. Delumeau dá inúmeros exemplos dos usos cotidianos da magia, que sendo ancorada ou não na igreja oficial, serviriam para apagar e evitar incêndios, proteger as colheitas entre outros fins que demonstram como a mentalidade popular

compreendia a religiosidade ou a reinterpretava de maneira distinta de manuais oficiais da igreja. Nesse aspecto as necessidades de um “mundo concreto”, a vontade de segurança e o temor moldam o imaginário de toda uma época, criando personagens, como bruxas que perseguem crianças e judeus incendiários, criando e “atizando” rumores que muitas vezes modelavam o cotidiano e permitiam que as práticas mágicas populares e oficiais ganhassem cada vez mais espaço, tanto no terreno da vida comum quanto em variadas histórias, e manuais eruditos.

Outro historiador, Carlo Ginzburg, ao estudar as práticas mágicas através de processos inquisitoriais do Friuli, compreende a distinção dos discursos, onde uma discrepância tanto das perguntas dos inquisidores quanto das respostas dos acusados marcam visões completamente diferentes da religiosidade, submetendo então as fontes, os processos inquisitoriais, ao um olhar crítico, onde essa defasagem existente entre a imagem proposta pelos juízes e as oferecidas pelos acusados “permitiriam alcançar um extrato de crenças genuinamente populares, depois deformado, anulado pela superposição do esquema culto” (GINZBURG, 1990: 8). Um conflito entre a natureza da feitiçaria popular e esquemas cultos de origem inquisitorial.

A compreensão de desníveis culturais no interior das chamadas sociedades civilizadas é de suma importância para que se compreenda uma “cultura” das classes subalternas, que como Ginzburg destaca, é um conceito emprestado da antropologia cultural, que permite finalmente o reconhecimento que os indivíduos das “classes inferiores” possuíam seus conjuntos de crenças, códigos e visões do mundo. Este mesmo autor a partir do pensamento de Mikhail Bakhtin refuta a idéia da cultura ligada a uma concepção aristocrática que “enxerga” crenças originais apenas oriundas das “classes superiores” que, então, “desceria” para as classes populares, efeito mecânico ou de imposição. O historiador italiano ainda critica abordagens que creditam as classes populares uma total passividade de aculturação ou que apenas percebem “blocos monolíticos” de culturas que se “enfrentam” sem relação alguma a não ser a “luta”. Para Ginzburg, que como já foi elucidado sofre as influências do historiador russo Bakhtin, a circularidade cultural é o cerne que deve guiar as “novas” pesquisas, onde tanto as leituras, quanto os atores, circulam em variados meios, e interpretam distintamente os mesmos fatos que acabam por se relacionar e se influenciarem mutuamente.

Em sua obra clássica “O queijo e os Vermes” o historiador em um novo tipo de abordagem, a micro-análise, nos apresenta as idéias de um moleiro das colinas do Friuli, Domenico Scandella, conhecido como Menocchio, que assombra os inquisidores com a originalidade de suas idéias, onde a religião, a criação do mundo e a própria vida aparece colorida de diversos elementos, que rastreados por

Ginzburg, demonstram distintos discursos, “eruditos” e “populares”, visto que Menocchio através de suas leituras compreendia, filtrava e reinterpretava os discursos de modo que fizessem sentido para si e o mundo em que vivia.

Ginzburg destaca o problema das fontes, que, como já foi dito, esbarra sempre em discursos prontos, que podem levar ao historiador a erros. A cultura popular, através desses processos inquisitoriais, chega até nós através de documentos fragmentários e deformados, lembrando sempre que essas fontes são provenientes de “arquivos de repressão”. Em sua obra sobre os “benandanti”, o historiador italiano se dedica a um estudo de um culto agrário das colinas do Friuli, tal prática traria elementos de antigos cultos de fertilidade, compreendidos de uma maneira nova pelos camponeses da região, que para Ginzburg “no amalgama de crenças defendidas pelos “benandati” coexistiam dois núcleos fundamentais: um culto agrário e um culto cristão, além de certo número de elementos assimiláveis a feitiçaria” (GINZBURG, 1990: 47) e mais ainda quando apresentadas diante dos inquisidores perderiam ainda mais suas peculiaridades para finalmente acabar encerrado em um modelo já clássico de “sabá”. Tal assimilação por vezes também aconteceria de forma “espontânea” entre as camadas populares, onde, de protetores das colheitas, os “benandanti” passariam a contra-feiticeiros e praticantes de curas mágicas.

Por essas abordagens tem-se que as práticas “mágico-religiosas” assumem múltiplos significados, tanto para modelar uma visão de mundo, quanto para respondê-la ou até mesmo para encerrá-los em modelo definidos *apriori* que tornam mais fácil sua assimilação e punição. Onde os atores circulam em variados campos e desses recolhem vários elementos criando e recriando aspectos, e assim tanto as representações diabólicas e divinas, tanto quanto as feiticeiras com suas magias respondem a estímulos e propostas próprias de seu determinado período histórico e não se cristalizam em níveis chamados ora de “eruditos” ou “populares”.

O imaginário também se apresenta como temas de obras brasileiras, “Visões do Paraíso”, publicado em 1959 de Sergio Buarque de Holanda é o primeiro grande trabalho sobre o imaginário no Brasil colonial, o autor apresenta a edenização da América, sentimento mais forte entre os espanhóis, onde histórias de mitos do paraíso terrestre, disseminada em obras tais como a Utopia, marcaria a visão dos europeus diante as novas terras. Tal obra, assim como as de Thomas, Delumeau e Ginzburg influenciariam a obra da historiadora Laura de Mello e Souza, que em o seu “O Diabo e a Terra de Santa Cruz” (1986) contrapõe uma visão edênica do Brasil colonial para um sentindo infernal da colonização. Em sua obra a autora examina entre outras fontes as denúncias e confissões das visitas do Santo Ofício

de Lisboa a Bahia (séculos XVI e XVII), a Pernambuco (século XVI) e ao Pará (século XVIII) presentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. E como bem destaca Vainfas, a historiadora “submete essa documentação a uma dupla leitura, depurando-a inicialmente (e na medida do possível) da carga ‘inquisitorial’ que lhe é característica” (VAINFAS, 1988: 169).

Laura ao reconstruir a mentalidade colonial, toma de Ginzburg o conceito de “circularidade cultural”, e a partir desse conceito se dedica ao estudo de práticas mágicas que faziam parte do cotidiano colonial. Tais práticas inseriam-se na busca de significados e vantagens em meio ao mundo material em que os colonos conviviam. Agregavam-se valores de diversos mundos, onde rituais indígenas, africanos e europeus mantinham um permanente comércio cultural, onde o seu significado se perdia muitas vezes nos discursos pronto das Visitações, que vislumbravam aspectos demoníacos em variadas crenças, submetendo-as em idéias pré-concebidas trazidas de Portugal, tal como o “sabá”, o que não poderia permitir nunca a identificação dessa nova religiosidade sem precedentes, uma religião exclusivamente colonial. Algo que lembra Delumeau que diz que foram os próprios espanhóis que trouxeram o demônio para a América nos porões de seus navios.

A autora ainda se dedica a esses “discursos imbricados” focando a visão da religião oficial em contrapartida da religiosidade popular que muitas vezes diante a torturas, como o caso bem destacado de Adrião Pereira de Faria, acabaria se transformando em um “modelo clássico” do pacto demoníaco europeu. Este mesmo caso é comparado muitas vezes por Laura ao Menocchio de Ginzburg, devido à originalidade de suas respostas nos variados interrogatórios pelos quais passou tanto no Brasil quanto em Portugal. A historiadora da escola paulista na última parte de seu livro “Histórias Extraordinárias e Destino de Cada um” descreve detalhadamente este e outros casos, em um ensaio de micro-história, no qual os sentimentos, os anseios individuais - o que não significa que seriam apenas particulares desses determinados indivíduos -, marcariam a forma de religiosidade colonial, em que o caso de Adrião se torna um modelo singular da compreensão dessa religiosidade e das práticas mágicas, onde o sincretismo de crenças, idéias de paraíso e inferno, Deus e demônio, se inserem em uma percepção original que se apresenta indiscutivelmente, assim como o comportamento condicionado dos inquisidores que tentam abarcar os depoimentos em seus modelos disponíveis.

Em sua abordagem Laura não se preocupa em rastrear a origem de determinada prática, ou inseri-las em determinados modelos definidos *a priori*, já que para a historiadora importante é notar essa religiosidade característica da sociedade colonial, que só faz sentido em seu ambiente e contexto, a aventura inédita da colonização brasileira. Onde temos variados grupos, índios, brancos, negros e

mestiços em busca de significação e segurança no qual as práticas mágicas responderiam bem a esses anseios, percorrendo e recolhendo de múltiplos campos tanto uma vasta gama de ingredientes, fórmulas, palavras e orações quanto discursos explicativos singulares.

A religiosidade aparece, então, em variados estudos, onde noções, como a de cultura e comércio cultural inevitavelmente condiciona o resultado desses mesmos estudos. Temos, assim, uma historiografia que “busca” o cidadão comum e com ele sua visão de mundo. Estudos como o de Thomas passa a procurar semelhanças e diferenças entre as classes, exemplo e contra-exemplo, onde as praticas “mágico-religiosas” se inserem em variados níveis e são usadas pelos “atores” de distintas formas. Por sua vez Delumeau ao dedicar-se ao estudo do sentimento de insegurança da sociedade européia mostra como essas mesmas práticas apresentam ora respostas, ora explicação a essa determinada sensação proveniente dos medos de outrora. Ginzburg, por sua vez, com sua circularidade cultural nos mostra como a magia é moldada e reformulada constantemente, onde as leituras de determinados fatos pelos agentes históricos dizem mais do que inúmeros documentos deturpantes, o que não significa que não devem ser utilizados pelo historiador. Diante desses aspectos, o trabalho de Laura de Mello e Souza, influenciado por todos esses autores, aparece, como destaca Vainfas, como “marco de referência na historiografia brasileira” (VAINFAS, 1988: 173) que destaca a religiosidade colonial em suas características múltiplas, que abre as portas para inúmeros estudos referentes a esse campo, onde as práticas “mágico-religiosas” tomam diversos aspectos tendo em vista os variados atores que formavam a cena do Brasil colonial.

Bibliografia

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Cia das Letras. 1990

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia das Letras. 1987

_____. *Os Andarilhos do Bem*. São Paulo: Cia das Letras. 1990

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes. 1993

SOUZA, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz - Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colônia*, São Paulo: Cia das letras. 1986

_____. *Inferno Atlântico*. São Paulo: Cia das Letras. 1993

THOMAS, Keith – *A religião e o Declínio da magia*. São Paulo: Cia das letras. 1991

VAINFAS, Ronaldo. *A Problemática das Mentalidades e a Inquisição no Brasil Colonial*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, PP. 167-173, 1988.

Os Segredos do Martírio: a construção do mártir Francisco de Lucena

Carlos Henrique Vólaro¹

1. Naquele 28 de abril de 1643 o já idoso Francisco de Lucena caminhava lentamente em direção ao sacrifício. Acusado de manter correspondência secreta com Castela e de ter culpa no cativo de D. Duarte, irmão de D. João IV, foi julgado traidor e culpado do crime de lesa-majestade, devendo ser executado em praça pública. Já no cadafalso, leram-lhe a sentença e após ter se confessado com o sacerdote, ainda antes de comungar, “com grandes demonstraçoens de Christaõ protestou, que naõ havia delinquido na culpa porque o condenavaõ” (ERICEIRA, 1751: p.26). Tirou-lhe a vida um golpe do cutelo que ele mesmo havia trazido de Madri, nos tempos de Secretário do Conselho da Coroa de Portugal; a mesma lâmina que abateu D. Rodrigo Calderon e que fora oferecida pelo próprio Lucena para a execução do Duque de Caminha, condenado por participar da malfadada conjura de 1641.

O processo que condenou Lucena foi alvo de intensa investigação. Rios de tinta foram vertidos no intento de redimir a imagem do infeliz Secretário de Estado de D. João IV desde os tempos de sua execução. Ainda em nossos dias, apesar de arrefecido o ânimo redentor dos historiadores sobre o caso, foram publicados alguns estudos que se debruçaram sobre o problema da traição de Lucena, a despeito de sua imagem ter sido limpa por seu bisneto, D. André de Lucena, tendo lhe sido entregue o morgado de Peixinhos – antiga propriedade da família Lucena – por decreto de 1720 (Cf. AMARO, 1945: p.215). Importa ressaltar que, salvo raríssimas linhas, os argumentos que defendem a inocência de Francisco de Lucena permanecem basicamente inalterados desde as primeiras letras escritas sobre o assunto, decorrência tanto da estranheza do próprio processo de condenação quanto daquela mostrada pelos nossos contemporâneos à forma como se davam os processos judiciais da época. Cabe questionar então os possíveis motivos por trás de tanto trabalho em construir uma imagem de mártir sobre o Lucena, analisando os principais argumentos elencados e relacionando-os aos contextos de produção das obras.

2. Dentre os textos seiscentistas que dedicaram algum esforço em elucidar o caso de Lucena o mais importante para nosso trabalho é o *Tacito Portugues* de D. Francisco Manuel de Melo. Obra manuscrita, publicada e impressa anos depois da morte do autor, destaca-se em nossa análise por ser a principal referência utilizada pelos trabalhos publicados no século XX que tratam do caso de Lucena. Obra interrompida, contém apenas os sete primeiros livros a

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em História Social da UFRJ – PPGHIS. Bolsista do CNPq.

que se pretendia adicionar mais. A narrativa é encerrada exatamente enquanto o autor explicita sua versão do processo: temos então apenas meia história. O suficiente para inferir algumas impressões sobre o posicionamento político do autor e de seu objetivo ao escrever tais linhas.

Francisco de Lucena é apresentado por D. Francisco Manuel de Melo no princípio do livro quarto. Ao longo da breve exposição sobre o passado da família Lucena, surge o primeiro ponto de conflito, quando o autor, ao se referir a Afonso de Lucena – pai de Francisco – coloca em dúvida a idoneidade do mesmo no serviço que desempenhava a D. Catarina, avó de D. João IV e uma das pretendentes ao trono luso a par da crise dinástica de 1580: “Era contudo fama, entre os criados daquele tempo, que este antigo Lucena recebera de El-Rei D. Filipe, à custa dos interesses do seu senhor, grandes vantagens” (MELO, 1995: p.87). Essas vantagens seriam a ocupação do cargo de Secretário do Conselho de Portugal, em Madri, por Fernando de Matos, a quem sucedeu Francisco de Lucena, seu sobrinho. Diziam também “que, esquecidos um e outro secretário Matos e Lucena da honra e princípios que deviam à Casa de Bragança, se lhe mostravam em sua valia pouco afectos” (MELO, 1995: p. 88). De qualquer forma, D. Francisco Manuel de Melo faz apenas alusões a esses boatos, não emitindo juízo sobre os mesmos.

Ocupando então o cargo de Secretário das Mercês, Francisco de Lucena foi elevado ao posto de Secretário de Estado de D. João IV, segundo o autor, pelos nobres: “este [Lucena] foi posto, indo todos os parciais a buscá-lo a sua casa para que aplicasse ao sucedido de El-Rei e bem público seu grande juízo” (MELO, 1995: p.87). O cargo de secretário de Estado existiria para que não se fizesse uso do valido, “nesta forma julgando os nobres que dando a El-Rei secretário capaz lhe ofereciam valido suficiente” (MELO, 1995: p.87). O valido, ícone considerado controverso pela literatura política da época, é aqui condenado em sua essência pelo autor:

Os reis antigos portugueses, com excelente exemplo, nunca admitiram, em paço e corte, guarda ou valido, ficando do amor dos vassallos a segurança de sua vida e da verdade dos ministros e da sua consciência. A esta causa era e foi sublime o officio de Secretário de Estado que, antes ocupado de grandes sujeitos, deixava ao tempo presente o defunto Vasconcelos (MELO, 1995: p.86).

Em seguida D. Francisco Manuel de Melo toca as primeiras medidas do governo do Bragança, ressaltando a urgência em contatar seu irmão D. Duarte, que estava servindo aos imperiais na Guerra dos Trinta Anos. Sabemos hoje que o objetivo das inúmeras cartas

enviadas a D. Duarte solicitando que retornasse a Portugal não fora alcançado, sendo capturado o infante português por agentes de Filipe IV. A respeito disto, o autor do *Tacito Portugues* expõe sua opinião:

Com ser este o primeiro negócio mostrou a experiência que se lhe tardara a resolução, ou errara no modo, nome e cartas soltas se despacharam e todas perdidas por Flandres, Hamburgo, Holanda e Veneza, devendo reduzir as cartas a menos enviadas que, como cartas missivas, pudessem calar ou dizer o sucesso, segundo a ocasião o pedisse (MELO, 1995: p.89).

Como se pode perceber Francisco Manuel de Melo discorda da iniciativa em sua forma, alegando ainda que o irmão do Bragança estaria inacessível, pois “assistia atentíssimo ao governo de seu regimento aquartelado então no país de Francónia, distante da corte imperial e por essa causa do comércio das Germânicas” (MELO, 1995: p.89). Apesar de sua discordância, o autor credita o insucesso da iniciativa a um erro, não a um ato pensado; para D. Francisco Manuel de Melo, Lucena foi injustamente acusado deste crime: “Acaso o alvoroço mais que a malícia foi o culpado desta inadvertência, quando depois com outra maior foi punida como maldade e não como inadvertência” (MELO, 1995: p.89).

D. Francisco Manuel de Melo aborda ainda a conjura de 1641, interrompida ainda em fase embrionária e que, de acordo com a totalidade dos depoimentos e análises sobre o caso de Lucena, teve íntima ligação com a condenação do secretário do Bragança. Segundo o autor do *Tacito Portugues* o Marquês de Vila Real “não se achava interiormente satisfeito da confiança que dele fazia El-Rei D. João” (MELO, 1995: p.106). Além do marquês, o Arcebispo de Braga nutria profundo descontentamento com o governo de D. João IV, principalmente por ocasião de uma antiga desavença. Outros nomes da maior nobreza do Reino, por motivos diversos, conspiraram junto ao referido marquês:

Conferidas as queixas do arcebispo e marquês, passou a prática livre, e depois a conferência, que compreendeu, além dos autores, ao inquisidor-geral, D. Francisco de Castro, ao duque de Caminha, D. Miguel de Noronha, conde de Armamar, Rui de Matos, D. Agostinho Manuel, seu confidente, e outras pessoas mais, entre os quais era o mais útil para seus intentos um mercador de grande riqueza, dito Pedro de Baeça, que, em serviço de El-Rei de Castela, oferecia assistir com dinheiro necessário a qualquer empresa (MELO, 1995: pp. 106-107).

Os conjurados procuravam engrossar seu partido sem examinarem, nas palavras de D. Francisco Manuel de Melo, “o ânimo daqueles a quem se comunicavam” (MELO, 1995: p.112). Desta forma a existência da conspiração chegou aos ouvidos de D. João IV, que

ordenou a prisão dos envolvidos. Segundo o autor, o processo foi breve e não impresso. Em 29 de agosto de 1641 foram degolados na praça pública do Rossio o duque de Caminha, seu pai - o marquês de Vila Real, o conde de Armamar e D. Agostinho Manuel; na mesma hora, em outros lugares, foram enforcados Belchior Correa e Pedro de Baeça. Outros encontraram o mesmo fim. Alguns conjurados foram ainda descobertos depois, sendo perdoados: “Muitos pareceram depois menos culpados, não por menores culpas, mas porque se averiguaram em tempo de menor ira. A estes segundos por valia, diligência e ventura foi alcançado o perdão” (MELO, 1995: p.115). Os eclesiásticos envolvidos na conjura foram condenados à prisão, mas o próprio inquisidor-geral, D. Francisco de Castro, fora libertado pouco depois. De acordo com D. Francisco Manuel de Melo, tal fato ocorrera por força da necessidade de não se gerar entre os vassallos de D. João IV um cisma, por força da nomeação para tão alto cargo de um ou de outro. O secretário de Estado Lucena esteve à frente do processo de condenação e execução dos conjurados de 1641, encorajando D. João IV a executar sumariamente os envolvidos:

Havia o secretário Lucena por várias vezes animado El-Rei a esta deliberação, persuadindo-o que se danaria ele próprio mostrando temor do que intentavam daná-lo seus inimigos; e afirma-se, por certo, chegou o próprio ministro a dar a forma do cutelo por outro semelhante com que vira na Corte castelhana padecer suplício a D. Rodrigo Calderon, marquês de Sete Igrejas (MELO, 1995: pp. 114-115).

Na tentativa de explicar as causas da conjura, D. Francisco Manuel de Melo acredita que não só a malícia mas, principalmente, o temor foi cúmplice do levante. O autor conta que o então governador das armas do Alentejo, o Conde de Vimioso, informou ao marquês de Vila Real, ao arcebispo de Braga e ao inquisidor-geral a estimativa das forças que iriam combater e a possibilidade de Portugal vencê-las: “Achava-se que o Vimioso, fazendo o próprio juízo os induziu a desesperar da conservação” (MELO, 1995: p.111). Atemorizados, “tendo por certo a perda e não menos o favor de El-Rei antigo” (MELO, 1995: p.110), tramaram a conjura. O Conde de Vimioso, após várias conferências com os supracitados precursores da conspiração, veio a D. João IV informar-lhe dos ânimos dos mesmos, onde Francisco de Lucena “lhe deu a entender que a tardança deste aviso o fazia suspeitoso” (MELO, 1995: pp. 111-112). Segundo D. Francisco Manuel de Melo, o Conde de Vimioso abriu mão de seu cargo no intuito de comandar as investigações deste negócio. Sucedeu-lhe no governo das armas do Alentejo Matias de Albuquerque.

Em um Estado em construção, como foi o caso do Portugal nos primeiros momentos após o golpe de 1640, um importante ofício é a nomeação para os cargos importantes e a concessão de mercês. Lucena fora o artífice da política bragantina no que concerne a questão, mantendo as antigas mercês concedidas pelos Habsburgo nos tempos da união de coroas, visando não angariar desafetos entre a nobreza lusa, e a não-concessão de novas mercês, garantindo uma equidade entre os “restauradores” nos favores do Rei. D. Francisco Manuel de Melo coloca a questão nos seguintes termos:

El-Rei, aconselhado do secretário Lucena, elegeu pela primeira e mais conveniente máxima não tirar o ofício nem fazer mercê. Com o primeiro lhe parecesse, assegurava os ânimos dos ocupados; e, com o segundo, que seria mais fiel a esperança que conformidade dos súditos. [...] Era prática constante dos reis e ministros: defendamos todos a capa e, depois, partamo-la (MELO, 1995: p.90).

Tais nomeações se seguiram durante os primeiros anos da guerra contra Castela. Cargos foram conquistados e perdidos, de acordo com o sabor do momento e conforme as alianças políticas se constituíam e se dissolviam. No ápice da cadeia de comando o Bragança, aconselhado por seu secretário, o Lucena. D. Francisco Manuel de Melo condena a rotatividade nos cargos de chefia, nas frentes de guerra: “Antes de um ano se viu Alentejo governado por três cabos diferentes” (MELO, 1995: p.124). A par de discordar da culpabilidade do secretário, como vimos anteriormente, o autor do *Tacito Portugues* reconhece as falhas de Lucena nos negócios públicos:

Mal aconselhados são os príncipes que indistintamente mudam seus generais, só pela razão do desigual sucesso. Induz, ou menos confiança no sujeito ou menos prudência na eleição, um tal arrependimento. Quando os reis elegeem um general deve ser com toda a ponderação; mas, depois de eleito, se deve tolerar qual saiu, com toda a constância, porque são mandados a servir, não são mandados a vencer. (MELO, 1995: pp. 123-124).

Neste jogo político de nomeações para cargos importantes, no qual Lucena era peça-chave, surge no discurso de D. Francisco Manuel de Melo a personagem António Teles da Silva. Tendo sido um dos aclamadores de dezembro de 1640, “foi o primeiro que derramou sangue em seu serviço, da pátria e sua liberdade” (MELO, 1995: p.146), sendo por isto nomeado mestre-de-campo-general do Alentejo, para exercer o posto com o Conde de Vimioso. A este tempo chegara do Brasil o mestre-de-campo João Mendes de Vasconcelos que, apoiado pelo Marquês de Montalvão, é nomeado para o mesmo cargo. Instaura-se um problema. A solução encontrada foi oferecer a António Teles o posto de governador do Brasil,

nomeação muito mais avultosa que a anterior. O aceite vem com uma condição: António Teles propõe que, antes de assumir o governo do Brasil, deve exercer o cargo no Alentejo. A resposta de D. João IV, ministrada pelo Lucena, é taxativa: que ou aceitasse o posto do Brasil ou perderia ambos. D. Francisco Manuel de Melo reprova a conduta do Rei que se isenta de receber a resposta e ordena que seu secretário lide com o problema:

Por ser este o costume de alguns príncipes, não será injusto nos detenhamos a ilustrá-lo. Note-se pois se não julga a vergonha nem é novo que, segundo o modo porque se usar, será virtude ou vício, que já de ociosa vergonha houve um sábio que escreveu sabiamente, porém logo nos príncipes, pejo repreensível é desviar seu semblante de qualquer das suas resoluções, que com ele altamente se qualificam... (MELO, 1995: p.150).

Assim recai sobre o Lucena o ódio de António Teles, no entender de D. Francisco Manuel de Melo: “António Teles ficou engrandecido, e ainda queixoso, El-Rei servido, e Lucena odiado” (MELO, 1995: p.150). No entanto, se houve vezes em que o secretário angariava inimizades por conta da omissão do Bragança, o próprio Lucena foi responsável por aquela que se provou ser a principal causa de sua ruína: o embate contra o Conde de Vimioso.

D. Francisco Manuel de Melo nos dá conta do episódio que se desenvolve em torno da nomeação do aio do príncipe D. Teodósio, primogênito de D. João IV. Para o autor o Conde de Vimioso seria a escolha óbvia para o ofício, tendo em vista que era instruído nas Ciências, artes e línguas. Mas Lucena interferiu no processo: “El-Rei foi assim advertido de pessoas zelosas, mas o Lucena, procurando imprudentemente merecer o ódio do Vimioso que até então padecera injustamente, dissuadiu facilmente a El-Rei daquela escolha” (MELO, 1995: p.153). Segundo o autor outras pessoas foram propostas e excluídas, sugerindo que D. Teodósio não teve um tutor. Lucena construíra por si desafetos. A D. João IV, segundo D. Francisco Manuel de Melo, convinha jogar esse jogo, onde via “encaminhados a outrem os queixumes que puderam fazer dele” (MELO, 1995: p.154).

Em setembro de 1642 reuniam-se as Cortes pela segunda vez desde o golpe da Restauração. No convento de S. Roque, onde se reunia o braço da Nobreza, Sebastião César, bispo do Porto e secretário da Nobreza, conclamava os seus a arbitram tudo o que fosse conveniente “ao serviço do Príncipe, conservação do Reino e aumento do Estado da Nobreza” (MELO, 1995: p.159) quando foi interrompido pelo Vimioso que acusava Lucena de ser um intermediário entre El-Rei e as Cortes, além de muitas vezes governar em nome de D. João IV. Solicitava que todos se esmerassem no intuito de remover “tão grande obstáculo entre El-

Rei e o Reino” (MELO, 1995: p.160). Segundo D. Francisco Manuel de Melo os outros braços do Estado seguiram a nobreza neste intento, o Eclesiástico pelo fato de muitos dos seus pertencerem também ao Estado da Nobreza. O Terceiro Estado por conta de promessas feitas pelos outros dois.

Em um primeiro momento fabricaram-se “importunas calúnias, tão bárbaras, tão maliciosas” (MELO, 1995: p.162). Aqui surge o terceiro inimigo de Lucena: o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha. Também um dos aclamadores do 1º de dezembro, D. Rodrigo carregava queixas acerca da nomeação para o bispado de Viseu, no qual Lucena teve ação preponderante. D. João IV e Lucena revogaram esta decisão, mas o arcebispo, no entender do autor, guardou ressentimentos contra o secretário de Estado. O sacerdote, junto ao Vimioso e outros, redigiram um texto acusando Lucena de traição, munidos do depoimento do padre Francisco Manso – outro personagem que havia sido preso por intermédio de Lucena. O secretário então teria colocado seu cargo à disposição de D. João IV que, no entanto, negou-se a abrir mão de seu imediato. Decisão que durara pouco, frente às pressões impostas por nobres e eclesiásticos.

Removido de seu posto, Lucena foi convencido a retirar-se na fortaleza de S. Gião, certo de que correria maiores riscos se permanecesse aos olhos de seus detratores. Na opinião de D. Francisco Manuel de Melo, a remoção de Lucena foi utilizada por D. João IV para diminuir as pressões sobre si mesmo, controlando a Nobreza e o Clero com ameaças de readmitir o antigo secretário. Desta forma mostrou-se necessária a eliminação do Lucena.

Infelizmente é nesse ponto que termina o manuscrito do *Tacito Portugues*. Seu autor expira em 1666. O texto que nos chega é da pena de um certo frei Vicente Salgado, ex-geral e cronista da Congregação da Terceira Ordem, que copiou o manuscrito em dezembro de 1797. O texto não chega a narrar os intrincados caminhos que levaram o secretário de Estado de D. João IV da prisão ao cadafalso, para utilizar a expressão de José Emídio Amaro (1945), mas é o suficiente para ensaiarmos algumas impressões acerca do problema capitaneado por Lucena, na opinião de D. Francisco Manuel de Melo. No entanto, deixemos isto para o final. Debrucemo-nos sobre os outros papéis.

3. Somente no ano de 1945, a par das comemorações do tricentenário da Restauração, é publicada uma obra dedicada exclusivamente ao caso de Francisco de Lucena. Seu autor, José Emídio Amaro, se lança à empresa de redimir a imagem pública do primeiro secretário de Estado do Portugal Restaurado, recorrendo, principalmente, ao inacabado manuscrito de D. Francisco Manuel de Melo.

O texto se inicia em um ponto já referido no presente texto: a idéia de que Afonso de Lucena, pai do secretário de Estado de D. João IV, teria se vendido à Castela em fins do século XVI. Amaro se dispõe então a rastrear a origem desta fábula, concluindo que D. Luís de Menezes, em seu *Portugal Restaurado*, copiara o boato que D. Francisco Manuel de Melo escrevera em seu *Tacito Portugues*. Dada a importância da obra de D. Luís de Menezes, a notícia se espalha – e o que era um boato passa a ser dado como verdade.

Em seguida José Emídio Amaro detém sua análise na transferência de Francisco de Lucena de Madri, onde por dezessete anos ocupou o cargo de Secretário do Conselho da Coroa de Portugal, para Portugal, assumindo concomitantemente os cargos de Secretário das Mercês e das Índias. Na opinião do autor sua saída de Madri fora uma manobra do Conde-Duque de Olivares, que alçara a este posto Diogo Soares para dar conta de seu projeto unificador, em 1631. Não saiu por castigo algum, tendo em vista que manteve as mercês, benesses, honrarias e vencimentos de seu antigo cargo.

O acúmulo dos cargos retirou Lucena do convívio com El-Rei Filipe e com Lisboa, onde a Duquesa de Mântua e Miguel de Vasconcelos representavam os interesses dos Áustrias: “Pertencia então Francisco de Lucena a um grupo de portugueses hostil a Diogo Soares e Miguel de Vasconcelos...” (AMARO, 1945: p. 109). Por outro lado, o autor ressalta a estreiteza dos antigos laços que uniam a casa de Lucena a de Bragança, chegando inclusive a afirmar que o solar de Peixinhos era um prolongamento da residência ducal, sendo Francisco de Lucena, desde jovem, muito próximo a D. João e seu irmão D. Duarte. Por isso não seria estranho conceber o convite feito a Lucena para assumir cargo tão importante após o movimento de 1º de dezembro de 1640.

Uma vez como secretário de Estado, Lucena se deparou com três problemas principais na gestão do Reino: em primeiro lugar, as questões de administração interna e do Ultramar; em segundo lugar, a necessidade de organização da defesa do Reino e sustentação da guerra; e por último a necessidade de se engendrar relações amigáveis com outros reinos e com o Vaticano. Segundo Amaro, ao tratar da primeira questão, entendeu por bem não demover cargos e mercês dados pelos Habsburgo e não oferecer novas mercês, o que angariou desafetos entre os aclamadores. Aqui se encontram José Emídio Amaro e D. Francisco Manuel de Melo.

No que concerne às ações do secretário Lucena no contexto da conjura de 1641, Amaro admite que o secretário foi peça fundamental da engrenagem que condenou à morte o Marquês de Vila Real, o Duque de Caminha, o Conde de Armamar e outros. Alega que tal

repressão mostrou-se fundamental para a manutenção da independência portuguesa, mas os amigos e partidários dos conjurados se vingaram, mais tarde, em Lucena. O secretário deu continuidade à perseguição dos renegados e conjurados que estavam a serviço de Castela. Além disso, atuou na Guerra de Tinta escrevendo comunicados reais dirigidos à população castelhana, incitando a adesão à causa portuguesa.

A narrativa de Amaro sobre a reunião das cortes de setembro de 1642 é idêntica a de D. Francisco Manuel de Melo. Os mesmos antagonistas são elencados – o Vimioso, D. Rodrigo da Cunha e o padre Francisco Manso – mudando apenas o local da reunião: ao invés de S. Roque, o encontro se dá no convento de S. Elói. O resultado da reunião do braço da Nobreza é lido da mesma forma que o autor do *Tacito Portugues*: os nobres atenderam à conclamação feita pelo Vimioso, sendo seguidos pelo Estado eclesiástico e pelos Povos. José Emídio Amaro não faz nenhuma referência a nenhuma rusga entre Francisco de Lucena e o aclamador António Teles. Também não há referência a nenhuma artimanha de D. João IV envolvendo o Lucena como instrumento de controle dos ânimos da nobreza. Quando o Bragança resiste, mantendo o secretário em seu cargo, recebe intimações da nobreza e estando “mal seguro no trono” (AMARO, 1945: p.145) é obrigado a abrir mão de Lucena. Trata-se, pela forma com a qual trata o problema Amaro, de uma questão de prudência.

A despeito da omissão orquestrada por Amaro das maquinações do Bragança para manter sob seu controle o Estado da Nobreza, estes temiam o retorno de Lucena ao cargo. Portanto necessitava eliminar de vez o secretário da Restauração. A primeira medida seria o já referido papel trazendo acusações de traição e correspondência secreta entre Francisco de Lucena e Madri, tendo por base depoimentos do padre Francisco Manso, que ouvira dizer em Castela o nome do secretário do Bragança. Em sua defesa Lucena alega que seu filho, Afonso de Lucena, fora capturado pelos castelhanos e que se correspondia com Castela com o consentimento de El-Rei. Como a artimanha não surtira o efeito desejado, tentaram implicá-lo em culpa pela captura de D. Duarte. José Emídio Amaro alega então, se fiando no parecer do padre Nicolau da Maia, que o Infante fora avisado; contudo, por estar demasiadamente longe de qualquer via de retorno a Portugal, não conseguira escapar.

Tendo em vista a inocuidade das alegações que implicavam Lucena até então, orquestrou-se uma terceira e derradeira acusação. Um tenente de nome Pedro Bonete fora capturado nas fronteiras do Alentejo, sob suspeita de espionagem, e entregue ao Conde de Óbidos. Colocado sob tratos, não confessara nada mas, depois de visitado por D. João da Costa, mudou de disposição, incriminando D. José de Menezes. Manuel de Azevedo, sob

tortura, afirmara que Pedro Bonete havia entregue a ele um maço com três cartas que deveriam ser entregues ao Lucena – uma era de seu filho, Afonso de Lucena, outra do Conde-Duque de Olivares e a terceira teria por remetente Diogo Soares. Em frente a tais acusações, Lucena é condenado à morte por degola.

4. Temos, a partir das duas obras, duas configurações das personagens principais do enredo. O *Tacito Portugues* de D. Francisco Manuel de Melo contem um secretário de Estado que erra grosseiramente em certas urgências de administração pública, embora condenado injustamente; sua culpa nos crimes utilizados para a condenação é nula. Incorre sim em angariar inimizades entre os poderosos do Reino, mas em certas ocasiões é D. João IV o responsável, manipulando as expectativas da Nobreza que o aclamou, utilizando seu secretário como instrumento de pacificação do Estado do convento de S. Roque. Este Rei desenhado por Francisco Manuel de Melo é omissos e mal experimentado nas matérias do Estado. Teve por parte da base de governo uma nobreza que se aproveitou da instabilidade política da época para eliminar inimigos, granjear mercês e ocupar cargos importantes.

A narrativa de D. Francisco Manuel de Melo evidencia a extrema ferocidade da luta política pela construção do Estado após o golpe de 1640. O próprio autor, nobre por nascimento, acusa abertamente muitos dos seus de colocar seus interesses acima daqueles do Reino. A história que escreve é a de um Estado em vias de colapsar frente à ineptidão de seu monarca que, não bastassem os problemas oriundos de guerrear contra a maior potência da época, se vê em meio a uma clivagem profunda na nobreza do Reino.

O caso da obra de José Emídio Amaro é um pouco menos espinhoso. Se colocarmos lado a lado as personagens construídas pelo autor e por D. Francisco Manuel de Melo, teremos poucas mudanças. Onde o autor do *Tacito Portugues* enxerga um erro ou imprudência do Lucena, Amaro vê a necessidade e a razão de Estado. A maior e mais flagrante diferença entre os discursos é o papel de D. João IV em todo o processo. Enquanto o D. Francisco vê no Bragança um rei titubeante e omissos, Amaro vê um amigo fiel a Lucena, que o amparou enquanto pôde, envolvido nas mesmas tramas que condenaram o secretário ao cadafalso. Se não pôde levar a cabo sua intenção de salvar o secretário, foi porque com isso perigava rachar de vez o Estado que se construía. Importa para José Emídio Amaro contar a história de uma Restauração heróica, onde El-Rei e seu secretário de Estado obraram valorosamente contra todos os obstáculos colocados pela nobreza do Reino.

- AMARO, José Emídio. *Francisco de Lucena: sua vida, martírio e reabilitação*. Lisboa: Ed. Instituto para a Alta Cultura, 1945.
- ERICEIRA, Conde da. *História de Portugal Restaurado*. Lisboa: Officina de Domingos Rodrigues, 1751.
- MELO, D. Francisco Manuel de. *Tacito Portugues: vida, morte, ditos e feitos de El Rey D. João IV de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1995.

A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba e a historiografia

Clara Farias de Araújo¹

Ao conduzir uma reflexão sobre a historiografia, tomando como objeto a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, primeiro selecionei cinco obras, duas sobre a Companhia e três sobre o período pombalino, nas quais a Companhia é um dos assuntos tratados, para demonstrar como em obras diversas, produzidas em períodos distintos, há uma temática constante, ou seja, uma linha que vincula as respectivas obras na formulação de explicações acerca da instalação e funcionamento da Companhia. Fazendo isto, num segundo momento, proponho através de uma metodologia diversa uma releitura das funções da Companhia e repensar o papel de alguns de seus agentes.

As obras são: *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)* de Ribeiro Jr., *O Brasil na Administração Pombalina* do Visconde de Carnaxide, *As Companhias Pombalinas* de António Carreira, *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada* de Francisco Falcon e *Pombal: paradox of the Enlightenment* de Keneth Maxwell.

Ribeiro Jr. (1976: 3-4) descreve, através de “uma ampla base documental”, as atividades mercantis da Companhia “inseridas na política colonialista do mercantilismo português, para ele um empreendimento ilustrativo dos mecanismos da colonização no Brasil”.

O Visconde de Carnaxide (1979: 51), no capítulo intitulado Economia, quando analisa a política-econômica empreendida por Pombal, no item ‘realizações da primeira década de governo’, dedica apenas um parágrafo à Companhia, no qual a define como uma empresa “nos moldes da do Pará e Maranhão, destinada a monopolizar o comércio numa nova zona no Brasil, mais uma iniciativa do ministro para livrar o país do domínio econômico dos ingleses”. Dedicando menos interesse à Companhia de Pernambuco e Paraíba que a do Grão-Pará e Maranhão, António Carreira é taxativo ao descrever a Companhia como um instrumento de beneficiamento dos comerciantes de Lisboa e do Porto, atento apenas aos dados referentes ao tráfico como forma de ratificar a sua assertiva. Na linha explicativa que insere a criação das Companhias² na política de reforço do pacto colonial, Francisco Falcon (1982: p. 470-475) as

¹ Professora e Doutoranda no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, bolsista da Capes.

² Fazendo referência a Oriental, a do Grão-Pará e Maranhão e a de Pernambuco e Paraíba.

caracteriza como expressão do mercantilismo, pois asseguravam o monopólio do comércio colonial em suas zonas de ação e canalizavam os lucros daí advindos para uma minoria de comerciantes metropolitanos, seus principais acionistas.

É preciso atentar que a preocupação de Falcon não era a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, e sim tentar perceber uma correspondência entre as teorias e práticas que nortearam a política-econômica e a política-ideológica durante a época pombalina, e desta forma, as Companhias de Comércio criadas durante este período são apenas parte da política comercial e colonial. Em perspectiva contrária, admitindo um paradoxo entre idéias, imagens e ações na política pombalina, Keneth Maxwell (1995: p. 76) afirma que a atividade da Companhia garantiu a reafirmação do pacto colonial, na qual se reforçava um comércio triangular, descrito da seguinte forma, a matéria-prima era embarcada nos navios da Companhia para a metrópole, lá era manufaturada e o produto embarcado novamente para o consumidor colonial, que o comprava com o crédito da Companhia.

Essa historiografia revela uma lacuna, a escrita de uma história institucional, que explica o funcionamento da Companhia vinculado à matriz monopolista do modelo econômico vigente durante o período pombalino, descrevendo-o como danoso aos comerciantes de Pernambuco e desprezando a ação destes como agentes atuantes da Companhia.

Antônio Carreira e Ribeiro Jr. identificaram a Companhia como um instrumento das políticas régias formuladas durante o período pombalino para limitar a liberdade dos comerciantes de Pernambuco e Bahia.

Antônio Carreira (1982, p. 217-221), citando Luís Viana Filho,³ declara que com a descoberta das minas, houve um maior incentivo ao tráfico realizado na Costa da Mina, resultando numa intensa corrida ao mercado de gente. A concorrência ocasionou a decadência do comércio na região, obrigando o Governo a intervir. Desde então, o Governo criou inúmeras medidas restritivas ao comércio entre a Bahia e a Costa da Mina e por ser importante moeda de troca no comércio com a região, o tabaco também viria a ser alvo de medidas que visavam regular o comércio do produto, de outro modo, os negociantes criaram formas de burlar tais medidas.⁴

³ Viana Filho, Luís. *O Negro na Bahia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olimpio Editora, 1946. 55 p.

⁴ Carreira toma o comércio de Pernambuco com a Costa da Mina como uma extensão do comércio entre a Bahia e a região. A consulta a outros registros revela que a preocupação da Coroa não se dirigia à concorrência entre os comerciantes da Bahia, mas à saída de ouro e tabaco fino num momento em que a região estava sob domínio

Em 1743, a Coroa limitou a 24 o número de navios da Bahia e Pernambuco, que poderiam ir anualmente à região, em razão disso os homens de negócio optaram pela construção de embarcações maiores, que compensassem o menor número de viagens. Em 1756, em decisão contrária, a Coroa libera o comércio com a Costa da Mina, provocando a reação de comerciantes abastados, que detinham os privilégios deste ramo do comércio,⁵ que solicitam no mesmo momento a criação da Companhia Geral da Guiné em troca de benefícios ao Erário Régio. A companhia não chegou a ser fundada, segundo Carreira, porque Pombal já pensava na criação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba para atingir os interesses dos homens de negócio da Bahia.

Ora dito explicitamente, ora nas entrelinhas, para Carreira com a criação da Companhia, os homens de negócio de Lisboa e do Porto se impuseram aos da Bahia, lê-se como uma imposição, medida punitiva por se excederem nas liberdades do comércio. Ribeiro Jr. (2004: 75; 81), expondo os mesmos eventos, afirma que apesar dos projetos coloniais que pretendiam a criação de companhias, a Companhia de Pernambuco e Paraíba foi instalada nas bases determinadas pela metrópole sob a influência dos mercadores reinóis para incentivar o comércio com Angola e evitar o comércio resultante do contato dos negociantes coloniais com holandeses e ingleses na Costa da Mina.

As interpretações de Carreira e Ribeiro Jr. são muito próximas, deixam clara a adesão à imagem resultante do primeiro contato com a documentação das melhorias e incrementos ao comércio trazidos pela Companhia, tomando valores gerais como parâmetro, especialmente no tocante aos números referentes ao tráfico de escravos.⁶ Além de reproduzirem as vozes da Companhia, ou seja, da Junta ou da Direção, reafirmam a tese da dependência da Colônia e do tráfico como recurso que reforça a dependência dos agentes coloniais frente aos comerciantes metropolitanos.⁷

Nos modelos explicativos da economia colonial formulados por Caio Prado, Celso Furtado e Fernando Novais, a função das sociedades coloniais se realizava na transferência de

holandês.

⁵ No texto não fica claro quem eram os comerciantes abastados e quais os privilégios que detinham.

⁶ Ribeiro Jr para o tráfico oferece dados dos períodos de 1742-1760 e 1761-1779. Para os outros produtos da capitania, açúcar, couros, atoados e meios de sola só tem informações para o período de funcionamento da Companhia. 130-159

⁷ Uma vez que no Pará e Maranhão, a função da Companhia era incentivar o tráfico e a substituição da mão-de-obra doméstica, ou seja, indígena inviabilizada por questões relacionadas à indefinição quanto aos mecanismos de escravização e legitimação da condição escrava do índio.

excedente para a metrópole e como sua função se realizava de forma exógena, atentava-se para o tráfico para explicar o seu fim e não como na formação de sociedades, cujas base e reprodução dependiam da escravidão, o tráfico só se realizava para atender a esta demanda.

“A América colonial de Novais tem estruturas que parecem ser meras conseqüências ou projeções de um processo cuja lógica profunda lhe é exterior.” (Cardoso, 1980, p. 118) Partindo desse pressuposto, “a reprodução física dos homens, corresponde, no plano econômico, à reprodução da força de trabalho, então o comércio negreiro internacional configura um elemento central para o cálculo econômico escravista, dele dependendo a própria empresa colonial.” (Fragoso & Florentino, 2001, p. 36; 37)

As discussões realizadas pelos respectivos autores sobre teorias e práticas que opõem monopólio e liberdade do comércio na caracterização das funções da Companhia e das relações entre seus membros e outros agentes foram superdimensionadas para designar as relações metrópole-colônia, inclusive para identificar os comerciantes metropolitanos como os únicos habilitados para realizar o monopólio afetando as ações particulares de outros agentes mercantis no Império, ou, em sentido contrário, apóia-se em um modelo pré-concebido de subordinação das áreas coloniais, em que toda decisão da Coroa na prática estreitava os laços de dominação.

Essas leituras se inserem num quadro de interpretações do Brasil formatadas na década 80 e algumas delas estendidas aos dias atuais, que tinha no paradigma dual metrópole-colônia, modelo único para pensar as relações entre um e outro espaço, não levando em consideração a eficácia dos instrumentos de controle e dominação e a reprodução dos mesmos nas práticas sociais, assim como não atentavam para a complexidade dos comportamentos dos atores em questão.

A forma como interpretaram a Companhia, fundamentando a análise nas políticas pombalinas ou no estatuto da instituição reforçou leituras antagônicas da relação Portugal-Brasil, quando o que propomos é uma análise distinta da instituição, que repense essa relação, contemplando a margem de manobra dos indivíduos envolvidos e a transformação da Companhia em instrumento de acumulação para alguns homens de negócio de Pernambuco, ou seja, como a propriedade do exclusivo comercial da capitania, legitimado pela Coroa, favoreceu os ganhos desses particulares.

Para além de uma história institucional imóvel, preocupa-se com os indivíduos que a compunham e como por meio dela se relacionavam com outros indivíduos, na dinâmica das relações.

A utilização pelos historiadores da abordagem funcional-estruturalista, que se limitava a explicar a institucionalização do comportamento humano como um movimento unilateral e interpretava a ação social como reflexo dos constrangimentos e da norma impostos pelas instituições enquanto estruturas, impediu a construção de modelos explicativos, que dessem relevância à atuação dos atores sociais nos eventos de mudança nas sociedades estudadas. Isso se explica, porque nas análises funcionais a preocupação com a manutenção da coesão ou equilíbrio social, negligencia a mudança social.

Por outro lado, modelos conceituais que opunham indivíduo e sociedade e modelos explicativos que utilizavam o conceito de estrutura atribuíam as mudanças ora à instituições supra-individuais, ora à grandes homens, gênios inspirados, pois a ‘massa’ formada por gente comum não era capaz de pensar ou reagir, era manobrada.

Na abordagem funcional-estruturalista, conceituava-se a sociedade como um sistema fechado, coeso, o que se estendia à visão de uma sociedade portadora de um fim previsível e de indivíduos que seguiam irrefletidamente um propósito pré-determinado. Essa análise focada nas estruturas, desprezando os desvios ou os tomando como elementos mantenedores da coesão social, concebia a sociedade como um todo, na qual as estruturas como parte do todo têm a função de manter o equilíbrio social.

As críticas formuladas por antropólogos e sociólogos aos modelos conceituais que opunham indivíduo e sociedade sugerem novos métodos para interpretar as ações individuais e a sociedade, superando o materialismo histórico, ao demonstrar que o aspecto econômico é simultaneamente atravessado pelo social e não como numa visão cara às teorias economicistas, em que as sociedades subjazem aos sistemas econômicos ou modos de produção e que estes se sobrepõem no tempo ou de maneira gradual e cumulativa ou por portarem contradições desencadeadoras de mudança. No modelo produzido com base nessas teorias, o mercado como no modelo abstrato é explicado como uma superestrutura não sujeita às influências das relações interpessoais.

Estudos como os de Fredrik Barth ao elaborar novos métodos nos fazem repensar sobre o significado da ação social, da mudança e da participação “intencional” dos atores nos eventos.

Os atos para Barth (2000: 173) mostram a orientação, a condição e a posição do ator. Designando “a intenção⁸ como objetivo da pessoa que age” (Barth, 2000: 173), recuar às raízes do ato permite encontrar planos e estratégias, afirmações identitárias, valores e conhecimentos. Partindo deste princípio, visualiza-se a capacidade dos atores de reinterpretarem e modificarem seus atos.

Este procedimento possibilita o conhecimento das intenções da ação social concebidas dentro de um quadro de intenções e interpretações conhecidas tanto quanto identificar as ações coletivas e individuais pela capacidade dos atores de transcender ou reproduzir sua compreensão e seus conhecimentos. Desde que se considere que o indivíduo porta os conteúdos que compartilha com os outros, mas ao mesmo tempo nele esses conteúdos são separados dos demais e constituem sua propriedade, separando-o dos demais.

Seguir os atos em direção a sua intenção e do lado oposto, a sua interpretação nos aproxima da percepção dos atores enquanto partícipes no jogo, proporcionando uma visão aproximada das incoerências dos sistemas sociais e da capacidade dos atores de modificarem seus atos.

Partindo destes pressupostos, concebe-se o negociante como o sujeito que viabiliza a materialidade das relações mercantis, pois conhece os meandros do mercado, domina os códigos comuns entre as esferas local e geral e se as estratégias dependem da manipulação dos códigos comuns, isso os põe numa situação favorável.

Ao saber da ocupação dos cargos de Direção por grandes homens de negócio de Pernambuco e dada a estreita relação das funções que a empresa assumiria na capitania associadas ao exclusivo comercial e o debate que se instaurou (monopólio versus liberdade do comércio), torna-se indispensável situá-lo no discurso e nas práticas dos atores envolvidos para entender de que forma se movem os homens de negócio no interior da Companhia. Se os autores até então apresentados exploram a tese de que a criação da Companhia reforçou o exclusivo comercial entre a Metrópole e a Colônia, possibilitando “em tese” o acúmulo primitivo de capital pela transferência de excedente para os comerciantes metropolitanos. Um olhar sobre o estatuto permite contrastar tal imagem, dada a concessão de privilégios aos acionistas originários e de

⁸ Todavia o autor adverte para não confundir intencionalidade com racionalidade.

maiores benesses ao intendente e deputados, membros da Direção, que era composta por grandes comerciantes de Pernambuco. O que se pretende investigar são as possibilidades auferidas pelos cargos de Direção e de que forma o acesso a tais cargos viabilizou o acesso ao monopólio do comércio das capitanias instituído pela Companhia.

Analisando os documentos em que assina a Direção entre 1760 e 1780, verificaram-se pouquíssimas alterações na composição e a presença constante de alguns nomes, embora o Alvará de instituição precisasse eleições bienais.⁹ Os papéis eram expedidos em nome do intendente e deputados, mas a personalização da instituição nos componentes da Direção na visão dos coevos estaria relacionada ao fator descrito acima e à deformação de suas funções.

O açúcar, na informação da Câmara de Olinda, é o gênero por excelência para se obter avultadas somas. As caixas alcançavam um alto preço no comércio exterior, aceito pelos compradores porque pago em fazendas também supervalorizadas. Mesmo pago em fazendas, o prejuízo não recaía sobre os deputados e nem sobre a Companhia, era repassado aos compradores na capitania, lucrando os primeiro até quarenta e cinco por cento. “*Eis aqui um dos motivos porque os gêneros que vão para Pernambuco vão mais carregados no preço, do que os que vão para os portos livres*”.¹⁰ Neste ponto, cogita-se sobre a liberdade dos produtores em vender suas mercadorias, em razão de serem as mesmas consignadas à Companhia e da possibilidade dos deputados fazerem lances nos açucares em Lisboa através de seus correspondentes.

Quanto aos gêneros e fazendas da Europa, além dos preços excessivos cobrados, estes não se compatibilizam com os preços ínfimos com que compram os efeitos da terra, diminuídos em seu valor, porque boa parte deles era dada em pagamento de dívidas anteriores.

A Companhia se tornou um instrumento para que o intendente e deputados controlassem o preço dos gêneros, o que só podiam fazer porque controlavam o circuito de entrada e saída de mercadorias.

A posição de membros da Companhia possibilitava a formulação de estratégias para a obtenção de lucro, incluindo a participação em contrabando.

Se a Companhia foi criada com o fito de monopolizar o comércio da capitania, afastar a influência de estrangeiros, evitar os contrabandos e aumentar as rendas reais, na prática os

⁹ Alvará de instituição confirmado em 13 de agosto de 1759

¹⁰ AHU, PE, cx. 127, d. 9656. Olinda, 17 de setembro de 1777. Carta da Câmara de Olinda à rainha [D. Maria I] queixando-se dos procedimentos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, que subjuga o povo da capitania de Pernambuco em favor de seus interesses.

contrabandos são engrossados com a participação da Direção e acionistas e a relaxação a procedimentos que deviam coibir. Observando o seu funcionamento, focando naqueles que tiveram acesso aos cargos da Direção e aos seus privilégios, a mudança na dinâmica comercial parece despontar da propriedade de mais um mecanismo seja na ascensão de alguns indivíduos, seja na reiteração de um pequeno grupo no topo da hierarquia mercantil.

Foi de se apropriarem os referidos deputados de todos os gêneros, e efeitos que daqui se lhes remeteram, de os repartirem a crédito pelos seus parentes, amigos e associados; de os tomarem eles mesmos debaixo de nomes alheios para com eles negociarem, e de acumularem por estas forma a importantíssima dívida, que esses habitantes estão devendo à Companhia¹¹

O governador da capitania de Pernambuco ao tempo da instalação da Companhia, Luis Diogo Lobo da Silva e o estatuto previam apenas o ganho de 5% anuais para os acionistas, entretanto o acesso ao monopólio possibilitava pela disponibilidade de outros instrumentos o acréscimo da quantia.

A Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba foi fundada após a solicitação dos homens de negócio da praça de Pernambuco para a criação de uma companhia, que atuasse interna e externamente no resgate de carnes secas e couros do Sertão e escravos na Costa da Mina. Através da criação da companhia se pretendia limitar o número de barcos que realizavam o comércio do Sertão, taxar a dois mil e quinhentos réis a cabeça de gado e a venda da carne seca a *“setecentos e vinte réis a arroba nesta praça, oitocentos e oitenta para a Bahia, e dez tostões para a cidade do Rio de Janeiro”*.¹²

Francisco Falcon (1982: 458) ao narrar a fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, segundo ele o sistema que precedeu a criação de outras companhias

¹¹ AHU, PE, cx. 130, d. 9832 1778, agosto, 10, Queluz. Ofício (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], ao [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, sobre os abusos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, a falta de responsabilidade e capacidade de seus deputados de gerirem a mesma, e da culpa que tem pela decadente situação em que se acham as diferentes classes de habitantes desta terra.

¹² AHU, PE, cx. 84, d. 6965. Recife, 21 de maio de 1757. Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário de estado do Reino e Mercês], Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre o requerimento dos homens de negócios daquela praça, em que pedem a criação de uma Companhia para resgatar as carnes secas e couros do sertão.

mercantis, fornece pistas que ajudam a localizar de onde partia o discurso e a semelhança de justificativas para a necessidade de instalação das mesmas, sob a alegação de pobreza da região.

Semelhante ao que se acredita ter acontecido em Pernambuco, a solicitação partiu dos interessados, que alegavam uma situação calamitosa, representada pela queda dos preços e exportações, pela multiplicação da concorrência, que seria remediada com a formação de uma companhia, dotada de privilégios e monopólio, com os cabedais dos próprios solicitantes e o amparo régio, exigência que se entende coadunava com as iniciativas da administração. Parece um momento adequado para se pedir a concessão, eles sabiam que só a Coroa poderia fazê-lo. As Companhias, instrumentos da governação, na leitura de Falcon beneficiaram seus administradores e acionistas. Mesmo que as novas diretrizes administrativas se beneficiassem com a implantação do monopólio é preciso verificar a quem a empresa monopolística beneficiou.

Ribeiro Jr. (2003: 171) afirma que a resistência partia de mercadores instalados na Colônia, que foram absorvidos pelo novo estabelecimento, visão corroborada quando classifica homens de negócio como senhores de engenho, para limitar seus interesses aos negócios locais e alimentar a oposição entre comerciantes metropolitanos senhores de engenho.

Para fundamentar essa oposição, na lista dos principais devedores em Pernambuco datada de 1780, não se sabe se a classificação é do documento ou do próprio autor, homens de negócio já conhecidos por suas atividades mercantis são classificados como senhores de engenho por possuírem engenho e isso torna problemática a sua interpretação.

A interpretação é embaraçada por confundir os papéis de homens de negócio e senhores de engenhos. Ao analisar a trajetória dos homens de negócio membros da Direção, percebe-se que se tornaram proprietários de engenhos, sem abandonar as atividades mercantis, o que só explica a atuação diversificada do grupo. E como tem sido apontado para o século XVIII, a especialização das atividades mercantis, que proporciona uma sistematização na classificação de identidades relacionadas às atividades agrárias e outras às mercantis, não permite que senhores de engenho disponham de cabedais vultosos para a realização de empreendimentos que envolvem grandes riscos, mas permite que o envolvimento em atividades capazes de multiplicar os cabedais existentes possam diversificar as inversões dos comerciantes, inclusive na compra de engenhos.

Para aqueles melhor colocados no comércio de grosso trato, a introdução do monopólio não quebra os circuitos preexistentes, apenas adiciona mais elementos à ação dos negociantes dentro da diversificação de atividades característica da dinâmica comercial da época.

Referências Bibliográficas

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra-Capa, 2000.

CARDOSO, Ciro F. As concepções acerca do Antigo Sistema Mundial e do antigo Sistema Colonial: a preocupação excessiva com a extração do excedente. In: *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. SP: Vozes, 1980.

CARNAXIDE, Visconde de. *O Brasil na Administração Pombalina*. São Paulo: Editora Brasileira, 1979.

CARREIRA, António. *As Companhias Pombalinas*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

MAXWELL, Keneth. *Pombal: paradox of the Enlightenment*. New York: Cambridge University Press, 1995.

RIBEIRO JR., José. Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro. A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780). Col. Estudos brasileiros, 3. SP: Hucitec, 1976.

Segregação Sócio-Espacial na Cidade de Chão Vermelho

Clarismar Gomes de Abreu*

- Piruliiiiito! Piruliiiiito!...

Binduca apareceu à porta, onde o pai se encontrava. O piruliteiro parou, firmou a haste do tabuleiro e ajeitou o saco de garrafas vazias que trazia ao ombro.

- Tu não tem garrafa vazia para trocar?

- Já troquei tudo, pai.

Joviano deu uma moeda ao filho.

- Compra pra ti e leva um pra tua mãe, ela gosta disso.

- Pirulito desse minino tem limão.(BRASILIENSE, 2002: 43)

Assim, Eli Brasiense inicia o romance *Chão Vermelho*. Assim, começamos a ler a cidade de Goiânia. Esse trecho apresenta aspectos da presença capitalista na cidade nascente sob a forma de um comércio de pirulitos realizada por um menino pelas ruas da cidade de Goiânia. Comércio baseado na troca e/ou dinheiro. Não se trata de um sistema exclusivamente de trocas, mas onde as trocas ainda persistem numa relação que, segundo José de Souza Martins, se insere no sistema capitalista. Não é uma situação tipicamente capitalista, entretanto, ao contrário do que se possa imaginar, é possível afirmar que o capitalismo é incluyente ao invés de excluyente, no sentido do capitalismo se dispor a incluir e açambarcar formas não essencialmente capitalistas, mas formas que se comunicam com o capitalismo. Para o sociólogo a presença dessas formas periféricas são aspectos de uma situação de fronteira¹. Não é uma economia de subsistência, muito menos o comércio de excedente. Trata-se da produção de mercadoria para ser comercializada, como se pode inferir pela indicação de Joviano de que o *pirulito desse minino tem limão*. Além disso, é possível concluir que não seria apenas ele quem realiza esse tipo de comércio. O fato de não terem mais garrafas vazias evidencia que seria habitual a passagem de vendedores que aceitavam garrafas em troca de suas mercadorias. A divisão do trabalho, uma das características das cidades, está presente nessa cena. A ambientação do romance é numa cidade. Como seria essa cidade? Ainda na primeira página do romance temos uma visão dessa cidade sob o olhar de Joviano:

(...)Joviano ficou assuntando a cidade. Já não podia abarcar, como antigamente, as casas todas olhando para um rumo só. Eram casas desordenadas no mato ralo da

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás

¹ MARTINS (1997); MARTINS, José de Souza. Entrevista concedida ao programa Roda Viva (TV Cultura) em 07/05/2001.

campina na terra vermelha. Havia ainda residências brotando do charravascal, em setores novos, naquela terra podre que desmoralizava os construtores apressados, rachando paredes e desconjuntando alicerces. (BRASILIANSE, 2002: 43)

Ao assuntar, ou seja, ao observar e indagar a cidade, Joviano demonstra que existe tempo para isso. Existe, ainda, um domínio sobre o tempo. O tempo ainda não domina o homem em tempo integral. E essa atitude de observação apresentada já na primeira página serve de reforço e convite para acompanharmos esse olhar narrativo enquanto ele assunta a cidade. Essa atitude reflexiva não pode ser igualável a atitude de um observador privilegiado da cidade, qual seja o *flâneur*, mas quando Joviano desfigura uma vivência fantasmagórica revela um olhar reflexivo, que em alguns momentos afloram sob angústias e contradições. Há que se ressaltar que a voz das personagens e da narrativa não significam que são a voz de Eli Brasiliense, mas parte dele. É uma narrativa que se confunde entre autor e personagens. Além das vozes, a narrativa do romance mescla tempos e espaços. Não segue sempre uma linearidade temporal. Segue seu eixo narrativo principal dentro de uma temporalidade e espaço, qual seja a década de 50, mas em diversos momentos essa narrativa traz memórias de tempos e espaços anteriores. Entretanto, essa possibilidade de assuntar é logo relativizada pelo narrador, que também revela sua posição com relação ao bairro, conforme se observa no uso do pronome *naquela*:

A vantagem de quem morava naquele bairro era a paisagem. Uma riqueza de panoramas e em baixo a cidade que tomava corpo. Pobre, porém, não podia viver de panoramas. Em redor havia sujeira, doença, desamparo. Paisagem era para gente de casa arreada e gastos sem medida. (BRASILIANSE, 2002: 45/46)

Pobres não podem viver de panoramas, precisam antes de tudo saciar a necessidade primeira: manterem-se em pé. A posição na qual Joviano assunta a cidade evidencia que o ponto de observação dele é um lugar exterior à cidade, apesar de ser a cidade. É um olhar que não se vê refletido. Nesse caso, se trata de um olhar sobre o plano inicial dessa cidade e seus arredores. Relembra de um tempo onde as casas olhavam para um rumo só, o que já não ocorre no momento. Característica reveladora de que a cidade em seus anos iniciais fora uma cidade planejada. Quero dizer, as casas que olhavam todas para um mesmo rumo indicam um planejamento que ocorreu, mas que não se seguiu no correr do tempo. E outro aspecto que segue é a apresentação que o crescimento para regiões não planejadas significa fugir de um alinhamento que conduzia as ruas para uma mesma direção, qual seja o centro administrativo da cidade. Isso se espelha no fato de que já não cabe em seu olhar essa cidade que cresce

sobre e em meio ao charravascal e em terras impróprias para o sustento de construções. Esse crescimento espantoso não foi planejado pelos idealizadores da cidade. Aliás, o tempo dessa observação é o momento onde a população da cidade apresenta um grande crescimento populacional e conseqüentemente espacial. Planejada inicialmente para 15 mil habitantes e 50 mil a longo prazo, já em 1940 haviam 18.889 pessoas na área urbana, e em 1950 sobe para 40.333 pessoas, alcançando em 1960 a marca de 133.462 pessoas. (RIBEIRO: 2004, 40-48)

Apesar de ainda haver mato ralo entre as casas no chão vermelho fica evidente que ocorreu uma expansão das construções para além da cidade planejada inicialmente. Os vazios, ou o mato ralo, mostram que isto não ocorreu por abarrotamento dos primeiros bairros da cidade, o que poderia ter sido a razão do surgimento de novos bairros. Isto ocorreu pela dinâmica de ocupação territorial desenvolvida pelo Estado, onde se criou uma segregação espacial² impressa desde a forma como implementou a ocupação da cidade ou reagiu as ocupações³, tentando manter o plano inicial íntegro longe das interferências que pudessem desfigurá-lo de sua essência primeira. A questão é que não foi possível ignorar por muito tempo as lateralidades dessa essência que se em algum momento existiu foi no entretempo da idealização e o início da materialização dessas ideias. Antes de se erguer a cidade planejada foi preciso erguer uma cidade suporte para abrigar os operários que ergueriam essa cidade planejada. Ocorre que a cidade planejada não absorveu tais operários e a cidade suporte se estabeleceu. Além de que o espaço urbano foi cerceado por espaços congêneres. De forma que se estabeleceu uma segregação espacial na cidade desde seu erigir.

Essa segregação e distanciamento também podem ser observados numa divisão existente na concepção espacial da cidade, expressa numa declaração de Gercina Borges, esposa do então interventor e principal político que promoveu a construção e mudança da capital para Goiânia, Pedro Ludovico Teixeira. Nessa declaração é perceptível na concepção de Gercina uma delimitação de fronteiras, que colocam a região situada do lado de lá das margens do Botafogo para fora das fronteiras da cidade de Goiânia:

Enquanto os vários setores de Goiânia propriamente dita foram delineados obedecendo aos mais modernos princípios da técnica urbana; enquanto as casas que aqui se constroem à risca dos preceitos de higiene e saúde [...] os barracos levantados no bairro Botafogo e na Vila Nova primam pela insalubridade e pela promiscuidade dos seus moradores (citado por: JARY, 2007: 103)

² Ronilk (1994) se refere a segregação espacial da seguinte forma: “É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores. (...) A segregação também se expressa através da separação dos locais de trabalho em relação aos locais de moradia” (p. 41-42)

³ ver GONÇALVES (2002)

Neste trecho Gercina Borges retoma a discussão anterior sobre um núcleo inicial que se acreditou como espaço da técnica urbana, e conforme espelhado nas memórias de Joviano, onde as casas olhavam para um mesmo rumo. Isso em termos materiais, mas Ela vai além ao expressar seu pensamento cingindo essa materialidade com uma imaterialidade num olhar de diferença. A primeira dama divide a cidade de Goiânia em *Goiânia propriamente dita* e, por conseguinte fica subentendida uma *Goiânia propriamente não-dita*. E uma das características diferenciadoras seria que *as casas que aqui se constroem à risca dos preceitos de higiene e saúde enquanto que os barracos levantados [lá] no bairro Botafogo e Vila Nova primam pela insalubridade e pela promiscuidade dos seus moradores*. Nestes trechos percebemos algumas colocações que podem ser interpretadas de forma a traçar essa separação entre aqueles que pertencem e aqueles que não pertencem. Ela se posiciona nessa diferença ao se situar *aqui*. Reforça um dos pontos justificadores da construção de Goiânia, qual seja aspectos de higiene e saúde, ou seja, segundo a fala na cidade de Goiânia propriamente dita esses quesitos seriam atendidos, ao passo que aquilo que não é aqui, isto é, está fora das fronteiras do aqui, não possui essas condições salutaras, afinal não é aqui. O romance *Chão Vermelho* nos apresenta controvérsias quanto a esta afirmativa como veremos adiante.

Enquanto na *Goiânia propriamente dita* existem casas que são *construídas*, além de suas fronteiras existem barracos que são *levantados*. Poderíamos nos perguntar se as pessoas que constroem as casas para outrem, ou seja, aqueles que laboram em sua edificação seriam as mesmas pessoas que levantam para si barracos? Alguns relatos dão conta que sim:

Pedreiros, mestre-de-obras, carpinteiros, serventes eletricitas, recrutados pelo capital ou não, vinham em bandos ou sozinhos, de cavalo, de carona, a pé, em busca de trabalho em Goiás, de melhoria das condições de vida, enfim, em busca de riquezas. Portanto, à crescente migração cuja meta era Goiânia, o Estado via-se na contingência de responder à situação construindo alojamentos à margem direita do Córrego Botafogo (citado por: JARY, 2007: 103)

Cabe observar que, em alguma medida, ocorre uma delimitação entre aqueles que pertencem ou não aquele projeto. E é aí que vemos a importância de um discurso formulando verdades. Afinal, uma autoridade ao enunciar um discurso tem um poder de validação sobre aquilo que pronuncia. Sendo nítida a criação de uma fronteira entre aqueles que pertencem a *Goiânia propriamente dita* e a *Goiânia propriamente não-dita*. E essa não-dita pode soar metaforicamente como não lembrada, esquecida ou apagada pela memória. Isto é, Goiânia “nasce da discriminação e da desigualdade.” (JARY, 2007: 104). A declaração de Gercina

não leva em consideração os meios materiais necessários para que se construam habitações sob os preceitos de higiene e saúde. Sendo que conforme a citação anterior, algumas dessas habitações eram construídas pelo próprio Estado. Nota-se desde então uma segregação espacial e social nesse momento da história da cidade. Onde apesar de preceituar a importância da higiene e saúde, sob o olhar do saber médico⁴, motivador da construção de Goiânia e transferência da capital, o mesmo não é observado na construção dos alojamentos para os operários. Não se trata, nesse sentido, de uma preocupação social.

Quanto às construções feitas pelos operários e habitadas por outrem são tomadas por Brasiliense como epígrafe do romance, apresentando a partir de uma citação bíblica um tema que será posto em contradição em todo correr do romance:

“E edificarão casas e as habitarão; e plantarão vinhas, e comerão o seu fruto. Não edificarão para que outros habitem; não plantarão para que outros comam. O deserto e os lugares secos se alegrarão; e o ermo exultará e florescerá como a rosa.” Isaias. (BRASILIANSE, 2002: 41)

Essa citação gera uma contradição em muitas partes do romance. Apesar do reconhecimento da importância do trabalho que em alguns momentos é tido como uma dádiva e uma dignificação humana. Ao passo que este trabalho serviria para si, diferentemente dos gritos do menino vendedor de pirulito que grita já na primeira página do romance. O livro revela nesse sentido uma oposição aos preceitos postos pelo livro sagrado. O romance trata da exploração do trabalho humano. Acreditamos na intencionalidade da epígrafe, especialmente ao levar em conta a trajetória do autor do romance. Intencionalidade similar pode ser observada em outros romances do mesmo autor e que tratarão do sertão onde,

Os personagens representam um conjunto de significados, dos quais Eli Brasiliense se vale para abordar os problemas existenciais do homem, o absurdo e o vazio da existência humana, sob o jugo de uma sociedade injusta, dominada por interesses de uma minoria, que imperava na região do norte goiano no início do século XX. (PEREIRA, 2002: 9)

Da mesma forma, em *Chão Vermelho*, que metaforicamente poderia soar como um chão colorido com a cor do suor daqueles que trabalham como operários na construção da cidade. Apesar de que, não seria essa a intenção do autor, como revela em entrevista: “Até escrevi um livro que dá a situação de Goiânia nos primeiros tempos. O título é *Chão Vermelho*, porque aqui o terreno é vermelho” (BRASILIANSE, 2002: 17). Mas ao correr do livro não deixa de ser possível promover essa associação da cor com a exploração dos

⁴ CAMPOS, in BOTELHO (2003)

trabalhadores na construção da cidade. Especialmente quando da discussão em torno da morte de Terêncio.

O fenômeno de segregação é também observado pelo olhar atento de Joviano: “Cada semana a cidade mudava de feição, esparramava-se para todos os lados, escorraçando gente pobre do centro”(BRASILIANSE, 2002: 44). Diante do crescimento populacional da cidade, seguido pelo crescimento da ocupação territorial, as pessoas menos abastadas não cabiam mais em seu centro, sendo então cada vez mais postas para a periferia. Aumentando assim as dificuldades dos moradores dessas zonas periféricas, que em sua grande maioria trabalhavam nas zonas centrais como operários da construção civil, como narra o romance ao relatar o momento em que Dr. Ferreira retorna pela manhã do bairro operário e visualiza uma cena onde os operários ao irem para o trabalho faziam o trajeto no mesmo sentido que Ele, sendo que “poucos operários andavam de bicicletas e tinham que sair muito cedo de casa para chegar nas construções no horário certo.” (BRASILIANSE, 2002: 152).

A voz narrativa prossegue tratando de um ponto que originou a cidade:

“Pouca gente conhecia a verdadeira história da mudança da capital para Goiânia, num pedaço de chão considerado sem serventia. Tinha conhecimento apenas dos bate-bocas na Assembléia, antes de ser esbandalhada pela ditadura. Lorotas de jornais, patranhas de politiquinhos. Do serviço duro mesmo só davam notícia os pioneiros. Ele, [Joviano] ali sentado na soleira de um caritô, conhecia tudo, desde o começo do Palácio, batizado com um nome bonito. Muita gente dizia que aquela confusão de paus e tábuas, antes de surgir o esqueleto do prédio, se transformaria em ninho de seriema, porque era coisa de doido a mudança. As casas de tábua, onde o governo assinara decretos de zungu, haviam desaparecido.” (BRASILIANSE, 2002: 43).

Está aí assentada a discussão acerca de quem efetivamente construiu a cidade. Joviano destaca o fazer, no sentido de levantar dia a dia paredes e alicerces, seriam esses fatores sim os pioneiros. Assim, indo de encontro aponta que a ideia de que existiria uma separação de lados, quais sejam, o dos que diziam construir com os que efetivamente construíram. É quase uma evocação dos versos de Brecht:

"Quem construiu Tebas, a das sete portas?/ Nos livros estão os nomes dos reis,/ Mas foram eles que arrastaram os blocos de pedras?/ E a Babilônia, tantas vezes destruída,/ Quem outras tantas a reconstruiu? (...) O jovem Alexandre conquistou as Índias./ Sozinho?/ César venceu os gauleses./ Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?/ Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha/ Chorou. E ninguém mais?"

Nessa situação apresentada anteriormente não se percebe uma crítica ao fato de ser construtor da cidade, mas sim de uma reivindicação do reconhecimento como efetivo

construtor na memória sobre a cidade. Enquanto uns se dedicavam a politicagem outros trabalhavam.

Interessa-nos agora os apontamentos sobre a mudança da capital para Goiânia. Apesar das construções iniciarem em 1933, somente em 1937 ocorre a transferência oficial da capital do Estado da Cidade de Goiás para a recém construída Goiânia. Sendo que a inauguração ou batismo cultural acontece em 1942.⁵ Intervalo esse marcado por intensos debates políticos entre os favoráveis pela mudança e os que não concordavam.⁶ A crítica ao lugar ressoa no romance quando não se discute como a capital pode ter sido transferida para um chão sem serventia. E principalmente, havia *uma verdadeira história sobre a mudança que pouca gente conhecia*. O narrador ao tomar conhecimento que existe uma verdadeira história mostra saber o que sua personagem não sabe. Mas ao invés desse não saber ser um não saber angustiante não o é. Não incomoda e nem interessa a Joviano entender essa história envolvendo políticos. E os pensamentos do narrador entrecruzam com os pensamentos da personagem onde num existe uma verdade na história da mudança e noutro não tem interesse pelas lorotas que envolvem o assunto. Ao passo que um não acredita que exista uma verdade o outro crê ser conhecedor dessa verdade. Tal verdade não nós é contada. Provocando no leitor a sensação – agora angustiante – de estar do lado de cá, ao lado – mas não junto – de Joviano entre os que não conhecem essa verdadeira história. Qual seria essa história que é referida? – pergunta o leitor. Acreditamos que esse não conhecer da historicidade da cidade além do entendimento de que a cidade crescia por parte da grande maioria dos viventes é a demonstração do efeito intentado ao construir Goiânia. Qual seja, dar ao Estado um novo começo e apagar os rastros de um outro momento. Mas a questão é que os rastros não foram apagados porque foram circunscritos a uma parcela da população. Quero dizer, quando um operário da construção decide ignorar o debate em torno do porque está ali transformando esqueletos de tábuas em prédios com nomes bonitos – não pronunciados, mas bonitos – não o faz simplesmente porque não tem interesse pelo assunto. O único interesse dele é saber onde será o próximo trabalho. Desta forma, não há que se dizer que houve uma polarização dual entre mudancistas e não-mudancistas no Estado. Houve um terceiro pólo que tanto faz, quanto fazia se a capital seria ali ou não. Interessava-lhe a cidade que já existia. Não é uma relação com simbólico presente nos debates políticos mas sim uma relação com a cidade que se materializa sob seu olhar e mãos.

⁵ BOTELHO (2002)

⁶ ARRAIS (2003)

O romance traz outros pólos desse debate. Além de outras pessoas que nem discutiam o assunto, existiam pessoas como Terêncio que eram defensores da mudança:

Outro que não gostava de ouvir falar que era trabalho perdido a mudança era Terêncio. Não tinha cara para gracejos. Por qualquer coisa soltava um palavrão. Um dia xingou a mãe de um cavaleiro que se dirigia para Trindade, só por causa de algumas observações irônicas a respeito do zungu. Por pouco não foram aos tapas. (BRASILIENSE, 2002: 44)

Se Terêncio era outro, isto significa que a sua visão não era única, mas compartilhada por outras pessoas. Episódio esse que narra a passagem de alguém alheio a toda essa movimentação pela cidade e para quem não havia interesse nenhum pela questão. Falou sobre o zungu que de fato era visão naquele momento. Mostra-se então que a cidade serve de passagem para este cavaleiro, ou seja, nem todos caminham para a capital. Ao passo que Terêncio era um dos operários na construção da cidade.

Enquanto isso, Fernando resolve deixar a cidade de Goiânia e se dirige para outra utopia por não se adaptar a forma subalterna e desrespeitosa que considerava o tratamento que lhe era dado pelos pedreiros, dos quais era servente, conforme podemos observar nessa conversa entre Ele e Joviano:

- Olha, Jove, vou-me embora. Me dano à-toa, e acabo é quebrando a cara de um pedreiro desses qualquer dia, inda mais o Tibertino. Moro dibaixo do chapéu mesmo, não tenho diabo de mulher para me tralhar a vida, nem filho. Ora, já se viu como ele debocha de servente? É só toda hora gritando: Quero massa, mole! Bota mais água no barro, nossa amizade! Prego de pedreiro é água!

Fernando terminara com tristeza.

- Ora, a gente então não tem nome? É traste do lixo? Não agüento. Vou-me embora sinão faço sujeira” (BRASILIENSE, 2002: 44)

Os pensamentos de Terêncio e Fernando são duas visões postas em paralelo uma seguindo a outra. O não estabelecimento de Fernando na cidade não se dá, entretanto, por não ser defensor da mudança da capital, se dá por uma não adaptação ao *modus vivendi* instalado na cidade. Enquanto desabafa com alguém que lhe é íntimo, dado o tratamento intimista do Jove abreviando Joviano, se sente considerado um lixo por outro operário da construção da cidade. Ao impasse de se tornar lixo, opta por não permanecer nessa lixeira, fazendo sujeira e resolve partir em busca de uma nova utopia. A cidade é uma utopia que atrai diversas pessoas, vindas de lugares diversos, vindas em busca dessa fronteira de possibilidades, uma utopia de quem sabe um futuro melhor. Esse partir advém do não se sentir numa situação satisfatória onde está. Daí partir em busca de um lugar melhor, com novas possibilidades e quem sabe um lugar para se estabelecer. Joviano se estabeleceu. Vários outros se estabeleceram. Não se

tornaram lixo, mas não deixaram de sentir e por vezes repugnar-se com esse novo ambiente de contradições onde o humano é posto a prova. Os destinos de Fernando e Terêncio foram diferentes. O primeiro tomara o rumo do garimpo. Um lugar marcado intensamente pela experiência da liminaridade se apresenta melhor que a cidade. O destino de Terêncio foi a morte não-natural.

E aqui retomamos a analogia ao vermelho como metáfora da cor do sangue. Conforme se infere quando a voz narrativa fala sobre a morte de Terêncio:

Terêncio havia morrido de febre braba, em poucos dias, com o corpo cheio de manchas roxas, os olhos vesgos minando pus, num desespero de unhar as paredes. Os médicos disseram que era tifo vindo de água sem asseio. Agora tinha um filtro em casa. Achava que o maquinismo estragava o gosto da água, tirava até a sustança dela. Nas construções os trabalhadores bebiam na Mao, emborcados por cima dos registros. O filtro era um luxo de casa. Tifo? Terêncio havia morrido era de danação no serviço, cozinhando no sol e constipado na chuva. (BRASILIENSE, 2002: 44/45)

A literatura novamente mostra sua riqueza neste trecho como fonte de percepção das sensibilidades humanas em determinado momento. Se a morte de Terêncio ocorreu por conta de tifo⁷ ou por danação no serviço não podemos ter essa certeza. Nenhuma das hipóteses deixa de ter plausibilidade para serem aceitas. Quero dizer, a partir do momento em que determinadas afirmativas ganham sustentação incontestem mostram legítimas possibilidades de serem realidade. O narrador percebia essa exploração do trabalho humano. A contestação da causa apontada pelos médicos é firmada a partir da demonstração de que outros trabalhadores também bebiam da água e não morriam. Em contra partida nem todos também morriam por danação no trabalho. Talvez nesse sentido, a morte de Terêncio e sua posição contrária a de Tiburtino possa ser entendida como um embate que tem como ato final a morte de Terêncio. Ainda sobre as contradições, podemos perceber que se por um lado era reconhecido a água como provocadora de malefícios para a saúde, e mesmo na casa de Joviano havendo filtro, não significava que nas construções foram implementados mecanismos para lidar com esse risco a saúde do trabalhador.

⁷ O tifo epidêmico, popularmente chamado simplesmente de tifo, é uma doença epidêmica transmitida pelo piolho humano do corpo e causada pela bactéria *Rickettsia prowazekii*. Atualmente, o termo tifo também pode designar uma série de doenças infecciosas agudas, causadas por rickettsias, caracterizadas por dores de cabeça, calafrio, febre, dor no corpo e nas articulações, manchas vermelhas e toxemia (substâncias tóxicas no sangue), que duram cerca de duas ou três semanas. O tifo não tem nenhuma relação com a febre tifóide, causada pelas *Salmonellas*. Epidemias da doença quase sempre estão relacionadas a fatores de ordem social, como falta de higiene e pobreza extrema, razão pela qual são comuns em períodos de guerra e escassez de água, campos de refugiados, prisões, campos de concentração e navios. (RAMOS, Maria. FIOCRUZ. Disponível em: <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=758&sid=8>. Acessado em 06/05/2009).

Podemos observar a forma que era absorvida e de onde provinha parte da força de trabalho na cidade quando da descrição pelo narrador sobre *os bandos de nordestinos*:

Por ali se abrigavam bandos de nordestinos que chegavam para a aventura da nova cidade. Alguns encontravam trabalho nas construções, na Usina do Rochedo, na limpeza de quintais, nas lenharias. Os rapazes sadios pegavam logo farda. Algumas velhas e meninos pedinchavam pelas ruas, açulando o exibicionismo dos esmoleres. As mocinhas empregavam-se em casas de família. (BRASILIANSE, 2002: 51)

Notamos que apesar da facilidade aparente de alocação no mercado de trabalho, sempre tratavam de colocações em posições subalternas. Nota-se também dentre esses *bandos* uma divisão do trabalho, onde as funções sociais no trabalho tinham relação com condições físicas, etárias e de gênero da força de trabalho.

Conforme vimos, é possível perceber uma diferença de Joviano para com outras personagens com relação a sua percepção acerca da construção da cidade, apresenta algo primordial para nosso entendimento de que a literatura é de grande valia para perceber essas sensibilidades sobre a cidade: a ausência de uma sensibilidade homogênea que estruturaria uma definição una dessa cidade. A cidade é um ambiente heterogêneo, marcada pela presença de ambivalências. Tanto quando pensamos a cidade como um corpus são perceptíveis aspectos contraditórios, heterogêneos e díspares que compõem um mesmo espaço urbano. Sejam aspectos relacionados à materialidade, sociabilidade ou sensibilidades. A ambivalência segundo Bauman é uma “possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria” (BAUMAN, 1999: 09). Ou, a nosso ver, a incapacidade de conferir a determinado objeto ou evento uma definição una. Ao optarmos pela cidade como objeto de estudo, defrontamos com essa realidade ambivalente. Também acreditamos que essa ambivalência pode ser vista na individualidade e na subjetividade das personagens do romance que vivem várias angústias nessa cidade. Assim, acreditamos que a cidade é um lugar de ambivalências, seja quando percebida como um corpus numa medida macro ou quando trazemos isso para uma posição micro da sensibilidade individual.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Nelly Alves de. **Estudos Sobre Quatro Regionalistas**. Goiânia: UFG, 1968.
- _____. **Presença Literária de Eli Brasiense: estudo crítico-histórico-biográfico** : seleção de textos : notas explicativas. Goiânia: UCG, 1985.

- ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar. **Identidade e cidades de fronteira, um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira.** Goiânia: UFG. 2003. (dissertação de mestrado)
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.
- _____. **Trabajo, Consumismo y nuevos pobres.** Barcelona: editora Gedisa. 1999.
- BERNARDES, Genilda D’Arc. **Construtores de Goiânia: O cotidiano no mundo do trabalho.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1989. (dissertação de mestrado)
- BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. **Goiânia: cidade pensada.** Goiânia: Ed. da UFG, 2002.
- BRASILIANSE, Eli. **Chão vermelho.** Goiânia: IGL, AGEPEL. 2002. (Coleção Karajá)
- CHAUL, Nasr N. Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital.** Goiânia : UFG, Centro Editorial e Gráfico. 1988. (Documentos goianos; ; n.17).
- CRUZ, Claudio. **Literatura e cidade moderna: Porto Alegre 1935.** Porto Alegre: EDIPUCRS / IEL. 1994.
- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível: uma contribuição para a história da medicina em Goiás.** Goiânia: Editora da UFG. 1999.
- GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível.** Brasília: Ministério da Integração Nacional: UFG. 2002. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas)
- JARY, Marcus. **Futebol, Sociabilidade e Psicologia de Massas: Ritos, Símbolos e Violência Nas Ruas De Goiânia.** Pensar a Prática 10/1: 99-115, jan./jun. 2007
- MACHADO, Lacy Guaraciaba. **O Narrador em Eli Brasiliense: uma voz entocaiada.** Goiânia: UFG. 1989. (Dissertação de Mestrado)
- MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Editora Nova Cultural. 1996.
- MARTINS, J. de Souza. **Fronteira.** A degradação do outro no confins do humano, São Paulo: Hucitec, 1997.
- OLIVEIRA, Eliezer Cardoso de. **Imagens e mudança cultural em Goiânia.** Dissertação de Mestrado UFG. 1999.
- PEREIRA, Isabel Cristina Auler. **“Corpo Fechado”:** símbolo de resistência no sertão em pium e uma sombra no fundo do rio de Eli Brasiliense. Brasília: UNB. 2002. (Dissertação de Mestrado).
- PESAVENTO, Sandra Jatahy **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** Revista Brasileira de História, 2007, vol.27, n. 53

_____. **O Imaginário da cidade:** visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2002.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **Goiânia:** os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes. Ed. da UCG, 2004.

RONILK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense. 1994.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão:** tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense. 1999.

_____. **Orfeu extático na metrópole:** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: companhia das letras. 1992.

WIEDERHECKER, Clyce Louise; CHAVES, Elza Guedes; PEREIRA, Luís Araújo Pereira. **Memória social de trabalhadores da construção de Goiânia.** Cadernos. Nº 02 V. 1. Goiânia: 1987.

ORDEM E HERESIA: TRANSFORMAÇÕES E INTERFERÊNCIAS NA RELIGIOSIDADE POPULAR MINEIRA NO BISPADO DE MARIANA (1720-1764)

Cláudia Guimarães Ladeira*

A criação do Bispado de Mariana no ano de 1745 interferiu no cotidiano da população mineira, que se viu sob um controle disciplinar mais rígido do que aquele que conhecia até então.

A região de Minas Gerais possuía uma religiosidade que apresentava traços peculiares, em grande parte devido à grande miscigenação de raças e culturas. Essa heterogeneidade cultural e racial se deu devido à descoberta de veios auríferos nessa região em fins do século XVII. A partir de então, deu-se início ao processo de exploração econômica e ocupação efetiva de Minas Gerais. Em poucas décadas, a região tornou-se estratégica para a economia do Império Português, recebendo pessoas oriundas de todas as partes, não apenas da colônia, mas também dos demais domínios portugueses e mesmo de outros Reinos.

No intuito de manter o controle sobre o espaço mineiro, a Coroa tomava medidas de estruturação e vigilância, como a implementação do aparato burocrático necessário. Para tal, criavam-se vilas, instauravam-se Câmaras, Juízes e funcionários da administração eram enviados à região. E não menos importante, surgiam igrejas e seus representantes. Todos, de um modo geral, responsáveis pelo ordenamento social, respeito às leis e à moral religiosa, indispensáveis aos interesses de construção da ordem local.

No Brasil colonial, a Igreja sempre manteve laços com a Coroa, posto que esta se utilizava da Igreja com o intuito de conquistar novas terras e acumular riquezas. Missão já aventada por Dom João III, rei de Portugal entre 1521 e 1557, que afirmava que “a principal causa que o levou a povoar o Brasil foi que a gente do Brasil se convertesse a nossa santa fé católica.” (HOORNAERT, 1983: 24) Nesse sentido, o estabelecimento europeu no Brasil teria sido um benefício, sobretudo espiritual, pois significou a conversão dos índios, a expansão da Igreja, a catequese de povos nunca antes evangelizados. (HOORNAERT, 1984: 8)

* Cláudia Guimarães Ladeira, graduanda de História pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. Bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq.

Desta maneira, a organização da Igreja Católica não só em Minas Gerais, como em todo o Brasil, se deu desde os primórdios da colonização, e à Igreja coube a primazia de expandir a fé católica e controlar a moral e o comportamento religioso e social da população.

De início, porém, a presença eclesiástica em Minas dá-se de forma pouco estruturada, relativamente fluida, o que acabaria por tornar a intensa miscigenação cultural da região uma ameaça aos interesses da Igreja e ao monopólio e bom andamento da fé católica na região, assim como o controle social objetivado pela Coroa.

Também foram para Minas alguns membros do clero que não estavam diretamente envolvidos com as diretrizes da Igreja Católica, mas que se deixaram envolver pelo encanto do ouro. Isto ocorreu devido à deficiência da estrutura da Igreja Católica em Minas, que no começo do século XVIII possuía um reduzido número de párocos e, em alguns casos, a pouca instrução que alguns dentre estes possuíam para orientar os fiéis.

No espaço urbano mineiro, a Igreja sofria a intervenção da Coroa Portuguesa, que era a responsável pela

“... construção e manutenção de templos e pelo pagamento dos eclesiásticos maiores e menores e rejeitando bulas e breves papais com os quais estivesse em desacordo, conduzindo a secularização da administração dos assuntos eclesiásticos e, inversamente, a intromissão da igreja nas questões seculares, misturando o sagrado ao profano e vice versa.” (VILLATA, 1998:68)

Era incumbência da Igreja Católica, como religião oficial e monopolizadora, exercer um rigoroso controle moral e religioso da população, além de garantir a obediência desta perante o governo. Desta maneira, a Igreja funcionaria como elo entre o poder dos governantes e a população mineira, uma vez que Minas Gerais era considerada “terra de ninguém”. O Conde de Assumar, terceiro governador da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, relata Minas:

“Das minas e seus moradores bastava dizer o que dos do Ponto Euxino, e da mesma região Tertuliano: que é habitada de gente intratável, sem domicílio, e ainda que está em contínuo movimento, é menos inconstante que os seus costumes: os dias nunca amanhecem serenos; o ar é um nublado perpétuo, tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre. Eu, contudo, reparando com mais atenção na antiga e continuada sucessão de perturbações, que nela se vêem, acrescentando que a terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos;

destilam liberdades os ares; vomitam insolências consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno.” (VILLATA, 1998:68)

Assim, podemos notar que o Conde de Assumar faz críticas à sociedade mineira que se formou de maneira inesperada e contava com uma população heterogênea e instável, cheia de vícios e que, de acordo com o Conde de Assumar, não se preocupava com a moral e com as normas. O Conde também faz críticas à terra, descrevendo-a como um território sem lei, uma terra de conflitos, insegurança, e de pouca operância do Estado.

No início da ocupação do território de Minas Gerais, houve um grande fluxo de indivíduos que vieram para esta região em busca de enriquecimento. Em geral, pessoas simples, comerciantes, eclesiásticos, provocando uma grande circulação humana na capitania de Minas, e que acabava por fugir do controle da Coroa Portuguesa e da Igreja Católica, uma vez que

“As primeiras aglomerações foram, assim, semeando-se “espontaneamente” – isto é, sem que houvesse controle das autoridades – a meia encosta dos terrenos, acompanhando os trabalhos da mineração. Nasciam junto ao curso d’água, perto dos locais onde as catas se revelavam mais promissoras, a princípio com caráter temporário [...]. Construídas com desleixo, concebidas como locais de passagem, as povoações se ampliaram aos poucos, acompanhando os processos da extração aurífera [...]” (VILLATA, 1998:69)

Desta maneira, podemos perceber que a sociedade colonial pertenceu a um espaço de constantes transformações sociais, e a presença marcante da Igreja Católica ditava os costumes e o comportamento das pessoas que viveram nessa época, uma vez que desde os primeiros tempos do povoamento, a religião desempenhou um importante papel na organização e aglutinação dos povos nas Minas Gerais, além da formação cultural e espiritual, que eram fortemente influenciadas pela Igreja.

A falta de religiosos era nítida no século XVIII em todo o Brasil, não sendo um privilégio apenas da capitania de Minas, e esta carência de párocos para orientar a população permite uma maior liberdade e variedade das práticas religiosas da população, assim como de desvios e heterodoxias. Luiz Mott relata que viajantes e cronistas, ao visitarem algumas das Igrejas do período colonial, se impressionaram com

“... a falta de compostura por parte dos participantes, mau exemplo advindos dos próprios curas e celebrantes, ora displicentes no trajar, ora irreverentes nos olhares e risadas, clérigos e leigos ávidos de aproveitar aqueles preciosos momentos de convívio intersexual a fim de fulminarem olhares indiscretos, trocaram bilhetes furtivos e, os mais ousados, tocaram maliciosamente o corpo das nem sempre circunspectas donzelas ou matronas.” (MOTT, 2002: 161-162)

Diante da falta de decoro por parte dos fiéis e até mesmo dos padres dentro da Igreja, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), conjunto de leis que contemplavam medidas repressivas no descumprimento das leis propostas, como questões referentes aos dogmas católicos, o comportamento dos fiéis no cotidiano, o procedimento do clero, a maneira minuciosa como as pessoas deveriam se comportar dentro da casa do Senhor, entre outras questões, determina como deveria ser a postura dos fiéis e religiosos,

“A igreja é a casa de deus, especialmente deputada para seu louvor. Portanto, convém que haja nela toda a reverencia, humildade e devoção, e se desterrem dali todas as superstições, abusos, negociações, tratos profanos, práticas, discórdias e tudo o mais que pode causar perturbação nos ofícios divinos e ofender os olhos da divina majestade. Pelo que, exortamos e admoestamos muito a todos os nossos súditos, que assim quando entrarem na igreja como em quando nela estiverem, tenham e mostrem grande devoção, humildade, e reverencia, para que não só agradem a deus nosso senhor, mas também com seu exemplo movam e edifiquem os próximos. [...] mandamos que nas igrejas não estejam homens entre as mulheres, nem elas entre os homens, mas uns e outros em assentos separados. [...] as igrejas são para se exercitar nelas atos de devoção e humildade e não de vaidade e ostentação, e quanto maiores forem as pessoas, tanto maior é a obrigação que lhe corre de darem exemplo aos outros nesta matéria.” (MOTT, 2002:162)

O mineiro se via rodeado de ‘coisas’ que o lembravam da religião, pois sempre havia algum símbolo visível da Fé cristã, como os nomes de santos que eram dados a pessoas, cidades, acidentes geográficos e rios, como São Paulo, Santos, João, Antônio, José, Maria Aparecida, o rio São Francisco, ‘Bahia de todos os santos’, além de quase todas as casas possuírem uma gravura, imagem ou amuleto de santos e anjos, como também os rosários, água benta, uma cruz de madeira pregada dentro ou fora da casa e os oratórios. Uma religiosidade intensa, enfim, que a todo o momento aproximava os indivíduos do imaginário

celeste dos cristãos. Apesar de todos estes símbolos da Fé católica, nem sempre a relação dos moradores com tais ‘objetos’ seguia os dogmas permitidos pela Igreja Católica, existindo inúmeros casos em que a intimidade dos fiéis com os santos incluía amor e ódio, fé e heresia, louvores e agressões físicas. Como relata Luiz Mott,

Para efeito de obter a intercessão de sant’Antoninho em aproximações amorosas e enlances conjugais, tiravam-lhe as devotas o Divino Infante de seu braço só o restituindo depois de obtido o milagre, ou então arrancavam-lhe o esplendor, deixavam-nos dias seguidos de cabeça para baixo, pregando uma moeda no lugar da rasura. (MOTT, 2002: 188)

Assim, a religião do mineiro era marcada pela aparência, pelo exteriorismo, como as procissões e romarias onde a sociedade esbanjava uma falsa realidade, uma falsa riqueza, era a junção da fé católica e das heterodoxias, da ordem e da heresia, como as benzeduras, curandeiras, feitiços, adivinhações. A população de Minas Gerais gerou uma religião sincrética, onde se uniram as práticas católicas, pagãs, africanas, indígenas e judaicas, fruto da intensa miscigenação que deu origem a esta sociedade, que vivia de aparências e de contradições.

Em sua obra *Os desclassificados do Ouro: A pobreza mineira no século XVIII*, Laura de Mello e Souza descreve que a opulência descrita sobre Minas Gerais no século XVIII é um “falso fausto”, ou seja, por trás da sociedade que esbanjava riquezas, luxo e ostentação, presentes em festas, procissões, construções, utensílios, queriam ocultar a miséria social mineira. A autora relata a euforia da população na festa do Triunfo Eucarístico, mas esta euforia não se dava por causa da dos sentimentos religiosos, mas sim devido ao êxito aurífero.

“O que está sendo festejado é antes o êxito da empresa aurífera do que o Santíssimo Sacramento, e nessa excitação visual caracteristicamente barroca, é a comunidade mineira que se celebra a si própria, esfumando, na celebração do metal precioso, as diferenças sociais que separam os homens que buscam o ouro daqueles que usufruem do seu produto. A festa tem, assim, uma enorme virtude congregadora, orientando a sociedade para o evento e a fazendo esquecer da sua faina cotidiana; é o momento do primado do extraordinário – o sobrenatural, o mitológico, o ouro – sobre a rotina [...] riqueza que é de poucos mas que no espetáculo luxuoso procura

apresentar como sendo de muitos, de todos, desde os nobres senhores do Senado até o mulatinho e o gentio da terra [...] assim, o luxo era ostentação pura, o fausto era falso, a riqueza começava a ser pobreza e o apogeu, decadência.” (SOUZA, 1986: 21-23)

Autores como Laura de Mello e Souza, Maria do Carmo Pires, Caio Boschi, José Ferreira Carrato, Luiz Carlos Villata, Luiz Mott, (todos devidamente citados nas referências bibliográficas), tratam a respeito da religiosidade popular em Minas Gerais no século XVIII, da história colonial e cotidiana, utilizando-se de relatos deixados por cronistas, viajantes e missionários que descrevem a respeito da nova terra.

Laura de Mello e Souza foi uma das pioneiras no uso da História das Mentalidades enquanto opção teórico-metodológica no Brasil. Essa matriz teórica da autora se dá devido à inspiração mais do que aparente em sua obra do historiador Carlos Ginzburg, cujas obras funcionam como referência em seu livro *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. A ênfase a História das Mentalidades se dá nos temas ligados ao cotidiano e às representações, de onde partiam premissas capazes de fazer com que o amor, a morte, a família, a infância, a bruxaria, a loucura, a mulher, a homossexualidade, o corpo, se tornassem recortes de estudos historiográficos.

Laura de Mello e Souza dedica sua atenção à história de várias personagens cujas vidas foram devassadas especialmente pelo Tribunal do Santo Ofício, isto sem desconectá-las do contexto em que se desenrolam, seja na Metrópole ou na Colônia. Os atores de sua narrativa são mulheres e homens humildes, escravos, forros ou homens livres, gente cuja religiosidade híbrida e heterodoxa, despertaria a ação da Inquisição portuguesa, preocupada não só com o judaísmo, visto como principal ameaça em Portugal, mas com a moralidade dos dogmas católicos, em geral.

Em sua obra *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, Laura de Mello e Souza enfatiza a feitiçaria e as práticas mágicas no Brasil dos séculos XVII e XVIII, além do cotidiano da gente simples da Colônia, seus desejos e angústias, a agonia de uma sobrevivência sempre difícil, repleta de conflitos no modo de sentir, agir e pensar.

Laura de Mello e Souza também retoma a discussão da obra *Visão do Paraíso*, sua grande fonte de inspiração, inaugurada por Sérgio Buarque de Holanda, que investiga a respeito do imaginário dos europeus a respeito das novas terras. Laura de Mello e Souza faz citações a respeito da obra *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, quando este trabalha em seu livro sobre a religiosidade colonial, o catolicismo de família,

“A fluidez da organização eclesiástica teria deixado espaço para a atuação dos capelães de engenho que gravitavam em torno dos senhores: descuidando do papel do Estado e enfatizando o das famílias no processo de colonização [...]. A religiosidade subordinava-se desta forma, à aglutinadora e organizatória dos engenhos de açúcar [...]” (SOUZA, 1986: 87)

Ronaldo Vainfas, outro importante autor da história das mentalidades e cultural, também auxilia na compreensão da religiosidade no período colonial. Em *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*, Vainfas escreve sobre a sexualidade da época moderna, que não era estabelecida no privado, no foro íntimo dos indivíduos, mas que acabavam sendo do conhecimento de quase todos, posto que ambientes privados eram escassos na colônia, assim como a própria noção de privacidade era bastante diversa da que conhecemos hoje. Desta maneira, a sociedade colonial improvisava e fazia dos mais diversos locais, inclusive as Igrejas, espaços de sociabilidade e encontros amorosos, que aconteciam, não raro, no decorrer de missas, procissões e festas religiosas, aproximando o sagrado da vida cotidiana.

No entanto, ainda segundo Vainfas, as moralidades sexuais não ficavam restritas à intimidade das pessoas; estas não separavam o sagrado do profano, ou seja, não eram raros os casos em que indivíduos atribuíam características eróticas aos santos, à Virgem e até mesmo a Jesus Cristo, como também casos de mulheres que durante as relações sexuais com seus maridos pronunciavam palavras de consagração à hóstia, como se estivessem consagrando o momento de intimidade, no desejo de manter o amado fiel por toda a vida. O autor, além de relatar essas manifestações da religiosidade popular, também descreve um sem-número de práticas mágicas e de feitiçarias. Contudo, Vainfas acredita que a idéia de uma colônia desregrada sexualmente tenha excedido da visão dos europeus e dos escritos dos viajantes que passaram pelo Brasil colonial:

“Mas esse retrato do Brasil talvez esteja a merecer uma nova leitura: seria a Colônia tão desregrada? Seriam os portugueses tão isentos de preconceitos [...] As fontes que nos contam sobre a vida amorosa e sexual da colônia parecem, à primeira vista, indicar o retrato clássico, assim como o largo processo de miscigenação que sabidamente fundamentou o povoamento do Brasil.” (VAINFAS, 1997:60)

Outro autor que aborda a religiosidade no cotidiano é Luiz Mott. Em *Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calandu*, (NOVAIS; SOUZA, 2002:154-220) analisa as práticas do cotidiano e da religião, procurando retratar como a religiosidade colonial é vivenciada pelos colonos, e como se revela a religiosidade no seio de uma sociedade miscigenada. Mott avalia que a religiosidade dos Portugueses se desenvolveu no Brasil de forma diferenciada do que ocorria no reino, pois esta foi marcada, primeiramente por uma falta de estrutura, poucos padres e capelas, o que dificultou a orientação da população, além do fato de se tratar de uma sociedade que já possuía suas próprias crenças, imbuídas de um forte matiz de miscigenação. Desta maneira, o autor traça um amplo e profundo perfil de como ocorreram as manifestações religiosas da sociedade colonial.

Tanto Mott como Souza e Vainfas, retratam que os rituais religiosos encontravam-se presentes em vários aspectos e práticas da sociedade colonial, como, por exemplo, as imagens e pequenos altares presentes nas casas, o que representava a presença constante do sagrado, em afinada intimidade. No entanto, esta relação do colono com os Santos variava: se o Santo atendesse aos pedidos do colono, este era digno de devoção; porém, se não os atendesse, os Santos eram ‘xingados e mau tratados’, colocados de castigo (NOVAIS; SOUZA, 2002:188), entre outros costumes e práticas de materialização do céu católico que se espalharam pela sociedade. Além disso, cabe lembrar, existiam os fiéis fervorosos e devotos, que cumpriam os rituais católicos com fé, mas também aqueles que cumpriam os rituais por convenção social, temerosos de serem vistos como hereges, mas sem maiores devoções.

Desta forma, podemos perceber que o espaço privado, o familiar e o cotidiano eram locais de constantes transformações, e que a religião agia como uma poderosa força ativa sobre a sociedade, posto que a Igreja Católica tinha uma presença marcante, agindo como um dos ditames do comportamento das pessoas que viveram nesta época.

A sociedade mineira mesclava seus costumes aos dogmas obrigatórios da Igreja, como a presença à missa dos domingos, indispensável a todos, inclusive aos escravos. Era nas Igrejas que se anunciavam fatos importantes, como casamentos, óbitos, nascimentos, mostrando a estreita relação entre a sociedade e os costumes eclesiásticos.

Embora a Igreja tenha sido contrária à presença em Portugal – e nos seus domínios, aí incluído o Brasil - de religiões não cristãs, mantendo o monopólio católico, considerando as demais crenças como heresias, idolatrias, heterodoxias, superstição e feitiçaria, havia muitos que conservaram alguns costumes e práticas religiosas; porém todo cuidado era tomado, para que não despertasse a atenção da Igreja Católica, temendo, no limite, ser alcançado pelo

temido Tribunal da Inquisição. Como descreve Luiz Mott, “era no secreto do lar, às portas fechadas e com toda a cautela que eram cometidas as heterodoxias [pois perante a sociedade todos se demonstravam católicos].” (NOVAIS; SOUZA, 2002:201)

Assim, podemos entender a influência exercida pelo Bispado de Mariana sobre a sociedade mineira do século XVIII, e como esta sociedade se comporta diante da instalação em 1745, uma vez que, até então, a autoridade eclesiástica sobre a região de Minas foi exercida pelo Bispado do Rio de Janeiro, o que tornava este controle pouco efetivo. Com a instalação do Bispado de Mariana e com a vinda do primeiro bispo Dom Frei Manuel da Cruz, ocorreram mudanças que interferiram na relação e no cotidiano da sociedade mineira, na estruturação da administração da diocese, no regimento das comarcas eclesiásticas, nos limites das dioceses, entre outras.

Percebemos que a religiosidade da sociedade mineira do século XVIII constituiu-se a partir das experiências pessoais e coletivas, e fundiu-se em traços católicos, negros, indígenas e judaicos, o que propiciou uma ambigüidade e hibridismo. Com a criação do Bispado de Mariana, esta sociedade esteve sob controle, influências e interferências mais rígidas, visto que antes, Minas possuía um clero menos interessado em fazer doutrinas católicas – em parte, por conta do despreparo de alguns destes clérigos que vieram para a região. Através do Bispado instalado em Mariana, a Igreja Católica buscou uma maior aproximação com a população mineira, isto com o intuito de controlar esta sociedade através de uma política disciplinadora e moralizante. Como descreve Maria do Carmo Pires,

“Quando o primeiro bispo, Dom frei Manuel da Cruz, assumiu o bispado marianense, o Juízo deu início a sua atuação e refletiu os interesses de seu tempo. Inserido numa época em que as determinações tridentinas eram colocadas em prática, Dom Frei Manuel da Cruz adotou-as numa tentativa de moralizar a Igreja Mineira. Governou o bispado estimulando a devoção ao evangelho entre os clérigos, e ofereceu-lhes uma melhor formação com a criação do seminário de Nossa Senhora da Boa Morte. Em relação aos fiéis, procurou estimular os sacramentos do matrimônio, do batismo e da confissão, com objetivos pastoris, mas também com o intuito de reprimir os delitos que transgrediam a moral e os bons costumes. [...] No seu governo encontrou uma população e um clero repleto de aventureiros, com a vida moral e religiosa deixando a desejar. Envolveu-se em brigas com o cabido, instituição esta que se caracterizou por atitudes de rebeldia em relação à autoridade eclesiástica, cujos membros se preocupavam com intrigas internas.” (PIRES, 2008:119)

Assim, com a implantação do Bispado em Mariana, podemos compreender não apenas os objetivos da Igreja Católica com a sua implementação, mas também as transformações ocorridas na relação entre Igreja e sociedade, e no controle da prática religiosa da população que então habitava a região de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCHI, Caio. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Nacional, 1968.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49ª edição. São Paulo: Global, 2004.

HOORNAERT, Eduardo. A Cristandade durante a Primeira Época Colonial. In: Hoornaert, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. Tomo II, v. 1. Petrópolis, Vozes, 1983.

_____. *A Igreja no Brasil colônia (1550-1800)*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MOTT, Luiz. Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a Capela e o Calandu. In: NOVAIS, Fernando e SOUZA, Laura de Mello e. (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e infratores: o Tribunal Eclético do Bispado de Mariana (1748-1800)*. São Paulo: Annablume, 2008.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do séc. XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VILLATA, Luiz Carlos. O cenário urbano em Minas Setecentista: outeiros do sagrado e do profano. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa da UFOP, 1998, p. 68.

História, melancolia e narrativa: a idéia pessimista na América Latina

Cláudio Diniz¹

1.

Existe um longo questionamento sobre o lugar ocupado pelo passado em nosso presente. A querela entre antigos e modernos dá-se no palco da história. “Como se o mais antigo, o arcaico e o mais moderno futuro viessem quase a tocar-se” (HARTOG, 2003: 117). O tema dos estudos sobre a melancolia no Ocidente é carregado de problematizações como essas desde pelo menos *O homem de gênio e a melancolia* de Aristóteles no século IV a.C. Se observarmos essa tradição na Europa medieval, entre os homens do Renascimento, os realistas, modernistas e os sobreviventes das guerras mundiais, o tema da genialidade vinculada à bile negra ou a outra concepção física qualquer, ressurgue com frequência há aproximadamente 2500 anos.

Mas não há a permanência imutável de um conjunto de idéias configuradas num *locus* temporal que vai de Aristóteles até o grupo dos warburguanos. Ao contrário, se pensarmos que um conceito mantém uma relação dialética com sua base temporal, esse ideário sobrevive pela sua capacidade de adaptação às exigências do contexto no qual se apresenta (*cf.* CLAIR, 2005.). A mudança semântica conceitual estabelece estreita vinculação à multiplicidade temporal que o submete. De acordo com Reinhardt Koseleck, “na multiplicidade cronológica do aspecto semântico reside, portanto, a força expressiva da história” (KOSELLECK, 2006: 101.).

Mas as formas de tratar do assunto é que permitem a sofisticação das narrativas. As releituras permitem o aprofundamento e a diversificação de abordagens. Contudo, a tradição de releituras do tema da melancolia parece prolongar-se indefinidamente. O arsenal interpretativo do processo histórico ocidental dispõe de categorias herdadas, relidas e reinventadas desde, pelo menos, um historiador como Heródoto. Para Arnaldo Momigliano, “nenhuma historiografia anterior à dos gregos, ou independente desta, desenvolveu estes métodos críticos; e nós herdamos os métodos gregos” (MOMIGLIANO, 2004: 27.). No entanto, o mesmo historiador afirma que a abordagem interpretativa do passado é elemento cultural de “muitas civilizações”.

O problema ainda consiste em definir um qualificativo de análise das fontes estudadas. Observando de perto, pensar num exercício de análise que deslinde o

¹ Doutorando em História Social no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esta pesquisa está amparada por bolsa da CAPES.

processo representacional das idéias melancólicas pode parecer um exercício simples. No entanto, idéias estabelecem uma relação dialética com seu contexto. Mudam e são modificadas na relação com o meio. De modo que não se pode pensar numa relação polarizada de análise, mas numa interpretação que leve em conta as diferenças impostas pelo universo de sentido onde constrói-se as idéias.

Para estabelecer uma reflexão acerca das formas que assumem as análises sociais fundadas numa concepção melancólica na América Latina faz-se necessário estabelecer textos que sirvam como pilares para o entendimento do processo de estabelecimento dessas práticas de representação. Temos então uma gama de ensaios que ficaram caracterizados pela “tinta da melancolia” entre fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Mas não é demais afirmar que a “pena da galhofa” fez par perfeito na obra de Machado de Assis. Por isso Rouanet denomina este estilo de shandismo – advindo da obra de Sterne -, fronteira entre riso e melancolia (cf: ROUANET, 2007.). De modo que selecionei quatro trabalhos que considero significativos para essa abordagem: Ariel (1900) de José Enrique Rodó, *Pueblo enfermo* (1909) de Alcides Arguedas, *Urupês* (1918) de Monteiro Lobato e *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928) de Paulo Prado. A escolha dessas obras obedece mais a um cronograma de leitura do universo melancólico na América Latina do que a uma ordem de importância que efetivamente não existe. Minha hipótese é a de que há uma espécie de “regime de historicidade” onde é possível localizar uma quantidade considerável de obras de caráter melancólico na passagem do século XIX para o XX. Buscar compreender sua intencionalidade quando em terras de América é um dos objetivos dessa pesquisa. Desnecessário assinalar que, por tratar-se de pesquisa em andamento, tenho mais perguntas a fazer do que respostas a dar. O contexto envolve a produção e recepção da obra e, nesse caso, apresento hipóteses que ainda terão que passar por exercícios de falseamento.

2.

No fim do século XIX assinala-se a política “imperialista” das nações industrializadas. A base ideológica neocolonial sustentava-se no discurso da civilização e do progresso e sobrevivia na exploração econômica dos mercados periféricos. Desde o início do século, nos EUA, a crença no Destino Manifesto, guiava a expansão do capital

a partir da *Doutrina Monroe* (1923). Ao fim do século XIX, a política imperialista estadunidense (*Big Stick*) era vista como ameaça por muitos intelectuais latino-americanos.

Na obra *Ariel* (1900), de José Enrique Rodó, inspirada em *A tempestade* (1611-1612) de Shakespeare, o jovem Ariel (o ibero-americano) aprende com Próspero (o conjunto de idéias cultas da Europa), a rejeitar Caliban (o bárbaro canibal) em nome de uma "cultura superior". No que interessa a este trabalho, o livro de Rodó apresentava uma renúncia da cultura utilitarista norte-americana e sua falsa idéia de democracia financeira. Para Rodó, civilização significava cultura e não apenas dinheiro. Era esse o ideal de Rodó para um Uruguai que despontava como uma forte nação no cone sul. Rodó apresentava seu projeto como utopia pois, segundo Ariel, "não a vereis, esta América com que sonhamos" (RODÓ, 1991: 101). Era uma proposta de projeto nacional com uma argumentação que variava entre o romantismo de Renan e a tragédia de Nietzsche.

Ariel insurgia-se contra a massificação econômica e cultural que já despontava na América. Essa obra evidencia a transição para a modernidade representada pelo domínio dos mercados periféricos pelas economias centrais. Mais, a própria economia intelectual, como bem viu Rodó, encontrava-se ameaçada. Com *Ariel*, Rodó adentra no clássico debate proposto pela "vertente aristocrática" de Renan, Nietzsche, Ortega y Gasset etc. De modo que a obra presta-se como libelo contra a "ação niveladora do espírito norte-americano, o qual, na pretensão de criar um mundo inédito, sem vínculos orgânicos com o passado, pretende instaurar uma ordem mesocrática onde não há lugar para a sabedoria superior" (MITRE, 2003: 119.). De modo que, como já o afirmou Santos, vê-se na obra de Rodó a "importância da memória histórica como cimento da nacionalidade" (SANTOS, 2008.).

Em *Pueblo enfermo* (1909), o boliviano Alcides Arguedas oferece uma análise psicológica da história de seu país. Para Arguedas o termo raça é relativo pela impossibilidade de definir exatamente suas características. As raças, segundo o autor, não são mais puras. Não no século XX! Note-se, então, que Arguedas elabora uma releitura quase antropofágica das teorias raciais do século XIX.

Alcides Arguedas observa que a única raça verdadeiramente pura ("raza pura y madre") em seu país é a indígena. A questão indigenista é clara no livro de Arguedas. A

defesa dos índios está imbuída de uma idéia de crítica ao colonizador. No entanto, é o mestiço que marcará indelevelmente a paisagem. As mazelas bolivianas tem aí seu principal protagonista. Arguedas atribui a causa da miséria boliviana mais à questão social do que propriamente à questão racial. Contudo, para além de sua originalidade, a visão de Arguedas não deixava de estar imbuída de padrões analíticos tipicamente europeus. *Pueblo enfermo* é obra que versa sobre os rumos de uma nação constantemente marcada por um sem número de golpes (de *jefes* políticos ou militares) que, na sua constituição étnico-racial, guarda algum tipo de inferioridade. De acordo com Arguedas, a esterilidade intelectual do povo boliviano estaria vinculada a um tipo de “evolução” deficitária derivada de um processo de ensino quase inexistente. Seu horizonte filosófico estava marcado por um ideário eurocêntrico que colocava-se bem acima na cartografia civilizacional. Certamente ele observava “do alto”, porque buscava remédio para curar um “povo doente”. A originalidade de sua análise apresenta-se na releitura e adaptação indigenista que impõe à literatura racialista (*cf.* ARGUEDAS, 1936.).

Para Antonio Mitre, Alcides Arguedas é inevitavelmente contraditório. As diversas acusações que lhe foram feitas – aristocrático, subversivo, denunciante etc. – não dão conta de sua essência contraditória. Cabe assinalar, no entanto, a “importância da narrativa arguediana na formação da consciência indigenista por ter conseguido mostrar, abertamente, a distância existente entre o discurso liberal da elite fundiária e o despotismo obscurantista de sua práxis social” (*op. cit.*: 128) Arguedas deslinda o fundamento ideológico do poder oligárquico e demonstra que tal controle sobre os de baixo era assegurado apenas pelo uso maciço da violência. A melancolia da obra ecoava no altiplano.

Monteiro Lobato, em *Urupês* (1918), caracterizou seu mal-estar com a mestiçagem na figura do caboclo – o Jeca Tatu. Essa melancólica figura que, “encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se” (LOBATO, 1994: 161.). Para Lobato, o caboclo era uma “quantidade negativa”, um sujeito alheio à história. “No meio da natureza brasílica, (...) o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas (Idem: 176.).

Em meio ao éden deslumbrante há um urupê, uma árvore caída apodrecendo: o caboclo do interior paulista. O jeca tatu era um condenado ao porvir melancólico.

Avesso à modernidade, o jeca frustrou seus intentos rurais. Lobato ainda investiria numa editora nacional, Monteiro Lobato & Cia., que faliu, transformando-se depois na Companhia Editora Nacional. Com mais esse fracasso, Lobato seguiu para os EUA e retornou somente em 1931 com a idéia de que a redenção do Brasil estava na exploração de petróleo e ferro. Lobato planejava redimir o Jeca Tatu. Esse, só poderia deixar de sê-lo se educado desde a mais tenra idade. O pó do pirlimpimpim poderia ser o fortificante regenerador de um caráter nacional decepcionante.

Na leitura do *Retrato do Brasil* (1928) de Paulo Prado, evidencia-se o papel degenerativo do mestiço para uma concepção racial do povo brasileiro. Mas se a questão racial era importante na criação da tristeza brasileira, na obra de Paulo Prado o Romantismo superou essa idéia. Ao configurar o Romantismo como um espraizador da tristeza brasileira, Prado assumia uma postura modernista de ruptura com a estética do passado. Isto fica claro quando o autor do *Retrato* nega a idéia romântica, mas a configura na obra. Seu escopo não exclui um horizonte de possibilidades teóricas advindas do movimento que recusa. Ele reinventa-o, isso sim, para adequá-lo a uma configuração nova. Na verdade, isso demonstra a persistência da idéia tradicional reinventada numa caracterização modernista ou "nacional estrangeira" (cf. MICELI, 2003.).

A artificialidade da vida moderna pode estar aliada a um sentimento de impotência frente ao futuro. Nos anos vinte, no Brasil, assiste-se à perda de poderes do grupo oligárquico que dominava o país desde os tempos coloniais. Com o declínio da produção cafeeira e a subsequente mudança de mando em 1930, a aristocracia foi levada a escolher rumos diferentes no processo de dominação. O caminho mais seguro foi dividir o poder com novos grupos sociais em ascensão. A hegemonia oligárquica estava com os dias contados e, conscientemente ou não, Paulo Prado ressentia-se disso. A missão ou sentido histórico em Paulo Prado demonstra uma caracterização melancólica do povo brasileiro. Mas é o fardo da história que investe de impotência a sua nacionalidade. A polêmica gerada pelo livro foi uma reação ufanista da crítica, a melancolia presente na obra foi uma reação bastante humana de Paulo Prado. (cf. DINIZ, 2005.).

A visão melancólica nas reflexões sobre a América Latina que apresentaram um número significativo de práticas de representação neste viés analítico não foi a mesma para todos os autores. Podemos pensar em diversas classificações que correriam o risco de descambar em generalizações absurdas. Contudo, em *Luto e melancolia* (1915), Freud revelava que esse sentimento melancólico deve-se menos a uma perda objetual – luto – do que relativa a um objeto – melancolia. Segundo Freud, "a melancolia está de alguma forma relacionada a uma perda objetual retirada da consciência, em contraposição ao luto, no qual nada existe de inconsciente a respeito da perda" (FREUD, 1974: 168). Na ausência do objeto, a libido se esvai sem possibilidade de investimento, caracterizando uma retração que afeta as relações com a realidade externa. A dificuldade de se criar vínculos com a realidade exterior cria o sentimento melancólico e o que foi recalçado termina por retornar (cf: CERTEAU, 1987; GERPE, 1998; KAULINO, 1999.).

Na configuração de suas obras, os autores aqui abordados tiveram muitos motivos para enxergar as nacionalidades latino-americanas com olhos melancólicos. Em primeiro lugar porque as mudanças contextuais não foram interessantes para alguns deles. Depois, porque existe uma tradição de estudos melancólicos no universo intelectual das análises do caráter nacional. Em terceiro lugar, as teorias raciais ainda colocavam-se na ordem do dia. E, por último, porque houve de fato uma forte reação ao romantismo por parte de intelectuais realistas e modernistas.

O olhar melancólico teria sido uma espécie de estratégia intelectual de um grupo coeso de pensadores latino americanos? Claro que não existiu tal plano escolástico na América Latina. Não imagino qualquer possibilidade de isenção do olhar. O olho é biológico, o olhar é cultural, no sentido em que ele é determinado pela ação da sociedade sobre o indivíduo. De modo que essas obras são testemunhos de relações sociais (BAXANDALL, 1995: 76.).

As análises essencialistas desprezam as condições sociais de produção e reprodução das idéias. O uso que se faz delas e o sentido que lhes é dado dependem do ponto de vista particular situado social e historicamente. Na verdade, a maior parte dos *habitus* de representação das idéias não está perfeitamente esclarecido em suas práticas. É necessário estar ciente das regras do jogo social para compreender tais condições.

Compreender, portanto, o sentido do jogo “é perceber no estado prático o futuro do jogo; é ter o senso histórico do jogo” (BOURDIEU, 2005: 144.).

As estratégias de memória e esquecimento estão presentes em todas as sociedades humanas. Se a realidade repousa no enunciado, o que chamamos de verdade faz parte de uma escolha mais ou menos racional estabelecida no discurso. Nesse sentido, estratégias de memória fazem parte da constituição de qualquer narrativa. É aqui que aparecem os não-ditos que compõem as escolhas discursivas. Um olhar particularizado pelo horizonte filosófico de uma época e padronizado por intenções e escolhas pode constituir-se em forma de modelo de prática representacional. Nesse sentido, seriam as narrativas melancólicas resultantes das estratégias de memória e esquecimento?

A intenção está na base de qualquer conceito inserido num regime de historicidade. “A intenção é a peculiaridade que as coisas têm de se inclinar para o futuro” (BAXANDALL, 2006: 81.). É claro que só é possível dizer que esse ou aquele sujeito construiu sua diretriz se entender que o fez como ser histórico inserido em determinadas circunstâncias culturais. Nesse sentido, imaginar intencionalidade é refletir sobre historicidade. Mas não se trata de uma questão simplista como a de *influenza*, pois toda vez que acontece uma releitura ocorre uma rearticulação do campo do jogo. “As artes são jogos de posição, e cada vez que um artista sofre uma influência reescreve um pouco a história de sua arte” (Idem: 103.). Entender a noção de influência balizada com a noção de acaso pode ser uma armadilha para tolos. Porque, de acordo com Michael Baxandall, “para que um acidente seja produto do acaso, deve haver critérios sobre o que é um acaso, e isso já é uma intenção” (Idem: 112.).

Assim, os olhares que foram lançados sobre a América não tiveram nada a ver com qualquer tipo de coesão intelectual. Longe disso, as revisões nacionais de alcunha melancólica estiveram ligadas à *paidéia* da época. Definir uma cultura histórica da melancolia colocaria em risco a percepção da riqueza dos detalhes de cada obra analisada. A diversidade de práticas representacionais impossibilita a homogeneização do pensamento melancólico. Melhor perceber a complexidade de seu hibridismo. As formas de enfrentamento dessa questão intelectual variaram de autor para autor, de país para país e de movimento para movimento.

Torna-se evidente, portanto, que apesar das projeções desfavoráveis quanto às “raças” latino americanas, os principais pensadores do período não foram de modo algum ingênuos. A questão social foi sempre mais problemática e difícil de resolver do que a questão racial. Difícil aquele que não se afetasse mais pelo grande descaso social do que propriamente com a composição racial da população. Composição híbrida que, partindo da idéia eugenista, era um problema a ser resolvido pelas gerações futuras. Condená-los por sua paixão científica seria injusto se já não fosse anacrônico. O fato é que todos buscaram apresentar um projeto ou uma idealização do Estado Nacional latino americano de forma esteriotipada.

Outra investida importante objetiva pensar esses homens de letras como sujeitos interessados no entendimento do seu tempo. Homens que viveram cercados por eventos que de algum modo contribuíram para construir seu olhar particularizado. Atrevo-me a falar de um regime de historicidade, mas retomo a velha tese de que o mal-estar da modernidade provocou o sentimento melancólico. “O homem contempla indeciso o mundo assim disputado, sacudido pelo sol e pelas nuvens tenebrosas que se precipitam” (ARGUEDAS, 1977: 107.). As condições objetivas que se apresentavam à época favoreceram uma representação histórica fundada na idéia de melancolia. Inclusive particularidades da vida de cada autor participaram de uma estratégia de construção das obras a partir deste viés.

De modo que se percebemos em Rodó inclinação à melancolia por um ressentimento aristocrático, em Paulo Prado isso também se pode afirmar. Alcides Arguedas não foi menos romântico ou realista que Monteiro Lobato quando pensou nas enfermidades do povo que modorrava enfermo como o urupês. Todos tiveram suas intenções. Estratégias discursivas que previam obviamente escolhas de memória e esquecimento. Lembrar das mazelas significa ver a partir de um ponto de vista que, apesar de alto nível de criticidade, é ainda um ponto de vista. Os modernismos, a crise do café, os *jefes* golpistas, o atravancamento do futuro, a ameaça *yankee* etc., foram eventos que participaram na construção de práticas de representação melancólicas na América latina. Em meu doutoramento tenho buscando ligar essas práticas ao seu contexto no sentido de compreender a intenção melancólica. De que modo essas práticas dialogaram com seu contexto? Quais as intencionalidades de seus autores? Como foram recebidas em seu presente? Como representaram uma querela entre antigos

e modernos em sua narrativa? Quais suas particularidades em conceituar a melancolia? Responder a tais questionamentos é o meu propósito.

Num texto bastante oportuno, escrito durante a ascensão nazista na Alemanha, Freud reafirmava o incômodo de uma modernidade constituída de fracassos em seu projeto civilizacional. Se seu horizonte político tinha o perigo nazista como demarcador, é porque ocorreu uma virada do Freud positivista para o Freud preocupado com o universo simbólico, com as religiões, a cultura etc.

A religião, a arte e a ciência são medidas paliativas para suportar a vida. De acordo com Freud, "o que chamamos de felicidade no sentido mais restrito provém da satisfação (de preferência repentina) de necessidades represadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como uma manifestação episódica" (FREUD, 1997: 24.). Todo sofrimento é sensação, afirmava Freud, só existindo na medida que o sentimos. Mas o fracasso humano, de forma alguma, é responsabilidade da civilização. Todos os impulsos que recalcam o homem são dispositivos culturais a fim de estabelecer limites para sua agressividade. O superego coloca-se contra o ego para formar nossa consciência ou sentimento de culpa. Por sua vez, essa luta nada mais é do que a ação coercitiva do fator civilizacional. Em vista da ascensão do *Reich*, o autor concluía sua obra com a afirmação de que seu tempo merecia uma atenção especial. "Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem" (Idem: 114.).

Em *Os rios profundos* (1971), do peruano José Maria Arguedas, fica evidente o choque entre mundos distintos. Ernesto, filho de brancos e criado por mestiços vai estudar na cidade (Abancay) longe da vida nas montanhas, em internato católico - mesmo choque deve ter sentido o autor que só aprendeu o espanhol aos 14 anos de idade. A contradição entre modos distintos de viver são evidentes em páginas que dissertam sobre a vida de um povo íntegro e sábio que é vítima do desprezo nacional. A relação de domínio estabelecida entre os "padrezinhos" e os grandes proprietários para com os mestiços, apresenta-se como uma metáfora da subordinação da América Latina às grandes instituições que a dominaram desde a conquista. Mais forte que esta espécie de *encomienderos* do século XX, apenas os rios que dominam o cenário local. Somente os rios profundos da infância prosseguem seu longo caminho, como o Apurimac ou o

Pachachaca. “Belo cavalo de crina brilhante, incontido e permanente, que marcha pelo mais profundo caminho terrestre!” (Idem: 63.).

As mazelas latino-americanas apontadas pelos autores aqui estudados, podem não fazer sentido em nossa época. No entanto, no tempo em que foram pensadas, eram pertinentes a uma espécie de decifração do enigma histórico. Velha aspiração de filósofos da história como Kant ou Hegel. Demonstrativo de que o passado é sempre presente no que se imagina que servirá para o futuro. As incursões melancólicas criaram esteriótipos de caracteres nacionais no sentido de propor uma “cura” para os males de *nuestra América*. O fato é que o problema social sempre foi mais palpável do que aquilo que muitos chamaram de problema racial. E os autores arrolados aqui e todos os que compuseram esse universo de análises melancólicas não foram indiferentes a isso. Inclusive propuseram soluções. Pensaram em projetos nacionais, mesmo quando isso parecia ser uma impossibilidade. Nosso propósito é o de entender essas obras, não julgá-las.

Bibliografia

- ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo*. La Paz: Ediciones Puerta del Sol, 1936.
- ARGUEDAS, José Maria. *Os rios profundos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BAXANDALL, Michael. *O olhar renascente: pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____, _____. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 2005.
- CERTEAU, Michel de. *Histoire e psychanalyse entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 1987.
- CLAIR, Jean (dir.). *Mélancolie: génie et folie en occident*. Paris: ADAGP, 2005.
- DINIZ, Cláudio. "Fado tropical": a idéia de tristeza no Retrato do Brasil de Paulo Prado.
- FERES JR., João. *For a critical conceptual history of Brazil: receiving begriffsgeschichte*. Disponível em www.contributions.iuperj.br Acessado em 10.08.2008.
- FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. In: *Metapsicologia*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- _____, _____. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro, Imago, 1997.
- GERPE, Vera Lúcia Rial. *Entre a perda do objeto e o advento da palavra: a metapsicologia da melancolia*. Rio de Janeiro: IP-UFRJ, (dissertação de mestrado), 1998.
- HARTOG, François. *O confronto com os antigos: In: Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Ed. UNB, 2003.
- KAULINO, Adriana de Almeida. *Melancolia e modernidade: uma oferta hermenêutica para a psicologia*. Rio de Janeiro: IP-UFRJ, (dissertação de mestrado), 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC, 2006.
- LOBATO, Monteiro. *Velha praga*. In: *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MICELI, Sergio. *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- MITRE, Antonio. *O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino americano*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Cia. das letras, 1997.
- RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Campinas, Unicamp, 1991.
- ROUANET, Sergio Paulo. *Riso e melancolia: a forma shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garret e Machado de Assis*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- SANTOS, Fábio Muruci dos. *O arielismo nos escritos históricos de José Enrique Rodó*. In: *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Vitória – 2008. Disponível em <http://www.anphlac.org/periodicos/anais/23/07/09>.

Verdade infalível e Cronologia: Academia Brasílica dos Esquecidos (1724)

Crislayne Gloss Marão Alfagali*

“Mas tudo isto são patranhas, porque contra todas estas fábulas está a verdade infalível do texto sagrado” (FRANÇA, 1969: 250). Breve passagem da dissertação do acadêmico Gonçalo Soares da França ao discorrer sobre as fábulas que narram a origem dos povos americanos. Palavras que elucidam o verbete “História” escrito pelo padre Raphael Bluteau, em 1713, em que de todas as histórias, “a mais certa he a da Sagrada Bíblia”, pois sua autoridade emana do divino, e, mais adiante, pondera que somente a “História Sagrada” contem as notícias verdadeiras dos primeiros anos do mundo (BLUTEAU, 1713: tomo IV, 39-41). Assim, no século XVIII, o Iluminismo tem como cerne a secularização que concede autonomia e protagonismo a ação humana, entretanto a base da Ilustração católica, presente nos estados ibéricos e italianos, permite essa convivência de elementos por si só inconciliáveis – ciência e fé, antropocentrismo e teocentrismo (SILVA, 2006: 34).

Nos textos produzidos pelos membros da Academia Brasílica dos Esquecidos, fundada a 7 de março de 1724 pelo governador da Bahia, o capitão-general Vasco Fernandes César de Menezes, as referências ao texto sagrado são recorrentes. Neste breve ensaio, trechos de três dissertações serão brevemente analisados tendo em vista a forma como os esquecidos se apropriam das passagens bíblicas. Dessa maneira entre os membros núcleo fundador faz-se menção ao padre, clérigo de São Pedro, o citado Soares da França e seus escritos sobre a História Eclesiástica; ao ouvidor-geral do cível Luis Siqueira da Gama, que traçaria a História Política e ao desembargador-chanceler Caetano de Brito e Figueiredo, responsável pela escrita da História Natural. Histórias que reunidas seguiram para a reconhecida Academia Real de História Portuguesa, onde seus letrados escreveriam a História de Portugal.

As dissertações apresentadas recorrem à bíblia, na maioria das vezes, para construir a cronologia da História Brasílica. Questões sobre o passado desconhecido - os duzentos e vinte e quatro anos silenciosos e/ou silenciados - e a origem dos índios conduzem os acadêmicos às verdades infalíveis esboçadas nos discursos cronológicos do Gênesis. Recurso narrativo esboçado por Arnaldo Momigliano que, ao relacionar a historiografia antiga e moderna, discorre sobre a diferenciação entre historiografia pagã e cristã, sobre o significado da conversão ao cristianismo ou ao judaísmo: tal processo representava o descobrimento de

* Graduanda em História na Universidade Federal de Ouro Preto.

uma nova história. Era preciso, então, inserir o primeiro livro sagrado na história pagã e ordenar os fatos segundo um modelo de história providencial (MOMIGLIANO, 1997: 98).

No dicionário de Bluteau, associada à cronologia, está a cronografia, que seria uma “obra em que breve e exatamente se nota a série dos tempos e acontecimento de cada ano” (BLUTEAU, 1712: tomo II, 618), essa brevidade e resposta rápida e elencada sobre os acontecimentos do passado surgem como pontas de iceberg¹. A cronologia pode ser analisada como uma periodização, ou seja, um modo de organizar os fatos e torná-los pensáveis. De certa forma, a compreensão inacessível dos fatos passados da América luso-americana possibilita relacionar o texto bíblico, como fonte de informação, com essa realidade invisível, ou reconstituível, através da cronologia. Pomian esclarece que “cada periodização faz, pois, parte da família das operações que estabelecem ligações entre (...) o factual e o conceitual” (POMIAN, s/d: 208).

Ainda como meio de apreender o processo de construção de uma escrita sobre o passado, a cronologia também, ou, sobretudo, pode ser pensada como uma estrutura temporal formal, em outras palavras, como estrutura inseparável das circunstâncias em que se deram os eventos, ou que fazem menção a essas circunstâncias e permitem visualizar as formas desses diversos, e sucessivos, quadros cronológicos no processo histórico². Pretende-se por meio desse pressuposto teórico lançar luzes sobre como, em uma história universal, a elaboração de discursos cronológicos respondem a anseios – “curiosidade, angústia ou esperança” (POMIAN, s/d: 209) – a respeito do futuro partindo de reflexões do passado e do presente.

As investigações temporais sobre a História Brasileira demarcam temáticas essenciais para o estudo da historiografia luso-americana, já que, delineiam uma concepção do passado ligada às amarras que prendiam a América ao Reino, ao mesmo tempo em que, expressa a busca por uma “singularização” da história do novo mundo³. Tensões essas referentes ao contexto de formação das elites letradas nativas e, que, em alguma medida, direcionam as

¹ Expressão que faz referência às datas como integrantes de um contexto amplo que expressam escolhas na escrita da história (BOSI, 1992)

² Nas palavras de Koselleck: “A fim de garantirmos a unidade da história como ciência, devem ser desenvolvidas premissas teóricas que sejam capazes de trazer à luz tanto experiências passadas, completamente estranhas, como também experiências históricas que nos são próprias. Pois o nosso campo de pesquisa não se restringe apenas àquela história que desde os tempos modernos parece ter se tornado o seu próprio objeto; ele abrange todas as histórias no plural, infinitamente diversas, que se contavam antigamente. Também sua unidade na velha *Historia universalis* só pode ser comparada com a história absoluta se a investigação for direcionada para possíveis elementos comuns entre uma e outra. É por isso que proponho a investigação das estruturas temporais que possam eventualmente ser próprias tanto à história no singular com às histórias no plural. (...) (e com isso queremos designar aquelas estruturas internas imanentes às circunstâncias em que se deram eventos, ou que, pelo menos, aludam a elas) (...) a questão sobre as estruturas temporais é suficientemente formal para poder evidenciar possíveis formas do transcorrer histórico, assim como sua descrição, sem prejuízo de seus significados míticos ou teológicos” (KOSELLECK, 2006: 120)

preocupações dessa historiografia ao ler a bíblia. Os conflitos se intensificam porque as Academias setecentistas eram espaços de disputa, num movimento em que ciência e política se confundiam. Ana Rosa Cloquet da Silva, buscando o que ela mesma chama de uma “fina sintonia”, analisa o perfil do denominado ilustrado luso-brasileiro e, apesar de tratar de um período posterior ao da Academia dos Esquecidos, analisa a escrita da história permeada pelas questões da ilustração católica e problematiza esse processo relacionando o “saber” e o “fazer” na formação dos letrados do setecentos, alertando para as tensões, entre historiografia e política (SILVA, 2006: 29-85).

Partindo das discussões até aqui apresentadas, podemos enfatizar o tema da apropriação de discursos bíblicos para a confecção de uma cronologia da história brasileira como periodização que abre margem para desvelar as representações do passado através de “categorias teológico-políticas” que poderiam conceder, futuramente, um lugar para a Nova Lusitânia no contexto da história universal (KANTOR, 2004: 14-17).

Passagens bíblicas são elucidadas pelos letrados como um “Argumento Infalível”, e as narrativas bíblicas são apropriadas como exemplos pautados em uma autoridade inquestionável. Entretanto, para além dessas leituras, a cronologia construída pelos esquecidos é alimentada por informações da periodização bíblica, e concede a continuidade temporal e territorial entre colônia e Coroa. Concomitantemente, a construção de um “passado imemorial” representava as tensões entre as bases identitárias da metrópole e a singularidade da experiência americana ⁴. A questão que se apresenta é: como esse movimento – ora parte do Reino, ora outro – se processou e se deixou transparecer nos discursos cronológicos?

A continuidade entre o Velho e o Novo Mundo pode ser identificada nas dissertações sobre “quem foram os primeiros povoadores do Brasil, e como, a ele passaram?” (FRANÇA, 1969: 249). Esse título referente à dissertação terceira da História Eclesiástica proposta pelo padre Soares da França, também encontra lugar na escrita de Brito e Figueiredo e Luis Siqueira da Gama. A criação e ocupação do mundo são motes sobre os quais os esquecidos disputam ou procuram interpretações.

Nas páginas de sua dissertação, sob o codinome “ocupado”, Gama afirma que “dissertação se diz toda aquela disputa que se controverte com palavras a fim de se exprimir

³ Para maiores informações sobre o contexto da “singularização” da história do novo mundo ver: KANTOR, 2004: 214 e 215.

⁴ Essa proposição é identificada por Íris Kantor: “A partir de que momento as concepções sobre o passado adquirem peso na definição dos horizontes de expectativa das elites letradas nativas? Percebendo-se como parte e, ao mesmo tempo, como um ‘outro’ Ocidente, como uma espécie de galho da árvore lusa que tendia a se afastar do vértice, os eruditos luso-americanos procuraram uma alternativa de singularização ante os modelos hegemônicos europeus”. (KANTOR, 2004: 248).

clara e especialmente a sentença melhor”, com o objetivo de comprovar que “tanto dos princípios do mundo principiou a ter origem a dissertação” recorre a primeira “disputa com palavras”, a origem do “argumento com razões”: ao diálogo entre Eva, Adão e a serpente narrado em Gênesis capítulo 3 (GAMA, 1969: 13). Ainda que cite a narrativa bíblica para exemplificar e comprovar, ou disputar, suas afirmações, Gama marca a origem da história brasileira que é a criação do mundo pelas mãos de Deus:

Deduz a sua origem esta voz dissertação não menos que das primeiras mantilhas do universo, porque depois de criar Deus Nosso Senhor esta grande máquina, e formosura do mundo, depois criou a Luz, o dia, a noite, o firmamento, o mar, a terra, as árvores, os frutos, os astros, os signos, o Sol, a Lua, as Estrelas, os Brutos, os peixes, as aves, e todos os mais viventes, répteis, voláteis, e aquários; logo criou o homem à sua imagem, e deu-lhe a Eva para sua consorte e nossa primeira mãe (...). (GAMA, 1969: 13)

Ao introduzir a História Natural, a que somente pertence a descrição da natureza das “coisas principais do Brasil”, Caetano de Brito e Figueiredo, recusando o caos, descreve as maravilhas realizadas pela Divina Providência:

Admiráveis são os arcanos da Divina Providência, e os Segredos da Natureza também admiráveis! (...) Sirva de exemplar a fábrica e persistência desta grande máquina do mundo, tirada do horroroso e confuso Caos do nada para a luminosa, e perfeitíssima existência do ser, de que resultou o nome. Unindo-se à discorde contrariedade dos Elementos para a composição, e simetria de um todo sempre harmônico, sempre elegante. (...) Mais que tudo: o espírito, a formosura, e a Soberania do Homem, tão difíceis de definir, como de compreender, Simulacro da Divina Idéia, epílogo das coisas criadas, compêndio do Universo (...). (FIGUEIREDO, 1969: 140)

O desembargador-chanceler recorre assim, a criação do mundo, origem comum e contínua do Velho e Novo Mundo, procurando organizar o caos, o nada que lhe apresentava a história brasileira objetivando torná-la luminosa e perfeita. Lançar-se à tarefa proposta aos esquecidos era “temeridade maior que a dos Gigantes”, contudo os acadêmicos não a recusam, antes recordam: “Mas que coisa há sido dificultosa ao espírito dos homens?” (FIGUEIREDO, 1969: 141).

Ao lado da criação do mundo está à ocupação das terras brasileiras, povoadas inicialmente pelos mesmos homens do quais descendem os portugueses: os filhos de Noé. A referência ao Dilúvio de Gênesis capítulo 6 é comum aos esquecidos como “Fator Explicativo” da presença humana no Brasil. O clérigo de São Pedro, Soares da França, narra a grande empreitada do patriarca Noé e sua família complementando-a com a chegada dos

descendentes ao Brasil. Após apresentar as hipóteses sobre a povoação das Américas, firma a conclusão do assunto:

(...) estes descendentes de Noé da referida parte pelo mencionado estreito vieram a ser os primeiros povoadores da nova Espanha, e conseqüentemente do Brasil, porque em pequenas balsas, canoas, ou jangadas, e ainda com sofríveis nados, em que são incansáveis os índios, em tão breve distância, não só os homens poderiam por em efeito o seu desejo, mas ainda os animais em execução o seu intento; e transferidos daquela a esta parte do mundo, com facilidade se foram difundindo, e espalhando pelo mais continente da América (...) depois que a serenidade das águas do dilúvio convidou as gentes a povoar o desabitado das terras. (...) ficando por conclusão do nosso assunto que os descendentes de Noé pelo estreito de Anião, logo depois do dilúvio passaram a habitar a América, e por conseguinte a povoar o Brasil. (FRANÇA, 1969: 255)

O mesmo “Fator Explicativo” se observa na escrita de Caetano de Brito e de Luis Siqueira da Gama, pois retomam as lendas indígenas que aludem ao dilúvio articulando essas informações com as fornecidas pelas letras sagradas construindo uma periodização em que índios têm seu lugar e protagonismo.

Gama, ouvidor-geral do cível elabora sua narrativa:

(...) tudo eram raios em todo o Céu, tudo era chuva; da parte do Norte tudo era chuva, da parte do Leste tudo era chuva; da parte do Oeste tudo era chuva, finalmente de toda a parte tudo era chuva; em todo o lugar tudo era chuva, tudo o que via era chuva, tudo o que se escutava eram chuvas, chuvas, e mais chuvas, águas, e mais águas; inundação e mais inundação (GAMA, 1969:17).

A História Natural de Caetano de Brito na dissertação segunda contempla a “origem dos Índios, e primeiros povoadores da América, e se tiveram os Antigos dela algum conhecimento”, aqui, outrossim, o primeiro livro da bíblia é a fonte que informa os eventos desse passado remoto. O autor pontua sua cronologia: “Descendendo com indubitável certeza os homens todos de um só Adão. Sendo Noé, e seus três filhos os que regeneram a humana natureza, totalmente extinta, e submersa pelo cataclisma, e Dilúvio universal (...)”. E mais adiante, remete-se a Torre de Babel, a “confusão das línguas” de Gênesis 11 para justificar da perda, por parte dos homens, da “memória de sua primeira origem”. Ainda, no mesmo excerto considera “os habitantes deste novo Mundo também se arrogavam não menos confusa, porém mais certa, e mais nobre origem”. E para trazer a conclusão: “eram os índios americanos homens como os outros, derivados do mesmo Adão (que absurdo herético, e punível fora conceder-lhes outro princípio)” (GAMA, 1969: 157-159).

As passagens transcritas possuem elementos comuns aos três autores, mais uma vez, vale ressaltar, a criação do mundo e a ocupação da América são essenciais pontos de partida,

marcos temporais, sobre os quais se pretende evidenciar a continuidade temporal – criação, dilúvio, Torre de Babel – entre Brasil e Portugal. Esses trechos permitem traçar a inserção do Novo Mundo na história cristã, de modo a torná-lo, como já apontam Momigliano e Íris Kantor⁵, sujeito universal. Destarte, o primeiro livro da bíblia é o mais citado demonstrando a busca por um passado remoto, retomando Pomian, inacessível à vista.

A fim de traçar a cronologia até seu tempo, relacionando história e política, construindo sua dissertação com o objetivo de comprovar a anterioridade da segunda em relação a primeira, Luis Siqueira declara que Moisés, que seria o primeiro historiador, “escreveu a criação do mundo, e mil e quinhentos e doze anos antes do glorioso nascimento de Cristo Nosso Senhor (...)” (GAMA, 1969: 19). Logo, de acordo com essa datação cronológica, no tempo dos Esquecidos a terra constaria de seis mil oitocentos e oitenta e seis anos. Descreve, também, as “idades” da história humana a começar pela criação passando pelo dilúvio até o que parece, num primeiro momento, a teoria das quatro monarquias esboçadas segundo a visão de Nabucodonosor revelada pelo profeta Daniel⁶. Através da história cristã a América e o tempo contemporâneo aos esquecidos são inseridos na História Universal. É possível reafirmar a apropriação da cronologia bíblica como meio de inserir História Brasileira não apenas como parte da História de Portugal, porém como integrante da História Universal. Tal proposição já aponta os conflitos existentes na formação de uma elite intelectual nativa que negocia com a metrópole, tornando os discursos sobre o passado uma rede tensa de interesses divergentes.

Se ao buscar uma história comum a aproximação com o Reino aparenta uma base identitária única, essa mesma igualdade de serem brasílicos e portugueses descendentes de um mesmo patriarca, filhos de Noé, derivados de Adão, pode abrir um espaço de negociação que tenciona as relações coloniais de subjugação. Nesse ponto Kantor, mais uma vez contribui para pensar os limites entre a harmonia de portugueses e brasílicos serem irmãos e as disputas postas entre a “Náutica gloriosa” da Metrópole legitimada pelo discurso divino e a Nova

⁵ Como já pontuamos, para Momigliano a construção de uma cronologia universal torna possível o cristianismo, uma vez que, gentios de diversas nações precisam se identificar com a história cristã e torná-la sua. Íris Kantor nas considerações finais de seu livro, tão citado neste texto, considera: “O empenho em transformar a América Portuguesa em sujeito da História Universal teria levado à acentuação da linguagem providencialista da Historiografia Colonial” (KANTOR, 2004: 219).

⁶ Daniel capítulo 2, versículos 32 a 34. A descrição de uma estátua: cabeça de ouro, peito e braços de prata, ventre e coxas de bronze, pernas de ferro e pés parte ferro, parte barro. (Bíblia de referência Thompson, 1999: p. 800). As idades descritas por Gama são as seguintes: ouro, prata, cobre e ferro. Não haveria portanto correspondência direta entre a cronologia de Daniel e a proposta por Gama, mas vale pontuar que parece ocorrer uma alusão comum a cronologias antigas pautadas na profecia de Daniel. Para maiores informações sobre a teoria das quatro monarquias consultar Pomian: “O livro de Daniel funciona, pois, ao mesmo tempo como uma profecia e como uma periodização da história” (POMIAN, s/d: 167-209).

Lusitânia. A autora analisa o espaço de disputas que representava as Academias: “A afirmação de um passado imemorial reforçava a reivindicação das mercês pretendidas no jogo político entre as elites americanas e a Coroa” (KANTOR, 2004: 248).

Este breve texto procurou retomar questões pontuadas pela historiografia a respeito da Academia Brasílica dos Esquecidos a partir da perspectiva de uma cronologia pautada nas narrativas do Gênesis. Procurando compreender de que modo a cronologia da História Brasílica é elaborada pelos letrados esquecidos, que lançam mão dos desígnios da Fé, da “verdade infalível” talvez em uma tentativa de retirar do esquecimento o passado remoto da América luso-americana e conceder-lhe um futuro na história universal tornando-a herdeira das profecias cristãs.

Como afirma Fernando Catroga: “No decurso da história ocidental, a centralidade da vida de Cristo transformou-se em um meridiano em função do qual, para frente ou para trás, os acontecimentos foram interados em uma sucessão cronológica” (CATROGA, 2009: 144). As questões referentes a cronologia cristã nos permitem ponderar, tendo a cronologia enquanto uma estrutura temporal formal, sua pretensa naturalidade nas investigações temporais contemporâneas em que o sagrado não se constrói mais sobre as verdades infalíveis do próprio texto sagrado.

FONTES:

FIGUEIREDO, Caetano de Brito e. Dissertações acadêmicas, e históricas, nas quais se trata da história natural das coisas do Brasil (1724). In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*, v. I, tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969, p. 139-221.

FRANÇA, Gonçalo Soares da. Dissertações da história eclesiástica do Brasil que recitou na academia brasílica dos esquecidos (1724). In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*, v. I, tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969, p. 223-313.

GAMA, Luis Siqueira da. Conferências altercadas e resolutas (1724). In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*, v. I, tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969, p. 7-139.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bíblia de Referência Thompson. São Paulo: Editora Vida, 1999.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*, 10 v. Lisboa/Coimbra: Colégio da Cia. de Jesus, 1712-1728. Disponível em: www.ieb.usp.br. Acesso em: 02/10/2008.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAIS, Adauto (org). *O tempo e a história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão de tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. Tradução Stella Mastrangelo. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1997.

POMIAN, K. Periodizações. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 29. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, s/d.

SILVA, Ana Rosa Clochet. *Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp. 2006.

A mobilização da experiência recente no processo de independência do Brasil (1821-1822)

Cristiane Alves Camacho dos Santos*

A reconfiguração da experiência anterior a 1808 concomitante à valorização da experiência recente expressa a inauguração da modernidade na América ibérica (ZERMEÑO PADILLA, 2008). A percepção de que se vivia um momento de rápidas e profundas mudanças impelia os coevos ao estreitamento do passado e à valorização da experiência recente como algo novo e transformador. É o que R. Koselleck chama de estreitamento do espaço de experiência e alargamento do horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006: 305-327).

Na América portuguesa, essas transformações provocaram, ao mesmo tempo, entusiasmo em função da instalação da Corte no Rio de Janeiro, e a percepção de que se vivia uma experiência inédita. O ano de 1808 foi considerado pelos luso-americanos como o marco do “fim do sistema colonial” e do início de um tempo inédito, conferindo ao Brasil nova dignidade *histórica e política*.

Essa percepção começara a se esboçar a partir de 1808, nas páginas do *Correio Braziliense*, porém, apresentar manifestações dessas clivagens atribuídas pelo discurso entre 1808 e 1821 fugiria aos objetivos e limites impostos para esse texto. No periodismo luso-americano de 1821 e 1822, esse movimento se intensifica e adquire conteúdos específicos: o passado condensado são os “três séculos de colonização”, enquanto que a experiência recente é inaugurada por marcos distintos, a depender da conjuntura política e discursiva que se considere.

Os momentos eleitos como marcos dessa transformação são, principalmente, o ano de 1808 – compreendido como sinônimo de liquidação da condição colonial; 1815 – entendido como consolidação da igualdade e reciprocidade entre Brasil e Portugal e, por fim, 1820 – momento considerado como a ruptura definitiva com o “despotismo absolutista” e de inauguração de “uma nova era de liberdade”.

¹* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo onde desenvolve pesquisa intitulada “A leitura da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil (1821-1822)”, sob a orientação do Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Nesse contexto de profundas transformações, é indubitável que os homens experimentavam uma nova relação com o tempo. Em primeiro lugar, é recorrente a afirmação do conceito de progresso, conforme observamos através de expressões contundentes como a do *Reverbero Constitucional Fluminense*, segundo a qual, não se podia operar contra “a marcha da civilização do nosso presente século” (*Reverbero*, 1822: T. I, N. XXII, p. 265), ou ainda, refletindo especificamente sobre a emancipação da América, afirma que ela “segue uma marcha natural, irresistível, que jamais forças humanas podem fazer retrogradar” (*Reverbero*, 1822: T. I, N. XXIII, pp. 274-275); e, ainda, numa citação explícita do abade De Pradt, “o espírito humano está em marcha, nada o fará retrogradar” (*Reverbero*, 1822: T. II. N. 6, p. 65).

O Regulador Brasílico-Luso, por sua vez, também profere sentenças semelhantes, afirmando que “o gênero humano caminha”, inevitavelmente, “em direção à civilização”; por conseguinte, “tentar o retrocesso da altura em que se acha o mundo moral é um objeto quimérico” (*Regulador Brasílico-Luso*, 1822: N. 9). Já *O Espelho*, ao defender ser possível realizar um “cálculo quase evidente da progressiva civilização dos homens” (*O Espelho*, 1822: N. 116). Todas essas expressões evidenciam a compreensão de um decurso único do tempo algo que terá consequências específicas no mundo luso-americano fortemente relacionadas à politização de uma identidade brasileira, entre outros fatores, através de elementos históricos. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Além disso, abundam as expressões como “caráter conforme às ideias do tempo”, “geral espírito da presente época” (*Correio do Rio de Janeiro*, 1822: N. 8), “sabedoria do século”, (*Reverbero*, 1822: T. II, N. 13, p. 153) e, ainda, num testemunho cristalino de que o próprio tempo adquiria qualidade histórica, a afirmação de que a progressiva civilização da humanidade é “operação do tempo e não do homem” (*O Espelho*, 1822: N. 116). Salientar que as experiências passadas são diferentes da experiência recente torna-se, também, bastante recorrente, conforme argumentam diversos periódicos como, por exemplo, *O Conciliador do Reino Unido*: “Distingui os tempos, conciliareis os direitos” porque as leis devem se adequar “ao lugar e ao tempo” (*Conciliador do Reino Unido*, 1821: N. III). E ainda, o *Reverbero Constitucional Fluminense* em março de 1822, “a mistura do antigo sistema com as novas instituições é um amálgama infernal, impossível de persistir”

(*Reverbero*, 1822: T. I, N. XIX, p. 231); e em agosto do mesmo ano, “em política, cada século tem suas ideias e cada época os seus princípios” (*Reverbero*, 1822: T. II, N. 14, p. 167)

O conjunto de citações aqui apresentado tencionou enfatizar o alto grau de temporalização presente nos discursos dos periódicos analisados. Como consequência dessa nova percepção, conforme salienta Koselleck para o mundo europeu, o passado perdia seu caráter estável, sendo sujeito a resignificações, de acordo com as experiências vividas. (KOSELLECK, 2006: 305 – 327). Essa nova percepção do tempo foi decisiva ao informar a reflexão histórica no mundo luso-americano, sendo acompanhada de significativo potencial de politização da identidade brasileira a partir de referenciais históricos. Mais especificamente, observa-se a reflexão constante sobre qual o lugar do passado colonial e da experiência recente na “constituição de uma nova era para a História do Brasil”.

A revolução liberal portuguesa produzira entusiasmo entre luso-americanos por transformar as antigas capitanias em províncias e por convocar representantes americanos para elaboração de uma nova Constituição. Evidentemente, esse entusiasmo não foi um processo homogêneo, pelo contrário, foi pautado pela provisoriedade e multiplicidade de projetos políticos que não caberia aqui enfatizar. Esse cenário sofreu uma inflexão decisiva por conta dos decretos das Cortes de 1º de outubro de 1821 que previam o retorno de D. Pedro a Portugal, a extinção dos Tribunais do Rio de Janeiro, a subordinação do governo de armas das províncias às Cortes e a extinção do Reino do Brasil.

A notícia sobre os decretos chega ao Rio de Janeiro em meados de dezembro, produzindo uma intensa movimentação em favor da manutenção do Reino do Brasil e da Regência de D. Pedro e o acirramento dos antagonismos entre os dois reinos, subsidiados pela “retórica da recolonização” (Berbel, 2005: 791-808). Protagonizada pela imprensa do Rio de Janeiro, essa mobilização culminara com a decisão de D. Pedro em permanecer no Brasil, em janeiro de 1822, e na posterior convocação de Procuradores de Províncias, em fevereiro do mesmo ano.

Paralelamente, os debates parlamentares contribuíram para a progressiva diferenciação de caminhos entre Portugal e Brasil. Discutia-se, em meados de 1822, questões como a extinção dos Tribunais existentes no Rio de Janeiro, o problema da

autonomia local tão importante para províncias como Bahia e Pernambuco, as relações comerciais entre os dois reinos, a evacuação de Montevideu e o envio de tropas peninsulares para o Brasil. Esse quadro intensificou-se com a atuação dos deputados paulistas liderados por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, a partir de fevereiro. Eles portavam um projeto bem definido de manutenção do Reino do Brasil sob a regência de D. Pedro associada à autonomia provincial, o que possibilitou o alinhamento de muitos deputados baianos e pernambucanos ao chamado “projeto de São Paulo”(Berbel, 1999).

No Rio de Janeiro, as reações aos trabalhos parlamentares iam aprofundando o questionamento da manutenção da integridade do Império Português. A mobilização de alguns protagonistas políticos no Rio de Janeiro em favor da existência de Cortes no Brasil foi vitoriosa com a convocação da Assembleia Constituinte no Brasil por D. Pedro, em junho de 1822. Este momento representou o ponto culminante da crise porque a partir de então, a defesa da manutenção do Reino do Brasil em união com o de Portugal perde espaço para um projeto de separação política entre os dois reinos e de fundação do Império do Brasil. A convocação da Constituinte por D. Pedro foi compreendida por muitos periódicos como a ruptura definitiva com Portugal, conforme observamos nas palavras do *Correio do Rio de Janeiro*: “Rompeu-se o véu, desapareceu a mancha efêmera que ofuscava a Luz; o Brasil já não é Colônia, já não é Reino, já não são Províncias do Ultramar; o Brasil é mais que tudo isso; é Nação livre, Independente” (*Correio do Rio de Janeiro*, 1822: N. 47).

Tudo isso reconfigurou a leitura do passado. Tornava-se cada vez mais recorrente a assertiva de superação dos “três séculos” de colonização que, agora, adquiria carga valorativa específica: tratava-se dos “três séculos” de colonização compreendidos como sinônimo de opressão e despotismo especificamente qualificados, discurso muitas vezes subsidiado pelas “teorias da independência da América” (MOREL, 2005, pp. 617-636). A partir de então, observa-se claramente a intensiva a valorização da experiência recente em detrimento deste passado remoto, colonial, tendo em vista a legitimação de um projeto de independência do Brasil.

Em julho de 1822, momento de movimentação política em favor das eleições dos deputados para a Assembleia Constituinte do Brasil, Januário da Cunha Barbosa, em

discurso proferido aos eleitores paroquiais de Santa Rita, adverte os eleitores: “vós sois chamados promover, por vós mesmos, a grandeza da Pátria; vós ides lançar os vossos votos na Urna que encerra os destinos do Brasil” (*REVERBERO*, 1822: T. II, N. 10, p. 114), utilizando palavras e expressões com claro grau de temporalização: “vós sois livres, vós jurastes não retroceder no caminho da Liberdade” (*Idem*: p. 115).

Recomenda prudência e sabedoria na escolha dos deputados para a Constituinte e conclui: “porque o Brasil, neste momento, oferece um espetáculo muito mais interessante do que naquele em que surgira dos Mares para eternizar nas páginas da História o nome do afortunado Cabral”. (*Idem*) Refere-se ao momento vivido como o de uma “nova fundação do Brasil”, cujo futuro será “brilhante e majestoso” (*Idem*: p. 116). Em outras palavras, o tempo vivido e, principalmente, o futuro é (ou deve ser) diferente e melhor que o “passado colonial”.

É digno de nota que, neste momento, o autor ainda parece reservar algum lugar ao processo de colonização, embora não desenvolva sua argumentação no sentido de esclarecer qual seria a “herança” deixada pelo “afortunado Cabral”. Contudo, expressões como “nova fundação do Brasil”, e até mesmo a comparação realizada entre a “época inaugurada por Cabral” e a experiência recente, permite-nos alguma reflexão. Aqui, a colonização portuguesa da América é tomada como um bloco, período em que “os ferros arrojaram” os pulsos do Brasil, “por três séculos” (*Idem*: p. 114).

Em contrapartida, o adjetivo atribuído a Cabral - “afortunado” - pode indicar uma simples ironia, mas também que, de alguma forma, esse passado é parte constituinte e indispensável da História do Brasil. Em sua argumentação, está subjacente a ideia de que a colonização é tomada como uma época concluída, cuja tentativa de retorno está destinada ao fracasso pelo caráter irreversível da História. Neste momento, mais importante do que tentar compreender e explorar as contradições entre a leitura de um passado compreendido como negativo em contraposição a um passado que é constituinte de uma determinada entidade política - o Brasil - é notar que, de fato, empreendia-se um esforço de racionalização do passado.

De junho a outubro de 1822, o projeto de fundação de um Império do Brasil se cristaliza. Com isso, a leitura do passado assumiria, e cada vez mais, o papel de legitimar o projeto de independência.

Ainda em julho, o *Reverbero* nos dá outro testemunho contundente dessa instrumentalização. Ele empreende uma narrativa da história recente, tendo como ponto de partida as revoluções Americana e Francesa. A América, embora “naturalmente desejosa de sua Liberdade”, era rigorosamente vigiada por suas metrópoles, aguardando o melhor momento para aproveitar-se do exemplo “das Províncias do Norte”. (*REVERBERO*, 1822: N. 6, T. II, p.66) A seguir, diz que diante das invasões napoleônicas, a América espanhola, tal como um “navio” vagando “em alto mar”, conquistara sua independência, “apesar de grandes tempestades e da inexperiência de alguns de seus Pilotos”. (*Idem*).

O Brasil, por sua vez, teria tido uma trajetória história singular porque um “complexo de circunstâncias” o aproximou da Liberdade, o que teria evitado “as delongas experimentadas pelas Províncias da América Espanhola”. Refere-se, evidentemente, à transferência da Corte para o Rio de Janeiro, enfatizando, contudo, que “um velho sistema de monarquia quase absoluta plantado em um terreno tão novo nem podia prosperar com vantagem nem era coadunado aos progressos da civilização do presente século” e denuncia o “despotismo ministerial”. (*Ibidem*). Empreende, então, a tentativa de atribuir a determinadas datas significados próprios de uma *história especificamente brasileira*:

“Se são célebres, nas páginas da nossa História, os dias 7 de Março de 1808, e 26 de Fevereiro de 1821, não são menos gloriosos para todo o Brasil, e para Portugal mesmo, os dias 9 de Janeiro e 3 de Junho deste ano de 1822 *porque são consequências infalíveis daqueles primeiros sucessos e adiantamento necessário da marcha da nossa civilização*”. (*Ibidem*: 67. Grifos meus)

Por fim, dirige-se ao príncipe, solicitando a ele que defenda o “sistema constitucional” no Brasil. Aqui, a singularização da história brasileira é defendida em duas frentes. Por um lado, devido aos “progressos da civilização do presente século”, algo confirmado pelas independências recentes das Américas inglesa e espanhola, os destinos do

Brasil deveriam se separar, necessariamente, dos de Portugal. Por outro, o “complexo de circunstâncias inesperadas” operado no Brasil teria evitado os “males” verificados na América espanhola. Subentende-se, também, uma tentativa de oferecer uma explicação processual no esboço de narrativa de uma História do Brasil através da explicação causal e da organização dos acontecimentos em uma cadeia imanente à História.

Tudo isso irremediavelmente associado com a valorização da experiência recente, em explícito contraste com o passado colonial, conforme observamos no agora intitulado *Regulador Brasileiro*, antes *Brasilico-Luso*, de outubro de 1822:

“Brasileiros, o dia da nossa existência como Nação soberana já não está longe, os nossos Deputados vão abrir o Templo da Lei, não nos lembremos mais d'esse Pedro Álvares, de cujas mãos os primeiros filhos da Pátria receberam os ferros do cativo, e a Providência nos deu no Imortal Pedro d'Alcântara um Criador para defender a inviolabilidade dos nossos direitos”.

(O REGULADOR BRASILEIRO, 1822, N. 11).

Para o *Regulador*, o “estado de civilização do Brasil exige um sistema de economia política diverso daquele existente no período de sua infância” (Idem). Embora o Brasil tenha alcançado esse “estado”, ele não se deve aos esforços de Portugal. D. Pedro, o “Gênio Defensor” dos direitos do Brasil, teria apagado dos “fastos do Brasil, só com uma palavra, três séculos de escravidão” (Idem). Mais uma vez, defende-se a valorização da experiência recente em associação com a necessidade de superação da condição colonial anterior. Aqui, a diferenciação entre as duas “épocas” da História do Brasil associa-se aos “fundadores” das mesmas – Pedro Álvares, fundador de uma época encerrada que não deixa, definitivamente, funções normativas para o presente, e Pedro d'Alcântara, fundador de uma “nova era da História do Brasil” que não é mais portuguesa. Definitivamente, a história da colonização deve ser apagada e superada. Em contrapartida, o autor reconhece que o Brasil alcançara um grau de civilização elevado, sem explicar, contudo, como ele fora atingido.

Antes de concluir, é importante destacar que a tensão entre a negação do passado colonial concomitante ao reconhecimento de que, de alguma forma, ele constitui parte

integrante e indispensável na constituição do Brasil parece ressoar ecos da *História do Brasil*, de R. Southey, que compreende a colonização como empreendimento civilizador. Para Southey, tal empresa teria sido levada a cabo pelo sacrifício dos colonos a despeito do caráter perverso da exploração comercial que pautava a colonização portuguesa da América. (DIAS, 1974) Essa operação permitia, em certa medida, a compreensão da colonização como movimento épico em direção à civilização, apesar das condições adversas determinadas pela colonização comercial.

De qualquer forma, a experiência recente tornava-se o referencial histórico mais importante para a construção de uma História do Brasil que se esboçava no periodismo da independência. Mas nem sempre essa valorização é acompanhada pela recusa do passado colonial. A partir de 1822, torna-se cada vez mais comum “recapitulações” da experiência constitucional com discussões a respeito dos significados de datas como 26 de fevereiro, 21 de abril e 05 de junho de 1821 e, principalmente, 09 de janeiro, e 3 de junho de 1822, ou seja, a dinâmica política reconfigurava continuamente a leitura do passado, tendo em vista projeções de futuro que também se transformavam em função de novas experiências.

Também tornam-se muito recorrentes releituras do significado da transferência da Corte, vista agora como um favor dos súditos para com a Corte enfraquecida (Araujo, 2008: 64). Ademais, a experiência hispano-americana tornara-se referência constante no periodismo luso-americano, criando dois tipos de paradigmas aos quais os luso-americanos poderiam recorrer – um negativo, como sinônimo de anarquia e desordem e, por isso, um exemplo a ser evitado, mas também um positivo e propositivo, ou seja, apresentava muito concretamente a separação entre colônias e metrópole como uma alternativa possível. (PIMENTA, 2003).

Para concluir, embora, no esboço de uma narrativa da História do Brasil presente no periodismo da independência, a valorização da experiência recente e a afirmação da singularização do presente sejam muitas vezes acompanhadas pela negação dos “três séculos” de colonização tomados como sinônimo de opressão, tal associação não é necessariamente realizada.

A leitura da colonização como algo constitutivo e necessário para o “atual estado de civilização” do Brasil ou como um passado a ser desprezado (pelo seu caráter perverso)

coincidem em uma constatação: a de que se tratava de uma época concluída, sendo impossível “a fazer retrogradar”. Por isso, mais importante, nesta comunicação, foi salientar que se operava um esforço de racionalização de um passado tendo em vista projeções de futuro que viabilizaram a independência, o que significou, sobretudo, a valorização da experiência recente na constituição de uma “nova fundação do Brasil”, agora não mais associada à história portuguesa – transformação compreendida como inovadora e irreversível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARAÚJO, Valdeir L.de. *A experiência do tempo: Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- ARAÚJO, Valdeir L. de. & PIMENTA, João Paulo G. História. In: *Ler História*. Lisboa, 2008, v. 55, pp. 83-96.
- BERBEL, Marcia Regina. *A nação como artefato – deputados do Brasil nas cortes Portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BERBEL, Marcia Regina. A retórica da recolonização. In: Jancsó (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 791 – 808
- DIAS, Maria Odila da S. *O fardo do homem branco. Southey, historiador do Brasil : um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre*. São Paulo, Nacional, 1974.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-Rio, 2006.
- MOREL, Marco. “Independência no papel: a imprensa periódica” In: JANCSÓ (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005. pp. 617 - 636
- PIMENTA, João Paulo G. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. São Paulo, FFLCH/USP, 2003. (tese de doutorado).
- ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. História, experiência e modernidade na América ibérica, 1750-1850. *Almanack Braziliense*. (revista eletrônica). Número 07, maio de 2008. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br> . Acesso em 25.jul.2009.

Associativismo e imprensa na formação da comunidade italiana em Belo Horizonte (1897-1937): um balanço historiográfico

Daniel Gonçalves Cavalieri*

Este artigo busca adentrar em uma lacuna existente na história da imigração italiana em Belo Horizonte, de fins do século XIX até meados do século XX. A nossa proposta é compreender como se deu o processo de formação das associações, sociedades, escolas étnicas e da imprensa italiana na capital mineira, articulando essa questão à da criação de uma identidade nacional italiana, a partir de 1922, encabeçada pelo fascismo. Tenta-se compreender qual era o papel desse associativismo e da imprensa italiana na aglomeração dos emigrados dispersos em Belo Horizonte.

O primeiro grande estudo sobre imigração italiana no Brasil foi feito por Franco Cenni em sua obra *Italianos no Brasil*. Sua primeira edição foi lançada em 1956 quando da visita do Presidente italiano, Giovanni Gronchi, ao Brasil. Existem alguns estudos sobre esse tema, antes de 1950, que são esparsos e não dão conta da questão imigratória italiana em nosso país. Franco Cenni foi o primeiro estudioso a conseguir definir bem essa questão, desde a saída dos italianos de seu país, fato conhecido como a grande emigração, até o fim da Segunda Guerra Mundial. Cenni consegue trabalhar muito bem a disposição dos italianos nos diversos estados brasileiros, além de fazer uma excelente, e talvez mais completa abordagem sobre a formação das associações, sociedades e escolas étnicas, apresentando e analisando em sua obra uma imensa quantidade dessas. Essa obra foi e continua sendo o cerne para as pesquisas sobre imigração italiana no Brasil.

Outro grande estudioso da imigração italiana no Brasil é o historiador Angelo Trento. Em sua principal obra, *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil (1989)*, Trento inicia evocando a importância de Franco Cenni e mostrando a importância desse para suas discussões. Apesar de que, em sua obra, Trento consegue suprir uma lacuna deixada por Cenni, sobre o fascismo e sua influência na comunidade italiana no Brasil¹. Além disso, em sua obra, o historiador consegue reunir a mais vasta bibliografia sobre o assunto e ao final dela inclui um apêndice referente à imprensa italiana onde são levantados e analisados cerca de 500 títulos entre periódicos e revistas italianas que circularam no Brasil.

O historiador João Fábio Bertonha talvez seja o que mais publicou obras e artigos sobre o tema. Ao todo foram 9 livros e 160 artigos sobre fascismo, antifascismo, relações

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Financiado pelo REUNI.

¹ Antes de sua principal obra, lançou o livro intitulado *Fascismo italiano (1986)*.

internacionais e imigração italiana em revistas universitárias do Brasil, Estados Unidos, Canadá, Argentina e Itália. Sua obra mais importante e completa, *Os italianos (2005)*, além de focalizar bem todo processo emigratório e imigratório, ainda discute uma importante lacuna existente, a do olhar externo e interno na compreensão da cultura italiana.

A historiografia sobre imigração italiana no Brasil, muitas das vezes, acaba priorizando os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde a colônia italiana é mais numerosa. E são desses Estados onde há uma maior incidência de artigos sobre a questão imigratória italiana no Brasil. É interessante notar que há um grande “bairrismo”, já que, os autores acabam escrevendo, na maioria das vezes, artigos sobre a imigração italiana que ocorreu em seus respectivos Estados.

Esta historiografia referente à imigração italiana no Brasil vem aumentando consideravelmente com o passar dos anos. Neste século XXI, as discussões tomam um novo rumo no sentido de buscar suprir antigas lacunas, principalmente no que diz respeito à formação de uma consciência nacional italiana na diáspora e de trabalhar com conceitos que antes eram apenas citados sem nenhuma análise detalhada, tais como: italianidade, itálico, entre outros. O entendimento do fascismo ganha novos contornos, na medida em que se estuda o mesmo buscando compreender até que ponto este influenciou na criação de uma identidade nacional italiana e quais seriam os interesses de Mussolini (*Duce*) no Brasil.

De acordo com Bertonha (2005), em 1861, um grande passo havia sido dado e a Itália se tornava um Estado unificado, embora os caracteres fundamentais, perceptíveis na sociedade italiana, era ainda a separação entre as várias regiões: a cidade e o campo e as elites e o povo. Após a unificação, apenas 2,5% da população falava o italiano, o restante apenas usava o dialeto, independente da ocasião. Era mais correto falar em “várias Itálias” do que apenas em uma. Muitos imigrantes não se viam como italianos, e sim como vênéticos, calabreses, lombardos ou sicilianos, atrapalhando assim a comunicação entre eles, devido ao grande número de preconceitos regionalistas, bem como as barreiras lingüísticas e culturais. Isso dificultava e muito a formação de uma comunidade italiana no exterior, não só em Belo Horizonte, como em várias cidades e países. A própria frase do piemontês Massimo d’Azeglio (1792-1866) exemplifica essa situação ao afirmar que “Fizemos a Itália, agora precisamos fazer os italianos” (BERTONHA, 2005: 56).

Contrapondo-se a Bertonha, que apresenta em suas obras e artigos algumas preocupações do governo italiano em relações aos emigrados, Angelo Trento (1989), afirma, categoricamente, que os governos pós-unificação não fornecia meios de defesa aos seus

“filhos” emigrados, a não ser no momento de os usarem como mercadorias de troca, obtendo assim vantagens comerciais, ou seja, gastava-se pouco com os emigrantes e esperava-se que estes lhes poupassem de qualquer aborrecimento e despesas. Franco Cenni (1975) mostra que a ação do governo italiano, no período anterior ao fascismo, se limitava apenas ao Mediterrâneo, ou seja, nunca demonstrando interesse para a difusão da cultura italiana nos países da América.

O Novo Estado italiano, a partir de 1861, iniciou uma política industrial, e, em contrapartida, deixa de combater os latifúndios do sul da Itália, ganhando então o apoio político dos grandes proprietários de terras. Esse processo de industrialização fez com que milhões de pequenos proprietários de terras falissem e não enxergassem outro meio que não o da emigração. Aliado a este processo, Bertonha (2005) afirma que o principal fator da grande demanda dos italianos para o Brasil foi a abolição da escravatura. Antes mesmo da abolição, nas décadas de 1860 e 1870, já vinha sendo colocada em pauta no Brasil a questão da substituição da mão-de-obra escrava por uma que se adaptasse ao clima e ao país. Ao mesmo tempo, surgia no país o ideário de branqueamento da população. Acreditava-se que o europeu seria uma solução para “civilizar” o país, já que era tido como uma “raça superior” e poderia, então, resolver os problemas impostos por uma região ainda considerada “bárbara” sob diversos aspectos. Neste contexto, os italianos, tidos pelos brasileiros como exímios trabalhadores, tornaram-se os imigrantes que mais se adaptaram ao Brasil e que geraram a corrente imigratória de maior expressão no mesmo.

Em Minas Gerais, dentre todas as correntes imigratórias, a italiana foi a de maior peso. Esse imigrante, no Brasil, foi útil não só como mão-de-obra, mas também como elemento colonizador. Esses “trabalhadores livres” vieram para substituir gradualmente a mão-de-obra escrava. Contudo, antes da abolição, principalmente em Minas, acreditava-se ainda que o escravo era o único capaz de adaptar-se à lavoura de café. Diferentemente de São Paulo, em Minas adotou-se a visão política do governo imperial, ou seja, utilizava-se do imigrante como ponto fundamental no povoamento de seu solo, através da criação dos chamados núcleos coloniais (MONTEIRO, 1973).

A lei de 17 de dezembro de 1893, promulgada pelo Congresso Mineiro, estabeleceu a mudança da capital Mineira de Ouro Preto para, a futura, Belo Horizonte (Curral Del Rei), com o prazo máximo de quatro anos para edificação e a mudança. Marcava-se, então, em 1894, o início das obras de construção da capital, perdurando até sua inauguração em 12 de dezembro de 1897. A capital acabou recebendo durante estes três anos um grande contingente

de pessoas, apesar de não estar preparada para lhes proporcionar abrigo e alimentação adequados (BARRETO, 1995).

Alguns imigrantes italianos estabeleceram-se na futura capital, quando a mesma era apenas um projeto. Porém, a maior parte destes imigrantes chegou para edificação e desenvolvimento de Belo Horizonte:

Por carência de mão-de-obra, agentes do governo mineiro passam a trazer da vizinha “província” capixaba um sem número de artífices, calceteiros, pintores, serralheiros, carpinteiros e *lato sensu*, trabalhadores braçais italianos, que aqui vêm se fixar para tocar a obra monumental (BIASUTTI, 2003: 79).

Embora o Espírito Santo seja de grande importância no envio de imigrantes, muitos chegam a “Belo Horizonte”, vindos de cidades do interior de Minas, além é claro, dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em anos posteriores à inauguração da capital, muitos italianos se mudaram para Belo Horizonte devido ao grande número de solicitações por parte de seus familiares. Era muito comum que os italianos estabelecidos no Brasil solicitassem a vinda de seus parentes.

Os italianos também traziam grande experiência industrial nos setores de alimentação e construção. Sem exageros, podemos dizer que a industrialização de Belo Horizonte se deveu, em sua grande parte, aos italianos e seus descendentes. Antes mesmo da inauguração da capital, já se via pequenas empresas fundadas por eles, onde fabricava-se produtos e artigos necessários a toda população. Esses empreendimentos de italianos eram, em sua extensa maioria, familiares, ou seja, os sócios de determinada empresa eram membros de uma mesma família. Uma união não restrita apenas ao lar, como também ao campo de trabalho (GONTIJO, 1998).

Para os italianos que já estavam instalados no Brasil, a vinda para “Belo Horizonte” não significou estranheza no que diz respeito à língua portuguesa. Já os muitos outros imigrantes que partiram da Itália com passagens pagas pelo Governo Mineiro, enfrentaram grandes dificuldades, relacionadas não só à língua portuguesa, como também à adaptação aos costumes, entre outros. O imigrante, apesar de ser admitido no Brasil por ser branco, acabava sofrendo grande discriminação e sendo taxado, no início, como inferior pelo tipo de trabalho que costumava realizar, ou seja, o braçal (OLIVEIRA, 2006).

Os italianos, percebendo que o novo país ao qual tinham se instalado não os acolhera de forma hospitaleira, ficaram preocupados com a sobrevivência em meio a uma cultura adversa. Nem todos os italianos optaram por viverem afastados em sua comunidade, mas a grande maioria preferiu manter “distância” da população brasileira, pelo medo desta

influenciar em sua “cultura”. Além disso, existia o problema do regionalismo, pois os imigrantes que se mudaram para trabalharem na edificação de Belo Horizonte emigraram antes mesmo de se tornarem “italianos”. Para muitos destes só existiam suas aldeias, no máximo, suas províncias. Existia uma relação entre a comunidade brasileira e a comunidade italiana, pois como muitos italianos e ítalo-descendentes possuíam comércios em várias áreas, era inevitável que uma relação não fosse estabelecida. Porém, o distanciamento de culturas ainda permanecia bastante rígido, e o fascismo foi novamente incisivo nesse processo, apresentando ao italiano que ele era o “maior” povo do mundo (BERTONHA, 2005).

Foi somente trabalhando lado a lado na construção da capital, que os imigrantes criaram vínculos identitários, “quebrando” assim as barreiras do regionalismo. Bertonha afirma que:

[...] a convivência forçada de italianos das mais diversas origens e regiões na vida em seu novo país, a discriminação comum e a tendência das sociedades hospedeiras a vê-los e tratá-los todos como “italianos” ampliara seus interesses e a identidade comum, de “italianos”, em um período da história italiana em que essa identidade ainda não estava consolidada na própria Itália (BERTONHA, 2005: 113-114).

A primeira forma de associação entre os italianos, de Belo Horizonte, se deu através da fundação, em 1897, da *Società Italiana de Assistenza*. Ali eles partilhavam sua cultura regionalista, buscando formar um vínculo nacional e fortalecer a italianidade².

O período fascista foi decisivo no processo de fortalecimento dos laços identitários, pois foi através do governo fascista, que, pela primeira vez, esses “filhos” dispersos pelo exterior seriam acolhidos. No que diz respeito ao uso da língua, Mussolini trabalhou no propósito de efetivar o italiano (idioma), obrigando este a ser usado em escolas, quartéis e repartições públicas. Constituía-se, assim, um claro esforço do governo em integrar o Estado e a nação ainda fragmentada. As associações seriam de grande importância para situar à comunidade em torno das diretrizes e interesses fascistas (BERTONHA, 2005).

Em 1900, com a fundação do primeiro jornal italiano em Belo Horizonte, *Un Fiore*, a comunidade italiana dava seus primeiros passos na formação dos laços identitários. Os jornais serviram como cerne no processo de integração dos italianos em torno de uma comunidade. Foram estes periódicos um dos primeiros meios a veicular as notícias vindas da Itália. Na

² O termo italianidade começa a ser vinculada pelo economista Piero Basseti. Esse termo carrega consigo conotações nacionalistas, se identificando assim com o Estado Italiano e a Nação Italiana. Porém seu sentido é mais amplo, já que perpassa pelo mundo antigo, ou seja, acima de tudo, na civilização jurídica e humanista criada por Roma. Esse termo também tem raízes no cadinho da cultura, religião e dos povos que deram vida a civilização greco-romana (TEIXEIRA, 2008).

primeira década do século XX, os jornais detinham um grande caráter unificador, buscando, através de suas páginas, unir todo povo italiano, e minar os vínculos regionalistas. Os periódicos foram muito importantes para o fortalecimento dos laços identitários. Engajando-se nas discussões de Angelo Trento, a respeito da importância da imprensa italiana no Brasil, há de se frisar que esse instrumento “foi de fundamental importância para manter vivo o conceito de italianidade e os laços com a mãe-pátria, sobretudo levando em consideração o raquitismo associativo.” (TRENTO, 1989: 177).

Na coleção Linhares, organizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), existem doze jornais dedicados à comunidade italiana em Belo Horizonte, são eles: *Un Fiore* (1900), *Il Martelo* (1902), *La Voce Del Cuore* (1902), *L'eco Del Popolo* (1905), *Roma* (1910), *Fieramosca* (1916 á 1921), *Araldo Italiano* (1923), *La Voce Coloniale* (1924), *La Squilla* (1926), *Itália Nuova* (1928), *Itália* (1936) e *L'arrotino Coloniale* (1937). A respeito da Imprensa italiana em Belo Horizonte, podemos afirmar que ela era totalmente adversa a imprensa de massas, pois estava vinculada, exclusivamente a comunidade italiana letrada. Angelo Trento nos mostra que:

Apesar do elevado número de italianos no Brasil, em sua grande maioria tratava-se de analfabetos ou semi-analfabetos, e, de qualquer modo, de pessoas cujo horário de trabalho ou cujos compromissos eram tão pesados que não lhes permitia qualquer tipo de aproximação com os jornais, tanto em língua italiana quanto em português (TRENTO, 1989: 184).

De 1908 a 1927, de acordo com o relatório da secretaria de agricultura do Estado de São Paulo, 28,72% dos imigrantes italianos que entraram no Brasil eram analfabetos (CENNI, 1975).

Outra análise interessante desses periódicos, de acordo com Nelma Costa (2006), diz respeito à falta de recursos dessa “pequena” imprensa, visto que a maioria dos periódicos não passava de um ano de publicação. Muitas “morriam” nas terceiras ou quintas edições. O único periódico que se firmou por 6 anos foi *Fieramosca*, todos os outros não passaram de um ano de existência. A curta duração, da maioria desses periódicos, não ofusca, de forma alguma, a sua importância de unir os italianos em torno de uma comunidade. Costa afirma que esses tratavam muito a respeito dos laços identitários, incitando os italianos a se unirem em torno de associações e sociedades, onde poderiam se sentir como parte da comunidade italiana. Publicavam, além das notícias sobre a Itália, notícias de festas nas associações e comemorações importantes do “calendário italiano” em Belo Horizonte. Os periódicos continham também: “fatinhos, curiosidades, folhetins (produção tanto italiana quanto de

intelectuais imigrados no Brasil), propaganda de firmas e lojas (de compatriotas, na maioria das vezes)” (TRENTO, 1989: 186). Esta publicidade era a principal fonte de financiamento dos periódicos. Existia também uma pequena abertura desses jornais italianos para “comunidade brasileira”, com a publicação de notícias em português.

Durante o regime fascista, essa imprensa tornou-se um instrumento a serviço da Itália. As notícias deviam servir como um instrumento único de desenvolvimento e moldagem da consciência nacional: “A imprensa italiana tornou-se o mais importante canal pelo qual o regime transmitia às massas as linhas de sua política interna.” (CAPELATO, 1999: 173-174). Em Belo Horizonte não foi diferente, através dos periódicos *La Squilla* (1926) e *Itália Nuova* (1928), os preceitos fascistas foram introjetados em grande parte da comunidade italiana.

Essa imprensa italiana no exterior demonstrou sempre um enorme apreço pelas instituições, buscando sempre difundir o conhecimento e também o amor à nova terra, constituindo-se, muitas das vezes, em um elemento crucial para a solução de situações delicadas (CENNI, 1975). A luta pela italianidade levava a uma organização comunitária que incluía a “escola italiana”, além de inúmeras associações beneficentes e recreativas. A imprensa, citada anteriormente, auxiliou também na construção de uma identidade grupal associada à “nação italiana” (SEYFERTH, 1999).

Para Franco Cenni (1975), as origens das associações e sociedades italianas que surgiram no Brasil seguiam, quase sempre, um mesmo padrão:

Certo dia um emigrado, ou um pequeno número deles, resolve convocar uma assembléia mais ou menos numerosa, são estabelecidas as linhas gerais de ação, quase sempre assistencial ou recreativa, é escolhido um nome e trata-se de juntar dinheiro para realizar aquilo que sempre constituiu a principal aspiração destes grêmios: a sede própria (CENNI, 1975: 247).

As sociedades italianas que surgiram no Brasil, mesmo sendo em um número bastante considerável, em geral, tiveram uma curta duração, e, sobretudo, contaram com um número de sócios reduzido (TRENTO, 1898). Apesar das associações e sociedades italianas em Belo Horizonte não serem formadas apenas por membros de uma única região da Itália, é sabido que elas eram constituídas basicamente pela elite italiana da capital. É provável que, alguns italianos mais desprovidos tivessem acesso às mesmas, porém em escala bastante reduzida, até porque muitas dessas instituições sobreviviam das doações de seus sócios. Toda análise a

seguir foi feita baseada na documentação³ do DOPS⁴, onde estão os estatutos das associações, sociedades e escolas étnicas.

A primeira forma de associação dos italianos de Belo Horizonte foi a *Società Italiana de Assistenza*, fundada em 1897. Essa instituição tinha como princípios norteadores a moral e o progresso. Seus fins se pautavam no mútuo socorro, na instrução e na educação intelectual e moral, além da recreação. Somente podiam ser sócios dessa sociedade os italianos e ítalo-descendentes desde que estes falassem o idioma pátrio. Essa sociedade apresentava-se apolítica e dava plena liberdade aos seus componentes de professarem suas crenças religiosas e filosóficas, além de seus ideários políticos. A associação foi mantida pelos próprios sócios e prestava assistência médica para os mesmos.

A mais importante sociedade italiana, não só em Belo Horizonte, como em todo Brasil, era a *Casa d'Italia*. Essa instituição tinha como finalidade fortalecer o espírito de italianidade dos seus associados e, em geral, dos italianos que vivem fora da pátria. A *Casa d'Italia* tinha como cerne aproximar todas as sociedades e instituições italianas, ou de fins de italianidade, existentes ou que viessem a existir em Belo Horizonte, prestigiar as autoridades italianas, respeitar as leis brasileiras, estabelecer e fortalecer o espírito de italianidade e desenvolver a instrução, os esportes e a assistência aos seus sócios. Tinha como sócios fundadores outras instituições, tais como a *Opera Assistenziale Fausto Cecconi*, a *Società Italiana di Assistenza*, a *Associazione Nazionale Combattenti* e a *Società Italiana Dante Alighieri*. É interessante situar que todas essas associações e sociedades que permaneciam internamente na *Casa d'Italia* não aceitavam sócios brasileiros, mas somente, os italianos e ítalo-descendentes.

De acordo com o estatuto da *Opera Assistenziale Fausto Cecconi*, localizada no interior da *Casa d'Italia*, a instituição tinha por objetivo proporcionar assistência moral ou material aos cidadãos italianos, além de serviços jurídicos, no intuito de defender os direitos desses. Somente poderiam ser sócios dessa sociedade os cidadãos de nacionalidade italiana de boa moralidade civil, e assim como todas outras instituições, apresentava-se como apolítica.

A *Associazione Nazionale Combattenti*, também localizada no interior da *Casa d'Italia*, especificamente no Salão da Victoria, era uma instituição constituída por ex-

³ APM/DOPS, rolo 4192.

⁴ O DOPS, criado em 1928, foi um importante órgão utilizado pelo Estado Novo (1937-1945), com o objetivo de controlar e reprimir os movimentos políticos e sociais contrários ao regime instituído. Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o DOPS foi responsável pela autuação dos imigrantes, por representarem um perigo à soberania da nação.

combatentes italianos que propunha a conservação dos vínculos de fraternidade entre os combatentes, além é claro, do culto a pátria italiana. Defendia os valores da “nação”, a glorificação dos mortos em guerra e da sua memória. Abarcava todas as formas de assistência que poderiam ajudar os combatentes a vencer as dificuldades da vida e a cumprir os seus deveres sociais.

Além das sociedades instituídas no interior da *Casa d'Italia*, existiam outras que abriam espaço para “interação” entre a comunidade italiana e a comunidade brasileira.

De acordo com o Estatuto do *Centro Ítalo-mineiro de Cultura*, essa instituição era apolítica e tinha por objetivo central manter e desenvolver as relações culturais e de amizade existentes entre o povo mineiro e o povo italiano. O centro realizava seus fins mantendo cursos gratuitos, organizando conferências, concertos e outras manifestações. Funcionava dentro dessa instituição, o centro “Amigos da Latinidade”, que “tinha por fim específico promover o estudo e o conhecimento de tudo que se refere à civilização latina comum aos dois povos.” Obviamente, poderiam associar-se pessoas maiores de idade sem distinção de nacionalidade.

Por fim, a *Organização Nacional Desportiva*, fundada em 1º de dezembro de 1935, substituindo a antiga sociedade italiana *Opera Nazionale Dopolavoro*, se apresenta como uma instituição que, apesar de ser italiana, permitia a participação de pessoas de qualquer nacionalidade, tendo como objetivo promover atividades culturais, esportivas, de assistência e de instrução para os seus sócios. A sociedade constava de quatro seções: educação artística, instrução, educação física e assistência; e firmava como uma instituição apolítica, onde fomentava a conservação dos vínculos de fraternidade entre seus componentes.

Além dessas associações e sociedades, outro veículo de construção e manutenção da italianidade eram as escolas. “A escola deveria assegurar a formação escolar, mas, sobretudo, a educação moral do cidadão. É preciso ensinar uma moral social na qual se reforcem mutuamente a solidariedade entre as pessoas e o amor pela pátria” (HAROCHE, 2002: 88). “A escola representa sempre, em qualquer latitude e em qualquer circunstância, o elemento básico para formar no indivíduo a consciência de seus deveres e responsabilidade na vida, alimentando maiores aspirações e se constituindo num elo a cimentar as coletividades.” (CENNI, 1975: 258). Em Belo Horizonte, conseguimos identificar duas: a *Dante Alighiere* e a *Guglielmo Marconi*.

Em 1908, é fundado a *Sociedade Beneficente Italiana Dante Alighiere*, e em seus domínios foi estruturada uma escola, onde as turmas eram compostas por filhos de italianos.

Todos os dias o hino italiano era cantado antes dos alunos entrarem em sala de aula. Em 1935, a escola passou a denominar-se *Grupo Escolar Benito Mussolini*. O ensino passava então a ser, de acordo com Vilma Costa, vinculado ao fascismo. “Nós éramos educados como era na Itália. Fascista, não é? A educação era fascista. Vinha o professor e a gente tinha que saudar. Tinha que levantar o braço como Mussolini fazia.”⁵ Vilma Costa ainda coloca que todos os livros didáticos vinham da Itália, além dos professores e coordenadores. Em 1944, perto do término da Segunda Guerra Mundial, e, não podendo mais continuar com o nome do ditador italiano, o Grupo Escolar passa a se chamar *Pandiá Calógeras*, em homenagem ao grande estadista e historiador brasileiro, nascido no Rio de Janeiro em 21 de abril de 1870.

Outro colégio, este estruturado no interior do *Instituto Ítalo-Mineiro*, vinculado à comunidade italiana, era o *Guglielmo Marconi*. Através de seu estatuto podemos perceber que era uma sociedade de fins culturais, a qual tinha a função de propagar a cultura e a civilização brasileira no exterior, notadamente da Itália, e, ao mesmo tempo, propagar a cultura italiana no Brasil. Era uma sociedade apolítica, sendo vedada qualquer propaganda de doutrinas partidárias dentro de seu estabelecimento.

Até o ano de 1937, as associações, sociedades, escolas étnicas e a imprensa italiana no Brasil viveram um período de expansão. Porém, de acordo com Colognese (2004), a partir da publicação do Decreto-Lei nº 383, de 14.4.1938 pelo presidente Getúlio Vargas, esses meios começaram a declinar. Isso porque:

O decreto alterou o sistema de registro e acompanhamento de estrangeiros no Brasil, levando ao fechamento das associações étnicas ou à sua nacionalização. Na realidade, o decreto brasileiro foi uma reação às ações nacionalistas, como as de Mussolini, que passou a encarar os imigrantes e suas associações no Brasil como importantes combatentes na defesa da Itália. Pelo decreto, os brasileiros, inclusive aqueles naturalizados e filhos de estrangeiros, foram proibidos de fazer parte de associações étnicas, como as criadas pelos imigrantes italianos. Esta medida, se não acabou imediatamente com as associações, praticamente impediu a renovação de seus quadros sociais, fadando-as ao desaparecimento. Foi um período difícil pois, com os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, as festas italianas deixaram de ser realizadas, as escolas foram nacionalizadas e o uso da língua italiana (e estrangeira em geral) ficou proibido em locais públicos. Enfim, nesse ambiente de repressão e temor, as associações étnicas vão ressurgindo lentamente e com características distintas e, após algumas décadas de incerteza, experimentam uma nova fase de grande expansão em torno dos anos 1990 (COLOGNESE, 2004: 47-48).

A campanha de nacionalização, imposta pelo presidente Getúlio Vargas, passou a obrigar o ensino em português. Esse foi um ponto culminante para dissociação das escolas

⁵ COSTA, Vilma Alves. Belo Horizonte, Brasil, 28 jan. 2007. Entrevista concebida a Adriane Aparecida Vidal Costa e Nayara Oliveira Silva.

eticamente orientadas. A partir de imposições do governo, varias escolas tiveram que encerrar suas atividades porque não cumpriram as exigências imprimidas pela lei. Das exigências, a substituição dos nomes das escolas italianas por nomes de brasileiros, a mudança nos cargos, passando a serem exclusivos de brasileiros natos, e a obrigação do ensino na língua vernácula brasileira (SEYFERTH, 1999).

Referências Bibliográficas

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BIASUTTI, Luiz Carlos; LOSS, Arlindo; LOSS, Everaldo. (orgs.). *Roteiro dos italianos e seus descendentes em Minas Gerais*. Belo Horizonte: S.N., 2003.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975.

COLOGNESE, Silvio Antônio. *Associações étnicas de italianos*. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

COSTA, Nelma. A imprensa e o cotidiano italiano em Belo Horizonte: 1900-1920. In: II seminário sobre imigração italiana em Minas Gerais. Barbacena: Ponte entre culturas, 2006. DVD. 1.

GONTIJO, Moema Moreira. *100 anos da indústria em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: FIEMG – SESI, 1998.

HAROCHE, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion. (orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas (1889-1930)*. 1973. Dissertação (Mestrado) – Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. 1973.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

TEIXEIRA, Rosane Siqueira. Nacionalismo-Fascismo-Italianidade. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP, 2008, São Paulo.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

Por uma história descontínua do corpo na França moderna

Daniel Wanderson Ferreira*

Em 1902 foi publicado na França o romance *La vénus à la fourrure*, do escritor austríaco Leopold Sacher-Masoch. Esta narrativa, publicada originalmente em 1870, fazia parte dos volumes de *Legs de Caïn*, que pretendiam resumir “a herança de crimes e de sofrimentos suportados pela humanidade”. A crueldade, nesse texto, funciona como uma “imagem” da Natureza, “onde Caim descobre seu próprio destino”. Assim, de Caim ao Cristo um mesmo signo, conduzindo “o Homem à cruz” (DELEUZE, 2004: 09).¹

Apesar da complexidade do texto, o crítico francês Benzon assinala “a beleza incomparável das descrições, o estudo pulsante e fino sobre as leis do caráter, o sentimento profundo da natureza, (...) uma sinceridade de impressões que nos faz crer voluntariamente no que diz o autor”.² As referências de “anátoma em nome dos princípios do cristianismo” e os elogios dos filósofos, em virtude da suposta filiação do texto a Schopenhauer e a Darwin, priorizam a trama dos conceitos em detrimento da imagem da estátua instalada num pátio residencial, iluminada superficialmente por luzes avermelhadas refletidas de um fogo que lhe colore palidamente o rosto. Perde-se, nesse sentido, “a sublime criatura” de corpo marmóreo, vestida com uma grande pele. Esquece-se do diálogo de Séverin com a deusa, na busca humana para compreender os motivos de Vênus usar a pele, já que “não faz verdadeiramente frio”. Apaga-se, também, “dois mil anos de história”, que separam a cultura grega de “deuses que riem” dessa cultura do norte, cristã, onde o mundo é habitado por “demônios”. Quase não se ouve, por fim, a resposta e pedido da deusa para que se deixe o “mundo pagão repousar sob as lavas e escombros”, já que, junto aos cristãos, “nós, afirma a deusa, morremos de frio”.³

Não bastasse a reclamação dessa Vênus vestida com peles, a tradução do texto para o francês, feita por Raphaël Ledos de Beaufort, em 1902, apresentava algumas incorreções, possivelmente tornando mais fraca a voz e a queixa da deusa, num reforço daquilo que,

* Doutorando em História pela PUC-Rio, com o projeto intitulado “Sade: libertinagem e política”, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Edmilson Martins Rodrigues (PUC-Rio) e da Profª. Ida Lúcia Machado (UFMG). O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

¹ As citações foram retiradas do Prefácio que antecede à apresentação da obra de Sacher-Masoch feita por Deleuze. Como não há indicação de que o texto é de Deleuze ou do tradutor, Aude Willm, não temos certeza da autoria do texto. A edição brasileira, entretanto, indica que se trata de um texto de Deleuze.

² BENZON, Th. Un romancier gallicien, M. Sacher-Masoch, *Revue des deux mondes*, Paris, XLV anné, troisième periode, 01.nov.1875, p.817. Os documentos históricos serão citados em notas ao longo do texto, como acontece normalmente em trabalhos historiográficos, com o objetivo de tornar mais próxima a referência das datas e fontes de consulta para o leitor.

³ SACHER-Masoch, Leopold. *La Vénus à la fourrure* (1870). in DELEUZE (2004: 119-120)

supomos, o espírito vitoriano, ainda reinante no início do século XX, foi capaz de censurar. Mesmo que não se pode acusar nossa cultura de calar-se diante do corpo, de suas impurezas e sua sexualidade, as práticas que se relacionam a isso emergem em vocabulário e enunciações domesticados, num indício de um aprofundamento do que chamamos civilização (Cf. FOUCAULT, 1993; STAROBINSKI, 2001: 11-56).

A escrita da história também não escapou a esse processo civilizador. Segundo PORTER (1983: 292), a história do corpo tem sido negligenciada em virtude dos elementos clássicos e dos ditames judaicos-cristãos da cultura ocidental, que, por razões e caminhos distintos, separaram corpo e alma e deram primazia ao pensamento. O corpo tornou-se o lugar da corrupção.

Esse cenário sofreu, entretanto, alguma mudança na segunda metade do século XX. Em virtude das mudanças sociais advindas dos movimentos de direitos civis e igualdades de gêneros, bem como pelas mudanças inerentes ao campo disciplinar, abriram-se novas perspectivas para pensar a escrita historiográfica (Cf. BURKE, 1997; DOSSE, 2003).⁴ A incorporação dos sentimentos e sensibilidades como objetos da história significou em alguma medida a composição de estudos sobre as representações, tal como já se fazia com o trabalho ou o poder. O risco que se evidenciou foi o do distanciamento entre o estudo das experiências concretas vividas pela sociedade e aqueles relacionados às formas de pensamento e expressão das sensibilidades (PORTER, 1983: 295-298). Embora não se deva reduzir a história social à história dos conceitos, há uma relação entre os dois campos. As transformações vivenciadas “realmente” devem ser percebidas a partir da forma como elas são enunciadas socialmente. A experiência da linguagem e dos testemunhos também não é suficiente, embora essencial, para afirmações conclusivas sobre certos aspectos da realidade (KOSELLECK, 1997: 101-119). Assim, independentemente da maneira como é denominado no campo historiográfico o estudo do pensamento, da sensibilidade, do corpo etc., cabe ressaltar a interdependência desses estudos com as relações ditas concretas.

Não nos parece, desse modo, fortuito que o verbete *érotique* (erótico) apresentado em *La grande encyclopédie* separe a literatura erótica antiga daquela dos tempos modernos. O que poderia a princípio parecer resultado de uma especialização do saber evidencia-se como uma forma de compreender o mundo, pois Charles Le Goffic, responsável pela apresentação

⁴ A coleção dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora, publicada em 1974 com o título *Faire l'Histoire* e composta de três volumes: 1. *nouveaux problèmes*; 2. *nouveaux approches*; 3. *nouveaux objets*, é sintomática desse esforço de transformação. Em língua inglesa, destacamos o livro organizado pela historiadora Lynn Hunt, intitulado *The New Cultural History*, de 1989.

dos tempos modernos do verbete, apresenta a existência de três formas de erotismo: o *sotadique*, o *sadique* e o *pornographique*, respectivamente próprios aos antigos, aos modernos e aos contemporâneos.⁵ Assim, faz-se referência sobre a dificuldade em definir o erótico e revela-se que, para o autor, nem toda representação do corpo e do amor tem o mesmo valor e a mesma sensibilidade social. Ao separar os homens modernos dos contemporâneos, Le Goffic produz ainda uma ruptura de identidade com o passado. Há um “amor de outrora, (...) das épocas cavaleirescas” dos séculos XI ao XIII. No século XVII, pode-se ver, de novo, com Corneille, um amor à moda medieval, “uma ciência complicada, transcendente”. Já no século XVIII, “não há mais tanta felicidade em fatos eróticos”, predominando a libertinagem, própria a Voltaire, Dorat, Chaulieu, Gentil-Bernard, Florian etc. Por fim, no século XIX, os “nossos líricos” puderam “dar à paixão uma linguagem realmente apropriada aos problemas e à melancolia dos corações que ela abraça”. Percebe-se, então, essa nova forma de erotismo por uma nova sensibilidade estética.

Bricon, no verbete *pornographie* (pornografia), também presente em *La grande encyclopédie*, apresenta alguns apontamentos que ajudam a perceber a transformação histórica e identidade proposta por Le Goffic. O termo pornografia, para Bricon, “perdeu seu sentido técnico, aplicado aos escritores especialistas” que falavam sobre prostituição. Isso se deveu à passagem da referência da cortesã à “impureza dos seus hábitos”, num caminho paralelo ao processo de civilização e transformação das práticas de controle sobre o corpo, quer pela via jurídica, quer sanitária, que mudam o enfoque da disciplina e da punição na virada dos séculos XVIII e XIX (FOUCAULT, 2000: 145-152).

Em termos lingüísticos, a palavra *pornografia* aparece no *Oxford English Dictionary* em 1857. Na França, Restif de la Bretonne a cunha em 1969 para intitular um tratado sobre prostituição (HUNT, 1999: 13-14). É importante tomar esse dado como algo mais que o aparecimento de uma simples palavra, já que, em concordância com a autora, percebemos a necessidade de considerar as dimensões sociais que a envolvem. Isso se evidencia à medida que percebemos esses aspectos pelo aprofundamento da separação entre o erótico e o pornográfico e o próprio deslocamento do sentido da pornografia.

Essa ruptura histórica entre os séculos XVIII e XIX, percebida por Le Goffic e Bricon, aprofunda-se, também, em sua dimensão econômica. Para Bricon, “o fato pornográfico resulta principalmente da intenção do autor”, produzindo-se a partir da ideia de um “cálculo

⁵ ÉROTIQUE (verbe). *La grande encyclopédie, inventaire raisonné des sciences, des lettres et des arts, par une société de savants et de gens de lettres*. Paris: H. Lamirault / Société Anonyme de la Grande Encyclopédie, [1886-1902?].

vergonhoso de dinheiro”.⁶ De igual maneira, a lei de 2 de outubro de 1882 que regula a repressão pelo ultraje aos bons costumes, estabeleceu uma diferença entre “os ultrajes aos bons costumes cometidos por desenhos, gravuras, pinturas, emblemas ou imagens daqueles cometidos com a divulgação feita pelos meios de publicação”. Tratou-se de entender a pornografia como atividade industriosa e promovida profissionalmente.⁷

Podemos, ainda, pensar a pornografia a partir dos seus vínculos com a prostituição — atentos ao que Bricon chama de sentido original da palavra —, caso nos atentemos para os esforços de se consolidar no início do século XIX o “sistema da corrupção legal”, conforme denuncia Donat Sautter, em um panfleto datado de 1876. Nesse período, houve regulamentação da atividade de prostituição, primeiro em Paris, depois em outras cidades francesas e europeias. Ao falar dessa permissividade em relação ao mal, ele apresenta a montagem de um sistema sanitário no qual as prostitutas dessas cidades foram cadastradas, estabelecendo-se, assim, um contrato entre elas e a polícia. À polícia coube exigir visitas sanitárias periódicas das prostitutas; em contrapartida, a casa de prostituição poderia estar aberta para a “prática da corrupção”. As mulheres poderiam ainda “com certas reservas de horas e vestuários ir buscar suas vítimas na rua”, o que, conforme Sautter, transformava em “reconhecimento de um direito, de um privilégio, [de] uma patente em uma palavra” aquilo que era condenado às mulheres.⁸

Podemos ver a partir desses casos de política de vigilância e sanitarismo urbano, experimentados no século XIX, a modernidade do pensamento de Restif de la Bretonne. Conforme explica o autor, em 1769, no livro *Le pornographe*, apresentam-se os “inconvenientes inseparáveis da prostituição” e, também, a “necessidade de tolerar as prostitutas na capital e em outras grandes cidades do reino”. Diante do dilema, receita o “remédio”, um regulamento, já que “uma casa pública” ou prostíbulo, quando “bem administrada”, pode “se sustentar por si mesma, diminuir os abusos que a sabedoria das leis tolera sem levar a nenhum dos inconvenientes que uma reforma de outro gênero ocasionaria”. Isso resultaria numa contribuição ao “restabelecimento da decência e da honestidade pública, que me parece os costumes distanciam-se insensivelmente”.⁹

⁶ PORNOGRAPHIE (verbete). *La grande encyclopédie, inventaire raisonné des sciences, des lettres et des arts, par une société de savants et de gens de lettres*. Paris: H. Lamirault / Société Anonyme de la Grande Encyclopédie, [1886-1902?].

⁷ BARBIER, Georges. *Code expliqué de la presse*. Traité general de la police de l'apresse et des délits de publication. Paris: Imprimerie et Librairie Générale de Jurisprudence Mauchal & Bellard, 1911. p.361-364

⁸ D. SAUTTER, *L'état de la moralité publique*. 3^e ed. Neuchatel: Bureau du Bolletin Continental, 1876. p.15-17.

⁹ RESTIF DE LA BRETONNE. *Le pornographe* ou Idées d'un honnête homme sur un projet de règlement pour les prostituées, propre à prevenir les malheurs qu'occasionne le publicisme des femmes avec des notes historiques et justificatives (1769). in *Œuvres érotiques*. Col. L'Enfer de la Bibliothèque National. Paris: Fayard,

Essa dimensão do pensamento sanitário e do controle do corpo das prostitutas, implementados no decorrer do século XIX, concorre ainda com outras formas como os franceses enunciavam o entendimento sobre as relações entre a pornografia e o erotismo. Segundo Pauvert (2000: 10), durante a maior parte do século XIX, o termo erotismo é reservado à literatura canônica que toma o amor por tema, que fala e trata desse sentimento. Independentemente desse sentido mais geral, há uma dificuldade em definir o caráter erótico, isolando-o como gênero, daí o alerta de Lachâtre (apud PAUVERT, 2000: 10) sobre o dever de não confundir “o gênero erótico, que não deve ultrapassar os limites da decência e do pudor, com o gênero livre e grosseiro, ao qual se relacionam tantas produções cínicas ou obscenas”.

Percebemos, então, que não se trata apenas da dificuldade em definir o erótico. A obscenidade é complexa e suas dimensões são vistas em marcas enunciativas que estão circunscritas a cada vivência social em sua historicidade. Daí Restif apontar, em consonância com esse desejo de diferenciar o universo obsceno, que libertinagem não é igual à pornografia. Émile Zola (apud PAUVERT, 2000: 98), também, entende que entre seus textos naturalistas e os romances de Sade não há semelhança, já que sua escrita é “crua e terrível”, faltando-lhe o “riso” e a “fantasia galante da grosseria”. Ambroise Macobre, em seu glossário intitulado *La flore pornographique*, apresenta que “nossos pornógrafos modernos inventaram apenas palavras”, o que resultou haver entre eles e “a obra corajosa, robusta e franca de Rabelais (...) a mesma diferença que há entre rio e esgoto”.¹⁰ Aprofunda-se, desse modo, outro traço de diferenciação ao se marcar como separadas a pornografia e a libertinagem.

No fim do século XIX, *libertino(a)* tem função morfológica de adjetivo, significando desregramento dos costumes, dos hábitos. Aplica-se também às coisas em diversos sentidos, como “contos libertinos” ou “vida libertina”. Fala-se ainda desse modo de uma criança ou um jovem estudante, que negligencia seus deveres. Só ao fim, refere-se, como substantivo e num sentido já envelhecido, aos que não se sujeitam às leis da religião, quer por crença, quer por prática.¹¹

A libertinagem apresenta sua própria historicidade. A palavra francesa *libertins* aparece em 1523, na Bíblia (Atos dos Apóstulos, VI, 9), na tradução de Lefèvre d’Étapes, fazendo concorrência a *affranchi*. Contudo, somente ganha conformação pelo ataque de

1985.

¹⁰ MACROBE, Ambroise. *La flore pornographique*, glossaire de l’école naturaliste, extrait des œuvres de M. Émile Zola et de ses disciples. Paris: Doublezevir Éditeur, 1885. p.18-19.

¹¹ LIBERTIN, INE (verbete). *DICTIONNAIRE de l’Académie Française*. Institut de France, 7^e ed.. Paris: Librairie de Firm-Didot et C^{ie}, 1878.

Calvino aos dissidentes anabatistas em 1544, resultando na composição de um sentido de inconformismo (TROUSSON, 1993: I-II). Em uma advertência aos fieis, em 1547, Calvino afirma ainda ser comum a “todos os libertinos (...) divertir-se com a Escritura Sagrada, transfigurando-a a seu prazer por loucas alegorias, o que não é outra coisa que falsificar o seu sentido natural”. Além disso, dando livre curso à imaginação, fazem a Escritura “servir a tudo” que pensam.¹² Desse modo, à idéia de resistência associa-se ainda os artificios e a opacidade própria ao ser humano.

No século XVII, quando a França já havia consolidado o poder político e ultrapassado as guerras religiosas, o círculo dos libertinos eruditos, compostos por François La Mothe Le Vayer, Gassendi, Gabriel Naudé dentre outros, mantém um caráter dúbio quanto suas posições políticas e filosóficas. Isso decorre da lembrança das guerras e da desestruturação social e política que avassalaram a França no século XVI. O temor de que se reviva uma crise funciona, assim, tanto no sentido da defesa da diversidade quanto no sentido da adoção de posturas mais moderadas, em consonância com o que havia feito Montaigne (Cf. PINTARD, 1983). Além disso, a forma como o poder estrutura-se na monarquia absolutista francesa não garante a existência de uma livre expressão, senão no fórum íntimo dos círculos e academias de saber (Cf. KOSELLECK, 1999).

Os libertinos não compõem uma escola, não buscando ao menos compor doutrinas filosóficas que os definam. Há muito mais uma sabedoria libertina, o que decorre da defesa de um *savoir-vivre libertin*, que é marcado pela indisciplina, entendida como recusa de se deixar contrair por regras de escolas, facções ou normas e prescrições previamente à análise da realidade e dos pensamentos. Soma-se a isso, a liberdade de uma vida que se entrega aos instintos, entendidos como bons, e uma posição pessimista e cética da humanidade, que se contrapõe ironicamente ao humanismo (GIRARD, 2007: 26-31).

A experiência, contudo, não necessariamente aproxima esses homens de uma vida de excessos. Existem grupos que, diferentemente dos libertinos mundanos, guardam-se em sua cultura cavalheiresca, marcando a libertinagem pela reserva. Esses libertinos eruditos são repletos de “audácia interior e de prudência prática”, apresentando “moderação na linguagem e discrição nos gestos”. Torna-se, então, mais compreensível as atitudes de Gabriel Naudé e Jean-Jacques Bouchard que, em viagem a Roma no carnaval de 1632, apresentam “palavras comedidas e gestos raros, de confidências pouco numerosas e discretas; uma grande

¹² CALVIN, Jean. Contre un Franciscan, sectateur des erreurs des libertins. Genève, 20 août 1547. in *Œuvres françaises de Jean Calvin recueillies pour la première fois, precedes de sa vie par Théodore de Bèze et d'une notice bibliographique par P. L. Jacob*. Paris: Librairie de Charles Gosselin, 1842.

submissão aparente aos usos; algumas fantasias, mais limitadas e vigiadas”. Isso, entretanto, manifestando mais “os hábitos da juventude deles do que as necessidades impostas pela nova vida” (PINTARD, 1983: 122 e 210).

No século XVIII, a libertinagem é frequentemente apresentada a partir do modelo galante de Crébillon Fils e seu romance *Les égarements du cœur e de l'esprit*, de 1736. Tem-se, nesse caso, o domínio do jogo e das relações de excesso, traduzindo os valores de uma nobreza, que a sociedade francesa revolucionária percebeu como uma imagem negativa, corrupta e superficial. Contudo, também no século XVIII, “a libertinagem não se limita ao domínio dos costumes: elevando-se, sob a trivialidade, à pretensão filosófica, ela acolhe a reflexão materialista e a contestação social, assim como a condenação de preconceitos morais e religiosos” (TROUSSON, 1993: XIV-XV).

Talvez na linguagem ordinária seja possível encontrar uma relação mais precisa da libertinagem com o excesso, a corrupção e depravação dos costumes. É comum encontrar referências semelhantes à denúncia que Signé Duchesne, funcionário do Procurador Geral do Parlamento de Paris, escreve ao Rei, solicitando uma *lettre du cachet* para que sua esposa, Marguerite Gobet, seja presa. Segundo ele, a vida seguia tranquila, “sem nenhum dos conflitos que nascem ordinariamente ou da desinteligência ocasionada pelas diferenças de pensamento ou pela aversão causada pela libertinagem”. Isso muda, já que “os excessos da boca e do vinho” tornaram-se a “paixão dominante dessa mulher”.¹³ Estamos, nessa dimensão ordinária, mais próximos do sentido que a palavra assumirá no senso comum a partir do século XIX, quando o sentido filosófico de qualquer natureza é praticamente esvaziado.

Verifica-se, portanto, nesse emaranhado de concepções e práticas, diversos processos históricos que se articulam: a proposta de Restif feita publicada em 1769 e o ensaio de uma prostituição sanitária em algumas cidades européias no século XIX; a oposição de um novo entendimento das relações com o corpo em oposição à libertinagem; as práticas de sanitarismo e controle do corpo e sua relação com a pornografia, produzidas durante o século XIX; a percepção de que o erotismo antigo é diferente do moderno e do contemporâneo; o entendimento da libertinagem como parte de um pensamento de natureza filosófica diversa, mas que se traduz em divergência religiosa, em ceticismo, materialismo, embora não se deixe reduzir a nenhum dogma ou sistematização filosófica; os usos ordinários dados à libertinagem no século XVIII, num sentido que revela os limites dessa referência com a vida de corte e sua

¹³ DUCHESNE, transcrição Ars. Arch. Bastille 11994, fol. 178-183 (1758). in FOUCAULT, Michel. FARGE, Arlette. *Le désordre des familles*. p.76-81.

sofisticação de pensamento, bem como num prenúncio da sociedade mais massificada do século XIX.

Para os historiadores, entretanto, essas diferenças tendem a ser apagadas. O surgimento da palavra pornografia data, nas línguas européias, do século XIX, mas Hunt reúne em livro artigos de diferentes historiadores que rastreiam sua origem desde o século XV. Além disso, afirma que a “literatura pornográfica, assim como o romance, era frequentemente associada à libertinagem”, numa tentativa de demonstrar como a linguagem da transgressão encontra uma mesma enunciação (HUNT, 1999: 05-06 e 38).

Para Goulemot (2000: 21-30), não há problema que se empreguem como sinônimas as palavras pornográfico, licencioso e erótico ao analisar as práticas sociais sobre do corpo e as narrativas de caráter ficcional da sociedade francesa do século XVIII. As valorizações diferenciadas decorreriam mais dos sentidos distintos com os quais o século XX compreendeu essas categorias.

De igual maneira, Abramovici (2003) delimita a obscenidade ao apresentar o cenário social no qual ela se constitui na sociedade clássica. Contudo, o autor deixa entender pela leitura de seu texto uma opção pelo uso indiscriminado das palavras libertino, pornográfico, obsceno, erótico e outras.

Torna-se, portanto, possível observar que as análises historiográficas, ainda que em diversos aspectos extremamente profícuas, tendem mais a evitar as repetições dos termos, além de produzirem uma idéia de modernidade a partir de conceitos de linearidade e progresso que nos parecem suspeitos, já que tornam semelhantes essas diferenças tão fortemente visíveis aos homens do século XIX. Talvez Vênus não necessitasse de tanta pele, caso vivesse em período anterior a esse mundo de estetização burguesa. Entretanto, como prever que ela estaria à vontade diante de um riso de Rabelais, ao ouvir um poema de Théophile de Viau ou dentro de um boudoir de Sade? Podemos apenas pensar que ali havia mais calor, já que aquilo que se chama, para os homens do século XIX, “crueldade”, para ela, nada mais é que parte intrínseca da “sensualidade e do amor puro, a verdadeira natureza da mulher”. Em todo caso, não se trata mais de compor novas continuidades. Estamos diante de enunciações diferentes.

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVICI, Jean-Christophe. *Obscenité et classicisme*. Paris : Presses Universitaire de France, 2003.

- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Présentation de Sacher-Masoch, avec le texte integral de 'La Vénus à la fourrure'*. Trad. do alemão Aude Willm. Paris: Minuit, 2004.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales a Nova História*. Bauru, EDUSC, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza Costa Albuquerque, José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. Poder-corpo (p.145-152). in *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- GIRARD, Christophe. *Les libertins du XVIIe siècle: anthologie*. Paris: Librairie Générale Française, 2007.
- GOULEMOT, Jean-Marie. *Esses livros que se lêem com uma só mão*. Trad. Maria Aparecida Corrêa. São Paulo : Discurso Editorial, 2000.
- HUNT, Lynn (org.). *A invenção da pornografia: obscenidades e as origens da modernidade, 1500-1800*. São Paulo: Hedra, 1999.
- HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. Histoire sociale et histoire des concepts (p.101-119). in *L'expérience de l'Histoire*. Trad. Alexandre Escudier, Diane Meur, Marie-Claire Hooek, Jochen Hooek. Paris: Gallimard, Seuil, 1997.
- LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (org.). *História*. 3 vol.: novos problemas, novos objetos, novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986-1995.
- PAUVERT, Jean-Jacques. *La littérature érotique*. Paris: Flammarion, 2000. p.10.
- PINTARD, René. *Le libertinage erudite dans la première moitié du XVIIe siècle*. Genève, Paris: Slatkine. 1983.
- PORTER, Roy. História do corpo (p.291-326). in BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Lopes Magda. São Paulo: UNESP, 1992.
- STAROBINSKI, Jean. A palavra “civilização” (p.11-56). in *As máscaras da civilização: ensaios*. Trad. Maria Lúcia Maçhado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TROUSSON, Raymond. Préface (p.I-LXVIII). in *Romans libertines du XVIIIe siècle*. Textes établis, présentés et annotés par Raymond Trousson. Paris: Robert Laffont, 1993.

Historia Magistra Vitae: a história exemplar pode ensinar?

Daniela Barbosa da Silva*

Resumo: A proposta desta comunicação consiste em pensar a noção de “Historia Magistra Vitae”, cunhada por Cícero, no âmbito da historiografia. Para isso, procuraremos levantar a importância dos “exempla” como constituição narrativa de sentido dentro do trabalho do historiador, como é apontado por Jörn Rüsen e o seu posterior “declínio” no decorrer do avanço historiográfico mostrado por Koselleck. Em seguida, pretendemos analisar essa história exemplar através de sua contribuição ao “aprender” com a História.

Palavras-chave: Historia Magistra Vitae – Historiografia – Teoria da História

À História sempre foi atribuída a capacidade de ensinar. Em seus primórdios na Grécia clássica, quando começa a se distanciar da confecção de anais e se transforma sob a pena de Heródoto e Tucídides, vemos a formação dos primeiros traços que dariam a ela o título de “mestra da vida”. Contudo, caberá a Cícero a autoria da expressão *Historia Magistra Vitae*, cuja definição da História acompanharia o trabalho dos historiadores em suas construções narrativas até meados do século XVIII. A fórmula, conhecida por sua caracterização exemplar da história, só perderá força quando a disciplina passa a receber nova atenção e a definir seu status como “ciência”, o que transformaria as formas como a história e o próprio ofício do historiador se colocavam face ao saber histórico.

Com isso em mente, o nosso trabalho busca apontar os caminhos percorridos pela noção de História Mestra da Vida na historiografia, ressaltando suas principais características e os motivos que vieram a enfraquecer a relevância do conceito na construção do saber histórico. Procuramos também, pensar se a história em sua forma exemplar de sentido pode contribuir em seu próprio aprendizado.

A História Mestra e seu caráter exemplar

Conhecida por sua exemplaridade, a *Historia Magistra Vitae* recebia em sua construção narrativa, uma gama de exemplos para o agir. Tal como as imagens dos ancestrais para os antigos romanos, seu objetivo era, como nos mostra Salústio¹, servir de incentivo para

^{1*} Graduanda em História na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Ensino de Graduação. (PIBEG).

¹ Salústio, importante historiador romano, aponta em sua obra *Guerra de Jugurta* a função de emulação da história, que seria tirada da memória das realizações dos ancestrais.

que, através da memória dos feitos antigos, as pessoas fossem iguais ou melhores que os seus antepassados. Desta forma, quando elaborada por Cícero, ainda que dentro do campo da oratória, a expressão passa a viabilizar uma imortalização da história como instrução para a vida.

Tendo em vista seu caráter de instrução, percebemos que a história mestra se apresentava como detentora de elementos que visavam a construção de modelos a serem seguidos para a formulação de um bom “futuro”, o qual seria elaborado através dos exemplos que deveriam ser imitados. Esta característica tornaria o seu campo de ação mais abstrato, assim como apontado por Jörn Rüsen em *História Viva* (RÜSEN, 2007: 51), no qual veríamos a presença de regras, pontos de vista e princípios. Com isso, a constituição exemplar de sentido transforma a história em “moral” e coloca o agir no tempo submetido às regras.

Portanto, esta história apresentada como moral acaba por criar uma prática atemporal do conhecimento histórico e, retirando de seu corpo a noção de tempo móvel, faz com que os modelos históricos elaborados por ela passem a ser passíveis de encaixe em qualquer época, nas palavras de Rüsen: “com a validade atemporal das regras gerais, a história ensina sua própria supratemporalidade como sua “moral”, com a qual ganharia significado para a vida prática atual” (RÜSEN, 2007: 52).

A noção moral dada ao conhecimento histórico passa a estabelecer para a construção histórica uma “capacidade de julgar”, na qual a História receberia um caráter dogmático, visto que o desvio de um determinado modelo, uma regra pré-estabelecida, seria avaliado sempre de forma negativa. Embora, não se deva negar, a fórmula exemplar também tenha apresentado aspectos positivos, como novas formas de percepção das particularidades em relação ao outro, em que se permitia que tradições fossem observadas e colocadas em comparação, visando, é claro, ao ensinamento que tal fator poderia trazer.

Para Rüsen, o tipo de constituição exemplar de sentido, possui formas universais próprias para “ensinar” através da História, que abundam na vida cotidiana, estando presentes, sobretudo, em posições políticas. E aponta ainda, dentro do campo da cientificização da história, a modificação da forma exemplar, embora ela não tenha sido abandonada por completo, pois ainda podem ser encontrados na historiografia apelos à estrutura exemplar. E, quando não aparentes nas formas interpretativas, o modelo exemplar pode ser encontrado em “modelos lingüísticos e *topoi* retóricos” (RÜSEN, 2007: 55).

Tal constatação nos leva, na próxima etapa de nosso trabalho, procurar os motivos que levaram ao declínio do *topos* e de quais formas algum de seus elementos ainda permanecem na historiografia.

O “declínio” da História Mestra: a modificação do *topos* através dos tempos.

Será Reinhart Koselleck a retratar de forma magistral as modificações da *Historia Magistra Vitae* no decorrer dos séculos e, apontar as causas de seu enfraquecimento nas formas utilizadas para a construção do saber histórico, demonstrando, também, como a própria forma de se entender a História se modifica durante este processo.

As transformações decorridas só passam a ser sentidas durante a segunda metade do século XVIII, pois, até então, a expressão *Magistra Vitae* representava a constância da natureza humana, que levaria a uma similitude entre acontecimentos terrenos. Esta característica de “unidade” e de possibilidades de se levantar certezas sobre o futuro (tendo em mente as semelhanças entre os atos humanos), é questionada quando surge um ceticismo em relação à sensação de continuidade da História. Pois,

Seu uso remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico de validade geral. A história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e pósteros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos. (KOSELLECK, 2006: 43)

Tal concepção é questionada quando se passa a exigir da História uma avaliação mais exigente da realidade que a cerca. Tem-se, portanto, uma nova forma de se conceber a história ou, antes, uma modificação na própria maneira de se construir o seu posicionamento. Na percepção temporal diferenciada, realizada dentro das novas formulações lingüísticas alemãs, a História modifica os significados do conhecer histórico, transforma-se em uma “história em si”.

Nesta nova formulação, a construção histórica passa a extrair elementos singulares dos eventos e também elementos que o colocariam em um todo “unitário”, o termo *Geschichte*²

² Ao conceito *Geschichte*, Koselleck atribui uma nova forma de se pensar a história, em que ela se distancia das narrativas exemplares e se transforma em uma “história em si”, que pensa a si própria na medida em que constrói um novo modelo de posicionamento histórico.

estabelecia uma nova dimensão para o conhecimento histórico, em que este vai além dos relatos narrativos e traz uma nova perspectiva em relação a experiência temporal. Ao que Koselleck nos diz:

Passou-se a exigir da história uma maior capacidade de representação, de modo que se mostrasse capaz de trazer à luz – em lugar de seqüências cronológicas – os motivos que permaneciam ocultos, criando assim um complexo pragmático, a fim de extrair do acontecimento casual uma ordem interna. (KOSELLECK, 2006: 51)

Aparece ainda, dentro desta nova forma de se conceber o saber histórico, a noção de coletivo singular, que buscava estabelecer referenciais comuns em face de fatos singulares da história. O que possibilitou um trabalho que ia da idéia de uma história singular para seu caráter “universal”, e trouxe não apenas uma nova forma de concepção histórica, mas também proporcionou o estabelecimento de uma “filosofia da história”. Dentro de nosso *topos*, este novo posicionamento causou uma perda de força e sentido, visto que a idéia de todo unitário retira a elaboração dos exempla presente em cada fato particular. Sobre a noção de coletivo singular temos:

O advento da idéia do coletivo singular, manifestação que reúne em si, ao mesmo tempo, caráter histórico e lingüístico, deu-se em uma circunstância temporal que pode ser entendida como a grande época das singularizações, das simplificações, que se voltavam social e politicamente contra a sociedade estamental: das liberdades fez-se a Liberdade, das justiças fez-se a Justiça, dos progressos o Progresso, das muitas revoluções “*La Révolution*”. (KOSELLECK, 2006: 52)

O rompimento com uma cronologia natural, proporcionaria, segundo Koselleck, a descoberta de um tempo especificamente histórico. Nele, a História não relata mais apenas exemplos, passa a atribuir juízos e também veredictos. Esta nova visão temporal traz consigo, uma nova noção acerca do futuro histórico, que, agora, relacionado a essa percepção da História, se encontra velado. Retira-se, dessa maneira, a capacidade de se aprender com os fatos históricos, nas palavras de Koselleck “a perfídia da razão impede que o homem aprenda diretamente a partir da história, impelindo-o ao seu destino de forma indireta” (KOSELLECK, 2006: 55).

Há uma transformação da experiência, o passado deixa de ser válido para as formulações acerca do futuro, segundo nosso autor, tal experimentação faz com que o tempo receba uma característica de aceleração e retardamento. Em relação à primeira, vemos que o futuro é buscado incessantemente, mas sem recorrer a nenhuma orientação do passado. O espaço de experiência com lugar neste passado é destruído. Contudo, a compreensão da história ainda perpassa pela noção exemplar.

Tal constatação faz com que Koselleck formule a pergunta acerca do momento em que a história se estabelece, ou necessita se estabelecer, como mestra da vida. Ainda que, é necessário ressaltar, não com a mesma definição que recebeu dos historiadores que fizeram uso do *topos* tal como foi caracterizado na Antiguidade. Ao que o autor nos diz:

No que diz respeito à sua estrutura temporal formal, deve-se ao contrário indagar em que nível a história se estabelece, ou deveria se estabelecer, como mestra da vida: no nível das circunstâncias de ação em curto prazo e de sua moral respectiva, junto às quais a história atua como modelo de experiência, ou no nível dos processos de médio prazo, a partir dos quais certas tendências podem ser projetadas em direção ao futuro? No primeiro caso, a história instrui a respeito das condições de existência de um possível futuro, sem prognosticá-lo; no segundo, a história diz respeito ao nível da duração meta-histórica, a qual, por isso mesmo, não está situada fora do tempo. (KOSELLECK, 2006: 143)

A História deve, então, exercer o seu papel de orientar para um tempo futuro, embora esta orientação não deva se estabelecer através de uma “soma de eventos isolados”. Sendo que seu papel seria demonstrar seu caráter exemplar, dentro das diferenciadas histórias e da própria dinâmica em que elas ocorrem. Assim, a pergunta que fica é: esta história exemplar é capaz de ensinar? Se a resposta for sim, quais as formas em que este ensinamento deve ocorrer sem retornar as generalizações da antiga definição do *topos* “mestra da vida”?

Considerações Finais

Para chegar a alguma resposta possível, recorreremos novamente ao trabalho de Jörn Rüsen em *História Viva* (RÜSEN, 2007), no qual procura apontar os problemas trazidos pela dissociação entre teoria e prática e qual as possíveis soluções para que o conhecimento

adquirido na academia possa participar na formação histórica do homem, em que formação entender-se-ia como conjunto de competências para interpretar o mundo e a si próprio.

Esta compreensão de si e do mundo se torna possível na medida em que, através do campo da experiência, acontece uma reelaboração do passado a fim de se construir uma orientação existencial. Em que este passado, atuante por meio da memória histórica, apresentaria conteúdos significativos para o presente e auxiliaria a projetar perspectivas para o futuro. Nesta elaboração, fatos objetivos e subjetivos se cruzam para a obtenção de uma apropriação da História construída, assim sendo, ela é capaz de dar ao seu sujeito uma identidade. Nas palavras de Rüsen: “o aprendizado histórico caracteriza-se, pois, como um movimento duplo: algo objetivo torna-se subjetivo, um conteúdo da experiência de ocorrências temporais é apropriado; simultaneamente, um sujeito confronta-se com essa experiência, que se objetiva nele”. (RÜSEN, 2007: 106).

Assim, temos que os elementos constituintes de sentido para a interpretação histórica, tornam-se compreensíveis como objetos de conhecimento, em que os sujeitos são capazes de articular a experiência e saber adquiridos com a sua própria vida. A História exemplar está inserida neste modelo de interpretação e mediada por uma constituição crítica de sentido é capaz de auxiliar na construção e organização nos processos cognitivos do saber. Dessa forma, podemos afirmar que, sim, a história mestra é capaz de ensinar, desde que esteja associada a outras formas de percepção histórica.

Referências Bibliográficas:

HARTOG, François (org). *A História de Homero a Santo Agostinho: prefácios de historiadores e textos de história*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae*. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Representação, tempo e estrutura*. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

RÜSEN, Jörn. *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Tradução de Estevão de Resende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Florentino Varella (orgs.). *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: Edufop, 2009. ISBN: 978-85-288-0061-6

Max Weber e Karl Marx: Questão social, História e Marxismo¹.

Daniela Oliveira Ramos dos Passos²

Introdução

O campo de investigação tanto de Karl Marx quanto de Max Weber é o mesmo, ou seja, ambos estudam o caráter “capitalista” da moderna economia e sociedade, isto é, o capitalismo industrial e os desenvolvimentos sociais advindos deste.

Para Marx, um dos fatores que acarretaria no processo de transformação da história seria aquele decorrente de uma sucessão de determinadas formações sociais que se caracterizariam principalmente pelas diferentes formas de reprodução econômica que seriam impulsionados por conflitos de classe.

Para Weber as instituições capitalistas não se desenvolveram de uma forma mecanicista a partir do sistema feudal. Um dos motivos que levou ao surgimento do capitalismo moderno foi o banimento da magia (ou desencantamento do mundo) transmitido ao cristianismo através do judaísmo e praticado pelo protestantismo ascético calvinista que procedeu ao desenvolvimento de uma técnica econômica racional; sendo que para ele o capitalismo somente pôde se transformar na força determinante da vida humana por desenvolver-se no âmbito de um modo racional de vida (LÖWITH, 1997: 19). Weber via o surgimento do capitalismo moderno de forma gradual e a influência do protestantismo ascético é para ele *apenas um* “episódio” desse longo processo.

Quanto ao materialismo histórico, proposto por Marx, este somente é válido, para Weber, como tipo-ideal podendo servir apenas como parâmetro para precisar a realidade social, perdendo assim, sua potencialidade revolucionária, concebendo-o somente como um método entre outros, destinado a conhecer apenas cientificamente a realidade.

Como obra heurística, Weber reconhece que os trabalhos de Marx são fundamentais e que o mundo acadêmico não poderia realizar parte de seu próprio trabalho sem eles; e afirma que o mundo dentro do qual nós mesmos existimos intelectualmente é um mundo criado em parte por Marx e por Nietzsche (MOMMSEN, 1997: 148). Assim, sua análise sobre o capitalismo moderno não está afastada dos trabalhos de Marx: ambos tentam

¹ A primeira versão deste texto foi originalmente escrita como trabalho final para o curso “Max Weber: História, Teoria e Sociedade”, ministrado no segundo semestre de 2008 pelo Prof. Dr. Sérgio da Mata no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto/MG.

² Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto - M.G.

explicar o desenvolvimento de um sistema econômico na Europa Ocidental e concordam que esta nova estrutura econômica – o capitalismo – representou um novo tipo de sociedade com enorme produtividade tanto em níveis culturais quanto materiais. Por fim, existem em ambos preocupações quanto às condições sociais produzidas pelo sistema capitalista e como pode ser possível preservar a dignidade humana frente à exploração do trabalho.

Porém, suas análises conclusivas são diferenciadas e, porque não, opostas. Marx via a ideologia como uma variável dependente no processo de transformação social. Weber, ao contrário, procurou mostrar que o caráter ideológico não deriva automaticamente da posição social, mas constitui um meio para explicar esta posição.

Assim, conforme o exposto, o objetivo deste ensaio é o de tentar explicar os principais aspectos dos estudos de Karl Marx e Max Weber – um possível diálogo entre eles e suas principais diferenças - além de procurar entender a questão social nas obras de ambos. Este trabalho deseja ainda suscitar uma discussão historiográfica ao analisar parte das obras dos pensadores em questão e textos de autores que trabalham os escritos destes de forma pormenorizada, a fim de sublinhar um traço de continuidade entre Weber e Marx a que muitos não estão acostumados, na medida em que nosso ponto de vista está mais habituado a perceber a descontinuidade entre a social democracia de Weber e o socialismo de Marx.

Weber e Marx: Interpretações opostas ou um possível diálogo?

Nas obras de Marx podemos perceber o modelo dialético de pensar a história da humanidade. Um dos “fios condutores” desta perspectiva seria a de que a “história de todas as sociedades é a história da luta de classes”. O modo de produção capitalista consistiria no resultado da sucessão de modos de produções anteriores e a ponte para um modo de produção mais evoluído: o comunista. Este modelo de sociedade colocaria um fim nesta luta entre os homens e inauguraria uma nova fase na história humana. Enfim, este processo histórico possuiria uma ordem evolutiva, onde as fases sucessivas engendrariam uma às outras em direção a uma utopia comunista.

Tal teoria é baseada na concepção materialista da história. O materialismo histórico seria algo analisável, observável e quantificável, que avalia as expressões de estruturas econômico-sociais como sendo a raiz de toda representação, simbolismo e sentido de uma sociedade (REIS, 1996, 40).

Weber encarava esta interpretação marxista, do processo histórico como sucessão

de diferentes formas de produção e a utilização do materialismo histórico para explicar a mudança social, apenas como teorias que no máximo se podem construir com a ajuda de tipos ideais, e nunca como uma descoberta científica com validade objetiva. Em a “*Objetividade do conhecimento nas ciências sociais*” ele afirma que:

Quanto à chamada concepção materialista da história é preciso repeli-la com a maior firmeza enquanto concepção de mundo, ou quando encarada como denominador comum da explicação causal da realidade histórica (WEBER, 1991: 84).

Weber combate ainda o engajamento político da teoria de Marx, onde através da ação da burguesia surgiu o capitalismo e através da ação revolucionária dos proletários pode vir a surgir uma sociedade comunista. Para ele a posição marxista somente poderia ser aceita como

Uma sistematização de brilhantes hipóteses típico-ideais, que como tais merecem a maior atenção por parte de todos os cientistas sociais e que conseguem aumentar em muito a nosso conhecimento sobre a essência das sociedades modernas (MOMMSEN, 1997: 152).

E ainda, em seu texto *O socialismo* (conferência pronunciada para os oficiais austríacos no ano de 1918) ele afirma que o *Manifesto Comunista* é um documento que no seu gênero é uma realização científica de primeira grandeza, mesmo que se negue (como ele o fazia) suas teses centrais. Porém o *Manifesto*, segundo Weber, é um documento profético por proferir o desaparecimento da organização capitalista da sociedade, sendo esta substituída pela forma transitória da ditadura do proletariado que para ele levaria a servidão do mesmo, sem acabar com o “domínio do homem sobre o homem” (WEBER, 1997). Assim, o *Manifesto Comunista* como obra científica é tido como frutífero, mas no campo político o mesmo tem conseqüências profundas e desagradáveis.

Um outro ponto do desacordo de Weber quanto à teoria marxista era, sobretudo, no que tange a simplificação da explicação dos fenômenos sociais com base exclusivamente econômica. Ainda segundo Weber a realidade histórica não pode ser reduzida unicamente a causas econômicas, mesmo no caso específico dos fenômenos econômicos. Fatores como a política, a religião, o clima, entre outros não econômicos, não podem ser tratados como fatores “acidentais”, onde os motivos econômicos atuam como causa primeira. Estes fatores seguem também suas próprias leis, sendo que as condições econômicas são tão “historicamente acidentais” quanto os fatores citados (WEBER, 1991: 86). Neste caso, a evolução histórica não é determinada exclusivamente por interesses materiais, pois ao lado destes existem os interesses ideais/culturais, que podem produzir mudanças sociais de considerável alcance.

Contudo, Weber sabia que os escritos de Marx não se restringiam apenas a um determinismo econômico no sentido de que pensasse os motivos econômicos como decisivos na ação social dos indivíduos. Ele estava consciente de que as interpretações de Marx e o Marx original não eram exatamente a mesma coisa (ZANDER, 1997: 73). A crítica de Weber é direcionada ao marxismo de tipo “vulgar”, que considera a teoria de Marx, apenas pelo lado do determinismo econômico, sendo que para estes autores a interpretação econômica da história é o fator fundamental do qual dependem os demais.

Segundo Hobsbawm, no livro *Sobre História*, para Marx o processo real de produção não era simplesmente a produção material da vida em si mesma, mas algo mais amplo, um conjunto complexo de relações mutuamente dependentes entre natureza, trabalho, trabalho social e organização social, sendo que os seres humanos produzem tanto com a mão quanto com a cabeça (HOBSBAWM, 1998: 175-176). E isto é observável numa passagem do livro a *Ideologia Alemã* onde Marx e Engels afirmam que:

A concepção materialista da história, portanto, baseia-se na exposição do processo real de produção – começando da produção material da vida em si mesmo – e abrangendo a forma de relações associadas com e criadas por este modo de produção, isto é, a sociedade civil em suas várias etapas, enquanto base de toda história; descrevendo-a em sua ação enquanto Estado, e também explicando como todos os diferentes produtos teóricos e forma de consciência, religião, filosofia, moralidade, etc., etc., dela derivam, e acompanhando o processo de sua formação a partir desta base; dessa forma, a coisa toda pode, é claro, ser descrita em sua totalidade (e conseqüentemente, também, a ação recíproca desses vários aspectos entre si.). (MARX e ENGELS. *apud*, HOBSBAWM, 1991, p. 175-76).³

Assim, percebemos que para Marx a concepção materialista da história é a *base* da explicação histórica, mas não a explicação histórica em si.

Coube a Engels, numa longa carta a Joseph Bloch (diretor da revista *Sozialistische Monatshefte*) esclarecer alguns equívocos que se anunciavam então a respeito da relação entre estrutura e superestrutura:

Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu nunca afirmamos mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o único determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as Constituições que, uma vez ganha uma batalha, são regidas pelas classes vitoriosas etc., as formas jurídicas, e mesmo os reflexos de todas estas lutas reais no cérebro dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e os seu desenvolvimento ulterior até serem convertidas em sistemas dogmáticos – exercem igualmente a sua ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam predominantemente sua forma (...). Somos nós mesmos que fazemos à história, mas, nós a fazemos, em primeiro lugar, segundo premissas e condições muito concretas.

³ FRIEDERICH, Engels; MARX, Karl. *The german ideology*. Londres: Collected works, 1976. p.53 (tradução modificada).

Entre elas são as econômicas as que, em última instância, decidem. Mas também desempenham um papel, ainda que não seja decisivo, as condições políticas e até as tradições que rondam como um duende nas cabeças dos homens (...). O fato de que os discípulos destaquem mais que o devido o aspecto econômico é coisa que, em parte, temos a culpa Marx e eu mesmo. Frente aos adversários, tínhamos que sublinhar este princípio cardinal que era negado, e nem sempre dispúnhamos de tempo, espaço e ocasião para dar a devida importância aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações. Infelizmente, ocorre com frequência que se crê a ver entendido totalmente e que se pode manusear sem dificuldades uma nova teoria pelo simples fato de se haver assimilado, e nem sempre exatamente suas teses fundamentais. Desta crítica não estão isentos muitos dos novos “marxistas” e assim se explicam muitas das coisas inexpressivas com que contribuíram. (Engels, Carta a Bloch, 284-286).

Quando Engels afirma que precisava “*sublinhar o materialismo histórico como princípio cardinal*”, isto é uma tentativa de impor uma nova concepção de fazer/estudar/escrever história, é uma tentativa de explicar o processo em exame de acordo com a realidade material vivida, frente às interpretações “idealistas” de então. Desta forma, o marxismo se baseia numa teoria de formação social concreta e não apenas do “espírito”; ele não separa *faire l’histoire* do *faire de l’histoire*. Mas isto não quer dizer que esta corrente histórica simplifique as questões sociais a um determinismo econômico. Como explicitado na carta, Marx sabia que o fator ideal/cultural é fundamental para se pensar a sociedade.

Segundo Eduard Bernstein, um dos grandes teóricos da social democracia e crítico das teses centrais do marxismo (tido como o fundador do revisionismo), em sua obra *Socialismo Evolucionário*, o materialismo histórico de modo algum nega a inteira autonomia das forças políticas e ideológicas sobre o desenvolvimento da vida social, mesmo que as condições de “produção e evolução das classes exerçam no seu final uma influência mais forte”. Mas isto não quer dizer que as causas puramente econômicas se sobressaiam sozinhas no decorrer da história humana, pois os fatores econômicos dependem de uma série de outros elementos, mesmo que estes tenham influências menores, o que não significa que a concepção materialista da história tenha um caráter de simples determinismo econômico.

O materialismo filosófico, ou o materialismo da ciência natural, é determinista, num sentido mecânico. A concepção marxista da história não o é. Atribui ao fundamento econômico da vida das nações uma influência determinante, mas condicionada, sobre as formas que essa vida adquire (BERNSTEIN, 1997: 40-41).

Portanto, nos escritos de Marx, é impossível distinguir relações sociais de produção das idéias e conceitos, ou seja, *base de superestrutura*, isto porque tais relações são moldadas pelas ideologias que não são reduzidas apenas ao fator econômico. Para Weber, isto estava bem claro na obra de Marx, mas não para os marxistas de tipo “vulgares” que segundo ele obscureceram o total sentido do termo materialismo histórico, reduzindo-o a um

determinismo econômico.

Quanto ao principal objeto de estudo dos pensadores em questão – o capitalismo e suas conseqüência na sociedade moderna - existe em Weber e Marx a preocupação com as condições da sociedade e sua existência digna diante do sistema capitalista.

Porém as análises conclusivas de Weber se diferenciam das teses de Marx. Para este, o sistema capitalista desenvolveria, no que se refere à diferenciação social, inevitavelmente uma polarização entre a burguesia de um lado e o proletário de outro, havendo assim, a eliminação de todas as outras camadas da sociedade.

No entanto, para Weber, a evolução social tenderia antes para uma diferenciação crescente tanto na área do operariado quanto na área das camadas médias. Ele acreditava que a estrutura estratificada da moderna sociedade levaria a existência de muitas divisões de interesses e status.

Em seu livro *A sociologia do trabalho industrial*⁴ (obra de investigação empírica escrita no início do século XX sobre o trabalho industrial em uma fábrica têxtil alemã) Weber faz uma análise sobre o real efeito que as fábricas exerciam em torno do trabalho operário. Como as indústrias influenciariam no estilo de vida extra-profissional dos trabalhadores, no que tange às suas tradições, cultura e vida social. Neste trabalho, Weber está interessado na “dimensão qualitativa” do comportamento humano perante o serviço laborial nas indústrias, investigando, para tanto, as exigências do tipo intelectual, psíquicas e físicas que as fábricas modernas impunham aos operários, bem como as transformações que os obreiros industriais estariam experimentando em sua personalidade.

Desta forma, *A sociologia do trabalho industrial*, se comparado com *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*⁵ - de Friedrich Engels (escrito entre os anos de 1843-1845), que traz uma profunda análise da situação dos obreiros dos diversos ramos industriais e as misérias operárias advindas do trabalho neste setor - procura ir além dos resultados, apresentados por Engels.

Weber se propõe aliar, aos fatores dos estudos de Engels (o excessivo uso do álcool e dos prazeres sexuais - formas de diversões tidas como únicas por esta classe - o trabalho feminino e a desagregação familiar como resultado deste, a alta taxa de mortalidade – principalmente infantil - pouca instrução moral, trabalho excessivo, péssimas condições de

⁴ Max Weber. Introducción metodológica. In: _____. *Sociologia del trabajo industrial*. Madri: Trotta, 2001.

⁵ Friedrich Engels. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

moradia e distância da mesma ao local de trabalho, entre outros) uma análise técnica dos efeitos negativos nos rendimentos laborais.

Dados como o processo de divisão dos trabalhos (especializado ou não), fracionamento do trabalho, introdução de sistemas salariais dirigidos a premiar rendimentos quantitativos e qualitativos, estado de ânimo que oscila durante os dias semanais, idade, estado civil, sexo e outras condições gerais; significariam, de acordo com Weber, uma transformação do sistema psicofísico do trabalhador. Ou seja, além de uma análise dos efeitos trágicos da indústria na vida dos operários, Weber propõe uma investigação das condições técnicas do trabalho nas fábricas, que igualmente podem produzir mudanças significativas na vida social/cultural dos trabalhadores.

Weber, dentro desta obra, ainda se pergunta até que ponto há um intercâmbio entre os trabalhadores dos diversos setores internos das indústrias, e chega à conclusão de que existem diferenças sociais, culturais, étnicas e mesmo geográficas, entre os operários de unidades distintas o que proporciona interesses diferenciados, levando, assim, a uma divisão dos interesses classistas dentro da classe trabalhadora como um todo.

Portanto, para Weber um único modelo de estratificação de classes onde os trabalhadores estão de um lado e a burguesia de outro não seria suficiente para responder à rede complexa de interesses rivalizantes dentro de uma sociedade capitalista.

Logo, o modelo típico ideal de uma estratificação social de classes elaborado por Weber distingue a sociedade em quatro classes: a) classe trabalhadora; b) a pequena burguesia; c) a intelligentsia (na medida em que não possui propriedade em grande escala) bem como especialistas altamente qualificados e funcionários, sendo que para as massas conseguirem chegar a se unir e rebelar-se é necessário à liderança de homens que pertençam a esta classe; e por fim d) a classe dos possuidores e privilegiados pela educação (MOMMSEN, 1997: 162).

Dentro desta perspectiva, Weber avalia como reduzidas as chances de uma revolução socialista sob a condição de extremos sociais (burgueses x proletários) pregada por Marx e Engels.

Mas, vale lembrar, que Marx e Engels escreveram em um período de eminência revolucionária. As condições histórico-sociais, nos quais eles trabalharam, estavam fortemente marcadas; a era Vitoriana (1837-1901) é balizada pela atuação das organizações trabalhistas (as *trade unions*) que “venceram” a resistência do empresariado e conquistaram sucessivas melhorias nas condições de trabalho (legislação trabalhista, redução da jornada de

trabalho, melhores salários). A greve geral Cartista de 1842 é um bom exemplo deste período conturbado. Assim, não é de se estranhar que para Marx e Engels (e muitos teóricos deste período) o colapso do capitalismo era algo imediato e a revolução proletária (gerada pela revolta dos trabalhadores com o sistema laborial de então) era algo certo e vindouro.

Contudo, esta revolução social, almejada pelos teóricos socialistas, para Weber, não era tida como sendo a melhor no que tange à situação das massas trabalhadoras.

De acordo com Wolfgang Mommsen, no texto *Capitalismo e socialismo: o confronto com Karl Marx*, Weber acreditava que a apropriação privada dos meios de produção ou a divisão injusta da propriedade como tais não podem ser vistas como a causa básica da “alienação” e do privilégio negativo das massas trabalhadoras, sendo que a verdadeira fonte da “alienação” não estava nas condições de propriedade, mas na onipotência de estruturas do poder burocrático; através de uma socialização dos meios de produção os trabalhadores não ficariam mais livres, haveria apenas um deslocamento de interesses dentro do sistema social e não melhoraria de forma alguma a situação dos trabalhadores como tais, nem eliminaria o “domínio do homem sobre o homem”. Os trabalhadores só se confrontariam com uma nova e ainda mais poderosa camada burocrática que seria mais difícil de controlar. Pois mesmo não assentindo à socialização da economia, Weber era a favor da emancipação e da igualdade para o proletariado dentro do sistema capitalista vigente (MOMMSEN, 1997: 157).

Ele acreditava que mesmo havendo a “racionalidade formal” esta estaria acompanhada da “irracionalidade material” ocorrendo, por exemplo, a subordinação dos trabalhadores aos empresários. Os desvios da “racionalidade formal” (já que está sempre em confronto com a “racionalidade material”) diminuem a eficácia do sistema capitalista. Ele sabia que toda problemática social se dava justamente pela inevitável separação entre “racionalidade formal” e “material”; e que para se chegar a uma solução digna para a humanidade teria que haver o compromisso constante entre ambas (ao invés de embate ou de sobrepujança de uma sobre a outra).

Desta forma, o capitalismo para Weber significava a organização do trabalho formalmente livre numa forma metódica, racional e disciplinada de organizar o mercado, onde um Estado racional legal representaria a estrutura que permitiria esta calculabilidade na atividade econômica.

Portanto, segundo Weber a simples abolição da propriedade privada dos meios de produção pode eventualmente representar o caminho para uma solução satisfatória dos

problemas mais urgentes, mas da mesma forma ela pode complicar ainda mais as coisas, principalmente se cair em mãos de burocracias que não decidem ou de novas elites autoritárias. Contudo, Weber sabia que tanto o modelo de sistema econômico proposto por ele, quanto o de uma socialização dos meios de produção apoiado por Marx, são impossíveis de serem colocados em prática sem afetar, a realização de ao menos alguns dos objetivos e das concepções de valor a que nas intenções estavam destinados (MOMMSEN, 1997: 173).

Por fim, tentar apresentar “receitas fáceis” sobre como as sociedades capitalistas devem ser reestruturadas, a fim de acabar com a “exploração” dos trabalhadores, não é fácil. Mas ao menos ambos (Marx e Weber) pensaram e estudaram os problemas decisivos desta sociedade, penetrando profundamente na problemática do capitalismo industrial, que mesmo não trazendo respostas prontas e acabadas, pelo menos trouxeram este assunto à baila e o colocou em discussão.

Considerações finais

Mesmo com todas as diferenças entre Max Weber e Karl Marx, concluímos que a análise de Weber sobre a economia moderna não estava totalmente afastada das obras de Marx, podendo-se assim afirmar que existe a possibilidade de um diálogo entre eles, havendo questões muito mais em comum em ambos do que entre Marx e muitos dos autores ditos seus discípulos. Haja vista a obra de Weber intitulada *As causas sociais do declínio da cultura antiga*, onde ele afirma que a queda do Império Romano não se deu apenas por causas externas, mas também devem ser procuradas causas em seu interior; e faz tal análise tomando emprestado termos cunhados por Marx, como “infra-estrutura” e “superestrutura”, enfatizando ainda a importância de fatores econômicos/“materiais” para explicar o processo em exame (WEBER, 1995).

É claro que existem divergências entre Marx e Weber, principalmente no que tange a rígida separação entre fato e valor proposto por Weber para os trabalhos científicos. Para este a obra de Marx possui méritos científicos significativos, porém a mesma envolve questões de “ética e valores” de fins últimos, sendo que para Weber a ciência não pode responder a questão sobre “qual dos deuses em luta ela servirá”. Cabe a mesma apenas o papel heurístico e nunca como sendo válida objetivamente. Mas entre ambos há um parentesco de interrogações e perspectivas que não podem ser subestimadas.

Desta forma, é importante salientar que a relação de Weber com Marx e o

pensamento marxista não pode ser tida apenas como uma simples dimensão de “confirmação” e “refutação”. Os estudos históricos de Weber complementam e corrigem a obra teórica de Marx, ao mesmo tempo em que abalam as interpretações grosseiras do marxismo quanto ao desenvolvimento histórico/social da humanidade.

E, a meu ver, investigar o processo de evolução social humana significa fazer o tipo de perguntas ao estilo de Marx, mesmo que não aceitemos todas as suas respostas.

Referências bibliográficas:

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Instituto Teotônio Vilela, 1997. Primeira Parte: As doutrinas fundamentais do socialismo marxista. p. 31-46.

COHN, Gabriel (org.). *Weber*. São Paulo: Ática, 1991. Introdução: p. 7-36.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. *Max Weber e a história*. São Paulo: Brasiliense, 1995. Cap. 2: Max Weber e o Marxismo. p. 39-72.

ENGELS, Friedrich. Carta a Bloch, 21/09/1890. In: MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas de Marx e Engels*. São Paulo: Alfa-Ômega 1975. 3 V.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

GERTZ, René (org.). *Marx Weber e Karl Marx*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. Cap. 10: O que os historiadores devem a Karl Marx? Cap. 11: Marx e a história. p.155-184.

LÖWITH, Karl. Max Weber e Karl Marx. In: GERTZ, René (org.). *Marx Weber e Karl Marx*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p.17-31.

MOMMSEN, Wolfgang. Capitalismo e socialismo: o confronto com Karl Marx. In: GERTZ, René (org.). *Marx Weber e Karl Marx*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p.146-178.

REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996. Cap. 3: O marxismo. p. 40-53.

SWEDBERG, Richard. *Max Weber e a idéia de sociologia econômica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005. 21-106.

WEBER, Max. Introducción metodologica. In:_____. *Sociologia del trabajo industrial*. Madri: Trotta, 2001.

_____. As causas sociais do declínio da cultura antiga. In: COHN, Gabriel (org.). *Weber*. São Paulo: Ática, 1991. p. 37-57.

_____. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (org.). *Weber*. São Paulo: Ática, 1991. p. 79-127.

_____. “Socialismo”. In: GERTZ, René (org.). *Marx Weber e Karl Marx*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

ZANDER, Jürgen. O problema do relacionamento de Max Weber com Karl Marx. In: GERTZ, René (org.). *Marx Weber e Karl Marx*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p.70-98.

Cam em Curitiba: a cidade moderna nascente no conto e na novela de Raul Gomes

Daniele Weigert*

Raul Gomes, escritor de *O Desespero de Cham* e *Os desequilibrados*, nasceu em Piraquara em 1889 e faleceu em Curitiba em 1975, participou ativamente nas publicações da *Novela Paranaense*, que foram fortemente influenciadas pelo movimento futurista¹. Raul Gomes valorizava os motivos regionais e a cultura local em sua obra, que ficou conhecido como paranismo (IORIO, 2003: 254-255).

O Conto *Os desequilibrados*, editado em 1915, descreve um comício organizado por Emmanuel Parreiras e seus colegas do Jornal *A Lucta*, onde alguns oradores criticavam a atuação pública e a maquina eleitoral (GOMES, 1915).

O Desespero de Cham, editado em 1926, relata o romance de um negro e uma jovem de boa família Curitibana. Benedicto era oficial do exército, estivera por muitos anos no Rio de Janeiro onde conseguiu a carta de médico, bacharel e engenheiro civil com honrarias. Voltando a Curitiba, o jovem começa a frequentar à casa de uma amiga de infância, Maria da Graça, de família prestigiada em Curitiba, com a qual faz passeios pela cidade. Devido a inseparável amizade dos dois, os pais da moça pedem para que ela se afaste de Benedicto, por ser negro e pela suspeita de que tinha pretensão de casamento. Maria da Graça obedece a seus pais, e se casa com um homem que não ama escolhido por eles (GOMES, 1926).

Carlos Antunes, o marido da moça, é um homem rico e bem visto pela sociedade, um benemérito de Curitiba, entretanto péssimo marido. Maria da Graça sofre com as saídas e maus-tratos do marido, e decide contar a seus pais, os quais não lhe dão ouvidos acusando-a de ciumenta. Ele começa a ser violento, mesmo com as queixas da moça seus pais não acreditam por ser Carlos Antunes um homem bem visto na sociedade. Maria da Graça é expulsa de sua casa e seus pais não a aceitam. A moça desconhece o motivo deste abandono, busca emprego na empresa de Benedicto, o qual a ajuda a desvendar o que ocorreu e descobrem o mau elemento que era Carlos Antunes. Este era casado com outra mulher em Guarapuava, de onde fugiu por causa de seus crimes abandonando-a, e armou um flagrante acusando Maria da Graça de ter cometido adultério. Maria da Graça consegue se recuperar das doenças transmitidas pelo marido e provar os crimes por ele cometido, e Benedicto vai morar longe de Curitiba.

* Mestranda em História pela Universidade Federal do Paraná.

¹ Apesar de Raul Gomes não ter se declarado futurista, percebe-se a influência deste movimento nas obras que foram analisadas.

A cidade

A Curitiba das primeiras décadas do século XX, em que Raul Gomes escreve o conto *Os desequilibrados* e a novela *O desespero de Cham*, foi marcada por transformações. A capital paranaense, no início da década de 1910, contava com uma população de aproximadamente 65 mil habitantes², a região central passava a ser iluminada com luz elétrica, o bonde agora é movido com esse tipo de energia, as ruas de maior concentração de casas comerciais passam a ter calçadas e pavimentação, é fundada a Universidade do Paraná e em 1917 ocorre uma Greve Operária (FENIANOS, 2002: 60-62).

Os romance e conto são ambientados nesta Curitiba transformada que ganha ares de *grande metrópole*³. Em *O desespero de Cham*, Raul Gomes salienta os aspectos modernos que a cidade adquiriu através dos olhares do personagem Benedicto, que após dez anos longe de Curitiba, ao retornar surpreende-se com a cidade. A obra aponta para alguns fatores que caracterizam a cidade moderna são elas:

1. Nesta cidade as ruas deveriam ser mais largas para os automóveis transitarem com mais facilidade, os meios de transporte deveriam ser rápidos movidos com outro tipo de energia, não mais pela animal.
2. Deveria ter áreas de lazer onde o povo pudesse passear com familiares ou instruir-se.
3. As edificações modernas deveriam estar de acordo com as *regras de higiene e requinte de luxo*.
4. Nela prevaleceria aglomeração humana, tumulto e anonimato.

O modelo de *cidade moderna* se contrapõe a *cidade colonial*

Com suas ruas estreitas, quadras desalinhas, aglomerações habitacionais insalubres e escuras; com seus sobrados e palacetes localizados ao lado de cortiços imundos e da pobreza; com seus animais sendo criados nos quintais ou vagando pelas ruas; desprovida de calçamento, de rede de esgoto, de abastecimento e de iluminação (BENVENUTTI, 2004: 22).

² População de Curitiba em 1912. Curitiba no período que vai de 1913 a 1916 estava sob a administração de Cândido Ferreira de Abreu, sua administração foi caracterizada pelas reformas urbanas. (BENVENUTTI, 2004: 1-5).

³ O jovem Benedicto, que viveu na capital brasileira, descreve Curitiba como uma cidade moderna, quando se refere aos problemas de Curitiba reporta-se ao Rio de Janeiro se esforçando em mostrar que os problemas da capital paranaense são os mesmos, com nova roupagem, que da capital nacional.

A cidade moderna era o oposto desta descrição de cidade colonial nela encontravam-se largas avenidas, umbrosas praças, vilas e palácios, bondes elétricos e automóveis, clubes chiques e teatros confortáveis.

A nova cidade surge como negação ao modelo do passado. O *monstro resfolegante de vapor e aço* transportava Benedicto para a nova Curitiba, que ansiava pela modernidade, mas que lhe causava surpresa e medo.

No bojo da cidade moderna em formação encontramos a cidade idealizada e a cidade real, elas não se contrapõem, mas vivem em simbiose. A cidade real era aquela que apresentava características da cidade colonial na qual a modernidade emergia. Nela se encontrava os problemas que a modernidade apontava como barreiras para o desenvolvimento do ideal moderno. Em *O desespero de Cham* e *Os desequilibrados* alguns locais de Curitiba assumem características bem marcantes, outros transitam de uma característica a outra sendo o exemplo da cidade moderna por excelência. O esquema abaixo ilustra estes fatos.

CIDADE MODERNA

Ideal moderno	Realidade moderna
Quinze de Novembro	
São Francisco	Visconde de Guarapuava

A Rua Quinze de Novembro, uma das principais da cidade, assume características que transitam entre o Ideal moderno e a Realidade moderna, era ali que se encontrava o correio, o jornal *A Lucta* e o Clube Curitibano exemplares de modernidade, mas marcados pelo conflito⁴.

É nesta Rua que Benedicto, influenciado pela admiração de Maria da Graça ao ver o desfile das tropas, decide pela carreira militar. A farda torna-se o signo que expressa a concordância de Benedicto com aquela sociedade de aparência. Tentava agradar e causar admiração na 15, a hierarquia militar era a forma de tornar-se um homem de prestígio na sociedade curitibana.

Por ter partir de Curitiba jovem, Benedicto nunca sentirá o preconceito da raça até o momento em que andando pela Rua 15 de Novembro, em frente ao correio, foi chamado de tição por uma mulata, sentiu o grande golpe que o dividia de Maria da Graça: a cor. “Tição,

⁴ No conto *Os desequilibrados*, os jornalistas de *A Lucta* eram descritos pelo diretor de uma das Secretarias do Estado e integrante do Clube Curitibano como eternos *descontentes opositores e revolucionários*. E também na frente do Correio que Benedicto é chamado de tição.

porque preto e fardado de uniforme ornado de vivos rubros no kepi, na túnica e na calça” (GOMES, 1926:59).

A Rua 15 de Novembro, onde sofreu o *choque* deste *insulto*, também era o local onde se encontrava o Clube Curitibano, lugar onde ocorreram os lances que demonstraram toda a hostilidade daquela sociedade em relação ao negro. Esta rua que na época era uma das principais de Curitiba, onde se encontrava inúmeros estabelecimentos e ocorriam os principais eventos culturais (BENVENUTTI, 2004: 41) foi o palco destas revelações. A Quinze representa a união do modelo ideal e do real de cidade moderna, é onde Benedicto e o Movimento de Emmanuel Parreiras são recriminados e criticados.

A Rua Ébano Pereira é o limite apresentado entre a Quinze e o Alto do São Francisco. O Alto do São Francisco era o local onde morava Benedicto e Maria da Graça, foi descrito como o *desfilar de boas surpresas do progresso* de Curitiba e onde Benedicto refletia. Em sua casa Benedicto pisoteou seu uniforme, o símbolo de sua resignação àquela sociedade preconceituosa, e da “barreira erguida entre Maria da Graça e ele” (GOMES, 1926: 59).

A Praça Tiradentes e o Alto do São Francisco eram os locais onde o negro discriminado e a população menos favorecida podiam agir sem serem criticados pelas camadas dominantes, representada pelo Clube Curitibano. Eram os lugares onde a modernidade ideal se desenvolve sem freios.

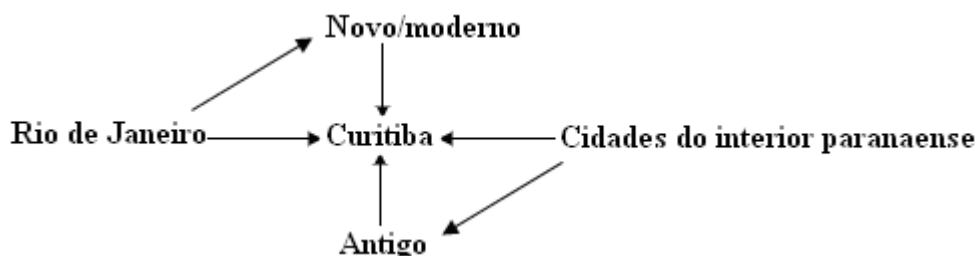
O oposto de cidade ideal da modernidade era representado pelos quarteirões no prolongamento oriental da Rua Visconde de Guarapuava. Região predileta de condenados a trinta anos de penitenciária, conhecida por esse motivo como Trintannos. Benedicto era incisivo em suas críticas a essa rua, onde em casinholas de madeira formigavam famílias operárias de praças, de gente desqualificada, em promiscuidade de costumes, onde a vigilância policial não atalhava e os tumultos eram encerrados com assassinatos.

As *multidões* são vistas sempre de uma forma negativa, remetendo a criminalidade, ao anonimato e ao tumulto. Mesmo na crítica aos *instintos primitivos* dos moradores desta região, Benedicto deixa claro que este não é um problema somente de Curitiba, tanto “aquí como no Rio, e em todo Brasil massas desoladas de brasileiros se consomem de miséria e ignorância”. A comparação com o Rio de Janeiro é bastante esclarecedora, o curitibano dividia os mesmos problemas e anseios da modernidade que um morador da capital nacional, a condição de capital periférica não isentou a busca do modelo de modernidade.

Ao mesmo tempo em que relaciona estas massas humanas da Visconde de Guarapuava e da Quinze⁵, com o *primitivo*⁶, também aponta no sentido de que a modernidade nascente caminha para esses aglomerados humanos. Esta questão é reforçada diversas vezes na obra, como quando pensa em voltar para o Rio onde se diluiria *ao anonimato babélico das multidões cariocas*, ou quando relata o desembarque nas plataformas da locomotiva, em que uma onda *agitadiça enchem a plataforma* assaltando os vagões.

A modernidade de Curitiba é enfatizada na novela, Raul Gomes exalta a cidade, mas esta Curitiba ainda possui limites precisos. Nela pode-se andar no “prolongamento da Rua 15 de Novembro, á direita, até as altiplanuras da Boa Vista, ou até a Chácara Poplade onde comiam uvas, ou em Água Verde, em busca da sombra dos bosques de pinheiros” (GOMES, 1926: 27).

Os limites do urbano curitibano são vistos de forma positiva, local de reflexão, de diversão, de namoro. Era o *prolongamento* da própria cidade, em contraponto nos municípios vizinhos era onde estavam os capangas do governo, que acabavam com os movimentos desfavoráveis. No esquema seguinte são demonstradas as representações e influencias que Curitiba recebe das cidades de fora.



O Rio de Janeiro era o local onde Benedicto não sofre preconceitos, e consegue com seu esforço e dedicação os títulos de Tenente e cartas de bacharel, médico e engenheiro civil. O Rio é a cidade onde se nivelava as unidades étnicas⁷ ao calor da fraternidade, e onde participava de atividades sociais como festas bailes e convescotes, sempre convidado pelas pessoas que ele ajudava.

Os outros municípios paranaenses são locais onde os criminosos agem impunemente, como o guarapuavano Carlos Antunes. Em Guarapuava, Carlos Antunes cometia

⁵ Na Rua Quinze o carnaval é caracterizado como tumulto, uma festa grosseira, fuga para animalidade.

⁶ Também utiliza o termo animalidade. A qual é utilizada de duas formas por Raul Gomes, no conto a palavra é relacionada a indiferença, a covardia e a neutralidade, significando o oposto de manifestações populares. Na novela está relacionado com o *tumulto do carnaval*. Ambas às vezes refere-se ao que compreende como irracionalidade e a não-reflexão.

⁷ É interessante ressaltar que a questão deste *nivelamento* caracterizou os últimos anos da escravidão no Rio de Janeiro, onde já não era possível distinguir as *classes – livres ou escravas –* pela roupa e outras práticas. (CHALHOUB, 1990: 175-253).

“defloramento, tomava mulheres alheias e era mandante no assassinio do dono de um sítio”, não era punido por que “a política servia-se delle como chefote eleitoral” (GOMES, 1926:155-156). No conto e no romance as pessoas vindas do interior paranaense são retratadas de forma pejorativa, seus crimes são cometidos sem o medo da justiça e do banimento social, mas em Curitiba sabiam que não poderiam *arrastar esporas*. *Aqui não há caboclos pacíficos*, teriam que agir de forma cautelosa mostrando que eram homens bons.

Em Curitiba vemos a influencia do antigo, representado pelos homens que vinham do interior paranaense, e do moderno que é trazido por Benedicto quando retorna do Rio de Janeiro. Mas ambos sobreviviam no mesmo espaço, os capangas das cidades vizinhas serviam para apoiar o *governo* e poderíamos dizer a sociedade conservadora. E Benedicto para introduzir técnicas modernas de produção, ou como os *revolucionários* do Jornal *A Lucta*, que lutavam em prol dos menos favorecidos, pelo voto livre, pelo direito dos operários.

A sociedade

A sociedade curitibana possuía um perfil ideal de homem da modernidade, e era representado na novela por Benedicto. Jovem empreendedor que construiu e administrava com maestria seu engenho de mate, instrua seus funcionários, empregava técnicas sofisticadas de produção e incentivava os operários com assistência médica, dentária e previdencial e montando cooperativas. Habitando-se a *não olhar para traz*, Benedicto era um grande empreendedor.

O homem moderno (Benedicto) deveria ter a melhor educação a qual era vista também como regeneradora⁸. Os homens poderiam agir de boa vontade, mas sem a instrução necessária não seriam entendidos. Do lado oposto criminosos que teriam tido instrução eram bem vistos. Como exemplo destas ocorrências temos o soldado 57, sempre em defesa das mulheres, mas por ser negro e sem educação tinha fama de arruaceiro, entretanto com a defesa de Benedicto diante do júri, o 57 foi inocentado das acusações que lhes faziam e ainda recebeu de Benedicto a educação necessária e trabalho conforme suas aptidões.

A solução moderna para os problemas sociais apresentados por Raul Gomes era a educação. O voto dos analfabetos era interpretado como não livre, os quais se submetiam a

⁸ Raul Gomes colocando o negro filho de ex-escravos como modelo de modernidade, pela instrução que receberá, fazia *campanha educativa*. Logo no prefácio de *O desespero de Cham* intitulado *Prevenção Necessária* já declarava os mesquinhos quinhentos exemplares que publicava, em uma sociedade onde boa parte da população era analfabeta, seria esta obra oportunamente uma forma de fazer uma campanha favorável à educação que poderia aumentar o publico leitor de seus livros. Segundo IORIO “os intelectuais se engajavam constantemente em campanhas educacionais que pregavam a difusão do ensino primário, numa tentativa de aumentar o número de leitores de suas obras” (IORIO, 2003: 237).

toda sorte de abusões. Benedicto era o exemplo de que a instrução era a resposta, ele, um negro, conseguiu fortuna e posição pela boa educação, difere-se dos outros de sua *raça* que continuavam com o primitivismo africano.

A realidade moderna de Benedicto era formada na confluência das raças, em união onde na cooperação de suas virtudes obteria o alvo comum. Entretanto, no bojo da cidade moderna estava a sociedade, valorizando as aparências a fortuna e a posição. As permanências de relações antigas eram encobertas nas ruas pela “cortesias convencionais”, e no âmbito doméstico representado pelos casamentos arranjados e pelo abuso dos homens com suas mulheres, dóceis e complacentes.

Aquela sociedade que não queria saber do que tinha por dentro, mas do que via sem maior esforço, Benedicto fazia questão de revelar a verdade, defendendo os fracos e oprimidos, juntando provas e mudando opiniões.

O homem moderno exemplar da sociedade curitibana era aquele que agia em favor dos injustiçados, não almejando mudanças sociais, mas que buscava ver um pouco mais do que a superfície. Para exemplificar estes fatos podemos observar a defesa de Benedicto a Maria da Graça. Maria da Graça acusada de adultério, com ajuda de Benedicto consegue provar sua inocência, agiram no sentido de mostrar que ela atendia a todos os requisitos sociais de boa mulher virtuosa.

Outro exemplo era Bendicto, ele encontrou na carreira militar uma forma de aceitação na sociedade curitibana. No Rio de Janeiro, sua dedicação foi o suficiente, era respeitado e admirado, em Curitiba, entretanto, não bastava seu esforço para ter prestígio, mesmo sendo um homem rico era excluído de alguns espaços de sociabilidade frequentados pela elite branca. A categoria “cor” não o impedia de ter amizades com as pessoas mais prestigiadas da sociedade curitibana, mas o rebaixava como pretendente das moças das principais famílias.

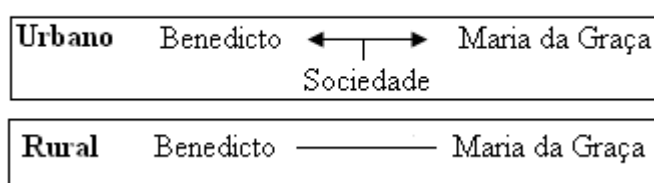
O maior signo desta sociedade preconceituosa era o Clube Curitibano, descrito como aristocrático clube onde a onda elegante e fina dirigia-se. Os integrantes do Clube eram também os defensores da sociedade conservadora, fazendo críticas incisivas aos integrantes do jornal *A Lucta*.

Os lances mais dramáticos da novela se passam no palácio do clube. Benedicto fantasiado de Pierrô foi ao encontro de Maria da Graça mascarada a oriental, os dois declaram seus sentimentos um pelo outro, quando então um sócio do clube pediu para que ele tirasse

sua máscara, Benedicto não o faz, então a arrancam e se deparam com um negro, atiram-no a calçada afirmando ser ele um traste inútil ou inconveniente.

As relações amorosas entre pessoas de “cores” diferentes eram proibidas, algo que não era possível. Desde longa data na família de Benedicto, o branco foi a causa de tragédias, as raças estavam sujeitas pelo *determinismo* de suas origens a permanecerem separadas. Assim, as famílias, tanto de Benedicto quanto de Maria da Graça, não queriam que a relação entre os dois se consumasse.

CASAMENTO ENTRE BRANCO E NEGRO



O esquema acima demonstra os impedimentos de branco e negro se casarem. Na área urbana o que divide Benedicto de Maria da Graça era a sociedade. Como provedora deste determinismo relatado pela mãe de Benedicto estava o *medo da sociedade*, reguladora de comportamentos, onde o negro temia o constrangimento da branca diante da elite a qual pertencia. E os pais da jovem não queriam manchar a alta linhagem, dos mais recuados troncos da família paranaense, com o sangue de Cham (Cam).

Tia Josepha⁹ sugere a solução para que a união se consumasse: Benedicto não deveria se resignar e sim ir embora da cidade com Maria da Graça. “Tendo fazenda iria para lá onde viveria feliz, pouco ligando á sociedade, da qual não dependeria” (GOMES, 1926: 162). A área rural era a resposta, neste local não haveria impedimentos sociais. Terra de ninguém, lugar onde viveriam felizes longe da sociedade moderna curitibana.

Em contraposição temos a mãe de Benedicto, para ela o papel do negro era recuar, não insistir, calar-se, apequenar-se. O *destino* do negro “no Brasil [Curitiba] é a diluição, a incorporação na massa dominante dos brancos” (GOMES, 1926: 88). A mãe de Benedicto, uma ex-escrava educada como uma moça branca, ainda assume uma posição subalterna, apesar de ser rica.

Nesta sociedade cheia de regras e preceitos a mulher deveria se resignar à ganância dos pais, a casamentos por conveniência, a maridos beberrões, devassos e violentos preservando-se de escândalos de separação onde colocava sua reputação na berlinda.

⁹ Uma negra que trabalhava na casa dos pais de Maria da Graça, personagem marcante que fazia muitas críticas aquela sociedade e apoiava a união de Benedicto e Maria da Graça.

Os homens retratados na novela, com exceção dos negros 57 e Benedicto, eram os algozes das mulheres. O homem branco era retratado como o causador de tragédias, o transmissor de doenças repugnantes, o sedutor de mulheres, o bígamo; as mulheres são suas principais vítimas. Em contraste o homem negro era seu defensor.

Raul Gomes se esforça em contrapor Carlos Antunes com tantos predicados desfavoráveis em relação à Benedicto, que mesmo sendo negro era homem digno de nota pela educação que recebera.

Maria da Graça, com a separação, torna-se alvo de falatórios, acusada de adultério. Entretanto a denuncia da bigamia cometida por Carlos Antunes coloca a reputação deste em cheque, e as outras provas de seus crimes modificam as opiniões populares sobre Maria da Graça que se esculpia em relevo de mártir, fixando-se os laços de amargura e resignação heróica de moça sofredora.

Depois do mau casamento de Maria da Graça seus pais desejam que ela una-se com Benedicto, mesmo com a intervenção do autor que sai da posição de narrador a personagem, como que ansiado pelo desfecho do romance e pergunta a Benedicto sobre Maria da Graça, este segue o *determinismo de sua estrela* indo embora de Curitiba.

Mesmo quando os impedimentos sociais demonstravam não ser mais obstáculo, parece haver uma divisão profunda entre Benedicto e Maria da Graça, suas diferenças não eram apenas de ordem social. Suas categorias raciais os separavam.

Benedicto não era bom pretendente para Maria da Graça por ser negro, e não só para ela, mas todas as moças de sua posição social. Benedicto incorporava ao seu discurso a *constatação da inferioridade intelectual e social do negro*. Mesmo apontando como solução a esse estado da *raça* a uma poderosa campanha educativa, assinalava a *alma primitiva e tosca* dos negros em suas cerimônias de feitiçaria. Na passagem onde descreve as cerimônias do Candomblé no Rio de Janeiro, mostra todo o preconceito subjacente no curitibano de origem, relacionando-as ao primitivismo africano.

Os problemas que o negro enfrentava eram causados por viverem *à margem da civilização, devorados de baixas credences*. Foram relegados a um estado primitivo distante do moderno. Por aplicarem técnicas arcaicas na agricultura, as fazendas entraram em decadência e a *evasão não remediou o mal*. Os negros deveriam livrar-se dos apegos culturais que eram relacionados com a ignorância, e o meio para esse desapego era a educação.

Assim Benedicto incorpora os valores e preconceitos da sociedade Curitibana e aceita a posição por ela imposta. O negro deveria curvar-se a sociedade racional moderna: adequando-se as técnicas modernas de produção, livrando-se da alma primitiva e tosca.

Mesmo ao ser vítima de preconceitos, quando pisoteia seu uniforme demonstrando seu repúdio pela aquela sociedade de aparência, tenta provar que o homem escolhido para casar-se com Maria da Graça não condiz com o perfil social aceitável.

Benedicto não é revolucionário, nem age em busca de mudanças sociais, ele tenta enquadrar-se. Para isso sua atuação se direciona no sentido de valorizar aquele meio, e este fator representa a inventividade da modernidade paranaense. Suas propriedades valorizam na arquitetura os motivos regionais: o pinhão o pinheiro, com estas edificações Benedicto afirma uma modernidade nova, própria, original.

Conclusão

Raul Gomes, em seu conto e novela retrata a ambígua e nascente cidade moderna curitibana, nela o antigo sobrevive e o moderno vem no *monstro de vapor e aço*.

A cidade moderna não possui uma homogeneidade, mas é a união do ideal com a realidade que se apresenta. Nesta simbiose encontramos as bases de sua formação, tentando superar e apontando soluções aos problemas. O desfecho é conservador. Na novela Benedicto sai da cidade que o reprime. Já o conto mostra que na ala tradicional e conservadora, representada pelo Clube Curitibano, também surgem jovens que admiram a *lição profunda de patriotismo e de dignidade* das pessoas que estão na rua, denunciando o governo vigente e reivindicando melhoria, mas não participam do movimento na Quinze são meros espectadores.

Referencias Bibliográficas

BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. *As Reclamações do Povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)*. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 2004.

CHALHOUB, Sidney. Capítulo 3. Cenas da Cidade negra. IN: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FENIANOS, Eduardo. *Almanaque Kur'yt'yba*. Curitiba: Univer Cidade, 2002.

GOMES, Raul. *O desespero de Cham - Novella paranaense*. Curitiba: Emp. Gráfica Paranaense, 1926.

GOMES, Raul. Os desequilibrados. IN: GOMES, Raul. *Histórias Rudes*. Curitiba: Typ. “A Republica”, 1915.

IORIO, Regina Elena Saboia. *Intrigas e Novelas: Literatos e literatura em Curitiba na década de 1920*. Tese de Doutorado em História. Curitiba: UFPR, 2003.

Lições do passado bandeirante no “Curso de Bandeirologia”: Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946)

Danilo J. Zioni Ferretti¹

No ano de 1946 Affonso d’Escagnole Taunay, aos 70 anos de idade, se aposentou. Passou a direção do Museu Paulista, à frente do qual ficara trinta anos, a Sérgio Buarque de Holanda, então com 44 anos. Trata-se de um ato que pode ser tomado como dotado de um forte caráter simbólico, uma verdadeira transmissão de posto no universo historiográfico paulista, com repercussões no brasileiro. Ainda que não tenha deixado de trabalhar e publicar, Taunay passava a Sérgio Buarque a direção de uma das mais prestigiadas instituições guardiãs da memória regional. Contudo, não era a primeira vez que suas trajetórias se encontravam. De fato, Sérgio Buarque de Holanda, quando criança, havia sido aluno de Taunay no prestigioso ginásio São Bento, na capital paulista. Da mesma forma, Taunay, quando fazia parte do grupo de intelectuais do *Correio Paulistano*, fora responsável por intermediar a primeira publicação de um texto do jovem Sérgio Buarque, “Originalidade literária”, de 1920. Não seria exagerado supor que o interesse no tema das bandeiras tenha sido despertado no autor de *Caminhos e Fronteiras* pelo velho professor do ginásio São Bento.

De Taunay, pesquisador do bandeirismo calcado no paradigma metódico e cultor de um discurso identitário paulista que remetia ao ambiente político-intelectual da Primeira República, a Sérgio Buarque de Holanda, o modernista entusiasta da renovação da historiografia pelo diálogo com as ciências sociais de corte weberiano, nota-se vários indícios de mudanças no universo historiográfico. Mas se, de fato, os estudos normalmente tendem a ressaltar os inegáveis traços de ruptura entre esses autores, não se pode menosprezar as fortes permanências existentes. A continuidade entre ambos é tema ainda muito pouco estudado, talvez porque questione as imagens de pioneirismo que atribuímos a nossos heróis intelectuais. Essa complexa combinação entre ruptura e permanência faz-se também presente em todos os aspectos de um evento ocorrido no mesmo ano de 46, que juntou os nossos dois autores e sobre o qual buscaremos aqui nos concentrar: o Curso de Bandeirologia. Ainda que nosso interesse resida na forma como foi então concebido o caráter pedagógico da história, faz-se

¹ Doutor, professor de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ).

necessário compreender o contexto político-cultural que condicionou a realização do encontro.

O Curso de Bandeirologia constitui-se de uma série de 12 conferências públicas sobre as bandeiras, realizadas entre 16 de maio e 12 de dezembro de 1946, na cidade de São Paulo, em sua maior parte no salão de honra da Escola Normal “Caetano de Campos”. O evento, na realidade, foi a culminância de uma série de iniciativas tomadas pelo Departamento Estadual de Informação (DEI), órgão cultural do governo paulista, reformulado sob a direção do jornalista Honório de Sylos. Substituindo o antigo DEIP, sessão estadual do DIP, o novo órgão pretendia acabar com o caráter de censor e propagandista do governo do seu antecessor, adequando-o aos novos tempos democráticos. Tratava-se de uma redefinição política encaminhada pela interventoria de José Carlos Macedo Soares, governo de transição indicado pelo presidente Dutra, que assumiu em dezembro de 45 e que deveria gerir o estado até a posse do novo governador eleito, em 1947.

De modo geral, as conferências foram resultado da confluência de dois movimentos: por um lado a busca de avançar no processo de institucionalização dos estudos sobre as bandeiras e, por outro, o reinvestimento no discurso da paulistanidade, em um novo contexto político, pós-Estado Novo.

O movimento de instituição da história e geografia, e em especial do tema das bandeiras, onde ambas se encontravam, coadunava-se com a trajetória do idealizador do curso. Macedo Soares destacou-se, acima de tudo, como figura chave da institucionalização do saber geográfico, que nos anos 30 avançou sob a dupla direção da abertura dos primeiros cursos universitários de geografia (USP e UDF) e da criação de instituições estatais de atividades e pesquisa geográficas (MORAES, 2002, p.164). Dessas últimas, Macedo Soares foi um dos maiores incentivadores. Não somente está na base da instalação, em 1936, da Comissão Nacional Estatística, da qual foi o presidente, como organizou, neste mesmo ano, a Convenção Nacional de Estatística. Mais importante, reuniu o primeiro grupo de profissionais em geografia, recém-formados pelo prof. Pierre Deffontaine na Universidade do Distrito Federal (UDF), inserindo-os na discussão e criação de um organismo estatal de geografia, consolidado em 1937 no Conselho Brasileiro de Geografia (OLIVEIRA, 2005). Todas essas iniciativas confluíram com a criação, em 1938, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), órgão oficial de implementação da política territorial do Estado Novo, cuja primeira direção ficou a cargo do próprio Macedo Soares. Além de implementar o programa da “Marcha para Oeste”, fruto da interpretação varguista do mito bandeirante, ainda assumiu a presidência de instituições que veiculavam um saber mais aos moldes tradicionais, como era o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que presidiu de 1938 a 1941, e da Academia Brasileira de Letras, a partir de 1942, tornado-se figura chave do ambiente intelectual durante o Estado Novo. Ao longo desse processo, incentivou a criação de ciclos de discussão, conferências e simpósios sobre temas geográficos, como etapas de divulgação de conhecimentos e articulação de profissionais, fundamental para a disciplinarização da geografia.

O Curso de Bandeirologia, portanto, pode ser inserido no conjunto de iniciativas organizadas por Macedo Soares, com a originalidade de ser voltado à temática específica das bandeiras, que o acompanhava ao longo de sua trajetória. Os estudos sobre o tema cresciam desde o último quartel do séc. XIX, sob a iniciativa de Capistrano de Abreu e de uma série de diplomatas e eruditos (muitos concentrados nos Institutos Históricos, brasileiro e de São Paulo) empenhados em escrever uma “historia territorialista” (FERRETTI, 2004. ARAÚJO, 2006). No contexto dos anos 40, o próprio título “bandeirologia” dado ao curso, ainda que nunca explicitamente justificado, sugere a intenção de levar a um novo patamar as pesquisas sobre essas expedições coloniais, instituindo assim um campo de estudos específico, quase uma nova “ciência das bandeiras”.

Mas além da busca em avançar na institucionalização dos estudos das bandeiras, o Curso de Bandeirologia parece ter desempenhado um importante papel político. Antes de tudo, convém lembrar a trajetória de Macedo Soares como pertencente à elite política paulista, membro do Partido Democrático, da Chapa Única por São Paulo Unido (1933) e do Partido Constitucionalista de São Paulo (1934). Em todos eles, sempre desempenhou o papel de negociador entre os interesses de setores da elite paulista e o governo Vargas, do qual participou ativamente como ministro das relações exteriores (1934-1936) e da justiça (1937). Esse mesmo papel de mediador parece tê-lo orientado no período em que foi interventor de São Paulo. Pois a sua administração seria necessariamente de transição entre um Estado Novo em que vários paulistas participaram, e outros tantos se indispuseram, e os novos tempos democráticos.

O primeiro passo tomado nessa transição foi a transformação do DEI, no sentido acima descrito de anulação do que era visto como “entulho autoritário” do antigo regime. Mais do que acabar com a censura, era necessário avançar e propor medidas efetivas que indicassem a mudança de postura. Isso foi feito com o incentivo ao estudo de temas paulistas, à divulgação de uma imagem radiante do estado, além da reabilitação e apoio às instituições culturais que a sustentavam antes do Estado Novo. Pode-se considerar que a interventoria, por meio do DEI, no espaço do ano de 1946, capitaneou uma breve política identitária de reabilitação do paulistanismo, após o período sentido por muitos como tendo sido de ocupação “militar” e “estrangeira” de São Paulo.

Neste sentido, quanto ao incentivo a estudos de temas paulistas, o DEI prestou auxílio financeiro a uma série de pesquisas, realizadas por diferentes departamentos da USP e da Faculdade Livre de Sociologia e Política, naquilo que pode ser considerado um embrião do financiamento público estadual da pesquisa acadêmica. Foram contemplados pesquisadores como Roger Bastide (sobrevivências africanas no vale do Paraíba e Ilha Bela), Paulo Hugon (economia do vale do Paraíba), Pierre Mombeig, Aroldo de Azevedo e Dias da Silveira (estudos de geografia em Rio Claro e Baixada de Iguape), Emilio Willems (cultura caiçara e aculturação de indígenas em Iguape), Otávio da Costa Eduardo (estudos do negro em São Paulo), dentre outros². Houve a tentativa, aparentemente frustrada, de “realização de notável obra, já em execução, de divulgação do progresso paulista nos últimos 25 anos”, tendo como coordenador ninguém menos que Oswald de Andrade³.

A interventoria ainda auxiliou o fortalecimento de instituições há muito dedicadas ao cultivo do discurso da paulistanidade; doando um novo prédio para servir de sede à Academia Paulista de Letras; concedendo-lhes um auxílio pecuniário de Cr\$50.000,00⁴; instituindo a “casa de Euclides da Cunha” em São José do Rio Pardo; ou mesmo fazendo cumprir a restituição à família Mesquita da direção do OESP, retirada anteriormente pelo Estado Novo. Também aproveitou a permissão concedida pela nova

² Carta de Honório de Sylos ao diretor do jornal *O Estado de São Paulo* (OESP) respondendo às críticas feitas na edição do dia 12/05/46 à atuação do DEI. Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). “DEI-recortes de jornal”. E 11701.

³ “A nota do Dei” In *Jornal Trabalhista*, 21/12/46. AESP, Idem.

⁴ *Revista da Academia Paulista de letras* (RAPL), São Paulo, n. 34, junho 1946. Respectivamente, p. 183, e p. 168.

constituição de 1946 para reabilitar os símbolos regionais. Mais especificamente, prontamente empenhou-se em restabelecer, pelo decreto 16.349, o uso da bandeira do Estado de São Paulo, tornada símbolo político da resistência federalista em 32 e proibida pelo Estado Novo, que a incinerou, junto com as demais bandeiras estaduais, na célebre cerimônia de 1937. O referido decreto anulava o ato atentatório à identidade regional, mas buscava-se evitar a reabilitação de uma perspectiva exclusivista de regionalismo, pois no texto que o informava, frisava-se a perfeita compatibilidade entre culto nacional e culto regional. O centralismo do Estado Novo conseguia conquistar terreno, limitando a virulência do discurso regionalista, fazendo com que seu retorno se desse em outras bases, com mais acentuado centralismo. Nesse contexto, realiza-se o Curso de Bandeirologia, culminação desta obra restauradora de um discurso de identidade regional que se afirmava agora menos pelo seu caráter de exceção e mais de construção do todo nacional.

Afonso de Taunay tomou parte destacada no evento. Coube-lhe proferir a conferência de abertura, com o tratamento do tema “O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil”, abordado em duas partes principais: uma metodológico-historiográfica e outra em que aborda propriamente a temática em questão. Nos concentraremos na segunda parte.

Assim, a maior parte da conferência se concentra no tratamento do tema das “estradas” bandeirantes. Trata-se de um tema tornado clássico em nossa historiografia a partir da renovação apresentada por Capistrano de Abreu, na década de 1880. Sobre influxo das teorias de Buckle e da antropogeografia ratzeliana, o ilustre cearense propunha então que o historiador redirecionasse seu olhar para o processo de embate do colonizador com o meio natural e a lenta conquista do interior do território, o que implicava em traçar os roteiros de penetração. A referência a Capistrano se faz presente no texto de Taunay, que também apresenta as principais características de sua versão historiográfica.

Se a perspectiva territorialista condicionava a abordagem, essa se concentrava no tratamento de um caso específico: o de um grande caminho dos paulistas que ligaria o lagamar santista, na costa, subiria a Serra do Mar e se direcionaria para o interior da América, atingindo, por fim, Cuiabá. Parte terrestre, parte fluvial, a via era desmembrada em duas para a explanação: a parte terrestre, identificada como o

“Caminho do Mar”, de Santos à vila de São Paulo, já a parte predominantemente fluvial formaria o “caminho do Tietê”, de Ararituaba (atual Porto Feliz) até Cuiabá, no coração de Mato Grosso.

Sobre ambas Taunay aplicou um esquema narrativo semelhante, em que à linearidade espacial do trajeto dos rios e caminhos, adicionou uma linearidade temporal da trajetória histórica que representavam. Sua apresentação dá-se na forma de uma viagem exploratória, específica do historiador, que desenrolava a série de personagens e acontecimentos mais importantes que viveram e ocorreram em suas margens. Escavados pela minuciosa crítica documental, esses eram dispostos narrativamente num crescendo constante e necessário, das agruras das primeiras expedições às suas vantajosas conseqüências e gloriosos desdobramentos. A forma narrativa adotada reproduzia a linearidade ascendente da própria idéia de progresso, num tom o mais sublime e otimista possível. Mas à diversidade das etapas e “fases” da história dos caminhos, contrapõe-se ainda a sugestão da unidade de uma força orientadora do movimento, que podemos identificar na “mais evidente demonstração da energia do aventureirismo paulista”(p. 23), este povo “acostumado a fazer mais do que promete a força humana”(p. 22).

No que toca ao “Caminho do Mar”, esse esquema linear ascendente era apresentado, inicialmente, pela descrição dos personagens que o percorreram. Narra-se o início, em que era simples trilha indígena, sua transformação em via do colonizador e jesuítas, em tronco bandeirante, a posterior passagem dos governadores gerais do século XVIII, dos tropeiros do XIX, até o advento da era do café, no séc XX, entendida como base para a criação da riqueza presente. A essa desenrolar de personagens da história paulista corresponderiam fases de avanço das técnicas viárias: de um dos mais difíceis caminhos existentes, passando a calçada empedrada, até tornar-se estrada carroçável com as obras do governador setecentista Bernardo Lorena. Taunay então não deixa de reconhecer que esse movimento ascendente sofreu importante recuo com o abandono do velho caminho, após a construção da estrada-de-ferro, a partir dos anos 1870. Mas o movimento ascendente é retomado com mais vigor pela recuperação do velho trajeto e sua transformação em rodovia adaptada ao automóvel, operada pelo muito elogiado governo de Washington Luís, até atingir o ponto culminante do presente, representado pela Via Anchieta, ainda não de todo concluída.

Aqui podemos começar a compreender a forma como Taunay equacionava a questão do caráter pedagógico da História, de sua possibilidade e pertinência em apresentar ensinamentos para o presente, que mais diretamente nos interessa. O nosso trabalho é dificultado pelo fato do autor em nenhum momento fazer referência explícita à questão. Contudo, isso não significa que o autor tenha deixado de veicular uma forma própria de conceber essa relação, forma predominante no universo intelectual paulista do início do séc.XX e que parece ter incorporado acriticamente.

Como vimos, a dimensão de progresso estava presente não somente na estruturação da narrativa mas na forma de conceber o processo histórico analisado, o que de antemão já descarta a possibilidade de Taunay representar uma sobrevivência temporã do Antigo Regime de Historicidade e seu apego restrito ao gênero da *Historia Magistra Vitae* (HARTOG, 2003). Nesse sentido, Taunay estava em pleno Regime Moderno de Historicidade o que não o impedia de apresentar uma perspectiva pedagógica para sua atuação historiográfica. Não parece ter-se dedicado a traçar prognósticos visando definir os desdobramentos futuros, mas em nenhum momento deixou de analisar a experiência passada tendo em vista definir não somente o sentido ascendente do movimento histórico, que possibilitaria a outros traçar prognósticos, como indicar as forças constantes e diretoras desse movimento. Precisamente aí, na identificação da força orientadora do movimento ascendente e do sentido desse mesmo movimento, que me parece estar a missão pedagógica do trabalho historiográfico de Taunay. E essa perspectiva parece ter sido incorporada a partir da prática vigente no meio intelectual e político paulista, conforme indica o tratamento do Caminho do Mar acima apresentado.

O autor muito se aproxima da forma como o mesmo tema foi tratado por ninguém menos que o presidente e historiador Washington Luis Pereira de Sousa. Taunay transpõe para seu texto a mesma perspectiva de um didatismo eivado de sentido político, que Washington Luis aplicou na construção, a partir de 1920, dos Monumentos da Serra do Mar. Essa série de construções ladeando a estrada construída pelo governador paulista, e que seria o marco inaugural de seu ambicioso plano rodoviarista, foram dispostas seguindo um prévio plano simbólico, contendo explícitas referências históricas, definidas inclusive com ajuda de historiadores como Capistrano de Abreu e Paulo Prado (FERRETTI, 2004). Elas representariam momentos da política viária dos

governos de São Paulo e indicavam uma clara lição: o progresso de São Paulo foi fruto do investimento de seus filhos e governantes na abertura e melhoria de caminhos. Tratava-se, claramente, da apropriação do velho tema da história territorialista – a formação do Brasil pela abertura de caminhos - para legitimar uma prática específica, no caso, a política rodoviarista de Washington Luis.

Esse ensinamento era possibilitado pela adoção de um mecanismo em que se diferenciava o sentido do movimento da força que o impulsionava. Enquanto o primeiro era variável, inconstante (crescente até) e por isso não poderia ser previamente perceptível ao historiador, o segundo tendia a ser constante, sempre o mesmo, e por isso identificável pelo historiador e, quando se tratava de virtudes e valores coletivos, passível de ser cultivado e defendido por toda a sociedade. Em outros termos, a missão pedagógica da história estaria em identificar essa força constante e protegê-la, o que implicava em transformar esse aspecto do passado em exemplo. No caso de Taunay, e dos historiadores paulistas do início dos séc XX, a força impulsionadora do progresso regional era identificada exatamente nas virtudes da energia, iniciativa, destemor e trabalho de sua gente. Taunay buscava, através de sua prática historiográfica ensinar que havia uma continuidade indissociável entre o passado, o presente e o futuro de São Paulo ou, como explicitava à página 27, “a glória do passado reúne a utilidade do presente a caminho das conquistas inevitáveis de esplendoroso futuro”. E, o mais importante, que essa continuidade era proporcionada pelas virtudes inerentes ao seu povo, que haviam surgido no passado colonial, um passado que, por esse motivo, merecia ser tomado como exemplo para um presente e um futuro que necessariamente o superaria.

Por sua vez, a conferência de Sérgio Buarque de Holanda (SBH) nos interessa por apresentar um tom geral marcadamente continuista em relação à de Taunay e à tradição historiográfica regional de louvação da herança bandeirante. Continuismo esse menos facilmente identificável em seus livros *Monções* e *Caminhos e Fronteira* e talvez por isso pouco reconhecido pela historiografia atual, ainda voltada a ressaltar somente os inegáveis traços inovadores apresentados na obra do autor.

Ainda que o espaço nos impeça de desenvolver minimamente o tópico, o continuismo pode ser percebido, primeiramente, na tentativa de aproximar os fenômenos da bandeira e das monções, logo no início da conferência. Ambos os

processos seriam expressões da mesma “força expansiva que parece ser uma constante histórica da gente paulista” (p.127), que “determinaria”(o termo é de SBH) ainda a continuidade do processo pelo tropeirismo no séc. XIX e a atividade cafeeicultora até o séc. XX, constituindo uma mesma constelação de eventos. SBH, a seu modo, convergia com Taunay ao identificar uma linha evolutiva da história paulista e de apresentar explicitamente referências àquilo que seria uma identidade regional marcada pela energia, iniciativa e movimento.

Contudo, diferente da tradição historiográfica regional e de Taunay, SBH se esforçava em mostrar que juntamente à continuidade havia uma série de rupturas que diferenciavam significativamente o movimento das bandeiras do das monções. Essas últimas eram apresentadas como um momento especial no processo de paulatina supressão de um espírito turbulento de irrefreada ambição individual e aventura que marcara as bandeiras. Com as monções teria início uma mudança de comportamento nos colonos paulistas, que ficavam cada vez mais disciplinados, marcados por “ambições resignadas e submissas”, “metódicas” (p.129), ainda que não perdessem a coragem e mobilidade originais. Trata-se de uma ruptura que, como bem mostra Richard Wegner, para SBH representaria um passo importante na adequação de nossa herança colonial ibérica a uma lógica de trabalho constante, metódico e planejado, própria de uma ética capitalista moderna (WEGNER, 2000).

Mas os pontos de convergência com a tradição historiográfica regional e mesmo com a vertente territorialista iniciada com Capistrano, continuavam na conclusão da conferência, em que SBH inicia uma reflexão sobre a importância do evento das monções para a história nacional. Em franca proximidade com a conferência de Taunay, o autor identifica duas importantes contribuições das monções: a) na construção da unidade nacional, pela criação da uma grande linha de comunicação que ligando o Planalto paulista à região amazônica” abraça quase todo o Brasil” e b) ao assegurar a posse definitiva, pelo povoamento, de vasta área de território agora brasileiro.

Uma terceira contribuição também é apresentada, momento em que SBH faz referência explícita às lições da história, tema que aqui nos interessa. Tratar-se-ia de uma “lição para o presente e também para o futuro, mas que pertence igualmente à História, na parte em que a História é mestra da vida”. A referência explícita ao tropo ciceroniano da *Historia magistra vitae*, não deve, contudo, nos iludir. Pois o que

apresenta a seguir é exatamente um chamado não a continuar, tal e qual, a obra das bandeiras, mas à realização de uma clara ruptura com esse passado, no que diz respeito à ética da aventura que o orientava. “O que resta fazer, porém, para completar esse esforço, não poderá ser obra de aventura. Exigirá, provavelmente, o trabalho atento de algumas gerações de homens pacientes, modestos e metódicos”(p.146).

Dessa forma, SBH se apropriou do tropo ciceroniano para reverter e anular o caráter de exemplaridade do passado. SBH apresentou no Curso de Bandeirologia uma das primeiras manifestações, ainda na forma de um esboço, da concepção do trabalho do historiador como sendo de exorcismo do passado. Como bem mostra Thiago Nicodemo, essa concepção remetia a Goethe e apresentou-se de forma explícita em suas obras dos anos 50, principalmente *Visão do Paraíso*, em que o trabalho do historiador é percebido como um meio de identificar o passado para que dele nos libertemos (NICODEMO, 2008). Seria o contrário da perspectiva de Taunay de identificação da força diretora do passado, visando sua louvação e continuidade. A perspectiva “exorcista” de SBH lançaria o historiador no campo da transformação, da criação do novo.

BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Karina Anhezini de. “Um metódico à brasileira. A história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)”. Franca, Unesp (tese de doutorado) 2006.

FERRETTI, Danilo “A Construção da paulistanidade. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)” São Paulo, USP (tese de doutorado); 2004.

HARTOG, François. *Régimes de historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil; 2003.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, Anablume; 2002.

NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do vivido. Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950*. São Paulo: Edusp; 2008

OLIVEIRA, Regina Célia Acioli. “O Instituto Brasileiro de Geografia no projeto político-cultural do Estado Novo.” Dissertação (mestrado em História Política e Bens Culturais - CPDOC) Rio de Janeiro: 2005

TAUNAY, Afonso (et alii). *Curso de Bandeirologia*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações; 1946.

WEGNER, Robert. *A conquista do oeste. A Fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

Balanco historiográfico acerca da atuação dos Juizes de Fora em Mariana

Débora Cazelato de Souza¹

Resumo: Os trabalhos dedicados ao estudo sobre administração e justiça na América Portuguesa focam de maneira difusa a atuação dos juizes de fora em Minas Gerais no século XVIII. O objetivo dessa comunicação é demonstrar a importância desse cargo – que era nomeado pelo rei – atuando ora como um agente que realizaria a justiça e administração em terras coloniais, ora cooptado pelas estruturas locais. Além disso, pretende-se analisar em que medida esses magistrados correspondiam aos interesses reais. O cargo de juiz de fora agilizou a circulação do direito letrado e desafogou as atribuições dos membros da Câmara, mas ao mesmo tempo sua atuação na esfera local é de reconhecida importância na historiografia sobre o tema. Portanto, o estudo da atuação dos juizes de fora se constitui como um problema historiográfico central para o entendimento da administração e justiça na América Portuguesa.

Este estudo pretende fazer uma pequena revisão historiográfica sobre administração e justiça na América Portuguesa, dando especial atenção ao cargo dos juizes de fora. Os trabalhos dedicados ao tema, focam de maneira difusa a atuação dos juizes de fora em Minas Gerais no século XVIII. Apesar de serem nomeados pelo rei, existe na historiografia uma forte posição dualística sobre o seu domínio em terras distantes da Coroa. Pretende-se analisar em que medida esses magistrados correspondiam aos interesses reais, pois ora atuavam como um agente que realizaria a justiça e administração em terras coloniais, ora eram cooptados pelas estruturas locais.

Os juizes de fora eram indicados diretamente pelo poder central e cabiam a eles a presidência da Câmara, em substituição aos magistrados ordinários dos concelhos (juizes ordinários). Sendo um oficial letrado, fazia circular por onde atuava, “a aplicação do direito oficial e letrado e, com isto, não deixaria de ser um elemento de desagregação da autonomia do sistema jurídico-político local” (HESPANHA, 1994: 198).

De acordo com Maria Fernanda Baptista Bicalho, as câmaras eram “modelo quase universal e relativamente uniforme de organização local em todo o território da monarquia portuguesa e suas conquistas, as câmaras foram, segundo C.R. Boxer, instituições fundamentais na construção e manutenção do Império Ultramarino”. (BICALHO, 2001: 191). Na América

¹ Mestranda da Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Portuguesa, ao longo do século XVII, a metrópole passava por dificuldades em manter o seu território e financiar despesas militares, dessa forma passou-se aos colonos os custos da própria defesa. A autora explica que em finais do século XVII e início do XVIII, os poderes das câmaras foram sendo restringidos, e uma das primeiras medidas foi a criação do cargo de juiz de fora nas principais cidades de todo o território do Império:

A criação do cargo de juiz de fora nos domínios ultramarinos- Goa (1688), Bahia (1696), Rio de Janeiro (1703), Luanda (1722)- correspondeu à necessidade sentida pela Coroa de intervir nas funções administrativas e financeiras (especificamente tributárias) das câmaras, a fim de controlar os descaminhos e os possíveis prejuízos da Fazenda Real. (BICALHO, 2001: 200)

Para o reino de Portugal a situação parece se assemelhar. “Os juízes de fora eram personagens praticamente desconhecidos na Idéia Média. Sua proliferação, mais intensa a partir da segunda metade do século XVII, foi considerada pela historiografia como uma prova do declínio do municipalismo, cercado pelas pretensões centralizadoras da monarquia” (BICALHO, 2000: 26).

As Câmaras eram compostas, de maneira geral, por um juiz- presidente- que poderia ser um juiz ordinário (eleito localmente) ou um juiz de fora (nomeado pelo rei), além disso haveria dois vereadores e um procurador. Para a Coroa, o Senado da Câmara significava a constituição de uma infra-estrutura administrativa, através da qual a metrópole teria um instrumento para governar seus territórios, limitando a relativa autonomia dos vassalos coloniais. Russel-Wood explica que o cargo de juiz de fora, foi criado no Brasil especificamente para presidir a Câmara e moderar os excessos desse Senado, sendo assim, a nomeação de juizes de fora seria um “golpe” desferido contra a autonomia das municipalidades sendo que sua presença implicaria na supressão de dois oficiais eletivos, os juizes ordinários².

Nas Ordenações Filipinas³, não há um título separado para os cargos de juízes de fora e de juízes ordinários. Ambos possuíam a função de resolver casos civis e criminais de primeira instância, estabelecer inquéritos judiciais, abrir devassas e prisões, dar audiência pública, etc.

² Cf: LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o Município e o regime representativo no Brasil*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 81-82 apud SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Poder e palavra: discurso, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. São Paulo: 2007. (Dissertação de Mestrado). SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: A suprema corte da Bahia e seus juízes (1609-1751)*. São Paulo: Editora Perspectiva. Estudos n.50, 1979. p.69.

³ De acordo com Graça Salgado em *Fiscais e Meirinhos*, as Ordenações Filipinas “(...) regulavam, principalmente, os poderes delegados pelo monarca a seus agentes, ou seja, a supervisão imediata dos negócios administrativos e as suas inúmeras atribuições” (SALGADO, 1985: 15).

Além das responsabilidades judiciais, os juízes de fora introduzidos na América Portuguesa desde de 1696, também tinha funções administrativas⁴. De acordo com Antônio Manuel Hespanha, embora a princípio pareça que tenham “atribuições iguais, (...) a formação letrada dessa magistratura, a doutrina- e a própria lei- estabeleciam alguma distinção (...)” (HESPANHA, 1994: 196) entre esses magistrados régios e os juízes ordinários.

Os juízes de fora-aparte⁵, ou juízes da Coroa⁶ conhecidos como os juízes de fora, eram delegados e nomeados por triênios⁷. Havia um relacionamento entre a Coroa e a magistratura, pois, como “criaturas do rei, a quem deviam suas nomeações e a autoridade a eles delegada, os magistrados enquanto uma coletividade eram fortes e consistentes sustentáculos da autoridade real. Enquanto tal, representavam os olhos e ouvidos do rei” (RUSSELL- WOOD, 1998: 21).

Nesse sentido fica claro que os magistrados que atuavam em terras distantes, seria uma tentativa, por parte da Coroa, em ter mais controle sobre um território amplo e, por vezes, distante das instâncias metropolitanas. Para Arno Wehling e Maria José Wehling,

“ os titulares de ofícios concedidos pelos reis (...) eram em princípio, elementos de um esforço centralizador que se deveria opor aos poderes concorrentes existentes na sociedade (...) mas os funcionários pertenciam a essa mesma sociedade. Tinham interesses, valores, simpatias, compromissos. Estavam assim inseridos numa ‘rede relacional’ complexa. ” (WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José, 2000: 142).

Em consulta a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, fica evidente através dos embates com os governadores e ouvidores⁸ e principalmente para o caso de Mariana, com o bispado⁹, que os juízes de fora estavam envolvidos nessa “rede relacional”. Os atritos, pouca clareza nas jurisdições, certa autonomia desses funcionários, falta de coordenação entre

⁴ Em Mariana era comum que o juiz de fora acumulasse o cargo de juiz de órfãos e, na ausência do ouvidor-geral, as suas funções deveriam ser assumidas pelo juiz de fora.

⁵ Cf: SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Poder e palavra: discurso, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. São Paulo: 2007. (Dissertação de Mestrado). SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: A suprema corte da Bahia e seus juizes (1609-1751)*. São Paulo: Editora Perspectiva. Estudos n.50, 1979. p. 70.

⁶ Cf: RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808**. *Rev. Bras. Hist.*, 1998, vol.18, no.36, p.187-250. ISSN 0102-0188. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=pt&nrm=iso Consultado em Julho de 2007. p. 21

⁷ Para Mariana, no período de 1730 a 1775 tivemos nomeado sete juízes de fora. Ainda não foi possível verificar, mas há juízes de fora que ocuparam a presidência da Câmara por mais de três anos.

⁸ Alguns exemplos: AHU- Cons. Ultram.- Brasil/MG- Cx.:49, Doc.:70; Cx.:51, Doc.:8; Cx.:60, Doc.:11.

⁹ Cf.: Carta de Silvério Teixeira, juiz de fora da cidade de Mariana, queixando-se a D.José I das perturbações que o bispo e os ministros eclesiásticos de Mariana lhe causam pelos excessos que praticam. AHU- Cons. Ultram.- Brasil/MG- Cx.:66, Doc.:17.

administradores individuais e agências administrativas¹⁰ promovia “(...) por um lado, alguma instabilidade social de facções em rivalidade, mas, por outro lado, viabilizavam uma vigilância entre as partes¹¹” (LEMOS, 2003: 180).

Russel-Wood nos informa sobre um episódio que aconteceu em 1734 em Santos, em um protesto contra o monopólio real do sal e contra os preços exorbitantes. De acordo com ele, é um juiz de fora quem lidera o ataque, colocando o produto à venda com o preço legal. Nesse ponto, percebemos que nem sempre o juiz de fora iria a favor das políticas da Coroa. Além disso, a distância, e os obstáculos físicos, resultavam na dificuldade de comunicação deixando os juizes de fora, com uma “larga margem de autonomia”¹² e possivelmente cooptado pelas estruturas locais.

* * *

¹⁰ Para alguns exemplos: CARDIM, Pedro. Administração e governo: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime: In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808**. *Rev. Bras. De Hist.*, 1998, vol.18, nº36, p.187-250. ISSN 0102-0188. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=pt&nrm=iso; RUSSELL-WOOD, A. J. R. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural, *Revista de História*, São Paulo, volume LV, nº.109, ano XXVIII, 1977.

PRADO Jr, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. In: *Intérpretes do Brasil*. Vol 3, Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2002.

¹¹ Para Russel- Wood “ (...) os maiores males acarretados por esta convergência de atribuições burocráticas surgia quando um grupo de funcionários agia em conluio em vez de servir de fiscais uns dos outros, podendo então resultar em grandes abusos de autoridade, extorsão e desfalque, com poucos riscos de serem descobertos por alguns funcionários de fora.” (RUSSELL-WOOD, 1977: 72), e nesse ponto, portanto, seria o juiz de fora um bom exemplo de “ (...) intervenção real em assuntos da municipalidade”.

¹² BOXER, C. R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 263.

Juizes de fora: enfoque historiográfico

Na concepção de estado corporativo, o rei teria como função “(...) representar externamente a unidade do corpo e, por outro, manter a harmonia entre todos os seus membros (...) garantido a cada qual o seu estatuto, ou em uma só palavra, realizando a justiça” (HESPANHA e XAVIER, 1993). A justiça portanto, era considerada a principal e mais evidente, porque ativa, face desse poder régio.

Para que a justiça fosse efetivada “(...) era necessário um sistema administrativo que permitisse alargar seu alcance, atingir as camadas mais profundas da sociedade. Para tanto, o rei passava a jurisdição para funcionários capacitados, os magistrados (...)” (ANTUNES, 2005: 250 e 251). Diante disso, especialmente no que tange à região da Comarca de Vila Rica, em 1726, Dom Lourenço de Almeida, propõe ao Rei a criação do cargo de juiz de fora para seus dois Termos: Vila Rica e Vila do Carmo. Em 1730, tem-se a indicação do primeiro juiz de fora para a Vila do Carmo, sendo negada a criação do cargo para Vila Rica pela alegação de D. João V de que sua “(...) situação não merecia outra indicação” (RUSSEL-WOOD, 1977: 51).

Stuart Schwartz nos diz que em 1696, foi mandado para a colônia portuguesa (Bahia) o primeiro juiz de fora, com o argumento de que ele “estava menos sujeito as pressões locais do que os juizes eleitos” (SCHWARTZ, 1979: 205). Porém, argumenta que os juizes de fora “(...) eram parte da sociedade colonial e, assim, profundamente envolvidos nos laços de amizade, parentesco e interesses que integravam a sociedade” (SCHWARTZ, 1979: 220). Nesse mesmo caminho, Carmem Silvia Lemos, chama atenção para o fato de que “(...) as relações comerciais e de parentesco estabelecidas com a comunidade local, acabaram levando muitos deles a aliança indesejáveis aos olhos da administração, rede de solidariedades paralelas que colocava em risco o desempenho imparcial previsto para os funcionários do rei.” (LEMOS, 2003: 36).

Em *Os Desclassificados do Ouro*, Laura de Mello e Souza apresenta a tese da administração temperada em “agro e doce”, remetendo a um debate clássico na historiografia sobre administração e justiça.¹³ Trata-se das perspectivas lançadas por Raymundo Faoro e Caio

¹³ Laura de Mello e Souza usou essa expressão de agro com o doce e o bater e soprar, para ilustrar a situação em que a administração mineira se encontrava, ou seja, em um “movimento pendular” entre a sujeição extrema ao Estado e a autonomia dessas instituições administrativas. SOUZA, Laura de Mello. *Os desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 4ª edição, 2004. p. 139.

Prado Jr. Para aquele, Portugal teria sido pioneiro na iniciativa colonizadora, tendo obtido sucesso na transposição do sistema administrativo para as colônias, destacando, sobretudo, a racionalidade da ação estatal. Para Faoro, o rei era o “senhor de tudo, das atribuições e incumbências” e, dessa forma, todos os funcionários estariam reduzidos a sombra do rei.¹⁴ Através do grupo desses agentes - entre os quais se incluem os juizes de fora- o soberano teria controlado a colônia com êxito¹⁵. As Câmaras seriam departamentos administrativos da capitania, isto é, apenas cumprindo determinações superiores¹⁶.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo* Caio Prado Júnior apresenta uma perspectiva diferenciada de Faoro. Para o autor, a administração portuguesa estendeu ao Brasil sua organização e seu sistema, não criando nada de inédito e que fosse mais apropriado às condições específicas de sua colônia. Dessa forma, herdaram das terras lusas toda a uniformidade, falta de simetria, irracionalidade e indefinições de funções.¹⁷ Sendo assim, conclui Prado Jr. “(...) não poderia resultar noutra coisa senão naquela monstruosa, emperrada e ineficiente máquina burocrática que é a administração colonial” (PRADO JUNIOR, 2002: 1422).

Essas interpretações que a primeira vista parecem ser excludentes, devem ser vistas de forma complementar. Segundo Laura de Mello e Souza, “para que tudo funcionasse adequadamente, era essencial que se mantivesse estreita a subordinação a Lisboa, mas a distância e a complexidade da máquina burocrática iam, aos poucos, dissolvendo os laços entre Metrópole e Colônia”(SOUZA, 2004: 143).

A instalação dos juizes de fora foi eficaz na administração e na justiça, mas tal eficácia variou conforme contingências locais- relativas às vicissitudes inerentes ao re-ordenamento que o juiz de fora provocou nas bases das relações, e das ações até então mantidas pelos responsáveis locais da administração e da justiça. Isso não exclui, contudo, as influências de contingências mais gerais, as quais diziam respeito às decisões do poder central.

¹⁴ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do Patronato político Brasileiro*. 1 vol., 4ª ed., Porto Alegre:Globo, 1977. p. 171.

¹⁵ Para Antônio Manoel Hespanha, Raymundo Faoro “está completamente cego por um modelo de interpretação “absolutista” e “explorador” da história luso-brasileira”, Hespanha completa “Desde que se tirem as conclusões opostas às suas, sua síntese sobre o sistema político-administrativo é bastante boa. HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do império português. Revisão de alguns viesamentos correntes In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. (orgs) *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.168.

¹⁶ Raymundo Faoro, op. cit, 2ª edição, p. 186.

¹⁷ PRADO Jr, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. In: *Intérpretes do Brasil*. Vol 3, Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2002. pp.1388-1429.

Mesmo que a historiografia considere que a distância e a dificuldade de comunicação com a Coroa proporcionasse aos juizes de fora uma certa margem de autonomia, eles não estavam livres para agir da forma como bem entendessem. Esses juizes de fora não escapavam da vigilância das correições realizadas pelos ouvidores/corregedores, e também pela permanente vigilância de outros funcionários régios hierarquicamente superiores¹⁸.

Das vilas mineiras em boa parte do período colonial, apenas Mariana contava com o juiz de fora. Responsáveis pela presidência da Câmara, como foi dito anteriormente, os juizes de fora mantinham relações com os homens bons, isto é, com os demais membros que compunham as Câmaras, mas também com a sociedade colonial como um todo.

Aos magistrados interessava uma ascensão profissional¹⁹, e qualquer desvio de conduta colocaria em risco os planos de carreira. Nesse ponto, portanto, fica claro que mesmo que mergulhados nessa rede de relações coloniais, não seria do interesse desses juizes togados irem contra os desígnios da Coroa, pois seria ela a responsável por dar progressões as suas carreiras.

¹⁸ Conferir as queixas dos moradores de Mariana contra o juiz de fora José Caetano Galvão. AHU- Cons. Ultram.- Brasil/MG- Cx.:53, Doc.:51. Conflitos envolvendo ouvidores e juizes de fora era comum. Apenas como exemplo conferir AHU- Cons. Ultram.- Brasil/MG- Cx.:51, Doc.:08.

¹⁹ De acordo com Graça Salgado, “a Relação veio a tornar-se passagem quase obrigatória aos letrados que almejassem atuar nas instâncias judiciais hierarquicamente superiores localizadas na Metrópole, como a Casa de Suplicação” (SALGADO, 1985: 77), ainda não podemos afirmar mas, em análise ao perfil sintético da carreira dos bacharéis (em livros de mercês), alguns juizes de fora analisados de 1730 a 1777, apresentam o cargo de juiz de fora (em Mariana) como um dos primeiros a serem ocupados por eles em sua trajetória.

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Leitura de Bacharéis. maço 04 – doc. 32 – 1735; maço 30 – doc. 25 – 1783 [1770]

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Projeto Resgate de documentação histórica. Barão do Rio Branco. Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Minas Gerais (1680-1832). Conselho Ultramarino/Brasil AHU: Instituto de Investigação Científica tropical/ Lisboa. SISDOC. Ministério da Cultura.

Bibliografia

ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Fiat Justitia: os advogados e a prática em Minas Gerais (1750-1808)*. Campinas: Unicamp, 2005. (Tese de Doutorado).

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As Câmaras Municipais ultramarina e o governo do Império. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. (orgs) *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Centro e periferia: pacto e negociação política na administração do Brasil colonial. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, s.3, n.6. 2000.

BOXER, C. R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 263.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARDIM, Pedro. Administração e governo: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime: In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do Patronato político Brasileiro*. 1 vol., 4ª ed., Porto Alegre: Globo, 1977.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. 17ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1979.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. (orgs) *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, Antônio Manuel. *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político. Portugal- século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o Município e o regime representativo no Brasil*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

- LEMOS, Carmem Silvia. *A Justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica. (1750-1808)*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH/ Departamento de História, 2003. (Dissertação de Mestrado).
- PIRES, Maria do Carmo. *Em Testemunho de Verdade: Juízes de vintena e poder local na comarca de Vila Rica (1736-1808)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2005. (Tese de Doutorado).
- PRADO Jr, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. In: *Intérpretes do Brasil*. Vol 3, Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2002.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural, *Revista de História*, São Paulo, volume LV, nº.109, ano XXVIII, 1977.
- _____. **Centros e periferias no mundo luso-brasileiro,1500-1808**. *Rev. Bras. Hist.*, 1998, vol.18, no.36, p.187-250. ISSN 0102-0188. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=pt&nrm=iso Consultado em Julho de 2007.
- SALGADO, Graça (cord.). *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2ª ed. 1985.
- SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Poder e palavra: discurso, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)*. São Paulo: 2007. (Dissertação de Mestrado).
- SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: A suprema corte da Bahia e seus juízes (1609-1751)*. São Paulo: Editora Perspectiva. Estudos n.50, 1979.
- SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SOUZA, Laura de Mello. *Os desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 4ª edição, 2004.
- _____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. 4ª ed. Vol.5. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.
- XAVIER, Ângelo Barreto Xavier; HESPANHA, Antônio Manuel Hespanha. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, Antônio Manuel (cord.); MATTOSO, José (org.) *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa, Editorial Estampa, 1993, vol 4.

DOMINGOS ANTÔNIO DE SOUSA COUTINHO (1760-1833): TRAJETÓRIA DE UM DIPLOMATA PORTUGUÊS

Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de Carvalho*

Resumo: A comunicação tem por objetivo discutir os resultados parciais da pesquisa sobre a atuação de D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, primeiro Conde e Marquês do Funchal. Nascido em 1760 em Vila Real (Chaves – Portugal), irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (Conde Linhares), D. Domingos foi diplomata junto à Legação Portuguesa em Londres (Inglaterra) entre os anos de 1803 e 1814, período chave para a compreensão das relações entre as duas monarquias diante das transformações impostas pela expansão napoleônica. Pretende-se, a partir da fecunda historiografia produzida sobre o período, analisar: a chamada renovação da história política com sua ênfase nos estudos sobre trajetórias individuais, bem como nos estudos sobre culturas políticas.

Palavras-chaves: D. Domingos, Nova História Política, Cultura Política.

Este artigo visa apresentar resultados parciais da pesquisa em torno do diplomata português D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, o Conde de Funchal. O período abordado nesta pesquisa permeia os anos de 1803 e 1814, e que diz respeito a permanência do Conde na Legação Portuguesa na Inglaterra. O artigo está dividido em duas partes: a primeira se refere às bases teórico-metodológicas utilizadas no desenvolvimento desse trabalho e na segunda irei traçar uma trajetória parcial da vida de D. Domingos de Sousa Coutinho.

APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Antes de discorrermos sobre a vida de D. Domingo é importante que façamos uma abordagem teórico-metodológica através da denominada Nova História Política. A Renovação da História Política trouxe inúmeras contribuições para os historiadores dessa vertente, novas metodologias, maneiras de se fazer biografias e traçar trajetórias. Esta passou a dar ênfase ao estudo da participação na vida política e de

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Sob orientação do Professor Dr. Alexandre Mansur Barata.

processos de eleição, integrando os atores, no jogo político. Além disso, a aproximação com outras disciplinas foi bastante significativa. Da ciência política, por exemplo, a historiografia buscou, apropriou e resignificou o conceito de Cultura Política. Segundo Sirinelli, Cultura Política trata-se de “uma espécie de código ou conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundido no seio de uma família ou de uma tradição políticas”(SIRINELLI apud BERSTEIN, 1998 p.350). Tal definição se mostrou bastante fechada já que acaba reduzindo a Cultura Política a tradição, mas de certa maneira ela nos ajuda a entender melhor o significado dessa categoria.

A noção de Cultura Política será substancialmente importante para o desenvolvimento dessa pesquisa. Se olharmos por esse âmbito, percebemos que os valores apreendidos pelo ator, não são estáticos e se modificam de tempos em tempos (CEFAI, 2001). D. Domingos viu o caos na Revolução Francesa, quando foi enviado como observador em 1790. Na França revolucionária, se deparou com o horror, o delírio e a anarquia (ARAÚJO, 1994), talvez esse tenha sido o motivo de sua posição anglófila na política portuguesa. Este trabalho parte do estudo de um indivíduo, ou seja, um “estudo de caso” como nos diz o autor Daniel Cefai. Segundo tal autor, é possível pensar o micro, não apenas como uma redução de escala, e que é plausível fazer o estudo sobre este indivíduo. Tal estudo, ajuda na compreensão de como os atores se relacionam, colaboram, expressam ou solucionam seus problemas. O indivíduo, nessa perspectiva não deve, contudo, ser isolado. É um estudo do micro, que permite perceber o ambiente em que o ator esteve envolvido. Mas que, ao mesmo tempo, nos dá uma noção estrutural (CEFAI, 2001). O estudo pautado em um ator, tal como D. Domingos de Sousa Coutinho, estabelece essa conjugação da História Política com a Cultura Política.

Outro ponto que favoreceu o retorno da História Política foi o contato com outras disciplinas como a Ciência Política, a Sociologia, a Linguística ou mesmo a Psicanálise. Autores como René Remond, Serge Berstein, Jean Pierre Rioux, Michel Winock e Antoine Prost, desenvolveram propostas que se basearam nessa inter-relação entre a História Política e a Ciência Política, e tiveram como objeto de estudo

processos eleitorais, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais (FERREIRA, 1992 p. 265-271).

Para tal trabalho também se torna essencial a relação estabelecida entre a História Política e as biografias. Sobre esse assunto existem, pelo menos, três referências bibliográficas, sendo elas: os trabalhos de Giovanni Levi, Pierre Bourdieu e Jacques Le Goff. Para Le Goff ao produzir uma biografia o historiador deve indagar a trajetória do biografado a ele próprio, tendo por base o local de nascimento, estudo, suas relações sociais, as idéias que defendeu, bem como o contexto em que viveu (LE GOFF, 1989. p. 48-54). Baseada nessa noção de contexto farei posteriormente um aparato do contexto vivido por D. Domingos através de bibliografias que remetam ao período estudado.

Outro autor importante na construção de trajetórias é Pierre Bourdieu que em sua “ilusão biográfica” considerou ser indispensável a reconstrução do contexto, ou seja, a “superfície social” em que o indivíduo age em campos de componentes diversas. E por último, Giovanni Levi que, por sua vez, chama a atenção para a idéia de achar que os biografados “obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado”(LEVI, 1996), ou seja, demonstrando que não se deve achar que a vida do biografado segue uma linha reta, sem curvas. Levando em consideração os três autores anteriormente citados podemos perceber que todos possuem um ponto em comum: acreditam que a biografia não deve seguir uma linearidade, os atores estudados não possuem uma “cronologia ordenada, uma personalidade estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas”(LEVI, 1996).

A partir dos autores elencados acima, podemos ter em mente essa noção de Cultura Política, principalmente, quando tratamos das trajetórias políticas de “nomes próprios” (BOURDIEU, 1996). Segundo Serge Bernstein, o conceito de Cultura Política pode adaptar-se a complexidade dos comportamentos, rompendo ainda com a idéia de Cultura Política no singular, levando em consideração as várias componentes que a cercam e que estão em constante confluência (BERSTEIN, 1998). É dessa maneira que pretendo reconstruir a vida de D. Domingos e as idéias que o influenciaram, que o formaram.

TRAJETÓRIA DO CONDE DE FUNCHAL

D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, primeiro e único Conde de Funchal, título nobiliárquico que recebeu em 1808 e primeiro Marquês do Funchal, em 1833, pouco antes de sua morte. Nasceu em Chaves no ano de 1760, e morreu na Inglaterra em 1833. Vindo de uma família da nobreza era filho de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho¹ e de D. Ana Luisa da Silva Teixeira de Andrade. Seus irmãos também ocuparam lugares de destaque no Reino: o conhecido D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, que fora diplomata e Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, cujo título, de Conde de Linhares, recebeu no mesmo dia em que seu irmão, também em 1808 (ZUQUETTE, 1989). Era igualmente irmão de D. José de Sousa Coutinho, principal diácono da patriarcal de Lisboa, entre os anos de 1811 e 1817, e de D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho que por treze anos foi governador do Grão-Pará (VIANA, 1957).

D. Domingos foi um homem de letras, poliglota, muitas de suas correspondências foram escritas em inglês, italiano e francês. Como nobre que o era, formou-se em Leis pela Universidade de Coimbra depois das Reformas Pombalinas (VIANA, 1957). Iniciou sua carreira diplomática na Dinamarca em 1788, depois foi enviado a Turim de 1796 a 1803, quando tornou-se embaixador na Inglaterra até

¹ D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho foi Conselho de S. M. F, sargento-mor dos Dragões de Chaves, Coronel de Cavalaria na praça Almeida, Governador e Capitão-general dos Reinos de Angola e de Benguela, embaixador em Madrid, entre outros.

1814. Mais tarde, foi enviado a Roma onde ficou até 1828 (SILVA, 2002).

De acordo com a bibliografia citada anteriormente, é de extrema importância que saibamos o contexto vivido pelo ator político, nesse caso, D. Domingos. O período vivido pelo Conde de Funchal foi bastante conturbado. Em finais do século XVIII e inícios do XIX, a política internacional se tornou de extrema importância na “evolução das sociedades europeias” (ARAÚJO, 1994, p. 18). Em inícios do século XIX, Napoleão Bonaparte, intitulado imperador da França, viu como entrave aos seus interesses outra potência beligerante da época: a Inglaterra. Na tentativa de atingir a economia britânica, Napoleão decretou o bloqueio continental em 1806, que proibiu todas as nações da Europa de comercializarem produtos com a Grã-Bretanha (SCHWARCZ, AZEVEDO e COSTA, 2002, p.194). O bloqueio alvejou diretamente o Império Português que, na iminência de uma invasão das tropas francesas, teve que mudar sua estratégia diplomática tradicionalmente neutra (ARAÚJO, 2002)², por imposição tanto da Inglaterra quanto da França (SCHWARCZ, 2002).

Internamente, Portugal encontrava-se igualmente dividido, o que Jorge Pedreira e Fernando Dores da Costa denominaram “duas orientações diplomáticas em confronto”(PEDREIRA e COSTA, 2008, p. 88), em que “o interesse e o sentimento associam-se nas representações que se criam da conduta dos diplomatas” (ARAÚJO, p. 28). De um lado, simpatizantes dos franceses eram representados pelo “partido francês”, que tinha como maior nome Antônio de Araújo Azevedo, futuro Conde da Barca. De outro, os liderados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, partidários do governo britânico, oriundos do “partido inglês.” Em meio a essa divisão, D. Domingos também se posicionou, aí pode-se perceber a influência das culturas políticas que o cercavam. Alguns de seus contemporâneos falaram do posicionamento dele, assim como José Liberato em suas memórias declarou que Funchal passara parte de sua vida em Londres onde havia se tornado um anglófilo convicto, “inimigo figadal dos franceses e monarquistas exaltados” (CARVALHO apud VIANA, 1957). Esse fato também fica claro em uma publicação sua no periódico *Correio Braziliense*,

2 Portugal, diante dos acontecimentos que envolviam a Independência das Treze Colônias manteve-se Neutro. Anos mais tarde, em 13 de julho de 1782, aderiu a Liga dos Neutros, negociada por Luís Pinto de Sousa Coutinho. Este, assinou acordos bilaterais com os Estados Unidos e Rússia.

em que D. Domingos anonimamente escreve uma carta sobre a conduta de Araújo de Azevedo, em setembro de 1812. Nesta carta, ele fala sobre as invasões francesas em Portugal e da vinda Família Real para o Brasil, chamando Napoleão Bonaparte de tirano. (CORREIO BRAZILIENSE, 1812).

Segundo Valentim Alexandre, o conceito que melhor definiu as circunstâncias vividas pelo Império Português, foi o da “vulnerabilidade estrutural”, mas não de crise. Tal vulnerabilidade já era visível desde o século XVII, tornando-se ainda mais clara após os conflitos internacionais que atingiram a Europa em finais do século XVIII, que se acentuaram no início do século XIX e que culminou com acontecimentos de 1807 (ALEXANDRE, 1992, p. 105). As pretensões portuguesas eram amplas para uma pequena potência como Portugal, entre os pontos fundamentais para o Estado lusitano estavam: a defesa do território metropolitano, especialmente contra os ideais expansionistas da Coroa Espanhola; a proteção dos tráficos coloniais, essenciais para o comércio externo; a fixação de fronteiras favoráveis, principalmente para o Brasil; e a preservação das colônias na costa Africana, principal fonte de mão-de-obra escrava (ALEXANDRE, 2007). O apoio fundamental a essas aspirações veio da Grã-Bretanha, com quem o Império Português fixou tratados desde o século XVII, fato que não se alterou até 1807 (ALEXANDRE, 1992, p. 93). Apesar disso, diante de um possível conflito pós-bloqueio continental, o governo Português não desejava um enfrentamento com a França, tentando permanecer, dessa maneira, neutro.

A tentativa de estabelecer acordos secretos com os dois lados, não agradou o governo britânico. O Príncipe Regente havia enviado uma carta ao Rei Inglês, pedindo que salvasse a monarquia portuguesa fingindo estar em guerra. D. Domingos negociou a convenção de 22 de outubro de 1807, que visava regulamentar as relações entre Portugal e Inglaterra em tempos de crise. A assinatura dessa convenção tornava quase que obrigatória a retirada da Corte para o Brasil e a ruptura com a França.

O artigo nº 60 que garantia a proteção da Grã-Bretanha para que a Família Real Portuguesa chegasse à colônia do Brasil, não estava definido devido à insatisfação do governo inglês com uma ratificação parcial na convenção, e se recusava a endossá-la. Às vésperas da transposição da Coroa Portuguesa, o acordo

que remetia a escolta britânica às esquadras reais, não estava totalmente estabelecido. Inclusive como exemplo da desconfiança inglesa, além da que foi citada anteriormente, a ocupação britânica na Ilha da Madeira , também fez parte da ação ressabiada dos ingleses em relação ao Governo Português.(ALEXANDRE, 1992, p. 170)

Nesse momento, D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, teve papel preponderante nas negociações. E como ele próprio expressou: a “Autoridade Soberana boiava sobre o Oceano”(ALEXANDRE, 1992, p. 170), enquanto o reino português encontrava-se sem meios de agir, tanto no contexto internacional quanto em seus territórios.

“O embaixador em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho – tomava sobre si ‘representá-la e defendê-la’ velando ‘por todas partes da Monarquia que tratam com a Grã-Bretanha’ apesar de desprovido de instruções ou ‘ordens de qualidade alguma’”. (PEREIRA apud ALEXANDRE, 1992, p.170)

D. Domingos acordou com o representante inglês, ministro Canning, a sanção para que tudo fosse resolvido. Em troca dessa escolta, seria certo de que o Governo Português deveria aceitar todas as estipulações impostas, o que resultou posteriormente na abertura dos portos às nações amigas em 1808 e nos tratados de 1810.

O período que compreendeu as invasões francesas em Portugal e a conseqüente transposição da Família Real lusitana para o Brasil, já foi largamente enfocado por uma ampla bibliografia³. Contudo, encontramos ainda algumas lacunas, que podem ser investigadas. D. Domingos, que foi um personagem central em diversos embates políticos, não foi ainda estudado de maneira específica.

3 Esse tema conta com bibliografias tanto brasileiras como portuguesas. Autores como: Jurandir Malerba, Evaldo Cabral de Mello, Maria Beatriz Nizza da Silva, Jorge Predreira e Fernando Dorés Costa, Luis Valente de Oliveira e Rubens Ricupero, Lilia Schwarcz, Valentim Alexandre, José Tegarrinha, entre outros.

Após o acordo feito com Canning em 1807, no contexto da vinda da Família Real para o Brasil. D. João VI, conferiu plenos poderes a D. Domingos para um congresso de paz realizado na Grã-Bretanha⁴. Mais tarde, no contexto dos tratados de 1810, esteve envolvido nas negociações que abarcavam um acordo entre os dois países. O primeiro documento relacionado a esses tratados foi feito e redigido pelo embaixador português, (PEDREIRA E COSTA, 2008 p. 229) a pedido do Lord Stragford, com quem teve uma relação de proximidade⁵ e levou o projeto para ser novamente discutido no Rio de Janeiro junto a Imperial Corte Lusitana (ALEXANDRE, 1992).

Firmados os tratados em 1810, o descontentamento com o Governo Português ficou clarificado com a reação demonstrada por Hipólito da Costa na Inglaterra. O *Correio Braziliense* publicou o tratado e exibiu um exame desse tratado em que alguns pontos eram criticados. Segundo Evaldo Cabral de Mello, o tratado com a Inglaterra teria desiludido o jornalista e redator do *Correio Braziliense* (MELLO, 2002 p. 50-51). O que ocasionou um certo mal estar entre Hipólito e D. Domingos. As publicações de artigos contra a Coroa Portuguesa no *Correio Braziliense*, numa Inglaterra onde a imprensa era livre, fez com que, em 1811, esse jornal fosse proibido em Portugal (VARGUES, 1994, p. 46). Em oposição às críticas feitas no *Correio*, foi criado em 1812, *O investigador Portuguez em Inglaterra*, impresso português editado na Grã-Bretanha, que perdurou com esse objetivo até 1814 que tinha como editor José Liberato (IDEM, 1994, p. 48).

Em 19 de agosto de 1813 o Conde de Funchal enviou uma carta ao Lord Castlereagh, reafirmando a estima do Príncipe Regente Português à Grã-Bretanha, e a vontade de continuar seguindo os tratados de 1810 no Rio de Janeiro⁶. D. Domingos esteve ainda envolvido nas negociações de Paz após a queda de Napoleão, sendo o

4 Carta do príncipe regente de Portugal a D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho de 20/01/1809. Fundação Biblioteca Nacional/ Manuscrito I-29,14,55 n° 01-02.

5 A relação de amizade entre o Lord Strangford e D. Domingos, pode ser conferida nas correspondências trocadas por ambos estão disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 434. Pastas 15 a 17.

6 Carta de Domingos Antônio de Sousa Coutinho ao Lord Castlereagh 19/08/1813. Fundação Biblioteca Nacional/ Manuscrito I-29,16,36.

próprio embaixador português o responsável pelo comunicado ao Príncipe Regente, de que os Bourbons teriam sido restaurados na França com Luiz XVIII⁷.

A importância de D. Domingos para as relações diplomáticas lusitanas se torna clara após a iniciação deste estudo. Havendo lacunas sobre sua vida, suas relações políticas, que influenciaram na diplomacia portuguesa, tenho como intenção neste trabalho, que ainda se encontra em gestação, preencher tais lacunas, tão obscuras mas ao mesmo tempo interessantes, e que remontam a uma História não apenas da vida de D. Domingos de Sousa Coutinho mas também a História do Brasil e de Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁷ Carta ao príncipe regente de Portugal de 16/04/1814, que trazia notícias e informações sobre a abdicação de Napoleão e a Restauração da Família Bourbon com Luís XVIII. Fundação Biblioteca Nacional/ Manuscrito I-29,14,55 no 18.

Fontes Primárias:

Carta Régia de Janeiro de 1808. Ver Arquivo Nacional - S.M.I.J.J. - 317: Memorial dirigido pelo conde da Ponte a d. João, príncipe regente, solicitando a abertura dos portos. Bahia, 27 jan. 1808.

CARVALHO, JOSÉ LIBERATO FREIRE. *Memórias da vida de José Liberato*. Tipografia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855.

Correio Braziliense, Fundação Biblioteca Nacional, Biblioteca Digital. Disponível em www.bn.br.

MORENO, Carmen Tereza Coelho(org). *Colecção de Linhares*. Centro de Estudos Damião de Góis: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2001. Fundação Biblioteca Nacional.

Colecção de Correspondências do Conde de Funchal, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1970. Manuscrito/ Lata 434, Pastas 15 a 17.

O Investigador Português em Inglaterra. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Periódicos/ Periódicos Raros.

Artigos e livros:

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa. Edições Afrontamento, 1992.

_____, A carta régia de 1808 e os tratados de 1810. In: OLIVEIRA, Luís Valente de. e RICUPERO (org). *A Abertura dos portos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais. In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal*. vol. V, Lisboa, Estampa, 1994.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre e Sirinelli, Jean-François. *Para um História Cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CEFAI, Daniel. Expérience, culture et politique. In: *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Nova “velha História”: O retorno da História Política. In: *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 5, n.10,1992.

LE GOFF, Jacques. *Comment écrire une biographie historique aujourd’hui? Le débat*, Paris, nº 54, mars/avril, 1989, pp. 48-54.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: *Usos e abusos da História Oral*. FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral. *Um imenso Portugal*. São Paulo. Editora 34,2002.

PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI, um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d’un homme d’Etat : D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian; 2002-2006. vol 1.

VIANNA, Hélio. Um diplomata português neto de brasileira. In: *Jornal do Comércio*, 1957.

VARGUES, Isabel Nobre. O Processo de formação do primeiro movimento liberal: A Revolução de 1820. In: MATTOSO, José (org). *História de Portugal*. vol. V, Lisboa, Estampa, 1994.

O Passado face a seus outros: uma contribuição na análise do aparato jurídico a partir do pensamento de Norbert Elias

Deivy Ferreira Carneiro¹

Tradicionalmente a historiografia tem tratado o aparato jurídico brasileiro, enquanto objeto de pesquisa, de uma forma muito pessimista. Alguns autores argumentaram que esta instituição herdou da metrópole lusitana uma estrutura cheia de vícios, precariedades e um arcabouço legal ultrapassado e confuso, o que levou a ineficácia e debilidade do poder público e a impossibilidade do recurso à justiça por parte daqueles excluídos das camadas dominantes². O Objetivo deste texto é se distanciar desta interpretação mais tradicional a respeito do papel e funcionamento da justiça enquanto instituição.

Mais do que os vícios e problemas herdados, toda uma recente historiografia³ tem mostrado que a justiça enquanto instituição funcionou como mediadora e administradora de conflitos entre iguais; entre aqueles que partilhavam de um acordo básico sobre as normas sociais e que se encontravam nos mesmos espaços sociais e concorriam entre si em várias instâncias .

Desta forma, a justiça é vista neste trabalho e pela historiografia acima citada como uma instância reinteradora das relações sociais na medida em que processava as disputas, adquirindo legitimidade para reafirmar sua noção de ordem e seus pressupostos hierárquicos. Além disso, a justiça funcionou desta forma principalmente para os despossuídos, indivíduos destituídos de poder e de laços e redes de reciprocidade poderosas o suficiente para resolverem suas querelas longe dos tentáculos do Estado. Aos homens livres pobres, escravos e libertos, não fugiu a oportunidade de se utilizar da justiça como espaço de negociação da

¹ Doutor em História Social – PPGHIS/UFRJ e Professor Adjunto do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

² Dentre outros: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000., URICOCHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978., FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Unesp, 4ª ed., 1997.

³ Um dos trabalhos pioneiros que analisou a justiça por este prisma é: AUFDERHEIDE, Patrícia Ann. *Order and Violence: social deviance and social control in Brazil, 1780-1840*. Ph. D. Thesis, University of Minnesota, 1976. Suas considerações influenciaram trabalhos posteriores que iluminaram ainda mais o entendimento da justiça enquanto arena de resolução de conflitos, e não apenas como instituição nas mãos da classe dominante. Dentre estes, ver também: LARA, Silvia H. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitânia do Rio de Janeiro (1750-1808)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988., CASTRO, Hebe Maria de Mattos de. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 1995., ZENHA, Celeste. *As práticas a justiça no cotidiano da pobreza: um estudo sobre amor, trabalho e riqueza nos processos penais*. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1984., CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

ordem e de afirmação de suas visões de justiça e liberdade (VELLASCO, 2004, pp. 163). É certo também que eles tiveram que vencer inúmeras barreiras para tal e que nessa relação com a justiça, tiveram que dar em contrapartida uma aceitação à legitimidade e à noção de ordem desta instituição, principalmente na manutenção da ordem comunitária. Obviamente que a justiça não estava acima das hierarquias sociais estabelecidas, embora também não estivesse inteiramente submetida a elas.

Com os dados colhidos neste trabalho⁴ emerge uma imagem de uma justiça que era voltada para a resolução de conflitos cotidianos, principalmente rixas entre vizinhos e problemas de negociação comercial. Atendia uma população consciente do valor da honra pessoal como fator de distinção e diferenciação com relação aos outros. E era pela mediação da justiça que a honra era ratificada ou destruída publicamente. Ou seja, dia-a-dia as distinções iam sendo construídas e operadas em função dos lugares e papéis desempenhados perante o judiciário por vítimas, réus e testemunhas; entre pessoas com poucas possibilidades de diferenciação e que competiam pelos e nos mesmos espaços. Desta maneira, os elementos encontrados nos processos de calúnia e injúria analisados revelam que as expectativas sociais em torno da justiça se manifestavam sobretudo entre aqueles que, como dissemos acima, não detinham um poder pessoal ou laços sociais para fazer justiça por seus próprios meios e que acreditavam que apelando para a o sistema judicial, teriam suas demandas satisfeitas.

A partir desta última questão, como nos lembra Ivan Vellasco, a demanda por justiça na justiça revela uma escolha entre várias possíveis, que implicava no acatamento prévio das regras da mesma, e na crença na instituição e na sua eficácia na resolução de querelas (VELLASCO, 2004, pp. 180). Mais do que isso: as expectativas daqueles que procuravam o sistema judiciário local, semelhantemente a outros contextos, parecia girar menos em torno da imposição de penas e mais na possibilidade de tornar o conflito público, mais “sério”, revelando ao oponente uma disposição de enfrentá-lo e legitimar sua posição frente a ele.

Um bom exemplo desta situação é o processo criminal envolvendo o autor Manoel Antonio da Rosa e o réu Antônio Gomes do Nascimento. Na noite de 26 de fevereiro de 1864, estavam ambos os vizinhos conversando e bebendo na casa de negócios de Antônio Amalio Alfeld, situada no Morro da Gratidão, atual morro da Glória⁵. Durante a conversa, o réu já

⁴ Utilizamos em nossa tese de doutorado 294 processos criminais de calúnia e injúria, alocados no Arquivo da Cidade de Juiz de Fora. Através deles buscamos perceber a relação entre a população e o judiciário local; a criação e a manutenção de grupos sociais, bem como buscamos construir uma história social da linguagem em Juiz de Fora, entre os anos de 1854 e 1941, analisando em que medida as ofensas contidas nos processos refletiam o contexto da cidade no período em questão.

⁵ *AHCJF*. Processos criminais de calúnia e injúria. Cx. 50, série 20. 27/02/1864.

bem alcoolizado, afirmou que Manoel havia comprado mercadoria furtada do estabelecimento onde estavam. Manoel Rosa ficou irado e no dia seguinte abriu um processo contra o ofensor por este ter lhe atribuído um ato criminoso; *“fato que no conceito público prejudica sua reputação”*. Sabendo que era procurado pelo oficial de justiça, o réu fugiu, mas mesmo assim a intimação foi lida em sua casa, na presença de sua esposa. Como as testemunhas afirmaram que o réu havia dito que os objetos furtados estavam em posse do autor, Antonio Gomes do Nascimento foi condenado a dois meses de prisão, a pagar uma multa correspondente à metade da pena e ainda, foi condenado a pagar os custos do processo. Contudo, dias após a condenação ser proferida, já estando o réu preso na cadeia municipal, o autor enviou uma carta ao juiz afirmando que pelo fato de serem vizinhos, *“estando o suplicado em cadeia desta cidade cumprindo sentença, o suplicante por compaixão, perdoa o dito e por isso requer a soltura”*.

O que este caso revela é que mesmo em situações em que o acusado de uma ofensa verbal fosse perdoado e pudesse então sair livre das penas impostas pela justiça, ainda sim o autor do processo poderia sair moralmente vitorioso da contenda. Isso porque o simples fato de ser citado pela justiça já implicaria em transtornos e custos para o réu – que mesmo fora da cadeia teria que pagar os custos do processo – capazes de refrear e “disciplinar” possíveis ações futuras, sendo assim afirmada a contenção de condutas indesejáveis e indiretamente, uma apologia à ordem, reconduzindo a vida comunitária a um ritmo desejável. Esta situação agradava tanto o autor do processo, pelas razões já citadas, quanto à justiça, que afirmava o poder público do Estado através da manutenção das relações sociais e da afirmação da necessidade da ordem social.

Obviamente que isso não significou um controle social eficaz e um enquadramento dos comportamentos populares em moldes estritos, mas significou que estavam presentes as bases que viabilizaram um acordo tácito sobre a ordem. A incorporação dos ditames da ordem significava a entrada num sistema de regras garantido pelo judiciário e pelo aparato coercitivo. E para aqueles sem poder e sem laços sociais, a justiça passou a representar um poder capaz de solucionar e intermediar conflitos. Aumentava as expectativas de ordem frente às querelas postas e a sinalizava a afirmação de valores para aqueles cuja adesão à ordem passou a significar um sinal de distinção frente aos outros, já que o poder público reconhecia os ditames de quem o procurava como requerimentos de um cidadão. Mais do que isso, esse acordo tácito com a justiça pela ordem manifestava a separação entre os estabelecidos e os

que viviam às margens da sociedade, na medida em que valorizava a conduta pautada no acatamento das autoridades e assim valorizava o recurso à justiça como arena de resolução de conflitos e *locus* implementador da lei e manutenção da ordem.

Assim, mais do que uma ordem imposta de cima, a ordem estruturada na relação entre a população e o judiciário é uma ordem que oferece ganhos, resultante de um pacto no qual as duas partes em questão arcam com os custos em prol de vários benefícios necessários para a legitimidade dessa relação (VELLASCO, 2004, pp. 216). A ordem implica o meio pelo qual as regras são construídas e mantidas, regulando as condutas recíprocas no interior de uma formação social, o que torna possível a resolução de conflitos emergentes entre indivíduos e grupos, sem que se mergulhe num caos social (IDEM, pp. 236). Da mesma forma que impõe regras, estabelece recursos facilitadores para as ações dos indivíduos, visto definirem as possibilidades de interação e negociação entre os indivíduos.

Neste sentido, a função da ordem social seria induzir certas condutas recíprocas entre os indivíduos. Para o indivíduo, a ordem surge como um complexo de regras que determinam como ele deve se conduzir em relação ao outro. Sendo assim, a ordem seduzia na medida em que oferecia um campo de possibilidades e de previsibilidade para a ativação de direitos, através do uso de regras que foram se positivando. Segundo Ivan Vellasco, qualquer regra é melhor do que jogar a vida ao capricho da sorte (VELLASCO, 2004, pp. 226). Neste sentido, aceitar a ordem, mesmo que de forma modificada pelos interesses pragmáticos, foi uma estratégia adotada, como dissemos nos primeiros capítulos, para minimizar a questão da incerteza e aprimorar as possibilidade de previsibilidade cotidiana e assim aumentar a segurança das relações sociais (LEVI, 2000, cap. II e III).

A justiça deveria então, a partir das perspectivas citadas, ser entendida como um campo simbólico (BOURDIEU, 1989.). Suas práticas e discursos devem ser estudados, como alertou Silvia Lara, na interação com processos sociais mais amplos (LARA, 2006, pp. 9), na medida em que a leitura dos processos criminais criados por esta instituição fornece a percepção de valores radicalmente diferentes em conflitos na arena jurídica, orientando ações opostas e contraditórias naquele terreno e mesmo, fora dele (IDEM).

Na verdade, compreendemos a justiça como uma gama de recursos que eram apropriadas por diferentes indivíduos e grupos que lhe atribuíam significados sociais amplamente distintos. Nesta perspectiva, os atores encontrados nos processos de calúnia e injúria estudados em nossa tese de doutorado, longe de serem vítimas indefesas nas mãos do

aparato coercitivo do Estado, lutavam por um conjunto de direitos e deveres, muitas das vezes em consonância com os interesses do Estado; todavia sob uma perspectiva bem pragmática. Não se trata de legitimar a dominação vinda de cima, mas de compreender que a cada conjuntura as lógicas jurídicas eram formuladas e acionadas por indivíduos situados em vários pontos da arena de luta. O significado da instituição jurídica depende então menos da visão de *locus* de dominação e mais de uma instituição cujos sentidos e significados dependem das ações dos próprios sujeitos históricos que aí atuam.

Desta maneira, a análise empírica de documentos produzidos pelo aparato jurídico-policial, realizada por inúmeros pesquisadores, questiona com fatos sólidos a máxima marxista do Estado e de suas instituições serem simples fantoches nas mãos dos dominantes com a função de assegurar e conservar a dominação e exploração de classe.

Contudo, o que poucos pesquisadores demonstraram é que essa visão de uma instituição social ser dominada de forma total por um grupo é totalmente inviável devido à maneira por meio da qual os atores sociais interagem entre si. Se pensarmos no aparato judicial como uma configuração social, perceberemos a impossibilidade do controle total desta instituição, quer seja por um grupo de pessoas quer seja por uma classe social. Dentro desta perspectiva, se torna improvável uma visão estruturalista da justiça, na qual a mesma possui vida própria, aquém das pessoas que lhe administram ou que precisam de seu arbítrio.

De acordo com Norbert Elias⁶, as pessoas, através de suas disposições básicas, são inclinadas uma para as outras se unindo de inúmeras maneiras. Estas pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, tribos ou estados, com suas múltiplas instituições (ELIAS, 2005, pp. 15). Dentro dessas teias, as pessoas modelam as suas idéias sobre todas as suas experiências; essencialmente sobre as experiências que tiveram dentro do seu próprio grupo (IDEM, pp. 59). Os processos de aprendizagem individual atuam por meio do acúmulo de experiências, de modo que podemos

⁶ Gostaríamos de esclarecer que alguns trabalhos buscaram utilizar os conceitos de Norbert Elias para o estudo da justiça e do crime. Contudo, estas pesquisas ressaltaram somente a conexão entre o chamado processo civilizador e as mudanças das práticas penais; principalmente a mudança de penas características do Antigo Regime para penas que recusavam a tortura e a pena de morte. Estes trabalhos perceberam essas mudanças com um reflexo da interdependência entre o crescimento da sensibilidade para com a violência com a emergência de um Estado forte e gestor da coerção. Ver, por exemplo: SPIERENBURG, Pieter. "Elias and the history of Crime and Criminal Justice: a brief evaluation". In : *IAHCCJ Bulletin*, nº 20, Printemps/Spring, 1995, pp. 17-30. Desconhecemos, contudo, trabalhos que utilizem os conceitos deste autor na percepção de uma instituição como resultante da interdependência de vários atores e grupos, tornando assim inviável o domínio absoluto desta instituição por um indivíduo ou grupo de pessoas, por que a relação de poder entre esses grupos seja muito desigual.

mais tarde recorrer a estas para que nos ajudem a diagnosticar e a prognosticar qualquer situação.

Essas estruturas ou sistemas formados na interação com os outros são melhor compreendidas se não forem vistas como a acumulação de indivíduos particulares, mas como configurações impessoais, até certo ponto auto-reguladas e auto-perpetrado (IDEM, pp. 60). O que estamos querendo dizer com isso é que os processos sociais são relativamente autônomos das intenções e finalidades individuais; eles formam interconexões funcionais no interior dos quais muito do que fazemos é involuntário e sem finalidade. São quase relações autônomas e auto-reguladas.

No caso de Juiz de Fora, que no período em questão passou por inúmeras transformações (imigração, urbanização, industrialização, adensamento populacional, etc.), todos os grupos e indivíduos se tornaram cada vez mais funcionalmente dependentes de um número cada vez maior de pessoas, devido, principalmente à especialização de suas funções específicas. As cadeias de interdependência se alargaram e se tornaram mais diferenciadas; tornaram-se conseqüentemente mais opacas e mais incontroláveis, por parte de qualquer grupo singular ou por qualquer indivíduo (IDEM, pp. 73).

Ligada a estas questões, também não podemos mais imaginar uma pessoa isolada e absolutamente sozinha no mundo; temos que iniciar nosso raciocínio com a imagem de uma multidão de pessoas, cada uma delas constituindo um processo aberto e interdependente (IDEM, pp. 132). Nesse sentido, sai de cena o conceito de *Homo clausus* e entra o de *Homines aperti*, já que passamos a ver o conceito de indivíduo se referindo a pessoas interdependentes, e o conceito de sociedade a de pessoas interdependente no plural (IDEM, pp. 136). Por isso devemos deixar bem claro que esse modo de pensar não se refere a situações ou a pessoas estáticas. Se não fosse dessa forma ficaria difícil fazer justiça ao fato de que toda relação entre pessoas é uma questão de perspectiva⁷.

Sendo assim, esses indivíduos em interação criam *configurações*, que podem ser entendidas como o padrão mutável criado pelos jogadores que estão em interações. Este padrão é flexível, com tensões e com certo equilíbrio de poderes entre as partes (IDEM, pp. 142). Torna-se óbvio assim que as conseqüências não planejadas das ações planejadas surjam das repercussões no interior de uma teia tecida pelas ações de muitos indivíduos. A medida

⁷ Isso fica claramente visível no simples exemplo de que a relação AB entre duas pessoas compreende na verdade duas relações distintas – a relação AB vista sob a perspectiva de A e a relação BA vista sob a perspectiva de B. para maiores informações ver: ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: edições 70, 2005, pp. 112.

que se cruzam as jogadas de milhares de jogadores interdependentes, nenhum jogador isolado ou grupo de jogadores, atuando sozinhos, serão capazes de determinar o decurso do jogo, por mais poderosos que sejam. Neste sentido a justiça, enquanto instituição, deve ser entendida como uma configuração. Só podemos compreender muitos aspectos do comportamento e das ações dos indivíduos se começarmos pelo estudo do tipo de sua interdependência, em resumo, das configurações que formam uns com os outros. Essa configuração acaba por formar uma ordem relativamente autônoma e os modelos de competição ou de jogos ajudam a mostrar como se entrelaçam estas ações e como os indivíduos medem suas forças.

Assim, sempre que houver a relação de dois ou mais indivíduos ou grupos, estes não podem ser analisados sozinhos mas sim em sua relação, pois só assim saberemos o porque de cada movimento seu. Pessoas ou grupos que desempenham funções recíprocas exercem coerção mútua. Mas essa coerção é desigual na medida que um lado tem mais poder que o outro⁸. Assim, a seqüência de movimentos em ambos os lados só pode se compreendida e explicada em termos da dinâmica imanente de sua interdependência. Se a seqüência das ações de ambos os lados fosse estudada isoladamente, perderia seu sentido. Em suma, mesmo com desigualdade de poder entre os jogadores, ambos levam em conta o movimento do outro nas interações. Assim em cada jogo há controle mútuo, mesmo com desequilíbrio forte entre poderes – como numa relação senhor x escravo – e é isso que determinará como eles se influenciarão. Contudo, quanto maior for a desigualdade de poder, maior possibilidade de controlar o jogo e os mais fracos. E quanto mais equilibradas forem as forças, menor poder terá cada jogador para forçar uma determinada ação do outro, ocorrendo um processo diferente daquilo que cada uma das partes planejou, fazendo com que seja necessário a análise das relações para a compreensão do “jogo”.

Além disso, percebe-se também que quanto maior for o número de atores interagindo ou jogando, menor será o controle individual sobre o jogo, por mais poder que um indivíduo possa ter. Tudo isso por que se torna cada vez mais difícil para cada jogador efetuar jogadas adequadas ou corretas, avaliadas a partir de sua própria posição na totalidade da relação (ELIAS, 2005, pp. 92).

No caso da interação entre populares e justiça, esse “jogo” seria formado por jogadores interdependentes mas com oportunidade diferentes de poder que não jogam diretamente uns com os outros, na medida em que pelo menos dois níveis de interação, um

⁸ Podemos citar como exemplo a relação AB, onde os dois são rivais e A é mais poderoso que B. Apesar da diferença de poder, o movimento de um determina o movimento de outro. Como não se orientam por regras comuns, apóiam totalmente sua orientação na idéia que cada um faz dos recursos de poder que cada lado tem.

superior e outro inferior, são formados. A função de nível superior seria desempenhada pelos funcionários do aparato jurídico, visto deterem mais poder que a população. Cada nível – a população e o judiciário – é mutuamente dependente, possuindo reciprocamente diferentes oportunidades de poder (IDEM, pp. 95-6).

Neste modelo a configuração do jogo e dos jogadores (população e funcionários do aparato judicial) já possui um grau de complexidade (leis, normas jurídicas, valores admitidos por ambas as partes) que impede qualquer indivíduo de usar sua superioridade orientando o jogo na direção das suas próprias metas e desejos. Assim, num jogo entre justiça e população, o equilíbrio de poder a favor do nível mais elevado (justiça) é muito desproporcional, rígido e estável. No entanto, a interdependência dos dois níveis impõe limitações a cada jogador. Mesmo um jogador no nível alto tem poucas possibilidades de controlar todo o jogo.

Mesmo assim, ambos vão quere

r se beneficiar nessa relação: a justiça, controlando e ordenando a sociedade por meio de mediação de conflitos, e a população tendo sua reputação restaurada e tendo sua vida cotidiana mais ou menos ordenada para que o trabalho e a vida sigam de forma mais previsível. Ou seja, ambos procurarão maximizar seus ganhos (BARTH, 1981, pp. 61-75). Contudo, a justiça sempre tentará impor sua visão de mundo para a população, o que conseguirá em algum nível, na medida em que está num nível superior em todo o jogo, tendo mais poder para influenciar as decisões do povo⁹.

O resultado dessa história é que do entrecruzar dessas duas relações “grupais” emergirão conseqüências sociais que ninguém esperava. O controle e mediação da justiça, com todo seu poder, só se deu legitimamente perante a comunidade juizforana enquanto conseguia atingi-la, solucionando seus conflitos, recuperando reputações. Na medida em que deixou de condenar os réus acusados de proferirem ofensas verbais, como mostramos em um dos capítulos da tese, perdeu legitimidade e deixou de ter, na área dos crimes contra a honra, controle sobre a população geral, na medida em que este delito é de esfera privada e depende da iniciativa do sujeito ofendido para que a justiça possa atuar.

⁹ Concordamos assim com as considerações de Carlos Antonio Costa Ribeiro. Para este autor, o processo criminal é uma construção dos funcionários jurídico-burocráticos que revelam crenças e valores vigentes na sociedade. Seria justamente no curso da elaboração destes processos que estes funcionários lançariam mão de idéias e valores vigentes na sociedade, atribuindo significado às “histórias” que serão julgadas nos tribunais. Uma vez aceitos como versões verídicas da realidade, os valores e idéias que os compõe passam a ser reificados publicamente, tornando-se “verdades”. Além disso, pode-se dizer que o direito tem o poder de estabelecer “verdades” sobre o mundo social – não apenas permeado por representações sociais, mas também as cria, mantém e as torna públicas. Neste sentido, o direito seria um agente formador desta sociedade possibilitando a perpetuação de determinadas crenças e valores. Cf. RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. *Cor e criminalidade: estudos e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Edufj, 1995.

Houve também um uso diferenciado da justiça pelo povo; diferenciado em relação à atitude que dele esperava a justiça. Esta queria disciplinar e ordenar simplesmente, mas no fluxo das interações motivou grupos a procurá-la para ganhar algo em troca, seja paz, dinheiro, reputação, honra, etc, agindo conforme assinalou Michel De Certeau (CERTEAU, 1994, pp. 94-5).

Enquanto a mediação e a ordenação da justiça trouxeram ganhos para ambos os lados, essa relação durou. Quando um dos lados saiu perdendo, a relação se modificou, fazendo com que a justiça perdesse legitimidade e deixasse de ser procurada para o jogo (BARTH, 1981, pp. 61-75).

Dadas as condições dessa configuração, notamos especialmente que os processos de dependências recíprocas são relativamente auto-regulados e autônomos em relação às pessoas que formam individualmente a trama, na medida em que percebemos que as relações são formadas por cadeias multilíneas de causa e efeito. Repetindo mais uma vez, embora as tendências de mudança não sejam independentes das intenções e ações dos indivíduos que constituem as configurações, a forma que a configuração vai tomar não será determinada deliberadamente ou pelas intenções ou planos de alguns de seus membros, nem por grupos deles, nem mesmo por todos eles em conjunto (ELIAS, 2005, pp. 176-7). Assim, a ação do indivíduo é limitada pelas redes dependências recíprocas na qual ele se insere. Mas com a mudança, muda também a teia, possibilitando novas formas de ações.

Dito isto, fica compreensível que a justiça não pode ser entendida sozinha, de forma estrutural, fora da sua relação com a população. Do movimento de um depende o movimento do outro. Nesta perspectiva, estaria equivocada a noção estática de justiça, na medida em que esta relação só é compreensível na interação empírica com grupos determinados em locais e épocas determinadas. Observar o aparato judiciário como braço da classe dominante é limitar sua ação e relação. Analisando sua atuação como uma relação entre pessoas, o resultado final do jogo será bem diferente do que ambas as partes esperavam¹⁰.

¹⁰ Analisando uma digressão simples podemos perceber que é impossível às pessoas individuais em interdependência, compreender a trama de uma forma completa e nela traçar um caminho, sem qualquer ajuda: a própria trama influencia constantemente o seu próprio desenvolvimento, relativamente independente das intenções dos indivíduos que a constituem. A título de exemplo, podemos afirmar que 4 pessoas podem formar 11 relações diferentes: AB AC AD BC BD CD ABC ABD ACD BCD ABCD. E se atendermos ao fato de que cada participante tem uma perspectiva diferente da relação, ficamos com uma boa idéia do aumento da complexidade que acompanha o aumento do número de pessoas que constituem a trama das relações. Além disso mostram que o indivíduo, em relações envolvendo centenas ou milhares de pessoas, não tem a mínima chance de influenciar sozinho o resultado da trama visto que suas jogadas passam a ser dadas num relativo escuro, na medida em que não controla todas as jogadas de todos os jogadores. Nesse sentido, acreditar que a classe dominante detém o controle absoluto do aparato judicial a seu favor em detrimento das expectativas dos

Bibliografia

- AUFDERHEIDE, Patrícia Ann. *Order and Violence: social deviance and social control in Brazil, 1780-1840*. Ph. D. Thesis, University of Minnessota, 1976.
- BARTH, Fredrik. “Models of social organization III: the problem of comparison”. In: *Process and form in social life*. vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981, pp. 61-75.
- BOURDIEU, Pierre. “A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico”. In: *O Poder Simbólico*. Lisboa Difel, 1989.
- CASTRO, Hebe Maria de Mattos de. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: edições 70, 2005.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Unesp, 4ª ed., 1997.
- LARA, Silvia H. *Campos da Violência: escravos e senhores na capitânia do Rio de Janeiro (1750-1808)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000. Em especial, o capítulo II e III.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- URICOCHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da justiça em Minas Gerais, século XIX*. Bauru: Edusc, 2004.
- ZENHA, Celeste. *As práticas a justiça no cotidiano da pobreza: um estudo sobre amor, trabalho e riqueza nos processos penais*. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1984.

subalternos é desconhecer a forma que ocorre a interação entre os atores sociais. Para maiores informações ver: ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: edições 70, 2005, pp. 108 e seguintes.

A HISTORIOGRAFIA ARGENTINA EM FACE DA REPRESENTAÇÃO SARMIENTINA DA ESPANHA

Diego Gobo Porto¹

Introdução

Segundo Nicolas Shumway, no livro *A invenção da Argentina*, a vida política e intelectual dos argentinos tem sido marcada, desde o século XIX, por uma grande cisão. De um lado, os liberais, que acusam os nacionalistas pelo atraso argentino. Do outro, os nacionalistas, que acusam os liberais de não defenderem os interesses da nação e de venderem a pátria. Obviamente, essa divisão também se deu no campo da historiografia.

Ante essa constatação, o objetivo da presente comunicação é apresentar e analisar alguns pontos da crítica da historiografia nacionalista à visão dos liberais, especificamente, a de Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), sobretudo no que concerne à representação da Espanha, que foi de encarnação do atraso até a Mãe Pátria a partir da qual os argentinos se identificariam.

De maneira geral, os liberais latino-americanos abominaram o legado ibérico. No Brasil, por exemplo, Tavares Bastos fez uma ferrenha crítica à herança portuguesa. No livro *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*, ele destacou que os grandes problemas que o Brasil apresentava no presente resultavam da herança da colonização portuguesa (BASTOS, 1976: 30). Voltando à Argentina, outros liberais também concordavam com os pérfidos efeitos da colonização ibérica. Será apresentada abaixo a representação que Sarmiento fizera da Espanha.

A representação sarmientina da Espanha

Durante os anos de colonização, a Espanha imprimiu muitas características suas à América. Segundo Sarmiento, esse continente ainda se ressentia dos males que ela provocou, mesmo tendo-se emancipado do seu jugo político. Túlio Halperin Donghi diz que Sarmiento tinha

¹ Mestrando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
Email: dg.porto@yahoo.com.br

uma concepção histórica de luta permanente; a história, para ele, era feita por lutas constantes. Isso fazia parte do seu historicismo romântico. É por meio delas que se caminharia rumo ao progresso. Assim, para ele, a Revolução cumpriu uma etapa da história argentina, abrindo caminho para outra: agora a luta passa a ser contra barbárie dos campos, dos selvagens e dessa “desgraçada” herança que fora legada pela colonização hispânica. “A revolução na América do Sul foi uma ruptura que abriu caminho ao drama histórico”. A independência argentina não foi marcada por um passado venturoso como foi o da revolução da América do Norte; não teve história para recuperar. Partia, pois, da brusca negação da cultura que lhe deu origem (BOTANA, 1997: 263-265).

Dessa maneira, a Espanha foi representada como uma nação atrasada, arcaica, medieval. Em vários momentos, Sarmiento recorreu a essas imagens. Esse atraso se estendeu às colônias americanas, que, por séculos, viram-se privadas de qualquer desenvolvimento intelectual. Daí que a Espanha vencida na Guerra de Independência, ainda assombrava a Argentina. Grande parte dos males que ele constatou no seu presente resultava, na sua visão, da maldita herança que fora legada pela colonização.

Essa herança fora tão perniciosa que não permitiu aos argentinos utilizar os caudalosos rios que possuíam, um presente da Providência; eles não souberam aproveitar aquilo que para Sarmiento era a causa do engrandecimento do Egito e da Holanda e do desenvolvimento da América do Norte. Da mesma forma, eles poderiam propiciar o engrandecimento dos argentinos. Facilitariam a integração do território e o desenvolvimento do comércio interno e externo. Permitiriam que os avanços do mundo civilizado chegassem aos rincões do seu país. Em suma, eles seriam de grande importância para difusão da cultura e da civilização para as diversas províncias. Se bem aproveitados, seriam de grande utilidade.

Todavia, todo esse potencial fluvial não foi utilizado pelos argentinos. Esse desperdício se deu porque os colonizadores, descendentes de espanhóis, de acordo com Sarmiento, detestavam a navegação² e, por conseguinte, não legaram aos argentinos tal arte, que lhes seria de grande importância (SARMIENTO, 1997: 53). Um dos poucos aspectos positivos da

² Esse fato é, no mínimo curioso, pois fora a navegação que permitira aos espanhóis dominar uma boa parte do globo. Na verdade mais do que curioso, ele exemplifica os erros históricos cometidos por Sarmiento ao longo de sua obra. Ele não foi um modelo de historiador; quando escrevia sobre história, cometia inúmeros erros, sempre lembrados pelos seus inimigos.

natureza argentina não foi satisfatoriamente utilizado em prol do seu engrandecimento, do seu desenvolvimento. A culpa recai sobre o legado da colonização.

Essa idéia negativa da Espanha, Sarmiento já possuía mesmo antes de visitá-la. Quando viajou por esse país, mais do que conhecer, ele confirmou. Seu interesse não era investigá-lo, fazer uma análise das suas características intelectuais, econômicas políticas ou sociais. Como mostra Santiago Kovadloff (KOVADLOFF, 1996: 759-772) muito antes de visitar a península, a Espanha já estava em Sarmiento.

Ele a caracterizava antes como natureza do que como cultura. Era uma nação onde a civilização retrocedeu. Desenvolveu-se apenas até o século XIV. Depois disso, caíra na estagnação. Diante das outras nações da Europa, a Espanha ficava para trás, vendo, cada vez mais longe, as costas do continente.

A Espanha era para ele o que a América central foi para Colombo: natureza. A Espanha deveria ser colonizada. Dever-se-ia seguir o caminho inverso. Deveria ser colonizada, evidentemente, pela América do Norte. Os Estados Unidos eram o modelo ideal. Diante do seu desenvolvimento intelectual e político, a antiga metrópole sucumbia.

Consuélenos, empero, la idea de que estos democratas son hoy en la tierra los que mas em camino van de hallar la incógnita que dará la solución política que buscan a oscuras los povos cristianos, tropezando, en la monarquía como em Europa, o atajados por el despotismo brutal como em nuestra pobre patria (SARMIENTO, 1996, p.291).

Nada do que viu o surpreendeu verdadeiramente. Ele possuía uma cosmovisão que prescindia a experiência. Seu objetivo não foi saber como era a Espanha, não foi investigar e descobrir o inesperado, não foi entendê-la. Sua viagem atendeu, segundo Kovadloff (KOVADLOFF, 1996: 761) a um anelo de corroboração. Assim também o destaca Shumway, dizendo que sua viagem à Espanha não fez mais que confirmar a idéia de que ela era bárbara, devendo o seu legado ser execrado (SHUMWAY, 1993: 155). Sarmiento apenas ratificou sua explicação dos males que três séculos de colonização causaram à América, particularmente, à Argentina.

As duas décadas, de 1830 a 1840, atormentaram-no. Seu principal inimigo, o rosismo, dominava a Argentina. Em grande parte, este era resultado da herança espanhola, que ainda não havia sido erradicada da Argentina. Mais de quatro décadas depois de escrever *Viajes*,

quando escreveria *Conflicto y Armonias*, ainda veria essa herança entavando o desenvolvimento argentino.

Ele trabalhava, então, com a idéia de que seu país não fora totalmente emancipado. As referidas guerras civis, o rosismo e sua ditadura, a preeminência tenaz do sectarismo religioso e do fanatismo político sobre o espírito laico e liberal indicavam a Sarmiento, com penosa eloquência, que a mentalidade espanhola ainda governava o proceder geral dos argentinos (KOVADLOF, 1996: 768).

Assim como os espanhóis, os argentinos eram marcados pela resistência e pelo temor ao amor pelo progresso. Os caudilhos eram representantes dessa mentalidade – e também de uma concepção de país que é eco da Espanha –, que se contrapunha ao projeto de Sarmiento e dos liberais, que apregoavam a supremacia de Buenos Aires, com suas aspirações transformadoras e progressistas. O fim da guerra contra a Espanha, como visto, foi o início de outra guerra: civilização X barbárie.

Para Sarmiento era necessário, antes de tudo, conciliar o homem argentino com a idéia de progresso. Era necessário superar uma mentalidade arraigada há mais de trezentos anos; superar uma sociedade atomizada, pastoril e avessa ao progresso geral, cujas raízes estavam na nação espanhola. Esta era a causa dos regimes retrógrados dos argentinos.

Na concepção de Sarmiento, ao se oporem ao projeto centralista de Buenos Aires, as províncias mostravam o quanto a mentalidade feudal de suas origens se lhe estava arraigada. A nova mentalidade (que impulsionava a independência e a conformação de Estados nacionais autônomos) partia da formação excepcional, porém isolada, de alguns indivíduos e algumas regiões do país. Evidentemente, Sarmiento se colocava como um desses indivíduos. Apesar de todos os impedimentos ao florescimento das idéias, defendia que algumas pessoas conseguiram ter contato com o que se estava produzindo de novo nas regiões mais livres do mundo, norte da Europa e Estados Unidos.

A civilização industrial era a referência que Sarmiento tomava para indagar sua própria realidade americana e argentina. Contrastava-a com a realidade dos Estados Unidos – especialmente os estados nortistas da costa leste –, desenvolvidos, civilizados e representantes

do avanço. Por sua vez, a Argentina, marcada pela cultura pastoril e pelo caudilhismo, sem indústria e comércio, tão caros ao progresso, era a representação do atraso. Além disso, havia a fragmentação e o isolamento, males que assolavam o país. Esse prognóstico resultava de tal contraste.

Problemas do nacionalismo argentino

Após a independência da Argentina, os líderes do movimento procuraram construir a nova nação, tarefa nada fácil. Essa geração, considerada a primeira geração patriota, não logrou êxito em tal empresa. A geração mais jovem, mais conhecida como a geração de 1837, também teve esse propósito. Os jovens de 37 queriam construir uma nova nação. Talentosos e baseados nas idéias que se estavam desenvolvendo na Europa, criaram várias ficções orientadoras³.

O projeto de construção da nação não foi nada fácil, como destaca Jorge Myers, e precisou de várias décadas para se concretizar. Segundo esse mesmo autor, uma série de fatores dificultou a formação da identidade nacional argentina, todos girando em torno das disputas entre as províncias do interior e Buenos Aires. Isso foi verificado logo após o maio de 1810 e se estendeu por boa parte do século XIX. Esse período fora fortemente marcado por uma política sectária e, em consequência disso, uma cisão que gerou a referida oposição. (MYERS, 2008: 180).

De 1810 a 1820, a Argentina teve várias juntas governativas (Primeira Junta, Junta Provisória, Junta Conservadora, Primeiro Triunvirato, Segundo Triunvirato). Nesse período, a Revolução de Mayo se confundiu com a Guerra de Independência (GOLDMAN, 2005: 50). A preocupação central era vencer a metrópole e consolidar a Revolução. Essa década fora marcada por muitas incertezas e sucessivos golpes.

A década de 1820 fora marcada pela influência de Rivadavia, líder dos *unitários*. Esse partido, de ideologia liberal, tinha o propósito de unir a nação sob a liderança de Buenos Aires. Durante o seu governo, Rivadavia colocou em prática algumas reformas liberais. O

³ Conjunto de obras ficcionais ou não (como os livros de história), que acabaram por criar um sentimento de pertencimento nacional e destino comum a um determinado povo. Também serviram para guiar ações de indivíduos que se preocupavam com a manutenção do poder ou que o queriam transformar. Há uma busca, nessas mitologias, pela sua ancestralidade, o que de comum existe entre aqueles que dele fazem parte, aquilo que o diferencia dos demais povos, etc. Teve grande importância, assim, no processo de constituição das nações.

período em que esteve à frente do poder fora denominado por alguns historiadores simpatizantes de “Feliz Experiência” (SHUNWAY, 1993: 99), devido à junção de quatro ingredientes: prosperidade, classe alta emergente com tempo para o ócio, paz e fascinação com os usos da aristocracia européia. Ele sonhava como uma Paris nos pampas (SHUNWAY, 1993: 100-101). Na verdade, esse sonho deu forma ao liberalismo argentino.

Empreendeu reformas educacionais, eclesiásticas, culturais e econômicas. Na economia, ele tentou criar um mercado livre. No entanto, o desenvolvimento da Argentina se deu à custa do endividamento e da dependência externa, sobretudo em relação à Inglaterra, condenando a indústria local.

Suas políticas receberam muitas críticas, principalmente das províncias. O sonho de recriar a Europa no Sul da América, que fora uma ficção orientadora dos liberais, era estranho aos habitantes e líderes das províncias, avessos à idéia de civilização que desenvolveram seus adversários políticos. Rivadavia e seus seguidores eram indiferentes à cultura popular, particularmente à gestada nas províncias do interior.

Após a saída de Rivadavia, a legislatura de Buenos Aires elegeu Manuel Dorrego governador da província, em 12 de agosto de 1828. Sua posição política era mais conciliatória. Ele tentou restaurar as relações com os caudilhos provinciais, o que desagradou aos unitários, que apoiaram Juan Carlos Navalle num golpe contra o governo legitimamente instituído. Em primeiro de dezembro do mesmo ano, este fora eleito governador. No dia 13, Dorrego fora assassinado.

Esse assassinato preparou a entrada de Rosas. O caudilho de Buenos Aires se opôs a Navalle, que renunciou, lançando a Argentina num clima de anarquia. Com a promessa de acabar com o caos, Rosas foi eleito governador, em dezembro de 1829. Entre esse ano e o de 1835, ele se submeteu às leis, tentou conciliar as facções em disputa, renunciou, fora novamente escolhido governador pela legislatura e não aceitou essa escolha. Disse que só seria governador se fosse de acordo com os seus termos. Em 7 de março de 1835, a legislatura deu-lhe as prerrogativas que queria. Teve início aí a ditadura que se estenderia até o início da década de 1950.

Durante todo esse período que foi da Revolução até o início da ditadura, a Argentina esteve cindida em duas. A partir da ditadura rosista, as várias províncias foram sufocadas, e se submeteram a por Buenos Aires. Vale destacar que essa submissão se deu por meio da força e da cooptação de lideranças provinciais. Porém, os sentimentos contra Buenos Aires permaneceram vivos nas províncias. Logo, o governo de Rosas não conseguiu a consolidação da nação; ele não tinha legitimidade e se sustentava na força. Como afirma Myers, até 1953, “faltaria ao território argentino qualquer governo nacional de direito” (MYERS, 2008: 180). Esse breve histórico mostra a dificuldade que os argentinos tiveram para construir o Estado nacional. Se ao fim da ditadura de Rosas, o Estado argentino ainda não estava organizado, menos ainda se poderia falar da identidade nacional argentina. O longo período de guerra civil entre os federais e os unitários contribuiu para insuflar o ódio e para formar fortes identidades provinciais (MYERS, 2008: 183), o que travou uma identificação maior. Estava em jogo a defesa dos interesses locais contra os interesses dos portenhos.

Os conflitos entre as províncias do interior e Buenos Aires se prolongaram pelos anos posteriores à queda de Rosas. Com o fim do seu regime, teve início a Confederação, que foi até 1960. Segundo KATRA, esse período fora marcado pela oposição ferrenha de Buenos Aires à Confederação (KATRA, 2000: 212-213). A tradicional luta dos unitários (Buenos Aires) e dos federalistas volta à tona. Durante o período rosista, os unitários foram perseguidos e tiveram que seguir para o exílio. Rosas se dizia defensor do federalismo, mas as províncias foram sufocadas durante sua ditadura.

Nesse debate, Sarmiento esteve ao lado dos unitários. Seu objetivo era a construção da nação sob a liderança de Buenos Aires. Durante o período da Confederação, ele esteve ao lado dos portenhos. Contudo, vale destacar que sua identificação com o partido unitário não era total. Ele se opunha à política hegemônica de Buenos Aires. Seu ideal era a consolidação da nação. Concordava em alguns pontos com a elite portenha, tais como: livre comércio por todos os rios do interior do país, educação pública, desenvolvimento material, apoio à liberdade de imprensa e ao direito de reunião, dentre outras propostas liberais (KATRA, 2000: 230). Ele se uniu aos localistas para derrotar a Confederação, mas ele se opunha às suas idéias. Sarmiento tinha o sincero desejo de consolidar a nação.

Assim, a fase posterior da história argentina fora denominada por Ktra de Consolidação Nacional (1860-1880). Foi nessa fase que a nação se consolidou, não sem fissuras e tentativas de golpes. Não obstante a consolidação da nação, grupos do interior continuaram investindo contra Buenos Aires, porém sem sucesso. Sarmiento teve uma participação fundamental nesse momento, sendo um dos principais artífices, ao lado de Mitre, da consolidação nacional.

O nacionalismo argentino no final do século XIX

Apesar de todas as disputas envolvendo unitários e federais, a consolidação da nação se deu sob os auspícios do liberalismo, defendido pelos unitários, mas não só por eles. Alberdi, que apoiara a, também militava por uma nação que estivesse alicerçada nos princípios liberais, de acordo com aquilo que entendia por liberalismo, ou que tirara do repertório liberal.

Consolidada a nação, buscou-se forjar um sentimento nacional que abarcasse todo o território argentino e deixasse de uma vez por todas o sectarismo dos tempos anteriores para trás. Nas décadas de 1880 e 1890 ocorreu um conjunto de iniciativas patrióticas: a construção de monumentos, a formação do panteão nacional, a organização de celebrações e comemorações e um trabalho historiográfico de releitura do passado. Essas iniciativas foram acompanhadas da preocupação em definir e afirmar a existência de uma cultura nacional.

Nesse sentido, houve uma aproximação com a Espanha. A antiga metrópole, tantas vezes execrada pelos membros da geração de 1837, particularmente Sarmiento, que via na sua herança uma das causas do atraso argentino, teve sua imagem transformada. A imagem de inimiga que ela representava precisava ser transformada; não mais representaria a encarnação do atraso, e sim a Mãe Pátria (BERTONI, 2001: 173)

A aproximação com a Espanha progrediu, a partir de 1892, por ocasião dos 400 anos de descobrimento da América. Também contribuiu para isso a nova imagem dos Estados Unidos. De modelo a ser seguido para um inimigo comum de ambas as nações: Argentina e Espanha. Os Estados Unidos foram percebidos como um perigo para as nações latino-americanas.

A língua fora um instrumento muito importante para a unidade da nação e sua aproximação com a Espanha, alçada ao status de Mãe Pátria.

O movimento intelectual em torno do Centenário do Descobrimento se propunha instaurar a Espanha como a nova metrópole cultural da América hispânica; ademais, se organizaram exposições, competições, publicações e uma série de congressos hispano-americanos destinados a favorecer a aproximação intelectual de ambos os mundos. (BERTONI, 2001: 178)

A reunião mais característica dessa aproximação foi o Congresso Literário Hispano-americano, cujo objetivo era alcançar a unidade da língua em todos os países de fala espanhola. Os pontos discutidos no congresso influenciaram as propostas de defesa da língua e da cultura nacional argentina.

Tentou-se construir uma cultura nacional. Aqueles que defendiam uma fraternidade entre Espanha e Argentina afirmavam a idéia de que existia uma comunidade de língua e de raça entre ambas. Os temas locais e os motivos tradicionais também foram valorizados. A paisagem e a vida nos pampas serviram de inspiração poética, uma mostra de que o elemento local também fora valorizado nessa tentativa de se construir a cultura nacional (BERTONI, 2001: 186). Em contraposição à contribuição dos imigrantes para a formação da identidade argentina, afirma-se que a verdadeira raça era a espanhola (BERTONI, 2001: 188).

Conclusão

Dentro dessa tentativa de se buscar a construção da identidade nacional, teve a historiografia argentina um importante papel, na medida em que fez uma releitura do passado. Nessa revisão, três pontos fundamentais foram modificados. Os defensores do liberalismo argentino concordavam em três pontos fundamentais: defesa dos Estados Unidos como modelo de progresso e de civilização; crítica à Espanha, atrasada e medieval; ataque aos gaúchos e ao seu estilo de vida.

O nacionalismo do final do século XIX apresentou os Estados Unidos como um inimigo, não só da argentina como também da Espanha (agora a Mãe Pátria), valorizou o elemento popular – particularmente o gaúcho – e seus modos de vida como verdadeiramente nacionais e a Espanha passou a ser considerada um fator de identificação cultural: argentinos e espanhóis estavam ligados pela raça e pela língua.

Essa nova interpretação do passado levou a historiografia nacionalista a criticar os liberais. Sarmiento, como representante maior da visão oposta à que os nacionalistas apresentavam agora, tornou-se alvo das críticas, às vezes, desmedidas. Contudo, deve-se destacar que ele fora um dos principais artífices da construção da Argentina. O seu liberalismo, como muito bem destacou José Merchior, fora um instrumento para a construção da nação (MERCHIOR, 1991: 250). Ora, se ele esteve totalmente voltado para a construção do seu país, a acusação de que fora um antipatriota é, no mínimo, descabida.

BIBLIOGRAFIA

ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz. *El orientalismo y la idea del despotismo em el Facundo*. In: **Ensayos Argentinos: de Sarmiento a la vanguardia**. Buenos Aires: Ariel, 1997.

BERTONI, Lilia Ana. **Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas: la construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BOTANA, Natalio. **La tradición Republicana: Alberdi, Sarmiento y las ideas políticas de su tiempo**. Buenos Aires: Sudamericana, 1997.

GOLDMAN, Noemí (org.). **Nueva Historia Argentina. Revolución, República, Confederación (1806-1852)**. Tomo 3. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.

KATRA, William M. **La Generación de 1837. Los hombres que hicieron el país**. Buenos Aires: Emecé, 2000.

KOVADLOFF, Santiago. *España em Sarmiento. La herencia colonial y su influjo em la organizaci6ns de la Argentina independiente*. In: SARMIENTO, Domingo F. **Viajes por Europa, África i América (1845-1847)**. Buenos Aires, 2ª.ed, 1996, p.768.

PAMPLONA, Marco A. e DOYLE, Don H. (Orgs.). **Nacionalismo no Novo Mundo: A Formação de Estados-Nação no Século XIX**. Rio de Janeiro: Record Ed., 2008.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Conflictos y armonias de las razas em América**. Buenos Aires, 1883, p.65.

_____. **Facundo: civilização e barbárie**. Petrópolis: Vozes, 1997, p.53.

_____. **Viajes por Europa, África y América (1845-1847)**. Buenos Aires, 2ª.ed, 1996, p.273.

SHUMWAY, Nicolas. **La invención de la Argentina.** Historia de una idea. Buenos Aires, Emecé Editores, 1993, p.155.

‘Crise de consciência histórica’ e novos projetos de ‘escritura da história’ entre os ‘intelectuais’ paulistas no início da década de 1930*

Diogo da Silva Roiz**

Resumo: Para uma parte da ‘intelectualidade paulista’, os acontecimentos de 1929, 1930, e de 1932 causaram uma verdadeira ‘crise de consciência histórica’ (tal como a define Jörn Rüsen). Em função dos caminhos então duvidosos para o Estado, alguns grupos e ‘intelectuais’ se organizaram com o objetivo de pensar ‘novos’ projetos de ‘escritura da história’, para rever o passado, o presente e até o futuro paulista e nacional, e contornar a situação. Nesse sentido, argumento que foram produzidos, na falta de melhor definição: ‘discursos ideológicos’, ‘discursos mitológicos’ e ‘discursos utópicos’, entre alguns destes ‘intelectuais’, como forma de contornar a situação histórica, ao dar ‘sentido’ (e, às vezes, também ‘direcionamento’) ao processo histórico, para fazer com que o estado de São Paulo voltasse a sua situação hegemônica no país.

Palavras-chave: crise de consciência histórica; intelectuais paulistas; década de 1930.

Introdução

A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, pois o nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais da sua época. Então, registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão de mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar (CANDIDO, 2006, p. 235).

Com essas palavras, Antônio Candido daria início a sua ‘famosa’ análise da obra *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, acrescentada a partir da 5ª edição do livro em 1969. Nela o autor acabaria dando ensejo à constituição de um ‘cânone’ de autores (FRANZINI; GONTIJO, 2009, pp. 141-60), que marcariam os anos de 1930 com suas obras, que trariam interpretações ‘modernas’ e ‘inovadoras’ sobre o Brasil. Ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e sua obra *Raízes do Brasil* (de 1936) estariam também Gilberto Freyre com *Casa-grande e senzala* (de 1933) e Caio Prado Júnior com *Formação do Brasil Contemporâneo* (de 1942).

* Resultados parciais da pesquisa: “Ofício de historiador na Universidade de São Paulo: entre o ‘autodidatismo’ e a profissionalização do trabalho intelectual de história (1934-1968)”, em desenvolvimento no programa de pós-graduação em história da UFPR.

** Doutorando em História pela UFPR, e bolsista do CNPq, sob a orientação da Profa. Dra. Helenice Rodrigues da Silva. Mestre em História pela Unesp, Campus de Franca. Professor da UEMS, em afastamento integral para estudos.

Menos conhecido, mas nem por isso menos importante, foi seu depoimento concedido a Sônia Maria de Freitas, no início dos anos de 1990, no qual Antônio Candido, com suas memórias, demonstraria a consolidação de um outro ‘cânone’, ao mesmo tempo em que concordaria com ele, sobre a fundação da Universidade de São Paulo (USP). Em suas palavras:

A Universidade [...] nasceu realmente de um projeto político de setores esclarecidos da classe dominante, e seu idealizador, a pessoa que mais lutava, que mais tinha vontade de que houvesse uma Universidade em São Paulo, foi Júlio de Mesquita Filho. Isso foi possível quando o cunhado dele, Armando de Salles Oliveira, se tornou interventor federal, quer dizer, o homem que dirigia o Estado. Tendo os instrumentos políticos na mão, os referidos setores esclarecidos das classes dirigentes de São Paulo realizaram o projeto da Universidade, que acarretou a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Júlio de Mesquita Filho disse mais de uma vez que eles desejavam que São Paulo, derrotado pelas armas em 1932, recuperasse a sua força através da cultura. É curioso que, numa espécie de paranóia de classe, ele compara a situação de São Paulo com a situação da França, depois de derrotada pela Alemanha em 1870, como se fosse um país. Acho que esta é a versão mais próxima da realidade: um projeto político, a fim de equipar o Estado com os instrumentos culturais necessários para ele assumir em nível elevado a liderança da Federação (FREITAS, 1993, p. 35-6).

Contudo, essa não seria a primeira vez que ele iria falar sobre a fundação da Universidade de São Paulo, nem tão pouco sobre os autores, que segundo ele, iriam marcar a ‘geração’ que vivenciou as mudanças trazidas com os acontecimentos dos anos 30¹. Quando se referiu sobre essa questão no início dos anos de 1940, tanto o ‘cânone’ sobre os ‘interpretes do Brasil’ na década de 1930, quanto o da fundação da Universidade de São Paulo, eram ‘temas em construção’, ainda não estabelecidos e aceitos, no interior de um ‘cânone’ (FRANZINI; GONTIJO, 2009, pp. 141-60).

Isso por que, para uma parte da ‘intelectualidade paulista’, os acontecimentos de 1929 (crise da bolsa de valores de Nova York e da economia cafeeira no Brasil), de 1930 (início do governo provisório de Getúlio Vargas e fim da Primeira República), e de 1932 (derrota dos combatentes paulistas, ao tentarem restaurar a hegemonia do Estado de São Paulo, na ‘Revolução Constitucionalista’) causaram uma verdadeira crise

¹ Em 1947, quando foi paraninfo de uma turma de formandos da FFCL, assim já percebia a questão: “Nas Faculdades jovens, como a nossa, as distâncias entre professores e alunos são, felizmente, pequenas, porque todos têm o sentimento vivo de participar, lado a lado, na construção de alguma coisa que não adquiriu contornos definitivos; a tradição ainda não ergueu, em nossa casa, as barreiras segregadoras do *status*, as pequenas querelas de precedência e as grandes vaidades catedráticas. [...] No conjunto das vocações universitárias, pertence-vos a do magistério secundário – convicção de grandeza intelectual de um povo. Independente da pesquisa e da criação, que também definem a Faculdade de Filosofia, é como professores que nos apresentaremos à comunidade universitária e à sociedade do nosso país, e é nessa qualidade que tanto se espera de nós”. In: Oração do paraninfo Antônio Cândido de Mello e Souza. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 2v., 1953, p. 283.

de ‘consciência histórica’, tal como a define Jörn Rüsen (2001, pp. 53-93). Em função dos caminhos então duvidosos para o Estado, alguns grupos e ‘intelectuais’² se organizaram com o objetivo de pensar ‘novos’ projetos de ‘escritura da história’, para rever o ‘passado’, o ‘presente’ e até o ‘futuro’ paulista e nacional, e contornar a situação, a que se encontravam imersos, diante daquela ‘crise’ política e econômica.

Na falta de uma melhor definição, argumento que se concentraram entre: a) ‘*um discurso mitológico*’ (com ênfase nas ‘origens’ de um passado ‘mítico’, centrado na ‘figura’ do bandeirante) que foi defendido tanto por Afonso D’Escagnolle Taunay (1876-1958), quanto por Alfredo Ellis Júnior (1896-1974), como uma forma de se sair da ‘crise’, tendo em vista o passado ‘grandioso’ e ‘exemplar’ do ‘povo’ do Estado de São Paulo; b) ‘*um discurso ideológico*’ (por estar centrado no presente e em ‘projetos políticos’ de transformação econômica e social, por meio da educação), que foi defendido pelo ‘grupo dirigente’ do jornal *O Estado de S. Paulo*, representado por Júlio de Mesquita Filho (1892-1969), Fernando de Azevedo (1894-1974) e Armando de Salles Oliveira (1887-1945) – que ao ser chamado por Getúlio Vargas, em 1933, como interventor do Estado de São Paulo, viram nele a oportunidade ideal para porem em prática um ‘projeto político’, articulado a um ‘projeto educacional’ (que colhia suas bases no movimento ‘escola-novista’), por presumirem que, uma vez perdida a hegemonia no campo político e econômico, o Estado de São Paulo recuperaria seu lugar junto a Nação, não ao mitificar o seu ‘passado glorioso’, mas sim ao transformar as bases da ‘cultura nacional’, por meio de um projeto de implantação de universidades, escolas, e novos profissionais para o ensino; c) e ‘*um discurso utópico*’ (com ênfase numa mudança gradual, mas profunda, da ‘consciência histórica’ dos indivíduos), primeiro defendido por alguns ‘intelectuais’ vinculados ao ‘movimento modernista’ em São Paulo, e, depois, de modo mais sistemático por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), ao presumir que o grande problema, não do Estado de São Paulo, mas sim da ‘Nação’, era justamente as suas amarras com ‘as raízes ibéricas de um passado’, que além de não engrandecer o país, tornava-o amplamente excludente com as ‘massas anônimas’, haja vista que os processos políticos se definiam com base em acordos entre as ‘classes dirigentes’, e não em função de processos ‘democráticos’.

² O conceito de intelectual a ser utilizado nesta pesquisa se restringe ao produtor de ‘bens simbólicos’ (participante ou não na arena dos debates políticos), envolvendo-se essencialmente com a interpretação da realidade social e sendo um elaborador e divulgador de ‘visões de mundo’ (GOMES, 1996, p. 38-9).

O ‘discurso mitológico’ de Afonso de Taunay e Alfredo Ellis Júnior: voltar ao passado ‘bandeirante’?

[...] todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes [...] a primeira como tragédia, a segunda como farsa (MARX, 1969, p. 17).

Nestes termos, Karl Marx (1818-1883), na década de 1850, resumiria sua análise de uma das obras de Hegel. Ao expor o que definiu como a ‘farsa’ (do *Dezoto Brumário*) de Napoleão III, Marx constataria que:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de [se] apresentar[em] e nessa linguagem emprestada (1969, p. 17-8).

Sob circunstâncias diferentes, mas com idéias semelhantes, Jean Chesneaux destacaria, na década de 1970, em sua análise da história e dos historiadores, tomando de empréstimo o debate do *Le Monde* de 26 de julho de 1974, que: “Tem-se sempre necessidade de ancestrais quando o presente vai mal” (1995, p. 23). Usar o ‘passado’ para dar ‘sentido’ às ações no ‘presente’, desse modo, não é algo novo nem na História (dos homens e das mulheres do passado), nem na historiografia (HARTOG, 2003). Mas a maneira como o passado é usado para demarcar as ações e as reflexões no presente, de cada momento histórico, senão é ‘novo’ em todos os instantes, ao menos é múltiplo. E as ‘circunstâncias históricas’ que propiciariam os acontecimentos de 1929, 1930 e 1932, proporcionariam além de diversas reações imediatas nos habitantes do Estado de São Paulo, e do país (PRADO; CAPELATO, 1980), também marcariam, em curto e longo prazo, as atitudes de alguns grupos e ‘intelectuais’, ao almejarem interpretar o passado, em função daquelas circunstâncias precisas.

Para Afonso de Taunay o grande problema daquele momento, era justamente a forma como o passado estava sendo interpretado (ARAUJO, 2006). Para ele, sem conhecer adequadamente o passado, não havia como criar (e manter) uma ‘identidade’ no presente (FERREIRA, 2002). E a identidade paulista estava enraizada ‘na figura’ do bandeirante que, para ele, foi um ‘desbravador’ (ABUD, 1985). Daí a importância de pesquisar e divulgar a sua história, e a sua herança para o presente (MONTEIRO, 1994).

O empenho de Alfredo Ellis Júnior, talvez tenha sido até maior do que o de Afonso de Taunay, para realçar a importância do ‘bandeirante’ na configuração histórica da identidade do ‘povo paulista’. Mas como ele próprio indicou, em vários momentos, foi Taunay seu grande mentor e inspirador deste tema. No início da década de 1930, em função daquelas circunstâncias, argumentava que o problema do Estado de São Paulo não estava só no presente, mas também nas leituras que foram feitas do passado (ELLIS, 1997). Não foi por acaso, que em seu mandato de deputado estadual pelo PRP, nos anos 30, voltou-se para essa questão, e ao homenagear Afonso de Taunay e sua obra na Câmara dos Deputados destacasse a importância de se conhecer o passado ‘bandeirante’. Em sua obra *A nossa guerra*, de 1933, que foi seu relato de ‘historiador’ das circunstâncias que levaram os combatentes paulistas a perderem a ‘guerra’ de 1932 (do Estado de São Paulo), contra o governo provisório de Getúlio Vargas, dirá que foi justamente em função de sua ‘grandiosidade’ (no passado, e também no presente) que o ‘Estado’ foi traído por seus antigos aliados (como Minas Gerais) e deixado a sua própria ‘sorte’ pelo resto da Federação. Com menos soldados, armas, munição e apoio político e econômico a derrota acabou sendo inevitável. No entanto, para ele, a ‘derrota política’ daquele momento, que se apresentou iminente mais em função dos acontecimentos de 1929, do que os de 1930 (que colocou aquele ‘grupo político’ no poder), só teria um efeito passageiro. Desde que os paulistas não deixassem de lado as suas ‘origens’ no bandeirante (dos séculos XVI e XVII), que não apenas mostravam um ‘povo’ pioneiro e desbravador, mas também preparado para as dificuldades (ELLIS Jr., 1979). Nesse sentido, voltar ao ‘passado’ era uma forma de fortalecer as expectativas para o ‘futuro’, ao lhe ser dado um novo ‘sentido’ no ‘presente’ (KOSELLECK, 2006).

A reação do grupo d’O Estado de S. Paulo a crise da década de 1930: um ‘discurso ideológico’?

Para muitos outros grupos e ‘intelectuais’, o problema não estava tanto em se ‘recuperar’ as heranças do passado, mas sim em se pensar o que se deveria fazer no ‘presente’. Foi, assim, tomando de empréstimo parte das estratégias de outros ‘intelectuais’, ao usarem a ‘imprensa periódica’ para articularem a criação de universidades (WACHOWICZ, 2006), que o grupo dirigente de o jornal *O Estado de S. Paulo* almejou, no início dos anos 30, fundar uma universidade em São Paulo, como

parte de seus planos para transporem aquela ‘crise’. Quando, em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo (USP), muito já se tinha discutido sobre o que era a universidade e qual a sua função³.

Assim, para aqueles protagonistas uma pergunta talvez tenha sido crucial: quais as condições que possibilitaram a criação da Universidade de São Paulo na década de 1930? Sem dúvida esse questionamento (como outros similares) serviu de base para que Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo construíssem um relato convincente sobre a fundação da instituição, entre as décadas de 1930 e 1950, a partir da repetição de um discurso proliferado, em especial, nos momentos comemorativos da instituição (ROIZ, 2009, p. 137-85). Para ambos⁴, o fato de ter sido convocado, em 1933, Armando de Salles Oliveira (aquela altura cunhado de Júlio de Mesquita Filho e diretor de o jornal ‘*O Estado de S. Paulo*’), como interventor do Estado de São Paulo, a convite de Getúlio Vargas, então presidente da república, foi-lhes decisivo para a viabilização do projeto que daria o formato da futura universidade.

Mas se foram àquelas circunstâncias precisas que favoreceram a execução do empreendimento, o projeto que deu forma a iniciativa, por outro lado, era fruto das discussões efetuadas pela ‘intelectualidade paulista’, desde, pelo menos, a década de 1920. De acordo com Irene Cardoso (1982):

³ Para Francisco Campos (1891-1968), ainda no início dos anos de 1930, a Universidade era entendida como uma “unidade administrativa e didática que reun[iria], sob a mesma direção intelectual e técnica, todo o ensino superior, seja o de caráter utilitário e profissional, seja o puramente científico e sem aplicação imediata” (CAMPOS, 1940, p. 60). O mesmo entendimento sobre a universidade era tido pelo grupo que se convencionou caracterizar como movimento por uma ‘escola nova’. Diversos intelectuais participariam daquele grupo, dentre os quais: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira (1900-1971), M. B. Lourenço Filho (1897-1970), Roquette Pinto (1884-1954), Sampaio Dória (1923-1964), Paschoal Leme (1904-1997), Afrânio Peixoto (1876-1947) e Júlio de Mesquita Filho. Antes de serem organizadas as primeiras universidades no Brasil, com base no decreto de 1931 de Francisco Campos, alguns daqueles intelectuais participariam de importantes reformas no ensino. Sampaio Dória foi responsável pela reforma de 1920, em São Paulo. Lourenço Filho pela reforma de 1922 no Ceará. Fernando de Azevedo foi, ao lado de Paschoal Leme que fazia parte de sua equipe, responsável pela reforma de 1927 no Distrito Federal (SAVIANI, 2007). Nos anos de 1930, o movimento diversificou sua ação, indo parte do grupo para gabinetes estaduais e federais, outra parte para escolas e institutos normais de formação de professores, e outros se dirigiram para iniciativas, que pretendiam construir universidades no país (AZEVEDO, 1963; ROCHA, 2004). Anísio Teixeira foi um dos idealizadores da Universidade do Distrito Federal, fundada em 1935, e Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo contribuiriam diretamente na fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, quando Armando de Salles Oliveira era o interventor do Estado.

⁴ Oração do paraninfo Júlio de Mesquita Filho In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936, 1937*, pp. 198-206; Discurso do paraninfo Júlio de Mesquita Filho. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1939-1949*, 1953, pp. 273-283; Discurso do paraninfo prof. dr. Fernando de Azevedo. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950, 1952*, pp. 56-70.

Na década de 20, enquanto Júlio de Mesquita era ainda diretor-presidente de *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho era secretário do jornal (cargo que assumiu em 1921) e Francisco Mesquita, seu irmão, gerente. Os redatores principais eram Nestor Rangel Pestana e Júlio de Mesquita Filho. Armando de Salles Oliveira já era um dos diretores da Sociedade Anônima desde 1914, ao lado de Júlio Mesquita, pai. Com a morte deste, em 1927, Armando de Salles Oliveira tornou-se presidente da empresa e Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal. São redatores, nesta época, Plínio Barreto, Paulo Duarte, Léo Vaz, Amadeu Amaral e Vivaldo Coaracy. Fernando de Azevedo ingressou na redação em 1923, permanecendo até 1926 (CARDOSO, 1982, p. 43).

Para ela, as relações da intelectualidade se mantinham presentes, principalmente, a partir da ‘imprensa periódica’ que, naquele momento, encontrava-se centralizada no Estado de São Paulo, no grupo de ‘O Estado’⁵. Segundo ela, com a obra de Júlio de Mesquita Filho *A crise nacional*, publicada originalmente em 1925, que as discussões sobre a universidade se revigoraram. Porque a obra foi à pioneira de um conjunto de outras que discutiriam a necessidade de criação de centros de ensino e pesquisa no país nos mais variados ramos do conhecimento. E que foi aprofundada, primeiro, com o inquérito sobre a educação nacional, e paulista em particular, produzido por Fernando de Azevedo em 1926, a pedido de Júlio de Mesquita Filho, e publicado na íntegra no jornal ‘*O Estado de S. Paulo*’; segundo, com o ‘*Manifesto dos pioneiros da educação de 1932*’, no qual se reuniria parcela significativa dos integrantes do grupo da ‘escola nova’ (MATE, 2002; ROCHA, 2004). Para Maria Ligia Prado:

[...] as causas dos problemas políticos [para o ‘O ESP’] com que se defrontava a Nação [...] residiam na ausência das ‘elites intelectuais’ e a superação desses problemas só se poderia conseguir mediante o forjamento de uma nova elite à altura das necessidades do país [...] na perspectiva de ‘O ESP’ um dos fatores determinantes do caos político do país residia precisamente na ausência de uma *elite intelectual*, capaz de compreender os problemas de sua época e de dar a eles solução adequada. O preenchimento desse ‘vazio intelectual’ foi a tarefa que ‘O ESP’ reservou às *universidades*, por cuja criação desencadeou intensa campanha. [...] O projeto inicial de Júlio de Mesquita Filho previa a criação de três universidades – uma ao norte, outra no centro e a terceira no sul – que seriam responsáveis pela transformação da mentalidade brasileira. Foi em função desse plano que se fundou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da atual Universidade de São Paulo. [...] Assim, a formação de ‘elites intelectuais’, capazes de discernir e

⁵ Para ela: “‘Grupo do Estado’ corresponde à prática política do *partido*, partido que faz aliança com o P.D., mas não se confunde com ele; que se alia à Aliança Liberal e, nessa condição, é chamado a participar do ‘secretariado do P.D.’ (Plínio Barreto); que tem um seu representante (ainda Barreto) indicado para a interventoria em São Paulo, por João Alberto; que tem um representante novamente indicado e, desta vez, aceito, para a interventoria (Armando de Salles Oliveira); que assume o governo constitucional de São Paulo (A. S. O.); que lidera a formação do Partido Constitucionalista e que lança a candidatura de um seu representante para a Presidência da República (A. S. O.); que participa da União Democrática Brasileira. [...] O ‘grupo do Estado’ é dissidência do P.R.P. de que se afasta por não se ver representado, ao lado do P.D., também dissidência [...] o Partido Constitucionalista e a União Democrática Brasileira, partidos institucionalizados dentro da estrutura partidária, não são a mera expressão do ‘grupo do Estado’, constituem alianças feitas sob a liderança efetiva dele.” (1982, p. 45).

equacionar os problemas brasileiros, liga-se ao desenvolvimento da consciência nacional e à própria elaboração da cultura do país. O papel que lhes era reservado, no plano político e cultural, revestia-se de suma importância, de vez que ‘O ESP’ entendia que as soluções para os intrincados problemas nacionais deveriam brotar da educação. Mesmo quando afastados do contato direto com as coisas da política, caberia a esses intelectuais – a partir da imprensa, da cátedra ou da literatura – formar e dirigir a massa inculta, forjando a ‘opinião pública’, esteio sobre o qual se assentava, na concepção do jornal, o destino político da nação (PRADO, 1974, pp. 98-101).

A ação daqueles protagonistas pode ser mais bem analisada quando comparados seus discursos de paraninfos na universidade. Em seu discurso como paraninfo da primeira turma da Faculdade de Filosofia, na cerimônia realizada a 25 de janeiro de 1937, não por acaso, junto à comemoração do aniversário da cidade de São Paulo, Júlio de Mesquita Filho⁶ ressaltaria a precariedade dos níveis de ensino ‘primário’ e, principalmente, ‘secundário’. Para ele, proporcionada pela falta de pessoal qualificado para atender as necessidades de formação de uma ‘cultura geral’ nos alunos, e pela falta de salas e escolas para atender ao público crescente de crianças em idade escolar. A universidade, portanto, cumpriria um papel fundamental na formação de quadros. Mas, para ele, esse papel se desdobraria na elevação cultural dos alunos, na medida em que fossem conscientizados da tarefa na qual estavam ligados, quando fossem ao encontro dos pais, com a função de esclarecê-los sobre o lugar do Estado de São Paulo na ‘nação brasileira’.

Quando, em 1945, foi novamente paraninfo de outra turma de formandos, Júlio de Mesquita Filho lembraria que não:

[...] vos terá passado [...] despercebida a importância que vimos emprestando em nossa exposição ao ensino secundário. É que formamos da universidade um conceito integral. Concebemo-la como um todo orgânico, que, acompanhando o adolescente nos bancos ginasiais, só o restitui a sociedade, completada a sua formação intelectual, após os cursos do chamado ensino superior. Qualquer distinção fundamental que se pretenda estabelecer entre as duas fases do processo educativo não encontraria base na natureza essencial do sistema. E era o que sempre tivemos em vista ao estabelecer as linhas mestras do plano primitivo da nossa Universidade (MESQUITA FILHO, 1969, p. 184-85).

Tarefa semelhante foi incluída na fala de Fernando de Azevedo⁷, na cerimônia de formatura realizada em 1950. Assim, indicando que a repetição e a proximidade de objetivos faziam parte de um projeto em comum defendido tanto por Júlio de Mesquita Filho, quanto por Fernando de Azevedo. Para ambos, o papel de Armando de Salles

⁶ Oração do paraninfo Júlio de Mesquita Filho In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936, 1937*, pp. 198-206

⁷ Discurso do paraninfo prof. dr. Fernando de Azevedo. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950, 1952*, pp. 56-70.

Oliveira foi fundamental, não apenas na construção da universidade, mas também no desenvolvimento da instituição. Mesmo Armando de Salles Oliveira (2002) voltaria recorrentemente a essa questão, em seus discursos políticos, pronunciados entre 1933 e 1937. Por isso, para aqueles ‘intelectuais’ o problema do estado de São Paulo estava não apenas em questões econômicas e políticas, mas, principalmente, em questões sociais e culturais, que deveriam ser corrigidas no ‘presente’, e não por meio de um retorno, puro e simples, ao ‘passado’.

A esperança no ‘futuro democrático’: o ‘discurso utópico’ de Sérgio Buarque de Holanda

Para Sérgio Buarque de Holanda (2006), recuperar o passado para dar um novo contorno ao presente, não era suficiente para mudar a situação vivida pelo Estado e pelo país no início dos anos 30. Nem tão pouco era viável empreender ‘projetos políticos’ no presente, sem antes mudar as ‘atitudes’ e a ‘mentalidade’ da ‘classe dirigente’ do país, que estavam enraizadas no passado colonial (MONTEIRO; EUGÊNIO, 2008). Portanto, voltar ao ‘passado’ e analisá-lo era necessário, mas não para ‘mitificá-lo’ na figura do desbravador ‘bandeirante’, e sim para desgarrar-se dele, por estar impedindo mudanças de ‘hábitos’ e de ‘ação’, em pleno século XX, ainda enraizado nas atitudes coloniais portuguesas (WEGNER, 2000). Voltar-se, com isso, para o presente também era necessário, mas não para empreender ‘discursos ideológicos’, que, inevitavelmente, amarrados ao passado, excluíam ‘as massas anônimas’ dos processos políticos, ao serem debatidas as propostas (REIS, 2002).

Desse modo, não se fixando a um ‘discurso mitológico’ sobre o passado, ainda centralizado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e a seus congêneres estaduais, e a historiografia ‘metódica’ francesa do século XIX (RODRIGUES, 1979; ARAUJO, 2006), nem tão pouco a um ‘discurso ideológico’ que prescrevia ‘visões de mundo’ para o presente (MANNHEIM, 1986), e voltado para a experiência histórica francesa do último quarto do século XIX (AZEVEDO, 1963), mas sim inspirando-se no ‘americanismo’, e tendo por base o historicismo e a sociologia alemã (MONTEIRO; EUGÊNIO, 2008), o que Sérgio Buarque propôs, naquele momento, foi uma saída ‘utópica’. Para ele, uma “superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo”

(2006, p. 198). Que, em verdade, nada mais fazia do que reproduzir o comportamento ‘cordial’, no qual os indivíduos agiam mais por impulso do ‘coração’ e pelo sentimento imediato, do que a partir da ‘razão’ e do ‘planejamento’. Portanto, desvencilhar-se das ‘raízes’ do passado, naquele momento histórico, possibilitaria a construção de um ‘futuro democrático’, mais aberto as mudanças sócio-culturais e as ‘massas anônimas’.

Considerações Finais

Portanto, seja recorrendo a um discurso ‘mitológico’, ‘ideológico’ ou ‘utópico’, seja articulando-o em ‘novas’ formas de apresentação do ‘passado’, do ‘presente’ e do ‘futuro’, para darem ‘sentido’ (RUSEN, 2001) àquele momento histórico, que deflagrou uma profunda crise de ‘consciência histórica’, sobre São Paulo e no país, o que aqueles grupos e ‘intelectuais’ almejavam era, fundamentalmente, fornecerem subsídios, por meio de sua ação e de suas obras, para que aquela situação de ‘crise’ fosse contornada. Para isso, cada um deles, pautando-se em projetos políticos e culturais, assim como em ‘escrituras da história’ específicas, e em alguns casos ‘inovadoras’, forneceram também ‘leituras’ e ‘soluções’ peculiares, ao mesmo problema, da ‘crise’ dos anos iniciais da década de 1930. Mas, aos poucos, aquela variedade de caminhos, que foram abertos por suas ‘ações’ e ‘interpretações’, deram lugar a consolidação de um ‘cânone’ de autores, quanto sobre a história da fundação da USP, que melhor se adequasse ao ‘novo’ momento histórico dos anos 60 e 70 (FRANZINI; GONTIJO, 2009; ROIZ, 2009).

Fontes impressas:

USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1936*. USP, São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunaes”, 1937.

USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1939-1949*. USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1953, 2v.

USP, FFCL. *Anuário da FFCL., 1950*. USP, São Paulo: Seção Gráfica; Industria Gráfica José Magalhães Ltda., 1952.

Referências Bibliográficas:

ABREU, A. A. (et. al.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930 – 2ª edição revista e atualizada* – Rio de Janeiro: Ed. FGV; CPDOC, 2001, 5v., pp. 5.175-180.

ABUD, K. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1985.

ARAUJO, K. A. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. Franca, 2006. Tese de doutorado em História, FHDSS, UNESP.

AZEVEDO, F. *A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. – 4ª edição revista e ampliada – Brasília: Ed. UNB, 1963.

CANDIDO, A. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. SP: Companhia das Letras, 2006, p. 235-50.

CAMPOS, F. *Educação e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1940.

CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995.

ELLIS, M. *Alfredo Ellis Júnior, 1896-1974*. São Paulo: Editora Bentivegna, 1997.

ELLIS Jr., A. *A nossa guerra*. São Paulo: Editora Piratininga, 1933.

_____. *A economia paulista no século XVIII. O ciclo do açúcar, o ciclo do luar*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979.

FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Edunesp, 2002.

FRANZINI, F.; GONTIJO, R. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, R. (org.) *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 141-160.

FREITAS, S. M. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993.

GOMES, A. C. *História e historiadores. A política cultural do estado novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

HARTOG, F. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Le Seuil, 2003.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Sérgio Magalhães Santeiro. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARX, K. *O Dezoito Brumário e cartas a Kugelmann*. RJ: Paz e Terra, 1969.

MATE, C. H. *Tempos modernos na escola. Os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru: Edusc; Brasília: INEP, 2002.

MESQUITA FILHO, J. *A crise nacional. Reflexões em torno de uma Data*. São Paulo: Seção de Obras de O ESP, 1925.

_____. *Política e cultura*. São Paulo: Martins, 1969.

MONTEIRO, J. M. Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, 1994, p. 79-88.

MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (org.) *Sérgio Buarque de Holanda. Perspectivas*. São Paulo: Ed. Unicamp; Eduerj, 2008.

OLIVEIRA, A. S. *Escritos políticos*. 2ª Edição. São Paulo: Arx, 2002.

PRADO, M. L. C. *A ideologia liberal de 'O Estado de São Paulo' (1932-1937)*. São Paulo, 1974. Dissertação de mestrado em História, FFLCH/USP, São Paulo.

PRADO, M. L.; CAPELATO, M. H. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

REIS, J. C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ROCHA, M. B. M. *Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. São Paulo: Autores Associados; Ed. Plano, 2004.

RODRIGUES, J. H. *História da história do Brasil. Historiografia colonial (1ª parte)*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

ROIZ, D. S. Dos 'discursos fundadores' à criação de uma 'memória coletiva': formas de como se escrever a(s) história(s) da Universidade de São Paulo. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 19, 2009, p. 137-85.

RÜSEN, J. *Razão histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 2ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Autores Associados, 2008.

WACHOWICZ, R. C. *Universidade do Mate. História da UFPR*. 2ª Edição. Curitiba: UFPR, 2006.

WEGNER, R. *A conquista do oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

A reinvenção do Candomblé em Pierre Verger: Uma análise de *Fluxo e Refluxo*

Diovana Ferreira de Oliveira*

diovana.ferreira@gmail.com

Resumo: Nesse trabalho pretendemos analisar como se deu a reinvenção do candomblé no Brasil segundo Pierre Verger e quais os fatores históricos que contribuíram para esse processo de reconfiguração cultural. De acordo com Verger em *Fluxo e Refluxo*, as características culturais do povo baiano apresentam-se no universo da cultura preservada principalmente no candomblé Nagô. Nossa tentativa será expor as características pelas quais se organizou o culto aos orixás no Brasil a partir da visão de Pierre Verger. O Brasil é um país que apresenta uma grande diversidade étnico-cultural, portanto, se faz necessário um balanço historiográfico de estudos sobre o tema hoje, momento em que essa diversidade invade os espaços de discussão e produção acadêmica, no sentido de dar conta de suas expressões e promoções na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Tráfico-negreiro, Cultura, Religião, Sociedade.

Compreender a influência de processos históricos modernos no cenário cultural do Brasil contemporâneo requer retorno a dois contextos: África anterior à chegada dos europeus e Europa durante a expansão ultramarina.

O continente africano apresenta-se, desde a antiguidade, dotado de imensa diversidade cultural e modelos de civilização bem definidos com reinos prósperos e sociedades complexas. Na África Nilótica, grandes cidades como Naphata e Meroé, a Anatólia com o chamado comércio de Obsidiana e o Reino de Cuxe, no início da era cristã. O reino do Axum na região do chifre da África desenvolve expressivo fluxo comercial nas chamadas 'Rotas do deserto' por volta do século IV. Seguido pelo Sudão Ocidental na faixa subsaariana, região de intenso contato com bérberes através do comércio do deserto. Na região do Níger, entre os séculos VIII e XIV, crescem os reinos de Ghana, Mali e Songhai, que agregam influência islâmica. O Reino do Congo forma-se por volta do Século XIV, contemporâneo à chegada dos europeus em África. As regiões do golfo da Guiné e do Delta do Rio Níger apresentam um quadro bem mais complexo tanto de etnias como de processos políticos e econômicos galgando poder e lucro no contato com os brancos. No caso do Benin

* Faculdade Católica de Uberlândia

e do Daomé os interesses dos reis africanos por hegemonia no poder local e a conseqüente necessidade de armas fez a lógica do mercado armas-escravos.

A Costa dos Escravos, pontuada por pequenas cidades-estados entre as quais Ardra, Uidah e jacquim, se estendia da moderna Lagos (Nigéria) até a foz do rio da Volta. Ingleses, franceses, portugueses e holandeses tinham ai estabelecimentos permanentes. (LAMBERT, 2001: 99)

Quanto aos europeus, é importante observar os objetivos do projeto de navegação português no perímetro africano. Luiz Felipe Alencastro em “*O trato dos Viventes – A formação do Brasil no Atlântico Sul*” apresenta um panorama das bases lançadas por Portugal para um império mercantil (pilhagem na África e agricultura escravista na América) e as dimensões assumidas pelo trato negreiro na disputa movida pelas potências marítimas européias em relação às rotas comerciais.

Em primeiro lugar o tráfico de africanos constitui um segmento da rede que liga Portugal ao Médio e Extremo Oriente. Nas relações com a Ásia, Lisboa devia saldar suas trocas com remessas de ouro (para o império otomano), prata (para o Extremo Oriente), Cobre (para a Índia), metais dos quais Portugal era pouco provido. As primeiras expedições na África têm o intuito de procurar jazidas e feiras nativas que permutavam metais preciosos. (ALENCASTRO, 2000: 30)

A Europa tinha necessidade de ouro e prata. A Espanha assentava seu poder sobre os metais preciosos que achava no México e Peru. Portugal tinha o ouro que fosse buscar em Mina. (VERGER, 1968: 10)

Em “*Fluxo e Refluxo – Do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos Dos Séculos XVII a XIX*”, Pierre Verger apresenta a análise de como a organização das relações econômicas e a hierarquia política instauradas no comércio extracontinental vieram caracterizar continuidades culturais da África no Brasil e vice-versa. Essa via de mão dupla que carrega costumes de um continente ao outro, de acordo com Verger, poderia ser explicada com a vinda mais recente das etnias iorubás para o Brasil e pela sua resistência a influencia cultural externa de acordo com a classe social de origem. No entanto, para Verger, se essa razão predominasse o fenômeno da expressiva conservação de traços culturais também teria ocorrido com os bantos no Rio de Janeiro e em outras regiões do Brasil, onde o fluxo de Angola e Congo se prolongou até o final do tráfico.

O fato é que essas continuidades se fundam nos alicerces culturais da própria região de origem e não no sentido de uma organização e mobilização de resistência por parte dos escravos, mas um encontro consigo, conservando-se na sua origem. No caso dos iorubás na Bahia nos deparamos com um processo natural que ao agregar traços de outra cultura não deixa de manter os da própria raiz cultural.

As características culturais dos cativos oriundos da região da Costa da Mina¹ irão, dentro do cenário político e econômico estabelecido entre América e África, configurar a semelhança entre a Bahia e o atual Benin. O tráfico de escravos nessa região ao contrário dos dois primeiros ciclos para o Brasil (Guiné – séc. XVI; Angola e Congo – Séc. XVII) não realizava o comércio triangular, mas trocas recíprocas e complementares.

Remontar esse processo de aproximação e efetivação do contato entre Brasil África se faz necessário no sentido de entender a raiz das ligações entre o Brasil e o Continente Africano. Dentro da perspectiva de Pierre Verger a respeito da cultura, num ‘fluxo e refluxo’ de informações, pessoas, produtos, e símbolos, o tráfico negreiro é a porta de entrada do Brasil na África e da África no Brasil.

O tráfico de escravos importou, para os diferentes países das Américas e Antilhas, negros provenientes das mais diversas regiões da África. Desta aproximação, poderia ter resultado uma mistura de usos e costumes completamente estranhos uns dos outros. Ao contrário, o jogo das trocas comerciais estabeleceu relações precisas entre clientes e fornecedores dos dois lados do Atlântico e, assim sendo, os reagrupamentos de negros de certas “nações” africanas foram realizados insensivelmente em algumas regiões do Novo Mundo.

Na Bahia, certos aspectos da cultura das comunidades africanas, provenientes da região do Golfo do Benin, são muito visíveis ainda hoje. Manifestam-se especialmente pela existência de cultos aos antigos voduns e orixás, semelhantes aos dos atuais habitantes do sul do Daomé e sudeste da Nigéria. (Verger, 1968: 9).

Portugal enfrentou dificuldades em manter o monopólio das conquistas de ultramar principalmente por questões políticas a partir do século XVI, quando passa ao domínio da

¹ Verger chama de Costa da Mina a região que compreende a parte do golfo ou baía de Benin situada entre o rio Volta e Cotonu. Emprega-se o termo golfo ou baía de Benin quando se trata daquela parte da costa, incluindo a região a leste até o rio Lagos.

coroa hispânica por razão da ausência de um herdeiro sucessor ao trono de D. Sebastião em 1580, processo que ficou conhecido por União Ibérica. O evento acabou por gerar conflitos com os Países Baixos que passam a atacar as possessões portuguesas por estarem sob domínio espanhol resultando em desordem econômica para Portugal.

A situação dos portugueses na Costa a Sotavento da Mina era delicada e desfavorável depois da tomada do castelo de São Jorge da Mina pelos holandeses, em 1637.

Os antigos donos da região não eram mais representados naquela costa a não ser por descendentes de antigos funcionários e comerciantes portugueses, estabelecidos em outros tempos na Costa do Ouro e na Costa a Sotavento. Serviriam de intermediários para o fornecimento de escravos às embarcações do tráfico do Brasil e das diversas nações européias, mas acontecia da situação se inverter e os ingleses, franceses e holandeses lhe fornecerem escravos em troca de seu tabaco e ouro trazidos clandestinamente do Brasil.

(...) No início do século XVIII, não existia nenhum regulamento para restringir e disciplinar os navios da Bahia, o que provocava uma lamentável desordem no mercado de escravos. (Verger, 1968:129)

É nesse contexto que se observa certa independência dos negociantes da Bahia nas suas relações comerciais e administração dos entrepostos na região da costa da Mina. Após a construção do forte em Uidá.

Verger analisa, através de documentos e relatos, oficiais e particulares, um longo período histórico que envolve o Velho, o Novo Mundo e a Costa africana. Concentrado no contexto estabelecido para a Bahia no intuito de entender o itinerário cultural baiano, seus ritmos, seus ritos, sua fé, sua alegria, ele passeia pela história da Baía do Benin a partir do encontro com os europeus. Parte da importância adquirida pelo comércio do tabaco de refugio da Bahia para a Costa da Mina e as estratégias dos holandeses, franceses e ingleses para obter vantagens nas negociações com a Costa. Observa as ações dos diretores das fortificações e traficantes portuguesas dos quais, Francisco Felix de Souza - o Xaxá foi um dos mais poderosos. O trato com os reis africanos, o cotidiano baiano ao longo de três séculos, sua importância e autonomia econômica em relação à coroa portuguesa, as tendências do tráfico que vão mudando os entrepostos para as negociações, as rebeliões na Bahia o caráter das

mesmas e os movimentos de retorno dos africanos ao golfo do Benin, enfim é um trabalho denso de informações úteis a vários temas da história.

Observa-se no Século XIX uma reconfiguração das relações com a Costa Africana por conta dos movimentos de emancipação iniciados pela Inglaterra e pelo contexto brasileiro na abertura dos portos e transferência da família real portuguesa para o Brasil. Em terras brasileiras, ainda que no último período do sistema escravista, o século XIX concentra toda sorte desse regime, seja no campo ou na cidade. Aos escravos era destinado todo e qualquer trabalho, eram carregadores, vendedores, trabalhavam no campo, em casa ou eram alugados para realizar pequenas tarefas. Estavam por toda parte, fugidos ou ‘amigos’ de seus senhores. O tráfico clandestino importa um grande número de cativos, o que se faz diretamente entre a Bahia e Baía de Benin, à medida que se emancipa e devolve cativos para as terras africanas continuam os movimentos de exportação em massa de pessoas como mercadoria.

No entanto, organizações como as juntas de alforrias, as confrarias religiosas configuram um cenário misto de retorno à casa africana e emancipação a brasileira. Nesse contexto, acentuam-se traços culturais da África no Brasil e dos brasileiros em África, através dos retornados ex-escravos ou descendentes dos últimos, um movimento que se registra ainda hoje muito forte na região do Golfo do Benin. O que Verger observa após o período escravista, são três tendências dos ex-escravos e se restabelecer enquanto sujeito no mundo, a emancipação à cultura brasileira, o isolamento na sua cultura de origem ou a fusão das duas.

Já tratamos em outra parte dos encorajamentos dados pelo governo para que os escravos africanos se encontrassem, cada domingo, nos “batuques” organizados por nações de origem, aquelas nações, inimigas na África, haviam se encontrado em combates, e seus respectivos prisioneiros, vendidos aos portugueses da costa, tinham se encontrado na Bahia, reduzidos à mesma servidão. Para evitar que um mal comum se aproximasse, o governo havia achado prudente autorizar suas distrações dominicais, que semanalmente lhes lembravam sua identidade africana, os preconceitos e os ódios que haviam atirado uns contra os outros. Porém o resultado daquelas assembleias tinha sido o de manter o culto dos orixás e dos voduns divindades dos nagôs, dos fons do Daomé, pois os cantos e danças que podiam assim praticar em público não eram outros senão aqueles trazidos de seu país natal e que se endereçavam a seus deuses, ritualmente em sua língua, sem que seus senhores o soubessem, pois viam naquilo

apenas negros dançando alegremente ao som de tambores e sinetas. (Verger, 1968: 530)

O culto aos orixás no candomblé expressa as mais evidentes semelhanças entre as gentes do Benin e da Bahia de Todos os Santos. Ainda que a cultura seja uma manifestação dinâmica que se adapta ao tempo e ao meio, falar de candomblé na Bahia atual é, de alguma forma, transportar-se para a África iorubá.

REFERÊNCIAS:

ALENCASTRO, Luís Felipe. **O trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BASTIDES, Roger. **Brasil, Terra de Contrastes**. Rio de Janeiro, RJ: Difel, 8ª Edição.

CAPONE, Stefania. **A busca da África no Candomblé: Tradição e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Pallas, 2004.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: Uma história do tráfico entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

LAMBERT, Jean-Marie. **História da África Negra**. Goiânia, GO: Kelps, 2001.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 8ª Ed. Brasília: Editora UNB, 2004.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: Dos séculos XVII a XIX; Tradução Tasso Gadzanis**. São Paulo, SP: Corrupio, 1987.

VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia**. Tradução Maria Aparecida da Nóbrega. Salvador, BA: Corrupio, 1999.

A Revista do Arquivo Público Mineiro e a História do Caraça

Juam Carlos Thimótheo
Edson dos Santos Nascimento
Kássia Pereira da Costa¹

Nos primórdios dos oitocentos, estabelece-se na Serra do Caraça um colégio que objetivava propor aos jovens daquelas terras uma formação intelectual de cunho humanista. Foi em 1820, quando dois padres Lazaristas portugueses assumiram o Santuário, após a morte do fundador Irmão Lourenço, que se iniciaram as atividades do centro educacional. Porém, a idéia de instalar uma instituição de ensino já havia sido evidenciada como um dos desejos do ermitão Lourenço, onde em seu testamento, ao doar todos os seus bens para Dom João VI, ele descreveria seus anseios em relação ao desfecho que se daria ao santuário.

O intuito, para este texto, é fazer um balanço historiográfico a partir da análise de alguns artigos da Revista do Arquivo Público Mineiro – dentre os anos de 1898 e de 1905. Neste sentido, por motivo de restrição de espaço, optou-se por apenas analisar os textos tal como foram apresentados na revista, deixando para outro momento, portanto, informações como atribuições de autorias ou qualquer outro tipo de material que poderia ser apresentado como complemento.

Estas dissertações perpassam comumente o tema a história do Caraça. Por isso, tentou-se apontar as especificidades de cada um contrapondo-os. Nosso objetivo se delimita em perceber sob quais premissas ideológicas foram escritos e/ou editados estes textos que compuseram, em tese, as primeiras publicações sobre o Caraça.

No final do século XIX, foi publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro “Ephemerides Mineiro” (SENNA, 1898: 579-637), uns dos mais antigos textos desta publicação a mencionar o Caraça. O autor arquiteta a história de Minas Gerais através da sua seleção de datas, que possivelmente seriam consideradas de grande relevância.

Neste texto, a história do Caraça é citada apenas pontualmente, porém, parece ser relevante analisá-lo por dois motivos principais: 1. Ao apontar efemérides, ou seja, uma seleção de temporalidades, a inserção do Caraça pode sugerir que sua história teria relevância mais abrangente do que apenas para o local; 2. Esta relevância evidencia que já no final do

¹ Juam Carlos Thimótheo – Mestrando – UNICAMP/ Fapesp
Edson dos Santos Nascimento – Graduando – UFOP
Kássia Pereira da Costa – Graduanda – UFOP

século XIX, o papel exercido pelo então colégio na capitania mineira era de fundamental importância no âmbito educacional para a formação intelectual daquela população.

O texto é densamente marcado pela ordem cronológica, seguindo à risca um caderno de efemérides. Mas, se por um lado, os parágrafos são regidos pela demarcação temporal, por outro, o autor não deixa de inserir na narrativa histórica rápida contextualização. Como exemplo, citamos o destaque dado à Revolta de Felipe dos Santos, em Minas Gerais, do ano de 1720, demarcando-a também, como uma das primeiras efemérides de grande relevância.

“1720 – O covarde Sr.de Assumar, capitão general das Minas, depois de transigir com os revoltosos de Villa Rica, reúne, traiçoeiramente, 2000 homens e com elles vem de Mariana para aquella Villa, apossando-se outra vez do governo e annullando todas as concessões que fizera ao povo quando a isso obrigado pelo medo.Manda arrazar as casas dos revolucionários e queimar-as, no Ouro Pódre e em outros arredores de Villa Rica. Felipe dos Santos, o mis destemido dos revoltosos, é, á tardinha desse dia, atado vivo á cauda de quatro fogosos cavallos que abrem em disparada vertiginosa pelas ruas accidentadas da capital de Minas, espatifando o corpo do nosso desventurado compatriota!... Assim dom Pedro de Almeida cevou, sommmmarissimamente, seu desejo de vingança, em o mais diabólico dos homens destas Minas, como elle próprio qualificou a Felipe dos Santos, o proto-martyr da tyrannia portugueza em Minas. Sebastião da Veiga Cabral, o chefe da projectada Republica, o marechelde Campo Paschoal Guimarães, o illustre ouvidor Mosqueira Rosa, o filho deste frei Vicente Botelho, João Ferreira Diniz, Thomé Affonso, Manoel da Fonseca e frei Antonio do Mont’ Alverne – Que eram as figuras mais eminentes da sublevação, - foram pressos, agrilhoados e remetidos para o reino, onde com cereza encontraram a lenta morte dos calabouços, como victimas sacrificadas á sahuda ferosidade da metrópole...(ephem. De 28 de junho e 2 de julho)”. (SENNA, 1898: 583)

Notamos ainda neste parágrafo, o farto uso de adjetivos – “O covarde Sr. de Assumar”; “ Felipe dos Santos, o mis destemido dos revoltosos” – ao descrever alguns personagens históricos. Este modo de escrita permeará todo o artigo, evidenciando sempre a maquiavélica distinção entre os personagens da narração, que, por outro lado, demonstra também o posicionamento que o autor tomou diante da sua história.

Senna ainda nos apresenta algumas informações de caráter bastante duvidoso:

“1881 – Joaquina Caramona, uma macróbia de 187 anos, quase dous séculos de existência, pois nascera em 1694, no governo geral de dom Fernando Martins de Mascarenhas, fallece na cidade do Pomo, neste Estado, devido a um desastre! O fato foi narrado por vários jornais da nossa ex-província.” (SENNA, 1898: 584)

O comprometimento histórico recai não propriamente na excepcional e longínqua existência de Joaquina Caramona, mas na falta de referências documentais que, porventura, fomentariam as assertivas do autor.

Contudo, a falta de embasamento documental não é regra no texto. Ao contrário, o autor recorre às transcrições documentais em inúmeras passagens. No entanto, em nenhum momento do texto é evidenciado onde os originais se encontram. Por se tratar de um texto escrito para a Revista do Arquivo Público, parece ser bastante plausível supor que a maioria desses manuscritos fazia parte do acervo do Arquivo Público Mineiro, mas, o autor embasou-se também em outras fontes documentais, como os “jornais da nossa ex-província”, sem referenciais concretos.

O artigo fora organizado em duas partes: a primeira “terceiro e quarto trimestre (1696-1896)” – dividida por meses e subdivida por dias, ao especificar as ações relevantes da história mineira; A segunda – “factos mineiros” – organizada através dos séculos, (XVI até XIX), evidenciando, por sua vez, os anos de maior relevância. Encontra-se ainda, no final de cada mês uma nota elencando as efemérides que não entraram na narrativa. “faltam neste mez as ephemiredes correspondente aos dias 10, 28 e 29 de julho” (SENNA, 1898: 586) . Deste modo o texto perpassa praticamente todo o seu desenrolar das cinquenta e oito páginas.

Três volumes após a publicação de “Ephemérides Mineiras” a Revista do Arquivo Público Mineiro publica “A História do Caraça: desde 1820 até 1865” (_____. 1901: 493-538). Este artigo, que se consistiu integralmente através de uma seleção de transcrições documentais, teve este recorte temporal não aleatoriamente: trata-se do período em que a ermida do falecido Irmão Lourenço torna-se um colégio.

Por ser uma compilação de manuscritos, o artigo não tem autoria, nem tampouco são creditadas as transcrições. Deste modo, a Revista constata em nota de rodapé da primeira página o caráter anônimo deste trabalho. Sobre as transcrições, notamos que a grafia dos documentos não foi atualizada, mantendo-as, portanto, em sua versão original. Houve ainda a preocupação em evidenciar quando a transcrição foi feita, se a partir de cópias ou do original, ou ainda ao apontar quando algum documento se encontrava sem datação.

O texto é marcadamente dividido em duas partes: a primeira, constitui-se como um relato memorial de um possível religioso que atuara no Caraça. Este texto encerra-se com a seguinte frase em latim: “Finis coronat opus” (_____. 1901: 505); a segunda parte constitui-se como uma miscelânea de transcrições de documentos como requerimentos, ordens, ofícios,

cartas, inventários e o testamento do Irmão Lourenço; todos referentes à fundação e manutenção da Capela de Nossa Senhora dos Homens.

Sobre a primeira parte dessa coletânea, supomos tê-la sido escrita por um religioso, pois o texto é fartamente incrementado por sinais de devoção: “Em roda de mim tenho varias capacidades, e factos authenticos para me coadjuvarem nesta obra interessante. Não posso largar a penna: é Maria meo impulso.” (_____. 1901: 493). Este modo de escrever perpassa todo o texto.

É possível afirmar ainda que o memorialista pertencia à congregação que administrou o colégio até 1865, pois ao se referir a ela, mantém o tom de respeito e engrandecimento, muitas das vezes, incluindo-se às ações: “Nós não somos Frades, mas sim Presbyteros Senhores da Congregação da missão [...] por meio dos Congregados da missão tem feito à prol da Religião e do Estado” (_____. 1901: 500-501).

Sobre a segunda parte do artigo, como dito acima, constitui-se numa miscelânea de transcrições. Contudo, não é especificado de qual modo se deu a relação entre o memorial e a segunda parte. Surge, portanto a ambigüidade no entendimento do texto, pois duas interpretações possíveis são apresentadas:

1. Os manuscritos teriam sido organizados pelo próprio memorialista, e, ao juntar em seu relato referências documentais, agregar-se-ia intencionalmente o caráter histórico. Por outro lado, não é explicitado o desejo de entrecruzar o relato com documentação;

2. Considerando as várias assinaturas subscritas e ausência de identificação daquele que os reuniu, a organização dos manuscritos teria ficado à cargo da própria equipe da Revista, que poderia tê-los reunido com a intenção a agrupar ao texto documentos que remeteriam à época memorada, ou, de outro modo, comparar os escritos particulares com os documentos oficiais.

Independentemente de quais tenham sido os motivos que levaram a tal formatação, a preocupação deste trabalho é apontar como a Revista participou da construção da história do Caraça. Por isso, qualquer intuito de se realizar qualquer associação das duas partes deste artigo deve ser realizada com cautela.

Em 1902, o sétimo volume da Revista do Arquivo Público Mineiro publicou dois textos referentes à história do Caraça. O primeiro, “Documentos relativos ao collegio do Caraça: informações do Pe. Leandro ao Governo sobre o Collegio do Caraça (1835)” (_____. 1902: 897-937) se constitui como uma nova seleção de transcrições documentais; enquanto o

segundo “A Serra da Piedade” (PIRES. 1902: 811-826), de Antonio Olyntho dos Santos Pires, relata pontualmente a chegada de Irmão Lourenço às terras do Caraça, contudo, a problemática principal deste artigo se resume na tentativa de construir a história da Serra título do artigo de Pires.

No primeiro texto, “Documentos”, a equipe da Revista organizou outra miscelânea de transcrições. Dessa vez, o critério de seleção foi temático, onde privilegiaram os manuscritos referentes ao Colégio. Esta seleção, uma espécie de continuação de “História do Caraça” (intuito evidenciado em nota rodapé na primeira página do texto), parece evidenciar que transcrever a maior quantidade de documentos referentes ao Caraça seria um dos objetivos da revista.

Dessa vez, as transcrições são organizadas entre subtítulos. Como exemplo, citamos a carta que o Diretor do Colégio do Caraça, Padre Leandro Rebello Peixoto e Castro, remete ao Presidente Provincial. Os organizadores do artigo a denominaram como “Informação de Pe. Leandro ao Governador sobre o Collegio do Caraça (1835)” (PIRES. 1902: 889).

Assim como na seleção de transcrições publicadas no volume seis da Revista, não são apresentadas neste novo artigo referências detalhadas acerca da localização dos manuscritos. Também não é evidenciado se os documentos foram transcritos na íntegra ou se houve algum tipo de seleção das partes, ou seja, a Revista não menciona quais foram os critérios adotados para tratar os manuscritos.

O segundo texto deste volume, “A Serra da Piedade”, configura-se como sendo uma construção historiográfica, onde o autor nos adverte logo no princípio que aquela publicação é uma versão revisada e alterada:

Esta descrição foi primeiro publicada no *Commercio de Minas*, Jornal diario de Bello Horizonte, em junho de 1852. Transladando-a para a Revista do Archivo Publico, o seu auctor juntou algumas notas para justificar e corroborar as suas afirmações. (PIRES. 1902: 811)

Ainda nessa citação, percebemos a preocupação de fomentar as afirmações nesta nova publicação. A primeira edição, feita para um jornal, poderia não ter tido espaço suficiente para notas extensas e inúmeras citações. Já a Revista ofereceria ao autor, mais páginas, possibilitando, portanto, uma escrita mais detalhada e fomentada.

Por outro lado, nem sempre as assertivas de Santos eram acompanhadas por seus respectivos referenciais. Como se pode conferir na citação abaixo, onde o autor narra a andança de Bracarena e Lourenço.

Bracarena e Lourenço, dois amigos que o mesmo infortúnio havia ligado, vieram foragidos de Portugal, procurando no interior de Minas o socego e a paz de espírito que não lhes permitiram gozar na pátria a perseguição do Marquez Pombal. Não se conhecem os antecedentes destes dois homens; mas erão naturalmente de nobre estirpe, porque foi contra a nobreza e o jesuitismo portuguezes que se arremessou de preferência o enérgico ministro de D. José, levando de vencido todos os obstáculos que se lhe antolharam em seu caminho de reformador fecundo. Fugindo do borburinho das cidades e procurando a solidão, Lourenço e Bracarena vieram ter à zona mais montanhosa de Minas. Traziam elles em mente erguer um templo à Maria Santíssima, a terna consoladora de seus dias de aflicção, quando fazia a longe e penosa travessia de sua pátria ao interior do novo mundo. (PIRES. 1902: 820)

Apesar de afirmar claramente serem desconhecidos os antecedentes dos dois personagens históricos em questão, Santos demonstra suas hipóteses com a veemência de assertivas ao afirmar que ambos eram “naturalmente” de nobre estirpe.

Ora, ambos não poderiam ter vindo para a Colônia luso-brasileira, por uma outra razão qualquer, como por exemplo, a busca por riquezas ou através de uma missão religiosa? Percebemos portanto, uma dicotômica e contraditória preocupação: Enquanto, por um lado almeja-se assegurar sua escrita através de citações de manuscritos, concebendo ao texto caráter historicamente denso, por outro, ao deparar-se com problemáticas inatingíveis de serem analisadas através das fontes que se tem, as conjecturas do autor adquirem caráter de narrativa histórica, não deixando lugar para as lacunas que esta história apresenta.

No volume nove da Revista, publicada em 1904, encontra-se um texto onde o autor, que preferiu manter-se no anonimato, escreve uma breve história da vida do fundador do Caraça, Irmão Lourenço. (_____. 1904: 737–767). A biografia do ermitão se relaciona à História do Caraça, justamente por ter sido ele o fundador do Santuário e que, em seu próprio testamento, desejou que o lugar, caso não pudesse continuar sendo um hospício para peregrinações religiosas, se tornasse um colégio para meninos. Parece ter sido a partir dessa exposta pretensão que o Santuário de Nossa Senhora Mãe dos Homens, alguns meses após a morte do fundador, tornou-se uma instituição de ensino.

Este texto, por sua vez, nos apresenta as “obras” que o religioso realizou para que o templo fosse construído e quais as providências que ele tomara para mantê-lo em condições de funcionamento.

O artigo é de natureza memorialista. Apesar de tratar de uma biografia, a escrita é em primeira pessoa, legando-nos apenas, no final do texto, o local e data onde foi escrito: Colégio N.ª S.ª Mãe dos Homens, 1 de fevereiro de 1904. Em nota de rodapé, inserida pela equipe da Revista, é evidenciado já na primeira página que o artigo é um relato de memória e que o próprio autor desejou que seu nome fosse ocultado do trabalho.

A biografia toma corpo através das subjetivas percepções de um membro do colégio, contudo no decorrer das páginas referências documentais são apresentadas. O memorialista se embasa principalmente nos requerimentos e cartas recebidas e enviadas, documentos encontrados no Arquivo do Colégio do Caraça. Além disso, depoimentos de terceiros embasam a narrativa.

Em certo momento, é evidenciada a proposta do texto, ser o começo de uma empreitada ainda maior, onde se objetiva escrever a “Monographia do Caraça”. O autor ainda justifica o intento:

“[...] achei que fazia obra partiotica e religiosa, colligindo desde já o que lhe diz respeito, para diminuir a tarefa dos vindouros que talvez não encontrem mais os documentos actuaes, como eu não encontrei os passados [...]”(_____. 1904: 737)

A figura do Irmão Lourenço é traçada como um “benfeitor da humanidade”, enaltecendo-o sempre como um homem de “propósitos divinos”. Em detrimento, um relato mais detalhado das feitorias do religioso, para a construção do Santuário fica em segundo plano. O autor ainda justifica a falta de documentação: “O Irmão Lourenço, como todos os bem feitores da humanidade a quem um ideal divino aviventa, tinha mais empenho em fazer grandes obras, que em deixar por escripto um memorial dellas” (_____. 1904: 743) .

É assumido também que a ausência de manuscritos que relatariam as feitorias do religioso não teria sido um descuido (ou falta de preocupação) apenas dos primórdios do Caraça. São escassas também as documentações das primeiras administrações do Colégio, contudo, não há como afirmar com certeza se tal documentação nunca existiu ou se ela se perdeu no tempo.

O artigo se constitui de modo cronologicamente linear, à vida do biografado. Ao utilizar-se das fontes orais, é comum observarmos que o autor se preocupou em fazer citação de nomes e qual familiaridade o entrevistado tinha com o Irmão Lourenço. A maneira como o autor lidou com as fontes documentais, sejam as escritas ou orais, somadas com o explícito intuito de escrever a “*Monographia do Caraça*” evidenciam a intenção em não apenas construir um texto sobre suas memórias, pelo contrário, em sua consciência, procurava fazer um trabalho histórico, mesmo que o caráter memorialista tenha tomado proporções maiores que os seus intentos.

Neste mesmo volume da revista, há ainda um outro artigo composto por transcrições documentais, onde, entre elas, há uma de relevância à história do Caraça. A “*Imperial Caza da Sen.^a May dos Homens da Serra do Caraça*” escreve para confirmar a doação que o que V. M. Imperial havia prometido, já que estava necessitando que fosse liberada com mais rapidez. Este artigo, intitulado “*Termos importantes tomados em junta pelo governo provisório de Minas Geraes (1821-1822)*” (_____. 1904: 643-687) não se diferencia das demais coletâneas de transcrições apontadas neste trabalho. A especificidade encontrada aqui é o cunho temático do intuito: as missivas eram destinadas ao Imperador, remetidas pelas mais diversas instâncias de Minas Gerais, contudo, todas as cartas ainda eram datadas e assinadas por José Teixeira da Fonseca Vasconcellos. Por outro lado, o texto não trás qualquer informação de quem teria sido Vasconcellos, tampouco qual função ocupara para ser um remetente de Ouro Preto ao Império.

O artigo “*Caraça: Apontamentos Historicos e Notas Biographicas: parte I, 1820-1845*” (_____. 1905: 753 – 897) parece obedecer uma ordem cronológica de publicações, pois, após a publicação de “*Biographia do Irmão Lourenço*” seria coerente publicar algum texto que remetesse aos próximos anos do Caraça.

O texto é dividido em duas partes: Caraça desde 1820 até 1845 e Caraça 1845 até os nossos dias. Ele ainda justifica que esta separação é arbitrária, contudo, expõe que a demarcação auxiliaria a construção do artigo:

“poderemos dizer-lhe que assiste-nos ainda o facto de até 1845 – só existir no Brazil o ramo da Congregação transplantado de Portugal, e a partir de 1845 veinos novo ramo tirado do próprio tronco que é a Casa Mãe de Pariz,

onde estão guardados relíquias de S. Vicente de Paulo [...]”(_____. 1905: 757).

Enquanto escrita, o texto se distancia da “Biografia” ao abandonar o tom memorialista, por outro lado, como é possível perceber na passagem citada acima, a narração é em primeira pessoa do plural. Não há a autoria, nem datação.

O modo de construir o texto adotado também se difere da “Biografia”, pois, se por um lado o autor utiliza diversos documentos (principalmente do Arquivo do Caraça) para endossar sua narrativa, por outro, ele se diferencia ao construir algumas discussões historiográficas no corpo do texto.

A narrativa é interrompida na primeira parte do texto, sendo desconhecido para nós, o conteúdo da segunda parte. Ao que parece, esta parte não foi publicada na Revista do Arquivo Mineiro. Com isso, não foi possível identificar o “até os nossos dias” que o autor se refere na introdução. Ainda sobre a segunda parte, ao consultarmos o Arquivo Público Mineiro, não encontramos outro artigo que poderia ser associado ao restante da pesquisa.

De todo modo, nota-se que a escrita do texto carrega uma crítica historiográfica até então inédita no contexto da Revista sobre o tema Caraça. Enquanto os demais permaneciam em uma dicotomia: entre uma construção histórica embasada em fontes documentais e construída a partir de problemáticas propostas pelos autores, em detrimento a uma construção histórica onde as lacunas documentais eram preenchidas ao gosto romântico do período, com o intuito de fomentar o estabelecimento dos heróis nacionais.

Essa dicotomia, que perpassa todas as monografias, talvez acontecesse porque os autores buscaram, nos manuscritos e outros documentos considerados oficiais, fomentar as lendas que envolvem o objeto de estudo, não o contrário. Ou seja, a tradição seria indubitável. Os manuscritos e outras fontes cumpriram o papel de lapidadoras das lendas, esculpindo os exageros e polindo as impurezas que o tempo e as memórias causaram naquilo que seria a essência da história: a verdade. São textos escritos possivelmente por religiosos da Congregação da Missão no Brasil, que carregam não só a ideológica cristã, mas também é acrescida pela busca do enaltecimento do herói-mártir, aproximando bastante das convecções romântico-nacionalistas, bastante recorrentes nos escritos dessa época.

Essa “tendência” parece ter ganhado ainda mais força dentro da história de Minas Gerais, pois, entre revoluções, artistas geniais e outros personagens ilustres, contrabalanceada

por escassas fontes documentais, teriam sido agradáveis ingredientes que, regados de lendas, fomentar-se-iam o nascimento heróis como os Aleijadinhos, Tiradentes e Lourenços...

Referências Bibliográficas

BRETAS, Rodrigo José Ferreira. Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho), 1858. In: Revista da DPHAN. v.15. Belo Horizonte: Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1951.

PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. “A Serra da Piedade”. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. V.7. F.3-4. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1902.

SENNA, Nelson de. “Ephemerides Mineiro; terceiro e quarto trimestre”. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. V.3. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898.

_____. História do Caraça: desde 1820 até 1865 In: Revista do Arquivo Público Mineiro. V.6. F.3-4. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1902.

_____. Documentos relativos ao collegio do Caraça; informações do P.e Leandro ao Governo sobre o Collegio do Caraça (1835). In: Revista do Arquivo Público Mineiro. V.7. F.2. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1902.

_____. Biographia do Irmão Lourenço de Nossa Senhora In: Revista do Arquivo Público Mineiro. V.9. F.3-4. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1904.

_____. Termos importantes tomados em junta pelo governo provisório de Minas Geraes (1821-1822). In: Revista do Arquivo Público Mineiro. V.9. F.3-4. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1904.

_____. Caraça: apontamentos historicos e notas biographicas: parte I (1820 - 1845). In: Revista do Arquivo Público Mineiro. V.10. F.3-4. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1905.

Memória, identidade e representação – questões da historiografia

Eladir Fátima Nascimento dos Santos *

Questão Inicial

Não me é possível narrar por ordem minhas primeiras reminiscências de vez que não sei o que aconteceu primeiro e o que ocorreu depois. Inclusive há algumas a respeito das quais não estou certo de haverem sido realidades ou sonhos.

Leon Tolstoi

O autor russo inicia sua autobiografia com o aviso de que não poderá ser preciso com relação ao tempo ou apresentar com fidelidade os acontecimentos, posto que, suas reminiscências poderiam surgir de forma metacrônica ou anacrônica e ainda representar realidades ou também sonhos. Essas preocupações de Tolstoi são resultantes das constatações de que as lembranças quando são atualizadas passam por um processo de resubjetivação e repoetização do passado e, por isso, correm o risco de serem idealizações de vivências que podem, aparentemente, perder referência com a realidade. As duas características das reminiscências detectadas pelo escritor oitocentista, a falta de cronologia e o risco de idealizações, têm sido, desde os primórdios da tradição histórica ocidental, objeto de muitas reflexões sobre os modos de pensar e reconstruir o passado das sociedades. Tolstoi, por estar tratando de sua autobiografia, limita-se, ao que nos parece, a um certo pedido de desculpas por não encontrar outro modo de lidar com suas memórias. Possivelmente, não agiria assim um historiador do seu tempo – o século XIX – ao lidar com fatos considerados históricos.

Tucídides (460-396 a.C.) foi general de Atenas. na Guerra do Poleponeso, conflito entre Atenas e Esparta (431 a. C. a 404 a. C), no decorrer dos acontecimentos em que Atenas sairia derrotada, procurou relatar os fatos vividos de forma objetiva, analisando-os com base em conhecimentos da história da Grécia e nas suas memórias sobre o vivido. No prefácio da obra autor da obra *Guerra do Peloponeso* esclarece:

No que se refere aos eventos ocorridos durante a guerra, evitei acreditar no “ouvi dizer”, ou confiar cegamente em impressões. Procurei verificar tão escrupulosamente quanto possível a exatidão dos acontecimentos dos quais eu mesmo fui testemunha, ou que foram reportados por outros. Este não foi trabalho dos mais fáceis, pois, em diversas ocasiões, as testemunhas de um

* Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO
Professora de História da Rede Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro

mesmo acontecimento forneciam versões discordantes entre si, conforme simpatizassem com um dos campos, ou conforme sua memória. (TUCÍDIDES, apud CAIRE-JABINET, 2003:14)

Daí verifica-se que essa preocupação da parte dos historiadores é bem antiga. Tucídides pretendia retratar a “exatidão dos fatos” e, em sua pesquisa sobre o que “verdadeiramente” ocorreu na Guerra do Peloponeso, constatou a dificuldade do “fazer histórico” quando este precisa lidar com versões e memórias discordantes sobre o mesmo acontecimento.

A nossa capacidade de lembrar fatos, pessoas ou objetos é a mesma capacidade de esquecê-los. Porém o que lembramos contém os conhecimentos que construímos e as partes das experiências que vivenciamos. São vestígios de nosso passado. A capacidade de lembrar é que torna o homem capaz de viver o presente como portador de tradições culturais e de conhecimentos acumulados por ele e pela sociedade.

A noção de que a memória e o conhecimento estão em constante inter-relação, nos processos das construções humanas, pode ser apreendida em Nietzsche, em *A Genealogia da Moral*. Nesta obra de 1887, na qual o autor se dedica ao questionamento das origens da moralidade na história do homem, há também um estudo sobre a aplicação dessa moralidade em todos os atos dos seres humanos. É na discussão sobre a aplicação da moralidade que Nietzsche discorre sobre a aquisição do “conhecimento” e a construção da “memória”. Ao analisar o processo de inculcação, no homem, de princípios e conhecimentos fabricados a partir de uma vontade de poder de alguns, Nietzsche nos mostra a utilidade da tendência do homem ao esquecimento que funciona como aparelho amortecedor que possibilita a saúde mental do indivíduo que enlouqueceria caso retivesse a totalidade de lembranças dos fatos ocorridos. Diante disso, afirma que o homem criou para si uma faculdade contrária ao esquecimento que é a “memória”, por meio da qual contrabalança, em certos casos, o esquecimento. A “memória” favorece a apreensão do “conhecimento” ao reter o conjunto de fatos ou experiências necessárias, descartando os atos fortuitos de cada momento. (NIETZSCHE, 1995 [1]: 56)

Também em *“Humano, Demasiadamente Humano”*, de 1886, Nietzsche, no aforismo 12 – “Sonho e Civilização” – afirma a função cerebral mais afetada pelo sono é a “memória”, não por ela cessar inteiramente, mas porque é reconduzida a um estado de imperfeição, com disparates e situações loucas com as quais nos deparamos ao rememorarmos os nossos sonhos. Nietzsche nos apresenta a “memória” como uma faculdade “caprichosa e confusa”, que confunde incessantemente as coisas em razão das mais fugazes semelhanças.

(NIETZSCHE, 1995 [2]:35). A partir daí faz uma analogia com o que chama de “confusão” que os povos inventaram em suas mitologias e com a confusão com que se proferem mentiras e disparates com os reconhecimentos imperfeitos e assimilações errôneas.

A história, no entanto, sempre necessitou da memória para conhecer os fatos ocorridos e mesmo no período em que buscava o impossível da “única verdade” proposta pelo positivismo cientificista, ela baseava-se na memória e também criava uma memória.

Foi somente a partir das primeiras críticas ao “cientificismo” e à busca exagerada do considerado racional, que os historiadores fundadores dos *Annales*, há oito décadas, se rebelaram contra o que seria a proposta de construção de uma história objetiva que pretendia chegar a uma “verdade histórica”. Inauguravam o tempo de rejeição à crença imediata nos documentos e a uma postura metodológica presumivelmente isenta ao realizar análise quantitativa dos dados obtidos.

Os historiadores que sucederam à primeira geração de *Annales* aprofundaram essa discussão principalmente quando inauguraram novos centros de interesse da história nos quais ocorreria uma integração entre o ensino e a pesquisa histórica, no quadro de uma realidade multidisciplinar. Sociólogos, demógrafos, geógrafos auxiliam os historiadores na formulação de que o campo histórico é ilimitado e que novas abordagens historiográficas são necessárias para dar conta da complexidade do “fazer histórico”.

Na década de 1970 e 1980, dando continuidade a esse processo, novas propostas foram trazidas para as discussões relativas à memória e à história. O historiador Pierre Nora reuniu textos, em 1986 sob o título de *Essais d'ego histoire* nos quais os autores mostraram como cada um pode explicar a sua própria história e a história de seus grupos sociais através das lembranças de suas vivências. Posteriormente, o mesmo Pierre Nora, em 1992, escreveu *Le Lieux de Mémoire*, em 1993, *Entre Mémoire et Histoire*, apresentando suas preocupações com as relações entre memória e história.

O historiador Eric Hobsbawm, em um ensaio de 1988, intitulado *a História de Baixo para Cima*, ao analisar o fato de ter a história dos movimentos populares decolado, no fazer dos historiadores, observa que ao rememorar a história da gente comum, o historiador não está meramente tentando conferir um significado político retrospectivo que nem sempre tiveram esses movimentos. Está sim, genericamente, explorando uma dimensão desconhecida do passado. Para Hobsbawm todo tipo de história tem seus problemas técnicos, mas a maioria deles supõe que haja um conjunto de fontes prontas cuja interpretação está à espera do historiador. A história dos movimentos populares não possui um corpo de material pronto

para ser estudado. Para a história dos movimentos populares, algumas fontes apenas foram reconhecidas como tais porque alguém fez uma pergunta e depois sondou desesperadamente em busca de alguma maneira de respondê-la. E, na procura dessas respostas, a metodologia da história oral tem gravado memórias. (HOBSBAWM, 1998:219). Vai mais adiante, explicando suas preocupações com a utilização da metodologia da história oral para buscar memórias e afirma que, em sua opinião, jamais o historiador fará um uso adequado da história oral até que formule o que pode funcionar mal na memória, com o mesmo cuidado com que hoje sabemos o que pode não dar certo na transmissão de manuscritos por meio de cópias manuais. Reconhece que a maior parte da história oral é memória pessoal e um meio notadamente escorregadio de se preservar fatos, pois, a questão é que a memória é menos uma gravação que um mecanismo seletivo. A seleção, dentro de certos limites, é constantemente mutável. (HOBSBAWN, 1998:221).

Memória e Identidade

Embora, em nossos dias, já se tenha um consenso quanto às relações existentes entre memória e história o debate historiográfico está longe de esgotar-se. Claro está que nessas relações entre a memória e a história, a primeira não pode ser observada e analisada simplesmente como mera fonte da segunda, como depósito em que o historiador irá buscar informações. Desta forma, seguiríamos uma tendência inconveniente de confundir memória e história e também estaríamos perdendo a possibilidade de verificação do potencial simbólico dessas representações.

A memória como resultado de um constante processo de reconstrução da realidade vivida é fator fundamental na construção de identidades individuais e coletivas. As experiências vivenciadas no espaço e no tempo, os valores adquiridos, os comportamentos desenvolvidos, os conhecimentos construídos compõem a memória e forjam as identidades.

Algumas das questões colocadas para a historiografia contemporânea são procurar observar como se constrói, historicamente, o fenômeno identitário e em que medida a identidade coletiva é importante na configuração ou emergência de fatos históricos.

Os historiadores têm se deparado, principalmente a partir de meados do século XX, com processos de emergência de identidades coletivas que redirecionaram os caminhos da historiografia contemporânea. Cada vez mais os historiadores têm se ocupado com as análises dos embates dos poderes globais com as identidades locais. Surgem, a cada momento novas

pesquisas relativas às identidades coletivas com interesses de gênero, étnicos, homossexuais, negros, judeus, árabes, moradores, movimentos populares etc.

Na pesquisa que realizei para minha dissertação de mestrado, busquei, através da metodologia da história oral, as memórias construídas por antigas lideranças do movimento de favelas do estado do Rio de Janeiro sobre a identidade e as ações da organização federativa dos favelados da cidade. As memórias analisadas, embora algumas vezes divergentes sobre um mesmo acontecimento, possibilitaram a inferência de que a identidade coletiva dos favelados da cidade nasceu, cresceu e se afirmou num processo constante de construção das memórias das lutas e de movimentos reivindicatórios contra as remoções de favelas. Percebeu-se, nesta pesquisa, que a memória e a identidade são processos dinâmicos dependentes de variáveis como o tempo, o espaço e o movimento e que como historiadora eu deveria entendê-las e analisá-las como representações no presente que nos auxiliam na construção do conhecimento.

As favelas da cidade do Rio de Janeiro surgiram em meio ao sentimento de que elas eram algo provisório no cenário urbano. Esse sentimento de “provisoriedade” dificultou a constituição de uma memória coletiva. Também colaborou imensamente para a tardia construção da identidade coletiva do favelado e, conseqüentemente, para o tardio processo de organização política dos favelados da cidade, já que este somente teve lugar a partir do final dos anos 1940.

Os moradores de favelas somente iniciaram um processo de organização local, em meados dos anos 1940, com a formação das primeiras Comissões de Moradores para resistir à remoção forçada para os Parques Proletários. Criaram Associações de Moradores e, dessa forma, os moradores mostravam para os demais setores da sociedade que, não só estavam construindo a sua identidade espacial como, estavam dispostos a lutar pelo seu território.

Num claro prosseguimento desse processo, nos anos 1954 e 1959 os favelados criaram respectivamente a União dos Trabalhadores Favelados (UTF) e a Coligação dos Trabalhadores Favelados (CTF), demonstrando sua capacidade autônoma de organização, e procurando expandir para outras regiões a organização que até aquele momento ainda se dava de forma muito localizada.

Essas duas entidades, UTF e CTF, iniciadoras do movimento favelado regionalizado na cidade procuravam ainda requalificar a categoria “favelado”, identificando-a com a categoria “trabalhador”, e, portanto, no contexto dos anos 50, capaz de exigir direitos (BURGOS, 2004:30).

Mais uma vez, atentamos para a questão de que a organização política dos favelados que culminou com a criação de uma organização federativa como a FAFEG somente foi possível a partir do momento em que, dadas algumas condições objetivas, se dissipou o sentimento de “provisoriidade” da favela e construiu-se a identidade espacial dos favelados. A luta contra as remoções ou despejos que se organizou sob a ação das lideranças tornou-se viável pela anterior construção de uma memória de ocupação do território, e com ela uma necessidade de defesa do espaço que servia de moradia. Com a criação da FAFEG os favelados tiveram grande visibilidade na imprensa, denunciaram a violência e a repressão e, sobretudo, deixavam claro para a sociedade que o espaço urbano estava mal distribuído.

Na análise desse processo histórico da organização política dos favelados da cidade do Rio de Janeiro, podemos perceber que a memória e a identidade foram questões de fundamental importância na configuração e emergência de fatos históricos.

Memória e Representação

A questão da representação tem estado presente, com bastante ênfase, nos debates historiográficos atuais. Ela apresenta-se essencialmente ligada às antigas questões da objetividade e da subjetividade do fazer do historiador. Advinda do campo de estudos da Psicologia Social a representação tomou corpo no vocabulário dos estudos históricos, no século XX, no campo da História Cultural. As metanarrativas estruturalistas não exploraram a representação tal como os historiadores a vêm colocando na historiografia recente. Isso tem, por vezes, encaminhado o debate para níveis insatisfatórios quando limitamos a discussão ao nível da existência de uma bifurcação sobre a análise da questão da verdade e da objetividade do ofício de historiador. Colocam-se de um lado os que se mantêm definidos por uma reconstituição estrutural do passado e de outro aqueles que não aceitam a busca da racionalidade e consideram unicamente possível, a busca da representação do passado. Tais questões devem ser superadas por preocupações tais como verificar que a noção de representação abrange um conjunto muito grande de expressões do passado que têm lugar no presente. A aceitação da diversidade, das várias memórias, das várias identidades multiplica os pontos de vista, as interpretações e as representações do fato histórico que serão interpretados por historiadores.

Neste ponto, procurarei relacionar a memória, a identidade e a representação com um exemplo concreto encontrado em minhas pesquisas. Para isso apresentarei as práticas sociais

que se entreteceram na cidade do Rio de Janeiro no período que vai do final do século XIX até o início do século XXI com relação à figura do “favelado”.

No final do século XIX o “favelado” era tido como provisório na cidade, era o pobre, ex-combatente de Canudos ou do Paraguai, sem lugar para morar e que contava com a benevolência das instituições que lhe davam o direito de ocupar o alto e os sopés dos morros. No início do século XX, após a ocupação dos morros pelos ex-escravos, o “favelado” terá sua “representação” inserida no âmbito das chamadas classes perigosas, da marginalidade. Essa representação irá gerar práticas específicas por parte das autoridades no sentido de despejar os favelados dos seus locais de moradia.

Nos anos 1930 a 1960 o “favelado” terá duas representações: aquele que é o sambista ligado à malandragem ao qual se pergunta se será um bandido ou aquele que, mesmo pertencendo ao mundo do samba, terá uma carteira de trabalho e “malandramente” embarcará em um bonde, todos os dias, em direção ao “batente” (local de trabalho). Tais representações acarretarão também novas práticas sociais. O “favelado” malandro será considerado vadio e enquadrado na Lei das Contravenções Penais de 1940 e, muitas vezes, será preso por vadiagem. O “favelado” trabalhador será considerado sujeito de direitos trabalhistas e braços para com seu trabalho colaborar para o desenvolvimento capitalista do país. Novas práticas do poder passariam a visar a sua reeducação do “favelado” removendo-o para os Parques Proletários e, quando isso não fosse possível, punindo-o com a perseguição e prisão porque passava a ser também considerado vadio.

Nos anos 1960 a 1980 o “favelado” terá sua representação ligada à desordem urbana, o que acarretará políticas de remoção dos favelados para áreas distantes do centro da cidade e da zona sul. Ignoram-se as distâncias existentes entre as moradias oferecidas ao “favelado” e seus locais de trabalho. E, finalmente, a partir dos anos 1990, com a entrada em cena do novo complicador para a questão favela – tráfico de drogas – o “favelado” é representado como o marginal, identificado com o tráfico e com a violência urbana. Essa representação gera a prática indiscriminada da violência contra o “favelado”. A entrada da polícia na favela com o ataque indiscriminado ao conjunto de moradores, os grandes tiroteios, invasão de residências e o clima de guerra constante terão lugar a partir dessa representação.

O exemplo apresentado, objeto de minhas pesquisas, além de nos possibilitar relacionar a questão da memória, da identidade e da representação, nos permite inferir sobre a complementaridade entre as práticas sociais e as representações. As representações, calcadas

na memória e na identidade geram práticas que por sua vez geram novas representações, também estas calcadas em memórias e identidades construídas.

Finalmente, consideramos importante nos debruçarmos sobre a questão dos conceitos de memória e identidade e da noção de representação para a compreensão de que as realidades se transformam e, conseqüentemente, a representação que se tem delas pode também, em seu ritmo, transformar-se. Verificarmos que a história e a memória desempenham um papel importante na construção das identidades coletivas das sociedades humanas, mas que ao historiador cabe o papel de reflexão, análise e síntese das representações sem, no entanto esquivar-se da mesma reflexão, análise e síntese dos atos que a geraram.

Referências Bibliográficas

- BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2008
- BOURDIEU, Pierre. A Ordem das Coisas. In: *A Miséria do Mundo*. BOURDIEU, Pierre (Coord). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997
- BURGOS, Marcelo Baumann. Dos Parques Proletários ao Favela Bairro. In: *Um século de Favela*. Org. ZALUAR & ALVITO. Rio de Janeiro: FGV. 2004
- CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à Historiografia*. Bauru.SP.EDUSC.2003
- D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Reflexões sobre o saber histórico*. São Paulo. UNESP. 1998
- DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica – Memória, Identidade e Representação*. Bauru. SP. EDUSC. 2002
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992
- _____. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005
- HOBBSBAWM, Eric. *A História de baixo para cima*. In: *Sobre a História. Ensaio*. HOBBSBAWN, Eric. São Paulo. Companhia das Letras. 1998
- NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da Moral*, tradução de Antonio Carlos Braga. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. V.20. Editora Escala, São Paulo. 1995.
- _____. *Humano, Demasiadamente Humano*. tradução de Antonio Carlos Braga. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. V.42. Editora Escala, São Paulo. 1995.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares* São Paulo Projeto História – Revista do Programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. volume 10, 1993

MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In *História da Vida Privada 3*. SEVCENKO, Nicolau. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998

POLLAK, Michael, *Memória e Identidade Social*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v 5,n1,1992

ROSTOVZEFF, Mikhail Ivanovich. *História da Grécia*. Rio de Janeiro: Zahar , 1973

SEVCENKO, Nicolau. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. Introdução de *História da Vida Privada 3*. SEVCENKO, Nicolau (org.). Companhia das Letras. São Paulo 2006

TOLSTOI, Leon. *Primeiras Reminiscências e Recordações*. In: *Obra Completa Nova Versão*, anotada, de SIMÕES, João Gaspar e NUNES, Natália. Nova Aguilar S.A..Rio de Janeiro. 1976

ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (Org). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2004

A escrita da história no século XIX. O caso Gonçalves de Magalhães

Eliete Lucia Tiburski*

Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) é considerado um expoente de nossa literatura. Reconhecido como o fundador do movimento romântico brasileiro, sua atuação extrapolou o âmbito literário, embora fosse comum para os homens do século XIX o exercício de diversas atividades. Sua viagem para Europa, em 1833, tinha como objetivo inicial aperfeiçoar as técnicas médicas aprendidas no Rio de Janeiro durante o curso de medicina. No entanto, seus interesses se voltavam cada vez mais para a literatura, culminando com a fundação, em Paris, do periódico *Niterói* (que teve somente três edições), auxiliado por Manoel de Araújo Porto Alegre e Francisco de Sales Torres Homem. O Brasil ganharia com essa revista uma maior visibilidade entre seus pares franceses, fortalecendo assim os laços entre os dois países.

A publicação, em 1836, do *Discurso sobre a História da Literatura do Brasil*, bem como *Suspiros Poéticos e Saudades*, lançaram os fundamentos do movimento romântico no Brasil, muito influenciado pelo seu congêneres francês. Com esses trabalhos Magalhães buscava afirmar a independência literária e poética brasileira, livrando-a, assim, de quaisquer laços que poderiam ainda existir, com o colonialismo cultural e político representado por Portugal.¹ O que ele propõe, segundo Lêdo Ivo é “deixar de lado a imitação dos padrões lusitanos e da retórica clássica e arcádica”, em favor da “assimilação do Romantismo europeu, especialmente o francês” (MAGALHÃES, 1994).

Ao retornar da Europa em 1837, o poeta acabara se engajando em diversas atividades ligadas ao teatro, onde escreve duas peças: *Antônio José ou o poeta e a Inquisição* (1838) e *Olgiato* (1839), logo abandona também essa atividade e volta-se para o ensino no colégio D. Pedro, onde permanece cerca de dois anos. No entanto, aos poucos, foi o exercício de funções mais políticas que acabou por marcar sua carreira. Nos anos de 1838 a 1841 ele foi escolhido como secretário do Coronel Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, para acompanhá-lo ao Maranhão, e de 1842 a 1846 ao Rio Grande do Sul, onde foi eleito deputado.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, bolsista CNPq.

¹ Tratava-se, de acordo com Antônio Cândido, de realizar no plano da arte, “o que fora a Independência na vida política e social” do Brasil. In: CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, volume 2, 1997, p. 13.

Em 1847 entrou para o corpo diplomático. Essas experiências resultaram em apontamentos sobre os fatos que o autor presenciou, muitas vezes no momento mesmo em que aqueles ocorriam. É nesse contexto que ele escreve a obra que será aqui tratada: *Memoria Historica e Documentada da Revolução da Provincia do Maranhão desde 1839-1840*.

Publicada em 1848 pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, e premiada pelo mesmo como melhor trabalho histórico do ano de 1847, ela pode ser compreendida, como um raro exemplo de narrativa cujo objeto do relato não é o passado, mas o presente. Esse tipo de publicação não era comum no século XIX, por isso o seu interesse, pois ela nos permite pensar como a noção de história foi se articulando, escolhendo suas práticas e objetos em detrimento uns dos outros.

Assim, a criação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), em 1838, foi responsável por parte dessas escolhas, uma vez que ele assumiu como sua a missão de escrever a história do Brasil, com o objetivo de igualar-se às nações européias consideradas como modelos de civilização (GUIMARÃES, 1988). É a partir desse núcleo que se estabelecem alguns dos parâmetros para um pensamento histórico no período. Durante as reuniões do IHGB os letrados, que dele faziam parte, discutiam como deveria ser escrita a história do Brasil e quais deveriam ser suas prioridades.

Dessa maneira, foi se configurando aquilo que hoje conhecemos como cultura histórica oitocentista. A história passou por transformações, incorporando procedimentos das ciências naturais, onde o adágio ciceroniano da história *magistra vitae* foi adquirindo novas feições. A função social do passado não se reduz mais a uma coleção de exemplos a serem imitados, mas aos poucos, ele também se torna explicação para o presente. Em meio a essa perspectiva, à história, enquanto disciplina, é imposta a tarefa de fundar no passado a origem da nação. Assim, “a história deve ensinar de forma organizada o passado necessário para a produção de sujeitos nacionais” (GUIMARÃES, 2003: 18).

Por essas razões, possivelmente, também no Brasil o tipo de história que vinha predominando é aquela que tratava do passado. Embora não fosse proibido escrever histórias mais recentes, o IHGB mantivera certas restrições a esse tipo de escrita. Segundo Cezar, a ênfase dada à história colonial em detrimento da contemporânea se insere no âmbito de uma escolha política, mas ao mesmo tempo epistemológica, pois “Esta escolha não visava somente a proteger

os políticos do IHGB de descobertas desconfortáveis que a pesquisa da atualidade poderia revelar” ela também possuía um caráter teórico-metodológico. De acordo com ele, “não é desejável se fazer a história do imediato, pois ela é perigosa para a objetividade do historiador, logo para a melhor maneira de se escrever a história” (CEZAR, 2004: 55-56).

As mudanças pelas quais passava a noção de história contribuíam para essas escolhas. Assim, pode-se notar uma preocupação cada vez maior com o processo de cientifização da disciplina, na medida em que as ciências naturais representavam um saber mais completo e confiável que a história, pois os seus processos seriam capazes de garantir a objetividade dos experimentos, logo a sua verdade. Essas premissas ocuparam durante um bom tempo o cerne das discussões que posteriormente auxiliaram a pensar e definir importantes noções para os estudos da área de humanas, como por exemplo, a noção de história. No entanto, como nos diz Hannah Arendt, esses problemas perderiam parte de sua importância a partir do momento em que se reconhecesse que tanto os cientistas naturais quanto os sociais sofrem o mesmo tipo de intervenção por parte de um observador, de “um ser formulador de questões”. Para a autora, “a oposição do século XIX entre as Ciências Naturais e Históricas, juntamente com a pretensa objetividade e precisão absoluta dos cientistas naturais, é hoje coisa do passado” (ARENDR, 2007: 78-79). O problema se concentra não mais na falta de objetividade, aqui definida como a “extinção do eu” como condição de “visão pura”, respeitando os princípios de não interferência e não discriminação, mas na dificuldade que essa não interferência supõe.

Dessa maneira, para H. Arendt a questão da objetividade, no Oitocentos, equivale a uma incompreensão do verdadeiro problema, que de acordo com ela é o da imparcialidade, “fato decisivo não somente para a ‘Ciência’ da História como para toda a Historiografia oriunda da poesia e do contar histórias” (ARENDR, 2007: 81). A idéia moderna de história se localizaria, segundo a autora, entre os séculos XVI e XVII, período em que as ciências naturais protagonizaram grande desenvolvimento, o que causou ainda mais confusão acerca de qual padrão científico deveria ser seguido.

Tais reflexões e mudanças acerca do estatuto do saber histórico atingiram também o Instituto, que ficava assim dividido entre duas temporalidades: por um lado o resgate do passado brasileiro era a sua prioridade, por outro, novos autores surgem com questões referentes a temas mais contemporâneos e que tinham tanta pertinência quanto aqueles mais distantes no tempo.

Como, então, resolver essa questão? A princípio, o IHGB não condenou esse tipo de história mais recente, apenas no caso dela ser mal feita. O que esses autores precisavam observar eram os mesmos procedimentos teórico-metodológicos que os historiadores tradicionais utilizavam, com a diferença que temas contemporâneos, geralmente, possuem muito mais fontes e contam com testemunhos.

Poucos são os casos de autores que se submeteram à tarefa de escrever sobre fatos recentes e foram bem sucedidos. O fato da obra de Magalhães ter sido publicada tão rapidamente, e, além disso, premiada, nos remete a um questionamento do por quê de tal obra não ter sido interdita pelo IHGB. Seria ela, realmente, menos prejudicial à objetividade do historiador do que se supunha? Ou o interesse político que ela representava era mais importante do que os princípios teórico-metodológicos defendidos por esses homens de letras?

Tais questões devem ser pensadas dentro do contexto de uma nação que está, lentamente, forjando a sua identidade. No caso do Brasil, é preciso conciliar o passado luso-brasileiro com um presente onde essas duas culturas se mesclam. E mais, um presente que se revela extremamente conflituoso, onde a unidade nacional persiste apenas na existência de uma denominação comum de Brasil, pois as províncias ainda permanecem divididas e com interesses mais regionais do que nacionais e algumas ainda submetidas às ordens de Portugal.²

Neste sentido, contar a história de conflitos que poderiam pôr em dúvida a recente unidade nacional não estava na lista das prioridades dos letrados do período, ainda mais que muitos deles participavam também das decisões políticas. No entanto, alguns desses homens não viam nisso um problema passando, assim, a enviar seus relatos para o Instituto, a fim de que pudessem ser aprovados para a publicação, o que raramente ocorria. Um dos poucos registros encontrados é, justamente, a *Memória Histórica* acerca da Balaiada, de Gonçalves de Magalhães, que, pese a aversão do IHGB a esse tipo de história, publica seu trabalho, antes mesmo do famoso discurso do Imperador realizado na sessão de aniversário do Instituto, em 1849, que também não surtiu o efeito aparentemente desejado pelo monarca.³

² Segundo Jancsó, o triunfo dos liberais em Portugal causou temor aos Conselheiros de D. João VI, pois algumas províncias brasileiras estavam decididas a aderir as Cortes Constituintes, como foi o caso da Bahia, seguido por Pernambuco, Pará e Maranhão. As províncias foram, então, tomadas por uma intensa atividade política, evidenciando ainda mais os antagonismos e divergências dos diversos grupos. JANCÓS, István. Independência, Independências. In: *Independência: História e Historiografia*. Jancsó, I. (org.) Coleção Estudos Históricos n. 60. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005, pp. 11-934, p.45.

Alguns anos mais tarde, outro projeto sobre a história do Império foi avaliado pelos sócios, que recusaram a sua publicação. Tratava-se do texto de Felizardo Pinheiro de Campos, intitulado *Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. D. Pedro II*, que foi rejeitado em 1863. Os argumentos do parecer negativo recaíam nas questões da imparcialidade do autor. Este sugere, então, que o IHGB assumia a tarefa de escrever a história mais recente. Os sócios debateram a sugestão e concluíram que não era necessário realizar tal tarefa, pois a geração atual tinha a história do Império diante de seus olhos. A história do tempo presente não exigiria um tratamento especial, pois ela estava disponível e ao alcance de todos.

A tarefa da história presentista ficava, assim, relegada à imprensa. Esta ocupa uma posição ambígua, pois, se de um lado ela apresenta os fatos no momento mesmo em que esses acontecem, por outro ela está submetida aos mesmos desafios que os letrados enfrentavam ao se deparar com a tarefa de escrever a história, o de uma escrita imparcial. Ter os fatos diante dos seus olhos, portanto, não garante ao observador, mesmo que este seja a imprensa, a competência de uma descrição fiel daquilo que passou.

Portanto, o relato das histórias do tempo presente que são publicadas com o respaldo do Instituto parece servir para reforçar uma noção de história vigente. Muitas vezes elas se revestem de um caráter tranquilizador, alcançado através do exemplo que elas fornecem, principalmente nos períodos turbulentos pelas quais a nação passou, a fim de que tais fatos não se repitam num futuro próximo, ou seja, o caráter exemplar ainda possui certa função social. Esta parece ser a maneira como a Comissão leu o trabalho de Magalhães, caso contrário, seu destino, possivelmente, poderia ter sido o mesmo de Felizardo Pinheiro.

É nesse momento de transformações, de incertezas na construção de um conhecimento que seja válido para os padrões almejados na época, que se insere a obra de Magalhães. Ao realizar a leitura do trabalho sobre a Balaiada, é possível notar como a noção de história que o

³ Nesse discurso o Imperador faz um apelo a que se conte a história de seu reinado, mas apesar dessa sua tentativa, praticamente ninguém tentou realizar esse tipo de trabalho. “Sem duvida, Srs., que a vossa publicação trimensal tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as applicações da intelligencia; mas para que esse alvo se attinja perfeitamente, é de mister que não só reunaes os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase unicamente, como também, pelos vossos proprios, troneis aquella a que pertenço digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as forças, o amor da sciencia é exclusivo, e, concorrendo todos unidos para tão nobre, util, e já difficil empreza, erijamos assim um padrão de glória a civilisação da nossa patria.” *Revista do IHGB*, 1849, n. 12, p. 552. Quando utilizar as citações das fontes manterei a grafia original.

orienta ainda é permeada por influências de outros saberes, como a literatura, demonstrando o seu caráter impreciso. Ao mesmo tempo, a ênfase nos exemplos a serem seguidos, que o autor coloca em sua narrativa, é um dos elementos que mais chama a atenção nesse texto.

Desse modo, no mesmo texto, podemos notar a preocupação que Magalhães tem em escrever de um modo crítico, garantindo, assim, as condições de imparcialidade que ele pensa serem necessárias àqueles que escrevem as memórias de sua pátria. Logo no início de seu texto, ele previne seus leitores de que estes não devem ficar admirados ou espantados com as revoltas que vem florescendo pelo Brasil, pois esse é um elemento que caracteriza os povos livres. Além disso, o país passa por um período de transição em que se busca justamente reformar o que já está estabelecido, pois “Estrangeiras são as nossas instituições, mal e intempestivamente enxertadas”, ou seja, o povo tem que se libertar por completo dos resquícios da dominação estrangeira, no caso portuguesa, sob a qual o país viveu durante séculos (MAGALHÃES, 1848: 263).

Esse caráter transitório do tempo, e as instabilidades que disso advêm são reforçados pelos engodos a que os políticos submetem a população, pois na sua opinião eles não representam as necessidades do país, mas sim as suas próprias, que geralmente estão limitadas a trocar o partido que está no poder pelo seu. Assim, essa “falsa política do tempo gerada em cabeças ambiciosas e dominadas pelo espírito ephemero da época, tem propagado o scepticismo, e impellido o Brasil no desfiladeiro das rebeliões” (MAGALHÃES, 1848: 264).

Outro fator que corrompe a sociedade e a impele à rebelião, na sua opinião, é a imprensa. Ele vê nela uma potência do bem e do mal, que é manipulada conforme a necessidade desses homens vis que quase sempre são os que estão no poder. Magalhães conclui que esse é o tempo em que se vive e essa “é a lição historica que das nossas desordens se collige. [...] Entretanto não nos assustemos, d’esta mesma fermentação das cousas deve nascer o espirito de ordem que esclarecerá o futuro” (MAGALHÃES, 1848: 265).

Aqui, começa a se delinear a sua concepção de história, que não difere muito do que já temos argumentado ser a história nesse período. Também ele está preocupado com o futuro, em guardar a memória dos acontecimentos para que as gerações vindouras possam aprender com essa lição. Tal noção está muito ligada a ideia de história *mestra da vida* que mencionamos antes.

Se as scenas de que somos testemunhas gravadas ficam em nossa memória, nem por isso dispensam a narração d'ellas para o futuro; porque devem nossos filhos instruir-se com a lição do passado, e saber por que alternativas passamos, que lutas tivemos, que tropeços encontramos, afim de que, se possível for, evitem os males que soffremos, e prezem o legado que á custa de fadigas nossas lhes transmittimos: e como no meio mesmo da geral corrupção, nunca deixa de apparecer algum coração nobre e generoso, convém que não pereçam no abysmo do esquecimento estas virtudes peregrinas, que tanto edificam, e que são os mais preciosos dons que a providencia outorga aos homens. Por isso tomo sobre mim escrever a historia da rebelliao da província do Maranhão, a qual manifestou-se em Dezembro de 1838, posto que suas causas Moraes tenham anterior data (MAGALHÃES, 1848: 265).

Como se pode deprender, escrever a história desses fatos recentes é preservar um legado que não é apenas da geração que os viveu, mas também da precedente. A noção de *dever* se torna um imperativo. Ele não é apenas moral, mas também político e social. Além disso, é necessário acrescentar um outro elemento, o da imparcialidade, pois esse tipo de narrativa só pode se tornar uma *herança* se atingir esse objetivo. Magalhães afirma, talvez com esse intuito, que sua escolha é fazer história e não lisonjear paixões. Aqui ele manifesta de forma bastante consciente as repercussões negativas que seu trabalho poderá receber devido, justamente, ao seu tema: “tratando eu de contemporâneos, já espero que alguém se dê por muito aggravado, mas ahi vão os factos e os documentos para juizes imparciaes, e sobra-me a consolação de não faltar a verdade, sem aggravar muitas culpas” (MAGALHÃES, 1848: 266).

Ou seja, apesar das restrições que espera sofrer, o autor pensa que seu trabalho alcançou o mérito da posteridade, pois ele se serve dos procedimentos teórico-metodológicos proferidos por seus pares para dar forma à sua narrativa. O cuidado com os documentos, a citação dos mesmos, bem como o uso do seu testemunho, uma vez que muitas das cenas narradas foram presenciadas por ele, garantiriam, ainda, a imparcialidade necessária ao ofício. Por outro lado, o IHGB não esconde o fato de discordar de algumas partes do trabalho de Magalhães, embora omita que partes sejam essas. O que se pode inferir é que provavelmente essas discordâncias se deem no plano político, pois em diversas partes dessa narrativa o poeta utiliza um tom acusativo em relação aos procedimentos adotados pela Coroa, ao mesmo tempo em que denuncia a corrupção

de todo o sistema administrativo e político do Império. Tais atitudes certamente não deveriam agradar aos políticos brasileiros, mas, pese esses problemas, o trabalho foi publicado e premiado.

Assim, o que parte desses homens de letras do Oitocentos faziam era tentar criar uma história para a sua nação onde o espaço para a divergência pudesse ser controlado. As histórias do tempo presente, nesse sentido, eram permitidas na medida em que não oferecessem perigo para a memória que vinha sendo forjada, como no caso do trabalho do Magalhães. Esse grupo parecia ter consciência da implicação de suas escolhas, como, por exemplo, dar prioridade ao passado colonial e não aos acontecimentos do Império, ao mesmo tempo em que privilegiavam uma espécie de resgate do passado através da memória.

Portanto, realizar esse trabalho historiográfico é reconhecer a historicidade do ato da escrita e poder afirmar, conforme sugere Manoel Salgado, que é a partir desse reconhecimento que podemos entender a escrita como resultado de “disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas travadas nas sociedades para dar significado ao mundo” (GUIMARÃES, 2003: 23). Aqui, trata-se, especialmente de questionar o lugar que essa história do tempo presente ocupou, pois me parece que apenas as questões políticas não são suficientes para a explicação da rejeição desse tipo de escrita sofreu, ainda mais quando o próprio monarca parecia interessado em apoiá-la.

A história, portanto, naquele período, se bem que ainda muito marcada pelo *toposi mestra da vida*, vai aos poucos se modificando. É a própria noção que adquire uma nova dimensão, como nos apresenta Koselleck (2004) no verbete *história/História*. Mesmo que permaneça ligada a definição ciceroniana que a coloca como luz da verdade, mestra da vida, narradora de todas as coisas que se passaram, o seu relato não será mais apenas cronológico. Uma dimensão mais reflexiva da ação humana se impõe ao ofício do historiador: a história como uma “especie de categoría transcendental que apuntaba a la condición de posibilidad de las historias” (KOSELLECK, 2004: 45).

Este novo conceito, definido pelo historiador alemão como *coletivo singular*, ou seja, a história não mais como conjunto variado de relatos particulares, mas como agente organizador, objeto de si mesma, nos mostra que são as experiências desses homens de letras que permitem que se alargue um horizonte de expectativa, onde a história, se bem que exerça ainda uma função bastante pedagógica, já dá sinais de mudanças nas relações entre passado, presente e futuro, com

as quais esses estudiosos precisavam lidar. A tarefa que o IHGB se impunha, segundo Cezar (2004b), estava bastante ligada a ideia de tornar clara a história que já existia, unificando assim a nação brasileira através de um passado comum e não apenas através de um idioma, o que exigia várias manobras por parte desse grupo, a fim de garantir um discurso homogêneo acerca do passado.

Dessa maneira, o trabalho de Magalhães, ainda que destoe desse cenário mais geral, onde o passado impera, merece ser lido como uma tentativa de contribuir com a história que vinha sendo produzida por esses letrados, uma vez que seu autor, em alguns sentidos subvertendo o regime de historicidade da história *magistra*, acaba por demonstrar como as imposições do presente tendiam a alterar, ainda que subliminarmente uma regra já estabelecida. É um pouco o que nos mostra F. Hartog (2003) quando fala justamente de sua noção de regimes de historicidades, mostrando que esses regimes não são estáticos no tempo, mas interagem com as diferentes temporalidades, adquirindo uma qualidade temporal própria, como parece ser o caso desse autor. Por isso, “Diferentes tempos e períodos de experiências, passíveis de alternância, tomaram o lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplo” (KOSELLECK, 2006: 47). É o que parece ter acontecido ao longo do século XIX, quando pensamos o estatuto dessa história do tempo presente, tão malograda, mas que emerge, talvez como uma forma de mostrar que mesmo o passado sendo o objeto por excelência da preocupação histórica do período, o presente também ocupa um espaço importante nesse cenário, como um elemento que auxilia a pensar como essa noção de história foi sendo construída, e não apenas como uma interdição política imposta por um grupo de letrados.

Referências Bibliográficas:

- ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, volume 2, 1997.

CEZAR, Temístocles. "Presentismo, Memória e Poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista". In: PESAVENTO, Sandra J. *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2004c.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a Escrita da História, Historiografia e Nação no Brasil do Século XIX. *Revista Diálogos*, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, v.8, n.1, 2004, pp.11-29.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: Sandra Pesavento. (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003, p. 9-24.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, pp. 5-27.

HARTOG, François. *Régimes d'historicité*. Présentisme et expérience du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

JANCSÓ, István. Independência, Independências. In: *Independência: História e Historiografia*. Jancsó, I. (org.) Coleção Estudos Históricos n. 60. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005, pp. 11-934.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1994.

MAGALHÃES, Domingos José de Gonçalves de. Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840. In: *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, 1848, pp.34-362.

Varíola e Vacina Antivariólica na Província de Minas Gerais no Século XIX – Análise da documentação à luz da historiografia

Ana Carolina Rezende Fonseca*

Eliza Teixeira de Toledo*

A historiografia voltada para o estudo das doenças teve nos últimos anos uma sensível expansão. Seu objeto extrapola o aspecto biológico, abrangendo as reações da sociedade ante as enfermidades. Esse novo impulso historiográfico procura compreendê-las em seu contexto social, político, econômico, além de buscar analisar também a perspectiva dos próprios doentes.

O estudo das doenças aborda as enfermidades crônicas, endêmicas e epidêmicas. As de caráter epidêmico estão profundamente marcadas pela questão social, pois têm como características principais o grande número de vítimas, o curto tempo de duração, o isolamento dos doentes e a geração de um forte impacto sobre a sociedade (SILVEIRA & NASCIMENTO In: NASCIMENTO & CARVALHO, 2004: 13). Entre as doenças que se manifestavam de forma epidêmica, a varíola é uma das que mais abalavam a sociedade, castigando oriente e ocidente desde a Antiguidade até a sua erradicação no século XX. (FERNADES In: NASCIMENTO & CARVALHO, 2004: 211). Vários estudos estão voltados para a análise dessa trajetória na história humana e para as diversas formas de prevenção e combate a esse mal. Sintetizando o longo percurso da doença, a historiografia mostra que ela é conhecida desde épocas muito remotas. Os estudiosos também apontam que se desenvolveram em diversas culturas, formas de inoculação do material proveniente das pústulas de pessoas doentes em pessoas sãs, como forma de proteção contra a doença, procedimento conhecido como variolização. Essa aplicação poderia ser fruto das tradições da medicina popular e de rituais, visto que o caráter mágico e religioso fazia parte das práticas médicas. (CHALHOUB, 1996: 102)

Segundo Tania Maria Fernandes a vacina surgiu no final do século XVIII, a partir da observação de pessoas que ordenhavam vacas e que adquiriam proteção contra a doença. O

Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista de Iniciação Científica pela Fapemig.

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista de Iniciação Científica pela Fapemig.

médico inglês Edward Jenner passou a inocular em pessoas sãs o líquido proveniente das pústulas de vacas acometidas pela varíola bovina – o *cowpox*. A aplicação do produto, então denominado vacina, causava erupções brandas, semelhantes às da varíola, mas protegia contra a doença humana. (FERNANDES, 1999: 17)

No Brasil, a varíola é conhecida desde os tempos da Colônia, quando alguns casos oriundos da Europa surgiram em cidades do litoral. Para a historiografia das doenças a varíola é o grande estigma do século XIX, aterrorizando populações, excluindo os doentes e marginalizando os que se curavam – que na maioria das vezes carregavam as terríveis marcas da doença espalhadas pelo corpo.

A maior parte dos estudos realizados sobre a varíola está focado na cidade do Rio de Janeiro, como nos trabalhos de Sidney Chalhoub¹ e Tania Maria Fernandes². Por ser capital, o Rio favorecia a concentração de diversos serviços, agrupando parte das ações e instituições de saúde surgidas a partir da chegada da Corte. Apesar dessa concentração as condições de vida e de saúde continuaram precárias e as províncias enfrentavam problemas ainda maiores.

Mesmo com as dificuldades encontradas nas demais províncias, a historiografia sobre a varíola e a vacina praticamente não contempla as diversas experiências regionais, como é caso de Minas Gerais, onde apenas um trabalho – que busca analisar os comissários vacinadores e a circulação da vacina³ – foi localizado. Esta ausência choca-se com a riqueza de dados presentes na documentação provincial que revela surtos frequentes da moléstia durante todo o século XIX.

Doença de caráter infeccioso a varíola não se circunscrevia somente ao doente, afetava toda a sociedade e o principal traço desse desarranjo social era o terror que se abatia sobre a população ao menor sinal de uma epidemia. Esse temor foi constantemente relatado pelas autoridades administrativas. Diversas medidas eram tomadas para “tirar do povo o pânico diante da doença.” (Câmara Municipal do Piranga ao presidente da província, 1871), que provocava muitas vezes a fuga da população de alguns povoados. Caso o pânico dominasse a população o impacto da doença poderia tornar-se cada vez pior, pois além dos doentes e das

¹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

² FERNANDES, Tania Maria. *Vacina Antivariolica: ciência, técnica e o poder dos homens – 1808 -1820*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

³ DUTRA, Bianca Pataro. *Comissários vacinadores e a circulação da vacina antivariolica na província de Minas Gerais: 1846-1886*. Mariana: UFOP, 2003 (monografia de bacharelado).

possíveis vítimas, o medo da enfermidade e da morte poderiam levar ao abandono dos cuidados com os enfermos e mesmo à problemas com o fluxo comercial, gerando uma crise de abastecimento e consequente carestia. É o que mostra o ofício enviado em 1855 ao vacinador geral da província pelo comissário vacinador de Paracatu, Dr. João Pedro de Mello, que temia pelas “incalculáveis desgraças” que castigavam a população, afirmando que essas:

“serão aumentadas pela carestia, ou falta absoluta de viveres, por que os fornecedores dos Municípios vizinhos, e dos pontos longínquos do termo, aterrados procurarão outro destino para os seus gêneros.” (APM, Fundo: Secretaria do Governo Provincial, SP 574, documento 86. 1855)

Segundo Tania Fernandes, a partir da chegada da Corte ao Brasil em 1808, com seus anseios de promover medidas que enquadrassem o país no modelo de civilização e modernidade europeus, ganham destaque a implementação de medidas e ações que visavam a melhoria da saúde pública, dentre as quais destacam-se a criação de instituições como a Junta Vacínica da Corte em 1811. A criação da Junta seguiu a tendência européia de preocupação com a vacinação, legitimada como símbolo da ciência e de seus progressos. Esse órgão era responsável pela vacinação contra a varíola no Rio de Janeiro, por importar a linfa vacínica da Europa e distribuí-la para as províncias. A Junta buscava ainda promover a institucionalização de um trabalho regular de mapeamento das ações referentes à vacinação nas províncias, sendo por ela colhidas as informações que eram posteriormente encaminhadas ao Ministério de Negócios do Império. (FERNANDES, 1999: 31, 83)

As atribuições da Junta Vacínica no âmbito provincial eram norteadas pela lei de 30 de agosto de 1828⁴ que extinguiu os cargos de provedor-mor da saúde, físico-mor e cirurgião-mor e incumbia as câmaras municipais das atribuições relativas à saúde pública, como a fiscalização de boticas ou “lojas de drogas”, de gêneros alimentícios e do serviço de vacinação.

A documentação relativa à província de Minas Gerais, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM), revela um amplo conjunto de documentos (ofícios da Secretaria do Governo, das Câmaras, relatórios, mapas de vacinação e memórias) que não apenas

⁴ Lei imperial de 30 de agosto de 1828, que em seu 1º artigo afirma que “Fica abolido o lugar do Provedor-mor da Saúde; e pertencendo às Câmaras [*municipais*] respectivas a inspeção sobre a saúde pública, como antes da criação do dito lugar”.

manifestam as decisões do governo imperial e provincial relacionadas à doença, como também informações diversas relativas às dificuldades encontradas para manter o serviço de vacinação nas diferentes regiões da província. Essa gama de documentos aponta para a semelhança entre os problemas relacionados à varíola em Minas e aqueles indicados pela historiografia para o Rio de Janeiro.

Na documentação referente ao serviço de vacinação em Minas Gerais encontramos os mapas enviados pelo comissário vacinador provincial ao presidente da província, mapas esses que compilavam informações solicitadas às câmaras municipais, que indicavam as dificuldades encontradas nos municípios e também coletavam informações referentes à vacinação. Em ofício enviado ao presidente da província no ano de 1843, o comissário vacinador provincial Bernardo Antônio Monteiro prestando as ditas informações, escreve:

Havendo de continuar no presente ano a remeter para as mesmas Câmaras o humor vacínico é mister que V. S.^a se digne mandá-lo requisitar da Instituição Vacínica da Corte; pois aqui já custa a obtê-lo em quantidade suficiente pela pouca concorrência dos vacinados: bom seria se receber aqui ao menos trimestralmente, e em quantidade suficiente para se fazer a distribuição. (APM, Fundo Presidência da Província, PP 1/26, CX 01, documento 61, 1843)

O texto atenta para um problema recorrente em relação à vacinação: a falta de retorno dos vacinados para que fosse colhido o pus vacínico, dando origem a nova linfa vacínica. Essa era uma grande dificuldade para a continuidade da vacinação que dependia do retorno do vacinado, afinal a vacina humana era propagada braço a braço. O método de propagação segundo Sidney Chalhoub, consistia na inoculação da vacina animal (*cowpox*) num certo número de indivíduos. Oito ou nove dias após essa inoculação, era extraído pus de pústulas que surgiam na pele do vacinado, que era então aplicado no braço de outros indivíduos também através de uma incisão – dando origem à vacina *humanizada*. (CHALHOUB, 1996: 107). Diante de tal método, como mostra a historiografia e a documentação, a adesão da população à vacina era muito baixa, e menor ainda ao retorno.

O mesmo autor mostra o baixo índice de vacinados e dentre eles os que retornavam para a retirada do pus na cidade do Rio de Janeiro. Ele aponta como possíveis causas do baixo

índice de retorno a repugnância da população pela vacina, a pressão das autoridades policiais para que os que se vacinassem voltassem para a extração do pus – que significava para a população o controle e a vigilância de suas vidas por parte do governo – e o próprio processo de extração, supostamente doloroso. A continuidade da vacinação dependia essencialmente do retorno, visto que não era produzida no Brasil a vacina animal (*cowpox*). (CHALHOUB, 1996: 121, 112-114)

Em mapa da vacinação em Minas Gerais do primeiro semestre de 1857, o comissário vacinador Bernardo Antônio Monteiro transmitiu dados dos municípios de Ouro Preto, Itabira e São João Del Rey referentes à vacinação. Informa que em Itabira dos quatro vacinados nenhum retornou para ser observado; em São João Del Rey também foram inoculadas apenas quatro pessoas e, como em Itabira, nenhum vacinado foi posteriormente observado. (APM, Fundo: Secretaria do Governo Provincial, SP 657, documento 470, 1857)

Outra dificuldade para a propagação da vacina era a degeneração da linfa vacínica, que era importada da Europa e sofria com condições ruins de transporte até o Brasil e posteriormente pelo interior do país. (CHALHOUB, 1996: pág. 118). Em ofício de 1871 o vereador do município de Esperança, Zeferino José de Mesquita, escreve ao comissário vacinador da província, Dr. Domingos Eugênio Nogueira, informando que a cidade sofria há 3 meses com as bexigas, que o pus ministrado antes do aparecimento do mal, “por estar velho”, não deu resultado e que nos casos em que apareceram pústulas estas não tinham pus. Afirma ainda o comissário que alguns dos que as apresentavam “tem sido afetados do mal”. (APM, Fundo Presidência da Província, PP1/26, CX 03, documento 5.6⁵)

O medo de adquirir a doença em sua forma maligna era também uma preocupação constante entre a população, como vimos no relato do comissário de Esperança, não de todo infundada. O comissário vacinador de Quilombo, relata também ao Dr. Domingos Eugênio Nogueira, em 1872 que nenhuma pessoa da paróquia havia sido vacinada até então, que alguns não queriam a vacina e que outros diziam que “se pode transmitir” a doença. Informa ainda que o governo procurava mostrar o erro em que incorriam os que não aceitavam o preventivo, e que alguns cidadãos afirmavam que apenas o aceitariam quando o mal aparecesse. (APM, Fundo Presidência da Província, PP1/26, CX 03, documento 7, 1872). Tamanha aversão ao preventivo pode ser entendida pelo fato que a vacina provocava a manifestação da doença, ainda que de forma branda. Além disso, outras doenças poderiam

⁵ Numeração não oficial.

ser transmitidas com a vacinação, o que contribuía com essa aversão. Segundo Tânia Fernandes a tuberculose, a erisipela e a sífilis estavam entre elas, sendo a preocupação com essa última um dos motivos para que a vacina caísse em desuso. (FERNANDES, 1999: 20). Essa identificação entre a vacina e a doença é percebida também nas outras províncias do Império, e segundo a historiografia contribui para que possamos traçar alguns aspectos das concepções em torno da saúde e da doença presentes entre a população daquele período.

O Barão de Lavradio, que ocupou os cargos de presidente da Junta de Higiene e inspetor geral do Instituto Vacínico, escreveu em 1880 no seu relatório de trabalho que:

Os serviços de vacinação tem sido resultado de um modo pouco proficuo, como sucede sempre entre nós, por causas numerosas, entre as quais sobressaem, de um lado, a indiferença com que nossa população olha para os efeitos de sua aplicação e só buscando o auxílio que lhe oferece para livra-la do terrível flagelo da varíola ao surgir alguma epidemia devastadora; de outro lado os preceitos que atuam no espírito dos habitantes do interior de todas as províncias, encarando-a como meio de transmissão e desenvolvimento da varíola. (BARBOSA,1908: 427, In FERNANDES, 1999: 38)

Outro aspecto revelado pela documentação é que a população, autoridades e agentes responsáveis pela vacinação procuravam pela vacina em momentos críticos, quando o risco de contágio das bexigas estava próximo ou, muitas vezes, já instalado em meio à sociedade. Em Capela Nova das Dores, como em tantos outros municípios mineiros nesse período, vê-se clamaramente a preocupação com o recebimento de vacinas quando os municípios vizinhos sofrem com as bexigas. O comissário vacinador paroquial Antonio Candido da Silva escreve em 1874 que a varíola grassa nos “lugares circunvizinhos”, e que “já se conta um ou outro caso de morte”. Diante disso informa estar “começando espalhar entre o povo o terror” e solicita lâminas de pus para a vacinação. (APM, Fundo Presidência da Província, PP1/26, CX 04, documento 42, 1874)

O comissário vacinador provincial Bernardo Antonio Monteiro, escreve em 1857 ao presidente da província, Conselheiro Herculano Ferreira Pena, informando que a vacinação em Minas “vai progredindo lentamente porque [*as pessoas*] só se lembram, que há este eficaz preservativo, quando as bexigas naturais se apresentam; sendo então a ocasião menos própria

para se praticar a vacinação”.(APM, Fundo: Secretaria do Governo Provincial, SP 657, documento 77, 1857)

Na grande epidemia de varíola que acometeu Fortaleza em 1878, o médico Rodolfo Teófilo escreve sobre as tentativas de contenção da doença que se alastrava matando grande parte da população – conta que apenas no dia 10 de dezembro o cemitério de Lagoa Funda recebia mil e quatro cadáveres de variolosos. O autor narra as tentativas de vacinação promovidas pelo governo quando a epidemia já havia feito grandes estragos, e afirma que: “Em começo ainda a vacinação teria embargado a marcha da varíola mas, agora não havia medida profilática que desse resultado”. (THEÓPHILO, 1997: 31)

Outro fator de dificuldade no serviço de vacinação que se pretendia implantar era a falta de profissionais encarregados desse ofício. Tratando do serviço no Rio de Janeiro, Chalhoub ressalta o pequeno número de vacinadores na capital do Império e sobre o pouco empenho dos comissários municipais, observando que os mesmos não eram remunerados pelo cargo. (CHALHOUB, 1996: 122-123).

Na província mineira não era diferente, o comissário vacinador provincial Bernardo Antônio Monteiro escreve ao presidente da província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, em 1855 que “A vacinação na província não se encontra muito generalizada como se deixa ver dos mapas que em todos os semestres entrego na secretaria” e sugere que sejam nomeados os comissários municipais que faltavam para que fosse dado impulso e regularidade à vacinação. (APM, Fundo: Secretaria do Governo Provincial, SP 574, documento 4, 1855)

Como aponta o comissário vacinador provincial Bernardo Antonio Monteiro, a falta de comissários vacinadores na província era recorrente. Dois anos mais tarde, ele escreve ao então presidente da província, Conselheiro Herculano Ferreira Pena, informando que havia na província apenas 8 comissários municipais, “devendo ser tantos quantos são os Municípios”, e 40 paroquiais, “devendo ser tantos quantos são as freguesias”. (APM, Fundo Secretaria do Governo Provincial, SP 657, documento 77, 1857)

Além disso, vários dos comissários vacinadores não eram formados, sendo muitos deles práticos ou “curiosos”, considerados aptos para o cargo e para ele nomeados. Assim, a falta de técnica com relação à vacina pode ser também percebida como um dos motivos que geravam o temor da população com relação à vacinação. Isso fica explícito em trechos como

o do ofício do comissário vacinador de Capela Nova das Dores, já citado, que ao solicitar a vacina em 1874 aceita também “de bom grado toda e qualquer explicação que V.S. [*o comissário vacinador provincial*] julgar necessária para o desempenho de minha missão”.

Outro empecilho para a vacinação era a dispersão da população pela zona rural e os pequenos povoados, o que obrigava os comissários a percorrerem algumas vezes longas distâncias e sem qualquer subsídio. Isso resultava em vários pedidos de exoneração de vacinadores mineiros, como o de Leopoldina, que justificando o abandono de seu “honroso cargo” narra as dificuldades de vacinar ao comissário vacinador provincial. Segundo seu informe, o comissário de Leopoldina havia se deslocado três léguas para ir a um distrito vacinar e que, lá chegando, marcou lugar para que toda população fosse vacinar, mas que, com exceção da “classe civilizada”, ninguém procurava a vacina. Tal situação obrigou-o a bater de porta em porta na tentativa de cumprir a sua atribuição, porém afirmava que o povo não consentia e que as “mães escondiam as filhas debaixo da cama e pelos vassarais” (APM, Fundo: Presidência da Província, PP1/26, CX 02, documento 14.39, 1873)

As medidas e as ações das instituições criadas durante o século XIX – Junta Vacínica (1811), Instituto Vacínico do Império (1846), Junta de Higiene Pública (1850), Inspetoria Geral de Higiene (1886) – objetivavam a melhoria da saúde pública em especial o combate as epidemias, tendo as de varíola como grande alvo, atuando contra ela principalmente através da vacinação. As ações que visavam a implantação da vacina, propostas pelos institutos enfrentavam grandes dificuldades, para que tivessem uma implementação eficiente, o que limitava fortemente o alcance e eficácia dessas.

Como vimos, a província era totalmente dependente da Corte para o envio de linfa vacínica que, muitas vezes, não era remetida com regularidade passando por longos caminhos e intempéries até chegar ao seu destino. Essa linfa chegava constantemente inutilizável às mãos dos comissários municipais e paroquiais, que além de escassos, se mostravam na maioria das vezes despreparados. Além disso, em muitas freguesias, com vimos, não havia comissários paroquiais, o que dificultava ainda mais a propagação da vacina pelos comissários municipais, que tinham que se transportar para os distritos no intuito de cumprir sua tarefa.

Os problemas que se expressavam através da falta de vacinadores, da falta de linfa, da linfa que não produzia o efeito esperado, pelo medo e recusa da população em vacinar-se e da

procura apenas quando a epidemia atacava a região, inviabilizaram o efetivo combate a doença e eficiência das medidas preventivas. A maciça procura pela vacina após o surgimento da doença reflete em uma orientação para o restabelecimento das condições sanitárias anteriores a epidemia do que uma efetiva prevenção ao mal⁶. Podemos compreender essa orientação como uma tentativa de remediar o mal já instalado do que tentar prevenir para que o mesmo não se instale. Os obstáculos decorrentes da falta e degeneração da linfa foram em parte solucionados pela produção da vacina animal no Brasil – a primeira vacina produzida com sucesso foi em 1887 pelo Dr. Pedro Afonso, no Rio de Janeiro. (FERNANDES, 1999).

Ressaltando a atenção que era dispensada às tentativas de implantação e o aumento do alcance da vacinação, concluímos que ela era a principal ação tomada no âmbito de uma tentativa de organização da saúde pública e assistência, apesar dessa organização ainda estar distante de uma efetiva política sanitária. A distância entre a pretensão da implementação dessa política e sua efetivação foi analisada ao longo desse trabalho, onde buscamos compreender como ocorreram as primeiras iniciativas de institucionalização das práticas voltadas para a saúde pública, focando aqui a vacinação na província de Minas Gerais. Essa análise nos permitiu refletir sobre as atuais políticas relacionadas com a saúde pública e também sobre o posicionamento da população diante delas, principalmente sobre o comportamento relativo às campanhas de vacinação.

Se atualmente essas campanhas são amplamente aceitas pelo povo, percebemos com esse estudo que a relação entre a população e as medidas promovidas pelo Estado com base em um discurso médico oficial é mutável, sendo uma relação historicamente construída, permeada de desconfiança com relação a um método que a própria ciência ainda não conhecia profundamente. O entendimento sobre a varíola no XIX se mantinha restrito por parte dos doutores que difundiam a vacinação, mas que não compreendiam intimamente o processo da doença e da vacina no organismo humano e mesmo o seu agente patológico. A população, desconhecendo esses processos, muitas vezes não aderiu a um tratamento que lhe transmitiria a própria doença (mesmo que de forma branda). Essa não adesão à vacina contrasta com os constantes ataques da enfermidade aos moradores da província mineira, ataques de consequências funestas que instauravam grande temor em meio ao povo.

⁶ SILVEIRA, Anny J. T. & MARQUES, Rita de C. A saúde e o estado na província de Minas. No Prelo P. 16.

É nesse período, no entanto, que o caminho em direção a extinção do mal das bexigas nas províncias brasileiras estava sendo trilhado, mesmo que de maneira tortuosa. Não podemos entender a história do seu combate no século XX sem nos voltarmos para esse momento, onde emerge a preocupação em âmbito imperial, provincial e municipal com a luta antivariólica, que nos atenta de maneira mais ampla, para a importância do estudo das doenças como um meio para o entendimento da sociedade.

Bibliografia:

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUTRA, Bianca Pataro. *Comissários vacinadores e a circulação da vacina antivariólica na província de Minas Gerais: 1846-1886*. Mariana: UFOP, 2003 (monografia de bacharelado).

FERNADES, Tania Maria. *Vacina Antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens – 1808 -1820*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A Arte de Curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (orgs). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo15, 2004.

SILVEIRA, Anny J. T. & MARQUES, Rita de C. *A saúde e o estado na província de Minas*. No Prelo.

THEÓPHILO, Rodolpho. *Variola e vacinação no Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

Inova-se ou Arrisca-se?: ‘linguistic turn’ e o ofício do historiador

Elton John da Silva Farias¹

Este artigo é fruto de uma experiência de vida singular. Não que os demais trabalhos não sejam ou não tenham sua relevância devida, mas este em especial teve uma importância decisiva em minha trajetória acadêmica. Posso considerá-lo um divisor de águas naquilo que se pode chamar de meu próprio *agenciamento coletivo de enunciação*, no tocante ao meu auto-construir e às dizibilidades sociais que circulam desenfreadamente acerca de meu ser em si no ambiente acadêmico, em especial na Universidade Federal de Campina Grande.

Tudo isso se deu entorno de uma seleção para bolsista Reuni de Assistência ao Ensino CAPES proposta pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação em conjunto com a Unidade Acadêmica de História e Geografia daquela instituição. Na oportunidade, era proposta à turma 2009 do mestrado em História a realização de uma prova escrita sobre o tema *Narratologia e História: a perspectiva da “linguistic turn” (viragem lingüística) entre prós e contras* para que um dos candidatos, aprovado, assumisse uma monitoria Reuni na disciplina de Teoria da História da graduação daquele curso.

Sendo assim, seduzido pela oferta e empenhado na conquista de seu resultado, tratei logo de realizar uma leitura calma e cuidadosa da bibliografia indicada de modo que eu pudesse me preparar para o desafio que estaria por vir. Com certeza, amigos se transformaram em candidatos fortes; a disputa, marcada para uma quinta-feira 09 de Abril de 2009, veio a ser adiada para uma manhã de segunda-feira, dia 13 do mesmo mês. Manhã tensa devo dizer. Afinal, não é todo dia que nos deparamos com tal oportunidade. Entre as oito da manhã até o meio-dia tínhamos que discutir vários pontos de reflexão acerca da viragem lingüística proposta na década de 1970, avaliando sua contribuição para a escrita acadêmica da História e seus diversos impactos na historiografia contemporânea. “Prós e contras” de uma perspectiva como essa pareciam soar como balas de canhão em uma guerra na qual não há vencedores ou vencidos e que, ao que parece, salientando a pretensão dessa metáfora ingênua, deixa poucos mortos, muitos feridos e uma infinidade de indecisos...

A partir daí iríamos traçar os primeiros rabiscos de nossa resposta não muito bem articulada, mas criativa, que atribui sentido a esse texto. De antemão, o leitor terá acesso à

¹ Bacharel em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Mestrando em História pela mesma instituição. Bolsista Reuni de Assistência ao Ensino financiado pela CAPES.

escrita original, produzida em sala de aula, acrescida de certas modificações e alguns excertos póstumos, incluindo citações diretas à bibliografia indicada, coisa que é praticamente impossível de acontecer em uma prova escrita sem nenhuma consulta.

A 'linguistic turn' re-escrita em um dia (in)tenso

Discussão pertence ao remes cronológicos da segunda metade do século XX, evidenciada por sua vontade de “desmistificar” o caráter cientificista da disciplina História, a ‘linguistic turn’ põe em questão os principais parâmetros que identificavam (ou queriam fazê-lo) certas regras e (im)possibilidades do ofício historiográfico. Sua ênfase se direciona à interrogação da própria prática do historiador: assim, nesse ensejo, enredo (escrita) e verdade não seriam tão fraternos entre si e não garantiriam a objetividade do ato de observação documental, como almejavam os positivistas, nem a quantificação de dados empíricos, tal qual o desejo de grande parte dos historiadores quantitativos e/ou seriais. Narrar, para além do simples ato de constatar, em História, seria confabular, construir um devir de especulações verossimilhantes (DOSSE, 2003).

O historiador seria um amálgama entre um *curioso empolgado*, ávido pela descoberta de novas sensibilidades, de práticas distantes das suas, exóticas, tão desconhecidas que mais parecem eróticas inventadas, e um *cientista disciplinado*, capacitado, pronto para ir ao laboratório da História, utilizando-se de seus mecanismos, aplicando suas teorias prediletas e experimentando seus instrumentos de análise nas cobaias mortas e putrefatas da documentação, seja ela em papel, oral ou visual, até que se encontre uma maneira “mais satisfatória” de encarar tais cobaias. Se estas podem ser vistas como os objetos de pesquisa do historiador, a competência deste seria a de fazer com que suas conclusões acerca da análise especializada (ou de sua “operação historiográfica”) se tornem convincentes, aceitas e aplaudidas por boa parte da comunidade que o rodeia, dos “pares” que o legitimam.

Ele também teria a capacidade, como ser pensante e ser de subjetividade, de moldar seu próprio discurso, de internalizar, na sua escrita, a exterioridade de um evento histórico. A experiência social, como fotografia mal guardada e debilitada pela ação do tempo, seria manuseada pela escrita do historiador, aquele que agiria como um zeloso colecionador, interessado em preservar o que sobrou daquela imagem, mesmo sabendo que nunca mais poderá ver a foto “tal qual ela foi tirada”.

Essa seria, em parâmetros conceituais e narrativos, a perspectiva de Hayden White. Considerado por muitos como o principal divulgador das idéias de ‘linguistic turn’ nos campos da historiografia, White tentou mostrar como o ofício do historiador, no tocante à narrativa, em nada (ou quase nada) se diferenciava da prática literária. Como um romancista apaixonado por seu tema, escrevendo inspirado pelo jogo de palavras do momento, o historiador mostra-se a si mesmo em seus escritos, realiza suas atividades de pesquisa recorrendo ao passado não apenas para conhecer o que se procedeu neste, mas para vivenciar as próprias indefinições de seu “presente”, praticar suas artimanhas, inflar sua vontade de ganhar destaque nas mais altas torres do castelo historiográfico; fazendo uso de documentos que falam da vida dos outros, ele conta a sua, ele se exhibe, quer reconhecimento, espera por aplausos, arriscando cair em um limbo desolado e sem perspectiva de resiliência ou conquistando o prestígio de seguidores ensandecidos.

Assim, para o pesquisador, contar algo do passado como desculpa para significar sua própria vivência é traçar uma série de escolhas de caráter narrativo, delimitando quais as perspectivas epistemológicas que o agradam, pensando e fabricando as estruturas de seu enredo como alguém que dialoga com idéias pré-existentes, utilizando-as à sua mimada vontade, transformando-as, relativizando-as, dando-as novas roupagens, sentidos outros que partem dessa relação entre a subjetividade de um modelo ou de um conceito e a possibilidade de subjetivação criativa do autor. Liberdade de dissertar e o compromisso com a existência lingüística dos eventos seriam a dialética que estaria na ordem do dia para os historiadores; o que, para White, já na década de 1970, a partir da obra a *Meta-História*, parecia estar.

Mas isso nem foi e ainda não é bem aceito pela comunidade de historiadores; a controvérsia foi enorme. Muitos adeptos é bem certo, mas uma imensidão de discordantes. Um grande debate se configurou acerca de como o historiador deveria se portar diante de seus temas, de seus objetos de pesquisa. Houve uma crise de paradigmas. Historiadores sociais clássicos (louvados por seus modelos e estruturas) tiveram que repensar suas maneiras de olhar para o objeto de seus ensejos historiográficos; as mentalidades também foram resignificadas; a história quantitativa, e seus dados, eram postos em questão.

O primeiro combate direto a essas perspectivas talvez tenha vindo do interior da francesa *Escola dos Annales*. Ao elaborar uma ferrenha crítica às pesquisas de caráter quantitativo que especulavam acerca do “terceiro nível” da sociedade (a cultura) a partir de números frios e dados estatísticos que tentavam, ousando, medir as práticas cotidianas e os

costumes mais comuns de determinada localidade, entre outras coisas, Philippe Ariès, em célebre trabalho acerca de alguns dos principais modos ocidentais de lidar com a morte, volta a defender a utilização das mentalidades enquanto parâmetro para o ponto de partida da análise historiográfica dos assim chamados produtos culturais, ou seja, a investigação do que se diz acerca de um determinado imaginário coletivo de um lugar específico ou de uma cultura qualquer em certo recorte temporal.

No entanto, e primando pela necessidade de consistência, gostaríamos de lembrar que foi a investida de Hayden White e Paul Veyne (este último em *Como Se Escreve a História*) que causaram toda a emergência dos debates e da polêmica que se pôs entre os que se consideram (ou são considerados) *realistas* e os que são entendidos como *nominalistas*. “Guerra Fria” de interesses díspares, o embate ideológico e epistemológico desses dois grupos parece configurar a principal divisão atual da historiografia: de um lado, aqueles que acreditariam na História enquanto *ciência do vivido*, com métodos rigorosos de pesquisa em arquivos setoriais, do princípio de realidade enquanto um afirmar da existência dos acontecimentos, da possibilidade de evidenciar os trâmites do dia-a-dia das pessoas com certa precisão, como rastros a serem seguidos que possam desvendar os passos indiciados pelas evidências deixadas pelos antepassados; e de outro, aqueles que entenderiam o discurso histórico enquanto um fabricar de dizeres e concepções que constroem significados interpretativos e inventivos do presente acerca de um pretérito qualquer, construindo um devir narrativo que crê na evidência do objeto histórico enquanto produto de certa vidência que “é construção de uma forma de ver, de uma visibilidade e de uma dizibilidade social e historicamente localizada” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 25). Estes, enquanto autores de certa quantidade de frases e argumentos que nunca almejam a precisão, aceitariam que há uma pluralidade constante de elaborações lógicas de sentido acerca de um objeto historiográfico, já que relatos narrativos feitos por um pesquisador, humano e limitado, seriam constituídos de “elementos retóricos e poéticos pelos quais o que seria uma lista de fatos é transformado em estória” (WHITE, 2006, p. 193).

Assim, tendo em mente avaliar prós e contras dessa segunda perspectiva, a partir da viragem lingüística, gostaríamos de perguntar se o percurso de Hayden White (e dos “nominalistas”) não seria relativista em demasia. O que representaria para o ofício do historiador se a ‘linguistic turn’ fosse tomada como o principal parâmetro de escrita

historiográfica? Uma inovação na episteme do ramo ou um risco para sua “existência”? Como lidar com isso?

Preferimos a posição, nesse debate, de Michel de Certeau e de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Talvez ela seja a mais cautelosa. Não propensa à dicotomia. Nem realista demais, nem nominalista ao extremo. Afinal, se o ofício do historiador pode ser considerado uma profissão, felizmente ou não, parece necessário que se aceitem certas regras, mesmo que elas sejam meras convenções. Não vemos condições de existir prática historiográfica sem a utilização de fontes, seja interrogando-as ou descrevendo-as, e o reconhecimento das formalidades que esse utilizar implica. Também não entenderíamos se um historiador não construísse sua narrativa (ou sua análise) sem a devida discussão conceitual, sem o diálogo com seus pares, sem dar o devido valor àqueles que propuseram modelos teóricos (ideológicos?) que facilitam nosso navegar pela construção argumentativa de um enredo. Afinal, mesmo com o rigor dos parâmetros, o que nós, enquanto escultores de Clio, podemos fazer é contar algo, dizer alguma coisa para os outros: para que essa nossa prática anedótica não seja tão anedótica como parece, nós precisamos fazer uso de escritos anteriores a nós mesmos (no caso, das fontes) para nos livrarmos do jargão da mentira, para que não sejamos taxados de gigolôs do saber; e, alhures, ainda acionarmos nossos referenciais teóricos para obtermos respaldo institucional, garantindo nossa posição no estreito espaço de nosso lugar social, a academia universitária, de “relações de força” por vezes frias como os ventos do ártico e outras efervescentes como o calor tropical.

Sendo assim, já denunciemos que a “viragem” de White não nos agrada tanto; ainda sim, também não achamos que se possa encontrar uma representação clara de um “real passado”, como diriam seus críticos.¹ Mas tenhamos cuidado: nem o fato como verdade, nem apenas a existência lingüística desse fato podem ser tomados como *establishments* diversos e distantes. Por que não considerar ambos? Por que não buscar o que de proveitoso há em cada um? Por que não, como no próprio encontro entre o que aconteceu e o que se diz que aconteceu, encontro que se finaliza na escrita, agirmos como mediadores de certas propostas teóricas, entendendo-as, interagindo com elas e delas tirando proveito? Por que, às vezes,

¹ Um dos mais expressivos foi, sem dúvida, Roger Chartier quando afirmava que Hayden White estaria equivocado, já que considera que “estabelecer a verdade referencial dos discursos históricos não é tarefa fácil, mas considerar a tentativa como vã e inútil é anular toda a possibilidade de atribuir uma qualquer especificidade à história, já que não lhe são próprias nem suas prefigurações tropológicas, nem mesmo o fato de que seu discurso é sobre o passado”. Cf. CHARTIER, Roger. “Figuras Retóricas e Representações Históricas”. In: *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora Universitária da UFRGS, 2002, p. 116.

lidamos com a História como se fossemos partidários fervorosos e intransigentes lidando com Política?

Isso não significa que sejamos imparciais ou mesmo muito relativistas. Mesmo que possamos nos sentir livres para embelezar nossa escrita, para torná-la leve, acessível e prazerosa para o outro, sem o rigor da exatidão, o dilema de estarmos comprometidos com o ato de dizermos algo que venha a ser tido como verdadeiro não nos deixa em paz, constitui a bola de ferro que está acorrentada à nossa perna. Ainda bem!

Outrossim, acreditamos que a realidade existe, que é vivida, experienciada, aproveitada. Só que ela chega aos olhos e às mãos do historiador como uma cinza do que foi. Como diria um grande colega de ofício, em conversa informal, como se estivesse em um grande incêndio, a memória destrói boa parte do que aconteceu e deixa para o historiador apenas uma possibilidade de ele entender o que se passou, entendendo assim a si mesmo, a partir do outro, do inusitado, o que “morreu” sem direito ao suplício.

Daí que a análise tropológica de Hayden White se fazer válida. Escrever, como um verbo de voz média, nem passiva, nem ativa, exige a capacidade do autor de desenvolver seu poder de convencimento, de mostrar seu carisma, de sua percepção da História como uma arte, experimentada com prazer, como o desejo de ver reconhecido um projeto de vida, espontânea em seus anseios, mas que, ao mesmo tempo, precisa de regras e normas para se disciplinar, para ser especializada, entendida, aceita. Seriedade e deleite se entrecruzam, amalgamam seus sentidos e deixam o texto (o enredo) mais rico. Nesse dilema, os quatro tropos da linguagem agem como categorias que refinam a pesquisa historiográfica: a *metáfora*, e seu jogo de similitude, garante ao texto o apelo de Dionísio, a beleza de não se acreditar em um sentido único e regimental para o discurso; a *metonímia* (em seus apelos de contigüidade) re-ordena o pensamento, pluraliza as concepções, mostra novas versões de algo visto como dado; a *sinédoque* (a parte de uma parte que quer representar um todo) garante ao sujeito sua atividade nas experiências humanas, na particularidade, no momentâneo; a *ironia*, por sua vez, permite ao autor deslegitimar convenções e se interrogar sobre os porquês de certas normas, certas coisas vistas como “normais” serem tidas como tal e ainda mostrar outro lado dos eventos, dos costumes. Nessa contribuição, Hayden White se faz importante.

Mas há quem diga, como Carlo Ginzburg, que esse relativismo é perigoso, que é cético. Mostrando, inclusive, que essa prática de narração se identifica como bela e romântica há pouco tempo. Ele tenta lembrar que a idéia de prova foi muito recorrente aos artifícios da

narrativa, principalmente até o Renascimento. “Provar”, explica ele, significaria acreditar no que foi escrito, senão como a verdade, mas como um indício dela; seria um ato de valorização para com aquilo que foi escrito pelos antepassados, uma espécie de “pacto” entre quem escreveu e quem vai ler e re-escrever (nesse caso, o historiador). É simplesmente dizer que coisas aconteceram e que não podem ser negadas, refutadas ou ignoradas. Mostrar, por convicção, que algo como o Holocausto existiu (ou pelo menos foi experimentado por pessoas) e que não pode ser descartado. Ginzburg também acredita que a “crueldade” de um acontecimento como esse não pode ser relativizada ou minimizada. Sendo assim, para ele, essa noção de que a narrativa histórica é tão ficcional quanto um romance é problemática, não podendo ser levada tão a sério, tendo em vista que sem a pesquisa arquivística (ou de qualquer que seja a sua natureza) não se faria possível alcançar com eficácia um trabalho sério e comprometido com as responsabilidades de um profissional como o historiador. Clamar por aquilo que ele chama de “interação recíproca” da empiria dos acontecimentos com o produto estético da narrativa seria o ato representativo desse ofício, que se encerra em um produto literário, sem perder de vista sua principal episteme metodológica: as fontes (ARANHA, 2004).

Gostaríamos de nos posicionar quanto a isso em rápido exemplo: a problemática da quantidade de vítimas da Peste Negra, em fins da Idade Média, por exemplo. Há quem acredite, como foi amplamente divulgado, que um terço (1/3) dos europeus tenham sucumbido à doença; há indícios (como diz o próprio conceito de Ginzburg) que esse número tenha sido bem menor e até que algumas regiões não tenham sido atingidas pela Peste; outros dizem que o 1/3 é um “mito”, inspirado pelo Apocalipse bíblico. Há possibilidades e não certezas. Mas isso não elimina o fato de a Peste Negra ter sido experimentada, vivida. O que muda são as maneiras de lidar com ela e as discursividades que se elaboram acerca de sua própria “existência” (DELORT, 1997).

A escrita de um objeto de pesquisa, em História, e se tomarmos esse exemplo como base, não deveria ser entendida como uma mera “representação” do que se viveu no passado, já que a verdade sobre este não chega até nós com a devida honestidade, com a preocupação de que haja um discurso “imparcial”, “neutro” de qualquer ponto de partida, de um posicionamento não tendencioso ou não ligado a intenções várias. Na própria vivência daqueles que experenciam um dado acontecimento há distúrbios de realidade, há atropelos dos discursos, invenções articuladas, meticulosamente pensadas para que não se conheça a

verdade em si, impossível de ser captada, humanamente irreconhecível e desprendida do seu compromisso de sinceridade. Esse entendimento seria, então, a grande contribuição da ‘linguistic turn’ para o ofício do historiador...

A ‘linguistic turn’ como desculpa para uma vitória

Ao meio-dia de 13 de Abril de 2009, terminei minha produção com uma dúvida no ar: será que conseguiria conquistar a posição de bolsista Reuni? Será que minha produção estaria à altura de me garantir um feito como este? Parece que sim. Aprovado pela comissão avaliadora da seleção, meu texto pode ser considerado como *bom*, aproveitável para publicação, utilizável como desculpa para um contato com leitores novos que ainda não conhecem minhas maneiras de escrever. Sendo assim, aqui exponho minhas idéias acerca da viragem lingüística e seus efeitos, “prós e contras”, para o ofício do historiador, que me fizeram ser aprovado na citada seleção.

No momento, assim, gostaríamos de apresentar a proposta de Durval Muniz acerca da escrita da História a partir daquilo que ele chama de *Terceira Margem*, como modelo deveras relevante para respaldar a prerrogativa de concepção histórica aqui apresentada. Uma produção acadêmica que ressalte uma possível relação entre o *realismo* e o *nominalismo*, entre os dois e para além de ambos, seria adotar uma posição de *relacionismo*, pensando a “ação humana, as práticas sociais, sejam práticas discursivas ou não, como a realização de mediações, de traduções”, a intervenção do historiador, apesar de não ser absoluta, é bastante significativa para a construção de sua narrativa, já que, pensando-se a partir dessa margem, o historiador constrói os fatos não como figuras definidas, ou mesmo expostas claramente a ele, já que sua investida “é uma *congerie* de múltiplos elementos, uma nuvem composta pela poeira dos detalhes, da singularidade dos nomes e das coisas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 31).

Assim, perguntamo-nos novamente para fundarmos nossa concepção: a ‘linguistic turn’ representa uma inovação ou um risco para a historiografia? Ambos. Mas, há mais de inovação do que de risco. Essa iniciativa abriu horizontes para que temas negligenciados, como o mito e a literatura, voltassem à cena do campo da História. Ela pode representar um “risco” se não for tratada com os devidos cuidados pelo historiador. Como qualquer conceito, como qualquer modelo conceitual, a ‘linguistic turn’ tem seus prós e contras, mas deve ser

levada em consideração, usada, aproveitada, de modo que a operação historiográfica, arte de um fazer “científico”, possa ser enriquecida...

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado – ensaios de Teoria da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ARANHA, Gervácio Batista. “Realismo vs. Nominalismo e a Escrita da História: questões para o século XXI”. In: Conferência de Abertura do *XI Encontro Estadual de Professores de História: a formação do Historiador para o Século XXI*. Campina Grande – Paraíba, 2004.

CHARTIER, Roger. “Figuras Retóricas e Representações Históricas”. In: *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora Universitária da UFRGS, 2002.

DELORT, Rene. “Que a Peste Seja do Rato!” In: LE GOFF, Jacques. (org.). *As Doenças Têm História*. Lisboa, Terramar, 1997, p.p. 109-126.

DOSSE, François. *A História*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

VEYNE, Paul. *Como Se Escreve a História*. Lisboa, Edições 70, 2008.

WHITE, Hayden. “Enredo e Verdade na Escrita da História”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p.p. 191-210.

_____. “As Ficções da Representação Factual”. In: *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994, p.p. 137-151.

A História como projeto político na obra de Bossuet

Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva¹

Resumo: Esta comunicação tem como objeto central a obra *Discursos sobre a História Universal*, de Jacques Bénigne Bossuet. A análise deste livro é feita sob duas perspectivas distintas. Por um lado, busca-se investigar a participação política de Bossuet no reinado de Luís XIV e o uso que o autor faz do conhecimento histórico para legitimar as ações do Monarca. Por outro, averiguar as possíveis apropriações da mesma obra nas reformas político-administrativas instituídas pelo Marquês de Pombal, tendo em vista que a circulação dos *Discursos* foi expressiva nesse contexto. Para tanto, são basilares os debates sobre o conceito de História nos séculos XVII e XVIII, na tentativa de compreender a “pedagogia política” presente no livro e as apropriações que dessa foram feitas nas reformas pombalinas.

Magistra vitae: a quem serve a História?

Na década de 1770, em Portugal, a biblioteca do jovem príncipe D. José, neto de D. José I, constava de alguns exemplares interessantes. Dentre eles, *Les aventures de Télémaque*, escrita por Fénelon, *L’histoire universelle*, de Bossuet e *Histoire ecclésiastique*, composta por Racine (MAXWELL, 1997, p. 108). Tais livros foram incluídos na dita biblioteca pelo Frei Manoel do Cenáculo, que entre 1770 e 1777 foi o responsável pela educação do herdeiro da coroa portuguesa, ou seja, seu preceptor. A maior preocupação de Cenáculo era a de ensinar ao príncipe a arte do bem governar e as obras acrescentadas, aparentemente, serviam a esse propósito.

Ao recuarmos um século, e nos deslocarmos de Portugal para a França, lá estará o mencionado Bossuet, bispo de Meaux, em atividade muito semelhante à exercida por Cenáculo. Uma das funções desempenhadas por ele junto ao reinado de Luís XIV foi o preceptorado do príncipe herdeiro (1670-1681), a quem buscava desvelar a legitimidade da Monarquia, tendo por argumento principal a origem divina do poder real. Com essa meta, Bossuet publicou em 1681 o livro intitulado *Discours sur l’histoire universelle à Monsieur le Dauphin pour expliquer la suite de la religion et les changemens des empires*. Ao mostrar a história dos homens heróicos e seus feitos gloriosos, almejava ensinar ao futuro rei como deveria agir em seu governo, usando a história como exemplo para esse fim.

¹ A autora é licenciada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

Com essas exposições, torna-se perceptível a necessidade de se educar o herdeiro real para, no futuro, reger o trono de maneira exemplar, tanto no caso português quanto no francês, sugerindo, portanto, um ponto de aproximação entre os dois contextos históricos, visto que a formação política do príncipe se volta para a manutenção do poder monárquico. É possível ressaltar também a perenidade da obra de Bossuet, que permanece servindo à educação do príncipe herdeiro quase um século após sua produção, extrapolando o contexto em que foi escrito, sem se perder, no entanto, seu principal objetivo.

Ao que tudo indica, a narrativa histórica de Bossuet, marcada por um forte viés utilitarista, é fruto da modalidade de História defendida por Cícero, a saber, a História mestra da vida. Nesse modelo, os acontecimentos do passado serviriam de exemplo para a ação dos homens no tempo presente, definindo-se, dessa forma, uma utilidade para o conhecimento histórico. A exemplaridade da história tem sua origem na produção clássica greco-romana e perpassa o período medieval, alcançando a historiografia moderna.

Chegado esse ponto, cabe o questionamento que se fez central para este trabalho: a quem serve a História? Tal pergunta se mostra complexa, pois traz consigo uma discussão sobre a necessidade do conhecimento histórico, em uma perspectiva mais ampla, além de apontar para um jogo de interesses, no qual a narrativa histórica poderia beneficiar certas esferas da sociedade. Dessa maneira, a história, vista com mestra da vida poderia significar uma elaboração teórica para a utilidade do conhecimento do passado para todos os homens e a apropriação política de um discurso que se propõe como verdade.

Ao analisar a trajetória da história mestra da vida desde suas origens clássicas até a contemporaneidade, Fernando Catroga busca estabelecer as diferentes apropriações que foram feitas da noção de uma história exemplar. A partir de sua argumentação, estabelecemos três momentos cruciais para essa trajetória, a saber, a visão de história greco-romana, a inserção do pensamento religioso no período medieval e a politização do conhecimento histórico no mundo moderno.

Para Catroga, a origem greco-romana da história como mestra da vida estaria associada à uma visão de mundo que prioriza os valores universais e atemporais em detrimento da efemeridade dos indivíduos. Dessa forma, a escrita da história

desempenharia uma dupla função. Por um lado, ela estabeleceria leis universais para a natureza humana, pois se acreditava na existência de “oscilações cíclicas” do tempo. Por outro, servia para preservar as ações do homem, pois a narrativa da história, em certa medida, superava a fugacidade do tempo presente. Nas palavras do autor, a história “devia ser bela e pragmática, dado que os ritmos da vida poderiam vir a repetir-se. Mas enquanto ‘arte de memória’, e protesto contra a mortalidade a que estavam sujeitos os dizeres e as obras humanas, ela também era *monumento*, isto é, um garante da vitória sobre o esquecimento” (CATROGA, 2006, p. 13). Dentro desses ditames, a história *magistra vitae*, concebida por Cícero, serviria de modelo para a posteridade, se amparando na imutabilidade da natureza humana, pois traria consigo exemplos pedagógicos úteis a qualquer tempo.

Com o processo de cristianização do mundo ocidental, essa visão de história sofreu significativas alterações, ainda que permanecesse o caráter pedagógico da narrativa. Nessa concepção a história seria manifestação da Providência Divina, prevalecendo a superioridade da Cidade de Deus sobre a Cidade dos Homens, conforme a distinção fundada por Santo Agostinho. Observa-se, portanto, a permanência dos valores universais e atemporais, caros ao mundo clássico, mas com a inserção de uma lógica providencialista da história, guiada pela religiosidade cristã. Assim, a narrativa da história adquiriu uma função catequizadora, sendo os exemplos do passado úteis para que o homem agisse em conformidade com os preceitos religiosos. A história, portanto, “só tinha sentido desde que fosse de conteúdo religioso e se convidasse à imitação das vidas virtuosas, tendo em vista a salvação das almas” (Ibidem, p. 17).

O mundo moderno e sua relação com a narrativa histórica seriam perpassados por uma idéia bastante recorrente entre aqueles que pensaram a relevância do conhecimento do passado, qual seja, a de que a humanidade é uma “totalidade em devir”, sendo o progresso fruto de uma ordem racional que orienta a evolução humana. Trata-se de uma visão teleológica, tendo em vista um futuro onde a história, sinônimo de progresso, teria um fim, prevalecendo valores atemporais como a liberdade. Percebe-se uma ruptura com os modelos anteriores, pois o universo mítico é substituído pela fé na racionalidade humana, capaz de apreender a razão maior que conduz a história e a noção cíclica do tempo é abandonada em favor da de um processo contínuo, que une passado, presente e futuro em torno de um mesmo fio condutor. Catroga, no entanto,

percebe nessa ruptura uma nova face da *historia magistra vitae* ciceroniana, porque na prática a circularidade do tempo não foi completamente preterida. Segundo ele, a idéia de progresso como atualização de uma potência, motor do processo histórico, recai sobre o tempo cíclico, já que essa potência permanece imutável ao longo da história. Dessa forma, “as teorias da história dos filósofos, tal como a dos historiadores, continuarão a defender a importância de se explicar o passado, a fim de se compreender o presente e se transformar o futuro” (Ibidem, p. 21).

Acreditamos que o olhar lançado por Fernando Catroga sobre a História no período Moderno não contempla, de forma satisfatória, a discussão política que se insere, principalmente com o Iluminismo, no âmbito da narrativa histórica. Ainda que ele afirme que “as novas teorias sobre o sentido universal da história pretendiam fazer aumentar o poder do homem sobre a sociedade” e que esse é “sempre o poder de alguns homens sobre outros homens” (Ibidem, p. 24), sua argumentação apenas tangencia o viés utilitarista da História no campo das articulações políticas. O autor, ao enfatizar o debate teórico acerca do conhecimento do passado, parece perder de vista a utilização moral que é feita da narrativa histórica ao longo do período Moderno, deixando de incluir, em sua discussão, tratados de cunho histórico-político importantes, como *O Príncipe* de Maquiavel e as várias obras históricas de Voltaire. Todavia, interessa-nos a atenção dedicada por Catroga ao progresso humano, à racionalização da consciência e, principalmente, à permanência da exemplaridade do passado diante do presente.

A História que instrui o Príncipe

Seria a *História Universal* de Bossuet, escrita para o uso do príncipe herdeiro, uma variação da *historia magistra vitae* defendida por Cícero? Na tentativa de responder a essa pergunta, explicitamos, anteriormente, as diferentes modalidades da história como mestra da vida, debatidas por Fernando Catroga. Buscaremos, agora, os pontos convergentes entre os modelos medieval e moderno de se pensar a História e o conteúdo do livro de Jacques-Bénigne Bossuet. Para tanto, faz-se necessária uma apresentação das idéias contidas nos discursos dirigidos ao filho de Luís XIV, sobretudo daquelas que dizem do intuito do autor com a obra em questão.

Catroga caracteriza a historiografia medieval a partir de alguns pontos essenciais que a informaram. Seriam eles “a periodização do tempo histórico feita segundo o modelo cristológico”, a “função catequética”, a superação dos particularismos por meio da “unicidade de Deus” que fundamentava “uma perspectiva universalista de humanidade”, a “escrita encarada como um trabalho anônimo” e “contínuo”, a “inexistência de uma consciência autoral” e, por fim, “a ordenação das idades e acontecimentos de acordo com a justificação providencialista, bem como o seu temário predominantemente apologético e hagiográfico” (op. cit., p. 16). Dessas características, se aproximam do trato histórico utilizado por Bossuet em sua *História Universal* a periodização, a perspectiva universalista da humanidade e o cunho providencialista. A partir de excertos da obras, tentaremos mostrar essas aproximações.

Segundo José Ferrater Mora, o *Discours sur l'histoire universelle* é a principal contribuição filosófica e teológica de Bossuet. Em sua visão, o bispo teria renovado “para a época moderna o que Santo Agostinho fizera com sua *Cidade de Deus*, Bossuet desenvolveu uma teologia da história destinada a mostrar a obra da Providência como guia do curso de toda a humanidade (MORA, 2004, p. 345). Em conformidade com essa afirmação, o excerto de Bossuet que reproduzimos a seguir, traz indícios de que a superação das particularidades e a visão providencialista de história são características de sua argumentação:

Lembrae-vos comtudo, Monsenhor, de que essa longa **concatenação das causas particulares**, que fazem e desfazem os imperios, depende das **determinações secretas da divina Providência**. Do alto dos ceus, Deus empunha as redeas de todos os imperios; tem todos os corações dentro de sua mão: ora sofrêa as paixões, ora afrouxa o nó com que as reprime, e assim elle **move todo o genero humano** (BOSSUET, s.d., p. 545).

De fato, a Providência é, para Bossuet, o motor para os acontecimentos da história e todas as ações humanas se integram aos desígnios divinos. Ao colocar as histórias profana e sagrada lado a lado, na construção de uma única sucessão cronológica, delinea-se o que o autor entende por História Universal, ou seja, aquela que tem por amálgama a Providência Divina. Na concepção de Bossuet, as narrativas bíblicas constituem uma “série da religião” e as transformações dos impérios uma

história das ações humanas, sendo “o governo civil e a história política – a formação, o desenvolvimento e a queda dos impérios – são compreensíveis somente no âmbito do esquema providencial” (MORA, 2004, 345). Percebe-se, portanto, que os temas abordados por ele extrapolam os limites da religiosidade, diferindo da caracterização de historiografia medieval de Catroga.

Quanto à periodização adotada, sua cronologia estabelece uma ligação entre o temporal e o secular, como se pode notar nesse exemplo:

Foi pelo anno 3000 do mundo, 488 annos depois da sahida de Egypto – e, para comparar os tempos da historia santa com os da profana, 180 annos depois da tomada de Troya, 250 antes da fundação de Roma, e 1000 annos antes de Jesus Christo – que Salomão concluiu esse maravilhoso edificio, cuja dedicação foi celebrada pelos sabio rei com piedade e magnificencia extraordinarias (BOSSUET, s.d., p. 24).

Fica clara a tentativa de Bossuet em instituir uma cronologia amparada por marcos do cristianismo, como o nascimento de Cristo e o surgimento do mundo por um cálculo religioso. No entanto, a preocupação do autor em articular o tempo sagrado e o profano revela uma concepção de História diferente da historiografia medieval. Os grandes feitos políticos estão presentes e adquirem grande importância na obra, que se divide em três momentos principais, a saber, cronologia, história da religião e história dos impérios. Diz o autor:

Necessario me é, primeiramente, percorrer comvosco os [sic] épocas que vos proponho; e ue, nomeando-vos em poucas palavras os principais acontecimentos que a ellas se prendem, eu habite o vosso espirito a collocar esses acontecimetnos no seu logar sem attender a outra cousa mais que a ordem do tempo. Como, porem, é minha principal intenção fazer-vos observar, nesta sucessão dos tempos, o progresso da religião e o destino dos grandes imperios; depois de estudar no seu conjuncto, segundo o curso dos annos, os fatos cuja a origem decorre dessas duas causas, mencionarei em particular e com as reflexões necessarias, primeiramente aquelles que nos provam a estabilidade perpetua da religião, e finalmente aquelles que nos devendam as causas das grandes transformações que sobrevieram nos Imperios (Ibidem, p.p. 5-6).

Pode-se dizer que, a partir dessa divisão, os aspectos políticos e os religiosos têm um peso muito semelhante no livro do bispo de Meaux. E ainda que o texto bíblico seja considerado integrante de sua História Universal, a leitura que fazdo universo religioso é bastante moderna e politizada. Defendemos, dessa forma, que o viés político dos *Discours* seja o aspecto mais ressaltado por Bossuet, mesmo quando trata da história da religião. Assim, o livro em questão não seria catequético, ou seja, não visava despertar no príncipe a religiosidade, e sim, educá-lo para que se tornasse um bom monarca. Por mais que o autor se atenha na Sagrada Escritura, tomando os acontecimentos ali narrados como verdadeiros, é em busca de exemplos políticos que ele recorre à Bíblia e não em nome de uma moral cristã. Jacques Le Brun afirma que

numerosos são aqueles que no século XVII extraíram sua política das Sagradas Escrituras; só se poderia apreciar exatamente a reflexão de Bossuet indagando a utilização desse ou daquele trecho não é pois um lugar-comum. A atitude de Bossuet diante da Bíblia nos parece, entretanto, mais “consicente” que a da maior parte de seus predecessores ou contemporâneos: ele busca “preceitos” e “exemplos”, e retém, de um lado os textos didáticos, as lições de política (Deutoronômios, livros de sabedoria, algumas passagens de São Paulo), e do outro os *exempla*, histórias de reis ou atitudes dos primeiros cristãos... é que Bossuet não concebe uma “leitura” da Escritura que não seja nem moral nem histórica: revelação de verdades, grande exemplos de vida; em política, como espiritualidade, uma outra abordagem do texto sagrado não lhe pareceria nem verdadeira nem sólida (LE BRUN apud LOPES, 1997, p. 78).

Estamos diante, portanto, de uma obra cuja “linguagem política se constrói sobre um vocabulário religioso” (Ibidem, p. 78), o que aproxima a concepção histórica de Bossuet da historiografia como moderna. Como dissemos anteriormente, a participação do bispo no reinado de Luís XIV foi bastante importante, sendo o autor considerado pela tradição historiográfica como um dos maiores teóricos do absolutismo. Dessa forma, a educação do príncipe foi pautada na idéia de um poder monárquico absoluto, pois é Deus quem abona o direito do rei de governar sobre os homens, sendo o poder real manifestação dos desígnios divinos. Tal com afirma Michel de Certeau, a razão no

século XVII foi profundamente marcada pela influência do Estado monárquico, alcançando o campo das crenças. A racionalização política “mobiliza os pregadores e os homens de letras a serviço do poder; orienta a instrução do ‘público’ como batalha pedagógica; agrava os ‘delitos de opinião’”. Trata-se de divulgar e manter o poder da monarquia e o universo religioso se tornou fundamental para essa difusão política. Assim, a religião passa a “funcionar a serviço de uma política da ordem. A investidura religiosa, de que esta ordem é credora, está destinada a captar as organizações existentes e consolidar a unidade política” (CERTEAU, 2007, p.p. 159-161).

Assim, parece claro que o *Discours sur l’histoire universelle* se insere em um contexto específico, na qual a instrução do Príncipe faz parte de um projeto político que carece de sedimentação e unidade. Nessa medida, Bossuet parece se utilizar do conhecimento histórico para trazer à tona exemplos que corroborem com esse o projeto de uma monarquia absoluta. Acreditamos que a articulação entre uma ordem religiosa em decadência – ou, pelo menos, em franca perda de poderio – com uma ordem política que precisa se impor, vista na obra do bispo francês, indica para um esforço pedagógico, que extrapola os limites da educação do príncipe herdeiro, e busca persuadir diferentes estratos da sociedade de que a autoridade real é absoluta.

Bossuet e as Reformas Pombalinas

Começamos esse texto com alguns exemplares da biblioteca do Príncipe D. José de Portugal, entre os quais constava o *Discours sur l’histoire universelle* de Bossuet, obra cujo viés político buscamos analisar com detença. A partir de agora, tentaremos compreender a importância desse exemplar para o projeto político instituído pelo Marquês de Pombal no reinado de D. José I, tendo como ponto de partida a considerável circulação do livro no contexto reformista português. Defendemos a hipótese de que a presença de uma *pedagogia política* na obra, entendida à luz da *historia magistra vitae*, teria servido aos interesses políticos da monarquia portuguesa, por meio de uma *apropriação* dos argumentos apresentados por Bossuet.

Paul Hazard, ao analisar o pensamento europeu no século XVIII, acaba por perceber uma aproximação entre esse e o século XVII. Segundo ele, o chamado “Século da Luzes” não teria conseguido romper, como desejou, com todos os preceitos que guiaram a Europa seiscentista. Nas palavras do autor:

Nunca se consegue ser tão inovador quanto se desejaria; eis uma verdade que o século XVIII não soube reconhecer, mas cujos efeitos sofreu. Ao comparar-se ao seu antecessor, o século XVII, experimentou um sentimento complexo, um pouco de ciúme, uma sombra de respeito. Aprumando-se, dizia-se maior, maior no pensamento, maior nas ciências: mas, no que respeitava a letras e a artes, confessava não ter conseguido igualá-lo. Expunha todas as razões que tinha para detestar Luís XIV: e, chegando ao fim, forçoso era confessar que a estátua de Luís XIV permanecia sobre o seu pedestal, rodeada por um não acabar de outras estátuas, as dos génios (HAZARD, 1974, p. 8).

O Despotismo Esclarecido, idéia que guiou não só as Reformas Pombalinas, como boa parte dos Estados europeus, foi um dos frutos dessa dificuldade em suplantar o século anterior. Foi necessário mudar para que as coisas se mantivessem e, dessa forma, o absolutismo buscou incorporar o *espírito das luzes* para não perder as rédeas do Estado. Dessa forma, a permanência de Bossuet na segunda metade do século XVIII em Portugal não parece ser um fato isolado: as coisas mudavam de forma lenta e passados quase cem anos sua obra ainda encontrava espaço para repercutir.

Em Portugal, o Despotismo Ilustrado, encabeçado per Sebastião José de Carvalho e Melo, trazia como pano de fundo a necessidade de fortalecimento do poder monárquico. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, com a morte de D. João V “o Absolutismo português esgotara os seus recursos, pelo que a monarquia paternalista atingiu seu fim” (SERRÃO, 1981, p. 13). Foi preciso, portanto, repensar a monarquia portuguesa para mantê-la e a solução encontrada foi com base nas reformas de cunho político-administrativo que buscavam, por um lado, retornar o poder para as mãos do rei, pois a presença da Igreja na política era forte e, por outro, modernizar o modelo político vigente e fomentar a entrada de novas idéias em Portugal. Segundo Luiz Carlos Villalta, Pombal

desenvolveu uma ofensiva absolutista, regalista e reformista, atacando tudo o que ameaçava a preeminência do trono e que entendia ser obstáculo à modernização que almejava. A domesticação da inquisição, a subordinação da nobreza, as reformas econômicas, sociais e educacionais, o combate aos jesuítas e o ataque às teorias corporativas de poder foram episódios interligados desta

ofensiva, assim como a criação da Real Mesa Censória (VILLALTA, 1999, p. 192).

Na tentativa de articular o projeto pombalino as idéias defendidas por Bossuet no *Discours sur l'histoire universelle*, percebemos que o caráter absolutista e regalista das reformas políticas lusitanas encontram no autor francês argumentos importantes para sua consolidação. Como vimos, Bossuet foi um grande defensor da monarquia absoluta, tendo como principal argumento a origem divina do poder real. No entanto, cabe frisar que para Bossuet nenhuma autoridade seria superior a do rei, o que inclui a sociedade, a Igreja e o domínio papal. “Bossuet afirmará que todo o poder vem de Deus, mas enquanto os teólogos tomistas acrescentam que a delegação do poder ao soberano se faz pelo povo, Bossuet não admite nenhuma delegação” (LE BRUN apud LOPES, 1997, p. 79). Essa concepção se enquadra perfeitamente à perspectiva política pombalina, em seu combate às teorias corporativas de poder.

Pombal, em conformidade com a orientação regalista, reformista e absolutista que seguia, empenhou-se em fazer vingar, na teoria e nas práticas políticas, ora um absolutismo de cunho providencialista, que consagrava o princípio segundo o qual o poder real tinha uma origem divina direta, não se justificando uma tutela sobre o monarca quer de Roma, quer da sociedade; ora um absolutismo de cunho contratualista, rompendo abruptamente, num e noutro caso, com a trajetória política e anterior e colocando Portugal em sintonia com a França e o centro da Europa, onde predominava largamente o providencialismo desde a segunda metade do século XVII. (Ibidem p. 118).

Dessa forma, a Reforma instituída por Pombal buscava se aproximar do universo político de Luís XIV, caracterizado pelo controle absoluto do rei sobre seus súditos, livre da ingerência de outras autoridades ou da participação coletiva no poder. Nesse contexto, a circulação da obra de Bossuet se justifica por seu caráter pedagógico, capaz de traduzir os ditames da reforma pretendida. Mais uma vez, a *historia magistra vitae* parece manipular a memória coletiva a serviço do poder real, enraizando “a realeza em um espaço mítico e sagrado” (LOPES, 1997, p. 42).

Como observa Rui Tavares, “Bossuet era um autor estimado” no período pombalino e “o mercado editorial sabia-o bem, pelo que o número de traduções deste autor aumentou de forma constante” nesse momento (TAVARES, 199, p. 138). Mais do que servir para a argumentação existente por trás do projeto pombalino, a circulação do *Discours sur l’histoire universelle* entre a população que alfabetizada poderia ampliar o alcance das idéias de Sebastião José de Carvalho e Melo. Nesse contexto, a História é mestra da vida na medida em que serve aos interesses políticos da Monarquia portuguesa. Na afirmação de Paul Hazard “a filosofia julgava servir-se dos reis, e eram os reis que se serviam dela” (HAZARD, 1974, p. 161). Acreditamos que a mesma máxima pode se referir à História do século XVIII.

Bibliografia

- BOSSUET, Jacob-Bénigne. *Discursos sobre a História Universal ao Monsenhor o Delphim para explicar a serie da Religião e transformação dos Imperios*. Rio de Janeiro: H. Garnier, s.d.
- BURKE, Peter. *A fabricação do Rei. A construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Presença, 1974, vol. II.
- LOPES, Marcos Antônio. *O Político na Modernidade: Moral e virtude nos espelhos dos príncipes da Idade Clássica (1640-1700)*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Trad. Antônio de Pádua Danesi - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, Tomo I.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Verbo, 1981, vol. VI.
- OLIVEIRA, Maria Izabel B. de Moraes. *Um catecismo ao Príncipe cristão*. Akrópolis, Umarama, v. 16, n. 1, p. 11-23, jan./mar. 2008.

TAVARES, Rui. *Lembrar, Esquecer, Censurar*. In: <http://www.scielo.br/>, 1999

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

Gustavo Barroso e a Construção da Identidade Nacional

Erika Morais Cerqueira*

Resumo: Nesta comunicação objetivamos analisar a importância que a história militar possui na obra historiográfica de Gustavo Barroso. Propõe-se que a Guerra do Paraguai foi um momento crucial para a história brasileira, e pode-se depreender na narrativa barrosiana uma construção mais ampla: a de uma história nacional identificada à história militar.

Palavras-Chaves: Gustavo Barroso; História Militar; Nacionalismo.

Nesta apresentação nos deteremos na análise da historiografia de Gustavo Barroso, sobretudo no que diz respeito à idealização da Guerra do Paraguai como símbolo nacional de patriotismo brasileiro. Para a realização desta pesquisa foi fundamental recorrer à bibliografia referente aos nacionalismos e a manipulação dos imaginários sociais, neste caso foi dada especial atenção aos trabalhos de Gopal Balakrishnan e Bronislaw Backzo. Sobre a historiografia referente à história militar, os trabalhos de Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay, Francisco Doratioto e José Murilo de Carvalho foram especialmente esclarecedores.

As representações da Guerra do Paraguai na historiografia militar e a abordagem de Gustavo Barroso

A Guerra do Paraguai (1864-1870) conflito travado entre a Tríplice Aliança - formada pelo Império do Brasil, e as Repúblicas da Argentina e do Uruguai – e a República do Paraguai é discutida pela historiografia militar a partir de três correntes: uma tradicional ou oficial, uma revisionista e uma recente¹. A vertente tradicional tende a considerar a iniciativa do conflito como resultado da ambição do ditador Solano Lopez, seus principais autores² são, principalmente, os próprios militares que analisam a guerra sob a ótica dos vencedores - o Exército Brasileiro. Limitando-se a uma História factual, estes autores apresentam a guerra

¹* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, sob orientação da Profª. Dra. Helena Mollo. Bolsista REUNI.

Estas informações foram retiradas de: CASTRO, C; IZECKSOHN, V; KRAAY H (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 11 a 42.

² As principais obras representantes dessa vertente e seus respectivos autores são: “A História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai” do general Augusto Tasso Fragoso; “Reminiscências da Campanha do Paraguai” de Dionísio Cerqueira; “Retirada da Laguna” de Alfredo Taunay; “Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai” de Paulo Queiroz Duarte e “Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai” de Sir Richard Francis Burton.

basicamente a partir de relatos dos participantes enfocando com precisão os detalhes das ações militares. Uma segunda visão baseada numa concepção economicista procura inserir o conflito da ótica do imperialismo britânico, essa vertente tende a valorizar o papel do capital inglês no conflito, atribuindo a ele a iniciativa da guerra³. Ricardo Salles apresenta uma interpretação mais recente do conflito. Ele analisa que o Brasil Imperial objetivava a supremacia na América do Sul como forma de fazer frente à política externa agressiva dos países capitalistas da Europa. Nesse sentido, quando o Paraguai abandona uma política de isolamento com o governo de Solano Lopez e tenta impor seus interesses na região platina, a guerra torna-se inevitável. Francisco Doratioto analisa a guerra a partir de um contexto regional de disputas de fronteiras e hegemonia que permearam o processo de formação dos Estados Nacionais.

A partir de uma análise sobre os motivos que levaram a deflagração da guerra, pode-se incorrer que Gustavo Barroso adota uma postura semelhante a dos autores da corrente tradicional ao enfatizar o caráter de defesa supostamente assumido pelo Brasil no início do conflito. Este autor acusa o Paraguai de ter se armado silenciosamente criando arsenais, fortalezas e serviço militar obrigatório, com objetivo de conseguir uma saída para o mar, pois o cerco geográfico que presenciava estaria prejudicando seu desenvolvimento econômico. Assim, ao Brasil caberia se armar em defesa da integridade do território nacional contra uma guerra arditamente tramada pelo Paraguai:

“Em 1864, mais uma vez éramos obrigados a uma intervenção além das fronteiras do Sul, não com o desejo de alargá-las, mas a fim de impedir que a anarquia dos vizinhos continuasse a prejudicar a vida dos nossos nacionais domiciliados e estabelecidos nas coxilhas orientais”. (BARROSO, 2000:198)

Em vários momentos de sua narrativa, Barroso assume um tom de denúncia ao enfatizar supostos interesses do Paraguai em dominar as regiões vizinhas. Nesta perspectiva, o país possuía objetivos nefastos que deveriam ser combatidos. Tais objetivos estariam claramente expostos nas afirmações do líder militar Solano Lopez. Em “*A Guerra do Lopez: Contos e episódios da Campanha do Paraguai*” Barroso apresenta parte de uma entrevista que teria sido concedida por Heitor Varela a “*La Tribuna*”, na qual o entrevistado narra seu contato com o líder paraguaio. Segundo Varela, nesta ocasião Lopez teria afirmado:

³ Os principais autores que abordam a guerra a partir dessa visão são: Júlio José Chiavenatto em “Genocídio americano: a Guerra do Paraguai” e o argentino León Pomer em “A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense”.

“Asseguro-lhe que não poderei garantir a segurança e a independência do Paraguai sem antes abater de todo e para sempre a predominância do Império e as repúblicas do Prata”. (BARROSO, 1939:9) O Paraguai estaria representado na figura do líder militar Solano Lopez.

Barroso compõe uma imagem negativa do Paraguai com a intenção de justificar a presença e a atuação brasileira na guerra. Sobre os maus-tratos sofridos pelos prisioneiros brasileiros em embarcações paraguaias o autor fala com tom de indignação: *“Passam dias inteiros sem comer. De tempos em tempos atiram-lhes algumas espigas de milho cruas. Eles catam pelo chão os restos dos soldados e disputam ossos e vísceras aos cães”* (BARROSO, 1939:36). Analisando o tratamento brasileiro destinado aos paraguaios, ele explica: *“Nenhum prisioneiro paraguaio jamais se queixou de tratamento semelhante”* (BARROSO, 1939:36). Barroso ressaltando o heroísmo demonstrado pelos prisioneiros brasileiros diante das condições adversas:

“O velho Carneiro de Campos, horrivelmente magro, com uma tanga envolvendo-lhe a cintura, o andar vacilante, varre as imundícies silenciosamente. Nunca se lhe ouviu um queixume, nunca fez uma súplica aos seus verdugos, nunca teve uma palavra má para ninguém. A resignação dum santo. A dignidade de um herói.” (BARROSO, 1939:36).

Embora o Brasil tenha lutado ao lado da Argentina e do Uruguai, pouco se fala sobre a atuação destes dois países na guerra. A narrativa barrosea é feita de forma a engrandecer a participação do Brasil no conflito, sendo constantemente exaltada a brilhante atuação deste país: *“O Brasil, para castigar e repelir o inimigo comum, não precisava socorro algum das duas republicas; bastava que lhe dessem o trânsito por seus territórios, trânsito que não podiam nem lhes convinha negar”* (BARROSO, 2000:296). Barroso se mostra contrário ao Tratado da Tríplice Aliança⁴, pois em sua opinião este lançava sobre a Pátria brasileira o peso dos sacrifícios da guerra, enquanto que as glórias eram divididas por todos: *“O Tratado, porém, prejudicou grandemente os nossos interesses nacionais, não pode empanar a luz da glória militar que conquistaram com dezenas de milhares de cadáveres nos pantanais, nos esteiros e nas cordilheiras...”*. (BARROSO, 2000: 206)

⁴ O Tratado da Tríplice Aliança foi um “pacto militar” assinado em 1 de maio de 1865 pelos representantes do Império do Brasil e das repúblicas da Argentina e do Uruguai. O documento especificava a quem caberia o comando da guerra caso o conflito ocorresse em território uruguaio, argentino ou brasileiro. Definiu-se que se o conflito fosse travado em solo paraguaio ou argentino o comando das operações militares caberia a Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina, este foi o motivo da indignação de Gustavo Barroso. Sobre este assunto, conferir: DORATIOTO, F. M. A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-76). In: CASTRO, C; IZECKSOHN, V; KRAAY H (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 210 a 217.

Barroso preocupa-se em escrever biografias sobre os líderes militares brasileiros. Este trabalho é feito de forma a ressaltar as virtudes destes líderes. Na narrativa, Barroso descreve detalhadamente a aparência, a atuação e a postura de figuras como Caxias e Osório. Pode-se observar que o autor procura compor a imagem de um herói militar, como exemplo de amor à pátria. Em “*A Guerra do Lopez: Contos e episódios da Campanha do Paraguai*” Barroso narra com entusiasmo o primeiro contato das tropas com o general Osório:

“No ardor da luta, de repente, um homem passava a cavalo, rodeado de oficiais e lanceiros. Dava-lhe o vento no cobre-nuca do quépi branco e no poncho listado, agitando-os como duas bandeiras. Na gola baixa de sua túnica singela e negra, havia bordados de general, mas ele trazia na mão uma lança, como se fosse um simples gaúcho. Os soldados velhos conheciam de sobra suas feições varonis, qualquer coisa de leonino no queixo forte, no cabelo basto. Os novos sabiam de sua fama, porém quase lhe não podiam distinguir a fisionomia entre o esvoaçar do poncho, a poeira e a fumaceira da peleja. Atirava ao som das cornetas os batalhões para a frente, épico, ardendo pelas lutas corpo a corpo, a arma branca”. (BARROSO, 1939:67)

O brilhantismo da atuação brasileira na guerra é apresentado também pelo procedimento honesto das tropas ao contato com objetos pertencentes ao povo paraguaio. A pilhagem seria algo desonroso para o Brasil e para quem a praticasse. Barroso comenta que os jovens soldados haviam encontrado objetos em ouro e prata no interior de uma Igreja e teriam sido tentados a levá-los consigo. Quando soube deste fato, o general Vitorino teria exigido que as peças ficassem em solo paraguaio. Tal procedimento demonstra não apenas a honestidade do general como afirma os valores de uma religiosidade inocente por parte das tropas:

“Meus filhos, fui informado do que praticastes e não quis envergonhar-me diante das outras tropas. Atribuo terdes carregado as imagens, não ao desejo de apropriação indébita do alheio, porém a vossa devoção por esses santos. Por isso, perdão-vos. Ides deixar na estrada o que trazeis nas mochilas”. (BARROSO, 1939:216)

Ao longo da narrativa, Barroso se esforça em explicitar que o Brasil não possuía o interesse de entrar na guerra e esta decisão foi assumida unicamente devido à postura desrespeitosa de Solano Lopez. Para o autor o líder paraguaio não respeitava seu próprio povo, conduzindo-o a uma tirania. Neste caso, o Brasil assumia uma postura quase messiânica como o salvador de um povo oprimido. Com o fim da guerra, os paraguaios teriam a oportunidade de reconstruir seu país graças à bondade do Brasil que se pôs em defesa das liberdades ameaçadas:

“Não se acabara um povo à margem do Aquidaban; porém se finara um regime que o fizera desgraçado e abusara do seu fanático heroísmo. Agora, livre da tirania, embora dessorado pela guerra fatal, o Paraguai poderia viver outra vida e preparar-se para melhores dias” (BARROSO, 1939:239).

A História Militar na Historiografia de Gustavo Barroso

Ao priorizar a escrita de uma história militar, Gustavo Barroso estava propondo uma valorização desta perante a História Nacional. Analisando sua obra historiográfica pode-se depreender que ele propunha uma História Nacionalista⁵ com base no resgate de um passado heróico. Barroso considerava que a História possuía um caráter pedagógico, ele afirmava que a narrativa dos grandes fatos tinha como função: “ensinar o povo a amar o passado” (BARROSO, 1947:10). O autor afirmava que sua obra permitia a vivência do passado e, sobretudo a “formação do espírito cívico” e de “idéias patrióticas e humanitárias”. Essa consciência cívica seria formada “*por meio da narrativa dos episódios mais importantes e dos exemplos mais significativos dos principais vultos do passado nacional*”. O estudo de sua produção aponta para uma concepção de História como mestra da vida⁶ onde exemplos são retirados do passado com o objetivo de ensinar, transmitir ou afirmar valores do presente. Neste sentido, o estudo do passado é útil pelo que fornece de ensinamentos para o presente. Assim, a narrativa dos fatos passados seria um empreendimento dotado de sentido, uma vez que a história enquanto mestra enobrece aqueles que a ela se dedicam. Transformando-se em um estímulo à ação a partir dos exemplos do passado:

Nossa História Militar possui vultos e glórias fora do comum e está repleta de grandes ensinamentos técnicos e políticos. É rica de altas lições de sacrifício e patriotismo. Ilustra-se de belos exemplos. Sua tradição de episódios, praxes, indumentária, instituições e organizações pode ser invocada constantemente como base irremovível e inspiração fecunda de novas construções exigidas pelos novos tempos. (BARROSO, 1942: 359).

⁵ Regina Abreu em “A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil” realiza um estudo sobre a política de aquisição de objetos por parte do Museu Histórico Nacional, instituição na qual Gustavo Barroso era diretor. A autora analisa que durante a direção de Gustavo Barroso, este procurou sedimentar na instituição uma História nacionalista a partir do retorno a um suposto passado heróico vivido pela nação.

⁶ A esse respeito conferir: Koselleck, R. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUCRio: Contratempo, 2006.

Regina Abreu em “A fabricação do Imortal” analisa que essa vertente antiga ou clássica de História combinava-se muitas vezes com o regime de historicidade cientificista praticado na segunda metade do século XIX⁷. Considerado tradicional, tal modelo apontava para uma História realista, factual e narrativa. Nesta perspectiva valorizavam-se os temas ligados à política, à exaltação dos Estados-Nacionais, à biografia de heróis, além da predileção pelos grandes acontecimentos. Neste modelo concebia-se que os documentos carregavam em si a verdade sobre os fatos, ou seja, por meio da análise de fontes primárias seria possível chegar à veracidade dos fatos históricos. Ao analisar a Guerra do Paraguai como a genuína demonstração da superioridade do Império Brasileiro perante as repúblicas latinas, verifica-se a correlação esta temática com o regime de historicidade adotado. A Guerra seria o grande acontecimento da História do Brasil ao mesmo tempo em que serviria para engrandecer as personagens heróicas que se tornariam exemplos a serem seguidos.

Gustavo Barroso compreende a História Nacional como resultado da ação de heróis. Neste aspecto, as biografias escritas pelo autor tinham como função fornecer exemplos às futuras gerações, formando uma galeria de heróis nacionais: “*Os grandes vultos militares concisamente biografados formarão uma respeitável e solene galeria de exemplos vivos de bravura, lealdade, competência, espírito de sacrifício, compreensão do dever e amor à pátria*” (BARROSO 1942: 429). Regina Abreu ressalta que na concepção de Barroso “*Os heróis representavam pessoas exemplares ou paradigmáticas da nacionalidade, cuja função precípua consistia em, pela retidão de suas histórias, transmitir ensinamentos à população em geral*” (ABREU, 1996: 179).

A produção composta por Gustavo Barroso demonstrava uma necessidade de afirmação de valores, conforme analisa Abreu: “*Por meio do culto a determinada representação do passado, esse conjunto de idéias e valores era afirmado no presente*” (ABREU, 1996:187). Os valores defendidos seriam possivelmente a bravura e o heroísmo, virtudes caras à carreira militar. A figura do Duque de Caxias era recorrente no trabalho de Barroso. Caxias representava o herói por excelência, “um verdadeiro herói epônimo do Brasil”. Sua imagem esteve associada a do unificador nacional. A escrita destas biografias confirmava a proposta barroseana de formação de um verdadeiro “*panteão de heróis e personalidades vinculadas à nação brasileira*”.

⁷ ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996. p. 180.

O estudo das grandes guerras era fundamental para a compreensão da unidade nacional. Barroso considerava que as batalhas ofereciam a oportunidade de união entre os homens, nessa situação todos comungavam de um mesmo destino e juntos, ofereciam suas vidas por amor à pátria. Neste aspecto, é importante refletir sobre a definição de pátria que Claudine Haroche propõe: “*uma pátria não é senão uma mesma maneira de sentir e de experimentar, de sofrer, de estar junto, de amar*” (HAROCHE, 2002: 88). Dessa forma compreende-se que Barroso pretendia compor uma História que fosse capaz de despertar sentimentos patrióticos:

“Ao ataque imprevisto, todo o Brasil se moveu como um só homem. Nos campos de batalha, reuniram-se brasileiros de todas as procedências. A nação inteira comungou no mesmo sangue derramado. Entremearam-se, amaram-se e juntos se sacrificaram todos os descendentes dos antigos brasileiros esparsos no imenso corpo da pátria”. (BARROSO, 2000: 199)

Barroso procuraria recuperar momentos decisivos de uma História Militar para enfatizar e glorificar o papel do Exército, entendido não apenas como uma instituição responsável por manter a unidade e a soberania nacionais, mas também como o portador de um passado glorioso. Gustavo Barroso concebia o Exército como parte um passado histórico que precisava ser mantido e re-atualizado através de tradições militares⁸, afinal seria impossível pensa-lo sem a tradição, pois “a tradição é a alma dos Exércitos” (BARROSO, 1942:402). Na concepção barroseana a tradição estaria ligada ao passado, conforme Abreu: “*A tradição era uma categoria-chave, associando-se notadamente à idéia de passado. O tempo passado, entendido como antiguidade, conferia legitimidade às coisas e aos homens*”. Assim, em sua tentativa de enobrecer o papel do Exército, Barroso recorria às narrativas dos empreendimentos militares:

“Estava finda a guerra. O Brasil Imperial varrera do Prata seu derradeiro caudilho de grande vulto. Essa hora demandara grandes sacrifícios, mas plasmara numa só alma os brasileiros de todas as províncias. Foi preciso que a República as transformasse em Estados para desuni-las pela politicagem das hegemonias. A força, porém, dessa coesão dum grande povo continua latente. É necessário desperta-lo para novos prodígios!”. (BARROSO, 2000: 307)

É curioso que Barroso tenha se ocupado em engrandecer o papel Exército exatamente num período em que a integridade desta instituição era considerada uma questão em aberto.

⁸ Gustavo Barroso mostrava-se um incentivador das atitudes cívicas nacionais. Ele é o responsável pela idealização de algumas datas comemorativas relativas ao passado militar brasileiro, como o Dia do Soldado, e pela criação de algumas instituições militares, como os Dragões da Independência.

Neste aspecto, Celso Castro faz uma análise interessante em *A Invenção do Exército Brasileiro*. Castro analisa o processo de construção simbólica do Exército. O autor propõe um estudo sobre a forma como os rituais e as cerimônias do Exército adquiriram significados diferentes conforme o momento histórico. Ele faz um mapeamento sobre essas diferentes representações e os discursos de poder aos quais procuravam atender. Celso Castro analisa que os anos de 1920-1930 foram especialmente conflitivos no que diz respeito a essas representações simbólicas, pois não havia um consenso no interior do Exército. Este estava marcado por divergências doutrinárias, organizacionais e políticas. Diante deste quadro, solucionar esta questão “*tornou-se o objetivo principal de diferentes atores individuais e coletivos*” (CASTRO, 2002:12). Segundo o autor, com esta proposta o Exército pretendia:

“(...) Mais do que a ‘reorganização’ de uma instituição fragmentada após décadas de clivagens organizacionais e ideológicas, o que ocorreu foi a invenção do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da nação brasileira”. (CASTRO, 2002: 13)

A partir de uma análise sobre as comemorações empreendidas pelo Exército a determinadas figuras militares, Celso Castro procura entender porque Osório deixou de ser considerado o patrono do Exército e este patronato passou a pertencer a Caxias. O autor parte da hipótese de que esta mudança estaria ligada à própria figura de Caxias, encarado como um aristocrata e estrategista desvinculado de atuação política. Portanto, o culto a Caxias estaria ligado a uma busca por unidade interna por parte do Exército. Tal unidade estaria ameaçada nas décadas de 1920-30 por movimentos revoltosos no interior do Exército, como o Tenentismo⁹. Assim, a criação de um culto a Caxias seria um “antídoto” contra a indisciplina e a politização. A partir da década de 1930 Caxias passa a simbolizar a fusão do Exército com a nação. Mais tarde, procurou-se estender este culto a sociedade. Foram feitas iniciativas neste sentido que culminaram com uma série de conferências sobre vultos nacionais. A conferência sobre Caxias foi feita por Gustavo Barroso em 25 de agosto de 1936. As instruções para a realização destas conferências eram claras: “*o trabalho deve ser uma obra de panegírico*”.

Caxias era considerado “o símbolo da unidade do Exército e da nação”, sendo que o Exército era concebido como a “ossatura da nacionalidade”. Assim parte-se do princípio de que Gustavo Barroso procurou construir uma História Nacionalista baseada nas tradições

⁹ CARVALHO, J. M. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: Fausto, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 2. São Paulo, Difel, 1977.

militares. Neste aspecto, o trabalho de Antony Smith esclarece que os nacionalistas aspiram a um passado mítico existente apenas em suas mentes e ainda que este passado em geral, é fabricado para fins políticos. Assim conclui-se que a historiografia produzida por Gustavo Barroso estava relacionada a um contexto mais amplo, no qual valorizar as tradições militares por meio da narrativa de conflitos bélicos atendia a objetivos específicos de setores no poder. Afinal, como José Murilo de Carvalho destaca, Góis Monteiro se empenhou em criar uma política nacional de valorização do Exército como instrumento para a educação do povo.

Bibliografia

ABREU, R. A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

ANDERSON, B. Nação e consciência Nacional. Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

BACKZO, B. “Imaginação social”. Tradução de Manuel Villaverde Cabral. In: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 5. Anthropos Homem. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985.

BALAKRISHNAN, G. “A imaginação nacional”. **BALAKRISHNAN, Gopal** (org). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARROSO, G. A Guerra do Lopez: contos e episódios da campanha do Paraguai. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1939.

_____. “Esquematisação da história militar do Brasil.” *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942,

_____. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 2000.

_____. Osório, o centauro dos pampas. Rio de Janeiro: G. M. Costa, 1939.

_____. Tamandaré: O Nelson Brasileiro. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1939.

CARVALHO, J. M. “A formação das almas: o imaginário da República no Brasil”. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

_____. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: Fausto, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 2. São Paulo, Difel, 1977.

_____. “Forças Armadas e Política: 1930-1950”. In: *Revolução de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília, D.F.: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

CASTRO, C. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____; IZECKSOHN, V; KRAAY H (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DÉLOYE, Y. “A nação entre identidade e alteridade: fragmentos da identidade nacional”. In: **BRESCIANI**, M. S.; **BREPOHL**, M.; **SEIXAS**, J. *Razão e paixão na política*. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 2002.

HAROCHE, C. “O que é o povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX”. In: **BRESCIANI**, M. S.; **BREPOHL**, M.; **SEIXAS**, J. *Razão e paixão na política*. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 2002.

HOBSBAWM, E. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. De W. P. Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUCRio: Contratempo, 2006.

OLIVEIRA, L. L. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SMITH, A. “O Nacionalismo e os historiadores”. **BALAKRISHNAN**, Gopal (org). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E LITERATURA

O uso das fontes na reconstrução dos processos históricos vividos pelos sertanejos do Norte nos séculos XIX e XX

Euclides Antunes de Medeiros¹
Olivia Macedo Miranda Cormineiro*

Nossa proposta para a presente comunicação centra-se na problematização da relação existente entre História, memória e literatura e dos usos possíveis das fontes literárias e memorialísticas para a reconstituição dos processos históricos. A discussão é fruto de duas pesquisas, uma de doutoramento e outra de mestrado realizadas, no momento por seus proponentes. Estas têm por base investigativa a Literatura regional referente ao antigo extremo norte de Goiás (atual Estado do Tocantins), Sul do Pará e Sul do Maranhão, obras de memorialistas e relatos de viajantes concernentes a referida região.

Estas obras representam a memória de vários sujeitos, com vinculações diretas e indiretas com a elite política da região estudada. De suas narrativas brotam fatos que, por um lado, inserem os sertanejos pobres do extremo-norte em questões políticas e conflitos armados abertos relativamente distantes de suas experiências cotidianas, mas por outro, por meio de uma riqueza de detalhes, tanto no que tange às suas relações de trabalho quanto às suas práticas culturais, desvelam a construção dos modos de viver e trabalhar destes sertanejos em meio a esta mesma violência. É nesse exercício de cotejamento das diferentes representações construídas pelos autores, produzidas em tempos e espaços diferenciados e a partir de interesses diversificados, e às vezes antagônicos, que se abrem os caminhos para nossa investigação revelando a multiplicidade de experiências que expressam as ações, reações, adequações, tensões e conflitos nesse mundo sertanejo.

Não só pelo cotejamento de várias obras, mas às vezes em única obra é possível viajar no tempo entre os séculos XIX e XX visitando cenas e cenários, compondo quebra-cabeças por meio da seleção de fatos, anseios, emoções e tramas políticas da região, que nos instrumentaliza para uma cognição particularizada por um lado, e por outro uma visão mais geral e abrangente do mundo sertanejo que estamos tentando revelar. A literatura embora não se pretenda registro para posteridade _ salvo exceções muito específicas _ está impregnada de memórias. No caso da literatura regional por nós utilizada como fonte histórica é

¹ Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Doutorando em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

* Bolsista CAPES, Mestranda em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU

perceptível um desejo de memória geralmente explicitado, ora nas “advertências” pré-textuais, ora na própria narrativa.

Característica presente em praticamente toda essa literatura regional: uma estreita vinculação entre memória, história e literatura de ficção à medida que os romancistas e contistas escrevem a partir de suas próprias memórias individuais, memórias familiares e da memória social conjugadas a um trabalho de pesquisa de arquivos, em alguns casos, invejável até pelo mais experiente historiador de ofício. Destrinchar essa relação entre História, memória e Literatura é perguntar-nos, também, sobre a relação entre ficção e realidade, uma realidade teimosa que “*as aspas não conseguem exorcizar*”. Ginsburg nos lembra que

Os historiadores, escreveu Aristóteles (Poética, 51b), falam do que foi (do verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas, naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destripar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo)

As observações de Antônio Cândido sobre a literatura regional de Franklin Távora, considerado por ele como um dos fundadores regionalismo aplica-se em boa medida aos romancistas por nós selecionados:

Por isso, a história vem lhe permitir desafogo maior da imaginação, desempenhando o papel que a ela coube por excelência no Romantismo: proporcionar o recuo de tempo (sacode o jugo do cotidiano) e a imprecisão de contornos (que abre campo livre à idealização poética). Nos seus romances do Setecentos pernambucano, utiliza desde a lenda popular até a citação documentária, num âmbito larguíssimo, portanto que permite combinar à vontade elementos, dando-lhes ao mesmo tempo enquadramento que facilita o trabalho criador

Cabe-nos então, cercados pelo conhecimento do nosso objeto (alcançado por meio do entrelaçamento das evidências, da historiografia e da teoria), fazer a relação entre o “que foi” e o que “poderia ter sido” atribuindo nossos significados aos significados representados na fonte literária, tanto no que se refere aos fatos representados pelo literato quanto à própria experiência histórica deste. É nesse cotejamento entre os significados possíveis das experiências dos sujeitos representados na literatura com a experiência do literato mesmo que brotam os significados do processo histórico atribuídos por nós e com os quais o historiador pretende atingir um “efeito de verdade” sobre a sua narrativa realizada.

Como diria Barthes “a ciência é grosseira, a vida é sutil e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa (...) a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa; ou melhor; que ela sabe algo das coisas” É nessa “informação” das coisas que a literatura se apresenta como novidade para o historiador: a medida que o literato exercita sua abjuração da realidade por meio de seu desejo de utopia, de construir uma realidade diferente daquela sobre a qual escreve, deixa entrever um real possível, e, passível de ser apreendido pelo historiador.

As representações dos sertanejos, homens, mulheres e crianças aparecem nas fontes oficiais, via de regra, atrelados ao “cangaço”, “jaguncismo”, “bandoleiragem” e outras denominações que o valham, principalmente, no que tange as “revoltas” de Boa Vista, São José do Duro e Pedro Afonso. Essas revoltas são tratadas pela historiografia regional como sendo obra dos chefes locais (coronéis) por meio do seu braço armado: o jagunço, e, o sertanejo pobre quando aparece, é por meio do referido atrelamento e como um mero figurante no processo. Já na Literatura Regional a inserção desse sertanejo pobre nas relações de poder e mando é representada nas obras sempre vinculadas às suas experiências de viver e trabalhar. Uma das explicações para essa diferença, lembrando que tanto os historiadores quanto os romancistas regionais valem-se fartamente da documentação oficial, está justamente no fato de o romancista estar impregnado pela memória coletiva da região, muitas vezes quando não pela sua própria inserção nos fatos narrados na forma de romance, ao menos pela inserção dos seus antepassados, como é o caso de Moura Lima, Carmo Bernardes, e Voltaire Wolney Aires. No caso de Bernardes muitas de suas publicações beiram próximo de uma autobiografia, não sendo de fato uma pelo deslocamento intencional no tempo. Em linhas gerais, as famílias destes romancistas, e em alguns casos os próprios, experimentaram de perto a violência que aparece em seus romances e aqueles que não experimentaram a colhe nos arquivos e na memória social da região.

_ô Milota, ô Milota! Soeu minha Roxa. Abra a porta!

A mulher reconheceu a voz do amante e disse agoniada:

_ Entre logo, senão os jagunços podem ver, estão espalhados por todo o canto da vila!

Cangaceiros e jagunços “infestavam” as vilas e povoados da região. Esta imagem é recorrente nos romances regionais. Essa recorrência conduziu-nos a levantar um questionamento básico já que somos do tipo de historiador que crê ser a reconstrução da

História realizada sempre por meio de uma ponte relacional entre presente e passado: o que essa recorrência pode esclarecer sobre a violência atual? Quais elos ligam o comportamento social dos homens e mulheres de hoje a um passado que constituiu representações tão significativas acerca da violência que impregnaram de forma tão expressiva a literatura da região? Em que medida essa violência é parte integrante dos modos de vida/trabalho/luta dos sertanejos dessa região?

Os documentos oficiais, por si, dizem pouco ou quase nada sobre essas experiências. Eivados de preconceitos do seu próprio tempo e da sociedade que os produziram relatam sobre cangaceiros, jagunços, bandoleiros, assassinos, vagabundos, lavradores, vaqueiros, e pobres em geral, como se fossem um grupo social homogêneo. Os sujeitos que começavam a delinear-se como foco privilegiado da pesquisa aparecem nessas fontes, sempre, amalgamados às figuras dos “vagabundos”, “facínoras”, “criminosos” e, como estes, se não estão praticando a violência estão entregues ao ócio e/ou as bebedeiras. É recorrente associar determinados modos de trabalhar como o “agregado”, por exemplo, e suas características de etnia, “falta de instrução”, costumes sertanejos, com as figuras acima citadas:

é público e notório que o celebre e notabilíssimo faccionoroso Severiano de Magalhães, autor de muitas mortes e roubos no Rio das Éguas, província da Bahia, está nesta província; percorre com os seus capangas, co-autores dos mesmo delictos, duas comarcas do norte, à vista e face das autoridades, com as quês tem vivido e vive em plena paz...Não quero fallar-lhes da vagabundagem, como uma das causas de tão lamentável estado de cousas: nem da embriaguez, nem da profunda diferença de raças e costumes, e nem da nenhuma instrução

Ao cotejar a literatura com a historiografia já produzida sobre a região uma primeira constatação: na historiografia “o pegar em armas” é apresentado via de regra como uma ação política oriunda dos conflitos entre os “chefes políticos locais” fruto do “coronelismo”, do “mandonismo” que por meio de seu braço armado o jagunço, o cabra, cangaceiro, o bandoleiro praticava a violência. Entretanto, nessa historiografia os “coronéis” têm sempre nome e sobrenome – com ênfase, é claro nos sobrenomes –, têm origem, são alocados no tempo e no espaço. Já aqueles que constituíam seu braço armado são figuras quase espectrais, sem rostos, sem nomes – quando muito um apelido –; origem incerta e vaga: “bandos vindos (ou trazidos) do nordeste”; sem uma vida cotidiana: irrompem na “cena histórica” se nela irrompe um conflito armado entre seus “chefes” e tão logo a narrativa dê por encerrado a peleja desaparecem qual fantasmas atemporais; aqui e ali as narrativas deixam transparecer

que alguns desses “bandos” tinham ligações diretas com o cangaço nordestino, aqui e ali um daqueles que a condescendência do historiador, por aquele ser um “chefe do Cangaço”, atribuía-lhe um apelido, seria mesmo um egresso de um dos bando do Cangaceiro Lampião.

Nesse interim, Abílio Wolney estruturou, no Estado da Bahia, onde tinha boas relações políticas, um batalhão de jagunços, contando com a ajuda de seu colega Abílio Araújo, da cidade de Formosa do Rio Preto. (...) Em 1922, quando São José do Duro estava sob o controle de Abílio Wolney, foram para lá os cangaceiros nordestinos Luís Padre e Sebastião Pereira. Este último é considerado o Professor de Lampião, a quem ensinou as artes do cangaço.

Contrário ao que se verifica na historiografia, na literatura esse “braço armado” ganha forma. Está inserido numa rede de relações sociais, e a partir de experiências múltiplas se mesclam, como sujeitos históricos que são, à história da região.

O tiro espouca, o caboclo [índio] desce de lá esmolengando... a cachorrada feroz já está montada em cima, estraçalhando. O terçado bom de corte entra em serviço. O bugreiro [matador de índios] racha o peito do caboclo, nem carece esperar ele acabar de morrer. Tira o coração, os bofes e fígado, pica e dá aos cachorros. Assim é que eles ensinam cachorro caçar bugre. Comendo os miúdos do caboclo, a cachorrada fica feroz numa medida que serve.

O vaqueiro Leobino Arcanjo dos Santos, do Corgo Grande, podia dizer que era mestre nesse ofício. Esteve muitos anos vigiando castanhal. Era só chamar e ele vinha. Trazia os cachorros, quatro mestres e dois aprendendo, e escaramuçava os caboclos que estavam atentando os moradores de Boa Vista. Ele vinha e resolvia o caso, assim como ele foi ajudar o primo Antônio Correa matar o Cara Preta [tribo indígena], no Maranhão (...) Leobino Arcanjo dos Santos é de uma família de Cunha, do Pará (...) ‘Leoba’ apresenta natureza mansa, trata a gente bem, pra ele não tem sacrifício que o empate a ajudar um companheiro em seja lá o que for. Manso, mas no que toca a malvadeza, avemaria!

Nessa literatura aparece também o Jagunço vindo de fora, o Cangaceiro, mas neste caso estão sempre ombro a ombro com o “Vaqueiro”, o mateiro, o roceiro que nos momentos do conflito armado formam indistintamente a “cabroeira” dos coronéis.

Como já afirmamos a literatura regional em geral é subsidiada por pesquisa em documentação histórica oficial. No caso acima apesar de Bernardes colocar uma “advertência, estes escritos, assim como os nomes dos lugares, os nomes das pessoas, os acontecimentos e tudo o mais que eles contêm, são da pura inventiva do autor. Não se devem

misturar aparências com o real” o seu prefaciador já no início do prefácio adverte que “no entanto, esta é uma obra em que ficção e realidade se misturam, em que ficção e realidade se fundem, pois mostra o acontecido com a beleza do imaginado, e o imaginado com a verdade da própria vida.”

O que Marta Emísia Jacinto Barbosa argumenta, citando Beatriz Sarlo, para a repetição de imagens e textos é válido para a literatura em geral:

Nesse sentido, penso que Beatriz Sarlo sugere um caminho para articular a teia das recorrências, ao afirmar que ‘ninguém que tenha lido poderá apagar por completo o resíduo de uma leitura...’. A sobrevivência de tal resíduo faz movimentar elementos de lembrança recompostos em textos e imagens, citados, reproduzidos, renovados em tempos diferentes. Trata-se talvez, daquela ‘massa de lembranças’ que a autora diz que são ativadas numa citação, numa comparação, formadas pelo que foi lido e visto e que constituirão formas de recordar, ver de novo, ler de novo

O romance ao mostrar, “o acontecido com a beleza do imaginado” está, no meu entender, impregnado daquela “massa de lembranças” acima referida, acerca de uma época e dos processos históricos correspondentes. E é exatamente no “imaginado” que ele se diferencia de outras modalidades de fontes: o romancista ao “carregar nas cores” por meio da licença poética deixa fluir, às vezes consciente, mas geralmente inconscientemente, essa massa de lembranças constituidora da memória coletiva de uma sociedade. No caso de Bernardes, além da corroboração de fatos fartamente relatados nas fontes oficiais e do recurso a memória social, percebe-se nitidamente o recurso a sua memória individual e memória de sua família, principalmente a do pai na construção de seus romances.

Em relação ao presente estudo o romance regional deixa fluir uma carga de representações constituidora de uma mentalidade acerca da violência que ora é retratada com indignação se provinda do coronel todo poderoso, ora com reverência quando praticada pelo valente sertanejo no préstimo de suas virtudes aos seus pares, ora com condescendência quando advinda de uma adequação, ou mesmo de uma reação do pobre do sertão ao mandonismo dos coronéis. O que é mais significativo salientar é que estas representações por serem um substrato da memória social dão conta do que muitas vezes a documentação oficial obscurece: ela dá vida, nomeia, insere num espaço, faz sorrir, amar, sangrar e chorar os sujeitos que o historiador selecionou como objeto de estudo. Nesse sentido contribui para revestir de carne e ossos aqueles que as vezes aparecem de forma apenas espectral numa historiografia “tradicional”. Entretanto, já tendo afirmado que o documento oficial, por si, não

diz muito sobre as experiências dos sujeitos estudados, cabe aqui acrescentar que o romance também não, uma vez que na literatura:

Esquecimento e lembrança, essa oscilação permanentemente produzida por impulsos contrários: escrever para que se fique sabendo/apagar marcas, sinais, rastros, disfarçar o presente, a pessoa, os sentimentos. A ambigüidade radical da literatura se manifesta escondendo e mostrando palavras, sentimentos, objetos: ela os nomeia e, ao mesmo tempo, os desfigura até torná-los duvidosos, elusivos, dúbios. A literatura impõe obstáculos, é difícil, exige trabalho. Mas sua própria dificuldade garante a permanência daquilo que se diz.

Nesse sentido, o historiador ao se valer apenas da literatura como fonte pode cair na armadilha de promover

a supressão efetiva desse processo e suas circunstâncias, realizada deslocando-se o conceito para uma equivalência não-diferenciada com 'experiências imediata de vida' (na verdade, em certos casos, a mais do que isso, de modo que as experiências reais vividas da sociedade e história podem ser consideradas como menos particulares e imediatas do que as da literatura).

Sempre nos preocupamos quanto a reconstituição do passado realizada pelo caminho estreito da modalidade de fonte única. Cremos ser o cruzamento de várias modalidades de fontes um instrumento que abre um leque mais abrangente de possibilidades ao historiador. Nesse sentido, pensar a violência representada na literatura, expressa em obras de memória, cotejá-la com a documentação oficial e com nossas preocupações relacionadas a sociedade do presente, do nosso presente, tem sido um exercício fascinante e ao mesmo tempo renovador.

A fronteira entre o historiador e o memorialista é muito tênue sendo que muitos trabalhos de memorialistas utilizam significativo apoio documental o que os aproxima ainda mais do ofício do historiador. A distinção mais significativa refere-se ao controle da subjetividade, mais rigoroso no historiador que no memorialista. É essa distinção, aliás, que torna o trabalho do memorialista uma fonte riquíssima para a reconstituição realizada pelo historiador de ofício: sem um controle mais rigoroso de sua própria subjetividade o memorialista impregna sua obra com representações acerca das relações sociais experimentadas em seu tempo, geralmente carregadas de posicionamentos ideológicos que aparecem para o historiador como expressão do intrincado jogo de relações e interesses de uma época.

Concorre muito para esse estado de cousas, as falsas informações dos que viajam por essas rejiões, pintando em linguagem florida e imajinosa, quadros de intensa poesia

da vida bucolica, feliz e farta. Nós, se fôramos poetas, escreveríamos um poema trajico, como a descrição das misérias, das desgraças dos nossos infelizes sertanejos abandonados [...] Os nossos filhos que aprendem nas escolas que á vida simples de nossos sertões é cheia de poesia e de encantos, pela saúde de seus habitantes, pela fartura do solo e generosidade da natureza, ficariam sabendo que nessas rejões se desdobra mais um quadro infernal, que só poderia ser majistralmente descrito pelo DANTE imortal.

*Impossível, portanto, admitir e suportar certas afirmações mais do que injustas pelo seu pessimismo e formuladas na intenção de atribuir a todos os sertões, em geral, o que se pode verificar em algumas regiões e em determinados períodos. Lemos num relatório oficial, publicado em 1912, declarações tão desanimadoras e contrárias à verdade, que preferimos não mencionar aqui, o nomes dos seus autores, membros enviados de um instituto nacional que tantos serviços continua a prestar ao Brasil. Basta- nos citar algumas das conclusões desse trabalho científico, afirmações perniciosas, por enganam a opinião pública e informam muito mal as nações vizinhas **‘O sertão é sepultura viva [...] Os sertões são pedaços do purgatório [...]’. Nessas regiões se desdobra um quadro infernal, que só poderia ser magistralmente descrito por Dante imortal [...]’.***

É fácil perceber a citação mútua entre esses dois autores. O primeiro um agente a serviço do Estado realizando “*pesquisas de medicina, higiene e história natural*”, o segundo Um Frei Dominicano em trabalho missionário. Mais difícil, entretanto, é rastrear os motivos pelos quais duas representações absolutamente antagônicas são construídas para uma mesma situação histórica num mesmo período. Essa é a tarefa do historiador: atribuir significados a essas representações conflitantes. Os indícios apontados pela documentação direciona a investigação para os conflitos estabelecidos entre a instituição Estado e a instituição Igreja no qual a segunda tentava, por meio das ações missionárias, ocupar o espaço em vacância deixado pela primeira no que tange ao atendimento das necessidades básicas relativas a saneamento e saúde nos sertões.

Em Audrin, embora sua escrita esteja carregada de um bucolismo, tanto no que se refere aos sertões quanto aos sertanejos, compreensível até pela função social que se arroga como missionário conjugada à influência Euclidiana facilmente identificada em sua obra, é possível perceber estratégias de viver e trabalhar dos sertanejos pobres. Estratégias estas que

em nosso entendimento predispondo esses sertanejos às práticas da violência pois via de regra coloca estes em contato com as armas.

Além de serem as armas primitivas, com pouca ou nenhuma possibilidade de concerto, são de grande custo as munições. Todos, porém, sabem suprir essas deficiências com uma indústria rudimentar. Assim, fabricam pólvora com salitre extraído da própria região; quanto ao chumbo e balas substituem-nas por pedacinhos de ferro, pontas de pregos ou simples pedrinhas, em lugar de espoletas, utilizam pedras-de-fôgo. Que diremos das armas! A carabina Winchester ou rifle americano é raridade, fora dos garimpos, e custa uma fortuna; assim também o fuzil de dois canos. A modesta espingarda ‘fogo central’ é considerada maravilha, mesmo depois de ter pertencido a duas ou três gerações. Mais comuns, até agora, a espingarda ‘de pedra’ e a garrucha, contemporâneas talvez dos bandeirantes. Vimo-los servir-se, em pleno século XX, do antiquíssimo bacamarte ou tromblon francês, que traziam a tiracolo os soldados de Villegagnon!

Por outro lado, nas duas perspectivas acima, às vezes aparece na percepção de um mesmo sujeito. A narrativa a seguir além de informar sobre o exercício de funções pelos missionários da Igreja que deveriam, em tese, ser efetuadas por médicos a serviço do Estado nos esclarece também sobre determinadas práticas e as representações criadas sobre essas prática e sobre seus praticantes.

(...) com seu facão, aplicou-lhe um golpe num braço, dividindo-lhe o deltóide; outros três golpes haviam dividido o osso occipital, onde se coliga com o parietal; o parietal na coligação com o temporal; um rasgão pior ainda tinha reduzido aos mínimos limites a orelha e havia dividido horizontalmente o temporal, por inteiro. Uma piedosa senhora havia estancado o sangue com pó de café (...) O sacerdote, que sentia-se cair, não quis mostrar-se insensível l àqueles justos desejos de salvar uma vida (...) Pe. Tonini (...) mandou ferver os ferros, acender o farol grande, a querosene e reunir todo o necessário. (...) não era necessário anestesia, o álcool fazia as vezes (...)

Pe. Tonini dizia: _ ‘como pode quereis que viva um homem com pó de café no cérebro?’

Colocaram vários drenos, depois suturaram. Internamente com o Catgut; externamente com fios de seda. Ao todo deram uns quarenta pontos (...) Ainda estava

em estado comatoso. Aplicaram tônicos cardíacos, penicilina e uma garrafa de soro fisiológico por via hipodérmica

Percebe-se na narrativa acima uma crítica velada a determinadas práticas sertanejas pela oposição de um conhecimento “médico” do padre, expresso por termos da anatomia, à prática popular de estancar um sangramento com pó de café. O que nos interessa de perto é como a memória de sujeitos como esses padres e viajantes, ao longo dos séculos XIX e XX, pode esclarecer sobre as práticas e valores sociais, seus portadores, por que e por quais formas os praticavam. Nesse sentido os memorialistas, depois de retirado o “véu de preconceito” que impregnam seus escritos deixam entrever, valores, costumes e tradições dos sertanejos bem como as tensões entre os vários grupos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

- AUDRIN, Frei José Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.
- BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Os famintos do Ceará. In: FENELON, Déa R., MACIEL, Laura A., ALMEIDA, Paulo R, KHOURY, Yara AUN. (Orgs). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Editora Olho D'água, 2000.
- BARTHES, Roland. **Aula**, São Paulo: Cultrix, 2007.
- BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaçuais. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: Momentos Decisivos. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- LIMA, Moura. **Chão de Carabinas**: Coronéis, peões e boiadas. Gurupi-TO: Gráfica e Editora Cometa, 2002.
- MACHADO, Antonio Filho da Silva. Poder Público versus Poder Privado: Coronelismo na primeira metade do século XX no Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (org). **A (Trans)Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG, Palmas: UNITINS, 2002.
- NEIVA A; PENA B. **Viagem Científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul Do Piauí e de Norte a Sul de Goiás**. Ed. Fac. Similar—Brasília; Senado Federal. 1999.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2005.

TONINI, Pe. Quintino. **Dom Orione**: Entre Diamantes e Cristais – cenas vividas pelos missionários de Dom Orione nas matas do Norte de Goiás- Brasil. Fortaleza: Expressão Gráfica, s/d (escrito em Montevideu: 1959).

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Monarquistas ou Republicanos: Uma reflexão sobre o Contestado

Everton Carlos Crema*

Conta uma anedota militar que um graduado ao servir-se de bifés durante o almoço é admoestado pelo recruta que supervisiona a linha de serviço de que “somente poderia comer um”, irritado o graduado questiona o recruta, se acaso ele sabia com quem estava falando e quem ele era para questioná-lo quanto à quantidade de bifés que comeria? Responde o recruta: “Sou o controlador de Bifés” fim da história.

De certa forma sempre houve uma preocupação, uma tentativa por parte da história, ou dos historiadores de categorizar tudo, como se uma tipificação ou qualificação se tornasse o próprio processo histórico. Longe de tentarmos diminuir a importância das categorias, tipos ou conceitos na História ou negar-lhes sua condição apresenta-se extremamente oportuno percebermos como muitas vezes as representações de que fazem uso os homens são na verdade simulacros, estereótipos, quando não, idéias distorcidas ou adaptadas pelas forças de seus interesses vários.

Fazer história ou sua escrita se constitui em tarefa hercúlea dada as condições em que a própria narrativa da história é costurada, onde sua trama é urdida por variadas mãos em processos escalares, para depois pela mão do historiador ser dissecado, desconstruído, detalhado, individualizado e ao final de tudo, uma nova trama surgirá, agora explicada pela mão do especialista, agora autenticada, certificada, pelo menos até, outra mão, outro historiador, certifique-a novamente de outra forma.

Nesse jogo da história, extremamente positivo, a nosso ver, é que percebemos as dificuldades de buscarmos por uma rígida metodologia da pesquisa, uma teoria que permita vislumbrar essa miríade de perspectivas que se apresentam ao historiador, devemos buscar na amplitude de suas possibilidades, não seu tendão de Aquiles, mas seu alicerce, aquilo que permitirá construir uma Meta-História¹, uma narrativa da história, dentro de critérios científicos específicos às ciências humanas.

¹* Universidade Federal do Paraná – Mestrando em História em cultura e poder sob orientação do Prof. Dr. Renato Lopes Leite.

Perspectiva de construção metodológica da ciência da história a partir da narrativa como referencial teórico.

Buscaremos apresentar aqui algumas idéias de Jörn Rüsen² e sua matriz disciplinar, sua proposta teórica, articulada a um dos maiores conflitos sociais do Brasil, a Guerra do Contestado, movimento popular que sacudiu os sertões dos estados do Paraná e Santa Catarina durante os anos de 1912 a 1916 atingindo uma área de 48 mil Km² do sudoeste paranaense ao noroeste catarinense, de revolta messiânica a guerra camponesa o Contestado já foi chamado de várias coisas, suas origens, para nós, por outro nome, trama ou conceito se relacionam a um processo de modernização³ das estruturas regionais, potencializadas pela construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul que corta a região no início do século XX.

O impacto desse processo no cotidiano da sociedade sertaneja pode ser percebido, na crescente valorização da terra, no fim do tropeirismo, no esmaecimento das relações de compadrio, na crescente colonização e na ampliação do extrativismo da madeira e erva-mate. A modernização e a crise do processo de transformação articulado pela ferrovia se desenvolveram em intensidade e direções diferentes, muitas vezes, desenvolvidas pelo prolongamento e ampliação da cadeia produtiva ou das inovadoras possibilidades econômicas.

Sua tecnologia tornava possível trazer regiões outrora inacessíveis de forma efetiva para a esfera do mercado mundial, por meio da ferrovia e do vapor. As convulsões sociais que sucederam à transferência da agricultura para um modelo capitalista, ou pelo menos um padrão de comércio em larga escala, afrouxaram os laços tradicionais entre os homens e a terra de seus ancestrais, especialmente quando descobriram que não possuíam praticamente nada dela, ou pelo menos muito pouco para manterem suas famílias. (HOBSBAWM, 1996: 245).

Evidentemente que a mudança das estruturas econômicas afetou diretamente a rotina produtiva da sociedade cabocla, a ruptura da economia moral⁴ daqueles grupos com o costume, com sua cultura, engessaram o horizonte de expectativas dos caboclos.

² Professor titular de teoria da história na Universidade livre de Berlin e professor titular de história moderna na Universidade de Bochum. Publicou no Brasil uma trilogia composta respectivamente por (*Razão Histórica*, 2001), (*Reconstrução do Passado*, 2007) e (*História Viva*, 2007).

³Entende-se por Modernização o conjunto de mudanças operadas a partir de um contínuo processo de difusão de valores e técnicas européias, se relaciona com o surgimento de formas políticas, econômicas e sociais dirigidos para fins específicos. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO. 2004: 772 – 773).

⁴THOMPSON. E. P. **Costumes em Comum** – estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Segundo Thompson economia moral seria toda forma de organização, ideologia, economia, arte, cultura, o tipo de relação, comportamento ou uso funcional desenvolvido, utilizado e reproduzido por uma sociedade em seu cotidiano.

As mudanças impediram a reprodução lógica das estruturas vigentes, aceitas pelos grupos sociais inseridos nas regiões do Vale do Rio do Peixe Iguaçu e Negro, regiões marginais à ferrovia e que puderam sentir toda a força transformadora e a viragem do seu cotidiano. A reação ao fim das expectativas aceitas e reproduzidas da tradição e dos costumes pelos sertanejos, os lançaram da negação a luta, contra aquilo que não compreendiam como seu.

De outra forma a sociedade regional, os grupos sociais nas regiões do Contestado sentiram e assimilaram esse processo de transformação diferenciadamente, a cristalização de interesses mostrou-se diversa. Para o caboclo a modernização e a chegada da ferrovia se mostraram de forma excludente e violenta, já as elites regionais viram na modernidade, um caminho, um patamar a ser alcançado, a validação de um sentimento, “o progresso”. Dentro dessa perspectiva podemos dizer que a separação entre “costumes” e modos de vida, se reproduziu dentro de lógicas e expectativas específicas. Do lado das elites a nova cultura estava cada vez mais ligada ao racionalismo dos costumes, ao racionalismo produtivo, ao racionalismo do trabalho e do capital, impondo-se como cotidiano, adotado como cultura.

A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico \ social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer.⁵ (THOMPSON, 1998: 19).

Para os grupos subordinados o choque entre o racionalismo capitalista e a “tradição”, permitiu um certo retorno a ortodoxia dos costumes “tradicionais” no intuito característico de reforçá-los e defendê-los, ante as mudanças que se operacionalizavam. Todo o processo de transformação, suas inovações, conflitos e rupturas, seus mais diversos interesses e a própria luta por sua legitimidade, polarizaram-se dentre outras perspectivas, a partir dos conceitos políticos do monarquismo⁶ e republicanismo⁷.

⁵THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum** – estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.19.

⁶ Monarquismo, corrente política que defende um regime de poder unipessoal “*dominus*”, baseado na hereditariedade e vitaliciedade do rei, entende-se ainda monarquia como o governo da *res publica* de caráter monopessoal. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO. 2004: 776 – 777).

⁷ Republicanismo, corrente política anti-monarquista, defendem um governo representativo liberal, baseado na separação dos poderes e um estado federativo, especificamente nos Estados Unidos.

Buscaremos demonstrar que as leituras políticas sobre essas formas de governo não correspondem aos seus conceitos e estruturas políticas tradicionais, conceitualmente foram apropriadas conforme interesses e representações específicas, muito mais ligadas à defesa de um modo de vida e aos desejos dos homens que levantaram suas bandeiras do que propriamente uma forma de governo historicamente constituído. Seus discursos foram distorcidos, amoldados num híbrido entre o velho e o novo.

Desejavam os dois lados, o melhor de dois mundos, canalizaram suas expectativas de mudança e de manutenção dentro dos referenciais políticos que à época opuseram os destinos no Brasil. Lembremos que a proclamação da República em 1889 ainda se fazia muito presente na memória nacional, por vezes sem a devida compreensão do alcance de seus significados, muito mais ligada às tradições seculares e ao costume do que presa ao contexto republicano. Não diferentemente nas regiões do Contestado, observamos um intenso catolicismo rústico⁸ desenvolvido em grande parte do interior do Brasil, o forte sentimento de religiosidade dos caboclos transformou-se em luta e suas aspirações foram canalizadas em um movimento político de restauração da “monarquia celeste”, do bom governo, onde primava a lei de Deus e não a dos homens.

A proclamação da República, trazendo a separação entre o Estado e a Igreja, repercutiu desfavoravelmente no espírito de João Maria, e ao passo que as leis republicanas tendiam a ser por ele acoimadas de “leis do diabo”, a Monarquia passava a representar uma Idade do ouro perdida. (QUEIROZ, 1957: 262).

Do outro lado, as elites regionais e seus asseclas, polarizaram-se, dentro de uma guerra onde buscavam defender seus interesses articulados as idéias de ordem e progresso do jovem republicanismo, republicanismo esse que distorcido se desenvolveu no Brasil muito mais por sua vertente anti-monarquista do que qualquer outro motivo, era de interesse das elites brasileiras adequar o liberalismo republicano a sua política caudilhistas.⁹ Entretanto dos dois lados os conceitos de monarquia e república foram permeados pelos naturais interesses de grupo. Os “pelados”¹⁰ buscavam na restauração do monarquismo remédio para seus males, suas lembranças e experiências da

⁸ Forma de sincretismo religioso, fusão do catolicismo romano e a práticas religiosas populares.

⁹ Para isso ver. LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e Libertários**: Pensadores radicais no Rio de Janeiro (1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁰ Termo pejorativo, por rasparem as cabeças os revoltosos do Contestado foram denominados pelados, sem pêlos, pelas tropas federais e milicianos.

monarquia eram muito mais favoráveis que a realidade republicana que se apresentava, além disso, a monarquia era o “governo de Deus”.

Dessa forma podemos articular de que a tentativa da restauração do monarquismo estava muito mais ligada ao cotidiano vivenciado por aquelas populações nos sertões contestados do que uma inteligibilidade acerca do que representava um governo e um estado monarquista. Desejavam muito mais voltar a viver dentro da rotina de seu costume do que defender uma forma de governo arcaica. Os interesses na manutenção ou retorno da monarquia foram idealizados pelos caboclos, num desejo de justiça, amor e fraternidade, compatível com o sincretismo da ética cristã. Por outro lado aceitar que os caboclos, os “pelados” do Contestado enfrentaram o governo federal e governos estaduais, os coronéis latifundiários e que por inúmeras vezes rechaçaram heroicamente seus ataques mantendo regiões inteiras sob seu controle sem nenhum tipo de organização, politização ou partidarismo parece-nos pouco provável.

Difícilmente aceitaríamos essa perspectiva, a menos que, mais uma vez nos curvássemos à tranquilidade de uma definição conceitual hegemônica, abrangente e precisa do conceito político ou da própria história, pensado de forma restrita, ou ampla, tudo ou nada, surgiriam mais problemas do que soluções. Importa-nos perceber a importância da flexibilidade do uso conceitual quando da análise histórica, observando dentro de sua narrativa, dentro de seu processo de construção escalar as condições especialíssimas que a criaram. A Guerra do Contestado, não foi um movimento anômico¹¹ ou fruto de uma “patologia social”, foi história.

Os sertanejos acabaram demonstrando, tanto por discurso como por atos, que desenvolveram uma nítida consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização, de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra o governo, que defendia os interesses dos endinheirados, dos coronéis e dos estrangeiros. (MACHADO, 2004: 26).

A defesa da República por seus partidários se processou de forma semelhante, a modernidade, a ordem e progresso se constituíram em baluarte das elites regionais, sobretudo se observarmos as redes políticas desenvolvidas pelo coronelismo regional, a religiosidade cabocla foi travestida de barbárie, o atraso precisaria ser vencido pela civilização. Dessa forma o republicanismo condensou ao mesmo tempo a idéia de

¹¹ Significa a ausência de normas ou mecanismos de regulação em uma sociedade.

representatividade política limitada e liberalismo econômico, as elites regionais buscavam aumentar sua ação dentro dos governos estaduais, centralizando o processo decisório e conjuntamente flexibilizavam a ação econômica dos governos segundo interesses muito específicos.

Apresentado o palco, o enredo da história e alguns personagens, passaremos agora a analisar e articular a contribuição de Jörn Rüsen para os fundamentos do conhecimento histórico-científico, sua maior preocupação repousa sobre os problemas da teoria da história, sua crítica e a criação de um modelo metodológico que possa oferecer uma alternativa ao universalismo histórico à construção de uma teoria histórica prática, baseada na narrativa e na geração de sentido histórico, uma Meta-História.

Os anos 90 encerram o debate acerca dos grandes modelos teóricos, os universalismos e as teorias nomológicas,¹² e seus modelos de interpretação não mais produzem garantia de validade do pensamento histórico, suas metodologias teóricas não se orientam pelas modificações temporais no passado do homem e de seu mundo. Dessa forma não podem explicar singularmente cada caso e os processos de mudança, não desvendam o acontecimento, somente buscam articulá-lo a outros fatos e momentos históricos explicando e encadeando determinados elementos e contextos específicos. Os pressupostos teórico-metodológicos devem possuir léxicos com o tempo e a experiência, formadores de identidade, as interpretações do processo histórico se tornam dependentes das representações de continuidade do espaço-tempo em constante reformulação.

Os fenômenos do passado humano são especificamente históricos quando se trata de sua qualidade temporal, de seu valor no decorrer de um tempo considerado importante em termos de sentido e significado. É exatamente dessa qualidade temporal, que os fatos do passado ganham luz de uma representação abrangente da continuidade, que as teorias nomológicas prescindem. (RÜSEN, 2007: 31).

Os grandes modelos teóricos analisam em suma os resultados de um momento histórico específico, muitas vezes negligenciando, detalhes formadores da história, ou das possibilidades da formação da história como, por exemplo, a relação intenção / ação. A análise da ação ou de seus resultados não se torna um equivalente imediato de

¹² Refiro-me aqui, segundo Rüsen as teorias hegemônicas dentro da história que se propuseram a criar uma história universalizante, esgotadas com a crítica dos Pós-Modernistas.

sua intencionalidade ou de suas intencionalidades, pois as ações não possuem apenas um motivo, mas vários e podem explicar por vezes a base real dos motivos, o que nos remete a um problema, se escolhermos alhures alguma ação na história, inevitavelmente poderemos chegar a resultados diferentes, o que nos remete a necessidade de buscarmos pela variedade da racionalidade a formação de sentido e não a partir dessa racionalidade autorizar “um sentido”.

Portanto ao utilizarmos conceitos teóricos nomológicos, incorremos em um problema de inadequação dos modelos explicativos, construídos em um momento histórico específico, em relação aos procedimentos explicativos, dentro do processo de construção da história, pois as teorias hegemônicas isolam a experiência temporal, a qual deveria se repetir no espaço-tempo para que se possa gerar sentido histórico, algo como se contar uma anedota duas vezes consecutivas, o contexto da primeira e seu resultado seriam bem diferentes de uma segunda tentativa, o contexto histórico não seria mais o mesmo, diferente também seria a geração de sentido.

Dessa forma propõe Rüsen à criação de uma nova teoria da história, capaz de articular as categorias universais da história aos particularismos culturais, através da narrativa histórica, segundo o próprio autor, não seria o próprio narrar histórico um procedimento explicativo? Procedimento este que desfrutaria de um duplo mérito, pois além de analisar em sua “cena originária” a linguagem e sua relação com o processo histórico, ainda poderíamos descortinar o próprio narrador – historiador em sua lógica narrativa. Pensar historicamente, significa articular os arquétipos lingüísticos do pensamento histórico a própria ciência histórica, dentro de parâmetros específicos onde a narrativa se tornará síntese desse método.

A validade da narrativa como teoria da história talvez se encontre em sua própria dinâmica, articulando e configurando diversas racionalidades argumentativas, abstratas que científicas criam perspectivas históricas válidas, variadas e simultâneas construindo uma racionalidade cognitiva tipificada que se peca pela abrangência e variedade de conjecturas, escapa ao determinismo de um monolitismo explicativo que não permite perceber todo o processo de construção histórica da narrativa.

Defendida a narrativa como uma teoria da história, agora se faz necessário demonstrar como Rüsen propõe a aplicação do paradigma narrativo ou o problema da narração metodologicamente. Sua matriz disciplinar é um esquema interpretativo

cognitivo-referencial das práticas do pensamento histórico onde a narrativa ou seu processo de construção, pode se articular sincrônica ou diacronicamente com o todo ou em parte. Entretanto a articulação de um ou mais campos naturalmente levará a narrativa a articular-se a um novo campo da matriz disciplinar composta de 5 (cinco) campos específicos, a saber: 1º. Interesses, (carências de orientação na mudança temporal do mundo contemporâneo.) 2º. Funções (orientação cultural sob a forma de um direcionamento do agir humano e de concepções da identidade histórica.) 3º. Perspectivas da interpretação (teorias, perspectivas e categorias.) 4º. Formas de representação. 5º. Métodos, (regras da pesquisa empírica). Esses 5 (cinco) campos que compreendem a matriz disciplinar ainda se dividem em 3 (três) eixos: Vida prática, princípios do sentido e ciência especializada. As articulações da narrativa aos eixos e campos da matriz disciplinar permitem a constituição de uma explicação teórica racional da geração de sentido. Formalmente através da estrutura da história, materialmente através da experiência do passado e funcionalmente, orientando a vida humana no tempo, criando um modelo racional na constituição histórica do sentido dentre todas as suas possibilidades.

A tarefa e a pretensão de racionalidade de uma história cuja auto-afirmação passa pelo paradigma consistem, por conseguinte, na identificação de um perfil coerente para essa pluralidade e diferença, e em sua explicação reflexiva sem manipulá-la ou descartá-la. Essa pretensão capacita o paradigma narrativo da práxis histórica, que se realiza na plenitude do diferente, a emergir e a motivar a história a não proceder mais de maneira cega, mas sim esclarecida sobre si mesma. (RÜSEN, 2001: 170).

Voltando ao palco e seus personagens, antes que as cortinas se fechem, perguntamo-nos: Monarquistas ou Republicanos? Não se trata aqui de buscar definir conceitualmente o que esses termos significam, mas sim o que representaram para os lados envolvidos na Guerra do Contestado ou outra história, percebe-se que os caboclos defendiam a monarquia, mas se aproximavam muito mais do republicanismo, por suas carências da vida prática, “a idéia de Monarquia já estava associada, por amplas camadas da população pobre do país, a uma defesa paternal dos pobres contra os poderosos” (MACHADO, 2004: 213), desejavam uma monarquia travestida dos ideários republicanos, suas orientações e suas concepções de identidade mesclaram o

monarquismo e o republicanismo em um híbrido político adequado a suas perspectivas de interpretação e possibilidades reais que se apresentavam.

De outra forma a pesquisa histórica, a ciência especializada vem cristalizando interpretações históricas, que contemplam muito mais o contexto histórico do que os discursos, em si mesmos, escapando ao enquadramento teórico, contribuindo decisivamente para a criação de modelos explicativos mais abrangentes que se assemelham metodologicamente a matriz disciplinar proposta por RÜSEN. Se ao articularmos um dos campos da matriz, às carências da vida prática, em relação aos rebeldes do Contestado perceberemos que naturalmente passaríamos pelo seu cotidiano e identidade histórica, ao mesmo tempo compreenderíamos as condições que permitiram criar ou modificar suas formas de representação.

A construção e implementação da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul que corta ao meio a região, de norte a sul, valorizou diretamente a terra, essa mudança, a ampliação das possibilidades econômicas ligadas a terra alteraram as relações de dependência e sustentação do sistema de agregação,¹³ que tem no compadrio sua forma mais acabada. A terra era o fiel da balança entre o coronel latifundiário e seus agregados, mantinha-se na terra um vínculo de dependência e co-obrigações comuns. Entretanto quando da terra revalorada, os interesses dos coronéis e seus agregados, entraram em conflito, as funções do agir humano, foram reordenadas em novas bases, os coronéis desejavam dispor monetariamente da valorização da terra, os serviços e trabalhos ocasionais prestados por seus agregados como forma de paga e retribuição por seu uso não mais lhes interessavam.

Os sertanejos não mais podendo dispor da terra como de costume e não mais servindo aos interesses dos proprietários de terras, delas são expulsos, sua nova condição econômico-social forçaram o caboclo a reelaborar suas formas de representação acerca de suas condições e possibilidades em um mundo em profundas mudanças. Para as elites regionais, do outro lado, mas da mesma forma o republicanismo se configurou num híbrido de liberalismo econômico e controle político o que percebemos diferente de uma ampliação da participação política. As mudanças que as regiões serranas paranaenses e catarinenses vislumbraram no início do século

¹³ Prática de co-dependência e co-obrigação entre o coronel e seu agregado, recebe o agregado sob permissão, um pequeno pedaço de terra, por seu uso obriga-se em trabalho e moralmente pelo compadrio a vontade do coronel latifundiário.

XX, a modernização, o progresso e suas promessas também podem ser articuladas a matriz disciplinar. Seus interesses e perspectivas acompanharam as mudanças históricas, as possibilidades que se apresentaram construíram um novo horizonte, a nova realidade ou sua mudança exigiu um novo contexto histórico, uma nova narrativa precisou ser costurada, uma nova trama precisaria ser urdida pela mão do especialista.

Finalmente, podemos perceber a importância e contribuição da obra de Jörn Rüsen, recente é sua penetração no Brasil, o que não lhe é demérito algum, a amplitude e preocupação do autor com a ciência da história, com a formação de uma metodologia histórica que possa se construir como teoria, mostrou-se tão inusitada quando poderosa, usar da narrativa como uma possibilidade de criação de uma teoria histórica prática, veio responder a crise do debate histórico contemporâneo, amoldando criteriosamente do universal ao particular dentro da história. Para Rüsen a narrativa é um paradigma, pois o processo de construção histórico deve se estabelecer dentro de uma relação entre experiência e tempo, essa relação da sentido as experiências criando um enredo que passa a organizar o tempo, que por sua vez da sentido ao passado.

Rüsen defende que a história deve se preocupar com a pluralidade, buscando o historiador em seu trabalho, mais de um sentido, mais de uma perspectiva, construindo a partir dessa proposta um enredo narrativo articulado a vida prática, as condições históricas e seus significados que permitam ao homem compreender o desenrolar da história pelas carências da vida prática. Rüsen nos convida a ampliarmos os horizontes e olhares sobre a história, nos questionando acerca da forma com a qual nos preocupamos da escrita da história, não seria essa escrita da história antes uma narrativa?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

HOBBSBAM, Eric J. **A Era do Capital** (1848-1875). São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MACHADO. Paulo, Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

QUEIROZ, Maria, Izaura. **La “Guerre Sainte” au Bresil: Lê movimento messianique du “Contestado”**. São Paulo: Secção Gráfica USP, 1957.

LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e Libertários**: Pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. **História Viva**. Teoria da História III formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum** – estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Entre legados e demandas: a proposição de programas históricos nos primeiros anos de atividades do IHGB

Fabiana Rodrigues Dias*

A formulação dos *programas*, por certo, inspirava-se na retórica,¹ mas já introduzia os elementos de um campo disciplinar em formação.² Conciliando essas referências com as demandas que os afligiam, os propositores dos enunciados apresentavam à plenária do Instituto questões que abrangiam tudo o que precisava ser esclarecido. Nesse sentido, tanto as “memórias históricas” quanto os *programas históricos* foram expressões de um momento incipiente, em que a modelação do passado, sob a forma de uma história pátria, ainda estava por ser definida. Ambos, enquanto textos inéditos redigidos pelos integrantes dos quadros do Instituto, deram conta de alguns dos infundáveis pontos que, cotidianamente, se apresentavam, em estado bruto, à apreciação dos letrados.

Os *programas* aventados nas dependências do Instituto, na forma como eram elaborados os enunciados, não transgrediram a tradição, pois formulavam-se a partir de uma estrutura retórica, onde o questionamento e a dúvida estimulavam a curiosidade e o debate. Todavia, no que tange à essência das proposições programáticas, verifica-se a coexistência de paradigmas tradicionais e modernos. Conciliando pragmatismo e estatuto científico, os *programas* são expoentes de um século XIX, onde, no movimento da modernidade, as referências clássicas se esvaziaram em função do paradigma historicista que se afirmava, gradualmente, como hegemônico.³

Como testemunharam Wilhelm von Humboldt e Immanuel Kant, a idéia de coletivo singular surgiu como mais um advento singularizador das tradições plurais, características das sociedades estamentais, onde havia referência às liberdades, às revoluções, às justiças e aos progressos. Nesse sentido, a “época das grandes singularizações” viu as múltiplas histórias de caráter universal, objeto das academias ilustradas, cederem lugar à disciplinarização do conhecimento historiográfico, e

¹* É mestranda em História Política pelo PPGH-UERJ, com financiamento da Capes.

Roberto Acízelo de Souza. *O Império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. RJ: Eduerj, 1999, p.28.

² Georg Iggers. *Historiography in the Twentieth Century. From Objectivity to the Postmodern Challenge*. Hanover-London, Wesleyan University Press, 1997.

³ Roberto Acízelo de Souza. *O Império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. RJ: Eduerj, 1999, p.26-7.

passarem a narrar os fatos como partes de um todo maior, ou como parte da História, então grafada com o *h* maiúsculo próprio de um saber unificado e, por isso, convertido em campo institucionalizado.⁴

Alguns dos *programas históricos* formulados no IHGB expressariam o modo pelo qual tais tendências irradiadas da Europa repercutiam na ambiência intelectual do Brasil recém-independente. A profissionalização do campo, inspirada pela institucionalização da história enquanto disciplina, pressupunha a adoção de um estatuto científico e de uma metodologia. Tais prerrogativas, ainda indefinidas para os letrados do Brasil, também eram matéria dos *programas históricos*, já que se fazia urgente a escrita da história nacional. Isso indica a importância que havia para os sócios, naquele momento, em estabelecer as diretrizes que norteariam o trabalho historiográfico dos anos subseqüentes. Diluir dúvidas, desfazer controvérsias e criar parâmetros metodológicos constituíram, assim, temas a serem tratados sob a forma de *programas históricos*. Dessa forma, os sócios amadores especulavam sobre a história que parecia insistir em profissionalizar-se.⁵

A primeira menção ao termo *programa histórico* ocorreu na inaugural sessão ordinária de 1º de dezembro de 1838. Aventura por Januário da Cunha Barbosa, o enunciado propunha “determinar-se as verdadeiras épocas da história do Brasil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quais devem ser suas divisões”.⁶ O sócio-fundador expressava, assim, sua atenção em discutir a cronologia da história do Brasil. Essa preocupação denotaria uma inspiração de origem eminentemente antiquária, mas que, entretanto, a essa altura, afinava-se aos imperativos postos por um conhecimento em processo de institucionalização. Tal provocação foi alvo do vigor inaugural dos sócios, sendo, na sessão subseqüente, apresentados três trabalhos sobre o *programa*, que nem mesmo havia sido sorteado. A discussão se verifica até as atas das sessões de março de 1839, inspirando intervenções orais e escritas de Cunha Matos, Lino de

⁴ Aqui aliamos as reflexões de Reinhart Koseleck sobre “a grande época das singularizações” aos apontamentos de Georg Iggers sobre a formação do campo disciplinar da História. Ver: Georg Iggers em *Historiography in the Twentieth Century. From Objectivity to the Postmodern Challenge*. Hanover-London, Wesleyan University Press, 1997, p.27; e Reinhart Koselleck. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p.52.

⁵ O trecho faz alusão ao artigo em que Manoel Luiz Salgado Guimarães discorre sobre os meandros da profissionalização do ofício de historiar. Ver: *Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX*. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, 2002, pp.184-200.

⁶ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, ata da sessão de 1/12/1838.

Moura, José Silvestre Rebelo, Pedro Belegarde, e até do Presidente do Instituto, o Visconde de São Leopoldo.

O tema incitava debate acalorado, porque colocava em jogo a definição das épocas em que se dividiria a trajetória pretérita de um país, que mal deixara o estatuto colonial, e buscava, ainda, identificar suas origens e construir sua identidade, tarefas, aliás, também postas a cargo do Instituto. O *programa* se tornava passível à diversidade de opiniões legítimas, já que não havendo, a essa época, marco fundador do Brasil como nação, poder-se-ia tê-lo estabelecido tanto na independência, ou a partir da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, como no descobrimento, ou mesmo tê-lo fincado antes da conquista, se provada fosse a existência de civilizações anteriores a ela. Tanto que, na dissertação desenvolvida por Raimundo José da Cunha Matos em resposta ao *programa*,⁷ a sugestão era de que se dividisse a história do Brasil em três épocas: a primeira relativa aos aborígenes; a segunda ao descobrimento e à administração colonial; e a terceira aos acontecimentos posteriores à independência. Tal organização cronológica, além de abrir diversas possibilidades às interpretações sobre a gênese da nação, impunha como domínio da história do Brasil uma temporalidade mais extensa do que aquela que Varnhagen, adiante, iria arrolar. Os índios em estado natural, livre do contato com os homens brancos, deveriam ser considerados, portanto, como os primeiros *brasileiros*. Talvez, por isso, se explique o empenho dos sócios em pesquisar, cotejar e redigir sobre os mais remotos vestígios autóctones encontrados.

Em momento precoce, de posturas individuais mais ressonantes do que um possível espírito coletivo e institucional, o Cônego Januário levantava com essa proposição outros tantos desdobramentos de ordem metodológica que a própria ambição por ele sublinhada, na instalação do Instituto, sobre a escrita de uma história geral seria questionada. A esse respeito, outros fundadores, como o Marechal Cunha Matos e o Visconde de São Leopoldo concordariam em postular que histórias provinciais deveriam ser redigidas como pré-requisitos à história geral, o que foi mencionado pelo próprio Marechal no desenvolvimento do *programa*.⁸ A disputa se alongaria, sem que a

⁷ A dissertação apresentada à plenária de 19 de janeiro de 1839 sob o título: “Dissertação acerca da maneira de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil” só serai publicada 25 anos mais tarde, na Revista correspondente ao ano de 1863. Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XXVI, 1863, p.121-143.

⁸ “Dissertação acerca da maneira de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil” Ver: RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XXVI, 1863, p.121-143.

dissertação, escrita por Cunha Matos em resposta ao enunciado formulado pelo Cônego, chegasse às páginas da *Revista*, enquanto ele e seus interlocutores estivessem vivos.

O anúncio de problemática de tais proporções na primeira reunião dos associados revela a preocupação do Instituto em balizar a temporalidade da história do Brasil e, por conseguinte, os limites cronológicos da pesquisa documental a ser empreendida. O que, em certo aspecto, demonstra o conhecimento do sócio fundador a respeito dos paradigmas historiográficos que se afirmavam com Leopold Von Ranke. A iniciativa do Cônego, ainda, incitava seus pares acadêmicos a discutirem sobre qual seria a relação que a história do Brasil estabeleceria entre o passado colonial e a nação que se inaugurava. Conciliar as circunstâncias presentes, que se apresentavam críticas, em função das sublevações separatistas, à construção de uma história que produzisse um efeito de unidade nacional parecia ser uma das inquietações subjacentes à proposta de Cunha Barbosa.

A discussão sobre a crítica historiográfica, enquanto método, constituía, assim, mais um objeto dos *programas históricos*, posto que serviria de suporte às futuras incursões pela vastíssima massa documental espalhada pelas províncias. O cerne dessa etapa do labor historiográfico consistia em averiguar se as fontes materiais ou documentais eram autênticas e críveis. A paleografia, a filologia, a cronologia e a diplomática auxiliavam no juízo sobre a proveniência das fontes: se eram originais, cópias, ou mesmo falsificações. Já a credibilidade do teor documental atestava-se de acordo com a experiência e o bom senso do avaliador. Saber reconhecer os símbolos, os conceitos e a conjuntura de um tempo e espaço alhures, bem como a incontestabilidade do suporte documental, tornava erudita a crítica realizada sobre as fontes.⁹

Atento à profissionalização do ofício de historiador, o sócio-fundador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes propôs como tema de *programa histórico* o seguinte: “quais os meios que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil?”.¹⁰ Sorteado um ano e três meses após ter sido colocado na urna, o *programa* foi destinado à ordem do dia da sessão de 16 de janeiro de 1841, e acabou desenvolvido e apresentado pelo próprio autor apenas vinte dias após ter sido debatido na ordem do dia. A elaboração da dissertação possivelmente

⁹ Sobre a *crítica dos testemunhos*, ver: Jean Glénisson. *Iniciação aos estudos históricos*. Com a colaboração de Pedro Moacyr Campos e Emilia Viotti da Costa. SP: Difusão Européia do Livro, 1961, p.167-86.

¹⁰ Proposto na sessão de 10/08/1839.

foi inspirada pelo texto de autoria do Cônego Januário da Cunha Barbosa, publicado na Revista correspondente ao primeiro ano de atividades do Instituto. Divulgado em 17 de dezembro de 1838 o artigo de teor instrutivo denominava-se “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem a sociedade central do Rio de Janeiro”,¹¹ e buscava orientar os agremiados a realizar um exaustivo levantamento de informações que serviriam de suporte ao grandioso empreendimento da História Geral.

Com o objetivo de logo consubstanciar o arquivo documental estabelecido pelos estatutos aprovados em 1838, Rodrigo de Sousa da Silva Pontes salientava as expedições científicas a campo e a formação de comissões que rumariam às províncias, como as principais providências a serem tomadas pela Mesa Diretora do Instituto. Fazer com que os letrados, através de expedições científicas, se deparassem com tempos sociais distintos remontava às conquistas européias modernas e à decorrente ampliação de horizontes.¹² Tomando contato com a diversidade a ser transfigurada em identidade, as expedições seriam as responsáveis por levar à apreciação do Instituto os elementos das diversas culturas prestes a serem amalgamadas pelo artifício de uma história da nação brasileira.

Por outra via, as comissões propostas pelo Desembargador Pontes funcionariam como extensões do Instituto nas províncias, e sua maior contribuição se daria no sentido de uma avaliação crítica sobre a autenticidade e a potencialidade dos documentos encontrados. Recolhendo relatórios, atas, vestígios arqueológicos, mapas, ou tudo o que pudesse integrar um verdadeiro arsenal documental, os sócios comissionados seriam extensões do Instituto sobre longínquas províncias, que, embora indiferentes à produção do Brasil como nação, precisavam ser integradas, mencionadas, contempladas pelo projeto espaço-temporal de um Instituto que se queria histórico e geográfico.

A dissertação desenvolvida por Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, sugerindo os meios a serem utilizados para que a memória da nação fosse arregimentada e centralizada pelo Instituto, exprimia a coexistência entre práticas do antiquariado e

¹¹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, p.141.

¹² Essa reflexão baseia-se na interpretação desenvolvida por Manoel Salgado a respeito da dissertação de Rodrigo de Sousa da Silva Pontes. Ver: Manoel Salgado Guimarães. *A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil*. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.116-117.

lições de um campo disciplinar em formação. Tal paradoxo se efetiva na medida em que o autor, simultaneamente, indicou as expedições arqueológicas e a crítica documental como algumas das diretrizes a serem seguidas pelos sócios no trabalho sobre as fontes documentais. Cabe salientar que, no imbricar dessas tendências reveladas em momento experimental, percebe-se um processo marcado por disputas e tensões, no qual o Instituto procurava estabelecer uma espécie de consenso, de acordo com as demandas que se impunham.

Questões, eminentemente voltadas para o presente, também ocuparam a pauta dos *programas históricos*. Tais proposições incentivavam a produção de narrativas capazes de servir como suporte intelectual às posturas políticas que se convinham defender naquele contexto. Esses enunciados programáticos levantavam especulações, sobretudo, relativas à política e à administração pública, posto que não refletiam mais do que as problemáticas impostas aos homens de Estado reunidos no IHGB. Catalisadores das angústias que se faziam sentir no âmbito da consolidação política da monarquia, esses *programas* anunciavam temas variados para que fosse discutida e avaliada a consistência das soluções que, por ventura, se apresentassem como resposta às proposições. Nesse sentido, os *programas* especulavam também com a história, posto que Clio servia de aliada à resolução de impasses imbricados no cotidiano contemporâneo do Estado.

Definir a gênese de uma população heterogênea, a ser convertida em povo, configurava-se como uma das mais rebuscadas tarefas a que os letrados do Instituto se impuseram. Todavia, esse não seria um debate consensual no interior da agremiação. Em meio a disputas e tensões, como veremos adiante, os encaminhamentos dados a questão foram diversos.

O estudo oferecido por Von Martius ao Instituto sobre “como se deveria escrever a história do Brasil” fora publicado na *Revista* em 1848. Embora aclamado por sua complexidade filosófica, e premiado por conclamar as três raças formadoras do Brasil ao amálgama, as reflexões do naturalista não ecoariam por longo tempo no IHGB. Correntes limitadas a uma espécie de maniqueísmo interpretativo acabariam por dominar o debate, privilegiando ou a supremacia lusitana sobre os outros povos que integraram o processo de colonização, ou o índio como o representante mais puro do que seria a origem do brasileiro.

Aprovado ainda no exercício do primeiro ano de atividades, o *programa* que indagava sobre a possibilidade de ter havido no Brasil uma civilização anterior à chegada das caravelas lusitanas, seria revisitado na sessão de 14 de setembro de 1848, por conta do sócio efetivo Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia, que apresentou uma “memória, escrita no corrente ano, pelo Sr. Manoel Rodrigues de Oliveira sobre objetos encontrados que corroboram a suposição da existência de uma antiga povoação abandonada no interior da Bahia”.¹³ Certamente motivada pelo *programa histórico*, “quais os vestígios existentes no Brasil, que possam provar uma civilização anterior à conquista dos portugueses?”,¹⁴ proposto pelo Desembargador Pontes, em 1839, a memória redigida por personalidade não integrante dos quadros do Instituto, apesar de publicada, não seria considerada pela administração da Casa como resposta adequada ao *programa*.¹⁵

O interesse por investigar esses vestígios coadunava-se à construção das tradições, das quais o Brasil, como unidade nacional, era, então, desprovido. Deparar-se com evidências de uma civilização não alcançada pelos conquistadores lusitanos significava fincar, em algum ponto do passado, a estaca da origem do Brasil. Situar no espaço e no tempo, para além da referência primitiva do índio, uma procedência civilizada, elevaria a nação brasileira, que se construía, a um patamar similar ao dos povos hispano-americanos que se proclamavam herdeiros das tradições incas e astecas.

A memória de Manoel Rodrigues de Oliveira mobilizou a atenção dos associados ao ponto de decidirem, por voto, que a mesma deveria ser levada ao conhecimento do governo imperial, “rogando-lhe se digne exigir da presidência da Bahia todas as informações a tal respeito”. As instigantes evidências encontradas pelo Sr. Rodrigues de Oliveira lançavam contundentes assertivas sobre a existência de uma origem civilizada para o Brasil. A memória oferecida ao Instituto pelo Dr. Maia conquistou as páginas da *Revista* no mesmo ano em que foi apresentada.¹⁶ Talvez, tamanha repercussão possa guardar relação com o fato do exímio uso da crítica ter se

¹³ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo X, 1848, ata da sessão de 14/09/1848.

¹⁴ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, ata da sessão de 06/04/1839.

¹⁵ De acordo com o manuscrito DL 178, 23 onde estão relacionados a maioria dos programas históricos e seus respectivos encaminhamentos, o *programa* proposto pelo Desembargador Pontes consta como não desenvolvido.

¹⁶ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo X, 1848, p. 363-73.

coadunado ao pragmatismo, ou, ainda, à falta de estudos contemporâneos sobre tão útil assunto.

Entretanto, a publicação não faria qualquer referência ao *programa*, o que, talvez, justifique a atitude do Imperador em atribuí-lo, cinco anos mais tarde, aos cuidados de Gonçalves Dias.¹⁷ Embora privilegiada pela escolha seletiva do soberano, a busca por civilizações anteriores à colonização não seria objeto da pena de afiliados ao Instituto Histórico, sendo legado à posteridade somente o relato do amigo do Dr. Maia, onde se afirmava terem “achado moveis antiqüíssimos, louça como a da Índia ou Saxônia, (...) balaustres, ferramentas de agricultura carcomidas (...), e pedaços de alicerces ou de paredes de casas, que as pesadas enchentes tem arrastado; sepultando-os em suas áreas (sic).”¹⁸

Procurando dar conta de preencher as imensas lacunas narrativas que cercavam a vida dos indígenas desde os tempos anteriores à chegada dos primeiros conquistadores, os sócios do Instituto, num esforço constante, valiam-se dos *programas* para abordar os mais variados aspectos da vida daqueles que pareciam incorporar os atributos da origem do *brasileiro*. O primeiro *programa* a ser anunciado nesse sentido foi o elaborado por Manoel Ferreira Lagos em 1839. Propondo um mapeamento amplo das nações indígenas, o enunciado expunha o imperativo por se avaliar quais desses povos teriam sobrevivido à colonização, pois dever-se-ia partir da enumeração das:

“diversas nações de índios que povoavam o Brasil, quando foi descoberto pelos portugueses, mencionando os lugares em que habitavam e os caracteres físicos e morais mais salientes, que as distinguiam entre si. Se ainda existem restos dessas nações, ou se já algumas tem completamente desaparecido.”¹⁹

Contorno semelhante teria um outro *programa* proposto na sessão de 4 de fevereiro de 1839. Januário da Cunha Barbosa propunha, então, aos sócios que fizessem uma ampla discussão a respeito de temas como civilização, cultura e identidade, e chegassem a um veredicto a partir do enunciado:

“o que se deve concluir sobre a história dos indígenas, ao momento da descoberta do Brasil, e daí por diante, a vista das continuadas guerras entre as suas diversas tribos, da diferença de suas línguas e de seus costumes, se os devemos supor famílias nômades,e

¹⁷ Na sessão de 21/10/1853 o programa foi designado a Gonçalves Dias.

¹⁸ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo X, 1848, p. 364.

¹⁹ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, ata da sessão de 21/09/1839.

no primeiro grau da associação, ou se segregadas das grandes nações ocidentais da América por quaisquer calamidades que as fizessem emigrar, e nesse caso se algum vestígio de civilização das grandes nações do resto da América aparece nos índios do Brasil.”²⁰

Talvez, por causa das dimensões da proposição, os sócios não tenham se interessado, ou não tenham mesmo tido os elementos primários para elaborarem uma obra de tamanho fôlego em momento ainda tão incipiente das atividades do Instituto. O *programa* não chegou a compor a ordem do dia, nem tampouco seria retomado pelo Imperador, restando à monumental proposição do Cônego uma breve menção na ata da sessão ordinária de 1839.

Assunto delicado, a escravidão africana parecia ser o ponto nevrálgico da almejada integração nacional. Tocar na sua trajetória enquanto prática institucionalizada, certamente, devia parecer aos sócios mais ilustrados um retrocesso à marcha civilizadora que os guiava. Uma imensa massa de homens, comercializada como se desprovida de consciência fosse, se configurava como um impasse ao projeto nacional, na medida em que sendo o negro reconhecido como elemento integrante da nacionalidade brasileira, imediatamente ser-lhe-ia conferida uma cidadania inconciliável com a escravidão então vigente.

Dos sessenta *programas* aprovados para dissertação, apenas dois deles fizeram menção ao tema da escravatura. O primeiro deles, proposto pelo Cônego Januário, em 1839, indagava “se a introdução dos africanos no Brasil serve de embaraço à civilização dos índios cujo trabalho lhes foi dispensado pelo dos escravos. Neste caso, qual é o prejuízo da lavoura brasileira entregue exclusivamente aos cativos?”²¹ O sócio Silvestre Rebello e o próprio Secretário Perpétuo desenvolveram trabalhos no mês imediatamente posterior à proposição, o que contribuiu para que o *programa* fosse publicado na Revista correspondente ao mesmo ano de 1839. O encaminhamento à publicação, tão eficazmente realizado se deveu ao fato das dissertações terem enaltecido as virtudes indígenas, em detrimento da mácula arcaica inspirada pelos cativos africanos. Cunha Barbosa propunha com seu *programa* uma alternativa ao “retardamento da civilização”: a sua substituição pelo trabalho livre indígena, que deveria ser ensinado em missões administradas por jesuítas, contudo vigiadas pelo Estado. A resolução cautelosa do

²⁰ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1839, ata da sessão de 04/02/1839.

²¹ Apresentada na sessão de 04/02/1839.

Cônego buscava evitar que novamente se construísse a imagem de que os loyolanos ameaçavam o Estado.

Na formação do arcabouço que fundaria os alicerces para a escrita da história pátria, o Instituto Histórico ia traçando as diretrizes de seus trabalhos de acordo com a postura política de uma instituição ativa sob os auspícios do Imperador. Expressão da confluência de múltiplas tendências, o que é próprio de um momento de redefinições, seu exercício revela traços de uma ilustração tardia, bem como de um novo movimento intelectual, dotado de uma atitude racionalista, já pautada pelo romantismo.

Uma das sobrevivências setecentistas no Instituto, retomadas à luz dos Estatutos da Academia dos Renascidos, foi, justamente, a prática de propor e desenvolver *programas históricos*. Seus enunciados, entretanto, já exprimiam a convergência de elementos tradicionais e modernos. Assim, conforme procuramos alinhar, apresentavam-se tanto especulações afinadas com a disciplinarização dos estudos históricos, quanto questões expressivas das permanências de cunho retórico.

O trabalhismo revolucionário e a resistência à ditadura militar dos anos 1960

Fábio André Gonçalves das Chagas*

Em termos cronológicos, podemos apontar que as origens do trabalhismo revolucionário ou nacionalismo de esquerda remontam ao final dos anos 1950, de modo que sua vigência ultrapassa o golpe civil-militar de 1964 e protagoniza os primeiros lances de oposição armada ao regime militar instaurado no ano em evidência.

Historiograficamente, podemos observar que este trabalhismo radical deriva do processo de metamorfoses do próprio trabalhismo que nasce moderado com Vargas mas que ao longo de aproximadamente 15 anos consegue gestar tendências esquerdistas e revolucionários em seu interior.

De acordo com Lucília Neves, a partir do decênio de 1940, as massas se lançam ao centro da arena política e estimulam o desenvolvimento de um projeto não apenas nacionalista, mas também distributivista. Durante os anos 1950 os trabalhos dos intelectuais do ISEB ajudaram na construção de projetos, é verdade, conservadores, mas também projetos que visavam uma grande transformação social da realidade vivida, de modo que se desenvolveram tendências nacionalistas dos mais diversos matizes. Nos mesmos anos 50 já aparecerão organizações como a Frente Parlamentar Nacionalista que durará até 1964, e a Frente de Novembro (abrigo em seu interior oficiais, sargentos, sindicalistas, petebistas e comunistas unidos pelo nacionalismo). Em virtude da resistência ao golpe que visava impedir a posse de Juscelino Kubitschek.

Fundamentalmente, a conjuntura política e econômica de 1945 a 1964 levou uma parcela importante do PTB a se distanciar gradativamente de forças antes aliadas como o PSD. Em boa medida parte dos trabalhistas passou a ver nos comunistas seus principais aliados, não obstante fossem forças políticas concorrentes.

Se por um lado, parte dos trabalhistas percorreu um itinerário esquerdista verificado na formação de grupos ou frentes como o Grupo Compacto, a Frente de Mobilização Popular Nacionalista, a Frente de Libertação Nacional, a Frente Parlamentar Nacionalista e a Frente de Mobilização Popular, também se pode verificar a existência de teses que postulavam uma “revolução branca” calcada no reformismo social progressivo e corporificadas por exemplo na Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base ou Frente Dantas (GOMES, 1994).

* Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/Barbacena

Cada vez mais uma importante fração do Partido Trabalhista Brasileiro, mais combativa por certo, aproximar-se-ia de propostas de cunho socializante. Em boa dose, podemos salientar que os nacional-revolucionários gravitavam sob a órbita do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, certamente o maior expoente desta tendência política. Em seu mandato de governador, Brizola agiu de forma ousada e decidida, encampando empresas estrangeiras, criando quase 700 mil vagas escolares e capitaneando uma épica resistência ao intento golpista de quem sempre vituperou a possibilidade das gentes pobres participarem das decisões mais importantes do país. Por isso mesmo, a liderança de Brizola passou a ser amplamente reconhecida por grupos heterogêneos e divergentes, nacionalistas e até comunistas (FERREIRA, 2003).

Embora gestado desde os anos 1940, o nacionalismo revolucionário, fortemente enraizado no Rio Grande do Sul ganhará notoriedade nacional a partir da epopéia da legalidade de agosto de 1961, figurando o Rio Grande como o grande baluarte da resistência. Muito mais do que um verbalismo revolucionário, Brizola se credenciava perante todas as forças progressistas mais à esquerda em face das suas atitudes, embora seu discurso apontasse para o alcance do socialismo pela via do trabalhismo radical. De acordo com João Trajano Sento-Sé “sua rearticulação passava a girar em vários eixos, não se restringindo mais apenas aos antigos quadros do PTB, mas estendendo-se a outros grupos, incluindo aqueles que, após o golpe, optaram pela luta armada (SENTO SÉ, 1999: 70).

O fato é que Brizola beirou sempre a fronteira da legalidade e neste sentido os exemplos comprobatórios desta postura são muitos. Certa feita, o ex-governador gaúcho pronunciou que no Rio Grande do Sul se levava a efeito uma tentativa de modificar a estrutura econômica e política pela via pacífica, mas para que se mantivesse o caráter pacífico das transformações era preciso que irrompesse uma Constituinte “com a eleição dum Congresso Popular em que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e oficiais nacionalistas, os homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminadas as velhas raposas da política tradicional” (BANDEIRA, 1979), ou seja, pelas vias legais parecia inútil tentar avançar.

Argelina Figueiredo, sobre este assunto sustenta a opinião de que o nacionalismo revolucionário capitaneado por Brizola deixou de apostar na via parlamentar para levar adiante o programa nacional-reformista, donde o estreitamento das possibilidades de barganha política. Segundo a autora, aquelas esquerdas acreditavam que já haviam acumulado força suficiente para o enfrentamento.

Observando os comentários de autores como Paulo Schilling, um dos protagonistas do frenesi nacionalista revolucionário, notamos que Brizola ziguezagueava na sua evolução política no sentido da radicalização. Para Paulo Schilling:

Somente sete anos depois, um de seus discípulos – Brizola – compreenderia a mensagem. Esse fez uma interpretação profunda da Carta e a divulgou em grande escala por todo o país. Paralela e gradualmente foi abandonando o populismo, passando a assumir uma posição nacionalista-popular-revolucionária (SCHILLING, 1979: 34)

Se no começo de 1963 Brizola partira para a organização da Frente de Mobilização Popular, ao final do mesmo ano o ex-governador gaúcho lançara os Grupos de Onze que deveriam ser a base de uma futura organização revolucionária cujo braço armado seria constituído pela oficialidade nacionalista, sargentos e marinheiros. Em pouco mais de três meses já havia se formado pelo Brasil cerca de quarenta mil Grupos de Onze.

Leonel Brizola comenta em sentido contrário ao que foi salientado quando afirma que os Grupos de Onze não poderiam constituir o embrião de milícias populares porque efetivamente não tinham esse conteúdo. Para este a arregimentação dos Grupos tinha como finalidade organizar a sociedade civil para enfrentar um possível golpe que se esperava que acontecesse.

No âmbito do nacionalismo revolucionário e do trabalhismo radical no decênio de 1960 figuraram exponencialmente os chamados Grupos de Onze companheiros ou os Comandos Nacionalistas, os quais ainda figuram nas sombras da historiografia. Cumpre notar desde já que não ousamos medir o tamanho dos nacional-revolucionários apenas pela quantidade de Grupos ou Comandos. Veja-se, como exemplo, a constatação de Jorge Ferreira sobre a massa de suboficiais das Forças Armadas que acompanhavam Brizola. Pelas suas contas, dos 40 mil sargentos, 22 mil eram brizolistas, e por certo, muitos desses não faziam parte dos Grupos ou Comandos. Por certo também, muita gente que participava daqueles organismos políticos não era sargento, mas era nacionalista da linha brizolista.

Paulo Schilling, nacionalista daqueles tempos, ligado ao trabalhismo radical de Brizola, afirma que os Grupos de Onze deveriam ser os embriões do futuro exército revolucionário no Brasil. Segundo este autor, isto não ocorreu porque tais Grupos foram tardiamente estruturados e, portanto, não tiveram tempo para amadurecer suficientemente. Fazemos notar que pesquisando os Anexos do Projeto Brasil: Nunca Mais, verdadeiramente os Grupos de Onze, se amadurecidos, teriam estrutura e dinâmica complexas.

Para efeito de ilustração acerca do processo de constituição dos Grupos de Onze içamos um excerto de um Processo (BNM 64) que desnuda a forma como se processava formalmente a instauração dos nominados Grupos, talvez mesmo para que se tivesse uma idéia de quantos daqueles já se tinham formado. O texto remetido a Brizola relatava:

“Nós, os 11 (onze) brasileiros abaixo-assinados, constituindo nesta data um ‘Comando Nacionalista’, passo da Taquara, município de Rio Pardo-RS, escolhemos para líder e comandante o companheiro.....e nesta data, estamos também nossa decisão ao líder nacionalista Leonel Brizola de nossos objetivos: defesa das conquistas democráticas de nosso povo, realização imediata das Reformas de Base (principalmente a Reforma Agrária) e a libertação de nossa Pátria da espoliação internacional, conforme a denúncia que está na Carta-Testamento do presidente Getúlio Vargas. Passo da Taquara,.....de.....de 1964”.

Apesar de os Grupos de Onze ou Comandos Nacionalistas não terem reagido ao golpe de modo geral em abril de 1964, a documentação analisada nos mostra uma outra face daqueles agrupamentos. Se na prática os grupos ou comandos não atingiram um certo grau de organicidade, isto não se deveu à falta esforços nesta direção. Em face das dificuldades para organizar o povo conforme o próprio Brizola enxergava, em vista das dimensões territoriais do país e da sua diversidade regional, afirmava-se que era indispensável o apelo à iniciativa de cada um exatamente como ocorrera na crise da legalidade em agosto-setembro de 1961, quando o povo se organizou por toda a parte e de modo espontâneo após o apelo feito à resistência popular contra o golpe que se pretendia desfechar.

As tais instruções para a organização dos Grupos de Onze não ficaram limitadas ao manifesto de Brizola. Pelo contrário, vários foram os documentos encontrados em que o epicentro do assunto é justamente como proceder para a organização e para o estabelecimento de uma dinâmica política no interior dos referidos grupos.

Alertava-se para que os Grupo se armassem do que fosse possível para o “momento supremo”, as armas pesadas seriam logo fornecidas pelos militares aliados. Nesse dia Supremo, os camponeses fariam sua parte no campo, mas orientados pelos comandantes dos Grupos de Onze. Este é um documento diferente de todos os outros, pois parece planejar para breve uma insurreição na cidade e no campo.

Pelo que nos mostra a documentação o movimento nacionalista-revolucionário caminhava para um processo de amadurecimento organizativo. Talvez mesmo fossem capazes de enfrentar as forças que derrubaram João Goulart a 1º de abril de 1964. Entretanto, o golpe civil-militar estilhaçou as esperanças daqueles que perseguiram o sonho de um Brasil soberano. Mas não os derrotou por completo, pois nem tudo foi desmobilização e apatia,

posto que operários, estudantes, trabalhadores rurais e militares do Exército ou da Brigada Militar, integrantes dos Grupos de Onze, em diversas cidades encetaram, ainda que desordenadamente, respostas à ação golpista das direitas em março-abril de 1964.

A perspectiva de enfrentamento figurou no horizonte de muitas lideranças dos Grupos de Onze. Relativamente ao malogro da resistência ao golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul, alguns documentos nos dão pistas de que teria havido um chamamento de lideranças de Grupos de Onze de todo o estado para uma reunião emergencial em Porto Alegre entre os dias 1º e 2 de abril de 1964 (BNM 562).

As tentativas de contenção ao golpe partiram da iniciativa de Brizola e de outros quadros do PTB, mas também do ímpeto de alguns cidadãos espalhados pelos rincões do Rio Grande. Sereno Chaise, prefeito de Porto Alegre na ocasião, solicitou a um militante de nome Euclides para que paralisasse o sistema de transportes de Cachoeirinha, região operária da Grande Porto Alegre. Na madrugada do dia 1º, Euclides, utilizando, uma camioneta da prefeitura, impediu que os ônibus circulassem. A saída foi transportar os trabalhadores em caminhões (BNM 437).

Na cidade de Cachoeira do Sul, segundo o Relatório de 15 de julho de 1964, do Grupo de Obuses 155 desta cidade, o sub-prefeito de Cerro Branco, Willy Scheffel, sabendo que em outros municípios vinha-se tentando por em movimento a resistência, no dia 1º de abril tentou mobilizar o efetivo da Brigada Militar do distrito para dar vida a uma nova epopéia com a de 1961 (BNM 64).

Em Santa Bárbara do Sul o vereador petebista Adão Pedro ordenou para que um militante chamado Evaristo arregimentasse quantas pessoas pudesse para marchar sobre a cidade no dia 2 de abril. Evaristo fora demovido do intento pelo prefeito Vitório Caetano, tendo este afirmado que a oportunidade viria e que aquele recuo não significava a desmobilização. Na ocasião, Adão Pedro ainda recebera um telegrama de Brizola em que se lia “Aguarde instruções” (BNM 288).

No calor dos acontecimentos entre os dias 1º e 2 de abril de 1964, Porto Alegre figurava como a cidadela da resistência. Logo após assumir o III Exército o general Ladário Telles entrou em reunião quase que permanente com Leonel Brizola, os deputados Wilson Vargas e João Caruso para discutir aspectos diversos da crise nacional. Também estavam na interminável reunião o general Crisanto Figueiredo, líderes sindicais, militares, representantes dos sargentos e Bismar Borges, diretor do Departamento de Correios e Telégrafos. (BNM 284)

Da parte dos nacionalistas da Brigada Militar, todos filiados ao já citado Diretório do PTB General Ernesto Dornelles, também houve um princípio de resistência. Estes militares, segundo um documento datado de novembro de 1964, da Justiça Militar do RS, já vinham sendo monitorados pelo serviço secreto das Forças Armadas. Entre vários suboficiais apareciam na mira da repressão ainda 8 coronéis, 5 majores, 11 capitães e mais 13 oficiais por virem desde antes do golpe incitando no maio militar a formação de Grupos de Onze, proclamando a urgência das Reformas de Base e a mudança radical do regime.

No dia do golpe, a 1º de abril de 1964, todos os membros do Diretório Ernesto Dornelles tomaram atitudes que contrariavam os oficiais comandantes apoiadores do golpe ou que se mantiveram inerte perante o mesmo. No mesmo dia 1º o General Ladário Telles determinou a intervenção na Brigada Militar dando o poder sobre a Brigada para o coronel Dayson. No entanto, o coronel Otávio Frota deu conhecimento aos seus comandados de que havia negado a requisição de Ladário Telles por entender ser a atitude inconstitucional.

Dezenas de oficiais optaram por apresentar-se para a resistência no Quartel General do III Exército, ou ainda se apresentarem à frente de quartéis para intimidar os oficiais e comandantes que não aderissem ao movimento pela legalidade.

A demonstração de força dos gaúchos não foi suficiente para impedir a vitória do golpe civil-militar de 1º de abril de 1964. O esboço de reação ao Sul do Brasil não passou de iniciativas esparsas e desarticuladas. Os Grupos de Onze não entraram em ação, por certo porque não haviam ainda alcançado um grau de maturidade orgânica. Brizola preferiu deixar o país e de Montevidéu montar seu Estado Maior para organizar melhor o grande movimento de luta para derrubar os golpistas.

No imediato pós-golpe, pulularam reuniões e articulações para reverter a derrota. Numa destas, realizada próxima à cidade de Gravataí, o Deputado João Caruso afirmara que o sucesso da contra-ofensiva dependia da rapidez com que se desse o bote, preferencialmente dentro de seis meses. Nesta trilha, muitos grupos desejosos da revanche lançaram-se à conspiração revolucionária. Via de regra, os diversos grupos e organizações, comunistas ou nacionalistas, que se lançaram à luta contra a ditadura, foram atraídos para a órbita da liderança de Brizola e de seu “Estado Maior” em Montevidéu. Por certo, o ex-governador gaúcho não fora o paladino da contra-ofensiva levada a efeito entre 1964 e 67 e tampouco a luta ficara circunscrita ao estado do RS. Maiormente, porém, foram os nacional-revolucionários que encetaram a luta contra a ditadura e, embora se tenha registrado a

articulação e o esboço de alguns lances revolucionários fora do estado em tela, estes mesmos contaram com a predominância da concepção, da direção ou da participação dos gaúchos.

Foi, portanto, a partir estas reuniões que nasceram as primeiras tentativas de luta armada contra a ditadura militar que se instaurara em março-abril de 1964. Segundo as informações obtidas junto ao Processo BNM 216, mais particularmente de uma sentença judicial, Brizola, desde Montevideu, não deixava arrefecer o ânimo dos exilados e dos inúmeros militares expurgados das Forças Armadas e da Brigada. Brizola contava ainda com grande simpatia dentro da Brigada Militar e do III Exército.

Em Porto Alegre, no mês de novembro de 1964, Alfredo Ribeiro Daudt planejou a execução de uma operação da qual deveriam participar militares da Força Aérea Brasileira, do Exército e da Brigada Militar além de grupos civis no sentido de ocuparem a Base Aérea de Canoas, na grande Porto Alegre. O mesmo Daudt, no entanto, foi alcançado pela repressão no dia 26 de novembro de 1964. As forças do governo apreenderam documentos referentes à operação político-militar que estavam em poder de liderança do movimento. Chegava ao fim a Operação Pintassilgo, primeira tentativa não concretizada de luta contra a ditadura.

O segundo intento revolucionário dos trabalhistas radicais fora o levante do ex-coronel Jefferson Cardim e do ex-tenente Alberi Vieira. Acerca desta tentativa, Brizola negou a vida inteira que tivesse tido alguma participação. O fato é que os protagonistas do evento histórico estavam intimamente ligados ao ex-governador gaúcho e o *modus operandi* se assemelhou bem com a estratégia que Brizola defendia.

O episódio em questão desenrolou-se teve início na madrugada do dia 25 para o dia 26 de março de 1965 abarcando os municípios de Campo Novo, Três Passos e Tenente Portela. Nestas cidades foram feitas ações expropriatórias de armas junto a um quartel da Brigada Militar de Três Passos e de Tenente Portela. Apesar dos pequenos êxitos do revolucionários, o pequeno grupo de homens fracassou e foi preso. Mais do que a simples prisão, tratava-se de mais uma derrota para os nacionalistas revolucionários ligados ao esquema de Montevideu. O saldo da derrota era maior do que simplesmente 15 combatentes presos. Amplos setores que apoiavam o brizolismo ou que simplesmente depositavam nele a esperança de que aquela situação pudesse ser revertida, lentamente passavam a desacreditar na real possibilidade de desalojar do poder os militares direitistas. Toda uma rede de contatos, de apoios de toda ordem começava a se desfazer.

Um ano após o fracasso do levante de Cardim e Alberi, os nacionalistas revolucionários voltaram a se articular com intensidade na capital gaúcha. Por volta de abril de 1966 várias reuniões aconteceram visando a irrupção de mais um levante contra o governo.

O esquema deveria ficar pronto para entrar em ação a qualquer momento determinado pela repercussão nacional de fato político que ocorresse ou para ser desencadeado no dia “Z” que seria fixado com 48 horas de antecedência, de preferência num sábado às 20 horas. O início de tudo se daria no Palácio Piratini quando a guarda do mesmo estivesse sob o comando do tenente João Veremundo Cavalheiro e cujos quadros de ação militar seriam adrede preparados para tomar várias atitudes, entre elas, prender o governador do estado e seu secretariado. O palácio, depois de tomado seria entregue a Leonel Brizola que estaria nas imediações de Porto Alegre e que seria o grande coordenador da insurreição.

Após a tomada do Palácio, seria lançado um manifesto à nação por intermédio de emissoras de rádio e televisão locais proporcionado por jornalistas e radialistas simpatizantes do movimento. Na seqüência da leitura do manifesto entrariam em ação os grupos de 5, formados essencialmente pelas lideranças comunistas. Na medida em que a Brigada Militar e o III Exército fossem tomados pelos insurretos, seria proclamada a formação do “Exército de Libertação Nacional”.

O plano começou a ser desbaratado pela denúncia feita pelo capitão Wenceslau Ari Sena o qual não concordara em participar de um movimento que contasse com a participação de comunistas. Após ser informado sobre o envolvimento de comunistas recuou e denunciou a trama revolucionária ao seu comandante em tempo suficientemente hábil para que as forças repressivas pudessem desarticular o movimento que se gestava. Uma vez conhecido o plano e seus participantes, foi ele frustrado e presa a maioria de seus participantes.

No mesmo ano de 1966, só que no segundo semestre, os nacional-revolucionários voltaram à carga, desta vez iniciando os movimentos longe das terras gaúchas. Trata-se do que se consagrou na literatura sobre o assunto como a Guerrilha de Caparaó. Em verdade, um movimento que não passou da fase de treinamento dos guerrilheiros que por lá já se encontravam. Caparaó teve um significado importante para a luta contra a ditadura porque pela primeira vez se operava uma mudança na estratégia político-militar dos nacionalistas revolucionários. Até então, Brizola, tido como o comandante da luta entre 1964 e 67, pensava a luta contra a ditadura em termos de uma estratégia de levantes armados, tomadas de quartéis, muito semelhante a um paradigma tenentista de ação política e militar. Caparaó se aproximava daquilo que se acreditava ter acontecido em Cuba, o foco guerrilheiro. Um

punhado de homens se aloja na selva e a partir de suas ações exemplares vão conquistando o apoio das massas que, por sua vez, vão se integrando à luta para constituir um exército rebelde que marcharia rumo a tomada do poder.

A influência cubana neste sentido é bastante clara. Todavia, ainda hoje subsiste uma discussão sobre até que ponto Brizola realmente passara a acreditar na viabilidade do foco guerrilheiro ou se tal opção se dera muito mais pelo estreitamento das relações do esquema de Montevideu com Cuba. Não será demasiado lembrar que dezenas de militantes nacionalistas fizeram treinamento guerrilheiro na ilha socialista até 1967 e Cuba, além de fornecer treinamento militar, também remeteu dinheiro às lideranças nacionalistas de esquerda que se encontravam no Uruguai.

O fato é que no dia 26 de novembro de 1966, numa região localizada na divisa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo foi instalado solenemente o grupo guerrilheiro de Caparaó. Apenas dois meses depois, autoridades locais já estavam alertadas sobre o que vinha ocorrendo na serra do Caparaó. Em janeiro de 1967, já apareciam indícios da existência pessoas suspeitos na Região do Pico da Bandeira. Em março caía outro intento armado dos nacionalistas revolucionários.

A derrota de Caparaó exauria as forças do nacionalismo revolucionário. Brizola, a partir desta experiência optou por não mais investir na luta armada contra a ditadura, assinalava-se então o fim da primeira vaga revolucionária que teve início ainda em 1964 quando os nacionalistas revolucionários articularam e chegaram a planejar mais cuidadosamente a Operação Pintassilgo. Apesar da desistência de Brizola, muitos nacionalistas de esquerda prosseguiram a luta contra os militares direitistas instalados no poder. Sem embargo, estes nacionalistas teriam que ingressar nas organizações comunistas, pois na segunda vaga revolucionária, iniciada em 1968, protagonizada desta feitas pelos comunistas.

Bibliografia

BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7 ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. 2ª ed, RJ: Civilização Brasileira, 1979.

BARBOSA, Vivaldo. *Rebelião da Legalidade: documentos, pronunciamentos, noticiário, comentários*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BODEA, Miguel. *A greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM Editora, 1979.

- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.
- BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha de Caparaó e outros ensaios*. RJ: Inverta, 1998.
- CAPITANI, Avelino Bioen. *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. RJ: fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucilia de Almeida. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. RJ: Civilização Brasileira, 2003. V. 3.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945/1964*/ Jorge Ferreira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e terra, 1993.
- GOMES, Angela de Castro e D'ARAÚJO, Maria Celina, *Getulismo e Trabalhismo*. SP: Ática, 1989.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2ª ed, RJ: Relume Dumará, 1994.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed. SP: Ed. Ática, 1998.
- MARÇAL, João Batista. *Comunistas Gaúchos: A vida de 31 Militantes da Classe Operária*. Porto Alegre: Tchê! 1986.
- MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: que as armas não falem*. SP: Ed. SENAC São Paulo, 2001.
- MARTINS, Eloy. *Um depoimento político: 55 anos de PCB*. Porto Alegre: Ed. do Autor, 1989.
- NEVES, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. SP: Marco Zero, 1989.
- REBELLO, Gilson. *A Guerrilha do Caparaó*. SP: Alfa Ômega, 1980
- ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. RJ: Mauad, 2001.
- SCHILLING, Paulo R.. *Como se coloca a direita no poder: os acontecimentos*. V. 2 São Paulo: Global Editora, 1981.
- SCHILLING, Paulo R.. *Como se coloca a direita no poder: os protagonistas* – V. 1. São Paulo: Global Editora, 1979.
- SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- SEVERAL, Rejane da Silveira. *A Guerra Guaránica*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 3º ed. SP: Globo, 1999.

Processo BNM 24

Processo BNM 64

Processo BNM 85

Processo BNM 216

Processo BNM 284

Processo BNM 288

Processo BNM 437

Processo BNM 501

Processo BNM 562

Balço historiográfico: a representatividade política em Minas na Primeira República

Fábio Francisco de Almeida Castilho*

Introdução

Neste artigo abordaremos, sintaticamente, algumas obras teóricas, a fim de apresentar o desenvolvimento de alguns estudos que tiveram por mote a história política nas últimas décadas, salientando os principais conceitos. Em seguida, nos deteremos no debate historiográfico sobre as disputas políticas inter-regionais em Minas no final do século XIX e início do XX, dialogando com uma historiografia voltada para a análise da importância da representatividade política de cada região mineira, com destaque para o sul do estado.

A partir do final da década de 1970, novos rumos de investigação apontaram para significativas mudanças na produção historiográfica. As novas fronteiras teóricas estabelecidas passaram a ser a antropologia, a psicologia e a crítica literária. A partir da utilização deste novo quadro teórico, as produções historiográficas passaram a adotar o recorte espacial microscópico, onde os indivíduos eram seus principais atores (FERREIRA, 1998).

Por esta senda, Renè Remond enfatiza a importância da instância política e de sua relativa autonomia, ao afirmar que a classe política não é diretamente condicionada, em suas decisões, pelos interesses econômicos, mantendo certa margem de manobra que lhe permite tomar decisões relativamente livre de pressões corporativas. O autor ainda assinala a importância do político nos vários temas de interesse atual da pesquisa histórica, ressaltando suas vinculações com a esfera do poder (REMOND, 1994).

Le Goff afirma que a História Política não pode pretender-se autônoma e nem constituir-se enquanto a *ossatura* da História. Mas deve ser o seu núcleo. Citando Huzinka, afirma que a História Política gozará sempre de um primado por representar a morfologia das sociedades através de suas próprias divisões estruturais, como os tratados de paz, as guerras, as revoluções, os estados, etc (LE GOFF, 1990).

Outra prerrogativa da renovação da História Política consistiu no resgate do estilo narrativo. Abandonado pelos Annales e marxistas, em proveito das análises e da quantificação, o contato interdisciplinar entre a História e a Literatura fez com que a narrativa voltasse a ser usada pelo historiador. Para Stone, a narrativa consiste em organizar materiais

* Aluno do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita – UNESP. Doutorando. Pesquisa fomentada pela CAPES.

em seqüência cronológica, concentrando o conteúdo em uma única história coerente, embora envolvendo sub-tramas. Distingue-se da chamada história estrutural por ser mais descritiva e menos analítica, “volta-se mais sobre o homem e menos sobre as circunstâncias, trata do particular e não do quantitativo”(STONE, 1991), em função do citado estabelecimento de fronteiras com a antropologia.

Com a renovação da História Política também voltaram à cena as biografias, mas, igualmente renovadas, a exemplo das prosopografias (HEINZ, 2006). Tal técnica se enquadra perfeitamente aos estudos políticos regionais. De fato, a História Política, desde o século XIX, foi marcada pela produção de biografias e pelo uso da narrativa. A renovação das técnicas e dos estilos possibilita, atualmente, um vasto e promissor campo de produção intelectual.

Na prática, podemos acompanhar o desenvolvimento dos estudos prosopográficos no conjunto da produção historiográfica produzida a respeito de Minas Gerais, que possui um número significativo de estudos biográficos de políticos mineiros. As primeiras biografias foram marcadas pela inspiração historicista e positivista e aliada a um caráter pouco acadêmico. Num segundo momento, já com as influências da Escola dos Anais, as biografias continuaram a ser produzidas, no entanto, tais produções incorporaram os paradigmas franceses do século XX. Além de possuir um caráter eminentemente acadêmico, trouxeram contribuições metodológicas derivadas das novas parcerias interdisciplinares da História e, especificamente no caso da historiografia mineira, a autoria “brasilianista” das produções (Ver: FLEISHER, 1982; WIRTH, 1982; MARTINS FILHO, 1981).

Em que pese a importante contribuição desses trabalhos na delimitação da elite política mineira, a maior parte deles produziu um levantamento biográfico de caráter quantitativo, sem ter a pretensão de acompanhar a trajetória de seus biografados diante dos principais eventos políticos nela ocorridos. Tal abordagem resultou na distorção de algumas informações que só uma pesquisa de caráter qualitativo poderia desvelar. Postura adotada por Viscardi, que a partir de uma amostra coletada com base em critérios eminentemente qualitativos, acompanhou a trajetória política de cinquenta membros da elite mineira buscando verificar seu comportamento diante de eventos políticos previamente delimitados (VISCARDI, 1999).

Este trabalho de Viscardi se mostrou profícuo por conseguir desvendar as relações e disputas internas entre as sub-regiões mineiras, relativizando a propaganda coesão da “carneirada”, composta pelos políticos mineiros. A autora demonstrou que, ao contrário do

que afirmam Resende (1982), Wirth (1982), Iglesias (1990) e muitos outros, a aliança entre os políticos das duas regiões cafeeicultoras de Minas não era permanente.

A autora destaca a divergência de interesses políticos entre Mata e Sul, a despeito de ambas serem produtoras de café, e assinala a posição diametralmente oposta das duas regiões nos principais eventos políticos da Primeira República¹. Viscardi afirma que Mata e Sul disputavam a hegemonia do estado e suas oligarquias não formaram uma aliança permanente como quiseram alguns autores (VISCARDI, 1999).

De acordo com Viscardi, o Sul de Minas, impossibilitado de ser o elo dominante em uma aliança com a Zona da Mata, em função do poder político e econômico detido por esta região, uniu-se aos políticos do centro do estado. Nesta aliança pragmática obteve maiores ganhos, pois se colocava como elo dominante. Para a mesma autora a chamada conciliação dos interesses divergentes no estado não foi obtida nos primeiros anos do novo século. O que ocorreu foi a vitória de uma facção sobre a outra (VISCARDI, 1999).

Com base nos resultados desse estudo Viscardi propôs uma nova cronologia da chamada República Velha em Minas: Disputas Inter-Oligárquicas (1889-1897), Hegemonia Sul-Mineira (1898-1918) e Ascensão da Mata e Crise da República (1918-1930). (Ver: VISCARDI, 1999).

Disputas internas em Minas: balanço historiográfico

De acordo com Renato Lessa, a Primeira República, foi até recentemente representada como uma noite monótona, a exibir “um enfadonho rodízio de oligarcas agrários emoldurados pelo latifúndio exportador e pelo folclore coronelista” (LESSA, 1988: 11). Com efeito, até o final da década de 1960 a literatura disponível sobre a República Velha praticamente se resumia a textos de época, memórias e às histórias da República publicadas por José Maria Bello e Edgar Carone (BELLO, 1959 e CARONE, 1969). Obras que se destacaram por seu veio político, mas pecaram pelas generalizações e por preterirem o recorte regional, conferindo importância exacerbada ao governo central.

Ainda nos anos 70, Boris Fausto assumiu a coordenação dos trabalhos da coleção "História Geral da Civilização Brasileira", até então dirigida por Sérgio Buarque de Holanda. Em 1975 a 1976 foram publicados os dois volumes de *O Brasil republicano* dedicados A Primeira República: *Estrutura de poder e economia* (vol. 8) e *Sociedade e instituições* (vol. 9). A orientação adotada para a publicação desses volumes foi a pluralidade, com vistas a

¹ Foram eles: a Proclamação da República, a Campanha Civilista e a Reação Republicana.

incorporar a colaboração de autores com diferentes orientações teórico-metodológicas. A contribuição destes trabalhos, ao propiciar um painel dos principais temas do primeiro período republicano, foi fundamental (FAUSTO, 1975 - 1981).

Já nos anos seguintes, no início da década 1980, importantes trabalhos foram publicados no esforço de descompactação da ordem oligárquica, esses estudos traziam a dimensão regionalista da política brasileira, como testemunham os trabalhos de Joseph Love, John With, Robert Levine e Eul Soo Pang. Paralelamente ao esforço por investigar os componentes regionais da política oligárquica brasileira, abriu-se caminho para estudos sobre aspectos parciais da sociedade. Assim demonstram a relativa proliferação de teses e pesquisas sobre movimentos sociais urbanos no período, notadamente incidindo sobre o comportamento operário e o clássico texto de José Murilo de Carvalho sobre as forças armadas na primeira República (Ver: LOVE, 1982; WIRTH, 1982; PANG, 1979 e CARVALHO, 1977).

A nova tendência se espalhou ao final da década de 1980 e a produção acadêmica durante os anos 1990 sobre a Primeira República atribuiu maior dinamismo e variação temática ao período. Temas e questões suscitados por outros contextos nacionais ou por épocas mais recentes da história brasileira foram incorporados ao esforço de conhecimento sobre o período.

De forma geral, um balanço acerca da produção bibliográfica das décadas de 1960 e 1970, a despeito de suas especificidades, demonstra que foi privilegiada a idéia de que a hegemonia política da oligarquia paulista, em aliança com a mineira, sustentava-se na preeminência da economia exportadora cafeeira. Em decorrência, o arranjo político oligárquico entre São Paulo e Minas ditava de forma nítida a orientação do governo federal.

Visando relativizar essas interpretações que privilegiavam a oligarquia cafeeira como um ator fundamental e quase exclusivo na condução da política do período, surgiu ao longo das décadas de 1980 e 1990 um significativo número de trabalhos voltados para a relativização desta hegemonia.

Na tentativa de relativizar o papel e o peso de São Paulo e da oligarquia cafeeira surgiram novos trabalhos que têm como foco de análises seja a atuação das demais oligarquias regionais, seja a revisão do papel das oligarquias dominantes - São Paulo e Minas. Os mesmos têm contribuído no sentido de permitir um melhor desenho do sistema oligárquico da Primeira República e de apontar para as complexidades do pacto oligárquico. Também são contribuições importantes e que atendem aos dois últimos objetivos acima apontados, os trabalhos de José Murilo de Carvalho (1987 e 1989) e de Renato Lessa (1988). Os

bestializados, proporciona ricos elementos para a compreensão das práticas oligárquicas; que visavam impedir a extensão da cidadania a contingentes mais amplos da população brasileira. Já o trabalho de Renato Lessa, *A invenção republicana*, investiga a gênese e a implantação da ordem política republicana, concentrando sua atenção na análise do papel da política dos governadores como fator de estabilidade da ordem oligárquica.

Por esta senda, Renato Lessa assinalou aspectos fundamentais para o entendimento da ordem política contemporânea, tais como formação e desempenho das burocracias públicas, papel e comportamento do legislativo e geração e modos de domesticação das crises políticas, temas, até então, inexplorados com relação aos anos da Primeira República.

Com este objetivo central Lessa buscou analisar a gênese e a implantação da ordem política republicana, tomando como evidência a forma política aplicada no governo do presidente Manoel Ferraz de Campos Sales, no período de 1898 a 1902.

Por último, já na primeira década do século XXI, seguiu-se a tendência de desmistificação da propagada “política do café com leite”, em *O teatro das oligarquias*, Cláudia Viscardi questionou o caráter hegemônico e até mesmo a existência de uma aliança duradoura e permanente entre as federações paulista e mineira, demonstrando o complexo jogo político que marcou o período (VISCARDI, 2001). E mais importante, conforme a autora, a proliferação de pesquisas complementares tem aquecido o debate e proporcionado esclarecimentos sobre a política da República Velha, tema dos mais visitados pela historiografia brasileira.

No tópico seguinte analisaremos a bibliografia sobre a construção da nova capital mineira, por enxergar neste evento um dos momentos em que o debate que apresentamos até aqui se fez bastante presente, isto é, observa-se a disputa de interesses locais e as contendas regionais nas tomadas de decisão política.

A construção da Cidade de Minas

Abordaremos como estudo de caso um dos momentos em que a elite política mineira se mostrou dividida, e principalmente, mostrou que os interesses políticos eram definidos em cada região da federação, pesando como fator de agregação a dimensão regional.

Evaldo Doin nos fornece outro ponto para avançarmos na questão: o autor chama a atenção para a reflexão, em âmbito internacional, no final do século XIX, da representação de uma capital como agente de polarização de uma região, organizando o sistema de trocas entre seus pólos mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos, econômica e demograficamente

(DOIN, 2006). Tal proposta se mostrou extremamente pertinente para a província de Minas Gerais naquele período, pois a mesma se encontrava fragmentada política e economicamente, com cada sub-região tendo seu comércio voltado para outras federações.

Maria Efigênia Lage de Resende aponta a origem dessa fragmentação: com o declínio da mineração, as atividades rurais passaram a dar sustentação econômica à província, acirrando contradições e diferenças regionais, ocasionando a desigualdade da densidade demográfica das diferentes regiões mineiras à época (RESENDE, 1982).

Este problema advém do fato de, embora, Minas se constituir numa unidade político-administrativa com contornos geográficos delimitados, ser na verdade a soma pouco integrada de diversas regiões com características sociais e econômicas bastante diferenciadas entre si. John Wirth assinalou que tal característica pode ser avaliada em um duplo aspecto: de um lado, na unidade mineira, o desenvolvimento de cada região se constituiu numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos, e, além disso:

“aquelas regiões que faziam parte daquele “todo”, se articularam muito mais com as outras unidades federais com as quais possuíam vizinhança do que com a unidade política e administrativa que integravam (o Sul e o Triângulo com São Paulo, o Norte com a Bahia, a Zona da Mata com o Rio de Janeiro)” (WIRTH, 1982: 25).

Este argumento, em linhas gerais, foi apresentado em 1955 por Afonso Arinos de Melo Franco em *Um estadista da República*: a criação da nova capital originou-se da disputa de poder político entre grupos regionais mineiros que, por sua vez, decorreu do surgimento de novas forças econômicas, em especial a cafeicultura no Sul e na Mata mineira (FRANCO, 1974). Em 1974, em *Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte*, Maria Efigenia Lage de Resende retomou essa tese. Na mesma direção, analisando especificamente o debate político sobre a mudança da capital no Congresso Constituinte Mineiro de 1891, Francisco Iglésias, Juscelino Ribeiro, Luiz de Assis e Menelick de Carvalho Neto afirmaram que

A mudança da capital mineira [...] espelha concretamente um projeto político. [...] O que persiste desse projeto nos debates da Constituinte é: 1) a luta pela mudança da capital, como ponto de equilíbrio das novas regiões produtoras (argumento mais assimilado pela historiografia); 2) a luta pela mudança da capital, como solução para os entraves administrativos da antiga capital, símbolo de um *Ancien Régime*; 3) a luta pela mudança da capital, como substituição de um símbolo decadente (o monarquismo arraigado de Ouro Preto) por um outro moderno e no seu tempo (IGLESIAS, 1990: 67).

Por fim, a estagnação da economia mineira² era apresentada como decorrente, em parte, da desarticulação territorial do estado. De fato, Minas Gerais era vista pelos grupos que dominavam a política e a economia mineiras como um conjunto pouco entrosado de vales voltados para pólos econômicos situados além das divisas estaduais, em especial o Rio de Janeiro e São Paulo. Esse conjunto, fracamente articulado pela velha capital, estava sujeito às forças que, eventualmente, poderiam levar ao separatismo e à desagregação do estado. Característica que Wirth cunhou de “*Mosaico mineiro*”.

De acordo com Aguiar, a partir de 1891, os debates políticos demandaram, por um lado, apoio oficial à cafeicultura estabelecida no Sul e na Mata, através de medidas que permitissem aos grandes plantadores contornar a crise de mão-de-obra decorrente da Abolição e que melhorassem o escoamento da produção cafeeira para o mercado internacional, e, por outro, iniciativas que superassem o relativo atraso das demais regiões mineiras, que unificassem o estado e que estabelecessem as condições necessárias para a modernização regional (AGUIAR, 2006). Essa modernização mineira foi também pensada como forma de assegurar a autonomia do Estado face à União (VISCARDI, 2001).

O principal empreendimento com este fim foi a construção da nova cidade capital, que anunciava a modernização em bases urbanas, através da industrialização e da urbanização, base que se pretendiam científicas e rigorosamente técnicas.

Segundo Aguiar,

“Dessas concepções - a idéia de estagnação da economia mineira, a idéia de desarticulação territorial do estado e a idéia de dissociação entre poder político e poder econômico - surgiu a iniciativa de mudança da capital, como um projeto político que buscava reordenar o estado e permitir o desenvolvimento econômico. As elites políticas mineiras se mostraram convictas de que removendo a sede governamental para fora do velho centro minerador, visto então como decadente, seria possível reequilibrar a balança de poder em favor das regiões mais dinâmicas. Seria possível, também articular as várias regiões mineiras em torno de um centro que tivesse condição efetiva de polarizar a vida do estado, constituindo um mercado interno melhor organizado. Por fim, mudar a capital propiciaria, tanto aos grupos políticos oriundos das regiões mais ricas quanto das mais pobres, novas oportunidades para tentar redefinir a atuação da administração pública e, assim, desenvolver ações que pudessem estimular o crescimento econômico e a superação do relativo atraso regional”. (AGUIAR, 2006: 52).

² A idéia da estagnação surgia freqüentemente por contraste com a imagem de um passado de riqueza e prestígio, correspondente ao ciclo da mineração do ouro. Mas derivava igualmente de comparações desfavoráveis com o avanço econômico de outras áreas do país, particularmente São Paulo. Ver: DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1994.

Por outro lado tecemos algumas considerações nesse sentido, seriam as elites mineiras tão unidas a ponto de conceberem um projeto único quanto à localização e construção da nova capital? A grande polêmica que a decisão de mudança da capital causou no seio da elite mineira não deve ser investigada? Embora vitorioso, o projeto de construção de Belo Horizonte onde está situada a cidade hoje, passou por inúmeros agravos e resistências, até a decisão de sua instalação em 1897. Num exemplo bastante conhecido a opção Colônia do Marçal, nos arrabaldes de São João del Rei, era mais forte e mais interessante que a edificação da nova capital no curral del Rey (ASSIS, 1997).

Acreditamos que a escolha do local como sede da nova capital foi resultado de uma conciliação, na qual sul de Minas e Zona da Mata, as duas regiões mais fortes, aceitaram a construção no centro, não por hegemonia dos políticos daquela região, mas para uma não ceder a outra a prerrogativa de instalar a nova capital em sua região e se fortalecer ainda mais, desequilibrando a divisão de poderes até então estabelecidos. No projeto mais forte, da Colônia do Marçal, temos um claro exemplo, o boicote do sul de Minas com apoio da região central para não permitirem que a nova capital fosse construída em um local que privilegiaria a Zona da Mata.

Ainda neste mote, cabe a constatação de que a construção de Belo Horizonte não foi capaz de polarizar ou unificar o estado, que seria um dos objetivos centrais, segundo Aguiar, pois o estado permaneceu dividido e sofrendo forte influência das federações vizinhas, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesse sentido, podemos compreender a disputa em torno da localização da nova sede governamental. Grupos que dominavam a política e a economia do Sul e da Mata defenderam, nos debates travados no Congresso Constituinte mineiro, a instalação da nova capital em localidades situadas nessas regiões ou próximas a elas, o que lhes permitiria dinamizar a economia regional de acordo com seus interesses. E buscando evitar que a mudança da capital viesse a reforçar os desequilíbrios regionais já existentes, grupos políticos das regiões mais pobres do estado procuraram assegurar a localização da nova capital em sítios a elas bem articulados, contrabalançando o poderio das regiões cafeeiras (ASSIS, 1997).

Portanto, a mudança da capital estava ligada a um embate pelo controle da administração pública do novo Estado federado. Este embate, por sua vez, se dava em torno da demanda por novas condições para superar a estagnação da economia mineira e suplantando o atraso em relação ao centro da economia brasileira. Temos, assim, a mudança da capital

associada a outras concepções presentes nas elites mineiras do fim do século XIX: o ideal do progresso e a necessidade de o governo mineiro participar da modernização regional.

Bibliografia

- AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte.** Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG. 2006.
- ASSIS, L. F. A mudança da capital na constituinte mineira de 1891. **Cadernos da Escola do Legislativo,** Belo Horizonte: s.n, n.5, p. 141-181, jan./jun. 1997. CDB.
- BELLO, José Maria. **História da República (1889-1954).** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1959.
- CARONE, Edgar. **A República Velha.** São Paulo: Editora Bertrand Brasil. 1969.
- CARVALHO, J.M. **As Forças Armadas na Primeira República: O poder desestabilizador.** In Boris Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, t. III, v. 2. São Paulo: Difel, 1977, pp. 180-234.
 - DOIN, José Evaldo de Mello & FREITAS, Fabiano Junqueira. Construção e desenvolvimento de Belo Horizonte no imaginário da Belle Époque. In.: **XV Encontro Regional de História.** Seção e Minas Gerais da Anpuh. 2006.
- FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* O Brasil Republicano. São Paulo: Diefel. Vols. 8, 9, 10. 1975-1981.
 - FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Nova Velha História: o retorno da história política.* Rio de Janeiro: **FGV/CEPEDOC**, v. 5, n.10. 1998.
- FLEISHER, David D. A cúpula mineira na República Velha: Origens sócio-econômicas e recrutamento de presidentes e vice-presidentes do Estado e de deputados federais. In.: **V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas.** Belo Horizonte: UFMG/PROED: 1982.
 - FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.
 - HEINZ, F. M.(org). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- IGLÉSIAS, Francisco, RIBEIRO, Juscelino Luiz, ASSIS, Luiz Fernandes de, CARVALHO NETO, Menelick de. A Constituinte Mineira de 1891. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 71, p. 163-245, jul. 1990.
- IGLÉSIAS, Francisco. Política econômica do Estado de Minas Gerais (1890-1930). In.: **V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas**. Belo Horizonte:UFMG/PROED: 1982.
 - LE GOFF, J.A. A Política será ainda a Ossatura da História? In.: **O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval**, Lisboa, Edições 70, 1990.
 - LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira**. São Paulo: Vértice, 1988.
 - LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
 - MARTINS FILHO, A. **A economia política do café com leite: 1900-1930**, Belo Horizonte: UFMF, 1981.
 - PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias (1889-1943): a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.
 - REMOND, Renè. Por que a História Política? In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Jan-Jun. 1994, n. 13. p. 7-19.
- RESENDE, M. E. Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982.
- SILVA, L. A. **A campanha civilista e o discurso modernizador de Rui na Barbosa na República Oligárquica**. Dissertação de Mestrado. J. Fora: UFJF. 2009.
- STONE, Laurence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha nova história, **Revista de História: Dossiê História da Narrativa**, Campinas: IFCH, Unicamp, 1991.
- VISCARDI, C. M. R. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico, CD-RUN dos **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**, Curitiba: ABPHE, 1999.
- _____. Minas de dentro para fora: A política interna mineira no contexto da Primeira República. Juiz de Fora: **Revista Lócus**, v.5, n.2, p. 89-99, 1999.
 - _____. **O teatro das oligarquias**, uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001.

- WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

O papel do ensino de história na formação da identidade nacional argentina segundo o pensamento de Ricardo Rojas

Fabio Muruci dos Santos¹

As décadas que precedem as comemorações do centenário da independência na Argentina, realizadas em 1910, foram marcadas por uma série de debates sobre a consolidação da identidade nacional. Transformações sociais e econômicas radicais ocorridas desde as décadas finais do século XIX causavam apreensão em setores sociais tradicionais e em intelectuais incomodados com o perfil urbano e cosmopolita da nova nação. A numerosa presença de imigrantes europeus, amplamente concentrada em Buenos Aires, despertava o temor de que o país pudesse passar por uma desnacionalização antes mesmo que os fundamentos da nacionalidade estivessem plenamente assentados. Deformação da língua castelhana, falta de lealdade cívica, interesse por ideologias políticas radicais ‘importadas’ e hábitos moralmente questionáveis estavam entre os diagnósticos negativos apresentados por críticos da presença excessiva de imigrantes no país (BERTONI, 2001). Simultaneamente, se destacava a falta de interesse cultural e dedicação cívica das próprias elites oligárquicas argentinas, demasiadamente preocupadas com o crescimento econômico e a exibição ostensiva de riqueza. Para muitos, o centenário da independência poderia ser a oportunidade ideal para uma ampla reflexão pública sobre esses problemas e o ponto de partida para programas de reforma que enfrentassem o problema da nacionalização profunda dos estrangeiros e da reforma moral das elites dirigentes.

É nesse quadro que podemos situar o pensamento do historiador Ricardo Rojas. Frequentemente citado como um dos iniciadores do pensamento nacionalista argentino, Rojas alcançou destaque, inicialmente, com a publicação de alguns artigos no jornal *La Nación*, em 1906, nos quais defendeu a necessidade de fortalecimento da consciência coletiva do povo argentino. Após uma viagem a Europa para estudar os sistemas educacionais locais, publicou o livro *La restauración nacionalista* (1909), objeto de discussão deste trabalho. Rojas compartilhava boa parte do diagnóstico dos problemas nacionais apresentado acima. Em seu livro, relata diversas situações que comprovariam seus temores. Constata, por exemplo, que boa parte das crianças em idade escolar na Argentina era formada de filhos de imigrantes que

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutor em História pela UFRJ. Este texto é parte de nosso projeto de pesquisa “História, biografia e nação: Argentina e Uruguai, 1900-1945” em andamento na UFES.

falavam mal o castelhano, seguiam hábitos de vários países simultaneamente e tinham pouco conhecimento dos símbolos nacionais argentinos. Em certa passagem, demonstra consternação com o seguinte episódio: “(...) un niño de sexto grado preguntaba a su maestro: “Señor: ¿Si el Brasil le declara la guerra a Buenos Aires, las Provincias la van a ayudar?...” Lo sé por el mismo maestro a quien se le preguntaba...” (ROJAS, 1922: 256). A confusão do menino sobre o caráter de seu próprio país não seria surpreendente para Rojas já que a Argentina teria se tornado uma babel de nacionalidades, diante da qual alguns poucos esforços escolares, como cantar o hino nacional, seriam de pouca ajuda:

¿De que servirá, por ejemplo, que al escolar le enseñemos las leyendas del lábaro patrio, y el saludo litúrgico a su bandera, arrebatada, según ha de decirle el maestro, al blanco y al azul de su cielo, si al salir de su casa el 25 de mayo, año tras año, ha de encontrar la calle indiferente y desierta? Otros días, en cambio, camino de la escuela, ve la ciudad profusamente engalanada de banderas exóticas, con coronas imperiales, cruces heráldicas, águilas bicéfalas. Averigüe el motivo, y será el casamiento de una princesa en Europa o el onomástico de un rey extranjero (ROJAS, 1922: 314).

Visando superar essas soluções simplistas, o livro apresenta todo um conjunto de reflexões e propostas que Rojas sugere como propícios para alcançar o objetivo fundamental de estimular o sentido de nacionalidade nos jovens. Nesse projeto, o ensino da História nacional ocupa lugar de grande destaque. O autor tinha noção, porém, de que o sucesso dessas propostas só seria alcançado se outras mudanças nos campos intelectual e educacional fossem efetivadas. Os críticos da desnacionalização do país, incluindo o próprio Rojas, sustentavam que o quadro cultural deprimente que viam na Argentina às vésperas do Centenário – um país rico, mas carente de cultura e dedicação cívica – era resultado da mentalidade política e filosófica que havia governado a Argentina por várias décadas. Esta situação teria origem nos projetos de modernização iniciados por pensadores ilustrados e cosmopolitas do século XIX, como Domingo Sarmiento e Juan Bautista Alberdi. Seus dogmáticos discípulos teriam imposto uma modernização forçada ao país, importando idéias e populações e ignorando as tradições e a história local: “Fueron las *Bases* de Alberdi el evangelio de tan peligrosa doctrina. El resobado tema *gobernar es poblar*, cien veces mentado por quienes no sabrían indicar la página donde lo aprendieron, se tornó absoluto al destacarse del texto originario y del sistema de ideas que lo limitaba” (ROJAS, 1922: 122-3). Para esta mentalidade modernizadora, a história local seria inútil porque era identificada somente com o obscurantista passado espanhol e com a barbárie de índios e gaúchos, sendo estes últimos obstáculos a serem assimilados ou destruídos. Sua crença ortodoxa na doutrina do progresso

teria cortado o laço dos argentinos com seu passado, lançando-os em um esforço de praticamente começar a história de novo. O resultado teria sido um país perigosamente sem raízes, obcecado pelas novidades importadas da Europa e dominado pelo espírito arrivista de uma plutocracia materialista e sem cultura.

O fortalecimento dessa mentalidade modernizadora nas últimas décadas do século XIX teve forte impacto no campo educacional, com o predomínio das idéias positivistas na formulação dos programas de ensino por toda a América Hispânica, incluindo a Argentina. Motivados pela necessidade de formar uma geração de técnicos e homens com espírito pragmático, reformadores educacionais implantaram mudanças curriculares que priorizavam as ciências exatas e aplicadas. Mais que isso, áreas como Literatura e Artes não só eram consideradas menos essenciais para o esforço de desenvolvimento, como tidas como essencialmente perigosas. Na lógica positivista que orientava muitos desses reformistas, a imaginação era vista como um perigoso estímulo à desordem e à anarquia, tendências que já predominariam espontaneamente no ambiente social e politicamente inorgânico da América e estimulavam a ‘barbárie’. A educação e a ciência deveriam, ao contrário, contribuir para o esforço ordenador que os Estados em processo de centralização estavam efetivando. Literatura e História, no campo educacional, eram desnecessários ou considerados ramos secundários da Retórica e do Direito (RAMOS, 1989).

Assim, a defesa de programas educativos direcionados para a nacionalização teve que enfrentar também um quadro hostil às humanidades e, dentre elas, a História. A efetivação do projeto de criar espaço para o ensino autônomo de disciplinas como História e Literatura nacionais, naquele momento, exigia previamente a legitimação do ensino dessas disciplinas em si mesmas, contra os ataques positivistas. Os autores nacionalistas trabalharam pela redefinição do próprio campo intelectual e suas instituições, argumentando em favor da legitimidade das humanidades no sistema educacional (ALTAMIRANO e SARLO, 1997). Um dos alvos de Ricardo Rojas, nesse sentido, foi a considerável influência de Herbert Spencer entre os intelectuais hispano-americanos. Segundo o entendimento de Rojas, os seguidores locais do mestre inglês negariam o valor do ensino da História por ser esta uma disciplina não-científica, carente de leis estáveis e fatos sistematizáveis. Esta limitação praticamente eliminaria seu valor utilitário, o qual seria o principal quesito de legitimação para a existência de um campo de ensino. Rojas discordava:

(...) lo fundamental de sus críticas consiste en que los hechos históricos no pueden organizarse en sistema: *unorganisable facts*. Esto importa simplemente negarle

carácter científico a la Historia; y tal opinión, además de ser exacta, es hoy la más difundida. Pero eso no nos autoriza a condenarla, ni como especulación intelectual ni como asignatura pedagógica. Tal cosa nos llevaría a reducir los programas a las ciencias de ampliación utilitaria, y a excluir de nuestros estudios, con la misma razón villana, la Filosofía, la Literatura, el Arte, cuyos hechos no organizables también - *unorganisable facts* – fueron, sin embargo, el esfuerzo doloroso del hombre por realizar, en el mundo, el reino de la Belleza y la Justicia (ROJAS, 1922: 44).

O autor argentino não discordava propriamente sobre o carácter não-científico da História. Nem sua concepção de ciência parece destoar da concepção dos spencerianos. Para ele, a ciência também exigiria a comprovação objetiva dos fatos e sua organização em um sistema de leis gerais. Rojas considera tais procedimentos inviáveis no campo da História porque está seria feita pela reconstrução imaginativa do passado a partir de uma ‘sombra mental’: “Casi todas las fantásticas leyes de la llamada filosofía de la Historia, se hallan hoy en descrédito” (ROJAS, 1922: 42). Além disso, as paixões de raça, época e escola sempre imporiam um inevitável elemento de subjetividade na produção do conhecimento histórico.

Rojas também discute outro aspecto apresentado pelos spencerianos, os quais negariam o valor educativo da História porque, devido ao próprio carácter contextual que a distingue, ela não seria capaz de fornecer valores atemporais. O autor argentino não discorda desse aspecto:

(...) la historia no es *instructiva* a la manera de las ciencias naturales o de las matemáticas; pero es esencialmente *educativa*: educativa del carácter y de la inteligencia. Decir que no puede extraerse de ella *principios permanentes* de conducta, es sólo decir que la historia no es la moral. Es en cambio la que da su material y su experiencia a la moral, correspondiéndole a esta última, en su doble aspecto filosófico y religioso, formular esos principios permanentes de conducta que Spencer consideraba como la mejor lección de los hechos (ROJAS, 1922: 45).

Seria fundamental distinguir a ‘História’ da ‘Moral’, esta última sim devotada à construção de princípios de validade geral. Rojas é enfático ao afirmar que não cabe ao historiador, e muito menos ao professor de História, usar seu ofício para dogmatizar ou defender ideologias ou bandeiras específicas, a não ser no caso muito particular da defesa da Nação, que estaria acima das divergências ideológicas entre seus membros. Sustentando uma firme perspectiva historicista, defende que a função educativa da narrativa histórica está ligada ao momento e ao lugar em que ela é produzida, daí refutando o valor da noção de *Historia Magistra Vitae*:

No, no es *magistra vitae*, puesto que nada cierto nos enseña para la vida real. La experiencia de otras generaciones sirve de poco, dadas las circunstancias diversas en que viven las generaciones ulteriores. Yo ha dicho en este mismo parágrafo que su discernimiento sólo nos sirve en cuanto adiestra nuestro juicio para las propias resoluciones (ROJAS, 1922: 47-8).

Esta afirmação do carácter historicista do próprio valor educativo da História abre caminho para as propostas do autor sobre o que deveria ser valorizado pelos educadores e porque essa disciplina seria essencial para um programa de nacionalização. Os argumentos spencerianos não seriam relevantes para sua exclusão do sistema de ensino. Ao contrário, é na especificidade da narrativa histórica que deveria ser buscada sua maior contribuição educativa. Em primeiro lugar, Rojas demonstra um interesse limitado pela historiografia dita ‘científica’ do século XIX, buscando raízes originais mais relevantes: “La Historia ha tenido los mismos orígenes de la Epopeya” (ROJAS, 1922: 28). Apresenta, então, um relato da evolução do gênero, centrado no declínio de sua função narrativa e moralizadora, o qual teria culminado no seu desaparecimento no século XVIII. Após um debate entre românticos e positivistas, a abordagem científica teria predominado. As origens épicas e suas funções teriam sido quase esquecidas pela tendência dominante do saber histórico oitocentista, embebido na noção de objetividade científica, mas não por todos os historiadores. Nomes como Carlyle, Renan e Macaulay são citados como exemplos de narradores que ainda teriam guardado o poder de inspiração e drama que a História pode oferecer, onde o historiador pode agir “ora apacible como un magistrado moderno, ora rugiente como un justiciero de la Biblia” (ROJAS, 1922: 47). Não é na regularidade das leis científicas, nem em padrões morais eternos que os estudantes encontrariam material de inspiração, mas na narrativa dos feitos de grandeza e gênio dos ‘heróis’:

La historia es (...) educativa del carácter porque fue desde la antigüedad la glorificadora del heroísmo. Cualquiera que sea la sequedad a que la hayan llevado, en sus últimas transformaciones, estudios de minuciosa especialización, la historia sintética y alta no se ha apartado, ni podría apartarse, de ese discernimiento moral (ROJAS, 1922: 46).

Não sendo em si mesma uma disciplina moralizadora, a História forneceria um acervo de ‘sugestões morais’. Sua ação educadora seria feita pelo ‘exemplo’ e não pelo ‘dogma’. Para operacionalizar esse método de ensino através da inspiração moral oferecida por personagens exemplares, Rojas se apóia no programa de ensino proposto na França por

Ernest Lavisse. Não se trataria de ensinar lições e sim de desenvolver uma espécie de narrativa seletiva, concentrada nos aspectos mais edificantes e moralmente instrutivos da vida de cada personagem. O ritmo e dedicação a cada período histórico seriam definidos pelo autor segundo esse critério:

Evitará el dogmatizar, el declamar, el predicar, pero se detendrá ante las gentes honestas cuando las encuentre a su paso. Se extenderá sobre la caridad de un San Vicente de Paúl y economizará en los detalles de las campañas de Luis XIV el tiempo que necesite para hacer amar las personas de Corneille, de Molière, de Turenne, de Vauban. Deberá elogiar las acciones virtuosas y los hombres de bien (ROJAS, 1922: 48-9).

Rojas aponta que esses princípios colocam questões complexas. A escolha das figuras exemplares a serem destacadas não seria, em si mesma, uma questão ideológica? As figuras cruéis e destrutivas também não encontrariam seus panegiristas desde que fossem vencedores? Em sua discussão do tema, sua resposta não chega a ser conclusiva. Parece sugerir que a escolha do personagem não é o fundamental e sim os aspectos morais que serão destacados nele – justiça; valentia; patriotismo; generosidade. Fugindo, de certa forma, de sua perspectiva historicista, afirma que os mesmos valores seriam ressaltados em qualquer figura histórica, mesmo naquelas que, em outros aspectos, seriam alvo de objeção aguda. Cita o exemplo de Juan Manuel de Rosas. Mesmo sendo um ditador sanguinário, como Rojas afirma reconhecer, o historiador irá elogiar nele o valor da cidadania e o empenho na defesa da pátria contra agressores estrangeiros, mas nunca o criador de um aparato policial cruel. Não é necessário criar uma imagem estereotipada ou idealizada para cumprir o objetivo educativo e sim dar ênfase aos aspectos que se quer destacar.

Tendo a questão educacional como preocupação principal, Rojas está mais interessado nos efeitos desse tipo de narrativa sobre os jovens do que na cientificidade e erudição da pesquisa, a qual seria um assunto mais relevante para o nível universitário. Para o ensino fundamental, o excesso de informação e preocupação com dados verídicos seria até contraproducente e tedioso. Assim, a escolha dos gêneros narrativos na preparação de materiais didáticos deveria ser uma das prioridades do debate educacional. Para transmitir de forma interessante para os jovens o valor das vidas exemplares, as biografias se destacam como a melhor opção:

(...) ese aspecto moral de la historia, siendo inherente a las biografías, interesa más bien en la enseñanza primaria, donde el sentido crítico no existe, donde se habla más bien a la imaginación, donde los héroes tienen un valor simbólico, sin que haya mucha diferencia para la mente de un niño entre los héroes reales y los imaginarios (ROJAS, 1922: 51-2).

O poder de inspiração dos heróis e grandes homens, porém, não é igual em todos os tempos e lugares. Por isso, a educação histórica deve se concentrar na história nacional, embora Rojas não defenda uma visão xenófoba. Ao contrário, seu livro tem a clara intenção de estimular a aproximação da história argentina com as origens espanholas, para que as inimizades geradas na época da independência fossem superadas. A recuperação das raízes hispânicas ajudaria a conter a influência das massas de imigrantes de outras regiões da Europa, especialmente da Itália e Alemanha.

Ao ressaltar o caráter nacionalizador do projeto de Rojas, é importante lembrar que seus fundamentos políticos podem ser descritos como os de um liberalismo reformista moderado, com a expectativa de ampliação da noção de cidadania através da moralização da política e da inclusão de novos setores, mas restritiva quanto aos movimentos de massa, então amplamente formados por imigrantes. Em termos internacionais, pensava em um quadro de solidariedade entre as nações sul-americanas, mas com respeito pelas singularidades nacionais. Deve ser distinguido dos setores intelectuais do nacionalismo de direita argentino que emergem a partir dos anos 1920 e que defendiam agressivamente a necessidade de uma ditadura nacionalista. Rojas rejeitou publicamente o regime militar instaurado com o golpe de 1930, defendendo o regime constitucional, a liberdade de imprensa e os direitos individuais (GLAUERT, 1963).

Também refutava a idéia de que a recuperação do passado implicasse em uma postura inimiga da modernidade e tradicionalista, que buscasse restaurar ou preservar modos de vida passados. Ao contrário, apesar de seus princípios historicistas, adota certo determinismo histórico ao considerar que o desaparecimento das culturas tradicionais era um processo inevitável:

Cuidemos, sin embargo, de que nuestro afán moralizante no se convierta en fanatismo dogmático y nuestro nacionalismo en regresión a la bota de potro, hostilidad a lo extranjero o simple patriotería litúrgica. No preconiza el autor de este libro una restauración de las costumbres gauchas que el *progreso* suprime por necesidades políticas y económicas, sino la restauración del espíritu indígena que la *civilización* debe salvar en todos los países por razones estéticas y religiosas. No puede proclamar tampoco, en regresión absurda, la hostilidad a lo extranjero, quien tiene por la cultura de Europa una vehemente admiración (ROJAS, 1922: 199).

Apesar das manifestações de repúdio do nacionalismo militarista e xenófobo, Rojas não deixa de acentuar que o uso da memória histórica deve ser seletivo e organizado a partir de critérios nacionalizadores. Nesse sentido, os planos de estudo apresentados em seu livro colocam grande destaque no período da independência, quando o país teria gerado figuras de grande poder de inspiração cívica, como Mariano Moreno e José de San Martín. Contra a tendência dominante da historiografia argentina do século XIX, que considerava os caudilhos como causadores da barbárie dominante na política argentina, Rojas defendia que eles também deveriam ser contemplados por terem lutado pela causa da libertação nacional (SVAMPA, 2006). Nesse sentido, o ensino de História nos níveis elementares é uma atividade com fins reconhecidamente políticos e, por isso, deveria ser assumido como um dever do Estado laico e democrático, especialmente em países de formação populacional recente:

En pueblos nuevos y de inmigración, como el nuestro, *la educación neohumanista deberá tener por base la lengua del país, la geografía, la moral y la historia moderna.* (...) En las sociedades modernas, dividida la humanidad en naciones y caída la autoridad pontificia, la escuela es, no sólo función, sino prerrogativa del Estado, y a éste le corresponde, dado el fin democrático de su escuela, hacer de ella una institución nacionalista. Para eso el camino está en la Historia y las humanidades modernas. Son ellas que preparan al hombre para vivir en una época y un país determinados (ROJAS, 1922: 89, grifo do autor).

Além da escola, a História também deveria ser mobilizada em outros espaços, como os museus e estátuas em espaços públicos, sempre segundo o critério do interesse da memória nacional. Rojas critica duramente a implantação de estátuas de líderes italianos como Mazzini e Garibaldi nas praças de Buenos Aires, personagens que não teriam qualquer relevância para a história argentina. Não nega a possibilidade de que estátuas de estrangeiros possam ser erguidas, desde que seus feitos estejam incorporados na história nacional ou que se trate de gênios artísticos ou intelectuais de valor universal. As estátuas seriam um recurso de pedagogia histórica por uma via estética cuja eficiência não poderia ser desmerecida.

Outro aspecto de descuido com os valores nacionais que lhe causou revolta foi a constante substituição dos nomes indígenas de localidades do interior do país por nomes estrangeiros, o que atestaria que os argentinos ainda viveriam no deslumbramento pelas coisas vindas da Europa, como no século XIX. Cita comentários desdenhosos de observadores estrangeiros que se surpreendem com a troca de nomes de localidades que tinham grandiosos nomes indígenas por nomes estrangeiros de baixa expressão social, ou mesmo apelidos,

apenas porque eram ingleses ou franceses. Os argentinos ainda estariam fascinados pelo exotismo.

Parte importante de seu plano curricular é dedicada ao estudo do folclore, o qual considerava como um dos repositórios da identidade coletiva, descrevendo-o como parte dos elementos ‘intra-históricos’ da nação, uma forte marca das raízes românticas de seu pensamento (DELANEY, 2002). Embora concordasse com a inevitabilidade do desaparecimento dos povos indígenas diante do progresso, criticava o desprezo com que os historiadores do século XIX haviam tratado essas populações. Considerava que suas contribuições históricas e culturais para a identidade nacional não poderiam ser ignorada. Em seu plano para a criação de uma ‘Escola de História’, dedicada aos estudos argentinos, incluiu o estudo das línguas guarani e quéchua como disciplinas obrigatórias para que os futuros historiadores profissionais estivessem preparados para pesquisar adequadamente o período colonial. Mas as contribuições das populações não-brancas estariam incorporadas na identidade nacional coletiva, onde predomina o papel dirigente das elites hispânicas.

Sua concepção da importância da memória histórica estava mais relacionada com a criação de uma consciência política e vital coletiva do que com a afirmação de alguma pureza nacional ou racial, a qual rejeitava. Dentro da lógica renaniana, considerava que um país sem memória, como acreditava serem os Estados Unidos, tenderia a se limitar à busca da sobrevivência e dos interesses imediatos. Estes objetivos levariam ao progresso material, mas não a verdadeira civilização. A importância do passado está menos relacionada com a preservação de formas culturais tradicionais e mais com a função que a memória histórica tem para a consolidação de um certo modelo unificado de identidade nacional, outra possível influência renaniana. O viver não-histórico seria característico de povos primitivos ou de civilização incompleta, carentes dos altos exemplos de moral que só o passado acumulado poderia oferecer.

Ao estabelecer esses critérios, Rojas criava seus próprios mecanismos de classificação e exclusão através da memória seletiva. Os papéis de destaque como figuras exemplares na narrativa épica da evolução nacional são claramente reservados aos heróis da elite *criolla* hispânica que comandaram o processo de independência e consolidação do Estado. Os outros setores sociais e étnicos recebem atenção enquanto contribuintes coletivos através de hábitos, técnicas e manifestações culturais incorporadas na identidade nacional após seu necessário desaparecimento físico. O movimento de reconhecimento de suas

contribuições para o ser atemporal da Nação é, simultaneamente, um ato de exclusão de sua existência como entidades autônomas.

BIBLIOGRAFIA

- ALTAMIRANO, Carlos, e SARLO, Beatriz. “La Argentina del Centenario: campo intelectual, vida literaria y temas ideológicos”. In: *Ensayos argentinos. De Sarmiento a la vanguardia*. Buenos Aires: Ariel, 1997.
- BERTONI, Lilia. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas. La construcción de la nacionalidad a fines del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- DELANEY, Jean H. “Imagining El Ser Argentino: cultural nationalism and romantic concepts of nationhood in early twentieth-century Argentina”. In: *Journal of Latin American Studies*, n. 34 (2002): pp. 625-658.
- GLAUERT, Earl T. “Ricardo Rojas and the emergence of Argentine cultural nationalism”. In: *The Hispanic American Historical Review* n. 43 (1963): pp. 1-13.
- ROJAS, Ricardo. *Obras de Ricardo Rojas. Tomo IV: La restauración nacionalista*. Buenos Aires: Librería ‘La Facultad’ Juan Roldán y C., 1922.
- RAMOS, Julio. *Desencuentros de la modernidad en América Latina. Literatura y política en el siglo XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- SVAMPA, Maristella. *El dilema argentino. Civilización o barbarie*. Buenos Aires: Taurus, 2006.

A BUSCA PELA VERDADE NA HISTÓRIA: Heróis e utopias na obra de Irineu Ferreira Pinto

Fabício de Sousa Morais*

O objetivo deste texto é discutir a construção da história do Brasil numa área afastada do epicentro político-econômico do país, o estado da Paraíba. A idéia central é analisar, a partir de um determinado trecho do livro **Datas e notas para a história da Paraíba** (publicado em dois volumes, 1908 e 1916), escritos por Irineu Ferreira Pinto (1881-1918), como, no início do século XX, este historiador, a partir da coleta de um vasto número de documentos, criou uma versão da história deste estado. Para Ferreira Pinto e boa parte dos seus “seguidores” os documentos oficiais são verdades inconteste, por isso o trabalho de “resgate”. Vale ressaltar que a sua obra foi uma das grandes influenciadoras dos historiadores ligados ao IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano). O intuito maior era construir uma história da Paraíba capaz de mostrar para toda a nação os feitos heróicos dos paraibanos ilustres e com isso contribuir para o engrandecimento da história nacional.

Irineu Ferreira Pinto nasceu na capital da Parahyba do Norte em sete de abril de 1881, filho de Bernardina Pereira de Alencar e Francisco Ferreira Pinto. Seu pai morreu em 1889 e devido a um novo casamento de sua mãe, que desagradou seus familiares, foi morar em Barreiras, atual cidade de Bayeux (cidade pertencente a grande João Pessoa – PB), com sua tia Francisca e sua avó Maria Tereza de Jesus, que foram as responsáveis por sua criação.

Iniciou seus estudos em Barreiras e posteriormente foi estudar no Lyceu Paraibano, o principal colégio do estado. Suas intenções eram as mesmas dos jovens da época, freqüentar o curso de Direito em Pernambuco, mas como sua família não tinha condições financeiras para sustentá-lo fora da Paraíba, isso não se tornou possível.

Durante a juventude, escreveu crônicas, sonetos e trovas para os jornais locais. Mas a sua vida profissional não se encaminhou para a carreira jornalística, como seria de se imaginar. No raiar do século XX, precisamente em 1900, ele ingressou no funcionalismo público na Secretaria do Estado, sendo despedido no ano seguinte por corte de despesas. Em 1903, começou a trabalhar nos correios como amanuense,¹ função que desempenhou até a sua morte.

* Graduado em História (UFPB) e Mestre em Sociologia (UFPB). E-mail: fabriciomorais@gmail.com

¹ Funcionário público de condição considerada modesta que fazia a correspondência e copiava ou registrava documentos.

Nos primeiros anos de vida do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), a atuação de Irineu Pinto é intensa. Foi responsável pela coleta de documentos nos arquivos locais, propôs uma comissão que buscasse o crânio de José Peregrino de Carvalho, eleito pelo IHGP como um dos heróis de 1817. Também propôs uma outra comissão que averiguasse o paradeiro dos restos mortais de André Vidal de Negreiros, outra figura mitificada pela historiografia paraibana. Publicou diversos artigos nas primeiras revistas do IHGP. Foi o divulgador do IHGP no Brasil e fora dele, através do intercâmbio da Revista do Instituto com os seus congêneres nacionais e internacionais, participou de congressos nacionais como representante do mesmo. Além disso, ocupou os seguintes cargos no Instituto: Bibliotecário (1905-10); Primeiro secretário e bibliotecário (1910-12); Primeiro secretário (1912-18). O cargo de secretário era de fundamental importância para o desenrolar das atividades diárias, cabia a ele o bom funcionamento da associação.

Vale destacar a sua atuação como secretário do IHGP, pois, ao contrário do presidente, que na maioria das vezes, era um homem ligado a política local, seu cargo o fazia responsável pelo cotidiano da instituição e pelas ações científicas. Funções que podem ser resumidas da seguinte forma:

Os secretários cuidavam, por sua vez, do dia-a-dia da instituição. Montavam atas e pautas de reunião, dirigiam os trabalhos organizavam a revista, propunham a abertura de concursos e a realização de homenagens, auxiliam nos trabalhos da biblioteca e do acervo, redigiam pareceres para efetivação de novos sócios, enfim, eram responsáveis pelo funcionamento do estabelecimento (SCHWARCZ, 1993:114).

No ano de 1913, Irineu recebeu do governo da Paraíba uma importante missão, viajar para Portugal em busca de documentos que resolvessem a questão dos limites entre a Paraíba e Pernambuco. O arquivo a ser pesquisado em Lisboa era o da Torre do Tombo. O curioso é que não foi encontrada menção ao destino da documentação coletada e nem se serviu para acabar com os problemas territoriais entre a Paraíba e o seu vizinho Pernambuco.

Uma característica de Irineu Pinto que merece menção é o seu patriotismo, ressaltado, principalmente pelo seu filho Piragibe Pinto. Ele mostra o patriotismo do pai sobrepondo-se à carreira de funcionário público e até mesmo à sua família. O seu amor à pátria era tão grande que ao soar os primeiros acordes do hino nacional, ele tomava a posição de sentido, “para ele tanto fazia ouvir o nosso hino tocado por um simples gramofone, como por banda de música em festividade pública, merecia as mesmas homenagens” (PINTO, s/d:37). Ressalta também, que os interesses de historiador de Irineu estavam estritamente ligados a este patriotismo, nas

palavras do seu filho: “Ele era um entusiasta das belezas de nossa Pátria, de seu futuro como nação e, sobretudo, de seu passado histórico” (PINTO, s/d:37). Esta é uma das particularidades da sua obra, a exaltação aos acontecimentos patrióticos. O seu patriotismo fica expresso, por exemplo, na exaltação do movimento de 1817, como veremos mais adiante.

A produção histórica de Irineu Pinto está circunscrita às revistas do IHGP e a **Datas e notas para a história da Paraíba**. O livro se encontra dividido em dois volumes, o primeiro tem como recorte de 1501 a 1820, enquanto o segundo vai de 1821 a 1862. Os volumes foram lançados respectivamente nos anos de 1908 e 1916 e reproduzidos, em 1977, pela Editora Universitária da UFPB.

Devido à raridade dos originais, o trabalho foi realizado com as reproduções, cabendo a ressalva de que hoje em dia, mais de trinta anos após o relançamento, estes também se tornaram livros raros. Fica o registro da necessidade de que a mesma iniciativa que foi tomada no passado, seja retomada nos dias de hoje, não só em relação à obra de Irineu Pinto, mas também a de outros historiadores paraibanos do final do século XIX e do decorrer do século XX.

Os livros têm o intuito de reunir um grande volume de documentos relativos à Paraíba, apanhados, segundo seu autor, nos arquivos deste Estado. É importante comentar que ele não especifica os arquivos. Na introdução do volume I, Irineu Pinto faz algumas considerações a respeito do seu livro e do tipo de fonte por ele utilizado. No que diz respeito às fontes primárias, ele afirma: “Alguns destes documentos se achavam em tal estado de ruína que me foi preciso muito cuidado na abertura dos livros e usar lentes para lê-los” (PINTO, 1977:s/p). Devido à escassez de documentos para falar da Paraíba nos primeiros anos da chegada dos portugueses, fez-se necessária a utilização de livros que abordassem o período. Nas palavras do autor:

Tive também de consultar alguns autores de nomeada e segui-los, porque os primeiros dias da Parahyba ha o que está escripto, a excepção de alguns documentos nos archivos de Portugal e Hollanda, nada resta entre nós para fazermos a história daquelles tempos (PINTO, 1977:s/p).

Irineu Pinto tentou, através de um esforço monumental de coleta de documentos, reproduzir os fatos, “mostrar como eles realmente aconteceram”, como diriam os metódicos do século XIX. Era essa a sua utopia: fazer uma história incontestável, ou seja, acabada. Isto fica expresso no parecer do livro, feito pelos consócios do IHGP:

A obra àludida está escripta em dous volumes regulares, nos quaes o seu digno e operoso auctor vem mencionado, estudando e explicando os pontos notavéis da Historia da Parahyba por ordem chronologica. As investigações e pesquisas já concluidas alcançam até o anno de 1820, estando, portanto, quase feita a historia do nosso regimem colonial. Com a abundancia de apontamentos e informações, colhidas com grande esforço, o nosso activo consocio poude reconstruir factos, por assim dizer, já apagados da memória (PINTO, 1977:s/p).

O livro buscou reunir um grande volume de documentos relativos à Paraíba, apanhados, segundo seu autor, nos arquivos deste Estado.

Um dos momentos mais importantes de **Datas e notas...** é o que trata do Movimento sedicioso de 1817. O interesse era demonstrar a importância da Paraíba no movimento e que os acontecimentos ocorridos na província não eram mero reflexo dos de Pernambuco. Essa perspectiva terá grande influência sobre os futuros historiadores paraibanos, especialmente aqueles que elaborarão os seus discursos a partir do Instituto. O movimento que se inicia em Pernambuco nos primeiros dias de março logo chega à Paraíba, não só pela proximidade, mas também, segundo a versão elaborada no IHGP, pelo mesmo conjunto de idéias, nas palavras do historiador paraibano Horácio de Almeida, um dos “seguidores” de Irineu Pinto: “A Paraíba aderiu à revolução, não só por contágio de vizinhança, como porque participava das mesmas idéias democráticas. Deu-se a adesão a 15 de março, nove dias após a proclamação da república no Recife” (ALMEIDA, 1978:93).

Entre os vários documentos que tratam o movimento de 1817, chamam atenção os que remetem à figura de José Peregrino Xavier de Carvalho. É a sua atuação no movimento de 1817 que vai marcar o seu nome na história paraibana, segundo a vertente liderada pelo IHGP, é neste momento que a figura mitificada toma corpo.

É no seu retorno da província do Rio Grande do Norte, quando lhe são creditadas as últimas esperanças de retomar a capital paraibana, que voltara às mãos das forças reais, temos configurado o momento mais célebre da sua atuação, pois “pela intervenção do advogado Augusto Xavier de Carvalho, seu pae, depõe as armas, recolhendo-se ao quartel com a alludida força”, sepultando as últimas esperanças “revolucionárias”.

A importância de 1817 é tão grande que merece uma parte exclusiva dentro de **Datas e notas...**, denominada de **Relação Alfabética das Pessoas que se Acharam Envolvidas na Revolução de 1817, nesta Capitania**. Nela, o autor deixa de lado toda sisudez e a abordagem a estritamente cronológica do restante do livro e põe em prática uma narrativa mais solta,

sendo possível perceber que em algumas partes da **Relação Alfabética...** o poeta e o jornalista Irineu Pinto sobrepujam o historiador, limitado pela transcrição de documentos. Vejamos o seguinte trecho:

Por todos os lados rompem adhesões; só a ha um ponto a obscurecer o ceo da realeza; está em caminho para capital o intrepido José Peregrino, que ouvindo a voz de Amaro Gomes, com o valor de seus commandados, vem ajudal-o, mal sabendo que tudo estava por terra; já não havia a Patria e o seu ultimo fragmento iria succumbir com a sua vinda (PINTO, 1977:327-328).

Ainda na **Relação Alfabética...**, o autor trata de uma sindicância realizada pelo Instituto Histórico no ano de 1906, a respeito do local onde estariam os restos mortais de Peregrino, mais precisamente o seu crânio. Sua intenção era esclarecer as diversas versões existentes para o fato. Para Irineu Pinto:

Seria de muito patriotismo, se todos viessem com as luzes de sua intelligencia e aptidão investigar esta verdade, afim de ver se acaso nasce do escombro do olvido e do chão frio do tumulto as **reliquias** deste inolvidavel patricio, que, sacrificando a sua juventude pela patria, legou a nossa terra um nome glorioso, **perenne fonte de heroismo** e exemplo a mocidade para que se guie nos prelios do futuro, em defeza dos ideiaes tão abençoados, como sejam aquelles por cuja causa fez o seu denodado sacrificio (PINTO, 1977:330. Grifos meus).

São em passagens como essa que o autor expressa seu patriotismo e a importância de figuras como Peregrino para a manutenção deste sentimento. Não é por acaso que são utilizadas palavras como: *reliquias*, que traz uma conotação sagrada para os restos de Peregrino e que estes ao serem encontrados contribuirão para um futuro melhor. Também é bastante significativa a frase *perenne fonte de heroismo*, que remete ao heroísmo inacabável do jovem tenente-coronel.

Amaro Gomes Coutinho, um dos líderes de 1817, é uma outra figura de destaque na **Relação Alfabética...**, nela consta o documento do seqüestro dos seus bens, juntamente com a lista dos seus escravos e a expedição em busca do seu crânio. Outros homens não mereceram tanta atenção por parte de Irineu Pinto, mesmo aqueles que junto com Peregrino de Carvalho e Amaro Gomes Coutinho foram enforcados no Recife: Francisco José da Silveira, enforcado no mesmo dia de Peregrino e Amaro Gomes, 21 de agosto de 1817; o Pe. Antonio Pereira de Albuquerque e Ignacio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, que foram enforcados em 6 de setembro de 1817. Essa diferenciação pode ser feita a partir do número de

páginas destinadas a cada um destes homens na **Relação Alfabética...**, enquanto o autor dedica oito páginas para falar de Peregrino de Carvalho e três para tratar de Amaro Gomes, aos demais, juntos, são dedicadas cerca de quatro páginas. Mesmo Estevam José Carneiro da Cunha, um dos mais famosos “revolucionários” paraibanos, segundo os historiadores tradicionais da Paraíba, passa quase que despercebido por Irineu Pinto, não merecendo nenhuma página completa a seu respeito.

A sua predileção por alguns participantes do movimento em detrimento a outros está ligada, em um primeiro momento, à necessidade de legar à Paraíba heróis, em especial republicanos (lembrando que o IHGP foi fundado na segunda década deste período, em 1905). Por isso, a escolha de Peregrino, um jovem que morreu por esses ideais. Serviu, dessa forma, perfeitamente para ser moldado, por Irineu Pinto e pelo IHGP, como o grande herói do movimento de 1817.

Irineu Ferreira Pinto faleceu no dia vinte e sete de março de 1918, aos 37 anos. Sua morte causou uma grande comoção entre os intelectuais da capital paraibana e mereceu, por parte do IHGP, uma sessão solene em sua homenagem. Mais tarde, a biblioteca do Instituto foi batizada com o seu nome.

Uma das principais críticas que faço a **Datas e Notas...**, é referente à abordagem estritamente cronológica, em que os acontecimentos são descritos ano a ano. Não existe uma preocupação com a periodização. Aqui são perfeitamente cabíveis as palavras de José Carlos Reis, que detecta o mesmo problema na **História geral do Brasil** de Francisco Adolfo de Varnhagen, comparando-a “a um nostálgico e prazeroso álbum de fotografias das ações dos heróis portugueses” (REIS, 2002:49). No caso de Irineu Pinto, a analogia cabe como uma luva, com o acréscimo da leitura não ser prazerosa e sim de difícil deleite, pela grande quantidade de documentos que transcreve.

A crença de Irineu Pinto é a de que os documentos são responsáveis pela história, bastando verificar a sua autenticidade para se reconstruir o passado, não deveria haver a interferência do historiador. A discussão acerca da objetividade histórica é longa, mas defendo a impossibilidade do que queriam Irineu Pinto e os membros do IHGP: o historiador não pode se anular, ele sempre faz escolhas, voluntárias ou não.

Devido ao fetiche do documento, Irineu fez uma história política repleta de nomes e sobrenomes consagrados pela historiografia tradicional paraibana. Os documentos revelam a história de uma pequena parcela da população. As elites são os principais personagens de

Datas e notas..., enquanto as outras categorias sociais aparecem, quando muito, como coadjuvantes.

Em seu livro **A história vigiada**, Marc Ferro propõe uma tipologia para caracterizar e diferenciar “os silêncios da história”. Estes tipos são de grande valia para a compreensão da versão de história da Paraíba construída por Ferreira Pinto. Nas palavras de Ferro:

O mesmo ocorre com os silêncios da história oficial. Ligados ora às exigências da razão do Estado, de sua legitimidade, ora à identidade de uma sociedade e à imagem que ela quer dar de si mesma, esses silêncios jogam um véu pudico sobre alguns segredos de família – cada instituição, cada etnia, cada nação tem os seus (FERRO, 1989:34).

Chamo atenção para a parte que se refere à “imagem que a sociedade pretende dar a si mesma”. Acredito que seja este o principal objetivo do autor, isto é, contribuir para a construção da imagem que uma determinada parcela da sociedade paraibana pretende dar a si mesma, enquadrando-se no que Ferro denomina de *os silêncios de primeiro tipo*, que estão ligados ao princípio de legitimidade da classe dominante através do discurso mítico de suas origens, exaltando as glórias e esquecendo os erros.

Irineu Pinto constrói a sua história a partir da transcrição de documentos oficiais, dando ênfase às classes dominantes. Isto pode ser percebido através de uma breve consulta às páginas de **Datas e notas...**, lá encontraremos uma vasta documentação que remete à elite. Um bom exemplo é a grande quantidade de documentos referentes aos cargos e às comendas, o que nos leva a esta mesma elite. Suas escolhas como historiador, levaram-no para determinados acontecimentos e personagens, que serão recorrentes na historiografia tradicional paraibana.

Mesmo assim, percebo o grande valor de **Datas e notas...**, que se encontra na grande quantidade de informações que traz. Este foi o grande mérito de Irineu Pinto, a preservação, através de sua obra, de documentos que, provavelmente, não teriam chegado até os dias de hoje. Essa massa documental é um excelente pilar para pesquisas de cunho interpretativo.

O envelhecimento da obra de Irineu Pinto é perceptível, mas devemos entender a sua contemporaneidade, o período de sua realização e a quais questionamentos o autor buscava responder, dentro de um contexto determinado. Dessa forma, devemos atentar para o contexto mais amplo da produção do trabalho histórico, evitando o risco do anacronismo.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Vol. II. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978.
- FERRO, Marc. **A história vigiada**. Tradução de Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a história da Paraíba**. Vol. I e II. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.
- PINTO, Piragibe. **Irineu Pinto: sua vida e sua obra**. S/d.
- REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

A cultura historiográfica brasileira nas páginas da *Revista de História*

Fabício Gomes Alves*

A *Revista de História* foi fundada durante a década de 1950 pelo historiador Eurípedes Simões de Paula. O primeiro exemplar desse periódico trimestral começou a circular ainda durante o primeiro trimestre de 1950, especificamente, em março desse mesmo ano. Sobre esse começo, o historiador Odilon Nogueira de Matos, que figurou desde o início da revista como membro da comissão de redação, oferece informações importantes¹. Matos, que não hesita em considerar a *Revista de História* como uma das grandes realizações de Eurípedes, afirma que pouco antes da publicação do primeiro exemplar, ele próprio ocupava o cargo de secretário da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Nesse mesmo momento, Eurípedes exercia a função de diretor da mesma Faculdade, e esse fato possibilitou um contato diário entre ambos. Matos, que apesar de estar afastado do magistério na época, contribuiu com textos para a revista, descreve da seguinte forma o contato que teve com os manuscritos daquilo que viria a ser o primeiro número da *Revista de História*.

Uma tarde, já ao encerrar-se o expediente, na costumeira indagação de diretor para secretário, perguntou-me se não havia algum papel para despacho. Milagre dos milagres, naquele dia não havia! Convidou-me então o “velho” amigo e companheiro a dar-lhe uma mãozinha na correção das provas do primeiro número da revista que ele idealizara e realizara à custa de uma dedicação sem par e sobre a qual, meses antes, havíamos conversado demoradamente enquanto descíamos a escadaria da velha Escola Normal da Praça da República, em cujo terceiro andar estava, então, instalada a Faculdade de Filosofia. Agora, já em novas instalações da Rua Maria Antônia, víamos a tão sonhada **Revista de História** tomar corpo (MATOS, 1979: p. 47).

* Aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

¹ MATOS, Odilon Nogueira de. Uma Grande realização: a “Revista de História”. In: *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Ano XI. n° 94. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, jan. / mar. 1979. p. 46-50. Essa revista começou a circular em 1969, sob a responsabilidade do próprio Odilon Nogueira de Matos, que era amigo de longa data de Eurípedes. O artigo que ora citamos, compõe, juntamente com outros que integram esse fascículo, uma homenagem ao aniversário de falecimento de Eurípedes, que havia morrido tragicamente em 1977, atropelado na Rua da Consolação, em São Paulo.

Nesse trecho, é possível observar não apenas os últimos passos que antecederam a concretização da *Revista de História*, mas também os esforços e dedicação que Eurípedes teve na efetivação de tal empreitada. Praticamente todos os comentadores que se manifestaram acerca desse periódico, não deixaram de ressaltar o quanto o seu idealizador investiu recursos próprios na editoração e publicação desse suporte. Uma pequena nota, elaborada pela comissão de redação da *Revista de História*, permite-nos informar, com certa margem de segurança, que, durante os quatro primeiros anos de circulação, ou seja, de 1950 a 1954, a revista foi financiada por meio de recursos do próprio Eurípedes². Dessa forma, somente após a publicação do exemplar de número 17, o então diretor do periódico passou a contar com o auxílio da Secção Gráfica da Faculdade, que assumiu a responsabilidade de imprimir a revista. Tamanha assistência somente foi possível porque, em 1954, a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo adquiriu a Editora José Magalhães Ltda, oficina de editora gráfica que, mesmo antes de se tornar a Secção Gráfica da Faculdade, já era responsável pela impressão da *Revista de História*.

Todavia, os problemas financeiros da revista não se resolveram com esse auxílio. Com os anos, a criação de Eurípedes se tornou cada vez mais alentada e, quase uma década depois dessa primeira contribuição, a revista encontrava-se em dificuldades. Dessa vez, os recursos que permitiram contornar essa crise, saíram da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que, entre os anos de 1966 e 1967, concedeu valiosos auxílios a *Revista de História*³. No ano seguinte, ou seja, em 1968, o Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo estabeleceu uma verba para adquirir papel, que deveria ser destinado às diversas publicações periódicas de sua Secção Gráfica. Com essa resolução, a *Revista de História* acabou por ser beneficiada com a

² A nota em questão foi publicada em um livro que tinha como finalidade homenagear a memória de Eurípedes Simões de Paula: NOTA DA COMISSÃO. *A Revista de História (1950-1977)*. In: SOUZA, Antonio Candido de Mello e (et alii) (Org.). *In memoriam de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros de FEB; vida e obra*. São Paulo: Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983. p. 709-713.

³ Algumas boas informações acerca da fundação, bem como da atuação que a FAPESP teve no desenvolvimento do conhecimento científico em São Paulo, podem ser observadas em: SALA, Oscar. A questão da ciência no Brasil. In: *Estudos Avançados*. Vol. 5. nº 12. São Paulo, maio / ago. 1991. p. 153-160. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-401419910002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 nov. 2008. Nesse artigo, o autor afirma que a criação de uma Fundação, que tenha por objetivo atender as necessidades de pesquisa do Estado de São Paulo, já estava prevista desde a constituição estadual de 1947, que estabelecia, através do art. 123, que 0,5% da arrecadação deveria ser destinada à construção de tal instituição. Todavia, esta última tornou-se uma realidade apenas em 1960, data em que foi fundada a FAPESP, criada pela lei orgânica de número 5.918, promulgada durante o governo de Carvalho Pinto.

compra de papel e Eurípedes, que sempre assumiu discretamente os problemas financeiros do seu empreendimento, pode, então, continuar com essa sua prestigiosa publicação⁴.

Alguns outros vestígios que ajudam a entender melhor a emergência e a conformação da *Revista de História*, podem ser encontrados no texto de abertura, intitulado *O Nosso Programa*, publicado no primeiro exemplar da revista em questão⁵. Nele, Eurípedes confessa que a idéia de fundar uma revista surgiu em 1937, tempo em que trabalhou como assistente do então professor francês Fernand Braudel. Dessa forma, foi durante esse período que ambos pensaram em fundar uma revista capaz de estimular e encorajar os pesquisadores a divulgarem sistematicamente seus trabalhos.

Já em 1937, quando ainda lecionava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o ilustre Prof. Fernand Paul Braudel – com quem tivemos a honra de trabalhar na qualidade de assistente – pensávamos em fundar uma Revista destinada à divulgação de trabalhos históricos, não só de professores e assistentes, mas também de licenciados e alunos (PAULA, 1950: p. 1).

Uma análise mais de detida em torno desse pequeno trecho é capaz de revelar aspectos importantes acerca da história da *Revista de História*. O primeiro desses aspectos, que discutiremos detidamente em um outro momento, diz respeito à relação que a fundação da revista mantém com a Faculdade de Filosofia, bem como com a própria trajetória intelectual do seu fundador. Como veremos oportunamente, a história dessa Faculdade entrecruza-se com a trajetória de Eurípedes, da mesma forma que a história de Eurípedes entrecruza-se com a memória da Faculdade.

Todavia, essa não é a única articulação capaz de revelar a estruturação física e discursiva desse periódico. Outro elemento importante que deve ser considerado é a relação que a *Revista de História* manteve com a historiografia francesa, particularmente, com a historiografia dos *Annales*. Essa relação aparece de forma explícita no programa elaborado por Eurípedes, que evoca Lucien Febvre para ressaltar a amplitude e a interdisciplinaridade de sua revista:

⁴ NOTA DA COMISSÃO. *op. cit.*, nota 8, p. 712.

⁵ PAULA, Eurípedes Simões de. O nosso programa. In: *Revista de História*. Ano I. n° 1. São Paulo, jan. / mar. 1950. p. 1-2.

Compreendendo a História como Ciência do Homem, segundo o conceito de Lucien Febvre, certos de que não nos falhará o apoio de quantos, no âmbito universitário ou fóra dele, cuidem de assuntos de fundo histórico. A largueza de nosso campo de ação permitirá, sem dúvida, o acolhimento de trabalhos sobre quaisquer dos setores da história econômica, social, político, religioso, literário, filosófico, científico (PAULA, 1950: p. 2).

Sem dúvida, essa proposição exposta na abertura da revista efetivou-se ao longo dos 27 anos em que esse periódico manteve-se circulando. Uma rápida consulta em torno dos índices daquilo que foi publicado durante a primeira década da *Revista de História* (1950-1960), demonstra não apenas a abertura que havia para os mais diversos temas, mas também o espaço que esse suporte oferecia a historiografia dos *Annales*. A difusão de tal concepção historiográfica aparece praticamente em todas as seções da revista, ora através de textos publicados pelos próprios historiadores franceses, ora por meio das publicações dos historiadores brasileiros⁶.

Essa determinação, que remonta à missão francesa responsável por fundar os estudos históricos na Faculdade de Filosofia em 1934, é bem observada por Novinsky (1983: p. 479-481), que destaca os comentários do historiador francês Frédéric Mauro. Este último, em artigo intitulado *Au Brésil: la Revista de História*, publicado na revista dos *Annales* em 1957, aproximou o espírito da revista de Eurípedes ao espírito da revista fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929. A comparação é, de fato, justificável, pois Eurípedes, da mesma forma que esses primeiros analistas, manifestava, como podemos verificar na citação reproduzida acima, um forte antidogmatismo. Em sua revista, colaboraram autores das mais diversas origens, credos e vinculações ideológicas, sejam brasileiros ou estrangeiros. Essa conformação a qual estava submetido o periódico, fazia com que o mesmo cumprisse uma dupla função: difundir os resultados de pesquisas das mais diversas áreas, elaboradas por brasileiros ou estrangeiros, e divulgar, através de resenhas e críticas bibliográficas, as obras

⁶ A pesquisa nesse índice, que foi elaborado pelo próprio Eurípedes em 1966, revela o quanto essa revista difundiu o pensamento historiográfico dos *Annales* no Brasil. No arrolamento dos autores, é fácil encontrar publicações de autores como Lucien Febvre, Fernand Braudel, Charles Morazé, Jean Gagé, dentre outros. Comumente, os textos desses historiadores franceses eram publicados em uma seção que abria a revista, a seção *Conferência*. Todavia, essa articulação com a historiografia francesa apareceu também em outras seções, tais como nos artigos, nas notas, resenhas e noticiários. Dessa forma, muitos historiadores brasileiros publicaram resenhas das obras de M. Bloch, L. Febvre, P. Chaunu, etc. Da mesma forma, publicaram-se também notícias sobre o ingresso de professores franceses no Collège de France, notícias sobre a morte de historiadores franceses, etc. Dentre os colaboradores brasileiros, aqueles que mais escreveram sobre a historiografia dos *Annales* foram o próprio Eurípedes e Eduardo d'Oliveira França. Para consultar esse índice, ver: PAULA, Eurípedes Simões de. *Revista de História: índice dos números 1 ao 40*. São Paulo, 1974.

históricas, ou mesmo obras de outras disciplinas, que ainda não haviam sido traduzidas e publicadas no Brasil.

Essa orientação da *Revista de História* é interessante, pois tanto tornou mais fáceis as comunicações e as trocas entre os historiadores brasileiros, quanto possibilitou um maior diálogo entre estes últimos e os historiadores estrangeiros, sobretudo, os europeus. Diante disso, tornou-se mais dinâmica a circulação e os contatos entre a historiografia brasileira e as mais distintas culturas historiográficas cultivadas no mundo. No entanto, essa vocação para o cosmopolitismo, presente na *Revista de História*, não pode ser explicada unicamente pelo alinhamento que essa revista tinha com a orientação teórica expressa pelos *Annales*. Como dissemos a pouco, a história desse periódico entrecruza-se com a história da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e com a trajetória intelectual do próprio Eurípedes Simões de Paula. Nessa perspectiva, é bastante interessante observar como a concepção historiográfica de Eurípedes S. de Paula – da mesma forma que a da maioria dos colaboradores da revista, colaboradores pertencentes à sua geração – se articula a processos históricos mais amplos, tais como a Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932 e a fundação da FFCL-USP. Inegavelmente, eventos como o conflito desencadeado, em 1932, entre os paulistas e as forças da federação deixaram marcas singulares na honra e na memória de vários segmentos da sociedade paulistana.

Para a esmagadora maioria desses estudantes, que pertenciam a tradicionais famílias paulistanas, todo esse contexto, associado às redes de sociabilidade instituídas dentro das instituições que freqüentavam, estava bastante próximo dos seus horizontes de preocupações, pois seus desdobramentos contrariavam os interesses do grupo ao qual se ligavam. O outrora citado Eduardo d'Oliveira França (1994: p. 151), que antes de ingressar na segunda turma da FFCL-USP era, também, matriculado na Faculdade de Direito, oferece uma importante informação, que permite observar o quanto uma parte dos colaboradores da RH formaram-se em meio a esse contexto. Segundo ele, sua decisão de cursar História na recente FFCL-USP deveu-se muito a influência de colegas Faculdade de Direito, “notadamente Eurípedes Simões de Paula e Astrogildo Rodrigues de Melo” (...) “que haviam ingressado na primeira turma” e “elogiaram muito a faculdade recém-instalada em São Paulo”.

O depoimento em questão permite compreender aspectos importantes em torno desse debate, pois possibilita constatar que grande parte dos futuros colaboradores da RH compartilhou um mesmo tempo, que remete, simultaneamente, tanto a memória comum desse

grupo quanto aos eventos ou acontecimentos que lhe foram contemporâneos. Tal perspectiva coloca-nos diante de discussões importantes, relacionadas à maneira como esse conjunto de homens experimentou um certo tempo que, se por um lado, é interior ao grupo a que pertencem, por outro, também lhe é exterior. Ante essas constatações, podemos observar o quanto é pertinente pensarmos a cultura historiográfica impressa na RH como produto de uma tripla determinação, que se relaciona a lugares de memória (de grupo ou coletiva) e a lugares sociais e institucionais. Nesse sentido, é bastante interessante salientar que o fundador e parte considerável do grupo de colaboradores da RH, sobretudo aqueles que ocuparam funções organizacionais, formaram-se nesse contexto histórico descrito acima, em meio a redes de sociabilidade que os ligava aos institutos de ensino superiores tradicionais e à recente FFCL-USP.

A atenção em torno dessa orientação é importante, na medida em que torna claro que é impossível dissociar, da história da revista, a história do seu fundador, bem como do grupo ao o mesmo se associa. Isso porque, tanto a sua trajetória intelectual quanto a trajetória intelectual dos colaboradores permite entender, de forma mais ampla, as determinações expressas na produção historiográfica transmitida pela RH. Os condicionamentos a que esses estão submetidos devem ser compreendidos, portanto, enquanto parte de um conjunto de acontecimentos e processos históricos, que extrapolam bastante as representações sobre o passado forjadas por um indivíduo ou mesmo por um grupo. É justamente nesse sentido que a memória coletiva ou cultura histórica entrecruza-se com a cultura historiográfica, pois, a escrita da história não pode ser considerada um conjunto de práticas autônomas, que funciona somente a partir de sua própria lógica interna e não se relaciona com os fenômenos socioeconômicos e culturais.

Referências Bibliográficas

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. "Entrevista - Eduardo de Oliveira França: um professor de História". in: *Estudos Avançados*. 8 (22), 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n22/13.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2008.

MATOS, Odilon Nogueira de. Uma Grande realização: a "Revista de História". In: *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Ano XI. nº 94. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, jan. / mar. 1979. p. 46-50.

MAURO, Frédéric. Au Brésil: la Revista de História. In: *Annales: Économie, Sociétés, Civilisations*. Ano 12, 1. Paris: Librairie Armand Colin, 1957.

NOTA DA COMISSÃO. A Revista de História (1950-1977). In: SOUZA, Antonio Candido de Mello e (et alii) (Org.). *In memoriam de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros de FEB; vida e obra*. São Paulo: Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983. p. 709-713.

SALA, Oscar. A questão da ciência no Brasil. In: *Estudos Avançados*. Vol. 5. nº 12. São Paulo, maio / ago. 1991. p. 153-160. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-401419910002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 de novembro de 2008.

PAULA, Eurípedes Simões de. O nosso programa. In: *Revista de História*. Ano I. nº 1. São Paulo, jan. / mar. 1950. p. 1-2.

_____. (Org.). *Revista de História: índice dos números 1 ao 40*. São Paulo, 1974.

Das contribuições da História Cultural à História da Educação

Felipe Menezes Pinto¹

O objetivo deste texto é estudo das relações existentes entre a Nova História Cultural, ou tão somente História Cultural, e a História da Educação, procurando ressaltar as contribuições que aquele “fazer historiográfico” trouxe a este. É claro que um estudo com as limitações físicas deste não se proporia fazer um balanço historiográfico dessas relações em um sentido mais profundo, inventariando suas principais contribuições, enveredando pelas origens, etc. Pretende-se, isso sim, discutir as contribuições trazidas pela Nova História Cultural à História da Educação, como o alargamento da noção de fonte, o uso de conceitos como os de representação, apropriação e imaginário, bem como a busca por novos objetos, à luz de uma pesquisa em desenvolvimento junto ao programa de pós graduação de História da UFMG na qual pretendo vislumbrar as práticas educativas, as noções de intolerância perpetradas por estas e a tentativa de construção da identidade nacional brasileira, por meio da educação, durante o Estado Novo varguista (1937-1945).

Escuso-me, de imediato, a tentar definir um provável paradigma (em sentido kuhniano) da História Cultural, nem tampouco gostaria de tocar no vespeiro que é o termo cultura. Parto, é verdade, da noção de que cultura é um determinante básico da realidade histórica, a cultura como um sistema, uma rede de significados que dá sentido ao real, ainda que esse real seja fugidio ao historiador, contentando este somente com as representações desse real. Nesse sentido, uma História Cultural seria aquele fazer historiográfico que se preocupa com o olhar dito antropológico da cultura em questão, perfazendo suas práticas, suas ações, seus atos inconscientes, suas imagens, seu imaginário, um olhar histórico que faça um mergulho para além das marés superficiais de determinada sociedade. Nos dizeres de Jean-Françoise Sirinelli,

A história cultural é a que fixa o estudo das formas de representação do mundo no seio de um grupo humano cuja natureza pode variar – nacional ou regional, social ou política – e de que analisa a gestação, a expressão e a transmissão.[...] Um mundo figurado ou sublimado – pelas artes plásticas ou pela literatura -, mas também um mundo codificado [...] um mundo legado, finalmente, pelas transmissões devidas ao meio, à educação, à instrução. (RIOUX, 1998:20)

¹ Mestrando em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Tendo em vista a citação acima referida e em concordância com um vasto número de historiadores desta vertente historiográfica, uma análise que pretenda caminhar através dos passos traçados pela História Cultural não deveria abrir mão dos estudos que valorizam as formas de transmissão dessa cultura, ou melhor, ganharia muito se deslindasse as relações existentes entre, de um lado, as práticas culturais, as representações que a sociedade possui de si mesma, seu imaginário e suas ações e de outro as formas através das quais essas são transmitidas, notadamente através das práticas educativas.

No entanto, o inverso somente muito recentemente tem sido feito, ou seja, somente nas últimas duas décadas, aproximadamente, a Historiografia que possui suas preocupações em torno dos temas voltados para a educação tem se aproximado da História Cultural. Assim como me escusei acima de deslindar acerca de um dito paradigma dessa História Cultural e de definir o termo cultural, abro mão também de definir aquilo que seria um modelo de História da Educação. Necessariamente, seriam aqueles estudos históricos que tem por objetivo questionar a educação em seu sentido mais abrangente.

Parodiando Mário Quintana, quando o mesmo nos diz da origem suspeita da democracia à medida que esta surgira em meio às classes ociosas de Atenas, a História da Educação, e isso talvez explique ou conforme sua recente aproximação da História Cultural, também teve uma origem, digamos, suspeita.

A disciplina História da Educação, nascida no final do século XIX, desenvolve-se sobretudo nas Escolas Normais e nos cursos de formação de professores e não, como se poderia supor, nos institutos de pesquisa e ensino de história propriamente dita. Sua história está, portanto, intrinsecamente relacionada ao campo da Pedagogia... (LOPES, 2005: 25)

Nesse sentido, muito por influência dessa origem suspeita, a História da Educação não se desenvolveu como uma área da pesquisa Histórica e sim como disciplina auxiliar da pedagogia, quer sob influência da filosofia, o que lhe fez caminhar pelo estudo dos pensamentos pedagógicos, quer sob influência de certo olhar internalista, que lhe fazia ver a educação em si mesma, sem relação com outros aspectos da época em questão. Não é com surpresa, portanto, que podemos verificar que somente recentemente a História da Educação

vem se aproximando de uma historiografia que privilegie o cultural em detrimento à supremacia do político-econômico.

Uma das maneiras de corroborar esse até então recente afastamento da História da Educação de uma perspectiva que valorizasse o cultural é visitando algumas das obras referencias nesse campo historiográfico. É claro, devido à amplitude de temas e períodos abordados dentro da História da Educação, privilegio aqui alguns títulos que, por fazerem parte das minhas preocupações centrais, quais sejam, as práticas educativas durante o Estado Novo Vargasista, estão mais propícios a serem revisitados. .

Fazendo emergir, como nos adverte Jean Marie Goulemot, “a biblioteca vivida, quer dizer, a memória de leituras anteriores e de dados culturais” (GOULEMOT, 1996: 113) e, assim, revisitando o debate historiográfico, é forçoso reconhecer a razoabilidade de volumes que contemplam os estudos sobre a educação na Era Vargas, notadamente durante o Estado Novo. No entanto, a maior parte deles ainda se dedica à análise das políticas educacionais, da legislação, e do pensamento pedagógico que lhes embasaram. Por falta de uma definição melhor, tais estudos ainda abordam a educação no período Vargas de maneira “tradicional”. Muitas dessas obras, surgidas ao final da década de 70 e início da década de 80, começaram por focar as leis educacionais, o pensamento pedagógico e seus grandes idealizadores, as estruturas políticas. Para ficar em apenas alguns nomes, tem-se o trabalho de Otaíza Romanelli, por exemplo, que se insere nesse tipo de abordagem “tradicional” da educação, vendo-a através de uma relação determinista com relação ao Estado, que se utiliza do campo educacional no intuito de criar condições para a manipulação de ideologias pelas elites dominantes. Somando-se a esse tipo de abordagem o peso das relações econômicas de um Estado, obtinha-se um quadro seguro da educação no Brasil. Segundo a própria autora, o seu

trabalho pretende estabelecer que a evolução do sistema educacional, a expansão do ensino e os rumos que esta tomou só podem ser compreendidos a partir da realidade concreta criada pela nossa herança cultural, evolução econômica e estruturação do poder político. (ROMANELLI, 1978: 19)

Ao refletir sobre a maneira dita “tradicional” de abordar as relações entre o Estado e a educação dentro do marco temporal acima referido, é importante mencionar aquelas obras que estabelecem algumas relações entre a educação e o autoritarismo Vargasista. É nesse momento que destaco a obra de Célio da Cunha e sua intenção de abordar as reformas educacionais, a legislação educacional à época do Estado Novo. Em *Educação e autoritarismo no Estado*

Novo, muito embora ressalte a importância das reformas educacionais realizadas no período abordado, uma vez que as mesmas se mantiveram após a queda do regime autoritário de Vargas, seu trabalho ainda apresenta o Estado e os grandes nomes como verdadeiros tutores das ações no campo educacional.

Ainda nesse tipo de abordagem que pretende relacionar o governo autoritário Vargasista com o setor educacional, privilegiando, nesse sentido, o Estado Novo, podemos também refletir sobre a obra de Marinete dos Santos Silva que, em *A Educação Brasileira no Estado Novo (1937-1945)*, “tem por objetivo investigar até que ponto a emergência de um regime autoritário, como o Estado Novo, trouxe modificações ao campo da educação brasileira.” (SILVA, 1980: 15). Novamente, trata-se de um estudo que segue a tendência da época de sua produção, qual seja, ao abordar as relações educação-Estado, tomar a escola como um aparelho ideológico do Estado e que para compreendê-la em sua plenitude faz-se necessário recorrer às estruturas econômicas, sócio-políticas, ideológicas e pedagógicas daquele determinado período.

Outra obra que também é referência fundamental seria o livro *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*, de José Silvério Baía Horta. Também enfoca o autoritarismo político do período e sua relação com a educação, notadamente o lugar do ensino de moral e cívico, do canto orfeônico e de alguns atores sociais de grande influência sobre a educação, como a Igreja e os militares. No entanto, professores, alunos, as práticas cotidianas, enfim, muitos daqueles privilegiados por uma abordagem culturalista ainda são testemunhos anônimos da história.

Não acredito ser produtivo buscar mitos de origens, obras referenciais ou autores “revolucionários” em relação à aproximação da História da Educação à História Cultural. Alguns, como Cynthia Greive Veiga, ainda que não eleja alguma obra e/ou autor pioneiro, destaca que “a produção do diálogo entre a história cultural e a história da educação se deve em muito pelo fato da história cultural investigar temas e objetos até então muito recentemente, principalmente entre nós, como exclusivos de história da educação.” (VEIGA, 2003: 15)

No entanto, se fosse preciso considerar algum momento ou obra que contribuiu sobremaneira para essa aproximação, elegeeria aquelas que começaram a caminhar pelo conceito de cultura escolar. Alguns títulos merecem destaque, curiosamente dois deles publicados no ano de 1995 ainda que não traduzido para o português no mesmo ano. Apesar

da longa citação, para melhor explicitar o conceito, acredito ser importante expor a definição de Dominique Juliá acerca do que seria a cultura escolar:

a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização. [...] Enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares. (JULIA, 2001: 10-11)

Ora, se nos remetermos à definição anteriormente dada sobre História Cultural, qual seja, aquela que se propõem a interrogar as formas de representação de um grupo social e como essas formas de representação são definidas, transmitidas, inculcadas, parece-me quase natural relacionar a noção de cultura escolar como uma das preocupações a serem observáveis em torno da História Cultural. Como atesta Luciano Mendes de Faria Filho,

não por acaso a emergência e consolidação do tema cultura escolar nas pesquisas em história da educação se dá ao mesmo tempo em que se amplia o diálogo com a chamada história cultural francesa. Uma das explicações para isso é que tanto a temática — a cultura escolar — quanto a abordagem — a história cultural — contribuam para a criação de lugar confortável para a educação no terreno da cultura, não mais ancorado nos estudos sociológicos, mas historiográficos. (FARIA FILHO, 2004: 154)

Não menos importante, mas que também se notabiliza por definir o conceito de cultura escolar como algo óbvio assim como a escola é, naturalmente, uma instituição e que, portanto,

produz sua cultura escolar, encontra-se o artigo produzido por Antonio Viñao Frago. Para ele, simplificando em muito devido a sua aproximação com a definição de JULIA, “la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer.” (FRAGO, 1995: 69).

Em grande medida, portanto, será através desse contato inicial que se fará uma renovação nos estudos históricos sobre educação. Simplificando um pouco o percurso, teremos, tal como um efeito dominó, o conceito de cultura escolar refletindo sobre um novo olhar acerca, por exemplo, das disciplinas escolares, que passam a ser vistas sob um ponto de vista mais sócio-cultural, não mais se preocupando com os seus caracteres formais, o pensamento pedagógico que lhe embasara mas sim com as práticas escolares definidas dentro de uma concepção mais circular, ou seja, enquanto práticas culturais. Por definição, ao adotar tais critérios, ao mudar o discurso historiográfico que cercava a educação, os historiadores também promoverão um alargamento daquelas fontes que lhes são necessárias. É preciso ultrapassar as leis, os documentos oficiais, os regimentos escolares e buscar aqueles produzidos pelos principais envolvidos em sala de aula, tanto os alunos quanto os professores. É preciso escovar a história a contrapelo para poder fazer emergir tais documentos.

É possível perceber, portanto, que, de maneira semelhante ao que se deu na historiografia geral desde o surgimento dos *Annales* em 1929, a História da Educação também se viu influenciada por uma renovação em seus pressupostos, buscando, pois, novos objetos, (ou antigos objetos agora renovados por um novo olhar) em detrimento a uma História da Educação política ou uma História das idéias pedagógicas. Não sem motivo, como atesta Thais Nívia de Lima e Fonseca, “entre os indícios desse processo de renovação estão a recorrência das referências a determinados autores considerados basilares na História Cultural – principalmente Roger Chartier e seus conceitos de representação e apropriação[...]” (FONSECA, 2003: 60).

Nesse ponto, para melhor explicitar como o conceito de representação vem sendo utilizado pela História da Educação, acredito ser importante, ainda que muito rasteiramente, debruçar sobre esse conceito caro ao seu autor e à própria História Cultural. Para Roger Chartier, a noção de representação é tão importante, principalmente, por ser este autor um estudioso do Antigo Regime Francês, momento onde a idéia de representação ganha centralidade (lembramos, por exemplo, do célebre “*L'etat c'est moi*”, ou seja, o rei como representação do Estado). Ao tentar se representar como todo um Estado, o que está em jogo é na realidade toda uma relação de dominação e subjugação entre representante e representado

no afã de mascarar a violência desta relação. Dessa experiência, resulta a noção de que representação do real assim construída tende a justificar e a legitimar um determinado lugar social, aspirando à hegemonia. Nas palavras do próprio Chartier e que deixa clara a importância da noção de representação, “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada à ler.” (CHARTIER, 1990: 16-17) Assim, cabe ao historiador identificar que tais representações, que são dadas a ler, o são determinadas, construídas pelos interesses dos grupos que as forjam. Nessa demiurgia “intencional” do social, cabe ao historiador captar-lhes as estratégias e práticas que pretendem se impor sobre outras, caminhar por aquelas atitudes do discurso qualificado como legítimo na ordem dessa construção do social que nos chegam através das fontes.

Trazendo o conceito para uma experiência mais concreta de sua utilização, referencio, novamente, a pesquisa que venho desenvolvendo como dissertação. É sabido que a escola, e de maneira geral a educação, é desde o século XIX alvo da política como campo propício para semear conceitos e preparar o futuro. Em regimes autoritários, esse campo fértil é potencializado e torna-se ainda mais propício para tais realizações, principalmente quando intenta tolher a diversidade e promover a uniformização a partir dos valores do regime vigente. Dentro desses regimes autoritários, privilegiei como recorte temporal o Estado Novo getulista, onde é possível perceber a educação como instrumento de formação da nacionalidade, capaz de fazer com que o indivíduo se identifique com a Nação e que aja em seu favor. À educação é dada a incumbência de formar o novo cidadão brasileiro que se pretendia, educando-o para a coletividade, ou seja, para a pátria. É justamente por ser dada à educação essa incumbência de construção de identidade que podemos tomar as práticas educativas e as representações do real que se pretendia construir como ambiente privilegiado de análise. Afinal, é através da educação que “uma dada realidade social está sendo construída e dada a ler.”

No entanto, e aqui ampliando os conceitos que a História da Educação passa a utilizar fruto de sua aproximação da História Cultural, ao enveredar pelo social, político e cultural do Brasil no momento em que uma nova matriz simbólica está sendo confeccionada, meu estudo não poderia se afastar dos conceitos de apropriação e imaginário, principalmente por serem importantes pilares de sustentação da análise dos processos e das práticas presentes na educação escolar. Nesse sentido, acabo por explorar também (assim como a Historiografia da Educação recente o faz) o conceito de apropriação cujo referencial maior também seria Roger

Chartier. Entre os motivos desta escola constato que, uma vez que se objetiva compreender os movimentos de circulação das representações elaboradas na construção da identidade, deve-se ter em mente como essas serão apropriadas pela coletividade, notadamente pelas crianças. Progressivamente, a História da Educação fez perceber a necessária relação existente entre as representações da realidade construídas dentro da atmosfera educacional e a receptividade, as apropriações que se faz daquelas. De imediato, ao tornar-se mais sensível ao conceito de representação e apropriação, coube ao historiador da educação ampliar seu escopo documental. É preciso que

se deixe de lado as fontes oficiais ou tradicionais e se vá à procura, nem sempre fácil, daqueles documentos que são produzidos pelos próprios professores e alunos, tais como cadernos escolares, anotações de aula, relatórios de classe e jornais escolares, por exemplo. (CHAVES, 2006: 76).

Por fim, outro conceito que utilizo em minha pesquisa e que aqui abordo por estar presente na recente historiografia da educação como fruto da aproximação desta em relação à História Cultural seria o conceito de Imaginário, notadamente referenciado em Bronislaw Baczko. Para ele, é

através dos seus imaginários sociais, que uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de bom comportamento, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do chefe, o bom súdito, o guerreiro corajoso, etc. (BACZKO, 1985: 309)

Parece-me, pois, imperioso caminhar por entre os imaginários sociais que uma sociedade nutre sobre si mesma a fim de melhor compreender as representações correntes nesta mesma sociedade bem como as formas de apropriação dessas representações do real. Novamente, é preciso recorrer aos processos de socialização primária, notadamente as práticas educativas de uma época para se saber quais são estes imaginários que a sociedade toma como legítimos e que intenta perpetuá-los. Novamente conforme Baczko,

a fim de que uma sociedade exista e se mantenha, assegurando um mínimo de coesão, é preciso que os agentes sociais acreditem na superioridade do fato social sobre o fato individual, que se dotem de uma consciência, isto é, um

fundo de crenças comuns que exprima o sentimento de existência da coletividade. (BACZKO, 1985: 306).

Finalizando, é notória a pluralidade de possibilidades e de questionamentos que, oriundos da História Cultural, sobremaneira tem contribuído para o desenvolvimento da historiografia como um todo, assim como na Historiografia da Educação. Essa aproximação não é tão somente próspera para esta última, mas sim uma necessidade em virtude de sua origem, de sua constituição e de sua herança. Seu objeto, a educação, embora possa até mesmo ser considerado específico para alguns de seus pesquisadores, não a transforma em um saber histórico específico e sim que dialoga com as outras formas de saber histórico, tanto com relação aos seus métodos, quanto ao trato com as fontes, como as formas de interpretação, etc. Novamente, se a História Cultural é aquele fazer historiográfico que se preocupe com o olhar dito antropológico da cultura em questão, perfazendo suas práticas, suas ações, seus atos inconscientes, suas imagens, seu imaginário, a História da Educação, malgrado sua fugidia especificidade acima citada, seria, antes de tudo, uma História Cultural da Educação.

BIBLIOGRAFIA

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. vol. 5, 1985.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

CHAVES, Miriam. Um estudo sobre a cultura escolar no Rio de Janeiro dos anos de 1930 pelas lições de história. . Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Autores Associados. n. 11, p. 71-100, 2006.

CUNHA, Célio da. *Educação e Autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Autores Associados; Cortez Editora, 1981.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. *A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História da Educação e História Cultural. p. 49-75. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FRAGO, Antonio Viñao. *Historia de la educación y historia cultural. Posibilidades, problemas, cuestiones*. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez 1995 N° 0.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Autores Associados. n. 1, p. 9-44, 2001.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005 115p (O que você precisa saber sobre)

RIOUX, Jean-Pierre. Introdução: um domínio e um olhar. p.11-22. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. (Nova história ;34)

ROMANELLI, Otaíza. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SILVA, Marinete dos Santos. *A Educação Brasileira no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

VEIGA, Cynthia Greive. História Política e História da Educação. p. 13-47. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

As festas cívicas e religiosas promovidas pelas câmaras no contexto do Antigo Regime e a manutenção do poder régio e local em debate

Fernanda Fioravante
Doutoranda em História pela UFRJ/Bolsista CAPES

O presente artigo tem como objeto central a dimensão política assumida pelas festas nas Minas setecentistas – fossem elas solenidades ligadas a ocasiões religiosas, fossem elas realizadas em razão de eventos associados à família régia –, com vista a perceber seu uso tanto por parte da coroa, como por parte dos poderes locais.

Constituindo-se em mecanismos institucionais (SANTIAGO 2001, p. 40), as festas integravam o processo de dominação e aumento do poder régio nos Estados Modernos. Além de uma melhor definição das fronteiras, de um aprimoramento do aparato militar e de uma maior organização administrativa, fazia-se necessário, também, publicizar a imagem do rei. Dessa forma, as festas, dotadas do exagero cênico e do luxo ostensivo do barroco, levavam ao reconhecimento social do rei pelos seus súditos (Idem, p. 38). O mesmo movimento é percebido na esfera do poder local.

As festas barrocas promoviam um espetáculo de luzes, cores e sons na cidade. As luminárias e fogos de artifício; os carros alegóricos e vestimentas ricamente adornadas; as músicas, as danças e os jogos encantavam o público. As casas enfeitadas e as ruas limpas esperavam a passagem da procissão ou da imagem do rei. As dificuldades cotidianas talvez fossem momentaneamente esquecidas para, então, vivenciar-se o universo criado pelas festas.

Contudo, esses eventos também possuíam o poder de introjetar valores, destacar as posições de mando e publicizar a imagem do rei. Nesse sentido, no presente artigo interessamos a função política assumida pelas festas barrocas enquanto legitimadoras tanto do poder régio como do local, possibilitando a melhor administração e atendimento dos interesses da metrópole bem como a afirmação dos poderes locais e a inserção de valores necessários à ordenação e domínio sobre a sociedade mineira.

A descoberta de ouro em fins do século XVII na região das Minas despertou a ganância de muitos, atraindo um grande número de aventureiros, tornando estes confins palco de violência, instabilidade e insegurança (SANTIAGO, 2001: 30). Todavia, o século seguinte

foi marcado por um vigoroso processo de urbanização para o qual confluiria a implantação e atuação de dois importantes órgãos, quais sejam, as irmandades e as câmaras.

Nas Minas, as irmandades precederam aos poderes burocrático e militar, constituindo-se nas primeiras instituições das terras auríferas. Além disso, tiveram destacado papel na ordenação da sociedade na medida em que, ao prestar assistência aos vassalos, aliviavam as tensões provenientes do modo de vida precário de então, promovendo a coesão social, a disciplinarização e a hierarquização da sociedade por meio da incorporação de valores morais. Dessa forma, e para a coroa, as irmandades tiveram proeminente papel como auxiliar no processo de colonização ao tentar reproduzir, nas possessões do além mar, os padrões da Metrópole (BOSCHI, 1986: 36). Juntamente às irmandades, as câmaras tiveram grande relevância nos quadros da governabilidade do Império Português, uma vez que estas instituições, sustentáculos da sociedade colonial, garantiam a transplantação e adaptação das instituições metropolitanas no ultramar (BOXER, 2002: 286).

Parte integrante das atribuições das irmandades e da Câmara, as festas contribuíram para a estruturação social e política do espaço mineiro, dando impulso a um poderoso mecanismo de controle e definição do espaço social e político nas Gerais, especialmente tendo em conta que em um primeiro momento, de acordo com Laura de Mello e Souza, “as normas e as regras foram deixadas de lado”(MELLO E SOUSA, 2001: 185).

As festas, em função do papel tranqüilizante do rito processional, representavam um meio de melhor suportar as agruras cotidianas, fazendo com que as camadas subalternas encontrassem, nestes eventos, “uma válvula de escape” (DEL PRIORE, 2000: 90; RAMINELLI, 2000: 233,234).¹ No entanto, no presente artigo, interessa-nos o impacto que o espetáculo de fogos-de-artifício, carros alegóricos e as ornamentadas vestimentas promoveram na esfera do poder político: de um lado, as festividades cumpriam o papel de estabelecer o reconhecimento e a lealdade a El-Rei; de outro, ao definirem valores a serem seguidos, estratificavam a sociedade, estabelecendo espaços de prestígio e distinção, os quais levavam à consolidação dos instrumentos de mando dos poderes locais.

No contexto do Império Português, dada as precárias condições da manutenção do controle militar e burocrático nas possessões ultramarinas, (BOXER, 2002: 286) o domínio da coroa contaria em larga medida com uma série de símbolos e rituais, responsáveis pela

¹ Mary del Priore atribui também outros significados à festa tais como espaço de afirmação de poder, circularidade cultural, disputas e rivalidades, dentre outros.

transmissão de valores comuns ao Antigo Regime (FURTADO, 1997: 252). Assim, mediante a ocupação do espaço público, as festividades, sem fazer uso da coerção, constituíam-se em um sofisticado instrumento persuasivo.

Coincidindo com o período áureo das Minas, o reinado de D. João V foi marcado pela pompa e pela suntuosidade, tanto em decorrência da imitação e da disputa abertas em relação à França de Luiz XIV, (BOXER, 2002: 173) como pelas condições amplamente favoráveis propiciadas pelo ouro mineiro (MONTEIRO, 2002:323). Assim, as festas, fossem elas civis ou religiosas, eram revestidas com admirável requinte. Ao apropriar-se em larga medida de signos religiosos como forma de afirmação e legitimação do poder,² o rei envolvia-se com uma “aura mística”, posicionando-se entre o humano e o divino, crescendo em importância diante de seus vassalos.

Nesse sentido, o período joanino seria, então, identificado como ápice da solenização e da profusão de festividades. Fosse as festas relacionadas a comemorações relativas à família real ou religiosas, elas se constituíam em um eficiente mecanismo de publicização do poder régio português, seja em terras reinóis seja no ultramar.

A título de exemplo, há de se destacar as Entradas Solenes promovidas pela Casa Real no reino. Nessas solenidades, que algumas vezes contaram com a presença do rei, a imagem régia era apresentada como sendo sublime e magnificente. O sentimento de lealdade e de reconhecimento da autoridade do rei contava com o uso e repetição do aparato simbólico e alegórico, além de recorrer à recordação do evento por vários meios, como relações de festa ou poesias. Tais recursos, ao estabelecer ancestralidade e continuidade no proceder das festas, tornavam legítimos os valores difundidos e, como trataremos adiante, atendiam aos interesses das autoridades locais participantes do evento (CARDIM, 2001: 107-108).³

Se no reino algumas solenidades contaram com a presença do Rei (CARDIM, 2001: 101) no ultramar a imagem régia seria representada por seu retrato, que, aliado a insígnias relacionadas à coroa, presentificaria seu poder frente aos súditos (SANTOS, 2000: 27; SANTIAGO, 2001: 38). Assim, as festas, embebedas de sentido religioso e de júbilo do poder monárquico com seus símbolos, alegorias e demais instrumentos compunham o que Affonso Ávila denomina de “encantatório-persuasivo”. Tal mecanismo, a serviço da “enunciação

² Para uma melhor compreensão acerca da relação entre as cerimônias públicas religiosas e as esferas de poder político confira (PAIVA, 2001) e (KANTOR, 2001)

³ A publicização da imagem régia, valores difundidos, os procedimentos da festa e os méis de recordação do evento não se restringiam às entradas solenes, sendo recorrentes em todo o império português.

trunfalesca do poder”, (ÁVILA, 1994: 45)⁴ estendia metaforicamente a presença régia no além mar (SANTIAGO, 2001: 34) contribuindo sobremaneira no processo de ordenação das Minas setecentistas. Nesse sentido, as Câmaras municipais, tendo como um de seus atributos a realização das festas, tinham papel fundamental na ampliação e afirmação do poder da coroa, confluindo para que fossem atendidos os interesses régios concernentes ao maior controle de seus domínios no reino e no ultramar.

Todavia, para que as câmaras atuassem segundo as determinações e interesses metropolitanos, era necessário que seus funcionários fossem reconhecidos enquanto autoridades locais.

Tendo em vista o caso da colonização das Minas, dada, por um lado, a sua importância para a coroa em decorrência da descoberta de ouro e, por outro, o seu conturbado processo de povoamento - marcado pela instabilidade, pela violência e pelo abandono das regras, como foi dito anteriormente - , era fulcral o reconhecimento pela população de um centro de poder. Nesse sentido, as vestimentas, as moradias, as insígnias demarcavam o espaço social ocupado, conferindo *status* e prestígio ao indivíduo, os quais refletiam não só em seu reconhecimento e distinção, como também na amplitude de seu poder político (SANTIAGO, 2001: 32).

Desse modo, as festas destacaram-se como sendo um importante espaço de afirmação e legitimação do poder local. Lugar de expressão de fidalguia,(ARAÚJO, 1997: 148) “nessas ocasiões, os camaristas exibiam-se em ‘corpo de câmara’, ou seja, devidamente hierarquizados, trajados e paramentados, ostentando as insígnias do conselho e o estandarte” (SANTIAGO, 2001: 12). As festas, aliadas ao teatro, mostravam-se como um eficiente artifício de persuasão ao ressaltar o brilho, a grandeza e o poder. Dessa forma, e conforme José Maravall, faz-se necessário destacar a caracterização da festa pública barroca como sendo uma “festa por contemplação”, a qual, organizada pelas autoridades, procurava ostentar o poder de forma que o povo permanecesse limitado à posição de espectador passivo (MARAVALL, 1997: 44). Um exemplo disso era a atração por meio de fogos de artifício e outros recursos cênicos. Ao criar a ilusão de grandiosidade, produzia tal impacto sobre o

⁴ Ao tratar da “enunciação triunfalesca” do poder, Affonso Ávila refere-se tanto ao poder laico como o da Igreja. Embora não tenha integrado o foco de nossas preocupações, não devemos esquecer a relevância da Igreja no processo de colonização no sentido de difundir valores e de disciplinarizar a sociedade. Além disso, há de se destacar o uso que os religiosos fizeram da festa com o fim de adquirirem distinção e prestígio. Cf. também BOSCHI, C. C. Op. cit., 58. e KANTOR, I. Op. cit., 171.

público que, segundo Berenice Cavalcante, os incapacitava de ação (CAVALCANTE, 2002: 304).

Desse modo, ocupando lugares de destaque na festa, seguindo um cerimonial que colocava a população a par dos modos de proceder do reino e da hierarquia de poder, ao apresentar um evento espetacular, os funcionários da câmara e as demais autoridades, tais como os militares e religiosos, poderiam ser reconhecidos enquanto autoridades a serviço do rei, possibilitando a eles a administração dos domínios da coroa segundo a vontade régia.

Numa sociedade de Antigo Regime, marcada por símbolos, rituais e valores voltados para a distinção e nobiliarquia, o respeito às regras do cerimonial e a ocupação das posições de destaque eram fundamentais para o reconhecimento de fidalguia e das autoridades, tanto religiosas quanto civis. Por outro lado, o desrespeito a essas regras resultava em queixas e desagrado.

Esse é o caso, por exemplo, de António Ramos dos Reis. Cavaleiro professo da Ordem de Cristo e mestre de campo, ocupando, portanto, posição de destaque nas Minas setecentistas, António Ramos dos Reis argumentou que, sendo seu posto investido de honras e preeminências, agiu-se com impropriedade por se lhe negarem assento imediato ao vereador - que portava o estandarte - e diante do governador e da Câmara. Segundo António Ramos dos Reis, seu lugar teria sido dado aos Tenentes Gerais e Ajudantes de Tenente de Sala, que "gozaram de todas as honras, privilegios, liberdades, izenções, e franquezas" (AHU, Cons. Ultram.- Brasil/MG, cx. 41, doc. 10.)

Por volta de 1748, em Mariana, o provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento e os demais membros da mesma solicitaram ao rei para que o Juiz de Fora, e também presidente da Câmara, não impedisse que o provedor da Irmandade, ou qualquer outro que viesse a substituí-lo, seguisse em procissão atrás do palio, posição esta que, de acordo com Beatriz Santos, conferia grande prestígio (AHU, Cons. Ultram.- Brasil/MG, cx. 52, doc. 27) .

Destaca-se por fim, o caso de Bernardo da Fonseca Lobo, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e capitão-mor em Vila do Príncipe. Bernardo foi provido por Francisco da Costa, capitão-mor de Sergipe del Rei, no distrito da cidade da Bahia, no assento sob o arco da igreja nas ocasiões de festa. Não obstante, em requerimento enviado ao rei, Bernardo revela preocupação em função da contenda surgida ente Francisco da Costa e o Ouvidor geral, também de Sergipe del Rei, Manoel Gomes Coelho, no que dizia respeito às regalias e

preeminências do assento em tal ocasião. Assim, Bernardo da Fonseca Lobo solicita que, conforme a provisão dada por Francisco da Costa, o rei lhe fizesse mercê de declarar que ele poderia ter assento sob o arco da Igreja (AHU, Cons. Ultram.- Brasil/MG, cx. 56, doc. 63).

Diante da dificuldade de dispor de meios militares ou burocráticos, inviabilizando, portanto, a administração, especialmente no ultramar pelas vias coercitivas, faziam-se necessárias outras formas de dominação. Desse modo, as festas ganham relevo por sua capacidade persuasiva em meio o espetáculo apresentado à população.

Ao colocar em destaque a imagem do rei e as principais autoridades locais, somando a isso uma série de símbolos e ritos, as solenidades se tornavam espaço para a consolidação de valores e legitimação de poderes, confluindo para a melhor ordenação da sociedade - o que nos parece ter sido imprescindível no caso das Minas - e para a administração do Império. Dessa maneira, para além dos momentos de conagração, através do qual podia-se dar alívio aos dissabores da vida cotidiana, as festas representavam um importante meio de domínio político por parte da coroa, assim com um espaço para disputas e reafirmações de espaços políticos pelos poderosos locais.

Bibliografia

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1997.

ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco: uma linguagem a dos cortes, uma consciência a dos luces*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português. 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARDIM, Pedro. Entradas solenes, rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII. In: JANCSÓ Istvan & KANTOR, Íris (Orgs.) *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial: 2001, pp. 97-124.

CAVALCANTE, Berenice. A face barroca do século XVIII: etiqueta, estética e poder. In: CAVALCANTE, B; KAMITA, João Massao; JASMIN, Marcelo & PATUZZI, Silvia.

Modernas tradições: percursos da cultura ocidental, séculos XV-XVII. Rio de Janeiro: Access, 2002, pp. 295- 305.

DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial.* São Paulo: Brasiliense, 2000.

FURTADO, Júnia Ferreira. Desfile: a procissão barroca. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, vol. 17, nº 33, 1997, pp. 251-279.

KANTOR, Íris, Entradas episcopais na capitania de Minas Gerais (1743-1748) In: JANCSÓ, Istvan & KANTOR, Íris (Orgs.) *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa.* São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial: 2001, pp. 169-180.

MARAVALL, José Antonio. *A cultura do barroco.* Análise de uma estrutura histórica. São Paulo: Edusp, 1997.

MELLO E SOUZA, Laura de. Festas barrocas e a vida cotidiana em Minas Gerais. In: JANCSÓ, Istvan & KANTOR, Íris (Orgs.) *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa.* São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial: 2001, pp. 183-195.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)* São Paulo: Hucitec, 2002.

PAIVA, José Pedro. Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVII-XVIII). In: JANCSÓ, Istvan & KANTOR, Íris (Orgs.) *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa.* São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial: 2001, pp. 75-94.

RAMINELLI, Ronald. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.) *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 233-234.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa – século XVIII.* Niterói: UFF, 2000 (Tese de doutorado)

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *As festas promovidas pelo Senado da Câmara em Vila Rica (1711-1744).* Belo Horizonte: UFMG, 2001. (Dissertação de mestrado).

Uma sociedade civilizada?

O humanismo comercial e a *História do Brasil* de John Armitage

Flávia Florentino Varella*

Resumo: A partir de finais do século XVIII o vocabulário do “humanismo comercial” surgiu como horizonte explicativo do estado de desenvolvimento civilizacional das nações. Por meio do comércio seria possível promover a expansão cultural e o refinamento das maneiras já que essa atividade intensificaria o contato dos homens com as pessoas e as coisas produzidas. John Armitage relata como a colonização portuguesa, até 1808, gerou a impossibilidade de desenvolvimento de uma sociedade comercial no Brasil. Ao invés de Portugal estimular o desenvolvimento das sociabilidades modernas em sua colônia, realizou uma colonização baseada na inveja dos progressos brasileiros. Buscamos apresentar nessa comunicação como o comércio ou a falta dele são fatores de central importância na explicação do estágio e desenvolvimento da civilização brasileira promovido por Armitage.

O surgimento do humanismo comercial, segundo John Pocock, se deu através da necessidade de compatibilizar os termos virtude e comércio sem que isso levasse fatalmente à corrupção tendo em vista que o cidadão deveria, ao mesmo tempo, ser autônomo e prover sua autonomia através do comércio.¹ Antes do século XVIII, virtude e comércio eram conceitos que estavam em vocabulários políticos opostos e somente a partir desse momento ocorreram mudanças que fizeram com que eles se reconfigurassem.

Por um lado, **virtude** esteve associada ao vocabulário político do republicanismo cívico em que o *vivere civile* tornava o homem cidadão e, assim, a virtude era a realização do bem público na esfera política. Dessa forma, o “vocabulário cívico era puramente político, orientado para as relações pessoais não mediadas, implicadas pela igualdade e pelo governar e ser governado” (POCOCK: 2003, p. 91). Por outro lado, o **comércio** foi incorporado ao vocabulário da jurisprudência, que se preocupava com o que era possível ser distribuído – as coisas e os direitos – em oposição à virtude, que não poderia ser reduzida nem a um direito, nem ser distribuída. A esfera de destaque da jurisprudência reside, assim, no comércio, já que é neste plano que as coisas podem ser distribuídas. Pocock argumenta que a jurisprudência pode ser vista como “predominantemente social, preocupada com a administração das coisas e com as

* Mestranda do programa de História Social da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta e com bolsa CAPES.

¹ O tradutor deste artigo optou por traduzir “*commercial humanism*” por humanismo mercantilista, contudo, achamos que humanismo comercial indica melhor o que Pocock pretendia dizer. Por isso, adotamos a nomenclatura humanismo comercial, ao invés de humanismo mercantilista.

relações humanas que se realizam por mediação das coisas” e o cidadão a “ser definido não por suas ações e virtudes, mas por seus direito às coisas e sobre as coisas” (POCOCK: 2003, p. 91).

Com a aproximação entre virtude (republicanismo cívico) e comércio (jurisprudência), a primeira sofreu uma redefinição e passou a atender pelo nome de maneiras. Na medida em que o mundo medieval foi deixando de existir pela inserção do comércio no dia-a-dia das pessoas, as relações e interações delas com os outros e com as coisas foi se tornando mais complexa e desenvolvendo diversos aspectos de sua personalidade. Esse novo tipo de relação era:

[...] de natureza social e não política, as capacidades que elas levavam o indivíduo a desenvolver não eram chamadas de ‘virtudes’, mas de ‘maneiras’ [...]. A psicologia social da época afirmava que encontros com coisas e pessoas evocavam paixões e as refinavam, transformando-as em maneiras. Era preeminente a função do comércio [de] refinar as paixões e polir as maneiras (POCOCK: 2003, p. 97).

Na sociedade comercial que surgiu junto com o humanismo comercial a **virtude** foi redefinida como prática e refinamento das **maneiras**. A centralidade do comércio como fator de expansão cultural e refinamento das maneiras dado por meio do contato com as pessoas e coisas são aspectos deste vocabulário de fins do século XVIII de extrema relevância do horizonte lingüístico disponível para o historiador inglês John Armitage. A expansão comercial foi certamente o elemento sustentador da construção do Império Britânico propiciando à Grã-Bretanha ser o entreposto para o mundo. Os recursos de outros países ou regiões, a adaptabilidade dos seus cidadãos e instituições foram fatores fundamentais não só para a emergente economia britânica, mas também para o desenvolvimento pleno de seu Império (PORTER: 2001, p. 9). Essa rede comercial desenvolvida pela consolidação do Império Britânico também propiciou o encontro entre pessoas de partes distintas desse Império, fazendo com que o tipo de experiência entre pessoas e coisas do humanismo comercial fosse multiplicado entre seus participantes.

Como a preponderância da esfera social como o espaço em que o cidadão tinha a oportunidade de entrar em contato com as pessoas e as coisas na tentativa de polir as maneiras, sua interioridade tornou-se o lugar no qual esse contato seria forjado. A esfera do sentimental, como esclarece Pocock, compõe o humanismo comercial juntamente

com o mundo do social, comercial e cultural (POCOCK: 2003, p. 98). Com isso, a educação sentimental, ou seja, o processo de refinamento das paixões adquire destaque nessa nova sociedade comercial na medida em que ela será o primeiro passo para o viver em sociedade.

Os portugueses e de seus descendentes brasileiros, para Armitage, não eram uma sociedade comercial em vários aspectos. A educação sentimental necessária para a vivência em sociedade e, nesse sentido, constituidora de uma sociedade comercial não apresentava indícios no solo brasileiro. Comparando a vivacidade e sociabilidade dos espanhóis e a apatia dos portugueses e brasileiros, Armitage declara que:

A jovialidade dos americanos espanhóis, e particularmente das mulheres, que contrasta com a monótona gravidade dos portugueses, e dos seus descendentes brasileiros, atrai a atenção dos viajantes. No Brasil há muito poucas relações sociais, ainda mesmo entre amigos íntimos. As mulheres são retiradas em reclusão quase claustral, e tomam muito pequena parte na conversação da sociedade. Em Montevidéu e Buenos Aires pelo contrário, todas as noites são dedicadas ao teatro, ao baile ou tertulia, ou à partida: nem a guerra, nem a revolução, nem a fome podem mudar a inclinação nacional a este respeito: daqui nasce a superior atração das senhoras espanholas. As suas maneiras são encantadoras, e ainda que imperfeitamente educadas, a sua conversação é cheia de espírito e da variedade. Não é portanto de admirar que este contraste tanto preponderasse sobre os oficiais brasileiros: acharam nas senhoras espanholas muitos atrativos, e mais acessível sociabilidade do que jamais haviam experimentado nas suas patrícias, de modo que muitos casamentos se efetuaram, mesmo na expectativa de proximamente entrar em campanha. (ARMITAGE: 1981, p. 132)

A expansão comercial seria uma das formas pelas quais a sociabilidade gerada pela maximização do contato entre pessoas e coisas poderia ser atingida pelos brasileiros. A criação de espaços de sociabilidade como clubes e cafés juntamente com a imprensa periódica também compõem esse cenário.² Começa a se delinear a contraposição entre o modelo britânico não só de colonização, mas de historicidade, que figura como comercial e dinâmico em contraposição ao português atrasado e estagnado.

Em uma nota dissertativa sobre a escravidão no Brasil, Armitage salienta a importância da expansão da sociedade comercial, argumentando que:

A desmoralização e insegurança que deve existir em todo país onde a maioria da população é escrava é tão óbvia que não requer comentário. Há, contudo, outra razão que é freqüentemente ignorada. Não é só o trabalho escravo mais caro que o trabalho livre, mas, em todos os lugares tem o poder de aumentar o preço do trabalho livre e, conseqüentemente, da produção. Onde quer que haja escravos, um certo grau de

² Para um detalhamento desse processo no Brasil, vide MOREL: 2005.

ignomínia associa-se a todo tipo de ocupação manual. Aqui, qualquer homem com pele branca ou, melhor, uma pele mais acobreada, pertence às classes privilegiadas. O trabalho é o domínio dos escravos, e ele [o homem branco] é cavalheiro por nascimento. Embora sem um vintém no bolso, ele tem a alma de um gastador, e suas idéias estão conseqüentemente tão acima de seu estado, que fica por completo impedido de contrair matrimônio. Milhares e milhares de famílias, que por meio de seu próprio esforço poderiam se tornar úteis e honradas partícipes da sociedade condenam-se, então, a uma vida voluntária de celibato e fome na escassa pensão oriunda do trabalho de uns poucos negros, ao invés de se entregarem à indústria (*Apud ASPLAND: 1856, p. 318-9*).³

A escravidão era um fator limitador dentro da sociedade comercial em vários níveis. Na esfera econômica aumentava o preço final das mercadorias, impedindo que a sociedade escravista fosse competitiva dentro do mercado interno e externo. Do ponto de vista social, dificultava o interesse dos homens para os trabalhos manuais, que ao invés de tornarem-se empreendedores, produzindo capital e desenvolvimento para a sociedade, ficavam atrelados a exploração servil.⁴ Por outro lado, entregando-se ao celibato não constituíam novos núcleos de interação social, ou seja, as famílias.

A distinção e promoção social nesse tipo de sociedade, para Armitage, era feita pela cor da pele e não pelo mérito individual. O comerciante, de outra forma, exercia a função de propagador da sociedade comercial e o comércio era uma das possibilidades para acabar com o escravismo já que demonstrava o real valor de um homem como trabalhador. Nesse sentido, Armitage acreditava mais na hipótese de que existia apenas uma diferença cultural, e não racial, entre os colonizadores e colonizados que poderia ser derrubada através da expansão comercial tendo em vista que a natureza humana era uniforme.⁵

³ No original: “The demoralization and insecurity which must exist in every country where the majority of the population consists of slaves, are too obvious to require any comment. There is also another reason which is often overlooked. Not only is slave labour confessedly dearer than free labour, but it has universally the effect of raising the price of free labour, and consequently of productions. Wherever slaves are, a certain degree of ignominy inevitably attaches itself to all manual occupations. Here, every man with a white, or rather a coppercoloured skin, belongs to the privileged orders. Labour is the province of slaves, and he is by birth a gentleman. Though without a vintem in his pocket, he has the soul of a spendthrift; and his ideas are consequently so much above his station, that he is utterly precluded from matrimony. Thousands upon thousands of families who, through the instrumentality of their own exertions, might become useful and honourable members of society, thus condemn themselves to a life of voluntary celibacy and starve on the scanty pittance afforded them by the labour of a few negroes, rather than demean themselves by industry”.

⁴ Apesar proposta de abolição do comércio de escravos feita em finais do século XVIII, essa foi uma questão delicada que teve diferentes repercussões dentro da sociedade britânica. Para uma explicação detalhada vide: PORTER: 2001b, p. 202-8.

⁵ Mais para a segunda metade do século XIX essas idéias foram abandonadas em prol da crença na realidade subjacente das divisões raciais e os limites que isso traria para as mudanças culturais, cf. PORTER: 2001a, p. 24.

No início de sua **História do Brasil**, Armitage resume o estado da sociedade brasileira antes da chegada da Família Real, alegando que:

No fim do século passado, a população podia ser estimada em cerca de três milhões e seiscentas mil almas, das quais dois quintos eram escravos, sendo a maior parte da gente livre uma raça mista de origem africana, índia e europeia; mas a branca continuou a ser a única a quem eram confiados os poderes políticos. É óbvio que não podia existir homogeneidade de idéias e de costumes [manners] em um povo composto de tantas castas; contudo, o caráter mais geral era aquele que facilmente se pôde calcular, segundo a natureza das instituições. Mantido pelo trabalho dos escravos, habitando um clima onde as produções da terra, são quase espontâneas, **privado do estímulo e das ciências que a livre comunicação com as nações estrangeiras teria ministrado**, era pela maior parte um *povo indolente e apático* (ARMITAGE: 1981, p. 30, apenas os grifos em negrito são nossos)

A falta de estímulo para o desenvolvimento das sociabilidades modernas seria o resultado da privação de uma sociedade comercial pelos habitantes do Brasil.⁶ Até o início do século XIX não havia nenhuma tipografia ou universidade brasileira e a educação era extremamente precária. Além disso, um povo apático é um povo sem paixão. Considerando a reformulação da virtude pelo humanismo comercial, a paixão deixou ser um vício para se constituir como virtude, desde que polida pelas maneiras e formatada pela educação sentimental. As paixões humanas ou o sentimento são componentes fundamentais dessa historicidade.

Parece clara a diferença entre as propostas de civilizacionais portuguesa e a britânica apresentadas por Armitage. O inglês William Knighton escreveu, em 1845, uma **História do Ceilão** e, ao final da obra, realizou um breve esboço do estado atual de desenvolvimento da ilha em relação à época em que se tornou uma das colônias britânicas. Orgulhando-se principalmente dos muitos progressos promovidos pelo governo britânico através do estímulo do comércio que resultaram, por exemplo, na criação de escolas, abertura de estradas visando à integração de partes distintas da ilha e a otimização da produção agrícola (KNIGHTON: 1845, p. 358-69). De forma totalmente diversa, Armitage descreve várias vezes a inveja dos portugueses em relação aos avanços do Brasil, impedindo, dessa forma, o desenvolvimento desta região.⁷ O epíteto “colosso submisso, sem pretensões, e dependente de Portugal” (ARMITAGE:

⁶ Armitage chega a afirmar que: “ausência de todos os dados de sociabilidade que podia se afirmar a não existência de uma opinião pública.” Grifos do autor, cf. ARMITAGE: 1981, p. 31.

1981, p. 31) foi dado por Armitage para indicar como a colonização portuguesa foi conduzida. Fato que não atingiu apenas o Brasil, mas também teve sérias consequências para Portugal na medida em que:

Semelhante a todas as dominações fundadas sobre a violência, o poderio português encerrava em si mesmo o germe de sua destruição. Além da aniquilação da sua nobreza, cuja aristocracia podia contrapesar a do clero, a demasiada extensão dos domínios exauriram as riquezas e a população da Metrópole; **se os seus habitantes houvessem tido o comércio como objeto essencial**, assim como o tinham os holandeses na mesma época, teriam podido enriquecer a Metrópole; mas desgraçadamente o espírito cavalheiresco era o que predominava, e a conquista era o fim primário a que se propunha com sacrifícios que agora parecem incríveis.
[...]

Assim essa dura lição que hoje recebemos nos aproveite para afastar longe de nós a mania das conquistas, e fazer-nos conhecer que na paz, na economia, e no trabalho é que reside a ventura dos Estados (ARMITAGE: 1981, p. 132, grifos nossos).

A expansão portuguesa se preocupou mais com a exploração de partes diferentes do globo terrestre do que em alimentar os valores de uma sociedade comercial. Talvez isso seja explicado pela permanência dos valores de uma sociedade medieval em que prevalecia o espírito cavalheiresco. Tal caracterização e comparação feita por Armitage entre o modelo civilizacional português e britânico e as vantagens do último enquanto uma civilização comercial foi o que objetivamos mostrar nesse breve texto.

Bibliografia

ARMITAGE, João. **História do Brasil**: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

KNIGHTON, William. 1845. “Present State of Ceylon”. In: **__The History of Ceylon from the earliest period to the present time**. Edinburgh: Longman, Brown, Green & Longmans; Smith, Elder & Co; Madden & Malcolm.

MOREL, Marco. 2005. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840)*. 1. ed. São Paulo: Hucitec.

⁷ As páginas em que os portugueses aparecem como tendo ciúme/inveja (*jealousy*) dos progressos do Brasil são: p. 17, 30, 36, 38, 41. Exceto na página 17 em que *jealousy* foi traduzido por “apreensões”, todos os outros trechos constam como ciúme ou inveja.

POCOCK, John. 2003. “Virtude, comércio e maneiras”. In: __. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp.

PORTER, Andrew. 2001a. “Introduction”. The **Oxford History of British Empire**. Vol. 3: The nineteenth century. Oxford: Oxford University Press.

PORTER, Andrew. 2001b. “Trusteeship, anti-slavery, and humanitarianism”. The **Oxford History of British Empire**. Vol. 3: The nineteenth century. Oxford: Oxford University Press.

CONSUMISMO E CIDADANIA NO BRASIL (1986 - 2002): A CONSTRUÇÃO DE UMA VISÃO DE MUNDO NEOLIBERAL

Flávio Henrique Calheiros Casimiro*

A relação entre história e memória constitui-se em permanente reflexão para o historiador preocupado com o mundo contemporâneo, na medida em que o Tempo Presente é o Tempo da Memória, isto é, o presente é um conteúdo da memória que constitui o substrato identitário das diferentes sociedades e a memória possibilita o desvendamento do presente. Muito se discute sobre o papel do historiador diante das questões relacionadas ao presente. Assim sendo, a proposta que se segue consiste em articular a memória social do presente a um exercício de inteligibilidade da História.

Na década de 1980, a sociedade brasileira passou por um importante processo de politização que pode ser percebido na organização e mobilização das diferentes forças sociais do País, assim como na luta política que se desenvolveu por meio de uma série de movimentos tais como a Campanha das Diretas, em 1984; a eleição indireta de Tancredo Neves; a instauração da Nova República, em 1985; as eleições para a Constituinte, em 1986; o debate que se travou no Congresso Constituinte até a promulgação da nova Carta, em 1988; a campanha para a Presidência da República, em 1989; o *impeachment* de Collor, em 1992; para citar apenas os fatos políticos mais difundidos nos meios midiáticos (GROS, 2003).

Esse processo abriu no Brasil fortes expectativas de que a abertura no bloco de poder permitisse avanços no processo de democratização do Estado e de socialização da política, além de ampliar o espaço de debate político, nas dinâmicas decisórias e no processo de repartição dos recursos de poder. Contrariando tais expectativas, a conjuntura dos anos 90 aponta para o uma mudança no referencial de cidadania e o crescimento de uma mentalidade extremamente consumista, pautada na valorização demasiada da imagem e da *performance* individual. Nessa perspectiva, temos, de um lado, a concepção do Estado como o espaço do atraso, incompetência administrativa e privilégios; de outro, uma grande valorização da esfera privada e do mercado como reduto da liberdade e eficiência, atributos fundamentais para a modernização do país. Essas idéias ganharam um caráter de verdadeiro “senso comum”, sendo amplamente difundidas no conjunto da sociedade brasileira.

* Licenciado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de São João del-Rei.

Quais elementos teriam sido responsáveis para esse deslocamento do conceito de cidadania? De que forma operou-se, na sociedade brasileira, a construção e a difusão dos valores desta concepção de mundo?

O cerne deste trabalho consiste em analisar essa redefinição do conceito de cidadania no Brasil no período compreendido entre 1986 a 2002, entendendo esse processo como uma construção ideológica de uma visão de mundo. Nesse sentido relacionamos o desenvolvimento de uma cultura pautada na supervalorização da imagem e do consumo, ao discurso da doutrina neoliberal, que se porta como um alicerce teórico e ideológico fundamental para a difusão desta concepção de mundo, assim como para sua materialização política. É importante perceber o papel fundamental das mídias na constituição e difusão de uma ideologia, assim como na construção de uma memória coletiva.

Entendemos que a História do Tempo Presente apresenta-se como o trabalho de historiadores que testemunharam os acontecimentos do seu tempo, sendo esta contemporaneidade aos fatos enriquecedora. O francês Roger Chartier interpõe um elemento relevante para a análise do tempo presente, pois o seu historiador “*é contemporâneo de seu objeto*”, partilhando, assim, “com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais”. Neste sentido, o historiador do tempo presente é, pois, “o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve” (CHARTIER, 1996: 216). A memória coletiva é posta no âmbito da luta de forças sociais pelo poder, pois a memória coletiva é não somente um instrumento, mas também um objetivo do poder.

Pautados nessas considerações acerca do estudo do presente e sua relação com a memória social, procuramos perceber a construção de um discurso neoliberal no Brasil. No início da década de 1990 acompanhamos a adesão da política brasileira ao discurso hegemônico neoliberal, que, segundo os defensores desta concepção, garantiria aos grandes países da periferia uma nova era de prosperidade, a partir das políticas de “abrir, privatizar e estabilizar”, receituário batizado na América Latina como “Consenso de Washington”. A “*Dama de Ferro*”, Margaret Thatcher, sintetiza bem o sentido do novo credo neoliberal: “Não há e nem nunca houve essa coisa chamada sociedade, o que há e sempre haverá são indivíduos”. Fórmula que ela completou com um princípio lapidar de fundo moral para abençoar o consumismo e o espírito da concorrência agressiva: “*A ganância é um bem*”

(SEVCENKO, 2001: 36). Entretanto essas idéias liberais já circulavam em certos setores da sociedade brasileira desde o início dos anos 80. De acordo com a cientista social Denise Barbosa Gros:

A argumentação liberal vem sendo utilizada periodicamente por frações dessa burguesia para clamar contra a intervenção do Estado na economia. Os meios acadêmicos e políticos também produziram pensadores liberais do peso de Eugenio Guin, Roberto Campos e José Merquior, dentre outros. (GROS, 2003: 41)

Podemos perceber neste período uma significativa circulação dos valores liberais por meio de veículos midiáticos, assim como de instituições que tiveram grande importância na difusão da ideologia. Entre estas instituições destacamos o Instituto Liberal (IL), que foi criado em 1983, com a proposta de divulgar o neoliberalismo entre as elites formadoras de opinião pública, principalmente entre “políticos, empresários, professores universitários, jornalistas, militares e intelectuais em geral” (GROS, 2003: 123). Essa doutrinação ideológica promovida pelo IL desenvolveu-se com base no pensamento da Escola Austríaca de Economia, divulgando as teorias de pensadores como Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek, além dos teóricos da Escola norte-americana de Chicago, que teve como grande expoente o economista Milton Friedman. O pensamento neoliberal derivado da Escola Austríaca não se resume apenas a uma corrente de pensamento econômico; essa doutrina se coloca como uma “concepção global de mundo, que envolve um corpo teórico-epistemológico, uma concepção do mundo, do homem, da constituição da sociedade e da ordem política” (GROS, 2003: 68).

Sendo nosso *corpus* de análise restrito à mídia impressa, analisamos importantes periódicos nacionais de ampla circulação e abrangência como é o caso das revistas “Veja” e “Isto É”, assim como a revista do Instituto Liberal, “Banco de Idéias” que possui uma considerável circulação, principalmente nos setores empresariais. Por meio destes instrumentos empresários, economistas, políticos e representantes de setores da indústria expressam seus valores e apontam para o “atraso” da política brasileira e a necessidade de “modernização”, que, segundo eles, somente será alcançada por meio de uma reestruturação com base no pensamento neoliberal. Por outro lado, buscamos analisar a significação do passado e as estratégias de construção discursiva desta visão de mundo utilizando as memórias de um dos mais importantes e intelectuais liberais do Brasil, o economista Roberto Campos. O exame crítico destas fontes não difere de outras épocas históricas no que tange à ação do tempo, do poder, da produção e tampouco das interpelações de seu próprio momento.

Por meio dos veículos midiáticos supracitados buscamos compreender a construção do discurso neoliberal e suas estratégias de legitimação ideológica. Por conseguinte, podemos perceber, a partir da análise dos discursos, a construção midiática de uma memória coletiva, tendo em vista essa memória como espaço fundamental para o embate das relações de poder na sociedade. Esse diálogo entre memória e mídia possibilita-nos, então, uma série de reflexões para compreender as relações entre imprensa e poder. A reconstrução histórica é necessária mesmo quando a memória social preserva o testemunho direto de um acontecimento, pois cabe ao historiador questionar e problematizar este testemunho, não por duvidar do relato, mas por dispor de um olhar crítico no sentido de apontar as estratégias discursivas que introduzem informações fundamentais, na medida em que essas narrativas se constituem como signos ideológicos. Nesse sentido, na análise dos discursos é preciso articular memória e conhecimento histórico, a fim de levantar e problematizar os artefatos ideológicos inseridos na narrativa. A concepção de culturas políticas propõe um sistema de representações capaz de compreender os sentidos que determinado grupo atribui a uma dada realidade social, bem como o papel fundamental exercido por uma cultura histórica para a significação e legitimação de um dado discurso.

O passado é ressignificado no intuito de funcionar como alicerce de sustentação de um discurso no presente. Um dos grandes representantes intelectuais do pensamento liberal no Brasil, o economista Roberto Campos em suas memórias aponta como responsável por todas as mazelas do século XX, o que ele chama de coletivismo. Segundo Campos o breve século XX teria começado com a revolução russa de 1917 e terminado com a queda do muro de Berlim em 1989. Para Campos, o “*século do coletivismo*” foi responsável tanto pela morte de milhões de seres humanos pelo experimento socialista e pelo nazi-fascismo, como pelo nacionalismo que inviabilizou o desenvolvimento de países como o Brasil (CAMPOS, 1994). Desta forma, esse coletivismo, em sua mobilização de setores sociais, que, para algumas linhas interpretativas, como o marxismo, representou um avanço no sentido de politização e aumento do espaço de reivindicação de direitos, é ressignificado como o grande mal do século. A intervenção do Estado na economia, o nacionalismo e a mobilização de massas figuram nessa releitura do passado brasileiro como elementos que inviabilizaram, em diversos momentos de nossa história, uma inserção na “marcha do progresso”. A memória do passado é restituída tanto para caracterizar os infortúnios do presente como para legitimar as propostas e projetos para o futuro.

Como exemplo de discurso midiático alicerçado em uma ressignificação do passado com o objetivo de uma doutrinação ideológica do presente, podemos apontar três discursos extraídos da revista *Veja*. O primeiro é um fragmento retirado da sessão “Ponto de Vista” (*Veja*) do dia 25 de janeiro de 1989, onde temos o depoimento do então vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados, Roberto Demeterco, intitulado “*Deixem-nos trabalhar*”. O texto critica a postura do Estado e em tom de desabafo aponta: “Os homens criaram o Estado simplesmente para tornar possível o convívio social (...). Não podemos admitir um Estado interventor, gerenciador, castrador da liberdade e explorador da sociedade”. E conclui enfaticamente: “A grande doença brasileira é a ausência de uma doutrina liberal onde a sociedade se reestruture e tenhamos um só Brasil” (*Veja* Ed. 1064, 1989: 114). O empresário em seu discurso enfático deixa clara a idéia de que o Estado brasileiro seria um “*castrador*” da liberdade e aponta a doutrina liberal como capaz de mobilizar a sociedade em torno de um projeto de reestruturação do Brasil. No segundo pronunciamento retirado da sessão “*Cartas*” do mês de fevereiro de 1989, encontramos o seguinte depoimento: “O que o senhor Roberto Demeterco diz em seu Ponto de Vista ‘*Deixem-nos trabalhar*’, retrata o pensamento da maioria dos brasileiros. É uma pena que o governo não nos dê ouvidos. (Antônio Mascarenhas, Campinas, SP)” (*Veja*, 1066, 1989: 10). Esse depoimento tem grande importância na medida em que demonstra a circulação e, principalmente, a recepção do discurso. Outro ponto muito importante foi considerar essa opinião como sendo um “*pensamento da maioria dos brasileiros*”; esse discurso busca demonstrar uma idéia de consenso e de adesão social a esta visão de mundo.

Em terceiro temos a entrevista da edição de 21 de junho de 1989, com o economista Roberto Campos, que frisa: “Estamos perdendo a oportunidade de participar da corrente mundial de desenvolvimento. Vivemos num país mercantilista, pré-capitalista. (...) Faltam aos nossos governantes idéias mobilizadoras que acabem com a letargia em que estamos imersos”. (*Veja* Ed. 1084, 1989: 5). Mais adiante, o entrevistado aponta com mais clareza sua concepção:

Acho que o Brasil precisa de duas visões mobilizadoras. A primeira é a do capitalismo democrático, quer dizer o casamento da democracia política com a economia de mercado, isso que se chama de *neoliberalismo*. A segunda visão está na *integração do país no mercado mundial*. O Brasil não faz nenhuma dessas duas coisas e está fora da corrente do progresso. Nosso país não apresenta hoje as características essenciais da *modernidade*, (...). Essas características se centram sobre alguns princípios – privatização, desregulamentação da economia, abrandamento fiscal e integração no mercado mundial. O Brasil faz tudo ao contrário. (...) *O fato é que a economia*

mundial marcha para uma integração e só o Brasil parece não ter descoberto isso. O país está fora de moda. (Veja Ed. 1084, 1989: 6). (Grifos meus).

Podemos perceber nos três discursos a idéia de uma necessidade de “modernizar” o Brasil, de inserir o país na grande “corrente do progresso” em que todo mundo estaria mobilizado e o Brasil estaria de fora, como afirma Campos, “*fora de moda*”. Essa idéia de tirar o Brasil de uma condição histórica de letargia e inserir o país em uma aliança mundial de progresso, se posta como uma estratégia de legitimação do discurso liberal.

A dicotomia entre retrocesso e modernização mostra-se sempre presente nessas argumentações. O Brasil é sempre apontado como o campo do atraso e das idéias ultrapassadas, ao passo que os países que adotaram uma política de mercado neoliberal, são vistos como inseridos na “marcha do progresso”, munidos de idéias inovadoras características de sociedades “modernas”. Essas questões podem ser verificadas em publicações como em “Ponto de Vista” de dezembro de 1988, onde, em matéria intitulada “Já estamos no socialismo”, o jornalista Luciano Suassuna defende que: “O Brasil já é, há muito tempo, um país socialista. (...) O Brasil já tem a economia nas mãos do Estado, os propinodutos, a burocracia e até as dachas”. E conclui enfatizando: “Como sê vê o socialismo já chegou, disfarçado num capitalismo arcaico e ineficiente” (Veja Ed. 1058, 1988: 170). Em entrevista de dezembro de 1989, o então Ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega destaca que “O Estado precisa ter o seu papel redefinido no Brasil para que sejamos um país moderno. (...) Até mesmo os países socialistas estão concordando com isso e alterando seus rumos” (Veja Ed. 1110, 1989: 6). Percebe-se, nos fragmentos, o discurso que relaciona a política brasileira à dos países socialistas, qualificando-os como símbolos do sucateamento e de uma mentalidade retrógrada. A saída para a modernização, mais uma vez, estaria na concepção de mundo neoliberal.

Ao veicular aquilo que pode ser lembrado, ordenando determinada cronologia do mundo e dos processos em desenvolvimento, a mídia colabora, de modo considerável, para a construção de uma visão de mundo e para a organização da memória nas sociedades contemporâneas. Constituindo os acontecimentos, os meios de comunicação tornam-se senhores da verdade e da memória da sociedade, uma vez que é papel da mídia reter assuntos que, demonstrando identificação com o leitor, precisam ser constantemente atualizados. A identidade de qualquer grupo social não se faz sem o recurso a seu passado e, assim sendo,

torna-se de particular valor para o historiador compreender as leituras de passado que as memórias coletivas empreendem.

Diante do exame de tais fontes midiáticas, procuramos analisar a construção de uma hegemonia do pensamento liberal. Isso não quer dizer que não exista forças sociais de resistência em relação a essa doutrinação. Ao contrário, é importante perceber a tensão constante entre as diferentes culturas políticas. Os meios de comunicação são importantes trincheiras na luta pelo consenso na sociedade civil. A idéia de hegemonia implica a permanência de tensões e projetos contra-hegemônicos. “Competindo entre si, complementando-se, entrando em rota de colisão, sua multiplicidade não impediria, contudo a possibilidade de emergência de uma cultura política dominante em certas conjunturas específicas”. (GOMES, 2007: 48).

O que esses discursos apontam não são apenas questões relacionadas ao universo político-econômico nacional, mas, em grande medida, a construção de uma *visão de mundo neoliberal*. Fica clara a importância de se perceber a influência do neoliberalismo no Brasil, não simplesmente como adoção de políticas impostas por países centrais do capitalismo, partindo do centro político decisório para, posteriormente, chegar à sociedade, mas sim como uma *matriz ideológica* que foi difundida por setores da sociedade e, posteriormente, instrumentalizada em políticas adotadas pelo Estado, nos anos 90. Esse processo é resultado da ação consciente e metódica de instituições e agentes, entre os quais podemos apontar os próprios empresários. Desta forma, mais importante que ressaltar a adoção do receituário neoliberal por parte da política do Estado é compreender a doutrina em seu sentido ideológico. Anderson afirma que o neoliberalismo é

(...) um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Política e ideologicamente, (...) o neoliberalismo alcançou um êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (...) Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes (ANDERSON, 1995: 22-23).

Problemas que atingem diretamente a sociedade representam espaços significativos para a argumentação doutrinária da ideologia neoliberal. De acordo com Anderson (1995), uma conjuntura hiperinflacionária fornece o caldo de cultura adequado para o avanço do

neoliberalismo. Desta forma, este característico antiestatismo neoliberal tem procurado, nos seus mecanismos de doutrinação e na sua propaganda midiática, apresentar-se com uma “roupagem” popular, ao reforçar as noções de liberdade e modernidade como sendo verdadeiramente possíveis apenas na esfera privada, ou seja, na própria liberdade do mercado. Nesses termos, “o sujeito político, que se define por sua história, identidade social e ação coletiva, transforma-se em mero agente econômico individual. Suprime-se, assim, a cidadania, e, finalmente, reduz-se o cidadão a consumidor” (GROS, 2003: 88). O consumo passa a ter um papel fundamental numa sociedade “moderna”, e encontra no pensamento da Escola Austríaca uma sustentação fundamental, na medida em que essa matriz liberal centrava sua análise essencialmente no indivíduo.

Ao fundamentar sua análise no indivíduo que enfrenta o mundo real, os “austríacos” perceberam que a atividade produtiva se baseava em expectativas de satisfazer as demandas dos consumidores (...) O valor é determinado pelas avaliações dos consumidores, e os preços relativos dos bens e serviços são determinados pela avaliação que os consumidores fazem desses produtos e pela intensidade de seu desejo de adquiri-los (ROTHBARD, 1988: 13).

A liberdade do indivíduo só se expressa no livre mercado e sua capacidade incontestável de consumir. Como salienta Ricardo Antunes, Mészáros considera que “o sistema do capital não pode mais se desenvolver sem recorrer à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias com um mecanismo que lhe é intrínseco” (*apud* MÉSZÁROS, 2009: 12). Isso quer dizer que, no atual estágio do sistema do capital, a acumulação só pode prosseguir com a condição de que as mercadorias sejam rapidamente consumidas, sucateadas e trocadas. O consumismo não é uma aberração moral, mas uma necessidade inarredável do atual estágio da acumulação de capital. Daí o caráter utópico das campanhas de “consumo consciente”; “reciclagem, reutilização e redução do consumo” etc. Essa é a base objetiva dos discursos sobre a liberdade do consumo, do consumo como realização pessoal e como signo de distinção social. Cada consumidor pensa agir segundo uma escala de preferências e de valores que lhe é própria. Esses interesses e desejos do indivíduo são a base e o guia da atividade produtiva. Como afirma Denise Gros:

Na visão neoliberal, o homem só é livre à medida que os preços são livres. A libertação do homem é consequência e também subproduto da libertação dos preços. Tornando os preços livres o homem se liberta. Assim, nega-se qualquer liberdade humana anterior às relações mercantis ou anterior ao mercado. Desse modo, nega-se também qualquer exercício de liberdade, à medida que esse possa entrar em conflito com as leis de mercado. (GROS, 2003: 67).

O referencial de cidadania como o espaço de liberdade de consumo tem na imagem sua condição fundamental de posição social. Isso amplia de maneira vertiginosa o poder e a influência dos meios de comunicação. As mídias ditam os novos padrões de comportamento, as tendências mais “socialmente aceitáveis”, as posturas políticas recomendáveis. Dupas ressalta que a cultura da imagem é o domínio da aparência como possibilidade de sedução e fascínio do outro. “A exibição midiática transforma-se no lema essencial da existência, cobrando implacavelmente a *performance*. As mídias constroem o espaço público pelas imagens: ser e parecer se identificam no discurso narcísico do espetáculo”. (DUPAS, 2003: 47). Diante dessa concepção da realidade, as pessoas buscam cada vez mais auto-afirmação e projeção social, vinculados à exibição de objetos e bens simbólicos numa espécie de culto à imagem. Diante desta sociedade em que a ação política vem paulatinamente perdendo seu valor, “o cidadão foi empurrado para a posição de espectador e consumidor passivo, e a esfera pública passou a ser dominada pela manipulação midiática das elites” (DUPAS, 2003: 31).

Conclusão

Ao converter a memória em objeto da história no presente, a história do presente nos oferece novas chaves de inteligibilidade do passado, na medida em que se vincula à atualidade e a demanda social, bem como aos objetos concretos da lembrança. Diante dos discursos analisados, fica claro que o historiador deve, além do estudo dos acontecimentos em si, analisar como são elaborados, transmitidos e percebidos no processo de reconstrução ideológica do passado que condiciona a própria percepção do presente pelos diferentes grupos sociais. É perceber por traz da narrativa as estratégias de construção ideológica de uma concepção de mundo. Sua tarefa, então, não se restringe em narrar acontecimentos, mas realizar uma profunda reflexão sobre eles, apontando as representações e a função de elementos integrantes de um determinado imaginário coletivo, pois, apesar de se estabelecer um reconhecimento mútuo da importância de determinado acontecimento histórico, há que se perceber a reapropriação dele a partir dos valores e da posição que ocupa determinada corrente de opinião no jogo político.

Diante disso, entendemos que o pensamento liberal conseguiu impor determinados significados ao termo “modernização”, por oposição ao que qualificam como “atraso”. Essa dicotomia tem longa tradição nas interpretações do Brasil e foi sistematicamente criticada por,

entre outros, Francisco de Oliveira (2003). Nesse sentido, a existência de um ambiente político, social e econômico favorável às atividades empresariais não pode ser vista como fruto de uma emanção espontânea da economia de mercado, mas, em grande medida, como o resultado da ação consciente e metódica de instituições e agentes, entre os quais os próprios empresários. Por meio da análise qualitativa dos periódicos destacados e das memórias de Roberto Campos, foi possível perceber as estratégias e argumentos de legitimação e difusão de uma concepção de mundo, assim como o embate travado entre as forças sociais em torno da construção de uma memória coletiva, visto que memória é espaço de poder. Assim, esses instrumentos midiáticos trazem a constituição de uma memória das classes dominantes que objetiva utilizar determinada visão de história para impor seus valores à sociedade como um todo.

Entendemos, por fim, que entre essa concepção de mundo extremamente consumista e a característica desarticulação política dos anos 90 no Brasil interpõe-se uma hegemonia ideológica neoliberal que amparou teoricamente e reconfigurou o conceito de cidadania. A construção desta visão de mundo fundada na valorização demasiada da imagem e do *status* social, promovido por meio de símbolos de consumo, encontra na ideologia neoliberal seu embasamento teórico e veículo fundamental.

Bibliografia:

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A Lanterna na Popa**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. vol.I.

CHARTIER, Roger. **A visão do Historiador Modernista**. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.

DUPAS, Gilberto. **Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GOMES, Angela de Castro. **Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo**. In: ABREU, Martha, RACHEL, Soihet e GNTTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura Política e Leituras do Passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heureser, 2003. (teses FEE n. 6).

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista - O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ROTHBARD, Murray N. **O essencial Von Mises**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Instituto Liberal, 1988. 54p. (Pensamento Liberal, n. 1).

SEVECENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (Virando Séculos; 7).

A TEORIA DA LINGUAGEM NARRATIVA DE FRANK ANKERSMIT: O DESCURAR DA EPISTEMOLOGIA.

Flávio Silva de Oliveira*

A *linguistic turn* na história, realizada por Hayden White em seu afamado *Metahistory*, publicado no ano de 1973, é o traço distintivo de uma virada acerca dos tipos de problemas e objetos a serem privilegiados em teoria da história. Para Ankersmit trata-se, a bem da verdade, de um *turning point*. A linguagem, antes reconhecida como um campo não problemático, passa a atrair a atenção dos historiadores. A esse grupo de pesquisadores, interessados nos instrumentos lingüísticos da produção histórica de significado, atribuiu-se o nome de narrativistas. Denominação que indica o quão tênue é a linha que demarca as fronteiras entre História e literatura. No entanto, o narrativismo não assume e reconhece tão-somente e unilateralmente o papel desempenhado pelos arquétipos literários. Outro campo de grande vulto e relevância para os estudos sobre a narrativa histórica tem sido a filosofia da linguagem. Frank Ankersmit tem atuado como um eminente propagador dos avanços deste modo de filosofar. Sua teoria da história busca demarcar um quadro em que possa ser notada a contribuição tanto da teoria literária, quanto da filosofia da linguagem. Sua dívida, abertamente assumida, é dirigida a Hayden White, pelo lado da teoria literária e Richard Rorty, filosofia da linguagem.

O presente texto busca, a partir deste contexto, compreender a teoria da história de Ankersmit como uma teoria da linguagem narrativa dos historiadores. Teoria que desempenha a função de crítica ao modelo epistemológico tradicional de produção historiográfica. No que segue, meu principal alvo é identificar a relação de Ankersmit e a filosofia rortyana da linguagem. Para tanto, focalizo o conceito de anti-representacionalismo de Rorty, que demonstra ser a espinha dorsal de sua filosofia e a base de Ankersmit para desenvolver uma crítica aos instrumentos da epistemologia enquanto aparato de análise do texto histórico.

A trajetória de Ankersmit como um importante filósofo da História, se inicia em 1983, com seu livro *Narrative Logic: A Semantic Analysis of the Historian's Language*. Sua teoria da história é, em realidade, uma teoria da linguagem narrativa. Seu núcleo é a convicção íntima do papel estruturante da linguagem, e sua função de mediação na produção histórica de significado. Para o autor, as narrativas são interpretações do passado que não devem ser submetidas ao método atomístico de análise da filosofia da linguagem, que se concentra apenas no nível das proposições e suas partes. A investigação, se assim conduzida,

*Bacharelado em História pela Universidade Federal de Goiás.

como é afirmado pelo autor, deixa de lado um problema fundamental, a saber, o texto como um todo. Por conseguinte, Ankersmit vê que grande parte dos infortúnios da filosofia da história contemporânea se explica devido a este atomismo.

É evidente que Ankersmit é um arguto defensor da *linguistic turn* que, não obstante sua heterogeneidade e ainda não raras discrepâncias internas categóricas, mantém uma perspectiva em comum: “la suposición de que el lenguaje es la condición principal de la posibilidad de todo conocimiento y pensamiento significativo[...]” (ANKERSMIT, 2004: 12). Todavia, Ankersmit ressalta que esta nova fase da filosofia guarda muitas semelhanças com o programa kantiano transcendental de análise das categorias. O exame da linguagem desenvolve-se por meio de uma análise lógica a fim de encontrar a matriz lógica de todo o conhecimento do mundo. Daí, segundo Ankersmit, a relação íntima com o método cartesiano de análise resoluto-composicional: que se trata de dividir problemas complexos em seus componentes mais simples. Este método gerou a convicção, na filosofia da linguagem contemporânea, de poder investigar as constantes lógicas das proposições, almejando encontrar as condições transcendentais da verdade e do significado (ANKERSMIT, 2004: 14).

Tendo em vista este contexto, Ankersmit quer explorar uma forma de escrita da história que rompa com a tradição kantiana e ilustrada, isto é, romper com os encantos dos argumentos transcendentais kantianos. Ele sai à cata de alternativas ao modelo de Kant. O ataque professado por Rorty à filosofia analítica e ao transcendentalismo kantiano será uma fonte imprescindível ao empreendimento de Ankersmit, qual seja o de compreender a *narrativa* como uma filosofia que analisa o texto histórico como um todo.

Como dito acima, Ankersmit se lança no cenário internacional da filosofia da história em 1983. Contudo, até esta data o autor desconhecia o célebre livro de Rorty, *Philosophy and the Mirror of Nature*. Muito embora Ankersmit declare que ficou impressionado pelo grande número de similaridades entre as questões levantadas por Rorty, neste livro (1979), e ele próprio, naquele (1983) (MOSKALEWICZ, 2007: 251). Portanto, meu interesse é no Ankersmit após a leitura dos textos de Rorty.

Como o próprio autor declara, seu interesse e fascínio pelos escritos de R. Rorty deu-se em virtude de seu ataque à epistemologia. Na história do pensamento epistemológico que Rorty nos narra (uma narrativa que tem justamente o objetivo de desconstruir toda a tradição epistemológica), a epistemologia deve ser vista como a empresa mais duvidosa de toda a filosofia, um empreendimento que deve ser abandonado e que carecemos de erigir outras

questões; enfim, mudar de discussão. Rorty, então, aponta para a exigência de desprender-nos das metáforas ópticas (“essência especular” ou a linguagem como espelhos da realidade) que determinam a natureza e o conteúdo do pensamento epistemológico (ANKERSMIT, 2004: 417).

Todos os sistemas epistemológicos desde Descartes e Kant adotam uma postura decisiva: as *distinções* que lançam as bases da empresa epistemológica. De um lado o *sujeito*, e do outro o *objeto*. Nas palavras de Ankersmit, podemos denominar esta postura como o imperialismo da dicotomia sujeito/ objeto. Daí, o campo de atuação da epistemologia está aberto. A investigação, neste contexto, incide sobre as condições mais gerais de possibilidade de todo o conhecimento, as categorias as quais possibilitam o sujeito reter representações exatas e objetivas do mundo lá fora (completamente independente). Ou no caso da filosofia da linguagem, as perguntas versam sobre as condições em que a linguagem se enlaça ao mundo (ANKERSMIT, 2004: 412). Estas distinções, segundo o autor, deixam um abismo intransponível entre o sujeito (que conhece) e o objeto (sobre o qual o sujeito tem certo conhecimento). E o mesmo abismo está presente na relação linguagem/realidade. Ankersmit, nesse caso, viu em Rorty, sobretudo em seu anti-representacionalismo e antiessencialismo, um ponto de apoio para solapar estas distinções, e ir mais além das noções de cunho epistemológico tais como correspondência e verdade. Ankersmit escreveu: “Certamente, o denominado anti-representacionalismo de Rorty será nosso melhor guia se desejarmos adquirir conhecimento do que está envolvido no ataque, hoje em dia tão popular, ao representacionalismo”¹. (em tradução livre) (ANKERSMIT, 2001: 274).

Na teoria narrativista de Ankersmit a *representação* passa a ocupar um lugar de destaque. É nítida a mudança de vocabulário do autor. Ele não mais utiliza a *interpretação* como mote crítico. A hermenêutica gadameriana era um de seus esteios, neste sentido. No entanto, Ankersmit percebe que Gadamer, não obstante sua luta por emancipar-se do transcendentalismo, agasalha sob o manto do mesmo. Em oposição ao vocabulário da interpretação, descrição e explicação, o autor passa a privilegiar o da representação. Em sua definição, a representação é a operação lógica que carecemos em ordem de dar mais ou menos contornos claros à realidade histórica. Ela é, portanto, o centro nervoso da história. A pesar disso, Ankersmit está bastante consciente de estar se movendo em uma areia movediça filosófica. Movediça em razão das intensas objeções que são feitas à noção de representação,

¹ No original: certainly Rorty's so-called antirepresentationalism will be our best guide if we wish to get a grasp of what is involved in the nowadays so popular attack on representationalism.

em especial quando esta noção sugere a idéia de correspondência. Investir contra a noção de representação-como-correspondência, na perspectiva de Ankersmit, é atitude louvável; o autor ainda concorda com a impossibilidade de obtermos uma representação da realidade. Mas, se o ataque versa sobre a representação, ele não pode ser dirigido contra *tentativas* (ou propostas) de representar a realidade (ANKERSMIT, 2001: 273).

O que está em jogo, se a discussão é assim dirigida, é a natureza da representação. Por um lado, temos o sentido epistemológico do termo (que emprega padrões a-históricos fundamentados no sujeito transcendental), por outro, o estético (que permite pensar o texto histórico como um todo associando-o à arte, e enfatizando a imposição de significado pelo historiador através de seu estilo) (BERBERT, 2005: 143). Tão logo a centralidade que o autor reconhece na ofensiva rortyana contra a noção de *correspondência*, que acaba por consumir com o sentido epistemológico da representação.

No nível das proposições, freqüentemente atribuímos o critério de verdade a uma declaração *se*, e somente *se* ela corresponde à realidade. Mas o ataque de Rorty, que se desenvolve na esteira do pragmatismo clássico, versa sobre esta terceira dimensão, a correspondência, totalmente à parte da linguagem e do mundo. Ele rejeita a noção de correspondência como um campo neutro habilitando-nos a confrontar linguagem e mundo. Na visão de Ankersmit, quando Rorty ataca o representacionalismo, são as proposições verdadeiras que ele tem em mente (ANKERSMIT, 2001: 274). E como foi dito antes, Ankersmit postula a eminente necessidade de abandonarmos o atomismo da análise lingüística contemporânea em detrimento de uma filosofia do texto histórico como um todo.

Quando usamos a noção de representação, raramente, se nunca, pensamos em declarações (verdadeiras), mas, ao invés disso, em obras de arte, assembléias políticas, ou textos históricos (quando analisado como um todo e não como séries longas de declarações verdadeiras isoladas)² (em tradução livre) (ANKERSMIT, 2001: 274).

Os argumentos de Rorty contra a possibilidade de uma representação confiável ou segura, e seu anti-representacionalismo são os esteios de Ankersmit para minar a noção de uma terceira dimensão entre a linguagem e a realidade. Esta idéia que estabelece uma diferença categorial entre estes dois níveis. Nada em um nível, dentro do contexto da noção de

² No original: When using the notion of representation, we rarely, if ever, think of (true) statements, but, instead of works of art, political assemblies, or historical texts (when taken as a whole and not as a long series isolated true statements).

representação-como-correspondência, terá sua contrapartida no outro. Então, persistirão as distinções fundamentais para que a epistemologia continue agindo. De acordo com a perspectiva de Ankersmit sobre a narrativa histórica, estas distinções devem ser abandonadas. Seu intento é demonstrar a inoperância da distinção entre linguagem e realidade e, sobretudo, tornar evidente a inutilidade dos instrumentos da epistemologia para explicar a natureza da relação texto histórico/ passado. Inutilidade em razão da inexistência de qualquer distinção ontológica entre representação e representado. A narrativa, neste contexto, possui o estatuto ontológico de um objeto (*thing*), ela é incontestavelmente opaca e auto-referente. Portanto, o corolário da teoria da história de Ankersmit é o abandono da epistemologia e suas implicações, que fatalmente emergem quando aceitamos a linguagem (o texto histórico) como transparente ou como um espelho do passado

Deste modo, a crítica rortyana à epistemologia, a partir do seu conceito de anti-representacionalismo, torna-se fundamental para a compreensão da teoria narrativa de Ankersmit. No restante deste texto concentrarei minha atenção justamente sobre Rorty e sua pugna contra o absoluto da representação-como-correspondência.

O esforço de Rorty é de nos livrar dos constrangimentos da epistemologia representacionista. Um modo de pensamento que prima pela exigência de restrição e confrontação, de espelhamento adequado da realidade. A verdade, neste contexto, é compreendida como uma correspondência fidedigna aos objetos ou à realidade (esta entendida como detentora de propriedades intrínsecas, completamente independente do sujeito cognoscente). Conhecimento verdadeiro, portanto, se define por asserções que representem acuradamente tais propriedades intrínsecas.

Sua luta em *O espelho da Natureza* é contra o absoluto da representação. Noção que nos foi herdada das metáforas especulares sobre as quais a filosofia tradicional se assentava. Rorty expõe a problemática da seguinte forma:

A imagem que mantém cativa a filosofia tradicional é a da mente como um grande espelho, contendo variadas representações – algumas exatas outras não – e capaz de ser estudado por meio de métodos puros, não-empíricos. Sem a noção da mente como espelho, a noção de conhecimento como exatidão de representação não se teria sugerido (RORTY, 1994: 27).

Sem esta noção, a empresa comum a Descartes e Kant não teria obtido êxito, qual seja, obter representações acuradas ao inspecionar o espelho da natureza: a mente. Assim sendo, a

virada epistemológica realizada por Descartes, Locke e Kant refere-se ao estabelecimento de um relato causal de processos mentais que se conjectura criticar e justificar declarações de conhecimento, projeto que visava investigar sobre a probabilidade ou extensão de representações acuradas no “Espelho da Natureza”, ou seja, a mente como uma instância separada do corpo e capaz de espelhar o real (RORTY, 1994: 147).

O problema volveria, nesse caso, entorno de estabelecer os fundamentos dos processos mentais que garantiriam o conhecimento. Era um problema de filosofia da consciência, de formular uma *teoria do conhecimento*. E isso só foi possível, segundo Rorty, devido à distinção mente/corpo de Descartes que nos proporcionou a noção de *representações internas*. No entanto, como observa o autor, apenas esta invenção não seria suficiente para dar origem à epistemologia, foi necessário que Locke confundisse explicação e justificação (RORTY, 1994: 147).

Locke e os filósofos do século XVII não pensavam no conhecimento como uma crença justificada, como uma relação entre uma pessoa e uma proposição, antes como a relação entre pessoas com objetos, objetos que deixam *impressões* e o conhecimento como qualidades do organismo, daí a noção de exame de nossa faculdade de conhecer. Consoante Rorty, temos em mãos as duas metáforas que hipostasiadas tornaram-se a base para o estabelecimento de uma disciplina que tem por objeto os fundamentos do conhecimento. A primeira é a metáfora do *Olho da Mente* que observa (Descartes) - acesso interno privilegiado; a segunda é a *tabula rasa* (de Locke) em que os objetos deixam as *impressões*. Em Kant esta empresa atinge o seu ápice, tomar por verdadeira uma proposição significa relacionar representações: a produção de uma síntese por um ego transcendental.

A procura destes fundamentos absolutos é visto por Rorty com pouco hábeis de apoio para nosso viver cotidiano. Portanto, sua oposição ao absoluto da representação (que tem por meta encontrar um espaço último de inquirição, assim finalizando a conversação) é em favor de um modo de perceber a investigação não tendo com meta a descoberta da verdade ou a adequação de nossas crenças a objetos. A investigação, de acordo com Rorty, não tem uma meta fixa, clara e objetiva, mas, ao contrário, há uma pluralidade infinita de objetivos.

A abertura do campo de jogo da conversação em detrimento da correspondência, nas teses de Rorty, encontra espaço na linguagem. Os únicos constrangimentos aceitos são as objeções feitas linguisticamente. A verdade de uma crença não é mais que sua justificação perante uma

comunidade. De acordo com Rorty, todo discurso que se prenda por valores de objetividade e verdade, como correspondência à realidade, deve ser abandonado, pois, para o autor, não há um discurso que esteja mais próximo da realidade do que outro; se algum enunciado pode representar a realidade qualquer outro pode. O que segue é a completa dessubstantivação do conceito de verdade. Não se trata de tornar nossos enunciados verdadeiros, mas justificá-los. Portanto, não há distinção entre verdade e justificação.

“A justificação nada mais é do que o acordo entre os membros de um grupo ou de uma comunidade, e não há acordo último, final ou de convergência dos enunciados” (ENGEL; RORTY, 2008: 19). O conceito de verdade passa, portanto, a não designar nenhuma propriedade substancial ou metafísica, tornando a noção tradicional de verdade (como correspondência de nossas proposições com uma realidade ou fato) carente de qualquer validade. Rorty pretende que desloquemos nossa atenção das questões epistemológicas para a política social e função social da linguagem.

[...] podem-se considerar desprezíveis as questões tradicionais da metafísica e da epistemologia, pois elas não têm nenhuma utilidade social. Isso não significa que elas não tenham sentido, nem que se apoiem em pressupostos falsos, mas está simplesmente ligada ao fato de que o vocabulário da metafísica e da epistemologia não tem nenhuma função social (ENGEL; RORTY, 2008: 59).

Manter a conversação ativa: eis o único interesse de Rorty, pois é somente através de encontros livres e abertos que poderemos construir uma sociedade democrática e tolerante. Destarte, os valores epistemológicos como a busca da verdade e os fundamentos do conhecimento são abandonados pela busca e ampliação da solidariedade. A concordância intersubjetiva toma lugar do desejo de objetividade. Uma concordância que está apenas na relação lingüística entre os pares de uma conversa. Está no modo como são formulados os problemas e objeções em um determinado vocabulário.

Por conseguinte, não se trata de questionar qual vocabulário espelha melhor a realidade. Em Rorty, trata-se da funcionalidade ou não de um modo de descrever a realidade. Modos que são infinitos e falíveis. Assim, fica a premissa que tudo pode ser redescrito, pode ser submetido a um jogo de linguagem de modo a servir ou não às nossas necessidades. Nas palavras do autor:

Nós [Nietzsche e James] pensamos que há muitas maneiras de falar sobre o que está acontecendo, e que nenhuma delas está mais próximas do jeito que as coisas são em si mesmas que qualquer outra. Chegar mais perto da realidade soa para nós como uma metáfora desgastada. Não temos a menor idéia do que o “em si mesma” quer dizer na frase “a realidade tal como é em si mesma”. Assim, sugerimos que a distinção aparência/realidade seja abandonada em benefício de uma distinção entre formas mais úteis e menos úteis de se falar (RORTY, 1998: 15).

O neopragmatismo de Richard Rorty delinea um deslocamento da verdade à solidariedade; a substituição de valores intelectuais ontológicos e epistemológicos como racionalidade, verdade, objetividade e validade universal por critérios políticos e morais, tais como solidariedade, acordo e autocriação. Na redescrição rortyana da filosofia os padrões epistêmicos abrem espaço para valores contingentes de justificação de nossas crenças a nosso respeito e do mundo. Tudo em favor de práticas de conversação situadas no tempo. A filosofia, para Rorty, deve assumir uma postura terapêutica, mais próxima da crítica literária que dos critérios a-históricos e imutáveis fundacionalistas da ciência ou da filosofia tradicional epistemologicamente centrada.

Rorty, então, busca por alternativas para tratar do problema de uma razão e uma verdade descorporificadas de uma prática lingüística. Ele despreza as argüições idealizantes (até mesmo com intuito de irromper fronteiras provincianas e transcender contextos locais) e redescreve a verdade como “utilidade prática”. Seu desejo é o de romper de uma vez por todas com a tão arraigada tradição platônica, isto é, a noção de que há verdades filosóficas por descobrir que podem ser fundamentadas em argumentos. Assim sendo, sua virada pragmática do conhecimento tem por objetivo radicalizar uma virada lingüística inconclusa, (HABERMAS, 2004: 232) desbancar completamente a noção realista do conhecimento e abandonar a epistemologia, esta que se confunde com os elementos transcendentais que estão na base do sujeito-transcendental, fundamento do conhecimento (BERBERT, 2005: 110).

White desfraldou a centelha que fez vir à lume os novos questionamentos acerca da teoria literária como um instrumento para a compreensão da escrita da história (ANKERSMIT, 2001: 29). Malgrado a envergadura do projeto tropológico de White, o que Ankersmit objetiva evidenciar é uma certa discrepância entre o temário aberto pela filosofia da linguagem e a teoria literária. O inédito vocabulário da representação, tão caro a Ankersmit, agora exaurido seu conteúdo epistemológico, retém um débito incomensurável

com a filosofia da linguagem do tipo praticada por Rorty. Isto, pois, os problemas epistemológicos decorrentes do uso da linguagem passam ao largo das investigações da teoria literária. Daí a centralidade de uma concepção de linguagem antifundacionista e anti-representacionista.

BIBLIOGRAFIA

ANKERSMIT, Frank. *Historical representation*. Stanford (California). Stanford University Press. 2001.

_____. *Historia y tropología: Acceso y caída de la metáfora*. México: FCE, 2004.

BERBERT, Carlos Oiti Junior. *A História, a Retórica e a crise dos paradigmas*. 2005. 218 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília. 2005.

BORRADORI, Giovanna. *A filosofia Americana: conversações*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

ENGEL, Pascal; RORTY, Richard. *Para que serve a verdade?*. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

ESPINOSA, Gabriel Rodríguez. *Consecuencia del neopragmatismo. El espectro crítico de Richard Rorty*. 2003. 327 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Historia y Filosofía de la Ciencia, la Educación y el Lenguaje, Universidad de la Laguna, Laguna. 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2004.

MORENO, Arley Ramos. *Introdução a uma pragmática filosófica*. – Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2005.

MOSKALEWICZ, Marcin. La experiencia sublime y la poética: entrevista com Frank Ankersmit. In: *Rethinking History*, vol. 11, junio. 2007, PP. 251- 274.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

_____. Pragmatismo, Filosofia analítica e ciência. In: PINTO, Paulo R. M. et al. *Filosofia analítica, pragmatismo e ciência*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 15-29.

Sobre o conceito de representação:
etnicidade e análise histórica das imagens cinematográficas

Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior*

1. Apresentação do problema

Com a expansão dos estudos sobre cultura visual na historiografia, torna-se mister investigar como determinados processos identitários encontram expressão na forma de imagens, de forma a sistematizar que tipos de ferramentas teóricas estão disponíveis para os historiadores na análise de imagens como fontes (Cf. MENESES, 2003; KNAUSS, 2006; SANTIAGO JR., 2009). Dado que o estudo das identidades (e de suas flutuações) é um dos temas principais da chamada *nova história cultural*, e que nesta plataforma de observação, ocupa um importante papel, de um lado o estudo das imagens, e do outro, das identidades étnicas historicamente construídas, entre os conceitos-chaves usados pelos historiadores encontram-se os de *visualidade*, *etnicidade* e *representação*. Este texto visa mostrar algumas implicações do emprego do conceito de representação nos estudos históricos de etnicidade, tomando a imagem cinematográfica como fonte.

O uso do conceito de representação se tornou plenamente corrente na historiografia brasileira desde os finais dos anos 1980, no movimento acelerado de expansão da *história cultural*. Recentemente está mais comum o emprego seu conceito como aparato teórico e metodológico, se tornando um dos objetos e temas mais constantes nas pesquisas.

Nos estudos de história cultural que tomam o cinema como fonte e/ou objeto principal de pesquisa, a fortuna crítica do conceito de representação é crescente. Num texto recente, José Barros insiste no uso do conceito, ao afirmar que “o cinema não é apenas uma forma de expressão cultural, mas também um ‘meio de representação’. Através de um filme, representa-se algo, seja uma realidade percebida e interpretada, ou seja, um mundo imaginário livremente criado pelos autores de um filme” (BARROS, 2008: 10). A noção de representação surge inadvertidamente pelo caráter figurativo que a imagem cinematográfica assume em sua aparição social padrão. Filmes, em alguma medida, ‘representam’ algo. Em história, todavia, o *representar* não é somente uma questão de ‘ocupar um lugar do ausente’, uma vez que a representação se tornou um dos temas principais da pesquisa histórica. Nessa perspectiva, o filme além (e antes) de representar o que mostra (o presente

* Doutor em História pela UFF. Mestre em Multimeios pela UNICAMP. Graduado em História pela UFPI. Pesquisa financiada pela FAPEPI/CAPES. Professor a ser nomeado pela UFRN.

ocupando o ausente), contêm, em si, os sistemas classificatórios formados a partir das hierarquias e jogos de poderes que constituem as práticas sociais, ou seja, as *representações coletivas*. Estas são matrizes do sentido coletivo, para retomar uma expressão de Roger Chartier (1991).

Ao pensarmos desse modo, os sistemas de classificação étnicos também seriam representações coletivas que estariam incorporados nas formas filmicas. A análise historiográfica interessada em delimitar, por meio de imagens filmicas, a produção social das identidades étnicas teria, tão somente, de encontrar os marcadores de etnia presentes nos filmes e contextualizá-los na diacronia. É justamente aqui que repousa a maior dificuldade: como marcar os signos da etnia na imagem, quando freqüentemente estes não são evidentes? E que implicações teóricas possui a existência de uma representação coletiva étnica na visualidade?

2. O fardo da representação

O primeiro esclarecimento é da ordem das relações entre representação e seu referente, ou mais claramente, entre a representação e a etnia. A expansão de movimentos sociais étnicos e “raciais”, além de estudos étnicos e diaspóricos nas academias, colocaram em evidência o tema da etnicidade e da questão de sua representação na mídia como um todo. O risco inicial, nas análises de etnicidade nas imagens, advém da constituição do que se convencionou chamar de “fardo da representação”: uma obra (um filme, por exemplo) é analisada em função de algum aspecto que possui, um signo usado geralmente como marcador de uma dada comunidade étnica, passando a própria imagem a ser necessariamente interpretada como representante dessa comunidade. Assim, se num dado filme, como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (Glauber Rocha, 1964), por exemplo, aparece um único personagem negro, este necessariamente é um representante da *raça negra*.

O personagem pode perder sua individualidade para representar toda a comunidade que lhe é atribuída (mesmo que na trama não haja qualquer menção a tal comunidade), ou melhor, tem sua individualidade pensada exclusivamente como um aspecto da identidade étnica que representa.

Essa postura era comum nos primeiros estudos culturais, que usavam de conceitos essencialistas de ‘raça’ ou etnia, permitindo identificar configurar conflitos sociais nas representações filmicas.

Tais pesquisas realizam uma *atribuição prévia* de identidade do que aparentemente pretendem encontrar e a *naturalização* da categoria procurada. A imagem analisada estaria sujeita a um sistema classificatório étnico sem uma investigação contextual. Tomada *a priori*, a negritude do personagem Sebastião, em *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, permite concluir, uma vez que ele

representa a raça negra, que assim como o personagem é místico, arcaico e sacrifica uma criança, o povo negro é assim caracterizado no filme. O caráter de construção da representação é assumido pelo analista, que compreende que o filme produz uma imagem do negro que não se confunde com a própria experiência do negro, mas funciona junto às práticas sociais classificatórias sobre este.

O ‘fardo da representação’ começou a ser relativizada a partir de finais dos anos 1980. O artigo *Que negro é esse do movimento negro*, de Stuart Hall (2003), atingiu as naturalizações raciais e étnicas dos estudos culturais mais descuidados. Hall propunha uma reavaliação do conceito de identidade na ‘pós-modernidade’, o que implicava em perceber a constante reconstrução identitária na sociedade e mídia contemporâneas. O estudioso propagou a idéia de que as múltiplas leituras transformavam os produtos midiáticos, de maneira a construir resistências às imposições exteriores, e fazer compreender que os grupos sociais transformam aquilo que consomem. Alguns estudiosos, como Gina Marchetti (1991), seguiram as sugestões de Hall, propondo um estudo da etnicidade como uma categoria não natural. Todavia, parece entender que um filme carregaria um fardo de representação étnica, ao qual a audiência não estaria presa, pois poderia transformar qualquer representação de uma dada comunidade e subvertê-la em seu benefício.

3. Etnicidade e ciências humanas

O segundo esclarecimento é sobre etnia e etnicidade. Atualmente, se questiona muito a idéia de que haja uma ligação necessária entre os conceitos de etnia, etnicidade, raça e negritude. Segundo Antônio Guimarães (2002) boa parte do dilema dos estudos étnicos e raciais está na sobreposição, ou não, de determinadas categorias analíticas sobre as categorias com as quais os próprios atores sociais constroem o seu mundo. Para alguns estudiosos, conceitos raça e etnia devem ser assumidos unicamente na medida em que são categorias nativas, usadas pelos próprios atores sociais.

Etnia pode ser tomada como uma forma identitária, uma configuração momentânea dos campos de auto-referenciação sociais. É de 1969 o artigo fundante de Friedrik Barth (2000), *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*, que deslocou sensivelmente os estudos de etnia para uma relação de sociabilidade, desnaturalizando o conceito, e evidenciando a relação social que está na base da etnia. Barth observava que o principal na determinação de um grupo étnico era entender a forma como seus membros demarcavam suas fronteiras, os sinais de pertencimento que eram construídas segundo a atribuição, ou não, de pertença ao grupo. Para o antropólogo, a identidade étnica nascia não do ‘conteúdo’, do que se dizia ser própria a uma dada etnia (cor da pele, costumes, objetos,

vestimentas, obra de arte), mas das maneiras pelas quais essas coisas eram tomadas como fazendo parte ou não desse conteúdo.

Barth deixava claro que sua questão maior era a *atribuição*, a forma pela qual os membros se dizem como pertencendo a um dado grupo e não a outro, ao mesmo tempo em que são reconhecidos como tais pelos não-membros. Só há etnia quando se configuram grupos que se entendem como pertencendo a grupos dotados de dadas características contrapostas às identidades externas. Em suma, há grupos étnicos e grupos não étnicos.

A conceituação de Barth não conseguiu dirimir problemas de diferenciação dos conceitos de etnia, nação ou identidade. Tentando dirimir suas falhas, Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (2000) propunham deixar de falar em identidade étnica, e pensar em *etnicidade*, um campo de referência que tem na etnia uma categoria capaz de marcar fronteiras diferenciadoras e aproximadoras dos atores sociais. Etnia seria mais uma relação do que um conteúdo programático ou essência do grupo no qual se realiza. A etnicidade seria o campo estabelecido pelas fronteiras identitárias que *tem na origem e memória comuns a referência mestra*. Ela concorre com referências de classe, raça, gênero, sexualidade e é atravessada por todas estas. A análise da etnicidade focalizaria nos “processos variáveis numa determinação pelas quais os atores identificam-se e são identificados pelos outros na base da dicotomia Nós/Eles, estabelecendo a partir de traços culturais que fundem origem comum e relações de interações raciais” (POUTIGNAT; STREIFF-FERNART, 2000: 141).

Tais idéias desfazem, na análise filmica, qualquer perspectiva essencialista ou de fardo de representação. Primeiro porque um filme só poderia ser analisado segundo o *realce* ou não que propunha de uma dada etnicidade. Isso significa que um filme pode não fazer um realce étnico, o que necessariamente não implica um apagamento da etnicidade na sociedade. Segundo, que a análise do realce da etnicidade de um filme deve considerar o contexto no qual o filme significa algo. O personagem Sebastião, em *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, significa algo num dado contexto; o fato dele ser negro não é suficiente para afirmar que ali há uma manifestação ou representação de uma identidade étnica *afro-brasileira* ou *afro-descendente*, uma vez que, estas últimas noções são historicamente dadas.

Para determinar a etnicidade de um filme, é preciso delimitar a forma como ele articula os sistemas classificatórios étnicos, se o faz numa auto-atribuição visual, ou se tem projetado sobre si um imaginário étnico. Etnicidade torna-se uma questão da relação de uma imagem em contexto, numa contextualização constante de uma imagem com outras e os discursos que lhe são contemporâneos.

4. Visualidade e etnicidade

Retomando a questão inicial, como demarcar a etnicidade de uma imagem? Se descartamos o imediatismo do ‘fardo da representação’, na qual qualquer marcador simples necessariamente implica numa caracterização étnica, quais os conceitos que permitem observar e recortar a etnicidade de um filme? As relações entre imagens e história atingiram um novo estágio de complexidades com o avanço dos estudos visuais na historiografia e a configuração de uma história das imagens. No caso das relações entre cinema e história, passou-se das delimitações iniciais das representações históricas, ou do filme como agente histórico para uma compreensão do papel do filme na construção de uma *cultura visual* nas sociedades do século XX e XXI.

Como muitas outras imagens técnicas, o cinema tornou-se uma tecnologia da visão que permite a visibilidade e a cognição interativa que privilegia a compreensão do mundo na forma visual. Quaisquer processos identitários e representações coletivas são observáveis enquanto se constituem como componentes dessa iconosfera. Há um debate crescente sobre o que seriam cultura visual e visualidade. Longe de queremos defini-los,¹ achamos mais interessante apontar o que ambos os termos põem em jogo: a idéia de que há uma especificidade cultural nos regimes visuais, que existem transformações históricas na visualidade, ou seja, uma contextualização diacrônica do visual, do visível e da própria visão.

Uma imagem se alimenta dos padrões e configurações sociais visuais disponíveis nas quais uma série de entidades que a compõem já estão disponíveis. A imagem representacional (a que mostra algo) atualiza, transforma e re-alinha tais padrões, entre eles, se houverem numa dada sociedade, as categorizações étnicas.

O cinema faz parte da constituição da visualidade na contemporaneidade. Se a etnicidade faz parte das formas de marcação identitária atuantes nos meios sociais, fatalmente, quando vaza para os filmes, as fronteiras étnicas também adquirem vida nas imagens cinematográficas. Isso chama atenção para um aspecto fundamental da cultura visual, quando observada na contemporaneidade: no século XX, a cultura visual depende menos das próprias imagens do que da “tendência moderna de figurar ou visualizar a existência” (MIRZOEFF apud KNAUSS, 2008: 156). A emergência da etnicidade como questão política fundamental, tornou suas formas de atuação na *visualização* e *visibilização* das diferenças étnicas uma questão heurística pertinente. Neste sentido, Lester Friedman lançou a mesma pergunta com a qual abrimos esse texto: “como poderia ser uma criação

¹ Isso já foi feito de forma competente por Ulpiano Bezerra de Meneses e Paulo Knauss (confira nota 1).

de artista ser manchada por sua etnicidade, se o tema de um determinado filme não contém elementos étnicos evidentes?” (FRIEDMAN, 1991: 31). O autor assegura que grupos e identidades étnicas são componentes cruciais das sociedades, e para responder sua própria pergunta faz a seguinte analogia: assim como uma diretora do sexo feminino não deixa de ser uma mulher quando faz um filme que não é sobre questões abertamente femininas, uma identidade e sensibilidade étnicas não desaparecem quando ele ou ela fazem filmes sobre questões não-étnicas.

Todavia, a questão deve ser redimensionada quando incorpora a visualidade. Em tempos de estudos sobre a *diáspora*, por exemplo, a questão das relações que as imagens estabelecem num contexto social e histórico são mais valorizadas como determinante da própria etnicidade. Cada vez mais, estudiosos têm alertado para o fato de que no lugar da afirmação de identidades, tem-se visto uma era de migrações e existências transitórias, as quais apontam para a dispersão da identidade. Historicamente, não se pode assumir que a diáspora aconteceu da mesma forma em todos os tempos e lugares, ou sequer que os processos de produção dos sentidos dos povos diaspóricos respeitaram os mesmos princípios sempre. Todavia, autores como Nicholas Mirzoeff (2000) apontam que a diáspora chamou atenção para que as noções de raça ou etnicidade sejam repensadas. Mirzoeff ao estudar o artista impressionista judeu Camille Pissarro, afirma que sua etnicidade, especificamente a “jewishness”, no contexto caribenho, não é uma forma denotada nas imagens, mas ao contrário, conotada como um aspecto das técnicas pictóricas. Ou seja, Mirzoeff chama atenção para o fato de que a imagem num dado contexto gera um impacto de visualização que permite *procurar* o que inicialmente não é evidente sobre sua própria etnicidade, no caso desta estar presente.

Indo um pouco na direção do próprio Mirzoeff, em nossa pesquisa de doutoramento, buscando compreender como determinados aspectos da cultura afro-brasileira se manifestaram no cinema brasileiro dos anos 1970, e geraram marcações identitárias étnicas, colocamos as imagens em sua relação com o contexto social (SANTIAGO JR., 2009). Notamos que alguns filmes, como *O Amuleto de Ogum* (Nelson Pereira dos Santos, 1974), *Xica da Silva* (Carlos Diegues, 1975), *Tenda dos Milagres* (Nelson Pereira dos Santos, 1977), *A Força de Xangô* (Iberê Cavalcanti, 1978), etc., deflagraram conflitos que não se apresentam nos próprios filmes, ao menos não nos moldes procurados por alguns agentes sociais.

Assumindo o pressuposto de que os filmes agenciam os discursos e colocam em ação novas configurações de tais matrizes em forma visual, observamos que uma série de conflitos que foram acionados pelos filmes, os quais foram acompanhados por meio da fortuna crítica em jornais e revistas, advinham da projeção dos interesses de alguns atores sociais nas imagens fílmicas. Assim a escravidão, em *Xica da Silva*; e a religião, em *Tenda dos Milagres* e *A Força de Xangô*, surgiram em

meio à emergência das políticas de identidade e da valorização positiva da noção de *raça negra* e das *origens africanas*. Muitos atores sociais se manifestaram contra ou a favor desses filmes, fazendo uma apologia incisiva sobre a *raça* e sobre a especificidade da *cultura africana*, que a escravidão teria violentado (mostrada em *Xica da Silva*), e das quais o Candomblé (que aparece em *Tenda dos Milagres* e *A Força de Xangô*) seria a maior evidência de herança.

Ao trabalharmos com uma noção de etnicidade como atribuição identitária que toma por base uma marcação de origens comuns, notamos um realce crescente e contraditório das origens africanas, em alguns filmes, críticas e reportagens que davam formas visuais e discursivas à etnicidade na sociedade brasileira. Atingia uma mídia de amplo alcance social (o cinema) as nomeações de “afro-brasileiro” e “cultura negra”. Filmes como *Tenda dos Milagres* discutiam abertamente sobre mestiçagem e miscigenação, ao mesmo tempo em que mostravam as sobrevivências culturais africanas dos povos jêjes e nagôs. A canção de abertura da fita, *Babá Alapalá*, de Gilberto Gil, falava da divinização de um ancestral nagô no orixá Xangô. O samba enredo *A Festa dos Deuses Africanos*, de Baianinho, é tocado no começo de *A Força de Xangô* e menciona claramente os deuses que vieram da África para o cativo, assim como o personagem principal, ‘Tônho’ de Xangô, é chamado repetidamente de ‘africano’. Essas películas e outras inscrevem em suas formas uma atribuição étnica, uma identidade de origem. Nas discussões sobre a fita em jornais e revistas, nota-se que existia uma certa oscilação entre atribuição étnica e uma atribuição de identidade nacional.

Outras fitas não fazem marcações étnicas tão evidentes. *O Amuleto de Ogum* não faz, em nenhum momento, qualquer nomeação étnica. Mesmo assim, o antropólogo Marco Aurélio Luz falou nas origens étnicas da Umbanda que o filme mostraria. A nomeação, neste caso, veio de fora da imagem cinematográfica, de um agente que escolheu nela os elementos que considerou como pertinentes na evidência de uma identidade étnica. Finalmente, em *Xica da Silva*, as marcações raciais e de negritude são todas submetidas à lógica da subversão carnavalesca da protagonista no Arraial do Tijucu. Menos do que uma etnicidade ou da raça negro-africana, a fita de Carlos Diegues, apontou para um *ethos* de subversão brasileiro. A película foi duramente criticada nos anos 1970, por acadêmicos e artistas negros que achavam que vilipendiava o trauma da escravidão e ignorava os traços autênticos da cultura e povo negro de origem africana.

Como a “raça”, a etnicidade, na sociedade brasileira, flutua conforme o contexto, havendo a convivência de diferentes realces de etnicidade ao mesmo tempo de realces de identidades não-étnicas, os quais atravessam outras matrizes de sentido. Alguns filmes, como *O Amuleto de Ogum* e *Xica da Silva*, não possuíam marcadores evidentes de etnia, mas foram vistos e comentados por

alguns espectadores como evidências da origem racial e étnica dos próprios filmes. Em outras palavras, as películas tornavam-se sinais de etnia e raça na medida em que atores sociais, munidos de determinados sistemas classificatórios, projetaram-nos nas imagens, sobrepondo-os aos sistemas já presentes (e por vezes conflitantes) nas próprias fitas. A etnicidade de algumas películas surgia dos discursos concorrentes e contemporâneos e não das próprias imagens; o conflito gerou o contexto no qual etnia se tornou possível, em suma, a etnicidade foi conotada nos aspectos projetados pelos atores sociais.

5. Limites da representação?

Retornemos à representação. Que um filme de ficção representa algo está fora de debate. O problema é, em que medida, podemos falar em uma representação étnica nos filmes sem compreendermos o que entra em jogo quando um dado fenômeno cultural (eticidade) encontra visibilidade por meio da visualidade. Uma imagem, uma vez criada e lançado no circuito social, relaciona-se com tempos e lugares e passa a fazer parte do contexto; possui um “poder magnético de atrair outras idéias” (KNAUSS, 2008: 165). Como entre os campos discursivos que fornecem matéria-prima a partir das quais são elaborados os filmes, encontra-se a etnicidade, estes, uma vez realizados, perturbam tais campos, criando uma conflagração inédita (DIDI-HUBERMAN, 2002). A questão reside em que medida a representação étnica é base desta conflagração ou seu resultado.

Em vez de ser essa uma questão do tipo “quem vem primeiro o ovo ou a galinha”,² trata-se de compreender a aparição visual da “representação coletiva”. Recorremos à conceituação didática de Roger Chartier (1991) segundo a qual a representação social é um conceito útil para alcançar e demonstrar o movimento histórico das tensões e disputas sociais que formam as sociedades. Como temos repetido no decorrer do texto, a representação é uma matriz produtora de sentido formada a partir dos sistemas ou padrões classificatórios hierarquizados e hierarquizadores de percepção; ela se organiza na atualização interminável das classificações sociais. Ela é concretizada nos produtos culturais e permite compreender as práticas dos indivíduos enquanto coletividade.

Nessa perspectiva, um filme é uma representação formado a partir da atualização das divisões sociais, carregado das tensões sociais, e está sujeito às diferentes 'leituras' pelas quais uma audiência atualiza e transforma seus sistemas culturais, articula poderes, produz e modifica suas hierarquias.

A etnicidade, como dito acima, pode ser tomada como um dos sistemas classificatórios

² Ironicamente, segundo os estudos genéticos, o ovo (a conflagração) viria primeiro.

usados pelos sujeitos sociais. Uma vez atualizado, a etnicidade adquire uma nova existência numa obra dotada de materialidade como o filme. Na conceituação de Chartier, o conflito e a tensão estão inseridos na própria imagem cinematográfica, produto de uma apropriação e atualização das classificações sociais vigentes, cabendo ao historiador, ou pesquisador, saber identificar os sinais pelos quais as divisões étnicas se tornam visíveis ou são apagadas nas imagens.

Há duas críticas passíveis contra a abrangência e eficiência heurística dessa concepção de representação. A primeira é que determinada vertente dos estudos étnicos aponta que se a etnicidade é uma relação de atribuição e realce contingente, que concorre com outras atribuições e configurações sociais, não sendo necessariamente ‘autêntica’ ou tendo qualquer conteúdo obrigatório, senão o que é demarcado dentro das fronteiras étnicas delimitadas na relação social; uma representação étnica só pode ser conformada a partir da relação na qual o realce da etnicidade se torna pertinente. Por mais que haja classificações étnicas disponíveis na sociedade, elas concorrem com outras atribuições não étnicas, podendo haver casos em que a etnicidade não esteja presente num dado produto cultural como um filme, ou numa interpretação deste.³

Os estudos visuais apontam um segundo entrave: tem demonstrado que uma representação se constitui numa relação ampla de uma dada imagem com a *visibilização* e/ou *visualização* de uma diferença. Se por um lado um filme representa, o que ele representa muda conforme o contexto no qual algo é mais ou menos realçado, o que vale também para as marcas de etnicidade. Se normalmente a etnia pode ou não está presente num dado discurso, ela também pode ou não estar presente numa imagem. Isso significa que uma imagem pode atualizar representações étnicas na sua própria constituição (denotação), ou por atribuição de terceiros (conotação), quando até a ausência de sinais étnicos podem ser interpretados como uma concretude visual da etnicidade, uma vez que, na medida em que está ausente, está presente como silêncio ou não-visível da imagem.⁴ Foi o que ocorreu com alguns filmes brasileiros nos anos 1970.

A implicação disso é que nem toda imagem cinematográfica (ou mesmo todas as imagens, ousaríamos dizer) constitui representações sociais étnicas, que uma imagem pode ou não representar esse algo, ou trás em si a totalidade dos conflitos que ela própria permite surgir. Talvez seja mais interessante ver a representação, no cinema, como um processo relacional que surge a partir do cruzamento de imagens com as matrizes geradoras de sentidos internas e externas às próprias, de forma com que o conceito de representação, tal como trabalhado na história, seja numa

³ Isso está ligado a uma dinâmica e tensão própria a atribuição étnica, que oscilaria entre os vetores da *ascendência* e do *consentimento* do pertencimento a uma comunidade étnica, como coloca Werner Sollors, a qual infelizmente não temos espaço aqui de desenvolver. Cf. FRIEDMAN, 1991.

⁴ E essa é a origem da maior parte das calorosas discussões políticas sobre estar ou não representado significa um silenciamento ou apagamento social.

chave fácil e a-crítica, como é bem próprio de uma profissão pouco dada a vãos teóricos, seja nas resoluções como as de Chartier, tenha uma função mais confiável.

A grande crítica é que a definição de Chartier parece naturalizar a representação na obra cultural, seja esta visual ou não, quando afirma que ela encerra os conflitos sociais, suas hierarquias e poderes em disputas. Uma análise acurada das imagens em relação, em especial, das imagens étnicas, parecem demonstrar que elas não encerram nem a totalidade, nem freqüentemente os conflitos que alguns atores (inclusive os analistas) a elas atribuem, mas que, magneticamente, permitem que se forma por projeção. Uma imagem nem sempre reconstrói uma disputa ou identidade étnicas, mas pode acioná-las em sua relação social, produzindo uma representação em contexto.

Referências bibliográficas

- BARROS, José D'Assunção. Cinema e história: entre expressões e representações. In: BARROS, José D'Assunção; NÓVOA, Jorge (Orgs.). *Cinema-História: Teoria e Representações Sociais no Cinema*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *O Guru, O Iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-68.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 11 (5), 1991.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que Vemos, O que nos Olha*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- FRIEDMAN, Lester D. Celluloid palimpsests: an overview of ethnicity and the American film. In: FRIEDMAN, Lester (org.). *Unspeakable Images: ethnicity and the American Cinema*. Chicago: University of Illinois Press, 1991. p. 11-35.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra? In: HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 335-349.
- KNAUSS, Paulo. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 151-168, dez. 2008.
- _____. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan-jun 2006.
- MARCHETTI, Gina. Ethnicity, the cinema and Cultural Studies. In: FRIEDMAN, Lester (org.). *Unspeakable Images: ethnicity and the American Cinema*. Chicago: University of Illinois Press, 1991. p. 277-307.

MENESES, Ulpiano. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n.45, São Paulo, Julho 2003.

MIRZOEFF, Nicholas. The multiple viewpoint. In: MIRZOEFF, Nicholas (org.). *Diaspora and Visual Culture: representing Africans and Jews*. London, New York: Routledge, 2000. pp. 1-18.

POUTIGNAT, Phillippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

SANTIAGO JR., Francisco das C. F. Entre a representação e a visualidade: alguns dilemas da relação história e cinema. *Domínios da Imagem: revista do LEDI*, ano II, n. 3, p. 65-78, nov 2008.

_____. *Imagens do Candomblé e da Umbanda: etnicidade e religião no cinema brasileiro nos anos 1970*. Niterói, 2009. 356 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

Dimensões da agricultura nos discursos sobre colonização no Pará oitocentista: terra, matas e povoamento

Francivaldo Alves Nunes*

Algumas considerações

Os primeiros raios de sol da manhã de domingo ainda não havia aparecido sobre a cidade de Belém e uma grande caravana se organizava para inaugurar a primeira colônia agrícola do Nordeste do Pará; região concebida, principalmente pelas autoridades provinciais, como espaço de riqueza e prosperidade para a Província do Pará e capaz de promover o desenvolvimento da agricultura na Amazônia. Às duas horas da madrugada do dia 13 de junho de 1875, a caravana formada pelo então Presidente do Pará Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, em companhia do Presidente da Câmara Municipal de Belém, do Comandante das Armas, dos membros da Comissão de Colonização e de vários chefes de repartições públicas partia do porto de Belém com destino ao Núcleo Colonial de Benevides, a ser inaugurado.

A viagem até a colônia agrícola dividia-se em duas etapas: uma primeira utilizando embarcações e uma segunda por via terrestre. A primeira etapa da viagem que havia sido feita a bordo do vapor *Pará*, regada de muita música para distração dos viajantes, se estendia até a pequena localidade de Marituba. A partir daí seguia-se pela estrada que ligava Marituba a Colônia Benevides. A chegada a Marituba deu-se às sete e meia da manhã de domingo, sendo que uma hora depois o Presidente do Pará e sua comitiva seguiram viagem por uma “estrada estreita e erichada de obstáculos”, chegando à colônia às dez e meia (CRUZ, 1963: 674).

Os colonos estrangeiros Francisco Martins, Antonio Simão, Emile Lem, Pierre Bechat, Florentino Gutierrez, Jacques Louis Corintis ou os colonos nacionais cearenses Benedito Corrêa Lima, Vicente Ferreira de Souza, dentre outros, aguardavam a comitiva para início da inauguração. Inicialmente os colonos foram chamados até o palanque, cuidadosamente ornamentado com ramagem e flores silvestre, para receberem os títulos provisórios de propriedade da terra, que lhes dava o direito de cultivar um lote de terra medindo 150 braças de

* Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Professor na Universidade Federal do Pará, doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense e pesquisador do Núcleo de Referência Agrária na mesma instituição. E-mail: francivaldonunes@yahoo.com.br.

frente por 300 de fundo, entregues pessoalmente pelo presidente do Pará. Seguiu-se a um longo pronunciamento, que acreditamos destacou-se pela ênfase da colonização do Pará através da implantação de colônia agrícolas e a importância do núcleo colonial com estratégia de povoamento e substituição da cobertura vegetal de floresta por plantações de gêneros agrícolas; discurso que foi enfatizado pelo terceiro momento da cerimônia, em que o Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides tomando posse de um machado feriu com um golpe, uma das árvores da colônia; situação de foi repetida por diversas pessoas que se encontravam na cerimônia de inauguração.

Se a historiografia apresentou a criação de núcleos coloniais como parte da política de imigração desenvolvida pelos governos central e provincial, no processo de transição do trabalho escravo para o livre;¹ no caso da Amazônia, a implantação das colônias agrícolas deverá ser compreendidas também como estratégia de ocupação. Nesse sentido, o Núcleo Colonial de Benevides deveria representar ao mesmo tempo em que o espaço de produção para abastecimento dos mercados do Pará, a conquista e ocupação de uma área predominantemente de floresta. A agricultura e os núcleos coloniais, nesse sentido, se constituiriam como elementos fundamentais para trazer o desenvolvimento agrícola, uma vez que, se por um lado poderia abastecer os grandes centros urbanos da região, por outro terá a função de promover o desmatamento e a ocupação de grandes áreas de floresta.

O estudo do núcleo de Benevides possibilita entender o processo de ocupação e uso da terra em uma área caracterizada pelo controle do governo provincial e num momento em que se discute o processo de reorganização da propriedade da terra, iniciada com a criação da lei de Terras de 1850; se propõe a reorganização da atividade agrícola, com a adoção de novas técnicas de plantio; se exige um maior aproveitamento da terra e dos recursos florestais, associando a atividade agrícola e extrativa; assim como se exige a construção de espaços de atuação de mão-de-obra livre nacional e estrangeira, como estratégia de superação da falta de trabalhadores agravada com as leis abolicionistas.

Para esta comunicação nos ocupamos apenas em apresentar algumas questões em torno da implantação do Núcleo Colonial de Benevides, na segunda metade do século XIX, pensando esses espaços como consequência de uma postura de reorganização da atividade agrícola no

¹ Para uma política de imigração e Núcleos Coloniais ver: BEIGUELMAAN, 1977; COSTA, 1998; MARTINS, 1973; SOUZA, 1977.

Brasil, ou seja, pensar a implantação dos núcleos coloniais e a sua valorização, como nos afirma Mary Del Priore e Renato Venâncio é pensar nas dimensões ou grau de importância que agricultura irá tomar nesse período (DEL PRIORE & VENÂNCIO, 2006: 140-144).

Nossa proposta de trabalho parte da concepção de que as discussões em torno da criação dos núcleos agrícolas e a sua eficácia diante dos problemas que envolviam a agricultura, principalmente quanto ao uso do solo, garantindo a utilização de novas técnicas de plantio e o melhor aproveitamento dos recursos florestais, acabaram por influenciar a criação de algumas medidas nos núcleos coloniais, como as que definiam o tipo de plantio, seleção de sementes, uso ou não de adubos, crédito para os trabalhadores, tamanho dos lotes, condições para recebimentos destes lotes, dentre outros. Portanto, as ações em torno da organização da Colônia Benevides reflete o contexto das últimas décadas do século XIX, em que segundo Fernando Antonio Lourenço é o momento de debate que envolvia diversos segmentos da sociedade brasileira, e tinha como um dos princípios a proposição de medidas de reformulação da agricultura no Brasil (LOURENÇO, 2001: 12).

Núcleos Coloniais e as proposições para a agricultura

Implantação de um sistema de crédito agrícola, melhoramento dos meios de ligação entre os centros produtores agrícolas e os locais de venda e consumo, além do desenvolvimento do ensino agrícola no país através da criação de escolas de agricultura, são algumas das medidas defendidas pelo programas de reformas da agricultura no Brasil.

As medidas como criação de crédito para produtores rurais ou a criação de escolas agrícolas, além de outras, que aparentemente não façam referência ao modelo de organização dos Núcleos Agrícolas, mas que tinha como objetivo fomentar novas técnicas de plantio, tornam-se importantes para compreendermos alguns critérios adotados nas Colônias Agrícolas como, por exemplo, o de distribuição dos lotes, o tamanho dessas propriedades, tipos de ferramentas, cultivo, plantas, ou ainda modelo de administração.

Se as propostas de reforma na agricultura tinham a intenção de resolver os problemas agrícolas, um dos principais era a falta de créditos. No Pará, o deputado Tocantins, em pronunciamento na Assembléia Legislativa do Pará, atribui o estado de profundas dificuldades vivenciado pela lavoura provincial como provocado pela falta de capitais. A ausência de créditos

o bastante para obter uma soma necessária para melhoria dos estabelecimentos agrícola, além dos juros tão elevados e com prazo tão limitados constitui elementos suficientes para determinar a difícil situação em que vivem os agricultores e proprietários. Propunha em razão das dificuldades vivenciadas pelos agricultores, a criação do Banco Hipotecário do Pará, onde “cada agricultor teria um crédito proporcional a sua fortuna; em que poderá levantar empréstimos com juros razoáveis e largos prazos, montando o seu estabelecimento e aumentando a soma de sua produção”.²

Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides era partidário das idéias do deputado Tocantins. Também acredita que a falta de capitais era um dos graves problemas da agricultura no Pará. A experiência no cargo de Juiz Comissionário de medição de terras do município de Belém permitiu identificar cerca de cinco mil léguas quadradas de terrenos de domicílio particular e cerca de trinta e cinco mil léguas de terrenos nacionais devolutos. Considerando o preço médio do terreno nacional, fixado pelo parágrafo 2º do artigo 14 da lei de nº 601 de 18 de setembro de 1850, de nove contos por légua quadrada, o valor dos terrenos nacionais devolutos na província chegaria à soma de trezentos mil contos de réis. A criação de instituições financeiras no Pará era, portanto, fundamental para facilitar a aquisição dessas propriedades.

Consideráveis somas de capitais, necessárias à aquisição de terrenos, deveriam também ser utilizadas para o cultivo da terra, que na Amazônia, segundo Sá e Benevides, “não era só desenvolver e aumentar a força produtiva do solo: é, pelo contrário, lutar com toda a energia contra a superabundância da vegetação, que invade por todos os lados as plantações”.³ Para o Presidente do Pará, o solo todo coberto de robusta vegetação criariam despesas extras utilizadas na derrubada e destocamento da mata. Só para termos uma idéia, derrubar e destocar uma braça quadrada de mata custaria em média 500 réis; considerando uma légua quadrada de mata as despesas chegariam a quatro mil e quinhentos contos de réis. O que significava dizer que não havia, segundo dados da presidência do Pará, um só proprietário em toda a província com capitais suficientes para por uma légua quadrada de terreno em estado de ser trabalhada para o plantio.⁴

² Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Província do Gram-Pará. Sessão de 1871. Pará, Typographia do Diário de Belém, 1871, p. 124.

³ Relatório apresentado pelo Presidente do Pará Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides à Assembléa Legislativa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20ª Legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876. Pará, 1876, p. XII.

⁴ Idem.

A criação de instituições de crédito não teria utilidade apenas para esses proprietários que desejassem adquirir terras na região ou desenvolver o plantio. No contexto de criação dos Núcleos Coloniais essas casas de crédito agrícola seriam de fundamental importância para o crescimento da lavoura nesses núcleos, uma vez que, eram dessas casas credoras que os colonos deveriam retirar parte dos seus investimentos para desenvolver a atividade agrícola nos seus lotes.

A proposição era de que no Núcleo de Benevides os gastos com a aquisição de maquinários, ferramentas de trabalho, aquisição de sementes e limpezas dos terrenos, deveriam ser assumidos pelos colonos que, para as autoridades provinciais, buscariam nas instituições de crédito o financiamento para custear essas despesas. Embora fosse de responsabilidade da Presidência do Pará a garantia dos materiais a serem utilizados nos plantios, o envio desses materiais tinha limite de prazos. Segundo informações do Governo do Pará qualquer material de uso agrícola era concedido através de empréstimos por um prazo de seis meses ou até a primeira colheita. Com o fim deste período eram suspensos o seu fornecimento e iniciado a cobrança daquilo que fora fornecido a cada colono, quando teriam um período de cinco anos para reembolsar os cofres provinciais. Para a Presidência da Província com a suspensão do fornecimento por parte do governo provincial qualquer investimento passaria a ser financiado pelo Branco de Auxílio à Lavoura.⁵

Manoel Buarque de Macedo em relatório do Ministério da Agricultura apresentado a Assembléia Geral Legislativa, datado de 1879, propõe a criação de outras medidas, além da implantação de instituição de crédito para a lavoura. Segundo o Ministro “não é só de crédito, porém, que a lavoura carece”. De fato, no Pará setores da sociedade ligada à atividade agrícola queixam-se da falta de conhecimento para o melhor preparo da terra, dificuldade que poderia ser suprimida através da criação de institutos de ensino agrícola.

No Núcleo de Benevides a atividade de observação dos tipos de plantio, processo de seleção de sementes ou ainda do uso de instrumentos de trabalhos, deveria ser uma ocupação do Diretor da Colônia, que normalmente nomeava chefes de quadras com a finalidade, também, de colher essas informações que deveriam, através da diretoria da Colônia, serem encaminhadas para a Presidência da Província que posteriormente enviava esses dados ao Ministério da Agricultura. A importância dessas informações era garantir subsídios necessários para se

⁵ Falla com que o Presidente do Pará João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2ª Sessão da 20ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1877. Pará, Typ. Do Livro do Comércio, 1877, p. 159.

desenvolver um processo de seleção de métodos, sementes e instrumentos de trabalho mais adequado para ser utilizados nas terras da Colônia e que deveriam servir de modelo de cultivo para as demais áreas da província.

Além de funcionar com espaços de experimentação de novas técnicas desenvolvidas através do ensino agrícola, a Colônia deveria assegurar o ensinamento de novos métodos de uso da terra. Observando uma das notas publicadas no Jornal *O Agrário*, órgão da *Sociedade Agrícola Paraense*, com o título “*A Providência*”, há um registro da criação na área pertencente ao Núcleo de Benevides de uma escola de aprendizes agrícolas, que deveria atender meninos pobres abandonados pelos familiares e filhos de colonos, com o intuito de ensinar as práticas agrícolas. Nessa escola de aprendizes, além de formar novos lavradores, os filhos desses agricultores deveriam repassar parte de seu conhecimento para os seus pais.⁶

Considerando como característica da agricultura intensiva o aumento da produção sem a ocupação de novos espaços, mas devido ao uso de técnicas de plantio que melhor aproveitem as potencialidades do solo e que passa a ser uma medida adotada nas Colônias Agrícolas, o uso de adubos e fertilizantes como técnicas que mantenha a fertilidade do solo passa a ser uma exigência nestes espaços, constituindo mais uma das proposições para o desenvolvimento da agricultura. Exigia-se dos agricultores nos Núcleos Coloniais o pleno domínio sobre o solo, devendo conhecer os mais diversos modos de restauração da terra, evitando o esgotamento do solo após alguns anos de cultura. Segundo o Ministério da agricultura é justamente esse desconhecimento do uso do solo que teria levado extensas zonas de terrenos abandonados, em curto espaço de tempo, por serem considerados estéreis e imprestáveis, sendo que em poucos anos antes no mesmo terreno havia extensas florestas.⁷

Na Amazônia não é apontado pela documentação estudo quanto ao uso de adubos químicos; os discursos que são feitos sobre o solo da região são de plena evocação a sua fertilidade, demonstrando a não necessidade da utilização de fertilizantes. Segundo Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides o agricultor no Pará não teria a preocupação em adubar a terra, uma vez que, “cultivar a terra aqui, não é desenvolver e aumentar a força produtiva do solo; pelo contrario, é lutar com toda energia contra a superabundância da vegetação, que invadia por todos

⁶ O AGRÁRIO. Belém, 01 de dezembro de 1885, p. 04.

⁷ Relatório do Ministério da Agricultura apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 02 de maio de 1875. Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1875, p. 22.

os lados as plantações”.⁸ Acreditamos, no entanto, que a não presença de adubos químicos ou fertilizantes nas atividades dos agricultores na Colônia Benevides não se deve aquilo que Francisco Corrêa de Sá e Benevides chamou de “superabundância da vegetação”, mas por que o tipo de plantio desenvolvido nessas áreas se caracterizou pela criação de reserva para ser ocupada quando havia o esgotamento das terras cultivadas, o que dispensava a adubagem e a fertilização agrícola.

Outras considerações

Considerando que a lei de 28 de setembro de 1871 que impunha as autoridades provinciais à obrigação de estudar as necessidades da lavoura “no intuito de provê-las de remédio”, e que acabou fomentando a criação do Núcleo Colonial de Benevides, fundamentava-se na necessidade de aumentar a eficácia das ações governamentais, além de “melhorar a cultura e preparo dos gêneros agrícolas” e com isso “evitar, por meio de providentes medidas, os males, por ventura transitórios, mas nem por isso menos grave, que surgiriam”.⁹ Acreditamos, portanto, que as proposições de mudança na agricultura exigidas pelo governo imperial, ou seja, as proposta de transformação da agricultura como a implantação de casas de crédito agrícola, desenvolvimento do ensino, criação de novas técnicas de plantio, seleção de semente, ou ainda a utilização de instrumentos de fertilização exerceram certa influência no modelo de organização dos Núcleos Coloniais.

Referência Bibliográfica

ABREU, José Coelho da Gama. *As regiões Amazônicas: Estudos chorográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas*. Lisboa. 1896.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BAENA, Manoel. *Informações sobre as comarcas da Província do Pará: Organizada em virtude do aviso circular do Ministério da Justiça de 20 de setembro de 1883*. Pará. 1885. Typ. F. da Costa Júnior.

BEIGUELMAAN, P. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro*. São Paulo: Editora Pioneira, 1977.

⁸ Relatório apresentado pelo Presidente do Pará Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides à Assembléia Legislativa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20ª Legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876. Pará, 1876, p XII.

⁹ Relatório do Ministério da Agricultura apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 02 de maio de 1875. Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1875, p. 06.

- BEZERRANETO, José Maia & GUZMAN, Décio de Alencar (orgs.). *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- COSTA, E. Viotti. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Unesp, 1998.
- CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.
- DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato. *Uma História da Vida Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos, Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação de Cultura, 1916.
- FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Homens esquecidos na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Da História da Agricultura Brasileira. Combates e Controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MARTINS, J. de S. *A Imigração e a crise do Brasil Agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia, 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SOUZA, J. S. de. *Imigração e Colonização em um município açucareiro*. São Paulo, FFLCH-USP, 1977, (Dissertação de Mestrado).
- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- TAUNAY, Carlos. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 19—
- TÓCANTINS, Leandro. *Amazônia. Natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- VERRÍSSIMO, José. *Interesses da Amazônia*. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio. 1915.
- WEISNTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*. São Paulo. Hucitec – EDUSP, 1993.

Teoria e filosofia da História em Nietzsche

Frederick Gomes Alves*

frederick_ga@hotmail.com

O ambiente

Poderia aqui ser feita uma aproximação ao pensamento de Nietzsche a partir de sua relação com o historicismo, um relacionamento deveras complexo e incerto, pois o filósofo de Zarathustra censura a filosofia pela sua falta de sentido histórico e, ao mesmo tempo, repreende a história pelo seu “excesso de objetividade científica” (FOUCAULT, 2007: 26). De modo que esta relação permanece inconclusa. Fica a indicação de que o esforço de Nietzsche é introduzir a história no agir filosófico.

Falta de sentido histórico é o defeito hereditário de todos os filósofos. (...) Mas tudo veio a ser; *não há fatos eternos*: assim como não há verdades absolutas. – Portanto, o filosofar histórico é necessário de agora em diante e, com ele, a virtude da modéstia. (NIETZSCHE v.1, 1991: 48).

Outra via possível de acesso ao pensamento nietzschiano seria através da constituição de sua filosofia da vida. Inicialmente pareceu um caminho válido para articular sua reflexão com o romantismo alemão, mas com o avanço das pesquisas ficou claro que esta é outra questão. Tal filosofia da vida constitui-se a partir do debate que Nietzsche vinha acompanhando dentro da biologia, entre duas correntes particulares, os pró-darwinistas e aqueles que eram contra o pensamento darwinista, encabeçado por Rolph e Rüttimeyer – este último reencontrando Lamarck para criticar Darwin (MARTON, 1990: 61). Assim, não creio ser possível aproximar Nietzsche ao romantismo pela constituição de sua filosofia da vida, o caminho seguido deverá então ser outro.

O romantismo surge na Alemanha como uma reação ao projeto iluminista e à revolução francesa, cujas conseqüências desta última foram as invasões das tropas napoleônicas em terras alemãs. Esta reação se deu em todos os âmbitos: social, existencial, político, religioso e cultural. É marcado por um pensamento nostálgico de volta dos

* Faculdade de História – UFG, graduando, bolsista PIBIC- CNPq.

elementos culturais e religiosos da Idade Média, e pela visão de mundo irracionalista em clara oposição ao racionalismo iluminista¹.

Contudo, sua fundamentação filosófica dá-se por intermédio de uma contínua articulação com a filosofia kantiana, no sentido de uma apropriação da metafísica de Kant, e em conformidade com as ferramentas teóricas do idealismo, pela reflexão de importantes pensadores, dos quais se destacam: Schelling, os irmãos Schelegel, Novalis e também Schiller.

São pelo menos três os elementos os quais possibilitam uma articulação entre o romantismo alemão e Nietzsche, quais sejam, a preeminência da arte sobre a filosofia, a oposição entre Apolo e Dioniso, e os desdobramentos concernentes à filosofia do sujeito – ou seja, a questão a respeito do *gênio* (ARALDI, 2004:1).

A notoriedade do romantismo é a preeminência da arte sobre a filosofia. A função ontológica da arte é para Novalis a única via de acesso ao absoluto, entendido aqui como a unidade das aporias. Para os românticos, a filosofia e o pensamento racional em geral, apenas trabalhavam com a dualidade dos conceitos, com a relação entre dois elementos opostos, a arte em contrapartida possuía a capacidade, garantida pelas suas especificidades criativas, de acessar o absoluto em sua unidade completa, a unidade primordial. Schelling afirmava que somente a arte possuía a capacidade, apenas hipotética e inconcebível para Kant, da intuição intelectual, a capacidade de acessar a coisa-em-si.

Heidegger (HEIDEGGER, 2007:) percebeu esta preeminência da arte sobre a filosofia no pensamento nietzschiano, sua intenção é asseverar que a vontade de poder é o acabamento da metafísica. Nietzsche é um *Pensador* por ter o pensamento único da vontade de poder, é visto como o último metafísico. A vontade de poder é o elemento fundamental para Nietzsche, segundo Heidegger, assim sendo, a afirmação heideggeriana de que “a arte é a figura mais transparente da vontade de poder” e de que “ a arte tem mais valor que ‘a verdade’” está em conformidade dentro do pensamento nietzschiano de que a arte é superior à filosofia.

A oposição apolíneo-dionisíaca é talvez um dos traços mais marcantes na filosofia de Nietzsche, todavia não fora ele o iniciador desta discussão, alguns dos pensadores românticos já haviam apontado o elemento dionisíaco em seus estudos sobre Grécia, entre os quais se destacam F. Schlegel, F. Hölderlin ou F. Creuzer (ARALDI, 2004). A

¹ Este irracionalismo não significa, no entanto, irrazão ou anti-razão, mas oposição a uma forma específica de racionalidade.

originalidade de Nietzsche fora explicitar a relação e não-oposição entre Apolo e Dioniso, e também em entendê-los enquanto impulsos estéticos do mundo. A respeito deste último ponto Hayden White exibe de forma clara em seu texto sobre Nietzsche (WHITE, 1995:).

Não obstante, o ponto principal de aproximação entre Nietzsche e o romantismo é a partir da filosofia do sujeito. O tema da subjetividade é central para se pensar a filosofia da história de Nietzsche, ela auxilia na configuração dos cinco conceitos fundamentais para a compreensão desta. A subjetividade em Nietzsche: o “si”, traduz, de certa forma, a crítica nietzschiana à modernidade, ao tipo conservativo de vida, ao niilismo sobre o qual esta se assenta – utilizo aqui a noção de niilismo de Heidegger, uma verdade que se instaura como valor supremo e se esquece que é apenas uma criação, é o declínio de valor de uma verdade para a vida, uma ilusão esquecida como tal, e tomada como verdade – o sujeito nietzschiano se sabe dinâmico, reconhece a mudança constante da vida e encara a contingencialidade desta. Ele é afirmativo do instante, do devir (DELEUZE, 1976).

O “si” nietzschiano incorre em uma atualização da noção de gênio do romantismo alemão. Ambos são críticos da filosofia do sujeito da modernidade, calcada em seus dois membros emblemáticos, Descartes e Kant. Em sua tarefa de desmontagem da noção de sujeito, metafisicamente fundamentado, Nietzsche critica a saída que a modernidade deu para a morte de Deus, afirmando que esta elegeu a ciência como nova forma de conduta, o pensamento racional, mas que é garantido pelo sujeito que, assim como as outras saídas pré-modernas, novamente é fixo, eterno e imutável, coadunante à idéia de uma divindade absoluta. A diferenciação entre “eu” e “si”, ambas noções de sujeito, assim como sua conseqüente problematização em Nietzsche segue as indicações de Onate (ONATE, 2003).

Sucedo que a subjetividade nietzschiana e romântica incide na consideração da gravidade do sujeito para a constituição do mundo, não apenas na importância dele mas na supremacia do sujeito sobre as forças externas a ele. Entretanto, isso não significa que haja elementos místicos nesta afirmação, considerar o sujeito enquanto elemento basilar, imprescindível, para a constituição do mundo ao invés de atribuir esta função para as forças externas ao homem, à natureza ou o que quer que seja não é nenhum problema insolúvel. Estamos aqui falando do mundo humano, demasiado humano e não do mundo das sensações, “A nós seres orgânicos nada interessa originariamente em cada coisa, a não ser sua relação conosco” tal como diz Nietzsche em um texto de 1873, *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*.

Acreditamos saber algo das coisas mesmas, se falamos de árvores, cores, neve e flores, e no entanto não possuímos nada mais do que metáforas das coisas, que de nenhum modo correspondem às entidades de origem. (NIETZSCHE v.1, 1991: 33)

Assim, acredito ser válido reiterar o que Casa Nova diz em um seu artigo sobre a constituição do mundo em Nietzsche.

O que resulta daí pode ser acompanhado plenamente através de uma formulação paradigmática de Hegel em uma passagem da introdução à sua “Fenomenologia do Espírito”: “se investigarmos agora a verdade do saber, parece que estamos investigando o que o saber é *em si*. Somente nesta investigação ele é *nosso* objeto: *é para nós*. O em-si do saber resultante dessa investigação seria antes seu ser *para nós*: o que afirmássemos como sua essência não seria sua verdade, mas sim nosso saber sobre ele. A essência ou o padrão da medida estaria em nós, e o (objeto) a ser comparado com ele não teria necessariamente de reconhecer sua validade” (Hegel 3, “introdução”, p.76)”. (CASA NOVA, 2001: 30).

Com tudo isto, fica claro também algumas diferenciações do pensamento nietzschiano para com a filosofia romântica. Estas assertivas de/e sobre Nietzsche deixam claro sua posição, na segunda etapa de seu pensamento, claramente anti-metafísica. Entretanto, sua posição com relação a esta não gera grandes problemas na sua concepção sobre o sujeito ser criador do mundo em que vive, antropomorficamente por ele criado, aproximando-o da noção de sujeito romântica.

Compreender a filosofia da história de Nietzsche desde o ponto de vista de seu diálogo com o romantismo justifica-se pelo fato de sua filosofia da história constituir-se como uma crítica das anteriores, de matriz kantiana e hegeliana. Ora, muitos são os autores que aproximam Hegel ao romantismo, entendendo-o como uma peça chave no debate a respeito da formação filosófica deste movimento, sobretudo no primeiro romantismo de Jena (HABERMAS, 1990; MACHADO, 2006). O mesmo é verdadeiro para Kant, sua influência filosófica para o romantismo, como já vimos, é inconteste.

Passo agora para a caracterização e exame da filosofia da história de Nietzsche tendo como base as considerações feitas neste primeiro momento. Com um quadro formado a respeito do filósofo em articulação com o romantismo acredito ser possível partir para esta nova etapa do trabalho.

A problemática

A filosofia da história de Nietzsche constrói-se em uma constante crítica dos modelos anteriores, de matriz kantiana e hegeliana. Suas asseverações sobre a impossibilidade de uma finalidade para o conjunto global da história humana pode ser visto em *Humano, demasiado humano*:

[O homem] (...) se conseguisse captar em si a consciência total da humanidade e senti-la, ele sucumbiria, amaldiçoando a existência – pois a humanidade como um todo não tem *nenhum* alvo e, conseqüentemente, o homem, ao considerar o decurso inteiro, não pode encontrar nele seu consolo e trégua, mas seu desespero. (NIETZSCHE v.1, 1991: 53).

Não é apenas a finalidade para a humanidade como um todo que Nietzsche critica, mas também a idéia de causalidade, inerente nos modelos de filosofia da história precedentes. Isto fica claro em dois fragmentos póstumos um de 1883 e outro de 1884.

O aspecto mais importante: *chegar à inocência do devir excluindo os objetivos*. Necessidade, causalidade – nada mais! E designar como mentira tudo aquilo que fala de “objetivos” e onde há sempre um *resultado necessário*! A história nunca pode provar “os objetivos”, pois a única coisa clara é que aquilo que os povos e os indivíduos **quiseram** era sempre essencialmente diferente daquilo que era *alcançado*. Em poucas palavras, *tudo o que se alcançava* era absolutamente *incongruente* com *o que se queria*. (NIETZSCHE, 2005: 138).

Considero todos os modos metafísicos e religiosos de pensar como resultado de uma insatisfação *no homem* de um impulso para um futuro superior e sobre-humano. Só que os homens quiseram refugiar-se no além em vez de construir o futuro. (NIETZSCHE, 2005: 194).

Ficam claros aqui ao menos dois apontamentos de Nietzsche sobre a consciência histórica, e sobre sua filosofia da história de um modo geral. Primeiro que a consciência histórica constrói-se mediante a experiência da contingência na vida, que muda e quebra suas intenções de agir no tempo. Segundo que não há nenhum objetivo pré-determinado ou *necessário* na história; a indicação de Nietzsche parece sugerir que este objetivo, não sendo dado *a priori* deve então ser construído artisticamente, criado mesmo, pelo homem que

deve “construir o futuro”. Sigo aqui as recomendações de Hayden White sobre a consciência história em Nietzsche.

O problema se acha posto: como pensar uma filosofia da história se a humanidade como um todo não possui nenhum sentido, causa ou finalidade? Como reorientar a consciência histórica para uma forma de ação significativa na vida humana? Note-se que a pergunta não é sobre o *que fazer*, sobre a possibilidade de tal empresa ser levada a cabo; a questão dirige-se para o *como*, pois que esta possibilidade já está de certo modo intuída. Para solucionar tal problema pautar-me-ei em cinco conceitos fundamentais para o encaminhamento da questão: *vida*; *vontade de poder*; *eterno retorno*; *transvaloração de todos os valores e além do homem*.

Dados os limites da exposição, não será possível aqui problematizar cada um deles, nem aprofundá-los de um modo que seja plenamente satisfatório. Todavia, isso não significa que eles podem ser apresentados sem um devido controle conceitual. O que será feito na medida em que os mesmos serão aqui trabalhados sempre referenciando-se aos autores que melhor explicitação dos mesmos fizeram. Ou seja, aos pensadores que apresentaram uma leitura mais clara dos conceitos de Nietzsche, são eles: Martin Heidegger, Gilles Deleuze e Hayden White.

Meu escopo é apresentar suas leituras sobre os conceitos nietzschianos com o intuito de perceber de que modo alguns de seus elementos podem ser pensados tangencialmente, em uma rearticulação para a construção de um quadro que permita compreender a filosofia da história de Nietzsche. É no esforço de elucidar os conceitos nietzschianos à luz destas leituras que me oriento.

A *vontade de poder*, segundo Heidegger é o princípio de uma nova instauração de valores. É o que orienta a transvaloração de todos os valores. A *vida* designa todo o ente, contudo ela possui a significação acentuada de vida como o ser do homem. A essência da vida não está na auto-conservação, mas sim na superação de si. O valor positivo afirma a vida, o negativo conserva-a. A vida depende do valor que lhe é atribuído, todavia a essência do valor é determinada pela essência da vida. Esta essência é vontade de poder. Vida e vontade de poder estão deste modo, em intensa relação, a vontade de poder serviria para afirmar a vida mediante a superação de si, que é constante intensificação da vida.

O terceiro conceito é o *eterno retorno*, utilizo aqui a definição de Deleuze, que o entende como a afirmação do instante, da necessidade do acaso, o eterno retorno é “o ser

do devir enquanto tal, o um do múltiplo” (Deleuze, 1976: 26). A afirmação do instante que deve ser desejado mil vezes está de acordo com as determinações de Heidegger, assim podemos pensar com estes dois autores o eterno retorno como o elemento que possibilita a afirmação da vida através da vontade de poder, entendendo o eterno retorno como um elemento auxiliar da vontade de poder, o que está indicado nos trabalhos de Heidegger e Deleuze.

A *Transvaloração de todos os valores* e o *Além do homem* são de certo modo os dois elementos utópicos da filosofia da história de Nietzsche. Segundo Hayden White e Heidegger para Nietzsche houve uma vez no passado uma transvaloração de todos os valores, a vitória da moral do escravo diante da moral do senhor, e ainda haveria uma segunda transvaloração de todos os valores, a que possibilitaria o advento do além do homem e superaria o niilismo da cultura ocidental.

O além do homem é identificado por H. White com um dos personagens mais famosos de Nietzsche, ou seja, Zarathustra. Com Deleuze podemos perceber que o além do homem é o que poderia suportar a idéia do eterno retorno, a afirmação do instante. Como já vimos, a afirmação do instante leva à intensificação da vida pela vontade de poder, logo, tudo converge para o além do homem.

A partir da importância da afirmação da vida e da vontade de poder é que podemos ter algumas sugestões para a filosofia da história de Nietzsche, seguindo uma indicação oferecida por H. White, em seu texto pode-se inferir que a vida serve de ponto de orientação para a história, sua afirmação ou negação determinaria o sentido da filosofia da história em Nietzsche.

Essa linha de reflexão forneceu as bases para a história *subterrânea* do homem ocidental concebida por Nietzsche. Desde o tempo dos gregos, afirmava Nietzsche, a história do homem ocidental tem sido a história de enfermidades auto-induzidas. Desde aquela época, o homem, outrora uma ponte entre o caos e a forma, assumiu o aspecto de um touro abatido suspenso entre os dois postes de sua auto-ilusão. Num poste está o cristianismo com sua negação dos direitos da vida sobre o homem e sua insistência em que o homem encontra suas metas em outro mundo, que só lhe será revelado no fim dos tempos; no outro poste está a ciência positivista, que sente prazer em desumanizar o homem reduzindo-o à condição de um animal, concebendo-o como simples instrumento de forças mecânicas sobre as quais ele não pode exercer nenhum controle e das quais não pode libertar-se. E a

história do homem ocidental desde o declínio do espírito trágico descreve uma alternância dessas duas tendências negadoras da vida; primeiro uma, depois a outra, se revezam na tarefa de degradar o homem. (WHITE, 1995: 350-351).

Com estes elementos podemos arriscar uma resposta para as indagações feitas logo acima: pensar uma filosofia da história para a humanidade como um todo não parece ser o que pretende Nietzsche, seguindo H. White, fica claro que sua preocupação é com o sentido da história do Ocidente, suas indagações sobre a tragédia grega, sobre o niilismo, sempre convergem para sua época e a falta de sentido histórico da mesma.

Seu escopo é o de criar, a partir dos cinco conceitos aqui apresentados, um novo sentido histórico tendo como modelo a cultura da Grécia arcaica. O método genealógico, apóio-me aqui em Foucault, implica em uma preocupação com o sentido da história ocidental e produz algumas indicações de como é possível reorientar a consciência histórica para a formulação de uma cultura de tipo afirmativo de vida, uma cultura trágico-artística, produtora de sentido e criadora de seu próprio futuro. Uma cultura que possibilite o advento do além-do-homem.

Se em alguns textos Nietzsche preocupa-se com a origem da linguagem, da moral e mesmo da verdade, que ele logo deixa claro não ser a Grécia arcaica a fonte de tudo, isso não quer dizer que o mesmo esteja buscando um sentido para a história universal. São antes questões antropológicas que podem ajudar na compreensão do que é humano e na precisão das singularidades do homem ocidental e de sua forma de agir histórico.

Em um texto de 1873 *A filosofia na época trágica dos gregos*, Nietzsche deixa claro que estes não foram os precursores da história do mundo, mas os elege como a proveniência do ocidente, pela sua originalidade em, a partir de outras culturas produzirem algo novo e original, construindo assim seu próprio sentido histórico.

Nada é mais tolo do que atribuir aos gregos uma cultura autóctone: pelo contrário, eles sorveram toda a cultura viva de outros povos e, se foram tão longe, é precisamente porque sabiam retomar a lança onde um outro povo a abandonou, para arremessá-la mais longe. (NIETZSCHE v.2, 1991:5).

A partir de outras culturas produzir uma cultura autêntica, eis a originalidade pretendida por Nietzsche para a cultura ocidental, tal é o ponto que permite ao mesmo criticar o excesso de sentido histórico que impede a ação criativa do homem moderno. Esta

é a limitação, niilista vale dizer, da consciência histórica. Nietzsche, assim como Marx, fora um crítico da modernidade, e tal qual este, possuía um projeto para sua época. Sua saída é o agir criativo diante da história, o agir do artista trágico.

Conclusões

Assim, debater a filosofia da história de Nietzsche é buscar respostas e apontamentos para pensar a consciência histórica da cultura ocidental, em uma tentativa de elucidar as formas e princípios que orientam nosso agir histórico.

Claro está que não é possível responder a todas as perguntas e nem deixar claro todos os caminhos que são propostos. Este trabalho teve como princípio norteador a intenção de contribuir para o debate sobre filosofia da história, assim como pensar tal temática a partir de um filósofo que refletiu profundamente sobre seu tempo, algo que acredito ser de importância fundamental para o trabalho histórico. Ficam aqui indicações para futuras pesquisas que tentarão melhor elaborar pontos inconclusos do presente trabalho.

Referências

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Obras incompletas. Seleção de textos de Gérard Lebrun; Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho; posfácio de Antônio Cândido. 5 Edição: 2 volumes. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores)

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Sabedoria para depois de amanhã. Seleção dos fragmentos póstumos por Heinz Friedrich; Tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Tópicos)

ARALDI, Clademir Luís. Nietzsche e o romantismo alemão. Revista *Dissertatio*, Pelotas, edição comemorativa (19-20), 2007, p. 235-254.

CASA NOVA, Marco Antônio. Interpretação enquanto princípio de constituição do mundo. *Cadernos Nietzsche* 10, 2001, p.27-47.

DELEUZE, Gilles. Nietzsche e a filosofia. 1ª edição brasileira. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HEIDEGGER, Martin. Nietzsche. 2 volumes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

MACHADO, Roberto. O nascimento do trágico: de Schiller a Nietzsche. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

_____. Nietzsche e a verdade. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

MARTON, Scarlett. Nietzsche: das forças cósmicas aos valores humanos. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ONATE, Alberto Marcos. Entre *eu* e *si*, ou a questão do humano na filosofia de Nietzsche. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história, fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Reconstrução do passado: teoria da historia II : os princípios da pesquisa histórica.* Brasília: UnB, 2007.

WALSH, William Henry. *Introdução à filosofia da história.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WHITE, Hayden. Nietzsche: a defesa poética da história no modo metafórico. In: *Meta-História: a Imaginação Histórica do Século XIX.* São Paulo: Edusp.1995, p. 339-382.

Literatura e Política: discursos e projetos de integração nacional

George Leonardo Seabra Coelho¹

A avaliação dos debates referentes às questões relacionadas a expansão e ocupação do território – entendida aqui como expansão da fronteira – pode nos auxiliar no entendimento sobre o sentido dado à esse assunto na Literatura pós-22 e nos projetos políticos que visavam acelerar a ocupação dos espaços vazios no interior do Brasil. Para dar início à análise sobre esse assunto, em um primeiro momento definiremos certos pressupostos que estão presentes em algumas obras de Cassiano Ricardo e Sérgio Buarque de Holanda.

Já em seu primeiro livro *Holanda – Raízes do Brasil* – defende o pressuposto de que para se entender os precedentes históricos da sociedade brasileira, o importante é partir da análise da implantação da cultura européia em outro território. Implantação realizada em um extenso território que oferecia condições geográficas e culturais completamente estranhas às conhecidas no velho continente. Esse é um dos fatores dominante para a compreensão da origem da sociedade brasileira, isto é, a adaptação das formas de convívio, das instituições, das idéias, etc, de um povo em outra realidade geográfica. Heranças, considerada pelo autor, de uma nação já formada em uma “zona fronteira, de transição, menos carregada, em alguns casos, desse europeísmo” (HOLLANDA: 1956, p. 16). Contudo, após o processo de adaptação da cultura ibérica nos trópicos, se desenvolveu especialmente no Planalto de Piratininga

um movimento novo de nossa história nacional... A expansão dos *pioneers* paulistas não tinha suas raízes de outro lado do oceano... esses audaciosos caçadores de índios, farejadores e exploradores de riquezas, foram, antes do mais, puros aventureiros – só quando as circunstâncias o favoreceram é que se faziam colonos... antes do descobrimento das minas, não realizaram obra colonizadora, salvo esporadicamente (Idem: p. 137)

Como vemos, o autor atribui ao processo de adaptação da sociedade portuguesa em outro território como o fator de maior relevância para se entender a formação de uma nova sociedade, e mais, localiza espacialmente onde essa sociedade inaugura o foco de origem da renovação na história brasileira. No entanto, o que impulsionou as aventuras bandeirantes não teve origem em Portugal, e sim na formação de uma sociedade fruto do processo de adaptação portuguesa. O marco desse movimento, no ponto de vista de Holanda, foram as Bandeiras,

¹ Universidade Federal de Goiás. Mestrando em História.

movimento que expressa uma das principais características dos paulistas, ou seja, o espírito aventureiro inerente aos habitantes do Planalto de Piratininga.

Os *pioneers* paulistas, na visão de Holanda, eram audaciosos caçadores de índios e exploradores de riquezas, essas são as qualidades que compunham o tipo ideal do aventureiro. Seguindo essa descrição, na maioria dos casos tais aspectos eram predominantes, mas quando as circunstâncias eram favoráveis se tornavam colonos. Uma dessas possibilidades era após o descobrimento das minas. Dando continuidade a essa perspectiva podemos avaliar que, no ponto de vista do autor, existiam dois momentos na ação destes personagens na expansão rumo ao Oeste: um momento puramente explorador, no qual a intenção principal das Bandeiras era a busca de metais preciosos e a captura do nativo; e outro, no qual se inicia a obra colonizadora nas localidades próxima as regiões ricas em metais preciosos.

Ao propor uma explicação sobre a influência da colonização portuguesa no processo de formação da sociedade brasileira e conseqüentemente na ocupação do território, Cassiano Ricardo (1970) em seu ensaio *Marcha para Oeste* destaca o repúdio que o português tinha ao sertão em razão de sua incapacidade de sertanejar preferindo manter o projeto colonizador apenas no litoral. Devido a dificuldade de adaptação às circunstâncias oferecidas pelo meio, somente os habitantes do Planalto de Piratininga estavam preparados para vencer as dificuldades oferecidas pelo sertão. Esse “ajustamento” possibilitou o sucesso da empreitada bandeirante, pois o lusitano por si só era incapaz de adentrar o território: por um lado, o tratado com a Espanha impedia um movimento além da linha divisória entre as duas Coroas; e por outro lado, pela dificuldade de se adequar rapidamente às dificuldades oferecidas pelo meio. Seguindo esse raciocínio, o português além da impossibilidade de sertanejar, tinha uma política antibandeirante em relação às incursões paulistas no interior do território. De forma romântica e expressando o viés nacionalista típico de sua obra, o ensaísta conclui que os habitantes de Piratininga “sobrelevam o plano de expansão portuguesa” em terras americanas.

Juntamente com proposta de avaliar a origem da sociedade brasileira, isto é, partindo do processo de adaptação da cultura portuguesa em outra realidade geográfica, Holanda (1956) faz algumas considerações sobre a ocupação do território, em particular no Planalto de Piratininga, região onde se iniciou a expansão do território rumo ao Oeste. Em todo caso, segundo o autor, no início da colonização a empresa portuguesa se deparou com uma situação peculiar, isto é, a “abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas” (HOLLANDA: 1956, p. 42). Essa situação “fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a

verdadeira unidade de produção” (HOLLANDA: 1956, p. 42). Nestas condições se formou “uma civilização de raízes rurais” de modo que “as cidades são virtualmente, senão de fato, simples dependência delas” (Idem, p. 87). Ao considerar a forma como foi organizada a produção rural, o autor entende que no Brasil, mas principalmente na região de Piratininga,

a estabilidade dos domínios agrários sempre dependeu diretamente e unicamente da produtividade natural dos solos... o desperdício das áreas de lavoura determinou com freqüência deslocamentos dos núcleos de povoamento rural e formação, dispersos e mal apegados a terra (Idem, p. 115).

Seguindo essa perspectiva, o autor esclarece que os portugueses não possibilitaram “a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados” (Idem, p. 126) e em certo sentido, essa forma de organização do território possibilitou a formação do tipo social próprio do Planalto de Piratininga, o principal responsável pela “dilatação das fronteiras e ao aproveitamento de nosso território” (HOLLANDA: 1975, p. 160). Com essas palavras podemos perceber de que forma o autor observa – em alguns aspectos – como a adaptação da sociedade portuguesa interferiu na estruturação econômica do território, e como essa mesma conjuntura econômica possibilitou a formação de um tipo social específico na colônia. Nesse sentido, a má utilização do solo pela propriedade rural e o desapego à terra característico dessa população, segundo Holanda, compõem o quadro da expansão da fronteira na história brasileira.

Também ocorre a avaliação do processo de ocupação do território nos escritos de Ricardo. Segundo o ensaísta, o engenho impõe a primeira grande divisão social no Brasil. Uma realidade social que possibilitou o nascimento da sociedade típica do litoral do nordeste brasileiro: o latifúndio. Como fruto do crescimento dos engenhos, o ensaísta avalia que no Nordeste ocorreram alguns movimentos de alargamento da fronteira, no entanto, “as ‘entradas’ baianas se ligam mais a conquista de latifúndio do que à de ouro” (RICARDO: 1970, p.23). Outra região também colaborou com esse alargamento, no Sul, os “criadores de gado com suas grandes propriedades desempenhando importante papel em nossa expansão territorial” (Idem, p.29). Dois momentos que compõem a dilatação territorial, que no entender de Ricardo, não servem de base para se compreender a formação de uma nova sociedade que se constituiu junto à expansão da fronteira em direção ao extremo Oeste.

O foco de irradiação é outro, a arremetida dos habitantes de Piratininga para o interior é o verdadeiro episódio que dá início à História brasileira. Assim, quando “entra no sertão a

primeira bandeira cessa a história de Portugal e começa a do Brasil” (Idem, p.37). O autor procura defender seu argumento ao justificar que realiza uma análise do “fenômeno social que foi a bandeira, ou da bandeira em seu processo sociológico de expansão para o Oeste” (Idem, p.28). Ao se lançar a este desafio, destaca a importância de dar uma explicação ao “encontro de dois estágios de cultura diferente, um choque violento de culturas” (Idem, p.8) para se entender o processo de expansão em direção ao Oeste e consecutivamente dar uma explicação para a sociedade brasileira de seu tempo.

Ambos os autores concordam com a adaptação de uma sociedade ao meio, dando destaque não à adaptação do português, mas a sociedade fruto desse processo: o habitante de Piratininga. Eles também concordam na defesa de que a empresa portuguesa não conseguiria tal expansão territorial sozinha, contudo, a expansão da fronteira foi produto, obra e iniciativa dos habitantes de Piratininga, um empreendimento que deriva das necessidades desses habitantes. No entanto, eles discordam quanto a uma suposta divisão entre a História de Portugal no Brasil e uma História do Brasil inaugurada com o movimento bandeirante. Holanda coloca esse marco apenas como uma renovação da história brasileira, já Ricardo aponta esse momento como a ruptura entre a História de Portugal e a História do Brasil.

Holanda considera que o caráter rural da sociedade instaurada no Brasil é uma marca profunda da implantação da cultura portuguesa em um vasto território. A incorporação crescente de novas terras é o resultado imediato da estrutura produtiva instalada aqui. Esse processo formou o tipo aventureiro, o principal responsável pela expansão da fronteira em direção ao Oeste. Podemos perceber que a adaptação ao meio, na concepção do historiador não é puramente relacionada ao clima, vegetação ou ao relevo, mas é avaliada em relação à forma como se estruturou produtivamente essa sociedade. No que concerne a avaliação sobre a estrutura produtiva, Ricardo também propõe a oposição entre o latifúndio do nordeste e do Sul, e a pequena propriedade na região de Piratininga, colocando a segunda como unidade produtiva responsável pelo ímpeto empreendedor do paulista.

Ao lado da facilidade de adaptação à realidade do sertão, a “necessidade de remédio para a pobreza do Planalto” (RICARDO: 1970, p. 30) é outro elemento que orientou a arremetida rumo ao Oeste. No entanto, o objetivo do ouro e do cativo não bastariam, por si só, para caracterizar e explicar o movimento bandeirante. Ricardo chama a atenção para outro ponto, segundo o ensaísta “os mitos de fundo econômico... é que antecedem, estreitamente

aqueles dois ciclos, e sobrevivem como uma ‘constante’ do bandeirantismo durante nada menos de três séculos” (p.28).

De acordo com as palavras do ensaísta, além de procurar remédio para a pobreza do planalto, ou seja, ouro e índio, as bandeiras também foram impulsionadas pelos mitos de fundo econômico. Esse é um dos pressupostos de Ricardo para se compreender o elemento que impulsionou as Bandeiras, ou seja, se não fossem os mitos que trouxessem esperança de encontrar ouro, não haveria motivos que encorajassem os indivíduos na aventura das Bandeiras. O escritor já destacava esse pressuposto no prefácio da 12ª segunda edição do *Martin Cererê*, pois “os gigantes haviam calçado as suas botas sete-léguas e levaram no coração duas forças terríveis: a ambição e o maravilhoso... Arrastavam-nos mato adentro os mitos resplandecentes: a serra das esmeraldas, a serra de ouro, a serra de prata” (p.5). Na concepção de Holanda a expansão para Oeste realizada pelas Bandeiras teve um impulso puramente explorador: índios, ouro e terras. Mesmo discordando quanto ao impulso que influenciou as Bandeiras, ambos os autores destacam os bandeirantes como os primeiros e principais fomentadores na incorporação de novas terras e na construção de uma sociedade nova.

Além da facilidade de adaptação ao meio, outros fatores também favoreceram o sucesso das Bandeiras na concepção de Holanda, pois mais “de uma proeza dos bandeirantes explica-se graças a esse talento particular” (HOLLANDA: 1975 p.15), isto é, a adaptação a técnicas do gentio. Segundo o historiador, ao propor uma

análise histórica das influências que podem transformar os modos de vida de uma sociedade é preciso nunca perder de vista a presença, no interior do corpo social, de fatores que ajudam a admitir ou rejeitar a instrução de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhos à herança de cultura (Idem, p. 63).

O resultado dessa experiência já foi apontado acima, ou seja, em um primeiro momento a implantação da sociedade portuguesa em um vasto território, e em seguida, como fruto, a formação do tipo social característico de Piratininga. O autor propõe outra etapa dessa adaptação, ou melhor, ao lado da adaptação ao meio – visto que esse mesmo meio oferece as possibilidades de se estruturar uma sociedade sob um sistema produtivo basicamente rural – a constituição de um tipo social típico do planalto de Piratininga ganha destaque. Desta forma, a adaptação às técnicas e os costumes indígenas desponta como elemento chave para se entender o sucesso das incursões no interior. Um exemplo deste contato é a utilização dos

caminhos, pois a “prática inventada pelo gentio de marcar os caminhos” (Idem, p. 17) foi de grande valia para a orientação desses homens. As monções também fazem parte da história das Bandeiras e passam a constituir, de certo modo, o seu prolongamento, pois no ponto de vista do historiador, onde a marcha a pé por esses caminhos se tornou impossível, a navegação veio resolver o problema. Seguindo esse raciocínio, para o sertanista branco ou mameluco, “o incipiente sistema de viação que aqui encontrou foi um auxiliar, tão prestimoso e necessário quanto o fora para o indígena” (HOLLANDA: 1975 p.15). O autor conclui que esses são alguns dos aspectos da

influência indígena... Influência que viria animar, senão tornar possível as grandes empresas bandeirantes... a marca do chamado selvagem, da raça conquistada... elemento fecundo e positivo, capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o invasor e a nova terra. O retrocesso as condições mais primitivas, a cada novo contato com a selva e com o ambiente da selva, é uma etapa necessária nesse feliz processo de aclimatação (Idem, p. 18).

Neste trecho encontramos uma avaliação positiva das trocas culturais entre o indígena e o branco para o sucesso das Bandeiras. Neste recorte também podemos perceber como o autor inicia a explicação que destaca como o elemento portador da civilização – o bandeirante – retrocede às condições mais primitivas – do índio – para realizar a conquista do território. Não seria exagero relacionar o fato de que a adaptação às técnicas do gentio já seria uma contribuição de “retrocesso” as situações oferecidas pelas condições do sertão.

No intuito de definir as razões que possibilitaram o sucesso das Bandeiras, Ricardo (1970) se dá ao trabalho de destacar as trocas culturais ocorridas durante as incursões no interior do território. A partir daí, o autor propõe avaliações que destacam o papel do indígena não apenas para o sucesso da empreitada, mas para a formação de outro povo. As considerações sobre as trocas culturais entre o branco e o índio são de grande importância para explicar a Bandeira, pois na concepção do ensaísta, sem “o grupo móvel que fosse buscar esmeralda ou ‘remédio’ para a sua inquietação, não teria havido bandeira, social e historicamente” (p.21). Neste sentido, o que explica a Bandeira em termos históricos e sociais é a síntese entre o espírito aventureiro do habitante de Piratininga que em “contato com o selvagem... o bandeirante adquire uma enorme capacidade de ‘regressão ao primitivo” (p.21) e a facilidade do gentio em se orientar no território.

Nesta fusão o grupo “precisou desenvolver novos valores, usos e costumes, padrões de comportamento, pra manter a unidade em plena selva” (p.29). No que concerne a adaptação às

técnicas desempenhadas pelos habitantes de Piratininga durante a arremetida rumo ao Oeste, assim como Holanda, Ricardo também defende que é a capacidade “em regressar ao primitivo o mais que pode; em adotar os padrões culturais indígenas; em se mestiçar com o aborígene” (p.270). O sertão envolve ao seu modo, o desenvolvimento do grupo, ou melhor, ao lado do bandeirante e do índio, o sertão também figura como personagem neste episódio de formação da sociedade brasileira.

Holanda avalia alguns elementos que fizeram parte do processo de expansão do território nacional – aqui entendida como expansão da fronteira – produzido pelas bandeiras, neste caso a conquista do sertão para a civilização foi realizada por determinados tipos que tem características específicas: o tipo de aventureiro e do trabalhador. Segundo o autor, “não há dúvida que os dois conceitos nos ajudam a situar e a melhor ordenar nosso conhecimento dos homens e dos conjuntos sociais” (HOLLANDA: 1956, p. 36). O aventureiro é um “tipo humano que ignora as fronteiras” (Idem, p.35) e é dele que se origina “o bandeirante devassador do sertão” (HOLLANDA: 1975, p.19). Assim, ele também sempre prestou “bons serviços, desbravando terras incultas, fundando capelas e povoados sertanejos e, sobretudo, dilatando no continente o mundo de língua portuguesa” (Idem, p.145). Nesta perspectiva, esses tipos se confundem na história da ocupação do território brasileiro que não é entendido apenas em questão dilatação espacial, mas também em relação à cultura e à civilização.

Ao lado do branco e do mameluco, outro personagem também faz parte desta empreitada. O índio – na concepção de Holanda exposto em *Caninhos e Fronteiras* (1975) – ofereceu suas potencialidades naturais, sejamos mais claros, nas primeiras incursões ao interior do território, a capacidade de orientação do gentio foi “mestre e colaborador inaugural nas entradas” (p.15). Neste conjunto, sua “tendência espontânea para a atividade menos sedentária” (Idem, p. 43) foi de grande valia o avanço das Bandeiras e a conquista do Oeste para a civilização. E ao dar importância a essas características – a propensão para as atividades menos sedentárias e a capacidade de orientação – Holanda situa como o nativo teve um importante papel na conquista do Oeste. No sentido de sustentar esse argumento, o autor lembra que mesmo antes das grandes Bandeiras os “pioneiros brancos que especialmente nas terras de Piratininga, tiveram de imitar seus hábitos para resistir a hostilidade do meio” (Idem, p. 37).

Na visão de Ricardo, para compor o quadro de análise pautado na virtude de adaptação dos habitantes de Piratininga, encontramos argumentos que defendem que o tipo que mais

contribuiu para a marcha rumo ao Oeste foi o de maior mobilidade geográfica. A mobilidade social, biológica e geográfica é a base para o entendimento do sucesso das bandeiras. No entanto, se a bandeira “era indígena no movimento, também levaria o material humano para a sua fixação, o negro” (p.19), isto é, na visão do ensaísta a Bandeira começa mameluca e indígena, na fase das descobertas e termina africana, na fase de mineração. O “negro, ao lado do índio, ajudou o branco a modelar ‘o retrato verde-físico’ do Brasil” (p.284), ou melhor, na necessidade de iniciar a defesa de sua tese de democracia biológica, Ricardo exalta que na “marcha para Oeste vão todas as raças” (p.284) rumo à formação de uma nova sociedade. Esse é um dos pressupostos que o ensaísta utiliza para configurar sua tese de democracia biológica, um plano onde cada tipo racial – negro, índio e branco – exerce seu papel biológico na organização social do grupo. Ao analisar as “relações de obrigação” para investigar a organização social do grupo terra adentro e como eram distribuídos os papéis, Ricardo é bem claro ao esclarecer a divisão dos papéis nessa democracia biológica: enquanto comando, o branco; enquanto movimento, o índio; e enquanto pouso o negro.

Na concepção de Holanda referente a organização do grupo terra intra-terra, o autor considera que com frequência as relações dos escravos das minas e plantações “com os donos oscilavam da situação de dependência para a de protegido, e até de solidário afim” (HOLANDA: 1956, p. 55). Esta relação acabou “agindo como dissolvente de qualquer idéia de separação de casta ou raças, de qualquer disciplina fundada em tal separação” (Idem, p.55). O autor considera que, foi “em parte, graças a esse processo que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova” (Idem, p. 76), apresentando uma “relativa inconsistência do preconceito de raça e de cor” (Idem, p. 273). Fica claro como o autor define mais um elemento para entender o processo de formação da sociedade brasileira, ou seja, ao lado da implantação da sociedade portuguesa em outro território e a constituição do tipo social próprio do Planalto de Piratininga, Holanda complementa sua análise avaliando o processo de miscigenação entre as três raças formadoras da nação brasileira.

Na composição do grupo formado no interior, Ricardo dá destaque ao perfil do branco ou mameluco no comando. Tal avaliação oscila entre o herói e o bandido. O herói nessa perspectiva “por mais rutilante que seja, pressupõe um tipo social. Este tipo social pressupõe um meio geográfico, étnico e econômico que lhe dá origem” (p.29). E nessas circunstâncias, para “ser herói... o herói é obrigado a ser bandido” (p. 274), ou seja, expor “o bandido que há no herói” (p.274). Esse tema também é ressaltado em seu mais famoso poema

romântico-nacionalista Martim Cererê. O trecho abaixo nos diz muito sobre como esse embate – isto é a idéia de que o mesmo agente civilizador é herói e bandido ao mesmo tempo – participou da formação de um outro povo. Esses homens são: “Heróis geográficos coloridos que irão cruzar o chão da América inculta ainda oculta, em todos os sentidos” (Raça Cósmica: p.56). Esses papéis são representados nesse meio geográfico, nesse palco denominado sertão, local a ser conquistado e incorporado à civilização. Acreditamos que esse local predestinado – na visão do poeta – acabou sendo incorporado à civilização no aspecto de fronteira.

Nessa perspectiva, Ricardo definiu em seu ensaio que o “bandeirante já é ‘fronteiro’, ele leva a fronteira consigo (moving frontier)” (p.575) ele é o nosso *frontiers-men*. Fica clara a afirmação de que é nesse espaço “que todo ‘fronteiro’, todo conquistador é sempre herói por um lado e bandido pelo outro... não iria fugir a esta incoercível dialética... se triunfa é herói, se perde, é bandido” (p.274). Em Martim Cererê, a relação entre o herói e o bandido desenrolada na fronteira também é “cantada”, nesta realidade todo fronteiro será “herói e bandido ao mesmo tempo, quando chegares à fronteira; herói para o lado de cá, bandido para o lado de lá” (Caminho, o fronteiro: p.77). Concordando com Ferreira (1970) neste dilema entre o herói e o bandido, Ricardo completa seu tema nas duas obras, isto é, um tema iniciado em Martim Cererê e se completa em Marcha para Oeste, e vice e versa, já que entre a década de 1920 e 1970 ambas as obras foram reeditas e acrescidas de novos trechos.

“Pois quem caminha e leva uma fronteira
nos próprios pés caminha dividido;
de um lado é herói, do outro é bandido” (Ultimo gigante p.125)

Definindo o “bandeirante como agente da civilização” (p.487) Ricardo seguindo seu viés romântico-nacionalista afirma que já nas primeiras Bandeiras esses agentes “trabalhavam pela unidade nacional, que é o sentido vivo da nossa história” (p.489), ou seja, a integração de outras terras e a unificação territorial é uma das metas principais da nação. Argumentos que expressam a visão romântico-nacionalista comum à década de 1930 e 1940 e ao dar continuidade à sua avaliação sobre a ação dos bandeirantes, o autor destaca o fato de que é na incorporação de novas terras e na sua conseqüente unificação territorial que se deve encontrar o sentido da História Nacional. De acordo com o ponto de vista do ensaísta, nas questões relacionadas à expansão do território se pode encontrar o principal vetor para a compreensão da sociedade brasileira, assim como dos problemas enfrentados pelo Brasil no presente.

Ambos os autores, além de levantar problemas sobre a adaptação ao meio, também abordam a adaptação aos costumes, principalmente no que concerne às técnicas do gentio. Em relação à posição do branco e do índio na organização da Bandeira defendem argumentos semelhantes: o branco é posto como agente civilizador que regride a condições primitivas para conseguir “domar” o território e o nativo; o índio surge como elemento biológico que tem como característica mais marcante a facilidade de locomoção e orientação no território; o negro detém um papel secundário na expansão para o Oeste, pois sua colaboração somente ganha destaque em momentos de fixação. O espaço onde esse processo se desdobra também aparece como personagem, muitas vezes o interior/Oeste/sertão é posto como região hostil e primitiva, que foi conquistada com a habilidade do agente civilizador, habilidade esta de regressão a situações primitivas. Por outro lado esse mesmo interior também é visto como possibilidade. Essa prerrogativa se mantém atual – isso em meados do século XX – quando os autores realizam colocações sobre a importância do interior para a sociedade brasileira. É marcante a afirmação de que ele deve ser definitivamente incorporado para a civilização, pois somente assim se tornaria uma região que pudesse trazer benefício para o desenvolvimento do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- FERREIRA, Jerusa Pires. *Noticias de Martim Cererê de Cassiano Ricardo*. Editora Quatro Artes: São Paulo, 1970.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1936. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- _____. 1957. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1957.
- RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social do Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1970.
- _____. *Martim Cererê*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

Cultura historiográfica e Cultura histórica: conceitos antagônicos ou complementares?

George Silva do Nascimento*

Resumo: A cultura é uma palavra-chave que vem ocupando um papel central dentro das discussões teórico-metodológicas do conhecimento histórico. Conceitos como *cultura política* ou *cultura historiográfica*, bem como *cultura histórica* são constantemente abordados, principalmente na busca de serem pensados de um modo distinto dos que se tornaram tradicionais neste campo de saber. A cultura política não busca mais destacar ou enaltecer os feitos de determinados personagens sociais e sim compreender como estes, agora sem uma distinção hierárquica, construíram e deram um significado político à sociedade; a cultura historiográfica ao invés de buscar descrever o tipo de história produzida pelos historiadores no tempo se encarrega de analisar a forma desta escrita no tempo, quais as suas implicações teóricas e metodológicas e suas perspectivas orientadoras do futuro pelo passado bem como a cultura histórica pretende entender como diversos grupos sociais, e não só os historiadores, lidam e fazem uso do passado. Contudo estes dois últimos conceitos acabam nos levando a pensar na existência de um antagonismo na medida em que a cultura histórica nos traz a idéia de uma independência de produção de sentidos do passado em relação à cultura historiográfica, nosso intuito é poder demonstrar que não há uma independência tão segura assim entre ambos.

Palavras-chave: Cultura, Cultura Historiográfica e Cultura Histórica

A palavra *cultura* sofre, digamos, de um aspecto que alguns vocábulos como *ser*, *tempo* e *espaço* possuem desde o momento em que passaram a ser pensados, não apenas designados, contudo não é um traço que traz prejuízos. No campo das ciências humanas estas questões são extremamente frutíferas. Se o século XIX foi o tempo em que estas últimas palavras passaram a ser utilizadas enquanto forma de pensamento, abstratamente, isto não deixou de ocorrer com a primeira mencionada. Realizando uma semântica histórica da palavra Williams (2007) e Eagleton (2005) esclarecem que *cultura* estava sempre relacionada a uma atividade, a um processo e que apenas no início do século XIX passou a ser uma entidade, um conceito:

“Cultura” denotava de início um processo completamente material, que foi metaforicamente transferido para questões do espírito. A palavra, assim, mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavrar o solo à divisão do átomo (EAGLETON, 2005: 10).

* Aluno do PPGH da UFPB, que possui área de concentração em História e Cultura Histórica, desenvolvendo estudo sobre intelectuais paraibanos que produziram a história local na linha de pesquisa Ensino de História e Saberes Históricos.

De cultivar a terra a cultivar a mente. Assim transitou o significado da palavra. E como os conceitos não são eternos nem absolutos assim continuarão a se modificar, corroborados, renovados ou negados. Portanto, encarar as possibilidades de sentidos e não de um sentido é um fator primordial quando nos referimos a algo que busca explicar uma infinidade de processos, materiais e simbólicos, a partir apenas de um vocábulo. Fazemos o esforço então de trazer esta implicação para o nosso campo de conhecimento. *Cultura* nunca esteve tão presente no espaço da *história* como nos últimos anos.

Talvez esta afirmação possa parecer presunçosa demais sem uma base documental e numérica cabal para demonstramos isso, mas pensemos no quanto a dita História Cultural passou a ter voz dentro dos estudos históricos principalmente por tentar construir uma história que procura pensar as práticas e as representações humanas como forças que se perpassam ao encarar a cultura de um modo diferente daquele em que se pensava sobre este conceito, não mais voltada ao estudo das formas de pensamento, de uma história intelectual, mas “de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2005:15) ou então as tantas expressões analíticas, ou conceitos, categorias analíticas ou formas de abordagem, como queiram, que despontam e que ressurgem com outra face como *cultura histórica*, *cultura historiográfica* e *cultura política*.

Percebemos nessa pluralização da cultura ou do aspecto cultural dentro do campo da história uma via de mão dupla. De um lado a tentativa de não restringir a história, enquanto prática e conhecimento apenas ao ser historiador. Do outro, construir a história enquanto um conhecimento prático, uma ferramenta de ação e de intervenção. A repetição de determinadas palavras é proposital. Explicaremos a seguir.

Williams (2007) nos revela o quanto em menos de um quarto de século – após a segunda guerra mundial – ouvira a palavra cultura mudar de significado

Eu a ouvira anteriormente em dois sentidos: primeiro em lugares insignificantes, salões de chá e locais similares, onde parecia ser a palavra preferida para marcar um tipo de superioridade social, não em termos de idéias ou de erudição, e não somente em termos de dinheiro ou de posição, mas em uma área muito mais intangível, relacionada com o comportamento; [...] O que ouvia agora eram dois sentidos diferentes, que realmente não conseguia entender com clareza: primeiro, no estudo da literatura, usava-se a palavra para indicar, vigorosamente mas não explicitamente, uma forma central de valores [...]; segundo, em discussões mais gerais, mas com o que me parecia ser implicações muito diferentes, fazia-se o uso dela que a tornava quase

equivalente a *sociedade*: um *modo de vida* específico – “cultura norte-americana”, “cultura japonesa” (WILLIAMS, 2005: 28-29).

Veem-se assim um dos vieses ao qual a palavra cultura foi apropriada, principalmente num momento onde as afirmações e construções sobre as identidades territoriais e políticas se tornaram tão exacerbadas além do recrudescimento das práticas xenofóbicas na Europa presentemente revividas a partir da repetição e da reelaboração dos discursos nacionalistas (GEARY, 2005).

Reportar isso para o nosso interesse como historiadores é tentar perceber o quanto, embora não seja o principal condicionante, as implicações do presente fervilham a mente do historiador e o faz ao mesmo tempo em que se pergunta sobre elas construir o seu conhecimento (BLOCH, 2001). Já se passou o tempo em que a história era um acúmulo de datas e de nomes num relato onde o tempo seguia uma trajetória ininterrupta. Temos essa convicção não por fruto do acaso, mas porque o historiador passou a questionar e tentar compreender como o saber que ele constrói é produzido e qual a utilidade do mesmo, o que se tornou extremamente pertinente e impossível de se desvencilhar a partir dos questionamentos nos anos de 1970, por exemplo, de de Certeau (2007) e Veyne (1998).

A historiografia durante um bom tempo encarregou-se dessa tarefa e não é que a tenha deixado. Todavia uma expressão se apresenta no intuito de contribuir de forma nova ao campo da historiografia, que é *cultura historiográfica*. Para esta não basta apenas relacionar os nomes aos tempos e aos tipos de história escritas, ou seja, sendo bem mais simples, não é suficiente se fazer uma história de como a ciência histórica vem sendo produzida desde os seus primórdios descrevendo somente os tipos de narrativas utilizadas. É esta uma das críticas que pesa sobre a historiografia. Sendo assim a cultura historiográfica se esforça em produzir “uma leitura das formas de representação teórica do passado [...], dos seus aspectos socioculturais, de suas instituições, formais ou não, e de suas estruturas de pensamento” (DIEHL, 1998: 11) construídas pelos produtores diretos deste conhecimento.

A Cultura Historiográfica faz justamente uma interseção entre dois conceitos para compreender o porquê do histórico nas sociedades, ou seja, de que forma o passado é utilizado em determinado tempo e espaço, que significados tem o passado, quais os interesse políticos e culturais e seus projetos de futuro, quais os métodos de pesquisa e de construção discursiva desses aspectos que levam a formação de um conhecimento específico: a história.

Porém, segundo Diehl (2002), as narrativas históricas possuíam “um sentido original” no que diz respeito à forma como a história servia de papel essencial para a construção de identidades políticas e sociais, do seu posicionamento crítico perante a sociedade, sentido este perdido na medida em que a diversidade cultural, étnica, entre outras, toma conta do cenário teórico e objetivo das ciências sociais:

A consciência de uma perda irreparável, promovida pela mudança paradigmática nas formas de produção do conhecimento, gerou o afastamento das histórias estruturais. Em seu lugar crescem as histórias culturais. Já não são mais os modelos conceituais teóricos, aqueles capazes de dar conta da combinação explicativa, mas a memória como fonte passa agora a assumir importância (DIEHL, 2002: 14).

Para exemplificar melhor o posicionamento do autor em discussão acrescentamos que ele compreende “por cultura historiográfica todas as formas de representação do passado. É um conceito mais abrangente do que a historiografia, exatamente para poder dar conta das diferentes áreas das ciências humanas” (DIEHL, 2002: 206). Surgem nestes excertos duas questões a serem ressaltadas. A primeira no que diz respeito ao crédito dado à memória e a forma como o tempo é operado e percebido por ela em detrimento às explicações estruturais, e a segunda, ao abranger as representações do passado elaboradas pelas outras ciências humanas que também lidam com o tempo histórico, de uma forma secundária ou como subsídio para as suas interpretações.

Surge aqui o ponto crucial de nossa discussão.

Embora busque uma ampliação e dispersão da percepção e da representação histórica, a cultura historiográfica, de acordo com os exemplos dados, ainda restringe a produção deste conhecimento aos profissionais institucionalizados, àqueles que possuem um instrumental teórico e metodológico capaz de elaborar estas interpretações.

Contudo a categoria *cultura histórica* pretende dar uma nova contribuição aos usos do passado pelas sociedades. De acordo com Le Goff (2003):

A história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica, ou melhor, a mentalidade histórica de uma época. Um estudo dos manuais escolares de história é um aspecto privilegiado [...] (LE GOFF, idem: 48).

Surge assim um dos esforços recentes da conceituação de cultura histórica, que para Le Goff ultrapassa as academias e vai ao encontro das mentalidades, das formas como o passado é pensado vendo nos compêndios escolares o exemplo mais claro de divulgação deste raciocínio. Porém, Flores (2007) critica esta interpretação, pois divisa nessa definição um equívoco epistemológico na medida em que Le Goff confunde cultura histórica com mentalidade histórica, porque entende

[...] por cultura histórica os enraizamentos do *pensar historicamente* que estão aquém e além do campo da historiografia e do campo historiográfico. **Trata-se da intersecção entre a história científica**, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, **e a história sem historiadores**, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difusos através de impressos, audiovisuais e orais (FLORES, 2007: 95) ¹.

A categoria mentalidade fornece uma noção, digamos, unívoca, homogênea ao indicar que em determinado momento e espaço as pessoas compartilhavam a mesma forma de pensamento, de idéia sobre o passado. Para Flores isto não é cultura histórica, porque

[...] se realmente existe uma mentalidade histórica, ela prescinde de qualquer sinal de letramento, sendo atributo incontestemente também das sociedades ágrafas e pré-capitalistas. Entretanto uma cultura histórica se evidencia quando as categorias de clérigos, profissionais e leigos tomam para si a cruzada da vulgarização e divulgação do que foi feito no passado, dando-lhe um sentido histórico. Avançamos, pois, no sentido de que a cultura histórica não pode ser uma exclusividade da narrativa dos historiadores, a historiografia. [...] **Trata-se da história sem historiografia, mas que não prescinde do fato de que a narração de qualquer feito tenha, pelo menos, as condições do sentido histórico** ²[...] (FLORES, idem: 96).

As citações são longas, mas auxiliam substancialmente a nossa proposta inicial. Sendo assim partimos para a pergunta: Afinal o que distingue cultura historiográfica de cultura histórica?

É preciso ressaltar que nos próprios exemplos dados encontramos algumas ambiguidades. Para Diehl (2002) a cultura historiográfica seria “todas as formas de representação do passado”, no entanto anos antes diz que cultura historiográfica tem como

¹ Grifos nossos.

² Grifos nossos.

objetivo a análise das “formas de representação teórica do passado” (DIEHL, 1998); para Le Goff (2003) a cultura histórica consiste nas formas de interpretação do passado, seus diferentes usos elaborados não só pelos historiadores. Pensamos que há aqui uma indecisão ou talvez o reconhecimento de que as duas categorias em discussão não são tão opostas assim ou a própria necessidade de um aprofundamento teórico das mesmas. Todavia nos parece que há um cruzamento de idéias entre a memória e a história. Todas duas conservam a sua relação com o passado, mas não são a mesma coisa (CHARTIER, 2009). A memória é uma faculdade humana presente em todas as sociedades e tem suas formas próprias de lidar com o tempo bem como a história, enquanto saber constituído possui os seus próprios métodos analíticos e discursivos sobre o tempo.

Tomemos um exemplo prático. Na pesquisa que estamos desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, procuramos através da escrita de um intelectual paraibano do século XX compreender o tempo e o espaço construídos por sua narrativa. Ao nos defrontarmos com a sua obra, fomos instigados, por intermédio de seus escritos a pensarmos esses dois conceitos enquanto forças motrizes do conhecimento histórico. Falamos de Horácio de Almeida, nome recorrente na historiografia, literatura e política paraibanas.

Formado em Direito pela Faculdade do Recife, colaborou em diversos jornais locais, e escreveu uma obra ampla sobre a história da Paraíba, tendo como exemplo: *Brejo de Areia* (1957) e *História da Paraíba* (1966), além de biografias sobre Pedro Américo e Augusto dos Anjos. Da mesma forma participou efetivamente do IHGP³ e de diversas outras entidades intelectuais na Paraíba e em outros Estados. A sua produção, mais especificamente historiográfica, esteve sempre voltada à construção da história e da identidade do seu lugar de origem. Havia uma preocupação latente em se fazer uma história autenticamente paraibana com acontecimentos e personagens singulares. Contudo, a partir de um exercício hermenêutico, é possível perceber o quanto esta escrita, que pretendia em sua elaboração ser impessoal, revelava as trajetórias e a experiência de vida do próprio autor.

Buscamos assim evidenciar a vida, trajetória intelectual, política, social e conseqüentemente o universo político e cultural nos quais o autor, como sujeito produtor de sentidos a partir de sua escrita emergiu, como também o lugar social deste historiador –

³ Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, fundado em 1903.

porque seguindo critérios narrativos e metodológicos que se equivalem, mas ao mesmo tempo se diferem não o consideramos como um mero memorialista, como também pela questão de que no momento que ele escreveu a maioria de seus textos (no caso as primeiras edições) o lugar onde estes discursos eram recebidos e validados (IHGP) ainda era um local de autoridade no que diz respeito às produções que pretendiam construir a história da Paraíba –, a recepção e a validação destes discursos – espaços agregadores e porque não financiadores desta produção – como também a “operação historiográfica” executada na construção dos discursos; em seguida refletir sobre a forma como as categorias tempo e espaço são tratadas nos discursos em questão.

Compreender os espaços produzidos por esta escrita como lugares de memória do autor, de que maneira estes espaços foram utilizados como materiais singulares ao registro e a monumentalização do passado; qual o processo seletivo e ordenador do que pode ser lembrado e conseqüentemente esquecido por seus construtos discursivos percebendo assim a produção de sentidos presente em cada texto no que diz respeito às duas categorias em questão e com isto mostrar o evidente caráter histórico das mesmas, buscando assim compreender as representações historiográficas sobre os espaços como componentes e produtos de uma Cultura Histórica, ou seja, a forma como o intelectual construiu e metodizou a sua consciência histórica, e porque não a consciência de si mesmo, como através desta escrita – que diz muito mais de si do que de qualquer outro ser – o mesmo pôde dar significados à sua vida a partir das (re) significações estabelecidas com suas relações com os espaços demarcados e vividos em sua trajetória pessoal e intelectual.

Serve-nos como parâmetro o já referencial estudo de Gomes (1996) no qual a autora, através da análise de um suplemento literário de um jornal e de uma seção de uma revista – publicados na década de 1940 que tinham como proposta divulgar para um público amplo a obra de intelectuais que produziram as primeiras interpretações mais significativas e sistematizadas sobre o passado brasileiro – nos revela esta interseção proposta por Flores (2007) entre a *história científica* e a *história sem historiadores*, para alcançarmos a cultura histórica enquanto uma categoria operacional do conhecimento histórico. Os ‘historiadores’ elencados pela autora estão nessa interseção entre um conhecimento que caminha para a sua sistematização, mas que ainda não havia se institucionalizado enquanto disciplina autônoma no Brasil. Ora, mais recentemente a autora em questão diz que:

No que se refere às relações entre cultura histórica e historiografia, o aspecto mais evidente é a amplitude do primeiro conceito, que vai além da historiografia definida como a história dos historiadores, de suas obras e da disciplina. Tal constatação tem como desdobramento importante o fato de assinalar que os historiadores de ofício não detêm o monopólio do processo de constituição e propagação de uma cultura histórica, atuando interativamente com outros agentes que não são homens de seu *métier*. Há, por conseguinte, diferenças evidentes de amplitude e de natureza entre o que se pode considerar cultura histórica e o que se pode entender por conhecimento/saber histórico produzido em uma época, não havendo sincronia necessária entre os dois (GOMES, 2007: 48-49).

Tudo bem. Mas acreditamos que ao encararmos essa independência tão rogada à cultura histórica podemos voltar a confundir os dois conceitos, ou a chegar a um ponto de dizer que toda ou qualquer forma de representação do passado que não emana do discurso dos historiadores seja cultura histórica, ou dar uma importância maior a um em detrimento do outro. Vale ressaltar que não estamos impondo este posicionamento aos autores citados. Mas acaba que chegamos a um impasse, quase uma aporia: então toda relação com o passado é cultura histórica?

Creemos que necessariamente não. Embora a cultura histórica possua a sua autonomia no que diz respeito às formas como diversos meios de comunicação e expressão utilizam o passado ela não pode prescindir ou renunciar um conhecimento histórico elaborado anteriormente. Até porque o que caracteriza o círculo da cultura histórica é justamente a relação entre a produção historiográfica, a sua recepção e divulgação, seja nos seus espaços legitimadores ou na sociedade e as formas como ela lança mão dessas interpretações sobre o tempo que é o objeto dessa produção, pois relembramos Bloch (2001) quando diz que a história é o estudo dos homens no tempo. Não se produz um filme sobre o império romano, ou uma novela sobre o período colonial no Brasil sem antes ir às fontes, ou seja, sem antes consultar aquilo que foi produzido, enquanto historiografia, sobre estes tempos históricos, por mais que nestas atividades os personagens criados nunca tenham existido, por mais que o historiador consultado não concorde com o resultado final. São mundos distintos e independentes, mas não alheios entre si.

Mesmo porque se pensarmos na história enquanto saber instituído isto é fruto do século das ciências, o XIX. A escrita da história não é um processo evolutivo. Desde Heródoto até este marco temporal o que se produzia eram relatos de memória, compilação das

fontes, sem um método crítico de análise. A história enquanto metodologia e interpretação do tempo é um processo contemporâneo (CADIOU, 2007).

Então, terminemos não com uma conclusão, mas um questionamento, que julgamos não ter conseguido esgotar de forma alguma: há uma independência entre ambos os conceitos? Pode existir uma cultura histórica sem uma cultura historiográfica?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CADIOU, François (org.). **Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa**. Tradução de Giselli Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 2000.

CHARTER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

DIEHL, Astor Antônio. **A Cultura Historiográfica Brasileira**. Do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

_____. **Cultura Historiográfica**. Memória, Identidade e Representação. Bauru, Edusc, 2002.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2005.

FLORES, Elio Chaves. Dos Feitos e dos Ditos: História e Cultura Histórica. In: **Saeculum – Revista de História** [16]. DH/PPGH/UFPB: João Pessoa, jan./jun. 2007, pp. 83-102.

GEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. Tradução Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. **Cultura política e cultura histórica no Estado Novo**. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ª ed., Belo Horizonte, Autêntica, 2005. (Coleção história e reflexões, 5).

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-Chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. 2. ed. Brasília, Editora da UnB, 1992.

O niilismo como superação do passado ascético: Nietzsche e a filosofia da história

Geovano Moreira Chaves¹

A história produzida na modernidade caracterizou-se pela estruturação das metanarrativas teleológicas, que propunham uma redenção da humanidade em sua etapa finalista. Muito se discutiu, se publicou, e se fez em favor ou contra estas visões lineares de mundo, muito se questionou a plausibilidade e a pertinência de tais encadeamentos.

No entanto, parece que o futuro da forma como muitos pensadores do século XIX e início do XX conceberam não foram concretizados. As metanarrativas totalizantes, tão peculiares a esta época, parecem cada vez mais perderem o sentido. A argumentação de que não há como mais sustentar teleologias muitas vezes é diretamente relacionada à Nietzsche, principalmente pelos considerados “pós-estruturalistas”, sobretudo ao associá-lo como um dos percussores deste tipo de visão. Entretanto há de se convir que este filósofo apresenta uma visão de passado e, ao seu tempo, niilista, propõe um futuro, mesmo escrevendo que “a última coisa que eu prometeria seria “melhorar” a humanidade” (NIETZSCHE, 1999; 411).

Diante desta questão, nossa argumentação é a de que Nietzsche, mesmo relativizando a verdade e considerando o excesso de consciência histórica prejudicial a “felicidade dos homens”, ainda sim, não entende o niilismo como um imobilismo angustiante diante da existência, e sim como um momento propício a superação dos valores da cultura ocidental, que principalmente por meio de sua moral, converte os “homens fortes em fracos”, anulando ou camuflando sua vontade de potência.

Não seria esta concepção também uma metanarrativa? Nietzsche, considerado como um dos ícones do pensamento que relativizou as teleologias, não teria ele próprio proposto uma visão totalizante e linear de mundo? A compreensão desta questão no nosso entendimento passa pela noção de niilismo em Nietzsche, uma vez que o próprio filósofo concebe o mundo como antes e depois deste fenômeno.

Assim sendo, de acordo com Bernadette Siqueira Abrão, “o niilismo designa um modo de experimentar a existência humana, é um episódio da nossa civilização” (ABRÃO, 1999: 414). Da forma como entende a autora, o niilismo corresponde ao momento histórico em que se desvalorizaram os valores supremos. Nietzsche acreditava que na consciência europeia do final do século XIX já se vivia a “morte de Deus”, porém, o que os europeus não haviam percebido ainda é que a morte de Deus representava a desvalorização dos valores morais. A “morte de Deus”

¹ UFMG, especialista e mestrando em história.

anunciada por Nietzsche trata-se de “apenas um capítulo de uma história bem mais longa: a morte do mundo-verdade, ou seja, o fim do platonismo” (ABRÃO, 1999: 417).

É neste momento do niilismo europeu que B. S. Abrão situa Nietzsche, momento este em que se perdeu toda a ilusão sobre a chance de se estabelecerem verdades definitivas, e é essa consciência que estará na origem do tipo de análise nietzscheana. Segundo a autora, o filósofo entendia que se não há mais um “mundo-verdade”, então o “espírito-livre” saberá que existem apenas diferentes formas de se interpretar, e este seria de fato sua tarefa. A civilização, na análise que a autora faz de Nietzsche, tornou-se apenas mais um texto submetido à análise do filólogo. Nietzsche nos ensina que antes de lamentarmos a morte de nossos ideais, convém perguntar previamente pela importância desses valores, se são um estímulo ou uma barreira para a vida. Nietzsche, ainda no entendimento da autora, acredita que o mal estar surgido de um mundo desprovido de sentidos não é senão o mesmo da decadência originária que exigiu o nascimento do cristianismo. O que ressurgiu agora na leitura de é “a experiência de vida que tinham os “fracos”, despojada apenas da vestimenta ideológica que lhes davam um sentido” (ABRÃO, 1999: 417). O niilista torna-se assim “uma consciência infeliz, pois sabe que o mundo, tal como deveria ser, não existe, e sente que o mundo que existe não deveria ser”. (ABRÃO, 1999: 417).

Na concepção de André Luís Mota Itaparica, o niilismo é, para Nietzsche, antes de tudo, “um processo histórico no qual a interpretação moral fornecida pelo cristianismo, estabelecida como a busca da verdade em oposição ao mundo da aparência e do vir-a-ser imperou”. (ITAPARICA, 2002: 56). Desse modo, o autor constata que o niilismo identifica-se com a história do ocidente, com a filosofia metafísica e com a própria noção de verdade. Da forma como interpreta Nietzsche, o autor entende que esta análise compreende o surgimento da moral como um modo de conservação da vida. “A moral, ao estabelecer um mundo absoluto, verdadeiro, e que serviria de critério para as ações humanas, determinou os valores com que os homens puderam orientar suas vidas diante das vicissitudes da existência...” (ITAPARICA, 2002: 56).

A moral apresenta-se como algo que dá sentido ao mundo e aos atos humanos, evitando que eles caiam na ausência de sentido. Na modernidade, entretanto, com o desenvolvimento técnico e científico, esse quadro se modifica, no entender de André L. M. Itaparica. “A hipótese cristã mais extrema, Deus, não tem mais capacidade de oferecer um sentido para a existência. O homem não mais encontra nos valores cristãos o sentido para o seu sofrimento e, assim, deixa de determinar metas para a existência” (ITAPARICA, 2002: 56-57). Daí, na ótica do autor, Nietzsche entende que o aparecimento do niilismo se deu não porque o desprazer da existência fosse maior do que antes, mas sim porque em geral se desconfia de que haja um “sentido” na desgraça, assim como na própria

existência (ITAPARICA, 2002: 57). Esse acontecimento, que para Nietzsche significa a “morte de Deus”, é uma marca da modernidade e ponto crucial na história do niilismo. A perda da noção de Deus, na explicação dos fenômenos, significa a perda daquele referencial que orientava a vida dos homens e, portanto, “a produção de um vácuo, uma intensificação do niilismo”. (ITAPARICA, 2002: 57).

O niilismo, como forma global da história do ocidente, é um fenômeno ambíguo. A moral foi, ainda segundo André L. M. Itaparica, ao mesmo tempo produto e elemento retardador do niilismo. Pode-se ver assim que o niilismo comporta diversos matizes que estabelecerão a sua dinâmica, e Nietzsche identifica duas formas de niilismo: “de um lado, há o niilismo passivo, signo de impotência, fraqueza, doença; de outro, o niilismo ativo, signo de potência, força e saúde.” (ITAPARICA, 2002: 57). Essas duas formas de niilismo terão duas formas de interpretar a falta de sentido da existência, ocasionadas pela “morte de Deus”.

“O niilista passivo, não mais tendo como justificar o sofrimento, ambicionará a negação da vida. O niilista ativo, ao contrário, partirá do impulso moral de buscar a verdade como meio de ultrapassar o niilismo. Sua vontade de verdade atingirá o ponto de questionar a própria noção de verdade, mostrando que a moral que sustentava tal vontade, até então, estabelecera-se na mentira de postular a existência de um mundo verdadeiro”. (ITAPARICA, 2002: 57).

O autor escreve então que Nietzsche via-se como um representante do niilismo ativo. Negando a moral cristã, Nietzsche para André L. M. Itaparica, pretendia abrir caminho para novas interpretações, nas quais o sofrimento e a existência não conduzirão a negação da vida, mas a sua afirmação. Essa situação no entanto era possível para Nietzsche, segundo o autor, com o advento da hipótese do “eterno retorno”. Para Nietzsche, essa hipótese necessita de homens que a aceitem, e estejam dispostos a ultrapassar o niilismo da modernidade. Enfim, a última filosofia de Nietzsche encarrega-se de expressar valores que permitam o surgimento de tais homens, que, não são mais apenas representados pelos “espíritos livres”, pois estes passam apenas a ser “arautos e percussores dos filósofos do futuro” (ITAPARICA, 2002: 57), mas sim pela figura do além do homem, do super-homem.

Deste modo, André L. M. Itaparica entende que Nietzsche, apresenta um projeto de superação do niilismo, um projeto que tem como característica o porvir.

Na consideração inatual sobre a história, Gianni Vattimo informa que Nietzsche coloca pela primeira vez o problema do “epigonismo”, isto é, do excesso de consciência histórica, que atazana o homem do século XIX e impede-o de produzir uma verdadeira novidade histórica; antes de tudo, impede-o de ter um estilo específico, pelo que esse homem é obrigado a procurar as formas de sua arte. G. Vattimo escreve que Nietzsche denomina este fato “doença histórica”, e pensa que dela se possa sair com a ajuda das forças “supra-históricas” da religião e da arte.

Em “Humano, demasiado humano”, o problema de sair da doença histórica, ou mais precisamente, o problema da modernidade entendida como decadência, coloca-se de um novo modo. Esta obra, na leitura de G. Vattimo,

“efetua uma verdadeira dissolução da modernidade mediante a radicalização das próprias tendências que a constituem. Se a modernidade se define como a época da superação, da novidade mais nova, num movimento irrefreável que desencoraja qualquer criatividade, ao mesmo tempo que a requer e impõe como única forma de vida – se assim é, então não se poderá sair da modernidade sem superá-la. O recurso às forças energizantes indica essa exigência de encontrar um caminho diferente” (VATTIMO, 1996: 171).

Na análise de G. Vattimo, Nietzsche vê com muita clareza que “o ultrapassamento é uma categoria tipicamente moderna” (VATTIMO, 1996: 172) e, portanto, não é capaz de determinar uma saída da modernidade. Não apenas a modernidade é constituída pela categoria da superação temporal, mas também, como sugere o autor, segundo “uma consequencialidade muito restrita, pela categoria da superação crítica” (VATTIMO, 1996: 172). No segundo ensaio de “Considerações Extemporâneas”, intitulado “Sobre a Utilidade e Desvantagem da História para a Vida”, Nietzsche reporta o “*Historismus* relativista, que vê a história em termos de pura sucessão temporal, à metafísica hegeliana da história, que concebe o processo histórico como um processo de *Aufklärung*, de progressiva iluminação da consciência e da absolutização do espírito” (VATTIMO, 1996: 172), como concebe G. Vattimo. O autor ainda enfatiza o fato de Nietzsche não poder pensar a saída da modernidade como efeito de uma superação crítica, recorrendo, em seu lugar, ao mito e a arte. Já “Humano, demasiado humano” permanece fiel em princípio, segundo G. Vattimo, a essa concepção da modernidade, mas não pensa mais sair dela mediante o recurso a forças eternizantes, procurando, ao contrário, produzir a sua dissolução mediante uma radicalização de suas próprias tendências.

Para G. Vattimo, esta radicalização consiste no seguinte:

“Humano, demasiado humano, parte do propósito de levar a cabo uma crítica dos valores superiores da civilização mediante uma redução “química” (ver o aforismo 1) desses valores aos elementos que os compõem, aquém de toda e qualquer sublimação. Esse programa de análise química, efetuado até o fim, leva porém a descoberta de que a própria verdade, em nome da qual a análise química se legitimava, é um valor que se dissolve” (VATTIMO, 1996: 172).

Da forma como interpreta Nietzsche, G. Vattimo entende que a crença na superioridade da verdade sobre a não-verdade ou sobre o erro é uma crença que se impôs em situações vitais determinadas, por outro lado, ela se funda na convicção de que o homem possa conhecer as coisas “em si mesmas”, o que, porém, revela-se impossível, já que precisamente a análise química do processo do conhecimento, revela que esta nada mais é que uma série de metaforizações, que vão da coisa a imagem mental, da imagem a palavra imposta como palavra “justa” pelas convenções sociais: depois, escreve o autor, novamente dessa palavra sacramentada a coisa, da qual percebemos apenas os traços mais facilmente metaforizáveis no vocabulário que herdamos (VATTIMO, 1996: 172). Deste modo, G. Vattimo considera que, no entender de Nietzsche “Deus morre”, vitimado pela religiosidade, pela vontade de verdade que seus fiéis sempre cultivaram, e que agora os leva a reconhecer ele próprio como um erro de que podem dispensar-se. É com esta conclusão niilista nietzscheana que, para o autor, a modernidade perde sua sustentação.

A ruína da interpretação cristã e moral do mundo, depois de ter tentado se refugiar em um além, é o que para Nietzsche vai culminar no niilismo. A inexequibilidade de uma única interpretação do mundo, a que foi dedicada uma força descomunal, segundo o filósofo, leva a desconfiança diante da veracidade de todas as outras interpretações (NIETZSCHE, 1999: 429). O niilismo, na reflexão de Nietzsche, ocorre como estado psicológico, em três formas distintas e complementares.

A primeira, segundo o filósofo, ocorrerá quando tivermos procurado em todo acontecer por um “sentido” que não existe de fato, o que propiciaria uma perda de ânimo em quem procura. Niilismo então nesse caso seria tomar consciência do longo desperdício de força, do tormento de descobrir que tudo foi “em vão”, o que geraria a insegurança e a vergonha de si mesmo, como a de quem tivesse se enganado por demasiado tempo. Nietzsche considera como sentidos perdidos “o “cumprimento” de um cânone ético supremo em todo acontecer, a ordenação ética do mundo, o aumento do amor e da harmonia no trato dos seres e a aproximação de um estado de felicidade universal” (NIETZSCHE, 1999: 430). A desilusão sobre uma pretensa finalidade do vir-a-ser como causa do niilismo, seja em

vista de um fim bem determinado, seja universalizando a compreensão da insuficiência de todas as hipótese finalistas até agora, dá-se segundo o filósofo na compreensão de que nada é alcançado como verdadeiro e único.

O niilismo como estado psicológico ocorre, como segunda forma, para Nietzsche, quando “se tiver colocado uma “totalidade”, uma sistematização, ou mesmo uma “organização”, em todo acontecer e debaixo de todo acontecer: de modo que na representação global de uma suprema forma de dominação e governo a alma sedenta de admiração e veneração se compraza” (NIETZSCHE, 1999: 431). É na forma de unidade, de “monismo”, em dependência diante de um todo infinitamente superior a ele, que o homem fantasia um sentido universal. Porém, Nietzsche escreve que este universal não existe, e que no fundo, o homem perdeu a crença em seu valor, e aí reside o niilismo. Quando através do homem não atua um todo infinitamente valioso, segundo o filósofo, o homem cria um tal todo, para assim, poder acreditar em seu valor (NIETZSCHE, 1999: 431).

Como terceira forma, Nietzsche entende que após a compreensão de

“que com o vir-a-ser nada deve ser alvejado e de que sob todo vir-a-ser não reina nenhuma grande unidade em que o indivíduo pode submergir totalmente como em um elemento de supremo valor, resta como “escapatória” condenar esse inteiro mundo do vir-a-ser como ilusão e inventar um mundo que esteja para além dele, como “verdadeiro” mundo” (NIETZSCHE, 1999: 431).

O homem descobre que foi unicamente por necessidades psicológicas que esse mundo foi montado e que não tem absolutamente nenhum direito a ele, e assim surge à última forma de niilismo, aquela que, segundo o filósofo, encerra em si a “descrença em um mundo metafísico”. A realidade do vir-a-ser é admitida desse ponto de vista, na análise nietzscheana, como “única” realidade, “proibindo a si toda espécie de via dissimulada que leva a ultra-mundos e falsas divindades” (NIETZSCHE, 1999: 431).

A superação do niilismo foi pensada por Nietzsche através da doutrina do eterno retorno, da forma como concebe B. S. Abrão. Segundo a autora, o eterno retorno é uma doutrina cosmológica, que tem um significado existencial. Sua formulação estará condicionada pela idéia de um universo desdivinizado, e será a consequência de dois princípios, que afirmam: a) o tempo é finito, e b) as forças são finitas. A autora entende que é a partir desses princípios que Nietzsche acredita na possibilidade de tudo já haver retornado, pois as configurações das forças, sendo finitas, já se repetiram. “Como o mundo não caminha para um estado final, então tudo retorna eternamente”

(ABRÃO, 1999: 418). É dessa doutrina que Nietzsche espera um determinado efeito sobre o existente, uma vez que para o filósofo o eterno retorno “deverá operar como um postulado prático que ensinará a viver de modo a desejar viver outra vez aquilo mesmo que ocorrer – porque assim será, em todo caso” (ABRÃO, 1999: 418-419). Este postulado prático levará a “uma aprovação integral da existência, ao amor aos fatos, ao dionisíaco dizer sim a vida” (ABRÃO, 1999: 419). Para a autora, este foi o último ato da filosofia nietzscheana, e terá como preço o casamento entre a eternidade e o porvir

A resposta que Nietzsche dá ao problema do niilismo é bastante complexa, da forma como entende Keith Ansell-Pearson, sobretudo, pela crise de autoridade a que este dá origem. Para o autor, Nietzsche projeta a figura de Zarathustra para representar a “auto-superação da moralidade” e ensinar o significado do super-homem. Nietzsche pesquisa as origens e o declínio dos valores morais e das noções do direito para combater uma interpretação moral e cristã da história e da evolução do homem. Há essencialmente duas espécies de política que Nietzsche oferece aos seus leitores. A menos conhecida, é “a política da sobrevivência”, que “não consiste em legislar sobre novos valores e tábuas da lei para o homem, mas em jogar á maneira paródica e irônica os problemas da humanidade” (ANSELL-PEARSON, 1997: 161). Esta reflexão de Nietzsche não antevê uma simples solução ou um fim para o niilismo, mas projeta estratégias para sua resistência. A outra é a “política da crueldade”, associada por Keith Ansell Pearson a um radicalismo aristocrático. Neste caso, o autor entende que o propósito é adquirir o controle das forças da história e produzir, “mediante uma conjunção de legislação filosófica e poder político (“grande política”) uma nova humanidade” (ANSELL-PEARSON, 1997: 161). De acordo com Keith Ansell-Pearson, não é possível dizer qual das duas Nietzsche desejava promover, ou qual ele considerava a mais autêntica, devido á natureza incompleta e fragmentária de sua produção final.

Em seus aspectos políticos e sociais o pensamento de Nietzsche preocupa-se em como os sentimentos e paixões de uma moralidade nobre, firmada sobre uma saúde superabundante, e poderiam ser novamente cultivados em sua época ou em um porvir. Porém, enquanto na primeira fase do pensamento de Nietzsche ele reconhece a obliquidade da tarefa da filosofia, e enquanto nos textos de sua fase intermediária, reconhece a inatualidade das estruturas sociais hierárquicas, em sua reflexão “amadurecida” Nietzsche se “desfaz dessas percepções anteriores e coloca sua esperança de regeneração da humanidade em uma nova legislação e nova escravização em que filosofia e política irão constituir, conjuntamente, uma super-humanidade” (ANSELL-PEARSON, 1997: 175).

No nosso entendimento, esta reflexão nietzscheana, pautada na idéia de superação de um presente infeliz pelo retorno aos valores de um passado nobre, situação que culminaria no futuro em

uma humanidade forte, a “super-humanidade”, tem características no mínimo muito próximas as de uma metanarrativa. Mesmo sendo considerado um percussor responsável por descentrar e demonstrar que toda a filosofia da história é apenas uma interpretação da realidade, interpretação esta que muitas vezes “aprisiona” o homem, impedindo-o de manifestar a sua força criativa, ainda sim o que constatamos é que Nietzsche propõe uma filosofia da história. O filósofo proclamou a “morte de Deus” pediu para não ser seguido, nem louvado, e como constatou Keith Ansell-Pearson,

“Nietzsche escreve *Ecce Homo* com o propósito de contar a seus leitores “quem ele é.” Mas falha, ao não compreender o paradoxo central de sua última tentativa de se conceder uma identidade clara e coerente, o de que a questão de sua autoria é alguma coisa que se acha além de seu controle” (ANSELL-PEARSON, 1997: 175).

A influência de Karl Marx, (considerado um dos ícones no que se refere ao pensamento moderno) na historiografia foi, a título de exemplificação e comparação e, bem a grosso modo, simultânea na vida concreta dos seres, sobretudo os não-historiadores acadêmicos. Marx considerou a história “a única ciência”. Nietzsche desprezou a história científica, e é hoje considerado influente na concepção de história pós-moderna no âmbito acadêmico, mesmo que, curiosamente, tenha produzido sua obra praticamente no mesmo momento e no mesmo espaço que Marx. Se podemos constatar nas análises sobre as origens da pós-modernidade, em Perry Anderson (ANDERSON, 1999), o fato de que o pós-modernismo representa uma mudança no panorama comportamental das pessoas, como se daria, então, esta relação entre a vida concreta da massa humana e a história pós-moderna produzida nas academias? Se Nietzsche propõe uma transmutação dos valores ocidentais, e influencia a teoria da história, isto acarretará uma mudança na forma de conceber o mundo? Existe uma parcela significativa da população, niilista atualmente e proclamando uma “super-humanidade” no futuro?

Longe de querermos profetizar uma resposta para tais questões, achamos necessário compreender a influência do pensamento de Nietzsche na concepção pós-moderna de história, considerando que a produção do saber histórico legitimado pelas instituições acadêmicas, não só por terem como provável destino os manuais didáticos das escolas primárias e secundárias, acabam por, de certa forma, influenciar a vida concreta da massa populacional no que tange a um encadeamento, ou seja, a um ordenamento do mundo e do devir humano. Gilles Deleuze indagou sobre a receptividade do pensamento de Nietzsche, quando escreveu:

“Quem é hoje o jovem nietzscheano? Será aquele que prepara um trabalho sobre Nietzsche? É possível. Ou bem será aquele que voluntária ou involuntariamente, pouco importa, produz enunciados particularmente nietzscheanos no decorrer de uma ação, de uma paixão, de uma experiência?” (DELEUZE, 1985: 56-57).

Nossa época pareceu solidificar as idéias de que não marchamos passo a passo rumo a sociedades cada vez mais evoluídas, e a ciência e a razão não trouxeram a emancipação humana, idéias estas que parecem, sim, caracterizar o advento de uma nova situação no globo. Nietzsche figura nas obras sobre pós-modernidade influenciando na desconstrução do mundo moderno que se pretendeu como mundo-verdade. Porém, Nietzsche propôs uma nova relação, na qual “postula a existência de um mundo único dominado por uma luta implacável pela sobrevivência, no qual o homem mata o mosquito e o mosquito contamina o homem com malária, matando-o. O mundo da história é dominado por uma lei análoga: “a lei da natureza”. “Este mundo é a vontade de poder” (GINZBURG, 2002, P.37).

Segundo Eric Weil, uma ciência, uma obra de arte ou um pensamento filosófico não sobrevivem a não ser que tenham agido sobre os homens, ou seja, modificado suas atitudes.(WEIL, 1990). Será o pensamento nietzscheano capaz de mudar atitudes?

BIBLIOGRAFIA

ABRÃO, Siqueira Bernadette. *História da Filosofia*. São Paulo: Editora Nova Cultural, Coleção Os Pensadores. 1999.

ANDERSON, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Trad. De Marcus Penchel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

ANSELL-PEARSON, Keith. *Nietzsche como pensador político*. Trad. de Mauro Gama e Cláudia Martinelli. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1997.

DELEUZE, Gilles. “Pensamento Nômade” In : *Nietzsche Hoje?*. Scarlett Marton (org.) São Paulo: Brasiliense, 1985.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: História, Retórica e Prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ITAPARICA, André Luís Mota. *Nietzsche: Estilo e Moral*. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Assim falava Zaratustra*. São Paulo: Martin Claret, 2000

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Ecce Homo: como se tornar o que se é*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Para a genealogia da moral*. São Paulo: Editora Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhlem. *Sobre o Nihilismo e o Eterno Retorno*. São Paulo: Editora Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, 1999.

PORTOCARRERO, Vera. “Nietzsche, uma crítica radical” in: *Curso de Filosofia*. Antônio Rezende. (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VATTIMO, Gianni. *O Fim da Modernidade : nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna.*, trad. Eduardo Brandão. – São Paulo: Martins Fontes, 1996

As ações viçosianas e a Reforma Católica (1844-1875)

Germano Moreira Campos*

Para iniciarmos o estudo sobre a romanização católica, é interessante avaliar como a Igreja se preparou para esta tarefa. É durante o pontificado de Pio IX que uma postura mais conservadora da hierarquia, chamada de ultramontana, será modelada e definida. Já na década de 1860 o Papa se mostra convencido de que “dentro da Igreja se deve levantar uma barreira à invasão das idéias filosóficas e políticas modernas” (JEDIN, 1961, p. 144). É nesse sentido que será implementado o seu *Syllabus Errorum*, uma bula que apontava os principais erros da modernidade, como os sistemas filosóficos do racionalismo, do liberalismo e do panteísmo, bem como as ideologias sociais e os erros morais da Igreja, até mesmo em suas relações com o Estado. Muitos foram aqueles que, dentro da Igreja e fora dela, entenderam o *Syllabus* como uma recusa que a instituição fazia ao mundo moderno no século XIX, por não encontrar nele espaço para a fé e a doutrina puras.

Pio IX começava a demonstrar seu plano para “defender a recuperar a Igreja dos males que a acometiam”. Já prevendo as prováveis conseqüências de um posicionamento mais conservador na religião, temos que, no dizer de Jedin: “Somente quando a humanidade tiver ultrapassado o século XIX, ela apreciará devidamente como o remédio fora eficaz e necessário” (JEDIN, 1961, p. 145). Tudo isso nos soa como se a única alternativa para revitalizar a Igreja fosse adaptar o século XIX à instituição, uma vez que a “tradição” católica falaria mais alto que os tempos: a Igreja começa a se fechar em torno de si própria e de seus interesses.

Não obstante aos efeitos do *Syllabus*, Pio IX e a Igreja optaram, a partir de 1869, pela formulação de um novo posicionamento frente à ordenação religiosa, moral e doutrinária da entidade, o que culminou em um novo Concílio Ecumênico que viria a reafirmar as definições quinhentistas de Trento e a formular outras mais. O Vaticano I optou por uma redefinição na forma de se conceber e praticar a fé católica. E se lembrarmos que tais propostas se apresentavam como tridentinização, podemos mesmo inferir que almejava-se realmente um novo movimento de Reforma católica - só que desta vez os inimigos não seriam as outras religiões, mas o próprio catolicismo, que, do

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), bolsista do CNPq.

ponto de vista dos reformadores, era na prática e na doutrina vivido quase como uma outra religião. Um novo Concílio era visto pela Igreja, embora não de forma unânime, como uma maneira de “modernizar a religião frente às novas épocas” – pois Trento havia ocorrido havia cerca de trezentos anos – e de definir novas políticas católicas, como foi o caso da polêmica aprovação da Infallibilidade Papal nas questões ligadas à fé. Nesse contexto, vão se intensificar os problemas com relação ao Padroado Régio e o poder temporal.

No Brasil, e em Mariana, a romanização significou a busca de laços mais estreitos da religião com o pontificado. De acordo com os estudos de Castillo:

A paroquialização permite a presença e a influência da Igreja hierárquica junto a uma população, especialmente no meio rural, que durante séculos elaborou criativamente sua religiosidade às margens das instituições clericais (CASTILLO, 1997, p. 92).

Entendemos, então, que a revitalização das paróquias, uma das propostas ultramontanas, correspondeu ao esforço de ação mais efetiva da Igreja em seu plano de tridentinização da religião brasileira. Em Mariana, vai se destacar muito a figura do Bispo Dom Viçoso, religioso que começou a implementar as determinações da romanização na Arquidiocese e que pregou fundamentalmente a pureza da fé, a moralidade do clero e o ensino católico como verdadeira fonte de conhecimento religioso¹.

A tão buscada reforma do catolicismo seria materializada em duas vertentes: reafirmação dos princípios tridentinos e aplicação do catolicismo romanizado. O grande problema era que as definições partiam de Roma e se tornavam altamente impositivas – unilaterais – por não considerarem as especificidades históricas dos catolicismos locais. Em Minas, por exemplo, “Os conflitos entre interesses liberais, regalistas e uma hierarquia ultramontana colocaram em crise as relações Igreja-Estado e a estabilidade da cristandade colonial reinante até então” (CASTILLO, 1997, p. 102). De forma geral, o catolicismo brasileiro – destacando-se o mineiro – não teve suas características sincréticas e heterodoxas levadas em consideração.

Buscando ocupar todos os espaços da fé local, veremos que, em Mariana, a partir do bispado de D. Viçoso, ocorrerá uma profusão de paróquias nas quais, de

¹ Conferir em: TRINDADE, Cónego Raymundo. *Arquidiocese de Mariana*. Subsídios para a sua História. 2ª edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

acordo com os epistolários observados², estabeleceu-se um grande número de eclesiásticos estrangeiros, italianos em sua maioria. A nomeação de religiosos estrangeiros foi também uma das armas da romanização, uma vez que estes, quando comparados aos brasileiros, possuíam formação bem mais fiel ao estilo de catolicismo que se queria implantar. O clero brasileiro não raramente se via envolvido no comércio, ou mesmo em relações amorosas ilícitas.

As irmandades, confrarias e ordens terceiras irão perder paulatinamente, em Mariana, seu poder de atuação, inclusive sofrendo alterações internas em sua organização diante do desenvolvimento das paróquias. Segundo Castillo: “A romanização atinge não só o poder, mas o coração da religiosidade popular: a experiência do sagrado” (CASTILLO, 1997, p.113). Tal confronto será muito maior nos meios rurais, nas capelinhas de beira-de-estrada, onde a fé do povo simples será alvo de intervenções. Os puxadores de reza, beatos e ermitões serão afastados pelos párocos e as capelas fechadas por certo tempo. Com isso, a hierarquia católica foi forçando constantemente o deslocamento para as paróquias. Como consequência, a população do meio rural sofrerá toda um impacto no seu universo simbólico em razão do confronto com a simbologia do catolicismo tridentino. O catecismo será, agora, essencial para se cultivar e entender a fé.

1. Dom Viçoso e a Igreja

É no contesto mais amplo da Romanização ou Reforma Católica que serão inseridas as ações do bispo Antônio Ferreira Viçoso³ no espaço da diocese de Mariana. Para que entendamos um pouco mais a respeito desses acontecimentos, torna-se necessário observar com cautela a conjuntura desenvolvida após a chegada do prelado à referida diocese e o significado do seu governo pastoral para a Igreja mineira como um todo, e para a marianense em especial.

² Os epistolários eram documentos que cuidavam da comunicação à distância, focando assuntos paroquiais e laicos os mais diversos.

³ Dom Viçoso nasceu em Portugal, na vila de Peniche (Província de Leiria) em 13 de março de 1787. De família humilde, ainda menino ingressou num colégio carmelita graças à subvenção de seu padrinho, o Frei Frutuoso. Terminou sua formação entre os padres lazaristas; ordem altamente rigorosa dos discípulos de São Vicente de Paulo. Antônio Viçoso chega ao Brasil por volta de 1820, juntamente com outros padres das Missões. A partir do episcopado de Dom Viçoso (1844-1875), o processo de romanização da Igreja católica se inicia de fato e se fortalece nas Minas Gerais.

Quando falamos em romanização ou reforma ultramontana, referimo-nos ao fechamento ortodoxo que Roma desejava impor para todo o orbe católico em seu conflito oitocentista. Citando Mabel Salgado Pereira, a romanização consistiu “no processo de centralização, com vistas a uma uniformização da Igreja romana na vida eclesial e eclesiástica da Igreja no Brasil” (PEREIRA, 2004, p. 20). Tal projeto objetivaria o fortalecimento da hierarquia eclesiástica, que se queria autônoma nos assuntos internos à religião e submissa apenas às diretrizes do Papa. Daí partiriam as determinações de reestruturação do clero e do culto da religião.

Segundo Libânio, “não se trata apenas de um processo de criação, que deve se fundamentar principalmente em dois campos, doutrinal e sacramental, mas implica também na demolição do antigo edifício ligado ao catolicismo tradicional.” (LIBÂNIO, 1984, p. 60). E justamente por se tratar dessa dissolução do catolicismo que tradicionalmente se vivia e cultuava no território mineiro, podemos dizer que a Igreja romanizada almejava monopolizar o sagrado através da eliminação do papel de direção que os leigos por muito tempo exerceram, fosse nas irmandades ou nas festas de caráter religioso – situação esta que decorria da própria singularidade relativa à expansão do povoamento em Minas e à situação histórica do clero mineiro. Dentro do projeto reformador ultramontano, os leigos seriam transformados de produtores em consumidores dos bens e serviços fornecidos pelo clero.

Dessa forma, se Dom Viçoso inicia um conjunto de transformações ultramontanas na diocese de Mariana, é preciso indicar seus meios de ação e os maiores problemas enfrentados ao longo de seus 31 anos de governo episcopal. Inicialmente, a maior preocupação de Dom Viçoso consistiu em trabalhar por uma melhor formação do clero da sua diocese. Em carta a Dom Celestino Cocle, bispo redentorista e confessor do rei de Nápoles, o prelado mineiro afirmava:

“(…) Quando me lembro que terei que assumir sobre mim uma diocese que não possui cátedra de Teologia Dogmática e onde existem tantos sacerdotes e até párocos incontinentes e escandalosos, fico apavorado em me achar em tão crítica situação. Mas como posso providenciar durante meu episcopado sujeitos aptos e hábeis ao bispado?”⁴

Com respeito a essa situação, D. Viçoso sabia da importância de trazer da Europa religiosos já formados segundo as diretrizes que achava as mais convenientes

⁴ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM). Fundo Governo Episcopal de D. Antônio Ferreira Viçoso. Carta de D. Viçoso no ano de 1844.

para a diocese mineira, pois seriam de fundamental importância para dividir com o atarefado bispo de Mariana as atividades concernentes ao ensino moral e doutrinário dos candidatos a padre. Assim, trabalhava pela reestruturação do Seminário de Mariana, que, com a vinda de religiosos lazaristas atraídos por D. Viçoso, deveria se converter num centro de excelência para a formação religiosa. A importância do seminário advinha do Concílio de Trento, onde se definiu a criação de, pelo menos, um por diocese para que se fornecesse instrução mais sólida ao clero católico.

Além de tentar formar religiosos mais conscientes do ideal romanizador, D. Viçoso, como indicam os trechos das cartas abaixo, também chamou a atenção para a reforma do clero já existente nas Minas.

Meu Padre Vigário, [sem nome]

Com mingua em nosso coração paternal, soubemos que V. Revma. está se intrometendo em política. O pároco político é a peste de seu rebanho. Reze o seu Breviário, estude as cerimônias da Igreja, e procure a Deus de veras, não nas confusas reuniões dos homens, mas no recolhimento e no retiro.

Ainda uma vez repito: o Pároco político é a peste do seu rebanho. De V. Revma. Servo,
Antônio, Bispo de Mariana.⁵

E também:

Muito prezado Sr. Vigário.

Quando eu lhe estranho o seguir partidos políticos em excesso, V. Mercê se humilha, e eu fico satisfeito. Contudo, continua a obrar como dantes. Passaram-se semanas e semanas, e V. Mercê com a loucura dos partidos, nada faz do que lhe ordenei.

Meu padre [sem nome], não há vigário que não tenha o seu partido, ou liberal ou cascuado, ou lá o que cada um quiser, nem eu me importo com isso, nem por isso pergunto. Tenha cada um perfeita liberdade, e siga o que quiser, conquanto que seja católico e não maçom; mas V. Mercê é exceção da regra, com um modo repreensível e exacerbado, faltando aos meios que lhe ordenei como quem deseja a paz e a concórdia.

Se isso assim continua, fique certo que o vou suspender do Ofício e Benefício, e o participo imediatamente ao Governo. Rogo-lhe por Deus que não me obrigue a dar este passo, que em consciência devo dar.

Parece-me que em todo o Bispado é V. Mercê o que mais cuidado me dá com o seu partido exacerbado. Deus lhe valha,
Antônio, Bispo de Mariana.⁶

⁵ AEAM. Fundo Governo Episcopal de D. Antônio Ferreira Viçoso. Carta de D. Viçoso, 24 de maio de 1864.

⁶ AEAM. Fundo Governo Episcopal de D. Antônio Ferreira Viçoso. Carta de D. Viçoso, 1864.

O clero mineiro, assim, a vivência colonial o teria deixado acostumado às práticas políticas e às relações matrimoniais, numa situação de total desrespeito ao celibato. Tais situações, segundo o Cônego Raymundo Trindade, não seriam nada ocultas aos olhos da população.

O seminário em sé vaga estava de tal jeito que os alunos saíam de noite para a casa das amásias que tinham na cidade, apesar da reclusão em que eram guardados, dormindo com portas fechadas. Chegava a tal ponto que quando um seminarista tentava alguma moça, ela lhe prometia para quando fosse padre, porque então tinha meios de a sustentar (TRINDADE, 1950, p. 221).

Diante desse quadro, marcado pela politicagem a que o clero se lançava, D. Viçoso não raramente emitia seus avisos para que os religiosos tomassem as devidas precauções, ou mesmo indicava o afastamento dos sacerdotes de suas funções por não estarem de acordo com os modelos que se queria para a diocese:

Meu Revmo. Sr. Vigário [sem nome],
Antes que aconteça alguma grande desgraça nesta freguesia, vejo-me obrigado a suspendê-lo da vigararia e de dizer Missas. Portanto dê-se por suspenso. Procure outro lugar bem distante, e olhe, não leve para lá as más companhias. Cuido em que toda parte lhe acontecerá o mesmo, enquanto V. Mercê não se der a Deus de todo o coração, e não principiar uma vida de perfeito ministro de Deus.⁷

Outras vezes ainda os padres de conduta desviante eram orientados a procurarem no interior outro local para pregarem. As grandes distâncias e as dificuldades dos caminhos que cruzavam a diocese faziam com que, na falta de religiosos, o controle sobre o culto nas cidades fosse privilegiado, deixando-se o interior como espaço de segunda oportunidade para aqueles que não cumpriam os deveres ultramontanos. Tratava-se de uma espécie de purgatório até que se ajustassem ou fossem punidos pela hierarquia de forma mais radical, o que poderia resultar no desligamento da Igreja ou em casos de excomunhão.

Em consequência da extensão territorial de sua diocese, dizia D. Viçoso: “Exmo Sr., o Bispado de Mariana é mais extenso que toda a Itália e possui paróquias com mais de quarenta léguas quadradas, com apenas dois padres.”⁸

Outro ponto crucial para a reforma de D. Viçoso – e esta não seria tarefa das mais simples – dizia respeito à alteração dos costumes religiosos do povo leigo. O bispo

⁷ AEAM. Fundo Governo Episcopal de D. Antônio Ferreira Viçoso. Carta de D. Viçoso, 18 de dezembro de 1873.

⁸ AEAM. Fundo Governo Episcopal de D. Antônio Ferreira Viçoso. Carta de D. Viçoso, 1844.

procurou atrair os fiéis para o interior da Igreja, empenhando-se para que as festas religiosas e o controle sobre as irmandades passassem para o controle do clero. Além disso, evitou o quanto pode que seus fiéis abraçassem o lado da maçonaria:

Sr. Moraes,
Vá dizer à sua mãe que escreva uma carta ao seu irmão [o nome não aparece] urgentemente, porque é ele que está promovendo e entrada da maçonaria em Juiz de Fora. Não quero que ela tenha um irmão excomungado e no inferno. Eu também vou escrever-lhe. Servo,
Antônio, Bispo de Mariana.⁹

Como forma de vencer as grandes distâncias existentes entre a Sé e a gente do interior, D. Viçoso esforçou-se muito em suas visitas pastorais, nas quais sempre abençoava a catequese, crismava e transformava uniões consensuais em casamentos legítimos e de acordo com as exigências da Igreja. Embora o Bispado de Mariana, conforme o modelo romano, encontrasse nessa cidade seu centro de organização e ações, cabia a seu prelado uma administração fosse móvel e dinâmica, que garantisse sua presença em grande parte das paróquias, das vilas e dos arraiais do interior. Haja vista sua preocupação com as distâncias e com a integração dessas localidades ao cerne da diocese.

Além da introdução do Mês de Maria e do culto ao Sagrado Coração de Jesus, era objetivo da Igreja substituir a devoção dos santos tradicionais – fontes de paixão e de grande apelo popular – por uma proximidade maior com os cultos europeizados. Pedro Ribeiro Oliveira¹⁰ identifica a relação com os fiéis como uma das mais difíceis ações romanizadoras, uma vez que a incorporação das concepções tridentinas levaria consigo toda uma proposta de alteração de sua vivência e do seu conhecimento de mundo. Sua relação tão pessoal com os santos consistiria na possibilidade de intervenção das divindades no cotidiano dos fiéis. Mas a reforma, além de fortalecer as paróquias como local do culto católico, tornava imprescindível o papel dos intermediários eclesiásticos entre o povo e os santos.

Como terceira via da luta de D. Viçoso em prol de uma nova concepção de Igreja, estaria exatamente a questão da relação entre a instituição católica e o Estado brasileiro, relação esta pautada pela existência do Padroado Régio. Através desse regime, o imperador seria o elemento mais influente no interior da Igreja: nomeava

⁹ AEAM. Fundo Governo Episcopal de D. Antônio Ferreira Viçoso. Carta de D. Viçoso, 1867.

¹⁰ Conferir em: OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. *Religião e dominação de classe*. Gênese estrutura e transformação do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

padres, emitia o pagamento para as tarefas religiosas, fazia jogo político e pressões com o intuito de favorecer seus protegidos nos quadros do seminário e da Igreja. Mas D. Viçoso – como alguns de seus antecessores – não se mostrou totalmente de acordo com os desmandos do Império. Não possuía o caráter de bispo administrador, de funcionário do Estado. Era dotado de forte espírito pastoral e, através de escritos nos jornais, pugnava pela liberdade da Igreja em seus assuntos internos. Em carta ao ministro do império José Liberato Barroso, o bispo de Mariana expunha:

Será liberdade não poder ler o pároco os proclamas para um casamento sem pagar 200 réis? Será liberdade emitir as proclamas sem que pague 10 mil réis talvez um pobre jornalista que nada tem? Será liberdade não poder um fazendeiro, que mora seis ou mais léguas distante de sua matriz, chamar um padre que lhe diga Missa no Natal e Páscoa e batize suas crianças e dos pobres seus agregados, sem pagar um tributo à Nação, e outro à Província?”¹¹

Diante do que foi exposto até agora, vale ainda dizer que a romanização não foi uma característica exclusiva da Diocese de Mariana, pois ocorrera também em outras províncias do Brasil, como em São Paulo, Pernambuco e no Grão-Pará, além de outras. A especificidade que encontramos em D. Viçoso relaciona-se com o fato de ter sido ele um pioneiro nessa política de reestruturação da Igreja. O episcopado do bispo mineiro (1844-1875) coincidiu quase que plenamente com o pontificado de Pio IX (1846-1878), que até a década de 1850 ainda tomava medidas liberalizantes em relação à Igreja romana. Somente a partir da década de 1860, especialmente com a elaboração do *Syllabus Errorum*, e mais tarde, em 1870, com o Concílio Vaticano I, Roma passará a definir mais diretamente uma política reformista para todo o mundo católico. Diferindo das opções políticas adotadas por certos bispos brasileiros em suas dioceses, o prelado de Mariana trabalhou a partir de um ideal reformador interno, pautado na observação, correção e mesmo punição daqueles religiosos que não seguissem suas prescrições, assim como na formação de novos sacerdotes e na árdua tarefa missionária expressa em suas visitas pastorais.

2. Bibliografia de Referência

¹¹ AEAM. Fundo Governo Episcopal de D. Antônio Ferreira Viçoso Carta de D, Viçoso, 10 de março de 1865.

- ALBERIGO, Giuseppe. (org.) *História dos concílios ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. São Paulo: Ed. USP/Itatiaia, 1982.
- AZZI, Riolando. *Os bispos reformadores: a segunda evangelização do Brasil*. Brasília: Editora Rumos, 1992.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.
- BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papyrus 1995.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- ELIADE, Mircea. *História das crenças e das idéias religiosas*. Tradução: Roberto Costa de Lacerda. Rio de Janeiro, 1978.
- FOUCAULT, Michel. Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. de Roberto Machado. 10ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1992.
- HARNACK, Adolf Von. *What is Christianity?* London: Williams & Norgate, 1901.
- HOORNEERT, Eduardo. *As relações entre a Igreja e o Estado no Brasil Colônia*. Petrópolis: Revista Eclesiástica Brasileira, 1972.
- JEDIN, Hubert. *Concílios Ecumênicos: história e doutrina*. São Paulo: Editora Herder, 1961.
- SILVA NETO, Belchior J, da. *Dom Viçoso, Apóstolo de Minas*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1965.
- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Religião e Dominação de Classe*. Gênese estrutura e transformação do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890-1924)*. Juiz de Fora: Irmãos Justiniano, 2004.
- PIMENTA. Pe. Silvério Gomes. *Vida de Dom Antônio Ferreira Viçoso*. Mariana: Typografia Archiepiscopal, 1920.

SAINT-HILLAIRE, Augusto de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Editora Itatiaia, 1938.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. 3º edição. Belo Horizonte: Lemi, 1980.

TORRES-LONDOÑO, Fernando (org.). *Paróquia e Comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Paulus, 1997.

TRINDADE, Cônego Raymundo. *Arquidiocese de Mariana: Subsídios para sua história*. 2º edição. Belo Horizonte: Imprenso Oficial, 1950.

_____. *Instituições do Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

Schiller e o teatro moral

Géssica Góes Guimarães Gaio*

Entre a razão prática e o juízo estético

“A jurisdição do palco começa onde finda o domínio das leis profanas. Quando a justiça cega, a peso de ouro, e vive na fartura, a soldo do vício, quando os crimes dos poderosos escarnecem de sua impotência e o temor humano tolhe o braço da autoridade, o teatro assenhora-se da espada e da balança e arrasta os vícios para diante de um terrível tribunal.” (SCHILLER, 1964: 33)

Envolvido pelo ritmo de seu tempo – final do século XVIII e início do século XIX – Schiller passou a observar que os rumos do processo histórico não cumpriam exatamente a agenda do filósofo ilustrado, crente no progresso material e espiritual do homem.¹ Para Koselleck, o período entre 1750 e 1850 poderia ser compreendido como um *Sattelzeit*, um tempo limiar no qual a gestação do novo conviveu com a ruína do mundo que se esfacelava, e ambas as situações eram vivenciadas com tanta rapidez que geraram a sensação de aceleração do tempo e o afastamento entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. (KOSELLECK, 2006) Foi nesse período de urgência que Schiller, não satisfeito em atuar no teatro, dedicou-se também à reflexão acerca de sua arte, tencionando, acima de tudo, uma ação efetiva na vida dos homens.

Em seu *atelier filosófico* – era assim que Schiller gostava de denominar o conjunto de numerosos artigos e cartas sobre filosofia e estética, produzidos entre os anos de 1791 e 1795 – debruçou-se sobre o problema que Ricardo Barbosa caracterizou como “o nexos entre a esfera estética e a razão prática”, isto é, interessava ao pensador alemão investigar a relação entre a ação do homem no mundo e a experiência estética do belo e do sublime, entre outros. (BARBOSA, 2005) Sua tese consistia na afirmação de que o aprimoramento do gosto poderia influenciar a ação moral do homem, uma vez

¹*Doutoranda do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e bolsista CAPES.

Para melhor entender a proposição seria aconselhável lembrar prognósticos otimistas como o de Condorcet, que se mantinha certo do progresso da humanidade, mesmo prestes a ser guilhotinado!

que o libertaria do jugo da natureza, tornando-se, portanto, a faculdade do juízo estético uma contribuinte para que o homem alcançasse plena liberdade.

Abalado pelas conseqüências da Revolução Francesa, ele acreditava que o espírito do tempo exigia aos intelectuais o esforço de reverter as mazelas deflagradas pelo descontrole do curso histórico, e esta lhe parecia uma demanda inexorável de um tempo que havia perdido consciência de si mesmo. Schiller escreveu ao seu mecenas, o príncipe dinamarquês de Augustenburg, que “o curso dos acontecimentos deu ao gênio do tempo uma direção que ameaça afastá-lo mais e mais da arte ideal”. (SCHILLER, 1963: 35) E sua sensação era a de que a ameaça estendia-se ao cotidiano, afastando esse homem de seu ideal moral e corrompendo suas decisões. Se a arte não mais correspondia ao ideal era porque os acontecimentos revelavam uma humanidade em decadência, e, segundo Schiller, não caberia apenas ao entendimento elevar o homem, mas tal transformação deveria iniciar-se no gosto:

“Não é suficiente, pois, dizer que toda ilustração do entendimento só merece respeito quando reflui sobre o caráter; ela parte também, em certo sentido, do caráter, pois o caminho para a cabeça precisa ser aberto pelo coração. A educação dos sentimentos, portanto, é a necessidade mais urgente de nosso tempo, não somente por ser meio de tornar ativamente favorável à vida o conhecimento aperfeiçoado, mas por despertar ela mesma o aperfeiçoamento do saber.” (SCHILLER, 1963: 56)

Schiller pretendia conciliar a razão prática e o juízo estético, propondo que o gosto poderia causar interferência na moralidade tanto para impedi-la como para aperfeiçoá-la. Schiller não pressupôs a determinação de uma das formas fundamentais da racionalidade sobre a outra, apenas apontou para a possibilidade de alcançar resultados mais eficientes na razão prática quando aliada ao aprimoramento do gosto. Em acordo com as idéias de Kant, para Schiller uma ação só poderia ser considerada como moral se realizada independente de qualquer inclinação. Como a influência do juízo estético em uma ação moral anularia este princípio kantiano, o que Schiller propôs

como solução para esta contenda foi a acepção de que, se por um lado, o gosto não deveria determinar a razão prática, por outro lado, ele poderia favorecê-la. E de forma poderia cumprir esta tarefa? Ao eliminar obstáculos à determinação racional da vontade, assim, o gosto favoreceria a moral como seu elemento externo, pois, para Schiller, “aquilo que promove verdadeiramente a moralidade é o que aniquila a resistência da inclinação contra o bom.” (BARBOSA, 2005: 4)

Diferentemente de Kant, Schiller não acreditava que o mal fosse uma disposição natural humana, e sim a presença de um impulso sensível cuja exigência por satisfação se opõe à vontade racionalmente condicionada, por isso o refinamento do gosto tornava-se um imperativo: “o gosto é um traço do homem civilizado, capaz de conter os rudes impulsos sensíveis, observando o “bom tom” como uma lei estética”. (BARBOSA, 2005: 5) O homem carente de uma formação moral e estética está suscetível ao domínio dos impulsos sensíveis, já aquele que possui tal educação tem aversão ao que é grosseiro e violento, pois prefere a harmonia e a leveza. Ricardo Barbosa nos diz que para Schiller o gosto libera a vontade do jugo do instinto, neutralizando as inclinações que poderiam obstruir a ação moralmente orientada. O realismo de Schiller o fazia perceber o quão arriscado seria confiar plenamente na virtude, sendo assim, a sofisticação do gosto funcionaria como mais uma maneira de estorvar os impulsos do instinto. Entretanto, se faz necessário pontuar que o programa de Schiller não era destinado apenas à educação das classes mais abastadas, ao invés disso, ele afirmava a importância de que o juízo estético substituísse o papel que a religião ocupava junto ao homem.

Destarte, o projeto de Schiller sobre a *educação estética da humanidade* sustentava como premissa a necessidade do homem assumir o curso de seu tempo e a acepção do fundamento da arte como promotora – certamente que não sozinha – desta educação.

O palco como um tribunal

Schiller não acreditava que o teatro deveria ser *mestre da vida*, provavelmente não chegou a afirmar tal enunciado, mas estava convicto de que, se o teatro não poderia ensinar aos

homens, poderia, no entanto, através do sentimento, estimular e influenciar a ação moral. Sua concepção acerca da função do teatro foi alicerçada neste pressuposto de que ele deve servir à educação estética do homem, preparando-o os sentimentos, conformando-o com o que é harmonioso e bom e despertando em seu coração o asno por tudo que é rude e grosseiro. A tarefa da arte seria a eliminação de impulsos externos à ação moral, de maneira a garantir que a vontade não encontre obstáculos para agir livremente. Em *Introdução a Teoria da Tragédia*, Anatol Rosenfeld assinalou que “a tragédia, portanto, longe de moralizar e dar lições de virtude, proporciona ao expectador a possibilidade de experimentar, livremente, lucidamente, o cerne de sua existência moral em todos os seus conflitos, em todas as suas virtualidades negativas e positivas.”(SCHILLER, 1964: 10)

Encontramos no pensamento de Schiller posições ora mais radicais, ora mais brandas sobre a atuação moral da arte, mas toda sua obra está permeada, de alguma forma, pelo ideal de humanização do homem pela arte, e ele afirmou que “só conheço *um* [grifo do autor] segredo que resguarda os homens de piorarem, e esse é : proteger o coração contra as fraquezas”, e essa deveria ser a tarefa maior da arte. (SCHILLER, 1964: 35) Para ele a função de entretenimento era o primeiro fundamento da arte, ao lado de seu maior objetivo que era a moral, um somente se realizaria na presença do outro, só em liberdade a arte poderia promover uma experiência estética de amplitude moral, portanto, a liberdade continuava sendo a premissa tanto da faculdade de julgar, quanto da razão prática:

“Não obstante, no que respeita à perfeição da arte, de modo algum é indiferente qual dos dois seja o seu fim e o seu meio. Caso seja moral o próprio objetivo, perderá ela o que, com exclusividade, a torna poderosa, a sua liberdade, e o que a faz, no geral, tão eficaz, o fascínio do entretenimento. O estado lúdico transforma-se em afazer sério, mas é precisamente através da atitude lúdica que ela pode realizar este afazer. Só cumprindo o seu efeito estético *máximo* [grifo do autor] é que ela irá exercer uma benéfica influência sobre a moral; mas só ao praticar a sua inteira liberdade é que pode cumprir o seu supremo efeito.” (SCHILLER, 1964: 15)

Essa relação é possível, pois, ao mesmo tempo em que sentimos prazer face ao belo e ao sublime, este aprazimento fortalece nossos sentimentos morais como o amor, a

caridade, a honestidade. A arte cumpre esta função quando a ficção torna-se representação, e esta representação do mundo é apreendida pelo entendimento, pela razão e pela imaginação, por isso que a dor do herói desperta prazer, uma vez que o comovente nos apraz quando entretém a razão e a imaginação: por compaixão sentimos a dor do personagem e padecemos com o discernimento da injustiça que lhe arrebatou. E Schiller concluiu que “o estado de uma alma, porém, na qual a lei moral é reconhecida como a máxima instância, passa a ter adequação moral, ou seja, torna-se uma fonte de prazer moral”. (SCHILLER, 1964: 25) Ele afirmava que a consciência moral estaria presente em todos os homens, mas em nem todos se apresenta como força e liberdade, dessa forma, o teatro ocuparia a função de promover o desenvolvimento da consciência moral através da preparação do homem para a liberdade. Ao indaga-se a respeito da necessidade que levou o homem a criar o teatro, o poeta alemão conclui que o teatro surgiu como conciliador entre o instinto animal e a capacidade de sofisticação da razão humana, e nos legou as seguintes palavras:

“Igualmente incapaz de perdurar por mais tempo no estado animal como de dar seguimento aos apurados exercícios do entendimento, nossa natureza estava a exigir um estado intermediário que, unindo os dois contraditórios extremos, reduzisse a rija tensão a uma branda harmonia e facilitasse a transição alternante de um estado ao outro. É tão somente o senso estético ou o sentimento do belo que vem a prestar tal serviço.” (SCHILLER, 1964: 31)

É, portanto, através dos sentimentos que o teatro deve preparar o homem para sua vida moral, de maneira que, afeito ao que é belo e sublime, este homem recuse imediatamente, sem precisar acionar a razão, situações ou atitudes que firam o seu senso estético. Sendo assim, uma ação esteticamente orientada precede a razão prática e abre o caminho para o predomínio da moral na vida dos homens. Vejamos as considerações de Schiller:

“Mesmo quando deixar de ser pregada toda e qualquer moral, quando nenhuma religião mais encontrar fé e cessar de existir qualquer lei, ainda então Medéia nos fará estremecer, descendo cambaleante as escadarias do palácio, depois de ter sido consumado o infanticídio. (...) Tão certo como a representação visível age mais poderosamente que a letra morta e a fria narração, também o teatro age mais funda e duradouramente que a moral e a lei.” (SCHILLER, 1964: 34)

E quanto mais o tempo acelerava e os acontecimentos se precipitavam, mais engajado se tornava Schiller, até o ponto em que viu no teatro o reduto da verdade moral, onde a iniquidade do mundo deve ser julgada e castigada. O palco torna-se tribunal, e se a sociedade perdeu seus valores, cabia ao teatro encená-los de volta à vida. Schiller exortava seu leitor a compartilhar sua opinião, “ou nos desviamos deles (os criminosos) ou os enfrentamos, ou os soterramos ou somos subjugados por eles”. (SCHILLER, 1964: 37) E esse tribunal equivalia à *verdade*, que deveria ser defendida da ameaça do tempo, da corrupção do gênio. Mas, se a aporia da ficção não consiste na exposição da verdade, como poderia o projeto de Schiller ser eficaz? Na concepção de Schiller não seria necessário tratar de fatos verídicos para representar aos sentimentos o modo ideal do homem viver a moral, a verdade sobre a vida moral poderia ser encenada como representação, e a faculdade do juízo transformaria o aprazimento resultante dessa experiência em um sentimento de conformidade com o belo e sublime. Dessa forma, o gosto desobstruiria o caminho para a liberdade da vontade.

Cítica e Crise na República das Letras

Em *Crítica e Crise*, Reinhart Koselleck investigou o surgimento do mundo burguês a partir da dialética entre crítica ao Estado Absolutista e sua subsequente crise, maximizada na Revolução Francesa. Sua tese central consiste na afirmação de que a estrutura demasiadamente centralizada do poder no Absolutismo gerou uma separação entre política e moral, esta pertencente ao Estado e ao domínio público, e aquela restrita à vida privada dos indivíduos. Segundo Koselleck, foi essa mesma separação a responsável pelo surgimento da crítica ao caráter amoral das ações do soberano, e, uma

vez que a moral deveria restringir-se ao âmbito da vida privada, essa crítica articulou-se secretamente e a própria crise foi encoberta por essa dinâmica, ainda aprofundada pela filosofia da história que formulava, à época, explicações teleológicas para compreender o lugar da humanidade no devir histórico.

O argumento central de Koselleck incide, portanto, na afirmação de que “o processo crítico do Iluminismo conjurou a crise na medida em que o sentido político dessa crise permaneceu encoberto. A crise se agravava na mesma medida em que a Filosofia da História a obscurecia,” (KOSELLECK, 1999: 13) pois a intelectualidade burguesa transformou a história em processo – sem dar-se conta da operação realizada – e a Filosofia da História esmorecia os fatos cotidianos e projetava no futuro as expectativas, porque “para fazer valer os seus direitos, a crítica do século XVIII teve que ser tornar utópica”. (KOSELLECK, 1999: 15)

O Estado absolutista efetivou a separação entre política e moral, lançando esta ao mundo privado. A crítica burguesa apropriou-se da noção de que o cidadão deveria desenvolver os julgamentos morais e, ao longo do *Século das Luzes*, alçou esses julgamentos até o âmbito da ação estatal. A crítica elevou a moral ao papel de depuradora da política e, para Koselleck, nesse processo a construção utópica do futuro tomou o lugar da ação no presente. Ao deslocar a expectativa para o futuro, a crítica iluminista impôs à moral a tarefa de restauradora do mundo público.

Os dois principais locais de elaboração dessa crítica, de acordo com Koselleck, foram as sociedades secretas, com destaque para as lojas maçônicas, e a *república das letras*, isto é, as sociedades e reuniões de intelectuais, poetas e filósofos, seja no iluminismo franco-britânico, ou no *Aufklärung*. Caminhando da autodefesa à crítica ao soberano, a moral progressivamente exigia o domínio também do mundo público, para restaurá-lo de toda perfídia resultante de ação de um Estado imoral.

No discurso de Schiller de 1784, o palco transforma-se em tribunal moral, que deveria julgar a iniquidade do mundo político e ensinar aos homens os bons sentimentos, “o teatro deveria abrir espaço entre os homens para o sentimento de “ser um homem””. (KOSELLECK, 1999: 89) A jurisdição das leis do Estado terminava no palco, onde as leis morais deveriam imperar, onde os vícios não castigados no mundo

público encontrariam seu algoz e a virtude ensinaria o bom caminho aos corações dos homens. Mas, se, a princípio, a lei moral é entendida como politicamente impotente, por que restrita ao mundo privado, essa mesma maneira dualista de entender a questão permite que a crítica progressivamente transforme-se em um *politicum*, em uma crítica política que tenciona substituir o Estado considerado amoral. Vejamos a conclusão de Koselleck:

“a divisão da realidade histórica em um reino da moral e um reino da política, tal como o Absolutismo havia aceito, é o pressuposto da crítica. O teatro só afirma seu juízo moral se puder escapar do braço da lei temporal. Na medida em que, para Schiller, a política “termina” de algum modo na rampa do teatro moral, o teatro adquire a liberdade necessária, diante das leis temporais, para tornar-se o “canal comum do qual refluí a luz da melhor parte do povo, a parte pensante””. (KOSELLECK, 1999: 91)

Uma jurisdição independente do teatro seria possível apenas se funcionasse livre da interferência do Estado, e este pressuposto mesmo que converterá a arte em crítica. A crítica como “arte de julgar”, contudo, só se efetiva em liberdade, “só imerso na liberdade absoluta é possível desencadear o processo crítico que encontra a verdade” (KOSELLECK, 1999: 97), no interior da república das letras esta luta pela verdade fez do intelectual o arauto da moral, sua crítica conduziu à crise das leis vigentes.

Foi nesse processo histórico que o projeto de uma educação estética do homem pareceu necessário a Schiller. Foi em meio ao turbilhão de mudanças e a sensação de degradação moral de seu tempo que o poeta alemão acreditou que a estética era o caminho mais curto para a moral. A Revolução Francesa e, sobretudo, o “terror” mostraram a Schiller que o gênio do tempo havia deteriorado. Antes mesmo da Revolução, em 1784, os sentimentos dos homens já era uma de suas preocupações, mas não poderia supor o que estava por vir: “compaixão pelos homens e tolerância começam a ser o espírito imperante de nosso tempo” (SCHILLER, 1964: 39), mas logo depois irá aconselhar seu mecenas: “vive com teu século, mas não sejas sua criatura; ser teus

contemporâneos, mas serve-os no que precisam e não no que louvam” (SCHILLER, 1963: 60)

E a principal ameaça vislumbrada por Schiller era a ameaça à liberdade, fundamento da razão e da experiência estética. Foi em defesa da liberdade que o dramaturgo alemão dedicou-se à crítica política. Esse brado do mundo burguês que mostrou seus limites já na Revolução. Utilizo novamente suas palavras para enfatizar a convicção que possuía no poder transformador da arte:

“É nele [no teatro] que os grandes do mundo ouvem o que nunca ou só raramente chegam a ouvir – a verdade; o que nunca ou só raramente chegam a ver, vêem eles aqui – o homem”. (SCHILLER, 1964: 39)

O audacioso projeto de Schiller o conduziu a uma concepção de arte pura, revolucionária, engajada, que o afastou do princípio básico da filosofia kantiana: a crítica. Ao elevar sua arte ao patamar de tribunal e criticar a amoralidade do Estado, Schiller encerrava o exercício da crítica em seu próprio trabalho, e a arte, por ser a purificadora do espírito, tornava-se senhora da moral, purgadora dos sentimentos em um mundo onde o homem continuava a ser guiado, ao invés de ser crítico.

Assim como a história já provou por diversas vezes que não compete a ela ser *mestra da vida*, a arte também já relegou este papel. Mas se a crítica a Schiller é legítima, por outro lado, vale refletir sobre sua principal idéia acerca da importância da arte – e talvez essa assertiva também se aplique à história – a saber, de que a valor da arte consistia em mostrar *o homem*.

BILBIOGRAFIA

BARBOSA, Ricardo. . “A especificidade do estético e a razão prática em Schiller.” In: *Kriterion: Revista de Filosofia*. Vol.46, no.112. Belo Horizonte: Departamento do filosofia da UFMG, Dez. 2005.

_____. *Schiller e a cultura estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CONDORCET, Marie J. *Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano*. Campinas: Unicamp, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

_____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

SCHILLER, Friedrich. *Cartas sobre a educação estética da humanidade*. São Paulo: Editora Herder, 1963.

_____. *Kalías ou sobre a beleza: a correspondência entre Schiller e Körner, janeiro-fevereiro de 1793*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. *Teoria da Tragédia*. São Paulo: Editora Herder, 1964.

Entre o antigo e o moderno:
o providencialismo nas memórias históricas de José da Silva Lisboa e Luís
Gonçalves dos Santos

Giorgio de Lacerda Rosa *

Introdução

O principal objetivo desse texto é compreender a escrita de uma história fortemente ligada ao providencialismo, funcionando como elemento organizador dos fatos e eventos que formaram o contexto histórico dos primeiros anos do século XIX no Brasil. Para as discussões que serão levantadas referentes ao providencialismo e a escrita da história, tomaremos como fonte de análise duas memórias históricas relacionadas ao período em que a Corte portuguesa esteve no Brasil: “*Memória dos Benefícios Políticos de El Rey D. João VI*”, de 1818, de autoria de José da Silva Lisboa, e “*Memória para servir a História do Reino do Brasil*”, redigida até 1821 e publicada em 1825, de autoria do padre Luiz Gonçalves dos Santos.

A hipótese central desse texto é de que, apesar de ser uma forma antiga de explicar os fatos históricos, a providência não só convivia com os novos elementos, vinculados ao conceito moderno de história que estava em formação, como era também um ponto central na forma de compreender o passado. Quais seriam então os limites entre os aspectos *antigos*, como o providencialismo, e os *modernos*, como a história racionalizada, enquanto progresso, que perpassaram e estruturam tanto as memórias mencionadas, como muitas das formas de representação dos eventos históricos no Brasil das primeiras décadas do Oitocentos?

Segundo Koselleck, esse momento de fins do século XVIII e início do século XIX, é marcado por um período de transição, onde se deve evitar delimitar parâmetros muito nítidos entre o *antigo* e o *moderno* na forma de se conceber a história (KOSELLECK, 2004: *passim*). Para Koselleck e Hans Ulrich Gumbrecht¹, a modernidade enquanto fundadora de uma nova ordem histórica passou a ser o referencial na explicação das mudanças historiográficas ocorridas no mundo ocidental a partir do século XVIII². A modernidade suscitou diversas

· Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, financiado pela PROPP (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto).

¹ Colocar a referência das obras desses autores.

² Koselleck busca compreender o fenômeno da modernidade em sua historicidade própria, o que se tornou pertinente tanto para a compreensão dos processos históricos, quanto para a auto-compreensão da historicidade da prática historiográfica, ver Reinhart KOSELLECK. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. **Futuro Passado**, p. 310.

questões em torno da compreensão do tempo histórico – que ainda hoje permanece como um problema a ser enfrentado. Uma das teses centrais desses autores é de que, entre as décadas de 1750 e 1850, o ocidente sofreu um processo radical de transformações que culminou na aceleração do próprio tempo histórico, “em cujo fim se encontra uma forma peculiar de aceleração que caracteriza a nossa modernidade” (KOSELLECK, 2006: 23). Para Gumbrecht e Koselleck, o advento da modernidade acarretou diversos problemas epistemológicos que a historiografia contemporânea precisou – e ainda precisa - enfrentar.

A história no início do XIX não era mais simplesmente fornecedora de exemplos atemporais, serviria, agora, para mostrar o desenvolvimento de um princípio civilizacional ao longo do tempo. E, portanto, portadora de importantes funções políticas. A história política “ilustrada” de inspiração clássica seria o maior instrumento de interpretação do presente e do passado então disponível.

1. Narrando a história: a corte portuguesa no Brasil

Os argumentos até agora expostos nos levam a crer que é necessário um melhor dimensionamento das transformações que o conceito de história passou a carregar na modernidade, e os limites, permanências e rupturas entre uma maneira antiga e nova de se operar o discurso histórico. Com isso, buscamos levantar algumas questões para a compreensão da produção historiográfica luso-brasileira das primeiras décadas do século XIX a partir da idéia de providencialismo. Para tanto, faremos primeiramente uma exposição dos principais aspectos relacionados às maneiras de se escrever história no Brasil Joanino.

Tendo como objeto de análise o conceito de história no mundo brasileiro anterior à independência do Brasil, Pimenta e Araujo atribuem o marco fundamental da crise do “Antigo Sistema” à transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1808. Isso possibilitou, usando os termos de Koselleck, a abertura de um período de inédita “aceleração histórica” no mundo luso-americano. Os atores históricos foram capazes de perceber as transformações “que não apenas acentuaria fortemente a idéia de especificidade do continente americano no conjunto do Império português, como lhe conferiria uma nova dignidade histórica” (ARAUJO & PIMENTA, 2008: 88).

A transmigração da Corte foi causada principalmente pelas invasões napoleônicas, o que agravou a sensação geral de uma decadência da monarquia lusitana, que embora desde pelo menos Pombal, procurava reformar-se internamente, e se viu ameaçada pela difusão de

idéias e projetos ilustrados divergentes. Surgiu então a necessidade de um projeto de restauração, empreendido com o intuito de se reaver a centralidade política de Portugal no conjunto do Império.

A chegada da família real acabou servindo como um importante catalisador para as narrativas ilustradas que já freqüentavam o discurso letrado luso-brasileiro há algumas décadas. Entendemos por narrativas ilustradas os relatos que procuravam registrar os progressos de algum campo da atividade humana, sem ainda reuni-los em um conceito singular de progresso geral da sociedade (ARAUJO & PIMENTA, 2008: p. 85).

Para contar esses novos acontecimentos, o mundo luso-brasileiro tinha já disponível um conjunto de narrativas que destacavam a idéia de melhoramentos e progressos na história. O mais importante era que a preocupação não estava somente no evento histórico em si, mas tais narrativas ilustradas, que tinham como tema a corte portuguesa no Brasil, procuravam observar os eventos em uma cadeia explicativa.

A compreensível falta de parâmetros mais institucionalizados de escrita da história deu resultado a uma variedade significativa de gêneros, projetos e protocolos de pesquisa e exposição. A partir disso, tanto formas antigas como novas dividiam o mesmo espaço. Era comum que no interior de uma mesma obra vários subgêneros fossem reunidos de acordo com as possibilidades de pesquisa, funções do relato e talento do autor. Essa convivência de elementos híbridos talvez seja a característica mais marcante dessa produção historiográfica das primeiras décadas do século XIX no Brasil³.

Esses autores estavam em busca das grandes causas das transformações no processo histórico, porém ainda guardando no interior de suas narrativas formas mais antigas como as biografias, elogios, histórias especiais e particulares. Ao utilizarem as narrativas ilustradas para representar os acontecimentos históricos, fundamentavam-se em aspectos clássicos, com qualidades argumentativas consideráveis, capazes de fazer do passado um estoque de exemplos, que ao mesmo tempo ensinava e orientava.

Essas narrativas funcionavam também como um revelador das causas que moviam o processo histórico, como era o caso da providência: “felizmente ele contribuiu a acelerar o desenvolvimento do plano da *Providência*, que por mão invisível preparava o

³ A imensa variedade de gêneros e protocolos compreendia: as memórias, corografias, anais, efemérides, crônicas, biografias, elogios acadêmicos, panegíricos, ensaios, discursos históricos, poemas, relatos de viagem, artigos jornalísticos e história propriamente dita, entre outras variações que possibilitavam a produção de diferentes formas narrativas para reportar os eventos históricos.

restabelecimento, não só da ordem civil, mas também da ordem cosmológica” (LISBOA, 1818: p. 39)

2. As memórias históricas

Dos diversos gêneros e subgêneros de escrita da história produzidos por brasileiros, as memórias foram, pelos menos em primeiro momento, as que tiveram maior relevância. Elas compunham um estilo mais livre e serviriam para a escrita do se chamava de História Geral⁴, que era mais completa, porém, as memórias eram mais flexíveis. Como subgênero da História Geral, as memórias serviriam como uma espécie de tijolo, que construiria a verdadeira história do Brasil. Elas possuíam um uso político mais imediato, o que então compensava sua incompletude e seu caráter efêmero, através de um imenso e variado repertório de assuntos. Como na época elas eram consideradas por muitos as fontes seguras da história, escrevê-las era o primeiro passo para determinar o sentido dos fatos.

O próprio título da obra de Luís Gonçalves dos Santos indicava essa função, e em tal memória, ele oferecia:

“Não a História do Brasil, cuja composição é muito superior as minhas forças, tanto físicas, como morais, e requer as penas de ouro do Barros, Andrades, e Sosas; mas sim umas memórias, arrançadas pela ordem cronológica, a fim de facilitar aos futuros historiadores os meios de compor a História deste nascente Império, achando já coligidos, e formando um só corpo, os fatos, que por hora andam dispersos, em parte desfigurados, e alheios da verdade, ou que ainda não se escreverão, por cujo motivo intitulei – *Memórias para servir a história do reino Brasil*”. (SANTOS, 1825: VI)

Esse tão importante e citado livro do Padre Luís Gonçalves dos Santos, conhecido como Padre Perereca, é um dos melhores exemplos a respeito da estrutura e das funções que possuíam as “memórias históricas”. Essa obra foi redigida até 1821, mas somente em 1825 foi publicada, por força do retorno de D. João a Portugal e pelas decorrentes implicações dos acontecimentos políticos daquele momento. Nela o padre reuniu, em uma espécie de crônica, um grande volume de texto e com diversos temas, e que tinha como um dos principais objetivos defender a permanência de D. João VI no Brasil, e primordialmente, mostrar a vinda da Corte como parte de um processo histórico que dava ao Brasil o estigma de civilização, de acordo com os arquétipos europeus em voga. Com isso, o Brasil rompia com as estruturas arcaicas de seu passado como colônia de Portugal, e agora, Reino Unido e centro do novo mundo.

⁴ A primeira História Geral sobre o Brasil, escrita por um brasileiro foi “*História dos Principais Sucessos do Reino do Brasil*”, escrita entre 1825 e 1830 e de autoria de José da Silva Lisboa.

“Tomei a resolução de escrever umas memórias de tudo quanto pudesse testemunhar, e chegasse à minha notícia, ou pelos papéis públicos, ou por informações de pessoas verídicas, de tão extraordinário sucesso, e dos felizes resultados, que se deviam seguir para aumento, prosperidade, e grandeza deste Estado do Brasil, hoje a primeira Monarquia do Novo Mundo”. (SANTOS, 1825: V)

No entanto, a leitura da obra nos revela maior complexidade na construção narrativa e argumentativa dos assuntos nela tratados. Essa característica é possível de ser percebida através de diversas camadas textuais, que sugerem períodos distintos de composição da obra. Por isso, não podemos considerar as “memórias” como testemunhos diretos do tempo que narra, embora o autor tenha como meta retirar das descrições que faz em forma de crônica, certo tipo de força de autoridade.

Já José da Silva Lisboa, mais conhecido como Visconde de Cairu, foi autor de uma obra encomendada pelo próprio monarca, *Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*, que foi escrita em 1818 por conta da coroação de D. João como rei de Portugal. Essa obra, assim como a de Gonçalves dos Santos, tem um enorme tom laudatório, e emprega um discurso diretamente influenciado pelo reformismo português⁵, enaltecendo a figura de D. João como um monarca de políticas liberalizantes, vitorioso na empresa de restauração da Monarquia, exaltando ainda a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves

Os objetos de sua narrativa são pelo menos os feitos mais importantes de D. João, considerados pelo autor como os “sazonados frutos da Sabedoria Política, que concilia o Interesse Nacional com o Bem do Governo Humano” (LISBOA, 1818: 7).

Segundo Silva Lisboa,

O dia da coroação de El-Rei Nosso Senhor D. João VI nesta Primeira Corte do Novo Mundo, fixa tão grande época nos anais da América, que deve ser aclamada, não só em voz transitória, mas também em alguma memória, que indique “Principais Benefícios Políticos” que fez ao Estado até sua faustíssima aclamação em 6 de Fevereiro de 1818; narrando-se os prodigiosos sucessos, que enfim ocasionarão tal mercê à grande terra cantada pelo príncipe dos poetas lusitanos; pois, como disse o celebre orador de Roma, “*passam as coisas, e ficam as escrituras*” (grifos meus) (LISBOA, 1818: *introdução*).

⁵ Por Reformismo português pode-se entender como um discurso que reconhecia a posição de atraso de Portugal em relação às economias européias e os riscos que tal situação impunha à preservação dos domínios ultramarinos. Um discurso operacionalizado por letrados e membros da administração lusitana, e que procuravam viabilizar o processo de regeneração da Monarquia e a sobrevivência política do Reino no âmbito das relações político-econômicas internacionais. Sobre esse assunto ver: SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português. 1750-1822*. São Paulo, Fapesp/Hucitec, 2006. Especialmente capítulo 2.

Essa obra pode ser considerada não somente uma produção historiográfica, mas também um grande discurso político em torno da legitimação do governo de D. João e do restabelecimento da Monarquia Lusitana. Deve-se levar em consideração que Silva Lisboa não era apenas um proeminente intelectual que escrevia sobre D. João e seus feitos, mas também um funcionário público ligado ao monarca e que escrevera aquela *Memória* “Por Ordem de Sua Majestade”.

3. O Providencialismo na escrita da história

O discurso histórico presente nas obras mencionadas é marcado pelo constante uso da linguagem do providencialismo, que acaba por dar um sentido e uma organização à história. Acreditamos que a noção de providência, em consonância com o discurso político por trás de tais obras, favoreceu a legitimação do sistema monárquico de governo de D. João, em consonância com o projeto político da Restauração da monarquia Lusitana, e a anulação dos aspectos positivos em torno da Revolução Francesa. O providencialismo, da forma em que é concebido por homens como José da Silva Lisboa e Luiz Gonçalves dos Santos foi capaz de – pelo menos por algum tempo – justificar e dar sentido a uma vasta quantidade de acontecimentos, que pareciam ser desordenados e caóticos, sem perder de vista a história enquanto progresso.

Ao explicar o que é a providência, Alexandra Walsham enfatiza a idéia de que seria ela a própria mão de Deus dirigindo e trabalhando no mundo. Seu sujeito não é a marca interiorizada de providencialismo, mas a manifestação mais coletiva e pública das ações providenciais. “This was the only theological connection that wove past, present, and future together, for the erection of the human history from your beginning”, (WALSHAM, 1999: 16).

Trabalhando com o providencialismo no início da Era Moderna na Inglaterra, Walsham estabelece duas categorias para a providência: a “geral”, especial, universal, e a “providência particular”. Na primeira proposição, Deus controlaria toda a evolução do universo, preservava-o e possibilitava sua continuidade de acordo com as Suas leis, estabelecidas desde a criação. No segundo caso, Deus interrompia a sucessão normal dos acontecimentos, de acordo com as ações individuais dos homens, e daí Ele poderia puni-los ou recompensá-los, estabelecendo uma interferência direta no próprio livre-arbítrio.

Posto isso, podemos dizer que a crença em uma força organizadora do processo histórico servia para legitimar e organizar um conjunto de fatos que inquietava as tradicionais estruturas de legitimação da monarquia portuguesa. Razão e providência tornavam-se duas forças aliadas nos projetos de restauração do reino.

O caráter inédito dos eventos vivenciados pela geração de Silva Lisboa e Gonçalves dos Santos impossibilitava que tais fatos fossem narrados nos moldes de uma história puramente *Magistra vitae*, logo, seria necessário descrever os acontecimentos de forma processual. Tais fatos faziam parte de um plano pré-ordenado por uma força organizadora do processo histórico – a Providência Divina:

“[...] , pois me persuadi, que este tão extraordinário, e prodigioso sucesso da feliz vinda de Sua Majestade, o Senhor D. João VI, sendo então Príncipe Regente, era um daqueles grandes efeitos da Providência Divina, pelos quais, quando lhe praz, se levantam sobre a terra novos impérios; e nesta persuasão ainda mais me confirmei, logo que comecei a observar a iluminada política, e liberal sistema, com que sua majestade principiou a abrir, e fundar os alicerces de um grande Império nesta parte da América Meridional”. (SANTOS, 1825: 5)

O que fica claro na argumentação e estruturação das obras, é que os autores dessas memórias escreveram uma história da América portuguesa nos quadros do providencialismo lusitano, sem, no entanto, comprometer suas tentativas de compreensão racional da história como processo:

“O Fundador da Sociedade vela no progresso da Civilização, Dando aos Homens a esperança, como a Constituição da sua natureza. Por tanto convém ser firme na pia crença de que, suposto a Humanidade não avance sempre em linha reta na carreira da perfeição, compatível com o seu estado e destino, sempre, depois das mais hórridas catástrofes, sobe em linha espiral à maior grau do que decaíra, havendo virtuosa porfia em não desmaiar na adversidade, e aspirar sempre à melhor fortuna.” (LISBOA, 1818: 41)

Logo, este era um momento de disputa e convivência não antagônicas entre o antigo e o moderno conceito de história no mundo luso-brasileiro. Porém, acreditamos que a persistência de determinados ditames das concepções clássicas de história, como o próprio providencialismo, não são suficientes para caracterizar essas narrativas como não modernas.

Em diversos momentos de suas obras, tanto José da Silva Lisboa como Luís Gonçalves dos Santos, mesmo deixando claro que determinados eventos eram pré-ordenados pela Providência Divina, mostraram que se podia estabelecer uma racionalização desse ordenamento através da interpretação do processo histórico. Estabeleciam-se também as causas que levariam a nação portuguesa a um progresso ainda maior que o já experimentado

naquele presente. Observe que nesse trecho da Memória, além de reforçar o argumento anterior, o Padre Perereca nos dá uma clara idéia do progresso e da aceleração do tempo histórico vivida por seus contemporâneos:

[...] nesta terra, pois tão boa e espaçosa, dada por Deus ao mais feliz dos nossos Reis, o senhor D. Manoel na era de 1500 (isso indicaria uma distancia muito grande), é que o príncipe regente o Senhor D. João, trezentos e sete anos, depois que fora descoberta, veio por ocultos juízos do mesmo Deus, lançar os fundamentos de um grande Império, o qual pelos constantes desvelos, justo, e sábio governo do seu Augusto Soberano, irá elevando-se ao seu maior auge de força, riqueza, e consideração política, tal que em período não muito longo de anos tomará lugar na ordem das primeiras potências do universo. Tanto é verdadeira a sentença do sábio: que o rei justo levantará a terra e a fará florescer! (SANTOS, 1825: 54)

E nesse sentido, não há problema algum na interação entre o moderno conceito de história e a concepção providencialista conduzida pelos autores que acabamos de analisar. Pois seria justamente a noção de uma pré-ordenação Divina do processo histórico, o que chamamos aqui de providencialismo, que permitiu aos homens desse período experimentar a idéia de progresso.

A racionalização e a história enquanto processo – principalmente com o surgimento da filosofia da história – parecia ter colocado em cheque o providencialismo enquanto chave de compreensão para os fatos históricos. Segundo Koselleck, a expressão filosofia da história – que teria nascido em um contexto de profundas transformações no século XVIII ⁶ – era um conceito polêmico, dirigindo-se criticamente contra a fé nas escrituras e metafisicamente contra a providência divina, a qual, de acordo com a interpretação teológica, fundava a conexão interna “das histórias”. Logo, a história “se viu provocada com esse ato, já que o plano divino estava eliminado, passando ela própria, a partir de fatores resultantes de uma reflexão interna, a ter que desenvolver conexões próprias que explicassem os acontecimentos” (KOSELLECK, 2006: 66).

Porém, no processo de formação do conceito moderno de história, trabalhado por Koselleck entre anos de 1750-1850, a experiência passou a conceber o progresso como sendo “o progresso também daquelas coisas imutáveis, como a moral e a Razão” (KOSELLECK, 2006: 82). Os novos contornos que iam delimitando a história acabaram então por se juntar às verdades tidas como eternas, englobando as percepções religiosas do progresso do mundo, todavia, segundo uma ordem divina na qual o processo histórico era visto em seus inúmeros

⁶ Para a formação do conceito de história como filosofia da história ver: Reinhart KOSELLECK. *historia/História*, principalmente capítulo I parte 2.

períodos e fases. (KOSELLECK, 2006: 88)

A tratar sobre o verbete *historia/História* no dicionário de conceitos fundamentais, para esse período de transição, o autor alemão parece ter evitado delimitar parâmetros muito nítidos entre o antigo e o moderno. Novas funções do novo conceito de história, que ainda não se encontrava completamente formado, convivia com um intenso e persistente uso de referências clássicas – como o próprio providencialismo.

Conclusão

A partir dessas últimas considerações, podemos dizer que, para analisarmos a posição do providencialismo entre o antigo e o moderno nas narrativas históricas do Brasil joanino, devemos perceber que autores como Silva Lisboa e Gonçalves dos Santos, e toda uma geração que eles representam, já concebiam os acontecimentos históricos através de fórmulas racionais de se experimentar o passado, e também buscavam o fio condutor capaz de explicar o presente, que representava não só uma transição, mas algo novo e inédito. Precisamos ponderar não somente sobre as continuidades e descontinuidades, mas também sobre a mescla de elementos que, por hora, reunidos pareceriam contraditórios e dissociáveis. A própria tradição historiográfica nos ensinou a julgar cada época a partir de seus próprios valores, sob o risco de incorrerem no famigerado anacronismo. Entender a própria historicidade do discurso histórico formado naquele momento de transição que a experiência do tempo anunciava, permiti-nos compreender o efeito que associação entre o providencialismo e um conceito moderno de história ofereceria à interpretação dos acontecimentos.

Fontes e Bibliografia:

Fontes:

LISBOA, José da Silva. **História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil** .4 Vols. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1825-1830.

_____. **Memória dos Principais Benefícios Políticos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. **Memórias para servir à história do Reino do Brazil, divididas em tres epocas da felicidade, honra, e gloria**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1825.

Bibliografia:

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. & PIMENTA, João Paulo G. História. **LER História**. Dossiê: História Conceptual do mundo Luso-brasileiro, 1750-1850. Lisboa, no. 55, 2008, pp. 83-96.

CEZAR, Temístocles. **O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX**. História, Unisinos, v. 11, p. 306-312, 2007.

_____. **Estudos sobre a Escrita da História**. (org.). 7 Letras. Rio de Janeiro, 2006.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Cascatas de Modernidade*. In: _____. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998

KANTOR, Íris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)**. São Paulo: Hucitec, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **historia/História**. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

_____. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos modernos**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: A cultura política da independência (1820 – 1822)**. Rio de Janeiro, REVAN/FAPERJ, 2003.

_____. **Napoleão Bonaparte: Imaginário e política em Portugal (1808-1810)**. São Paulo: Alameda, 2008.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do Ideário Político**. S.P. Edusp, 2003.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a Nação: Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português (1750-1822)**. Hucitec-Fapesp: São Paulo, 2006.

WALSHAM, Alexandra. **Providence in Early Modern England**. Oxford, 1999.

Uma janela para o passado: a obra de Jonathas Serrano e a produção de uma ‘historiografia católica’ na República

Giovane José da Silva*

A produção historiográfica de Jonathas Arcanjo da Silveira Serrano (1885-1944), intelectual e militante católico, constitui instrumento privilegiado para pensar sobre a configuração de uma “historiografia católica” durante a primeira metade do século XX. Historiografia que compartilhava do pressuposto comum aos estudos históricos do período, qual seja: a busca das raízes de nossa identidade nacional.

Assim sendo, a principal preocupação dos intelectuais brasileiros no período era a de vasculhar e interpretar o passado dispostos a encontrar respostas para os dilemas do presente. Apesar da maioria não ser composta por “historiadores profissionais”¹, consideravam que a interpretação do passado era fundamental para sustentar a crítica ao *status quo* e afirmar um novo projeto ideológico.

Nesse sentido, a produção histórica de intelectuais católicos em geral, e de Jonathas Serrano em específico filiava-se a um longo e polêmico debate em torno da compreensão da identidade brasileira, travado por uma série de intelectuais, não somente historiadores, mas também cientistas sociais e literatos, dentre os quais se destacam Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Manuel Bonfim, José Veríssimo, Afonso Celso, Alberto Torres, Monteiro Lobato, Mario de Andrade, Afrânio Peixoto, Afonso Arinos de Melo e Franco, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Oliveira Lima, Gilberto Freyre e inúmeros outros (BEIRED, 1999: p. 233; 238).

Jonathas Serrano, como intelectual e militante católico, pensava a identidade nacional a partir da marca do catolicismo. E não podia definir essa identidade de outra forma. Membro de

* Mestrando do programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Essa comunicação é resultado preliminar do projeto: À Margem do Centro D. Vital: Pensamento político e interpretação histórica no pensamento de intelectuais católicos no Brasil. Análise da produção intelectual de Jonathas Serrano (1914-1939), financiada pela Capes e sob orientação do professor Danilo J. Ferretti.

¹ Os conceitos de “historiador” e “historiografia” utilizados não reproduzem o *modus operandi* da época analisada, mas ao discurso do historiador-pesquisador interessado no conjunto de representações criadas pelos antepassados. Cabe ressaltar que o IHGB e posteriormente os institutos históricos provinciais constituíram os principais espaços de produção histórica do país até pelos menos a década de 1930. Só a partir de então, a emergência de uma nova geração de intelectuais vinculados as universidades foi produzindo uma série de transformações no interior do campo historiográfico brasileiro e, paulatinamente, as universidades transformaram-se em centros privilegiados de pesquisa e profissionalização de historiadores.

diversos institutos históricos estaduais e do IHGB, realizou diversos estudos eruditos sobre os padres *Anchieta (1916)*, *Nóbrega (1917)* e *Júlio Maria (1924)* ou de “grandes vultos” os quais, na perspectiva de Serrano, lutaram pela república no Brasil, a exemplo de *Felipe dos Santos (1720)* e *Domingos Martins, um vulto de 1817 (1917)*. Dedicava-se principalmente ao gênero biográfico e em tais estudos, construiu uma *mise en intrigue* que procurava articular à participação do clero ao lado desses “grandes vultos históricos”, líderes de movimentos liberais e republicanos na história do Brasil. Para Serrano a identidade do Brasil era profundamente católica e republicana.

Serrano também assinou as seções “letras católicas” e “letras contemporâneas” no jornal *A União (1909 -1931)* e no periódico *A Ordem (1922-1925)*, respectivamente, nos quais se destacaria em espécie de censor da cultura literária e a ser consumida pelos católicos. No primeiro, atuava ao lado do intelectual católico Antônio Felício dos Santos; no segundo, ao lado de Jackson de Figueiredo e sob a direção do arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, à época diretor do Centro D. Vital e líder do laicato intelectual católico. Fundou e dirigiu também a *Revista Social, órgão da mocidade católica, letras e artes (1909-1927)*, estimulado pelo padre Júlio Maria (1850-1916).

Ao longo dos periódicos citados podem-se investigar as representações desse passado republicano, liberal e católico brasileiro difuso em editoriais, artigos e crítica literária assinado por Jonathas Serrano. Paralelamente a atividade de erudito e militante católico exerceu o magistério como professor de história no colégio Pedro II, sendo autor de inúmeros livros didáticos, tais como *Epítome de História Universal (1914)*, *História do Brasil (1931)* e *História da Civilização (1933-1939)*, em cinco volumes.

Nos limites dessa breve comunicação investigaremos dois textos os quais, em nosso modo de entender, são representativos sobre como Jonathas Serrano pensava a história e a identidade nacionais, bem como sobre os usos\abusos que tal construção se prestava ao movimento de “reação católica” conduzido pelos membros da hierarquia eclesiástica brasileira, tendo a frente D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro e líder do Centro D. Vital, principalmente nos anos 20. Ao mesmo tempo, acreditamos que esses textos explicam a ascensão de Serrano como “historiador oficial” do Centro D. Vital, além da configuração de uma “historiografia católica” na República.

O primeiro texto, *O clero e a República*, foi publicado por Serrano na coleção organizada por Vicente Licínio Cardoso, em 1924, e que pretendia realizar um inquérito entre intelectuais sobre

a situação da República no Brasil (SERRANO, in: CARDOSO, 1981).² Herdeiros de Alberto Torres criticavam, para usar a expressão de Oliveira Vianna, o “idealismo da Constituição” e o divórcio da mesma de nossas raízes nacionais. Entretanto, tinham a característica comum de reafirmar a crença na República e no liberalismo, porém livre de seus excessos e valores abstratos à nacionalidade.

O segundo texto *Júlio Maria (1924)* teve o selo do Centro D. Vital e as bênçãos do arcebispo D. Sebastião Leme. A biografia, utilizando o recurso narrativo teleológico, situava o biografado no contexto mais amplo da ação do catolicismo no Brasil, a qual teria começado na colônia com Anchieta e Nóbrega, avançado o Império com padre Miguelinho, Frei Caneca, padre Feijó dentre outros, e que chegava à República com Júlio Maria, qual seja: a ação de revelar aos brasileiros o Brasil republicano, católico e romano.

Portanto, nosso ponto de vista é da história da historiografia brasileira, principalmente as representações católicas da nação. Essas questões nos levaram a reler os clássicos do pensamento católico no Brasil. Mas, dentre inúmeros pensadores como Antonio Felício dos Santos, Afonso Celso, Carlos de Laert, Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, por que escolher Jonathas Serrano? Por duas razões: a primeira é informada pela própria característica da obra do autor, cuja produção histórica é a mais intensa entre os católicos; nos outros pensadores, a referência à história é mais difusa e se encontra dispersa em estudos políticos, sociológicos, literários, discursos etc.; a segunda razão deve-se a referência a Serrano como o “historiador dos católicos”, reconhecida por seus coetâneos, em um período de reorganização das diretrizes políticas da Igreja Católica concebidas pela hierarquia eclesiástica e que foram fundamentais para o movimento de “reação católica”.

O conceito de identidade nacional nesse trabalho é encarado como uma comunidade imaginada que se narraria nas historiografias e literaturas, na mídia, na cultural popular, nas artes, na tradição, nas narrativas míticas de origem, compartilhadas pelos membros de um grupo e até mesmo de uma comunidade nacional, mas que se encontra em constante processo de releitura e interpretação. Atualmente, diante dos processos de globalização, fale-se muito em crise de identidade e fragmentação do sujeito. Segundo uma vertente “pós-moderna” das ciências sociais, as velhas identidades nacionais encontram-se em declínio diante do processo acelerado de globalização. Por outro lado, a globalização é denunciada por criar uma cultura planetária

² O texto de Serrano, juntamente com os outros textos da coleção foi republicado também em 1951 e 1981, respectivamente pela editora Civilização Brasileira e Universidade de Brasília. Utilizamos essa última versão.

homogênea, o que estimula a diferenciação radical das culturas locais e até mesmo dos indivíduos. Para Stuart Hall, por exemplo, saiu-se da posição iluminista de “sujeito ontológico” para a “posição de sujeito”, na perspectiva pós-moderna (HALL, 2000). Portanto, a noção de identidade nacional nesse trabalho não pode ser tomada como essência, nem como construção pelo Estado-Nação, mas como problema historiográfico, sobre o qual se procura refletir e reconstruir criticamente.

Para tanto, consideramos que as formulações de Reinhart Koselleck contribuem para a leitura das fontes que estamos analisando, embora não se dedique ao estudo das identidades nacionais. Para Koselleck, o historiador, ultrapassando o seu próprio vivido, mergulha no passado guiado por questões e inquietações do presente. O que estrutura sua representação do passado são as categorias formais ou meta-históricas do conhecimento histórico de “campo de experiência” e “horizonte de espera”. O campo da experiência é o conjunto da “experiência vivida”, é o “passado recebido pelo presente”, cujos acontecimentos podem ser lembrados. O “horizonte de espera” é um futuro atualizado, que tende a ser o que não é ainda, ao que não é o campo da experiência. As duas categorias se entrecruzam no presente, mas não são irreduzíveis uma na outra. Para Koselleck as experiências podem se modificar com o tempo pelo presente vivido e as novas esperas se inserem retroativamente. Ou seja, a experiência não pode ser recolhida sem uma espera retroativa, e a espera é impossível de ser apreendida sem a experiência. Atravessar o horizonte de espera é criar uma nova experiência. É a tensão entre experiência e espera que engendra o tempo humano (KOSELLECK, 2006).

Em outros termos, na década de 1920 o “campo de experiência” brasileiro foi reinterpretado por intelectuais católicos de uma forma específica e modificado por um “horizonte de espera” novo, o qual estimulou a sua retomada. A direção da história se dá na direção do futuro para o passado. Assim, o desejo desses intelectuais em viverem num futuro “Brasil Católico” os levou a repensar seu passado, bem como orientava a ação no presente dos anos 20.

No século XX, o primeiro intelectual católico a repensar o “campo de experiência” vivido foi o padre Júlio Maria. Na ocasião do quarto centenário do descobrimento, em 1900, Júlio Maria publicou sob o título *Memória do catolicismo no Brasil*, no livro do centenário do descobrimento, artigo no qual dividia a história do Brasil em dois eixos principais: o ascendente, com a chegada dos primeiros jesuítas, em 1549, até as reformas pombalinas, em 1755; e o decadente, das reformas pombalinas as primeiras décadas do século XX (Julio Maria, 1900).

A interpretação de Júlio Maria deixava-se inspirar por matrizes filosóficas e ideológicas tradicionalistas produzidas na Europa durante o século XIX e que combatiam os valores que estiveram na base da Revolução Francesa, notadamente o pensamento Joseph De Maistre e Louis De Bonald. Essa interpretação influenciaria outras interpretações históricas levada a cabo por intelectuais católicos no século XX, principalmente o grupo reunido no Centro D. Vital e na revista *A Ordem*, destacando Jackson de Figueiredo, padre Leonel Franca e Jonathas Serrano.

Jackson de Figueiredo e padre Leonel Franca, por exemplo, apontou na doutrina do livre exame das escrituras do protestantismo a origem intelectual de todas as idéias revolucionárias dos séculos XVII e XVIII, o espírito de anarquia responsável pelo declínio da civilização Ocidental. Lutero seria o pai espiritual da desordem vivida pelo Ocidente, a Reforma protestante era à base do iluminismo e da Revolução Francesa. Por ela o liberalismo corroeu o espírito de hierarquia e o corporativismo católico medieval. Assim, o materialismo, o sensualismo, laicismo, racionalismo e o cientificismo enraízam-se na Reforma. Portanto, só existiria um meio de salvar o Ocidente de seu declínio, qual seja regressar as origens do catolicismo medieval idealizado (FRANCA, 1933 e 1955; FIGUEIREDO, 1922a).

E qual seria o “horizonte de espera” desses intelectuais católicos que os estaria levando a repensar seu “campo de experiência”? Sem dúvida alguma restauração de uma ordem católica, hierárquica e corporativa medieval. Daí a retomada do pensamento político de Santo Tomás de Aquino e de autores que combateram o liberalismo moderno na Europa durante o século XIX. Portanto, a releitura de seu “campo de experiência” só podia ser negativa, ressaltando a decadência da civilização e condenando-a por seus excessos, concomitante ao “horizonte de espera” irrealizável no contexto brasileiro marcado pelo avanço do sistema capitalista. Essa formulação poderia nortear a ação católica nos anos 20? Em outras palavras, seria politicamente eficiente? A julgar reacionarismo de Jackson de Figueiredo e sua resistência a qualquer concordância com intelectuais de outros matizes no Brasil e sua nostalgia monarquista, a resposta é negativa (FIGUEIREDO, 1992b; 1922c).

O horizonte de espera reacionário era politicamente inviável aos propósitos da hierarquia eclesiástica na década de 1920, mas não o seria na década de 30, durante a vigência do governo Getúlio Vargas, como tem apontado uma vasta literatura sobre o assunto no Brasil (ROMANO, 1979; AZZI, 1994, DIAS, 1996; RODRIGUES, 2005). Ao longo da década de 1930, a aproximação

da elite católica do Estado Novo foi responsável pela re-significação do passado nacional no sentido do reforço da ordem, da hierarquia e do corporativismo cristão medieval, muito mais intenso que na década de 1920. Aliás, atesta à historiografia, o regime Vargas lançou mão de recursos simbólicos construídos pelos intelectuais católicos na justificativa do regime autoritário estadonovista (LENHARO, 1986). Já na década de 1940, com o fim iminente o Estado Novo e a mudança do “horizonte de expectativa”, houve uma nova releitura do passado feito por intelectuais católicos, desta vez orientada pelo pensamento de Jacques Maritain, aberto a democracia e ao pluralismo moderno, sem abrir mão dos valores cristãos, sem os quais seria impossível criar o humanismo integral. Essa seria a leitura realizada por Alceu Amoroso Lima (RODRIGUES, 2005: pp. 180-209).

Voltemos aos anos 20. Para o episcopado brasileiro, notadamente no pensamento de D. Sebastião Leme, a postura monástica de fuga ao século e condenação da República e nostalgia da monarquia dificultaria qualquer aproximação com o Estado e a restauração da influência católica. Era preciso reconciliar-se com a República. Esse “horizonte de espera”, para continuarmos no interior da noção koselleckiana, estimulou a retomada do “campo de experiência” no sentido da reconciliação com a República e diálogo com o liberalismo e não a sua condenação, muito embora, os discursos do bispo e principalmente sua carta pastoral de 1916 revelassem a influência do tradicionalismo de Maistre e Bonald (DIAS, 1996: 52-55).

Quem melhor soube reinterpretar o passado em função do futuro e oferecer elementos a ação mais efetiva no presente foi Jonathas Serrano. Sua interpretação, tanto no inquérito de Vicente Licínio Cardoso, *O clero e a República (1924)*, como na biografia de *Júlio Maria (1924)* ou ainda presente em outros textos, como *História do Brasil (1931)*, Igreja e República são reconciliados e articulados numa síntese histórica coerente, cujas raízes remontariam à colônia.

Para tanto, Serrano criaria uma interpretação da história do Brasil distante da influência do pensamento tradicionalista europeu presente nas interpretações de Júlio Maria, Jackson de Figueiredo e padre Leonel Franca, como assinalamos acima. Ao contrário, Serrano estava interessado em defender a possibilidade do catolicismo liberal no Brasil. Para tanto, deixou-se influenciar por outra matriz filosófica francesa do século XIX, qual seja, pelo espiritualismo eclético de Vitor Cousin, padre Dominique Lacordaire e Robert Lamennais. O primeiro defendeu a possibilidade de conciliação entre o pensamento das luzes e a tradição filosófica espiritualista, o

sensualismo de Condorcet e o espiritualismo de Bossuet. Seu pensamento influenciou a elaboração intelectual e a ação do padre Dominique Lacordaire, considerado um precursor do catolicismo de cunho liberal na França. Em suas prédicas e conferências realizadas na catedral de Notre Dame e utilizando em seus discursos a defesa dos direitos do homem e da liberdade de associação, conseguiu restaurar a Ordem dos Dominicanos na França. Ao lado de F. Robert Lamennais e conde Charles Montalembert fundou, em 1830, o jornal *L’Avenir*, marcado por posições em defesa da liberdade religiosa e de ensino na França, além da separação da Igreja e do Estado, posições de serem condenadas à época pela papa Gregório XVI, através de sua encíclica *Mirari vos*, em 1832 (PLONGERON, 1991: pp.31-43).

Assim, seria possível uma cristandade republicana no Brasil que não condenasse os valores liberais, atitude comum entre os intelectuais católicos reunidos no Centro D. Vital. Era possível avançar em relação ao reacionarismo de Jackson de Figueiredo e promover uma abertura e maior participação da Igreja na resolução dos problemas nacionais, para além da nostalgia romântica do monarquismo que a própria Igreja ajudara a sepultar. Os católicos deveriam se inspirar na atitude do padre Júlio Maria, que a exemplo do padre Lacordaire, na França, que promoveu o elogio fúnebre do rei Carlos X e celebrou a vitória da revolução de 1830, também promoveu prédicas na matriz de Juiz de Fora, celebrando o “elogio fúnebre da monarquia de D. Pedro II” no Brasil.

De fato, o Brasil de Serrano, já na colônia, contém sua “essência republicana e católica”, embora ainda “não manifestada à consciência dos brasileiros”. A marcha da nação rumo ao seu auto-reconhecimento e liberdade procede à maneira da dialética hegeliana, isto é, através da tríade tese, antítese e síntese. Assim sendo, a configuração de nossa matriz republicana e católica ocorreu na colônia (tese ou afirmação), mais precisamente com a chegada dos padres jesuítas, a partir de 1549. Para Serrano, os inicianos criaram no Brasil colônia uma “federação de repúblicas católicas”, o sistema de Capitânicas hereditárias já representava o “espírito de federalismo que orientaria o pensamento republicano”. Os governos gerais eram centralizadores, mas foram necessários na proteção do Brasil contra a invasão de forças exógenas e “alheias a nacionalidade”, tais como o “protestantismo holandê e francês”. Como se nota, na contramão das interpretações de Vanhagem o Brasil de Serrano não nascera monárquico, mas republicano, porém católico. Recursos narrativos de *mise em intrigue* como os “desde”, “origens da Pátria”, “germes da nacionalidade” reforçam a tese defendida.

A ação dos jesuítas e dos governadores gerais, mesmo a mais enérgica, justifica-se em virtude da necessidade de combater as “religiões selvagens e bárbaras” dos silvícolas e africanos. Os jesuítas representam a presença do mais “puro catolicismo romano e tridentino” na colônia. Contudo, a ação dos padres seculares é criticada, pois representam a presença do “clero ibérico na colônia”, os quais “pouco se dedicavam a pregação doutrinal”, porém facilmente entregues as “festas de santos e padroeiros”, “aos panegíricos hiperbólicos”, “as liturgias festivas e estéticas” que muito “pouco acrescentavam ao progresso da Pátria” e, não raras vezes, nada tinham em comum como o catolicismo oficial e tridentino. Portanto, o Brasil católico-romano corria o risco da descaracterização diante das “crendices populares e religiões inferiores” trazida pelos africanos ou cultivada pelos silvícolas. O Brasil de Serrano é também branco, católico, românico, republicano e liberal, mas ainda sob a proteção benéfica da monarquia dos “Avis, Habsburgos e Braganças”.

Serrano faz o elogio do Brasil litorâneo, europeu, branco, romano e republicano. Justifica a ação enérgica do governador Men de Sá e dos inacianos na defesa do catolicismo entre a população indígena do interior, bárbara e selvagem. Por vezes, parece nutrir uma admiração romântica dessa mesma população, pois “viviam em perfeita harmonia”, sob a “tutela dos inacianos” e em uma “federação de repúblicas católicas”, longe do “materialismo sensualista” do Brasil litorâneo. Ora reproduz Vanhagem, ora Capistrano.

O espírito da nacionalidade segue sua marcha na história e a encontra sua alienação, o momento de sua antítese ou negação através das “sombras das luzes européias que se projetaram sobre a colônia”. A negação do espírito da nacionalidade, o momento da antítese ocorreu na administração do marquês de Pombal (1750-1777). A expulsão dos jesuítas foi o “maior mal já feito à Pátria brasileira”. A introdução do pensamento das luzes, esse “liberalismo abstrato de matriz sensualista”, distante das raízes nacionais, arrancou à Pátria sua raiz católica. Com a expulsão dos jesuítas o sertão se viu abandonado “aos impulsos bárbaros”; o catolicismo romano logo perderia sua força diante do “catolicismo ibérico e rural”; índios e africanos viram-se entregues aos seus impulsos religiosos selvagens, as elites entregues ao “materialismo e ao sensualismo de Condorcet”.

Contudo, o “liberalismo não foi de todo mal”, pois contribuiu para o desenvolvimento do espírito nacional, engendrou “a consciência de nossas raízes republicanas” e vários movimentos nos séculos XVII, XVIII e XIX expressariam essa consciência republicana, mesmo que a independência fosse realizada sob a tutela dos Bragança. Serrano identificaria em homens como “Felipe dos

Santos”, o “clero que participou da Inconfidência mineira” de 1789 e na “Revolução Pernambucana de 1817”, cujo “maior vulto foi Domingos Martins”, na “ação revolucionária de Frei Caneca” ou ação na ação “política do padre Diogo Feijó”, a presença desse grande homem que como “aves de minerva levantam vãos antes do entardecer”. Em outras palavras, a ação desses homens republicanos e católicos antecipa o espírito da nacionalidade antes mesmo de sua realização na marcha da história. Esse seria o grande homem ou o herói romântico. Serrano desafia seus leitores a apontarem “um só movimento no Brasil em que não exista um padre pronto a sacudir suas batinas liberais e empunhar a cruz de sua fé”.

Contudo, esses homens eram extraordinários. As elites que fizeram a independência estavam confusas por um “liberalismo abstrato e alheio à nacionalidade”. Por isso a independência se fez pela tutela dos Braganças e pela outorga do Padroado. O “padroado era odioso”, pois era uma “proteção que nos asfixiava”, declarava Serrano. Mas a monarquia foi necessária para proteger o desenvolvimento do espírito nacional contra o “republicanismo dissolvente das regências”. Entretanto, o monarquismo imperial foi pior que a monarquia portuguesa colonial. O liberalismo do império foi “abstrato”, “bragantino”, “ibérico”, “distante das raízes americanas da Pátria brasileira”.

O espírito nacional republicano e católico romano era negado, mas existia, jamais poderia ser destruído. A semente deixada pelos jesuítas do catolicismo romano suportava a aridez do Império. Contudo, o padroado, a má formação do clero secular deixava à nação entregue ao “catolicismo popular, rural e ibérico”, “inculto”, “estético”, “festivo”, “irracional”.

A marcha do espírito chega à República, cujo liberalismo corre o risco de “arrancar à Pátria, uma vez por, a semente plantada pelos inicianos desde nossas origens coloniais”. Era necessário que os católicos agissem para restaurar a força do catolicismo, “salvar a Pátria dos valores anárquicos do protestantismo” anárquico, do cientificismo, do laicismo e do materialismo. “O fim do padroado, o laicismo da constituição, a falta de instrução religiosa tudo isso contribuiu para o declínio da Pátria”. O “iberismo católico espalha-se entre as massas rurais”, “o protestantismo anglo-saxônico e imigrante contamina os meios operários e as classes médias”.

Mas a Constituição de 1891 também abriu as portas para a reorganização da Igreja pelo direito à liberdade de associação. É o momento da síntese e de uma nova afirmação. A marcha do espírito chegou ao seu termo, o Brasil era uma república, porém ainda não católica e romana. Era chegada à hora do clero reconciliar-se com o século, atuar nos meios políticos, educacionais,

intelectuais, “levantar as batinas”, “empunhar a cruz”, “abandonar sacristias, panegíricos, festas e liturgias mórbidas de padroeiros”, essa religiosidade ibérica estética, para entrar nas fábricas, campos agrícolas, gabinetes, institutos, quartéis, escolas e mostrar aos brasileiros sua identidade, sua verdadeira nacionalidade. Essa seria a ação levada a cabo pelo padre Júlio Maria, a qual os católicos deveriam se inspirar e continuar. Júlio Maria representava “a encarnação da Idéia da Pátria, republicana e católica”. Ele era o grande homem, “o vulto que veio mostrar o Brasil aos brasileiros”, a “consciência republicana que falta aos nossos coetâneos”.

Referências bibliográficas.

AZZI, Riolando. *Neocristandade: um projeto Restaurador*. São Paulo, Paulus, 1994.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da Ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo, Loyola, 1999.

DIAS, Romualdo. *Imagens da Ordem. A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo, Editora da Unesp, 1996.

FRANCA, Leonel. *A crise do mundo moderno*. Rio de Janeiro, 4 edição, Agir, 1955.

FRANCA, Leonel. *A Igreja, a Reforma e a Civilização*. Rio de Janeiro, 3 edição, Civilização Brasileira, 1933.

FIGUEIREDO, Jackson. *Pascal e a inquietação moderna*. Rio de Janeiro, Centro D. Vital, 1922a.

_____. *A Reação do Bom Senso contra o demagogismo e a anarquia militar*. Rio de Janeiro, Centro D. Vital, 1922b.

_____. *Literatura reacionária*. Rio de Janeiro, Centro D. Vital, 1922c.

Julio Maria. Memória do catolicismo no Brasil. In: *Livro do Centenário*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro\Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Editora da PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2006

LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Campinas, Papirus, 1986.

PLONGERON, B. O padre Gregoire, a origem de uma cristandade republicana (1789-1801). *Concilium*, n. 221, teologia fundamental. Petrópolis, Vozes, pp. 31-43.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo, Kairós, 1979.

RODRIGUES, Candido Moreira. *A Ordem, uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

O Papel da Imprensa na Historiografia da Paraíba¹

Givaldo Cavalcanti da Silva²
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo fazer uma abordagem acerca da historiografia da imprensa paraibana, levando em consideração que a História da Imprensa no Brasil é ainda um campo que promove um estudo ampliado, por apresentar muitos desafios a serem enfrentados pelos pesquisadores tanto da área de História quanto de Comunicação. Adotando a interdisciplinaridade, item indispensável para a realização de uma pesquisa desse gênero, há a possibilidade da realização de diferentes recortes e abordagens no que se trata da construção da história local a partir dos veículos de comunicação estaduais, uma vez que se trata de um objeto que precisa ser analisado por vários ângulos. Acerca dessa temática, é possível perceber que há a necessidade da construção dos marcos historiográficos na imprensa paraibana, ponto importantíssimo para o estudo da história do Estado, tendo como ferramenta de apoio a utilização de veículos de mídia. A comunicação utilizando os fatos históricos para que, através de seu ofício possa contribuir para o registro da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa, historiografia, Paraíba.

INTRODUÇÃO

Não se credita à modernidade o registro dos acontecimentos históricos em publicações de jornais diários. A primeira manifestação da imprensa deve-se situar no começo do século II da Era Cristã. Acompanhando as transformações sociais, o jornalismo foi ganhando novas técnicas e abordagens de acordo com o desenvolvimento e organização social. Para tanto, a prática jornalística foi observando os erros da sociedade, prepotência de governantes, sensualidade das mulheres, superstições religiosas, lutas de classes pela liberdade dos cidadãos e, sobretudo a dignidade humana.

No século XVII, mais precisamente na França, o periodismo teve seu início com os manuscritos que se limitavam ao reduzido número de exemplares e público leitor atingido. Mas, com a implementação da técnica de impressão a partir das máquinas desenvolvidas por Gutenberg, o jornalismo ganhou uma nova dinâmica, e o seu poder de alcance foi consideravelmente ampliado.

¹ Trabalho selecionado para a apresentação de comunicação livre no 3º Seminário Nacional de História da Historiografia. O texto refere-se a uma análise inicial acerca da historiografia da imprensa da Paraíba, no que tange para sua contribuição na construção historiográfica do Estado.

² Graduando em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: gcavalcantifilho@gmail.com

No Brasil, o início da imprensa deu-se com a chegada da Família Real portuguesa, com a Gazeta do Rio de Janeiro em 1808. Com toda a corte trazida de Lisboa para o Quinto Reino, as atividades da Coroa portuguesa passaram a ser desenvolvidas na colônia brasileira.

O papel do jornal é ter uma missão educadora, criando o hábito da leitura e servindo de veículo de reivindicações da comunidade, e isso foi se tornando cada vez mais usual na colônia, uma vez que as notícias do Reino eram publicadas, fazendo com que vários brasileiros se iniciassem na mesma prática, mas, com objetivos e propostas diferentes do jornal da monarquia.

Se tratando da Paraíba, o primeiro registro de jornal no estado é A Gazeta do Governo da Paraíba do Norte, datado de 1826. Este jornal era oficial do Estado e bordava conteúdos políticos.

O primeiro periódico paraibano denominou-se GAZETTA DO GOVERNO DA PARAÍBA DO NORTE, fundado a 16 de fevereiro de 1826 e impresso na Typographia Nacional da Praha, administrada pelo súdito inglês S. Boardman. O número 27 deste jornal inaugural da imprensa paraibana, onde se vê impresso o brasão das armas imperiais de permeio ao título, traz como epígrafe a frase de J. Bentham: “Sans publicite, poin de bien permanent. Sous les auspices de la publicite, point de mal durable”. Está datado de 29 de agosto de 1826. (ARAÚJO, 1985:31).

Durante a monarquia, circulavam na Paraíba mais de 50 jornais, a maioria deles na capital e quase sempre com orientação política, defendendo interesses partidários. Dentro dessa esfera de idéias vivida no Estado, há uma semelhança muito grande entre as práticas jornalísticas daquele tempo, com a atualidade, onde percebia-se periódicos que seguiam a linha do poder político dominante e outros que se colocavam como oposição ao regime.

Deduzindo pelo estudo específico que fez o historiador Eduardo Martins, intitulado Primeiro Jornal Paraibano, tudo nos faz crer que a GAZETTA DO GOVERNO DA PARAÍBA DO NORTE foi realmente o periódico inaugural da imprensa, neste Estado. Mesmo assim não podemos deixar de registrar as alusões do jornalista José Leal, em seu livro A Imprensa na Paraíba, a um jornal surgido em 1818, de veracidade duvidosa, que teria sido O PORTUGUÊS, “hipotético” primeiro periódico paraibano impresso na tipografia apanhada de um barco inglês que afundou nas alturas do Cabo Branco. Esse material teria sido desembarcado e utilizado na composição de um jornal, sendo, reenbarcado para a Bahia ou para o Rio de Janeiro, por ordem superior. (Ibidem, 1985:31-35).

O autor citado por ARAÚJO (1985), tem uma importância significativa no que tange a abordagem histórica da imprensa neste Estado, uma vez que em sua obra, ele aponta periódicos que surgem em 1826, e vão até 1961. Observando Campina Grande, por exemplo, é possível encontrar um jornal que teve características marcantes em sua época, e que alcançava índices de audiências consideráveis em todo o estado.

A folha de maior repercussão no interior do Estado, foi, inegavelmente, a “Gazeta do Sertão”, editada em Campina Grande pelo historiador Irineu Joffily, que transformou as suas colunas em trepidante trincheira de combate aos abusos das autoridades e aos desmandos dos poderosos eventuais, sofrendo por essa atitude varonil, toda sorte de dissabores, culminando com a destruição das oficinas do semanário. (LEAL, 1962: 10).

Em outras cidades do interior, também circulavam jornais no mesmo tempo histórico da Gazeta do Sertão. Segundo LEAL (1962), em Mamanguape surgiu um periódico em 1863. Outro de grande destaque apareceu na cidade de Areia, onde se editou o “Areiense”, em 1877.

Ainda observando o estudo de LEAL (1962), no contexto de, A Gazeta do Sertão, podemos identificar nele um jornal que abordava temas políticos, evidenciando fatos de importância para a cultura local, mas também como veículo divulgador de documentos sobre a história, natureza e sociologia paraibana. Nesse sentido, podemos apontar um veículo de comunicação que sumariamente subteve-se por não ser um documento, pelas suas eventuais características, já que um jornal é produzido a partir de abordagem factual, onde as análises dos acontecimentos estão passíveis de equívocos.

Contudo, a utilização dos jornais como, subsídios históricos, está sendo cada vez mais comum entre os pesquisadores, tanto de História, quanto de Comunicação. As abordagens cada vez mais sucessivas por estas mídias contribuem para que seja possível compreender que o estudo da historiografia da imprensa, partindo da análise desses registros, é válida, uma vez que valoriza e dissemina a história local e suas aplicações sociais.

O JORNAL COMO DOCUMENTO HISTÓRICO

A relação entre jornalismo e historiografia é bem próxima, uma vez que o factual reflete sobre o ofício do jornalista, e o fato é a representatividade das relações sociais.

Ao longo dessa intensa relação entre história e os episódios transformados em análises jornalísticas, perceberemos a ação do jornalismo na construção da história das sociedades.

Entre os primeiros autores a encarar a imprensa como uma instituição social problemática estão os alemães Knies e Schäffle ou mesmo, até certo ponto, Karl Marx. Eles perceberam que o estudo do jornalismo não pode ser reduzido à retórica, à questão da liberdade de imprensa e ao seu papel para o progresso das sociedades e dos indivíduos. Para eles, haveria que perceber, por exemplo, a relação entre o estado, o poder e a imprensa numa sociedade capitalista (Marx...) e o papel do jornalismo na formação da opinião pública (Schäffle Tarde...). (SILVA, 2008: 48).

O estudo historiográfico aponta para o jornalismo o contexto dos grandes acontecimentos ou fatos significativos que uma vez divulgados podem funcionar como documentos históricos.

Contudo, não é propósito desse estudo questionar se o jornalista invade a alçada de pesquisa do historiador, já que por vezes, ele precisa mergulhar em fatos passados para desenvolver seu ofício que necessariamente também se faz preciso contextualizar com investigações históricas.

O que sabemos bem é que existe uma diferença perceptível entre o olhar do jornalista, e o olhar do historiador. Eventualmente esses olhares se cruzam, por comporem o mesmo princípio reflexivo entre suas fontes de análise.

O jornalista assume cada vez mais como o rei e o senhor da sociedade de comunicação intensiva e generalizada da época pós-industrial, que gravita em torno de meios audiovisuais em proliferação crescente. Estes, pela dimensão particular que lhe é própria, mais do que simples transmissores de notícias sobre fatos do real, erigem-se como fabricantes em imagens desses mesmos fatos, numa segunda dimensão recriada e estúdio e que tende a impor-se ao real. O acontecimento já não é muitas vezes aquilo que ocorre, mas aquilo que o próprio jornalista, mais ou menos espetacularmente, fabrica. E com tal processo é a própria história que fica em causa. (REIS, 1993: 136).

O que mais merece registro em todo o contexto de uma publicação jornalística é aquilo que contribui para a transformação social das classes. As campanhas contra a corrupção, a violência, a reivindicação por melhorias salariais, a dominação dos povos, e tantas outras manifestações populares, ganham um reforço quando são evidenciadas e apontadas para a sociedade via meios de comunicação.

Uma vez impressas as páginas, transmitidas pelas ondas de rádio ou televisão, e na modernidade, recebidas às mensagens através da internet, os acontecimentos ganham

proporções gigantescas, e passam a fazer parte de uma outra característica própria das relações comunicacionais da sociedade. O fato passa a ser documento, e esse documento passa a ser um registro válido daquilo que foi transformado.

Um fato interessante pode ser notado com relação à imprensa da Paraíba: muitos jornais surgiram depois desaparecendo e ressurgindo em décadas diferentes, muitas vezes dentro da mesma filosofia, outras, de forma inteiramente oposta. Acontecia também de serem fundados jornais com o título de outros há muito desaparecidos, que tinham sido editados por pessoas completamente diferentes. É o exemplo deste jornal *A REPÚBLICA*, de 1934, com relação àquele seu homônimo de 1907. Quando muito, deve ter sido uma homenagem do jornalista Eudes Barros ao periódico, que, em princípios do século, metia-se em duelos verbais com *A UNIÃO*. (Idem, 1983: 78).

Jornalistas e historiadores comungam do mesmo trabalho, bebem da mesma fonte. Ideologicamente, a Comunicação e a História se encontram nas formas de consciência social, onde sempre esteve vivo a idéia igualitária entre os povos, a liberdade de expressão, do pensamento e das palavras. Mas não é apenas apontar a possibilidade de envolvimento entre essas duas vertentes a finalidade deste trabalho. É a partir dessa união, abrir um leque de possibilidade de observações para que possamos despertar para a composição de uma análise do papel da imprensa na historiografia da Paraíba.

PARAÍBA: A IMPRENSA REGISTRA A HISTÓRIA

Quando o primeiro jornal apreciado em João Pessoa foi impresso no Recife, e dali transportado por algum corsário, isto em 1818, já que não possuía-se na Paraíba oficinas gráficas para a sua composição e impressão, era notado o pouco desenvolvimento do parque jornalístico no estado. A cultura local também era item determinante para que a prática do periodismo fosse se desenvolvendo em ritmo desacelerado.

É comum encontrar em livros que tratam História da Paraíba que, as fontes públicas que faziam os acontecimentos tornarem-se conhecidos do povo, eram os escravos falarem de seus senhores, ou até mesmo quando as notícias do estrangeiros chegavam por

intermédio dos marinheiros franceses e ingleses que aportavam para carregar algodão, açúcar e também a borracha, que naqueles tempos a Paraíba era produtora.

ARAÚJO (1985) marca João Pessoa, Campina Grande e Areia, como as cidades que inauguraram a prática da imprensa no estado. *Gazeta do Governo da Paraíba do Norte* fundado em fevereiro de 1826, precursor, já citado anteriormente, foi seguido de *Gazeta Parahybana*, bissemanário que circulou entre 1828 e 1829, *Petiguaré*, periódico mais efêmero ainda que seu anterior, mas que não ultrapassou o ano de sua fundação, 1829. A partir destes periódicos, ainda surgiram: o *Correio da Parahyba*, também em 1829. Em 1832 surgiu o *Repúblico*, *O Raio da Verdade* e *O Publicador Parahybano* apareceram em 1833, são exemplos da atividade jornalística, que foram pontos ativos na construção histórica da Paraíba.

Partindo dessa abordagem, podemos identificar que a imprensa em todo o estado, atuou e atua como fonte de referência para a história. Ela tem por ofício a formação e o desenvolvimento do conhecimento, já que o jornalismo tem poder de atuar sobre a realidade social em diversas maneiras.

Dentro dessa análise sobre o papel de contribuição que a imprensa pode dar para o processo de historiografia de uma sociedade, historicamente, encontraremos os meios de comunicação ligados ao povo. Mas a participação da classe burguesa, historicamente tem grande destaque. Como podemos observar em LEAL (1962) que destaca “‘O Município’, que foi fundado pelo desembargador Heráclito Cavalcante, juiz de direito da comarca e inspirador da política municipal”. Para tratar deste assunto, o autor aponta um veículo, e dele a condição social de quem foi seu idealizador.

Eram comuns pessoas de condições sociais mais altas desenvolverem atividades nesse contexto, onde os jornais tratavam basicamente de seus interesses particulares, mas não deixavam de abordar questões sociais relevantes ao Estado.

Por ocasião da fundação da GAZETTA DO GOVERNO DA PARAÍBA DO NORTE, era presidente da província o coronel Alexandre Francisco de Seixas Machado, que governou de 21 de julho de 1824 a 1º de março de 1827. Figurando como fundador do órgão, Alexandre Machado transformou-o no porta-voz de sua administração, até o dia em que entregou a presidência ao seu sucessor. (Ibidem, 1985: 31).

O que precisamos realizar é uma análise minuciosa acerca do que envolve estas questões aqui levantadas. Há a necessidade de que a sociedade contemporânea conheça a historiografia da imprensa paraibana. Este trabalho tem por característica iniciar uma

discussão que pode partir do macro, de uma coleta de dados estadualizada sobre a imprensa na Paraíba, mas que também pretende focar um estudo particular sobre a construção historiográfica da imprensa, por exemplo, em Campina Grande.

A sociedade, não só paraibana, mas brasileira, sofreu inúmeras transformações ao longo da história. Registrou-se na Paraíba uma história que contribuiu para a unidade do povo e seu idealismo. A imprensa, órgão difusor de ideais e manifestações sociais expressou peças opinativas que deixaram transparecer em cada jornal paraibano a sua ideologia, sua atividade e compreensão política. Uma vez como objeto de estudo para o conhecimento dos relacionamentos sociais, a historiografia da imprensa tem a possibilidade de dar sua parcela de contribuição na detecção das transformações sociais da Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de pesquisa aqui apresentada procurar estar consoante com a necessidade de aprofundarmos os estudos acerca da construção historiográfica do Estado da Paraíba. Com esta perspectiva voltada para as análises dos veículos de comunicação, que registraram a história do território paraibano, abordaremos temas que foram importantes para a construção da identidade local.

Ampliando e socializando os métodos de pesquisa da História e da Comunicação, será possível desenvolver atividades que possam contribuir para a aproximação da relação entre meio de comunicação, cultura e história.

Pensar a História como porta aberta para abordagens de pesquisa no campo da Comunicação, ilustra o valor da relação entre as áreas, uma vez que novas análises acerca de fatos registrados pela imprensa poderão servir como instrumentos de compreensão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. Edição Ilustrada. 1983.

_____, Fátima. **Paraíba: Imprensa e vida.** Pesquisa. 1985.

LEAL, José. **A imprensa na Paraíba.** A União. 1962

REIS, Antonio. **O jornalista e o historiador: Aproximações e diferenças.** FCSH da Universidade Nova de Lisboa. 1993.

SILVA, Nair. **Pesquisa em jornalismo: O desbravamento do campo entre o século XVII e o século XIX.** 2008.

Um balanço historiográfico: as contribuições de George Rosen e Michel Foucault para análise do discurso médico

Gustavo Pinto de Sousa¹

Uma breve introdução da questão:

O presente texto tem como objetivo analisar os estudos de George Rosen e Michel Foucault para a historiografia da história da medicina. Resgatando as definições e horizontes das práticas médicas. É interessante antes de discorrer sobre a temática, fazermos algumas considerações. Esse texto surgiu das aulas no curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde na Fundação Oswaldo Cruz. Através da disciplina “*História da Saúde Pública no Brasil*” tive contato com algumas noções teóricas, que atualmente balizam o campo da discussão aqui proposta. Portanto, as obras levadas em consideração são “*Da polícia médica à medicina social*” de George Rosen e o capítulo do livro “*Microfísica do poder*” sobre “*O nascimento da medicina social*” de Michel Foucault.

No corpo do trabalho buscaremos problematizar a construção feita por Dorothy Porter na introdução de seu livro “*The history of public health and the Modern State*”. A autora busca qualificar os trabalhos de Rosen e Foucault como “heróico” e “anti-heróico”, respectivamente. Objetivamos verticalizar a abordagem dela, percebendo que sua análise carece da apreciação de outras noções de Foucault para analisar a questão da produção do discurso médico. Além de introduzirmos a visão de que a medicalização da sociedade proposta pelos autores numa inter-relação, não pressupõe exclusivamente um estudo dos discursos, como assevera uma parte da História Social da Medicina.

Em linhas gerais, Rosen e Foucault traçam uma metodologia de comparativismo histórico para descrever as transformações da ordem médica do século XVIII para o XIX. Na obra dos autores é nítido o destaque das mostragem das práticas médicas nos países europeus, tais como Alemanha, França, Inglaterra entre outros. Situar o contexto histórico é oportuno pois a elaboração de medicalização da sociedade é construída pelos autores, no momento em que a

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista CAPES e pesquisador do Laboratório de Estudo das Diferenças e Desigualdades Sociais (LEDDDES).

medicina mantém diretamente um diálogo com as diferentes forças do Estado. E eles chamam a atenção, que tal relação se concatena de diferentes maneiras, ou seja, de acordo com o processo histórico.

Por fim, toda operação historiográfica como lembra Michel de Certeau merece ter apontado os “lugares de fala” dos objetos. Em nosso caso, situamos George Rosen como um historiador da medicina, tendo em suas especializações a preocupação com a história da saúde pública e a medicina preventiva. Já Michel Foucault com seu corte tênue entre história e filosofia, concentra sua formação na perspectiva em analisar as relações de poder produzidas a partir da produção de discursos, como formas de saber.

Um balanço historiográfico: o desenvolvimento da medicina em Rosen e Foucault.

Da Polícia médica à Medicina Social é o livro de George Rosen produzido na década de 1950. O livro encontra-se dividido em 14 capítulos, que buscam tratar das práticas médicas e sua relação com a História. Entretanto, em nosso texto analisaremos de forma mais direcionada o capítulo 4 “o que é medicina social?”. Rosen como “filho de seu tempo” está escrevendo no período da Guerra Fria, onde a História Mundial sofria com os resultados da II Guerra. Além dos países envolvidos no jogo da Guerra Fria, que procuravam aglutinar seus determinados interesses. Assim, podemos considerar o estudo do autor como pioneiro na área de História da Saúde Pública. O mote do livro é examinar a afirmação da institucionalização da polícia médica – coercitiva e controladora – para a moralização da medicina social. A construção socializante da medicina assume em Rosen uma perspectiva de História Política. Nas palavras do autor: “ a história da medicina social é, em grande parte, a história da política e da ação social em relação aos problemas da saúde.”(ROSEN, 1979:1) Notamos nele, a preocupação com uma abordagem histórica para se estudar às novas relações instauradas com a medicina social. Em sua obra, existe a preocupação com a historicidade da medicina, ou melhor, há no livro uma perspectiva historicista (MEINECKE, 1982: 12) para identificar as especificidades das práticas médicas de acordo com o tempo histórico. Pois para Rosen: “O cuidado com a saúde sempre esteve relacionado às condições políticas, econômicas e sociais de grupos específicos, mas em épocas passadas estas relações não eram objeto de investigação sistemática.” (ROSEN, 1979: 2)

Assim sendo, o foco do trabalho de George Rosen como Michel Foucault, está centrado no apogeu da institucionalização da medicina no século XIX. Uma tríade relacional entre “Medicina- Estado- Sociedade”. Para entender a ligação entre a doença e a saúde, Rosen argumenta que a articulação dessas duas premissas se dava por meio de dois ambientes: social e cultural. Para ele:

“A doença e a saúde são aspectos desta instabilidade onipresente, são expressões das relações mutáveis entre os vários componentes do corpo, entre o corpo e o ambiente externo no qual ele existe. Como fenômeno biológico, as causas da doença são procuradas no reino da natureza; mas no homem a doença possui ainda uma outra dimensão: nele a doença não existe como “natureza pura”, sendo mediada e modificada pela atividade social e pelo ambiente cultural que tal atividade cria.” (ROSEN, 1979: 77)

Assim, a mudança na área da medicina inicia-se a partir do momento, em que a doença assume um valor social. É dessa forma, que Rosen busca identificar a relação, que os diferentes Estados europeus operacionalizam a adoção de políticas higiênicas. No caso alemão, o autor analisa a constituição de uma ciência social no ano de 1848. Tal corte temporal é primordial para compreender certas mudanças na Europa, principalmente no que tange aos projetos de movimento nacionalista. Segundo Eric Hobsbawm o nacionalismo no século XIX assume uma perspectiva governamental. Transformando e sistematizando as execuções dos projetos nacionais. Assim nas palavras do autor observamos:

“As revoluções de 1848 deixaram claro que a classe média, o liberalismo, a democracia política, o nacionalismo e mesmo as classes trabalhadoras eram, daquele momento em diante, presenças permanentes no panorama político.”(HOBSBAWM, 1962: 50)

É evidente que em 1848 a Alemanha ainda não tinha sistematizado seu processo de unificação. Porém, é fundamental compreender o “papel das juventudes” no bojo do processo de construção nacional. Para tal, o autor concentra sua análise no Regulamento de Higiene de Berlim em 1849. Em relação a tal regulamento Rosen aponta que em sua distribuição existiam três diretrizes básicas: “I A Saúde Pública tem como objetivos; II A Saúde Pública deve preocupar-se com; III A Saúde Pública pode atender a estes deveres.” (ROSEN, 1979: 86) O autor quer mostrar como a medicina vai se apropriando do Estado, com finalidades de construção de um ordenamento social.

A preocupação da medicina em marcar seu espaço no cerne do Estado, vincula-se a diferentes projetos e uso das práticas médicas. Para Rosen a industrialização e os conseqüentes problemas sociais levaram vários investigadores a estudar a influência de fatores como pobreza e profissionalização da medicina no estado de saúde. E como podemos notar na colocação de Rosen, a questão urbana é primordial para as particularidades na concepção de uma política de saúde pública. Chegamos à afirmação de que a medicina também assume um valor pedagógico, pois para ele:

“Mas sendo a saúde e a educação condições de bem-estar, é tarefa do Estado providenciar para que o maior número de pessoas tenha acesso, através da ação pública, aos meios de manutenção e promoção tanto da saúde quando da educação... Assim, não é suficiente que o Estado garanta a cada cidadão o necessário a sua existência e dê assistência a todo aquele cujo trabalho não é suficiente para a obtenção do necessário. O Estado deve fazer mais: deve assistir todos para que tenham as condições necessárias para gozar uma existência saudável.” (ROSEN, 1979: 82)

Ao estudar a acessibilidade dos cidadãos ao serviço básico de saúde, nos aproximamos da definição conceitual, que Virchow, médico estudado por Rosen, busca empreender sobre a Saúde Pública em seu processo de legitimação. Para Virchow a Saúde Pública tinha como *carro chefe* o estudo das várias condições de vida nos diferentes grupos sociais. Sendo assim, Rosen sintetiza que o alcance da medicina social pode ser delimitado através de três aspectos sociológicos, a saber: “saúde em relação à comunidade; saúde como valor social; e a saúde e política social.” (ROSEN, 1979: 138) Dessa maneira, a ligação política da medicina com o Estado como propõe Rosen faz parte das tecnologias instaladas pelo Estado Moderno, a fim de melhorar as condições higiênicas da população européia. Pois como assevera Dorothy Porter a perspectiva de Rosen é considerada heróica, pela seguinte definição:

“Rosen, então observa que partir do século XVIII para o século XX, as medidas tomadas no sentido social e cultural do Iluminismo, estabeleceram a saúde como um direito de cidadania democrática. Conduzido em um processo acelerado e por sanções de uma urbanização e industrialização estimulada, que foi radicalmente pelo desenvolvimento de laboratório com base experimental da ciência. A história da saúde pública foi, para Rosen, um triunfo do conhecimento ao longo de ignorância, barbárie e esclarecimento cultural sobre a emancipação da sociedade moderna, a partir da primitiva relação com doença.” (PORTER, 1994: 2) [tradução livre]

É a partir da idéia de vitória entre “civilização” e “barbárie”, que Porter enxerga o caráter **heróico** da medicina em Rosen. Entretanto, Porter ao criticar Rosen leva em consideração apenas a análise no longo tempo histórico, como definia Fernand Braudel. Essa mesma definição de

crítica empregada por Porter em relação a Rosen, é utilizada para criticar Michel Foucault, tema que trataremos adiante. Podemos sintetizar, que Rosen é de fato um historicista, no sentido empregado por Friedrich Meinecke, no qual todo objeto deve ser analisado dentro de sua especificidade. Pois ao analisar a introdução da medicina social alemã relacionado a formação do Estado, ele busca correlacionar às forças políticas em torno do processo nacionalista germânico. No caso francês, o fio condutor reside nas condições de cidadania, que o Estado oferece a população. Já na perspectiva da Inglaterra, no decorrer do século XIX e XX as políticas de saúde pública estão associadas ao interesse econômico da latente Revolução Industrial. Sendo assim, George Rosen ainda é fortuito para análise da questão médica, pois o autor, apesar de não se definir dessa maneira, apresenta um historicismo muito caro como ferramenta do historiador. E não apenas heróico como define Dorothy Porter.

Agora outra possibilidade de se pensar a relevância da medicina para a análise do discurso histórico, está em Michel Foucault. Diferente de Rosen, Foucault mantém seus escritos a ambiência da dita crise da História. Na França, da década de 1960/1970 surge no cenário dos estudos historiográficos a ruptura entre um modelo sociológico-estruturalista para uma análise político-cultural, onde os hospitais, as prisões, as escolas, a morte, os “indesejáveis” vão assumir a elaboração de objetos da História. Foucault, portanto, propõe uma nova maneira de se pensar a relação da medicina com a Sociedade e o Estado.

Assim sendo, a tese de Michel Foucault para analisar a aproximação da medicina com Estado parte da idéia da medicalização da sociedade. Esse processo pode ser compreendido quando as relações médicas extrapolam a concepção individualista do corpo e do tratamento médico e passam a valorizar a aproximação do médico com o doente. O enfermo passa ser objeto da medicina e não o contrário, a medicina como objeto do enfermo. Pois para ele, em termos de economia o capitalismo contribuiu para a divulgação das práticas de uma medicina oficial. Apresentando sua hipótese de trabalho, podemos atentar:

“Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário: que o capitalismo, desenvolvendo –se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo.”(FOUCAULT, 2002: 80)

Antes de avaliarmos as palavras do autor, é pertinente situar o lugar de fala e espacial de onde a análise de Michel Foucault se concentra. No estudo o autor está pensando as sociedades européias, que passaram ou estão em fase de desenvolvimento de práticas industriais e capitalistas consolidadas. Essa observação, já evita de antemão a generalização da aplicação de suas noções sobre a medicina. A partir dessa explicitação, podemos redigir que o epicentro de estudo do autor está em perceber a construção de mecanismos ou dispositivos de poder, que façam valer as orientações da medicina. Pois como pode a figura do médico ganhar notoriedade, em relação à mudança dos hábitos e **habitus** (ELIAS, 2001: 85-86) na sociedade contemporânea?

O discurso médico se constrói para Foucault de diversas maneiras, não sendo propriedade do Estado “iluminar” a classe médica a partir da valorização dos cursos e faculdades de medicina. Da medicina popular, praticada por diferentes ordens, à medicina social podemos notar que existe a produção de mecanismos, que buscaram consolidar a última forma de medicina no século XIX.

Foucault, assim como Rosen, limita a discutir o caso da afirmação da medicina social em três países europeus: Alemanha, França e Inglaterra. A partir do estudo desses três lugares, Foucault mostra as especificidades e singularidades da afirmação médica dos espaços, hábitos e práticas sociais. Apresentando a linha de raciocínio do autor, colocamos as três noções para formação da medicina social, a saber:

1. Medicina de Estado – Alemanha
2. Medicina Urbana – França
3. Medicina da Força de Trabalho - Inglaterra

A partir da orientação proposta acima, buscaremos mostrar as peculiaridades do saber médico, que inter-perpassam a realidade político-social. Em relação à Alemanha, Foucault não negligência a contribuição de George Rosen, ao afirmar, que na Alemanha do oitocentos existiu uma estatização da medicina. Como nas obras de Foucault o Estado não é revestido de poder concentrado, o autor argumenta que a construção do saber médico estatal produziu a gênese de diferentes micro-poderes. Para ele:

“Com a organização de um saber estatal, a normalização da profissão médica, a subordinação dos médicos a uma administração central e, finalmente, a integração de vários médicos em uma organização médica estatal, tem-se uma série de fenômenos inteiramente novos que caracterizam o que pode ser chamada a medicina do Estado.” (FOUCAULT, 2002: 84)

Como vemos, a medicalização da sociedade, não define, *a priori*, uma ditadura dos médicos contra as artes de curar vigentes da sociedade. A medicalização da sociedade é a maneira institucional do segmento médico da sociedade sobrepor seu saber sobre as demais artes de curar. Nesse ponto, a medicina do Estado planeja instaurar “quadros de verdade”, como forma oficial de se implantar a profilaxia de uma época. Em linhas gerais, nas sociedades onde ocorre um processo de legitimação da medicina e do ofício do médico preexiste a vontade de verdade, criada pelos médicos em desautorizar as práticas não oficiais.

Já em relação ao ambiente francês, a medicina social está atrelada essencialmente as transformações urbanas, no século XVIII. Em sua concepção as modificações da urbe são fatores das esferas econômicas e políticas, respectivamente. Para compreendermos o desenvolvimento de tal prática médica na França, propomos a seguinte indagação: Para que serve uma medicina urbana dentro do modelo francês? Para facilitar a visão do autor, apresentamos três conjunto de respostas para a problemática, a saber:

1. **“Analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo, que no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos.”** .”(FOUCAULT, 2002: 89) Notamos nas palavras do autor, que para a medicina urbana, a doença passa a ter lugar, fortalecendo a teoria da doença pela concepção miasmática. Onde a exemplo, a criação dos cemitérios deve ser controlada, para que não contamine o ambiente social. Muito semelhante as políticas dos leprosários estudada por Jacques Le Goff na Idade Média, que ficavam numa estratégia de “nem tão longe, porém não perto”, para criar no imaginário coletivo o medo da doença.
2. **“A medicina urbana tem um novo objeto: o controle da circularização. Não da circularização dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos, essencialmente a água e o ar.”** .”(FOUCAULT, 2002: 90) Outro imperativo da teoria miasmática, é que as cidades precisam de “pulmões” para respirar. O fechamento, as pequenas ruelas são obstáculos para o bem-estar da saúde pública. Vejamos, que o século XIX adere os hábitos dos *boulevard*, ou seja, grandes avenidas para que a cidade respire de forma adequada. Novamente, a doença passa ter um caráter de climatério e mesológico.
3. **“Outro grande objeto da medicina urbana é a organização do que chamarei distribuição e sequências.”** .”(FOUCAULT, 2002: 91) Nessa visão, abordaremos a

distribuição dos espaços na cidade. Como projetar os meios hidráulicos potáveis longe dos espectros infectos do meio? Essa indagação é o fio condutor das políticas higiênicas do século XIX, pois logo, não esqueçamos que a idéia de miasma é prova epistemológica para asseverar a propagação de doenças.

Em suma, podemos concluir em relação a medicina urbana, que seu escopo reside em se preocupar com os impactos que o meio social, físico e urbano podem acarretar a saúde da população. O que faz com que medidas, como a criação de uma medicina de caráter policial, passem a vigorar no controle das populações da cidade. Por fim, passamos a apresentar a medicina do modelo inglês.

A medicina da Força de Trabalho terá como objeto a pobreza. Segundo Michel Foucault a pobreza na segunda metade do século XIX passa ser vista como perigo. São as “classes perigosas” como conhecemos na historiografia dos “excluídos” da história. Para analisar a questão da pobreza, tomamos como base a idéia de controle estudada por Jeremy Bentham. A idéia do panóptico esboçada por Bentham, ainda no século XVIII, mostra como o conceito de vigilância é introspectada no sujeito. Segundo Bentham como função pragmática o panóptico se apresenta com a seguinte desempenho:

“A moral reformada; a saúde preservada; a indústria revigorada; a instrução difundida; os encargos públicos aliviados; a economia assentada, como deve ser, sobre uma rocha: o nó górdio da Lei dos Pobres não cortado, mas desfeito – tudo por uma simples idéia de arquitetura.” (BENTHAM, 2000: 15)

Retomando as palavras do utilitarista Bentham, os pobres passam a ser vigiados pelo Estado, como uma forma de controle, que se dá através de diferentes mecanismos. Para Foucault a partir do advento da medicina social por meio da força de trabalho, uma nova relação é criada entre médicos e enfermos. Segundo o autor cria-se um sistema de assistência da medicina para a população menos abastada. Numa assistência que permite e objetiva a sujeição dos corpos aos vários controles do médico.

Por fim, a medicina da força de trabalho cria as condicionantes do que poderíamos estabelecer como um incipiente dispositivo para o favorecimento de uma medicina do trabalho, onde a pedagogia não está centrada de fato na saúde para o trabalhador, mas no trabalhador com saúde para o trabalho. A mão-de-obra deve estar apta para a produção, sem fornecer prejuízos aos avanços da lucratividade e deficiência do mercado. É por isso, que o Foucault afirma, que a

medicina da força de trabalho foi a mais profícua entre as demais, pois tem a figura do proletariado se afirmando ao longo do século XIX. Sendo assim, podemos sintetizar, que a medicina proposta pelo modelo inglês tinha como interesse o controle da saúde e do corpo das classes pobres, para persuadi-los e domesticá-las para o trabalho.

Considerações Finais

Resolvemos concluir nosso texto, a partir das problematizações que Dorothy Porter faz ao identificar as noções de Rosen e Foucault como heróico e anti-heroico. Para isso colocaremos a interpretação do historiador André Luiz Vieira de Campos, que se insere nos estudos da Saúde Pública no âmbito das relações internacionais. Campos estuda em seu trabalho a atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), no qual insere a questão da saúde e medicina no plano internacional. Mas o que nos interesse nessa análise é a sua leitura das colocações da Porter. Segundo ele:

“A crítica tanto da tradição roseniana quanto da foucaultiana também se faz nos Estados Unidos e Europa e recentemente foi sistematizada por Dorothy Porter numa coleção de ensaios cujo objetivo era exatamente “testar” algumas teses fundamentais de Rosen e Foucault em diferentes tempos e realidades histórico-geográficas. Tais ensaios mostram que certas teses de Rosen – [...] - não são verdades que possam “aplicar” a qualquer época ou realidade cultural². Da mesma forma, a noção foucaultiana [...]”(GOMES, 2000: 196)

A crítica que fazemos ao trabalho de Porter é que nenhuma teoria pode ser aplicada a qualquer época, para isso existe a noção de historicidade dos objetos da História. George Rosen tanto como Michel Foucault analisaram localidades delimitadas – Alemanha, França e Inglaterra. Logo a idéia de medicina instaurada pelo século XIX não dará conta dos objetos de uma História da Medicina e dos discursos médicos do século XX. Foi carente na abordagem da autora não considerar a historicidade dos objetos, o que acabou produzindo uma generalização. Como colocamos na introdução de nosso artigo, Rosen e Foucault foram apontados aqui, como possibilidades de construção para o campo epistemológico de composição de análises do discurso médico. Assim ainda temos, a contribuição dos historiadores da História Social da Medicina, que levam em consideração as práticas ou artes de curar dos médicos oficiais e dos praticantes de uma medicina não oficial. Em termos de historiografia brasileira, ressaltamos o estudo de Tânia Salgado Pimenta no artigo, “*Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro*

² Grifos nossos

durante a primeira metade do Oitocentos”, ao analisar a atuação dos terapeutas não-oficializados exercendo sua arte de curar, em pleno momento de normatização da prática médica oficial. Ainda sem esquecer a relevância dos trabalhos de Sidney Chalhoub e Flávio Edler em relação a contribuição da profissionalização da medicina no Brasil.

Por fim, o objetivo desse artigo é chamar a atenção de que a utilização de George Rosen e Michel Foucault deve implicar para o trabalho do historiador uma série de precauções metodológicas, para não cair na crítica – infundada ou não – de que o estudo de Rosen é visto como a vitória do moderno, civilizado contra a barbárie criada antes do Estado Moderno. Enquanto as leituras a partir de Foucault são taxadas como privilégio do discurso perante a prática. O que nesse ponto, consideramos infundado, pois só existe saber e disseminação de conhecimento se ele é praticado. Chamamos atenção aos críticos de Foucault, que façam uma arqueologia do seu texto, é perceber que suas obras possuem fases, ou melhor dito, lugares de fala: um momento arqueológico, genealógico e um estudo aprofundado do bio-poder. É preciso situar, portanto, de que Michel Foucault está se trabalhando.

Referências Bibliográficas:

- Referências utilizadas na elaboração do artigo:

BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*; organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

PORTER, Dorothy. *The History of public health and the modern state*. Atlanta: Ed Rodopi, 1994.

EDLER, Flávio. *A medicina brasileira no século XIX: um balance historiográfico*. Asclépio – Revista de historia de la medicina y de la ciência. V.L-2, 1998.

ROSEN, George. *Da polícia médica à medicina social*. São Paulo: Unesp-Hucitec/Abrasco, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CAMPOS, André. *Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública*. In Gomes, Ângela de Castro (org) Capenema: Ministro e seu Ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MEINECKE, Friedrich. *El historicismo y su génesis*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

RÉMOND, René. *Por uma História Política..* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *A Cidade Febril: Cortiço e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a 1ª metade do Oitocentos*. História, Ciência e Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.11 (supl.1), 2004

➤ Referências complementares para reflexão.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983

LUZ, Madel. *As instituições médicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MACHADO, Roberto et alli. *Danação da norma: Medicina Social constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Matrizes intelectuais da produção literária de Nelson Rodrigues

Henrique Buarque de Gusmão¹

Nelson Rodrigues, além de consagrado dramaturgo da segunda metade do século XX, produziu uma enorme quantidade de crônicas jornalísticas. Nestes textos, são realizadas discussões políticas, econômicas, sociais, comportamentais, culturais. Problemas brasileiros e internacionais são longamente colocados em tema. É possível, a partir de uma leitura de suas crônicas, perceber um projeto estético rodriguiano que funciona a partir do posicionamento do autor em relação às diversas questões debatidas e de algumas fortes referências intelectuais.

A primeira referência intelectual para Nelson Rodrigues, sem dúvida, é Dostoievski. Em diversas de suas crônicas ele utiliza personagens e situações da literatura dostoievskiana para construir os mais diferentes argumentos e se afirma como um leitor do autor russo. Chega a escrever, em uma crônica, que a única leitura que realmente realizara foi Dostoievski. Para pensar uma aproximação entre os dois autores, recorro ao estudo de Luiz Felipe Pondé: “Crítica e profecia: a filosofia da religião em Dostoievski”.

Segundo Pondé, o olhar de Dostoievski, porque religioso, é profundamente crítico em relação ao mundo moderno e contemporâneo. Dostoievski entende que a modernidade teria assumido a agenda de negar a transcendência. Nesse sentido, ela seria um investimento na queda, trazendo à tona um “Não” de Deus ao que os homens viriam fazendo nos últimos quatrocentos anos. Seguindo a tradição ortodoxa, Dostoievski tem uma clara desconfiança em relação à imanência, que só intensificaria a queda e estaria ligada ao mal. O regime da imanência (ou regime de natureza) levaria, através do conhecimento racional, a uma objetivação do mundo e do outro – o que é identificado como a ação do demônio. Desta maneira, não haveria salvação no regime da natureza, na imanência, no regime da política. Não haveria sequer dignidade na imanência. Por isso qualquer revolução seria problemática: todas investiriam na imanência, todas acreditariam que o homem teria em suas mãos o seu

¹ Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), onde desenvolve a pesquisa *Nelson Rodrigues leitor de Gilberto Freyre*, sob orientação da professora Andréa Daher. É bolsista CNPq.

destino e colocariam em jogo uma sistematização da história. A transformação da humanidade só seria possível a partir de sua transcendentalização, de um processo de mudança interior.

Como o mundo moderno negaria a transcendência, todos os personagens dostoievskianos que entram em contato com ela, experimentando Deus (principalmente o príncipe Michkin), não conseguem encontrar espaços para si neste mundo. A grande desgraça do homem moderno seria a sua condenação a ter que viver numa dimensão natural, apesar de ser um ser sobrenatural. Esta dimensão natural seria regida por uma lógica polifônica (levo, aqui, em consideração, a idéia de polifonia utilizada Bakhtin em sua análise de Dostoievski), onde os personagens entram num constante diálogo que não leva a lugar algum, cujas falas só representam diferentes interpretações, diferentes consciências que falam e que não podem chegar a uma síntese. Percebe-se na obra de Dostoievski um eterno falar de seus personagens, uma razão que se debate e não chega a lugar algum. Ivan Karamázov, ao investir mais fortemente num projeto racional, chega a encontrar com o agente maior deste – o demônio.

Para o escritor russo, o racionalismo moderno fatalmente leva à falta de valores e critérios e ao niilismo. Uma das principais ações do demônio se expressaria no relativismo histórico e sociológico. Este relativismo, produzido pela difusão do racionalismo, gera o problema do tédio e da indiferença. O ser humano começaria a viver uma tragédia quando não mais diferenciasse o bem do mal. Achar que o mal não existe, como no relativismo sociológico, seria um dos piores perigos em que se poderia cair. Desta maneira, para Dostoievski, o problema humano por excelência seria o problema da moral.

Fica colocado, então, que é melhor a um indivíduo ir fundo em sua miséria e encontrar o demônio do que cair na indiferença do relativismo. Enquanto a modernidade aposta na auto-estima, na felicidade e no individualismo, esquecendo a condição trágica do ser humano, Dostoievski propõe uma travessia marcada pelo sofrimento. Ele identifica uma proximidade entre o momento da decomposição absoluta e o momento de contato com Deus e formação da síntese sobrenatural. Nesse sentido, entrar em contato com a própria desgraça e ter consciência dela seria uma forma de se chegar ao divino. Em oposição à felicidade e tentativa de completude moderna, ele identifica a angústia religiosa como forma de tirar o homem de sua condição de desgraça. Aproxima-se da idéia de que a animalidade do desejo e da perdição

estaria mais perto da salvação divina do que a moderação dos sentidos do racionalismo e da modernidade.

Ao entrar em contato com Deus, o homem, ainda na perspectiva dostoiévskiana, se percebe como um profundo abismo. No regime da transcendência, o ser humano não é objetivável, não é resultado de uma relação de causa e efeito. O incomensurável, no autor em questão, é um elemento fundamental do ser humano. Desta forma, o espanto é um mecanismo que ele utiliza para tirar seus personagens da relação de objetivação moderna: eles espantam-se constantemente uns com os outros, mostrando uma relação de não-cognoscibilidade do homem. O contato com a dimensão sobrenatural exige que não haja apenas idéias claras sobre os homens.

Tendo em vista a profunda dificuldade que o regime de natureza e seus mecanismos racionais (especialmente aqueles utilizados pelas ciências humanas, vistas com profunda desconfiança por Dostoiévski) possuem de revelar o que o homem é, a melhor forma de conhecer o ser humano seria através do amor. O amor intenso, arrebatador, inexplicável, colocaria o homem em contato com a transcendência e o tiraria do estado de decomposição do regime de imanência.

Uma outra forte referência intelectual relevante para se pensar as matrizes intelectuais da produção literária rodriguiana é Gilbert Chesterton. Não há confirmações de que Nelson era um leitor de Chesterton, mas sabe-se que ele tinha uma relação muito próxima com figuras que debatiam intensamente o autor inglês (especialmente Gilberto Freyre e Gustavo Corção). No livro “Ortodoxia”, Chesterton discute algumas idéias que se aproximam da análise que Pondé realiza da obra de Dostoiévski. Ele também se posiciona de forma crítica em relação à modernidade e, especialmente, em relação à razão. Ao analisar a loucura, ele afirma que “o louco é aquele que perdeu tudo menos a razão”. Nesse sentido, seria ao tentar explicar o mundo numa rede de causalidades, sem deixar nenhuma dúvida em suas conclusões racionais, que os loucos (assim como os materialistas) cairiam na mais profunda loucura. O intelecto humano teria a capacidade de destruir a si mesmo. Para ele, o mistério e a poesia teriam condições de manter a sanidade dos homens.

Outra questão que aproxima Chesterton de Dostoievski na crítica de ambos à modernidade está ligada ao relativismo e à perda de valores. Para Chesterton, o mundo moderno dispersou virtudes que faziam sentido quando pertencentes a um conjunto, a uma síntese. Separadamente, estes valores perderiam sua força. Cria-se, assim, uma espécie de dúvida e desconfiança em relação a tudo, um “cinismo difuso” (expressão que Nelson utiliza muito). Chesterton afirma que toda a revolta juvenil tornava-se inútil a partir do momento em que os jovens duvidavam de tudo e não defendiam idéia alguma. Ele entende que o pior dos seres humanos é o egoísta desinteressado (como Marco Aurélio). A idéia do desinteresse e do tédio causado por um tipo de relativismo derivado do racionalismo também é analisada e discutida por Chesterton.

O mundo, na perspectiva do autor, seria envolvido por uma certa mágica que a Igreja sempre levava em conta e o materialismo tentava dar conta de esquecer. Para a Igreja, o homem sempre estaria à beira de encontrar o inesperado, de viver o incalculado. Esta seria uma concepção oposta ao ideal do mundo moderno. Chesterton entende que este é um mundo marcado pelo barulho que não indica qualquer acontecimento. Todo o ruído das grandes cidades era produzido para que o homem não fizesse nada, para que ele vivesse uma realidade de conforto. Da mesma forma que o barulho, a ciência atuaria fortemente para a produção de saúde, mas esta saúde teria o preço de um profundo tédio corporal e espiritual. Ainda na ótica chestertoniana, as classes populares seriam menos afetadas por esse processo do que as elites.

O cristianismo teria um outro projeto, entendendo que a virtude não está no equilíbrio, mas na colisão de paixões opostas. Haveria um equilíbrio irregular que guiaria a ação dos homens. Segundo Chesterton, o cristianismo não mistura cores fortes, ele as mantém vivas em sua oposição, sendo um grande paradoxo sobre-humano. A felicidade humana, nesse sentido, não estaria na tranquilidade de um mundo morno, tedioso, sem oposições. A felicidade na Terra só seria possível a partir de um complicado equilíbrio num mundo em que fortes paixões vivem um embate. O cristianismo levaria, desta forma, à ação no mundo, e não à introspecção.

O pensador católico brasileiro Gustavo Corção, além de produzir diversas colunas de jornal em que discute a obra do autor inglês, escreveu um livro sobre ele: “Três alqueires e uma vaca”. Neste livro, Corção também defende que a modernidade seria um momento de

degradação geral das qualidades e dos valores. O mundo moderno teria tirado do homem a capacidade de olhar o mundo como se estivesse o vendo pela primeira vez, o racionalismo teria feito com que o homem não fosse mais capaz de ter um espanto. O olhar racional veria apenas a caveira das coisas, seria um olhar de raio-x. Para Corção, a inteligência e o racionalismo levaram o homem a só conseguir ver o mundo de uma forma maquinizada.

Analisando os livros policiais que Chesterton escreve (em que o grande detetive é um padre – Padre Brown), Corção conclui que o racionalismo estaria muito mais próximo dos assassinos do que de um simples pai de família. Novamente, constrói-se uma associação entre o racionalismo e o mal. Em sua argumentação, Corção entende que aquele que segue a razão até as últimas conseqüências seria o esquartejador. Sua conduta é retilínea, seguindo relações de causalidades. Os pais de família seguiriam condutas curvilíneas, que Corção considera mais próprias ao comportamento humano.

O homem normal não seria um ser destituído de dúvidas. Certezas teriam os materialistas e os doidos. O homem normal, por sua vez, seria um ser cindido, sendo um pouco de animal, um pouco de doido. Ele vive envolto pelo mistério, que seria aquilo que manteria o homem são (assim como afirma Chesterton). A matematização do mundo moderno, produtora do racionalismo e do materialismo, teria o papel de afastar o homem do mistério – mistério que ligaria o homem a Deus e possuía uma profunda relação com o amor.

Em “Três alqueires e uma vaca”, Gustavo Corção insiste na defesa de que o homem deveria ser aquilo que ele é. Ele denuncia a possibilidade que os homens teriam de se falsificar, de falsificar sua humanidade, utilizando, em muitos momentos, o termo “desumanismo”. Na luta contra este processo, a poesia seria um antídoto contra o racionalismo. Em relação a esta questão, pode-se pensar uma aproximação entre esta idéia e algumas produzidas por Nietzsche. Corção debate, em diversos momentos do livro, com o filósofo, criticando-o duramente por suas afirmações atéias (o que não faria sentido, uma vez que Nietzsche queria desconstruir todas as verdades e acabava se agarrando à verdade do ateísmo). Em um trecho, apesar das duras críticas que realiza, Corção afirma que Nietzsche, mesmo não abordando plenamente a Verdade, aproxima-se de sua força. Há um reconhecimento de que a forma de atuação do filósofo (e certamente algo de seu conteúdo) aproxima-se de seu campo de interesse de uma forma bastante turbulenta.

Gustavo Corção produz seus textos num ambiente bastante próximo ao de Nelson Rodrigues (ambos conviveram no Rio de Janeiro ao longo de, praticamente, todo o tempo de suas vidas). A biografia de Nelson Rodrigues escrita por Ruy Castro mostra que a relação entre os dois autores, durante um longo período, foi conflituosa. Corção fazia duras críticas às peças de Nelson e este considera o primeiro um pensador tradicional demais, distanciado do mundo. Na maturidade, os dois se aproximam quando se evidenciam diversas afinidades ideológicas entre eles. Ambos reagiam fortemente aos movimentos políticos e sociais liderados por jovens, não viam sentido algum nos movimentos de rebeldia de 1968, denunciam as invasões soviéticas no Leste Europeu e a infiltração comunista no Brasil e nos jornais brasileiros, entendem que as esquerdas possuem valores flexíveis, polemizam com D. Hélder, ridicularizam os padres que vão a passeatas, acham que a sociedade deveria ser governada pelos seus melhores indivíduos e posicionam-se contra a educação sexual.

Estas proximidades em relação a movimentos políticos e sociais de um momento histórico específico devem ser pensadas tendo em vistas matrizes intelectuais comuns entre os dois. Da mesma forma que Corção, Chesterton e Dostoievski, Nelson Rodrigues, em suas crônicas, desenvolve um olhar profundamente crítico e desconfiado em relação à modernidade e à razão. Em diversos de seus textos, ele compara o mundo de sua infância com o mundo de seu presente como forma de denegrir o segundo. A razão – elemento indissociável da modernidade – também é vista com o mesmo olhar de desconfiança. Dentre os vários personagens que Nelson criava em suas crônicas encontra-se o “Idiota da objetividade”, que seria o sujeito que quer fazer uma leitura objetiva do mundo e só consegue concluir idiotices. Este seria o padrão do mundo do moderno, que estaria vivendo, de forma já bastante avançada, uma “revolução dos idiotas”.

Da mesma forma que os três autores aqui debatidos, Nelson também associa a crítica ao racionalismo moderno à produção de um relativismo descrente na existência do mal. Isso fica muito claro quando ele denuncia (assim como Gustavo Corção, porém com mais recorrência) que o ser humano não é mais capaz de se espantar. Para ele, o espanto era um contato com o divino. Numa apropriação de Dostoievski, Nelson entende que o ser humano que se espanta está entrando em contato com a não cognoscibilidade humana, está saindo de uma lógica de causa e efeito para entender o homem e o mundo, ou seja, está saindo do regime de natureza e entrando no regime da sobrenatureza. A denúncia contra a perda da

capacidade do espanto fica muito clara em algumas crônicas sobre o carnaval brasileiro. Para Nelson Rodrigues, este era o momento em que se tornava evidente que a nudez, o sexo, os pecados não tinham mais força de produzir, sequer, uma pequena reação nos homens. Pelo contrário, produzia-se um tédio carnal e espiritual que separava o mistério da vida humana.

Assim como Gustavo Corção discute o fenômeno do “desumanismo”, Nelson Rodrigues debate, em diversas crônicas, o fenômeno de “desumanização”. Está em jogo a idéia de que, na modernidade, o homem se afastava daquilo que ele verdadeiramente era. O homem, em sua natureza, não seria um ser frio e racional, e sim um ser atravessado por valores formado a partir de fortes experiências emocionais. Vivenciando as mais profundas dores e alegrias, o ser humano seria capaz de construir uma série de valores que guiarão suas condutas. Não era esse, entretanto, o caminho proposto pelo mundo moderno, que, através do racionalismo, tornava as experiências homogêneas e tediosas, impedindo a produção de valores e da distinção entre o bem e o mal.

Assim como Dostoiévski, Nelson Rodrigues aproxima-se da idéia de que o homem deve realizar uma trajetória marcada pelo sofrimento e pela angústia religiosa. Assim como Chesterton, ele percebe que a verdadeira felicidade humana não é fruto do individualismo e da auto-estima moderna, e sim dessa travessia, que leva em conta a condição trágica do ser humano. Conhecer e enfrentar o lado demoníaco do ser humano, a sua metade marcada pelo mal e pelo demônio, seria o objetivo dessa travessia. De maneira bastante próxima a Chesterton, Nelson entende a felicidade humana como um difícil equilíbrio conseguido a partir do embate de paixões e não como a rápida felicidade prometida pelo mundo moderno – esta última destituída de valores e tediosa.

O amor, para todos os autores aqui discutidos, seria uma forma de contato com o divino e superação do estado de natureza. Nelson Rodrigues é muito enfático ao defender que o amor era a possibilidade que os homens tinham de voltar a ser aquilo que eram. O amor teria uma forte carga emocional e não estaria em relação com o tédio, a falta de valores, a decadência e a decomposição do mundo natural, moderno e racional. Nelson, da mesma maneira que Chesterton e Dostoiévski, identifica as elites como um grupo mais comprometido com esta decomposição própria da modernidade. Os grupos populares, vivendo nos subúrbios

dos grandes centros urbanos, ainda seriam capazes de experimentar uma vida emocional mais intensa, distanciando-se do relativismo e do racionalismo moderno.

O projeto estético e teatral de Nelson Rodrigues, conforme afirmei no início deste texto, está em sintonia com estas idéias e com estas referências intelectuais. Suas peças possuem um objetivo muito específico num mundo marcado pela desumanização: a produção do espanto e do horror. Todas as atrocidades que Nelson coloca em cena têm a intenção de mobilizar o mundo emocional e moral dos espectadores, de forma a tirá-lo do relativismo e produzir valores. Referindo-se a Aristóteles, Nelson Rodrigues afirma que seu teatro busca uma purificação a partir do horror e da compaixão. Para ele, fazer com que o homem entre em contato com seu lado negro seria uma forma de iluminar e fortalecer seu lado santo, num processo de purgação de emoções. Daí a indignação do autor ao receber críticas moralistas contrárias às suas peças. Para ele, estas deviam ser encenadas nos colégios de freiras.

Em suas peças, repletas de assassinos, canalhas, incestos, traições, misérias, profundas decepções, suicídios, os personagens poucas vezes encontram salvação. Nas crônicas em que escrevia sobre teatro, muitas vezes Nelson discutia a função que o final trágico ou o personagem perverso tinha em seu teatro – provocar a purgação de emoções no espectador. Daí o destino trágico da maior parte de seus personagens. Um dos poucos casos de salvação se dá em *Otto Lara Resende ou Bonitinha, mas ordinária*. Nesta peça, um casal chega a um raro final feliz através de celebração do amor. Após passarem por uma série de situações marcadas pela angústia, pelo sofrimento, o amor era o ponto de chegada final da travessia. Fica colocada a idéia de que é necessário aos homens (tanto personagens como espectadores) ir fundo em sua miséria para se chegar a Deus.

Como se percebe, o sentido que Nelson Rodrigues confere a seu teatro pode ser pensado a partir de suas referências intelectuais mais fortes. Além disso, essas matrizes intelectuais também são apropriadas em seu teatro a partir de pequenos dispositivos. Por exemplo, nas peças, os grupos de elite sempre se mostram mais corrompidos pela falta de valores e pelo relativismo do que os mais pobres, corroborando com a idéia, presente em Dostoiévski e Chesterton, de que o conforto material é uma forma de corrupção do espírito. Assim como Dostoiévski, há diversos momentos da dramaturgia rodriguiana em que os personagens revelam uma nova faceta em cena: a menina que não é mais pura, a professora

que é uma prostituta, o pai de família que é um assassino, etc. Por fim, há uma série de personagens que são guiados por uma espécie de loucura divina, de febre, em suas trajetórias trágicas.

Por fim, podemos perceber que a produção do teatro rodriguiano ganha um sentido próprio quando analisado o ambiente de referências intelectuais no qual ele se situa. Tanto na forma como ele situa seus objetivos como nos mecanismos literários que utiliza para levar a cabo suas intenções, é bastante perceptível o quadro de questões que aqui tracei a partir de autores que se colocam como inimigos da modernidade. Autores que identificam no mundo moderno um afastamento do homem em relação à si mesmo, à sua natureza, caindo num mundo ausente de valores, de forças emocionais, de tensões, que a arte poderia resgatar.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*, São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CHESTERTON, Gilbert Keith. *Ortodoxia*. São Paulo: LTr, 2001.
- CORÇÃO, Gustavo. *Três alqueires e uma vaca*. Rio de Janeiro: Agir, 1953.
- PAULA, Christiane Jalles de. *Combatendo o bom combate: política e religião nas crônicas jornalísticas de Gustavo Corção (1953-1976)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008. Tese de doutorado.
- PONDÉ, Luiz Felipe. *Crítica e profecia: a filosofia da religião em Dostoievski*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

RODRIGUES, Nelson. *Teatro completo*. Organização e introdução de Sábado Magaldi. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. *A menina sem estrela*. Memórias. São Paulo: Companhia das Letras, 1993a.

_____. *O óbvio ululante*. Primeiras confissões. São Paulo: Companhia das Letras, 1993b.

_____. *O reacionário*. Memórias e confissões. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

A representação Pivaniana¹ inserida entre a experiência e o horizonte de expectativa²

Idila de Roure Silva Rocha³

Resumo: A escolha da obra de Roberto Piva para se pensar História e Literatura, faz emergir a necessidade de ir além dessa relação, hoje muito discutida. Deste modo o conceito de identidade, assim como o conceito de representação, de experiência e expectativa são importantes na articulação desses elementos. É objetivo deste trabalho, apontar as relações de identidade, representação experiência e expectativa no interior da poética pivaniana. Avaliando a orientação desse discurso a partir do impacto das discussões sobre experiência.

Palavras-chave: História, literatura, identidade, representação, experiência e expectativa.

A relação entre História e Literatura como campo de atuação do historiador, tem por missão a busca pela possibilidade da interlocução entre sociedade e os suportes teórico-metodológicos do próprio historiador, estabelecido através dos conceitos específicos. Dessa maneira os conceitos atuam como elementos de compreensão do passado, possibilitando o relato e descrição de processos históricos.

Assim a literatura ganha contornos de manifestação cultural, deixando para trás o caráter de “fenômeno estético”. Possibilitando ao historiador a percepção da ação humana, imbuída de desejos, percepções, orientações, em suma o trajeto de um determinado indivíduo ou grupo carregado de subjetividade.

Neste contexto se torna essencial pensar a experiência, com a compreensão da literatura como fenômeno social, cabendo a ela a função do engajamento, ou mesmo de dever de memória. Deste modo a literatura ganha contornos de discurso social, para tanto passa a ser necessário considerar as relações entre escritor e sociedade e a relação do discurso com a mesma sociedade em questão.

Diante das relações expostas até aqui há que se questionar o próprio conceito de experiência, para defini-lo recorro num primeiro momento a Dominick Lacapra que

¹ Referente a Roberto Piva.

² As reflexões, presentes neste artigo, é parte da pesquisa, ainda em andamento, realizada no Programa de Pós-graduação da UFG, para a confecção da Dissertação de Mestrado, provisoriamente intitulada: “A representação da cidade de São Paulo na poesia de Roberto Piva (Paranóia 1963)”

³ Aluna mestranda, bolsista CAPES, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

estabelece experiência como um conceito amplo que se define quando uma pessoa tenha passado por algo e se presume que tal fato tenha chegado ao fim. Tal definição se mostra fluida o suficiente para não estabelecer o que seja a experiência. Talvez discutir experiência se dê num plano diferente que o dos conceitos, talvez no estabelecimento da diferença entre tipos e sujeitos de experiência, por exemplo os historiadores e seus objetos de estudo (LACAPRA, 2006).

Mesmo se apresentando como um conceito amplo e abrangente, pensar a experiência a partir do que se entende por acontecimentos ocorridos que se fazem de conhecimento de um indivíduo, uma comunidade e da humanidade em seu conjunto, durante um período ou no geral, constrói a possibilidade de se pensar as questões que se estabelecem no interior desses grupos e a relação que expõe entre aqueles que experimentaram diretamente uma série de acontecimentos e o que estão vinculados com eles através da memória de uma herança compartilhada.

Essa experiência é evocada dentro desses moldes, onde tudo que é de conhecimento basta para argumentar que a relação posterior com o passado é em algum sentido importante por ter sido experienciado e estar vinculado com complexos processos identitários (LACAPRA, 2006).

Se faz necessário portanto problematizar o conceito de identidade, tomando o próprio conceito como complexo e ambíguo. Para pensarmos o conceito de identidade antes precisamos trazer à tona o subsídio de formação da identidade que é a Memória, memória enquanto capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los através de diferentes suportes empíricos como a música, voz, imagem e textos.

A memória se divide, segundo Maurice Halbwachs, em memória individual que se refere ao indivíduo e suas próprias vivências, mas que contém resquícios da memória social onde ele se formou e se socializou. E memória coletiva, que é aquela formada pelos fatos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade, se expressando através de lugares de memória, monumentos, obras literárias e quadros que expressam a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade. No lado oposto existem as memórias subalternas ou marginais que correspondem a versões sobre o passado de grupos dominados de uma dada sociedade.

Assim como a memória é subsídio de formação da identidade, então quando a memória estabelece uma relação com os imaginários sociais podemos considerar que o

imaginário coletivo/social é fonte da construção identitária. É pertinente colocar o que entendo por imaginário social, e o entendo a partir da construção de Bronislaw Baczko que assinala que o imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade.

O conceito de experiência também está relacionado ao problema da memória e da relação entre história e memória. O que denominamos experiência sugere ser a recordação da experiência (LACAPRA, 2006).

Ao considerar que toda história foi constituída de experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou sofrem tais experiências, há que se pensar a relação entre experiência e expectativa. Para Koselleck experiência e expectativa correspondem, equivalentemente, à espaço e tempo. Se apresentam como categorias alternativas, conceitos que se excluem mesmo que se encontrem estreitamente relacionados (KOSELLECK, 2006).

Experiência e expectativa entrelaçam passado e futuro, são necessárias para tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político (KOSELLECK, 2006)

“A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento.” (KOSELLECK, 2006, p. 309)

Assim estabelecida a experiência, a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Concluimos então que apesar de se relacionarem, os dois conceitos não são simétricos complementares, para tanto é necessário expor a definição de expectativa:

“(…) também ela não é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.” (KOSELLECK, 2006, p. 310)

Exposto dessa maneira, observamos que do mesmo modo que passado e presente não se encontram, uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência.

Apesar da particularidade dos versos, considerando textos literários como fontes, há que se pensar as relações de memória, identidade, experiência e expectativa como apresentado até aqui. De modo que para se pensar tais relações o que vem explícito nem sempre é suficiente, precisamos buscar elementos subjetivos para essa compreensão. Compreendendo inclusive as estruturas mentais que estruturam o discurso no contexto em que foram escritos, observa-se o caminho da experiência e o horizonte da expectativa.

Roberto Piva⁴, autor contemporâneo de poética transgressora, que tem como temática recorrente a cidade de São Paulo. Cidade de São Paulo dos submundos, da subversão, da marginalidade. É um autor que não se insere em um único movimento literário, tendo diversas influências desde Dante Alighieri, William Blake até Nietzsche. Pode ser caracterizado pelas fases em que seus trabalhos estão inseridos, cada qual sob influência de diferente escola. Surrealismo⁵ e xamanismo⁶ são respectivamente sua primeira e última fase.

Nunca se posicionou diante de uma ideologia, ou aderiu a uma linha de pensamento ordenadora da razão e ação. Transitou entre esses movimentos com diálogos e influências, mas nunca militante. Cabendo a si mesmo sua própria orientação, nessa medida a escrita piviana esta restrita a seus pares, não adere a comercialização intelectual. O que não anula a perspectiva de produção diante de um mercado editorial, sendo necessário refletir sobre essa relação na escrita de Roberto Piva.

Entramos então na questão da escrita da História, localizando o lugar do intelectual na construção da História, tomando esses atores históricos não só como pensadores, é necessário pensá-los como elementos dessa tradução, híbridos no sentido de diversas vozes falando com a mesma importância ao mesmo tempo.

Piva como ator histórico, ao estabelecer seu locus de enunciação, tentando provocar, segundo Alcir Pécora, uma reafirmação do antagonismo entre razão discursiva e o pensamento analógico que se expressa através da imagem. Imagens não são um território homogêneo, em Paranóia elas variam. Desta maneira, na visão de São Paulo expressa por Piva em Paranóia, há uma gama de relações de afinidades e antagonismos.

⁴ Poeta paulistano, sociólogo, produtor de shows de rock e documentários, nascido em 1938. O início da sua publicação se dá em 1961.

⁵ Movimento do início do século XX, que tem como orientação a liberdade de escrita através do subconsciente.

⁶ Prática de crenças ancestrais, considerado como caminho de conhecimento.

Considerado para além disso o contexto de eclosões de minorias na década de 60 de onde o autor se localiza, tomando como parâmetro específico a minoria gay, grupo que questionava o imaginário social coletivo quanto a noção de homossexualidade da época. Os movimentos homossexuais espalhados guardam entre si a reivindicação de direitos e a afirmação de uma identidade hegemônica, ainda baseados na sua liberdade de escolha ou opção sexual, ou seja, na sua própria sexualidade, tentando pautar seu discurso, portanto, em um "direito à diferença". Tais questões se materializam na literatura e nas artes, que passam a ser apontadas como lugares de transformação social por excelência, uma vez que o seu caráter essencialmente criativo as converte em espaços de experimento. Nelas, o escritor e o artista não simplesmente negam ou evadem do mundo real; ao contrário, formatam a experiência à sua moda e utilizam o seu empreendimento como campo de prova para novas idéias.

A representação de São Paulo proposta por Piva, ganha sentido à medida que consideramos esse contexto, não que Piva levantasse a bandeira ideológica da homossexualidade, não há bases para essa afirmação, levando a sua orientação sexual declarada em consideração, nesse contexto da década de 60, podemos entender que o que ele trás a tona é a realidade em que vive, pertencente a um grupo marginalizado, marginalmente habita a sociedade. Se justifica assim o cenário traçado em suas obras.

Para se justificar a intenção do autor, talvez seja necessário andar ainda alguns metros em relação a construção da dissertação que origina este trabalho, mas já neste momento a posição agressiva que ele toma, sussita socialmente, uma vez que o mesmo esta relacionado a produção de conhecimento, uma necessidade de se pensar, uma inquietude diante da escolha que ele faz. Em momento algum tento dizer que ele milita por uma identidade homossexual. Pois ao darmos visibilidade a uma certa forma de vivência homossexual, podemos produzir uma marginalidade de outros modos de se vivê-la, dado que nem todos os homossexuais, homens e mulheres, pensam acerca da sua sexualidade de modo igual, e até mesmo podem vivê-la de forma diferente. Piva representa a busca pelo poder e por sua manutenção enquanto minoria, mesmo que este poder seja atribuído no campo intelectual, ainda que não signifique uma militância, significa uma representação, uma identidade, uma experiência ou mesmo uma expectativa.

Apesar de todas as suas singularidades, encontra-se inserido na sucessão temporal dos eventos históricos, antes e depois constituem o horizonte de sentido de qualquer narrativa, o

presente de um tempo histórico só pode ser pensando entre as experiências do seu passado e suas expectativas para o futuro.

Os aspectos sócio-culturais de um recorte espaço-temporal podem ser compreendidos, em suas especificidades, dentro do horizonte de experiências e expectativas de um presente histórico por meio de categorias de análise das quais dispõe o historiador, como os conceitos de memória, imaginário e representação.

Na construção de uma estrutura do horizonte do tempo histórico compreendido entre experiências e expectativas, como proposto por Koselleck, na qual a memória pode ser identificada com a experiência e o imaginário com o presente do tempo histórico, devemos analisar a representação como a categoria de análise que compreende o campo das expectativas determinadas pelo passado no referido presente.

A representação é o mecanismo mais importante para a leitura das culturas. A identificação da maneira como essas realidades são pensadas é possível por meio da análise das suas representações.

As representações, segundo Roger Chartier (em seu livro *A histórica cultural: entre práticas e representações*), traduzem como alguns grupos constroem o modo como pretendem entender ou fazer entender as idéias que têm de si ou de outros, de acordo com o seu interesse. As lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas e sociais para tentarmos compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção dos mundos social e natural, os seus valores e os seus domínios.

Assim como os imaginários, as representações adquirem uma função simbólica, mediando as apreensões que os indivíduos em uma sociedade terão do real. As formas simbólicas definem os processos que constroem o mundo como representação, que é o caso das figuras intelectuais através das quais cada grupo apreende os mundos social e natural.

No livro *À beira da falésia*, Roger Chartier define a representação como tendo, basicamente, duas funções: demonstrar uma ausência que se faz presente a partir da representatividade; ou indicar uma presença que se apresenta por meio da representação, em cerimônias ou ritos públicos, por exemplo. A representação é o referente de significado para um símbolo visível (presença) ou um signo invisível (ausência).

A representação pode referenciar tanto uma presença apresentada por sua caracterização simbólica quanto uma ausência apresentada pelos símbolos que a representam.

Nos processos de longa duração, que definem a erradicação e a monopolização da violência, as lutas de representação se inscrevem como mecanismos para a própria hierarquização das estruturas sociais. Os conceitos para a identificação dos símbolos utilizados na representação, pode propiciar a configuração das estruturas sociais em um determinado espaço e uma determinada temporalidade por meio de suas representações, pois a configuração de tais estruturas resulta das práticas, apropriações e interpretações dessa sociedade.

Com base nos conceitos de memória, imaginário e representação, as manifestações mais diversas do pensamento e das mentalidades de uma sociedade pode ser pensada pela História. No horizonte do recorte espaço-temporal da pesquisa histórica, o campo de experiências é abordado pela memória e por todas as análises que podem ser empreendidas a partir desse conceito, enquanto o campo de expectativas é relativo às representações utilizadas por essas sociedades.

E finalmente, entre essas duas categorias, está o tempo histórico (ou presente histórico), que pode ser entendido através do imaginário, que fornece à pesquisa histórica o campo de confluência entre as experiências passadas e suas influências no presente e nas expectativas futuras, sintetizando a proposta metodológica de Koselleck.

Como explicitado anteriormente é no trato com os conceitos que se delineia a possibilidade de se pensar a representação da cidade de São Paulo na poesia de Roberto Piva, uma vez que esta vem carregada de experiência, expectativa, memória e identidade. Buscando o entendimento da expressão de uma São Paulo quase nunca visitada, mas que existe e abriga atores históricos com voz e alcance.

Referenciais Bibliográficos

- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, RJ: Editora PUC-Rio, 2006.
- LACAPRA, D. *Historia en Tránsito*. Experiencia, identidad, teoría crítica. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- LEENHARDT, J. PESAVENTO, S.(orgs). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas, SP: Ed. Unicamp: 1998.
- PIVA, R. *Abra os olhos e diga AH!* São Paulo: Massao Ohno. 1975
- PIVA, R. *Ciclones*. São Paulo: Nankin. 1997
- PIVA, R. *Quizumba*. São Paulo: Global. 1983
- PIVA, R. *20 poemas com brócoli*. São Paulo: Massao Ohno. 1981
- PIVA, R. *Coxas*. São Paulo: Massao Ohno. 1979
- PIVA, R. *Paranóia*. São Paulo: Massao Ohno. 1963
- PIVA, R. *Piazzas*. São Paulo: Massao Ohno. 1964
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*, v. I. Campinas: Papyrus, 1994.
- SEVCENKO, N., *Literatura como Missão*. Tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- WUNENBURGER, Jean-Jacques. *O imaginário*. São Paulo: Loyola, 2007.

A historiografia brasileira sobre o trabalho: Entre Thompson e Foucault

*Igor Guedes Ramos **

As mudanças teórico-metodológicas ocorridas na década de 1980 na produção acadêmica brasileira sobre a história do trabalho, foram, há muito, notadas e diagnosticadas por diversos intelectuais. A maioria dos diagnósticos, muitas vezes generalizantes, indica que essa produção até o início da década de 1980, se concentrava no estudo das “macrofísicas do poder” (estrutura econômica, Estado, sindicato e partidos); e, posteriormente, passou a se concentrar nas “microfísicas do poder” (as formas individuais e cotidianas de dominação e resistência). Como os próprios termos evidenciam, uma das variáveis que favoreceu essas mudanças foi a apropriação dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e Michel Foucault, pelos acadêmicos brasileiros (Cf. COSTA, 1994; BATALHA, 2003; PAOLI et al., 1984).

Segundo a perspectiva de interpretação de Thompson:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 1987: 10)

Portanto, a classe surge quando, por meio das relações humanas e da luta de classes ¹, um grupo de pessoas passa a se comportar repetidamente de modo classista; partilhando, não somente a mesma posição nas relações de produção, mas também comportamentos, cultura e instituições que condizem com seus interesses. A experiência – conhecimento apreendido historicamente por meio das práticas reais e diretamente determinado pelas relações de produção – ao se articular com a cultura (idéias, valores, tradições, instituições, etc.) do grupo social, constitui a “consciência de classe” deste grupo. Destarte, em Thompson a “consciência

* Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: grigor@sercomtel.com.br e/ou igor.guedes.ramos@gmail.com

¹ Thompson assinala que a “luta de classe” precede a própria “classe”, tendo o primeiro conceito caráter mais universal que o segundo. (Cf. THOMPSON, 1989: 37)

de classe” tem caráter temporal e geográfico, é constituída pela articulação histórica entre experiência e cultura de um determinado grupo social, não pode ser imputada ao grupo social por um partido, seita e/ou intelectual portadores da consciência “verdadeira” e, conseqüentemente, não deve ser julgada ou avaliada como mais ou menos verdadeira, mais ou menos revolucionária.

Para Thompson, a “classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 1987: 12). Por isso, a classe deve ser compreendida por meio de evidências históricas tratadas, isto é, o historiador deve iniciar sua análise pelos dados empíricos e, posteriormente, organizá-los por meio da teoria. Desta maneira, a classe é expressa como uma “categoria histórica”, em oposição à parte da tradição marxista (especialmente leninista), que muitas vezes define classe por meio de um modelo ideal – que precede as evidências históricas – e medidas quantitativas, produzindo uma noção de classe como “categoria estática” (Cf. THOMPSON, 1989: 33-39).

Essa perspectiva de interpretação está presente na obra *A formação da classe operária inglesa* (*The Making of the English Working Class*); na qual Thompson vasculha os becos sem saída, as causas perdidas e a história dos perdedores, “tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade” (THOMPSON, 1987: 13). Destarte, produz uma história que se preocupa com o “fazer-se da classe operária”, em oposição às histórias que obscurecem a atuação dos trabalhadores e/ou se fundamentam na evolução posterior para criticar o passado (Cf. THOMPSON, 1987: 9-14).

A perspectiva de interpretação de Foucault é bastante distinta a de Thompson e apresenta dificuldades quando apropriada pelos historiadores. Segundo André Luiz Joasilho, apesar da perspectiva de análise foucaultiana e a pesquisa histórica não serem incompatíveis, existem duas dificuldades sérias nessa relação:

A primeira, diz respeito à forma como Foucault trata as fontes históricas, pois seu trabalho “não privilegia a pesquisa exaustiva sobre determinado assunto, prisões ou sexualidade, por exemplo, deixando lacunas na sua explicação” (JOANILHO, 2003: 16). Isto é, enquanto o historiador busca exaurir as fontes históricas em busca de confirmação de suas hipóteses; “Foucault, de modo algum, buscou exaurir as fontes em relação aos objetos sobre os quais se debruçava, ou pelo menos, sequer tentou confirmação sistemática dos dados que utilizava no sentido tradicional” (JOANILHO, 2003: 16).

A segunda, diz respeito ao sujeito; pois diferente de Foucault, para o historiador “é fundamental o sujeito produtor de determinado documento [...]. A não existência de uma autoria ou de um autor não faz parte do horizonte do pesquisador e do que almejamos enquanto explicação histórica” (JOANILHO, 2003: 16-17). Isto é, para dar coerência à narrativa historiográfica é necessária a existência de um sujeito responsável pelos acontecimentos.

Superada essas dificuldades, como assinala Paul Veyne (1998: 251), Foucault não fala de um mundo diferente do qual fala o historiador. Apenas busca descrever todo o “relevo”, todos os contornos, por mais pontiagudos que sejam, desse mesmo mundo descrito pelos historiadores, de forma “plana”, completamente coerente e, algumas vezes, com sentido único:

Contudo, compreende-se facilmente por que essa filosofia [foucaultiana] é difícil para nós: ela não se assemelha nem a Marx nem a Freud. A prática [ou o discurso] não é uma instância (como o id freudiano) nem um primeiro motor (como a relação de produção), e, aliás, não há em Foucault nem instância nem primeiro motor [...]. É por isso que não há inconveniente grave em denominar provisoriamente essa prática [ou discurso] de ‘parte oculta do *iceberg*’, para dizer que ela só se apresenta à nossa visão espontânea sob amplos drapeados e que é grandemente preconceptual; pois a parte escondida de um *iceberg* não é uma instância diferente da parte emersa: é de gelo, como esta, também não é o motor que faz movimentar-se o *iceberg*; está abaixo da linha de visibilidade, e isto é tudo. (VEYNE, 1998: 251).

Em relação à produção acadêmica sobre o trabalho, Edgar Salvadori de Decca diferencia e define as contribuições de Thompson e Foucault, da seguinte forma:

As diferenças de abordagens em se tratando de Thompson e Foucault são significativas. Para o primeiro, as classes trabalhadoras são sujeitos de sua própria história, e por isso, a ênfase dada à questão da *experiência* de classe e do fazer (*making*) de uma cultura de classe. Com os seguidores de Foucault desloca-se significativamente o eixo da experiência e/ou da cultura das classes trabalhadoras, acentuando-se o significado da ação disciplinar de inúmeros agentes sociais na produção do cotidiano e da identidade dos trabalhadores, através da criação das instituições basilares da sociedade, tais como a família nuclear, a escola e a fábrica. (DECCA, 1987: III)

Desta forma, com a apropriação das reflexões de Foucault, a respeito dos múltiplos locais de conflito existentes na sociedade; e de Thompson, a respeito do “fazer-se” da classe operária, os acadêmicos brasileiros da década de 1980, adquiriram outras “ferramentas”

(temáticas, teorias, metodologias, etc.) para pensarem as formas de dominação e resistência, presentes na história do trabalho.

Entretanto, alguns intelectuais viram com preocupação o deslocamento da atenção das “macrofísicas do poder” para as “microfísicas do poder”, como explica Emília Viotti da Costa:

O resultado foi que apesar da extraordinária expansão das fronteiras da história e do enriquecimento inegável da nossa compreensão da multiplicidade da experiência humana através dos tempos, a macro-física do poder permaneceu na sombra. Quando o poder está em toda a parte, acaba por não estar em lugar algum. Além de que, o método de análise derivado de uma leitura simplificada e seletiva da obra de Foucault embora tenha contribuído para esclarecer e ampliar a compreensão dos vários locais onde o poder se exerce, recusa-se a explicar como e porque ele se constitui, se reproduz e se transforma. (COSTA, 1994: 15)

Essa relação conflituosa entre as perspectivas de interpretação da história do trabalho, não é apenas “bipolares” e não se restringe a diferenças teórico-metodológicas, mas também a representações de mundo e práticas distintas. Nas palavras de Emilia Viotti da Costa: “o que está em questão não é apenas qual a melhor interpretação do passado, mas também qual a melhor estratégia no presente” (COSTA, 1994: 20).

No decorrer da década de 1970, diferente do que ocorria anteriormente na produção acadêmica brasileira sobre o trabalho, as práticas operárias ganham importância em relação às determinações estruturais. Isto é, os acadêmicos brasileiros descobrem que os operários possuem alguma consciência, constroem suas próprias práticas políticas e exercem alguma resistência em relação à dominação burguesa e possuem alguma mobilidade em relação à estrutura socioeconômica do país. Contudo, é uma classe desarticulada, dividida, e ainda incapaz de compreender a realidade do Brasil, conhecida apenas pelos intelectuais, único grupo sociocultural capaz de transcender os limites da sociedade brasileira e capaz de julgá-la a partir de critérios científicos, racionais e universais (Cf. BATALHA, 2003; PAOLI et al., 1984; PÉCAUT, 1990).

Ainda, é importante notar, que a produção acadêmica desse período, estabeleceu como indispensáveis práticas de pesquisa de caráter “empirista”, até então pouco seguidas. Isto é, as interpretações são ampla e rigorosamente fundamentadas em fontes jornalísticas, relatórios de empresas, arquivos de militantes, etc. Dois exemplos dessa produção acadêmica são as obras *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte* (1982) de Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi e *Trabalho urbano e conflito social* (1976) de Boris Fausto.

Nessas obras surgem as algumas referências a Thompson e Foucault. Contudo, a apropriação do pensamento de Thompson não gera uma mudança significativa no modelo interpretativo; certamente fortalece a postura “empirista” e leva a uma maior preocupação com a descrição e a análise das práticas e da cultura operária, mas os autores não adotam as noções de cultura, experiência ou consciência de classe presentes no pensamento de Thompson. Uma vez que fazem críticas à consciência de classe e ao movimento operário brasileiro do início do século XX, fundamentados em critérios de outro tempo e lugar (Cf. HARDMAN & LEONARDI, 1981: 351; FAUSTO, 1976: 247-248); o que se opõe a noção de consciência de classe presente nas reflexões de Thompson.

Ainda, em sua obra, Fausto dedica apenas uma breve seção denominada *A subcultura* para analisar a cultura operária e a crítica da cultura e das instituições vigentes (sistema educativo, Igreja, família burguesa, etc.) feita pelos libertários; conforme já assinalou Sílvia Pertesen, desde o título, essa seção destoa do modelo interpretativo de Thompson (Cf. PETERSEN, 2008: 62).

Em relação a Foucault, a referência mais profunda aparece em Fausto; que, em um breve parágrafo, aponta a importância do estudo dos micropoderes (desvendados por Foucault) para compreensão da relação de dominação (Cf. FAUSTO, 1976: 81), mas não analisa o tema em sua obra.

Em suma, a produção acadêmica brasileira, da década de 1970, sobre o trabalho está intimamente ligada à produção acadêmica anterior, herdando algumas de suas representações e práticas, como a “tendência de julgar negativamente o movimento operário do início do século” (BATALHA, 2003: 151). Destarte, impossibilitando uma apropriação mais profunda das reflexões de Thompson e Foucault.

É na década de 1980, que ocorreu uma grande mudança (ou ruptura) na produção historiográfica brasileira sobre o trabalho. Foi uma época de contestar e sonhar, os acadêmicos (discentes e docentes) estavam deslumbrados pelas inúmeras alternativas de compreender a sociedade e estratégias de luta política. Nessa época ocorreu a re-significação do político e a percepção da heterogeneidade sociocultural existente no Brasil, elementos de outra representação de mundo, que possibilitou o surgimento de outro modelo acadêmico de interpretação do trabalhador; que procura dar conta dos múltiplos grupos socioculturais, formas de organização e resistência e lugares de conflito, presentes na sociedade brasileira.

A postura dos acadêmicos da década de 1980 em relação à sociedade e, especificamente, em relação ao trabalhador brasileiro, pode ser entendida a partir da explicação de Michel Foucault sobre os intelectuais em geral:

[...] o que os intelectuais descobriram desde o avanço recente [desde 1968] é que as massas não têm necessidade deles para saber; e elas o dizem bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida este discurso e este saber [...]. Eles próprios, os intelectuais, fazem parte deste sistema de poder; a idéia de que eles são agentes da ‘consciência’ e do discurso, ela própria, faz parte deste sistema. FOUCAULT & DELEUZE, 1974: 140-141)

Um pensamento que surge em 1968, na Europa, deslumbra os acadêmicos por volta de 1980, no Brasil. Destarte, os acadêmicos brasileiros – grande parte deles – descobrem que não são os organizadores da sociedade, os porta-vozes do povo, a vanguarda esclarecida ou os portadores da ciência e da compreensão universal. Descobrem, também, que a “massa”, o “povo” ou a classe operária possuem práticas e saberes independentes, tão “verdadeiros” quanto os possuídos pelos acadêmicos. E, possivelmente a mais dolorosa das descobertas, que eles (acadêmicos) são também repressores desses saberes e práticas. Para esses “novos” acadêmicos brasileiros, restou o “resgate” dos saberes e das práticas operárias, aniquilados durante séculos de tirania intelectual. Entre os exemplos da historiografia da década de 1980, citamos: *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930* (1985) de Luzia Margareth Rago e *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921* (1988) de Cristina Hebling Campos.

Segundo Rago, a luta pela transformação/manutenção da sociedade não passa necessariamente pela instância política formal, pela luta político-partidária, como quer a produção acadêmica anterior. Em sua obra, não existe sequer a dicotomia entre instância política formal e informal, existem múltiplas formas políticas, que não se hierarquizam ou se centralizam em uma única “instância verdadeira ou superior”. A dominação e a resistência políticas estão em todos os espaços e todos os momentos da vida operária. Daí, não é difícil imaginar, que entre as referências teóricas da autora estejam Foucault e Thompson:

Embora situados em campos teóricos e metodológicos diferenciados, Thompson e Foucault chamam a atenção para outros momentos do exercício da dominação burguesa, possibilitando recuperar as práticas políticas ‘não-organizadas’ do proletariado e desfazer o generalizado mito do atraso e do apoliticismo dos libertários. (Cf. RAGO, 1985: 14)

Destarte, é restituído às “práticas políticas não-organizadas” da classe operária – até então consideradas banais, economicistas ou inconscientes –, sua exata capacidade de transformação social, econômica e política. Rago, nesta obra, se propõe a estudar todas essas manifestações de resistência cotidiana e a cultura produzidas pelos trabalhadores brasileiros, entre 1890 e 1930; bem como, as normas disciplinares a eles impostas pela fábrica, pelas várias agências do poder público ou privado regulando a sua maneira de morar, a sua saúde, a sua educação, a sua sexualidade, etc. (Cf. RAGO, 1985: 11-14).

Acompanhando a tendência da década de 1980, na obra de Rago predomina a descrição e a interpretação das práticas operárias e da cultura operária e os diversos mecanismos de dominação do capital. Seu modelo interpretativo é muito semelhante ao de Foucault, suas referências a Thompson parecem ter, maiormente, a função de legitimar o texto dentro do campo de produção sobre o trabalho, onde predominava (ou predomina) as concepções marxistas da história.

Na perspectiva de Campos, entre os anos de 1917 e 1921, o trabalhador brasileiro sonhou com a liberdade, se organizou e lutou para tentar conquistá-la. Esse momento só pode ser compreendido por meio de um estudo aprofundado das diversas formas de dominação, exercidas pelo patronato e pelo Estado; e das diversas formas de resistência, empregadas pelos operários (Cf. CAMPOS, 1988: 17-22). Para sua análise, a autora se fundamenta nos pressupostos de Thompson e Foucault:

Pois, tanto para Thompson quanto para Campos, “a classe só se constitui no processo de luta, quando, ao criarem-se laços de solidariedade entre indivíduos, enfrenta o patronato e o Estado. A consciência que é produzida nesse momento é registrável, às vezes comparável, mas não existem ‘desajustes’ na história, nem atrasos, nem falsa consciência” (CAMPOS, 1988: 12).

Ainda, para compreender principalmente o fenômeno de descenso do movimento operário do período, Campos se utiliza das reflexões de Michel Foucault sobre as relações de poder, buscando pensar as múltiplos locais de dominação e resistência, desde a fábrica e o processo de produção até a vida privada e os sentimentos conjugais, parentais e filiais (Cf. CAMPOS, 1988: 17-21). Contudo, as reflexões de Foucault parecem estar mais presentes onde não existe referência direta a ele; quando a autora define sua concepção de história:

A tentativa revolucionária dos anos de 1917 a 1920, além de ter sido esquecida pela historiografia oficial, foi ‘malvista’ pela historiografia marxista (leninista).

Esta postura ligou-se essencialmente ao fato dos libertários terem se negado a criar o partido revolucionário e por não participarem do processo político-eleitoral, estabelecendo alianças com outras camadas sociais. Teoricamente isto é insustentável, a tarefa do historiador é a de fazer da história um uso que a liberte para sempre de qualquer absoluto. Não se pode permitir que a história se deixe levar por nenhuma obstinação e tampouco que se deixe obstinar pela idéia de continuidade. [...] Não existe nada imortal no homem, nada escapa a ter uma história. A história não é um *continuum*, com um sentido estabelecido, as forças que se encontram em jogo obedecem ao acaso da luta. (CAMPOS, 1988: 23)

Portanto, entendemos que a perspectiva de análise de Campos está muito próxima à de Thompson. Já que a autora se propõe a resgatar as formas organizativas e de resistência do movimento operário, lhes restituindo o significado que tinham em sua época, por meio da descrição detalhada da constituição das classes em luta, evitando julgamentos fundamentos em saberes posteriores. As referências a Foucault feitas pela autora, parecem funcionar muito mais como formar de marcar um lugar distinto, isto é, uma oposição à produção acadêmica anterior, por meio da constituição de outra concepção de história; do que como modelo teórico-metodológico, salvo parcela da análise a respeito do “descenso”.

Logo, é possível notar, que em vez de uma apropriação homogênea das formas de interpretação de Thompson e Foucault, pela historiografia brasileira da década de 1980; ocorreram distintas apropriações das representações de mundo (de história, de classe operária, etc.) que emergem no pensamento daqueles autores, favorecendo mudanças na produção historiográfica sobre o trabalho. Essas apropriações não ocorreram de forma imediata, homogenia ou irrepreensível; não existiu unanimidade entre os intelectuais, muitos rejeitaram e criticaram os historiadores (e acadêmicos em geral) que enveredaram por este outro caminho.

BIBLIOGRAFIA

BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar libertário**: movimento operário nos anos de 1917 a 1921. Campinas: Pontes, 1988.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Marco Zero, v.14, n.27, p.9-26, 1994.

DECCA, Edgar Salvadori de. Apresentação. In RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1976.

FOUCAULT, Michel Foucault; DELEUZE, Gilles. **Psicanálise e ciência da História**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1974.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982.

JOANILHO, André Luiz. Michel Foucault e a pesquisa histórica: Questões de método. In DENIPOTI, Cláudio; JOANILHO, André Luiz (orgs.). **Leituras em História**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2003, p.15-25.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, v.3, n.6, p.129-149, set. 1984.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920) Economia e Estado nas origens do movimento operário brasileiro. In GOMES, Ângela de Castro (org.). **Leituras críticas sobre Boris Fausto**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y consciéncia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. 3. ed. Barcelona: Crítica, 1989.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

IDENTIDADES E MEMÓRIAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

desafios e transformações

Isabel Cristina Felipe Beirigo*

Cotas para negros nas universidades, lutas por igualdade e direitos femininos, disputas por demarcação de territórios indígenas, legitimação de uniões homossexuais e inúmeros outros debates que tratam da demanda das minorias, dos excluídos da sociedade. Essas e outras questões nos assaltam diariamente nas manchetes de jornais e nos noticiários televisivos. Vivemos um momento de constantes debates a propósito de temas como esses e que, principalmente, trazem à tona discussões sobre o quanto a identidade de determinados grupos devem ou não reforçar suas lutas cotidianas. Concomitante a essa profusão de debates há uma cada vez mais valorizada cultura da memória, que resgata no passado legitimações para as contendas do presente.

Todos esses discursos apontam para uma transformação social da forma como o ser encontra-se e projeta-se no mundo. A identidade tem sido tratada como um fenômeno em constante transformação. A memória, por outro lado, tem sido discutida como um processo individual e coletivo que perpassa a realidade contemporânea com uma força jamais vista anteriormente. Essa grande proliferação do uso dos termos identidade e memória tem afetado tanto a linguagem da análise social quanto a sua própria substância. Do mesmo modo que tem afetado e transformado a maneira como as práticas sociais se processam na realidade sócio-cultural.

Dentre as discussões empreendidas, muitos defendem que estamos vivendo um tempo de “crise identitária” e que buscamos na memória o tipo de sentimento que nos faça sentir pertencentes a um determinado grupo. Essa crise de identidade é, muitas vezes, expressa por meio da fragmentação e deslocamento do ser em relação a si mesmo e em relação ao mundo social ao qual pertence, gerando transformações e novas formas de pertencimento. Podemos, a partir dessas constatações, supor que a memória funcione como um suporte, fulcros existenciais de formas passadas que garantem a permanência do ser no tempo e no espaço. Como o sujeito

* Mestranda em História – Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ

sente-se fragmentado e deslocado da realidade, precisa buscar no passado uma maneira de perpetuar-se, de identificar-se e solidarizar-se com os membros de seus grupos.

Objetiva-se, por meio desse artigo, pensar o uso da memória na articulação do ser e a sociedade moderna. Acredita-se que as mudanças estruturais do mundo social acarretam transformações no indivíduo, fazendo-o consumir cada vez mais as “reliquias” do passado, em busca de uma identidade, a qual se encontra descentrada, fragmentada e deslocada.

Cultura da memória e sociedade

A memória tem sido assunto tratado acirradamente em discussões acadêmicas nas últimas décadas. No entanto, essa explosão discursiva não se limita aos contornos do mundo acadêmico, ela reflete um pouco a própria realidade contemporânea, na qual a memória vem sendo explorada nas mídias, nas artes e por variados grupos políticos. Esse *boom* da cultura da memória pode ser percebido no cotidiano por meio de programas de TV, manchetes de jornais, e uma cada vez mais valorizada musealização do espaço urbano. Há um apelo constante às questões do passado, uma valorização de memórias individuais e coletivas e uma produção maciça de documentos à ficar para a posterioridade. Todas essas ocorrências podem ser um demonstrativo de um medo de perder o passado, de cair no esquecimento ou de que a compressão do espaço-tempo (HALL, 1999: 69-73) faça o ser humano desprender-se de um sentido de si mesmo.

Dessa maneira, nos atuais trabalhos historiográficos torna-se imprescindível absorver as questões relacionadas à memória, destilando-as nos desenvolvimentos teóricos acerca da existência humana. Os primeiros estudos empreendidos sobre memória destacavam-na enquanto uma capacidade individual de transposição de uma realidade anterior, por meio de imagens fidedignas ao passado evocado. Porém, a partir do trabalho de Maurice Halbwachs (HALBWACHS, 1990) ela passou a ser localizada no âmago do coletivo. Para ele as lembranças são sempre coletivas, uma vez que somos seres sociais e indissociáveis dessa especificidade compartilhada. A memória seria, portanto, um fenômeno coletivo e social, ou seja, um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

Pensando o processo mnemônico tanto em seu sentido individual quanto em seu sentido coletivo podemos perceber alguns elementos que invariavelmente o constituem: acontecimentos,

peças e lugares. Primeiramente os acontecimentos vividos pessoalmente; aqueles fatos que sendo vivenciados estão enraizados no indivíduo ou no grupo. O historiador melhor se depara com esse tipo de memória quando lida com estudos ligados à história oral, que dependem, geralmente, das percepções diretas de participantes dos fatos ou acontecimentos estudados. Atualmente há uma abundância de estudos que privilegiam a memória dos presos políticos das ditaduras militares na América Latina.

Por outro lado, mas ainda em relação aos acontecimentos, temos aqueles que são herdados ou projetados; esse tipo de evento é compartilhado ou sentido pelo indivíduo como sendo uma experiência sua, mesmo que ele não tenha efetivamente participado dos fatos. São memórias tão fortemente cristalizadas que tornam-se comuns ao grupo e são tomadas como parte da identidade desses grupos.

Em segundo lugar, estão as pessoas ou personagens que, da mesma forma que os acontecimentos, podem ser vividas e conhecidas pessoalmente pelo indivíduo e pelo grupo, ou podem ser memórias herdas de um tempo longínquo. Nessa categoria de elementos estão os chamados heróis, as personagens de referência, que são consideradas os repositórios mais eficazes para elucidar a memória evocada. No contexto da historiografia brasileira um exemplo constantemente lembrado pelos historiadores e grandemente explorado pelos grupos políticos é a figura de Tiradentes. Do período Monárquico (século XIX) até a redemocratização no Brasil (décadas de 1970-80) a memória do inconfidente foi longamente utilizada no sentido de reforçar programas políticos (FURTADO, 2002: 31-38), apelando para o sentimento identitário ligado à sua representação.

Por fim, deparamo-nos com os lugares que podem constituir-se em “lugares de memórias” (NORA, 1998). Representativos ou evocativos de recordações selecionadas, esses lugares são fontes de memórias individuais, como por exemplo, um lugar que lembre a infância, ou de memórias coletivas como os lugares de comemoração, monumentos e marcos políticos.

Todos esses elementos podem tratar de acontecimento, pessoas e lugares reais ou apenas projetados de outros eventos. Mas, o mais importante é perceber que eles transformam-se em memórias cristalizadas, quase materiais (e muitas vezes o são por meio dos monumentos, artes, símbolos) que permeiam o meio social e cumprem a função de criar e/ou reforçar identidades,

servindo das mais diversas maneiras a interesses individuais e coletivos, conscientes ou inconscientes.

Os processos mnemônicos, além disso, sofrem alterações e flutuações de acordo com o momento em que são articulados, as preocupações do momento, portanto, constituem um elemento de sua estruturação. A memorização está sob influência do presente, não é um fenômeno isento, está sempre perpassada por questões que não dizem respeito necessariamente ao seu próprio contexto de nascimento. Toda essa fluidez gera disputas políticas pela memória coletiva, demarcação de datas e marcos, a memória é, assim, um fenômeno construído e reconstruído constantemente.

No entanto, mais do que considerar a influência do presente sobre a memória, o historiador também depara com a necessidade de relacioná-la com o tempo, com o espaço e com o movimento (DIEHL, 2002: 114). Sendo o tempo a força de corrosão que destrói as lembranças à medida que a memória afasta-se de seu contexto. Por outro lado, o espaço como *locus* da experiência da memorização, tanto como o local onde a memória se formou, quanto como o lugar de onde se evoca essa memória constituída. E, por fim, o movimento como a estrutura simbólica da cultura que perpassa a consciência de ser do indivíduo ou grupo que se apropria de tal memória.

A apropriação mnemônica permite ao indivíduo sentir-se pertencente ao mundo. Dessa maneira, ele tanto precisa de suas lembranças individuais, quanto das lembranças da sociedade e grupo ao qual pertence. Assim, a memória começa a fazer o seu trabalho de integração coletiva e de pertencimento a um determinado conjunto. Gera um sentimento de identidade, ou seja, um sentido da imagem de si, para si e para os outros (POLLAK, 1992: 204). Isso ocorre porque os indivíduos conseguem perceber que possuem questões em comum com as outras pessoas pertencentes àquele grupo. A memória faz com esses indivíduos tenham um passado em comum. Vitórias, conquistas, heróis, mas também derrotas, perdas, fracassos. Sentimentos esses que fazem a união de indivíduos, muitas vezes tão diferentes, mas que sentem-se unidos e conseguem se diferenciar dos outros, dos que vem de fora. Um exemplo de base identitária constituída por meio de memória compartilhada seria a mineridade (ARRUDA, 1999), a qual é perpassada por um senso comum que define um sentimento em ser mineiro: um ser desconfiado, introvertido, irônico, hospitaleiro, prosegador, político hábil que luta pela liberdade, busca o caminho da

democracia e não perde de vista o jeitinho mineiro de resolver os impasses por meio da conciliação. Esses e outros atributos são conferidos àquele que vem de Minas, porém, mais do que isso, são aceitos e mesmo auto-atribuídos pelo próprio mineiro. Todas essas características são construídas historicamente e baseadas em questões mnemônicas que vão do período colonial nas Minas setecentistas às disputas políticas pela opinião pública na reabertura política brasileira ainda no período de ditadura militar.

Portanto, mais do que vivenciar determinadas experiências, a importância da memória na estrutura social diz respeito à conciliar as experiências individuais e coletivas, vividas e herdadas, transformando-as em pano de fundo de sentimentos de pertencimentos a grupos e diferenciando esses grupos de outros.

Identities in transformation

A identidade é tanto uma categoria de prática quanto uma categoria de análise (BRUBAKER y COOPER, 2005: 183), ou seja, seu uso é feito tanto na experiência cotidiana por atores sociais, quanto no discurso analítico e acadêmico. A grande difusão desse termo e seu uso rotineiro tem acarretado-lhe uma sobrecarga de significados variados e ambíguos, tornando-o um conceito obscurecido e banalizado, sendo aplicado à situações variadas e muitas vezes contraditórias.

Em sua conceituação a identidade pode ser tomada “como um sentimento de pertencimento a um grupo específico e limitado, que implica tanto um sentido de solidariedade ou acordo total com os demais membros do grupo como um sentido de diferença ou inclusive uma alimentada antipatia pelos indivíduos ‘de fora’” (BRUBAKER y COOPER, 2005: 198). Mas também pode designar um tipo de autocompreensão mais branda, que aceita a afinidade entre diferentes grupos. Ambas as formas de conceituar o termo são válidas, no entanto, condicionam diferentes maneiras de ação no meio social e político.

Argumenta-se atualmente que estamos vivendo uma “crise de identidade” marcada por uma fragmentação do indivíduo moderno que leva ao declínio as velhas identidades, aquelas que estabilizavam o mundo social, abrindo lugar para a formação de novas identidades – fragmentadas, descentradas, deslocadas, variadas. Essa fragmentação atingiria, portanto, as

paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade mudando as formas identitárias pessoais e abalando a idéia de sujeito integrado (HALL, 1999: 9).

O ser social, nesse sentido, não seria mais centrado e unificado, mas formado por várias formas de identificação contraditórias e não-resolvidas. Essas variadas formas de identificação têm sido chamadas de identidades. Segundo essa nova concepção, as identidades de classes, regionalista e nacionalista secundariam outras formas de identificação do sujeito, sendo essas novas formas de assimilação motivadas pelo lugar que o indivíduo ocupa no mundo social, não apenas em relação às estruturas econômicas, mas, principalmente, aludindo às suas relações culturais.

Nas antigas concepções sobre identidade a posição que o sujeito ocupava no mundo da produção definia sua concepção de pertencimento, determinava o sentido da imagem que tinha de si mesmo perante si e perante os outros. A inclusão identitária era, por conseguinte, definido pela classe social a qual ele pertencia. Da mesma maneira, as lutas, os desejos, os direitos e a consciência eram definidos pelos anseios de classe em oposição a outras classes hierarquicamente dispostas no meio social. Trabalhos historiográficos valiosos como o de Thompson (THOMPSON, 1998), exemplarmente, aludem à formação dessas classes sociais, demonstrando os laços de pertencimento que motivavam as lutas em sociedade.

No entanto, a argumentação pós-moderna defende que esse tipo de identificação classista não faz mais sentido na realidade contemporânea. O mundo social atual seria marcado pela mudança rápida e permanente, no qual as relações de espaço e tempo foram transformadas, tornando as distâncias mais curtas e o tempo mais acelerado. As discontinuidades e rupturas teriam, assim, mais importância e eficiência que as permanências, gerando novas necessidades por parte dos indivíduos.

Entretanto, por mais sustentação que possua esse tipo de argumentação, não podemos concluir que todas essas mudanças estruturais tenham de fato rompido com as antigas formulações sociais. Ainda que existam rompimentos definitivos com antigos modos de vivência social, permanências de práticas e pensamentos continuam perpassando as relações sociais entre diferentes grupos, muitas vezes definidos por relações sociais de produção, classe ou escolha política. É o que acontece, por exemplo, com o pensamento da direita que mantém os mesmos tipos de propostas de sociabilidade de séculos anteriores (PIERUCCI, 1990: 7-15).

Por outro lado, devemos considerar que, mesmo havendo exceções, muitas das redes de sociabilidade são definidas em termos de classes. Claro é que pessoas de classes diferentes frequentam, muitas vezes, o mesmo ambiente. No entanto, algumas das relações travadas nesses variados ambientes continuam sendo definidas pelo lugar social que o sujeito ocupa. E, embora o sujeito use de uma ou outra identidade (racial, étnica, de gênero, etc), ainda assim ele é influenciado por sua situação e lugar no mundo social.

Por conseguinte, ainda temos que pensar o sujeito sob a influência da nacionalidade, sob a extensão da força impositiva que as “comunidades políticas imaginadas” (ANDERSON, 1989: 13-16) possuem em relação ao indivíduo e sua identidade. Ainda que a globalização tenha quebrado fronteiras e aberto novos tipos de mercados (mundiais, virtuais) o pertencimento à uma nação continua fazendo parte da forma como as pessoas se identificam e se projetam no mundo. O discurso nacionalista, como “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 1999: 50-51) continua condicionando as formas identitárias que permeiam a existência do ser. O mesmo pode ser observado em relação ao regionalismo e ao localismo. Novas formas de relações econômicas e sociais cogitam novas maneiras de o indivíduo se identificar com o local de onde vem, no entanto, seu sentimento de pertencimento não é suprimido, nem são apagadas as lembranças de sua formação inicial, na qual, em geral, são observados os cultos ao nacional e ao regional, tanto por meio da educação formal quanto pelas transmissões das tradições sociais.

Portanto, o discurso de fragmentação e deslocamento do ser em relação a si e ao mundo, não deve obstruir a análise de formulações de identidades baseadas em concepções ditas arcaicas da identificação do sujeito com o sistema social e com a nação a qual pertence.

Memórias e Identidades – o passado como suporte

A constituição essencial da construção da identidade é baseada em três elementos: 1) a unidade física, que tanto pode ser o limite físico do corpo, como as fronteiras de pertencimento ao grupo; 2) a continuidade no tempo, continuidade essa que é tanto em sentido físico, quanto moral e psicológico, ou seja, não se refere apenas ao espaço de tempo em que o indivíduo ou

grupo vive efetivamente, mas designa também a sua permanência enquanto referência moral e psicológica, o quanto será parte das lembranças e referenciais posteriores à sua existência; 3) o sentimento de coerência, que permite que os diferentes elementos que formam o indivíduo ou o grupo sejam efetivamente unificados e coesos.

Assim sendo, podemos começar a pensar a memória como fator importante na constituição do sentimento de identidade, uma vez que ela contribui para o sentido de continuidade e de coerência. Ela tem a função de encontrar referenciais anteriores que possibilitem a explicação existencial do sujeito e/ou do grupo. Funciona como uma ponte entre um passado (real ou imaginado) e o presente, justificando a unidade física, a continuidade no tempo e gerando a tão necessária consciência de coesão. Nesse sentido, tanto a memória, quanto a identidade podem ser negociadas – são fenômenos que se produzem em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros (POLLAK, 1992: 204).

As disputas que existem em torno da questão identitária referem-se, muitas vezes, à coerência existencial do grupo no tempo, trazendo à tona a relação inextricável entre identidade e memória e o tempo, o espaço e o movimento, como explicitado anteriormente. O sentido de coesão da identidade liga-se à memória como um suporte à não corrosão do tempo, demonstrando sua continuidade, ao mesmo tempo em que permite a duração e sua projeção no espaço, para além do espaço referencial do tempo presente.

Essa busca de códigos referenciais no passado tem sido contemporaneamente um comportamento comum entre os vários grupos sociais, numa constante atitude de reafirmação de identidades flutuantes. Deparamo-nos com discursos de memória que buscam histórias alternativas e revisionistas, apontam para uma recodificação do passado (HUYSSSEN, 2004: 10), embora tenham como objetivo último a própria recodificação do presente.

A fragmentação identitária e as novas experiências temporais e espaciais fazem com que o uso da memória seja uma “tentativa [...] de garantir alguma continuidade dentro do tempo, para propiciar alguma extensão do espaço vivido dentro do qual possamos respirar e nos mover” (HUYSSSEN, 2004: 30).

Assim sendo, se por um lado a realidade contemporânea é perpassada por uma grande mobilidade global, com migrações em massa, experiências de deslocamento e relocação e o

espaço é globalizado e virtualizado por um tempo cada vez mais comprimido, por outro lado buscamos continuamente desacelerar o tempo e voltamo-nos para a memória em busca de conforto. É nesse sentido que a memória faz parte da necessidade de estender o tempo vivido e garantir um espaço de onde se pode falar e agir, ou seja, garantir ao sujeito o sentimento de existir verdadeiramente em uma realidade palpável e permitir-lhe estender-se no tempo e no espaço para além das fronteiras comprimidas da realidade que ele sente escapar-lhe pelos dedos.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BRUBAKER, Rogers y COOPER, Frederick. Más allá de la ‘identidad’. In: WACQUANT, Loïc (Dir.). *Repensar los Estados Unidos: para una sociología del hiperpoder*. Barcelona: Anthropros, 2005.
- DIEHL, Astor Antônio . Memória e identidade: perspectivas para a história. In: João Carlos Tedesco (Org.). *Usos de Memória (política, educação e identidade)* - 1 ed. Passo Fundo: UPF, 2002.
- FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice - Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade* – 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto história: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. n. 17. São Paulo: EDUC, 1998.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. In: *Tempo Social*, II (2), 1990.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

O (não) lugar de uma história do presente no parecer de Joaquim Manuel de Macedo sobre o *Epítome de História do Brasil* de José Pedro Xavier Pinheiro

*Isadora Tavares Maleval**

Apesar de tema já amplamente debatido, a escrita da história durante o correr do século XIX apresenta-se como uma problemática que traz infundos questionamentos. Deslocando o foco, entretanto, para uma escrita muitas vezes cunhada como a-histórica, presencia-se uma discussão contendo elementos em nada distantes daqueles propagados por novas idéias acerca do que seria o labor histórico ou historiográfico do período. Foi o caso de uma, entre várias, discussões ocorridas em meados do oitocentos, em que a tônica era voltada para o ensino da “História Pátria” em colégios e o tipo de escrita que seria responsável por levar essa história à *mocidade* estudante.

A escrita de manuais para uso nos colégios de ensino primário e secundário era tarefa árdua que poderia garantir, caso bem sucedida, notoriedade ao autor de tal obra. Notoriedade que incluía a parte financeira, visto que, muitas vezes, os autores de livros aceitos para serem utilizados no ensino ganhavam prêmios de quantia considerável, já que o governo dava incentivos à produção de compêndios voltados às escolas, e mesmo à tradução dos publicados em línguas estrangeiras¹. Como exemplo do primeiro caso, encontra-se José Pedro Xavier Pinheiro, autor do *Epítome da Historia do Brasil*, cuja primeira edição data de 1854.

Nascido na Bahia no ano da Independência do Brasil, Xavier Pinheiro era habilitado com o curso completo de humanidades, além de membro do Conservatório Dramático Brasileiro, jornalista, tradutor da *Divina Comédia* para o português e oficial da Secretaria dos Negócios da Justiça do Império. Foi também autor de pelo menos duas obras de cunho didático: o *Epítome* e um compêndio sobre gramática portuguesa, que fora escrito por volta da década de 1860² (AGCRJ. Códice 11.1.29. Ofícios diversos,

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da Prof. Dr^a. Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

¹ Isso segundo os artigos 56º e 95º da lei de 17 de fevereiro de 1854.

² Quanto ao compendio de gramática portuguesa, segundo a documentação do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, parece não ter sido aprovado para ser utilizado nas escolas e, por isso, nem chegou a

1861: f. 83, 89, 90, 96, 97, 99). Sua relação com a história, no entanto, ao que tudo indica, não foi muito além da escrita do *Epítome*.

A já referida discussão mereceu espaço justamente quando do momento de divulgação do *Epítome* no município da Corte. Publicado em 1854, na Bahia, e já tendo sido utilizado no ensino dessa região, foi levado, em fins de 1858, a “teste” para o Rio de Janeiro, onde Xavier Pinheiro já devia trabalhar, e onde viria a falecer, em 1882. A partir de documentação encontrada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, foi possível presenciar uma discussão travada a partir do *locus* que desempenharia o importante papel de definir a entrada ou não de manuais escolares no âmbito das escolas: o Conselho de Instrução Pública, convocado pela Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte (IGIPSC), então presidida por Euzébio de Queiroz³. Discussão essa iniciada pelo desejo do autor de tornar sua obra parte do conjunto de livros destinados à *mocidade brasileira*:

Tenho a honra de trazer á presença de V. Ex^a o meu opúsculo intitulado – Epitome de Historia do Brazil – que, dep^s de ter sido approved pelo Concelho de Instrucção Publica da Bahia e como tal impresso e distribuído ás aulas de ensino primário, foi amplamente refundido e acrescentado.

Apresentando á V. Ex^a este humilde trabalho, é propósito meu pedir-lhe q^e mande proceder aos competentes exames e verificar se p^r ventura acha se accommodado ao fim aq^e desde seu principio foi destinado, e aq^e ainda agora parece-me applicavel, isto é se merece entrada nas escolas de primeiras letras. Não levanto mais alto as m^{as} aspirações: o plano, em q^e delineei e executei o meu livro, não o torna apropriado a mais do q[’] á instrucção dos meninos (AGCRJ. Códice 11.1.6. Adoção e aprovação de livros, 1859: f. 61).

O *Epítome*, como já indicia Xavier Pinheiro, não deveria ser visto como obra histórica, mas sim como um livro apto à tarefa não menos árdua de servir para a educação de jovens estudantes. Curiosa, entretanto, é a pronta caracterização feita pelo autor desde essa primeira apresentação, algo, inclusive, que foi repetido no prólogo do livro intitulado “Ao leitor”:

ser publicado.

³ A IGIPSC tinha função de analisar os manuais adotados nas escolas públicas, fazendo correções (que eram pedidas aos autores dos livros), e substituindo-os também, quando necessário. A Inspetoria era também responsável por convocar o Conselho da Instrução Pública, que examinava os métodos e sistemas de ensino, além de avaliar os manuais escolares. Importante mencionar que essa avaliação era feita por pessoas de confiança das autoridades, sobretudo, por professores.

O título d'este opúsculo diz bem claramente que não tivemos em mente escrever um livro de história. Em um epítome ninguém exigiria os predicamentos que devem sobrelevar-se em uma composição pertencente a esse gênero de alta literatura.

Narramos singelamente os factos principaes da nossa historia, desde o descobrimento do Brasil até o anno de 1870⁴. Não os commentamos, nem os apreciamos em suas causas e em seus effeitos. Se tal fizessemos, passaríamos além das barreiras que nos estavam assignaladas; e talvez nos embarcassemos em empresa para a qual nos falleceriam as habilitações precisas, os estudos proprios, a instrucção conveniente, os elementos indispensáveis (PINHEIRO, 1873: 21).

Como já fica prontamente compreensível a partir da leitura desse trecho, um *epítome*, assim como um *compêndio*, seria um livro que deveria conter “o resumo do mais substancial, ou das noções elementares de alguma arte, sciencia, preceitos” (citado em MATTOS, 2007: 85), ou seria, tão somente, o resumo de um livro (NEVES, 2007: 46-7). De acordo com Roberto Acízelo de Souza, existiria, nesse tipo de literatura, uma “renúncia a qualquer pretensão de originalidade” (1999: 40), cuja premissa partiria de uma “idéia pré-iluminista de autoria”, pautada sobretudo na retórica, concepção distinta da idéia de autor colocada pelo romantismo de fins do século XVIII e em crescimento no século XIX: a de uma originalidade individual transplantada para a escrita.

Nesse sentido, mesmo em meados do oitocentos, verifica-se uma coexistência de distintas concepções de autoria, também em solo “brasileiro”. E o livro de Xavier Pinheiro estava em consonância com a idéia de desenvolver uma obra que, além de não abrir mão de ser vista e recebida como um *resumo* de outros livros⁵, teria como foco ser uma narrativa pautada em uma cronologia, em que os acontecimentos seriam esboçados sem maiores comentários ou críticas.

Entretanto, percebe-se que a definição do que seria um *epítome* não esvaziou por completo o debate acerca da escrita da história no presente exemplo. A partir do

⁴ Esse trecho foi extraído da 5ª edição, que data de 1873. Por isso a alusão ao ano de 1870.

⁵ Que são, inclusive, por ele citados: “Em geral, seguimos os passos do illustre Roberto Southey na sua *History of Brasil*, obra de tão subido quilate, e tão abalisada na excellencia da erudição e critica, que o benemerito e douto visconde de Cayrú disse: ‘que contem o cabedal mais abundante das noticias dos principaes successos politicos do Brasil até 1808’. Attendemos, entre os mais antigos, aos escriptos de Gabriel Soares de Souza, do P. Simão de Vasconcellos, do P. Raphael de Jesus, de Sebastião da Rocha Pitta, do P. Ayres do Casal, de Frei Gaspar da Madre de Deos, de Berredo, de Brito e outros; entre os modernos, aos do visconde de S. Leopoldo, de Balthazar da Silva Lisboa, de monsenhor Pizarro, do Sr. de Varnhagen, do Sr. Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, do Sr. Abreu e Lima, á *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico do Brasil* e outros” (PINHEIRO, 1873:23-24).

momento da entrega do livro para receber o parecer do Conselho, a problemática passa também a se construir no plano da discussão sobre a historiografia do momento. Destaca-se que esse foi um período de definição da história como disciplina “científica”, pautada em modelos e valores-chave, sobretudo, com relação ao trabalho das fontes e à crítica documental. Nesse modelo, uma das grandes questões passava a ser a necessidade de distanciamento do *professional* historiador daquilo que lhe seria próximo: seu tempo e suas instigações. A história seria, nesse sentido, uma ciência que promoveria o estudo do passado – tanto longínquo melhor – a partir de critérios bem definidos e através da maior parcialidade possível. Apesar disso, não são poucos os exemplos que demonstram que essas idéias ainda estavam sendo desenvolvidas, paulatinamente, e em meio a muitas discussões e incertezas. Tal aspecto faz-se presente na discussão que agora se retoma acerca do livro de José Pedro Xavier Pinheiro.

Antes, contudo, um novo personagem entra em cena naquele momento, mas não se pode afirmar que seja um personagem pouco conhecido. Lembrado muito mais por ser o autor de “A moreninha”, Joaquim Manuel de Macedo foi também, entre muitas outras atividades que exerceu, professor da cadeira de História do Brasil do *Imperial Collegio de Pedro Segundo*. Lugar de prestígio no cenário oitocentista brasileiro, o CPII era responsável por educar e formar os filhos da elite política do Brasil Imperial, através de um ensino humanista que visava transmitir e consolidar uma “cultura geral” (CUNHA JUNIOR, 2008: 105), cuja máxima seria a formação integral do homem (SOUZA, 1999: 21). Além disso, Macedo era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujo papel relativo ao desenvolvimento de uma escrita da história eminentemente nacional é perceptível. O IHGB tinha papel decisivo inclusive em relação ao que estava sendo desenvolvido no plano do ensino da história do Brasil. Macedo era, portanto, um homem cuja vida profissional se desenrolava em meio a duas grandes instituições culturais do período do Segundo Reinado. Não por acaso, ele era um dos grandes nomes em matéria de julgamentos sobre obras de cunho didático, como foi o caso do *Epítome* de Xavier Pinheiro. Fazendo parte do Conselho responsável pelo parecer sobre o livro, Macedo não deixa de demonstrar simpatia para com a obra de Pinheiro. Entretanto, as discordâncias tornam-se aparentes, à medida que o conteúdo sofre apreciação, primeiro, com relação à escolha de uma das obras compendiadas por Pinheiro:

Tratando da invasão dos Holandeses em Pernambuco segue o autor do Epítome da História do Brasil as pisadas de Fr. Raphael de Jesus no Castrioto Lusitano, e eu tenho para mim, que foi mau o guia, que tomou. Não considero Fr. Raphael de Jesus nem historiador e nem ao menos cronista digno de muito crédito; reputo-o mais paneggerista, do que outra cousa, e assim o Sr Xavier Pinheiro deixando-se levar por elle houve de incorrer em inexactidões e em extraordinárias exagerações considerando a personagem João Fernandes Vieira (AGCRJ. Códice 11.1.6. Adoção e aprovação de livros, 1859: f. 58).

E complementa, indicando que, apesar do grande erro do autor, ele não fora o único, pois “o que o senr~ Xavier Pinheiro fez, já o tinham feito quase todos os escritores estrangeiros que se tem occupado da mesma matéria” (AGCRJ. Códice 11.1.6. Adoção e aprovação de livros, 1859: f. 58). Fica visível, portanto, também uma crítica de Macedo a uma situação recorrente em matéria de escritas da história voltadas ou não para a *mocidade*: o fato de terem sido, em grande parte, efetivadas por estrangeiros. É forçoso comentar que esta seria uma questão chave na discussão não só de Macedo, como de outros letrados com a mesma preocupação. Inclusive, não podemos esquecer que doze anos após a escrita desse parecer, o próprio Macedo publicaria, com o pretexto de não haver ainda um bom manual de história para uso das escolas, o seu *Lições de história do Brasil para uso dos alunos do Imperial Collegio de Pedro II*, livro visto por muitos como a forma didática da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Voltando ao parecer, vislumbra-se aquilo que se constitui como o grande problema da obra de Xavier Pinheiro, pelo menos, para Macedo⁶: o fato de a obra narrar fatos muito próximos ao tempo de vivência do autor. Nas palavras de Macedo, a parte da obra que trata do período entre a Independência do Brasil e a maioridade do Imperador D. Pedro II⁷ não deveria ser escrita, pois acabaria sendo prejudicial a um relato voltado para o ensino da mocidade, visto que

Escrevendo ou ensinando a Historia Patria nós nos devemos limitar, quando chegamos aos acontecimentos da nossa época, aos dramas em que tambem

⁶ Indicamos aqui Joaquim Manuel de Macedo por ser o seu parecer o mais “contudente” nos aspectos relativos à presença da história contemporânea no livro de Xavier Pinheiro, bem como por ser Macedo homem notável na cena política e intelectual do Segundo Reinado, conforme a brevíssima biografia feita acima atesta. Porém, encontramos também na documentação do AGCRJ, pareceres que destacam preocupações semelhantes às de Macedo por outros membros do Conselho, como o de Joaquim Mendes Malheiros e Matheos da Silva Chaves.

⁷ Isso, logicamente, dizendo respeito à 1ª edição.

tivemos papeis a representar, nós nos devemos limitar, digo, a resumir esses acontecimentos em datas que os fação lembrar, sem ajuntar apreciações de factos e de princípios. Nossas ideas políticas, os partidos que contarão em suas fileiras nossos parentes, nossos amigos, ou a nós mesmos, nossas perversões, sympathias, antipathias muitas vezes nos podem induzir ao erro, e tornar-nos evidentemente parciaes.

Esta regra que tem cabimento em todos os tempos, torna-se absoluta em relação as épocas de ardentes lutas políticas, como foi essa que correu desde a independência do Brasil até a declaração da maioridade de S. M. o Imperador o Senhor D. Pedro 2º e que ainda se prolongou por alguns annos.(AGCRJ. Códice 11.1.6. Adoção e aprovação de livros, 1859: f. 59).

Apesar de incorrer neste grandessíssimo erro, Macedo indica a obra de Xavier Pinheiro à publicação e ao uso pelas escolas primárias do Município da Corte. Isso, claro, caso o autor fizesse as modificações ensejadas por Macedo, sobretudo, no que dizia respeito à narração da história contemporânea.

Adotando postura semelhante a de uma das instituições da qual fazia parte – o IHGB –, o parecerista argumenta que a escrita de uma história próxima ao seu tempo era incompatível com o ideal de parcialidade em história. Além disso, muitas lutas e disputas políticas ainda se encontravam em desenvolvimento no período em que era “narrada” a história de Xavier Pinheiro, contendo comentários acerca daquele momento tão próximo. Pessoas que ainda viviam, atuando política e socialmente, faziam-se presentes nessa narrativa. O julgamento, algo tão pernicioso na concepção de Macedo, acabaria por se apresentar na leitura dos alunos e, conseqüentemente, nas aulas de história; julgamento este, muitas vezes, de fatos há pouco tempo findados, ou mesmo em processo de execução. Tudo isso, conforme ele indica no parecer, deveria ser deixado para o “Tribunal da Posteridade” (GUIMARÃES, 1999), como algo que não poderia ser debatido no presente.

Indo mais longe, pode-se pressupor também uma certa má vontade de Macedo com relação às inclinações políticas de Pinheiro. Cito, mais uma vez, o parecer do autor de “A moreninha”:

Nesse escolho, que acabo de afrontar, creio que naufragou o autor do Epitome da Historia do Brasil, e a prova disso é que um(a?) dificuldade se adivinha nelle um homem que militou nas fileiras contrarias ao partido liberal até 1831, que pertenceo em seguida ao partido chamado caramuru, e que enfim seguio

depois o partido conservador (AGCRJ. Códice 11.1.6. Adoção e aprovação de livros, 1859: f. 59).

Joaquim Manuel de Macedo fora membro atuante do Partido Liberal, tendo sido inclusive deputado provincial e geral pelo mesmo, entre os anos de 1864/66, 1867/68 e 1878/81 (MATTOS, 2000: 14). Logo, fica clara a dissonância até mesmo nas escolhas políticas entre os dois personagens em questão, o que contribuiria para o desagrado do liberal com relação a partes do livro do conservador.

Ao que tudo indica, de acordo com a documentação, Xavier Pinheiro demorou um pouco a apresentar novamente o trabalho com as mudanças indicadas pelo Conselho. Em requerimento da Inspeção, datado de 10 de dezembro de 1859 – portanto, quase um ano após Pinheiro levar seu livro à Inspeção –, P. C. Pinto, indica que Xavier Pinheiro

acaba de effectuar um autographo do Epítome de Historia do Brasil de sua composição as emendas e omissões que lhe forão indicadas pelo Conselho Director; que esta Inspectoria Geral aguarda a publicação da obra para contractar o fornecimento dos exemplares necessários ás escolas publicas de instrucção primaria do Municipio (AGCRJ. Códice 11.1.6. Adoção e aprovação de livros, 1859: f. 242).

e pedia que fosse entregue o prêmio a que o autor teria direito para arcar com as despesas da impressão.

A partir daí, o livro recebeu várias (re)edições, o que demonstra, no mínimo, que era adotado pelas escolas e utilizado por um número considerável de alunos. De um lado, se o fato de o livro ter sido aprovado pelo Conselho, publicado e republicado tantas vezes intui que seguiu o padrão estabelecido por Joaquim Manuel de Macedo e seus colegas do Conselho, de outro, é curioso o fato de, pelo menos⁸ até a quinta edição, que é de 1873, os fatos trazidos pelo autor serem estendidos ao presente cada vez mais próximo do mesmo. A cada nova edição, a narrativa é aumentada. No caso da quinta edição, por exemplo, o autor chega até o final da guerra do Paraguai, conforme demonstra o próprio título do livro: *Epítome da Historia do Brasil desde o seu descobrimento até a conclusão da Guerra do Paraguay*. Pode ser que Pinheiro tenha

⁸ A 5ª edição do *Epítome* é aqui mencionada por ter sido a mais detalhadamente analisada.

efetivamente concordado com Macedo em não suprimir os fatos mais recentes do seu manual, mas trabalhá-los sem maiores exortações. Porém, não deixa de ser curioso que, mesmo após tantas críticas, Xavier Pinheiro tenha continuado a “formar” o compêndio trabalhando com a parte da história contemporânea, algo que já foi veementemente penalizado em uma anterior discussão⁹, entre um autor de outro compêndio de história do Brasil e aquele que seria o mais conhecido historiador do período. Para ampliar o debate, são trazidos à tona rapidamente os pontos fulcrais da polêmica entre José Inácio de Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen (MATTOS, 2007: 178-197).

Abreu e Lima publicou pela primeira vez o seu *Compendio da Historia do Brasil* em 1843. Assim como o *Epítome* de Xavier Pinheiro, o *Compendio* foi levado a cabo através de escolhas de temas e de *recopilações*, e até mesmo da cópia literal de trechos do *História do Brasil*, de Beauchamp (1817), o que garantiu grande polêmica com Varnhagen, responsável por dar um “juízo” sobre a obra por indicação do IHGB. Quanto àquilo que importa a esse trabalho, a crítica de Varnhagen ao livro de Abreu e Lima também tocou no aspecto que se procura aqui trabalhar, e se relaciona também com a incorporação de uma *noção moderna de história* (KOSELLECK, 2006: 41-60). O autor do *Compendio* parece ter ignorado uma premissa fundamental dessa nova concepção de história – escolhera “compilar”, adotando critérios antigos ou clássicos de escrita da história, e não utilizando como base a noção de verdade a partir do critério de prova, associado ao método crítico dos testemunhos característico da noção moderna de história. Além disso, Abreu e Lima parece não ter adotado postura importante para a escrita da história do momento, sobretudo, a explorada pelo IHGB: a do distanciamento entre o relato histórico e o presente em que se escreve. Isso porque, segundo a “nova” noção de história, narrar o presente perdia cada vez mais sua legitimidade¹⁰.

Abreu e Lima não possuía esse tipo de constrangimento. Assim como Alphonse de Beauchamp, a quem copiava exaustivamente, dava narrativa aos acontecimentos do seu presente, inclusive suas opiniões sobre eles. Com relação à Revolução de 1817, por

⁹ Dessa vez, existiu uma “real” discussão, repercutida nos meios da imprensa do período. No caso da apreciação do livro de Xavier Pinheiro, como demonstramos, o que houve foram os pareceres feitos por membros do Conselho e a posterior incorporação (ou não) do conteúdo crítico dos mesmos para uma nova versão do *Epítome*.

¹⁰ Nesse sentido, estamos tomando como base as perspectivas de Varnhagen sobre o livro de Beauchamp, apesar de não termos base para afirmar que foram incorporadas ao “juízo” feito sobre o *Compendio* de Abreu e Lima (MEDEIROS, 2008, p. 6-7).

exemplo, em que seu pai acabou sendo preso e morto, Abreu e Lima escreve como testemunha, utilizando a memória desse acontecimento que ele próprio possuía. Preocupava-se menos em fazer uma história nos moldes modernos, calcada na crítica dos testemunhos do que em dignificar a memória de sua família em um livro que seria voltado para alunos e professores de história do Brasil¹¹.

Postura similar, portanto, era a de Joaquim Manuel de Macedo com relação à crítica feita por Varnhagen ao trabalho de Abreu e Lima. Fazer uma história do presente era algo não só difícil, como também perigoso, sobretudo, se essa história fosse destinada aos futuros *cidadãos ativos* do Brasil Imperial.

É, portanto, no mínimo interessante a leitura do parecer de Joaquim Manuel de Macedo, homem de letras, professor de História do Brasil e futuro escritor de um dos mais importantes manuais escolares de história do século XIX e mesmo do início do século XX. Suas aspirações intelectuais acabam demonstrando a preocupação mais geral na produção de uma escrita da história em consonância com os critérios “cientifizantes” tão caros ao período. Escrever uma história para a mocidade *brasileira* não deixava, naquele momento, de estar voltado também para essa discussão, o que demonstra, desde já, que *epítomes* e *compêndios* não deixavam de ser vistos como obras *históricas*, pelo menos se for levado em conta o tom do parecer sobre o livro de José Pedro Xavier Pinheiro (e a polêmica entre Abreu e Lima e Varnhagen). Segundo Valdeci Araujo, as

novas expectativas exigiam também novos talentos do “historiador”, que já não poderia ser apenas o panegerista ou o cronista seco que se limitava ao relatório dos “sucessos” contemporâneos. [...] sobrecarregado de novas exigências, o “historiador” vê-se ameaçado de julgamento. A qualidade de sua obra está em jogo, pois age apenas como o instrutor de um processo, cujo trabalho deve ser avaliado no que concerne à imparcialidade, fontes e crítica (2008: 39).

Ora, e não é, justamente, o trabalho de Xavier Pinheiro chamado de *crônica* por outro parecerista do Conselho, Joaquim Mendes Malheiros? Segundo Malheiros, o *Epítome* “Não é por certo uma historia do Brazil nem mesmo por tal a dá o seu autor;

¹¹ Segundo Selma Rinaldi Mattos (2007, 122-124), na escrita do *Compendio*, Abreu e Lima tratando da Revolução de 1817, acabou contrapondo a memória vivida ao relato escrito (no caso, o do padre Muniz Tavares) e, algumas vezes, recorrendo à própria experiência para narrar os acontecimentos deste ano fatídico.

mas é uma chronica, em q^e os principais acontecimentos são produzidos em resumo, com bastante methodo, com muita claresa [...]” (AGCRJ. Códice 11.1.6. Adoção e aprovação de livros, 1859, f. 56). De certa forma, o que Joaquim Manuel de Macedo estaria aconselhando não seria que Pinheiro escrevesse algo mais próximo à história “disciplinar” oitocentista do que a uma crônica?

A importância desse tipo de reflexão, presente no parecer de Joaquim Manuel de Macedo – mas não apenas nele – pode esclarecer muitos elementos da análise. Colabora, inclusive, com a percepção da importância da escrita de livros voltados para a *mocidade* naquele período do século XIX. O tom que a discussão ganhou também com relação à escrita da história permite destacar a importância alcançada pela história-disciplina naquele momento, enquanto colaboradora e – em certa medida – construtora de identidades coletivas, sobretudo, as nacionais. Escrever a história do Brasil era narrar acontecimentos, vidas e intenções, responsáveis por formar um todo coerente, uma mescla, um *povo*. Ensinar a história do Brasil era formar cidadãos que tomariam consciência dessa *unidade* – palavra tão cara ao Segundo Reinado.

Referências Bibliográficas

1. Fontes

1.1. Manuscritas

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)

Setor de documentação escrita

Códice 11.1.6: Adoção e aprovação de livros – Contractos – Aluguéis de casas para escolas e certidões diversas – Papéis separados por mezes. 1859.

Códice 11.1.29: Officios diversos. 1861.

1.2. Impressas

PINHEIRO, José Pedro Xavier. *Epítome da História do Brasil desde o seu descobrimento até a conclusão da Guerra do Paraguay (adoptado para uso das aulas publicas de ensino primário)*. 5ª edição, Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1873, 527 pp.

2. Artigos e Livros

ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. *O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FURET, François. O nascimento da história. In: *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1980.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O “tribunal da posteridade”. In: PRADO, Maria Emília & GUIMARÃES, Lúcia Maria P. (orgs.). *O Estado como vocação – idéias e práticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acces, 1999, p. 33-57.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº1, v. 1, 1988, p. 3-27.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MATTOS, Selma. *O Brasil em Lições. A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Acess, 2000.

_____. *Para formar os brasileiros. O compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

MEDEIROS, Bruno Franco. Das causas da emancipação: Alphonse de Beauchamp e a Independência do Brasil. In: *Anais do 2º Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas*. Ouro Preto: Edufop, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A história para uso da mocidade brasileira. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência*. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

A história e a epopéia: traços épicos na representação do passado na *História da Grande Revolução* (1933), de Alfredo Varella

Jaisson Oliveira da Silva*

Nas paisagens claras e silenciosas das estâncias do distrito de Pedras Brancas, berço das estratégias que dariam início à guerra civil mais longa da história do Brasil, um fato marca a confluência da memória com o mito, cujo amálgama a narrativa se encarregou habilmente de realizar. Já encerrada guerra, cavalgando em direção a sua fazenda, José Gomes de Vasconcelos Jardim, homem forte da República Rio-Grandense e companheiro de Bento Gonçalves, interrompe a cavalgada antes de chegar em sua residência, para visitar a estância vizinha, do velho Azambuja, que ao perceber a chegada do amigo em seus domínios logo exclama: “— Fez-se a paz, sempre, tio José?” O sereno revolucionário, atônito pelo impacto que a frase lhe causara, no mesmo instante dá meia-volta, monta seu cavalo sem dizer uma só palavra e segue viagem, com as lágrimas visivelmente compondo a sua face.

A cena, que o historiador Alfredo Varella garante ter ouvido fielmente da boca de um “coetaneo das ultimas aventuras dos heroes de 35” (VARELLA, 1933, T. VI, p. 304), parece completar seu sentido quando o autor a costura diretamente com outra cena, amplamente mais conhecida, em que o herói, ao ouvir do aedo a narrativa de seus feitos esplêndidos, toma seu manto de púrpura e cobre a cabeça, escondendo o semblante molhado pelo pranto que lhe escapava dos olhos: Ulisses não pôde conter a emoção ao ouvir serem narrados os fatos dos quais fora protagonista². Num breve instante, dois tempos quase que incomunicáveis acabam intimamente ligados: o tempo mítico grego, das narrativas da *Iliada* e da *Odisséia*, e os sucessos dos “titãs pampeanos”, esboçados numa intriga cuja arquitetura reproduz, na exuberância de heróis que carregam consigo o fio entre o passado e o seu presente, um tempo absoluto que parece apontar para a eternidade. Os sucessos da “Nova Tróia” – como Varella costumava chamar o Rio Grande do Sul da Revolução Farroupilha – depois de dez anos de batalhas tão épicas quanto aquelas descritas por Homero, enfim encontram o epílogo, representado na figura do ex-presidente da república, com os olhos em lágrimas, a soluçar sobre o lombo do cavalo as agruras de uma “grande esperança desvanecida” (VARELLA, 1933, T. VI, p. 305).

^{1*} Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, na linha de Teoria e Metodologia da História. Bolsista do CNPq. Professor Substituto do Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Educação – UFSM, na área de Ensino de História.

² Canto VIII da *Odisséia*. A versão usada para consulta vem citada nas referenciais finais.

Em outros momentos, no campo das análises historiográficas, um elemento dessa grandeza poderia ser considerado um mero clichê de composição, detalhe menor ou mesmo irrelevante em relação às preocupações políticas do autor, essas sim constituindo um objeto legítimo (o que às vezes significava único) de uma investigação a respeito de uma obra de história. Para todo um conjunto de estudos historiográficos de outrora, preocupados em descrever os universos de inserção política dos autores através de deduções aparentemente bem aparelhadas, mas essencialmente lineares e homogeneizantes, a própria escrita da história, enquanto momento distinto de constituição de sentido e articulação discursiva para efetivação da representação do passado, não era mais do que uma forma através da qual os conteúdos, dimensionados pela metragem das intenções políticas e interesses de classe, eram dados a ler para um público. O processo de construção de uma narrativa historiográfica era visto, portanto, de uma forma um tanto quanto planejada, na qual a economia cognitiva da obra era regida pelas ambições políticas demarcadas contextualmente e pelos reflexos mais ou menos conscientes das posições de classe.

O presente artigo é uma síntese de algumas das hipóteses que vem sendo levantadas em um trabalho de conclusão de mestrado, e traz em seu bojo justamente uma problematização dessa visão unilateral dos estudos historiográficos, especificamente focado no Rio Grande do Sul. O trabalho propõe uma análise de um autor bastante peculiar, objetivando perceber na relação entre o autor e sua obra a articulação dos momentos interligados da operação historiográfica que gerou o texto de história. Parece-nos lícito admitir, sob esta perspectiva, que a tradicional diferença que opõe um trabalho de contextualização ao trabalho de exegese textual se nos mostra como um falso ou pelo menos um desinteressado debate. Isso porque desta dicotomia pode-se supor que um texto jamais pode dizer algo sobre o mundo “real”, sobre a experiência de quem o escreve, sobre o mundo que o permite ser gestado, sem que se faça, necessariamente, o tradicional percurso de elencar fatores determinantes e linearmente causais entre a vida e o texto. Nossa argumentação pretende pôr à prova uma de nossas mais elementares convicções: não só o texto é capaz de dizer sobre o mundo-da-vida como faz parte da experiência mais originária do ser, a linguagem, capaz de lhe inserir e desvelar diante de seus olhos esse mundo que é o seu próprio.

A obra magna de Alfredo Varella, *a História da Grande Revolução* (1933), é o objeto central da análise, por ser um texto emblemático e marcante que transcende a caracterização outrora recorrente da escrita como mero exercício de erudição, com pinceladas de um positivismo mais ilustrativo do que epistemologicamente efetivo. *A História da Grande Revolução* não é apenas a extensa descrição de uma guerra civil ao longo de uma década. É

uma narrativa densa, articulada por temporalidades diversas, mesclando – às vezes indistintamente – o particular ao universal, a história e o mito. É a saga de uma pequena comunidade que, desprovida de recursos, foi capaz de executar uma obra de incríveis proporções na história do país, sem precedentes, que ainda esperava para ser definitivamente narrada. Tratava-se de contar uma façanha bélica tão virtuosa que jamais poderia ter sido resultado apenas das contingências, daquilo que parece no tempo humano; muito além disso, tamanha empresa, de tão grande êxito aos olhos de Varella, despontava como suportada pela assombrosa substância atemporal formada ainda na origem dessas paragens sulinas e carregada pela dança sucessiva das gerações. Este é o verdadeiro exórdio de sua epopéia:

Promoveram os continentinos uma assombrosa transformação, de epica belleza, de fama retumbante. O que mais surprehende, na iniciativa delles porém, não é tanto o que ha, na mesma, de meritorio, no senso vulgar, e que tinha, aliaz, em bôa parte, um emprego momentaneo, passageiro, transitorio. O que mais surprehende, é o que persistiu invariavel, e foi como que a substancia immortal do que imperterritos consumaram. (VARELLA, 1933, T. I, p. 14-15).

Esses homens “continentinos” despontam em sua narrativa como aqueles que ergueram novas instituições e derrubaram as que julgavam velhas e já inúteis. Todavia, isso ainda pertencia ao reino da contingência; o elemento atemporal, essa “substância imortal”, seria a própria fibra moral que, desde os primórdios da ocupação e formação social do território sulino, estaria intacta, herança da linhagem mais nobre dos portugueses, especificamente daqueles que não haviam ainda se poluído pela corrupção política que tomara Portugal como uma “abjeta criação do industrialismo torpe” (VARELLA, 1933, T. I, p. 62). Os açorianos, preservados em seu pequeno arquipélago da influência corruptiva da metrópole, teriam guardado essa semente imaculada da fibra e da moralidade heróicas, sendo os legítimos depositários de um tempo de ouro do reino português (em todos os aspectos – língua, vestimenta, costumes, trabalho, moral, coragem) que vieram aportar nas terras sulinas. Seus núcleos familiares preservaram o elo primitivo de pertencimento ao seu meio e defesa da pátria e suas aptidões básicas continuaram sendo a lavoura, o marear e a guerra (sendo esta última a que eram mais avessos). Todas essas características heróicas trazidas para o sul brasileiro – um ambiente de terra virgem no qual precisariam lutar ostensivamente contra as intempéries naturais e a escassez – só poderiam gerar uma raça de ouro, de caráter bravo e batalhador, detentores de uma fibra ética pura, de estirpe já irreconhecível em comparação com os contemporâneos portugueses da metrópole. Assim se expressava o historiador:

[...] um acontecimento historico introduziu na sociedade que se desenhavam, um modificador a cujo peso se restabeleceram, de certo modo, os caracteres intrinsecos da raça. Um novo factor immigratorio: a contribuição açoriana, pelas proporções que

teve, trouxe a caudal ethnica á sua quasi pureza originaria. (VARELLA, 1933, T. I, p. 60).

E foi esse processo que salvou tudo o quanto existia aqui nos confins do pampa: um escasso povo miscigenado entre lagunenses, paulistas, espanhóis, lusos e indígenas que, na dinâmica da mistura entre raças e sofrendo a influência do meio, formaram novos matizes, os quais, devido às mudanças de ambiente enfrentada pelos homens que trocavam suas terras natais pelo chão rio-grandense, acabaram por sofrer metamorfoses em seu estatuto moral, subjugados pela rusticidade do próprio meio. A tendência nesse processo, de acordo com o autor, era que se sofresse uma involução dos princípios morais. A estirpe açoriana foi o elemento que impediu que isso acontecesse nas terras rio-grandinas. Era o elemento originário, precisamente o elo inicial de ligação entre o mundo do mito e a história.

Um mundo novo surgindo, uma “manhã da humanidade”. Tal expressão, originária de Garibaldi, fora recuperada por Varella para ilustrar o argumento de que as circunstâncias do meio somadas à nobreza dos povos que aqui aportavam só poderiam produzir criaturas ainda mais nobres e moralmente diferenciadas (numa analogia com o que ocorre no processo de evolução natural), uma vez que sua estatura moral encontrava aqui terreno pra frutificar:

As circunstancias em que os homens tinham avultado a sua estatura moral, reencontravam-se agora em ultramar, e até mesmo as aventuras se reproduziam, passando, quasi idênticas, das chronicas velhas ás modernas. Em solo propicio se desenvolveram com a máxima largueza os bons costumes tradicionais do Portugal heroico. (VARELLA, 1933, T. I, p. 63).

Ao entrar em contato com uma natureza bela, mas igualmente rústica, um ambiente adverso daquele em que viviam e muito menos evoluído materialmente, esses homens de ouro tiveram diminuídas, de início, as prendas morais que conservavam desde tempos áureos. Contudo, o mesmo encontro com a natureza agreste potencializou, logo em seguida, um renascimento dessas prendas, que se opulentaram ainda mais com a evolução realizada por estes sujeitos. Esse retorno à natureza, se permitiu o embaçamento de certos caracteres morais, logo se tornou o combustível para o aprimoramento e engrandecimento das mesmas. Sobre a ordem accidental permaneceu, portanto, um espírito ordinário, uma “imagem eterna do homem”, inalienável verdade:

Nítida transparece o que constitue, não a mascara, a vera "imagem eterna do homem". Salienta-se o que nelle "é inalienavel ou imprescriptivel", porque superior a frivolas ou secundarias diferenças de raça, nação, atrazo, progresso. Destaca-se o que de ordinario paira acima dos meros accidentes, como o espirito sobre as aguas tenebrosas do abysmo: "Ferebatur super aquas". (VARELLA, 1933, T. I, p. 15).

"Ferebatur super aquas" é uma referência direta a Gênesis, da Bíblia, especificamente seu segundo versículo que narra: "*Terra autem erat inanis et vacua, et tenebrae super faciem*

abyssi, et spiritus Dei ferebatur super aquas” (BIBLIA, 2009). Sobre uma terra que era deserta e sem forma, com as trevas cobrindo o abismo, o Espírito de Deus pairava sobre as águas. Um espírito eterno e indivisível, portanto, que tão logo surge na narrativa, é capaz de fazer emanar a luz da imensidão de trevas. O ordinário sobrepõe-se ao accidental. E este mérito “discriminador e sublimador” desse povo de estirpe nobre aqui aportado, na sua jornada árdua rumo a uma evolução impensável em paragens tão difíceis e distantes, é capaz de trazer à memória do historiador “a chuva de ouro fecundativa dos mythos helenos” (VARELLA, 1933, T. I, p. 16). Varella apresenta, pela primeira vez no texto, uma conexão direta entre a formação do povo rio-grandense e os mitos helênicos, logo após caracterizar sua substância como um espírito eterno. A narrativa encontra aqui um ponto de confluência importante, que servirá justamente para enfatizar ao longo de toda a arquitetura da obra a existência de um elemento eterno sobrepondo-se ao perecível: é assim que se configura a essência do heróico, sua imutabilidade, nas narrativas atribuídas a Homero (FINLEY, 1989, p. 8).

É por este caminho que Varella segue, ao estruturar sua obra com uma forte inspiração na poesia épica. Os vinte e um livros que compõem a *História da Grande Revolução*, distribuídos por seis fartos tomos, não se articulam com uma estrutura cronológica rígida e trazem consigo diversos elementos diretamente colhidos dos modelos de narrativa épica. Os títulos dos livros já são claramente alusivos a essa opção: 1 – O cenário da epopéia; 2 – A raça de ouro; 3 – A saturnia idade; 4 – Prometheu nos grilhões; 5 – Torrentes subterrâneas; 6 – O espírito sobre as águas; 7 – Vesperas continentinas; 8 – Crepitação de accendalhas; 9 – A pralaya redemptora; 10 – O mytho da Pampa; 11 – Patria em perigo!; 12 – Ilio renascida; 13 – A quadra áurea; 14 – O idealismo farrapo; 15 – A encrusilhada lendaria; 16 – Primavera sagrada; 17 – A hibernação dos titãs; 18 – To be or no to be; 19 – Troya em chammas; 20 – Res Gestae; 21 – O crepusculo dos deuses.

Ao longo de todos os livros, as comparações com as epopéias homéricas e com momentos marcantes da história antiga, de Grécia e Roma, são freqüentes. Elas entrecortam intermitentemente as narrativas bélicas, as descrições, as apreciações e reflexões do autor em relação aos fatos. E, diferente do que poderia se depreender de uma leitura mais rápida, não se trata apenas de um jogo explícito de comparação direta com Homero, como se fosse apenas um adorno gratuito para quebrar a sisudez da narrativa. Trata-se, a nosso ver, de uma escolha marcadamente articulada com a estrutura explicativo-compreensiva da obra. A comparação é um mecanismo textual que se nos apresenta como uma real metaforização, ou seja, elas são capazes de imputar sentido aos fatos, destilando neles características que estão nos mitos trazidos ao texto, através do mecanismo de fundir tais características entre mito e história, de

forma a tornar quase impossível, por vezes, a distinção entre os atributos dos personagens reais e dos fictícios³. A grandiosidade dos personagens, a magnitude das ações do povo sulino, a coragem e a inquebrantável sede de liberdade despontam em proporções que um breve relato descritivo não conseguiria erigir; o mesmo vale para a proeminência do fio atemporal que sobrevive ao fortuito, a fibra moral que vem de tempos áureos e projeta-se, ainda que em vários momentos cambaleante, ao futuro. E tudo isso através de um tom grandiloquente, com inúmeras passagens em que a licença poética extravasa qualquer prescrição objetivista e cria paisagens idílicas, heróis semideuses, diálogos completos criados a partir de indícios muitas vezes tênues, mas nutridos de sensibilidade lírica.

Essas são características que nos permitem afirmar a influência de uma forte inspiração épica na construção da *História da Grande Revolução*, não apenas em comparações, mas na economia explicativa do texto. Não se trata de dizer que a obra seja, em si e literalmente, uma epopéia. Inclusive porque sua narrativa jamais poderia ser, deliberadamente, uma epopéia: ela é *história*, e Varella tem plena consciência disso. Os acontecimentos narrados não são provenientes das Musas que os sopram aos aedos – ou seja, ficção –, eles precisam ter uma referência externa à qual devem permanecer fiéis, afinal, esse é historicamente o ponto de ruptura entre a historiografia e a epopéia, apesar daquela advir em grande parte desta. Nessa separação, contudo, não houve a cisão completa e totalmente ascética; mas um desvio, a partir do qual esse gênero novo da antiguidade (a história) começava a trilhar um caminho diverso, conquanto ainda carregasse o peso da influência de seu antecessor. E esse talvez seja um fardo que o historiador dificilmente poderá deixar de carregar, a despeito de todas as tentativas de ruptura completa com quaisquer que sejam os modos ou tropos de composição. É nessa ruptura relativa que reside boa parte daquilo que estamos a perscrutar, uma vez que a *História da Grande Revolução* foi escrita para preencher a lacuna que ainda faltava no rol de obras sobre os feitos heróicos dos sul-rio-grandenses, de acordo com Varella.

Varella deixa claro que os fatos a que se refere em sua *História* podem ser equiparados aos feitos narrados por Homero, sem a necessidade de se utilizar, todavia, o recurso à *fantasia*. A menção é esclarecedora: Varella reconhece a ficção em seu próprio estatuto, o mito enquanto mito, e, conseqüentemente, a história como um algo diverso. O freqüente recurso da comparação com narrativas míticas e o próprio uso de formas de apresentação e estruturas de constituição de sentido típicos do épico não são, portanto, meros artifícios

³ Paul Ricoeur busca uma inter-relação entre a teoria da narrativa e a teoria da metáfora como modalidades de inovação semântica capazes revelar aspectos do mundo da vida e do ser-no-mundo, interessantes para se pensar essa profusão da ficcionalidade no discurso historiográfico. RICOEUR (2005), Op. Cit., p. 13-15; 331-338; 376-389; 465-482; RICOEUR (2000), Op. Cit., p. 199-200; RICOEUR (1975), Op. Cit. Ver nota 93 do Capítulo 1.

ornamentais. Mito e realidade compartilham de status epistemológicos diferenciados, mas podem ser intercalados no universo da produção da narrativa, que os une. E o mais interessante é que não há receio de que tal jogo possa, efetivamente, causar decréscimo cognitivo à sua obra; pelo contrário, o uso massivo dessas estratégias deixa evidente que tal pacto gerava sim um acréscimo de vivacidade e, portanto, efetividade à obra.

Mas ele precisa jogar com essa comunhão entre razão cognitiva e razão estética, na medida em que nos deixa antever uma subentendida comparação dele mesmo enquanto autor com um suposto Homero que ainda surgiria para narrar essa epopéia pampeana, já que o que faz não é ficção, é história. Contudo, essa relação comporta uma espécie de dialética, porque, na prática, o autor oscila perante o insolúvel dilema de ser, ele mesmo, este Homero dos pampas, e continuar firme em sua posição de historiador-cientista. Declarar-se abertamente o Homero da epopéia rio-grandense seria assumir a arriscada posição (ao menos arriscada se assumida literal e deliberadamente dentro de uma obra que se define *História*) de um poeta, ainda que poeta da representação do passado; mas ele escreve a história, e história não é poesia. Mas uma história que precisou ser temperada ao sabor do épico, para não correr o risco de ser apenas mais um relato, entre muitos, a perder-se no tempo, e que, dessa forma, ao fim e ao cabo, narrou os fatos que há muito esperavam por seu Homero. Assim sendo, lhe caberia a fugidia opção de deixar que o próprio leitor decidisse se sua obra, ainda que escrita por um historiador-cientista, poderia ser comparável aos veneráveis gênios da literatura épica.

O pendão tricolor tremeluzia nas chammias, para o moço tribuno, como para todas as almas novas, presas á narrativa das façanhas a que faltou até hoje um Homero, para lhe consagrarem o renome, em um poema de dramatica sublimidade, a que nenhum excederia. (VARELLA, 1933, T. I, p. 107).

Tudo quanto se rememorou não corresponde aliaz senão a muito pouco em verdade. Corresponde á obra de quem tentasse emoldurar no reduzido espaço das miniaturas, o que tem proporções de um grande painel historico. Mais tarde, com a arte precisa, um MacPherson, uma Lagerlöf de nossos patrios rincões, ha de representar, em quadro condigno, os heroes fundadores ou defensores da gloriosa extremadura. Hemos de vel-os a traduzirem com emphase, em irisadas sagas continentinas, as gentilezas de nossa primeira idade, como o risco extremo e multiplo de commovida existencia, na Pampa semi-deserta. Commovida, sim, quanto grata, jucunda, com o deleitoso aconchego patriarchal, instituido num meio antes inhospito, agreste sobremaneira. Prosadores e trovadores hão de celebrar o que foi nossa juventude collectiva, soberba, pujante, magnanima, quanto folgazona e ditosa, malgrado o peso de arruinativa, humilhadora tyrannia, a gravitar sobre o Riogrande primitivo. (VARELLA, 1933, T. I, p. 181).

Se em algum momento da análise poderíamos chegar a um ponto de desacordo a respeito das opções estéticas da obra de Varella, pela aparente incoerência em que o historiador cientista se veria ao ceder aos encantos da arte da escrita – sob pena de ver sua

história desabar como um castelo de cartas – talvez agora nos seja permitido pensar mais em termos de confluência do que de oposição. Varella deixa claras, desde o começo da obra, enfáticas prescrições epistemológicas, pressupostos metodológicos e mesmo modos explicativo-compreensivos fundamentados em suas leituras do positivismo comtiano e de autores clássicos da historiografia antiga e moderna; ao mesmo tempo, no entanto, deixa o rastro das pegadas estilísticas de sua narrativa e, portanto, dos caminhos que lhe levaram a essas evidentes opções. Duas tendências aparentemente contrárias, mas que, no acerto de contas final, mostraram-se amalgamadas em nome da necessidade de tornar o passado uma representação efetiva. Afinal, a razão cognitiva e a estética, no ofício de historiador, costumam andar lado a lado, por mais que muitos queiram obter um suposto lucro epistêmico separando-as definitivamente em favor de uma pretensa representação da *realidade tal como ela é*. E, mais do que nunca, nesse contexto historiográfico que estamos tratando tal “precaução” não parecia ser algo a se levar em consideração, mesmo dentre aqueles que assumiam o mais ostensivo cientificismo. Tanto que há autores como Varella – e ele parece não ser uma exceção – que não vêem nenhuma vantagem em apagar a arte de sua escrita-ciência; muito pelo contrário, fazem dessa característica um dos mais notáveis dons daquele que ousa encarar com os cuidados de homem das letras a árdua profissão de escrever o passado.

Mais do que “uma historiografia defasada do momento histórico nacional” (GUTFREIND, 1996, p. 169), talvez a história de Varella seja indício de uma racionalidade historiadora preocupada em amalgamar passado, presente e futuro através de um complexo jogo entre o particular e o universal, no qual os vetores cognitivo, estético e político precisavam manter uma interconexão fundamental. Mas essas hipóteses apenas encerram esse pequeno artigo. Constituem um epílogo provisório que ao mesmo tempo abre-se como prelúdio para a empreitada investigativa que ainda estamos desenvolvendo.

Referências:

- BÍBLIA. **Liber Genesis**. Latim. Bíblia Católica Online. Versão Vulgata Latina. Disponível em <<http://www.bibliacatolica.com.br/09/1/1.php>>. Acesso em 26 fev 2009.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACNAL, H. e GONZAGA, S. (orgs.). **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 34-59.
- CERTEAU, Michel de. A Operação historiográfica. In: **A escrita da História**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

- FINLEY, Moser. **Uso e abuso da história**. Trad.: Marylene PintoMichael. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GAY, Peter. **O Estilo na História**. Rio de Janeiro: Schwarcz, 1990.
- GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-grandense**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- HOMERO. **Ilíada**. Trad.: Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- HOMERO. **Odisséia**. Trad.: Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. *Histórica y hermenéutica*. In: KOSELLECK, Reinhart; GADAMER, Hans-Georg. **Historia y hermenéutica**. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 1997, p. 67-94.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006.
- PARECER dos senhores Darcy Azambuja e Othelo Rosa sobre a “História da Grande Revolução”, do Dr. Alfredo Varela. **Revista do IHGRGS**, Porto Alegre, n. 56, p. 267-272, 1934.
- PIRES, Francisco Murari. **Mithistória**. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.
- RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Trad.: Alain François. Campinas: Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e ideologias**. Trad.: Hilton Japiassu. Petrópolis: Vozes, 2008.
- RICOEUR, Paul. **Metáfora Viva**. Trad.: Dion Davi Macedo. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- RICOEUR, Paul. *Narratividade, fenomenología y hermenéutica*. In: **Anàlisi**. Revista del Departament de Periodisme i Ciències de la Comunicació de la Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona, n. 25, 2000.
- RUSEN, Jorn. **Razão Histórica**. Teoria da História: Os fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. Da UnB, 2001.
- RÜSEN, Jörn. **História Viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad.: Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2007.
- SCHÜLER, Donaldo. *Definições do Épico*. In: APPEL, Myrna; GOETTEMES, Míriam. (orgs.). **As formas do Épico: da epopéia sânscrita à telenovela**. Porto Alegre: Movimento, 1992.
- VARELLA, Alfredo. **História da Grande Revolução**. O Cyclo Farroupilha no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1933. 6 vols.

WHITE, Hayden. Guilty of History? The *Longue Durée* of Paul Ricoeur. In: **History and Theory**. n. 46. May 2007, 233-251.

WHITE, Hayden. **Meta-História**. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 1995.

População livre e pobre na sociedade escravista

Jessica Suzano Luzes*

A presente comunicação tem como objetivo apresentar de forma resumida como a historiografia abordou a questão da população livre e pobre na sociedade escravista.

Dividiremos esta análise em dois momentos. No primeiro abordaremos algumas interpretações desenvolvidas até as décadas de 1970-80, que muitas das vezes estavam associados a um modelo predominante de produção agrícola no Brasil e o uso de mão-de-obra escrava. No segundo destacaremos como alguns historiadores têm revisto estas análises, propondo novas formas de organização agrícola e de organização do trabalho.

Caio Pardo Júnior (2004) defendia um modelo explicativo da economia colonial brasileira, no qual a estrutura econômica e social da colônia teria relação direta com o contexto da expansão marítimo e comercial européia.

Assim, Caio Prado acreditava que todo o desenvolvimento da colônia estava necessariamente atrelado às necessidades da metrópole portuguesa. Este era o pacto colonial, no qual a estrutura econômica da colônia estava assentada na contínua produção e transferência de excedentes para a metrópole.

Tal relação entre a colônia e a metrópole ocasionou a formação de três elementos que marcaram todo o período colonial: grande propriedade, monocultivo e a mão-de-obra escrava.

Dentro desta mesma lógica, Fernando Novais (1980) destacou de forma incisiva a relação entre o antigo sistema colonial mercantil e a acumulação primitiva de capital. Segundo, ele o pacto colonial fora uma das bases para o acúmulo primitivo de capital das nações européias, estrutura inserida no capitalismo mercantil europeu.

Novais enfocou, principalmente, a escravidão brasileira. Para ele, esta era uma força de trabalho que se enquadrava no modelo de pacto colonial, pois o trabalho compulsório levaria a uma menor dispersão financeira do que a verificada no trabalho livre. A economia colonial estaria dividida em dois setores básicos: a plantation, com mão-de-obra escrava, e a de subsistência, fundamentada em mão-de-obra livre.

Para o autor, a produção de subsistência ficaria reduzida devido à lógica de funcionamento do setor mais dinâmico da Colônia, a agroexportação, e conseqüentemente, temos

* Aluna de graduação em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

a impossibilidade do desenvolvimento de um mercado interno próspero, e de acumulações endógenas coloniais.

Jacob Gorender (1985) rompeu com modelo explicativo existente, no qual a Colônia existiria apenas como local de transferência de excedente colonial, que inibia a acumulação endógena.

Para ele, o Brasil teria sim um processo de produção, que lhe era peculiar, o modo de produção escravista-colonial, ao invés de ser apenas como um local de simples circulação de mercadorias. Tal acumulação endógena era obtida, em grande parte, pelo escravismo colonial, sendo que seus lucros permaneciam nas mãos de senhores de escravos, não sendo transferidos na íntegra para a Metrópole.

Na perspectiva de Manolo Florentino (1997:27), a historiografia tradicional¹, considerava a escravidão como uma empresa, e conseqüentemente o escravo como uma coisa-mercadoria², uma vez que privilegiava apenas a natureza das economias escravocratas, e o papel do patriarcado³.

Florentino alertava que tal concepção reduzia a possibilidade da existência de famílias escravas, uma vez que no modo de produção escravista-colonial, os cativos eram impedidos de constituírem relações sociais estáveis. Na explicação de Jacob Gorender⁴, a empresa escravista privilegiava o sexo masculino e a idade adulta. As duras jornadas de trabalho dificultam a procriação dos cativos, e aumentavam as taxas de mortalidade, agravada pelos altos índices de desequilíbrio entre os sexos, comprometendo totalmente a reprodução endógena.

Desta forma, a historiografia considerava os escravos como meros instrumentos nas mãos

¹Nas décadas de 1950-60, temos o surgimento de um grupo de acadêmicos que ficaram conhecidos como Escola Paulista, críticos a Gilberto Freyre, e que estavam pouco “preocupados com o fenômeno da escravidão em si, mas sim na repercussão do escravismo no desenvolvimento geral da economia brasileira e, em alguns casos, no sistema subsequente de relações raciais” (SCHWARTZ, 2001, p. 25-26). Stuart Schwartz menciona estudos regionais pormenorizados que são grandes referências da Escola Paulista nesta época: CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1962; IANNI, Octávio. *As metamorfoses de escravo. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: UCITEC, 1962; COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: UNESP, 1966; FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

²Sidney Chalhoub (1991) rebateu a teoria do escravo-coisa presentes nas obras de Cardoso (1977) e Gorender (1978). Esta teoria pressupunha que a sociedade escravista não permitia nenhum tipo de negociação entre senhor e escravo. Chalhoub constata através da investigação de fontes como processos crimes e jornais, que o escravo tinha a possibilidade de negociar a alforria, podendo até, recorrer a ações judiciais, para defender seus argumentos.

³Nesse sentido temos *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, como o grande marco dessa corrente; embora seja inegável sua importância para inovação da interpretação histórica do Brasil.

⁴GORENDER, Jacob *apud* FLORENTINO, Manolo, op.cit, p. 28-29.

dos seus senhores, só lhes restando algum grau de autonomia, quando se revoltavam e (ou) se refugiavam em algum quilombo.

O grande modelo de sociedade rural que prevaleceu nos estudos sobre Brasil escravista teve como base a obra *Casa Grande Senzala*, de Gilberto Freyre. Esta moldou as concepções e percepções de diversas gerações dentro e fora do Brasil. Sendo citado por diversos intelectuais como estudo clássico sobre “a vida das grandes plantações e das relações raciais na América Portuguesa”.(RUSSELL-WOOD, 2005: 34-35)

Russell-Wood apresentou algumas limitações desta obra, como por exemplo, o perigo da generalização desta pesquisa para todo o território brasileiro, já que este restringia seu campo investigativo à apenas uma região, o Nordeste. Além disto seus estudos compreendiam a colônia de forma polarizada e estática, enfocando a existência de duas classes: “a classe de proprietários de terras e donos de escravos; do outro, uma massa de escravos”.(RUSSELL-WOOD, 2005: 34-35) Desta forma, não se enfocavam os grupos intermediários que foram “abandonados como um punhado de 'pequenos-burgueses’”.(RUSSELL-WOOD, 2005: 35)

Novas pesquisas vêm revendo estas interpretações, e embora não neguem a violência da escravidão, nem seu aspecto econômico, esses estudos – utilizando-se de novas fontes, tais como, registros paroquiais, documentação judicial, inventários *post-mortem* etc – mostram as estratégias de atuação daqueles grupos tidos antes como marginais ou insignificantes, como escravos e as populações de livres pobres, mostrando que eram freqüentes a formação de unidades familiares, e a construção por estes, de redes de solidariedade.⁵

Nas décadas de 1970-80, os estudos sobre demografia da escravidão⁶ se acentuaram, e estes tiveram, em sua maioria, destinados as famílias escravas, havendo pouco investimento nas famílias de forros e seus descendentes. É necessário ressaltar que pesquisas sobre relações familiares entre cativos representam um avanço para a historiografia, pois revelaram novas perspectivas em relação à vida no cativeiro, bem como em relação ao próprio sistema escravista.⁷

⁵ Cf. SCHWARTZ, Stuart. B. *Op. cit.* Cap. 1

⁶ O autor Stuart Schwartz (2001, 34-35) revela que certos pesquisadores da demografia da escravidão, a partir da década de 1980, passaram a investir num novo tema: as famílias escravas. Para Schwartz, isto é influência de pesquisas norte-americanas, como a obra de Hebert Gutman: *The Black Family in the Slavery and Freedom*.

⁷ Schwartz menciona a importância do trabalho dos historiadores Manolo Florentino e João Fragoso, publicado num número especial de *Estudos Econômicos* (v.17:2 1987), pois estes indicavam a complexidade da questão da família escrava. Atentavam que os estudos sobre a família brasileira deveriam ir além dos modelos europeus de família. Como referência cita: GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. “Cleansing Original Sin: Godparentage and the Baptism of Slaves in Eighteenth Century Bahia”. IN: SMITH, Raymond T. (Ed.). *Kiship ideology and Practice in Latin America*. Chapel Hill, N.C: University of North Carolina Press, 1984, sobre compadrio, e GOLDSCHMIDT,

Este trabalho pretende mostrar algumas das produções acadêmicas que investigam populações livres, em especial os descendentes de forros e ex-escravos, considerados durante muito tempo pela historiografia, como mão-de-obra marginalizada. Tal perspectiva advinha da convicção acadêmica da existência de um modelo “dominante” de produção agrícola, que era fundamentado na mão-de-obra escrava e na monocultura. Como os pequenos produtores rurais livres não se enquadravam neste modelo plantacionista e exportador, tido como relevante, estes passam a ser desconsiderados como objetos de estudo.⁸

Nas décadas 1980-90, novas investigações⁹ apresentaram diferenças regionais que permitiram uma melhor compreensão da complexidade do mundo agrário escravista, e uma releitura dos modelos explicativos não fundamentados em bases empíricas. (FARIA, 1998: 47) Como não cabe aqui mencionar todas as perspectivas teóricas, destacamos as principais pesquisas especializadas em populações livres na sociedade escravocrata.

O conceito de liberdade está sendo revisto pelos historiadores. Hebe Maria Mattos de Castro (1995) faz uma reflexão sobre os significados da liberdade¹⁰ no sudeste escravista no século XIX, afirmando que a idéia de liberdade tem sido comumente associada ao não trabalho, isto porque temos “a profunda convicção que fora das nossas elites, a liberdade não tenha nenhum significado. (p. 15)

A autora averiguou as possibilidades de se exercer a liberdade, principalmente para as populações de pobres e livres, analisando como era possível a reinserção destes na sociedade, haja vista que a maior parte deste grupo de livres era descendente de ex-cativos, e estavam saindo do estatuto jurídico de escravos e se inserindo num novo estatuto de livres. A partir desta obra, podemos fazer relevantes apontamentos, fundamentais para a compreensão do nosso objeto de estudo.

Castro revela que os processos de empobrecimento e a alforria, não foram incomuns nesta

Eliana. “A motivação matrimonial nos casamentos mistos de escravos.”. *Revista da SBPH*, e, p. 1-16, 1986-87.

⁸Hebe Mattos (1987) questionou este modelo de produção agrícola presente em duas obras Celso Furtado (1969) e Caio Prado Júnior (1979). A autora teve como um de seus objetivos desmistificar a “*plantation escravista*”, buscando compreender a lacuna existente na historiografia sobre a população livre, a definição de pobreza e a produção de subsistência.

⁹Sheila de Castro Faria apresenta como exemplo Mattos de Castro (1987) e Fragoso (1983).

¹⁰Sidney Chalhoub (1991) apresentou os diferentes significados da liberdade para os escravos e homens livres na Corte do Rio de Janeiro, nas últimas décadas da escravidão. Segundo ele, a sociedade escravista era naturalmente desigual, mas existiam espaços de negociação, nos quais os escravos poderiam expor as suas vontades, e garantir aquilo que ele concebia como liberdade, como por exemplo, viver só, longe do senhor, conseguir acumular o seu pecúlio, permanecer com a sua família, continuar a exercer suas tarefas rotineiras.

época, e estes ocasionaram o surgimento de homens livres, que adquiriam a mobilidade espacial¹¹, tido pela autora, como a primeira e fundamental marca para o exercício da liberdade, representando uma importante oportunidade para a inserção social

Segundo ela, estes homens buscavam construir novos laços através de vínculos familiares, e para que isto ocorresse era necessária a permanência em algum território, convivência e aceitação por parte de outras famílias da região, formando uma rede de relações que deveriam se ampliar, através do batismo de filhos e das relações de parentesco espiritual (compadrio) que deveriam se efetuar.

A inexistência de estudos sobre famílias de escravos e livres se deu, principalmente, pela interpretação que associava de forma direta a família patriarcal e a família extensa, “entendida como morada comum de mais de uma geração da mesma família e seus agregados”, havendo a predominância de família numerosa, em oposição a famílias nucleares. Estudos passaram a repensar esta perspectiva, alertando que o conceito de família patriarcal deveria ir além da concepção de família extensa. A autora revela que para Ronaldo Vainfas, o conceito de família patriarcal iria além da concepção de família extensa,

“Forma específica de organização de poder e das funções familiares dentro dos grupos da elite. Iria além da concepção de escravos e dependentes livres construiriam sua identidade familiar em relação à “casa grande”. Estes seriam incapazes de formar e reproduzir culturalmente suas próprias famílias.”(MATTOS DE CASTRO, 1995, p. 61)

Diante desta formulação teórica, temos a eliminação da família escrava ou dos dependentes livres como objetos de estudo, já que estes são absorvidos pela “família patriarcal”. Pesquisas demográficas têm apontado para a existência de inúmeras famílias nucleares ou matrifocais, ou seja, uma pluralidade de modelos familiares e de atitudes femininas, que não estavam inseridos no modelo da casa-grande, marcado pelo patriarcalismo, família extensa e mulher enclausurada. (FARIA, 1998:47, MATTOS DE CASTRO, 1995:61-77, BRÜGGER, 2007: 25-63)

¹¹A questão da mobilidade espacial também tem sido objeto de discussão entre os pesquisadores. Para Laura de Mello e Souza (1986), tal mobilidade tanto “no espaço geográfico como no social” representaria uma desclassificação social, já nas análises de Hebe Mattos de Castro (1995) e Sheila de Castro (1998) a mobilidade pressupunha, para forros e descendentes, a tentativa de estabilidade e a afirmação do “exercício da liberdade”.

Em sua pesquisa, Mattos de Castro questionou o significado da liberdade contestando a concepção clássica, na qual a liberdade está unicamente atrelada a possibilidade de não-trabalho, haja vista que concebemos a liberdade apenas entre as elites. Ao investigar o significado da liberdade para as populações pobres e livres do sudeste escravista, a autora se propõe a analisar a “influência das ações e motivações humanas na história, bem como de seus limites e condicionamentos”.(MATTOS DE CASTRO, 1992, p. 15)

As últimas décadas da escravidão se constituem para a autora um período importante, pois possibilita discutir a dicotomia senhor/escravo, já que este é neste momento que temos uma “profunda mudança dos referenciais culturais, que até então norteavam a as relações econômicas, a convivência social e as relações de poder, nas Áreas escravistas da América” (MATTOS DE CASTRO, 1992, p. 16)

A autora revela que no sudeste escravista existiam processos que poderiam gerar homens livres, como o empobrecimento e a carta de alforria, sendo assim o surgimento de indivíduos despossuídos não se constituíam em uma anômia social, mas em uma circunstância comum.

O processo de desenraizamento era algo inevitável, e assim as relações sociais tinham papéis estruturais importantes. Nesse sentido, o acesso a relações familiares eram de extrema relevância, não podendo ser considerado como um dado natural. Para a autora, estabelecer relações com uma família na região garantia ao migrante, ao despossuído, a possibilidade de reingressar a sociedade, retirando o sentido provisório, e o estabelecendo na terra, uma pré-condição para uma produção independente.

Mattos de Castro entende que a concepção da liberdade deve ser analisada com cautela, pois ele está intimamente ligado à diversidade regional da sociedade escravista durante o século XIX, podendo ter significados comuns, como também, particularidades fundamentais. No caso da região do sudeste escravista, nas últimas décadas da escravidão, a experiência da liberdade para estes homens livres está intimamente ligada à “mobilidade espacial, a família nuclear e a rede de relações pessoais e familiares”.

Roberto Guedes Ferreira alerta sobre as poucas produções acadêmicas direcionadas às populações descendentes de escravos. Ferreira explica que a justificativa desta ausência estaria nas interpretações econômicas que tendem a caracterizar a sociedade em colonial/imperial, com a uma demasiada bipolarização sócio-econômica.

Esta teve como consequência a ênfase dada ao trabalho escravo, forma de trabalho dominante na época, em detrimento do trabalho livre. Ferreira revela que os pesquisadores que se dedicaram a tal temática¹², definiam as populações descendentes de escravos e de forros como “*vadios, marginais, e desclassificados sociais*”, existindo poucas chances de mobilidade social ascendente para os egressos do cativeiro.

Nesta interpretação, na qual temos a quase inexistência de formas de mobilidade social, o trabalho realizado por forros e seus descendentes era tido como um objeto de estudo secundário. Ferreira acredita que o trabalho também poderia proporcionar algum tipo de mobilidade social para os egressos do cativeiro, que fossem portadores de habilidades artesanais, e ou mediante atividades agrárias, que poderiam ser realizadas ao mesmo tempo ou não.

É preciso ressaltar que sua análise não se trata de uma “democracia sócio-econômica”, e sim de uma investigação que tenta compreender “até onde e como foi possível a reinserção de forros e seus descendentes apesar da predominância do trabalho escravo”.(Ferreira, 2005: III)

Ferreira mostra que a mobilidade social englobava não só o trabalho, mas também “a estabilidade familiar e inserção em redes de sociabilidade, notadamente em relações pessoais, entre seus pares e principalmente entre as elites”, e explica como cada item deste poderia intervir para a mobilidade,

O trabalho propiciava a forros e descendentes margens de autonomia e de reputação social, o que sugere que nem sempre vigia a idéia pejorativa de trabalho, quer oriunda do defeito mecânico ou da escravidão. A estabilidade familiar, em sentido amplo, era a garantia de sobrevivência mediante a cooperação no trabalho. A aliança com seus iguais e com as elites locais potencializava recursos e outras alianças políticas num mundo de incertezas. (Ferreira, 2005: II)

A escolha deste grupo específico, população livre e pobre, descendentes de ex-escravos, é também importante porque chama a atenção para uma maior compreensão de um grupo social pouco estudado, o trabalhador livre. Este fora considerado pela historiografia tradicional como grupo insignificante para a sociedade escravista. Desta forma, buscamos repensar a contradição

¹² Destaco alguns autores mencionados por Roberto Guedes Ferreira na sua dissertação de doutorado que representam esta corrente interpretativa: Caio Prado Júnior (1983: 281, 200-201), Florestan Fernandes (1978: 52-57, 152-154), Maria S. Carvalho Franco (1997: 21-63), Laura de Mello E Souza (1986: 141-213; 1999: 83-107, 99, 219).

existente entre trabalhador livre nacional e a organização escravista, tidos como sistemas historicamente incompatíveis.

Bibliografia

- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense. 1987
- _____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1995
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma História das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998
- FLORENTINO, Manolo e GOÉS, José Roberto: *A paz nas senzalas: famílias escravas e o tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- GORENDER, Jacob. “A sociedade portuguesa e a expansão ultramarina”.In: *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985.
- FERREIRA, Roberto Guedes. “Introdução”. In: *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. 2005.
- NOVAIS, Fernando. “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”.In: MOTTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. 11 a. ed., São Paulo: Difel, 1980.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras. 1989
- RUSSEL-WOOD. A. J. R. "Africanos e europeus: historiografia e percepções da realidade". In: *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 17-50.

Possibilidades e dimensões dos estudos de historiografia

João Miguel Teixeira de Godoy*

Uma das contribuições mais interessantes dos estudos de historiografia se relaciona à pretensão de leitura e avaliação das obras dos historiadores enquanto documento, ou seja, como indício ou testemunho de dimensões variadas da realidade e do acontecer humano. Trata-se da tentativa de submeter os escritos dos historiadores aos procedimentos de crítica, aos quais, freqüentemente, estes mesmos historiadores submetem seus materiais de investigação. No que concerne aos estudos de historiografia, a especificidade assenta-se na transformação das obras históricas em testemunhos primeiros da realidade que se busca apreender e tornar inteligível. Nesse caso, os procedimentos típicos de crítica das fontes, recolhidos e sistematizados no século XIX e aperfeiçoados desde então, devem submeter-se a um trabalho de adaptação dadas as características próprias da fonte em questão.

A pretensão, de início, problematiza uma divisão comumente aceita pelos historiadores e que classifica em setores distintos aquilo que se considera fonte de informação – ou, fontes primárias - e a bibliografia especializada - as chamadas fontes secundárias. Problematiza, portanto, o próprio estatuto da ciência história como um campo de saber que não se localiza fora da realidade que se quer estudar obviamente, mas que ocupa no seu interior uma posição privilegiada, ou pelo menos diferente, porque supostamente regulada por procedimentos racionais de autocrítica e autocorreção.

Temos aqui, portanto, duas dimensões a partir das quais podemos investigar o modo como os estudos de historiografia vêm sendo construídos. Em primeiro lugar, cabe indagar como em tais estudos as obras dos historiadores são avaliadas e discutidas. Que aspectos ou dimensões da realidade busca-se iluminar a partir das leituras dos escritos. Algumas possibilidades de reconstituição surgem aqui: ora como seqüência de etapas de um processo de conquista do estatuto científico; ora como construção de um espaço próprio no campo do conhecimento; ora como manifestação de uma identidade coletiva mobilizada para fins de legitimação política, ora como testemunho de uma mentalidade histórica como traço marcante de uma cultura.

* Prof da Faculdade de História da PUC-Campinas, Doutor em História Econômica pela USP.

Em segundo lugar, importa interrogar como é colocada a questão do estatuto do conhecimento histórico a partir do trabalho de avaliação global da produção da área. Embora não seja possível estabelecer um padrão rígido, é possível perceber certas características comuns nos estudos de historiografia, conforme definem seu modo de estruturação. Proporemos aqui a discussão de um conjunto de textos que tem como campo comum de investigação a produção dos escritos de história em geral, mas privilegiando aqueles escritos no Brasil, organizados da seguinte maneira: estudos mais abrangentes, que buscam abarcar o conjunto da produção (recortes amplos portanto); estudos que propõem um recorte temporal, centrados no contemporâneo; estudos com recorte nas áreas do conhecimento histórico; estudos cujo recorte é temático; e, finalmente, estudos sobre a obra de um historiador específico. O movimento, nesse sentido, caminha das abordagens mais gerais para os recortes e delimitações mais específicos. Procuraremos extrair dessa produção elementos que compõem, ou podem compor, um certo método dos estudos na área de historiografia.

*

Inicialmente, os estudos mais gerais. A primeira constatação é que raramente, ou nunca, trazem no seu conteúdo aquilo que de início prometem seus títulos e mesmo suas introduções. Vejam, por exemplo, o estudo muito conhecido de Ch. Olivier Carbonell: “Historiografia” (CARBONELL, 1987). Do que trata realmente o estudo? De toda produção histórica existente? Dos antigos aos modernos e de todas as civilizações? Tudo isso em 200 páginas? Suspeitamos que não. E o problema não seria resolvido simplesmente dobrando ou triplicando o volume de tamanho. Certamente encontramos no volume capítulos sobre a historiografia chinesa e árabe. Característica que reforça a idéia de uma historiografia que de início coloca-se como geral. Apenas a leitura atenta do texto, da identificação de suas teses e estrutura argumentativa, revelam-nos que o conteúdo do estudo é bem distinto daquilo que aparenta.

Podemos aqui parodiar Paul Veyne e afirmar que historiografia simplesmente não existe. O que existe é “historiografia de...”. Ou seja, sempre teremos recortes e escolhas. Sempre estaremos diante de historiografia de alguma coisa, de um autor, de uma escola, etc. No caso de Carbonell trata-se de um estudo que busca identificar as bases culturais e técnicas da progressiva ocidentalização da ciência história moderna e sua inviabilidade ou relativo abortamento em outras culturas. Outros estudos de historiadores franceses mais recentes, como Marie-Paul Caire-

Jabinet (2003) e Philippe Tétart (2000), exageraram o mestre, e onde estava “ocidentalização” aparece como “afrancesamento” da ciência histórica, após longa e às vezes acidentada evolução. Seria o caso de se perguntar se a exarcebação desse “nacionalismo historiográfico” não reflete, paradoxalmente, o declínio da hegemonia da historiografia francesa e da chamada Escola dos Annales, sobretudo.

No caso de estudos da historiografia brasileira observamos a mesma realidade. Um exemplo recente de tentativa de estudo abarcando toda a trajetória da historiografia é o trabalho de Francisco Iglésias “Historiadores no Brasil”. Embora numa primeira leitura a estrutura e periodização da obra apareça organizada nos grandes **períodos - colônia, Império e República** - e ainda que os marcos cronológicos escolhidos não sejam aqueles que nos remetem diretamente às mudanças sócio-políticas, o fato é que uma análise mais detida da construção do texto revela-nos uma estrutura de pensamento e abordagem completamente distinta daquela que aparenta.

O conteúdo do texto, observando a estrutura argumentativa implícita, pode ser dividido em duas partes. A primeira trata do processo e das etapas de construção de uma matriz conservadora de interpretação sobre o Brasil, cujo ícone mais evidente é a obra de Varnhagen. De modo que aquilo que o antecede, o prepara; aquilo que o sucede ou o reforça, ou o supera. Antecede-o os cronistas, que produzem as fontes; o IHGB que as reúne e organiza; Martius que lhes fornece uma arquitetura. Tudo isso dentro de um contexto sócio-histórico desencadeado pelo processo de Independência. Sucedem Varnhagen os cronistas que o ignoram, os eruditos que o continuam, os modernos que o criticam, os “episódicos” e outros inclassificáveis como Manuel Bonfim, por exemplo. A classificação, na verdade, obedece a critérios distintos. Mas o fato é que, nessa primeira parte, a obra de Varnhagen aparece como marco divisor da trajetória da historiografia brasileira. A segunda parte do texto discute as possibilidades de superação da matriz conservadora e é dedicada aos autores mais consagrados que tiveram impacto sobre a produção universitária. Entre um momento e outro um novo contexto social, político, econômico e cultural emerge como força explicativa das possibilidades de ruptura.

O que chama a atenção nesses estudos de historiografia “geral” é o fato de que a explicação pelo contexto histórico mais amplo se sobrepõe a outros fatores também presentes, mas secundários: como a dinâmica de debates internos da área de conhecimento ou as trajetórias biográficas dos autores. O modo específico como as linhas de força dos contextos atuam sobre a

produção intelectual certamente varia de autor para autor. O próprio entendimento do conteúdo desses contextos difere bastante. Compare-se o estudo de Carbonell, já citado, com o de Josep Fontana (1998), por exemplo. No caso de Iglésias, as mudanças do contexto definem o ritmo das rupturas, mas não interferem diretamente e mecanicamente na dinâmica interna da produção que vem a seguir.

*

Vejamus outra modalidade de textos de historiografia fundados em recortes cujo critério é um *período*. Há vários estudos que optaram para este enfoque (FIGUEIRA, 1973), (GOMES, 1996), (FICO e POLITO, 1992), (LAPA, 1985), (ARRUDA e TENGARRINHA, 1999), entre outros. Podemos tomar como exemplo este último, pois apresenta características, no que diz respeito aos critérios de avaliação das obras, similares aos demais que elegeram o mesmo foco. O ensaio tem como objeto a produção acadêmica realizada a partir, grosso modo, dos anos de 1960 até final dos anos de 1990. Momento identificado como de “consolidação”, coroando processo anterior de “nascimento” da historiografia brasileira. Consolidação decorrente não apenas do aumento de volume e qualidade da produção, mas essencialmente em função da institucionalização da pesquisa proporcionada com a criação, nos anos de 1970, de um programa nacional de pós-graduação.

A produção do período inclui também as pesquisas realizadas pelos chamados “brasilianistas”, mas é no interior da produção dos brasileiros que as questões fundamentais se colocam. Pois é no momento mesmo de consolidação da historiografia brasileira que se instaura uma ruptura envolvendo mais do que meras divergências de orientação teórica ou interpretativa, mas aquilo que foi chamado de “paradigmas rivais” (CARDOSO e VAINFAS, 1997: 1-26). “Assiste-se a um renhido combate entre os historiadores ancorados na visão de totalidade, epistemologicamente realistas e racionais, contra a visão fragmentária, descritiva, avessa ou mesmo hostil aos recursos da teorização e, por via de regra, irracional no seu privilegiamento do relativismo subjetivista” (ARRUDA e TENGARRINHA, 1998: 100). Ruptura agravada pelos desdobramentos em termos de disputas envolvendo o “poder historiográfico” em torno da ocupação de lugares institucionais estratégicos, em obediência a uma certa lei de sobrevivência e reprodução das linhagens intelectuais. O ensaio, escrito claramente a partir da ótica da “velha guarda”, conclui com uma proposta de conciliação aos “novos”. Os termos em que tal conciliação

foi proposta, receberam, num certo sentido, uma resposta, como veremos mais adiante. Mas o fato é que as divergências e os debates, nos termos em que foram colocados, definem o contexto intelectual do período e afetam diretamente todo o conjunto de dimensões menores que integram o universo da produção historiográfica: os recortes temáticos, as perspectivas interpretativas, as modalidades de abordagens, etc. Todo o conjunto dos escritos históricos passam a ser classificados e avaliados de acordo com o modo como se relacionam com esse eixo mais profundo que explicam as obras, mas também se constitui a partir delas.

*

Coisa distinta ocorre quando o recorte é a *área de conhecimento*. A obra “Domínios da história” (CARDOSO e VAINFAS, 1997) reúne um conjunto de ensaios com essa característica. Mas há outros trabalhos nessa linha (HUNT, 1992), (VAINFAS, 2002). Este último, constitui um panorama geral das tendências e rumos que vem tomando a chamada história cultural, até suas mais recentes formulações como a micro-história. Pode ser visto como um aprofundamento do ensaio escrito em 1997 para a coletânea “Domínios da história”, citado acima. Em ambos os casos a proposta do autor preocupa-se em responder duas questões: o paradoxo de uma área que nasce, cresce e se expande com grande sucesso, acompanhada de uma crítica cerrada de seus opositores; e, por outro lado, as confusões e equívocos sobre a natureza das suas propostas e diversidades de tendências causadas pela recepção tardia no Brasil, agravado pela hegemonia das concepções marxistas e totalizantes nas nossas universidades. Uma recepção, portanto, marcada por confusões e preconceitos, na visão do autor.

O ensaio de 1997 terminava com uma afirmação que não escondia o júbilo: “a história cultural veio para ficar” (CARDOSO e VAINFAS, 1997: 162). Além disso, responsabilizava a área pela recente e crescente profissionalização da historiografia acadêmica no Brasil, na medida em que, mais do que nas outras áreas, teria tornado a “reflexão interdisciplinar” mais apurada. Posição que talvez não seja consensual, mas não deixa de ser uma hipótese. Mas uma hipótese válida dentro de um marco teórico específico, que vê no diálogo com as ciências sociais o elemento decisivo de modernização da ciência histórica. Embora não exclusivamente, esse marco tornou-se sinônimo de Escola dos *Annales*: movimento da historiografia francesa fundado na proposição de um programa de renovação a partir do diálogo sistemático, consciente e permanente da história com o conjunto das chamadas ciências sociais.

No ensaio de 1997, bem como no de 2002, Vainfas incorpora acriticamente a estruturação da trajetória dos Annales proposta por Peter Burke (1991): a definição de três gerações, sendo que a terceira retoma o projeto original dos fundadores, abandonado relativamente na era Braudel, e avança no sentido positivo. Abordagem e diagnóstico não compartilhado por outros autores como Dosse (1992), Fontana (1998), Couteau-Begarie (1989), entre outros. A partir dessa estruturação traça a genealogia da história dos fenômenos mentais, seus avanços, radicalizações, crises, heranças e desdobramentos. Há certamente outras possibilidades de reconstituição da trajetória dessa história vencedora (FALCON, 2002). Trata-se de *uma* possível reconstituição. Profícua em muitos aspectos, mas que deixa de fora questões fundamentais como o entendimento do problema relacionado ao modo como a interdisciplinaridade é resolvida na Terceira Geração dos Annales. A crescente desconceitualização dos estudos não apontaria para uma nova modalidade ou natureza do diálogo entre a história e as ciências sociais?

De qualquer maneira, a dimensão do trabalho que gostaria de ressaltar é a centralidade assumida nesse caso e nesse tipo de recorte, em torno da área de conhecimento, das linhas teóricas e metodológicas que informam os estudos históricos propriamente ditos. Ainda que tal desenvolvimento ocorra sobre um pano de fundo marcado pelos contextos sócio-históricos e pelas mutações culturais mais abrangentes, são as formulações e debates decorrentes da dinâmica interna do campo de conhecimento, que definem os ritmos e rumos marcantes dentro de cada área de pesquisa.

*

E quando o recorte é um *tema*?. Juntamente com os estudos sobre autores, os estudos de historiografia que elegem como parâmetro de escolha das obras os temas por elas tratados, são os mais comuns (FREITAS, 2000), (BURKE, 1992), (SILVA, 1997). Tornaram-se os mais comuns em função de uma prática ou procedimento corriqueiro nos trabalhos acadêmicos. No geral, tanto nos projetos de pesquisa, como nas dissertações de mestrado e teses de doutoramento, o tratamento da temática específica é precedido por um capítulo historiográfico. Antes de se debruçarem sobre o material informativo específico, os pesquisadores realizam um balanço no sentido de verificar o “estado da arte”. Frequentemente, tais avaliações visam apenas situar a temática escolhida e justificar a relevância teórica do estudo realizado. Mais raramente, passam a integrar o corpo e o desenvolvimento do trabalho de pesquisa.

Se tomarmos como exemplo o conjunto de trabalhos reunidos em “Historiografia brasileira em perspectiva” (FREITAS, 2000), apesar da variedade das temáticas de referência (escravidão negra, Revolução de Trinta, Estado Novo, Classe Operária, cidades, mulheres, etc.) é possível extrair uma estrutura de abordagem que se repete, embora não rigorosamente, no conjunto de trabalhos. O ponto de partida é a identificação dos condicionamentos externos, ou seja, em que contexto histórico e intelectual específico tal temática emerge como problema. A partir de que transformações econômicas, sociais, políticas, etc., cria-se uma demanda social que afeta os intelectuais e historiadores e exige um esforço de racionalização. Após isso, parte-se para o levantamento das respostas clássicas, ou seja, identificar as bases, os princípios e a abrangência das primeiras formulações e dos primeiros arranjos interpretativos. Seus paradigmas de apoio. Identificar possibilidades pouco ou não exploradas. Em seguida, contextualizar as novas abordagens articulando-as com o movimento do próprio objeto. Em resumo, o elemento que se destaca nos estudos de historiografia que elegem como foco uma temática e que define, portanto, o conteúdo do contexto, são as interpretações e abordagens possíveis que tal temática suporta. Fatores mais gerais como as tendências históricas e debates ideológicos e teóricos compõem o enquadramento, mas veiculados por linhas interpretativas próprias da realidade estudada.

*

Por fim, os textos baseados em recorte por *autor*. O número de trabalhos é grande e menciono apenas alguns. (DIAS, 1974), (GLEZER, 1977), (JANOTTI, 1977), (PALMER, 1996), (NOVAIS, 2005). Tomando este último como exemplo, pode-se verificar as características mais destacadas desse tipo de abordagem. Aqui a trajetória de vida do autor sobrepõe-se aos demais critérios de avaliação. No sentido de que essa trajetória resulta do cruzamento de muitas variáveis: época de vida, geração, inserção social, escolhas ideológicas, profissão, propensões psicológicas, etc. Sobre Caio Prado Júnior, tais variáveis surgem como decisivas no modo como Novais avalia esse pensamento: “Certas características do discurso parecem expressar mais diretamente o percurso da vida (...). A ruptura de classe (...) domina a trajetória, e talvez a base da coerência que atravessa toda a produção intelectual”. Depois de afirmar tratar-se de uma ruptura especial, dado seu radicalismo, conclui: “Daí a profundidade e a onipresença da opção a marcar todo o conjunto da obra; a fidelidade e a constância às idéias, que expressam escolhas existenciais, daí o estilo repetitivo e insistente, a recorrência dos temas e argumentos, que

caracterizam a escritura” (NOVAIS, 2005: 285-286). Nesse sentido, as análises historiográficas de obras de um autor específico encontram na dimensão biográfica uma força interpretativa central, dimensão essa praticamente secundária ou inexistente nos recortes anteriores.

Em resumo, o que temos é uma situação na qual os diferentes focos e recortes nos estudos de historiografia condicionam, de certa forma, modalidades interpretativas distintas. As possibilidades de interpretação histórica constituem problema que vem sendo estudado desde o século XIX e a atual “guinada hermenêutica” vem colaborando para o seu reavivamento mais recente. Um bom resumo desse debate pode ser encontrado em Julio Aróstegui (2006:358-393). Independentemente da multiplicidade de recursos e ferramentas de análise, observa-se um relativo predomínio das interpretações por contextualização, embora o conteúdo desses contextos mude conforme os recortes escolhidos. *Os contextos definem as linhas de forças e formas gerais de percepção a partir das quais o conjunto multifacetado da produção adquire uma ossatura.*

O contexto é essencialmente *sócio-histórico* nos estudos que se propõem gerais e ambicionam abarcar longos períodos evolutivos. Nos casos onde o foco fecha num período específico, emerge no contexto as correntes que demarcam o *debate intelectual* mais geral, as idéias e as ideologias mais formalizadas assumem o primeiro plano. Mas quando a preocupação central volta-se para o mapeamento e avaliação do que fez dentro de uma área do conhecimento (história econômica, social, política, etc) os contextos históricos e culturais recuam e o cenário é dominado pelas *tendências teóricas internas* do campo de conhecimento com desdobramentos temáticos e interpretativos. Os temas e interpretações, de *aspectos secundários* em outros contextos e recortes, emergem por sua vez como dimensões essenciais quando o foco do estudo e análise da produção historiográfica elege o recorte temático. Por fim, a *trajetória de vida*, a biografia dos autores, aspecto até então meramente acidental nos recortes anteriores, diluídos nos contextos mais gerais, assume toda sua força explicativa quando o recorte do estudo é uma obra específica (ou seu autor?). Certamente todos os elementos apontados integram, direta ou indiretamente, o conjunto de possibilidades de abordagens apontadas. O que os diferencia, em geral, é a ênfase numa dimensão ou outra, não a exclusividade.

Este breve balanço de alguns estudos sobre historiografia, em algumas de suas possibilidades, não pressupõe a existência de regras, procedimentos, critérios e exigências rígidas

nos vários enfoques levantados. Não se trata disso. O fato é que existe uma dimensão metodológica dos estudos sobre historiografia que tem sido preterida. Mas trata-se de uma dimensão que exige explicitação não com a intenção de se estabelecer fórmulas rígidas, como já se disse, mas de ampliar o controle sobre o processo de produção de conhecimento nessa área, bem como diversificar as possibilidades de abordagens e combinações de enfoques. Acredito que seja consensual o valor instrumental dos estudos de historiografia, não como fim em si mesmo, mas como instrumento de aperfeiçoamento e avanço do próprio conhecimento histórico. Trata-se, sobretudo, de um exame de consciência e crítica auto-corretiva do instrumental que define o ofício dos historiadores. No sentido mesmo de verificar suas possibilidades e limites. Não para atender a necessidades puramente internas ou identitárias da área de história, mas para que o conhecimento histórico dê conta, de maneira mais satisfatória, das demandas que a própria sociedade coloca para a ciência na definição e entendimento de seus problemas fundamentais.

Bibliografia

- ARRUDA, José Jobson e TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- BURKE, Peter (org.) . *A escrita da história: novas perspectivas*. SP: Unesp, 1992.
- BURKE, Peter- *A Escola dos Annales- 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Ed.Unesp. 1991.
- CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução á historiografia*. Bauru,SP: EDUSC, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) - *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987.
- COUTEAU-BEGARIE, Hervé. *Le phénomène Nouvelle Histoire – Grandeur et decadence de L' École des Annales*. 2 ed., Paris, Economica: 1989.
- DOSSE, François- *A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História*. Trad. Dulce Silva Ramos, São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed.Unicamp, 1992.
- DIAS, Maria Odila da Silva - *O fardo do homem branco* - Southey: historiador do Brasil. São Paulo: Nacional' 1974.

- FALCON, Francisco J. Calazans. *História cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FICO, Carlos e POLITO, Ronald. *A história no Brasil 1980-1989*. Elementos para uma avaliação historiográfica. Vol.1. Ouro Preto, UFOP, 1992.
- FIGUEIRA, Pedro de Alcantara. *Historiografia brasileira 1900-1930*. Assis. Unesp. 1973.
- FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.
- FONTANA, Josep. *Historia: Análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC,1998.
- GOMES, Angela de Castro. ***História e historiadores***. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues:um modelo de análise historiográfica*. 2vols. Tese de Doutorado, São Paulo:Usp. 1977.
- HUNT, Lynn (org). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.
- JANOTTI, Maria de L. *João Francisco Lisboa*. São Paulo: Ática, 1977.
- LAPA, José R. Amaral. *História e historiografia: Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1985.
- NOVAIS, Fernando A. Sobre Caio Prado Júnior. *Aproximações*. Estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p.277-294.
- PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson: objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil: historiografia colonial*. 1ª parte. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.
- RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil: a metafísica do latifúndio - o ultra-reacionário Oliveira Viana*. vol.2, tomo II, Rio de Janeiro: C.Ed.Nacional; Brasília: INL, 1988.
- RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil: a historiografia conservadora*. Vol II, tomo I. São Paulo: Ed.Nacional; Brasília: INL, 1978-1988.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *Historia da historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história. Os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UNB, 1998.

Entre poder e idéias jurídicas: considerações acerca do Juizado de paz nas minas, 1827-1841

Joelma Aparecida do Nascimento*

A administração da Justiça era um dos setores a serem organizados após a independência de 1822. Havia neste período o desafio em cunhar o governo do império, administrado, há muito, nos moldes do absolutismo português. Na historiografia brasileira muitos analisaram o papel das camadas que atingiram o poder político neste contexto, e não somente estas, mas também os mais variados extratos sociais ganharam importância, pois as mudanças cerceadas atingiram toda a sociedade.

Neste período estiveram em voga importantes mudanças situadas entre a transição de uma estrutura administrativa colonial e a implantação de um novo sistema jurídico-administrativo. Dentre tais mudanças, amplamente proclamadas na província de Minas-Gerais, destacamos a criação do Juizado de paz em 1827 e o desempenho das suas funções pelos ocupantes do cargo, em Mariana nas Minas, entre os anos de 1828-1841.

A idéia do Juizado de paz no Brasil se deu com a Constituição outorgada por D. Pedro I em 1824. Sua regulamentação ocorreu anos depois, com a Lei Orgânica de 15 de Outubro de 1827 pela qual tornou-se obrigatória a conciliação das partes nos processos judiciais, sendo esta a função primeira dos juizes de paz. (VIEIRA, 2002: 73-77)

Por meio de avisos, regulamentos, decretos e leis na década de 1830 gerou-se um emaranhado de normas que confundiam os habitantes provinciais. Com duração de 62 anos o Juizado de paz, considerado a base do posterior Direito Processual brasileiro, teve a função da conciliação abolida, mas, pela Constituição de 1891 os Estados do país poderiam ainda legislar sobre processos e em muitos foi adotada a conciliação espontânea, como em Minas-Gerais, São-Paulo e Rio-de-Janeiro. (VIEIRA, 2002: 77-79)

Contemplando um período tumultuado da história do país são muitas as indagações concernentes a esta fase da ordem Jurídica e da atuação da Justiça no Brasil. Entre o alcance do poder do Estado e a repercussão local de suas medidas há um tortuoso caminho que sinaliza

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisa sob o financiamento do Programa de Pós-graduação em História da mesma Universidade.

problemáticas várias. Uma das questões que buscamos entender liga-se a atuação do Estado como um normatizador do poder e da construção da sua própria autoridade, e o alcance da Lei e da concretização ou não das suas práticas centralizadoras, visto que estas esbarravam, por vezes, nas instâncias locais e “representativas” – como foi o caso do Juizado de paz .

Vários autores buscaram compreender as características da formação, organização e desenvolvimento deste Estado. Neste sentido, importantes trabalhos tiveram grande repercussão desde 1970. A herança portuguesa, e seus desdobramentos na formação do Estado brasileiro, por exemplo, foi discutida em trabalho clássico, de orientação weberiana, baseada na noção de Estado patrimonial, em *Os Donos do Poder* de Raymundo Faoro.

Raymundo Faoro (1925-2003) na década de 1970 interpretou a formação política brasileira ressaltando a persistência de uma estrutura patrimonial. Tal estrutura, ligada ao tradicionalismo português, conseguiu se consolidar e amoldar-se, mesmo frente às mudanças políticas, no decurso da história colonial e também no século XIX. Para este, a permanência de um estamento burocrático-patrimonial teria sido capaz de reproduzir-se secularmente na gênese da sociedade brasileira. (FAORO, 1979: 260-339)

Ao interpretar marcos importantes do século XIX o autor indicou como foi possível tal processo. A chegada da família real em 1808, por exemplo, forçou que os mecanismos de controle político se reordenassem para a manutenção do império português. Prevaleceu nas capitanias o sistema militar e burocrático e uma ordem política tradicional, incapaz de se renovar e de se impulsionar:

“A carapaça transmigra, incapaz de digerir a extensão americana, a sufoca e a amordaça. A sociedade, alheia às manipulações de gabinete, não se politiza, incapaz de transmitir oxigênio, calor e sangue ao Estado imobilizado, hígido, impenetrável. Uma surda corrente subterrânea emergirá, devastando instituições e preconceitos, idéias e convenções, costumes e vícios. (...)”. (FAORO, 1979: 260)

Neste contexto, os desentendimentos entre os vários setores de poder foram constantes. Mas, para Faoro tais momentos não significaram grandes mudanças nos costumes e na ordem estamental, sendo que esta incidiu por todas as esferas sociais conservando uma camada dirigente. Esta mesma camada permaneceu no comando dos setores político, econômico e financeiro. O advento da Independência em 1822, por exemplo, alocou no poder uma mesma

camada da sociedade, de raiz portuguesa e ainda tributária de uma organização administrativa defeituosa.

Segundo Faoro, houve alteração da posição daqueles que ora foram importantes na colonização do território. Estes foram incorporados ao sistema e transformados em agentes régios. Os grandes senhores territoriais foram integrados às Câmaras Municipais e dotados de certa autonomia propiciada pelo governo central. Nas vilas distantes, onde o poder oficial se misturava ao costume, abrandava-se o caráter centralizador imposto.

Após a independência assim, prevaleceram normas estamentais de organização política mediante ao mecanismo de uma Constituição outorgada. Houve a formação de um patronato sobrevivente às mudanças e organizador do poder. Para o autor, o desenvolvimento dos setores econômico, social e político brasileiro foram marcados pela forte presença do *patrimonialismo* que, ao momento da formação do Estado no século XIX, respondeu pelo não desenvolvimento de uma sociedade civil. Os primeiros 20 anos do país independente abarcaram dificuldades nas finanças e na economia, juntamente ao constante reajuste do quadro político:

“O Estado volta às suas origens e fundamentos patrimonialistas, alimentado pelo comércio, colhendo, na longa caminhada, cores renovadoras, sem enfraquecer a sua linha central, que a especulação vela e conduz, ao estilo do mercantilismo. Ele se reequipa para as funções de condutor da economia, com o quadro de atribuições concentradas no estamento burocrático armado em torno do senado, dos partidos, do Conselho de Estado e da política centralizadora. Dinheiro e política voltam a se dar as mãos, subjugando a classe proprietária, que, para defender sua produção, há de apelar para os intermediários urbanos, emaranhados no ninho governamental.” (FAORO, 1979: 329)

O autor propõe, por fim, a existência de uma camada dirigente no poder. A esta situação combinou-se o condicionamento jurídico e social brasileiro. Para Faoro, a sociedade imperial formou-se à margem do Estado e sem representação social. A análise deste autor, apesar de reconhecidamente importante, desconsiderou em certa medida as condições e as respostas de adaptação dessa sociedade neste processo de estruturação do Estado imperial.

Importante é, ao ressaltar as relações entre o Estado e os novos poderes que iam surgindo, e sendo criados pelo próprio Estado, observar que em meio às mudanças esta sociedade valeu-se de suas possibilidades. A criação dos juizes de paz foi exemplar neste sentido ao oferecer recursos pontuais frente à imposição do Estado àqueles detentores da representatividade local.

Em análise sobre a elite política José Murilo de Carvalho propôs que o processo político brasileiro foi concebido por uma formação tardia. Não sofreu grandes mudanças de governo e conservou uma supremacia civil. O autor explicou a necessidade de se analisar os envolvidos nas decisões políticas, qual seja, a elite política. Havia sim uma minoria que influenciava determinados processos, mas a elite não era um simples representante do poder rural, o Estado não era um simples executor dos interesses dessa classe, ou mesmo, a elite e a burocracia, não funcionavam como um estamento, árbitro da nação:

“A continuidade propiciada pelo processo de independência, pela estrutura burocrática e pelo padrão de formação de elite de Portugal certamente deu ao Estado imperial maior capacidade de controle e aglutinação do que seria de esperar de simples porta-voz de interesses agrários. Mas, em contrapartida, não havia na elite e na burocracia condições para constituírem um estamento nem podia o Estado ser tão sobranceiro à nação. A burocracia era dividida em vários setores e a homogeneidade da elite provinha mais da socialização e do treinamento do que de 'status' comum e de privilégios que a isolassem de outros grupos sociais.” (CARVALHO, 2003: 42)

Nesta discussão Carvalho enfatizou a homogeneidade e a socialização da elite por via da educação, da ocupação e do treinamento. A burocracia se confundiu com a elite, mas se dividia verticalmente e horizontalmente. Para o autor era nesta cúpula que Faoro pensou, na burocracia política representante de uma parte substancial da elite política e de 1% de todo o funcionalismo. Existiram, porém setores mais representativos neste processo:

“O segredo da duração dessa elite estava, em parte, exatamente no fato de não ter a estrutura rígida de um estamento, de dar a ilusão de acessibilidade, isto é, estava em sua capacidade de cooptação de inimigos potenciais. Além da divisão interna, outra característica da burocracia imperial contribuía para reduzir seu poder de controle e de direção da sociedade. Trata-se da distribuição dos funcionários pelos vários níveis de poder – central, provincial e local. Essa distribuição acompanhava a própria estrutura do aparato estatal e revelava, ao mesmo tempo, aspectos da natureza do Estado.” (CARVALHO, 2003: 151-152)

Os aspectos que afetaram a formação destas elites ligam-se às singularidades da formação de classes e do Estado que se indicava. Neste sentido, demandas centrais da história vem à tona como a fase da história brasileira de constituição de um sistema, traçado entre fronteiras geográficas reguladas por resquícios coloniais. Para alguns setores, como na economia, existiram

elementos externos e controladores dos mercados de exportação e participantes também dos arranjos políticos. (CARVALHO, 2003: 13-22)

As maiores decisões políticas do período pós-independência foram tomadas por aqueles que haviam sido educados em Portugal. Para Carvalho, a herança burocrática portuguesa forneceu a base para a manutenção da unidade e estabilidade da ex-colônia no sentido, principalmente, de possibilitar uma homogeneidade intraclasses dominantes e a regimes de compromisso. (CARVALHO, 2003: 58-59)

A elite portuguesa teve como política a reprodução - na colônia - de uma outra elite à sua semelhança por meio da homogeneidade ideológica, e com treinamento em Coimbra. Essa mesma elite se reproduziu em condições análogas após o processo da independência. A partir daí a burocracia foi o canal essencial para a mobilidade desta elite estabelecida na nova situação política. A análise do autor considerou fatores sociais característicos de um contexto específico e a continuidade de determinados resquícios que puderam influenciar no comportamento e na mobilidade individual.:

"O governo trazia para a esfera pública a administração do conflito privado mas ao preço de manter privado o conteúdo do poder. Os elementos não pertencentes à camada dirigente local eram excluídos da distribuição dos bens públicos, inclusive da justiça. O arranjo deu estabilidade ao Império, mas significou, ao mesmo tempo, uma séria restrição à extensão da cidadania, portanto, ao conteúdo público do poder. O governo se afirmava pelo reconhecimento de limites estreitos ao poder do Estado." (CARVALHO, 2003: 159)

Nesta mesma perspectiva, em um ambiente de mudanças, porém não inertes, em meio aos variados projetos políticos do período e das múltiplas direções ocasionadas, estariam ainda os envolvidos nos conflitos e demandantes da ação da Justiça na formação do Estado imperial. Este tipo de abordagem é um exemplo das tendências mais recentes a focarem as respostas sociais neste processo de construção da máquina administrativa, do exercício do poder do Estado e a sua legitimidade.

Tal incremento veicula posições presentes na historiografia em torno da organização e da ordem imperial propostas e concernentes à dinâmica da montagem da administração da justiça, sob um outro olhar. A propósito da questão:

“A primeira metade do século 19 representa, na história política do Brasil, o período de construção do Estado-nação. Da crise do sistema colonial - cujos sinais de esgarçamento já de delineavam no início do século e que, com a transferência da corte portuguesa, sofrerá um processo intenso e acelerado de reestruturação político-administrativa – à Independência e o período subsequente - que enfeixa o esforço de construção de uma máquina administrativa centralizada, capaz de assegurar o monopólio do poder e a integridade territorial -, um longo caminho teve de ser percorrido até a consolidação do Estado imperial brasileiro, já claramente demarcada na segunda metade do Oitocentos.” (VELLASCO, 2004: 15)

Para Ivan de Andrade Vellasco a nova ordem ofereceu possibilidades de ativação de direitos alicerçados exatamente no poder judiciário. Estes direitos, não sendo apenas a busca pela justiça. Melhor, a afirmação do indivíduo que à justiça recorria e inserido em um ambiente comum de sociabilidade e de adequação no desenvolvimento do Império nascente. O indivíduo passou a buscar a efetividade prática da ordem que se impunha:

“(…) À medida que ampliamos as percepções sobre os usos sociais da justiça torna-se possível redimensionar o debate dos espaços de cidadania e ativação dos direitos civis na sociedade que se desenha concomitante à emergência do Estado. Por mais limitadas e exíguas que possam ter sido as possibilidades de fazer valer o preceito da igualdade diante da lei, através do recurso à justiça foi experimentado e potencializado, pelos homens comuns, o exercício de direitos (...).” (VELLASCO, 2004: 25)

Para o autor, a vinda da Coroa em 1808, na medida em que transformou a Relação do Rio de Janeiro em Casa da Suplicação do Brasil para resolver pendências antes enviadas a Portugal, foi crucial para a afirmação de que a ordem e a conduta foram fatores notados pelos construtores do império. O cotidiano dos usos da justiça, em variados extratos sociais no quadro brasileiro, e as diversidades locais, provocaram procedimentos de negociações da ordem na divergência dos processos de transformação institucional e cultural. (VELLASCO, 2004: 94 e 149-226).

Em meio a estes avanços da face da justiça ressalta-se ainda o fato de que, para Vellasco, a administração da justiça ainda na Colônia teve sua implementação marcada por vicissitudes havendo continuidades de determinados aspectos na construção do poder nacional paralelo às constantes luta e negociação com agentes e grupos de bases regionais no século XIX:

“Já no período que antecede a Independência, as críticas à administração colonial, que objetivavam a reforma administrativa do Estado, atacavam, como aspectos mais vulneráveis, a política fiscal e a administração da justiça. A partir da Independência será

travado um embate prolongado em torno da melhor forma de adequar as mudanças institucionais reclamadas à acidentada topografia social do país. Esse embate atravessa os anos que se seguem à lei de 1827, quando se cria a figura do juiz de paz, eletivo no plano paroquial, com amplos poderes de ação jurídica e policial, passando pelo Código Criminal de 1830 e pelo Código do Processo Criminal de 1832, que completaram as reformas liberais, e segue até a reação conservadora, corporificada no Ato Adicional de 1834, na reforma do Ato Adicional em 1840 e do Código do Processo em 1841.” (VELLASCO, 2004: 17)

É claro neste processo o inevitável desenvolvimento das relações entre o Estado e determinados setores da sociedade. A interação entre a população local e o sistema judiciário, através do juiz de paz, não foi somente mecanismo de repressão do Estado, e nem um mero instrumento do poder privado, mas de forma especial funcionou também como mecanismo de regulação de conflitos individuais. (VELLASCO, 2004: 21-23)

Recorrer à justiça significava, em linhas gerais, o desenvolvimento das relações entre Estado e sociedade. Para Vellasco, a importância destes arranjos locais pôde ser percebida de forma clara no que diz respeito ao cargo de juiz de paz. Este cargo tornou-se uma importante peça em um novo quadro de atribuições, visto que se inseriu na efetivação judiciária, ao fazer parte do conjunto de atuação em que estiveram compreendidos outros atores importantes na efetivação do governo e da ordem, como os juízes de direito. (VELLASCO, 2004: 91-148)

O poder político imperial e suas tentativas de centralização conviveram em um ambiente de constante negociação. É certo, porém, que em determinados momentos houve prejuízo dos interesses do Estado e o poder manteve-se nas mãos da elite privilegiada. Consideramos assim que um elevado grau de centralização, ou não, do poder emanado do centro não se torna menos ou mais importante do que perceber neste contexto, a justiça local, que representada pelo juiz de paz funcionou como elo de comunicação entre os moradores dos mais longínquos lugares e a Câmara Municipal, o presidente da Província e mesmo o Imperador. As dúvidas constantes acerca da melhor forma de administrar a Justiça, do prosseguimento das Leis e dos deveres que deveriam cumprir, acompanhavam os juízes de paz e não menos demonstram que, de uma maneira ou de outra, houve dispersão da Legislação política imperial.

Sua jurisdição era exercida nas freguesias e capelas filiais curadas que correspondiam à uma divisão territorial sendo a mesma para a Igreja, a polícia e a municipalidade. Pela de Lei de 1828 haveria um juiz e um suplente, este último para servir caso o juiz efetivo estivesse em impedimento. Suas eleições deveriam ocorrer de quatro em quatro anos, sendo que cada votante

deveria entregar ao presidente da mesa uma cédula com os “nomes de duas pessoas elegíveis, uma para Juiz de Paz, e outra para Supplente do districto, onde estes houverem de servir, e será do mesmo modo, assignada e fechada com rotulo, dizendo - Juiz de Paz, e Supplente da parochia de..., ou da capela de....--.”¹

As suas funções administrativas de início abrangiam: a convocação dos eleitores para votar por editais afixados nos lugares públicos; a organização e nomeação das Mesas Eleitorais e a condução do processo eleitoral – cabendo ao juiz dirigir e controlar a discussão das questões aí suscitadas. (VIEIRA, 2002: 193-236)

Atribuições criminais também determinavam que este juiz possuísse conhecimento regional e populacional das localidades da sua jurisdição. A intenção era ampliar o controle da paróquia através da realização de estatísticas locais e do melhor conhecimento da geografia local. O juiz de paz ficou responsável pelo recenseamento da província mineira a partir de 1831. (MARTINS, 2001: 188-189)

A partir de 1831, também, ficaram encarregados de convocar as eleições da Guarda Nacional, medida, aliás, alvo de constantes críticas dos que lutavam pela descentralização do poder, temendo que formados estes serviços através de um processo eleitoral local houvesse privilégios, permanências e influências de determinados indivíduos no comando.

No cumprimento das suas funções tratavam-se diversos assuntos. Os juízes enviavam a Câmara reclamações e cobranças. Estes funcionavam como porta-vozes das comunidades e de interesses vários. Requeriam à Câmara materiais para construção de pontes, estradas e cercamentos. Tinham a função de autorizar a existência e a legalidade de casas de negócio. Atestavam à Câmara a existência de moradias, aulas e escolas públicas, a primeira se referia ao cumprimento dos deveres dos párocos e a certificação de que residiam mesmo em suas Paróquias; e a segunda informava sobre números de alunos, professores e de escolas primárias e de primeiras letras.

Como demonstrado a seguir em Mariana foi constante a ação destes juízes. Na busca por indícios de sua atuação, e das suas principais preocupações e realizações de acordo com a

¹ Trata-se do Artigo 7º da Lei de 1º de Outubro de 1828. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-K_20.pdf Acesso em 20 de Abril de 2009.

legislação, e, mesmo em seu cotidiano, através da análise de correspondências foi possível perceber, dentre outras demandas, a realização de algumas das suas funções:

Tabela 1: Funções executadas por juízes de paz, 1828-1841

<i>Funções*</i>	%
Atestação de Aulas e Escolas públicas	1,8%
Atestação de Moradias	9,6%
Eleições locais	4,2%
Guarda – nacional	10,2%
Nomeação de Escrivão	9,6%
Nomeação de Inspetor de quarteirão	12,1%
Nomeação de Oficial de justiça	4,2%
Recenseamentos e Mapas de população	2,0%
Outros	42,2%

*Relação construída a partir de 850 correspondências enviadas dos juízes de paz para a Câmara Municipal de Mariana. Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Série Miscelâneas.

Ao enviar à Câmara as relações solicitadas os juízes relatavam ainda os problemas com os quais se deparavam no cumprimento dos seus deveres. Neste sentido, nas correspondências analisadas tiveram destaque as dúvidas decorrentes da observação das leis do império, os relatos das contendas entre as populações e os juízes, requerimentos e respostas a ofícios, etc.

Por fim, certo está que como no século XVIII, também no XIX havia um sistema de Leis, criado a partir do centro, para atender às necessidades emergenciais de um governo local. Tal sistema foi ainda caracterizado e corroborado por uma crescente descentralização política pautada sob a negociação entre as esferas local e central, e que nas Províncias eram representadas também pelos juízes de paz. Por todo o período imperial foi constante a discussão acerca dos poderes atribuídos a estas autoridades. A sua comunicação com a comunidade e sua influência local eram fundamentais, no mínimo, para as eleições gerais do Império que determinavam a ligação com a política do centro.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. vol. 1. Porto Alegre: Globo, 1979.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. “Fontes para o estudo da Província de Minas Gerais”. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues [et al]. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19*. São-Paulo: Edusc/Anpocs, 2004.

VIEIRA, Rosa Maria. *O Juiz de Paz: do Império a nossos dias*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

**PARA OS FUNDAMENTOS DE UMA *RAZÃO HISTÓRICA*:
algumas considerações sobre a pretensão de objetividade no pensamento histórico de
Jörn Rüsen**

Johnny Roberto Rosa*

Conhecimento e interesse identificam-se na força reflexiva.
Jürgen Habermas

O problema da pretensão de objetividade na constituição do pensamento histórico da historiografia alemã está relacionado, de modo geral, com historiadores como Hans Ulrich Wehler, Dieter Groh, Wolfgang Mommsen, Jörn Rüsen, e outros como Thomas Nipperdey, Karl Georg Faber, Andréas Hillgruber, e Detlef Junker. Iggers aponta que muito tem sido dito por estes diferentes historiadores sobre a necessidade de formulação de teorias explícitas de explicação que fossem capazes de validação intersubjetiva, combinando hermenêutica e métodos empíricos-analíticos (IGGERS, 1979: 225). Neste contexto, segundo Estevão de Rezende Martins, manteve-se a assente fixação da pesquisa na base empírica, incorporando-se certa prudência analítica contra as “certezas fáceis e contra o fiar-se precipitadamente nas aparências”. Tudo isso confirmaria que a reflexão teórica assegurou sua metodicamente controlada independência criativa¹ (MARTINS, 2007: 02).

Nesse momento de acometimentos do discurso histórico e das teorias da história, Jörn Rüsen opera uma reconstrução teórica da história delimitando não apenas suas características, mas também seu papel no ofício dos historiadores. Alguns de seus questionamentos referem-se a como definir a questão do sentido na história, como definir um estatuto de cientificidade e de racionalidade no discurso histórico, como pensar a questão do progresso no processo histórico, como investigar os desafios da busca por uma comunicação intercultural, propondo uma superação dos etnocentrismos, aguçados e radicalizados pela modernização e pelo antimodernismo, empreendendo, desta forma, uma nova aproximação para uma comunicação intercultural que poderia contribuir para cultura histórica de reconhecimento.

A contribuição mais significativa de sua teoria da história tem a pretensão de descrever o significado e as funções da ciência da história, explicando de forma abstrata a especificidade

¹* Mestrando em História pela Universidade de Brasília - UnB. Bolsista Capes.

Fator importante na discussão teórica alemã foram os encontros de “teoria da história”, entre 1974 e final dos anos 1980, de historiadores, filósofos, sociólogos e antropólogos, dentre os quais, Reinhart Koselleck, Karl-Georg Faber e Jörn Rüsen. Estes historiadores se reuniam para discutir e examinar os fundamentos teóricos da prática historiográfica; tais encontros tinham como propósito tornar os pressupostos teóricos mais claros do que os modelos tradicionais.

da constituição de sentido pelo pensamento histórico. Trata-se da pretensão de esclarecer o que significa a racionalidade a que o pensamento histórico está sujeito. Esta forma de conduzir a reflexão sobre a ciência da história nos *Fundamentos de uma teoria da história* - ou, segundo Rüsen, esta *matriz disciplinar*² da ciência histórica - aspira abranger os principais elementos na produção de histórias representando uma solução aos impasses do debate contemporâneo sobre o conhecimento histórico. Esta *matriz disciplinar* trata de fatores³ que se interligam e que são necessários para que se conhecimento histórico seja constituído como *processo cognitivo*.

Na tentativa de estabelecer uma mediação entre posições antagônicas, vê-se na obra de Rüsen uma possibilidade de ciência histórica caracterizada por uma concepção de *racionalidade, razão e método*. Rüsen propõe, portanto, uma síntese integradora da *razão* e da *imaginação*, da *racionalidade* e da *narrativa*, da *orientação prática* e do *fascínio estético* (RÜSEN, 1997a: 80-101). Vê-se, deste modo, que a objetividade histórica não pode ser reduzida a um simples enunciado, mas antes seria um *poliedro de infinitos lados-posições*, que não poderia ser visto inteiramente por nossos olhos. Desta forma, seria necessário voltar-se constantemente à bibliografia sobre este tema e levar em consideração as suas orientações e arguições. Sendo assim, objetividade “pressupõe o conhecimento de diversos contextos, para poder alcançar o que se pode chamar de observação adequadamente aguda” (MARTINS, 1984: 172).

*

A concepção da relação entre o conhecimento histórico e história reconhecida por suas objeções de verdades, segundo Rüsen, estaria no alicerce da tradicional ambição de objetividade da ciência histórica, prestigiada em uma tradição que se fundamentava em uma espécie de confiança metafísica com a qual a inteligência poderia alcançar a História como estrutura

² Matriz disciplinar, segundo Jörn Rüsen, referindo-se a Thomas Kuhn, “significa para a história, como disciplina especializada, fatores e princípios normativos de pensamento histórico em sua relação sistemática”. (*Disziplinäre Matrix heißt: die für die Geschichte als Fachdisziplin maßgeblichen Faktoren oder Prinzipien des historischen Denkens in ihrem systematischen Zusammenhang*) (RÜSEN, 1983: 24). Apesar dessa expressão ter sido tomada emprestada por Rüsen de Kuhn, ela não fora transposta das teses de Kuhn para a ciência da história. Porém, para os propósitos de Thomas Kuhn, matriz disciplinar significa: “disciplinar” pois “se refere a uma posse comum aos praticantes de uma disciplina particular”; e “Matriz” por ser “composta de elementos ordenados de várias espécies, cada um deles exigindo uma determinação mais pormenorizada” (KUHN, 2006: 228-229).

³ Estes fatores dizem respeito aos *Interesses cognitivos*, às *perspectivas orientadoras sobre o passado* (idéias), às *regras metódicas*, às *formas da representação historiográfica* e às *funções de orientação existencial* as quais o conhecimento histórico desempenha (RÜSEN, 1987: 15).

real. A ambição de tal teoria fundamentava-se numa Filosofia da História que permitia “ver a História, como movimento temporal do espírito humano na realidade do mundo humano” (RÜSEN, 1998: 315-319).

Em termos epistemológicos, objetividade teria a ver com a segurança empírica das informações obtidas pelos procedimentos de operações de pesquisas críticas relacionadas às fontes. A operação mental que transforma essas informações obtidas através das fontes em uma narrativa com sentido e significado poderia ser concebida como uma *operação do narrar*. A meta-história, que pergunta pelos princípios dessa operação, vir-se-ia forçada a ir em direção da *Poética* e da *Retórica* da escrita da história e da representação histórica, focando na subjetividade (RÜSEN, 2005: 66-67).

Assim submetida, a objetividade significaria uma validade intersubjetiva da interpretação histórica, onde a experiência histórica poderia ser interpretada de modo que haja bons motivos para aceitar uma determinada narrativa histórica e rejeitar outra.⁴ Deste modo, segundo Rüsen, existiriam princípios de interpretação na realização de uma narrativa histórica, na qual a validade de cada uma destas poderia ser vista para além da pura subjetividade no sentido da falta de método. Assim sendo, os critérios racionais de intersubjetividade garantiriam a consistência e a coerência de uma narrativa histórica como condição para a *plausibilidade* ou “verdade” de uma narração histórica com a função prática de desempenhar orientação cultural. Uma idéia reguladora dessa intersubjetividade seria a do reconhecimento recíproco e da complementaridade, como crítica argumentativa recíproca que apresentasse razões e dirigisse ao reconhecimento recíproco.

Entendida como racionalidade teórica e prática de narrativas históricas, a intersubjetividade seria acrescida da condição de objetividade na aceção de uma relação verdadeira com a experiência. História como experiência não seria algo externo aos sujeitos que narram. Como bem esclarece Rüsen: “antes de pensarmos sobre o passado, [...] o passado já é presente. Nessa presença do passado, intersubjetividade e objetividade, no sentido de experiência, são a mesma coisa”⁵ (*Ibid.*, p.71-72). Para tanto, devemos ainda estabelecer uma distinção entre as três diferentes dimensões de tempo e temos que perseguir as operações mentais de consciência histórica, o que constitui a representação histórica do passado, onde a

⁴ De acordo com Estevão Martins, “tem-se por certa a intersubjetividade de sentenças empíricas quando diversos observadores, sob condições comparáveis, chegam a resultados em princípio iguais, tendo contrabalançado, mediante procedimentos padronizados, suas simpatias pessoais, idiossincrasias ou predisposições perceptivas, internalizadas ou oriundas de posições autoritárias” (MARTINS, 1984: 155).

⁵ *Before we think of the past as past (...) the past is present. In this presence of the past, intersubjectivity and objectivity in the sense of experience are the same* (RÜSEN, 2005: 71-72).

experiência, a intersubjetividade, as dimensões teórica e prática da constituição do sentido histórico na relação entre passado e presente estão sintetizadas.

Desse modo, a objetividade histórica poderia ser entendida como um princípio pelo qual os traços poéticos da vida são organizados, e a pretensão de objetividade não lhe roubaria as características, mas poderia fortalecer a experiência e a intersubjetividade na orientação cultural (*Ibid.*, p.69-72). Segundo Estevão Martins, aparentemente fortalecendo as idéias rüsenianas, a expressão “objetivo” indica aqui “um modo bem-sucedido de descrever e explicar”, corroborando para apreender as *formas de manifestação*, as *intenções* e a *estrutura* do objeto investigado, como uma *relação de adequação entre reprodução e objeto* (*op cit.*, 1984: 148-153). Portanto, não se trata de tentar eliminar do ato cognitivo a subjetividade, mas de fazer com que o ato cognitivo entre na equação como uma subjetividade exigida pela verdade que se espera.

*

Como parte integrante da metodologia da pesquisa histórica, a interpretação, além de representar a objetividade como operação metodológica desta pesquisa histórica, traria consigo e para dentro da construção narrativa a subjetividade como subsídio constitutivo do conhecimento. Dessa maneira, objetividade e subjetividade seriam as duas faces de uma mesma coisa. As direções dessa interpretação histórica apresentariam, primeiramente, uma determinada concepção de história objetivista, que procura direcionar a interpretação histórica formando um conhecimento onde a subjetividade dos historiadores seria superada ou neutralizada. Em contrapartida, a interpretação histórica seria reconstruída epistemologicamente de forma que a subjetividade seria aceita pela inevitável participação prática e pelos interesses dos historiadores na vida de seu presente, enfatizando os instrumentos teóricos e as regras metodológicas como forma de garantir a legitimidade intersubjetiva da relação entre as experiências do conhecimento histórico (*op cit.*, 2005: 65).

Para a constituição de processos temporais que possam servir de fio condutor para as histórias, essas atitudes unilaterais deveriam ser superadas, como salienta Rüsen, pela *mediação entre subjetividade e objetividade* na constituição histórica da teoria da história. Isso só seria possível quando se leva em conta que as referências das teorias da história para a experiência são *mediadas pela vida concreta*. Assim sendo, as teorias históricas só se vinculariam à experiência para se relacionar ao *presente vivo*, à *vida prática atual* e às

experiências e intenções dominantes dos que pensam historicamente. Logo, a subjetividade e a objetividade do pensamento histórico seriam interdependentes. Neste caso, a *objetividade da vida prática*, sem os sujeitos que agem e sofrem, não seria nada, e a subjetividade desses sujeitos jamais se poderia individualizar e desenvolver uma identidade na consciência histórica (RÜSEN, 1986: 71). O estudo da história poderia consistir no fato de que os estudiosos da história deveriam aprender a não dissociar sua subjetividade da objetividade do pensamento científico, mas sim a empregá-la proveitosamente na construção dessa objetividade. Deste modo, a história não poderia negar que precisa sustentar a exigência de produzir enunciados verdadeiros admitindo a relatividade destes.

*

Jörn Rüsen pressupõe que a caracterização histórica do passado a ser conhecida deveria ser encontrada nas fontes que evidenciam o passado, onde deveriam ser obtidos os conceitos históricos que seriam determinantes para que se interpretem as informações das fontes.⁶ Somente de tal modo se evitaria que um sistema de conceituação atual seja instrumentalizado acriticamente para o passado, desvirtuando o acesso lingüístico às especificidades de cada circunstância passada.

Entretanto, os conceitos históricos e a linguagem da fonte são diferentes, e é dessa diferença que, a partir das distâncias temporais, se constrói o trabalho de interpretação histórica. O que seria historicamente fundamental nas manifestações do passado nas fontes teria de ser perguntado *mediante a constituição histórica das teorias*. Assim, os conceitos históricos se manteriam como *construções teóricas, relacionados com os fatos*. Mediante essa perspectiva, o passado seria associado às perspectivas nas quais desenvolveria efeito

⁶ Segundo Rüsen, os conceitos históricos “são os meios lingüísticos das sentenças históricas. São os elementos das teorias históricas e constituem a mais importante ferramenta lingüística do historiador. (...) Os conceitos são então “históricos” quando na designação das circunstâncias se referem à “história” como essência do que está sendo designado. Quer dizer: trazem, explícita ou implicitamente, a qualidade temporal das circunstâncias do passado humano, qualidade que estas circunstâncias possuem numa determinada relação de sentido e significado como o presente e o futuro”. *Historische Begriffe sind die sprachlichen Mittel historischer Aussagen. Sie sind die Bausteine der historischen Theorien und stellen das wichtigste sprachliche Handwerkszeug des Historikers dar. (...) “Historisch” sind Begriffe dann, wenn sie bei der Bezeichnung von Sachverhalten auf “Geschichte” als Inbegriff des zu Bezeichnenden bezogen sind, d. h. explizit oder implizit die zeitliche Qualität von Sachverhalten der menschlichen Vergangenheit zum Ausdruck bringen, die diese Sachverhalte in einem bestimmten Sinn- und Bedeutungszusammenhang mit Gegenwart und Zukunft haben* (RÜSEN, 1986: 80). De acordo com Koselleck, “um conceito aglomera a diversidade da experiência histórica e uma soma das características objetivas teóricas e práticas em uma relação, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio deste conceito”. *Ein Begriff bündelt die Vielfalt geschichtlicher Erfahrung und eine Summe von theoretischen und praktischen Sachbezügen in einem Zusammenhang, der als solcher zur durch den Begriff gegeben ist und wirklich erfahrbar wird* (KOSELLECK, 1989: 120).

orientador como história. (*Ibid.*, p.86)

Vê-se, portanto, que os conceitos históricos são de suma importância para a pretensão de objetividade na constituição do pensamento histórico de Rüsen, por interpretarem a história em um sentido particular por meio da compreensão dos conceitos utilizados no passado. Deste modo, somente à medida que compreendida como conceito é que a história passaria a ser história.

Desta maneira, Koselleck vê os conceitos como sendo simultaneamente *fatos e indicadores*. Os conceitos, não sendo apenas essencial enquanto fenômeno lingüístico, também sugerem algo que se situa para além da língua. Faz-se assim necessária a sustentação da história dos conceitos, posto que em cada emprego de um conceito já estão contidas forças diacrônicas, que se expressam pela semântica, sobre as quais não temos poder. Desta forma, o que importa é que uma palavra é única quando usada com um significado específico e com referência a uma realidade específica. A isto segue a exigência metodológica da obrigação de compreender o passado por meio das delimitações conceituais e da própria compreensão dos usos da linguagem do passado feito pelos seus contemporâneos (KOSELLECK, 1989: 114).

Assim sendo, aponta Martin Wiklund, necessitamos de conceitos que agrupem os “objetos como objetos, para além de meras impressões humanas flutuantes”. Deste modo, para que possamos entender o que experimentamos, precisaríamos de conceitos que ordenem nossa percepção. Para além dos conceitos que são guiados pela natureza dos objetos, de uma intuição *a posteriori* de entendimento, haveria “uma necessidade de conceitos empíricos de entendimento e de esquemas conceituais produzidos pela imaginação”, guiado pela natureza de nossa faculdade de intuição. Para Wiklung, tais conceitos seriam “formados e criados pela consciência e sua relação com as aparências”. Tendo, portanto, “como pano de fundo a conceitualização da experiência de uma “cadeira” ou de uma “revolução”” seria “possível comparar um juízo sobre o assunto com a experiência e dizer: “sim, o que você diz é verdadeiro”” (WIKLUND, 2008: 28-29).

*

Jörn Rüsen entende que deve-se compreender por *partidarismo* à “dependência do pensamento histórico de carências de orientação condicionadas de interesses práticos”.⁷ *Objetividade e partidarismo* deveriam então ser articulados não havendo recusa de juízos de

⁷ Unter “Parteilichkeit” versteht man die Abhängigkeit des historischen Denkens von Orientierungsbedürfnissen, die von praktischen Interessen bedingt sind. (*op cit.*, 1986: 116).

valor. Se essa pretensão de objetividade do pensamento histórico não tem como se constituir a partir da neutralização do fator subjetivo, tem-se então a possibilidade de se desenvolver essa objetividade a partir do próprio partidarismo. Contudo, pondera Rüsen, dentre as várias formas de partidarismo, pode-se demonstrar ser mais objetiva a que venha a produzir uma história mais completa. O melhor referencial, *portador de objetividade* (“*objektivitätsträchtige*”), por conseguinte, levaria a histórias que melhor possam orientar no tempo presente. Com tais distinções, seria possível sugerir um determinado partidarismo em nome de uma pretensa objetividade científica (*op cit.*, 1986: 125). Desta forma, a teoria da história seria decisiva por definir quais fatores poderiam ou não ser levados em conta, o que daria condições a uma *história possível* (*Ibid.*, p.206).

Portanto, de forma alguma seria a subjetividade posta de fora das regras metódicas do pensamento histórico, mas deveria ser adotada como princípio dessa regulação e, como tal, aplicada. Destarte, as regras metódicas constitutivas da história como ciência lograriam garantir a objetividade e assegurariam e utilizariam a subjetividade, sem a qual não se pode pensar historicamente (*Ibid.*, p.128).

Sob a forma de histórias caracterizadas pela *objetividade de fundamentação* (*Begründungsobjektivität*) - o que significa a validação das histórias, independentemente da atribuição dada ou do sentido que venham a ter na orientação temporal - Rüsen aponta que o partidarismo apareceria de forma negativa, disciplinando as carências e os interesses que concebem o pensamento histórico. A *objetividade de consenso* (*Konsensobjektivität*), - a qual serve à autocompreensão da vida social e que significa a propriedade de as histórias colocarem seus significados à disposição dos homens – refere-se a uma “normalização, onde pontos de vista são identificados, necessidades articuladas, interesses processados e intenções sustentadas de modo que com isto outros pontos de vista, necessidade, interesses e intenções sejam reconhecidas”.⁸ A *objetividade de construção* (*Konstruktionsobjektivität*) da teorização do pensamento histórico significa a propriedade das histórias articularem, por meio argumentativo, a identidade de seus destinatários, o que pressupõe uma capacidade de comunicação voltada ao consenso. Esse critério de objetividade construtiva “deveria organizar as histórias de modo que as necessidades de orientação singular de pontos de vista precisos possam ser satisfeitas”⁹ (*Ibid.*, p.128-136).

⁸ *Es handelt sich um eine Normierung, mit der Standpunkte bezogen, Bedürfnisse artikuliert, Interessen verfolgt und Absichten gehegt werden, und zwar so, daß damit zugleich auch andere Standpunkte, Bedürfnisse, Interessen und Absichten anerkannt werden* (*Ibid.*, 1986: 131).

⁹ *Diese Kriterien müssen Geschichten so organisieren, daß jeweils besondere, standpunktbedingte*

Os três tipos de objetividade aqui apresentados constituiriam, segundo Rösen, uma sistemática denominada de *possibilidades racionais (Vernunftchancen)* do pensamento histórico. Com a distinção destas esferas de objetividade, Rösen demonstra que o fato de histórias partirem de interesses contraditórios não elimina a possibilidade de elas auxiliarem na busca e construção de consensos. Deste modo, estas objetividades consentem que identidades se complementem, permitindo que a racionalidade histórica tenha um bom desempenho e fortaleça os sentidos das realizações historiográficas.

Considerações finais

O desconforto com a discussão em torno destas questões, ou seja, da racionalidade, verdade e objetividade, tem frequentemente levado ao ceticismo e a uma rejeição generalizada das exigências de legitimidade e plausibilidade. Entretanto, circunscritas tais pretensões, vê-se que, para Rösen, as razões da credibilidade das histórias perante as dúvidas seriam indicadas por recurso a *experiências (Erfahrungen)*, que servem de base para o seu conteúdo factual; pelas *normas e valores (Normen und Werte)*, que servem de base para o seu conteúdo de significados; e pelas *determinações de sentido (Sinnbestimmungen)*, de acordo com as quais os conteúdos factuais e de significados seriam intermediados, narrativamente, pela unidade de uma representação de continuidade construtora de identidade (RÜSEN, 1983: 82; 1997b: 161-162).

Segundo Rösen, a moderna ciência da história está caracterizada por uma concepção de racionalidade, razão e método, frequentemente utilizados “para fins de legitimação da dominação e do poder”. O pensamento pós-moderno, segundo o autor, rejeita essa concepção, “em benefício da imaginação e da qualidade estética da evocação histórica”. Rösen propõe, de outro modo, uma integração, uma síntese entre “a razão e a imaginação, a racionalidade e a narrativa, a orientação prática e o fascínio estético” (RÜSEN, 1997a: 98-99).

Sendo assim, aparentemente corroborando as idéias rösenianas, Wehling aponta que é necessário delinear um *território de objetividade* do conhecimento histórico, “capaz de fazê-lo lógico [...] e coerente [...], para ampliar o grau de precisão e intersubjetividade, na comunidade científica, deste conhecimento”. Este delineamento basear-se-ia cada vez mais no pressuposto epistemológico que “define o *objeto histórico* como o fenômeno (e não mais o fato), o *método histórico* como a equação do problema (e não mais a formulação da lei) e o produto como sendo o conceito (e não mais a descrição)”. (WEHLING, 1992: 147-169)

Orientierungsbedürfnisse befriedigt werden können (Ibid., p.135).

Assim, o preceito metódico da objetividade, como uma argumentação intersubjetiva plausível, preservaria a busca de sentido conferida pelos agentes para a orientação prática da vida atual.

Desta forma, as “histórias previnem as dúvidas quando *fundamentam* sua credibilidade. Trata-se, portanto, do que coloquialmente se chama de ‘verdade’”. Segundo Rüsen, costuma-se chamar de “‘verdadeiras’” aquelas histórias com as quais pode-se concordar, e pode-se concordar com elas quando então, ao se duvidar delas, fornecem as razões de que estas dúvidas não estão indicadas, mas podem ser organizadas. Desta forma, “as histórias sinalizam sua verdade através do modo como são narradas, quando superam as dúvidas que surgem”¹⁰ (*op cit.*, 1983: 78-79). Abandonar essa intenção de verdade, de acordo com Chartier, “seria deixar o campo livre a todas as falsificações, a todas as falsidades que, por traírem o conhecimento, ferem a memória” (CHARTIER, 1994: 111-112).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

IGGERS, Georg G.; PARKER, Harold T. *International Handbook of historical studies: contemporary research and theory*. Greenwood Press. Westport, Connecticut, 1979.

KOSELLECK, Reinhart. *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MARTINS, E. C. R. *O problema da objetividade nas ciências sociais*. Revista Brasileira de Filosofia, Fasc. 134. São Paulo, 1984.

_____. Historiografia alemã no século 20: encontros e desencontros. In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirre (Orgs). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Historische Vernunft - Grundzüge einer Historik I: Die Grundlagen der Geschichtswissenschaft*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1983.

Tradução brasileira: _____. *Razão Histórica*. Traduzido por Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UnB, 2001.

_____. *Rekonstruktion der Vergangenheit. Grundzüge einer Historik II: Die Prinzipien der*

¹⁰ *Geschichten begegnen solch einem Zweifel dadurch, daß sie ihre Glaubwürdigkeit begründen. (...) Es geht ihnen dabei um das, was man ihre „Wahrheit“ (umgangssprachlich) nennt. „Wahr“ pflegt man diejenigen Geschichten zu nennen, denen man zustimmen kann, und zustimmen kann man ihnen, wenn sie dann, wenn man sie bezweifelt, Gründe dafür nennen können, daß diese Zweifel nicht am Platze sind, sondern ausgeräumt werden können. Dort also, wo Geschichten durch die Art, wie sie erzählt werden, verlauten lassen, daß sie Zweifel an ihnen ausräumen, dort signalisieren sie ihre Wahrheit* (RÜSEN, 1983: 78-79).

historischen Forschung. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1986.

Tradução brasileira: _____ *Reconstrução do Passado*. Traduzido por Asta-Rose Alcaide. Brasília: Editora da UnB, 2007.

_____ *Lebendige Geschichte – Grundzüge einer Historik III: Formen und Funktionen des historischen Wissens*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1989.

Tradução brasileira: _____ *História Viva*. Traduzido por Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UnB, 2007.

_____ Reflexões sobre os fundamentos e mudança de paradigma na ciência histórica alemã-ocidental. In: NEVES, Abílio Afonso Baeta; Gertz, René E. (Orgs.). *A nova historiografia alemã*. Ed. da Universidade, UFRGS, Instituto Goethe, Instituto Cultural Brasileiro-Alemão, 1987.

_____ *Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da “nova transparência”*. In: História: Questões e Debates, Curitiba. V.10 (18-19) Jun.-Dez. 1989.

_____ *História entre a modernidade e a pós-modernidade*. História: Questões e Debates, Curitiba. 26/27: p.80-101 jan.-dez., 1997a.

_____ Objektivität, in: BERGMANN, Klaus; FRÖHLICH, Klaus; KUHN, Annette; RÜSEN, Jörn; SCHNEIDER, Gerhard (Org.). *Handbuch der Geschichtskdidaktik*. Seelze/Velber: Kallmeyer, 1997b. p.160-163.

_____ *History: narration, interpretation, orientation*. Berghahn Books. New York, 2005.

_____ *Narratividade e objetividade na Ciência Histórica*. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXIV, n. 2, p. 311-335, dezembro 1998.

WEHLING, Arno. Fundamentos e virtualidades da epistemologia da história: algumas questões. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.147-169, 1992.

WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. *História da historiografia*. n. 01, p.19-44, ago. 2008.

Cairu e a Linguagem do Humanismo Português

José Luiz Ferreira Bahia Júnior*

Este trabalho é fruto de um programa de pesquisa sobre as transformações no conceito de história e na experiência do tempo no mundo luso-brasileiro à época da independência. No recorte proposto, o objetivo é verificar os embates políticos através da reconstrução do contexto discursivo do período, tendo como referencial de análise a obra historiográfica de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. O objetivo geral deste projeto é o de reconstituir através da análise da obra Historiográfica de José da Silva Lisboa, os momentos decisivos na formação do moderno conceito de história no Brasil a partir da disputa política que era travada no período.

Afim de atingir nossos objetivos, nos valem da leitura da obra historiográfica de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Para entendermos as questões políticas de tal período e sua relação com a constituição do moderno conceito de história, a análise da obra de Silva Lisboa se mostra pertinente ao observarmos a sua formação e a sua atuação no espaço público, da qual destacamos a mobilização do discurso histórico como instrumento político. José da Silva Lisboa nasceu em 1756 na Bahia e ingressou na Universidade de Coimbra em 1774, onde se formou em Direito canônico e Filosofia. Seus estudos em Portugal se deram num período de grande importância política, visto ter testemunhado os anos finais das *reformas pombalinas*. Chegou a atuar na administração do governo, vindo a ocupar cargos importantes na carreira de magistratura como o de Desembargador efetivo do Paço e deputado da Mesa da Consciência e Ordens. Sua trajetória política, muito próxima do monarca, inclui serviços tanto de ordem burocrática quanto ideológica. Ele era a favor de políticas que visassem liberalizar o sistema econômico do reino, sendo que seu liberalismo tinha na figura do rei o elemento central do projeto modernizador que concebia. Silva Lisboa, portanto, fazia parte de uma ala da elite ilustrada brasileira mais próxima ao monarca e defendia um projeto de nação pautado na manutenção não só da monarquia, mas também da Casa de Bragança. É nesse sentido que irá conceber a história brasileira intimamente ligada à de Portugal, reivindicando inclusive o mesmo passado.

O objetivo geral de analisar o conceito de História no mencionado recorte foi parcialmente contemplado, estando o projeto ainda em andamento. A partir de um

* Discente do curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

levantamento de citações, foi possível trazer a luz certas linguagens mobilizadas por José da Silva Lisboa como instrumento político. Agora para melhor entendermos as disputas em torno da representação do Brasil, faz-se necessário investigar mais a fundo essas linguagens.

A principal metodologia utilizada em nosso estudo foi a *História dos discursos políticos*, de Quentin Skinner e J. G. A. Pocock. A História dos Discursos Políticos pressupõe que para uma compreensão eficaz dos textos do passado deve-se considerá-los em seu contexto de produção, ou seja, o historiador em suas análises deve ter em mente, antes de tudo, os significados que essas obras poderiam ter em seu contexto histórico original. É tarefa do historiador, portanto, observar o que Pocock chama de linguagens políticas, que seriam o conjunto de possibilidades de enunciação discursiva da época e também os atos de fala, que seriam essas possibilidades efetivadas na realidade pelos diversos atores históricos. Vários idiomas políticos podem coexistir num mesmo período, o que nos remete às *linguagens* diferentes e a diferentes grupos, com interesses, não raro, conflitantes. O historiador dos discursos deve identificar e reconstruir essas linguagens de modo a considerar os atores históricos que as enunciam em sua relação com as diversas tradições e seus contextos históricos específicos. Há, portanto, uma dupla ênfase de análise:

[...] primeiro sobre a variedade de “linguagens” em que o debate político pode se desdobrar [...]; e, segundo, sobre os participantes do debate político, vistos como atores históricos, reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos lingüísticos e outros contextos históricos e políticos que conferem uma textura extremamente rica à história, que pode ser resgatada, de seu debate. [...] (POCOCK, 2003: 25)

Para uma efetiva reconstrução do contexto discursivo da época, Pocock ressalta a importância de o historiador estar familiarizado com a linguagem do período, o que passa não só pela leitura de escritos eminentemente políticos, como jornais, panfletos e livros, mas também da literatura da época.

Com base na metodologia exposta e imbuídos de leituras sobre o período o primeiro momento de nosso trabalho consistiu em identificar na obra de Silva Lisboa referências que este faz a outros autores, a fim de trazer a luz as diversas tradições intelectuais com as quais lidava e também detectar a transformação dessas linguagens em sua obra. Feito o levantamento, verificamos a recorrência de referências a autores de três tradições de pensamento diferentes: autores de uma tradição historiográfica tida como modelo, da qual Tácito e João de Barros seriam os principais expoentes; Autores bíblicos; e autores do Iluminismo Britânico, sobretudo os pensadores David Hume, Edmund Burke e Adam Smith.

Essas foram algumas das *matrizes intelectuais* que identificamos cuja relevância no corpo da obra de Silva Lisboa justifica um estudo mais aprofundado.

Nesse trabalho, pretendo expor algumas reflexões acerca das implicações do uso da obra e da figura do historiador, geógrafo e gramático português João de Barros e de outro grande expoente do período, o grande poeta épico da língua portuguesa: Luís de Camões.

A recorrência desses dois representantes daquele que é considerado o período de ouro da história portuguesa, o das Grandes Navegações, é uma constante. O objetivo de nosso trabalho não é analisar esses autores neles mesmos, restringindo-se a um estudo das idéias expressas em seus textos, mas sim pensá-los como imersos em uma tradição discursiva que, em determinada medida, moldou seu universo representativo, ao mesmo tempo em que também sofreu sua ação. O importante para compreendermos a recepção desses autores na obra de Silva Lisboa, que é o que realmente importa, é considerarmos que os mesmos se filiam a uma tradição de linguagem que, em alguns casos, pode ser anterior a eles próprios e também sobreviver a eles. Foi nesse sentido que conduzimos nosso trabalho, procurando identificar os motivos e significados decorrentes da presença massiva de referências a esses dois autores.

O que justifica a inclusão dos dois autores num mesmo momento investigativo foi o fato de ambos serem ilustres representantes do período áureo de Portugal. Impulsionado materialmente pelas grandes navegações, ao que se soma o ambiente de intensa efervescência intelectual, o Portugal de fins do século XIV e início do XV parece ter sido o ambiente propício para o surgimento de figuras como Barros e Camões. Inserido no contexto mais amplo do renascimento europeu, com todas as suas particularidades, Portugal começa a produzir sua leva de humanistas. Profundos conhecedores das artes e das ciências clássicas e de formação intelectual ampla, conforme o ideal de homem de saber do Renascimento, tais humanistas alavancaram a produção de obras nos campos das artes e das ciências. Duas das mais importantes dessas obras foram justamente *Ásia* (também conhecido como *Décadas*), de João de Barros, onde narra a expansão portuguesa no oriente, e o maior épico da língua portuguesa *Os Lusíadas*, escrito por Luís de Camões para enaltecer os feitos dos portugueses. (CIDADE, 1968)

A importância dos dois autores, para além dos dados quantitativos levantados, também se revela se considerarmos o lugar de centralidade que estes têm no seio da própria cultura portuguesa. Sem dúvida, Silva Lisboa não ignorava isso, sendo que uma das conclusões a que chegamos foi a de que essa é uma das principais razões que o levou a mobilizar tanto esses dois autores. Estudos recentes no campo da historiografia nos revelam alguns elementos que

nos ajudam a entender como os habitantes do Reino português (tanto além, quanto aquém-mar) concebiam a si próprios. Os naturais de terras brasileiras, como Silva Lisboa, não se entendiam como sendo menos portugueses do que os nascidos em Portugal. Uma das conseqüências disso é a reivindicação de um passado histórico pertencente a ambos. Esse é um dos motivos pelos quais acreditamos que Silva Lisboa recupera esses dois autores, tendo como intuito enaltecer o Reino Português, projetando um futuro promissor com base em um passado glorioso.

Detendo-nos no caso de João de Barros mais especificamente, podemos constatar com base nas análises feitas das citações, que este excede em importância o próprio Camões. A análise desse autor se torna mais interessante pelos próprios objetivos do projeto. Tal como Silva Lisboa, Barros também escreveu obras históricas a serviço da coroa portuguesa e com a mesma finalidade, qual seja: a de enaltecer seus feitos e realizações. Essas são semelhanças cuja menção não poderíamos deixar de fazer. Nossas análises também revelaram alguns aspectos de ordem mais teórica. Pudemos perceber que na obra de Silva Lisboa opera elementos de uma noção tanto clássica quanto moderna do conceito de história. Segundo o Historiador alemão Reinhart Koselleck, um dos elementos definidores da noção clássica é justamente a autoridade de autores do passado e a crença de que a história pode dar exemplos que sirvam como guia das ações no presente. Podemos notar ambos os elementos no uso que Silva Lisboa faz da obra e da figura de João de Barros. Isso, porém, não significa que a noção de história de Silva Lisboa seja de toda clássica. Notamos em sua obra, assim como na de outros autores do período, uma idéia de história como sistema, racionalmente concebida, uma preocupação com as fontes e com a estrutura narrativa característica dos modernos. A conclusão a que chegamos é que Silva Lisboa escreve em um período de alargamento do campo semântico do conceito de história tal como descrito por Kosellek para a Alemanha no período que vai de meados do XVIII até meados do XIX (esse período é chamado por ele de “*Sattelzeit*”). Obviamente não podemos esperar que tenha havido uma correspondência direta na datação do contexto alemão e luso-brasileiro. Para podermos tecer considerações com mais firmeza acerca desse momento outros estudos serão necessários, por hora o que tudo indica é que a produção de Silva Lisboa se insere nesse contexto de formação do moderno conceito de história no mundo luso-brasileiro.

Esses são, em linhas gerais, alguns resultados que chegamos no desenvolvimento dessa pesquisa. Cabe ressaltar que esse é um projeto ainda em andamento, e que as conclusões

acima expostos não são de forma alguma definitivas, mas antes fruto de um processo que muito ainda tem a oferecer.

Bibliografia citada

CIDADE, Hernani. **A literatura Portuguesa e a expansão ultramarina.** Coimbra: Armênio Amado, 1968.

J. G. A. Pocock. **Linguagens do Ideário Político.** S.P. Edusp, 2003.p. 25.

Sobre a História: Considerações Sobre a Filosofia de Walter Benjamin

Josias J. Freire Jr.*

Neste texto apresentaremos algumas reflexões sobre possíveis atualizações do pensamento do filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940) a partir de suas considerações acerca da linguagem. Acreditamos a partir da articulação de suas categorias filosóficas seja possível refletir sobre o caráter lingüístico do conhecimento histórico.

A filosofia da história de Walter Benjamin será apresentada pela definição de sua filosofia da linguagem a partir de três categorias filosóficas que tem por *medium*¹ certo conceito de linguagem. A seguir um breve comentário destas três categorias e a apresentação destas idéias com bases da filosofia da história de Benjamin.

O conceito do “sem expressão” (“*das Ausdrucklose*”) aparece pela primeira vez no texto sobre as *Afinidades Eletivas de Goethe*, mas a idéia contida neste conceito se apresenta sob outras perspectivas, na filosofia de Benjamin, desde o ensaio de 1916 sobre a linguagem (BENJAMIN, 2000: 62).

O ensaio as *Afinidades Eletivas de Goethe* (BENJAMIN, 1970 e 2000)² é um texto de crítica que possui em seu núcleo uma idéia de verdade e a possibilidade de sua apresentação. O mito é mais do que o tema da obra *Afinidades Eletivas*, é a essência de seu conteúdo objetivo, material; a essência de sua escrita. A obra se torna aparentemente impenetrável à crítica em seu conteúdo de verdade, pois este está obscurecido pela técnica do poeta – que é determinada pelo conteúdo material, o tema do mítico – e transforma seu texto em uma “armadura constituída por uma terminologia quase impenetrável” (BENJAMIN, 1970: 54; 2000: 325).

¹* Universidade Federal de Goiás. Mestrando em História.

Aqui é interessante indicar o significado benjaminiano de *medium* como *locus* e transição da reflexão permanente (BENJAMIN, 1993, p. 45).

² Trabalhamos aqui com duas publicações do ensaio ‘Afinidades Eletivas de Goethe’ (escrito entre 1919-1922) A publicação do ano de 1970 é a versão em espanhol, da editora *Monte Ávila*; já a publicação de 2000 é a versão em inglês, publicada pela *Harvard University Press*. As traduções dos trechos aqui citados são resultantes da confrontação de ambas as versões e seu conteúdo, naturalmente, é de nossa responsabilidade. Sobre as referências dessas obras, ver a Bibliografia das obras citadas, ao fim deste projeto.

A filosofia tem por ideal, segundo Benjamin, o que ele chama de “ideal do problema”, que é a busca pela exposição da verdade pelo seu conteúdo; o mesmo ideal pode aparecer na arte, por intermédio da crítica (BENJAMIN, 1970: 63; 2000: 333). A obra de arte, por meio da crítica, pode apresentar o ideal do problema – que a vincula com a filosofia e liga-a a tarefa essencial dessa, a apresentação da verdade – pois “[...] todo o belo se refere de alguma maneira ao verdadeiro”, então “[...] é a filosofia, em lugar do mito, a chamada a nos conduzir” (BENJAMIN, 1970: 64; 2000: 334). Conduzida pela filosofia a crítica vai extrair do âmage da obscuridade mítica do conteúdo objetivo das *Afinidades Eletivas* o seu conteúdo de verdade. É a filosofia de Walter Benjamin, especialmente sua teoria do conhecimento³, que permite ao crítico passar do conteúdo material à verdade, mesmo que este primeiro bloqueie e obscureça a segunda. Mesmo com conteúdo objetivo mítico, a obra possui em seu estatuto de obra de arte, a ligação com a verdade, instituída pela relação entre verdade e beleza, entre a obra de arte e a filosofia, pelo seu ideal do problema.

A verdade pode ser buscada na obra de arte enquanto ela for “pura aparência” (BENJAMIN, 1970: 70; 2000: 340). Mas como a obra pode ‘cessar’ de ser obra de arte e se tornar “pura aparência”? O congelar em pura aparência do conteúdo de verdade da obra de arte – para que ele, nessa aparência, se torne *visível* – pode ocorrer com o *desvio* da dinâmica interna, da vida da obra de arte, para que se estabilize e possa aparecer em “harmonia” – como aparência – através das palavras. A dinâmica inapreensível da vida da obra de arte se converte em aparência pelo “*sem expressão*”: “A força crítica que não cindi, na obra de arte, a aparência do essencial, mas que impede de confundi-la” (BENJAMIN, 1970: 70; 2000: 340).

A interrupção do discurso – frente ao caos que é destituído de sua totalidade que obscurece; destituição efetuada pelo *cessar da significação* – do “sem expressão” aparece em outras filosofias: da arte, da linguagem e do conhecimento, anteriores a Walter Benjamin. Em Hölderlin – como o próprio Benjamin indica – o “sem expressão” aparece como a *cesura*, que “[...] dá espaço ao poder inexpressivo em todo meio artístico”

³ O platonismo de Walter Benjamin, apresentado no prefácio epistêmico-crítico do livro sobre o barroco, onde o filósofo critica as filosofias sistemáticas e suas relações ‘verticais’ com a verdade, apresentando um conceito de verdade como “morte da intenção” (BENJAMIN, 1984, p. 58).

(BENJAMIN, 1970: 71; 2000: 341). Tal idéia também pode ser relacionada com conceito de *ironia* do primeiro romantismo de Jena, sob a forma da *parábase*, que se torna especialmente importante para pensar o grau de atualização que Walter Benjamin se propôs fazer da teoria do conhecimento do primeiro romantismo.

Contra a falsa totalidade a verdade pode ser resguardada na linguagem quando essa, na demarcação entre os limites da aparência – o visível – e a essência – o conteúdo de verdade – pelo “sem expressão”, destrói a falsa totalidade mítica dos conteúdos materiais pela apresentação da *cesura*: as fraturas da linguagem imanescentes a toda representação anunciam – pelo seu reconhecimento – que a verdadeira totalidade só pode aparecer quando os nossos limites frente a ela são ao mesmo tempo reconhecidos. Pela linguagem e pela apresentação do “sem expressão” “a obra que é destroçada, convertendo-se em fragmento do mundo verdadeiro no torso de um símbolo” (BENJAMIN, 1970: 71; 2000: 341). Nesta categoria crítico-filosófica temos o núcleo teórico do ensaio sobre as *Afinidades Eletivas*, onde é possível emparelhar as concepções de conhecimento e de crítica. A verdadeira totalidade só se apresenta na *cesura* da linguagem, pelo reconhecimento de sua incompletude ao mesmo tempo em que se reconhece a inefabilidade última da verdade. A verdadeira totalidade se apresenta por meio do fragmento, do “torso do símbolo”, por meio da ruptura e da destruição que é o cessar da significação, o recuar ante o inefável pelo seu reconhecimento enquanto tal.

A idéia do “sem expressão” está profundamente ligada com a de “origem” (*Ursprung*). A “origem”, conceito apresentado no prefácio epistêmico-crítico à obra sobre o drama barroco alemão (BENJAMIN, 1984) é o desvio do qual buscarei os desdobramentos da filosofia da linguagem de Walter Benjamin, ligando o conceito de crítica à filosofia da história, para sua apresentação.

A “origem” não é um fenômeno material (BENJAMIN, 1984: 67-68), mas é histórica, pois *arrasta* em seu conceito as configurações da historicidade das coisas. O conteúdo histórico da idéia de “origem” é o que deve ser “percorrido”, enquanto “ciclo de extremos” na representação da idéia em busca da totalidade oferecida por essa no mundo histórico, factual. A “origem” é o desvio – *Unweg* – entre a empiria e a idéia. Desvio *na e da* linguagem que reúne a força da ironia romântica, mas “consciente” do caráter lingüístico

da verdade (BENJAMIN, 1984: 60). Na “origem” o mundo dos fatos tange à idéia, entre o que é atualizado / salvo na história, o que tende ao absoluto e a fragmentação, exposta na linguagem. A “origem” é o *salto* (*‘Ur-Sprung’*), *passagem / tradução* entre o conteúdo material e a verdade. Passagem permanente, posto o estatuto inefável da verdade para Benjamin. Dessa forma o ser da verdade repousaria na linguagem que, em sua essência, nos foi dada de forma finita e fragmentária. Por isso a “origem” será encarada aqui como um fenômeno ⁴ lingüístico.

A idéia de totalidade, que tem em sua estrutura a “origem” que arrasta (absorve) os fenômenos e os liga ao todo, como a *monada*, só é entendida entre o isolamento e o arranjo do todo. O que permite este procedimento é o método da “ciência da origem”, chamado por Benjamin de “história filosófica” (BENJAMIN, 1984: 69), germe da filosofia da história apresentada na obra *Passagens*. A “história filosófica”, fundamentada sob o pressuposto da apresentação das idéias é para Walter Benjamin a única forma de apresentar efetivamente as idéias de qualquer filosofia, inclusive a sua própria (no livro sobre o drama barroco alemão (BENJAMIN, 1984: 51) e na obra *Passagens* (BENJAMIN, 2006: 499)).

No contexto da obra *Passagens*, o fenômeno originário, a “ciência da origem”, na história é a “imagem dialética” [N 9a, 4]⁵ (BENJAMIN, 2006: 516). Desvio onde o que legitimava a falsa totalidade é abalado, onde a história homogênea é explodida em seu pressuposto de que o universal é a média, o que se repete. “A especificidade da experiência dialética consiste em dissipar a aparência do sempre-igual – e mesmo da repetição – da história” [N 9, 5] (BENJAMIN, 2006: 515). Para Benjamin o conceito de tempo da “historiografia tradicional” sustenta a imagem de falsa uma totalidade que, por não pertencer ao domínio da história autêntica e da verdade, é mítica. A celebração sustenta a continuidade: “Escapa a ela os pontos em que a tradição se interrompe [...]” [N 9a, 5] (BENJAMIN, 2006: 516). A interrupção deve ser trazida e apresentada na história pelo que no mundo apresenta a ausência e a descontinuidade, e ao mesmo tempo a necessidade e a possibilidade: a linguagem. Por isso o “fenômeno originário”, o “sem expressão” e as

⁴ Um fenômeno que não pertence ao reino da empiria nem das idéias, mas que tangencia ambos. Um fenômeno da linguagem; na concepção benjaminiana de linguagem, e que intentamos explorar em nosso trabalho.

⁵ As referências entre colchetes após as citações da obra *Passagens* estão de acordo com a organização da obra executada pelos editores alemães.

“imagens dialéticas” *estão* nos mesmos *lugares*: nos *desvios* da linguagem, nas idéias que permitem a apresentação do que escapa, não para a apreensão do fugidio, mas para a contemplação que permita sua fulguração enquanto tal.

Para Benjamin a “imagem dialética” é formada pelo presente e pela representação do ocorrido. O ocorrido, pela “decomposição do universo da memória” [N 2a, 2] (BENJAMIN, 2006: 504) se enredou nos tempos modernos, no “mundo arcaico dos símbolos da mitologia” [N 2a, 1] (BENJAMIN, 2006: 503). Este mundo é representado pelo que Benjamin chama de “imagens arcaicas”, que estão contrapostas às “imagens autênticas”, na construção das “imagens dialéticas”. As “imagens arcaicas” são as imagens da mitologia da modernidade: “[...] À medida que o valor de uso morre nas coisas, as coisas alienadas são esvaziadas, atraindo para si significados [...] a subjetividade se apossa delas à medida que as investe de intenções de desejo e temor” [N, 5, 2] (T. W. Adorno *apud* BENJAMIN, 2006: 508). As “imagens arcaicas” – as coisas que se intrometem na vida sob as forças míticas que no caso das mercadorias as fazem adquirir o estatuto de *fetichê* – fomentam o aparecimento das *fantasmagorias*: as mitologias da modernidade. A obra *Passagens* é um arquivo dessas fantasmagorias, arquivo que não visam o mito, mas o produto da sua síntese – autêntica – com as “imagens dialéticas”: o despertar. Benjamin apresenta assim, sua concepção *visionária* do iluminismo. A contraposição sono / despertar é a tensão que representa a necessidade de trazer, ao sonho (reino das mitologias), os elementos do despertar (a história autêntica). Enquanto os surrealistas e C. G. Jung – esse último de maneira nefasta em seu niilismo reacionário, como foi constatado por Benjamin (BENJAMIN, 2006: 433-448), afastam os elementos da vigília do sonho, para uma imersão total nesse – a historiografia benjaminiana visa, no recolhimento das fantasmagorias ao longo do *projeto das passagens*, o despertar como “experiência dialética totalmente singular”: “o agora da *cognoscibilidade* é o momento do despertar [...]” [N, 19, 1] (BENJAMIN, 2006: 528).

As três categorias apresentadas sumamente acima reúnem a proposta de uma crítica, de uma filosofia da verdade e de uma filosofia da história que insurja contra a totalidade *mitificante*, enredada no coração da modernidade, no próprio projeto do Esclarecimento.

São as reflexões sobre a linguagem que permitem Walter Benjamin conceber, a partir da tradição, esse iluminismo novo que exige permanente atualização.

Propomos agora encaminhar algumas considerações no sentido de articular as idéias de Walter Benjamin acerca da linguagem em direção à um conceito de história problematizado de acordo com algumas questões atuais.

As questões acerca da linguagem figuram entre as discussões fundamentais da teoria da história. Isto pelo papel central que a linguagem ocupa na história enquanto produção de conhecimento acerca do passado. De forma mais ou menos explícita, as teorias da história necessitam fazer referências à linguagem, o que varia é o desenvolvimento e o aprofundamento de tais referências.

Um movimento quase natural no campo de teoria da história é o retorno ao pensamento dos ditos clássicos, pela repercussão desses pensamentos, pela sua importância na história das reflexões acerca da história e pela riqueza de possíveis debates, que emanam da obra de um mesmo indivíduo. Sem dúvida um destes clássicos é o filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940), clássico para diversas áreas da produção intelectual. Dentro das áreas da produção intelectual de Benjamin é possível identificar um tema que se destaca como ponto de articulação de todo seu pensamento: suas reflexões sobre a história. Reflexão que tem por base certo conceito de linguagem. Através da idéia de linguagem do filósofo judeu-alemão, visamos articular nossas discussões.

A atualidade da filosofia de Walter Benjamin para a história está, sem dúvida, no potenciamento de categorias filosóficas para o campo da teoria da história que podem advir dela. A problematização desse trabalho de atualização pode ser apresentada a partir de temas que indicam possibilidades de enriquecer discussões no campo da teoria da história pela ampliação de horizontes teóricos, a partir da confrontação do conceito de história de Benjamin com as discussões atuais da teoria da história e da historiografia.

A reflexão de Benjamin sobre a linguagem e sobre a história nos permite pensar novas possibilidades para o conhecimento histórico frente aos desafios contemporâneos. A reflexão teórica sobre a obra de Benjamin permite a expansão dos campos da experiência histórica em direção à um conceito mais amplo de historiografia, como o conceito proposto pelo professor Astor Diehl de “cultura historiográfica” (DIEHL, 2002: 207). Da mesma

forma, as reflexões teóricas aqui propostas funcionam como uma estratégia de constituição de sentido histórico como “sentido estético”, proposto por J. Rüsen (RÜSEN, 2001: 172), onde a ausência de sentido não seja uma tendência à irracionalidade, mas a produção de outras formas de constituição de sentido histórico.

A aproximação das reflexões de Walter Benjamin acerca da história e das discussões contemporâneas da filosofia e da teoria literária nos permite também indicar uma via de atualização do pensamento de Benjamin para a teoria da história no que se refere aos debates acerca da memória e da literatura de testemunho contemporâneas, como indicou Seligmann-Silva em um texto acerca do tema (SELIGMANN-SILVA, 2003: 391-417). As discussões acerca da memória e da escritura da memória podem ampliar e frutificar debates relevantes e atuais na teoria da história, no sentido de uma “historiografia da memória” que se volta às reflexões acerca da linguagem do filósofo alemão que reconhece que “[...] a língua é [...] abismal – nascida de uma falta – e a sobrevivente da catástrofe” (SELIGMANN-SILVA, 2003: 401-402), isto é, grosso modo, a língua, por sua ambivalência, adquire status de potencialidade e limitação frente à possibilidade da história.

A filosofia da história de Walter Benjamin, tributária da tradição do idealismo alemão e da filosofia crítica do século XX, pode ser encarada como uma filosofia peculiar, que nasce de uma crítica radical à filosofia do sujeito, a partir de uma hermética, mas não impenetrável filosofia da linguagem.

Podemos indicar ainda como a atenção a um conceito de linguagem mais específico e não simplificado, podemos indicar a elaboração de uma teoria da historiografia que permita ampliar o sentido de categorias históricas e sociológicas. Temos por exemplo a obra de José de Souza Martins “*Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*” (MARTINS, 1997). O conceito de fronteira apresentado pelo autor, como “lugar de descoberta do outro e de desencontro” (MARTINS, 1997, 150) fornece um exemplo de produção historiográfica que apresenta novas demandas à teoria da história. A teoria da história que visamos trabalhar aqui se pretende apta a acompanhar tais debates. A elaboração de discussões teóricas acerca deste conceito de fronteira permitiria transpor as reflexões filosóficas de Walter Benjamin acerca da linguagem para discussões de nosso tempo e de nossa realidade, por exemplo, ao apontar o caráter ambíguo dos fenômenos dos

“extremos” e a necessidade dessa ambigüidade para o conceito de história benjaminiano (como vimos acima: BENJAMIN, 1984, p. 69). Não propomos aqui, evidentemente, a mera transposição de conceitos histórico-filosóficos bem delimitados, e sim sua atualização criadora – bem ao sentido benjaminiano.

Outro exemplo da *fronteira* como “experiência limite”, de “*locus* privilegiado” – como de produtor e organizador de novas demandas dentro da teoria da história e da historiografia – foi exposto no trabalho do professor Luís Sérgio, “*O Conceito de Fronteira em Deleuze e Sarduy*” (SILVA, 2005, p. 17-25), na apresentação do projeto “estético político” de transgressão de S. Sarduy (SILVA, 2005, p. 21). A estratégia de constituição história de sentido a partir de um “sentido estético” foi também apresentada por Rösen, pela possibilidade releitura da “experiência-limite” européia tendo como paradigma a “teoria histórica do perigo” de Walter Benjamin (RÜSEN, 2001, p. 168), enquanto possibilidade aberta de uma “dialética negativa de constituição de sentido” (RÜSEN, 2001, p. 172), como já indicamos acima.

Da mesma forma que a fronteira se apresenta como local privilegiado de discussões acerca da identidade na historiografia, a filosofia da linguagem de Benjamin a apresenta este *locus* em um conceito peculiar de linguagem, para a teoria da história. A idéia de fronteira como “experiência limite” e ao mesmo tempo “abertura”, apresentada pelo professor Luís Sérgio, também nos remete às reflexões acerca da linguagem no pensamento de Benjamin, onde seu conceito de linguagem foi apresentado como limite, por sua essência descontínua, mas ao mesmo tempo como única possibilidade do conhecimento.

Ao término de nossas reflexões, precisamos pontuar algumas questões sobre os procedimentos específicos que possibilitariam a atualização de reflexões filosóficas, tidas muitas vezes por herméticas e inatingíveis, para a teoria da história. Se temos como pano de fundo da filosofia de Benjamin uma filosofia da linguagem que insurge contra as relações verticais entre sujeito e objeto, não poderíamos negar ao pensamento de Benjamin a possibilidade de ser apresentado de acordo com seus pressupostos filosóficos e metodológicos, reunidos nos conceitos de apresentação (*Darstellung*) (BENJAMIN, 1984, p. 57) das idéias, via “contemplação” crítica. A apresentação da teoria da história imanente a esta discussão visará o arranjo dialético das idéias, concedendo a essas uma perspectiva

relacional, indicada como metodologia de apresentação filosófica por Walter Benjamin, na obra *Passagens* (BENJAMIN, 2006, p. 499), na obra sobre o Drama barroco alemão (BENJAMIN, 1984, p. 69) e em sua obra sobre o conceito de Crítica de Arte do romantismo alemão (BENJAMIN, 1999, p.19). Outra perspectiva não poderia ser dada à apresentação do pensamento de Walter Benjamin.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Edição alemã de Rolf Tiedemann, organização e edição brasileira de Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.

_____. *Selected writings*. vol I. Ed. M. Bollock e M. Jennings. Cambridge: Havard University Press, 2000.

_____. *O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão*. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Iluminuras, 1999.

_____. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. Vol. 01. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Die Wahlverwandtschaften de Goethe*. In: BENJAMIN, Walter. *Sobre el Programa de la Filosofía Futura y otros ensayos*. Caracas: Monte Ávila, 1970. pp. 21-88.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica. Memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. Ed. Hucitec. São Paulo: 1997.

RÜSEN, Jörn, *Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Tradução: Estevão Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, Memória, Literatura. O Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2003.

SILVA, L. S. D. *O conceito de fronteira em Deleuze e Sarduy*. In: *Textos de História*, v. 1/2, p. 17-25, 2005.

Historiografia e a biografia do Irmão Lourenço

Juam Carlos Thimótheo
Helena Azevedo Paulo de Almeida
Marconni Cordeiro Marotta ¹

A história do Irmão Lourenço, fundador do Santuário do Caraça, é cheia de lacunas, por constar de pouca documentação; e bastante controversa, sua trajetória é cerceada por lendas, creditadas pela tradição local, porém de origens duvidosas. No entanto, não há dúvida que ele foi um personagem histórico de grande relevância. O religioso ergueu um santuário de proporções exponenciais através das esmolas dos fiéis, de títulos e isenções fiscais da Coroa e designações papais, convergindo para a legitimação do local.

A partir deste contexto, a proposta desta comunicação é fazer um balanço historiográfico sobre a biografia do Irmão Lourenço. Neste sentido, foram selecionadas como fontes as obras de José Ferreira Carrato e de Pe. Tobias Zico, ambos privilegiam a trajetória pessoal e missionária do fundador do Caraça.

A cultura setecentista é retratada na obra de José Ferreira Carrato, “As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça”, de modo a privilegiar as especificidades da busca dos colonos pelo ouro nas Minas Gerais, e a religiosidade na Colônia, para contextualizar o momento histórico em que surge a figura do Irmão Lourenço àquelas terras. Além disso, houve a preocupação em evidenciar os tramites que envolveram a edificação e manutenção do Santuário do Caraça, por estarem diretamente relacionadas ao fundador.

“Destinando sua obra ao mister da conversão dos pecadores, como pioneira e de vanguarda, vê-se constrangido a transmudá-la num instrumento acólito, apenas precursor de uma obra maior, que se virá em seguida, depois de sua morte” (CARRATO. 1963).

O texto, como a citação acima demonstra, carrega certo tom de enaltecimento à figura do religioso. Esta maneira de escrever é recorrente em todo o texto.

¹ Juam Carlos Thimótheo – Mestrando pela UNICAMP/ Fapesp
Helena Azevedo Paulo de Almeida - Graduanda pela UFOP
Marconni Cordeiro Marotta – Graduando pela UFOP

O autor busca corroborar suas hipóteses tanto através de análises de manuscritos do Caraça ou àqueles transcritos na Revista do Arquivo Público Mineiro, quanto às biografias do fundador ou, de modo geral, à historiografia que fora publicada sobre o tema.

Neste sentido, parece ter sido uma de suas preocupações a de correlacionar os apontamentos à manuscritos relativos ao objeto pesquisado, no intuito de manter determinado rigor historiográfico. A trajetória do ermitão é narrada, portanto, desde sua chegada ao arraial do Tijuco até a sua morte na serra do Caraça.

Conhecido pela fundação do Hospício² na Serra do Caraça, sua vida é envolta de mistérios desde sua chegada ao arraial do Tijuco. O autor, apesar de sugerir algumas hipóteses sobre possíveis origens do Irmão Lourenço, evidencia que não foram encontrados registro algum sobre a vida civil. Carrato ainda afirma que, diante do Estado, o religioso era um fantasma e perante a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, de Diamantina, era uma incógnita. O autor pôde afirmar isto com base na falta da documentação a respeito do Irmão Lourenço antes de sua chegada ao Tijuco, pois não havia qualquer passado conhecido sobre ele, ao menos não registrado. O ermitão poderia ser quem quisesse a partir do momento de sua chegada ao arraial.

Neste sentido, Carrato constrói uma hipótese, até então inédita, sobre as origens do Irmão Lourenço. A partir da análise de manuscritos, é historicizada a vida de Lourenço no tempo em que permaneceu no arraial do Tijuco. O autor aponta que o ermitão teria se tornado um irmão Franciscano nesta época e que havia também trabalhado na extração do diamante. Por outro lado, a lenda de que seria Lourenço um Távora não é descartada pelo autor. Ao contrário, ele afirma haver indícios de grandes semelhanças físicas entre Irmão Lourenço e um dos Távora: a semelhança era tanta que não poderiam ser de famílias diferentes. E, justamente por conta dessa razão, segundo o autor, sustenta-se até os dias atuais a lenda do Irmão Lourenço ter sido um Távora. (CARRATO. 1963: 257)

Como são raras as fontes documentais acerca dos primórdios do Caraça, Carrato buscou informações também através de entrevistas. Dentre elas, um relato anônimo concedido por volta de 1960, informa que o ainda cívico Irmão Lourenço chegou ao arraial do Tijuco sem quaisquer bens materiais.

² Vale lembrar que a palavra “hospício” aqui trabalhada é relativa à casa onde se hospedavam e/ou tratavam pessoas pobres ou doentes, gratuitamente.

Ainda ao abordar os “mistérios” que embrumam a chegada do religioso à Colônia, é narrado que ao se ingressar na ordem Terceira de São Francisco, o noviciado do jovem frei deveria durar ininterruptamente no mínimo um ano, mas durara apenas sete meses, quando ao fazer uma doação condicional de seus bens Irmão Lourenço se afasta do arraial em direção à Serra do Caraça. Carrato ainda encontra nos arquivos do Caraça uma carta onde Frei Antônio de João Batista recomenda o cenobita, afirmando que ele “era sujeito de toda a confiança e sendo que este não podia ser religioso, se retirou para o ermo...” (CARRATO. 1963: 288).

Ao buscar em “*Il Terz’Ordine Francescano e la Nuova Giurisprudenza Ecclesiastica*”, de Pietro Marietti, alguma regra da Ordem que impediria a nomeação de Lourenço. Carrato conclui que o único impedimento possível seria haver “algum crime pelo qual esteja querelado, ou denunciado às justiças seculares ou eclesiásticas”. (CARRATO. 1963: 291)

Assim como o exemplo acima, o pesquisador procura construir sua narrativa sempre problematizando as fontes. Carrato chega a evidenciar a possibilidade de que Lourenço recorreria à Ordem terceira através da doação condicional de seus bens, ao buscar proteção.

Ao tratar da partida de Irmão Lourenço do arraial do Tijuco, o autor recorre às transcrições de documentos publicados na Revista do Arquivo Público Mineiro. Não obstante, a área de mistério é mantida em toda a narrativa histórica, perpassando não só as lacunas documentais sobre a vida do Irmão Lourenço, mas também daqueles que, em determinados momentos, participaram de sua trajetória. Contudo, este estudo buscou sempre fomentar as argumentações em fontes documentais, o que pode demonstrar a preocupação do autor em fazer uma pesquisa historiografia densa.

Como, por exemplo, ao historicisar a existência de um “camarada” do Irmão Lourenço, Antônio da Silva Bracarena, o autor o caracteriza como sendo tão misterioso quanto o próprio religioso. É narrado que ambos saíram do arraial com a finalidade de construir uma capela para a Santíssima Maria. Porém, ao divergirem a respeito do local da edificação (e sobre esta divergência o autor não menciona a existência de qualquer documentação que comprove a situação citada, portanto seria uma hipótese), decidem tomar caminhos diferentes. Bracarena segue em direção à Serra da Piedade, enquanto Lourenço vai para a Serra do Caraça. Após a separação, o autor informa que

não foram encontrados registros que relatariam algo sobre a continuidade da amizade entre eles.

A mesma obscuridade persiste nos relatos sobre a chegada do Irmão Lourenço ao Caraça, por conta da falta de fontes documentais. No entanto, o autor não deixa de historicizar a chegada do ermitão ao Caraça, através dos resquícios que teve acesso.

Passados alguns anos após a chegada do Irmão Lourenço ao Caraça, já se encontrava edificada não só a Capela, mas também o complexo de edifícios que a ladeia. Foi em 1816 que Saint-Hilaire chegou ao Caraça e fez uma descrição então idoso Irmão Lourenço. O autor toma este relato como fonte privilegiada para ilustrar a velhice do Irmão Lourenço, de modo a corroborar suas teses, dessa vez, a trabalhar em um campo um pouco menos etéreo. (CARRATO. 1963: 413)

Carrato ainda descreve o religioso como obstinado, frio e turrão, que provavelmente seria um bom pai de família para a época, um verdadeiro “patriarca perfeito de casa grande e senzala” (CARRATO. 1963: 415). Até as vésperas de sua morte teria se comportado como sendo “um líder estanque, incomunicável e incomunicado, que não compartia sua autoridade com ninguém” (CARRATO. 1963: 415). Não pensando no futuro como um bom “pobrezinho de Deus”, Irmão Lourenço não faz planos para continuar a construção do estabelecimento.

Sobre os últimos momentos da vida do Irmão Lourenço, Carrato retoma a tradição oral ao descrever que o velho ancião sofrera de esclerose progressiva e, ao não encontrar mais forças para se apoiar no cajado de jacarandá, trocou o bastão pela ajuda do escravo Mamede, que o acompanhou pelos últimos dias. Este escravo, de acordo com o autor, o maltratava de forma que quando a cegueira lhe tirou a cor e a forma das coisas, Mamede comia junto ao velho português. Comia mais o escravo negro que enxergava a vida que o branco velho lusitano, que já não podia andar por si só. (CARRATO. 1963: 422)

Em 1817, Irmão Lourenço, debilitado, é afastado da administração do Caraça, e posto a esperar a morte em sua cela, de qual quase nunca saía. O autor assinala que, talvez pelo medo da morte e pelo medo que toda a luta pelo Caraça tenha sido em vão, Irmão Lourenço teria se desesperado e apenas se acalmado com a suposta aparição da virgem, que o teria tranquilizado afirmando que não viriam os Padres Varatojanos, por quem o ermitão esperava, mas sim missionários de outra ordem que iriam administrar a

casa. Com a alma tranqüila, irmão Lourenço se vai dessa terra no dia 27 de outubro de 1819.

A trajetória construída sobre a vida do Irmão Lourenço, através dos tempos, adquiriu áureas de hermética. As lendas que perduram na voz da tradição, carregam em seu bojo a trajetória da formação de um novo herói nacional que, por sua vez, ganha peso ainda maior ao se legitimarem nas pesquisas historiográficas, quando são assumidas não como hipóteses, mas como “fatos históricos”, mas sem, contudo, lhe aplicarem um questionamento mais apurado.

De modo bastante semelhante, Padre José Tobias Zico, dedicou parte de sua vida a pesquisar a história do Caraça. São de sua autoria cinco livros dedicados ao tema (ver bibliografia). Encontra-se em todas essas publicações algumas considerações sobre a fundação do Caraça e, conseqüentemente, sobre a biografia do Irmão Lourenço, contudo, “Caraça: Peregrinação Cultura e Turismo 1770 – 1975” (ZICO. 1982), parece ter sido a publicação em que o autor se dedicou com maior afinco em arranjar sua construção histórica sobre o fundador e a fundação do Santuário. Nos outros volumes, não são acrescentadas novas informações sobre o tema, justamente por se tratar de esforços que embarcaram outras problemáticas.

Em Caraça: Peregrinação, cultura e turismo (ou “Peregrinação” apenas, como passaremos a nos referir a este livro), publicado pela primeira vez em 1978, Tobias Zico divide os capítulos de modo a privilegiar as nacionalidades dos responsáveis pela administração do Santuário. Deste modo, o primeiro capítulo, denominado “Caraça do Irmão Lourenço – 1770 – 1819”, compõe uma rápida biografia sobre o fundador missionário e a fundação do Caraça.

A historicidade de “Peregrinação” constitui-se basicamente através do entrecruzamento da historiografia sobre o tema. Por outro lado, o autor busca também elencar os arquivos que possuiriam os manuscritos citados.

Em parte do livro dedicada majoritariamente ao Irmão Lourenço, o autor a divide em tópicos e, em decorrência, a cronologia permanece como plano de fundo. Porém, ao analisar o ajustamento da pesquisa de Zico em sua completude, percebe-se que os assuntos são separados seguindo as especificidades políticos-administrativas de cada temporalidade (Caraça do Irmão Lourenço, Caraça Português, Caraça Francês...), mas, no interior de cada capítulo, o autor historicisa aquilo que considera ser relevante.

Entre os poucos manuscritos que se conhece a existência, o autor cita o testamento do Irmão Lourenço, que poderia ser um indício para buscar informações sobre suas origens: “em seu testamento afirma que é português, natural de Nagozelo, diocese de Lamego, filho legítimo de Antônio Pereira e de sua mulher Ana Figueiredo” (ZICO. 1982: 11). Porém, no texto, o autor não evidencia se houve algum tipo de empreitada a fim de consultar os arquivos de registros portugueses.

Ao contrário, Zico afirma que “esta filiação contradiz a lenda, muito conhecida em Minas, segundo o qual o Irmão Lourenço pertenceria à Família Távora” (ZICO. 1982: 11) e, a partir dessa afirmação, constrói a hipótese que endossaria a lenda, de modo a entrecruzar os motivos que teriam levado o então civil Irmão Lourenço a fugir para a Colônia Luso-brasileira após a acusação de que teriam sido os Távora responsáveis pela tentativa de assassinato do Rei D. José I em 1758, período em que o Marquês de Pombal estaria perseguindo, prendendo e executando vários membros da família e seus descendentes:

Um deles, queimado, em efigie, seria o jovem Carlos Mendonça Távora, que conseguiu fugir para o Brasil onde escondeu sua origem sob o hábito religioso de S. Francisco e com o nome de Irmão Lourenço. S. Lourenço, mártir da igreja, fora também queimado vivo, numa das perseguições em Roma. (ZICO. 1982: 11)

Para Zico, Irmão Lourenço seria um Távora, assim como sugeriu Carrato. Por outro lado, ambos os pesquisadores mantêm suas arguições no campo das suposições, sem aplicar, nestes casos, investigações mais verticalizadas.

A escrita de Zico não se caracteriza apenas como uma revisão historiográfica. É nítida a preocupação que ele teve em buscar nos arquivos, vestígios históricos. Como, por exemplo, expõe trechos transcrito do documento que em 4 de outubro Lourenço “faz sua profissão religiosa” e juramento, sem ao fim declarar sua identidade civil e “toma oficialmente o nome, pelo qual o conhecemos: Irmão Lourenço de Nossa Senhora” (ZICO. 1982: 11).

O autor continua sua narrativa alegando que Irmão Lourenço teria permanecido em Diamantina por aproximadamente sete anos, quando em 1770 faz doação condicional de seus bens à Ordem Terceira, e só após a essa data teria ele partido para a região da Serra do Caraça. Nessa parte, Zico parece não só seguir as palavras de Carrato

como também acata as hipóteses como sendo suas também. O pesquisador ainda afirma que a “coincidência” de datas sugere relacionar a saída de Irmão Lourenço da região dos diamantes com a não renovação do “Contrato Diamantino”, quando o Contratador João Fernandes de Oliveira fora exilado em Portugal.

Abre-se espaço para as versões que apregoam ser o Irmão na verdade um “comerciante” ou “aventureiro” “à procura de ouro e pedras preciosas”. Em umas das teorias apontadas pelo autor, semelhante à apresentada por Carrato, o religioso trabalhara “no serviço de contrato de diamantes para João Fernandes de Oliveira, quando desaparece, para surgir no Caraça em 1774, construindo o Santuário” (ZICO. 1982: 11).

Para Zico, a peregrinação do Irmão Lourenço teria sido o cumprimento de promessa por, ao desespera-se com o medo de ser preso, por conta de algum possível crime relacionado à extração dos diamantes, ele presta juramento à Nossa Senhora Mãe dos Homens, prometendo erguer uma capela em Sua homenagem, caso Ela o ajudasse sair daquela situação, na intenção de “cumprir penitência na Serra do Caraça” (ZICO. 1982: 11).

Outra fonte utilizada por Zico foi a “Velha Crônica” (APUD: ZICO. 1982: 11) do Caraça, onde se discorre acerca da escolha do local onde a “casa” seria edificada:

Contou-me o João Gonçalves, o Velho, que estando o sogro dele tirando ouro no rio, chegou ali Irmão Lourenço e ali ficara com eles. No dia seguinte fora para cima onde está a Casa e por lá andou passeando, vindo pernoitar no rancho. Depois fez um rancho coberto de capim, armou um altar e foi ao Inficionado e trouxe um padre para dizer a missa... O irmão Lourenço tinha oito mil cruzados... e logo principiava a fundação da Casa. (ZICO. 1982: 11)

A problemática da construção histórica envolvendo este objeto tão lacunar terminaria nestas poucas linhas, porém, soma-se a esse pequeno rol de informações aproveitadas pelo Pe. Zico, o relato do viajante Saint-Hilaire, quando no início do século XIX realizou uma visita ao Caraça, conhecendo o seu administrador e construtor. Segundo o viajante citado por Zico, “O fundador vivia ainda nessa época de nossa viagem e tinha 92 anos de idade” (ZICO. 1982: 13).

No discorrer do relato “transcrito” pelo Padre, houve a tentativa de buscar no relato não apenas confirmações de assertivas anteriores, mas, evidentemente, buscar

entre as palavras do viajantes, outras informações que complementaríamos a análise proposta. Desse modo Zico cita Saint-Hilaire, ao afirmar que nos primeiros anos do Caraça, teriam habitado o “mosteiro” junto com o Ermitão, mais dez irmãos desta mesma Ordem:

Irmão Lourenço não havia pensado no futuro. Com exceção de dois, todos os demais ermitões morreram e para substituí-los, ninguém se apresentou[...]Acompanhando o destino de seu fundador, declinaram à medida que os anos lhe iam pesando sobre sua cabeça. Este ancião erra como sombra naqueles mesmos corredores que o seu zelo povoava outrora de eremitas e peregrinos. A sua cabeça enfraqueceu. A sua voz se faz ouvir com dificuldades. Em breve, não existirá mais e não se sabe o que será feito então de seu estabelecimento. (ZICO. 1982: 14)

Os apontamentos do viajante denotam certa desolação nos últimos tempos de vida do Irmão Lourenço. Imediatamente após, Zico passa a escrever sobre os últimos dias do ermitão. Nesta parte do texto, além de utilizar dos escritos do viajante, a “Velha Crônica” e os documentos manuscritos, dando certo destaque ao testamento do ermitão, o autor mescla o texto com palavras da “tradição”.

Quando seu estado de saúde agrava-se, o Cônego Inocêncio é chamado para assistir-lhe os últimos momentos. Zico relata, ter passado o Ermitão, em seus últimos dias de vida, cheio de “tristezas e gemidos, a Virgem Mãe de Deus e dos Homens – diz a tradição – lhe apareceu para o consolar” (ZICO. 1982: 16). Até que de repente se tranqüiliza e todo sofrimento parece desaparecer, quando diz o Irmão ao Cônego:

Ah! meu Padre, eu tudo vos direi, porque sois o meu confessor. Enchia-me de tristeza o pensamento do abandono, em que ia ficar o nosso Santuário, depois da minha morte... Mas nossa Senhora quis dar-me certeza de que ela não abandonará a sua obra... que em breve, virão padres devotados à salvação do povo e a educação da mocidade. Agora estou contente e vou morrer tranqüilo com esta esperança. (ZICO. 1982: 16)

O autor ainda afirma ter falecido Irmão Lourenço no “dia 27 de outubro de 1819”, por coincidência, o mesmo dia que embarcavam em Portugal os padres Leandro Rabello Peixoto e Castro e Antônio Ferreira Viçoso, para tomar posse e conservar a Casa de Nossa Senhora Mãe dos Homens do Caraça.

Tanto Carrato como Zico, buscaram em suas pesquisas, os vestígios históricos para a construção de suas narrativas de forma primorosa enquanto tentativa de análise. Enquanto o primeiro encontrara, em sua época de pesquisa, um campo historiográfico ainda pouco evidenciado o que exigiu do pesquisador apontar seus esforços no intuito de buscar novas fontes documentais. Enquanto Zico, constrói suas pesquisas a partir de um campo de hipóteses mais abrangente e, ao mesmo tempo, diversificando, oferecendo ao pesquisador a oportunidade de contrapô-las, num possível intuito de construir uma bibliografia de manuais sobre o Caraça.

Ambos utilizaram o entrecruzamento dos vários gêneros documentais para desenvolver as pesquisas. Isso evidencia não apenas a complexidade do objeto, mas também o cuidado com que os pesquisadores tiveram ao lançar suas assertivas. Enquanto Carrato parece tenta construir seu texto de modo imparcial, Zico demonstra sua afetividade com o objeto de estudo através dos adjetivos usados nas caracterizações dos personagens. E após demonstrar devidamente as divergentes ou lacunares hipóteses sobre uma mesma problemática, o religioso membro do Caraça assume qual seria a mais coerente para ele.

Contudo, assim como grande parte dos biógrafos, ambos possivelmente se depararam com uma dupla tentação: transformar os acasos e imprevistos de uma existência numa implacável necessidade; sustentar, com irredutível singularidade, o que foi um destino fragmentário. Talvez, apenas com novos estudos sobre a biografia do ermitão poder-se-ia distinguir daquilo que foi escrito é pertinente ao homem ou às ideologias.

Referências Bibliográficas

CARRATO, José Ferreira. “As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça”. São Paulo: Editora Nacional, 1963.

SARNELIUS. Guia Sentimental do Caraça. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

ZICO, Tobias C.M. *Caraça, ex-alunos e visitantes*. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.

_____. *Caraça, peregrinação, cultura e turismo*. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1982.

_____. *Caraça, sua igreja e outras construções*. Belo Horizonte: FUMARC/UCMG, 1983.

_____. *Caraça, parque natural e arquivo do colégio*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.

_____. *Caraça e a família imperial*. Belo Horizonte: O Lutador, 1991.

REPRESENTAÇÕES DO ADOECER: DOENÇAS E EPIDEMIAS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Jucieldo Ferreira Alexandre*

[...] A doença não tem existência em si, é uma entidade abstracta à qual o homem dá um nome. A partir das indisposições sentidas por uma pessoa, os médicos criam uma noção intelectual que agrupa os sintomas de que sofre o ‘doente’, os sinais que um observador pode constatar, as lesões anatômicas, por vezes, uma causa ou um germe causal, e a este conjunto aplicamos uma etiqueta chamada diagnóstico, do qual decorre um tratamento destinado a agir sobre os sintomas e, se possível, sobre a causa. Estas operações respondem a desejos permanentes do espírito humano, que busca, ante um universo misterioso, nomear, classificar, simplificar, para organizar (SOURNIA, 1991: 359).

O texto acima é de autoria do historiador da medicina Jean-Charles Sournia e traz em si uma pertinente assertiva: as doenças são construções humanas. Nessa concepção, mais que meros fenômenos orgânicos, as doenças seriam entidades abstratas que passam a existir *a partir da ação humana de nomear, representar e classificar os incômodos físicos comuns em seu tempo, procurando dar significado e combate aos mesmos*. Podemos concluir, conseqüentemente, que as doenças têm historicidades.

A realização de uma história da doença muito deve à multiplicidade de métodos, temáticas e abordagens adquiridas pelo diálogo da História com outras disciplinas, tais como a Sociologia e a Antropologia. Estudos publicados entre 1960 e 1980, como os de Michel Foucault – sobre a loucura e a medicina social –, de Susan Sontag – acerca das metáforas que circundam o câncer, a tuberculose e a AIDS –, de Claudine Herzlich – a propósito das representações sociais da doença –, entre outros, tornaram-se referência ao desnaturalizar as enfermidades, problematizando-as enquanto produtos socioculturais vivenciados e percebidos de forma diferente pelas sociedades, sendo alvo de apropriações e ações políticas, religiosas, científicas, etc., construtoras e reveladoras de discursos e percepções plurais, elemento de poder e disputa.

* Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde desenvolve pesquisa sobre as representações da epidemia do cólera no jornal *O Araripe*, impresso em Crato-CE entre 1855-1864. Trabalho sob orientação da Profª. Drª. Serioja Mariano. Bolsista CAPES. E-mail: <jucieldoalexandre@gmail.com >.

A historiografia acabou assimilando tais questões, desenvolvendo pesquisas voltadas para a doença “enquanto idéia da doença do que enquanto realidade objetiva que poderia ser apreendida por um saber científico rigoroso” (DINIZ, 2003: 359). Tal afirmativa aporta-se na percepção de que “diferentes grupos, a cada época, dão significação e sentido à entidade fisiopatológica chamada doença” (NASCIMENTO et SILVEIRA, 2004: 14). Deste modo, perceber a doença enquanto construção historicamente localizada alarga as possibilidades de compreensão do historiador, pois a realidade biológica daquela (o que debilita e/ou mata) não deixa de ser seguida por representações e práticas que procuram explicá-la e combatê-la.

Como aponta Michel de Certeau, a operação historiográfica se dá a partir da “combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita” (1982: 66). Com a ascensão institucional da chamada Nova História, na França da década de 1970, os historiadores encontraram um espaço social favorável à ascensão de novos temas, métodos e estilos narrativos em seu ofício.

Privilegiando o diálogo interdisciplinar e os estudos voltados ao cotidiano e aos fenômenos culturais de longa duração – sintetizados na noção de *mentalidades* – a operação historiográfica abriu-se às representações e atitudes humanas diante do amor, da família, da criança, da mulher, da bruxaria, da morte, entre outros objetos, deixando em segundo plano a ênfase nas questões socioeconômicas que tinha caracterizado a segunda geração dos Annales, a chamada “Era Braudel” (VAINFAS, 1997: 135). Mudanças conceituais e metodológicas como essas são indícios do funcionamento da história em uma sociedade, do *lugar* (institucional, político, econômico, etc.) que ocupa nela, lugar esse que, segundo Certeau, permite ou interdita determinados tipos de produção historiográfica:

Ele [o lugar] torna possíveis certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise (CERTEAU, 1982: 77).

Foi no contexto histórico tratado nos últimos parágrafos que a história das doenças encontrou *lugar* para desenvolver-se. Em *Faire de L’histoire* (1974) – um dos principais manifestos da Nova História, organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora – um ensaio de Jacques Revel e Jean-Pierre Peter já chamava à atenção para as possibilidades abertas aos historiadores pelas pesquisas dedicadas ao adoecer:

[...] A doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social; a esse respeito ela torna freqüentemente mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e de tensões que o traspassam. O acontecimento mórbido pode, pois, ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real de mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma (REVEL et PETER, 1995: 14).

Indiscutivelmente, as investigações realizadas por Michel Foucault sobre a loucura e a constituição da medicina moderna foram fundamentais na afirmação de tal historiografia, na medida em que problematizaram a construção de conceitos como *doença* e *cura*, apontando, ainda, para os discursos e ações médicas definidoras dos *lugares higienizados*, tais como a cidade salubre, o hospital e o cemitério.

Para o historiador-filósofo, a fortificação do sistema capitalista no século XVIII engendrou uma *medicina social*, sucessora da medicina de cunho privado até então vigente. A medicina social é apresentada como uma *estratégia bio-política* que investiu sobre o controle social do *corpo* dos indivíduos (FOUCAULT, 2005: 80). O autor propõe a análise dessa instituição da medicina a partir da apresentação de três modelos ou estágios: o da *medicina de estado*, que teria Alemanha como símbolo, o da *medicina urbana*, referendado no caso francês, e o da *medicina de trabalho*, da industriosa Inglaterra.

Como a pretensão desse artigo é tratar de uma história das doenças no Brasil, centraremos nossa análise no segundo modelo, visto ser o que obteve maior influência no pensamento médico brasileiro. A medicina urbana, que ascendeu na França, voltou, prioritariamente, suas atenções para um marco daquele século: o crescimento das cidades. O desenvolvimento dos centros urbanos levantava a obrigação de construir uma unidade política, liderada por “um poder único e bem regulamentado”, a fim de organizar e gerir o “corpo urbano de modo coerente, homogêneo” (FOUCAULT, 2005: 86)¹.

A França, neste sentido, foi o grande exemplo de resposta política às inquietações urbanas. As cidades francesas passaram a ser organizadas por um *esquadrinhamento*, disciplinador e definidor do uso dos espaços. Nesse projeto, os médicos foram fundamentais, pois forneceram o modelo básico a ser seguido: o da quarentena vigilante. Os objetivos

¹ Segundo Foucault, o poder político também devia dar resposta aos pequenos pânicos nascidos com a urbanidade: “[...] Nasce o que chamarei de medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo diante das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre os quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar” (FOUCAULT, 2005: 87).

principais da medicina social foram: a análise dos lugares perigosos, onde as doenças podiam ser provocadas; o favorecimento da circulação da água e do ar, tidos como causadores de miasmas; e a organização das *distribuições e seqüências*, forma científica de organizar os elementos comuns à cidade, tais como fontes e esgotos (FOUCAULT, 2005: 89-91).

As considerações de Foucault sobre a medicina social francesa logo passaram a embasar pesquisas no Brasil. Em fins da década de 1970, Roberto Machado organizou o livro *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil* (1978), um marco na historiografia da medicina no país. No início de 1980, autores como Teresinha Madel Luz (1982) e Jurandir Freire Costa (1983) deram prosseguimento a tal trabalho de inspiração foucaultiana. Suas obras destacaram a institucionalização da medicina no país a partir do século XIX, especialmente desde 1832, quando se deu a fundação das faculdades de medicina de Salvador e do Rio de Janeiro. A partir de então, os médicos passaram a ocupar maior destaque na sociedade imperial e a combater com mais vigor as práticas de curas não oficiais e demais atitudes populares tidas como *anti-higiênicas*, além de programar uma série de reformas urbanas, inspiradas no exemplo francês apresentado acima.

Malgrado a inegável contribuição de tais obras no engendramento de uma história da medicina e das doenças no Brasil, a forma como trataram o saber médico-científico acabou por atribuir aos seus discursos “uma capacidade de ação tão ampla que se tornou comum o uso da expressão ‘medicalização’ como um conceito capaz de descrever o papel ativo das instituições médicas na sociedade brasileira daquele tempo” (FERREIRA, 2003: 101).

Para Luiz Otávio Ferreira, tal concepção historiográfica apresenta equívocos, por desconsiderar “formas de resistência cultural à monopolização” das artes de curas, além de ignorar o fato de que muitas vezes os acadêmicos utilizavam terapias provenientes do saber popular. Mesmo com a instituição da medicina-científica os próprios periódicos médicos se viam impelidos a publicar a opinião de leigos sobre medicamentos e práticas de cura (Idem: 104).

Questões similares às levantadas por Luiz Otávio Ferreira têm sido feitas por outros historiadores brasileiros. Tânia Salgado Pimenta, por exemplo, ao tratar da epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855), afirma ser manifesto o fato de que os médicos brasileiros – diante da ameaça e de surtos epidêmicos no século XIX – ganharam espaço na sociedade e que a política de saúde pública atuou no exame dos aspectos sociais e na prescrição de reformas urbanas e de comportamentos sociais representados como *mais saudáveis*.

No entanto, os médicos tiveram sérios embates com as autoridades políticas e as diferentes camadas sociais ao buscar impor as medidas que julgavam convenientes (PIMENTA, 2004: 32). Entre os acadêmicos prevalecia, ainda, o dissenso interno em relação ao que causava a doença, sua forma de transmissão e tratamento adequado, indo da sangria alopatíca às *doses infinitesimais* da homeopatia. Portanto, a medicina brasileira enfrentava oposições, mostrava debilidades e contradições internas em seu processo de afirmação, o que, provavelmente, tolhia a ação e eficácia por ela desejadas, o que nulifica significativamente a tese da *medicalização*.

A divisão interna entre os médicos também foi assinalada por Sidney Chalhoub, em seu estudo sobre o que conceituou a *Ideologia da Higiene* no Rio de Janeiro, dos últimos anos do Império ao início da República. Além da separação entre alopatas e homeopatas, os profissionais oficiais de saúde andavam divididos entre duas teorias explicativas do modo pelo qual uma enfermidade era transmitida: de um lado, a teoria do *contágio*, onde as moléstias eram comunicadas de um doente a outros indivíduos, mediante o contato pessoal ou com objetos contaminados (CHALHOUB, 1996: 168); do outro, a teoria da *infecção*, em que a transmissão era explicada pela existência dos *miasmas*, corrupção do ar causada por substâncias vegetais e animais em putrefação².

O historiador em questão, chama ainda a atenção para um debate profícuo na historiografia sobre tais paradigmas, onde os sentidos políticos dos mesmos são problematizados: a teoria do *contágio* estaria mais próxima ao modelo *senhorial* ou *patriarcal*, daí o porquê das autoritárias medidas de seqüestro e quarentena defendidas pelos adeptos da mesma. Por outro lado, os infeccionistas, tenderiam para o modelo liberal, combatendo qualquer medida que restringisse a circulação de pessoas e mercadorias. No entanto, ao colocar os miasmas em primeiro plano, o paradigma da infecção justificaria um maior combate às práticas populares, mediante o discurso higienista. Não obstante tal discussão, Chalhoub frisa que as duas teorias “se combinavam com freqüência, e de maneiras imprevisas e originais” (1996: 169).

O autor enxerga, ainda, na resistência popular à prática de vacinação anti-varíola crenças relacionadas ao caráter *sobrenatural* da doença que unia as religiões afro-brasileiras e o catolicismo popular (Idem, 145). Márcia Moisés Ribeiro recuou mais no tempo para compreender as noções populares sobre saúde engendradas no Brasil. Em seu trabalho sobre

² Para um estudo mais detalhado sobre os paradigmas da infecção e do contágio, ver: URTEAGA, 1980; ROSEN, 1997; e CAPONI, 2002.

as artes médicas no século XVIII, a medicina surge enquanto “complexo tipicamente colonial” (1997: 24), no qual as concepções de doença e cura de europeus, índios e africanos mostravam-se extremamente amalgamadas. Os saberes medicinais – tais como as ervas, raízes e outros elementos naturais utilizados pelos indígenas – e as concepções mágicas das diferentes culturas, eram divulgadas em tratados de jesuítas, cirurgiões e médicos, levando à medicina lusa a adotar novos elementos em sua farmacopéia.

A notoriedade das práticas de curas populares na Colônia não é explicada simplesmente pela “fragilidade dos sistemas de saúde” (RIBEIRO, 1997: 43), já que pessoas de posse e próximas aos cirurgiões e médicos não deixavam de procurar benzedadeiras, feiticeiras e demais curandeiros para tratar de seus males físicos. Baseada na idéia de *circularidade cultural* – esboçada por Bakhtin e lapidada por Ginzburg – a autora percebe a existência de uma concepção de cura comum ao “universo das elites e dos estratos populares” (Idem: 44).

As pesquisas citadas, bem como uma infinidade de trabalhos – como os de Dilene Raimundo do Nascimento (2005), Rita de Cássia Marques (2003), Francisco Carlos Jacinto Barbosa (2004), Tânia Salgado Pimenta (2003), Magali Engel (2003), Ítalo Tronca (2000), Vera Regina Beltrão (1998), Gabriela dos Reis Sampaio (2001), Beatriz Teixeira Weber (1997), entre outros – têm contribuído conceitualmente e metodologicamente para o desenvolvimento da historiografia da doença no Brasil, rompendo com visões únicas e simplistas no trato das representações que cercam a medicina, as múltiplas práticas de cura e o adoecer, evidenciando a miríade de possibilidades abertas aos pesquisadores interessados em tais questões. Como explanam Dilene Raimundo do Nascimento e Anny Jackeline Torres Silveira, o campo da história da saúde e das doenças tem se constituído por *histórias*, “que, adotando perspectivas diversas, representam importantes contribuições ao trabalho de reflexão sobre o papel das doenças na história” (2004: 16).

Para finalizar, é válido enfatizar que entre essas histórias das doenças, as epidemias foram ganhando destaque. Eventos arrebatadores, os surtos epidêmicos são comumente tidos como pestes, “metáfora do que pode haver de pior em termos de calamidades e males coletivos” (SONTAG, 2007: 112). Em sua ambivalência, visto ser, ao mesmo tempo, uma manifestação coletiva - “enquanto evento que atinge grupos de indivíduos, alterando o seu modo de vida” - e singular - “na medida em que é uma ocorrência única na unidade de tempo e espaço em que se manifesta” (DINIZ, 1999: 180) -, um surto se faz atrativo aos pesquisadores por apontar para uma ruptura no cotidiano de determinada sociedade, trazendo

à tona uma multiplicidade de formas de representar e lidar com uma ameaça coletiva de morte:

Em todas as situações em que ocorrem epidemias os homens elaboram representações, conhecimentos, saberes e práticas, com o fim de debelar o mal. Na vivência trágica das epidemias, que marcaram a história da humanidade com tudo quanto há de terrível, misterioso, aniquilante e fatal, encontramos, assim, as origens das projeções imaginárias sobre as doenças (Idem).

Momentos tensos e extraordinários, algumas epidemias têm sido foco de profícuos trabalhos no Brasil. Os surtos do cólera no século XIX, por exemplo, vêm sendo estudados em diversas dissertações e teses de pós-graduação, como as de Ariosvaldo Diniz (1997) e Rosilene Gomes Farias (2007), sobre o cólera no Pernambuco; Amâncio Cardoso Santos Neto (2001), no Sergipe; Nikelen Witter (2007), no Rio Grande do Sul; Jane Felipe Beltrão (2000), tendo o Pará como recorte; entre outras.

Os arrasadores surtos de gripe espanhola que atingiram o Brasil no início do século XX, também têm obtido destaque na produção historiográfica. Liane Maria Bertucci (2002), em São Paulo, de Anny Jackeline Torres Silveira (2004), em Minas, Renata Brauner Ferreira (1999), no Rio Grande do Sul, Christiane Maria Cruz Souza (2007), na Bahia, Ricardo Augusto dos Santos (2004), no Rio de Janeiro, etc., são exemplos de pesquisadores que contribuem para um melhor conhecimento da tensão e das questões sociais postas no contexto em que a *espanhola* grassou no Brasil.

Por fim, vale destacar que uma miríade de outras doenças, epidêmicas ou não, despertam mais e mais o interesse dos historiadores brasileiros. Os estudos, desenvolvidos de norte a sul do país, sobre a varíola, lepra, sífilis, tuberculose, loucura, malária, febre amarela, alcoolismo, AIDS, etc., demonstram a riqueza de possibilidades temáticas e metodológicas abertas pelo campo da história das doenças e para a multiplicidade de representações e práticas engendradas sócio-culturalmente para lidar com um dos maiores medos vivenciados pelo ser humano: a doença como prenúncio da morte.

BIBLIOGRAFIA

ADAM, Philippe et. HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da medicina*. Tradução: Laureano Pelegrin. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. “As doenças viram notícia: imprensa e epidemias na segunda metade do século XIX”. In. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

BELTRAO, Jane Felipe. “A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão-Pará do século XIX”. In. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Vol. 6. [set/2000]; p. 833-866. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

BERTUCCI, Liane Maria. *Influenza, a medicina enferma: Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

CAPONI, Sandra. “Entre miasmas y microbios: la vivienda popular higienizada”. In. *Cadernos de Saúde Pública*. Vol. 18, nº 6 Nov./Dez. 2002.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. “As artes de curar nos tempos do cólera: Recife, 1856”. In. CHALHOUB, Sidney et al. (Org’s.). *Artes e Ofícios de curar no Brasil: Capítulos de História Social*. Campinas / SP: Editora da Unicamp, 2003.

_____. “Epidemia: história epistemológica e cultural de um conceito”. In. *Revista Política e Trabalho*. João Pessoa, nº 15. setembro/1999.

ENGEL, Magali Gouveia. “A loucura, o hospício e a psiquiatria em Lima Barreto: críticas e cumplicidades”. In. CHALHOUB, Sidney et al. (Org’s.). *Artes e Ofícios de curar no Brasil: Capítulos de História Social*. Campinas / SP: Editora da Unicamp, 2003.

FERREIRA, Luiz Otávio. “Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)”. In. CHALHOUB, Sidney et al. (Org’s.). *Artes e Ofícios de curar no Brasil*. Campinas / SP: Editora da Unicamp, 2003.

FERREIRA, Renata Brauner. *Epidemia e drama: a gripe espanhola em Pelotas*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução: Roberto Machado. 21ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

LE GOFF, Jacques et al. *As doenças têm história*. Tradução: Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1991

LUZ, Madel. *Medicina e ordem política: política e instituições em saúde, 1850-1930*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MARQUES, Rita de Cássia. *É preciso ser piedoso: a imagem social do médico de senhoras. Belo Horizonte 1907-1939*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.=

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo - boticários no Brasil setecentista*". Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1998.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

_____ & SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. "A doença revelando a história: uma historiografia das doenças". In. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de. *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

PIMENTA, Tânia Salgado. "Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855". In. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

_____. "Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX" In. CHALHOUB, Sidney et al. (Org's.). *Artes e Ofícios de curar no Brasil: Capítulos de História Social*. Campinas / SP: Editora da Unicamp, 2003.

REVEL, Jacques et. PETER, Jean-Pierre. "O corpo: o homem doente e sua história". In LE GOFF, Jacques et, NORA, Pierre. *Historia, novos objetos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec; Editora da Unesp; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva, 1994.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas / SP: Editora da Unicamp, 2002.

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso. *Sob o signo da peste: Sergipe no tempo do cholera (1855 - 1856)*. Dissertação (Mestrado em História - UNICAMP). Campinas-SP, 2001.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. “Representações sociais da peste e da gripe espanhola”. In. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do et. CARVALHO, Diana Maul de (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

SILVEIRA Anny Jackeline Torres. *A influenza espanhola e a cidade planejada: Belo Horizonte, 1918*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas*. Tradução: Rubens Figueiredo/Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOURNIA, Jean-Charles. “O homem e a doença”. In. LE GOFF, Jacques et al. *As doenças têm história*. Tradução: Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1991.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *Gripe Espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2007.

TRONCA, Ítalo. *As máscaras do Medo: Lepra e Aids*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

URTEAGA, Luis. “Miseria, miasmas y micróbios: las topografías médicas y el estudio del medio ambiente en el siglo XIX”. In. *Cuadernos Críticos de Geografía Humana*. Ano V. Número 29. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1980.

VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural”. In. CARDOSO, Ciro Flamarion et VAINFAS, Ronaldo (org's). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 1997.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense - 1889/1928*. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

WITTER, Nikelen Acosta. *Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Tese (Doutorado em História Social - UFF). Niterói-RJ, 2007.

A História do Brasil através dos editoriais do *Jornal do Commercio* — edição comemorativa do centenário da Independência

*Júlia Ribeiro Junqueira**

Introdução

Foi com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808, que a tipografia se instalou no Brasil. Apesar de algumas tentativas no século XVIII, todas foram reprimidas pela Coroa. Segundo Carlos Rizzini, se não fosse por uma carta régia de 8 de junho de 1706, não saberíamos nada sobre a primeira tipografia da Colônia: “[...] Nem restaria a memória, não a preservasse a carta régia [...] mandando “seqüestrar as letras impressas e notificar os donos delas e os oficiais da tipografia que não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros ou papéis avulsos” (RIZZINI, 1998: 310). Com o funcionamento das tipografias, prontamente, a Coroa Portuguesa criou a Impressão Régia, órgão que se comprometeu em fiscalizar todos os papéis e livros a fim de se fazer uma censura prévia desses impressos. Somente treze anos mais tarde teve-se certa liberdade de imprensa, pois apesar do Príncipe-Regente colocá-la em vigor, ordenou-se a obrigatoriedade da assinatura dos autores com seu reconhecimento por tabelião. Após a suspensão da censura prévia, os periódicos começaram a ganhar espaço no território brasileiro. Até então, o periodismo no Brasil, em sua maioria, vinculou-se a publicações oficiais.

Foi após esse início titubeante das tipografias e do periodismo no Brasil que nasceu um jornal na década de vinte do oitocentos que perduraria até nossos dias — o respeitável *Jornal do Commercio*. O periódico foi fundado pelo francês Pierre Plancher em 1º de outubro de 1827 e, o tipógrafo francês ainda atuou na edição e venda de livros. Depois de uma conversa com o Imperador D. Pedro I, acabou adquirindo um *brevet* de livreiro e obtendo o título de Impressor Imperial para si mesmo e de Tipografia Imperial de Plancher para seu negócio (MOREL, 2005: 25). Estabeleceu três jornais, sendo o primeiro, que antecede o *Jornal do Commercio*, denominado *Spectador Brasileiro*, que circulou entre os anos de 1824 até o dia 23 de maio de 1827 e *L’Indépendant — Feuille de Commerce, Politique et Littéraire*, publicado em francês na cidade do Rio de Janeiro.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Com a volta de Plancher, em 1834, para a o país natal, o *Jornal do Commercio* foi comprado por Junio de Villeneuve e Reol de Mongenot. Villeneuve adquiriu a parte que cabia a Mongenot e, ao lado de Francisco Picot e Julio de Villeneuve, assumiu a direção do periódico que, mesmo após sua morte, a família continuaria a manter o importante diário até 1890. A partir desta data, o jornal passou para as mãos de José Carlos Rodrigues que, quando jovem, foi correspondente do *Jornal do Commercio* nos Estados Unidos. Com a experiência adquirida em Nova York, o proprietário trouxe métodos modernos para os editoriais que tornou o *Jornal do Commercio* um dos mais respeitáveis e importantes estabelecimentos de imprensa no Brasil.

Já nas primeiras décadas do novecentos, Tobias Monteiro assumiu como redator principal do periódico e, já em 1909, Felix Pacheco se tornou o diretor do mesmo, permanecendo neste cargo ainda na época das comemorações do centenário da Independência. Esse foi um período no qual a imprensa, juntamente com a publicidade, tornou-se interlocutora importante para a nossa produção cultural (SÜSSEKIND, 1987: 69). Como afirmou Marco Morel, a imprensa “[...] pode também ser lida como fonte documental ou texto de época, ganhando uma dimensão que não raro é atribuída apenas aos livros: portadora de conteúdos que formulem idéias, tendências e projetos” (MOREL, 2005: 618).

Os redatores do jornal pretenderam através do número comemorativo compor um documento importante de consulta para os leitores interessados em conhecer a história do Brasil. Ou seja, “As coleções do *Jornal do Commercio*, com a vasta documentação que recolheram, são um museu histórico, uma enciclopédia, uma biblioteca sobre o Brasil [...]” (*Jornal do Commercio*, 1922: 05). Com as festividades do centenário, chegava a hora de anunciar um novo país para as outras nações e, até mesmo, para os próprios cidadãos brasileiros. Foram muitos aqueles que contribuíram para a divulgação do Estado moderno, tais como intelectuais, jornalistas, ensaístas, literatos, membros de uma elite letrada (MOTTA, 1992: 03). Com suas idéias, noticiadas em jornais e revistas, estes homens desempenharam um papel fundamental no delineamento de um perfil para a nação, capaz de lhe garantir identidade própria. Ou seja, definindo as imagens nacionais que tanto os brasileiros como os estrangeiros deveriam discernir, delimitando seu extenso território e modelando as lembranças do passado para arquitetar os modelos formadores da nacionalidade (MOTTA, 1992: 04).

A fórmula encontrada pelos redatores do *Jornal do Commercio* para dar conta desse projeto — os anais da nacionalidade¹ — foi feita através de alguns artifícios para, dentro de uma única edição, através da seleção das notícias, construir uma síntese da história do Brasil. Como foi enfatizado no próprio periódico:

Não é possível escrever, de um modo original, sem o decalque, a história do Brasil, sem consultar as coleções do *Jornal do Commercio*, mas é possível fazer a história do Brasil só com as coleções do *Jornal do Commercio*. Com justo orgulho podemos dizer que as coleções da nossa folha constituem os grandes anais da nacionalidade. No Brasil não há fonte mais abundante de informações (*Jornal do Commercio*, 1922: 05).

A história do Brasil nos editoriais da edição comemorativa²

O número especial do *Jornal do Commercio* publicado em 1922 constitui um exemplar volumoso, dividido em blocos assim distribuídos anualmente: 1822, 1823, 1824, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832, 1833, 1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839, 1840 e, depois uma junção em blocos de decênios: 1841 a 1850, 1851 a 1860, 1861 a 1870, 1871 a 1880 e 1881 a 1890. A edição perfaz 470 páginas entre notícias, propagandas, além de uma parte iconográfica com fotos da família Imperial e de figuras de renome como José Bonifácio e o presidente Epitácio da Silva Pessoa. Uma das possíveis explicações para o recorte final, ou seja, o ano de 1890, se justifica pela dificuldade em tratar dos trinta anos que sucederam à queda da Monarquia. Outra explanação seria a de se configurar como uma história que, naquele momento, constituía-se como recente, algo agravado pelo fato de a Primeira República ser tida, na época, como um período que não correspondeu às expectativas e que levantou inúmeros questionamentos.

¹ O vocábulo — anais — que foi empregado no *Jornal do Commercio* para a edição comemorativa, corresponde à definição que Lucia M. P. Guimarães utilizou: “O vocábulo *Anais* deriva do termo latino *annales*, cujo significado primitivo é o registro de fatos históricos ou pessoais, organizados ano por ano. Entretanto, para os romanos, inicialmente, devido à influência grega, ao *Anais* correspondiam ao relato do que outros fizeram e que o escritor jamais havia visto [...]. [...] Para Sempronius Asello, *Anais* constituem uma compilação dos fatos que se sucedem a cada ano, devendo o escritor limitar-se à simples exposição do que ocorreu, tal como um cronista. Já o autor de um texto histórico deveria articular os fatos às circunstâncias em que eles se passaram, refletindo sobre causas, motivações e conseqüências. Cícero acentuaria essas diferenças, ao conceituar *Anais* como a memória dos acontecimentos [...]” (GUIMARÃES, 2003:01). Nesse sentido, “anais da nacionalidade” constitui o registro dos fatos históricos nacionais, organizados ano por ano, através do olhar dos redatores do *Jornal do Commercio*.

² Para a análise metodológica das notícias e dos editoriais, optamos pelo método usado pela historiadora GUIMARÃES, Lucia M. P. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*, que se utilizou de uma metodologia classificatória para sua pesquisa sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos de 1889-1938. Os resultados desse tipo de procedimento possibilitam a compreensão da periodização, da quantificação, da classificação e da seleção do material investigado.

Os redatores do *Jornal do Commercio* afirmaram que, através da edição comemorativa, seria possível reconstruir a história do Brasil fazendo uma seleção das notícias publicadas por este mesmo periódico durante os noventa e cinco anos anteriores.

O *Jornal do Commercio*, que saiu à publicidade cinco anos depois da Independência, que no início de sua própria existência cooperou com os que tinham fundado o Império, deles recebeu o influxo e as vibrações patrióticas [...]; [...] guarda nas suas coleções de noventa e cinco anos todos os influxos diretos e todos os ecos e todas as polêmicas da história do Brasil. Todos os acontecimentos, de toda espécie e ordem, foram consignados ou recordados nas nossas colunas. Por isso, os nossos destinos sempre estiveram vinculados aos destinos nacionais, e através das nossas coleções é possível reconstituir toda a história do Brasil (*Jornal do Commercio*, 1922: 05).

Contudo, já podemos detectar um interstício no projeto deste número especial, visto que o jornal iniciou a edição comemorativa a partir do ano de 1822 e, como os redatores alegaram, são 95 anos de história. Entre os anos de 1822 a setembro de 1827 este periódico não circulava. Logo, qual foi o mecanismo utilizado pelo *Jornal do Commercio* para abranger estes cinco anos após a Independência? Ele utilizou não apenas seu material arquivado, mas também outras fontes, como o *Spectador Brasileiro*, periódico do próprio Plancher que antecede o *Jornal do Commercio* e também, provavelmente, fontes primárias, já que o *Spectador* somente iniciou suas atividades a partir de 1824, ano em que Plancher chegou ao Brasil.

É importante ressaltar que a partir do bloco de 1841-1850, houve uma modificação, que se realizou pela nova ordem cronológica dos blocos. Antes, a organização destes constituía-se anualmente, e, depois, passa a ser uma divisão feita por décadas.

Para o acompanhar nesta nova fase de sua existência — o Segundo Império —, somos obrigados a modificar ligeiramente o método que temos até aqui seguido, tão numerosos e complexos os assuntos, fatos e questões que devemos revistar [...]. [...] A divisão em decênios, agora adotada, permitirá que os acompanhemos em sua origem e desenvolvimento, não de todos, o que seria impossível dentro do espaço de que podemos dispor, mas, tão somente, dos mais importantes ou mais significativos (*Jornal do Commercio*, 1922: 224).

De acordo com a explanação feita no *Jornal do Commercio*, a justificativa para essa mudança decorre do número expressivo de notícias e fatos que se apresentavam a partir do Segundo Reinado. Entretanto, mais uma vez, a edição comemorativa do centenário da Independência possui lacunas, já que, ao fazer a divisão em decênios, muitos fatos ficaram

omissos nessa escrita, o que acarretou em uma quebra na composição dos anais, que tem a característica de um registro feito ano por ano.

Quando os redatores do *Jornal do Commercio* publicaram uma edição comemorativa do primeiro centenário da Independência, em 1922, preocuparam-se que suas primeiras páginas fossem uma breve apresentação. Esta, no formato de editorial, continha um balanço histórico sobre alguns personagens, eventos e fatos da história brasileira, o que seria uma espécie de explicação para o lançamento do número especial daquela data. A síntese contém onze artigos, dos quais dez foram escritos no ano de 1922 e um permanece como uma republicação do ano de 1872. Dos artigos de 1922, apenas um não tem título, sendo os demais nomeados da seguinte forma: *Os que fizeram o Brasil*, *O que fez o Brasil*, *A Independência*, *Significação do 7 de setembro*, *A Evolução do Brasil livre*, *O Brasil de 1822 e o de 1922*, *a História do Brasil*, *Os Grandes Anais* e *O nosso número do centenário*. Os oito primeiros editoriais se direcionaram a explicar a importância de festejar o centenário e de pontuar os elementos catalisadores, dentro da história do Brasil e da história Geral, que garantiram toda a glória da Independência e do sucesso nos anos posteriores. Assim, o periódico justificou para seus leitores porque o evento deveria ser celebrado com grande entusiasmo. Os outros dois artigos, *Os Grandes Anais* e *O nosso número do centenário* constituíram uma explicação da edição comemorativa. Na escrita destes textos houve uma preocupação em esclarecer a publicação desse número e enfatizar sua notoriedade para a história do Brasil. Nas palavras contidas no próprio *Jornal do Commercio*:

Assim, pareceu ao *Jornal do Commercio* que a melhor forma de comemorar a data do primeiro centenário da nossa independência política seria a que pôs em prática e que este número especial atesta e realiza: — o aproveitamento do próprio material que guarda. Poderíamos reconstituir a história com esses e outros documentos, mas, tendo o *Jornal* cabedal de tal ordem, seria contraproducente ir buscar em outros lugares o que não falta nas suas coleções. [...] Se não é possível escrever a história do Brasil sem consultar as coleções do *Jornal do Commercio*, não caberia a nós escrever história senão fazendo uma seleção do que nos parece mais apropriado para reconstituir o século de vida independente do país que hoje confirma as alegres esperanças de seus grandes fundadores (*Jornal do Commercio*, 1922: 05).

Os editoriais permanecem bastante elucidativos para entender como foi montado um enredo interno coerente com a proposta do jornal em registrar nas suas folhas “[...] a evolução econômica e financeira do país, o seu progresso agrícola, industrial e comercial, a transformação dos costumes, a evolução das idéias, as lutas políticas [...]” (*Jornal do Commercio*, 1922: 05).

Por sua vez, a transcrição do editorial de 1872 — *Sete de Setembro*, assim como os artigos de 1922, enfatizou a importância da Independência como um divisor de águas na história do Brasil e enalteceu as festividades em torno dos cinquenta anos de vida do país que se separou da metrópole portuguesa.

Melhor não pudera, por certo, o povo brasileiro, festejar o meio centenário da sua liberdade. Andam fogos de alegria, ouçam-se a voz do canhão e os festivos sons dos sinos, cânticos patrióticos, [...] milhares de luzes prolonguem pela noite a dentro tão faustoso dia, e saiba o mundo como temos gravado no coração a data em que nos inscrevemos no livro da nações livres (*Jornal do Commercio*, 1922: 07).

Comparando o artigo de 1872 com os do ano de 1922, percebemos um discurso análogo, no qual aparece a idéia de um passado pacífico, e também de sua continuidade com alguns elementos comuns, como a exaltação dos “heróis” da nação e dos príncipes que aqui governaram. Assim como foi escrito no editorial, dos cinquenta anos da Independência, que o Brasil conquistou sua emancipação sem tanto derramamento de sangue, e que apesar de alguns contratempos tudo ocorreu de forma tranqüila, vemos esse mesmo juízo ressurgir na apresentação de 1922.

[...] A nossa história é suave, e no meio das lutas para a conquista do território, na aquisição de direitos e liberdade, guardamos uma singularidade que nos honra. O Brasil, em quantidade, ostenta o maior território ininterrupto sob o mesmo governo uno e indivisível, e essa originalidade geográfica é completada por outra, de ordem histórica, que demonstra a brandura excepcional de costumes e o senso jurídico da raça (*Jornal do Commercio*, 1922: 01).

Nesta mesma citação, encontramos a idéia de continuidade, no caso, a ininterrupção do território e da unidade administrativa. No editorial de 1872, localizamos uma opinião similar:

O fato da conquista da sua independência o tem o Brasil em comum com todos os povos da América; do modo por que o houve pode, porém, mais do que ele, orgulhar-se. A breve luta, cuja pouca porfia não prova senão quão maduro estava o fruto, sucedeu, apenas interrompida por ligeiras comoções, longa calma, que ainda veio provar quão digno era de entrar no seu gozo (*Jornal do Commercio*, 1922: 07).

Em um artigo de 1922, os redatores do periódico mencionaram que a República representou a interpelação da unidade administrativa: “[...] em quatro séculos de história, só uma vez (com a Proclamação da República) houve interrupção na transmissão pacífica e legal do Poder Executivo [...]” (*Jornal do Commercio*, 1922: 01). Entretanto, eles deixaram claro

que existia uma ressalva, já que apesar desse rompimento, houve elementos que permitiram o prosseguimento dos ideais imperiais no regime republicano. A prova disto é a seguinte declaração no periódico: “A continuidade do Império na República está na própria Constituição Republicana [...]” (*Jornal do Commercio*, 1922: 03-04).

Analisando os próprios textos de 1922 também encontramos alguns elementos comuns, dos quais se destaca a idéia de progresso. Vejamos isto através da seguinte explanação: “[...] ele (D. Pedro II) presidiu conscientemente o nosso desenvolvimento, cuidando simultaneamente das coisas de espírito e do progresso material. O Brasil iniciou as estradas de ferro em 1854 e em 1860 tratou do telegrafo elétrico” (*Jornal do Commercio*, 1922: 03). E no artigo — *O Brasil de 1822 e o de 1922* — encontramos a seguinte nota escrita no jornal: “Nos mais velhos documentos do Brasil fala-se do seu futuro portentoso. Já temos quatro séculos de progresso e civilização [...]” (*Jornal do Commercio*, 1922: 04). O progresso foi retratado pelos editoriais como algo que já vinha caminhando com o país desde a Independência e promovido pelas riquezas naturais. Logo, a própria solidez do Estado Imperial implicava no avanço das diversas áreas e instituições do Brasil.

Considerações Finais

À guisa de conclusão, percebemos que, guardadas as devidas proporções, a edição do centenário da Independência do Brasil do *Jornal do Commercio* se relaciona com próprio ato de comemorar, perpassando o sentido de sacralização das representações comuns de uma nação. Constituindo-se como um reforço da tradição, do patrimônio, da configuração de um espaço aos locais de memória, capaz de usufruir de um modelo memorial vinculado ao modelo histórico. (NORA, 1992).

A memória-histórica substitui, nas sociedades modernas, a memória baseada na oralidade, nos ritos e lendas, na vivência, na tradição e na produção de uma continuidade entre passado, presente e futuro. Contudo, os homens modernos não utilizam mais a memória oral. Devido à aceleração do tempo, eles têm a necessidade da história, pois há sempre novas interpretações que acendem outras luzes sobre o que já se passou e parecia tão imutável. Isso acaba por impor um futuro que se revela sempre imprevisível, no qual o passado já não se

constitui tão facilmente baseado em uma história consolidada³. O medo e a insegurança do desfalecimento das lembranças acarretam uma intensa produção de memória e história.

[...] Car c'est nous que nous vénérions à travers le passé. C'est ce rapport que c'est casse. De la meme façon que l'avenir visible, prévisible, manipulable, balisé, projection du présent, est devenu invisible, imprévisible, immaitrisable, nous em sommes arrives, symétriquement, de l'idée d'un passé visible à un passé invisible; d'une histoire que se cherchait dans le continu d'une mémoire qui se projette dans le discontinue d'une histoire (NORA, 1984: 30)⁴.

Nesse sentido, os redatores do *Jornal do Commercio* codificaram nas páginas deste periódico um artifício de forma a domar a descontinuidade do tempo e de se apresentar como um testemunho irrefutável da institucionalização do Estado brasileiro, enfatizando o período Imperial. As intenções eram permitir que uma história-memória da nação poderia ser consultada no presente ano de 1922 e pelas gerações futuras, e que essa mesma lembrança se constituiria nos anais da história do Brasil.

Referências Bibliográficas

1. Fontes

Jornal do Commercio. Edição comemorativa do centenário da Independência, 1922.

2. Artigos e Livros

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Anais do I Congresso de História Nacional: possibilidades de leitura e mapeamento de tendência de uma disciplina”. Livro de Resumos do 2º COHILILE, Campinas, 2003.

_____. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

³ Sobre o conceito de aceleração do tempo, ver trabalho de KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*.

⁴ “[...] Porque venerávamos a nós mesmos através do passado. É esta relação que se quebrou. Da mesma forma que o futuro visível, previsível, manipulável, balisado, projeção do presente, tornou-se invisível, imprevisível, incontrolável; chegamos, simetricamente, da idéia de um passado visível a um passado invisível; de um passado coeso a um passado que vivemos como rompimento; de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história [...]”. Tradução livre.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

_____. “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

MOTTA, Marly Silva da. “Ante-sala do paraíso”, “vale das luzes”, “bazar de maravilhas” — *A Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro – 1922)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. (Trabalho apresentado no Seminário “Cenários de 1922”, promovido pelo CPDOC).

_____. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

NORA, Pierre (dir.). “L’ère de la commémoration”. In: _____. *Les lieux de mémoire. Les France*. t. 3. Paris: Gallimard, 1992.

_____. “Entre mémoire et histoire”. In: _____ (org.). *Les lieux de mémoire. La République*. t. 1 Paris: Gallimard, 1984.

RIZZINI, Carlos. “Afimial, a Tipografia”. In: _____. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Imesp, 1998.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

“Através do passado”, a partir da memória: o testemunho como elemento de prova nos livros de crônicas de Achylles Porto Alegre

Juliano Francesco Antonioli*

Esta comunicação pretende apresentar a hipótese da pesquisa, ainda em estágio inicial, acerca de alguns livros de crônicas de Achylles Porto Alegre (1848-1926) – professor, poeta, literato, biógrafo e “historiógrafo” gaúcho – publicados entre 1910 e 1926. Após uma breve exposição do problema de pesquisa e da reflexão teórica que a orienta, farei uma pequena exposição dos avanços do trabalho.

O ambiente geral desta pesquisa é a Porto Alegre do início do século XX, marcada pela presença de associações literárias e suas revistas, e, na década de 1920 pelo (res)surgimento da sessão regional do Instituto Histórico e Geográfico – o IHGRS. Naquela Porto Alegre – que havia conhecido a Sociedade Partenon Literário, a Academia Rio-grandense de Letras, além do IHGRS, entre outras associações –, escrever literatura era uma atividade que não excluía a escrita da história, e ambas construíam em conjunto uma identidade regional.¹ A literatura e a história estavam imbricadas de tal forma que é difícil, hoje, estabelecer *nossas* fronteiras entre elas na forma como eram praticadas então.

Essa conjugação entre literatura e história pode mesmo ser percebida na semelhança das temáticas escolhidas (regionalismo e construção da identidade do gaúcho) e tinha, como consequência, a pouca variação nos tópicos de ambas. Para compreender (hoje) esse entrecruzamento das disciplinas (no passado) é importante, portanto, observar as noções e as práticas de *história e literatura* que circulavam neste “espaço intelectual”.

Ao contrário do que ocorria na Europa do final do século XIX e início do século XX, no Brasil, e também no Rio Grande do Sul, literatura e história “foram praticamente inseparáveis e, até que se observasse uma distinção mais clara entre os ofícios intelectuais, a penetração no universo literário era um passo necessário aos que quisessem falar do mundo social” (NEDEL, 1999: 106). Ou seja, a atividade intelectual nesse período não conhecia os limites e as fronteiras hoje atuantes entre esses campos do saber. Suas práticas concomitantes

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista do CNPq.

A temática do regionalismo discutida por L. Nedel é importante na medida em que se insere “no processo mesmo de formação da intelectualidade no Rio Grande do Sul” (2005: 1), da qual Achylles fez parte.

não parecem ter sido objeto de estranhamento para a intelectualidade local, que dava seus primeiros passos na “interpretação” do mundo social através da literatura.²

As noções e práticas deste “espaço” intelectual são, portanto, imprescindíveis para a análise daquilo que ela produz em forma de texto. Isso porque a escrita dialoga com uma comunidade que possui suas normas, e que, além disso, permite e interdita práticas e enunciados. Entretanto, a institucionalização da história no Rio Grande do Sul é posterior àquela ocorrida no Brasil, a partir da fundação do IHGB, e na Europa. Esse quadro de “imaturidade” da história enquanto disciplina permite uma maior flexibilidade em relação às noções e práticas circulantes, e permite ainda compreender a existência de trabalhos que destoam da rigidez metódica, dita “positivista”, com que normalmente se associa a prática historiadora deste período, entre o final do século XIX e início do XX.

Assim, o entrecruzamento das escritas literária e histórica, ao que parece, não era uma questão para muitos dos intelectuais da época. Ou, como escreveu T. Cesar (2004), ainda que a questão suscite debate nos meios específicos, como o IHGB, as fronteiras entre a escrita literária e a escrita histórica não são conflituosas.³ Para sustentar essa afirmação, hoje questionável tendo em vista as exigências de rigor que a disciplina requer, é preciso ter presente a *operação historiográfica* que deu origem a essa forma de escrita. Segundo M. de Certeau,

Encarar a história como uma operação será tentar [...] compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimento* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). [...] Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita* (CERTEAU, 2006: 66).

A formulação de M. de Certeau é importante para a pesquisa em historiografia, na qual esse trabalho se insere, na medida em que liga o texto, produto do trabalho em história (no passado) e objeto de análise do historiador (no presente), à prática que o constrói, ambos

² “[...] a questão das relações entre a história e literatura [...] foi resolvida pela aceitação de procedimentos comuns a ambas, sem que isso invalidasse a veracidade da primeira, nem a remetesse para o campo do fabuloso. Parece que o mesmo acontecia no Rio Grande do Sul antes da ‘era’ da pesquisa universitária [...], pois um grande número de historiadores havia sido iniciado no fazer intelectual a partir da literatura e da crítica literária” (RODRIGUES, 2006: 25).

³ No IHGB, no século XIX, “[...] historiadores e poetas digladiam para saber o que é a história (seria uma memória da nação?), qual seu objeto (o passado ou o presente de D. Pedro II?), mas também para definirem suas identidades (ser historiador ou ser poeta? ou é possível ser ambos?)” (CESAR, 2004: 46), e sobre o trabalho de história do tempo presente de Gonçalves de Magalhães, a citação dos pareceristas é importante: “[...] os lyricos bem acabam de provar que a poesia não é incompatível com a história, segundo a expressão de alguns espíritos apoucados” (Ibid.: 74).

relacionados ao lugar social que os sanciona. Portanto, é a partir do lugar descrito acima que penso a escrita do personagem desta pesquisa, Achylles Porto Alegre.

A escolha do cronista gaúcho se deve ao fato do autor apresentar uma produção intelectual dentro das áreas de literatura e de história, imbricadas em seu texto no gênero da crônica. Como neste trabalho proponho analisar as interpenetrações entre a escrita literária e a escrita histórica, a escolha do personagem me parece apropriada para o foco da análise, uma vez que, a partir do seu texto, se faz possível compreender as estratégias narrativas utilizadas no cruzamento entre história e literatura. Nesse sentido, conforme M. de Certeau, seria válido buscar estabelecer os laços que ligam a escrita ao seu lugar social de produção.

No entanto, a escrita de Achylles segue sendo singular, e não representa, no sentido de “ser representativa”, a produção de uma época, seja em história, seja em literatura. Ou seja, ainda que eu possa perceber nela a presença do *lugar social*, já evocado, o texto permanece circunscrito à pena do escritor. Sendo assim, seu texto é singular, mas possui amarras na “comunidade intelectual” na qual ele circula, da qual ele faz parte. Isso permite que pensemos sua singularidade inscrita naquela “conjuntura” de institucionalização da disciplina histórica, e, portanto, como produto desta.

Nesse sentido, é possível perceber a importância do caso de Achylles nesse “contexto” de amadurecimento da disciplina histórica. Sua trajetória não é particular, pois assim como outros intelectuais atuou em diversas áreas. Seus livros de crônicas são a maior evidência de um trabalho em diferentes campos do conhecimento. Em muitos deles, Achylles vale-se ora da literatura, ora do relato histórico numa escrita que ele mesmo definiu como “de história, de reminiscência e, não raro de evocação” (PORTO ALEGRE, 1920: 4),

Aquiles define o seu trabalho entre a história e a crônica (literatura), o que pode ser observado nos procedimentos de escrita que utiliza. Ora a citação, a referência e a data precisa, ora a evocação lírica de um passado fragilmente datado, com ênfase na subjetividade do autor (MONTEIRO, 2004: 90).

A crônica, uma das formas de expressão do autor, é, ela mesma, um gênero de fronteira entre a literatura e a história (PESAVENTO, 2004: 63-64). A forma como Achylles conciliou, às vezes na mesma obra, história e literatura é a preocupação central que orienta esse trabalho. Escrevendo numa situação em que as fronteiras disciplinares são ainda tênues, algumas de suas crônicas trazem como tema o passado da cidade de Porto Alegre, do Estado, e seus personagens, nas quais sua fonte, muitas vezes, é o testemunho, seu e/ou dos outros. Por

testemunho, entendo, com F. Hartog, “uma ‘estrutura de transição’ entre a memória e a história” (2001: 39), e que sua especificidade, de acordo com P. Ricoeur,

[...] consiste no fato de que a asserção de realidade é inseparável de seu acoplamento com a autodesignação do sujeito que testemunha. Desse acoplamento procede a fórmula típica do testemunho: eu estava lá. O que se atesta é indivisamente a realidade da coisa passada e a presença do narrador nos locais de ocorrência. E é a testemunha que de início se declara testemunha. Ela nomeia a si mesma. [...] A autodesignação se inscreve numa troca que instaura uma situação dialógica. É diante de alguém que a testemunha atesta a realidade de uma cena à qual diz ter assistido, [...], mas, no momento do testemunho, na posição de um terceiro com relação a todos os protagonistas da ação. Essa estrutura dialógica do testemunho ressalta de imediato sua dimensão fiduciária: a testemunha pede que lhe dêem crédito. (RICOEUR, 2007: 172-173).

O conceito, tal como exposto, permite pensar nos usos que Achylles faz do testemunho na sua escrita. No diálogo com o leitor (aquele que lhe dá crédito) estabelece uma relação que depende da confiança. Confiança no que é relatado, mas também em quem relata (“eu estava lá”). Assim, a inserção do testemunho na construção da narrativa, aponta para uma estratégia de legitimação do texto como escrita confiável do passado.

Dessa forma, o problema de pesquisa que proponho é: ao escrever crônicas sobre o passado tendo como fonte a memória sua e/ou dos outros, empreenderia Achylles uma escrita da história em que a crítica documental e as regras disciplinares dariam lugar à flexibilidade do texto literário, ancorada na dimensão fiduciária do testemunho? Como forma de responder à questão, proponho a seguinte hipótese: a dimensão fiduciária do testemunho nas crônicas de Achylles Porto Alegre garantiria o caráter de prova necessário para que o autor empreendesse a escrita da história; do mesmo modo, o entrecruzamento com uma escrita literária permitiria que, através da linguagem empregada, o autor construísse o sentido e a legitimidade da narrativa sobre o passado.

Fundamental para a compreensão da escrita da história, o conceito de *operação historiográfica*, formulado por M. de Certeau (2006), é o conceito orientador desta pesquisa, pois nele o texto do historiador (produto de uma prática) é pensado em função do lugar social de produção, e, dessa forma, legitima a análise que proponho como uma preocupação propriamente histórica. Acompanhando R. Chartier, quando este retoma M. de Certeau e sua reflexão sobre a escrita da história, ficará mais clara a importância do conceito:

Em um texto ao qual se deve sempre retornar, Michel de Certeau formulara essa tensão fundamental da história. Ela é uma prática ‘científica’, produtora de conhecimentos, mas uma prática cujas modalidades dependem das variações de seus procedimentos técnicos, das restrições que lhe impõem o lugar social e a instituição de saber onde é exercida, ou ainda, das regras que necessariamente comandam sua escritura. O que pode igualmente ser enunciado ao inverso: a história é um discurso que coloca em ação construções, composições, figuras que são aquelas de toda escritura narrativa, logo, também da fábula, mas que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados ‘científicos’, se entendermos por isso ‘a possibilidade de estabelecer um conjunto de *regras* que permitem ‘controlar’ *operações* proporcionais à *produção* de objetos determinados’ (2002: 100).

Em primeiro lugar, vê-se destacado o caráter histórico da disciplina, sujeita a “variações” dos procedimentos técnicos e, acrescento, da própria concepção do que seja história. Segundo ponto importante, as regras da escritura (“construções, composições e figuras da escritura narrativa”) indicam a relevância do texto para análise das formas como se produz história. Por fim, as restrições do lugar e da instituição (regras para controlar operações) autorizam pensar a historiografia como prática social, “isto é, projeto e resultado do trabalho de um grupo de eruditos e pesquisadores que compartilham preocupações, concepções teóricas e outras condições de produção [...]” (RODRIGUES, 2006: 19).

Outro aspecto importante para a compreensão da escrita de Achylles Porto Alegre se refere à memória, a fonte do seu testemunho. A memória pode ser pensada, com P. Ricoeur (2007), como um trabalho de esforço e busca da lembrança. Para ele, “buscamos aquilo que tememos ter esquecido, provisoriamente ou para sempre, com base na experiência ordinária da recordação” (RICOEUR, 2007: 46), portanto, “a busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar contra o esquecimento” (2007: 48). Assim, “esforço de recordação constitui um caso de esforço intelectual e se aparenta com o esforço de intelecção”, onde

A palavra importante [...] é trabalho – ou, antes, ‘trabalhar’ – que enfatiza [...] o caráter dinâmico do processo inteiro [...]. É em relação com essa noção de trabalho, enunciada em sua forma verbal, que se torna possível falar da própria lembrança, assim liberada, como de um trabalho, o ‘trabalho de rememoração’ (Ibid.: 84).

Ao religar a memória ao esforço de inteligência, o filósofo francês me oferece a base teórica a partir da qual as reminiscências de Achylles podem ser analisadas como esforço de compreensão e explicação do passado evocado, e também como salvaguarda ao esquecimento de elementos que, ao que parece, para o cronista, não devem perecer. E, como “lembrar-se [...] é fazer algo: é declarar que se viu, se fez, adquiriu isso ou aquilo” (RICOEUR, 2007: 134), o testemunho que avaliza a crônica de Achylles como relato fiel do passado pode ser pensado como o substituto do documento do historiador de ofício na representação do que passou.

Ao focar as relações entre história e literatura a partir das indicações de L. Costa Lima (2006), penso a crônica de Achylles não como discurso ficcional porque exerce um forte “trabalho sobre a linguagem”, mas, tendo no testemunho seu princípio de orientação (a fidelidade do relato), como discurso histórico que tem por aporia a verdade do que houve.⁴ E, ainda segundo o autor, entendo a

[...] verdade historiográfica como investigação judiciária. Não é verdade no sentido metafísico clássico ou no sentido científico usual. À semelhança da verdade judiciária, a verdade historiográfica supõe o julgamento de um processo efetuado por um agente qualificado (COSTA LIMA, 2006: 157).

Desta maneira, a crônica, forma utilizada por Achylles Porto Alegre para falar do passado é aqui pensada como um gênero de fronteira entre história e literatura. Nesse sentido, é possível identificar duas linhas gerais que caracterizam a crônica moderna, na qual Achylles se encaixa, para que, através de movimentos de afastamento se perceba a especificidade do texto de Achylles. A primeira linha geral liga a crônica ao jornal, seu veículo de enunciação. Para S. Pesavento “na sua acepção contemporânea”, a crônica é, no final do século XIX e início do XX,

[...] aquela narrativa curta, difundida pelos jornais, frente a um mundo transformado pela modernidade e pelos meios de comunicação de massa, [...]. Nesta instância, a crônica é aquele artigo de consumo diário, rápido e preciso, que se apresenta como produto a ser consumido por um público leitor de jornal (2004: 63).

⁴ O “[...] discurso ficcional [...] não postula verdade, mas a põe entre parênteses. Já a historiografia tem um trajeto peculiar: desde Heródoto e, sobretudo, Tucídides, a escrita da história tem por aporia a verdade do que houve” (COSTA LIMA, 2006: 21).

Em relação ao texto de Achylles, o veículo (o suporte) da crônica não é o jornal, efêmero. Ao contrário, é no livro, perene, que o cronista imprime a sua escrita. As conseqüências desta discrepância são importantes para compreender a crônica de Achylles. Diferentemente do público diário visado pelo jornal, os livros do cronista se direcionam a outra espécie de leitor, àquele interessado no passado da cidade e do estado; mas, sobretudo, o suporte do livro proporciona maior duração ao texto, conferindo-lhe, portanto, atributos de perenidade.

A segunda linha geral identifica como tema dileto da crônica o tempo (NEVES, 2001: 21-22), principalmente o presente, e, neste, o cotidiano (NEVES, 1992: 76). A crônica de Achylles, publicada em seus livros, ao contrário, não fala do cotidiano dos leitores, mas do passado.

Neste sentido, partindo destas linhas gerais, é possível pensar a crônica de Achylles como ato de salvar à memória aquilo que deve ser eternizado através da escrita, assim como no mito de Fedro, evocado por P. Ricoeur (2007: 151-152), em que a escrita era um remédio à memória, que esquece. Selecionando no passado personagens, acontecimentos e testemunhos, e transformando em narrativa aquilo que considera memorável, Achylles permite analisar sua concepção do que é historicizável, daquilo que é capaz de tornar-se, em sua escrita, história. Dessa forma, a crônica de Achylles, é vista como espaço de escrita da história, que se encontra em diálogo permanente com as estratégias narrativas propriamente literárias.

A partir da leitura preliminar dos prólogos dos livros de crônicas do autor gaúcho, numa perspectiva retórica, é possível acrescentar à hipótese inicial da pesquisa algumas reflexões acerca da escrita de Achylles Porto Alegre. Em primeiro lugar, é possível perceber uma diferenciação entre seus trabalhos destinados à “educação cívica” dos seus patricios, de caráter pedagógico, portanto (PORTO ALEGRE, 1917: sem página),⁵ e os trabalhos de “literatura de imaginação”, como caracteriza suas obras poéticas (PORTO ALEGRE, 1919: sem página). No entanto, é possível perceber o zelo do autor por uma escrita de “leitura, quiçá útil e atraente” (PORTO ALEGRE, 1919: sem página). Dessa forma, a preocupação explícita com a forma do discurso chama a atenção para as estratégias de sua construção como portadora do sentido da narrativa.

Em segundo lugar, pode-se perceber que não só a dimensão fiduciária do testemunho é o recurso narrativo que garante a legitimidade sobre o passado relatado. Nos prólogos dos seus livros de crônicas, Achylles informa ao leitor sobre os atributos que lhe conferem

⁵ Grande parte do material publicado por Achylles nos seus livros crônicas consiste em biografias do que ele define como “belos exemplos dignos de serem imitados” (PORTO ALEGRE, 1917: sem página).

autoridade como narrador autorizado do passado, uma autoridade que é construída pelo seu próprio discurso. É nesse sentido que o autor aciona seu passado como poeta prestigiado no país e no exterior (PORTO ALEGRE, 1919: sem página), relembra ao leitor sua idade avançada e em decorrência a experiência adquirida, assim como o amor pelo ofício de “prosador” e a sinceridade do seu relato (PORTO ALEGRE, 1922: I).

Desse modo, a pesquisa tem avançado em direção ao texto, no qual o historiógrafo/literato constrói e reforça para si e para seu público as condições de enunciação de uma narrativa sincera e fiel sobre o passado. Uma narrativa em que o conteúdo e forma parecem receber um tratamento equivalente, visando, portanto, ser útil e agradável ao leitor.

Bibliografia

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: _____. *A escrita da história*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, pp. 65-119.

CEZAR, Temístocles. “Presentismo, memória e poesia. Noções de escrita da história no Brasil oitocentista”. In: PESANVENTO, S. *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 43-80.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

COSTA LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HARTOG, François. “A testemunha e o historiador”. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: UFRGS, 2001, pp. 11-41.

MONTEIRO, Charles. “Histórias e memórias da cidade nas crônicas de Aquiles Porto Alegre (1920-1940)”. *História UNISINOS*, v. 8, n. 10, 2004, pp. 81-96.

NEDEL, Letícia B. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta*. Dissertação (Mestrado), UFRJ, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 1999.

_____. *Um passado novo para uma história em crise: regionalistas e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese (Doutorado). UnB, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2005.

NEVES, Margarida de Souza. “Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas”. In: CANDIDO, A. *et alli. A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1992. pp. 75-90.

_____. “História da crônica. Crônica da história”. In: RESENDE, B. (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001, pp. 15-31.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PESAVENTO, Sandra J. “Crônica: fronteiras da narrativa histórica”. *História UNISINOS*. São Leopoldo: UNISINOS, v. 8, n. 10, 2004, pp. 61-80.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens illustres do Rio Grande do Sul*. ? : Porto Alegre, 1916.

_____. *Vultos e factos*. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1919.

_____. *Através do Passado*. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1920.

_____. *Paizagens mortas*. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1922.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925 a 1964*. Tese (Doutorado). UFRGS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2006.

Testemunhos e “otobiografias” de artistas regionais-nacionais: refletindo em torno de silêncios no campo musical popular brasileiro

Kamilla Assis Tavares*

Aline da Costa Luz*

E se você vier com essa: que sou ingênuo, artista louco; digo: eu concordo. Eu pinto, eu bordo, eu vivo muito e ainda acho pouco. Por isso é sempre novo afirmar: Não faça a guerra. Faça o amor.
Belchior

A historiografia acerca do campo musical brasileiro produz silêncios sobre uma demanda de artistas regionais-nacionais. Se pensarmos a música (letra e melodia) em uma dimensão testemunhal, teremos um vasto campo de análise sobre o caráter autobiográfico, “otobiográfico”, presente nas produções de artistas que a historiografia esquece. O trabalho pretende analisar essas lacunas produzidas a partir da produção dos artistas cearenses, Belchior, em especial, e Raimundo Fagner.

Antônio Carlos Gomes Belchior Fontenelle Fernandes nasceu em Sobral, interior do Estado do Ceará, em 26 de outubro de 1946. Desde a infância teve contato com música e versos de antigos poetas. Aos 16 anos muda-se para Fortaleza a fim de completar seus estudos, onde convive com Fagner, Ednardo, Fausto Nilo, dentre outros artistas. Ingressa no curso de Medicina, mas o abandona no quarto ano de faculdade para seguir sua carreira no universo musical no Rio de Janeiro, local que passa a residir a partir de 1971, época em que passa sérias dificuldades, inclusive financeiras, chegando até a morar na rua. Neste mesmo ano se inscreve no IV Festival Universitário de MPB e conquista o primeiro lugar com a música *Na hora do almoço*, nas vozes de Jorge Teles e Jorge Néri.

Em 1972 Elis Regina grava *Mucuripe*, parceria entre Belchior e Fagner, proporcionando a esses dois artistas o reconhecimento nacional. Sobre a importância de Elis em sua carreira, Belchior afirma:

· Graduada do 4º período de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí.

* Graduada do 6º período de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí.

Elis foi que definitivamente me incluiu entre os compositores da minha geração, que possibilitou uma continuidade do meu trabalho porque ela me deu um reconhecimento imediato e um reconhecimento com autoridade que vem da competência que aquelas músicas estavam sendo feitas por aquele rapaz latino-americano que estava chegando em São Paulo. (VERDES MARES, 2005)

Posteriormente, Belchior parte para São Paulo e estoura no universo musical com o LP *Belchior a palo seco*.

Já o outro artista cearense focado neste trabalho, nasceu em Orós, em 13 de outubro de 1949. Desde sua infância, Raimundo Fagner Cândido Lopes se interessou por música e em 1971, já vivendo em Brasília, é ano em que desiste do curso de Arquitetura, ganha em primeiro lugar no Festival de Música Popular do Centro de Estudos Universitários de Brasília com *Mucuripe*.

As carreiras de Belchior e Fagner surgem em um mesmo contexto. Ambos nascem no Ceará onde, logo na infância, têm contato com a música e partem em busca de reconhecimento profissional e pessoal. Ainda no Ceará formam o que ficou conhecido como *Pessoal do Ceará*, juntamente com Rodger Rogério, Ednardo e Ricardo Bezerra.

Ao analisarmos a produção de Belchior podemos perceber o caráter autobiográfico de grande parte de suas obras e a consciência que ele possui esse caráter. Pensando na autobiografia como “um testemunho histórico relevante não apenas para a compreensão da vida do autor, mas também para a compreensão da época e da cultura em que o autor viveu” (FEITOSA, 2002: 55), é possível apreender características de sua vida, sentimentos, sua trajetória ao sair do nordeste e instalar-se no Rio de Janeiro, as críticas aos demais movimentos musicais existentes no Brasil dos anos 1970, bem como as influências que esses movimentos têm sobre seu trabalho. Toda obra artística possui um caráter autobiográfico, mesmo que o artista não tenha essa intenção, no entanto, percebemos que Belchior necessita mostrar através de sua obra a sua dor, as aventuras, os amores, as lutas para encontrar seu próprio caminho.

Minhas músicas falam da aventura de viver, da descoberta do mundo, o desconcerto da vida e o fato de que o jovem, para encontrar seu caminho, deve matar o pai (como dizia Freud). Ele tem que assassinar os membros da família. Então esse conflito, que é o conflito básico, primitivo, é o encontro da própria identidade de que eu trato na minha música. Não do ponto de vista somente da faixa etária, mas também no sentido cultural, mais amplo e universal, que é essa questão do conflito entre a tradição e a renovação. (UEPG O PONTEIRO)

Belchior possui o conhecimento da função que suas músicas possuem, do que elas atingem, ferem e influenciam. Ele é consciente da dimensão histórica que a sua produção absorve. Tão consciente que sua canção *A palo seco* (1974) nos diz: “E quero é que esse canto torto / feito faca corte a carne de vocês”.

José Américo Bezerra Saraiva (2007) nos traz a idéia da aridez como característica presente nas produções musicais de artistas cearenses, em especial Belchior, em um âmbito estético, assim conseguem representar em suas canções o clima seco e árido nordestino, bem como as dificuldades sentidas pelos cearenses, enquanto cantores e enquanto habitantes da região. Ao longo do trabalho analisaremos se essa aridez contribui para o afastamento da produção cearense, principalmente a de Belchior, dos grandes circuitos da mídia, bem como da historiografia da música popular brasileira.

Essa aridez pode ser percebida na música *A palo seco*, composta e interpretada por Belchior, mas também gravada por Fagner e Ednardo. “‘A palo seco’, ou ‘cante puro’, é uma expressão espanhola que significa ‘cantar sem o acompanhamento de instrumentos’ (...) denota um canto primitivo, extremamente forte, emotivo e gutural.” (COSTA apud CARLOS, 2007: 250). Essa expressão pode significar também um discurso áspero, seco, considerando a palavra “palo” uma forma reduzida de “palato” parte da cavidade bucal, mas que pode ser entendida também como “discurso”, ao associá-la com “seco” tem-se este sentido da aspereza, do cansaço da fala. Mas, “seja qual for a interpretação, o texto já qualifica sua enunciação como árida, hostil” (idem).

A música para estes cearenses tem uma função político-social. Ou seja, é um veículo de denúncia e provocação, é um espaço para se pensar sobre a realidade da juventude, do ser humano e do Brasil. Para Belchior, principalmente, a música está além da diversão e distração; ela tem função de ser o caminho pelo qual o compositor/cantor passa pra o ouvinte suas mensagens. Visto que, como afirma Oliveira (2005), a música tem a função de provocar as emoções, os sentimentos dos ouvintes, e não apenas o entretenimento.

Ao cantor cabe o papel de manipulador, para que o ouvinte possa aderir àquilo que o interlocutor deseja passar. O espaço de pertença, identificação, posicionamento do artista pode ser apreendido das músicas. Esse sentimento de pertença está explícito nas

obras de Fagner e Belchior e vai influenciar na produção de críticas aos movimentos que ignoram a cultura latino-americana. “Por força deste destino / o tango argentino me vai bem melhor que o blues” (“A palo seco”, Belchior, 1974).

Podemos perceber nas canções desses artistas a necessidade de inserir o Ceará, no Nordeste, o Nordeste no Brasil e, por sua vez, inserir o país em um universo maior, que é o das Américas, “promovendo, assim, uma integração intercultural na qual os subgêneros musicais populares funcionam como elo, evidenciando um diálogo entre localismo e cosmopolitanismo” (MENDES, 2007: 408). Visto que as músicas destes artistas não se afastam totalmente de características regionais, como a fala e os ritmos, mas além dessas características são influenciados pelo movimento Tropicalista, pelo jazz, pelo rock e blues.

Apesar de existir uma influência nas produções de Belchior, há uma tentativa de aproximação com a MPB engajada. E ao mesmo tempo, um distanciamento da Jovem Guarda, da Tropicália e da MPB nostálgica (Saraiva, 2007), sendo que com o tropicalismo há, gradativamente, uma ruptura estética, findando num movimento de “ideologias” opostas.

Na obra desses dois grandes artistas cearenses é interessante a união de expressões que caracterizam o falar nordestino e, além disso, de várias outras que caracterizam a saída destes da chamada música regional, demonstrando grande conhecimento, e grande influência de outros gêneros musicais, como podemos perceber na música *Rodagem* de Belchior (1974) “Nosso sinhô! Que vontade / Meu Deus, ai! Que légua / Eh! Mundão”, ou na canção, *Flor da paisagem*, de Robertinho de Recife e Fausto Nilo, interpretada por Fagner no álbum *Orós* (1977): “Teu zói é a flor da paisagem / Sereno fim da viagem / Teu zói é a cor da beleza / Sorriso da natureza”, ou ainda no trecho dessa música, *Do mar, do céu, do campo*, na qual Belchior cita o título de uma canção da cantora francesa do início do século XX, Edith Piaf, *La vie en rose*, “Cantar o mar no céu, LA VIE EN ROSE aqui”.

Percebemos com facilidade que as obras de Raimundo Fagner e Belchior possuem um alto teor autobiográfico. Como afirma Charles Feitosa (2002), a autobiografia não atua apenas como um testemunho histórico relevante para a compreensão da vida do autor, mas também para a compreensão da época e da cultura em que o autor viveu (p.55). A música pode ser encarada como “otobiografia”, que é

quando o peso do pacto autobiográfico do sujeito que fala desloca-se para a orelha daquele que escuta.

Assim, a historiografia acerca da música popular brasileira, ao privilegiar apenas movimentos como a Tropicália e a Bossa Nova e suas relações com a historicidade, silenciam um potente testemunho presente nas obras de artistas regionais-nacionais como Fagner e Belchior, que devem ser encaradas como discursos otobiográficos.

Referências Bibliográficas

ANTONELLI, Diego; SCHOENHERR, Rafael; FARIA, Rômulo; [et al]. www.uepg.br/oponteiro/belchior.htm. Acesso em: 23 jul 2009.

CARLOS, Josely Teixeira. Recitanda: a metadiscursividade nas canções de Belchior. In: COSTA, Nelson Barros da (org). *O charme dessa nação: Música popular, discurso e sociedade brasileira*. Expressão Gráfica e Editora: Fortaleza, Ceará, 2007.

_____. Muito além de apenas um rapaz latino-americano vindo do interior: investimentos interdiscursivos das canções de Belchior, 2007. 276 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) UFC. Fortaleza.

FEITOSA, Charles. Labirintos: corpo e memória nos textos autobiográficos de Nietzsche. In: LINS, Daniel; GADELHA, Sylvio. *Nietzsche e Deleuze: Que pode o corpo*. Relume Dumará: Fortaleza, 2002.

MENDES, Maria das Dores Nogueira. Palmilhando um chão sagrado: a construção da topografia nas canções do Pessoal do Ceará. In: COSTA, Nelson Barros da (org). *O charme dessa nação: Música popular, discurso e sociedade brasileira*. Expressão Gráfica e Editora: Fortaleza, Ceará, 2007.

OLIVEIRA, André Luiz Muniz. O Kantor: sujeito de difusão da doutrina dos afetos como forma de sustentação moral na música barroca alemã. *Vivência*, Natal, v. 1, n. 29, p. 33-42, 2005.

SARAIVA, José Américo Bezerra. A constituição de um ethos discursivo em “A palo seco”. In: COSTA, Nelson Barros da (org). *O charme dessa nação: Música popular, discurso e sociedade brasileira*. Expressão Gráfica e Editora: Fortaleza, Ceará, 2007.

VERDES MARES. Sereia de Ouro: conheça um pouco da vida de Belchior. <http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=127292&modulo=178>. Acesso em: 23 jul 2009.

Referências Discográficas

BELCHIOR. Antônio Carlos Gomes. *Belchior a palo seco*. Continental, 1974.

BELCHIOR. Antônio Carlos Gomes. *Paraíso*. Warner, 1982.

FAGNER, Raimundo. *Orós*. CBS , 1977.

As lições do passado colonial na escrita da história de Afonso de Taunay (1911-1939)

Karina Anhezini*

Em 1911, Afonso de Taunay (1876-1958) proferiu a aula inaugural do curso de História Universal na Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo intitulada *Os princípios gerais da moderna crítica histórica* (TAUNAY, 1914). Com uma clara referência ao livro *Introdução aos estudos históricos* (1946) de Langlois e Seignobos, Taunay dissertou a respeito dos procedimentos adequados para a escolha e utilização dos documentos na pesquisa histórica. Decorridos seis anos da primeira exposição daquilo que considerava a maneira mais adequada para se escrever a História do Brasil, Taunay se viu diante da possibilidade de colocar em prática alguns daqueles procedimentos.

À frente da reestruturação da Seção de História do Museu, Taunay se empenhou desde os primeiros meses na localização da documentação que necessitava para montar as primeiras salas que desejava expor até o final do ano de 1917. Para tanto, providenciou a contratação de copistas reconhecidamente competentes que pudessem reproduzir fielmente cerca de cinquenta mapas dos séculos XVI, XVII e XVIII referentes ao Brasil e a São Paulo, em particular, e numerosos documentos datados de 1550 a 1822 relativos “aos mais importantes fatos do passado paulista”¹.

No entanto, além das encomendas, se a História não se faz sem os documentos, quando se publicam novos documentos deve o historiador logo “fazer História” deles, pois novas fontes devem ser entendidas como novas peças disponíveis para a composição dos mosaicos da História. Quanto maior o número de monografias compostas com estas novas peças mais próximo da verdade estará o historiador e este deve ser o objetivo do seu ofício, é o que dita a moderna crítica histórica, afirmava Taunay (TAUNAY, 1914).

Entre 1902 e 1903, quando freqüentou o Arquivo Público de São Paulo e o Arquivo da Câmara da capital, Washington Luís havia pesquisado as *Atas da Câmara de São Paulo* e o *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo*. Naquele período, afirmou ele, estava animado em fazer uma relação cronológica das entradas pelo sertão, porém, eleito deputado estadual em 1904 e tomado após este momento pela vida política e administrativa, publicou

1

*Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Paraná). Este texto é resultado da tese intitulada *Um metódico à brasileira: A História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)* defendida em 2006 na UNESP-Franca, sob orientação da Profª. Drª. Teresa Maria Malatian. A pesquisa obteve fomento da CAPES e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Carta de Afonso de Taunay enviada aos jornais *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Comércio* e *Correio Paulistano*, São Paulo, 22 de dezembro de 1917, APMP/FMP (1ª. entrada), pasta 104.

apenas o *Testamento de João Ramalho* em 1905, um grande achado para a época, e um ensaio na *Revista do IHGSP* intitulado “Contribuição para a história da capitania de São Paulo: Governo de D. Rodrigo César Menezes” que seria desenvolvido e publicado em livro em 1918 (LUÍS, 1918). Daquele período guardou muitas anotações e, em 1956, já afastado da vida pública, lançou a *História da Capitania de São Vicente* (LUÍS, 2004). No entanto, das consultas realizadas naquela documentação não restaram apenas as notas, mas também a intenção, segundo ele, de facilitar o acesso a tais fontes em razão da necessidade de algum historiador realizar aquilo que ele havia planejado e somente concretizaria no final da vida:

Eu havia tido lazeres e paciência, anteriormente, para compulsar tais documentos e deles extraí notas. Muitos dos estudiosos da História de São Paulo não teriam tempo para o consumir em investigações de arquivos. Seria, pois, egoísmo imperdoável, não divulgar tais documentos desde que fosse possível. E assim se fez.

A publicação dessa documentação valiosa, decifrada em boa letra de forma, em volumes facilmente manuseáveis, iria permitir a estes estudiosos o exame tranqüilo em suas casas, em horas disponíveis, com seguro proveito para a nossa literatura histórica (LUÍS, 2004: 42).

Por ocasião do início de gestão como prefeito da cidade de São Paulo em 1914, Washington Luís contratou para o trabalho de decifração e transcrição os paleógrafos Francisco de Escobar e Manuel Alves de Souza e determinou a publicação das *Atas da Câmara de São Paulo*. Após o término desta tarefa, eles se debruçaram sobre o *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo* e, em 1917, a publicação deste *corpus* documental resultou em mais de quarenta volumes.

Taunay muito se beneficiou do empreendimento documental e histórico de Washington Luís. Sob os olhos de Taunay essa documentação tomaria a forma do objeto de composição da História dos Costumes. Essas novas fontes, entendidas por Taunay, como peças do mosaico somadas àquelas de que já dispunha no Museu Paulista, conformariam um dos pontos centrais do seu principal recorte temático: a História de São Paulo.

A partir de 1917, Taunay passou a divulgar as primeiras incurções no terreno das *Atas* e do *Registro Geral da Câmara de São Paulo* nas colunas do *Correio Paulistano*, jornal oficial do Partido Republicano Paulista que reunia naquele tempo as figuras proeminentes da administração pública de São Paulo. A partir da década de 20, quando Menotti Del Picchia assumiu o cargo de crítico literário e redator político, a redação do *Correio Paulistano* localizada no epicentro da vida cidadina de São Paulo, o Triângulo, passou a congregar Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Cândido Motta Filho e Alfredo Ellis Júnior integrantes do grupo modernista Verde-Amarelo.

Neste ambiente de exposição das posições políticas do PRP e da fermentação de idéias modernistas que eclodiriam durante a década de 20, Taunay obteve um espaço privilegiado de

divulgação de seus trabalhos. Quase semanalmente publicou partes dos estudos que resultaram na composição dos primeiros livros nos quais, a partir das *Atas* e do *Registro Geral da Câmara Municipal*, escreveu a sua versão da História de São Paulo.

Em 1920, 1921 e 1923, Afonso de Taunay publicou *São Paulo nos primeiros anos*, *São Paulo no século XVI* e *Piratininga*. Inaugurava oficialmente com esta trilogia a já anunciada narrativa da “conquista do Brasil pelos brasileiros” com as características que marcaram a sua escrita a respeito do passado colonial brasileiro. Essas características já presentes em muitas passagens dos estudos publicados anteriormente — tanto naqueles a respeito de Pedro Taques e frei Gaspar da Madre de Deus quanto nos artigos que compuseram a obra *Na era das bandeiras* — apareceram nestas três obras aperfeiçoadas e com o formato não mais de um projeto para uma História dos costumes no Brasil, mas sim efetivamente na forma de “ensaios de reconstituição social”.

São Paulo nos primeiros anos foi dedicado ao “Dr. Washington Luís Pereira de Souza” em agradecimento pela publicação da documentação que norteou a feitura do livro. Taunay justificou o estudo da seguinte maneira:

Muito tentadora a empresa, não só porque se refere a São Paulo, centro de irradiação da conquista do Brasil pelos brasileiros, primeiro posto avançado da civilização no interior do nosso país, como por oferecer ao comentador o mais pitoresco terreno e até hoje virgem. Não houve, com efeito, nas nossas letras históricas quem empreendesse uma reconstituição no gênero da que procuramos realizar: ressuscitando grande cópia de fatos inteiramente inéditos, salvo quanto a este ou aquele pormenor escasso, aqui e ali colhido, como o fez Azevedo Marques (TAUNAY, 2003: 15-16).

Estavam ali destacadas muitas das orientações que ele havia professado em 1911 para os alunos da Faculdade Livre de Filosofia e Letras e em 1914 para os consócios do IHGSP e, principalmente, abria-se a possibilidade de seguir a ordem do mestre Capistrano de Abreu: “Se você está em São Paulo e quer escrever história faça uma coisa: estude as bandeiras” (TAUNAY, 1939:10).

Taunay tinha em mãos os tão sonhados “fatos inéditos” para “ressuscitar” a respeito da cidade que representava o “centro de irradiação” das entradas pelo sertão. Realmente era uma “tentadora empresa” cuja publicação foi financiada pelos cofres públicos do município de São Paulo e, ainda, revisada, mais de uma vez, pelo escritor e amigo Alberto Rangel (1871-1945). Rangel morou na Europa durante as décadas de 10 e 20, onde organizou “O inventário dos documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo d’EU”, publicado pela Biblioteca Nacional em 1939.

Em 14 de setembro de 1919, quando recebeu as provas da casa editora de Tours, Rangel escreveu a Taunay:

Acabo de receber de Tours um pacote com as provas das últimas páginas do seu curiosíssimo livro. E entre parênteses: O título depois que você o encurtou ficou bem melhor. Eu adotaria *São Paulo nos primeiros tempos*, tanto a palavra *anos* me soa mal, e tanto mais que ficaria mais de acordo com o livro que pouco diz efetivamente e rigorosamente dos primeiros anos sumidos com o primeiro volume das *Atas*. Você perdoe-me o desaforo...

Você pôs-me em botas com essa revisão. Não sei, muitas vezes, a que me ater. Faltando-me o primeiro volume publicado das *Atas*, nenhum meio de conferir as citações a esses documentos. E no seu original Taunay, muitas vezes, não se sabe onde acabam as transcrições. E que dificuldade para uniformizar a grafia que diverge nos originais impressos nos jornais. [...] O diabo: felizmente você verá as últimas provas e remediará o desconcertado. Mas, pelo amor de Deus, substitua nas emendas que fizer sua letra garranchenta por caligrafia inteligível [...] Por outro lado, que prazer você me deu com a leitura em primeira mão dessas preciosas e interessantíssimas páginas, andando ao rabisco das inevitáveis *coquilles*! Quanta coisa impagável nas crônicas dos peludos edis vicentinos e como você soube joeirá-los com tanto carinho, bonomia e clareza².

Na versão final, Taunay não tirou os “anos” e nos livros que escreveu posteriormente também não tomou mais cuidado com os originais, talvez esse descuido possa explicar parcialmente a velocidade e a quantidade de obras que ele produziu durante a vida. Escrevia tudo à mão e mandava para a revisão de algum amigo e com o passar do tempo de um profissional e imprimia, muitas vezes, mais de um livro por ano.

Em âmbito internacional, essa e outras obras publicadas anteriormente contaram também com a apreciação de Oliveira Lima, o historiador-diplomata pernambucano. Taunay e Oliveira Lima se corresponderam durante as décadas de 10 e 20 e a principal motivação das trocas de cartas era o envio de obras e documentos. Oliveira Lima, quando já aposentado e instalado em Londres, afirmava ao amigo:

Refugio-me no passado das tristezas do presente, e estou trabalhando no arquivo aqui com papéis velhos. Li com muito interesse o seu estudo sobre “Pedro Taques” no J. do Comércio, mas não li o sobre “Gaspar da Madre de Deus”. Onde saiu? Recebo também o Estado, mas faltaram-me uma vez alguns números. Será num desses? Falta-me um volume da Revista do Instituto Histórico de São Paulo, mas neste momento não lhe posso precisar qual – penso ser o 3º. Estou, nos momentos vagos, catalogando a biblioteca, e quando catalogar essa parte, lhe mandarei dizer o volume que me falta para fazer o favor de mandar-me porque tenho a coleção completa e estimo muito tê-la³.

Essa “paixão bibliófila” (MALATIAN, 2001: 361) cultivada por Oliveira Lima levou-o a adquirir um amplo e rico acervo que, doado à Catholic University of América – CUA

² Carta de Alberto Rangel a Afonso de Taunay, Paris, 14 de setembro de 1919, Fundo Alberto do Rego Rangel – Arquivo Nacional, caixa 13, pacotilha 7.

³ Carta de Oliveira Lima a Afonso Taunay, Londres, 25 de janeiro de 1915, Coleção de Afonso Taunay, (2ª. entrada), pasta 4. Conteí com a colaboração da Profª. Drª. Teresa Maria Malatian para a transcrição de todas as cartas enviadas por Oliveira Lima a Afonso Taunay coletadas no Museu Paulista.

(Washington, D.C.), formou a *Oliveira Lima Library* instalada no campus da CUA oficialmente em 1924. Portanto, diante dessa dedicação em colecionar obras, Oliveira Lima agradecia gentilmente aos amigos que lhe ofertavam suas produções.

Esta obra, *São Paulo nos primeiros anos*, despertou o interesse de boa parte dos sócios dos Institutos Históricos, principalmente, porque muitos também estavam utilizando aquelas fontes, recentemente publicadas, em suas próprias pesquisas. O exigente mestre Capistrano de Abreu que, muitas vezes, criticava os trabalhos de Taunay, enviou-lhe uma carta em abril de 1920 reconhecendo seus méritos e como era de costume, fazendo correções:

Grande parte do dia de ontem empreguei lendo seu livro sobre São Paulo quinhentista. Já estou no meio e hoje ou amanhã devo terminar você proporcionou-me horas agradáveis e a mesma sensação proporcionará aos leitores. Seu método de exposição tornará popular a leitura e é bem possível que a tornem mais atrativa as perifrases, alusões, etc. [...] Depois de completar a leitura, exporei algumas dúvidas. Há uma distração curiosa em seu livro: supõe as câmaras do tempo regidas pelos Filipinos. No trabalho sobre as atas, que comecei, o primeiro artigo devia intitular-se A Câmara de S. Paulo, sobre as Ordenações Manuelinas⁴.

O recurso lingüístico a que Capistrano de Abreu se referiu “as perifrases” podem definir não somente a forma utilizada por Taunay nesta obra como em todas as outras que escreveu. Fazia uso, muitas vezes, de circunlóquios para expressar o argumento principal e se perdia em meio a tantas palavras e adjetivações. Mas, como afirmou Capistrano, essa forma poderia tornar mais popular a leitura. Não sei se a tornou popular, mas certamente garantiu um tom emotivo e dramático ao texto que encantou muitos leitores, como atestam as impressões causadas em Rangel, João Lúcio, Oliveira Lima e tantos outros autores que se manifestaram em relação a esta e às obras posteriores.

Em *São Paulo nos primeiros anos*, Taunay buscou apresentar passo a passo a crítica do documento. No primeiro capítulo, ele expõe ao leitor a fonte em sua exterioridade (como foi e por quem foi produzida, de que maneira foi escrita e as circunstâncias que envolveram a transcrição e impressão ocorrida na contemporaneidade) e em sua interioridade (de que temas as fontes tratam e, principalmente, aquilo que não mencionam). Taunay destacou o quanto era importante observar o alheamento daquele povo em relação aos acontecimentos extra locais o que possibilitava ao pesquisador analisar os elementos psicológicos e acompanhar quase que dia-a-dia os acontecimentos que envolviam aquela sociedade. De posse das informações da crítica interna e externa da fonte, Taunay considerou que as *Atas* eram “o reflexo da vida imediata da

⁴ Carta de Capistrano de Abreu a Afonso Taunay, Três Corações, 12 de abril de 1920. In: ABREU, Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, volume 3; edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1956, p. 308-309.

vila paulistana”, e sob este ponto de vista constituíam “um repositório de dados e elementos psicológicos de insubstituível valor” (TAUNAY, 2003: 24).

A partir do segundo capítulo, Taunay adentrou o conteúdo do documento e tratou das primeiras fortificações de São Paulo. Este tema foi abordado a partir dos “incidentes pitorescos” relatados nas *Atas*, tal como o que envolveu Domingos Roiz. Contou Taunay, que era comum que os moradores fizessem buracos ou arrancassem as portas do muro que cercava a vila, inclusive, alguns moradores até vendiam as portas arrancadas. Domingos Roiz havia sido intimado pela Câmara para tapar o buraco que ele havia feito no muro. Como o morador não efetuou o reparo, a Câmara realizou o serviço e lhe cobrou as despesas. No entanto, o morador enviou uma petição à Câmara para que abrisse novamente a passagem e Taunay narrou os detalhes do curioso pedido:

‘Havia o baluarte caído desde quatro anos’, explicava o pobre diabo. Entaiparem-lhe agora a abertura seria condená-lo a grande incômodo. Eram ‘a terra pobre e as necessidades dela muitas’. Sua mulher ia à roça com as escravas atravessando as derruídas fortificações. Se assim não fosse, precisariam dar enorme volta. À vista de semelhante inconveniente, pois, respeitosamente suplicava o desolado emparedado ‘que lhe dessem licença, para que de novo abrisse a passagem, para que sua mulher e cunhadas e escravas pudessem dela servir-se’. Para Domingos Roiz, ao que parece, não existia a questão do *salus populi*. Queria as suas comodidades esse egoísta do século XVI. (TAUNAY, 2003: 29-30).

Esta forma bem humorada de narrar os fatos pitorescos encontrados nas *Atas* pode ser verificada em diversas páginas da obra e o julgamento das personagens também. Mesmo defendendo a imparcialidade do historiador, Taunay não se privava de julgar os atos que considerava inaceitáveis ou de apontar, como no caso citado, como uma ação individual estava contrária à organização geral da vila que ele vinha narrando desde o início do capítulo.

É no final deste segundo capítulo que Taunay, após ter narrado todas as medidas administrativas tomadas para a fortificação da vila, apresenta o surgimento da São Paulo que interessava aos seus objetivos de escrever o passado colonial das bandeiras e ao futuro republicano:

Assim, pois, surgiu São Paulo pelo século XVII adentro murado de toscas e rudes taipas como se uma praça de guerra, medieval, fora. É que realmente constituía um posto avançado da civilização e da conquista do Brasil, primeiro marco fixo e inabalável da entrada para o oeste infindo que à nossa pátria dilatária pelas terras imensas do continente, umas legitimamente lusas, outras não, à fê das bulas e tratados (TAUNAY, 2003: 31).

Após ter apresentado o argumento central que justificava a importância de se conhecer a São Paulo quinhentista, ou seja, era preciso desvendar de que maneira se organizou aquele lugar e aquela sociedade de onde partiriam no próximo século as bandeiras desbravadoras do Brasil,

Taunay passou a descrever em minúcias os acontecimentos registrados entre os anos 1554 e 1601 nas *Atas* e no *Registro Geral da Câmara*, sempre confrontados com algumas obras coloniais e contemporâneas conhecidas.

São diversos os temas tratados na obra e os principais interesses de Taunay recaíram sobre as atribuições daqueles que administravam a vila, de que maneira eram realizadas as eleições, as dificuldades técnicas e financeiras para se construir o primeiro paço municipal, o mobiliário da casa da Câmara, a ereção do pelourinho, a construção da forca que, por muitas vezes fora ereta e outras tantas derrubada, a organização da justiça paulistana, a primeira cadeia, a impunidade, o primeiro grande crime, os desejos de construção da primeira matriz, as confrarias, as irmandades, o espírito de independência da Câmara municipal, o amor à autonomia, as finanças, as primeiras preocupações urbanas, os arruamentos, o abastecimento de água, a superintendência de polícia e a “repressão de escândalos públicos”, as questões de higiene e saúde pública, a organização do trabalho, a vida econômica, “a marmelada, primeiro objeto da exportação paulista”, o rudimentar comércio, “a pobreza e o desconforto dos lares, a ausência de mobiliários, falta de utensílios e objetos mezinhos à vida civilizada” os inventários pobríssimos, as posturas sobre lavouras e criações, a viação urbana e vicinal, o caminho do mar e os mais antigos visitantes de São Paulo.

Com um olhar voltado para os costumes dessa sociedade que enfrentava diversas dificuldades para se organizar, Taunay percorreu as fontes tentando descrever os temas que ali ele encontrava. Como era de se esperar, essa narrativa não apresenta a neutralidade anunciada pelos “princípios gerais da moderna crítica histórica”. A busca pela verdade dos fatos passa pelo crivo do historiador que escolhe, direciona e encaminha sua argumentação para provar a afirmação, apresentada no final do segundo capítulo, de que São Paulo era realmente um posto avançado da civilização e que de lá saíram no século XVII os paulistas responsáveis pela conquista do Brasil.

Em algumas passagens é possível verificar esse encaminhamento. Pautado nos costumes das pessoas do lugar, os paulistas, Taunay afirma: “Assim, parecem-nos sobejamente demonstrados o espírito de independência, a oposição à prepotência, do povo de São Paulo, desde as primeiras décadas quinhentistas” (TAUNAY, 2003: 9). Taunay apresenta as atitudes administrativas como se estivessem voltadas para a realização do destino manifesto de São Paulo ser “a capital opulenta hodierna”: “Urgia manter rigorosa disciplina naquele posto avançado da civilização perdido entre as selvas, que era São Paulo e essa disciplina, entendia-o a Câmara,

precisava basear-se, sobretudo, no respeito à autoridade” (TAUNAY, 2003, p. 21). Ao encaminhar a narrativa para o final do século XVI, próximo aos anos que antecederam as primeiras entradas pelo sertão, Taunay afirma: “De ano para ano tomava a Vila aspecto mais civilizado, mais organizado” (TAUNAY, 2003: 173).

O livro não termina com um capítulo de conclusão, pois era apenas um primeiro trabalho ao qual se seguiriam outros já escritos quando da publicação deste e alguns planejados para os quais ele ainda buscava apoio e documentação.

Dessa forma, foi lançado no ano seguinte, em 1921, *São Paulo no século XVI* que se poderia pensar ser o mesmo livro, pois o recorte geográfico era São Paulo, o recorte temporal era o século XVI e a documentação anunciada no prefácio eram as *Atas* e o *Registro Geral da Câmara de São Paulo*. Então, afinal o que teria ficado sem historiar da São Paulo quinhentista que precisava de mais um livro? Faltou historiar aquilo que as fontes que se avolumavam no Museu Paulista dia-a-dia podiam acrescentar às *Atas* e o *Registro Geral da Câmara de São Paulo* e aos estudos já existentes a respeito tema. Assim como no livro anterior, muitos artigos também foram publicados, primeiramente, no *Correio Paulistano* em 1918 e a edição contou com o amparo dos poderes públicos municipais. No prefácio, Taunay esclarece que novamente precisou recorrer a Alberto Rangel “para o penoso e enfadonho trabalho da confecção do volume. Dele se desempenhou com o maior carinho”, o que significava para Taunay mais uma demonstração “da velha e boa amizade” que mantinham. Taunay fez um agradecimento ainda mais especial que o anterior, relativo à revisão do *São Paulo nos primeiros anos*, porque Rangel, enquanto revia as provas do livro de Taunay, finalizava o seu próprio livro que tratava também de “*quando o Brasil amanhecia*” (TAUNAY, 2003: 203). Assim, Taunay se referiu ao livro de Alberto Rangel, publicado em 1919, *Quando o Brasil amanhecia (fantasia e passado)* (RANGEL, 1919) o qual acompanhou a elaboração e edição por meio das trocas de muitas cartas.

Após a publicação de *São Paulo nos primeiros anos* em que se deteve no acompanhamento daquela documentação, transcrita e impressa pelo governo municipal de São Paulo, dividindo-a em temas e descrevendo-a quase que ponto a ponto, detalhe a detalhe, Taunay começou a aprofundar seus estudos, principalmente, motivado pelas obras que chegavam à biblioteca do Museu Paulista e pelas inúmeras cartas que recebia apontando as deficiências e os pontos em que devia se aprofundar. Diante disso, *São Paulo no século XVI* é o resultado das informações retiradas das *Atas* e do *Registro Geral da Câmara de São Paulo* somadas e confrontadas com os

estudos que realizou das obras e descrições de frei Gaspar da Madre de Deus, Pedro Taques, Robert Southey, Francisco Adolfo de Varnhagen, Padre Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Frei Vicente do Salvador, Pero de Magalhães Gandavo, frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, Gabriel Soares de Souza, Padre Simão de Vasconcelos, Eschwege, Marcgraff, Guilherme Piso, dentre outras. Na obra anterior, alguns desses autores estavam presentes, mas não ditavam os rumos da narrativa.

Outra diferença marcante está nos autores contemporâneos que Taunay utilizou para compor o segundo texto. Enquanto, em *São Paulo nos primeiros anos* ele citou informações e opiniões de Capistrano de Abreu, Orville Derby, Teodoro Sampaio, Padre Pablo Pastells, Cândido Mendes, Artur Neiva e Washington Luís, em *São Paulo no século XVI* somaram-se a estes autores Benedito Calixto, Ricardo Gumbleton Daunt, Brasília Machado, Basílio de Magalhães, Eduardo Prado, Alberto Rangel, Barão de Studart e José Veríssimo. A maior parte destes autores passou a se corresponder com Taunay neste período, entre a divulgação dos primeiros artigos em 1917 no *Correio Paulistano* e a publicação das obras.

A consulta destes variados autores levou Taunay a recriar uma São Paulo quinhentista com temas diferentes daqueles do primeiro livro. O enfoque voltado para os hábitos e costumes continuou presente, mas ao se debruçar sobre a produção das cartas jesuíticas, outras faces da História de São Paulo foram privilegiadas.

O livro começa com as circunstâncias que envolveram a fundação de São Paulo e segue narrando o cotidiano da instalação dos missionários em São Paulo e as dificuldades de catequização dos indígenas. São relatadas várias cenas pitorescas da catequese, os resultados da evangelização, a influência da música na catequese, a oposição jesuítica ao movimento de escravização do indígena, enfim, os temas das fontes pesquisadas novamente definiram os assuntos abordados.

A obra termina ao se referir rapidamente à entrada pelo sertão de André Leão em 1601 “cuja importância nunca é demais encarecer, observa com toda a justiça Basílio de Magalhães — o passo inicial dos paulistas em relação à Sabarabussú, aos Cataguazes, a Goiás, a Mato Grosso” (TAUNAY, 2003: 416) e à bandeira de Nicolau Barreto realizada em 1603, porém elas não foram estudadas detidamente, pois “pertencem ao século XVII e escapam ao nosso quadro”, afirmou Taunay.

Ainda na introdução, Taunay justificou a delimitação temporal da seguinte forma:

Nada geralmente mais esdrúxulo do que o critério da subordinação dos fatos históricos às efemérides seculares, interrompendo-se o estudo, a descrição de uma fase evolutiva para que se não transponha um marco, cuja particularidade única venha a ser a da contagem centenária dos anos. Ocorre, porém, com a história de São Paulo uma particularidade: coincidem os primeiros milésimos do século XVII exatamente com o desabrochar de um período inteiramente novo, o da ativação das entradas produzida pelas instigações de D. Francisco de Souza aos paulistas.

Até 1596 viveu a vila paulistana absolutamente incerta do seu porvir; seria possível manterem-se os brancos no planalto? Não os obrigariam os silvícolas a um retrocesso para o litoral? As campanhas de Jorge Correa e, sobretudo, as de João Pereira de Souza desafogaram a situação de Piratininga; desanuviou-se-lhe o futuro. Logo depois, a presença, a ação e incitamentos de D. Francisco de Souza consolidavam de todo a situação, e lançavam-se os paulistas na senda definitiva das grandes entradas, com André de Leão, em 1601, e Nicolau Barreto em 1603. Assim, pode-se dizer que a primeira fase da história de São Paulo finda com o século XVI (TAUNAY, 2003: 202).

No plano inicial, Taunay trataria da segunda fase de São Paulo em *Piratininga*, obra publicada em 1923. Mas nas 173 páginas deste livro ele retomou o mesmo modelo de apresentação das *Atas* e do *Registro Geral da Câmara de São Paulo* empregado em *São Paulo nos primeiros anos*, descrevendo as ruínas do primeiro paço municipal, os projetos de construção da cadeia, os problemas ainda encontrados para se construir a igreja matriz, o comércio, a economia, os impostos, os preços dos alimentos, a questão do tráfico vermelho, as casas e o mobiliário, ou seja, os temas tratados pelos documentos pesquisados. Apresentou este volume como mais uma peça do mosaico que deveria se somar a estudos mais aprofundados do século XVII. Para tanto, ele planejava e, como havia anunciado a Alberto Rangel, já havia escrito os quatro volumes da *História Seiscentista da Vila de São Paulo* e, como mostra o prefácio assinado em 1923, também já estava pronto o primeiro volume da *História Geral das Bandeiras Paulistas*.

Para usar uma linguagem próxima ao objeto de estudo de Taunay e também muito característica de sua compreensão de como deveria ser escrita a História do Brasil, os estudos das *Atas* e do *Registro Geral da Câmara de São Paulo* abriram a picada no sertão ainda ignoto da História de São Paulo. A partir desses trabalhos, Taunay descobriu quais fontes deveria buscar e os livros que precisava conhecer e pôde, assim, desbravar os séculos XVII e XVIII. Séculos em que, segundo ele, o Brasil foi descoberto pelos brasileiros.

Os fundamentos modernos de escrita da História defendidos por Taunay ensinaram ao presente da década de 20 as lições a respeito do passado colonial que ele considerava necessárias para o futuro republicano.

Bibliografia

LUÍS, Washington. *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. (Edições do Senado Federal; v. 24)

_____. *A capitania de São Paulo*. Governo de D. Rodrigo César Menezes. São Paulo: Casa Tipográfica Garreaou, 1918.

MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru-SP: EDUSC; São Paulo-SP: FAPESP, 2001.

RANGEL, Alberto. *Quando o Brasil amanhecia (fantasia e passado)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1919.

TAUNAY, Afonso de E. *São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI: história da vila piratiningana*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (A primeira edição de *São Paulo nos primeiros anos...* foi impressa na França: Tours: Imprensa de E. Arrault et Cie, 1920 e a primeira edição de *São Paulo no século XVI* também foi impressa na França. Tours: E. Arrault et Cie, 1921.)

_____. Discurso de posse na Presidência Honorária do Instituto. *RIHGSP*, v. 37, 1939.

_____. *Piratininga: aspectos sociais de São Paulo seiscentista*. São Paulo: Tipografia Ideal; Heitor L. Canton, 1923.

_____. Os princípios gerais da moderna crítica histórica. *RIHGSP*, v. XVI, p. 323-344, 1914.

Plínio Marcos e João das Neves, caminhos cruzados: trajetórias, arte e engajamento no Brasil pós-1964

Kátia Rodrigues Paranhos¹

Engajamento versus engajamento

No início da década de 1980, Fernando Peixoto, no texto “Quando o povo assiste e faz teatro” – a propósito da peça *Pensão Liberdade*, encenada pelo Grupo de Teatro Forja ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema –, salienta a importância do teatro popular como uma questão política, identificando a “estética popular e revolucionária” como “uma estética do oprimido, que exprime a ideologia da libertação” (PEIXOTO, 1981: 32-33).

Assim, o desafio do teatro popular era repostado em cena em plena ditadura militar no Brasil do pós-1964. Experiências como a do Forja recolocavam, para pesquisadores e para os próprios movimentos sociais, a questão de uma outra teatralidade, de uma outra estética e – por que não dizer? – de uma outra forma de intervenção nos movimentos populares.

Não é de hoje que se fala em “teatro popular” ou “teatro operário”. Desde o final do século XIX, surgiram tanto experiências de popularização do espetáculo teatral, entre as classes trabalhadoras, como iniciativas dos próprios trabalhadores ligados às associações, clubes, sindicatos e/ou partidos, no sentido de desenvolver um teatro de operários para operários.

Na Alemanha e na França, propostas como a do *Freie Bühne* (Cena Livre), de 1889, ou do *Théâtre du Peuple* (Teatro do Povo), de 1885, pretendiam ir além do mero barateamento do custo do ingresso. Ao mesmo tempo, houve inúmeras iniciativas vinculadas às associações e aos clubes operários em distintos países da Europa. A nova dramaturgia apontava como principal característica, a celebração do trabalhador como tema e intérprete, aliada à perspectiva do resgate, para o teatro, dos temas sociais.

Voltando a atenção, por exemplo, para o teatro americano da primeira metade do século XX, pode-se recontar uma história a contrapelo. Iná Camargo Costa – num dos seus mais importantes trabalhos (COSTA, 2001) –, recupera o movimento teatral dos trabalhadores americanos, atirados ao esquecimento pela tradição que concebeu a história e a estética

¹ Professora do Instituto de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia/UFU/MG. Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora do CNPq e da Fapemig.

oficiais do teatro. Grupos teatrais como o *Artef* (1925), *Workers Drama League* (1926), *Workers Laboratory Theatre* (1930) e *Group Theatre* (1931) mostravam não apenas as suas ligações com os anarquistas, socialistas e comunistas – incluindo aí alguma aproximação entre intelectuais, artistas e militantes de esquerda – como também registravam as influências das propostas do teatro político de Piscator.

Teatro político e teatro engajado são algumas denominações de um vivo debate que atravessou o final do século XIX e se consolidou no século XX. Para o crítico inglês Eric Bentley, o teatro político se refere tanto ao texto teatral como a quando, onde e como ele é representado. Aliás, ao saudar a presença do teatro engajado, na década de 1960, nos Estados Unidos, o autor lembra que o fenômeno teatral por si só é subversivo:

onde quer que ‘duas ou três pessoas se reúnem’, um golpe é desfechado contra as abstratas não-reuniões do público da TV, bem como contra as reuniões digestivas de comerciantes exaustos na Broadway. (...) A subversão, a rebelião, a revolução no teatro não são uma mera questão de programa, e muito menos podem ser definidas em termos de um gênero particular de peças (BENTLEY, 1969: 178)

Segundo Dias Gomes, num artigo de 1968,

Toda arte é, portanto, política. A diferença é que, no teatro, esse ato político é praticado diante do público. (...) o teatro é a única arte (...) que usa a criatura humana como meio de expressão. (...) Este caráter de ato político-social da representação teatral, ato que se realiza naquele momento e com a participação do público, não pode ser esquecido (GOMES, 1968: 10).

Por isso, no seu entendimento, coube ao teatro um papel de destaque na luta contra a ditadura implantada no Brasil em 1964: “a platéia que ia assistir ao *show Opinião*, por exemplo, saía com a sensação de ter ‘participado’ de um ato contra o governo” (GOMES, 1968: 11). Afinal de contas, desde Anchieta – “o nosso primeiro dramaturgo” –, teatro e política estão umbilicalmente ligados à questão da função social da arte. A defesa do engajamento, portanto, parte do princípio de que os autores que falam sobre a realidade brasileira (sob diferentes óticas) são engajados. Isto significa dizer que o teatro é uma forma de conhecimento da sociedade. Assim, mesmo aqueles que se autoproclamavam não-engajados ou apolíticos, na verdade, acabam assumindo uma posição também política (Ver GOMES, 1968: 13;15;17).

As experiências do teatro operário, do Arena, dos Centros Populares de Cultura (CPCs), do Oficina e do Opinião em busca do político e do popular carregaram um amplo

movimento cultural que envolveu grupos, diretores, autores e elencos, conjunto este que sofreu um violento revés com o golpe militar e particularmente após o AI-5 em 1968.

A partir daquele momento, para inúmeros grupos, fazer um teatro popular significava assumir uma posição de rebeldia frente ao teatro comercial – o “teatrão” – e ao regime político. Podem-se detectar inclusive algumas expressões para essa forma de agitação, como “teatro independente” e “teatro alternativo”.

No que se refere ao campo da cultura, em especial no teatro no Brasil do pós-64, interessa salientar que, enquanto a maioria dos artistas estava profissionalmente vinculada à indústria cultural, outros buscavam provisoriamente o exílio e alguns ainda tentavam uma resistência à modernização conservadora da sociedade, inclusive ao avanço da indústria cultural. Estes procuravam se articular com os chamados novos movimentos sociais que, aos poucos, se organizavam mesmo com a repressão (sobretudo em alguns sindicatos e comunidades de bairro) e muitas vezes em atividades associadas com setores de esquerda da igreja católica. Em Santo André, por exemplo, foi fundado em 1968 o Grupo de Teatro da Cidade (GTC). Junto com outros grupos teatrais montados na periferia paulistana (tais como Núcleo Expressão de Osasco, Teatro-Circo Alegria dos Pobres, Núcleo Independente, Teatro União e Olho Vivo, Grupo Ferramenta de Teatro, Grupo de Teatro Forja e outros), o GTC constituiu o “teatro da militância” — na expressão de Silvana Garcia (2004: 124).

Plínio Marcos e João das Neves: caminhos cruzados

A proposta de arte operária – encampada por muitos grupos teatrais que atuavam na periferia – ligava dois pólos: política e estética. Os trabalhadores chamavam a atenção para um outro tipo de teatro, que buscava, entre outras coisas, o engajamento social aliado ao universo lúdico. Autores como Fernando Peixoto (1981) ao se referirem às experiências do Forja, destacam tanto a visibilidade do teatro dos trabalhadores, no cenário Brasil do pós-1964, como a arquitetura dos textos escritos por eles.

É interessante frisar, por exemplo, que entre 1979 e 1984 o grupo Forja se notabilizou por encenar, na maioria das vezes, textos escritos coletivamente. A primeira experiência de montagem de dramaturgos fora do meio operário ocorreu em 1981, com a apresentação de *Operário em construção*, cuja base são os poemas de Vladimir Maiakóvisky, Vinícius de Moraes e Tiago de Melo. Em 1984 foi produzida a peça *Dois perdidos numa noite suja*, escrita em 1966, por ocasião das comemorações dos cinco anos de existência do grupo. Aliás, o autor da peça, o dramaturgo Plínio Marcos, era figura constante no ABC paulista: participou

de numerosos debates, seminários e/ou palestras promovidos pelos sindicatos operários, assim como teve algumas de suas peças encenadas pelos grupos de teatro da região.

Em geral as peças de Plínio Marcos atingem o leitor e/ou espectador como estilete: ao mesmo tempo, provocam repulsas e despertam uma angústia solitária, a necessidade urgente de intervenção. O terror e a piedade no grau mais absoluto; diálogos exatos, crus, ferinos, explosões de ódio e violência incontidos, humilhações, provocações sadomasoquistas, rastejamento abjeto de humilhados e ofendidos, círculos de tensão entre algozes e vítimas que intercambiam seus papéis; relações de poder estabelecidas confusamente num emaranhado de seres ignorados pelos “cidadãos contribuintes”, uma fauna de alcagüetes, prostitutas, homossexuais, cafetões e cafetinas, policiais corruptos, desempregados, prisioneiros assassinos, loucos, débeis mentais, meninos abandonados: seres jogados em cena sem nenhuma cortina de fumaça.

Em seus escritos, ele procura denunciar e contestar o modelo capitalista de produção e o regime militar, instituído no país em 1964. Por isso, Plínio Marcos foi um dos autores mais perseguidos de sua época, quando a liberdade de expressão e a democracia foram extirpadas para dar lugar a um regime ditatorial opressor. A simples menção a seu nome já era sinônimo de problema. A censura federal, por exemplo, o via como um maldito, pornográfico e subversivo. Na sociedade, ele se tornou figura polêmica porque punha em discussão o “excluído social” e outros aspectos pouco discutidos durante a ditadura militar, quando ter liberdade de expressão era muito arriscado, por isso era um ato de coragem.

Nas suas peças, avultam como temas a solidão e a decadência humana, o círculo vicioso da tortura mútua e a absoluta falta de sentido nas vidas degradadas, o beco sem saída da miséria e a violência, a superexploração do trabalho humano e a morte prematura como horizonte permanente. Sobressaem, portanto, sujeitos sociais distintos, marcados pela tragédia individual e coletiva. Os personagens subvertem até um certo tipo de teatro engajado em voga nos anos de 1960 e 1970, pois não veiculam, em regra, uma mensagem otimista ou positiva quanto à possibilidade de se ter alguma esperança de mudança social. O que importa é subsistir, seja como for: sem solidariedade de classe, sem confiança no próximo. Seus personagens se debatem num mundo que não oferece vislumbre de redenção; estão envolvidos em situações mesquinhas e sórdidas, em que a luta pela sobrevivência e pelo dinheiro não tem dignidade; via de regra, enveredam para a marginalidade mais violenta a fim de atingir seus objetivos (PARANHOS, 2007).

Os cenários apresentados não condizem em nada com os ideais do nacionalismo cego, do patriotismo orgulhoso tão disseminado após 1964, ano do golpe. A maioria dos textos de Plínio Marcos encenados nos palcos, sobretudo brasileiros, ilustra a luta pela sobrevivência de sujeitos que, até então, eram esquecidos ou escondidos por certos segmentos por se distanciarem dos padrões de comportamento dominante. Aparece representada aquela parcela da população a quem foi negada o mínimo de dignidade, impedindo qualquer idealismo ou esperança de mudança, e que tem como única forma de protesto a violência, que não se volta só às classes dominantes, mas também aos pares dessa população.

Não é demais ressaltar que a dramaturgia de Plínio Marcos focaliza, de modo certo, a vida dos menos favorecidos, resgata a memória da população marginalizada (considerada apenas como estatística indesejada) e leva a se pensar hoje que suas obras estão mais vivas do que nunca, pois retratam problemas que persistem. Por exemplo, *Quando as máquinas param* apresenta a situação de um operário desqualificado e sem emprego. Zé, o operário em questão, vive uma relação conjugal harmônica à sua maneira. Na peça, isenta de bandidos de qualquer espécie, Plínio apresenta a relação de poder dentro de uma estrutura familiar. Nina, esposa grávida, sustenta a casa como costureira; em tudo é submissa à vontade do marido, como na cena em que ela deseja ver o desfile de *misses*. Humildemente, pergunta se o esposo a deixaria assistir à televisão na casa de uma amiga (Ver MARCOS, 1978). Outro trabalho, *Homens de papel* narra a história de um grupo de homens e mulheres cujo ofício é catar papel nas ruas e que são vítimas de um explorador que lhes compra o material pelo preço que ele mesmo determina (Ver MARCOS, 1984)

Dois perdidos numa noite suja é a reescritura de um conto do italiano Alberto Moravia, “O terror de Roma”. No conto e na peça aparece o mesmo ponto da discórdia, objeto de conflito: um par de sapatos novos. O enredo gira em torno de Tonho e Paco, dois miseráveis solitários que ganham a vida no mercado enchendo ou esvaziando caminhões e que, à noite, dividem com as pulgas um quarto de pensão (Ver MARCOS, 2003).

Dois perdidos numa noite suja retomam tanto o problema social quanto o existencial numa dimensão histórica dos dramas enfrentados pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Em cena: a luta pela sobrevivência, a solidão nas grandes metrópoles, o trabalho precarizado, o desemprego, a situação de abandono no campo, o individualismo e o narcisismo dos próprios operários, a circularidade entre o “bem” e “mal”, a exposição dos preconceitos sociais, a busca pelo “caminho fácil” do crime, o desânimo, a crueldade, a violência.

Em 1984, os atores-operários de São Bernardo leram e representaram Plínio Marcos de acordo com seu repertório sociocultural. Esse processo complexo se ampliava e se fortalecia com as discussões e os debates promovidos após as apresentações do Forja em seu sindicato, noutros sindicatos e em diferentes bairros no ABC. Era uma oportunidade a mais para trocar idéias sobre os textos encenados. A platéia subia no palco, e seus componentes, ultrapassando os limites de meros espectadores reflexivos, passavam a integrar o elenco e construir novas cenas, com diferentes discursos que faziam a intertextualidade do já dramatizado. Por sinal, ao se referir aos diferentes gêneros literários, Benoît Denis salienta que o teatro é um “lugar” importante do engajamento; é exatamente aquele que propicia as formas mais diretas entre escritor e público: “através da representação teatral, as relações entre o autor e o público se estabelecem como num tempo real, num tipo de imediatidade de troca, um pouco ao modo pelo qual um orador galvaniza a sua audiência ou a engaja na causa que defende” (DENIS, 2002: 83).

Os diálogos travados entre Paco, Tonho e o Grupo Forja vão do teatro à existência miserável dos sujeitos despossuídos que habitam o mundo do trabalho. A cidade moderna é lugar dos sonhos e pesadelos, da industrialização moderna, do desemprego e da pobreza. Personagens se confundem com os atores-operários, marginais que circulam pela página e pelo espaço urbano. Arte e política se misturam e se contaminam, negociando continuamente a resistência e a gestão daquilo que é em relação ao que pode vir a ser, pondo em tensão o que está dentro e o que está “fora” do sistema instituído.

A chamada “tomada de posição”, seja ela qual for, é exatamente o que procura exprimir a noção de “engajamento” ou do dramaturgo como figura que intervém criticamente na esfera pública, trazendo consigo não só a transgressão da ordem, (como afirma Bourdieu) e a crítica do existente, mas também a crítica do modo de sua inserção no modo de produção capitalista, e, portanto, a crítica da forma e do conteúdo de sua própria atividade. Engajamento “político” ou “legítimo” como lembra Eric Hobsbawm (1998: 146), noutro contexto, “pode servir para contrabalançar a tendência crescente de olhar para dentro”, no caso, “o auto-isolamento da academia” (1988: 154) apontando, por assim dizer, para além dos circuitos tradicionais.

Essa tomada de posição é exatamente o que aproxima, entre outras coisas, trajetórias tão diferenciadas como a de Plínio Marcos e de João das Neves. Basta lembrar, um dos seus trabalhos, *O último carro* (Ver NEVES, 1976), metáfora do Brasil em um trem desgovernado, montado pelo Grupo Oficina em 1976. Nesse texto a ação se dá quase inteiramente nos

vagões de um trem, onde, numa simples viagem pelos subúrbios cariocas, mendigos, operários e personagens comuns do cotidiano, revelam, entre uma parada e outra, seus dramas particulares. Por sinal, vale mencionar que por conta desse trabalho ele foi premiado com o Molière de melhor direção e prêmio Brasília de melhor autor, naquele ano e prêmio Mambembe de melhor diretor, em 1977. *O último carro* ou *As 14 estações* “é um texto em que o povo brasileiro é agente e paciente, autor e intérprete de si mesmo”. Para João das Neves,

Seu universo é o universo dos subúrbios cariocas, (...). É o universo dos que precisam se utilizar diariamente dos trens suburbanos. Neles perdem 1/3 dos seus dias, 1/3 das suas vidas. É o universo dos “emparedados” pelos vagões da Central ou Leopoldina ou qualquer via férrea por este Brasil afora. É um universo trágico, regido pelos deuses cegos de um Olimpo sem grandeza, num mundo que não produz mais herói porque o heroísmo está encravado na luta cotidiana pela sobrevivência de toda a população de uma cidade, de um país, de um mundo (NEVES, apud KÜHNER e ROCHA, 2001: 59).

O autor, tradutor, ator, diretor e iluminador, João das Neves nascido no Rio de Janeiro, em 1935, participou de importantes grupos de teatro como o do Centro Popular de Cultura (CPC), da União Nacional dos Estudantes (UNE), o CPC-UNE/Setor Teatro (RJ), o Opinião (RJ) e o Poronga (AC). Para ele, que dirigiu o Opinião por dezesseis anos:

O (...) trabalho era fundamentalmente político e, assim pesquisar formas nos interessava – e interessa – muito. (...) A busca em arte não é apenas estética – ela é estética e ética ao mesmo tempo. Eu coloco no que faço tudo o que eu sou, tudo o que penso do mundo, tudo o que imagino da possibilidade de transformar o mundo, de transformar as pessoas. Acredito na possibilidade da arte para transformar (NEVES, apud KÜHNER e ROCHA, 2001: 58).

No fim da década de 1980 – após passagens por Salvador (com a criação do Opinião-Núcleo 2 – 1972/1975) e pela Alemanha (1978/1980) e a dissolução do Oficina, em 1980 –, João das Neves muda-se para Rio Branco, onde, com atores amadores vindos da periferia, funda o Grupo Poronga. *Yuráiá, o rio do nosso corpo* – fruto de pesquisa (financiada pela Fundação Vitae) e vivência na aldeia Kaxinawá –, é mais recente peça de João das Neves, gerada durante os seis anos que permaneceu na cidade de Rio Branco. Em *Yuráiá*, a história, a colonização e a mudança da economia do Estado fatalmente se inserem nas pequenas narrativas míticas daquela comunidade indígena, e, por outro lado, recuperam vivências e costumes que integram o mundo cultural da região.

Caminhando por trilhas diversas, Plínio Marcos e João das Neves se notabilizaram pelo engajamento político aliado a crítica à sociedade capitalista. Foram capazes de lançar

idéias, perguntas e desafios, em plena ditadura militar, no campo das artes que ecoam até os dias de hoje.

Bibliografia

- BENTLEY, E. 1969. *O teatro engajado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- DENIS, B. 2002. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Bauru: Edusc.
- GARCIA, S. 2004. *Teatro da militância: a intenção do popular no engajamento político*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva.
- GOMES, D.. 1968. O engajamento é uma prática de liberdade. *Revista Civilização Brasileira*, Caderno Especial, n. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- HOBBSAWM, E. 1998. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KÜNNER, M. H. e ROCHA, H. 2001. *Opinião: para ter opinião*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará/Prefeitura.
- MARCOS, P. 1978. *Navalha na carne e Quando as máquinas param*. São Paulo: Círculo do Livro.
- _____. 1984. *Homens de papel e Barrela*. Edição do autor.
- _____. 2003. *Plínio Marcos*. São Paulo: Global.
- NEVES, J. das. 1976. *O último carro*. Rio de Janeiro: Grupo Opinião.
- PARANHOS, K. R. 2007. O grupo de teatro Forja e Plínio Marcos: “Dois perdidos numa noite suja”. *Perseu: História, Memória e Política – Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda*, v. 1, n.1, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- PEIXOTO, F. 1981. Quando o povo assiste e faz teatro. *In: Grupo de Teatro Forja do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Pensão Liberdade*. São Paulo: Hucitec.

Por uma história cívica

Lademe Correia de Sousa *

“(…) As ossadas são necessárias às nações. Não morre o povo que se nutre dos exemplos grandiosos dos mortos” (MAIA, 1984:154). *A História do Amazonas* foi a primeira obra, de muitas, escrita pelo amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis, durante os seus sessenta anos de atividade intelectual. Residiu em Manaus desde o seu nascimento em 1906 até 1939; e ainda muito jovem se dedicou à atividade intelectual, culminando com a publicação do seu primeiro livro aos 25 anos de idade, portanto em 1931. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IGHA) desde os seus 20 anos, tendo se tornado posteriormente, membro correspondente dos institutos históricos de outros estados, inclusive do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1936.

A História do Amazonas foi escrita com base nos pressupostos metodológicos dos Institutos Históricos, tendo o seu autor se aproximado de muitas características de Francisco Adolfo de Varnhagem, entre as quais a forma de escrever julgando o tempo todo, a busca por uma verdade ética, a escrita do passado como “oportunidade de mostrar aos nacionais a realização do projeto civilizatório empreendido pelo colonizador” (MOLLO, 2007:115), a construção de uma história onde “o passado é um grande enigma a ser decifrado e o plano para o passado é mesclado pelo porvir” (MOLLO, 2007:115), a forma de supervalorizar as intempéries sofridas pelos colonizadores, a fim de garantir maior valor aos colonizadores e a preferência em elogiar o civilizador em detrimento do nativo, entre outras, são questões que aproximam em grande medida Arthur Reis do autor de *História Geral do Brasil*. Lembrando que, a maioria dessas questões era originária do Instituto Histórico e através deste se irradiaram, tornando-se de uso freqüente na escrita de diversos historiadores ¹.

Mas essa busca por uma verdade ética empreendida por Arthur Reis, também estava atrelada, no contexto manauense, a produção de uma história que respondesse aos anseios dos intelectuais locais. E, nesse sentido, recebeu lições diretas de Álvaro Maia, intelectual influente no contexto de então. Assertiva que podemos notar ao analisar o discurso intitulado *Canção de Fé e Esperança*, proferido por Álvaro Maia em 1923, por ocasião da

* Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas. Este trabalho é uma adaptação de parte da dissertação de Mestrado intitulada *Arthur Reis e a “História do Amazonas”: um início em grande estilo* que recebeu apoio da Fundação de Amparo e Pesquisa do Amazonas/FAPEAM.

¹ A dissertação de Mestrado da qual este trabalho se originou trata da relação de Arthur Reis com Francisco Adolfo de Varnhagem no capítulo intitulado: *A História do Amazonas: entre Varnhagem e Capistrano de Abreu*.

comemoração do centenário da adesão do Amazonas à Independência do Brasil, realizado no Teatro Amazonas, evento do qual Arthur Reis foi um dos organizadores.

A *Canção de Fé e Esperança* traz noções que estão presentes na representação do passado construído por Arthur Reis. Nosso autor utilizou a história como instrumento para proclamar os brados de *civismo* de Álvaro Maia, defendendo ardentemente a *pátria*. Seu texto objetivou construir os heróis e os vilões da história, os primeiros devendo ser imitados, em seu aspecto moral, pelas novas gerações, e os segundos foram apresentados como figuras que deveriam ser conhecidas nas profundezas de sua falta de caráter para jamais serem copiadas. Portanto, a representação do passado construída por Reis está intimamente ligada com a função presente e futura da história no interior de um projeto educativo apresentado por Álvaro Maia. Entretanto, Arthur Reis como historiador, adaptou algumas propostas de Álvaro Maia ao âmbito da história, seguindo em linhas gerais, alguns de seus passos.

Segundo Mario Ypiranga Monteiro ² a famosa *Canção de Fé e Esperança*, dirigida à mocidade amazonense

Era uma convocação com clarinadas de extraordinária sonoridade; uma convocação à juventude para os prélios cívicos e uma advertência vigorosa e decisiva à situação política dominante. A “Canção de Fé e Esperança” tornou-se uma espécie de Bíblia para as gerações do Amazonas... (MONTEIRO, 1984: 40).

Mario Ypiranga Monteiro, em homenagem póstuma, continuou dando a medida da importância do famoso texto de Álvaro Maia:

Havia muito, já o admirava, através de seus belos poemas, discursos e outras peças literárias, como aquela formosa “Canção de Fé e Esperança”, que, com a pureza do seu significado, a beleza de suas imagens e a musicalidade de suas frases, andava a empolgar o pensamento sócio-lítero-cívico da época, entre os da velha e os da nova geração (MONTEIRO, 1984: 40).

Num discurso proferido por Arthur Reis, como paraninfo de uma turma de 48 alunos que concluía o curso Ginásial do Colégio Dom Bosco, deixou nítida sua dívida para com as idéias de Álvaro Maia:

² Mario Ipiranga Monteiro foi autor de diversos trabalhos sobre o Amazonas e amigo de Arthur Reis desde a juventude de ambos, tendo inclusive trocado cartas com este, relação melhor identificada na dissertação de Mestrado que deu origem ao presente texto.

Álvaro Maia, a maior expressão de civismo de nossa terra, disse há anos, uma *Canção de Fé e Esperança*. Fé nas gerações que se estão formando. Esperança no desdobramento de ação desses moços de que vocês são parte... Formando em todos os círculos de atividades que abraçarem, devem ouvir sempre o grito de rebeldia santa, de construção pelo amanhã radioso que sonhamos. (REIS, 1934:17)

Desse modo, Álvaro Maia se constituía modelo para os aspirantes a intelectuais da pouco populosa Manaus, pelo seu ascendente papel junto à intelectualidade e junto às “classes conservadoras amazonenses”. Como lembra Eloína Monteiro, “na ótica de Djalma Batista, intelectual amazonense, seu contemporâneo, ele se tornou uma espécie de ‘evangelizador das gerações moças’” (SANTOS, 1996:31).

Álvaro Maia, ancorado em Olavo Bilac, acreditava que “a ausência de civismo produzia a indiferença e o marasmo” (SANTOS, 1996: 52). Assim como outros intelectuais da década de 1930, via na educação a chave para a superação de dificuldades contemporâneas: “Aos moços amazonenses – homens em botão e mulheres em manhã – cabe arquitetar a obra ressurgente, em qualquer profissão que tentarem, mas principalmente no trabalho de ensinar crianças, de formar almas e modelar caracteres” (MAIA, 1984: 162).

A cadeira de Educação Moral e Cívica adotada nos cursos secundários recebeu seus aplausos, porque “com a República, as gerações novas, cedendo ao pessimismo e à descrença nos erros republicanos, haviam esquecido a noção de pátria”. Desse modo, deu “ênfase ao civismo destinado a fortalecer a ‘unidade moral da pátria’” (SANTOS, 1996: 50).

A *Canção de Fé e Esperança* demonstra a reverência com a qual seu autor se reportou aos homens do passado:

...ave aos conquistadores, aos exploradores, aos bandeirantes, que percorreram a terra pela primeira vez, recebendo, pobres abelhas, o prêmio do aniquilamento pelo gozo fluido; ave as tribos guerreiras, que em seu heroísmo inconsciente, defenderam as balizas do solo, tingindo-o de sangue num último adeus sangrento aos vencedores (MAIA, 1984:162).

Álvaro Maia buscava um Amazonas onde a justiça fosse feita, um Amazonas que colheria seus méritos através da história:

... Há de chegar o dia em que, sob o efeito da sinceridade, as calúnias se esgarçarão, confundindo os seus inventores delinquentes. (...) *os historiadores do futuro*, consultando fontes seguras, espanarão a poeira, a imundície, o monturo, e irão *restabelecer a verdade*, embora revolvam os arquivos mais complicados e secretos. Todos os “monstros feios, cujo peso afrontoso a terra oprime”, todos os “espíritos obscenos”, que ferem, em vez dos corações, os calcanhares, todos esses anões “vastos e estéreis, ocos e sonoros, unicamente grandes no tamanho”, - serão obrigados a sair de fojos e antros, e aparecer em sua nudez, para serem inoculados e desmedulados, como os coelhos nas salas dos laboratórios... (...) *Surgirão, frente a frente, os teus benfeitores e os teus detratores, ó Amazonas...* (MAIA, 1984: 32).

Essa foi a missão de Arthur Reis: consultar “fontes seguras”, “espanar a poeira” e “restabelecer a verdade”, fazendo vir à luz através da história os “benfeitores” e os “detratores” do Amazonas. *A História do Amazonas* tinha, entre outros objetivos, o de servir como modelo educativo à nova geração amazonense: “À geração nova de minha terra, para educar-se no exemplo dos homens que passaram e ter forças a fim de batalhar pelo Amazonas, que começa a redimir-se ao civismo de Álvaro Maia” (REIS, 1998: 13).

Por isso, seu autor se preocupou em definir com a maior precisão possível o caráter dos personagens históricos. Os heróis, que deveriam ser copiados pelo exemplo de força e dedicação, e os vilões que deveriam ser conhecidos, mas não imitados. Todos que trabalharam em favor da colonização receberam frases e outras vezes parágrafos elogiosos.

Arthur Reis iniciou a narrativa relacionada à região amazônica, através da famosa expedição de Francisco Orellana seguida pela de Pedro de Ursua. E como fez ao longo de toda a obra, iniciou ressaltando o “heroísmo” dos colonizadores que, vencendo os mares, conquistaram a América, e “armados de coragem, vararam as selvas, arrostando mil perigos... semeando a civilização”. E parafraseando Maquiavel, afirmou que os fins justificam os meios utilizados pelos espanhóis na saga colonizadora. As qualidades dos conquistadores que venceram o clima, o meio geográfico e o indígena os redimiam de tudo “quanto perpetraram de mau”, pois “era preciso vencer” (REIS, 1998: 37). Proposta semelhante à de Álvaro Maia, para quem, “toda morte deve ser bendita, desde que seja em nome da pátria” (MAIA, 1984: 159).

Por ter dado uma grande contribuição ao processo de colonização da Amazônia, Orellana pode “figurar na galeria dos criadores do Novo Mundo, como dos mais bravos

pioneiros da civilização ocidental nas selvas amazônicas, [e por isso merece] a glória de ter desvendado a maior artéria fluvial do globo” (REIS, 1998: 48). Estava criada uma das figuras que deveriam servir de inspiração aos moços amazonenses, pelo seu caráter, dedicação e por ter realizado uma grande conquista.

Com a narrativa da expedição de Pedro de Ursua, Arthur Reis foi confirmando seu intuito de construir e dignificar “heróis” e condenar “vilões”. Cheio de mérito, “por seus feitos dignos de bravos”, Pedro de Ursua deixou Lima em fevereiro de 1559 com dinheiro e poderes repassados pelo vice-rei. No caminho, arregimentou sertanistas desejosos de ir ao Dorado e aos Omáguas. Mas, Lopo d’Aguirre, integrante da expedição, “indivíduo de precedentes sujos, useiro e vezeiro em motins, conhecido pelas misérias que praticava, pela alcunha de louco” (REIS, 1998:51), chefou uma conspiração contra Ursua, motivada pelo desejo deste e dos conquistadores pela mestiça Ignés Atienza que Ursua levava em sua companhia.

Ursua e outros foram assassinados. A partir daí “surgiram novas rivalidades entre os que se julgavam os diretores novos da jornada”. E em março de 1561, enquanto construíam novos bergantins entre o Catuá e o Coary, Aguirre reuniu seus companheiros dos quais obteve consentimento para declarar D. Fernando de Gusmão, como príncipe do Peru, posição até então ocupada por Felipe II. Segundo Arthur Reis, alguns historiadores tomaram esse momento como precursor das independências no continente americano; entretanto, sua visão, visto que defendia princípios éticos e morais, se associou a de outro grupo de historiadores que analisando os feitos de Aguirre associado aos marañones, como eram conhecidos esses expedicionários, assinalou-lhe “apenas como gesto de traição à pátria”, pois faltava aos seus realizadores “o ideal honesto de separatismo que mais tarde apontou” em outros movimentos de independência (REIS, 1998: 52).

Arthur Reis fez uma leitura das fontes, sempre preocupado com o cunho ético e moral da situação estudada. Afinal, seu livro deveria cumprir a função de “formar almas” como havia sugerido Álvaro Maia em sua *Canção de Fé e Esperança*. A expedição de Ursua foi exposta de modo a deixar bem evidente os papéis. De um lado Ursua, o colonizador que recebeu as bênçãos da Coroa para realizar sua grande façanha; de outro lado, Lopo d’Aguirre, personagem cruel, assassino, “malvado”, “alma danada de todas as maquinações”, “bandido”. “Não se fartava. Escrevia em sangue a página mais trágica da história amazônica” (REIS, 1998: 53). Da Venezuela

...escreveu a Felipe II uma carta atrevidíssima, dando as razões do motim que chefiava. Insultou o rei. A carta é verdadeiro amontoado de diatribes, valendo como documento da ousadia e do despudor de Aguirre.(...) teve a memória declarada infame. Ninguém mereceu tanto ficar assim marcado. Os historiadores são unânimes na condenação aos desmandos de Aguirre (REIS, 1998: 53).

Aguirre é apresentado como o grande vilão, que nosso historiador, preocupado com a moral, pretendia revelar aos seus leitores. Um personagem que deveria ser conhecido, mas, jamais honrado, pois seu final foi trágico: teve “cortada a sua cabeça, retalhado o corpo, exposto aos pedaços em vários lugares da Venezuela para exemplo aos vindouros” (REIS, 1998: 53) . Era de extrema importância para o nosso autor justificar eticamente as “boas ações” de colonizadores “ilustres”, assim como caracterizar e julgar devidamente os praticantes de atos que ele considerou desonesto. Como visto acima, a história que se propôs a escrever tinha deliberadamente, a intenção de resgatar o passado com a missão de servir ética e moralmente aos jovens do presente. Arthur Reis transferiu parte de seus valores éticos e morais para a história, foi com esse olhar do qual não conseguiu se despojar que escreveu a *História do Amazonas*, julgando-a de acordo com seus princípios, muitos dos quais aprendidos com Álvaro Maia.

Com esse mesmo espírito o autor prosseguiu no resgate da personalidade de Pedro Teixeira, “um sertanista que não conhecia hesitações e valia muito pela experiência adquirida em anos de lutas na Amazônia” (REIS, 1998: 57). Responsável pela expedição que percorreu toda a extensão do rio Amazonas de 1637 a 1639, primeiro de Belém a Quito, depois, no sentido oeste-leste, de Quito a Belém, Pedro Teixeira e seus comandados fizeram o reconhecimento de todo o curso e das áreas próximas ao rio Amazonas, abrindo caminho para novas expedições portuguesas que futuramente conquistariam toda a região.

Representante de todas essas conquistas, Pedro Teixeira, recebeu os louvores de Arthur Reis, como um verdadeiro herói ao qual “Portugal deve-lhe a conquista da Amazônia” (REIS, 1998: 65). No período da expedição, estava vigorando a União Ibérica, que permitiu aos portugueses efetuarem a conquista territorial nos domínios, antes espanhóis, fixados pelo Tratado de Tordesilhas. Assim, preocupado continuamente em dar aos personagens históricos seu senso ético e moral, Reis acentuou que os portugueses expedicionários desse período, “súditos de D. Felipe III não cometiam invasão nas façanhas, não desrespeitavam direitos alheios. Trabalhavam para o seu rei, comum às duas nações ibéricas” (REIS, 1998: 55).

Na sua concepção, havia uma grande necessidade de registrar que os portugueses não cometiam invasão, para que dessa forma, a imagem desses grandes realizadores não fosse manchada. Afinal, perseguia a construção de uma imagem límpida da colonização portuguesa e para tanto seus realizadores deveriam ser homens íntegros e honestos. Ao contrário dos holandeses, ingleses, e franceses que, “disputando-se de direitos que não existiam para eles”, foram aos poucos invadindo e explorando o delta do rio Amazonas (REIS, 1998: 55).

Nem o consentimento de Pedro Teixeira ao derramamento de sangue indígena, realizado por Pedro da Costa Favela, fez Reis manchar a imagem imaculada do grande sertanista. Ainda quando a expedição subia o Napo, Teixeira encarregou Favela de ficar com grande parte da tropa no lugar onde provavelmente, tempos atrás, havia sido morto, pelos índios Encabelados, o expedicionário Juan de Palácios. Entrando em choque com os índios,

Pedro da Costa Favela, para garantia de seus comandados, assinalava em sangue e fogo a sua presença de disciplinador passando pelas armas os Encabelados que pudera agarrar e incendiando-lhes aldeamentos. Pedro Teixeira castigou os culpados, aprovando, com tamanha decisão, o procedimento enérgico de seu oficial subordinado (REIS, 1998: 61).

Foi o próprio Arthur Reis, quem assinalou a aprovação de Pedro Teixeira aos atos destrutivos de Favela contra os indígenas. Entretanto, defendeu-o, criando sobre o mesmo a imagem de um homem de integridade irrefutável. Assim o descreve com grande admiração:

Pedro Teixeira é o mais impressionante tipo de sertanista da Amazônia. Durante três décadas a fio, não há um episódio de vulto, seja de guerra, seja de que natureza for, a que seu nome não esteja ligado e coberto de ilustrações. Um ou outro deslize com que pretendem toldar-lhe a vida de heroísmo, de ardor patriótico, nada exprime ao lado da esplêndida folha de serviços. Varonil, disposto aos últimos sacrifícios, não encontra rival nas atitudes. Batendo holandeses ou ingleses, varando o coração da selva, tratando com o ameríndio, é sempre a figura esplêndida do homem-arrojo, do homem-desprendimento (REIS, 1998: 61).

Para Arthur Reis não há nenhuma contradição em considerar Pedro Teixeira como um grande sertanista, a despeito de sua aprovação à carnificina realizada por seu subordinado Pedro da Costa Favela. Sua tentativa era de procurar meios que o “inocentasse”. Desse modo,

assinalou que “acossando os nativos, nunca os tratou com barbaria” (REIS, 1998: 65). Arthur Reis aplicou na narrativa sobre Pedro Teixeira a máxima que utilizou no início do livro, “os fins justificaram os meios”, utilizados pelos colonizadores. Os deslizes de Teixeira foram irrisórios diante da lista de contribuição que deu à colonização e diante da necessidade de nutrir os seus conterrâneos dos exemplos grandiosos dos mortos, como expressou Álvaro Maia na epígrafe transcrita no início deste trabalho. Companheiro de Francisco Caldeira Castelo Branco, quando este fundou o futuro núcleo de Belém, Pedro Teixeira, “desde esse instante, simples alferes, principiou a destacar-se”. Mandado ir a São Luiz, por terra, avisar Jerônimo de Albuquerque do ocorrido, em uma viagem extremamente arriscada

... por causa da tapuiada que se ajuntava para incomodar os portugueses. Pedro Teixeira, sem nenhuma queixa que o revelasse receoso do cometimento, com uma escolta de poucos homens, atravessou o emaranhado sertão, de que tomou posse para Portugal... indo sair na capital maranhense afamado e a despertar espanto (REIS, 1998: 63).

Pedro Teixeira, ícone da colonização, se revelou como “o grande soldado merecendo a *admiração da posteridade* e de seus contemporâneos na luta contra os holandeses e ingleses, plantados ao longo do Amazonas” (REIS, 1998: 64). Mais uma vez se confirma, nessa passagem, sua preocupação em fazer dos personagens históricos exemplo aos seus leitores. A história que escrevia devia ter uma função prática.

Assim, o autor da *História do Amazonas* buscava modelo na história para as novas gerações, próximo ao que foi pedido por Álvaro Maia. A *Canção de Fé e Esperança* foi acima de tudo, um chamado à juventude para o valor do Amazonas e para o papel que deveriam assumir politicamente em benefício da região:

A nossa luta para o desvirginamento da nova Atlândida, boiando na vastidão da América como um corpo verde e voluptuoso, reclama também uma audácia inflexível no sentido de repelir a injúria e a pequenez, até no dia, sonhado em deslumbramento, em que as gerações novas, gerações amazonenses (estão incluídos nesse termo todos os homens honestos que aqui vivem, ou para aqui vêm) for entregue a direção do Amazonas (MAIA, 1984: 159).

O jovem foi o público alvo da *Canção de Fé e Esperança* : “Encarar os dias com indiferença ... é um crime, que deve ser regra de velhos caquéticos e de moços corrompidos; jamais, porém, da gente nova de uma terra, É o instante da mocidade intervir na luta” (MAIA, 1984: 159).

Mas, esse chamado à juventude veio carregado de “reverência ao passado”, pautado nos heróis da história, e de “saudação ao futuro” (MAIA, 1984: 147), depositado na esperança de ação das novas gerações amazonenses. Em vários pontos do texto, Álvaro Maia se reportou ao passado em alusão aos personagens-símbolos de gestos nobres em nome da região. Quando se referiu “à primeira injustiça” praticada contra os amazonenses ao serem incorporados ao Pará, quando deveriam ser província, como as demais regiões após a independência, lembrou a glória dos que conquistaram a autonomia do Amazonas: “somente hoje restabelecem o lado real das coisas e coroam de racimos e corimbos os heróis de um século atrás” (MAIA, 1984: 148).

Foi através dos exemplos grandiosos dos homens do passado que Álvaro Maia conclamou a juventude a adotar atitudes cívicas em prol do Amazonas, uma região que junto a outros estados do Norte era colocada em posição inferior em relação ao Sul do país: “Devido a isso, chega a haver dentro das lindes da mesma pátria, em pleno Rio de Janeiro, conjuntos para a defesa do norte, como se o norte fosse um feudo do sul” (MAIA, 1984:154). A história deveria resgatar o valor do Amazonas por que o lugar que ocupava na federação foi conquistado pelos missionários e pelos seringueiros: “Esses sim, são os nossos credores supremos”, em outras palavras, Álvaro Maia reanimou a juventude a isentando de dívida com o sul do país e redirecionando a dívida para com os heróis da história (MAIA, 1984:158).

Arthur Reis se incumbiu de trazer à tona, na *História do Amazonas*, os heróis que ajudaram a “fazer” a região; e continuou na mesma linha, quase como um sucessor de Álvaro Maia, tornando-se ele próprio modelo para as novas gerações do Amazonas, fazendo seu trabalho e seu profissionalismo repercutir no sul do país, e sendo por isso, muito admirado pelos seus conterrâneos. Nesse sentido, sua missão em escrever um livro para que a juventude se educasse no exemplo dos homens do passado foi cumprida.

A história que Arthur Reis produziu visava um fim didático, na mais pura expressão da máxima: “história mestra da vida”, questão bem aparente no decorrer do discurso aos alunos do Colégio Dom Bosco também citado anteriormente:

As lições da história, sempre seguras, sempre verdadeiras, em que pezem as conclusões fáceis dos que não lhe acreditam, nos ensinamentos, não devem ser desprezadas. Para onde vamos? A história responde à luz da experiência das sociedades que nascem, que se dilatam, que se transformam,... (REIS, 1934:13).

Em suma, Arthur Reis cumpriu sua missão de ensinar as novas gerações, tanto assim, que ainda na década de 1940 alcançou reverência de seus colegas intelectuais de Manaus, sendo inclusive chamado carinhosamente de “mestre dos moços”, “mestre de estudos amazônicos” e “nosso mentor intelectual”, adjetivos recebidos de Moacyr Dantas e Walter Vieiralves, respectivamente (SOUSA, 2009:88-100) ³.

³ Na dissertação de Mestrado trabalhamos com o conjunto de cartas recebidas por Arthur Reis durante as décadas de 1930 e 1940. Esse acervo está disponível na Biblioteca que leva o seu nome, inaugurada em 2001 com o acervo que pertenceu ao nosso autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAIA, Álvaro Botelho. **Canção de Fé e Esperança**. In: Poliantéia. Manaus: União Brasileira de Escritores – Am, 1984.

MOLLO, Helena Miranda. **História Geral do Brasil entre o espaço e o tempo**. In: COSTA, Wilma Peres & OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). *De um Império à outro: formação do Brasil, séculos XVIII E XIX*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2007.

MONTEIRO Mário Ipiranga. In: Poliantéia. Manaus: União Brasileira de Escritores – Am, 1984.

REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis. **Por Deus e pela Pátria**. Manaus: Tipografia Fênix, 1935.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. 3ªed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Álvaro Maia: uma liderança política cabocla**. Tese de Doutorado.Usp, 1996.

SOUSA, Lademe Correia de. **Arthur Reis e a História do Amazonas: um início em grande estilo**. Dissertação de Mestrado. Ufam, 2009.

África e América: olhares jesuíticos sobre a natureza das colônias lusitanas

Leandro Garcia Pinho¹

As definições físicas, geográficas, da natureza, são importantes só na medida em que nos indica o palco da grande aventura humana. (LOPES; ARNAUT, 2008: 35).

Resumo: Os jesuítas, desde sua chegada ao Novo Mundo, estiveram preocupados em descrever a paisagem e seus componentes naturais do mundo colonial do qual faziam parte e ajudavam a descortinar. E isso é o que se percebe tanto em leituras de missivas – como as de Ambrosio e Antonio Pires, Manuel da Nóbrega e Anchieta – como de textos mais extensos – como os de Francisco Soares e Fernão Cardim. Paralelamente, inicianos também começavam a se dirigir às terras de conquista lusitana na África. Como estes jesuítas perceberam a flora e fauna das terras do continente africano? Em uma natureza diversa da americana, em que sentido sua visão de mundo natural era semelhante ou diferente da apresentada por seus “irmãos” de Ordem na América? Como podemos (re)pensar um estudo comparativo entre os escritos jesuíticos africanos e americanos do século XVI sobre a natureza das colônias lusitanas? A proposta é discutir estas e outras questões.

Introdução

Por forças legais, a historiografia brasileira tem começado a descortinar um vasto campo de estudos que tem como tema a História da África. Isto não significa dizer que estivemos totalmente cegos aos acontecimentos que fazem parte do passado de um continente que em muito contribuiu para nossa formação, como se pode perceber por alguns pioneiros estudos realizados no último século e no início deste (PANTOJA; SARAIVA, 1999; ALENCASTRO, 2000; COSTA E SILVA, 2002).

Vários fatores justificam esta quase ausência de reflexões acerca de estudos históricos sobre o continente africano entre os pesquisadores brasileiros. Assim como a historiografia

¹ Doutor em Ciência da Religião/Ciências Sociais da Religião (UFJF-MG), Mestre em História Social (UNICAMP-SP), Professor do Instituto Superior de Educação de Itaperuna (FAETEC-RJ) e Vice-Reitor, Coordenador de Curso e Professor do Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ).

ocidental, a nossa sofreu com os preconceitos sedimentados sobre o objeto de estudos em relevo. Eurocentrismo, determinismos biológico-raciais, teorias equivocadas, informações distantes da realidade, forças ideológicas dominantes e diferentes outros aspectos podem ser buscados para entendermos o porquê da distância entre o elo real do mundo europeu com a África e um conhecimento realmente qualificado acerca deste último continente por parte dos habitantes do Velho Mundo.

Esta perspectiva pode ser percebida desde os remotos contatos da chamada “civilização européia” com o enorme continente ao Sul da Europa. A menção pejorativa em relação ao continente africano já está presente nas interpretações medievais a respeito da constituição do mundo (LOPES; ARNAUT, 2008: 13), da cartografia aos textos escritos por viajantes.

Com exceção dos estudos árabes, em que sua contribuição para o conhecimento sobre a África é muito importante e pouco estudada, até mesmo as modernas ciências sociais sofreram deste determinismo, relegando a patamares “primitivos” o universo cultural africano. As contribuições que questionariam o exacerbado eurocentrismo presente nas ciências sociais só seriam realizadas por estudos pioneiros como os de Guerreiro Ramos (1958) e Abdel-Malek (1972). E efetivamente pertencentes ao universo intelectual das discussões acadêmicas com a publicação de *O Orientalismo* de Edward Said, em 1978. (BARBOSA, 2008, p.46).

No Brasil, difícil seria apagar as marcas da contribuição. Em compensação, assim que começavam a surgir novos estudos que tentavam dar conta da presença dos africanos e seus descendentes na América lusitana, como no clássico *Casa-grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freire, a ênfase estava voltada ao legado africano em nossa cultura. Mais especificamente, Freire enaltece a capacidade de adaptação do negro ao trópico, bem como a profundidade das marcas culturais dos africanos na formação da nacionalidade brasileira. E, num ponto bem característico da tomada de posição de Freire, o mesmo “atribui uma função social diferente da convencionalmente atribuída ao negro na formação brasileira, a partir da qualificação dele como *colonizador*” (BASTOS, 2001: 228), o que enfatiza o papel de civilizador por ele representado.

Na esteira de estudos sócio-antropológicos, realizados a partir da publicação da obra de Freire, não se falava da história da África em si, com seus componentes e particularidades,

mas sim dos atributos culturais deixados pelos africanos na formação de nossa sociedade, o que juntamente com os elementos ibéricos e indígenas evidenciaria nossa particularidade em relação aos demais povos e países do mundo.

É a partir de pontos como estes – lacunas historiográficas, preconceitos teóricos e a certeza de um enorme campo a ser explorado pelos estudos históricos – que este estudo se justifica, objetivando entender as percepções dos europeus que se dirigiram à África como missionários, levando o cristianismo, de feições ibéricas, aos rincões do continente negro.

Partindo de minha trajetória de estudos voltados para a percepção do jesuítas acerca do mundo natural do Novo Mundo, tento entender quais seriam as particularidades e as aproximações existentes na visão dos inicianos ao participaram da empreitada colonizadora tanto da África quanto da América. Desta forma, pretendo perceber, através de um estudo de história comparada, uma possibilidade de entendermos os meandros do “projeto” missionário jesuítico em contato com diferentes “mundos” extra-europeus. Até que ponto a visão sobre o mundo natural da África e da América por parte dos jesuítas teria sido somente mais uma parcela do grande número de estudos que ajudaram a formar uma mentalidade deturpada e dotada de estereótipos por parte dos mundo Ocidental em relação aos continentes colonizados a partir do início da Era Moderna?

Percebi, através de meus estudos realizados ao longo de alguns anos de pesquisa para o desenvolvimento de minha tese de doutorado que havia textos jesuíticos do século XVI, escritos a partir do contato desses missionários com as terras do Novo Mundo, que pouco tinham sido explorados pelos analistas de obras dos inicianos. Cartas, datadas da primeira década da chegada dos jesuítas na América lusitana, tentavam dar conta da compreensão da natureza dessas regiões exóticas à mentalidade européia. Pelos textos dos jesuítas Antonio Pires, Manuel da Nóbrega e Ambrosio Pires, pude perceber como os pioneiros jesuítas começaram a revelar em seus escritos o mundo natural das nossas terras. Notei também que, seguindo a trilha dos primevos escritos jesuíticos, um texto do José de Anchieta, datado de quando a Companhia já fazia onze anos de atuação na América, em 1560, existem peculiaridades sobre as terras da América inexistentes nos outros textos jesuíticos destacados até então. A tentativa de ser mais esclarecedor, bem como sua preocupação em tornar o mais visível possível a imagem do elemento natural descrito, seriam atributos deste texto do

famoso jesuíta e farão dele um “discurso fundador”, fazendo-o imitado por outros escritos que tentariam dar conta de nosso mundo natural.

À medida também que se passavam os anos de contato dos inacianos na América portuguesa e aprofundava-se a relação destes com a “nova terra” mudanças na forma como apresentar essas terras começam a ocorrer. É o que textos como os de Francisco Soares e Fernão Cardim podem nos mostrar. Tentativas compiladoras em forma de tratados, estes textos – *Coisas notáveis do Brasil* e *Do clima e terra do Brasil*, respectivamente – serão fontes impressionantes da preocupação que passa a fazer parte de escritos jesuíticos neste momento. Esses dois textos seriam os que dentre aqueles dos jesuítas na Luso-América dos quinhentos que mais se aproximam, em tentativa compiladora e densidade analítica, do texto de José de Acosta.

Assim, a partir da análise desses textos quinhentistas, escritos por jesuítas que para a América vieram, ajudando a compor o que poderia ser chamado de processo de Ocidentalização², tento no projeto que agora divulgo seu andamento, perceber se esta problemática de percepção do mundo natural, a partir de uma filosofia natural *à moda jesuítica*, também esteve presente entre os textos dos inacianos que se dirigiram para a África. Numa abordagem comparativa, ao mesmo tempo em que tento entender a dinâmica dos textos jesuíticos em contato com novas terras, pretendo discutir as diferenças e aproximações na percepção da pensamento europeu do século XVI em relação à África e à América.

No intuito de evangelizar, os jesuítas vão se dirigindo às terras conquistadas – ao mesmo tempo em que também ajudavam nessa conquista – não só levando o arcabouço cultural europeu às “novas” áreas, como também trazendo a seu modo, é importante dizer, as percepções do que viam e sentiam para o universo mental europeu. Para este fim, a catequese foi a porta principal pela qual os jesuítas levavam a cultura europeia para a América e para a África. Como lembra Miranda (2004: 148), “os jesuítas foram os pioneiros na educação do negro no Brasil e na África”. Uma escola jesuítica para os africanos já existia em Luanda no início do século XVII.

Ainda em andamento, o presente projeto tenta oferecer uma oportunidade de se comparar textos considerados canônicos e clássicos dentro da produção letrada jesuítica com

² Duas obras de Gruzinski são fundamentais para entender esta idéia do autor mencionado: Cf. GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço; A colonização do imaginário*.

os chamados documentos de história colonial da América e da África. A empreitada jesuítica de descrever a natureza brasileira e africana pode ser importante chave para compreendermos como o pensamento europeu da era Moderna se moldava ao mesmo tempo em que imprimia uma visão das terras extra-europeias que seriam gradativamente conquistadas pelo avanço do Velho Mundo aos mais distantes rincões do globo terrestre.

A análise desses escritos pode nos permitir ver tanto as apropriações feitas pelos africanos e indígenas dos elementos europeus – como fez Gruzinski com estes últimos no Novo México – quanto às adaptações realizadas pelos representantes da *cidade das letras* (RAMA, 1985) ao referencial por estes trazidos no intuito de facilitar e/ou efetivar o processo de colonização. E mesmo inconscientemente de que assim estavam fazendo, os jesuítas serão importantes contribuintes na formação de um pensamento de via de mão-dupla no alvorecer da época moderna.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANCHIETA, José de. *Cartas. Informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
- BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. **Sankofa**. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. n.1, jun. 2008, p.46-63.
- BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freire. Casa-grande e senzala. In: MOTA, Lourenço Dantas. (Org.). **Introdução ao Brasil**. Um banquete no Trópico. 3.ed. São Paulo: Senac, 2001. p.215-234.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. **A descolonização da Ásia e da África**. São Paulo: Atual, 2004.
- Características da Educação da Companhia de Jesus*. São Paulo: Loyola, 1986.
- CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- Cartas Jesuíticas II: Cartas Avulsas (1550-1568)*. Belo Horizonte: Itatiaia, s.d.
- GATTI, Ellen; GATTI, Attilio. **A África de hoje**. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- História Viva**. Edição Especial. Dossiê Presença Negra. São Paulo: Duetto, s.d.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HERNANDES, Leila Leite. **A África na sala de aula**. Visita à História Contemporânea. 2.ed. São Paulo: Agir, 2008.

LOPES, Ana Mônica; ARNAUT, Luiz. **História da África**. Uma introdução. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África**. Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. Sobre a dinâmica dos movimentos religiosos africanos. **Caminhos da História**. Montes Claros, v.13, n.1, 2008. p.7-21.

MESGRAVIS, Laima. **A colonização da África e da Ásia**. A expansão do imperialismo europeu no século XIX. São Paulo: Atual, 1994.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **O descobrimento da Biodiversidade**. A ecologia de índios, jesuítas e leigos no século XVI. São Paulo: Loyola, 2004.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Da *Aethiopia* à *Africa*: as idéias de África, do medievo europeu à Idade Moderna. **Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 5, Ano V, n.4, 2008.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Revista de História da Biblioteca Nacional. Dossiê “África reinventada”, Rio de Janeiro, Ano 1, n.6, dez.2005.

SILVA, Alberto da Costa e. **A África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

_____. **A manilha e o libambo**. A África e a escravidão de 1500-1700. Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico**. Elsevier, 2004.

IMIGRANTES ESQUECIDOS: REDISCUTINDO A HISTORIOGRAFIA SOBRE A TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PARA O LIVRE NA ZONA DA MATA MINEIRA

Leandro Pereira Matos*

Tomando como ponto de partida a transição da mão-de-obra escrava para a livre e as consequentes alterações no mercado de trabalho, meu objetivo é apresentar algumas considerações acerca do processo de imigração européia para na Zona da Mata Mineira a partir da Segunda metade do século XIX, à luz da Historiografia sobre o tema. A região em destaque, a partir dos anos finais do escravismo, recebeu um contingente significativo de imigrantes europeus; no entanto, não seguiu o modelo de substituição da mão-de-obra escrava, como no estado de São Paulo. Os estudos que analisam a atuação do imigrante em Juiz de Fora, no geral, privilegiam a sua presença na zona urbana; assim, acredito que há um silêncio historiográfico sobre as condições de vida e estratégias de adaptação a uma nova realidade experimentada pelos estrangeiros inseridos no mundo rural, sobre as quais levanto algumas questões a partir de pesquisas em documentos criminais.

O processo de imigração para o Brasil ocorreu principalmente a partir da segunda metade do século XIX, mas suas origens remetem ainda ao período colonial, quando o governo português incentivava a colonização de regiões despovoadas. Política que o período imperial incentivaria desde cedo, através da criação de núcleos coloniais, principalmente nas províncias do sul do Brasil (BOTELHO, 2002: 03).

O processo imigratório seria intensificado a partir dos anos 1850, quando o fim do tráfico transatlântico de escravos condenou o escravismo. Nesse contexto, tornou-se urgente a questão da transição para o trabalho livre. E as discussões acerca da organização da mão-de-obra estavam na pauta do dia da elite dominante (agrária). Apesar das primeiras experiências de inserção do trabalhador imigrante nas lavouras de café por iniciativa particular, principalmente em São Paulo, o governo logo foi pressionado a financiar a introdução de estrangeiros no país. Devido, principalmente, aos grandes problemas causados pelo modelo da Parceria adotado inicialmente, que endividava enormemente o imigrante com o custeio da passagem e os gastos com seu sustento, e provocou grande insatisfação e inúmeras revoltas.

Não existiu um modelo único de transição do trabalho escravo para o livre. Segundo observou André Luciano Simão, “A solução encontrada foi realizar uma transição lenta e

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

gradual na qual, conforme a região, seriam utilizados como trabalhador livre ora o imigrante, ora o nacional e ora o liberto ou o ex-escravo” (2004: 06). A diversidade de opções quanto à transição pode ser percebida, por exemplo, nas divergências ocorridas em São Paulo entre as regiões do Vale do Paraíba e do Oeste paulista. A primeira, com um grande contingente de escravos, sem muitas possibilidades de expansão da lavoura se apoiava no cativo como principal mão-de-obra, além de não se beneficiar com os recursos aplicados na política imigratória. Enquanto o Oeste, em largo crescimento e necessitando de braços para o trabalho, não exitava em optar por formas de trabalho não escrava (BEIGUELMAN, 1981: 22-23).

Apesar das diferentes posturas, havia um consenso em torno do imigrante europeu como melhor opção para utilização do trabalhador estrangeiro, vendo-o como um elemento civilizador: “... a burocracia imperial e a intelectualidade tentavam fazer da imigração um instrumento de ‘civilização’, a qual, na época, referia-se ao embranquecimento do país” (ALENCASTRO, 1997: 293). Diversos interesses entravam em jogo quando o tema era política imigrantista, conforme observou Alencastro e Renaux, “Diferentes correntes se enfrentavam na imprensa e no Parlamento” (1997: 293).

Dados os pontos gerais, interessa-nos então, refletir sobre alguns aspectos da imigração para Minas gerais, mais especificamente a Zona da Mata, focando seu principal centro cafeeiro no final do século XIX, Juiz de Fora.

“A transformação do trabalho”

Ana Lanna, ao discutir o processo de transição para o trabalho livre, afirma que o projeto imigrantista foi vitorioso em São Paulo, e que a bibliografia dedicada ao tema, por vezes o tomou como o único caminho possível, mascarando as diversidades regionais e as diferentes formas de transição apresentadas no período em questão. A abolição lenta e gradual, a imigração chinesa, o aproveitamento do trabalhador nacional e a imigração europeia foram as propostas mais discutidas, porém nem sempre receberam da literatura a mesma atenção enquanto objeto de pesquisa. Segundo a autora, Minas Gerais traça uma série de políticas públicas de imigração, principalmente para a criação de núcleos coloniais e não como mão-de-obra para os fazendeiros (1989: 46-7). Lanna destaca que

A bibliografia, quando estuda a transição para o trabalho livre, com base na reflexão empírica sobre a realidade de São Paulo, limita-se ao exame de uma das formas dessa transição: a imigração europeia. A nosso ver isto resulta na sobreposição de dois processos de naturezas distintas e confunde a própria constituição do trabalho livre, comum a toda Nação, com a forma particular articulada em São Paulo: e conforme dissemos, o imigrantismo supostamente nacional. (1989: 45)

O Congresso Agrícola de 1878 pode ser visto como uma síntese destes múltiplos interesses. Realizado no Rio de Janeiro, o evento contou com representantes das principais regiões produtoras de café: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo (SIMÃO, 2004: 1; LANNA, 1989: 55-73). De um lado, representantes das regiões onde a lavoura cafeeira passava por uma crise financeira ou com poucas possibilidades de expansão da fronteira agrícola buscavam recursos junto ao governo, apostando na utilização do trabalhador nacional como mão-de-obra preferencial, mesmo com a certeza da extinção do trabalho escravo. Defendiam ainda que a imigração deveria ser espontânea ou realizada com recursos particulares; a questão primordial para estes produtores era o acesso a capitais. Do outro lado, os interesses das áreas economicamente mais dinâmicas preocupavam-se em garantir trabalhadores em quantidade suficiente para suportar seu crescimento. Nesse caso, somente a utilização da mão-de-obra nacional não seria suficiente, necessitando assim da política imigrantista e do auxílio do governo (SIMÃO, 2004: 15). De forma geral, para Lanna, percebe-se o conflito entre uma proposta “gradualista” e outra que pretendia “acelerar” o processo de transformação do trabalho (LANNA, 1989: 64). De acordo com a autora, as maiores críticas à introdução de colonos europeus encontram-se nos discursos dos mineiros e fluminenses, ambos céticos na imigração em massa como solução preferencial, apontando a dificuldade de pagar altos salários e oferecer atrativos para fixar o estrangeiro como os maiores empecilhos.

Sobre as políticas de imigração, Ana Lúcia Lanna afirma que em Minas, esta tendeu mais para a colonização do que para fornecer mão-de-obra à lavoura. Apoiada em informações levantadas por Norma de Góes Monteiro, destaca que a política de povoamento em Minas Gerais foi tímida, e em consequência disto o número de imigrantes também foi reduzido. Foram cerca de 52.582 estrangeiros entre os anos de 1884 a 1901. Em suas palavras, “até a véspera da abolição pouco se tinha feito no sentido de introduzir trabalhadores estrangeiros ou mesmo de realizar experiências com trabalho livre nas fazendas” (1989: 77-78). Nos debates parlamentares o que prevalecia era a introdução de imigrantes para o povoamento, moralização e aperfeiçoamento das técnicas da lavoura. Por outro lado, Lanna indica que os próprios agricultores resistiram à introdução de imigrantes. Sendo assim, o resultado concreto da política imigrantista em Minas foi “uma tímida política de colonização-assentamento de estrangeiros na condição de pequenos proprietários – ou alocação de mão-de-obra qualificada basicamente para as cidades e centros fabris” (1989: 79). Para Lanna, a

solução da falta de mão-de-obra para os cafeicultores passou por outros caminhos que não a opção pela imigração em massa, e a reivindicação de braços para a lavoura representou “a possibilidade de controle da força de trabalho existente, na qual se incluem os ex-escravos” (1989: 81). A desconfiança dos produtores mineiros para com a introdução do estrangeiro seria então explicada por dois motivos. O primeiro motivo seria a impossibilidade de competir com São Paulo na atração desses trabalhadores, e garantir sua permanência. O segundo, seria a possibilidade da criação de um mercado de trabalho com a mão-de-obra disponível em Minas (1989: 82); a fronteira agrícola na Zona da Mata mineira encontrava-se perto de seu limite de expansão, o que tornava a necessidade de braços uma questão menos urgente (mais não menos importante) do que em São Paulo.

Sobre as relações de trabalho na região da Mata Mineira, Ana Lanna se baseia nas informações levantadas no relatório feito por Carlos Prates de 1906 e os questionários feitos aos municípios em 1893, que segundo a autora são coincidentes. A relação predominante de acordo com as fontes levantadas seria a parceria sob forma de meação, sendo utilizadas também na região a empreitada e o contrato. A difusão do assalariamento teria encontrado dificuldades, não sendo capaz de fixar mão-de-obra, devido a dificuldade de controle dos trabalhadores, e ao que a autora considera como a “pequena base monetária da economia mineira”, problemas de crédito e dinheiro, que faziam os salários serem muito baixos e conseqüentemente pouco atrativos (LANNA, 1989: 87-8). No entanto, a partir de 1880 tornou-se mais comum a migração dentro de Minas, o migrante sazonal. Durante a colheita do café esses trabalhadores provenientes de outras partes do território mineiro, principalmente do norte, dirigiam-se para as áreas produtoras da rubiácea em troca de salários, retornando aos seus locais de origem assim que colheita terminava, complementando a necessidade de braços da lavoura cafeeira, mas dificultando a criação de um mercado de trabalho fixo (1989: 94).

Mônica Ribeiro de Oliveira discorda de Ana Lanna em alguns pontos, principalmente no que se refere à constituição do mercado de trabalho na região. Na visão de Oliveira, Lanna comete um grave erro quando desconsidera a participação do imigrante na constituição de um mercado de mão-de-obra livre, enfatizando a utilização e organização da população existente; assim como, considerar reduzido o número de imigrantes que chegaram em Minas no período, seria minimizar o impacto destes nas áreas rurais e urbanas. Oliveira aponta que houve a necessidade e a utilização de trabalhadores imigrantes, porém em menor escala, pois a produção cafeeira em Minas estaria em decadência:

A absorção de grandes quantidades de mão-de-obra livre era realmente impossível dadas as condições de decréscimo da produção. Mas havia um interesse dos fazendeiros na manutenção da produção existente, tanto que apoiaram a criação de uma hospedaria e a busca de uma política imigrantista própria. Havia então, interesse pela introdução de mão-de-obra substituidora de braços, não atendendo somente a colonização, tal como foi afirmado por A. L. Lanna, mas como reação a própria crise do café. (OLIVEIRA, 1991: 139-141)

Luiz Fernando Saraiva, em sua dissertação de Mestrado, ao discutir a transição do trabalho escravo para o livre, ancora-se em uma historiografia mais recente, que a partir de fontes como inventários *post-mortem* e lista de matrículas de escravos, demonstrou o dinamismo econômico e financeiro da região, desfazendo a idéia de decadência da cafeicultura na Zona da Mata já no final do século XIX; pesquisas estas que apontaram também ser o tamanho médio das propriedades cafeeiras maior do que até então se supunha; além de uma população escrava muito significativa, que colocava a cidade de Juiz de Fora entre maiores municípios escravistas do Brasil. O “complexo cafeeiro” da região possibilitou investimentos de ordem estrutural na economia da cidade durante a segunda metade do século XIX, que foram essenciais para a industrialização iniciada em Juiz de Fora no final deste século¹.

Sobre a estrutura das terras no município é de extrema importância atentar para o predomínio das grandes propriedades, principalmente para a produção agrária de exportação, de caráter essencialmente extensiva (PIRES, 2005: 18). Saraiva, analisando os inventários *post-mortem* encontrou para o período de 1870-1888 a seguinte média da grande propriedade: 280,53 alqueires, para 93 escravos e 264.572 pés de café. E para o período de 1888-1900 a média de 286,04 alqueires com 247.127,21 pés de café (SARAIVA, 2001: 93/159). Segundo esse mesmo autor, a grande concentração da propriedade da terra foi uma importante forma de controle sobre os trabalhadores e que pode ter “influenciado” no pós-abolição na permanência do liberto nas fazendas da região. Nas palavras do autor, “a *mão-de-obra escrava foi a principal forma de trabalho utilizada pelos cafeeiros da região* até a lei Áurea – fato este incontestado em toda a historiografia” (2001: 47, grifo do autor). O autor também ressalta que a mão-de-obra imigrante foi utilizada majoritariamente em atividades urbanas e industriais, mas não sendo a principal modalidade de trabalho para a região; visão esta já defendida por

¹ Para uma visão mais detalhada destes aspectos ver: ANDRADE, Rômulo Garcia. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentescos**: Zona da Mata e Minas Gerais, século XIX. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995. PIRES, Anderson. **Capital Agrário, investimento e Crise da Cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993.

Giroletti (1988) e Oliveira (1991). Nesse sentido, Saraiva aponta para a importância do trabalho escravo na região, dizendo que a opção pelo cativo tornava-se possível graças ao grande número de mancipios existentes em Minas. Como demonstrou o trabalho de Cláudio Heleno Machado, o tráfico intraprovincial foi responsável pelo fornecimento de braços escravos para a lavoura cafeeira da região da Mata mineira, o que permitiu um aumento numérico destes no município de Juiz de Fora até os anos finais do escravismo (MACHADO, 1999; SARAIVA, 2001: 51-2).

Para Saraiva, a ausência de grandes conflitos envolvendo escravos e senhores em Juiz de Fora demonstra um aspecto da manutenção da escravidão na região, seja o controle do trabalho e da mão-de-obra. Apesar de não negar a resistência dos escravos, através de violência, crimes e fugas, acredita que a desagregação do escravismo não ocorreu na região como em outras áreas cafeeiras do país, como São Paulo e Espírito Santo.

Assim como Ana Lanna, Luiz Fernando Saraiva aponta nos Relatórios de Presidente de Província, referências ao acanhamento dos fazendeiros na utilização da mão-de-obra imigrante, que Saraiva interpreta na verdade como não necessidade dos produtores em adquiri-la, devido à bem sucedida opção pelos nacionais (2001: 61); mas discorda de Lanna ao afirmar que a capacidade monetária e de organização não seriam empecilhos para investimentos na imigração, caso existisse necessidade de suprir a falta de braços para a lavoura. Saraiva também percebe a criação da Hospedaria de imigrantes Horta Barbosa em 1888 como uma forma das elites locais, através dos investimentos oficiais, aumentarem a mão-de-obra disponível, sem, no entanto, isso significar que a região passasse por uma carência de trabalhadores. Nas palavras do autor,

Por ora, basta dizer que o trabalho imigrante em Juiz de Fora, especificamente nas lavouras de café, vai ser, na maioria dos casos, minoritário, pois no pós-abolição já podemos perceber a coexistência entre o trabalho dos nacionais e de estrangeiros nos diversos distritos e fazendas de Juiz de Fora (SARAIVA, 2001 : 62).

No trecho citado acima, o autor reafirma a condição de minoria dos imigrantes nas atividades rurais do município em questão, ao mesmo tempo em que não desconsidera a presença destes, certamente por tê-la observado nas fontes, principalmente criminais; tanto que no último capítulo de sua dissertação, Saraiva analisa um conflito ocorrido em 1890 entre um grupo de “libertos” e um grupo de “italianos” na Fazenda Boa Vista localizada no distrito de Chapéu D’uvas, como forma de compreender os conflitos que surgiram em torno do reordenamento das relações de trabalho e da dominação e controle deste. Apesar de não avançar

muito na pesquisa em fontes criminais, destaca a necessidade de aprofundamento nos estudos que esclareçam as relações e conflitos entre trabalhadores no período de transição (2001).

A historiadora Elione Guimarães destaca a significativa presença de estrangeiros na região de Juiz de Fora; mas, concorda com Saraiva ao apontar que o município não adotou o modelo paulista de transição, tendo a maioria dos imigrantes se fixado na área urbana. Porém a autora revela em nota que pesquisando nos processos criminais encontrou diversos imigrantes no meio rural, o que demonstra a necessidade de aprofundamento das pesquisas (2006: 78). Elione também propôs uma releitura dos Relatórios dos Presidentes de Províncias de Minas Gerais, ao questionar a visão defendida por Luiz Fernando Saraiva de que na Zona da Mata não ocorreu “nenhuma grande revolta de escravos” dos anos de 1870 até a abolição; posição que contraria as informações levantadas pela autora nas fontes locais. Refletindo sobre os Relatórios, Elione comenta:

Grosso modo, os relatórios iniciavam com informações sobre a *tranquilidade pública* que, com pequenas alterações, informavam que a Província estava tranqüila, que o povo era ordeiro e de boa índole. Em seguida, sobre a epígrafe Segurança Individual, discorria sobre os problemas enfrentados: muitos crimes contra a pessoa, deficiência das forças policiais, vastidão territorial, constantes fugas de presos (GUIMARÃES, 2006: 94, grifo da autora).

De acordo com Guimarães, é perceptível nesses documentos a tensão e os rumores em Minas acerca do elemento servil, e situação da Mata mineira não era confortável. A autora também demonstra, a partir dos jornais e folhas dá época, a preocupação dos produtores agrícolas com a questão da organização do trabalho. Nas páginas dos periódicos locais, foi possível perceber a tentativa dos fazendeiros em criar um Clube da lavoura; a reação contra ações abolicionistas; e até mesmo a defesa do trabalhador nacional, indicando a educação do ingênuo e também do escravo como uma forma viável de transição; e ainda o homem do sertão, o migrante nacional, era apontado como uma opção ao braço estrangeiro (2006: 102-104). Sobre estas questões Elione arremata:

De tudo que pude acompanhar nas fontes analisadas, o certo é que em Minas Gerais, nos anos finais do escravismo, a situação era tensa. Escravos fugiam, matavam e morriam em busca de suas liberdades; os abolicionistas perturbavam a paz e a tranquilidade dos fazendeiros e estes, arraigados ao escravismo, aceitavam como incontestável a eminência do seu fim, mas relutaram até o último momento, esperançosos por uma solução jurídica e gradual, para então, ao final, optarem prioritariamente pelo trabalhador nacional, que lhes pareceu mais dócil e de fácil trato (2006: 107).

Urbanização, Industrialização e as visões sobre o imigrante

Mônica Oliveira, discutindo a participação dos alemães e dos italianos em Juiz de Fora, relativiza a supervalorização destes como responsáveis pelo processo de industrialização na cidade. Segundo a autora, a contribuição destes imigrantes foi real, mas na maior parte das vezes esteve vinculada a formação de pequenas manufaturas e à atividade comercial. Apesar do foco de seu trabalho ser direcionado para aspectos urbanos, Oliveira tece algumas considerações sobre a relação dos imigrantes com o meio rural no município, como já foi visto acima. Para a pesquisadora, o centro urbano de Juiz de Fora fornecia elementos atrativos tanto para os alemães insatisfeitos com a condição das colônias e dos seus contratos, quanto para os italianos, que chegaram na cidade em um momento que a lavoura cafeeira não mais demonstrava fôlego para uma expansão. Juiz de Fora, funcionaria então como lócus atrativo para imigrantes com certo preparo técnico profissional, e não de lavradores. Nas palavras da autora,

O imigrante que se fixou em Juiz de Fora era do tipo que possuía já uma experiência técnica e encontrou na cidade uma forma de criar um pequeno negócio e aos poucos expandi-lo através da cooperação familiar e pequenas sociedades. A própria cidade, também, com seu comércio já desenvolvido, capaz de atrair novos investimentos e ainda se constituindo no principal centro econômico da Zona da Mata, atuou como fator de atração deste tipo de imigrante (OLIVEIRA, 1991: 116).

Em sua análise sobre os alemães e teuto-descendentes, Deivy Ferreira Carneiro aponta que os alemães que foram para Juiz de Fora não se encaixavam no perfil da política imigratória e diferente do caso paulista eles não serviram de mão-de-obra para a lavoura cafeeira. Os “alemães” que chegaram à cidade entre 1856 e 1858 serviram de mão-de-obra qualificada para a Cia. União e Indústria em seus empreendimentos: “a construção e manutenção da rodovia; e como colonos, participantes de um projeto que visava criar trabalho alternativo à atividade escravista na produção de bens de consumo interno” (CARNEIRO, 2004: 27). Este autor também critica o mito do imigrante empreendedor; comentando sobre os trabalhos de Oliveira (1991) e de Giroletti (1988), Carneiro destaca que,

Apesar de trabalharem com perspectivas diferentes acerca das relações entre imigração e industrialização em Juiz de Fora, Mônica Oliveira acabou demonstrando o que já havia sido problematizado por Giroletti: os imigrantes germânicos forneceram uma mão-de-obra mais qualificada, deram origem a boa parte das primeiras manufaturas, criaram casas comerciais, oficinas e contribuíram muito para o aumento do mercado consumidor. Entretanto, participaram somente das bases de formação do desenvolvimento comercial e industrial da cidade, ou seja, não foram grandes empreendedores, progressistas e capitalistas que fundaram e levaram à frente o processo de industrialização de Juiz de Fora (2004: 47).

No entanto, o referido pesquisador avança em relação aos demais autores, e traz uma significativa contribuição à historiografia, ao lançar mão das fontes criminais para este tipo de estudo e ao afirmar que a maioria das análises feitas sobre a presença desses imigrantes pautaram-se em uma perspectiva racial, onde “o elemento ariano era visto como sinônimo do desenvolvimento econômico e social local em virtude de uma operosidade quase natural projetada sobre o europeu de cor branca” (CARNEIRO, 2004: 05). Na maior parte da historiografia local sobre a imigração Germânica “tais indivíduos foram retratados apenas sob uma ótica ideológica, na qual o alemão era visto como a personificação do progresso, da civilização e da modernidade” (CARNEIRO, 2004: 31).

Carneiro enfatiza que a produção historiográfica que trata da presença dos imigrantes em Juiz de Fora, principalmente em relação aos germânicos (mas também podemos considerar os italianos e portugueses), grosso modo desconsidera que a maioria dos imigrantes tinham origens camponesas e que deixaram sua terra em busca de melhores oportunidades de vida. No Brasil, e em nosso caso, particularmente em Juiz de Fora, “construíram uma história permeada de lutas por melhores condições de subsistência, moradia e trabalho, muito diferente do mundo idílico pintado para eles por uma historiografia local caracterizada pela criação de mitos fundadores e estabelecimento dos vultos locais” (CARNEIRO, 2004: 48).

Considerações finais

Tarcísio Botelho, analisando os relatórios dos Presidentes de Minas Gerais no final do século XIX, identificou nessa documentação um interesse na imigração não como solução para a mão-de-obra cafeeira, mas como uma possibilidade de mudança qualitativa na agricultura mineira (aumento da produção de gêneros alimentícios, educação do produtor agrícola, etc.) ou para formação de núcleos coloniais (BOTELHO, 2002: 08). Tal discurso pode ser relacionado ao grande contingente populacional existente em Minas, principalmente de escravos – maior do Brasil no século XIX. Essa “reserva de mão-de-obra” permitiu que a lavoura de café mineira se reorganizasse em torno da mão-de-obra nacional, não necessitando do trabalhador estrangeiro. A leitura desse tipo de fonte pode revelar aspectos importantes acerca do direcionamento de políticas públicas e do ideal de imigração para Minas, ao mesmo tempo em que negligência outros aspectos deste processo. Em outras palavras, não obstante a preferência do produtor rural pela mão-de-obra nacional e da existência desta em larga escala em Minas, essa questão não deve ser finalizada. Em um primeiro levantamento, realizado

sobre os processos do período de vigência do Código Criminal do período Imperial (até 1890), em um universo de 194 processos de homicídio, 34 peças, ou 18% destes crimes contaram com a participação de estrangeiros, dos quais mais da metade ocorreram fora do centro urbano de Juiz de Fora. Mesmo que não se comprove uma grande presença numérica de estrangeiros nas fazendas e no meio rural, nem por isto suas experiências e vivências nestas atividades devem permanecer desconhecidas. No entanto, se a historiografia não omite a expressiva presença dos imigrantes na região, inclusive apontando sua presença no campo, ela pouco ou quase nada nos diz sobre esses personagens que se dirigiram para a zona rural. O estudo da documentação criminal, na contramão desse silêncio, possibilita colocar em questão novas perguntas, novas perspectivas e trazer para a cena indivíduos e histórias que poderão nos ajudar a encontrar algumas respostas a essa lacuna, e que nos instiga a levantar as seguintes questões: Como se deu a participação do imigrante na zona rural de Juiz de Fora? Em que condições a mão-de-obra estrangeira foi utilizada neste município? Sua presença foi significativa dentro da lavoura cafeeira? De que formas se construíram as diversas relações sociais e o processo de adaptação desses personagens alocados no campo?

Muitas perguntas se impõem, muito trabalho para tentar responde-las, e conhecer um pouco mais destes personagens anônimos, esquecidos, dos quais busco vestígios em seus dilemas e tragédias pessoais.

Bibliografia

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. RENAUX, Maria Luiza. *Caras e modos dos migrantes e imigrantes*. IN: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras. Vol. 2. 1997.
- ANDRADE, Rômulo Garcia. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentescos**: Zona da Mata e Minas Gerais, século XIX. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.
- BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: brasiliense. 1981.
- BOTELHO, Tarcísio. Rodrigues. *Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX*. In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos de População**. Belo Horizonte: ABEP, 2002.
- CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos, crimes e resistência**: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora – 1858/1921). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2004.
- GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora: 1850 a 1930**. Juiz de Fora: Edufff, 1988.
- GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos Viveres de Afrodescendentes na Escravidão e no Pós-Emancipação**: Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – Minas Gerais, 1828 - 1928). São Paulo: Annablume – Juiz de Fora: Funalfa, 2006.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A transformação do trabalho**: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- MACHADO, Cláudio Heleno. *Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. São Paulo: **Núcleo de Estudos em História Demográfica**. FEA_USP, http://members.tripod.com/~Historia_Demografica/ INDEX.HTM, Boletins. HTM, novembro de 1999, n. 18.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e industrialização**: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1991.

PIRES, Anderson. *A Industrialização de Juiz de Fora*. In: **Revista Científica da FAMINAS**. Muriaé: editora Faminas, v.1, n. 2 (maio/agosto), 2005, p. 25.

_____. **Capital Agrário, investimento e Crise da Cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993.

SARAIVA, Luis Fernando. **Um correr de casas, antigas senzalas**: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora. 1870 – 1900. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2001.

SIMÃO, André Luciano. *Minas Gerais e o Congresso Agrícola de 1878: demandas, temores e percepções dos produtores rurais mineiros*. In: **Anais do XI Seminário Sobre a Economia Mineira**. Belo Horizonte, 2004.

O pensamento médico no século XIX: preocupações e intervenções no Rio de Janeiro

Leandro Silva de Paula*

A escrita da história sobre a Europa referente ao século XIX tem apontado este período como um momento marcado pela exaltação do nacionalismo e construção dos Estados nacionais. Foi uma época em que todo o continente passou por um processo de grandes modificações provocadas diretamente pela revolução Industrial e também por uma expansão da economia. Tudo isso provocou um aumento na procura por mão de obra pelas fábricas e em constantes abusos por parte dos patrões que exploravam o tempo de trabalho dos seus funcionários. Ortiz diz que qualquer atraso e indisciplina dentro da fábrica representavam perda de dinheiro para os empresários.

Além disso, a revolução industrial provocou o crescimento muito rápido de algumas cidades, que a partir de então entraram em um processo de urbanização intenso. Benjamin afirma que “*O habitante da cidade, cuja superioridade política em relação ao morador do campo se manifesta inúmeras vezes no decorrer do século, tenta inserir o campo na cidade.*” (Benjamin, 2006: 42).

Todo este processo em direção ao urbano provocou grandes modificações. Segundo Benjamin: “*As pessoas tinham de se acomodar a uma circunstância nova e bastante estranha, característica da cidade grande*”. (BENJAMIN, 1984: 35 e 36.) Foi um século marcado pelo desenvolvimento da luz elétrica, dos ônibus, dos trens e dos bondes, de um aumento e melhoria dos meios de transporte. As mudanças também ocorreram nos meios de comunicação e nas artes, tanto que até mesmo a pintura foi perdendo o seu papel como transmissora de informação, dando lugar para a fotografia.

É visível todo um trabalho de remodelação urbana ocorrido no XIX, um processo caro que necessitou tanto de investimentos do Estado, quanto do capital privado e que provocou muitas vezes a especulação. No entanto, todas estas mudanças na cidade de Paris têm suas conseqüências. O processo de urbanização, acompanhado muitas vezes, de um aumento dos valores a serem pagos em alugueis na região central, fez com que muitos proletários fossem repelidos para os subúrbios. Modificando assim

a fisionomia dos bairros de Paris que segundo Ortiz, antes do XIX não vivenciava tão fortemente esta distinção entre bairros burgueses e bairros populares.

Observa-se que cada vez mais, residência e trabalho tornam-se unidades autônomas. As pessoas passam a procurar a periferia para morar e precisam se deslocar para a região central para trabalhar. Além disso, Walter Benjamin diz que no decorrer do século XIX foi se aglomerando uma multidão de pessoas na região central, fazendo com que a prostituição se estendesse em vastos setores da cidade e que cada vez mais, fosse necessária a intensificação da numeração dos imóveis na cidade grande. Ou seja, a noção de espaço em Paris é profundamente modificada:

“Até a metade do século XIX, cada região de Paris era como um pequeno mundo e não havia uma comunicação regular entre essas regiões. A diferenciação entre bairros ricos e pobres levou à expansão da periferia da cidade, assim como a separação entre a residência e o local de trabalho tornou necessária a criação de uma rede de transportes capaz de garantir a circulação regular entre uma zona da cidade e outra.” (D’ANGELO, 2006: 242)

Industrialização, urbanização e multidão eram elementos interligados, nesse período. Benjamin enxerga o lar burguês como capaz de fornecer segurança e conforto para aqueles que o habitam, bem diferente das residências populares nas quais as pessoas, muitas vezes, tinham que viver em péssimas condições.

Observa-se todo um empenho em reformar e transformar o espaço urbano parisiense no século XIX, Ortiz aponta que os trabalhos realizados pelo Barão Haussman em planejar e reorganizar esse espaço tinham intenções claras de expulsar do centro da cidade as classes populares. Sendo constante na época a associação das classes pobres com sujeira, “casas sórdidas” e outros adjetivos negativos.

“Somente para o burguês a casa representa o domínio privado por excelência. Para as classes populares urbanas e rurais, ao contrário, as condições de moradia propiciavam um desenvolvimento da intimidade completamente diferente dos cultivados pela burguesia. A questão da morada popular apontada, no decorrer de todo o século XIX, como fonte de perturbação da ordem pública, de instabilidade política e de problemas sanitários. O relatório oficial da pesquisa realizada em Paris após a epidemia de cólera de 1832 apontava as taxas mais altas de mortalidade entre os moradores das regiões mais sujas e miseráveis da cidade. Essas condições sugeriram inúmeras analogias entre os perigos da existência nas cidades e os riscos e adversidades das florestas. Constrangidos a viverem amontoados, os pobres eram levados a um uso privativo do espaço público e a manifestações visando à redefinição de ambos.” (D’ANGELO, 2006: 240)

Esta ideologia encontrou muito respaldo na classe médica, que através do higienismo relacionava a sujeira das aglomerações onde viviam as pessoas pobres como a responsável pelo aparecimento de diversas doenças. Neste período é visível a intervenção médica na sociedade, já que através dos discursos produzidos cientificamente e em nome da saúde pública se recomendava a demolição de diversas residências consideradas insalubres, levando até a desapropriação de terrenos e a necessidade de uma política de urbanização que possibilitasse a construção de um sistema de encanamento e de esgoto.

Este período foi marcado por um processo de urbanização acelerado, que muitas vezes, ocorreu de forma desordenada. De acordo com Carmem Lúcia Soares, esse processo de urbanização não foi acompanhado pela devida e necessária ampliação dos serviços elementares de saúde, como limpeza urbana e serviços sanitários. Tudo isso provocou um quadro de deterioração do espaço urbano, caracterizado por problemas de saúde, por péssimas condições de trabalho, alimentação e salubridade urbana. Além desses elementos destacados, esse processo também gerou uma série de epidemias na Europa, exigindo-se providências por parte da medicina social que através de um intenso debate entre médicos e autoridades públicas passou-se a adotar medidas visando a proteção contra as epidemias e a adoção de medidas sanitárias pelos governos.

A explosão da cólera em alguns centros europeus e de doenças como a febre amarela, a peste bubônica e o tifo são alguns exemplos do quadro epidemiológico da Europa no século XIX. A higiene passa a ser uma aliada importante dos médicos no combate a essas doenças. A idéia de se manter limpo, tanto quanto possível, o corpo dos indivíduos e o meio ambiente, seria uma medida necessária para se evitar inúmeras doenças.

Os médicos detentores de um conhecimento que os dava autoridade para falar dos problemas relacionados ao corpo físico e dos males que afetam o corpo social elaboraram uma série de propostas referentes a saúde da sociedade. Essas idéias foram trazidas para o Brasil no século XIX onde:

“A política médica delineia-se a partir daí através de formas de intervenção no cotidiano da Corte, com disposições sobre o saneamento da cidade, controle de alimentos, controle do exercício da profissão, entre outros. Antes desse momento, não se encontra a relação explícita entre saúde e sociedade, embora atualmente essa

relação pareça ser óbvia e atemporal. Inaugura-se assim a penetração da medicina na sociedade, incorporando o meio urbano como alvo da reflexão e da prática médicas, e a situação da medicina como apoio científico indispensável ao exercício do poder do Estado.”(SILVA, 2004: 98)

Diferente da Europa, o Brasil até as primeiras décadas do século XIX desconhecia as epidemias de cólera e febre amarela. Mesmo que, desde o século XVIII o Rio de Janeiro já vinha passando por um processo de crescimento demográfico em um contexto em que os portos marítimos do Rio de Janeiro eram fundamentais para o escoamento do ouro advindo de Minas Gerais em direção a Europa, estas doenças só se fizeram presentes na segunda metade desse século XIX. Período este em que o Rio de Janeiro passou por um crescimento urbano muito forte, com a expansão das linhas de bonde e de outros meios de transporte.

A movimentação portuária na cidade do RJ na transição do século XVIII para o XIX foi grande.

“[...] é possível captar as mudanças comparando os dados dos censos efetuados na cidade em 1799 e 1821. Entre uma e outra dada, a população urbana, excluídas portanto as freguesias rurais do município, subiu de 43 mil para 79 mil habitantes. Em particular, o contingente de habitantes livres mais que dobrou, passando de 20 mil para 46 mil indivíduos. Não foram só reinóis e monarquistas latino-americanos que aportaram na corte fluminense. O enxerto burocrático suscitou uma procura de moradias, serviços e bens diversos, atraindo para o Rio mercadorias e moradores fluminenses e mineiros. Enfim, chegam mais africanos, dado que a baía de Guanabara convertera-se, desde o final do século XVIII, no maior terminal negreiro da América”(ALENCASTRO, 1999:13)

Mesmo depois da década de 30, com o crescimento do café no cenário nacional que agitou ainda mais o movimentado ambiente portuário, o crescimento populacional continuou a ocorrer de forma intensa. Além dessa multidão de pessoas, o Brasil era marcado pelo tráfico negreiro, por um grande número de pessoas sem recursos mínimos e vivendo em péssimas condições de saúde e por um intenso nível de mortalidade, o que reforçava no pensamento dos médicos uma imagem, ou melhor, uma representação de que o Brasil seria um país insalubre e com muitos obstáculos à construção do ideal de nação, fortemente influenciado pelas sociedades européias.

Nas primeiras décadas do século XIX a medicina foi se institucionalizando e se legitimando como portadora de um conhecimento capaz de intervir nos problemas sociais e contribuir na construção de um Brasil civilizado, ou seja, uma nação elaborada com base na ciência.

Tanto o Rio de Janeiro, quanto algumas das principais cidades da Europa no século XIX passaram por um quadro de deterioração do espaço urbano marcado pela imundície, doenças e falta de estrutura e recursos para manter a salubridade dessas cidades.

A chegada da família real no Brasil em 1808 provocou diversas modificações na configuração da cidade e provocou a necessidade de se criar modelos civilizatórios através de medidas administrativas para combater os problemas urbanos existentes no Rio de Janeiro, como a falta de higiene nos lares e nas ruas das cidades que provocavam doenças como a febre amarela, a varíola, a peste bubônica e outras.

Foi um período marcado pela criação de diversos estabelecimentos culturais e científicos e principalmente pela criação de instituições de ensino superior no Brasil, entre elas a Escola de medicina do Rio de Janeiro.

A criação destes estabelecimentos foi de fundamental importância para que o território brasileiro passasse a ser visto por pesquisadores brasileiros como um objeto de conhecimento e plausível de intervenção. A medicina será um dos focos principais no intuito de tentar marcar sua presença e intervir nos problemas de saúde advindo da urbanização da cidade do Rio de Janeiro naquele período. Segundo Cecília de Paula Silva se pode observar que a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro começou *“adotando inicialmente os estatutos da escola de Paris e que foram modificados gradativamente. A partir de então, ela estruturou-se, ampliando e valorizando principalmente a cadeira de higiene (uma das principais áreas de pesquisa) ganhando, durante o Império, o papel de centro da ciência médica, âncora dos projetos higienistas.”* (SILVA, 2004: 100)

Os médicos passam a ter um papel fundamental na reflexão de todos os problemas relacionados à urbanização e ao bem estar social. Eles passam a ser os portadores do conhecimento capaz de neutralizar os perigos que ameaçam a saúde da sociedade.

Em meados do século XIX, uma série de fatores, entre eles a posse do diploma de medicina, possibilitava que os médicos ganhassem certa autoridade no intuito de realizar uma medicalização da sociedade. Ou seja, uma intervenção da medicina em

várias áreas como: a crescente urbanização e a tentativa de cuidar e tentar controlar os indivíduos e a população.

O ensino médico no Brasil ficou restrito ao eixo Rio de Janeiro-Salvador, sendo que todos os interessados em exercer tal profissão tinham que recorrer a estas faculdades de medicina ou então ir para a Europa. Embora, existissem pretensões de se criar tais cursos em outras províncias do Brasil no século XIX, como é o caso de Minas Gerais. Uma grande quantidade de médicos é oriunda desta província e recorreram às faculdades da Bahia, e principalmente do Rio de Janeiro, devido à proximidade.

Graças ao estabelecimento das instituições de ensino médico no Brasil, a medicina durante o século XIX foi ampliando, cada vez mais, o seu campo de atuação e de autoridade. Como também foi ampliando as áreas de interesse de estudo e investigação dos saberes médicos. *“Nessa direção, o saber médico procurou ultrapassar uma perspectiva de intervenção limitada à vida individual, tomando por base a formulação de interferências a serem aplicadas a diversos estratos do tecido social.”* (MARTINS. BERTOLOSSI: 6)

Na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro observa-se na escolha dos temas a serem estudados preocupações diversas dos médicos, existindo pesquisas relacionadas a questões específicas médicas como estudos de patologias, farmacologia, cirurgias e etc. Mas, ao mesmo tempo teses que se voltavam para questões sociais, como moralização, preocupação com casamentos consangüíneos, infanticídio, aleitamento e outros temas sociais. Nestes temas relacionados diretamente com a sociedade é visível a existência de um projeto médico civilizatório.

Os problemas sociais cada vez mais foram se tornando uma área de interesse direto da medicina-sanitária. Os médicos legitimados pelas instituições de ensino superior procuravam através da ciência solucionar os males da sociedade:

“Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação: analisavam a ‘realidade’, faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terreno fértil para propagação de vícios de todos os tipos.” (CHALHOUB, 1996: 29)

A década de 50 do século XIX vivenciou o surgimento de vários cortiços, e de epidemias de febre amarela e de cólera. Com isso, foi criada a Junta Central de Higiene, órgão responsável pelos assuntos de saúde pública. A criação desta instituição foi um passo importante na tentativa de tentar controlar os malefícios e ameaças dos surtos epidemiológicos que representavam um obstáculo ao projeto de civilização brasileiro.

O aumento do preço dos alugueis na região central do RJ fez com que ocorresse uma modificação no espaço urbano e levou o intenso crescimento dos cortiços.

Chalhoub fala que os médicos no século XIX tinham uma noção bastante negativa da classe pobre, como se ela fosse uma classe perigosa. Esse autor fala da origem do conceito de classe perigosa, que sofreu várias modificações no decorrer do XIX, sendo desde o início muito fortemente ligada aos negros, Chalhoub fala que o surgimento de diversos cortiços esteve ligado à libertação de vários negros. A expulsão das classes populares das áreas centrais fez com que ocorresse a proliferação dos cortiços nas décadas de 1850 e 1860 estando fortemente ligada aos imigrantes e aos escravos alforriados.

A idéia de que a classe pobre representava um perigo para a sociedade ganhou muita força no campo político brasileiro do século XIX. A noção de que os pobres possuíam hábitos condenados e ociosos e viviam em condições precárias de higiene fez com que eles representassem um risco de contaminação.

Os médicos se viam como os portadores do saber que deveria conscientizar a sociedade sobre a necessidade de melhorar as condições higiênicas das residências, coletando o lixo, calcamento, e janelas amplas.

Sidney Chalhoub ao refletir sobre o pensamento médico e sobre as ações voltadas para a saúde pública deste período observa que existia um modelo ideal de civilização a ser alcançado pelos brasileiros. Este modelo foi baseado em princípios morais e pressupostos higiênicos, fazendo com que a higiene se tornasse uma ideologia, segundo este autor. A ciência teve uma importância muito forte, já que através da sua “neutralidade” ela daria suporte para a afirmação da higiene como peça fundamental no processo civilizatório e de transformação urbana.

Ou seja, a medicina em nome da ciência inicia a criação de representações e soluções para os problemas sociais relacionados a higiene que ela procurava solucionar.

Chalhoub aponta que uma vez que os problemas relacionados a falta de higiene na corte do RJ, com todo seu quadro de epidemias e um quadro insalubre pudesse atrapalhar o projeto de formação do estado nacional, se torna necessário uma intervenção direta nas condições de moradia das classes pobres.

O quadro epidemiológico da cidade do Rio de Janeiro é composto por diversas doenças entre elas a cólera e a febre amarela. Para solucionar estes males foi criada a Junta Central de Higiene, para solucionar os obstáculos ao desenvolvimento da civilização brasileira. Chaloub afirma que no momento de diagnosticar as doenças os médicos encontravam muita dificuldade em interpretar e propor soluções para essas. A influência dos modelos de saúde e civilização européias era algo muito forte no pensamento dos médicos brasileiros que defendiam a importância da conscientização e de uma política direcionada para a higiene pública. Os médicos acreditavam que através da higiene poderia solucionar uma série de doenças

Chalhoub aponta que, os médicos defendiam a idéia de que o caos higiênico seria o responsável pela proliferação de inúmeras doenças:

“A febre amarela tornara-se possível, se não fora mesmo gerada, devido à precariedade das condições sanitárias em cidades portuárias do Império. Havia pântanos imundos e matéria animal e vegetal em decomposição por toda parte; as pessoas que estavam havia muito tempo expostas a tais condições – por exemplo, brasileiros naturais da Corte – tendiam a suportar melhor o ataque da moléstia do que aquelas que ainda encontravam em processo de adaptação a esse meio ambiente – como era o caso dos imigrantes recém-chegados da Europa”.(CHALHOUB, 1996: 80)

Análise das teses:

Para a realização desta pesquisa foram selecionadas diversas teses escritas por alunos da FMRJ nascidos em várias localidades de MG no decorrer do século XIX: estas teses se encontram no Arquivo Público Mineiro e formam um grupo de documentação composto pelo número total de 253 teses. Observa-se que deste total existe 1 tese que foi defendida na Faculdade de Medicina de Paris, 8 na Faculdade de Medicina da Bahia, 2 que foram apresentadas na FMRJ, mas que foram sustentadas pela da Bahia e a grande maioria 242 teses foram apresentadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, isso pode ser explicado devido a proximidade da província de Minas Gerais e o RJ.

Para refletir sobre os temas de interesse dos médicos mineiros, primeiro foi feita uma divisão: separando em um grupo, teses referentes a questões específicas da medicina como (estudo de patologias, de técnicas de intervenção clínica e cirúrgica, e farmacologia, dentre outros) no qual foi encontrado o total de 217 teses e em outro grupo foram colocada as 36 relacionadas a questões sociais e morais.

Em um segundo momento foi feita uma separação dos assuntos presentes em cada tese, utilizando de palavra chaves que se encontravam nas fichas de catalogação da documentação.

Dessa forma conseguimos detectar que as teses que faziam alguma reflexão sobre educação, antropologia e sociologia ao analisar os temas de interesse dos médicos foram: 34, 33, 33 respectivamente.

Utilizando das palavras-chave se observa que a preocupação com a gravidez aparece em 75 teses, com a infância em 25, e com doenças sexuais 96. Esses números mostram a forte preocupação que os médicos tinham com a gestação e com a primeira infância, ou seja, com o futuro da nação.

Em quase todas as teses observa a preocupação com diversos tipos de doenças, utilizando o termo “doença” de uma forma geral, se encontra 200 teses que fazem menção ao assunto, enquanto as teses que não são relacionadas a nenhum tipo de doença são 42. A preocupação com microorganismos 21 e com a higiene 23. Em várias teses, 92, encontramos estudos farmacológicos e referentes a substâncias químicas.

O processo de urbanização ocorrido na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, foi o resultado do crescimento econômico do período e pelas idéias civilizatórias européias, adotadas no Brasil após a chegada da família real. A ciência foi uma forte aliada na formação do Estado Nacional Brasileiro, médicos de diversas regiões recorriam as faculdades de medicina na Europa, ou então as Faculdades brasileiras do RJ e BA. O modelo europeu de civilização se contrastava fortemente com os costumes brasileiros, já que a presença dos escravos, representava um obstáculo nas representações médicas de uma sociedade ideal e higiênica. Outro elemento presente no projeto médico para civilizar a sociedade foi o desenvolvimento do modelo da escola e da educação como meio de difusão e intervenção do conhecimento médico.

“(…) Esses intelectuais desenvolveram uma política científica a qual oferecia um modelo de transformação à sociedade e de formação à escola. Estudiosos do tema denominam esse processo, que na atualidade mais se intensifica, de medicalização da sociedade. Nesse processo, a partir do século XIX, assiste-se à intervenção da medicina em todas as áreas: urbana, de controle do indivíduo e da população com a finalidade de torná-los mais produtivos, saudáveis, viris, robustos e inofensivos. A estratégia de medicalização da sociedade procurou redefinir as condições em que se davam as relações de poder entre os indivíduos, a partir da reflexão e da intervenção sobre o espaço urbano, sua população e as individualidades que a compõem.(SILVA, 2004: 102)

Bibliografia:

ALENCASTRO, Luiz F. de. 1997. “Vida Privada e ordem privada no Império”. In. “ História da Vida Privada no Brasil.” Coord. Fernando A. Novais e Org. Do Vol. Luiz F. de Alencastro. São Paulo: Cia das Letras.Vol II.

BENJAMIN, Walter: Passagens. São Paulo: Imprensa Oficial.2006.

BENJAMIN, Walter. “Paris, Capital do Século XIX”. Espaço e Debates 11 (III):1984

CHALHOUB, Sidney. 1996. “Cidade Febril – Cortiços e epidemias na corte imperial”. São Paulo: Cia das Letras.

D’ANGELO, Martha. A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. ESTUDOS AVANÇADOS 20 (56), 2006 . Recebido em 29.8.2003 e aceito em 16.7.2004.

MARTINS, Luiz Carlos Nunes. BERTOLOSSI, Leonardo Carvalho. PENSAMENTO MÉDICO E DINÂMICA URBANA: ASPECTOS SOBRE A CIDADE DO RIO DE JANEIRO NA METADE DO SÉCULO XIX. Secretaria de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, COC-Fiocruz, RJ.

ORTIZ, R. Cultura e modernidade. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SILVA, MARIA CECÍLIA DE PAULA. A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR/SAÚDE: O DISCURSO MÉDICO NO SÉCULO XIX. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 25, n. 2, p. 97-112, jan. 2004.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física: raízes européias e Brasil.** Campinas: Autores Associados. 1994.

*** Leandro Silva de Paula é mestrando em educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista da CAPES.**

INTERPRETAÇÕES SOBRE A CONTRACULTURA: QUESTÕES ESPAÇO-TEMPORAIS

Leon Frederico Kaminski*

A temática da contracultura tem estado presente, embora, ainda discretamente, cada vez mais no universo da pesquisa acadêmica no Brasil. Através do Banco de Teses da Capes, podemos perceber o crescimento importante no número de defesas de mestrado e doutorado que abordam de alguma forma o tema¹. Por meio das informações constantes dessa base de dados, visualizamos, além da forte concentração da produção em torno de objetos que tratam do universo artístico e literário, uma pluralidade presente nos estudos, abarcando várias esferas da nossa vida cotidiana. Entendemos que tal pluralidade deve-se ao impacto que a contracultura teve nos diversos espaços da sociedade contemporânea, não se limitando à esfera artístico-cultural. Corrobora para este entendimento a igual pulverização das áreas de conhecimento que têm apresentado estudos sobre a contracultura. Espalhados por áreas aparentemente improváveis, estas pesquisas revelam o próprio caráter multifacetário e fragmentário deste fenômeno e desses movimentos que surgiram na década de 1960 e seu impacto no pensamento e nas práticas sociais.

Em algumas das pesquisas, observamos novas interpretações concernentes às esferas temporais, espaciais e políticas da contracultura, mas também a permanência de perspectivas clássicas sobre o assunto.

Um dos primeiros estudos sobre o fenômeno da contracultura, e que teve bastante importância para a divulgação de seu ideário no Brasil, foi publicado por Theodore Roszak (1972) sob o título de *The Making of a Counter Culture* no ano de 1969 e traduzido para o português três anos depois sob o título *A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Nesta obra, Roszak traça uma diferenciação entre as

¹*Graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Contato: leonkaminski@ymail.com.

No Banco de Teses da Capes constam os dados e os resumos das defesas realizadas a partir de 1987 até 2007. O crescimento dessa produção pode ser observado no número de defesas: 1995 (1 defesa), 1996 (03), 1997 (03), 1998 (00), 1999 (04), 2000 (05), 2001 (08), 2002 (08), 2003 (08), 2004 (03), 2005 (12), 2006 (12) e 2007(19). Cf. KAMINSKI, L. F. **Arte e Pluralidade**: uma análise da produção acadêmica brasileira sobre a contracultura. In: **Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo & Flávia Florentino Varella (orgs.). Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas.** Ouro Preto:EdUFOP, 2008.

manifestações contraculturais norte-americanas e européias. No velho mundo, a juventude possuiria uma herança esquerdista mais arraigada que os fariam agir como “paladinos do povo” contra a opressão da burguesia. Em razão disto, nas rebeliões juvenis de 1968, as esperadas alianças com a classe trabalhadora não se concretizariam, tornando-os “uma vanguarda sem seguidores” (*ibid.*:16). Do outro lado do Atlântico, os jovens norte-americanos, não possuidores desse *background* radical, compreenderiam melhor que o grande inimigo seria a tecnocracia – “produto amadurecido do progresso tecnológico e do ethos científico” (*ibid.*:21) – que escaparia de todas as “categorias políticas tradicionais” (*idem*), desta forma, eles elegeriam a política cotidiana para tentar alterar tal contexto, possibilitando a emergência da luta pelos direitos das minorias.

Esta interpretação está bastante presente nas leituras brasileiras sobre o tema, inclusive, guiando as análises sobre as nossas manifestações contraculturais. Leitura obrigatória para os curiosos no assunto, *O que é contracultura* de Carlos Alberto Messeder Pereira (1984), sem entrar especificamente no caso brasileiro, reforçaria a dualidade Europa/EUA. Neste sentido, análises sobre a contracultura no Brasil têm ressaltado a preponderância da influência norte-americana sobre a nossa (PATRIOTA, 2005; BARROS, 2001).

Mesmo sendo os EUA um importante pólo irradiador, Tiago Borges dos Santos (2008:21) defende a perspectiva da contracultura como fenômeno desterritorializado, não sendo construída somente neste país e depois difundida pelo resto do mundo,

pois os Estados Unidos apropriaram-se de fenômenos estrangeiros para a composição de sua contracultura. Senão vejamos, a espiritualidade dos jovens contraculturais voltou-se para religiões provenientes do oriente, como o *zen* budismo. A poesia produzida pelos *beats* foi forjada a partir de obras da literatura inglesa e francesa .

O autor demonstra uma diversidade de influências internacionais em diferentes manifestações contraculturais, inclusive, citando um estudo de acadêmicos da Sorbonne revelando o impacto que os filmes de Glauber Rocha nas manifestações de maio de 1968 na França, assim como, a presença do situacionismo internacional, do surrealismo, da boemia francesa do século XIX no pensamento contracultural. Desta forma, para Tiago Borges dos Santos,

Conceber a história do fenômeno contracultural com sua gênese nos Estados Unidos, e posterior difusão por outros países, implicaria em subentender que os EUA eram o

único centro criativo da época, enquanto o restante das nações aguardava passivamente a influência norte-americana (*ibid.*:22).

Sob esta ótica, o repertório de representações constituintes da contracultural foram recontextualizados e ressignificados tanto nos EUA, como na Europa e no Brasil. Aqui, a contracultura seria ativamente adaptada para articular o lastro internacional com as questões do cotidiano da realidade brasileira.

Atrelado a esta questão espacial da contracultura, temos o problema de sua temporalidade. Segundo algumas definições ela pode ser entendida como fenômeno datado (das décadas de 1960/70), presente em todos os períodos da humanidade ou integrante de uma tradição anti-moderna.

Criado pela imprensa norte-americana, nos anos 1960, para denominar os novos movimentos culturais que surgiam na Europa e nos EUA, o termo “contracultura” ganhou espaço e foi apropriado por esta juventude (PEREIRA, 1984).

Encontramos acepções semelhantes do verbete contracultura em três diferentes dicionários, contudo, as definições possuem algumas distinções como os termos usados para designar a contracultura: “subcultura”, “movimento cultural”, “arremedo de cultura” e “prática cultural”. Abaixo seguem os verbetes presente em diferentes dicionários:

contracultura s.f. (1968) subcultura que rejeita e questiona valores e práticas da cultura dominante da qual faz parte. (HOUAISS & VILLAR, 2001:820)

con.tra.cul.tu.ra s.f. movimento cultural que rejeita e questiona valores e práticas da cultura dominante da qual faz parte (HOUAISS, 2004:187).

contracultura. [de *contra-* + *cultura*] S.f. Forma negativa de cultura com o fim de combater os valores culturais vigentes; arremedo de cultura. (FERREIRA, 2004:538)

contracultura (con.tra.cul.tu.ra) *sf.* **1** Movimento cultural surgido na década de 1960, que questionou os valores e práticas da sociedade ocidental e pregava a sua mudança. **2** Prática cultural que rejeita os valores culturais dominantes. (AULETE, 2004:203)

Dos quatro dicionários, somente o *Caldas Aulete* procura definir temporalmente a contracultura, remetendo-a aos anos 1960. O *Houaiss* (2001) sinaliza o ano de 1968 como referência do surgimento do termo. Desta forma, estes verbetes, ao não definirem temporalmente a contracultura, abrem margem para a aplicação do termo a qualquer período histórico.

Luis Carlos Maciel (*apud* PEREIRA, 1984), um dos grandes divulgadores do *underground* internacional no país, propõe que a palavra contracultura pode ser entendida de duas formas: “como fenômeno histórico concreto e particular, cuja origem pode ser localizada nos anos 60” (*ibid.*:14), ou seja, datado; ou “como uma postura (...) em face da cultura convencional, de crítica radical” (*idem*), isto é, atemporal. Sob o primeiro entendimento, há uma infinidade de estudos que realizam uma leitura da contracultura com um recorte temporal definido, anos 1960 e 1970, ou, no mais, a partir daquela década até os dias atuais, em outros movimentos que surgiram como, por exemplo, no *punk*. Assim, somente seria possível pensar a contracultura historicamente tendo como marco o seu surgimento enquanto conceito.

O fechamento do contexto da contracultura aos anos 1960/70 pode acarretar na não percepção das influências, rupturas e permanências oriundas dela em nossa sociedade atual, em nosso cotidiano. Ou de forma política, desacreditar suas conquistas, como é realizada pela revista *Veja* (nº 2077, 2008:158), colocando a contracultura como uma “peculiaridade dos anos 60”, onde os “remanescentes do movimento original são hoje senhores de barba suja que cultivam uma aborrecida nostalgia dos anos 60”, e sua herança se resume em “certa imagem publicitária da juventude”.

Sob o segundo entendimento, podem-se realizar leituras onde o termo pode ser aplicado a qualquer contexto, independente do momento histórico. Este artifício foi usado pela própria contracultura para afirmar-se no cenário político e cultural, quando, como mostra Roszak (1972), os hippies buscaram referências no cristianismo primitivo. Encontramos este argumento também em Timothy Leary (*apud* GOFMAN & JOY, 2007:10): “De fato, muitos dos personagens que acabaram ocupando lugar de destaque nos livros escolares – de Sócrates a Jesus, Galileu, Martinho Lutero e Mark Twain – eram contraculturais em sua época”. Nesta perspectiva, não podemos deixar de citar a obra de Ken Goffman e Dan Joy (2007), onde narram a contracultura através dos tempos, desde a Grécia antiga até os dias de hoje.

Historiograficamente, temos ainda, a tentativa de pensar a contracultura como pertencente a uma tradição anti-moderna. Marcos Capellari (2007:229), defende que a contracultura deva ser estudada na longa duração braudeliana, concebendo-a como “expressão da insatisfação secular em relação à cultura dominante”, “uma antítese nascida no interior da modernidade. (...) como um ‘duplo’ do discurso racional e das formas racionais de organização social” (*ibid.*:13).

Esta perspectiva é importante, na medida em que nos auxilia a perceber melhor as raízes do pensamento contracultural das décadas de 1960/70 no interior de uma tradição de crítica à modernidade; e a entendê-la como uma cultura política. Contudo, não podemos submergir-nos na busca dessas origens, como lembra Marc Bloch (2001), e perdermos de vista as especificidades da contracultura nacional. Preferimos, assim, apesar de seu lastro histórico, considerar a contracultura existente somente a partir do surgimento de seu conceito, formado a partir dos anos 1960; “uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela” (KOSELLECK, 2006:109). Evitando, desta forma, os anacronismos.

Em termos políticos, a contracultura, num sentido geral, emerge da insatisfação da juventude com as formas tradicionais de fazer política, seja da direita ou da esquerda. Surge no interior do imaginário da guerra fria e sua bipolarização comunismo/capitalismo (BIAGI, 1996). Como defendido por Roszak (1972), o inimigo passava a ser a tecnocracia presente tanto nos países capitalistas, com destaque para a norte-americana, como nas comunistas. Para Herbert Marcuse (1967), um dos principais teóricos da contracultura, o hiper-racionalismo tecnocrático (e sua irracionalidade) e o desenvolvimento tecnológico dão uma sensação de liberdade ao um corpo social mais amplo que se beneficiaria do progresso. As formas prevalecentes de controle social passam a ser tecnológicos, “parece serem a própria personificação da Razão para o bem de todos os grupos e interesses sociais – a tal ponto que toda contradição parece irracional e toda ação contrária parece impossível” (*ibid.*:30). Desta forma, o povo que seria anteriormente fermento para a transformação social transformar-se-ia em ferramenta para a coesão social. A cultura é entendida em seu sentido amplo, permeando todas as esferas da vida social e política, ferramenta de dominação e manutenção da ordem, por isso *contra*, *anti*-cultura, contra a cultura dominante, contra o racionalismo que construíra a bomba-atômica.

A questão do espaço da contracultura é importante para pensarmos a visão política sobre o tema, pois ela era, normalmente, como despolitizada, inconseqüente, alienada e/ou entreguista pela intelectualidade de esquerda. Roberto Schwarz (2007) descreve, por exemplo, a contracultura no Brasil, no caso o tropicalismo, como estando em afinção com a moda internacional, ou seja, um modismo que somente prejudicava a cultura nacional e a resistência ao Estado autoritário. Contudo, a contracultura rejeitava a visão ortodoxa dessa mesma esquerda. Por isso, buscou novas formas de fazer política, privilegiando o cotidiano, a ação

individual, primeiramente deveria mudar-se a si mesmo. Para Heloisa Buarque de Hollanda (1981:69), “a fé no marxismo como ideologia redentora é abalada pelo sentimento de que a única realidade seria o poder”, instalando-se, desta forma, “a desconfiança em todas as formas de autoritarismo”. É a falta de um programa, de um plano de tomada de poder e de coesão do ideário, que seria uma das críticas da esquerda, como pode ser visto nas críticas de Augusto Boal (2007) ao teatro *Oficina* e ao tropicalismo em 1968.

Embora estando presente na bibliografia da contracultura (ROSZAK, 1972; MARCUSE, 1969, s/d) ou sobre ela (PEREIRA, 1984), a importância política da contracultura somente tem sido valorizada pelo meio acadêmico recentemente. Deste ponto de vista, é interessante a posição de Heloísa Starling que, em palestra recente, defendeu o modo de vida contracultural no Brasil, nos anos 1960/70, como uma vertente radical de resistência democrática, podendo ser caracterizada como um movimento de contestação e subversão da ordem social². João Pinto Furtado (2004:242) compreende que a crise dos modelos coletivistas de ação política e a ascensão do individualismo político foram uma “resposta historicamente dada e não necessariamente conservadora”. Este novo olhar também está presente nos EUA. Miriam Adelman (2001:143) resenhou uma obra de Julie Sthefens³ que analisa as formas de fazer política dentro do radicalismo da contracultura norte-americana, revelando que lá se interpreta como “*despolitizada* toda uma lógica contracultural” que teria “na verdade uma visão *diferente* do político”.

Um dos termos utilizados para se referir e/ou depreciar a nossa contracultura é o “desbunde”. Caetano Veloso (2008:460) esclarece-nos o uso desta palavra:

Esse nome que a contracultura ganhou entre nós – a bunda tornada ação com o prefixo *des* a indicar antes soltura e desgoverno do que ausência – deixava o *hip* – quadril – dos hippies na condição de metáfora leve demais. Desbundar significava deixar-se levar pela bunda, tornando-se aqui como sinédoque para “corpo”.

A relação com o corpo tem valor fundamental para as novas formas de fazer política promovidas pela contracultura. Edwar Castelo Branco (2005:13), estudando essa relação, entende que

² Palestra intitulada “Caia na estrada e perigas ver Ditadura Militar e contracultura no Brasil”, proferida no dia 08/10/2008, em Belo Horizonte, dentro da programação do seminário “1968: para não esquecer”, organizado pelo Programa de Pós-graduação em História da UFMG.

³ A obra resenhada é STEPHENS, Julie. *Anti-Disciplinary Protest: Sixties Radicalism and Postmodernism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Pode-se dizer que, se o modo tradicional de fazer política pressupunha uma exclusão do corpo do cenário político, (...) o corpo-transbunde-libertário, requebrante, desbundado, é um contraponto a este corpo militante. (...) este corpo transbunde se oferece como o depositário, em si, de uma nova possibilidade de relação não exatamente entre *nós* e *elas*, mas entre o *eu* e o *mundo*, o que implicava uma politização do cotidiano que questionava as formas dominantes de pensamento em suas dimensões microscópicas.

Mas, diferentemente da esquerda, os setores reacionários perceberam os perigos e o caráter subversivo da contracultura – “o *establishment* contestador brasileiro pode não ter sabido aquilatar a subversão contracultural, mas o *establishment* conservador soube” (RISÉRIO, 2006:25) –, e tendeu a reprimir suas práticas. Esta repressão deu-se, além de prisões de jovens por vagabundagem ou uso e posse de drogas, pela internação em instituições psiquiátricas (RISÉRIO *et al*, 2006) e pela violência simbólica no corpo, como, por exemplo, no corte da juba dos “cabeludos” – prática comum – como descrito por Caetano Veloso (2008).

Entendemos, assim, que a contracultura deslocou a ação política da macro para a micro-política, contestando todas formas de dominação no plano da ação pessoal, onde as questões políticas, sociais e culturais são indissociáveis. Esta concepção provocou uma série de mudanças nas relações culturais e sociais que podemos sentir ainda hoje. Em relação à pesquisa acadêmica sobre o assunto, vislumbramos um crescimento tanto quantitativamente quanto qualitativamente, problematizando teoricamente a contracultura, permitindo leituras menos simplistas das significações sociais, políticas e culturais presentes no ideário e nas práticas contraculturais e suas conseqüências em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

AULETE, Caldas. **Minidicionário de língua portuguesa/Caldas Aulete**. [atualização do Banco de Palavras, Conselho dos Dicionários Caldas Aulete, editor responsável Paulo Geiger]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

BARROS, Patrícia Marcondes de. **Geração em transe: a idéia de contracultura formulada por Luiz Carlos Maciel**. *In: Memória e Vida Social: História e cultura política*, ano 1, v.1. Assis: UNESP, maio 2001. p.90-103.

BIAGI, Orivaldo Leme. **O imaginário e a guerra na imprensa: estudo sobre a cobertura realizada pela imprensa brasileira da Guerra do Vietnã na sua chamada “fase americana”**

(1964-1973). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOAL, Augusto. **Que pensa você do teatro brasileiro?**. In: ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. In: BASUALDO, Carlos (org.). *Tropicália: uma revolução na cultura brasileira (1967-1972)*. São Paulo: Cosac Naify, 2007. p.265-273.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. **O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel (c.1970)**. Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Caminhando contra o vento: História, Cotidiano e Arte no Brasil dos anos sessenta**. In: Revista História Hoje, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio de língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.

FURTADO, João Pinto. **Engajamento político e resistência cultural em múltiplos registros: sobre “transe”, “trânsito”, política e marginalidade urbana nas décadas de 1960 a 1990**. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p.229-248.

GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. **Contracultura através dos tempos: do mito de Prometeu à cultura digital**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

HOLLANDA, H. B. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960/70)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. [organizado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco da Língua Portuguesa] Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KAMINSKI, L. F. **Arte e Pluralidade: uma análise da produção acadêmica brasileira sobre a contracultura**. In: Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo & Flávia Florentino Varella (orgs.). *Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia*. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-Rio, 2006.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, s/d.

PATRIOTA, Rosângela. **História – Performance – Poesia: Jim Morrison, o xamã da década de 1960**. In: *Fênix: Revista de história e estudos culturais*, v. 2, ano 2, n.3. jul/ago/set 2005. Disponível em < www.revistafenix.pro.br >. Acessado em: 09 fev 2007.

PEREIRA, Carlos Alberto Messenger. **O que é Contracultura**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ROSZAK, Theodore. **A Contracultura**: Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. Petrópolis: Vozes, 1972.

RISÉRIO, Antônio. **Dois ou três coisas sobre a Contracultura no Brasil**. In: RISÉRIO, Antônio *et al.* *Anos 70: Trajetórias*. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2005 p.25-30.

SANTOS, Tiago Borges dos. **Lira Pau-Brasília**: entre fardas e superquadras: poesia, contracultura e ditadura na Capital (1968-1981). Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e política no Brasil: 1964-1969**. In: BASUALDO, Carlos (org). *Tropicália: uma revolução na cultura brasileira (1967-1972)*. São Paulo: Cosac Naify, 2007. p. 279-309.

VEJA. Ano 41, nº 2077. Edição especial: Veja, 40 anos. Setembro de 2008.

VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

O descobrimento do Brasil no umbigo do mundo: modernismo, vanguarda e primitivismo na obra *Pau-Brasil* de Oswald de Andrade

Leonardo de Carvalho Augusto¹

Esta comunicação é uma tentativa de expor alguns comentários sobre a Dissertação de Mestrado que acabo de concluir, intitulada *O primitivismo no Pau-Brasil de Oswald Andrade: originalidade nativa como mensagem do espírito novo* (1917-1925). Para tanto, pretendo me deter apenas à discussão de alguns aspectos do segundo capítulo deste trabalho, por força desta ocasião e pela exigüidade do tempo.

A idéia de primitivismo é a chave interpretativa de uma obra que se quis singular na forma de ver e pensar a relação do Brasil com o mundo. Para a hipótese desenvolvida nesse trabalho há uma espécie de tensão constitutiva, que atravessa a visão de Oswald de Andrade sobre a cultura brasileira. E minha primeira tentativa aqui é reconstruir a ambiência que tornou possível que o conceito de primitivismo emergisse como um valor crucial na obra de Oswald de Andrade nos anos 20. Para isso, proponho que o poeta faz (e refaz) um caminho em que observa sentidos opostos, para que obtenha êxito na elaboração desta idéia, tão decisiva nas suas interpretações.

Tomarei como ponto de partida uma fala do próprio Oswald de Andrade, a respeito disso: “Se alguma coisa eu trouxe das minhas viagens à Europa dentre duas guerras, foi o Brasil mesmo. O primitivismo nativo era o nosso único achado de 22, o que acoroçoava então em nós Blaise Cendrars” (ANDRADE, 1991: 111).

O crítico Benedito Nunes, na introdução ao sexto volume das *Obras Completas* de Oswald de Andrade, confirmaria este “achado”, atribuindo-o ao *Manifesto Pau-Brasil* de 1924 (NUNES, 1972: xiv). Entretanto, na realidade, toda discussão em torno deste momento inicial havia sido deflagrada por Paulo Prado, que numa outra introdução, a do livro de poemas *Pau-Brasil* (1925), teria dito: “Oswald de Andrade, numa viagem a Paris, do alto de um atelier da Place Clichy – umbigo do mundo – descobriu, deslumbrado, a sua própria terra.” (PRADO, 1972: 5).

¹ Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro(PUC-Rio); Mestrando.

No final do primeiro momento modernista (1917-1924) havia se tornado possível um novo caminho, de revalorização das origens “selvagens” e anti-clássicas da cultura brasileira, e o poeta iniciaria este movimento justamente quando e onde era mais evidente o sentimento de estar no mundo. A idéia de primitivismo é apresentada no momento em que Oswald descobriu o Brasil em Paris, a cidade mais cosmopolita, o umbigo do mundo.

Esta interpretação polêmica era parte dos achados que punham de pé o “ovo de Colombo”, descoberto por Oswald de Andrade na *Place Clichy*. No texto de Paulo Prado, este local é onde está uma espécie de oráculo de Delfos. Este *omphalos* ganhava a dimensão de um espaço público – uma ágora ou fórum –, dos turistas que partilhavam de um neoclassicismo estilizado, figurando como um santuário do mundo latino-americano no Velho Continente, após a primeira guerra mundial. No fragmento abaixo Oswald faz uma apresentação do ambiente intelectual parisiense, tentando delinear os motivos que fizeram da capital francesa o maior refúgio para os intelectuais do Novo Mundo. Cito:

Quando o mundo parecia ter entrado numa era de paz e de progresso sem sustos. Paris congregou todas as atenções dos artistas e dos poetas. Vinha de longe essa tradição que encheu de glória o século XIX francês. Mas aí as facilidades de intercâmbio e de viagem tinham feito de Paris dessa época ‘o umbigo do mundo’, como disse Paulo Prado. Na América, artistas e poetas não encontravam a cultura nem o clima necessários às suas inspirações. Daí a migração para Paris de inúmeros escritores do continente, como aliás de toda a Europa, da China e da Austrália. Eu mesmo encontrei nas ruas de Montparnasse John dos Passos, Waldo Frank e com ele travei relações. Na “Rotonde” podiam-se ver espalhados pelas mesas, diante dos vermouths, dos *bocks* e de misturas de leite coloidal com chicória azul, ao lado de mulheres espantosas como jaguatiricas, fluídas de formigações, tanto o russo Ehreburg como o espanhol Gomes de La Serna, o irlandês Joyce, o brasileiro Villa-Lobos e o americano Putnam. Foi nesse meio que se formaram as gerações que dominam atualmente a literatura norte-americana e a literatura brasileira, bem como as artes plásticas e a música do continente. A nossa se chamou a ‘geração modernista’, a de Samuel Putnam foi a chamada ‘geração perdida’. Ambas trouxeram, do quarto de Cocteau na Rue d’Anjou, das galerias da Rue de La Boetie, dos ateliers de Montparnasse, do esconderijo do românico Brancusi no Impasse Ronsin, as técnicas do mundo que iriam renovar as artes e letras americanas (ANDRADE, 1946: apud CHALMERS, 1976, 60-61).

Aqueles tempos em Paris foram de vida social intensa. É o que se depreende deste depoimento de Tarsila Amaral, no qual a pintora descreve o clima do seu ateliê junto à *Place Clichy*, de onde, segundo Paulo Prado, teria partido essa redescoberta do Brasil por parte de Oswald de Andrade.

No meu *studio* da Rue Hégésippe Moreau, em Montmartre, se reunia toda a vanguarda artística de Paris. Ali eram freqüentes os almoços brasileiros. Feijoada, compota de bacuri, pinga, cigarros de palha eram indispensáveis para marcar a nota exótica. E meu grande cuidado estava em formar, diplomaticamente, grupos homogêneos. Primeiro time: Cendrars, Fernand Léger, Jules Supervielle, Brancusi, Robert Delaunay, Vollard, Rolf de la Maré, Darius Milhaud, o príncipe negro Kojo Tovalou (Cendrars adora os negros). Alguns dos acima citados passavam para o grupo de Jean Cocteau. Erik Satie, Albert Gleizes, André Lhote e tanta gente interessante. Picasso aferrado ao trabalho pouco saía; Jules Romain e Valéry Larbaud eram também bons amigos (AMARAL, 1938: apud EULÁLIO, 189).

No final do ano de 1923, Oswald de Andrade volta da Europa e, em abril de 1924, faz uma viagem com Tarsila, então sua esposa, o poeta franco-suíço Blaise Cendrars e Mário de Andrade, às cidades históricas de Minas Gerais (BOAVENTURA, 1995: 104; FONSECA, 2007: 157-158).

Depois de um ano de vida social intensa em Paris, em que havia consolidado sua relação com Tarsila e, de certa forma, estabelecido uma “embaixada brasileira”, que recebia alguns membros da vanguarda, Oswald de Andrade faria agora uma viagem para dentro – rumo ao interior e às tradições do Brasil.

Imbuído por princípios futuristas como a crença na civilização da máquina e do progresso industrial, o poeta que havia se deparado com o primitivo na Europa viaja agora ao interior do Brasil e reconhece no barroco setecentista mineiro uma manifestação do primitivismo nativo.

É interessante como, através do contato com o estrangeiro, a relação de Oswald com o Brasil havia se invertido. Ao chegar à cidade de São João Del Rei, Oswald de Andrade faz um trocadilho que permite destacar esse reconhecimento. A situação foi a seguinte: a “caravana paulista” encontra um sujeito chamado Senna, que havia lhes servido de guia em São João Del Rei. Segundo registro de Mário de Andrade, Oswald parece ter dito: “Juro que jamais tive a intenção de abandonar Paris para encontrar o Senna em São João Del Rei.”

Partindo desse episódio, Silviano Santiago, em seu artigo sobre “A permanência do discurso da tradição no modernismo”, conclui que o poeta estava imbuído de uma necessidade do apego à tradição, à tradição colonial setecentista mineira (SANTIAGO, 1989: 106)

Após a publicação do Manifesto Pau-Brasil, em março de 24, a Semana Santa do casal *Tarsivald* nas cidades históricas seria tão movimentada quanto o ano anterior

em Paris, com a diferença de que os papéis estavam agora invertidos. O cicerone parisiense Cendrars chegava na condição de convidado, e o desejo de retribuir-lhe com gratidão, mostrando as cidades do Brasil, fez com que naquela excursão, “poetas e pensadores, que não estavam de maneira nenhuma predispostos a enxergar o passado sem a ironia dadá”, mergulhassem na tradição (Idem.: 105).

A discussão desse conceito é muito cara à dissertação, na medida em que opõe Oswald ao restante do grupo, formado por Tarsila do Amaral, Mário de Andrade e o próprio Blaise Cendrars. Não é perceptível uma discordância aberta entre estes autores, mas pretendo tornar claro como o itinerário seguido por Oswald, que através de sua poética realizou um percurso pela história do Brasil, sempre considerando positivamente duas tradições em paralelo – a modernização europeia e o arcaísmo americano – reforça a interpretação de que a poesia Pau-Brasil é marcada por uma *tensão* entre antagonismos que, *talvez, jamais se resolva*.

Adepto de um modernismo ambíguo, mas contestador e anárquico, Oswald transita por diferentes espaços e tempos, modernos e tradicionais, urbanos e rurais, retratando todo tipo de gente, respeitando, tanto a presença da máquina quanto o poder das mandingas. Estes traços aproximam sua obra da de um outro autor, o antropólogo pernambucano Gliberto Freyre. Segundo José Guilherme Merquior, Freyre também partilharia de um modernismo singular, valorizador da transgressão e do excesso, o que o afastaria das formulações vanguardistas de São Paulo, mas o aproximaria da chave primitivista oswaldiana, que seria reafirmada por Benedito Nunes em seu ensaio *Oswald Canibal*. (MERQUIOR, 1981; NUNES, 1979).

Ricardo Benzaquen Araújo ensina que esta interpretação da cultura brasileira é marcada por um argumento que se funda em um

relativo louvor da ambigüidade, da particularidade e, portanto, incapaz de pensar a totalidade a não ser que os seus componentes tenham condições de guardar ao menos em parte da memória da sua variada origem, é, mais do que uma característica de uma ou outra parte isolada do raciocínio de Gilberto, um ponto central, decisivo mesmo, da sua reflexão (ARAÚJO, 2005: 54).

Acredito que esta interpretação também seria adequada a Oswald de Andrade, ainda que pareça um pouco arriscada.

O Manifesto da Poesia Pau-Brasil, de 18 de março de 1924, é o ponto de partida para o enunciado das idéias de Oswald sobre o primitivismo e a discussão do tema da

brasilidade. Neste documento, o poeta apresenta uma série de imagens em paralelo, através das quais procura veicular uma interpretação original sobre o que entende ser a formação brasileira.

Ao final da leitura do manifesto, o leitor perceberá que um clima de indefinição persistirá. Dificilmente resta uma totalidade orgânica, em que as partes se concatenam ao todo, que numa combinação homogênea seja capaz de dar conta da pergunta “o que somos?”. Com seus períodos curtos, que às vezes parecem máximas, o que Oswald de Andrade põe em jogo são “antagonismos em tênue equilíbrio”, expressão posteriormente utilizada por Gilberto Freyre para se referir ao processo através do qual propriedades singulares de duas tradições – a européia e a africana – não se dissolveriam numa síntese, mas preservariam suas tonalidades originais, conformando um aspecto sincrético que caracterizaria nossa cultura, pelo fato de essa formação não ter se desenvolvido no puro sentido da europeização (FREYRE, 1987: 82; apud ARAÚJO, 51).

Entretanto, deve ficar clara a importância de se observarem os limites desta aproximação. Longe de apoiar a corrente regionalista do modernismo, nos anos 20, Andrade a considerava um obstáculo aos avanços de seu movimento, só passando a rever a contribuição de Gilberto Freyre anos mais tarde: “Casa-Grande & Senzala. Eis aí um livro que muitas vezes eu tenho chamado de totêmico, isto é, um livro que apóia e protege a nacionalidade” (SCHWARTZ, 2008: 89).

Entretanto, não é possível confiar que esse é o entendimento definitivo sobre a posição de Oswald no período do Pau-Brasil, capaz de responder a todas as questões. Tentarei, então, esboçar as nuances entre os dois entendimentos acerca da nossa cultura, mas isso não desfaz a avaliação de que a obra de Freyre assumiu e desempenha, dessa forma, o papel de uma referência de grande importância para este trabalho.

No Manifesto Pau-Brasil há uma visão não homogênea da cultura vinculada a um ponto de vista primeiro, que é a realidade preliminar das formas e dos materiais como *fatos da cultura* brasileira. Neste momento, é oportuno dizer que a poética de Oswald de Andrade, assentada em conceitos instrumentais extraídos das artes plásticas, move-se no âmbito de um realismo que se pode classificar de factual ou empírico, em oposição ao realismo psicológico de Mário em *Paulicéia Desvairada*. (SCHWARTZ, 2008: 150; NUNES, 1975: 50)

Não se pode negar também que este traço empirista reforça a importância do contato com o poeta franco-suíço Blaise Cendrars, para a elaboração das propostas estéticas de Oswald naquele momento. Segundo Santuza,

O autor também estabelece convergências entre as estéticas de Manuel Bandeira e de Oswald de Andrade, mostrando que, à semelhança de Bandeira, que encontrava temas e formas nas páginas jornalísticas, Oswald registrava as descobertas diárias, de maneira fragmentária, “em instantâneos telegráficos do Pau-Brasil, em 1925[...] Esse procedimento comum dever-se-ia a uma mesma consciência de redescoberta do país e a uma mesma percepção da *poesia nos fatos*.”(NAVES, 1998: 83; AMARAL, 1997: 94 e segs).

A *falta de mediações* é um dos elementos fundamentais para aproximar a obra de Oswald de Andrade no seu segundo momento daquilo que Santuza Cambraia Naves chamou de “estética da simplicidade”, em seu estudo sobre as relações entre o modernismo e a música popular. Pelo simples fato de que, situando-se “em oposição ao pensamento discursivo, cujas partes se ligam mediante elos explícitos, sem interrupções”, a trama de proposições do poeta é tecida por meio de uma escrita arredondada e sem costuras, na qual, muitas vezes, não são expostas claramente as relações e examinados os pontos de contato entre as idéias, apresentando-se, assim, como uma obra aberta ao leitor. Aliada a um ritmo mais acelerado de escrita, essa adesão ao simples possibilitava ainda uma atitude despojada, que, ingenuamente, se acreditava mais direta e sincera, conforme pode-se depreender do fragmento abaixo, proferido por Benedito Nunes:

Devolutiva de uma primeira concepção de arte para a qual se voltava ‘o grito literário, embora prenhe de erros do insultado futurismo’ a criação artística, regida por estes princípios, acompanha, particularmente na poesia, um movimento de depuração, de desnudamento do gosto, que tende a nivelar a sinceridade psicológica (o ideal de Mário de Andrade nessa fase) da ‘imaginação sem fios’ à sinceridade, realçada pelo Cubismo na pintura e na escultura, das formas simples, eficazes, congênitas aos elementos sensíveis e matérias artisticamente trabalhadas (NUNES, 1975: 49).

Nesse procedimento, a realidade, ou melhor, os elementos que Oswald denomina fatos da cultura são *dados* de onde se extrai a poesia a ser expressa nos poemas, que, saindo de uma espécie de repouso, no qual estão em pé de igualdade as construções verbais, acidentes geográficos, a culinária, a música, a religião e eventos históricos, somente para dar alguns exemplos, abandonam seu estado bruto e penetram na esfera do simbólico, como num verdadeiro processo de extrativismo. Em outras palavras, perfila-se um novo modo de conceber e sentir a realidade, depurando e

simplificando (talvez demasiadamente) esses fragmentos, que são tirados do mundo real e justapostos de uma forma estruturada, mas que também parece altamente instável, de modo que o mundo real, imitado, acha-se totalmente posto em questão.

Lançando mão do recurso da colagem, considerada por Marjorie Perloff “a invenção artística mais central do avant-guerre”, Oswald passaria da sua defesa da realidade na ilusão, tal como foi visto durante o caso Malfatti(1917), a uma proposta aberta de construção da ilusão a partir da realidade, e

...desafiando assim o princípio fundamental da pintura ocidental desde o começo da Renascença ao final do século XIX de que um quadro é uma janela sobre a realidade, uma transparência imaginária através da qual se discerne uma ilusão. A colagem também subverte todas as relações convencionais de figura-fundo, pois aqui nada é figura ou fundo; mais exatamente, a colagem justapõe itens ‘verdadeiros’ -... (PERLOFF, 1993: 103).

A citação acima torna plena de sentido a indagação de Oswald de Andrade acerca deste procedimento: “Não acha você uma pura delícia, depois da gente ter metido o nariz em Kant e vomitado a Renascença como um mal xarope, atingir, por todas as vias respiratórias do espírito, a tamanha placidez cerebral?”(ANDRADE, 1990: 22).

Dessa forma, a composição da *collage* se faz incorporando diretamente um fragmento real do referente, o que força o leitor ou o observador de arte a considerar a interação entre a mensagem e o material preexistente, e também a nova composição artística que resulta do enxerto (PERLOFF, Idem: 21). Pondo em questão a representação tradicional e folclórica, sem romper com o referente, o manifesto também realiza essa operação, por dentro da estrutura verbo-visual de uma mimese rudimentar, mas sem acrescentar qualquer elemento à verdade dos objetos:

A poesia existe nos fatos – Os casebres de açafão e de ocre nos verdes da Favela, sob o azul cabralino, são fatos estéticos. O Carnaval no Rio é o acontecimento religioso da raça. Pau-Brasil. Wagner submerge ante os cordões de Botafogo. Bárbaro e nosso. A formação étnica rica. Riqueza vegetal. O minério. A cozinha. O vatapá, o ouro e a dança.(ANDRADE, 1972: 5)

No texto, “Pau-Brasil” não parece ser uma metáfora alusiva ao movimento que Oswald pretendia organizar, e ainda que este seja um erro de minha parte, é possível compará-lo ao minério e à cozinha, sendo os dois primeiros inclusive um bom exemplo das mercadorias que eram objeto de troca no tráfico internacional entre os séculos XVI e XVIII.

A atenção à cozinha através do exemplo do vatapá aproximaria novamente Oswald de Freyre. Comida típica do norte e nordeste, de nome indígena, é receita difícil, feita com ingredientes picantes e até mesmo indigestos (óleo de dendê, pimenta malagueta, cebolas, sal, castanhas de caju, amendoim torrado), que, misturados ao leite de côco amolecem o pão – sinônimo primitivo de alimento desde o Velho Testamento, e, mesmo dormido, corpo de Cristo. Um bom exemplo do caloroso caráter de festa e guerra que assumiu o encontro cultural que teve lugar nas terras brasílicas.²

Elencando essas formas e materiais brutos exaustivamente, o Manifesto Pau-Brasil nos diz que esses fragmentos “são os acontecimentos pictóricos, folclóricos, históricos e étnicos; econômicos, culinários e lingüísticos (...) de que se compõe a originalidade nativa, como matéria-prima exportável”(NUNES, 1975: 50), de natureza histórica e social. Dito de outra maneira, cada um desses fatos seria instado a exercer um papel cada vez mais importante na poesia e interpretação de Oswald de Andrade.

A colagem cubista se ajusta, assim, aos antagonismos em equilíbrio, na medida em que a relação entre as partes e o todo não chega a configurar uma idéia de conjunto, graças a um deslocamento de objetos que penetram num universo onde não são familiares, retendo, em certa medida, uma estranheza. Como na citação abaixo, por exemplo:

Toda a história bandeirante e a história comercial do Brasil. O lado doutor, o lado citações, o lado autores conhecidos. Comovente. Rui Barbosa: *uma cartola na Senegâmbia*. Tudo revertendo em riqueza. A riqueza dos bailes e das frases feitas. Negras de jockey. Odaliscas do Catumbi. Falar difícil. (ANDRADE, 1972: 6. grifos meus)

O conceito de primitivismo apontava para Oswald de Andrade a tão ansiada especificidade da cultura brasileira, oculta no território americano – “âmbito do mais arcaico, mas por isso mesmo, lugar de onde o novo poderia emergir puro” (GORELIK, 2005: 26). Diretamente relacionado às intuições contidas no Manifesto Pau-Brasil de 1924 e também no Manifesto Antropófago de 1928, sua análise se apresenta como uma grande dificuldade, sendo sua definição tão complexa quanto a noção de “Antropofagia”, o que inclusive possibilitou a confusão de um termo com outro.

No trabalho que agora apresento, optei por me dedicar à investigação mais do primeiro conceito do que propriamente o segundo, por entender que a virada que se

² Em *Casa-grande & Senzala* (25ª. Edição)p.44. Gilberto Freyre dirá que a grande contribuição na alimentação brasileira foi, na verdade, legada pelos negros.

opera nas concepções estéticas de Oswald de Andrade neste primeiro momento abre condições de possibilidade que são indispensáveis para se pensar na Antropofagia.

Com a inserção do primitivismo nessas concepções, percebe-se o surgimento de um novo tipo de realismo na poesia, capaz de valorizar até mesmo o grotesco e o ridículo, sem transformá-lo em um tipo de beleza horrível ou trágico. Num artigo em que responde às críticas de Alceu de Amoroso Lima, Oswald afirmaria que esse elemento bárbaro, presente na poesia Pau-Brasil seria um conceito de época.

Se não há balbuciamiento aí, há primitivismo. Isso há. Sem escola. Sem monomania. Primitivismo, porque se formos naturais, temos que ser de nossa época. Uma época que começa. Que ignorava o vapor há cem anos, o automóvel a trinta, o avião a vinte, o gás asfíxiante há doze e o Brasil a três.³(ANDRADE, 1990:34)

Mas por que este conceito, do primitivismo, é qualificado como nativo? Por que ocorre esta confusão dele com a Antropofagia? Que tipo de confusão é esta e qual a aproximação entre estes conceitos para possibilitar tal confusão? Quais seus limites e sua amplitude?

Acredito que essa confusão decorre da associação do conceito de modernismo ao movimento Pau-Brasil e de vanguarda à Antropofagia. Annateresa Fabris, mesmo criticando a fragilidade no uso da analogia para estas relações, entende que os conceitos de vanguarda e modernismo são inseparáveis, de modo que a relação entre eles se processa com *o modernismo sendo expresso* enquanto ação, comportamento e poética *na idéia de vanguarda*. (FABRIS, 1994: 68)

No entanto, é fundamental que se perceba o quanto esta confusão entre primitivismo e antropofagia contribui para as críticas de que o Pau-Brasil é apenas uma seleta das principais tendências estéticas da Europa (MARTINS, 1971), sendo, portanto, formalmente dependente delas, ou ainda, que Oswald possui uma noção equivocada do que é a vanguarda, por causa das leituras e discussões iniciais do grupo modernista de São Paulo, feitas por volta de 1921 (CHALMERS, 1976: 60-61).

Talvez este momento seja o mais oportuno para distinguir as vanguardas latino-americanas do modernismo internacional, deixando para as considerações finais, a tentativa de dissociar o primitivismo da idéia de Antropofagia.

³ O texto de Tristão de Athayde mencionado é “Literatura suicida”, publicado em *O jornal* entre 28 de junho e 5 de julho de 1925.

O problema da América Latina era diverso do europeu, e precisamente tinha mais a ver com um vazio a ser preenchido do que com a criação de cisões, fissuras a serem abertas num passado clássico ainda utilizável. “Não se podia propor a *tabula rasa*, porque o problema local era a *tabula rasa*.” e, dessa forma, a tarefa de nossas vanguardas era de construção. (GORELIK, 2005: 51) Assim sendo, o historiador argentino Adrián Gorelik assinala que o traço definidor da vanguarda na América Latina é a sua vontade de construção do novo. Em seu estudo sobre a arquitetura em Argentina, Brasil e México nos anos 30, o autor sublinha, inclusive, a especificidade temporal dessas vanguardas. Uma análise mais nuançada, que é capaz de frustrar a tentativa de enquadrá-las nas temporalidades das vanguardas estéticas, que, segundo Perry Anderson se situavam entre “um passado clássico ainda utilizável, um presente técnico ainda indeterminado e um futuro político ainda imprevisível”(ANDERSON, apud GORELIK). Gorelik dirá que essa imagem criada por Anderson pode até ser produtiva, se matizada de acordo com algumas circunstâncias, mas não pode ser tomada como uma teoria apenas porque o historiador inglês tenta encaixá-la em diferentes tempos históricos e espaços geográficos. Em outras palavras, Gorelik aponta para o fato de que Anderson “acredita ver uma *idêntica* encruzilhada temporal deslocada hoje no Terceiro Mundo” onde “dever-se-ia tentar encontrar a própria heterogeneidade diferencial de cada caso” (Idem, 51).

Dessa forma, o tipo de temporalidade que caracterizaria a vanguarda latino-americana, e do qual Oswald poderia se servir, estaria caracterizado por um passado aberto à invenção e um futuro disponível. Invertendo o sentido da máxima de Bertolt Brecht citada pelo historiador argentino – “o que vier extinguirá seu passado” –, em Oswald, o futuro que virá edificará seu próprio passado, e sobre este chão tradicional subjacente, finalmente inventado, repousa o sentido dessa busca e, concomitantemente, o papel de toda a cultura do presente.

Para concluir, acredito que a dissociação entre antropofagia e primitivismo – dois conceitos que se entrecruzam e se fundem mutuamente – pode ser pontuada sem a pretensão de esgotar as possíveis questões decorrentes. Não faria sentido, aqui, fazer desse exercício um ato exaustivo de diferenciação, catalogando pontos de contato e de distanciamento. Aproveito então para tematizar essas diferenças, considerando, de certa

forma, que o primitivismo é um programa que virtualmente antecipa ou estaria por trás da antropofagia.

O movimento antropofágico tentaria resolver a incompatibilidade entre os elementos do arcaísmo e da modernização de maneira diferente, através de uma espécie de superação dialética (*Aufhebung*) dessas particularidades, no todo ou em parte. Devorando criticamente as influências culturais da civilização, a antropofagia produziria uma homogeneização. Ao absorver as qualidades presentes na carne do inimigo, seus valores poderiam finalmente se adequar à nossa realidade, e assim, acreditava-se que, através dessa operação de deglutição e reelaboração crítica, embutida na metáfora violenta da antropofagia, seria possível, finalmente, promover a integração do homem ao seu solo pátrio.

Ao fim e ao cabo, é preciso evidenciar que o primitivismo foi deliberadamente uma nova forma de expressão, voltada aos novos tempos. Contudo, essa idéia não trazia como traço dominante a noção de ruptura, mas nem por isso se aproximou de uma visão mais orgânica da cultura brasileira. Como em um movimento de dupla face, o passado que estava aberto à invenção e o futuro disponível, que nos aproximava da idéia da modernidade se conjugavam, mas não se fundiam na sua composição, pois preservavam visivelmente a diferença de seus traços originários.

Em sentido contrário do que se observará na fase da Antropofagia, a floresta e a fábrica coexistem e ambas as tradições são afirmativas. Assim, “as propriedades singulares desses povos (o europeu, o negro e o índio) não se dissolveriam para dar lugar a uma nova figura” que possuiria um semblante novo e homogêneo.

BIBLIOGRAFIA:

AMARAL, Aracy A. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Ed. 34/Fapesp, 1997.

AMARAL, Tarsila. “Blaise Cendrars” (Diário de São Paulo, 19 de outubro de 1938) apud EULÁLIO, Alexandre. *A aventura brasileira de Blaise Cendrars*. P. 189.

ANDRADE, Oswald de. “Manifesto Pau-Brasil” [*Correio da Manhã*, 18 de março de 1924]. in: *Obras Completas. Volume VI. (OC. Vol.6) Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias: Manifestos, teses de concursos e ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. “O caminho percorrido” In: *Ponta de Lança*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1991, p. 111.

_____. *Os dentes do Dragão: entrevistas* - Oswald de Andrade; pesquisa, organização, introdução e notas de Maria Eugenia Boaventura. São Paulo, Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

- _____. “Palavras de apresentação” in: *Telefonema*. [Correio da Manhã, 18 de out. 1946] apud [CHALMERS, Vera Maria](#). *3 linhas e 4 verdades : o jornalismo de Oswald de Andrade*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- BOAVENTURA, Maria Eugênia. *O Salão e a selva: uma biografia ilustrada de Oswald de Andrade*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Editora Ex Libris, 1995.
- [CHALMERS, Vera Maria](#). *3 linhas e 4 verdades : o jornalismo de Oswald de Andrade*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- EULÁLIO, Alexandre. *A aventura brasileira de Blaise Cendrars*. ensaio, cronologia, filme, depoimentos, antologia, desenhos, conferências, correspondências, traduções/Alexandre Eulálio. –2ª. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2001.
- FABRIS, Annateresa. *O futurismo paulista: hipóteses para o estudo da chegada da vanguarda no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.
- FONSECA, Maria Augusta. *Oswald de Andrade: biografia*. São Paulo: Globo, 2007. P. 157-158.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala : formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* /. 25ª. Edição. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1987.
- GORELIK, Adrián. “Nostalgia e Plano – O Estado como vanguarda”. in: *Das vanguardas a Brasília – cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- MARTINS, Heitor. In: *Oswald de Andrade e outros*. São Paulo: Conselho estadual de cultura, 1971.
- MERQUIOR, José Guilherme. “Na Casa-grande dos oitenta”. In: *As idéias e as formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- NAVES, Santuza Cambraia. *O violão azul: modernismo e música popular*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- NUNES, Benedito. “Antropofagia ao alcance de todos”; Introdução das *Obras Completas de Oswald de Andrade – Volume 6: Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias – Manifestos, teses de concursos e ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *Oswald canibal*. Coleção Elos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- _____. “Estética e correntes estéticas do modernismo” in: ÁVILA, Affonso. *O modernismo*. Ed. Perspectiva, 1975.
- PERLOFF, Marjorie. *O momento futurista: avant-garde, avant-guerre, e a linguagem da ruptura*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- PRADO, Paulo. “Poesia Pau-brasil” (Prefácio de *Pau-Brasil*), *Obras completas. Volume 7* (doravante *OC. Vol.7*). *Poesias reunidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. P. 5.
- SANTIAGO, Silviano. “A Permanência do discurso da tradição no modernismo”. In: *Nas malhas da Letra – ensaios*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas Latino-americanas: Polêmicas, Manifestos e Textos Críticos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Escravidão, criminalidade e Justiça: um balanço da produção historiográfica recente*

Lídia Gonçalves Martins**

Introdução

Os estudos sobre a criminalidade no Brasil têm assumido nas últimas décadas posição de destaque na historiografia. A partir dos anos de 1980 – momento de intensa revisão historiográfica da escravidão –, as temáticas da violência, das relações senhor-escravo e das formas de resistência adotadas pelos cativos passaram a ser abordadas segundo perspectivas diversas e inovadoras. Para tal, foi fundamental a influência dos historiadores ingleses tais como E. Thompson, Douglas Hay e Peter Linebaugh, que se voltaram para o crime enquanto objeto histórico considerando-o como um produto das relações cotidianas. As fontes criminais ganharam destaque e novas abordagens passaram a ser utilizadas, permitindo uma análise diversificada das interações sociais ocorridas no interior dos grupos subalternos. Tais abordagens possibilitaram a multiplicação de trabalhos sobre a questão do controle social e sobre os crimes cometidos por escravos em diferentes regiões e circunstâncias.¹

É nesse contexto de renovação que a historiografia social da escravidão volta-se para uma análise do escravo enquanto sujeito histórico (contraposta à perspectiva até então vigente do escravo-coisa) em busca da reconstituição de suas vivências, com o intuito de entender as estratégias de resistência ao domínio senhorial, percebendo-o como elemento fundamental para a reconstituição do processo de dominação escravista e para o entendimento de um quadro posterior de desagregação da instituição.

No que se refere à Justiça, ao longo do século XIX, sua organização, herdada do período colonial, passou por diversas transformações, tendo em vista a consolidação do Poder Judiciário de modo a legitimar o nascente Estado nacional. A partir da segunda metade do século, as atribuições judiciárias foram se tornando mais específicas. A justiça criminal ganhou destaque, expressando uma preocupação crescente com o crime e a criminalidade. De acordo com os estudiosos, é a partir desse período que o Estado consegue ampliar seu

* Este artigo é parte de minha monografia de bacharelado intitulada *Criminalidade escrava em Mariana (1850-1888)*, orientada pelo Prof. Dr. Marco Antônio Silveira, do departamento de História/UFOP.

** Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

¹ Ver: VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – Século XIX*. São Paulo: Edusp, 2004; BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. *BIB*, Rio de Janeiro, n.32, p. 49-61, 2º semestre de 1991.

controle social, especialmente sobre as elites locais, verificando-se, na segunda metade do século, uma crescente interferência nas relações entre senhores e escravos. (VELLASCO, 2004, p. 91-106).

Paralelo a isso, ocorre uma série de mudanças no âmbito da escravidão. A extinção do tráfico internacional de escravos, em 1850, coloca em questão o problema do abastecimento de mão-de-obra no Brasil, intensificando o tráfico interno e provocando uma elevação nos preços dos cativos. Cabe destacar que Minas permaneceu ao longo do Oitocentos como uma província essencialmente escravista. Contrária à idéia de estagnação econômica após o auge da mineração, a historiografia dos anos 80 comprovou que a província contou com um elevado contingente populacional e com o maior plantel escravo do Império, organizado em torno de atividades econômicas diversificadas.

No âmbito das legislações, a aprovação da Lei do Ventre Livre foi fundamental para redimensionar a escravidão, passando a haver uma pressão constante no cotidiano da propriedade. A lei de 1871 libertava os nasciturnos e reconhecia o direito dos escravos à autocompra, instituindo e tornando obrigatórios a matrícula geral dos escravos e um fundo de emancipação gradual. Antes disso, em 1869, havia sido aprovada a lei que proibia os açoites públicos e a separação das famílias. Essa legislação, somada à Lei dos Sexagenários (1885), representa, de acordo com a nova historiografia social da escravidão, o reconhecimento de conquistas obtidas pelos escravos, contrapondo-se à antiga concepção de simples concessão senhorial. (CASTRO, 1995).

Com a consolidação da montagem do aparato judicial e o reconhecimento legal de direitos escravos, as relações antes resolvidas na esfera do poder privado dos senhores passam a ser mediadas pelo Estado, evidenciando a fragilidade do sistema escravista. A justiça teria se revelado, assim, “sedutora”, oferecendo possibilidade de resolução de conflitos e efetivação de direitos às diversas camadas sociais. (VELLASCO, 2004).

Partindo destas considerações, apresentamos a seguir um balanço de algumas das principais produções historiográficas sobre as temáticas da escravidão, da criminalidade e da Justiça no século XIX. Em seguida, apresentamos nossa pesquisa monográfica acerca da criminalidade escrava em Mariana na segunda metade do Oitocentos, desenvolvida com base em algumas das discussões levantadas pela historiografia trabalhada.

Os estudos sobre a criminalidade escrava e a Justiça

Como ressalta Marcos Bretas (1991, p. 49-61), as pesquisas baseadas nas fontes da Justiça Criminal se desdobraram em estudos sobre crimes relacionados à escravidão, a homens livres pobres e à emergência de novos agentes de controle social. Na esteira dos novos estudos, o tema do Direito ganhou cada vez mais espaço e, segundo Adriana Pereira Campos (2003), podemos identificar dois grandes blocos de pesquisa, de acordo com as fontes utilizadas. As alforrias e as ações de liberdade são os documentos privilegiados para a discussão da legislação civil, tema tratado de forma inovadora por Hebe Mattos. Os trabalhos sobre crime e escravidão, por sua vez, detêm-se no uso dos processos criminais, linha em que se inserem trabalhos como os de Maria Helena Machado.

Um dos trabalhos pioneiros sobre criminalidade e escravidão é o da autora Sueli Queiroz (1977). Utilizando processos judiciais de Campinas durante o século XIX, a autora demonstra que as ações escravas não se pautavam apenas na submissão, existindo situações mais violentas, dentre as quais se destacam as agressões físicas. A existência de poucos processos envolvendo escravos (252 de um total de 1.347) é explicada pela autora pelo fato de muitos delitos não chegarem ao conhecimento da Justiça.

Maria Helena Machado (1987), em pesquisa sobre Campinas e Taubaté entre 1830 e 1888, aponta para a tendência de aumento do número de crimes contra a pessoa, especialmente donos de escravos, para a região de lavoura paulista a partir da década de 70, momento de evidente crise do escravismo. A autora encontra um percentual de pouco mais de 10% de crimes com presença escrava, incluindo homicídios, agressões, furtos e rebeliões como formas de resistência à escravidão. Tal número se faz significativo, pois, segundo ela, reflete os impactos causados pelo estrangulamento da dinâmica do trabalho, bem como as resistências à tentativa senhorial de reduzir os espaços de autonomia escrava.

Em contraste com este número, Leila Mezan Algranti (1988) verifica, nos registros de prisões no Rio de Janeiro entre 1810 e 1821, a presença escrava em 80% das detenções. A maior parte dos escravos presos havia cometido crimes contra a ordem pública, demonstrando a preocupação da polícia com o controle social. Como ressalta a autora, foi no Rio de Janeiro, sede da Corte portuguesa, que as transformações da vinda da corte se deram de maneira mais intensa. O processo de urbanização, o aumento populacional e a demanda por mão-de-obra

fizeram do Rio uma “cidade escrava”. Isso explica o fato de que boa parte dos crimes escravos era cometida contra outros escravos e homens livres pobres, como resultado de uma maior convivência entre esses grupos, viabilizada pelas formas típicas da escravidão urbana.

A relação entre crime e escravidão também pode ser observada no trabalho de Sidney Chalhoub (1990), ao analisar, através de consulta a processos-crime, as experiências escravas no cotidiano de suas relações com os senhores e os diversos significados da liberdade para esses cativos nas últimas décadas da escravidão na Corte. Segundo Chalhoub, há um movimento em que os escravos recorrem à Justiça como forma de escapar à dominação senhorial. Em contrapartida, como afirma Hebe Castro (1995), há uma tentativa, por parte dos senhores, de manter a resolução dos conflitos com seus escravos no âmbito privado, como uma forma de “suavizar” suas perdas, especialmente após 1850, com a alta dos preços dos cativos.

Os crimes de escravos são o objeto de estudo de Maria Tereza Pereira Cardoso, em sua tese sobre o Rio das Mortes na primeira metade do Oitocentos. Utilizando diversas fontes, entre elas as criminais, a autora verifica a predominância dos crimes particulares em relação aos crimes públicos e policiais. Cruzando as categorias cor e condição, Cardoso constata que a maioria dos réus pronunciados nos registros criminais pertencia a um universo de escravos e afro-descendentes. Em busca dos significados dos atos desses cativos, de suas motivações e noções de justiça, a autora conclui que “os escravos e seus descendentes souberam transitar no universo do cativo, burlando a lei branca e reelaborando e atualizando códigos de uma justiça negra” (2002, p. 25), sempre apoiados na memória cultural africana.

Ivan Vellasco (2004), em estudo também sobre o Rio das Mortes entre 1800 e 1890, encontra presença escrava em 10% dos crimes, dados próximos aos encontrados por Maria Helena Machado e Celeste Zenha (1984). A trajetória da criminalidade escrava implica duas elevações no primeiro quartel do século, uma em 1810 (quando há uma elevação nas curvas de todas as camadas sociais, reforçando a percepção de aumento da produção judicial) e outra em 1830. Após 1840 a criminalidade escrava se torna inferior à das demais camadas, o que, para a região estudada, reflete uma diminuição do contingente escravo na segunda metade do século e o exercício de um controle mais rigoroso sobre esta população. Embora os registros de prisão apontem mais para questões de manutenção da ordem pública, os registros judiciais expressam o predomínio de crimes contra a pessoa, com elevada presença escrava e um maior número ainda abarcando a camada livre pobre (crimes violentos). Vellasco, contrastando em

parte a perspectiva de Algranti, procura mostrar que os crimes cometidos por escravos provinham não apenas de resistência, mas também da partilha de valores comuns, já que suas motivações eram muitas vezes similares às dos indivíduos das demais camadas sociais.

Em sua tese de doutorado, Adriana Pereira Campos analisou a prática jurídica aplicada aos escravos na província do Espírito Santo entre 1830 e 1888. A consulta às fontes criminais revelou uma distinção entre os trabalhos da polícia e da justiça. Embora essas autoridades estivessem integradas em um mesmo processo de controle social, a polícia centrava-se na disciplina social, enquanto a magistratura atuava nos crimes com vítima. Os escravos estão representados em cerca de 10% das partes processuais, constatando-se um progressivo afrouxamento da política repressiva sobre os cativos. Em vista disso, a autora argumenta que “não se pode assumir como pressuposto que todo ambiente urbano escravista no Brasil dos oitocentos comportava uma crescente criminalidade escrava, eliminando a inquirição a respeito da dinâmica social dos aspectos locais em estudo.” (CAMPOS, 2003, p. 232). Para a autora, a reduzida presença de cativos nas “barras dos tribunais” deve-se não a uma sub-representação dos números ou à tentativa dos senhores de manter os conflitos na esfera privada, mas a um entrelaçamento entre poder público e interesses dos senhores. Esta explicação, a nosso ver, sugere que o próprio senhor pudesse atuar desestimulando a punição judicial do escravo. Além disso, Campos conclui que o que tornava o réu propenso a receber penas duras não era a gravidade do crime cometido e sim o grau de vinculação/desvinculação com o senhor.

Cabe aqui uma observação importante que diz respeito à distinção entre os trabalhos da Polícia e da Justiça. Enquanto as autoridades policiais atuavam nos crimes contra a ordem pública, as autoridades judiciais concentravam-se nos crimes com vítima. Isto explica o fato de os registros de prisão apresentarem um índice elevado de participação escrava (como demonstra Algranti), tendo em vista a preocupação com sua vigilância (preocupação que fica evidente nas Posturas Municipais, por exemplo). No dia-a-dia, “ocorrências aparentemente banais, como uma alteração verbal entre duas pessoas, corriam o risco de ser enquadradas ou mesmo registradas como crime.” (CAMPOS, 2007, p. 216). Já os processos criminais, por tratarem apenas dos crimes violentos, tendem a apresentar porcentagens menores.

Outra tese recente sobre as práticas da Justiça no século XIX é apresentada por Dimas José Batista. O autor analisa os crimes cometidos por homens pobres livres e escravos na região norte de Minas, verificando a predominância dos crimes violentos. Sua pesquisa chega

a conclusões muito parecidas às de Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre homens livres pobres. Assim como os caipiras de São Paulo, os sertanejos do norte mineiro tinham suas relações domésticas, de lazer, trabalho e vizinhança permeadas pela violência. Segundo Batista, a existência de fronteiras mal fixadas, a indefinição de competências dos funcionários da Justiça, a punição restrita e seletiva e/ou a existência de um Estado para as elites e outro para o restante da população impossibilitavam que o Estado aplicasse de modo eficaz a Justiça em uma região de sertão. A emergência deste cenário, segundo o autor, contraria a idéia de “justiça sedutora” nos termos propostos por Ivan Vellasco, pois

tanto os dados estatísticos como os discursos dos presidentes [de província] corroboram que a Justiça enfrentou inúmeras dificuldades internas e externas para consolidar o projeto centralizador e de ordem, enfim, o projeto civilizacional engendrado pela elite política brasileira e mineira. (BATISTA, 2006, p. 92).

Em pesquisa sobre a criminalidade em Mariana nos primeiros 30 anos do XIX, Alan Nardi de Souza (2007) confirma a tendência apontada pela historiografia de predominância dos crimes contra a pessoa ao longo do período estudado. Os assentos de prisão revelam que os crimes contra a pessoa somam 44,5%, seguidos dos crimes contra a propriedade (41,3%) e crimes contra a ordem pública (6,1%). Quanto à condição dos presos, verifica-se que 80% dos crimes foram praticados por livres, 11% por escravos e 9% por forros. Entre os escravos, as agressões físicas (44%) e os homicídios (35%) são os crimes mais significativos. É preciso lembrar, no entanto, que se trata de um período em que o crime e as penas ainda estavam previstas nas Ordenações Filipinas, sendo a Câmara Municipal o órgão a cumprir suas determinações.

O tema da criminalidade foi alvo de crescente preocupação do Estado. É o que se observa nos relatórios ministeriais e provinciais, principalmente a partir da segunda metade do XIX, através da constante apresentação de dados referentes à criminalidade nas províncias. (VELLASCO, 2004). No entanto, como afirma Dimas Batista (2006), dos discursos dos presidentes emerge a constatação das dificuldades de garantir a segurança da população devido à grande extensão territorial da província, às carências econômicas e ao despreparo dos agentes, questões que não devem ser desconsideradas em uma análise mais pormenorizada da implementação do aparato judicial por parte do Estado.

A criminalidade escrava em Mariana

Em nossa monografia de bacharelado intitulada *Criminalidade escrava em Mariana*, o objetivo foi analisar os crimes envolvendo escravos entre 1850 e 1888. Foram encontrados 50 autos criminais, analisados de modo quantitativo e qualitativo. Nossos índices se aproximam dos dados fornecidos pela historiografia, que aponta para uma proporção em torno de 10% de crimes com participação escrava. Destaca-se o predomínio dos crimes contra a pessoa (90% dos casos), marcando as interações violentas que perpassaram não só as relações entre senhores e escravos, mas também entre escravos e indivíduos livres, libertos e outros escravos.

No que se refere à atuação da Justiça, verifica-se uma diferenciação nas sentenças de crimes praticados por cativos e por senhores. Tanto os crimes praticados por escravos contra senhores como os de senhores contra escravos sofreram a intermediação da Justiça. No entanto, enquanto todos os crimes perpetrados por escravos contra seus senhores e prepostos foram punidos com base na lei de 10 de junho de 1835, em nenhum dos processos em que senhores figuraram como réus houve a condenação. Diante desse antagonismo nas decisões judiciais, somos levados a concluir que embora a Justiça tenha se constituído como um *locus* privilegiado para a resolução de conflitos antes pertencentes à esfera privada, suas decisões não parecem ter superado as relações de poder existentes, ao contrário, tenderam a reforçá-las.

Não se pode negar que a Justiça se expandiu e se firmou na regulação dos conflitos sociais, como bem afirma Vellasco. Como vimos, ela foi “sedutora” para diversos escravos em defesa de seus direitos e garantias. Contudo, não podemos afirmar que suas expectativas foram plenamente atendidas, uma vez que as sentenças proferidas apresentaram, quase sempre, pesos diferentes, a depender da situação econômica, da influência política e do status social de réus e vítimas.

Por outro lado, notamos que em nenhum dos crimes de escravos contra seus senhores houve condenação, em última instância, à pena capital. Em todos os processos houve a comutação da pena em prisão com trabalho, açoites, ferro ao pescoço ou prisão simples. Mesmo havendo uma distinção na condenação de crimes cometidos por livres e por escravos, alguns casos nos fazem acreditar que a pena sofrida pelo cativo ficou aquém do delito cometido (por exemplo, o assassinato do senhor punido com açoites) já que a pena máxima prevista era a de morte. Nesse caso, cometer o crime e entregar-se à Justiça parece ter surgido como a alternativa mais atraente ao escravo. Acreditamos na hipótese de que o movimento abolicionista, a nova legislação, sobretudo a Lei do Ventre Livre e a intervenção pública na

relação senhor/escravo contribuíram para a corrosão da autoridade senhorial, levando escravos a matarem seus senhores e se apresentarem à Justiça.

Conclusão

De modo geral, os trabalhos apresentados apontam para a presença escrava em torno de 10% dos crimes analisados (dado recorrente nos estudos e que precisa ser melhor entendido), embora haja divergências entre alguns autores quanto ao significado dessa participação (sub-representação das fontes, maior vigilância sobre os escravos etc.). No entanto, é preciso ter cautela ao comparar estes estudos, pois, como vimos, trata-se de recortes temporais e espaciais distintos. Além disso, raramente os pesquisadores encontram séries de dados completas, o que também dificulta as comparações. Outro fator importante são as diferentes abordagens adotadas pelos autores. Todos esses fatores fazem emergir contextos sociais, econômicos e políticos muito específicos que, por sua vez, resultam na existência de relações entre senhores e escravos bastante peculiares.

Outro resultado comum a todas as pesquisas diz respeito ao predomínio dos crimes interpessoais ao longo do século, com destaque para os homicídios e as ofensas físicas. Como vimos, esse tipo de crime prevalece principalmente nas pesquisas com fontes judiciais, enquanto nos registros policiais os crimes contra a ordem pública tendem a prevalecer.

Partindo de uma situação-limite – o crime – os historiadores se voltaram para os escravos enquanto agentes históricos tendo em vista a reconstrução de suas vivências, seus valores e suas estratégias de resistência à dominação senhorial. Esses estudos, por sua vez, contribuíram para conhecermos melhor a sociedade escravista oitocentista.

Referências bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

BATISTA, Dimas José. *A administração da justiça e o controle da criminalidade no Médio Sertão do São Francisco, 1830-1880*. Tese. (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2006.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. *BIB*, Rio de Janeiro, n.32, 2º semestre de 1991, p. 49-61.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. Tese. (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasilense, 1987.

QUEIROZ, Sueli Robles Reis. *A escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

SOUZA, Alan Nardi. *Crime e Castigo: A criminalidade em Mariana na primeira metade do século XIX*. (Mestrado em História) – UFJF, 2007.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – Século XIX*. São Paulo: Edusp, 2004.

ZENHA, Celeste. *As práticas da justiça no cotidiano da pobreza: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza através dos processos penais*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História/UFF, Niterói, 1984.

Governo-Geral no Estado do Brasil na segunda metade do século XVII e início do século XVIII: Historiografia e documentos

Lindiamara J. G. de Azevedo*

Quando nos referimos à administração colonial percebemos uma série de questões que ainda não foram analisadas pela historiografia, inclusive a tradicional, que atribui menor importância ao poder dos governadores-gerais enviados para administrar o Estado do Brasil.

As concepções que tratam desta questão ressaltam sua natureza de colônia que atende somente aos interesses de Portugal, desconhecendo qualquer autonomia nas decisões dos servidores régios enviados.

Nosso trabalho, ao contrário do que vem sendo feito, em primeiro lugar procura resgatar as trajetórias sociais e políticas dos governadores-gerais e, através dos dados obtidos, demonstrar a importância política e social dos que eram enviados pela Coroa Portuguesa para esta parte do seu Império Ultramarino, para isto nos apoiamos em fontes documentais entre elas os *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*¹ que nos possibilitam identificar as características das ações régias e as relações delas com o exercício de poder dos governadores-gerais.

Cabe ressaltar o recorte cronológico adotado, ou seja, o período em que a monarquia bragantina está se consolidando após um período conturbado da pós restauração², feita a paz com a Espanha e a coroação de D. Pedro II. Neste momento, percebe-se a elevada importância de Portugal pelo Estado do Brasil, na virada do século XVII para o século XVIII e, conseqüentemente, a posição cada vez mais elevada dos seus governantes que se tornaram protagonistas de relevantes ações políticas no Império do Ultramar.

Um dos trabalhos pioneiros acerca deste tema foi realizado pelo Conde de Campo Bello mencionando a ação de governo português submetida a uma lógica que não permite compreender a dinâmica dessa estrutura administrativa. A este autor do salazarismo interessa

¹ Graduanda do curso de História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq.

Os volumes desta coleção estão microfilmados e disponíveis no Laboratório de Multimídia e Pesquisa Histórica (LAMPEH) localizado na Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

² Sobre os conflitos da Restauração ver: VALLADARES, Rafael. *La Rebelión de Portugal, 1640-1680*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1998.

os portugueses que heroicamente contribuíram para a construção da nação, de forma simplificada como percebemos no fragmento a seguir.

A inépcia de alguns Governadores, Vice-Reis e Capitães, a ambição gananciosa e desmedida de outros, as pretensões cobiçosas de holandeses e ingleses e ao enfraquecimento da autoridade régia, contribuiu para destruir a obra gigantesca do Gama e de Albuquerque. Perdida para a Índia a preeminência sobre os nossos outros domínios ultramarinos, passou a usufruí-la o Brasil, a nossa colônia predilecta, aquela a que Portugal mais queria, pois a formou a seu jeito, a orientou deste o princípio consoante o modo de ser nacional. (BELLO, 1940: 110)

Seguindo também essa abordagem clássica Francisco Adolfo de Varnhagem atribui ao governo-geral à característica de ser consequência da centralização administrativa de Portugal. Assim, este historiador que contribui com seus estudos para a reconstrução das trajetórias dos governadores-gerais, destaca a governação baseada em um caráter centralizado resultado do fortalecimento de uma monarquia absolutista, onde os governadores são instrumentos de reforço da centralização, ou seja, não possuíam autonomia jurisdicional agindo apenas de acordo com interesses pré estabelecidos.

As novas abordagens historiográficas sobre a história política permitiram valorizar a importância do papel que os governantes vão exercer no Estado do Brasil, o que demonstra por sua vez a estrutura hierárquica existente no Império Ultramarino Português, ou seja, a inserção destes governadores-gerais em uma ordem jurisdicional, sinodal e corporativa que são características da administração portuguesa, onde encontramos o cargo de governador-geral em uma posição valorizada dentro desta estrutura.

Portanto é fundamental estabelecer as relações entre Coroa e governadores-gerais no Estado do Brasil, e os meios utilizados por esta para manter os serviços prestados na administração de seu Império no Ultramar. A ação de oferecer recompensas foi à maneira encontrada pela Coroa Portuguesa para a administração de suas conquistas. O ofício de governador-geral é um claro exemplo deste sistema de recompensas, a final estudos recentes comprovam a vasta trajetória de serviços dos governadores até ocuparem este cargo no Estado do Brasil.

Maria de Fátima Silva Gouvêa demonstra que montagem da estrutura administrativa que foi se desenvolvendo principalmente no período da União Ibérica (1580-1640) como o seu período de concretização, possibilitando o desenvolvimento de estratégias e a construção

de idéias destinadas ao exercício do governo, com todas as suas alusões que regulamentavam boa parte da ação dos governadores-gerais.

O conhecimento acumulado nos diferentes estágios desse exercício administrativo consubstanciou uma forma singular de governar o Império. De um lado, constituía-se uma elite imperial, recrutada no interior da alta nobreza, cujos grupos familiares vinham dando provas de uma íntima associação com a Coroa na implementação e defesa de sua soberania em ocasiões chave como a Restauração portuguesa. (...) Definia-se, dessa forma, um núcleo mais coeso de interesses em redor da governabilidade imperial portuguesa. De outro, consubstanciava-se um conjunto de estratégias, bem como uma memória, dedicadas ao exercício desse governo, viabilizadas pelo acúmulo de informações e pela constituição de uma visão mais alargada do Império como um todo, ambos produzidos pela circulação desses homens nos altos postos administrativos nas regiões ultramarinas. (GOUVÊA, 2001: 308)

Assim sendo, nos cargos e territórios dentro da administração portuguesa, conforme assinalam Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha. “O reconhecimento da existência de uma hierarquização dos territórios constitutivos do império português fica ainda patente em outros indicadores como o dos ordenados ou nos referentes à remuneração de serviços estabelecida pela monarquia.” (MONTEIRO e CUNHA, 2005: 206)

Os benefícios e privilégios eram concedidos através de serviços prestados a Coroa e também por nascimento. Assim, os monarcas portugueses oferecendo recompensas pelos serviços prestados perceberam que esta atitude era eficiente e, deste modo, o método se tornou muito freqüente. Para os súditos da Coroa, o sistema de privilégios era visto como possibilidade de ascensão social e promoção material como salienta Fernanda Olival: “Servir a Coroa, com o objectivo de pedir em troca recompensas, tornara-se quase um modo de vida, para diferentes sectores do espaço social português. Era uma estratégia de sobrevivência material, mas também honorífica e de promoção.” (OLIVAL, 2001: 21)

Portanto, o ato de oferecer serviços para a Coroa com a intenção de obter recompensas tornou-se um modo de destacar-se materialmente e obter *status* nos mais diversos setores da sociedade portuguesa.

Disponibilidade para o serviço, pedir, dar receber e manifestar agradecimento num verdadeiro círculo vicioso, eram realidade a que grande parte da sociedade deste período se sentia profundamente vinculada, cada um segundo a sua condição e interesses. Eis o que designamos por economia de mercê. (OLIVAL, 2001:18)

No trabalho da autora Virgínia Rau, encontramos um exemplo desta economia de mercês na vida na carreira de Antonio Teles da Silva que, por meio dessas mercês, foi conselheiro de guerra e depois elevado no cargo de governador e capitão-geral do Estado do Brasil.

Seguindo a carreira das armas, embarcou sucessivamente em duas armadas do reino, sendo uma delas a restauração da Baía em 1625(...) recebeu como recompensa uma viagem de capitão-mor das naus da carreira na Índia. (...) Em 1625 partiu para a jornada da Índia muito bem munido de mercês que arguravam bons benefícios. Voltando a Portugal não deixou de aderir ao movimento libertador de 1 de dezembro de 1640 e foi um dos aclamadores Del-rei D.João VI. Dessa ação e da luta resultou ficar aleijado da mão direita e resultaram também mercês régias de ser conselheiro de guerra (...) e ser promovido no cargo de governador e capitão-geral do Estado do Brasil, por carta patente em 16 de maio de 1642. (RAU, 1984: 30)

No trecho anterior Virgínia Rau demonstra claramente este sistema de recompensas a partir de um individuo, percebe-se a ampla trajetória destes oficiais até ocuparem o posto de governador-geral no Estado do Brasil.

O estudo das trajetórias dos governadores torna possível ainda encontrá-los situados em redes sociais de obtenção de favores. Para António Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier a relação de favores na sociedade portuguesa constitui uma idéia de amizade e parentesco na formação de redes clientelares definindo a “economia do dom como cimentada sobre actos de dar e retribuir compreendidos pela vastidão do conceito de “amizade”.” (HESPANHA e XAVIER, 1993: 385).

De tal modo, “o acto de dar podia corresponder a um importante investimento de poder, consolidação de certas posições sociais, ou uma estratégia de diferenciação social.” (HESPANHA e XAVIER, 1993: 388). Ao contrário da definição da economia de mercês feita por Fernanda Olival, a qual parte do soberano para os demais, a economia do dom está presente em toda a sociedade, pela prestação de favores para a aquisição de serviços, assim as redes clientelares servem de instrumento para a busca de mercês régias, sendo uma estrutura hierárquica que divide a sociedade na tentativa de adquirir benefícios.

Portanto, nosso trabalho vem sendo pautado em uma história sob a influência de perspectivas de estudo que surgiram a partir da segunda metade do século XX como a Nova História Política, pensada por autores como o espanhol Xavier Gil Pujol, a Micro-História

italiana, de importantes nomes da historiografia como Carlo Guinzburg, Carlo Poni, Edoardo Grendi e Giovanni Levi.

Todas estas perspectivas sintetizam uma transformação das interpretações históricas antagônicas às perspectivas estruturalistas da história predominantes até os anos 60 do século XX, como a escola dos *Annales* francesa, história social inglesa e norte-americana, marxismo e os conceitos determinados de luta de classe, dominação ideológica, entre outros. Neste cenário, a partir dos anos 70, historiadores importantes como Maravall, Ranu, Remond e Pujol resgatam a história política, praticamente esquecida pelos estudos que se dirigiam em outras áreas como a economia e o social, alterando o formato de análise dos fatos políticos, questionando as explicações dicotômicas e as perspectivas estruturais da história, conforme explica Pujol no trecho a seguir:

Como es de sobra conocido, a inicios de la década de 1970, los estudios de temas políticos estaban más bien eclipsados ante el triunfo de la historia demográfica, económica y social. Con todo, no dejó de cosecharse una copiosa producción sobre la génesis del estado moderno, génesis que entonces constituía el tema y el enfoque imperantes en la historia política e institucional (...) configuran un adecuado punto de partida para evaluar la evolución producida de entonces para acá. Con carácter general, puede decirse que una serie de dicotomias que entonces servían para encuadrar y a menudo explicar las diversas situaciones producidas (estado-sociedad, corte-país, centro-periferia, revuelta-obediencia, público-privado, incluso ideas-realidad), se han revelado como altamente insatisfactorias para dar cuenta de una sociedad de Antiguo Régimen que ahora es reconocida como mucho más compleja y viva. (PUJOL, 2001: 885)

Estas mudanças foram o início de uma concepção nova na historiografia sobre os estudos do Antigo Regime. Na Itália, outra influência desta nova historiografia apareceu sendo esta a micro-história. Autores como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi assinalam que é possível resgatar importantes dados das sociedades do passado obtendo elementos aparente insignificantes destas sociedades, como as pessoas comuns, as relações cotidianas e as demais questões do habitual destes grupos. Deste modo, Levi salienta que: “A abordagem micro-histórica deve permitir o enriquecimento da análise social, torná-la mais complexa, pois levam em conta aspectos diferente, inesperados, multiplicados da experiência coletiva.” (LEVI, 2000: 8). Esta abordagem nasce como um questionamento da preocupação dos historiadores em estudar grandes personagens ou grandes eventos do passado e se esquecer de buscar o resgate do cotidiano. O objetivo é o de aprofundar a análise nas micro-questões do

decorrido para tornar possível uma compreensão mais dinâmica do mesmo do que se centralizar apenas nas grandes questões e personagens.

Deste modo, estudar os governadores-gerais sob estas perspectivas permite entender a lógica administrativa e política em esferas da monarquia que estão abaixo do Rei, visando o papel destes indivíduos que serviam as Coroa portuguesa nas possessões ultramarinas, caracterizando uma relevante contribuição para a compreensão desta administração e superando as simplificações e ausências de um assunto ainda pouco estudado pela historiografia.

Ao tratar da documentação dos *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* percebe-se que é possível resgatar uma série de características da administração colonial do Império Ultramarino Português e de sua sociedade no Estado do Brasil. Em *A governação Portuguesa no Brasil séculos XVI – XIX* projeto de Maria de Fátima Silva Gouvêa é proposto um levantamento acerca coleção dos *Documentos históricos*, a historiadora expõe uma série de informações relevantes ao estudo.

Assim sendo, estas fontes permite que seja possível entender o funcionamento da administração portuguesa através da ação de governo, percebe-se a existência de um acordo entre membros da nobreza, e a Corte extinguindo uma administração absolutista. Enquanto os governantes deviam buscar zelar pelos interesses da Coroa e eram recompensados à medida que o faziam com a conquista de novas mercês régias, os mesmos se aventuravam em carreira pelo ultramar em busca de riqueza e prestígio social, sendo súditos destacados pelos poderes que lhes eram concedidos pelo Rei e que emanavam do mesmo, constituindo assim uma monarquia polissinodal, ou seja, se por um lado, alguns autores contemporâneos ressaltam a retomada e renovação dos estudos sobre o político reavaliam interpretações sobre as monarquias modernas com consequências evidentes para os estudos sobre a administração, a vida política e o exercício da governação portuguesa no ultramar e na América lusitana, queremos ressaltar com esse pequeno ensaio que a utilização de uma importante série publicada pela biblioteca nacional na passagem dos anos 20 para os 30 pode se constituir numa fonte essencial para esses estudos.

Desta forma, nossa pesquisa traça os perfis destes governantes e, sobretudo, dos poderes que lhes eram concedidos, sua maneira de governar e do funcionamento desta estrutura administrativa. De modo geral, é possível entender que esta concessão de poderes

pelo Rei e esta administração, em última instância, atendiam aos interesses da Coroa Portuguesa, mas principalmente, ao abrir espaços para os interesses pessoais, em especial através do encargo de poderes reais, descaracterizam a idéia de uma monarquia absolutista para caracterizar um regime polissinodal. Desta forma, nosso estudo apoiado aos *Documentos históricos*, nos permite avaliar a debate historiográfico e contribuir com historiografia política brasileira com os trabalhos recentes.

Bibliografia

BELLO, Conde de Campo. *Governadores Gerais e Vice-reis do Brasil*. Porto: Delegação Executiva do Brasil as Comemorações Centenárias de Portugal, 1940.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *A governação Portuguesa no Brasil séculos XVI – XIX*. Rio de Janeiro. 2003

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645 - 1808). In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI - XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CUNHA, Mafalda Soares. Governadores e capitães-mores do Império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: CARDIM, Pedro, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CUNHA, Mafalda Soares. *Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

PUJOL, Xavier Gil. Del Estado a los Lenguajes Políticos, del Centro a la Periferia. Dos Décadas de Historia Política sobre la España de los Siglos XVI y XVII. In: ARES, José Manuel de Bernardo Ares (Editor). *El Hispanismo Anglonorteamericano Aportaciones, problemas y perspectivas sobre Historia, Arte y Literatura españolas (siglos XVI - XVIII)*. Córdoba: Separata, 2001.

RAU, Virginia. *Estudos sobre a História Econômica e Social do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

VALLADARES, Rafael. *La Rebelión de Portugal, 1640-1680*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1998.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. Tomo Primeiro, 9ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.

Nos domínios da imprensa: novas estratégias, novos debates, novos objetos – reflexões sobre a revista *Vida Capichaba*

Lívia de Azevedo Silveira Rangel*

Introdução

Atualmente, a proposta de utilização da imprensa como fonte de pesquisa já não suscita tantos debates e desconfianças; no entanto, para alcançar o nível de consenso em que presentemente repousa foi preciso travar uma série de discussões e desmontar uma estrutura bastante rígida, a qual fixava as fontes no estatuto da oficialidade, da objetividade e da veracidade. Essa mudança de paradigma, com o despontar de uma história escrita a partir de documentos menos convencionais ¹ (COLLINGWOOD, 2001: 149), esteve diretamente ligada às novas propostas historiográficas da terceira geração dos *Annales*. O grupo de historiadores, formado a partir de então, propôs que a história voltasse seus esforços para uma nova perspectiva em que fossem adotados novos objetos, problemas e abordagens, mas sem negar toda a contribuição anterior, como a longa duração, a história econômica, demográfica e a história social.

Nesse momento, a história das mentalidades retomou um lugar já antes previsto pela primeira geração dos *Annales*, quando os pioneiros Lucien Febvre e Marc Bloch procuraram distanciar-se da história dita factual, narrativa e política para agregar significado a outros campos de estudo, a saber, a economia, a psicologia coletiva e o social. Para solidificar uma história mais profunda e universalizante tornava-se imprescindível à ampliação da noção de documento. Assim, pretendia-se reformular a metodologia para que os fatos históricos deixassem de ser analisados por meio de interpretações isoladas, imutáveis e, além de tudo, pronunciadas como imparciais, substituindo-as por uma “história-problema”, articulada a uma perspectiva renovada na maneira de pensar e escrever os temas da historiografia. A esta característica primeira de inovação histórica dos anos 1930, a geração dos *Annales* de 1970

* Mestranda em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista de Pós-graduação do Programa de Bolsas da Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (FAPES).

¹ A objetividade almejada nas pesquisas históricas encetadas pelos positivistas foi sendo lapidada a partir do desprezo pela história universal e pela elevação da história particularizada, como única possibilidade de verdade, já que o universalismo era considerado um ideal inatingível. Esta história dita factual acabou por exaltar os grandes acontecimentos e as grandes personalidades. A historiografia positivista tinha um domínio sem precedentes sobre pequenos problemas e, “uma fraqueza sem precedentes no tratamento dos grandes problemas”.

vinha acrescentar um ingrediente pouco explorado pelo ramo histórico, as experiências culturais.

Distribuída em características diversas de publicação, a imprensa, como fonte documental, preencheu, em muitos casos, os vazios deixados pelos documentos considerados tradicionais e legítimos. Emergida como material passível de análise, abordada com o mesmo rigor científico dado a outras fontes, a imprensa se firmou conjuntamente no rastro das perspectivas acadêmicas que tomaram por objeto o estudo da história dos excluídos. Nesse contexto, a mídia impressa deixou de ser vista como um simples depósito de notícias e dados fragmentados e ideologizantes para ser observada como mais uma alternativa à escassez de informações diretas a respeito dos grupos marginalizados, destituídos do poder de expressão e absorvidos pelo silêncio. No entanto, para além dos exemplares tipográficos ditos oficiais, estiveram presentes àqueles de caráter independente, dentre os quais diferenciam-se os da imprensa legal e os da imprensa marginal, distintos entre si pela amplificação dada aos aspectos opostos veiculados nas suas edições, quando os primeiros apresentavam tendências mais moderadas, embora não menos afiadas, e os últimos uma radicalidade perene à sua luta, geralmente ligada as reivindicações das camadas populares urbanas, como aquelas ligadas às idéias anarquistas e comunistas.

Pode-se notar, mesmo apressadamente, que o conjunto de recursos documentais propiciado pela mídia impressa é bastante diversificado e amplo e que possibilita um número incalculável de temas a serem explorados na composição histórica. O que até a década de 1970 mantivera-se preso à condição de objeto de estudo, veio à tona a partir dos anos seguintes como um testemunho histórico, como um instrumento documental de proporções analíticas abundantes. A migração arquivística em busca das fontes impressas empreendidas a partir de então, deu-se em meio a realidade precária das condições de armazenamento de bibliotecas e arquivos do País, circunstância que nos impulsiona de maneira idêntica a refletir, neste trabalho, as formas pelas quais podem-se incorrer pesquisas históricas nos domínios da imprensa.

Escolhemos, como suporte de análise para os objetivos deste trabalho, a publicação periódica *Vida Capixaba*, órgão originário da cidade de Vitória que circulou por todo o estado do Espírito Santo, durante a década de 1920. A escolha por tal revista foi condicionada por três fatores. Primeiramente, por ser a principal fonte da qual me valho para pesquisar o tema de minha dissertação, intitulado *Representações “modernas” da mulher capixaba: o papel da moda e da intelectualidade no limiar das conquistas femininas em Vitória*. Em

segundo plano, por estar disponível em sua integralidade nos acervos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e da Biblioteca Estadual, nas versões impressa e microfilmada. Por último, pela necessidade de abordar de forma problemática e mais detida nos interesses da disciplina História, a defasagem de um campo intelectual e técnico que dê prioridade aos estudos que se retenham na construção da história do Estado e de seus municípios, os quais apresentam toda uma gama de possibilidades de inserção de pesquisas, sejam elas inéditas ou revisoras do que já foi escrito. O importante é que isso ocorra na confluência de uma melhoria nos recursos técnicos, já em andamento em algumas unidades arquivísticas do Estado, como comprova a reforma realizada recentemente na Biblioteca Estadual e aquela em vias de execução no APEES.

É sob este viés de análise que nos propomos perscrutar a revista *Vida Capixaba*, na intenção de provocar uma aproximação não só entre os aspectos físicos e materiais da revista com seus aspectos discursivos, como também na intenção de pensá-las como fonte em potencial, vista como material integrante da história capixaba.

I – Breve histórico da imprensa capixaba

Antes de detalharmos as características da revista *Vida Capixaba*, acreditamos ser pertinente uma breve apreciação da história da imprensa no Espírito Santo, que só se desenvolveu de maneira mais relevante a partir da Proclamação da República.

De acordo com Gabriel Bittencourt, a imprensa só se instalou em terras capixabas 32 anos após a criação da *Imprensa Régia*, no Rio de Janeiro, em 1808, com a publicação do primeiro jornal do Espírito Santo, chamado *O Estafeta*, surgido a partir de um contrato com o Executivo capixaba, que previa a concessão por um período de dez anos para que esse jornal pudesse publicar os atos oficiais. Afora a “boa vontade” do governo, o jornal não seguiu adiante, tendo circulado apenas uma única edição e nada mais. Dessa primeira experiência até a próxima, decorreram praticamente nove anos, deixando a imprensa capixaba de existir nesse espaço de tempo, voltando em 1849 com a inauguração do *Correio de Victoria*, fundado por Pedro Azevedo, também sob custódia do governo, com a intenção de que esse organizasse o seu conteúdo em torno de uma postura governista e publicasse, da mesma forma, os atos oficiais. Assim, até o ano de 1864, o *Correio de Victoria* assumiu essa responsabilidade. Depois desse último jornal, ainda surgiu, em 1872, o *Espiritossantense*, que manteve a

publicação dos atos oficiais até 1889, momento em que acontece, não só no Brasil, mas na maioria dos Estados, a mudança no quadro de dirigentes no Executivo.²

Com a nomeação de Affonso Cláudio de Freitas Rosa para governador, “é que ocorre o nascimento da Imprensa Oficial no Espírito Santo” (FERREIRA. In: MARTINUZZO, 2005: 28), em 1890. O primeiro governador do Estado reclama então que, para a obtenção da ordem pública, é necessário que seja criado um espaço de comunicação oficial do governo, o qual publicaria ininterruptamente todos os atos oficiais expedidos pelo Estado – sabemos, no entanto, que a trajetória do D.I.O, sofreu constantes interrupções, encerrando as atividades e reabrindo-as várias vezes. Assim, no dia 23 de maio de 1890, data de comemoração da colonização do solo espírito-santense, circulou o primeiro número do Diário Oficial. A consolidação de uma imprensa mais organizada, com o surgimento de oficinas gráficas, favoreceu o aparecimento não só de jornais, mas também de revistas. Segundo Bittencourt, da última década do século XIX até meados da década de 1920, foram registrados 484 títulos, na Capital e no interior. Dentre os mais relevantes, estão *A Magnólia* (1881), *O Pirilampo* (1882), *Gazeta Literária* (1899), *Revista Ilustrada* (1910), *Vitória Ilustrada* (1914) e *Vida Capichaba* (1923).³ Daí por diante, *Vida Capichaba* imperaria como a revista mais lida no Estado, circulando em praticamente todas as cidades do norte e do sul do Espírito Santo.

Esse momento na história da imprensa é visto por Nelson Werneck Sodré como o marco de inauguração de uma imprensa mais profissional, que se movia num novo ritmo de produção. A nova fase da imprensa foi substituindo, gradativamente, as oficinas artesanais por modernas tipografias. De acordo com a opinião de Sodré, a imprensa, neste período, adotou a estrutura de uma empresa capitalista, que longe das tímidas formas de folhetins, pasquins e jornais de circulação irregular e efêmera, pretendiam organizar um mercado sólido e lucrativo em torno dos periódicos e jornais, o que demonstrava a estreita relação entre as novas expectativas da imprensa e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Segundo suas palavras:

A ligação dialética é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos (...)

² Este parágrafo é uma síntese das informações contidas no livro de Gabriel Bittencourt e no artigo de Guilherme Ferreira e Marcelo Rossi, para maiores detalhes, ler: BITTENCOURT, Gabriel. *Historiografia capixaba e imprensa*. Vitória: EDIT, 1998 e FERREIRA, Guilherme; ROSSI, Marcelo Marconsini. “A história de um lugar de história”. In: MARTINUZZO, José Antônio (org.). *Diário Capixaba: 115 anos da Imprensa Oficial do Espírito Santo*. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

³ JORNALISMO Ufsc. *Mídia e memória – Estudantes de jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo escrevem a história da comunicação capixaba*. [consultado em 30 de abril de 2008]. Disponível na *World Wide Web*: <<http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd3/jornal/joseantoniomartinuzzo.doc>>

governada, em suas operações, pelas regras gerais da ordem capitalista (...) tudo conduz à uniformidade, pela universalização de valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento.⁴

Neste sentido, a revista *Vida Capichaba* se beneficiou de todas as possibilidades inovadoras que marcaram a transição de uma imprensa mais “amadora” e parcial para uma imprensa mais “profissional”, preocupada em transmitir informações com maior comprometimento e, portanto, menos opinativa. Tal mudança foi realmente significativa, afetando o conteúdo dos periódicos e o formato jornalístico da época. Com o adendo de que as revistas, longe de se disponibilizarem a reunir somente informações factuais da realidade, também ofereciam aspectos culturais da “vida mundana”, envolvendo em suas páginas uma gama variada de assuntos, condensando ilustração, fotografia, literatura, notas sociais e publicidade, num arranjo sedutor ao público. Com a alcunha de “revistas de variedades e mundanismos”, tentavam descrever o mais globalmente possível a sua disposição editorial.

II – Sobre a Revista *Vida Capichaba*

Iniciada em abril de 1923, *Vida Capichaba* tornou-se, logo após a sua inauguração, a mais expressiva publicação do período, apresentando-se, de certo modo, como o principal veículo divulgador das qualidades capixabas, buscando estimular dentro e fora o reconhecimento da capacidade econômica, política e intelectual do Espírito Santo. Sob a direção de Garcia de Rezende experimentou uma vida breve, sucedida por um hiato de dois meses, findado quando os novos encarregados pela direção da revista assumiram suas posições no editorial. Dentre estes destacamos Elpídio Pimentel, Manoel Pimentel, Aurino Quintais, Teixeira Leite, Arnaldo Barcellos e Guilherme Santos Neves, grupo que imediatamente, na edição de número 4, buscou esclarecer os objetivos que pautariam daí por diante a sua publicação:

Dentre os motivos que nos levaram a tomar a direção deste quinzenário, dois devem ser salientados aqui: 1º. A convicção de contribuirmos para o incentivamento das letras e artes no Espírito Santo. (...) 2º. O empenho de provarmos que Victoria, capital do Estado do Espírito Santo, já comporta a manutenção de um periódico literário, mágoa o costumeiro dar de ombros dos nossos systematicos pessimistas (*VIDA CAPICHABA*, 1923, n.4: s/p).

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.1-2.

Intitulada “Revista Quinzenal e Ilustrada”, durante toda a década de 1920, *Vida Capichaba* tinha como primeiro ideal se consolidar como a vanguarda literária e cultural do Espírito Santo. Essa proposta esteve inteiramente relacionada com as origens intelectuais de seus dirigentes e colaboradores. Elpídio Pimentel, por exemplo, enquanto principal redator da revista e por muitos anos, autor das crônicas de abertura sob o título de “Quinzena em Quinzena”, era membro da Academia Espírito-Santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Tendo como profissão o magistério, como professor de Filologia, nesse contexto, atuou na cena literária de Vitória de maneira bastante expressiva.⁵

Embora a revista *Vida Capichaba* funcionasse no sentido de incrementar o cenário literário da época, não era possível dar continuidade às suas edições apenas sob essa perspectiva. Assim, o conteúdo foi organizado muito aproximadamente à maneira de outras revistas ilustradas, inspirando-se principalmente, nas publicações do Rio de Janeiro.

Daí pode-se supor que não faz sentido pensar a *Vida Capichaba* como um empreendimento descolado do contexto nacional da imprensa. A sua estrutura, além de reunir as principais obras literárias do Espírito Santo, em prosa e poesia, também mesclava o seu conteúdo com notas sociais, colunas femininas e escritos sobre personalidades políticas do Estado. Além da publicação de vinhetas e curiosidades, apresentava o desenvolvimento do Espírito Santo com notas e fotografias de indústrias instaladas, bem como suas belezas e a capacidade produtiva dos seus meios.

Funcionando em oficinas próprias, *Vida Capichaba* era composta de cerca de 36 páginas, contabilizando por ano uma média de 24 edições, durante o período em que circulava quinzenalmente. Cada edição comportava um número significativo de propagandas, ficando estas concentradas nas primeiras e últimas páginas, formato mais ou menos padronizado das revistas desse gênero - ilustradas e de variedades. A linha editorial, assim, foi durante todo

⁵ A Academia Espírito-Santense de Letras foi fundada em 4 de setembro de 1921, pelos escritores Elpídio Pimentel (publicitário e educador), Garcia de Rezende (escritor e jornalista) e Alarico de Freitas (advogado e parlamentar). O principal objetivo desse grupo de intelectuais, homens públicos e educadores era o de congregar e orientar o movimento artístico do Estado. O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, por sua vez, foi constituído em junho de 1916, com a finalidade de promover os aspectos culturais e científicos do Estado, preservando a “exata situação geográfica do Espírito Santo, defendendo as nossas fronteiras (...) e difundindo a nossa história”, que na verdade, “não é tão incolor”, como dizem. (INSTITUTO Histórico e Geográfico do Espírito Santo. *Uma síntese da história do IHGES: origem e evolução*. [consultado em 30 de abril de 2008]. Disponível na *World Wide Web*: <<http://www.ihges.com.br/historico.htm>>). Para maiores detalhes, ver: VALLE, Eurípedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses: dados, fatos e curiosidades*. 3ª ed. Vitória, 1970.

seu percurso muito bem articulada e, por isso, duradoura, já que *Vida Capichaba* circulou durante 47 anos, permanecendo corrente até 1970.

No ano de 1928, a revista se torna semanal, saindo das oficinas para os pontos de venda todas às quintas-feiras, passando a se identificar como “Revista Moderna Ilustrada”. O seu grande sucesso fez com que fosse reconsiderada a possibilidade no aumento das tiragens, modificando então a sua periodicidade, favorecida, da mesma forma, pela frequência de seus colaboradores, que enviavam vasto material para publicação.

Outro aspecto importante da *Vida Capichaba* é a singularidade da presença feminina nas suas publicações. Nelas, as mulheres não só aparecem como símbolos de beleza, fragilidade, delicadeza e altruísmo, como também são apreciadas e recebidas como detentoras de uma intelectualidade. Vários são os escritos assinados por mulheres, dentre estes poesias, artigos sobre política e cidadania, educação, etiqueta e outros temas. Tudo nos leva a crer que algumas seções de moda eram escritas diretamente por mulheres para mulheres. Como a seção *Feminae* que, embora tivesse sua autoria encoberta por um pseudônimo – Flor de Sombra -, não escondia o seu sexo, colocando-se do mesmo lado das leitoras, como podemos verificar na citação a seguir:

A moda. (...) Quando, porém, a essa despótica soberana ocorre *impôr-nos* o uso de algum adorno, pelo qual já *sentíamos* irresistível atracção, *succede-nos* o mesmo que ás crianças traquinas, longamente privadas do folguedo favorito (*VIDA CAPICHABA*, 1927, n.95: s/p).

A pessoa que escreve a seção não apresenta um posicionamento distante, de simples apreciação dos trejeitos e das características femininas, mas se inclui na discussão, pois não são somente as leitoras que sentem as intransigências da moda, como também ela, a autora. Obviamente que o grupo feminino que se projetava na *Vida Capichaba* era assaz restrito, mas isso não diminui a relevância dessa constatação.

Reunidas, por fim, as principais características de *Vida Capichaba*, é preciso ter em mente a importância desses periódicos “na modelagem da vida cotidiana de seus contemporâneos” (ROSTOLDO, 2000: 39). O conceito de representação de Roger Chartier, o qual defende a idéia de que as representações são, na verdade, os meios com que grupos ou indivíduos dão “sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, 1991: 177), cabe perfeitamente em nossa análise, já que acreditamos haver uma estreita relação, de formas recíprocas, entre a sociedade e os meios de comunicação. A duplicação da realidade, que encontra personificação tanto no mundo concreto quanto nas construções simbólicas, funciona

como um reflexo, no qual a sociedade é vista pelos olhos da imprensa ao mesmo tempo em que se vê nela. Daí, a importância dessas publicações em contextos sociais tão semelhantes e ao mesmo tempo tão distintos e que, mesmo recebendo as novidades do mundo moderno em graus de intensidade diferentes, confluíam na necessidade de ver sustentadas mídias que lhes oferecessem um pouco mais de inteligibilidade e ainda de orientação frente ao novo rumo da sociedade do início do século XX.

III - A revista *Vida Capixaba* como alternativa documental

Escrever a história do Espírito Santo é, antes de mais, contribuir para a construção de uma perspectiva diferenciada e particular sem, no entanto, incorrer no desacerto de isolá-la do contexto macro-social, nem tampouco no equívoco de apressar uma crítica contrária à visão evidente da situação pouco promissora do Estado, durante a maior parte da sua trajetória histórica. O que já não satisfaz, para uma visão-problema da história do Espírito Santo, é a busca de justificativas que aborem as limitações internas, principalmente as de caráter político-administrativo e, por consequência, as econômicas, com vias a culpabilizar as adversidades impostas externamente, quase sempre por um governo imperial insensível às necessidades da capitania e, mais tarde, da província.

A função, exercida pelo Espírito Santo, de “barreira ecológica” na rota das regiões mineradoras, no período colonial, tem sido a mais agastada das justificativas utilizadas para explicar a posição retardatária do Estado frente a outras potências regionais do Brasil. A razão não é implausível, mas não dá conta da complexidade histórica que envolve o território espírito-santense. Há, sem sombra de dúvida, outros motivos, ainda pouco explorados, que devem ser ancorados às pesquisas como meio de contrapor o lugar comum da invisibilidade do Espírito Santo e, principalmente, da intenção atual de “inventar” uma história construída alheamente ao marasmo em que ficou aturdido o Estado até, ao menos, o ensaio de dinamismo iniciado na Primeira República. São elementos históricos que não podem ser desconsiderados, mas que merecem uma interpretação menos pacata e mais crítica.

É nesse quadro de preenchimento das lacunas que se insere a relevância da revista *Vida Capixaba* como fonte documental. Sendo a primeira publicação no formato de magazine a prosperar e a alcançar um número elevado de leitores, até mesmo fora dos limites estaduais, esse periódico oferece aos pesquisadores atuais um retrato privilegiado da sociedade capixaba, que se formava, naquele início de século, agregada a dois pilares: da

unicidade de uma identidade própria e dos valores universalistas que preponderavam na esfera ocidental do mundo.⁶

De posse de um breve levantamento dos temas presentes em trabalhos acadêmicos que utilizaram o periódico *Vida Capixaba* como fonte de pesquisa, observamos que preponderam os relacionados às áreas da história da educação; da história de gênero e das mulheres e da história da mídia.⁷ Mesmo esses são trabalhos isolados que não geraram ainda a proximidade entre os diferentes discursos teóricos abordados, necessária para se pensar, a partir de uma visão menos fragmentada, os distintos pontos de atuação em que se manifestaram as estratégias de educação no Estado, bem como as sociabilidades femininas e masculinas em âmbito urbano e rural, de acordo com as várias camadas sociais que compõem a sociedade capixaba.

Afora essas incursões temáticas, há muito que se produzir sobre a história regional e local e para tanto há que se ampliar não só a noção de imprensa, com suas limitações e horizontes, como também promover o conhecimento do material disponível nos acervos. De acordo com Ruth Reis, professora do Departamento de Comunicação Social da UFES e pesquisadora dos percursos do jornalismo no Espírito Santo, o último inventário organizado com informações sobre a imprensa capixaba foi àquele publicado, em 1929, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, de autoria de Heráclito Amâncio Pereira. O inventariante partiu do marco temporal referente a chegada da primeira máquina tipográfica no Estado e seguiu até o ano de 1926, contabilizando 484 publicações periódicos. Desde então, “não houve quem se dispusesse a fazer o mesmo esforço, sendo, portanto, este levantamento o de maior fôlego existente hoje sobre o conjunto que compõe a história da imprensa capixaba” (REIS, 2003: 17).

Em face do que propomos discutir nesse trabalho, retemos ainda um instante a noção de que uma escrita da história apoiada na imprensa como fonte documental não teria sido

⁶ É bastante provável que antes do surgimento da revista *Vida Capixaba*, em 1923, seus fundadores tenham percebido uma demanda por parte de grupos sociais, especialmente de Vitória, que, não obstante, iniciando um processo de habituação aos gestos modernos, não detinham ainda uma publicação que norteasse esses movimentos e que funcionasse como catalisadora das tendências locais e das manifestações externas, como as provenientes do Rio de Janeiro e da Europa. E, nesse sentido, essa publicação veio a preencher os propósitos implícitos de produzir, na camada distinta da sociedade, uma sensação de pertencimento.

⁷ Ver: XAVIER, Kella Rivetria Lucena. *Mulher e poder nas páginas da revista Vida Capixaba*. Dissertação de mestrado em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2008; BARRETO, Sônia Maria da Costa. *A Imagem da normalista capixaba nos anos de 1920 retratada pela revista “Vida Capixaba”*. Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba/PR, 2004; RANGEL, Cláudia. *A fotografia de imprensa em Vitória: 1910 a 1979 – dos primórdios ao reconhecimento da profissão de repórter-fotográfico*, 1999; MALVERDES, André. *No escurinho dos cinemas: a história das salas de exibição na Grande Vitória*. Vitória: A. Malverdes, 2008; BUSATTO, Luiz. *O modernismo antropológico no Espírito Santo*. Vitória: Secretaria Cultural, 1992, dentre outros.

iniciada sem o contexto de abertura das possibilidades temáticas e alargamento da noção de documento. O que se provou daí por diante foi oportunamente a idéia de que, longe de serem meras “enciclopédias do cotidiano [com] imagens parciais, distorcidas e subjetivas” (LUCA, 2006: 112), os periódicos se revelaram importantes fontes primárias, pois que trazem em si uma complexa estrutura de informação que, de certa forma, abarca o cenário social do espaço em que circulava. A opinião que aponta a imprensa como mero veículo de comunicação e como simples instrumento de manipulação da classe dominante, caiu por terra e o que surgiu em seu lugar foi uma apreciação muito mais construtiva de que é preciso estudar a imprensa com um olhar crítico e não ingênuo, com o rigor de avaliar, filtrar e desconstruir (*IDEM*, 2006: 118).

Bibliografia

- BITTENCOURT, Gabriel. *Historiografia capixaba e imprensa*. Vitória: EDIT, 1998.
- CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. *Estudos Avançados*, vol. 5, nº 11, 1991.
- COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de História*. Trad. de Alberto Freire. Lisboa: Abril, 2001.
- FERREIRA, Guilherme; ROSSI, Marcelo Marconsini. “A história de um lugar de história”. *In: MARTINUZZO, José Antônio (org.). Diário Capixaba: 115 anos da Imprensa Oficial do Espírito Santo*. Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.
- LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. *In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006, v.1.
- REIS, Ruth. “Percursos do Jornalismo no Espírito Santo: *Correio da Victória*, primeiro jornal capixaba – reminiscências de um lugar”. *In: I ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO*, 2003, Rio de Janeiro. *Anais Mídia Brasileira: dois séculos de história*.
- ROSTOLDO, Jadir Peçanha. *Vida Capichaba: o retrato de uma sociedade – 1930*. Vitória: IHGES, 2007.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- VALLE, Eurípedes Queiroz do. *O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses: dados, fatos e curiosidades*. 3ª ed. Vitória, 1970.

Documentos eletrônicos

INSTITUTO Histórico e Geográfico do Espírito Santo. *Uma síntese da história do IHGES: origem e evolução*. [consultado em 30 de abril de 2008]. Disponível na *World Wide Web*: <<http://www.ihges.com.br/historico.htm>>

Fontes primárias

REVISTA VIDA CAPICHABA, Vitória, 1920.

As câmaras e o Império: notas acerca dos trabalhos historiográficos produzidos sobre as câmaras portuguesas e coloniais

Lívia Nascimento Monteiro*

Resumo: Ao fazermos um balanço sobre a historiografia que se dedica ao período colonial brasileiro, nos deparamos com muitos trabalhos que retratam as câmaras nos diferentes espaços da monarquia portuguesa, seja no Reino ou nas conquistas ultramarinas. Tais estudos tem destacado a relativa autonomia concedida às câmaras, e desse modo, apontam principalmente para a composição desses órgãos e o significado político e social que os “homens bons” conquistavam, como honra, distinção e privilégios. Ao levantarmos a composição da câmara de São João del Rei, em meados do século XVIII, reconhecemos que eram em torno de suas famílias que tais oficiais conseguiam ter o domínio dessa instituição. Assim, interessa-nos destacar que tais estudos são importantes para entendermos as diversas particularidades existentes no interior do Império Português, pois demonstram a capacidade de adequação das diferentes formas institucionais e administrativas portuguesas em suas possessões, além de enriquecerem o debate historiográfico acerca do tema.

O Senado da Câmara em Portugal e em seus domínios, no período entre os séculos XVI a XVIII, era responsável pelo funcionamento e gerenciamento das funções básicas da Vila ou cidade, com atividades administrativas, judiciárias e tributárias. Contava em suas pautas e acórdãos indicar alguns oficiais, como almotacés para toda a Comarca, realizar obras, fiscalizar o comércio, conceder licenças e apurar crimes. Todos esses procedimentos vigoravam em todos os espaços conquistados pelos portugueses, sempre na perspectiva de garantir o *‘bem comum dos povos e da República’*. A “Res pulicae”, ou seja, as funções públicas eram de responsabilidade e deveriam ser garantidas pelos oficiais camaristas (SKINNER, 1996); cabia a eles tomar a decisão do que fosse melhor para todos os moradores da Vila e assim gerir o próprio cotidiano administrativo.

Os primeiros trabalhos referentes à administração portuguesa nos seus domínios ultramarinos ressaltam, primordialmente, a questão da centralidade do Estado português em gerenciar suas possessões coloniais. Nesse sentido, a função das Câmaras seria o próprio funcionamento da máquina administrativa estatal, distribuindo nas colônias os interesses metropolitanos. Caio Prado Júnior e Raymundo Faoro, são os principais historiadores que trabalham com tal perspectiva. Vejamos.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Mestranda do PPGHIS – Programa de Pós-graduação em História Social. Bolsista CNPq.

Para Caio Prado Jr. a centralidade do Estado português garantia a não distinção entre as esferas da administração local e geral, portanto, tratava-se de uma única administração, onde as câmaras seriam fundamentais para o funcionamento do Sistema Colonial, representando o poder central em todos os territórios do ultramar, “a administração é uma só e ver-se-á pelo desenvolvimento do assunto que competem às Câmaras atribuições que segundo nossa classificação moderna são tanto de ordem geral e local” (PRADO JR, 1983: 314).

Afirma ainda que as câmaras tinham um estatuto jurídico diferenciado e ainda funcionavam como primeira instância dos diversos níveis administrativos do império. De maneira geral, considera que a administração portuguesa se deu de forma desorganizada, caótica e contraditória, havendo muita confusão no que diz respeito às funções e competências, mesmo que os órgãos centrais tentassem executar de maneira funcional a administração. Compreende que a própria colonização portuguesa nos seus domínios não poderia resultar noutra coisa senão naquela monstruosa, emperrada e ineficiente máquina burocrática que é a administração colonial (PRADO JR, 1983: 333-336).

Raymundo Faoro afirma que a administração portuguesa ocorreu com a transplantação do Estado centralizado português e de seu modelo administrativo para as colônias. Considera que o papel deste Estado é fundamental, pois já centralizado, conseguia organizar administrativamente as Vilas antes mesmo da entrada das próprias populações (FAORO, 1975). Considera a administração colonial como um sistema coeso e racional, diferente de Caio Prado Júnior.

Novos estudos surgiram, e com eles, a necessidade de atentar para o fato de que a centralidade do Estado português não se configurava da mesma maneira como afirmavam os estudos anteriores. A capacidade de adequação das diferentes formas institucionais e administrativas do Império Português nas áreas coloniais demonstra que o Estado não se garantia pela sua centralidade, mas pela possibilidade de se moldar, e de ser moldado, de acordo com as especificidades locais de cada parte pertencente ao Império.

O historiador britânico Charles Boxer, dentro dessa perspectiva, se deteve em analisar a administração colonial, e mais especificamente as câmaras ultramarinas portuguesas. Boxer afirma que os conselhos criados por Portugal, em suas diversas possessões ultramarinas, era um importante elemento de continuidade, mesmo sem o caráter centralizador do Estado. As câmaras, para o historiador, ofereciam certa coerência administrativa ao governo metropolitano, diferente

dos governadores, que eram substituídos. Ao mesmo tempo em que afirma que “as câmaras e a Misericórdia podem ser descritas com algum exagero como os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa”, ressalta o caráter oligárquico de ocupação dos cargos camarários, devido ao controle da instituição estar com a própria elite local (BOXER, 2002: 286). Tal historiador percebe que os interesses dos grupos locais podiam se perpetuar nas câmaras, pelo fato de a metrópole estar tão distante.

Ao enfatizar o caráter sustentativo das Câmaras Municipais, quanto a constituição e permanência do Império colonial português, Charles Boxer favoreceu o debate acerca do entendimento da sociedade colonial. As dinâmicas locais ganhavam atenção nos estudos dos historiadores, sem perder de vista as tramas que teceram a sociedade colonial portuguesa em seu sentido mais amplo, como a própria questão da centralização do Estado.

A ação de arrolar para os poderes locais a responsabilidade da administração era um fato amplamente tutelado pela monarquia portuguesa, que ao reconhecer os “principais da terra” e reservava-lhes a governança, mantinha a administração local, complementando o poder central e não se opondo a ele (MONTEIRO, 2001:80).

Para Antônio Manuel Hespanha, o sistema político e a própria sociedade portuguesa, no século XVII, se configurou na própria “descerebração” da administração central, sendo que a ação política estaria, por um lado, centrada nos conselhos, tribunais e outras instituições, como as câmaras, e por outro, na própria figura decisória do Rei. Essa dinâmica, ao mesmo tempo em que favorecia o poder real, evidenciava o fato desse mesmo poder não conseguir alcançar todos os meios administrativos de seu Império, o que existiria seria uma inter-relação entre o conjunto de instituições político-administrativas do Império, que funcionava como seu próprio elemento unificador (HESPANHA, 1994).

Com a conexão de diversas abordagens historiográficas que cada vez mais levam em conta a força da dinâmica local no interior das tramas que teceram a sociedade colonial portuguesa, torna-se possível uma leitura mais crítica da dinâmica das relações de poder travadas no mundo colonial.

Nesse sentido, estudos mais pontuais vêm apontando para o caráter diverso das realidades existentes nas várias câmaras coloniais, diferente de um modelo uniforme que teria um Estado centralizado emanando as ordens para as colônias, sem nenhuma prerrogativa local. João Frago

ao analisar as disputas pelos cargos camarários no Rio de Janeiro do século XVII, levou em consideração tais prerrogativas locais e assinalou a existência de *bandos*, facções políticas desenvolvidas pelos membros camarários, nos quais estes se envolviam por relações de parentesco e reciprocidade, atuando dentro da própria Câmara, como também fora dela, atingindo outros cargos administrativos e confundindo-se com as esferas econômica e social (FRAGOSO, 2001). Fragoso ainda alerta-nos para as diferenças existentes dentro da própria instituição camarária e o caráter heterogêneo dos grupos que a compunham. Com a disputa por tais cargos e assim a busca por prestígio, havia a concorrência entre as próprias facções, localmente reconhecidas como rivais.

As relações de poder no Império Português passaram a ser entendidas por uma natureza que passa pelo *sentimento de pertencimento* que o súdito colonial tem para com a Coroa e o restante do Império. De acordo com Maria de Fátima Gouvêa, “isto tem fortemente favorecido uma melhor compreensão dos processos que tanto levaram à constituição dessas sociedades, como também a posterior alteração dos vínculos que configuravam a relação colonial até então estabelecida” (GOUVÊA, 2001:319).

Na perspectiva de buscar um *sentimento de pertencimento*, Evaldo Cabral de Mello estudou as disputas pelos cargos da Câmara de Olinda feita entre os senhores de engenho e os comerciantes, no século XVIII. Afirma que tal disputa integrava um conflito até mesmo maior entre tais grupos (MELLO, 1995).

Nuno Monteiro afirma que, em Portugal, nesse período, o acesso aos cargos de governança não era um mecanismo exclusivo para o reconhecimento da nobreza. Havia outras formas de ser reconhecido enquanto tal, como os hábitos das ordens militares, que tinham condições iguais de acesso em todo o Império (MONTEIRO, 2003:314). Afirma ainda que foi a monarquia portuguesa, a partir do século XVI, que favoreceu o “alargamento do conceito de nobreza”, inserindo novos grupos nas suas teias do sistema remuneratório. Foi no final da Idade Média que a categoria nobre assumiu uma conotação ampla, diferente de fidalgo, que incluía uma diversidade maior de ofícios e funções. Com esse alargamento da nobreza, a atribuição às novas funções sociais criou um estado intermediário, ou privilegiado, a “nobreza civil ou política”, que eram aqueles sujeitos que, com esse alargamento, conquistaram um grau de enobrecimento por causa de ações valorosas prestados à monarquia (MONTEIRO, 2005:7-9).

De acordo com Antônio Carlos Jucá, a nobreza civil ou política na América estaria ligada aos ofícios municipais, diferentes da nobreza “natural”. Afirma ainda que, com esse alargamento ocorreu uma divisão na sociedade entre o mecânico, que trabalhava com as mãos, e o nobre, que não fazia isso. A tradução dessa nova classificação social demonstra o caráter conservador não só dessa classificação, como também da própria sociedade de Antigo Regime (SAMPAIO, 2003:74-75), onde ocorreu o reforço da estrutura hierárquica e nobiliárquica da sociedade.

Joaquim Romero Magalhães considera a nobreza constitutiva das câmaras municipais portuguesas uma classe social formada dentro da ordem ou estado popular e que, pela sua conduta, modo de vida e exercício do governo concelhio, conseguiu ficar nas bordas da ordem da nobreza (MAGALHÃES, 1993: 348). Afirma que os nobres da governança da terra não devem ser confundidos com a fidalguia, que estão acima, entretanto, tais indivíduos responsáveis pela governança fizeram tudo para que a nobilitação se correspondesse, como distinção pelos lugares ocupados e pelos ofícios desempenhados, pelas alianças familiares e, sobretudo, “pelo modo de viver à lei da nobreza” (BICALHO, 2005: 28).

Em seu estudo sobre a câmara de Loulé, vila do interior, e Faro, cidade costeira do Reino, Joaquim Romero Magalhães afirma que o poder municipal estava concentrado nas mãos de muitos poucos. Em Loulé dos 256 nomes indicados aos cargos, 49 não se repetem do ano de 1600 a 1699, seria uma aparente renovação anual dos cargos, porém, o seu exercício estava com um grupo fechado. O processo de escolha dos oficiais da câmara nesses locais, para Joaquim Romero, é um grande instrumento da “aristocraciazinha local” se manterem no poder (MAGALHÃES, 1993: 330).

Maria Fernanda Bicalho afirma que, se no Reino o acesso aos cargos de governança não era o mecanismo exclusivo de reconhecimento da nobreza, o mesmo não pode ser dito em relação à constituição da nobreza nas conquistas portuguesas. Na Colônia, restava para a elite local, as câmaras como lugar e veículo de nobilitação e obtenção de privilégios, assim como também, lugar de negociação com o centro (BICALHO, 2001:207). A mesma historiadora esclarece alguns dos interesses envolvidos nas disputas da elite política fluminense ao estudar a Câmara do Rio de Janeiro no século XVIII. Afirma que os *cargos de governança* estavam envolvidos num complexo jogo de trocas, onde a barganha e o favorecimento existente entre a elite local possibilitava o domínio dos cargos do Senado da Câmara do Rio de Janeiro nas mãos dos

“negociantes de grosso trato”. Estes mesmos negociantes que anteriormente se encontravam prejudicados, no sentido de não terem elegibilidade para a atuação de tais cargos, por causa do envolvimento com o comércio, no final do século XVIII, a partir de tais jogos de poder, constituem-se nos grupos detentores dos cargos da Câmara (BICALHO, 2003:93-98).

Uma das vias que as elites locais usaram para "colonizar a administração" era o controle das Câmaras. Através delas ocorria o vínculo de nobilitação, de obtenção de privilégios e de negociação entre a Coroa e seus vassalos coloniais (BICALHO, 2001: 220). Por intermédio do estudo dessas câmaras municipais do Antigo Regime, podemos entender essa sociedade, que é pautada em lógicas simbólicas e sociais que garantem a manutenção desse Império.

Em busca de um perfil camarário, Nuno Monteiro analisou as listas dos elegíveis aos cargos de câmaras em municípios portugueses, onde foram selecionados todos os indivíduos distintos localmente e que tinham esse reconhecimento local (MONTEIRO, 2003:53). Os principais da terra, também conhecidos como os *homens bons* são aqueles a quem a monarquia concede o "direito" a governança local. Através desse estudo, observou que as vereações camarárias divergiam de local para local, ou seja, havia um estatuto geral que regulava os cargos, porém as relações de forças locais é que estabeleciam os arrolados. O modelo de eleição desse período faz parte da própria lógica social, pois, de acordo com Nuno Monteiro, eram escolhidos 2 ou 3 informantes para elaborar a tal lista dos elegíveis, depois convocavam-se os eleitores que votavam entre os arrolados para os cargos. As listas depois eram encaminhadas ao Paço para confirmação.

Desde o século XVI as câmaras de domínio português têm o mesmo marco institucional: a municipalização do espaço político; dessa forma, não há espaço da monarquia sem câmara, assim como as Ordenanças, paróquias e confrarias. Era uma verdadeira uniformidade institucional, que pode ser considerada como marca específica dessa monarquia, com a mesma legislação vigorando em todos os territórios conquistados. Ao ter como prerrogativa maior fazer o “uso” dessa legislação cabia às câmaras legislar, governar e ser o canal de comunicação com o reino. Portanto, convivia com a uniformidade institucional diferentes usos que se faziam dessa legislação e a sua aplicação dependia fundamentalmente dos homens encarregados disso, ou seja, os oficiais camarários, assim como da diversidade de situações locais.

Como estamos tratando de uma sociedade hierárquica que não homogeneíza os corpos, mas ao contrário, os diferencia, tornava-se fundamental externalizar os privilégios obtidos e as distinções ganhas (HESPANHA, 2007:45). É uma sociedade de ostentação, na qual ocupar um cargo camarista representava deter domínio sobre o que significava o ‘bem comum dos povos’.

Segundo o princípio de escolha contido na legislação, somente os nobres poderiam ocupar postos nas câmaras portuguesas, porém, de acordo com Nuno Monteiro, havia adaptações e arranjos que se configuravam localmente, favorecendo a ocupação de tais cargos por homens que nem sempre eram os mais ricos, mas que tinham o reconhecimento local para poderem exercer tais funções (MONTEIRO, 2003: 53). Dessa forma, não há um padrão uniforme dos arrolados, são os critérios sociais que estabeleciam quem merecia a governança. E são os arranjos locais, típicos de cada região, vila ou cidade, responsáveis por elegerem e manterem os indivíduos enquanto oficiais camarários.

A Câmara de São João Del Rei era composta por dois juízes, três vereadores e um procurador. É de fundamental importância termos a percepção de que os oficiais que ocupavam um cargo nessa instituição tinham com isso a capacidade de terem a *governança*, pois usavam a câmara como um espaço importante de atuação política e distinção social, atuando diretamente com o rei e assegurando a hierarquia social vigente e os prestígios até então conquistados. Tentavam garantir muitos ganhos simbólicos, tão importantes quanto os ganhos econômicos, pois os investimentos em bens simbólicos, que marcavam as diferenças de status, representavam muito para os indivíduos da sociedade colonial (POLANYI, 2000).

A partir dos Termos de Vereança e das Listas dos elegíveis de 1737 a 1759, foi possível identificar todos os “homens bons” eleitos nesse período. Foram identificados 110 indivíduos com cargos efetivos na câmara, ou seja, excluimos aqui os indivíduos que foram apenas indicados e que, por qualquer motivo, não assumiram. Durante o período de 22 anos, 126 cargos foram assumidos na Câmara de São João Del Rei, tendo em vista que em 1743 e 1757 não ocorreu eleição, continuaram servindo os oficiais dos anos respectivamente anteriores (ACÓRDÃOS. Fls. 43-239).

A partir dos nomes dos indivíduos foi possível identificar a frequência com que cada “*homem bom*” serviu na instituição camarária. A grande maioria indicada para compor a Câmara ocorria em um número bastante reduzido de ocasiões. Mais da metade (quase 62% dos oficiais)

foi eleito para a Câmara somente uma vez. A grande maioria dos indivíduos se elegia apenas uma vez, e uma minoria se elegia por várias vezes. É discussão bastante comum entre os trabalhos sobre composição camarária no mundo português essa tendência à restrição dos cargos, como podemos visualizar pelos trabalhos dos historiadores João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa, para as câmaras na colônia, e outros para câmaras no Reino, como Luiz Vidigal e Joaquim Romero. Em todos se atentaram para o fato de que o número de ofícios assumidos pelo indivíduo era relativamente pequeno, com a maioria assumindo de um a dois cargos na Câmara estudada; por isso a tendência à restrição.

Porém, com o cruzamento de outras fontes documentais, constatamos que mais do que assumir um cargo camarário por um número “x” de vezes, a importância que os homens bons davam a tal fato estava nas *relações de parentesco* que os envolvia; assim, ao traçarmos essas relações podemos considerar que era um fato importante para uma família ter algum membro envolvido com a governança local, mesmo que apenas uma vez. Pai, filho, irmãos, primos, cunhados, genros, compadres, enfim, todas essas relações foram encontradas entre os oficiais que assumiram cargos na câmara. Ainda estamos investigando o pertencimento a uma mesma irmandade religiosa e o que isso trazia para tais indivíduos. A atuação dos oficiais da câmara de São João del Rei somente serão entendidas se pensarmos nos laços que compartilhavam, desse modo, o interesse comum de um grupo, de uma determinada família eram verdadeiras estratégias que visavam seus benefícios em comum e a criação de verdadeiras redes de poder.

A micro-história, com a utilização dos aportes teóricos de Fredrik Barth, vem nos auxiliando em nossa pesquisa, porque permite pensarmos os oficiais camarários como atores, que efetuavam escolhas de acordo com seus recursos, limites, incertezas e estratégias. Deste modo, um oficial pesquisado deixa de ser visto apenas como um oficial da câmara, e passa a ser entendido *como um indivíduo como ponto de encontro de várias relações sociais*, ou seja, um indivíduo que se relaciona de alguma maneira nessa sociedade, como exemplo, como aquele que tinha alguma patente militar, era irmão na Ordem de São Francisco, padrinho de tal escravo, cunhado de outro oficial entre tantas outras relações. É somente com a abordagem micro-analítica que conseguimos entender as interações sociais, os interesses que compartilhavam e as trajetórias de vida desses oficiais (BARTH, 2000).

Em se tratando das incertezas, eram várias as que os indivíduos moradores da Vila de São João, em meados do século XVIII tinham que lidar: uma região recém-descoberta e com grande contingente populacional vindos de diversas partes da colônia, do Reino e da África, ou seja, com a composição feita por diferentes grupos com orientações distintas (BARTH, 1983); a exploração do ouro, que em meados do XVIII começava a dar sinal de esgotamento; as preocupações com as produções agrícolas, fundamentais para a região (BRUGGER, 2007:3), como demonstrado e as próprias relações cotidianas, como a busca por prestígio e distinção feita pelos camaristas, a busca pela liberdade feita por um escravo, que poderiam trazer conflitos, individuais e familiares; tudo isso podia acarretar uma certa fragilidade das relações sociais. O que lhes restava era tentar diminuir essas incertezas (LEVI, 2000). E era isso que faziam. Com o domínio sobre a governança da Vila de São João del Rei, ou seja, o exercício do mando, as famílias aqui analisadas demonstram que deter um cargo na câmara representava ter mais um lugar de prestígio na Vila e diminuir algumas incertezas.

As ligações existentes entre as parentelas envolvidas com a governança da vila de São João del Rei demonstram que ao terem como prerrogativa cuidar da administração da Vila, ou seja do 'bem comum', esses grupos de 'homens bons' resolviam as questões tanto relativas a esses grupos, como relativas ao que consideravam 'bem comum' da Vila, de modo recíproco e hierárquico.

Uma das vias que as elites locais usaram para "colonizar a administração" era o controle das Câmaras. Através delas ocorria o vínculo de nobilitação, de obtenção de privilégios e de negociação entre a Coroa e seus vassalos coloniais (BICALHO, 2001:220). Por intermédio do estudo dessas câmaras municipais do Antigo Regime, podemos entender essa sociedade, que é pautada em lógicas simbólicas e sociais que garantem a manutenção desse Império.

Podemos perceber através do estudo do perfil camarário do Antigo Regime, a existência de uma vitalidade e autonomia política local, ao mesmo tempo em que há um sentimento de pertença junto ao Império. E é pelo fato de não existir, nesse mesmo período, um fator universal de acesso aos cargos, ou seja, era obrigatório o reconhecimento dessa elite social a nível local, que o Império Português conseguia se sustentar, criando laços de sujeição juntamente com autonomia local.

Referências:

- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BARTH, Fredrik. *Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth*. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1983.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Edusp, 1975.
- FRAGOSO, João & GOUVÊA, BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa - séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime*. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n.2, novembro de 2005. <http://www.almanack.usp.br>
- BICALHO, Maria Fernanda B. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 93-98.
- BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português. 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Edusp, 1975.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 1, 2000.
- _____; “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial séculos (XVI e XVII)”. In: FRAGOSO, GOUVÊA, BICALHO. Op. cit.
- _____; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antônio Carlos & CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes. Lisboa: ICT, 2006.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Redes de Poder na América Portuguesa – o caso dos Homens Bons do Rio de Janeiro, 1790-1822”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 18, nº 36.
- _____; “Poder político e administrativo na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”. In: FRAGOSO, GOUVÊA, BICALHO. Op. cit.
- HESPAÑA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal. Século XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.
- HESPAÑA, António Manuel. *Depois do Leviathan*. *Almanack brasiliense*. Número 5, maio de 2007.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos mazombos. Nobres contra mascates. Pernambuco (1666-1715)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII”. In: FRAGOSO, GOUVÊA, BICALHO. Op. cit.
- _____. *Elites locais e Mobilidade Social em Portugal nos finais do Antigo Regime*. In: ____ *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o liberalismo*. Lisboa: ICS, 2003.
- _____. *O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social*. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 02, novembro de 2005, p. 7-9.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve Econômico (1600-1733)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 348.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650- c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

A constituição da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX

Luciana Fernandes Boeira*

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul vivenciou, na segunda metade do século XIX, a fundação de uma série de associações literárias, em sua maior parte de efêmera existência. Com especial destaque, surgiram respectivamente em 1860 e 1868, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP) e o Partenon Literário. O Instituto Histórico publicou, durante seu curto período de atuação no cenário intelectual da província, um importante periódico, a *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro* (daqui por diante, *RIHGPSP*), principal instrumento divulgador da entidade e praticamente o único e raro testemunho de sua existência que sobreviveu ao tempo. Alguns anos depois, em 1869, o Partenon Literário daria início à publicação de sua *Revista Mensal*, esta de vida mais longa, impressa quase que ininterruptamente até 1879 (a associação existiria até 1885).

Em sua época, o IHGPSP se destacou por ter sido o primeiro congênere regional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) a surgir no país. Porém, ao contrário do IHGB, consolidado no panorama nacional como a entidade letrada mais importante do Brasil oitocentista, o Instituto provincial teve vida curta, extinguindo-se logo após a interrupção da publicação de seu periódico, que circulou entre 1860 e 1863. Em âmbito local, as causas de seu rápido desaparecimento, em contraste com a existência mais duradoura do Partenon Literário, têm a ver, como se verá aqui, com a opção por um tipo de organização social e intelectual para a escrita da história sulina.

O grupo fundador do IHGPSP era composto por nomes ligados ao Partido Liberal Progressista. Dentre os letrados envolvidos em sua fundação, figuravam alguns dos futuros sócios do Partenon Literário, homens interessados no registro da história do Rio Grande do Sul face à organização e arranjo da escrita da história nacional, esta a cargo do IHGB desde 1839, ano em que a entidade foi fundada, na capital imperial, sob os auspícios da monarquia. Um desses nomes foi o do médico e poeta rio-grandense Caldre e Fião, orador do IHGPSP e, então, futuro presidente honorário do Partenon Literário. Em discurso no Instituto provincial, no ano de 1861, Caldre demonstrava a consciência da responsabilidade da tarefa que tinha o IHGPSP como colaborador para a formação da história da nação brasileira. Comentando os

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Bolsista CAPES-Reuni.

benefícios da união entre o IHGPSP e o IHGB, sua matriz nacional, o poeta ressaltava a importância conferida a isso na criação do tipo nacional, até então não existente no Brasil:

A união dos homens de letras de uma mesma patria, e seu concurso, a sua communicação directa, podem trazer a uniformidade nellas - o que se chama o typo nacional que ainda não temos. - Entre nós ainda outra vantagem, e que documentos que de outra forma não poderíamos pôde fornecermos essa illustrada associação, que os tem em seus archivos sem grande proveito, visto que de hoje avante dispensamola de tratar da historia peculiar de nossa provincia, missão que tomamos sobre os nossos hombros. (*RIHGPSP*, 1861: 68) ¹

Para Caldre e Fião e seus companheiros, contribuir para a escrita da história da pátria brasileira era a melhor forma de cooperar para o progresso daquilo que ele entendia e nomeava “nação”: uma associação de homens ligados por laços tão fortes quanto aqueles que unem uma família, um grupo de cidadãos que se deve proteger e socorrer mutuamente. Segundo ele,

No segundo reinado, não ha provincia em que as associações litterarias, scientificas e industriais não tenham tido nascente e incremento, e sob o manto do imperador tem estado os trabalhos de nossa co-irmã, do Instituto Historico Brasileiro, e ainda ha pouco a mão munificente que taes serviços presta ao paiz lavrou os estatutos de cinco sociedades agricolas que devem fazer valiosos favores á lavoura interessando o rico na obra do pobre operario que fecunda a terra com o seu suor. (...) Porque em nossa provincia não tivemos outro fim em nossa associação litteraria? Senhores, é porque a historia resume tudo; narrando a vida da humanidade, ella resenha os seus conhecimentos, a sua marcha nas sciencias, na industria e na litteratura; mostra as suas relações com Deos e com a natureza, e não esquece a moralidade, o que o homem tem de associavel e as leis que o regem, formando esses grandes grupos que se chamam nações e que á semelhança da familia vivem da protecção e do socorro mutuo. (*RIHGPSP*, 1861: 66)

De acordo com o orador, o trabalho de escrita da história, tão importante para um futuro promissor da nação, se confundia com a redação da vida da humanidade e de seus

¹¹ Os seis fascículos de textos referentes às publicações realizadas pela *RIHGPSP*, publicados originalmente entre 1860 e 1863, foram reeditados a partir do ano de 1945 pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, publicação esta da qual me sirvo nessa pesquisa. Nas citações referentes à documentação da época, preservarei a grafia original das publicações.

conhecimentos, em uma marcha rumo ao progresso científico, mas também literário e econômico e, em certo sentido, moral e religioso. Para o IHGPSP, era chegada a ocasião do Rio Grande se inscrever na história do país, narrando sua própria história através do cultivo das letras, como um filho pródigo a socorrer a grande pátria-mãe brasileira, que tanto se esforçava para relatar, de forma coesa e unificada, a história do Império do Brasil. O grupo rio-grandense afirmava que o “patriotismo sempre foi o mais bello apanagio da gente rio-grandense”, embora um sentimento regionalista também pudesse ser percebido como característica marcante da instituição, que previa ser a província o “berço de uma geração vigorosa”, destinada a suceder as gerações passadas na defesa das fronteiras do Império (*RIHGPSP*, 1860: 171-181). Dessa forma, se observa que em toda a publicação proveniente do grupo local, havia um grande orgulho na figura do homem sulino, sempre tomado como o valente e heróico defensor fronteiro a salvaguardar o território meridional brasileiro tanto das invasões inimigas quanto das ameaças de desintegração interna.

Justamente pela necessidade que via em mostrar ao país quem eram essas “valorosas figuras” defensoras da unidade territorial brasileira, o Instituto regional partiu para o trabalho de arranjo de uma história rio-grandense que procurasse reunir a documentação comprobatória da narrativa desse passado heróico. Essa tarefa era o mote de união da elite letrada provincial em torno do IHGPSP.

A disposição do IHGPSP de tornar a história rio-grandense conhecida para o resto do país se chocava com o tipo de história produzido no IHGB e que era calcado no projeto mais amplo do governo de evitar regionalismos e centralizar politicamente o Império do Brasil. Para fortalecer o Estado imperial, era necessário escrever a história da nação brasileira. No IHGB, esse projeto era de natureza global e visava a integrar as diferentes regiões do país a fim de concretizar a existência de uma nação brasileira una e indivisa. Nesse processo, era o IHGB o pólo centralizador para onde deveriam convergir todas as histórias regionais. Ou seja: o IHGB, até o momento a única instituição de cunho nacional responsável pela escrita da história brasileira, não carecia de entidades congêneres que com ele quisessem dividir essa importante e delicada tarefa, ainda mais se a instituição em questão fosse ligada a uma província belicosa como o Rio Grande, que havia pouco, tinha travado com o Império uma guerra civil custosa e extensa.² Para o IHGPSP, a inserção da história local dentro da narrativa

² Helga Piccolo lembra que, apesar da Guerra dos Farrapos ter alimentado o imaginário da elite brasileira como uma possibilidade sempre presente de um novo levante no Rio Grande do Sul, que poderia levar, como na contenda farrapa, a um governo republicano, o republicanismo no Rio Grande do Sul viria somente mais tarde.

nacional em constituição no país era mais que uma maneira de prestar mais um serviço ao Império, mostrando ao governo imperial e também ao restante da nação que o rio-grandense era um povo patriótico e que sua história belicosa e guerreira era parte constitutiva do todo chamado Brasil: era a possibilidade de contar sua própria versão acerca da história da Província de São Pedro.

Ao contrário do IHGPSP, o Partenon Literário não se caracterizou como uma sociedade de história, não tendo sido uma “ameaça” à soberania do IHGB, que, após a desarticulação do Instituto rio-grandense, voltou a ter a primazia na escrituração da história do Brasil. No Partenon, que se promovia como uma organização, inclusive, apolítica, a trindade formada pela literatura, filosofia e história compunha a base de seus estudos, cujo objetivo maior era o cultivo e desenvolvimento de uma literatura rio-grandense. Segundo o grupo partenonista, sua obra nascente era inédita e naquele momento mesmo de fundação, foi por eles tomada como um acontecimento de grande importância na vida cultural da província. Na intenção de buscar espaços de atuação no cenário local, esses letrados não se furtaram em considerar imenso o tamanho do “sacrifício” de sua empreitada, da qual se regozijavam:

O Partenon criou uma tribuna, para a pugna oratória; uma biblioteca, onde reunirá as obras mais importantes relativas à grandiosa trindade de seus estudos; filosofia, história e literatura; aulas noturnas para os sócios que quiserem dedicar-se sem dificuldades ao granjeio da ciência; e afinal uma revista tão necessária, como as outras criações. (PORTO ALEGRE, 1980:12)

Em relação à *Revista Mensal*, esta representava o veículo que permitiria ao Partenon alcançar as mais longínquas terras, de modo a espalhar suas idéias por outros lugares, não se limitando ao circuito local. Era através do periódico que o Partenon instruíra seu público leitor e pregava idéias abolicionistas e republicanas (DILLENBURG, 1987: 35). O Partenon pregava, igualmente, princípios extremamente patrióticos, sendo também considerado o iniciador de um regionalismo literário no Rio Grande do Sul (CÉSAR, 2006: 196-197). Inicialmente, a preocupação dos partenonistas quanto à narração da história local estava

Para a autora, a presença hegemônica do Partido Liberal rio-grandense, na década de 1870, não só barrou as pretensões dos conservadores na província como impediu que um partido republicano se estruturasse no Rio Grande. Assim, homens de idéias republicanas que quisessem atuar politicamente, só o fizeram dentro do próprio Partido Liberal. PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX. Da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, pp. 56-63.

veiculada ao registro das lendas e tradições próprias ao povo rio-grandense. Nas palavras de Hessel, a instituição foi, em seu tempo, um “notável repositório da História cultural do Rio Grande do Sul”, tendo sua *Revista* constituído a melhor coleção para o estudo da “intelectualidade” sul-rio-grandense naquele período (HESSEL, 1976: 17).

O regionalismo foi assumindo, pouco a pouco, excepcional importância nos trabalhos do Partenon, bem como o estudo da literatura rio-grandense. Era o início de uma literatura “gaúcha”. Guilhermino César aponta, inclusive, o período compreendido entre os anos de 1869 e 1884, que tem como limites temporais o aparecimento do Partenon, em 1868 e o início do Parnasianismo na província, em 1884, como o momento de maior fecundidade e gênese de uma literatura regional no Rio Grande (CÉSAR, 2006: 23).

Para Zilberman, a apropriação de motivos regionais no Partenon se deu de maneira *politicizada*. Segundo ela, “o reaparecimento da questão da liberdade dá a medida do regionalismo: ele significa a integração da questão política com a temática romântica” (ZILBERMAN, 1980: 38). A liberdade e a autonomia política marcavam o ideal buscado por liberais e republicanos. Assim, tornou-se necessário “fixar o território onde ela eclodia, qual seja, o Rio Grande do Sul” (ZILBERMAN, 1980: 38). Por tal motivo, o Partenon trabalhou em cima do caráter nativista romântico e de seu “tipo humano portador”, que primeiro teve como modelo a figura do índio, posteriormente substituído pela do campeiro.

Os literatos partenonistas estavam empenhados em consolidar uma *literatura nacional brasileira*, inserindo a literatura praticada no Rio Grande no corpo maior da literatura pátria. Segundo Nedel,

A preocupação com a história do estado – sobretudo com a reabilitação da memória farroupilha e a singularidade dos processos envolvidos na formação do Rio Grande do Sul – foi outro componente próprio à atividade literária da época, passível de ser encontrada em obras de autores positivistas e não-positivistas e nos programas de edição de diversas revistas e almanaques circulantes. (NEDEL, 1999:105)

Havia, pois, uma defesa de um passado heróico e guerreiro do homem rio-grandense observado nos textos escritos tanto pela geração partenonista quanto naqueles produzidos por escritores mais maduros e que atuaram em outras instituições, caso da produção escrita dos associados ao IHGPSP (a maioria, como se destacou, ligada ao Partido Liberal Progressista,

partido político do principal líder da agremiação, o Barão de Porto Alegre, seu presidente). Embora queixosos em relação à política centralizadora, esses liberais utilizariam as guerras rio-grandenses e a imagem do rio-grandense como um povo belicoso muito mais para alegar uma maior autonomia junto ao poder central do que no sentido de ameaçar o Império. Seguindo essa orientação de crítica ao centralismo monárquico, ressurgiu no Rio Grande o Partido Liberal histórico, do qual muitos partenonistas seriam simpatizantes ou comporiam sua legenda. Esses liberais históricos desbancariam o Partido Liberal Progressista ao longo dos anos 1860 (PICCOLO, 1998: 54-55), mas muitos partenonistas partilhavam de princípios políticos defendidos nas tribunas parlamentares pelos progressistas e tal qual faziam em relação aos liberais históricos, respeitavam suas imagens, publicando na *Revista Mensal* do Partenon, em diversas oportunidades, suas biografias, como foi o caso daquelas do Barão de Porto Alegre e do Dr. Ubatuba.

Nedel (1999) mostra como o discurso regionalista utiliza “estratégias discursivas comuns ao nacionalismo”, numa lógica que é, ao mesmo tempo, integrada e excludente, para fundamentar o caráter regional. A afirmação de Nedel de que “a região acaba por figurar simultaneamente como uma instância de mediação do patriotismo nacional e como uma arma política utilizada nas disputas com as outras unidades junto ao poder central” é perfeitamente aplicável ao que aqui se tenta demonstrar. Para Nedel, “longe de manter com o Estado Nacional uma relação de puro antagonismo, o regionalismo é, também, o investimento na complementaridade, pois é na *tensão* entre os dois pólos que reside seu maior trunfo político”. (NEDEL, 1999: 39)

Parafraseando a historiadora Sandra Pesavento, se pode afirmar que a perspectiva da nação e da região como “comunidades simbólicas de sentido que operam no âmbito do imaginário” (PESAVENTO, 2003: 209) e que, portanto, correspondem a um sistema de representações sociais construídas historicamente e expressas por meio de discursos, imagens e práticas corrobora que a oposição pura e simples entre a história da nação brasileira e da região rio-grandense não é justificável, uma vez que, concomitante à construção da nação, durante o Oitocentos, as províncias brasileiras estavam imbuídas na construção de suas identidades regionais, de modo que a tensão e os conflitos que possam ter existido entre as partes e o todo são a razão mesma dessa relação. Segundo Pesavento, “em nenhum momento a região dispensa a nação” (PESAVENTO, 2003: 244).

Como aponta com propriedade a tese de Leticia Nedel, há uma ambigüidade da identidade regional que foi inaugurada no século XIX como instrumento de luta entre as elites políticas da província. Nedel procura evidenciar, através de sua pesquisa, que há uma longa duração no processo da memória do estado sul-rio-grandense como fronteiro e que tal memória não se constitui em si própria, mas é construída no ato mesmo da relação do regional com o nacional em diferentes momentos históricos e de acordo com os interesses de cada momento específico. Nedel também chama atenção para o fato de haver, no Rio Grande do Sul, um “arcabouço simbólico de representação da região” que está previamente pronto (desde o Partenon Literário, segundo a autora) e que “abriram, com suas formulações as sucessivas versões encetadas ao sabor do tempo, ao calor da hora e ao estado de concorrência entre o Rio Grande do Sul, outras regiões e os centros de poder do Brasil” (NEDEL, 2005: 133).

Ao longo do exercício de leitura sobre os periódicos literários rio-grandenses do século XIX, pude analisar algumas das páginas resultantes do trabalho desses construtores do passado provincial. Como fruto desse exercício, fica a constatação, em primeiro lugar, de que as revistas literárias por eles produzidas são o resultado de seus cuidadosos exames acerca da realidade provincial e, também, da concepção que tinham do país. Como apropriadamente destaca Manoel Salgado, um dos temas recorrentes ao longo do século XIX era o da “necessidade de estudar o Brasil como uma forma de fazê-lo conhecido para dentro e para fora” (GUIMARÃES, 2006:71). A preocupação era, portanto, com a criação de uma literatura mais independente para a nação brasileira em formação. Para isso, era necessário o conhecimento, registro e publicação das peças que formariam essa literatura genuinamente brasileira e, no caso em questão, rio-grandense.

No IHGB, a meta de centralizar na Corte toda e qualquer informação sobre o passado nacional, a fim de forjar uma imagem de Brasil unificado, teve uma ação bastante eficaz, tanto que, durante o período imperial, tal meta somente seria balançada com a constituição do IHGPSP. Porém, o receio do Instituto nacional de que pudesse perder a primazia conquistada como espaço hegemônico de escrita da história sulina, não se confirmaria, já que o IHGPSP teve efêmera existência na vida literária rio-grandense.

Com o ocaso do IHGPSP e o advento do Partenon, o Rio Grande acabou por optar por outro modelo de organização intelectual para a escrita de sua história, colocando a literatura

em um patamar superior à história. Assim, durante os 15 anos de atuação do Partenon, a história passou a ser “auxiliar” da literatura.

O grupo de literatos do Partenon Literário, embora tenha, em certo sentido, herdado e levado adiante o projeto do Instituto provincial em promover uma galeria de heróis rio-grandenses, se constituiu não como associação histórica, e sim enquanto agremiação literária. Por não se pretender, portanto, uma instituição congênere ao IHGB, o Partenon, ainda que tivesse pretensões consideravelmente altas em relação à história, não teve seus interesses abalroados com os objetivos aglutinadores do IHGB, cujo reconhecimento como guardião da história rio-grandense não mais receberia “adversários”.

Não obstante, os documentos publicados nas revistas literárias rio-grandenses aqui analisadas revelam a apresentação de um Rio Grande belicoso e guerreiro. Na *Revista do IHGPSP*, essa qualidade bélica regional foi reverenciada e utilizada para realçar a posição do Rio Grande do Sul como um defensor meridional das fronteiras imperiais. No que concerne à documentação presente na *Revista Mensal* do Partenon, não comprometida com a visão “oficial” do IHGB, o cultivo da figura heróica e guerreira do soldado rio-grandense foi explorado com muito mais constância. Aliada a essa imagem guerreira se desenvolveria, ainda, a produção de uma representação do rio-grandense como um povo preocupado com o desenvolvimento da cultura letrada. Nesse sentido, não era somente o rio-grandense aguerrido que os literatos sulinos almejavam incorporar à nação brasileira: era também o homem letrado e empenhado com a difusão da instrução pública, a fim de “civilizar” a nação.

Assim, a galeria de heróis e homens ilustres que o Rio Grande forneceu ao país era composta pelas mais diversas e virtuosas personagens. No panteão sulino, foram retratados, por exemplo, valentes soldados, caridosos religiosos, honestos legisladores e cultos professores, além de oradores brilhantes, talentosos literatos e, ainda, corajosas mulheres que, descontentes com o papel de submissão a elas delegado, lutaram pela emancipação feminina. Ainda que a ordem do tempo tivesse adentrado em um regime moderno de historicidade – aquele caracterizado pela ideologia do progresso, em que caberia ao futuro esclarecer o passado -, o processo de panteonização rio-grandense funcionou, nesse período, como um elemento-chave para a consolidação de uma escrita da história marcada pela *historia magistra vitae* na Província de São Pedro. Ou seja, dentro da escrita da história rio-grandense, era, ainda, por meio do exemplo fornecido pelo passado e passível de ser imitado, que se esclarecia o presente e se buscava orientação para o futuro.

Otimistas em relação ao futuro, os homens do Oitocentos viam a si mesmos como artesãos do passado nacional, em uma época na qual se marchava, sempre avante, em direção ao progresso. Nessa marcha, um sentimento era unânime: o projeto mais amplo de tornar o Brasil uma nação grandiosa, principalmente através de sua literatura.

Dessa forma, se pode concluir que no Rio Grande de São Pedro da época em que estiveram atuantes os missionários das letras que compunham sociedades literárias como o Partenon Literário e o IHGPSP, o regionalismo nascente foi uma maneira por eles encontrada para afirmar, simultaneamente, a brasilidade do rio-grandense e a particularidade em ser rio-grandense.

Referências Bibliográficas

CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Corag, 2006. (Primeira edição de 1956).

DILLENBURG, Sérgio Roberto. *A Imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1987.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Entre as luzes e o romantismo; as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: _____. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

HESSEL, Lothar e outros. *O Partenon Literário e sua Obra*. Porto Alegre: FLAMA; IEL, 1976.

NEDEL, Letícia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. Tese (Doutorado em História).

NEDEL, Letícia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. Dissertação (Mestrado em História).

PESAVENTO, Sandra. “Nação e região: diálogos do ‘mesmo’ e do ‘outro’ (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX)”. In: PESAVENTO, Sandra (org.) et al. *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 209-244.

PICCOLO, Helga. *Vida política no século XIX. Da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

PORTO ALEGRE, Apolinário. “Partenon Literário (Instalação)”. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, n. 40 (jun. 1980).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, v. 1, n. 100. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1945 (Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, Anno I, n. I e II, agosto e dezembro de 1860. Reedição fac-símile).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, I e II Trimestre, n. 101 e 102. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1946 (Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, Anno II, n. I e II, março e outubro de 1861; Anno III, n. I, 1863. Reedição fac-símile).

ZILBERMAN, Regina. “O Partenon Literário: Literatura e Discurso Político”. In: ZILBERMAN, Regina.; SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *O Partenon Literário: Poesia e Prosa – Antologia*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Instituto Cultural Português, 1980, pp. 25-42.

Um humanista português a serviço da Península: Damião de Góis e dois episódios da historiografia diplomática nos Quinhentos

Luiz César de Sá Júnior*

O meu testemunho de reconhecimento, digníssimo Cardeal, por vossa constante amabilidade para comigo não topa com a conveniente expressão nem o tempo presente é propício, mas retribuiremos qualquer dia dentro de nossas possibilidades.

Agora, porém, remeto-vos aquilo que a vós mesmo e à história da nobilíssima República de Veneza, a qual para vossa mui grande glória futura tendes entre mãos, sei que vai ser agradável e talvez até não inoportuno.

Damião de Góis a Pietro Bembo, Louvain, c. IX. 1539. (TORRES, 1982: 317)

1. As linhas que acima transcrevi abrem a carta-dedicatória redigida pelo humanista e ex-diplomata – exercera o cargo oficialmente de 1523 até fins de 1533 e início de 1534 - (HIRSH, 2002: 74) português Damião de Góis (1502-1574) a um de seus patronos mais caros: o célebre cardeal Pietro Bembo, de Veneza. Naquela ocasião, quando corria o mês de setembro do ano de 1539, ele, após quatro anos de estudo em Pádua devotados ao aperfeiçoamento de suas competências humanísticas, concluía a redação de um opúsculo destinado a relatar feitos então muito recentes; pretendia-se divulgar as vitórias portuguesas no Oriente, em 1538, diante de inimigos comuns aos defensores da *Republica Christiana*, O Turco e os mouros.

Três anos depois da publicação do *De Bello Cambaico Vltimo Comentarii Tres*, saía do prelo outro opúsculo de sua lavra, nomeado *Hispania*, dessa vez dedicado ao seu antigo amigo dos tempos da feitoria em Flandres e professor de latim, Pedro Nannick (TORRES, 1982: 322) (HIRSCH, 2002: 54). O objetivo era, então, compartilhar com seus interlocutores as muitas qualidades da gente e da terra que formava a unidade geográfica entendida por Península Ibérica.

Ambos, no entanto, comungam de um núcleo comum. Parecem ter sido concebidos a partir de críticas propostas por humanistas europeus contra a gesta lusitana nos mares antípodas ou contra a suposta carência de fertilidade intelectual e boa vontade religiosa dos

* Graduando do sétimo período do curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista de mobilidade acadêmica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) no primeiro semestre do ano 2008-2009. Este trabalho conta com o apoio da FAPEMIG, sob orientação do professor Dr. Cássio Fernandes.

habitantes da Ibéria, contaminada que teria sido, por séculos, pela má conduta de bárbaros e inimigos da fé cristã.

A repetição dos esquemas de composição dos escritos, sempre respostas a ataques pretéritos; a defesa ferrenha do humanista, valendo-se de suas habilidades diplomáticas então renunciadas, mediante a invocação do passado glorioso - apesar da tragédia do domínio muçulmano - e do presente promissor e redentor; a aparente simbiose entre o homem ao serviço do reino e o estudioso e compositor da história distante dos movimentos políticos. Eis os problemas que estes apontamentos desejam elucidar.

2. Tentemos rapidamente resgatar aquilo que antecedeu a carta a Pietro Bembo, isto é, sua trajetória nos últimos anos na feitoria da Antuérpia, ao lado de Rui Fernandes de Almada. o abandono do posto e seu encontro com Erasmo de Rotterdam.

Após realizar várias missões diplomáticas e atuar como escrivão da feitoria¹, Góis é chamado a Portugal em 1533, onde assumiria a posição feitor da casa da Índia, em Lisboa, local, como se sabe, da chegada dos produtos adquiridos no decurso da expansão. Algo ocorre, contudo, nos meses em que passa na corte, de modo que no início de 1534, a pretexto de uma peregrinação a Compostela, volta a viajar, retornando em seguida ao centro da Europa.

Carecemos de dados concretos sobre o que impediu a ascensão de Góis ao posto de feitor. A opinião que se tem repetido na historiografia portuguesa voltada ao tema reproduz um discurso veiculado por Barbosa Machado, em sua *Monarquia Lusitana*. Lá, ele afirmou que o humanista “foy sempre inimigo do interesse, como mostrou recusando o Officio de Escrivão da Caza da Índia offerecido em o anno de 1533 por ElRey D. João o III. (MACHADO, 1930: 617). O mesmo tom podemos encontrar em textos muito posteriores. Álvaro Dória argumentou que seu abandono da posição a que fora indicado devesse ao fato de Góis estar “talvez nostálgico dos países que percorrera, habituado àquela vida de constante vagamundear tão querida ao seu espírito, e, possivelmente, arrependido de ter acedido a vir desempenhar na sua pátria funções tão sedentárias e apagadas...”. (DÓRIA, 1944: 6) Joaquim Veríssimo Serrão, sem maiores reflexões possivelmente por estar satisfeito com a versão corrente, insiste que o humanista iniciou à época uma “nova fase de sua vida, como escolar,

¹ Aproveitando, em uma delas, para passar por Wittemberg, refúgio de Melanchton e Lutero. Essa passagem viria a criar grandes transtornos na vida do humanista, sobretudo quando foi aprisionado nos cárceres da Inquisição, em 1571 (cf. REGO, 2007).

desistindo do cargo de tesoureiro da Casa da Índia e cessando também o ofício na feitoria da Flandres”. (SERRÃO, 1972: 162)

Outro ponto sob o qual se ancora a crença da renúncia encontra-se na correspondência de Erasmo. Em epístola a Bembo, argumenta que Góis “a préféré recueillir dans son esprit un meilleur trésor”. (AUBIN, 1979-1980:204)

O historiador Jean Aubin oferece-nos um contraponto interessante a essa perspectiva. Lembra-nos de que Góis foi colega de infância dos filhos de D. Manuel, quando foi moço da câmara, como relata na Crônica de D. Manuel I, de 1566-67. Além disso, era tido em alta conta por personagens importantes, destacando-se o conde D. Francisco de Portugal (o conde do Vimioso), vedor da fazenda real. A ele Góis dedicou uma tradução de Cícero, o livro de Catão Maior ou da Velhice, em 1538. (GÓIS, 2003)

Teria havido, apesar desse apoio (que, somado ao sucesso do desempenho de Góis, distancia a hipótese de puro e simples abandono em virtude do estudo no auge da carreira), uma ferrenha oposição de cortesãos do reino, talvez incomodados com a ascensão de um português “estrangeirado”. Aubin sustenta sua opinião com base no *De Vita Aulica*, de André de Resende, humanista eborense e amigo de Góis. Naquele poema, Resende felicitava seu companheiro por ter conseguido escapar das intrigas da corte, “de la faction qui règne sur l’Etat”. (AUBIN, 1979-1980: 204; 208-209).

Fosse como fosse, a partir deste ponto, Góis não mais atuou como diplomata da chancelaria portuguesa. Mas acredito ser possível sustentar que o fato de ter abandonado o posto de forma oficial não significou seu afastamento completo da defesa dos interesses de D. João III.

Novamente nos Países-Baixos, dirigiu-se a Friburgo de Brisgóvia, onde permaneceu ao lado de Erasmo por cerca de cinco meses. (GÓIS, 2003: 103) Dali, partiu para Pádua, sob recomendação do príncipe dos humanistas, com uma carta de apresentação endereçada ao cardeal Bembo.

Em correspondência enviada a Bonifácio Amerbach em 18-VII-1534², Góis expôs os motivos de sua partida de Friburgo. Ouçamo-lo: “... sou obrigado a separar-me do senhor Erasmo, o que faço não sem a mais profunda mágoa. Escrevem que a Alemanha é suspeita por toda a parte, razão por que me irei daqui para Pádua³...” [*scribunt Germaniam passim suspectam esse...*]. (TORRES, 1982: 263)

² Jean Aubin enganou-se em relação à data de envio desta carta. Anotou 16-VII-1534, em vez da data 18-VII-1534, correta. Cf. AUBIN, 1979-1980: 209.

³ Acaba por lá chegar a outubro de 1534. (AUBIN, 1979-1980: 212)

Dedicou-se, nos quatro anos seguintes, ao estudo de *ars*, na Universidade de Pádua, grande templo do aristotelismo, também chamado de “averroísmo”. (GARIN, 1996: 140) Viajou e conheceu diversas cidades italianas, para além de manter contato com os cardeais Bembo, Bonamico, entre outros mestres da epistolografia ciceroniana (BURCKHARDT, 2003: 174), polémica com a qual Góis se envolveu. (TORRES, 1982B: 3-40)

Já concluído o período letivo, em 1539, veio a público a *Relação do cerco de Diu*. Reencontramo-nos, assim, com a carta-epígrafe desta comunicação.

3. A epístola a Bembo foi o primeiro movimento com propósito de fazê-lo conhecido. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de agradecer ao seu tutor a sugestão que culminou em sua elaboração. (AUBIN, 1979-1980: 220) Essa sugestão, aliás, permite-nos inferir uma interpretação curiosa. Aubin anota que Bonamico e Bembo “l’incitèrent à produire dans le domaine où il était en mesure d’être nouveau et utile: en se faisant le publiciste de l’Expansion portugaise”. (AUBIN, 1979-1980: 220) (MATOS, 1991: 444)

Ora, aliado ao fato de que Góis, até o momento, “apenas” traduzira textos clássicos e religiosos para o português (como no caso do mencionado Catão Maior), talvez indique a percepção de Bembo da questionável capacidade daquele humanista de produzir algo inovador no que diz respeito à investigação filológica e historiográfica que imortalizou figuras como Valla, sobretudo diante de grandes mestres como aqueles com quem conviveu. Seria melhor, portanto, que se ocupasse daqueles temas em que era, dado seu histórico de vida, um especialista: os feitos lusos no Oriente. Embora a atuação posterior de Góis ateste que seu investimento na produção de cariz historiográfico tenha sido bem sucedido, naquele momento não era possível antever tais desdobramentos. Trata-se, de todo modo, de um problema a aprofundar.

O opúsculo, por fim, também se colocou como uma tentativa de enaltecer as glórias portuguesas, uma vez que “os nossos estrenuamente batalham com mouros e turcos”, enquanto os demais cristãos permanecem em rixas fraticidas. Góis, de todo modo, mostrou-se à partida um tanto condescendente: “... omitindo o auxílio, pelo menos não levantassem obstáculos; antes, qual o Rei⁴ e os nossos desejam, se portassem apenas como espectadores neutros...” (TORRES, 1982: 317)

A primeira menção ao rei não foi, todavia, a única. Nas primeiras página de seu texto, esclarece aos leitores que o cerne da justificativa da expansão mantido pelo governante, qual

⁴ O grifo é de minha responsabilidade.

seja, o prolongamento do cruzadismo da Reconquista ao ideal de missão evangelizadora, está aceso nas terras do império. Aliás, a expansão teria sido de fato um corolário destes ideais, uma vez que a própria tomada de Ceuta não mais teria correspondido que a um prolongamento da Reconquista, terra dos ancestrais visigóticos que era. (HERMANN, 1998: 95)

Além de relevante contributo em latim para a história dos feitos lusitanos, Góis teria sido responsável por enfrentar, nas páginas finais da *Relação...* um polemista importante, cristão que abandonou a neutralidade desejada por Góis para assumir uma postura de ataque. Essas páginas finais motivaram, ao lado da demanda de Bembo, a confecção do livro. Tratava-se de rebater os argumentos de Paulo Jóvio, conhecido erudito, bispo de Nocera. O bispo pregava que o comércio de especiarias tornara-se refém do monopólio português; insistia, outrossim, que os súditos de D. João III vendiam produtos deteriorados como se fossem novos, inflacionando injustamente os preços.

Amadeu Torres sustenta que tais acusações são oriundas da pouca atenção dada a Paulo Jóvio quando encaminhou à corte portuguesa uma proposta de redigir trabalhos sobre as suas vitórias no além-mar. Ignorado por D. João III, retribuiu deixando de narrar diversos feitos dos navegadores lusos na Índia em seu *Historiarum sui temporis libri XLV*. (TORRES, 1982: 320)

Jean Aubin, por seu turno, segue a linha de que as páginas finais do opúsculo de Góis seguem os preceitos de “*défense et illustration du Portugal, sans doute. Mais aussi, tribut à l’esprit de coterie padouan: Giovio était une dès bêtes noires de Bonamico*”. (AUBIN, 1979-1980: 221) Mas relembra, em seguida, que Damião jamais deixou de lado os laços com sua terra natal, seja por meio de correspondência, seja por meio de dedicatórias aos amigos poderosos que acumulou. Assim, a *Relação...* impõe-se como a voz de Portugal no restante da Europa, em meio à guerra de informações, difamações e elogios vigente.

A despeito do que motivou as acusações de Jóvio, Góis as responde, atacando a suposta fonte do bispo, “um certo Paulo Centurião, genovês”, dizendo que “não merece esse Paulo a honra de se dar crédito às suas palavras”. (GÓIS, 1945: 85) Prossegue assegurando seus leitores de que o genovês apenas fala por seus próprios interesses, “porque as nações prezam as nossas viagens marítimas mais pelas suas vantagens materiais, que pela expansão da nossa fé”. (GÓIS, 1945: 86)

Prossegue justificando a margem de lucro das atividades, sob a proposição de que eles se fazem necessários para suplantar as enormes despesas que se acumulavam no paço régio.

Ademais, faz uma relação dos territórios para os quais a fé cristã tem sido levada pelos portugueses, sobretudo os postos africanos, como a Etiópia, Sofala, Guiné, Mombaça, entre vários outros.

Retoma, a seguir, as vitórias em Cambaia, onde o “Vice Rei D. Francisco de Almeida venceu uma grande armada do sultão de Babilônia...” (GÓIS, 1945: 87) Às praças da Índia já sob comando português, adiciona que até mesmo nos confins da China não mais se ignora a lei de Cristo. Não é lícito acusar-nos de ganância, por fim considera, nem de injustiça, pois “por decreto real⁵, e aprazimento de todo o reino, estas [especiarias estragadas] são queimadas, como sempre vi fazer em Lisboa quando servia de moço de Câmara do prudentíssimo Rei D. Manuel”. (GÓIS, 1945: 89) A menção ao decreto real vigente desde o reinado de D. Manuel I, reforça sua postura de apoio ao reino. O opúsculo se encerra com uma evasiva, onde se lê que “acidentalmente acrescentei este comentário ao ‘Cercos de Dio’...” (GÓIS, 1945: 89)

À primeira vista, a colocação casual da resposta a Jóvio pode ter sido alvo de algum crédito. Mas, da quarta edição em diante (Louvain, dezembro de 1544), veio separada do restante do texto, com o título de *De rebus et Imperio lusitanorum ad Paulum Iouium Damiani a Goes disceptatiuncula*. Para mais, o texto foi reeditado em 1574, 1602, 1603, 1791, em latim; há uma versão para o italiano em 1539, outra para o alemão, raríssima hoje, de 1540 – demonstrando o sucesso do tratado –; a versão em português só surgiu em 1945, a qual me serve para este texto. (FARIA, 1972: 18)

4. Em 1542, já vivendo em Louvain, recorre novamente às impressoras de Rutgerus Réscius, donde surgiu o *Hispania*. Essa obra ganhou algumas reedições, em 1544, Louvain; 1574, ano da morte de Góis, em Colônia; 1602, novamente em Colônia; 1579 e 1603 em Frankfurt. A única edição portuguesa latina é de 1791, Coimbra. (FARIA, 1972: 28)

Além da aludida dedicatória a Nânio (Nannick, no idioma original), o opúsculo inclui a resposta deste a Góis, na qual se lê, no fim, “ao sapientíssimo cavaleiro Damião de Góis, ilustre pela erudição e nobres ações, Pedro Nânio saúda efusivamente”. Diz, ainda, sobre a obra, que “os dons dos antípodas – por dobrada razão pertença dos espanhóis⁶ (sic) - já por haverem descoberto este mundo, já por serem eles quem os traz para os seus celeiros, também

⁵ Grifo meu.

⁶ O termo adotado na tradução de Dias de Carvalho é infeliz. Posto que estivesse Góis tratando dos ibéricos, de uma unidade, como já ressaltai, histórico-geográfica e não política, dever-se-ia ter utilizado o termo *hispanos*, ou mesmo *ibéricos*.

ali são divulgados...”. Suas últimas palavras são algo reveladoras: “O que outrora eu lia destes reinos suscitava mais a minha admiração que meu crédito; tu, porém, tornas-me crédulo também e não já mero admirador”. (GÓIS, 1945: 93-94)

Fiel servo da verdade das terras mais conhecidas por lendas e mitos nada comprovados. É desse modo que se apresenta o humanista, pronto a debater o passado da península de modo a clarificar todos os aspectos obnubilados pelo manto do fantástico e do inverossímil.

A defesa dos interesses “hispanicos” não corresponde à desqualificação do argumento de que Damião de Góis escrevia pensando no bem maior dos seus compatriotas. Neste caso, porém, precisa, por razões históricas, situar um conjunto que passou por experiências análogas no passado. Além disso, as críticas que motivaram esta redação, como veremos, visaram aos viventes da Península Ibérica no seu aspecto mais geral. Cumpre lembrar, para mais, que Góis, diplomaticamente, aproveitava-se para estreitar laços com o império de Carlos V, detentor, é fato notório, de territórios nos Países-Baixos, região de extrema importância para o humanista.

O opúsculo consiste basicamente de levantamentos quantitativos e enumerações das “coisas da Hispânia”; elementos, é evidente, que comprovem o valor de seu passado e a proeminência de seu presente.

Ao descrever as igrejas e os diversos montantes que elas eram capazes de arrecadar – e é oportuno destacar que suas listas separam a situação de Portugal daquela de Espanha - , por exemplo, Góis afirma, procurando reforçar a tradição cristã na região, em clara oposição ao período muçulmano: “de tudo isto resulta claramente que os povos hispanos sempre foram crentes e devotados ao culto divino, pois tão liberalmente contribuem com as suas esmolas para as igrejas de Cristo”. (GÓIS, 1945: 99)

Tais informações, contudo, não foram levantadas por Góis. Ele confessa tê-las retirado da obra de Lúcio Marineu Sículo, *Opus de rebus hispaniae memorabilius*, de 1533. Ocorre ser um texto que, como o goisiano, assenta-se “numa tarefa que os monarcas de ambos os lados da fronteira procuraram incrementar: a elaboração de textos que apoiassem a difusão internacional, isto é europeia, de uma literatura de propaganda em latim...”. (OSÓRIO, 1994: 192)

Isso permite questionar se Góis não teria iniciado seus estudos humanistas como uma alternativa política, para além do reconhecido desejo de saber, sobretudo histórico. Tratar-se-ia de uma espécie de continuidade de sua vida diplomática, como articulador de um discurso

laudatório para o reino de Portugal. Não creio, por carência documental, no entanto, que tal ação teria ocorrido após acordo com D. João III. Mas acho plausível que assim tenha agido no intuito de facilitar um eventual retorno ao reino, com a franca possibilidade de obtenção de algum cargo de alto valor.

A hipótese não é nova. Havia sido aventada, em suas linhas mais gerais, por Antônio José Saraiva, para quem Góis era efetivamente um porta-voz dos propósitos de D. João III na Europa. Joaquim Veríssimo Serrão, por sua vez, rebate a ponderação de Saraiva. Vejamos como.

A negativa de Serrão firma-se sob três aspectos principais, a saber.

O primeiro deles depreende-se da ausência de aporte documental que comprove a relação entre Góis e D. João III. Quanto a esse ponto, nada se pode dizer em contrário, a não ser que Góis poderia agir, como procurei afirmar, na linha dos interesses chancelares no intuito de se posicionar melhor no jogo de interesses do reino. Mesmo que não desejasse retornar a Lisboa, investiria na defesa do reino como uma oportunidade de expandir seu nome ao lado dos feitos lusos que tanto defendia, o que implica que a comprovação de um contato ou ordem de D. João III era desnecessária.

Em segundo lugar, Serrão põe em causa a questão do valor de oficialidade das ações de Góis.

Não há dúvida de que o comércio das especiarias com a Europa era uma das fontes do erário de D. João III; também não se põe em causa a depressão verificada nesse comércio pelos anos de 1531 a 1535 e que se fez sentir na economia portuguesa; e não se discute que houvesse satisfação da Coroa joanina perante o trabalho escrito de Góis em louvor da expansão ultramarina. Mais difícil, porém, se torna admitir que o nosso humanista continuasse a ser, depois de abandonar a feitoria da Flandres, um representante oficial da política de D. João III. (SERRÃO, 1972: 58-59)

Sobre tal ponto, pode-se dizer o mesmo que acima expus. Ter a anuência oficial ou agir sem ela não muda a constatação de que Góis usou sua experiência diplomática para assistir seus propósitos humanistas.

Por último, mesmo admitindo que Flandres e Itália fossem dois centros vitais para a economia da corte, Serrão pretende que Góis não era o mais capaz dos súditos de D. João III à época para difundir a propaganda adequada. A razão seria sua pouca prática com o latim, que

só teria começado a aprender aos vinte e nove anos. Esta tese foi completamente derrubada por Amadeu Torres em 1982, que demonstrou remontar o aprendizado de Góis aos seus tempos como pajem de D. Manuel.

A rivalidade com a França, a cada instante acentuada por Góis no *Hispania* – e temos de aqui vislumbrar a disputa que envolvia Francisco I e Carlos V, de quem Góis queria se aproximar -, terra que dependeria da Ibéria no que tange ao abastecimento de grãos, e que lhe seria secundária no esforço de expansão, reforça a tese da orientação política daquilo que escreveu.

O mesmo se diga para as páginas finais do texto, onde se encontra a resposta a Sebastian Münster. Em sua *Geographia uniuersalis uetus et noua complectens Claudii Ptolomaei Alexandrini Enarrationis libros VIII*, de 1540, apontou a “infecundidade do solo e das mentes, a verbosidade sofisticada a esconder a ignorância, a ostentação externa em contraste com a frugalidade familiar logo mudada em avidez e gula nos banquetes de convite, [...] a subalternização comercial em relação à França.” (TORRES, 1982: 347)]

Mais uma vez o embate se dá pelo expediente da comprovação de que as fontes usadas pelo interlocutor estavam enganadas. Münster teria tão-somente imitado seu predecessor, Miguel Villanovano, pobre relator das coisas da França. Desse modo, Góis evita o ataque direto a outra grande personalidade de seu tempo. Para mais, demonstra que os autores selecionados para o *Hispania* são mais válidos que os levantados por Münster. Também sustenta que sua experiência pessoal, por um lado importante pelas informações diplomáticas e comerciais de que dispôs por muito tempo, por outro não tão válida, já que morava fora de seu reino há mais de uma década, tendo lá ido apenas uma ou duas vezes até 1545, era capaz de suplantar as lacunas subsistentes.

5. A discussão ainda não de toda esclarecida, caminha no sentido que tenho dado a ambos os opúsculos, isto é, no sentido da profunda relação entre as escolhas historiográficas de Góis e o caráter político de suas ações.

Não era um diplomata há quase dez anos; no entanto, persistiu percorrendo debates que eram concernentes ao seu antigo ofício, lançando mão de artifícios bastante convincentes na sua participação. Não deixou de lado as gestas portuguesas, procurando aliá-las ao seu desejo de lograr um lugar de renome entre os diversos humanistas de seu círculo.

Esta simbiose não só agiu ao favor de sua fama e da glória da expansão ultramarina, ajudou-o a eliminar a sombra do ostracismo ibérico por seu passado recente. Aureolar-se de

prestígio, conquistar as amizades dos maiores intelectuais de seu tempo, adular aqueles que poderiam garantir-lhe um futuro próspero, exercer seu patriotismo e, para mais, sustentar a nobreza da causa lusa em nome do bem maior da *Republica Christiana*. A *Relação do Cerco de Dio* e o *Hispania* constituíram, sem dúvida, dois episódios da “historiografia diplomática” goisiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

CÍCERO, Marco Túlio. **Catão Maior ou da velhice**. Trad. Damião de Góis. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. [1538]

GÓIS, Damião de. *Descrição da Espanha*. In: CARVALHO, Dias de. **Opúsculos Históricos**. Porto: Civilização-editora, 1945. [1542]

_____. *Relação do cerco da nobilíssima cidade de Dio, em Carmânia ou Cambaia*. In: CARVALHO, Dias de. **Opúsculos Históricos**. Porto: Civilização, 1945. [1539]

RÊGO, Raul. **O processo de Damião de Góis na Inquisição**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007. [1571-1572]

TORRES, Amadeu. **Noese e crise na epistolografia latina goisiana: as cartas latinas**. v. 1. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1982.

Livros, capítulos e artigos citados:

AUBIN, Jean. **Damião de Góis dans une Europe évangélique**. *Humanitas*. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos, vols. XXXI-XXXII, 1979-1980.

BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. [1867]

DÓRIA, Antônio Álvaro. *Damião de Góis*. Lisboa: Clássica, 1944.

FARIA, Francisco Leite de. **Estudos Bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época**. Lisboa: Secretaria de Estado e da Cultura, 1977.

GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. São Paulo: UNESP, 1996.

HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo régio em Portugal – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HIRSCH, Elisabeth Feist. **Damião de Góis**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002. [1967]

OSÓRIO, Jorge A. Reflexos de Tordesilhas numa nota antiportuguesa de Pedro Mártir de Anghiera. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*. Porto: v. IX, 1994.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Biblioteca Lusitana**. 2.ed. v.1 Lisboa: s/ed., 1930 [1741].

MATOS, Luís de. **L’expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1991.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A Historiografia portuguesa: doutrina e crítica**. Lisboa: Verbo, 1972.

O pensamento econômico latino-americano e a CEPAL

Luiz Eduardo Simões de Souza*

A Grande Depressão (1929 – 1932) abalou a estrutura do comércio internacional como um cataclisma. Não houve exceção na América Latina. O impacto sobre os países da América Latina, exportadores de produtos primários, teve um duplo caráter: (1) a demanda por esses produtos sofreu forte depressão, pressionando estoques e reduzindo os preços das mercadorias; e (2) uma forte restrição creditícia generalizada, inviabilizando o financiamento externo de investimentos em eventuais aumentos da produtividade de suas economias. Como efeito direto dessa conjuntura, o pensamento econômico então aceito nas elites domésticas do subcontinente – baseado na defesa da exportação de produtos primários com baixo nível de produtividade interna e subemprego dos fatores de produção disponíveis - seria pela primeira vez retirado de uma posição hegemônica e posto em xeque.

O choque cultural advindo da desintegração do papel das elites latino-americanas no fornecimento de produtos primários aos países cuja indústria representava o setor dinâmico de suas economias as obrigaria a uma “pausa para reflexão” diante das novas circunstâncias. Nela, alguns elementos de permanência das relações de produção vigentes – exportação de produtos primários, produção extensiva em capital, baixa produtividade do fator trabalho – seriam colocados em xeque, em boa parte devido ao brusco empobrecimento, o medo do futuro e o temor de novas crises.

Chamados à ação, os governos latino-americanos recorreram, como em raras vezes em sua história, à formação interna de recursos humanos para atravessar a conjuntura adversa. Missões estrangeiras seriam chamadas; comissões mistas dariam a esses recursos o contato com a ponta tecnológica das políticas econômicas; quase tudo seria feito no sentido de dar a esses gestores uma visão mais ampla do que a de seus antecessores a respeito dos problemas de seus países. Curiosamente, essa abertura de horizontes dar-se-ia para dentro, para as questões internas das nações latino-americanas.

Em 1948, um grupo de economistas latino-americanos, criaria a Comissão Econômica Para a América Latina, a CEPAL. Os antecedentes da CEPAL recendem à Assembléia para a Sociedade das Nações, realizada em 1930, a qual deliberara, através de seu Serviço de Estudos Econômicos, o estudo das crises e ciclos econômicos, fomentando a produção, circulação e debate de idéias heterodoxas aos padrões da teoria econômica aceita nos meios governamentais e acadêmicos até então.

*Professor do Mestrado em Gestão Integrada do Território da UNIVALE (Governador Valadares - MG), Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Membro do NEPHE – USP.

Tal orientação já manifestava a decadência da teoria econômica neoclássica – a teoria do equilíbrio geral, formulada pela escola marginalista de Alfred Marshall, Stanley Jevons e Léon Walras. A complexidade dos fenômenos verificados após o colapso de 1929 requeria uma revisão da teoria econômica vigente. Fazia-se necessária outra compreensão do processo econômico, posto que a visão neoclássica já não fornecia explicação satisfatória dos fatos. Essa iniciativa rendeu frutos, dos quais podemos citar três, de grande importância para o entendimento da política econômica das décadas posteriores: (1) a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*, publicada por John Maynard Keynes, em 1936, obra que traçou as linhas gerais das políticas econômicas dos países que se interessassem pelo crescimento econômico; (2) a elaboração do Sistema de Contas Nacionais (S.C.N.), que permitiria uma futura padronização da contabilidade das diferentes nações; e (3) o surgimento da idéia de *planejamento econômico* como um conjunto de políticas a serem empreendidas pelo único agente econômico da sociedade que, por definição, não pautaria suas ações pelo auto-interesse, e sim pelo interesse comum: o Governo.

A Segunda Guerra Mundial interromperia os trabalhos da Sociedade das Nações, dados a partir do centro dinâmico. Mas a experiência ali adquirida pelos quadros dos países periféricos não se perderia. No caso da América Latina, seriam mantidos os debates, a troca de idéias e a colaboração mútua entre os egressos da Sociedade das Nações e novos economistas do continente. O resultado, quatro anos após a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), seria a CEPAL.

A Comissão Econômica para a América Latina ligada à recém-fundada Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada em 1948, com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento da região, a Comissão Econômica para a América Latina, órgão ligado ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. A Comissão deteve um papel importantíssimo na elaboração de uma teoria do desenvolvimento econômico adequada à realidade latino-americana. Em formas gerais, o conteúdo da análise cepalina consistia em afirmar a necessidade de se estudar e conseguir caminhos próprios para o desenvolvimento da Região, ao apontar para a industrialização da região como o principal meio de se desgarrar da dependência dos países centrais, já que partia do pressuposto de que existia uma relação de trocas desigual com esses países. Isto tenderia a se agravar desde que continuassem a persistir as mesmas condições verificadas no modelo primário-exportador (RODRIGUEZ: 1981, pag. 41).. Estas se estabelecem, originalmente, na propagação desproporcional do desenvolvimento econômico entre Países Centrais e a Periferia do sistema capitalista internacional.

Com relação a este tema, sintetiza Octávio Rodriguez (RODRIGUEZ: 1981, pag. 37):

"... entende-se que centro e periferia se constituem historicamente como resultado da forma pela qual o progresso técnico se difunde na economia mundial. Nos centros, os métodos indiretos de produção gerados pelo progresso técnico se difundem em um período de tempo relativamente breve, pela totalidade do aparelho produtivo. Na periferia, parte-se de um atraso inicial e, no transcorrer da fase dita do "desenvolvimento para fora", as técnicas novas só são implantadas nos setores exportadores de produtos primários e em algumas atividades econômicas diretamente relacionadas com a exportação, as quais passam a coexistir com setores atrasados, no que diz respeito à penetração das novas técnicas e ao nível da produtividade do trabalho."

A este dualismo econômico externo, em que existe a tendência a se distanciarem centro e periferia, deve-se acrescentar um dualismo interno em economias periféricas, em que um setor de mercado externo tende a desenvolver-se em detrimento de um setor atrasado - o de subsistência. Ali, onde as técnicas e a organização econômica se encontram ao largo do, ou ultrapassadas no, sistema capitalista.

Uma importante questão levantada pelos estudos da CEPAL é a da planificação econômica praticada pelo Estado nacional, enquanto requisito para implementação de políticas desenvolvimentistas. Isto, contudo, sem abandonar os princípios de uma economia de tipo capitalista. O capital privado seria incentivado a investir em programas organizados, com o intuito de acelerar o desenvolvimento. Estas questões serão abordadas mais adiante.

Retornando às questões mais prementes do programa da CEPAL, pode-se resumi-lo a partir das seguintes premissas:

(a) os países latino americanos sustentaram seu crescimento econômico na exportação primária, sendo esta o elemento dinâmico de sua produção. Dessa forma, o crescimento do produto dava-se apenas do lado da oferta, ou seja, sem estímulo à demanda efetiva doméstica, a qual seria satisfeita pelas importações;

(b) as condições pós-1929 negavam qualquer possibilidade de crescimento por essa via. Fazia-se necessário empreendê-lo pelo estímulo de outro setor. A demanda externa, deprimida, e a desintegração do sistema financeiro internacional tornavam o contato com o exterior mais difícil. Era necessário que a economia se voltasse para dentro (*hacia dentro*);

(c) um novo modelo de crescimento deveria, portanto, privilegiar a demanda doméstica, através da transferência do caráter dinâmico do setor primário-exportador para o setor industrial.

Note-se que, nessa estratégia, dois fatores têm importância crucial: a *agenda do governo* e o *aumento da composição do fator trabalho no valor agregado*. Assim, tratava-se de uma mudança na estrutura da economia latino-americana. Portanto, envolvia diretamente interesses de classe, ao propor, por exemplo, controles cambiais que desestimulassem a importação de bens de consumo para que estes fossem produzidos internamente, ou mesmo políticas de regulação fiscal e salarial, garantindo a receita para os gastos do governo e para a ampliação do consumo doméstico.

Tal arranjo seria possível, à época, devido a dois fatores. Em primeiro lugar, o impacto da crise de 1929 – 1933. Em segundo lugar, a conjuntura internacional pós-Segunda Guerra Mundial apresentava às elites domésticas da América Latina uma escolha entre uma mudança circunstancial na distribuição do produto e uma mudança nas relações sociais de produção. Buscando manter as relações capitalistas de produção, o “progressismo” Cepalino foi tolerado pelas elites domésticas e pelo centro da divisão internacional do trabalho por algumas décadas. O fato de o ciclo de golpes militares que assolou o continente durante as décadas de 1960 e 1970 ter revelado uma especial intolerância para

com a CEPAL e seus pesquisadores-membros apenas revela que a opção de 1948 foi um regresso tático a ser retomado posteriormente em momento oportuno.

Por outro lado, a partir desse período, a estrutura organizacional Cepalina foi-se integrando à da ONU, incorporando uma área um pouco maior de atuação (o Caribe), dividindo sua relevância na formulação de políticas econômicas com outros órgãos (como a UNCTAD, por exemplo) e, em parte como decorrência disso, sofreu forte influência da ortodoxia econômica neoliberal, a qual passou a predominar no pensamento Cepalino. Contudo, permanece o conjunto da obra de economistas como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Aníbal Pinto e Osvaldo Sunkel, por exemplo. Isto posto, algumas contribuições teóricas da CEPAL merecem comentário mais detalhado.

1. Centro e periferia

A interpretação Cepalina da dinâmica centro-periferia é a única e seminal na composição das teses centrais de seu pensamento. o primeiro documento de divulgação da CEPAL, um estudo econômico da América latina para o ano de 1948, apresentava cinco capítulos introdutórios escritos pelo economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986), intitulados *O desenvolvimento econômico da América latina e alguns de seus problemas principais*. No texto, há a exposição do conceito-chave da dinâmica centro-periferia aplicado à conjuntura da crise de 1929, sob uma perspectiva latino-americana. O antigo esquema da divisão internacional do trabalho, herdado do século XIX, parecia anacrônico à análise do economista argentino.

Nele, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, "*o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais*". Tal papel não incorporava a necessidade de desenvolvimento industrial, premente aos países da região, por causa das "*duas guerras mundiais, no intervalo de uma geração, com uma profunda crise econômica entre elas*".

Por outro lado, o progresso e o desenvolvimento técnico-científico pareciam distribuir-se de maneira mais favorável aos países centrais, condenando os países periféricos a uma condição atrasada de sua economia e a um padrão de vida inferior disponível à maior parte de sua população.

Cabem algumas explicações sobre a tese de Raúl Prebisch. Em primeiro lugar, o conceito da dinâmica centro-periferia apresenta-se historicizado, ou seja, ele tem tempo e lugar na história do desenvolvimento da humanidade. Em segundo lugar, devem se definir os conceitos de "centro" e "periferia". Em terceiro lugar, devem-se estabelecer os parâmetros nos quais se dá a relação entre os países centrais e os países periféricos, a qual é dada em condições de desigualdade.

A historicidade do conceito da dinâmica centro-periferia encontra-se contextualizada no período que vai da primeira guerra mundial até o final da segunda guerra mundial. a hegemonia britânica observada a partir do século XIX entrara em crise e declínio, dando lugar a uma nova força hegemônica capitalista, representada pelos Estados Unidos da América e suas zonas de influência na

Europa Ocidental e no Japão. Essa hegemonia era questionada pelo advento do chamado mundo do "Socialismo Real", representado pelos resultados da Revolução Russa de 1917. Nesse ambiente, travava-se uma disputa pelo controle geopolítico das demais áreas do globo. Assim, a força central à qual Prebisch se refere é a representada pelos Estados Unidos.

Diferentemente das linhas-mestras de interpretação econômica então vigentes no mundo capitalista, o pensamento da CEPAL fez amplo uso da análise histórico-econômica. Através dela, é possível identificar em Prebisch uma distinção entre os países distribuídos na divisão internacional do trabalho. Seriam eles:

- a) países exportadores de bens primários, ou periféricos, e
- b) países exportadores de bens industrializados, ou centrais.

Essa distinção no grau de elaboração dos produtos exportados determinaria mais do que uma simples diferenciação entre os países. seria o marco de uma relação de subordinação e dependência dos primeiros para com os segundos. Aos países centrais caberia a tarefa de organizar a divisão internacional do trabalho, atribuindo às nações periféricas a cesta de produtos ofertados, o que, por decorrência, estabelecia os fundamentos das relações de produção nos países primário-exportadores. O prejuízo a estes é evidente.

É notório também, por outro lado, que os parâmetros nos quais se estabelecia a relação centro-periferia não se limitavam a relações econômicas supostamente preexistentes, como a teoria do comércio internacional dos países centrais, fortemente influenciada pela teoria das vantagens comparativas, queria fazer crer. Tratava-se de uma relação de dominação que incorporava à assimetria econômica, a influência política e até militar, em casos específicos. Assim, a dinâmica centro-periferia constitui o reconhecimento das condições objetivas da inserção latino-americana na divisão internacional do trabalho. Para Raúl Prebisch, fazia-se necessária a quebra desse ciclo.

2. A deterioração dos termos de troca

No mesmo estudo de 1948, Prebisch também trouxe à luz uma das mais contundentes críticas à teoria do comércio exterior defendida pelos países centrais. Tratava-se da teoria da *deterioração dos termos de troca*, pedra de toque da análise estruturalista da política cambial e de comércio exterior dos países latino-americanos durante os anos 1950 e 1960.

Antes de tudo, é relevante expor a teoria do comércio exterior difundida pelos países centrais, a qual consistia numa variante neoclássica da *teoria das vantagens comparativas*, originalmente exposta nos *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817), de David Ricardo. Ela baseia-se nas seguintes premissas:

- i) Existem diferenças produtivas entre os países, que fazem com que determinadas atividades sejam mais interessantes do ponto de vista do emprego dos recursos do que em outros;

ii) Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica.

iii) A troca generalizada dos excedentes da produção especializada de cada país faria com que os países maximizassem a utilidade dos fatores produtivos.

Assim, um país que fosse mais eficiente em produzir café deveria trocar seu excedente em café pelo produto excedente de um outro país, por exemplo, tecido. Quanto mais café vendesse, mais tecido poderia comprar, sem o fardo de uma produção interna ineficiente.

Prebisch era rigorosamente contrário a essa visão ricardiana da divisão internacional do trabalho. A diferença na composição das mercadorias faria com que as economias exportadoras de bens manufaturados e importadoras de produtos primários (matérias-primas e recursos naturais) obtivessem vantagens em detrimento das economias que fizessem o contrário (op.cit. p 71).

Posto este argumento, Prebisch passa à análise da inserção dos países periféricos na economia internacional (idem, p. 73). Os países primário-exportadores produziam bens de baixa eficácia no fomento da demanda efetiva interna, ou seja, do crescimento das atividades econômicas domésticas. Os bens exportados pelos países latino-americanos, de natureza primária, apresentavam baixa elasticidade-preço em relação à demanda, e por isso tendiam a deteriorar seu preço em relação aos produtos ofertados pelos países centrais, industrializados, fomentadores do emprego e do aumento da demanda efetiva, bem como de inovações tecnológicas que permitiam uma elevada elasticidade-preço em relação à demanda. Assim, a tendência seria a de valorização dos produtos dos países industrializados em relação aos dos países primário-exportadores, o que geraria efeito similar na taxa efetiva de câmbio. Então, contrariamente à prescrição dos países centrais, os países periféricos deveriam buscar o caminho da industrialização, para que seus produtos exportáveis, seus “termos de troca” não se deteriorassem no comércio exterior.

É de se notar que, longe de uma postura isolacionista, Prebisch defendia o comércio exterior, sobretudo entre os países latino-americanos. Em sua opinião, que se tornou ponto central do pensamento Cepalino nos anos 1950 e 1960, o problema do emprego do comércio exterior indiscriminado estava na troca desigual entre países centrais e periféricos, a qual reforçava a condição de *subdesenvolvimento* daqueles que optavam pela inserção primário-exportadora.

3. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento

O conceito cepalino de desenvolvimento pode ser apontado como a contribuição mais relevante da CEPAL ao pensamento econômico. É também o ponto de partida da formulação de políticas públicas voltadas à mudança da situação interna dos países latino-americanos, dadas as condições (1) e (2), ou seja, a dinâmica centro-periferia e a deterioração dos termos de troca na periferia da divisão internacional do trabalho.

A teoria do desenvolvimento foi primordialmente concebida nos grandes centros universitários do mundo ocidental, especialmente a partir das obras de John Maynard Keynes e Joseph Alois Schumpeter. Sua preocupação inicial era a de, através da análise da estrutura de uma economia, estabelecer os meios pelos quais seria possível o aumento da renda. Celso Furtado, em obra de 1961¹, fez a crítica dessa forma de pensamento:

“A teoria do desenvolvimento que se limite a reconstituir, em um modelo abstrato – derivado de uma experiência histórica limitada -, as articulações de determinada estrutura, não pode pretender elevado grau de generalidade.”

Com isso, Celso Furtado queria dizer que países com experiências históricas distintas teriam mais diferenças do que semelhanças em suas estratégias de desenvolvimento. Países agroexportadores e industrializados não poderiam, dessa forma, compartilhar das mesmas prescrições de uma teoria do desenvolvimento formulada a partir do centro da divisão internacional do trabalho. Assim, a experiência histórica da industrialização dos países centrais não se aplicaria mais à periferia, nem tampouco a reprodução pura e simples das receitas formuladas por estes à periferia. Na verdade, essas receitas, quando adotadas pelos países periféricos, acabaram beneficiar menos a estes do que àqueles. Por outro lado, mesmo a industrialização não traria por si só o desenvolvimento.

E qual seria a concepção de desenvolvimento para Celso Furtado? Em primeiro lugar, caberia dissociar crescimento de desenvolvimento econômico. O crescimento econômico seria a pura e simples ampliação da renda. O desenvolvimento econômico envolveria, por sua vez, modificações *estruturais* na economia, tais como (FURTADO, 1968, p. 79):

“(...) transformações nas relações e proporções internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica modificações nas formas de produção, mas que não se poderiam concretizar sem modificações na forma de distribuição e utilização de renda.”

Assim, Furtado vincula o desenvolvimento a uma questão de mudança da estrutura econômica em seu duplo caráter: a produção e a distribuição de riqueza. O subdesenvolvimento, então, não seria simplesmente uma questão de emprego de tecnologia menos produtiva ou da abertura ao comércio exterior, envolvendo a estrutura produtiva e distributiva da economia subdesenvolvida.

Por outro lado, o desenvolvimento ou subdesenvolvimento de uma economia envolveriam questões ligadas à sua própria história. A constituição de relações de produção características do subdesenvolvimento formaria grupos de interesse beneficiários de sua manutenção, estabelecendo relações seculares tanto no emprego dos fatores de terra e capital quanto no uso da mão-de-obra. Conduzir uma economia de uma condição subdesenvolvida para o desenvolvimento implicaria - na visão de Furtado, e da Cepal - na superação dessas relações, através do instrumento da política econômica. O agente formulador e condutor dessas políticas seria o governo, nos termos keynesianos da “agenda do Estado”².

¹ Celso FURTADO. Desenvolvimento e subdesenvolvimento in Bielschowsky, Ricardo (org.) *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. São Paulo, Record, 2000. volume 1, p. 242.

² A concepção Keynesiana de “agenda do Estado” aparece pela primeira vez num texto de J.M. Keynes, datado de 1926: *The End of Laissez-faire*.

4. Substituição de Importações

Conforme foi dito no item anterior, a industrialização constitui uma tática na estratégia do desenvolvimento, e não o contrário. Na América Latina, após a Primeira Guerra (1914 – 1918), deu-se um processo de industrialização que conduziu a transformações significativas nas estruturas produtiva e distributiva dos países do subcontinente. Originariamente primário-exportadores, países como Argentina, Chile, Brasil, etc, satisfaziam até então suas demandas por bens manufaturados com o comércio exterior. Com as duas guerras da primeira metade do século XX, intercaladas pela crise de 1929, houve forte restrição tanto da oferta dos bens manufaturados quanto da demanda externa pelos produtos primários. Nesse contexto, a América Latina desenvolveu um sistema de controle de suas importações e fomento de um setor industrial voltado ao atendimento da demanda doméstica, conhecido como *substituição de importações*.

O processo de substituição de importações conjugava duas formas de ação, ora dadas pela conjuntura econômica, ora dadas pelas políticas governamentais. Estas eram, em linhas gerais:

- (a) restrição às importações;
- (b) estímulo à produção industrial doméstica para o atendimento da demanda interna.

As combinações de uma com a outra foram variadas: políticas cambiais, fiscais e monetárias integravam-se a investimentos em infra-estrutura e até à ação efetiva dos governos em suas economias, criando empresas estatais em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento, como a Petrobrás no Brasil e a YPF na Argentina para o caso do petróleo, por exemplo.

O papel da Cepal foi o de identificar e apontar os principais aspectos desse processo, indicando possíveis futuros "pontos de estrangulamento", como o endividamento dos governos, o desequilíbrio do balanço de pagamentos, e o problema da eficiência decrescente do coeficiente de substituição de importações, uma razão entre a produção setorial e a importação de um dado produto. Novas "rodadas" de substituição de importações transferiam a responsabilidade de ações mais contundentes ao governo, com impactos negativos nas contas públicas e no balanço de pagamentos, o que levava a pontos estacionários no crescimento econômico e ao problema inflacionário..

Em verdade, visto de uma perspectiva de décadas, o processo de substituição de importações parece ter constituído mais uma postura conjuntural e momentânea das elites latino-americanas do que uma política de longo prazo. Isso não retira do processo de substituição de importações seu caráter intrínseco a estratégia de desenvolvimento econômico da América Latina, formulada pela Cepal.

Sobre esta, é importante reconhecer que se trata de um caminho lógico, o qual inicia-se no reconhecimento da posição periférica da América Latina, estrutura-se na tese da deterioração dos termos de troca, identifica-se em uma condição subdesenvolvida, a qual também serve para identificar os pontos relevantes ao desenvolvimento do subcontinente, e termina por apresentar uma saída, através da política econômica. Mas o trabalho da Cepal foi além deste caminho, com a introdução da prática de planejamento e planificação econômica aos governos latino-americanos.

5. O Planejamento Cepalino

A Cepal, juntamente com as missões estrangeiras das décadas de 1940 – 1950, introduziu a cultura do planejamento econômico (HIRSCHMANN, 1968) aos governos da América Latina.

Em comum, pode-se dizer que essas missões de planejamento visavam ampliar o produto por quantidade de fator de produção empregado, bem como, em última análise, o emprego de uma quantidade maior dos fatores de produção disponíveis nos países latino-americanos.

O que diferenciava o planejamento econômico Cepalino, de maneira geral, do elaborado pelas missões estrangeiras era o seguinte conjunto de preocupações: (1) estímulo da demanda interna; (2) redução e eliminação das diferenças sócio-econômicas em nível regional; (3) intensificação em trabalho da cesta de exportações; (4) melhoria da distribuição de renda.

Longe de apresentar - como as missões estrangeiras - um caráter diretivo e intervencionista nas decisões dos países, o pensamento Cepalino mostrou-se muito mais como uma fonte de referências, um centro de sugestões de técnicas e procedimentos.

Evidentemente, o fato de as opiniões das missões européias e norte-americanas estar embasado em possibilidades de financiamento de órgãos como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, dava a estas um poder de persuasão muito maior do que o dos técnicos da Cepal, mesmo que estes estivessem ocupando cargos no governo local.

Apesar disso, algumas iniciativas no campo do planejamento econômico sofreram forte influência das idéias da Cepal. Exemplo disso foi o Plano de Metas brasileiro (1956 – 1960), o qual, através da atuação de Celso Furtado, criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE (1958), um dos primeiros órgãos públicos a tratar de questões específicas do desenvolvimento regional em um país subdesenvolvido.

O planejamento econômico Cepalino teve resultados tão distintos quanto a gama de países que a ele recorreram. Mas, em todos, não se pode deixar de reconhecer a importância da *introdução da cultura de planejamento*.

Ao fazer-se um balanço da atuação da Cepal na segunda metade do século XX, torna-se notório o maior interesse que as primeiras décadas, de 1950 e 1960, despertam nos estudiosos do pensamento econômico latino-americano. É o período em que, baseada em premissas centrais de reforma do capitalismo diante de uma nova ordem mundial – as teorias econômicas de Keynes, Schumpeter e outros – a Cepal adota uma linha propositiva de reformas do capitalismo a partir da mudança da estrutura econômica da periferia. Tal implicava no choque de interesses imperialistas e de classe, em algum momento. Quando este se deu, em seu ápice em meados dos anos 1960 e princípios dos anos 1970, o espaço para um pensamento reformista-progressista no subcontinente ficou inviabilizado, politicamente.

O esvaziamento da importância da Cepal, iniciado nesse período, deu-se por completo durante as décadas seguintes, em que esta adotou, docilmente, as diretivas do Banco Mundial e do Fundo

Monetário Internacional, tornando-se mera reprodutora de suas idéias. De certa forma, esse caráter delimita o alcance da atuação de um órgão que, durante décadas, forneceu pensamento econômico relativamente autônomo e original à solução dos problemas da América Latina.

7. Considerações sobre a exaustão do modelo de Substituição de importações

A “decadência “ da CEPAL – observada tanto em sua relevância e originalidade no pensamento econômico contemporâneo, quanto em sua capacidade efetiva de exercer planejamento de caráter progressista e/ou desenvolvimentista nos países da América Latina e do Caribe - está relacionada ao esgotamento e/ou derrota do modelo substitutivo de importações.

Os impasses relacionados à exaustão do modelo de industrialização substitutiva, assim como as possíveis alternativas de superação, levaram a grande instabilidade política e social nos primeiros anos da década de 1960. A solução final foi determinada pela força, quando se iniciou o ciclo militar na América Latina. Em alguns países, como o Chile, o Peru e a Colômbia, a opção da elite local foi a de liquidar rapidamente o processo de industrialização. Noutros, o processo estagnou, como na Argentina e no México. No Brasil, a industrialização ganhou força por conta da aliança de grupos locais com empresas multinacionais, sob o franco patrocínio do Estado. No entanto, a crise da dívida externa e a implementação das políticas liberalizantes, no período compreendido entre 1980 e 2002, levaram à liquidação de um projeto com algum conteúdo nacional.

Bibliografia

BARBOSA, Wilson do Nascimento. Lembrando a formação da CEPAL. *Pesquisa & Debate*, PUC-SP, Volume 15, nº. 2(26), julho a dezembro de 2004, pp. 176 – 199

BIELSCHOWSKY, R. (org.) *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. São Paulo, Record, 2000. 2 volumes.

_____. Sessenta años de La CEPAL: estructuralismo y neo estructuralismo. *Revista de La CEPAL* 97, abril 2009, pp. 173 – 194.

CONDE, R. Raúl Prebisch: los años de gobierno. *Revista de La CEPAL*, 75, dezembro de 2001, pp. 83 – 87.

FURTADO, C. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Abril Cultural, 1982 (1968).

GURRIERI, A. (org.) *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económico, 1982, 2 vols.

HIRSCHMANN, A. *Projetos de Desenvolvimento*. São Paulo, Zahar, 1968.

PREBISCH, R. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

RODRIGUEZ, O. *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro, 1981.

SINGER, P. *Desenvolvimento e crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

STALLINGS, B e PERES, W. *Crecimiento, Empleo y Equidad: el impacto de las reformas económicas en América Latina y el Caribe*. Santiago: Fondo de Cultura Económica – CEPAL, 2000.

Resgatando indivíduos, revisitando sociedades: contribuições da micro-análise italiana para a compreensão da construção da política ultramarina portuguesa para o Prata na segunda metade do século XVII

Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira
Marcello José Gomes Loureiro*

Resumo: Para a micro-história, um nome é sempre uma relação social, porque muitas hierarquias se cruzam em um indivíduo. Assim, os sujeitos sociais nunca devem ser percebidos isoladamente, posto que representam o ponto de encontro de diversas redes. Suas escolhas e estratégias são orientadas por recursos disponíveis nas mesmas redes que movimentam. Observando a trajetória do tenente mestre de campo Jorge Soares de Macedo, foi possível criar nexos entre a procura de metais nas regiões meridionais da América e o desenvolvimento da política dos Bragança para o Prata, que culminou na fundação da Colônia do Sacramento (1680). Assim, a partir da instrumentação metodológica inaugurada pelo antropólogo norueguês Fredrik Barth no campo da teoria social e aplicada na historiografia por Grendi, Ginzburg e Levi, procuramos refletir acerca da micro-história e discutir a política portuguesa voltada para a solução da crise monetária na América na segunda metade do século XVII.

Palavras-Chave: Micro-história; Rio da Prata; Política Ultramarina Portuguesa; Jorge Soares de Macedo.

“Nunca vi terra onde o dinheiro seja tão comum, como é nesta do Brasil, e vem do Rio da Prata” foi o que o viajante francês Pyrard de Laval escreveu por ocasião de sua viagem na América portuguesa, realizada em inícios do século XVII (LAVAL, 1944: 230).

Diferentemente dos espanhóis, os portugueses não encontraram de antemão metais na América. Após algumas incursões na costa, D. João III resolveu enviar, em 1530, a expedição de Martim Afonso de Sousa, que deveria, sobretudo, a partir de reconhecimento geográfico, constatar a presença de metais no Rio da Prata, o que não se viabilizou. Um ano antes, porém, após inúmeras celeumas com Castela, a diplomacia portuguesa complementava a Capitulação da Partição do Mar Oceano, de 1494, ao definir pela avença assinada em Saragoça um contra-meridiano para Tordesilhas no Oriente, estipulando-se assim a posição das Molucas, adquiridas nessa ocasião por compra (ALMEIDA, 1957: 13-15).

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS –UFRJ).

Os espanhóis, com a expedição de Pedro de Mendoza, em 1536, antecipando-se aos lusos, iniciaram a ocupação da região platina. Mas Buenos Aires logo foi abandonada, sendo fundada pela segunda vez em 1580.

Em que pesem essas ações iniciais, foi durante os sessenta anos da União Ibérica que se desenvolveram linhas mercantis que conectavam de forma mais regular o Prata, pelo porto de Buenos Aires, e as praças atlânticas do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e até mesmo de Angola (CANABRAVA, 1984: 122). Diversos artigos eram transacionados nessas rotas, sendo que eram os escravos africanos que agregavam maior rentabilidade a esse trato (LAPA, 1994: 84). Para os agenciadores portugueses envolvidos, a participação nessas trocas era vantajosa, posto que a liquidação das operações mercantis realizadas em Buenos Aires pelos portenhos ocorria, especialmente, em prata potosina (GARCIA, 1982: 23-28).

O metal branco representava não apenas a possibilidade de ampliação da liquidez na economia das praças ultramarinas envolvidas nesse comércio, mas também de Lisboa nos mercados asiáticos (FRAGOSO & GOUVEA, 2006: 20).

A relativa estabilidade dessa rede mercantil, entretanto, foi fundamentalmente atingida após a Restauração portuguesa de 1640. A situação lusa não era nada simples. Dos diversos desafios que se apresentavam ao novo monarca, podemos salientar alguns: na Europa, havia necessidade de por fim às guerras com a Espanha, de buscar reconhecimento internacional, de assegurar a delimitação das fronteiras do Reino; no ultramar, era preciso reconquistar as possessões perdidas aos holandeses. Em todo o Império, em seu momento fundacional, os Bragança precisavam de legitimidade política e simbólica, pelo que deveriam ativar teias de reciprocidade clientelar, com o propósito de (re)significar noções de pertencimento, além de vincular antigas e novas relações sinalagmáticas, conforme uma dimensão contratual presente na cultura política do Antigo Regime português (MELLO, 1997: 105-152).

Mais especificamente no que se refere à América lusa, era mandatório extirpar o quilombo de Palmares, solucionar a problemática referente à ocupação holandesa no Nordeste, reconquistar Angola e restabelecer o comércio com a bacia do Prata, desmantelado devido às guerras com a Espanha, à redução da oferta de negros africanos para o trato subsequente e à própria política de Filipe IV (ALENCASTRO, 2000: 238-242).

Diante de tais complexidades, a monarquia portuguesa se defrontava com um problema de gestão do Império. Precisava articular políticas, escolher caminhos, apostar em decisões, viabilizar projetos. Para tanto, criou órgãos administrativos de assessoramento, como o Conselho Ultramarino, em 1642, que deveria gerenciar as informações e o

conhecimento a respeito do ultramar com o intuito de produzir subsídios para as decisões reais (GOUVÊA, 2001: 292).

Dos esforços e medidas que modularam e constituíram toda aquela gestão, interessantes desenvolver, particularmente, os atinentes à região do Prata.

A questão do Prata, ou seja, a tentativa portuguesa de se apropriar do metal remetido pelo porto de Buenos Aires, era um desafio para a administração lusa no ultramar. A essência de tal desafio transpassava o restabelecimento do trato e tinha início na própria escolha de políticas adequadas para se tentar gerir a região. Afinal, qual a melhor e mais adequada política a ser implementada com a finalidade de garantir o acesso aos metais espanhóis? O controle do Prata era um projeto viável para o Estado luso? A Coroa deveria simplesmente objetivar reter os lucros pulverizados pelos agentes mercantis, sem uma ação direta? Ou deveria, seguindo os conselhos do Padre Antônio Vieira e de Salvador Correia de Sá e Benevides, intervir militarmente na região? Até que ponto uma intervenção dessa natureza não causaria uma desorganização nos fluxos comerciais? A ação do Estado deveria ser então apenas diplomática? Em síntese: em que bases pautar essa gestão?

O fato é que se o controle do Prata poderia ser uma empresa consideravelmente lucrativa, por outro lado, envolvia altíssimos custos e riscos, visto que o grau de garantia das intervenções era mínimo. O esforço administrativo português sobre a problemática platina, por melhor que fosse, constituía-se a verdadeira gestão do imprevisível.

Sabe-se que, logo após reconquistar Angola, em 1648, Salvador Correia de Sá e Benevides, obtendo a dupla governação do Rio de Janeiro e de Luanda, tratou de reativar vínculos com Buenos Aires. A permanência do conflito luso-espanhol, no entanto, ainda obstaculizava os negócios (BOXER, 1973: 291-292).

De Lisboa, chegavam ordens para que fosse mantida uma reaproximação mais efetiva com o Prata. Por exemplo, um ofício do Conde de Óbidos, datado de 1664, sugeriu ao governador Pedro de Mello que recebesse cordialmente os navios vindos do Rio da Prata.

Já Alexandre de Souza Freire, governador geral do Brasil, enviou um patacho a Buenos Aires, a fim de levar a notícia da paz de 1668 com a Espanha; posteriormente, escreveu ao rei que “(...) *em Buenos Ayres se dificulta hoje tanto a esperança daquele comercio como quando estava impedido com as guerras: mas os Castelhanos o desejam mais que os Portugueses. O Brasil se perde por falta de moeda; com qualquer meio que possa haver de irem ali embarcações se há de trazer prata...*” (ALMEIDA, 1957: 91). O fato é que a crise monetária na América portuguesa permanecia.

Seja como for, a Coroa, por meio de seus oficiais, estimulava uma reaproximação com os súditos de Castela na América. Por exemplo, no item 50 do Regimento de 23 de janeiro de 1677 dado ao governador geral Roque da Costa, o príncipe regente D. Pedro recomendava que os navios que voltassem “(...) *das Índias Ocidentaes, Rio da Prata e Buenos Aires com prata e ouro, e não com outras fazendas de Espanha, lhes mandará dar entrada, e poderão comerciar nos portos deste Estado, levando em troca os gêneros dele*”. Acerca disso, “(...) *porá o governador todo cuidado e diligência*” (ALMEIDA, 1957: 91). Texto quase semelhante é reproduzido no Regimento de 1679, dado a D. Manoel Lobo.

Conforme explica Antônio Carlos Jucá, as tentativas de reaproximação com o Prata podem ser explicadas pela carência monetária em toda a América Portuguesa. Ainda seguindo a análise do autor, as dificuldades de restabelecimento do trato com Buenos Aires se explicam, dentre outros fatores, principalmente pelas complicações no comércio negreiro entre o Rio de Janeiro e Angola. Com a oferta de escravos reduzida, em face da competição com o Nordeste pelo mercado angolano, a capitania do Rio era incapaz de ampliar suas atividades mercantis no Prata (SAMPAIO, 2003: 143).

Em todos esses anos, informações acerca da questão platina circularam entre os espaços coloniais – principalmente os do Rio de Janeiro e de Colônia – e a corte, de modo que o centro decisor pudesse delinear suas políticas de gestão. Desnecessário dizer que a orientação valorativa que informava e condicionava essa gestão era a escolástica, de modo que sua dinâmica estava em conformidade com os preceitos basilares que caracterizavam uma monarquia corporativa na época moderna (HESPANHA, 1994).

Parece que as instâncias governativas do Estado português analisaram duas alternativas principais para a solução da crise monetária na América. A primeira, mais explícita, fora sugerida por Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1643, ao ser consultado acerca das possibilidades de se reabrir o comércio com a hispano-América. Nela, o potentado defendia uma invasão militar direta a Buenos Aires. Para tanto, sugeria que avançassem cerca de seiscentos homens do Rio de Janeiro pelo mar, enquanto os paulistas e seus índios se deslocariam por terra “(...) *sobre o Paraguai, porque é a parte de donde pode descer pelo rio abaixo mais socorro aos moradores de Buenos Aires*” (PORTO, 1943: 243). Os paulistas e a sua gente deveriam ter um capitão próprio, escolhido dentre eles, pois, caso contrário, ninguém os poderia efetivamente comandar. Com a associação dessas duas forças, o porto seria facilmente dominado. Idéias semelhantes eram defendidas por Antônio Paes Viegas, o governador-geral Teles da Silva e o próprio padre Antônio Vieira.

Analogamente, a segunda linha de ação foi gestada na década de 1640, também por Salvador de Sá. Projeto mais discreto, trata-se da doação de terras em direção ao Prata, para procura de metais, ocupação territorial e restabelecimento do comércio com Buenos Aires. Em 1646, Salvador pediu ao rei a doação de uma capitania de léguas de costa em frente à ilha de Santa Catarina. Apesar do parecer favorável do Conselho Ultramarino (4 de janeiro de 1647), não consta que a mercê tenha sido concedida. Em 1658, o pedido foi novamente considerado, mas o resultado é também duvidoso. A solicitação foi novamente posta à apreciação do poder central pelos filhos de Salvador, Martim Correia de Sá, Visconde de Asseca, e João Correia de Sá, em 1671. Solicitavam duas capitanias, do cabo de Santa Maria para o norte. Os Conselheiros foram de parecer favorável, desde que se fundasse uma fortificação. O governador-geral Alexandre de Souza Freire e o do Rio de Janeiro, João da Silva de Souza, enviaram ao monarca diversos papéis solicitando a ocupação dessas terras do sul. Depois de um longo processo decisório no Conselho Ultramarino, os Sás receberam finalmente a mercê em 1676.

Para que se tenha uma noção mais precisa do desenrolar dessas políticas, é útil o exame de carreiras individuais. Descobrir quem são os homens nomeados pelo Estado para gerenciar a questão platina nos cria condições para compreender a importância que a Coroa estava atribuindo a essa gestão governativa (FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2000: 67-88).

Para a observação desses indivíduos, o suporte teórico-metodológico está na micro-análise italiana. Pensar trajetórias individuais pressupõe o exame de relações interpessoais, a exemplo de como Ginzburg investigou as relações sociais de Menocchio e Levi, as famílias do Piemonte (GINZBURG, 1987 e LEVI, 2000). O nome é sempre uma relação social, porque muitas hierarquias se cruzam em um indivíduo. Assim, os sujeitos sociais nunca podem ser percebidos de forma isolada, posto que representam o ponto de encontro de diversas redes sociais. Por outro lado, suas escolhas e estratégias são informadas por recursos e valores disponíveis nessas mesmas redes (BARTH, 2000).

Jorge Soares de Macedo e seu envolvimento na política do Estado brigantino para o Prata

Jorge Soares de Macedo parece ser uma bom exemplo da dimensão do Prata na pauta política da Coroa. Tendo lutado em favor da dinastia dos Bragança nas guerras da Restauração, chegou ao Brasil em 1673, acompanhado por seu primo, D. Rodrigo Castelo

Branco. Neste mesmo ano, recebeu da Coroa 60\$000 rs de tença, acrescida posteriormente de 20\$000 rs, juntamente com o hábito da Ordem de Cristo (ATT, RGM, Ordens, liv.9, fl.208 – PT-TT-RGM/21/359907 e PT-TT-RGM/21/359909).

Ainda na década de 1670, por meio do alvará de 29 de novembro de 1677, foi nomeado tenente de mestre de campo general *ad honorem*. Recebeu o comando da infantaria que passava ao descobrimento das minas de Paranaguá e Sabarabuçu. Sertanista de grande experiência, pela carta régia datada de 19 de dezembro de 1677, o rei lhe determinava “(...) *na forma de advertência que aqui se vos fizeram, passareis a descobrir e a penetrar aqueles sertões por se dizer que poderia neles haver o que se procura*” (PORTO, 1943: 256). Recebeu ainda instruções para verificar e escolher o melhor lugar para a fundação de uma fortificação próxima ao Prata.

Estando em São Paulo em 1678, articulou suas redes e obteve recursos financeiros, cerca de trezentas pessoas, mantimentos, armas, materiais de construção e sete embarcações, tendo partido em março do ano seguinte em direção ao Prata (PORTO, 1943: 262 e 267). Na expedição seguiram o capitão-mor Brás Rodrigues de Arzão e o sargento-mor Antônio Afonso Vital. Também acompanharam a expedição: os pilotos Francisco Dias Velho, João Freire Farto; Manuel Ribeiro, como ajudante, que seria aprisionado pelos espanhóis e prestaria depoimento ao Governador de Buenos Aires, D. José de Garro, em maio de 1680; Salvador Pires Monteiro, João de Aguiar Barriga, João Pinto Ribeiro, João Teixeira de Carvalho e outros. E ainda uma companhia de infantes, comandada pelo alferes Maurício Pacheco Tavares, o escrivão Antônio Pereira, o vedor do corpo militar Manuel da Costa Duarte e 200 índios das aldeias reais.

Uma tempestade, contudo, fê-lo atracar em São Francisco, de onde regressou a Santos. Recebeu ordens para retornar ao Rio de Janeiro e se encontrar com o novo governador, D. Manuel Lobo, que tinha ordens de fundar uma fortificação no Prata. Após a fundação de Sacramento, foi ainda feito prisioneiro pelos castelhanos em 1682 (AHU. Doc 1493-1494, rolo 8, cx 8).

Em suma, se não fosse uma tempestade, Jorge Soares de Macedo provavelmente teria fundado Colônia no lugar de D. Manuel Lobo.

Em 1700, recebeu carta patente régia de governador da vila de Santos, com o posto de mestre de campo (AN. Códice 77. Livro X. p. 1). Dois anos depois, uma carta do governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Morais, comentava acerca das embarcações destinadas aos portos do sul, incluindo-se provavelmente Colônia, “*tocarem*” no Rio de Janeiro. Esse é

um indício de que a vila de Santos poderia intermediar essas relações comerciais. O que não deve causar surpresa quando se pensa que Sacramento tinha dificuldade de abastecimento e que São Paulo, por outro lado, era um celeiro agrícola (MONTEIRO, 2001).

Em Santos, Jorge Soares vivenciou tensões com a elite local. O capitão-mor Diogo Pinto do Rego, que antes fora juiz ordinário da vila, chegou a apresentar queixa de suas ações como governador (AN. Códice 77. Livro XII. Pp 33v). Os problemas e conflitos de jurisdição com o governador Álvaro da Silveira de Albuquerque do Rio de Janeiro também eram constantes (AN. Códice 77. Livro XII-XIV. Pp. 36, 44v, 69, 167, 224, 262v e 368v). Tais conflitos fizeram com que fosse inclusive aberta devassa contra Jorge Soares, levada a frente pelo ouvidor de Santos (AN. Códice 77. Livro XII-XIV. Pp. 476v).

A trajetória de Jorge Soares de Macedo é interessante porque sintetiza de modo singular as duas alternativas disponíveis da Coroa portuguesa para apreensão de metais. Ao mesmo tempo em que se envolveu em pesquisa mineralógica durante a década de 1670, vasculhando sertões em busca de metais, tomou parte em uma expedição rumo ao Prata, cuja finalidade era a fundação de uma fortificação. Não teria obtido apoio logístico, se não fossem suas redes em São Paulo.

Considerações Finais

Buscamos refletir acerca das circunstâncias e das motivações que condicionaram o estabelecimento de premissas administrativas referentes às tentativas de gestão do Prata – traduzida em política ultramarina portuguesa – na segunda metade do século XVII e no início do século subsequente. Como ponto de partida, adotamos a hipótese de que parte substancial dessa política somente pôde ser forjada na corte a partir das informações que eram remetidas dos espaços locais. Foram, portanto, as “*cadeias de papel*”, para utilizar uma expressão de J. Elliott, fundamentais na sustentação, conexão e articulação de um Império português corporativo, pluricontinental, multifacetado e complexo (ELLIOTT, 2004: 332-337).

Esperamos que, ao significar o Império a partir dessas perspectivas, possamos contribuir para a compreensão da tessitura da política ultramarina sobre o Prata, área que se apresentava com alto poder rentável, mas simultaneamente como intervenção de alto risco.

Fontes e bibliografia

Arquivo da Torre do Tombo (ATT). Registro Geral de Mercês, Ordens, liv.9, fl.208.

Arquivo Nacional (AN). Códice 77. Livro XII-XIV.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Doc 1493-1494, rolo 8, cx 8.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Luís Ferrand. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*. Coimbra: FLUC, 1957.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BOXER, Charles R. *Salvador Correia de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

ELLIOTT, J. H. “A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII” in BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina Colonial*, Vol I. 2ª Ed. 1º Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 237-337.

FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. “Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII”. In FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, A. C. Jucá de & CAMPOS, Adriana (orgs.). *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa IICT, 2006.

_____ ; BICALHO, M. Fernanda & GOUVÊA, M. de Fátima. “Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império” in *Penélope*, nº 23, 2000, p. 67-88.

GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *O Comércio Ultramarino Espanhol no Prata*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português”, in FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285-315.

- _____ e NOGUEIRA, Marília. “Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII”. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 90-110.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 e LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”, in GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro, 1991, p. 168-178.
- HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *O Sistema Colonial*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1994.
- LAVALL, Francisco Pyrard de. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval. Contendo a notícia de sua navegação às Índias Orientais, Ilhas de Maldiva, Maluco e ao Brasil, e os diferentes casos que lhe aconteceram na mesma viagem nos dez anos que andou nestes países (1601 a 1611)*. Edição Revista e actualizada por A. de Magalhães Basto. Porto: Livraria Civilização, 1944.
- MONTEIRO, John. *Negros da Terra*. São Paulo, Cia das Letras, 2001.
- PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Nacional, 1943.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

A construção da imagem na imprensa do historiador e ex-governador do Amazonas Arthur Cezar Reis (década de 1960) ¹

Magno Ferreira de Assis
Alexandre Pacheco

Resumo: Neste trabalho iremos discutir como a construção na imprensa da imagem do historiador Arthur Cezar Reis centrou-se na legitimação de seu discurso nacionalista de defesa da Amazônia, como também a partir de sua postura personalista diante do poder (Estado do Amazonas, Conselho Federal de Cultura). Neste sentido, pretendemos mostrar como sua imagem na imprensa relacionou-se, por um lado, com uma linguagem presente em seu discurso que denotou profundas relações simbólicas com a histórica luta do Estado brasileiro diante de sua defesa da Amazônia frente aos interesses estrangeiros; de outro lado, com uma suposta inter-relação de seu discurso formado por essa linguagem com os discursos de outros intelectuais dos anos de 1960, entre eles, Gilberto Freyre.

Palavras chave: Imagem, Imprensa, Autor, Arthur Cezar Reis.

O presente trabalho analisa como foi construída na imprensa e na esfera intelectual e política, a imagem do historiador Arthur Cezar Reis e de sua obra *A Amazônia e a cobiça Internacional*. Neste sentido, procuraremos demonstrar como foi construída sua imagem a partir das representações de uma postura nacionalista e personalista na década de 1960.

Vejamos.

O governador e intelectual Arthur César Ferreira Reis foi promovido pela imprensa da época através de uma imagem que o mostra como um homem honrado e dedicado à defesa da pátria, além de grande intelectual e pessoa de boas idéias, ou seja, alguém que deve ser ouvido, com projetos concretos, principalmente para a defesa da soberania nacional na região amazônica.

¹ Neste texto pretendemos divulgar parte dos resultados da pesquisa que temos realizado através do subprojeto de pesquisa intitulado A construção da imagem da obra e do autor Arthur Cezar Reis (1960-1970), ligado ao projeto de pesquisa Arthur Cezar Reis, Leandro Tocantins e a modernização capitalista da Amazônia: História, Literatura e Poder (década de 1960). Subprojeto e projeto desenvolvidos no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC/CNPq/UNIR.

* Discente do curso de graduação em História da Universidade Federal de Rondônia e pesquisador do PIBIC/UNIR.

* Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

As declarações de Arthur Reis sobre a soberania nacional foram muito bem mostradas na imprensa, entre elas está a do jornal A NOTÍCIA do Rio de Janeiro, em agosto de 1971, que inicia com o título: “Ferreira Reis diz que EUA iam enganar CNPq na Amazônia”, na qual em determinado trecho Reis comenta com bastante fervor e indignação a possível tentativa americana de ludibriar o órgão do CNPq, assim como o governo nacional então presidido por Médici.

Meu sangue ferveu, porque aquilo era uma interferência na soberania nacional, afirmou o ex-Governador, acrescentando que os norte-americanos iriam fazer tudo ao contrário do que haviam exposto ao Conselho Nacional de Pesquisas e aos planos que estavam em poder do Ministro da agricultura, que nessa história estava de anjo. (1971)

No mesmo jornal, a matéria termina com a frase de Reis que assim diz: “O interesse estrangeiro pela região ainda não acabou”, sendo que o que fica evidente com esta declaração, é que alguma coisa precisa ser feita, que o perigo não morreu, que o risco ainda existe, que a sua voz deve ser ouvida, que ele na posição intelectual que ocupa e na posição de poder que ocupou como governador do Amazonas, tem prestígio para alertar toda uma nação. E é exatamente por isso que suas obras, tais como suas declarações assumem um força naquele Brasil, de ditadura militar e de nacionalismo cada vez mais acerbado.

Para garantir o prestígio de suas palavras os jornais não cansam de mostrar o quanto ele é inteligente, o quanto ele realmente entende os problemas da Amazônia, o que fica claro na análise da matéria do jornal A CRITICA, do Amazonas em março de 1972, que narra como os livros de Arthur Reis tem tido uma grande aceitação pelo público comum, com também no meio acadêmico, tanto que segundo o jornal ele tem sido o mais procurado na biblioteca, assim como outro jornal O LIBERAL, na página de cultura usa as seguintes palavras para descrever o intelectual Arthur Reis:

(...) Considerado o maior historiador vivo da Amazônia. Primeiro superintendente da SPVEA, hoje Sudam, ex-governador do Amazonas. Membro do Conselho Federal de Cultura, lecionando ativamente aos 76 anos de idade nas Universidades Católica e Fluminense e na Fundação Getúlio Vargas. Reis é, também, um dos mais fecundos escritores brasileiros. Sua bibliografia alcança quase duas centenas de trabalhos, alguns traduzidos em várias línguas e transformados em clássicos, como “A Amazônia e a cobiça internacional”, “Os limites e demarcações na Amazônia Brasileira”, “A Amazônia e a integridade do Brasil”, a “Amazônia e o Mundo Atual”, “O impacto amazônico na Civilização Brasileira.” (1972)

Esta criação do intelectual nacionalista foi cada vez mais reforçada pela imprensa, que o colocava no centro das principais discussões sobre a Amazônia, dando às suas palavras cada vez mais repercussão, capaz até mesmo de vê-lo como em alguns momentos como “infalível”, como no texto do jornal *Luta Democrática*, do Rio de Janeiro, em 1965, onde o coloca no mesmo patamar do antigo presidente Artur Bernardes, que tomou medidas energéticas enquanto esteve no poder, mas que, segundo este jornal, foi desmoralizado e visto como déspota. A *Luta Democrática*, porém, em nenhum momento fez crítica a qualquer uma das medidas de Reis como governador, dizendo que tudo o que fez foi em defesa da nação. Medidas que o jornal mesmo reconhecendo serem por vezes intransigentes são “corretas”.

(...) Mas lá se vai outro Artur, o seu exemplo fica, alertando o patriotismo dos brasileiros. O Brasil será dos que lutam pelo seu progresso... Hoje, temo-lo como um brasileiro digno! Pode ser um violento, mas ama a sua gente porque defende os brasileiros, defendendo sua Pátria. E o seu nacionalismo é o nosso: de respeito ao estrangeiro e ao seu capital; de intransigência na defesa do que é nosso. (1965)

Fica claro na presente declaração o quanto Reis apesar de suas medidas drásticas, teria tido um papel fundamental de alertar a nação para seus perigos, ou seja, não importa como ele faça, o que é importante é o seu nacionalismo e sejam quais forem suas decisões, se for guiado por este, é suficiente, o que dá às suas decisões um ar de corretas.

Mas como tais representações puderam se relacionar com a formação do próprio discurso de Arthur Reis?

Maria Valencise Gregolin nos fez perceber que a evolução de nosso trabalho deveria percorrer as análises sobre o discurso em Pecheaux e Foucault. Assim, verificamos que a problemática da discussão do que esta autora chama de intradiscurso e interdiscurso na formação das linguagens discursivas, poderia nos revelar considerações importantes com relação ao nacionalismo e o personalismo expresso nos discursos sobre Arthur Cezar Reis.

Vejamos.

A escrita de Arthur Cezar Ferreira Reis foi orientada, de acordo com nossa leitura do que Maria do Rosário Valencise Gregolin chama de formação discursiva (GREGOLIN, 2001: 13/14), por um lado, por uma linguagem pautada pela simbologia do escritor-cientista que procura através da objetividade e comprovação dos fatos históricos relacionados ao

passado da Amazônia, defender a mesma dos interesses estrangeiros. Aspecto simbólico que representaria elemento intradiscursivo em relação à mesma:

(...) Na formação espiritual de Arthur Reis o que predomina é o cientista, com a sua objetividade, com a obsessão da comprovação e da verificação. Pesa e repesa as palavras, para evitar extravios, que lhe apareceriam como pecados contra a Ciência (...) Só que ele não consegue, com esse profundo conhecimento do problema, é considerar um episódio atual como se não houvesse nada para trás, como se não existissem quatro séculos de experiências, de lutas, de perigos e de provações. Menos pelo posto, que ocasionalmente ocupa, do que pela sua profunda identificação com a causa do vale amazônico, Arthur Reis sente que desempenha, em face da Nação brasileira, a função de sentinela. (REIS, 1982)

Por outro, por uma linguagem marcada por aquilo que Gregolin denomina elemento interdiscursivo (GREGOLIN, 2001:13), em que percebemos sofrer uma grande influência dos textos de autores que também se destacaram por suas posições nacionalistas, como por exemplo, Gilberto Freyre. Característica que podemos notar em sua linguagem discursiva a partir de um processo de mão dupla entre os discursos que Gilberto Freyre faz a Arthur Reis e vice-versa, nos anos de 1960:

Historiador atento ao fato econômico tanto quanto ao político, ao traço social quanto ao cultural, da formação brasileira da Amazônia que nos pertence, Mestre Arthur Reis é no Brasil um estudioso já antigo das populações e paisagens luso-amazônicas. (FREYRE, 1964)

Também vemos Arthur Reis constantemente reconstruir em sua linguagem discursiva as posições de Freyre, como também sua importância no meio acadêmico, o que entendemos ter demonstrado uma proximidade ideológica entre estes autores, como nesta passagem em homenagem aos oitenta anos de Freyre:

Sem servir a esta ou aquela corrente de pensadores, de exegetas. De ideólogos, Gilberto Freyre, que surgia, ia conduzir-se com equilíbrio e sob a influência de outra geração de antropólogos, sociólogos e cientistas políticos na apropriação de nossa formação, de nosso caminho, de nossos erros e de nossas conquistas como participantes do quadro cultural que distinguia os povos entre si, sem, todavia, deixar de aceitar a grande verdade de que todos nos transmitiam um pouco de nossa força criadora. (REIS)

Vemos, dessa forma, como o aspecto nacionalista enquanto elemento interdiscursivo presente na linguagem de Reis se colocou como uma espécie de reescrita do discurso de

Freyre e suas idéias sobre a formação cultural do Brasil, como em esse fragmento de artigo de Reis nos mostrou:

Compomos, na paisagem física e humana das Américas, uma unidade, senão exótica, pelo menos muito autônomos aos traços que mais nos distinguem. Se a natureza física, pela variedade que a conforma, pode, aqui e ali, ser participante da natureza das outras áreas políticas do continente, a extensão do território é a explicação. E por conseqüência, valem, assim, como um mundo que a diferenciação regional explica. E no tocante a paisagem sócio-cultural, se encontramos nossas raízes mais distantes no europeu ibérico, no stock indígena e nos grupos africanos negros, nem por isso apresentamos as mesmas linhas da ação, de concepção, de atividade realizadora dos demais povos que integram mais da metade do mundo americano. (REIS)

Assim, o trato tanto na defesa das questões nacionais, mais precisamente em relação às questões regionais, coloca-se como um tema recorrente da formação interdiscursiva da linguagem de Reis e como influência da escrita de Gilberto Freyre, mais uma vez revelada quando fez elogio à idéia de Freyre sobre a importância da Amazônia para o entendimento da cultura brasileira, em “A Amazônia brasileira e uma possível Lusotropicologia”, em meados da década de 1960:

É assim que em 1960 Gilberto Freyre já dizia, com ênfase, no prefácio de seu livro “Brasil, Brasil, Brasília”: “Nada de desprezarmos a Amazônia: sem um contato com Manaus, Belém, a selva amazônica, ninguém pode considerar-se ou dizer-se completo em sua visão do Brasil.”²

Gilberto Freyre em muitas passagens ao fazer uma defesa do personalismo de Arthur Reis, nos fez também perceber como essa postura do intelectual foi transferida aos modos de ser tanto das características intradiscursivas, como interdiscursivas na formação da linguagem do discurso de Reis, já que Freyre representa Arthur como um grande conciliador político, homem de fibra, quando, por exemplo, escreve seu artigo “Meu caro Artur Reis”, comparando-o ao também nacionalista Rio Branco:

Vivesse você na época do grande Barão do Rio Branco e seria convocado por ele para assessorá-lo no Itamarati. O Itamarati vem se fechando, dentro da sua diplomacia de diplomatas burocráticos de um modo contrário ao dos dias de Rio Branco. O superchanceler, até hoje sem igual, criou um relacionamento magnífico entre seu modo de dirigir a política exterior do Brasil e intelectuais brasileiros conhecedores de problemas nacionais com projeção nos internacionais (...) Quando ouço você, no Conselho Federal de

² FREYRE, Gilberto. *A Amazônia brasileira e uma possível lusotropicologia*. Rio de Janeiro: SPVEA, 1964.

Cultura. Clamando pungentemente do Itamarati um amparo, que não tem havido da parte do ilustre ministério, à língua portuguesa das antigas colônias de Portugal em Áfricas e na Índia, penso: como essa grande voz, em vez de desprezada, como vem sendo, devia estar sendo ouvida pelos dirigentes da política exterior do Brasil. (FREYRE)

Personalismo que estaria presente nas formas de composição de uma escrita espontânea em Arthur Reis, de acordo com as palavras do crítico Américo Jacobina Lacombe, em 1982:

Referindo-se a Calógeras disse Batista Pereira, em página admirável, que aquele estadista, possuía entre tantos outros, um merecimento singular: pusera uma das mais poderosas e agudas organizações mentais do País a serviço de um tema dominante – o conhecimento do Brasil. “Nunca tomou da pena senão para versar um assunto brasileiro. Na sua extensa bibliografia, nas suas inúmeras monografias, conferências e ensaios, em vão procurará o leitor uma nota que destoasse dessa orientação perpétua do seu espírito. É o último representante da estirpe que deu às nossas letras Varhagen, Rio Branco, Eduardo Prado e Capistrano. Poderia reivindicar para o seu roteiro intelectual a mesma divisa do segundo: *ubique patriae memor*. (...) Compassando a imponente bibliografia de Arthur Cezar Ferreira Reis ocorre ao leitor a mesma observação. Nunca tomou da pena senão com o coração e a mente voltados para a imensa e misteriosa região em que veio a luz. Desde a *História do Amazonas* (1931), passando pela *Política de Portugal no vale amazônico* (1940), o *ciclo pombalino na Amazônia* (1941), *O Descobrimento da Amazônia* (1942), a *Síntese da história do Pará* (1942), *A Amazônia que os portugueses revelaram* (1957) e o presente livro, já agora uma obra clássica que no momento se reedita, tudo está dominado por um esclarecido, sincero, profícuo e desinteressado amor à região mais discutida, mais atraente e mais futura da América.” (REIS, 1982)

Escrita que seria marcada pelo culto das origens ibéricas que escritores brasileiros como Reis realizaria e que foi percebida por Gilberto Freyre, em seu artigo “Como e porque sou escritor”, encontrado na biblioteca virtual Gilberto Freyre, escrito em 1965.

Como é que um escritor assim escritor e talvez assim ibérico se diferencia dos demais intelectuais que não são escritores nem ibéricos? Creio que por aquilo que um crítico alemão, Rolf Schroers, chama “espontaneidade”: qualidade e às vezes defeito tão dos hispanos. Uma espontaneidade que é quase o mesmo que criatividade; e esta, por sua própria natureza, rebelde quase sempre às normas estritamente acadêmicas e aos estilos rigidamente institucionais de comportamento intelectual (...) (FREYRE, 1965)

Mas se o nacionalismo na linguagem de Reis se relacionaria com uma tradição personalista em Reis, bem como as formas de escrita espontânea dos homens personalistas,

como se fez representar tais posições e posturas na ação do homem Artur Reis como político que esteve à frente do poder do estado do Amazonas nos anos de 1960?

Quem nos forneceu tais pistas foi o próprio Arthur Reis em artigo de jornal sem referência de local em 1964:

Levo comigo o único propósito de administrar pura e simplesmente, sem interferências políticas, visando à solução dos problemas sociais e econômicos do Estado. E, nesse particular, desejo proporcionar condições a iniciativa privada para que ela se realize ali, participando ativamente de seu desenvolvimento. (...) Sei que há capitalistas do Sul do País esperando por essa oportunidade, para investimentos industriais de grande porte, aproveitando os frutos e as possibilidades que as florestas e águas proporcionam. (1964)

Vemos, então, que o personalismo também pode se manifestar a partir das relações políticas do homem Arthur Reis através de certo autoritarismo na condução da coisa pública, como o artigo acima nos demonstrou.

Percebemos dessa forma, que a imagem de Reis ao ser representado na imprensa como a de um herói nacionalista, acabou por incorporar de forma não crítica a formação da ideologia constante em seu discurso. Ideologia que se relacionaria não só com sua forma de encarar os problemas da Amazônia a partir de um nacionalismo propugnado por outros autores como Gilberto Freyre e que teria como base a continuação do trabalho cultural do português em nossas terras, mas também como fruto de posturas personalistas peculiares aos modos de ser muitas vezes autoritários dos homens de letras que estiveram à frente do poder no Brasil. (MICELLI, 1982: 146).

(...) Mas lá se vai outro Artur, o seu exemplo fica, alertando o patriotismo dos brasileiros. O Brasil será dos que lutam pelo seu progresso... Hoje, temo-lo como um brasileiro digno! Pode ser um violento, mas ama a sua gente porque defende os brasileiros, defendendo sua Pátria. E o seu nacionalismo é o nosso: de respeito ao estrangeiro e ao seu capital; de intransigência na defesa do que é nosso. (1965)

Mas como obras como *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, de Arthur Reis, tiveram sua imagem construída na imprensa a partir dos valores contidos no discurso da imprensa sobre o próprio autor Reis como demonstramos acima?

A recepção, porém, na imprensa, da obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* foi capaz de legitimar as representações do processo de modernização capitalista que sempre

defendeu sobre a Amazônia e assim ter consolidado a obra junto ao nacionalismo de seu autor. Isso tanto no campo intelectual e literário, como no campo do poder.

A imprensa brasileira sempre foi receptiva em relação a Arthur Reis e suas obras, as críticas, tal como os artigos de jornais, normalmente não colocavam em questão sua intelectualidade e nem o valor simbólico que as suas palavras podiam tomar em meio a um mar de acontecimentos daqueles períodos conturbados. Portanto, com a obra *A Amazônia e a cobiça internacional* não foi diferente já que foi tratada como sendo uma obra-prima, como um verdadeiro alerta na escuridão do descaso dos governos em relação a uma região de importância estratégica.

Arthur Reis sente que desempenha, em face da Nação brasileira, a função de sentinela. Não faz por isso cálculos de sobrevivência política ou de êxito pessoal. Limita-se a cumprir a tarefa de sentinela. Que o acampamento desperte, ou não desperte, reaja ou não reaja, já não é mais com ele. Mas todos ficaram com a certeza de que no momento preciso, Arthur Reis embocou o clarim para o toque de alerta. (BARBOSA)

Assim, suas palavras foram de fundamental importância para o entendimento da necessidade de uma maior ocupação e de políticas que visassem tirar a região do isolamento, a partir de obras como *A Amazônia e a cobiça internacional*, sendo que o que deve ser ressaltado é que a sua luta produziu resultados concretos.

Deve-se à persistência de autores como o de *O RIO COMANDA A VIDA* e *A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL*, a atenção que chamaram para a região. Não existissem publicistas como eles, voltados inteiramente para os múltiplos e complexos problemas amazônicos, a região continuaria marginalizada, como um estado de semi-abandono que por longo tempo esteve. Hoje em dia, se há fluxo de otimismo. Procurando se integrar a Amazônia no contexto nacional, deve-se a homens como eles, que de forma abnegada apegaram-se à terra como se ela fosse parte de seus próprios seres.

Direta ou indiretamente, como queiram ver, Arthur Cezar Ferreira Reis e Leandro Tocantins, não só nos dois livros em foco, mas como muitos outros publicados, despertaram a consciência nacional para a Amazônia. Com a abertura, pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, da Belém-Brasília – a grande clareira civilizadora da região – e com a iniciativa do presidente Garrastazu Médici, que vem dando ênfase à Transamazônica, que irá consolidar a grandiosa obra de integração, eles devem sentir-se realizados. (AUGUSTO, 1973)

O fato de pertencer à elite política que dirigia a nação, tal como ser um grande intelectual, fez despertar até mesmo em outros autores uma grande admiração, que junto com a imprensa fez dele cada vez mais popular e importante.

Quando ouço você, no conselho Federal de Cultura, clamando pungentemente do Itamarati um amparo, que não tem havido da parte do ilustre Ministério, à língua portuguesa das antigas colônias de Portugal em Áfricas e na Índia, penso: como vem sendo, devia estar sendo ouvida pelos dirigentes da política exterior do Brasil! (FREYRE)

Concluindo, as imagens do nacionalismo e do personalismo de Arthur Cezar Reis perpassaram tanto suas posturas incorporadoras de sua formação intelectual, posição de classe e relações com o poder, como a construção da imagem de obras como a *Amazônia e a Cobiça Internacional*. Assim, através das leituras de Gregolin percebemos como o discurso de Arthur Reis na presente obra se relacionou com as condições históricas do desenvolvimento da Amazônia a partir dos anos de 1960, bem como com as posturas de Arthur Reis diante do poder.

Referências:

AUGUSTO, Peri. Amazônia, **A NOTÍCIA**, Rio de Janeiro, 16 jun. 1973.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v.5, n.11, p.173-190, jan/abr. 1991.

CULTURA. **O Liberal**, Belém, 24 out. 1972.

DE ARTUR BERNARDES a Artur Reis. **Luta Democrática**. Rio de Janeiro, 14 mai/1965

FERREIRA REIS diz que os EUA iam enganar CNPq na Amazônia. **A Notícia**, Rio de Janeiro, 7 ago./1971.

FREYRE, Gilberto. Como e porque sou escritor. João Pessoa: Universidade da Paraíba, 1965.

FREYRE, Gilberto. A Amazônia brasileira e uma possível lusotropicologia. Rio de Janeiro: **SPVEA**, 1964.

FREYRE, Gilberto. Meu caro Arthur Reis

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise... {et al.} (Org.). **Análise do discurso: entornos do sentido**. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

IANNI, Otávio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classes dirigentes no Brasil. 1920 a 1945**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial, 1979.

O GOVERNADOR do Amazonas diz que vai governar sem interferência política. **Hemeroteca Arthur César Reis**. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1964.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. In: **Estudos avançados**. São Paulo: USP, v.19, n.54, 2005.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O publicista, o Governador e a Amazônia.

REIS, A.C.F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1982.

REIS, A.C.F. Gilberto Freyre aos 80 anos. **O Jornal**, Rio de Janeiro.

A dimensão retórica (e pedagógica) das dissertações dos acadêmicos Esquecidos (1724-1725): as dissertações de Luís Siqueira da Gama

Mara Cristina de Matos Rodrigues*

O chamado “movimento academicista” luso-brasileiro no século XVIII incluiu a implantação da *Academia Brasílica dos Esquecidos* em Salvador na primeira metade do século XVIII. As dissertações acadêmicas produzidas entre 1724 e 1725 foram publicadas na coletânea intitulada *O movimento academicista no Brasil*, organizada por José Aderaldo Castello (1969). Os textos produzidos neste período têm sido objeto nos últimos anos, sobretudo, da historiografia da literatura, mas recentemente vêm sendo analisados também por historiadores da historiografia. Neste pequeno texto pretendo analisar uma das dissertações da *Academia Brasílica dos Esquecidos*, com o auxílio das destas abordagens recentes, destacando a persistência de sua vinculação com a preceptiva retórica clássica. Associada a esta ênfase, que insere a historiografia do período nos gêneros de escrita destinados a *movere*, *delectare* e *docere*, pretendo explorar a sua dimensão pedagógica, investigando quais elementos do passado, e de que forma, foram selecionados como passíveis de constituir (ou não) ensinamentos aos homens do presente.

Dois trabalhos devem ser destacados no que diz respeito à análise dos textos acadêmicos do século XVIII: um é o de Iris Kantor (2004) e outro é o de Eduardo Sinkevisque (2000), embora o segundo tenha tomado como objeto o trabalho de um acadêmico, em especial, Rocha Pita. Sinkevisque, em sua dissertação de mestrado, estudou o *Tratado Político* de Rocha Pita do ponto de vista de sua construção textual, estreitamente vinculada à tradição política teológica e retórica luso-brasileira, indevidamente rotulada sob a etiqueta do Barroco. O autor destaca a inadequação desta etiqueta – na esteira de estudos da historiografia literária como de Alcir Pécora (2008) e João Adolfo Hansen (1992; 2004) – para os textos do século XVII até meados do XVIII, considerados pelo romantismo brasileiro como excessivamente adornados do ponto de vista do uso da língua e, de forma inversamente proporcional, ociosos de sentido. (SINKEVISQUE, 2000: 01-26) Contrariando esta perspectiva de análise ainda relativamente bem aceita no meio universitário brasileiro, aqueles autores buscam

* Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

demonstrar o anacronismo das abordagens que primam mais pelos juízos estéticos do que pela compreensão de um discurso em seu contexto de enunciação. Nos séculos XVII e XVIII a preceptiva retórica associava-se com uma concepção política e teológica que fundamentava os discursos dos letrados, muitas vezes incumbidos pela própria monarquia portuguesa de representarem historiograficamente e poeticamente a América Portuguesa, em consonância com as suas demandas político-simbólicas. Iris Kantor (2004) combinou a história da historiografia acadêmica dos Esquecidos e Renascidos com uma história social destes letrados. Sob este ângulo a autora pôde verificar a intervenção dos problemas políticos que se vinculavam às relações entre colônia e metrópole na escrita historiográfica e as questões mais urgentes do contexto americano, propondo uma série de explicações para os sentidos construídos pelas dissertações dos acadêmicos luso-brasileiros.

Para compreendermos a dimensão pedagógica da escrita da história acadêmica dos Esquecidos, consideramos necessário atentar tanto para a inserção da historiografia em um campo não especializado de práticas letradas em que a Retórica tinha um papel integrador e preceptivo, quanto para as posições sociais e políticas, os lugares de enunciação dos discursos acadêmicos e a comunidade de leitores/ouvintes à qual se destinavam. Sob este aspecto, as duas perspectivas de análise mencionadas acima desempenham um papel importante para o problema que nos colocamos, pois se a Retórica ocupa papel central nos modos de representação letrada sobre o passado neste momento, é esta mesma centralidade que nos direciona o olhar tanto para o grupo de letrados, quanto para a comunidade de ouvintes, já que a persuasão só é obtida quando o orador (historiador) consegue mobilizar (*delectare, movere, legere*) um determinado conjunto de pessoas. (REBOUL, 1998: 43-70).

Cabe lembrar, então, a conhecida fórmula geral da Retórica aristotélica: um orador fala algo sobre alguma coisa a alguém. Assim, não apenas o “algo” que se fala sobre “alguma coisa”, ou “como” se fala esta mesma coisa é que conferem o sentido ao que se diz, mas também “quem” fala e “para quem” fala. Esta fórmula é explicitamente enunciada por Luís Siqueira da Gama, Ouvidor Geral Cível, no proêmio de sua décima dissertação: “todos sabeis Senhores, que é obrigação do bom orador observar o tempo, o lugar, e o auditório a que pretende persuadir” (GAMA, 1969: 125). Não apenas observando os preceitos clássicos da boa oração, mas também os de uma escrita da

história através de um modelo dissertativo, que se utilizava da metodologia dialética, Gama busca instruir o presente através dos modelos do passado, fiel ao adágio ciceroniano da *História Magistra Vitae*. (KOSELLECK, 2006)

Sendo assim, buscamos compreender o sentido pedagógico construído pelas dissertações altercadas e resolutas do acadêmico Luís Siqueira da Gama, proferidas entre os anos de 1724 e 1725 na Academia dos Esquecidos, sobre a história política brasileira¹. Este tema lhe foi incumbido na reunião inaugural da academia, quando se estabeleceu a divisão dos trabalhos da história em Secular, Eclesiástica, Natural e Militar.² As dez dissertações de Gama buscam inicialmente definir o que são dissertações, política e história, para depois responder a uma série de problemas relativos ao tema da história secular, ou política, elaborados pelos próprios acadêmicos. A preocupação “metodológica” do autor nestas dissertações justifica a escolha deste conjunto de textos para esta análise, já que ele esboçou uma espécie de discussão teórica que precede e embasa a sua escrita e permite problematizar o uso dos preceitos aristotélicos da retórica e da dialética aplicados a um determinado tema histórico.

O proêmio da primeira dissertação que escreve e recita o Ouvidor Geral já revela a proximidade da sua escrita com a preceptiva retórica, pois apresenta as tópicos da humildade, necessárias à preparação dos ouvintes/leitores para a recepção e aceitação da mensagem que se quer comunicar: “se o meu pouco talento conseguir a ventura de satisfazer as obrigações da sua incumbência, sem dúvida que foi à eleição vossa; se claudicar no desempenho, foi debilidade a minha” (GAMA, 1969: 09). A invocação da benevolência do ouvinte/leitor³ atendia ao princípio mencionado acima que considerava a construção discursiva do caráter do leitor como necessária para o efeito persuasivo do

¹ Apesar de a autoria de Gama não estar explícita na cópia das dissertações publicada no tomo 5 do vol 1, de Castello, a ata de fundação da academia, publicada no tomo 1 do volume 1, dá notícia de que ele seria o responsável pela história política. Nas dissertações eclesiásticas do padre Soares de Franca, ele também refere o mesmo acadêmico como responsável pela escrita das dissertações em questão (SOARES FRANCA, 1969: 225).

² Conforme Notícia da fundação (CASTELLO, 1969: 3-4).

³ Uso a expressão ouvinte/leitor porque os textos dos acadêmicos eram escritos e lidos nas reuniões da Academia dos Esquecidos, como atesta o proêmio da décima dissertação de Luís Siqueira da Gama (1969: 125). A Retórica, apesar de ter sido originalmente pensada para o uso de oradores, não é incompatível com o discurso escrito (REBOUL, 1998). Também é necessário considerar que a consolidação da leitura como atividade individual e a diferenciação mais radical entre os discursos oral e o escrito são posteriores ao século XVIII.

discurso, obtido, em parte, pela inserção da audiência em determinado estado psicológico (ARISTÓTELES, 2007b, cap. 2: 23). Na hierarquia que Aristóteles estabelece dentre as três formas de persuasão, a confiabilidade do orador é considerada como o meio mais eficiente, vindo em segundo lugar as emoções mobilizadas nos ouvintes, isto é, a expectativa do público em relação ao que se fala e, por último, a prova de uma verdade por meio de argumentos persuasivos. (ARISTÓTELES, 2007b, cap. 2: p. 23-24)

Atendendo a este modelo, Gama destina o primeiro parágrafo da sua dissertação para chamar a atenção do seu ouvinte/leitor para a relevância do assunto a ser discutido por ele, afirmando que o melhor exemplar, o melhor assunto para a história é a política. Afirma também a *utilidade* da política e da história, presentes desde os momentos mais remotos da humanidade: o primeiro historiador fora Moisés, que escrevera o Gênesis dois mil novecentos e cinquenta anos depois da criação, e a política já se fazia presente dentre os homens muito antes desta primeira escrita da história. (GAMA, 1969: 9)

Nos parágrafos seguintes da sua dissertação primeira, Gama define cada um dos termos propostos no *assunto*, atendendo à preceptiva de primeiro definir claramente a natureza dos assuntos sobre os quais se fala, diferenciando-os de outros termos (ARISTÓTELES, 2007a, livro I). Gama inicia pela definição de política, depois história e, a seguir, pela explicação do que é uma dissertação. O quarto termo a ser precisado, era “Brasil”, completando o conjunto de partículas que formavam o assunto sobre o qual o acadêmico deveria dissertar: a *história política do Brasil*. O interessante aqui a ser destacado é que além de se preocupar em definir “política” e “Brasil”, o acadêmico definira também “história” e “dissertação”, configurando o que foi chamado acima de discussão “metodológica”. Para além do problema histórico sobre o qual deveria se debruçar o acadêmico, ele incumbia-se também de refletir e explicitar as formas pelas quais deveria representar e dar inteligibilidade a uma história. Cada uma das definições delimitadas nestes parágrafos “metodológicos” de Gama retorna em suas dissertações subsequentes, como prevê o método dialético de inspiração aristotélica. (ARISTÓTELES, 2007a: 236)

Assim, não apenas a definição dos termos em questão tem um efeito explicativo na escrita deste acadêmico, mas também a organização da discussão, a divisão dos temas em diferentes partículas a serem explicadas individualmente, a escolha e

hierarquização dos argumentos, ou razões que se contrapunham, já que dissertação se define como disputa por palavras:

Dissertação se diz toda aquela disputa que se controverte com palavras a fim de se exprimir clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão: deduz a sua etimologia do frequentativo **dissero dis sertas** (de quem é nome e derivado) e significa disputar ou declarar com palavras. (GAMA, 1969: 13)

A referência explícita do autor, aqui, é a Sêneca, mas a idéia de disputa verbal já está presente em Aristóteles e não parece se tratar apenas de contrapor argumentos diferentes, versões contrapostas de diferentes acadêmicos, na busca de consensos historiográficos. O mesmo autor apresentava razões, fundamentos e argumentos contraditórios entre si, colocando-os em disputa no seu próprio texto para optar finalmente por um dos dois argumentos ou por uma versão alternativa, por um meio termo. O resultado deste confronto, para Gama, era uma “verdade” sobre um assunto, objeto da pesquisa e escrita da história. A “verdade”, portanto, era atingida pelo historiador, após a consideração de proposições contrárias, com a ressalva de que o conhecimento daí advindo era probabilístico, da ordem do verossímil e não da verdade (ARISTÓTELES, 2007a: 233). O próprio Gama explicitou a filiação de sua verdade ao *verossímil*, ao se referir como sendo este o critério de escolha por uma das proposições que ele contrapunha na dissertação acerca de qual seria a melhor política de um governante: dilatar o merecimento com a esperança de um prêmio, ou antecipá-lo à própria solicitação do beneficiário. (GAMA, 1969: 79)

Ainda sobre a sua discussão “metodológica”, observa-se que a legitimidade e relevância dos termos em discussão (política, história, dissertação e Brasil) era justificada pela presença remota de cada uma destas práticas dentre os homens. Sendo assim, a própria dissertação tornava-se uma forma de produção de conhecimento autorizada por estar presente na humanidade desde a antiguidade, tanto quanto a política e a história. O termo mais novo e recente nesse conjunto de palavras em discussão era “Brasil”, parte de uma América “certamente não bem conhecida nos primeiros séculos” (GAMA, 1969: 14), como lembra o autor, mas sem dar maior importância a essa

discussão que potencialmente poderia sobrelevar a sabedoria dos modernos à dos antigos.⁴

O procedimento seguinte, após a definição precisa dos termos em questão, era de divisão destes termos em temas específicos: tratava-se de buscar as especificações, as ramificações em diferentes subtemas. Assim, na dissertação segunda, após o próêmio que unifica a história da humanidade conforme a trajetória exposta por Moisés - desde a origem dos homens, no paraíso, até o dilúvio universal - segue-se a divisão clássica das idades de ouro, prata, cobre e ferro. Mas esta sucessão de idades não é invocada com o objetivo de explicar uma possível retomada da circularidade temporal entre apogeu e decadência, mas, sobretudo, para explicar que a própria idéia e a experiência da *divisão* emergiam desde a idade de prata. A *divisão* se verificava não apenas no âmbito da experiência social humana, como também nas práticas representativas. A *divisão* entre os homens na idade de prata instaura, assim, a complexificação da experiência humana, do cenário natural, que só podem ser compreendidas, então, através de procedimento homólogo: o da *divisão* dos assuntos. Segundo o acadêmico, assim como os homens se dividiram entre si, se dividiram também os seus domínios (territórios), o próprio ano se dividiu em quatro estações e, correlativamente,

não há ciência que não se divida, não há mais matéria que se explique melhor sem divisão (...). Logo para que nos expliquemos mais facilmente justo será que entremos a dividir as próprias matérias, que definimos na nossa primeira dissertação. (GAMA, 1969: 19)

Desdobra-se, desta homologia entre a constituição dos fenômenos naturais e da experiência humana com os procedimentos de verificação e representação, a estratégia explicativa de Gama sobre a divisão aristotélica das espécies de política em Monarquia, Aristocracia e Democracia e das espécies de História. (GAMA, 1969: 20). As divisões da história, entretanto, são mais diversificadas já que da simples distinção entre a *universal* e a *particular*, segue-se a subdivisão da História *particular*, com “h”

⁴ O problema dos descobrimentos que mostraram um mundo desconhecido dos antigos, segundo Paolo Rossi, foi um dos elementos a fundamentar os defensores dos modernos nas querelas inglesa e francesa do século XVII. Entretanto, Antony Pagden (1988) ressalta que mesmo a novidade das novas terras tendiam inicialmente a serem compreendidas pelos europeus conforme seus antigos códigos: buscava-se encaixar a realidade nos modelos de conhecimento disponíveis, herdados dos antigos.

maiúsculo, em *Eclesiástica, Secular, Militar e Natural* - tal como prescrevia o esboço de estatuto da academia dos Esquecidos – que, por sua vez, subdividiam-se em *histórias* (com “h” minúsculo), *anais*, *diários*, *breviários* e *epítomes*.

Interessa aqui verificar as explicações que Gama dá para cada uma destas modalidades, a começar pela História *universal*, que trata de todo o mundo ou de todo o Estado, compreendendo, inclusive, a noção de Império, ou seja, pensando-se em uma enorme comunidade de homens. (GAMA, 1969: 21) O Estado é equiparado a um mundo; ele mimetiza um cosmos. De forma complementar a esta noção de universalidade, a História *particular* trata de indivíduos, de reinos ou de uma cidade. O seu estatuto de particularidade é determinado pela sua relação com um determinado Estado, pela sua identificação com uma divisão de um Estado. (GAMA, 1969: 22). É assim que até mesmo as histórias eclesiástica e natural são consideradas como *particulares*, não extrapolando o âmbito das fronteiras políticas: trata-se da história eclesiástica da América Portuguesa ou do Império Português, mas não da história da cristandade ocidental. Assim, também, se trata da natureza tal como ela se apresenta dentro dos limites de um determinado território, e não da história da natureza planetária. As demarcações políticas e dinásticas instituem, desta forma, as divisões primeiras da história.

As formas subsidiárias de escrita são referidas assim, como modalidades referentes a subdivisões da História Particular: sobre um indivíduo, uma natureza, uma ordem religiosa ou uma determinada prática de um Estado (política ou militar), pode ser escrita uma *história* (com “h” minúsculo), que expõe as facções passadas desde o princípio até o fim, o que explica o procedimento do acadêmico que sempre busca iniciar as suas definições desde o momento mais remoto até o presente. Mas além de *história* propriamente dita, pode-se escrever *anais* ou *diários* que obedecem ordem cronológica, mas não começam do princípio, sendo que os segundos registram acontecimentos diários; *epítomes* o *breviários* que “recopilam laconicamente as narrações e testemunham” ou, como define o dicionário Bluteau⁵, que resumem cortando o que é supérfluo. (GAMA, 1969 [1724]: 22-23)

⁵ O uso do dicionário Bluteau para auxílio da compreensão do sentido das palavras utilizadas pelo autor justifica-se tanto por ser ele o primeiro dicionário da língua portuguesa, contemporâneo dos acadêmicos, citado por eles, bem como pelo fato de que o próprio Gama utilizou explicitamente as definições do dicionário para construir as suas dissertações.

Gama escreve História *particular*, brasílica, da América Portuguesa, dentro de um empreendimento de construção de uma História *universal*, precedido pela Academia Real de História Portuguesa (KANTOR, 2004: 58). Essa história utiliza o adágio ciceroniano não apenas como ornamento de elocução ou como reforço de autoridade, ela pretende instruir o presente pelo passado, considerando as experiências políticas dos portugueses na América em um continuum sem rupturas no espaço de experiência dos homens. (KOSELLECK, 2006: 41-60). É por isso que o acadêmico Siqueira da Gama, após definir e dividir os assuntos de suas dissertações, passa a se ocupar de buscar nas histórias do Brasil os exemplos passíveis de ensinarem no presente, como no caso da utilidade e adequação dos prêmios e castigos conferidos pelo monarca a chefes indígenas:

Largamente cuidado mostramos a verdade deste apótema político, no dilatado discurso da dissertação passada; e porque então discorremos as conseqüências e utilidades do prêmio, e contra distinto do galardão: para o que consultando com algum vagar a história do Brasil achamos na que escreveu o Padre Simão de Vasconcelos na crônica da Companhia uma notícia, que nos persuadimos será com digno argumento para o presente discurso. (GAMA, 1969: 82)

Não parece ser coincidência que, excetuando-se as dissertações primeira, segunda e décima, as demais (da terceira à nona) se ocupem das políticas que os portugueses haviam utilizado no governo dos indígenas desde os primeiros tempos da conquista. A fonte prioritária de assuntos da história brasílica para Gama é a obra do padre Simão Vasconcelos, referida na citação anterior, escrita no contexto inicial da presença portuguesa na Bahia, no século XVI. Desta obra, Gama extrai o assunto principal de suas dissertações, elaborando problemas cujas respostas eram divididas nas partes negativa e afirmativa, com três razões ou fundamentos expostos na defesa das proposições antagônicas. Após a contraposição entre afirmações e objeções, Gama escolhia a parte que julgava mais verossímil e passava a justificá-la. Sempre se posicionou pela confirmação das políticas utilizadas pelo Império português e seus representantes no tratamento dado aos índios, começando pela decisão em prol dos aldeamentos, passando pelas estratégias de premiação e punição das suas lideranças,

como nos casos referidos acima, de Felipe Camarão e Cururupeba, e chegando à justificação da guerra justa e do acerto das estratégias de Dom Duarte contra os Tapuias e Tupinambás.

Apesar de ainda não se estar sob a injunção das conturbadas políticas pombalinas que seriam decisivas nas temáticas e nas práticas de pesquisa dos acadêmicos Renascidos a partir de 1759 (KANTOR, 2004: 108-116), o problema dos índios já figura na Academia dos Esquecidos como uma das preocupações principais. As questões do presente direcionavam a escolha dos exemplos passados e estes, pela sua maior verossimilhança, orientavam as estratégias políticas a serem decididas no presente. Mas a história brasílica, particularizada pela sua preocupação com os problemas indígenas, era universalizada em cada dissertação, pela invocação da exemplaridade da antiguidade e das narrativas bíblicas como parâmetro de escolha dos exemplos brasílicos a serem emulados.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. *Tópicos*. Revisão de texto: Levi Condinho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007a.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Rideel Ed., 2007b.

BLUTEAU, Raphael. *VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO, aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Colégio de Artes da Cia de Jesus, 1712 – 1728. <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em 25 de julho de 2009.

CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil (1641-1820-22)*. 3 vol. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969.

FRANCA, Gonçalo Soares. Dissertações da História Eclesiástica do Brasil que recitou na Academia Brasílica dos Esquecidos. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil (1641-1820-22)*. Vol 1, tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, p. 223-314.

GAMA, Luís Siqueira da. Conferências Altercadas e Resolutas. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil (1641-1820-22)*. Vol 1, tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, p. 9-138.

HANSEN, João Adolfo. HANSEN, João Adolfo. Colonial e Barroco. In: SALOMÃO, João (Dir). *América: descoberta ou invenção: 4º colóquio UERJ*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 347-361.

HANSEN, J. A. “Um nome por fazer”. In: *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. SP: Ateliê Editorial; Campinas: Unicamp, 2004, p. 29-104.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

KANTOR, Íris. Do Dilúvio Universal à Pai Sumé: mediações entre o universal e o local na historiografia erudita luso-americana (1724-1759). In: GONÇALVES, Andréa Lisly; ARAÚJO, Valdeci Lopes de (orgs.). *Estado, região e sociedade: contribuições sobre história social e política*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007, p. 19-32.

KOSELLECK, Reinhart. História Magistra Vitae – sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Maas, Carlos Pereira, Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

PÉCORRA, Alcir. Introdução. *Teatro do sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. 2 ed. Campinas, SP: Ed UNICAMP; São Paulo: EdUSP, 2008, p. 31-60.

REBOUL, Olivier. O sistema retórico. In: _____. *Introdução à retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 43-70.

SINKEVISQUE, Eduardo. *Retórica e Política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII: introdução a um debate sobre gênero*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLHC-USP, 2000.

SINKEVISQUE, Eduardo. Breve relação sobre o *Tratado Político* (1715) de Sebastião da Rocha Pita ou uma *notícia* dividida em quatro *anatomias*. *Estudos Portugueses e Africanos*, Campinas, UNICAMP-IEL, 2º semestre de 2000.

Escritos sobre a história da mortalidade

Marcelo Ferreira de Assis*

Introdução

A demografia histórica, ao emergir com suas questões de macro escalas, apontou métodos que levaram aos questionamentos, hoje difundidos, de verdades históricas “intocáveis”. Mormente, o processo não se deu sem uma enxurrada de questionamentos acerca da história demográfica, e hoje ainda se questiona se as variáveis populacionais “são” ou “não” importantes para a compreensão das sociedades do passado. Tal questionamento não é novo.

Inverto a pergunta: podemos pensar em uma sociedade sem analisar sua demografia? Seus níveis de educação, mortalidade, densidade populacional? Penso que não. Assim, não só são importantes tais estudos, mas fundamentais. Se, ao pensar o Antigo Regime, o relaciono aos escravismos coloniais, posso concluir a importância dos últimos para a sustentação do primeiro. Principalmente no que toca às economias e sociedades locais no interior do Império português.

Ver-se-á o peso desse sistema sobre as composições sociais, sua complexidade. Ora, não se pode falar em escravismos sem abordar o tema espinhoso das populações que os compunham. A falta da população e de suas mudanças, fases, crises e mortes em qualquer estudo alçam o objeto à “suspensão” atemporal. A esse perigo em especial chamava atenção Fernand Braudel, pois o recorte tão absoluto de um objeto social a ponto de não levar em consideração a conjuntura, como a demografia que o compõe, expõe o estudo à falta de base histórica.¹

Observando o tema proposto, constato que ao longo do processo de formação da sociedade brasileira, em seu período colonial, e posteriormente, houve pensadores que sabiam da importância de se cuidar em registrar, tratar, analisar os dados censitários. Tal preocupação parece não ter tido eco do Estado.²

¹*Mestre em História Social (2002) (UFRJ/PPGHIS)/ doutorando (atual) (UFRJ/PPGHIS)

BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo, Perspectiva, 1995

² NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, Edição comemorativa da Folha de São Paulo, sob licença, 2000

Contudo, os estudos de demografia histórica requereram aplicação metodológica precisa junto aos dados coletados das mais variadas fontes, em especial as seriais que possibilitam a quantificação de dados durante períodos determinados. Assim, aos poucos, os historiadores falavam de homens e da multiplicidade, da possibilidade, de uma só vida, ou de milhares.

Tratando-se de uma projeção de condições sociais de existência expressas em dados como a mortalidade, o foco sobre a variável demográfica torna-se necessário para iluminar sociedades passadas.³ O que tento mostrar, de forma objetiva, é a interlocução entre escalas distintas na análise social, além da interdisciplinaridade entre medicina, demografia e história no corpo deste estudo, por ser mesmo relacionado à história demográfica. “Encontro” profícuo, sem dúvida, pois num quadro social, sendo ele de Antigo Regime, sempre é possível encontrar em jogo o corpo político e físico, o movimento populacional e a mortalidade.⁴

Os escritos.

É sabido, por uma gama de estudos realizados na área da História da Saúde, que o impacto do tráfico de africanos e da posição portuária da cidade do Rio de Janeiro acarretava índices altíssimos de mortalidade. Também é verdade que a interação entre tráfico e mortalidade passa necessariamente pela “doença”, que em se tratando da população poderia ser adquirida de forma epidêmica.

A ligação entre tráfico, doenças e mortalidade ainda é um campo do saber histórico que carece de maiores estudos. Por enquanto, algumas discussões já se mostram importantes na construção desse “campo”. Não é sem razão que escrevo tangenciando a medicina, a história social e a demografia histórica. Pois, não se pode falar em “história de demográfica” sem interdisciplinaridade.⁵ A explicação por parte do professor Nadalin é clara, quando há a Demografia (*stricto sensu, s.s.*), o objetivo é

³ MERINO, Ana de Vicente ET all. *Proyeccion e estudio de una poblacion. El papel de La mortalidad.* Universidad de Madrid; Ver também: NADALIN, Sérgio Odilon. NADALLIN, Sérgio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo.* Campinas, ABEP, 2004, PP72-73

⁴ Não há como pensar o Antigo Regime sem levar em consideração que estará se falando de sociedades pré-industriais. Nesse sentido, as obras de K. Polanyi, G. Levy, F. Barth são importantes leituras na compreensão do objeto em questão. Trata-se aqui de enfatizar o caráter político das relações de mercado no período pré-industrial, anterior a cerca de 1850, segundo Polanyi.

⁵ NADALLIN Op, cit. 73

quanto aos “aspectos e objetivos formais e quantitativos; no outro pólo (*latu sensu, l.s.*), desdobra-se para uma área de estudos interdisciplinares, cujo denominador comum é a *população**”.⁶ A população torna-se o eixo que sustenta o diálogo entre as disciplinas, sendo essa população histórica, então temos a demografia histórica que levanta problemas junto as mais variadas disciplinas, ou saberes. Ainda que seja importante estabelecer a diferença entre “demografia histórica” e “história demográfica”.⁷

Bem, os primeiros personagens históricos a se preocuparem em nomear, entender e explicar a mortalidade, estiveram ligados de alguma maneira à política. O que a mortalidade tem a ver com a política? Vejamos.

Em esforço concentrado à Coroa portuguesa, Raphael Bluteau começou a indicar a diferença entre “morte” e “mortalidade”, e por sua vez entre esta última (mortalidade) a e a “mortandade”.⁸ Ao sintetizar o vocabulário da língua portuguesa, encomendado pelo Rei D. João V, o autor acabou por descrever a concepção de mortalidade nos setecentos, que era à época uma situação pela qual passava o homem ao ser acometido de grave moléstia; ou, por qualquer motivo, estar à morte. A possibilidade de se estar em estado terminal ou vulnerável ao extremo permitia a possibilidade, ainda que remota, de sobrevivência. Já a “mortandade”, outro verbete produzido pelo autor, revela o somatório de mortes de um local.

Dessa forma, Bluteau estabelece a diferença entre morte que seria “a separação de corpo e espírito”; mortalidade sendo o “estado ou situação das criaturas expostas à morte”; e mortandade o “estrago de muita gente morta a ferro, fogo e etc.”, incluindo aí a *mortiferus morbus* – especialmente interessante a mim - que seria a grande “mortandade” derivada de doenças.⁹ A tentativa de síntese ilustrada acaba por possibilitar a análise de uma variável fundamental da demografia: a mortalidade. Como Bluteau, faço aqui a distinção entre a História da Morte e o trabalho que proponho, ou seja, uma história da mortalidade colonial, destacando os aspectos da população escrava.

⁶ Idem. *Ibidem*.

⁷ Idem. A discussão encontra-se na página 73.

⁸ BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português e latino. Conferir no endereço eletrônico: <http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau.asp>

⁹ BLUTEAU, op. cit.

Definindo o que os homens dos setecentos e, posteriormente do século XIX, imaginariam sobre a mortalidade, e continuando na mortalidade como assunto político, dois personagens, separados por cerca de 50 anos, usam a escravidão e seus malefícios, como argumentos para o aceite de seu fim pela sociedade a qual se voltavam. Em 1823, José Bonifácio se dirigia à Assembléia Nacional Constituinte da nação em gestação, em 1821. Atentava para os horrores do tráfico e, pensando no fim gradativo de africanos, pedia seu fim.

Joaquim Nabuco, meio século depois, enfatizava não só os males oriundos do tráfico, mas indicava ser a escravidão uma perda de “*civitas*”¹⁰ por boa parte da população. Mais ainda. Criticava seriamente o Estado pela não adequação aos métodos rigorosos da demografia, o que indicava a plena consciência da importância dos dados populacionais para o estudo de uma população, para seu conhecimento mesmo.¹¹

Nesse sentido, a história demográfica, como explica Nadalin, ajuda a resgatar a história social de regiões, a quem interesse uma análise consistente das conjunturas históricas. Para essa finalidade, se adequam métodos demográficos à documentação, muitas vezes não produzida diretamente a esse fim.¹²

Todo o esforço empreendido, ao longo de décadas por historiadores que visavam o entendimento das populações do passado, resultou em uma gama de estudos importantes para a compreensão do passado colonial e o período posterior.¹³ Exemplo de estudo recente, é o que aproxima demografia e cultura de forma bastante interessante. A cultura pode ser uma conformidade da sociedade à população, que por sua vez resulta de uma longa combinação de variáveis demográficas ao longo do tempo. A partir desse pensamento, se poderia dizer que a “História do Homem diante da

¹⁰ CARVALHO, José M. de. “Escravidão e razão nacional”; in: Pontos e bordados, escritos de história e política. Belo Horizonte, UFMG, 1999

¹¹ ASSIS, Marcelo F. de. Tráfico... Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, 2002, PP. 13-14

¹² NADALIN, op. cit. p.71-74

¹³ COSTA, Iraci Del Nero & LUNA, F. V. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo, Pioneira (Estudos Econômicos FIPE-PIONEIRA); BEGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica. Demografia de Minas-Gerais, 1720-1888*. São Paulo, EDUSC, 1999; FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro (c. 1790 - c. 1830)*. Cia. das Letras, São Paulo, 1997; CARDOSO, Ciro Flamarion S. “Escravidão e dinâmica da população escrava nas Américas”; In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE-USP, 13(1): 41-53, jan./abr. 1983

Morte” deriva do volume de mortes e de como elas acontecem em dado lugar, para que então o homem crie condições de se organizar diante do fenômeno.¹⁴

Ao analisar a formação da “cultura caipira” do Estado de São Paulo, Fabíola Rodrigues recorre à demografia para o entendimento da acomodação populacional e suas relações diretas com o meio-ambiente e com as dificuldades inter-étnicas. Isto é, as relações entre grupos humanos diferentes no processo de construção de um lugar, ou comunidade. Resumindo, o estudo aponta a fragmentação das festas em São Paulo como herança das várias formas de ocupação e acomodação das populações que se manifestavam de forma diversificada, de acordo com cada região e suas particularidades demográficas.¹⁵

O que há de novo?

Atualmente a situação da produção acerca da história demográfica em geral, e da mortalidade em particular, ganhou corpo, cresceu. Pode-se dizer que já se encontram os debates, tão necessários ao crescimento das áreas de conhecimento. Dessa forma, vários estudos podem dialogar com seus métodos e concepções teóricas.¹⁶

No entanto, tais interlocuções por vezes são verdadeiros embates, para bem e para mal. Embora os escritos sobre os parcos dados, aos quais se podem aferir alguma orientação demográfica, sejam importantes e elucidativos, ainda há críticos de pressupostos, muitas vezes nem tão bem conhecidos desses mesmos críticos.

Quando o assunto da mortalidade envereda pelo que Raphael Bluteau analisava como sendo *mortiferus morbus* (i.e., morte por doença) é que certa confusão se estabelece. Recentes estudos matizam a explicação demográfica para as doenças escravas ocorridas no passado, sem inovarem.

¹⁴ RODRIGUES, Fabíola. “Por uma aproximação entre Demografia e Cultura: Deslocamentos Populacionais, Representações Sociais e Festas Folclóricas no Estado de São Paulo na Década de 2000” Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG –Brasil; Cf. Tb. SAHLINS, Marshal. *Metáforas* históricas e realidades míticas. Rio de Janeiro, Zahar, 2009, p.28.

¹⁵ Idem. *Ibden*.

¹⁶ Refiro-me às releituras constantes que faço de estudiosos que me são valiosos interlocutores, como os já citados. Incluindo: BRUGGER, Sílvia Maria J. *Minas Patriarcal, família e sociedade. São João Del Rei nos Séculos XVIII E XIX*. São Paulo, Annablume, 2007.

O campo das doenças no século XIX é várias vezes analisado através dos trabalhos de autores importantes. Um dos textos discute os pressupostos demográficos, marcando claramente um antagonismo frente às perspectivas abordadas pelos estudiosos. O debate se dá em torno da perspectiva historiográfica de enfatizar os deslocamentos populacionais como fator de relevância nos momentos epidêmicos em sociedades receptoras de grandes contingentes populacionais, como era o tráfico de africanos no porto do Rio de Janeiro.¹⁷

Para certos autores há certo “consenso biológico”.¹⁸ Como se os historiadores se propusessem a tal consenso, sugerindo que não há maiores explicações acerca dos “choques microbianos”, quando na verdade esta história está apenas começando.

Por agora, não é minha intenção aprofundar a discussão, na verdade ela já está acontecendo e sendo exposta. Apenas acrescento que as explicações há muito estão relativizadas e contextualizadas entre os próprios historiadores demógrafos. Quando Merrick e Graham chamaram a atenção para o fato de morrerem mais escravos no Brasil que nos E.U.A., isso gerou uma atenção especial, da qual esse estudo é um resultado. Resultado este que chega agora a matizá-los, mas não de negar a importância de suas assertivas, uma vez que a realidade regional na colônia foi, hoje é sabido, diversificada em populações e produções.¹⁹

Não contexto a altíssima mortalidade existente no Brasil, ao contrário, procuro entendê-la e às suas nuances regionais, seus motivos. Sem dúvida o encontro entre populações distintas sempre foi, e continua sendo, o encontro entre patologias e sistemas imunológicos distintos, provocador de epidemias destruidoras ao longo da história. A maneira como se deu tal contato, as organizações sociais diante dos malefícios da insalubridade generalizada das cidades, em especial a do Rio de Janeiro. Todos esses aspectos estão sendo ampliados e inseridos no debate atual.

¹⁷ Ver MAUL, Diana. “Doenças dos escravizados, doenças africanas?” In: *Anais Simpósio temático do XII Encontro Regional de História – ANPUH/RIO*. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2007

¹⁸ Idem. P.20-25

¹⁹ MERRICK, Thomas W. e GRAHAM, Douglas H. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, Biblioteca de Ciências Sociais, 1997

O Brasil em Versalhes – Calógeras e a política internacional

Marcelo Mangini Dias*

Resumo: João Pandiá Calógeras foi mais que um importante intelectual das primeiras décadas do século XX. Nos dizeres de Fernando de Azevedo, ele foi “o maior estadista do Brasil – República”. A Coleção Brasileira, o maior e mais importante esforço editorial brasileiro de construção da identidade nacional, inaugurada pouco antes da morte de Calógeras, publicou, ao longo de seus primeiros anos, grande parte de sua obra, além de, ainda em 1935 – ano seguinte à sua morte –, ter dedicado um volume à sua biografia, escrita por Gontijo de Carvalho.

O presente trabalho pretende-se uma tentativa de compreensão de como a obra de Calógeras articula-se com a proposta da Companhia Editora Nacional, responsável pela série Brasileira. Em especial, o trabalho dará ênfase ao pioneirismo de Calógeras na sistematização das relações internacionais do Brasil: é na história diplomática, no confronto com o outro, que Calógeras espera encontrar nossa identidade e nossa unidade. Palavras-chave: República Oligárquica, Identidade Nacional, Coleção Brasileira.

O presente artigo é resultado parcial de uma pesquisa ainda em andamento que procura compreender um momento da história política e intelectual brasileira, a Primeira República, através de uma de suas figuras mais importantes e mais relegadas ao esquecimento.

João Pandiá Calógeras, constituinte mais votado na eleição de 1934, ocupou na década de 1910 os ministérios da Fazenda, da Agricultura e da Guerra, presidiu a delegação brasileira na Conferência de Paz de Versalhes ao fim da Grande Guerra, em 1918 e 1919; na década seguinte, afastou-se da política para se dedicar com mais afinco à sua então já vasta e reconhecida carreira intelectual, publicando diversos obras sobre a história do Brasil.

Os pontos aqui apresentados são ainda inconclusos, mas permitem verificar a validade de algumas premissas do nosso trabalho. Dentre as questões mais gerais da pesquisa, este texto pretende abordar mais particularmente o discurso de nação de Calógeras. Nos parece ser no reconhecimento externo, e portanto na política internacional, que Calógeras identifica a formação da Nação brasileira; daí sua ênfase na tentativa de compreensão da história diplomática nacional. Ainda que não se limite a esse tema, é marcante a presença da política externa no conjunto da produção intelectual de Calógeras: além do seu discurso publicado em 1911 sob o título de *Relações Exteriores do Brasil* e de um dos mais extensos discursos proferidos na Câmara dos Deputados abordando a *Questão do Acre*, ele publica entre 1927 e 1933 uma monumental obra em três volumes intitulada *A Política Exterior do Império*, faz importantes biografias de dois diplomatas brasileiros – o Marques de Barbacena e o Barão do Rio Branco – e produz estudos como *A Liga das Nações*, *Diplomatas Mineiros*, *O Brasil e a Sociedade das Nações*, *A Reorganização Militar*

* UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Licenciado e bacharelado. Pesquisa financiada pelo CNPq.

Argentina, A Questão dos Armamentos da América do Sul, O Brasil e a Liga das Nações, Os Tratados de 1827 e 1828 e Oliveira Lima Diplomata.

Além da análise das supracitadas obras, nossa pesquisa tem sido enriquecida com dois importantes textos: os relatórios de Calógeras como Ministro da Guerra entre 1920 e 1922 e, especialmente, o seu diário da Conferência de Paz, em Versalhes.

O presente trabalho é parte de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida sobre João Pandiá Calógeras e, mais especificamente, integra-se ao Projeto Brasiliana, esforço do Departamento de História da UFMG em compreender o conjunto de produções intelectuais publicadas pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Brasiliana, especialmente no escopo formado pelas duas primeiras décadas de publicação, ou seja, dos anos 1930 aos anos 1940. Essas obras formam uma das mais significativas e extensas tentativas de explicitar múltiplos olhares sobre a questão da identidade nacional brasileira. Se podemos falar em uma hipótese comum no Projeto Brasiliana, é a de que, por múltiplos que sejam esses olhares, há uma proposta central, um “espírito” comum que norteia esse vasto conjunto de obras. Assim, na Coleção Brasiliana, inúmeros pensadores, das mais diversas áreas do conhecimento, brasileiros e estrangeiros, contemporâneos e póstumos às publicações, contribuem com seu tijolo para a construção de um grande edifício de interpretações do Brasil. De forma semelhante, o Projeto Brasiliana compõe-se de uma miríade de diferentes trabalhos sobre obras, autores, temas relacionados à Coleção; cada pesquisa articula-se com o conjunto das outras, e se cada uma se debruça sobre um ponto específico, a somatória desses esforços nos permitirá conhecer melhor as idéias desenvolvidas pela intelectualidade brasileira, nas primeiras décadas do século XX, sobre o Brasil.

O interesse inicial em pesquisar o pensamento de João Pandiá Calógeras nasceu de uma observação casual: um rápido olhar pelas primeiras publicações da coleção nos faz deparar com intelectuais notórios e recorrentemente citados e discutidos no meio acadêmico: Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, Pedro Calmon, Visconde de Taunay, Roquette-Pinto, Frederico Rondon, Azevedo Amaral, Manoel Bomfim, Câmara Cascudo. Ora, Pandiá Calógeras, quase sempre ausente nas atuais referências à produção do período, aparece com nada menos que oito obras na Coleção Brasiliana. Não bastasse figurar esse autor como um dos nomes mais recorrentes do mais importante conjunto de publicações da época, Calógeras aparece ainda na Coleção, postumamente, biografado por Antonio Gontijo de Carvalho, exatamente um ano após sua morte. Essa aparente contradição, a de um político e intelectual que marcou sua época e produziu importantes obras sobre

o Brasil ter sido tão relegado ao semi-esquecimento em detrimento de contemporâneos aos quais se equiparava em reconhecimento e projeção, foi a interrogação primeira que moveu essa pesquisa. Outra questão imediatamente se pôs: a da validade de tal pesquisa. Se o pensamento de Calógeras foi aos poucos se transformando em mera curiosidade empoeirada e ignorada, não seria por o tempo presente não ver ali nada de que pudesse se servir? Recuperar Calógeras como um pitoresco exemplar de algo que se passou tem, por si, seu valor, digamos, arqueológico. Mas outra possibilidade se delineou ao longo da pesquisa: a de que Calógeras fosse, como outros sujeitos políticos e intelectuais da época, vítima de uma proposital obliteração resultante da disputa em torno do estabelecimento de um discurso auto-intitulado *modernista* que, ainda que heterogêneo, tornava-se hegemônico ao homogeneizar a produção imediatamente anterior, ligada ao *establishment* político-cultural que era combatido, relegando-a em conjunto ao olvido. Nos dizeres de Tânia Regina de Luca, esses autores foram “*comprimidos entre os feitos dos primeiros [a geração de 1870] e o ímpeto renovador dos segundos [os modernistas]*” (DE LUCA, 1999:22).

Em sua mais ambiciosa obra historiográfica, *A Política Exterior do Império*, Calógeras demonstra preocupação com a inexistência de uma história diplomática brasileira – como consequência, “*vai-se perdendo o contato com esse passado tão fecundo em lições*”. Era, portanto, “*urgente divulgar aos brasileiros (...) o que havia sido, o que ainda era a tradição nacional no convívio com os demais povos*” (CALÓGERAS, 1998:xxxvi).

José Honório Rodrigues, crítico ferrenho do que ele chama de uma historiografia conservadora em Calógeras, não deixa de reconhecer sua contribuição para a história diplomática:

“*Graças ao nobre esforço de um grande historiador, possuímos um quadro geral da evolução de nossas relações internacionais, desde as origens coloniais até a queda de Rosas. Enquanto o Visconde de Santarém planejou e executou em grande parte uma das mais exaustivas pesquisas jamais realizadas no campo da política internacional, Pandiá Calógeras analisava os principais documentos indispensáveis e aprofundava a leitura dos clássicos de história política brasileira, portuguesa e européia, para oferecer-nos um admirável ensaio das vicissitudes e grandezas dos negócios do Brasil em suas relações com o estrangeiro*” (RODRIGUES, 1988:221).

João Hermes Pereira de Araújo, historiador que prefacia o *Política Exterior*, faz uma crítica que se tornou comum a essa obra de Calógeras: a de que, por prolixidade, Calógeras se delonga demais nas questões internas do país, ao invés de concentrar-se naquilo a que se propõe, qual seja, a história propriamente diplomática, e portanto das relações internacionais, do Brasil. Nossa interpretação

dessa forma de abordagem de Calógeras difere substancialmente daquela de seus críticos: sua ênfase na política doméstica do país, ao falar das relações externas, seria justamente o reflexo daquilo que afirmamos acima – Calógeras vê o Brasil como resultado de uma construção “de fora para dentro”, e, portanto, compreender a nação – e construir um sentido de nacionalismo – torna-se possível somente ao se entender as relações do Brasil com outros países. Assim, o estabelecimento de um discurso de nacionalidade confunde-se com a confecção de uma história diplomática brasileira. Não é outro, em nosso entendimento, o sentido da frase de Alceu Amoroso Lima, citada por Araújo na introdução da obra de Calógeras, de que este vê “*com razão, a política externa como sendo um prolongamento da política interna*” (ARAÚJO *apud* CALÓGERAS, 1998:16).

Na década anterior à que se entregou ao monumental empreendimento de escrever os três tomos da *Política Exterior do Império* – sob encomenda do IHGB – ele já havia se debruçado sobre o tema para produzir dois pequenos livros, editados pela Imprensa Nacional, intitulados *As Relações Exteriores do Brasil*, de 1911, e *Rio Branco e a Política Exterior*, publicado em 1916. Neste último, ele defende que o grande legado da República foi a aproximação, e o conseqüente apaziguamento político, com o restante da América do Sul (CALÓGERAS, 1913:187). Já em 1904, Calógeras havia feito um pronunciamento no Congresso abordando a Questão do Acre. Seu discurso, que durou cinco horas, foi publicado resumidamente no dia seguinte pela Gazeta de Notícias. Ali, ele promove uma radical defesa de Rio Branco contra as acusações proferidas por Barbosa Lima. Segundo Gontijo de Carvalho, Calógeras era, no Congresso, o “*intérprete do pensamento de Rio Branco perante os seus pares*” (CARVALHO, 1934: 22). A temática das relações internacionais continuaria presente em outros estudos de Calógeras, especialmente *O Marquez de Barbacena*. Longe de ser mera elegia biográfica de um homem que, por sua alegada probidade, por sua carreira diplomática e por sua visão de construção de nação como resultado de uma política exterior sólida se assemelha com o próprio autor da obra, *O Marquez* é um consistente e detalhado tratado sobre os bastidores políticos do processo da Independência do Brasil e do Primeiro Reinado. Em meio às agitações políticas que abalavam os primeiros anos do Império, segundo Calógeras, “*a obra essencial era liquidar a questão do reconhecimento*” (CALÓGERAS, 1932: 47).

N’*O Marquez de Barbacena*, escrito no início dos anos 1930, segundo volume da Coleção Brasileira, Calógeras faz, ao mesmo tempo, um desabafo político, afastado que estava da política desde 1922, e uma espécie de “profissão de fé” como historiador:

“... povos deslembrados que somos, muito acima dos eminentes serviços que prestou, paira

na mente popular a memória das calúnias (...). Esse, em geral, o pago de nossos homens públicos” (CALÓGERAS, 1932:12).

“Vale uma nação pela consciência que tem do seu passado, de sua missão histórica; pelo denodo e dignidade com que a mantém pelos tempos em fora. É o que nos move a mais fundamente conhecer ao Brasil, para o melhor amar e servir. E o que faz da História a grande mestra da vida” (CALÓGERAS, 1932:13).

Calógeras marcou a produção historiográfica brasileira do século XX. Ao menos em duas linhas de pesquisa, a história monetária e a história diplomática, ele aparece como pioneiro. Porém, metodologicamente, não há nada em sua produção que o destaque no panorama intelectual da época.

Isso, claro, não implica na inexistência de uma preocupação metodológica. Pelo contrário, era hábito de Calógeras explicitar detalhadamente seu processo de pesquisa e escrita da história. Assim, o vemos preocupado em *“como expor tais fatos, como perquiri-los, sem a prévia definição deles, evidenciando suas origens, sua evolução, o ponto a que haviam chegado, os rumos previsíveis, as soluções preferidas” (CALÓGERAS, 1998:xxxviii).* Ele traçava cuidadosamente um plano de trabalho, sistematizando previamente sua pesquisa, e tornando tal sistematização clara para seu leitor, como o faz n’*A Política Exterior do Império:*

“primeiramente, em seus elementos formativos, em suas origens, quer humanas, quer mesológicas. Mas fazê-lo em conjunto com os fatores correlatos da História européia, de que era manifestação ultramarina (...) Fixar os problemas e os legados, que, em 1822, o primeiro Império teria de resolver, bem como as Regências que se lhe seguiram. Finalmente, ver o tratamento a eles dispensado pelo segundo Império, até inventariar o acervo transmitido à República. Era mais do que a tarefa pedida, mas só por tal forma se manteria a feição essencialmente una dos roteiros trilhados, de 1500 até hoje” (CALÓGERAS, 1998:xxxviii).

A trajetória política de Calógeras se confunde com a história da Primeira República. Sua primeira legislatura dá-se ainda em fins do século XIX, de 1897 a 1899, quando se destaca como relator de um elogiado projeto que resulta na legislação viária brasileira (IGLESIAS *apud* CALÓGERAS, 1987:33-35). Não se reelegendo no pleito seguinte, dedica-se a um estudo, escrito originalmente em francês, intitulado *La situation économique du Brésil*. Esse estudo, de 1902, de grande repercussão no exterior, pode ter sido o responsável pela imagem, consensual no decênio seguinte, de Calógeras

como uma autoridade em história econômica¹.

Em 1910, Calógeras publica o que é considerado por alguns a sua maior contribuição para a historiografia (PINTO, 1955:28), o controverso *La Politique Monétaire du Brésil*, editado pela Imprensa Nacional em francês. Obra clássica, primeiro tratado sobre a história da moeda no Brasil (OLIVEIRA, 2003:28), foi um livro feito sob encomenda: parte significativa da produção intelectual de Calógeras resultou de pesquisas feitas a partir de necessidades geradas pela sua atuação como legislador, diplomata ou ministro. Esse *Politique Monétaire*, escrito por pedido de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, foi apresentado na Quarta Conferência Pan-Americana em Buenos Aires pela delegação brasileira, chefiada por Joaquim Murtinho, e composta por nomes como Gastão da Cunha e Olavo Bilac². Para o bem ou para o mal³, tornou-se a obra mais referenciada de Pandiá Calógeras e firmou o juízo que dele faziam seus contemporâneos, desde 1902, como autoridade intelectual nas questões econômicas do país. Estava pavimentado o caminho que o levou, durante o governo de Venceslau Brás, ao cargo de Ministro da Fazenda. Sobre a obra, o economista francês afirma, em carta de 5 de setembro de 1910, que o livro de Calógeras era importante fonte de inspiração para seu “*Histoire du Commerce de la France*”.

Substituindo interinamente Sabino Barroso Júnior em 1915, afastado por motivo de doença, efetivou-se logo em seguida. Encontrando a economia brasileira em situação precária, causada em grande parte pela crise na exportação de borracha que, em última instância, levou ao segundo *funding loan* e a um aprofundamento do endividamento externo brasileiro (ABREU, 2002:524-525), conseguiu reverter o quadro, a ponto de receber dos credores da Casa Rothschild, ao fim de sua permanência na pasta, uma carta que afirmava não ter o Brasil, em nenhum outro momento de sua história, apresentado situação financeira tão promissora⁴. Se por um lado a Grande Guerra, que coincide com sua gestão no Ministério, contribuiu para a substituição de importações, e por decorrência para uma relação mais positiva na balança comercial do país, por outro é inegável que

¹ Gontijo de Carvalho, sobre esse trabalho, afirma que “*Gorceix, sóbrio em seus elogios, em artigo escrito para o jornal parisiense ‘L’Amérique Latine’, fala-nos da impressão que causou nos meios científicos de França a leitura desse trabalho*”. (CARVALHO, 1935:50-51).

² As circunstâncias políticas em que o Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores do governo de Rodrigues Alves, encomenda esse trabalho a Calógeras foram narradas por este em carta a Gastão da Cunha, reproduzida na edição de 1960 da obra traduzida, “A Política Monetária do Brasil”.

³ Ana Maria de Andrade afirma que a abordagem de Calógeras sobre os problemas econômicos brasileiros foi a mais consultada por estudiosos que o sucederam, e ela seria “*responsável por generalizações e informações imprecisas que, por não terem sido confirmadas ou contestadas em fontes documentais, se repetem de modo acrítico em trabalhos posteriores*”. (ANDRADE, 1995: 93)

⁴ Segundo Robert PECHMAN, em biografia de Calógeras publicada no Dicionário Histórico e Biográfico do Brasil do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas.

se deve à ação de Calógeras parte significativa desse novo quadro, graças à reorganização do sistema monetário nacional, à rígida política de regularização da dívida flutuante e à negociação com os credores estrangeiros que permitiu ao governo manter o controle sobre as alfândegas – ameaçado pela ausência de condições de cumprir os serviços da dívida externa assumida pelos governos anteriores.

Ainda Ministro da Fazenda, Calógeras foi figura central no Congresso Financeiro Pan-Americano, na Argentina, onde presidiu a delegação brasileira. Ali, foi autor de um parecer vitorioso que conciliava as posições até então antagônicas das delegações norte-americana e argentina quanto à equiparação dos padrões monetários do Continente. Na ocasião, o jornal *La Nacion* afirmou ter sido Calógeras “*a maior mentalidade da Assembléia*” (CARVALHO, 1935:91).

Dois anos depois, já fora do Ministério, durante o curto governo interino de Delfim Moreira, Calógeras é nomeado embaixador do Brasil na Conferência da Paz, em Versalhes, onde teve posição de destaque. Segundo Silveira (apud CARVALHO, 1934: 80),

“eram frequentes as solicitações que lhe dirigiam [Woodrow] Wilson, Lloyd George e Briand para que comparecesse às reuniões confidenciais desses egrégios representantes das grandes potências (...) para, com ele, concertarem o estudo e o encaminhamento de problemas e assuntos não só de interesse dos países do continente americano, como também das pequenas potências da Europa”.

No mesmo texto, Silveira afirma que “*foi das mais decisivas a sua colaboração, na defesa dos interesses das pequenas potências*”.

Calógeras manteve, durante sua viagem a Versalhes, um diário onde apontava suas impressões a respeito do cenário político mundial. Valioso documento, esse diário nos permite conhecer bastante de suas convicções políticas uma vez que, ainda que demonstre em suas primeiras linhas sua “consciência de historiador”, na medida em que se refere ao projeto de diário como a produção de um documento para referência na posteridade⁵, trata-se de um escrito de foro íntimo, onde opiniões que o poderiam comprometer como homem público são manifestadas explicitamente. Ali, Calógeras mostra perceber o Brasil em pé de igualdade com as potências mundiais. Sua expectativa em relação à ação política da delegação brasileira na Conferência de Versalhes encerrava pretensões

⁵ Calógeras demonstra uma notável consciência de seu papel como produtor de fonte, de testemunho. No começo do diário ele fala sobre a “*importância capital, para a história definitiva dos grandes actos internacionaes, assumida pelos depoimentos de testemunhas presenciaes*”, diz que a produção desses depoimentos “*independia da posição da testemunhas na trama da peça*” e afirma que “*não raro, a nota de um actor de ordem secundária fixa de vez pontos da história*” (CALÓGERAS, 1919).

nacionais ambiciosas: a participação em Versalhes era “*a porta que se abre de par em par para nosso ingresso como Grande Potência na Política Mundial*” (CALÓGERAS, 1919). Recebido, às vésperas do início da Conferência de Paz, pelo ministro das Relações Exteriores da França, reclama da superficialidade do encontro e do pouco espaço dado a questões tidas por ele como vitais: em comunicado ao Itamaraty, relatando o encontro, afirma disposição para assumir uma disputa política em que demandaria o “*princípio da igualdade internacional das Nações, do qual decorre o voto único por Nação*”. Assim, ele defendia o princípio norteador da Liga das Nações, a saber, a igualdade entre elas, e o preocupava o que ele chamou de “*erro de psychologia (sic) que via desenhar-se (...): resoluções do governo francês, sem mandato; classificação de delegações; feridas de amor próprio, etc...*”⁶ ⁷. Sua idéia de Direito Internacional equivalia aos princípios do Direito “convencional”: lemos em seu diário que “*cada Nação vale como uma unidade internacional, seja qual for o número de plenipotenciários signatários dos documentos*”; era, assim, natural que “*cada delegação tivesse um só voto*”, o que, no contexto do pós-Guerra, “*permitiria evitar feridas de amor próprio*”. Ele aponta como “gravíssimo erro” as manifestações de desigualdade, de supremacia e de descaso pelos mais fracos, que poderiam comprometer o “*ambiente de paz e de justiça que se queria criar*” (CALÓGERAS, 1919).

A vitória diplomática do princípio de igualdade, atribuída pelos jornais franceses ao presidente norte-americano Wilson, mas reclamada por Calógeras como uma “*ação conjunta dos Estados Unidos e do Brasil*”, “*Triunfo diplomático completo que nos foi grangeado por essa hábil gestão [a de Domício Gama, ministro das Relações Exteriores do Brasil]*” teria como resultado o aumento do prestígio político da delegação brasileira, colocada, segundo Calógeras, “*entre as maiores potências, até que nos considerem, de fato, (...) como Grande Potência da mesma plana, do ponto de vista do Direito Internacional*” (CALÓGERAS, 1919).

Na ocasião de seus trabalhos diplomáticos na França, foi-lhe oferecido um banquete em Paris, onde, em discurso de agradecimento, ele esboça o que entendemos como uma síntese de seu pensamento nacionalista: o Brasil, para Calógeras, não se dissocia da Europa; nossa civilização seria uma continuidade do projeto de civilização europeu – mas somente do ponto de vista intelectual e “sentimental”; politicamente e economicamente, Calógeras dissocia-nos do Velho Mundo, talvez aqui ecoando – ou quem sabe antecipando – uma distinção que em breve marcaria o isolacionismo

⁶ A expressão “*erro de psychologia*” aparece em anotações posteriores no diário. Ponto central das idéias de política exterior de Calógeras, a expressão refere-se ao desconhecimento da cultura e das motivações do outro, provocando ressentimentos e desentendimentos desnecessários.

⁷ A França defendia a divisão das Nações participantes em “*três ou quatro categorias, a juízo das grandes potências (França, Estados Unidos, Inglaterra, Itália e, talvez por medo de um rompimento, Japão)*” (CALÓGERAS, 1919).

norte-americano do período Entre-Guerras. Nesse discurso, Calógeras explicita uma visão de política internacional que colocava o Brasil como parte integrante e fundamental da dinâmica geopolítica:

*“Il y a quatre siècle que des rameaux se sont séparés du tronc ancestral – il y a un siècle à peine que, l'indépendance nationale une fois conquise, l'évolution s'est faite d'un façon autonome. Mais la rupture de liens politiques n'a pas interrompu l'intimité des échanges moraux (...)”*⁸ (CALÓGERAS, 1919).

O Brasil, no seu entendimento, seria *“l'Europe transplantée em Amérique (...) du point de vue sentimentail et intellectuel (...) mais, comme essor économique et politique, nous sommes 'nous mêmes' (...), une nation jeune et neuve, pleine d'énergies (...)”*⁹ (CALÓGERAS, 1919). E afirma, para público de estadistas de uma Europa traumatizada pela guerra, dilacerada pelas trincheiras, que em contraste com o Velho Continente, *“notre politique a toujours été un ideal de paix, de fraternité”*¹⁰. Sua visão independentista do Brasil parece se projetar sobre toda a América Latina. Ao começar o diário de Versalhes, Calógeras manifesta sua preocupação em relação às animosidades entre Peru e Chile. Suspeitando do envolvimento de alemães no acirramento dos ânimos entre os dois países – uma possível estratégia para desviar as atenções dos Estados Unidos e da França, ammbos aliados do Peru – ele demonstra preocupação não só com a possibilidade de conflito, mas, mais ainda, de que a situação levasse a uma intervenção diplomática norte-americana ou brasileira: ele teme o *“justo melindre das soberanias em conflicto em não adimitir tutelas restrictivas, nem mediações não solicitadas”* (CALÓGERAS, 1919).

Após atuação na Conferência em Versalhes elogiada pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson (CARVALHO, 1935:96), chefiou em 1919 uma Missão Comercial à Inglaterra. Somadas às participações nas questões diplomáticas da primeira década do século, quando Calógeras era dileto discípulo político do Barão do Rio Branco, sua trajetória como homem público explica sua visão da política como algo essencialmente voltado para a política exterior. Para Rodrigo Octavio, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, Calógeras tinha *“estofó de um internacionalista [e] intuição perfeita do que convinha fazer, quanto às relações dos Estados entre si”* (OCTAVIO apud CARVALHO, 1934: 78). Calógeras, figura essencial na ação diplomática brasileira do início do século XX, foi, no plano intelectual, um pioneiro na sistematização do estudo das relações

⁸ *“Há quatro séculos que os ramos se separaram do tronco ancestral – há apenas um século que, uma vez conquistada a independência, a evolução é feita de forma autônoma. Mas a ruptura de laços políticos não interrompeu a intimidade das trocas morais (...)”* (tradução livre)

⁹ *“a Europa transplantada em América (...) do ponto de vista sentimental e intelectual (...) mas, como potência econômica e política em desenvolvimento, somos 'nós mesmos' (...), uma nação jovem e recente, cheia de energia”* (tradução livre).

¹⁰ *“nossa política tem sido, sempre, um ideal de paz, de fraternidade”* (tradução livre).

internacionais do Brasil: é na história diplomática, no confronto com o outro, que ele espera encontrar nossa identidade e nossa unidade.

Assim, temos tentado verificar como Calógeras constrói uma visão dessa identidade nacional a partir do que ele chama “reconhecimento na *societas gentium*”, ou seja, do reconhecimento da constituição da Nação pela comunidade internacional.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva. *Os funding loans brasileiros – 1898 – 1931*. IPEA. Pesquisa e Planejamento Econômico. v. 32, n. 3, dezembro 2002.

ANDRADE. *Moeda e banco no século XIX: Historiografia e fontes brasileiras*. Revista América Latina en la Historia Económica. N. 3. jan-jun 1995.

CALÓGERAS, Pandiá. *O Marquez de Barbacena*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1932.

_____. *Rio Branco e a política exterior*. Revista Americana, abril de 1913.

_____. *Idéias políticas de Pandiá Calógeras: introdução, cronologia, notas bibliográficas e textos selecionados*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

_____. *A Política Exterior do Império*. Senado Federal, 1998.

_____. *Diário da Conferência de Paz*. 1919.

CARVALHO, Antônio Gontijo de (Org.) *Calógeras na Opinião de Seus Contemporâneos*. São Paulo: Typ. Siqueira, 1934.

_____. *Calógeras*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

De LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX*. Revista Tempo, Rio de Janeiro, n. 18. 1999.

_____. *A propósito do centenário de Sérgio Buarque de Holanda*, Anais do X Encontro Regional de História da ANPUH-RJ. 2002.

HENTSCHKE, Jens R. *A Era Vargas e os seus legados a longo prazo*. UNIMEP, Impulso - Revista de Ciências Sociais e Humanas, n.º 31 - v.13. 2002

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Ranke*. São Paulo: Ática, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “*O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos*”, Correio da Manhã - Suplemento Cultura Brasileira, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1951

MARTINS, Ana Luiza. *O Despertar da República*. Editora Contexto, 2001.

OLIVEIRA, M. Teresa Ribeiro de. *Notas sobre algumas das fontes mais relevantes para o estudo da moeda brasileira no Império: 1822-1889*. Revista América Latina en la Historia Económica. N. 19. jan-jun 2003.

PINTO, Luiz. *Pandiá Calógeras*. Rio de Janeiro: Editora Serviço de Documentação, 1955.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. 6ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Económica. 2003.

A natureza e a história do Brasil como elementos do discurso em “Os sertões”

Marcelo Rodrigues de Melo Palmeira*

“Os sertões”, livro publicado em 1902, escrito por Euclides da Cunha, retrata com maestria a guerra de Canudos, que ocorreu no interior da Bahia no final do século XIX, de novembro de 1896 até agosto de 1897, entre sertanejos da região e tropas militares enviadas pelo governo brasileiro, com o intuito de deslegitimar e massacrar uma comunidade que se constituía até então independente da nação. Euclides da Cunha, apesar de se formar em engenharia, tinha grande interesse por leitura e escrita, e trabalhando no jornal *O Estado de São Paulo*, foi enviado para o local com o objetivo de fazer uma cobertura jornalística. Porém, ao presenciar o desfecho da guerra, se sensibilizou com a situação e acabou produzindo uma obra que se firmou como uma das mais importantes interpretações, não só do conflito, mas também do processo de formação social brasileiro. A sua importância deriva do seu estilo de linguagem que, condicionando o seu discurso às várias escolas literárias que se desenvolveram ao longo do século XIX, principalmente o romantismo e o naturalismo, internalizou suas características de tal modo a criar um estilo particular e único, principalmente por constituírem como movimentos estéticos culturais antagônicos. Além disso, desenvolveu também uma interpretação sobre a natureza do local e os fatos acontecidos, tomando-os como elementos que ajudam a estruturar o seu discurso, que aliava interpretação e expressão, qualidades que ajudaram a dinamizar sua linguagem. Conseqüentemente, essa linguagem elabora no imaginário do leitor uma visão dialética a¹ respeito da guerra e da nossa formação social, desestabilizando um olhar elitista típico da cultura brasileira.

O escritor, partindo do episódio do conflito, apresenta a coexistência de duas estruturas histórico-sociais distintas, compondo a feição total do país: de um lado, a “sociedade sertaneja”, ligada a valores políticos e culturais telúricos e arcaicos e, por isso, equivalia a maior proximidade do homem com a natureza tropical e assim mais associado à idéia de pureza e autenticidade. Essa autenticidade seria, para o autor, a fonte da diferença real sobre a qual podiam ser erigidas as bases de uma civilização nacional singular, visto que num país de grandes misturas, influências e instabilidades, apenas o agente físico poderia ser

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Graduando em Letras.

considerado como fator original e estável. Do outro lado, havia a “sociedade litorânea”, que defendia a modernização dos valores nacionais e queria a introdução do Brasil no modelo de civilização econômica e social européia. Esse tipo de pensamento, predominante na época, se distanciava da realidade brasileira, visto que no país cerca de um terço da população vivia nos sertões, ou seja, longe daqueles sinais de modernização dos ideais republicanos. A partir dessa configuração, o autor percebeu um choque de valores históricos díspares. O isolamento do sertanejo diante do processo de civilização nacional foi criticado no livro, visto que esse isolamento não deu chances para o sertanejo se desenvolver e aperfeiçoar sua existência como um sujeito social, nos moldes como era apregoado pela cartilha da civilização. No trecho abaixo, Euclides critica esse isolamento:

Não sofismemos a história. Causas muito enérgicas determinaram o insulamento e conservação do autóctone. Destaquemo-las.

Foram, primeiro, as grandes concessões de sesmarias, definidoras da feição mais durável do nosso feudalismo tacanho. (Cunha, 2002, p.195)

Voltando à questão da articulação entre interpretação e expressão por meio de um estilo de linguagem próprio, vemos que para criar uma imagem dinâmica do espaço, Euclides inter-relaciona os movimentos da natureza através de oxímoros e prosopopéias. Ao utilizar palavras e expressões dicotômicas, sente-se uma movimentação contínua do ambiente. A personificação de seres inanimados também viabiliza uma imagem móvel do lugar. Com isso, percebe-se que o autor não se restringiu a uma visão das formas precisas da realidade terrestre ou simplesmente fez uma descrição mecânica e classificatória da natureza. No exemplo abaixo, percebemos tais movimentações:

A terra desnuda tendo contrapostas, em permanente conflito, as capacidades emissiva e absorvente dos materiais que a formam, do mesmo passo armazena os ardores das soalheiras e deles se esgota, de improviso. Insola-se e enregela-se, em 24 horas. Fere-a o sol e ela absorve-lhe os raios, e multiplica-o e reflete-os, e refrata-os, num reverberar ofuscante: pelo topo dos cerros, pelo esbarrancado das encostas, incendeiam-se as acendalhas da sílica fraturada, rebrilhantes, numa trama vibrátil de centelhas; a atmosfera junto ao chão vibra num ondular vivíssimo de bocas de fornalha em que se pressente visível, no expandir das colunas aquecidas, a efervescência dos ares; e o dia, incomparável no fulgor, fulmina a natureza

silenciosa, em cujo seio se abate, imóvel, na quietude de um longo espasmo, a galhada sem folhas da flora sucumbida. (Cunha, 2002, p. 103-104)

Através dessas figuras de linguagem, a natureza sofre um processo de resignificação no interior do livro, sendo transformada num grande personagem da história e ganhando características humanas:

A natureza empobrece-se; despe-se das grandes matas; abdica o fastígio das montanhas; erma-se e deprime-se – transmudando-se nos sertões exsicados e bárbaros, onde correm rios efêmeros, e desatam-se chapadas nuas, sucedendo-se, indefinidas, formando o palco desmedido para os quadros dolorosos das secas. (Cunha, 2002, p.159)

Para Luiz Costa Lima, essa maneira de narrar a natureza é típica do pós-romantismo, onde ela deixa de ser um estimulante para se tornar objeto da narrativa:

Enquanto no romantismo europeu a natureza era provocadora de estímulo à auto-reflexão, funcionando como uma espécie de livro constituído por linhas apenas sugestivas, cuja completude só se daria na alma mediativa, entre nós a natureza se apresentava para ser prazerosamente observada e descrita, demorando-se o paisagista na visão de sua exuberância, de sua bárbara plenitude, contrastante com as paisagens jardim da Europa civilizada. A observação, por assim dizer, não remetia ao imaginário de um sujeito que converteria a natureza em meio de estimular e ordenar a leitura de si mesmo; remetia sim ao objeto observado, à terra que deveria ser repostas na página escrita. (Lima, 2001, p.213)

É interessante notar que, além dos agentes físicos que são personificados na obra, a presença do homem sertanejo também contribui para a mistificação do lugar, já que ele é transformado em herói. Cria-se um entrelaçamento muito forte entre homem e natureza, e a narrativa procura fundir, em uma imagem única, esses dois elementos. No trecho abaixo, tem-se um exemplo dessa fusão:

Na plenitude das secas são positivamente o deserto. Mas quando estas não se prolongam ao ponto de originarem penosíssimos êxodos, o homem luta como as

árvores, com as reservas armazenadas nos dias de abundância e, neste combate feroz, anônimo, terrivelmente obscuro, afogado na solidão das chapadas, a natureza não o abandona de todo. Ampara-o muito além das horas de desesperança, que acompanham o esgotamento das últimas cacimbas. (Cunha, 2002, p.134-135)

Um outro elemento importante que constitui a estruturação da linguagem no livro é a própria história narrada. Utilizando um hibridismo muito peculiar entre as informações comprováveis por documentos e diversos recursos literários, como a comparação, a agregação de narrativas paralelas à principal, a caracterização de personagens onisciente, o autor construiu um conjunto discursivo que prima pela objetividade científica sem desprezar a subjetividade. Ao promover esse diálogo, Euclides modela esse hibridismo a uma estrutura científica, com o intuito de explicar o comportamento dos rebeldes de Canudos e o perfil de seu ícone, Antônio Conselheiro, indo das influências do meio geográfico até a sua estirpe. Para ele, o espaço geográfico do sertão, solo árido e rude, com dificuldades de desenvolvimento na agricultura, longe do litoral civilizado, influenciou o homem sertanejo, também rude, apegado às suas tradições místicas e valores telúricos, inviabilizando um contato empático com outras culturas, principalmente àquelas provindas do exterior. Com isso, as raças mais fortes, ou seja, mais próximas das civilizações modernas iria inevitavelmente esmagar as raças ditas mais fracas. Esta cientificidade está baseada nas correntes evolucionistas que influenciaram todo o pensamento dos intelectuais do final do século XIX, principalmente nos modelos de Henry T. Buckle, alicerçado na historiografia naturalista onde a natureza é um dos fatores determinantes das relações e conflitos humanos, e principalmente Hippolyte Taine e Ludwig Gumplowicz, onde viam que as forças motrizes da história eram determinadas em três níveis: a raça, o meio e o momento. Este pensamento de base determinista é presenciado na obra, já na divisão das partes que compõem o livro, visto que ele se subdivide em ‘A Terra’ (o meio), ‘O Homem’ (a raça) e a ‘Luta’ (momento). Além disso, dentro da obra outro exemplo pode ser demonstrado:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. (Cunha, 2002, p. 199)

Euclides, apesar de manifestar o darwinismo social em sua obra (entendido como uma seleção natural dos sujeitos inaptos a um modelo de desenvolvimento social e econômico) que é, por excelência, um pensamento racista, aos poucos vai se transmutando e reavaliando suas ideologias. No trecho abaixo, ele revela a sua simpatia pelos sertanejos:

Mas o jagunço não era afeito à luta regular. Fora até demasia de frase caracterizá-lo inimigo, termo extemporâneo, esquisito eufemismo suplantando o “bandido famigerado” da literatura marcial das ordens do dia. O sertanejo defendia o lar invadido, nada mais. (Cunha, 2002, p.621)

Essa linguagem híbrida – entre literária e historiográfica – tem uma importância fundamental, pois ela é responsável por aproximar o passado e o presente. Hayden White, em seu texto “O texto histórico como artefato literário” explica essa relação:

O efeito dessas codificações (acontecimentos do passado) é tornar familiar o não-familiar; e em geral esse é o modo da historiografia, cujos ‘dados’ sempre são imediatamente estranhos, para não dizer exóticos, simplesmente em virtude de estarem distantes de nós no tempo e de se originarem num modo de vida diferente do nosso. (...) A estranheza, mistério ou exotismo original dos eventos se dispersa e eles assumem um aspecto familiar, não em seus detalhes, mas em suas funções de elementos de um tipo familiar de configuração. (White, 1994, p.102-103)

Sendo assim, percebe-se que a compreensão histórica necessita de uma forma escrita literária, para impulsionar a nossa imaginação do passado a partir de alguns fatos acontecidos e assim nos dar uma dimensão holística desse tempo. Dentro da obra de Euclides, a historiografia nos dá somente elementos para identificarmos a situação dos militares perante a guerra, de como se organizavam, necessitando assim dos recursos literários para identificarmos também os sentimentos dos sertanejos, sua relação com a guerra e sua penúria diante de toda aquela situação. O discurso ficcional pode ser empregado através dos elementos figurativos (metáfora, metonímia, prosopopéia, ironia,

exagero, antítese), estando presentes no decorrer de todo o livro, como nas passagens seguintes:

Ao sobrevir das chuvas, a terra, como vimos, transfigura-se em mutações fantásticas, contrastando com a desolação anterior. Os vales secos fazem-se rios...depois tudo isso se acaba. Voltam os dias torturantes; a atmosfera asfíxiadora; o empedramento do solo; a nudez da flora; e nas ocasiões em que os estios se ligam sem a intermitência das chuvas – o espasmo assombroso da seca.

A natureza compraz-se em um jogo de antíteses. (Cunha, 2002, p.135)

Para unificar todos os segmentos presentes na obra (natureza, história, literatura) foi preciso observar um ponto em comum entre esses tipos de linguagem. Havia uma mediação entre elas, que é a noção de forma. Ela disciplina e organiza a complexidade da inter-relação entre essas áreas, pois ela consegue ao mesmo tempo delimitar uma determinada matéria e internalizar a forma histórica e geográfica na forma estética, o que gera uma multiplicidade de vozes no discurso. Uma idéia geral sobre a noção de forma foi esboçada por Roberto Schwarz, em seu texto “Que horas são?”:

Assim, a junção de romance e sociedade se faz através da forma. Esta é entendida como um princípio mediador que organiza em profundidade os dados da ficção e do real, sendo parte de dois planos. Noutras palavras, antes de intuitiva e objetivada pelo romancista, a forma que o crítico estuda foi produzida pelo processo social, mesmo que ninguém saiba dela. Trata-se de uma teoria enfática do realismo literário e da realidade social enquanto formada. Nesta concepção, a forma dominante do romance comporta entre outros elementos, a incorporação de uma forma da vida real, que será acionada no campo da imaginação. (Schwarz, 1987, p.141)

Com isso, percebe-se dentro do livro que o processo de mimetização que sofre os discursos geográficos e históricos tem como principal objetivo demonstrar uma visão crítica do autor sobre a guerra, não se neutralizando perante a barbárie acontecida no sertão, como se vê nas passagens seguintes:

O atentado era público. Comhecia-o, em Monte Santo, o principal representante do governo, e silenciara. Coonestara-o com o mesmo passo fortalecida pelo anonimato

da culpa e pela cumplicidade tácita dos únicos que podiam reprimi-la, amalgamou-se a todos os rancores acumulados, e arrojou, armada até aos dentes, em cima da mísera sociedade sertaneja, a multidão criminosa e paga para matar. (Cunha, 2002, p.735)

Descida as vertentes, em que se entalava aquela furna enorme, podia representar-se lá dentro, obscuramente, um drama sanguinolento da idade das cavernas. (Cunha, 2002, p.735)

Além disso, através da *mimesis* pode-se estimular no imaginário do leitor uma visão ampla do conflito, não se restringindo a um pensamento cronológico linear que apaga todas as nuances e motivações da barbárie.

Euclides da Cunha, ao reescrever os episódios de Canudos através de uma multiplicidade de estilos de linguagem, cria ao mesmo tempo uma obra científica e literária, que analisa as condições naturais do território brasileiro (especialmente do sertão), delata a fraude do projeto desenvolvimentista aqui empregado no final do século XIX e elabora uma visão crítica a respeito do processo histórico no Brasil, não se limitando a visão idealizada de uma nação única e forte, mas apresentando aos seus leitores o Brasil do conflito de classes, ainda permeadas no início do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marta. “Um engenheiro faz literatura”. In: *O enigma d’Os sertões*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1998. p. 207-267.
- ALVES, Francisco José. “D’Os sertões como obra historiográfica”. In: *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7letras, 2006. p. 185-191.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1965.
- CÂNDIDO, Antônio. “Euclides da Cunha, sociólogo”. In: *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas cidades, Ed.34, 2002.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre os estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- COUTINHO, Afrânio. “Os sertões, obra de ficção”. In: CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. vol. II.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- DECCA, Edgar de. “Euclides e Os sertões: entre a literatura e a história”. In: FERNANDES, Rinaldo de (org.). *O clarim e a oração – cem anos de os sertões*. São Paulo: Geração editorial, 2002. p. 157-188.

- LIMA, Luiz Costa. “Nos sertões da oculta mimesis”. In: *O controle do imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 201-239.
- LIMA, Luiz Costa. “Os sertões: Ciência ou literatura”. In: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001. p. 5-16.
- NITRINI, Sandra. *Literatura comparada*. São Paulo: Edusp, 2000.
- Oliveira, Franklin. *Euclides: a espada e a letra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- SCHWARZ, Roberto. “Pressuposto, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 129-155.
- SEEL, Antoine. “Por trás das palavras: fluxos e ritmos em os sertões”. In: Nascimento, José Leonardo do (org.). *Os sertões de Euclides da Cunha*. São Paulo, Unesp, 2002. p.149-172.
- VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.
- WHITE, Hayden. “O texto histórico como artefato literário”. In: *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo, Edusp, 1994. p. 97-116

De pau-a-pique a *Pilotis*: o processo de síntese entre o Tradicional e o Moderno na Arquitetura Brasileira

Marcos Antonio dos Santos¹

Resumo: A arquitetura moderna brasileira se constituiu a partir do esforço de uma geração de arquitetos situados temporalmente entre as décadas de 1920 e 1950. Mais que mera militância profissional dos arquitetos filiados ao Modernismo, o que se viu foi um importante trabalho intelectual levado a cabo por nomes como Lúcio Costa que, a exemplo dos modernistas nas artes, buscava estabelecer a síntese entre tradição e modernidade. Síntese esta, em conformidade com a idéia de uma “revolução pelo alto”, preconizada por Getúlio Vargas nos anos de 1930. Partindo dos trabalhos de Gramsci sobre a intelectualidade na formação da cultura, da concepção histórica de Walter Benjamin, bem como da idéia de uso político do passado do historiador francês François Hartog, analisar-se-á a participação da intelectualidade modernista brasileira neste processo. Procurando, ao final, entender o debate modernista feito pela intelectualidade engajada, e suas implicações na modernização estética e social do Brasil.

Introdução

O ambiente político e ideológico do Brasil no pós Primeira Guerra proporcionou a radicalização das discussões sobre arte e cultura que já se ensejavam em fins do Século XIX. O intuito destas discussões era entendermo-nos enquanto nação e para tanto, encontrar as especificidades do que seria o nacional brasileiro.

Neste processo, a intelectualidade comprometida com a construção de um Brasil moderno trabalhou no intuito de encontrar uma síntese entre tradição e vanguarda.

A busca desta síntese, muito além de ser fundamental para proporcionar renovação estética, foi importante também para rediscutir a organização social e política brasileira. Desta forma, estético, político ou cultural, o dilema dos intelectuais era construir o nacional e ao mesmo tempo superar o sentimento de viver entre instituições e idéias copiadas do estrangeiro, que não refletiam a realidade local.

Esta foi a tônica da reformulação da cultura no Brasil em processo de modernização.

¹ Arquiteto e Urbanista pela UNESP, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela USP-EESC, Doutorando em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo USP-EESC e Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Uma geração de artistas – Mário de Andrade, Heitor Villa-Lobos, Lúcio Costa – entre outros, participaram institucionalmente da reorganização da cultura nacional durante o Estado Novo.

Da atuação da geração de artistas convocados pelo Estado pode-se creditar a própria noção de patrimônio histórico brasileiro. Para tanto, a experiência da criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – durante a administração de Gustavo Capanema foi de suma importância.

No SPHAN, tem-se a participação ativa de Lúcio Costa que, após 1937 trabalhou no intuito de formular as diretrizes de preservação dos bens imóveis e móveis. É do trabalho de Costa e outros intelectuais, junto ao SPHAN, que o passado colonial emergiu como patrimônio nacional a ser preservado. Do trabalho desses intelectuais modernos surgiram também as bases conceituais que resultaram naquilo que se salvaguardou e naquilo que se esqueceu no Brasil.

As formulações de Costa são indispensáveis para explicitar a articulação entre tradição e modernidade:

Ora, a arquitetura apresenta em Portugal, ao nosso ver, interesse maior que a “erudita – servindo-nos da expressão usada, na falta de outra, por Mário de Andrade, para distinguir a arte do povo e a “sabida” (COSTA,1995, p. 457).

Tais características, transferidas na pessoa dos antigos mestres e pedreiros “incultos” para a nossa terra, longe de significarem mal começo, conferiram desde logo, pelo contrário, arquitetura portuguesa na colônia, esse ar despretensioso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX (COSTA, 1995: 457, 158)

Costa constrói a fundamentação necessária para a preservação da arquitetura colonial brasileira, desviando-se do “movimento tradicionalista” do qual ele mesmo fizera parte, para perceber “a verdadeira tradição”. Propõe assim, saltar de uma arquitetura eclética, “proprietária de um ar afetado e por vezes pedante”, para um passado colonial – uma “arquitetura rude e acolhedora”, com “ausência de *make-up*”, e com uma “saúde plástica perfeita” (COSTA, 1995).

Um processo de “projeção de uma identidade no futuro”, com a “necessária sistematização, por assim dizer, de um passado”, a síntese a que chegou Lúcio Costa se inscreveu no processo de definição e divulgação do passado. Mas, o “que é peculiar ao caso brasileiro” foi “a sua gestão por uma vanguarda moderna” (MARTINS, 1987:173)

Para a geração modernista, para além do deleite descomprometido, a arte tinha o papel de espelhar o caráter de um povo – fator essencial para a unidade nacional.

O passado retorna ao presente como parte de um processo destinado a um fim – a construção do “nacional”. Assim, o resgate de um determinado passado não se faz sem objetivos. O “acordar os mortos” serve ao propósito de glorificar as novas lutas e não ao de parodiar o passado.

Terry Eagleton comentando Walter Benjamin mostra como este processo se efetiva:

Reciclar o passado é assim ao mesmo tempo o ópio e a inspiração – um roubo do tempo histórico de sua “aura” que, no entanto, como diria Benjamin, suspende o fluxo suave do tempo histórico numa constelação assustadora, permitindo o brilho de uma correspondência esotérica súbita entre as necessidades políticas do presente e um momento do passado redimido. (EAGLETON, 1993: 159)

A história se apresenta então como um conjunto de camadas interpretativas, sobrepostas ou justapostas. Seria especialmente útil então, reabrir o passado e olhá-lo como um conjunto de passados – de camadas – que foram uma vez futuro possível e mostrar como a via do Estado nacional, com sua historiografia nacional ou nacionalista, geralmente foi a vencedora.

A ação da intelectualidade modernista brasileira em colaboração com a construção ou reconstrução do Estado Brasileiro, de maneira a encontrar fatores de união entre os objetivos de ambos, instiga-nos a identificar a participação dos intelectuais na formação da cultura. No intuito de entender na teia histórica as congruências e incongruências entre o projeto para o país posto em prática pela Revolução de 1930 e a proposta de atualização estética, tão cara aos artistas filiados ao modernismo.

Lúcio Costa e a síntese entre o Tradicional e o Moderno

As primeiras décadas do Século XX, no Brasil, marcam o processo de crise da elite agrária exportadora cafeeira, que culminará e só será suplantado após o ajuste institucional dos Anos Trinta, durante a Ditadura Vargas.

A idéia de modernização do Brasil esbarrava desta forma nos interesses de uma aristocracia rural, que apesar da crise, não tinha simpatia por algo, que no limite, poderia lhe custar a liderança política. “Para essa elite o mundo revolucionário não está no futuro, mas no passado. O presente é o caos, a nostalgia é o início da ordem”. É exatamente a esse medo do

futuro, a essa fixação nostálgica, que as operações ideológicas, a partir do Estado Novo, buscariam respostas (GORELIK, 2005:15).

Nesse contexto as vanguardas arquitetônicas e artísticas, bem como o “Plano”, entrarão em cena na tentativa de “resolver” a fixação nostálgica das elites agrárias limpando o terreno para o tão desejado processo de modernização brasileiro. “Libertar-se do medo do futuro, fixando esse futuro como presente: o fundamento do intervencionismo *keynesiano* e o das poéticas da arte moderna é o mesmo” (TAFURI, *apud* GORELIK, 2005: 15). Nostalgia para ordenar o “caos” do presente e Plano para neutralizar o medo do futuro. Na encruzilhada desses dois impulsos nasce a cultura arquitetônica de vanguarda na década de 1930.

Assim a idéia de uma síntese do moderno com o nacional perpassará a discussão das artes brasileiras durante os Anos 1920 em diante. O Estado, na sua necessidade de auto-representação, e de representação da modernização, irá evidentemente escolher a dedo os exemplos de síntese cultural, principalmente aqueles com maiores afinidades a sua proposta de uma modernização sem sobressaltos, sem assustar as elites conservadoras e sem descontentar por completo os anseios de uma vanguarda de natureza progressista, quando não de uma coloração revolucionária.

O que significava dizer que o modelo de síntese almejado teria, antes de tudo, que possuir uma característica predominantemente moderada, é aí que o trabalho de Lúcio Costa se faz necessário e a resposta da vanguarda arquitetônica, aqui representada por Costa, será consonante com os desejos modernizantes do Estado Vargas.

Como experiência inaugural de um modernismo arquitetônico patrocinado pelo Estado Vargas o Edifício do MESP (Ministério da Educação e Saúde Pública) em 1937, será onde todas as contradições e coincidências apresentadas se mostrarão.

A construção do edifício do Ministério da Educação contribuiria para dar ao regime Vargas, e especialmente ao seu Ministro da Educação, uma aura progressista que nunca tiveram nem pretenderam ter (SKIDMORE, 2000).

E se era contraditório ao Estado Novo a adoção de um tipo de arquitetura que se pretendia democrática, o mesmo acontecia com uma vanguarda para quem arquitetura moderna era quase sinônimo de democracia.

Do ponto de vista das condições materiais e sociais do Brasil dos Anos de 1930, o edifício do MESP se mostrava como um poderoso elemento ideológico, que buscava no âmbito da arquitetura, realizar a conciliação dos extremos, tanto nostálgicos quanto revolucionários, que atravancavam o processo de modernização brasileiro nos moldes do Estado Novo.

Em seu texto “Razões da Nova Arquitetura” ainda na década de 1930, Costa explicita seu posicionamento enquanto espírito normal em relação às vanguardas revolucionárias:

As “revoluções” – como os seus desatinos – são, apenas o meio de vencer a encosta, levando-nos de um plano já árido a outro, ainda fértil – exatamente como a escada que nos interessa, quando cansados, em vista de alcançar o andar onde estão o quarto e a cama. Conquanto o simples fato de subi-la – dois a dois – já possa constituir, àqueles espíritos irrequietos e turbulentos que evocam a si a pitoresca qualidade de “revolucionários de nascença”, o maior – quiçá mesmo o único – prazer, a nós outros, espíritos normais aos quais o rumoroso sabor da aventura não satisfaz, interessa, exclusivamente, como meio de alcançar outro equilíbrio, conforme com a nova realidade que, inelutável, se impõe (COSTA, *in* XAVIER, 1987: 28).

Escrevendo em 1945, Lúcio Costa descreve a arquitetura moderna como "linda e pura flor do espírito, prenúncio certo de que o mundo para o qual caminhamos inelutavelmente poderá vir a ser, apesar das previsões agourentas do saudosismo reacionário, não somente mais humano e mais justo, senão, também, mais belo" (COSTA, 1995).

O MESP aponta então para a modernidade almejada, representando-a numa estética contrastante com o resto do Rio de Janeiro, repleto de reminiscências de um passado² que precisava ser suplantado para o sucesso da modernização, ao mesmo tempo em que resgatava características do passado brasileiro, realizando no âmbito da arquitetura a idéia de arrefecimento das tensões contrárias à modernização Varguista.

O nascimento da arquitetura moderna no Brasil, de maneira patrocinada pelo Estado, teve sua causa imediata no compartilhamento de interesses que ambos – Estado e vanguardas arquitetônicas – tiveram nos anos de entre guerras. Os modernismos arquitetônicos foram postulados como instrumentos privilegiados da tarefa estatal por excelência, a representação da modernidade nacional.

² A arquitetura do Eclétismo.

Toda a preocupação cultural de Costa se resume na pergunta sobre a melhor forma de chegar a uma expressão verdadeira e eficazmente nacional. De modo que a nova arquitetura se converte, por meio da vocação costiana do “equilíbrio”, em um ponto de chegada que supera todas as buscas anteriores, as das vanguardas e as do neocolonial. Ambas representativas, para Costa, de realidades parciais do Brasil que agora se deseja uno, materializando na arquitetura uma velha aspiração dos intelectuais recém compartilhada, a partir de 1930, pelo Estado: a construção da identidade nacional capaz de romper com o particularismo dos poderes regionais da República Velha.

Nessa dupla cara da identidade, explica-se tanto o recurso da Nostalgia como do Plano, o modo com que a vanguarda busca potencializar as “vantagens do atraso” com as “vantagens do moderno”. (GORELIK, 2005:26)

O que significa, é claro, que neste continente a modernidade foi um caminho para se chegar ao desenvolvimento, não sua consequência: a modernidade impôs-se como parte de uma política deliberada para conduzir ao desenvolvimento, e nessa política a cidade foi um objeto privilegiado (GORELIK, 2005: 49).

Para Gorelik, esta associação entre Estado e arquitetura, como condição para a construção do nacional no Brasil, terá seu momento de maior atividade e até mesmo sucesso, no período que vai do Estado Novo até o Nacional Desenvolvimentismo de JK.

Considerações Finais

A arquitetura moderna brasileira alcançou, durante os primeiros cinquenta anos do Século XX, uma projeção mundial. Tal projeção se deveu ao trabalho de inúmeros arquitetos que militaram em favor de uma forma de se fazer arquitetura despida dos elementos “historicistas” da arquitetura de estilos do Ecletismo.

Mas, é evidente no Brasil um processo de constituição de uma linguagem moderna para a arquitetura e urbanismo que difere em grande parte do ocorrido principalmente na Europa, muito embora não fosse difícil encontrar exemplos em outros locais.

O que diferenciou o processo de construção de uma linguagem arquitetônica tipicamente moderna no Brasil foi, primeiramente, a manutenção de elementos históricos selecionados não ao acaso e, o patrocínio estatal a esta tarefa de modernização.

Ocorre no Brasil, um processo de adaptação das idéias vanguardistas de ruptura com o passado histórico e de uma visão de mundo onde o futuro prevaleceria. Isto significou, para os artistas e intelectuais modernistas brasileiros, entrar em contradição com os postulados próprios das vanguardas artísticas. Uma vez patrocinada pelo Estado as vanguardas tiveram que acertar contas com sua institucionalização. Pois, ao se integrar às ações estatais de modernização as vanguardas entram em contradição com boa parte dos preceitos a elas identificados. “De modo que permanece questionado em toda a linha o conjunto de postulados que se associa classicamente à vanguarda: a negatividade, o caráter destrutivo, o combate à instituição, a destruição da tradição, o internacionalismo” (GORELIK, 2005, p.16).

O passado histórico cambia de significado na medida das necessidades de justificação de determinados projetos políticos. De maneira que o passado, a priori, inutilizável para a atualização das instituições brasileiras, visto inclusive como contra-exemplo³, sofre um processo de elaboração no qual, certas características pretéritas encontram lugar na luta pela modernização.

Aqui fica possível entender o processo de seleção do passado a ser preservado feito pelo SPHAN em seu período inicial. O SPHAN era um órgão formado por profissionais em sua maioria, ligados ao movimento moderno, de maneira que a escolha do passado se fazia a partir de uma visão moderna. Olhava-se o passado procurando uma justificativa para sua visão de mundo. De maneira que fica fácil entender como se operou o salto a uma arquitetura do Ecletismo excessivamente ornamentada – contrária aos postulados modernos, e como a arquitetura colonial, despojada e “racional” serviu de justificativa para a nossa modernidade “desde sempre”. A operação ideológica de utilização do passado chega ao requinte de estabelecer paralelos entre a arquitetura do concreto armado e a arquitetura do pau-a-pique – o barro armado. De maneira a justificar a estética despojada e as modernas técnicas construtivas do modernismo arquitetônico uma vez que tais características estariam na raiz no nacional brasileiro.

Para François Hartog (HARTOG, 2003), o uso político do passado é a característica básica de uma mudança no “regime de historicidade” experimentada após a ascensão burguesa. Para o pensador francês o regime de historicidade moderno é aquele no qual domina sobre a história o ponto de vista do futuro. A palavra-chave é progresso e a história é entendida como processo direcionado a uma teleologia, uma idéia de progressão.

³ O historicismo romântico do século XIX.

O que de certa forma diminui o estranhamento do fato de a idéia de patrimônio histórico arquitetônico e de constituição do nacional brasileiro ter sido construído justamente pelas vanguardas modernistas. A coincidência entre os objetivos de reestruturação modernizadora da sociedade brasileira do Estado Vargas, e a necessidade de atualização estética por parte das vanguardas modernistas brasileira possibilitou esta união, por vezes insólita sob o ponto de vista de suas motivações iniciais.

Bibliografia Consultada

BENJAMIN, Walter. “**Sobre o conceito de história**” in BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas, volume I. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva. 2002.

COSTA, Lucio. **Lucio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COSTA, Lúcio. **Razões da Nova Arquitetura**. In XAVIER, Alberto. (org.) **Arquitetura Moderna Brasileira – Depoimento de uma geração**. São Paulo: Pini, ABEA e FVA, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil – ensaios sobre idéias e formas**. Belo horizonte: Oficina de livros, 1990.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização, 1978.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HARTOG, François e REVEL, Jacques. **Les usages politiques du passé**. Paris: École des Hautes Études an Sciences Sociales, 2001.

HARTOG, François. **Régimes d’historicité: presentisme et expériences du temps**. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. 4ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

MARIZ, Vasco. **Heitor Villa-Lobos – Compositor Brasileiro**. Rio de janeiro: Zahar, 1983.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. **Arquitetura e Estado no Brasil: Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil; A Obra de Lúcio Costa 1924/1952.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1987.

MARX, K & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** Tradução: Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec. 1999.

MARX, Karl. **A ideologia alemã e outros escritos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SEVCENKO, Nicolau. **Pindorama Revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada.** São Paulo: Ed. Peirópolis, 2000.

SKIDMORE, T. **Brasil: De Getúlio a Castelo (1930-1964).** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

XAVIER, Alberto. (Org) **Arquitetura Moderna Brasileira – Depoimento de uma geração.** São Paulo: Pini, ABEA e FVA, 1987.

Medo de bruxa: A feitiçaria no Brasil a partir da Visitação do Santo Ofício no século XVI

Marcus Vinicius Reis*

Em 9 de junho de 1591 desembarcaria em terras brasileiras, ainda sem um século de colonização, a comitiva que trazia o então visitador Heitor Furtado de Mendonça. Seria, então, a primeira vez que a Colônia receberia de fato a presença do Tribunal do Santo Ofício, sendo representado pelo visitador, por alguns auxiliares da inquisição, pelo notário Manoel Francisco e o meirinho Francisco de Gouveia, como nos conta Capistrano de Abreu¹. E por que a escolha de Heitor Furtado como visitador? De acordo com autores que trataram do assunto, o que se percebe é que existia um zelo grande por parte do Santo Ofício em fazer com que os seus cargos fossem preenchidos por homens “de boa consciência, prudentes e constantes”. Ou seja, esses três critérios apontados por Sônia Siqueira traziam implícitas as determinações do Conselho Geral em se fazer membros do Santo Ofício com um status de pureza de sangue, e dignos de representarem a santidade da Inquisição(SIQUEIRA,1978:26). É interessante pensar também que alguns anos depois, no tempo em que Filipe IV reinava Espanha e Portugal devido à União Ibérica, Ronaldo Vainfas aponta o interesse que havia por parte do monarca em se estabelecer um tribunal do Santo Ofício em terras brasileiras. Apesar de que tal desejo não tenha se realizado, é pertinente que tenhamos em mente que a preocupação da Coroa portuguesa vai além de que uma exploração econômica de sua colônia(VAINFAS,1997:221). Em menos de meio século teríamos a presença do Santo Ofício no Brasil por duas vezes, entre fins do XVI e início do século XVII.

Mas devemos ir mais além. Em vez de termos como ponto de partida a chegada do então visitador Heitor Furtado de Mendonça, é aconselhável que tenhamos em mentes as motivações por trás de uma visitação do Santo Ofício ao Brasil – fato ainda inédito até então -, torna-se importante resgatar até que ponto os contextos no qual o século XVI vivia foram decisivos na ação do visitador em terras brasileiras, é essencial também perceber como se deu a percepção do português diante de uma cultura heterodoxa à sua. Enfim, são questões que se tornam pertinentes a partir do momento

¹* Universidade Federal de Viçosa, graduando do 6º período do curso de História.

Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça capellão fidalgo del Rey nosso senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Ofício. Denúncias da Bahia 1591-593. São Paulo: Paulo Prado, 1922-1929, 3 vols.

em que percebemos que a visitação do Santo Ofício do século XVI foi um acontecimento que não pode ser restrito a uma análise de quatro anos, 1591 a 1595. Da mesma forma, cremos que nosso objeto de estudo permitirá entender como esta presença e influência inquisitorial, causou transformações nas relações sociais, com reflexos no quadro econômico e nas relações de poder vividos na América portuguesa. Outro fator de importância é o de perceber o processo de religiosidade e práticas religiosas no Brasil colonial ao longo dos séculos de colonização portuguesa, percebendo suas especificidades temporais e espaciais, tendo o primeiro século de colonização como espaço privilegiado para análise, por reunir indivíduos das mais variadas regiões do Império Português, concentrando experiências de religiosidades distintas no espaço colonial.

Em síntese, a temática proposta neste trabalho tem por objetivo o de analisar a 1ª visitação promovida pelo Santo Ofício em terras brasileiras, que ocorreu durante os anos de 1591 a 1595 nas regiões da Bahia e de Pernambuco. Partindo desse recorte histórico e temporal, a intenção mais específica é a de pensar a religiosidade brasileira e suas conseqüentes, tendo como enfoque principal as práticas de bruxaria e feitiçaria denunciadas na mesa do visitador Heitor Furtado de Mendonça.

Mas, começar tal análise partindo de 1591 e terminando em 1595, seria, a nosso ver, correr alguns riscos durante o estudo. Como se verá ao longo desse trabalho, tornar-se-á inviável pensar a visitação do Santo Ofício no Brasil, isolando tal acontecimento num período de quatro anos. Tal problemática aumentará a partir do momento em que se for percebendo através da documentação que inúmeras práticas, gestos, saberes denunciados ou confessados, remontam a períodos muito mais anteriores do que a visitação abrangeu. Em se tratando de religiosidade brasileira, tais questões se tornam mais complexas ainda, como poderemos perceber. Dessa forma, é de suma importância ir tecendo uma série de acontecimentos que ao longo da pesquisa irão remontar diretamente com a visitação ocorrida nos anos de 1591 a 1595. Pensar a primeira Visitação, a partir do nosso enfoque, é ir mais além do que os quatro anos que a visitação de Heitor Furtado de Mendonça produziu em documentação.

Não se pode pensar a feitiçaria no Brasil sem reconstruirmos o século XVI e suas vivências sociais e culturais. É o que cita Laura de Melo e Souza na sua introdução de *O diabo e a terra de santa cruz*(SOUZA,1986:17). O mesmo argumento é colocado

por Carlo Ginzburg ao ter proposto um método de análise acerca dos processos de feitiçaria na Itália. Por mais que sejam realidades diferentes, tanto os casos italianos como os que estão sendo trabalhados nessa pesquisa relacionam-se quanto à metodologia que deve ser empregada diante dos processos de feitiçaria existente. Não significa transportar uma realidade vivente nos processos italianos para a realidade colonial do século XVI, mas procurar analisar tais fenômenos recorrendo a métodos de investigação diferentes dos usuais, e ao mesmo tempo buscar uma temporalidade ampla capaz de reconstruir a temática pesquisada – com a ressalva de que o objeto principal da pesquisa não seja negligenciado (GINZBURG, 1989:10-11).

Nossa análise visa um estudo que não adote apenas a percepção do inquisidor diante da bruxaria presente no Brasil, de uma análise de ‘fora pra dentro’, mas que também busque perceber a religiosidade por detrás de um emaranhado de denúncias acerca das praticantes de feitiçaria. Como o próprio Carlo Ginzburg menciona, o que predomina em diversos estudos acerca da perseguição do Santo Ofício são análises que privilegiam esse caráter da perseguição promovida pelos inquisidores, esquecendo-se das temáticas das crenças das populações que foram perseguidas. Tal fato, como aponta o autor, se dá por tal análise exigir muito mais cuidado do historiador, já que se trata de um terreno escorregadio (GINZBURG, 1989:206). É nesse sentido que a proposta do presente trabalho se insere não apenas na análise da ação do inquisidor, mas principalmente o de perceber a religiosidade brasileira por detrás das denúncias de feitiçaria existentes.

. Entretanto, não significa que iremos nos ater a uma pesquisa que busque reconstruir a religiosidade brasileira partindo exclusivamente da própria colônia. Na documentação no qual analisamos acerca das feitiçarias, percebemos que tais relatos, se analisados mais profundamente, vão além da temporalidade presente na visitação, mas que apresentam especificidades que as tornam distintas da religiosidade européia. Dessa forma, temos que levar em conta o que Ginzburg menciona acerca da documentação de feitiçaria,

“Não é minha intenção afirmar que estes documentos são neutros ou transmitem informação objetiva. Devem ser lidos como o produto de uma inter-relação especial, em que há um desequilíbrio total das partes nela envolvidas. Para decifrá-la, temos de aprender a captar, para lá da superfície aveludada do texto, a interação sutil de ameaças e medos, de ataques e recuos. Temos, por

assim dizer, que aprender a desembaraçar o emaranhado de fios que formam a malha textual destes diálogos”(GINZBURG,1989:209)

O porquê de se pensar a feitiçaria como um dos exemplos da religiosidade brasileira se dá pelo fato de que tais práticas não se restringiram a um grupo específico, e muito menos possuiu um padrão como em algumas das diversas regiões da Europa, como veremos a seguir. E como mesmo cita Ginzburg, “uma leitura atenta de um número relativamente pequeno de textos respeitantes a uma crença determinada por, a meu ver, dar mais frutos do que um amontoado de documentação repetitiva”(GINZBURG,1989:214). A feitiçaria pode ter vindo com as caravelas, mas ela não seria a mesma prática quando embarcasse em terras brasílicas.

A proposta do presente trabalho não é apenas de enumerar ou citar as feitiçarias tanto de caráter europeu como as que se desenvolveram de acordo com os relatos presentes na Visitação. O interesse vai além de uma exposição documental. Pelo fato de considerarmos que a feitiçaria, enquanto pacto demoníaco veio com as caravelas dos descobridores, temos que ter em mente que essa mesma feitiçaria acabou ganhando novos caracteres ao “chegar” em terras brasílicas. E tais caracteres já podem ser vistos ainda na primeira visitação da Inquisição, apesar do Brasil ainda ter pouco tempo de colonização. Desse modo, o que propomos são estudos e análises que busquem confrontar a feitiçaria de ordem européia com a feitiçaria encontrada na documentação estudada. Definir as práticas mágicas referidas na documentação da primeira visitação inquisitorial como simples desdobramento da feitiçaria perseguida e defendida na Europa dos séculos anteriores será um tanto equivocado, visto que é preciso analisar as especificidades presentes na religiosidade brasileira colonial. E é nessa premissa que o presente trabalho se baseará.

Baseando nos principais teóricos da época acerca das feitiçarias podemos concluir que, para que aja uma feitiçaria é necessário o pacto com o demônio. Dessa forma, se quisermos pensar de que modo a feitiçaria se fez presente no Brasil do XVI, é necessário que tenhamos em mente que para os teólogos, para a Igreja e, a nosso ver, para a própria população, o Diabo estava presente em cada prática de bruxaria existente. Assim, para tentar compreender a feitiçaria é necessário também que analisemos a

atuação do Diabo como o grande responsável pelos males do mundo; e será nessa análise que situaremos a que medo de bruxa o trabalho se refere.

Os séculos que precederam às reformas pretendidas pela Igreja Católica – principalmente com o Concílio de Trento – podem ser considerados de total importância para que se possam entender as ações que foram se inserindo na estrutura interna do Catolicismo(VAINFAS,1997:19-22). Num mundo onde a figura diabólica tomou proporções assustadoras - capazes de guiar até os mais estudiosos da religião a um pensamento fatalista acerca da humanidade - o pensamento europeu tornou-se vítima do mal no cotidiano da sociedade, tendo em Satã o principal causador dos malefícios terrenos(DELUMEAU,1989:240-242). De um lado, a Europa, eivada de Medos, do outro o Brasil, palco da concretização de inúmeros medos europeus. Dessa forma, pensamos a atuação repressora da Igreja católica contra as diversas heresias tanto na Europa, como também no Brasil, partindo da premissa de que o Medo generalizado estava impregnado nas ações da Santa Sé e da própria sociedade. E o Medo a que nos referimos é definido por Jean Delumeau como sendo definido por um Medo Espontâneo, frequentemente compartilhado por diferentes indivíduos de grupos sociais. Tal Medo teria sido responsável por introduzir uma dose excessiva de negatividade, de desespero, iniciado na Idade Média, prevalecendo nos séculos modernos. Como vítima desse desespero, a Igreja agiu no sentido de apontar e perseguir os verdadeiros culpados pelas calamidades presentes na Europa. Dessa forma, Delumeau considera que a Inquisição foi o principal instrumento no qual a Igreja Católica se utilizou para combater o seu único e grande inimigo: Satã (DELUMEAU,1989).

Mas, não se trata apenas de Medo relacionado ao pânico puro e simplesmente. Em síntese, tais medos se difundiram de inúmeras formas, sendo que os que nos interessam estão relacionados com o Novo Mundo diante dos olhos do europeu. Num lugar inóspito, diferente de tudo aquilo que o homem europeu estava habituado a conviver, não tardariam existir posicionamentos a favor de uma Demonização da Colônia. A Colônia era o “braço” da Metrópole. E, conseqüentemente, o Diabo “imigraria” também para as regiões desconhecidas pelo português. Uma demonização que, para Laura de Mello e Souza, seria fruto de uma necessidade do europeu em se definir o que lhe era desconhecido, seja nos aspectos da própria natureza ainda inédita

para o europeu, seja nas culturas encontradas pelo próprio.(SOUZA,1986:49-51). Trata-se de um Novo mundo entre Deus e o Diabo.

Entretanto, a mesma autora de *Inferno Atlântico* acaba por apontar um dos principais fatores para a difusão da figura diabólica em terras coloniais o fato de que na Europa tal ameaça encontrava obstáculos devido à homogeneidade do catolicismo. E, como o Novo Mundo ainda estava começando a ser cristianizado, seria o espaço perfeito para a difusão da figura de Satã(SOUZA,1993:30). Consideramos sim o fato de que o Brasil foi um espaço amplo e considerável para que os temores acerca do desconhecido ganhassem à personificação do Diabo. No entanto, como mesmo aponta Jean Delumeau, o catolicismo europeu estava muito distante de se tornar uma religião homogênea. Pelo contrário, de acordo com Delumeau o catolicismo na Europa pode ser considerado como sendo uma religiosidade resultante de um intenso sincretismo, definido pelo autor como sendo uma sobreposição de crenças camponesas da Idade Média com a religião cristã defendida pela Igreja Católica. O que ocorreu, segundo Delumeau, foi uma tentativa da Igreja Católica de difundir a fé cristã de forma única e homogênea, mas que se deparou com tradições e costumes diversos de cada região(DELUMEAU,1989:370-376). É o que explica, por exemplo, a feitiçaria presente em Portugal e que muito se diferiu das possessões diabólicas presentes na Alemanha de Kramer e Sprenger, autores do *Malleus Maleficarum*(KRAMER;SPRENGER,1991). Dessa forma, pensar a vinda do Diabo para terras ameríndias como resultante de uma homogeneidade católica na Europa seria esquecer de que a própria figura do Diabo foi alvo ao longo dos séculos de variadas interpretações principalmente dos católicos europeus, e também é esquecer que as feitiçarias muitas das vezes condenadas pela Igreja estavam diretamente relacionadas com o uso de símbolos cristãos pelas ditas feiticeiras.

Será na figura do índio que o uso de termos como “pacto demoníaco” e “feitiçaria” começarão a serem difundidos em terras coloniais pela Igreja.. Antes mesmo da visitação do santo ofício em 1591, podemos perceber que a ação da Igreja Católica muitas vezes se viu como uma ação que procurara definir como sendo feitiçaria os diversos atos que eram considerados heterodoxos à fé cristã. Conforme cita Souza, a lista de pecados dos índios não tardaria a serem difundidas por toda a colônia, tendo nos missionários os seus principais responsáveis por tal difusão. Os principais seriam os

“vícios da carne – o incesto com lugar de destaque, além da poligamia e dos concubinatos – nudez, preguiça, cobiça, paganismo, canibalismo”(SOUZA,1986:61). E tal discurso não seria um ato isolado. Pelo contrário, o que ocorreu foi uma diversidade de relatos por parte dos jesuítas acerca das práticas heterodoxas que os indígenas praticavam. Como bem cinto Vainfas, o jesuíta Nóbrega foi um dos que em seus relatos associavam as práticas indígenas à feitiçaria como pacto demoníaco. Reflexo de uma frágil fronteira existente na colônia entre Deus e Diabo(VAINFAS,1995:51;63). Assim, o que predominava no discurso jesuítico era a plena convicção de que o Diabo estava presente na Colônia, e que era necessária uma batalha contra o principal inimigo da fé cristã que também ameaçava não só os católicos, mas também aqueles que necessitavam ser convertidos, os indígenas – propensos às práticas de feitiçaria.

“O demônio era o inimigo pessoal de cada um desses evangelizadores, de cada extirpador que o perseguia e combatia por toda parte onde se encontrava, nos ídolos que se fazia preciso quebrar e na alma dos índios, de onde deveriam ser expulsos.”(SOUZA,1993:36)

Dessa forma, a feitiçaria enquanto pacto com o Diabo veio antes mesmo da visitação, e já começara se delinear em terras coloniais, mas ainda sem alguns caracteres que a tornara o estereótipo da feitiçaria legítima para a Igreja Católica como um todo. E, a nosso ver, será na visitação do Santo Ofício em 1591 que tais caracteres começarão a surgir na Colônia, justamente em denúncias contra mulheres degredadas do Reino. Em vez de apenas citarmos os principais componentes, nosso objetivo como já mencionado será o de confrontar tais caracteres com as denúncias presentes na visitação de Heitor Furtado de Mendonça.

O estereótipo da Feitiçaria possuía alguns elementos para os teólogos. Em ordem de importância: o Diabo, a presença da mulher na maioria dos casos, e o sabbat. Vive-se num período de transição, de certo modo obscuro, no qual a modernidade está sendo implementada aos poucos no continente europeu. Explica-se tal obscuridade devido ao fato de também se inserir nesse período o temível medo do Diabo, de suas inúmeras formas e maldades, do Inferno e do que se encontra nele. O fim do mundo, o governo do príncipe das trevas na terra: foi o que a Igreja, a partir do século XIII principalmente, procurou difundir na sua teologia e também no pensamento dos fiéis. Como citam os monges Kramer e Sprenger, a presença do Diabo é de total importância pelo fato de que

é através dele que os males pelo mundo serão difundidos. Entretanto, o Diabo necessita de agentes no mundo, e é por isso que os pactos, os encontros noturnos denominados de sabbat, tornam-se importantes para que os desejos do maligno sejam atendidos (KRAMER;SPRENGER,1991). Instruídos de poderes sobre-humanos, os demônios defendidos pelo cristianismo passaram a ganhar poderosos agentes do mal presente na terra: as mulheres, ditas como feiticeiras. Como se percebe através da leitura de muitos estudiosos acerca da demonização na Europa, Satã se serve da mulher como instrumento para atrair o sexo oposto ao inferno. A mulher se utiliza de sua beleza para fazer que o homem entre em queda novamente, como já tinha feito Eva com Adão (DELUMEAU,1989:200).

As práticas de magia e feitiçaria envolviam um grande leque de possibilidades, desde atividades noturnas, eivadas de oferendas de sangue, envolvendo a encomenda da morte de animais e mesmo de pessoas, o comprometimento da própria alma aos diabos, para que se alcance o objetivo desejado, seja um propósito amoroso, para conseguir o amor de alguém ou prender a atenção do cônjuge. E seriam as mulheres as mais propensas, de acordo com inúmeros teólogos, demonólogos da Igreja, às praticas de feitiçaria e ao pacto demoníaco, conseqüentemente. Os autores do *Malleus Maleficarum* resumem bem a explicação dada por essa propensão das mulheres às feitiçarias,

“Mas a razão natural está em que a mulher é mais carnal que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnis. E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem.”(KRAMER;SPRENGER,1991:116)

Duas feiticeiras chamaram a nossa atenção pelo fato de que em suas denúncias alguns caracteres mencionados acima se tornaram recorrentes. No dia 12 de outubro de 1591, iria à mesa de Heitor Furtado de Mendonça uma cristã velha de origem espanhola, de idade de 33 anos,. Caterina Vasquez, casada com Guaspar Pires iria denunciar naquele dia que há um ano e meio aproximadamente, em Pernambuco, uma mulher portuguesa, solteira, com o nome de Borges, e possuidora da fama de que fazia pacto com os diabos, teria numa certa noite encontrado com um carpinteiro para que pudesse tirar o sangue dele de modo a oferecer aos Diabos; sendo que a própria Borges

teria dito que fizera tal prática sem qualquer ressentimento. Alguns meses atrás, ainda em 1591, viria à mesa de Heitor Furtado uma outra cristã velha de nome Violante Carneira, natural da cidade da Bahia, de idade de 35 anos aproximadamente, e viúva de Antonio Roiz Villa Real. E de acordo com a denunciante, provavelmente no anos de 1589, teria aparecido na em sua casa uma mulher vagabunda – adjetivo descrito pela própria Violante – de nome Maria Gonçalves, ou “Arde-lhe-rabo”. O conteúdo da conversa entre as duas é bastante explicitado por Violante em sua denúncia. De acordo com o relato de Violante, a dita Maria Gonçalves teria vindo a falar com ela sobre alguns feitiços que a denunciada fazia, além de promover pactos com os demônios. Além disso, teria dito Violante Carneira que a “Arde-lhe-o-rabo” possui algumas chagas em um dos seus pés, no qual os diabos lhe tiravam daquela chaga um pedaço de carne. A denúncia é concluída com Violante “dizendo”² que a Maria Gonçalves teria ido ao mar no objetivo de pegar alguns, digamos, ingredientes para que seus feitiços fossem promovidos, já que como mesmo relata Violante, Maria Gonçalves “com feitiços sabia e fazia o que queria”.

Denúncias como estas, ou que fazem menção a pactos diabólicos, encontros com os diabos ou mesmo que se diz haver fama pública desses atos, não são esparsas como se imagina. Entretanto, deixamos claro que a questão da feitiçaria pouco apareceu na mesa da visitação, mas por outro lado as denúncias que foram apresentadas na mesa da visitação, apesar de poucas, trouxeram algumas considerações acerca da religiosidade colonial que podem ser levadas em consideração, se promovida uma análise mais profunda acerca da temática proposta.

Se nos basearmos por completo às duas denúncias acima relatadas, poderemos cair na armadilha de pensar as feitiçarias no Brasil como representantes de uma continuidade da feitiçaria existente na Europa. Encontro com os demônios, a aparição de chagas que, em alguns casos a Igreja considerava como sinal de pacto diabólico, o uso de sangue para ofertas ao demônio. Tais elementos se fizeram presentes no cotidiano dessas mulheres feitiçarias. Uma hipótese é o próprio fato de que eram mulheres degredadas do Reino, tendo uma maior proximidade com a feitiçaria que tanto

² Por se tratar de uma denúncia em terceira pessoa, ou seja, o documento é resultante de uma transcrição de uma denunciante, que denuncia uma outra pessoa. As aspas colocadas são no intuito de termos em mente que tal denúncia, antes de ser analisada *ipsis literis*, é necessário que aja alguns cuidados, como já mencionados anteriormente.

assombrou a Europa na modernidade. Por outro lado, ser degredada do reino não explica muita coisa, já que em Portugal a questão da feitiçaria se fazia presente de forma distinta dos outros países, como França e Espanha, onde a tradição de se perseguir bruxarias era mais iminente. O que seria, então, essa feitiçaria? Podemos tentar entender que ainda no século XVI os elementos de continuidade de uma religiosidade europeia se tornaram mais presentes na colônia do que em outros séculos posteriores. E no campo da feitiçaria não seria diferente, como cita Laura de Mello e Souza. Esta, também percebe no período quinhentista do Brasil uma feitiçaria muito mais propensa à elementos europeus, portugueses, do que um sincretismo de fato(SOUZA,1986:17). Entretanto, tal sincretismo ocorreu sim durante o século XVI em tais práticas. Pensar a feitiçaria de Maria Gonçalves ou mesmo da denunciada Borges, fora de todo um contexto colonial, é pensar que tais feiticeiras eram praticantes do sabbat, ou que suas práticas apenas mudaram de um espaço territorial, mas que continuaram com a mesma essência presente em Portugal.

Se para Geraldo Pieroni a feitiçaria portuguesa não deixou de lado os aspectos demoníacos, já que tais aspectos eram considerados essenciais para a detecção do crime de heresia pelo Santo Ofício, por outro lado o que designou ser feiticeira em Portugal, e que não fugiu muito à regra no Brasil, foram indivíduos que buscavam uma forma de feitiçaria, a *feitiçaria simpática* - eram atos muito ligados tanto com o mundo religioso como de tradições culturais, onde as práticas de feitiçaria muitas vezes utilizavam símbolos presentes tanto na religião católica como em crenças pessoais (PIERONI,2000:169-173). Dessa forma, a feitiçaria se utilizava de tais símbolos no objetivo de conseguir proveitos amorosos, sortilégios contra algum suposto inimigo ou mesmo para enriquecimento.

Entretanto, mesmo já possuindo uma tentativa de nos distanciarmos de uma perspectiva que interprete as praticas das feiticeiras coloniais como pura e simples continuidade do sabbat europeu, ainda nos resta uma ultima consideração a fazer. Se por um lado a “feitiçaria simpática” portuguesa muito se fez presente no Brasil³ através dos sortilégios amorosos, feitiços por vingança, entre outros. Devemos considerar que o Brasil, mesmo recém colonizado, já possuía uma vivência própria, capaz de oferecer aos novos habitantes contextos dos mais variados possíveis, e distintos mesmo dos de

³ E não apenas Geraldo Pieroni considera tal presença, mas também outros autores como Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas, James Sweet.

Portugal. E é nesse sentido que começam a se desenvolver novas formas de relação com as magias, com os feitiços. Não apenas a feiticeira será procurada pra resolver as dificuldades de uma pessoa, mas os índios, os escravos serão vistos como possíveis “colaboradores” para que os desejos individuais possam ser atendidos. Mas isso não ocorreu do dia pra noite, pelo contrário, os séculos de colonização serão palcos de um verdadeiro desenvolvimento de uma feitiçaria que aos poucos vai se tornando genuinamente brasileira.

Referências Bibliográficas

1. DELUMEAU, Jean. História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
2. GINZBURG, Carlo. “O Inquisidor como antropólogo”. Trad. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH - Marco Zero, set. 90 - fev. 91, nº 21, pp. 9-20.
3. PIERONI, Geraldo. Os Excluídos do Reino: A Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000
4. KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. O martelo das feiticeiras. *Malleus Maleficarum*. Tradução de Paulo Frões. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1991
5. SIQUEIRA, Sonia Aparecida. A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial. São Paulo: Ática, 1978.
6. SOUZA, Laura de Mello e. O Diabo e a Terra de Santa Cruz. São Paulo: Companhia das Letras, 1986
7. _____. Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
8. VAINFAS, Ronaldo. A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
9. _____. Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997

Sebastianismo: A história entre representações literárias

Maria Aparecida Milagres Machado;
Mateus Rezende de Andrade; *

Resumo: Este trabalho busca, por meio de análise de textos literários, resgatar a importância do mito do sebastianismo para os portugueses e como este é retomado em diversas épocas. Um dos textos analisados é "A Última Nau" de Fernando Pessoa onde a figura de Don Sebastião torna-se a representação do Império português. No poema, o autor narra a sua viagem rumo à África. Durante a ida ocorre a morte física do imperador e seu retorno espiritual seria uma nova glória de Portugal. Vários autores que estudaram o mito do Desejado têm mostrado sua retomada em situações de crise, principalmente por populares. Isso indica um saudosismo ao passado e a esperança de um futuro áureo.

Introdução

Jacqueline Hermann define o *Sebastianismo* como um

“fenômeno múltiplo, complexo, fascinante e por vezes insidioso aos olhos da história, sempre encoberta por novas e possíveis grades de leitura, sua busca estará sempre limitada, parafraseando o grande historiador Carlo Ginzburg, pelo embate entre provas e possibilidades, pelos vários sentidos dos mitos, emblemas e sinais” (HERMANN, 1998: 248).

O *Sebastianismo* é um mito, e todo mito, por ínfimo que seja (não é o caso do nosso mito em questão), possui um caráter de transcendentalidade, que na filosofia Kantiana é aquilo que ultrapassa os limites da experiência (Cf. GARDINER, 1995: 27-41).

“Com efeito, atemo-nos à suposição de que o sebastianismo só se nos tornará mais transparente na medida em que o integremos no seu contexto histórico geral – a estrutura sócio-econômica portuguesa, apreensível a partir da segunda metade do século XVI até os princípios do século XIX.” (SERRÃO, 1993: 23).

Apesar de ser questionável nossa capacidade e eficiência de situar um contexto no tempo histórico, Hayden White faz esta crítica ao ofício do historiador (KRAMER,

* Graduandos em História, Universidade Federal de Viçosa.

2001: 131-173), cremos que se não o fizermos, o *Sebastianismo* torna-se incompreensível, loucura aos nossos olhos.

O *Sebastianismo* é uma espécie de messianismo¹, pois ao nascer D. Sebastião, alegrou-se todo o reino de Portugal, que teria novamente um herdeiro ao trono, afastando assim a angústia de serem governados pelo Rei de Castela (Cf. HERMANN, *Op. Cit.*), por isso, o seu codinome de “O Desejado”. D. Sebastião governou Portugal entre os anos de 1568 a 1578, ano em que desapareceu na Batalha de Alcácer-Quibir, no norte da África, fronteira com a Europa. Por falta de herdeiros ao trono, Felipe II, tio de D. Sebastião, anexou Portugal e todas suas colônias ao reino de Castela, dando origem ao período denominado União Ibérica.

A partir daí, surge o mito do *Sebastianismo*, em meio à necessidade do povo de um líder, alguém que traria novamente a glória do passado português, sobrepondo-se à crise econômica e social, fruto do declínio do comércio português nos mares. E sendo propagado por meio de trovas que pregavam a vinda de um messias do povo português (Cf. SERRÃO, *Op. Cit.*:14-20), o *Sebastianismo* ganha grandes proporções, entra na vida das pessoas e hoje faz parte da história do povo português.

A Crise

À época dos grandes descobrimentos e comércios inter-oceânicos, Portugal logo despontou como uma grande potência produtora de saberes. Foi o primeiro reino a dominar os mares, e em pouco tempo tinha sob seu domínio um vasto império e importantes rotas comerciais. “Desde 1446, os portugueses vinham mantendo contatos com a África, de onde obtinham ouro em troca de cobre, tecidos, cavalos, trigo, vinho e armas.” (THEODORO, 1997: 19).

Existe uma épica e heróica história da expansão marítima portuguesa, a obra clássica é a de Camões, *Os Lusíadas*, que narra à epopéia de Vasco da Gama, transformando-o num herói português. Por conta deste lado heróico da história de Portugal, não se pode tomá-la apenas por um viés econômico em detrimento de toda a cultura que permeava na época.

“Por ordem da Expansão, aluíram-se, em poucas décadas, as fronteiras geográficas multisseculares do mundo.”(DIAS, s/d:122). Ainda que os imaginários geográficos estivessem em mudança, não eram apenas eles. Houve juntamente

¹ Messianismo no sentido de um líder esperado, alguém que traria esperança. Como no Antigo Testamento, é pregada a vinda de um messias, que traria a salvação e libertação do povo Judeu.

modificações na mentalidade da época. “Admitiu, pela primeira vez, a possibilidade de ser um deus na terra.”(*Ibid.*: 123). O autor neste trecho se refere a Portugal, de certo modo faz um paralelo entre Expansão e limites geográficos, difusão da ciência e dos saberes com um avanço do antropocentrismo.

Jacqueline Hermann faz em seu livro uma acurada análise dos eventos que precederam e os que sucederam o desaparecimento de D. Sebastião. A disputa por rotas comerciais e por mercados fez com que Portugal perdesse seu lugar de soberano absoluto dos mares. Conseqüentemente dá-se início em torno de 1545-1552 (Cf. SERRÃO, *Op. Cit.*: 23) uma crise econômica que veio juntar-se mais tarde à perda do soberano e formação da União Ibérica. Por conta desta crise portuguesa, em meio a problemas econômicos, sociais e políticos, recorrentes desta reviravolta nas estruturas da sociedade, o *Sebastianismo* surge do medo do futuro incerto e indesejado. Estava formado o contexto onde:

“tanto a profecia como as ciências mágicas lusitanas procuravam no além o reencontro de uma história de lutas vitoriosas e homens corajosos, herdeiros de um destino já traçado, escolhido por Deus e inscrito em *Ourique*” (HERMANN, 1998: 219) “A inexplicável e milagrosa vitória diante de um exército desproporcionalmente maior de infieis foi atribuída à aparição de Cristo a Afonso Henriques antes da batalha, milagre que teria selado o destino glorioso e sagrado do reino português na expansão da cristandade.”(HERMANN, 2006: 13)

Mito Popular

O *Sebastianismo* é um mito datado, tem início na Batalha de Alcácer-Quibir e na anexação espanhola. Como já foi dito, surge de um medo do futuro incerto, e saliento também para o nacionalismo existente, um sentimento popular de medo ao que ameaçava a Pátria, dada à perda de autonomia por conta da União Ibérica. “O carácter popular do messianismo sebastianista é demonstrado pela origem social daqueles que se alistaram nas hostes dos D. Sebastião de Penamacor e da Ericeira (1580);...”(SERRÃO, *Op. Cit.*: 28).

Joel Serrão questiona o porquê da participação de camadas populares portuguesas. Algumas de suas respostas são as influências messiânicas dos cristãos-novos, a crença no milagre (fonte de esperança), ainda por conseqüência da “necessidade de viver”. “Tudo isso, conjugado com a circulação das *Trovas* de

Bandarra e de outras profecias, levou à vivência religiosa do mito, nascido da esperança desesperada dos mais cômicos da agrura dos tempos que assim se iniciavam” (SERRÃO, *Op. Cit., Loc. Cit.*)

O autor ainda ressalta que mesmo com a Restauração², onde se ensaiou um declínio do mito, e ainda com a Inquisição condenando os leitores e autores das *Trovas*, o *Sebastianismo* não foi esquecido. Marquês de Pombal, ao perseguir os jesuítas, também perseguiu o *Sebastianismo*, porém não teve sucesso nesta ação, “... prova-o o facto de se ter verificado nova ressurgência sebastianista, nos começos do século XIX, aquando das invasões francesas (1807-1810).” (SERRÃO, *Op. Cit.:* 19)

Ressurgência contemporânea da temática sebastianista

Como já foi posto acima, o *Sebastianismo* é um mito que tem data, local e estruturas sociais pelas quais alguns autores explicam suas origens. É sabido que mesmo após a superação das incertezas que assolavam o reino de Portugal o mito não foi posto abaixo, sendo retomado por toda época do antigo regime português.

Joel Serrão escreve que com a crise do Antigo Regime e a perda do comércio com o Brasil nos princípios do século XIX, “as condições que permitiram a experiência liberal teriam varrido de todo a crença popular sebastianista.” (SERRÃO, *Op. Cit.:* 31). Refuta autores que defendem o fim do mito com esta “virada estrutural”. Serrão mostra uma sobrevivência literária do mito, que se explica pelo fato de autores, através duma escrita romântica buscarem o passado glorioso do Reino e encontrar ali inspiração.

Joel Serrão exemplifica sua tese com o caso de Fernando Pessoa, que publicou um único livro na língua portuguesa, *Mensagem*, em 1934. O poeta, segundo Joel Serrão, tenta revisar o vitorioso império luso em busca de um sentido para a antiga grandeza e a atual decadência. Escreve que essa permanência do mito na literatura, seria saudade do que já existiu e agora, aos poucos, está morrendo. Portugal está perdendo suas colônias e sua aura imperial está a extinguir-se.

José Sebastião da Silva Dias, em seu livro *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, narra de uma forma totalmente literária a Expansão portuguesa. Utiliza-se claramente de formas de linguagem como a metáfora e uma maneira organicista de representar seus objetos (Reino de Portugal). Mostra um

² Ruptura de Portugal com o domínio da Espanha em 1640.

avanço além de físico geográfico, um avanço na perspectiva dos homens sobre o Mundo. Portugal desbravou sob os mares para que o mundo de uma forma geral avançasse geográfica e psicologicamente.

“A silhueta do mundo despontou experiencialmente nos espíritos como mundo do homem e teatro por excelência do seu agir e existir [...] E andaram também, como não menor influência, a propulsão activista e a ruptura com a estaticidade mental, que a dialética do humanismo e da Renascença bolsavam sobre a Europa.” (DIAS, s/d: 123).

Ou seja, as idéias estáticas do pensamento medieval foram superadas, para que Portugal se inserisse em um novo contexto, o Capitalismo. A antiga escolástica dá lugar às novas idéias humanistas, em que o homem e a humanidade passam a ser reconhecidos (ABBAGNANO, 1998: p.861), segundo Silva Dias,

"o Humanismo não foi apenas uma atitude literária. Foi também uma tentativa de reconsideração, ao mesmo tempo estética e filosófica, dos costumes e concepções do homem cristão. Deu à gente culta o gosto pelo recurso directo à fonte do saber antigo, ressuscitando não só os clássicos da literatura, mas também os clássicos do pensamento. O movimento desenvolveu-se, porém, lentamente; só chegou ao campo da filosofia e das ciências depois de ter repousado por algum tempo no das letras e das artes. Mas, sendo o Renascimento uma espécie de convite à purificação da inteligência nas águas santas da cultura clássica, devia conduzir, cedo ou tarde, à revisão da Escolástica. E assim sucedeu no limiar do século XVI." (DIAS, 2006).

E todo esse desenvolvimento se deu no mar, outra figura recorrente no texto, e na vida dos portugueses. “A Nação portuguesa encontrou no mar a causa primeira da sua consolidação, deve aos oceanos o motivo da sua expansão universalista”. (MATIAS, s/d). No texto de Silva Dias, o termo Expansão está ligado ao ato de navegar, ele sugere: "Mas não é menos certo que a Expansão, pelo choque psicológico das incidências, actuou como acelerador ou catalizador de tudo isso." Ele cita que todo o progresso da Europa está fundamentado nas viagens e descobrimentos iniciados pelos portugueses. Esse tipo de alusão demonstra o carácter nacionalista do autor.

Silva Dias está sempre remetendo a Portugal na sua narrativa: “E a sua [*Portugal*] vocação terrena, o seu papel de dominador da natureza e de criador e condutor da História, adquiriram um vulto que, lentamente, se foi mostrando central na contemplação de si próprio.” (DIAS, J.S. da Silva. *Op. Cit. Loc. Cit.*). Apesar da

diferença de linguagem e perspectiva, está da mesma maneira que Fernando Pessoa, com o *expansionismo* em pauta, nesta busca do império português, da glória já passada. No texto de Silva Dias, vê-se uma perspectiva em que Portugal se perde para o Homem se encontrar. A perda leva ao encontro, Portugal se perdeu, para que o Mundo fosse encontrado. A Expansão acelerou o processo da convicção humana de que havia uma “idade de ouro à sua frente sobre a terra.” (*Ibidem.*)

“O que, nos esquemas do humanismo, aparecera apenas como uma interpretação ou concepção antropológica, como uma filosofia hipotética da vida e da cultura, emergia das realidades da Expansão como um elã vital da inteligência humana.” (*Ibidem.*)

No poema de Fernando Pessoa, D. Sebastião é o Império português, ou seja, percebe-se claramente o uso da sinédoque, em que a figura mítica de um rei perdido toma proporções do próprio Império. Ele conta a trajetória de uma viagem, de ida e volta, sendo a ida a morte física do rei e posteriormente seu retorno espiritual seria uma nova glória de Portugal. E com o desaparecimento do rei cai também o sonho de um império universal que começou no chamado Milagre de Ourique. A inexplicável vitória diante de um exército muito maior de infiéis, foi atribuída à aparição de Cristo a Afonso Henriques antes da batalha, milagre que teria selado o destino glorioso do reino português. (Cf. HERMANN, 1998: 13).

Fernando Pessoa descreve uma embarcação que leva D. Sebastião e, por conseqüência, o Império português para o exílio, para a perdição. E essa desagregação representa a situação vivenciada por Portugal após o desaparecimento de seu rei, que depois de 1578 foi dominada por Castela e ficou sem um governante luso, a mercê dos desmandos de Felipe II de Espanha, tio do Desejado. E o povo clama por um regente legítimo. No poema Pessoa profetiza a volta messiânica desse rei, seguindo o já conhecido mito sebástico, para um futuro glorioso.

Tal característica, o saudosismo do passado e a esperança em um futuro áureo, estão presentes na obra de Pessoa dessa época, como analisou Raquel Souza. O passado é visto como um tempo ideal, em que havia ainda uma agitação, uma “vontade e a ‘chama’ acesa em oposição a um presente decaído, escuro, silencioso e hostil. O futuro é o lugar idealizado e almejado pelas vozes poéticas.” E “a navegação encaminha a pátria a um outro lugar, diferente do que se representa no presente desalento, seja se

elevando às estrelas, seja se encaminhando a uma nova e definitiva conquista.” (SOUZA, 2007: 7).

Os dois autores trabalham com a idéia de Expansão, um mais voltado para o alargamento comercial e a passagem de um imaginário de mundo pequeno, para um mundo de extensões territoriais grandiosas. Já Pessoa pensa a Expansão como sentido de navegar e de uma forma saudosa reclama esse passado grandioso de Portugal. Ambos demonstram um caráter nacionalista, ao lembrar situações e mitos que reforçam, de uma forma ou de outra, a magnitude da nação Lusa. O Mar é objeto nas duas obras analisadas, assim como sempre esteve presente na vida e no imaginário deste povo.

Conclusão

“Em uma tipologia que se tornou clássica, Richard Rorty coloca assim, ao lado das reconstruções racionais da filosofia analítica, voluntariamente anacrônicas e a-históricas, três outros modos de escrever a história da filosofia, todos três plenamente históricos e todos três tidos por pertinentes: a *Geistesgeschichte*, definida como a história das questões propriamente ‘filosóficas’ e da constituição do cânone dos ‘filósofos’ que as formularam, a ‘história intelectual’, entendida no sentido de uma história das condições mesmas da atividade filosófica, enfim, as reconstruções históricas, que atribuem o sentido dos textos a seu contexto de elaboração e as suas condições de possibilidade.” (*Apud.* CHARTIER, 2002: 12)

A forma mais comum do trabalho histórico é, com certeza, a última posta por Chartier acerca de Richard Rorty.

Chartier em outro texto, também dissertando acerca de questões relativas à narrativa histórica, cita Hayden White, e segundo ele, White diz haver quatro formas pelas quais é possível formar uma narrativa histórica: formista, mecanicista, organicista e contextualista, sendo esta a mais comum entre os historiadores. (CHARTIER, 2002: 101-116).

Como já foi dito acima, a capacidade do historiador de ter um contexto é questionável. Ainda assim, não se pode descartá-lo. Como entender os textos de Pessoa e Silva Dias, sem um contexto do surgimento do mito sebástico, ou um conhecimento da época de produção destes autores? De que adianta todo o trabalho maçante de levantamento e análise documental, “se a realidade dos fatos tramados não importa à

natureza do saber produzido, a “operação historiográfica” não seria tempo e pena perdidos?” (CHARTIER, *Op. Cit.*: 112)

David Harlan apresenta uma boa resposta a esta questão de texto e contexto, dada por Quentin Skinner aos teóricos da linguagem. Ele escreve que Skinner acredita num contexto fora do texto, e que através da apropriação da hermenêutica romântica³, ele propõe aos historiadores como responsabilidade primária, “reconstituir as ‘intenções primárias’ do autor, onde a mensagem real do texto será encontrada.”(HARLAN, s/d: 20). Ele apresenta a teoria dos atos da fala, que são intersubjetivos e não intertextuais, “são ações humanas intencionais que ocorrem em situações sociais específicas.” (*Ibid.*: 23). O ato da fala é um contexto que prescinde o texto. Já o texto é um outro contexto que contem o ato da fala. A teoria dos atos da fala, “requer que os historiadores se transportem para dentro da cultura e da mente do autor.” (*Ibid.*: 25)

Que nós historiadores tenhamos um pouco mais de crítica literária, análise textual, conhecimento de filosofia, filosofia da história e embasamento teórico ao realizar nosso *metier*.

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola, *Dicionário de filosofia*; tradução Alfredo Bosi. – 2º ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia. A História entre certezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre, Ed. Universidade, UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. Figuras retóricas e representações históricas. In: _____. *À beira da falésia. A História entre certezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre, Ed. Universidade, UFRGS, 2002. p.101-116

DIAS, J.S. da Silva. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

³ Corrente filosófica científica que no século XX, inspirada pela filosofia, teve como ponto chave a idéia de que o ato de interpretar não necessita apenas de metodologia e empreendimentos metodológicos, mas também da experiência dos seres humanos no mundo. Autores como Martin Heidegger, defendem que o papel da reflexão hermenêutica é o de mediar uma relação entre a linguagem da ciência e a utilizada pelos atores sociais. Há uma tese oposta a esta idéia, formulada por Wilhelm Dilthey, que diz que a hermenêutica está obrigatoriamente fundamentada em métodos compreensivos para as ciências humanas.

- DIAS, J.S. da Silva. *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*. Lisboa : Campo das Letras, 2006.
- GARDINER, Patrick. Kant (1724-1804). In: _____. *Teorias da História*. 4ªed. Trad. Vitor Matos e Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1995
- HARLAN, David. “A história intelectual e o retorno da literatura”. In: MARGARETH, Rago & GIMENES, Renato Aloizio do Oliveira (orgs.). *Narrar o passado, Repensar a História*. Campinas(SP): Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Unicamp), s/d.
- HERMANN, Jacqueline. Elksarel-Kebir: Narrativa e História Sebástica na Batalha dos Três Reis, Marrocos, 1578. In: *História: Questões e Debates*. Curitiba, n.45, 2006. Editora UFPR, p.13
- HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado: A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- KRAMER, Lloyd. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.131-173
- MATIAS, N. V. Atlas de Portugal. Um país de área repartida. Disponível em: <http://www.igeo.pt/atlas/Cap1/Cap1a.html> Acesso em 29/11/08.
- SERRÃO, Joel. *Do Sebastianismo ao socialismo*. Livros Horizontes. 1983.
- SOUZA, R. S. M. . *Augusto Casimiro e Fernando Pessoa: "nau... Portugal" e a conquista da "Distância"*. Revista Crioula, São Paulo, p. 1 - 10, 01 maio 2007. p. 7.
- THEODORO, Janice. *Descobrimientos e Renascimento*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

Estou de altos! Ou, do caráter derivado da consciência estética

María Eugenia Gay*

Um primeiro olhar sobre a obra fundamental de Hans-Georg Gadamer, *Verdade e método* (*Wahrheit und Methode*, 1960), evidencia já a primordial importância que se atribui à estética na sua filosofia. A primeira parte da obra foi inteiramente dedicada à questão da verdade da arte, e na medida em que se avança no texto, esta questão assume a forma de recomposição da tradição que pensou tanto a arte quanto o conhecimento nas “ciências do espírito” (*Geisteswissenschaften*). Mas se bem está claro que a questão estética é importante, fica também evidente que a definição de estética com que Gadamer trabalha não foi extraída de algum teórico ou tradição em particular, e também não pode ser exprimida taxativamente. O esforço que o filósofo exige dos seus leitores é justamente o de acompanhar o caminho que o levou à concepção estética que propõe, pois nesse caminho, e não em um resultado, está o sentido que a obra de arte reveste para sua filosofia e para o conhecimento.

Tal caminho se articula, no meu ponto de vista, partindo de e acompanhando a crítica da *consciência estética*, cujo período de legalidade teve início com a Filosofia Crítica, na medida em que nela aparece formulado o conceito moderno de *estética*. No entanto, se faz necessário advertir que a desmontagem da consciência estética não é uma crítica direta da filosofia kantiana, ou pelo menos não é só isso. Trata-se mais precisamente de uma leitura cuidadosa das formas que adquiriram as considerações estéticas na Terceira Crítica e também na filosofia pós-crítica. Como bem ensina Gadamer, não é possível pular no tempo para alcançar uma apreensão do sentido originário de uma obra que possui sua própria história interpretativa, e o caso da obra kantiana, vista sua magnitude, não podia ser uma exceção. Por isso pouco importa deduzir a relação entre a estética kantiana e idealista-romântica e a hermenêutica filosófica de Gadamer em termos da alternativa correspondência / oposição. A intenção que orienta a crítica gadameriana é a de redimensionar os termos da discussão, de maneira tal que seja possível uma nova aproximação tanto à arte quanto ao conhecimento, ou seja, ele se propõe refundar a pergunta pela verdade da arte.

A discussão em que Gadamer se envolve com a consciência estética não se reduz, destarte, a um aspecto pontual, mas antes transita por diferentes questões suscitadas por uma

*

* Mestranda em História Social da Cultura do Programa de Pós-Graduação da PUC-Rio com orientação do Prof. Dr. Luiz Costa Lima. É bolsista nota 10 da FAPERJ.

leitura complexa em cuja riqueza se encontra o espaço dissonante no qual se introduz a concepção estética que a hermenêutica propõe.

Acredito que um bom lugar para começar no caso que aqui nos ocupa, seja então a análise que Gadamer faz da estética kantiana por conta da subjetivização do gosto, que é enunciada na primeira parte de *Verdade e método*:

Precisamos reconhecer que a fundamentação da estética kantiana sobre o juízo de gosto faz justiça a ambos os aspectos do fenômeno, sua não-universalidade empírica e sua pretensão apriorística à universalidade. Mas o preço que ele paga por essa justificação da crítica no terreno do gosto consiste em negar ao gosto qualquer significado cognitivo. É um princípio subjetivo, ao qual ele reduz o senso comum. (GADAMER, 1997: 84).

A razão pela qual se atribui a Kant a fundação da estética moderna, remete em primeiro lugar, ao novo sentido dado à palavra estética, que para o Kant da Crítica do Juízo (CJ), não denomina já a investigação da percepção sensível, e passa a designar a própria teoria do gosto. Nos escritos anteriores à terceira crítica e na filosofia que até então tinha se ocupado da estética, a de Leibniz, ou Baumgarten, por exemplo, esta denominava um espectro mais amplo, porém subordinado hierarquicamente em termos de conhecimento devido à sua singularidade (GADAMER, 1997: 70). O papel da estética na doutrina das faculdades também é uma novidade no sentido de que ela assume uma posição original que só ela pode cumprir e por isso é indispensável, já que o juízo estético realiza a passagem entre as outras faculdades de conhecimento e os diferentes interesses da razão.

Acompanhando o texto kantiano, vemos que ambas características do fenômeno do gosto, sua generalidade empírica e sua pretensão apriorística de generalidade, são fundamentadas ao assumir dois princípios. Em primeiro lugar, que a representação de um objeto que entra em acordo com as nossas capacidades de conhecimento sem um conceito determinado gera um sentimento de prazer ou desprazer. Este é o fenômeno que Kant chama o “livre jogo das faculdades”, e significa precisamente que a faculdade da imaginação procura incessantemente um conceito (ou uma idéia) ao qual associar uma representação dada, sem conseguir achá-lo. Poderia ser descrito como um contínuo vai-vem entre as faculdades de conhecimento, que produz uma intensificação do sentimento vital no sujeito, na medida em que não consegue saciar sua necessidade de determinação, sem por isso deixar de tentar fazê-lo. Em segundo lugar, temos de conceder que é sustentável supor a priori que uma representação capaz de assim estimular a imaginação e o entendimento em um indivíduo

particular, será igualmente idónea para o estímulo das mesmas faculdades em todos os homens. Assim, Kant denomina esse idêntico sentimento que será provocado em qualquer pessoa por ocasião de idêntica representação, de gosto. A representação que seja capaz de estimular a nossa faculdade de juízo nesse sentido é então por sua vez considerada bela. O conceito do belo e sua representabilidade será mais amplamente desenvolvido em termos de *idéias estéticas*, que são por definição irrepresentáveis e das quais Kant se ocupa também na *Crítica do Juízo*. Por enquanto é suficiente notar que essa concordância na prática parece (quase) sempre verificar-se empiricamente, de maneira que, embora sem critério objetivo algum, grande é a surpresa quando alguém discorda de um juízo de gosto, e geralmente nesses casos é solicitada uma explicação para tal discordância, ou então criticada a falta de gosto de quem se comporta dessa forma. Assim, poderia parecer que a beleza é um atributo do objeto, pois toda vez que ele aparece, suscita o assentimento do gosto, mas se assim fosse, o que tem lugar seria o acordo do objeto com um conceito do entendimento, e por isso estaria em jogo um interesse de conhecimento legislando sobre os outros. Pelo contrário, quando o objeto da representação é considerado belo, o que acontece é antes o puro sentimento de acordo entre as faculdades. Estamos falando então de uma suposição de universalidade antropológica, a da igualdade do acordo das faculdades para todos os homens, que quase sempre se verifica empiricamente, mas que fica sempre condicionada a cada objeto particular, pois não é possível prescrever regras para a beleza dos objetos de uma forma geral antes que eles apareçam. Eles precisam dar-se na experiência antes que sejamos capazes de avaliar o seu efeito sobre nós, e mesmo assim nunca seremos capazes de defini-los.

Assim sendo, fica claro também que esta pretensão de universalidade só se sustenta em critérios subjetivos – o sentimento de agrado ou desagradado provocado pelo livre jogo das faculdades – que são comuns, a priori, a todos os indivíduos¹. É por causa dessa pressuposta universalidade do sentimento, que o juízo de gosto se torna comunicável. Do anterior se depreende que a comunicabilidade não é nesse caso uma consequência da beleza do objeto; mais precisamente um objeto é belo porque a sensação que provoca se presume a priori comunicável. Para que tudo isso seja possível, Gadamer destaca que o juízo de gosto deve fundamentar-se transcendentemente negativa e não positivamente: o que transforma o gosto em sentido (ou talvez mais propriamente *sentimento*) comum é a ausência de predisposições

¹ Assim no §6: Pois aquilo, a respeito de cuja complacência alguém é consciente de que ela é nele próprio independente de todo interesse, isso ele não pode ajuizar de outro modo, senão de que tenha de conter um fundamento de complacência para qualquer um.”

particulares em relação ao objeto por parte do sujeito, e não uma característica do objeto. Aquilo que agrada por motivos particulares, não é considerado belo (GADAMER, 1997: 85). mas agradável aos sentidos, e assim não reclama a concordância dos demais. Portanto, só quando o sujeito se libera do seu próprio desejo, seja este um interesse da razão ou do conhecimento, isto é, quando é capaz de contemplação desinteressada, estamos em presença do que Kant denomina um juízo de gosto puro. Pelo contrário, quando o ajuizamento é determinado por um conceito do entendimento, ou uma lei da razão prática, ele não é já o produto puro da reflexão, de maneira que não pode ser considerado puramente estético pelo fato de responder a um desses interesses.

O conceito do senso comum, tem dado lugar a teorias sobre a possibilidade de uma fundação estética da política, como no caso do trabalho de Hanna Arendt, (ARENDR, 1982) ou de Jacques Ranciere (RANCIERE, 2005), e isto é sem dúvida possibilitado pelo texto kantiano. Mas é importante ressaltar, com Gadamer, que o termo *senso comum*, da forma como é utilizado na descrição da função coordenadora da faculdade de julgar, descreve primeiramente o estabelecimento do acordo entre as faculdades de conhecimento. Em palavras de Deleuze: “Nossa suposição de uma 'comunicabilidade do sentimento' (sem a intervenção de um conceito) funda-se pois sobre a idéia de um acordo subjetivo das faculdades, na medida em que esse acordo forma, ele próprio, um senso comum” (DELEUZE, 1976: 68). Deve ficar claro então, quando falarmos de senso comum, que este não tem o significado ético-moral que tivera para a tradição humanista, mas que está sendo aqui utilizado em sentido sistemático. É próprio do ser humano o sentimento que o acordo indeterminado das faculdades provoca, sem que isso se funde, porém, em um sentido de comunidade histórica. Ele é comum na acepção de “geral”, “ordinário” da palavra, presente em todos os homens (GADAMER, 1997: 73-74, *passim*). Nesse sentido o texto kantiano funda também um novo significado para o conceito do senso comum. O senso comum é esvaziado do seu sentido moral na mesma medida em que o conceito de gosto perde sua carga moral ficando restrito ao juízo do belo. O gosto para o sistema kantiano, como já foi dito acima, é primeiramente um termo técnico que serve para descrever a relação que se estabelece entre as faculdades em ocasião do juízo reflexionante. O “bom gosto” deixa de ser um momento do juízo prático que determina a escolha do sujeito em uma ação moral, e pelo qual ele irá preferir uma forma de agir antes que outra, e a moralidade deixa de fazer parte da avaliação do bom gosto de uma tal ação. E no entanto, a sua relação se torna patente se

pensarmos que o contrário do bom gosto não é o mal gosto, e sim a falta de gosto. A ação ou o objeto que incomoda a quem possui bom gosto é aquilo que lhe repugna aos sentidos, e a repugnância é um sentimento que não pode restringir-se à descrição sistemática do acordo interno das faculdades, pois sempre está relacionado a uma experiência comunitária, e portanto moral.

O significado desta divisão transcendental é profundo e carregado de conseqüências. Quando Kant separa, ainda no primeiro parágrafo da Analítica do Juízo², a sensação quando esta se refere ao objeto, da sensação que se refere ao sujeito como duas instâncias autônomas e incomensuráveis, ele estabelece também, como ponto de partida para qualquer consideração, uma separação entre o mundo dos objetos e o sujeito. A filosofia crítica estabelece o hiato, precisamente ao fundar essa distinção, que mais adiante a própria filosofia precisará “salvar” por algum outro meio. E mais ainda, essa distinção problemática é o lugar em que se constitui a fundamentação transcendental, e ela é particularmente evidente no juízo de gosto. Ao contrário do que acontece com a razão pura, em que existe um interesse de conhecimento do mundo com a finalidade de dominação (RIVERA DE ROSALES *in* OÑATE Y ZUBIA, 2005: 549), ou prática, em que as leis da razão garantem a realização da liberdade, o juízo de gosto puro que pode ser objeto de fundamentação transcendental para Kant não estabelece nenhum tipo de relação com o mundo, pois não é conduzido por nenhum interesse, e isto como sua condição de possibilidade. Essa é a gravidade e o peso da condição desinteressada: trata-se de uma relação que se estabelece dentro do sujeito, entre as faculdades de conhecimento, e intersubjetivamente – e nesse sentido, transcendental – da qual o mundo não participa. Giles Deleuze expõe muito bem esse giro sobre o próprio sujeito quando, ao descrever a “revolução copernicana” do kantismo, explica: “Em Kant, o problema da relação entre o sujeito e o objeto tende pois a se interiorizar: torna-se o problema de uma relação entre faculdades subjetivas que diferem em natureza (sensibilidade receptiva e entendimento ativo)” (DELEUZE, 1976: 28). Lembremos que a consideração da estética como um meio termo entre dois extremos, não começou com Kant, mas pertencia também às teorias estéticas às quais ele se opunha, o sensualismo ou empirismo, e o racionalismo dogmático. Baumgarten, por exemplo, que “inaugurou” a estética como uma disciplina autônoma da filosofia que se dedicava ao estudo da percepção sensível, considerava a beleza como o meio

2 “Representações dadas em um juízo podem ser empíricas (por conseguinte estéticas); mas o juízo que é proferido através delas é lógico se elas são referidas ao objeto somente no juízo. Inversamente, porém -mesmo que as representações dadas fossem racionais, mas em um juízo fossem referidas meramente ao sujeito (seu sentimento) – elas são sempre estéticas”.

caminho entre um pensamento vago e escuro e um pensamento claro e conceitual. Assim como a alvorada é o momento em que a noite se transforma em dia, assim a percepção confusa que caracteriza a beleza não deve considerar-se um momento negativo, mais antes necessário na hierarquia do conhecimento (BAUMGARTEN *apud* HAMMERMESTEIR, 2002: 8). Para Mendelssohn, muito no caminho do livre jogo das faculdades de conhecimento, a beleza é a perfeição de uma representação (HAMMERMESTEIR, 2002: 17), e por tanto a obra de arte é uma representação perfeita de um objeto que não precisa ser belo em si mesmo.

O problema da divisão sujeito-objeto tornar-se-a mais claro quando apontarmos algumas interpretações que atribuem à imaginação em Kant, o papel de ponte que resolve a distância entre subjetividade e objetividade (RIVERA DE ROSALES *in* OÑATE Y ZUBIA, 2005: 553). Apesar do caráter conciliador dessa interpretação, é evidente que a necessidade da presença da imaginação como cópula entre eles, como aquilo que cancela a distância, é o que evidencia tanto mais profundamente o seu afastamento essencial. Em seu artigo “Las dos orillas del sentir: la estética kantiana ante Gadamer”, J. Rivera de Rosales (RIVERA DE ROSALES *in* OÑATE Y ZUBIA, 2005: 552). aponta com razão que o olhar estético kantiano pressupõe a anterioridade dos momentos prático, teórico e pragmático, elaborando por sua vez o mundo a partir de uma perspectiva própria e subjetiva através da imaginação. Nesse ponto não há dúvida no texto kantiano sobre a função da imaginação como condição de possibilidade e articulação entre as demais faculdades. Mas surpreende verificar que tal pressuposição seja apontada como a prova da falsidade da objeção gadameriana ao afastamento do sujeito que julga esteticamente. Será necessário sempre lembrar que esta perspectiva própria, apesar de mediada pela imaginação que é teoricamente uma ponte entre sujeito e objeto, limita-se na realidade à esfera do sujeito. Ela permanece limitada à interioridade em que se desenvolve o livre jogo das faculdades, e nada tem a ver com o objeto, pelo menos enquanto a faculdade do juízo seja “legisladora” (embora na prática nunca o seja realmente, pois não possui um interesse próprio). É outro o caso quando se trata de um interesse de conhecimento, no qual a imaginação pode sim constituir uma ligação, mas isto só entanto sua atividade esteja subordinada a tal interesse, e se limite a esquematizar os dados da sensibilidade. Quero dizer que se é verdade que a imaginação é uma ponte em direção ao objeto, como argumenta Rosales, então o sujeito a estabelece sem nunca atravessá-la. Aquele que julga uma obra de arte precisa desprender-se das suas considerações morais e teóricas para assim ser capaz de re-apresentar o mundo sob a forma do jogo e do símbolo, da criação e

o desfrute das formas. O conteúdo moral ou racional, cuja posse consciente deve-se aceitar como condição prévia para o ajuizamento estético, não faz parte do prazer estético, antes o contamina, e assim se chama estética só à forma em que uma mensagem é comunicada e à suposição da possibilidade da comunicação, e não àquilo que é comunicado em si. A essa ausência de ligações com o objeto se refere Kant claramente quando fala de uma finalidade sem fim no §11 da CJ como característica distintiva do juízo de gosto:

Logo, nenhuma outra coisa senão a conformidade a fins subjetiva, na representação de um objeto sem qualquer fim (objetivo ou subjetivo), conseqüentemente a simples forma da conformidade a fins na representação, pela qual um objeto nos é *dado*, pode, na medida em que somos conscientes dela, constituir a complacência, que julgamos como comunicável universalmente sem conceito, por conseguinte, o fundamento determinante do juízo de gosto. (grifo do autor)

Deste mecanismo se entende que aí onde está presente o olhar estético sobre o mundo não podem participar considerações de outra ordem, pois as determinações teórica ou moral do objeto, imediatamente cancelam o jogo, que é o da não determinação. Por não o determinar, o sujeito não liga sua realidade com a do objeto, que permanece alheio e dessa forma, não modificado pelo sentimento que provoca. A violência da proposição talvez não pareça tão evidente devido à posterior história do desenvolvimento filosófico da estética, que socializou esta condição, assumindo-a como dado da realidade. Esta separação, em que o juízo estético fica desprovido da possibilidade de conhecimento do objeto em virtude do desinteresse que o caracteriza, permite uma divisão entre a arte e a realidade que teve amplas conseqüências, embora não fosse desenvolvida pelo próprio Kant e esteja mais relacionada à filosofia de Schiller, por exemplo. Infelizmente por razões de espaço não haverá oportunidade de desenvolver em detalhe estas conseqüências. Baste aqui uma enunciação, para que se compreenda a direção dessa exposição: “Relegar a determinação ontológica do estético tem pois seu fundamento teórico no fato de que o predomínio do modelo de conhecimento das ciências da natureza acaba desacreditando todas as possibilidades do conhecimento que se encontram fora dessa nova metodologia” (GADAMER, 1997: 134).

Em um artigo já citado, Rivera de Rosales observa que a interpretação gadameriana da estética de Kant é limitada por uma visão hegeliana, observação que não deixa de ser verdade, sempre e quando seja possível considerar essa limitação como uma consonância de Gadamer com algumas idéias de Hegel e não como um antolho, puramente negativo. Como já disse, a leitura gadameriana de Kant não permite resultados do tipo certo/errado, ou acordo/oposição.

É verdade que Gadamer concorda com Hegel em vários pontos, o que não surpreende a ninguém que tenha se aproximado de um texto mediante seus comentaristas e estudiosos, e como está agora sendo feito com Kant através da leitura de Gadamer: decerto não faltará quem me critique por minha visão limitada da estética kantiana, e de passada, hegeliana. Para este assunto particular, é importante notar que Hegel também critica, já na introdução às suas *Lições sobre estética*, a subjetivização na investigação do que diz respeito à obra de arte, claro está que não nos mesmos termos que Gadamer. No mesmo texto, Hegel questiona severamente o privilégio da natureza na definição do belo, baseado no fato de que esta é incapaz de transmitir algum significado espiritual, e também apresenta ressalvas ao conceito de gênio (HEGEL, 1989: 30-36 *passim*) para a compreensão da arte. E acontece que Hegel representa o ponto culminante de um desenvolvimento que começa com Kant, e que se caracteriza pela perda da posição privilegiada da natureza na valoração do belo. No texto de Kant o *gênio* se constitui como a alternativa para outorgar alguma regra à arte sem precisar de uma determinação objetiva, que ao mesmo tempo fundamenta a superioridade da natureza, pois o gênio não é outra coisa que o seu filho pródigo. Contudo, será precisamente a subjetividade da noção do belo que irá se tornar o problema de Schiller e do romantismo, e que acabará subvertendo a relação de valor arte-natureza, e com ela assumirá a prioridade o conceito de gênio.

Para Rivera, todavia, Gadamer falha na sua interpretação de Kant ao não perceber que a relação essencial entre sujeito e objeto se põe em funcionamento através do desinteresse, que permite ao objeto se mostrar, e não vice-versa (RIVERA DE ROSALES *in* OÑATE Y ZUBIA, 2005: 557). A questão do desinteresse é árdua e complexa, mas aqui é preciso lembrar que a objeção de Gadamer a esta visão – prístina, diria eu – do objeto, cuja beleza está sem dúvida no mostrar-se (GADAMER, 2006: 135), se localiza no que arrisco em chamar de “direcionalidade”, e não no fato do objeto mostrar-se ou não. O juízo de gosto parte para Kant da ação do sujeito e termina na representação do objeto que é reconhecido mediante o exercício da reflexão como belo, mas, lembrando uma metáfora já utilizada, sem atravessar nunca a ponte que os separa. Quer dizer que para realizar um juízo de gosto que seja válido em termos transcendentais, é necessário o esforço de autoesvaziamento de qualquer outro interesse: é preciso o esforço de afastamento consciente da predisposição para qualquer tipo de relacionamento com o mundo. Em outros termos, o sujeito deve dirigir-se ao objeto com uma atitude predeterminada de exclusão de qualquer desejo ou vontade (e isto

último é o resultado do desenvolvimento anterior: a posse da consciência da distinção transcendental). É necessário “estar de altos” no jogo do mundo. E no entanto, vemos com Gadamer que isto não é o que acontece no momento em que o sujeito é surpreendido pela experiência estética – note-se aqui a proposital diferença na enunciação, onde não é o sujeito que se detém tranqüilamente na contemplação do objeto, mas antes o sujeito que é surpreendido pelo objeto. Pelo contrário, por tratar-se de uma ação intencional de esvaziamento de interesse, a consideração da “finalidade sem fim” que se espera do belo, corresponde a um momento posterior, ao qual Gadamer se refere como momento da *consciência* estética, diferente da *experiência* estética enquanto tal. Este é um fato reconhecido por Kant³ e inclusive pelos críticos de Gadamer. O próprio Rivera de Rosales explica que “[na Crítica do juízo] se trata de ver cómo la libertad puede realizarse en la naturaleza (...) según una exigencia moral. (...) La conciencia reflexiva ha surgido gracias a la distinción analítica de dichos momentos [racional e moral], y la raíz sintética de ambos se sitúa a sus espaldas, de modo que requiere una reflexión particular para recuperar para sí, en la propia reflexión, los orígenes perdidos”(RIVERA DE ROSALES, in OÑATE Y ZUBIA, 2005: 553). Nesse trecho se expõe que para poder deter-se na forma pura, como requer a estética kantiana, foi necessário que o homem satisfizesse suas necessidades básicas, tanto materiais quanto morais, para poder, depois de objetivadas, abstrair delas. O que está por trás desta concepção é a necessidade, prévia à contemplação da obra de arte, de tomar consciência da existência de diferentes esferas de sentido, para poder diferenciá-las e assim não se ver influenciado por elas: estamos claramente falando de um mecanismo crítico, do estabelecimento da consciência como ponto de partida. O problema desta configuração está em que a arte, antes de ganhar autonomia e uma disciplina que dela se ocupa, não precisava de tal diferenciação para ser compreendida ou apreciada. A expressão artística e o desfrute que hoje qualificamos vulgarmente de “estético”, também existiam – e existem – onde as necessidades materiais e morais dos homens não estão nem um pouco satisfeitas. No limite, condicionar a apreciação da arte à abstração dos estímulos materiais e morais, transformaria toda arte precrítica em impura.

A intenção kantiana de opor-se ao empirismo que submete o homem à natureza, e ao racionalismo dogmático, que o coloca sob uma definição exterior e superior, que é reconhecida como o motor da filosofia crítica, traduziu-se em uma interiorização, mas não em

³Ver trecho do §11 da CJ, supracitado.

uma superação do problema da razão e da relação sujeito-objeto. Com isso aprofunda-se o peso do sujeito consciente, que adquire todo poder e toda responsabilidade sobre um mundo que passa a ser definitivamente objeto. E isso acontece tanto no que diz respeito ao conhecimento, quanto à realização do seus interesses morais mais profundos. Esta faculdade do juízo é o que torna possível a articulação não só entre o interesse de conhecimento e o interesse da razão no plano transcendental, mas também a própria comunicação entre os homens. De alguma forma, o passo em direção à identificação do juízo estético e a moral, que Schiller irá retomar, já está dada, inclusive antes das considerações sobre o juízo teleológico.

A pergunta que se apresenta nesse ponto, é o porque do privilégio da arte em detrimento da natureza na filosofia posterior a Kant. No texto da CJ, a preponderância da natureza se mantém, e ela só será desbancada posteriormente. A primeira vista, se existe um vínculo simbólico entre a beleza e o interesse moral (KANT, CJ: § 59), e visto que a beleza natural é superior, então a direção do desenvolvimento teria de ser o contrário.

Gadamer acredita encontrar na discussão que se faz na CJ (KANT, CJ: §17) sobre o ideal de beleza, a ponta para a uma tal fundamentação de uma estética da arte. Ela se diferencia daquela outra estética que não separava arte e natureza, e na qual portanto só valia a sensação provocada pelo livre jogo das faculdades. Trata-se da distinção feita entre o ideal de beleza, e a idéia normativa de beleza. O primeiro é uma idéia moral e portanto só se realiza completamente no homem, pois ele contém o fim da sua existência em si mesmo, determinado através da razão (“Somente aquilo que tem o fim de sua existência em si próprio – o homem, que pode determinar ele próprio seus fins pela razão” KANT, CJ: §17). A segunda é uma conclusão empírica derivada da contemplação de objetos da mesma classe que os representados (“A idéia normal tem que tomar da experiência os seus elementos” KANT, CJ: §17). Que na figura humana se conjuguem o ideal da forma com o ideal moral descobre como a arte pode assumir superioridade perante a beleza natural, que expressa uma finalidade, mas nenhum valor moral, ou melhor dizendo, só o expressa para aquele já formado moralmente. Contudo, na CJ o valor supremo continua dado de fato à beleza natural, pois nela o homem encontra uma confirmação transcendental de que ele é o fim último sem a intencionalidade que corresponde à obra de arte: apesar da sua falta de objetivo, a natureza (ao contrário do cosmos, que é uma economia absoluta) tem alguma coisa a dizer ao homem. Em palavras de Gadamer: “Justamente porque não encontramos na natureza *fins em si* e, mesmo assim, encontramos beleza, isto é, algo útil para nosso prazer, a natureza nos da um

'sinal' de que somos realmente o fim último, o objetivo final da criação” (GADAMER, 1997: 93 – grifo do autor). Por isso Kant afirma que a arte deve ser considerada como natureza. Para ele a arte é a representação de idéias estéticas (ou seja inconcebíveis) que predisõem e amplificam nossas faculdades para o conhecimento pois não se deixam enquadrar em conceito algum. Mas para que ela possa ser isso, e não uma simples representação bela de um conceito, se faz necessária a intervenção do gênio. É através do gênio que a natureza empresta a sua legalidade à arte, e por isso diz Kant que a arte deve ser pensada como natureza, que continua a manter a posição privilegiada que mana da sua associação por parentesco com a moral. Tal parentesco se estabelece por via simbólica: o belo da natureza é simbolo do moralmente bom, e por isso o interesse pela natureza evidencia uma elevação moral do sujeito, e a genialidade presente, por sua vez, na arte é esse “a mais” de caráter simbólico. Desta maneira, a arte assume duas características: como a natureza, ela é uma finalidade sem fim, de forma tal que não se adequa a nenhum conceito, e apesar de não ter um fim, ela é um veículo da idéia moral (GADAMER, 1997: 123).

O avanço nessa possibilidade supõe já entrar nos domínios do romantismo, em que a arte do gênio assume toda sua potencialidade moral, e a separação entre ficção e realidade se torna um *a priori* intransponível.

Bibliografia

ARENDT, Hanna. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1982.

BERNSTEIN, J. M. *Classic and romantic german aesthetics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DELEUZE, Giles. *Para ler Kant*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

GADAMER, Hans-Georg. *Estética y hermenêutica*. 3 ed. Madrid: Tecnos, 2006.

_____. *Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

HAMMERMESTEIR, Kai. *The german aesthetic tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HEGEL, G. W. F. *Lecciones de estética*. Barcelona: Península, 1989.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Kritik der Urteilkraft* 5 auf. Leipzig: Der philosophischen Bibliothek, 1922.

OÑATE Y ZUBIA, Teresa (et. al). *Hans-Georg Gadamer: ontologia estética y hermenêutica*. Madrid: Dickinson SL, 2005.

RANCIERE, Jackes. *A partilha do sensível. Estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.

SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem*. 4 ed. São Paulo: Iluminuras, 2002.

_____. *Kallias, ou sobre a beleza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Museu de Ciência: que falta faz a História?

Maria Gabriela de A. Bernardino*

Resumo: O distanciamento existente entre os Museus de Ciência (MC) e a História vêm sendo discutido por alguns autores, estes apontam para a necessidade de superação do mesmo. O papel de “humanização” das ciências se torna fundamental, pois apresenta uma forma abrangente de conceitos, através de abordagens contextuais. Optar pela problematização resultaria em maior compreensão e perspectiva histórica. Um reflexo desta ausência é a baixa frequência dos professores de História nos MC. De acordo com o levantamento feito no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) em 2008, somente 14 dos 165 professores (8,48%) que participaram dos encontros preparatórios das visitas escolares eram de História. Nesse sentido, o MAST propõe a trilha educativa “Quem somos?” que apresenta a ciência como construção cultural, abordando aspectos políticos, sociais e econômicos. Discutimos aqui, as potencialidades da HC nos MC para a formação de cidadãos críticos que saibam de ciência, mas também sobre a ciência.

1. Introdução

Muitas vezes os museus de ciência, mesmo aqueles que possuem em seus acervos museológicos, objetos históricos, deixam de abordar a ciência a partir de uma perspectiva histórica e adotam em suas ações junto ao público quase que exclusivamente a apresentação de fenômenos e a demonstração de leis científicas.

O distanciamento existente entre os Museus de Ciência e a História vem sendo discutido por alguns autores. Estes apontam para a necessidade de superação do mesmo, tendo em vista especialmente a relevância da História da Ciência(HC) para a Educação em Ciências. Dentre as vantagens da HC no contexto da educação científica apontamos a superação da “retórica de conclusões” e do cientificismo e a opção pela “problematização”, que humaniza as ciências.

No presente trabalho discutimos as potencialidades da abordagem da História da Ciência nos Museus de Ciência para a formação de cidadãos críticos que saibam *de* ciência, mas também *sobre* a ciência. A partir da análise de questionários aplicados a professores participantes do “Visita Escolar Programada” do MAST, pudemos identificar uma baixa frequência de professores de história a esse espaço. Este dado nos permite refletir sobre os reflexos da relativa ausência da HC nos MC e sobre a necessidade de superá-la.

*Estagiária do Museu de Astronomia e Ciências Afins/ MAST- Graduanda.

Neste trabalho, a partir do caso do Museu de Astronomia (MAST) e da Trilha Educativa “*Quem somos?*”, que apresenta a ciência como construção cultural e em constante transformação, bem como influenciada por aspectos políticos, sociais e econômicos, apresentamos uma possibilidade de introdução da História da Ciência nas ações educativas promovidas por um museu de temática científica e suas potencialidades.

2. A História nos Museus de Ciência: considerações sobre distanciamentos e aproximações

O distanciamento dos Museus de Ciência em relação a História no que se refere ações voltadas para o público, situa-se no século XIX. Ela teria tido início no contexto de uma mudança de foco, dos objetos para os processos, que caracterizou os museus de ciência (MC) no século XIX e que foi responsável pela conformação do conceito moderno de museu, pautado na divisão do espaço em reservas, exclusividade dos especialistas, e galeria de exposições, área destinada ao público geral. (Van Praet, 2002)

Segundo Van Praet (2002), essa transferência de interesse representa o rompimento com os limites da inventariação e descrição, ampliando-se em direção à abordagem dos processos naturais e sociais como forma de aprofundar o domínio sobre a natureza e seu conhecimento. No entanto, essa mudança se baseia em um dilema, calcado tanto na necessidade de se proteger os objetos originais do perigo representado pelas exposições, cujas cenografias iriam desarrumar o arranjo e a conservação das coleções; como na de se ampliar o aspecto educacional dos museus, por meio da elaboração de exposições que buscavam divulgar os novos conceitos e disciplinas interessadas no estudo dos processos.

Para abordar esse novo elemento nos Museus de Ciência, o patrimônio intangível, são elaborados novos recursos. Resultado disso é o surgimento dos Centros de Ciência na década de 1930, diferenciando-se pela não restrição à exposição de objetos e resultados, e por dar testemunhos da ciência *en train de se faire*. Esses espaços passam a elaborar exposições baseadas na demonstração de experiências e na interatividade, que nos anos de 1960 acaba por adquirir o status de “modelo de animação”, influenciando o conjunto dos museus de ciência e tecnologia. As novas estratégias pautaram-se, muitas vezes, na substituição dos objetos históricos por aparatos didáticos, representando a diluição dos aspectos culturais e históricos.

A emergência do viés educativo dos museus no século XIX parece ter conturbado a comunicação entre público e objeto. Nesse contexto, o público deixa de ter acesso aos objetos autênticos e à observação do potencial desenvolvido pelo pesquisador no processo científico. Os objetos autênticos, históricos, são substituídos por dioramas e o processo científico, por sua vez é substituído pela apresentação atrativa das conclusões dos que elaboravam as exposições. (VALENTE, 2002; VAN PRAET, 2002)

O distanciamento dos MC em relação aos objetos originais e à História é apontado com preocupação por Jacomy (2007), para quem é impossível pensar a cultura sem memória ou uma memória destituída de seu lado tangível – os objetos. Segundo este autor, enquanto os Museus de Arte fizeram a opção pelas obras originais, históricas, de três dimensões; os Museus de Ciência optaram pelo *discurso*.

A importância da perspectiva histórica nos Museus de Ciência e na educação em ciências vem sendo discutida por alguns autores. Estes apontam para a necessidade de superação do mesmo, tendo em vista especialmente a relevância da História da Ciência para a Educação em Ciências. Nesse contexto, alguns estudos vêm defendendo a necessidade dos MC contextualizarem a ciência histórica e culturalmente, desmistificando-a e ao mesmo tempo tornando-a inteligível para o público.

Dentre as potencialidades do uso de uma abordagem histórica na educação científica, destaca-se a superação de uma “retórica de conclusões” e de uma ideologia cientificista; e a opção pela problematização, contribuindo para um melhor conhecimento da estrutura da ciência, a medida que e a apresentação do processo histórico, ligado a aspectos culturais e sociais, ajudaria a ver a ciência como uma construção humana coletiva e sujeita a transformações (Mathews, 1994; Niño El-Hani, 2007). Deste modo, a educação científica não estaria pautada apenas na transmissão de conteúdos científicos e nem mesmo restrita a abordagem dos produtos finais da ciência, mas preocupada igualmente com seus processos de construção. Assim, estaria comprometida com a formação de cidadãos críticos que saibam *de* ciência, mas também *sobre* a ciência.

Outras possíveis contribuições ressaltadas pelos estudos que defendem a abordagem da História da Ciência seriam as de possibilitar a criação de situações educativas mais desafiadoras e estimular o desenvolvimento de habilidades e de pensamento crítico, humanizar as ciências, conectando-as com preocupações pessoais, éticas, culturais e políticas; promover uma compreensão mais profunda e adequada dos próprios conteúdos científicos e de seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, promover a compreensão de certos episódios

cruciais de HC (revolução científica, darwinismo), apresentar a ciência como mutável e, conseqüentemente, o conhecimento científico atual como sujeito a transformações, combatendo assim, a ideologia científicista e permitir, por meio da história, um conhecimento mais rico do método científico, bem como a apresentação de mudanças aceitas na metodologia. (Mathews, 1994).

Dados sobre o perfil dos professores que visitam os Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST indicam uma freqüência muito baixa de professores de história a esse museu de ciência. Os referidos dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário auto-administrado a professores que participaram do Encontro de Assessoria aos Professores (EAP) promovido mensalmente pela Coordenação de Educação em Ciências. O EAP é a atividade na qual os professores têm a oportunidade de conhecer a proposta metodológica elaborada pela equipe da Coordenação de Educação e receber material de apoio referente às trilhas oferecidas como proposta de visita orientada ao MAST, sendo também a oportunidade de se obter sugestões acerca da utilização dos diferentes espaços do museu. (COSTA, 2007) Nos encontros realizados ao longo do ano de 2008, além de apresentadas as opções das trilhas educativas e os objetivos específicos de cada uma, um questionário auto administrado foi aplicado aos professores participantes, no qual, entre outras questões, os mesmos eram perguntados sobre quais seriam as disciplinas lecionadas por eles.

A coleta dos dados foi realizada ao longo do ano de 2008, período ao longo do qual o questionário foi respondido por 165 professores. Por meio da análise dos dados, pudemos identificar que apenas 14 dos 165 professores entrevistados eram de História, o que corresponde a 8,48% do universo de professores. A baixa freqüência de professores de História ao Museu de Astronomia nos permite pensar sobre os reflexos da relativa ausência da História da Ciência nos Museus de Ciência e sobre a necessidade de superá-la. Esse dado nos faz refletir sobre a inserção desses educadores, com ênfase nos professores de História, nestes espaços de educação em ciências, uma vez que, por inúmeras razões já explicitadas nesse trabalho, a Ciência e a História estão em posições indissociáveis.

O distanciamento dos museus de ciência em relação a História se reflete, inclusive, no papel que esta instituição possui em relação à formação de profissionais em suas áreas específicas. Enquanto que para um artista a freqüência aos museus de arte é imprescindível, pois o contato com as obras é fundamental para sua formação, um cientista ou historiador da ciência não é repreendido por não visitar museus ou centros de ciência. Isso só é possível exatamente por que *“Os museus de ciência possuem, em relação à História da Ciência, uma*

autonomia bem superior àquela que os Museus de Arte, em relação à História da Arte” (Almeida, 2005)

Enquanto os Museus de Arte se voltaram ora à experiência estética, ora à religiosa; dedicando-se à construção da memória e assumindo como missão “instituir a imortalidade”, os MC tradicionalmente colocaram para si como missão a educação pública da ciência, assumindo um viés quase que exclusivamente educativo e a-histórico, que busca fazer compreender (ou até mesmo aceitar) os desenvolvimentos da ciência. (Almeida, 2005).

3. Desvendando a Trilha “Quem Somos?”: em busca da História nas ações educativas em museus de ciência.

Seguindo a diretriz de inclusão da História da Ciência no Ensino de Ciências, a Coordenação de Educação (CED) do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) propõe a trilha educativa “Quem somos?”¹. A referida trilha tem o desafio de transpor as potencialidades educativas já vistas e relatadas sobre a inclusão da História da Ciência na Educação em Ciências, mais precisamente nas ações educativas em um museu de ciência.

Salientando a importância da História como ferramenta base para a compreensão de fatores e descobertas científicas, e apresentando a ciência relacionada a diversas condições, a trilha pode ser apontada como um resgate da História na Ciência ou da Ciência na História, dentro das atividades educativas do MAST.

Os objetivos específicos da Trilha “Quem Somos” estão pautados em promover a compreensão de que o processo de construção científica como algo que sofre interferência de valores políticos, econômicos, sociais e culturais; reafirmar a ciência como uma construção cultural, possibilitar a experiência direta com os bens patrimoniais, como meio para estabelecer relações entre aspectos científicos, sociais e históricos; despertar a curiosidade sobre o processo de construção da ciência e refletir sobre a ciência como algo inacabado que está em constante transformação.

A seguir, apresentaremos alguns dos espaços percorridos pela trilha “Quem Somos?” e a forma como estes espaços e suas diversas possibilidades de abordagens se propõem a

¹ Essa trilha educativa faz parte da proposta metodológica “Trilhas Educativas: entre o MAST e a escola”, concebida por Maria das Mercês Vasconcellos, Andréa F. Costa, Cecília M. P. do Nascimento e Flávia Requeijo. A proposta visa estabelecer um *continuum* entre a atividade escolar e a museal, construindo uma forte relação entre esses espaços e faz parte do *Visita Escolar Programada*, programa de ação conjunta com as escolas concebido e realizado pela equipe da Coordenação de Educação em Ciências do MAST.

motivar a reflexão e estabelecer uma relação de colaboração entre Ciência e História. A Trilha possui recorte cronológico e temático.

A trilha “Quem Somos” nos apresenta diferentes formas de buscar a perspectiva histórica dentro da ciência, com possibilidades que motivam o público a pensar em questões sobre o processo de construção da ciência e visitas a determinados espaços que recuperam e reaproximam Ciência e História. Visões de mundo e da ciência em diferentes tempos e contextos, como na Antiguidade e na Idade Média. Discussões sobre os sistemas heliocêntrico e geocêntrico, importantes nomes como Nicolau Copérnico, Tycho Brahe e Kepler, assim como, suas respectivas e relevantes contribuições para a ciência, são enfatizadas dentro da trilha. Obviamente os avanços científicos ocorridos através de Galileu e Newton também merecem destaque nesta trilha.

Tendo as questões históricas como base, assim como a visão da ciência como projeção de seu tempo e em constante processo de investigação, os visitantes se dão conta da relevância destes aspectos para a compreensão e não a “aceitação” de fenômenos científicos.

A passagem pelas Lunetas Meridianas estimula o participante a refletir sobre o local visitado e o que aquelas lunetas fazem ou fizeram ali, pois eram objetos fundamentais para que se realizasse o Serviço da Hora. Desse modo, é estabelecida uma relação passado e presente sobre a prestação do Serviço da Hora, feita pelo Observatório Nacional, que faz esse serviço há mais de 150 anos. Porém, nos dias atuais esse serviço é prestado por conta de um relógio atômico.

O momento mais aguardado pelos participantes da trilha é a visita a luneta 21, uma das maiores lunetas do Brasil, local onde a trilha é encerrada. O objeto fica abrigado dentro de uma grande cúpula, o cenário em si, já é um tanto quanto motivador para os participantes da trilha. Os aspectos históricos dessa luneta são enfatizados, como sua construção alemã, sua aquisição em 1910 e a sua instalação naquele lugar para uma suposta visita da rainha da Bélgica em 1920. (COSTA, 2009).

Embora a visita a Luneta 21 só esteja prevista no roteiro da trilha “Quem Somos?” e não da trilha “Onde Vivemos?”, a outra opção de trilha educativa oferecida às escolas inserida no Visita Escolar Programada do MAST, que por sua vez enfatiza o Sistema Solar em escala no campus do museu, os participantes da segunda opção mencionada, demonstram total interesse em conhecer a Luneta 21, assim como seus aspectos históricos e científicos. Deste modo, os visitantes fazem com que, mesmo informalmente, se abra espaço dentro da trilha “Onde Vivemos?” para visitar a Luneta 21. O interesse dos visitantes, tanto alunos, quanto

professores, nos faz refletir sobre o interesse destes acerca de objetos históricos e sobre a importância destes objetos nas ações educativas de um museu de ciência que busca promover uma discussão integrada acerca do conhecimento científico e suas formas e contextos de produção.

4) Considerações Finais

A partir de perspectivas de alguns autores, a inserção da História da Ciência dentro da educação em ciências apresenta grandes potencialidades. Contudo, o MAST propõe a trilha “Quem Somos?” como tentativa de (re)aproximação e interação da História da Ciência dentro da educação em museus de ciência, tendo como objetivo superar este distanciamento e estabelecer uma educação abrangente. Defendemos aqui, a possibilidade de se estabelecer um diálogo entre História e Ciência como fator fundamental para a formação de cidadãos e uma educação capaz de ser compreendida através da abordagem histórica.

Bibliografia

ALMEIDA, Adriana Mortara. O contexto do visitante na experiência museal: semelhanças e diferenças entre museus de ciência e de arte. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v.12, p.31-53, 2005.

BEJAMIN, Walter. *Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

COSTA, Andréa F.; GOUVÊA, Guaracira. Explorando a aura dos objetos: a relevância dos objetos originais para a educação em museus de ciência. In: XI Reunião da Rede de Popularização da Ciência e Tecnologia na América Latina e Caribe – UNESCO, Montevideu – Uruguai. CD-ROM da XI Reunião da Red Pop, 2009.

COSTA, A.F.; NASCIMENTO, C. M. P.; MAHOMED, C.; REQUEIJO, F.; CAZELLI, S. 2007. Pensando a Relação Museu-Escola: o MAST e os professores. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 6., 2007, Florianópolis. CD-ROM.

JACOMY, Bruno. Instrumentos, máquinas e aparatos interativos de ciência e tecnologia exibidos nos museu. In: VALENTE, M.E.(org) *Museus de Ciência e Tecnologia - interpretações e ações dirigidas ao público*. Rio de Janeiro:MAST, 2007.

MATHEWS, M.R. História, Filosofía y Enseñanza de las Ciências: la aproximación actual. *Enseñanza de las Ciências*, 12(2), 255-277, 1994.

MENESES, Ulpiano T. B. de “A exposição museológica e o conhecimento histórico” In. FIGUEIREDO, Betânia; VIDAL, Diana G. *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte: Argymentum; Brasília, DF:CNPq, 2005.

NIÑO EL-HANI, Charbel. “Notas sobre o ensino de História e Filosofia da Biologia na Educação Superior”. In NARDI, Roberto. *A pesquisa em ensino de ciências no Brasil: alguns recortes*. São Paulo: Escrituras Editora, 2007

VAN-PRÄET, Michel. A educação no Museu, divulgar “Saberes Verdadeiros” com “Coisas Falsas? In: GOUVÊA, G; MARANDINO, M; LEAL, M.C. (org.) *Educação e Museu: a construção do caráter educativo dos museus de ciências*. Rio de Janeiro: FAPERJ E Editora Access, 2002.

VALENTE, Maria Esther. O Museu de Ciência: espaço da História da Ciência. *Ciência & Educação*. v.11, n.1, p.53-62, 2005.

História e Memórias da “Fortaleza Antiga” no acervo do Museu da Imagem e do Som do Ceará (MIS/CE)

Maria Josiane Vieira*
Francisco Iran Monte Claudino Filho*

O acervo do Museu da Imagem e do Som do Ceará é composto por mídias de variados formatos. Deve ser ressaltado, contudo, que os registros de natureza imagética estão entre os mais pesquisados, tanto em âmbito acadêmico, quanto na elaboração e montagem de exposições. Pode ser colocado igualmente em relevo o fato de estas imagens e filmes são recorrentemente utilizados como linguagem mediadora para ações educativas no próprio museu e fora dele. A partir dessas questões, trabalharemos dando ênfase ao embate entre estas fontes e a produção textual de historiadores e memorialistas, marcadamente sobre período 1880-1930, buscando discernir o papel do historiador na utilização e construção de imagens sobre Fortaleza, a partir do acervo do MIS/CE.

MUSEU COMO ESPAÇO EDUCATIVO

A partir do momento em que surgiram novas teorias de ensino que propuseram a dessacralização da sala de aula como “templo do aprendizado”, o ensino de História pôde ser praticado em diversos ambientes. Dentro destas novas perspectivas pedagógicas, o espaço museal emerge como local de construção do conhecimento.

O museu tanto pode ser encaixado numa concepção tradicional, reproduzindo somente discursos da história oficial, ou como antiquário, sendo apenas “gabinete de curiosidades”, ou mesmo como museu-fórum, onde se configura como espaço de debate e produção do saber. Os museus, também, podem ser entendidos como um “lugar de memória”, se configurando como um espaço onde memórias coletivas¹ podem ser cristalizadas, rememoradas e perpetuadas. Segundo Pierre Nora, a necessidade do “lugar de memória”

* Licenciada em História pela Universidade Federal do Ceará, aluna do Bacharelado em História pela mesma Instituição e estagiária do Museu da Imagem e do Som do Ceará – MIS/CE pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

** Licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará, aluno do Bacharelado em História pela mesma Instituição e estagiário do Museu da Imagem e do Som do Ceará – MIS/CE pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

¹ Para Pierre Nora e Jacques Le Goff memória coletiva é compartilhada por indivíduos que se identificam como pertencentes de um determinado grupo social. A memória coletiva auxilia na construção não só o passado, mas também na noção de identidade. Ver: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008; e NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, n.10, abril 1993.

surge quando a memória é dissolvida pela aceleração do tempo na sociedade industrial que passou a controlar os ritmos de vida.

Os museus, assim como a memória, se pautam na dialética do lembrar e esquecer, dos silêncios e discursos. A construção de memórias no espaço museal acontece de acordo com posturas teóricas e políticas, portanto o seu acervo é formado segundo discursos de determinados grupos sociais. Para o historiador Francisco Régis Lopes Ramos, “não há museu inocente” (RAMOS, 2004: 14).

O Museu da Imagem e do Som do Ceará – MIS/CE foi inaugurado em 1980 pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará – Secult com a intenção de ser o guardião da memória audiovisual do Ceará. Aos poucos, o MIS/CE constituiu seu acervo através de doações de outros equipamentos estatais e de particulares. Atualmente, o MIS/CE possui um enorme acervo com diferentes tipos de mídias. Deve ser ressaltado, contudo, que os registros de natureza imagética estão entre os mais pesquisados, tanto em âmbito acadêmico, quanto na elaboração e montagem de exposições.

Mas, não é somente no campo da preservação e da pesquisa que o Museu desenvolve suas atividades. Há, também, o desenvolvimento da parte educativa através do trabalho de atendimento a grupos escolares e ao público em geral. As visitas são mediadas por estagiários que incentivam o público a perceber os objetos como textos, discutindo a relação entre tempo presente e passado e a levantar problemáticas relevantes para compreensão do tempo do próprio observador/visitante. Estas reflexões podem contribuir para a construção do saber histórico no espaço museal. Como diz Régis Lopes, “Fazer relações entre museu e educação, especialmente o ensino de história, implica reconhecer que, na sua própria definição, o museu sempre teve o caráter pedagógico.” (RAMOS, 2004: 14).

O trabalho educativo do MIS/CE é baseado na concepção de “objeto gerador” proposta pelo historiador e ex-diretor do Museu do Ceará, Régis Lopes, que se apóia na proposta pedagógica de Paulo Freire da “palavra geradora”² e da pedagogia da pergunta. Para Régis Lopes, os discursos expográficos de um museu, bem como a formação do seu acervo, não estão isentos de uma postura política. Mesmo com a existência de tal postura, dentro de um museu que prioriza a construção de conhecimento é necessário partir da reflexão. Esta reflexão é iniciada com perguntas e provocações e não com apresentações e monólogos.

² Para Paulo Freire, o indivíduo antes de se tornar leitor de palavras é um leitor de mundo. Pois isso, o alfabetizador deve iniciar a alfabetização através da escolha de palavras que integrem o universo social dos alfabetizandos para construir familiaridade. Estas são as palavras geradoras.

Partindo da reflexão proporcionada pelo trabalho com o “objeto gerador”, torna-se claro que história não é feita apenas de documentos oficiais, mas de todo objeto que é produzido pelo Homem no decorrer de sua existência, seja uma ferramenta de caça ou um poema.

A partir dos objetos expostos no museu podem ser feitas perguntas e comparações com os objetos do cotidiano, que por sua vez possibilitam ao público discutir e refletir sobre as mudanças e permanências que perpassam o presente. “Em tal perspectiva educativa, passado, presente e futuro não podem formar uma linha. A noção de múltiplas temporalidades deve ser trabalhada.” (RAMOS, 2004: 35).

Desta forma, a ação educativa pode ser vista como uma das principais atividades de comunicação de um museu, pois através dela podemos discutir sobre sua função na sociedade contemporânea. Os museus podem ser trabalhados como espaço de discussão de idéias e não somente como o lugar do lúdico ou da contemplação.

O TRABALHO COM IMAGENS NO ACERVO DO MIS/CE

O Museu da Imagem e do Som do Ceará busca compreender, através das visitas mediadas, a historicidade dos objetos sob sua guarda – peças relacionadas à produção/reprodução sonora, imagética e audiovisual –, também relacionando o desenvolvimento dos suportes tecnológicos (fotografia, vinil, CD, etc.) com as mudanças sociais acontecidas nas últimas décadas. Estas discussões são pautadas em saberes de outras áreas do conhecimento além da história, como comunicação, sociologia, antropologia, geografia, física e etc. As reflexões geradas no ambiente museal não se restringem ao saber histórico, e visam discutir as diferentes facetas de estar no mundo, incitando a pluralidade de opiniões e idéias.

Como o próprio nome já revela, o MIS/CE possui a especificidade de salvaguardar material relacionado a imagens, som e audiovisual. Entretanto, como foi ressaltado, anteriormente, as imagens e vídeos são os objetos mais consultados. Dentro desta categoria de suporte, o tema mais pesquisado é cidade de Fortaleza, no período de 1880-1930, conhecida como “Fortaleza Antiga”.

Porém, este material é, na maioria das vezes, utilizado de maneira equivocada como meras ilustrações nos textos que abordam o período citado, sejam eles de acadêmicos ou de leigos.

Através dos equipamentos que produzem e reproduzem imagens, pessoas, paisagens e objetos são eternizados e causam a ilusão que um fragmento do real que já passou, chegou a outro momento em sua essência. Apesar deste caráter sedutor, as imagens são construídas através de discursos e, também, constroem discursos ao longo de sua existência. Ao mesmo tempo em que uma realidade é registrada através da captura de imagens, outra realidade é construída através da representação do fato que passou.³ A partir deste processo dialético emerge o

“[...] mundo do documento fotográfico (*segunda realidade*, perene, eterna) que se confunde em nossas mentes com o fato passado (*primeira realidade*, isto é, o fato irreversível, volátil, efêmero) numa *tensão perpétua* [...]” (KOSSOY, 2005: 41-42).

A “FORTALEZA ANTIGA” (1880-1930): ENTRE CULTURA ESCRITA E IMAGÉTICA

As imagens que compõem o recorte do acervo do MIS/CE, utilizado no presente trabalho, eternizam apenas um perímetro da cidade de Fortaleza, que é o Centro. No momento retratado, final do século XIX e início do XX, Fortaleza sofreu intensas transformações econômicas, espaciais e sócio-culturais. Por ser uma cidade litorânea houve a possibilidade de desenvolver a área comercial a partir de exportações através do seu porto. Além disso, a cidade atraiu grande número de sertanejos que procuravam fugir das secas periódicas que, ainda hoje, castigam o sertão cearense, como nos dá relato o historiador Sebastião Ponte:

“A grande seca de 1877-1879 não só secou os reservatórios d’água de Fortaleza como trouxe graves efeitos sanitários para a Cidade. Desde 1845, a província cearense não era assolada por este tipo de fenômeno climatológico. Nos três anos que perdurou, a estiagem expulsou mais de 100 mil sertanejos para a Capital, então com cerca de 30 mil habitantes. Sofrendo com o calor tórrido, expostos às intempéries e ali vivendo sem qualquer resquício de higiene, a multidão foi fulminada por uma devastadora epidemia de varíola que dali irrompeu e ameaçou se alastrar pela Cidade.” (PONTE, 2001: 84).

³ Boris Kossoy, no texto *O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens*, define o momento capturado pelas imagens como *primeira realidade* e, como *segunda realidade*, o mundo das representações que são formadas durante a vida destas imagens.

Com isso, a cidade foi crescendo e os espaços considerados periféricos foram sendo ocupados⁴. Entretanto, apenas alguns espaços e grupos sociais foram escolhidos para representar estas mudanças.

Para muitos escritores, este período é visto como glorioso e é lembrado saudosamente, para outros é marcado pela diferenciação e segregação social. Através do diálogo entre imagens presentes no acervo do MIS/CE e leitura de textos sobre o período, refletiremos sobre os espaços e atores sociais que compõem a “Fortaleza Antiga” identificando as convergências e divergências, os discursos e os silêncios.

Se tomarmos o acervo de doações virtuais – cessão da imagem virtual, não do suporte fotográfico – do Sr. Thomaz Pompeu, veremos que a grande maioria das fotos está voltada para o Centro da cidade. Os arredores, e os bairros mais distantes, foram privados de uma memória fotográfica dentro do acervo do MIS/CE.

Podemos continuar a reflexão a partir de alguns questionamentos: quem escolheu os espaços e os grupos sociais eternizados, seja pela escrita ou pela imagem? Quem poderia, naquele momento, ter acesso aos equipamentos de produção/reprodução de imagens ou ao conhecimento da escrita? Quem teve acesso ou conhecimento do espaço institucional do Museu da Imagem e do Som do Ceará?

Para a realização do trabalho historiográfico é necessário não só interpretar as fontes, mas buscar conhecer e novamente interpretar o caminho percorrido por estas desde sua produção até o momento em que são consultadas. Para Le Goff,

“[...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.” (LE GOFF, 2008: 525).

As imagens analisadas nos mostram detalhes da vida daquele momento, como roupas e transportes que eram utilizados. Porém, mais do que isso, elas podem revelar aspectos da cultura que permeava a sociedade fortalezense.

Por exemplo, podemos perceber pelo número diminuto de fotografias do litoral que Fortaleza - mesmo sendo conhecida atualmente pela beleza de suas praias - demorou a reconhecê-lo

⁴ Segundo Kênia Rios, em sua obra *Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na Seca de 1932*, na tentativa de isolar a área central cidade, protegendo-a dos retirantes e de suas supostas doenças, a Administração Pública de então demarcou espaços que poderiam ser habitados por elementos deste grupo.

como espaço de lazer que integra a cidade. Dentre as oito fotos existentes no acervo selecionado, apenas uma fotografia da orla marítima está situada no recorte temporal proposto.⁵

Dentre as fontes analisadas, que nos propusemos a discutir nesse artigo, temos um vídeo intitulado “Fortaleza Antiga”,⁶ que não foge desta constatação. Dividido em duas partes, sendo a primeira uma filmagem da década de 1920 e a segunda uma refilmagem do mesmo itinerário em 1973, nele vemos que o Centro da capital alencarina continua sendo o principal foco, apesar de a cidade estar no processo de expansão geográfica e crescimento populacional.

“(…) a Capital ingressou nos anos 80, última década do período monárquico, acelerando seu processo de urbanização através da emergência de um variado leque de serviços e equipamentos urbanos e medidas de controle social, entre os quais destacamos: bondes, telégrafo, telefonia, Passeio Público, novo porto, fábrica de tecidos, abolição da escravatura, melhoramentos na Cadeia Pública, campanha de casamento de amasiados, Asilo de alienados e Asilo de mendicidade.” (PONTE, 2001: 29).

Além disso, existe toda uma postura oficial, visível nas entrelinhas da seleção dos enquadramentos. As imagens mais recorrentes são prédios do poder público, bancos, lugares de passeio da elite, casas de famílias e comerciantes de destaque: o próprio elemento humano parece estar relegado ao segundo plano.

“É, justamente, a busca da lógica de tais elementos [que compõem as imagens] num determinado tempo e espaço que faz com que adquiram um significado que tanto pode ser informar aspectos materiais, [sic] quanto revelar uma imagem/monumento: aquilo que, no passado, a sociedade queria perenizar de si mesma para o futuro.” (CARDOSO; MAUAD, 1997: 406-407).

A partir destas questões podemos confrontar textos de historiadores e memorialistas com elementos da memória fotográfica presente no acervo do Museu.

A obra “Fortaleza Descalça” de Otacílio de Azevedo possui caráter autobiográfico, trata dos lugares por onde passou o autor, apresenta as pessoas com quem

⁵ Números referentes à coleção de fotos “Fortaleza Antiga”, parte integrante das doações virtuais do Sr. Thomaz Pompeu.

⁶ DVD000020 (código de catalogação do acervo do Museu da Imagem e do Som do Ceará – MIS/CE.)

conviveu e expõe suas impressões sobre a capital cearense a partir de 1910, data em que chegou à cidade. Embora priorize igualmente o Centro e sua vida poética, boêmia e laboral como lugar de excelência da cidade, o autor não deixa de pormenorizar as localidades então afastadas, caso de bairros como o Benfica e o Mata Galinhas (hoje sob o nome nada poético de Dias Andrade).

Aqui se apresenta um silêncio. A obra escrita apresenta certas características da cidade, mas não encontramos referências sobre elas em suporte imagético. Esse fato não tira de maneira alguma qualquer legitimidade do trabalho do referido memorialista e isso mostra diferenças entre discursos. Estas reflexões incitam questionamentos tanto por parte dos pesquisadores do MIS/CE como pelo público que o procura: como foi construída a lógica urbana de Fortaleza? Como se deu a valorização/desvalorização dos diversos bairros que a compõem? Quais grupos sociais (e como) constroem estes bairros? Quem produz/divulga memória sobre a cidade?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação educativa tem o intuito de desenvolver durante as visitas uma relação de familiaridade e apreensão cognitiva nos grupos envolvidos com o patrimônio salvaguardado pelo Museu da Imagem e do Som do Ceará. Dessa forma, além de preservar a memória presente nos suportes resguardados, o museu não se escusa de sua função social, construindo conhecimento balizado pelas reflexões geradas no espaço museológico.

Porém há outro desafio: o de gerar conhecimento a partir de discursos que excluem grupos e espaços da construção da memória coletiva. Assim, a ausência de determinados elementos nas imagens nos leva à discussão dos locais ocupados por estes na ordem social.

Todos esses questionamentos acima perpassam o trabalho, sem perder de vista o aproveitamento pedagógico que essa discussão poder gerar para uma nova compreensão/discussão sobre a utilização de fotografias e vídeos, tanto do que está visível quanto daquilo que ficou de fora, no ato educativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza Descalça**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

BLOCH, Marc. **A Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KOSSOY, Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. In: **Revista Brasileira de História** – Órgão oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol. 25, nº 49, jan-jun, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

NIREZ. **Fortaleza de Ontem e de hoje**. Fundação Cultural de Fortaleza: Fortaleza, 1991.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, n.10, abril 1993.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860 – 1930)**. 3ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Fortaleza: imagens da cidade**. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará - Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de História**. Chapecó: Argos, 2004.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na Seca de 1932**. 1ª ed. Fortaleza: Secult/CE e Museu do Ceará, 2001.

REPENSANDO A PRESENÇA ITALIANA NAS MINAS GERAIS: BALANÇO HISTORIOGRÁFICO E NOVAS PROPOSTAS PARA O ESTUDO DESTA TEMÁTICA

Mariana Eliane Teixeira*

1. Introdução

Segundo algumas estatísticas, de 1875 até 1920, mais de meio milhão¹ de italianos desembarcaram no Brasil e se estabeleceram em várias províncias do país. Em terras brasileiras, estes imigrantes italianos desempenharam inúmeras funções, que foram desde lavradores nos cafezais paulistas, até operários da crescente indústria do sudeste brasileiro, sem se esquecer dos donos de padarias e botequins do interior das Minas Gerais e das inúmeras famílias que povoaram o sul brasileiro. Ao viver em nossas terras, os imigrantes fizeram de tudo para fazer valer suas expectativas de ascensão social, e quem sabe até, de enriquecimento. Assim, eles deixaram suas marcas na arquitetura do sul, no sotaque da capital paulista, no nosso gosto pelas massas e nos sobrenomes tipicamente italianos que se espalharam pelo Brasil, fazendo de nosso país, o lugar com a maior comunidade de descendentes de italianos do mundo. Diante de tamanha presença da Itália no Brasil, é justificável o interesse dos historiadores em buscar entender o fenômeno da Imigração Italiana em nosso país no final do século XIX e início do século XX.

Nossa pretensão com este artigo é fazer, primeiramente, um balanço historiográfico dos principais trabalhos, que tiveram como objetivo, o estudo da Imigração Italiana no Brasil e em Minas Gerais, dentro do contexto de transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra assalariada. Estes trabalhos, seguindo as tendências historiográficas próprias da época em que foram escritos, muito contribuíram para entendermos o processo imigratório no nosso país.

Em seguida, apontaremos as possibilidades de caminhos existentes para a pesquisa dentro deste tema, principalmente aquelas que têm como objetivo, entender a presença italiana em Minas Gerais. Por último, ao concluirmos, mostraremos que o atual momento historiográfico que vivenciamos, de valorização dos pequenos recortes e de diminuição da escala de observação dos fenômenos históricos, nos permite dar outro olhar sobre o

* Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestrado em História.

¹ BERTONHA, João Fábio. *A imigração italiana no Brasil*. Série “Que história é esta?”. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 21. Apud TRENTO, Ângelo. Do outro lado do Atlântico – Um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel / Instituto Italiano de Cultura, 1989, p. 34, 58 e 268 (dados reelaborados pelo autor).

fenômeno da Imigração Italiana no Brasil e principalmente em Minas Gerais, onde as pesquisas são ainda bastante reduzidas para esta temática.

2. Balanço Historiográfico dos principais trabalhos sobre a presença italiana no Brasil e em Minas Gerais e as atuais possibilidades de pesquisa

De acordo com Amado Luiz Cervo, em capítulo escrito na coletânea *A Presença Italiana no Brasil II*, organizada por Luís A. de Boni, os relatórios ministeriais nos mostram que, as relações diplomáticas entre Brasil e Itália se iniciaram quando a Itália passava pelo seu processo de unificação, no início da década de 1860². Com o decorrer dos anos, essas relações se estreitaram e o Brasil viabilizou a entrada de imigrantes em seu território para trabalhar na lavoura, enquanto a Itália facilitava a entrada do café brasileiro no seu mercado.

Já na década de 1880, a necessidade de imigrantes para solucionar a falta de mão-de-obra tornou-se mais evidente. Como nos lembra Verena Stolcke, a crescente demanda internacional por café e a expansão desta cultura para o Oeste Paulista, impulsionou os fazendeiros e a província de São Paulo a investir na entrada de estrangeiros, visto que, o possível fim da escravidão e a ausência de uma reserva de mão-de-obra, poderiam abalar as estruturas econômicas do país.³

Como podemos perceber, a necessidade primordial do imigrante italiano seria como mão-de-obra para a lavoura cafeeira. Mas a historiografia que aborda as políticas imigracionistas do governo brasileiro na segunda metade do Oitocentos, aponta-nos outros aspectos e finalidades da imigração.

O primeiro deles é a criação de núcleos coloniais em diversas províncias do país com a finalidade de povoar os territórios cuja densidade populacional fosse fraca. Zuleica Maria Alvim, ao citar as políticas de imigração no sul do Brasil, deixa claro que, os primeiros italianos que chegaram ao Rio Grande do Sul, entre 1870 e 1885 foram destinados para lá, a fim de fundar colônias que povoassem as desabitadas regiões sulinas⁴. Segundo a autora, ao sair das hospedarias, muitos imigrantes deparavam-se com uma realidade bastante inesperada, tendo que desbravar territórios de mata fechada e afugentar indígenas que habitavam a região. A princípio eles faziam casebres de madeiras para morar e prestavam alguns trabalhos para o

² CERVO, Amado Luiz. As relações diplomáticas entre o Brasil e a Itália desde 1861. In: BONI, Luís Alberto De. *A presença italiana no Brasil*. Vol.II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Tecnologia. Fundacione Giovanni Agnelli, 1990., p. 22.

³ Stolcke, Verena. *Cafecultura: Homens, mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

⁴ ALVIM, Zuleica Maria Forcione. O Brasil Italiano (1880 – 1920). In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. – 2 ed. - São Paulo: Editora da USP, 2000.

governo, como construção de estradas públicas, para que pudessem ganhar o mínimo suficiente para viver. A realidade da imigração no sul do Brasil, mostrada no trabalho da autora é aquela, no qual, o imigrante é bem querido para povoar os territórios das regiões desabitadas do país.

O segundo aspecto importante de se notar, e que os relatórios ministeriais e provinciais nos mostram é que, o incentivo à imigração no Brasil se deu num contexto de constituição do capitalismo no país e conseqüentemente de surtos industriais. Tal contexto revestiu o discurso político em prol da imigração com uma roupagem de modernidade. Ou seja, o imigrante era visto como portador do progresso e da modernidade e que, por meio de suas avançadas técnicas de produção e cultivo na lavoura, eles deveriam ser contratados. Segundo Sidney Chalhoub, o imigrante era pensado como alguém que sempre prezasse o labor e que cultivasse as virtudes da ética capitalista, servindo de exemplo ao trabalhador nacional⁵.

O último ponto a levantarmos sobre as justificativas da imigração no Brasil é a questão do cálculo racial. Na segunda metade do século XIX, percebemos certo alvoroço na intelectualidade do Brasil quanto aos questionamentos dos componentes étnicos do povo brasileiro. Diante de tais questionamentos iniciou-se um grande debate a respeito da miscigenação ocorrida no país. Alguns viam a mistura de raças como um mal que causava o atraso do Brasil em relação aos europeus, que eram ditos de “raça pura”, vendo no branqueamento da população a saída para o desenvolvimento do país.⁶ Este debate sobre a necessidade de regeneração física do povo brasileiro e a reforma moral da sociedade esteve presente nas discussões políticas sobre a vinda de imigrantes europeus para o Brasil, e são encontrados nos relatórios de província. Segundo Antônia Colbari, o contexto em que se deu a imigração para o Brasil, foi um contexto no qual o trabalhador nativo, não era mais visto como apto a trabalhar e concepções como eugenia e cálculo racial orientavam a política imigracionista brasileira.⁷

Em linhas gerais, a maioria dos trabalhos sobre a Imigração Italiana no Brasil dá prioridade ao caso paulista. Como vimos anteriormente, o fato de São Paulo ter se articulado primeiro junto aos fazendeiros para subsidiar a vinda de trabalhadores estrangeiros, fez com

⁵ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim, o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Segunda Edição. Editora da Unicamp. São Paulo, Campinas: 2001.

⁶ CONTIJO, Rebeca. *Identidade Nacional e ensino de História, a diversidade como “patrimônio sociocultural”*; IN: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. RJ: Casa da Palavra, 2003.

⁷ COLBARI, Antônia. *Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira*. ANPUH: 2007

que a província se destacasse como a que mais recebeu imigrantes em seu território. A expansão do café para o Oeste Paulista, em consequência do aumento do consumo de café internacionalmente, não poderia sofrer os abalos do fim do sistema escravista. Diante do fato de São Paulo receber a maior parte dos imigrantes, principalmente os italianos, a maioria das pesquisas sobre Imigração é dedicada a esta província.

Para a região sul do Brasil, existe grande número de trabalhos sobre a imigração alemã e italiana. Mas como a presença imigrante no sul teve um caráter de povoamento, fundando-se inúmeras colônias, grande parte destes trabalhos, volta-se para o estudo destas comunidades, salientando a importância dos costumes alemão e italiano na formação cultural do sul do Brasil.

No que se refere à imigração em Minas Gerais, as justificativas e caminhos são bastante distintos daqueles percorridos por São Paulo e pelas demais regiões brasileiras, fazendo com que a historiografia que explica a transição da mão-de-obra para o caso paulista, não se aplique nas mesmas medidas e proporções para a província de Minas Gerais. Além disso, vale lembrar que Minas conta com uma diversidade regional muito grande, e isso nos faz perceber que, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, e o processo de substituição do trabalhador nacional pelo imigrante, não se deram da mesma forma para toda a província, apresentando consideráveis diferenças. Mônica Ribeiro de Oliveira, num trabalho sobre a imigração Alemã e Italiana para Juiz de Fora, na Zona da Mata, nos chama a atenção para este fato de Minas Gerais apresentar sistemas econômicos diferenciados em sua evolução histórica, fazendo-a adotar modelos específicos de mão-de-obra, de acordo com suas próprias características.⁸

Diante dessas considerações, cabe a nós elucidar os principais trabalhos que se dedicam a entender este processo em Minas Gerais e apontar os possíveis caminhos da pesquisa nesta área.

Autores como Roberto Martins e Alcir Lenharo, dentre outros, mostraram por meio de seus trabalhos que, depois do surto de extração aurífera, a economia mineira não entrou em decadência⁹. Com o fim dos recursos minerais valiosos, Minas Gerais envolveu-se em atividades agrícolas, e tais atividades apresentavam um dinamismo tão grande, que a província importava a maior quantidade de escravos do país durante o século XIX. Sua

⁸ OLIVEIRA, Mônica R. de. *Imigração e industrialização :alemães e italianos em Juiz de Fora*. Dissertação de mestrado. UFF, 1992.

⁹ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Editora Símbolo, 1979. e MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Cedeplar / UFMG. Belo Horizonte: 1980.

diversidade regional refletia na heterogeneidade de sua produção, que embora não fosse para exportação, era destinada ao mercado interno e abastecimento da corte.

Segundo Emília Viotti, na obra *Da Senzala à Colônia*, o fato de Minas reutilizar os braços escravos que estavam envolvidos na atividade mineratória, fez com que, a província, não sentisse urgentemente a falta de mão-de-obra, como aconteceu nas demais regiões produtoras de gêneros agrícolas para exportação.¹⁰ A autora nos mostra que até a década de 1870, Minas não possuía praticamente nenhuma colônia imigrante de expressividade, contando apenas com algumas experiências sistemáticas, ao contrário do que acontecia para São Paulo e algumas regiões do sul do Brasil.

Ana Lúcia Lanna, ao trabalhar a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira mostrou que, a demanda por trabalhadores imigrantes em Minas neste contexto foi limitada, tendo em vista a ausência de uma fronteira agrícola em expansão, o contrário do que aconteceu para São Paulo.¹¹ Ou seja, as atividades econômicas desempenhadas pela província não tinham necessidade de mais e mais trabalhadores, fazendo com que a mesma contasse com o trabalhador nacional como uma alternativa para a organização do mercado de trabalho livre.

Somente no final da década de 1880 Minas Gerais aderiu efetivamente à imigração.

Norma de Góes Monteiro, num trabalho referencial sobre a política de imigração e colonização mineira destacou que, a presença de imigrantes em Minas deu-se de forma gradualista e em números muito inferiores, se comparada à província de São Paulo¹². Para a autora, isto poderia ser explicado por fatores já mencionados por Emília Viotti como a existência de maiores lavouras em São Paulo, e o fato de Minas absorver a mão-de-obra nacional em suas atividades agrícolas.

De acordo como Norma de Góes, o auxílio aos clamores mineiros efetivou-se na criação de diversos núcleos coloniais às margens das principais estradas de ferro da província e também na criação, em Juiz de Fora, de uma hospedaria com filiais em Rio Verde, Mar de Espanha, São João Del Rei e São João Nepomuceno. Essas receberiam os imigrantes por alguns dias, antes de serem distribuídos pelas fazendas vizinhas ou absorvidos pelas atividades industriais locais. Segundo Carla Anastasia, o surgimento das colônias de

¹⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 140.

¹¹ LANNA, Ana Lúcia. *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1970 – 1920*. 2ed. Campinas, editora da UNICAMP: 1989, p. 85.

¹² MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas 1889 – 1930*. Editora Itatiaia. Belo Horizonte: 1994, p. 16.

imigrantes em diversos locais do Estado de Minas na década de 1890, deu-se em face de uma preocupação com as questões do povoamento das regiões desabitadas de Minas Gerais.¹³

Vale lembrar também, que, alguns motivos discutidos anteriormente como o cálculo racial e o imigrante portador do progresso, também estiveram presentes nos discursos políticos mineiros na década de 1880, podendo ser encontrados nos relatórios da província e também em jornais locais. Os trabalhos de Fábio Castilho e Maria Cristina Teixeira a respeito da imigração em São João Del Rei nos mostram que, as discussões dos jornais da cidade viam o imigrante como portador da civilização, aquele que traria a modernidade para a cidade.¹⁴

Como podemos observar, citamos aqui apenas os principais autores que trabalharam a questão do Imigrante Italiano na província mineira. Nosso objetivo ao citar esses trabalhos é mostrar como tem andado as pesquisas sobre imigração italiana em Minas Gerais e quais as possibilidades de investigação para quem quer trabalhar com este tema. É bom deixar claro que existem outros autores que estudam a presença italiana nas terras mineiras, mas mesmo assim, o tema ainda é pouco explorado.

Os principais trabalhos que encontramos para Minas preocupam-se com os aspectos políticos e econômicos da imigração utilizando os relatórios provinciais e municipais e os registros de entrada dos imigrantes nas hospedarias como fontes de pesquisa. Ou seja, são trabalhos importantes que priorizam toda a arquitetura política para compreender a chegada e o estabelecimento dos imigrantes em Minas.

Contudo, como abordaremos no final do texto, o atual momento historiográfico de questionamento das macro-análises, em prol de uma diminuição da escala de observação dos fenômenos históricos e o surgimento de novos atores sociais, nos faz querer compreender aspectos da vida dos imigrantes italianos em Minas Gerais, que vão além de suas estadias nas hospedarias ou fazendas mineiras. São poucos os trabalhos que buscam resgatar a trajetória social e econômica dos imigrantes italianos em Minas Gerais, seja em suas regiões urbanas ou rurais.

É importante ressaltar que existem fontes que nos permite perceber estes aspectos sociais e econômicos. Quando analisamos o acervo jurídico de algumas cidades mineiras como Juiz de Fora, São João Del Rei, Oliveira, Conselheiro Lafaiete, Barbacena, Lavras dentre outras, encontraremos inúmeras formas de atuação dos imigrantes italianos. Ao lermos

¹³ ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Imigração Italiana em Minas Gerais (1896 – 1915). In BONI, Luis A. *A presença Italiana no Brasil II*. Instituto Giovanni Agnelli, Porto Alegre.

¹⁴ TEIXEIRA, Maria Cristina. *Imigração em São João Del Rei: a visão do fracasso*. Monografia de pós-graduação *latu sensus*, São João Del Rei: 1994. CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Imigração em São João del Rei: um viés da modernidade, 1888 – 1896*. Cadernos de História da UFOP, Ouro Preto: 2006.

os processos criminais destas cidades, ficaremos surpresos com a presença destes imigrantes tanto como réus, quanto como ofendidos. Para termos uma idéia, a documentação criminal da cidade de Conselheiro Lafaiete, que ainda está em fase de leitura e coleta de dados para futura disponibilização na Internet, é riquíssima na atuação de imigrantes italianos.¹⁵ Já foram encontrados casos de supostas quadrilhas de italianos que assaltavam essa região.¹⁶

Outras fontes que também são importantes são as fontes cíveis e os registros de notas das cidades a serem pesquisadas. No caso dos processos cíveis, podemos encontrar ações de cobrança de dívidas feitas aos/por italianos, além de escrituras de imóveis, divisões de terras etc.

Os jornais concernentes à época a ser pesquisada são também fontes relevantes no estudo da Imigração. Algumas pesquisas sobre a imigração em São João Del Rei se utilizaram dos jornais da cidade e depararam-se com realidades bastante interessantes sobre a presença imigrante nesta cidade. Os jornais, quando preservados cronologicamente, nos dá a dimensão de todo o processo de transição da mão-de-obra na região escolhida para estudo. Um bom exemplo é o jornal *Gazeta Mineira* da cidade Oliveira, que se encontra inteiramente disponibilizado na Internet por meio de microfimes. A leitura deste periódico semanal nos dá ótimas referências de como foi o processo de transição da mão-de-obra escrava para livre, nesta região que era voltada, economicamente, para a produção agro/pastoril.

Sabemos das dificuldades para encontrar acervos municipais preservados e em condições de pesquisa. Mas, nos últimos anos temos percebido um movimento de maior conscientização para com este tipo de patrimônio, que se reflete no surgimento de alguns projetos de recuperação das documentações cartoriais e judiciárias de algumas cidades mineiras. Alguns daqueles municípios citados anteriormente - Juiz de Fora, São João Del Rei, Oliveira, Conselheiro Lafaiete – dentre inúmeros outros, têm passado por um processo de recuperação de seus acervos judiciários, o que facilita muito nosso trabalho enquanto historiadores, visto que tal atitude aumenta consideravelmente os nossos objetos e fontes de pesquisa.

Diante de tudo isso, queremos frisar a existência de inúmeras fontes de pesquisa para a compreensão da Imigração Italiana em Minas Gerais, que vão além dos relatórios provinciais

¹⁵ A documentação jurídica de Conselheiro Lafaiete encontra-se temporariamente sobre a guarda do Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental da UFSJ para ser higienizada, lida e ter suas principais informações disponibilizadas na Internet por meio de banco de dados. Este trabalho faz parte do projeto *Fórum Documenta* sobre coordenação do professor Ivan de Andrade Vellasco.

¹⁶ TEIXEIRA, Mariana E. *Aspectos da solidariedade étnica entre os imigrantes italianos nas Minas Gerais*. LAHES: 2008.

e registros de entrada dos imigrantes nas hospedarias. Outro aspecto digno de ser lembrado é que, Minas Gerais conta com uma grande diversidade regional, fazendo com que o processo de transição para a mão-de-obra livre e a opção pela vinda de imigrantes italianos não tenha se dado da mesma maneira para a toda a província, mostrando assim, a necessidade de trabalhos que envolvam essa diversidade regional mineira.

3. Conclusão:

Durante muito tempo, o tema da Imigração Italiana, não só em Minas Gerais, mas também no Brasil, foi estudado dentro dos grandes modelos explicativos do processo histórico, modelos esses vinculados às primeiras gerações da Escola dos Annales. Influenciados por uma prática historiográfica que priorizava os fenômenos coletivos e o longo prazo, os historiadores buscavam compreender a imigração focando os seus aspectos políticos e econômicos. Outra característica destes trabalhos é que, a presença imigrante no Brasil era abordada de uma maneira muito ampla; as justificativas que explicavam a imigração para a província de São Paulo eram tomadas como padrão para o restante do país, não se estudando as especificidades regionais tão evidentes no Brasil.

Com o passar dos anos, a idéia de uma História Global não satisfazia aos novos questionamentos da pesquisa histórica internacional. As irregularidades e incongruências encontradas dentro da sociedade não se adequavam aos métodos de quantificação e grandes séries propostos pela História Totalizante. Neste contexto de crise das macro-análises surgiu na Itália, no final da década de 1970 uma nova tendência historiográfica, denominada Micro-História. A proposta micro-histórica é reduzir a escala de observação e tentar compreender com mais nitidez os pontos que formam os interstícios do tecido social. Após entender, por meio de uma ótica micro, como se formam estes pontos, o historiador estabelece uma conexão com a escala ampliada do contexto social.

Voltando ao tema da Imigração Italiana no Brasil, esta crise das macro-análises e a proposta de uma redução da escala de observação oferecida pela micro-história, nos faz pensar algumas questões. Como foi dito, a maioria dos trabalhos sobre a presença italiana no Brasil foi desenvolvido dentro dos grandes modelos explicativos do processo histórico e as fontes mais recorrentes para o estudo do processo migratório foram os relatórios ministeriais e provinciais, juntamente com os registros de entrada dos imigrantes nas hospedarias.

Diante dessas novas tendências historiográficas que usam pequenos recortes espaciais e temporais para levantar e confrontar questões históricas mais gerais, as fontes para entender

a imigração no Brasil e em Minas Gerais aumentaram, e não mais se reduzem aos aspectos políticos para a vinda de estrangeiros. Isto nos faz entender que as possibilidades de compreensão do fenômeno da Imigração Italiana no Brasil não se encontram esgotadas.

Em linhas gerais, nossa pretensão com este artigo foi fazer uma avaliação dos principais trabalhos, que objetivaram estudar a Imigração Italiana no Brasil e em Minas Gerais, dentro do quadro de constituição do capitalismo no país. Ao percorrermos os principais autores que se dedicaram a este tema, procuramos mostrar que as pesquisas nesta área, não se encontram de forma alguma esgotadas. No caso de Minas Gerais, além de não existirem muitos trabalhos, podemos encontrar inúmeras possibilidades de fontes não pesquisadas e arquivos sendo resgatados, e que quando pesquisados, poderão contribuir para compreendermos melhor a presença italiana no diverso território mineiro.

Referências Bibliográficas

ALVIM, Zuleica Maria Forcione. O Brasil Italiano (1880 – 1920). In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. – 2 ed. - São Paulo: Editora da USP, 2000.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Imigração Italiana em Minas Gerais (1896 – 1915). In BONI, Luis A. *A presença Italiana no Brasil II*. Instituto Giovanni Agnelli, Porto Alegre.

BERTONHA, João Fábio. *A imigração italiana no Brasil*. Série “Que história é esta?”. São Paulo: Saraiva, 2004.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Imigração em São João del Rei: um viés da modernidade, 1888 – 1896*. Cadernos de História da UFOP, Ouro Preto: 2006.

CERVO, Amado Luiz. As relações diplomáticas entre o Brasil a Itália desde 1861. In: BONI, Luís Alberto De. *A presença italiana no Brasil*. Vol.II. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Tecnologia. Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim, o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Segunda Edição. Editora da Unicamp. São Paulo, Campinas: 2001.

COLBARI, Antônia. *Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira*. ANPUH: 2007.

CONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e ensino de História, a diversidade como “patrimônio sociocultural”; IN: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. RJ: Casa da Palavra, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Editora Símbolo, 1979.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Cedeplar / UFMG. Belo Horizonte: 1980.

MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas 1889 – 1930*. Editora Itatiaia. Belo Horizonte: 1994.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e industrialização: alemães e italianos em Juiz de Fora*. Dissertação de mestrado. UFF, 1992.

Stolcke, Verena. *Cafecultura: Homens, mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA, Maria Cristina. *Imigração em São João Del Rei: a visão do fracasso*. Monografia de pós-graduação *latu sensus*, São João Del Rei: 1994.

TEIXEIRA, Mariana E. *Aspectos da solidariedade étnica entre os imigrantes italianos nas Minas Gerais*. LAHES: 2008.

Reverendo os intérpretes dos movimentos rurais ocorridos entre os anos de 1955 a 1964

Marina Mesquita Camisasca*

Muitos são os trabalhos que analisam os movimentos ocorridos nas áreas rurais, nas décadas de 1950 e 1960, em vários estados do país. O nordeste brasileiro é, porém, o foco principal da maioria destes estudos, principalmente os estados de Pernambuco e da Paraíba. O grande interesse pela análise desta região se deve a alguns fatores, dentre os quais se destaca o surgimento, na década de 1950, das Ligas Camponesas, lideradas pelo advogado Francisco Julião. Este movimento foi muito discutido e analisado por sociólogos, cientistas políticos, antropólogos e historiadores.

A obra *As Ligas Camponesas* (1982), escrita por Fernando Antônio de Azevedo, se dedica a analisar o surgimento, a expansão e o declínio deste movimento na região Nordeste, mais precisamente no estado de Pernambuco. Para o autor, seria dentro do contexto marcado por uma profunda mudança nas relações de trabalho tradicionais e onde se combinam a expropriação do produtor direto e a exploração brutal da mão-de-obra assalariada, que iria surgir, em meados da década de 1950, o movimento camponês (AZEVEDO, 1982: 52).

As primeiras Ligas Camponesas, segundo o autor, foram criadas em 1945, pelo PCB, após a conquista da sua legalidade. Elas foram fundadas em quase todos os estados brasileiros e eram verdadeiros apêndices da estrutura unitária e centralizada do partido. Com a cassação do registro desse partido, em 1947, o seu retorno à ilegalidade e à clandestinidade, e a repressão generalizada aos seus militantes, estas ligas foram violentamente abafadas (AZEVEDO, 1982: 56).

O movimento ressurgiu em 1955, no engenho da Galiléia, estado de Pernambuco, liderado pelo advogado e deputado Francisco Julião. Posteriormente, o movimento ganhou força e espalhou-se por diversas regiões do país.

Azevedo divide a prática política das Ligas Camponesas em três fases. A primeira fase vai de 1955 a 1959, momento em que a ação das Ligas orientava-se, em suas linhas gerais, para a assistência e a organização dos camponeses e que a presença de militantes comunistas era muito forte. A segunda fase, que vai de 1960 a 1962, corresponde ao momento de projeção e expansão nacional das Ligas. Ela é marcada por uma virada política e ideológica do movimento e também pela ruptura com o PCB. Segundo o autor, este rompimento ocorreu em novembro de 1961, durante a realização do I Congresso Nacional de Lavradores e

* Mestranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista Capes.

Trabalhadores Agrícolas, realizado na cidade de Belo Horizonte. Neste momento, as Ligas priorizavam a execução de uma reforma agrária radical que deveria ser realizada *na lei ou na marra*, objetivo que as diferenciava das propostas legalistas defendidas pelo PCB.

Já a terceira fase corresponde ao período de 1963 até o golpe civil militar de abril de 1964 e é marcada por uma profunda crise das Ligas, provocada por dissensões políticas e ideológicas entre facções internas e pela perda da hegemonia do movimento social agrário para os sindicatos rurais, controlados pelos comunistas e por setores da Igreja Católica. Um dos fatores principais que contribuiu para esse enfraquecimento das Ligas foi a ação do governo João Goulart, que estimulou a sindicalização em massa no meio rural.

Azevedo diferencia ainda as atividades empreendidas pelas Ligas Camponesas daquelas desenvolvidas pelos sindicatos rurais. Para ele, as Ligas Camponesas eram constituídas por trabalhadores não assalariados definidos, por ele, como campesinato, e possuíam uma atuação que visava à instauração de “reformas radicais”. Os sindicatos rurais, por sua vez, eram compostos por “moradores assalariados” e exigiam a aplicação das leis trabalhistas. As suas ações favoreciam quem já possuía uma remuneração regular e seu objetivo principal era a aplicação da legislação trabalhista aos homens do campo. Seus líderes não possuíam origem camponesa, eram membros do PCB ou pessoas ligadas à Igreja Católica, e sua organização estava diretamente atrelada ao aparelho estatal. Segundo o autor, a conjuntura tendeu a favorecer principalmente as iniciativas legalistas atreladas aos sindicatos rurais em detrimento das ações “revolucionárias” propostas pelas Ligas Camponesas.

Para Azevedo, o “projeto camponês” empreendido pelas Ligas era revolucionário na medida em que rompia com o sistema capitalista e com a ordem até então vigente. A proposta era a de uma ruptura “radical” que tinha por objetivo a implementação imediata do socialismo (AZEVEDO, 1982: 117).

Contrária a esta interpretação que considera as propostas das Ligas como uma forma de rompimento com o modelo capitalista, Elide Rugai Bastos em sua obra *As Ligas Camponesas* (1984) afirma que “em boa parte, as reivindicações e lutas das Ligas implicavam na efetivação de ‘novas’ instituições burguesas no Nordeste” (BASTOS, 1984: 115). A luta empreendida por esse movimento, segundo a autora, não era propriamente pela propriedade coletiva, mas sim contra uma forma específica de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Porém, ao tratar do campesinato, a autora subestima o seu papel político, conquistado ao longo dos anos 1950 e 1960. Para ela, “embora a questão camponesa se constituísse como

fundamental naquele período, não abriu, ao campesinato, espaço político correspondente à sua importância na correlação de forças então existentes” (BASTOS, 1984: 10).

Assim como Azevedo, Bastos também diferencia a atuação das Ligas Camponesas, que priorizavam o trabalho junto aos não assalariados, e a do PCB, que atuava para atender as reivindicações dos assalariados agrícolas (BASTOS, 1984: 100). A autora também apresenta o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961, na cidade de Belo Horizonte, como o momento de ruptura entre a atuação das Ligas e do PCB. Para Bastos, a partir desse congresso, o que se percebe é uma transformação estrutural das Ligas, que partem em direção à proposta de uma luta armada (BASTOS, 1984: 101).

Nota-se, com isso, que os dois estudos apresentados privilegiam a atuação das Ligas Camponesas, vistas como símbolo da radicalidade política dos homens do campo. Nestas análises o Partido Comunista é descrito como um grupo que possuía uma importância política limitada, uma vez que orientava suas bases para o enquadramento institucional e não para ações de ruptura, como seria a prática das Ligas.

Além disso, nestes trabalhos, as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais são vistos como entidades estanques, como que se por “natureza” possuíssem conteúdos diversos, expressos em pares de oposição: questão de terra X questões trabalhistas, ilegalidade X legalidade, Julianismo X Partido Comunista. Estas análises acabaram por desprivilegiar a experiência dos camponeses e desconsideraram a possibilidade de uma reconstrução histórica que pudesse dar conta da multiplicidade das experiências vivenciadas no meio rural.

Mas ainda nos anos 1980 começaram a surgir estudos que criticavam este tipo de abordagem, que apresentava posições dicotômicas entre as Ligas Camponesas e o Partido Comunista. Foram diversas as pesquisas que contribuíram para colocar em xeque as conclusões apresentadas anteriormente sobre a atuação das Ligas e do PCB. As pesquisas passaram a se preocupar com as demandas dos camponeses e de como os grupos atuantes junto a esta categoria agiram para implementar estas reivindicações.

A tese de doutorado de Regina Reyes Novaes *De corpo e alma. Catolicismo, classes rurais e conflitos no campo* (1987) é exemplo de estudo que critica posições estanques e delimitadas a priori. A autora analisa os conflitos existentes nas áreas rurais da Paraíba e afirma que “os personagens e organizações que compunham o campo de forças sobre o qual se deram as lutas neste período, nem sempre se mantiveram nas mesmas posições no desenrolar do processo” (NOVAES, 1987: 62). Em seu estudo, Novaes percebe que as

alianças e/ou divisões existentes entre os grupos, a nível nacional, não se reproduziram automaticamente para todas as regiões e municípios do estado da Paraíba e que estas uniões e disputas entre os grupos não eram fixas e impostas de cima para baixo.

Na Paraíba, a partir de 1962, com o desenvolvimento da sindicalização rural, as Ligas Camponesas e o Partido Comunista passaram a atuar conjuntamente com o objetivo de fundar sindicatos rurais. Para a autora “ainda que houvesse, sem dúvida, uma pluralidade de concepções políticas entre as lideranças, não era a forma liga ou a forma sindicato que estava, realmente, em discussão. Lançava-se mão de uma ou de outra, de acordo com as condições políticas que se apresentavam em um ou outro local” (NOVAES, 1987: 116). De acordo com a autora, a aproximação destas diferentes correntes favoreceu o crescimento do movimento de luta contras as espoliações ocorridas no meio rural.

Além disso, para Novaes a posição da Igreja Católica diante dos conflitos rurais existentes na Paraíba não era una, “entre os padres houve uma gama de atitudes bem diferenciadas frente a situações em que se explicitavam conflitos entre grandes proprietários e trabalhadores” (NOVAES, 1987: 133).

Nota-se, portanto, que a análise empreendida por Novaes procura resgatar as particularidades dos conflitos rurais existentes na Paraíba. A autora não se limitou a estudar apenas as propostas das lideranças, mas ao contrário, resgatou as atitudes dos grupos que emergiram devido ao trabalho diário junto ao camponês. As necessidades impostas por uma realidade particular fizeram com que, na Paraíba, a aproximação entre as Ligas Camponesas e o Partido Comunista se tornasse uma exigência, uma vez que estas correntes necessitavam se opor à unidade e à intransigência dos proprietários rurais.

Outro trabalho a ser destacado, nessa produção que pretende romper com as análises dicotômicas, é a dissertação de mestrado escrita por Mário Grynszpan, *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)* (1987). O trabalho objetivava compreender porque os lavradores despejados da região da Baixada Fluminense escolheram lutar pela terra e não migraram para as cidades ou para outras áreas rurais existentes no país.

O autor levantou algumas peculiaridades da região da Baixada que favoreceram a luta pela posse da terra. A mais importante delas era a presença de elementos “externos” na região, os chamados grileiros, que realizavam freqüentes ações de despejo. Estes atos eram vistos pelos lavradores como ilegítimos e foram o fator mais importante para o desencadeamento dos conflitos.

Grynszpan ao analisar a participação dos diferentes grupos junto aos camponeses afirma que “os programas, projetos e propostas dos grupos e partidos interessados na mobilização camponesa, não nos levam, automaticamente, ao conhecimento desta mobilização e, nem mesmo, ao conhecimento das práticas reais destes grupos e partidos junto ao campesinato” (GRYNSZPAN, 1987: 132). O autor ressaltou, por exemplo, que as mudanças observadas na linha política do PCB não implicaram no privilegiamento do trabalho junto aos assalariados rurais.

O autor notou, ainda, que o movimento das Ligas Camponesas, liderado por Francisco Julião não possuiu muita força no Rio de Janeiro, mas que “por vezes, grupos de lavradores se autodenominavam Ligas Camponesas, ou mesmo eram chamados assim pelos jornais, inclusive, em alguns casos, pelo próprio *Liga*, sem que tivessem vínculos consistentes e duradouros com o movimento de Julião” (GRYNSZPAN, 1987: 284).

O estudo revela as peculiaridades dos conflitos rurais, da mobilização camponesa e das disputas de diferentes grupos, inclusive da Igreja Católica, para liderarem os movimentos insurgentes no meio rural fluminense. Estas disputas políticas, segundo o autor, favoreceram a intensificação da mobilização camponesa, no estado do Rio de Janeiro, no início dos anos 1960.

Já a tese de doutorado escrita por Leonilde Servolo de Medeiros *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo* (1995), diferentemente das anteriores, não estuda os conflitos rurais ocorridos em uma região específica do país. O objetivo da pesquisa era estudar a atuação do PCB no meio rural, particularmente através de sua imprensa. Para Medeiros, a imprensa comunista desempenhou um papel fundamental no processo de aparecimento público dos camponeses, na medida em que ela, voltando-se para determinados leitores, de alguma forma sensibilizados para suas mensagens, socializou certas ações e identificações, contribuindo para a expansão do movimento rural (MEDEIROS, 1995: 121).

A autora afirma que o Partido Comunista, que no início dos anos 1960, nas suas teses, defendia as formas pacíficas de luta, nem sempre, na prática, rejeitou a opção pelas ações armadas. Trabalhar no que os comunistas chamavam de plano das “reivindicações imediatas” ou incentivar ações “revolucionárias” foi uma tensão que permeou a ação deste partido no campo (MEDEIROS, 1995: 103). A adoção de um ou outro tipo de ação dependia do contexto político, das condições locais e dos interlocutores junto aos quais o PCB estava a dialogar.

A autora contesta também a afirmação de que o PCB trabalhava prioritariamente com os assalariados rurais. Foram as lutas por terras, encaminhadas quer por “arrendatários”, quer por “posseiros”, que acabaram por polarizar a ação do partido no campo (MEDEIROS, 1995: 186). Além disso, Medeiros afirma que entre os militantes do PCB no campo havia maiores proximidades com os membros das Ligas Camponesas do que a literatura, que enfatiza a divergência, deixa perceber.

Assim, é relevante observar que tanto Novaes, quanto Grynszpan e Medeiros procuraram analisar as disputas entre os grupos que atuaram junto aos camponeses de uma forma diversa daquela empreendida por Azevedo e Bastos. Os primeiros deram ênfase não apenas aos conteúdos programáticos e se voltaram para as realidades específicas de determinadas localidades. O objetivo era apresentar as reivindicações dos trabalhadores rurais, que passaram a ser vistos como atores políticos. Os grupos que atuaram junto a esta categoria de trabalhadores tiveram, em cada localidade, que se adaptar aos anseios e reivindicações desses homens que trabalhavam nas áreas rurais. Os estudos não apresentaram os grupos e partidos políticos com posições estanques e definidas a priori pela cúpula e que deveriam ser implementadas de cima para baixo. Ao contrário, visualizaram a importância das disputas entre os grupos e do convívio e conhecimento das reais reivindicações camponesas.

Já em relação aos conflitos rurais e à mobilização camponesa ocorrida em Minas Gerais, o único estudo existente é a dissertação de mestrado *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)* (1988), escrita por Maria Eliza Linhares Borges. Neste trabalho a autora apresenta duas idéias centrais. Uma é que nem sempre os interesses imediatos dos camponeses, no período estudado, correspondiam à formulação política empreendida pela esquerda. A outra é que a luta em frente única empreendida pela esquerda não significou homogeneidade de pensamento e de ação no campo.

Borges, ao tratar dos grupos de esquerda que atuaram nas áreas rurais mineiras, afirma que “cada um a seu modo formulava discursos, propunha e desenvolvia práticas políticas para e no meio rural. Estas foram expressões sobre *um saber sobre o campo*, o qual era simultaneamente um saber sobre a sociedade brasileira de então. O universo rural foi, portanto, se constituindo como objeto de interesses múltiplos formulados de fora para dentro; trazia a marca de “estilistas” e “modelistas” urbanos” (BORGES, 1988: 86). Assim, para a autora, os grupos que atuaram no meio rural mineiro, principalmente o PCB e a AP, já possuíam idéias pré-concebidas que eram “transportadas” para as áreas rurais, e os interesses

dos homens do campo não eram priorizados por esses grupos. Tanto que apesar da “utopia camponesa” ser traduzida pelo desejo de posse da terra, os grupos de esquerda, de acordo com Borges, não agiram no sentido de lutar por essa reivindicação.

Para a autora o PCB, por exemplo, preocupava-se em subordinar os movimentos sociais rurais à sua política institucional. O partido se propôs a atender, no meio rural mineiro, apenas às reivindicações mais imediatas dos assalariados agrícolas. A luta pela posse da terra foi deixada para o futuro (BORGES, 1988: 150).

Para Borges, os camponeses e os trabalhadores rurais¹ não eram mais que agentes passivos dos interesses alheios (BORGES, 1988: 96). Eram os grupos que atuavam no meio rural que decidiam quais as propostas a serem reivindicadas pelos sindicatos rurais existentes no estado.

Além disso, para a autora a opção pela sindicalização rural feita pelo governo federal tinha por objetivo enfraquecer e inviabilizar o crescimento e o fortalecimento das Ligas Camponesas, a nível nacional e local (BORGES, 1988: 22). Borges, assim como Azevedo e Bastos, analisa as Ligas Camponesas como o símbolo da radicalidade política em oposição aos sindicatos rurais que adotariam apenas medidas legalistas.

O que a autora não conseguiu perceber foi que a escolha pela formação de sindicatos rurais não significou, necessariamente, a adoção apenas de medidas legais e a supressão da luta pela terra, principal reivindicação dos camponeses mineiros. A partir de pesquisa realizada durante o mestrado, foi possível notar que, ao contrário do afirmado por Borges, os grupos de esquerda que atuaram nas áreas rurais mineiras agiram no sentido de alcançarem a posse da terra para os camponeses. Foi possível perceber, ainda, a partir do levantamento e análise das fontes², que as decisões tomadas pelos movimentos rurais não vinham de fora para dentro. Os líderes das esquerdas, oriundos das cidades e que atuaram nas áreas rurais, não decidiam sozinhos, de acordo com as suas formulações teóricas, quais seriam as reivindicações dos movimentos camponeses. Ao contrário, a prática era pautada pela ação que visava alcançar a maior reivindicação camponesa: a posse da terra.

Bibliografia:

¹ Para a autora, os camponeses são aqueles trabalhadores que não são assalariados, como os parceiros, arrendatários e posseiros. Já os trabalhadores rurais são caracterizados por receberem em dinheiro pelo trabalho realizado em propriedade alheia.

² Foram pesquisados documentos acumulados pelo Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), os periódicos *Estado de Minas*, *Folha de Minas*, *Última Hora*, *Binômio* e *Terra Livre*, além de entrevistas orais disponíveis para consulta nos arquivos do Centro de Estudos Mineiros da UFMG e do Centro de Memória e Pesquisa Histórica da PUC/MG.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950- 1964)*. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1988.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1982.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Tese (Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1987.

A vadiagem em debate: o caso dos “vadios” da *Belle Époque* Carioca

Marina Viera de Carvalho*

Resumo:

O presente estudo tem como tema duas distintas interpretações historiográficas sobre a contravenção da vadiagem e dos agentes históricos estereotipados como “vadios”, na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1888 a 1906. De um lado, a repressão, a violência e a exclusão às camadas populares que não se enquadravam ao processo de cosmopolitismo, aburguesamento e modernização da então capital da República; de outro, a homogeneização dos espaços e dos corpos da “cidade maravilhosa”: a estratégia de adaptar o centro da cidade e sua população para as novas práticas econômicas da urbe. Ora: a *arraia-miúda* foi vítima de um processo de marginalização social ou foi alvo de um projeto normatizador da sociedade? Foi segregada da sociedade e da cidade ou se posicionaram e marcaram seu espaço e presença na capital federal?

1. A escrita da História enquanto fenômeno interpretativo

“[o] ‘fato histórico’ resulta de uma práxis, porque ele já é o signo de um ato e, portanto, a afirmação de um sentido. Este resulta dos procedimentos que permitiram articular um modo de compreensão num discurso de ‘fatos’. (...) A organização de cada historiografia em função de óticas particulares e diversas se refere a *atos* históricos, fundadores de sentidos e instauradores de ciências.”
(Certeau, Michel de, 2008: 41)

A discussão que se segue não trata da “verdadeira interpretação sobre os fatos históricos”, mas sim sobre a percepção das distintas interpretações historiográficas. Entre “as palavras e as coisas” o problema não está em atingir a coisa (o fato), mas sim os efeitos de verdade formulados pelas

* Mestranda em História pelo PPGH-UERJ, pesquisadora interna do LEDDES (Laboratório de Estudo das Diferenças e Desigualdades Sociais). Pesquisa fomentada pela CAPES.

distintas formas de narrativas dos historiadores de ofício.¹ Estamos diante de um objeto: o cotidiano da vadiagem na virada do século XIX para o XX; mas o fenômeno a ser analisado não é o vadio e sim o texto, ou seja, a historiografia que cria formas distintas de apresentação dos fatos históricos.

Enfim, este artigo se esforçará em problematizar as tensões, contradições, diferenças e, conseqüentemente, os múltiplos conhecimentos sobre o passado e seus efeitos de explicação. Tendo como temática central o mesmo objeto: o vadio, mas (re)interpretado a partir de dois distintos enfoques teórico-metodológicos. Sendo assim, passemos a apresentação destas distintas escritas.

2. Repressão ou normatização? Exclusão ou posicionamento?

2.1 A repressão e a vadiagem: a construção dos “vadios” como vítimas de um processo de marginalização social

A historiadora Cristiane Rodrigues em sua dissertação de mestrado “A Construção Social do Vadio e o Crime de Vadiagem (1886-1906)” tem como principal enfoque:

“analisar o perfil do vadio no período de 1886 a 1906, a fim de perceber as continuidades e os possíveis cortes na história da vadiagem (...) identificar qual foi a imagem construída pelos agentes policiais visando enquadrar determinados indivíduos na contravenção da vadiagem” (Rodrigues, Cristiane, 2006: 7)

Para esse fim, a autora tem como principal corpo documental os Livros de Matrículas da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, nos quais faz um levantamento sistemático, embasado em métodos quantitativos e estatísticos, sobre a entrada e saída na Casa de Detenção; o que a leva a

¹ Sobre as palavras (os efeitos de verdade) e as coisas (os “fatos”) ver: Foucault, Michel. *As palavras e as coisas*.

estabelecer um perfil social do vadio, a saber: homens, de idade economicamente ativa, analfabetos e solteiros. Afirma ainda que a população rotulada de vadia, em sua maioria, exercia algum tipo de atividade informal que assegurava a moradia, geralmente, no centro da cidade.

A historiadora preenche de significados tal perfil ao levantar a seguinte hipótese: o aumento da marginalização social dos pobres durante os anos finais da escravidão e, novamente, no período do governo Rodrigues Alves, se dá por tal segmento não se enquadrar ao novo modelo do “progresso” e da “civilidade” da urbe carioca; por isso a super-valorização pelo Estado do crime de vadiagem: uma forma de controle e exclusão das camadas populares.² Para comprovar tal especulação, a autora apresenta uma série de gráficos, entre os quais, os que se seguem:

² Código Penal de 1890: “Capítulo XIII – Dos Vadios e Capoeiras:

“Art. 399. Deixar de exercer profissão, officio, ou qualquer mistér em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicilio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes.

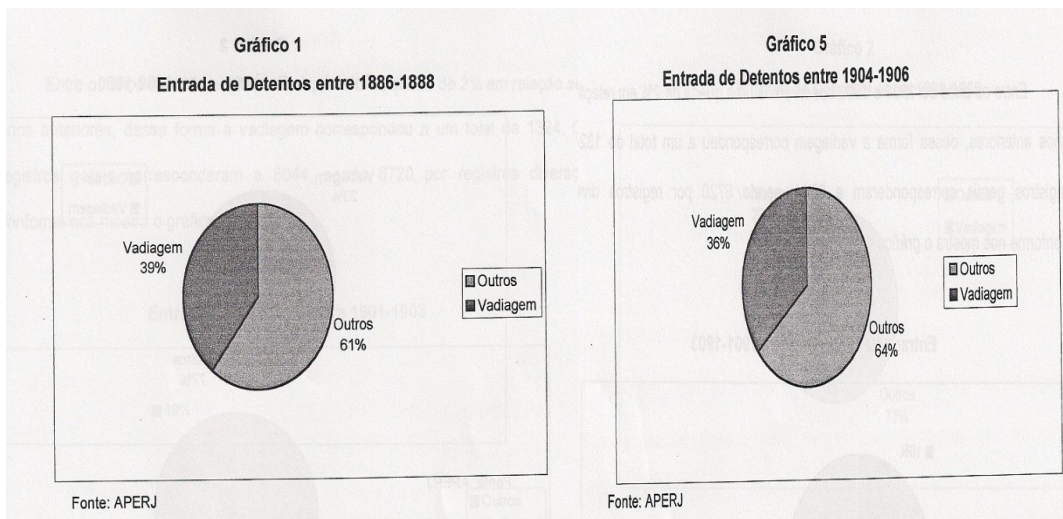
‘Pena – de prisão cellualar por quinze a trinta dias.

1º Pela mesma sentença que condenar o infrator como vadio, ou vagabundo, será ele obrigado a assignar termo de tomar ocupação dentro de quinze dias, contados do cumprimento da pena.

“2º Os maiores de quatorze serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até a idade de 21 anos.

Art. 400 - Se o termo fôr quebrado, o que importará reincidência, o infrator será recolhido, por um a três anos, a colônias penaes, que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes.’

Parágrafo único. Se o infrator for estrangeiro será deportado.” (PIERANGELLI, José Henrique, 1980: 316-317)



(Rodrigues, Cristiane, 2006: 39)

(Rodrigues, Cristiane, 2006: 42)

Além dos gráficos sobre a Casa de Detenção, recorre também a outras tipologias de fontes, como os censos, imagens e periódicos de época, pois, afirma a autora: “A discriminação ao pobre neste período era intensa. Havia uma imprensa elitizada que contribuiu para a degradação da imagem da classe menos favorecida” (Rodrigues, Cristiane, 2006: 90)³

Sendo assim, Cristiane Rodrigues conclui que as Reformas urbanas e higiênicas são:

“elitista, de exclusão e repressora, uma vez que a população tornava-se atingida na sua vida privada e, às vezes sem entender o porque das medidas reformistas, se rebelava contra o governo. (...) fazendo com que a polícia se tornasse cada vez mais agressiva no sentido de manter a permanência dos segundos [os pobres] no seu cenário de humilhação, de constrangimento e de pobreza(...)” (Rodrigues, Cristiane, 2006: 75-76)⁴

Pois bem, analisando não os fatos em si, mas a (re)interpretação do passado apresentada, percebemos a escolha de uma narrativa que produz um efeito de explicação justificador da formação de um grupo social definido e serializado, repetitivo e geral: as camadas populares enquanto vítimas da ação repressiva e excludente do Estado. Ação esta que visava a eliminação

³ Grifos meus.

⁴ Grifos meus.

dos pobres da cidade, passando, dessa forma, a serem marginalizados pela contravenção da vadiagem.

No entanto, a historiadora deixa escapar dois indícios que permitem a reflexão sobre os limites desse modelo explicativo. Prosseguiremos então para análise de tais pistas.

2.2 Normatização e sagacidade: a política do e no cotidiano.

“O trabalho teórico se desempenha, propriamente falando, na relação entre os pólos extremos da operação inteira: por um lado, a construção de modelos; por outro lado, a atribuição de uma significabilidade aos resultados obtidos ao final das combinações informáticas. A forma mais visível desta relação consiste (...) em descobrir o heterogêneo que seja tecnicamente utilizável. A ‘interpretação’ antiga se torna, em função do material produzido pela constituição de séries e de suas combinações, a evidenciação dos desvios relativos quanto aos modelos. (...) O importante (...) [é] a relação entre modelos e os limites que seu emprego sistemático faz aparecer e, por outro lado, a capacidade de transformar estes limites em problemas tecnicamente tratáveis (...) Poder-se-ia dizer que a formalização da pesquisa tem, precisamente, por objetivo produzir ‘erros’ – insuficiências, falhas – cientificamente utilizáveis” (Certeau, Michel de, 2008: 85-86)⁵

Diante da busca de uma “brecha” na produção historiográfica do objeto em questão, eis que surge a possibilidade de um recorte temático relevante e original: *eureka!* A heurística entra em ação!

Primeiro indício: Cristiane Rodrigues afirma em sua dissertação que havia, no ano de 1905, 58 policiais no Rio de Janeiro que garantiam o controle e vigilância de dez mil habitantes. Ora:

⁵ Grifos meus.

“(…)58 policiais para 10 mil habitantes!?! Será que, efetivamente, esse número de agentes policiais garantiriam a repressão e o controle da população desfavorecida do centro da cidade do Rio de Janeiro? Será que não haveria lacunas no cumprimento de tal vigilância? E esse controle visaria apenas a repressão dos populares? O fato de criarem prisões correccionais para reeducar os vadios ao trabalho não seria um indício de intenções do Estado para além da repressão e também uma tentativa de transformação e conseqüente disciplinamento dos vadios à nova lógica do poder da cidade? Será que esse controle se daria apenas pelos policiais? E a sociedade adaptada aos novos padrões de convívio, será que, através dos micropoderes, não atuariam na vigilância e controle dessa população? E a “ralé”? Qual a sua reação frente à estratégia do poder? Aceitaram como vítimas a repressão e a transformação de seus valores e costumes? Ou engendraram alguma resistência? Nesse caso, de que forma essa resistência se desenvolveu?” (Carvalho, Marina, 2008:18)⁶

Nesta perspectiva, os *atos* abordados continuam os mesmos, porém a atribuição de seus significados se modifica: não mais a ênfase na violência das ações governamentais, mas a busca por um lado positivo-produtivo, visto que, na narrativa escolhida, a violência é a forma desesperada do poder (o momento em que ele se mostra). Sendo assim, suas intenções estão para além da exclusão, na produção de individualidades dóceis e produtivas: estamos diante do poder disciplinar.^{7 8}

⁶ Trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em História do Brasil, apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁷ Sobre o poder disciplinar ver: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

⁸ Sobre a análise das Posturas Municipais, das Reformas Urbanas e Higiênicas, ver: SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Normatizando o Espaço Carioca**: cultura política e sociedade nos primeiros anos da República. In: SANTOS, Cláudia Andrada dos; BARROS, José D’Assunção; FALCI; Miridan Brito (orgs.). **Espacialidades**: espaço e cultura na História, Vassouras, RJ: LESS, 2004, pp. 243-262.

Segundo indício: o relatório do chefe de polícia da Capital Federal, do ano de 1905, apresentado pela historiadora Cristiane Rodrigues:

“O Rio de Janeiro é uma cidade de crimes e criminosos, quero dizer, ninguém imagina o regime de impunidade em que vivemos. A massa formidável constituída pelos frequentadores habituais das prisões aumenta dia a dia e não há castigo nem repressão para essa gente. Com dados seguros fornecidos pelo serviço de informação, pode-se afirmar que existem no Rio de Janeiro cerca de 2.000 homens vagabundos recalcitrantes, presos e processados com diferentes nomes pela polícia, uma, duas, três, quatro, cinco e até dez e mais vezes por ano, e que voltam de novo à liberdade, sem correção prontos sempre a fingir de povo, a promover desordens e quebrar lampiões, incitados naturalmente pelos demagogos, cujo programa político é o escândalo, a discórdia, o desassossego, a revolta.” (Rodrigues, Cristiane, 2006: 75-76)

Pois bem:

“O documento pode elucidar quanto ao abismo entre o termo da lei e a prática da população. O fato de haver “frequentadores habituais das prisões” pode ser um indício de que havia resistência ao disciplinamento de seus comportamentos e valores, mesmo perante as implicações penais de tal gesto. O fato de serem “presos e processados com diferentes nomes” é outro indicativo das táticas de resistência plasmadas pelos “vadios”. Ao fornecer outros nomes poderiam “driblar” a prisão por reincidência, fugindo assim da prisão de um a três anos em presídios correccionais.” (Carvalho, Marina, 2008: 21-22)

Ao reajustar as lentes de enquadramento do passado, se faz presente a seguinte (re)interpretação: não mais o enfoque na vitimização e marginalização das camadas populares, mas sim a escolha da política no e do dia-dia, ressaltando suas reações e possíveis resistências. O efeito explicativo conseqüente é a produção da *irredutibilidade do indivíduo*: ele existe! Reage! Não,

necessariamente, atende aos modelos de explicações pré-prontos sobre o “real”. Nessa discursividade, o historiador pode *farejar* e encontrar fissuras, resistências, contradições, enfim, uma série de acontecimentos que se dão individualmente, caso a caso. A função do historiador seria, por meio de tais sinais, dar sentido a esse *real descontínuo* por meio de sua narrativa e de seus embasamentos teórico-metodológicos: chegando na conquista de uma ótica particular de (re)interpretação dos fatos históricos.⁹

3. Re-invenção do passado: as múltiplas formas de escrita da História

A História, enquanto disciplina, convive com uma diversidade de métodos e teorias que resultam em maneiras diferentes de construir o conhecimento do passado. Neste artigo podemos perceber como paradigmas distintos de compreensão do mundo, são decisivos para a interpretação dos *fatos* históricos.

A meta-história mais uma vez se torna o cerne das tensões: tais disparidades interpretativas sobre o mesmo objeto, podem ser percebidas pelo cisma na produção da ciência: de um lado, o paradigma indiciário e, de outro, o paradigma galileano, descritos respectivamente por Carlo Ginzburg:

“[o paradigma indiciário] trata-se, de fato, de disciplinas eminentemente qualitativas, que têm por objeto casos, situações e documentos individuais,

⁹ Cabe ressaltar, que tal resistência dos personagens em questão, a população estigmatizada pela contravenção da vadiagem, se opera golpe a golpe, lance por lance: aproveitando astuciosamente as circunstâncias, os personagens aproveitam os interstícios na vigilância e controle de forma a promover seus malabarismos cotidianos entre o disciplinamento e a diferença: estamos diante das noções de estratégia e tática desenvolvidas por Michel de Certeau.

Sobre as noções de tática e estratégia ver: Certeau, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

Sobre as reações e resistências dos criminalizados como “vadios” ver: CARVALHO, Marina Vieira de. **Os Vadios na Resistência ao Disciplinamento Social da Belle Époque Carioca**. Trabalho de Conclusão Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em História do Brasil, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2008.1.

enquanto individuais, e justamente por isso alcançam resultados que têm uma margem ineliminável de casualidade. (...) [Já] a ciência galileana tinha uma natureza totalmente diversa, que poderia adotar o lema escolástico *individuum est ineffabile*, do que é individual não se pode falar. O emprego da matemática e o método experimental, de fato, implicavam respectivamente a quantificação e a repetibilidade dos fenômenos, enquanto a perspectiva individualizante excluía por definição a segunda, e admitia a primeira apenas em funções auxiliares.” (Ginzburg, Carlo, 1990: 156)

Nesta perspectiva, podemos compreender a simultaneidade de tais paradigmas no presente artigo. Primeiramente a análise dos *atos* a partir de um quadro teórico marxista, embasado em métodos quantitativos e serializados. Tal epistemologia, segundo Ginzburg, apreende a “metáfora da ‘anatomia da sociedade’”, usada numa passagem crucial também por Marx, exprime a aspiração a um conhecimento sistemático” (Ginzburg, Carlo, 1990: 170-171). Por isso escolha de gráficos, modelos gerais de explicação, padronização dos personagens em fenômenos repetitivos. Posteriormente, partimos para a urdidura dos mesmos *atos históricos*, porém mediante a um suporte teórico-metodológico distinto: que preza mais pelo descontínuo do que pelo contínuo, que privilegia mais o estudo de caso do que a formação de modelos gerais e padronizados, que se esforça em *farejar* os índices casuais de explicação e não em formar causas gerais de compreensão do passado.

Por fim, a riqueza da produção do conhecimento histórico pode ser encontrada justamente nessas diversidades de categorias analíticas. Elas convivem, atualmente, em um campo fragmentado e múltiplo e não mais sobre o domínio de apenas um modelo global de análise. Daí a possibilidade de encontrarmos a poética do texto: a escolha de sua narrativa, a apresentação de seu efeito de verdade.

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, Marina Vieira de. **Os Vadios na Resistência ao Disciplinamento Social da Belle Époque Carioca**. Trabalho de Conclusão Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em História do Brasil, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2008.1.

- Certeau, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2. Ed., 2008.

- _____. **A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

- GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- Foucault, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Coleção Tópicos).

- _____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

- PIERANGELLI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil: evolução histórica**. São Paulo: Jolavi, 1980.

- RODRIGUES, Cristiane. **A Construção Social do Vadio e o Crime de Vadiagem (1886-1906)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006.

- SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Normatizando o Espaço Carioca: cultura política e sociedade nos primeiros anos da República**. In: SANTOS, Cláudia Andrada dos; BARROS, José D’Assunção; FALCI; Miridan Brito (orgs). **Espacialidades: espaço e cultura na História**, Vassouras, RJ: LESS, 2004, pp. 243-262.

O Iseb seus intelectuais e a linguagem política dos anos 1950 no Brasil

Mario Ângelo Brandão de Oliveira Miranda*

O período pós II guerra mundial no Brasil, foi uma época onde se registrou um grande otimismo com relação aos destinos do país. Estes anos eufóricos, presenciaram a promulgação de uma nova constituição em 1946 que devolvia ao cidadão, uma série de liberdades individuais que haviam sido suprimidas, ou abafadas durante o período do Estado Novo. A possibilidade de livre expressão do pensamento e de livre associação estimulou o engajamento de diversos setores da sociedade em um debate político que deveria trazer consigo as reformas necessárias para a modernização, transformação e inclusão do Brasil no rol das grandes nações.

A discussão sobre os rumos que a nação brasileira iria seguir também assume um papel central neste debate que percorreu todos os anos cinquenta. Neste cenário, o desenvolvimento aparece como grande saída e a polêmica gira em torno de como ele poderia ser alcançado. Órgãos como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) procuravam desenvolver soluções para a transformação da situação de subdesenvolvimento dos países latino-americanos (BIELSCHOWSKY, 1988). Sua crítica debruçava-se nas dificuldades de competição entre o capital nacional e o estrangeiro. Para “queimar” etapas em seu processo de industrialização, fundamental ao desenvolvimento, os chamados países periféricos necessitariam do apoio estatal. Em contraposição, as propostas liberais pregavam o não-intervencionismo e a livre concorrência.

A validade da participação do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento nacional também seria chave em uma discussão que tomaria conta de diversos setores da sociedade brasileira. Muitos projetos de desenvolvimento foram apresentados e estudados. Uma dessas propostas entende que o nacionalismo deveria ser entendido como fator crucial de mobilização e coesão política interna. Esta idéia seria a base de um projeto desenvolvimentista, que na época teve como espaço principal de formulação o Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos (IBESP). Criado em 1952, reunia intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo que se propunham a estudar os problemas brasileiros fundamentais. Além de promover seminários sobre a conjuntura político-econômica do Brasil, as idéias e estudos do instituto eram divulgados na revista *Cadernos de Nosso Tempo*, que circulou entre 1952 e 1956.

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC - Rio e bolsista do CNPq.

Em 1955, o IBESP iria se desdobrar no Iseb, Instituto Superior de Estudos Brasileiros. A fundação da instituição junto ao ministério da educação e cultura se tornou possível graças à participação decisiva de intelectuais como Anísio Teixeira. Estruturado com recursos federais nem sempre freqüentes, o Iseb contava com um conselho curador formado por oito membros designados pelo MEC e com cinco departamentos fixos que eram responsáveis pela elaboração de conferências, pesquisas internas e formação de quadros e cursos regulares destinados aos mais variados setores da sociedade (TOLEDO, 1977).

O grande diferencial e daí o ineditismo do instituto era sua função para além da academia. O Iseb deveria ser o instrumento de uma ação eficaz na política brasileira. Seus intelectuais eram orientados a discutir os problemas fundamentais da realidade vivida pela sociedade brasileira e a propor uma ação efetiva da intelectualidade na política nacional com o objetivo de transformá-la. Desta forma, coloca-se em prática a noção de intelectual engajado.

Os intelectuais isebianos têm em comum a vontade de atuação e transformação da realidade brasileira rumo ao desenvolvimento. Segundo Vanilda Paiva (1980), estes intelectuais sofreram forte influência de duas correntes filosóficas ao adaptar seu pensamento a confluência do existencialismo cristão com o culturalismo. Autores de inspiração cristã como Karl Jaspers se preocupavam com a superação de formas imeritórias de existir através do amor e do diálogo. O contato interpessoal seria um ato humanizador por excelência já que lembraria o homem de sua própria condição e ampliaria a consciência de seu próprio ser. Os isebianos direcionaram estas preocupações acerca do indivíduo para a sociedade.

As diversas reflexões de existencialistas franceses sobre as contradições do colonialismo e o ambiente de abundância ideológica no Brasil do pós-guerra também contribuíram para que os intelectuais do Iseb articulassem esta influência existencialista com a de pensadores culturalistas como Ortega Y Gasset. Contudo, o culturalismo dos brasileiros vai além de um culturalismo especulativo que procura compreender situações específicas a partir de realidades específicas. É um culturalismo militante que se sensibiliza com o quadro de injustiças sociais da realidade brasileira e procura elaborar um instrumento de intervenção no real através de suas idéias. Helio Jaguaribe, responsável até 1958 pela chefia do departamento de ciência política, afirmava que o intelectual deveria abandonar a especulação e partir para a ação. Sendo assim, é fundamental um entendimento primeiro da circunstancia vivida pelo Brasil.

Alberto Guerreiro Ramos, chefe do departamento de sociologia até 1959, também segue esta linha de pensamento, assim como defende um entendimento historicista e etapista do processo de desenvolvimento do Brasil. Em seu conjunto, as propostas isebianas se apresentam como defensoras do nacionalismo, entretanto, podem ser percebidas diversas nuances que as diferenciam. Para não ser induzido ao erro de analisar suas propostas como algo único, é necessário um aprofundamento maior nas contribuições individuais destes intelectuais. Neste sentido o rigor metodológico proposto por historiadores do discurso com Quentin Skinner e John Pocock, permite circular com mais clareza pelo universo sincrônico destes autores, considerando uma abordagem lingüística e textual.

Segundo Skinner (2002), o historiador deve evitar o “absurdo” histórico de se imputar a um autor influências e contribuições com as quais ele não tivera contato. Este erro só pode ser evitado quando se insere o autor no debate de seu tempo. Em um mesmo período, contudo, os mesmos termos podem ser utilizados em uma variedade de intenções dispares e incompatíveis. Isto obriga também um estudo dos variados contextos em que as palavras são utilizadas.

John Pocock (2003) entende que um texto pode ser composto por inúmeras linguagens em que cada contexto lingüístico conduz a um contexto político. A linguagem utilizada carrega consigo uma série de insinuações do passado, mas pode também estar sendo apresentada de uma nova maneira, como resultado de uma experiência nova e assim dar origem a novos problemas e possibilidades. Este autor vê a linguagem como um instrumento da consciência em que um ator ao executar um lance em resposta a alguma necessidade pode estar a propor novos usos a esta linguagem ou a incorporar novos hábitos da sociedade a seu discurso. Para um maior entendimento das propostas de um autor, se faz necessário a análise dos contra-lances realizados por outros atores em resposta a seu discurso. Neste caminho, entendimentos diversos e mesmo a ausência de respostas têm um papel fundamental no processo de busca dos significados de uma linguagem.

A proposta apresentada pela história dos discursos políticos procura resgatar a linguagem do autor e mostrar que os termos e conceitos empregados por autores inseridos em um mesmo contexto histórico podem ter significações diferentes. Da mesma forma, o autor muitas vezes encontra-se inserido no jogo político de seu tempo, sua ação é mediada por uma cadeia de outros atores que, respondem ou não a seus atos incorporando suas proposições lingüísticas e também tentando transformá-las de acordo com suas intenções. Um autor não está isolado e não é

possível pensar em uma linguagem sem reconhecer a participação de outros autores/atores em sua construção. Como afirma Pocock (2003), “uma linguagem deve ser um jogo reconhecidamente aberto a mais de um jogador”.

Com relação aos isebianos, pode-se entender que eles estão inseridos em um contexto de linguagem política comum em que iriam se notabilizar pela discussão das propostas de desenvolvimento para o Brasil dentro da perspectiva nacionalista. Todavia, uma análise nas obras e trajetórias individuais destes intelectuais permite com que diversas diferenças de pensamento e de interpretação de significados sejam encontradas.

Antes de tudo, não é possível pensar em perspectiva nacionalista sem compreender o que é uma nação, e como ela se constitui. As possibilidades de entendimento e interpretação são muitas, entretanto, Eric Hobsbawm (1990), ao analisar o processo de formação das nações modernas, entende sua constituição sob dois prismas, o objetivo e o subjetivo. Dentre os aspectos objetivos podemos incluir compartilhar uma mesma língua, religião, costumes e tradição. Contudo, considerar apenas estes aspectos objetivos para constituição de uma nação pode parecer inconsistente, tendo em vista que existem países onde convivem cidadãos que falam várias línguas, têm religiões diferentes e costumes de tal forma diversos que pouco se relacionam entre si. O argumento de que são da mesma nação aqueles que nascem no mesmo território, também é incompleto devido às inúmeras correntes migratórias que podem ser presenciadas pela história. O que poderia unir todos estes indivíduos dentro de uma mesma nação seria uma lei comum. Hobsbawm considera este ponto como um dos aspectos que constituem o prisma subjetivo. Este engloba um sentimento de pertencimento e de identidade que não se fundamenta unicamente na língua, na cultura e na religião. Existe uma série de valores e de símbolos que podem ser estimulados e fortalecidos no sentido de se criar a unidade desejada. Sendo assim, o autor entende como fundamental o papel do estado como garantidor e sintetizador destes valores e símbolos. A imprensa também assume papel importante como difusora destes ideais por toda a população. São estes valores construídos que vêm a se somar aos aspectos objetivos para formar a unidade nacional.

A partir destas reflexões podemos traçar alguns paralelos com as análises isebianas mesmo não sendo possível atribuir qualquer filiação de pensamento, até mesmo porque esta proposição é posterior a análise destes intelectuais.

Helio Jaguaribe entende que a nação é um produto da cultura ocidental, e para defini-la utiliza-se de características objetivas e subjetivas. O conjunto de fatores objetivos não predetermina uma nação, o que a faz se constituir seria o propósito nacional. O elemento cultural é visto como principal aglutinador nacional, já que as características nacionais são um produto histórico mutável. “Quando se processa nas condições históricas e sociais, já mencionadas, o fenômeno de configuração das nacionalidades, estas tendem a incorporar na mesma nação os povos vinculados pela mesma cultura” (JAGUARIBE, 1958: 20).

O território surge como elemento que pode circunscrever o fator cultural e o projeto nacionalista deve superar os particularismos e regionalismos. O nacionalismo, como propósito integrador que visa fundar e manter as nações, só surge com a evolução faseológica das comunidades. Esta possibilita que nações historicamente possíveis se constituam em nações politicamente existentes. “A pura vontade política cria estados, mas não forma nações. É o nacionalismo, todavia, que, dadas aquelas condições e por elas suscitado, se constitui em projeto fundador e preservador da nação.” (JAGUARIBE, 1958: 21).

O desenvolvimento interno consciente e dirigido de cada nação é que condiciona o caráter nacional dos povos. A condição fundamental para o Brasil se transformar efetivamente de uma nação histórica para uma nação política está na junção deste desenvolvimento com a idéia de soberania, já que diante do jogo internacional de poder, um não é possível sem o outro. No passado, o Brasil foi conduzido para ser uma economia complementar a européia. Não foram constituídos estímulos e condições que promovessem a integração nacional, que só surgem após 1930 quando se começa a criar um mercado interno. Em virtude das transformações econômicas e sociais que estão a se efetivar, o momento atual é ideal para a promoção definitiva desta integração, através de um projeto nacionalista atrelado ao desenvolvimento.

Guerreiro Ramos, acredita que especificamente no caso brasileiro, a proclamação da independência não foi suficiente para que o Brasil se constituísse efetivamente em uma nação, já que o país era composto por regiões totalmente isoladas entre si e sem nenhum sentimento de pertencimento e unidade.

“Faltavam-lhe para tanto, condições objetivas como, entre outras, um sistema nacional de transportes e de comunicações e um mercado interno. Obedeceu, todavia a um imperativo histórico ao revestir-se de forma nacional, ainda que esta forma, naquela data, fosse fictícia” (RAMOS, 1960: 90).

Este quadro permaneceria imutável por muito tempo. Assim como Jaguaribe, Ele também entende que as transformações ocorridas nos últimos anos permitiram que a consciência crítica da realidade nacional que já existia, mas que estava presente apenas em pequenos círculos intelectuais pudesse generalizar-se e alcançar o povo. A consciência crítica, assim como a nação, é um produto histórico. “Só surge quando é historicamente necessária. Quando a nação já possui as condições que lhe permitem apoderar-se de seu destino.” (RAMOS, 1960: 97).

O controle dos destinos nacionais está intimamente ligado à soberania nacional, que mais uma vez aparece atrelada a um desenvolvimento econômico e social. Esta integração só pode ser alcançada através de um projeto nacionalista que envolva a nação como um todo.

Pode-se notar que a questão do nacionalismo e de um projeto nacional é fundamental para os intelectuais do ISEB, contudo, em torno deste conceito diversas formulações serão apresentadas. Elas são o exemplo mais evidente da diversidade de opiniões dentro do instituto, e serão responsáveis inclusive por uma séria crise interna que culminará com a saída tanto de Helio Jaguaribe como de Alberto Guerreiro Ramos.

A questão já vinha sendo debatida desde os tempos do IBESP. Em um artigo publicado na revista *Cadernos de Nosso Tempo*, Hermes Lima, outro isebiano, já destacava que a atitude nacionalista exalta o valor da independência nacional, que neste momento estaria diretamente relacionada com a obtenção de nossa maioria econômica. O interesse nacional deve sempre ser colocado em primeiro plano. Em suas palavras,

“A política nacionalista preocupa-se, antes de tudo com a situação do povo, com as condições de vida que a estrutura econômica permite ao povo. Ao equacionar o desenvolvimento de um país atrasado, como o nosso, entra nos termos da formulação nacionalista, em absoluto destaque, a organização de uma economia para atender as reivindicações do maior número, as reivindicações dos que vivem do próprio trabalho” (LIMA, 1988, 81).

Em 1958, Helio Jaguaribe formula uma interpretação do nacionalismo “em termos científicos”, ao apresentar suas características ideológicas específicas de forma a desvinculá-lo de qualquer grupo ou orientação política.

Com o objetivo de unir toda a sociedade em torno de uma só proposta, o autor defende o que chama de nacionalismo de fins. Para além de imposições deste ou daquele grupo político, os meios mais adequados para se atingir o fim último do desenvolvimento seriam os mais nacionalistas, considerando assim a situação concreta do país. O desenvolvimento deve ser

assumido consciente e deliberadamente por todos que aspiram a sua promoção e incorporar os interesses de todas as classes.

Segundo Jaguaribe, o Estado deve ser a instância racionalizadora que faria a mediação necessária para o desenvolvimento. Mesmo marcado pelo nacionalismo, este Estado nunca poderia assumir uma posição radical frente ao imperialismo, pela necessidade funcional de se implantar o capitalismo avançado como superador do subdesenvolvimento. Assim, o autor entende que mesmo agindo como fomentador e investidor na produção econômica, o Estado não pode abrir mão da contribuição tecnológica que as grandes nações capitalistas podem oferecer.

Caio Navarro de Toledo (1977), interpreta o nacionalismo de Helio Jaguaribe como um “recurso tático” já que era racional, técnico, calculista e metódico. Jaguaribe considera equivocadas as posições extremistas assim como a idéia de nacionalismo de meios. Para ele, é necessária a utilização de todos os meios apropriados para a realização do desenvolvimento. Pouca importa a origem dos recursos empregados para o desenvolvimento nacional desde que se revelem eficazes para este fim. O nacionalismo, “consiste no propósito de instaurar ou consolidar a aparelhagem institucional necessária para assegurar o desenvolvimento da comunidade” (JAGUARIBE, 1958: 51).

Esta visão bastante tolerante a presença do capital estrangeiro recebeu inúmeras críticas, assim como sua posição centralista que procurava conciliar posições políticas diversas. Alberto Guerreiro Ramos (1960), mesmo sem fazer referência direta, dialoga com as proposições de Jaguaribe. Este autor também entende o nacionalismo como ciência, já que ele está vinculado ao futuro e as etapas a se conquistar pelas forças propulsoras rumo ao progresso da humanidade. Contudo, sua definição é bastante específica e exclui do nacionalismo científico as formas que entende como equivocadas. Para ele, não existe possibilidade de outras visões sobre o nacionalismo, mas sim a visão correta e a equivocada.

Entre as formas equivocadas está o nacionalismo utópico, que abre as portas do Brasil ao capital estrangeiro pensando ser positivo para nação. Guerreiro Ramos, alerta que para além do simples benefício que o capital pode trazer ao do desenvolvimento, seu uso é político e, portanto antinacional. As empresas multinacionais podem orientar a produção em benefício de seus países sedes, admitindo assim um prejuízo interno para se lucrar no cenário internacional.

Por outro lado, um nacionalismo que nega totalmente o capital externo é um nacionalismo ingênuo, intolerante e xenófobo, já que as empresas brasileiras também podem ser

lesivas ao desenvolvimento nacional. A melhor forma de se buscar o desenvolvimento seria a elaboração de um modelo novo que abandone o caráter meramente imitativo de soluções européias. Além dos capitais físicos, existe nos países subdesenvolvidos uma enorme capacidade ociosa que se for bem explorada pode contribuir decisivamente para a emancipação nacional. Assim, o problema se torna muito mais político do que econômico. A solução para a escassez estaria no aproveitamento para a produção de uma camada da sociedade que se encontra inativa.

Guerreiro Ramos também critica um nacionalismo expresso no plano das palavras e que não se transforma em ação. Para ele não existem posições conciliatórias, existem sim, nacionalistas e entreguistas. O nacionalista acredita que o Brasil pode resolver seus problemas com recursos internos e que os destinos do Brasil não estão vinculados a nenhuma potência hegemônica. Por outro lado, o entreguista entende que o desenvolvimento nacional depende de capitais estrangeiros e que os destinos do país estão atrelados aos Estados Unidos.

A proposta nacionalista está vinculada ao povo e a ele, através de sua vanguarda, cabe a liderança do processo de desenvolvimento nacional que a muito lhe foi usurpada. Guerreiro Ramos avalia que o povo ainda é deficiente, daí a necessidade da vanguarda, contudo o próprio processo o educará. A história política brasileira vem sendo conduzida ao longo dos anos por quadros da elite, estando os partidos afastados do povo. A burguesia industrial não está apta a conduzir a revolução nacional, pois não tem consciência de classe e depende do capital externo e do latifúndio. Parte da classe média está comprometida com a situação parasitária de seus empregos públicos. Outra parte, no entanto, é progressista e está associada ao surgimento de novos quadros técnicos. Assim, se alia aos trabalhadores que é a classe mais consciente de seu papel, mesmo com o atraso dos trabalhadores rurais. O povo, que é composto majoritariamente pelos trabalhadores é o agente ideológico e empresário do processo nacional, da mesma forma que é seu dirigente político através de sua vanguarda.

Helio Jaguaribe afirma que no passado, as classes dirigentes eram ditadas pela exogenia e que as massas eram desprovidas de consciência própria, mas desenvolvimento econômico havia alterado este quadro. A ampliação do mercado interno aumentou as condições das massas para impor uma melhor distribuição da renda nacional. O autor critica a burguesia latifundiária e mercantil assim como a classe média parasitária. Entretanto, atribui a direção do projeto nacionalista a uma burguesia que está empenhada na revolução industrial, a *intelligenza* da classe média que está vinculada ao desenvolvimento e ao proletariado que aumentou sua capacidade de

consumo com a industrialização. O nacionalismo deve se enquadrar aos interesses de todas as classes sociais cabendo a liderança aos setores dinâmicos e produtivos de cada uma delas.

A necessidade de elaboração de uma cultura nacional original também é abordada por estes dois autores. Para Guerreiro Ramos, não há cultura sem povo, portanto ela também está em processo de surgimento, devendo ser elaborada pelo povo e estilizada pelos intelectuais. Desde o período colonial a cultura era a simples transplantação de valores e tradições européias. Helio Jaguaribe também entende que uma situação de subdesenvolvimento cultural induz o transplante mecânico de métodos oriundos de condições diversas. Uma sociedade assim constituída, parasita culturas que funcionam como metropolitanas e são devolvidas ao primarismo do próprio subdesenvolvimento. Sendo assim, se faz necessária a elaboração de uma cultura original. Ambos dão pouca importância aos valores tradicionais rurais e ao folclore, seu projeto cultural é eminentemente urbano. O campo é visto por estes autores como expressão do atraso e os trabalhadores rurais são inconscientes e individualistas, ou seja, “um contrapeso”. Jaguaribe expõe claramente que o nacionalismo não pode ser identificado com a defesa das características nacionais, na medida em que ele é antinativista e antifolclórico. As tradições brasileiras e as contribuições da arte popular, vão passando “da vida para o museu”.

As formulações de Anísio Teixeira se afastam desta interpretação. Este autor, não pode ser descrito propriamente como um isebiano histórico, no entanto, teve participação ativa em suas discussões e era membro de seu conselho consultivo. Seu pensamento sempre esteve voltado para educação, esta seria fundamental para promover o desenvolvimento. Ao considerar o sistema educacional brasileiro como arcaico, já que não era voltado para o povo, fundamenta sua crítica em um modelo educacional transplantado, de característica humanista e direcionado para a cultura geral. Para ele este modelo é elitista. A escola deve estar direcionada para o homem comum e deve se relacionar com a experiência vivida, por isso a necessidade de uma escola mais técnica e voltada para o aperfeiçoamento profissional.

A escola deve ser uma instituição essencialmente regional, ao se apropriar de valores e tradições locais. Só assim o ensino pode atingir de maneira eficaz a totalidade do povo, urbano e rural. O programa da escola deve ser a expressão da própria vida da comunidade.

“a regionalização da escola que, entre nós, terá de caracterizar-se pela municipalização da escola, com administração local, programa local e professor local, embora formado pelo estado, concorrerá em muito para dissipar os aspectos abstratos e irreais da escola imposta pelo centro, com programas determinados por autoridades

remotas e distantes, e servida por professores impacientes e estranhos ao meio, sonhando perpetuamente com redentoras remoções.” (TEIXEIRA, 1957: 64)

A proposta de Anísio Teixeira não pretende “urbanizar” e tornar proletário o trabalhador rural. Em seu projeto o trabalhador seria educado a partir de sua própria experiência vivida, e daí despertaria a consciência nacional para a vida em uma sociedade mais desenvolvida.

A partir dos entendimentos aqui expostos em torno da idéia de nacionalismo no seio de uma mesma instituição, é possível apontar para as múltiplas formas de recepção desta idéia na sociedade brasileira dos anos 1950. A linguagem política adotada pelos isebianos se funda assim, em um cruzamento de experiências e contextos políticos diversos. Seu discurso político apresenta significados variados a partir do ator que o profere. Da mesma forma, o caminho do nacionalismo apresentado como única solução para se atingir o desenvolvimento nacional, se mostra diversificado e plural, o que permite o engajamento de grupos e correntes políticas diversas em torno de uma idéia unificadora, mas com muitos significados.

Bibliografia

- **BIELSCHOWSKY**, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- **HOBSBAWM**, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- **JAGUARIBE**, Helio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- **LIMA**, Hermes. Significação do nacionalismo. In: Simon Schwartzman (org). *O Pensamento nacionalista e os Cadernos de nosso Tempo*. Brasília: Editora UnB, 1988.
- **PAIVA**, Vanilda P. A. A síntese pedagógica “existencial-culturalista” como tradução do isebianismo. In: *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- **POCOCK**, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- **RAMOS**, Alberto Guerreiro. *O Problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.
_____. *A Crise de Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- **SKINNER**, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: *Visions of Politics*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2002, V. I.
- **TEIXEIRA**, Anísio. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- **TOLEDO**, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

As apropriações historiográficas da expulsão dos holandeses no nordeste colonial

Mário Sérgio Pollastri de Castro e Almeida*

Elaine Campos e Castro^{1*}

Resumo: A expulsão dos holandeses do nordeste colonial (1645-1654) traria em seu bojo uma série de acontecimentos, esperanças e questões que acabariam por reverberar seus efeitos para muito além daquele movimento bélico de expulsão dos hereges. Assim a expulsão dos batavos iria gerar, para além do resultado imediato, uma série de argumentos a serem utilizados pelos descendentes daqueles expulsos, tornando-se um discurso recorrente ao longo da História brasileira, servindo aos mais distintos interesses. E é desses usos que o presente estudo trata. Valendo-nos de fontes coevas, panegíricas, diários, e de fontes setecentistas, nosso estudo pretende analisar como determinadas correntes historiográficas do século XVIII uniram passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular daquele processo histórico, que servisse aos seus interesses.

Introdução

O sonho de Duarte Coelho não resistira. A criação de uma continuação de Portugal no Brasil, a Nova Lusitânia, ruiu. Com a invasão batava em Pernambuco (1630), aqueles “descendentes dos primeiros conquistadores (que) não diferem em nada, em costumes e em hábitos, dos de Portugal” (MELLO, 2001, p.251), segundo nos descreve um companheiro de La Ravardiére, iriam, em pouco tempo, ruralizar-se. Iriam refugiar-se no interior, deixando a “vila lusitana” do período *ante bellum*, da qual nos fala Evaldo Cabral de Mello, Olinda, nas mãos dos invasores.

Mesmo do topônimo Nova Lusitânia, com o tempo, este seria substituído pelo vocábulo indígena Pernambuco. Mas, pior que a corrupção do nome, seria a submissão do Império Lusitano à coroa espanhola, quando da União Ibérica (1580-1640). Nesse sentido, nem Portugal, nem sua extensão nos trópicos poderiam ser aquilo que os portugueses queriam: como poderia haver uma reprodução de algo que não mais figurava?

Não bastasse a situação de súditos de Castela, os de Pernambuco se veriam ainda às voltas com invasores outros, os holandeses. Invasão iniciada em 1630 e terminada somente em 1654, com a expulsão dos batavos. Mas nesse ínterim, o trono de Portugal fora reavido, em 1640, por D. João IV, aclamado rei. Finda a União Ibérica, Portugal demoraria a se estruturar militar e diplomaticamente, e demoraria mais ainda em ser reconhecido como reino, independente, autônomo.

* Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestrando do programa de pós-graduação na mesma instituição na linha de Culturas políticas.

^{1*} Graduada em história pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Em meio a essa luta por reconhecimento internacional, Portugal veria seus súditos, no nordeste brasileiro, lutarem na expulsão dos holandeses, e por questões diplomáticas, lançaria mão do argumento de que aqueles que se batiam pela expulsão eram desobedientes, afinal, havia uma trégua com os Países Baixos, que se quebrada, poderia se reverter em ônus pesados para o reino. Contudo, muito apoio, na forma de soldados, munição de arma e de ordens veladas foram mandados do reino para Bahia, de onde deveriam seguir até Pernambuco.

Contudo, daquela guerra, ficaria para a posteridade uma versão muito mais dignificante para aqueles pró-homens que lutaram contra os holandeses, a de que “à custa de nosso sangue, vidas e despesas de nossas fazendas pugnamos há mais de cinco anos por as libertar [as terras do nordeste] da possessão injusta do holandês”.

Importa para nós, aqui, localizarmos as primeiras bases deste discurso, e como esse discurso seminal será fortalecido ao longo do setecentos face aos mais distintos interesses. Para além do equívoco lógico *post hoc, propter hoc*, vítima do qual fora a historiografia setecentista e oitocentista, pretendemos analisar e mesmo exaltar as deformações que, da mistificação histórica à derrapagem de significado, o nativismo impôs à visão local da experiência holandesa.

Tal “nativismo”, presente em muitas fontes setecentistas e “nativistas”, incluindo fontes coevas à expulsão. Dessa primeira, constam nos manifestos a favor dos mascates, por ocasião da crise de 1710-1711, contra o “nativismo” será por nós analisado. Dessas últimas, vale dizermos que, apesar de não serem muitas, fez-se necessária uma seleção no sentido de estudarmos aquelas que lançassem com mais propriedade o discurso, ou pelo menos as bases do discurso “nativista”. Assim, o livro *Castrioto Lusitano*, escrito em 1679 pelo Frei Rafael de Jesus e encomendado por João Fernandes Vieira, um dos restauradores, que narra com mais detalhes a expulsão entre os anos de 1645 e 1654, será utilizado, bem como o *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, escrito por Duarte de Albuquerque Coelho, entre os anos de 1630 e 1638, diário da guerra, de seu início até a preponderância dos batavos.

Dos holandeses aos mascates

“Um grupo social, uma sociedade política, uma civilização definem-se em primeiro lugar pela sua memória, isto é, por sua história, não a história que realmente tiveram, mas a que os historiadores elaboraram”. (GUENÉE, 1980)²

²¹Tradução nossa.

Ao tomarmos o imaginário político que se forma em torno da restauração pernambucana não podemos deixar de nos guiar pelo que Bernard Guenée diz sobre os grupos sociais, sobre uma sociedade política e sua memória construída. Isto porque imbricado com as lutas de expulsão dos batavos, construtor e construído pela peleja travada contra os holandeses, o discurso identitário que os pró-homens criam para si, frente aqueles outros, será imprescindível não só para aquele momento de lutas, mas para toda uma visão que os pernambucanos terão de si mesmos, daí em diante.

Construção simbólica que pressupõe toda uma gama de sentimentos, identidade é um termo que traz inerente ao seu sentido, uma complexidade de questões, alçando-se uma dentre essas várias como a mais importante: a relação com o “outro”, com a alteridade. Assim a perspectiva que se tem do outro, afetará sobremaneira a relação que se terá consigo e mesmo com esse outro. E esses discursos identitários funcionam como referência básica no imaginário constitutivo de uma comunidade. E não há nesse caso, controle pessoal ou coletivo dos processos e da história de que os sujeitos e os sentidos participam, o que há é a aparência de controle e de certeza dos sentidos porque as práticas sócio-históricas são regidas pelo imaginário, que é político (ORLANDI, 1993).

E tão importante quanto falar sobre o uso de uma identidade que um povo constrói para si, é falar sobre a construção desses discursos que vão nos montando um passado, por vezes inequívoco, e que nos dá um futuro aparentemente inevitável. E esses enunciados irão reverberar efeitos em nossa história cotidiana, em nossos laços sociais e em nossa identidade histórica. Em última instância, esses discursos são espaços de uma identidade histórica, se revelam a memória temporalizada e que se mostra como normatizada, institucional, legítima.

A açucarocracia do período *ante bellum* é composta pelos descendentes de Duarte Coelho, governador da Capitania, e também de um número considerável de reinóis recrutados nas camadas médias das cidades costeiras portuguesas, que para cá acorrem impressionados pelo *boom* açucareiro de fins de Quinhentos e inícios de Seiscentos. Esses reinóis, detentores de fortunas as mais díspares, podem nos dar uma visão do quão especulativa e instável se revelava a economia açucareira. Alguns, senhores de engenhos reais, outros de simples molinotes, terão tido em pouco tempo capacidade de legar a seus descendentes alguma fortuna ou deixa-los empobrecidos (MELLO, 1986, p156). Dessa primeira leva de habitantes, o número quase ínfimo de nobres não justificaria a pretensão de fidalguia a que se arrogavam seus descendentes no período posterior a guerra. Esse período é marcado mais pela oposição que os colonos do nordeste fazem frente aos batavos.

No entanto essa resistência nada tem de libertadora se tomarmos o sentido de que a ocupação holandesa fora um castigo divino devido à ruína moral dos pernambucanos, no período anterior ao ataque batavo, visão essa defendida principalmente por Calado, e em menor grau por Diogo Lopes e frei Rafael de Jesus. Habitantes de um lugar quase paradisíaco, os pernambucanos deixaram-se cair num grau tal de imoralidade que somente uma provação divina os faria, por meio da luta final de expulsão, remirem e recuperarem as boas graças de Deus. Cientes mais do que nunca de sua origem lusitana, os colonos, após um conturbado período de restauração do trono, que longe de se encerrar, é acirrado pela invasão do nordeste pelos holandeses, iriam revivificar a idéia de cruzada e de expulsão dos mouros da península ibérica, agindo seja contra os índios aliados dos batavos ou mais especificamente, contra os holandeses, hereges, segundo a reafirmação dos dogmas católicos proposta no Concílio de Trento, quando da contra-reforma.

Partícipe ativo daquele movimento bélico, João Fernandes Vieira (JFV) faria redigir a sua interpretação da guerra e sobre a qual pauta este papel. *Castrioto Lusitano*, ou, *Historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitánias confinates; Obra em que se descrevem os heróicos feitos do illustre João Fernandes Vieira e dos valorosos capitães que com ele conquistaram a Independência Nacional*, longo nome de não menor obra escrita pelo frei beneditino Rafael de Jesus em 1676, dedicada a Dom Pedro e financiada por João Fernandes Vieira.

A obra, fruto não só do erário de JFV mas também de sua bravura, serve-nos aqui a uma pretensão histórico-antropológica de enxergar a batalha e a memória de JFV como inseridas num contexto cultural específico. Desse contexto, podemos apreender do cotidiano aquilo que em geral não é dito nos documentos oficiais, encontramos frente a uma obra que, se não é a primeira e nem a mais pretensamente isenta, reúne num ponto preciso do espaço e do tempo um feixe de informações sobre as formas de pensar e agir, principalmente militar, interessantes para pensarmos as permanências, rupturas, continuidades. E para além dessas formas militares de ação, dessas permanências bélicas, o que essa fonte nos apresenta, por ser um panegírico, é um herói, um capitão da liberdade divina que se lança contra os holandeses, hereges, segundo as fontes, porque é lusitano, e “traz no sangue o fomento vital dos espíritos”. Mas tal nobreza de sangue lusitano vai de encontro ao que outras fontes nos indicam ser João Fernandes Vieira, um filho de fidalgo da Ilha da Madeira com uma prostituta conhecida como Maria “a bem-feitinha”. Além disso, fora moço de açougue durante a

juventude, o que conformava o perfil típico de alguém não ideal para ser condecorado com honrarias e hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo.

No entanto, enriquecido, mandara que seus feitos fossem registrados num panegírico. E então, assim, estamos face à construção de um acontecimento, como foi construído, não só a partir dos discursos, mas do jogo, raramente inocente, da memória e do esquecimento. Não devemos nos esquecer, no entanto, que, desse jogo pouco inocente da memória e do esquecimento do qual faz parte este panegírico, os excessos apologéticos soam ser normais. Dessa forma, João Fernandes Vieira se lança aos olhos do rei, e de toda uma nobreza como alguém que queria ser, e essa nobreza que pretende legitimar-se, o vê como alguém que lhes convém ser visto, acabando por fazerem um jogo de espelhos, uma composição na qual o que se celebra ao fim, é a glória de Portugal, e de seus súditos (mais o brasílicos, claro) como consequência.

De um período mais inicial, e de menor amplitude temporal, há que tratarmos do diário de Duarte de Albuquerque Coelho, escrito durante oito anos de invasão e relata a ocupação dos holandeses. Descrevendo o período inicial, Duarte se pretende como alguém que, lutando por sua capitania, faz pelos seus colonos o que o rei de Espanha não fazia com tanto entusiasmo. Assim, seu diário, fonte incrível do cotidiano da capitania assolada por aquela guerra, nos mostra muito de uma relação que se pretendia harmoniosa, mas que mesclava uma luta intensa por reconhecimento real, mesmo que o rei de Portugal fosse Filipe de Espanha. Na medida em que opõe os habitantes da colônia face aos batavos, a guerra nos deixa entrever uma emergência de consciência que não se pode chamar nacional por estar intimamente ligada ao religioso, mas que marca uma revivificação de um sentimento lusitano. E esse sentimento é maior na medida em que, durante a guerra de resistência, o apoio espanhol não permite uma reação que produza resultados efetivos. Resultados esses que só serão reais quando o trono português for restaurado e quando os reforços estrangeiros, itálicos principalmente, se retirarem.

Constituinte dessa reação, outros modos simbólicos de resistência irão contribuir para um reforço, se assim podemos chamar, da “identidade luso-brasílica”, modos esses que vão desde a barreira lingüística até a ratificação do estilo de vida privado, passando pelo apego extremo à religião católica e pelos costumes típicos, o que gera situações estranhas, em se tratando de invasão de uma terra, como os holandeses se verem obrigados a falar a língua portuguesa e os colonos se negarem a se casar com holandesas. Desta forma, o *Memórias Diárias* lança luz a um período de tempo e à um feixe informações que nos permitem analisar

a guerra para além da lida ordinária que animava aos soldados e nos deixa entrever muito daquilo que permeava a cultura política pretensamente ibérica e homogênea, mas que se revela muito daquele cenário lusitano, às voltas com a União Ibérica e com invasores hereges.

Assim, após a guerra, uma outra situação passara a imperar. Se no período *ante bellum* o que havia era uma categoria social, a dos homens principais, que, detentores de grosso cabedal, ainda ocupavam cargos honrosos na administração local, no *post bellum*, a *nobreza da terra* era composta dos descendentes daqueles que outrora foram designados como principais e que, aliando essa característica ao caráter compensatório do monarca, no que concerne a premiação por serviços prestados durante a peleja, reivindicavam um estatuto jurídico para si mesmos: aliavam uma ascendência nobre (qualidade inata) ao valor bélico. Assim, um novo *status* era justificado, o que serviria frente à ascensão econômica dos mascates, filhos da dissociação entre produção açucareira e comércio que os holandeses impuseram à dinâmica da produção do açúcar. E mais, almejavam que seu valor social fosse sobreposto aos interesses econômicos, fossem esses da coroa fossem esses dos comerciantes lusitanos. Somente com a expulsão dos estrangeiros invasores é que o episódio será utilizado localmente.

Frente a uma classe que ascendia, inicialmente esses nobres da terra não criam que aqueles *upstars* pudessem representar perigo, e chegaram mesmo a empreenderem algo parecido a uma cooptação. No entanto, cientes de seu poder econômico, a classe mascatal faria valer seu acesso aos governadores, intervindo nos negócios políticos e retirando o privilégio que fazia dos nobres da terra mais do que uma classe socialmente importante. Desta forma, os mazombos iriam prevalecer frente aos interesses do partido da nobreza, quando da Guerra dos Mascates. No entanto, a reafirmação de seu valor através do *topos* fundador “*à custa de nosso sangue, vidas e despesas de nossas fazendas, pugnamos há mais de cinco anos por as libertar da possessão injusta do holandês.*” perduraria através do setecentos para ressurgir no século XIX, quando, com influências iluministas, daria azo à Revolução de 1817.

E fora ao longo de períodos conflituosos, momentos em que a força política estava em disputa, que o discurso da expulsão dos holandeses apareceu como uma arma para aqueles que desejavam manter, reafirmar, ou recuperar sua hegemonia, afinal tratavam-se de famílias conservadoras e tradicionais, defensores cívicos, heróis nacionais. São nesses momentos de choque, no conflito dos mascates ou mesmo no movimento de 1817, que o sentimento nativista, por vezes discreto, velado ou eufêmico, ganha proporções grandiosas, é proclamado, defendido a todos que possam ouvir. Evocando a resistência e expulsão por eles realizada tão

bravamente, a jovem aristocracia açucareira desejava não apenas reforçar sua origem nobre, mas também possibilitar reservas de cargos políticos e concessões fiscais.

Quando em conflito mazombos e mascates, novo ardor o discurso nativista ganhou, servindo a nobreza da terra como argumento para se defenderem desse novo grupo social, reafirmando sua importância e valia com o intuito de assegurarem sua hegemonia local. Mas o discurso surgido em 1710 fora mais ousado que o anterior, apontando mais diretamente a ausência de apoio da coroa portuguesa para a libertação de Pernambuco. À restauração pernambucana não faltou apenas apoio, mas consentimento, vontade e interesse da coroa, que não via conveniências internacionais e seria até contrária ao movimento. A expulsão dos holandeses não fora realizada sem o rei, mas contra o rei (MELLO, 1986, p193). Destarte, servindo ao presente, o passado lembrava o ato extremo da fidelidade da nobreza pernambucana ao rei português, fidelidade essa que chegou ao extremo de ser desobediente, agindo contrária a vontade real apenas para continuar submetido a ela. O discurso reforçava, ainda mais, a fidelidade daquela nobreza que tinha como seu único ato de desobediência uma empresa corajosa que desejava continuar obedecendo ao rei - desobedecia-se para poder obedecer no futuro.

O discurso, longe de questionar a legitimidade real, buscava obter apoio da coroa contra os mascates, grupo que acusava a nobreza da terra de sediciosos e inconfidentes. Como poderia, servos tão fies, que possibilitaram a permanência do domínio português a custa de seus sangue, filhos e fazendas serem sediciosos? Como poderia a Coroa portuguesa não apoiar seus mais fies súditos, que a apoiou mesmo quando ele os virou as costas?

Para a interpretação setecentista, a restauração representou um ato heróico superior à colonização, movimento sanguinolento que expulsou os batavos mesmo contra as ordens da coroa de Bragança, que devido à generosidade e valentia devolveu o poder a Portugal, que nada fez para defendê-la. A nobreza pernambucana, em um teor ainda mais elevando que nos seiscentos, considerava-se como a única conquistadora da capitania, visto que a restauração foi uma empresa exclusivamente local; Pernambuco fora “resgatado do domínio holandês pelos braços e sangues de seus filhos, esquecidos pela metrópole, quando nessa luta sanguinolenta e desigual implorava socorro” (MELLO, 1986, p192), socorro que não apareceu, mas não impediu que a capitania defendesse “sua honra e seu território, restaurando ao seu Rei essas capitancias” (MELLO, 1986, p193).

O discurso da resistência e expulsão dos batavos reforçava, sempre, a posição de “súditos mais fies” exigida pela nobreza pernambucana. O primeiro discurso nativista, ainda

nos seiscentos, imaginara a restauração pernambucana no âmbito da restauração portuguesa, como um desdobramento da reestruturação do trono português. O discurso nativista setecentista exalta o isolamento e ausência de apoio, colocando a restauração num âmbito local, fruto da fidelidade e valentia dos súditos portugueses nessa capitania. Porém, mesmo reduzindo ainda mais a participação e aprovação da coroa em favorecimento à aristocracia local, permanece fiel ao rei, a restauração não possuía motivo outro que o restabelecimento do domínio português.

As fontes dos discursos e os discursos como fontes

E assim, o discurso se presta aos revolucionários que recorrem a ele para defenderem uma segunda restauração de Pernambuco, tema caro ao patriotismo local. É o nativismo pernambucano que se considera herdeiro da restauração e da identidade criada naquele momento, mas recriada de acordo com as vogas políticas, econômicas ou sociais. A expulsão dos holandeses foi resignificada historicamente, servindo sempre aos interesses políticos e ideológicos de seu presente.

E daquela guerra de resistência e expulsão, daquelas versões “nativistas” importa relembrarmos as muitas reinterpretações, ou de acordo com Lucien Febvre, as muitas organizações daquele passado em função dos presentes que sobre ele estenderam seus olhares (FEBVRE, 1992). E foram muitas as gerações que, no seio de um contexto próprio, “uniram passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular daquele processo histórico” (REIS, 2007) já que o presente necessita que o passado seja reinterpretado “para se representar, se localizar e projetar seu futuro”. Estudar e apresentar essas “reinterpretações” às quais foi submetida a guerra de expulsão dos holandeses, foi a nossa intenção. Interpretações que não só construíram, como alçaram a tríade guerreira, Diogo Camarão, Henrique Dias e Vidal Negreiros como pais do exército brasileiro que naquele momento, segundo muitos “intérpretes”, surgia.

Referencias bibliográficas

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1992.

GUENÉE, Bernard. *Histoire et Culture historique dans l'occident médiéval*. Paris, 1980. Tradução nossa.

JESUS, Rafael de. *Castrioto Lusitano, ou, Historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitancias confiantes*; Obra em que se descrevem os heróicos feitos do illustre João F. Nova edição segundo a de 1679, impressa em Lisboa Pariz: J. P. Aillaud, 1844.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. Pág. 156.

_____. *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

_____. *A Ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

_____. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo: Alameda, 2008.

MELLO, J. A. Gonsalves de. *João Fernandes Vieira*. 2 vols., Recife, 1956.

ORLANDI, Eni Pucinelli (org.). *Discurso fundador - A Formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1993.

REIS, José Carlos. *Identidades do Brasil I*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.). *Leituras Críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

É possível contar a história?
George Orwell e a re-invenção da linguagem sob o totalitarismo

Matheus Cardoso da Silva*

Guerra é paz
Liberdade é escravidão
Ignorância é força
1984, *George Orwell. Lema do Ingsoc.*

A grande força da obra de George Orwell, em muitos sentidos, foi seu legado de resistência contra as várias formas autoritárias de governo e a supressão das individualidades através da massificação da sociedade, na Europa dos anos de 1930 e 1940. Textos como seu emblemático 1984 (1949), cuja força discursiva perdura até os dias de hoje como um brado de denuncia, fez desvelar os diversos mecanismos “indiretos” de dominação, engendrados como arma de ação política pelos Estados europeus envolvidos nos anos caóticos que precederam a 2ª Guerra Mundial, e, depois desta já iniciada, ao longo de toda a década de 1940, quando, inclusive Estados “democráticos” como a Inglaterra, empregaram ações autoritárias como forma de sua atuação política, com a desculpa da luta contra a espionagem e os inimigos externos, como o fascismo e o “perigo vermelho”.

A partir da segunda metade da década de 1940, a obra de Orwell inicia sua fase mais pessimista. Os vários efeitos dos longos anos de guerra na Europa, seguido pelo agravamento de sua saúde, que o obrigou por várias vezes a se internar ou se isolar em retiros longe de Londres, é indicado por alguns de seus biógrafos, tal como Bernard Crick, como grandes motivadores do que se considera a fase anti-utópica de sua obra. Coincidentemente, seus dois principais trabalhos, o *Animal Farm*, de 1945 e o 1984, de 1949, emergem nesta fase. Em ambos, muito mais do que uma crítica ao totalitarismo, Orwell incorpora as desilusões de sua geração. No primeiro, a falência do regime socialista criado pela Revolução de outubro de 1917, e a esperança pela difusão das ideias de igualdade social e econômica pela Europa, engolidos pelo Estado burocrático soviético e pelo stalinismo. No segundo, uma sátira de sua geração, a representação da ascensão da sociedade de massas e de seus meios de comunicação, da burocracia e da totalidade dos Estados, do decréscimo da personalidade individual e do próprio homem como indivíduo.

* Mestrando no Programa de pós-graduação em História Social, do Departamento de História da Universidade de São Paulo. Bolsista de mestrado do CNPq.

A crítica de Orwell a partir da segunda metade dos anos de 1940 se centra no problema, que se constituía como central em sua obra nos últimos anos: os vários mecanismos de manipulação, controle e apropriação dos fatos, traduzidos muitas vezes por formas mais sutis de manipulação e construção de uma “versão oficial” da história. Este será o grande tema de seu livro 1984, como analisaremos adiante, seu último trabalho publicado em vida, mas cujas bases reflexivas já podiam ser analisadas em textos anteriores. Nestes, Orwell analisará o papel fundamental da linguagem nos processos de manipulação dos indivíduos, diante da emergência dos discursos dos dois lados que se envolveram na Segunda Guerra, em muitas medidas repercutindo suas reflexões sobre o papel da propaganda na apropriação da cultura, tal qual analisamos acima. Este tema será um dos mais estudados nas análises da obra de Orwell nas décadas precedentes a sua morte, em 1950. A caracterização daquilo que se definiria como a “linguagem orwelliana”, por alguns estudiosos, se tornaria sinônimo de um novo tipo de linguagem que surgiria como efeito direto do totalitarismo para as sociedades, mesmo depois do fim da Segunda Guerra Mundial.

Para Herbert Marcuse (1967:96) o tipo de comunicação definido por esse “remodelamento da linguagem” do qual falara Orwell, representaria em grande medida o tipo de discurso político do pós-Segunda guerra, traduzido na “linguagem produtiva” da sociedade industrial. Através do que Marcuse definiu como “linguagem funcional” (ibid.; 95), cuja função é justamente a de impor, através da mediação simbólica que a linguagem representa, a lógica produtiva da sociedade industrial capitalista, novas formas de dominação são construídas. Essa é, conseqüentemente, a lógica da análise frankfurtiana dos efeitos da economia capitalista para a cultura. Marcuse, tal como Adorno e Horkheimer, via a inevitabilidade do sistema capitalista em erigir novas formas de alienação dos indivíduos, diante de sua lógica produtiva. Para Marcuse, é no “fechamento do universo de locução” da sociedade capitalista, ou seja, na impossibilidade do confronto individual com as formas do discurso oficial, que se aproximam a lógica tecnológica da sociedade capitalista do totalitarismo.

O ensaio *Politics and English language*, que Orwell publica na revista *Horizon*, em Abril de 1946, e republicado na revista *Modern British Writing*, em 1947, traduz muito o tipo de preocupação que Marcuse revelaria já imerso no contexto da guerra-fria, na década de 1960. De muitas maneiras, este texto pode ser considerado, como um dos escritos-chaves de Orwell, do período pós-guerra, pois aglutina, assim como se daria com o 1984, uma série de questões então já não mais pertencentes unicamente ao contexto da guerra. Como homem de letras, Orwell

demonstrou inúmeras preocupações com o que ele chamou de “colapso geral” da linguagem, e a incapacidade do grande público em perceber os “abusos” que ela poderia sofrer como “instrumento” para moldar interesses particulares (op. cit.:355). “Colapso”, inevitavelmente, como ele faz questão em ressaltar no texto, também como produto do contexto político e econômico (ibid.), e não apenas pelo “mau uso” de algum escritor em particular.

A primeiro momento, sua crítica se dirige novamente aos efeitos desse processo para a literatura e, conseqüentemente, para o texto escrito e o emprego formal da língua inglesa. Sua preocupação gira em torno da ortografia e da semântica do texto – diante da assimilação do que ele define como “maus hábitos” no inglês escrito (ibid.:356). A característica central nesta conduta, segundo Orwell, é o “duplo sentido” que o texto oferece ao leitor: seja pela imprecisão semântica de sua construção, seja pela má escolha das palavras, em especial nos “escritos políticos” (ou, escritos em que era veiculada propaganda política) de então. De maneira geral, a crítica de Orwell se centra no que ele considera como a substituição da “originalidade intelectual” na criação do texto, por técnicas pré-fabricadas de “reorganização de frases”, ou o que ele chamou de “ready-made phrases” (ibid.:362) – um processo de “recorta e cola” de conceitos e frases prontas. Característica que, segundo sua visão, definia a oratória política, sendo então ela uma das responsáveis por esse esfacelamento da língua. Como ele escreve:

In our time, political speech and writing are largely the defense of the indefensible. Things like the continuance of the British rule in India, the Russian purges and deportations, the dropping of the atom bombs on Japan, can indeed be defended, but only by arguments which are too brutal for most people to face, and which do not square with the professed aims of political parties. Thus political language has to consist largely of euphemism, question-begging and sheer cloudy vagueness. Defenseless villages are bombarded from the air, the inhabitants driven out into the countryside, the cattle machine-gunned, the huts set on fire with incendiary bullets: this is called pacification. Millions of peasants are robbed of their farms and sent trudging along the roads with no more than a can of food: this is called transfer of population or rectification of frontiers. People are imprisoned for years without trial, or shot in the back of the neck or sent to die of scurvy in Arctic lumber camps: this is called elimination of unreliable elements. Such phraseology is needed if one wants to name things without calling up mental pictures of them. (Orwell, 1956:363)

Aqui, já é possível estabelecer uma relação a princípio muito clara na crítica de Orwell. O

que ele chama de um “mau uso da língua”, em muitos pontos, pode ser apontado também como um dos aspectos de sua crítica à propaganda (comercial e política) e aos próprios meios de comunicação de massa (o jornal, no caso da linguagem escrita, e o rádio, da falada), ambos, na verdade, como extensões um do outro, como os grandes motivadores no século XX, da criação de um tipo de linguagem comercial própria aos interesses da Indústria cultural em desenvolvimento. Ou seja, à simplificação das sentenças através do uso de palavras específicas; o uso de frases de impacto psicológico, que remetam facilmente a imagens visuais; o apelo sentimental a experiência sensorial do público, etc., todas características muito claras dos meios de comunicação de massa e da publicidade comercial, transformadas em arma política, na 2ª Guerra Mundial.

Segundo Orwell, os desdobramentos destas técnicas de manipulação da linguagem, que mais tarde os teóricos da Escola de Frankfurt iriam atribuir em grande medida a indústria da propaganda nos EUA, já eram bem óbvias na década de 1940. O ensaio, intitulado *The Prevention of literature*, publicado por Orwell na revista *Polemic*, nº 2, em janeiro de 1946, também é fundamental nesta discussão. Logo de início o tema deste ensaio fica claro: o papel da censura, ao longo dos anos que cercaram a 2ª Guerra. Orwell, contudo, inverte a suposta lógica que nortearia a discussão deste tema e no contexto no qual foi escrito, tomando como enfoque não apenas a censura nos países autoritários. Ele dará grande ênfase então, ao papel da censura nos países “democráticos”, em especial os EUA e a Inglaterra.

Em sua análise, Orwell identifica “dois grupos” diretamente interessados no controle da informação através da censura à “liberdade intelectual”: de um lado, em suas palavras, estariam os “apologistas do totalitarismo”; de outro estaria, com a mesma força, “o monopólio [dos grandes meios de comunicação] e [a] burocracia” (ibid.:368). Ao longo de todo o texto, Orwell contraporá estas duas faces no decorrer dos anos de 1930 e 1940, tomando como símbolo da censura autoritária, sua vertente totalitária, em especial, na URSS e ressaltando os efeitos de sua máquina ideológica principalmente na Inglaterra e na Espanha, ao longo da Guerra civil. Porém, é no segundo grupo identificado por Orwell – ou, naquilo que ele chama de interesses de “monopólio e burocracia” – que sua argumentação guarda o ponto mais interessante deste ensaio. Ao falar dos efeitos do “monopólio” para a liberdade intelectual, Orwell se refere aos conglomerados que detém o controle de “rádios e produtoras cinematográficas”. Aqui, há numa clara alusão aos grandes conglomerados estadunidenses, que, a partir do boom da indústria cinematográfica de Hollywood, no início do século XX, começa e se estruturar (como grande exemplo, o controle do magnata

Rudolph Hurst, nos EUA, o qual Orson Welles, tão bem retratou no filme *Cidadão Kane*, 1941).

Orwell escreve:

[...] the concentration of the press in the hands of a few rich men, the gripe of monopoly on radio and the films, the unwillingness of the public to spend money on books, making it necessary for nearly every writer to earn part of his living by hackwork, the encroachment of official bodies like M.O.I and the British Council, which help the writer to keep alive but also waste his time and dictate his opinions, and the continuous war atmosphere of the past ten years, whose distorting effects no one has been able to escape. Everything in our age conspires to turn the writer, and every other kind of artist as well, into a minor official, working on themes handed down from above and never telling what seems to him the whole of the truth. (Orwell, 1956:368)

O tema da cooptação dos intelectuais pelos órgãos governamentais, o qual Orwell mais uma vez se refere em sua análise, parece, contudo, se dirigir neste momento de amadurecimento de sua obra, à um outro problema de maior alcance: a transformação do pensamento intelectual em arma política. Ou seja, ao empregar intelectuais nos órgãos de informação e propaganda oficiais, os Estados institucionalizavam o ideário crítico da sociedade, ao mesmo tempo, que “neutralizam” possíveis posicionamentos contrários a ideologia oficial. E na Inglaterra esse fato não se dava, segundo Orwell de maneira muito diferente: “[...] that in England the immediate enemies of truthfulness, and hence of freedom of thought, are the press lords, the film magnates, and the bureaucrats, but that on a long view the weakening of the desire for liberty among the intellectuals themselves is the most serious symptom of all.” (Orwell, op.cit.:372)

Para Orwell ainda, a intervenção na cultura, através do monopólio da informação ou da “fabricação de fatos” pela propaganda institucional, pela direção da imprensa por algum tipo de interesse que a prive de liberdade de expressão, assim como aos intelectuais, mesmo nos países democráticos, em muitos casos produzia uma atmosfera de repressão tão aberta quanto nos países sob domínio do totalitarismo. (ibid.:374)

A correlação deste período de transição do pós-guerra, entre dois contextos, que contudo, ainda não haviam se definido temporalmente, principalmente para aqueles que o viviam, está claramente expressa nestas preocupações de Orwell. É a emergência de uma sociedade de consumo e de uma indústria cultural para suprir essa nova demanda, que significara em sua análise a reinvenção dos mecanismos de controle social – através do controle da informação e da cultura – pela sociedade do pós-Segunda Guerra mundial. Como Orwell especula em seu ensaio:

Of course, print will continue to be used, and it is interesting to speculate what kind of reading matter would survive in a rigidly totalitarian society. Newspaper will presumably continue until television technique reaches a higher level, but apart from newspapers it is doubtful even now

whether the great mass of people in the industrialized countries feel the need for any kind of literature. They are unwilling, at nay rate, to spend anywhere near as much on reading matter as they spend on several other recreations. Probably novels and stories will be completely superseded by films and radio productions. Or perhaps some kind of low-grade sensational fiction will survive, produced by a sort of conveyor-belt process that reduces human initiative to the minimum. (op.cit.:376-7)

Esta discussão será, em grande medida, incorporada na construção imaginativa do 1984. Parte de sua repercussão nos anos que seguirão a sua publicação, em 1949, deve-se aquilo que se entendeu ser a antevisão do que se transformaria o mundo durante a guerra-fria, atribuindo a Orwell a face de um obscuro profeta. O próprio 1984, lido erroneamente como uma ficção futurista, emerge destas preocupações: quais os efeitos da experiência totalitária para o mundo? Quais os efeitos da emergência da sociedade de consumo e da industria cultural, numa sociedade em plena reconstrução? Quais os efeitos dessa dupla conjuntura para os imaginários coletivos e para às consciências individuais? Todas questões prementes já à partir de 1945, diante da derrota dos países do Eixo na Segunda Guerra mundial e da ascensão dos EUA – sua economia e cultura – sob a Europa devastada.

Por fim, então, podemos analisar aqui, os efeitos desse processo no imaginário do próprio Orwell, através de duas das melhores expressões que ele construiu em sua obra: os conceitos do “newspeak” e do doublethink”. A popularidade que estes termos tomaram pelo mundo, sem dúvida, está ligado a grande repercussão que o 1984 tomou. No livro, publicado pela primeira vez em 8 junho de 1949, nos EUA, a critica aos processos de manipulação da memória coletiva da sociedade é tema central, como já tivemos oportunidade de analisar em trabalho anterior¹. A linguagem então, assume posição decisiva como mecanismo em torno do qual se estabelece e se desenrolam estes vários processos.

Seja com a reinvenção do vocabulário, através da eliminação dos antônimos e, com isso, da própria ideia de negação na língua, com o “newspeak” ou a “novilingua”, seja com a maximização desse processo no “doublethink” ou “duplipensar”, onde a contradição é eliminada do próprio pensamento reflexivo, Orwell construiu em torno de sua narrativa ficcional, um amalgama dos efeitos da reificação dos indivíduos, através da mediação simbólica que a língua representa. Neste momento, mecanismos como por exemplo, a censura institucional, do qual viemos falando até agora através da análises de Orwell, se tornam secundários, já que é no próprio

¹ No trabalho *História, memória e a (re)construção da identidade no 1984 de George Orwell*, apresentado no IV Simpósio Nacional de História Cultural da ANPUH. Goiânia, 2008.

pensamento, através da auto-regulação, do medo que o pensamento sedicioso provoca, podendo por si só acusar o indivíduo de subversão – é que o alcance da ideologia totalitária se manifesta no imaginário do livro. A esta altura, os processos de manipulação da memória coletiva da sociedade atingem também outro grau de alcance. Mais do que os efeitos da re-construção contínua da história, através do controle da informação pelos organismos oficiais do Estado, pela educação – através dos livros didáticos e a narração de uma história oficial –, pelos espetáculos coletivos de exaltação da nacionalidade e lealdade ao poder hegemônico que controla o Estado, é a própria incapacidade de negar essa realidade imposta, de contradizer a versão institucional dos fatos, que impõe a dominação sobre os indivíduos.

Na metáfora que o conceito de “novilingua” representa na obra de Orwell, os efeitos daquela “linguagem comercial”, típica da propaganda, da qual fala Marcuse, são considerados em sua face extrema. Mais do que “convencer” sobre a viabilidade de uma determinada realidade, este discurso tem a função de impor esta realidade como a única existente, seja classificando outros discursos como “heréticos”, seja, a um grau mais elevado, desconsiderando-os, por meio da supressão de sua existência. Isto é muito claro, na própria definição que Orwell dá à “novilingua”, no apêndice acrescentado à edição comemorativa do 1984, relativo ao ano de seu centenário, em 2003, lançado pela Companhia Editora Nacional. :

O objetivo da Novilingua não era apenas oferecer um meio de expressão para a cosmovisão e para os hábitos mentais próprios dos devotos do Ingsoc, mas também impossibilitar outras formas de pensamento. O que se pretendia era que, tão logo a Novilingua fosse adotada definitivamente e a Anticlingua esquecida, qualquer pensamento herético, isto é, divergente dos princípios do Ingsoc, fosse literalmente impensável, ou pelo menos até o limite em que o pensamento depende de palavras. (Orwell, 2003;2005:287-8)

Neste texto, intitulado “Princípios da Novilíngua”, e até então, inédito do publico brasileiro, Orwell sistematiza as funções políticas e ideológicas na Novilíngua. É preciso notar que nesta definição de seus objetivos, Orwell confronta mais uma vez, os dois grandes contrapontos que pautam sua crítica nos últimos anos: a ascensão da sociedade de massa e da comunicação de massa, e a experiência totalitária. No 1984, a expressão do controle da informação e da manipulação do pensamento através das várias formas de apropriação dos imaginários coletivos, é, definitivamente, a supressão do pensamento, ou, de qualquer tipo de pensamento “herético” ou contrário a ideologia

oficial do Estado. E é isso, no final das contas que a idéia do “duplipensar” representa. Aquilo que a re-invenção do vocabulário – mecanismo central na Novilingua – expressa, ou, a condensação dos significados através da supressão de alguns conceitos-chaves, toma forma no “duplo pensamento”: ou seja, a eliminação da ideia de contradição.

Todorov (op. cit.: 46) analisa essa questão de forma particular, com a ideia do “desdobramento do discurso”, ao qual o individuo que vive sob a ordem totalitária é obrigado a conviver. Como ele define, através de sua própria experiência na Bulgária, durante o domínio soviético, a coexistência de um “discurso público” e um “discurso privado” – cuja fronteira é, contudo, muito tênue – define a realidade cotidiana dos indivíduos: entre um pensamento (e uma linguagem apropriada) para as diversas manifestações da vida pública, e um pensamento (contraditório, muitas vezes), no âmbito da vida privada.

Para Todorov, esse “desdobramento da linguagem” (ibid.:47), que expressa a necessidade concomitante de um “desdobramento do pensamento” cotidianamente, fragmenta o próprio eu individual, podendo produzir um estado de loucura, no qual o individuo já não sabe mais em qual dos dois universos – se no da concordância, da submissão às imposições do poder hegemônico da esfera publica, ou no da tentativa e manutenção da lucidez através da negação e da discordância do âmbito privado – ele está.

Referência bibliográfica

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In. Enciclopédia Einaudi. Vol. 5. Vila da Maia: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. PP.333-96.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro; Bertrand, 1989.

FERRO, Marc. A história vigiada. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1995.

LE GOFF, Jacques. Memória. In. LE GOFF, J (org) História e memória. Campinas: Unicamp, 1996. PP.423-84.

MARCUSE, Hebert. Ideologia da sociedade industrial. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1967.

NORA, Pierre. (org). Le lieux de la memoire. Paris: Gallimard, 1997. 4 vol.

ORWELL, George. The Orwell Reader. New York: Harvets/HBJ books, s.d.

_____. 1984. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

_____. “Os princípios da novilingua”. In. 1984. São Paulo: Compahina Editora

Nacional, 2005. PP. 237-301

RICOUER, Paul. *La memoire, L´histoire, l´oubli*. Paris; Edition Du Suil, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. *Catástrofe, história e memória em Walter Benjamim e Chris Marke: escritura da memória*. In. SELIGAMANN-SILVA, M. (org). *História, memória, literatura*. Campinas: Unicamp, 2003.pp.387-414.

TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

Oswald de Andrade e Plínio Salgado: dois olhares sobre o passado brasileiro

Valdeci da Silva Cunha
Matheus Machado Vaz

Resumo A proposta tem como objetivo analisar a produção textual de dois intelectuais contemporâneos na tentativa de repensarmos as características da cultura histórica brasileira produzido na década de 1940. A partir desses dois autores pretendemos levantar questões relacionadas não apenas com suas obras específicas, mas que também envolvam a produção intelectual de sua época. Até que ponto poderíamos incluí-los em um paradigma do pensamento social brasileiro de meados do século XX? Essas obras indicariam a possibilidade de uma produção historiográfica diferenciada no período? Se Oswald de Andrade e Plínio Salgado estabeleceram algum diálogo, ainda que assumindo posições conflitantes, suas obras seriam completamente contrastantes, ou guardariam influências teóricas e conceituais comuns? Utilizando-se desses dois autores, que se inseriram em posições e debates intelectuais de seu tempo, nosso objetivo é contribuir para uma história do conhecimento histórico brasileiro.

Palavras-chave Oswald de Andrade – Plínio Salgado – Cultura Histórica – Teoria da História

1. Introdução

Os acontecimentos abrigados em finais do século XX foram, inegavelmente, fomentadores de acirrados debates em torno dos rumos da historiografia e dos formatos da produção que esta até então engendrara. A (suposta) crise teórica historiográfica apontada e, por vezes, alardeada desde meados do século passado, e eclodida a partir de 1989, após a queda do muro de Berlim, suscitou amplas revisões críticas da filosofia da história – e mesmo da metodologia empírica historiográfica –, levantando perspectivas alternativas para os focos analíticos e, ainda, dos envargamentos campais possíveis de serem adotados pelos historiadores contemporâneos.

É nesse quadro geral que, via de regra, surgirão novas possibilidades de apreensão do passado vivido humano (em meio a um debate cada vez mais acirrado) em torno das condições de produção do conhecimento histórico. Com efeito, é fácil percebermos um aumento significativo de monografias, dissertações e teses, traduzindo o aumento de “novas interpretações” no âmbito da produção acadêmica nacional. Face esse advento, e se assim o é, talvez algumas “velhas questões” necessitem ser recolocadas. Por exemplo, quais seriam as especificidades do conhecimento histórico? Quais seriam suas bases de sustentação? Quais seriam os seus fundamentos teóricos e metodológicos? Como (*por que* ou *para quê*)

tem-se escrito a história? A escrita da história estaria a serviço de algum projeto nacional, nos ajudaria hoje a nos conhecermos ou seria apenas uma série infinita de *discursos* lançados no vazio, apenas encontrando “eco” em especialistas – dado o grande volume de sua produção – em um universo puramente acadêmico?

Nesse sentido, re-visitar alguns intelectuais brasileiros, historicamente datados em relação a sua produção cultural¹, nos possibilita lançar novos olhares sobre suas construções discursivas e/ou formas de lidar com os vestígios do passado nacional.

Para Reinhart Koselleck², ao utilizar-se das categorias “espaço da experiência” e os “horizontes de expectativa”, as questões colocadas pelo seu presente do pesquisador refeririam à necessidade de responder às demandas reais, se não práticas, de lidar com a relação futuro-passado de uma determinada sociedade – talvez menos idealista (mas não menos importante) que Paul Ricouer, que se preocupa, *grosso modo*, em tentar entender como se daria o ciclo hermenêutico do processo de *prefiguração*, *configuração* e *refiguração* do conhecimento histórico³.

Para Jörn Rüsen, em uma acepção próxima a exposta por Ricouer, as pretensões de verdade das histórias e, por consequência, as razões de credibilidade das mesmas são indicadas por recurso às experiências, às normas e valores e às determinações de sentido dadas ao passado em relação ao qual estaria se buscando conhecer. Com efeito, seria necessário um processo de mediação entre *experiência* e as *normas* no narrar uma história. Para ele, “*no princípio (no sentido de origem) de cada história está o seu sentido, e somente na reflexão posterior se pode distinguir entre o conteúdo experiencial e o normativo*” (RÜSEN, 2001: 90).

2. Dois olhares

Oswald de Andrade⁴ (1890-1954) ficou conhecido, *grosso modo*, por sua atuação como escritor/poeta ao se inserir e estabelecer uma trajetória intelectual junto aos idealizadores e

¹ Aqui estamos considerando que os textos produzidos tanto Plínio Salgado, quanto Oswald de Andrade fariam parte de uma cultura histórica nos termos utilizados por Jacques Le Goff e trabalhados por Ângela de Castro Gomes. Para mais, ver: GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

² Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

³ Ver: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.

⁴ Para uma biografia detalhada sobre Oswald de Andrade ver: BOAVENTURA, Maria Eugénia. *O salão e a selva: uma biografia ilustrada de Oswald de Andrade*. São Paulo: Unicamp, 1995; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Oswald de Andrade – Itinerário de homem sem profissão*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989; FONSECA, Maria Augusta. *Oswald de Andrade: biografia (1890-1954)*. São Paulo: Art Editora, 1990.

consolidadores do projeto modernista brasileiro, sendo ele mesmo uma de suas figuras centrais. Nesse sentido, é bem conhecido o seu papel nas reivindicações vanguardistas que circunscreveram as propostas tanto estéticas, quanto políticas ligadas a esse movimento. Essa fase pode ser reconhecida e evidenciada pela produção cultural do escritor, principalmente no que se refere ao *Manifesto Pau-Brasil* (1924) e o *Manifesto antropófago* (1928), esse principal motivador da criação da *Revista de antropofagia* (1928-9).

Em prefácio de *Serafim Ponte Grande*, de 1933, entretanto, Oswald abjura sua atitude de chefe da vanguarda antropófaga demarcando a sua aproximação com a esquerda comunista brasileira. Com efeito, confessa ter sido palhaço da burguesia até então ao considerar que tanto sua experiência vanguardista, quanto de tantos outros de sua geração, foram marcadas por uma inquietude mal compreendida, uma vez que ignoravam a origem social e o fundo político de seus anseios. Essa fase teria sido marcada por uma “doença infantil”, o “sarampão antropofágico, que atingira indistintamente aqueles que não tinham recebido a vacina marxista” (NUNES *Apud* ANDRADE, 1990: 7). Em 1931 Oswald investe no empreendimento de um pasquim político de efêmera existência, intitulado *O homem do povo*, junto a sua esposa Patrícia Galvão (Pagu)⁵. A partir desse momento até os anos de 1945 foram marcados pela aproximação e militância comunista de Oswald, tendo como um dos desdobramentos o interesse do escritor pelo romance social⁶.

Ao fazer uma reavaliação do Movimento de 1922, a chamada *Semana de Arte Moderna*, e de sua trajetória política chegou a considerar como único achado dessa geração o primitivismo nativo inaugurado pelo *Manifesto Pau-Brasil* (ANDRADE, 1971: 96).

Plínio Salgado⁷ (1895–1975) hoje mais conhecido como o fundador da Ação Integralista Brasileira participou da história política, intelectual e cultural do Brasil ultrapassando os limites temporais da própria AIB. Em 1918, aos 23 anos, é um dos articuladores do efêmero Partido Municipalista, onde Salgado já apresentava os germens que iriam gerar as idéias fundadoras do Integralismo. Em 1922 Salgado se envolve ativamente na Semana de Arte

⁵ Impresso que existiu entre os meses de março e abril de 1931 contou com 8 edições sendo empastelado pela polícia de São Paulo devido a polêmicas envolvendo a dupla Oswald de Andrade/Pagu e os estudantes da Faculdade do Largo do São Francisco no que pese aos ataques feitos pelo impresso àquela instituição de ensino.

⁶ São dessa época obras como, por exemplo, *O Homem e o cavalo* (1934), *A escada vermelha* (1934), *A morta* (1937), *O rei da vela* (1937), *Marco zero: a revolução melancólica* (1943), *Marco zero: chão* (1945).

⁷ Para melhores informações ver: CHASIN, José. *Integralismo de Plínio Salgado: Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. Belo Horizonte: uma Editora, São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.; LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Plínio Salgado, meu pai*. São Paulo: GRD, 2001 e TRINDADE, Helgíio. *Integralismo: (o fascismo brasileiro na década de 30)*. 2.ed. revista e ampliada São Paulo: Difel, 1979. 379p. (Corpo e alma do Brasil).

Moderna, onde vê a possibilidade de um nacionalismo renovado, vivo e voltado à tradição histórica do país. Dentro do grupo da Anta Salgado dá asas a seu nacionalismo místico e, posteriormente, lança seu primeiro livro, *O estrangeiro*, onde já é possível ver seus temores em relação ao avanço do comunismo. Anos depois Salgado iria afirmar sobre a Semana de Arte Moderna que o movimento não puramente, “*mas um derivativo de nossa angústia*” (DITZEL, 2004: 122).

Os anos trinta são um marco na história de Salgado: em 1932 ele cria a Sociedade de Estudos Políticos, que tem seus trabalhos interrompidos pela Revolta Constitucionalista de São Paulo, e ao fim do ano lança o Manifesto de Outubro, que funda o Integralismo. Salgado consegue uma adesão surpreende ao movimento, que alcança meio milhão de aderentes e se torna um dos maiores movimentos de massa do Brasil (TRINDADE, 1979: 379).

Nesta análise vamos tentar compreender de que forma se articula uma cultura histórica nos escritos do Chefe Nacional do Integralismo e como sua concepção de história poderia dar pistas para compreender o próprio projeto conservador autoritário da Revolução Integralista. *O ritmo da história* (1956) é da fase do Plínio do Partido da Representação Popular, depois do exílio, em um momento (ainda) mais espiritualista, empenhado em distanciar sua doutrina, pelo menos nas aparências, do pensamento fascista e em dar cores democráticas ao seu pensamento. Compreendemos o Integralismo aqui como um movimento político – cultural que ultrapassa as fronteiras temporais da AIB, estendendo-se pelos anos 50 e se adaptando aos novos tempos. A reedição das obras integralistas no pós-guerra passou por um processo de recriação da doutrina, ou pelo menos de maquiagem democrática. Tanto a escolha das obras como o próprio conteúdo reeditado foram fruto de escolhas e reelaborações, afim de afastar as passagens mais próximas ao fascismo, agora fora de moda. A obra que vamos analisar, foi escrita neste espírito “democratizante”. Neste livro vemos refletidas as preocupações de Salgado com seu tempo: seus textos são profundamente influenciados pela Revolução Chinesa, pela criação da ONU, pelo medo da expansão dos impérios soviético norte-americano, da tragédia da Segunda Guerra e, especialmente, da bomba atômica. Influenciado pelos intelectuais religiosos com quem teve contato nos seus anos de exílio em Portugal, neste livro Salgado troca seu vocabulário influenciado pela filosofia alemã por citações bíblicas e leituras de caráter confessional.

Em 1950 Oswald de Andrade escreve um texto intitulado *A crise da filosofia messiânica*. Fruto de seu interesse pela vida acadêmica essa “tese” foi apresentada no concurso para a

Cadeira de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Desinteressado pela militância política comunista desde o ano de 1945 passou a se interessar pelo estudo de Filosofia produzindo textos, artigos, notas etc., *grosso modo*, que apresentaram revisões e/ou a tentativa de sistematização de questões indicadas ou iniciadas em sua fase “modernista”. Nesse sentido, acreditamos que *A crise da filosofia messiânica* nos é útil para uma tentativa de compreensão da análise oswaldiana sobre o passado brasileiro.

Já nas primeiras páginas do texto em questão podemos perceber a retomada das discussões em torno da idéia/conceito de antropofagia. Nas palavras do próprio Oswald a “*operação metafísica que se liga ao rito antropofágico é a da transformação do tabu em totem. Do valor oposto ao valor favorável. A vida é devoração pura*”. Mesmo ao se referir a história da Filosofia ocidental, e não ao passado brasileiro especificamente, podemos perceber uma ligação com argumentos apresentados no livro *Poesia Pau-Brasil*, em que notamos passagens como “[...] *só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente [...] só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago*” (ANDRADE, 1990: 47).

O interesse central, entretanto, dessa obra parece se colocar em torno das discussões sobre o Patriarcado. Com efeito, Oswald faz uma digressão no tempo na tentativa de identificar as origens do seu surgimento. A partir da leitura livre de vários autores, tanto da tradição clássica como Homero, Ovídio, Heráclito, quanto de escritores modernos como, por exemplo, Karl Marx, Friedrich Nietzsche, Jean-Paul Sartre, traçou uma espécie de teleologia do desenvolvimento ou da passagem do homem de uma condição primitiva, marcada pela cultura antropofágica, para civilização, configurada pela cultura denominada por ele por messiânica. Ao tipificar a história pelo binômio matriarcado/patriarcado estabelece, de forma dialética, uma formulação essencial na tentativa de se pensar o homem “*como problema e como realidade*”: “*1º termo: tese – o homem natural; 2º termo: antítese – o homem civilizado; 3º termo: síntese – o homem natural tecnizado*”.

Segundo Oswald estaríamos vivendo em um estado de negatividade uma vez que nos encontrávamos localizados no segundo termo da “*nossa equação fundamental*” (Idem: 1990: 103). Se o espaço da experiência localizado pelo escritor parece destacar com certo negativismo ou crítica sobre os feitos ou ganhos da modernidade técnica, o seu horizonte é deslocado para um futuro de superação conservadora, isto é, seria necessário a deglutição

dos aspectos negativos trazidos pela Era da Máquina e a retomada dos aspectos positivos de um passado imemorial primitivo, marcado pela cultura matriarcal. Essa teria com sustentáculo a tríplice base: o filho do direito materno; propriedade comum do solo e o Estado sem classes (ausência de Estado). Esse estado de coisas teria cedido lugar, não sem conflitos e disputas, para uma cultura messiânica marcada pelo patriarcado: filho de direito paterno; a propriedade privada do solo e Estado de classes. Esse estaria juridicamente assentado no Direito Positivo enquanto aquele no Direito Natural. Ao se basear na leitura de Friedrich Engels, mas sem fazer referência direta a sua obra *A origem do Estado, da família e da propriedade privada*, endossa que “*a ruptura histórica com o mundo matriarcal produziu-se quando o homem deixou de devorar o homem para fazê-lo seu escravo*” (Idem: 1990: 104).

Mesmo sem se valer do recurso da datação na identificação dos momentos chaves que essas mudanças poderiam ter acontecido na história ocidental, em alguns momentos apresenta algumas referências temporais. Ao que parece a passagem de uma organização social primitivista para a civilização se localizou no tempo até a transição da Idade Média para a Idade Moderna. Segundo Oswald seriam das “*contradições no pensamento humanístico [que] se encontra o germe da inquietação que vai produzir os progressos da nova era e ameaçar o Messianismo*” (Idem, 1990: 126). Assim, duas figuras teriam exercido importância marcante, “*antes do aparecimento racionalista de Descartes*” (Idem, 1990: 127), no descrédito da ortodoxia messiânica: Rabelais e Montaigne.

Ao lugar de destaque conferido para a Reforma é somada a importância do surgimento da burguesia como classe: “[...] *da insensibilidade dos precursores do capitalismo vai sair a força terrena da revolução industrial*” (Idem, 1990: 128); “[...] *o espírito da transação burguesa está todo na Reforma*” (Idem, 1990: 129). Aquela revolução, ao trazer noções de progresso material, seria responsável por “[...] *fazer marchar o mundo. A ciência e a técnica procuram produzir na terra o céu longa e desanimadoramente prometido pelo Messianismo*” (Idem, 1990: 133). Ao fim e ao cabo, estaria nesse processo algo próximo de um “desencantamento do mundo”.

Ao adentrar com sua análise pelo século XIX ressalta o lugar conferido a Marx e Engels, mas destacando que as teorias sociais desenvolvidas por ambos estariam em função de um novo messianismo. Segundo Oswald eles foram responsáveis pela fixação de bases dogmáticas para a luta do proletariado, por meio de uma força profética. Ei-las:

a) as leis, os costumes, a literatura, a filosofia são consequências da estrutura econômica da sociedade. São a sua superestrutura; b) é o próprio proletariado, como classe, que deve decidir de seus assuntos; c) a tomada do poder pelos trabalhadores será uma ditadura de classe.

Entretanto, esse argumento serviu para Oswald tecer críticas a URSS do período stalinista. Segundo o autor, “*as premissas de Marx vieram produzir a atualidade de URSS. É que o estado de Negatividade [...] que devia ser superado, consolidou-se no sectarismo obreiro*” (Idem, 1990: 136). O argumento se desenvolve no sentido de incluir, uma vez que centro do interesse da discussão, para sua relação com o messianismo.

Mas o mundo mudou. O que era Messianismo, fenômeno de caos na sucessão de crises de conjuntura que deu afinal a crise de estrutura do regime burguês, tornou-se sacerdócio empedernido e dogma imutável na URSS [...]. O marxismo militante engajou-se na economia do Haver (Patriarcado) escapando às injunções históricas da economia do Ser (Matriarcado) (Idem, 1990: 137).

Finaliza o argumento defendendo que “[foi] *no coração da URSS e mais no coração da ciência soviética que foi se ocultar como um flagelado esse resíduo parasita do patriarcalismo messiânico*” (Idem, 1990: 140).

Para Salgado haveria um ritmo permanente na história, que pode ser observado em suas idas e voltas freqüentes. O desenvolvimento histórico se daria seguindo o mesmo caminho: primeiro o Homem fundaria a família patriarcal “*partindo de si mesmo e, na ânsia da sua própria afirmação e da sua expressão*”, depois, para proteger e manter sua criação, as Famílias se uniriam em Tribos e, logo, em Nação. O Império surge quando uma Nação se empenha na “*dominação de numerosos povos, na intercomunicação de seus costumes, na padronização de um tipo de civilização comum*”. Mas o Império subverteria as condições naturais do Homem ao destruir as nações com suas normas uniformes, ao colocar a moda e a curiosidade no lugar do peculiar e da tradição. É o próprio contato com a alteridade que destrói o Homem na concepção de Salgado. Plínio vê neste desenvolvimento das coletividades humanas o princípio do retorno histórico. No entanto, o próprio lema integralista deixa claro que alguns destes “conjuntos” possuem mais importância que outros: *Deus – Pátria – Família*. Nem o Homem sozinho, nem a Tribo e nem o Império são “equilibrados”, se aproximando mais de formas “degeneradas” (à maneira aristotélica) dos outros conjuntos, ou de formas primitivas dos mesmos. Seria a Família a expressão última

do Homem, e a Nação sua forma mais desenvolvida de proteção. Com a ruína da Nação não há mais proteção para a família, que também acaba por ruir. Com a Família e a Nação destruídas, o Homem perde as instituições portadoras das suas normas éticas naturais e se vê, sem nenhuma proteção frente a frente com o Império. O resultado é a degeneração no individualismo e a desagregação do Império, passando então a humanidade pelos mesmos ciclos

Então, a Humanidade, volverá à desagregação política. E passa pelos mesmos ciclos: o feudalismo, a centralização monárquica, o encontro, de novo, com a idéia nacional, realizando o nacionalismo, depois e novamente o Império, e outra vez a desagregação. E nenhum Império subsistirá.

E acrescenta pouco depois

Não importa que o feudalismo do futuro não seja um feudalismo de barões nos seus castelos, mas um feudalismo de banqueiros ou de magnatas das indústrias, ou mesmo um feudalismo de burocratas numa forma universal de socialismo (Idem, 1956: 138).

De forma semelhante se dá a curta síntese do pensamento ocidental que Salgado faz no segundo capítulo. Plínio, à maneira de Comte, reduz os últimos vinte séculos de pensamento em alguns “estados”: “*Monômio: Religião (Período patrístico); Binômio: Religião – Filosofia (Idade Média); Trinômio: Religião – Filosofia – Ciência (Renascença); Binômio: Filosofia – Ciência (Idade Moderna); Monômio: Ciência (Dias contemporâneos)*”.

No entanto, ao contrário de Comte, Salgado vê no primeiro binômio, na Idade Média, o melhor dos estados, criticando a época atual por ciência atéia e materialista. “*Todas as delicadezas e cavalheirismos da Idade Média (incontestavelmente mais luminosa do que a época presente) desapareceram nos dias atuais*” (Idem, 1956: 70).

A ciência sem Deus traria apenas a morte, o desastre e as máquinas de guerra.

Porque a verdadeira ciência vem acompanhada das revelações divinas e a verdadeira técnica do sentimento do amor, que é sinônimo de servir. E toda árvore em que não circule a seiva de Deus só poderá produzir frutos venenosos. Esses frutos que estamos nos intoxicando, na vida familiar, na vida social, na vida internacional (Idem, 1956: 102).

Se o espaço da experiência referenciado por Oswald de Andrade é localizado como sendo o momento de crise de um modelo de cultura – ou da necessidade de sua revisão –, o seu horizonte de expectativa estaria localizado na superação dialética desse quadro. Entre os

treze pontos localizados em sua conclusão podemos destacar algumas considerações. Para Oswald “*o homem, como vírus, o gen, parcela mínima da vida, se realiza numa duplicidade antagônica – benéfica, maléfica –, que traz em si o seu caráter conflitual com o mundo*”. Ainda para ele, “[...] *só a restauração tecnizada duma cultura antropofágica resolveria os problemas atuais do homem e da filosofia*”. Ao fazer uma espécie de aposta no futuro próximo declara “*que um novo Matriarcado se anuncia com suas formas de expressão e realidade social, que são: o filho de direito materno, a propriedade comum do solo e o Estado sem classes ou a ausência de Estado*”. Assim, por meio de uma curiosa reivindicação de retorno as origens destacou a necessidade de uma revolução cultural. Seria premente a volta do homem ao primeiro termo de sua tese, o estágio do homem natural, mas, talvez, por um processo de refiguração. Nesse sentido, não seria simplesmente um puro retorno, mas uma mudança que teria como característica a conservação de elementos provenientes do segundo termo, o homem civilizado concordando, assim, com a síntese proposta pelo próprio Oswald de Andrade: o homem natural tecnizado.

Há em Salgado um “*princípio do retorno histórico*”. Com efeito, este não é um ciclo fechado, mas uma espiral, onde a cada novo ciclo os eventos se repetem de forma nova, com novos atores. É o que permite o “feudalismo de burocratas” ou o “feudalismo de banqueiros” a que Plínio se refere. O apelo radical do Integralismo à tradição, acusado por vários modernistas como “passadista”, é, na verdade, compreendido por Plínio como um apelo ao progresso. Em um artigo sobre o quarto centenário de São Paulo Salgado delinea sua idéia sobre as relações entre tradição e progresso.

A palavra ‘tradição’, pode-se dizer que é sinônimo de ‘progresso’. Se, etimologicamente, ‘tradição’ significa transmitir do passado para o futuro, também ‘progresso’, sendo, ao contrário de ‘regresso’, a propulsão para a frente, logicamente pressupõe uma posição anterior determinando uma posição posterior, o que, em última análise, é movimento do passado para o futuro.

A Revolução Integralista de Salgado era uma proposta de retomada dos valores com o intuito de animar o futuro. “*Há valores essenciais, imutáveis ao passado, os quais animam de vida o futuro*”. (Idem, 1956: 187) Frente a uma modernidade que enfrenta todos os valores que considerava importantes, Salgado vê a possibilidade de uma ruptura que se voltasse para o passado, anti – cosmopolita, da Nação fechada em si, voltada à sua tradição, e do Homem voltado à religião. Mais do que isso, Salgado vê na possibilidade de consolidação de uma Nação Integralista a única forma de impedir a desagregação causada

pelo imperialismo das nações do primeiro mundo. O progresso, a ruptura com o presente da proposta de Revolução Integralista, se dá no interior de um pensamento romântico de crítica à modernidade, de Revolução na acepção astronômica do termo.

3. Conclusão

Tanto para Salgado quanto para Oswald a instituição do Patriarcado é considerado como elemento para a formação do Estado e da propriedade privada, no entanto, no primeiro tal instituição é narrada de forma sincrônica, ao passo que no outro é diacrônica. O horizonte de expectativa de Salgado era a Revolução Espiritual e a formação do Estado Integralista, e em sua narrativa não há espaço para o conflito, seja de classes, de gênero ou mesmo na forma da disputa eleitoral pelo sufrágio universal. A narrativa histórica integralista, assim como sua proposta política, é “pacificadora”, fechada em si mesmo, operando não só uma recusa a alteridade, ao desviante, mas seu completo apagamento da própria narrativa, e portanto da própria história.

Bibliografia

- ANDRADE, Oswald de. In: *A utopia antropofágica: a antropofagia ao alcance de todos*. São Paulo: Globo, 1990.
- ANDRADE, Oswald de. “O caminho percorrido”. In: *Ponta de lança*. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1971.
- RÜSEN, Jörn. In: *Razão histórica: teorias da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- SALGADO, Plínio. *O ritmo da história*. São Paulo: Civ. Brasileira, 1956.

Microhistória e região: atividades de ferraria entre escravo e libertos em Minas Gerais, século XIX

Maura Silveira Gonçalves de Britto¹

A proposta deste artigo é discutir alguns aspectos sobre a aplicação de metodologias como a microhistória em pesquisas que se dediquem a análises dentro da perspectiva do “espaço vivido” (FRÉMONT, 1980: 242-263; MASSEY, 2008: 159-209). Para tanto, temos como objeto as atividades de ferraria desenvolvidas por escravos e libertos, durante o século XIX, na região da Itabira do Mato Dentro. A nossa hipótese é que essas atividades, isto é, a prática deste ofício teria representado para esses agentes históricos um elemento forjador de uma identidade e de distinção social entre os demais. As fontes utilizadas para a mesma são inventários post-mortem e listas nominativas, disponíveis a pesquisa no Arquivo Público de Itabira. No decorrer da pesquisa, à medida que se torne necessário para o preenchimento de algumas lacunas, pode-se recorrer também a testamentos.

Algumas questões teórico-metodológicas precisam ser levantadas então. A primeira se refere a como a metodologia da microhistória pode auxiliar no objetivo desta pesquisa. A segunda, ao modo como o conceito de região é empregado nesta pesquisa, sob quais referências teóricas. A terceira, aborda a perspectiva do espaço, analisado neste artigo na perspectiva do “espaço vivido”, relacionando-o às características deste “saber fazer” do ofício de ferreiro entre os escravos e libertos aqui tratados.

1. Microhistória e a questão da escala

As correntes historiográficas que surgiram nas décadas de 1970-80 buscaram valorizar as experiências singulares dos agentes históricos, como forma de ultrapassar as limitações de visões estrutural-funcionalistas que ao tratar de modelos gerais não atingiam as especificidades em uma pesquisa histórica.

A partir deste objetivo, a Microhistória, e considerando aqui as propostas de Fredrik Barth (BARTH, 1972), buscou identificar as causas dos processos históricos, de maneira a não considerá-las externas a seus agentes. Tal corrente questionava categorias analíticas como “estruturas” ou “entidades sociais” para explicar o processo social, uma vez que essas

¹ Universidade Federal de Ouro Preto, Mestranda em História, bolsista FAPEMIG.

categorias analíticas pareciam deixar os agentes de tal processo à margem de seu desenvolvimento.

Assim, as perspectivas da microhistória permitiriam inserir no debate historiográfico elementos característicos do cotidiano e do vivido destes agentes sociais, como forma de captar certas capilaridades e singularidades que os modelos analíticos generalizantes da “velha História Social” não conseguiam – ou não queriam – perceber. Categorias como o “macro” e “micro”, a partir de então, passariam a ser vistas de outra maneira. Utilizar a microhistória como metodologia não é simplesmente inverter o sentido da pesquisa do *micro* para *macro*. Não basta virar o lado da luneta para observar novos elementos. A questão é que, para a microhistória, macro e micro, enquanto níveis antagônicos de análise se diluem, uma vez que o que está em análise é o processo social. Assim, o que se pode perceber através da microhistória só se pode perceber através da microhistória. Como exemplos disto, podemos citar os trabalhos de Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, entre outros (LEVI, 2000; GINZBURG, 1987). A análise do processo social com o quer Barth somente se faz possível a partir de uma outra noção de *escala*. Também não se trata de considerar níveis de escala de análise, pois tal postura, mesmo considerando as características e especificidades regionais, manteria a noção de um nível *macro* e um nível *micro* distintos. Interessante abordar aqui as considerações de Iná Elias de Castro:

“O exercício matemático para a representação gráfico no espaço é completamente diferente das possibilidades da escala como ‘unidade de concepção’, na qual se incorpora a realidade, que é multiescalar. (...) Nesse sentido, cada recorte espacial é pertinente, porque continente de unidades de concepção que colocam em evidência relações, fenômenos, fatos como um modo de aproximação do real.” (CASTRO, 2002: 59-60)

A escala então, não é uma questão matemática, mas vista a partir da análise de fenômenos. Precisa ser vista como uma representação ligada à experiência vivida. Os agentes históricos vivenciam o fenômeno de uma maneira total, portanto, não se trata de verificar se um fenômeno “macro” se verifica no “micro”. A escala, dentro desta perspectiva de microhistória, precisa ser uma problematização dos olhares que envolvem o fenômeno: o olhar do pesquisador e o olhar dos agentes que o vivenciaram.

Assim, quando nos propomos a analisar as experiências de ferraria entre escravos e libertos na Itabira do Mato Dentro, no século XIX, não estamos tratando de um fenômeno específico, de um estudo de caso. O fenômeno em questão é localizado, mas relaciona-se com

a lógica de funcionamento do sistema escravista em Minas Gerais, num período em que a própria instituição da escravidão passa a ser questionada no Brasil Império. Neste contexto, o que teria direcionado a aprendizagem e a transmissão do ofício de ferreiro entre estes escravos e libertos? O que este “saber fazer” teria representado para os agentes sociais em questão? De que forma este ofício teria sido inserido naquele grupo? Que possibilidades abriria para estes escravos e libertos? Para responder questões como estas precisamos nos ater as experiências do cotidiano desses agentes sociais, a suas experiências vividas, utilizando um olhar multiescalar. Neste âmbito, a proposta da microhistória nos é fundamental.

2. O conceito de região

As observações feitas acima nos levam a outro ponto de nossa discussão. Se, como pesquisadores, analisamos um fenômeno, um processo social, este fenômeno é localizado, ele ocorre em um “lugar” definido. Este lugar, contudo, tem relações (sociais, políticas, econômicas, culturais) com outros lugares. Qual intuito então de segmentar um espaço para análise? Como promover esta segmentação do espaço em uma pesquisa histórica?

O conceito de região e as maneiras de se definir uma região em uma pesquisa histórica já foram discutidos por diversas vertentes historiográficas. Há, nessa questão, uma preocupação que o historiador vem adotando de dialogar com outras áreas para melhor poder representar, definir seu espaço de análise, sem cometer anacronismos ou perder de vista o aspecto da historicidade. Neste intuito, o diálogo com a Geografia tem sido de grandiosa ajuda. Trabalharemos a seguir, algumas possibilidades, para então, definir o critério de segmentação do espaço adotado em nossa pesquisa.

Pensar em segmentação do espaço para definir uma região de análise, implica em definir alguns critérios (social, natural, econômico, político, cultural) para tal. A noção de espaço associada exclusivamente a paisagem natural e a relação entre homem/natureza, vem sendo discutida desde o fim do século XIX, quando a vertente determinista da escola alemã passa a ser relativizada. Vidal de La Blache (De la Blache, 1954: 27-46), embora mantenha a relação entre homem/natureza como eixo de sua noção de espaço, apresenta algumas contribuições importantes que nos servem como parâmetro. Sua análise sobre os *gêneros de vida* nos permite considerar uma visão de espaço e região definidos por artefatos, que pode

ser interessante. Analisando perspectivas culturais² de região, como neste conceito de De la Blache, Cunha considera que

Essa perspectiva de interpretação que permite pensar a região como uma produção cultural introduz a um só tempo a questão da diversidade, da dinâmica histórica e a multiplicidade de experiências concretas, e da necessidade de se ultrapassar o puro dado material, a paisagem natural, na direção do espaço vivido. (CUNHA, 2008 :495)

A partir disso, definir o espaço da Itabira do Mato Dentro, em nossa proposta, poderia seguir, por exemplo, um critério de presença de ferreiros. Isto nos possibilitaria evitar anacronismos que tendem a recorrer a recortes administrativos atuais da região estudada sem problematizá-los.

É fato que uma abordagem que defina região a partir de critérios naturais tende a romper com a historicidade do processo social. Para Bezzi, não se pode conceituar uma região a partir de um único aspecto. O recorte deve ser feito através de múltiplos critérios. Para ela:

Propõe-se que a região possa ser vista e entendida por intermédio da totalidade da sociedade. Assim, a região pode ser percebida como uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social, ou ainda sob uma articulação dos modos de produção, determinados historicamente.

A região é definida como a articulação concreta das relações de produção em um dado local em tempo. Destaca-se o papel fundamental da lógica da circulação do capital dentro do processo de diferenciação regional. (BEZZI, 2004: 231)

Dentro da perspectiva apontada por Bezzi, se nosso objeto de estudo se refere à Província de Minas, ele está inserido dentro de uma lógica da economia mundial no século XIX e em relações de centro e periferia (de Minas, enquanto periferia do Império, do Império enquanto periferia dos estados europeus pré-capitalistas). Assim a ação do sujeito da análise (nossos escravos e libertos ferreiros da Itabira do Mato Dentro) relaciona-se a especificidades regionais, mas também a outros espaços.

Outro cuidado se refere às perspectivas de tendência marxista, que para a segmentação do espaço, utilizam exclusivamente aspectos econômicos. Ao considerarem as características de um determinado espaço como resultado da lógica de funcionamento de um modo de produção, no caso, o capitalismo, estas perspectivas diluem o próprio conceito de região.

² Consideramos neste ponto o conceito de gênero de vida de Vidal de La Blache como um elemento de inserção do aspecto cultural na análise, na medida em que sua proposta de segmentação do espaço a partir dos artefatos utilizados pelo homem na sua relação com o meio nos permitem utilizar novas formas de regionalização que ultrapassam limites administrativos, por exemplo. Esta postura, contudo, não descarta as limitações do *possibilismo geográfico* de De la Blache.

É preciso observar que colocar o estudo da região em foco, dentro das perspectivas que consideramos até aqui, é algo distinto de manifestar discursos regionalistas como resposta a idéia de “história macro” que já abandonamos aqui. Acerca disso, Castro salienta que

“A preocupação com a região, enquanto problema de investigação e com regionalismo, enquanto conteúdo possível da primeira, deriva das suas possibilidades explicativas dos processos de transformação do espaço e dos atores mais destacados das mudanças. Na verdade, a identificação sócio-espacial, o espaço do cotidiano, o espaço da participação, da mobilização e da decisão política, o espaço da administração pública e outros mais, definem novas questões para a investigação e estabelecem o desafio metodológico da escala dos fenômenos que dão sentido ao território regional.” CASTRO, 2002: 61)

Se já colocamos nossa posição em acordo com a microhistória barthiana, de que não consideramos a perspectiva de uma história total como uma somatória de histórias regionais e, tampouco, assumir o específico como uma possibilidade viável, como definir a nossa *região* de análise? Cunha nos ajuda a resolver tal questão. Para ele, “região é portanto, tudo aquilo que delimitamos como tal, isto é, tudo dependerá do fim, do objetivo que norteia a segmentação do espaço” (CUNHA, 2008: 497).

É preciso então perceber qual aspecto – ou quais – melhor se adequam a proposta da pesquisa para definir o espaço da análise. Assim, caminho a seguir para definir e segmentar o espaço de análise seja ver a região como um problema teórico-metodológico, que o próprio objeto da pesquisa pode ajudar a solucionar. A princípio, seguiremos em nossa pesquisa o recorte administrativo como referência para nosso espaço, mas problematizando-o, como nas questões levantadas acima.

3. O espaço vivido e as experiências de ferraria entre escravos e libertos em Minas Gerais, Itabira do Mato Dentro, século XIX.

A inserção do cotidiano e das experiências do “vivido” na análise historiográfica, como já foi dito, abrem novas perspectivas para compreensão e apreensão do processo social em uma ótica multiescalar. Mas de qual “espaço vivido” estamos falando? Cabe aqui um breve conceituação para, em seguida, apresentar como essa discussão se insere em nossa proposta de pesquisa, as experiências de ferraria entre escravos e libertos em Minas Gerais, Itabira do Mato Dentro, século XIX.

A perspectiva do *micro* coloca os indivíduos e suas trajetórias em foco, permite alcançar outros elementos de análise. Captar como o processo social é vivenciado pelos indivíduos no âmbito de sua casa, de seu trabalho, de suas relações familiares e sociais são algumas possibilidades que se abrem a uma análise feita dentro dessa proposta.

A esfera do vivido se realiza também através de relações invisíveis, a partir do cruzamento das trajetórias dos indivíduos. Para Massey, por exemplo, são essas trajetórias individuais reunidas em feixe, quando se cruzam com outras trajetórias individuais, que constituem a própria noção de espaço:

Pos tal espaço implica o inesperado. O especificamente espacial dentro do espaço é produzido por isso – algumas vezes por um acaso substancial, outras não: arranjos em relação um-com-o-outro, que é o resultado da existência de uma multiplicidade de trajetórias. Em configurações espaciais, narrativas de outra forma não conectadas podem ser conduzidas a entrar em contato, ou outras, previamente conectadas, podem ser descartadas. Há sempre um elemento de ‘caos’. Este é o acaso do espaço; o vizinho acidental é emblemático a esse respeito. O espaço com o sistema fechado do corte essencial pressupõe (garante o singular). Mas, nessa outra espacialidade, diferentes temporalidades e diferentes vozes precisam descobrir meios de acomodação. O acaso do espaço tem que ser correspondido. (MASSEY, 2008: 165-166)

Neste âmbito de percepção do espaço como um feixe de trajetórias vivenciadas pelos indivíduos, como perceber o aprendizado e a transmissão deste “saber fazer” do ofício de ferraria entre os agentes sociais objetivados em nossa pesquisa? Teria sido este ofício apreendido dentro do território da Itabira do Mato Dentro, na Província de Minas ou seria um conhecimento exógeno, trazido pelos escravos africanos que ali estiveram? Em nosso recorte temporal este ofício estaria mais presente entre criolos ou africanos? Ou teria sido trazido por engenheiros estrangeiros, como o alemão Eschwege (ESCHWEGE, 1978. v.2), num momento em que proliferavam pequenas e médias forjas na região das Minas? Estas perguntas podem nos ajudar a compreender a experiência vivida desses agentes. Destacam suas trajetórias e como elas se modificaram em contato com trajetórias de outros agentes. Os inventários nos dão alguns indícios para resposta dessas perguntas, mas por se tratar de uma pesquisa em fase inicial, não nos ateremos a conclusões prévias que podem direcionar a pesquisa de maneira equivocada. Apresentaremos alguns elementos das fontes já pesquisadas, mas trabalhando com elas na perspectiva de nossas hipóteses.

As atividades de ferraria em Minas Gerais estiveram presentes desde meados do século XVIII. Com características rudimentares, esta atividade teria se desenvolvido

mesclando os conhecimentos dos africanos com algumas inovações européias (LIBBY, 1988: 134-185). Libby destaca inclusive que o elemento africano teria sido o responsável pela introdução da fundição de ferro no Brasil.

Contudo, é no oitocentos que tais atividades tomaram maior vulto. O declínio da extração aurífera, a presença da família real no Brasil e as características do subsolo da região influenciariam tal processo. As observações feitas pelo engenheiro alemão Luding von Wilhelm Eschwege são esclarecedoras neste aspecto. Eschwege aponta que as primeiras fundições, anteriores a sua viagem a região (1811), eram feitas por um “processo bárbaro”, predominando o chamado método de *cadinhos*³. A introdução de técnicas, como as forja de malho hidráulico, a exemplo das forjas catalãs e italianas, teriam sido contribuição de engenheiros europeus.

A região da Itabira do Mato Dentro também vivenciou a experiência das forjas acima citadas. De acordo com os parâmetros da época, contou com duas significativas instalações: a Fábrica do Girau e a Fábrica do Onça, sendo a primeira de maior destaque. A respeito delas Gomes observa que

A primeira fábrica descrita nessa região é a do Girau, muito conhecida pela sua boa organização e por ter sido uma das que maior duração tiveram. Ela estava situada a 6 Km da cidade. O ferro era preparado em 4 cadinhos, que davam oito lupas de 10kg cada uma. Estavam estalados dois malhos movidos por uma roda de calhas cada um, um com 90Kg, outro com 120Kg. O carvão era preparado em medas. A uma distância de pouco mais de um Km, existia a forja do Onça, que empregava o sistema italiano. Sua produção era de 135 Kg diários, com um consumo de carvão de 720 Kg. Os dois malhos existentes, movidos por uma roda de Ariège, tinha respectivamente 105 Kg e 165Kg. O carvão era preparado em medas. Como minério se empregava o mesmo que o do Girau, isto é, o itabirito friável. (GOMES, 1983: 96-97)⁴

Quanto a ao de obra empregada nessas fábricas, Saint-Hilaire e Eschewege destacam a presença de escravos, embora também o emprego de homens livres.

(...) As forjas do Girau compunham-se de oito fornos, construídos como o do Coronel Antônio Tomás, e nos quais se podia fundir, de cada vez, uma arroba de metal (32 libras). O fogo era entretido nas forjas por foles movidos a água. Como o minério se encontra em Girau em massas muito compactas, começava-se a triturá-lo com auxílio de pilão movido por uma roda hidráulica. Outra roda do mesmo gênero fazia mover o

³ Sobre este método e demais características dos processos de fundição empregados em Minas no século XIX, ver ESCHWEGE (1978), GOMES (1983), LIBBY(1988), SENA (1881).

⁴ O sistema de *medas* consiste na obtenção de carvão no qual a madeira é empilhada, coberta por folhas e ramos e queimada na superfície do solo. Já representava uma inovação frente a outro sistema, o de *covas*, no qual se abriam covas onde a madeira era queimada. Este último processo causava danos às raízes das árvores próximas, razão pela qual foi sendo abandonado. As rodas do tipo *Ariège* eram rodas hidráulicas de colheres planas e tocadas para baixo.

martelo destinado a malhar o ferro. As forjas do Girau davam trabalho a cerca de vinte e cinco operários, cuja metade se compunha de escravos. Os outros, livres, e quase todos brancos recebiam alimentação e cerca de meia pataca de salários. Essa forja, como vemos, possuía elementos de prosperidade; o governo concedera ao proprietário, para a fabricação de carvão quatro sesmarias de matas; o ferro se encontra, por toda parte, nos arredores, e as águas, em abundância, fornecem os meios de movimentar a máquina de fundição; finalmente, as terras da vizinhança, vermelhas e argilosas, parecem ser férteis, e podem fornecer víveres aos operários. O estabelecimento do Girau é ainda um dos que atestam a indústria de minérios. O Capitão Paulo, seu proprietário, jamais vira nada de semelhante, e não teve outra guia para suas construções senão um pequeno número de desenhos deixados aos habitantes da região pelo viajante Mawe. (SAINT-HILARIE, 1974 : 128)

As informações sobre essas instalações maiores servem a nosso propósito, no sentido de verificar as características dessa atividade de fundição de ferro na região trabalhada. Contudo, as pesquisas nos inventários nos apresentam um outro quadro que também se insere na perspectiva do “espaço vivido” já discutida anteriormente. As atividades de ferraria estariam tão difundidas na região da Itabira do Mato Dentro que verificamos a presença de *tendas de ferrar* ou *máquina da ferraria* em grande parte das unidades produtivas pesquisadas, sejam elas de roceiros ou fazendeiros. Da mesma forma, há indicações de escravos ferreiros entre criolos e africanos, cujo valor excedia entre os demais escravos arrolados cerca de 50\$000. Ainda não realizaremos nenhum tipo de quantificação, uma vez que nossa pesquisa está em fase inicial, e não temos dados referentes a todas as décadas do século XIX para estabelecer comparações. Mas os indícios que já temos corroboram nossas hipóteses de que essas atividades de ferraria agiram entre estes escravos e libertos com um elemento de distinção social e forjando uma identidade entre eles. Da mesma forma, pretendemos verificar se esse ofício teria sido transmitido entre gerações de escravos – uma vez que os inventários nos mostram também a presença de famílias escravas – como forma de manutenção dessa distinção social. Ainda não podemos afirmar se, entre esses escravos ferreiros há primazia de criolos ou africanos, uma vez que, conforme já foi dito, não temos, neste momento da pesquisa, dados relativos a todo o período estudado. Um ponto a ser considerado, neste aspecto, seria verificar como a proibição do tráfico transatlântico de escravos teria interferido nas características destes escravos ferreiros. Também podemos levantar a hipótese de que as Fábricas do Girau e do Onça poderiam ter influenciado a disseminação do ofício na região.

Enfim, nossa proposta discutida nos referências teóricas da microhistória e de uma nova concepção de escala, tida como problema fenomenológico e não matemático e das perspectivas do espaço vivido, pode ganhar novos contornos. Não se trata de analisar a Itabira

do Mato Dentro em si mesma, como uma história local, mas verificar como as atividades de ferraria desenvolvidas entre escravos e libertos nesta região se inseriam em um contexto de Minas Gerais, no decorrer do século XIX. Questões como o fim do tráfico internacional de escravos, a vinda da família real para o Brasil, a emergência do Império a partir de 1822 e a questão abolicionista precisam ser mensuradas em nossas hipóteses. Dessa forma, estaríamos contribuindo para a compreensão desse processo social, através de uma ótica que dê espaço às trajetórias e escolhas dos indivíduos e dos grupos que o vivenciaram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **BARTH**, Fredrik. *Scale and Social Organization*. Oslo/Bergen/Tromso: Universitetsforlaget, 1972.
- _____ . *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000.
- **BEZZI**, Maria de Lourdes. Região: uma (re) visão historiográfica
- **CASTRO**, Iná Elias de et al (orgs). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____ . Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: **SOUZA**, Adélia A. et al (orgs). *Natureza e sociedade hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.
- **CUNHA**, Alexandre Mendes et. al. História Econômica e Regionalização: Contribuição a um Desafio Teórico-Metodológico. In: *Estudos Econômicos, São Paulo, 38(3): 493-524, jul-set 2008*.
- **DE LA BLACHE**, Vidal. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1954.
- **ESCHWEGE**, Luding von Wilhelm. *Pluto brasiliense*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978, vol.02.
- **FRÉMONT**, Armand. *A região, espaço vivido*. Trad. Antonio Gonçalves. Coimbra: Almedina, 1980.
- **GOMES**, Francisco Magalhães Gomes. História da Siderurgia no Brasil. Belo Horizonte; Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.
- **GINZBURG**, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- **LEVI**, Geonanni. *A Herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.
- **LIBBY**, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- **MASSEY**, Doreen. *Pelo Espaço*.
- **SAINT-HILAIRE**, Auguste. *Itabira do Mato Dentro – Jornada de Itabira a Vila do Príncipe*. In: Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Livraria Itatiaia. Ed. Belo Horizonte: 1974. p.120-141.

- **SENA**, Joaquim Cândido da Costa. Viagem de estudos metalúrgicos no centro da província de Minas Gerais. In: *Annaes da Escola de Minas*. Ouro Preto, 1881.
- **REVEL**, Jacques (org.). *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro: FGV, 1998

A Irmandade do Santíssimo Sacramento do Ouro Preto: um debate historiográfico

Monalisa Pavonne Oliveira*

O presente trabalho é um desdobramento da qualificação entregue ao Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, “Devoção e Poder: a Irmandade do Santíssimo Sacramento do Ouro Preto (Vila Rica, 1748-1798)”

Após a pesquisa concernente ao objeto de pesquisa de meu projeto, a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Ouro Preto, me deparei com um grande volume de trabalhos cujo objeto de pesquisa eram as irmandades, entretanto, a maior parte dedicava-se a associação de negros, tanto as publicações quantos os trabalhos encontrados no banco de teses da capes.

Dessa forma, nosso objetivo é fazer um balanço historiográfico, mas de maneira diferente, buscando contribuir para o preenchimento desta lacuna historiográfica referente ao tema específico, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, e, por conseguinte, as irmandades que agregavam membros da elite local em Minas. Assim sendo, acreditamos que o trabalho se justifica na medida em que foi verificada a falta de estudos sobre o tema, apesar da extensa quantidade de fontes.

Nessa perspectiva, faremos um pequeno histórico da instituição por nós analisada na tentativa de demonstrar sua importância religiosa, social e política para a fundação das vilas na América portuguesa, fazendo uma analogia com irmandades que agregavam os mesmos contingentes, por exemplo, a Santa Casa de Misericórdia e a Ordem Terceira de São Francisco de Assis.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento em Vila Rica

A região das Minas Gerais conheceu desde os seus primórdios a forte presença da Igreja católica permeando a vida política, econômica e social da Capitania. Isto pode ser verificado pela precedência da presença da Igreja com relação ao Estado na região. Nesse ínterim, as irmandades, instituições que se encontravam principalmente no espaço urbano, se tornaram uma das bases do povoamento e da organização social. Pois, como nos mostra Julita Scarano, todos os acontecimentos, do nascimento à morte, eram comemorados nas confrarias, e quem estivesse fora era visto com desconfiança, privado do convívio social, quase um apátrida (SCARANO, 1978:23). Não fazer parte de uma

* Mestranda pela Universidade Federal de Ouro Preto.

dessas associações religiosas implicava, para o habitante da região, a exclusão de diversas instâncias sociais. Desse modo, inclusive os escravos tinham as suas agremiações com os seus santos de devoção.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que as irmandades foram um dos pilares da organização política e social das Minas, tanto nos primeiros anos quanto ao longo de todo o século XVIII. A Irmandade do Santíssimo Sacramento, objeto específico de nosso estudo, era responsável pela guarda e promoção de um dos principais sacramentos da ideologia cristã, a eucaristia – o Corpo de Deus.

De acordo com Fritz Teixeira Sales, nos primeiros anos de povoamento eram obrigatórias as Irmandades do Santíssimo Sacramento, que simbolizavam a autoridade suprema da corte celeste e arregimentavam as pessoas de maior projeção do arraial (SALLES, 1963:20). Sendo a eucaristia o principal momento da liturgia católica - momento em que se rememora a paixão de Cristo – e foco privilegiado da representação do poder real em terras distantes, a Confraria do Santíssimo Sacramento se tornou imprescindível para a formação de qualquer paróquia. Nesse sentido, era natural que estivessem a sua frente pessoas de proeminência social e econômica.

Na América portuguesa, à Irmandade do Santíssimo Sacramento competia a promoção e a organização da procissão do Corpo de Deus, a maior procissão celebrada durante o ano, bem como a construção das igrejas matrizes. No capítulo 29 do estatuto compromissal da irmandade do Santíssimo de Vila Rica, podemos perceber a sua participação na construção da igreja matriz, pois nele reivindicava que o Santíssimo Sacramento ocupasse o trono por sua importância religiosa e por ter contribuído financeiramente para a ereção da matriz. Podemos observar a reivindicação no trecho a seguir:

Por posse, e ajuste entre esta Irmandade do Santíssimo, e a da Padroeira Nossa Senhora do Pillar lhe pertence o trono da Matriz por serem ellas as que a sua custa ofizeraõ, elhe pertence toda a sera de qualquer festividade emque seexpoem o Santíssimo no Trono, duas partes para esta dita Irmandade, e huã para a do Pillar, e nas festas destas naõ haverá repartaõ, o que querem se observe na forma que o tem feito the agora, visto outro sim já estar confirmado por vossa Illustrissima, e na dita Matriz senão poderá expor o Santíssimo em outra parte, senaõ no Trono, nem entraram nelle Irmão com Opa deoutra qualquer Irmandade, senaõ o do Santíssimo estando exposto, e

o Reverendo Parocho onã exporã sem que aomenos estejam dous Irmãos com Opas¹.

A promoção do culto eucarístico na Colônia estava intimamente vinculada à criação de freguesias por parte da Coroa. As freguesias tinham como centro a igreja matriz, onde se podia conservar o Santíssimo Sacramento, e que tinham à sua frente um sacerdote designado como pároco ou vigário. De acordo com Riolando Azzi, o termo “freguesia” deriva da expressão *fili ecclesiae*, assinalando a reunião dos “filhos da igreja” para a celebração do culto. Essa expressão, em português, transformou-se em “filigrezes”, e terminou fixando-se em “freguezia”, correspondendo à expressão latina de reunião de fiéis católicos (AZZI, 2004: 278). Ao longo do período colonial, as paróquias continuaram ainda a ser designadas como freguesias.

No Brasil, a edificação de igrejas matrizes passara a ganhar um significado particular, representava o surgimento e a instituição de toda uma nova circunscrição territorial e administrativa do Real Padroado, ou seja, uma nova paróquia ou freguesia que se tornaria uma unidade fundamental do governo eclesiástico e do poder régio. À fundação de uma freguesia seguia-se a ereção de uma igreja matriz e a esta, o reconhecimento jurídico de uma importante povoação, que não tardaria a se transformar em vila ou cidade. (NASCIMENTO, 2006: 275 – 276)

À irmandade do Santíssimo Sacramento, além da guarda da eucaristia e da responsabilidade com a ereção das igrejas matrizes, cabia a procissão anual do Corpo de Deus, o *Corpus Christi*, evento que contava com o apoio financeiro do Senado da Câmara. Além da procissão do Corpo de Deus, a única também financiada pelos camaristas de Vila Rica foi a de São Jorge (SANTIAGO, 2003:87). A procissão de *Corpus Christi* remontava à Idade Média, fazendo parte do calendário festivo da Igreja católica e da Corte lusitana por representar, além da fé católica, também a autoridade real em diferentes pontos do Império português. O próprio financiamento concedido pelo Senado à festa do Corpo de Deus demonstra a importância que ela adquiriu no seio da cristandade nas épocas medieval e moderna. Afinal, tratava-se do transporte pelas

¹ Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Documento disponível no Arquivo da Casa dos Contos em Ouro Preto/MG. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1738. Microfilme rolo 10, volume 201.

ruas do principal símbolo da celebração litúrgica, do momento da elevação, de contemplação mística do Santíssimo, que tornava mais fácil a aproximação de Deus.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento participava ativamente, juntamente com a Câmara, do financiamento da procissão de *Corpus Christi*; e se, como foi mencionado, parte significativa de seus dirigentes acumulavam cargos no Senado, é possível considerar a Confraria uma instância de poder político e econômico que ratificava a posição social de destaque dos irmãos.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Rica, assim como a Santa Casa de Misericórdia e a Ordem Terceira de São Francisco de Assis, era composta por homens brancos da elite local, sendo alguns deles, ao mesmo tempo, dirigentes políticos. Os membros da Misericórdia da Bahia provinham de uma “aristocracia da terra, de proprietários de fazendas e de plantações de gado”. (RUSSEL-WOOD, 1981:90)

Os pré-requisitos para o ingresso nessas instituições eram em geral muito parecidos, o pagamento de altos anuais, este era um dos fatores impeditivos para que os segmentos mais baixos economicamente não tivessem acesso a estas instituições, e a comprovação da pureza de sangue, ou seja, não ser descendente de judeu, negro ou mouro e ser cristão velho.

A Ordem Terceira de São Francisco de Assis, como nos mostra Juliana Moraes, é mais um exemplo, de como eram estabelecidos os critérios para a aceitação dos irmãos. Foram observadas as exigências relacionadas à limpeza de sangue e à conduta moral dos futuros membros da associação em todas as ordens terceiras franciscanas, tanto em Portugal, como em Braga ou Vila Viçosa, quanto na América portuguesa, como em Salvador ou em São Paulo, recorte espacial da pesquisa da autora (MORAES, 2008: 03). Para adentrar a Ordem Terceira, o candidato deveria fazer uma petição formal à instituição e dar início a investigações a respeito de sua família, de sua conduta, dos seus rendimentos financeiros e ainda de seu estado físico. Com a obtenção das respostas, realizava-se a votação para aprovar a entrada do novo membro. As perguntas realizadas antes da entrada do novo associado tinham por objetivo constatar a conduta moral do pretendente.

Nesse sentido, participar de associações religiosas em que as exigências para o ingresso requeressem contribuições financeiras altas e distinção social conferia ao

indivíduo projeção social. Isso nos possibilita traçar o perfil da elite econômica e política da época. Assim como ser irmão do Santíssimo Sacramento implicava o pagamento de quantias significativas, exigência que restringia o acesso à instituição por grande parte da população de Vila Rica, a restrição imposta aos membros da Ordem Terceira de São Francisco em São Paulo não era diferente. Nesta última, os eleitos para a Mesa administrativa também deveriam contribuir com dinheiro para auxiliar nas despesas anuais. Em 1761, o ministro, principal cargo da Mesa, contribuía com 100 mil réis; o vice-ministro, com 50 mil réis; e os demais mesários, com 7,5 mil réis cada um (MORAES, 2008:03).

Um outro exemplo que cabe aqui mencionar, é o da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antonio do Recife, onde, como rezava o estatuto, “não se elegerá para juiz pessoa que não seja abastada de bens, assistente na nossa freguezia, devota, condecorada, e que freqüente os actos da Irmandade” (PIO, 1973:34). Fernando Pio trata com certo saudosismo, em sua obra, a forte presença de membros da nobreza nos quadros da irmandade do S.S. de Recife.

Em resumo, a participação em associações religiosas como a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a Santa Casa de Misericórdia, a Irmandade de Santo Antônio, a Irmandade de São Miguel, a Irmandade das Almas, a Irmandade de Nossa Senhora das Dores, a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (dos brancos) e as Ordens Terceiras de Nossa Senhora do Monte Carmo e de São Francisco, conjugada com a ocupação de cargos concelhios, proporcionava ao indivíduo prestígio, status e distinção, pois ampliava o espaço de exercício do poder local, diversificando-o em diferentes setores da sociedade (MORAES, 2008:02).

A participação em instituições que conferissem prestígio ao indivíduo era imprescindível uma vez que, mesmo com a possibilidade de mobilidade social proporcionada por algumas atividades econômicas em Minas, as bases da organização social eram assentadas nos preceitos da sociedade estamental do Antigo Regime. Dentre os mecanismos de distinção social na época, estavam a ocupação dos principais postos camarários, o ingresso em uma das confrarias de prestígio e a nomeação como familiar do Santo Ofício. Todos, pelo menos em tese, exigiam limpeza de sangue. Nas palavras de Júnia Ferreira Furtado, mesmo com a possibilidade de enriquecimento trazida pelo

ouro, tratava-se, na realidade, de uma sociedade assentada na tradição. As elites dirigentes das vilas coloniais eram compostas pelos homens bons, que tinham a dignidade da representação, ocupavam os cargos públicos e elegiam o Senado da Câmara. Em geral, faziam parte dessa camada aqueles que se inseriam nas cadeias clientelares e de prestígio, gozavam de cargos, patentes e honrarias, e infiltravam-se em diferentes níveis da administração (FURTADO, 1999:51).

A Irmandade do Santíssimo Sacramento, nosso objeto de estudo, era uma instituição destinada aos grupos dominantes locais, o que pode ser observado pela sua importância política e econômica, e também pelas contribuições anuais dos irmãos, principalmente dos dirigentes da irmandade. Estes eram os principais responsáveis pela receita da instituição, contribuindo com avultadas somas anualmente - em contraste, portanto, com as irmandades de negros e mulatos, como nos mostra Marco Magalhães de Aguiar, onde algumas vezes os oficiais eram dispensados de contribuir pelo serviço que prestavam (AGUIAR, 1993:182).

No que se refere às fontes primárias levantadas entre os anos de 1732 e 1800, foram encontrados 309 irmãos dentre os oficiais da Mesa, os capelães e os andadores. Dentro deste universo, 40 deles, aproximadamente 13%, fizeram parte da Câmara Municipal de Vila Rica. Não obstante, o número pareça reduzido, esses homens exerceram diversos cargos ao longo dos anos. Como exemplo, destacam-se os capitão-mor Antônio Ramos dos Reis, que foi camarista quatro vezes; o capitão Francisco Dias Novaes, também quatro vezes; o dr. José Dias Rosa Maciel, nove vezes; e José Veloso Carmo, seis vezes. O cargo de camarista era exercido ao longo de um ano.

Nessa perspectiva, o estudo da irmandade enquanto uma instância de poder político e econômico também pode ser feita a partir da documentação referente a seus membros. Foi justamente isso que buscamos fazer, um estudo prosopográfico a partir do universo de 309 componentes, foram levantados 46 inventários, 34 testamentos e quatro ações cíveis.

Dessa forma, como se pode observar, a quantidade de fontes não nos tem sido um problema com relação a sua escassez, mas sim ao contrário, sua grande quantidade. No entanto, a partir da consulta de acervos *on line* de diversas bibliotecas de universidades e do banco de teses da Capes, achamos um número reduzido de publicações sobre Irmandades do Santíssimo Sacramento. Assim sendo, com este

trabalho buscamos chamar a atenção para a lacuna na produção historiográfica referente ao tema. Embora os estudos sobre irmandades sejam abundantes, não encontramos muitos trabalhos publicados sobre a irmandade do Santíssimo, como achamos, por exemplo, sobre as irmandades de Nossa Senhora do Rosário. Desse modo, este estudo pode trazer uma contribuição para o entendimento de como os grupos dirigentes em Minas se constituíram e sedimentaram.

Em uma busca no banco de teses *on line* no sítio da Capes a partir da palavra-chave *irmandade*, encontramos 65 trabalhos entre os anos de 1988 e 2007 referentes ao tema: 35 eram sobre irmandades de negros, dentre eles 15 trabalhos sobre a irmandade de Nossa Senhora do Rosário; 15 trabalhos sobre irmandades de brancos, sendo sete sobre a Santa Casa de Misericórdia; e seis sobre trabalhos que abrangiam diferentes irmandades. Com relação à irmandade do Santíssimo Sacramento, encontramos dois trabalhos com recorte temporal estabelecido no século XIX.

O historiador Caio César Boschi em seu artigo “*Espaços de Sociabilidade na América Portuguesa e historiografia brasileira contemporânea*” também chama atenção para esta lacuna historiográfica

observe-se que a absoluta preponderância, quase que exclusividade, das pesquisas sobre as irmandades coloniais brasileiras se concentram naquelas que foram criadas e promovidas por negros e mulatos. São raros, na atual historiografia brasileira, os estudos dedicados às associações laicas de brancos. (BOSCHI, 2006:13)

Talvez a grande quantidade de trabalhos sobre as confrarias de negros se deva a maioria da população composta por negros, o que por sua vez gerou inúmeras associações para comportar a imensa demanda. Podemos também pensar, que o estudo dos estratos sociais hierarquicamente mais baixos social e economicamente, é fruto de uma tradição marxista presente nas universidades desde a década de 1960.

Dessa forma, longe de afirmar que a temática tenha sido esgotada pela ampla quantidade de trabalhos, ao contrário, esta quantidade serve, inclusive, para reafirmar a importância do tema, tentamos mostrar uma parte da historiografia rica em fontes primárias que tem sido negligenciada pelos pesquisadores ao longo dos anos.

Dessa maneira, trabalhos como o aqui empreendido, busca para além da compreensão da formação e do alcance de uma instituição, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, entender como outras instituições se articulam a ela, nesse caso as instituições vinculadas ao Estado português numa tentativa de analisar a relação entre os

grupos dirigentes locais e a composição das irmandades. Somente depois de surgirem vários estudos pontuais como o que tentamos empreender na dissertação de mestrado, vai ser possível entender melhor como as irmandades se articulam com a lógica política e institucional local.

Partindo desse pressuposto, consideramos as elites, como essencial para análise e compreensão relações sociais, políticas e econômicas, bem como o estudo de outros segmentos da sociedade.

Heinz pensa o conceito de elite como um termo empregado num sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o “topo” de “estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos” (HEINZ, 2006:08). Assim sendo, consideramos o grupo delimitado pela pesquisa como parte da elite religiosa, pois na instituição da qual participavam, vinculada ao catolicismo, compunham a Mesa gestora; da elite política, porque muitos dos oficiais da Mesa ocuparam cargos camarários em Vila Rica; e, finalmente, da econômica, como sugerem testamentos e inventários dos irmãos, bem como os documentos da própria irmandade em que há registro de contribuições.

Dessa forma, nos perguntamos se uma nova voga historiográfica voltará seus olhares para o estudo dos grupos dirigentes – geralmente negligenciados pelo preconceito gerado de que esse tipo de estudo seria realizado no intuito de enaltecer os “feitos dos grandes homens” – mas sim com a intenção de estudar as elites no sentido de compreender as relações sociais empreendidas em diversos momentos da nossa história, neste caso as associações religiosas leigas de brancos. Assim sendo, o intuito deste trabalho é chamar a atenção para a lacuna historiográfica sobre um tema rico em fontes e de fundamental importância para a compreensão das relações econômicas e políticas estabelecidas nas vilas coloniais da América portuguesa.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Marco Magalhães. *Vila Rica dos Confrades: a sociabilidade confrarial entre negros e mulatos no séculos XVIII*. Dissertação Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Prof^a Orientadora Maria Beatriz Nizza Marques da Silva. São Paulo, 1993.

AZZI, Riolando. *A teologia católica na formação da sociedade colonial brasileira*, Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.

BOSCHI, Caio César. *Espaços de Sociabilidade na América Portuguesa e historiografia brasileira contemporânea*. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.291-313, Jul/Dez 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócios: A interiorização da metrópole nas Minas setecentistas*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.

HEINZ, Flávio M. *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MORAES, Juliana de Mello. *As associações religiosas enquanto espaços de poder: as famílias paulistanas e a ordem terceira de São Francisco (século XVIII)*. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2008.

<http://nuevomundo.revues.org/index29142>. Consultado el 01 octubre 2008-10-10 (10/01/2009).

NASCIMENTO, Mara Regina. *Irmandades Leigas em Porto Alegre: Práticas funerárias e experiência urbana séculos XVIII e XIX*. Tese apresentada ao Curso de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História. Porto Alegre, 2006.

PIO, Fernando. *A Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento do Bairro de Santo Antônio e sua História*. Recife, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano e da Academia Pernambucana de Letras, 1973.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1775*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, p.90.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1963.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *A Vila em Ricas Festas: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica – 1711-1744*. Belo Horizonte : Editora C/ Arte, 2003.

SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*, 2. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

SILVA, Vilmar Victor de Freitas. *A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Antônio do Recife no Século XVIII: considerações sobre o imaginário Barroco na colônia*. I Colóquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco: *Brasil e Portugal nossa história ontem e hoje*. UFRPE, Pernambuco, Recife, de 03 a 05 de outubro de 2007.

www.capes.br (17/04/2009)

Fonte manuscrita

Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Documento disponível no Arquivo da Casa dos Contos em Ouro Preto/MG.

Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1738. Microfilme rolo 10, volume 201.

Um olhar reflexivo sobre a Épica Revolucionaria

Monica Villares Ferrer
Mestranda UNICAMP - Fapesp

Na vida cotidiana as nossas ações não nos aparecem como momentos de triunfo ou derrota, mas como acidentais e fragmentárias expressões de existência. Só o artista é capaz de sentir e revelar o sentido humano destes fenômenos isolados que, vistos em conjunto e unanimemente, atingem uma dimensão épica insuspeita. A arte deposita no receptor sua heroicidade inerte.¹

A Revolução Cubana, teve na fotografia, o melhor veículo para sua divulgação e confirmação, não só dentro da Ilha, mais também, perante os olhos da opinião publica internacional. A derrota da ditadura de Batista, o 1ro de Janeiro de 1959, deu lugar ao desenvolvimento de um processo vertiginoso de mudanças, em que a fotografia terá um rol fundamental, um fenômeno, que será conhecido posteriormente pela historiografia, como 'Épica Revolucionaria', em referencia a fotografia desenvolvida em Cuba a partir de 1959 e que se estende aproximadamente até 1970.

De acordo com os aspectos formais, a Épica Revolucionaria pode ser catalogada dentro do gênero Fotografia documental. O conceito de fotojornalismo, considerado por alguns especialistas como um sub-gênero deste, será o que aplicaremos na nossa análise critica das obras, dentro do contextualismo histórico. Levando em conta o desenvolvimento de dito conceito, a partir das mais recentes publicações sobre o tema. Nossa perspectiva, terá como principal objetivo, determinar as relações entre a fotografia Épica e o inicio de um processo político ditatorial.

Fotojornalismo (stricto sensu) (...) atividade que pode visar informar, contextualizar, oferecer conhecimento, formar, esclarecer ou marcar pontos de vista ("opinar") através da fotografia de acontecimentos e da cobertura de assuntos de interesse jornalístico. Este interesse pode variar de um para outro órgão de comunicação social e não tem necessariamente a ver com os critérios de noticiabilidade dominantes.²

Como já fora dito, a Épica Revolucionaria, tem como fonte de inspiração os fatos e

¹ D'ALÉSSIO Ferrara, Lucrecia: *A estratégia dos signos*. São Paulo: Perspectiva (2da edição), 1986. Pág. 35.

² SOUZA, Jorge Pedro: *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Pág. 12.

personagens principais do processo revolucionário cubano em seus inícios, o qual determina o forte caráter nacionalista desta produção. Trata-se, por assim dizer, de tirar do abstrato para o povo, os rostos de seus novos líderes-heróis, de converter estes em algo mais do que nomes. A fotografia converteu-se deste modo, em a maneira mais rápida, simples e eficaz de comunicação, e a imprensa em seu canal de distribuição. No entanto, é importante assinalar, que a produção Épica não se direciona exclusivamente a povo cubano, mas como tinha sido mencionado, se dirige também a opinião pública internacional. A estética das obras, se inclui dentro do desenvolvimento do fotojornalismo ocidental, respeito ao valor da imagem fotográfica no âmbito noticioso, em que a mesma não se apresenta como mera ilustração da escrita, mas revela uma eloquência própria, que se complementa com o texto, garantindo a máxima eficiência na comunicação.

O papel desempenhado pela opinião pública internacional, no processo revolucionário cubano é fundamental, estas fotografias coadjuvam a legitimação do novo governo no poder, reafirmam o apoio das masas ao mesmo, e sentam as bases para a futura condenação de qualquer ato interventor dentro do país. Ditas imagens se tornarão logo, bandeiras da luta social ao redor do mundo. Na sociedade do espetáculo, como a denomina Guy Debord, as grandes demonstrações de descontentamento só ganham sentido se ganharem os olhos e emoções dos cidadãos que posam convertê-las em reivindicação política.³

Visando o objetivo mais abrangente de nossa pesquisa, em relação ao caráter ditatorial do governo revolucionário e seus mecanismos de censura em relação a arte, temos selecionados obras de dois autores, considerados tanto pela historiografia, quanto pela crítica, como as mais importantes figuras dentro da Épica. Referimos-nos em primeiro lugar, Alberto Diaz Gutierrez (Korda), o mais reconhecido fotógrafo cubano a nível internacional e em segundo lugar a Raúl Corrales, cuja obra está marcada pela perspectiva de um casador de imagens e defensor da fotografia jornalística do mais alto nível estético. A seleção das obras de ambos os fotógrafos, está determinada além da sua grande qualidade estética, pela estreita relação das mesmas com os eventos históricos acaecidos nos

³ SOUZA Martins, José de : “Sebastião Salgado – A epifania dos poderes da terra” in: 8 x Fotografia. Pág. 146.

primeiros anos do processo revolucionário. Assim como, pela proximidade de ambos os artistas, com os principais líderes da Revolução, e a vinculação dos mesmos com os meios de comunicação massiva, a través da imprensa e outras publicações periódicas.

Alberto Diaz, quem logo se auto-denominara Korda, nasce em Cuba na cidade de Havana no ano 1941. A obra de Korda ganhará renome internacional nos anos 60, no entanto sua carreira iniciasse de forma empírica, como fotógrafo de festas e até que, definisse profissionalmente como fotógrafo de moda, alcançado reconhecimento dentro da Ilha antes de 1959; seu domínio dos segredos da fotografia comercial, pautaram as concepções estéticas na sua obra posterior.

Raúl Corrales Fornos, nasce em Cuba na cidade de Ciego de Avila, em 29 de Janeiro de 1925. Estudou entre os anos 1957-1959 obtendo a titulação de Técnico Gráfico, na Escola de Jornalismo "Manuel Márquez Sterling", na Havana. Desempenho-se entre 1944- 46 como assistente de Laboratorio e Fotógrafo, da empresa Cuba-Sono-Films. Passando a trabalhar como repórter Gráfico do jornal havanês Noticias de Hoy, entre os anos 1946-1953. Seu labor como foto-jornalista o converteu, em colaborador dos mais importantes jornais e revistas da época. Com o triunfo da revolução em 1959, Corrales passará a ocupar o cargo de Director del Departamento de Fotografía do Instituto Nacional de la Reforma Agraria (INRA). Convertendo-se também, entre 1959-1961, no Fotógrafo Acompañante de Fidel Castro. Entre 1959-1962, continuará seu trabalho como fotojornalista para o jornal Revolución. Em 1964, Raúl Corrales será nominado Chefe da secção de micro-films e fotografia da Oficina de Asuntos Históricos del Consejo de Estado, função que desempenha até o ano 1991.

Pode-se dizer que a fotografia cubana da década de 60 é, de modo geral espontânea, no sentido em que os referentes formam parte de um cotidiano em ebulição, o momento histórico se oferece a quem tiver interesse em capturar-lo. No entanto, certos aspectos resultam fundamentais a hora de valorar dita espontaneidade, o primeiro deles, como resulta evidente, está no comprometimento dos artistas com os ideais políticos postos em relevo pelo novo governo. Em segundo lugar, o número excessivo de imagens e a produção limitada exclusivamente ao enfoque jornalístico, resulta-nos uma evidencia clara de uma demanda in-crescendo do tema.

Diante das imagens impressas nas primeiras páginas dos jornais, um leitor desavisado acredita: foi isso o que aconteceu. O fotorrepórter, ao abolir as distâncias do espaço e do tempo, não só trouxe ao leitor um fragmento da realidade, mas criou uma ilusão. Induziu-o a se sentir participante do evento, aliás do fragmento do evento. Falamos em fragmento? Sem querer, acertamos em cheio. Aquela foto que as vezes estoura na primeira página do jornal é apenas uma fatia da realidade. É apenas uma das verdades: a do fotógrafo.⁴

Em 26 de julho de 1959, aniversário do Moncada e nova festa nacional, Fidel Castro convidará aos guajiros de toda a Ilha para entrar junto com os revolucionários na Havana. Este fato, tentativa por unificar o povo sob o novo governo, tem um caráter simbólico, que se remonta, no nosso critério, a uma página muito anterior da história de Cuba, a guerra de independência colonial cubana.

1. Alberto Díaz Gutierrez (Korda):
Entrada de la Caballeria en La Habana,
26 de Julho de 1959.

2. Anónimo: Carga al Machete, enfrentamento dos
soldados cubanos na Guerra de Independencia contra
Espanha. 18??



Unco Sudameris Brasil, 1987. Pág.

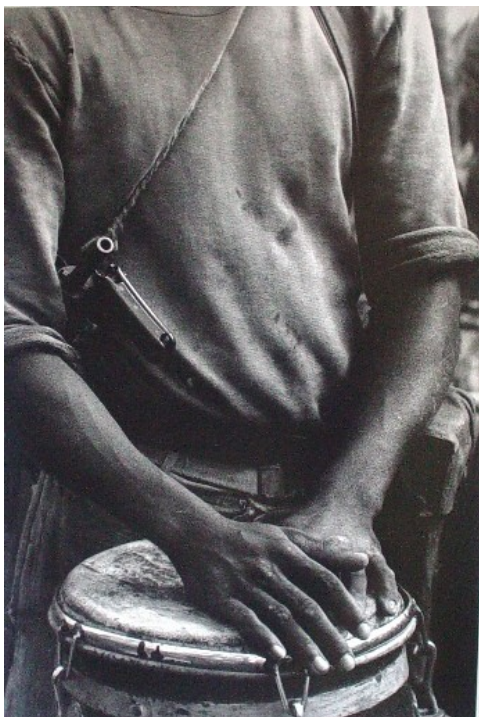
3. Raúl Corrales: *La Caballeria*, 26 de Julho de 1959.

Logo de ter lutado durante anos pela independência da Ilha, o exército interventor norteamericano, impedirá a entrada na cidade de Santiago de Cuba, as tropas *mambisas*, nome pelo qual era conhecido o *Ejército Libertador* cubano. A humilhação das forças cubanas, formadas em sua grande maioria por camponeses e negros livres, culminará com a desintegração do *Ejército*, nos dias posteriores a rendição espanhola sem honra, nem gloria.

A figura do *guajiro*, que não é outra que a figura do *mambí*, ou seja, do insurreto cubano que toma as armas em procura da independência de sua nação, emerge desde o imaginário do século XIX. O *guajiro* representará dentro da cultura e a história de Cuba, no só as ânsias libertarias, más será também, a encarnação das idéias mais avançadas da época. Da aí a importância da entrada simbólica dos camponeses na Havana.

A associação das obras de Korda e Corrales, com as realizadas no século anterior, assim como entre os acontecimentos que geraram as mesmas, nos parecem direitas e pertinentes, levando em conta as idéias do projeto revolucionário. A urgência de uma reforma agrária, e os direitos dos camponeses a ocupar um lugar de destaque, junto aos trabalhadores, no destino da nação, estarão presentes no programa da revolução desde 1953. No nosso critério, tanto o convite fatural, quanto as imagens, podem ser interpretados como um apelo a memória colectiva. Resulta-nos uma leitura entre líneas do discurso revolucionário, em sua defesa de que a luta pela independência era uma só, e da autodenominação da geração guerrilheira, como a geração do centenário, em referencia aos cem anos do nascimento de José Martí, apóstol da Guerra de Independencia.

As cavalarias de Korda e Corrales, ainda que verídicas, guardam um que de poética de encenação, são uma sorte de eslabão perdido, apelando a memória patriótica do povo cubano. No entanto, ambas obras possuem a capacidade de abranger satisfatoriamente a um tempo dois públicos completamente distintos, por uma parte o povo cubano e pela outra a opinião publica internacional, chegando como um halito esperançador aos diferentes hemisférios. Neste sentido, resulta fundamental o enfoque sempre inclusivo das obras, das quais o perceptor também é protagonista, dono do passado, presente, e o que é mais importante ainda, do futuro que elas representam. Estas imagens geram no público a sensação de tocar com os dedos a história.



4. Raúl Corrales: *La banda del nuevo ritmo: tumbadora*. Villa Clara Cuba, 1962.



5. Anônimo. soldados mambises 18??.

O título, *La Banda del nuevo ritmo: tumbadora*, traz um leve tom de ironia, que provoca em nós a lembrança de um ditado popular que, parafraseado, seria algo assim como, é preciso sempre 'dançar ao som que a banda toca'. Dito de outro modo, é imprescindível se adaptar as novas circunstancia que impõe o regente da banda, entenda se, o novo detentor do poder. O primeiro que salta a vista nesta imagem, é a in-usual composição e enquadramento da fotografia. Em muito poucas ocasiões um fotógrafo profissional mutila a cabeça de seu modelo, quando isto acontece com um fotojornalista da experiencia de Raúl Corrales, merece a pena determos neste ponto.

Digamos então que o artista tem elegido, para nos apresentar o seu personagem, diferentemente da maneira costumeira, um close-up de suas mãos, mãos de homem negro, que descansam sobre um instrumento de percussão. Uma das principais pautas do Programa da Revolução, foi a exigência de igualdade de direitos para todos os cubanos sem diferencia

de raça. A bandeira da luta contra a discriminação racial, foi levantada pelos revolucionários desde o início de sua organização. Como já tinha sido colocado, o novo governo queria ser entendido como uma conseqüência das lutas históricas livradas pelo povo cubano; dentre elas, a liberdade dos escravos foi o primeiro passo dado pelos independentistas em 1968. O papel do negro na gesta libertaria, será ponderado no discurso de igualitarista da revolução. Um discurso que advogava pela criação de uma consciência da mestizagem na nação. Uma das estratégias desenvolvidas para a consecução de este objetivo foi, o estímulo as práticas culturais de tradição africana, com a intenção de conferir legitimidade as mesmas, colocando-as no mesmo nível de importância que as práticas culturais de raízes espanholas. Ditas idéias, serão levadas a cabo, com a criação de espaços culturais financiados pelo governo para o desenvolvimento das mesmas, e sua difusão a través dos meios de comunicação massiva; assim como a través da institucionalização para o ensino e a pesquisa teórica.

Não entanto, o protagonismo das mãos de um artistas, no desempenho de seu instrumento, ou na insinuação do mesmo, não é, por assim dizer, algo novo na fotografia. Além do que, de ser essa a intenção do fotógrafo, uma perspectiva diferente teria resultado, quiçá, muito mais satisfatória. Levando em conta que as imagens deste tipo, em geral, se caracterizam por incluir tanto as mãos, quanto o rosto do artista, com a intenção de promover seu reconhecimento por parte do público, ou pelo contrario, por mostrar unicamente suas mãos, procurando a maior plasticidade na beleza de suas formas. No caso da obra, *La banda del nuevo ritmo*, de Corrales, não é possível reconhecer nenhum destes enfoques, o que nos leva a re-plantearmos as interrogantes em relação a seleção do motivo.

Chegamos assim a conclusão de que o artista não se interessa só, pelas mãos, pela cor delas, ou pelo instrumento que as mesmas são capazes de interpretar, más pela somatória de estes e outros elementos que também formam parte da composição.

A camiseta suja de homem trabalhador com as mangas dobradas até o cotovelo, deixam a mostra não só as mãos, más os braços negros e fortes, produto de uma herança da qual se orgulha a nação. A arma, tão pronta quanto a tumbadora, enfrenta ao espectador com determinação, uma união que diz respeito nosso protagonista, e por quê não, ao povo a que pertence, tão capaz de fazer arte, quanto de ir a guerra. A boca da arma e o nome da

obra se revelam assim uma advertência, uma ameaça para quem não saiba dançar o 'novo ritmo' dos revolucionários. Entendemos então, o porque da ausência de rosto no soldado, cujo cinto de farda uma vista aguçada pode reconhecer, ele é só uma representação de tantos outros, e a união de todos eles, é imprescindível para que a banda toque.

O papel do retrato na construção da figura do líder político, é tão antigo quanto a própria representação do homem mesmo. Inúmeros são os exemplos através da história, em que imagem e poder se fundem, através das mãos de um artista. Não entanto, podemos dizer que o descobrimento da fotografia, pauta, em grande medida, uma ruptura na relação do líder político e o pintor. O papel do pintor real, coincidente, na maioria dos casos, com o pintor dos 'retratos de estado', se verá mudado em pro do fotógrafo pessoal.



6. Raúl Corrales: *Primera Declaración de La Habana*, 2 de septiembre de 1960. Cuba, 1962. [ao lado]

7. Alberto Díaz (Korda): *6 Guerrillero Heróico*, 5 de Março de 1960. [abaixo à esquerda]

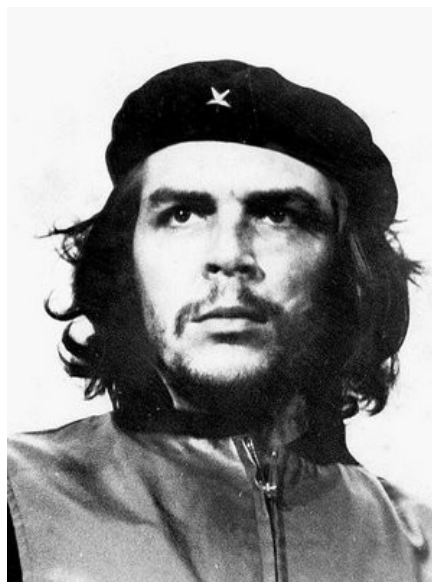
8. Alberto Díaz (Korda): *Comandante en Jefe Ordene*, Sierra Maestra 1962. [abaixo à direita]

A obra *Primera Declaración de la Habana*, foi realizada por Raúl Corrales 2 de setembro na *Plaza da Revolución José Martí* Castro. Este discurso, marca uma radicalização política nacionalista, sempre alerta aos possíveis respostas do governo revolucionário a censura e às intenções de Cuba de estabelecer relações com a

O *Guerrillero Heróico*, hoje aqui-conhecido por Fidel Castro no dia 5 de março, em comemoração do barco *Le Coubre*, cargueiro portador de 76 toneladas por Cuba. Ernesto Guevara presente no palácio contempla com o rosto enxuto a multidão. A im



de Fidel
o de uma
al. Será a
Rica, as
nunciado
explosão
ompradas
enquanto
morte do



Ché na Bolívia em 1967, através das mãos do publicista Giancomo Feltrinelli, quem a sua vez, as obtivera do próprio Korda, em resposta a um pedido de Fidel Castro. A imagem que não foi selecionada pelo editor do jornal, no dia de sua realização, só sairá a luz na Ilha logo de ser publicada em enormes cartazes na Itália.

Comandante em Jefe Ordene, alude a viagem de recordação realizada por Fidel Castro a *Sierra Maestra*, cenário da luta guerrilheira. A viagem contará com a presença do fotógrafo Alberto Korda, a pedidos do próprio Fidel Castro, em qualidade de fotojornalista encarregado da documentação da mesma.

Estas três imagens, têm em comum o objetivo inicial de ser divulgadas a través da imprensa e das principais publicações periódicas como a *Revista Bohemia*, más prontamente seus veículos de propaganda se veriam incrementados em proporções enormes. A necessidade de abranger o máximo possível de público e se impor como o novo imaginário da Ilha, fará com que todas elas, passem rapidamente a ser colocadas em lugares públicos, assim como em todos os locais relacionados com o governo.

Um lugar comum na cinematografia que aborda as relações entre poder político e sociedade, é representar a mudança de governo, por meio da simples troca dos retratos nas paredes dos escritórios do governo. No caso de Cuba, as mudanças serão muito mais radicais, nunca, nenhum governo anterior, teve os rostos de seus líderes reproduzidos a tal escala. Estabelece-se deste modo, numa sorte de culto a personalidade, uma mitificação na vera da 'idolatria dos iconoclastas', como dizer-a W. J. T. Mitchell. O retrato dentro da fotorreportagem, terá como objetivo, a representação dos detentores do poder, não só em seus aspectos físicos, más também psicológicos, políticos e ideológicos.

No entanto, é importante assinalar, uma sutil diferença entre a captação de Fidel Castro em quanto da figura político, por parte de ambos os fotógrafos. As fotos de Corrales, neste sentido, revelam um ponto de vista, que aponta mais á a figura do líder entre o povo, e do povo em sua incorporação a revolução. A perspectivas de Corrales, na nossa opinião, estará mais ligada a própria visão transmitida por Castro sobre se mesmo, como no caso do discurso, pronunciado o 1ro de janeiro de 1959 na cidade de Santiago de Cuba, alegando não desejar o poder: (...) o poder não me interessa, nem penso ocupar-lo, vou velar só porque não seja frustrado o esforço de tantos compatriotas, seja lá qual for meu posterior destino...Tenham a seguridade que não estão tratando com um ambicioso nem com um insolente (...)⁵. Poder que assumirá mais tarde, o em resposta ao 'pedido do povo', simplesmente como um acato a decisão das masas, a vontade de estas. Korda por sua vez, nos o mostra em Castro 'a figura', admirada, excepcional, o guia, capaz de movimentar multidões, o visionário sempre na frente o modelo a imitar.

⁵ CASTRO, Fidel: Discurso do 1ro de Janeiro de 1959 no site: cubasolidaridad.com.org/index (Tradução livre)

Outro ponto interessante em quanto que estas obras coadjuvem a criação de uma imagem idealizada dos representados está no nome nas obras, o retrato do Ernesto Guevara será difundido com o nome de *Guerrillero Heróico* e o de Fidel Castro na *Sierra Maestra*, como *Comandante em Jefe Ordene*. A intencionalidade de ambas denominações, não deixam espaço ao sutil ou ambíguo, está tudo dito, o Ché é o herói morto, o ideal a imitar. Fidel é o líder, a pessoa com a clareza de pensamento suficiente para nos guiar, aquele cuja sapiência devemos obedecer cegamente, porque, mesmo quando não entendamos seus motivos, ele sempre sabe o que é melhor para nós. Quem denominou tais obras? É um ponto que sem dúvidas aviva a curiosidade, mas salvando a incógnita, o realmente relevante, é que as mesmas foram impressas e passaram a história de Cuba com esta denominação, se consolidaram dentro da iconografia patriótica da Ilha; e ainda mais, lograram impor-se em grande parte do imaginário universal, como a representação, mais do que da fisionomia, da ideologia e do espírito de seus modelos. Estes retratos, oferecem a seus modelos uma espécie de imortalidade, eles atuam como souvenirs, mas também como estímulos da memória.

Como já foi demonstrado, em Cuba, as imagens produzidas pelo fotojornalismo, em específico pelos artistas, Raúl Corrales e Alberto Korda, tomam o lugar da fotografia propagandística e da moda, em consonância com a radicalização da política governamental. Pode ser colocado então, que a censura de estes anos, não é, o que poderíamos denominar como 'censura

direta'. Tratasse melhor, de um jogo oferta demanda, em que na balança pende em favor do governo, os únicos espaços para a criação pertencem ao fotojornalismo, só terem vozes aqueles que falam sobre o que é preciso que seja escutado.

A necessidade de construir caminhos capazes de dar conta das novas experiências conjunturais, estará presente como um problema fundamental para a inventividade fotográfica -comunicativa dos artistas da Épica. O discurso passa do verbo a imagem, uma imagem que caracteriza o rosto e a política do governo. Se produz o que podemos denominar como 'lavagem histórica', se resgatam do passado, apenas os acontecimentos ou as idéias, que posam ser utilizadas como sustento do discurso do novo governo. É criado um espaço para cada grupo dentro da sociedade, e se exige o comprometimento com o

mesmo. Dialogar através das imagens com a consciência político-social das massas, até então praticamente inexistente, é o papel dos fotojornalistas.

Consideramos, que não só o discurso do governo revolucionário, apela a memória histórica da nação, a través da retomada dos ideais das lutas de independência, para conseguir a coesão das massas, mas que a imagem, desempenhou um rol fundamental nesse apelo. Estas obras representam a construção imagética do presente, a partir do resgate dos ícones do passado. Pode-se dizer, que o discurso direcionou em grande parte a imagem, e que a fusão de ambos, construiu a história.

Subaltern Studies: Pós-colonialismo e Desconstrução

Muryatan Santana Barbosa¹

Subaltern Studies é o nome comumente dado ao Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia, fundado em fins dos anos 1970, na Índia. Trata-se, originalmente, de um grupo de intelectuais indianos interessados na revisão da história do seu país, desde uma perspectiva pós-nacional específica: subalterna e pós-colonial. Tal intento, segundo o idealizador do grupo, o historiador Ranajit Guha, teria um sentido complementar. Isso porque, para desvelar a realidade do fenômeno subalterno seria necessária uma nova historiografia, que rompesse com os paradigmas eurocêtricos da historiografia indiana de cunho modernista: nacionalista ou colonialista.

Desde tal perspectiva, o grupo conquistou larga influência na historiografia contemporânea, assim como entre intelectuais ligados as áreas de Estudos Culturais, Sociologia da Cultura e de crítica pós-colonial, sobretudo, no campo literário, a partir da obra de intelectuais indianos como Hommi Bhabha e Gayatri Spivak. A principal obra de divulgação do trabalho do grupo foi a coletânea *A Subaltern Studies reader* (1997, primeira edição: 1982).

Parte do reconhecimento alcançado pelo *Subaltern Studies* está, sem dúvida, associado as inovações teórico-metodológicas que os pesquisadores do grupo tiveram que realizar para construir esta nova historiografia indiana. Neste ensaio, faz-se uma análise crítica, resumida, deste projeto, focando o paradoxo aí presente entre crítica pós-colonial, marxismo ocidental e desconstrução, em particular, foucaultiana.

Os trabalhos de Ranajit Guha são especialmente importantes nesta linha de investigação. Nos prefácios às edições de *Subaltern Studies Reader*, Guha observa que o nascimento do grupo de “Estudos Subalternos” se coloca, teoricamente, como uma resposta ao fracasso da modernização indiana, resultante dos projetos nacionalistas pós-descolonização nacional. Para isto, Guha e seus discípulos viram na discussão sobre a subalternidade a possibilidade de fundar uma historiografia pós-nacionalista, interessada em mostrar os pressupostos eurocêtricos e os regimes de poder engendrados na modernização indiana, nas mais variadas escalas. Neste intento é que teria ressurgido,

¹Professor universitário, mestre em Sociologia e doutorando em História Social pela FFLCH/USP. É membro do NEACP (Núcleo de Estudos sobre África, Colonialidade e Cultura Política) e editor da *Sankofa: revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. E-mail para contatos: murybarbosa@usp.br/murybarbosa@hotmail.com.

por exemplo, a importância de Antonio Gramsci para o grupo. Todavia, a herança de Gramsci é ali absorvida criticamente, com o intento explícito de retirar os aspectos marcadamente historicistas do seu pensamento.

Para Guha, Gramsci ajudaria entender a especificidade da dominação do Estado Colonial na Índia. Diz ele que, ao contrário do que ocorreu na Europa Ocidental, lá, o Estado Moderno, Colonial, teria existido como uma dominação sem hegemonia. Ou seja, um país em que a sociedade política exerceu uma dominação através dos aparatos de repressão aos subalternos, em especial, na esfera dos micro-poderes.

Tal situação só teria mudado com a ascensão do movimento de descolonização liderado pelo Congresso Nacional Indiano. Aí, segundo Guha, ter-se-ia formulado uma nova dominação, desta feita, hegemônica. Sua efetivação, entretanto, como práxis política, só ocorreu quando o discurso nacionalista das elites indianas foi remodelado pelos subalternos, desde sua própria visão de mundo. Este saber, entretanto, teria sido soterrado pela expansão da racionalidade instrumental da modernização pós-independência nacional (Guha, 1997: xviii).

É justamente este saber subalterno, supostamente enterrado pela História tradicional, que os Estudos Subalternos visariam destacar em sua re-escritura da história indiana. Vê-se, aqui, pois, uma evidente inspiração gramsciana, ainda que remodelada. Em muitos trabalhos dos Estudos Subalternos, todavia, esta herança é mediada por outras, mais difusas. Isto ocorre, por exemplo, no principal livro de Ranajit Guha: *Aspectos elementares da insurreição camponesa na Índia colonial (1983)*. É aí evidente, por exemplo, que a inspiração gramsciana, de Guha, aparece de forma indireta, dialogando com a história social inglesa de E. P. Thompson, Christopher Hill e Eric Hobsbawm.

Neste livro, Guha pretendeu reescrever a história das insurreições camponesas na Índia colonial desde uma perspectiva de longa duração, entre 1783 e 1900. Para isto, em uma tentativa um tanto quixotesca, analisou a experiência de cento e dez insurreições populares durante o período referido. Segundo diz, buscava averiguar “formas comuns ou idéias gerais na consciência rebelde” dos envolvidos.

Há, pois, uma proximidade de investigação e de conteúdo, que aproxima o trabalho de Guha aos trabalhos clássicos da historiografia inglesa sobre a classe trabalhadora naquele país, especialmente em E. P. Thompson (*Formação da classe*

trabalhadora, 1963) e em E. Hobsbawm (*Rebeldes primitivos*, 1968; *Os trabalhadores*, 1981).

Existe, entretanto, uma diferença substancial a ser colocada. Como observa Michael Denning (2005: 47), diferentemente do que poder-se-ia averiguar das narrativas clássicas da historiografia inglesa sobre o assunto, não se observa no ensaio de Ranajit Guha, sobre a classe trabalhadora indiana, uma narrativa de pretensão linear. Tal fato faz com que não se possa observar no trabalho de Guha (1983) uma história sobre a “formação” da classe trabalhadora indiana. Há, pelo contrário, a descrição de uma resistência heterogênea, que só poderia ser definida em termos muito gerais. Em que consiste tal diferença interpretativa?

Uma explicação possível é atribuir tal diferença a uma questão de especificidade do “objeto de estudo”. Ou seja, como Thompson e Hobsbawm (entre outros) e Guha trabalham com épocas e lugares distintos, isto explicaria a diferença de interpretação entre eles. Assim, poder-se-ia imaginar que a classe trabalhadora inglesa teria uma experiência de luta projetiva, enquanto que a indiana não. Assim sendo, seria procedente a assertiva de Arfir Dirlik (1997), segundo a qual os Estudos Subalternos seriam apenas uma vertente local da tradição historiográfica inglesa.

Penso, todavia, que tal interpretação simplifica as possíveis diferenças epistemológicas existentes entre o trabalho pós-colonial dos Estudos Subalternos (no caso de Guha) e o dos referidos historiadores ingleses; e, por esta mediação, a Gramsci.

Uma destas diferenças, quiçá a mais importante, diz respeito a construção da temporalidade na narrativa histórica. No prefácio a *Subaltern Studies*, ao criticar a historiografia tradicional (nacionalista) indiana, Guha diz que esta estaria reproduzindo, implicitamente, um sentido linear de narratividade, cuja genealogia, em verdade, seria derivada dos discursos de repressão advindos dos poderes contra-insurgentes (magistrados, policiais, funcionários públicos, etc). Deste modo, segundo o historiador indiano, se estaria, equivocadamente, suprimindo a real heterogeneidade de tais insurreições subalternas, com sua historicidade própria.

Como foi dito, esta crítica de Guha e seus colegas, em *Subaltern Studies*, se coloca contra a história tradicional indiana, de viés nacionalista. Entretanto, creio que aí pode-se observar, também, o sentido essencial da diferença que estes julgam ter também com a referida historiografia clássica inglesa.

Apontando para esta problemática, o historiador da Escola Subalterna, Dipesh Chakrabarty (2002: 14-15), destaca as críticas que Guha estabelece a noção de “revoltas primitivas” e/ou “pré-políticas”, conforme trabalhadas por E. Hobsbawm. Rejeitando o historicismo inerente a tal categorização, Guha observa que o trabalho do historiador deveria reconstruir uma hermenêutica própria das práxis rebeldes. Esta examinaria as relações dos subalternos com as elites; deles entre si; e as possíveis estruturas elementares do imaginário coletivo destas revoltas.

Para isso, Guha e seus colegas defendem, no plano metodológico, uma radicalização da inter-disciplinariedade. Em especial, no que tange a hermenêutica textual, pois esta possibilitaria, supostamente, uma melhor análise do historiador das fontes históricas e da história das relações de poder inerentes a tais narrativas.

É discutível o quanto as análises interpretativas da Escola Subalterna, baseadas neste princípio metodológico, trouxeram, de fato, algo de novo em relação aos trabalhos clássicos da historiografia inglesa. No caso de Guha, em *Aspectos elementares da insurreição camponesa da Índia*, pode-se observar que a diferença teórico-metodológica assinalada reflete, em última instância, uma marcante presença foucaultiana (em particular, do seu projeto arqueológico) no trabalho do historiador indiano. Por isto, este ancora sua análise das relações de poder inerentes às práticas discursivas. Como afirma Chakrabarty (2002), daí sua gênese estruturalista, desconstrucionista, apontando para uma indisfarçável simpatia de Guha, nesta obra, com os trabalhos do “primeiro Foucault”; em particular, *Vigiar e Punir* (1975).

Esta aproximação entre marxismo e desconstrução, presente nos Estudos Subalternos – ainda que implicitamente – é uma característica própria desta historiografia pós-colonial. Dipesh Chakrabarty (2002) é um dos poucos a explicitar tal posição. Defende ele que esta seria, supostamente, a contribuição essencial dos Estudos Subalternos para as ciências humanas. Segundo este outro historiador indiano, tal contribuição seria devedora da percepção pós-colonial de que a subalternidade, enquanto fenômeno social, só poderia ser identificada com a desconstrução das formas pelas quais certas categorias modernas -, como raça, classe, cidadania, Estado-Nação, público x privado, etc - organizariam a compreensão do passado.

Neste sentido, a busca da subalternidade, de inspiração gramsciana é mediada por uma interpretação de viés desconstrucionista, que visa desvelar como tais categorias

modernas condicionaram uma percepção linear da temporalidade dos discursos sobre o passado. Segundo Chakrabarty, poder-se-ia captar, por este procedimento metodológico, a subalternidade enquanto heterogeneidade objetiva, para além das narrativas fundadas no mito da modernidade. Esta seria, afinal, a tarefa dos Estudos Subalternos.

É interessante observar como esta aproximação de Guha e outros intelectuais indianos ligados a Escola Subalterna com a desconstrução, os levou, gradativamente, a tornar-se uma linha auxiliar da crítica literária contemporânea, no estudo do discurso e da textualidade. Pode-se observar tal fato, por exemplo, no trabalho da ensaísta indiana Gayatri C. Spivak, como *Pode o subalterno falar?* (1988) e *Estudos Subalternos: desconstruindo a historiografia* (1986). Nestes, Spivak analisa a busca da subalternidade como uma questão estratégica importante para a crítica contemporânea, porém, concomitantemente, questiona sua efetividade teórica e política, por ser, supostamente, potencialmente essencialista. Desta posição dúbia, Spivak, assim como outros autores contemporâneos da crítica pós-colonial, vê-se constrangida a defender a subalternidade, enquanto *différence* (neologismo criado pelo filósofo J. Derrida)², em vestígios cada vez mais sutis de resistência, geralmente de caráter literário, que dificilmente poderiam ser acusados de essencialismo (Spivak, 1988a).

A subalternidade revisitada.

Uma das primeiras tentativas de repensar esta crescente aproximação do pós-colonialismo com a hermenêutica textual, de viés pós-estruturalista, veio do historiador Dipesh Chakrabarty, em ensaios como, *O pós-colonialismo e o artifício da História* (1997; original 1992) e *Provincializando a Europa* (2000). Nestes ensaios, Chakrabarty questiona a opinião corrente que a historiografia indiana contemporânea esteja conseguindo, de fato, criar uma nova historiografia: pós-colonial e subalterna.

A razão fundamental para isto, segundo o autor, seria que os Estudos Subalternos e o pós-colonialismo contemporâneo ainda não teriam criado uma postura

²Por este termo, o filósofo francês pretendeu traduzir o duplo movimento do signo lingüístico que é diferenciado ao mesmo tempo em que difere; não se fixando em uma única instância. Não existe uma tradução exata para o termo. Alguns intelectuais ligados aos Estudos Culturais, como Spivak, tem utilizado o termo para se referir a uma espécie de essência transgressora, para além da lógica dicotômica dos discursos. Sua força seria justamente esta indefinição (Hall, 2003).

adequada diante dos fatos sociais sobre os quais a ciência social teria pouco a dizer; sobretudo em relação às práticas culturais. Revelar-se-ia, aí, um posicionamento colonialista sub-reptício dos cientistas sociais. Sobre isto, segundo o autor, a teoria desconstrucionista, seja foucaultiana ou derridariana, teria pouco a dizer.

Defende Chakrabarty que a superação deste equívoco deveria propiciar um olhar científico que reconhecesse a importância prática destes fenômenos sociais, ainda que inexplicáveis à sua teorização. Dever-se-ia, pois, dar-lhes vez e voz, independente de sua existência aparentemente incompreensível. Neste sentido, o historiador indiano defende a necessidade de uma visão teórica que vise “provincializar a Europa”. Com isto, ele se referiria a um projeto que desvele a heterogeneidade do meio social, provincializando a ideia hiper-real de “Europa” (enquanto local da racionalidade, ciência, modernidade, etc) que colonizaria o mundo da vida.

Para Chakrabarty, este projeto complementaria a perspectiva tradicional da Escola Subalterna. Deste modo, entender-se-ia a subalternidade como um caso particular da reconstrução das diferenças supostamente existente na realidade social, ainda que contemporaneamente não passível de objetivação pelas ciências sociais. Sua posição, neste sentido, não nega a cientificidade das ciências humanas, mas defende um caráter de incompletude destas.

Buscando demonstrar o seu ponto de vista, Chakrabarty cita, em *Provincializando a Europa*, aspectos da vida social indiana, que revelariam como esta vivência cultural - subalterna - continuaria se reproduzindo corriqueiramente na contemporaneidade. Este fato é importante porque, para o historiador indiano, é fundamental afirmar que tais práticas não seriam, pois, resquícios do passado, nem ressurgimento do pensamento místico, mas fenômenos ontologicamente contemporâneos.

Um dos exemplos mais importantes desta vivência subalterna, para Chakrabarty, seria a trajetória e o pensamento político do líder da Independência Nacional Indiana: Mohandas (Mahatma) Gandhi. Segundo o historiador indiano, Gandhi poderia ser visto como um exemplo da práxis subalterna, pois sua trajetória seria marcadamente autônoma. Em particular, em relação às premissas do pensamento político moderno.

Uma destas práticas gandhianas que Chakrabarty usa como exemplo é a do *khadi*. O *khadi* na cultura indiana simboliza o ideal de purificação e simplicidade, essenciais ao hinduísmo. Nos anos 1910 e 1920, Gandhi teria retomado o *khadi* ressignificando-o como uma postura de vida. Neste contexto, segundo Chakrabarty, para aqueles influenciados pelo gandhismo, o *khadi* tornou-se sinônimo da capacidade de se sacrificar ao extremo pelos interesses do povo, sem, com isto, esperar algo em troca, seja material ou espiritual. Neste sentido, por exemplo, a vida particular de um representante do Estado ou um político seria vista como parte integrante de sua missão pública. É vivência para o povo, de acordo com os ideais de simplicidade e purificação.

Evidentemente, é discutível o quanto esta prática poderia tornar-se uma regra atemporal da política, pelo menos, fora do contexto indiano. O que interessa a Chakrabarty, todavia, não é defender tal idéia, nem advogar sua efetividade como postura ética. Interessa-lhe ressaltar, a partir do *khadi*, como na história indiana, ontem e hoje, a aparente confusão entre público e privado da prática política não é apenas uma ausência de verdadeiros princípios cidadãos, mas uma postura contemporânea ancorada em densa vivência cultural.

Uma posição próxima, neste particular, a de Chakrabarty, vem sendo elaborada, de modo paralelo, pelo ensaísta indiano Ashis Nandy, em livros como *O inimigo íntimo* (1983), *O selvagem Freud e outros ensaios* (1995), *Time Warps* (2002), etc.

Também Nandy vai buscar em Gandhi muito da sua inspiração para seus escritos. Assim como Chakrabarty, em sua releitura do líder indiano, Nandy ressalta os aspectos da vida e do pensamento de Gandhi que concretizaram uma práxis supostamente autônoma de libertação diante do discurso ocidental; seja em sua tendência hegemônica, colonial, seja em sua tendência contra-hegemônica, na crítica metropolitana ao Ocidente. Nandy dá o nome de “tradicionalismo crítico” há esta práxis independente, engendrada na cultura indiana. Segundo o sociólogo indiano, tratar-se-ia de uma visão de mundo autônoma, que busca re-estabelecer a crítica tradicional indiana - não moderna – ao Ocidente.

Apesar da diferença nas abordagens citadas, há de se destacar um objetivo comum a estes autores: a tentativa de estabelecer uma epistemologia pós-colonial alternativa ao paradigma eurocêntrico. Esta parece ser de fato uma contribuição original da crítica pós-colonial ao pensamento social contemporâneo.

Para isso, os trabalhos fundamentais da crítica pós-colonial indiana tem buscado, atualmente, referenciar uma compreensão da subalternidade como fenômeno em si e para si, a partir de ensaios sobre sociologia do conhecimento e re-escritura da história. Como tal, a crítica pós-colonial e subalterna visa analisar o contemporâneo que não é moderno, nem anti-moderno, nem pós-moderno. Seria simplesmente não moderno. Penso que esta percepção abre um campo de pesquisas não suficientemente desenvolvido pela sociologia e pelo pensamento historiográfico. Em breve ver-se-á se fomos capazes de explorar estas águas.

Bibliografia

- AHMAD, Aijaz. *Linhagens do presente: ensaios*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth & TIFFIN, Helen (Eds.). *The post-colonial studies reader*. London/New York: Routledge, 1995.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Habitations of modernity: essays in the wake of Subaltern Studies*. Chicago, CA: University of Chicago, 2002.
- _____. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2000.
- _____. Postcoloniality and the artifice of history: who speaks for “Indian Pasts”. In: GUHA, Ranajit & SPIVAK, Gaiatry (Ed.). *Subaltern Studies reader (1982-1995)*. Minneapolis, MN: University of Minnesota, 1997, pp. 263-294.
- CHATTERJEE, Partha. *The nation and its fragments: colonial and postcolonial histories*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1993.
- DIRLIK, A. A aura pós-colonial na era do capitalismo global. *Novos Estudos Cebrap*, no. 49, pp. 7-32, 1997.
- DENNING, Michael. *A cultura na Era dos Três Mundos*. São Paulo: Francis, 2005.
- GUHA, Ranajit. On some aspects of the historiography of Colonial India. In: GUHA, Ranajit & SPIVAK, Gaiatry (Ed.). *Subaltern Studies reader (1982-1995)*. Minneapolis, MN: University of Minnesota, 1997, pp. 37-44.

_____. *Elementary aspects of peasant insurgency in Colonial India*. Delhi: Oxford University Press, 1983.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LATIN AMERICAN SUBALTERN STUDIES GROUP. Founding statement. *Dispositio/n* XIX. 46 (1994), pp. 1-11.

MOORE-GILBERT, Bart. *Postcolonial theory: contexts, practices and politics*. London/New York: Verso, 1997.

NANDY, Ashis. *Bonfire of creeds: the essential Ashis Nandy*. New Delhi, Oxford University Press, 2004.

_____. Colonization of the mind. In: RAHNEMA, Majid & BAWTREE (Ed.). *The post-development reader*. London/New Jersey: Zed Books, 1998, pp. 168-79.

_____. History's forgotten doubles. *History and Theory*, Theme Issue 34: World Historians and Their Critics (1995), pp. 44-66.

PRAKASH, G. Post-colonial criticism and Indian historiography. *Social Text*, 31/32, 1992.

SAID, Edward. *O orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

SPIVAK, Gayatri C. *The post-colonial critic: interviews, strategies, dialogues*. New York: Routledge, 1990.

_____. *In other worlds: essays in cultural politics*. New York-London: Routledge, 1988a.

_____. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary & GROSSBERG, Lawrence (Ed.). *Marxism and the interpretation of culture*. Basingstoke : Macmillan Education, 1988.

RECOLHIMENTO E EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO FEMININA DO ORATÓRIO FESTIVO “SÃO JOÃO BOSCO”

Nadja Santos Bonifácio¹

RESUMO: O presente artigo faz parte de pesquisa em andamento que trata do Oratório Festivo “São João Bosco”, instituição confessional de educação para meninas desvalidas. Tem por objetivo apresentar considerações sobre essa instituição entre o período de 1936 a 1952. Pretendo assinalar, através de fontes como relatórios, livros de crônicas, livros de matrícula, cartas e fotografias, a constituição da instituição quanto à organização educacional e religiosa concebida para educar as meninas abrigadas na instituição. A educação desenvolvida seguia os pressupostos da educação preventiva de Dom Bosco, no entanto observava também as determinações para educação feminina daquele momento da história do país, visando uma educação para construção da paz familiar, de valores morais e religiosos. O estudo baseia-se nos pressupostos teóricos da História Cultural, inserido no campo da História da Educação e Educação feminina.

Palavras-chave: Educação Católica; Educação Feminina; Práticas Educacionais

INTRODUÇÃO

A educação direcionada ou oferecida aos pobres foi estabelecida, principalmente, por instituições de modelo escolar de internamento. Essa atitude tornou-se uma medida viável porque supostamente, impediria o alastramento da categoria pobre e minorizada, caracterizada de ‘desordeiros’, no ambiente social. O amontoado de crianças e jovens abandonados, infratores, bêbados, velhos, contrastava com o sentido de civilidade adotado pelo país. Desse modo, como anuncia Gondra e Schueler (2008), esse “tipo de equipamento” foi objeto de uma difusão geral, ou seja, não somente de “forma de educação escolar”, mas para outros seguimentos da população, como para “religiosos, idosos, abandonados, infratores, alcoólatras e dependentes químicos, estudantes rurais, alienados, crianças portadoras de necessidades especiais e formação de professores, para citar alguns” (GONDRA; SCHUELER, 2008: p. 108).

No país, esses estabelecimentos serviram para abrigar tanto meninas quanto meninos; bem como, filhos de elite e de categorias desfavorecidas. No século XIX, os Recolhimentos serviam para abrigar meninas e moças tanto de posses, quanto as desvalidas. A função dessas instituições eram prepará-las para o casamento, para uma vida religiosa sem votos e para o trabalho. Azevedo (1996) faz referência ao Recolhimento Nossa Senhora da Glória, fundado

¹ Universidade Federal de Sergipe (UFS); Mestranda em Educação; Agência financiadora CAPES (bolsista).

em Recife em 1802, pelo Bispo Azeredo Coutinho, anuncia que é o primeiro colégio para meninas de casa-grande e de sobrados. (AZEVEDO, 1996: p. 549). O Recolhimento da Glória, segundo Gondra e Schueler (2008), atendia “as filhas da nascente burguesia”; e o “Seminário de Meninas de Nossa Senhora da Glória de São Paulo, criado em 1825, [atendia] a meninas órfãs e abandonadas.” No Seminário existiam duas classes de alunas as “educandas, escolhidas entre as órfãs de militares mais necessitadas de idade não estipulada” e as “pensionistas, de idade entre sete e dez anos que deveriam pagar uma quantia mensal.” Além de levarem roupas e materiais para seu uso. (GONDRA; SCHUELER, 2008: p. 113). As meninas dessa instituição eram preparadas para o casamento ou para trabalhar em casas de família, o magistério também se constituiu numa alternativa, pois de acordo com Almeida (2007), a seção feminina da Escola Normal de São Paulo quando foi reaberta pela terceira vez, instituiu-se no Seminário da Glória, “destinada primeiramente às órfãs sem dote e às jovens de poucos recursos que precisavam trabalhar para sobreviver, dada a possibilidade remota de um bom casamento” (ALMEIDA, 2007: p. 119).

O Recolhimento N. S. da Glória no Recife, além da formação de boas esposas, já apontava para a educação leiga. Na admissão as educandas cumpriam certos requisitos: ser branca; habitar no bispado de Pernambuco ou ser criada nele; ser filha de legítimo matrimônio; de pais pobres ou de boa condição; deveriam ter mais de dezesseis anos e menos de trinta. Precisavam saber ler, escrever e contar ou ter habilidades úteis a casa; bom procedimento e boa saúde. As educandas:

aprendiam a ler, orientada para [...] não trocar as letras, não soletrar e não emitir sons nasalizados; a escrever, utilizando as penas, desenvolvendo uma boa caligrafia e a gramática. [...] Da Matemática aprendiam a contar, e as quatro operações. [...] As aulas de música, de cozer e bordar eram divididas em classes que eram desenhar, bordar e ainda cantar e tocar. [...] destaque para o domínio das teorias musicais, regência de coro e instrumentos musicais que pudessem ser usados nos ofícios divinos. (ALMEIDA, 2005: p. 332).

Essas instituições no final do século XIX proliferaram-se no Brasil, principalmente, as dirigidas por religiosos católicos, que atuavam na educação para pobres, órfão e dos filhos da elite.

Desde os primeiros anos da República, o país estava num processo de civilização dos indivíduos e as palavras de ordem eram civilizar, conter, conformar, higienizar os corpos, formar cidadãos, por isso, a parcela da população infantil que estava desenvolvendo-se sem normas, alheias, vulneráveis e expostas a outros ensinamentos, o ideal seria o internamento já que os pais não tinham meios suficientes para freá-los. Conforme Gondra e Schueler (2008). “com essa estratégia, evitam-se os perigos representados pela população posta à margem e, ao

mesmo tempo, abastece os postos de trabalho com uma ‘gente’ minimamente capacitada e disciplinada, cabendo ao mundo do trabalho dar sequência ao controle iniciado na casa e na escola”. (GONDRA; SCHUELER, 2008: p. 108). A idéia de internar menores abandonados, delinquentes e órfãos era uma atitude rápida e prática para o Estado. Desse modo, naquele período, a construção de cidades de menores, patronatos e reformatórios com o intuito de educar para o trabalho se alastrou pelo país.

Em Sergipe, diversos eram os estabelecimentos direcionados para internamentos. Os dados constam que existiam distribuídos pelo Estado os seguintes estabelecimentos: em Capela – Colégio Imaculada Conceição, Asilo da Infância desamparada de Capela; em Riachuelo – Abrigo de menores “Antônio Franco”; em Lagarto – Colégio N. S. da Piedade de Lagarto; em Aracaju – Colégio Salesiano; Associação de Santa Zita; Casa do Pobre Bom Pastor; Oratório Festivo “São João Bosco”; em São Cristóvão – Orfanato São Cristóvão; em Socorro – Cidade de Menores “Getúlio Vargas”; em Propriá – o Colégio N. S. das Graças, o Colégio Diocesano de Propriá. Essas instituições eram, tanto de encargo do Estado, como de responsabilidade da Igreja, de associações e instituições filantrópicas.

Além dessas escolas-abrigos para menores abandonados, se instituiu também no Estado a Escola Agrotécnica que “durante o tempo de 1934 a 1967, funcionou e desenvolveu diversos modelos de ensino agrícola como: Aprendizado Agrícola (1934-1947), Escola de Iniciação Agrícola (1946-1952), Escola Agrícola (1952-1957), Escola Agrotécnica (1957-1964) e Colégio Agrícola (1964-1967)”, (CONCEIÇÃO, 2007: p. 16). Explica ainda Nascimento que a maior parte dos internos chegavam recrutados das ruas, vinham também do Estado de Alagoas e Bahia ou simplesmente, eram entregues a instituição pelos próprios pais ou responsáveis que entendia o Patronato, um meio de regeneração dos menores insubordinados. (NASCIMENTO, 2004: 1995). Joaquim Tavares da Conceição também conclui, que a Escola proporcionou instrução de jovens da área rural e pobre de Sergipe, como, do mesmo modo, proporcionou a educação de jovens de outros Estados. (CONCEIÇÃO, 2007: p. 7).

O objetivo dessas instituições era recolher ou abrigar a infância pobre e abandonada para lhes oferecer educação mínima e aprendizado de um ofício para seu sustento na maioridade, no entanto, nem todas essas instituições tinham a mesma configuração, pois existiam os reformatórios, como a Cidade de Menores “Getúlio Vargas”, mantido pelo Estado e assistia menores que cometiam crimes, abandonados, bem como, de “famílias muito pobres” que procuravam a instituição para deixar seus filhos por não ter condições de criá-los. (BISPO,

2003: p. 9-58); e outro tipo, os abrigos como o Oratório Festivo “São João Bosco”, instituição de caráter assistencial e filantrópico com preceito católico para educar meninas desvalidas.

Nesse sentido, o trabalho procura apresentar considerações sobre essa instituição entre o período de 1936 a 1952, observando também as determinações para educação feminina daquele momento da história no país que visava uma educação para construção da paz familiar, de valores morais e religiosos.

A EDUCAÇÃO FEMININA DO ORATÓRIO FESTIVO “SÃO JOÃO BOSCO”

A idéia de formar um Oratório partiu da iniciativa do Pe. salesiano Aníbal Lazzari, com o auxílio da Associação das Damas de Caridade da cidade de Aracaju em 1914, “com o intuito de oferecer orientação religiosa a meninas aos domingos e dias santificados” (Anais do Oratório Festivo São João Bosco, 1925: p. 01). As mulheres da Associação formaram dois grupos, um deles sob a direção de Genésia Fontes. Como católica abnegada, ela consegue manter o núcleo catequético de meninas que se desenvolveu até formar, a partir de 1921, um internato de meninas órfãs. Nesse período a instituição se encontrava em local próprio.

Em 1934, segundo Relatório apresentado ao Ministro da Educação e Saúde Pública afirmava:

O prédio, em que se acha instalado o Oratório Festivo “Beato D. Bosco”, construído nas melhores condições de higiene, após tantos anos de inquebrantável perseverança e sacrifícios inauditos, abrange três pavilhões: um sobrado, onde estão no andar inferior: capela, sala da diretoria, duas salas de aula, refeitório, rouparia, copa, dispensa, cozinha, banheiro e serviços sanitários; e no superior: dois espaçosos salões para dormitórios, divididos em dois vãos num dos quais se encontram o palco onde se fazem representação teatrais, um piano “Player” que custou 1:500\$000, e 18 leitos de ferro; no outro com 9 leitos há uma pequena divisão – a enfermaria, um armário com resumido número de roupa de cama e uma minúscula farmácia. De um lado, ao fundo do mesmo pavilhão, estão 02 divisões para o serviço sanitário e 2 para banhos. (Relatório do Oratório Festivo Beato D. Bosco, 1934: p. 1)

Até 1947, além dessas instalações, a instituição compreendia: uma igreja, denominada Nossa Senhora do Rosário; quatro salas de aula (cada sala comportando, um relógio, 16 carteiras, uma banca e uma cadeira, um quadro negro, um armário, um crucifixo de metal e um quadro do Bem-aventurado D. Bosco); uma secretária; uma sala de espera; sala de professoras; uma pequena biblioteca; um pátio amplo. Completando a obra em 1948, a diretora Genésia Fontes construiu um pensionato, composto de dezessete quartos, banheiros e refeitório.

O Oratório Festivo “São João Bosco”, recolhia meninas pobres e órfãs para instruir e educar seguindo os preceitos da religião católica. Assim acolhia, conforme seu Estatuto, “órfã de pae e mãe, fornecida pelo juiz de órfãos com prova legal de ser maior de 5 e menor de 9 anos de idade”, podendo permanecer até os dezoito anos de idade, “salvo exclusão, por motivo justificado, decretado pela Diretoria” (Diário Oficial do Estado de Sergipe, ano XVIII, nº 6.637, dez./1936, p. 2.361-2.362.). Isso significava encaminhar para outra instituição semelhante meninas que não se submetessem as normas determinadas pela instituição, nesses termos não foram poucas que saíram por insubordinação. No ano de 1950, três abrigadas saíram da instituição por “insubmissão disciplinar” (Livro de matrícula do Oratório D. Bosco, 1936: p. 19), quais foram: Raimunda Dantas (Bahia), Nilza Ferreira da Silva (Sergipe) e Maria Nabuco que permaneceu no Oratório durante três anos (Sergipe). Essa órfã entrou na instituição juntamente com a irmã Teresa Nabuco, com oito e sete anos respectivamente, no entanto, Maria Nabuco não se submeteu as regras disciplinares e foi remanejada para outra instituição enquanto sua irmã permaneceu na instituição.

O Oratório Festivo oferecia em seu currículo instrução religiosa e moral, ensino primário, economia doméstica, trabalhos manuais, canto religioso, canto orfeônico, aulas de música, música teórica e piano. Dessa forma, procuravam manter uma educação disciplinada na conduta. O aprendizado da religião fundamentado no catecismo e hagiografias capacitava às alunas não somente para os ‘certames catequéticos’ ocorridos anualmente, mas possibilitava a apropriação da doutrina e da fé. Os certames ocorriam no encerramento anual das aulas com platéia que incluíam alunas externas e internas, professores e dirigentes, bem como, os padres salesianos convidados e algumas vezes, autoridades políticas, beneméritos, familiares das alunas e pessoas da vizinhança.

As aulas de música, que passaram a fazer parte do currículo em 1931, tornaram-se fundamentais o aprendizado para a participação nas missas que, quase sempre, eram cantadas. O coral das alunas participava de diversas apresentações na cidade, como: comemorações cívicas, festas beneficentes para a própria instituição, em casa de beneméritos, inaugurações, na Biblioteca Pública do Estado, no Colégio Salesiano e outros órgãos do Estado. Segundo o Relatório de 1946, no dia 30 de abril as oratorianas foram assistir a uma sessão litero-musical no Ginásio Salesiano, formando no momento, um número de canto orfeônico para os convidados. Essa participação nos evidencia que, além do ensino das prendas domésticas: bordar, coser, limpar e cozinhar, as oratorianas estavam preparadas para uma recepção social de música, canto, visitas, teatro e ginástica, atividades e práticas costumeiras da

instituição. Essas atividades estavam ligadas a higienização do corpo, segundo Marcus Aurélio Taborda de Oliveira:

A higienização social manifesta-se por exemplo, na preocupação com o uso do tempo livre (horas de lazer). [...] A ela se somam a preocupação de ‘integração no meio social’, com o ‘grau de ajustamento da criança’, com a ‘autodisciplina e o desenvolvimento de uma conduta social aceitável, e definitivamente, com a necessidade de ‘aceitar as regras impostas pelo jogo, desenvolvendo assim uma conduta social desejável. (OLIVEIRA, 2003: p. 287-288)

A Diretora da instituição preocupava-se não somente em manter o capricho no aspecto arquitetônico e higiênico do estabelecimento, como na conduta e comportamento das alunas, prezando no corpo de professoras e auxiliares, nas vestimentas das alunas. Que por sinal usavam fardamento para ocasiões diversas. Maria Cristina Cerqueira da Graça caracteriza a farda um “distintivo representativo da ordem da disciplina”, e ressalta que “a força simbólica do fardamento era tão importante que até as instituições filantrópicas anunciavam a sua adoção indicando a cor, o modelo, e, até, o tipo de tecido. Era um distintivo que valia a pena ser propagandeado.” (GRAÇA, 2002: p. 80)

CONCLUSÃO

A educação da mulher deveria estar assentada no civismo, na religião e na disciplina. Baía Horta (1994) observa que Capanema, então Ministro da Educação, sugeriu que a educação feminina exigia cuidados especiais. No seu entender o “homem era preparado com a têmpera militar, para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade, que é o preparo para a vida do lar.” (HORTA, 1994: p. 170).

Os internatos de educação feminina contribuíram na disseminação de condutas padrão de moças e mulheres para o ambiente social desejado e o Oratório Festivo “São João Bosco” serviu de instrumento na formação de moças pobres sergipanas.

Assim, os elementos escolares desenvolvidos na instituição foram de suma importância para disciplinar e orientar a formação educacional das alunas. Mesmo que algumas alunas resistissem e recusassem às normas, podemos perceber através das fontes consultadas que a instituição imprimiu marcas de boa educação à infância pobre feminina em Sergipe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo: Campinas: Autores Associados, 2007.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português XVI-XVIII** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

ANAIS DO ORATÓRIO FESTIVO SÃO JOÃO BOSCO, 1925, p. 01.

AZEVEDO, Fernando de. As origens das instituições escolares. In: **A Cultura Brasileira.** Parte III – A transmissão da cultura. 6ª ed. Brasília: Editora UNB, 1996, p. 545-601.

BISPO, Alessandra Barbosa. **A educação dos menores abandonados em Sergipe: A Cidade de Menores “Getúlio Vargas” (1939-1954).** São Cristóvão: UFS/DHI. (Monografia de conclusão de curso), 2003.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. **A Pedagogia de internar: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE, (1934-1967).** São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2007. (Dissertação de mestrado)

Diário Oficial do Estado de Sergipe, ano XVIII, nº 6.637, dez./1936, p. 2.361-2.362.

Estatutos do Oratório Festivo “S. João Bosco”. **Diário Oficial do Estado de Sergipe.** Ano XVIII, nº 6.637, dez./1936, p. 2.361-2.362.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, O sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945).** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

GRAÇA, Maria Cristina Cerqueira da. **Pés de anjo e letreiros de neon: ginásios na Aracaju dos anos dourados.** São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2002.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

Livro de matrícula do Oratório D. Bosco, 1921-1952, p. 19

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. **Memórias do aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe.** Maceió: Edições Catavento, 2004.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Educação física e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

RELATÓRIO APRESENTADO PELA DIRETORA DO ORATÓRIO FESTIVO “BEATO D. BOSCO” AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, 1934: p. 1-2.

Entre Farrapos: usos do biográfico na historiografia sobre a Revolução Farroupilha

Nayara Emerick Lamb*

“a identidade é um produto social, de certa maneira sempre em devir, no quadro de uma relação dialógica e temporal entre o eu e o outro (Joël Candau). Mas, se isso é certo, também o é a face complementar deste trabalho: a de dar forma às predisposições que condicionam os indivíduos a selecionar o seu passado, processo psicológico em que as escolhas são sempre acompanhadas pelo que se olvida, pois, quer se queira quer não, escolher é também esquecer, silenciar e excluir” (CATROGA, 2001: 26).

Trataremos aqui sobre a historiografia do processo político que veio a ser reconhecido como *Revolução Farroupilha*¹, e as variadas formas como essa se apresenta. A intenção deste trabalho é refletir sobre as possibilidades de análise historiográfica dentro da obra biográfica de Fernando Luiz Osorio, *“História do General Osorio”*, mais precisamente do volume extraído *“A Guerra Civil dos Farrapos”*.

O primeiro volume da *“História do General Osorio”* escrita por seu filho Fernando Luiz Osorio, é lançado no ano de 1894. A obra, uma vasta e farta biografia de seu pai, o General e marquês de Herval, Manoel Luiz Osorio, seria o passo derradeiro para seu ingresso na lista de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 25 de agosto de 1895. A biografia do marquês de Herval só teria término com a publicação do segundo volume em 1915 por seus netos Fernando Luiz Osorio e Joaquim Luis Osorio, dada a morte de Fernando Luiz em 26 de novembro de 1896.

Em 1935, para as comemorações do centenário da *Revolução Farroupilha*, é lançado pela Livraria Globo de Porto Alegre o volume extraído *“A Guerra Civil dos Farrapos”*, contendo os capítulos de 4 a 12 do primeiro volume da obra de Fernando Luiz Osorio, onde o autor narra a trajetória da vida de seu pai durante os acontecimentos da Guerra Civil na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

* Bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, orientanda da professora Márcia de Almeida Gonçalves.

¹ A despeito da própria história que envolve o uso da designação *Revolução Farroupilha*, nos limites desse artigo a utilizaremos em função dela assim figurar na obra da qual nos ocupamos na presente análise, assim como na maior parte da historiografia do tema.

A análise e a narrativa que Fernando Luiz empreende sobre a vida de seu pai são baseadas basicamente sobre a documentação presente no arquivo pessoal do Marquês, atualmente sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas memórias narradas pelo mesmo e recolhidas por seu filho sem o seu conhecimento, nas memórias publicadas dos companheiros de seu pai e na consulta a outras obras da época sobre a Farroupilha, como a de Tristão Alencar Araripe (ARARIPE,1986) e Assis Brasil (BRASIL,1981).

Fernando Luiz Osorio nasceu em Bagé no ano de 1848, e assim como seu pai e filhos era riograndense de nascimento e de causa, tendo dedicado toda a sua vida política e social à província de São Pedro do Rio Grande do Sul e ao Brasil, como nos esclarecem seus filhos na introdução do segundo volume da “*História do General Osorio*”.

O volume “*A Guerra Civil dos Farrapos*”, lançado pela Editora Globo, se configura em um marco historiográfico por sua forma (a biográfica) e pela apresentação da guerra a partir da vivência de seus personagens. O autor busca ao longo da biografia de seu pai, não só apresentá-lo, mas sim vincular sua vida à história da nação. A dedicação de Fernando Luiz Osorio em enfatizar a vida de seu pai como centro do eixo de apresentação dos momentos que constituem a coletividade faz parte de um eixo interpretativo em que a vida do indivíduo deve, em valores e importância se confundir com a própria história. Nesse sentido, os capítulos que dedica à participação de seu pai na Guerra Civil do Sul do Brasil acabam por representar os movimentos do conflito de forma direta e inseridos no âmago da experiência humana. A história da nação tornou-se o palco para o desenvolvimento dos indivíduos que a construíram e que a ela deveriam servir de exemplo.

Entre os anos de 1831 a 1840, o Império Brasileiro foi acometido por uma série de conflitos que geraram e foram gerados pela instabilidade política e social da comunidade recém alçada à categoria de independente. Tantas e quantas as regiões envolvidas nos conflitos, foram os grupos que deles participaram. E muitos foram seus desdobramentos futuros para a construção da nação, da identidade nacional e das variadas identidades regionais. Dos muitos conflitos ocorridos nas fronteiras do Brasil com o Prata, a Farroupilha acabou por tornar-se o marco de entendimento daquela população sobre si mesma.

Segundo Benedict Anderson (ANDERSON,2005), somente a criação de um elo afetivo proporcionado por uma memória comum seria capaz de requerer e conseguir de um povo tão extraordinário sacrifício como o conflito impôs àquela população. No caso, a valorização da lembrança comum da constante situação de guerra em que a província vivia desde os primórdios de sua ocupação, feita ao longo da maciça propaganda político-militar do grupo dirigente farroupilha, teria proporcionado o sacrifício desempenhado por aquela população nos mais de nove anos de guerra. E somente a lembrança deste sacrifício comum poderia proporcionar a uma população a criação de um imaginário sentimental capaz de vigorar por tantos anos e ainda manter-se vivo dentro das tradições daquela sociedade. Podemos dizer então, que o processo desencadeado pela *Revolução Farroupilha* proporcionou aos núcleos populacionais da região o conhecimento e reconhecimento de si mesma, possibilitando a partir da identidade rio-grandense, a formação daquela comunidade imaginada regional.

Portanto, entender a historiografia da *Revolução Farroupilha*, é, em parte, entender o processo de consolidação da identidade riograndense, tendo em vista a importância dada ao evento dentro das fronteiras do estado.

A *Guerra Civil Farroupilha* já foi alvo de nossa análise em trabalhos anteriores. Objeto de forte reflexão da historiografia republicana da primeira metade do século XX, desde então vem sofrendo um grave esgotamento, senão abandono por parte da historiografia, tornando-se objeto de interesse literário, cinematográfico e televisivo, com causas, desenvolvimento e conseqüências mais do que determinadas, conhecidas e reconhecidas. Exceções à regra é impressionantemente difícil encontrar produções sobre o objeto fora das fronteiras estaduais do Rio Grande do Sul. No entanto, as obras existentes e largamente difundidas sobre a Guerra Civil pouco ou quase nada se diferem na forma de apresentar os fatos decorridos. Distinguem-se somente por seus laços de filiação ao movimento de setembro de 1835 ou não. Assim como quanto às idéias centrais do embate político acarretado pelo conflito: o republicanismo, o separatismo, a federação e a união com as províncias platinas.

Iniciada a revolta em 25 de setembro de 1835, a partir do manifesto do General da Fronteira de Jaguarão, Bento Gonçalves da Silva, declarando ser a revolta, brasileira e sem fins separatistas, somente tendo, com seus homens, corrido

“às armas depois de haver esgotado todos os meios, que a prudência e o amor à ordem (...) sugeria (...) para sustentar em sua pureza os princípios políticos (...) para livrar a província das mãos de um inepto administrador”(BRASIL, 1981:195).

A Guerra Civil só teria fim em 25 de fevereiro de 1845, a partir dos esforços pacificadores do Barão de Caxias, Luis Alves de Lima e Silva, caracterizando-se como o mais longo conflito militar ocorrido em solo nacional.

Nos quase dez anos de guerra, a *“revolta beligerante”*, como nomeada pelo então presidente Antonio Rodrigues Fernandes Braga, teve seus desígnios e ideais convertidos de uma revolta personalista, empreendida contra as forças e pessoas estabelecidas no poder da província por indicação da Corte, em uma revolta de caráter republicano e separatista/federalista.

É nesse ponto que a situação se bifurca. Tendo em mente sua heterogeneidade, podemos enxergar que a historiografia sobre o tema, grosso modo, divide-se em duas linhas de interpretação. Basicamente, vê-se uma linha que defende, apóia, entende e, em alguns casos, reivindica os ideais da Revolta e de seus dirigentes, e uma linha que a apresenta como uma revolta fratricida, mesquinha e egoísta, de uma população que não pôde compreender os problemas da nação, e quis, através da força, impor sua vontade sobre os demais, abandonando a comunidade nacional em seu momento de maior fragilidade. Evidentemente sabemos que este simples esquema não resume as interpretações históricas do evento, no entanto não vamos nos preocupar com esse aspecto no momento, e sim na sua influência sobre a obra em questão.

A obra de Fernando Luiz apresenta-se como um entrave a estas linhas de interpretação. Sua forma biográfica em parte a desloca e afasta dos eixos interpretativos que distinguem-se por sua filiação ao movimento, já que o movimento é parte da ação em que seu pai está inserido. A pré-determinação do campo de experiência e de atuação do

personagem limita o horizonte de expectativa do autor, não dando-o a chance de escolher sua filiação.

No entanto, um ponto que não nos pôde passar despercebido na análise da obra é que mesmo tendo lutado e defendido o Império Brasileiro toda sua vida, e em especial na Farrroupilha, ao longo da obra de Fernando Luiz, o marquês de Herval é apresentado como republicano, defensor e creditário dos ideais contra os quais, naquele momento lutava.

Manoel Luiz Osorio era, no olhar atento do biógrafo e filho, um republicano, mas acima de tudo um nacionalista. Em carta resposta a seu pai, ao ser acusado de inimigo da nação, Manoel Luiz Osorio afirma:

“Meu Pai. Seu filho é republicano de coração mas não quer a republica para o povo que não esta para ella [sic] preparado. (...) já vê que nada poderia n’este mundo collocar-me [sic] na attitude [sic] de mais um inimigo com quem meu pai tivesse de combater. (...)” (OSORIO, 1935: 41-42).

Fernando Luiz aponta que a filiação de seu pai ao exercito imperial era parte de sua honra e amor desapegado à nação brasileira, e não à Monarquia, pelo qual lutara “por haver compreendido que ella [sic] ainda não fez o seu tempo neste paiz [sic]” (OSORIO: 1984: XXX). Na introdução de seu livro, Fernando Luiz consagra a narrativa da vida de seu pai à nação. Afirmando à mesma que “elle [sic] viveu servindo-te, desde a juventude à velhice, dedicadamente. Por ti derramou seu sangue no campo de batalha. Amou-te mais que à própria vida.”, e pedindo que esta protegesse “contra o olvido [esquecimento] a memória dos teus leaes [sic] servidores” (OSORIO:1984). Como podemos ver, o marquês era acima de tudo um nacionalista, é desta forma que nos é apresentado por seu filho. Incapaz de conceber a nação estraçalhada, o marquês dedicava o melhor de si à defesa da pátria contra os inimigos internos ou externos. Justamente o que fez sua vida inteira à frente do exército nacional.

O fato da obra ter sido lançada durante a Republica (1894) pode ser visto como um dos motivos para a apresentação da postura republicana do marquês, contudo, tal postura pode ser vista como indicio da postura do próprio autor. Na introdução do volume extraído encontramos uma nota biográfica de Fernando Luiz Osorio editada por seus filhos com

base em Elogios dos sócios do IHGB, no Dicionário Biográfico Brasileiro e em Notícias Biográficas da Deputação Liberal riograndense, no qual fazem questão de esclarecer o interesse do pai pela província riograndense, pela história, pela política republicana constitucionalista e pela nação brasileira como um todo. Nesta nota biográfica, Fernando Luiz é descrito como republicano amante de seu país, e que a publicação da biografia de seu pai, era só mais um aspecto desse amor, tendo em vista que a obra deveria ser inserida no rol escrita da história nacional.

À luz destas constatações, nosso objeto tem seu valor realçado. A obra de Luiz Osorio é valiosa não só por sua majestosa vastidão (somente o primeiro volume chega a 715 páginas, mais os anexos) como por sua publicação ter intenções de preencher um campo específico da história da nação. No âmbito mais específico do volume extraído a produção se faz valorosa também por mostrar-ser fiel a algumas das idéias e ideais mais consagrados e fixos no imaginário da guerra na atualidade.

Acreditamos nas possibilidades historiográficas que este volume representa, por apresentar e expressar idéias quanto ao processo político militar desencadeado em setembro de 1835 na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, idéias estas que ainda se mantêm vivas. Idéias e ideais referentes à natureza da Guerra Civil, seus personagens e seu valor e contribuição para a história nacional.

Em sua forma, o texto de Fernando Luiz Osorio compõem-se como uma ordenação cronológica dos fatos seqüenciais da Guerra Civil dos Farrapos, com ênfase nos que seu pai esteve direta ou indiretamente envolvido. Enquanto biógrafo, Fernando Luiz opta pela neutralidade ao narrar os eventos nos quais seu pai teve partido, sendo seu estilo a ausência do narrador dentro da escrita do discurso que propunha para a criação de sua “visão do passado” (SARLO, 2007:12). Contudo, Fernando Luiz interage com as demais produções historiográficas ao apresentar os fatos de uma maneira lógica e cronológica, mas sua obra não se assemelha às demais justamente por sua forma, a forma biográfica.

Segundo Maria Aparecida de Oliveira Silva, “ao observarmos o contexto social em que o biografado atua, é possível identificar os valores e os costumes dos grupos sociais e ainda a organização deles na sociedade, e assim considerando as ações coletivas” (SILVA,2007:14-15). No entanto, a biografia pressupõe uma seleção por parte do biógrafo

dos atos que compõem a vida do biografado, mais do que lembrar o indivíduo, o biógrafo deve conceber o *como* lembrar este indivíduo. O formato da lembrança impõe à biografia um exercício marcado pelo tempo e espaço do indivíduo que a concebe, no caso o presente da produção da obra. Ao selecionar o como lembrar o indivíduo o biógrafo propõe um exercício entre a lembrança e o esquecimento, de forma a disputar com a história a “visão do passado” que prevaleceria. Nesta disputa, o indivíduo torna-se um personagem do autor, personagem re-apresentado no presente a partir de sua visão.

Dentro desta lógica biográfica, outro valor que pode ser atribuído à obra de Fernando Luiz é a forma empregada para narrar a vida de seu pai. Ela se desprende da narração das ações individuais, abrindo espaço para a investigação das ações coletivas. O autor debruça-se sobre “*os fatos da história*” para, a partir deles, entrelaçar a vida de seu pai aos acontecimentos de que foi agente integrante, direta ou indiretamente. Tal atitude denota o valor que o autor dá à história enquanto forma de compreender o mundo. No início do primeiro volume da obra, Fernando Luiz Osorio busca esclarecer os objetivos de seu trabalho em um longo texto introdutório dirigido ao leitor, no qual afirma que ao escrever as memórias de seu pai “não faria mais do que escrever páginas da história nacional”, onde “O indivíduo desapareceria [sic] deante [sic] do historiador” (OSORIO, 1894: XIII), e que estava por seguir os conselhos do grande historiador Cayo Cornelio Tacito de reverenciar a memória do morto querido através da recordação de seus feitos (idem: XXXII).

Tais afirmações indicam o caminho que Fernando Luiz estava por seguir ao escrever a trajetória de vida de seu pai e dos eventos de que foi agente, apontando também o que esperava da obra em si. Ao frisar em seu texto introdutório que sua obra “trata de um passado que não pode ser esquecido; de um vulto que teve uma história, de uma história que tem seu lugar reservado nos annaes [sic] das nações, porque, está fortemente ligada à do Brasil” (OSORIO, 1894: XX-XXI), Fernando Luiz nos esclarece o quanto a narrativa da vida de seu pai deveria servir ao apaziguamento do passado coletivo e à fixação desta história/memória comum. Constituindo-se em um *monumento* deste passado da nação, ou ao menos em um *traço* do que acreditava que deveria vir a ser este passado. Nesse sentido, Fernando Catroga nos afirma que

“Como salientou Y. H. Yerusalmy, é da essência da memória o que a palavra hebraica *Zachor* (tu lembra-te-ás) traduz, a saber: a necessidade de se ‘continuar a narrar’ o acontecido através de discursos transgeracionais, a fim de, contra a amnésia, se manter viva a presença do que passou (in Miguel Baptista Pereira, 1991). E é este imperativo que, ao pagar a dívida da herança, constrói, conserva e renova a identidade, domesticando o fluxo do tempo num presente que dura.” (CATROGA, 2001: 26).

Beatriz Sarlo afirma que “em condições subjetivas e políticas ‘normais’, o passado sempre chega ao presente” (SARLO,2007:10), portanto, é preciso repensar o uso da biografia como narrativa histórica na medida em que ela serve de *re-presentificação* do contexto histórico no qual o personagem *re-presentado* estava inserido. No caso específico da Guerra Civil Farroupilha e do Rio Grande do Sul, a re-presentificação do passado e suas *co-memorações* interferem e conformam as possibilidades de significar essa experiência de forma a sensibilizar as opiniões coletivas. Sua consequência mais imediata é justamente a influência que veio a exercer sobre aquela população, principalmente no modo de pensar em relação a si e ao restante do país (CATROGA, 2001:24-31).

A propaganda político-militar de segregação do restante do país e unidade entre si, efetuada pelo grupo dirigente farroupilha, apresentou aos diversos núcleos de povoamento da província de São Pedro do Rio Grande do Sul uma idéia de unidade. Unidade de um povo ao redor de um ideal coletivo, proporcionando uma ligação afetiva entre os demais residentes daquele espaço frente à realidade nacional. Essa ligação afetiva proporcionou o reconhecimento, a identidade enquanto *rio-grandenses*. A partilha desse sentimento social e coletivo proporcionou a transformação da forma de apreensão do espaço, do tempo e da realidade ao redor daquela população, de maneira a criar um dos estereótipos mais fortes existentes dentro da atual configuração nacional (o Gaucho), nos mesmos moldes que Anderson traçou em sua obra (BENEDICT, 2005) quanto à emergência do nacionalismo.

Por todos esses motivos é que acreditamos no valor desta obra para a contribuição no debate historiográfico sobre este tema. Sua estrutura como obra biográfica não a afasta da operação historiográfica necessária para ser inserida no processo.

Entender o valor e o lugar desta obra na historiografia sobre o tema não é somente compreender sua contribuição no debate histórico, mas também compreender o valor da historiografia e de suas diferentes formas na difusão de uma memória, mesmo que Fernando Catroga nos aponte que

“seja como for, não se pode escamotear a ambigüidade da acção da memória: se por um lado, ela pode ser definida pelo que do passado é aceite no presente por todos os que a recebem, a reconhecem e a prolongam ao longo de gerações, por outro, tende-se a esconder que a corrupção do tempo (e a historicidade do homem) também atravessa as reactualizações e transmissões do recordado” (CATROGA, 2001: 26).

Perseguir esta memória comum desencadeada pelo processo político-militar da *Guerra Civil Farroupilha*, é buscar compreender a forma como esta vem sendo contada através do tempo e do espaço, e como certas “visões do passado” impõem-se e fixam-se no imaginário social. Nesse sentido, a historiografia permite em escala considerável a propagação dessas memórias, e em casos em que o tema se circunscreve a construção das “visões do passado”, a historiografia também o é circunscrita. Beatriz Sarlo já nos apontava que

“Nas narrações históricas de grande circulação, um fechado círculo hermenêutico une a reconstituição dos fatos à interpretações de seus sentidos e garante visões globais, aquelas que, na ambição dos grandes historiadores do século XIX, foram as sínteses hoje consideradas ora impossíveis, ora indesejáveis e, em geral, conceitualmente errôneas” (SARLO, 2007: 13).

Pensar a biografia enquanto representação do passado é pensá-la como *re-memoração* deste mesmo passado, e, nesse sentido, capaz de propagar idéias e consubstanciar visões desse mesmo passado no presente e para o futuro. Fernando Catroga nos indica que “a escrita (e a leitura) da historia se constrói a partir de traços e de representações que visam situar, na ordem do tempo, algo que se sabe ter existido, mas que já não existe” (CATROGA, 2001:42).

A narrativa da trajetória de vida que Fernando Luiz faz de seu pai configura-se como representação não só do indivíduo personificado, mas também do tempo histórico no qual estava inserido. O que permite que a biografia alcance mais do que a ação de lembrar este indivíduo, permite a lembrança do passado no qual atuou. Este é o dado valioso em lembrar o passado a partir da artimanha de inseri-lo na vida dos homens que compuseram a história da nação. Essa lembrança narrativa permite a *co-memoração* do indivíduo e do tempo histórico, no sentido de que serve à coletividade. A *re-presentation* do passado a partir da vida do homem nacional, nos dá possibilidade de lembrar o tempo da ação e a possibilidade de inseri-la no contexto do presente.

Nesta biografia “poderíamos dizer que o passado se faz presente” (SARLO, 2007:10), nos permitindo visualizar o passado da forma como era concebido nos primeiros anos da República Brasileira.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

ARARIPE, Tristão Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986.

BRASIL, Assis. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*. 3ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

LAYTANO, Dante de. *Historia da Republica Rio-Grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.

LORIGA, Sabina. “A Biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, pp. 225-250.

MACHADO, Ironita Policarpo. *Cultura historiográfica e identidade: uma possibilidade de análise*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

OSORIO, Fernando Luis. *A Guerra Civil dos Farrapos*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

OSORIO, Fernando Luis. *História do General Osorio*. Rio de Janeiro: Typ de G. Leuzinger & Filhos, 1984. 1-2 vol.

ROJAS, C. A. A. “La biografia como género historiográfico. Alguns reflexiones sobre sus posibilidades actuales”. In: SCHMIDT, Benito Bisso. *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2000.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG e Cia das Letras, 2007.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Biografia como fonte histórica*. In: Cadernos de Pesquisa do CADHIS – nº 36/37: Ano 20, 2007. p 9-15.

Câmara Municipal de Mariana: a assistência aos expostos

Nicole de Oliveira Alves Damasceno*

O abandono de crianças é um fenômeno que faz parte do cotidiano ocidental desde a Antiguidade, adquirindo proporções ainda maiores durante os séculos XVIII e XIX (SÁ, 1995: 23). Assim como a prática do abandono, o acolhimento de crianças alheias também é comum. Muitas pessoas aceitaram no seu ambiente familiar filhos de vizinhos, parentes, amigos; fosse para compensar a falta de condição financeira dos pais, ou para que as crianças se tornassem aprendizes em algum ofício. Dentre essas estavam também as crianças que tinham sido abandonadas por seus pais.

A preocupação com as crianças abandonadas foi refletida nas legislações. Grande parte dos países europeus possuía leis que estabeleciam os procedimentos que deveriam ser tomados quando uma criança era abandonada. Dentre esses países podemos destacar Portugal, que teve nas *Ordenações Manuelinas* a sua primeira legislação destinada a essas crianças.

Essa Ordenação procurava estabelecer quem seria o responsável pelos gastos da criação das crianças. De acordo com Isabel dos Guimarães Sá,

Embora se mantivesse o principio de que o pai, casado ou solteiro, devia custear a criação do filho, (...) se o pai não podia pagar, pagava a mãe; no caso de nenhum deles o poder sustentar, os parentes da criança deveriam fazê-lo. No caso de não ser possível qualquer uma destas três hipóteses, a comunidade mandava a criança para os hospitais ou *albergarias* que se encarregavam da assistência aos pobres, que pagariam o sustento das crianças através dos seus fundos. Finalmente, na inexistência desses hospitais, as crianças deveriam ser criadas através de fundos dos concelhos; se estes os não tivessem, um imposto especial – a finta dos expostos – podia ser cobrado aos habitantes [grifo da autora] (SÁ, 1995: 89).

Ao verificarmos as *Ordenações Filipinas* percebemos que não houve muitas modificações se comparadas com as *Ordenações Manuelinas*. Segundo elas, quando não houvesse na localidade “(...) Hospitais e Albergarias, se criarão [os expostos] a custa / das rendas do Concelho (CÓDIGO FILIPINO, 2004: Livro 1, tit.LXXXVIII, 67 § 9. p.211)”. As *Ordenações* também recomendavam o bom tratamento aos enjeitados, exigiam que todas estas crianças fossem socorridas independentemente de sua cor, e que todas fossem livres.

Desde o século XII até o século XIX houve a criação de Rodas e Casas de Expostos em diversos países da Europa e nas suas respectivas colônias. Como afirmam as *Ordenações Filipinas*, nos locais onde não havia essas instalações, a assistência dos expostos era

* Universidade Federal de Ouro Preto, Mestranda em História, bolsista PROPP/UFOP.

responsabilidade dos Concelhos, que deveriam encontrar uma pessoa para criar a criança e custear a sua criação. Porém, as rodas dos expostos não eximiam as Câmaras Municipais das despesas com a assistência às crianças abandonadas. Podemos citar o exemplo do Senado do Rio de Janeiro que, em 1778, após a exigência de D. Maria I, assistia a Misericórdia local com 800\$000 réis (SOUZA, 1999: 49).

O objetivo desse trabalho é analisar a assistência aos expostos na cidade de Mariana, onde, assim como em outras localidades de Minas Gerais durante o século XVIII, esta responsabilidade recaiu principalmente sob as Câmaras Municipais.¹ Através dos Registros de Receita e Despesa perceberemos o impacto da assistência nas finanças públicas a partir de meados do século XVIII, época em que o número de expostos matriculados e consequentemente, a verba destinada ao pagamento pelas criações começou a aumentar.

A Câmara Municipal de Mariana e a assistência aos expostos

Como foi dito anteriormente, a Câmara Municipal de Mariana foi responsável pela assistência às crianças abandonadas a partir das primeiras décadas do século XVIII até meados do século XIX. A assistência era prestada da seguinte maneira: a Câmara Municipal era informada quando uma criança abandonada era encontrada, registrando-a no Livro de Matrícula de Expostos, onde deveria constar o nome da pessoa que desejasse criar a criança mediante um pagamento, que poderia durar até a criança completar sete anos.

A ausência de funcionários na colônia portuguesa responsáveis por recolher os enjeitados, pai ou mãe dos expostos como eram chamados na Metrópole, “possibilitava que fossem mais presentes as simulações e estratégias particulares com vistas a beneficiar-se do auxílio público” (SOUZA, 1999: 49), ou seja, aumentava a possibilidade de pais matricularem seus filhos como se fossem expostos para receber os pagamentos da Câmara Municipal.

Podemos perceber a preocupação da Câmara de Mariana quanto a essas fraudes através na nota de encerramento da Receita e Despesa do ano de 1752, que trata sobre as despesas do dito ano: *Vejo a excessiva despesa que faz este Conselho com a criação dos enjeitados mulatos e crioulos; que até nessa ação há gente de tão larga consciência, que procuram utilizar-se por este sinistro meio, fiados na aceitação, que a Câmara faz de tais*

¹ Em 1720 na cidade de Mariana foi construída pela Irmandade da Misericórdia a Capela de Santana, e em 1736 a Casa de Misericórdia, cujo hospital existiu até meados do século XVIII. Porém, não sabemos se elas tiveram alguma participação na criação dos expostos.

inocentes, quando é de presumir não concorrer a qualidade de verdadeiro enjeite; mas sim um conluio entre pais, ou mães, com os apresentantes, fingindo a exposição deles só para[ao lição] que esperam: Sendo maior fundamento para esta credolidade a lassidão com que neste país se não faz caso, que as mulatas, e pretas cheguem a pejar; pois ou sejam escravas, ou forras nenhum descrédito se segue a semelhante casta de gente de se lhe saber do sucesso da sua leviandade, e assim não sendo por esta causa, menos pode obrigar a razão da pobreza para haverem tantos enjeitados, porque para a primeira criação, bastante é [anual] providência que tem as próprias mães, principalmente não sendo esta de qualidade de que trata a Ord.Lº.1º.ttº.87 § 11(...) (AHCMM, Códice 176, fls. 38 – 38v).

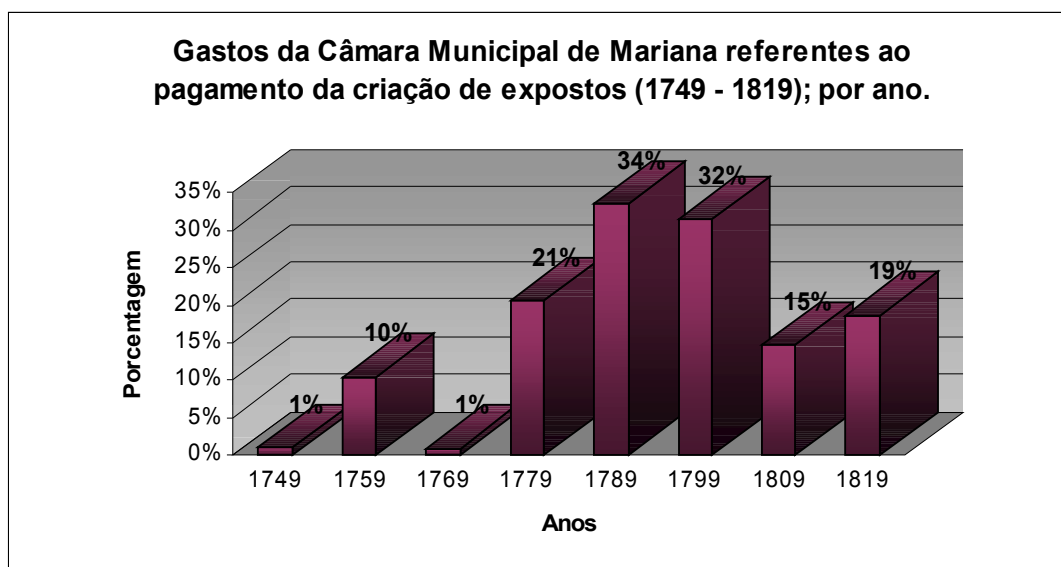
Através do trecho transcrito acima, percebemos a preocupação com os altos gastos que a Câmara direcionava ao pagamento de expostos e a sua tentativa de evitar fraudes por parte de pais e mães que tinham como objetivo aproveitar destes pagamentos. Interessante também notarmos que, logo no princípio, é destacado a insatisfação com os altos gastos com a criação de expostos mulatos e crioulos, além de afirmarmos que as mães pretas e mulatas eram mais propensas a fingir a exposição de seus filhos.

Laura de Mello e Souza, através da análise do Livro de Matrícula de Expostos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM), constata que no ano de 1753, ou seja, um ano após o documento acima, a Câmara se recusou a pagar a criação de três crianças mulatas (SOUZA, 1999: 63 – 79). A autora considera esse ato como uma discriminação racial, porém, através do documento, também podemos associar a essa recusa a preocupação da Câmara com o elevado número de expostos matriculados e as altas despesas que estavam sendo destinadas aos criadores.

Souza também destaca um caso ocorrido em 1762 do exposto negro que foi devolvido ao seu senhor após descobrirem que era filho de uma escrava (SOUZA, 1999: 63 – 79), o que contrariava a lei, que declarava que todos os expostos eram considerados livres e não poderiam ser escravizados. Porém, percebemos que na prática isso não ocorria. Vejamos uma outra parte do documento citado acima: *Quanto aos pretos mando que se não aceitem não só pelas razões acima ponderadas, mas também para se evitar assim o prejuízo de terceiros; considerando na maliciosa cautela, com que as mães (comumente escravas) ocultam os feitos, e os expõe para ficarem libertos, o que assim não sucederá, fechando a eles as portas à sua maldade com esta privação; porque ainda na duvida de os aceitarem, ou não em outra parte não é de presumir, que o amor paternal os deixe expostos a morrerem por falta de criação* (AHCMM, Códice 176, fls. 38v – 39).

A principal justificativa da Câmara pra tais recusas era os altos gastos que estavam sendo direcionados para o pagamento das criações dos expostos. Entre 1711 e 1800, a média deste gasto foi de 16% (BRANDÃO, 2005: 44), porém no final do século XVIII eles chegaram a atingir mais de 30% das despesas da Câmara.

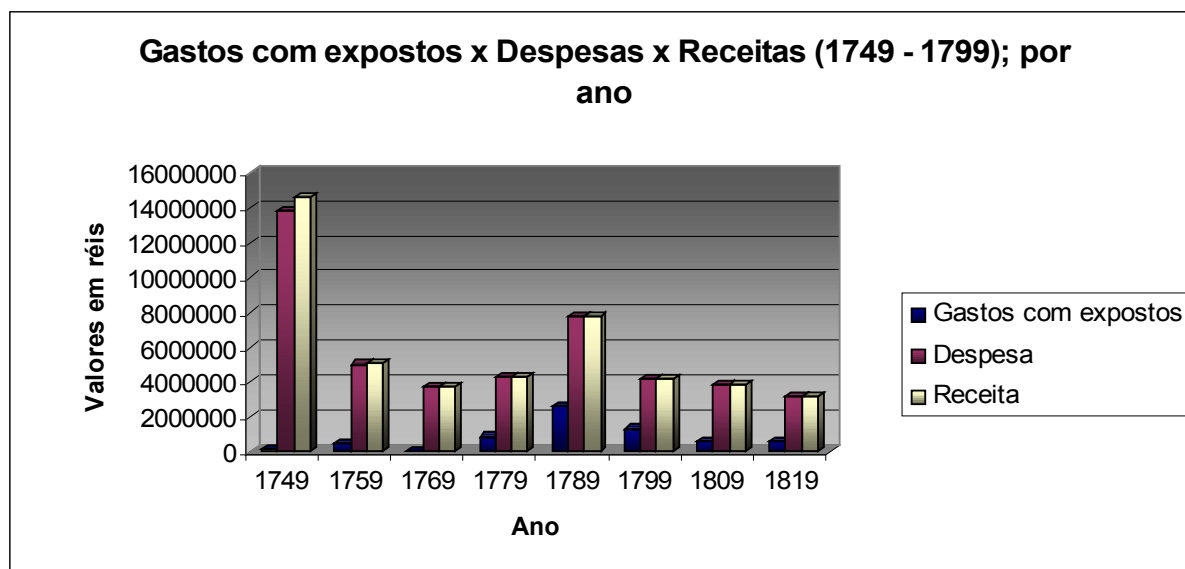
GRÁFICO 1



Fonte: DAMASCENO, Nicole de Oliveira Alves. *A criação de expostos em Mariana (1748 – 1822)*. Monografia de Bacharelado em História. UFOP, 2005. p. 23.

Através do Gráfico 1, percebemos que após um aumento de 9% do total de gastos com o pagamento pela criação dos expostos no ano de 1759, esse valor foi reduzido, chegando novamente a 1% em 1769. Podemos associar dois motivos a esta diminuição. O primeiro deles é a redução do número de crianças assistidas no dito ano. Enquanto em 1759 doze pessoas receberam pela criação de expostos, em 1769 apenas 2 pessoas receberam. O segundo motivo é a redução do valor recebido por mês pelos criadores. Laura de Mello e Souza demonstra que os criadores que matricularam as crianças na Câmara após 1760 receberiam 2 oitavas por mês em vez das 3 oitavas que estavam sendo pagas anteriormente (SOUZA, 1999: 47 – 62); mais um indicativo que a Câmara procurava reduzir os gastos com a assistência aos expostos. Porém, ao invés de diminuir os gastos, eles se tornaram cada vez maiores, principalmente no final do século XVIII.

GRÁFICO 2



Fonte: AHCMM, Listas de Receita e Despesa da Câmara de Mariana, 1749-1819.

O aumento dos gastos com a criação dos expostos ocorreu devido o aumento das crianças matriculadas na Câmara, o que nos leva a sugerir que, a partir da década de 1750, o declínio da extração aurífera, apesar de não ter inviabilizado a vida em Mariana, causou o empobrecimento da sua sociedade. Logo, esta se tornou menos capacitada para absorver informalmente as crianças abandonadas, recaindo cada vez mais a responsabilidade sobre a Câmara. Esta crise pode ser percebida através do gráfico 2, que nos mostra uma redução das receitas da Câmara a partir do ano de 1759.

Também podemos relacionar com o aumento da exposição de crianças o aumento populacional. Segundo Carla Almeida, a partir da década de 60, Mariana apresentou uma expansão do seu território em decorrência do declínio da atividade mineratória, aumentando consequentemente a sua população (ALMEIDA, 1994: 52-53). Outra hipótese que podemos relacionar com esse aumento nos gastos da Câmara com os expostos é o fato de que, para a população, abandonar seus filhos tornou-se cada vez mais um ato aceito pela sociedade, apresentando-se como uma prática comum entre seus habitantes. Assim como abandonar os filhos, a prática do acolhimento também se tornou prática comum.

Porém, a partir do século XIX o que observamos é um decréscimo destes gastos. Não sabemos afirmar qual foi a causa desta diminuição, porém, ao analisarmos o Gráfico 2,

percebemos que no início do século XIX ocorreu também um decréscimo nas receitas da Câmara de Mariana. É importante citar que grande parte das petições encontradas no AHCMM de pessoas que reclamam à Câmara pagamentos atrasados pela criação de expostos data deste século; logo, podemos supor que essa diminuição apresentada nos gráficos não representa necessariamente uma diminuição do número de crianças abandonadas, mas sim uma dificuldade por parte dos criadores de receber seus pagamentos da Câmara. Todavia, acreditamos que esse não é o único fator que possa justificar a diminuição, já que esta também ocorreu em outras localidades onde se praticou a assistência aos expostos (ARAÚJO, 2005: 79).

Conclusão

Mariana foi uma das localidades que prestou assistência às crianças abandonadas durante os séculos XVIII e XIX, sendo da Câmara Municipal esta responsabilidade. Porém, a assistência nem sempre era vista com bons olhos pelos funcionários camarários, que viam boa parte das despesas da Câmara sendo destinadas aos pagamentos pela criação de expostos.

Algumas medidas foram tomadas com o objetivo de diminuir estes gastos. Dentre eles, podemos citar a tentativa por parte da Câmara de evitar fraudes por parte de pais que, fingindo a exposição de seus filhos, tinham o objetivo de se beneficiarem dos pagamentos. É nesse contexto que podemos entender a recusa de custear a criação de três crianças mulatas em 1753. Seguindo a mesma linha, convém destacarmos também a determinação da Câmara em não pagar a criação de expostos pretos, afirmando que, por provavelmente serem filhos de escravas, terceiros estariam sendo prejudicados.

Outra medida foi a redução do pagamento destinado aos criadores de 3 oitavas para 2, a partir de 1760. Porém, ao invés da diminuição dos ditos gastos, o que percebemos foi o seu aumento, principalmente no período em que as receitas da Câmara Municipal de Mariana começaram a decair. Para justificar este aumento, podemos citar um aumento populacional ocorrido após a diminuição da extração aurífera, além do empobrecimento da população, tornando-a menos capacitada de acolher crianças sem a ajuda da Câmara.

Quanto a redução a partir do século XIX, não sabemos afirmar qual foi a causa. Porém, se considerarmos que a Câmara Municipal de Mariana pode ter deixado de cumprir

com seu acordo, não pagando pela criação de alguns expostos, é incorreto afirmar que esta redução significou necessariamente uma diminuição no número de crianças abandonadas.

No entanto, podemos considerar que a assistência prestada aos expostos pela Câmara Municipal de Mariana foi efetiva. Apesar de algumas restrições, como a recusa pelo pagamento de crianças mulatas e negras, a preocupação constante de evitar fraudes por parte dos pais, a possibilidade que os criadores tinham de não receberem seus pagamentos em dia, e até mesmo a redução do pagamento a partir de 1760, a Câmara foi obrigada a destinar parte de seus recursos aos criadores de expostos. No final do século XVIII, dentre todas as outras despesas, mais de 30% era destinada a esta assistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Fontes primárias manuscritas

. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

- Registros de Receita e Despesa (1748-1822) – códices 73; 75; 121; 124; 141; 151; 176; 201; 202; 277; 333; 373; 382; 384; 649; 660; 701.

- Fontes primárias impressas

Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandato d'el-Rei D. Felipe I. Ed. Fac-similiar da 14ª ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821 / por Cândido Mendes de Almeida. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. v.38 – 4 Tomos – (Edições do Senado Federal).

- Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações das unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750 – 1850*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 1994.

ARAÚJO, Cíntia Ferreira. *A caminho do céu: a infância desvalida em Mariana (1800-1850)*. Dissertação de Mestrado. UNESP, 2005.

_____. *O destino dos expostos: Trajetória social de crianças abandonadas em Mariana, 1800-1830.* Monografia de Bacharelado, UFOP, 2002.

BRANDÃO, Michelle Cardoso. *Estado e Quadro Fiscal na Era Moderna: Portugal e Brasil.* Monografia de Bacharelado em História, UFOP: 2005.

DAMASCENO, Nicole de Oliveira Alves. *A criação de expostos em Mariana (1748 – 1822).* Monografia de Bacharelado em História. UFOP, 2005.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX.* Campinas, SP: Papyrus, 1999.

Historiografia e a retórica do atraso do antigo norte de Goiás, atual Tocantins

Noeci Carvalho Messias*

A historiografia nos revela que ao longo de sua trajetória o antigo norte do estado de Goiás, hoje Tocantins, foi considerado símbolo do atraso, em contrapartida havia também a idéia de riquezas em razão da abundância dos recursos naturais. Com a criação do estado do Tocantins em 1988, o discurso gestado apropria-se da idéia de que a utilização dos recursos naturais seria o caminho a ser trilhado para superar a situação de “atraso” e de “abandono” a fim de torná-lo um Estado moderno. Neste contexto processou-se uma invenção ideológica do estado do Tocantins respaldada na dicotomia atraso / modernidade. Neste sentido, este texto visa refletir sobre a idéia de atraso que legitima a criação do estado do Tocantins.

A concepção de atraso¹ associada à região norte de Goiás em detrimento do sul vem de longos anos. Oliveira (1997), em sua dissertação de mestrado *Um Porto no sertão*, faz referências a essas reclamações² “A região norte tem permanecido segregada dos grandes centros de vida e do progresso, sem a mínima e a mais leve comunhão nas vantagens e benefícios prodigalizados ao sul de Goiás” (NORTE DE GOYAZ, nº 13 e nº 21 de 1906 apud OLIVEIRA, 1997, p. 29).

Palacin & Moraes em seus estudos sobre a história de Goiás faz referência à crise econômica em que se encontrava a região norte e destaca a importância da utilização do rio Tocantins como instrumento resoluto do problema. Os autores salientam que nas primeiras décadas do século XIX a capitania de Goiás encontrava-se em intensa crise econômica, por conta da decadência da mineração ou desaparecimento do metal precioso. Nesse sentido, D. João, Príncipe Regente, visando os seus objetivos de expansão mercantilista adotou como estratégias “salvadoras” incentivos à agricultura, à pecuária, ao comércio e à navegação dos rios. Veja a seguir o destaque dos autores

Assim, várias medidas resolutivas foram tomadas. Dentre elas a incrementação à navegação dos rios Araguaia e Tocantins. “Canoas e montarias carregadas de algodão, açúcar, fumo, couros, solas desceram o grande rio indo ter às praças do Pará, principalmente entre os anos de 1805-1808” (PALACIN & MORAES, 1986, p.41-42).

* É Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás.

¹ Entende-se atraso como sinônimo de decadência, as quais estão associadas as imagens da pobreza, do ócio, da preguiça, do abandono, periférico entre tantos outros adjetivos equivalentes

² Sobre as condições de atraso da região norte de Goiás ver: PALACIN, 1986, CAMPOS, 1987.

Inúmeras foram às queixas e denúncias de que o norte goiano encontrava-se abandonado e esquecido em detrimento da exploração do sul de Goiás, uma vez que os impostos recolhidos eram aplicados somente na região norte. Uma descrição de Palacin nos dá a oportunidade de perceber estas tensões

[...] aqui não há estradas, apenas trechos; quando um habitante dos nossos sertões viaja pelo estado, vindo no sul e nas imediações da capital aquelas estradas largas, munidas de boas pontes sobre todos os rios caudalosos, lendo também nos jornais de Goyaz as despesas feitas com conserto de estradas e pontes e nada se fazendo para o norte, lastima-se da sorte e vai até desejar que seu torrão natal fosse pertencente ou à Bahia ou ao Maranhão, ou ao Pará. Talvez de lá viessem alguns melhoramentos à sua sorte, alguns benefícios à sua indústria, algum auxílio às suas empresas. (PALACIN, 1990, p.80).

Campos (1987, p. 41) ao destacar a respeito da situação de isolamento de Goiás ressalta que a mineração e a proibição de utilização de outros caminhos senão os das minas auríferas foram os fatores responsáveis pela suspensão da navegação fluvial pelos rios Araguaia e Tocantins³ e pela manutenção do isolamento. A efetiva utilização desses rios teria favorecido o Estado a superar, no passado, o seu isolamento.

Esta também era a posição do governo português no século XIX objetivando reorganizar a economia do norte goiano tomou várias medidas salvadoras, entre elas a divisão da Província em duas comarcas e a nomeação do desembargador Joaquim Teotônio Segurado como ouvidor responsável pelo desenvolvimento econômico da Comarca do Norte. E nesse sentido as narrativas de Alencastre são bastante esclarecedoras

[...] criar uma Companhia de comércio no arrayal de Thahiras, com o objetivo de negociar com a cidade do Pará pelo rio Tocantins; isenção dos dízimos por um espaço de tempo de dez anos aos lavradores que fundassem estabelecimentos agrícolas nas margens dos rios Tocantins e Araguaia; criação de presídios à margem dos rios para proteger o comércio, auxiliar a navegação e aproveitar o trabalho dos naturais no cultivo da terra. (1979, p. 114).

Observa-se que o norte de Goiás passou a ser visto como oposição política e atraso econômico, em relação ao sul. Esta configuração oposta iniciada no século XVIII continuará ao longo dos tempos, tendo seu desfecho da década de 80 do século XX, com a criação do estado do Tocantins.

³ A proibição da navegação nos rios Araguaia e Tocantins foi adotada, através do Alvará de 27/10/1733, a fim de combater o contrabando de ouro (PALACIN, & MORAES, 1986;). Ver também (DOLES, 1973; OLIVEIRA, 1997).

O desejo secular de separação, bem como a emancipação política entre norte e sul volta à tona no contexto anteriormente referido, através de um grupo composto por profissionais liberais e autoridades políticas da região do Tocantins que criaram a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano – Conorte. A constituição desse grupo teve como objetivo reorganizar a luta em prol da autonomia através da reunião de idealistas interessados a lutar pela criação do estado do Tocantins. Veja na descrição a seguir que a preocupação continua sendo o rompimento com o secular atraso

Precisamos mobilizar o povo nortense em defesa do fortalecimento da estrutura socioeconômica, política e cultural da nossa região, afinal que somos nós, tocantinenses ou nortenses? É preciso conscientizar a população de sua realidade atual, de suas necessidades e de seu potencial humano e econômico, potencial esse que poderá ser empregado na construção de um Estado autônomo, como fórmula eficaz de superar, em prazo mais imediato, seu secular atraso. (ESTADO DO TOCANTINS, 1982, p. 8).

Nos primeiros anos da década de 1990 ocorreu uma invenção ideológica do estado do Tocantins. Se por um lado, ao longo da história imperou no imaginário da população um sentimento de atraso daquela região, por outro, o desejo de progresso, a partir da criação do estado, proporcionou a idéia de invenção de um território. Para que o estado se organizasse e superasse aquele estágio considerado inferior eram necessárias mudanças no sentido de romper com aquele passado. Tais mudanças requerem a construção de grandes obras, a exemplo das hidrelétricas e hidrovias. Prado (1999) salienta que esse tipo de interpretação pesa sobre a sociedade e contribui para a configuração de uma auto-imagem nacional mais positiva ou mais negativa e que as soluções políticas estão ligadas por possibilidades e por repertório de idéias, imagens e símbolos dado pela história dessa sociedade.

Seguindo a linha desse raciocínio, a implementação da hidrelétrica do Lajeado no rio Tocantins é uma apropriação da idéia de que a utilização dos rios Araguaia e Tocantins seria a redenção para tirar o estado do Tocantins da situação de atraso e de abandono e para além disso transformá-lo num Estado moderno.

Neste contexto, Motter; Lunckes e Mendonça (2002, p.71) assinalam muito apropriadamente sobre a vocação do novo Estado brasileiro. As autoras em sua análise argumentam que

[...] no discurso, a idéia de progresso e modernidade do Tocantins está ligada a uma apologia de expansão. A vocação do Tocantins como região do eldorado, da esperança

e da oportunidade, faz deste um organizador e gestor de políticas territoriais que promovem a expansão através da construção de estradas, ferrovias, hidrovias e principalmente hidrelétricas.

Não é meu propósito neste texto mostrar a grandeza quantitativa dos chamados “projetos de desenvolvimento” ali desenvolvidos nem os vários impactos ambientais, sociais e culturais provocados por estes. No entanto, faz-se necessário uma breve descrição para fundamentar a tese de que o *marketing* político apropria-se da idéia de que a utilização dos recursos naturais consiste no melhor caminho a ser seguido para transformar o Tocantins em sinônimo de modernidade, rompendo assim com a situação de “atraso” e de “abandono” a tanto propagada.

Os grandes projetos são usualmente denominados *projetos de desenvolvimento*⁴ (RIBEIRO, 1991). Ribeiro ressalta que é necessário conhecer a multiplicidade de instituições e de atores sociais envolvidos em seu planejamento e em sua execução para se compreender as características dos chamados “projetos de desenvolvimento”, bem como as mudanças sociais causadas por eles. Tais projetos, além de envolverem complexos relacionamentos entre o capital financeiro, o industrial e os Estados-Nações em diferentes áreas do planeta, causam enorme desagregação e danos para as populações locais. Eles envolvem uma totalidade complexa de fenômenos humanos. Esses projetos desestruturam os modos tradicionais de viver das populações locais, deslocam e relocalizam pessoas e como medidas compensatórias implementam uma nova infra-estrutura muitas vezes alheia às tradições, aos costumes e aos desejos das populações atingidas. E, assim, a paisagem física e social é alterada e redesenhada no sentido de se tornar adequada às necessidades do projeto. Os grandes projetos, no caso do Brasil, são prioritariamente implementados em regiões mais afastadas dos grandes centros e onde a população não tem clareza do que sejam eles e muito menos os direitos que possuem. Tais projetos trazem em seu bojo a proposta de transformar uma determinada região que é considerada atrasada gerando empregos, melhorando a qualidade de vida e, sobretudo, proporcionando desenvolvimento e progresso.

Observa-se que a proposta dos grandes projetos de desenvolvimento casou bem com a história de abandono e atraso construída ao longo dos anos sobre o antigo norte de Goiás, ao mesmo tempo em que se apropria desse passado para justificar as mudanças necessárias para construir um Estado novo e moderno. Assim, com a intenção de concretização do discurso de

⁴ Grifo é meu.

modernidade visando por fim ao ‘atraso’ do Tocantins, está sendo implementado um complexo de hidrelétricas na região, em especial no rio Tocantins⁵.

No contexto desse discurso foi construída nesse rio, nos municípios de Lajeado e Miracema, a hidrelétrica de Lajeado que teve como propósito a modernização do novo Estado. Os estudos de impacto ambiental (EIA)⁶ realizados na região de abrangência da hidrelétrica e da formação do lago constataram a riqueza da diversidade da fauna e da flora com elevado número de espécies aquáticas e de brejos, ainda não estudada pela ciência e pouco comum em regiões do cerrado (RIMA, 1996, p.19).

O lançamento da pedra fundamental da hidrelétrica de Lajeado ocorreu em 3 de julho de 1998, quando foi batizada com o nome de *Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães*, em homenagem ao ex-deputado federal da Bahia, falecido naquele ano. Conforme consta no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) a perspectiva da usina era produzir 950 *megawatts* de energia em um reservatório de 750 Km² de área total.

Enquanto a obra avançava deslanchou-se uma série de atos de resistências ao empreendimento. Assim, várias ações coletivas foram desencadeadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outras entidades sociais. Essas ações consistiam em seminários, audiências e reuniões, no sentido de alertar a população quanto às perdas e aos problemas que iriam lhes causar esse empreendimento, bem como os custos sociais aplicados no projeto. Representantes do movimento foram a Brasília denunciar aos órgãos federais, tais como: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Comissão dos Direitos Humanos, Ministério Público, entre outros, as irregularidades da obra e exigir que os seus direitos fossem respeitados. Simultâneo ao movimento de resistência dos atingidos pela barragem o território do povo indígena Xerente, embora a jusante sofreu impactos e estes povo também enfrentou inúmeros conflitos e tensões em seu processo de negociações com a empreendedora.

⁵ v Já foram construídas seis hidrelétricas ao longo do rio Tocantins, sendo: Tucuruí (PA), Serra da Mesa (GO), Canabrava (GO), Peixe (TO), Lajeado (TO), São Salvador (TO) e de Estreito (TO) em fase de conclusão.

⁶ Exigido a partir da Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Esta Resolução é um dos instrumentos da política nacional do meio ambiente que dispõe sobre os procedimentos relativos aos EIA-RIMA, para se iniciar o processo de licenciamento para implantação de empreendimentos que causem danos ao meio ambiente. O patrimônio cultural está parcialmente contemplado nesta Resolução, pois considera como parte do meio sócio-econômico “os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade”. Por conseguinte, devem estar contidos tanto no diagnóstico como na previsão de impactos e proposto nas medidas mitigatórias (MIGLIACIO, 2002, p.67) e disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/leis_internet/geral/licen/resconama186.htm.

No período de janeiro de 1999 a junho de 2002, morando no Tocantins acompanhei as discussões junto aos movimentos sociais e através da mídia acompanhei a greve dos trabalhadores braçais da hidrelétrica por melhores condições de trabalho; participei de seminários, manifestações e debates em torno dessa problemática e de toda essa mobilização, visto que naquele momento fazia um trabalho de militância no movimento social.

Não será possível esboçar aqui os inúmeros conflitos, desafios, avanços e recuos travados pelo movimento de resistência no processo de negociação junto aos atores sociais envolvidos, a saber: empreendedora Investco⁷, o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins)⁸, o IBAMA, entre outros. Embora considere estes conflitos profundamente significativos no sentido de questionarem as ações arbitrárias por parte da empreendedora e do poder público. Além de terem revelado um movimento que traz a afirmação do desejo pela manutenção de suas tradições⁹ as quais são colocadas em jogo quando o assunto é modernidade.

Em 5 de outubro de 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso participou do acionamento da primeira turbina e com uma frase de efeito disse: **“O Tocantins virou mar, virou mundo”**¹⁰. Ele ressaltou com uma frase de efeito que com essa e outras hidrelétricas que seriam construídas o estado do Tocantins iria “inundar o Brasil de eletricidade”, além de torná-lo cada vez mais moderno.

Pode-se afirmar que embora a região norte ao longo de sua trajetória tenha sido considerada como o símbolo do atraso, por outro lado sempre houve a idéia de riquezas em razão da abundância dos recursos naturais especialmente os hídricos. Nesse sentido, com base nas leituras conclui-se que a superação do atraso era e continua sendo a exploração do rio Tocantins.

Acredita-se que o rio Tocantins não proporcionou maior progresso àquela região em razão da formação física deste que comporta, ao longo do seu leito, corredeiras e cachoeiras, sendo em muitos lugares pouco profundo. Essas características naturais do rio eram e são entendidas como entraves à navegação, fato que leva ao planejamento e implementação de hidrelétricas porque com o represamento do rio e conseqüentemente com a formação do lago será facilitado o tráfego de barcos de grande porte para o escoamento da produção

⁷ Investco – empreendedora da hidrelétrica de Lajeado.

⁸ Naturatins – órgão estadual responsável pelo meio ambiente.

⁹ Para saber mais sobre movimento de resistência as barragens ver: R. Parry Scott, 1994.

¹⁰ O grifo é meu.

agropecuária. Com este propósito as autoridades políticas regionais anunciam a construção da hidrovia Araguaia-Tocantins com o intuito de incrementar a navegação que há tempos foi considerada como medida salvadoracionista da problemática do atraso.

Observa-se que para o estado do Tocantins, desenvolver significa, obrigatoriamente, construir grandes obras, especialmente hidrelétricas e hidrovias, e conseqüentemente solucionar as marcas do atraso e do abandono. Mesmo que os impactos destas obras impliquem em perdas irreparáveis do ponto de vista social, ambiental e patrimonial.

Referências

- ALENCASTRE, José Martins. *Anais da Província de Goiás: 1863*. São Paulo: Ipiranga, 1979.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1987.
- MOTTER, Ana Elisete; LUNCKES, Marisete Cristina Soares; MENDONÇA, Jarbas da Silva. *A construção da identidade regional tocantinense (1989-2000)*. In: Revista Fontes. UNITINS, Centro de Pesquisa Histórico Cultural do Tocantins. Ano: 1 nº 1. Palmas, 2002.
- OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Um Porto no Sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910*. Dissertação de mestrado. UFG, Goiânia, 1997.
- PALACIN, Luís e MORAES, Maria A. de Sant'Anna. *História de Goiás. (1722-1972)* 4ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1986.
- PALACIN, Luís. *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista*. São Paulo: Loyola, 1990.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *Natureza e identidade nacional nas Américas*. In: América Latina no século XIX: tramas, telas e textos. Bauru: EDUSC, São Paulo: EDUSP, 1999. p.179-218.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *Empresas Transnacionais: Um grande projeto por dentro*. Ed. Marco Zero e ANPOCS, Tradução de Marcos Bagno, São Paulo: 1991. Tese de Doutorado.
- RIMA – *Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente – UHE Lajeado - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (THEMAG – Engenharia e Gerenciamento Ltda)*: Novembro/1996.

O Estatuto do Real Histórico: Problemas e Perspectivas

Olivia Macedo Miranda Cormineiro¹

O objetivo desta comunicação é propor uma reflexão sobre a produção do conhecimento histórico especificamente no que se refere ao estatuto do real, ou seja, em termos específicos o que pretendo discutir são algumas perspectivas sobre a base empírica da história. Tal abordagem pretende considerar problemas levantados por Hannah Arendt, E. P. Thompson e Hayden White acerca do real e da validade do conhecimento histórico, procurando compreender o que os aproxima e os distancia nesta discussão. Hannah Arendt ao refletir sobre qual a articulação entre verdade e política nos apresenta questões importantes sobre a relação da História com o real, denominando, esta filósofa, este último termo de matéria fatural. Esta pensadora em *Entre o Passado e o Futuro* procura discutir a relação entre verdade e mentira na política, apontando inicialmente a diferença entre verdade filosófica - ou racional - e verdade fatural. As verdades racionais seriam as “verdades matemáticas, científicas e filosóficas” e as verdades fatuais seriam as que dizem respeito à política e segundo Arendt as únicas passíveis de converterem-se em mentiras em função de sua infinitamente maior fragilidade:

As possibilidades de que a verdade fatural sobreviva ao assédio do poder são de fato por demais escassas; aquela está sempre sob o perigo de ser arditosamente eliminada do mundo, não por um período apenas, mas, potencialmente, para sempre. Fatos e eventos são entidades infinitamente mais frágeis que axiomas, descobertas e teorias – ainda que os mais desvairadamente especulativos – produzidos pelo cérebro humano, ocorrem no campo das ocupações dos homens, em sempiterna mudança, em cujo fluxo não há nada mais permanente do que a permanência, reconhecidamente relativa, da estrutura da mente humana (ARENDR, 1992: 288).

Porém, me parece, não ser apenas para a fragilidade da verdade fatural, no sentido de que ela possa ser apagada, que Arendt esteja apontando. Penso que ela esteja falando especialmente da diferença de status entre verdade fatural e verdade racional. Nesse caso, para o objetivo a que nos propomos, a questão seria evidenciar que o estatuto da verdade fatural seria bem mais difícil de delimitar e esclarecer, pois sua base seria na época moderna, em última instância, os negócios humanos, ao contrário da verdade racional que seria construída

¹Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, vinculada à Linha Trabalho e Movimentos Sociais. Bolsista CAPES.

para além das relações humanas. Nesta perspectiva, na visão de Arendt, a verdade racional, recolhida pelo filósofo fora do mundo, seria, ao ser comunicada na *res publica*, transformada em ilusão, tornando-se sua permanência impossível na dimensão política.

Portanto, conforme Arendt a marca dos tempos atuais seria o fato de que a verdade do filósofo não mais interferiria nos negócios do mundo, desistindo esta verdade de participar da política. A verdade racional estaria então restrita ao mundo do *sempiterno* o que poderia ter sido, como explica Arendt, o fim da disputa entre verdade e política, pois a verdade racional permaneceria fora dos jogos do poder, ou seja, fora da política. Entretanto, não se processa assim o problema do conflito entre verdade e política, pois se por um lado a verdade filosófica ao deixar a cena política encerra um capítulo da disputa entre verdade e ilusão, por outro lado a verdade fatural não pode deixar a arena deste conflito por ser este o espaço primordial de sua força. Não obstante, segundo Arendt, na disputa por poder a verdade fatural vem, paulatinamente, sendo expulsa da política e transformada em opinião:

O que me parece ainda mais perturbador é que, na medida em que as verdades fatuais inoportunas são toleradas nos países livres, amiúde elas são, de modo consciente ou inconsciente, transformadas em opiniões – como se o fato do apoio da Alemanha a Hitler, ou [...] a política do Vaticano durante a Segunda Guerra Mundial não fossem questão de registro histórico e sim uma questão de opinião. (ARENDR, 1992: 294)

Talvez seja pertinente, como propõe Arendt, perguntar se não estaria na natureza do político opor-se sempre à verdade. Surge aqui um paradoxo, pois se por um lado a oposição entre filosofia (verdade racional) e opinião (situada no mundo dos homens) é compreensível uma vez que ao penetrar na praça pública, a verdade filosófica, altera sua natureza e se torna especulação, ocorrendo “uma [...] modificação que não é meramente de uma espécie de raciocínio para outra, mas de um modo de existência para outro”. (ARENDR, 1992: 294). Por outro, no que concerne à verdade fatural esta se insere plenamente no mundo político, ou seja, apesar do conflito entre verdade fatural e política serem eternos, não há a possibilidade de qualquer das duas dimensões desistirem da disputa, pois ambas estão irremediavelmente ligadas pela ação humana. De qualquer forma a verdade fatural, como afirma Arendt, “relaciona-se sempre com outras pessoas: ela diz respeito a eventos e circunstância nas quais muito são envolvidos; é estabelecida por testemunhas e depende da comprovação.” (ARENDR, 1992: 295).

Penso que em sentido mais amplo as questões levantadas por Arendt relacionam-se às disputas que durante a década de 1980 irromperiam no debate e também na prática

historiográfica. A saber, este debate seria a culminância da crise de autoridade que se iniciou na década de 1960. Esta crise não se restringiu ao mundo do conhecimento, estando relacionada intrinsecamente com a crise capitalista e articulada à crítica aos regimes totalitários. Nesse caso, não é apenas à política que devemos atentar, mas aos sistemas, ideólogos e ideologias que buscavam sustentar os autoritarismos. Nesse último sentido, Foucault talvez tenha razão, guardadas as devidas ressalvas, ao afirmar que a repressão soviética foi o desfecho inevitável de uma teoria revolucionária utópica (o marxismo) que recorria quase sempre às mesmas técnicas e sistemas de conhecimento presentes no modo capitalista que buscava substituir.

Entretanto, para nossos objetivos, é imprescindível ter claro que esta crise de autoridade questionava profundamente a legitimidade do conhecimento produzido sobre a realidade, fosse ciência, política ou História. Thomas Kuhn é um dos pensadores que polemizou esta questão ao afirmar a relatividade do conhecimento científico, asseverando que

Os defensores de teorias diferentes são [...] membros de comunidades de cultura e linguagem diferentes. Reconhecer esse paralelismo sugere, em certo sentido, que ambos os grupos podem estar certos. Essa posição é relativista [...]. Mas quando aplicada à ciência, ela pode não sê-lo e, de qualquer modo, está longe de um simples relativismo [...] (OLIVEIRA, 2002: 03).

Se aplicássemos a proposição de Kuhn às ciências humanas poderíamos afirmar que as Histórias produzidas por historiadores do socialismo real, do nazismo ou, em sentido diverso, do capitalismo seriam sempre relativas à posição que assumissem estes “contadores de histórias” em suas respectivas sociedades e culturas. Nesse sentido, um dos problemas a investigar é saber se processos díspares, em perspectivas paradoxais e dependentes de contingências, poderiam vir a resultar seja em uma verdade, seja em conclusões prováveis acerca da natureza da realidade.

Esta é uma questão fulcral, pois Arendt busca demarcar o problema da materialidade do fato, ou melhor, da matéria fatural. Esta pensadora reconhece que o fato (histórico/social) é indubitavelmente construído (representado segundo determinada perspectiva), porém nada, segundo a mesma, constitui “argumento contra a existência de matéria fatural, e tampouco pode servir como justificação para apagar as linhas divisórias entre fato, opinião e interpretação, ou mesmo como desculpa para o historiador manipular os fatos a seu bel-prazer”. (ARENDR, 1992: 296). Esclarecendo a seguir:

Mesmo que admitamos que cada geração tenha o direito de escrever sua própria história, não admitimos mais nada além de ter ela o direito de rearranjar os fatos de acordo com sua própria perspectiva; não admitimos o direito de tocar na própria matéria fatural (ARENDDT, 1992: 296)

É a própria Arendt que nos informa que esta matéria fatural “são dados [...] brutalmente elementares e cuja indestrutibilidade tem sido admitida tacitamente” (1992: 296). Obviamente esta definição é insuficiente, porém serve amplamente para designar um ponto chave nesta discussão: Arendt compreende e admite que não existam fatos que não sejam interpretados, mas defende tacitamente que exista algo intocável e elementar no vivido – politicamente partilhado pelas pessoas – que não pode ser corrompido. Esta parte incorruptível do fato, a matéria fatural, seria preservada por meio de um mecanismo de coerção, partilhado por todos que se propõem a contar a verdade. Este fator de coerção, segundo Arendt, teria a função de asseverar a validade e a veracidade do fato apresentado pelos contadores de verdade.

De modo similar o historiador E. P. Thompson, *na obra a Miséria da Teoria*, afirma que a realidade – o vivido – em sua totalidade é inapreensível. Não obstante, defende ter a evidência histórica determinadas propriedades que em última instância garantiria que qualquer coisa que não estivesse de acordo com estas propriedades estaria sujeito à desconfirmação, pois os acontecimentos passados não se modificam a cada investigador e a evidência é determinada. (1983: 51) Parece-me que Thompson ao declarar que as evidências, apesar de serem necessariamente incompletas e imperfeitas, possuem determinações impostas pelos acontecimentos passados que não podem ser modificados pelo presente, esteja apontando para algo que se aproxima da idéia de Arendt de que existiria um fator de coerção na verdade fatural. Ou seja, me parece que o que Thompson denomina evidência determinada possa ser considerado o elemento coercitivo que Arendt esclarece e denomina matéria fatural. Nesta perspectiva, Arendt nos oferece a argumentação de que a mentira (que se estivéssemos falando de verdade racional chamaríamos de falseamento) mesmo quando garantida pelo poder – do Estado ou da Ciência – não consegue substituir a verdade, pois a verdade se constitui, para usar um termo utilizado por Thompson, determinada. Em outras palavras, para Arendt a mentira “*jamais pode competir em estabilidade com aquilo que é, simplesmente porque calhou que fosse assim e não de outra maneira*” (1992: 318). Assim, o que para Thompson poderíamos denominar determinação da evidência seria para Arendt o “*estar-aí*” da verdade fatural.

Considero que a matriz racionalista da qual Arendt e Thompson fazem parte coloque-os em acordo no que se refere à existência de um passado real e fatural que antecederia às reconstruções históricas, mas que nem por isso este trabalho de reconstrução se resumiria a compilar tal passado. De fato, apesar de não interessar a Arendt esta questão, me parece que ambos consideram que reconstruir o passado depende de métodos e de interpretação. Entretanto, considero pertinente perguntar se seria o historiador “um contador de verdades”, como o quer Arendt? E mais: Seria a História capaz de narrar fatos verdadeiros?

Esta é uma questão de primeira ordem nesta discussão. Em primeiro lugar por ser uma dimensão das disputas da década de 1980 acerca da legitimidade da História e em segundo lugar por ser um desdobramento da crise de autoridade da qual falamos acima, portanto sempre uma questão polêmica. Hayden White é um dos expoentes de crítica virulenta contra a História. Em *Trópicos do Discurso* White defende que a pretensão da História em ser mediadora entre ciência e arte é um equívoco que confere sustentação a um tipo específico de crítica advinda tanto de cientistas sociais, quanto de artistas. Conforme este crítico, a pretensão da História em ser a junção e também a disjunção entre ciência e arte acaba por impedi-la de alcançar tanto o status de ciência como o de arte, pois segundo os cientistas sociais haveria na história uma falha metodológica, enquanto para o artista faltaria à história sensibilidade e vontade. (WHITE, 1994: 44).

De qualquer forma, em termos gerais, a questão central da virulência contra a História é a crença que esta faria perecer no homem sua vontade de agir, em função de uma pretensa mobilização das forças do presente em função de um passado. Neste caso seria este passado a razão única da existência de uma consciência histórica que segundo Nietzsche “erradica [ria] o futuro porque destr [uiria] as ilusões e priva [ria] as coisas existentes da única atmosfera em que podem viver” (WHITE, 1994: 44). Conforme H. White, Nietzsche, Heidegger, Jünger, Camus e Sartre estariam todos de acordo sobre o fato de que “o problema não era saber como o passado deveria ser estudado, porém se devia ser estudado” (1994: 50). Não obstante, H. White vai mais longe, seu questionamento não se detém na questão de dever ser ou não o passado estudado, avançando este crítico para o seguinte problema: haveria de fato passado? Segundo White, “o passado histórico, como os nossos diversos passados pessoais, é no melhor dos casos um mito que justifica o nosso jogo num futuro específico e, no pior, uma mentira, uma racionalização retrospectiva daquilo que de fato nos tornamos mediante as nossas escolhas” (1994: 51).

Para White a história é o fardo que o passado impõe ao presente. Este fardo, a história, assumindo a forma de valores, instituições e visões de mundo, seria o que conferiria à história sua autoridade especiosa. Novamente é necessário refletir sobre a afirmação de White de que a História, não poucas vezes, tem sido utilizada como meio de manter a capacidade de agir dos sujeitos sociais plenamente enclausuradas. Nesse sentido, num esforço para aproximar White a Arendt, seria possível dizer que a consciência histórica teria, quando objetivada na narrativa histórica, a pretensão de anular a ação humana, que “como todos os fenômenos estritamente políticos, está ligada à pluralidade humana, [sendo] uma das condições fundamentais da vida” (ARENDR, 1992: 92). Parece-me que Arendt, neste aspecto, concorda com White, pois ambos compreendem na História, como processo ou consciência histórica, um elemento imobilizador da ação humana. Não obstante, acredito que enquanto Arendt não pensa em renegar a História, procurando antes devolver-lhe sua dimensão do agir político, White abandona-a completamente, pois para este a função do historiador seria “libertar o presente do fardo da história” (1994: 53).

A proposta de White, sustentada pela argumentação acima, tem como condição prévia que os historiadores passem “a considerar as narrativas históricas como aquilo que elas são: ficções verbais [...]” (1994: 98). Neste caso, retornando ao problema levantado acima, de serem ou não os historiadores contadores de verdade, podemos responder que para White certamente não. Na verdade H. White questiona ampla e profundamente a autoridade dos relatos históricos em narrar fatos, pois em sua concepção o que constituiria os próprios fatos seria o problema da escolha da metáfora adequada à história que o historiador quisesse narrar.

É possível que H. White não esteja negando a existência de um passado real, mas certamente não partilha da concepção de Thompson de que seria esta *história real* o objetivo da História. Para White uma longa tradição reforçou a idéia de que o real seria para a História o que o imaginado seria para o romance, ou seja, a História seria o modelo ideal do pólo realista da representação. Porém, defende White que as narrativas históricas – produzidas pelos historiadores mediante a análise de fontes históricas – “são elas próprias produtos da capacidade fictícia dos historiadores que estudaram os contextos”, não constituindo qualquer relação de continuidade com o real. (1994: 106)

Assim, considerando que as narrativas históricas seria resultado da capacidade fictícia dos historiadores de tramar, a função do historiador em hipótese alguma seria a de *contar verdades*. Mas qual seria sua função neste caso? Ainda conforme White o historiador teria

como tarefa principal refletir sobre “as formas como o conhecimento do passado nos é transmitido” (1994: 106). Nesse sentido, para ele a forma a priori à qual os fatos deveriam adaptar-se era a tropológica. Em última análise o que White propõe é que a função do historiador seria construir enredos fictícios que se adaptassem às formas metafóricas escolhidas por este para narrar, o que definitivamente, me parece, romperia o laço entre narrativa histórica e real histórico.

Esta não é a perspectiva sustentada por Arendt ou por Thompson. Ao contrário, sob o nome de contador de verdade ou historiador ambos defendem, como aponta Arendt, que todos que se designam *contador de história* devem saber que apesar de “a realidade [ser] diferente da totalidade dos fatos e ocorrências e mais que essa totalidade, a qual, de qualquer modo, é inaveriguável, aquele que diz o que é [...], sempre narra uma história e nessa estória os fatos particulares perdem sua contingência e adquirem algum sentido humanamente compreensível” (1992: 323). De fato, a verdade de que trata o historiador não é, em última instância, a soma do vivido. Assim, proponho que substituamos o termo verdade fatural e/ou matéria fatural por real, pois ele expressa melhor a dimensão que a evidência histórica procura reter.

Certamente, a partir da concepção de Arendt e Thompson, não são ficções que os historiadores narram. Por outro lado, isto não significa que a evidência histórica em algum momento possa guardar o vivido strictus sensu, porém guardaria o esforço de produzir uma totalidade, não sem arestas é óbvio, pois “não é uma verdade [...] acabada; mas também não é um modelo fictício” seria antes a base de um “conhecimento em desenvolvimento, muito embora provisório e aproximado, com muitos silêncios e impurezas”, mas que se daria “tanto na teoria quanto na prática”. (THOMPSON, 1981: 61).

Ainda assim persiste a questão: o que garantiria a autoridade dos relatos históricos como detentor de um conhecimento *seguro* sobre a realidade? E. P. Thompson apresenta alguns elementos que encaminham a uma resposta possível a esta questão. Em primeiro lugar, propõe que parte da crítica à validade do conhecimento histórico sustenta-se em um equívoco, a saber, a idéia de que a História por não se submeter às regras das ciências experimentais não poderia sustentar a validade do seu conhecimento. White, por exemplo, apóia sua concepção na idéia de que o problema epistemológico da História é, em parte, o seu desejo de permanecer um termo médio entre ciência e arte. Thompson inicia sua exposição dirimindo uma questão central: a especificidade do conhecimento histórico não lhe exime, e não é a

pretensão da maioria dos historiadores, do crivo metodológico, na verdade seria sua validade um problema essencialmente epistemológico. Em sua perspectiva a História, “em vários milhares de anos”, desenvolveu o seu próprio discurso de demonstração que é denominado por este Lógica Histórica:

Por “Lógica História” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc., e eliminar procedimentos autoconfirmadores (‘instâncias’ ‘ilustrações’). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro. (THOMPSON, 1981: 49)

Porém, antes que os mais apressados digam que a proposta de Thompson seria quase uma tentativa de demonstrar matematicamente o conhecimento histórico, faz-se necessário esclarecer que este exercício de validação constitui-se a partir da própria disciplina histórica, inclusive com suas reconhecidas limitações, sendo adequada única e exclusivamente aos materiais históricos. A Lógica Histórica é uma lógica característica e específica que não se encaixa na lógica da física ou da filosofia, não contrariando, assim, Arendt no que se refere à separação entre verdade filosófica e fatural. Nas palavras de E. P. Thompson, o material da disciplina histórica é a própria “história que não oferece um laboratório de verificação experimental, oferece evidências de causas necessárias, mas nunca (em [sua] opinião) de causas suficientes, pois as leis [...] do processo social e econômico estão sendo constantemente infringidas pelas contingências” (1981: 49).

Finalmente, faz-se necessário deixar, para reflexões posteriores, a seguinte questão: Até que ponto os que afirmam pretender ser a História ora ciência, ora ficção, ora uma junção de ambas estão sintonizados com as preocupações e avanços advindos do interior da disciplina histórica? Especificamente no que se refere à H. White, concordo com Paul Ricoeur ao afirmar que “se fosse necessário caracterizar com um termo próprio o empreendimento de H. White, seria preciso falar, como o próprio autor, em teoria do estilo”. (2007: 265). Obviamente os questionamentos aqui realizados não tiveram o objetivo de desqualificar as críticas pertinentes feitas à produção do conhecimento histórico, mas problematizar uma questão importante: Reconhecem os que procuram desconstruir a sustentação epistemológica da História em seu “objetivo de reconstruir, explicar e compreender [...] a história real” (THOMPSON, 1981: 57), o rigor metodológico, os esforços em manter um permanente diálogo entre os conceitos (também construídos historicamente) e

as evidências? Esta é uma pergunta complexa, porém, Arendt, Thompson ou Paul Ricoeur, guardadas as enormes distâncias entre ambos, compreendem que “o movimento de remeter a arte de escrever às ‘técnicas de pesquisa e aos ‘procedimentos críticos’ é suscetível de trazer o protesto à categoria de atestação transformada em crítica” (RICOEUR, 2007: 292).

Por último, acredito que os intelectuais citados acima reconhecem, ou reconheceram, e são, ou foram, os produtores das credenciais que conferem legitimidade ao conhecimento histórico. Por outro lado, estão, ou estiveram, permanentemente empenhados em enfrentar as limitações e os problemas epistemológicos e metodológicos da produção desse conhecimento, especialmente no que se refere às dificuldades de apreender, compreender e interpretar o real histórico ou matéria fatural como prefere Arendt. Acredito que é este “enfrentar as limitações” que conduz, ou conduziu, estes intelectuais à tarefa de constantemente refazer-se diante das críticas e é a partir destes esforços que devemos construir nossas reflexões.

Referências Bibliográficas

ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. [1961]. 3 ed., São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. [1989], **Estudos Avançados**, vol.5, n.º 11, 1991, pp. 173-191. ISSN 0103-4014.

_____. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.

OLIVEIRA, B. J; CONDÉ, M. L. L, Thomas Kuhn e a nova Historiografia da Ciência, **Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciência**. Vol. 04 n.º2. Belo Horizonte: UFMG, 2002, pp. 03.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2007

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A. 1981.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: Edusp, 1994.

A escrita da história das missões católicas no Oriente

Patricia Souza de Faria ¹

A análise da produção historiográfica sobre a história da Companhia de Jesus revela como a atividade missionária jesuítica no Oriente, nos Tempos Modernos, consiste em um campo que merece mais estudos. Apesar da história das missões católicas no Oriente ainda ser um campo de investigação que pode ser explorado com mais intensidade, os jesuítas foram os missionários mais contemplados pela historiografia das missões na Ásia, conforme a afirmação de uma das mais notórias especialistas contemporâneas desta temática, Inêz Županov (2005).

Uma das razões para que exista o predomínio de estudos sobre os jesuítas no Oriente – além da própria atividade efetiva da Companhia de Jesus, cujo primeiro missionário, Francisco Xavier, aportou na Índia em 1542 – consiste na profusão de fontes produzidas pelos próprios inicianos.

A produção de fontes sobre a ação jesuítica no Oriente e sua sistematização foi uma iniciativa coetânea, acompanhou as primeiras investidas jesuíticas na Ásia. A prática regular de produzir escritos sobre a atividade jesuítica favoreceu a construção de uma memória singular sobre a Companhia de Jesus no Oriente, ao projetar os inicianos como os mais ativos e dinâmicos missionários dos Tempos Modernos. O objetivo deste artigo é apresentar os escritos jesuíticos produzidos nos séculos XVI e XVII que trataram da história da Companhia de Jesus na Índia ou os textos que registraram uma apropriação peculiar dos jesuítas a respeito dos costumes e das crenças dos povos indianos que buscavam converter ao catolicismo. Mencionaremos apenas as crônicas jesuíticas e os tratados sobre costumes e crenças que se referiram à atuação dos jesuítas no Decão e na Costa do Malabar, em regiões localizadas na costa ocidental da Índia.

As missões jesuíticas no Oriente e a historiografia contemporânea

Além das crônicas jesuíticas e dos tratados produzidos por jesuítas nos séculos XVI e XVII, a historiografia recente que contempla a atividade missionária jesuítica no

¹ Universidade Federal de Viçosa. Doutora em História (UFF).

Oriente foi favorecida pela intensa compilação de fontes, de impressão de manuscritos jesuíticos ocorrida no século XX.

Na passagem do século XIX para a primeira metade do século XX, os esforços de compilação de documentos, publicados em coleções monumentais, tornaram-se uma prática recorrente em ambientes eruditos laicos e religiosos. Cita-se como exemplo, o esforço da Companhia de Jesus por ter investido maciçamente na impressão de documentos sobre as missões no Oriente, mediante o esforço do padre Joseph Wicki, o qual compilou os dezoito volumes da *Documenta Indica* (1948-1988), composta por documentos jesuíticos do século XVI. A atividade do padre Wicki assemelha-se ao empenho de Serafim Leite (1938-1950), jesuíta dedicado à história dos jesuítas no Brasil. Cabe destacar os volumes de *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* de Francisco Rodrigues (1931-1950).

Porém, a disponibilidade no século XX de fontes sobre a história da Companhia de Jesus nos espaços missionários extra-europeus não serviu apenas para fins apologéticos, pois historiadores vinculados à Companhia de Jesus e historiadores leigos, acadêmicos, propiciaram o surgimento de estudos inovadores sobre os jesuítas na Ásia.

Faz-se necessário destacar as considerações gerais, mais inspiradoras, de Charles Boxer, em obra sobre o império português (1977), onde mencionou a confluência de motivações espirituais e materiais na expansão portuguesa, ainda que mereça ser ponderada a sua afirmação sobre a associação “estreita” e “indissolúvel” entre o poder eclesiástico e o civil, da *Cruz* e a *Coroa*. Boxer reiterou a sua assertiva a partir da afirmação do jesuíta Antônio Vieira:

Se não houvesse mercadores que fossem procurar os tesouros da Terra no Oriente e nas Índias Ocidentais, quem transportaria para lá os pregadores que levam os tesouros celestes? Os pregadores levam o Evangelho e os mercadores levam os pregadores.²

Boxer (1989) fez referências às missões jesuíticas no Oriente em *A Igreja e a expansão ibérica*, onde apresentou um levantamento sobre os catecismos escritos em línguas nativas, os tratados sobre costumes locais produzidos pelos jesuítas.

² Apud C. R. Boxer. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1977, p.87.

Dauril Alden (1996) revela a importância de Boxer, Wicki, Serafim Leite em seu trabalho, como é perceptível na dedicatória de sua obra, *The Making of An Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, its Empire and beyond, 1540-1750*. Alden demonstrou a preocupação com a organização da Assistência Portuguesa, um amplo complexo de unidades administrativas que geriam a atividade da Companhia de Jesus em Portugal e em domínios coloniais, assim como atentou para aspectos econômicos associados à atividade jesuítica – como os inacianos tiveram a sua atividade missionária financiada, por exemplo.

Alden perscrutou a relação entre jesuítas e governantes, entre a Coroa portuguesa e a Companhia de Jesus, o que evidencia como a historiografia recente esquiva-se de uma postura apologética acerca da Companhia de Jesus, ainda que o uso de fontes jesuíticas seja marcante. Todavia, o desafio da historiografia é não incorporar, igualmente, uma visão anti-jesuítica ou reproduzir outro “mito historiográfico” que tratava os jesuítas como conspiradores, concorrentes dos poderes estatais e coniventes com as agruras cometidas pelos tribunais inquisitoriais – noção que se cristalizou nos tempos da Ilustração. (FRANCO & TAVARES, 2007). No século seguinte, Antero de Quental – o mais ilustre pensador da geração de 1870 – considerava que o genuíno substrato da tradição portuguesa havia se esgotado no século XVI e, após esse período, a Península registrou apenas decadência em virtude da expansão colonial (onde os jesuítas obtiveram notoriedade) e das transformações da religiosidade posterior ao Concílio de Trento – que associou à postura rígida dos inacianos e da Inquisição.

Porém, o enfoque deste artigo não consiste nos escritos anti-jesuíticos – que exigiriam estudos à parte – mas nos trabalhos sobre as missões cristãs no Oriente, mas cabe a menção ao estudo de Célia Cristina da Silva Tavares (2004) que contribui com a historiografia das missões jesuíticas no Oriente ao mesmo tempo em que matiza a visão a respeito da completa identificação de interesses entre Inquisição e jesuítas, ao estudar a pluralidade de posições adotadas pelos membros da Companhia de Jesus que atuavam em Goa.

Ângela Barreto Xavier (2003) analisou a ação missionária jesuítica como parte de um processo mais amplo de conversão dos habitantes de Goa. Maria de Deus Bentes Manso investigou a atividade dos inacianos em regiões como Cochim e Maduré. Destaca-se a produção historiográfica de jesuítas nascidos no Oriente, como a vasta

obra de Teotônio de Souza (1982) e os trabalhos disponíveis na edição do colóquio intitulado *A Companhia de Jesus e a Missionaçãõ no Oriente* (2000).

Estudos recentes têm demonstrado a presença jesuítica em diversas regiões do Oriente, os quais evidenciaram as estratégias de penetração dos inacianos em sociedades tão peculiares, como a China Ming quinhentista, onde o jesuíta italiano, Matteo Ricci, utilizou suas habilidades mnemônicas e ofertou presentes a fim de adquirir a simpatia das elites chinesas e propagar o Evangelho, como aparece na narrativa de Jonathan Spence (1986). Na corte do imperador mogol, Akbar, jesuítas submeteram-se a diálogos que cotejaram o imaginário cristão com as crenças islâmicas e forneceram imagens européias de Nossa Senhora e de Jesus Cristo que foram copiadas por artesões do norte da Índia ao gosto da arte mogol, como atestou Gauvin Bailey (1999). Inês Županov (1999) tratou das controvérsias a respeito dos métodos missionários adotados pelo jesuíta Roberto de Nobili, que se trajava como um sacerdote indiano no sul da Índia e escrevia diálogos na língua nativa para convencer os indianos sobre as verdades da fé cristã.

Não pretendemos apresentar um levantamento exaustivo da produção historiográfica recente sobre os jesuítas na Ásia, mas apontar a fecundidade dos estudos contemporâneos sobre a temática.

Os jesuítas na Índia nos séculos XVI e XVII: história e memória

Apresentaremos uma síntese das crônicas jesuíticas que narraram a atividade da Companhia de Jesus nas missões católicas no Oriente ocorridas na Era Moderna, que proporcionou experiências históricas singulares, estimuladas pelos encontros e confrontos entre os evangelizadores oriundos do Velho Mundo e os povos que habitavam as terras asiáticas. Os esforços de tradução das culturas locais para o leitor europeu e as primeiras tentativas de divulgação dos feitos perpetrados pelos missionários no Oriente ocorreram desde as décadas iniciais da presença das ordens religiosas na Ásia no contexto da expansão européia – e, sobretudo, ibérica – na região.

Os dois séculos iniciais da presença jesuítica no Oriente foram bastante profícuos no que tange à escrita da história das missões jesuíticas e à elaboração de tratados sobre as crenças e os costumes dos povos nativos.

A produção de escritos sobre a própria Companhia de Jesus teria sido estimulada desde os primórdios da existência da instituição. Inácio de Loyola e seus companheiros reconheceram que a comunicação dos ideais e das metas da Companhia de Jesus não ocorreria automaticamente, pois deveria ser amparada em uma base consistente e contínua: estimulava-se a escrita dos reitores ao provincial e dos provinciais ao Geral da Companhia de Jesus, até uma vez por semana; o Geral deveria responder pelo menos uma vez ao mês aos provinciais, os quais se comunicariam por escrito com os reitores com a mesma frequência mencionada. Era estabelecido um ideal de comunicação regular e freqüente, que propiciou a criação de uma massa documental considerável sobre a ação jesuítica (O'MALLEY, 2004).

Marina Massimi (2002) analisou um corpo documental específico, a correspondência epistolar jesuítica chamada *Indipetae* – que significa um pedido para o envio às Índias, compreendida genericamente como todos os espaços das missões ultramarinas. Estas cartas revelam um *incendio* “desejo das Índias”, foram redigidas por religiosos que solicitavam ao padre geral da Companhia de Jesus o envio às terras de missões e formam um conjunto de mais de quatorze mil cartas, escritas entre os séculos XVI e XVII.

Alcir Pécora (1999) considera que as *Indipetae* seguem os modelos clássicos de redação de epístolas, que remontam tanto a *ars dictaminis* medieval quanto aos moldes renascentistas de escrita, com nuances de inspiração ciceroniana – de acordo com as normas da *oratio* de Cícero. Estas correspondências são estruturadas, do ponto de vista formal, em cinco partes: a *salutatio* (expressão de sentimento em relação ao destinatário, que poderia ser a reverência, o respeito); a *benevolentiae captatio* (ordenação das palavras para influir no sentido da recepção do conteúdo do texto); a *narratio* (o tema da carta); a *petitio* (o pedido em questão) e a *conclusio* (com resumo dos argumentos e o reforço da súplica).

Além da obrigatoriedade institucional de escrever cartas, estas eram reguladas através de prescrições rígidas de acordo com o conteúdo ou os destinatários. Desde 1541, Inácio de Loyola instituiu a segunda carta, a *hijuela*, de circulação restrita, onde os membros da Companhia de Jesus forneciam informações administrativas e institucionais, que seriam anexadas à carta principal. Existiam as cartas edificantes (relações ou cartas anuais), que ao contrário das *hijuelas* destinadas a assuntos internos, prestavam-se à leitura pública nas sedes e casas jesuíticas e poderiam ser impressa.

Diogo Ramada Curto (1998) apresentou uma síntese da produção de escritos sobre as missões cristãs no Oriente. Destacou como os circuitos de comunicação e de propaganda realizada pelos jesuítas estavam pautados na compilação de cartas e de sua difusão através de cópias manuscritas e impressas, as quais davam origem a histórias da Companhia de Jesus ou obras de cunho hagiográfico. Em 1589, foi publicada *Le storie delle Indie Orientali* de autoria do jesuíta Giovanni Pietro Maffei – um ano após a edição em latim. As várias iniciativas editoriais dos jesuítas – com obras dos portugueses João de Lucena, Manuel da Costa, Manuel Teixeira e dos italianos Alessandro Valignano e Orazio Torsellini – favoreceram a mobilização dos processos que conduziram à canonização do jesuíta São Francisco Xavier (o “Apóstolo das Índias”) em 1622. Em espanhol, foram publicados em Alcalá, em 1601, os dois volumes de *Historia de las Misiones que han hecho los religiosos de la Compañia de Jesus [...] em la India Oriental, y em los Reynos de la China y Japon*, de autoria de Luis de Guzmán. Esta produção foi continuada em português por Fernão Guerreiro, que compilou as relações anuais produzidas pelos jesuítas e teve cinco volumes impressos entre 1603 e 1611.

A *História dos religiosos da Companhia de Jesus*, escrita por Sebastião Gonçalves, tipifica a escrita da história das missões jesuíticas combinada com a narrativa de cunho hagiográfico. Constata-se o caráter apologético, pois os cinco primeiros capítulos de sua obra trataram da vida de São Francisco Xavier, o que a insere no âmbito dos esforços de redação de biografias para promover a sua canonização. Esta primeira geração de “historiadores” jesuítas narraram de forma otimista e confiante os progressos da cristianização na Índia, destacaram as conquistas em detrimento dos fracassos, além de conferir à Companhia de Jesus a hegemonia nas missões asiáticas. As histórias narradas pelos jesuítas combinaram informação geográfica e etnográfica, citações das “fontes” (cartas, bulas papais, documentos régios), apresentação de dados cronológicos e biográficos relativos a cada missionário enviado à Índia (Županov, 1995).

Sebastião Gonçalves, um jesuíta português, escreveu para dois públicos leitores: portugueses e romanos. São Francisco Xavier adquiriu poderes miraculosos na escrita de Sebastião Gonçalves, o que agradava ao seu público romano, pois os seus superiores de Roma convocavam o trabalho de historiadores na promoção do culto e da canonização de Francisco Xavier. Como Sebastião Gonçalves poderia trazer

contentamento ao público leitor português ao exaltar um missionário espanhol durante a primeira metade do século XVII, isto é, após a anexação do reino de Portugal pela Espanha? O jesuíta convergiu os interesses dos leitores de Portugal e de Roma ao apresentar Francisco Xavier como responsável pela concretização dos projetos portugueses na Ásia. Os poderes atribuídos a São Francisco Xavier – milagres, clarividência, vaticínios – seriam utilizados para consolidar as aspirações espirituais e políticas dos portugueses no Estado da Índia (ŽUPANOV, 1995).

A coleção de memórias biográficas favoreceu a produção social da santidade de Francisco Xavier, iniciada no último quartel do século XVI, estimulada pelas orientações tridentinas, que reiterou o culto a santos e relíquias (GUIMARÃES, 2007), valorizou um modelo específico de “santo” da Contra-Reforma (HSIA, 1998). Após a morte de Ignácio de Loyola (1556), o secretário da Companhia de Jesus, organizou comemorações para celebrar a memória de Loyola. Em 1572, o Geral dos jesuítas, Bórgia, encomendou a primeira biografia de Loyola, escrita pelo jesuíta Pedro de Ribadeneyra. A propaganda em favor da canonização de Loyola e de Francisco Xavier foi onerosa, gastou-se com impressão de biografias, pinturas, gravuras, mas em 12 de março de 1622 os dois jesuítas foram canonizados.

Na obra sobre Francisco Xavier escrita pelo padre João de Lucena, o ano de nascimento de Xavier coincide (de forma arranjada e equivocada) com a partida da armada de Vasco da Gama em direção à Índia, com a associação do jesuíta de Navarra ao empreendimento expansionista português, como se Deus tivesse o “predestinado para levar o Evangelho, & semear a fé naquelas vastíssimas região” (apud GUIMARÃES, 2007).

No século XVII, relatórios e tratados de missionários foram produzidos a fim de transportar a imaginação européia para o culturalmente “rústico”, esteticamente “medonho” e “moralmente deficiente” mundo dos indianos (na concepção dos missionários), em nome dos interesses científicos, da informação verdadeira e da comparação etnográfica. Nesse período foram profusas as publicações de textos, às vezes acompanhados de gravuras, sobre as crenças indianas. O jesuíta Manuel Barradas escreveu o *Tratado dos deuses gentílicos de todo o Oriente e dos ritos e cerimônias que usam os Malabares* (1618) que é uma adaptação do *Livro da seita dos índios orientais* (1608) escrita por Jácome Fenício, incluindo também partes da *História do Malavar* de Diogo Gonçalves, que dedicou três capítulos à descrição das crenças e práticas

religiosas indianas (ŽUPANOV, 2005). O *Tratado sobre o hinduísmo* (1616) de Gonçalo Fernandes Trancoso foi redigido no contexto missionário controverso em que outro jesuíta, Roberto de Nobili, optava pela conversão inicial das castas mais valorizadas e autorizava o uso dos sinais indicativos da casta.

Em linhas gerais, as crônicas escritas pelos jesuítas favoreciam a divulgação dos feitos da Companhia de Jesus no Oriente, os supostos êxitos da evangelização de povos afastados da verdadeira fé. Apesar de se tratar de um outro gênero de escrita, os tratados sobre as crenças e costumes dos povos indianos também favoreceram uma construção peculiar da imagem da Companhia de Jesus, que tende a permanecer mesmo na historiografia recente: a idéia de que os jesuítas foram os missionários mais dinâmicos, mas inovadores e mais dedicados ao conhecimento da cultura dos povos asiáticos (STRATHERN, 2004). Deste modo, a análise atenta destas fontes jesuíticas do século XVI e XVII precisa ser feita, a fim de evitar que a imagem produzida pelos inicianos sobre o desempenho da Companhia de Jesus não seja reproduzida, sem cautela, nos estudos coetâneos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALDEN, Dauril. *The Making of An Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, its Empire and beyond, 1540-1750*, Stanford: Stanford University Press, 1996.

BAILEY, Gauvin Alexander. *Art on the Jesuit Missions in Asia and Latin America: 1542-1773*. Toronto: University of Toronto Press, 1999.

CURTO, Diogo Ramada. “Questionamento das identidades”, Francisco e CHAUDURI, Kurti (dir.) *História da Expansão Portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, v.2, pp. 458-531.

BOXER, C. R. *A Igreja e a expansão Ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1977.

GONÇALVES, Nuno da Silva (Coord.). *A Companhia de Jesus e a missionação no Oriente*. Actas do Colóquio Internacional promovido pela Revista Brotéria. Lisboa, 2000, pp. 203-224.

GUIMARÃES, Jorge Gonçalves. “Entre a hagiografia e a crônica: a história da vida de pe. Francisco Xavier de João de Lucena” In BORGES, Charles J. & PEARSON, M. N.

Pearson. *Metahistória: História questionando História. Homenagem ao prof. Doutor Teotônio R. de Souza*. Lisboa: Nova Veja, 2007.

HSIA, R. Po-Chia. *The world of Catholic Renewal. 1540-1770*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 tomos, Lisboa: Liv. Portugália, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Liv. Civilização Brasileira, 1938-1950.

MANSO, Maria de Deus Beites. *A Companhia de Jesus na Índia: 1542-1622*. Évora, 1999. Tese (doutorado em História). Universidade de Évora.

O'MALLEY, J. *Os primeiros jesuítas*. Bauru: Edusc, 2002.

PÉCORA, A. "Cartas à Segunda Escolástica" In NOVAES, A. (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Funarte-Companhia das Letras, 1999, p.373-416.

GONÇALVES, Nuno da Silva (Coord.). *A Companhia de Jesus e a missão no Oriente*. Actas do Colóquio Internacional promovido pela Revista Brotéria. Lisboa, 2000, pp. 203-224.

GONÇALVES, Sebastião. *Primeira parte da história dos religiosos da Companhia de Jesus e do que fizeram com a divina...* Coimbra: Atlântida Livraria Editora: 1957, v. 3.

GUERREIRO, Fernão. *Relação anual das coisas que fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas missões no Japão, China, Cataio, Tidore, Ternate, Ambóina, Malaca, Pegu, Bengala, Bisnagá, Maduré, Costa de Pescaria, Manar, Ceilão, Travancor, Malabar, Sodomala, Goa, Salcete, Lahor, Diu, Etiópia, a alta ou Preste João, Monompotama, Angola, Guiné, Serra Leoa, Cabo Verde e Brasil nos anos 1600-1609. E do processo de conversão e cristandade daquelas partes: tirada das cartas que os missionários de lá escreveram*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930, tomo I.

GUSMÁN, Luiz de. *Historia de las Misiones que han hecho los religiosos de la Compañia de Jesus [...]em la India Oriental, y en los Reynos de la China y Japon*, Alcalá, 1601.

RODRIGUES, Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, Liv. A.I., 1931-1950, 7v.

SOUZA, Teotônio R.; BORGES, Charles J. *Jesuits in India: in Historical Perspective..* Macau : Instituto Cultural de Macau, 1992.

SPENCE, J. D. *O Palácio da memória de Matteo Ricci: a história de uma viagem: da Europa da Contra- Reforma à China da Dinastia Ming*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

STRATHERN, Alan. “Os *Piedosos* and the Mission in Índia and Sri Lanka in the 1540s” In *D. João III e o império: Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*. Centro de História de Além-Mar. Lisboa, 2004, p. 855- 864.

TAVARES, Célia da Silva. *Jesuítas e inquisidores em Goa*. Lisboa: Roma Editora, 2004.

_____. & FRANCO, José Eduardo. *Jesuítas e Inquisição: cumplicidades e confrontações*. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

TRANCOSO, Gonçalo Fernandes. *Tratado sobre Hinduísmo*. (Madura, 1616) , edição crítica de José Wicki S. J., Lisboa, 1973.

XAVIER, Ângela Barreto. *A invenção de Goa: Poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*. Florença, 2003, Tese (doutorado em História). Instituto Universitário Europeu.

ŽUPANOV, Ines. “The prophetic and the miraculous in Portuguese Asia: a hagiographical view of colonial culture”. *Santa Barbara Portuguese studies*. Santa Bárbara. University of California, Vol. 2, 1995, pp. 137-161.

_____. *Missionary Tropics, Jesuit Frontier in India (16th-17th century)*. Ann Arbor: University of Michigan Press , 2005.

_____. *Disputed Mission: jesuit experiments in brahmanical knowledge in seventeenth century India*. New Delhi: Oxford University Press, 1999.

WICKI, Joseph S. J., *Documenta Indica*, Roma, M. H. Societatis Iesu, 1948-1988, 18v.

Fronteiras interculturais: especificidade da educação indígena no Tocantins

Paulete Maria Cunha dos Santos*

A oportunidade de um contato intercultural com os povos indígenas no Tocantins concretizou-se com a etnia Krahô, com a qual desenvolvemos projetos educacionais em parceria com a Universidade do Tocantins e as Ongs Esamacito e Comsaúde. Desde então, continuamos acompanhando suas demandas e propostas na área de educação. Para revelar uma delas, transcrevemos as perspectivas de professores e lideranças:

Entendemos que programas específicos direcionados às áreas indígenas possibilitem a melhoria da qualidade de vida e, também, oportunize o preparo de jovens para participarem no processo de desenvolvimento de suas sociedades. (doc. 10/07/2003)

Atualmente, entre os problemas enfrentados pelos povos indígenas, a educação é um dos que causam maior preocupação (REPETTO, 2002). As associações indígenas do país, especialmente as de professores, têm reivindicado uma educação diferenciada e, neste contexto, os representantes das organizações do Estado do Tocantins vêm se organizando e manifestando os seus problemas e as suas propostas diante da sociedade e junto ao Governo estadual. No mês de abril de 2005, foi realizado, em Palmas, o I Fórum Social Indígena do Tocantins, com a finalidade de implementar políticas públicas para atender, efetivamente, as demandas destes povos. Arrolaram, entre as suas reivindicações, no que se refere à educação, a criação/ampliação de escolas, a necessidade de adequações no calendário escolar e no material didático, elaboração de concurso público para professores indígenas, até a merenda escolar condizente com a dieta alimentar. Dessa forma, na dimensão política e educacional de processos de organização de Associações Indígenas, pressupomos uma discussão crítica e própria acerca de si mesmas e o lugar da escola que querem para o futuro (LOPES DA SILVA, 2001).

Sendo assim, esse artigo pretende problematizar a articulação entre a participação das organizações indígenas do Tocantins¹, enquanto sujeitos políticos de sua própria história, que

* Prof^a MSc do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins- UFT/ Campus de Porto Nacional.

¹ Na última década multiplicou-se o número de associações/organizações indígenas do Tocantins. Dentre elas pode-se citar: Organização Indígena do Tocantins – OIT; Associação dos Professores Indígenas do Tocantins - ASPINT; Associação Indígena Akwê - AIA; Conselho das Organizações Indígenas do Povo Javaé da Ilha do Bananal – CONJABA; Associação das aldeias Krahô –KÁPÊY; União dos Estudantes Indígenas do Tocantins –

propõem uma educação escolar indígena diferenciada, e os diversos agentes não indígenas envolvidos no processo, como secretarias estaduais e municipais de educação, MEC, Funai, universidades, ONGs, e organismos/instituições governamentais.

A par desse contexto, justifica-se nossa pesquisa pela precariedade de estudos/trabalhos referentes ao tema elaboração/produção do conhecimento da história indígena no processo de uma educação intercultural². Por essa razão, estamos diante de um desafio ao analisar fronteiras multiétnicas e as questões sobre o lugar da escola e a atuação das organizações indígenas. Contudo, estamos cientes de que a escola e o gerenciamento de formas não indígenas de educação estiveram presentes nos debates da historiografia brasileira.

Do exposto, algumas reflexões podem ser inferidas. Como o Estado do Tocantins, representado pela Secretaria de Educação, dentre outras, incorporou políticas públicas prescritas no plano institucional e de legislação da educação indígena? Quais são os mecanismos forjados por estas secretarias no que diz respeito à autonomia dos movimentos sociais indígenas? Como se constituem a luta política e o processo de autodeterminação das organizações indígenas desse Estado? Ou, ainda, como são tratadas as especificidades de cada povo, isto é, na efetiva prática educacional nas aldeias? ³

Afinal, trata-se de conhecimentos distintos, é preciso *desaprender* e, portanto, *re-aprender* outras formas de saberes. Como construir com os povos indígenas uma outra proposta de educação que reconheça a diversidade de fato e de direito?

Os povos indígenas do Brasil continuam resistindo e lutando por seus direitos. Se pensarmos e tivermos como referência a América e, especialmente, a América do Sul, nos deparamos com a complexidade da organização social destes povos, que nessas terras viveram e vivem.

Diversidade na educação indígena

Por outro lado, deparamo-nos com uma sociedade de caráter fragmentário, elemento constituinte da pós-modernidade. Pode-se aludir que aí existe um movimento paradoxal, pois

UNEIT.

² Por educação intercultural, entendemos o espaço da escola nas aldeias enquanto um palco de experiências, vivências e, especialmente, de fricção entre indígenas e não indígenas, onde os primeiros são os principais agentes.

³ Algumas inquietações, após nossa participação na I Conferência Internacional sobre Ensino Superior Indígena, em Barra do Bugres vivências e, especialmente, de fricção entre indígenas e não indígenas, onde os primeiros são os principais agentes.-MT, na Unemat (2004), levaram-nos a realizar algumas reflexões.

estamos diante da proclamada globalização e, simultaneamente, reivindicam-se as diferenças culturais e as múltiplas cosmovisões étnicas.

Nessa conjuntura, percebe-se, nas demandas e propostas das associações indígenas, perante os setores hegemônicos dos Estados latino-americanos, a exigência de uma educação de maior qualidade, sobretudo, uma escola que reafirme a condição da diferença, além de reconhecer a diversidade. Assim, significa a educação intercultural, na concepção de Fernando Prada:

...son las propias organizaciones indígenas las que, desde una política de la diferencia, han empezado a construir las bases de una educación propia que satisfaga las necesidades, también políticas, de sus sociedades, sobre los avances de reivindicaciones anteriores que el Estado asumió, sea total o parcialmente. (2005: 30)

Nos últimos anos, relevantes publicações vêm tratando da Educação Escolar Indígena. Uma das publicações, *A temática indígena na escola*, apresenta um artigo sobre os movimentos dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre e seus encontros periódicos, que contam com o apoio de universidades, especialmente, da USP/ Grupo MARI.

Nos dois últimos encontros (1993, em Boa Vista/RR e 1994, em Manaus/AM) temas como “culturas diversificadas” foram discutidos com o objetivo dos professores conhecerem elementos culturais dos diferentes povos que compõem o movimento, para que a interculturalidade do movimento seja também apropriada pelas escolas. (SILVA & AZEVEDO, 1995: 155)

As pesquisas atuais realizadas pelo MARI resultaram na publicação de um conjunto de obras tanto sobre a educação escolar indígena, quanto sobre educação e pedagogia indígenas. O primeiro volume trata, exatamente, da *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. O texto escrito por Mariana Leal Ferreira (2001), ressalva a competência de articulação dos indígenas diante de suas reivindicações na área educacional. Já o artigo de Antonella Tassinari, apresenta reflexões que propõem o conceito de “fronteira” para compreender a prática da educação escolar nas aldeias indígenas, porque considera a escola um espaço de intercâmbio entre a pluralidade das tradições de pensamentos ocidentais e das tradições indígenas.

É nesse sentido que considero muito adequado definir as escolas indígenas como espaço de fronteiras, entendidos como espaços de trânsito, articulação e troca de conhecimentos, assim como espaços de incompreensões e de redefinições identitárias dos grupos envolvidos nesse processo, índios e não-índios. (2001: 50)

Consideramos compreensiva a definição de “fronteira”, quando sabemos do desafio de concretizar uma análise entre História, Educação e Antropologia. Entretanto, as pesquisas desenvolvidas revelam-nos que este eixo de investigação encontra-se em sua etapa inicial. Por outro lado, deparamo-nos com um movimento subentendido, que ainda precisa ser debatido e aprofundado pelos intelectuais, os quais se debruçam em investigar e refletir sobre as metodologias de produção e transmissão do conhecimento indígena, conectadas com os saberes e práticas multiculturais. Como desvelar a ebulição da socialização do conhecimento nas sociedades indígenas? Quanto e como contribui para as novas gerações construir seus próprios conhecimentos?

A socialização, enquanto eixo reflexivo de investigação (PELISSIER, 1991), é considerado um dos movimentos-chave para desvelarmos as metodologias de elaboração e transformação do conhecimento nas escolas indígenas. Como estas metodologias são socializadas com as crianças em sala de aula? Ou, ainda, de que modo contribuem para que elas possam construir seus próprios saberes?

Diante dessas indagações, a nossa experiência educacional, na Aldeia Pedra Branca, com o povo Krahô e, posteriormente, ao longo de cursos de formação para os professores indígenas bilíngües no Tocantins, leva-nos a crer que se faz imprescindível a redefinição de programas, material didático, calendário escolar, currículo, dentre outros.

Entendemos que tais redefinições, pautadas na convivência das comunidades indígenas com a sociedade não indígena e que priorizam aspectos intrinsecamente constituídos pela alteridade da história e da luta sociopolítica destes povos, podem possibilitar um processo de criação e gestão do seu próprio conhecimento, bem como de sua elaboração e transformação no cotidiano da educação escolar nas aldeias.

Breve histórico: educação intercultural no Tocantins

Nesse momento, faz-se necessário retomarmos a nossa problematização, especialmente, para conceder historicidade ao agenciamento não indígena no processo de uma educação intercultural no Tocantins.

O Estado do Tocantins⁴, a mais nova unidade da Federação, é formado pela separação do antigo norte de Goiás⁵. Esta região foi ocupada pelos conquistadores europeus a partir do início do século XVIII, com atividades de mineração e pecuária (PARENTE, 1999). Diversos povos indígenas habitavam-na. Informações documentais indicam a existência de treze povos indígenas diferentes ocupando a área entre os rios Araguaia e Tocantins: Kayapó, Xavante, Xerente, Noroquajê, Akroá, Xakriabá, Avá-Canoeiro, Karajá, Javaé, Xambioá, Weré, Apinajé e Krahô.

No processo de conquista e colonização da região, alguns povos foram exterminados, outros foram expulsos ou migraram, e outros permaneceram como os Xerente, Apinajé, Krahô, Karajá, Javaé, Xambioá, Krahô-Canela e os Avá-Canoeiro (com um número reduzido de sobreviventes) (GIRALDIN, 2004). Atualmente, a população indígena no Tocantins é de aproximadamente dez mil pessoas.

Com o advento da independência do Brasil (1822), planos e projetos foram realizados para tentar definir uma política indigenista. Na década seguinte, com a descentralização administrativa, as Províncias ganham autonomia para atuar na política indigenista. Contudo, o ato da elaboração de um conjunto de normas (1846), conhecido como Regimento das Missões, foi que definiu as relações do Império com os povos indígenas (CARNEIRO DA CUNHA, 1992). Nesta política, a educação escolar indígena é confiada aos religiosos, sobretudo, aos Capuchinhos.

Desde que o governo imperial e da província de Goiás optaram, nos anos 1840, pelo emprego dos Capuchinhos na catequese dos povos indígenas da região, estes vêm mantendo algum tipo de educação escolar formal. Esta atuação foi mais intensa entre os Krahô e os Xerente, pois os freis Rafael de Taggia (entre os Krahô) e Antônio de Ganges (entre os Xerente), fundaram aldeamentos que se tornaram, posteriormente, núcleos urbanos, respectivamente, Pedro Afonso e Tocantínia.

No final do século XIX, os Xerente tiveram a presença da professora Leolinda Daltro, que deixou o Rio de Janeiro e atuou na região. Pode-se dizer que um dos exemplos de agentes não indígenas presentes no processo de educação escolar indígena no Norte de Goiás é o caso peculiar da professora Leolinda Daltro. Leolinda conheceu um grupo Xerente em viagem à capital da instaurada República e decidiu acompanhá-lo pelo então *sertão de Goyaz*.

⁴ Criado em 5 de outubro de 1988, o estado do Tocantins foi oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1989.

⁵ Na historiografia do Tocantins pesquisas foram desenvolvidas sobre o processo político de criação do Estado, dentre elas, “O discurso autonomista do Tocantins: primeiras manifestações” (CAVALCANTE, 2004) e “A ‘invenção’ do Tocantins” (OLIVEIRA, 2004).

‘*Catechista leiga*’ era como se autodefinia para distinguir-se das várias missões religiosas que trabalhavam com grupos indígenas no território nacional. (CORRÊA, 2003)

Após a criação do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), o governo passou a oferecer educação formal aos Xerente. Entre os Krahô, entretanto, somente a partir da década de 1940, quando o SPI passou a atuar na área, foi viabilizado o acesso à educação formal. No entanto, outros povos indígenas como os Apinajé, Karajá, Javaé e Xambioá obtiveram uma relação menos intensa com os Capuchinhos e a educação formal naquele período. Dessa forma, somente nos anos 1940-50, o SPI instalou escolas formais nessas áreas indígenas.

Com o fim do Império, a instauração da República brasileira ainda mantém indefinida sua política indigenista até os anos de 1910, quando se cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), posteriormente conhecido apenas como SPI (GAGLIARDI, 1989). Este órgão torna-se um veículo transmissor e normatizador da educação escolar indígena. Sua sucessora, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a partir dos governos militares (1964), repassa essa incumbência da educação escolar para instituições religiosas, tais como S.I.L (Summer Institute of Linguistics), Batista, Missões Novas Tribos, dentre outras. Com a promulgação da nova Constituição Brasileira (1988), a educação escolar indígena foi transferida à esfera do MEC e das secretarias estaduais e municipais de educação, a partir de 1991. (BUSQUETS, María B. & APODACA, Erika G., 2009)

A educação escolar indígena no Brasil e o direito as suas formas específicas de viver, pensar e sentir, quando acolhidas pela Constituição Federal de 1988, desencadearam o início do percurso para a oficialização de *escolas indígenas diferenciadas* e de políticas públicas que pontuassem uma educação intercultural e multilíngüe. Posteriormente, foram referendadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, e na elaboração e publicação do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, pelo MEC, em 1998. No entanto, algumas experiências de educação escolar apontam que,

Há um grande descompasso entre, de um lado, a educação diferenciada como projeto e como discussão e, de outro, a realidade das escolas indígenas no país e a dificuldade de acolhimento de sua especificidade por órgãos encarregados da regularização e da oficialização de currículos, regimentos e calendários diferenciados elaborados por comunidades indígenas para suas respectivas escolas. (LOPES DA SILVA, 2001: 12)

Um viés investigativo para a historiografia das especificidades multiculturais

Analisar o processo do agenciamento, em uma perspectiva interétnica, no que se refere à educação escolar indígena, no Tocantins, constitui um desafio que propõe articular áreas de conhecimento como História, Educação e Antropologia, compreendendo a complexidade multidisciplinar.

Nossa formação no conhecimento histórico, paralelamente à nossa iniciação das escolhas teóricas no âmbito da antropologia, indica-nos, nesse primeiro momento, o antropólogo inglês Edmund Leach, em seu estudo comparativo entre as populações da Alta Birmânia. Uma das razões da opção desse eixo investigativo significa que o autor considera “que os sistemas sociais só se tornam inteligíveis quando pensados em relação aos outros sistemas com os quais interagem” (1996: 9). Dessa forma, amplia seu quadro referencial em princípios de análise, que implica o uso da história na consideração do papel dos indivíduos e grupos como agentes de transformação e numa revisão etnológica de mitos, ritos e parentescos, cuja aplicabilidade pretendia que fosse muito além das montanhas da Birmânia. Assim, ao conceito de estrutura social como “modelo abstrato”, contrapõe o conceito de “estrutura social em situações práticas”, ou seja, a mudança estrutural ocorre quando os indivíduos ou grupos manipulam as *inconsistências* em função de seus próprios interesses. Para Leach, são as *inconsistências* que fornecem a chave para o entendimento da mudança social.

Identificamos, nesse modelo conceitual, uma afinidade com autores clássicos da historiografia francesa e inglesa da nova história, como Jacques Le Goff e Peter Burke.

A base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída. O compartilhar dessa idéia, ou sua suposição, por muitos historiadores sociais e antropólogos sociais ajuda a explicar a recente convergência entre essas duas disciplinas...Este relativismo também destrói a tradicional distinção entre o que é central e o que é periférico na história. (BURKE, 1992: 11-12)

Compreendemos, então, que a nova história é, essencialmente, uma história social. Os historiadores que compartilham dessa referência conceitual, enquanto análise da estrutura social, sentem-se à vontade para circular entre a história e a antropologia e, afinal, constituir novas abordagens para revelar seus objetos de investigação e os sujeitos que protagonizam a trama.

Sobre um ponto de intersecção entre a História e a Antropologia, Le Goff responde, em uma entrevista, a Francesco Maiello “ Porque há ao menos duas razões que tornam indispensável a colaboração. A primeira é a importância da história material...A segunda é a importância crescente da longa duração” (1999: 49-50).

O método aplicado às sociedades pela Antropologia contribuiu para uma aproximação entre o viés investigativo e, sobretudo, seduziu os historiadores sensíveis a uma história das diferenças, do peculiar, do cotidiano. E, de certa maneira, também atraiu aqueles interessados em diluir/desconstruir, de forma sutil e lenta, os grandes eventos e a persistência da história tradicional. Consideramos, ainda, a exigência de pensar as sociedades em durações longas e, nesse percurso, pretender inscrever uma história da diversidade de culturas.

Para ratificarmos a importância da associação entre a Antropologia e a História, ousamos concordar que a dimensão dos estudos etno-históricos valoriza a história das minorias e aceita “que visualizemos a etno-história ou uma história antropológica inserida no âmbito maior de uma história cultural” (FERREIRA NETO, 1997: 325). Sendo assim, compreendemos, em Le Goff e Ferreira Neto, que o contexto histórico/antropológico, entre as digressões teóricas, procura uma possível ruptura de concepções arraigadas do paradigma tradicional e, por fim, construir um entendimento das especificidades multiculturais. Nessa perspectiva historiográfica, uma das problematizações que comungamos, e nos referimos anteriormente, é a articulação/diálogo, efetivo, entre os agentes/assessores não indígenas e os indígenas no processo de uma educação intercultural.

Considerações e perspectivas

Das ações de articulação, pode-se dizer das propostas encaminhadas pelas organizações dos povos indígenas do Tocantins para a formação de políticas públicas nas áreas de educação, cultura, preservação ambiental, saúde, agricultura, infra-estrutura, turismo, dentre outras, são constituídas de reivindicações significativas e relevantes, no que compete a gerações da sustentabilidade e do fortalecimento de suas raízes. A mais recente conquista foi a instituição do Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Tocantins - CEEI/TO (Decreto nº 2.367 , Diário Oficial do Estado , em 15/03/2005), logrou uma luta de anos, desde sua Minuta em Fórum realizado no mês de outubro de 2001 (doc. Secretaria Estadual de Educação- Seduc). E, conforme a Ata de Audiência Pública, realizada na Procuradoria

Federal do Trabalho, no dia 31 de março de 2005, o estatuto precisa ser retificado para incluir os representantes do povo Krahô-Canela (a retificação foi concretizada).

Por outro lado, enquanto movimento constante entre a academia e a escola indígena, o aporte teórico, ora proposto constitui, nas últimas duas décadas, uma perspectiva de proporcionalidade na consolidação da interlocução de seus representantes. Explicitamos que essas digressões teóricas nortearam, em parte, nossa viabilidade, porque identificam nossa experiência/vivência na área indígena Krahô, nos cursos de formação para os professores indígenas bilíngües do Tocantins, em projeto de levantamento e registro da cultura material e imaterial Xerente e, por último, a aprovação pelo Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND do MEC/SESu/SECAD do projeto ‘Educação e interculturalidade: políticas de permanência para estudantes indígenas na UFT’ (doc. Proad/UFT, nov. 2005), com o objetivo de atender aqueles que ingressaram no vestibular/ 2005 da UFT pelo sistema de cotas.

O elo que define esta análise de um caráter de história antropológica pretende desvelar a efervescência da multiplicidade e da socialização do conhecimento indígena, sem cair na armadilha conceitual de buscar um ponto de equilíbrio/harmonia, num contexto intercultural e, escapando, também, da tendência de homogeneidade desta temática na produção acadêmica, e que pode significar a recente transição efetiva de uma educação escolar indígena para a diversidade lingüística e sociocultural.

Enfim, as novas tendências da história cultural indicam parâmetros metodológicos essenciais para a pesquisa multidisciplinar sobre relações de interculturalidade nos diversos aspectos da experiência humana. Considera-se, essencialmente, para o papel historiador uma interpretação/compreensão caleidoscópica - uma visão construída por uma multiplicidade de visões parciais. Essa postura significa um diálogo/confronto com a historiografia e a sensibilidade para problematizar o objeto de reflexão, que se esclarece pelo reconhecimento e contrastação recíprocas, no conjunto de interpretações (REIS, 2008: 7-20).

Nesse contexto, sugere-se a alteridade da história de sujeitos políticos que transitam por horizontes múltiplos. Preconiza-se, então, a noção ampliada no processo de uma educação intercultural, em que os agentes indígenas e não indígenas podem re-significar as experiências de seus próprios projetos e, portanto, a possibilidade de afirmação/reconhecimento da diferença sociocultural.

Referências Bibliográficas

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

BUSQUETS, María B. & APODACA, Erika G. “Experiências sobre a interculturalidade dos processos educativos: informes da década de 90”. In: HERNAIZ, Ignácio (org.). *Educação na diversidade: experiências e desafios na educação intercultural bilingüe*. 2. ed. Brasília: MEC, SECAD, Unesco, 2009. p. 23-90.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp/Comissão Pró-Índio, 1992.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo R. “O discurso autonomista do Tocantins: primeiras manifestações”. In: GIRALDIN, O. (org.). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002. p. 49-88.

CORRÊA, Mariza. “Os índios do Brasil elegante & a professora Leolinda Daltró”. In: CORRÊA, M. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 107-139.

FERREIRA, Mariana K. Leal. “A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil”. In: LOPES DA SILVA, A. & FERREIRA, M. L. (orgs.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001. p. 71-111.

FERREIRA NETO, Edgard. “História e etnia”. In: FLAMARION CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a república*. São Paulo: Hucitec, 1989.

GIRALDIN, Odair. “ Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins”. In: GIRALDIN, O. (org.). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002. p. 109-135.

LEACH, Edmund R. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1996.

LE GOFF, Jacques. *Reflexões sobre a história*. Trad. António J. P. Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1999.

LOPES DA SILVA, Aracy. “A educação indígena entre diálogos interculturais e multidisciplinares: introdução”. In: LOPES DA SILVA, A. & FERREIRA, Mariana K. L. (orgs.). *Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001. p. 9-25.

OLIVEIRA, Rosy de. “A ‘invenção’ do Tocantins”. In: GIRALDIN, O. (org.). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002. p. 13-47.

PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

PELLISSIER, Catherine. The Anthropology of teaching and learning. *Annu. Rev. Anthropol.* 1991. 20: 75-95.

PRADA, Fernando & LOPEZ, Enrique. Educación Superior y Descentralización Epistemológica. In: Conferência Internacional sobre Ensino Superior Indígena, 1., 2005, Barra do Bugres-MT. *Anais...Barra do Bugres-MT: UNEMAT*, 2005. p. 27-48.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

REPETTO, Maxim. “Reivindicações por educação escolar indígena em Roraima”. In: REPETTO, M. *Roteiro de uma etnografia colaborativa: as organizações indígenas e a construção de uma educação diferenciada em Roraima, Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Brasília, 2002. p. 228-283.

SILVA, Marcio F. da & AZEVEDO, Marta M. “Pensando as escolas dos povos indígenas no Brasil: o Movimento dos Professores do Amazonas, Roraima e Acre”. In: LOPES DA SILVA, A. & GRUPIONI, Luís Donisete B. (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p.149-166.

TASSINARI, Antonella M. I. “Escola Indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras da educação”. In: LOPES DA SILVA, A. & FERREIRA, M. K. L. (orgs.). *Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001. p. 44-70.

O ensaio histórico interpretativo de Leandro Tocantins na obra: *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido* (década de 1960) ¹

Paulo Alberto da S. Mendes*
Alexandre Pacheco*

Resumo: Neste texto pretendemos demonstrar através da análise da obra *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido* as relações entre história e literatura construídas a partir dos talentos poéticos (valores literários) que estiveram subjacentes à realização do discurso histórico interpretativo de Leandro Tocantins nesta obra. Dessa forma, investigaremos como a valorização por Tocantins das posições de Euclides da Cunha com relação aos retratos que realizou sobre a Amazônia, na citada obra, conteria representações sobre o papel político dos intelectuais na condução dos problemas da nação, como também formas de legitimação de suas obras e dos mesmos diante do poder. E evidenciaremos como as representações das posições, tanto de Euclides da Cunha, como de Leandro Tocantins, foram legitimadas pelas instâncias políticas do Estado brasileiro, sobretudo, quando procuraram impor aquilo que José dos Reis Santos Filho chama de “tríade matricial de percepções e atitudes” (explícitas ou implícitas), contidas nos olhares que procuraram descrever e explicar a existência da Amazônia como repleta de riquezas, despovoada e vulnerável.

Palavras chaves: Leandro Tocantins, Euclides da Cunha, Modernização Capitalista, Amazônia.

Edificamos nosso trabalho a partir da construção das representações dos talentos poéticos de Leandro Tocantins ² que estiveram subjacentes à realização de seu discurso histórico interpretativo na obra *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*, onde o mesmo relata a importância de Euclides da Cunha ao procurar valorizar as posições políticas e ideológicas do mesmo para a região amazônica.

A obra *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido* ³ é um estudo sobre a região

¹ Neste texto pretendemos divulgar parte dos resultados da pesquisa que temos realizado através do subprojeto de pesquisa intitulado O Ensaio Histórico Interpretativo de Leandro Tocantins na obra *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido* (Década de 1960), ligado ao projeto de pesquisa Arthur Cezar Reis, Leandro Tocantins e a modernização capitalista da Amazônia: História, Literatura e Poder (década de 1960). Subprojeto e projeto desenvolvidos no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC/CNPq/UNIR.

* Discente do curso de graduação em História da Universidade Federal de Rondônia e pesquisador com bolsa de iniciação científica do CNPq.

* Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

² Leandro Tocantins nasce em 1928, em Belém, Estado do Pará. Formou-se na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dedicou-se às Letras, como escritor, ensaísta, historiador e poeta. Sua obra é toda dedicada à Amazônia. Bolsista do Governo dos Estados Unidos frequentou curso de planejamento regional e administração na Universidade de Vanderbilt, Nashville, Tennessee. Estagiou em instituições administrativas e culturais Norte-Americanas, foi Assessor do Professor Arthur Cezar Reis na Direção Geral do Departamento Nacional da Indústria do Ministério da Indústria e Comércio.

³ O livro *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*, do autor Leandro Tocantins, têm como principal referencial a obra de Euclides da Cunha: *Um Paraíso Perdido*, como o próprio nome já faz menção, bem como diversos

Amazônica que procuramos evidenciar enquanto representativa dos posicionamentos políticos e dos interesses de uma elite intelectual representada nas figuras do próprio Euclides e Leandro Tocantins. Desta forma, encaramos a obra de Leandro Tocantins de duas formas diferenciadas, mas que se completam entre si. De um lado, destacamos a obra enquanto *elemento historiográfico* que refletiu os posicionamentos políticos e os interesses de uma elite intelectual burocrática que, na década de 1960, percebeu-se representada de alguma maneira pelo discurso de Euclides da Cunha, muitas vezes visto como “profético” em seus ensaios sobre a Amazônia. De outro, procuramos evidenciar também *os artefatos literários e poéticos* da escrita de Leandro Tocantins, não só como elementos mitigadores de interesses, mas como forma de poder que nos aparece de maneira subjacente e subliminar.

Destarte, *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido* de Leandro Tocantins é uma obra de re-interpretação da Amazônia a partir da ótica de Euclides da Cunha, em que certamente ocorreu, na década de 1960, a pretensão em se demonstrar um novo Brasil Amazônico e que Euclides quase cinco décadas antes já havia mostrado. Um Brasil em que a mistura étnica afirmava a presença do homem na terra e sua vitória sobre o meio.

Para Tocantins, Euclides retificou os conceitos anteriores desenvolvidos em outras obras: (...) *Anima-o a experiência histórica das empresas humanas no trópico amazônico. Estende a sua visão genial aos horizontes da História sul-americana.* (TOCANTINS, 1992: p. 9)

Podemos evidenciar que há por parte de Tocantins - e não podemos esquecer que ele é representante de uma elite burocrática - um grande interesse nos escritos de Euclides sobre a Amazônia, no sentido de consolidar suas posições e seus interesses, bem como legitimar sua escrita a partir da interpretação dos escritos de um grande escritor reconhecido mundialmente como Euclides da Cunha. Euclides da Cunha que ele encontrou nas páginas de ensaios, textos e cartas sobre a Amazônia tais como *Contrastes e Confrontos, À Margem da História, no Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, de Entre os Seringais, de Peru versus Bolívia*, das cartas que escreveu do Amazonas aos amigos. Segundo Tocantins esse Euclides permanece vívido nessas páginas.

Para Tocantins:

outros ensaios de Euclides sobre a Amazônia. Tocantins, nesta obra, procura demonstrar a importância da presença singular de Euclides na Amazônia enquanto o primeiro a despertar o *brasileirismo amazônico* em seus estudos étnico-culturais, históricos e sociais, porém tentamos também evidenciar os sentidos subliminares que aparecem em sua obra, principalmente os que revelam os interesses de uma mudança estrutural, econômica e social na região.

Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido tenta fazer o inventário desse universo de idéias: sobressai-las, interpretá-las, retirar-lhes o sangue em que palpita um pensamento novo. Na memorável viagem ao Purus, cheia de acidentes e de vicissitudes, Euclides foi encontrar motivações para reafirmar-se como autor dramático e ecologicamente brasileiro. (TOCANTINS, 1992: 14).

Inserido em uma perspectiva onde o nosso desígnio é mostrar como a literatura enquanto instrumento de discurso histórico pode exercer um poder demasiadamente simbólico perante uma determinada sociedade, temos que na análise da obra *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*, Leandro Tocantins constrói através de um enredo que tem na retórica do herói, uma trajetória épica para o próprio Euclides. Dessa forma, há na construção deste herói amazônico, a revelação do poder da escrita de Euclides em impor aos atos da escrita de alguns intelectuais, a representação da força de seu pensamento sobre o sertão e a Amazônia; bem como através deste mesmo pensamento a possibilidade da transformação da realidade brasileira como podemos perceber não só em Tocantins, mas a partir de alguns agentes da crítica que se voltaram à análise de sua obra. Para Franklin de Oliveira:

Diante do mundo adusto do sertão, ou da explosão verde da Amazônia, mantinha Euclides a mesma atitude verbal. Transformava a um e a outro em ingredientes de sua grandiloquência. De uma eloquência que somente continua viva porque sustentada pela sua poderosa consciência social – a consciência ética que levou Euclides a banir da literatura seu sentido diletante, para à literatura dar espírito de missão. (CUNHA, 2000:17).

Há uma necessidade de se mostrar um Euclides da Cunha reconhecido internacionalmente, principalmente por sua obra de maior vulto *Os Sertões*.⁴ No entanto, há um interesse ainda maior de revelar em seu trabalho sobre a Amazônia por parte desta elite intelectual, um Euclides mais amadurecido daquele que aparece em *Os Sertões*. O pensamento euclidiano no tocante a Amazônia foi, segundo Rômulo de Paula Andrade, sustentado por Leandro Tocantins: (...) “Essa visão naturalista foi ratificada ao longo dos anos por autores que trabalharam tanto a história regional quanto por estudos sobre Euclides da Cunha, como o supracitado livro de Leandro Tocantins.” (ANDRADE, 2007: 15)

⁴ Livro publicado em 1902 e considerado um dos maiores expoentes literários brasileiros, uma obra que além de ter uma essência artística é ao mesmo tempo científica, onde pode ser feita uma análise sociológica, histórica e geográfica. A terra o homem e a luta são temáticas base do livro e que fala sobre o que foi a Guerra de Canudos e explica com riqueza de detalhes os fatos dessa guerra que dizimou a população de Canudos.

Para Fabrício Ribeiro em sua discussão sobre a importância dos escritos e das interpretações de Euclides sobre a região da Amazônia, o mesmo afirma:

A interpretação euclidiana foi objeto de muitos outros estudos, realizados em diferentes épocas e sob diferentes prismas, que contribuíram enormemente para tornar o escritor e sua obra – em especial os textos acerca da Amazônia – mais conhecidos. Entre os autores e a natureza dos trabalhos sobre Euclides da Cunha e a Amazônia, encontrei críticos literários, cientistas sociais, historiadores, geógrafos, biógrafos, que se dedicaram a tal empreitada em artigos, prefácios, teses, dissertações e livros. (RIBEIRO, 2007: 15).

Dessa forma, tanto a figura do Herói em Euclides como sua trajetória épica, entendemos simbolizar a forma como Leandro Tocantins se apropriou do discurso histórico de Euclides da Cunha - a partir de seus ensaios amazônicos - para compor a representação de um intelectual que poderia ajudar, em plena década de 1960, os interesses que o próprio Leandro Tocantins enquanto escritor e homem político possuiu em termos dos anseios de uma efetiva integração da Amazônia ao restante do Brasil. Integração já pensada e pregada pelo escritor de *Os Sertões*.

Dentro desta perspectiva, Tocantins já havia percebido nos escritos de Euclides o clima de protesto e de acusação dos problemas sociais e naturais, tanto do nordeste, como da Amazônia, enquanto intelectual interessado nos destinos destas regiões.

Como “*profeta e acusador*” dessas regiões, Euclides protestava contra o atraso e o esquecimento de um Brasil que vivia dentro de padrões primitivos, marginal à civilização litorânea.

Destaca-se neste trecho, onde Tocantins ao citar Gilberto Freyre também procurou legitimar de forma concludente, a partir de visões de outros intelectuais, o discurso de Euclides da Cunha sobre os sertões nordestinos e amazônicos:

Não há nenhum despreço à cidade na atitude de Euclides. O seu espírito era avesso às artificialidades, ao mundano, aos aspectos triviais da civilização. Os sertões – sejam o do Nordeste ou o da Amazônia - correspondiam à sua atitude mental. Falavam à sua alma de poeta, de poeta mais épico – e viril – do que lírico. Referia-se “ao meu deserto bravio e salvador”, como qualquer amazonense, nos sofisticados palacetes de Manaus e Belém, suspirava por “meu Paris encantador”. Gilberto Freyre diz que “os sertões forma, na verdade, o reino do poeta Euclides da Cunha. Sua Pasárgada, como diria Manuel Bandeira”. Sertões nordestinos e amazônicos, podemos acrescentar. Pois Euclides não ansiava pela “arrancada atrevida com o desconhecido”, no Purus, a Sua Pasárgada amazônica? (TOCANTINS, 1992: 54).

Percebe-se que na década de 1960, esse discurso é resgatado e há claramente uma intencionalidade de efetivação de tais prerrogativas, principalmente de fazer da Amazônia uma região que tida como marginal pudesse se integrar ao restante do Brasil. Restante do Brasil a partir de sua área “civilizada” (Rio de Janeiro e São Paulo). Assim, dentro desse prisma, havia nesses discursos de Tocantins e Freyre a necessidade de civilizar a região amazônica tendo como modelo as duas maiores metrópoles nacionais.

Neste sentido, houve por parte de alguns intelectuais, na década de 1960, que estavam ocupando o poder do Estado, uma similitude de interesses em resgatar no discurso de Euclides da Cunha aquilo que Leandro Tocantins enfatiza, várias vezes, como cientificista e profético, de forma que esse voltar-se ao discurso de Euclides foi capaz de nos revelar a repartição de posições políticas históricas sobre o papel dos intelectuais nos destinos da nação.

Circunscrito nesta perspectiva, o discurso do “*artista e cientista*” Euclides aparece como elemento singular, sobretudo por que o mesmo já havia há tempos consolidado sua magnitude no âmbito literário e científico, enquanto membro da Academia Brasileira de Letras que foi e pelo reconhecimento de sua obra por parte do público de outros países.

Jefferson Peres legitima a ótica de Leandro Tocantins sobre a obra de Euclides da Cunha, destacando-o como misto de poeta e homem da ciência, remetendo ao que Tocantins já afirmara.

Misto de poeta e homem de ciência, como alguém já o classificou, sem a preocupação de escrever tese acadêmica, descreve a região como um paisagista, com pinceladas de cores fortes e impressivas. Assinala que o seu primeiro contato com aquela “última página do Gênesis” lhe causou desapontamento, por considerar a visão real inferior à imagem prefigurada em sua mente. (CUNHA, 2000: 13).

Desta forma, há visivelmente uma agregação de valores no destaque dado a um nome da importância de Euclides no contexto amazônico, já que o mesmo poderia reverter ensinamentos a uma região que após os ciclos das drogas do sertão e da borracha ficou quase que completamente esquecida.

Os discursos dos intelectuais Leandro Tocantins e Euclides da Cunha, embora inseridos em condições históricas diferentes, representaram também as suas respectivas condições de funcionários públicos que se beneficiaram destas posições para proporem a

partir de suas pesquisas modelos de desenvolvimento para a região amazônica. Desta maneira, esses intelectuais ao estarem circunscritos em posições privilegiadas, utilizaram-se das mesmas para legitimarem suas escritas.

O acesso privilegiado a documentos a partir de órgãos públicos para efetivação de suas pesquisas e também a infra-estrutura disponibilizada pelo Itamaraty, como ocorreu no caso de Euclides da Cunha em sua viagem ao alto Purus, que possuiu como intenção fazer um estudo aprofundado daquela região da Amazônia e escrever um livro, nos mostrou como essas condições foram fundamentais para a sua escrita como é corroborado neste trecho:

É Firmo Dutra quem testemunha a “paixão” de Euclides, “paixão” que o levaria aos “últimos assomos”, no aparelhamento da viagem ao Alto Purus. Ora assistia aos preparativos das lanchas, no Igarapé de São Raimundo, ora se debruçava sobre mapas e documentos antigos, nos arquivos governamentais. Impaciente com a lentidão dos trabalhos, e a espera das instruções do Itamaraty, ele se desabafa aos amigos ausentes, devora livros na *Vila Glicínia*. (TOCANTINS, 2000: 162).

Percebemos que Leandro Tocantins - como pôde ser ratificado na própria obra *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido* – também possuiu acesso a documentos restritos ao fazer parte de uma elite burocrática (adido do governo do Estado da Amazonas no Rio de Janeiro).

Desta forma, a construção das representações sobre a Amazônia, tanto de Euclides da Cunha, como de Leandro Tocantins, foram legitimadas pelas instâncias políticas do Estado brasileiro, sobretudo, quando procuraram impor aquilo que José dos Reis Santos Filho chama de “tríade matricial de percepções e atitudes” (explícitas ou implícitas), contidas nos olhares que procuraram descrever e explicar a existência da Amazônia como repleta de riquezas, despovoada e vulnerável.

José dos Reis Santos Filho, destaca que Amazônia em sua essência é e sempre foi compreendida a partir de três características fundamentais ao longo de sua história, e que formaram a construção de um núcleo matricial simbólico do imaginário sobre a região. Núcleo simbólico que a intuiu como *vazia, rica e vulnerável* e que acabou por definir os olhares e as práticas das políticas públicas e privadas voltadas a ela. Uma região que se distinguiu de qualquer outra região do Brasil a partir de uma confluência de imagens cujos significados não são passíveis de serem desvelados de forma imediata. Gênese de uma hesitação que é característica daqueles que procuraram definições classificatórias para o estudo da Amazônia. (SANTOS FILHO, 2008: 2)

Desta forma, a região amazônica pode ser definida de formas antagônicas como “paraíso” ou como “inferno”, sendo que nenhuma das denominações e das tentativas de se dar sentido a Amazônia esgota-se plenamente, pois a colossal região, mesmo na década de 1960, era pouco conhecida em relação à sua universalidade geográfica, biológica e etc... Limitando, dessa forma, muitas das definições como apenas especulações.

Assim, é interessante destacar que a obra *O Paraíso Perdido* do autor Euclides da Cunha encaixa-se perfeitamente dentro de um dos aspectos da tríade matricial, onde o próprio nome do livro escolhido por Euclides já denota uma região repleta de riquezas (*Paraíso*), porém, despovoada e vulnerável (*Perdido*).

Os intelectuais como Euclides da Cunha, Leandro Tocantins e Arthur Cezar Ferreira Reis, a partir de suas obras, estiveram circunscritos a divulgarem e legitimarem seus discursos no itinerário que possuiu como finalidade maior, dentre outras coisas, contribuir com as discussões voltadas à superação do estado de coisas que a tríade matricial - a partir de suas três características fundamentais - sempre impôs sobre o imaginário da região amazônica, ou seja, como sendo vazia, rica e vulnerável. Discussões voltadas à tentativa de superação deste estado de coisas, que enfim, começaram a surtir efeitos a partir das políticas do Estado brasileiro para a região amazônica nos anos de 1960 e 1970. É neste percurso que convergiam os discursos civilizadores desses intelectuais burocratas que estiveram no poder, tanto no início do século XX, como a partir dos anos de 1960.

Referências

ANDRADE, Rômulo de Paula. **A Amazônia vai ressurgir!** Saúde e saneamento da Amazônia no primeiro governos Vargas (1930-1945) tese de mestrado, UFF, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BANN, Stephen. **As invenções da História**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Edunesp, 1994.

BARROS, Lourival Holanda. **Historiografia a tintas nada neutras**. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/13/lourival.php>. Acessado em: 01/06/2008.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

CUNHA, Euclides da, 1866-1909. **Um paraíso perdido:** reunião de ensaios amazônicos/Euclides da Cunha. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2000. 393 p.

IANNI, Otávio. **Ditadura e agricultura:** o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classes dirigentes no Brasil.** 1920 a 1945. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial, 1979.

RIBEIRO, Fabrício Leonardo. **FEBRE NA SELVA:** A Amazônia na interpretação de Euclides da Cunha. Dissertação de mestrado, Franca. 2007.

SANTOS FILHO, José dos Reis. **A instituição imaginária da Amazônia Brasileira.** Registros cognitivos e práticas sociais. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/reis1.pdf>

Acessado em: 01/05/2008.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. In: **Estudos avançados.** São Paulo: USP, v.19, n.54, 2005.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército 1992.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: **Trópicos do discurso:** ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

O ESCRAVO BENEDITINO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DO SÉCULO XX

Paulo Henrique Silva Pacheco*

Vários são os estudos que se debruçam sobre o assunto a escravidão no Brasil. Sejam eles realizados por historiadores nativos ou estrangeiros, essas pesquisas não desconsideram o pioneirismo da obra *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, que se destaca pelo êxito em termos de apresentação e circulação das suas idéias. 76 anos após a primeira publicação esse estudo constitui-se como um legado para as tendências da historiografia moderna.

Seria pertinente considerar que as produções que tomaram a escravidão como tema central se adéquam a três principais perspectivas históricas. A primeira, iniciada pelo próprio Freyre, esteve incumbida em apresentar e fazer circular as idéias desse sistema, considerando a relação patriarcal entre senhor e escravo, as relações pós-emancipacionistas e o caso da miscigenação. A partir da década de 1950 vários estudos, como os produzidos por Costa Pinto e Florestan Fernandes, procuraram ir contra a escravidão branda, vendo os escravos como vítimas passivas do ‘sistema’.

A análise de processos criminais, relatórios de chefes de polícia, anúncios de fugas e testamentos, entre outras fontes, abrem caminho para a percepção das atitudes e sentimentos, valores e normas, que norteavam as ações dos escravos marcadas por uma racionalidade própria. Os mitos da “coisificação”, comum na década de 50, e da idéia do escravo sempre rebelde perdem sua credibilidade.

No final da década de 60 e início de 1970, alguns estudos voltavam-se contra essa percepção considerando negros escravizados como agentes de sua própria história, dentre essas produções podem-se destacar, *Slavery in the cities: the South 1820-1860*, de Richard Wade, *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*, de Mary Karrasch e *Palmares: a guerra dos escravos*, de Décio Freitas.

Porém, foi a partir da década de 1980 que houve um esforço para resgatar o indivíduo escravizado dos grupos subalternos, vendo-os como agentes da sua própria história. Dentre esses estudos estão Kátia Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, Marilene Rosa Nogueira da Silva,

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestrando em História Política. Instituição de Fomento: CAPES.

Negro na Rua, Leila M. Algranti, com *O feitor ausente, estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1821*, Sidney Chalhoube, *Visões da Liberdade*, dentre outros¹.

Uma lacuna nesses estudos historiográficos se encontra no domínio da religiosidade, em geral e em particular com relação aos escravos. Os livros sobre a escravidão fazem poucas referências à religiosidade, ou, então, referências genéricas, que não ajudam a compreender em profundidade essa experiência no cotidiano escravista. Outras vezes, quando abordam o tema, o fazem a partir da instituição religiosa (católica) ou da classe dominante. No entanto, a temática da religiosidade deve ser aprofundada, a partir das experiências vividas pelos escravos e escravas nos diversos ambientes.

1. O negro católico na produção histórica

A produção historiográfica pouco tem explorado o negro inserido no universo católico dos senhores, exceto pelos estudos das irmandades religiosas. Gilberto Freire, ao mencionar o sistema escravista nas ordens religiosas limitou-se em discutir se os religiosos haviam sido bons ou maus senhores. Frank Tannhenbaum, em *Slave and Citizen*, tratou de comparar a escravidão da América do Norte protestante com a da América Latina Católica, apontando as restrições religiosas à escravidão. Porém, essas abordagens permitiram o surgimento de pontos distintos, a partir do próprio método utilizado pelo historiador norte-americano, o comparativo. Segundo esses autores, haveria uma semelhança maior do que se descrevia entre os sistemas escravistas. Acadêmicos como Manuela Carneiro da Cunha, Júlio de Freitas Brandão, Gentil Avelino Tilton, investigaram as leis e os dogmas religiosos de maneira mais profunda, apontando a falta de proteção ao escravo.

No final da década de 1970, a crítica as fontes utilizadas e a insuficiência do método comparativo foram evidenciadas. A descoberta dos arquivos eclesiásticos influenciou em um novo curso para as análises do negro católico. Um trabalho pioneiro sobre essas irmandades no Brasil foi *Devoção e escravidão*, de Julita Scarano (1978). Trabalhando com uma vasta documentação religiosa, como livro de batismos, atas de reuniões e compromissos, Scarano averiguou a popularidade da devoção do Rosário entre os negros, desde as instituições das suas primeiras confrarias, permitindo ver o negro como um agente na sociedade em que atuava e essas associações como ferramentas de inserção no meio social.

Logo foram surgindo outras obras com o mesmo objetivo, dentre elas a do historiador Caio Cesar Boschi, *Os leigos e o poder*. Contradizendo alguns pontos afirmados por Scarano,

¹ Cf. (SCHWARTZ, 2001: 21-88).

o autor toma objeto de análise não o cativo, mas a presença das irmandades no interior das relações religiosas. Outra obra, produzida por José Geraldo Vidigal de Carvalho, se ocupou em examinar as irmandades do Rosário em meio a vinculação entre Igreja e escravidão.

A década de 80 foi a afirmação dos estudos acerca da Igreja e da escravidão. Jaime Balmes, João Carlos Carvalho e João Evangelista Martins Terra trataram dos argumentos para a adesão dos religiosos ao sistema escravista, trazendo à tona novas fontes eclesiásticas e outros métodos, como a análise do discurso.

Nos anos 90, os estudos sobre essa temática ganharam maior volume, o universo analisado passou a interagir com a vida católica da cidade a qual estava limitado, ampliando as possibilidades de análises e diminuindo as lacunas entre religiosidade, espaço urbano, escravidão e controle social. Desse período pode-se fazer referência das obras de Maria do Céu Medeiros, *Igreja e dominação no Brasil escravista*, Ana Lúcia Valente, *O negro e a Igreja Católica: um espaço concedido, um espaço reivindicado*, Martha Abreu, *O Império do Divino*, Willian Martins, *Arrais e procissões na Corte*, Scott Mainwarring, *Igreja católica e política no Brasil* e João José Reis, *A morte é uma festa*.

Todos esses estudos relacionam-se a Igreja secular, cuja submissão ao governo real e aos poderes eclesiásticos locais eram maiores do que nas ordens religiosas. Por conta disso ainda fica a questão. E os escravos pertencentes as ordens religiosas no Rio de Janeiro? Será que a especificidade dos seus dogmas não deveria ser considerada na administração do seu sistema escravista? O que pensar da produção historiográfica que se ocupou com os escravos do Mosteiro de São Bento?

2. Embasamentos historiográficos para uma nova abordagem da escravidão beneditina

Faltam pesquisas que avaliem o negro beneditino considerando as particularidades do seu universo religioso. As que tratam do assunto, pouco pensaram a respeito da relação de poder entre os senhores e os monges. Tais estudos estiveram restritos a citações e por muito tempo influenciado pelos relatos dos viajantes dos séculos XVIII e XIX. Nessas circunstâncias pode-se considerar a obra *Casa grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, que embasado nas considerações de Henry Koster, em *Travels in Brazil*, proporcionou análises com idéias maniqueístas, impulsionando os monges beneditinos a um julgamento.

Os de São Bento [monges] tratando muito bem os seus negros; deixando os molequinhos brincar a maior parte do dia, cuidando dos negros velhos, arrumando os casamentos entre as raparigas de quatorze e quinze anos e os rapazes de dezessete ou dezoito; facilitando a alforria aos diligentes. (FREYRE, 2000: 528)

Essa percepção foi, de certo modo, fruto da visão do viajante norte americano de atenuar os efeitos do cotidiano escravista no Brasil.

Outro autor que se deixa enveredar acerca da benignidade dos monges é Vivaldo Coaracy, *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, que reproduz a idéia de “escravos brancos” de São Bento, do viajante britânico Sir George Stauton, *An Authentic account of na embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China*, em 1789.

Tão natural e legítima era considerada a instituição servil que as próprias ordens religiosas regulares possuíam numerosos escravos. Em número superior a mil, empregavam-nos os beneditinos nas suas numerosas fazendas de criação e lavoura, para os trabalhos rurais, e, no mosteiro, para os serviços domésticos e as obras de construção e conservação dos edifícios. Eram muito conhecidos os “escravos brancos” de São Bento. Brancos, de fato, não eram, mas; mas caprichavam os monges em selecionar para os serviços do mosteiro mulatos tão claros que poderiam passar por brancos, não fosse a sua condição de cativos; e por eles pagavam alto preço. (COARACY, 1965:305-306)

As obras mencionadas, de Freyre e Coaracy, representam uma forma de pensamento que esta proposta de trabalho considera, se comparada as possibilidades teóricas e metodológicas disponíveis hoje, pouco complexas. Será por meio da investigação mais rigorosa que se evidenciará as razões que proporcionaram um melhor tratamento aos escravos e que, possivelmente, favoreceu a formação de uma mão-de-obra cativa distinta na sociedade da Corte. Quanto as fontes produzidas pelos viajantes, Koster e Stauton, deve-se considerar a relevância dos conteúdos, no entanto, cabe tratá-las com cautela devido ao etnocentrismo e aos juízos morais que trazem em seus escritos.

Outros estudos considerados como limitados são as diversas obras produzidas pela própria Ordem Beneditina, por dois motivos: o caráter memorialista e heróico de suas obras agregadas de juízo de valor e a completa negação da mão-de-obra cativa na constituição de seu patrimônio. Caberá perceber nessas produções o contexto em que a Congregação esteve inserida ao longo do século XIX, procurando contrapô-las com outros estudos e fontes.

A matriz discursiva a cerca do cotidiano do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro é a obra de Benjamin Franklin Ramiz Galvão, intitulada *Aponctamentos Históricos sobre a Ordem Benedictina em Geral e em Particular sobre o Mosteiro de São Bento de Nossa Senhora do Monserrate da Ordem do Patriarca S. Bento D’esta Cidade do Rio de Janeiro*. Médico, professor e filólogo, o barão de Ramiz, título recebido em 1888, dirigiu a Biblioteca Nacional e atuou no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, do qual foi orador perpétuo. Ainda não foi encontrada nenhuma relação que justifique a sua ligação com as causas do Mosteiro, visto que a sua obra representa um discurso que aponta para uma trajetória vitoriosa

dos religiosos no Rio de Janeiro sendo arruinada pelas medidas do Governo Imperial, principalmente pela falta de monges nos claustros.

Essa produção torna-se relevante pelo fato de que aspectos sociais e políticos da Ordem são apontados durante o século XIX. Sua proposta memorialista tornou o modelo para outras produções beneditinas, como *Os monges beneditinos no Brasil – Êsboço histórico*, de D. Joaquim Grangeiro de Luna, *História de São Bento e seu tempo*, Cardeal A. Idelfonso Schuster, e a obra *A Ordem Beneditina no Brasil quando Província 1582-1827*, de D. José Endres, também compilador do *Catálogo dos Bispos-Gerais, Províncias, Abades e mais cargos da Ordem de São Bento no Brasil – 1582-1975*.

Essas outras obras beneditinas retratam o modo de vida dos monges, sua trajetória histórica e principalmente a instável relação com o Governo. Entretanto, sua utilidade limita-se a essas informações, visto que os seus objetivos são de registrar a grandiosidade histórica dos seus abades.²

Duas outras obras desdobram o universo beneditino do Rio de Janeiro, primeiro *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento*, de D. Clemente da Silva-Nigra. Dividida em dois volumes em sua primeira parte consta a relação dos artistas que auxiliaram na construção do mosteiro, considerando as contribuições de alguns de seus escravos, fosse à encarnação de imagens ou na convecção das capas de importantes registros da Ordem, como o *Livro do Dietário*.³ A segunda parte é a transcrição de um enorme volume de fontes pertencentes ao arquivo da congregação, desde o final do século XVI até o século XIX.

A segunda obra é *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro 1590-1990*, de Mateus Ramalho Rocha. Lançada em função da comemoração dos quatrocentos anos da Ordem na cidade há uma parte dedicada aos escravos beneditinos, esta evidencia o bom tratamento dado aos cativos e ainda justifica os castigos aplicados como sendo uma forma de integrá-los ao universo religioso, pois era o mesmo imposto pela Regra aos monges. Ao contrário das outras produções, essas duas obras apontam a constante utilização de fontes primárias do arquivo beneditino do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador, sendo um importante instrumento para o início de qualquer pesquisa nessas instituições.

O pensamento proposto também se torna limitado caso essas produções beneditinas não se relacionarem com outras pesquisas de cunho acadêmico. A dissertação de mestrado, *A*

² Abade: superior da ordem monástica. No caso dos beneditinos havia um para cada convento, estando todos submetidos ao Abade geral. Estes produziam os *Capítulos gerais*, sendo por isso denominado monges capitulares.

³ Livro dos monges falecidos que contribuíram para o crescimento da Ordem.

Congregação Beneditina Brasileira no Rio de Janeiro (1830-1870), de Maria Rachel Fróes da Fonseca dos Santos, defendida na Universidade Federal Fluminense, em 1986, constitui um dos primeiros trabalhos leigos a consultar o arquivo beneditino. O que mais importa nessa pesquisa é a análise da intervenção por parte do Governo Imperial brasileiro nos assuntos eclesiásticos, como também na administração de assuntos particulares da Ordem Beneditina, o exame de leis e argumentos revelam as crescentes atitudes e políticas centralizadas do Estado em relação à Igreja Católica no decorrer do século XIX.

A outra obra, *Dietário dos escravos de São Bento*, torna-se mais próxima do objeto de pesquisa aqui determinado, por tratar de uma família de escravos beneditinos de São Paulo. Produto de uma historiografia que passa a considerar os escravos como agentes de sua própria história⁴, Luiz Gonzaga Piratininga Júnior propõe uma história das mentalidades através de fontes particulares produzidas por seus próprios descendentes, escravos e libertos da fazenda beneditina de São Caetano. Sua utilidade está na conjuntura apresentado pelo autor, que abrange desde o discurso utilizado pela Igreja para justificar a adesão ao escravismo, passando pela crise da falta dos monges, cujas origens apontadas datam do período colonial, até a libertação da mão-de-obra cativa dos mosteiros. Entretanto, convém ter cautela com o texto redigido por atribuir juízos morais ao sistema escravista administrado pelos monges.

Outros trabalhos se utilizaram das fontes beneditinas, embora não as tome como elemento principal de análise, como o caso da dissertação de mestrado de Vanessa Gomes Ramos, *Os escravos da religião: Alforriandos do clero católico no Rio de Janeiro Imperial*, da obra *Comunidade escrava e grandes escravarias no sudeste do século XIX*, de Carlos Engemann e o livro *Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX* do Flávio dos Santos Gomes. Vanessa Gomes Ramos ao tratar das alforrias concedidas pelo clero possibilita ampliar a visão a cerca das possíveis razões para as ocorridas no sistema escravista beneditino, enquanto Engemann e Gomes facilitam a compreensão sobre os escravos beneditinos nas propriedades rurais, trabalhos relevantes para distinguir o modo-de-vida dos escravos nas diferentes propriedades, rústicas e urbana.

Alguns estudos que tratam do cotidiano escravista nas propriedades rurais beneditinas foram *Escavando o passado da Cidade. História Política da Cidade de Duque de Caxias*, por Marlúcia Santos de Souza, e o trabalho de Nielson Rosa Bezerra, *As confluências da escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguazu e Estrela (1833-1888)*. Essas dissertações de mestrado possibilitam uma análise comparativa acerca dos escravos que atuaram no

⁴ Características dos estudos a respeito de uma escravidão produzida a partir de 1980.

Mosteiro e os que serviram nas propriedades rústicas. Entretanto cabe ressaltar que ainda não foram encontradas pesquisas relativas ao patrimônio rústico dos beneditinos no âmbito social, político e religioso do seu governo local, o mosteiro, que estava submetido a Abadia da Bahia, de onde provinham todas as medidas para a administração dessas propriedades.

Assim como Engemann e Gomes, os trabalhos de Marlúcia Souza e Bezerra apresentam uma quantificação pertinente às pesquisas, assim como a possibilidade de relacionar diferentes tipos de fontes, porém inserem a Ordem na vida católica tradicional da cidade, não considerando a sua especificidade no âmbito religioso⁵. Um exemplo disso é a importante análise realizada por Fania Fridman, *Donos do Rio em Nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Sua obra representa um modelo metodológico para este projeto, pela forma com que utiliza as imagens e as constroem de acordo com os resultados encontrados. Outra peculiaridade da obra é o capítulo destinado ao patrimônio territorial da Ordem beneditina, porém, sua análise ignora as medidas tomadas nas Atas Capitulares, cuja leitura poderia preencher várias lacunas do trabalho.

Ao buscar a distinção dos cativos que atuaram no Mosteiro do Rio de Janeiro com os demais escravos da cidade, apontada por Coaracy, cabe a comparação com as obras que buscaram tratar o escravo e seus hábitos no espaço urbano do século XIX, dentre elas a tese de doutorado de José Roberto Pinto de Góes, *Escravos da Paciência: Um estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)* e a dissertação de mestrado de Jupiracy Affonso Rego Rossato, *Sob os olhos da Lei: o escravo urbano na legislação Municipal na cidade do Rio de Janeiro (1830-1838)*.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente, estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1821*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983.

BALMES, Jaime. *A Igreja Católica em face da escravidão*. São Paulo: Centro Brasileiro de Fomento Cultural, 1988.

BEZERRA, Nielson Rosa. *As confluências da escravidão no Recôncavo da Guanabara: Iguazu e Estrela (1833-1888)*. Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2004.

⁵ Refere-se a sua autonomia ante o Arcebispo, devendo responder somente ao superior da Igreja no Vaticano.

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder* (Irmandades leigas e políticas colonizadoras em Minas Gerais). São Paulo. Editora Ática, 1986.

BRANDÃO, Júlio de Freitas. O escravo e o direito. In: *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História: Trabalho Livre e Trabalho Escravo*, 1, 1973. p. 255-84.

CARVALHO, João Carlos M. *A Igreja e a escravidão*. Uma análise documental. Rio de Janeiro: Presença, 1985.

CHALOUB, Sidney. *Visões de Liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COARACY, Vivaldo. *Memória da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1965.

COSTA PINTO, Alberto L. *O negro no Rio de Janeiro*. Companhia Editora Nacional, 1953.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Negros e estrangeiros*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

ENGEMANN, Carlos, *Igrejas, críticas: A Igreja e a escravatura*. Disponível em <http://melhorsobre.blogspot.com/2007/04/igreja-crticas-igreja-eescravatura.html>. Acessado em 24 de junho de 2009.

ENDRES, Dom José. *Catálogo dos Bispos-Gerais, Provinciais, Abades e mais cargos da Ordem de São Bento no Brasil – 1582-1975*. Salvador – Bahia. Ed. Beneditina LTDA, 1976.

_____, *A Ordem Beneditina no Brasil quando Província 1582-1827*. Salvador – Bahia. Ed. Beneditina LTDA, 1980.

FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre, Ed. Movimento, 1973.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 48ª ed.. São Paulo: Global, 2000.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamond. 1999.

GALVÃO, Dr. Benjamim F. R., *Aponctamentos Históricos sobre a Ordem Benedictina em Geral e em particular sobre o Mosteiro de N. S. do Monserrate da Ordem do Patriarcha S. Bento d' esta cidade do Rio de Janeiro*, Typ. de Leuzinger & Filhos, Rio de Janeiro, 1879.

GOES, José Roberto. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.

GOMES, Flávio. S. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1992.

KARRASCH, Mary C. *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Wisconsin, 1972.

LUNA, D. Joaquim Grangeiro de. (OSB). *Os monges beneditinos no Brasil – Esboço histórico*. Rio de Janeiro. Ed. “Lumen Christi”, 1947. (Coleção Monástica Vol. II).

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, Willian de Souza. *Arraiais e procissões na corte: festas e civilizações na cidade do Rio de Janeiro (1828-1860)*. Niterói, UFF, dissertação de mestrado, 1996.

MATTOSO, Kátia de Queirós, *Ser escravo no Brasil*, 2 ed. São Paulo, 1988.

MEDEIROS, Maria do céu. *Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos oratórios de Pernambuco, 1659-1830*. João Pessoa, PB: Idéia, 1993.

NIGRA, D. Clemente Maria da Silva. *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*. Salvador: Bahia. Tipografia Beneditina LTDA, s/d.

PIRATININGA JÚNIOR, Luiz Gonzaga. *Dietário dos escravos de São Bento: originários de São Caetano e São Bernardo*. HUCITEC; São Caetano do Sul. SP: Prefeitura, 1991.

RAMOS, Vanessa Gomes. *Os escravos da religião – Alforriandos do clero católico no Rio de Janeiro Imperial (1840-1871)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. UFRJ, 2007.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROCHA, D. Mateus Ramalho. *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro 1590-1990*. Rio de Janeiro. Ed. Studio HMF, 1991.

ROSSATO, Jupiracy Affonso Rego. *Sob os olhos da Lei: O escravo Urbano na Legislação Municipal na cidade do Rio de Janeiro (1830-1850)*. Dissertação de Mestrado, 2002.

SANTOS, Maria Rachel Fróes da Fonseca dos. *Contestação e Defesa: A congregação Beneditina Brasileira no Rio de Janeiro (1830-1870)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense, 1986.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. 2ª ed.. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SCHUSTER, Cardeal A. Idelfonso. OSB. *História de São Bento e seu Tempo*. Rio de Janeiro. Ed. “Lumen Christi”. Mosteiro de São Bento, 1956.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru. São Paulo: EDUSP, 2001.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *Negro na Rua: a nova face da escravidão*. São Paulo. Hucitec, 1988.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o passado da cidade: História política da Cidade de Duque de Caxias*. Dissertação de mestrado. Niterói. UFF, 2002.

TANNENBAUM, Frank. *Slave and citizen, the negro in the Americas*. New York, s.ed., 1946.

TERRA, João Evangelista Martins. *O negro e a Igreja*. 2ª Ed. São Paulo: Loyola, 1988.

TITTON, Gentil Avelino, OFM. O Sínodo da Bahia (1707) e a escravatura. In: *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História: Trabalho Livre e Trabalho Escravo*, 1, 1973. p. 285-306.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. *O negro e a Igreja Católica: um espaço concedido, um espaço reivindicado*. Campo Grande: CECITEC-UFMS, 1994.

VIDIGAL, José G. de. *A Igreja e a escravidão: as irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos pretos*, 1998.

WADE, Richard. *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Londres. Oxford University Press, 1977.

A HISTORIOGRAFIA DO CINEJORNALISMO NO BRASIL

Paulo Roberto de Azevedo Maia¹

A comunicação que se inicia tem por preocupação maior, discutir algumas das principais vertentes historiográficas a respeito dos cinejornais no Brasil. Trata-se de verificar contribuições da história dos informativos cinematográficos do início do século XX até a década de 80.

Demorou um pouco para os cinejornais se tornarem fontes aceitáveis para os historiadores, mais preocupados com o documento escrito e sacralizado pela historiografia geral. Foram autores ligados ao mundo do cinema, os primeiros a estudar os filmes de atualidades do início da história do cinema brasileiro. Somente na década de 70 com a renovação historiográfica proposta na França pela Nova História, com novos problemas, novos objetos e novas abordagens, é que o cinema se tornou fonte histórica respeitável.

Temos uma produção até os anos 70 com um olhar voltado para o cinema e suas preocupações técnicas e depois uma série de trabalhos que retomam questões da primeira produção, mas procuram especificar seus objetos com uma leitura mais pormenorizada dos cinejornais.

Vicente de Paula Araújo em sua *A Bela época do cinema brasileira*, exalta o primeiro momento (1907-1911) de uma produção voltada ao comércio que ele considera, como o próprio título de seu livro indica, uma fase de ouro do cinema e destaca a produção de cinejornais, mas sem a preocupação de tecer maiores considerações. Na mesma linha está Alex Viana na sua Introdução ao cinema brasileiro. Esses estudos são considerados clássicos, mas com poucas contribuições efetivas a história dos cinejornalismo.

Jean Claude Bernardet em *Cinema Brasileiro: Propostas para uma História relata* que o primeiro cinejornal surge, no Brasil, em 1910 e é a versão brasileira do *Pathé Journal*, informativo francês criado em 1908. Temos a partir de então um número considerável de cinejornais surgindo no Brasil. Até 1935, nada menos que cinquenta jornais cinematográficos, número considerável para a época. Mais do que um simples número, essa informação é um dado de relevância, demonstrando que os cinejornais representavam, no período, a maior parte da produção de filmes do país. Eles superam e muito a produção cinematográfica de outros gêneros.

¹ Historiador e Mestre em Multimeios Pelo Departamento de Cinema do Instituto de Artes da Unicamp.

A idéia de que a produção de cinejornais foi o grande destaque da produção cinematográfica brasileira do início do século XX parece não ser um consenso entre os historiadores. Para alguns, a produção ficcional foi o que sustentou o cinema brasileiro durante toda a sua história. Essa posição está alicerçada em uma concepção de história típica dos países desenvolvidos, onde a ficção é o carro chefe da indústria cinematográfica e não se sustenta, pois, segundo Jean Claude Bernardet trata-se da elaboração de uma ficção criada pelos próprios historiadores e cineastas preocupados em demonstrar a força da produção do cinema de ficção, em uma país onde o cinema começava a dar os seus primeiros passos.

Documentários e cinejornais não eram considerados relevantes para países que possuem uma verdadeira indústria cinematográfica com filmes de ficção em quantidade, garantindo grandes lucros para os estúdios. Os pesquisadores brasileiros tentaram pensar o Brasil nesse mesmo molde, fugindo das peculiaridades do contexto histórico do cinema no Brasil no início do século XX e, como nos diz Jean Claude Bernardet (1979), poucos foram os que afirmaram o contrário.

Após o período denominado como "bela época do cinema brasileiro" (1907-1911) a produção de filmes ficcionais diminuiu bastante e as poucas produções existentes confrontavam-se com a grande quantidade de filmes produzidas no exterior presentes no mercado brasileiro e, além do número reduzido de obras, elas tinham qualidade inferior às produções estrangeiras, particularmente as norte-americanas, que passaram a desempenhar um papel importante no Brasil. É nesse momento que a produção de "naturais" começa a aumentar significativamente e passa a dominar, de forma quase completa, a produção nacional.

Pathé Jornal e *Cinejornal Brasil* passaram a ser os dois periódicos mais significativos da década de 10. As principais capitais e cidades do interior puderam assistir a notícias de largo espectro, com um enfoque nacional, onde é claro, a veiculação de cenas de autoridades, da política e eventos das principais cidades já se faziam presentes. Estava começando um gênero que viria se tornar uma força política, mas, também, iria elaborar uma modalidade de cinema com um apelo estético diferenciado. Embora tenhamos que admitir que a maior parte dos cinejornais não apresentava nenhum requinte estilístico, pois eram fontes de recursos para pretensos cineastas, na realidade, empresários de cinema que pouco estavam preocupados com a elaboração dos cinejornais, o que interessava era o maior lucro possível. Os "cavadores", produtores malditos do cinema do início do século, foram os

grandes viabilizadores do cinema brasileiro desse período. Eles eram encarados como arrivistas dispostos a tudo, ou seja: "*De modo geral esses cinegrafistas eram mal vistos; eles tinham é que descolar a grana, qualquer trambique valia*".(BERNARDET, 1979, p. 27).

Para Anita Simis (1996) a cavação é condição necessária para o desenvolvimento do cinema no Brasil com o mercado dominado pelo cinema norte-americano. Era preciso encontrar espaços não ocupados.

A idéia dos produtores dos cinejornais como "cavadores", homens dispostos a tudo para conseguir patrocínio para seus periódicos, insere o cinejornal dentro das práticas capitalistas, transformando-o em mercadoria, o que é, de certa forma, coerente com a tradição do cinema que desde dos irmãos Lumière é um negócio. O processo em curso estava inserindo as produções cinematográficas na indústria cultural tal qual aconteceu com a literatura no século XIX.

O trabalho de Maria Rita Galvão, Galvão, *Crônicas do cinema paulistano* demonstrou como a questão política representou uma grande força desse tipo de cinema, basta lembrar os inúmeros periódicos que se dedicavam quase que exclusivamente a produção de material de propaganda política para ser veiculado e outros que inseriam o material político em meio às imagens do futebol, carnaval, realizações do governo como construção de estradas, inaugurações ou mesmo alguma festa popular. De qualquer forma, não faltavam as cenas de políticos supostamente "grandes realizadores" aparecendo na tela grande.

O crítico Paulo Emílio Salles Gomes nos afirma que os cinejornais se dedicavam ao registro de dois temas, particularmente, o "ritual do poder" e o "berço esplêndido". O primeiro é uma referência às filmagens dos eventos políticos, parados militares, inaugurações e todos os eventos relacionados com a imagem da elite. O segundo é a glorificação da imagem do Brasil maravilha, contemplando as belezas naturais e cultuando o ufanismo.²

O desenvolvimento do cinema documental, e podemos incluir os cinejornais entre eles, foi durante décadas o grande referencial do cinema brasileiro; apenas depois da segunda guerra mundial é que teremos uma produção ficcional se estabelecendo em nosso país. Ressaltamos, no entanto, o impulso tomado pelos cinejornais a partir da década de 30. O governo Vargas se empenhou em fazer dos informativos cinematográficos um referencial de comunicação audiovisual. Isso ficará, ainda, mais evidente a partir de leis que procuram

² Gomes, Paulo Emílio Salles Gomes, *Anais do Simpósio do Filme documental Brasileiro*, Recife, MEC-IJNPC, 1977.

incentivar a produção e exibição de cinejornais. O impulso oficial do Estado faz com que esse gênero se estabeleça, favorecendo o surgimento de inúmeros periódicos, não somente no Rio e em São Paulo, mas também em outros estados e, até mesmo, em cidades do interior eles surgiram. Um exemplo disso pode ser visto no trabalho de Maria S. Guedes que em sua dissertação de mestrado analisa os filmes dos cinejornais da Carriço Film de Juiz de Fora, cobrindo um período que vai de 1927 a 1966. Trata-se de uma produção de aproximadamente 500 edições, o que revela o potencial do cinema do interior de Minas. Guedes, Maria S. *Cinejornalismo e Populismo - O Ciclo da Carriço Film em Juiz de Fora*.

O interesse do Estado em utilizar os cinejornais como veículos de propaganda é algo que vem desde o surgimento dos primeiros periódicos cinematográficos, ainda na República Velha, mas naquele momento não havia uma política oficial preocupada em estimular a produção desse material. Entretanto, como nos mostra Cássio dos Santos Tomaim (2006), isso não impedia que produtores como Gilberto Rossi começassem suas atividades cinematográficas a serviço do governo do estado de São Paulo, para o então governador Washington Luís. A Rossi Atualidades se transformou em referência de informativo cinematográfico no Brasil. A iniciativa de Rossi abriu caminho para o surgimento de outros informativos que passaram a trabalhar a serviço do Estado como a produtora Campos Film, a Guarany Film, a Santa Therezinha Film, a Rex Film entre outras. Apesar da proliferação de empresas do ramo, a Rossi Atualidades manteve a primazia na década de 20, devido a sua qualidade e produção constante, o que deixava os cinejornais mais atualizados.

Foi no governo Vargas que o estímulo à produção de material educativo e cinejornalístico se tornou uma realidade. O decreto 21.240 de 4 de abril de 1932, instituiu a obrigatoriedade de exibição de um filme nacional de caráter educativo, mas deixava espaço para a exibição de filmes de outros gêneros. Esse mesmo decreto menciona a criação de um Convênio Cinematográfico Educativo que objetivava:

A instituição permanente de um cinejornal com versões tanto sonoras quanto silenciosas, filmado em todo o Brasil e com motivos brasileiros, e de reportagens em número suficiente, para inclusão quinzenal, de cada número, na programação dos exibidores. (SIMIS, 1996, p. 108)

Anita Simis (1996) deixa clara a intenção do Estado de incentivar a produção dos cinejornais. Isso se torna mais evidente e interessante para os governos por se tratar de um tipo de produção capaz de atuar com forte expressão ideológica na formulação de uma política oficial. O trabalho de Simis vai além e oferece um painel bem definido da ação do Estado e sua interferência na produção cinematográfica brasileira em toda era Vargas.

Os estudos sobre o cinema, realizados no Brasil, fazem da ligação Cinema-Estado o grande sustentáculo de uma variação conceitual do ideológico. A tradição marxista aponta para o uso dos cinejornais como instrumentos de “manipulação ideológica”, entendendo que o objetivo informativo dos periódicos cinematográficos convergia para a criação de um imaginário favorável às expectativas do Estado e de interesses de classe. Assim, José Inácio de Melo (1990) analisa algumas linhas constituintes da relação entre a oligarquia da República Velha com os meios de comunicação, relação baseada em coerção, corrupção, marcas de despolitização progressiva e da fraqueza dos meios de comunicação frente ao poder oligárquico. O trabalho procura explorar, também, algumas concepções teóricas postas em prática para o período político compreendido entre 1937 e 1945. O autor aborda, de forma sistemática, a criação do DIP, a diversidade dos projetos ideológicos pensados antes e durante o Estado Novo e o controle e coerção exercidos sobre a imprensa naquele período. O *Cinejornal Brasileiro*, objeto privilegiado de sua análise, aparece como agente eficaz da propaganda de Vargas e como grande arma na construção de um imaginário político capaz de levar adiante o projeto de culto a própria figura do ditador brasileiro.

A participação do Estado não ficou restrita ao estímulo à produção. O DIP, através de sua agência nacional, produziu e distribuiu o *Cinejornal Brasileiro* (1938-1946). Tratava-se do primeiro cinejornal a representar oficialmente o governo e toda sua forma de conceber a programação era voltada a reforçar os valores de trabalho e civismo cultuados pelo Estado. Temos uma nova postura diante da notícia, embora a cinematografia anterior privilegiasse, de certa maneira, os mesmos temas dos informativos de Vargas, tais como os eventos políticos, as imagens da população, as cenas do carnaval, a grande e insistente novidade da produção de cinejornais durante o Estado Novo foi o enfoque personalista centrado na figura do presidente. Era a marca de uma política ditatorial que não procurava estabelecer qualquer forma de subterfúgio. Sem mascarar seus objetivos, os filmes retratavam o fortalecimento da imagem de um estadista. A tônica de culto à personalidade com forte

influência da produção cinematográfica de países europeus de tendência totalitária como Alemanha ou mesmo a União Soviética não é difícil de ser percebido.

Ana Carolina Nery dos Santos (2004) nos lembra que o *Cinejornal Brasileiro*, apesar de estatal, não era o único e concorria com outros periódicos nacionais. Isso pode ser considerado um fator para esse informativo cinematográfico não ter tido o destaque devido enquanto propaganda oficial do Estado. Os principais eram “Atualidades Atlântida”, “Atualidades Cineac”, “Cinelândia Jornal”, “DEIP-Jornal de São Paulo”, “O Repórter em Marcha”, “Filme Jornal”, “Notícias da Semana”, “Reportagem Cinédia”.

Os cinejornais estrangeiros viviam uma realidade diferente da dos brasileiros. O mercado para eles era garantido, uma vez que eram alocados junto com os longas-metragens. “*Desta maneira, durante a década de 40 foram distribuídos no Brasil o “Auslandstonwoche-UFA”, “British Olympic News”, “Fox Movietone News”, “Metrolon News” depois “News of the Day”, “Paramount News”, “Pathé News”, “Universal News”, e o “Jornal da LUCE”. Findada a guerra chegou o “Actualités Française”*” (SANTOS, 2004, p. 53)

Jean Mazon marca uma época na produção documental brasileira. Esse francês entusiasta das artes visuais empenhou-se, a princípio, na arte fotográfica, fazendo uma carreira respeitável na Europa, inclusive participando de experiências jornalísticas de relevância como sessões fotográficas de Hitler e Mussolini. (NARS, 1996, p.13) No entanto, o seu passo mais importante, foi decidir vir para o Brasil. A partir de uma indicação de Alberto Cavalcanti,³ Mazon conseguiu uma vaga de repórter fotográfico no DIP, mais precisamente no setor de fotografia e cinema, suas atividades iam além do trabalho fotográfico e o cinema passou a fazer parte da sua vida. Foi convidado pela Fundação Rockefeller junto com o DIP para produzir um filme sobre a borracha na região amazônica, além de trabalhar com Orson Welles durante as filmagens do Carnaval carioca. Seu próximo passo foi integrar os quadros dos Diários Associados, o maior grupo jornalístico da primeira metade do século XX, desempenhando papel importante como fotógrafo da revista *O Cruzeiro*. Deixava assim o trabalho no governo para desenvolver atividades na grande imprensa brasileira (NARS, 1996, p.19).

Dentro da história do cinejornalismo no Brasil, merece destaque especial as produções de Primo Carbonari. Esse cineasta começou a fazer cinema em 1929 na

³ Alberto Cavalcanti era, naquele momento, chefe do Serviço Cinematográfico e Fotográfico Inglês. Aliás, cabe lembrar a importância desse brasileiro para o cinema documental mundial. Ele se tornou célebre documentarista na Europa, apesar de pouco reconhecido no Brasil,

Companhia Americana de Filmes. Durante os anos em que aprendeu as técnicas de cinema e se fez cineasta. Dedicou seu tempo à produção de filmes que eram a real expressão do “ritual do poder” como afirmou Paulo Emílio. Na década de 50 passou a ter sua própria produtora e a fazer o informativo cinematográfico *Amplavisão* que esteve ativo, grande parte do século XX.

Embora fosse um típico cavador e fizesse imagens com fins políticos e de propaganda, Primo Carbonari teve como grande mérito criar um grande acervo com mais de oito mil latas de filme e que era, ainda, maior, chegava a 24 mil. Esse material acabou se deteriorando ao longo do tempo. Do que restou dos filmes de Carbonari, temos um conjunto de imagens, na sua grande maioria, documentos portadores da memória da cidade de São Paulo e da elite paulistana, com ênfase a figuras políticas, onde sobressai o governador Adhemar de Barros, presente em grande parte das edições do *Amplavisão* das décadas de 50 e 60.

No que diz respeito à técnica e a preocupação estética, o *Amplavisão* era bastante ineficiente. Grande parte dos filmes apresentava problemas variados, os mais comuns eram os de enquadramento e de foco, o que resultava em uma péssima fotografia. As imagens produzidas eram, reconhecidamente, ruins e levaram o crítico Paulo Emílio Salles Gomes a dizer que Primo Carbonari era o pior cineasta do Brasil e o comparava a Jean Mazon:

Somos condenados a Primo Carbonari. A essa pena pesada e hebdomadária alguns cineastas acrescentam às vezes uma dose de Jean Mazon. Não vamos reiniciar a clássica discussão, já acadêmica sobre qual deles é pior. O assunto evoluiu e os melhores especialistas estão concordes em que um paralelo entre Carbonari e Mazon não tem sentido, pois é diversa a natureza da ruindade de cada um deles. Mazon é o ruim de classe internacional, ao passo que Carbonari é o ruim subdesenvolvido. Em suma, Carbonari é o pior cineasta brasileiro e Mazon é o pior do mundo.

(Apud BIZELLO, 1995)

A crítica severa de Paulo Emílio Salles Gomes revela um tipo de cinema que era mantido com o intuito de lucrar o máximo possível, deixando de lado qualquer preocupação de caráter estético. Apesar da pouca qualidade técnica e artística de seus filmes,

Primo Carbonari manteve seu trabalho por muitas décadas e pode ser considerado como um dos grandes exemplos da cavação nacional. Embora ele fosse um grande produtor e tivesse talento para conseguir recursos estatais para suas produções, ele não resistiu, assim como todos os produtores de cinejornais, as mudanças que viriam. Apesar da importância desse cineasta, ele ainda não foi objeto de estudo particular, existindo, apenas, comentários superficiais em várias obras.

O último cinejornal a manter uma periodicidade foi o *Canal 100*, informativo objeto de pesquisa do trabalho de Luiz Octávio Câmara de Mello Coimbra.⁴ O autor, através de uma postura marcada pela análise do discurso geral do cinejornalismo brasileiro até a década de 60, minimiza a relação do regime militar com o *Canal 100*, fazendo desse um suporte financeiro viabilizador da sua existência, o que não se pode negar, mas não vai além, deixa análises de linguagem e de composição estética fora de sua discussão, não valorizando as imagens. Assim, o discurso sobre o cinejornalismo revestido da tradicional interpretação da “dominação ideológica” é aplicado ao Estado Novo, onde fica clara a presença Estatal, mas não é constatada no regime militar pós 64. O cinejornal, na realidade, aparece em segundo plano. A grande ênfase está na defesa da idéia do historiador como cineasta, a realização do filme documentário *Memórias de um Cinejornal: Canal 100 (1960-1985)*⁵ é, para o autor, exemplo claro do filme como texto histórico científico. A idéia do filme como texto histórico permeia todo o trabalho e é, em verdade, a sua tese central.

O trabalho de Coimbra torna-se limitado por não discutir o desenvolvimento de uma linguagem cinematográfica própria do *Canal 100*. Sua fixação por defender a idéia do historiador-cineasta acaba por analisar seu objeto de forma distante. Em momento algum percebemos um esforço em tentar compreender o contexto histórico e as variações do formato do cinejornal, nem mesmo de apresentar uma discussão sobre as imagens, tão fortes que se cristalizaram no imaginário de uma legião de fãs que, ainda hoje, as reverenciam na memória. Até mesmo o futebol, marca registrada do *Canal 100* não foi motivo de discussão do trabalho.

Nossa dissertação de mestrado, intitulada, *Canal 100: A Trajetória de um Cinejornal* teve por objetivo, discutir a trajetória histórica e a constituição da linguagem do cinejornal *Canal 100*. A abordagem cinematográfica desse periódico foi, de forma não oficial, condizente com a proposta de leitura do Brasil feita pelo projeto de propaganda política do regime militar que procurou se distanciar dos tipos clássicos de propaganda. A história do

⁴Coimbra, Octávio Câmara de Mello, *Canal 100: Um Cinejornal e a Memória Social*, dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 1988.

⁵ Documentário produzido pelo autor com imagens retiradas do arquivo do *Canal 100*.

cinejornalismo foi motivo de discussão, verificando a presença de vários governos no incentivo a produção e na sua utilização política. A história do *Canal 100* (1959-1986) foi abordada com ênfase na figura do seu criador Carlos Niemeyer e suas relações com os governos militares.

O formato do cinejornal foi estudado para uma melhor compreensão da sua estrutura narrativa e, particularmente, as imagens relativas ao futebol, responsáveis pela manutenção do *Canal 100* na memória de algumas gerações.

A produção historiográfica do cinejornalismo brasileiro vem crescendo a cada ano, mas ainda existem muitas fontes a serem investigadas e com a organização dos acervos públicos e particulares poderemos ter facilidades de acesso que ajudem o historiador a trazer a luz experiências importantes para a história do cinema no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDET, Jean Claude. **Cinema Brasileiro: Propostas para uma História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Historiografia Clássica do Cinema Brasileiro: Metodologia e Pedagogia.** São Paulo: Annablume, 1995.

BIZELLO, Maria Leandro. **Imagens otimistas, representações do desenvolvimentismo nos documentários de Jean Mazon (1956-1961).** Dissertação de mestrado, Departamento de Multimeios, IA, UNICAMP, 1995.

COIMBRA, Octávio Câmara de Melo. **Canal 100: Um cinejornal e a memória social.** Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1988.

GOMES, Paulo Emílio Salles. **Cinema: trajetória no subdesenvolvimento,** Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980.

GUEDES, Maria S. *Cinejornalismo e Populismo - O Ciclo da Carriço Film em Juiz de Fora.* Dissertação de mestrado. ECO- UFRJ, 1980.

NARS, Luiz Edson. **Um Olhar sobre o Brasil pelas lentes de Jean Mazon: De JK a Costa e Silva.** Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia, UNESP-Araraquara, 1996.

SANTOS, Ana Carolina Nery dos. **A Estética Estadonovista: um estudo acerca das principais comemorações oficiais sob o prisma do Cine-Jornal Brasileiro.**

Dissertação de mestrado: IFCH – UNICAMP. 2004.

SIMIS, Anita. **Estado e Cinema no Brasil.** São Paulo: Annablume, 1996.

TOMAIN, Cássio dos Santos “O *Cine Jornal Brasileiro* do DIP, como Getúlio Vargas “adotou” o cinema, INTERCOM SUDESTE 2006 – XI Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Ribeirão Preto, SP, 2006.

Mestre André de Resende: história, pátria e reforma na obra de um humanista português do século XVI

Pedro Campos Franke*

1. Introdução

Em carta de dezembro de 1592, dirigida a ninguém menos que o rei Filipe II de Espanha, já há doze anos dono também da coroa portuguesa, o editor eborense Diogo Mendes Vasconcelos anuncia o término de seu trabalho enquanto organizador dos escritos inacabados de um livro sobre as antigüidades da Lusitânia:

Recebe, pois, ó Rei invencível, esta tua Lusitânia, que de nova e atual se tornou velha e antiga, e da mesma maneira que amas e proteges, com certa benevolência especial, a Lusitânia, que hoje floresce sob o teu reino e que abunda em todas as prosperidades, assim também, na medida da tua autêntica grandeza de alma e generosidade, digna-te proteger, amar e abraçar a antigüidade da outra, cujos monumentos foram arrancados das trevas, ou melhor dizendo, das fauces do próprio tempo (VASCONCELOS, 1996a: 47).¹

O tom de reverência das palavras do cônego humanista Vasconcelos é mais que cabível, em se tratando de uma missiva dirigida ao chefe da Monarquia Católica e então sua própria majestade, mas não deixa de contrastar em certa medida com o ímpeto patriótico do homem que, cerca de sessenta anos antes, havia iniciado um hercúleo esforço de coleta de epígrafes e outros documentos talhados em pedra por toda a Península Ibérica, com vistas a escrever uma grande História das antigüidades de Portugal. Refiro-me ao Mestre Lúcio André de Resende (1500-1573), um dos maiores e mais prolíficos humanistas portugueses do século XVI.

O projeto do padre dominicano André de Resende teve início no ano de 1533, quando retornou a Portugal depois de uma longa viagem pela Europa, na qual desempenhou o cargo de secretário de D. Pedro Mascarenhas, embaixador de D. João III junto ao imperador Carlos V (VASCONCELOS, 1996b: 50-56). Somadas a uma sólida formação humanística e teológica nas universidades de Salamanca, Paris e Lovain, as experiências acumuladas durante a viagem por França, Alemanha, Países Baixos e Itália consolidaram no jovem André de Resende, além de um apurado senso crítico em relação às estruturas eclesiásticas de seu tempo, freqüentemente associado a uma postura erasmista (MARTINS, 1973: 50), um forte rigor filológico à maneira dos grandes humanistas italianos de fins do século XV (PINHO, 2006: 153-260).

Em carta ao Cardeal-Infante D. Afonso, irmão de D. João III, escrita justamente quando

¹* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolsista da CAPES.

iniciados os trabalhos de recolha do material epigráfico, Resende manifesta sua preferência pelas fontes documentais gravadas em pedra, em relação aos livros, que considera “maus guardiões da ortografia, pois cada copista escreve à sua maneira e, levado pela sua opinião própria, altera, inverte, e corrige a seu bel-prazer” (RESENDE, 1996: 57).

Infelizmente, o desejo de Mestre André de “tornar ilustre toda a Lusitânia e dar a conhecer ao mundo, como que ressuscitadas, as suas antigas colônias” (RESENDE, 1996: 58) não se concretizou em sua totalidade. Ocupado durante boa parte de sua vida adulta com a tutela do Cardeal-Infante D. Afonso e de seu irmão, o Cardeal D. Henrique, o humanista eborense começa a redigir de forma definitiva sobre o material recolhido apenas em 1569, quatro anos antes de sua morte. Em 1580, o mesmo D. Henrique, já como rei de Portugal, encarrega Diogo Mendes Vasconcelos de organizar os escritos deixados por Resende e torná-los adequados para a impressão (FERNANDES, 1996: 6-7). A versão final do *De Antiquitatibus Lusitaniae* sai finalmente da prensa em 1593, estando já seu autor morto, e o reino de Portugal já sob o domínio da coroa de Castela.²

A obra, dividida em quatro livros, manifesta ao longo de seu desenvolvimento a intenção de localizar, ainda na Antigüidade, uma identidade lusa – seja celebrando a resistência aos romanos por parte dos grandes chefes dos povos antigos que viviam na Lusitânia, seja na rígida distinção entre as gentes que habitavam então o interior da atual fronteira portuguesa e as provenientes das terras de Castela. Como constata R.M. Rosado Fernandes, “é o fundamento de uma nacionalidade que Resende procura” (FERNANDES, 1996: 36). É digno de nota que o próprio André de Resende exigiu que o nome Lusitânia fosse, numa possível versão portuguesa, traduzido como Portugal (FERNANDES, 1996: 5).

Ao longo deste breve artigo, procurarei examinar alguns aspectos da articulação, sempre marcante no pensamento resendiano, entre História e tempo presente; ora na busca por uma identidade portuguesa nos distantes registros da Antigüidade ibérica, empregando novas fontes documentais e novas abordagens dos documentos históricos; ora no ímpeto reformista com que prega um renovado vigor da “República das Letras”, contra a apatia dos letrados de seu próprio Portugal e as vicissitudes silogísticas dos escolásticos.

2. Antigos e modernos: aspectos de um combate humanista

² É digno de nota que a citada carta de Vasconcelos a Filipe II foi escrita em resposta a uma outra, encaminhada pelo rei de Castela, em que este perguntava sobre o estado do trabalho de organização dos escritos de André de Resende sobre as antigüidades de Portugal. Lembremos, com Diogo Ramada Curto (2007: 115), que “são vários os esforços empreendidos por Filipe II, desde 1583, no sentido de se apropriar da memória oficial portuguesa”.

A meio caminho em direção a uma história completa das antigüidades portuguesas que, como vimos, não concretiza-se durante a vida de André de Resende, é redigida uma *História da antigüidade da cidade de Évora*. O livro publicado em 1553 procura estabelecer as origens antigas da cidade alentejana, fundamentado tanto em “autores dignos de fé” quanto nas “escrituras de pedras” encontradas pelo humanista na região (RESENDE, 1553: fl. a5).

Na dedicatória endereçada aos vereadores, ao procurador e ao escrivão da câmara de Évora, Mestre André manifesta a importância da estima pela antigüidade das cidades, mas não sem uma ressalva quanto aos erros daqueles que prezam as coisas antigas mais pela sua antigüidade que pelo seu real valor:

Tão antigo costume estimar as memórias antigas, que quase por um consentimento em todas as idades houve esta opinião, terem-se muitas cousas em preço não por a bondade de elas, mas por antigüidade, e muitas vezes tanto sem razão, que foi tempo em que se estimavam mais os rudos e desconcertados versos de Ennio que a delicada e limada musa de Virgílio, e não por mais, que por aquele já ser antigo, e este então moderno (RESENDE, 1553: fl. a4).³

Tal ressalva sintoniza-se, ao menos à princípio, com a auto-atribuição do humanista enquanto um dos “modernos”, manifesta já em sua *Oração da sapiência*, pronunciada na Universidade de Lisboa em 1534, para uma platéia de jovens estudantes e já experientes mestres acadêmicos, dentre os quais se destacava o humanista holandês Nicolau Clenardo (SÁ, prefácio a RESENDE, 1956: ix).

Referindo-se criticamente à concepção escolástica da dialética, em contraposição a sua concepção humanística, Resende distingue entre as duas:

Quando digo dialética, não a entendais ao modo destes estúpidos, (...) que com voz estentórea, com viciadíssimos silogismos, com vocábulos ambíguos e monstruosos, por toda parte, importunos, molestos e barulhentos, inabilmente levantam discussões. (...) Quando digo dialéticos, quero abranger os que são vizinhos dos retóricos, que somente destes diferem em que, contentando-se com provar a verdade pura, deixaram aos retóricos o brilho e o ornato das palavras (RESENDE, 1956: 43).

Em oposição violenta à dialética dos escolásticos e seus “viciadíssimos silogismos”, Mestre André exalta aquela que “traz luz à verdade, nervos à oração”, e que “atrai fé às frases” (RESENDE, 1956: 43). Exortando sua platéia ao estudo rigoroso da gramática grega, assim como da latina, Resende é extremamente enfático sobre a importância de tal esforço, “propriedade muito semelhante à divindade”, visto que os que não prezam a arte das letras “divorciaram-se da cultura” e “devem ser relegados para longe, como almas inclinadas para a terra, e vazias de conteúdo celestial”. Ainda assim, garante um afastamento da gramática

³ A ortografia foi ligeiramente alterada em relação à original para dar maior fluidez à leitura.

puramente “retórica” e formal, que “avança livremente e reivindica para si, de direito, tudo o que abrange as letras”, gramática que “assim compreendida, (...) estender-se-ia como uma monarquia”. E confessa considerar a arte “tal como é definida pelos *mais modernos*, em tais termos e limites compreendida, que se divide (...) na ciência do bem falar, e na interpretação dos poetas” (RESENDE, 1956: 35).

O combate humanista ao formalismo vicioso dos escolásticos, no pensamento de André de Resende, ocupa um lugar preciso no quadro das polêmicas em torno do tema em princípios do século XVI, e associa-se diretamente aos movimentos filológicos quatrocentistas de um Angelo Poliziano ou de um Lorenzo Valla, não menos cruciais e determinantes para a posição erasmiana em relação à leitura crítica das versões recentes de textos antigos e das escrituras. As novas técnicas filológicas empregadas pelos humanistas italianos do *Quattrocento* e seguidas de perto por Erasmo tencionavam buscar nas fontes originais sua pureza, há muito perdida pelo mau julgamento de copistas e comentadores, sobretudo durante a baixa Idade Média, e por uma “tradição manuscrita que maculou de incorreções o texto sacro, com erros acumulados pelos copistas” (MARTINS, 2006: 89). Tal distanciamento crítico em relação às fontes caracteristicamente escolásticas só se tornou possível a partir do novo impulso gramático e filológico do primeiro Humanismo (GARIN, 1973: 11-18).

Deste aspecto dos escritos de Mestre André, sobretudo em sua *Oração de sapiência*, é possível engendrar um outro, relacionado à percepção histórica da Idade Média como “Idade das Trevas” – manifesta precocemente por Petrarca e seguida por boa parte dos pensadores renascentistas, até consolidar-se, ao longo dos séculos, como um vasto e aceite topos historiográfico (FERNANDES, 1996: 16). Associando as invasões góticas à noção de “Idade das Trevas”, Resende identifica historicamente a apatia e a falta de escritores cultos do período como uma terrível “corrupção das artes”, e como a “mãe de toda barbárie”, lastimando as “enormes trevas que esta ignorância espalhou pela literatura”: “Oh! Tenebrosos tempos, que não recordamos sem ofensa dos nossos maiores, e dor nos nossos corações; que não esquecemos sem suma vergonha; de que não nos enojamos e lamentamos sem vergonha ainda maior!” (RESENDE, 1956: 37).

A célebre “querela entre antigos e modernos” aparece, portanto, em André de Resende, à maneira como grosso modo se deu na época do Renascimento, de forma que,

para se conceber o moderno como novo, cria-se um hiato temporal, que acentua o novo como renascimento do clássico, transformando o período intermediário em negativo, ou em obstáculo para a continuidade do antigo esplendor. Neste caso, a radicalidade do moderno está baseada na exclusão

do gótico como velho (RODRIGUES e FALCON, 2000: 253).

O “petrarquismo” de André de Resende não se situa, contudo, apenas no passado que pretende dismantelar, mas dirige-se precisamente ao seu próprio tempo e ao seu espaço de atuação. Tempo em que “toda a Europa renasce”, e “todas as terras, até as outrora mais bárbaras, aspiram à antiga felicidade do século mais culto” (RESENDE, 1956: 39). Resende identifica historicamente a barbárie e o declínio das letras para que se compreenda as raízes de uma mazela que identifica de forma crítica e enfática em sua própria pátria. Enumerando as nações européias que nos últimos tempos deram nova vida ao estudo das letras – Itália, Alemanha, França, Inglaterra e mesmo a Sarmácia, “outrora a mais bárbara das terras”, Mestre André dirige uma contundente crítica ao estado de tais disciplinas em seu Portugal contemporâneo: “Estas nações vencem-nos, não pelo engenho, não pela felicidade de um clima mais favorável, mas somente, e com vantagem, pelo cuidado e paciência dos estudos” (RESENDE, 1956: 39).

Tais palavras são dirigidas aos jovens estudantes da Universidade de Lisboa, dos quais exige que cultivem de forma rígida o estudo das letras, tanto as latinas quanto as gregas, pois juntas, “grande auxílio trarão à literatura, pois ninguém se arrogue uma sólida cultura sem estas letras, cujo desconhecimento obrigou, muitas vezes, a errar até os mais ilustres autores e os mais doutos varões” (RESENDE, 1956: 39). O tom de advertência e a lição histórica se dirigem, portanto, para a ação e para a transformação de sua sociedade, através do alargamento da República das Letras, que Resende estima como o maior vetor de desenvolvimento e de civilização.

Veremos a seguir como tais aspectos convergem, em seus textos históricos, em direção a uma nova percepção historiográfica, baseada num notável senso crítico em relação às fontes oficiais, e a novas formas de pesquisa que incluem uma busca por novas categorias documentais.

3. História, filologia e identidade: novos caminhos historiográficos

Num artigo publicado recentemente na coletânea *Historia: Empiricism and Erudition in Early Modern Europe*, Anthony Grafton procura examinar algumas técnicas e abordagens introduzidas pela tradição humanística aos estudos históricos. Neste sentido, observa como alguns historiadores, já em fins do século XV, passam a “discutir novos problemas da historiografia de um modo formal e sofisticado”, estimulando “um bom número de historiadores (...) a mostrar uma nova energia nas pesquisas e uma nova criterização no uso

das fontes” (GRAFTON, 2005: 54). É precisamente sob esta ótica que devemos entender o inovador critério filológico dos humanistas no âmbito de seus esforços historiográficos.

No já comentado livro de André de Resende sobre a Antigüidade de Évora, é notável a forma como são priorizados os textos talhados em pedra, coletados pelo humanista português em diversas localidades da Península Ibérica, mas sobretudo nos arredores do município alentejano. Tamanho interesse pelos vestígios ou fontes “arqueológicas” não constitui um esforço isolado em meados dos Quinhentos em Portugal. João de Barros publica em 1548 uma *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, em que espanta-se de como “isto (as inscrições epigráficas) esteve encuberto tanto tempo entre nos, porque neste Reino, em muitas pedras daquelle tempo, estão tão vivas como se oie se fisesem assi como em Lisboa, Braga, Condexa. E não sei como durou tanto o costume barbaro como do tempo dos Godos ficara”. A obra, assim como a de Mestre André, “não dedicava nem a mesma atenção, nem o mesmo valor aos tempos medievais, em particular à presença dos godos”, e refletia uma “idéia de retorno à Antigüidade” que implicava “um trabalho de apuramento das fontes e dos vestígios” (1548 apud CURTO, 2007: 107-8).

A prática antiquarista em que parece situar-se o esforço de recolha de inscrições por parte de André de Resende não deve ofuscar o teor de polêmica que impregna suas pesquisas sobre a Antigüidade. No segundo capítulo da *História da antigüidade da cidade de Évora*, Resende comenta a fábula de Florian de Ocampo e sua *Crónica geral de Espanha*, em que atribui a Caim a fundação da cidade, apenas para refutá-la como extremamente improvável, acrescentando: “não escreverei salvo o que achar por autores dignos de fé, ou por escrituras de pedras, ou o que de nossos olhos ainda podemos ver e o fundador fosse quem quisesse” (RESENDE, 1553: fl. a4). Afirma, então, poder concluir apenas que o município já existia na época do chefe lusitano Viriato, “o que parece por aquele letreiro antigo que está em São Bento de Pomares”, e cujo autor, o general romano Lúcio Silo Sabino, mandou edificar como sua sepultura depois de ser trespassado de flechas por Viriato (RESENDE, 1553: fl. a5).

A *História da antigüidade de Évora* constitui um esforço de historiografia local com o intuito explícito de exaltar e glorificar o município, suas instituições e sua autonomia, lançando sua antigüidade “em tombo & memória” (RESENDE, 1553: fl. a4). Neste sentido, é patente a procura por indícios de autonomia municipal da cidade ainda nos tempos romanos.⁴

⁴ É possível ainda que a encomenda por parte da câmara de Évora, bem como a iniciativa da escrita de uma história local, durante os princípios da coleta de fontes documentais por parte de Resende, ainda na década de 1530, estejam associadas a uma campanha pela permanência da cidade enquanto capital do reino de Portugal. Posto este que Évora ocupava provisoriamente devido ao terremoto de Lisboa, ocorrido em 1531 – que levou a corte a se exilar no município alentejano por sete anos (SOUSA, 1993: 54-57).

Seguindo os escritos de Plínio, Resende afirma ter sido Évora “município, e de juro do antigo Latio, e não pagava tributo” (RESENDE, 1553: fl. b4). Depois de diversas conjecturas e cruzamentos de informações escritas, conclui ter sido Évora “de estado livre e imune & sócia do povo romano, & os naturais dela eram quase em tudo cidadãos romanos” (RESENDE, 1553: fl. b5).

Um dos argumentos mais enfaticamente entoados por André de Resende sobre a primazia antiga da cidade alentejana diz respeito ao caráter precoce com que o município adotou a fé cristã, “ou primeiro que todas as cidades de Hispânia, ou ao menos entre as primeiras” (RESENDE, 1553: fl. c5).

A narração do martírio de Santo Mâncio, “discípulo de nosso redentor”, perseguido e morto pelo presidente Validio, não é fundamentada por Resende com inscrições ou epígrafes mas, logo em seguida, refere ao bispo Quintiano, da época do imperador Constantino, citado no Concílio de Elvira – cidade então já destruída – para concluir pela recuada antigüidade do bispado de Évora. E já durante as invasões góticas, garante a permanência da cidade enquanto sede episcopal, comprovada por meio de “letreiros de letras já bárbaras, e mal feitas, mas que muito estimo por darem testemunho de nossa antiga cristandade”, os quais contém epígrafes para os bispos eborenses Paulo, do século VI da era cristã, e Juliano, morto em princípios do século VII (RESENDE, 1553: fl. d1).

O tempo das invasões mouras é rapidamente comentado por Resende com base apenas nos escritos do cronista mouro Rafis, do século XII, mas o humanista eborense não deixa de lamentar esta época, em que “todo era barbária!” (RESENDE, 1553: fl. d5). É, portanto, com tom celebrativo que Mestre André ultrapassa o âmbito da Antigüidade e o da história local aos quais a obra pressupunha ater-se, e narra o momento em que “aprouve à majestade divina levantar-se este reino por indústria e maravilhosos feitos do bem aventurado Dom Afonso Henriquez, primeiro rei dele: em cujo tempo saiu do mísero cativo em que jazia passava quatrocentos anos, e foi tornada à liberdade da fé e religião cristã”. Resende data a tomada de Lisboa no ano de 1147, com o cronista do primeiro rei lusitano, Duarte Galvão, mas não sem confirmar a datação a partir de “duas pedras que na Sé de Lisboa estão” (RESENDE, 1553: fl. e2) o que não surpreende: para o humanista, são as pedras melhores guardiãs dos feitos do passado que qualquer cronista, comentarista ou copista, como antes já referimos.

Se, na *História da antigüidade da cidade de Évora*, André de Resende reflete uma preocupação historiográfica voltada para o âmbito local e para o tema da relativa autonomia municipal, com a finalidade de elevar a dignidade e a importância política do município

alentejano, pode-se dizer que, em seu inacabado *De Antiquitatibus Lusitaniae*, o mesmo fim é estendido para todo o reino de Portugal. O trabalho de sistematização dos povos lusitanos e de detalhada descrição geográfica servem, ainda que por vezes indiretamente, à busca por uma identidade portuguesa que transcende o marco de fundação das batalhas de Ourique e de Badajoz, e remete aos tempos da brava resistência dos chefes lusitanos contra o temível exército romano. Tal resistência é articulada até mesmo àquela mais recente, contra os vizinhos castelhanos, pelo autor que se confessa “filho de um cavaleiro português que nas guerras de Espanha mais de uma vez derramou o seu sangue pela pátria” (RESENDE, 1996: 50).

A pátria constitui o primeiro motor dos fragmentos deste amplo e intenso trabalho de pesquisa, concluído postumamente por Diogo Mendes Vasconcelos. No primeiro dos quatro livros, em que descreve os diversos povos que habitavam a Lusitânia “antes da enxurrada dos godos” (RESENDE, 1996: 92), importa-nos que Mestre André procura distinguir os povos de fato lusitanos dos Vaceus – ascendentes dos castelhanos – sejam eles Vetões, Galaicos, Brácaros ou Túrdulos. A distinção é concluída depois de um vasto confronto de fontes clássicas, que incluem escritos de Ptolomeu, Estrabão, Pompônio e Plínio, e também de inscrições romanas encontradas nas cidades de Évora, Mérida, Sagunto e Oliva (RESENDE, 1996: 73-81).

Delimitados os povos e suas descendências, Mestre André pergunta às suas fontes qual é a índole do povo lusitano: “exige a ordem que revelemos que espécie de gente foi esta e que costumes teve” (RESENDE, 1996: 92). Tal capítulo constitui um dos mais interessantes do livro, do ponto de vista do “filtro de leitura” que Resende aplica às suas fontes, sempre procurando favorecer os lusos em detrimento dos romanos ou dos antigos castelhanos. A partir de uma afirmação de Diodoro Sículo sobre serem os lusitanos “os mais corajosos de todos os celtíberos”, o humanista eborense faz questão de argumentar em favor da extensão da categoria dos *celtíberos* para a de todos os *íberos*.

Em seguida, explora as contradições de um relato de Tito Lívio sobre a guerra entre Cipião e os lusitanos, para refutar os números favoráveis aos romanos e afirmar a coragem e a bravura dos lusitanos. Mestre André dirige-se diretamente ao historiador romano:

Quem não achará abertamente suspeito, ó Tito Lívio, que, num combate de cinco horas e de resultado duvidoso, em que os primeiros desorientados foram os Romanos, (...) que morressem doze mil Lusitanos e fossem aprisionados quinhentos e quarenta, quase todos cavaleiros, enquanto do exército romano apenas se perdessem setenta e três homens? (RESENDE, 1996: 93,94).

E, mais adiante, acrescenta: “estariam a nossa disposição exemplos semelhantes de valentia, se os romanos exaltassem mais moderadamente a sua” (RESENDE, 1996: 95).

No livro segundo, o passado por demais recuado é comentado sucintamente, e Resende manifesta sua indiferença em relação a tempos tão remotos: “Tudo isto é excessivamente obscuro e na verdade as fábulas aborrecem. (...) Existiram também muitíssimos outros (reis antigos), mas querer enumerá-los por ordem de sucessão parece-me imoderado desejo de mentir” (RESENDE, 1996: 135-136).

Como podemos perceber, Mestre André dificilmente manifesta movimentar-se pelo terreno das conjecturas, salvo quando o faz abertamente. É notável que o modo pelo qual o humanista questiona suas fontes, sobretudo as escritas, transparece não apenas um vultuoso rigor em relação a dados específicos e informações cruzadas, mas também, e principalmente, um desejo de retirar dos documentos respostas positivas sobre as raízes antigas de seu Portugal contemporâneo, mesmo que para tanto precise falsificar vez ou outra suas fontes epigráficas. Seria inimaginável, portanto, que todas as suas conclusões constituíssem um nexo coeso e demonstrassem para leitores modernos a existência de uma identidade portuguesa já na época dos romanos. Ainda assim, R.M. Rosado Fernandes observa que “a abordagem das origens lusitanas de Portugal já é feita, contudo, dentro de uma concepção que se aproxima da que vai ser hoje em dia adotada pelos historiadores” (FERNANDES, 1996: 9).

Importa que, elencando novas formas de documentos históricos e articulando-os de forma crítica ao seu propósito, André de Resende propõe uma historicização dos textos de época e uma sutil relativização de sua credibilidade baseada no princípio de autoridade, tão caro aos escolásticos contra os quais o humanista se opunha de forma tão veemente na *Oração de sapiência* – o que por si só já constitui uma das grandes contribuições histórico-críticas da cultura humanística do século XVI (GARIN, 1973: 11-18).

5. Considerações finais

A obra de André de Resende é extremamente vasta, contando com mais de cento e sessenta títulos entre publicações impressas e manuscritas. As diferentes abordagens de seu pensamento abrangem um sem número de temas e articulações possíveis, desde o erasmismo reformista até o encômio urbano, a poesia latina, a biografia e a hagiologia.⁵ Apesar da escassez historiográfica do século passado em termos de estudos aprofundados sobre o

⁵ v., além das nossas referências das fontes primárias, as obras *Encomium urbis et Academiae Lovainensis* (1530), *Vida do Infante D. Duarte* (1567), *A Santa Vida e Religiosa Conversação de Frei Pedro* (1570).

Humanismo luso quinhentista, sua obra é das que mais tem merecido atenção por parte de historiadores e pesquisadores em geral (RAMALHO, 1979; PEREIRA, 1986; GONÇALVES, 1984; FERNANDES, 1988).

Procurei, neste breve artigo, salientar apenas alguns poucos aspectos deste tão variado leque de possíveis abordagens. Como últimas considerações, apenas para sublinhar a articulação de André de Resende entre a História e a ação presente, gostaria de aludir sucintamente ao sermão que proferiu no Sínodo de Évora, presidido pelo Cardeal-Infante D. Afonso, em 1533.

Nesta intensa e enfática oração, de um tom que poderíamos caracterizar como “pré-tridentino”, Mestre André faz referência a uma passagem bíblica de Joel, em que o profeta se dirige ao povo de Israel, pregando como cura para a corrupção dos seus costumes: “convocai a assembléia, congregai o povo, santificai a reunião, juntai os anciãos”. O orador considera a fala do profeta passível de “aplicar-se a este tempo e lugar”, aludindo às ações por ela ordenadas como “o fármaco mais pronto para acalmar a ira de Deus, sempre que (...) a Igreja se desfeia algo com seus abusos, julgo que se deve recorrer àquele conselho profético” (RESENDE, 2000: 251). Os quatro imperativos da passagem são desmembrados em ações concretas, relacionadas ao sínodo do qual então participava, e, ao fim, interpretando a ordem de “santificar a reunião” como a mais incisiva no que diz respeito à reforma da Igreja Romana, André de Resende distingue entre dois aspectos da instituição eclesiástica: por um lado, o de corpo místico cuja cabeça é Cristo, puro, imaculado e atemporal, e “doutro modo, entendamos os próprios varões eclesiásticos, que desfeiam a ordem e dignidade com costumes corruptos, longe daquela pureza, santidade e erudição da primeira Igreja”. O “rebaixamento da Igreja” profetizado por Ezequiel caracteriza-se, para Mestre André, “mais (como) *história* que profecia” (RESENDE, 2000: 256). Num breve panorama da história da Igreja, alude aos tempos em que eram os cristãos perseguidos pelas autoridades romanas, até que, após Constantino, puderam livremente multiplicar-se e praticar sua fé, “mas, quando começou a ter confiança em sua formosura, i.e., na beleza das coisas temporais, e não no ornato do Senhor, fornicou em nome dele” (RESENDE, 2000: 267).

Por um lado, Mestre André pratica uma exegese bíblica para entoar seu sermão reformista, o que é bastante natural, mas, por outro, situando historicamente a Igreja enquanto instituição humana e temporal, situa também a corrupção dos costumes praticada pelos próprios homens que a compõe. A historicização da Igreja Romana é articulada de modo a convencer seus membros da necessidade imediata de transformação. E, de fato, a contribuição de André de

Resende para as inovações da estrutura eclesiástica em Portugal se fez presente através de sua influência junto ao Cardeal-Infante D. Afonso na introdução do ensino infantil sistematizado e obrigatório na Igreja, no implemento de registros de batismo, óbito e casamento, e até no incremento da música religiosa, com o convite ao músico castelhano Mateus de Aranda para que implementasse o canto polifônico na Sé de Lisboa (PINHO, 2006: 159).

Debruçando-nos sobre o pensamento resendiano, dificilmente passa despercebido seu conteúdo impregnado de um Humanismo histórico-crítico voltado para a vida civil, que no caso do Portugal quinhentista, ou, de fato, em toda a Europa no século XVI, é quase indissociável dos debates religiosos. Mestre André poderia figurar, assim, entre os praticantes de uma História que “sublinhavam sua função pedagógica como uma fonte de princípios morais exemplificados na ação, que poderia ensinar a prudência ao leitor inteligente, e sua natureza literária como um gênero que poderia não apenas informar, mas impelir, seus leitores” (GRAFTON, 2005: 54, tradução minha).

Referências

Fontes primárias:

RESENDE, André de. *As antigüidades da Lusitânia*. Introdução, tradução e comentário de R.M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1996.

_____. *História da antiguidade da cidade de Évora*. Évora: Mestre de Burgos – impressor do Cardeal-Infante, 1553.

_____. *Oração de sapiência (Oratio pro Rostris)*. Trad. de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1956.

_____. *Algumas obras de André de Resende*. Introdução de Manuel Cadafaz de Matos. Évora: Câmara Municipal de Évora, 2000.

VASCONCELOS, Diogo Mendes. “Carta de Diogo Mendes Vasconcelos a D. Filipe II”. In: RESENDE, André de. *As antigüidades da Lusitânia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1996a.

_____. “Vida de André de Resende por Diogo Mendes Vasconcelos”. In: RESENDE, André de. *As antigüidades da Lusitânia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1996b.

Estudos:

BARRETO, Luís Felipe. *Caminhos do saber no Renascimento Português: estudos de História e teoria da Cultura*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1983.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. *Humanismo em Portugal: Clenardo*. Coimbra: Coimbra Editora, 1926.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

De JEAN, Joan. *Antigos contra Modernos: as guerras culturais e a construção de um fim de siècle*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DIAS, José Sebastião da Silva. *A política cultural da época de D. João III*, Universidade de Coimbra, 1969.

DUARTE, Manuel Dias. *História da Filosofia em Portugal*. Lisboa, Horizonte Universitário, 1987.

FERNANDES, R.M. Rosado. “André de Resende e o humanismo europeu”, In: *O humanismo português, 1500-1600 : primeiro simpósio nacional, 21-25 de Outubro de 1985*. Lisboa: Academia das Ciências, 1988.

_____. “Prefácio”, In: RESENDE, André de. *As antigüidades da Lusitânia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1996.

FOUCAULT, Didier e PAYEN, Pascal. *Les autorités. Dynamiques et mutations d'une figure de référence à l'Antiquité*. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 2007.

FOUCAULT, Michel. “Os limites da representação”. In: _____, *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GARIN, Eugenio. *L'umanesimo italiano: filosofia e vita civile nel Rinascimento*. Bari: Editori Laterza, 1973.

_____. *Idade Média e Renascimento*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

_____. *Ciência e vida civil no Renascimento Italiano*. São Paulo, Editora da USP, 1996.

GONÇALVES, José Vicente, *Escolaridade de André de Resende*, Lisboa: 1984

GRAFTON, Anthony. *Bring out your dead*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

_____. “The identities of History in Early Modern Europe: Prelude to a study of the Artes Historicae”. In: POMATA, Gianna e SIRASI, Nancy G. *Historia: empiricism and erudition in early modern Europe*. Cambridge: The MIT Press, 2005.

_____. *As origens trágicas da erudição*. Campinas: Papyrus, 1998.

HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora da UnB, 2003.

MARTINS, José V. de Pina. *Humanismo e erasmismo na cultura portuguesa do século XVI: estudo e textos*, Lisboa-Paris : Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1973.

_____. *Humanisme et Renaissance de L'Italie au Portugal*. Lisboa-Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

_____. *Humanismo e Renascimento*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1969.

_____. *Sobre o conceito de Humanismo e alguns aspectos histórico-doutrinários da cultura renascentista*, Arquivos do Centro Cultural Português, Paris, 1970.

KOSELLECK, Reinhart. *História*. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

PADILLA, Guillermo Zermeño. *La cultura moderna de la Historia. Una aproximación teórica e historiográfica*. México: El Colégio de México, 2002.

PEREIRA, Virginia Soares. *Os castelhanos segundo André de Resende : na Epist. ad*

Bartholomaeum Kebedium, Braga: 1986.

PINHO, Sebastião Tavares de. *Humanismo em Portugal: Estudos. vol. 1*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

RAMALHO, Américo da Costa. *Para a História do Humanismo em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

_____. *Renascimento em Portugal: Humanismo e Reforma*. Coimbra: Coimbra Editora, 1975.

_____. *A conversão maravilhosa do português D. Gil : um diálogo latino quase ignorado, da autoria de André de Resende*, Coimbra: 1979

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Antonio Edmilson M. e FALCON, Francisco José Calazans. *Tempos Modernos: ensaios de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SARAIVA, António José. *O Humanismo em Portugal*. Lisboa: Jornal do Fôro, 1954

_____. *Para a História da Cultura em Portugal*. Lisboa, Gradiva, 1996.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1994.

SOUSA, Ivo Carneiro de. *André de Resende e a História da Antigüidade da Cidade de Évora*. Estarreja: Casa do Livro, 1993.

YLMAZ, Levent. *Le temps modernes. Variations sur les Anciens et les contemporains*. Paris: Gallimard, 2004.

ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire: théories anciennes du récit historique*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2007.

"Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica": Contexto, Propósitos e Repercussões

Pedro Ivo de Oliveira Munhoz¹

Resumo: Esta comunicação visa discutir a obra "Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica" de Pedro Taques de Almeida Paes Leme a partir das especificidades do recorte temporal e espacial que propiciaram sua produção e dos indícios e propostas metodológicas deixadas pelo autor no decorrer de sua escrita. Faz-se aqui uma tentativa de cotejar a obra com o pensamento historiográfico do período, com a finalidade de inseri-la adequadamente nos quadros da história da historiografia brasileira no século XVIII. Obra extensa, incompleta e polêmica, a Nobiliarquia Paulistana também será abordada nesta comunicação a partir de algumas referências que lhe fazem autores da primeira metade do século XX, como Afonso de Taunay.

Dentre as muitas obras produzidas no Brasil que podem ser classificadas como "genealogias", nenhuma mereceu tanta atenção e foi alvo de tantas controvérsias como a *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme. Colocada ao lado das *Memórias da Capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus (primo e amigo do primeiro autor), pode-se dizer que a "nobiliarquia" redigida por Taques constituiu, até pelo menos a metade do século XX, base com que, por diferentes razões e em interpretações divergentes, a historiografia paulista acabou por dialogar.

Fundadoras de uma visão heróica do paulista, que iria, sob diferentes vieses, ser retomada entre as décadas de 70 do séc. XIX e 40 do séc. XX, a duas obras citadas supra, especialmente a de Taques (que abarca um recorte temporal mais amplo), foram apropriadas por diversos grupos políticos, alçando status simbólicos que ultrapassaram a seara da historiografia. Seja em uma discussão mais geral sobre a temática das entradas e bandeiras, como a empreendida por Afonso de Taunay (TAUNAY, 1924-1950), ou em algumas vertentes da historiografia sobre a Guerra dos Emboabas² ou mesmo na construção histórica ou sociológica de obras que delineiam um caráter específico dos "antigos paulistas", como nos ensaios de Paulo Prado³ e José de Alcântara Machado⁴, essa visão heróica aparecerá, de forma expressa ou tácita, como referência onipresente.

Não se pretende defender, no entanto, que a visão do paulista que se deixa entrever na obra de Taques será adotada, de forma acrítica e estável, em todos os contextos citados. Ao

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.

² Ver ROMEIRO, 2008.

³ Ver PRADO, 1934.

⁴ Ver MACHADO, 2006.

contrário, defende-se que a *Nobiliarquia* tenha sido *apropriada* desde sua publicação, em contextos bem diversos do que ensejaram a sua escrita, de forma a manter-se, em última análise, uma visão da história brasileira que privilegiaria um suposto protagonismo dos antigos paulistas na construção de uma identidade nacional. Essa dimensão nacionalista, de forte cunho regional, não estaria exatamente presente em Taques, mas nas leituras produzidas a partir de suas narrativas em diferentes momentos.

Para que se divise esta interpretação, propõe-se um "retorno" ao contexto da escrita da "nobiliarquia" de Taques, bem como aos aspectos propositivos que aparecem no corpo da própria obra do genealogista. Em um momento posterior pretende-se dar ensejo a um esboço pontual de algumas apropriações que teriam incidido sobre a idéia do *paulista* inaugurada parcialmente, e, talvez de forma inadvertida, pela monumental genealogia produzida no séc. XVIII.

1- Nobiliarquia Paulistana: contexto e propósitos.

Nasceu Pedro Taques de Almeida Paes Leme, em São Paulo, a 29 de junho de 1714, filho de Leonor de Siqueira Paes e de Bartolomeu Paes de Abreu. Era aparentado, por todos os costados, com personagens cujos nomes se tornaram recorrentes na historiografia brasileira dos séculos XIX e XX. Pode-se mencionar como exemplos significativos, o fato de ser sobrinho de João Leite da Silva Ortiz, "conquistador e descobridor das minas de ouro no sertão dos barbaros indios da nação *Goyazes* em 1725" e sobrinho-neto de Fernão Dias Paes, "governador das esmeraldas" (TAQUES, 1980, p.166, tom.I). Esses nomes, entre outros muitas vezes associados com dinâmica que a posteridade passou a denominar como *bandeirismo*, aparecerão na genealogia escrita por Taques na forma de breves biografias (FERRETTI; CAPELATO, 19990).⁵

O autor sabia pertencer à elite governamental da capitania de São Paulo e dedicou sua imensa obra a enaltecer os feitos dessa elite. Só a *Nobiliarquia Paulistana* (a mais extensa das quatorze obras atribuídas ao autor) seria composta, segundo estimativa de Taunay, por, além dos vinte e quatro títulos publicados (que totalizam, na publicação empreendida pelo IHGB, 1202 páginas), outros setenta e sete que teriam se extraviado após a morte de Taques (TAUNAY in LEME op. cit. p.p. 41-42). Assim, não é demasiado afirmar que a confecção da

⁵ Os autores apontam que o termo "bandeirante" só passou a ser ostensivamente utilizado após 1880. Para o que nos interessa, no entanto, basta a constatação de que semelhante termo não é utilizado por Pedro Taques nenhuma vez no decorrer de sua *Nobiliarquia*.

genealogia, que abarca, em alguns títulos um recorte temporal de quase trezentos anos e demandou, certamente, minuciosa pesquisa documental, exigiu grande esforço. Estima-se que a redação dos diferentes títulos tenha se dado, no mínimo, entre as décadas de quarenta e setenta do séc. XVIII, sustentando o biógrafo de Pedro Taques, que a escrita dessa obra tenha se dado no decorrer de cinqüenta anos (Ibidem, p. 40).

O período que ensejou a redação da obra afigura-se como época especialmente adversa para a Capitania de São Vicente e São Paulo. Paulo Prado assinala, em sua *Paulística* que

Depois do papel decisivo que os piratininganos representaram na expansão geográfica, em seguida a esse apogeu de esforço e conquistas, São Paulo entrou no completo apagamento que foi a ultima metade do século XVIII. Extinguia-se de todo a chama ardente da antiga independência e altivez. Vieram os governadores - fidalgos. Os Paulistas conheceram a ignomínia de serem governados durante dezessete anos-pelo commandante da praça de Santos, e a capitania passou a ser simples comarca do Rio de Janeiro. (PRADO, 1934, p. IX)

O próprio Pedro Taques, ao discorrer sobre a rica "copa de prata" possuída pelo capitão-mor da vila de Paranaíba, Guilherme Pompeu de Almeida, explica, em interlocução com seus contemporâneos, que, da riqueza conquistada pelos paulistas pelas incursões realizadas ao Peru e às minas de Potosí (origem da prataria do capitão-mor) nada mais restava por conta da "ambição de mineradores e governadores, que no decurso de 63 annos attrahiram a si esta grandeza, porque nenhum se recolheu para o reino, que não levasse boas arrobas" (TAQUES, 1980, p. 115, tom I).

O autor da *Nobiliarquia*, aliás, lamenta-se acerca da situação de declínio em que se encontrava o seu torrão natal no período em que empreendeu boa parte de sua escrita em vários outros trechos de sua obra. Esse contexto de franca decadência, contrastado com o passado glorioso dos paulistas que habitava o imaginário do autor, parece ter influído consideravelmente para que Pedro Taques se lançasse ao empreendimento de redigir sua genealogia. Parece-nos que, para ele, um resgate narrativo dos feitos dos ancestrais de seus conterrâneos na forma de uma genealogia que estabelecesse, por meio de laços de parentesco, um liame palpável entre o passado de fausto e o presente era, mais do que um mero exercício de nobilitação dos ancestrais que visasse à lisonja dos descendentes, uma *necessidade* diante das contingências da época.

Indícios desse caráter transparecem em um trecho singular de sua obra, onde se desvelam também, outros aspectos interessantes para o entendimento da obra de Taques. Ao narrar a vida e os feitos de Antônio Barbosa Sotto- Maior e diante da falta de certeza acerca da prole deste lisboeta falecido em Santos (ele relaciona apenas dois descendentes), interrompe sua narrativa para o seguinte desabafo:

É lamentável a falta que ha de documentos, que sirvam de fio verdadeiro para o nobiliario que pretendemos dar à luz; e até as noticias dos velhos não descobrirmos; porque dependendo de exame, com zelo de verdade, o trabalho de procurar semelhantes memórias, não temos achado um só sujeito que nos queira ajudar nesta empresa, que toda se dirige ao fim do bem público e utilidade dos descendentes, que todos vivem amortecidos na ignorancia dos seus nobres progenitores, e das suas honrosas virtudes e ações, para lhes imitarem com crédito do mesmo sangue, que lhes adorna as veias. Antes o sequito dos imprudentes, que já têm degenerado do mesmo esplendor dos seus antigos ascendentes, emprega todo o tempo na murmuração do nosso infatigavel trabalho, que até se tem acompanhado de despesa propria em muitos documentos, que temos feito extrair vários cartorios das vilas e cidade capital de São Paulo; porém, esta mesma calunia sofreram sempre aqueles que se aplicaram a estudos genealogicos; talvez porque sujeitos, aos quais a lima do tempo consumiu em algum dos seus ascendentes qualquer fato de mecanismo, se persuadem que nós faremos renascer pela imprensa aquele silêncio, que lhes apadrinha o antigo defeito. (TAQUES, 1980, p. 120-121, tom. III) [grifos nossos]

Percebe-se pelo trecho citado, bem demarcada a preocupação de Taques ao redigir sua obra genealógica. Acredita o autor que seu "infatigável trabalho" destina-se "ao bem público" e à "utilidade dos descendentes". São dois diferentes aspectos, que sugerem dois tipos possíveis de destinatário final para sua obra: por um lado, Taques delineia uma preocupação (talvez meramente retórica) com a questão do "bem público", conceito que nos remete à esfera política. Não estando a idéia de "público" do autor, provavelmente, imbuída do significado que lhe atribuíram os teóricos modernos, talvez, ela acabe, em Taques, por confundir-se com a do Estado (CALDEIRA, 2006, p. 402). Não é descabido sugerir esta interpretação, posto que uma abordagem recorrente do autor no afã de engrandecer os feitos

de seus biografados consistia em enumerar os cargos por eles exercidos na administração colonial, caracterizando-os de "leais vassalos"⁶.

Aí talvez resida a outra função que o autor imprime à obra, qual seja, a de "utilidade dos descendentes". Tem-se como pano de fundo, tanto da obra de Taques como da de Frei Gaspar da Madre de Deus, a publicação e divulgação de uma historiografia (principalmente de origem francesa e castelhana) simpática a causa jesuítica, que, por conta dos embates constantes entre inacianos e paulistas nos séculos XVII e XVIII, pinta uma imagem dos paulistas como "de *Mamelucos, gente atrevida e bellicosa e sem lei, que só tem de cristãos o baptismo e são mais carneiros que os infieis*". Essa visão, interpretada pelos dois autores como "uma serie de mentiras crassas", seria combatida ao longo dos respectivos textos. (TAQUES, op.cit. tom. I, p.p. 70-81)

Mais do que uma defesa da memória e da honra dos antigos paulistas, o intento de Taques e Madre de Deus, ao se colocarem em contraposição a essas obras, parece, porém, calcado em uma dimensão mais pragmática. Amalgamando-se o contexto de decadência política e econômica de São Paulo com a campanha difamatória capitaneada pelos memorialistas da Companhia de Jesus, descortina-se uma situação de desprestígio que colocaria as elites de São Paulo, taxadas de "mamelucos", "infieis" e "bárbaros", em sérias dificuldades frente a um regime estamental, que privilegiava, simbólica e materialmente, a pureza de sangue e a nobreza hereditária. Nesse sentido, nada mais apropriado do que um estudo genealógico que não só rebatesse as acusações contra o caráter fidalgo dos paulistas, empreendidas pela historiografia jesuítica como, ao nobilitá-los, habilitasse os "descendentes" para o exercício dos "honrosos cargos da república".

Aparentemente, no entanto, o monumental esforço de Taques no sentido de afastar a ignorância de seus contemporâneos acerca de "seus nobres progenitores", que lhes impedia de seguir "suas honrosas virtudes e ações, para lhes imitarem com crédito do mesmo sangue, que lhes adorna as veias", não foi bem recebido em seu tempo. O desabafo do autor, acima compilado, insurge-se contra o desinteresse dos descendentes que supostamente se beneficiariam a partir de seu trabalho e não o ajudaram a empreendê-la. Tivessem ou não os paulistas da segunda metade dos setecentos "fato de mecanismo", os descendentes destes, na segunda metade do século seguinte, fizeram desabrido uso dos argumentos nobiliárquicos de Taques. Nas palavras do escritor republicano Júlio Ribeiro, em 1887:

⁶ Exemplo mais famoso desse procedimento talvez seja o tratamento conferido por Taques a Amador Bueno. Vide Taques, op. cit.,tom I p.75-78

Temos tradições, temos hábitos, temos costumes - nossos só - desconhecidos, incompreensíveis até ao estrangeiro, ao nortista. Nosso sangue é outro - em nossa máxima parte descendemos da colônia fidalga, que, em circunstâncias especialíssimas, fundou, nesta capitania de São Vicente, Martim Afonso de Sousa. Falamos, é verdade, a mesma língua que fala o Norte, mas isso não tira nem põe: o belga fala francês e não é francês. (apud FERRETTI; CAPELATO,1999, p. 6)

O prolífico autor setecentista nunca viu impresso (ou mesmo concluso), seu maior trabalho. Após a morte de Taques, em 1777, apenas entre 1869 e 1872 os fragmentos recuperados do imenso trabalho do historiador paulista foram publicados, em fascículos, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ARAÚJO: 2008).

Algum tempo após a publicação, inicia-se a gama de interpretações das obras dos historiadores setecentistas que levaria a figura dos antigos paulistas a diferentes patamares simbólicos. Algumas dessas abordagens e outras delas decorrentes serão tratadas, de forma pontual, na parte seguinte desta comunicação.

2- Repercussões historiográficas.

Se o contexto em que se deu a escrita de Taques era de decadência econômica da então capitania de São Paulo, a publicação da *Nobiliarquia* ocorreu em uma ambiência radicalmente diferente. Segundo FERRETI e CAPELATO (1999, p.5), São Paulo, nesta época,

[..] passou de uma posição secundária para polo dinâmico da economia nacional.

Afirmou-se, ao mesmo tempo, um grupo social novo, a burguesia cafeicultora paulista, da qual um setor aderiu à nova idéia republicana criando aquilo que foi chamado de "republicanismo paulista", vertente do liberalismo marcado pela tentativa de implantar o modelo norte americano de civilização nos sertões brasileiros. Foi esta mesma burguesia a responsável pela retomada da temática da identidade paulista mediante a discussão sobre o passado da província.

Essa identidade teria seus marcos fundadores, no âmbito da historiografia, em Frei Gaspar da Madre de Deus e no próprio Taques e seria fortemente representada pela figura do "Bandeirante". Essa identidade, em que aspectos como a nobreza, a bravura e o pioneirismo dos antigos paulistas ocupam um papel central, encontra-se fortemente imbuída de um apelo reivindicativo. Segundo Manuel Pacheco Neto:

Os líderes do Brasil republicano deveriam ser os representantes das manifestações *atávicas* do sangue bandeirante, deveriam ser os descendentes da Raça de Gigantes; sertanistas paulistas e cafeicultores paulistas: gerações de uma mesma e nobiliárquica estirpe, cujos feitos haviam perpetuado a tradição de liderança dos piratininganos, que devia ser simplesmente continuada ou corroborada ao longo dos anos, mantendo *à testa* da nação os homens mais *qualificados* para geri-la. (NETO, s/d, p.2)

A apropriação da idéia de *paulista* presente em Taques pela historiografia e imaginário político de São Paulo não foi, no entanto, tranquila. Ainda na década de 1870 surge um acalorado debate no âmbito Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, curiosamente, parece trazer à tona um arremedo do embate entre "paulistas" e "jesuítas" de que fez parte o próprio Taques no século anterior.

Entre 1876 e 1879 historiador e advogado maranhense Cândido Mendes de Almeida, defendendo a prevalência do papel dos inacianos no primeiro século da colonização (no que se insurge, justamente, contra a historiografia paulista do séc. XIX, nas pessoas de Francisco Varnhagen e Machado de Oliveira) lançou um pesado ataque ao autor da *Nobiliarquia Paulistana*, como descreve Simone Tiago Domingos:

A Pedro Tacques [sic] – autor de *Nobiliarquia Paulistana* – criticou o fato de atribuir a João Ramalho o caráter de *cavalleiro*, um título de nobreza obtido ainda em Portugal, “pois, ao que parece, segundo taes chronistas, não desembarcava, em S. Vicente, n’aquelle feliz torrão, colono que não fosse fidalgo de primeira linhagem e da mais limpa nobreza”. A “ vaidade das distincções genealógicas”, ou seja, o desejo de todos de proceder do alto, originava nada mais do que informações equivocadas, pois “sabe-se que alguns, ou a môr parte, vieram obrigadas pela justiça”, incluindo aqueles que se dirigiram para o sul. (DOMINGOS, 2008, p. 4)

Cândido Mendes, centrando suas discussões na figura mítica de João Ramalho justamente no afã de desfazer a aura mítica que rodeava o "primeiro paulista"⁷, ironiza as interpretações tanto de Taques quanto de Madre de Deus sobre sua origem, provocando um debate acerca dessas duas obras fundadoras da historiografia paulista.

Contra afirmações como a de Cândido Mendes, um grande defensor da probidade e do caráter documental dos dois cronistas setecentistas será Afonso de Taunay. Biógrafo de Taques e prefaciador da primeira edição em tomos de sua *Nobiliarquia*, Taunay afigura-se como um representante dos mais ilustrativos da corrente historiográfica paulista tendente à mitificação, tanto do dos antigos piratininganos e de seus feitos quanto de seus maiores cronistas.

A publicação de uma série de documentos referentes ao passado colonial paulista pelo então presidente do estado, Washington Luís, na década de 1920, já havia, então, facilitado o acesso de pesquisadores aos arquivos que supostamente teriam sido consultados por Taques, dando ensejo a algumas contestações às afirmações por ele recolhidas. Taunay, que fez uso dessa documentação para sua *História Geral das Bandeiras Paulistas* não discordava o fato de que a *Nobiliarquia* era eivada de imprecisões e que seu autor tendia, constantemente, ao exagero (TAUNAY, 1924-1950). Afirmava, porém, que tais defeitos em nada diminuam o valor da obra, pois

em nada lhe infirmam a importância documentária, enorme, nem essa feição tão alta e igualmente valiosa de depoimento psicológico da maior relevância, insubstituível, imprescindível para quem queira fazer o estudo analítico da formação da identidade brasileira. (TAUNAY in TAQUES, 1980, p. 69).

É, porém, pela atribuição à obra de Pedro Taques de um caráter monumental, que Taunay procede, de forma mais apaixonada à defesa do autor.

[...] Pedro Taques é um nome que enche a historia do Brasil e de São Paulo setecentista; é o maior - e com enorme superioridade - dos tão raros escritores cronistas de antanho; é em suma, o Historiador dos Bandeirantes. Nenhum epíteto mais se torna preciso para qualificar a posição que no conjunto das nossas letras e nossos fastos lhe compete. (TAUNAY in TAQUES, 1980, p. 38).

⁷ Para maiores informações, vide FERRETTI & CAPELATO op. cit.

Autores como Taunay, desabridos defensores da paulistinicidade, em muito se esforçaram por manter as narrativas de Taques em um status, fundador, de caráter monumentalista, que serviria à manutenção daquela identidade regional guindada por moldes heróicos que tanto interessava às elites políticas do estado. A visão do "Bandeirante" informada por Taques só seria alvo de uma revisão pontual, mas decisiva dentro do âmbito da historiografia paulista, com *Paulística*, de Paulo Prado e *Vida e Morte do Bandeirante*, de Alcântara Machado. No entanto, a visão de que o caráter do paulista, único no país, seria informado por especificidades históricas e culturais que garantiria a este povo um certo protagonismo político, estaria ainda presente mesmo nas obras desses dois autores (FERREIRA, 2004).

A historiografia paulista, até a primeira metade do século XX parece, ter finalmente, ouvido o desabafo de Taques: conhecer os feitos de seus progenitores e suas nobres virtudes acabou tendo, por fim, grande "utilidade para os descendentes".

Bibliografia:

CALDEIRA, Jorge. *O Banqueiro do Sertão. vol 2. Padre Guilherme Pompeu de Almeida*. São Paulo, 2006: Mameluco Produções Artísticas.

DOMINGOS, Simone Tiago, *Política e memória na Revista do IHGB: a defesa dos jesuítas a partir dos artigos Notas para a história pátria de Cândido Mendes publicados em 1877 e 1879* Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-12.

FERREIRA, Antônio Celso: *Heróis e Vanguardas, Romance e História: Os intelectuais modernistas de São Paulo e a construção de uma identidade regional* in PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) *Escrita, linguagem, objetos: Leituras de história cultural*. Bauru- SP: EDUSC, 2004.

FERRETTI, Danilo J.Z. & CAPELATO, Maria H.R.. *João Ramalho e as Origens da Nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil*. In: Revista Tempo. Dep. de História da UFF, v. 04, nº 08, dez/1999. Disponível em http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-4.pdf (último acesso: julho de 2009).

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes: *Nobiliarquia Paulista Histórica e Genealógica*. Tom I. São Paulo: Itatiaia, 1980. Prefácio de Afonso de Taunay.

MACHADO, José de Alcântara: *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, Coleção Paulística vol. XII.

NETO, Manuel Pacheco, *O Bandeirante como tema na educação brasileira: Fontes primárias, historiografia e escola*. Disponível em

<http://www.unimep.br/phpg/posgraduacao/stricto/ed/documents/ManuelPacheco.pdf> (último acesso: julho de 2009)

PRADO, Paulo: *Paulística: História de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ariel, 1934, 2ª Ed. aumentada.

ROMEIRO, Adriana: *Paulistas e Emboabas no Coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, pags. 15 a 26.

TAUNAY, Afonso de E.: *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1924-1950, tomo11.

O Saber volta seu ferrão contra si mesmo: O caráter intempestivo da cultura em Friedrich Nietzsche

Pedro Spinola Pereira Caldas¹

Este pequeno estudo sobre Nietzsche se insere em uma pesquisa sobre a dimensão formativa de parte da obra de Jacob Burckhardt, que, por sua vez, é investigada a partir de meu interesse pelo tema da *Bildung* na cultura germânica desde finais do século XVIII até o início do século XX. Meu assunto de hoje, portanto, é discutir, a partir de Nietzsche, se a história é capaz de formar. Para tal, usarei trechos seletos das quatro Considerações Extemporâneas, nomeadamente, **David Strauss, crente e escritor; Da utilidade e desvantagem da História para a vida; Schopenhauer como educador e Richard Wagner em Bayreuth**, publicadas entre 1873 e 1876. Além destas, colherei passagens também de **Crepúsculo dos Ídolos**, de 1888, e da **Genealogia da Moral**, de 1887.

Concentrar-me-ei em três temas: no primeiro deles, mencionarei a admiração de Nietzsche por Burckhardt como ponto de partida para a minha inquietação com o tema. No segundo tema, abordarei, partindo das críticas de Nietzsche à erudição, a noção de grandeza histórica como critério possível para delimitação do tema da história: de alguma maneira, por mais que em Nietzsche seja problemático usar tais termos epistemológicos, trata-se da definição do objeto, ou melhor, daquilo que deve interessar ao historiador. Por fim, abordarei o tema da elaboração da experiência histórica (ou ausência da mesma) como um sistema sem conceitos. Faço esta divisão para que fiquem mais claras as dúvidas a serem apresentadas ao final de cada parte.

1. Filosofia e história: a inversão de uma relação.

Para quem acompanha teoria e filosofia da história, certamente já percebeu como é, por vezes, complicado relacionar historiografia e filosofia. Cito dois pares polêmicos: Herder e Kant, no final do século XVIII, e Droysen e Hegel, na primeira metade do XIX. Se Kant batia

¹ Professor Adjunto do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em História Social da Cultura na PUC-Rio. Este texto faz parte do desenvolvimento de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (Edital de ciências humanas/ Bolsa de produtividade em pesquisa).

sem muito esforço no seu ex-aluno, Droysen gastaria energia muito maior para sair da sombra de seu professor – e, cá entre nós, nem sempre com sucesso. Curiosamente, na segunda metade do século XIX, há um outro par de autores cuja peculiaridade consiste em inverter esta relação. Agora, na Universidade da provinciana Basileia, na Suíça, temos um aluno filósofo (Friedrich Nietzsche) que se presta a admirar as preleções de um historiador (Jacob Burckhardt).

Mas é uma admiração bizarra e surpreendente, como quase tudo que envolve o nome de Nietzsche. Mas ela é claramente expressa em **Crepúsculo dos Ídolos**:

Esqueceu-se que educação, formação é o fim- e não o *Reich* – que para esse fim é necessário o educador – e não professores de ginásio e eruditos universitários. Faltam os educadores, fora as mais raras exceções, a primeira condição para a educação e daí o declínio da cultura alemã. – Uma dessas raras exceções é meu amigo Jacob Burckhardt, na Basileia (...) (NIETZSCHE, 1988, VIII,5).

Poderia me contentar em apenas expor a inversão na hierarquia entre história e filosofia, sobretudo, se tomarmos como eixo o projeto da *Bildung*. O problema, porém, é mais profundo, pois tenho a impressão de que certas críticas de Nietzsche à história, ou, mais especificamente, à consciência histórica, poderiam ser aplicadas a Burckhardt. Embora comparar diretamente ambos os autores não seja meu propósito neste trabalho, aproveito a oportunidade para expressar uma dúvida. Nietzsche tem uma visão bastante ácida sobre uma determinada forma de consciência histórica que, por vezes, lembra a manifestada em algumas cartas de Burckhardt. Na terceira dissertação da **Genealogia da Moral**, o filósofo é violento com toda postura ressentida da história. Nietzsche critica fortemente todo aquele que se lamenta da seguinte maneira: “‘Quisera ser alguma outra pessoa’, assim suspira esse olhar: ‘mas não há esperança. Eu sou o que sou: como me livraria de mim mesmo? E no entanto – *estou farto de mim!*’” (NIETZSCHE, KSA 5, III, 14).

E, embora seja evidente que tanto Nietzsche quanto Burckhardt rejeitavam, por exemplo, a concepção hegeliana de história, assim como se mostravam profundamente céticos com relação ao uso político feito na Alemanha da vitória na Guerra Franco-Prussiana, não posso

deixar de expressar minha primeira dúvida: *Não seria este juízo apropriado para o contemplativo Burckhardt?*

Este problema não será resolvido se não iniciarmos, ao menos, a entender a manutenção do projeto da *Bildung* em Nietzsche, e a correspondente apologia à sua principal característica: a plasticidade da vida histórica. Por tal razão, passo à segunda parte do trabalho, em que Nietzsche estabelece claramente a separação entre erudição e cultura.

2. O tema da história: a grandeza.

Não é um segredo que, para Nietzsche, a erudição não somente era incapaz de formar, bem como sufocava qualquer possibilidade de desenvolvimento da atividade de pensar. Ainda ressoa em Nietzsche a angústia de *Fausto*: “Ai de mim! Da filosofia/ Medicina, jurisprudência,/ E, mísero eu! Da teologia/O estudo fiz, com máxima insistência. Pobre simplório, aqui estou/ E sábio como dantes sou!” (GOETHE, 1987:491).

Mas o que é o erudito? Entre inúmeras características dadas por Nietzsche, destaco a seguinte, presente nas considerações sobre Schopenhauer:

(...) uma agudeza para o que está próximo vem acompanhada de uma grande miopia para o que é longínquo e universal. Seu campo de visão é usualmente muito restrito e os olhos precisam estar firmemente colados ao objeto. Caso o erudito queira passar de um assunto pesquisado para outro, então ele transpõe todo o seu aparelho visual para este novo assunto (KSA I: 396).

Sinceramente, poucas descrições de uma relação nociva com o conhecimento me parecem ser mais precisas. Tomar a própria experiência prévia como horizonte normativo universal, confundir o particular com o universal – enfim, ser provinciano – é algo claro na passagem de Nietzsche.

Trata-se de um risco muito mais real do que se possa imaginar, bastante presente no cotidiano dos historiadores, como fica claro em uma passagem da *Segunda consideração intempestiva*. Ali, Nietzsche se pergunta pelo sentido de se estudar um tema, e não outro. Afinal,

“o passado não é grande o suficiente para encontrar algo em que vós não apresentais de maneira tão risivelmente arbitrária?” (NIETZSCHE, 2003:45).

Nestas duas passagens, a particularidade é tanto delimitada pelo ponto de vista como pelo tema, de modo que a discussão não pode ser feita em termos epistemológicos. O que transparece é a estreiteza da visão particular e do assunto específico.

Não parece difícil indicar, ao menos em um primeiro momento, como a visão particular é o que caracteriza o erudito – cujo símbolo mais expressivo seria o historiador – e aniquila a cultura como unidade de expressão de um povo – e, neste sentido, faltaria ao erudito aquilo que o senso comum o atribui: a universalidade e diversidade do conhecimento. O erudito, segundo Nietzsche, é homem dedicado a questões que só teriam dignidade se alguém que delas se ocupasse tivesse diante de si a eternidade (cf. NIETZSCHE, KSA 1:202). Atire a primeira pedra quem nunca pensou ou disse, a propósito da pesquisa de outros ou da própria: “mas por que diabos dedicar meu tempo para estudar tal assunto?”. O que o erudito diz sobre o assunto pode até ser verdadeiro, ou seja, sua descrição pode estar adequada às características do objeto estudado, mas tal descrição verdadeira não tem qualquer sentido. Geralmente acreditamos que somente alguns bolorentos e ridículos senhores cometem tal erro, mas tal separação entre verdade e sentido ocorre sempre que, ao pensar um objeto, uma disciplina não consegue se pensar.

É importante identificar precisamente o problema, que não reside na história como dimensão antropológica, mas na sua transformação em ciência; afinal, ao mencionar as três formas possíveis de experimentar a história – monumental, antiquária e crítica – Nietzsche demonstrou não somente o que nelas havia de perigoso, mas, também, de proveitoso. O problema é outro. Para Nietzsche, a história se separa da vida quando ela passa a pretender um estatuto científico (cf. NIETZSCHE, 2003:32).

Um ponto, porém, precisa ser esclarecido, a saber: de que idéia de ciência fala Nietzsche? Sabemos que, durante todo o século XIX, há vários projetos para a determinação do estatuto científico da história: o empirismo indutivo de Ranke, o materialismo dialético de Karl Marx, o método compreensivo de Droysen, entre outros e para ficar somente na Alemanha (há, afinal, o positivismo de Comte e Buckle, a escola metódica de Langlois e Seignobos, para ficar nos mais notáveis). Inclusive, como demonstrou Thomas Brobjer (cf. BROBJER, 2007), as

críticas de Nietzsche aos historiadores se dissipam em outras obras, nas quais o leitor atento pode encontrar alguns elogios a Mommsen e Ranke. Por tais razões, é provável que Nietzsche se direcione contra o conceito hegeliano de ciência. Sinceramente, penso que, por vezes, há um exagero da parte de Nietzsche em suas críticas a Hegel, mas como não vem ao caso analisar este ponto, gostaria apenas de delimitar o uso do conceito de ciência feito por Nietzsche. Ao contrário do que se pensa imediatamente, a ciência histórica criticada por Nietzsche não é tanto um vago empirismo (para o qual Nietzsche também reserva algumas farpas), mas, sobretudo, uma aplicação de uma ciência filosófica do espírito à história. O alcance deste ponto, ao menos para a teoria da história, não é desprezível: afinal, atacar um conceito hegeliano de ciência histórica põe simultaneamente em risco, a meu ver, a hermenêutica e o materialismo dialético. Creio que a passagem abaixo pode ajudar a compreender o problema:

(...) o homem moderno arrasta consigo por aí uma massa descomunal de pedras indigeríveis de saber que, então, como nos contos de fadas, podem ser às vezes ouvidas rolando ordenadamente no interior do corpo. Com estes solavancos denuncia-se a qualidade mais própria a este homem moderno: a estranha oposição entre uma interioridade à qual não corresponde nenhuma exterioridade e uma exterioridade à qual não corresponde nenhuma interioridade (...) (NIETZSCHE, 2003:33).

As críticas constantes a Hegel, de alguma maneira, sinalizam para uma saída que evite a mera oposição entre particularidade e totalidade. Se há uma perversão da singularidade na miopia do erudito e no gosto pelo detalhe antiquário, a totalidade também tem seus riscos. A estreiteza de olhar e irrelevância temática não são contrapostas por uma apática visão supra-histórica, que, conforme Nietzsche afirma na *Segunda consideração intempestiva*, é característica do homem incapaz de se espantar com qualquer coisa, e, portanto, de estar plenamente satisfeito (cf. NIETZSCHE, 2003:62).

Destarte, apresento um impasse: como ampliar a perspectiva sem se iludir com uma visão total, geradora de apatia e indiferença; e como preservar a capacidade de se espantar sem que se transforme em um erudito tacanho, cuja amplitude de visão é dada somente pelas dimensões materiais de seu objeto? Como observa muito bem Annette Wittkau, “Nietzsche não

se ocupa mais com a questão sobre a melhor forma de conhecimento histórico – a empiria ou a especulação – mas combate as duas” (WITTKAU, 1994:45). Será que teria razão o Mefistófeles dos seguintes versos de Goethe: “Do céu exige o âmbito irrestrito/ Como da terra o gozo mais perfeito,/ E o que lhe é perto, bem como o infinito,/ Não lhe contenta o tumultuoso peito” (GOETHE, 1987:37)?

Um possível caminho para esta resposta pode ser encontrado na idéia de grandeza histórica, de inspiração assumidamente burckhardtiana. A grandeza histórica se caracterizaria, segundo Nietzsche, não só pela realização, mas pela vivência suscitada nos outros: “Para que eu um acontecimento tenha grandeza, é preciso reunir duas condições: que a grandeza inspire os que realizam e os que o vivenciam. Em si, nenhum acontecimento tem grandeza” (NIETZSCHE, 2009:37), escreve Nietzsche logo na abertura de sua *extemporânea* sobre Wagner. A influência de Burckhardt sobre Nietzsche é, neste aspecto, heurísticamente bastante interessante. Se ela se verificar, Nietzsche se aproxima a largos passos do historicismo. A tarefa, portanto, consiste em diferenciar a grandeza histórica da acepção historicista tradicional de “evento”, que, em Droysen, por exemplo, recebe a denominação de anomalia. Apresento minha segunda dúvida: *Haveria em Nietzsche, portanto, uma outra forma de compreender a irrupção do evento histórico?*

3. A visão a-histórica: por um sistema sem conceitos.

Está colocado o problema da sensibilidade histórica, que serve de inspiração para a terceira pergunta. Dada a prevalência da experiência do instante, *como o homem moderno se relaciona com o passado?*

Habitualmente, segundo Nietzsche, esta relação com o passado é moldada segundo a idéia de processo, algo que, no âmbito da cultura, originou o filisteu e seu correspondente parasitismo com os clássicos.

Logo no início da *Primeira extemporânea*, Nietzsche afirma que cultura é “a unidade de estilo artístico em um povo”, sendo o oposto, a mixórdia de estilos, o sintoma da barbárie. Cultura, portanto, como vimos, não é um somatório de informações sobre assuntos diversos (cf.

NIETZSCHE, KSA I: 162-163). Intocada pela erudição, a cultura parece ser a única possibilidade para o espírito. Todavia, mesmo que tenha demonstrado haver ouvido muito atentamente o que Burckhardt dissera sobre a relação entre cultura, religião e Estado, algo evidente na crítica de Nietzsche às ilações culturais da vitória militar da Prússia sobre a França (cf. NIETZSCHE, KSA I: 160-162), as preocupações de Nietzsche quanto ao ideal cultural alemão são gritantes.

Por este motivo, as palavras de Nietzsche dirigidas ao homem culto não são exatamente lisonjeiras: “O homem culto degenerou até se tornar o grande inimigo da cultura [*Bildung*] (...) eles querem se convencer de que todos os séculos convergem para ele (...)” (NIETZSCHE, KSA I: 366), e, por esta razão, fala sem dificuldades em nome destes todos séculos, como se o significado deles já tivesse sido encerrado. Por esta razão, ainda na primeira extemporânea, o homem culto é logo classificado como filisteu, cuja principal característica seria de crer que os grandes nomes da cultura encontraram o que procuravam, quando, segundo Nietzsche, eles devem ser apreciados como homens que procuraram incessantemente (cf. NIETZSCHE, KSAI: 167).

Uma adequada apreciação dos clássicos, ironicamente, se aproxima do melhor historicismo, a saber, quando considera seriamente uma criação como uma possibilidade, e não como uma certeza resultante de um processo lógico. Para genuinamente compreender a cultura, é necessário resgatar não exatamente a intenção do agente, mas o horizonte de criação em que este estava inserido: a arte não é um produto, mas um modo de fazer. Colocar-se na esfera da cultura, diz Nietzsche, depende de uma insatisfação consigo mesmo (cf. KSA 1: 385), e, portanto, do reconhecimento de algo maior: “vejo algo mais elevado e mais humano sobre mim, superior ao que eu mesmo sou; ajudem-me todos a alcançá-lo, assim como ajudarei a todo aquele que reconheça o mesmo que eu” (idem). A sensibilidade para a cultura se desperta por esta consciência, digamos, aristocrática.

De alguma maneira, o ideal da *Bildung* não se perde de maneira alguma, contato que ele permaneça sendo “(...) a virilidade livre de caráter, o precoce conhecimento do ser humano, a ausência de conhecimento erudito e de bitola patriótica, bem como da obrigação do estudo para ganhar o pão e de qualquer ligação com o Estado” (KSA 1: 411). É a essência do projeto da *Bildung*, sem tirar nem pôr.

Este projeto da *Bildung*, da mesma maneira, não renuncia o ideal fascista de pureza. A mixórdia acusada por Nietzsche não implica a recusa à composição. Pelo contrário: a história é uma força formadora e plástica. A propósito de Wagner, diz Nietzsche:

Tão logo a força formadora nele predominou, a história tornou-se uma argila flexível em suas mãos; de imediato, estabelece com a história uma relação diferente daquela do erudito, relação esta que se assemelha aos gregos diante de seus mitos (...) E justamente porque a história é para ele ainda mais flexível e inconstante do que o sonho, ele pode introduzir em um acontecimento singular, sob a forma de poesia, o que há de típico em épocas inteiras e assim alcançar uma verdade da representação que o historiador jamais alcança. Onde mais poderia a Idade Média cavalheiresca ser transposta, em carne e espírito, senão em *Lohengrin*? (NIETZSCHE, 2009:55).

Esta verdadeira representação consiste em simplificar, em associar, em dar uma forma ao aparentemente heterogêneo e desconexo. A música aí é a expressão por excelência da experiência histórica como experiência criadora dotada de sentido, e não como mera sucessão torrencial de fatos sobrepostos. Como apontaria futuramente David Carr, um filósofo de orientação fenomenológica, a experiência da audição musical é temporal, gradual, dotada de sentido, porém irreduzível (cf. CARR 1991). Uma história não se deixa resumir ao final, e muito menos em seu começo. Ou seja: trata-se de pensar em uma unidade de sentido sem o auxílio do conceito. A idéia nietzscheana de experiência histórica só tem sentido se entendermos que simplificar não diz o mesmo que reduzir. Diz Nietzsche:

O elemento poético em Wagner consiste no fato de que ele pensa não em conceitos, mas em atos visíveis e sensíveis, isto é, que ele pensa de modo mítico, como o povo sempre pensou. O mito não repousa sobre um pensamento (...) mas é ele próprio pensamento; ele comunica uma representação do mundo, mas na sucessão de processos, ações e provações. ***O Anel dos Nibelungos é um extraordinário sistema de pensamento sem a forma conceitual do pensamento*** (NIETZSCHE, 2009:110).

A música, ao menos para Nietzsche, é sempre a forma de representação necessariamente temporal e que, portanto, não se cristaliza, mas também não se deixa estilhaçar em cacos totalmente desprovidos de significado. A experiência da temporalidade possibilitada por ela não é a mesma do erudito, que explode as vivências em estilhaços, tampouco do filisteu, que sufoca o clássico e o insere em um sentido finalista da história. E é provavelmente esta capacidade de articular o disperso e simplificar o sentido plástico da história, tão presente na segunda extemporânea (cf. NIETZSCHE 2003: 10). A sensibilidade plástica com o passado não é, portanto, supra-histórica, mas aquela capaz de moldar o passado, esquecê-lo em seu caráter trágico e irrevogável. Minha dúvida é: *como compreender tal sensibilidade como a-histórica, e, portanto, possibilitar uma diferença entre supra-histórico e a-histórico?*

Esta dúvida me parece especialmente importante, na medida em que rompe – ao menos no escopo dos textos de Nietzsche aqui discutidos – com a simples idéia de evento como ruptura e de história como pura descontinuidade. Há, sim, uma nesga para afirmação de uma possibilidade de sentido, mas, como esta é “musical”, em momento algum esta possibilidade implica uma redução da experiência histórica.

Bibliografia

BROBJER, Thomas. Nietzsche's relation to historical methods and nineteenth-century german historiography. **History and Theory** 46, Maio 2007.

CARR, David. **Time, Narrative and History**. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1989.

GOETHE, Johann Wolfgang. **Fausto**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

NIETZSCHE, Friedrich. **Kritische Studienausgabe. Band 1: Die Geburt der Tragödie/ Unzeitgemässe Betrachtungen I-IV/ Nachgelassene Schriften 1870-1873**. Org. Giorgio Colli e Mazzino Montinari. München: DTV, 1988.

_____. **Segunda consideração intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

_____. **Wagner em Bayreuth**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

WITTKAU, Annette. **Historismus**: Zur Geschichte des Begriffs und des Problems.
Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1994.

**O TEATRO DOS OUVIDOS:
escrita e oralidade no discurso da Academia Brasílica dos Esquecidos
sobre os indígenas brasileiros**

Pedro Telles da Silveira¹

Formada em março de 1724 por iniciativa do Vice-Rei e governador-geral da Bahia, Vasco Fernandes César de Meneses, e desarticulada em fevereiro do ano seguinte, a Academia Brasílica dos Esquecidos foi a primeira agremiação histórico-literária na imensa possessão portuguesa. Constituída na cidade de Salvador, ela tinha por objetivo primário a escrita da história do Brasil e a elucidação de seus pontos obscuros. Entre estes pontos, vários eram relativos aos indígenas, tais como sua origem, a passagem de São Tomé pela América, se os indígenas tinham ou não política, entre outros. Para discutir essas questões, os acadêmicos dividiram a história em quatro matérias – política, natural, eclesiástica e militar – cabendo, respectivamente, a Luís Siqueira da Gama, Caetano de Brito e Figueiredo e Gonçalo Soares da Franca a escrita de dissertações onde esses problemas seriam tratados.²

O objetivo do presente trabalho é refletir sobre o complicado relacionamento tecido entre escrita e oralidade no mundo ibérico católico da Contra Reforma. Para isso, escolhemos estudar o local que a palavra indígena ocupa nos textos dissertativos da Academia dos Esquecidos e o possível confronto que se pode estabelecer entre esta palavra e a palavra portuguesa, a qual é dotada de autoridade. Segundo Iris Kantor, diante da falta de arquivos documentais, os acadêmicos esquecidos se colocavam a questão de “como *incorporar* as tradições orais, raramente fixadas em manuscritos antigos?” (KANTOR, 2004: 210, *grifo nosso*). A hipótese pela qual se guia este trabalho é a de que muito mais do que incorporadas, as “fontes orais” eram circunscritas, ganhando sua significação apenas a partir dessa circunscrição, isto é, de sua redução às categorias interpretativas portuguesas e inscrição nas

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, este trabalho integra os estudos do projeto de pesquisa “A temporalidade na operação historiográfica luso-brasileira do século XVIII”, sob orientação da Profª Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues e que conta com apoio do programa de bolsas BIC/UFRGS.

² A Academia possuía um núcleo principal de sete membros, eram eles: o reverendo Gonçalo Soares da Franca, o desembargador Caetano de Brito e Figueiredo, o ouvidor Luís de Siqueira da Gama, o juiz de fora Inácio Barbosa Machado, o coronel Sebastião da Rocha Pita, o capitão João de Brito e Lima e o doutor José da Cunha Cardoso. Cada um desses membros assumia um pseudônimo acadêmico, respectivamente, obsequioso, nubiloso, ocupado, laborioso, vago, infeliz e venturoso. Os pseudônimos eram uma prática que parece copiada da Academia dos Anônimos, também do início do século XVIII. Estes não são todos os que participaram das reuniões pois, por exemplo, o presidente de cada sessão era escolhido fora a esse núcleo de acadêmicos, com exceção da segunda conferência, cujo presidente foi Rocha Pita. Para mais informações sobre os membros da Academia, é interessante consultar o capítulo referente à Academia dos Esquecidos na *História da Literatura Baiana*, de Pedro Calmon.

práticas de escrita da época. Trata-se, portanto, por um lado, do esclarecimento das operações intelectuais do século XVIII luso-brasileiro e, por outro lado, dos condicionamentos colocados ao aparecimento dos indígenas nos textos aqui estudados. Além disso, entre as iniciativas jesuíticas mais eminentes no Estado do Maranhão no século XVII e o Diretório pombalino na segunda metade do XVIII, pode vir à luz uma etapa importante do trajeto do indígena nas letras brasileiras.

Antes de passarmos ao estudo, uma palavra, contudo, sobre as dissertações. A dissertação servia para “se exprimir clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão” (GAMA, 1971: 13). Ela é, portanto, um procedimento investigativo. Segundo Luís Siqueira da Gama, “tem por matéria a dissertação, toda a que foi ou possa ser disputável, por objeto, tem a opinião melhor, por fim, a averiguação da verdade” (GAMA, 1971: 24). Os próprios acadêmicos reconheciam a especificidade da dissertação frente à história, embora histórias e dissertações históricas compartilhassem da narração.³ Em termos de procedimentos intelectuais, guardadas todas as proporções, é como se a dissertação fosse uma espécie de pré-escrita da historiografia.

Oralidade e escrita

Segundo Michel de Certeau, “A descoberta do Novo Mundo, o fracionamento da cristandade, as clivagens sociais que acompanham o nascimento de uma política e de uma razão novas engendram um outro funcionamento da escrita e da palavra” (CERTEAU, 2006: 213). A escrita ganha, assim, proeminência epistemológica. Essa escrita renovada relaciona-se, por um lado, ao selvagem, por outro, à tradição religiosa; ela “serve para classificar os problemas que o sol nascente do ‘Novo Mundo’ e o crepúsculo da cristandade ‘medieval’ abrem à intelligentsia” (idem).

Como resposta a algumas dessas mudanças, no mesmo século XVI a Igreja Católica, através do Concílio de Trento (1545-1563) reafirmou o valor da tradição e da transmissão oral do catolicismo contra a tese luterana da *sola fide et sola scriptura* (“só com a fé e só com a Escritura”).

³ Gonçalo Soares da Franca diz que já tinha sua pena “senão voado (que as asas dos pobres não voam) (...) percorrido largo espaço pelo campo do papel, senão quando na conferência passada me instrui em que mais havemos de descrever umas dissertações históricas, que uma história já disputada (porque dos propriamente historiadores é só obrigação narrar, e apenas refletir, sem a pensão de questionar)” (FRANCA, 1971: 224). A narração, contudo, é afirmada por Caetano de Brito e Figueiredo, para quem as dissertações “se animam com o caráter da História, donde só com o expressivo da narração, e não com o rigor da disputa deve declarar-se o duvidoso, e concluir-se o verdadeiro ou o verossímil” (FIGUEIREDO, 1971: 159).

Na visão renovada da Reforma católica, a voz humana, a despeito de sua fragilidade e contingência, não somente permite à tradição oral da Igreja, privilegiada pelo Concílio de Trento, ser transmitida pela boca de seus padres e bispos – segundo o dito de Paulo, *ex auditu*, da boca ao ouvido – mas também de reaproximar o homem do Verbo, esse *pneuma* ou sopro divino (...) presente em cada criatura (SALAZAR, 1999: 788).

Essa revalorização fez com que não houvesse religião que não fosse pública, dotando a oralidade de um aspecto ao mesmo tempo político e sagrado. Os ecos dessa reafirmação se fizeram sentir no século XVIII, nas seguintes passagens dos textos acadêmicos. A primeira, em que Luís Siqueira da Gama discute a pertinência de se atribuir ou não uma política aos indígenas brasileiros; a segunda, em que Gonçalo Soares da Franca discorre sobre a pregação de São Tomé entre os índios.

(...) a experiência o mostra, que só para os homens se criou a política; pois vemos que os brutos não têm república; e se a têm as abelhas são hieroglíficos do Reino (...) por isso também foram chamadas as Aves das Musas, e são hieroglífico da eloquência (GAMA, 1971: 32).

(...) não há Nação, que não há gente, que não publique os louvores de Deus, se não é que os índios, não articulem vozes (...) e somente se explicam como os do Cabo da Boa Esperança, de quem contam os Autores que falam por estalos” (p. 265).

A posição tridentina implicou numa continuidade entre escrita e oralidade sob o signo da autoridade. Num momento em que o próprio conceito de “oralidade” inexistia⁴, as relações entre oral e escrito iam mais além da simples aceitação ou rejeição, e não há motivo para acreditar que uma tradição fosse invalidada *porque* fosse oral, e sim porque não correspondia às maneiras de ser acreditada na época, fossem procedimentos críticos, concepções políticas, intelectuais, etc. É neste sentido que se pode compreender outra passagem da mesma dissertação de Franca, em que após conjecturar ser verdadeiro que São Tomé ensinou – como dizem os índios – aos brasileiros a produção da farinha, visto serem bons nisso, ele diz

Nem se julgue menos acreditada a verdade das tradições quando concorrem as circunstâncias necessárias, e conducentes para ela. De outra sorte deixaríamos de crer tudo o que não está escrito só porque não está escrito, ou seria falso tudo o que só escutamos dos acontecimentos humanos; e se nem a Igreja se pode reger sem tradições, como duvidaremos absolutamente do que ouvimos, só porque o não lemos: também nas memórias se imprimem os sucessos, donde nem todos se transferem as estampas, e muito menos poderiam passar da reminiscência ao papel casos, que sucederem entre Nações, que totalmente ignoravam os primeiros princípios de ler e escrever (FRANCA, 1971: 261).

⁴ Ao menos na língua portuguesa à época da Academia ele era inexistente. O dicionário de Bluteau registra apenas “oral”, seguindo depois para o verbete “Oranges”. Além de referir-se a boca, “oral”, para Bluteau, refere-se também à lei mosaica, *Ley de boca, Ley oral*.

Aliás, a leitura dos sinais feita por Franca, que lembra os entimemas seguros de Aristóteles, torna difícil pensar que *faltassem* modos de crítica próprios a uma concepção retórica de escrita histórica frente à erudição nascente.⁵

Entretanto não era qualquer oralidade que se tornara aceitável. Segundo João Adolfo Hansen, “A escolha da via oral para transmitir a verdade canônica confirmada no Concílio de Trento resultou em uma extraordinária reativação da Retórica antiga”, a qual “teve por consequência dotar o ideal do *Orator* ciceroniano de uma autoridade, de uma substância e de um campo de ação sem medida comum com o prestígio que lhe havia sido conferido pelo humanismo ciceroniano anterior” (HANSEN, 2000: 25-26).⁶ Essa valorização e o papel político que lhe foi dado significaram uma dupla codificação, por um lado, das noções que entrariam ou não nos discursos, como diz Caetano de Brito e Figueiredo, a respeito da história natural brasileira,

Tão discorde heterogênea, como querer introduzir no Sistema Retórico os nomes próprios de tão novas regiões, e gentes em tudo bárbaros, e que tanto diferem dos termos e cláusulas da eloquência (FIGUEIREDO, 1971: 146).

Por outro lado, uma codificação das posições do discurso, em que quem fala/escreve e quem escuta/lê são mais posições criadas pelo texto ou oração do que sujeitos empíricos. Pode-se pensar, então, que não apenas o “eu” e o “tu” do discurso, mas também o “ele”, seu assunto, é que sofriam uma pré-figuração.

De acordo com Michel de Certeau, toda escrita é perambulação em torno de um centro; todavia a retórica autorizada e sacralizada da Contra Reforma concedeu à eloquência um poder civilizatório. Como afirma Fernando Bouza, para contexto ligeiramente diferente, mas também aplicável aqui, “o pertencimento à comunidade é entendido como construído

⁵ Embora diga que as academias históricas eram, no começo do século XVIII, uma inovação e que a erudição crítica apenas se formava, torna-se difícil concordar com a contraposição entre retórica e erudição afirmada por Iris Kantor. Diz ela que “os acadêmicos tinham preocupação de adaptar as prescrições da retórica barroca à prosa historiográfica, embora ela *já* não constituísse exigência da erudição crítica prática nas academias européias” (KANTOR, 2004: 199, nota 28). As prescrições da retórica não iam contra a crítica, pois o próprio Aristóteles a empregara, por exemplo na distinção entre indícios seguros – os que prevêm uma relação necessária – e os não-seguros, os que prevêm uma relação possível. Outros modos de crítica era a partir das autoridades, de fato, como diz Luís Siqueira da Gama, “Nada nos persuade mais, dizem os retóricos, do que são os exemplos, e as autoridades” (GAMA, 1971: 27).

⁶ Caso se pense em termos de oralidade, trata-se, obviamente, de uma *oralidade secundária*, como a define Walter Ong, ou seja, de uma oralidade cuja dívida à escrita é muito presente. O próprio Ong vê a retórica como um dos mecanismos dessa situação, já que vê a retórica na raiz da arte de falar em público e que constituiu o núcleo da educação ocidental (ONG, 1998: 126). Outro conceito que poderia ser utilizado é o de “vocalidade”, como pensado por Paul Zumthor, para definir a presença de uma voz na composição dos textos; creio, contudo, que a utilização de tal conceito necessitaria de um conhecimento maior da dinâmica das reuniões acadêmicas, algo que ainda não conhecemos profundamente (ZUMTHOR, 1993).

sobre a essencial sociabilidade da palavra falada, signo de uma comunhão entre os homens (...), em suma, a convivência era entendida como uma forma de conversação”⁷ (BOUZA, 2004: 26-27). Logo se pode pensar que também a palavra falada, a eloquência, poderia ocupar o entorno de um centro, definindo-o. Esse papel da eloquência se reflete numa citação anterior, pela qual se vê que os indígenas tinham língua e, por extensão, religião pública. Ele também aparece na questão da humanidade do indígena, condição necessária ao seu conhecimento e a sua aproximação, e que mostra uma das formas de pré-figuração pelo pensamento português católico do americano, o “ele” em questão.

Segundo Gonçalo Soares da Franca, os índios “nenhuma outra Lei professavam (...), nem ainda a natural”, guiando-se apenas pelas “apetências da vontade” (p. 272). Todavia se os indígenas pouco se distinguem das feras, não se pode negar que sejam humanos (GAMA, 1971: 32), de modo que, por exemplo, na questão de sua redução a aldeamentos, os quais são virtualmente cativeiros,

dado que ninguém, possa com razão negar que os Índios do Brasil são homens livres por sua condição, negamos contudo que seja privá-los das prerrogativas liberdade obrigarem-nos a que vivessem em Aldeias com república; porque o mesmo Cícero (...), no mesmo lugar em que disse que a liberdade era um poder de obrar, e viver cada um como e onde quisesse, aí também acrescentou, que só vivia como queria todo aquele que obra como era justo (GAMA, 1971: 47).

A construção do indígena, por mais negativa que seja, não descaracteriza o índio *como* pessoa, mas apenas *enquanto* pessoa, ou seja, ele não se torna humano ou não-humano, mas bom ou mau humano, o que reflete uma compreensão falha dos caracteres da humanidade – como a eloquência, signo da razão, necessária à boa liberdade – mas não sua completa falta. “Brutesco(s) rascunhos da humana Natureza”, segundo Caetano de Brito e Figueiredo (FIGUEIREDO, 1971: 154), mas ainda natureza humana.⁸

O conhecimento português sobre o indígena se baseia sobre a humanidade do mesmo, numa noção derivada da Graça Inata reafirmada pelo Concílio de Trento, a qual era a salvaguarda da pregação da Contra-Reforma contra a pregação protestante (HANSEN, 2000: 21). Seus desdobramentos intelectuais influíam sobre a visão do indígena no século XVIII. Se

⁷ “la pertenencia a la comunidad se entiende construida sobre la esencial sociabilidad de la palabra hablada, signo de una comunión de los hombres (...), en suma, la convivencia era entendida como una forma de conversación” (BOUZA, 2004: 26-27).

⁸ É interessante a radical oposição de Caetano de Brito e Figueiredo a Gama, que chega a duvidar que a notícia de os indígenas do Peru ou do México serem civilizados é verdadeira e não “que os Escritores daqueles descobrimentos e conquistas quiserem afetas hipérboles para as engrandecerem” (FIGUEIREDO, 1971: 154). É justamente Figueiredo quem afirma de, sendo uma Academia, exporem opiniões conjuntas, sem contradição (p. 169). O chamado ao consenso, é claro, busca esconder o dissenso.

essas noções tinham em seu centro a idéia da eloquência – ou das letras, ainda que acompanhadas das armas, mas superiores a elas – como esteio da humanidade e da possibilidade de conversão e de entendimento, quais os problema suscitados pela palavra indígena, quase que naturalmente inconstante?

A inconstância e a eloquência

O objetivo desta seção, vista já a oralidade católica, é indagar a oralidade indígena nos textos acadêmicos: como é caracterizada a palavra indígena? Esta é a pergunta-guia. A partir da perspectiva da história indígena podemos percebê-la não apenas como construção discursiva do (des)encontro entre portugueses e índios, mas também indagá-la como positividade e, enquanto tal, erigi-la em objeto que nos faça problematizar as relações entre escrita e oralidade. Creio que esta é uma perspectiva mais próxima à de Eduardo Viveiros de Castro quando diz que a inconstância “de fato corresponde a algo que se pode experimentar na convivência com muitas sociedades ameríndias” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002: 191) do que à precaução de Andrea Daher de que “não se pode tornar a inconstância autônoma em relação ao discurso cristão” (DAHER, 2004: 37), sendo ela um efeito desse discurso e não um elemento da “filosofia política tupi”. Trata-se, em termos metodológicos, guardadas todas as diferenças entre o historiador e o antropólogo, de objetificar uma ficção teórica para fazer frente à predominância da escrita no pensamento, caso contrário subordinado às “regras do sistema que produz, preserva, cultiva ‘verdades’ não-perecíveis, articula-se num rumor de palavras diluídas tão logo enunciadas, e, portanto, perdidas para sempre” (CERTEAU, 2006: 214). Num primeiro momento, vejamos a palavra indígena segundo os acadêmicos para depois mapearmos os contrários, procurando encontrar o lugar da discórdia entre as oralidades e a escrita.

Em longa passagem, na qual resume os resultados de suas quatro dissertações anteriores, Gonçalo Soares da Franca diz que

(...) nem vir pregar a esta São Tomé é prova concludente de que criam os Índios na fé, que lhes pregou, quando pelo contrário sabemos de suas próprias informações que lhe não quiseram escutar o que lhes pregava. Dizer-se que tem confuso conhecimento de uma excelência superior, a quem chama Tupã, e por conseguinte que temem excessivamente os trovões, por serem efeitos dessa superior excelência é inverossímil (sic), porque concedido que se apavorem, e receiem, como receiam, o estampido dos trovões, é a sua apreensão tão sopita, que jamais passa o discurso para deduzirem que daquela estrondosa conseqüência é premissa infalível a primeira causa. Os vestígios, que conservam da outra vida (...) é tão temporal, ou tão ridículo, que mais propriamente podemos dizer que não crêem que há outra vida, mas que passam a viver

em outra parte, pois para esta quando morrem conduzem até os instrumentos fabris, e ainda o alimento de que cá usavam quando viviam. Também o levantarem as mãos juntas para Céu quando na guerra os aprisionavam, como apelando da sentença da morte para tribunal mais supremo, não é indício bastante de que criam em Deus, ou que havia Deus, pois era aquela postura uma ação natural para mover a compaixão, e piedade, assim como trazer o homem a cabeça levantada, e erguer os olhos ao Céu, é mais invento da natureza, que doutrina da arte, como bem cantou o poeta Sulmonense; finalmente a credulidade dos espíritos malignos, a que davam vários nomes, segundo os diversos efeitos que lhes atribuíam, sendo comumente sugestões do demônio, que os traziam enganados, podiam também ser aparições suas para que mais o acreditassem, e ou fossem umas, ou fossem outras, tão longe estavam ambas de os conduzir para a profissão da nossa fé, que antes é sem dúvida os apartavam mais dela; pois sem claro conhecimento de Deus, e ao menos fé implícita dos mistérios da Lei evangélica, é certo que não pode haver verdadeira religião católica (FRANCA, 1971: 271-272).

Ao contrário dos problemas encontrados pelos primeiros jesuítas, que eram, das três potências humanas, a memória e a vontade que falhavam (VIVEIROS DE CASTRO, 2002: 188), Franca aponta um problema de entendimento entre os indígenas: apesar de poderem ter todos os sinais externos da religião, falta-lhes a ligação entre ato e sentido. Para os acadêmicos, fundados numa crítica dos indícios, faltaria aos indígenas o próprio nexos entre sinal e sentido. A potência mimética dos índios, justamente numa época que entendia a mimese como imitação, passava despercebida como desacerto.

Esse “desacerto” está na origem do corte entre escrita e fabulação. Lamenta Franca “quantas histórias não se têm retardado, quantas composições se não têm omitido por falta de notícias” (FRANCA, 1971: 227), pois se “costumavam os antigos, pela incerteza das tradições, encomendar à posteridade na segurança dos escritos as ações mais dignas de memória” (p. 231), os portugueses, não obstante, esqueceram de escrever, tão ocupados estavam com as armas. Estranha inversão esta, ela mostra que “a escrita *faz a história*” (CERTEAU, 2006: 217), porque conserva o arquivo, porém não esconde que, apesar de ambas serem incertas, as tradições dos índios e portugueses são muito diferentes. É aqui que encontra lugar a paradoxal passagem do mesmo Franca na qual, debatendo a origem dos indígenas, afirma “ouçamos porém, antes que aos Autores, aos mesmos Índios, que como partes tão interessadas nesta antiguidade, ainda que em causa própria é certo que cada um sabe mais de si que os outros dele” (p. 249), ao que se segue uma enumeração de lendas indígenas citadas por José da Acosta, Antonio Herrera, Simão de Vascelos e Afonso d’Ovale, para desembocar em

(...) Mas tudo isso são patranhas, porque contra todas estas fábulas está a verdade infalível do texto sagrado, que nos ensina que do dilúvio só escapou Noé com oito

peças da sua família, por isso opinam os Autores alegados que o dilúvio, de que falam os referidos Índios, não foi o universal, mas algum particular como o de Deucalião, ou outro semelhante, desculpando-os contudo de fabulizarem tanto, porque nem tem tomos, nem conservam arquivos em que depositem memórias, e as verdades duram menos nas tradições, que nas estampas (FRANCA, 1971: 250).

A escrita faz a história porque contém em si a certeza. Frente às tradições indígenas, a Escritura é uma régua pela qual se mede o grau de fabulação dos outros, até chegar ao inteiramente negativo que Caetano de Brito e Figueiredo, tratando da mesma questão, vê: “E nem mesmo refiro as erradas tradições dos mesmos índios (...) porque não merecem memória” (pp. 160-161).

Dois outros aspectos do trabalho dos acadêmicos sobre a palavra indígena também são interessantes. Primeiro, as tradições são sempre múltiplas, enquanto a escrita ou é ou quer ser uma. A própria dissertação é um meio de criação de certezas, pois do arrazoado do escrito – ele também múltiplo, embora não o pareça – deve-se “promulgar a sentença mais verdadeira”. Os indígenas, por seu turno, pela ausência de inscrições, estão condenados a vagar pela correnteza da falta de memória. Segundo, o índio acadêmico é um *índio escrito* não apenas porque pré-figurado mas porque nunca contatado. Aqui, a historiografia se choca com a etnologia e a ausência de um trabalho de campo é correlata à falta de uma mudança de perspectiva frente ao índio. Quando os índios aparecem ativamente, eles estão dentro da escrita, por exemplo, “segundo conta o Padre Simão de Vasconcelos (...) notei (*diz ele*)” (FRANCA, 1971: 258) ou, em citação de Afonso d’Ovale,

Viu o Padre que um Índio velho contava ao som de um tamboril, e que o escutavam com toda a tenção os Índios moços; perguntou-lhe o que aquilo significava, e então lhe responderam que aquele Índio entre os casos memoráveis, que em todos os dias Santos repetia ao povo para que os não esquecesse o vulgo, renovava também as memórias da vida [*vinda?*] de São Tomé a Quito (FRANCA, 1971: 262).

Desqualificada, a palavra indígena é construída a partir de uma série de ausências. Falta-lhe certeza, sendo fabulação ou erro; falta-lhe transcendência, porque seu discurso não articula o efeito à causa primeira nem percebem a diferença qualitativa entre o espaço dos vivos e o dos mortos. A palavra indígena, portanto, só se torna “fonte” quando passa pelo crivo da operação que cria a certeza entre as letras portuguesas.

Todavia para além de uma tópica do discurso português sobre o indígena, pode-se indagar o que esses elementos trazem sobre elementos próprios à cultura do indígena em contato com os portugueses.

A religião tupi-guarani, como argumenta Hélène Clastres, fundava-se na idéia de que a separação entre o humano e o divino não era uma barreira ontológica infinita, mas algo a ser superado: homens e deuses eram consubstancias e comensuráveis; a humanidade era uma condição, não uma natureza. Semelhante teologia, alheia à transcendência, era igualmente avessa à má consciência, e imune à humildade (VIVEIROS DE CASTRO, 2002: 205-206).

Pode-se responder aos caracteres esboçados por Gonçalo Soares da Franca no início da seção com considerações sobre os indígenas. Desse modo, a certeza de seu discurso sobre a falta intrínseca à palavra indígena – uma falta de autoridade – torna-se um problema de compreensão epistemológica e política com a qual os acadêmicos tinham de se relacionar. “Aqui está: os selvagens não crêem em nada porque não adoram nada. E não adoram nada, no fim das contas, porque obedecem a ninguém” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002: 216).

Portugueses e índios se assemelham, no fim, porque não escrevem, ou ao menos os primeiros não escreviam até a formação da Academia. Felipe Camarão, por outro lado, era versado até mesmo no latim. Não se trata de perceber o que estava, material e simbolicamente, por trás das fontes com as quais lidavam os acadêmicos, todavia podem-se imaginar esses mesmos dados como compreensões diferentes da história que os acadêmicos, pelo que se tentou mostrar aqui, ou ignoravam ou não tinham como compreender.

Desse modo, toda a narrativa de São Tomé, afirmada e reafirmada, mesmo com sua complicada história, baseia-se toda ela em tradições, as quais – segundo os textos – são compartilhadas por portugueses e índios. Que compreensão da história não está por trás da rejeição pelos indígenas de São Tomé? Talvez não apenas uma de justificação portuguesa, mas também indígena.

(...) na Lage da praia da Vila de São Vicente se vêem tão distintamente retratadas, que mais parecem naturais que imitadas, contam os Índios que foi Autor o mesmo Santo, e porisso, como coisa Sagrada, são veneradas não só dos Nacionais, mas dos Portugueses, que ali habitam, e que por ali passam: acompanham estas evidências, ou Sinais as mutilações (se assim se podem chamar) do penedo do Itajuru na Cidade do Cabo Frio, as quais constantemente quer a tradição dos índios daquela parte fossem efeitos do impulso do báculo de São Tomé, porque como muitas vezes os olhos percebem mais que os ouvidos, numa ocasião (contem eles) em que resistia a impenetrabilidade de seus corações as persuasões do Santo, parece que ferindo a pedra com o bordão lhes quis mostrar que eram mais duros que as mesmas pedras, pois se rendiam estas aos golpes daquele, a cujas vozes não obedeciam os homens (FRANCA, 1971: 258).

Esta passagem lembra a referida por John Monteiro a partir da obra de Abbeville.

Éramos uma só nação, nós e vós; mas Deus, tempos após o dilúvio, enviou seus profetas de barbas para instrui-nos na lei de Deus. Apresentaram esses profetas ao

nosso pai, do qual descendemos, duas espadas, uma de madeira e outra de ferro e lhe permitiram escolher. Ele achou que a espada de ferro era pesada demais e preferiu a de pau. Diante disso o pai de quem descendestes, mais arguto, tomou a de ferro. Desde então fomos miseráveis, pois os profetas vendo que os de nossa nação não queriam acreditar neles, subiram para o céu, deixando as marcas de seus pés cravadas com cruzeiros no rochedo próximo de Potiú (Abbevile *apud* MONTEIRO, 2001: 74-75).

Bibliografia

- BOUZA, Fernando. **Palabra e Imagen en la Corte** – cultura oral e visual de la nobleza en el siglo de Oro. Madrid: Abada Editores, 2004.
- BRITO E FIGUEIREDO, Caetano de. “Dissertações acadêmicas, e Históricas, nas quais se trata da Historia natural das Coisas do Brasil”. In: CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo 5, pp. 139-221.
- CERTEAU, Michel de. “Etno-grafia – a oralidade ou o espaço do outro: Léry”, in **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, pp. 211-242.
- DAHER, Andréa. “Cultura escrita, oralidade e memória: a língua geral na América portuguesa”, in PESAVENTO, Sandra J. (org.). **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural**. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 17-42.
- FRANCA, Gonçalo Soares da. “Dissertações da história eclesiástica do Brasil”. In: CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo 5, pp. 223-313.
- GAMA, Luís Siqueira da. “Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil”. In: CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, vol. I, tomo 5, pp. 7-138.
- HANSEN, João Adolfo. “A civilização pela palavra”. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 19-41.
- KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos** – Historiografia Acadêmica Luso-Brasileira (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2004.
- ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita** – a tecnologização da palavra. Campinas: Papyrus, 1998.
- MONTEIRO, John M. “Entre o etnocídio e a etnogênese: identidades indígenas coloniais”, in **Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese de livre docência. IFCH-Unicamp, 2001, pp. 53-78.
- SALAZAR, Philippe-Joseph. “La voix au XVIIe siècle”. FUMAROLI, Marc (org.). **Histoire de La rhétorique dans l’Europe moderne (1450-1950)**. Paris: Presse Universitaires de France, 1999, pp. 787-821.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”, in *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: CosacNaify, 2002.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a “literatura” medieval.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BALANÇO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O FUTEBOL NO BRASIL

Anderson de Carvalho Mororó¹

Priscila Gonçalves Soares²

Resumo: O presente trabalho busca na perspectiva historiográfica investigar a temática do esporte, principalmente o futebol, no contexto acadêmico. Acreditamos que o futebol é muito mais do que um simples esporte. Ele está inserido em uma estrutura social bastante complexa. Através de uma análise mais específica acerca do esporte bretão é possível compreender certos aspectos da sociedade brasileira, como a rivalidade e o patriotismo. Esta pesquisa estará direcionada para uma sistematização da trajetória da produção acadêmica acerca do futebol no Brasil. O objetivo é agregar diversos extratos do conhecimento que envolvam o esporte. O trabalho conta tanto com uma perspectiva sociológica e política quanto também com produções jornalísticas e antropológicas.

Palavras chaves: História – História dos esportes - Futebol

Neste artigo, trazemos nossa contribuição para as pesquisas no campo da Historiografia seguindo uma tendência, até certo ponto, muito atual no Brasil. Trabalhamos voltados para investigação histórica pautada na perspectiva do Esporte. Temos como principal objeto de pesquisa o futebol. Nosso trabalho encontra-se em fase de organização e estruturação, desta forma trazemos os primeiros indícios.

Não é preciso ser um historiador muito atento (aliás, nem é preciso ser historiador) para observar que a produção historiográfica produzida no Brasil, principalmente nos últimos dez anos, passou por mudanças assaz significativas. O surgimento de revistas especializadas, a constante adaptação de textos de história para a televisão, o lançamento de livros com temas nunca antes imaginados (como é o caso da obra de Jean-Luc Hennig, Breve História das Nádegas, publicado pela portuguesa Terramar), exemplificam essas mudanças.

Presenciamos um momento de esgotamento das explicações oferecidas por modelos teóricos globalizantes, com tendências à totalidade, nos quais o historiador era refém da

¹ Bacharel em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF-

² Mestranda em Educação na Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGE\UFJF-

incessante tarefa pela busca da verdade. Essas explicações generalizantes, por sua incapacidade de interpretar novos agentes históricos, passaram, portanto, a ser questionados.

O arcabouço intelectual que vai dar origem à Nova História Cultural está intimamente ligado ao surgimento, no final da década de 1920, na França, de uma nova forma de se pensar as questões historiográficas, identificada como História das Mentalidades. Esse novo modelo de interpretar os fatos históricos buscava fugir da história historicizante: uma história que se furtava do diálogo com as demais Ciências Humanas, como a antropologia, a psicologia, a lingüística, a geografia, a economia, e, sobretudo, a sociologia.

No lugar da história tradicional, globalizante, era preciso adotar, segundo Vainfas:

uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar. Uma história com estruturas em movimento, com grande ênfase no mundo das condições de vida material, embora sem qualquer reconhecimento da determinância do econômico na totalidade social, à diferença da concepção marxista da história. Uma história não preocupada com a apologia de príncipes ou generais em feitos singulares, senão com a sociedade global, e com a reconstrução dos fatos em série passíveis de compreensão e explicação. (VAINFAS, 2002 : 17)

Seguindo este movimento de mudanças nos rumos da História, surge, no início dos anos 70, uma nova corrente historiográfica, que se auto-denominava "Nova História". Tendo Jaques Le Goff como um dos incitadores, este movimento tinha como característica o retorno ao estudo do sujeito. Ela se originou associada à Escola dos Annales e que, além de lutar por uma história total, opõe-se totalmente ao paradigma tradicional da historiografia. Essa nova historiografia, ou também denominada como "história das mentalidades", era uma história aberta a todas as temáticas. Essa novo modelo foi responsável por inserir novas questões e temáticas ao estudo da história.

Atualmente, a história passa por uma crise de paradigmas. Não possuímos nenhum "ismo" para seguir. É claro que falamos de uma maneira geral, pois os paradigmas existentes anteriormente não desapareceram por completo e ainda são praticados pela historiografia, a exemplo da história marxista. Essa falta de paradigmas para a história talvez exista devido ao desencanto e também da desconfiança do futuro que há atualmente. Como não possuímos mais

uma idéia do futuro, já que ele se tornou imprevisível, a história não é mais escrita sob um paradigma, e sim escrita para o presente. Segundo Josep Fontana, (1982 : 5) "esse caráter imprevisível do futuro tem sido (...) a origem de boa parte de nosso desânimo e do nosso desconcerto". Essa desconfiança aumentou ainda mais com a queda do comunismo, indo por terra a escrita da história ao estilo marxista, que previa um futuro.

Esse movimento pela renovação historiográfica, iniciada pelos *Annales* e intensificada na década de 70, quer também se aproximar das massas anônimas. Neste instante buscou-se resgatar os sujeitos excluídos e suas histórias perdidas, dando origem à uma história “vista por baixo”. Podemos, portanto, afirmar que essa Nova História revela uma especial afeição pelo informal, por análises historiográficas que apresentem caminhos alternativos para a investigação histórica, indo onde as abordagens tradicionais não foram. E foi neste mar de novas possibilidades que está inserido o meu objeto de estudo: o futebol.

Nascido na Inglaterra por volta da segunda metade do século XIX, o “*football association*” logo transpôs os limites das ilhas britânicas para conquistar pés e corações do mundo afora. No Brasil, onde não demorou à aportar, não seria diferente. Hoje, após decorrido mais de um século da introdução do futebol em terras brasileiras, nos orgulhamos em sermos reconhecidos como o país do futebol. Esse esporte é um dos poucos objetos da nossa sociedade responsável por elevar a estima dos brasileiros. O sucesso da nossa forma peculiar de jogar, voltado para movimento mais hábeis, mais leve, representados por nossos jogadores em todo mundo, cria uma atmosfera de superioridade perante aos outros países do restante do globo, que reconhecem a nossa superioridade. É o Brasil que dá certo. Talvez esse seja um dos aspectos que torna esse esporte o mais praticado na terra “brasil”.

O futebol, apesar de todo esse glamour, sofreu, (ainda sofre) bastante preconceito nos espaços acadêmicos. Boa parte da produção histórica futebolística ainda é confeccionada por jornalistas. Esse tipo de trabalho tem como traço peculiar à ênfase em narrações acerca da história do futebol e de biografias sobre os grandes clubes e jogadores. Até a década de 70 eram quase inexistentes produções voltadas para uma análise mais apurada do esporte. Foi somente a partir do final dos anos 70 que a bola começou a rolar na academia, tornando objeto de estudo de antropólogos e historiadores, como Roberto DaMatta, José Sebastião Winter e Joel Rufino dos Santos. A atuação destes e de outros estudiosos foi de suma importância para a valorização do

tema no Brasil. A partir deste momento, a produção científica dedicou maior atenção ao futebol, onde as simples narrações deram lugar a análises mais abalizadas sobre o tema. Em consequência deste acontecimento, depara-se, atualmente, com uma gama considerável de trabalhos voltados para o exame mais sofisticado do esporte bretão em nosso país.

É neste contexto, de valorização do futebol como tema de estudo, que se insere esse trabalho. Escolhemos o futebol, pois, sempre foi do nosso interesse estudá-lo de forma mais aprofundada, procurando sempre relacioná-lo com algum fato da nossa história, utilizando-o como um instrumento de análise da sociedade brasileira. Através deste esporte, buscaremos identificar a formação e conseqüentemente a gênese da sua identidade e dos seus valores.

Procurar analisar certos aspectos presentes no futebol brasileiro, tais como a o processo de transformação de um esporte elitista para um essencialmente popular e a aliança entre o futebol e nacionalismo, tão presente durante as apresentações do selecionado brasileiro, são objetos que nos impulsionaram a trabalhar com mais afinco o tema futebol.

Esta pesquisa estará direcionada para uma sistematização da trajetória da produção acadêmica acerca do futebol no Brasil. O objetivo é agregar diversos extratos do conhecimento que envolvam o esporte. Visando isso, o presente trabalho conta tanto com uma perspectiva sociológica e política quanto também com produções jornalísticas e antropológicas.

O projeto é significativo, pois, apesar de existirem inúmeras obras que lidam o futebol como objeto de estudo, ainda são inexistentes ensaios que visam realizar uma compilação acerca dos trabalhos realizados sobre o esporte bretão. Por isso, considero a produção deste tipo de trabalho bastante relevante, pois poderá, posteriormente, servir como obra base para que outros futuros estudiosos analisem, de forma mais aprofundada, a trajetória do futebol em nosso país.

Pretendemos, quando o projeto estiver terminado, relatar as diversas produções que utilizem o futebol como objeto central de pesquisa. Basicamente, lidaremos com os primeiros trabalhos desenvolvidos acerca deste esporte, por volta das primeiras décadas do século XX até as produções mais atuais. As fontes pesquisadas remetem as praças do Rio de Janeiro e São Paulo. Esta “imposição” talvez seja fruto do papel de destaque que as duas cidades ocupavam (e ocupam) no momento da introdução do esporte bretão no país.

O futebol é muito mais do que um simples esporte. Ele está inserido em uma estrutura social bastante complexa. Através de uma análise mais específica acerca do esporte bretão é

possível compreender certos aspectos da sociedade brasileira, como a rivalidade e o patriotismo. O futebol está localizado no mesmo patamar de outras manifestações culturais, como a música e o carnaval. Mas, parte dos intelectuais que trabalham com o futebol visualizam este esporte como um mero objeto de manipulação das massas, enxergando-o como um eficiente instrumento de propagação dos ideais do Estado. Não é nosso objetivo negar essa faceta, mas é uma ação assaz reducionista relegar o complexo tema futebol a apenas essa perspectiva. O futebol é mais do que essa visão. É isso que tentamos provar em nosso trabalho. Como disse o polêmico cronista esportivo Néelson Rodrigues: *"No futebol, o pior cego é aquele que só vê a bola."*

A realização de um exame prévio das obras existentes sobre o futebol foi bastante importante para a escolha do tema. Foi contagiante deparar com diversos trabalhos de qualidade que trabalham com o esporte bretão. Até então, era de conhecimento somente produções jornalísticas, onde o futebol é contado através das histórias e biografias de clubes e jogadores. Surpreende – nós – deparar com um número bastante considerável de trabalhos acadêmicos que tratam o futebol como foco central de pesquisa. São perceptíveis nestes estudos, desenvolvidos por historiadores, sociólogos e antropólogos, duas características bastante peculiares. A primeira é trabalhar o futebol como um meio e não como um fim de um processo histórico. A segunda singularidade destes estudiosos é utilizar o futebol como uma forma de analisar a sociedade onde ele está inserido. Essas duas características são interligadas uma na outra. Diferentemente da visão jornalística, onde as suas extensas biografias trabalham o futebol como um fim, os acadêmicos utilizam o esporte bretão como uma forma de estudar e identificar todas as complexas redes sociais que compunham sociedade onde o futebol está inserido.

Este trabalho pretende voltar-se para uma sistematização da trajetória da produção intelectual sobre o futebol no Brasil. Organizar toda essa gama de informações é uma das finalidades deste estudo. Atualmente, apesar da crescente valorização dos trabalhos acadêmicos sobre futebol, ainda é inédita uma obra que reúna os principais conceitos acerca deste esporte no país. Cobrir essa brecha sobre a história do futebol é o objetivo primordial deste projeto.

No projeto, procuramos realizar um extenso debate historiográfico sobre os autores mais significativos a serem pesquisados. Também procuramos definir quais são as correntes historiográficas das obras a serem analisadas, definindo as suas linhas de pesquisa. Além disso,

procuramos realizar uma extensa comparação entre os autores, identificando quais os conceitos, visões e modelos de abordagens, realizando posteriormente uma análise comparativa entre eles.

Para a elaboração deste trabalho de sistematização do futebol estaremos dispendo, além uma ampla utilização de fontes secundárias voltadas para a temática do futebol em si, de obras que dizem respeito ao contexto histórico. Essas obras são assaz importantes, pois o futebol faz parte de todo um processo histórico, onde estão inseridos os movimentos sociais, as intensas crises políticas e econômicas. Sem o conhecimento de tais elementos não seria possível analisar o futebol como um todo.

O projeto foi dividido em três partes. A primeira buscamos, de uma forma geral, relatar a história do futebol no Brasil e no mundo. Identificamos, neste momento, a gênese do futebol como esporte e a sua inserção em terra tupiniquim. É uma história factual, mas com objetivo bastante claro: elucidar o presente leitor sobre os caminhos percorridos pelo futebol até chegar a sua condição atual. Além de analisar as suas origens, buscamos também descrever em que condições um esporte, considerado em seus primórdios como de elite, transformou em popular no Brasil. Também será relatado a inserção do negro num esporte que inicialmente era praticado somente por brancos.

Na segunda parte buscamos descrever a trajetória dos trabalhos desenvolvidos acerca do futebol no Brasil. Existiam, antes dos trabalhos organizados em torno deste esporte, um série de estudos elaborados por literatos do início do século XX. Personagens, como Lima Barreto e Coelho Neto, procuraram analisar os benefícios e os malefícios que o futebol causaria na sociedade brasileira. Na década de 30 começam a surgir os primeiros trabalhos organizados sobre a trajetória do futebol no Brasil. Deste momento até a atualidade, buscamos dividir a produção dos trabalhos confeccionados sobre o esporte bretão em quatro itens, buscando sempre contextualizar os trabalhos historicamente.

A posteriori pensamos em fazer uma compilação dos estudos mais relevantes sobre o futebol no Brasil. Além de um debate historiográfico em temas como a origem do esporte bretão no Brasil, a sua aliança com o patriotismo e a sua popularização, buscamos também inserir a trajetória de uma imagem bastante difundida no meio histórico: a utilização do futebol como um instrumento, “utilizada pelo Estado e pelas classes dominantes”, para manipular as massas. Esses objetos são essenciais para a compreensão do futebol como um fenômeno, antes de tudo, social.

A intenção deste trabalho é apresentar nosso projeto e intenção de pesquisa que vem se concretizando com o passar dos longos dias de pesquisa; e constituir, ao final, uma obra que se torne base para futuras investigações acerca do futebol.

Este é apenas o ponto de partida para as nossas primeiras análises sobre o futebol. Esperamos que em breve, poderemos desenvolver outros trabalhos que tragam os nossos achados e investigações sobre o futebol. E futuramente complementá-lo acessando e inserindo outras fontes, como a oral e a primária, quantificando e qualificando melhor este trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Sua alma sua palma: identificando a "raça" e inventando a nação*. Mana, 1997.
- DAMATTA, Roberto e outros. *Universo do Futebol: Esporte e Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro. Pinakotheke, 1982.
- FILHO, Mario. *O negro no futebol brasileiro*. 4ª Edição. Rio de Janeiro. Mauad, 2003.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. 1982.
- FRANZINI, Fábio. *Corações na ponta da chuteira*. São Paulo. DP&A, 2003.
- GUEDES, Simoni Lahud. *O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre o significado do futebol brasileiro*. Niterói. E. EFF, 1998.
- HELAL, Ronaldo. *Passes e impasses*. Petrópolis, Vozes. 1997.
- HENRIQUE, Luiz. *No país do futebol*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- HENRIQUE, Luiz. *Lógicas do futebol*. São Paulo, Hucitec, 2002)
- HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução: Maria Celina Paoli, Ana Maria Quirino. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1990.
- JENKINS, Keith. *A História repensada*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto 2001.
- MAZZONI, Thomaz. *Histórias do futebol brasileiro*. São Paulo: Leia, 1950.
- MENDES, Marcos Carvalho. *Memorando futebol I*. Produção independente. Juiz de Fora, 2001.
- MURAD, Mauricio. *Dos pés a cabeça: elementos básicos de sociologia no futebol*. Irradiação cultural. Rio de Janeiro, 1996.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol do Rio de Janeiro, 1902 – 1938*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

ROSENFELD, Anatol. *Negro, macumba e futebol*. Perspectiva, 1993

SANTOS NETO, José Moraes dos. *Visão de jogo: primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naip, 2002. WITTER, José Sebastião & MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Futebol e cultura: coletânea de estudos*. São Paulo: Imprensa oficial: Arquivo do Estado, 1982..

SANTOS, Joel Rufino dos. *História política do futebol*. Rio de Janeiro. Brasiliense, 1982.

WINTER, Jose Sebastião. *Breve história do futebol brasileiro*. São Paulo, FTD, 1996.

WINTER, Jose Sebastião. *O que é futebol*. Col. "Primeiros Passos", vol. 237. São Paulo. Brasiliense, 1990.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história*. São Paulo, SP: Campus, 2002, p. 17.

Internet:

http://www.nethistoria.com/index.php?pagina=ver_texto&titulo_id=113.

<http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/opio.htm>

<http://www.mundocultural.com.br/index.asp?url=http://www.mundocultural.com.br/literatura1/pre-modernismo/lbarreto.htm>.

<http://www.nao-til.com.br/nao-70/dienst1.htm>

<http://www.bairrodocatete.com.br/rodriguesalves.html>

O Museu da Inconfidência: entre a Historiografia e a Museologia

Rafael da Silva Alves*

Em inúmeras cidades é possível encontrar um espaço destinado à visitação que guarda um pouco da história de uma região e da memória coletiva ao longo das gerações. São os chamados *museus de história*, os quais buscam transmitir um conhecimento através da memória e da história. E o Museu da Inconfidência em Ouro Preto apresenta-se nessa perspectiva.

Criado em 1938 por decreto do então presidente da República Getúlio Vargas e coordenado pelo antigo SPHAN, a finalidade era reunir objetos e documentos relacionados aos fatos históricos da Inconfidência Mineira e de seus participantes, além de obras de arte de valor histórico. Apoiado em perspectivas nacionalistas, Vargas solicita o repatriamento dos restos mortais dos protagonistas do movimento de 1789, mortos no exílio na África, idealizando um monumento¹ em homenagem a eles e que abrigasse seus despojos. Assim, o Panteão foi inaugurado em 1942 e o museu em 1944, em comemoração ao bicentenário do poeta e inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, na Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica.

Com o fim da história-memória, a necessidade dos chamados lugares de memória se faz presente, concretizando-se em instituições como os museus, arquivos e monumentos, tal como coloca Pierre Nora. Este acredita que os lugares de memória têm a função de “parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte”². Assim, na sua concepção, como na sociedade deixou de existir as lembranças transmitidas de geração para geração, fez-se necessário criar instituições de memória, as quais passam a ter a função de fazer uma ligação entre o presente e o passado.

Os museus de história acabam sendo espaços destinados a fazer viver a memória coletiva nesses tempos de individualismo e de aceleração do tempo. Tal como analisou Walter Benjamin, a modernidade “excluiu a tradição, a experiência estética coletiva e

¹* Graduando do curso de História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Jacques Le Goff define monumento como uma herança do passado e um material da memória. De acordo com ele, atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Para mais ver: GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

² *Apud* MONTAVÃO. Cláudia Soares de Azevedo. Visualizando o passado: museu e história. In: *História representada: o dilema dos museus*. Livro do Seminário Internacional. Editado por José Neves Bittencourt, Sarah Fassa Benchetrit, Vera Lúcia Bottrel Tostes. RJ: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 115

transformou os rituais de rememoração em rituais de esquecimento, em rituais de distração, de puro entretenimento”³.

Logo, os museus⁴ surgem como uma saída para que a memória coletiva não se perca e caia no esquecimento. Sem dúvida que a evocação da memória e da lembrança são caminhos fundamentais para a criação da história. E por isso, os museus de história se tornam monumentos que possibilitam às pessoas reviverem momentos consagrados dos mais variados tipos, sejam feitos históricos esplêndidos, arquiteturas monumentais, atores importantes ou mesmo lembranças de vidas cotidianas que ficaram no passado.

Nessa perspectiva, pode-se considerar o Museu da Inconfidência como um lugar de memória, buscando uma história de Minas Gerais que contribuiu para a história do Brasil, transportando a nação para dentro de Minas no século XVIII e imortalizando acontecimentos do passado, tal como a Inconfidência Mineira.

O debate entre História e Memória se consolidou no início da década de 80, a partir de Halbwachs e dos trabalhos do historiador francês Pierre Nora a respeito do que ele denominou como lugares de memória. “Enquanto a história estaria associada a narrativas lógicas e lineares, mas vazias de conteúdo sobre o passado, as memórias coletivas seriam aquelas que resultariam de movimentos vivos e lembranças transmitidas entre gerações”⁵.

A disposição dos objetos em lugares próprios, como os museus, desperta uma curiosidade nas pessoas e as possibilitam reviver um pouco do passado. Logo, o Museu da Inconfidência, através de seu acervo, procura reafirmar uma certa narrativa produzida por uma historiografia, assumindo um papel ilustrativo desta narrativa, ainda que inicialmente seja um discurso sem grandes questionamentos críticos. No caso deste museu, uma certa memória das Minas setecentistas, alguns bens materiais do século XVIII e XIX e os restos mortais de alguns participantes do movimento conhecido como Inconfidência Mineira são os principais objetos expositivos do mesmo.

³ *Apud* VELOZO, Mariza. O museu como espaço público. In: *Museus e cidades*. Livro do Seminário Internacional. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos; GUIMARÃES, Cêça (org.). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2003. p. 106

⁴ Museus são espaços/cenários, institucionalizados ou não, onde se desenvolve a relação específica do homem/sujeito com o objeto/bem cultural. Em uma definição de caráter operacional, de 1974, o Conselho Internacional de Museus (Icom) conceitua museu como “estabelecimento permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que coleciona, conserva, pesquisa, comunica e exhibe, para o estudo, a educação e o entretenimento, a evidência material do homem e seu meio ambiente”.

⁵ *Apud* VELOZO, Mariza. O museu como espaço público. In: *Museus e cidades*. Livro do Seminário Internacional. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos; GUIMARÃES, Cêça (org.). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2003. p 233.

O objetivo deste artigo é discutir o Museu da Inconfidência levando em consideração alguns conceitos como *museu de cidade*, *museu-histórico*, *museu-memória* e *museu-narrativa*, além de tentar traçar, ainda que hipoteticamente, a escrita do passado nessa instituição e sua possível relação com a historiografia.

De acordo com Bezerra de Meneses, um museu de cidade deve apresentar características que permitam “ser uma referência inestimável para conhecer a cidade, entendê-la (no seu passado e presente), fruí-la, discuti-la, prever seu futuro, enfim, amá-la e preocupar-se com ela e agir em conseqüência” (MENESES, 2003: p. 257). Ou seja, um museu de cidade deve transferir a cidade que representa para dentro de suas paredes, englobando-a e acompanhando, de certa forma, as mudanças que inevitavelmente a cidade vai sofrendo ao longo do tempo.

Essas mudanças não se relacionam apenas com o aspecto físico da cidade, como também no campo social e econômico, sendo papel do museu de cidade procurar acompanhar tais mudanças nas áreas mais distintas de uma sociedade. Nesse sentido, torna-se difícil classificar o Museu da Inconfidência dentro deste conceito, principalmente porque seu acervo contém essencialmente objetos do século XVIII e XIX, representando uma certa sociedade não apenas mineira, mas sim nacional.

Os objetos recolhidos para a coleção do museu analisado não se restringiram apenas à cidade histórica de Ouro Preto, mas também de outras regiões de Minas Gerais e do Brasil. Exemplos disso são uma aldrava e um balaustre, trazidos respectivamente das cidades de Diamantina e Tiradentes. Somam-se objetos doados e/ou recolhidos nas cidades de Mariana (a imagem de São Joaquim), Catas Altas do Mato Dentro (o andor da Imaculada Conceição ou Nossa Senhora da Conceição), Barra Longa (um presépio), Furquim (a imagem de Bom Jesus da Pedra Fria), Rio de Janeiro (oratório maquina), Bananal – SP (a imagem de Nossa Senhora da Assunção) e ainda peças de outros países, como a Nossa Senhora das Neves ou Santa Maria Maior, trazida de Portugal⁶.

E esses são apenas alguns exemplos do acervo pertencentes ao Museu da Inconfidência. Isso mostra porque se torna problemático classificar o Inconfidência como um museu de cidade, uma vez que seu acervo contempla objetos não apenas da antiga Vila Rica. Além disso, o Museu da Inconfidência não tem a perspectiva de renovar sua exposição de tempos em tempos, mesmo porque esta não é sua proposta, o que torna difícil para a instituição conseguir acompanhar as transformações que inevitavelmente a sociedade de

⁶ Informações retiradas do livro: *O Museu da Inconfidência*. São Paulo: Banco Safra, 1995.

Ouro Preto vai sofrendo. Obviamente que “a cidade (do passado, do presente e do futuro) sempre será um objeto de conhecimento infinitamente mais amplo e complexo do que qualquer acervo ou documentação que possa referenciá-lo” (MENESES, 2003: p. 258). Mas isso não impede um museu de ser entendido como um museu de cidade. O que parece ocorrer no Inconfidência é que ele se organiza em função do turista, marginalizando e substituindo o habitante ouropretano por aquele. E acompanhando a reflexão de Ulpiano Bezerra quanto ao museu de cidade, tem-se que “sem dúvida, não se trata de excluir ninguém, muito menos o turista, mas se supõe que o que é bom para o turista tem necessariamente que ser bom, *antes*, para o habitante” (MENESES, 2003: p. 259).

O museu de cidade deve, portanto, representar esta, o que não quer dizer esgotar esse objeto de total atenção, mas entendê-la na sua complexidade do passado, presente e abrindo para o futuro. Além disso, fatores como das identidades não podem deixar de estar dentro das perspectivas de um museu de cidade. É claro que existem problemas com relação a classificar um museu desta forma, uma vez que é impossível representar a cidade na sua complexidade e é de extrema dificuldade definir o que representar sobre ela, já que tudo interessa a respeito da cidade. Tal como aponta Bezerra Meneses:

“Se tivesse que resumir (...) qual o objetivo prioritário de um museu de cidade, diria que é propiciar ao habitante a tomada de consciência da cidade e o aprofundamento permanente dessa consciência. Informação, celebração, memória, evocação, narrações, devaneio, fruição estética e afetivo, conhecimento etc. etc., tudo isto pode ser mobilizado na consciência da cidade” (MENESES, 2003: p. 279)

E no caso do Museu da Inconfidência, a população de Ouro Preto parece não se identificar com tal espaço, dificilmente encontrando ali uma identidade coletiva presente na instituição. Mas ainda assim, pode-se considerar as palavras de Rui Mourão, o qual considera o Museu da Inconfidência:

“(...) porta de entrada privilegiada para Ouro Preto. Nele o recém-chegado encontra um resumo do que vai conhecer na caminhada pelas ruas, na contemplação das igrejas com os seus altares e os seus santos, do que lhe vai excitar a imaginação para permitir recompor os monumentos e as residências com o mobiliário típico, os objetos tradicionais que eram de uso. Mas o Museu da Inconfidência é também porta de saída para Ouro Preto. Inúmeros problemas relacionados com a história da região – identificação de personagens, reconstituição da verdade de episódios, comprovação de nível de desenvolvimento social e cultural, identificação de usos e costumes, arrolamento de bens que representam a cultura material – acabam

encontrando resposta nos seus arquivos ricos de informação sobre os séculos XVIII e XIX” (MOURÃO, 1995: p. 5)

Outro fator interessante quanto ao Museu da Inconfidência é o fato dele estar inserida na paisagem da cidade, na sua arquitetura e fazer parte de sua cultura urbana. Ainda que, como já foi apontado, o Inconfidência não contemple a cidade de Ouro Preto como um todo, o que é praticamente impossível, não se descarta seu interesse pelos vestígios de sua história e apreensão de seus significados simbólicos, sendo que o próprio prédio desta instituição remete a isto. Esse é o motivo, muitas vezes, de prédios históricos serem escolhidos para abrigarem museus-históricos, na lógica de que, por si só, eles já representam uma certa memória da cidade.

O prédio do Museu da Inconfidência, a antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, constitui um dos principais edifícios da nossa arquitetura civil colonial. Edificado a partir de 1785, suas características monumentais e acabamento chamam a atenção a todos que passam pela praça central de Ouro Preto. O edifício apresenta uma história que não pode deixar de ser inserida na visita ao museu, uma vez que abrigou fases como Câmara e Cadeia, depois apenas Cadeia, posteriormente Penitenciária e atualmente funcionando como Museu da Inconfidência, as quais se relacionam com a história de Ouro Preto.

Considerando-se um trecho presente numa edição comemorativa sobre o Museu da Inconfidência, tem-se que:

“Convertido em museu, o edifício entrou na terceira fase da sua existência útil e se projetou com vulto ainda maior, na condição de memorial de um dos nossos movimentos políticos mais importantes – aquele que preparou a autonomia do país. Na sua imponência e monumentalidade dentro do espaço ouropretano, ele não pode jamais passar despercebido a qualquer um que desembarque na velha capital. Mas os numerosos visitantes que diariamente caminham por seus amplos salões, além de desconhecer a sua significação histórico-cultural, nem sempre se encontram atentos às características arquitetônicas que dele fazem uma peça em si mesma digna da maior admiração” (MOURÃO, 1995: p. 37).

Miryan Sepúlveda dos Santos entende que *museus-históricos* são “instituições que, além da preservação, guarda, estudo e divulgação do acervo, têm como objetivo (...) apresentar ao público a história da nação” (SANTOS, 2006: p. 20). Nesse sentido, o Museu da Inconfidência pode ser entendido como um museu-histórico, uma vez que pretende transmitir ao público, através de seu acervo e discurso museográfico, uma determinada história nacional. Ainda que ele mantenha um discurso histórico considerado tradicionalista,

congelado numa cronologia linear e sem grandes questionamentos críticos, ele não deixa de ser histórico.

Com a reforma em 2006, a função dos objetos dentro desse discurso histórico criado pelo museu parece ter mudado. Antes o discurso era criado a partir dos objetos, numa perspectiva que se aproximava do pensamento do antiquariado, valorizando os vestígios do passado que fossem originais e autênticos. São os chamados *museus-memória*, tal como coloca Miryan Sepúlveda ao analisar o Museu Histórico Nacional (MHN) e o Museu Imperial. De acordo com a autora “(...) a presença do ‘museu-memória’, em que, por meio dos objetos, é possível uma experiência que mostra continuidade entre passado e presente e ignora a noção de tempo que se volta continuamente para o futuro” (SANTOS, 2006: p. 20) era uma característica do MHN em 1922, definição que também pode ser atribuída ao Museu da Inconfidência antes da sua reforma em 2006.

Acompanhando o pensamento de Miryan Sepúlveda, também pode ser aplicado ao Inconfidência outro dois conceitos:

“Em segundo lugar, aponte a criação do ‘museu-narrativa’, em que o discurso histórico, racional e moderno substitui a história que se apoiava na memória e onde a linguagem das palavras subordina o outro elemento da narrativa museológica, que é o objeto. Em ambos os casos, detectei a tendência atual de destes museus de se voltarem para um grande público, como ‘museus-espetáculo’”. (SANTOS, 2006: p. 20)

Após a reforma, o papel do acervo dentro do museu muda, uma vez que o Museu da Inconfidência criou uma narrativa histórica e inseriu os objetos como ilustrativos da mesma, expondo-os nos salões e apresentando uma história linear com perspectivas evolutivas. O visitante transita pelo museu passando por algumas seqüências de salas, como: das origens, construção civil, transporte, mineração, inconfidência, panteão, vida social e no segundo pavimento encontra objetos religiosos, arte e mobiliário. Logo, o Museu da Inconfidência de 2006 passa de, predominantemente, *museu-memória* para *museu-narrativa*, “em que a narrativa histórica subordina à sua lógica o discurso do objeto” (SANTOS, 2006: p. 22), procurando transmitir uma história evolucionista e linear da sociedade mineira (que reflete a nacional) do século XVIII. Busca-se uma síntese da história da nação brasileira apoiada na escrita de uma historiografia considerada tradicional.

Mas não se pode dizer que o Museu da Inconfidência deixou de ser totalmente um *museu-memória*, já que ainda está presente nele a idéia de culta à Inconfidência Mineira e

seus protagonistas. Para Miryan Sepúlveda, “tais museus, no entanto, são capazes, pelo sentimento que evocam, pelo ato de memória, de reunir presente e passado” (SANTOS, 2006: p. 23).

É possível tentar traçar uma relação entre os museus de história e a historiografia, o que permite fazer uma análise da perspectiva do museu em relação ao passado do qual trata. Considerando o pensamento de Cláudia Soares de Azevedo Montalvão:

“A história é um conhecimento cientificamente produzido, que produz uma narrativa interpretativa do passado; o museu, por sua vez, também produz uma narrativa do passado, fazendo uso da exposição de suas coleções” (MONTALVÃO, 2003: p. 122).

A museografia⁷ criada pelo museu de história dá ao visitante uma sensação de retorno ao passado, de uma vivência da história através de sua memória. Os objetos adquirem um grande valor em meio ao resgate da memória ao se tornarem peças de museu por prestarem depoimento de uma época passada.

Para Dominique Poulot, os objetos patrimoniais “manifestam um vínculo físico entre nós e o outro desaparecido: eles têm um potencial de evocação (...) são ‘indícios’ do passado” (POULOT, 2003: p. 34). Assim, se os objetos estão em exposição no museu é porque de alguma forma eles possuem um valor de transmissão, são uma herança de valor patrimonial e, portanto, um lugar de memória. Levando em consideração o pensamento de Barante:

“Tudo aquilo que faz lembrar nomes ilustres e reputações populares tem um forte poder de atrair a imaginação e é, frequentemente, envolto em uma espécie de respeito. A espada de um grande guerreiro, as insígnias de um famoso soberano, as jóias de uma grande ou infeliz rainha, os livros nos quais um escritor rabiscou alguns comentários são relíquias que gostamos de ver e que causam uma impressão bem diferente da letra morta do volume no qual lemos sua história”⁸.

Os objetos expostos nos museus de história adquirem uma qualidade de relíquia, uma vez que provêm de eventos, personagens ou da mera vida cotidiana do passado, possuindo o papel de ilustrarem um determinado momento da história. Myrian Sepúlveda dos Santos

⁷ Museografia é o campo do conhecimento responsável pela execução dos projetos museológicos. Através de diferentes recursos – planejamento da disposição dos objetos, vitrines ou outros suportes expositivos, legendas e sistemas de iluminação, segurança, conservação e circulação – a museografia viabiliza a apresentação do acervo, com o objetivo de transmitir, através da linguagem visual e espacial, a proposta de uma exposição.

⁸ *Apud* POULOT, Dominique. Museu, nação, acervo. In: *História representada: o dilema dos museus*. Livro do Seminário Internacional. Editado por José Neves Bittencourt, Sarah Fassa Benchetrit, Vera Lúcia Bottrel Tostes. RJ: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 50.

levanta alguns questionamentos importantes a respeito deste assunto, procurando tentar entender como é possível um museu recuperar o passado por meio de objetos que foram retirados do tempo e do espaço dos quais foram originados e como dar vida ao acervo museológico⁹. Nesse sentido, significados e importância são atribuídos aos objetos, sujeitos a múltiplas interpretações não apenas de pesquisadores que os analisam, mas também do público que os admira.

O que o museu de história realmente pretende, ao contrário da historiografia, é consagrar uma idéia, um discurso histórico a partir da reunião e disposição de seu acervo. Ele pouco abre para maiores questionamentos críticos, congelando a narrativa considerada por ele. Como analisa Rafael Cardoso:

“No caso de um museu de cunho histórico ou cívico, a exposição permanente corre o risco de cristalizar uma determinada versão da história como sendo unívoca, definitiva, normativa – o que está longe de refletir a textura complexa e maleável do material histórico em estado bruto” (CARDOSO, 2003: p. 191).

Ainda que a historiografia tenha perspectivas consideravelmente distintas das perspectivas de um museu-histórico, a possível “moeda de troca” entre ambas estaria no fator ‘memória’. O pensamento de Pierre Nora nos parece essencial neste sentido, colocando que:

“Enquanto o trabalho da memória constrói para os eventos uma aura de sacralidade que os torna objetos de devoção, a história é sempre um exercício racional de crítica sistemática daquilo que está instituído e colocado nestes lugares do sagrado. Enquanto a memória inscreve-se num presente eterno, a história apresenta-se como ‘a reconstituição sempre problemática daquilo que já não é mais’; uma ‘representação do passado’¹⁰.

Logo, diferenças entre a memória pretendida pela História e a memória pretendida pela Museologia existem, mas a partir da utilização desta é possível guiar a construção de uma narrativa histórica.

Apesar da História e da Museologia se aproximarem em certos momentos, os olhares sobre o passado das duas ciências apresentam perspectivas distintas. Se compreendermos o

⁹ Ver SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A escrita do passado nos museus históricos. In: *História representada: o dilema dos museus*. Livro do Seminário Internacional. Editado por José Neves Bittencourt, Sarah Fassa Benchetrit, Vera Lúcia Bottrel Tostes. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003.

¹⁰ *Apud* GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Memória, história e historiografia. In: *História representada: o dilema dos museus*. Livro do Seminário Internacional. Editado por José Neves Bittencourt, Sarah Fassa Benchetrit, Vera Lúcia Bottrel Tostes. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 83.

museu de história como uma instituição que olha para o passado mais próximo do pensamento antiquário do que da História como ciência, a reflexão de Salgado Guimarães exemplificaria bem tal distinção:

“O antiquário transforma o passado em presença materializada nos objetos que o circundam; já o historiador torna o passado distante e objeto de uma reflexão científica, cognoscível apenas pelo procedimento intelectual capaz de apreender este passado como processo, como um vir-a-ser do presente” (GUIMARÃES, 2003 p. 88).

No Museu da Inconfidência circulam idéias, conhecimentos, valores entre o passado e o presente, procurando promover a construção de uma memória e de uma certa identidade, além de ser uma instituição cultural educativa, um fundamental complemento escolar. Porque como aponta Luciana Sepúlveda Koptcke:

“A família, a escola, a igreja e o museu representam instâncias tradicionais de transmissão de conhecimentos, valores, práticas sociais e culturais consideradas a herança de um grupo. Esta bagagem compartilhada integra o indivíduo ao grupo, pois educação é também socialização” (KOPTCKE, 2005).

Apesar da proposta de fundação do Museu da Inconfidência ser de colecionar objetos de valor histórico para Minas Gerais, deve-se considerar o Inconfidência não apenas como um lugar de memória mineiro, mas sim uma instituição que detém valores nacionais e rememora feitos, personagens, arquitetura e certa sociedade de um passado da história do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Rafael. Coleções e construções de identidades: museus brasileiros na encruzilhada. In: *História representada: o dilema dos museus*. Livro do Seminário Internacional. Editado por José Neves Bittencourt, Sarah Fassa Benchetrit, Vera Lúcia Bottrel Tostes. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003

GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: UNICAMP, 1990.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Memória, história e historiografia. In: *História representada: o dilema dos museus*. Livro do Seminário Internacional. Editado por José Neves Bittencourt, Sarah Fassa Benchetrit, Vera Lúcia Bottrel Tostes. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu de cidade e a consciência de cidade. *Museus e Cidade*. Livro do Seminário Internacional. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Cêça. Museu Histórico Nacional: RJ, 2003.

MONTAVÃO. Cláudia Soares de Azevedo. Visualizando o passado: museu e história. In: *História representada: o dilema dos museus*. Livro do Seminário Internacional. Editado por José Neves Bittencourt, Sarah Fassa Benchetrit, Vera Lúcia Bottrel Tostes. RJ: Museu Histórico Nacional, 2003.

MOURÃO, Rui. Prefácio. *O Museu da Inconfidência*. São Paulo: Banco Safra, 1995.

MOURÃO, Rui. *Museu da Inconfidência*. Ouro Preto, 1995

POULOT, Dominique. Museu, nação, acervo. In: *História representada: o dilema dos museus*. Livro do Seminário Internacional. Editado por José Neves Bittencourt, Sarah Fassa Benchetrit, Vera Lúcia Bottrel Tostes. RJ: Museu Histórico Nacional, 2003

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A escrita do passado nos museus históricos. In: *História representada: o dilema dos museus*. Livro do Seminário Internacional. Editado por José Neves Bittencourt, Sarah Fassa Benchetrit, Vera Lúcia Bottrel Tostes. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

VELOZO, Mariza. O museu como espaço público. In: *Museus e cidades*. Livro do Seminário Internacional. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos; GUIMARÃES, Cêça (org.). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2003.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. Bárbaros, escravos e civilizados: o público dos museus do Brasil. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 31, 2005.

“O AMOR DA GLÓRIA”

JOAQUIM MANUEL DE MACEDO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Rafael de Almeida Daltro Bosisio*
Newman di Carlo Caldeira

INTRODUÇÃO

Joaquim Manuel de Macedo foi o primeiro escritor romântico de grande repercussão no Brasil, tendo sido um dos mais lidos autores nacionais. Entre 1844 e 1882, Macedo exerceu inúmeras atividades e atribuições: escreveu diversos romances e peças teatrais; participou ativamente da vida intelectual e política do II Reinado; foi articulista em diversos jornais; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, político e censor. Enfim, um verdadeiro “homem de letras”.

Nascido em 24 de junho de 1820, na Vila de São João de Itaboraí, município do estado do Rio de Janeiro, Macedo passou a infância nessa vila, vindo para a corte nos anos de 1830, a fim de cursar os preparatórios para o ingresso na faculdade de medicina. Ao longo do curso, Macedo se interessou pelas letras, atraído pelo romantismo, gênero literário recém-chegado ao Brasil, que naquele momento coincidia com o projeto das elites políticas de construção da identidade nacional. No início de 1844, Macedo publicou seu primeiro livro – *A Moreninha* –, que logo se tornaria sucesso de público e crítica, sendo o grande marco de sua trajetória de escritor.

O ano de 1844 também foi importante para a sua carreira de médico, pois, em dezembro, ele defendeu, com êxito, a sua tese de conclusão de curso, intitulada *Considerações sobre a Nostalgia*. Durante algum tempo, Macedo atuou como médico em sua cidade natal, clinicando principalmente para as camadas mais baixas da população, que passaram a chamá-lo carinhosamente de “Doutor Macedinho”. Sua tese tratava de temas de psicologia e psiquiatria, bastante comuns durante os anos de 1840, se inserindo no momento de institucionalização acadêmica destas duas ciências no Brasil, que coincide com a criação mesma da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (LOPES; POLITO, 2004: 115). É importante observar que a nostalgia era um tema bastante recorrente na literatura romântica e trazia em seu bojo a construção de uma ideia de pátria, pois sua caracterização está ligada à

* Rafael Bosisio, mestre em História Social (PPGHIS/UFRJ) e pesquisador vinculado ao Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre de Gusmão. Newman Caldeira, doutorando em História Social (PPGHIS/UFRJ).

E-mails: rdaltro@ig.com.br; newmancaldeira@yahoo.com.br.

questão do deslocamento e do desenraizamento. Com dois caminhos profissionais promissores a seguir, Macedo percebeu que teria que tomar uma decisão. A enorme popularidade do seu primeiro romance certamente fez com que optasse pelo caminho da literatura.

Dentre suas múltiplas atividades, Macedo atuou no magistério, como membro do Conselho Diretor de Instrução Pública na Corte, professor de História do Brasil e, a partir de 1858, de Corografia do Imperial Colégio Pedro II. Na imprensa, escreveu para diversos jornais e revistas, como o *Jornal do Commercio*, *Minerva Brasiliense*, *Ostensor Brasileiro*, *A Reforma* e *A Semana Ilustrada*, além de ter fundado, em 1849, com Gonçalves Dias, Gonçalves Magalhães, Fernandes Pinheiro e Araújo Porto Alegre, a *Revista Guanabara*. Participou, também, da vida política fluminense, escrevendo no jornal *A Nação*, do Partido Liberal, pelo qual foi eleito em diferentes oportunidades – para a Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, em 1854, e para a Assembleia Geral Legislativa, nos anos de 1864/1866, 1867/1868 e 1878/1881.

Interessado também em teatro, foi membro do Conselho do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro, escreveu muitas peças e incentivou companhias e sociedades teatrais, alternando entre comédias e dramas. No entanto, com exceção de algumas poucas comédias, a grande maioria de suas peças não foi sequer encenada.

Em 1845, entrou para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como membro efetivo, participando do momento fundador da historiografia brasileira (GUIMARÃES, 1988: 5-27). Eleito por unanimidade, foi um dos poucos que ingressaram no instituto com menos de 25 anos e, em 1848, foi eleito 2º Secretário. Três anos depois, foi eleito membro da Comissão de Trabalhos Históricos e 1º Secretário, responsável pelos relatórios anuais nas sessões magnas. Em 1857, foi eleito Orador efetivo, cargo que ocupou por quase vinte e cinco anos, tendo ocupado interinamente a presidência, em 1876. Macedo produziu pouco como historiador: além dos discursos, relatórios e pareceres presentes nas revistas do instituto, possui apenas duas obras históricas – *Dúvidas sobre alguns pontos da História do Brasil* e *Ano Biográfico Brasileiro*, esta destinada à Exposição Universal da Filadélfia.

No entanto, também podem ser consideradas como obras históricas seus compêndios de história do Brasil. Assunto muitas vezes debatido nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a questão da criação de compêndios apropriados de história do Brasil, voltados para a “instrução do povo”, foi constante preocupação de Macedo. Inspirados na *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, os compêndios de

Macedo também estavam preocupados, de maneira mais didática, com a construção da nação, apontando as direções em que a história do Brasil deveria ser entendida.

No momento em que Macedo escreve seus livros, a história está se institucionalizando como uma disciplina nova, que, além da função de “mestra da vida”, passa a ter um caráter mais “filosófico”: ela se torna então “um terreno privilegiado da demonstração do sentido da existência social” (FURET, 1990: 121-123). Com a busca do progresso e da civilização dos povos e nações, a narrativa histórica passa a se apresentar como a biografia da nação.

Segundo Selma Mattos, “mais do que os contrastes entre os sucessos nas duas atividades [de historiador e professor], o que singulariza o Macedo autor das Lições é a unidade que acabou por estabelecer entre as mesmas” (MATTOS, 2000: 61). Em suma, Macedo conseguiu, de modo significativo, articular as duas atividades, proporcionando o conhecimento da história “verdadeira” pela via do ensino público.

Macedo foi ainda membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e Comendador das Ordens da Rosa e de Cristo. Na Academia Brasileira de Letras é o patrono da cadeira número 20.

“Doutor Macedinho” foi um escritor muito popular e publicou seus romances durante anos no *Jornal do Commercio*, em forma de folhetim (MEYER, 2007). Essa popularidade se deu devido ao tom ameno e moralizante, às intrigas amorosas e personagens sentimentais, bem ao gosto dos leitores da época. Com estas características, Macedo penetrou em todos os lares em que se cultivava a leitura, tornando-se um escritor muito querido do público, chegando a ser professor dos filhos da Princesa Isabel e muito estimado pela família imperial. Todo esse afeto que o público dedicava a Macedo foi retribuído na forma de crônicas sobre a cidade do Rio de Janeiro e foi considerado um dos primeiros cronistas cariocas.

Macedo casou-se com Maria Catarina Sodré, prima-irmã do poeta ultra-romântico Álvares de Azevedo, porém não teve filhos. Em 11 de abril de 1882, depois de sofrer durante anos de uma doença de origem mental, Joaquim Manuel de Macedo faleceu em Itaboraí.

O AMOR DA GLÓRIA : UM HINO HISTORIOGRÁFICO

A partir de 1845, o escritor conseguiu mostrar a sua faceta de historiador com grande desenvoltura. Mesmo não existindo muitas referências e registros sobre o romancista nas atas das sessões do IHGB entre 1845 e 1848, é certo, porém, que depois de eleito para 2º

Secretário, em 1848, passou a participar assiduamente, tornando-se um dos sócios que mais trabalhou pelo instituto.

Naquele mesmo ano, Macedo apresentou seu primeiro trabalho no instituto, o salmo *O Amor da Glória*, lido na presença do imperador D. Pedro II, pela ocasião da inauguração dos bustos dos sócios falecidos cônego Januário da Cunha Barbosa e José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo). No “hino bíblico” (como intitula o próprio Macedo), ele faz uma digressão do ser humano sobre a face terra, desde a criação e o amor a Deus, até o louvor à glória dos dois sócios recém-falecidos e a D. Pedro II.

No *hino*, o escritor deixa transparecer as suas prioridades como homem e sua visão de moral, as quais permeariam tanto a sua obra de escritor, como a de historiador – “O Amor da Glória é o desejo ardente de honrar à pátria, aos pais, à esposa, e o de legar um nome ilustre aos filhos, e de ser útil aos outros homens” (RIHGB, 1848: 280). Apontando que um homem que se enquadra nestas linhas deve ser lembrado pela pátria e tido como exemplo para os demais, Macedo mostra uma das características da produção historiográfica de seu tempo e de sua instituição: a história como exemplo de vida, como “mestra da vida”.

E de ser por isso lembrado pela pátria, abençoado pelos pais, e amado pela esposa; e de servir sua memória de farol aos filhos, e de ser louvado pelos outros homens.

E esse amor é como um arbusto que se cultiva no presente, e que só floresce no futuro.

Porque a glória é um trono, cujo primeiro degrau é o sepulcro, e é também uma coroa, que serve só na frente do esqueleto (RIHGB, 1848: 280).

Este salmo, muito mais do que suas prioridades como homem e sua visão de moral, indica uma diretriz do instituto que só seria confirmada de maneira mais direta no ano de 1849, com a fala do próprio imperador – a preocupação com a memória do II Reinado e de seu governante.

Embora, aos 23 anos, D. Pedro II ainda não fosse assíduo frequentador de suas sessões, o Instituto Histórico já se encontrava sob sua proteção. Além desse fato, o imperador já possuía uma relação muito estreita com a casa, diferente da relação protocolar que a realeza europeia do século XIX costumava ter com as instituições que desfrutavam da sua proteção.

O quadro social do IHGB contava, então, com a presença de grandes nomes da política brasileira, uns que estavam prestando serviços à dinastia de Bragança desde o tempo de Dom João VI, outros que iniciaram a carreira política no período da Independência e um terceiro grupo formado por políticos que chegaram ao governo após a Abdicação, no período da

Regência. Esse corpo de sócios orientou todas as atividades do instituto com a constante preocupação de construir uma história nacional brasileira. Com o intuito de dotar o país de uma memória sobre o passado comum, esse projeto político estava articulado ao de construção da nação brasileira, sendo marcado pela homogeneidade intelectual dos idealizadores e, também, pela fidelidade ao imperador.

Assim, o fio condutor da construção da memória nacional era a ideia de continuidade: a Independência não significava ruptura, mas seria algo natural, como a emancipação de um filho do pai, e, nesse sentido, o Estado monárquico brasileiro, fundado oficialmente em 1822, apresentava-se como legítimo herdeiro e sucessor do Império português – como um representante direto das tradições da Casa de Bragança. Paralelamente, esses mesmos intelectuais, idealizaram o futuro, valendo-se do registro dos fatos bem sucedidos do II Reinado.

Em 1843, o cônego Januário da Cunha Barbosa acaba por traçar as marcas que acompanhariam o então adolescente imperador durante toda a sua vida: “Príncipe à mais remota posteridade, acompanhado dos gloriosos epítetos de Protetor das Letras, Ciências e Artes, Amigo e Pai de seus patrícios e súditos” (BARBOSA, 1843: 6).

Todo esse ideário está presente no *hino* de Macedo. Por mais que a oração seja direcionada aos sócios falecidos já mencionados, o romancista, na qualidade de segundo secretário da instituição, não poupa elogios ao jovem imperador, chamando-o, nos versos finais do salmo, de “mancebo predestinado”.

Após fazer um longo elogio aos dois sócios, Macedo faz uma digressão sob o estado lastimável que “as letras” encontravam-se antes do aparecimento do imperador D. Pedro II, apontando, principalmente, para o pouco incentivo que elas recebiam no Brasil. Então, Macedo diz:

E o Senhor Deus viu as lágrimas do sábio, e mandou um anjo para consolar o homem justo em sua aflição.

E ele envia à terra de seu lenho um mancebo predestinado, que há de marcar uma época nova para ela.

E esse mancebo trará sobre seus ombros a púrpura dos reis, e terá nos olhos o fogo do céu.

Porque ele é o maior de todos os homens das terras de Colombo, e sua cabeça se eleva acima de todas as cabeças.

Porque o mancebo predestinado e diadema de estrelas foi mandado à terra da Santa Cruz pelo Senhor Deus.

E aqueles que amarem a virtude, a pátria e as letras, serão animados e defendidos contra a prepotência dos pequenos potentados que abusam.

E os sábios que morreram hão de ser coroados com folhas daquela árvore, cujo madeiro é cor de sangue, e deu o nome à terra do Senhor Deus.

E os vindouros louvarão a memória do mancebo predestinado.

E vós outros contemporâneos haveis de levantar as mãos para os céus, e clamar:

Bendito seja o Senhor Deus, que nos enviou o mancebo predestinado.

Porque o mancebo predestinado tem a alma voltada para o Senhor Deus, e o coração amorosamente inclinado para seus súditos, como o heliotrópio que se volta para o sol, e ao mesmo tempo se inclina para terra (RIHGB, 1848: 282-284).

O trecho do salmo aponta a preocupação da instituição, personificada na figura de Macedo, com a construção da memória acerca do imperador. Em primeiro lugar, numa atitude típica de sociedades que funcionam nos moldes do Antigo Regime, o escritor trabalha a pessoa do jovem governante como alguém indicado por Deus para reinar sobre a terra predestinada, ou seja, um indivíduo ungido por Deus para governar uma terra abençoada. Nesses termos, D. Pedro II aparece como um governante ilustrado – *protetor das letras* – que veio para iluminar o saber no Novo Mundo, mas não como um “déspota esclarecido”, já que o sistema monárquico brasileiro tinha os moldes de uma monarquia constitucional. Também se deve observar que havia a preocupação em não atrelar a imagem do imperador a um déspota – que de fato o imperador não foi –, visto que o Império brasileiro deveria ser um prolongamento, nos trópicos, da civilização européia.

Em segundo lugar, é possível perceber o papel singular que o Império brasileiro ocupa no Novo Mundo. O “mancebo predestinado”, de acordo com a imagem que se deseja forjar, “é o maior de todos os homens das terras de Colombo”. D. Pedro II não é só governante do Brasil, mas um exemplo a ser seguido, por toda a América, no caminho do progresso e da civilização.

Também se pode fazer uma leitura do trecho calcada na oposição civilização *versus* barbárie, tendo em vista a situação mais estável vivida pelo Brasil. Diferente das repúblicas americanas, o Brasil vivia um momento de esperança e progresso, com as últimas rebeliões sendo sufocadas pelo poder central e a cafeicultura em processo de expansão. O Estado monárquico alcançava a estabilidade interna, centrado numa aliança em que, de um lado, estavam o imperador e a alta magistratura – nela incluídos os membros do IHGB – e, de outro, o grande comércio e a agricultura, baseada no tripé grande propriedade, escravos e café.

Já as repúblicas americanas estavam marcadas por confrontos políticos internos, pela ausência de unidade, pelo mau desenvolvimento econômico e, principalmente, no entender

das elites dirigentes daquela época, pela falta de um representante direto da civilização europeia: dessa maneira, como o progresso e a civilização poderiam alcançar esses países? A elite imperial via nesses países o exemplo de barbárie e desordem que não deveriam seguir, mesmo tendo em sua sociedade, como parte do projeto civilizatório, o cancro da escravidão.

Todavia, os intelectuais do IHGB acreditavam que o Estado Imperial, passados os anos de conflitos (fase da mocidade do país), estava entrando na sua fase adulta. A paz e a unidade estavam garantidas, os problemas das repúblicas vizinhas passavam longe do Império, então, esses intelectuais passaram a se preocupar com a construção de uma memória do presente e, principalmente, da imagem do soberano. Construiu-se, em torno do monarca, uma memória nacional, fazendo escolhas do que deveria ser “esquecido” e o que deveria ser lembrado; ou seja, qualquer fato que colocasse em risco o projeto político nacional deveria ser censurado e guardado em sigilo, para que somente os sucessos do Império fossem lembrados.

Através das relações dinásticas, a figura do imperador assegurava uma ideia de continuidade entre o passado, o presente e uma nova época – “um mancebo predestinado, que há de marcar uma época nova”. Se por um lado, lembrava-se a origem tradicional, descendente de linhagem europeia; por outro, destacava-se a sua condição de natural do Brasil – “Porque o mancebo predestinado e diadema de estrelas foi mandado à terra da Santa Cruz pelo Senhor Deus”.

Outro fato a observar no texto de Macedo é o realce dado a uma peculiaridade comum tanto ao país, quanto ao soberano: a juventude. Um príncipe jovem num país jovem – que acabavam de entrar na fase adulta – representavam a perspectiva de um futuro brilhante para ambos. Assim, a construção da memória sobre o jovem imperador – que já tinha aspecto de pai – ressaltou o caráter paternal e o culto ao intelecto como suas maiores virtudes.

É interessante notar como imagens tão comuns ao século XX estavam sendo forjadas no século XIX. Falas como: o Brasil lidera a América Latina, o Brasil é um país jovem, o Brasil é o país do futuro, ou o futuro reserva um papel de destaque à nação brasileira; estavam em processo de construção no século XIX. A ideia de que, no futuro, o Brasil ocuparia um lugar de destaque entre as nações civilizadas estava de acordo com o direcionamento teleológico que a escrita da história tinha naquela época. A certeza do papel reservado ao Brasil no futuro, levou os membros do Instituto Histórico a projetar no devir o momento de redenção da nação brasileira, no qual todos os problemas seriam resolvidos.

CONCLUSÃO

Joaquim Manuel de Macedo foi um dos escritores mais lidos de seu tempo, entretanto, chegou ao século XX e XXI como autor de um único romance, *A Moreninha*. Autor “facundo”, para usar a expressão de Antônio Cândido, Macedo exerceu diversas atividades, tendo se destacado também como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e professor do Imperial Colégio Pedro II.

Membro da boa sociedade imperial, o romancista circulou por diversos espaços, conseguindo atender às práticas de sociabilidade de cada espaço que frequentava. O escritor também conseguiu atender às normas de escrita exigidas por esses espaços, escrevendo de acordo com cada tipo específico de público.

Sua obra foi escrita no momento em que a elite imperial estava preocupada com a construção de um projeto civilizatório com bases na corte francesa de Napoleão III, ou seja, a obra de Macedo, que era membro dessa elite, inscrevia-se nesse projeto. Assim, a principal preocupação naquele momento era saber como implementar esse projeto, que tinha como objetivo inserir a nação brasileira no rol dos países civilizados. A atividade de Macedo no IHGB estava, justamente, vinculada à implementação desse projeto, pois, junto com outros “homens de letras”, ele participou do momento fundador da historiografia brasileira, pensando a construção da nação.

Com moldes em instituições acadêmicas francesas, o Instituto Histórico estava de acordo com a cultura histórica oitocentista, a qual pensava que a história deveria ter uma função de *mestra da vida*, passando a ter um caráter mais “filosófico”. Seus sócios teriam a tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados de uma história que estivesse comprometida com o desvendamento do processo de gênese da nação brasileira e que deveria produzir uma visão de Brasil homogênea no interior das elites brasileiras. A criação do Instituto Histórico estava, por tanto, no bojo do processo de consolidação do Estado nacional, pois ela viabilizava um projeto de pensar a história do Brasil de forma sistematizada.

Macedo foi um membro bastante atuante no IHGB. Sua obra são os relatórios e discursos que produziu, respectivamente, nas funções de 1º Secretário e Orador. Não são obras de historiografia propriamente, mas sim uma produção de memória da instituição, são obras cerimoniais que atendiam aos protocolos institucionais. Seu principal grupo de escritos tem enfoque nas biografias, ora da nação – como sempre ressalta em seus relatórios –, ora dos membros falecidos do instituto – nos discursos como orador. Estes últimos são verdadeiras biografias histórico-pessoais, nas quais são descritos tanto o momento histórico em que as

peças viveram quanto suas vidas. Como 1º Secretário, o enfoque de Macedo estava na preocupação com o progresso da nação brasileira, tentando ligá-la às nações civilizadas da Europa. Já como orador, Macedo apresentava a história como *mestra da vida* e buscava, nas biografias dos sócios falecidos, virtudes que servissem de exemplo aos vivos e aos vindouros.

Assim, concluiu-se que, no regime historiográfico dos oitocentos, Macedo pensava a escrita da história dentro de um pensamento linear, cronológico, progressivo, teleológico e civilizador, conforme a cultura historiográfica de seu tempo, prevendo a redenção dos fatos passados e dos beneméritos pelos historiadores da posteridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo V, p. 6, 1843. (Suplemento).

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1997.

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

FURET, François. O nascimento da História. In: _____. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1990. p. 121-123. (Construir o Passado 8).

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889), *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a.156, n. 388, p. 459-613, jul/set. 1995.

GUIMARÃES, Manuel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

LOPES, Myriam Bahia; POLITO, Ronald. Posfácio. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a Nostalgia*. São Paulo: Unicamp, 2004.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000. (Coleção Aprendizado do Brasil 1).

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

REVISTA DO IHGB, Rio de Janeiro, tomo IV, 1848.

O caráter histórico das reflexões de Sigmund Freud “sobre a guerra e a morte” (1915)

Rafael Dias de Castro*

A *Belle Époque* (designação que faz referência à sociedade de fins do século XIX até a Primeira Guerra Mundial) é considerada como uma época de fortuna e despreocupação. Neste período, o otimismo do progresso e a perspectiva de um futuro cada vez mais próspero, advinham não somente com o desenvolvimento tecnológico dos bens materiais, como também através de descobertas científicas de grande importância para o bem-estar e saúde da sociedade¹.

Nesta sociedade da *Belle Époque*, existia um sentimento generalizado de que o contexto da vida cotidiana sofria modificações fundamentais. Modificações essas que trouxeram conforto e certeza de um futuro feliz e seguro. Segundo as historiadoras Schwarcz e Costa (2000), mais do que estes sentimentos, “na aurora do século XX acreditava-se, sobretudo, nos confortáveis valores de um contexto em que certas verdades religiosas e a lealdade à pátria não haviam sido testadas por guerras mundiais” (p. 15).

Entretanto, juntamente aos avanços tecnológicos e ao contexto de esperança e otimismo da sociedade européia, vieram, também, os avanços tecnológicos na área militar². Houve o que se pode considerar uma corrida armamentista. Segundo o historiador Eric Hobsbawn (1988), uma consequência óbvia desta corrida,

foi que os preparativos para a guerra se tornaram muito mais caros, especialmente porque os Estados competiam uns com os outros para manter a primeira posição ou ao menos para não cair para a última. Essa corrida armamentista começou de maneira modesta no final da década de 1880 e se acelerou no novo século, em particular nos últimos anos antes da guerra. (p. 424)³.

Em seu artigo intitulado *A Primeira Guerra Mundial: Sigmund Freud e a missão dos intelectuais* (2001), o sociólogo João Carlos Zuin faz referência a “geração alemã de 1914”, cujo idealismo pregava uma aversão total ao século XIX, sendo tal idéia unificadora da

* Mestrando em História pela Universidade Federal de São João Del Rei, sendo bolsista pela mesma instituição (UFSJ).

¹ Conferir tabela de invenções e descobertas em: COSTA, A. M.; SCHWARCZ, L. M. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

² A definição do historiador Nicolau Sevckenko a respeito da eclosão deste primeiro conflito mundial, pode nos ilustrar claramente a relação entre a Guerra e o desenvolvimento tecnológico: “E então, num repente inesperado, veio o mergulho no vácuo, o espasmo caótico e destrutivo, o horror engolfou a história: a irrupção da Grande Guerra descortinou um cenário que ninguém jamais previra. Graças aos novos recursos tecnológicos produziu-se um efeito de destruição em massa; nunca tantos morreram tão rapidamente e tão atrozmente em tão pouco tempo” (SEVCENKO, 2001: p. 16).

³ Necessário salientar que Hobsbawn (1988) afirmou que “a Europa não foi à guerra devido à corrida armamentista como tal, mas devido à situação internacional que lançou as nações nessa competição” (p. 427).

inteligência alemã em seu desejo de reorganizar e renovar a nação, afastando-a da ameaçadora sombra da decadência “vinda de fora”.

Comentando sobre um destes membros, o crítico de arte Friedrich Rundolf, João Carlos Zuin afirma:

Contra o mundo contemporâneo tecido pela civilização tecnológica e científica do capitalismo britânico e francês, Gundolf enaltece o papel sagrado, a missão imperial da Alemanha em virilizar o mundo ocidental em seu estado de decadência espiritual e desorientação moral (p. 154).

Via-se que o mundo não estava tão calmo e pacífico como se cria e como se esperava. Principalmente na Alemanha unificada, onde se refutava a influência do racionalismo e das idéias políticas francesas e a mecanização da esfera da vida anglo-americana.

O que estava em questão, portanto, era o desejo de uma modificação completa da realidade. Segundo Zuin (2001), este desejo perpassava por temas como a necessidade do surgimento de um novo homem, de uma nova *kultur*, uma nova Alemanha e de um novo mundo. “*No centro do ideário da “geração de 1914” estava presente o imperativo desejo pelo novo que, todavia, somente poderia ser encontrado através da experiência da guerra, fonte na qual se libertaria o autêntico ser-outro que se encontrava latente até então*” (p.157).

Este mundo burguês da *Belle Époque*, que em larga medida seria destruído pela Grande Guerra, mereceu uma atenção especial de outros observadores, contemporâneos a “geração de 1914”. O psicanalista Sigmund Freud ⁴ estava, também, convencido de que a civilização urbana, burguesa e industrial da época contribuía de maneira acentuada para o nervosismo que, julgava ele, encontrava-se em visível ascensão.

Sigmund Freud tinha, contudo, uma opinião sobre o modo como alguns intelectuais e cientistas estavam se empenhando para dar uma justificação racional para a guerra (como os intelectuais da “geração de 1914” estavam fazendo). Em seu texto sobre a decepção gerada a partir da eclosão da guerra (1915), Freud ressalta que:

⁴ Nascido de família judaica, em 6 de maio de 1856, filho de Amalia Nathansohn e Jacob Freud, um comerciante de lã pobre, Sigmund Freud é considerado o fundador da psicanálise. Durante a juventude, Freud morou e estudou no segundo distrito de Viena, como a maioria da população judia mais pobre. Formou-se em Medicina em Viena em 1881, mas durante algum tempo preferiu estudar anatomia cerebral confinado a um laboratório, pois não sentia propensão para a condição e ofício da clínica médica. Em seus estudos, teve como objetivo fundamental o desenvolvimento teórico e metodológico do campo psicanalítico. Em 1895, juntamente com o médico austríaco Josef Breuer (1842-1925), publicou os *Estudos sobre a histeria*, onde tem início a teoria psicanalítica. No decorrer de sua vida acadêmica, Freud publicou diversos trabalhos sobre a psicanálise e sua relevância científica, como *A interpretação dos sonhos* (1900), *Artigos sobre metapsicologia* (1915), *Conferências introdutórias de psicanálise* (1916-1917), *O Ego e o Id* (1923), *Casos clínicos* (1924). Sendo judeu, Freud teve de emigrar da Áustria nazista para a Inglaterra, onde morreu em 1939 (Cf.: ROUDINESCO e PLON, 1998).

Parécenos que jamás suceso alguno aniquiló tantos preciados bienes de la Humanidad, ofuscó tantas de las más lúcidas inteligencias, denigró tan completamente cuanto hay de excelso. Hasta la ciencia ha perdido su reposada imparcialidad; sus servidores, exasperados en lo más íntimo, tratan de hacerle suministrar armas para contribuir a la lucha contra el enemigo. El antropólogo se ve obligado a declarar inferior y degenerado al adversario; el psiquiatra, a proclamar el diagnóstico de sus anomalías mentales y psíquicas (p. 221).

Para o historiador Eric Hobsbawn (1995), a Primeira Guerra Mundial assinalou o colapso da civilização ocidental do século XIX. Segundo ele, tratava-se de uma civilização “*capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento, da educação e também com o progresso material e moral*” (p. 16).

Sobre a origem da guerra, Geoffrey Barraclough (1987) afirmou que os conflitos europeus da primeira metade do século XX

foram mais do que uma continuação dos conflitos europeus anteriores. A partir do final do século XIX, a Europa viu-se envolvida, simultaneamente, nos problemas herdados de seu próprio passado e num processo de adaptação a uma nova situação mundial; ambos esses aspectos de sua história devem ser devidamente considerados. (p. 31,32)

Enfim, o fato que se considera como o estopim da Primeira Grande Guerra foi o assassinato, cometido por jovens nacionalistas bósnio-sérvios, do arquiduque habsburgo da Áustria-Hungria Francisco Ferdinando, em Sarajevo a 28 de junho de 1914. Após o atentado, a Europa se viu em um equilíbrio instável, dividida em duas alianças: os Aliados (também chamados como Tríplice Aliança, Entente ou Tríplice Entente) – França, Grã-Bretanha e Rússia; e os Impérios Centrais (ou Potências Centrais) – Alemanha, Áustria-Hungria, Itália e Império Turco-Otomano.

Foi neste momento que, segundo Peter Gay (2001), “*um contagioso ódio ao inimigo se espalhou como um alibi irresistível para a agressão*” (p. 515). Os sentimentos nacionalistas vinham sendo uma força política considerável por mais de um século antes de 1914, e, neste momento, o amor à pátria foi igualado ao ódio pelo inimigo estrangeiro, e todas as nações tentaram se afirmar nesta luta ideológica. (Cf.: Gay, 2001: p. 518-528). Para Peter Gay (2001), o que unia tais nações em seus anseios nacionalistas era o fato de que “*em cada um deles o alibi para um comportamento agressivo era fornecido por uma ofendida busca de direitos negados havia muito tempo, ou um alarme não menos ofendido com respeito a vizinhos ameaçadores*” (p. 524).

Na monarquia dual Austro-Húngara, o impacto sofrido com a guerra sacudiu o império e apressou a sua desintegração, que há algum tempo vinha se precipitando. Segundo Hobsbawn (1988), na Grande Guerra de 1914, existia uma nação que não podia senão apostar sua existência no jogo militar, porque sem ele parecia condenada: *“a Áustria-Hungria, dilacerada desde meados da década de 1890 por problemas nacionais cada vez mais inadmissíveis, dos quais os dos eslavos do sul pareciam ser os mais recalcitrantes e perigosos”* (p. 445).

Numa época de nacionalismos extremados, o imperador habsburgo Francisco José mal conseguia administrar os interesses políticos que se colidiam, ou situações de grupos étnicos hostis. A paz só conseguia ser preservada através da sutil manipulação do equilíbrio de poder entre os Estados ou entre sistemas de alianças. Peter Gay (1989) afirma que o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando em Sarajevo *“era uma ilustração chocante daquele anacronismo vacilante, o multinacional Império austro-húngaro, sobrevivendo desafiadoramente numa era de nacionalismo febril”* (p. 318).

Quando a Áustria declarou guerra contra os sérvios (acusados de terem planejado o assassinato do arquiduque) em 28 de julho de 1914, a medida foi recebida muito positivamente pelos austríacos. Estavam contentes que a Áustria tivesse decidido agir e se defender. Também Sigmund Freud fora acometido por esse acesso de patriotismo. Peter Gay (1989) cita uma carta de Freud à seu amigo Abraham, escrita no final de julho daquele ano, saudando a atitude austríaca em relação à Sérvia como uma postura corajosa. Na carta, Freud afirma: *“Talvez pela primeira vez em trinta anos eu me sinto um austríaco, e gostaria de dar apenas uma vez mais uma oportunidade a esse império muito pouco promissor”* (Apud p. 320).

Entretanto, o entusiasmo de Freud com o advento da guerra logo começa a diminuir, pois a guerra chega à sua casa desde o início. Seus três filhos tinham participado em combates (dois deles em diversos), e a eclosão das hostilidades arruinou sua atividade clínica, pois os pacientes em potencial ou haviam sido recrutados para o serviço militar ou estavam pensando mais sobre a guerra do que sobre suas neuroses (Cf.: Gay, 1989; Fuks, 2003)⁵.

2. FREUD E SUAS REFLEXÕES “*SOBRE LA GUERRA Y LA MUERTE*”

⁵ Na introdução de seu livro sobre a metapsicologia freudiana (1995), o professor Luiz Alfredo Garcia-Roza afirma que, devido a eclosão da guerra, em certo momento Freud estava reduzido a apenas um cliente, se vendo num intenso ócio.

Além de seu interesse pelo desenvolvimento e afirmação do campo psicanalítico, Freud refletiu também acerca da crise vivenciada pela sociedade europeia com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Nas palavras de Peter Gay (1989), “*Freud, um homem que se surpreendia com pouquíssimas coisas, surpreendeu-se com o medonho espetáculo da natureza humana em guerra*” (p. 329).

Segundo Betty Fuks (2003), ao fazer uma análise da obra freudiana e suas interseções com a cultura e o pensamento político, o objetivo de Freud não era propriamente o de explicar a guerra a partir da psicanálise, mas tomar a destruição e a violência como realidades do psiquismo, e disso retirar conseqüências teóricas para a psicanálise. De acordo com Fuks (2003),

sob o impacto da Primeira Guerra Mundial, Freud, acometido por um forte sentimento de perplexidade e desilusão diante da desrazão que afluía no coração da civilização europeia, indagava-se atônito: Por que todas as conquistas intelectuais e científicas da cultura moderna não são suficientes para diminuir a violência e a destruição entre os homens? (p. 37).

O texto de Freud *Sobre la guerra y la muerte* foi escrito em 1915, seis meses após o deflagrar da Primeira Guerra Mundial. Este possui dois ensaios: um intitulado *La decepción de la guerra*, onde Freud irá discutir a aflição mental sentida pelos não-combatentes, e o segundo intitulado *Nuestra actitud ante la muerte*, onde discutirá como a guerra modificou a atitude dos homens diante da morte.

Neste ensaio, Sigmund Freud julgou que as guerras jamais poderiam cessar enquanto as nações vivessem sob condições tão amplamente diferentes, enquanto o valor da vida individual fosse tão diversamente apreciado entre elas e enquanto as animosidades que as dividiam representassem forças motrizes tão poderosas na mente. A situação que Freud supunha existir na sociedade de sua época, em relação às guerras, era a de que

nos habíamos dispuesto a aceptar que la Humanidad será asolada aún durante mucho tiempo por guerras entre pueblos primitivos y civilizados, entre las razas humanas que se distinguen por el color de su piel, y hasta por conflictos con y entre los pueblos poco evolucionados o aun involucionados de Europa. Pero, no obstante, abrigábamos esperanzas contrarias a tal situación (p. 222).

Segundo Freud, dentro de cada uma destas nações, elevadas normas de conduta moral foram formuladas para o indivíduo, às quais sua maneira de vida devia conformar-se, se ele desejasse participar de uma comunidade civilizada. Esses ditames, não raro demasiado rigorosos, exigiam muito deles – uma grande dose de autodomínio, de renúncia à satisfação

dos instintos ⁶. Para Freud, a fruição dessa civilização era perturbada de tempos em tempos por vozes de advertência que declaravam que antigas divergências tornavam as guerras inevitáveis, inclusive entre os membros de uma comunidade como a por ele descrita.

A desilusão a que Freud se referia em seu texto era baseada na suposição de que a guerra se limitaria a um embate somente entre os militares e os combatentes. Sua ilusão era que haveria,

desde luego, con las mayores consideraciones para con aquella parte de la población que no interviene en la guerra, para las mujeres alejadas de estos menesteres y para los niños que, una vez crecidos, habrían de convertirse en amigos y colaboradores por ambas partes. Finalmente, con el respeto por todas las empresas e instituciones internacionales que habían encarnado la comunidad cultural de las épocas pacíficas (p. 224).

Freud ressalta que mesmo uma guerra como esta produziria bastante terror e sofrimento, mas não teria interrompido o desenvolvimento de relações éticas entre os componentes coletivos da humanidade, ou seja, os povos e os Estados. Entretanto, a Grande Guerra (1914) faz cessar uma época em que se acreditava no otimismo do progresso e numa paz duradoura:

Esa guerra, em la cual nosotros no queríamos creer, estalló por fin y nos produjo... ¡una decepción! No sólo es más sangrienta y mortífera que cualquiera de las guerras pasadas, debido a las armas de ataque y de defensa perfeccionadas al extremo, sino que además es por lo menos tan cruel, encarnizada e implacable como cualquier guerra pasada. Pasa por sobre todas las restricciones a que nos habíamos comprometido en épocas pacíficas, y que habíamos comprendido en el derecho internacional. No respeta las prerrogativas de los heridos ni las del médico; no acepta distingos entre los miembros pacíficos y los combatientes de la población; niega los derechos de la propiedad privada; destruye con ciego furor cuanto encuentra en su camino, como si después de ella la truye todos los lazos de solidaridad entre los pueblos combatientes y amenaza terminar en un encono que impedirá por mucho tiempo el restablecimiento de aquellos vínculos (p. 224).

Assim, de acordo com Freud, a desilusão que a guerra despertara advinha, principalmente, da baixa moralidade revelada externamente pelos Estados que, em suas relações internas, se intitulavam guardiões dos padrões morais, e a brutalidade demonstrada

⁶ O ensaio de Freud intitulado *El Malestar em la Cultura* (1930), tem como tema principal o antagonismo irremediável entre as exigências do instinto e as restrições da civilização. Para melhor compreender tal afirmação: “*Sin embargo, la complicada arquitectura de nuestro aparato psíquico, también es assecible a toda una serie de otras influencias. La satisfacción de los instintos, precisamente porque implica tal felicidad, se convierte en causa de intenso sufrimiento cuando el mundo exterior nos priva de ella, negándonos la satisfacción de nuestras necesidades. Por consiguiente, cabe esperar que al influir sobre estos impulsos instintivos, evitaremos buena parte del sufrimiento. Pero esta forma de evitar el dolor ya no actúa sobre el aparato sensitivo, sino que trata de dominar las mismas fuentes internas de nuestras necesidades, consiguiéndolo en grado extremo al aniquilar los instintos*” (p. 26, 27).

por indivíduos que, enquanto participantes da mais alta civilização humana, não se julgaria que fossem capazes de tal comportamento.

Diante da perplexidade e da desrazão presentes nesta guerra, Freud advertiu que surgiriam respostas sobre o processo de desenvolvimento da espécie humana, presumindo que este desenvolvimento consistiria em erradicar as tendências humanas más desses indivíduos e, sob a influência da educação e de um ambiente civilizado, substituí-las por boas. Entretanto, aceitando a destruição e a violência como realidades do psiquismo, Freud chega a conclusão de que:

Esta respuesta contiene precisamente el aserto que pretendemos contradecir. En realidad no existe tal “extirpación” del mal. La investigación psicológica – en sentido más estricto, la psicoanalítica – nos enseña en cambio que la esencia más profunda del hombre está formada por impulsos instintivos, elementales, similares en todos los seres y tendientes a la satisfacción de determinadas necesidades primordiales. Estos impulsos instintivos no son, en sí, ni buenos ni malos (p. 226).

Com isso, a hipótese de Freud sugeriu que a civilização foi alcançada através da renúncia instintual, exigindo ela, por sua vez, a mesma renúncia de cada novo membro participante de tal sociedade. Nas passagens seguintes deste ensaio, Freud ressaltará as maneiras como os indivíduos lidam com as restrições a que são submetidos pela civilização, e que estas incessantes supressões do instinto, e a tensão resultante disso, geram os mais notáveis fenômenos de reação e compensação⁷.

A conclusão de Freud é que a desilusão em virtude do comportamento incivilizado dos concidadãos do mundo durante a guerra foi injustificada. Ao procurar compreendê-los, Freud observou que suportaria com muito maior facilidade o desapontamento que as nações e a coletividade de indivíduos da humanidade causaram, pois as exigências em relação a eles deveriam ser muito mais modestas. O que a guerra conseguiu, afinal, foi estimular estes cidadãos a se afastarem momentaneamente da constante pressão da civilização e a concederem uma satisfação temporária aos instintos que vinham mantendo sobre pressão:

La transformación instintiva sobre la cual se basa nuestra aptitud cultural puede ser anulada – permanente o momentáneamente – por las influencias de la vida. Sin duda alguna, los influjos de la guerra forman parte de las instancias capaces de producir semejante involución, de modo que no tenemos derecho a negar aptitud cultural a todos los que en la actualidad se conducen incultamente; por el contrario, podemos esperar que el ennobrecimiento de sus instintos se restablecerá en épocas más tranquilas (p. 232).

⁷ Por exemplo, o que Freud chama de hipócritas culturais: aqueles que agem continuamente em conformidade com preceitos que não são a expressão de suas inclinações instintuais e está, psicologicamente falando, vivendo acima de seus meios, e pode objetivamente ser descrito como um hipócrita, esteja ou não claramente cômico dessa incongruência (Cf.: p.228 e seguintes).

O segundo ponto discutido por Freud em seu ensaio diz respeito à morte e a nova atitude que as pessoas tomavam diante dela. Para Freud, a atitude diante da morte era vista como resultado automático da vida, ou seja, a morte era vista como natural, inegável e inevitável. Entretanto, esta atitude jamais foi franca e sincera. Para ele, revelam-se tendências inegáveis para se por a morte de lado, para eliminá-la da vida. Um exemplo citado diz respeito a nossa atitude diante de nossa própria morte, pois seria impossível imaginá-la, e sempre que tentamos fazê-lo, podemos perceber que ainda estamos presentes como espectadores. *“Así, la escuela psicoanalítica pudo atreverse a declarar que en realidad nadie cree en su propia muerte, o que, lo que es lo mismo, en el inconsciente cada uno de nosotros está convencido de su inmortalidad”* (p. 234).

Assim, segundo Freud, é evidente que a guerra está fadada a varrer esse tratamento convencional da morte. Esta não mais será negada, pois somos forçados a acreditar nela. Afinal, na guerra se tem a noção exata de que as pessoas realmente morrem, e não mais uma a uma, porém muitas, dezenas de milhares num único dia. Para ele, a morte não é mais um acontecimento fortuito:

Seguramente sigue pareciendo casual que una bala mate a uno y respete a otro, pero el sobreviviente puede ser herido fácilmente por una segunda bala, de modo que la multiplicación de las posibilidades aniquila la impresión de lo casual. Por cierto, la vida ha vuelto a ser interesante, ha recuperado todo su contenido (236).

Freud relembra, entretanto, que com o surgimento dos primeiros mandamentos éticos, aconteceu a primeira e mais importante proibição: “Não matarás”. Este mandamento, segundo Freud, surgiu em relação a pessoas mortas que eram amadas, como uma reação contra a satisfação do ódio que se ocultava sob o pesar, estendendo-se gradativamente a estranhos que não eram amados, e, finalmente, até mesmo a inimigos. Porém, essa extensão final do mandamento já não era experimentada pelo homem civilizado:

Una vez que la cruenta lucha de esta guerra haya llegado a su decisión, cada uno de los contendientes victoriosos volverá contento a su hogar, junto a su mujer y sus hijos, sin sentirse perturbado o molestado por el recuerdo de los enemigos que mató en lucha cuerpo a cuerpo o mediante armas de acción a distancia (240).

De acordo com Freud, este mandamento só fortalece o ponto de vista oposto. Uma proibição desta amplitude só pode, segundo ele, ser dirigida contra um impulso igualmente poderoso, pois o que nenhuma alma humana deseja não precisa de punição. Em suma:

Precisamente la acentuación del mandamiento: “No matarás”, nos demuestra con seguridad que descendemos de una interminable serie de geraciones de homicidas, en cuya sangre anidaba el deseo de matar, que quizá también se encuentra en nosotros.

Las aspiraciones éticas de la humanidad, cuya fuerza e importancia no es necesario menospreciar, son adquisiciones ganadas en el curso de la historia humana; se han convertido luego, por desgracia en medida muy variable, en bienes herenciales de la humanidad actual (241)

Freud afirma, enfim, que nosso inconsciente é tão inacessível à idéia de nossa própria morte, tão inclinado ao assassinato em relação a estranhos, tão dividido para com aqueles que amamos, como era o do homem primevo (primitivo). Assim, para ele, é fácil ver como a guerra se choca com a dicotomia civilização x primitivismo, pois ela nos despoja dos acréscimos ulteriores da civilização e põe a nu o homem primitivo que existe em cada um de nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sigmund Freud cria no desenvolvimento humano como um processo e acreditava que todo ser está sujeito não só à pressão de seu ambiente cultural imediato, mas também à influência da história cultural de seus ancestrais. Segundo Peter Gay (1989), esta idéia freudiana consistia em nada menos que uma tentativa de mostrar que os desejos e angústias modernos, transmitidos ao longo do tempo, erradicam-se na infância da humanidade. Entretanto, essa especulação se desmoronou: “*Quando sua irremediável distância de qualquer prova empírica se tornou óbvia demais, ela perdeu toda credibilidade. Mas, enquanto durou, a fantasia filogenética de Freud ao mesmo tempo o estimulou e o perturbou*” (p. 339). No momento em que Freud redigiu o texto aqui analisado, tais idéias ainda permeavam seus pensamentos.

Para Freud, a Primeira Guerra Mundial não somente quebra o otimismo e o desejo do progresso da *Belle Époque*, como também demonstra que a agressão faz parte do caráter inconsciente e natural dos homens:

El factor pedagógico de la coerción exterior, en el sentido de la moralidad, que hemos hallado con tal potencia en el individuo, apenas es comprobable en los pueblos. Habíamos abrigado la esperanza de que la soberbia comunidad de intereses, producto del tráfico y de la producción, fuera el comienzo de esta coerción ética, pero parece que actualmente los pueblos obedecen mucho más a sus pasiones que a sus intereses (p.233).

Como conclusão de seu texto, Freud propõe que lembremos de um velho ditado: *Si vis pacem, para bellum* (Se queres paz, prepara-te para a guerra). Para ele, “*estaría más de acuerdo con nuestro tiempo si lo modificáramos así: Si vis vitam, para mortem. “Si quieres soportar la vida, prepárate para la muerte*” (p. 244).

O que a Grande Guerra conseguiu, na opinião de Freud, foi mostrar claramente a inaptidão do “animal humano” para a civilização. Segundo ele, a guerra retirou a todos a ilusão de que a humanidade é originalmente boa. Para ele (1915), “*los hombres no han caído tan bajo como temíamos, porque no habían subido tan alto como creíamos*” (p. 230).

Embora tenha retirado implicações teóricas para a psicanálise a partir da reflexão sobre este evento, a eclosão da Primeira Guerra Mundial (e o conseqüente fim do otimismo da *Belle Époque*) confirmou a opinião, já presente em Sigmund Freud antes mesmo de 1914, de que a humanidade não consegue ser totalmente feliz, e que a civilização pode ser um empecilho para tal tarefa.

BIBLIOGRAFIA

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à história contemporânea**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

COSTA, Ângela Maria; SCHWARCZ, LÍlian. Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

FREUD, Sigmund. El Malestar em la Cultura (1930). [Das Unbehagen in der Kultur] IN: *Sigmund Freud, Obras Completas*. Traducción del alemán, prólogo y notas por Ludovico Rosenthal, Buenos Aires, Santiago Rueda Editor, 1954 Volume. XIX: El malestar em la cultura.

_____. Sobre la guerra y la muerte (1915). Traducción del alemán, prólogo y notas por Ludovico Rosenthal. Buenos Aires, Santiago Rueda Editor, 1954. Volume. XVIII: Psicoanálisis aplicado.

FUKS, Betty. **Freud e a cultura**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

GARCIA-ROZA, L. A. **Introdução à metapsicologia freudiana**. Volume 3: Artigos de metapsicologia, 1914-1917. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. Volume III: O cultivo do ódio. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

_____. **Freud: uma vida para nosso tempo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**. No loop da montanha russa. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

ZUIN, João Carlos. A primeira Guerra Mundial: Sigmund Freud e a missão dos intelectuais. IN: **Revista Locus**, volume 7, número 2, jul-dez. 2001.

Considerações acerca do conceito de representação e seus usos historiográficos

Rafael Guarato*

O presente texto almeja explicar os embasamentos epistemológicos em que se assenta o tão utilizado, e também tão mal empregado, conceito de representação nos últimos anos. Para isso, se faz necessário a análise do circuito de debates em torno da questão do sujeito e da narrativa histórica em que tal conceito emerge com incomparável status, perpassando análises da “Nova História”, das mentalidades, microhistória, investigações quantitativas, que para Paul Ricoeur, todos os campos da história vão abandonando gradativamente as mentalidades, tendo em vista que ela não suportava um papel federativo. É quando a representação se mostrou um conceito mais articulado, dialético para comportar os jogos de escala (RICOEUR, 2007: p.228). Certo modo, é correto afirmar que, se tratava de uma reavaliação do conceito de *representação coletiva* de Durkheim, haja vista que, a macro história lidava com tal noção enquanto recepção sobre o título de mentalidades. Nesta novíssima etapa, o conceito de “representação coletiva” foi reelaborado, tomado como apropriação e não mais como recepção.

Com essa modificação, o foco passa a ser a história das diferenças, das identidades e dos laços sociais, não se fala mais em estrutura, mas em estruturação, observando normas, costumes como instâncias capazes de manter juntas as sociedades. A substituição de mentalidade para representação foi uma necessidade, uma vez que a representação propicia a análise do local se apropriando do global e o que embasa isso são os jogos de escala. Desta forma, o deslocamento se dá na articulação entre práticas e representações, a justaposição do mental a outras esferas da sociedade total não permitia a dialética íntima das sociedades. Com a variação de escalas se desloca a ênfase para as estratégias individuais, familiares em relação à presunção de submissão às pressões sociais.

Todo esse novo panorama no *rol* da história se soma às discussões em torno da crise das ciências sociais, devido o abandono do estruturalismo / marxismo como modelo predominante de compreensão. A história passou a focar o sujeito contra as determinações coletivas, promovendo alguns efeitos como: recorte inédito do objeto; compreensão de que as *utensilagens mentais* não

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU/MG. Pesquisador vinculado ao POPULIS (Núcleo de Pesquisa em Cultura Popular, Imagem e Som.). Autor do livro: *Dança de Rua: corpos para além do movimento*. Uberlândia: EDUFU, 2008.

se apropriam somente de um conteúdo (mentalidades), apropria-se também de um saber fazer; as práticas sociais envolvem apropriações constantes, sendo que essas apropriações enfatizam a pluralidade dos empregos, das compreensões e a liberdade criadora dos agentes.

No cerne dessas discussões acerca das mentalidades, a crise do marxismo, estruturalismo, a história determinável e fixa foi tida como crise, chegando alguns a situar a história como literatura do passado (CHARTIER, 2002: p.82), pois a realidade na história não é mais captada por aqueles trabalhos das economias e sociedades que com documentos submetidos a uma crítica revelam a realidade. Com as representações a história lida com o que os homens pensam e como pensam, lida com o imaginário. Daí que o conceito de representação surge, no seio dos debates da década de 1980.

O historiador francês Roger Chartier lembra-nos que aquelas relações duais, dicotomia de conceitos tidos como alicerce, que ele chama de delimitações essenciais, concentram na verdade profundos problemas (CHARTIER, 1990). O que nos interessa especificamente nesta reflexão refere-se às relações entre verdade X ficção, pois os historiadores das representações desmontam a idéia de verdade em história, o movimento da década de 1980 assume a história como narrativa¹, mas uma narrativa na forma de trama, que não inventa, não se trata de uma ficção, mas também não é a realidade contida no texto, trata-se de representação.

Juntamente com essa renovação, emergem críticas à recente adotada concepção de história como narrativa. Lawrence Stone e Hayden White encabeçaram um movimento de questionamento do estatuto de verdade para essa narrativa histórica, pois para o positivismo a verdade existe, o historiador é um copista da verdade. Então como fica o estatuto da verdade na história se ela é sempre uma narrativa, uma representação do acontecido? Essa discussão, que também se insere na década de 1980, é do como se estrutura a trama, não se trata se a história é uma ciência ou não, pois o positivismo está sendo criticado a tempo, a questão é se a história é uma literatura ou não, uma vez que ela se dá em forma narrativa, que é um recurso literário.

Ancorado e encorajado nesta premissa de que a história está perdendo seu prestígio entre as disciplinas pelo abandono da verdade, Hayden White elabora um discurso calcado numa possível bancarrota da história, pois ela carrega um fardo que está pesando em sua incapacidade de fornecer conhecimento para o presente com base no passado. Para White, desde o início do

¹ Entre os diversos personagens desse debate podemos destacar como protagonistas: Michel de Certeau, Paul Ricoeur, Paul Veyne, Carlo Ginzburg e Roger Chartier.

século XX a história vem perdendo suas forças, ela não conseguiu prever as guerras nem seus monstruosos andamentos, os conflitos mundiais mostraram que a história não fornece nenhuma preparação para a vida, o passado se torna um fardo quando a história se preocupa mais com ele com o presente (WHITE, 2001: p.45).

No que tange à história enquanto narrativa, White é mais incisivo, declarando que a narrativa história contém elementos de interpretação, pois os documentos não fornecem tudo, tendo os historiadores que realizar um trabalho de preencher lacunas, sendo justamente esse trabalho de interpretação, essa ação de escolher, destacar, recortar seus documentos e fatos que torna a história uma prática manipulável, tornando-la um texto semelhante a um artefato literário². White cerca o fecho quando afirma que é possível erigir diversas estórias de um mesmo acontecimento, mas os tipos de estórias que podem ser contadas se limitam ao número de modos de urdiduras de enredo existentes; (comédia, tragédia, romance, epopéia), sendo que as demais variações de pontos de vista se refere à diferenciações de ordem ideológica do próprio autor, de paradigma ou enredo.

A questão sobre a narrativa histórica e sua validade em falar o real coloca no cerne da questão o sujeito, a subjetividade. De acordo com a filósofa americana Hannah Arendt em seu texto: *O conceito de história – antigo e moderno*, o século XVIII ao vivenciar as transformações propostas pelo movimento iluminista, com a noção kantiana de razão como inerente a todos os homens, compartilha uma espécie de razão universal que carrega um progresso intelectual por meio do sujeito, pois é ele que detém a razão, sendo esse progresso não no sentido de acumulação, nem a razão é inata, ela é um fazer, uma criação do sujeito moderno.

Já no século XIX ergue-se a noção de história vinculada à noção de historicismo, Michel Foucault ressalta que é nesse período que o sujeito desponta como importante, ele ganha status que antes não detinha, é a historicidade que constrói esses sujeitos (FOUCAULT, 1995: p.384-390). No entanto, o sujeito no historicismo não tem sua própria historicidade, pois existem várias historicidades que perpassam os sujeitos, ele perde seu caráter universal. A historicidade é uma relação de espaço e tempo onde o sujeito vive, trabalha e fala. É nesse sentido que Arendt afirma que a noção de processo no século XIX deixa de ser um efeito da ação humana para ser algo onde

² Para sustentar sua hipótese, White utiliza Claude Lévi-Strauss e Northop Frye. Ver em: WHITE, Hayden. *Interpretação na história - O texto como artefato literário*. In: *Trópicos do discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001P.65-69-97-116.

o homem se encaixa, possui vida própria, exterior e independente do homem (ARENDR, 1992: p.95). O processo histórico passa ser subordinado a uma finalidade a ser atingida e os homens devem servir a esse fim, daí a afirmação de Foucault que são os jogos de poder, as relações que se instituem, e sua sobreposição é que existe o sujeito e não o contrário.

Todavia, no decurso do século XX a razão universal tendo a política como espaço da ação – ao passo que a história permanecia no status de subordinada a uma finalidade – se mostrou inviável, haja vista que ela não tem limite, desembocando no holocausto. É quando as teorias estruturalistas ganham cada vez mais espaço no meio intelectual, reinando quase absolutamente, numa concepção onde o sujeito está morto, pois as estruturas ganham autonomia do sujeito.

Quando emerge as discussões acerca da verdade em história, o sujeito é novamente posto em questão, ele é convocado de forma totalmente inovadora, com potencial jamais tido, uma vez que as noções de mediação de Raymond Williams (WILLIAMS, 1979.), de táticas e estratégias de Certeau (CERTEAU, 1998), mas principalmente o conceito de apropriação de Roger Chartier desmonta o sujeito universal, promove uma abertura ao implodi-lo (CHARTIER, 1990). Isso ocorre porque o sujeito é invocado a um papel central, não são mais as estruturas que fornecem e o sujeito recebe, ele mesmo elabora, cria, apropria, mas não de forma universal e sim diversa, uma dinâmica de usos; bem como o sujeito kantiano detentor de razão como meio de compreender o mundo passa a não conseguir escavar as sensibilidades, as paixões, que juntamente passam a compor o sujeito como um todo, é isso que passa a ser objeto de compreensão.

É esse novo estatuto do sujeito moderno, um sujeito que atua, pressiona, confere sentido ao mundo em que vive, e, como lidamos com diversos sujeitos, suas leituras são plurais, os historiadores passam a lidar não mais com a verdade. Foi esse novo panorama que fez com que Paul Ricoeur, Paul Veyne, Michel de Certeau falassem em tramas (intrigas)³, modos de construção da narrativa histórica que a distancia da literatura convencional, pois não se trata de invenções ou fantasias, mas sim de representações. Desta forma, os historiadores fugiram das

³ Para Ricoeur a noção de intriga se dá na relação do historiador com acontecimentos que existem, mas que passam por um processo de interpretação, atribuindo sentido a esses acontecimentos. Mais detalhes na obra: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I, II e III. São Paulo: Papirus, 1994, 1995, 1997. Já para Veyne é o próprio sujeito que confere sentido aos fatos por meio de uma trama, passando o real a ser percebido enquanto representação. Conferir em: VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: UNB, 1998. Certeau demonstra as diversas fases que constituem a escrita da história, mostrando que esta é vinculara a um lugar, uma prática e escrita, que estão circunscritas a certas condições de produção e consumo. Cf: CERTEAU, Michel De. *Operação historiográfica*. In: *A escrita da história*. São Paulo: Forense Universitária, 2002.

verdades rígidas do positivismo. White reconhece que a história passou a buscar não a verdade, mas modos de revelar certos aspectos, visões corretas, cada qual com seu estilo de representação.⁴

Chegamos ao ponto crucial do debate, qual o estatuto dessa tão evocada representação? Para White o surto de representações veio para mostrar que a história ainda o é permeado pela ficção. Por outro lado, Ricoeur fala que apesar das contribuições, a noção de representação se tornou ambígua, passou a significar muito e nada ao mesmo tempo, pois se refere tanto à pluralidade de vivências como o trabalho final do historiador.

Para tentar esclarecer um pouco esse nebuloso conceito de representação utilizarei dois reconhecidos historiadores contemporâneos: o francês Roger Chartier e o italiano Carlo Ginzburg, buscando mostrar em que consiste o conceito de representação, suas aproximações e distanciamentos entre ambas as concepções.

Começamos por Chartier que traz como proposta a investigação de como as práticas são construídas e como as representações são construídas, propondo uma nova forma de abordagem, buscando perceber as representações como construções que os grupos fazem sobre suas práticas. Sendo que essas práticas não são possíveis de serem percebidas em sua integridade plena, elas somente existem enquanto representações⁵. A proposta de Chartier desmorona a noção de história como tradução da realidade, pois afirma que nenhum texto traduz a realidade, nenhum texto apreende a realidade em sua totalidade.

Desta forma, “o real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é” (CHARTIER, 1990: p.63). Por meio de tal afirmação Chartier não dicotomiza a relação entre verdade / ficção, a questão é que o real assume um novo sentido, mas ele está lá, ele existe. A noção de representação é tributária dessa dualidade, pois o real existe somente como representado, no sentido de que há uma organização, historicização de evidências. Assim, as práticas só possuem sentido quando representadas, se existir a verdade, ela se situa entre as práticas e as representações, sendo que esta relação não deve ser polarizada, ao oposto, é necessário potencializar seu entrecruzamento.

⁴ Hayden White em seu texto: WHITE, Hayden. O fardo da História. In: *Trópicos do discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001. p.59, citando o historiador da arte Gombrich em sua obra: GOMBRICH. E. H. *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. Trad. Raul de Sá Barbosa. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

⁵ Mais detalhes poderá ser obtido no texto: CHARTIER, Roger. Por uma sociologia das práticas culturais. In: *A História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990. p.13-28.

Entretanto, Chartier não para por aí, ele dá um passo a mais, talvez o passo que causa hoje tanta confusão acerca do conceito de representação, trata-se de uma concepção presente em seu outro texto muito conhecido: *O mundo como representação*, no qual o autor declara que os conflitos e lutas para não se dão no social e sim nas representações (CHARTIER, 1991: p.173-191). Tomando a lógica de porty-royal contida no *dictionnaire universel* de Furetière como base dos estudos da representação⁶, o autor desfere agudas objeções à primazia do recorte social, se posiciona contra a divisão das sociedades em classes, haja vista que as divisões da organização social existem historicamente apenas enquanto representadas e praticadas e não apriori. O recorte social não é capaz de fornecer dados confiáveis, uma vez que relaciona *habitus* culturais e oposições sociais dadas apriori, pois as divisões sociais e culturais não se ordenam obrigatoriamente segundo uma grade única, os produtos, idéias, obras culturais e os sujeitos circulam.

Isto posto Chartier nega que existam práticas ou estruturas que não seja representada, priorizando as representações e não o recorte social, pois as diferenças culturais não são traduções de divisões estáticas e imóveis, mas sim efeito de processos dinâmicos, tornando necessário compreender como as construções das representações se dá conflituosamente entre um mesmo grupo ou entre grupos. Assim Chartier crítica a White, pois o “efeito produzido” não depende somente das formas materiais que sustentam o texto, temos que dar devida atenção às praticas e representações que não se encontram presentes nas urdiduras, o foco se encontra nas apropriações.

O conceito de representação em Chartier se apresenta como alternativa de compreensão do social e cultural da realidade via representação, o real como sentido, ele recebe sentido, é representado. Entretanto, a representação abre espaço para o relativismo das representações, uma vez que tudo só existe enquanto representado, qual é a garantia que fornece ao trabalho histórico certo grau de confiabilidade? Para responder essa questão intimo Carlo Ginzburg e suas reflexões acerca desse embaraçoso tema.

Logo a princípio Ginzburg diz não se interessar pelo que ele chama de “jogo de espelho” proposto por chartier referente à lógica de Porty-Royal, que na visão do historiador italiano fez

⁶ O autor apresenta a via ambígua do conceito de representação que pode vir como ausência de um objeto, sendo ele substituído por uma “imagem” presente de algo ausente. A representação lida com ausência e presença ao mesmo tempo.

com que o termo representação se vulgarizasse (GINZBURG, 2001: p.85). Enquanto para Chartier e preciso focar as apropriações, Ginzburg ressalta que a narrativa histórica constrói um efeito de verdade, mas para isso a narrativa deve comportar provas. Em suma, Ginzburg privilegia a prova como meio de trazer as práticas em sua narrativa, sendo que essa prova é assegurada pela metodologia, a descrição minuciosa, pela narrativa cuidadosamente elaborada que não é positivista, pois apesar de produzir efeito de verdade, não é a verdade em si.

Acerca do conceito propriamente dito, Ginzburg recorre ao período conhecido como Idade Média, utilizando-se de toda sua erudição para mostrar a importância do cristianismo com a aparição da relíquia, pois com ela se modifica a noção de representação, que deixa de ser contato para ser presença, ou melhor, a representação deixa de ser contato com o real para ser presença plena, com a relíquia elimina-se a distância. Antes do cristianismo, a representação se apresenta como substituição, contato com imagens, estátuas.

O autor apresenta o sentido duplo da representação que expressa ausência de algo e visibilidade de algo recorrendo aos séculos XIII e XIV para mostrar como imagens de cera eram utilizadas como representação, que ao mesmo tempo garantiam a ausência do rei já morto e sua presença, pois o boneco é como se o rei estivesse ali. A questão para Ginzburg é se esta prática de sobrevivência do rei à morte física via representação é algo novo ou há uma filiação? O que torna esta prática viável na Europa dos séculos XIII XIV? Para o autor isso foi possível pelo fato de que o mundo medieval conseguiu abstrair a idéia de corpo de cristo como presente.

Todavia, Ginzburg nos alerta para que não sejamos dogmáticos o bastante para tomar representação como presença concreta, pois devemos ter atenção às discontinuidades entre práticas e representações, pois nem toda prática é representada. Para tanto, o historiador italiano recorre a um historiador da arte, E. H. Gombrich, especificamente em seu texto: “Meditações sobre um cavaleiro de pau ou as raízes da forma artística” (GOMBRICH, 1999: p.1-12) como proposta de partir das artes visuais para pensar o conceito de representação: como o termo aparece, é usado e ganha um senso comum de representação como imagem de um referente exterior. Em tal obra, Gombrich apresenta duas formas de produzir: a primeira ele chama de arte ilusionista, que seria uma evocação mimética, reprodução fiel, uma figuração mais próxima possível do que é o real. O outra substitui para o real, não representa mimeticamente, trata-se de

uma concepção conceitual, chamada de arte conceitual, utiliza aspectos estruturais do referente, e não os detalhes. São duas maneiras diferentes de produzir, representar o real.

Ginzburg utiliza essa reflexão para transpô-la para o debate em história, percebendo que existem duas formas de representação, mas uma consegue obter maior expressividade, legitimidade no ocidente. O italiano apresenta o cristianismo como principal contribuição para fortalecer a representação mimética como ideal, o mais parecido com o que se vê. Contribuição do culto a imagens, como algo ausente. No entanto, Gombrich ressalta que tanto a arte ilusionista quanto a conceitual possui algo em comum, todas são criações, lidam com códigos, exigem um fazer e um ler, uma leitura e uma feitura, todos são formas de representação da realidade. São elaborações que possuem maneiras diferentes de produção e leitura.

Em outra obra (GOMBRICH, 1995: 383-415), Gombrich discute a representação como problema, pois será que uma obra é a um espelho de algo que existe fora da obra? Ou melhor, será que a narrativa histórica é um espelho da realidade? Para Gombrich tal questão poderá ser amenizada ao se focar a feitura e a leitura, tendo em vista que, para o autor, não existe produção nem olho inocente, o que existe é certo reconhecimento que representar bem é reproduzir bem o mundo exterior. No entanto, as representações passam por convenções, a representação de verdades é construída. Assim, não existe uma representação real, verdadeira e fiel da realidade. A representação é uma construção que passa por convenções que participam das construções de representações.

Desta forma, “não há realidade sem interpretação” (GOMBRICH, 1995: p.387), uma acompanha a outra, a representação nunca é uma réplica. O embate que Ginzburg traz é que em determinado momento a história criou critérios do que é verdadeiro e o que não é. Congelou-se como verdade algo que possuía uma forma de elaboração, que não passa de uma construção, um código elaborado com um propósito, pontuando o surgimento da eucaristia como dogma, a questão da transubstanciação. A hóstia e o vinho como corpo e sangue de cristo, não é uma coisa branca e o vinho em si, nem uma representação, mas o próprio cristo está ali. Trata-se de uma abstração da representação.

Foi essa mesma capacidade de abstração da imagem que tornou possível a adoração de imagens como representação de santos, não se adora as imagens, mas o que elas representam. A transubstanciação é posta por Ginzburg como marco de representação de forma abstrata para o

ocidente moderno, uma ilusão de estar ali algo que não está (GINZBURG, 2001: 102-103). Grosso modo, para Ginzburg a representação tem como base as idéias de abstratas / conceituais e não só como mimese / figuração fiel. Ela possui duas vertentes, que em determinados momentos se tornam cânone, ou seja, a representação não é só presença / ausência, é importante perceber como se dá essa representação, se ela é mimese ou conceitual.

Ginzburg define representação como substituição da coisa ausente e visibilidade da coisa presente enquanto Chartier fala em representação como ausência do que ela representa e presença de algo ausente via representação. Contudo, creio que a análise de Ginzburg caminha mais no sentido de preencher lacunas contidas e Chartier do que como oposição a este, trata-se de reflexões que juntas fornecem um amplo e irrestrito conhecimento acerca do tão falado, usado, desgastado, mas principalmente interpretado conceito de representação.

Para tentar finalizar o presente texto, resta-nos percorrer outra ramificação das desconcertantes questões que perdurou a década de 1980. Voltando a Hayden White que ao declarar que quem trama não é o sujeito ou o historiador, mas as urdiduras do gênero, estruturas inteligíveis, que ao se inscreverem num gênero a trama se faz, a história estaria presa a trópicos de linguagem, perdendo sua matéria factual (WHITE, 2001: 97-116). É aqui que reside o grande embate entre White e os historiadores supracitados, é o questionamento da matéria factual que faz Ginzburg recorrer às provas. Em suma, White questiona o que distingue a história da ficção, uma vez que os diferentes tipos de contar histórias são equivalentes, não existe matéria factual.

Creio que grande parte desse debate já fora esclarecido com o recente explanamento do conceito de representação, mas vale muito a pena destacar as reflexões de Hannah Arendt acerca das evidências, da matéria factual. Para tanto desta com o texto *Verdade e política* (ARENDR, 1992: 282-325) como central, pois é nele em que se encontram as principais considerações de Arendt acerca desse tema, onde a autora situa a história como representação não é a transparência da realidade, haja vista que, ela necessita de elementos que possam afirmar que o holocausto aconteceu, que em 1917 ocorreu algo na Rússia que não é só representação, foi real, existiu, sendo que o sujeito está no cerne desta questão.

Para Hannah, a verdade em história não repousa naquela razão filosófica, ela se encontra nas relações humanas, ela é factual, ou melhor, uma verdade factual, que tem como suporte a *matéria factual*, o acontecido, verdadeiro, ocorreu. Desta forma a verdade com a qual a história

trabalha não é uma verdade racional: científica, matemática, filosófica; trata-se de uma verdade factual: acontecimento, fatos, eventos, que são vistas e testemunhada com os olhos do corpo e não da mente. Isto posto, a história fala de eventos que várias pessoas presenciaram, logo, ela necessita de comprovação.

O que gera tamanha insegurança acerca desse estatuto de verdade na narrativa história se encontra no fato de que as verdades factuais serem mais frágeis por não se tratar de descobertas e teorias, elas caminham de mão dadas com a mentira. Essa é a verdade com que a história lida. Além disso, Arendt ressalta que a matéria factual pode ser manipulada pelo poder para fins de uma verdade factual, coercitiva que não leva em conta outras opiniões. É aqui que se insere a noção de representação, uma vez que todo fato é representado, mas nem toda representação é verdadeira, os fatos não existem independentes de interpretação (ARENDR, 1992: 287-296).

Por esse viés, a noção de representação vem justamente para incluir o outro, entender o outro, sua vida, lugar, pensamento. Representações são as compreensões da matéria factual. Daí a impossibilidade de excluir o real, sempre existe a matéria factual: *a Bélgica não invadiu a Alemanha*. Os estudos acerca das representações caminham mais no sentido de desmascarar as verdades factuais manipuladas de forma coercitiva do que para gerar mentiras e abstrações que nada carregam das evidências. A questão é que os historiados lidam com esse caos de acontecimentos, reorganizam-nos numa narrativa, mas não toca na matéria factual, não a altera.

Talvez as considerações de Paul Ricoeur nos tranquilizem um pouco. Em sua última obra: *A memória, a história, o esquecimento* (RICOEUR, 2007: 145-191) o autor recorre a Certeau para afirmar que a escrita da história se refere a três fases juntas, não é somente o ato de escrever, destacando que desde a primeira fase surge a questão: até que ponto o testemunho, processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo, documento e termina na prova documental é confiável? Sendo que desde o testemunho – aqueles documentos que se enraízam nos arquivos, passados de oral para o escrito, tornando-se mudos e órfãos – até os indícios de Ginzburg – testemunhos não escritos que não passaram pela reelaboração para se tornarem documentos como: artefatos, imagens, quadros, ferramentas, mas que não estão isentos de elaboração de seu autor – são todos eles representações (RICOEUR, 2007: 170-171).

Grosso modo, todo o trabalho do historiador é permeado por representações, mas temos limitações das evidências e métodos que nos inviabiliza invenções descabidas. É nisso que

consiste o laborioso e fascinante trabalho do historiador, ele busca, exige de si mesmo ir além da construção de representação, no sentido não só de fornecer algo sobre o passado, lidamos com uma espécie de militância em busca de atingir o inatingível.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 3.ed., São Paulo: Perspectiva, 1992.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano*. v.1, 3º ed. Trad. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

_____. A história entre narrativa e conhecimento. In: *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

_____. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*. Campinas: Unicamp, 11(5), 1991. p.173-191.

FOUCAULT, Michel. As ciências humanas e IV. A história. In: *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p.384-390.

GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. In: *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GOMBRICH, E. H. Da representação à expressão. In: *Arte e Ilusão*. um estudo da psicologia da representação pictória. Trad. Raul de Sá Barbosa. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p.383-415.

_____. Meditações sobre um cavaleiro de pau ou as raízes da forma artística. In: *Meditações sobre um cavaleiro de pau e outros ensaios sobre a teoria da arte*. São Paulo: EDUSC, 1999. p.1-12.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro F.S. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.127-162.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*. São Paulo: EDUSP, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

A República no Rio Grande do Norte: memória e historiografia

Raimundo Nonato Araújo da Rocha¹

RESUMO: O trabalho tem por objetivo analisar a produção historiográfica norte-rio-grandense sobre os anos iniciais da República no estado. A meta é, por um lado, identificar as incorporações da historiografia nacional para a compreensão da história local e, por outro, perceber as relações próprias do lugar que interferem nessa produção. Almeja-se detectar como a historiografia potiguar, em diferentes tempos, tem construído relações identitárias com o Brasil e com o próprio Rio Grande do Norte. As principais fontes de investigação são as obras intituladas História do Rio Grande do Norte ou que almejem tratar explicitamente do tema no período em destaque. Incluem-se, nesse caso, três tipos de produção: as obras consideradas oficiais pelo próprio Estado; as obras acadêmicas que se dedicam ao tema; as obras didáticas ou para-didáticas que têm por meta a divulgação de uma história local para a escola básica.

Palavras-Chaves: Historiografia do Rio Grande do Norte; Proclamação da República no Rio Grande do Norte; História do Rio Grande do Norte.

Aspectos introdutórios

A produção historiográfica brasileira tem, nas últimas décadas, apresentado significativas inovações no trato com os objetos históricos. Em relação à Proclamação da República, particularmente, vários estudos produzidos a partir dos últimos anos do século XX, ultrapassando os limites estreitos de uma história política tradicional. Alguns desses estudos passaram a ver esse fato entrelaçado à vida cotidiana da sociedade, buscando entender problemas inovadores, tais como, habitação, saúde, lazer, alimentação, costumes, emoções, religiosidades; outros estudos passaram a redimensionar a noção do político, vislumbrando novas visões além do dualismo que reduzem o foco da história a dominantes e dominados. No bojo dessa discussão e considerando as especificidades que essa temática ganha em diferentes espaços é que se insere este texto.

A implantação da República no Rio Grande do Norte tem sido objeto de trabalhos historiográficos desde as primeiras décadas do século XX. Todavia, essa produção ainda carece de muitos estudos, o que pode ser constatado na raridade de investigações, sobre o assunto, que se voltam para temáticas, problemas e abordagens vinculadas às aspirações contemporâneas do conhecimento histórico. Considerando esses aspectos, este trabalho procura diferenciar a produção sobre a Proclamação da República no Rio Grande do Norte. A meta é analisar as bases argumentativas das interpretações sobre o tema. Identificaremos,

¹ Professor do Departamento de História da UFRN.

inicialmente, os autores que tratam da Proclamação como uma grande recordação do fato, cristalizando em um determinado tempo a concepção de um grupo específico como sendo a “verdade” do acontecimento; em seguida, apresentaremos os estudos que tentam construir problemas históricos a partir da temática; finalmente, discutiremos como a produção didática tem construído, entre aos alunos da escola básica, argumentos e discursos sobre a Proclamação.

Dos anos 1920 aos anos 1970: as obras oficiais

As primeiras produções organizadas sobre a Proclamação da República no estado surgiram inseridas em obras mais gerais que procuram abarcar toda a história do Rio Grande do Norte. Nesse caso incluímos as obras de Tavares de Lira e Rocha Pombo, produzidas na década de 1920 e a de Câmara Cascudo, escrita na década de 1950. Essas três obras apresentam um discurso que mostram a Proclamação como um regime acolhido por todos num clima de paz e consenso. (JANOTTI, 1998: 124)

A análise das obras de Lira e Pombo indica claramente o mesmo padrão nacional de narrar a Proclamação até o fim dos anos 1920, ou seja, a narrativa desse fato tinha o intuito de construir imagens harmônicas e conciliatórias. Tais imagens consolidaram uma união nacional em torno da República, encobrindo as divergências entre os grupos que se articularam para fazer emergir o novo regime.

Cascudo, produtor de uma obra nos anos 1950, teve acesso a outras possibilidades interpretativas, mas optou por ratificar os mesmos olhares dos anos 1920 e, sendo assim, também construiu discursivamente uma história harmônica da Proclamação. Sua leitura das fontes aprofundou os estudos de Lira e Pombo, mas perseguiu as mesmas diretrizes da construção do pensamento elaboradas nos anos 1920.

Os autores desses três livros narram a história da Proclamação usando a memória de quem participou dos acontecimentos como sendo o fato verdadeiro e, ao mesmo tempo, buscando os documentos de época para certificar a verdade estabelecida. A idéia desses autores é buscar o argumento da “verdade de quem viu e viveu” para solidificar uma interpretação. Um ponto comum entre eles é a relação íntima que estabeleceram com o estado.

A partir dessas considerações, analisemos cada um dos autores.

O primeiro trabalho historiográfico que tratou da Proclamação no estado de forma sistematizada foi a obra “História do Rio Grande do Norte”, escrita por Augusto Tavares de

Lira (1872-1958) e publicada, pela primeira vez, no dia 7 de setembro de 1920 na cidade do Rio de Janeiro.

Tavares de Lira pertencia às oligarquias locais. Formado em Direito, ocupou vários cargos públicos no governo do Rio Grande do Norte e do Brasil, sempre alinhado politicamente ao seu sogro Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Já em 1894, com apenas 21 anos de idade, foi eleito deputado federal. Foi Governador do estado entre março de 1904 e novembro de 1906, deixando o cargo antes do término do mandato para assumir o Ministério da Justiça no governo Afonso Pena. Nesse Ministério, coube-lhe realizar, com a morte de Afonso Pena em 1909, a posse de Nilo Peçanha. Posteriormente foi Ministro da Viação e Obras Públicas, Senador da República, líder do governo no Senado e Presidente do Tribunal de Contas da União.

A obra “História do Rio Grande do Norte” foi escrita por Tavares de Lira no clima dos preparativos para a festa do centenário da Independência do Brasil, que estava sendo organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lira ficou encarregado de escrever sobre a história, a geografia e a etnografia do Rio Grande do Norte e terminou transformando seus estudos em livro.

Dividida em 11 partes, essa obra apresenta uma estrutura linear que vai dos primórdios do século XVI até a República. Na parte destinada aos primeiros momentos do período republicano – intitulada “Período republicano até a organização do estado – , é feita uma descrição do momento da Proclamação no estado. Inicialmente o autor enaltece a presença de Pedro Velho na Proclamação, estabelece uma relação da luta dele com a dos colonizadores e estabelece uma relação direta entre República e democracia. Vejamos o que analisa Lira:

 Todos aqueles que conhecem ou estudam a marcha ascensional da propaganda democrática em nosso país, no período que vai do abolicionismo à República, sabem que, no Rio Grande do Norte, a alma do movimento foi o Dr. Pedro Velho [...]. Parecia um indiferente; e, no entanto, era um revoltado que se preparava para descer oportunamente à liça, honrando, pela sua ação patriótica, a memória inolvidável dos seus antepassados ilustres [...]. (LIRA, 1998: 315)

 Na sua primeira campanha, a da abolição, demonstrou o alto valor de seus méritos; mas foi como propagandista republicano e, mais tarde, com o chefe

 Na sua primeira campanha, a da abolição, demonstrou o alto valor de seus méritos; mas foi como propagandista republicano e, mais tarde, com o chefe de

partido e homem de governo, que revelou, em toda sua plenitude, os dotes excepcionais do seu grande espírito. (LIRA, 1998: 315)

A referência a Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1856-1907) é importante ser destacada. Isso porque não se trata apenas de um republicano. Pedro Velho e seu grupo político mantiveram relações com o poder desde o Império. Pertencente à família Albuquerque Maranhão, Pedro Velho era Filho do comerciante e senhor de engenho Amaro de Albuquerque Maranhão e neto de Fabrício Gomes Pedrosa – proprietário de empresa de importação e exportação –. Seu grupo político representava os interesses, sobretudo, dos plantadores de cana-de-açúcar. A construção de Pedro Velho como republicano-patriota, feita por Lira, é uma forma de apresentá-lo como uma novidade na política. É no bojo dessa compreensão que entendemos os elogios apresentados.

A partir desses elogios a Pedro Velho, Tavares de Lira cita vários trechos da Ata escrita, no dia 27 de janeiro de 1889, por ocasião da fundação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte (PRRN). Cita o local e a hora da reunião, lista os presentes e estabelece ligação entre os ideais dos republicanos presentes naquela reunião e os ideais dos republicanos que participaram dos movimentos revolucionários de 1817 e 1824. (LIRA, 1998: 315).

Após essa descrição, Tavares de Lira cita trechos do Manifesto Republicano dirigido à Província do Rio Grande do Norte. Ao fazer referência ao documento, mais uma vez, destaca a ligação entre a República e a Abolição: “A república, como um novo Cristo, teve o seu precursor; e o Batista desse novíssimo evangelho foi a liberdade dos escravos”. (LIRA, 1998: 318) Além disso, explicita que o Manifesto tem uma linguagem vibrante e examina várias questões do momento vivido.

Toda a linguagem de Tavares de Lira é profundamente favorável aos republicanos. Seu texto deixa evidente que o grupo de Pedro Velho era a perfeita sintonia com o progresso e a civilização. Ao se referir ao surgimento do jornal “A República” no Rio Grande do Norte, em 1º de julho de 1889, o autor explicita: “[...] à frente de um grupo de destemidos batalhadores, Pedro Velho, seu fundador e redator chefe, ofereceu combate sem tréguas à monarquia e aos seus servidores [...]”. (LIRA, 1998: 320).

No tocante aos efeitos do movimento republicano ainda na vigência da Monarquia, Lira aponta que “os republicanos entenderam acertado comparecer a última eleição geral que se realizou na vigência do segundo reinado, cotando em candidatos do seu

partido: Pedro Velho no primeiro distrito, e José Leão, no segundo.” (LIRA, 1998: 320).
Todavia, Lira afirma que a indicação dos dois candidatos não tinha pretensão de vitória, mas apenas de provar a existência do Partido.

Lira afirma que

Somente algumas dezenas de votos sufragaram as candidaturas dos republicanos, mas estes atingiram o objetivo colimado, demonstrando que havia na província um partido que, sem pretender o poder pelo poder, se batia ostensivamente por um ideal superior de justiça e liberdade, partido destinado a ser menos de três meses depois, deposta a realeza, o núcleo de uma poderosa força política. (LIRA, 1998: 321)

Após as eleições o grande acontecimento dos republicanos, na visão de Lira, será a Proclamação propriamente dita. Segundo o autor na tarde do dia 15 de novembro, Pedro Velho escreveu um Boletim no jornal A República anunciando o novo Regime. No dia 17 do mesmo mês Pedro Velho assumiu o cargo de governador do recém estado do Rio Grande do Norte. Feitas essas considerações. Lira encerra o tema apresentando as relações do poder local com o nacional até a eleição de Floriano em 1891.

Uma outra obra “História do Rio Grande do Norte”, de autoria de José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933), foi publicada em março de 1921. Rocha Pombo era um paraense da cidade de Morretes que, apesar de não ter concluído um curso superior, produziu grandes trabalhos históricos. Professor, político, historiador, poeta, jornalista e escritor, Rocha Pombo era Republicano e abolicionista fervoroso. Elegeu-se deputado à Assembléia Provincial em 1886, pelo Partido Liberal, mas abandonou a vida parlamentar desiludido com o insucesso da Revolução Federalista da qual foi um grande defensor.

Sua obra “História do Rio Grande do Norte” foi escrita por encomenda do governo do estado. A meta era que fosse produzida uma outra obra – diferente da escrita por Tavares de Lira – para também marcar os festejos da Independência do Brasil. Essa encomenda revela uma disputa política existente nos anos 1920 aqui no estado. Durante os primeiros anos de República os grupos políticos ligados ao açúcar [destacadamente os Albuquerque Maranhão] estiveram à frente do governo do Estado. Entretanto, “a Primeira Guerra Mundial permitiu a consolidação definitiva da hegemonia da cotonicultura na economia [...]” (LINDOSO, 1992: 35). Assim, em 1919 deu-se o rompimento definitivo de Ferreira Chaves – governador do estado entre 1914 e 1920 e representante das oligarquias

cotonicultoras – com Alberto Maranhão, chefe político da oligarquia Maranhão no período. Em 1920 o próprio Ferreira Chaves impôs o próximo governador: Antônio de Souza, contrariando os interesses dos Albuquerque Maranhão.

Essa disputa política local foi o elemento que possibilitou a contratação de Rocha Pombo para escrever a sua obra. O autor produziu todo o texto com fontes encontradas no Rio de Janeiro, sem nunca ter vindo ao estado. As informações históricas apresentadas pelo autor fazem sempre referências ao quadro nacional, detendo-se muito pouco as particularidades locais.

A obra de Rocha Pombo está dividida em 29 capítulos e possui quase 500 páginas. A parte destinada a análise da Proclamação está inserida no capítulo 28, intitulado “Sob o novo regime”. Na discussão sobre o nosso tema, especificamente, o autor estabelece num primeiro momento uma relação entre os ideais republicanos presentes na “Revolução de 1817”, na “Abolição da Escravatura” e na “Proclamação”. Em seguida se detém a descrever Pedro Velho e sua participação nos acontecimentos. Diz o autor:

Apparece neste momento um homem, cujo estilo parecia talhado para evangelizador de grandes idéias. Logo depois da abolição, declarou-se o dr. Pedro Velho francamente republicano, e com sucesso tal que o levou a resolver imediatamente a criação de um núcleo de propaganda. (POMBO, 1921: 456)

A partir dessas informações, Pombo descreve o processo de formação do Partido Republicano no estado, numa descrição muito semelhante à apresentada por Lira. Essa descrição culmina com a chegada da República, vista por Pombo como algo inevitável. Diz o autor,

a proclamação da República na capital do paiz não foi, portanto, uma surpresa ali senão para os incrédulos que viviam despercebidos na comodidade das posições e dos empregos. Naturalmente houve espanto geral e, até entre os próprios republicanos, diante de um acontecimento que não se julgaria tão propinquo. Mas o directorio de Natal não se deixou immobilizar de susto, como aconteceu em muitas províncias, onde só elemento militar tomou atitude decisiva. Ao receber a notícia do que se passava no Rio, fez imediatamente o dr, Pedro Velho distribuir na cidade um boletim anunciando o extraordinário evento. (POMBO, 1921: 458-9)

Feitas essas considerações, Pombo passa a discutir como foi montado o estado republicano e a descrever os governantes e legisladores que ocuparam cargos nos primeiros

anos de governo republicano aqui no Rio Grande do Norte. Toda a narrativa se apresenta de forma evolutiva e destaca a República como síntese de um progresso inevitável.

Apesar de contemporâneos, Lira e Pombo não trocaram idéias ou leram um outro, antes da publicação da obra. Em carta dirigida a Lira, em dezembro de 1921, Pombo o agradece pelo livro “História do Rio Grande do Norte” e afirma que “Do capítulo quarto, inclusive, em diante, creio que tudo me pareceu novo”. (In; LIRA, 1998: 11) Assim, Pombo lamenta não ter tido acesso a obra de Lira e exalta a documentação original que o potiguar teve acesso.

Leitor de Lira e de Pombo, Luís da Câmara Cascudo produziu, em 1955, uma nova “História do Rio Grande do Norte”. Nomeado Historiador oficial pelo governador Silvío Pedroza, Cascudo produziu a mais longa obra sobre o estado. A obra é dividida em 20 capítulos, mas a Proclamação da República, particularmente, é tratada no oitavo capítulo. O capítulo é composto por informações que vão desde o ideal republicano no Rio Grande do Norte até os interventores nomeados após 1930. Além das discussões textuais, ainda existe alguns documentos que estão inseridos na forma de adendos.

Cascudo começa a discussão sobre a Proclamação no Rio Grande do Norte discutindo o próprio conceito de República. A partir daí apresenta as contradições do movimento de 1817 e ruma para analisar o momento que propiciou a Proclamação. Na opinião de Cascudo, foi em 1871 que se deu a primeira manifestação republicana na província do Rio Grande do Norte.

Segundo Cascudo, a adesão de Pedro Velho aos ideais da República foi se constituindo a partir da década de 1880. Informa o autor que Pedro Velho era ligado ao partido Liberal, mas gradativamente foi aderindo à República. Tal adesão ocorria em razão de contatos com republicanos norte-rio-grandenses que moravam no Rio de Janeiro..

Postas essas considerações iniciais o autor escreve sobre a fundação do partido no estado, sobre os primeiros números do jornal A República – a partir de julho de 1888 –, sobre a organização dos republicanos locais para as eleições de 31 de agosto de 1889 e sobre a Proclamação propriamente dita aqui no estado. Na discussão sobre a Proclamação, Cascudo narra que a escolha de Pedro Velho como primeiro governador foi algo decidido sem uma consistência ideológica. (CASCUDO, 1956: 208) Após narrar a Proclamação, o texto vai descrever os governos que foram assumindo e as obras que foram realizadas.

As narrativas de Lira, Pombo e Cascudo ajudaram a construir uma noção de República do consenso e do progresso aqui no estado. As vozes discordantes são praticamente

emudecidas. Foram essas narrativas que consolidaram a interpretação sobre a República até os anos 1970.

Dos anos 1980 aos anos 1990: as obras da academia

A partir da década de 1980, com a consolidação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como instituição de pesquisa, alguns trabalhos vão retomar uma história da república no estado. É uma época em que a UFRN passou a investir na qualificação dos seus quadros e estimulou a saída de docentes para cursarem mestrados e doutorados em universidades nacionais e estrangeiras. O retorno desses professores e de suas produções serão fundamentais para a criação de programas de pós-graduação na instituição.

O primeiro desses trabalhos foi a obra “A República Velha no Rio Grande do Norte, escrita por Itamar de Souza”. O autor, professor de Sociologia e Antropologia da UFRN, escreveu o trabalho em 1987. O texto não apresenta significativas mudanças na forma de conceber a República, mas é primeiro dos trabalhos a procurar estabelecer uma análise das questões locais usando referências teóricas.

A obra é dividida em quatro partes: o contexto sócio-econômico, a sociedade, a política e a administração. A Proclamação está inserida na parte da política. O texto inicia apresentando a República como algo inevitável e sem conflitos. Mostra também um Partido Republicano local já consolidado e com condições efetivas de assumir o controle do novo regime. Sobre o tema escreve o autor:

No Rio Grande do Norte, o Partido Republicano já estava fundado por Pedro Velho e familiares, em janeiro de 1889. Assim, quando o marechal Deodoro proclamou a República, o novo regime já contava com grupos suficientemente organizados para se impor. Não havia condições para um retrocesso político. Aquele desfecho já era vislumbrado pelos liberais mais clarividentes. (SOUZA, 2008: 153)

Após breves considerações sobre a posse de Pedro Velho, o autor faz uma análise sobre o fenômeno oligárquico brasileiro. Para tanto usa os estudos de Edgar Carone, para entender as instituições republicanas; e os de Maria Izaura Pereira de Queiroz, para compreender o coronelismo. Ainda que essas referências sejam isoladas na montagem do texto como um todo, é a primeira vez que se tenta associar uma reflexão teórica à implantação da República aqui no estado.

Ainda na década de 1980 apareceram quatro estudos que discutiram a economia do Rio Grande do Norte na transição do Império para a República: o pequeno texto “Ensaio

sobre história econômica do Rio Grande do Norte”, de István Árbocz; “Um outro nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte” A dissertação de mestrado da professora do Departamento de História Denise Takeya; um estudo – intitulado “História político-administrativa da agricultura do Rio Grande do Norte” – também desenvolvido pela professora Denise Takeya em parceria com o Hermano Machado Lima, do Departamento de Filosofia; a dissertação de Mestrado da professora do Departamento de Economia Maria do Livramento Clementino, que teve por título “O maquinista do algodão e o capital comercial”.

É importante considerar que esses trabalhos oferecem significativos dados para uma análise da evolução política aqui no estado e para o estabelecimento de relações entre a política e a economia locais. São trabalhos que abrem perspectivas investigativas para a produção histórica.

Esses trabalhos se alinham a uma perspectiva acadêmica que adotava critérios científicos para a elaboração de trabalhos históricos. Era uma perspectiva que chegava tardiamente à cidade, tendo em vista que, nacionalmente, desde os anos 1960, autores como Emília Viotti da Costa já apontavam para um cuidado especial com as fontes de época e a historiografia. Para essa historiadora, “o verdadeiro revisionismo da história brasileira [seria] feito a partir do momento em que a pesquisa [viesses] testar novas teorias e o historiador, cômico das amarras que mantém com a sua época, [pudesse] dar enfim às investigações um caráter mais científico”. (JANOTTI, 1998: 135)

Os dois trabalhos mais significativos sobre o tema, do ponto de vista da historiografia mais contemporânea, são a dissertação de Mestrado do professor do Departamento de Ciências Sociais José Antônio Spnelli Lindoso, defendida na UNICAMP em 1989; e a tese de doutorado, intitulada “Visões de república: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)”, defendida na UFPE pelo professor Almir de Carvalho Bueno, vinculado ao Departamento de História.

O estudo do professor Lindoso examina dois aspectos pouco explorados na historiografia local: o primeiro diz respeito ao

processo de implantação do Estado republicano no Rio Grande do Norte e das estruturas oligárquicas que o ancoram, com destaque para a transformação que se opera no Partido republicano, o qual, na medida em quem ascende ao poder, capitaneado por Pedro velho, abandona o republicanismo radical e as posturas centralizadoras [...] e assume um perfil mais afinado com as posições conservadoras do Partido Republicano Paulista – PRP, (LINDOSO, 1992: 5)

O segundo aspecto investigado pelo professor Lindoso foram “as lutas e conflitos inter-oligárquicos que, embora com motivações locais, sempre acompanham os movimentos da conjuntura política nacional e se articulam com as mudanças que ocorrem na estrutura econômica e social do Estado Potiguar.” (LINDOSO, 1992: 6)

Para realizar seu estudo, Lindoso critica teoricamente o conceito de Estado Oligárquico, fundamentado nos estudos do sociólogo Décio Saes, apontando que uma análise das condições vivenciadas na Primeira República não pode se limitar a ação do Estado, mas buscar articulações com as esferas econômicas e sociais.

As reflexões do professor Almir Bueno demonstram que no Rio Grande do Norte foi reproduzida a divisão ideológica existente no movimento republicano às vésperas da República. Nessa perspectiva, o professor mostra que

os princípios republicanos mais caros, herdeiros da tradição revolucionária francesa do século XIX, foram logo esquecidos ou pervertidos pelos novos senhores do Rio Grande do Norte oligárquico, Janúncio da Nóbrega e Braz de Melo, os paladinos do republicanismo purista, nunca conseguiram liberta-se das teias que os prendiam ao mundo clientelista em que viviam. (BUENO, 2002: 259)

Os trabalhos de Lindoso e Bueno são influenciados pro perspectivas revisionistas da historiografia e, por isso mesmo, buscam investigações específicas que abarcam elementos diferentes das histórias de longa duração. Tais trabalhos indicam a possibilidade de pluralidades interpretativas para os acontecimentos históricos. Os agentes políticos da Proclamação – que estavam presentes nas reflexões mais amplas – tornaram-se objetos do conhecimento e conquistaram especificidades e diferenciações.

Dos anos 1990 aos anos 2000: as obras didáticas

Influenciados pelo programa do vestibular da UFRN, que passou a exigir questões discursivas de história do Rio Grande do Norte a temática local ganhou destaque entre os alunos do Ensino Médio. Nesse sentido, três livros foram produzidos com o intuito de atender essa clientela. O primeiro desses livros, lançado em 1999, foi “História do Rio Grande do Norte”, de autoria da professora Marlene da Silva Mariz – aposentada do Departamento de História da UFRN – e do professor Luiz Eduardo Brandão Suassuna – professor do Departamento de História e de cursinhos pré-vestibulares. O segundo dos livros – intitulado “Introdução à história do Rio Grande do Norte” – foi escrito pela professora Denise Monteiro,

também do Departamento de História. O terceiro livro – “Introdução à história do Rio Grande do Norte – de Sérgio Luis Bezerra Trindade.

Os três livros foram produzidos por editoras locais e apresentam visões muito semelhantes sobre a Proclamação da República, sem incorporar as discussões mais contemporâneas sobre o tema. O livro de Suassuana e Mariz apresenta a República como uma evolução em relação ao Império e demonstra como politicamente o novo regime foi instaurado. O trabalho de Monteiro se caracteriza pelo cuidado com as fontes de investigação e com a análise dos acontecimentos. Todavia, discute a República como um momento de rearticulação oligárquica, sem apresentar outros caminhos e possibilidades. Já o trabalho de Trindade é extremamente sintético com relação ao tema, trazendo basicamente as informações de Lira e Cascudo.

Considerações finais

Ao longo do texto procuramos demonstrar como, em diferentes tempos, a Proclamação da República no Rio Grande do Norte tem sido analisada. Mostramos que a bibliografia sobre esse tema é rica do ponto de vista dos fatos e dos personagens, mas é rara no tocante as interpretações. Tanto as obras produzidas nos anos de 1920 – que trataram do fato como grande acontecimento, enfatizando a ótica dos grandes homens – quanto a produção dos anos 1990 ainda não incorporaram possibilidades investigativas importantes para o Rio Grande do Norte contemporâneo.

Nesse sentido, nota-se a ausência de textos que discutam com maior cuidado o âmbito do político no universo sociocultural urbano. Nota-se a ausência de estudos que investiguem as tensões entre o universo cultural e as manifestações populares do período. Nota-se a ausência de trabalhos que se dediquem a entender as mudanças estruturais articuladas as mudanças científicas.

A República trouxe consigo a consolidação discursiva de uma cultura científica e democrática que já vinha se esboçando desde o século XIX. Essa idéia está nos jornais e nas temáticas que eles discutem (saúde, embelezamento da cidade, seca). A República deu vazão a essa cultura científica, mas os trabalhos acadêmicos locais que discutem a Proclamação ainda não a investigaram devidamente.

A transição Império / República é marcada pela ampliação do número de leitores, pelo aumento no número de jornais que passaram a circular, pela difusão de idéias e práticas

inovadoras. Esse conjunto de elementos está vinculado a novos saberes que vão ser mobilizados. Tais saberes foram divulgados na escola republicana e ganharam uma força impressionante. A escola na República ganhou uma dimensão inovadora, pois ampliou o gosto pelo conhecimento, antes restrito a determinados grupos. A escola depois da República passou a ser instituição divulgadora do saber civilizador.

A noção de patriotismo, cidadania e participação popular na República adquiriram características específicas e diferentes do Império. Nesse sentido, é exemplar as características do patriotismo difundidas no IHGB – muito relacionada a uma identidade nacional construída por um grupo de intelectuais – e a noção de pátria para toda a população – argumentada pelos republicanos. Na República o cidadão deixa de ser o súdito do rei para ser o cidadão.

Tudo isso se torna campo de estudo para investigações.

A idéia de discutir apenas se a República foi instalada com a pureza dos seus ideais ou se eles foram deturpados, é muito pouco para as possibilidades que o tema vislumbra. A tônica de mostrar as contradições entre discursos e práticas é insuficiente para caracterizar a riqueza de temáticas que uma história do Rio Grande do Norte pode produzir.

BIBLIOGRAFIA:

BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRN, 2002.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1956.

GOMES, Ângela de Castro. *O 15 de novembro*. IN; GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O dialogo convergente: políticos e historiadores no início da república. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: o Rio Grande do Norte na velha República*.

LIRA, Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luis Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Gráfica Santa Maria, 1999.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2000.

POMBO, Rocha. *História do estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1921.

SOUZA, Itamar de. *A república velha no Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFR, 2008.

TRINDADE, Sérgio Luiz Trindade Bezerra. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2007.

A OPINIÃO QUE SE PUBLICA: UM EXERCÍCIO DE HISTÓRIA POLÍTICA A PARTIR DE UM HOMEM DE LETRAS DO SEGUNDO IMPÉRIO

Raquel Barroso Silva¹

RESUMO: Nos últimos anos muito já se escreveu a respeito do retorno da história política. A chamada nova história política serve-se de aproximações e conceitos herdados de outras Ciências Humanas para abordar o tema a partir de novos vieses, como o da cultura política e o da opinião pública. Dessa maneira é permitida a entrada em cena de novos atores que nos fazem pensar o político, como os chamados homens de letras do século XIX. Nesta comunicação, pretendo analisar as opiniões expressas pelo comediógrafo e folhetinista brasileiro Joaquim José da França Junior (1838 - 1890) em sua obra, comparando-as com elementos de sua trajetória a partir dos quais apreendemos a cultura política na qual estava inserido. Com esta reflexão coloca-se em prática uma das possibilidades alternativas para se tratar o objeto político em estudos historiográficos, indo ao encontro do que vem sendo discutido pelos historiadores nas últimas décadas.

PALAVRAS CHAVE: França Junior; Cultura Política; Opinião Pública.

ABSTRACT: In recent years much has been written about the return of political history. The so-called new political history makes use of approaches and concepts inherited from other human sciences to address the subject from new biases, such as political culture and public opinion. Thus it allowed the entry of new actors on the scene makes us think about politics, as so-called men of letters of the nineteenth century. In this communication, I want to examine the views expressed by Joaquim José da França Junior (1838 - 1890) in his work, comparing them with elements of her life from which seized the political culture in which it was inserted. With this thought arises in practice one of the options for treating the subject political in historiography studies, to suit what is being discussed by historians in recent decades.

KEY WORDS: França Junior, Political culture, public opinion.

“O ridículo e o escárnio são dois filhos malcriados da opinião pública”

(FRANÇA JUNIOR, 1915:46)

Nos últimos anos muito já se escreveu a respeito do retorno da história política. A chamada nova história política serve-se de aproximações e conceitos herdados de outras Ciências Humanas para abordar o tema a partir de novos vieses, como o da cultura política e o da opinião pública. Dessa maneira é permitida a entrada em cena de novos atores que nos fazem pensar o político, como os chamados homens de letras do século XIX. Nesta comunicação, pretendo analisar as opiniões expressas pelo comediógrafo e folhetinista Joaquim José da França Junior em sua obra, comparando-as com elementos de sua trajetória a

¹ Aluna do Programa de pós Graduação em História - Mestrado em História - da Universidade Federal de Juiz de Fora.

partir dos quais apreendemos a cultura política na qual estava inserido. Com esta reflexão coloca-se em prática uma das possibilidades alternativas para se tratar o objeto político em estudos historiográficos, indo ao encontro do que vem sendo discutido pelos historiadores nas últimas décadas.

França Junior (1838 - 1890) nasceu no Rio de Janeiro e formou-se em Direito em São Paulo no ano de 1862, época em que inicia sua carreira como dramaturgo. Trabalhou em vários jornais cariocas², e exerceu cargos públicos na Corte e na Bahia. Como pintor amador e crítico de arte representou o Brasil na exposição de Viena em 1873. A partir de 1880 começou a freqüentar a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) como aluno amador. Durante este período escreveu duas de suas mais conhecidas comédias: *Como se Fazia um deputado* e *Caiu o Ministério!*. Ao final dessa década atingiu o ápice de sua carreira como dramaturgo com a comédia *As Doutoradas*.

Podemos observar que, como outros letrados do século XIX, França Junior se dedicou a diferentes tipos de manifestações artísticas. Por isso podemos considerá-lo um típico integrante da elite intelectual brasileira do Segundo Reinado ou, conforme o termo utilizado por Jefferson Cano, um “homem de letras do século XIX” (CANO, 2001).

Cano define o século XIX como um momento no qual o campo das letras se constituía “como uma arena privilegiada da intervenção política, a partir da qual são pensadas as especificidades” de uma nacionalidade (Idem). Para ele, o “fardo dos homens de letras” era a responsabilidade que os escritores das “gerações românticas” atribuíram a si mesmos de construir uma nacionalidade brasileira através da literatura. Se o “fardo” dos românticos foi a construção da nação, podemos dizer que o “fardo” dos escritores realistas era o de formar o caráter e constituir valores de um grupo forte que estava se constituindo dentro dessa nação, uma elite urbana participante do círculo político e intelectual brasileiro e importadora de hábitos e costumes europeus, a qual chamaremos aqui de burguesia carioca. Também de acordo com João Roberto Faria os dramaturgos realistas objetivavam a formação de uma “consciência burguesa” (FARIA, 1998: 33-46). Porém, se a causa da construção de uma “nação”, de um “povo” ou da caracterização dos hábitos de uma “elite urbana” unia nossos homens, a escolha dos elementos constitutivos dessas noções não se deu sem embates.

Ângela Alonso afirmou não ser possível discernir com clareza uma elite política e outra intelectual na segunda metade do século XIX brasileiro (ALONSO, 2002). Esta vertente de pensamento vai de encontro à de Antoine Prost quando este retoma uma idéia formulada

² *Bazar Volante, Correio Mercantil, Gazeta de Notícias, O Paiz, Vida Fluminense e O Globo Ilustrado.*

anteriormente por Pierre Bourdieu tratando da indissociabilidade entre a História Social e a História Cultural. Segundo este autor: “Os debates sobre a designação dos grupos sociais, os seus limites e as suas condições de pertença ou de exclusão são igualmente lutas sociais” (RIOUX e SIRINELLI, 1998:130). Ampliando um pouco mais esta idéia podemos dizer que, para o Brasil deste período, essa indissociabilidade também abrange a História Política. As divergências teóricas, políticas, partidárias e, até estéticas, que se apresentavam entre esses letrados tinham como campo de batalha principal, além da tribuna, os jornais e palcos do Segundo Reinado. Era através da imprensa que esses homens exerciam sua política. E era a partir do seu desempenho teórico e argumentativo nessas batalhas, nas quais utilizavam como arma a pena, que eles adquiriam adeptos para as suas idéias, formando, e ao mesmo tempo servindo de caixa de ressonância, da opinião pública.

França Junior não era um escritor romântico propriamente dito, suas peças encaixam-se entre as chamadas comédias realistas³ e as comédias de costumes⁴, mas também escrevia com o objetivo de contribuir na construção dessa nacionalidade e, principalmente da consciência da elite. A análise de sua obra, que brotou de sua observação cotidiana nos revela alguns dos “modos de pensar” que um representante dessa “elite urbana” pretendia difundir. Por isso considero como importante definir o posicionamento do autor dentro do referido debate, ou seja, descobrir suas “raízes e filiações” e “restituí-las à coerência dos seus comportamentos” (idem: 349) a isso chamaremos cultura política.

A sátira e o humor foram dois elementos presentes nos folhetins e comédias de França Junior. Os folhetins são um misto de literatura e jornalismo que eram publicados nos rodapés das primeiras páginas dos jornais. Além de crônicas que versavam sobre o cotidiano da sociedade e principais notícias da semana, muitas vezes visando o humor e o entretenimento, também alguns romances foram publicados em forma de folhetins.

Estudando dois jornais paulistas da década de 1860, Pablo Bráulio de Souza escreve e respeito da utilização do humor na imprensa do segundo reinado:

A sátira é a forma utilizada (...) para mostrar os vícios da sociedade sob a justificativa de corrigi-los. O que a imprensa humorística compreendesse como desvio de conduta procurava tornar risível para transformá-los em algo moralmente condenável. Julgava assim os atos de personalidades

³A comédias realistas ou dramas de casaca fazem parte de um gênero teatral inaugurado por Alexandre Dumas Filho e Émile Augier, na França. Este gênero, que se opõe ao romantismo, privilegia o naturalismo como técnica de representação e as questões do presente como temática ao mesmo tempo em que as peças possuem feição moralizadora e caráter burguês. (GUINSBURG, FARIA e LIMA: 266)

⁴ “Comédia centrada na pintura dos hábitos de uma determinada parcela da sociedade contemporânea do dramaturgo. O enfoque privilegia sempre um grupo, e é em geral de natureza crítica ou até mesmo satírica” (GUINSBURG, FARIA e LIMA: 88).

públicas e particulares, procurando inculzir-lhes determinados valores que compreendiam como desejáveis. (SOUZA, 2008:74)

Acreditamos que França Junior tenha buscado a comicidade em sua obra com a mesma intenção, ao passo que cada letrado buscava inculzir valores de seu grupo no que escrevia.

Veremos aqui alguns exemplos da cultura política como elemento de seleção do que se deve ou não publicar. As idéias que deveriam ser transformadas em opinião pública seriam expressas através da articulação de símbolos e imagens comuns a ele e seus leitores já que ambos apresentavam-se imersos em uma cultura política mais ampla dentro da qual cada grupo menor possuía certas peculiaridades como, por exemplo, as filiações partidárias. França Junior como letrado, burguês, conservador puro e defensor da monarquia, (sem nos preocuparmos aqui com todas as variações e nuances que essas denominações podem conter) escrevia para leitores letrados e burgueses em busca de torná-los, porque não, também conservadores e monarquistas. Expondo ao ridículo e ao escárnio tudo a que era avesso buscava um riso moralizador. Separando didaticamente o certo do errado o humor ridiculariza o inimigo e enobrece o amigo. Expõe os defeitos e propõe melhorias para uma sociedade burguesa ideal.

Vejamos alguns exemplos que contribuem para a compreensão do que entendemos quando observamos em França Junior a cultura política como elemento de seleção das idéias que devem ou não (e como devem) ser publicadas.

As primeiras comédias escritas por França Jr., *Meia hora de cinismo* e *A República Modelo* ambas de 1861, foram escritas quando ele ainda cursava a faculdade de Direito em São Paulo. Márcia Azevedo Coelho acredita que a leitura da primeira cena de *Meia hora de cinismo*, já revela este caráter do “sistema literário que tinha no próprio grupo (no caso, estudantes da Academia Paulista do século XIX) os produtores, os receptores e divulgadores das obras” (2008:44). O texto de *República modelo* ainda não foi encontrado, contudo a partir da leitura de outros textos, principalmente o folhetim *A República* podemos inferir que o tema central da comédia tenha sido “a casa do estudante” (FRANÇA JUNIOR, 1926:164).

Em seus escritos posteriores essa intencionalidade de dialogar com seus pares continua evidenciada. Podemos observar que é constante a referência a filósofos, poetas clássicos, citações de passagens e frases históricas ou escritas em outros idiomas como o Francês, o Italiano, o Latim, e o Alemão. É claro que parece haver nessas citações uma necessidade do

próprio autor em se tornar respeitável pela demonstração de sua erudição, mas pela frequência com que apareciam somos levados a crer que seus leitores também estavam familiarizados e compreendiam as mesmas. Muitas vezes a própria comicidade ficava comprometida caso isso não acontecesse, como neste trecho no qual após considerar *Rocambole*, personagem-título de uma novela de Ponson du Terrail, uma extravagância escreve:

Quis escrever um artigo reclamando providências e... quando menos pensava, ah! não sei como conte, dava palmas ao Furtado no Ginásio, e de então pra cá Ponson du Terrail é o meu homem.

_ Então, *sempre te curvaste, Sicambro?* Perguntar-me-ão todos os leitores, nadando em júbilo.

_ É verdade; mas até hoje, declaro-vos, isto aqui bem baixinho, ainda não compreendi o Rocambole. (FRANÇA JUNIOR, 1957:112 grifo nosso).

A frase completa a qual se refere, atribuída ao arcebispo de Reims quando da conversão do rei Franco, Clóvis, ao catolicismo: “Curva a cabeça Sicambro; agora, adora o que queimaste e queima o que adoraste” (idem) precisa ser conhecida previamente para que o chiste seja devidamente compreendido. Em outro trecho, compara o ministro da guerra a “*pallida mors* do poeta”, lançando mão de uma expressão do poeta latino Horácio. Mesmo quando cita passagens já mais vulgarizadas como “*Lasciate ogni speranza, voi ch’entrate*” da *Divina Comédia* de Dante (Idem: 83) ou de autores nacionais como Pinheiro Guimarães “A vida na roça, disse o autor da *Punição*, estreita o cérebro e arredonda a barriga.” (Idem:103, grifo do original), a intenção de valorizar a erudição se torna patente.⁵

Já os folhetins escritos na *Gazeta de Notícias* ao final da década de 1870 são em sua maioria destinados a descrição satírica dos costumes da burguesia carioca (FRANÇA JUNIOR, 1915, 1926). Visando aperfeiçoá-la e torná-la livre de vícios e defeitos a descrição dos costumes era feita de acordo com o juízo de valores do autor, o que não necessariamente coincidia com suas práticas como teremos a oportunidade de observar adiante. A simples leitura de alguns títulos de crônicas publicadas neste período seria o bastante para revelar seu espírito burguês moralizador e até mesmo didático: *Bailes, Jantares, Visitas, O Namoro, Casamentos, Dilettanti, Os recitativos, O cassino de Petrópolis, As nossas filhas*, são alguns exemplos. Em *Visitas*, encontramos a passagem “É na classe média, em que figura a nossa boa burguesia, que as visitas devem ser estudadas” (idem, 53, 49). E a partir da leitura dos demais folhetins podemos observar que o namoro, o casamento, os jantares e etc., também

⁵ Outros exemplos de poetas e filósofos encontrados em seus folhetins são: Petrarca, Dante, Tasso, Alphonse Karr, Bocage, Alexandre Dumas, Goethe e Bellini. Recolhidos em uma rápida amostragem esses nomes nos dão idéia de quão frequentes são estas citações.

foram “estudados” a partir da mesma ótica, ou seja, a burguesia parecia ser matéria prima e destino principal de seus escritos.

Todavia, nem todas as qualidades dos bons burgueses os homens reais conseguiam possuir e França Jr. como um representante do que temos chamado de burguesia carioca também estava suscetível a práticas que ele mesmo condenara. Um exemplo disso é sua visão a respeito da situação de dependente dentro do quadro da política de troca de favores, também chamada de clientelismo.

A presença do tema do clientelismo na obra de França Junior é forte e perpassa diferentes textos⁶. Apesar de não ligar diretamente a situação de dependente à falta de caráter, representava-a como uma situação não nobre, digna de risos.

Em “*Pretendentes*” França Jr. (1926:93) trata da condição de dependente como a fase mais humilhante da vida de um cidadão. Na maioria das vezes esses homens faziam seus pedidos através de cartas escritas por eles ou por missivistas, que faziam o papel de intermediários entre estes e os que tinham o poder de criar e conceder os cargos. Os missivistas eram, ao mesmo tempo, clientes e protetores. Na comédia “*Como se fazia um deputado*”, o personagem liberal *Major Limoeiro*, quando finalmente consegue eleger seu sobrinho deputado provincial planeja, juntamente com seu amigo conservador *Chico Bento*, levar o jovem a deputação nacional, dizendo: “*É preciso que o tenente-coronel por sua parte escreva aos seus amigos, que eu cá pela minha tratarei de fazer o mesmo.*” (Idem, 1980 II: 158). Se durante as eleições provinciais a estratégia para galgar a vitória constituía na utilização de cacetadas, duplicatas e falsos eleitores, para as eleições de representação nacional os capangas eram substituídos por diplomáticas cartas de recomendação. De acordo com as estatísticas colhidas por Richard Graham os principais destinatários dessas cartas, eram os ministros “*pelo seu potencial de ampliar uma clientela*” (GRAHAM, 1997:274). Através do folhetim ora analisado podemos visualizar que os pedidos não eram feitos somente através de cartas escritas. Fazia parte do empenho que os candidatos a cargos precisavam ter a presença quase diária na porta da casa do ministro ou deputado a quem o seu pedido se destinava, assim como a presença nas ante-salas das câmaras. Situação devidamente observada e satirizada por França Jr. como algo a que um “bom burguês” não deveria se submeter. O cargo público era almejado por muitos, e uma vez conquistado, principiava uma

⁶ Utilizo o conceito de clientelismo como definidor de todas as relações de dependência e troca de favores que tem em um dos lados o Estado. Estas relações vão desde a persuasão do eleitor de província dependente de algum fazendeiro até a concessão de cargos políticos como forma de manter uma clientela fiel e submissa que retribuirá o intermediário do pedido ou o próprio concesso do benefício, com seu apoio político.

escalada hierárquica que ia do inspetor de quartelão à presidência do conselho de estado. Esta corrida em busca de uma colocação, acontecia com mais intensidade a cada vez que se formava um novo ministério. Em contraposição a situação de dependência o provedor de favores era valorizado, em “*Encomendas*” o personagem *Felisberto*, era um homem admirado pela população local por ser “*serviçal como ninguém*” (FRANÇA JUNIOR, 1926:103).

Muitos acreditavam que o clientelismo era a própria razão de ser do Estado brasileiro. Mas o fato de ser algo intrinsecamente ligado ao sistema político imperial não significa que algumas vozes não se levantaram contra essa “política do favor” na intenção de abolir ou ao menos minimizar tal prática. É engrossando essa vertente de opiniões que a literatura satirizadora de França Jr. entra como de veículo de aperfeiçoamento do sistema. Ele, assim como outros homens de letras do período, percebia essa barganha de gratidão como algo prejudicial ao funcionamento do sistema político nacional e, por isso, fazia coro aos que se mostravam contra tal prática. Mas isso não impediu que ele próprio tivesse se beneficiado dela, pois completou seus estudos secundários em um colégio cuja admissão dos alunos, dependia de uma carta de recomendação (GRAHAM, 1997) o que também era muito comum para o ingresso na faculdade de direito de São Paulo onde se formou. Mais tarde, após 1868, aproveita-se da proteção do Barão de São Lourenço para exercer cargos públicos e viajar para Áustria em ocasião da exposição de arte. Ou seja, o próprio letrado que satirizava e ironizava as relações de dependência numa tentativa de desnaturalizá-las, não deixou de aproveitar dos benefícios individuais que essas relações poderiam oferecer quando lhes foi oportuno.

Em um terceiro ponto vejamos agora o que sua cultura conservadora trouxe de peculiaridade a sua obra e como utilizou da opinião pública para ganhar adeptos a suas idéias sobre política. França Jr. escreve folhetins no Jornal *Correio Mercantil* durante parte do período em que esteve em vigor o terceiro gabinete presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos que governou de 3 de agosto de 1866 a 16 de julho de 1868⁷. O *Correio* era um jornal conservador, o próprio França descreveu-o como órgão genuíno deste partido diferenciando-o assim de outros periódicos como o Diário do Rio de Janeiro que segundo ele era o órgão do “partido da roupa velha” maneira como designara os conservadores adeptos ao progressismo. Ele escreve “Espalham por aí os romanos dos entrelinhados que o partido conservador está dividido. Tem razão os romanos. Há o partido conservador e o partido da *roupa velha*” (FRANÇA JUNIOR, 1957:151). A temática predominante de seus escritos

⁷ Os folhetins publicados no jornal *Correio Mercantil* nos anos de 1867 e 1868 foram publicados sob o nome de *Política e Costumes: Folhetins Esquecidos* em 1957. (FRANÇA JUNIOR, 1957)

nesse periódico foi o ataque ao ministério progressista⁸. O folhetinista lançou mão de críticas e ofensas de todos os tipos para enfatizar e tornar risível os defeitos de seus inimigos. Referia-se ao chefe do gabinete, ironicamente, como o Guizot brasileiro e os demais ministros são tratados por expressões como: os sete pecados capitais; os deuses do Olimpo brasileiro; figuras sinistras; família composta de sete membros e diversos agregados; pica-paus; gatos, entre outras das quais destacamos estas somente para citar alguns exemplos do que estavam sujeitos seus adversários (Idem: 1; 19; 26; 54; 115.)

A situação política em 1868, já indicava que a situação do Gabinete era periclitante. No dia 16 de julho o ministério conservador assumiu o poder e no folhetim publicado quatro dias depois, a mudança de temática a qual o autor se submete é notória. Na primeira parte, intitulada “novos horizontes” escreve, “A política já não nos causa receio” (Idem: 277). Ou seja, parte da idéia de que o humor deve ser feito somente com o que causa receio, com o que ainda precisa ser corrigido. Assim, com o advento dos conservadores puros ao ministério a política deixa de ser alvo de suas piadas, ou pelo menos aparecerá de maneira mais escassa como tema de suas crônicas, nos próximos quatorze anos.

A opinião que se publica é, nesse sentido, selecionada de acordo com a cultura política de quem escreve. Se o jornalista é conservador acredita que com o advento ao poder dos ministros de seu partido o problema se esgota e as atenções podem ser voltadas para outros temas, já os liberais continuam ridicularizando o Imperador e seus ministros para convencer o máximo de leitores a rirem do que desenham e escrevem. Cooptando ridentes os grupos em disputa tornavam a sua opinião a opinião pública.

O quarto e último exemplo que marca sua cultura política como elemento de seleção é na verdade um silêncio, a ausência de referências ao Imperador Dom Pedro II. Revelando o viés monarquista de seus escritos em consonância com os ideais dos conservadores puros que, desde a maioria apoiavam o Estado centralizado na figura do Imperador. Durante a década de setenta, período em que esteve em vigência gabinetes conservadores França Jr. recebeu condecorações que marcavam sua participação nos meios de sociabilidade oficiais do Império. Tornou-se cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa (criada por D. Pedro I) e da Ordem

8

Entre os anos de 1867 e 1868 as pastas ministeriais foram ocupadas por José Joaquim Fernandes Torres (Império); João Lustosa da Cunha Paranaguá (Guerra); Zacarias Góis e Vasconcelos (Fazenda e presidente do conselho); Afonso Celso de Assis Figueiredo (Marinha); Manoel Pinto de Souza Dantas (Agricultura Comércio e Obras Públicas); Senador Antônio Coelho Sá e Albuquerque e depois **João Lustosa da Cunha Paranaguá, João Silveira de Sousa**(Estrangeiros); Martim Francisco Ribeiro de Andrada (Justiça).

Austríaca de Francisco José (Imperador da Áustria de 1848-1816) (FREITAS, 2002). O pertencimento a essas ordens em especial, além de firmá-lo como participante da nobreza cultural do Segundo Império alcançando novo patamar na escala da distinção social (MOREL, 2005:190), demonstra seu posicionamento a favor da monarquia. Comensal assíduo da família imperial⁹ ele abomina e ridiculariza o partido republicano e sofre grande decepção quando o Imperador é obrigado a deixar o país em 1889.

Pablo Souza demonstra que os jornalistas caricaturistas liberais atuavam de maneira diversa. Em suas charges e caricaturas estava representado, além dos sete ministros, o Imperador do Brasil (SOUZA, 2008), figura esta completamente ausente de qualquer folhetim ou comédia de França Jr. onde a corrupção ou inabilidade do governo frente às questões político-sociais do momento eram representadas sem a participação do representante máximo do Império. Isentando-o, dessa maneira, de qualquer responsabilidade a respeito dos problemas da nação. O Imperador era assim, tanto quanto os demais cidadãos, vítima de maus senadores, ministros, deputados, presidentes de província e etc.

A partir do que foi exposto até aqui pudemos observar que, como letrado, França Junior escreve comédias sobre estudantes de direito e cita pensadores e poetas em seus folhetins. Como burguês critica maus hábitos da burguesia dos quais citamos aqui a prática do clientelismo, mas também poderíamos ter citado, a moda afrancesada, os casamentos por interesse e o feminismo. Também em consonância com o pensamento da elite urbana enaltece o homem como provedor da família, a mulher como fútil e delicada, o político honesto, o casamento por amor, temas que por questão de espaço não puderam ser trabalhados no presente artigo. Como ferrenho conservador, em tempos de política progressista (1867-1868) utiliza-se de um vasto repertório de comparações desmoralizantes para se referir aos ministros do gabinete Zacarias, e quando enfim o inimigo é derrubado, considera que a política tenha perdido seu caráter risível e o mote de seus folhetins se torna outro. Por fim como monarquista, participa dos meios de sociabilidades oficiais do Império e ausente de responsabilidades o Imperador ao não torná-lo personagem de suas sátiras. Acreditamos que, através dessas raízes e filiações é que França Junior decidia o que deveria ser destacado, criticado, enaltificado ou silenciado em suas publicações.

Os homens de letras de período, independentemente de filiação política utilizavam a imprensa e a literatura para a modernização da Nação e do Estado Brasileiro. É certo que

⁹ De acordo com Artur Azevedo cujo artigo escrito na revista “*Século XX*” foi transcrito na quarta edição de seus folhetins sob coordenação de Alfredo Mariano (FRANÇA JUNIOR, 1926).

conservadores, liberais, republicanos, homens pobres livres, mulheres, cativos, homens do campo ou da cidade e inúmeros outros grupos em que poderíamos dividir a sociedade da segunda metade do século XIX possuíam, opiniões divergentes a respeito deste ideal, mas dentre eles somente os letrados detinham o poder de divulgar em grande escala suas idéias e transformá-las em opinião pública. Lançando mão deste poder é que França Jr., imbuído de uma cultura política burguesa, letrada, liberal e monarquista entrará na disputa pelo que acredita ser o melhor caminho para a modernização do Estado Brasileiro.

ALONSO, Ângela. **Crítica e contestação:** o movimento reformista da geração de 1870. RBCS, vol.15, nº44, outubro 2002.

CANO, Jefferson. **O Fardo dos Homens de Letras:** o “orbe literário” e a construção do Império brasileiro. UNICAMP. Tese de doutorado em História, 2001.

COELHO, Márcia Azevedo. **Muito siso e pouco riso:** a comédia conservadora de França Junior. São Paulo: Linear B; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2008.

FARIA João Roberto. **O Teatro na Estante:** estudos sobre a Dramaturgia Brasileira e Estrangeira São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

FRANÇA JUNIOR, Joaquim José da. **Folhetins: Publicados na Gazeta de Notícias.** 3.ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho Ribeiro dos Santos, 1915.

_____. **Folhetins.** 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho Ribeiro dos Santos, 1926.

_____. **Política e Costumes:** folhetins esquecidos (1867-1868). Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia: Civilização Brasileira, Col. Vera Cruz (Literatura Brasileira), 6, 1957.

_____. **Teatro de França Junior:** Tomos I e II, Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, Fundação Nacional de Arte (SNT/FUNARTE), Col. Clássicos do Teatro Brasileiro, 5, 1980.

FREITAS, Luiz Eduardo Viveiros de. **Folhetins e Máscaras:** a obra da França Junior. 2002. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. PUC/SP. Orientador: Miguel Chaia.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GUINSBURG, J.; FARIA, João Roberto, LIMA, Mariângela Alves (orgs.). **Dicionário do Teatro Brasileiro:** temas, formas e conceitos. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SOUZA, Pablo Bráulio. **Cultura política, Sátira e Caricatura:** moralidade pública liberal na imprensa humorística paulista na década de 1860. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso.

(Graduação em História) - Universidade Federal de Ouro Preto. Orientador: Valdei Lopes de Araújo.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Biografia: a não-história renascentista de Giorgio Vasari

Raquel Pereira Alberto Nunes¹

INTRODUÇÃO

Segundo a definição de Cícero, a história é mestra da vida, aquela que nos ensina, através de seus fatos exemplares, a forma certa de agir perante os acontecimentos, aprendendo com o passado para não errar no futuro (*apud* KOSELLECK, 2007).

A história, durante o Renascimento, assim como o padrão do belo, teve seu modelo copiado do modelo antigo. A inspiração grega permeou a época renascentista como uma busca pela glória que havia sido perdida durante os anos sombrios da Idade Média.

A concepção de história, tal qual exposta por Cícero na obra *De Oratore*, envolve tanto o caráter retórico do discurso quanto seu compromisso com a verdade, resultado principalmente do papel do historiador de testemunha ocular da história. Além disso, para Cícero, somente um orador prudente poderia ser capaz de produzir história, devido à complexidade de se redigir um texto que simultaneamente deleite e produza em seus leitores e ouvintes lições de virtude (TEIXEIRA, 2008, 551).

Assim, tal qual na história de Cícero, a história renascentista tanto cumpria a função de glorificar os heróis narrados das guerras e dos tratos políticos e religiosos, descrevendo-lhes as ações afim de renderem ensinamentos de vida, quanto glorificar a capacidade retórica dos historiadores.

Por isso, a *historia magistra vitae* exercia um papel pedagógico e moral, sendo provedora de paradigmas e exemplos de conduta, tendo uma função pragmática na vida social - até que o racionalismo ilumine essas questões e a história Lúvia comece a ser questionada por suas contradições internas.

Assim como a história, a biografia renascentista também teve suas origens na antiguidade clássica. As primeiras biografias remontam ainda ao período helenístico, porém destas não se tem notícias da autoria. A partir do século I, sabe-se das obras de

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, bolsista do CNPQ.

Suetônio - que escreveu a vida de escritores (*De viris illustribus*) e imperadores (*De vita caesarum*) –, de Plutarco – que escreveu a vida de gregos e romanos ilustres (*Bioi paralleloi*) – e Diógenes Laércio – que escreveu a vida de filósofos (*Philosophoi Biol*). Em todas essas obras é possível notar um gosto pelo anedótico e um interesse pela vida privada dos biografados.

Durante a Idade Média, mais comum do que as biografias de homens importantes eram as biografias de santos, marcadas pelo caráter de exemplaridade e divindade do biografado. Atanásio de Alexandria inaugurou esse gênero literário com a *Vida de Santo Antônio do Deserto*, que rapidamente se difundiu pelo Ocidente.

A biografia se perpetuaria no tempo e, durante o Renascimento, o historiador e biógrafo Bartolomeo Fazio dizia ser a biografia trabalho mais fácil, para relaxar depois de escrever livros de história. Suas biografias não tinham o mesmo peso que suas histórias porque não alcançavam os propósitos retóricos. Segundo Eric Cochrane, o propósito da biografia era decorativo e celebrativo, diferentemente da história, que pretendia ensinar pelos acertos e erros do passado.

As biografias permitiam uma periodização baseada na cultura, não no político, como uma válvula de escape da representação do social. Não é à toa que hoje nossa História Cultural - que procura pensar a vida dos homens, em seu cotidiano e relações - busca justamente essas fontes - na época oficialmente não-históricas – para suas pesquisas.

A obra de Giorgio Vasari se inscreve no início da mudança dessa mentalidade. Despontando nesse processo, podemos citar Francesco Guicciardini, historiador italiano da renascença, e Maquiavel - dois homens das letras que iniciaram as mudanças nas concepções da história política de até então.

Guicciardini, em *Storia d'Italia*, escrito entre 1537 e 1540, reconstrói a relação entre o acaso e a história ao dar à fortuna a totalidade da história. Assim, ele percebe que cada situação histórica é única e que os exemplos do passado não são aplicáveis ao presente porque as situações são irreproduzíveis. A função da história, para ele, deixa de ser exemplar e passa a ser prudencial (TEIXEIRA & JASMIN, 2004). O passado pode servir apenas como orientação, ajuda, não como garantia.

Maquiavel faz crítica ao monumento que era o homem antigo, questiona como o homem personagem da história Livia podia ser tão perfeito. Se era homem, assim como ele, deveria ser constituído de defeitos e virtudes e não ser como um herói. Assim, Maquiavel relativiza as fontes anteriores a ele, desmitificando figuras, ao mostrar que elas também possuíam condutas moralmente condenáveis (mas, segundo ele, necessárias). Também chama atenção para os floreios e a preocupação com a forma, inerentes à retórica da história, em detrimento da preocupação com os fatos.

De uma maneira ou de outra, estão aqui colocadas em cheque as principais questões da história de até então: a exemplaridade, a autoridade daquele que discursa e seu poder retórico. Essas questões estarão inscritas também na obra de Giorgio Vasari, vezes sendo afirmadas, vezes renegadas.

VASARI E *LE VITE*

Giorgio Vasari foi, além de biógrafo dos artistas do Renascimento, um artista renascentista ele próprio. A pintura, a escultura e a arquitetura figuravam não somente como partes de *Le Vite de' più Eccellenti Pittori, Scultori e Architettori*², mas também como partes de sua própria vida. Por isso, Vasari dispôs de grande número de informações “*collected ‘as a hobby’, only later shaping it to history*” (RUBIN, 1995: 120).

Para a organização de sua obra, Vasari provavelmente não contou apenas com suas anotações. A feitura de sua obra inscreve-se na tradição das biografias antigas. Herdou a preocupação com as artes e letras, em detrimento das atividades políticas; o hábito da coleção de detalhes e as relações entre mestres, discípulos e escolas de pensamento (principalmente de Laércio); o uso de anedotas para fins exemplares.

Vasari se utilizou desses modelos anteriores - muito adotados nas biografias de grandes figuras políticas ou guerreiros e nas hagiografias – para escrever a vida dos artistas, comprovando, através desse uso, o grande valor das artes visuais e o mérito de seus praticantes na sociedade renascentista.

No preâmbulo de seu livro, o biógrafo expôs seus pensamentos sobre as artes e a história - que serão fundamentais para a compreensão de suas narrativas biográficas. Por esse motivo, é importante um esboço de algumas dessas idéias:

² A primeira edição da obra foi de 1550, mas todas as traduções e posteriores reedições basearam-se na segunda edição, ampliada e revisada por ele, em 1568.

Percebendo que “a voracidade do tempo se manifesta reduzindo as obras e a admiração alheia, apagando os nomes de todos”, Vasari se utiliza de sua escrita “... para defender [os artistas] como posso dessa segunda morte [que é o ostracismo] e mantê-los o mais possível na memória dos vivos” (VASARI, 1955: 303-304).

Dessa forma, Giorgio privava não só seus mestres e contemporâneos, mas a si próprio, do esquecimento futuro. Mas ele não queria lembrar (nem ser lembrado) de qualquer forma: Vasari trabalhou na escrita de seu livro,

“salientando os seus [dos artistas] ilustres feitos, [afim de] pagar-lhes em parte o prazer que sinto diante das suas obras que me ensinaram o pouco que sei, e não criticar as obras alheias, acusando-as e censurando-as” (VASARI, 1955: 319).

Desse trecho, podemos tirar o tom de elogio a que se prestavam essas biografias.

Também no preâmbulo, Giorgio afirmar que o Renascimento é a evolução maior das artes, o momento culminante do desenvolvimento humano e que o papel do artista, a partir da renascença, é espalhar para o resto do mundo (aumentar em quantidade) aquilo que se conseguiu alcançar (o máximo da qualidade) em algumas poucas cidades italianas.

Essa luz fora precedida das trevas da Idade Média que tiraram a beleza das artes antigas, deixando-as morrerem. Sobre os motivos que levaram a essa escuridão, é interessante destacar o aspecto da fortuna presente no discurso sobre a história das artes de Vasari:

"como a sorte, quando conduz alguém ao ápice da vida, por brincadeira ou por arrependimento o leva de novo, a maioria das vezes, para o fundo, sucedeu (...) não somente o declínio de tão grande império como também a ruína do todo, e sobretudo da própria Roma, com a qual desapareceram igualmente os grandes artistas, escultores, pintores e arquitetos, soterrados, com as artes, pelos escombros da famosa cidade" (VASARI, 1955: 444).

Outro aspecto relevante no que concerne à evolução da história da arte de Vasari é o aspecto do dom natural e do engenho humano, sem o qual a Idade Média não teria sido superada.

"não havendo mais vestígio nem indício de coisas excelentes, os homens que se seguem, mais uma vez rudes e materiais, instigados pela natureza e aguçados pelo ambiente, começaram a produzir, não seguindo as regras das artes (coisa que não possuíam), mas segundo a sua própria engenhosidade"(VASARI, 1955: 447-448).

Sobre Michelangelo, Vasari escreve que

“podemos certamente afirmar que não erram os que o chamam divino, pois

divinamente foi que ele uniu em si só as três artes mais engenhosas e lindas que se encontram entre os mortais [quais sejam a pintura, a escultura e a arquitetura], com elas nos servindo, como se fôra um Deus” (VASARI, 1955: 317).

O divino alcançado em sua plenitude com Michelangelo se esboça também, ao longo do livro, em outros momentos. Desde a criação das artes, Vasari expõe uma visão divinizada do processo histórico:

“o princípio foi a própria natureza, o modelo a belíssima estrutura do mundo, e o mestre a luz divina infundida em nós pela graça divina, a qual não somente nos fez superiores aos outros animais, como também semelhantes, se é lícito dizê-lo, a Deus” (VASARI, 1955: 437).

Aspecto também recorrente e identificável ao longo da obra é a fala em primeira pessoa que Vasari por vezes utiliza, dando opiniões ou explicações ao leitor, criando relação direta com ele. Adiante essa característica será melhor entendida com exemplos.

GIOTTO

Uma das primeiras coisas que salta aos olhos ao lermos as biografias de Giorgio Vasari, é o universo religioso circundante e referencial. A visão de Vasari sobre os acontecimentos demonstra um caráter divino maior do que as pessoas, que é da ordem da natureza.

Essa visão, na biografia de Giotto, vem muito atrelada ao papel, dado por Vasari ao artista, de responsável pela passagem da escuridão das artes às luzes, como se Giotto di Bondone tivesse nascido predestinado a quebrar aquele silêncio das artes. “*It was Giotto alone who, by God’s favor, rescued and restored the art*” (VASARI, 1966: 57) ou

“The ease, order, and proportion of Giotto’s painting, qualities which were given him by nature but which he greatly improved by study and expressed clearly in all he did. As well as being naturally talented, Giotto was extremely studious; he was always going for new ideas to nature himself, and so he could rightly claim to have had nature, rather than any human master, as his teacher” (VASARI, 1966: 61).

Característica presente nas biografias desde a Antigüidade e também presente na biografia de Giotto é o uso da narração de casos e anedotas como forma de exemplificar, clarificar ou metaforizar a vida do indivíduo narrado. “*Vasari frequently adapted Pliny’s anecdotes, which he viewed as a form of authority about artist’s behavior and its consequence*” (RUBIN, 1995: 149-50).

Na biografia de Giotto, Vasari conta três casos referentes ao artista: o primeiro sobre o círculo perfeito desenhado com exímia destreza por Giotto para o rei, sem mover a mão; o segundo a conversa entre Giotto e o rei [o rei fala a Giotto “*If I were you I would leave off painting for a while, now it’s so hot*”, ao que Giotto responde “*So would I, if I were you*” (VASARI, 1966: 69); e o terceiro referente ao seu mestre Cimabue, que teria tentado afastar uma abelha que Giotto desenhara brincando no quadro do mestre, de tão fiel à realidade que a imagem estava.

Essas histórias não são comprovadamente verdadeiras, pelo contrário, muitas são confirmadamente anacrônicas e falsas. O que importava nelas era a lição, o que queriam provar e comprovar, o caráter de verossimilhança, não de verdade dos fatos (BAZIN, 1989: 25).

Outra questão bem exemplificada na biografia de Giotto é a importância da relação pupilo/mestre. Quando Vasari fala sobre os “sucessores” de Giotto, ele afirma “*I shall discuss these when I come to write their lives, merely recording here the fact that they were taught by Giotto*” (VASARI, 1966: 78).

Nessa passagem, um aspecto digno de ressalva é o uso da primeira pessoa, que aproxima e personifica o texto. Outra frase presente nessa biografia que exemplifica isso é “*I shall say no more about them*” (VASARI, 1966: 67).

Há nesta biografia um predicado interessante: Vasari reproduz, em citação, um trecho³ de outra fonte, qual seja *Three Hundred Novellas*, de Franco Sachetti. Essa preocupação com a demonstração de erudição não deve ser deixada de lado.

LEONARDO DA VINCI

O aspecto divino, que transcende a natureza estão presentes na apresentação dessa biografia:

“In the normal course of the events many man and woman are born with various remarkable qualities and talents; but occasionally, in a way that transcend nature, a single person is marvelously endowed by heaven with beauty, grace, and talent in such abundance that he leaves other men far behind, all his actions seem inspired, and indeed everything he does clearly comes from God rather than for art” (VASARI, 1966: 255).

³ “*I think it is worth while recording some of these, using Franco’s own words, so that in reading one of the phrases and modes of speech used in those days*” (VASARI, 1966: 78-9).

Esse dom natural transcendental se encontra presente ao longo de toda a biografia, como nos trechos “*his genius was wonderfully inspired by the grace of God*” ou “*he was so favoured by nature that to whatever he turned his mind or thoughts the results were always inspired and perfect*” (VASARI, 1966: 256-57).

As anedotas e casos também fazem parte da biografia de Leonardo. Nessa, Vasari conta, entre outras histórias, que o primeiro costumava comprar pássaro nas lojas de animais para soltá-los; que Verrochio parou de pintar depois que Leonardo, ainda novo, pintou um anjo no quadro dos dois muito melhor do que seu próprio; ou ainda que ele costumava seguir pessoas que ele achava interessantes nas ruas, de forma que, ao chegar em casa, pudesse desenhar a imagem de quem observou como se a pessoa estivesse em sua frente (VASARI, 1966: 257-61).

Pode-se tirar da narração dessas histórias a intenção de Vasari de afirmar características que ele considerava importantes, como o espírito livre de Leonardo, sua destreza e luz desde pequeno e seu olhar indefectível e atento. Mas, como já dito, se essas características podem até ser verdadeiras, muitas das histórias que as ilustram não o são.

Encontramos um bom exemplo do aspecto pessoal imposto ao texto pelo autor ao utilizar a já referida primeira pessoa, como no exemplo “*I must mention another habit of Leonardo’s (...)*” (VASARI, 1966: 261).

Vasari propõe como chave de leitura da obra de Leonardo a idéia que da Vinci tinha uma mente tão brilhante, ambiciosa e avançada que ele percebia a impossibilidade da completude dos projetos imaginados, largando muitos pela metade (VASARI, 1966: 257). Exemplos clássicos são a estátua eqüestre gigante que Leonardo começou a fazer, mas que alcançou proporções tão descomunais que ficou impossível de ser terminada (VASARI, 1966: 264); ou o rosto de Cristo na Santa Ceia, deixado propositalmente pela metade, convencido que estava da impossibilidade de dar a graça e divindade merecidas pela imagem (VASARI, 1966: 262). Vasari se refere a essas obras inacabadas em outros trechos, como em: “*He was always setting himself to learn many things only to abandon them almost immediately*” (VASARI: 1966:255); ou “*he worked on this painting [Monalisa] for four years, and then left it still unfinished*” (VASARI, 1966: 266).

CONCLUSÃO

A partir das idéias expostas, pode-se então pensar a obra *Le Vite* de Vasari sobre um prisma de afastamento ou aproximação com o que era História durante o Renascimento.

É possível pensar aproximações entre as idéias de Vasari e as de um historiador renascentista quando Vasari faz sua obra com intenção de elogio, de vangloriar a arte contemporânea a ele, tornando suas biografias exemplares. Pensando que a sociedade renascentista primava bastante pelas artes, é coerente pensar que os artistas eram ali heroificados de alguma forma, tal qual os heróis políticos, militares e religiosos da história mestra da vida.

Outra aproximação se refere ao caráter de utilidade pública e deleite que Vasari buscou durante sua obra e explicitou isso em palavras no Preâmbulo do livro: “desejando que o meu esforço seja tão útil quanto mo propus agradável, parece-me necessário, antes de iniciarmos a história, uma breve introdução” (VASARI, 1955: 317). A utilidade do texto deve-se ao caráter exemplar e o deleite da leitura vem através do texto bem escrito e envolvente, aos moldes retóricos da história da época.

De acordo com Rubin, a proximidade com a história se faz presente nas próprias palavras do autor que

“... says that he did not want to waste his efforts on 'a note' or 'an inventory'. Following 'the writers of histories' he saw the past as a 'mirror of life'. Vasari wished to give significant form to the history of the arts. The form he chose was biography” (RUBIN, 1995: 5).

Vasari, por ser contemporâneo de muitos de seus biografados e, por isso, conviver com eles, pode ser visto como testemunha ocular da história da arte da época. Nesse aspecto, seu trabalho se aproxima ao de um historiador clássico, que narrava o que vivera aos outros e, por esse motivo, seu fala adquiria maior credibilidade e legitimidade.

A citação de uma outra fonte, existente na biografia de Giotto, também corrobora essa preocupação de Giorgio em escrever história, uma vez que a citação é algo típico do trabalho do historiador.

Ele se disse historiador e trabalhou com essa intensão, porém, - talvez por não o ser de fato ou por realmente querer mostrar uma nova visão moderna da história -

algumas vezes, declinou de seu cargo histórico, relatando temas não pertinentes à história mestra da vida de então.

A recorrência das frases em primeira pessoa, personificando o texto, é uma das características da obra de Vasari que divergem dessa história mestra. As anedotas, os elogios em excesso, o caráter divino e a força do acaso são os outros elementos fundamentais desse desacordo. Essas características fazem do texto de Vasari não história, mas biografia.

Vasari pretendia mostrar um outro lado da vida que não a face política, religiosa e bélica, uma vida mais cotidiana e privada, mostrando como “tão nobres artes, possui [também] costumes honestos e leva vida exemplar” (VASARI, 1955: 318), direcionando sua história não só para os grandes feitos, mas também para as coisas mais simples.

Nesse aspecto, Vasari se afasta do que era o padrão da história na época e nos aponta, com sua biografia., o caminho de uma nova direção para a história, mais cultural e social do que política. Como bem salientou Eric Cochrane,

“biography had much to contribute to historiography in the way of new theses, new scheme of periodization (...) both of them observed the same distinction between fiction and truth, and both of them prescribed the same means for distinguishing the one from the other” (COCHRANE, 1981, p.411)

Winckelmann é outro autor que, no século XVIII, vê nos três prefácios de *Le Vite*⁴ - em que Vasari discorre sobre suas concepções de arte, modernidade, história, entre outras coisas - a moldura conceitual de sua História da Arte (POTTS, 1994: 40).

Hoje temos na obra de Vasari rica fonte primária para nossa História Cultural. Estivéssemos nós no século XVI, nem de história a isso chamaríamos. Mas sua importância, como documento, não se perdeu de vista em nenhum momento. Vasari tinha consciência do importante trabalho que realizava e que o tornaria, segundo Paolo Giovio, imortal.

BIBLIOGRAFIA

BAZIN, Germain. “O pai fundador” In **História da história da arte: de Vasari a nossos dias**. São Paulo : Martins Fontes, 1989

⁴ A obra é composta por três partes e um prefácio do livro como um todo. Cada uma dessas partes contém um prefácio próprio.

CANTÚ, Césare; VASARI, Giorgio & SAINTE-BEUVE, Charles Augustin. **Biografias de homens célebres: vida dos melhores pintores, escultores e arquitetos.** São Paulo: Editora das Américas, 1955

COCHRANE, Eric. “Biography” In: **Historian and historiography in the italian renaissance.** Chicago & Londres: The University of Chicago Press, 1988

GILBERT, Felix. **Machiavelli and Guicciardini: politics and history in sixteenth-century Florence.** Nova Iorque & Londres: W.W. Norton & Cia., 1984

KOSELLECK, Reinhart. “Historia Magistra Vitae – sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento” In: **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC-Rio, 2007

POTTS, Alex. **Flesh and the ideal: Winckelmann and the origins of art history.** New Haven & Londres: Yale University Press, 1994

RUBIN, Patricia. **Giorgio Vasari: art and history.** New Haven & Londres: Yale University Press, 1995

TEIXEIRA, Felipe Charbel; JASMIN, Marcelo Gantus. **A república bem ordenada : Francesco Guicciardini e a arte do 'bom governo'.** Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004

TEIXEIRA, Felipe Charbel. **Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história,** VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 24, nº 40: p.551-568, jul/dez 2008

VASARI, Giorgio. “Giotto” & “Leonardo da Vinci” In: **Lives of the Artists.** vol. 1. England: Penguin Book, 1966

História cultural e gênero: masculino e feminino

Regina Coeli da Silveira¹

Muitas são as formas utilizadas para apresentar as discussões sobre gênero - termo utilizado para teorizar a diferença sexual entre a mulher e o homem - na sociedade e analisar seus papéis dentro de uma perspectiva histórica.

No século XX, foi que se desenvolveram as várias modalidades da História, ampliando as possibilidades dos historiadores em sua atuação nos diversos campos da História, com uma enorme diversidade de conceitos, objetos e análises. A História Cultural aparece como uma realidade social a ser construída. Os novos objetos desse campo se tornam emergentes: a cultura popular, a cultura letrada, as representações, as prática discursivas intermediadas por diversos grupos sociais.

Com a expansão de seus objetos a História Cultural apresenta novas possibilidades e abre espaço para estudos. Segundo Falcon, pode-se pensar a História Cultural em termos bastante amplos e *“considerar duas concepções ou definições básicas acerca do campo de abrangência.”* A primeira, em sentido restrito, seria uma história voltada para textos e assim ligada a uma História Intelectual que se identifica com a chamada cultura dominante; a segunda, em sentido amplo, compreenderia tanto a cultura intelectual quanto a material *“a cultura intelectual, a erudita, a popular, a científica, filosófica, artística, a cotidiana, ou seja, em função das práticas e as representações culturais”*. (FALCON, 2002, p.78).

Mas alguns historiadores encaram com desconfiança esses objetos por restringir o campo historiográfico; entendem que as relações com os diversos níveis sociais é que fortalecem as pesquisas. Chartier considera primordial entender que as práticas e representações culturais que seriam produzidos pelos sujeitos produtores e receptores da cultura, correspondem aos *“modos de fazer”* e aos *“modos de ver”* e que essas noções são de importância para o historiador cultural. (D’ASSUNÇÃO, p.7)

Assim sendo, torna-se uma necessidade buscar a interdisciplinaridade com outras disciplinas a fim de abrir espaço para outras formas de análise que contribuirão no enriquecimento dos objetos e para a historiografia.

Nesse ínterim, vão aparecer discursos variados sobre a forma de analisar a História Cultural, como também as diversas concepções que serão discutidas pelos historiadores.

¹ Mestranda em História Social pela Universidade Severino Sombra (USS- Vassouras/RJ).

Desse modo, quando a História rompe com o paradigma tradicional (toda história cultural é também história política), as transformações começam e outros campos vão surgindo e sendo aceitos pela academia.

A História passa a se interessar pelas atividades humanas, percebendo que tudo tem passado e os tópicos que nunca foram pensados, surgem em termos da história e, como exemplo, temos “*a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo, a feminilidade, a leitura, a fala e até mesmo o silêncio.*” (BURKE, 1992, p. 11)

O que antes era encarado como uma construção cultural passa a ter aspectos relevantes: a base filosófica da nova história - que a escrita da história nos traz - é a idéia de que a realidade é social, culturalmente constituída. Este território é o locus nascendi dos preconceitos, dos estereótipos, das convenções, da mistura de uma cultura com a outra (a circularidade da cultura), incluindo todos os vestígios do que o homem fez ou pensou.

Os historiadores vão percebendo que as mudanças são necessárias para um melhor entendimento da história: tornar a escrita mais dinâmica e analisá-la sob outros aspectos fará emergir uma nova perspectiva. Temas como a “*descolonização e o feminismo*” - assuntos que tiveram grande impacto sobre a escrita recente – vão se delinear com mais clareza, a partir do momento em que a sociedade se interessa pelos sujeitos, aqueles que são os produtores e receptores da cultura (BURKE, 2002, p. 20).

Os estudos de Foucault sobre a tecnologia do poder exemplificam e configuram que “*o poder não pode ser apreendido pelo estudo do conflito, da luta e da resistência, a não ser em suas manifestações mais restritas.*” Não se pode considerar que o poder pertence a uma classe específica, mas como uma “*rede infinitamente complexa de micropoderes [os pequenos poderes que existem nas redes sociais, sem distinção ou categoria] de relação de poder que permeiam todos os aspectos da vida social*”. Com esta análise cada historiador identificará essa produção da verdade com um poder. Quando se fala em poder, imediatamente nos vem a figura do Estado. Foucault mostra que é mais do que a figura do Estado como forma de comando institucional da sociedade civil, mas as relações que permeiam a sociedade e tudo que a envolve, com e entre seus sujeitos e suas ações. (O’BRIEN, 1992, p. 46-7)

Para Foucault “*o Estado, o corpo, a sociedade, o sexo, a alma e a economia não são objetos estáveis, são discursos*”; são os efeitos desses objetos que, associados, vão revelar a posição do discurso, viabilizando a análise do poder, diante das visões de cada um, dos recortes temporais e das suas representações e práticas (O’BRIEN, 1992, p. 49).

São nos detalhes que percebemos as diferenças e são nas análises sobre o poder que podemos explicar a produção dos saberes e sua complexidade nas redes sociais. O Estado não é a única manifestação de poder, mas de certa forma, é quem articula com as demais instituições, a sua sustentação. Assim sendo, as relações de poder vão se efetuando, não existindo um poder maior que o outro; as práticas é que fazem toda a diferença.

O poder é produzido e Foucault nos incita a perceber que “*o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade*” e [...] “*explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo*”. Isso nos remete ao poder sobre o indivíduo e seu corpo quando utiliza tecnologias próprias de controle sob o indivíduo (FOUCAULT, 1979, p. 16). Sendo o homem manipulável por natureza, corroído pelo desejo do poder, exercer métodos sobre ele apenas virá confirmar um poder específico, o poder da disciplina que vem regulada pelos mecanismos de poder das redes sociais.

Partindo da premissa que o homem sempre se colocou como dotado de saber, considerando a mulher um ser inferior, seu poder se tornou um fato (cultural) na sociedade. O que se percebe, através da história, é que a relação entre homem e mulher vem sempre representada de forma variada, revelando que o poder do homem exerce controle na suas vidas, manipulando-as e disciplinando-as, quanto ao seu corpo e seus modos de pensar.

Trazer em tela esse assunto e analisar essa conjuntura configura uma nova discussão sobre gênero.

Desde os povos primitivos a mulher é considerada uma maldição. O homem se destacou dos animais e, através da cultura, se distanciou da natureza. O sexo masculino enfrentou, e enfrenta ainda, sérias dificuldades de relacionamento com o sexo feminino. A fêmea, embora muito parecida com o macho, possuía particularidades que a tornava profundamente inquietante para ele. Uma delas é o sangue, que se torna mágico por simbolizar vida. Por outro lado, a mulher derrama sangue (menstruação) e que como portadora desta força se torna perigosa, leva vários povos a criar mitos e assim, começou o preconceito contra as mulheres. Assim, “os homens procuravam meios e modos de dominar esta fonte original de terror e de ansiedade” e a “solução encontrada foi criar rígidos mecanismos de controle ideológico que trouxessem o feminino domesticado”, e dessa forma foram criados valores que levaram as mulheres a internalizarem que: a mulher é menos inteligente que o homem; é infiel; frágil fisicamente; incapaz de exercer tarefas próprias dos homens; possui habilidades específicas como bordar, tecer, costurar e cuidar da casa; é medrosa, supersticiosa, emotiva,

apaixonada; depende do homem; tem no casamento e na família a sua única razão de ser; sua maior realização é a maternidade, entre outras idéias que foram convencionadas a condição da mulher tornado-a manipulável e dependente da figura masculina (LEAL, 2004, p. 9-13).

Da antiguidade até os dias atuais, a tarefa dos homens tem sido controlar a sexualidade feminina. Por isso é necessário domesticar a mulher, inculcando nela que seu ideal é formar uma família, com sua honra preservada, com sua atenção voltada para o lar e o homem como chefe e mantenedor do lar, pertence às ruas, onde busca o sustento, enquanto sua mulher está *guardada e presa ao lar*. (grifo nosso)

Foucault relata como os corpos tornam-se dóceis através do poder disciplinar. A disciplina fabrica novos indivíduos; essa é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício, e reforça que *“o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação com procedimentos específicos, o exame.”* (FOUCAULT, 2007, p. 143)

A mulher está sempre sendo vigiada; suas ações é que irão determinar seu papel na sociedade, uma vez que suas atitudes analisadas e examinadas de acordo com os padrões culturais determinados, sob pena de viver marginalizada, excluída do convívio familiar, caso as suas demonstrações de conduta não estivessem adequadas aos padrões morais. Sua sexualidade deveria ser reprimida, pois somente aos homens era permitido manifestar suas necessidades.

Desta forma a mulher teve as suas perspectivas anuladas em função do homem, daí as discussões sobre gênero vêm soltar o grito preso das mulheres que foi abafado por anos, sob a égide dos padrões impostos pela sociedade.

Escrever sobre as mulheres é analisar politicamente (político nas relações de poder) seu papel na sociedade diante dos desafios de ser mulher frente à família, filhos e sociedade. A legitimidade do feminismo aparece diante desses dilemas e demonstra sua força política pelas discussões que trouxe para os historiadores de diversos campos, principalmente aos que são contra esses estudos, por não reconhecer sua legitimidade.

Portanto com a política e ideologia; convicção e prática é que serão analisadas as identidades individuais e coletivas que formam as relações sociais das mulheres, dos homens e da sociedade.

Com os novos objetos e suas análises surge o conceito de gênero que está diretamente ligado à História do movimento feminista contemporâneo. Para compreender o seu significado

é preciso buscar os indícios desse processo (Ocidente - séc. XIX) e analisar o feminismo como um movimento social organizado.

As ações dirigidas contra as mulheres são observadas em diversos momentos da História, principalmente através dos meios de comunicação: uma delas é a preocupação em mostrar as mulheres em sua vida social e profissional, na tentativa de desvincular a imagem da mulher que vive só para o lar.

Na virada do século XX, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade ainda maior com o chamado **sufragismo** (movimento para estender o direito do voto às mulheres). Este foi um dos primeiros movimentos de destaque social a favor da mulher, quando seus objetivos mais imediatos não eram ligados à organização da família e, sim, às oportunidades de estudos ou acesso a determinadas profissões.

Só na década de 1960 é que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, vai se voltar para as construções teóricas e, *“no âmbito do debate que se trava, entre estudiosas e militantes de um lado e seus críticos ou suas críticas de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero.”* (LOURO, 2008, p. 15)

O ano de 1968 foi à pedra de toque, o lugar comum, para as manifestações de insatisfação, quando grupos de intelectuais, negros, mulheres, e outros grupos expressam seus desencantos em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, à discriminação e à segregação. Esse momento, portanto, vai servir de referência, segundo Louro, *“a um processo maior, que vinha se constituindo e que continuaria se desdobrando em movimentos específicos e em eventuais solidariedades.”* (LOURO, 2008, p.16)

É nesse contexto social e político de contestação e de transformação que o movimento feminista contemporâneo é analisado, não apenas através de grupos de conscientização e protestos públicos, mas também através de livros jornais, revistas e publicações. Militantes feministas, docentes e pesquisadoras participantes do mundo acadêmico trazem para o interior das universidades, questões que mobilizam e fazem surgir os estudos sobre as mulheres, rompendo assim com os modelos tradicionais. Há muito as mulheres já exerciam atividades fora do lar, em fábricas e lavouras; agora, começam a ocupar funções em escritórios, lojas, escolas, hospitais, porém sempre dirigidas pelos homens.

Esses avanços fizeram as mulheres criarem empreendimentos coletivos, estudos e núcleos de discussões relativas apenas às mulheres, onde o tema central seria mostrar *“temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico; falaram do cotidiano, da família, da*

sexualidade, do doméstico, dos sentimentos”, e por argumentarem com ênfase, os estudos foram vistos com desconfiança por não serem neutros. Dessa forma lançaram mão das lembranças e de histórias de vida, registros pessoais, de diários e cartas buscando uma trajetória histórica específica para construir o lugar social das mulheres, com pretensões de mudanças. Diante dessas questões entende-se que uma das marcas dos Estudos Feministas é seu caráter político. (LOURO, 2008, p.19)

As discussões sobre gênero se configuram e vão sendo analisadas através de uma nova linguagem; ainda existem argumentos que justificam as desigualdades sociais (entre homens e mulheres), com a justificação nas características biológicas (distinção sexual) e que vêm determinando essa distinção por anos a fio. Faz-se necessário ressaltar que não são as características sexuais as mais relevantes, e sim como são representadas. Através do que se diz e se pensa é que vai constituir o que é feminino ou masculino na sociedade, e na história, tendo como ferramenta à política.

O fato é que não há como negar a biologia, mas é necessário enfatizar a construção social e histórica produzida de forma a compreender a representação dessas práticas no processo histórico, que se reflete nas relações entre os sujeitos.

Destas relações sociais se constroem os gêneros, por isso mesmo é que os estudos devem priorizar as análises sobre as mulheres explicitando o homem como referência. O conceito de gênero passa a ser pensado no plural, acentuando as diversas representações sobre homens e mulheres, transposto para outros contextos, sem disputa de ressignificação e de apropriação. (LOURO, 2008, p.23)

Discutir os papéis masculinos e femininos leva a uma análise dos indivíduos e das redes de poder. Entender o gênero como forma de constituir a identidade do sujeito é perceber a constituição do sujeito. As análises presumem uma relação direta entre as categorias - masculina e feminina - e a identidade do sujeito (sejam homens ou mulheres).

Entender que as formulações contemporâneas reafirmam a construção teórica metodológica nas abordagens sobre gênero, onde os estudos podem resultar em outras análises culturais e nas relações sociais de poder são discursos importantes para os historiadores.

Apesar da grande reviravolta da história, essas discussões vão se configurando através de análises dos contextos e da identidade construída - das mulheres em relação aos homens. São anos de repressão e serão anos para que as mudanças tenham novos significados, as abordagens devem ser examinadas de forma imparcial, para que a História tenha sentido.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMARAL, Ieda Ramona do; FARIA, Luciane Miranda. **Resenha sobre o livro de Roger Chartier: a história cultural entre práticas e representações.** Disponível em:

< http://www.ie.ufmt.br/.../21_resenha%20sobre%20o%20livro%20de%20roger.pdf >

Acesso em: 15 de julho de 2009. 21h 30 min.

BARROS, José D'Assunção de. **A história cultural e a contribuição de Roger Chartier.**

Disponível em < <http://www.dialogos.uem.br/include/getdoc.php?id=533&article> > - Acesso: 15 de julho de 2009. 22 h.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FALCON, Francisco. **História cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Tradução de Rachel Ramallete. 34. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **Microfísica do Poder.** Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade: o uso dos prazeres.** Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEAL, José Carlos. **A maldição da mulher: de Eva aos dias de hoje.** São Paulo: DPL, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

O'BRIEN Patrícia. **A história da cultura de Michel Foucault.** In: HUNT, Linn. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PRIORE, Mary Del (org.). **A história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2007.

RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. **Algumas notas sobre o pensar com gênero.** Disponível em < <http://www.historia.uff.br/nec/textos/doss1-1.PDF>> - Acesso: 15 de julho de 2009. 13 h.

SOHIET, Raquel. **História das mulheres e relações de gênero:** algumas reflexões. Disponível em< <http://www.historia.uff.br/nec/textos/text33.PDF> >. Acesso: 15 de julho de 2009. 12h 50 min.

SOHIET, Raquel. **Formas de violência, relações de gênero e feminismo.** Disponível em< <http://www.historia.uff.br/nec/textos/text34.PDF> >. Acesso: 15 de julho de 2009. 12h 54 min.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NO BRASIL: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

Reinaldo Azevedo Schiavo*

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), desde suas primeiras experiências na década de 1960 até os dias atuais, vêm sendo objeto de intensas e variadas pesquisas, tanto na academia quanto no meio eclesiástico. Muitos foram os historiadores, sociólogos, antropólogos, teólogos, agentes de pastoral, leigos e clérigos, brasileiros e brasilianistas, que se dedicaram ao estudo das CEBs no Brasil, o que gerou, conseqüentemente, uma volumosa produção bibliográfica, entre livros e artigos, dissertações e teses.

A gênese e perfis das CEBs, suas formas de organização, militância política e orientação teológica são os temas mais abordados nessa infinidade de estudos sobre esse modelo de organização da Igreja Católica. As conclusões, inevitavelmente, são altamente diversificadas, tendo em vista as diferentes tonalidades e enfoques adotados nas pesquisas.

Alguns estudos priorizam uma abordagem institucional, buscando compreender as mudanças dentro do catolicismo brasileiro a partir de uma tentativa da Igreja Católica em preservar sua influência sobre a sociedade (ROMANO, 1979; BRUNEAU, 1979). Tais estudos “concentram-se normalmente nas relações entre o Estado e a Igreja, nos desenvolvimentos internos da organização institucional católica ou no papel de grupos ou elites particulares nas transformações institucionais” (THEIJE, 2002).

Existem também os trabalhos que tomam como referência o universo político (secular), avaliando a participação das Comunidades Eclesiais de Base na organização da sociedade civil, no surgimento de movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, ou mesmo a sua influência no processo de (re)democratização do país (MAINWARING, 1989, SOUZA, 2004). Entre esses estudos existem aqueles que apresentam um cunho militante – incitado por agentes pastorais, membros do clero ou mesmo teólogos e sociólogos adeptos às idéias da Teologia da Libertação (LESBAUPIN, 2000; BETO, 1985) – e outros com propostas mais crítico-analíticas, embasados no rigor epistemológico exigido pela academia (ALMEIDA, 2000; BARAGLIA, 1991).

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.

Outros trabalhos, por sua vez, tomam a dimensão religiosa como ponto de partida, buscando compreender as CEBs para além dos interesses institucionais e políticos, uma vez que o objeto estudado compõe o campo religioso católico e está submerso e submetido a uma lógica simbólica de codificação e recodificação de signos, própria desse universo religioso que não se define simplesmente pela orientação institucional, mas carece da aceitação e assimilação dos agentes que configuram a base dessa organização (BURDICK, 1998; MARIZ, 1994). Estas análises, por assim dizer, tendem a “priorizar os processos mais no nível micro do que no nível macro, tendo, não raro, uma base local como referência” (THEIJE, 2002).

Em meio a esse variado universo historiográfico, composto por múltiplos referenciais teóricos e posicionamentos políticos, o objetivo desse artigo é fazer um balanço da literatura produzida sobre as Comunidades Eclesiais de Base, destacando as divergências e convergências analíticas, buscando clarificar como as CEBs foram interpretadas ao longo de mais de três décadas de estudos. Serão focados os estudos que tratam da formação dessas comunidades, suas definições, características e modelos de organização, atentando para as dimensões religiosa, social e política presente em cada abordagem.

O QUE É, E COMO SURGIRAM AS CEBs

As definições de Comunidades Eclesiais de Base se demonstram complexas entre os estudiosos do assunto. Segundo Faustino Teixeira (1988), “em torno das CEBs são possíveis diversas *caracterizações*”, não sendo “possível encontrar uma definição única e abrangente da experiência em curso”. Além disso, a “terminologia utilizada não é homogênea, dependendo muitas vezes do uso do termo ou das condições do lugar” (p. 305).

Diante desse dilema, Teixeira (1988) apresenta duas definições de CEBs que, segundo ele, são as mais comuns: a primeira seria pequenos grupos de fiéis que se reúnem regularmente para refletir a palavra de Deus, como um grupo de base, uma célula eclesial menor (círculos bíblicos, clube de mães, grupos de reflexão, etc.); a segunda trata-se de um conjunto de grupos de uma paróquia, definidos por questões geográficas – bairros, povoados, assentamentos, etc. (p. 305). Clodovis Boff (1981), complementando, diz que “o mais comum é chamar-se de CEB o conjunto de uns dez grupos de base, reunidos numa mesma área, normalmente na área paroquial”.

O ponto mais destacado na literatura sobre as CEBs é a característica desses grupos em fazer uma reflexão dos textos bíblicos confrontando-os com a realidade cotidiana vivida pelos leigos (MARINS, 1977; BETO, 1985; BARAGLIA, 1974; DUARTE, 1983, entre outros). Michel Löwy (1995) as define como pequenos grupos de leigos organizados nas paróquias, bairros, favelas, vilas e/ou comunidades rurais “que se reúnem para ler a bíblia e discuti-la à luz da sua própria existência” (p. 46). Para Regidor (1996), é por causa dessa prática que as CEBs “constituíram o lugar de um processo de conscientização dos cristãos em face dos problemas sociais e eclesiais” (p. 17).

Souza (2004), por sua vez, diz que “as CEBs não se constituíram em um movimento nacional, mas como uma rede flexível e diversificada de iniciativas de Igrejas locais” (p. 31). Ou seja, a formação das CEBs não obedeceu, necessariamente, a uma diretriz de caráter nacional ou continental, assumindo, por isso, uma variedade de características, seja na adesão de uma militância política, ou mesmo tornando-se grupos de orações e louvores, sem nenhum engajamento social. E essa dinamicidade de perfis pode ocasionar um problema identificado por Afonso Gregory (*apud* Teixeira, 1988) ao afirmar que “nem sempre são Comunidades Eclesiais de Base aquelas que assim são chamadas, como também podem existir muitas experiências desse gênero sem que sejam conhecidas ou chamadas de Comunidades Eclesiais de Base” (p. 345).

No que diz respeito à ausência de consenso conceitual sobre as CEBs, Theije alertamos para o fato de muito já ter sido pesquisado, nas ciências sociais brasileiras, sobre essas comunidades e serem várias as ambiguidades sobre o tema. “A falta de uma definição inequívoca do assunto provoca a discordância e a confusão sobre o impacto das comunidades de base no Brasil” (THEIJE, 2002, p. 47).

Alguns autores (THEIJE, 2002; TEIXEIRA, 1988; DUARTE, 1983; BOFF, 1981, BETO, 1985), como critério analítico, propõem uma reflexão separada dos termos que compõem esta sigla, a fim de identificar a discordância existente sobre esse conceito. Assim, *comunidade* refere-se ao localismo dos grupos e ao caráter coletivo de sua organização. *Eclesial* está relacionado àquela que seria a principal motivação do grupo: a fé. Já a palavra *base* é utilizada para se referir ao perfil de participantes das CEBs, que seria um povo pobre e oprimido, com “cheiro de fábrica, de motor, de tanque, de balcão de loja, de fila de INPS, de mangue, de peixe, de giz e apagador, de martelo e de enxada” (DUARTE, 1983, p. 46).

Não obstante às divergências sobre o perfil das Comunidades Eclesiais de Base, outro ponto importante a ser relatado diz respeito aos fatores que proporcionaram o seu surgimento. Não existe um consenso sobre uma data precisa da formação das primeiras CEBs. Segundo Marins (1977), “as CEBs surgiram pelos fins da década de 50” através de uma iniciativa da Igreja Católica em explicitar “uma encarnação cultural mais adequada àquela época” (p. 11). Para Frei Beto (1985, p. 16), elas “surgiram por volta de 1960, em Nízia Floresta,¹ arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros”.

Faustino Teixeira, no livro intitulado “A Gênese das CEBs no Brasil” (1988), evita estipular uma data precisa para o surgimento dessas referidas comunidades. O critério por ele adotado – e também utilizado por outros estudiosos do assunto² – foi contextualizar o período em que a origem se deu, no decorrer da década de 1960. Assim, Teixeira elenca alguns movimentos dos quais as CEBs seriam herdeiras³, e apresenta alguns acontecimentos que teriam favorecido – ou permitido – o surgimento e a perpetuação das Comunidades Eclesiais

¹ No início da década de 1960, sobre orientação de Dom Eugênio Sales, foi realizado em Nízia Floresta uma experiência pastoral, através de um trabalho missionário com as irmãs de Jesus Crucificado. Tendo como base o Plano Pastoral de Emergência e as orientações conciliares, esse movimento teria sido de grande importância para uma maior participação leiga, e, por isso, favorecido a organização de Comunidades Eclesiais de Base (Teixeira, 1988, p. 67-72)

² Muitos autores, ao tratarem da formação das CEBs no Brasil, situam-na dentro de um contexto específico caracterizado, dentre outras coisas, pela realização do Concílio Vaticano II e da Conferência Episcopal de Medellín, pela elaboração dos Planos Pastorais da CNBB, pelas consequências do golpe militar de 1964 e dos problemas sociais vigentes. Ver: FERNANDES, 1982; LIMA, 1979; TEIXEIRA, 1984; DUARTE, 1986; BOFF, 1982; KRISCHKE & MAINWARING, 1986; LESBAUPIN, 2000; dentre outros.

³ São eles: a já referida **Experiência Pastoral de Nízia Floresta**; a **Catequese Popular de Barra do Pirai**, movimento iniciado em 1956, que teve como objetivo principal combater o avanço protestante; o **Movimento de Natal**, caracterizado por um conjunto de atividades sociais e religiosas desenvolvidas pela diocese de Natal; a **Ação Católica** (em especial a JEC, JOC e JUC), que segundo Teixeira “propiciou um clima de grande abertura eclesial no país, contribuindo decisivamente para uma perspectiva de atuação crítica do laicato, bem como para uma nova articulação da fé com a realidade social”; o **Movimento de Educação de Base (MEB)**, que “significou o incentivo à participação dos leigos na Igreja, à articulação dialética entre prática pastoral e prática política, bem como ao compromisso com os pobres”; o **Movimento por um Mundo Melhor (MMM)**, que “caracterizava-se pela necessidade de adaptação da pastoral da Igreja às exigências do presente, e visava dinamizar as obras pastorais existentes como também despertar novas iniciativas na linha da unidade.” (TEIXEIRA, 1988, p. 56-115).

de Base, como o Concílio Vaticano II⁴, a Conferência Episcopal de Medellín⁵, e os Planos de Pastoral de Emergência⁶ e Pastoral de Conjunto⁷ da CNBB.

Outras questões que teriam favorecido a gênese das CEBs, e que são abordadas pela literatura, referem-se a alguns problemas enfrentados pelo catolicismo brasileiro naquele contexto, como a crise de vocações – ou a escassez de sacerdotes, e o avanço do pentecostalismo – que já na década de 1960 se apresentava como o grande ‘concorrente’ da Igreja Católica à preferência dos cristãos (TEIXEIRA, 1988; BRUNEAU, 1979; DUARTE, 1986).

Mas o grande impasse sobre a origem das Comunidades Eclesiais de Base refere-se aos objetivos da Igreja Católica em estimular essa sua nova forma de organização. Alguns autores atribuem à tentativa da CNBB em implementar no Brasil as orientações conciliares um dos fatores primordiais para o surgimento e consolidação das CEBs. A idéia de Igreja como “povo de Deus” teria sido fundamental para o fomento de um modelo de catolicismo em que os leigos tivessem maior autonomia e possibilidade de se ‘libertarem’ dos diversos problemas sociais que afligiam os brasileiros e latino-americanos. Por essa perspectiva, a criação das CEBs e a “opção preferencial pelos pobres” teriam tido um teor sincero e evangélico por parte da Igreja diante de um contexto de opressão e miséria vivido por seus fiéis (FERNANDES, 1982; BOFF, 1981; LIMA, 1979, DUARTE, 1986, dentre outros).

Todavia, alguns autores contestam essa tese, interpretando as mudanças no catolicismo brasileiro a partir da década de 1960 e, conseqüentemente, a adesão ao modelo de Comunidades Eclesiais de Base, como uma estratégia da Igreja em preservar sua instituição e garantir sua influência junto às massas (BRUNEAU, 1979; ROMANO, 1979). Com o golpe

⁴ O Concílio Vaticano II (1962 - 65) foi o acontecimento que, a nível mundial, desencadeou uma leva de renovações eclesiais e eclesiásticas, abrindo as portas da Igreja de Roma às questões da modernidade e proporcionando o desencadear de novas formas de eclesialidades a partir da realidade das Igrejas particulares (Beozzo, 1993, p.07).

⁵ A Conferência Episcopal de Medellín (1968), foi o espaço onde a Igreja latino-americana teria consolidado sua “opção preferencial pelos pobres”, assumindo as CEBs como modelo prioritário de organização dos leigos, e dado os primeiros passos rumo à Teologia da Libertação (BEOZZO, 1993, p. 08)

⁶ O Plano de Pastoral de Emergência foi editado em 1962, tendo como traços mais significativos “a atualização da paróquia, a renovação da diocese, a valorização da Igreja particular, o incentivo dado às múltiplas comunidades naturais já existentes na grande comunidade paroquial, a ênfase dada à colegialidade episcopal e à inserção pastoral dos religiosos, a valorização do leigo, o esforço de planificação pastoral e a valorização da multiformidade e unidade dos ministérios e carismas na Igreja” (TEIXEIRA, 1988, p. 119).

⁷ O Plano de Pastoral de Conjunto (1965) tece como principais características “o embasamento teológico pautado nos documentos conciliares, em especial a *Lumen Gentium*, a preocupação com o conhecimento objetivo da realidade sócio-religiosa brasileira e o incremento das técnicas de planejamento no sentido da articulação orgânica e renovada das atividades pastorais” (TEIXEIRA, 1988, p. 121).

de 1964, a Igreja estaria, gradativamente, perdendo espaço dentro do governo militar e deixando de ser a “porta voz” do povo brasileiro. Seus laços com a elite política do país estariam se esvaindo, o que a obrigou a “voltar-se” para as massas, no intuito de recuperar sua credibilidade e garantir a perpetuação de seu histórico papel de “manipulação de consciência” (ROMANO, 1979).

Mas independente das CEBs terem surgido de uma tentativa da Igreja Católica em preservar o seu aparato institucional, ou da iniciativa de religiosos realmente preocupados com a situação de seus fiéis e determinados, evangelicamente, em “libertá-los da opressão”, o fato é que as Comunidades Eclesiais de Base tornaram-se uma realidade do catolicismo brasileiro, e tiveram uma participação ativa na vida religiosa, social e política desse país.

A EXPANSÃO DAS CEBs E A MILITÂNCIA POLÍTICA

Se a década de 1960 é considerada o período de surgimento das CEBs, será na década de 1970 que elas se proliferarão pelos rincões do país, assumindo cada vez mais uma militância sócio-política e propiciando uma variedade de interpretações a esse respeito. Os autores mais otimistas quanto à participação das Comunidades de Base na articulação e desenvolvimento da sociedade democrática, tendem a enfatizar o papel da Igreja Católica como “baluarte da oposição ao regime democrático” e como decisiva força de revigoração da sociedade civil (KRISCHKE, 1979; PETRINI, 1984, OLIVERIA, 2001). Por outro lado, algumas leituras mais críticas quanto ao papel político desempenhado pela Igreja acusam-na de deslegitimar as lideranças de vanguarda, de manter relações ambíguas com o Estado e de influenciar, de forma danosa, a articulação autônoma de movimentos sociais (MORAIS, 1982; ROMANO, 1979).

Seja de forma benéfica ou não, os vários relatos historiográficos deixam claro que realmente houve uma considerável influência das Comunidades Eclesiais de Base na organização sócio-política da sociedade brasileira. A grande questão em debate na literatura sobre as CEBs é como de fato essa influência aconteceu, se houve realmente autonomia e protagonismo por parte dos leigos engajados nessas Comunidades, num processo nascido da base, ou se essa intervenção sócio-política se processou de ‘cima para baixo’, através da manipulação dos leigos pelos agentes de pastoral, hierárquicas e/ou articuladores políticos.

Os autores adeptos à primeira versão defendem a hipótese de que o processo de multiplicação e amadurecimento das CEBs na década de 1970 teria acontecido concomitante à assimilação das propostas da Teologia da Libertação⁸ e a um sofisticado e eficiente sistema de articulação nacional, proporcionando uma militância política consciente e eficiente (TEIXEIRA, 1988; LIMA, 1979). Por essa ótica, “as CEBs ajudaram a difundir novas práticas sociais, com ênfase na participação e em métodos democráticos, e fortaleceram os movimentos populares em muitas regiões do país” (MAINWARING, 1986, p. 95).

Essa mencionada articulação nacional começou a tomar forma a partir da realização do *1º Encontro Intereclesial de CEBs*, que aconteceu em 1975 na cidade de Vitória-ES. Esse encontro foi reeditado no ano seguinte no mesmo local, em 1978 aconteceu o 3º Intereclesial em João Pessoa-PB, e na década de 1980 outras 4 edições foram realizadas. Tais encontros nacionais eram organizados majoritariamente por membros da hierarquia católica e agentes de pastoral. O objetivo era criar uma maior articulação entre as CEBs no Brasil, partilhar experiências, qualificar a militância política e definir planos de ações conjuntas (TEIXEIRA, 1988, 318-326).

Essa articulação nacional é entendida, por boa parte dos autores, como benéfica à atuação política das CEBs. Mas, por outro lado, essa mesma articulação recebeu uma interpretação diferente em outras leituras. Por estarem os intereclesiais sob o controle de padres e religiosos da Igreja Católica, “a orientação das CEBs passa das mãos de seus promotores para aquelas de um grupo de ‘peritos’ em condições de dar, à ‘caminhada’, uma direção mais definida (BARAGLIA, 1991, P. 404). Nessa perspectiva, o protagonismo dos leigos nas CEBs é colocado em xeque, uma vez que a liberdade e autonomia das bases, tão almejada na década de 1960, são substituídas por uma orientação que vem de cima, formulada pelos peritos, ou “intelectuais orgânicos”, que procuram “legitimar a manutenção do controle político por parte da hierarquia”, repetindo assim a “velha prática dos partidos políticos de

⁸ A Teologia da Libertação desenvolvida na América Latina por teólogos como Gustavo Gutierrez, Leonardo Boff, Clodovis Boff, dentre outros; caracteriza-se pelo forte teor político de suas mensagens. Diferentemente da teologia pentecostal – que entende o mundo terreno como um espaço de provações para se alcançar o Reino de Deus –, na Teologia da Libertação prega-se que o Reino de Deus acontecerá aqui na terra, mas para isso é necessário libertar o povo de Deus de sua situação de opressão, através de uma transformação (ou revolução) do sistema capitalista, eleito pelos teólogos como o grande responsável pelos problemas sociais enfrentados pelo povo. Essa vertente teológica encontrou nas CEBs um espaço profícuo para sua perpetuação. Em contrapartida, as Comunidades Eclesiais de Base que adotaram a TdL como orientação teológica acabaram por incorporar um perfil mais politizado de militância social. (BOFF, 1981; THEIJE, 2002; TEIXEIRA, 1988; MAINWARING, 1989; LIMA, 1979)

esquerda, onde a cúpula de dirigentes fala em nome dos dirigidos” (ALMEIDA, 2000, p. 125).

Todavia, não são raras as situações em que as CEBs – seja pelo protagonismo dos leigos ou pela manipulação dos ‘peritos’ – foram de extrema importância para a constituição de uma variedade de lutas sociais e incentivaram a formação de lideranças políticas de esquerda. Elas foram influentes na motivação dos fiéis católicos para a luta política, muitos deles se envolveram em organizações comunitárias, movimentos sociais pela reforma agrária, sindicatos e partidos políticos. A articulação nacional das CEBs, embasada nos pressupostos da Teologia da Libertação acabou por gerar um discurso “inerentemente persuasivo para os participantes da *comunidade* e portanto os têm arrastado a todos para a luta política” (BURDICK, 1998, p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as várias leituras sobre a participação política das CEBs apresentem divergências plausíveis, elas convergem em um ponto: no processo de (re)abertura política e reorganização da sociedade democrática no Brasil, houve uma significativa participação das Comunidades Eclesiais de Base (de forma benéfica, ou não!). Por outro lado, uma questão que ainda carece de um estudo mais detalhado é se, na prática, essa militância política aconteceu de forma hegemônica entre as CEBs brasileiras.

Embora a maioria dos autores utilizados nesse balanço historiográfico deixe claro que as Comunidades Eclesiais de Base não surgiram de um processo homogêneo, e muito menos seguiram um padrão unívoco, e que muitas delas sequer aderiram ao modelo de comunidades politicamente engajadas; as CEBs que aparecem na maioria das pesquisas analisadas são aquelas que aderiram às orientações teológicas da Libertação e, conseqüentemente, assumiram uma militância sócio-política.

Burdick (1998), ao caracterizar as CEBs encontradas em seu estudo na Baixada Fluminense, as vê como tendo consciência despertada, todavia não estão geralmente engajadas em atividades e movimentos sociais que não dizem respeito às práticas católicas. Theije (2002), ao estudar as Comunidades de Base da Diocese de Garanhuns-PE, também percebeu que as idéias liberacionistas⁹ chegavam e em boa parte das vezes eram

⁹ Theije utiliza o termo “liberacionista” para se referir às orientações da Teologia da Libertação, ou aos adeptos dessa vertente.

compreendidas, mas a prática das mesmas acontecia em raras ocasiões. Uma das explicações da autora é que essas concepções teológicas são sempre mediadas no plano local, e naquele contexto, a violência, as relações de dependência com os grupos patronais e o poder consolidado de muitos políticos conservadores dificultavam que as propostas da Teologia da Libertação fossem colocadas em prática.

Mariz (1994), no mesmo sentido, percebeu que muitas das idéias propostas pelas CEBs – como a democratização de base das práticas católicas, por exemplo – eram difíceis de serem praticadas, pois na vida cotidiana isso “apresenta uma série de limites e problemas” (p.26). Os objetivos propostos pelos liberacionistas nem sempre tinham contexto apropriado para a prática. Theije (2002) chegou à conclusão de que há sempre um processo de ‘ajuste situacional’ às mensagens religiosas, ou seja, os religiosos pensam e refletem sobre as mensagens religiosas dentro de seus contextos para agir ou não conforme as idéias recebidas, pois podem ocorrer diversos impedimentos locais para tais ações. Assim, ela acredita que considerar a não ação política como uma falta de conscientização do projeto liberacionista seria “uma má compreensão do funcionamento do processo político e um descaso do raciocínio do povo” (p. 333).

Uma proposição sólida encontrada em algumas leituras sobre as Comunidades Eclesiais de Base é que foi pequeno o número de pessoas membros das CEBs que efetivamente responderam às mensagens católicas da forma com que objetivava o clero e os agentes de pastoral ligados à Teologia da Libertação. Entretanto, fica evidente que a literatura que trata desta temática é muito menor do que aquela que trata dos engajamentos político e social nos trabalhos das CEBs. Neste sentido, vale destacar que as práticas liberacionistas nem sempre ocorrem da forma racional esperada pelos intelectuais e as diversas concepções católicas podem se mesclar, sendo impossível encontrar uma forma pura.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Ivan Antônio de. *A síntese de uma tragédia: Movimento Fé e Política*. Ouro Preto: Editora Ufop, 2000

BARAGLIA, Mariano. *Evolução das Comunidades Eclesiais de Base*. Petrópolis: Vozes, 1974.

- BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BETTO, Frei. *O que é Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1985
- BOFF, Leonardo & BOFF, Clodovis. “Povo, Comunidade Eclesial de Base, Libertação. *Convergência*. Ano XIV, nº 140, março, 1981.
- BOFF, Leonardo. “Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação”. *Convergência*. Ano XIV, nº 145, setembro, 1981.
- BRUNEAU, Thomas C. *Religião e politização no Brasil: Igreja e o Regime Autoritário*. São Paulo, Loyola, 1979.
- BURDICK, John. *Procurando Deus no Brasil*. Petrópolis Vozes, 1996.
- CNBB. *Comunidades: Igreja na Base*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1975. (Estudos da CNBB).
- _____. *As Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.
- DUARTE, Laura Maria Schneider. *Isso não se Aprende na Escola: a educação do povo nas CEBs*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FERNANDES, Luis Gonzaga. “Gênese, Dinâmica e Perspectiva das CEBs no Brasil”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 42, fasc. 167, setembro, 1982.
- KRISCHKE, Paulo & MAINWARING, Scott (orgs.). *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição: 1974-1985*. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.
- LESBAUPIN, Ivo. “Comunidade de base e mudança social”. *Praia Vermelha – Estudo de Política e Teoria Social*, 3:54 - 79, 2000.
- LIMA, Luis Gonzaga de Souza. *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, autores associados, 1995.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução: Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARINS, José. *Comunidades Eclesiais de Base na América Latina: origem, conteúdo, perspectivas*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1977.
- _____. *Metodologia Emergente das Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.
- MARIZ, Cecília. *Coping with Poverty*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. “Perfil social e político das lideranças de CEBs no Brasil”. *Memória e Caminhada*, 1:6-13, 2001.
- PETRINI, João Carlos. *CEB's: um novo sujeito popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- REGIDOR, Jose Ramos. “Vinte e Cinco anos da Teologia da Libertação”. In: BOFF, Leonardo (org). *A Teologia da Libertação: Balanço e Perspectivas*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. Crítica ao populismo católico. São Paulo: Kairós, 1979.
- SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História*. Petrópolis, Vozes, 1982
- _____. *Do Vaticano II a um Novo Concílio? O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- TEIXEIRA, Faustino. *Os Encontros Intereclesiais de CEBs no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1996.
- TEIXEIRA, Faustino Luis Couto. *A Gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.
- TEIXEIRA, Paulo Couto. “Comunidades Eclesiais de Base: A Renovação da Igreja?” *Convergência*. Ano XIX, nº 177, novembro, 1984.
- THEIJE, Marjo de *Tudo o que é de Deus é Bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil*. Recife. Fundação Joaquim Nabuco – Editora Massangana, 2002.

“Pouca diferença vejo entre esses romances e vossas histórias”: As “Luzes” legitimando a instrução pela literatura e renegando o aprendizado através da história?

Renato Sena Marques *

Este trabalho parte do pressuposto que a Europa teria, durante o século XVIII, vivido uma “crise de consciência” (HAZARD, 1971). Esta, por sua vez, se pautava, principalmente, em questionamentos acerca de certos paradigmas. A perda de prestígio do latim para o francês, a ascensão de uma heterodoxia, o surgimento de uma “Razão agressiva” e o questionamento da história como “mestra da vida” (KOSELLECK, 2006), serão situações que levaram - e demonstraram - a “inquietação intelectual” dos homens europeus durante os setecentos.

Será dentro deste contexto que surgirão as principais fontes deste trabalho: os “romances modernos” (WATT, 1996). Esse gênero literário teria surgido na Inglaterra setecentista com a obra *Robinson Crusoe* (1719; *Robinson Crusoe*) de Daniel Defoe (1660-1731). Posteriormente, os romances modernos teriam atingido a França e demais países europeus.

A tentativa de aproximação das narrativas com o cotidiano vivido por seus leitores é a principal característica dos romances modernos. Busca-se sempre um “real”, tanto na descrição dos fatos, nos nomes dos personagens, no anseio por precisão do tempo e do espaço e na maneira em que a obra é dirigida ao leitor.

Toda forma de narrativas fantasiosas estariam, portanto, fora dos propósitos estabelecidos pelos romances modernos e por seus autores. Não por acaso, Montesquieu irá se referir, nestes termos, aos “romances romanescos”¹: “*esses seriam nossos romances: aventuras tão insulsas e que a cada passo se repetem, nos enfadam e nos repugnam os prodígios disparatados de que estão cheios*”. (MONTESQUIEU, 1969: 237). Ou ainda:

“(…) de todo o meu coração desejaria que fosse decretado por lei que, antes de qualquer viajante publicar a relação das suas viagens, jurasse em presença do grã-chanceler que tudo o que mandasse imprimir, fosse exatamente verdadeiro, ou, pelo menos, que assim o julgasse. O mundo não seria enganado como é todos os dias”. (SWIFT, 1996: 334)

Watt nos concede uma metáfora interessante acerca dos romances modernos. Para o autor,

· Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹ Gênero anterior aos romances modernos. Foram também chamados “prosas de ficção medievais” e “romances de cavalaria”.

(...) pode-se dizer que o romance imita a realidade adotando procedimentos de outro grupo de especialistas em epistemologia, o júri de um tribunal. As expectativas deste como as do leitor de um romance, coincidem sob muitos aspectos: ambos querem conhecer “todos os particulares” de determinado caso - a época e o local da ocorrência; ambos exigem informações sobre a identidade das partes envolvidas (...) e também esperam que as testemunhas contem a história com suas próprias palavras. (WATT, 1996: 31).

“E também esperam que as testemunhas contem a história com suas próprias palavras”. É importante atentar para esta frase. Ela sintetiza outra característica fundamental dos romances: sua “amorfomidade narrativa”. Rompe-se com as “belas letras” e seus temas fantásticos. Anseia-se pela concisão das descrições e, principalmente, pelo entendimento destas por parte dos leitores. Mesmo que isso trouxesse, para o romance, a imagem de ser um “gênero menor”: *“sei que não há muita honra em publicar narrações de viagens; que isto não demanda nem gênio nem ciência e que basta possuir uma boa memória ou ter um diário exato”.* (SWIFT, 1950: 334).

De acordo com Watt, a “amorfomidade” nas narrações dos romances modernos seria o preço a ser pago por sua busca pela descrição do “real”. O rompimento com as obras de “belas letras” traria, para o romance, um maior compromisso com aquilo que Watt chamará de “realismo formal”:

(...) já que o romancista tem por função primordial dar a impressão de fidelidade à experiência humana, a obediência a convenções formais preestabelecidas só pode colocar em risco seu sucesso. Comparado à tragédia ou a ode, o romance parece amorfo – impressão que provavelmente se deve ao fato de que suas convenções formais seria o preço de seu realismo. (WATT, 1996: 15)

Por que os autores dos romances modernos teriam rompido com uma ortodoxia literária? Em outras palavras: com qual finalidade os romancistas se afastavam das “belas letras” e se aproximavam da “realidade” vivida por seus leitores?

Para responder a essa pergunta é preciso ter em mente que os romancistas se colocavam como “benfeitores públicos”, ou seja, como uma “elite letrada” que poderia levar “instrução” aos indivíduos “menos instruídos”:

(...) talvez me aconteça o mesmo; viajantes irão aos países em que estive, inquirirão das minhas descrições, farão cair o meu livro e esquecer (...) Veria isso como uma

verdadeira mortificação, se escrevesse para a glória; **como, porém, escrevo para a utilidade do público** (*negrito meu*), nenhum cuidado me dá e estou preparado para todas as eventualidades. (SWIFT, 1950: 334)

Villalta irá além. Para o autor, juntamente com a “instrução”, o romance deveria levar também “*a diversão e a edificação moral*” aos seus leitores. (VILLALTA, 1999: 04).

Ateremos-nos neste trabalho, principalmente, aos objetivos “instrutivos” e “moralizantes” dos romances.

Com relação ao seu caráter “divertido”, nos basta informar que este era o grande “perigo” que traziam os romances. Ao fazerem uso de uma linguagem menos rebuscada (o que facilitaria, sobremaneira, a compreensão sobre os assuntos narrados), ao priorizarem temas mais próximos ao cotidiano do leitor e ao enfatizarem a “humanidade” dos protagonistas das obras, os romancistas não somente divertiam os leitores como os faziam compreender determinados acontecimentos. E esses, por sua vez, nem sempre deveriam ser expostos ao “vulgo” e tampouco sujeitos à sua análise. O já citado Daniel Defoe explicitava essa preocupação:

Mas, como esta obra se destina principalmente aos que saibam lê-la e utilizar-se bem do que é recomendado ao longo de toda ela (*negrito meu*), pode-se esperar que esses leitores fiquem mais interessados pela moral que pela fabulação; mais com a aplicação daquela que com a narrativa; mais com a intenção do escritor que com a existência da personagem a respeito da qual escreve. (DEFOE, 1980: 10)

Desse fragmento, podem-se perceber duas situações: a) o conteúdo do romance não se destinava a “qualquer leitor”; b) a narrativa do romance poderia, se lida de maneira menos “ilustrada”, agir contra seu objetivo principal, ou seja, ao invés de “instruir” poderia “corromper” seus leitores.

(...) logo abandonou esse livro (*de reflexões compostas por um brâmane – grifo meu*) para pegar aquele que tirava do armário secreto e que era um romance cujas situações eram delicadas e as imagens vivas. Essa leitura me parecia tão pouco dever ser a de Fatme que eu não podia me recuperar da minha surpresa. (FILS, 1992: 31).

Evitando, pois, que suas obras se transformassem em grandes “perigos públicos”, os romancistas pareciam fazer questão de assinalar o caráter “instrutivo” e “edificador” de suas narrativas. Por trás de um “libertino” existia, quase sempre, um “ilustrado” pensando em trazer algum tipo de “ensinamento moral”:

Através da imensa variedade deste livro, apegamo-nos estritamente a uma idéia básica: não incluir, em nenhuma parte, alguma ação perversa que não dê origem a conseqüências infelizes: não por em cena um autêntico vilão sem que acabe mal ou seja levado a se arrepender: não mencionar qualquer ato criminoso sem condená-lo na própria narrativa e nenhuma ação virtuosa e justa que deixe de receber seu louvor (...) (DEFOE, 1980: 10-12).

Já nos parece ser possível, feita essa breve explanação sobre os romances, compreender o trecho extraído do livro “Emílio ou Da Educação” (1762; *Émile ou De L'éducation*), de Jean Jacques Rousseau (1712-1778), que serviu como parte do título deste trabalho.

De acordo com o filósofo genebrino, o ideal de “edificação moral”, proposto pelos romances, seria o diferencial deste com relação à história.

Vejo pouca diferença entre esses romances e vossas histórias, a não ser a de que o romancista se entrega mais à sua própria imaginação e que o historiador se escraviza mais a de outrem; ao que acrescentarei, se quiserem, que o primeiro se propõe um objetivo moral, bom ou mau, de que o outro pouco se preocupa. (ROUSSEAU, 1999: 269).

Rousseau critica, ao que parece, uma história demasiadamente próxima à literatura. Menos interessada em buscar (ou se aproximar de) uma pretensa “verdade” de determinado acontecimento ou personagem histórico, essa concepção de história tenta falseá-los ao dar-lhes “belas interpretações”. Nesta situação, o historiador torna-se mais um “artista das belas letras” do que alguém que crítica os fatos que lhe são apresentados. A história, portanto, torna-se “refém” da imaginação de quem a narra. E uma vez assim constituída, não poderá servir como forma de conhecimento sobre os fatos passados.

Demais, muito falta para que os fatos descritos na história sejam a pintura exata dos mesmos fatos como ocorreram: mudam de forma na cabeça do historiador, amoldam-se a seus interesses, tomam a cor de seus preconceitos (...) E que lições posso tirar de um acontecimento cuja verdadeira causa ignoro? O historiador dá-me uma, mas a inventa; e a própria crítica, de que tanto falam, não passa de uma arte de conjeturar, a arte de escolher entre várias mentiras a que mais se assemelha à verdade. (ROUSSEAU, 1999: 269).

A crítica de Rousseau parece corroborar a idéia, trabalhada por autores como Koselleck e Hazard, de que durante o século XVIII, uma história “mestra da vida” estaria sendo fortemente questionada. Segundo Koselleck:

Antes de abordarmos a questão sobre o quanto esse velho *topos* (*História magistra vitae- grifo meu*) já se teria diluído na história em movimento que caracteriza a época moderna, é preciso lançar um olhar sobre a questão de sua duração. Esta perdura quase ileso até o século XVIII. (KOSELLECK, 2006: 42).

Hazard, por sua vez, nos informa que uma história “instrutiva”, calcada em exemplos do passado, teria sido odiada pelos “libertinos” setecentistas.

Porque a história era como sua inimiga pessoal; e diziam sempre que ela era incerta e falsa; que era vil, estava cheia de lisonjas dirigidas aos poderosos; que a preparavam como os cozinhados, servindo a mesma carne em tantos guisados quanto países há no mundo; que se devia lê-la, não para conhecer os fatos, mas só para ver a interpretação de cada homem, cada partido, cada povo lhe dava; e que toda ela não passava de um perpétuo pirronismo. (HAZARD, 1971: 38).

Do fragmento acima, podemos destacar três aspectos: o primeiro, já visto no pensamento de Rousseau, se refere à noção de que a história seria bastante superficial em suas análises; além dessa característica negativa, os “libertinos” a viam como uma escola de “lisonjas” aos “grandes personagens”; por fim, a narrativa histórica estaria propensa a se “adequar” às diferentes construções dadas por distintos povos.

Mesmo que durante suas vidas Rousseau e Voltaire (1694-1778) tivessem discordado sobre diferentes assuntos, com relação a existência de uma “história lisonjeira” os dois filósofos pareciam, no entanto, caminhar em uma mesma direção.

O genebrino condenava uma história que, a pretexto de fornecer “grandes exemplos” através de “grandes personagens”, afastavam estes últimos de um “viver real”. Em outras palavras: as ações dos “grandes nomes”, que serviriam para serem seguidos como “exemplos”, eram, na verdade, representações de “atores principais” dentro de um palco. Tal como as narrativas da história – belas, porém acríicas – os “grandes personagens” que nela apareciam, já estariam preparados para serem vistos. A história, para Rousseau, mostraria muito mais as “ações” do que os “homens”. O que se via, portanto, não era o “grande homem”, mas o “grande personagem”.

Acrescentai a todas estas reflexões que a história mostra muito mais as ações do que os homens, porque ela não vê estes senão em certos momentos escolhidos, com suas vestimentas de gala; ela só apresenta o homem público que se arranjou para ser visto: não o acompanha em sua casa, em seu gabinete, na sua família, entre seus amigos; só o pinta quando ele representa: é muito mais sua vestimenta que sua pessoa que pinta. (ROUSSEAU, 1999: 271).

Por seu turno, os romances de Voltaire, dentre várias outras de suas características, apareceram para trazer os “grandes” à cena de suas vidas privadas. Ao contrário da história, que “vestia” os seus protagonistas para aparecerem aos olhos do leitor, Voltaire os “despia”. Assim, pode-se ver em seus romances, desde reis destronados passando carnaval em Veneza até reis traídos por suas esposas, *“De suas cem mulheres, noventa e nove sucumbiram às suas próprias vistas* (VOLTAIRE, 1998) e por seus administradores:

O rei sabia-o: por várias vezes mudara de tesoureiro; mas não pudera mudar o costume estabelecido de dividir os proventos do rei em duas partes, a menor das quais cabia sempre à sua majestade, e a maior aos administradores. (VOLTAIRE, 1980: 63).

Os “grandes da história”, nos romances de Voltaire, tornavam-se homens sujeitos a qualquer tipo de “paixão” ou “vício”: *“O rei, que fora bastante justo até o momento em que resolveu envenenar-me e estrangular-te, parecia ter afogado suas virtudes no prodigioso amor que dedicava à bela caprichosa”*. (VOLTAIRE, 1980: 48). E, por essa razão, também se expunham à ironia do autor: *“Como é lamentável, meu Deus, - dizia ele consigo, - ir a gente passear num bosque por onde passaram a cadela da rainha e o cavalo do rei! Que perigoso chegar à janela!”*. (VOLTAIRE, 1980: 15).

Em *A Princesa da Babilônia* (1768), Voltaire também relativizará a dimensão, dada pela história, aos “grandes acontecimentos” e aos seus “grandes personagens”. Com relação a estes últimos, o filósofo os colocará na opinião do vulgo. De acordo com Voltaire, a vulgata imagina que *“os deuses só haviam instituído os reis para que dessem festas todos os dias, contanto que fossem variadas”*. (VOLTAIRE, 1980: 397). Já com relação aos “grandes eventos da história”, os romances de Voltaire nos darão o seguinte parecer, surpreendentemente nas palavras de duas mulheres:

Falaram da guerra que os dois reis empreendiam; deploraram a condição dos homens, que os monarcas, por fantasia, mandam entredegolar-se (sic), devido a diferenças que

dois homens sensatos (*negrito meu*) poderiam solucionar numa hora. (VOLTAIRE, 1980: 397).

Além do gênio sarcástico, o que mais poderíamos tirar das narrativas de Voltaire vistas acima? Seriam apenas ironias? Ou podemos entendê-las como indícios de que a história e os seus “protagonistas” já não estariam de acordo com a “Razão agressiva” dos “libertinos”? Quem seria o “instrutor” para o século que tanto estranhamento causava a Rousseau: os “grandes da história” ou o pensamento “ilustrado”?

Eu começo a sentir a embriaguez a que essa vida agitada e tumultuosa me condena. Com tal quantidade de objetos desfilando diante de meus olhos, vou ficando aturdido. De todas as coisas que me atraem, nenhuma toca o meu coração, embora todas juntas perturbem meus sentimentos, de modo a fazer que eu esqueça o que eu sou e qual meu lugar. (ROUSSEAU, 1987: 17).

De certo, não há apenas ironias nos pensamentos de Voltaire. Existe uma “inquietação intelectual”, uma percepção que o seu tempo não é (e não pode ser visto) como o tempo dos “antigos” e uma grande confiança na razão. E será a partir desta confiança que, para os “ilustrados”, tudo se torna passível de questionamentos. Inclusive a história.

Era verdade. Entrava em cena a Razão agressiva; queria examinar, não só Aristóteles mas todo aquele que tivesse pensado, todo aquele que tivesse escrito; pretendia fazer tábua rasa de todos os erros passados e recomeçar a vida. Não era uma desconhecida, visto que em todos os tempos a tinham sempre invocado; mas apresentava-se com um aspecto novo. (HAZARD, 1971: 99).

A história perde sua legitimidade como “mestra da vida” na medida em que a Europa se pergunta sobre seu tempo presente sem encontrar (ou querer encontrar) respostas no passado. Quando Voltaire nos diz que “(...) *na disputa dos troianos, apenas se tratava de uma mulher já velha e muito libertina que se fizera raptar duas vezes (...)*, se percebe não somente uma ironia, mas um ceticismo com relação aos “exemplos” da história. (VOLTAIRE, 1980: 413). Paul Hazard nos dirá que o questionamento da história também teria feito parte na “crise de consciência” européia. Onde buscar os “modelos de virtude” se os personagens que a “encarnavam” estavam sendo postos à prova? A história de Roma, por exemplo, passou a ser vista como um conjunto de fábulas, “*Aborrecem-me as admirações baseadas em lendas ou estabelecidas pelo erro de juízos falsos. Há tantas coisas verdadeiras para admirar nos*

romanos, que favorecê-los por fábulas é fazer-lhes uma injustiça” (HAZARD, 1971: 39). A crítica também não escapa aos gregos:

Da história grega pouco falaremos: parecia ser ainda mais enganosa. Poder-se-á crer que os Atenenses, embora sendo os mais doutos homens, não tiveram anais regulares senão em época extremamente tardia, de modo que perderam de todo as suas origens e começos? Confundiram tudo, anos e ciclos; nunca mais encontraram sequer a data das suas festas. (HAZARD, 1971: 40).

Destarte descrever de seus “paradigmas históricos”, o contexto no século XVIII se mostrava cético ao trabalho dos historiadores. Segundo Rousseau,

Deixo de lado a história moderna, não somente porque ela não tem mais fisionomia e que nossos homens se assemelham todos, como também porque nossos historiadores, unicamente preocupados com brilhar, só pensam em fazer retratos fortemente coloridos e que muitas vezes nada representam. (ROUSSEAU, 1999: 270).

Outro testemunho ainda mais forte sobre os historiadores,

São charlatães, porque uns, para igualar a glória de Tito Lívio, semeiam as suas narrativas de longos e fastidiosos discursos, atribuindo as mais finas sentenças aos homens mais grosseiros; porque outros, desesperando de ter leitores se não apresentassem quadros agradáveis aos olhos, enchem as suas páginas de enfeites já gastos; porque outros ainda, para adular os mecenas que os pagam, imaginam genealogias ou fabricam-nas falsas. Charlatão entre os charlatães, o francês Varillas: mas, duma maneira geral, todos os historiadores são charlatães, pois nos seus prefácios prometem dar ao público uma verdade que nunca aparece. (HAZARD, 1971: 38).

Montesquieu, analisando a obra do Abade Dubos, *“Estabelecimento da Monarquia Francesa nas Gálias”*, criticará o seu conteúdo. Em seu parecer, Dubos, apesar de ser um erudito – *“não se deve desprezar esse saber, porque os fatos mais importantes de nossa história e de nossas leis ele conhecia muito bem”* (MONTESQUIEU, 1996: 612), teria realizado uma obra escrita com “muita arte” e com poucas “provas” dos fatos que se expôs. E afirma que o livro do abade não traria quaisquer tipos de ensinamentos:

Peço ao leitor perdoar-me o tédio mortal que um grande número de citações lhe devem haver causado; teria sido menos prolixo se não encontrasse diante de mim o livro do *Estabelecimento da Monarquia Francesa nas Gálias*, do Abade Dubos. Nada atrasa

mais o progresso dos conhecimentos do que a obra ruim de um autor célebre, porque é necessário, antes de ensinar, que se comece por dissipar o erro. (MONTESQUIEU, 1996: 624).

Seria imprudente afirmar que os ilustrados pretendessem substituir a história pelos romances como forma de “aprendizagem”. Podemos dizer, todavia, que durante uma “etapa de transição”, ou seja, durante o período de “reavaliação de seus paradigmas” – a “crise de consciência” -, os homens europeus não pensassem, naquele contexto específico, a história como forma de se ensinar algo. Não tendo, pois, os “grandes” da história como exemplos a serem seguidos ou rejeitados, os iluministas criaram personagens que servirão como esses “exemplos”.

Mas a história não teria sido esquecida. Precisava ser, tal como a religião, o sistema político, a educação, a sociedade em geral, repensada. O romance substituiria a história durante esse contexto. Para o “retorno” da história como “mestra da vida”, o passado precisava ser mais bem analisado. A história teria “falido”, mas poderia ser reconstruída. Até lá, os romances e os romancistas a substituiriam.

No fundo das consciências, a história faliu; e o próprio sentimento da historicidade tende a ser abolido. **Se se abandonou o passado, é porque pareceu inconsistente, impossível de apreender e sempre falso (...)** Houve como que um grande desabamento, depois do qual já se não via nada de certo, senão o presente; e todas as miragens refluíram para o futuro. (negrito meu) (...) Porque a história era como sua inimiga pessoal; e diziam sempre que ela era incerta e falsa (...). (HAZARD, 1971:34).

A erudição viria, para muitos dos homens que viveram essa “crise”, como a “redenção da história”. Através dos eruditos, se esperaria o conhecimento do que “foi” e não apenas de um “belo falseamento” dos acontecimentos. E seria esse, talvez, o “embate final” de uma época de transição em que o romance ocupou importante lugar. De um lado, os eruditos, “(...) *trabalhadores de empreitada, que escreviam mal, que sobrecarregavam de referências as margens dos seus livros, pesadões, obscuros, grilhetas voluntários de trabalhos inglórios* (HAZARD, 1971: 48) e de outro, os historiadores “*gênios eminentes, desdenhando descer às minúcias, deixando aos espíritos medíocres as investigações pequenas, evitando discussões que apagariam o fogo que os animava* (HAZARD, 1971: 48). No que se conclui, “os

escravos amontoavam materiais que os grandes senhores das letras desprezavam”.
(HAZARD, 1971: 48).

A história teria sido, para muitos dos ilustrados, uma “literatura fantasiosa”. Não trazia os “fatos investigados”, mas os “fatos falseados”. Assim, essa história se distanciava do presente. E nessa conjuntura, o romance foi pretendido como seu “substituto” para ser algo que “instruíssem” os atores. Mas não se deve (e não se pode afirmar) que os ilustrados vissem a história como algo “condenado” e o romance como um novo e “eterno instrutor” para os acontecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEFOE, Daniel. *Moll Flanders*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1980.

FILS, Crébillon. *O Sofá*. Porto Alegre: L & PM, 1992.

HAZARD, Paul. *Crise da Consciência Européia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *Cartas Persas*. Belo Horizonte: Ed Itatiaia, 1969.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Júlia ou A Nova Heloísa*. Apud. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987

SWIFT, Jonathan. *Viagens de Gulliver*. São Paulo: Editora Brasileira, 1950.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Censura e Romances: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar?*

VOLTAIRE, François – Mariet Arouet. *Cândido ou O Otimismo*. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1998

_____. *Contos e Novelas*. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Ed. Globo, 1951.

_____. *O Ingênuo*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

WATT, Ian. *A Ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Educação e Infância em Manoel Bomfim

Roberta Ferreira Gonçalves*

A presente comunicação é parte das indagações decorrentes do projeto de mestrado em desenvolvimento, intitulado “*A Escola em brincadeiras*”: *pensamento social e identidade nacional na criação da revista O Tico-Tico*, cujo objetivo central é verificar a influência de um projeto de nação tal como concebido por Manoel Bomfim na criação da revista.

Ainda que esquecido pela historiografia brasileira durante muito tempo, Manoel Bomfim foi um intelectual exemplar em sua época. Envolvido nas discussões acerca da nação, sua trajetória profissional mostra que foi um indivíduo atuante na defesa dos seus ideais e nas questões principais do seu tempo. Como participante na imprensa, na política ou na educação, Bomfim foi um intelectual de ação que procurou realizar na prática suas concepções sobre educação, história, literatura e ideal de infância.

Sua atuação na criação revista *O Tico-Tico*, objeto principal deste estudo, é mais uma das tentativas de pôr em prática as questões que eram por ele debatidas em seus ensaios e na imprensa, como a popularização da educação, a disseminação da instrução pública, a educação moral e cívica, uma relação mais ampla e dinâmica da criança com o conhecimento.

O Tico-Tico: a escola em brincadeiras

Ao lado de Cardoso Júnior e Renato de Castro, Manoel Bomfim foi responsável pela concepção de *O Tico-Tico*. Luiz Bartolomeu de Souza e Silva¹, dono e editor da *Sociedade Anônima O Malho* e de jornal do mesmo nome, apostou nas idéias de seus colaboradores. O objetivo seria criar um periódico infantil, que ao mesmo tempo divertisse e educasse as crianças. Tal empreendimento, inédito na época, mostrou-se de grande sucesso e lucratividade, já que a revistinha circulou semanalmente, saindo

* Mestranda da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista da Capes.

¹ Luiz Bartolomeu de Souza e Silva foi jornalista e dono da Sociedade Anônima O Malho. Atuou como editor da revista de mesmo nome, muito popular pelo tom crítico e pela caricatura política. Além de O Malho e O Tico-Tico, ainda publicou revista literárias, de moda, etc.

sempre às quartas-feiras, de 1905 até 1957, e esporadicamente, na forma de almanaque anual até 1977.

O Tico-Tico foi a primeira revista integralmente direcionada ao público infantil. Até então, as poucas revistas infantis existentes surgiam a partir de projetos ligados a instituições religiosas e educacionais. Já *O Tico-Tico* era um empreendimento empresarial, concretizado por um grupo bastante atuante na cena jornalística da capital republicana. Esta condição fica explícita no editorial do lançamento da revista:

“Todos amam as crianças; não há poeta que não celebre a sua inocência e a sua beleza...Entretanto, caso singular! Nada se faz em favor delas, para diverti-las, para distrair e encantar a sua existência [...]

Este jornalzinho, para empregar uma chapa inevitável, vem preencher uma lacuna. É um jornal que se destina exclusivamente ao uso, á leitura, ao prazer, á distração das crianças. Não queremos a atenção nem o aplauso da gente grande: os pequeninos, os inocentes, os simples formarão o nosso público. É para elles que escrevemos [...].” (O TICO-TICO, 1905, Nº 1)

Além do ineditismo na definição do público, a revista *O Tico-Tico* ainda contava com mais uma inovação: as histórias em quadrinhos, populares nos Estados Unidos pelo traço de Richard F. Outcault. Ela foi inspirada em duas revistas ilustradas *La Semaine de Suzette* e *Petit Français Illustré*. A importância da ilustração já era algo verificado na empresa O Malho, que contava com um grande número de revistas ilustradas, inclusive com a presença marcante da caricatura política. Fizeram parte de *O Malho*, colaborando também em *O Tico-Tico*, importantes caricaturistas como Ângelo Agostini, Raul Pederneiras, Kalixto e J. Carlos, entre outros.

A presença da ilustração e dos quadrinhos, quase que predominante sobre o texto, foi algo definido durante a concepção da revista. Em *Através do Brasil* (2000), livro infantil escrito por Manoel Bomfim em co-autoria com Olavo Bilac, os autores defendem a importância da ilustração para a compreensão da criança do mundo que a cerca. *O Tico-Tico*, pela sua linguagem e conteúdo, teve justamente esta particularidade – soube dialogar com o mundo infantil, sendo envolvente, divertida e interativa.

Talvez tenha sido este o motivo para o tamanho sucesso da revista infantil. Fato é que *O Tico-Tico* marcou a infância de milhares de crianças brasileiras, valendo-se até da publicação de edições comemorativas em ocasião de seu centenário², ainda que a

² Duas edições comemorativas foram lançadas para comemorar o centenário de *O Tico-Tico*. Ver Instituto Antares. *Almanaque do Tico-Tico*. Rio de Janeiro: Ed. Consultor, 2006 e SANTOS, Roberto Elisio dos &

revista já não fosse mais editada. Em edição do cinquentenário(1955), diversas celebridades da época foram convidadas a dar seu depoimento sobre a relação com *O Tico-Tico* durante a infância. Na ocasião, Carlos Drummond de Andrade, declarando-se leitor assíduo quando jovem, define a revista como “a escola em brincadeiras”. Tal definição, brilhantemente escolhida por Drummond, revela um componente importante da revista: ela era capaz de agradar a pais e educadores, assim como às crianças e jovens que nela encontravam um interlocutor para a sua imaginação.

Em *O Malho*, os editores definem a revista ainda em elaboração como “endiabrado semanário que destinamos à pequenada e que será como ella, traquina, risonho, irrequieto, sendo-lhe ao mesmo tempo, um amigo útil, porquanto em muitas cousas o ensinará divertindo-a”(O MALHO, 1905, Nº 159).

Zita de Paula Rosa (2002) chama a atenção para estas duas vertentes da revista: uma recreativa, capaz de dialogar e entreter o público infantil; e outra pedagógica, ligada a difusão da instrução escolar e de uma moral burguesa. A revistinha, portanto era mais do que um quadrinho com o objetivo de entreter as crianças, ela continha em seu projeto uma forte conotação educacional, moral e cívica.

Manoel Bomfim: ensaísta esquecido

Para Manoel Bomfim, a educação tinha fundamental importância na vida nacional. Para ele, nosso atraso frente às nações européias era uma realidade que se agravava com a ignorância da população. Somente um movimento amplo e democrático, capaz de incluir setores sociais que até então estavam à margem – escravos e imigrantes – poderia reverter a situação de abandono intelectual e falta de desenvolvimento da sociedade. O acesso à educação deveria ser garantido pelo próprio Estado e toda a sociedade deveria estar mobilizada neste esforço rumo à ampliação da instrução.

Durante a Primeira República, o debate sobre a educação foi intenso entre a intelectualidade brasileira. Acreditava-se que somente a educação era capaz de regenerar a nação e definir os rumos da sociedade em direção ao progresso. Não apenas Manoel Bomfim, mas figuras importantes da cena cultural da época como Olavo Bilac e

VERGUEIRO, Waldomiro. *O Tico-Tico: centenário da primeira revista em quadrinhos do Brasil*. São Paulo: Opera Gráfica, 2005.

Coelho Neto empenharam-se nestas discussões, através de discursos na imprensa, atuação em cargos públicos, escrevendo em livros didáticos e atuando na literatura infantil de cunho cívico³.

No espaço cultural da época predominavam duas interpretações discordantes sobre a nacionalidade brasileira: uma representada pela intelectualidade que acreditava na educação como saída para o progresso; e outra, representada pelas correntes biológicas que viam na raça a impossibilidade de concretização da nação.

Estes últimos advogavam pela inferioridade biológica da sociedade brasileira e viam na mestiçagem o principal problema nacional. Eles partilhavam de grande visibilidade e credibilidade na cena intelectual da época. O principal representante desta corrente foi Nina Rodrigues, que através de estudos antropológicos provava a inabilidade de negros e mestiços para a civilização.

Já os pensadores ligados a primeira corrente eram otimistas quanto ao futuro da nação. Rebeca Gontijo defende que para estes homens “a educação prometia uma reforma social de ordem moral, deslocando o debate sobre a formação da nacionalidade (e do povo) e, conseqüentemente, da sociedade brasileira, da esfera dos determinismos naturalistas para o plano histórico-social”⁴.

É justamente neste plano que podemos caracterizar o pensamento social de Manoel Bomfim. Enquanto grande parte dos intelectuais da época pensava o Brasil a partir da sua constituição racial, ou tendo a civilização européia como parâmetro, Bomfim buscava na história a compreensão e a possibilidade de resolução para os problemas nacionais.

Em *A América Latina, males de origem*, livro publicado no mesmo ano de lançamento da revista O Tico-Tico, o autor declara:

“[...] para estudar convenientemente um grupo social – uma nacionalidade no seu estado atual, e compreender os motivos pelos quais ela se apresenta nestas ou naquelas condições, temos de analisar não só o meio em que ela se acha, como os seus antecedentes. Uma nacionalidade é o produto de uma evolução: o seu estado presente é forçosamente a resultante da ação do seu

³ Sobre este assunto ver HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico-patriótica e a construção de um ideal da infância brasileira na Primeira República*. São Paulo: Usp, tese de doutorado, 2007

⁴ GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, educador e “cientista da educação”. In: *Manoel Bomfim. Coleção Educadores*. Recife: Ed. Massangana; Brasília: Mec, [2009], no prelo, gentilmente cedido pela autora.

passado, combinada à ação do meio. É mister estudá-la no tempo e no espaço”(2005,p. 58).

Partindo desta análise, Bomfim chega à tese de que os males das nações latino-americanas estão no “parasitismo europeu”, que impediu que as antigas colônias se construíssem de maneira autônoma, estabelecendo vícios de origem ibérica. A atual situação de “ignorância social” seria fruto deste parasitismo que foi capaz de produzir nos países latino-americanos o “aniquilamento total da sociedade” (2005, p.137).

A saída deste processo de degeneração social, vivido durante anos por estes países, se daria com investimento na educação moral e intelectual. A condução desta mudança era obrigação das camadas médias urbanas, em oposição às elites tradicionais de proprietários de terras, representantes do atraso colonial e da escravidão. Era necessário um rompimento com estas estruturas arcaicas para a construção de uma nova civilização fundada nos valores da modernidade e do progresso.

Aliado a um investimento na educação estava a valorização do conhecimento científico como caminho para a compreensão e solução dos problemas sociais. A ciência era o caminho para o progresso humano.

Para Manoel Bomfim, outro aspecto era essencial para a definição da nacionalidade – o conhecimento da história. Rebeca Gontijo defende o intelectual como “um pensador da história”(2003), situando-o como crítico da historiografia. Para ele, o passado tinha uma função pedagógica, oferecendo modelos de conduta a serem seguidas ou não. A consciência histórica seria fundamental para a superação do passado e para a construção do futuro. Ele defende que os jovens deveriam estudar e conhecer profundamente a história do Brasil, para serem capazes de romper no futuro com os males da nação construídos no passado.

O investimento simbólico na criança seria a saída para a construção deste ideal de nacionalidade. Caberia a estes futuros cidadãos erigir uma nação distinta daquela de tradição colonial e ibérica. Dessa forma, houve um amplo movimento de incorporação da infância aos desafios e destinos da nacionalidade. As crianças e jovens passaram a ser depositários das esperanças e responsáveis pela execução de um projeto nacional constituído no futuro.

A criança passa a ser vista como um ser social que, como futuro cidadão, também tem responsabilidades com seu país. Ao mesmo tempo, esta criança deveria ser

cuidada e preparada para assumir essa posição. Ela deveria, portanto, receber uma educação intelectual, moral e cívica exemplar, em acordo com as noções necessárias a uma nação ideal e civilizada.

Neste contexto, se tornava importante estimular o gosto pela leitura, os bons modos, a polidez nos atos e, principalmente, o amor à pátria. Os empreendimentos educacionais deveriam estar em conformidade com estas posturas. Bomfim e Bilac em *Através do Brasil*, por exemplo, escrevem que com o livro esperam “suscitar a coragem, harmonizar os esforços, e cultivar a bondade – eis a fórmula para a educação humana” (2000, p.10).

Também em *O Tico-Tico* é possível observar este mesmo posicionamento. Uma das seções da revista chamada de *Arte de formar brasileiros* é definida como “Cousas que devem saber os meninos que se querem tornar homens fortes. Cousas úteis que os pais devem ensinar aos filhos - o que o menino deve saber para mais tarde vencer as dificuldades da vida”. Nela discutia-se desde questões morais como ordem, justiça, exercício da paciência, até assuntos mais práticos como eletricidade, mecânica e etc.

Segundo Patrícia Hansen (2007, p. 31), nesse momento surge analogias entre a criança e a nação. Isto ocorre não apenas por ser a criança responsável pela grandeza e futuro da nação, mas pela formação de um imaginário de “país novo”. Esta idéia de novo é associada ao advento da República e a uma tentativa de negação da imagem da monarquia como o velho, antiquado. O “país novo” é aquele onde tudo está por se construir, representa o país que ainda não se realizou como nação, que está em progresso.

Um país em construção exigia um amplo processo de desenvolvimento intelectual e moral. Educar a sociedade, principalmente as crianças, não era responsabilidade apenas da escola. A criança como epicentro da discussão mobilizou uma série estratégias para dar conta de sua formação.

É nesse contexto que uma literatura infantil genuinamente nacional é criada (LAJOLO, 1985). Até então, as crianças brasileiras só encontravam traduções portuguesas das histórias de Grimm e Andersen. Foi somente nas últimas décadas do século XIX, com as traduções de Carlos Jansen e Figueiredo Pimentel que este quadro começa a mudar. Também é nesta mesma época que narrativas folclóricas começam a ser compiladas e uma literatura infantil de cunho cívico a começa ser desenvolvida.

Neste primeiro momento, a literatura infantil seguiu os mesmos pressupostos dos pedagogos e pensadores da nação. As histórias em sua maioria apresentavam o Brasil de maneira idealizada e assimilavam valores morais burgueses. Também estas narrativas viam a criança como cidadãos em potencial e tinham como objetivo conduzir a criança dentro de um modelo cívico-nacionalista. Esse direcionamento da literatura infantil só muda a partir de 1921 com a publicação de *Narizinho Arrebitado*, que rompendo com o realismo literário destas obras, consegue aliar uma narrativa nacional com o fantástico e o maravilhoso.

O Tico-Tico também nasce neste contexto de ampliação de um público infantil. Além das histórias em quadrinhos, a revista também trazia conteúdo variado com trechos de livros infantis, histórias especialmente escritas para a revista, seção de cartas, conselhos de moral e, em algumas edições, trazia objetos de montar. Portanto, é possível constatar que também *O Tico-Tico* fazia parte deste movimento de levar à criança um ideal fundado em uma identidade nacional que se pretendia construir, dando a ela um lugar central de renovação da nacionalidade.

Para Manoel Bomfim, a criança era um complexo objeto de estudo (GONTIJO, 2009). Através de suas pesquisas em psicologia experimental, ele conclui que a criança deveria ser pensada a partir da sua relação com o mundo social. Acreditava que os estudos sobre as crianças deveriam propiciar a elas uma maior individualização e independência. A escola veria a criança como um indivíduo sem vontade e socialmente desinteressante. Se comportaria como uma instituição autoritária que não oferece à criança mecanismos para a sua formação como indivíduo e cidadão.

Podemos verificar, portanto, que Manoel Bomfim é um caso modelar. Além de ter sido professor, pesquisou sobre psicologia da aprendizagem, escreveu diversos livros infantis e executou vários empreendimentos para as crianças. Sua trajetória profissional aponta para uma preocupação constante com a educação e com a infância. Nascido em 1868, em Aracaju, Sergipe, optou por seguir a carreira de médico e em 1886 ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia. Mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1888, terminando seus estudos um ano depois na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Chegou a atuar como médico, mas entrou para o jornalismo graças ao apoio do amigo Alcindo Guanabara. Começou na redação do *Jornal Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, e colaborou com artigos, criou e editou diversos jornais e revistas. A

medicina já ficara para trás quando Bomfim resolve seguir seu caminho profissional em direção à educação.

Em 1895, Bomfim é convidado para o cargo de subdiretor do Pedagogyum – museu e centro destinado à pesquisa em educação e instrução pública. Continuou como diretor do Pedagogyum de 1896 até 1919. Foi professor da Escola Normal da Corte, hoje Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Também fez parte do Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal (a partir de 1901). Além dos cargos públicos, Bomfim publicou livros paradidáticos, escreveu manuais e livros teóricos sobre pedagogia e psicologia do aprendizado.

Sobre a educação escreve:

“Reclamando a difusão da instrução, a prática da ciência, como o meio de curar os nossos males essenciais, e de avançar para o progresso, não queremos atribuir à cultura intelectual nenhuma virtude miraculosa, senão a importância que ela teve e tem na história da civilização. Demos que a instrução não seja o objetivo único do progresso; não se poderá negar, porém, que é um dos seus objetivos, um dos fins e, ao mesmo tempo, um meio - o meio principal” (BOMFIM, 2005. p.363).

A criação da revista *O Tico-Tico* reflete as preocupações e aquilo que estimulava o pensador social, em um esforço para uma maior popularização da educação nacional. Como veículo de imprensa, uma revista ilustrada seria capaz de maior penetração na sociedade e funcionaria como elemento de disseminação de valores morais, instrução complementar à escola, além de incentivo à leitura e ao desenvolvimento cognitivo da criança.

Apesar das críticas ao país e da constatação do nosso atraso social e cultural, Bomfim foi um intelectual otimista nos rumos da nação. Como um homem que acreditava no indivíduo e na paixão como motor da sociedade, atuou no campo da educação a partir desta mesma perspectiva.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: vida e obra de Manoel Bomfim.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

BILAC, Olavo & BOMFIM, Manoel. **Através do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

GONTIJO, Rebeca. **Manoel Bomfim, “pensador da história na Primeira República**. São Paulo: Revista Brasileira de História. Julho, 2003.

_____. “Manoel Bomfim, educador e cientista da educação”. In: **Manoel Bomfim**. Coleção Educadores. Recife: Ed. Massangana; Brasília: MEC, [2009], no prelo.

HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-patriótica e a construção de um ideal da infância brasileira na Primeira República**. São Paulo: Usp, tese de doutorado, 2007

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: histórias e histórias**. São Paulo: Ática, 1985.

ROSA, Zita de Paula. **O Tico-Tico: meio século de ação recreativa e pedagógica**. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

Espiritismo e medicina no Brasil: um balanço historiográfico

Roberta Müller Scafuto Scoton¹

É recente o interesse entre pesquisadores acerca do tema da religião espírita no Brasil e sua história. A historiadora Beatriz Teixeira Weber chega mesmo a afirmar que existe um “silêncio historiográfico sobre o tema”, que é justificado pela “desculpa” de que é muito difícil encontrar fontes primárias a respeito do mesmo. (WEBER, 1999: 200) A *Revista de História da Biblioteca Nacional* de junho de 2008 teve o espiritismo como tema de capa – “Espiritismo: a ‘crença de loucos’ que conquistou o Brasil” –, sendo abordado por Emerson Giumbelli e Arthur Cesar Isaia. No mês de agosto de 2009 será publicada a Revista Debates do NER (do Núcleo de Estudos da Religião da UFRGS) que terá como tema o Espiritismo.² Portanto, observa-se o arrefecimento da importância que o tema tem tomado no ambiente acadêmico.

Neste artigo, abordarei os estudos que enfocam a história do espiritismo e sua relação com a medicina. Especificamente o tema “Espiritismo e Medicina” têm sido trabalhado academicamente por historiadores, sociólogos, antropólogos, cientistas da religião, entre outros. Centrarei nos trabalhos que tenham um enfoque nos finais do século XIX até o final da primeira metade do século XX. Destes trabalhos percebe-se as seguintes tendências temáticas:

- 1) O primeiro grupo de pesquisas enfoca o espiritismo como uma das modalidades de cura que concorriam com a medicina acadêmica, que se oficializava em fins do século XIX.
- 2) No segundo grupo, observam-se pesquisas que se centram no campo do discurso médico sobre as ideias e práticas espíritas – e também a influência deste discurso sobre outras esferas, como jornalística e intelectual.
- 3) Já no terceiro grupo, destacam-se os trabalhos que fazem uma abordagem institucional, através da análise de asilos, hospícios e hospitais espíritas.

Identificarei as principais obras de cada tendência citada e os principais elementos trabalhados em cada uma delas.

¹ Tutora a distância no curso de Pedagogia da UFJF e professora da rede estadual de educação do Estado de Minas Gerais. Graduada em História pela UFJF e mestre em Ciência da Religião pela mesma instituição. Bolsista da Capes durante o mestrado.

² Nesta revista, publicarei um artigo intitulado “Concepções psiquiátricas sobre o espiritismo na primeira metade do século XX”.

No primeiro grupo encontram-se trabalhos que colocam o espiritismo como mais uma terapia alternativa de cura (ou curandeirismo, charlatanismo...) diante da medicina acadêmica que se firmava como hegemônica e oficial. A maioria destes trabalhos utilizam processos criminais como fonte primária principal, mas também observamos a utilização de outros materiais, como periódicos. Destes, destacam-se o de E. Giumbelli (1997) e, anteriormente a este, o de Y. Maggie (1997), nos quais – a revelia da diversidade de enfoque e metodologia entre ambos³ - se observa a análise de processos criminais instaurados a partir de três artigos do Código Penal de 1890, que criminalizam, entre outras coisas, o espiritismo, a homeopatia, o exercício ilegal da medicina e a cartomancia.⁴ São trabalhos ricos, que inspiram – tanto temática quanto metodologicamente – vários trabalhos, como de A. Carvalho (2005), de Jaqueline (2006) e minha dissertação de mestrado (2007).

Algumas pesquisas, como de A. Pereira e de B. Weber (1999), embora não tenham o espiritismo como objeto principal de análise, citam-no enquanto medicina “ilegal” e curandeirismo. Tais trabalhos privilegiam o estudo da legitimação da medicina acadêmica do século XIX e início do XX.

O espiritismo kardecista neste momento histórico passava por uma fase de legitimação diante de outras práticas mediúnicas, como a umbanda e o candomblé. Neste processo a FEB (Federação Espírita Brasileira) teve um papel de suma importância, pois definiu o que seria o “verdadeiro” espiritismo a ser seguido, normatizando-o, com o intuito de diferenciar das outras práticas. A pesquisa de mestrado de E. Giumbelli (1997) trata dos meandros utilizados pela FEB para se auto-afirmar e ganhar prestígio em relação a sociedade e, principalmente, em relação ao poder público. Para isso, os espíritas utilizavam, por exemplo, o discurso da caridade, afirmando que suas práticas de cura não eram concorrentes da medicina oficial, na medida em que não visavam o lucro. Além disso, um discurso que foi muito utilizado pelos espíritas era de que as práticas de cura de que faziam uso não se contrapunham a medicina oficial, sendo uma complementação em relação a esta. (WEBER, 1999: 203) Tais ideias

³ Yvonne Maggie se interessa em estudar a magia no Brasil a partir do Código Penal de 1890 e Emerson Giumbelli se centra na história da perseguição das religiões mediúnicas e da institucionalização do movimento espírita no Brasil a partir da Federação Espírita Brasileira (FEB)

⁴ Artigos do Código Penal de 11.10.1890: **Art. 156.** Exercer a medicina em qualquer de seus ramos, a arte dentária ou a farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos; **Art. 157.** Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, incultar cura de moléstias curáveis, enfim, para fascinar e subjugar credulidade pública; **Art. 158.** Ministras ou simplesmente prescrever, como meio curativo, para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo, assim, o ofício do denominado curandeiro.

espíritas se firmam principalmente na percepção desta doutrina enquanto misto entre religião, filosofia e ciência.

O segundo grupo de pesquisas sobre “Espiritismo e Medicina” centra-se no campo das ideias médicas sobre o espiritismo. Sabemos que as ideias não são deslocadas de sua base social, sendo reelaboradas, reinterpretadas e ressignificadas pelos sujeitos históricos de ambos os lados, no nosso caso, os médicos e os espíritas. Um fato a se destacar é que, embora estes dois grupos sejam referidos como homogêneos, existem divergências internas em cada um deles. Ao longo da história observa-se, por exemplo, a existência de médicos espíritas, como Inácio Ferreira e Souza Ribeiro, ambos defensores da utilização de técnicas advindas do espiritismo (como passes, águas fluidificadas e orações) para o tratamento de indivíduos diagnosticados pela psiquiatria enquanto doentes mentais.

As principais pesquisas realizadas nesta temática foram a de A. Jarbert (2008), A. Almeida (2007), C. Gama (1992) e minha dissertação de mestrado. Nestes trabalhos são apresentadas algumas teses médicas que têm como tema principal o espiritismo e este é analisado enquanto uma entre várias outras causas de alienação mental no nosso país na primeira metade do século XX. Contextualizam estas teses em um momento em que a psiquiatria assume um papel importante no que diz respeito ao crescimento da nação, apontando insígnias do que é normal e civilizado, tendo o respaldo científico. São várias as ideias médicas que surgem neste período e que são analisadas por estes autores. Destacarei algumas que se tornaram consagradas entre os psiquiatras do período. Um das ideias era a que o espiritismo, junto com a sífilis e o alcoolismo, era uma das principais causas de internação em hospícios de alienados. O médico Nina Rodrigues, por exemplo, utiliza a categoria “sugestão” associada à existência de algum tipo de predisposição, “espécie de ‘terreno’ sobre o qual um sugestionamento ganha condições de eficácia”. (GIUMBELLI, 1997: 158) Ele analisa o estado de possessão nos candomblés baianos e afirma que tais fenômenos não são farsa ou simulação e que a possessão de santos derivaria de estados de sonambulismo provocado, havendo substituição de personalidade, alucinações e amnésia completa.

Dr. Franco da Rocha, que foi diretor do Hospital Juquery em São Paulo e um dos seguidores de Nina Rodrigues, faz observações acerca da internação de frequentadores de práticas espíritas no hospício em que era diretor, tanto em obras quanto em relatórios. (GIUMBELLI, 1997: 160-161) Em *“Esboço de psiquiatria forense”*, escrito como guia para

médicos e juízes, lembra “os perigos das sessões espíritas” e coloca o espiritismo entre os “fatores desencadeadores” de moléstias mentais em pessoas predispostas ou degeneradas.

Outros expoentes foram Afrânio Peixoto, Oscar Pimentel e Henrique Roxo. O primeiro, na década de 1910, visita sessões de espiritismo e conclui que elas são “um laboratório empírico de sugestão e de histeria, onde o automatismo e a subconsciência tomam o nome de manifestações espíritas”. Em 1919, Oscar Pimentel apresentou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a tese “Em torno do espiritismo”, na qual defende que o espiritismo é uma crença absurda e primitiva e seus fenômenos quando não são produto de uma simples fraude, são associados à sugestão, sonambulismo e alucinação.

Oscar Pimentel foi aluno de Juliano Moreira, que foi discípulo de Nina Rodrigues. Em termos clínicos, via a crença e os fenômenos espíritas como consequência de sugestão, hipnotismo ou alucinação. Henrique Roxo, que foi chefe do Instituto de Neuropatologia, do Hospital Nacional de Alienados. Ele inclui perguntas sobre a frequência a centros espíritas nos formulários para admissão de pacientes na instituição. Constata que entre 1915 e 1930, 10% dos pacientes desenvolveram patologias mentais em virtude do contato com “práticas espíritas”.

Entre o final da década de 1910 e meados da década de 1930, anunciava-se o espiritismo como sendo o terceiro fator de alienação mental no Brasil, logo após a sífilis e o alcoolismo. Henrique Roxo acreditava que as afecções mentais relacionadas com o espiritismo representavam uma “entidade clínica” específica pelos seus sintomas e seu mecanismo de atuação. Em um primeiro momento, denominou a afecção causada pelo espiritismo de “delírio episódico dos degenerados” e mais tarde de “delírio espírita episódico” (ROXO, 1926, *apud*: GIUMBELLI, 1997: 202).

A partir da década de 1930 a idéia de que o espiritismo fosse um “fator de doença mental” passa a ser senso comum entre médicos e psiquiatras. Xavier de Oliveira enfatiza a existência de um comprometimento psíquico anterior, a partir do qual se desenvolveria a “espiritopatia”, entendida enquanto “síndrome mental de forma delirante, com motivos espíritas, e que se observa enxertada em indivíduos tarados do sistema nervoso, nomeadamente da classe dos histero-esquizóides”. (OLIVEIRA, *apud*: GIUMBELLI, 1997: 202) As religiões mediúnicas eram consideradas um mal social, a maior causa da “alienação mental de feição puramente religiosa” e deviam ser tratadas como uma questão de higiene pública: “o espiritismo é considerado como uma doença contagiosa, como uma epidemia, ou como um vício”. (GAMA, 1992: 219)

Importantes foram os trabalhos de Leonídio Ribeiro: ele afirmava que o espiritismo levava às perturbações mentais e atitudes criminosas; e que os diferentes espiritismos consistiriam em histeria contagiosa e considerava a difusão do espiritismo como um “crime contra a saúde pública”. Adota preceitos evolucionistas ao afirmar que haveria uma predisposição hereditária de débeis psíquicos ao espiritismo. Para ele, o espiritismo provocava distúrbios mentais ou agravar doenças psíquicas já presentes nos indivíduos. L. Ribeiro propunha uma ação conjunta de médicos, policiais e jornalistas a fim de combater o “mal social” que era o espiritismo. Os jornalistas deveriam se recusar a divulgar notícias sobre o espiritismo, enquanto a polícia fecharia os centros mais perigosos: os médiuns seriam enviados ao Hospício Nacional de Alienados para observação médica e se após os exames de sanidade mental fossem considerados loucos, eram internados; os outros, charlatães, seriam presos como elementos perigosos à sociedade. Afirma que o que os espíritas atribuem à intervenção de espíritos seria o produto de sugestões, dissociações psíquicas e afloramento do subconsciente. Para eles, tais fenômenos ocorrem em indivíduos já psicóticos que passam a incorporar “motivos espíritas” em seu quadro de sintomas. Eles começariam como uma simples impressão ou sugestão e evoluiria até tomar a forma de alucinações, desembocando em uma mania. O espiritismo seria uma forma moderna da magia, definida pelo apelo ao sobrenatural. Por conseqüência, várias práticas baseadas em rituais de mediunidade seriam espíritas – portanto, englobando de kardecistas a tradições africanas.

A partir da década de 1940, os médicos vão ser cada vez menos convidados a se pronunciar sobre o sentido e o efeito de práticas como a possessão e a mediunidade e, portanto, vão perdendo a legitimidade neste campo. Neste momento, ela continua atuante na dimensão corporativa, ou seja, em relação à garantia do exercício exclusivo da prática de cura.

Destaque as ideias médicas que vêem o espiritismo enquanto maléfico a saúde pública. Porém, dentro da própria classe médica vemos figuras despontando na luta a favor do espiritismo, inclusive o colocando enquanto alternativa de cura mais eficiente a alienação mental que a própria medicina convencional. Dentre estas figuras, destaram-se os médicos: Bezerra de Menezes, Brasília Marcondes Machado, Inácio Ferreira e Souza Ribeiro. Tais médicos colocavam os tratamentos espirituais como complementares a medicina acadêmica.

Estes médicos espíritas não se contentavam a seguir a fé espírita, eles defendiam a utilização dos preceitos kardecistas na sua lida médica, sendo psicografando remédios homeopáticos, escrevendo em revistas espíritas ou teses médicas defendendo a união entre

práticas espíritas e da medicina oficial (consideradas por eles como “materialista”) ou dirigindo instituições médico-espíritas.

Afirmavam que muitos sintomas de doença mental seriam, na realidade, causados por espíritos obsessores ou seriam doenças cármicas. Tais ideias foram expostas por Allan Kardec em suas principais obras, porém, foi com Bezerra de Menezes, em “A loucura sob novo prisma: estudo psíquico-fisiológico” (1988), que elas se difundiram.

No último grupo de trabalhos inclui os que fazem uma análise de instituições médico-espíritas, em que se faziam tratamentos espirituais complementando a medicina oficial. Destaco as análises de Angélica Almeida e Alexander Moreira de Almeida (2008) e de Alexander Jarbert (2008) sobre o Sanatório Espírita de Uberaba; de Raphael Ribeiro (2006) sobre o Sanatório Espírita de Uberlândia; o de Cláudio Gama (1992) sobre Centro Espírita Redentor, no Rio de Janeiro; o de Carlos Peters (2000), sobre o asilo Espírita “Discípulos de Jesus”, na cidade de Penápolis, no interior de São Paulo e a dissertação de Alexander Jarbert (2001), sobre o Asilo Deus, Cristo e Caridade, no Estado do Espírito Santo.

De acordo com François Laplantine e Marion Aubrée (1999: 210), uma das maiores contribuições do espiritismo brasileiro ao espiritismo mundial foi ter desenvolvido as implicações propriamente terapêuticas da obra kardecista. E, nesse sentido, vê-se a necessidade de um estudo mais detalhado acerca das instituições terapêuticas que eram dirigidas por espíritas e faziam uso da terapêutica destes.

O Sanatório Espírita de Uberaba é o que possui maior acervo de fontes primárias e deve-se destacar também o fato de que o seu diretor por 55 anos (1933-1988), Inácio Ferreira, se notabilizou por deixar vários escritos, como livros e artigos em periódicos importantes, a exemplo da Revista Internacional do Espiritismo. Este Sanatório e suas práticas asilares estão sendo objetos de estudo de Angélica Almeida em seu pós-doutorado. Dados iniciais desta pesquisa foram expostos em artigo publicado em parceria com Alexander Moreira Almeida (2008).

Observa-se que muitas vezes estas instituições contavam com o apoio do poder público. Carlos Peters (2000), por exemplo, em sua dissertação, analisando o Asilo Espírita Discípulos de Jesus, em Penápolis (SP) afirma que o embate entre medicina social científica (que condenava as práticas espíritas) e a medicina popular (no caso, o kardecismo) manteve-se em segundo plano durante o tempo de funcionamento desta instituição (1935-45). Este autor mostra que, apesar de o tratamento no Asilo ser basicamente espiritual (o que

caracterizaria o curandeirismo), estava em consonância com a concepção médica sobre a loucura, considerando-a enquanto comportamento desviante (sexualidade fora do “padrão”, aversão ao trabalho, vícios, bebida, etc.).

Alexander Jarbert (2001) em sua dissertação, ao analisar o Asilo Deus, Cristo e Caridade, no estado do Espírito Santo, pauta-se basicamente no aspecto institucional, não se centrando no conflito entre médicos e espíritas. Sua atenção volta-se para o conflito que houve entre tratamento leigo, com péssimas instalações e o tratamento médico psiquiátrico “convencional”.

Raphael Ribeiro (2006), ao estudar o Sanatório Espírita de Uberlândia, afirma que esta instituição religiosa cobria uma lacuna que o Estado não conseguia cumprir. Portanto, observa-se uma recorrência desta visão entre os pesquisadores das instituições médico-espíritas: estas instituições vinculadas a esta doutrina religiosa eram “toleradas”, pois assumiam uma função importante na sociedade que muitas vezes o poder público não era capaz de assumir sozinho.

Observa-se, portanto, uma gama de trabalhos que possuem o tema “Espiritismo e Medicina”. Tais trabalhos, em suas diversas abordagens, trazem o espiritismo como um sistema de crenças que se queriam científicas e acabavam por “invadir” a arena da medicina acadêmica, que se oficializava no período estudado. Vê-se também que, embora seja predominante a percepção do espiritismo enquanto exercício ilegal da medicina ou como um “perigo” a sanidade mental, as opiniões dos médicos não eram homogêneas em relação ao espiritismo. Havia médicos que o detratavam, os que defendiam – embora não fossem adeptos desta doutrina – e até os que defendiam e se converteram ao espiritismo, como foi o caso de Inácio Ferreira e Bezerra de Menezes.

Acredito que há uma necessidade maior de diálogo entre estes trabalhos, o que geraria maior interesse no tema e também uma ampliação das pesquisas na área, incentivando outras abordagens. Para finalizar, destaco algumas possibilidades de pesquisas na área, como o estudo da perspectiva de cientificidade para os espíritas, um estudo mais aprofundado sobre as instituições médico-espíritas e os periódicos espíritas.

Bibliografia:

ALMEIDA, Angélica A. S. de e ALMEIDA, Alexander Moreira de. Construindo uma nação: propostas dos psiquiatras para o aprimoramento da Sociedade. RIGONATTI, S. P. *Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica*. São Paulo: Vetor Editora, 2003. p. 25-47.

_____. Espiritismo e Medicina: a trajetória do Sanatório Espírita de Uberaba (1933-1988). In: *Anais do X Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões - Migrações e Imigrações das Religiões*. Assis, 2008.

ALMEIDA, A. A. S. de. "Uma fábrica de loucos": psiquiatria x espiritismo no Brasil (1900-1950). (Tese de Doutorado, Departamento de História - Unicamp).

AUBRÉE, Marion e LAPLANTINE, François. *La table, le livre et les spiritis: naissance, évolution et actualité du mouvement social spirite entre France et Brésil*. Paris: J. C. Lattès, 1990.

CARVALHO, Antonio C. de. *Feiticeiros, burlões e mistificadores*. Criminalidade e mudança das práticas populares de saúde em São Paulo, 1950-1980. São Paulo: UNESP, 2005.

DAMAZIO, Sylvia F. *Da elite ao povo: advento e expansão do Espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DIAS, Jaqueline Cristina. *Feitiços e Feiticeiros: Repressão à Tradição Religiosa Afro-brasileira na Juiz de Fora do Primeiro Código Penal Republicano (1890-1942)*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, UFJF. 2006

GAMA, Cláudio Murilo Pimentel. O espírito da medicina: médicos e espíritas em conflito. Dissertação (Mestrado em Sociologia na UFRJ), 1992.

GIUMBELLI, Emerson. Heresia, doença, crime ou religião: O espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais. *Revista de Antropologia*, vol. 40, nº 2, 1997.

_____. *O Cuidado dos Mortos: uma história da condenação e legitimação do Espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997

_____. O baixo espiritismo e a história dos cultos mediúnicos. *Horizontes antropológicos*. v. 9; n. 19. Porto Alegre, jul/2003.

_____. Kardec nos trópicos. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 33, jun/2008. p. 14-19.

ISAIA, A. O discurso médico-psiquiátrico em defesa do espiritismo na Faculdade de medicina do Rio de Janeiro nos anos 1920. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 1, 2008.

_____. Loucura coletiva? *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 33, jun/2008. p. 20-25.

JARBERT, Alexander. Espiritismo e Psiquiatria no Brasil na Primeira República. *Anais Eletrônicos do 10º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Belo Horizonte, 2005.

_____. Da Nau dos Loucos ao Trem de Doido: As formas de administração da loucura na Primeira República – o caso do estado do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fiocruz, 2001.

_____. De médicos e médiuns: medicina, espiritismo e loucura no Brasil da primeira metade do século XX. Tese (Doutorado em Saúde Pública), Fiocruz, 2008.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

MENEZES, A. B. (1897). *A Loucura sob Novo Prisma*. FEB: Rio de Janeiro, 1988.

PEREIRA NETO, André de F. *Ser médico no Brasil: o presente e o passado*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

PETERS, Carlos Eduardo Marotta. Asilo Espírita “Discípulos de Jesus” de Penápolis: a loucura no cotidiano de uma instituição disciplinar (1935-1945). 2000. 143 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2000

RIBEIRO, Raphael Alberto. Almas enclausuradas: práticas de intervenção médica, representações culturais e cotidiano no Sanatório Espírita de Uberlândia (1932-1970). Dissertação (Mestrado em História, Universidade Federal de Uberlândia), 2006.

SCOTON, Roberta M. S. Médicos acadêmicos e curandeiros na Manchester Mineira (Juiz de Fora-MG, 1890-1940). I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira. *Anais Eletrônicos do...* Juiz de Fora, 2005.

_____. O Espiritismo como exercício ilegal da medicina: análise a partir de processos crimes contra a saúde pública. 10º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. *Anais Eletrônicos...* Belo Horizonte, 2005.

_____. Entre frenologistas e rousseaunianos: a interpretação de Allan Kardec sobre as raças (uma análise histórica do texto *Frenologia espiritualista e espírita: Perfectibilidade da raça negra* 1862). In: IX Simpósio Anual da ABHR, 2007, Viçosa. *Anais do IX Simpósio Anual da ABHR*, 2007.

_____. Médicos e espíritas: análise das falas dos médicos da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora-MG acerca do espiritismo (1909-1940). In: XV Encontro Regional de História da Anpuh-MG, 2006, São João del Rei. Anais Eletrônicos do XV Encontro Regional de História da Anpuh-MG, 2006.

_____. Religião, ciência ou crime? Uma perspectiva de análise para o estudo do espiritismo kardecista no Brasil (1890-1950). In: XI Congresso Latino-Americano sobre Religião e Etnicidade, 2006, São Bernardo do Campo - SP. Anais Eletrônicos do XI Congresso Latino-Americano sobre Religião e Etnicidade, 2006.

_____. Religião: Patologia social e mental? As religiões mediúnicas na visão de médicos na primeira metade do séc. XX. In: VIII Simpósio da ABHR, 2006, São Luis. Anais do VIII Simpósio da ABHR, 2006.

SILVA, Fábio Luiz da. *Espiritismo: história e poder (1938-2949)*. Londrina: Eduel, 2005.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar. Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1930*. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC-Ed. da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

“O estudo refletido da história”: a obra de Justiniano José da Rocha e a estabilização política do Império

Roberto Saba¹

No ano de 1758, entusiasmado por ideais democráticos, Jean-Jacques Rousseau escrevia em carta a D’Alembert: “l’opinion, reine du monde, n’est point soumise au pouvoir des rois; ils sont eux-mêmes ses premiers esclaves.” (ROUSSEAU, 1962: 181) A opinião pública começava, já em meados do século XVIII na Europa, a mostrar-se uma fonte inelutável de poder sobre a qual os regimes políticos não poderiam mais fazer vista grossa. Em 1772, o mesmo Rousseau, em *Considérations sur le Gouvernement de Pologne*, tomava uma opinião mais ponderada e procurava resolver o dilema colocado aos governos pela força da opinião: “quiconque se mêle d’instituer un peuple doit savoir dominer les opinions, et par elles gouverner les passions des hommes.” (ROUSSEAU, 1962: 351) Legislar sobre um povo na modernidade política ocidental seria, para Rousseau e outros pensadores da transição do século XVIII para o XIX, a capacidade de homens e instituições de dominar a opinião pública. Sendo assim, alguns anos mais tarde o político e teórico irlandês Edmund Burke se dirigia aos seus eleitores em Bristol do seguinte modo:

to deliver an opinion is the right of all men; that of constituents is a weighty and respectable opinion, which a representative ought always to rejoice to consider. But *authoritative* instructions, *Mandates* issued, which the Member is bound blindly and implicitly to obey, to vote, and to argue for, though contrary to the clearest convictions of his judgment and conscience; these are things utterly unknown to the laws of this land, and which arise from a fundamental mistake of the whole order and tenor of our Constitution. (BURKE, 1999: 11)

Inimigo do mandato imperativo, o conservador Burke não podia, mesmo assim, se furtar de levar em consideração as demandas populares. O representante da nação deveria, segundo ele, sempre guiar-se por interesses maiores que escapavam aos cidadãos comuns, porém não poderia nunca se furtar de estar atento às vozes dos representados.

¹ Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo e bolsista da FAPESP.

As idéias sobre política e opinião pública nascidas na Europa cruzaram o Atlântico de forma praticamente imediata. O federalista norte-americano James Madison, já na década de 1780, colocava que o efeito da distinção entre representantes e representados seria

to refine and enlarge the public views, by passing them through the medium of a chosen body of citizens, whose wisdom may best discern the true interest of their country, and whose patriotism and love of justice will be least likely to sacrifice it to temporary or partial considerations. Under such a regulation, it may well happen that the public voice, pronounced by the representatives of the people, will be more consonant to the public good than if pronounced by the people themselves, convened for the purpose. (HAMILTON, JAY e MADISON, 2006: 56)

Para a principal corrente de pensamento político da fundação dos Estados Unidos da América, os representantes eram homens duplamente escolhidos: porque eleitos pelo voto popular e porque mais preparados para o governo do que os demais. Na concepção dos federalistas, as vozes da nação deviam ser filtradas pela sabedoria de um *chosen body of citizens* para que se tornassem mais adequadas ao bem geral da comunidade política. Seria obrigação dos representantes discernir através de sua sabedoria quais os verdadeiros interesses dos governados. Não obstante esta concepção um tanto aristocrática da política, o mesmo Madison, em um de seus discursos na Casa dos Representantes em 15 de agosto de 1789, se colocou como defensor da liberdade de expressão dos cidadãos de seu país:

the right of freedom of speech is secured; the liberty of press is expressly declared to be beyond the reach of this government; the people may therefore publicly address their representatives, may privately advise them, or declare their sentiments by petition to the whole body; in all these ways they may communicate their will. (MADISON, 1789)

O direito de se expressar dos governados era fundamental para a própria existência do regime recém instituído na América do Norte: o *chosen body of citizens* só poderia cumprir sua missão de portar o bem comum se estivesse a par do que diziam as vozes da nação.

Na Europa oitocentista, o mesmo problema continuou a ser tratado por diversos pensadores. Em 1802, Jeremy Bentham refletia sobre o papel do legislador: “his greatest difficulty will be in conciliating the public opinion, in correcting it when erroneous, and in

giving it that bent which shall be most favorable to produce obedience to his mandate.” (BENTHAM *apud* PALMER, 1953: 8) O papel do legislador passava, cada vez mais, a ser o papel de intérprete e modelador da opinião pública. Em 1820, neste mesmo sentido se colocou o filósofo alemão Hegel ao dizer que a opinião pública

deserves to be *respected* as well as *despised* – despised for its concrete consciousness and expression, and respected for its essential basis, which appears in that concrete consciousness only in a more or less obscure manner. (...) Every kind of falsehood and truth is present in public opinion, but it is the prerogative of the great man to discover the truth within it. (HEGEL, 2005: 355)

Ao grande homem público caberia a missão de reconhecer o essencial na opinião pública – obscurecida pela expressão concreta dos homens comuns – para colocá-la de acordo com as leis do Estado racional moderno. Hegel, como muitos pensadores de seu século, percebeu que a história levaria-os a um momento em que não mais se podia pensar o Estado sem considerar a vontade popular. *Vox populi, vox dei*: eis a fórmula consagrada desde os tempos de Rousseau. Para o filósofo alemão, a voz do povo guardava a verdade histórica que os líderes políticos deveriam saber interpretar e colocar em prática na construção de instituições governamentais superiores.

Os debates persistiram durante boa parte do século XIX e nele se imiscuíram figuras intelectuais e políticas de grande porte. A grande questão daquele século foi conciliar a vontade de uma massa de cidadãos, nem sempre pacífica, com um regime político baseado em regras positivas e executado por uma nova elite no poder. O teórico inglês John Stuart Mill, mais de um século depois dos primeiros escritos de Rousseau sobre a opinião pública, foi quem chegou mais perto do que seria a solução mais duradoura para este grande problema da política ocidental. Acreditava ele que a missão do parlamento era

ser ao mesmo o Comitê de Reclamações e o Congresso de Opiniões da nação; uma arena na qual não apenas a opinião geral da nação, mas também a de todas as suas diferentes regiões e, até onde possível, de todo e qualquer indivíduo eminente que ele contenha, possam ser trazidas à luz e postas em discussão; (...) onde a opinião dominante no país possa se mostrar dominante e manobrar suas hostes na presença do governo, que estará portanto capacitado e obrigado a ceder por essa simples manifestação, sem esperar que ela faça o emprego real de suas forças; onde, enfim, os

homens de Estado possam verificar, com maior exatidão do que em qualquer outro lugar, quais dos elementos de opinião ou de poder estão crescendo ou declinando, e estar capacitados a moldar suas medidas em conformidade não apenas com as exigências existentes, mas também aquelas em vias de desenvolvimento. (MILL, 1981: 55-56)

Ao combinar a escolha por eleições periódicas com a liberdade de expressão, as nações possuidoras do regime representativo, segundo Mill, estavam aptas a formar parlamentos que pudessem acolher as vontades de seus constituintes, dando a elas um encaminhamento regular e pacífico. Um longo processo, que incluiu intermináveis debates e experiências traumáticas, legou ao Ocidente uma forma política capaz de filtrar a pressão popular, levando-a em consideração e, ao mesmo tempo, mantendo a ordem estabelecida por regimes constitucionais dirigidos por elites de notáveis eleitos. Esta era a essência dos governos representativos nascidos na Europa e na América na virada do século XVIII para o XIX.

Ao mesmo tempo em que Mill pensava sobre o papel dos parlamentos na ordem política oitocentista, um jornalista e parlamentar do Brasil-Império elaborava sua teoria sobre a história nacional colocando questões semelhantes àquelas colocadas na Inglaterra, na França, na América do Norte ou na Alemanha. O ano era 1855 e o Brasil vivia sob o signo da *Conciliação* levada a cabo pelo Marquês do Paraná: a expectativa de quase toda a elite nacional era de que os anos de turbulência que se iniciaram com a Independência e tiveram seu ápice em 1848, durante a Revolução Praieira, fossem colocados definitivamente para trás.

Justiniano José da Rocha, em seu panfleto *Ação; Reação; Transação*, enfatizava que se devia olhar para o passado da história nacional para se compreender o significado que aquela nova era tinha para a estabilização política do Brasil-Império. Eis as palavras que abriam o texto de Justiniano:

o estudo refletido da história nos patenteia uma verdade, igualmente pela razão e pela ciência do político demonstrada. Na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano e se firma a conquista da civilização. As constituições modernas mesmas não são senão o trabalho definitivo dos períodos de transação. (ROCHA, 1956: 163)

Segundo o autor, o Brasil não fugiria desta dialética universal. O grito de Independência, a elaboração da Constituição, a agitação militar, a dissolução da Constituinte, a Carta Promulgada e outros aspectos dos primeiros anos do reinado de D. Pedro I espelharam logo que aqui se desenrolava também a luta entre princípios ativos e princípios reativos da história.

A turbulência política do Primeiro Reinado não impediu, porém, que uma primeira centelha de estabilização surgisse:

com a instalação das duas câmaras do parlamento, em que evidentemente achava contemplado tudo quanto de mais inteligente havia no país, reanimaram-se os debates políticos. Havia homens que de instinto temiam as revoluções, e desejando repelir os seus germes, procuravam desenvolver o princípio da autoridade; mas não tinham pelo estudo descoberto o segredo da sua organização; havia homens que por amor da liberdade viviam em permanente desconfiança da autoridade; mas não sabiam como cerceá-la, conservando-lhe todavia o que lhe é indispensável para o desempenho da sua missão social. No meio dessas duas tendências em luta, reprimiam-no de um lado o terror dos meios expeditos da ditadura, do outro o respeito à lei e à consciência alheia; tudo estava por fazer, tudo por criar, pois não só era nova a forma constitucional, novas as instituições, como novo o país até na sua organização administrativa. A independência era muito recente, e ainda não havia tempo de ter-se criado a escola prática brasileira; se não faltavam capacidades, faltavam habilitações adquiridas para as grandes funções sociais. (ROCHA, 1956: 169-170)

Percebe-se no texto de Justiniano que ainda que o parlamento nacional na década de 1820 fosse vítima da inexperiência, existia nele a possibilidade do diálogo entre a liberdade e a ordem; ali se davam os primeiros passos para se encontrar o meio termo entre os dois princípios que agitavam a ordem nacional. A inexperiência política dos brasileiros, contudo, logo cobrou seu preço:

o mal da época não provinha de falta de patriotismo, ou de inspirações interesseiras; todos queriam o bem, todos almejavam a ventura da pátria, o mal provinha das duas fontes que indicamos, a falta de conhecimentos práticos e a inexperiência política. Uma singularidade: a oposição não buscava a conquista das pastas; estava convencida que seu fim era abnegar-se, renunciar à direção do governo, lutar permanentemente,

não tendo por fim do combate, por vitória, senão a ruína do poder. (ROCHA, 1956: 174-175)

Efeito inevitável da virulência da oposição parlamentar, a revolução ganhou as ruas do Império: repercutindo as agitações de julho de 1830 na França, os brasileiros formaram suas associações conspiradoras, sua imprensa democrática, suas milícias insubordinadas e em 7 de abril de 1831 obtiveram o triunfo inevitável, expulsando o imperador português do solo nacional. Justiniano enxergava a história do Brasil como uma sucessão de passos que, embora violentos, foram úteis no momento em que se deram.

O governo da Regência que sucedeu à Abdicação foi, para o panfletista, um momento de vitória absoluta do princípio de liberdade e o parlamento nacional seguiu o ritmo da história:

estava senhora do governo a democracia; a câmara dos deputados formava como o seu grande conselho diretor: regência, ministério, tudo era ela; o senado, conhecendo a sua impotência sobre a opinião popular, única força naqueles dias, resignava-se à posição secundária que as circunstâncias lhe haviam dado; vivia obscuro, para salvar a sua vida ameaçada. (ROCHA, 1956: 179)

Sendo a casa da opinião pública, a Câmara dos deputados tornara-se, após a queda do soberano português, o órgão todo poderoso da vida política brasileira.

A par do senado, ou antes acima do senado, como de tudo no país, pela popularidade de seus membros, pelas suas relações com o povo, pela sua influência sobre os chefes das agitações, estava a câmara eletiva. A sua natureza de eletiva e de temporária, suficiente para caracterizá-la, ainda melhor caracterizada fica, quase se atende ao modo da sua eleição. Sem embargo dos dois degraus da eleição indireta, que tanto a viciam e transformam, era ela toda popular. O único requisito constitucional para intervir nessas grandes lutas, e entrar nesses solenes comícios da soberania, era a recente residência na paróquia e a renda de 100\$; tanto vale dizer: ‘o sufrágio era universal.’ (ROCHA, 1956: 185)

Imerso em turbulência política, o país foi tomado na década de 1830 por levantes populares e por movimentos centrífugos. A desagregação da unidade nacional era um risco

frememente e a dominação da Câmara dos Deputados sobre a política causava um desarranjo institucional que contribuía para o estado caótico. A política parlamentar não podia continuar daquele jeito, pois a única monarquia das Américas corria grave risco, segundo Justiniano, de se esfacular. Foi então que o espírito de reação se mostrou na história brasileira com veemência: a década de 1830 chegava ao fim, o regente Feijó era desalojado do poder e ascendia o Regresso conservador. Não demorou muito para que o espírito ordeiro se refletisse na política parlamentar:

então já tínhamos ganho alguma experiência política, já ia sendo compreendido esse regime de ponderação e de equilíbrio em que a nação sempre consultada governa ela própria os seus destinos sem todavia reduzir à humilhação e à impotência aqueles que se acham revestidos dos poderes soberanos.

A unidade do governo pela solidariedade ministerial; a responsabilidade ministerial por todos os atos do poder; o respeito à maioria do parlamento, cuja confiança é condição de existência dos ministérios; o dever inerente ao governo de estudar as públicas necessidades, de sobre elas formular projetos que ofereça ao estudo e aos votos dos legisladores, essa máxima tão nova – que a oposição procura e deve procurar o governo, deve desejar pastas, porque somente assim lhe é possível realizar os seus pensamentos e servir eficazmente o país conforme suas idéias, esses axiomas do regime representativo eram novidades. (ROCHA, 1956: 192)

A centralização política e a desradicalização parlamentar se impunham como modos de se restabelecer a ordem e, conseqüentemente, de se manter o Império unido. A força bruta foi adotada constantemente a partir de 1838 para sufocar as vozes rebeldes que teimavam em levar a ferro e fogo os preceitos da liberdade. Após algumas vitórias da ordem, segundo Justiniano José da Rocha, o exagero no emprego dos princípios da reação chegou a tal ponto que o perigo democrático voltou à vida e a paz pública foi colocada mais uma vez em perigo. Contudo, no momento dos mais negros presságios, liberais e conservadores deram-se as mãos para em 1840 aclamar D. Pedro II imperador do Brasil. O regime monárquico triunfava e enfim o país parecia entrar no caminho da estabilização definitiva. Foi então que novas ameaças surgiram:

o partido liberal não compreendeu que o campo da razão pública era o único, as armas da inteligência as únicas que lhe podiam ser salutares. Tratava de defender algumas conquistas do período democrático; pois a defesa é tão difícil que exija meios

extraordinários e violentos quando é sabido que: ‘o que está tem muita força?’ A imprensa, a associação pacífica, a petição, não são armas eficazes, quando há constância, e quando se confia nas próprias convicções?

O partido liberal não teve fé em si, nem confiou no futuro; quis tudo apressar, e tudo comprometeu; quis invocar as paixões da revolta, e teve exagerar as suas pretensões, a fim de dar arras a essas paixões.

Hoje hão por certo os chefes desse partido, vendo o estado a que se acha reduzido o país, lamentar as fatalidades de 1842 e de 1848! (ROCHA, 1956: 205)

Segundo o panfletista, o tempo que se seguiu à Maioridade era de propagação do espírito ordeiro, mas a precipitação dos líderes liberais paulistas, mineiros e pernambucanos fez com que as paixões se sobrepusessem erroneamente à razão política. Nada, segundo Justiniano, poderia justificar o apelo às armas quando a ordem política fornecia aos setores organizados da sociedade brasileira instrumentos de ação tão eficazes quanto a imprensa livre, o direito de associação e o direito de enviar petições a qualquer órgão do poder legitimamente estabelecido.

Os últimos suspiros da anarquia teimaram em se esvaír, mas o triunfo da ordem era inevitável, fazia parte de uma lógica histórica da qual o Brasil não podia fugir.

No dia em que, depois de tantas revoltas mal sucedidas, uma derradeira se fez concitando todos os elementos de conflagração, e sem embargo de tudo, sucumbiu, entrou em todos os espíritos a convicção da improficuidade da turbulência; as paixões refrearam o seu ardor, puseram silêncio a suas exigências, retiraram suas ameaças; então cessou naturalmente a aversão e o divórcio, e sob o pregão do progresso conservador apareceu a época da transação. (ROCHA, 1956: 214)

A Revolução Praieira, a qual se refere o trecho acima, foi a última rebelião política de grande vulto ocorrida no Brasil-Império; depois dela, na visão do panfletista, se encerrara o aprendizado político do país. As paixões baixaram armas e os brasileiros em geral aderiram aos rituais de um Estado racional moderno. Era a síntese de uma história de idas e vindas, de ação e reação, de conflitos entre o espírito da ordem e o espírito da liberdade. Dominado pelo gabinete Paraná, cinco anos depois da revolta em Pernambuco, o Brasil em 1853 obtinha a possibilidade de se estabilizar politicamente. No ano de 1855, Justiniano José da Rocha escrevia seu panfleto a fim de pressionar o Gabinete da Conciliação para que não deixasse

escapar a oportunidade de, enfim, fazer com que o Brasil encontrasse a paz dentro de seu território e superasse os rancores facciosos que outrora colocaram em risco a unidade nacional. Dizia então:

cumpre que o poder espontaneamente se desarme de quanto lhe foi dado, não por ser-lhe essencial para desempenhar os seus tutelares encargos, mas em atenção às circunstâncias excepcionais da posição em que ele se viu colocado; cumpre-lhe renunciar ao arbítrio com que suprime a liberdade individual, com que subjuga a nação militarizada. Cumpre-lhe ver entre as idéias que os liberais puseram por diante nos dias de suas lutas (idéias que felizmente foram escritas em três programas notáveis), quais as que satisfazem as verdadeiras necessidades públicas, quais as que, sem perigo, dão ao elemento democrático algum quinhão na organização política do país; cumpre que o que é do povo seja restituído ao povo.

Se assim acontecer, não receamos errar profetizando que a era lamentável de convulsões pela qual tem necessariamente de passar as nações novas que tratam de organizar-se, estará concluída, para nunca mais ser renovada: então entregues as questões de política, de governo, de alta administração ao jogo legítimo do regime representativo com prudência equilibrado, poderá a nação brasileira caminhar segura para os grandes destinos que a esperam. (ROCHA, 1956: 217)

Um artigo recente foi muito feliz ao analisar a correlação existente entre a obra de Justiniano e sua trajetória política pessoal. (GUIMARÃES, 2007: 71-91) Todavia, apesar da grande importância de uma leitura biográfica, não se pode esquecer que, assim como muitos de seus contemporâneos, de dentro e de fora do Brasil, o autor de *Ação; Reação; Transação* estava preocupado com a questão política que se afigurava vital para os regimes ocidentais do oitocentos: a questão da opinião pública e de seu peso na política nacional. Era o regime representativo, sua institucionalização e estabilização no Brasil-Império, que se constituía no grande tema de *Ação; Reação; Transação*. Justiniano José da Rocha abordava a história política nacional a partir de uma problematização muito semelhante àquela que se desenvolveu de Rousseau até John Stuart Mill. O modo pelo qual os governantes deveriam conduzir a política nacional deveria se dar, também para o pensador brasileiro, a partir do casamento entre liberdade e ordem. A sociedade que formava a única monarquia das Américas já tinha dado provas suficientes que possuía as armas necessárias para se rebelar contra aquilo que considerasse opressão. Cabia, então, aos notáveis brasileiros adotar as

fórmulas do regime representativo para possibilitar que a opinião pública participasse da vida política sem que com isso a ordem constitucional fosse colocada constantemente em risco.

Referência Bibliográficas:

BURKE, Edmund. *The Select Works of Edmund Burke. Volume 4: Miscellaneous Writings*. Indianapolis: Liberty Fund, 1999.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia” In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HAMILTON, Alexander, JAY, John e MADISON, James. *The Federalist*. Nova York: Barnes and Nobles, 2006.

HEGEL, Georg W. F. *Elements of the Philosophy of Right*. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

MADISON, James. *Annals of Congress, House of Representatives. 1st Congress, 1st Session*. 15 de agosto de 1789. Disponível em:
<http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=llac&fileName=001/llac001.db&recNum=384>.
Acessado em 16 de julho de 2008.

MILL, John Stuart. *Considerações sobre o Governo Representativo*. Brasília: UnB, 1981.

PALMER, Paul A. “The Concept of Public Opinion in Political Theory” In: BERELSON, Bernard e JANOWITZ, Morris (org.). *Reader in Public Opinion and Communication*. Glencoe: Free Press, 1953.

ROCHA, Justiniano José da. “Ação; Reação; Transação” In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Du Contract Social ou Principes du Droit Politique*. Paris: Garnier Frères, 1962.

Como se deve escrever a História do Brasil: de Von Martius a Peninha

Rodrigo Bragio Bonaldo*

Os senhores precisam ser mais generosos! – recomenda-nos o jornalista. Deixar de lado os termos pernósticos, a arrogância lingüística, sua falta de brilho e o ritmo enfadonho para, assim, abraçar o grande público, sempre ansioso por ouvir uma boa história, mas no momento privado de fazê-lo em virtude do obscurantismo de nosso vocabulário acadêmico. Eduardo Bueno, repórter, escritor e tradutor gaúcho, tenta cumprir esse papel, o papel de escrever sobre história não apenas com interesse pelo passado, mas também pelo modo de contá-lo. Fato é que seus livros venderam como água, ganharam projeção nacional e o autor chegou mesmo a apresentar um quadro no programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, indo ao ar no segundo semestre de 2007. Fato é que aos historiadores nunca agradou totalmente, sendo alvo de inúmeras críticas, protagonizando acrimoniosa polêmica, seja pelo personagem histriônico que evoca em suas entrevistas e aparições públicas, seja pelo burburinho de mal-entendidos que cercam sua obra. Mas, afinal, qual o estatuto de seus escritos? Como devemos considerá-los? Historiografia não acadêmica? Textos de divulgação científica? Embuste comercial? Obra fronteira? Narrativa jornalística da história? De que forma classificar uma produção que, quase dois séculos depois, parece seguir as instruções de Von Martius em relação à necessidade de se pensar o *estilo* da escrita histórica, estilo qual para o erudito oitocentista caberia ser “nobre, correto, porém simples e claro”, narrando uma história que deveria justamente “ser escrita para o povo” (MARTIUS, 1991:25)?

Mas os paralelismos entre a historiografia oitocentista e os livros de Eduardo Bueno não se limitam a citações pontuais ou fraseologias coincidentes. Começemos a relatá-los a partir de um problema específico dentro dos textos buenianos: aquele condizente à proposta de periodização histórica, qual hoje poderíamos denominar de “topografia de interesses” (CERTEAU, 2000:69), mas que Francisco Adolfo de Varnhagen chamava de questão da “escolha dos assumptos”, circunscrita, em geral, ao “methodo” (VARNHAGEN, 1927. XI-XIII).

* Bacharel em História pela UFRGS. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História IFCH/UFRGS e bolsista do CNPQ.

Um século e meio após o IHGB lançar o concurso intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil” – um século e meio após Von Martius vencê-lo – os olhos da nação voltavam mais uma vez para a busca das origens. Eram os 500 anos do Descobrimento. Toda a imprensa brasileira agendava-se pela efeméride. O mercado editorial começava a se animar. Publicações de história logo varreriam os quatro cantos do país. Jornais fariam matérias específicas. Revistas manteriam colunas e debates a respeito. Bueno, ainda trabalhando para o matutino Zero Hora de Porto Alegre, propôs aos seus editores uma coleção de fascículos contando a história do Brasil, do pré-Descobrimento aos dias atuais. Com um projeto gráfico repleto de imagens, fotos, retrancas¹ e ilustrações a cores, a publicação teve razoável sucesso, sendo inclusive reeditada em vários dos mais importantes jornais brasileiros.

Vejamos como está organizada. O primeiro fascículo reúne a formação geológica brasileira e dados acerca da pré-história (incluindo uma retranca sobre o naturalista Peter Lund²). O segundo fascículo é voltado para os nativos, a questão da antropofagia, o mito do bom selvagem e a situação atual dos índios de nosso país. No terceiro fascículo, finalmente, o Descobrimento. Um texto bastante literário e descritivo segue a narrativa da Carta de Pero Vaz de Caminha. Fala-se em uma página sobre o Império português para retornar de imediato à jornada cabralina, à descrição das naus e caravelas, do itinerário que singraram, do achamento e da semana de Vera Cruz. O feixe não termina sem dissertar sobre o pau-brasil, a questão dos nomes que nosso país já teve e, mais uma vez, à relação de um cenário histórico aos dias presentes: a Porto Seguro de hoje. O quarto fascículo centra-se nas primeiras expedições, nas capitânicas hereditárias, nos donatários e, em retranca, no breve perfil de dois naufragos/degradados: Caramuru e João Ramalho. Termina com uma página a respeito da importância econômica do açúcar e mais duas sobre os governadores gerais. O quinto fascículo introduz os jesuítas, Ignácio de Loyola em retranca, Nóbrega e Anchieta, a evangelização dos interiores com as missões, concluindo com o Padre Antônio Vieira.

¹ Na linguagem jornalística, por retranca entende-se um espaço gráfico relacionado ao texto principal, mas deslocado dele para o aprofundamento de um tema específico. Por exemplo: no corpo principal fala-se do sucesso das cartas de Vespúcio na Europa quinhentista e, numa coluna lateral (a retranca), desenvolve-se a influência que elas tiveram na redação da Utopia de Thomas Morus. Em seus livros, Bueno utiliza-se largamente desse recurso para tratar de polêmicas, curiosidades, descrever personagens ou ensaiar breves narrativas paralelas.

² Lund mais tarde é um personagem recorrente num dos episódios do quadro “É muita história”, no Fantástico.

Paremos por aqui. Sim, o colecionável segue até a época que lhe é contemporânea, mas ao que pese devemos nos ater aos primeiros anos do século XVI, não apenas pelas limitações espaciais deste artigo, mas também porque tal período corresponde àquele abordado pelos mais importantes livros de história até agora redigidos por Eduardo Bueno, quais fazem parte da Coleção *Terra Brasilis*³. No entanto, já nesse breve recorte vemos como o autor segue uma fórmula de exposição interessante. Como Varnhagen, começa sua história com uma descrição físico-geológica do Brasil. Como Varnhagen, segue-a com a discussão indígena. Como Varnhagen, rastreia e fareja todos os indícios da origem nacional, do achamento, das grandes navegações. Mas, como jornalista, utiliza um recurso muito próprio das redações: a digressão dos objetos tratados em direção ao universo do leitor, aos temas de “interesse público”, quais tocam de modo invariável o tempo presente. Desse modo, a história, ora vazada como épico, como a “aventura do Descobrimento”, realizada por homens intrépidos que se lançavam ao Mar Tenebroso, toma ares de tragédia quando arremetida ao hoje. Seja denunciando a situação atual dos povos indígenas, seja descrevendo a devastação das paisagens vislumbradas por Cabral no distante ano de 1500, a história torna-se o peso do passado, o progresso “vírus da civilização” (BUENO, 1998a. 24). Essa oscilação marca fortemente também os livros da *Terra Brasilis*.

A descrição literária dos cenários, ao lado de um possível lamento por sua degradação, não é feita unicamente a partir de técnicas ficcionais. Bueno, como tantos historiadores do século XIX, é também um viajante. Tradutor de *On the Road*, entusiasta e divulgador do espírito *Beat* no Brasil, Peninha descreve as praias, os mares e as matas com um conhecimento de causa que era visto como prova pelos oitocentistas. Por que Varnhagen não considerava o Padrão da Cananéia datado de 1503? Ora, “porque fui em pessoa examinal-o (...), lavramos auto do que se vê n’esse padrão, que nem tem data, nem inscrição” (VARNHAGEN, 1850. 399), afirma o visconde de Porto Seguro. Trata-se da autópsia, uma metodologia pela qual “os historiadores emprestam aos seus trabalhos garantias extratextuais”, como que intervindo enquanto autoridades fiduciárias em

³ A coleção *Terra Brasilis* possui até o momento em que escrevo quatro livros publicados: “*A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*”(1998), “*Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil*”(1998), “*Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*”(1999) e “*A coroa a cruz e a espada: lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia*” (2006) Todos os volumes tiveram a consultoria técnica de Ronaldo Vainfas, à exceção do último, que contou com a historiadora Sheila Siqueira de Castro Faria. Esse livro era para ser intitulado “Canibais, jesuítas e donatários”, mas, como se vê, teve seu nome alterado. A próxima publicação será, muito provavelmente, a respeito do episódio da França Antártica.

suas próprias narrativas históricas (CEZAR, 2007. P 173). Peninha a reedita de modo indireto, não como forma de provar, mas como estratégia de fazer-creer dentro da composição e descrição minuciosa que faz de seus cenários.

A questão da autoridade, da prova, torna-se de fato mais problemática. Eduardo Bueno nunca se disse historiador. De modo que, para escrever sobre história, ele parece encontrar necessidade de se apoiar em autoridades que lhe são externas e que provém freqüentemente da historiografia profissional. Esse tipo de postura rendeu críticas severas, dentre as quais figuram acusações de certa superficialidade de seus textos. É comum ouvirmos que Peninha não vai às fontes, que seus textos são apenas uma compilação de diversos estudos sobre a história colonial, enfim, uma obra de síntese desprovida de um conteúdo próprio ou original. Recorrente também é o exprobro que qualifica seus livros como simplificadores e reducionistas. Contra todas essas acusações, o jornalista defende-se:

Eu escrevi um livro que, realmente, é repleto de simplificações e de generalizações correndo o risco consciente de fazer essas generalizações para atingir um número maior de pessoas. Porque é o seguinte: eu acho que falta generosidade, além de uma certa competência de estilo, à produção acadêmica do Brasil. As limitações de estilo existem, mas acho que elas não prejudicam tanto quanto uma certa arrogância na postura de alguns historiadores. De alguns, porque a produção historiográfica brasileira é de primeira grandeza, eu devo muito a ela. A minha obra é uma obra de segunda mão, sim. É uma obra de divulgação, sim. Não sou historiador, sou jornalista. (EXTRA, 2000)

Eduardo Bueno justifica seus livros a partir do estatuto de uma obra de divulgação. Sua preocupação fundamental deve ser não desenvolver um discurso científico, mas atrair novos leitores. Essa atração justifica, inclusive, a suposta superficialidade da obra. Mas para assim habilitá-la, ele não pode, sem perder a legitimidade que a constrói, abster de se apoiar em autoridades historiográficas. Bueno joga com os autores que consulta, dispõe suas teses, de quando em vez endossa uma, critica sutilmente a outra, sempre apoiado numa terceira, em um processo que tem como resultado um estilo argumentativo muito próximo daquele encontrado nas páginas do jornalismo diário. “Como notou o historiador” (BUENO, 1998b. 38), “escreveu” (BUENO, 1998c. 102), “concluiu” (BUENO, 1999. 48), “diagnosticada pelo historiador” (BUENO, 2006. 134), “um dos principais pesquisadores do tema” (BUENO, 1999. 33), são frases recorrentes na coleção *Terra Brasilis*. Como na especificidade de testemunho (RICOEUR, 2007.

172-173), um triplo dêitico marca uma designação – embora, dessa vez, dada pelo autor que o cita: a voz ativa, o tempo passado do verbo e a menção ao lá em relação ao conhecimento que aqui se tem dele.

Existe um momento dessa escrita em que os historiadores são elevados ao estatuto similar àquele que depõe, sendo apresentados como figurantes na narração. Em uma segunda fase possível eles serão, a partir daquele ponto, alçados à condição mesma de provas documentais. Tornam-se assim atores e agentes na narrativa jornalística – alterando seu sentido e deslizando pela tessitura do enredo. Em outras palavras, isto equivale a dizer que as autoridades historiográficas aparecem como *quase-personagens* da intriga histórica (RICOEUR, 1994. 251-327).

Aparentemente, em um primeiro momento, essa característica nos faria pensar que inexistia aqui espaço para uma crítica da autoridade testemunhal. O processo de credenciamento das fontes, da avaliação de seu potencial fiduciário, passaria tanto pela autoridade do “eu estudei isso” quanto pelo mando do “eu estive lá” – ambas equivalendo-se enquanto testemunhas, igualmente aparecendo como fiadoras da realidade passada e desfrutando de uma autoridade moral equivalente. Em um nível mais concreto, esse descompasso formula-se pela manifestada não intenção em apresentar novas teses, pelo viés que um texto de divulgação alega tomar, o qual, a partir daí, autorizar-se-ia através de afirmações, dados e comentários produzidos pela “historiografia brasileira”, que “é de primeira grandeza”, e a qual Bueno diz dever muito (EXTRA, 2000). Em um nível mais abstrato, corresponderia ao princípio jornalístico qual define fontes qualificadas – ao profissional da comunicação, caberia compilá-las, bem ao sabor de um jornalismo informativo, supostamente neutro em opiniões ou interpretações, juízos delegados a autoridades mais competentes.

Frente à autoridade do “eu estudei isso”, o jornalista parece se calar. Sua função, como comunicador social, deveria ser tão somente mediar o conhecimento acadêmico e o público leitor. Esse fenômeno literário chegou a ser descrito como uma “ambição de invisibilidade” (ESPERANÇA, 2006. 245) – tratar-se-ia do mecanismo de *ocultamento do narrador*, e, se pensado assim por nós, agora aplicado a um texto sobre história. Como explica o jornalista Janet Malcolm, da revista *The New Yorker*, “o ‘eu’ jornalístico é um narrador de toda a confiança, um

funcionário ao qual foram confiadas as tarefas cruciais da narração (...). Ele é uma figura emblemática, uma encarnação da idéia do observador imparcial da vida” (APUD ESPERANÇA, 1990. 159).

Essa estratégia tem alguns efeitos fundamentais. Os acadêmicos – vazados como autoridades, mas apropriados como atores – aparecem como sujeitos da ação no texto. São eles – de agora em diante como quase-personagens – *passíveis* de conduzir a remessa intencional da apropriação jornalística ao plano da narrativa e, através da intriga que aí se tece, aos agentes da ação efetiva, isto é, aos personagens históricos.

Essa marcha argumentativa encontra seus referentes na prosa realista criada pela literatura ocidental ao longo do século XIX. Ao contrário dos românticos – ou mesmo antes deles – com seus textos adjetivados, hipérboles eruditas e personagens confessionais, o realismo vai apostar no desenvolvimento de técnicas descritivas, dialógicas e narrativas. Na historiografia, diz Hayden White, “esse realismo iria ser alicerçado numa consciência que se libertara do inerente ceticismo e pessimismo da ironia do final do iluminismo por um lado e da fé cognitivamente irresponsável dos primórdios do movimento romântico, por outro” (WHITE, 1992. 439).

No Brasil, Varnhagen não representou diferente tendência. Por um lado, defendia-se do pirronismo. Ora, de que modo Porto Seguro sabia o nome de cada um dos doze donatários? “Pelos documentos da Torre do Tombo”, respondia, adiantando que “para os scepticos não valeriam aqui dissertações a respeito” (VARNHAGEN, 1850. 400). Por outro lado, atacava aqueles que não podiam “ver senão pelo prisma da parcialidade dos seus, e o de romancear, piamente embora, os assuntos, a fim de adornar e embelezar a narração, para a qual ‘sobejando-lhe a notícia concisa dos fatos *lhes faltaram as circunstâncias deles*’(...)”(VARNHAGEN, 1955. P 38).

Ao lado da crítica ao ceticismo e da defesa do estatuto do historiador pela consulta às “fontes primitivas”, isto é, aos arquivos, o acometimento aos crédulos e aos impressionismos literários ganhava espaço no IHGB. “Historiadores ha que entendem ser licito adornar com arabescos da ficção os fastos nacionais, exaltar as victorias alcançadas sobre os contrários, e esconder, ou attenuar as próprias derrotas”, escrevia o Cônego Joaquim Caetano Fernandes

Pinheiro, acrescentando que “a esta escola pertenciam Herodoto, Tito Livio entre os antigos e João de Barros e Rocha Pita entre nós” (PINHEIRO, 1865. 309). A censura a tais beletristas era recorrente uma vez que o Instituto parecia recusar a memória da *Academia Brasileira dos Esquecidos* (a qual Rocha Pita, inclusive, pertencia) como sua antecessora direta. “Foi a *Academia Brasilica dos Esquecidos* a legítima representante do espirito futil e da incontinencia tropologica que tanto prejudicaram á suas avoengas” (PINHEIRO, 1867. 32).

Enfeitar, colorir e romancear, com freqüência à sombra dos antigos, tornava-se não mais um pressuposto do trabalho de erudição histórica, mas um insulto à ciência e à verdade. Verdade que se manifesta na “mais nobre das (...) prerrogativas” (PINHEIRO, 1865. 309), aquela que lança o juízo dos tempos ao tribunal da história.

Reconhecendo a competência de semelhante tribunal, para elle appellam vencedores e vencidos, e convicto de sua justiça ninguem ha que a tal emprazamento se recuse. Póde por dilatados annos fazer-se esperar a derradeira sentença; quando porém proferida traz ella o cunho da mais sublinhada imparcialidade. (PINHEIRO, 1865. 310)

Assim como o Cônego, Varnhagen compartilhava desse ponto de vista. Perante o tribunal da história, cabe ao historiógrafo se esforçar em “commemorar, sempre com o possível laconismo, e embora com menos elegância, os factos mais importantes, e esmerando-nos em os descrever com a maior exactidão e clareza”. Livre do prodígio das narrações mais elaboradas, Porto Seguro dispunha-se a “averiguar bem os factos, ouvindo as testemunhas” e, “com o devido critério”, “sentenciar na conformidade das leis equitativas da sociedade e humana justiça” (VARNHAGEN, 1927. XII). O historiador varnhageano é como um “verdadeiro juiz” (Idem, ibidem), mas um juiz que, acuado, não se negaria a declarar: “remetto o leitor ao que digo (...) e espero a sentença” (VARNHAGEN, 1850. 400). Como se o magistrado, por mais douto que fosse, quando em encarnçada polêmica tivesse de ouvir em última instância o júri popular, seja no presente, seja na posteridade. Tal não era a postura de Gonçalves de Magalhães historiador, que, em meio à controversa tarefa de narrar a história imediata, tão somente dizia oferecer “os factos e os documentos para juizes imparciaes”? (APUD OLIVEIRA, 2009. 155)

Eduardo Bueno, um século e meio mais tarde, apoiar-se-ia, como vimos, na autoridade desses juízes de outrora e, se não pôde jamais considerar-se como um deles, volta-se ao júri popular a todo o momento, de tal maneira se justificando.

O objetivo de meus livros não é ideológico, no sentido mais rasteiro da palavra. Mas sim que os leitores cheguem as suas próprias conclusões. Só pretendo fornecer dados e informações. Tenho uma certa obsessão pela minúcia de detalhes que permita aos leitores interpretar a história por si. Acredito que seja uma postura muito mais libertária. (CÔRTEZ, 1999)

A independência do juízo, antes lançado à metáfora do tribunal, atinge em Bueno o crédito completo do senso comum. Sua obra, imagina o jornalista, é uma obra aberta, liberal, escolhida de modo espontâneo por um grupo de interessados, os quais, trilhando seus próprios caminhos narrativos, atribuirão a ela um sentido a seu bel-prazer. Esse ponto corresponde às prescrições oitocentistas da objetividade narrativa (descrição minuciosa dos detalhes) e da imparcialidade do historiador (permitir aos leitores interpretar a história por si), centrais para a epistemologia histórica do XIX (CEZAR, 2007. 161). O que no século de Fustel de Coulanges era um artifício utilizado em momentos de polêmica, para o jornalista que escreve sobre história – desprovido do estatuto profissional do historiógrafo – realiza-se como um procedimento padrão. Não sem ironia, numa de suas generalizações caricaturais, o crítico da mídia Juremir Machado da Silva insiste em associar a figura do jornalista a de um “positivista tardio” (SILVA, 2001. 44), crente na imparcialidade de sua produção e na objetividade de suas técnicas narrativas em corresponder ontologicamente à realidade retratada⁴.

É verdade que dos historiadores brasileiros do século XIX Varnhagen, em especial, costumava dizer que “a escola histórica a que pertencemos é (...) estranha a essa demasiado sentimental, que, pretendendo comover muito, afasta-se da própria verdade” (VARNHAGEN, 1927. XII). Peninha, por sua vez, longe dos debates que opunham o IGHB à Academia dos Esquecidos, preocupa-se bem mais com o estilo de sua escrita. Enfeitar e colorir, sempre à sombra das autoridades historiográficas, é uma proposta que busca – não ofendendo aos critérios de verossimilhança que contemporaneamente se esperam das representações do passado – atender aos anseios de um público alvo não especialista.

⁴ Proponho que o conceito de “positivista” seja traduzido – de forma menos impactante, porém mais precisa – pelo termo “realista”.

Sobre o estatuto da obra de Eduardo Bueno, podemos agora lançar algumas hipóteses. A primeira delas, qual chamarei de *hipótese ingênua*, diz que a chamada “narrativa jornalística da história” não é mais do que a transposição da técnica jornalística para um texto que busca representar o passado. A segunda, qual de bom humor chamarei de “*pós-moderna*”, pensaria o repórter “Peninha” como não mais do que uma construção discursiva de Eduardo Bueno – com essa possibilidade, inverteríamos o problema “de que forma a identidade jornalística determina uma narrativa da história” para “de que maneira essa narrativa da história formula uma identidade que se quer jornalística”. A terceira, qual chamarei de *hipótese integradora*, trataria essa “narrativa jornalística da história” como um subgênero, não do jornalismo do lead e da pirâmide invertida⁵, mas do jornalismo literário, gênero qual Eduardo Bueno, durante seus tempos de redação, parece ter tentado se associar (BUENO, 1994). O jornalismo literário, em geral, e o chamado *new journalism* norte-americano dos anos 60, em particular, são marcados pela utilização de técnicas ficcionais, diálogos, descrições, intrigas, aplicados a textos de não ficção – recursos inspirados notadamente, e não por acaso, nos romances realistas do século XIX (WOLFE, 2004. 53). Novo modelo formal, velha postura epistemológica.

Talvez o impulso a uma disputa de campo faça-nos pensar como Varnhagen. Talvez assim reeditemos a frase “chamar-lhe de historiador, só porque escreveu uma história, é dar a essa palavra uma acepção diferente da que a ela hoje se liga” (VARNHAGEN, 1955. 38). Mesmo assim, caberíamos perguntar, diante da profusão e diversificação das narrativas que buscam representar o passado, a continuidade, a identidade e a diferença: será ainda hoje legítimo ao historiador acadêmico se imaginar como um guardião da memória dos povos?

Bibliografia

BUENO, Eduardo. *O velho new journalism está de volta*. Zero Hora, Porto Alegre, 10 abr. 1994.

⁵ No jargão jornalístico, *lead* é a primeira parte de uma notícia. Ela fornece ao leitor a informação básica sobre o tema e pretende prender-lhe o interesse. A técnica prevê que o *lead* responda a um conjunto de perguntas: O quê? Quem? Quando? Como? Onde? E, no caso de um texto interpretativo, Por quê? Por pirâmide invertida, entende-se a estrutura noticiosa fundamental, qual corre do mais relevante ao menos relevante.

- _____. História do Brasil. Zero Hora, Porto Alegre. 1998^a.
- _____. A viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998b.
- _____. Naufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil, 1500-1531. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998c.
- _____. Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999
- _____. A coroa, a cruz e a espada: lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006
- CERTEAU, Michel De. A Escrita da História. Forense Universitária. RJ. 2 ed. 2000.
- CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. Topoi, v.8, n.15, jul-dez. 2007. p 159-207.
- CÔRTEZ, Celina. O Historiador Pop. Revista IstoÉ 24/2/99
- ESPERANÇA, Clarice Gontarski. Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores. In: Em Questão, Porto Alegre, v. 12, p 235-251, jun./dez. 2006.
- EXTRA Classe. Disponível em <<http://www.sinpro-rs.org.br/extraclasse/>> Abril, 2000. Acesso em 09/9/07
- MARTIUS, Von. Como se deve escrever a História do Brasil. Rio IHGB, 1991
- Oliveira, Maria da Glória de. Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009.
- PINHEIRO, Fernandes. As Batalhas dos Guararapes. RIHGB. 1865. Tomo 28.
- PINHEIRO, Fernandes. A academia Brasileira dos Esquecidos: estudo histórico e literário. RIHGB. 1867. Tomo 30.
- RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. Tomo I. Papyrus Editora, Campinas, 1994.
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2007.
- SILVA, Juremir Machado da. A miséria do jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia. Porto Alegre, editora Vozes. 2000.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Carta. RIHGB. 1850. Tomo 13. pp 398-401.
- _____. História geral do Brasil : antes da sua separação e independência de Portugal. 3. ed.integral São Paulo : Melhoramentos, 1927. V1

_____. História das lutas com os holandeses no Brasil : desde 1624 a 1654. Salvador : Progresso, 1955.

WHITE, Hayden. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX. Edusp. São Paulo, 1992.

WOLFE, Tom. O radical chique e o novo jornalismo. Coleção Jornalismo literário. Cia das Letras. São Paulo 2004.

A interface História Política e História da Historiografia: Diogo de Vasconcellos e os debates sobre a História de Minas Gerais

Rodrigo Machado da Silva*

1. Notas Iniciais

Este artigo faz parte de reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa realizada sob o financiamento do Programa de Iniciação à Pesquisa (PIP) da Universidade Federal de Ouro Preto intitulado *"Em busca de um paradigma: Diogo de Vasconcellos na crise política brasileira na segunda metade do oitocentos"*. Proponho aqui apenas uma sintética explanação acerca de um dos problemas mais caros a esta pesquisa, que se mostra no campo da interface entre história política e história da historiografia.

O texto se mostra longe de esgotar a questão, muito pelo contrário, a hipótese que levantarei aqui ainda está em fase de investigação. Dessa forma, o que será apresentado serão os pressupostos iniciais acerca desta temática, que é uma das desenvolvidas no projeto. O objeto central de minha análise é o lugar em que se encontra o político e historiador mineiro Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos em meio ao debate sobre os caminhos da escrita da história de Minas Gerais na virada do século XIX para o XX.

Pensar um historiador como um intelectual hoje parece ser uma tarefa simples, com o campo consolidado e institucionalizado. Na Primeira República isso não se mostrava tão claro. Havia nesse momento uma grande participação de pensadores da ordem pública, políticos, dialogando com os intelectuais de reflexões mais amplas. O contrário também se mostra comum. Nicolau Sevcenko propõe que havia uma tendência entre os intelectuais no período de consolidação do regime republicano em incorporar um certo engajamento político em seus pensamentos (SEVCENKO, 1985: 78-79). A literatura e o jornalismo são dois grandes meios de divulgação de projeto. É muito comum homens públicos serem

donos ou redatores de jornais no final do dezenove e início do vinte. Diogo de Vasconcellos não é exceção¹.

Tendo isso em vista corroboro com os pressupostos de Ângela Alonso quando a autora ressalta que a intersecção entre o campo intelectual e o campo político se mostra mais coerente na interpretação não só sobre a geração 1870, que é o seu objeto de estudo, mas para todo o contexto da segunda metade do oitocentos, e acrescento dizendo que para o primeiro quartel do novecentos isso também é pertinente. A separação dos campos ainda não era bem clara também na Europa, de onde vinha a grande maioria das bases do pensamento político, filosófico, sociológico, entre outros no Brasil, em que as instituições acadêmicas já estavam, em grande medida, consolidadas e os intelectuais também possuíam certo espaço dentro da política (ALONSO, 2002: 30).

Tal fenômeno pode ser visualizado para Minas Gerais. No caso mineiro o diálogo entre o discurso político e o discurso historiográfico, nessa análise, se dará para além de reflexões filosóficas ou sociológicas, mas insere-se dentro das *instituições*. A história servirá para legitimar o novo regime que se instaurara no Estado com o advento da República. O Arquivo Público Mineiro (APM), fundado em 1895, será a primeira instituição a ser criada para construir um discurso histórico próprio de Minas. O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), fundado em 1907, será o segundo, de caráter estadual, com este propósito.

Influentes nomes da política mineira da época envolvem-se na construção das duas instituições, projeto majoritariamente republicano. Há dessa forma um critério de seleção, mais visível para o caso do APM, de membros que farão a ponte entre a formação dessa memória histórica mineira, até então inexistente, com a República no Estado. A minha proposta de investigação é perceber o papel de Diogo de Vasconcellos nesse processo, uma vez que fora um dos membros mais importantes do Partido Conservador Mineiro no último

¹* Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. (rmachadosilva@uol.com.br)

Este texto faz parte do projeto de iniciação científica financiado pelo Programa de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto e orientado pela Prof^ª Dr^ª Helena Miranda Mollo.

Entre outros jornais em que Diogo de Vasconcellos atuou, destaco o Echo de Minas (redator), A Província de Minas (colaborador), O Jornal de Minas (proprietário), A União (proprietário), Estado de Minas (ainda não tenho informações precisas quanto a sua participação no jornal), Cruzeiro (colaborador), O Arauto de Minas (colaborador) e o Pharol (colaborador)

quartel do XIX e terá conflitos imediatos com a República. Esses conflitos no campo político terão impacto também em seu projeto historiográfico.

2. *As Instituições e o "Novo Tempo"*

A historiografia há muito atribui ao século XIX o emblema de "século da história", ou ao menos um século que se propõe a pensar a história de uma maneira mais sistematizada (GUIMARÃES, 1988). Luis Costa Lima propõe, que, desde a proclamação da Independência os intelectuais brasileiros têm se preocupado com a questão da busca pelo paradigma da objetividade, e isso pode ser identificado nos escritos literários da época (LIMA, 1986). O paradigma em questão pode ser identificado em alguns de seus contornos no Romantismo, na vinculação do discurso literário ao discurso histórico na construção da nacionalidade brasileira.

Seguindo os pressupostos de François-Xavier Guerra, da mesma forma que o Estado moderno, toda identidade coletiva, seja ela língua, religião, mitos históricos, e imaginário político são construções culturais (GUERRA, 1992). Inúmeros projetos objetivavam coligir documentos e escrever a história da Nação, como o IHGB e o Arquivo Nacional, ambos de 1838. No que tange à literatura, o Romantismo no Brasil parece estar datado: 1836 com a fundação da *Revista Nitheroy* por Domingos José Gonçalves de Magalhães. Seu principal objetivo é romper com o passado brasileiro vinculado ao domínio português. Em seu discurso sobre a história da literatura no Brasil, Gonçalves de Magalhães propõe a formulação de uma escrita literária genuinamente nacional, que supra os anseios brasileiros, para se efetivar o processo de emancipação cultural e política (GONÇALVES DE MAGALHÃES, 1994: 22).

O IHGB é uma das instituições mais analisadas pela historiografia no que tocante ao processo de institucionalização da história no Brasil no século XIX. O grande agente da história para os membros do IHGB, sediado no Rio de Janeiro, era o Estado imperial. Buscava-se, nesse momento, o desenvolvimento de uma história geral do país, enfocando a centralização nacional na figura, sobretudo, do Imperador. Cabiam às Províncias as correspondências dessa história servindo de peça para o quebra-cabeça Brasil. O espaço

para as alteridades regionais era suprimido pelo ideal centralizador. A proposta do IHGB para as Províncias era de que cada uma tivesse um Instituto congênere preocupado em levantar a documentação de sua própria Província fornecendo os dados ao Rio de Janeiro, possibilitando então o arquivamento desses dados subsidiando a escrita da história no futuro (GUIMARÃES, 1988). No entanto, não foram todas as Províncias que fundaram seus Institutos, assim como nem todas possuíam um diálogo estreito com o IHGB.

Minas Gerais fora um Estado que não se vinculou imediatamente ao projeto do IHGB e se integrou ao movimento pela história geral do Brasil, a partir de 1838. O programa mineiro de construção arquivística de sua memória histórica só terá início em 1895 com a fundação do Arquivo Público Mineiro (APM) no governo de Crispim Jacques Bias Fortes, tendo como o primeiro diretor José Pedro Xavier da Veiga, e será consolidado com o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), em 1907, no governo e presidido por João Pinheiro da Silva.

Raoul Girardet propõe que há uma espécie de efervescência mitológica que acompanha as perturbações políticas. Imagens são construídas para que doutrinas possam ser instauradas, e a política das Nações, então, serem conduzidas sobre as bases de alusões a *Idades de Ouro*, grandiosas *Revoluções*, retorno de *Chefes Salvadores*, entre outros mitos, que contribuem para a formulação desse quadro (GIRARDET, 1897: 11). A República em Minas Gerais elegeu Tiradentes como a figura histórica mítica que representa as raízes do regime. O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) é fundado na intenção de resgatar essa memória histórica republicana mineira e marcar o seu lugar na história do Brasil (CALLARI, 2001). O Arquivo Público Mineiro (APM) possuía "função" semelhante. A característica primária do Arquivo era a construção de um acervo de documentos escritos ou não que remetessem ao passado de Minas Gerais (SILVA, 2007).

Com a passagem do governo monárquico para o republicano, Minas inicia um período de renovação política e cultural. Nasce com o novo regime um anseio por modernização a fim de deixar o Estado nos moldes de civilizações mais avançadas do final do oitocentos. Há nesse momento a inauguração de um novo *regime de historicidade* no Estado. Antes de 1889 a percepção de tempo histórico nas Minas estava muito atrelada à imagem do Império, o que para os republicanos constituía uma noção de atraso da Nação,

devido à crise que se instalara na monarquia e o novo regime procuraria romper com o antigo e consolidar uma moderna idéia de tempo histórico (MEDEIROS & ARAÚJO, 2007: 29). Mais do que constituição de um saber histórico o APM e o IHGMG têm, sobretudo, uma função política.

3. *Diogo de Vasconcellos dentro e fora das Instituições*

Diogo de Vasconcellos é um sujeito altamente complexo e com um perfil muito semelhante aos homens de seu tempo. Não existe apenas um Diogo de Vasconcellos, mas vários. O mineiro atuou como *advogado*, sua formação acadêmica; como *político*, em várias instâncias: vereador, deputado e senador provincial; como *jornalista*, escrevendo para inúmeros jornais; e também como *historiador*, para poder citar as atividades mais evidentes de Vasconcellos ao longo da segunda metade do oitocentos. A atividade como intelectual se mostrará mais forte no início do novecentos.

Neste artigo não há a possibilidade de explorar todos esses quesitos, tão pouco se aprofundar em qualquer que seja. A intenção desse texto, portanto, é introduzir a reflexão do lugar de Vasconcellos dentro das instituições na passagem da Monarquia para a República no que tange a construção da memória histórica de Minas Gerais. O tema já fora explorado por mim entre outros momentos, no entanto, muito mais preocupado em traçar um perfil da formação de Diogo do que a atuação dentro do APM e do IHGMG (MACHADO, 2009). A pesquisa ainda se encontra em andamento, o que limita uma análise mais pontual. Dessa forma, levanto mais hipóteses do que respondo questões.

Durante a Monarquia não se pode identificar em Minas Gerais nenhuma instituição que tenha adotado a “função” de se arquivar e escrever a história da Província. Como já mencionado os mineiros não adotaram a iniciativa do IHGB de construir um Instituto congênere para integrar o projeto de se escrever a história geral do Brasil. A forma federalista de organização republicano brasileiro instiga a elaboração de projetos que afirmam a autonomia de cada Estado da Nação frente aos outros.

Minas, assim como o resto do país, estava passando por um processo de modernização. Uma nova forma de perceber o tempo aos poucos tomava conta da

organização do Estado. Uma questão cara aos republicanos, como bem salienta José Murilo de Carvalho (1998), era de se estabelecer um tipo de modelo para o regime brasileiro. Antes de se poder estabelecer um paradigma liberal americano ou positivista francês, o passado Colonial e Imperial deveria ser extirpado.

O espaço urbano, então, mostra-se fundamental para a construção da modernidade abrupta inaugurada com a República. Cidades insalubres, sujas, mal organizadas são as que predominavam nesse momento. Não quero dizer aqui, que a lógica urbana é como a argumentada por Sérgio Buarque de Holanda, onde as cidades hispânicas possuem uma ordem estruturada e planejada, a cidade do ladrilhador, e a portuguesa é construída de qualquer maneira, a cidade do sementeiro (HOLANDA, 2006).

A cidade do Rio de Janeiro, capital do país na época, para adentrar nessa pretensa modernidade instaura a Regeneração. Movimento de remodelação do centro da cidade, muito baseada no estilo francês; de medidas outorgadas de sanitarismo entre outras para modernizar a cidade. A capital de Minas Gerais, Ouro Preto, também possuía problemas semelhantes ao Rio, e a medida mais eficaz que o governo mineiro encontrou para introduzir o Estado na modernidade foi a construção de uma nova cidade, moderna e republicana desde suas bases, o que virá a ser Belo Horizonte.

A questão aqui não é discutir a construção de um espaço urbano novo, mas de ver como essas idéias chegam ao espaço público. Belo Horizonte nascerá completamente moderna e republicana, que selará esse movimento, ao menos no que tange no campo administrativo do Estado. Mais do que isso se precisava desenvolver um discurso que legitimasse a alteridade mineira e o seu poder histórico frente à Nação. É nesse sentido que se identifica a importância de instituições preocupadas em coligir documentações acerca do passado mineiro e a escrita de sua história para a consolidação da República.

Em 1895 é fundado o Arquivo Público Mineiro (APM) no governo de Crispim Jacques Bias Fortes e dirigida por José Pedro Xavier da Veiga. A instituição surge com a intenção de organizar documentos que teriam condições de orientar a formação de uma memória histórica “oficial” para Minas Gerais. Em meio a consolidação de discursos *anti-arcaizantes*, Xavier da Veiga defendia que o Estado imperial detinha um poder centralizador que impedia as Províncias de progredirem, pois esse tipo de regime inibe

qualquer propensão à autonomia. Com isso, no Império as histórias *não-nacionais* – regionais – estavam sujeitas a uma espécie de hierarquia da *história geral*. Na República e a organização federativa do Estado Nacional abre-se espaço para que cada região pudesse organizar os seus arquivos e promover *uma história particular* (MEDEIROS & ARAÚJO, 2007: 29).

No processo de instauração do APM fora criada uma lista com 114 integrantes que tinham como empreendimento contribuir para a confecção do acervo do Arquivo. Esses correspondentes eram, de uma forma ou de outra, ligados ao Partido Republicano Mineiro (PRM). Esses dados são de Marisa Ribeiro Silva. A autora mostra que os 53 dos elementos em que ela conseguiu levantar algum tipo de dado, 90% dos que se declaravam políticos, exerciam algum cargo de vereador ou deputado. Além de políticos atuavam em outras profissões, tendo apenas 4% ligados a algum tipo de atividade no campo da História. Desses políticos que integravam o Partido nesse período apenas 24% eram declaradamente republicanos desde os tempos do Império. Os outros provavelmente são provenientes de partidos tradicionais monárquicos, ou Conservador ou Liberal (SILVA, 2007: 76).

Diogo de Vasconcellos como um importante intelectual da época e pensador da história de Minas não participou como correspondente “oficial” do APM. Dentro de minhas hipóteses isso se dá pelo fato de mesmo com a Proclamação da República Vasconcellos se mostra um fiel representante dos Conservadores, diferente de Xavier da Veiga que se converte. O Arquivo sendo um projeto republicano não tinha espaço para o discurso monarquista do historiador. Os nomes dos correspondentes eram indicados pelo governador do Estado, Bias Fortes, que era inimigo político de Diogo, o que muito provavelmente tenha contribuído para que ele não participasse de forma mais clara na construção do acervo, mas isso não o impediu de enviar documentos, endereçado principalmente para Xavier da Veiga e não para o APM (SILVA, 2007: 79). Já com século XX adentro Vasconcellos terá um maior espaço no APM através da revista, ou com sínteses da história mineira ou através de discursos no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG).

A segunda instituição em que se pretende estudar na pesquisa é o próprio IHGMG. O Instituto tem a mesma estrutura do IHGB, tendo até mesmo parte do primeiro Estatuto

copiado da instituição fluminense. O IHGMG foi fundado em 1907 com um propósito semelhante ao do APM, também de caráter republicano, no entanto mais preocupado com a escrita da história do que guardar documentos. Aqui a participação de Diogo de Vasconcellos se mostra mais intensa e clara. O historiador ocupou o cargo de orador perpétuo da instituição do ano de fundação até 1927, ano de sua morte.

Atribuo essa maior participação de Vasconcellos no IHGMG por dois motivos iniciais: o primeiro é pelo fato do próprio ano de fundação do Instituto, 1907. A historiografia atribui a consolidação do regime republicano com o governo de Campos Sales de 1898 a 1902 (FAUSTO: 2006, 258-259). Assim, a República muito provavelmente não corria riscos de ser derrubada. Os monarquistas pouco ofereciam algum tipo de risco ao regime. João Pinheiro era o governador de Minas na ocasião da fundação do IHGMG e embora não compartilhasse politicamente das idéias de Vasconcellos não eram inimigos tão declarados como era o caso de Bias Fortes. O segundo é devido à publicação em 1904 da *História Antiga das Minas Gerais*, de Vasconcellos. Esse era um dos primeiros livros que se propunham a realizar uma síntese da história de Minas. Dessa forma suponho que era pouco coerente deixar um intelectual como Diogo fora do Instituto depois da publicação de uma obra de história tão importante como a que ele escreveu.

Ainda não é possível se afirmar nada sobre essa questão. A pesquisa, quando se refere à participação de Vasconcellos no IHGMG, terá como objetivo principal identificar ao longo dos vinte anos que permaneceu na instituição a influencia que o Instituto teve em sua concepção de história e como isso transparece na sua obra que continua a primeira, *História Média de Minas Gerais*, de 1918.

4. Considerações Finais

Diogo de Vasconcellos atua em um momento em que a historiografia brasileira passava por um processo de reformulação. O Estado republicano incentivava uma produção atrelada ao regionalismo. O regime federativo intensifica o sentimento de autonomia estatal, rompendo com uma antiga ordem, na qual o Império centralizador minava, segundo Xavier da Veiga, qualquer possibilidade de independência. No entanto, o historiador não

corroborar com essa nova concepção de história, sempre buscando reavivar tradições advindas do passado Colonial e Imperial.

Mais do que simplesmente escrever a história, Vasconcellos e outros intelectuais da época, incluindo Xavier da Veiga, escreviam projetos políticos, que tinha um poder legitimador ou contestado de uma ordem vigente. O Arquivo Público Mineiro e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais surgem como instituições que tem o caráter de promover um espaço de debate acerca do passado mineiro, e a partir das raízes históricas de Minas justificar a República no Brasil.

O estudo conjugado entre história política e história da historiografia se mostra altamente pertinente para o entendimento do lugar do intelectual na cena política brasileira na Primeira República e como a *mútua interferência* dos campos constrói um espaço de debate e elaboração de projetos de consolidação de paradigmas políticos, e no caso dos primeiros anos do século XX o tipo de República que se quer instaurar no país.

Este artigo não dá conta de desenvolver elementos mais concisos acerca da temática, mas a título introdutório o que se propôs aqui foi colocar de maneira sintética Diogo de Vasconcellos em seu lugar nas instituições citadas. Há muito que se investigar para ter algum tipo de conclusão sobre a participação do historiador na elaboração de uma memória histórica para Minas Gerais, isso ao pensarmos as instituições. Suas obras até hoje servem de referência para o pensar a história colonial mineira e o estudo sistematizado delas e de sua atuação dentro da política do Estado na segunda metade do oitocentos ajudará na compreensão da concepção de história desse político e historiador.

5. Referências Bibliográficas

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CALLARI, Cláudia Regina. “Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59-83. 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa Fundação Rui Barbosa, 1994.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y independéncias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México. Fondo de Cultura Económico, 1992.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. In: *Estudos históricos*, nº1, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa de 70 anos. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

LIMA, Luis Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

MACHADO, Rodrigo. “O lugar de Diogo de Vasconcellos entre os primeiros movimentos de construção da memória histórica de Minas Gerais”. In: *História e-História*. v. 0x, 2009.

MEDEIROS, Bruno Franco & ARAÚJO, Valdei Lopes de. “A história de Minas como história do Brasil”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLIII, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Marisa Ribeiro. “O artífice da memória”. In: *Revista do APM*. Ano 43, nº 1. jan/jun 2007.

As Fabulações da História: Cultura, Povo e Devir no Cinema de Glauber Rocha

Rodrigo Poreli Moura Bueno¹
rodrigoporeli@hotmail.com

Apresentaremos aqui, algumas das características mais relevantes dos três filmes importantes de Glauber Rocha na década de 1960 que são: “Deus e o Diabo na Terra do Sol” (1964), “Terra em Transe” (1967) e “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro” (1969). Pretendemos enfatizar certas particularidades de sua narrativa fílmica, singularidades de certos personagens e, principalmente, a vinculação de aspectos culturais e políticos às noções de historicidade e temporalidade.

1 “Deus e o Diabo na Terra do Sol” e a Narração Ficcional da História

Pode-se afirmar que “Deus e o Diabo na Terra do Sol” (1964) inscreveu-se na efervescência ideológica dos anos de 1960 que acreditava na possibilidade de se mudar o país e cuja referência era a arte como agente da revolução. Tratou-se, de certa maneira, de sua busca concreta, ainda que tal concretização se desse mais no plano da imaginação, já que a idéia de revolução permaneceu mais como utopia. Crítico da cultura popular e religiosa brasileira, Glauber Rocha, promoveu neste filme, a aproximação das crenças da origem e do fim do mundo da própria história do Brasil. Estabeleceu entre mito e história inúmeros pontos de contato que encontraram na profecia utópica do sertão-mar sua expressão sintética máxima.

Nesta obra, a construção fílmica é conduzida rigorosamente, em uma cadência visual e auditiva de extrema coerência. Por sua vez, os diálogos funcionam como uma síntese que reforça a ação, não só pela natureza gramatical, mas, sobretudo, pela relação emocional proporcionada aos personagens, e mais ainda, por funcionar no sentido de ajustar à condição realista e não-realista. Enfim, a estrutura rítmica e a arrítmica da película colocam todos seus movimentos em constante choque, seja jogando a imobilidade contra o movimento geométrico, ou vice-versa, reinando um “caos” controlado e descontrolado do debate imagético (GARDIES, 1977: 92-93).

¹ Mestrando em História – UNESP/Assis-SP – Bolsista da FAPESP-SP.

Neste sentido, o filme possui uma construção complexa que não nos permite separar claramente o real da ficção. Glauber Rocha recorre a personagens de não- ficção, fazendo sobre a realidade uma mediação que passa pela percepção do poeta popular. “Deus e o Diabo na Terra do Sol” deve seu grande sucesso a essa mistura especificamente dialógica entre ficção e não ficção. Recuperando a idéia de combate, de luta entre o bem e o mal, recria-se essa tradição emprestando-lhe novo significado, já que a película é voltada para uma proposta política da luta entre as duas forças (VALENTINETTI, 2002: 62-63).

Extremamente ambígua, a obra não nos revela quais são os representantes do bem, quais são os do mal. De qualquer forma, a sua estrutura é clássica no sentido da distribuição dos papéis, do protagonista, ocupado por Manuel, do antagonista, por Antonio das Mortes, e dos adjuvantes por Sebastião e Corisco. A partir daí se desenvolve a lógica do relato cuja construção remete à literatura de cordel. A estrutura é simples: uma situação de equilíbrio inicial é perturbada pela introdução de um elemento estranho que vai praticar inúmeros atos contra o herói antes que este consiga finalmente se libertar voltando à condição de equilíbrio reinante no início da história (VENTURA, 2000: 186).

Por meio destes recursos narrativos, prevalece uma espécie de jogo, no qual a história e o mito são atualizados, até mesmo pulsionalmente, para serem postos em cena e em questão. Há uma tensão capaz de incorporar tanto o mito unificador quanto a fragmentação do discurso e da narrativa. Vale dizer que a linguagem glauberiana segue de perto a linguagem mítica. O retorno às origens significa um retorno a um tempo arcaico, não só no sentido cronológico, mas também no sentido etimológico da palavra *arkhé* (princípio inaugural). O retorno ao tempo arcaico faz com que a linguagem empregada se torne presente não somente nos fatos passados, mas também remete ao futuro, prognóstico (GERBER, 1982: 9-10).

A linguagem mítica permite, portanto, um movimento regressivo, de reenvio ao passado e um movimento progressivo, que caminha em direção a figuras antecipadoras de uma nova realidade. A dimensão da intemporalidade presente no enredo pretende possibilitar ao espectador o contato com as pulsões originais, arcaicas de sua formação cultural, que por sua vez não é somente subjetiva, mas também coletiva.

Se existe manifestação de uma consciência, há também uma ordem híbrida marcada pela diferença, transformação e pela instabilidade. Esta inconstância caracteriza a película como um processo que arrasta as palavras e as imagens de um extremo a outro, aproximando-se da idéia de *transe*, que o filósofo francês Gilles Deleuze encontra no cinema de Glauber

Rocha. O *transe* é um estado das coisas que subverte as dicotomias estáveis entre o privado e o público, o íntimo e o político, a realidade e a ficção e, ao mesmo tempo, a atualização simultânea destas categorias contraditórias na aberração dinâmica da imagem (DELEUZE, 1990: 90).

Fazer entrar em *transe* ou em crise é um dos principais aspectos estético-cinematográficos desse autor e está intimamente relacionado à sua maneira muito particular de representar a história. Um dos seus principais objetivos é a inserção de uma potente energia desestabilizadora e transformadora que força o impossível na realidade da ação. O *transe* é tanto crise, uma convulsão pela fissura, quanto o trânsito entre as ordens. Desse modo, o *transe* é a única relação possível entre as ordens fissuradas. Não é uma possibilidade lógica, porém, uma pulsação dos sentidos possibilitada pela histeria. Esta, por sua vez, alterna distensões e rarefações. Sendo uma força errante, intolerável e ativa, produz ela o *transe*, a convulsão e a vertigem (COSTA, 2000: 77-78).

Ao longo do filme, há outras manifestações da potência do delírio convulsivo, materializada, por exemplo, na figura do mar. A metáfora do mar não se restringe a menções verbais, porém adquire forma concreta na imagem grandiosa, na qual encerra o filme, de um mar revoltado sucedendo-se ao terreno vasto e seco do sertão. Tomá-lo em seu sentido literal não o tornaria compreensível, pois entre o sertão das secas e o mar dos naufragos não parece haver oposição, mas equivalência.

Ismail Xavier comentando esta relação de historicidade e temporalidade diz o seguinte:

O filme possui um tom de ritual, e inegável. No entanto, esse ritual não se faz para evocar o gesto inaugural, a ação exemplar a ser atualizada num presente que é ponto de uma vivência mergulhada no tempo cíclico e dotada de sentido na medida em que o mundo se fecha e, no fim, encontra a origem, numa eterna repetição do mesmo. Deus e o diabo ocupa-se do passado para caracterizá-lo como perecível, ao mesmo tempo que o dignifica como aquela travessia que torna possível a corrida em direção ao télos (XAVIER, 1983: 112).

O filme não se propõe a defender um argumento (uma espécie de tese de tipo sociológico), mas a contar uma história, repetir uma lenda. Cinco anos mais tarde, em 1969, com veremos posteriormente, com “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro”, essa mesma lenda será retomada. Será, no entanto, um filme diferente apesar de lidar com os mesmos mitos, os mesmos tipos sociais, a mesma paisagem cultural. O cineasta, então, terá a

oportunidade de reinventar seu próprio cinema dando destaque àquilo que permanecerá central em toda sua obra: os mitos, seus processos de transmissão e suas formas de renovação.

2 “Terra em Transe” e as Fendas em uma Racionalidade Histórica

Sabe-se que a primeira reflexão sistemática de Glauber Rocha a respeito da cultura brasileira surge com um artigo-manifesto, denominado “Estética da Fome” de 1965. Com essa tese, ele procurou não estetizar a fome e miséria, contudo, mostrar como elas são marcas profundas que o povo brasileiro carrega, ou seja, o nervo de sua própria sociedade. Além do mais, proclamou-se com esse manifesto que “a mais nobre manifestação cultural da fome é a violência” (ROCHA, 1997: 595). Dessa perspectiva, para se compreender a fome e escassez de recursos, dentro ou fora da América Latina, seria necessário violentar a percepção, revolucionar os sentidos e o próprio pensamento.

Dois anos mais tarde, em 1967, chegava aos cinemas brasileiros o seu filme “Terra em Transe”. O Brasil passava por uma crise institucional instaurada pela ditadura militar em 1964 e o filme foi considerado polêmico. Não foi aceito pela esquerda que o considerava alienado, mas a ditadura também não gostou da obra e a censurou, só liberando-a integralmente quando ele ganhou prestígio e foi convidado a participar de festivais europeus. O filme foi polêmico também para a crítica cinematográfica da época que o considerou “irracional, confuso, gramaticalmente errado, plasticamente pobre, ritmicamente desinfluxo e esteticamente opaco” (ROCHA, 2004: 117).

É necessário dizer que esta obra guarda estreita relações com “Deus e o Diabo na Terra do Sol”. Embora menos equilibrado do que o filme de 1964 e com uma estrutura diferente, “Terra em Transe” parece revirar justamente a linearidade do primeiro filme, pois é o distanciamento a ser abolido assim como os personagens e suas figuras que tornam possível o efeito de alegoria (VALENTINETTI, 2002: 80).

Para o próprio cineasta, o filme de 1967 é o desenvolvimento natural do anterior. As estruturas do campo de “Deus e o Diabo na Terra do Sol” se encontram de maneira idêntica na cidade, sob a égide da civilização moderna. Em “Terra em Transe” há a denúncia dessas estruturas e paralelamente mostra-se uma estrutura dramática em vias de autodestruição. Trata-se, então, da destruição de um discurso iniciado na película anterior. Além do mais, nas duas obras, há uma escolha parecida tomada pelos personagens: tanto vaqueiro como poeta

preferirão uma terceira via, que descobrirão no fim do percurso só em si mesmos, como representantes do povo (ROCHA, 2004: 118-119).

Dentro de um contexto político-histórico e estético-cinematográfico, “Terra em Transe”, pode ser considerada como uma reflexão a respeito de uma sociedade ideologicamente atomizada, economicamente e culturalmente dependente e politicamente desestruturada. É um filme urbano, direto, concentrado, violento, com ênfase no todo dramático, nos problemas que debate em uma atmosfera em que, o real e o fantástico se misturam dentro de uma imensa liberdade técnica e artística.

Esta película é narrada em um grande *flashback* no qual, atingido, Paulo Martins (Jardel Filho) recorda o que se passou no seu caminho entre a poesia e a política. Poeta promissor, seu inconformismo o leva à aspiração de colocar suas idéias a favor da transformação política. Este indivíduo rompe com o seu meio na capital de Eldorado, seu padrinho, o senador Don Porfirio Diaz (Paulo Autran), sua noiva, Sílvia (Danuza Leão), e vai à província de Alecrim, “fazer política”. Lá, aproxima-se de Sara (Glauce Rocha), militante por quem se apaixona e com quem procura no líder progressista Vieira (José Lewgoy) uma saída a favor dos oprimidos. Instala-se aí a tradicional frente ampla de forças da esquerda em torno de um carismático populista, que por seu turno não terá condições nem vocação para cumprir as metas almejadas (VALENTINETTI, 2002: 85).

Destaque para o personagem central, Paulo Martins que, sintetiza alguns dos aspectos do artista-intelectual brasileiro e latino-americano, entre a esquerda e a direita, o engajamento político e o desgarre delirante, o popular e o elitista, do lado do “ocupado” e do lado do “ocupante”, dentro do poder e contra ele. Este poeta-político de quem se diz que “a política e a poesia são demais para um só homem”, oscila entre o desprezo e o amor pelo povo pobre, entre herdar o poder constituído e constituir outro poder, revolucionário.

O poeta grita os seus sonhos desfeitos, a sua glória efêmera, a sua derrota infantil, mas também a sua generosidade, a sua coerência final. O fracasso de seu projeto político foi também o fracasso de si. O seu personagem se vê como um intelectual orgânico impotente diante de um poder que se impõe pela força de um golpe militar. Ele condensa as contradições que não lhe são exclusivas, havendo a todo o momento uma ressonância entre o seu suposto delírio e a atmosfera geral de convulsão social que marca todo o processo político de Eldorado (XAVIER, 1993: 45-46).

Em “Terra em Transe”, existe uma cena sobrecarregada de uma maneira barroca, de uma densidade oprimente, permitindo ao cineasta penetrar mais profundamente na realidade do próprio país. Então:

‘Terra em Transe’ identifica os arquétipos do mundo latino-americano, por meio de uma inquirição da história. Tanto Vieira (personificação da suposta hesitação de Jango), quanto Díaz (ditador mexicano deposto com a revolução de 1910, mas também espelho de Carlos Lacerda), metaforizam forças ancestrais da reação, junto com a multinacional Explint (somente citada, nunca vista), Dom Júlio Fuentes (interpretado por Paulo Gracindo, que simboliza a burguesia nacional e trai sua missão de liderar a revolução, para ser sócio menor do capital internacional) e Padre Gil (representado por Jofre Soares, que mostra uma Igreja que se aliou às elites contra os pobres). Já as forças da ação, as que provocam a convulsão e a instabilidade, são frágeis, precárias: o líder camponês Felício (Emanuel Cavalcanti) é morto por pistoleiros; um desempregado é torturado num comício, sob a indiferença e a alienação dos outros populares, que só se preocupam em sambar. Resta a Paulo Martins [...], o sacrifício inútil: a poesia e a política são demasiadas para um homem só (CASTELO, 2005: 12).

Em grande parte de sua obra, e principalmente em “Terra em Transe”, Glauber Rocha tratará justamente de materializar as imagens que tecem a história brasileira e latino-americana. Seu cinema desconstrói e fragmenta alegoricamente essas imagens, captando o vazio por trás das máscaras da representação política e social e povoando esse vazio com outras imagens e vozes, tanto as que falam quanto as que calam, em uma história que se faz e se desfaz em círculos, os quais se rompem e são retomados para serem novamente interrompidos (XAVIER, 1993: 131).

Assim, ao colocar em cena as imagens e sons da história e da política, frenéticas e convulsionadas, Glauber Rocha, em sua tarefa barroca, visa alcançar uma compreensão ampla da situação política e cultural do Brasil e da América Latina. Portanto, para Gilles Deleuze está aí o aspecto tão peculiar que a crítica do mito assume, em Glauber Rocha: não é analisar o mito para descobrir seu sentido ou estrutura arcaica, mas sim referir o mito arcaico ao estado das pulsões numa sociedade perfeitamente atual – fome, sede, sexualidade, potência, morte, adoração (DELEUZE, 1990: 261).

É a partir desta condição de desequilíbrio, de crise, de pulsações, de transformações permanentes que, o fazer estético glauberiano encontra sua mais nítida e adequada vocação e criatividade. Dessa maneira, toda a agitação em “Terra em Transe” não decorre mais de uma

tomada de consciência, mas, consiste, como já visto, em fazer tudo entrar em *transe*, o povo e seus senhores, os atores e seus personagens, e a própria câmera (Id. *ibid*).

Daí porque seus filmes por mais alegóricos ou metafóricos que se apresentem, têm a força de uma consistência, são críveis, as imagens não representam, entram em *transe* com os personagens, cenários, objetos, com o espectador, e formam um só fluxo. O artista não tematiza o *transe*, cria-o cinematograficamente por meio da câmera na mão e da montagem, sendo, portanto, uma “celebração” propriamente estético-política e cinematográfica (BENTES: 1997: 26).

“Terra em Transe” com sua montagem descontínua, uso da câmera agitada em *transe*, que dança no ritmo barroco e carnavalesco e em um fluxo desestruturante, assume a confusão e as contradições criada pela ditadura militar, demonstrando a difícil tarefa de se pensar a História do Brasil nesta adversidade política e social. Aponta tanto para esse mal-estar, quanto para as incapacidades de os sujeitos estruturarem ações políticas. Seus personagens e situações são alegorias e imagens simbólicas dilacerantes dos momentos históricos que fizeram a década de 1960.

3 O “Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro” e a Encenação da História

Pode-se dizer que no Brasil de fins da década de 1960, com o agravamento do regime militar, a censura e a crise dos movimentos sociais e políticos, o cineasta Glauber Rocha empreendeu novos desafios para a relação entre arte e política, percebendo a necessidade de renová-las em suas obras cinematográficas. Dessa maneira, a ambição intervencionista do Cinema Novo, no período citado acima, foi maculada pelo próprio processo histórico que buscava atingir.

O seu filme “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro” (1969), insere-se neste contexto histórico-político e reflete as discussões e mudanças estéticas realizadas e debatidas neste período. Aqui, o cineasta baiano consegue atingir um ponto de equilíbrio e boa receptividade como produto cinematográfico. Também a partir desta obra, ele definirá o seu cinema como “ideogramático”, ou seja, caberia ao artista recriar símbolos abstraídos da mitologia cultural brasileira e projetá-los em uma nova linguagem.

Glauber Rocha filma “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro”, ciente da necessidade de aproximação com o grande público. Por isso, apóia-se em alguns gêneros

cinematográficos de apelo popular, como o *western*, por exemplo, e reutiliza alguns dos temas e personagens de seu filme “Deus e o Diabo na Terra do Sol” realizado em 1964. Podemos ver aqui a questão do messianismo, do cangaço e a presença enigmática do matador de cangaceiros Antônio das Mortes (ROCHA, 2004: 176-177).

Cangaceiros e beatos, que em “Deus e o Diabo na Terra do Sol” se situavam em mundos diferentes, como sendo pólos extremos dos movimentos rebeldes ocorridos no sertão nordestino, agora fazem parte de um mesmo grupo, estão unidos em uma sociedade oprimida que clama por justiça. Já não representam mais Deus e o Diabo, nem o bem e o mal. Estas pessoas cantam e dançam em uníssono, festejam um carnaval constantemente em *transe*. O sertão também já não é o mesmo, palco da revolução no qual distinguia cangaceiros e beatos.

Na explicação do próprio cineasta, em “O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro” arma-se um cenário na pequena cidade sertaneja de Jardim das Piranhas para examinar as possibilidades do embate entre aqueles que já haviam mostrado o seu poder efetivo de lutas, os messiânicos e cangaceiros. Em suas palavras:

Eu acho o ‘Dragão’ o meu melhor filme, uma realização perfeita das minhas idéias. Lá eu tenho um palco, uma limitação espacial. Eu realizo um ‘mise-em-scène’ brechtiano com signos da sociedade brasileira onde eles realmente tinham que realizar no Terceiro Mundo (ROCHA, 1997 apud GERBER, 1982: 90).

“O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro” parece assumir integralmente as diretrizes da cultura popular como saída para o projeto de modernização conservadora imposto então pelo governo militar da época. Glauber Rocha não pretende trabalhar esses elementos de forma folclorizada ou romantizada, mas, ele tenta destruir os mitos e as lendas de seu país por dentro. A visibilidade que confere ao cangaço e ao messianismo não atua para um dispositivo de poder nostálgico e conservativo. Eles são ativados por sua força de crença, não somente pelo conteúdo mitológico, pois são reconfigurados, agindo em outro campo enunciativo e servindo a outras relações de poder (BENTES, 1997: 26-28).

O contexto político e a crise da estética do nacional-popular, interligados, vão contribuir para a emergência do tropicalismo, movimento que pregava um fazer artístico antropofágico que religaria espacialidades e temporalidades distintas. O nacional e o estrangeiro, o tradicional e o novo deveriam ser agenciados por meio de um dispositivo de poder libertário. A saída para o artista e intelectual terceiro-mundista estaria em explorar as

virtualidades da “desrazão” e do “inconsciente” presentes na cultura popular, pretendendo, assim, uma ressignificação e estetização dessa cultura nativa. Diz o cineasta:

A cultura popular será sempre uma manifestação relativa quando apenas inspiradora de uma arte criada por artistas ainda sufocados pela razão burguesa. A cultura popular não é o que se chama tecnicamente de folclore, mas a linguagem popular de permanente rebelião histórica. O encontro dos revolucionários desligados da revolução burguesa com as estruturas mais significativas desta cultura popular será a primeira configuração de um novo signo revolucionário (ROCHA, 2004: 251).

Dessa maneira, foi esse procedimento que Glauber Rocha buscava representar nas figuras típicas do imaginário do sertão brasileiro como o “Dragão” (símbolo barroco da desmedida natureza e do desarmônico) e de “São Jorge” (símbolo da guerra e da caça). Os personagens mesclam esses aspectos e atuam em um clima de instabilidade moral, já que são atores de suas próprias lendas que se confundem com a política. Notamos estas características na Santa, no negro Antão, no professor de História, em Antonio das Mortes, no cangaceiro Coirana, no Coronel, em Laura, de origem urbana, mulher do Coronel e amante do delegado Matos, no padre, o jagunço Mata-Vacas e em seu bando e no povo que louva a Santa e o negro Antão com seus cantos, danças, orações, bandeiras e estandartes.

A performance desses atores se dá em um cenário simbolizado pelo sertão, local do embate e dos conflitos. Os personagens urbanos, advindos de uma classe média abastada, são apresentados com venais, volúveis e traidores, reservando a eles os espaços fechados, a moldura das fachadas, a não-profundidade de campo e as cores berrantes tanto nas roupas como nos cenários. Já os personagens sertanejos, ao contrário, além da grande dignidade da qual se revestem, têm direito à paisagem e a composições cenográficas que lembram as pinturas renascentistas. Distinguem-se também as músicas destinadas aos beatos e cangaceiros e aos personagens urbanos bem com a própria variação do estilo na montagem das cenas (TOLENTINO, 2001: 246-247).

Sabe-se que uma das constantes do cinema glauberiano é a questão do *transe*. Dada a cristalização de determinado olhar sobre as coisas, ele possibilita desarrumá-lo, rearranjá-lo, trazê-lo para um espaço liso, onde possa explorar todas as suas virtualidades. Como já mencionado anteriormente, o *transe* é transição, passagem, devir e possessão, sendo que Glauber Rocha faz dele uma forma de experimentação e conhecimento. Dá-se com o *transe*, portanto, visibilidade ao invisível e dizibilidade ao indizível. Provoca-se, pois, estado de

colapso nos elementos agenciados, principalmente, naquele que olha, permitindo uma variação e uma mutação nas noções de historicidade e temporalidade.

Na película em questão, realça-se uma narrativa permeada pelo *transe* na qual o tempo é múltiplo, fato este que afeta a história, sendo que ela já não é nem a do passado nem a do presente ou a do futuro. Essa peculiar narrativa glauberiana reúne em uma perspectiva histórica, o passado, o presente e o futuro, que por si sós são fabulações, já que tornam possíveis o ato de fala e a recriação de lendas. Destruindo os mitos de seu povo “de dentro”, Glauber Rocha tenta produzir “enunciados coletivos capazes de elevar a miséria a uma estranha positividade, a invenção de um povo” (DELEUZE, 1990: 269).

Assim, pode-se notar que nos três filmes de Glauber Rocha, ao colocar em cena as imagens e sons da história e da política, frenéticas e ritualizadas, procura linhas de fuga e desvios na arte cinematográfica e na sociedade terceiro-mundista, a fim de explorar suas virtualidades e contradições. História, fábula e tempo se entrelaçam e passam a ser atualizados, reconfigurados, potencializados, no intuito de se compreender a realidade e contribuir para um novo patamar de experiências estéticas, políticas e culturais.

4 Referências Bibliográficas:

BENTES, Ivana. O Devorador de Mitos. In: ROCHA, Glauber. **Cartas ao Mundo**. Org. de Ivana Bentes. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 26.

CASTELO, Sander Cruz. A invenção do populismo. **O Povo**, Fortaleza-CE, 26 jun. 2005. Vida & Arte, p. 12.

COSTA, Luiz Cláudio da. **Cinema Brasileiro (anos 60-70): Dissimetria, Oscilação e Simulacro**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

DELEUZE, Gilles. **A imagem-tempo**. Trad. Eloísa de Araújo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GARDIES, René. Glauber Rocha: política, mito e linguagem. In: GERBER, Raquel et al. **Glauber Rocha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 92-93.

GERBER, Raquel. **O mito da civilização Atlântica: Glauber Rocha, cinema, política e estética do inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 1982.

ROCHA, Glauber. A Estética da Fome. In: GOMES, João Carlos Teixeira. **Glauber Rocha, esse vulcão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 595.

_____. **A Revolução do Cinema Novo.** São Paulo: Cosac Naify, 2004.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. **O rural no cinema brasileiro.** São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

VALENTINETTI, Cláudio M. **Glauber Rocha, um olhar europeu.** São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi: Prefeitura do Rio, 2002.

VENTURA, Tereza. **A poética polytica de Glauber Rocha.** Rio de Janeiro: Funarte, 2000.

XAVIER, Ismail. **Sertão Mar: Glauber Rocha e a estética da fome.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Alegorias do subdesenvolvimento: Cinema Novo, Tropicalismo, Cinema Marginal.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA EM DEBATE: DAS ESTRUTURAS AOS SUJEITOS HISTÓRICOS.

Roger Aníbal Lambert da Silva*

Introdução

Nosso objetivo neste texto é discutir duas vertentes historiográficas relativas ao processo de abolição da escravidão no Brasil. A primeira delas reúne trabalhos que se concentraram nas explicações estruturais, concebendo que a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre significou a transição de um modo de produção pré-capitalista para um capitalista. A segunda vertente é dos estudos que passaram a considerar a ação dos sujeitos históricos neste processo, mais especificamente, a atuação dos escravos.¹

Não pretendemos fazer uma análise exaustiva, mas oferecer uma análise de alguns estudos representativos das duas vertentes. Desse modo, num primeiro momento, procuraremos analisar os estudos cujo enfoque foi as estruturas e, em seguida, aqueles que ressaltaram a ação dos sujeitos históricos no processo de Abolição. Por fim, após fazermos uma breve discussão acerca das perspectivas teórico-metodológicas que caracterizam tais vertentes e situá-las, também de forma sucinta, no contexto mais amplo da historiografia brasileira e internacional, apontaremos uma sugestão de pesquisa.

1. Enfoque nas estruturas: liquidação das heranças coloniais e adequação do país ao modo de produção capitalista

Neste tópico trataremos da vertente historiográfica que reúne os estudos cujo enfoque se concentrou nas estruturas e conceberam que a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre significou a transição de um modo de produção pré-capitalista para um capitalista.

Emilia Viotti da Costa, por exemplo, concebeu que à medida que o movimento abolicionista foi se ampliando entraram em choque duas mentalidades: a da lavoura ligada ao sistema escravista e a da geração nova, empolgada pelo movimento abolicionista. A maior

* Graduando do curso de História pela Universidade Federal de Viçosa.

¹ Para uma abordagem destas e outras vertentes ver, por exemplo: QUEIROZ, Suely Robles de. *Op. Cit.* p. 7-35.

receptividade deste movimento teria sido possível devido às mudanças sócio-econômicas ocorridas na segunda metade do século XIX, quais sejam, “o processo de urbanização e o desenvolvimento de uma camada burguesa que, embora vivesse muitas vezes na órbita dos fazendeiros e proprietários, apresentava uma mentalidade diversa” (COSTA, 1998: 346-350).

A autora concluiu que a escravidão - que era “uma parte vital do sistema colonial num mundo mercantil, pré-capitalista, pré-tecnológico” - foi destruída num mundo em que “o capitalismo industrial e a revolução tecnológica gradualmente solaparam as relações tradicionais” (COSTA, 1998: 351-352). Nesse sentido, para Emília Viotti da Costa a Abolição significaria a “repercussão, no nível institucional, das mudanças que ocorreram na estrutura econômica e social do país na segunda metade do século XIX, prenunciando a transição da sociedade senhorial para a empresarial” (COSTA, 1998: 531).

Ademir Gebara também abordou o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Segundo o autor, as fugas tiveram um papel efetivo no processo político da Abolição da escravatura e, conseqüentemente, na formação e controle do mercado de trabalho no Brasil. Estas fugas seriam possíveis devido aos “desajustamentos do sistema que permitem brechas” através das quais o escravo se dirigia para “um mercado de trabalho capaz de absorvê-lo enquanto trabalhador livre” (GEBARA, 1988: 126-130).

No entanto, haveria uma “limitação básica da fuga enquanto forma de luta política”, pois apesar de haverem tido uma “enorme importância nos momentos finais do processo”, seria evidente que “a proposta política que ia embutida nas fugas era a busca daquilo que o poder estava cuidadosamente oferecendo” (GEBARA, 1988:144). Assim, para Gebara, apesar das fugas terem um papel efetivo neste processo, é o “mercado de trabalho em formação o determinante da forma pela qual se inviabilizaria progressivamente a escravidão”, pois “a fuga é empreendida em direção ao mercado livre de trabalho” (GEBARA, 1988: 130-131).

Nesse sentido, a análise de Ademir Gebara se aproxima, não obstante as especificidades, da análise de Emília Viotti da Costa, pois ambos deram ênfase às mudanças estruturais para explicar o processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

Mais especificamente em relação à província de Minas Gerais, Ana Lúcia Duarte Lanna considerou que a década de 1870 foi marcada por profundas transformações. A lei de 1871, segundo a autora, “tanto traça o fim do escravismo quanto indica os rumos da reorganização do trabalho com base na mão-de-obra livre” (LANNA, 1988: 16).

Ana Lanna concebeu que a “a atividade mercantil desenvolvida em Minas Gerais insere-se nos marcos das transformações estruturais por que passa o Brasil nesse

momento”(LANNA, 1988: 30). Este processo representaria uma ruptura com o Antigo Sistema Colonial e marcaria sua inserção na “nova divisão internacional do trabalho”, ou seja, “no mesmo processo geral de transição capitalista”. (LANNA, 1988: 13-15).

Os estudos até aqui abordados, guardadas suas especificidades, concentraram-se nos aspectos estruturais para explicar a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, concebendo que este processo significou a liquidação das heranças coloniais e a adequação do país ao modo de produção capitalista.

2. Enfoque nos sujeitos históricos: o papel determinante da atuação dos escravos.

Neste tópico abordaremos a vertente historiográfica que reúne os estudos de alguns autores que a partir da década de 1980 procuraram deslocar o enfoque - até então concentrado nas estruturas econômicas - para o âmbito das lutas entre senhores e escravos. Em outras palavras, para tais autores o fator determinante neste processo seria a atuação dos escravos exercendo pressão sobre fazendeiros e políticos e não as contradições estruturais.

Segundo Célia Maria Marinho de Azevedo, por exemplo, enquanto na década de 1870 - devido ao tráfico interprovincial de escravos - a imigração estava paralisada, na década seguinte ela teria se tornado uma realidade. A raiz desta mudança e mobilização a favor da corrente imigrantista seria a denominada “onda negra”, que seria a “imagem vivida do temor suscitado pela multidão de escravos transportados do norte do país para a província” durante os anos 1860 e 1870. Para evitar tal importação de escravos, os parlamentares teriam batalhado e votado altos impostos sobre os cativos trazidos para São Paulo. Ao tomar esta decisão, estes deputados teriam três preocupações básicas: a falta de controle disciplinar sobre os escravos como efeito da Lei do Ventre Livre de 1871; o crescente medo dos escravos e de possíveis rebeliões; e medo de que ocorresse no Brasil uma guerra civil do tipo da americana devido ao tráfico interprovincial (AZEVEDO, 1987: 96-99).

A autora considerou que desde finais dos anos 1860 houve por parte das autoridades policiais “uma crescente preocupação com a luta de escravos”, sendo possível que “as relações sempre conflituosas entre senhores e escravos estivessem agora a vivenciar um novo momento histórico”, pois “a resistência escrava estaria se concretizando cada vez mais no próprio lugar de trabalho” (AZEVEDO, 1987: 155-156). A década de 1880, ao contrário da década anterior marcada pelos crimes individuais e em pequenos grupos, teria se caracterizado pelas “revoltas coletivas ou insurreições” (AZEVEDO, 1987: 171).

Nesse sentido, de acordo com Célia Azevedo, “simultaneamente à radicalização das medidas antitráfico, fortalecia-se a corrente dos deputados imigrantistas”. Tal fato seria uma resposta dos políticos “a generalização dos crimes de escravos contra seus senhores e feitores e, em seguida, das revoltas coletivas nas fazendas”. Assim, a autora considerou que em função da radicalização destas lutas entre senhores e escravos, a propaganda imigrantista teria encontrado mais receptividade (AZEVEDO, 1987: 132).

Portanto, na perspectiva de Célia Azevedo, a decretação de medidas visando barrar o tráfico interprovincial de escravos, e outras de cunho imigrantista, não poderia ser explicada apenas devido a uma “suposta mentalidade avançada”, mas sim em função do “perigo representado pela resistência dos negros escravos”, ou seja, como resultado da “indisciplina e rebeldia dos escravos com a recrudescência de ódios seculares” (AZEVEDO, 1987: 136-137).

Sidney Chalhoub, em estudo sobre o medo branco na cidade do Rio de Janeiro, deixou claro que compartilha desta perspectiva de Célia Azevedo, qual seja, a de considerar a atuação dos escravos como fator determinante no processo de Abolição da escravatura.

O autor fez referência “as ações dos escravos libertos e pretos pobres da Corte contra a escravidão nos anos 1880”, que teriam como raízes as “muitas décadas de luta subterrânea e silenciosa contra o cativo ao longo do século XIX”. Desse modo, “os escravos e libertos do Rio haviam instituído uma cidade própria, possuidora de suas próprias racionalidades e movimentos, que solapou a instituição da escravidão” (CHALHOUB, 1988: 86-87).

Desde a primeira metade do século XIX já haveria “o medo de que os escravos pudessem se ‘concertar’ e se levantar em massa contra seus algozes”. Assim, seria “o medo branco dessas almas negras” que “destruíram vagarosamente a cidade branca que se imaginava ordenada pela escravidão” (CHALHOUB, 1988: 88, 95). Portanto, na perspectiva de Sidney Chalhoub, um possível aumento do “medo branco da reação dos escravos a castigos injustos e excessivos” a partir da década de 1870 e alguns casos de reação dos escravos poderiam ter sido “golpes decisivos à instituição da escravidão” (CHALHOUB, 1988: 99).

Podemos perceber que tanto para Sidney Chalhoub quanto para Célia Azevedo o fator determinante no processo de Abolição da escravatura foi a atuação dos escravos, que através de suas revoltas teriam gerado o “medo branco”. Este medo - é importante observarmos - teria sido alimentado por notícias. Assim, consideramos que seria importante que se desse uma atenção maior aos interesses envolvidos na disseminação destas notícias. No próximo tópico discutiremos mais especificamente esta questão.

Liana Maria Reis tratou do processo abolicionista mineiro enfatizando - do mesmo modo que os dois autores abordados anteriormente - a atuação dos escravos, ou seja, as “formas de rebeldia e estratégias de luta utilizadas pelos cativos para pressionar a favor do fim do escravismo”. Assim, a abolição da escravatura seria o resultado dos “conflitos e confrontos cotidianos travados entre sujeitos históricos”. No entanto, haveria diferentes graus de “consciência política” dos escravos (REIS, 1993: 1-7). Portanto, apesar da fuga ter tido um papel decisivo na desestruturação da ordem escravista, não se deveria esquecer de outras formas de resistência que se davam no dia-a-dia (REIS, 1993: 183-184).

Nesse sentido, a autora considerou que os conceitos de acomodação e de resistência não são antagônicos. O último diria respeito tanto às ações individuais e coletivas tidas como violenta, quanto às atitudes tidas como submissão, pois poderia ser uma “estratégia de luta e resistência diante de uma dada situação” (REIS, 1993: 119). Em outras palavras, para Liana Reis “muitas vezes, o comportamento ‘acomodado’ consistia numa estratégia de luta, uma opção cotidiana”, ou seja, estas atitudes interpretadas como “submissão”, na realidade “não significavam ‘ausência de luta’” (REIS, 1993: 129-130).

Segundo a autora, a fuga, individual ou coletiva, tanto do local de trabalho quanto das cadeias foi a “prática mais freqüente de reação dos escravos ao longo da segunda metade do século XIX” (REIS, 1993: 132). Tal prática “representava uma ameaça radical ao sistema na medida em que impedia a extração do trabalho excedente do escravo, objetivo básico do escravismo, desestruturando o processo de produção” (REIS, 1993: 176).

Portanto, na perspectiva de Liana Reis, a abolição da escravatura foi resultado de diversas estratégias de luta - tanto explícitas quanto disfarçadas - utilizadas pelos cativos para pressionar a favor do fim do escravismo, ou seja, as leis foram uma resposta à atuação dos escravos.

Percebemos, assim, que a perspectiva adotada por Célia Azevedo, Sidney Chalhoub e Liana Reis, guardadas suas especificidades, se contrapõe à perspectiva que se concentrou nas abordagens estruturais para explicar o processo de Abolição, e procura deslocar o enfoque para a ação dos sujeitos históricos, neste caso, a atuação dos escravos.

3. Considerações teórico-metodológicas: sugestão de uma pesquisa

Até o momento apresentamos o enfoque de cada uma das duas vertentes historiográficas a respeito do processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

A partir de agora faremos algumas considerações teórico-metodológicas sobre alguns daqueles estudos.

De um modo geral, podemos dizer que o embate entre as duas vertentes diz respeito principalmente às suas diferentes perspectivas teóricas. Assim, enquanto alguns autores concebem que o fator determinante são as contradições estruturais, outros concebem que são as ações dos sujeitos históricos.

Célia Azevedo, por exemplo, questionou os estudos que se remetem às estruturas econômicas, pois nesta perspectiva “a história seria algo fechado em determinações objetivas”.² Tais estudos levariam à conclusão de que “a luta de classes entre senhores e escravos não foi determinante ao longo do processo de extinção do escravismo”, dando-se maior importância “aos rachas na própria classe dominante e à ação modernizadora da classe média”. Assim, “por privilegiarem a ação da classe média, estes estudos acabam por assumir a fala destes agentes, ficando assim o objetivo de resgatar a ação dos dominados, no caso, os escravos, obscurecido e mesmo sem sentido” (AZEVEDO, 1987: 151-154).

Nessa mesma perspectiva, Liana Reis, se referindo à historiografia mineira, afirmou que os estudos que tratam da abolição e não comentam a participação dos cativos no processo “introjetaram a visão do vencedor”, contribuindo para a “manutenção de uma ideologia que atendia aos interesses dos proprietários das classes dominantes”, ao negar os “conflitos classistas verificados na sociedade” (REIS, 1993: 10-14).

A vertente estruturalista à qual estas autoras se contrapõem se situa no contexto historiográfico mais amplo do final da década de 1950, no qual houve um grande interesse pelos estudos sobre a escravidão (QUEIROZ, 1987: 13). Tais estudos, em grande parte produzidos por estudiosos da chamada Escola Paulista, foram influenciados pelas teorias marxistas, ou seja, por uma visão materialista da sociedade (SCHWARTZ, 2001: 25). Emília Viotti, por exemplo, abordou a abolição no “contexto de um processo estrutural complexo de transição”, isto é, se atentou para as “determinações mais amplas” (CARDOSO, 1988: 75).

No entanto, a partir dos anos 1970, e principalmente da década de 80, houve um deslocamento no enfoque, conferindo-se maior espaço nas pesquisas para a rebeldia escrava.³ Este deslocamento guarda relação com o “grande impulso sofrido pela história social no

² Sidney Chalhoub também criticou esta perspectiva, concebendo tais estudos como “monótonos debates dentro do âmbito do conceito de modo de produção”. *Op. Cit.* p. 103.

³ Este deslocamento historiográfico e interesse pelos marginalizados não diz respeito apenas aos estudos relativos à abolição. Ver, por exemplo: MACHADO, Maria Helena P. T. *Op. Cit.* Neste texto a autora chama a atenção, dentre outras coisas, para o fato de que enquanto até os anos 70 os estudos abordavam o período colonial atrelado à expansão do capitalismo mercantil, nos anos 80 as análises procuraram superar estes modelos cristalizados e atentar-se para as práticas econômicas autônomas dos escravos.

Brasil dos anos 70 para a frente que, por sua vez, abrigou a curiosidade dos estudiosos pelos marginalizados” (QUEIROZ, 1987: 16). Nesse sentido, esta vertente historiográfica que confere maior atenção aos sujeitos históricos “também expressa as amplas tendências internacionais dos estudos da escravidão, bem como as tendências gerais dentro da disciplina da história” (SCHWARTZ, 2001: 27).

A história passava, neste momento, por uma “mutação maior que é o apagamento dos modelos de compreensão” – dentre eles, o paradigma estruturalista – que tinham sido aceitos pela maioria dos historiadores a partir de 1960. A partir das décadas de 1970 e 1980 “os historiadores quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais”. A “micro-história”, por exemplo, se situa neste contexto de deslocamentos, no qual o objeto da história não é mais “as estruturas e os mecanismos que regulam, independentemente de qualquer influência objetiva, as relações sociais, mas as racionalidades e as estratégias executadas pelas comunidades, parentelas, famílias, indivíduos” (CHARTIER, 2002: 82-84).

Todavia, se os estudos históricos guardam relação com estas tendências gerais pela qual passava a disciplina da história, eles não são meros reflexos desta “mutação maior”. Em outras palavras, é necessário ressaltar que nem todos os estudiosos deixaram de se concentrar nas explicações estruturais e passaram a abordar a ação dos sujeitos históricos, pelo contrário, esta última tendência não é bem recebida por alguns acadêmicos.

Ciro Flamarion Cardoso, por exemplo, ao analisar a obra de Célia Marinho de Azevedo, considerou que a afirmação desta de que as lutas entre escravos e senhores foram determinantes não foi comprovada através de uma análise quantitativa, mas apenas sustentada a partir de alguns exemplos (CARDOSO, 1988: 87). Além desta questão metodológica, haveria também uma ambigüidade teórica, qual seja, a de tratar as lutas de classes como se elas se dessem “soltas no espaço”, isto é “*independente de qualquer determinação estrutural*” (CARDOSO, 1988: 98). Nesse sentido, na concepção do autor as determinações estruturais “servem para a finalidade restrita mas essencial de delimitar, para cada momento considerado, o campo de possibilidades”, ou seja, “os conflitos sociais” devem ser considerados em seu “contexto estrutural” (CARDOSO, 1988: 99).

Podemos perceber, portanto, que a passagem da vertente estruturalista àquela que tem como enfoque a ação dos sujeitos históricos não deve ser vista de forma rígida e linear, pois nem todos os estudiosos do processo de abolição da escravidão, como vimos, abandonaram as explicações estruturais em detrimento do enfoque na atuação dos escravos neste processo.

Feitas estas considerações, passaremos agora a atentarmo-nos ao que se refere à questão metodológica dos estudos da segunda vertente, mais especificamente, e nas críticas que esta fez aos estudos da vertente estruturalista. Esta análise nos permitirá sugerir uma possibilidade de pesquisa, o que será feito no final deste trabalho.

Célia Azevedo e Liana Reis, como vimos, criticaram os estudos que teriam assumido a fala dos agentes vencedores, não conferindo atenção à luta de classes, e conseqüentemente, negando a ação dos dominados, no caso, os escravos, no processo de abolição da escravidão.

Célia Azevedo considerou que apesar dos escravos raramente ter voz nos documentos históricos foi possível perceber o crescimento de suas lutas na década de 1870 (AZEVEDO, 1987: 189). Liana Reis, partindo da mesma perspectiva, propôs “uma leitura dos sinais, resquícios e fragmentos do passado, que, associados a *‘intuição’* do historiador, permitem captar nas entrelinhas do documento básico, o *‘não dito’*, a fala silenciada”. Assim, segundo a autora, “o resgate histórico da memória dos escravos poderá ser feito pela análise de documentos que são representações dos segmentos sociais dominantes” (REIS, 1993: 5, 21).

Se por um lado as autoras buscam resgatar a ação do escravo no processo de abolição da escravatura, por outro, devido ao fato deste “raramente ter voz nos documentos”, o fazem através das fontes produzidas pelos segmentos dominantes. Não poderíamos questionar que, se não for tomado os devidos cuidados metodológicos, estes estudos, assim como aqueles que as autoras criticaram, assumem a “fala dos agentes vencedores”?

Sidney Chalhoub considerou que não houve “nenhuma notícia de uma insurreição de negros de grandes proporções”, o que para ele não teria importância, mas sim o fato de que “o medo de que isto ocorresse era sólido como uma rocha”. No entanto, o autor não fez considerações a respeito de algo fundamental metodologicamente, que é o fato de tal medo ser “alimentado” por “notícias” sobre revoltas, conspiração etc. (CHALHOUB, 1988: 104).

Sobre o papel da imprensa na segunda metade do século XIX, Lilia Schwarcz afirmou que “como reflexo, mas também como produção de valores e posturas, a imprensa cumprirá nesse local um papel de grande importância” (SCHWARCZ, 1987: 52). Do nosso ponto de vista, “os jornais se constituem numa fonte importante para compreendermos as repercussões das atitudes de protesto dos escravos”, no entanto “requerem certos cuidados por tratar-se de empresas organizadas com o objetivo de expressar os interesses e a visão de mundo dos grupos dominantes” (QUEIROZ, 2008: 36-37). Em outras palavras, acreditamos que seria necessário que aqueles estudos que objetivam resgatar a ação dos escravos tivessem um maior

cuidado metodológico em relação às fontes que utilizam, tomando os discursos por elas veiculados não simplesmente como fonte de informações para confirmar ou negar uma interpretação anterior, mas como texto para análise.

Nesse sentido, uma possibilidade de pesquisa que sugerimos é a de se utilizar a imprensa não apenas como fonte de informação, mas sim tomá-la enquanto objeto e analisar o seu papel naquele momento, tentando compreender suas articulações com outros setores da sociedade, em especial os políticos, no sentido de adotar formas de controle social. Nossa hipótese é a de que havia uma relação entre o que era veiculado pela imprensa e a implementação de leis para controle social dos escravos, ou seja, supomos que a imprensa cumpria um papel fundamental no processo de substituição do trabalho escravo pelo livre, contribuindo para a aprovação de medidas naquele sentido.

Conclusão

Nossa intenção nesse texto não foi fazer uma abordagem exaustiva, mas uma análise de alguns estudos representativos de duas vertentes historiográficas relativas ao processo de abolição da escravatura no Brasil. Assim, vimos que a primeira vertente se concentrou nas explicações estruturais, e concebeu que a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre significou a liquidação das heranças coloniais e a adequação do país ao modo de produção capitalista. Já a segunda vertente procurou deslocar o enfoque para o âmbito das lutas entre senhores e escravos, e concebeu que o fator determinante naquele processo foi a atuação dos escravos exercendo pressão sobre fazendeiros e políticos, e não as contradições estruturais.

Portanto, podemos perceber que o principal embate entre as duas vertentes é teórico, pois enquanto a primeira concebeu que o fator determinante são as contradições estruturais, a segunda concebeu que são as ações dos sujeitos históricos. Este embate se situa num contexto historiográfico mais amplo de deslocamentos gerais dentro da disciplina da história, qual seja, a crise dos paradigmas e a restauração do papel dos indivíduos. Ressaltamos, no entanto, que estes deslocamentos não devem ser vistos de forma rígida e linear, pois os estudos históricos não são meros reflexos destas tendências gerais, o que pôde ser observado nos estudos relativos à Abolição, em que nem todos os estudiosos abandonaram as explicações estruturais em detrimento do enfoque na atuação dos escravos.

Em termos metodológicos, vimos que a vertente que buscou resgatar a ação dos escravos no processo de abolição da escravatura não está livre daquilo que critica em outros

estudos, ou seja, corre o risco de - ao tentar resgatar a atuação dos escravos através das fontes produzidas pelos segmentos dominantes - assumirem a “fala dos agentes vencedores”. Nesse sentido, ressaltamos a necessidade de um maior cuidado metodológico e de não se tomar os discursos veiculados pelas fontes simplesmente como fonte de informações, mas como texto para análise. Uma possibilidade de pesquisa é justamente acerca do papel da imprensa no processo de Abolição e suas articulações com outros setores da sociedade, em especial os políticos, no sentido de contribuir para a aprovação de medidas de controle social.

Enfim, acreditamos ser necessário ampliar o foco de discussão sobre a sociedade brasileira do final do século XIX, particularmente no que diz respeito ao processo de abolição da escravidão e a tentativa de determinados grupos sociais em manter o controle social sobre os escravos.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O negro no Imaginário das Elites - Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. A abolição como problema histórico e historiográfico. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org). *Escravidão e abolição no Brasil. Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- CHALHOUB, Sidney. “Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio”. IN: (Org.) LARA, Silvia Hunold. *Escravidão. Revista Brasileira de História – São Paulo, ANPUH/Marco Zero*, vol. 8, nº 16, março de 1988 / agosto de 1988.
- CHARTIER, Roger. A história entre narrativa e acontecimento. In: *À Beira da Falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Trad. de Patrícia C. Ramos. Por to Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª ed. São Paulo: Unesp, 1998.
- GEBARA, Ademir. Escravidão, fugas e controle social. *Estudos Econômicos (IPE/USP)*, São Paulo, v. 18, p. 103-146, 1988.
- LANNA, Ana L. *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870–1920*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- QUEIROZ, Jonas Marçal de. Escravidão, crime e poder: a “rebeldia negra” e o processo político da abolição, *Revista de História Regional*, 13(2): Inverno, 2008.

QUEIROZ, Suely Robles de. Rebeldia escrava e historiografia. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, 1987.

REIS, Liana. *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira – 1850/1888*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

SCHWARCZ, Lilia M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Stuart. A historiografia recente da escravidão brasileira. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. de Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001.

MAIO DE 68 E A ESCRITA DA HISTÓRIA: “DILATAÇÃO DO TERRITÓRIO DO HISTORIADOR” OU UMA FALSA DICOTOMIA?

Roger Aníbal Lambert da Silva*

Rodrigo Amaro de Carvalho*

Introdução

Nosso objetivo neste trabalho é discutir diferentes perspectivas acerca da influência do acontecimento de Maio de 68 sobre a escrita da história e suas implicações de ordem política. No primeiro tópico abordaremos a passagem da modernidade à chamada pós-modernidade e sua influência sobre a história enquanto disciplina. Posteriormente, discutiremos a concepção de François Dosse a respeito de Maio de 68, bem como as críticas que recebeu. Por fim, faremos referência às perspectivas de outros estudiosos acerca das vantagens e desvantagens da mudança de paradigmas. A partir dessa discussão, apresentaremos nosso ponto de vista acerca daquilo que consideramos um falso problema, qual seja, a dicotomia entre as esferas macro e micro, tanto no que se refere à problemática histórica quanto à problemática de ordem política.

1. Modernidade e pós-modernidade: iluminismo, estruturalismo e pós-estruturalismo

José Carlos Reis, a partir de uma abordagem *macroteórica*, apresentou a transição da visão iluminista-globalizante à visão estruturalista e pós-estruturalista-fragmentada. A visão iluminista-globalizante seria uma visão moderna, enquanto a visão estruturalista e pós-estruturalista-fragmentada, seriam juntas, uma visão pós-moderna (REIS, 2006: 67-73).

O projeto moderno veria a história como “espírito universal”, em sua marcha em busca da liberdade. Este projeto, articulado pelo Iluminismo, seria marcado por sua crença na razão e em seu poder de decifrar o segredo da história, seu desfecho previsível. Em outras palavras, concebida como “sistema” e “totalidade”, a história seria a realização de um sentido universal, qual seja, a emancipação da humanidade (REIS, 2006: 68-69).

* Graduando do curso de História pela Universidade Federal de Viçosa.

* Graduando do curso de História pela Universidade Federal de Viçosa.

Diante de tal concepção, as ciências sociais teriam elaborado uma “visão antiiluminista da história”. O movimento estruturalista, reflexão dita pós-moderna, teria posto em reexame o projeto moderno, suspeitando do “sujeito consciente em busca da liberdade” e da “Razão que governa o mundo”. O homem não seria mais considerado somente o sujeito da história, mas também seu resultado. O tempo histórico não seria linear e homogêneo e, desse modo, não marcharia na direção de um futuro já previsível (REIS, 2006: 70-72).

Entretanto, José Carlos Reis concebeu que o movimento estruturalista é somente a primeira fase do chamado pós-modernismo. A segunda seria o pós-estruturalismo, que “radicaliza as teses estruturalistas e salta para fora do Iluminismo e do seu projeto moderno”, denunciando o estruturalismo como um projeto ainda da Razão. Os pós-estruturalistas não buscariam nem essências, nem verdades ocultas, negariam o universal e levariam a fragmentação ao extremo, não sonhando mais com a unificação, nem com a finalidade. Em relação ao conhecimento, não reivindicaria a neutralidade, concebendo que “a realidade é produzida por jogos de linguagem”, interpretações de interpretações. O conhecimento histórico seria, a partir desta perspectiva, “um olhar em migalhas, assistemático, anti-estrutural, anti-global” (REIS, 2006: p. 73).

Ciro Flamarion Cardoso, a partir de um quadro epistemológico geral, também apresentou dois grandes paradigmas: o iluminista e o pós-moderno. O primeiro seria partidário de uma história científica e racional, concebendo a existência de uma realidade social global e a separação entre sujeito e objeto. Já o segundo seria cético em relação às explicações globalizantes, enfatizando as representações construídas historicamente e o sujeito como parte do objeto que estuda (CARDOSO, 1997).

No que diz respeito ao paradigma iluminista, seu apogeu teria se dado entre 1950 e 1968. Dentre suas manifestações mais expressivas estariam o marxismo e o grupo dos *Annales* das duas primeiras gerações. O marxismo estabeleceria como objetivo a obtenção de uma visão ao mesmo tempo estrutural e dinâmica das sociedades humanas. Os *Annales* ambicionariam formular uma síntese histórica global do social e promover uma abertura aos aspectos coletivos e sócio-históricos (CARDOSO, 1997: 5).

Em relação ao paradigma pós-moderno, sua fase de construção teria se dado entre 1968 e 1989. O autor denominou de Nova História as gerações de historiadores deste período de crise dos racionalismos, que teriam direcionado diversas críticas ao paradigma “iluminista”, dentre elas a “obsessão pelo que é estrutural e transindividual”, esquecendo dos indivíduos e do subjetivo. Desse modo, o desafio maior ao paradigma iluminista seria a crítica

dos pós-modernos a qualquer visão holística do social, levando muitos historiadores a referirem-se à ausência de sentido da história. Não haveria História, mas histórias. O paradigma pós-moderno, assim, caracterizaria-se pela “morte dos centros” e “incredulidade em relação às metanarrativas”. (CARDOSO, 1997: 10-15).

Michael Peters distinguiu o pós-estruturalismo tanto do movimento que o precedeu, ou seja, o estruturalismo, quanto do chamado pós-modernismo, que sucedeu o modernismo. O autor estabeleceu esta distinção justamente devido às confusões que muito frequentemente se faz entre estes termos (PETERS, 2000: 9-11).

O estruturalismo teria tido origem na lingüística estrutural na virada do século XIX para o XX, e se transformado em um poderoso referencial teórico, tendo como base uma concepção demasiado cientificista e uma crítica ao sujeito autônomo humanista. Já o pós-estruturalismo seria uma resposta às pretensões científica e totalizadora do estruturalismo, preservando o questionamento que este fazia ao sujeito humanista. Enfim, as críticas pós-estruturalistas aos estruturalistas se resumiriam em dois pontos: nenhum sistema é autônomo e as dicotomias não se sustentam após uma análise mais cuidadosa (PETERS, 2000: 20-46).

A partir da abordagem de José Carlos Reis, Ciro Flamarion Cardoso e Michael Peters é possível perceber a diferença de recortes que estabeleceram para abordar a passagem da modernidade a pós-modernidade. Enquanto para José Reis o estruturalismo é uma manifestação teórica da pós-modernidade, devido ao fato de combater o sujeito autônomo humanista, para Ciro Cardoso pertence ao paradigma iluminista, pela concepção de uma realidade social global. Já para Michael Peters, tais recortes não são fixos ou estáveis.

Após esta abordagem que realizamos neste primeiro tópico, podemos agora tratar da concepção de François Dosse a respeito dos efeitos de Maio de 68 sobre a escrita da história e sobre a dimensão política, bem como as críticas que recebeu por tal concepção.

2. François Dosse e a crítica à dilatação do território do historiador

François Dosse considerou que o “Maio de 68 é um acontecimento-ruptura importante de nossa história contemporânea, acontecimento enigmático que impressiona por sua subtaneidade e por seu radicalismo”. No entanto, o autor chamou a atenção para a dificuldade de se medir suas conseqüências sobre a escrita da história, pois teria ocorrido um “refluxo da contestação global para uma fragmentação da sensibilidade de maio que se exprime rapidamente em práticas pontuais, tópicas, marginais...” (DOSSE, 2001: 113).

No período anterior ao Maio de 68, como apresentamos no primeiro tópico, a história estaria focada, de um modo geral, nas análises estruturais, no estudo da macro-esfera, desconsiderando desta forma o sujeito centrado e unificado que fora consagrado pela história iluminista. No entanto, o “movimento de Maio de 68 abala as estruturas imutáveis dos pensadores da morte do homem” (DOSSE, 2001: 113-114).

Segundo Dosse, em consequência do Maio de 68 nasceu uma revista de história popular em 1971, cujo objetivo seria popularizar as lutas operárias e camponesas e, assim, desmistificar a “idéia de um povo mudo, reduzido ao papel de figurante”. Entretanto, as ambições de iniciativas como esta teriam sido parcialmente atingidas (DOSSE, 2001: 115).

Após Maio de 68, e ao longo do tempo, o discurso histórico teria sofrido uma transformação correspondente àquela do campo social. Os historiadores, devido ao fato do indivíduo ter voltado à cena, teriam se atentado para novos campos de estudo e buscado compreender o espaço micro, deixando de lado o horizonte econômico e as estruturas. Nesse sentido, e com a influência da antropologia, a história das mentalidades teria entrado na moda, surgindo temas como a sexualidade, o medo, o imaginário etc. Segundo o autor, o “historiador contenta-se então em transcrever representações, em traçar suas descrições sem se preocupar com as relações entre elas e a realidade que as provocou” (DOSSE, 2001: 119-122).

François Dosse ressaltou que a “história perde o H maiúsculo e deixa de ser singular”, abarcando inúmeras temáticas e se distanciando cada vez mais das pretensões científicas das concepções anteriores. O autor criticou esse alargamento dos objetos de estudos históricos, afirmando que o “diálogo com as ciências humanas, assumiu uma estratégia de vale-tudo, orquestrada pelos *Annales*, que capta todos os objetos possíveis”. A consequência desta “construção de um império histórico” seria a “dilatação do território do historiador”, que teria muitas vezes perdido a própria identidade, assistindo a “uma desconstrução da prática histórica” (DOSSE, 2001: 122).

Dessa forma, o estilhaçamento da história teria ocasionado o desaparecimento da idéia de se tentar interligar os “múltiplos níveis do real num todo inteligível”, destruindo, assim, os “objetos num novo espaço de dispersão”. Uma história global teria dado lugar a uma multiplicidade de histórias heterogêneas que apagaria a figura do homem. Tal fragmentação desenfreada corresponderia a um retrocesso do movimento de Maio de 68, levando este a uma era de desilusões, pois a história não serviria mais para olhar em direção ao futuro, sendo antes, um “antídoto à mudança” (DOSSE, 2001: 122-124).

Nesse sentido, no que se refere às implicações de ordem política, François Dosse afirmou que o Maio de 68 assume o objetivo de repolitizar a sociedade, sendo uma rebelião contra as hierarquias, uma revolta anticapitalista e antiburocrática. No entanto, se neste primeiro momento a revolução de 68 teria confrontado o poder, esta “rejeição frontal é substituída pela pluralidade das práticas das rupturas”. Assim, o Estado já não estaria mais em jogo, e a partir de então, ganharia destaque a luta contra elementos periféricos da sociedade, como as relações entre homens e mulheres, a escola, a imigração e as prisões. Por fim, o autor concluiu que o “novo” proposto pelo Maio de 68 se apagou por trás da continuidade, tornando-se um movimento adaptador, com bases liberais e invadido pelo anticomunismo, sendo portanto, uma “revolução sem revolução” (DOSSE, 2001: 127-137).

José Carlos Reis abordou as críticas que François Dosse fez a história em migalhas dos historiadores da 3ª Geração dos *Annales*, que teriam traído as tradições dos fundadores da Revista, negando a tradição globalizante da história. Segundo o autor, para Dosse “a história deve continuar sendo a ciência da mudança e da transformação da sociedade e não uma respiração natural, regular e imutável” (REIS, 2006: 73-74).

Para José Reis, Dosse critica esta nova concepção historiográfica com base em tradições, ou seja, não propõe algo novo para estabelecer uma crítica, ou o novo contra o velho. O autor compara Dosse com um “reformista luterano” que não consegue vislumbrar um futuro, retornando seu olhar sempre para as origens e para a fundação. Dosse seria um marxista iluminista que “ainda tem uma visão iluminista da história e do homem, pois acredita na razão e na história como um processo de emancipação universal do homem”. Assim, paradoxalmente, Dosse seria o conservador, ao propor posições que a própria história do século XX já havia contestado (REIS, 2006: 78).

Desse modo, e no que diz respeito às questões de ordem política, José Reis destacou o fato de François Dosse conceber que para a 3ª geração dos *Annales* “a história não é mais análise do passado para a produção da mudança no presente”. Os *Annales* estariam, desta forma, se opondo à “mudança social profunda”, eliminando a “força desestruturadora da contradição social” e abafando “a explosão de um mundo social contraditório” em favor das “diferenças que podem conviver em um mundo estável” (REIS, 2006: 76-78).

3. Considerações a respeito dos prós e dos contras a mudança de paradigmas

José Carlos Reis, a fim de investigar se a passagem da história global à história em migalhas foi um ganho ou uma perda, procurou definir o que os *Annales* queriam dizer com história global e o que se quer dizer com história em migalhas.

O autor ressaltou que o conceito de história global é impreciso, sendo mais uma expressão que teria dois sentidos possíveis: “história do todo”, uma abordagem holística ambicionada a apreender o todo de uma época; e “história de tudo”, concepção de que tudo é história e, portanto, não há mais a exclusão de nenhum campo histórico (REIS, 2006: 85-88).

Quanto ao conceito de história em migalhas, tratar-se-ia da concepção de que tudo se tornou histórico, o que teria levado François Dosse, decepcionado com o abandono da ambição de uma história global, a cunhar tal expressão e acusar a terceira geração dos *Annales* de ter traído os fundadores do grupo. Assim, a expressão história em migalhas se aproximaria do segundo sentido de história global que vimos acima, qual seja, história de tudo, o qual teria levado à dispersão, isto é, à fragmentação do território do historiador. Entretanto, José Carlos Reis considerou que esta fragmentação não é sinônimo de “um caos sem qualquer possibilidade de ordenação” (REIS, 2006: 88-91).

Nesse sentido, se considerarmos que o centro do projeto original dos *Annales* “não teria sido a história total, mas a história-global-tudo-como-história-problema”, veremos que a terceira geração não teria traído os fundadores, mas apenas realizado seu projeto inicial, realizando o estudo de tudo e não do todo. Assim, “a história em migalhas não seria então o fracasso do projeto, mas seu amadurecimento” (REIS, 2006: 89).

Após esta análise dos conceitos de história global e de história em migalhas, José Carlos Reis apresentou alguns prós e contras esta transição, ressaltando que vê-la como *ganho* ou *perda* depende de quem avalia. Nesse sentido, vejamos as considerações feitas pelo autor no que diz respeito a algumas das mudanças ocorridas.

Em relação à *passagem da síntese à especialização*, “houve *perda* para os que consideram a história como guia da ação”, como formuladora do sentido e da teleologia; e houve *ganho* para os que defendem a história-problema, que consideram possível controlar o seu objeto apenas se o delimitar ao máximo. “pois não se pode conhecer cientificamente o todo, só a parte” (REIS, 2006: 92).

Quanto à *passagem do todo ao tudo*, houve *perda* para os que sustentam a possibilidade de uma observação macro da história, que permitiria “uma ação global que promova a mudança profunda e global”; houve *ganho* para aqueles que procuram observar o

objeto em escala micro e consideram o olhar global totalitário, e acreditam que a intervenção na sociedade deva ser localizada e pontual (REIS, 2006: 92).

Na *passagem da estrutura ao indivíduo*, houve *perda* para os que queriam integrar o individual ao estrutural, concebendo que é possível controlar o indivíduo e impedi-lo de produzir eventos desestruturadores; houve *ganho* para “os que cansaram das abstrações estruturais, desencarnadas e irreais; para os que consideram como ‘reais’ indivíduos concretos e singulares” (REIS, 2006: 93).

No que diz respeito à *passagem da revolução ao imobilismo*, houve *perdas* para “militantes e revolucionários, que precisam de uma visão global para orientar a sua ação; houve *ganho* para aqueles que “não sonham mais com utopias racionais, com sociedades perfeitas”, assim, a expressão correta não seria “imobilismo”, mas “perda da ingenuidade”, reconhecendo a “distância entre a intenção, o discurso e a ação” (REIS, 2006: 94).

Ciro Flamarion Cardoso considerou que os intelectuais da “geração de 1968” eram “portadores de esperanças revolucionárias desiludidas”, que teriam abandonado a “crença na possibilidade de uma transformação social global; daí, ao apoio entusiástico a movimentos parcializados de luta ou reivindicação”. Seguindo esta tendência, haveria na Nova História um desejo de ser a porta-voz do “homem comum”, enfocando as “minorias discriminadas em lugar das maiorias exploradas” (CARDOSO, 1997: 17).

Segundo o autor, “os erros e exageros passados” não devem justificar “erros e exageros atuais de signo contrário”. A história-disciplina não estaria condenada a “escolher entre teorias deterministas da estrutura e teorias voluntaristas da consciência”, nem a passar da ciência da análise estrutural ao relativismo da micro-análise (CARDOSO, 1997: 23).

Ronaldo Vainfas afirmou que “as abordagens macro e micro-histórica não são necessariamente excludentes, apesar de originárias de paradigmas distintos e, até certo ponto, opostos”. O autor considerou que “História-síntese” e “micro-história”, são abordagens que se pode combinar em uma mesma pesquisa, e que “talvez o ideal seja mesmo tentar buscar no recorte micro os sinais e relações da totalidade social, rastreando-se, por outro lado, numa pesquisa de viés sintético, os indícios das particularidades” (VAINFAS, 1997: 446-447).

A nosso ver esta é uma saída interessante à dicotomia entre macro e micro-história, pois ao invés de considerá-las necessariamente excludentes, devendo-se optar por uma *ou* outra, como aponta alguns autores, dentre eles François Dosse, busca-se articulá-las, ou seja, transitar entre uma *e* outra.

Em relação às implicações de ordem política, mais especificamente, Michael Peters considerou que o pós-estruturalismo, ao efetuar “uma crítica política dos valores iluministas, representa um aprofundamento da noção de democracia”. Os pós-estruturalistas teriam criticado as democracias liberais por construírem a identidade baseada em oposições binárias, o que levaria à exclusão de certos grupos sociais, e teriam proposto a análise de como as fronteiras são socialmente construídas. Assim, há também uma crítica aos dogmatismos das “metanarrativas iluministas”, a sua natureza “terrorista”, que ao afirmar determinadas “verdades”, silenciam ou excluem outros discursos (PETERS, 2000: 41,53). Percebemos, desse modo, uma rejeição a qualquer “oposição simplista”, através da qual se deveria escolher uma opção *ou* outra. Estas dicotomias resultariam sempre em exclusões.

Quanto à crítica de que o pós-estruturalismo, assim como o estruturalismo, teria liquidado o sujeito, Michael Peters considerou tal argumento mal colocado. Segundo o autor, o pós-estruturalismo “nunca ‘liquidou’ o sujeito, mas reabilitou-o, descentrou-o e reposicionou-o em toda sua complexidade histórico-cultural” (PETERS, 2000: 81).

No que diz respeito ao questionamento feito por Dosse de que os pós-estruturalistas não estariam mais preocupados em questionar o poder, Michael Peters defendeu que o que distingue a análise de Foucault, por exemplo, é seu interesse na “questão do *como* o poder é exercido”, criticando, assim, a “tendência contemporânea a supervalorizar o lugar do Estado, reduzindo-o a uma unidade dotada de uma certa funcionalidade” (PETERS, 2000: 42).

Michel Foucault, em conversa com Gilles Deleuze, abordou o papel dos intelectuais frente ao poder. Para Foucault existe um “sistema de poder” que “penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade”. A “luta contra o poder” deveria ser travada aí “onde ele é mais invisível”. Assim, todos poderiam lutar contra o poder em qualquer lugar, mas “evidentemente como aliado do proletariado pois, se o poder se exerce como ele se exerce, é para manter a exploração capitalista” (FOUCAULT, 1979: 77).

Podemos perceber, desse modo, que Foucault não defendeu as lutas locais em detrimento do movimento do proletariado. Muito pelo contrário, não se abandonou a luta em escala macro-social, mas sim defendeu-se que todos que lutam contra o poder “servem realmente à causa da revolução proletária lutando precisamente onde a opressão se exerce sobre eles” (FOUCAULT, 1979: 77-78).

Gilles Deleuze, na mesma perspectiva que Foucault, concebeu que “frente a esta política global do poder se fazem revides locais, contra-ataques, defesas ativas e às vezes preventivas”. O autor ressaltou que não se deveriam totalizar estas formas de luta, pois o

poder é que totaliza. O melhor seria “instaurar ligações laterais, todo um sistema de redes, de bases populares” (Apud FOUCAULT, 1979: 74).

Felix Guattari, na mesma perspectiva, concebeu que “as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares”. O autor alertou para que desconfiemos de nossas categorias, concebendo que a oposição entre molar e molecular é uma armadilha, pois não haveria dicotomia, mas coextensividade das duas dimensões. Entretanto, no nível molecular seria mais difícil identificar o inimigo, pois a lógica maniqueísta não funciona, enquanto no nível molar seria facilmente identificado no inimigo de classe (GUATTARI, 1996: 127-136).

Desse modo, Guattari falou de um novo tipo de política, na qual se deve transitar entre o plano molar e o plano molecular, e vice-versa. Assim, concebeu que as determinações sócio-econômicas continuam existindo, mas muitas vezes as militâncias tradicionais seriam incapazes de responder às problemáticas no nível molecular. O autor ainda chamou atenção para o “risco de que haja um isolamento radical”, bem como para o “risco de haver uma separação total entre os processos de singularização existencial” e todas essas “estruturas enormes” que “organizam o campo social” (GUATTARI, 1996: 149).

Nesse sentido, podemos perceber que Deleuze, Foucault e Guattari não se enquadram no rótulo de Ciro Cardoso, que considerou os intelectuais da “geração de 68” como “portadores de esperanças revolucionárias desiludidas”, pois vemos que eles não abandonaram nem se desiludiram com a luta contra a “política global do poder”, apenas concebem outras estratégias e formas de organização. Esta mudança teria sido necessária devido ao fato de se estar diante de novas formas de dominação e controle, não sendo mais eficaz lutar com as mesmas armas utilizadas no passado, sendo necessário à busca de novas armas e a invenção de novas estratégias de resistência.¹

Conclusão

A partir de nossa abordagem foi possível perceber a complexidade de se compreender as implicações para a história-disciplina advindas com a passagem da modernidade à chamada pós-modernidade. Os autores que utilizamos para a discussão, como vimos, estabelecem diferentes recortes para tratar de tal transição de paradigmas. Por exemplo, para José Carlos

¹ A este respeito ver: DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. *Op. Cit.*

Reis o estruturalismo é uma manifestação teórica da pós-modernidade, enquanto para Ciro Cardoso pertence ao paradigma moderno.

Quanto às considerações de François Dosse acerca dos efeitos de Maio de 68 sobre a história, vimos que para ele houve um esmigalhamento da história, perdendo-se de vista a relação das análises históricas com um significado global. Esta fragmentação desenfreada teria também implicações políticas, levando a uma era de desilusões, pois a história não serviria mais à transformação da sociedade, mas sim a luta contra elementos periféricos. O “novo” proposto pelo Maio de 68 teria se apagado por trás da continuidade, sendo, portanto, uma “revolução sem revolução”. No entanto, para José Carlos Reis, Dosse seria, paradoxalmente, o conservador, o “reformista luterano”, pois assumiu posições pré-século XX, quais sejam, a crença na razão e na história como um processo de emancipação universal do homem.

No que se refere à problemática histórica, a nosso ver, uma alternativa interessante ao que consideramos um falso problema, qual seja, o da escolha entre uma análise macro *ou* micro-histórica, é a perspectiva defendida por Vainfas, ou seja, a de articular a análise nas duas esferas, que não necessariamente são excludentes. Desse modo, seria possível fazer uma análise macro *e* micro-histórica na pesquisa.

No que diz respeito à problemática de ordem política, do nosso ponto de vista, também se está lidando com um falso problema, qual seja, o de escolher entre uma revolução molar, na esfera social *ou* uma revolução molecular, nas micro-esferas de poder. Nesse sentido, acreditamos que apenas por desconhecimento da obra ou por má-fé se poderiam rotular intelectuais como Foucault, Deleuze e Guattari como pós-modernos desiludidos com “Maio de 68”, e acusá-los de terem abandonado a luta no front macro-social em favor das lutas nas micro-esferas de poder. O que eles negam é uma falsa dicotomia entre estas duas dimensões, se importando, antes, com a passagem e as combinações entre a macro *e* a micro-política.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução. História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. De Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

- DOSSE, François. Maio de 68: efeitos sobre a História; Maio de 68, maio de 88: artimanha da razão. In: *A História à prova do tempo*. São Paulo: UNESP, 2001.
- FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os Intelectuais e o Poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições: Graal, 1979.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. Cartografias do Desejo. 4.^a edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Uma introdução*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VAINFAS, Ronaldo. Conclusão. Caminhos e Descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Op. Cit.*

A REDEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO CONSERVADORISMO NOS ESTUDOS MODERNOS

Roney Marcos Pavani*

RESUMO: O pensamento político conservador é bastante complexo, sendo que os mais modernos estudos sobre o tema contribuem bastante para situá-lo em um campo bem particular na história das idéias, e não apenas como sinônimo de conformismo. Essa visão preconceituosa vem sendo derrubado há bastante tempo, dando origem a novas formulações para o conceito de *conservadorismo* e, por conseguinte, para o ato de ser *conservador*. São muitos os autores que trabalham para renovar a compreensão do assunto, mas neste artigo abordaremos com maior ênfase as análises de Nisbet (1987), Löwy (1993) e Teixeira da Silva (1996).

Este trabalho procura abordar as novas definições para o conceito de *conservadorismo*, e para o ato de *ser conservador*, utilizando-se de base os trabalhos de autores como Robert Nisbet (1987), Michel Löwy (1993) e Francisco Teixeira da Silva (1996). Em todos eles, guardadas as devidas diferenças e particularidades, se pretende retirar dessa corrente política a visão estereotipada da qual foi vítima por um bom tempo, sobretudo se levarmos em consideração que a sociedade moderna prima pela inovação, pela mudança e pela novidade, fatos bastante criticados pelos teóricos conservadores.

Mesmo assim, como veremos adiante, a questão do combate a qualquer mudança também é fruto do senso comum, que procura tratar as visões conservadoras como “antiquadas”, “obsoletas” e, por conseguinte, “negativas”. Nisbet (1987: 53) afirma que ser conservador não é ser totalmente tradicionalista, mas sim selecionar certos aspectos da tradição, aquilo que faz a ponte entre o presente e o passado. Logo, não se procura, dentro dessa visão, repelir qualquer mudança, mas sim o culto à mudança em si – o que é pernicioso quando aplicado às instituições humanas, uma vez que não lhes garante estabilidade e funcionabilidade.

Sendo a grande preocupação dessa corrente política a produção e/ou a manutenção de instituições estáveis, que sobrevivem ao tempo, os conservadores dos séculos XVIII e XIX serão grandes defensores das monarquias e da Igreja. Ora, se tais instituições surgiram num determinado momento histórico e vieram acompanhando o desenrolar da história, é porque os

* Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestrando em História. E-mail: roninpavani@yahoo.com.br

indivíduos assim quiseram, ou melhor, as referidas instituições são fruto das condições e das ações humanas.

Robert Nisbet (op. cit.: 56-57) diz a esse respeito que, do ponto de vista conservador, a história é uma grande seleção natural. Em outras palavras, se algo permanece, é legítimo, se não permanece, é sinal que os indivíduos de uma sociedade determinada não precisam mais dele. Nesse sentido, os homens sempre sabem o que é melhor para si, e as suas instituições nada mais são do que aspirações ou necessidades para resolver problemas específicos.

Dessa forma, os conservadores são bem mais práticos, empíricos e específicos do que seus adversários liberais, adeptos de idéias universalizantes como “todos os homens nascem livres e iguais”. Ora, um conservador típico não admitiria tal assertiva, uma vez que, cada sociedade possui sua própria forma de lidar com a problemática que nasce das relações sociais, sendo os costumes, as tradições, a moral e, mais especificamente, o direito e as leis, um reflexo empírico, ou ainda, a melhor solução possível para os problemas ali colocados.

Vê-se, então, que o conservador concede grande importância àquilo que os homens produzem, fazendo frente a idéias deveras abstratas como a noção de *Contrato* (Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jacques Rousseau), as quais não encontram respaldo na História, mas se tratam apenas de artifícios ou invenções a fim de legitimar ou justificar projetos políticos. Em oposição a isso, o papel da História é fundamental no pensamento conservador, pois confirma uma estrutura determinada e vigente.

Se os homens são desiguais, dispostos em hierarquias, ou se obedecem a outras autoridades que não somente ao Estado Soberano, como por exemplo, a Igreja, a família e as corporações, é porque sentem a necessidade de fazerem isso. Logo, tanto a disposição quanto a obediência não podem ser simplesmente retirados, banidos ou esquecidos, ou ainda, chamados de superstições e de irracionalidades. Em termos mais simples, quando os homens de uma determinada sociedade se submetem aos grupos dirigentes, o fazem porque querem, e mais, porque não haveria um caminho alternativo a esse, e não porque supostamente estariam sendo enganados, podendo ser levados à verdade, ou conscientizados com o uso do conhecimento racional.

O ceticismo conservador com relação ao iluminismo e à crença de que é possível mudar ou melhorar uma sociedade apenas por meio da vontade política, é bastante patente. Embora

Silva (1996: 17) advirta que a oposição *iluminismo X conservadorismo* seja falha, uma vez que existam autores como Edmund Burke, Von Ranke e Hegel que não são adeptos do progresso, mas são racionalistas e apontam por uma história em movimento, o pensador conservador tende a crer que os indivíduos do presente (e de qualquer época) são insignificantes ou desprezíveis diante de um legado trazido pelo passado. Ora, o presente não é livre para modificar a estrutura social, pois não é desligado do passado, como queriam os racionalistas ou os contratualistas.

Mais ainda, segundo o conservadorismo, o futuro não é uma ruptura, mas uma continuidade. Portanto, não é possível criar uma sociedade a partir “do nada”, como queriam os revolucionários franceses de 1793, ou os bolcheviques de 1917. Em ambos os casos, seja pela via liberal ou pela via socialista, existe a crença iluminista de que as sociedades caminham rumo a um progresso permanente. E mais, chegará um dia em que todas as pessoas se verão livres das suas “crendices” e “superstições” do passado, sendo fiéis apenas ao Estado ou ao Partido.

A tolerância conservadora (e a noção de *liberdade* surgida a partir dela, a qual veremos em seguida) é ainda melhor verificada quando posta em oposição ao universalismo e às abstrações liberais, cujo fim se encontram na noção de *Direitos Naturais* – válidos para todos os homens, em qualquer sociedade, independentemente da época em questão – intrínsecos à natureza humana. Tais direitos podem ser descritos na forma de *liberdade de expressão*, *liberdade de iniciativa* (intelectual, religiosa, etc.), *liberdade econômica*, enfim (Merquior, 1991).

Tais direitos, embora se pretendam universais, nada mais são do que uma contraposição à sociedade do *Ancien Régime*, contexto no qual foram criados. Isso significa que aquilo que é chamado pelo liberalismo de natural, genérico, universal, não passa de um produto inventado por um grupo, um perfil em específico, direcionando-se a um tipo determinado de pessoas, sendo, portanto, parcial. Essa é uma grande crítica feita pelos conservadores, transformar algo específico em universal.

Se é válido para todos os homens, pode ser imposto arbitrariamente em contraposição aos costumes e as formas tradicionais de se fazer política de uma comunidade em questão. Assim, o liberalismo se baseia naquilo que as pessoas *deveriam ser* (idealismo), e não no que elas *são* (materialismo).

Isso é correto se observarmos o primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos que declara: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”¹, mesmo que esse não seja o seu desejo. Em termos mais simples, na perspectiva liberal, *nenhuma pessoa é livre para escolher não ser livre*, se manter vinculado a algum senhor em uma relação de dependência. Portanto, ao universalizar suas prerrogativas, a filosofia liberal se torna intolerante, utilizando-se como modelo para qualquer sociedade e em qualquer época, tratando como inferiores ou despreparados indivíduos e sociedades que não sigam os seus padrões de autonomia e independência.

A história está repleta de belos exemplos de como a universalização dos direitos pode ser um ato de intolerância, assim como a universalização da verdade religiosa (como em qualquer tipo de monoteísmo) também o é. A corrida neocolonialista europeia na África e na Ásia, em meados do século XIX, assim, procurou substituir formas de organização política milenares, nascidas a partir das condições locais (o que não as exime de falhas ou contradições), por pretensos valores de autonomia, liberdade e igualdade, plenamente cabíveis em uma sociedade capitalista e concorrencial, mas completamente estranhos àquelas realidades determinadas.

Da mesma forma, as intervenções militares no Iraque, capitaneadas pelos Estados Unidos da América, a partir de março de 2003, foram justificadas, entre outros motivos menos convencíveis, por meio da missão quase sagrada do país invasor de levar a democracia e a liberdade (posto que universais) aos iraquianos. A cúpula governamental norte-americana partiu do princípio de que a população do país invadido não era suficientemente autônoma para criar ou manter um governo que lhe aprovesse, no caso, o regime de Saddam Hussein. E mais, tais pessoas almejavam pela democracia e pelos direitos humanos, mas não tinham condições de obtê-los em um governo de caráter ditatorial.

Autores como Burke e De Maistre (apud NISBET, op. cit.: 54), fariam a seguinte crítica à Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo homem é livre”, mas o que é “homem”? Existem diversas sociedades, diversos povos e diversos tipos de homens: franceses, ingleses, americanos, iraquianos, orientais. Analisando de uma perspectiva antropológica, não se pode falar em “humanidade” para os conservadores, já que os homens não são iguais, e as

¹ Obtido em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso feito em 20 de julho de 2009.

sociedades que os englobam também não o são, tendo cada qual o seu próprio modo de funcionar, como se fossem organismos vivos.

De volta ao caso do Iraque de Hussein, a partir de uma análise conservadora, a população vivia imersa em um regime de governo despótico ou porque assim desejava, ou então porque se omitia a tentativas de mudança. Isto é, o consenso geral tacitamente estabelecido entre a maioria daquelas pessoas (já que havia opositores ao sistema, mas em número insignificante para uma sublevação), era de que não havia melhor modo de organização política; todos tendo um grau razoável de satisfação, o suficiente para manterem-se tal como estavam. Dessa feita, quando realmente quisessem uma mudança radical, elas o fariam, certamente pela via revolucionária. E se semelhante revolução fosse levada adiante e obtivesse sucesso, de forma estável e funcional, ela seria legítima. Logo, qualquer intervenção militar em nome de uma mudança nas condições de governo, como feito pelos EUA, seria completamente condenável.

Dessa maneira, se cada sociedade funciona como um ser vivo, cujas funções lhe são peculiares, não se pode transplantar idéias, modos de governo, instituições de uma para outra, o que contradiz os anseios liberais. Além disso, como cada sociedade cria os meios necessários à sua própria sobrevivência, da melhor maneira possível, cada uma delas tem o direito de viver de acordo com os costumes e tradições que lhe são próprias (viver como lhe apraz) – eis a noção de *liberdade* para os conservadores.

Liberdade, pois, é a expressão da conservação de direitos ou privilégios, isto é, no caso específico das sociedades européias do final do século XVIII e início do XIX, a autonomia dos corpos estamentais face à autoridade régia.

Segundo Silva (op. cit.: 18), se compararmos a noção de liberdade liberal e a de liberdade conservadora, perceberemos que a primeira diz respeito à esfera de ação do indivíduo; ao passo que a segunda faz menção à garantia de autonomia dos diversos corpos sociais (a família, a Igreja, a nobreza senhorial, o Estado), no interior dos quais os indivíduos encontram a sua identidade.

Estas estruturas intermediárias, dispostas entre o indivíduo e o Estado, também correspondem a outras formas de poder e autoridade, e são legítimas, pois fazem parte do desenvolvimento histórico. E, como diz Nisbet, “não podemos saber onde estamos e muito menos para onde

vamos se não soubermos onde estivemos. Esta é a posição conservadora da história” (ibid.: 52).

Se a liberdade conservadora de uma comunidade diz respeito a “viver como lhe apraz”, ela está também ligada à ordem. É ela o atributo principal para reprimir as paixões dos homens, fato que os iluministas, em geral, deixam de lado, colocando o problema apenas no debate político ou econômico. Tais pensadores erram, uma vez que desconsideram qualquer autoridade tradicional, como os clérigos, por exemplo, classificando-os apenas como supersticiosos ou irracionalistas.

Goste-se disso ou não, as pessoas seguem aquilo que é proposto pelos membros do clero, tendo-os na mais alta devoção. E mais, como não há manipulação de mentes ou uma ideologia enganadora por parte dessas autoridades religiosas, mas apenas a vontade dos indivíduos de ouvi-los, tal autoridade é legítima e, por isso mesmo, deve ser preservada e não suplantada por um Estado que englobe todos os poderes. Disso decorre que a autoridade dos conservadores não está somente nessa última instância, mas também nas chamadas forças centrífugas, como a Igreja e a Nobreza.

Louis De Bonald (apud NISBET, op. cit.: 70) reitera essa proposição da seguinte maneira: a soberania só existe plenamente em Deus, o qual delega poderes igualmente às instituições presentes na sociedade, no caso, a família, a Igreja e o governo político. Cada uma dessas esferas deve ser suprema em seu domínio. De fato, a violação de uma esfera pela outra, como ocorre na construção do Estado Absoluto (não necessariamente absolutista), onde o soberano (monarca, conselho ou assembléia) está acima de todos, constitui uma tirania.

Desse ponto de vista, o pensador inglês Thomas Hobbes (1998) é o menos conservador possível, já que procura concentrar no soberano todos os poderes, inclusive o da coerção e o exercício da violência legítima. O método de Hobbes se aproxima bastante do pensamento liberal, pois concebe a sociedade como um corpo de indivíduos, naturalmente iguais, devendo todos serem tratados como súditos ou cidadãos. Mais do que isso, sua análise contratualista também prevê que a origem da soberania está no desejo desses indivíduos de se submeterem ao Estado, uma vez que este seria o único caminho para a paz, meio necessário e fundamental à consolidação dos interesses de cada um. Tal desejo se consolida no pacto firmado entre os indivíduos e o soberano.

Se levarmos em consideração o que diz Samuel Huntigton (apud SILVA, op. cit.: 16), que o conservadorismo já existe no século XVII, nascendo como uma luta contra a centralização do Estado, e em defesa dos direitos tradicionais das ordens, chegaríamos à conclusão que um conservador genérico não apoiaria a empreitada de Hobbes. Em outras palavras, se os homens sempre deveram obediência aos seus senhores, aos clérigos e também aos reis, ele deve permanecer ligado a cada um deles de forma equivalente.

Ora, ao contrário do que teorizam os liberais, os homens não são suficientemente autônomos sem a existência de tais instituições. O grande temor dos conservadores era de que tais instituições fossem suplantadas por um Estado, isto é, uma única forma de poder, bastante artificial e estranha a um homem comum. A partir daí, as instituições desapareceriam em importância, deixando os homens completamente “livres”, isto é, sem vínculos entre si, rumo à desagregação social, à desordem.

As revoluções sociais, inaugurando novos *establishments* a partir de uma idéia, e não de condições materiais (não no sentido marxista), trazem o risco de transformar os homens em átomos, dissociando-os em virtude da destruição dos laços tradicionais. Nas palavras de Nisbet (op. cit.: 82), “[os governos revolucionários] tentaram misturar toda a espécie de cidadãos numa massa homogênea, e depois dividiram este amálgama num número de repúblicas incoerentes”. E tal fato, segundo o mesmo autor, seria um caminho aberto à formação de *homens-massa* – “um agregado discernível menos pelo número do que pela falta de estrutura social interna integrando a tradição e valores morais compartilhados” (ORTEGA Y GASSET, apud NISBET, op. cit.: 81).

Ainda nessa mesma linha,

[...] Há uma relação íntima e simbiótica, pensava Ortega, entre a criação das massas na vida moderna e a criação do estado totalitário. Como pode o estado não ser total no seu poder e responsabilidade, pergunta Ortega, quando a população que governa ficou desprovida de todas as formas de autoridade e função que outrora faziam dela uma organização social? (NISBET, op. cit.: 82-83).

Edmund Burke e demais pensadores conservadores do século XVIII temiam por essa mesma desagregação, o que não quer dizer que fossem pessoas conformistas, resignadas, etc. Em verdade, muitas vezes, conservação e conformação são tidas como sinônimos, sobretudo por seus adversários políticos. Ora, se Burke fosse um simples conformista não teria apoiado e

elogiado a Revolução Americana (1776), e a emancipação das Treze Colônias, embora condenasse veementemente a Revolução Francesa (1789).

Esse tratamento distinto dado a cada uma das Revoluções é fruto da visão de mundo conservadora de Burke. De acordo com seu pensamento, o Movimento de Independência das colônias inglesas é legítimo, pois o rei George III, ao lançar mão de práticas arbitrárias – não previstas nos costumes e nas tradições coloniais até então, rompeu com um pacto histórico (ainda que tácito) entre colonos e metropolitanos. Isto é, nesse caso, o ato “revolucionário” fora cometido pelo monarca, e não pelos independentistas. Estes, valendo-se do direito consuetudinário que lhes protegia, deram início a um movimento que almejava um retorno, uma volta ao período anterior às taxações de George. Em outras palavras, buscaram conservar direitos na iminência de serem retirados.

José Guilherme Merquior (1991: 109), a partir desse fato, classifica Edmund Burke como sendo um “Conservador Liberal”, já que se baseia em premissas conservadoras (o tradicionalismo e o organicismo, por exemplo), de forma a salvaguardar certos direitos. Este tipo de conservadorismo se distingue do *reacionário*, que procurar resistir ao governo representativo e à liberdade religiosa.

Porém, a classificação de Merquior nos parece falha, uma vez que cabe apenas a Burke, neste caso específico da Revolução Americana. Ora, se o momento analisado pelo autor inglês fosse outro, como por exemplo, a Revolução Francesa, sua conservação de direitos não seria de cunho liberal, mas sim, em defesa das ordens tradicionais. De fato, em ambos os casos, ele procurar defender os costumes e o pacto tácito (o *status quo*) estabelecido entre os elementos que compõem o corpo social.

Em termos mais simples, Burke não é partidário da Revolução Americana por acreditar nas premissas liberais de contratualismo, individualismo, etc., mas por crer que a melhor forma política encontrada pelos colonos americanos era aquela anterior às chamadas “Leis Intoleráveis”, e que, portanto, deveria ser conservada. Sendo assim, não nos parece incoerente que Burke defenda tal movimento de contestação.

No caso da Revolução Francesa, a posição de violadores dos direitos tradicionais parte do próprio povo, e não do rei, como no caso inglês. Neste caso, o primeiro ataque – ilegítimo – foi dado pelo povo, ao passo que um movimento de reação por parte da nobreza e do clero, ou

mesmo de Luís XVI, em nome daqueles mesmos direitos, seria legítimo. Portanto, em ambos os casos, Burke condena a revolução em si (seja a que parte do monarca ou dos súditos), tida como quebra no desenrolar dos fatos históricos, não obstante apóie a reação desencadeada a partir daí.

Isso mostra como a classificação realizada por Merquior é estranha. O que Burke fez foi, apenas e tão somente, ser coerente com suas idéias conservadoras. Além disso, o empreendimento de Merquior é bastante reducionista, e, por conseguinte, não serve para compreender plenamente os vários significados e as conseqüências políticas do conservadorismo.

Com efeito, o pensamento conservador permite várias implicações, como no caso de Burke, posto que “legitimam a ordem estabelecida como resultado “natural” e “inevitável” da evolução histórica (...). O passado serve muito mais para justificar o presente do que para criticá-lo” (LÖWY, 1993: 47-49), diferentemente do que fazem os liberais e, em certa medida, os socialistas.

Portanto, e fazendo um retorno à relação do Estado com os chamados grupos intermédios, no pensamento conservador,

[...] os poderes da Igreja, da aristocracia, da família e do governo político são apresentados de maneira pluralista. O Estado nunca deve transgredir os direitos e autonomias dos grupos e estratos sociais importantes. (...) Estes princípios sobre o Estado e a sociedade nunca abandonaram o conservadorismo (NISBET, op. cit.: 70-71).

Dessa maneira, a conclusão mais óbvia a se obter a partir desse pluralismo é

[...] a necessidade imperiosa de o Estado político evitar tanto quanto possível intrometer-se nos assuntos econômicos, sociais e morais; e, pelo contrário, *fazer todo* o possível para fortalecer e alargar as funções da família, dos vizinhos e das associações cooperativas voluntárias. E, na prática política, durante os dois últimos séculos, na América como nos países europeus, a marca de contraste da política conservadora tem sido o seu grande favoritismo pelo setor privado, pela família e pela comunidade local, pela economia e a propriedade privada, e por uma grande dose de descentralização no governo, de modo a respeitar os direitos corporativos das unidades mais pequenas [sic] do Estado e da sociedade (NISBET, op. cit.: 71, os grifos são do autor).

Disso decorre que o conservadorismo tem seu próprio *laissez-faire*, isto é, sua luta contra o Estado Absoluto e Centralizador, nos lugares em que existam outras formas de poder. Contudo, essa luta não é feita para os indivíduos, mas para os grupos. Os liberais, por sua vez,

também combatem a interferência estatal (BOBBIO, op. cit.: 1988) em nome da livre iniciativa, mas, a semelhança dos conservadores, também deseja liberdade e autonomia.

Em Burke a questão da autoridade estatal é tão clara, que o faz semelhante a Adam Smith (1996), pois ambos os autores (ainda que por caminhos diferentes) prevêm a não interferência do Estado nos assuntos privados. Ora, “o *laissez-faire* e a descentralização são soberanos para Burke” (NISBET, op. cit.: 69. O grifo é meu).

Quando as revoluções e o individualismo desencadeado a partir do triunfo dos ideais liberais puseram fim às facções ou grupos associativos, eliminou-se uma série de “pára-choques” (NISBET, op. cit.: 86) contra o poder estatal, fazendo de todos súditos ou cidadãos, a serem tratados da mesma forma pelo Estado.

Essa igualdade e nivelamentos forçados (como no voto *per capita*, onde o valor de qualquer pessoa é equiparado, independentemente de sua origem ou de sua história) atrofiam a liberdade e a competência dos mais fortes, dos mais brilhantes. Ao contrário das premissas liberais, um conservador trata os homens como diferentes naturalmente, cabendo a cada um deles um papel diverso no organismo vivo chamado sociedade. Estes não podem ser forçados a, por exemplo, participarem do ato político, se não o fazem espontaneamente.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BORON, Atilio A. **Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx**. *En publicacion: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx* Boron, Atilio A. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006.

CHÂTELET, François. **História das Idéias Políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HOBBS, T. **Do Cidadão**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LÖWY, M. & SAYRE, R. **Romantismo e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MACFARLENE, L. J. **Teoria Política Moderna**. Brasília: EDUNB, 1981.

MERQUIOR, J. G. **O liberalismo: antigo e moderno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

SILVA, Francisco C. T. da. O conservadorismo como via para a modernidade. In: **Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n.º 6, p. 7-19, dez. 1996.

SKINNER, Q. **Lenguaje, política e história**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2007.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. [s.l.]: Círculo do Livro, 1996.

CAMINHOS GERAIS: ESTRATÉGIAS PARA A ABERTURA DE ESTRADAS NAS MINAS DO OURO, UMA RELEITURA HISTORIOGRÁFICA

Rosemary Maria do Amaral¹

RESUMO: Antes mesmo de sua descoberta nas minas, alguns caminhos começaram a ser abertos para a conquista do território e a busca pelo ouro. Através deste artigo pretende-se uma releitura de autores da historiografia brasileira como Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda e outros a respeito dessas entradas, monções e bandeiras que foram responsáveis pela abertura dos primeiros caminhos na região do sertão. Há autores que discorrem sobre a entrada nas minas pelo Norte e outros que tratam das entradas pelo Sul. Um autor de certa forma acaba complementando o outro, sendo assim é bastante pertinente o confronto entre os autores desta temática para esclarecer melhor como o sertão passou a ser conhecido como Minas do Ouro. Uma discussão como essa tem relevância historiográfica, pois poderá trazer elucidações para este campo do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Caminhos, Minas do ouro, entradas.

INTRODUÇÃO

Neste artigo pretende-se tratar das várias estratégias implementadas pelos portugueses na tentativa de ganhar o interior das novas terras que estavam aos poucos sendo conquistadas. Vários são os autores da historiografia brasileira que contam a respeito das entradas e bandeiras realizadas pelos reinóis. E é sempre com o interesse em juntar riquezas que o adventício se embrenhou mato adentro. Sérgio Buarque de Holanda (1994) assinala a cerca das dificuldades encontradas pelos portugueses para se locomoverem e se alimentarem durante a dura caminhada pelo desconhecido sertão. Ele também ressalta que a ajuda do índio foi imprescindível para o êxito desta empreitada colonialista. Laura de Mello e Souza (1997) reforça a entrada nas minas pelo Sul, que aconteceu através de muitas bandeiras como a de Fernão Dias, que talvez seja a mais conhecida de todas. Capistrano de Abreu (1988) dá um enfoque maior às entradas pelo Norte, e, de acordo com este autor, um dos primeiros homens a adentrar em terras que hoje pertencem ao Estado de Minas Gerais teria sido um Espinhosa. Enfim muitos autores da historiografia brasileira narram sobre como os paulistas, baianos, reinóis ou quaisquer outros tipos de gente conquistaram as terras mineiras. Far-se-á a seguir uma breve análise ou releitura destes autores que tanto contribuíram para a historiografia, e,

¹ Fundação Educacional de Divinópolis / Universidade do Estado de Minas Gerais, graduando.

ao realizar essa releitura, serão postas em confronto estas narrativas alusivas à abertura dos caminhos que levaram ao ouro de minas.

DESENVOLVIMENTO

Muitos foram os caminhos abertos na região do sertão, ou seja, na região das minas do ouro. Alguns destes caminhos hoje são conhecidos como estradas reais. A existência de um caminho velho e um caminho novo que levava o ouro para os portos do Rio de Janeiro é popularmente conhecida como estrada real. Mas a historiografia já mostrou que no passado todos os caminhos abertos nas minas eram considerados estradas de *el-rey*, pois era em nome deste que tudo acontecia. Todo e qualquer caminho aberto era considerado propriedade do rei, pois todo o continente foi considerado propriedade da coroa.

Já em meados do século XVI, como afirma Capistrano de Abreu (1988), aconteceram as primeiras incursões para o interior do território brasileiro, mais especificamente para o desbravamento de Minas Gerais. O que se sabe é que estas bandeiras ou entradas se deram com muitas dificuldades, de vários aspectos. Entrar mato adentro, em lugar desconhecido, aliando isto à falta de habilidade dos reinóis para lidar com tal tarefa, pois estavam acostumados a incursões marítimas, com amplo espectro de experiência nessa área náutica, e ainda associando-se a estas dificuldades a falta de provisão para a viagem, tornava este feito um ato heróico para aquele que se arriscava.

Sergio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras* discorre em minúcias como teria sido à entrada dos portugueses no sertão. Para ele, os portugueses, de certa forma, ficaram como reféns dos índios, já que em vários momentos tiveram que depender do conhecimento indígena para se locomoverem pelos matos fechados. Neste sentido pode-se então dizer que os portugueses se renderam aos hábitos indígenas, até mesmo como forma de garantirem sua sobrevivência. E nessa dependência do indígena, o paulista foi quem se deu melhor, pois quando os portugueses começaram a se unir aos índios através das empreitadas pelos matos e também por matrimônios, acabaram aprendendo o que os índios sabiam e transmitiram esses conhecimentos a seus filhos que tinham uma adaptabilidade muito grande à nova terra. Assim, “Essa destreza com que sabiam conduzir-se os naturais da terra, mesmo em sítios

ínvios, herdaram-na os velhos sertanistas e guardam-na até hoje nossos roceiros”(HOLANDA, 1994, p. 20).

Outro fator de grande relevância demonstrado por Holanda (1994) é o meio ambiente, a localidade, os paulistas tinham grande dificuldade neste sentido, pois decidir se iam para cá ou para lá, e até mesmo se deveriam ou não seguir viagem, não dependia apenas de sua vontade, mas do meio, da localidade onde se encontravam. E foi exatamente neste momento que o índio serviu bastante ao português, pois sem ele dificilmente o português adventício sobreviveria nas terras até então por ele desconhecida. Ainda de acordo com este autor, apesar de todos os atropelos e percalços o desbravador, bandeirante foi, sobretudo responsável pela formação geográfica do território brasileiro.

Dentre as muitas dificuldades encontradas pelo adventício, a falta de água potável foi um dos maiores problemas. O português não tinha grande conhecimento para saber como encontrá-la, ao contrário do índio, que tinha facilidade para encontrar água, assim como se locomovia com bastante facilidade pelas matas. O índio tinha um instinto geográfico muito apurado. Enquanto os portugueses utilizavam técnicas rústicas para não se perderem nas matas como, por exemplo, quando estavam em lugares “Onde houvesse arvoredos grossos, os caminhos eram comumente assinalados a golpes de machado nos troncos mais robustos” (HOLANDA, 1994, p. 20). Vale lembrar que Holanda (1994) destaca que os bandeirantes andavam a pé e descalço, ele nos mostra que boa parte do desbravamento foi feito a pé e que os rios também foram bastante utilizados, mas, isso teria acontecido *a posteriori*, já na fase das monções. Levando-se em consideração que todo o desbravamento era feito a pé por causa da dificuldade de andar a cavalo em lugares de geografia complicada, e muitas vezes por trilhos que cabiam apenas uma pessoa, percebe-se muitas vezes que pequenos trechos foram percorridos por longo período de tempo.

Abreu (1988) destaca que para a empreitada de desbravamento de um trecho ser aceita pela coroa era preciso de um bom contingente operacional. Isto porque uma das primeiras tentativas de entradas para o interior do sertão pode não ter dado certo uma vez que foi constituída por um pequeno grupo. Esta empresa foi a de Francisco Bruza de Espinhosa, que provavelmente saiu de Porto Seguro em direção ao sertão. Ainda de acordo com Abreu (1988), esta comitiva foi constituída por doze portugueses apenas, e que por isto não teria

conseguido encontrar ouro ou outro metal de valor. Acredita-se que Espinhosa seja um castelhano e um homem de bem.

Além disso, teria partido no ano de 1553 e chegado muito provavelmente ao rio das Velhas. Ele ressalta sobre duas expedições: uma de Espinhosa e outra de Navarro, mas ao que consta essas duas empresas seriam a mesma pela coincidência de datas da partida, pelo caminho que percorreram e pelo número de pessoas que levaram. Para além de todas estas coincidências tem-se ainda o fator de que todas as empresas deveriam ser autorizadas pelo governador e nenhuma poderia partir sem essa autorização que em geral não era dada a mais de uma pessoa por vez. Assim pode-se concluir que as duas expedições são na verdade uma só.

De acordo com a historiografia brasileira, o Nordeste foi à primeira região habitada pelos portugueses, assim como toda a região litorânea foi primeiramente ocupada pelos mesmos. Como a região Nordeste foi a primeira a ser ocupada é natural que a região onde hoje se encontra Minas Gerais tenha seus primeiros caminhos abertos pelo Norte do Estado. A ocupação do território mineiro se deu tardiamente, mas os primeiros caminhos já começaram a ser abertos na segunda metade do século XVI. Muitos desses caminhos abertos pelos portugueses já eram utilizados pelos índios. Em muitos casos os portugueses apenas melhoraram as trilhas que os indígenas utilizavam para se locomoverem. Como pontua o autor, “Eram de vária (sic) espécie (sic) esses tênues e rudimentares caminhos de índios” (HOLANDA, 1994, p. 19). Não podemos nos esquecer que não existia um emaranho de trilhas, e que os índios eram muito bons em se locomoverem nas matas pelos astros, “É possível, talvez, ter idéia da segurança com que os índios se guiavam pelos astros ou rastros...” (HOLANDA, 1994, p. 21).

A expedição de Espinhosa teria percorrido de duzentas a trezentos e cinquenta, podendo ter chegado às margens do Rio das Velhas. Após a expedição de Espinhosa, Abreu (1988) destaca a de D. Vasco Rodrigo de Caldas, homem considerado notável e que já teria sido vereador da Câmara da cidade. A expedição de D. Vasco só foi aceita pelo governador porque este prometera levar cem homens e, ele deveria fazer um roteiro do caminho que iria percorrer. O que nos relata Abreu (1988), é que infelizmente esta empreitada teria sido menos sucedida que a de Espinhosa, pois D. Vasco chegou apenas até o Rio Paraguaçu, adentrando

pelas matas aproximadamente setenta léguas, quando ai encontrou-se com índios Tupinaens² e foi obrigado a voltar.

Abreu (1988), afirma que as primeiras tentativas de descobrir minas, ou de encontrar o lendário Eldorado, tão sonhado e procurado pelos portugueses e espanhóis desbravadores das terras tropicais, inóspitas e desconhecidas, foram essas, a de Espinhosa e a de Caldas. Após estas outras tantas vieram como a de Martin Carvalho, citada no tratado de Magalhães de Gandavo, outras duas que partiram de Porto Seguro e foram comandadas por Fernandes Tourinho.

A vontade que moveu Fernão Dias, um dos primeiros desbravadores das minas, para se embrenhar nas matas do atual Estado de Minas Gerais, a procura de esmeraldas pode ter surgido a partir do conhecimento de histórias como a contada por Gandavo em seu tratado. Abreu (1988) relata que Gandavo fala de alguns índios que chegaram a Porto Seguro com pedras verdes que seriam esmeraldas, neste sentido podemos dizer que a ambição do adventício foi à manivela mestra a mover o desbravamento das terras tropicais.

As primeiras bandeiras de acordo com Márcio Santos (2001) se deram para captura de índios, mas as entradas e bandeiras que pretendiam alcançar riquezas logo foram realizadas, pois o sonho de se enriquecer estava presente na grande maioria dos bandeirantes paulistas. Esta ambição pela riqueza, e a necessidade de se encontrar minerais preciosos podem ter provocado um fenômeno interessante nas bandeiras. Os organizadores das bandeiras primeiramente compunham a expedição por pessoas ligadas diretamente a eles por laços de parentesco ou por amizade, como podemos confirmar em VASCONCELOS (1974, p. 26) “O potentado de maior suposição convocava os parentes e amigos que também dispusessem de meios, e, estes com mais e outros com menos, formavam as comitivas e tropas de que tinham necessidade”. Depois para completar suas comitivas que geralmente não eram pequenas, levavam índios e mestiços, além de padres o que dava uma legitimidade maior as expedições. A necessidade de se ter pessoas de confiança na comitiva, demonstra a certeza que os bandeirantes tinham que encontrariam metal precioso.

² Índios, mais antigos moradores da região da Bahia.

A grande movimentação nas minas se deu após a descoberta do ouro. De acordo com Santos (2001), a expedição de Fernão Dias teria saído de São Paulo em busca de esmeraldas em 21 de julho de 1674, com quarenta paulistas e mais índios. Foi então após mais de um século das primeiras entradas pelo Norte e das principais bandeiras pelo Sul que Minas Gerais começou efetivamente a ser tomada pelos ambiciosos reinóis que almejavam adquirir riquezas.

A bandeira de Fernão Dias, talvez tenha sido a mais famosa por ter tido certo planejamento, pois se sabe que em tempos de cata ao ouro muitos foram encontrados com seus bolsos cheios de ouro, mas mortos pela fome, em meio aos matos fechados das minas. A expedição de Fernão Dias havia enviado homens a sua frente para plantar roças que alimentariam toda a comitiva quando estivessem passando pelas regiões mais inóspitas. De acordo com Laura de Mello e Souza (1997), foi Antônio Rodrigues Arzão, o primeiro homem a encontrar ouro nas minas, e este mesmo Arzão teria se desgarrado da comitiva de Fernão Dias. Ainda de acordo com esta autora, Arzão ao voltar para São Paulo contou o acontecido a seu cunhado Bartolomeu Bueno, que logo montou uma comitiva, e sua entrada encontrou ouro em Itaverava.

Percebe-se que alguns autores focam as primeiras entradas nas minas pela região Norte do estado, o que se justifica pela própria colonização das terras brasileiras, outros já realçam as bandeiras paulistas, que se tornaram mais conhecidas por causa da descoberta do ouro. E foi através desta descoberta que um emaranhado de caminhos começou a se formar nas minas, é também através da descoberta do ouro que começarão a surgir cada vez mais vilas nas minas e estas foram ficando cada vez mais populosas, pelo crescente povoamento causado por causa da descoberta do ouro. Nota-se, portanto que apesar das primeiras entradas em território mineiro ter acontecido ainda no século XVI foi só a partir da segunda metade século XVII, e por causa da descoberta do ouro que houve um crescimento populacional, um aumento no número de vilas e a abertura de caminhos nas minas. A princípio todos estes caminhos gerais, eram o caminho do ouro e as estradas reais, pois tudo na colônia pertencia ao rei.

Referências Bibliográficas

ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SANTOS, Márcio. *Estradas Reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. *Opulência e Miséria das Minas Gerais*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

Mircea Eliade entre a Fenomenologia e a História das Religiões

Sabrina Mara Sant'Anna*
Andreza Cristina Ivo Pereira

(...) na expressão “história das religiões”, a ênfase deve ser dada à palavra *religião*, e não à *história*. Pois, se existem várias maneiras de se praticar a *história* – desde a história das técnicas até a história do pensamento humano –, só existe uma maneira de se abordar a *religião*: atentar para os fatos religiosos. (ELIADE, 1991: 25)

Antes de adentrarmos no cerne da discussão desse artigo, apresentaremos ao leitor um mapeamento cronológico da vida e da produção literária de Mircea Eliade. Nossa intenção não é apenas relatar dados biográficos e bibliográficos, mas buscar apreender por meio da trajetória pessoal de Eliade sua formação acadêmica, sua atuação intelectual, seus pilares teóricos, suas escolhas temáticas e metodológicas, bem como o seu lugar entre os historiadores das religiões. Entendemos que a busca pela reconstituição de um tecido social e cultural abrangente – com o objetivo de elucidar os múltiplos fios que ligam o indivíduo ao seu contexto – é preocupação da História. Nesse sentido, em conformidade com a argumentação de Sabina Loringa e de Benito Bisso Schmidt, procuramos resgatar o percurso individual de Mircea Eliade com o intuito de “iluminar questões e/ou contextos mais amplos” (SCHMIDT, 1997:14).¹

1. Biografia e produção bibliográfica

Mircea Eliade nasceu em Bucareste, Romênia, em 1907 e faleceu em Chicago, Estados Unidos, no ano de 1986. Sua brilhante carreira de escritor, iniciada ainda na adolescência, inclui a produção de vários gêneros literários: novelas, romances, contos, diários, ensaios, tratados, livros e artigos científicos para enciclopédias, dicionários e revistas especializadas em história das religiões. A maioria de suas narrativas ficcionais foram redigidas em romeno e, desse conjunto, poucos textos tiveram versões lingüísticas diferentes do original. Por outro lado, quase a totalidade de sua obra

* Sabrina Mara Sant'Anna é mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e Andreza Cristina Ivo Pereira é graduada em História pela Fundação Educacional de Divinópolis/UEMG. Esse artigo é resultado de pesquisas desenvolvidas para o projeto *Escrita Híbrida, o passado entre a história e a filosofia em História das crenças e das idéias religiosas de Mircea Eliade*, orientado pelo Professor Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira e financiado pela FAPEMIG.

¹ Cf. também (LORIGA, 1998).

dedicada ao estudo das religiões comparadas foi escrita em francês (após 1945) e em inglês (a partir de 1956), sendo sucessivamente traduzida para outros idiomas.

Aos quatorze anos, Mircea Eliade ganhou um concurso literário e publicou seu primeiro texto: um conto intitulado *Cum am gasit piatra filosofala*². Entre 1922 e 1923 ele publicou trinta e dois artigos na revista juvenil *Ziarul stiintelor populare*³. Durante os anos 1925 e 1928, período em que cursava Filosofia na Universidade de Bucareste, escreveu dois artigos por semana para um importante periódico romeno denominado *Cuvântul*⁴ – tarefa que continuou a executar por bastante tempo. Em 1927 publicou *Itinerariu spiritual. I: Linii de orientare*⁵ que, segundo especialistas, é o mais notável dentre os textos que produziu na juventude.

Durante os meses de abril e junho de 1928, Mircea Eliade residiu em Roma, Itália, para terminar sua monografia sobre o pensamento filosófico do Renascimento Italiano (de Marsílio Ficino a Giordano Bruno). Em novembro do mesmo ano, após retornar a Bucareste e concluir sua graduação, estabeleceu-se na Índia para estudar sânscrito e as filosofias do sudeste asiático na Universidade de Calcutá. Em 1930, sob orientação do célebre professor Surendranath Dasgupta (1885-1952)⁶, Eliade analisou textos de Patañjali⁷ e elegeu a história comparada das técnicas do yoga como seu tema de doutorado. Ainda em 1930, ele publicou na Romênia sua primeira novela intitulada *Isabel si apele diavolului*⁸ e praticou o yoga por seis meses em Rishilkesh, Índia. Em dezembro de 1931, Eliade regressou à sua terra natal para cumprir obrigações militares.

Após defender seus estudos doutorais na Faculdade de Filosofia da Universidade de Bucareste, Mircea Eliade foi nomeado, em 1933, professor de Lógica e Metafísica na instituição em que se graduou. De acordo com Douglas Allen (1985:24), os cursos que o pesquisador romeno ministrou nesse período versavam sobre “o problema do mal na

² “Como descobri a pedra filosofal” (Tradução conforme GARCÍA, 2003: 225).

³ “Revista de ciências populares” publicada na Romênia. (Tradução conforme ALLEN, 1985:23).

⁴ “A palavra” (Tradução conforme ALLEN, 1985:23).

⁵ “Itinerário Espiritual. I: Linhas de orientação” (Tradução conforme ALLEN, 1985:23).

⁶ Professor emérito da Universidade de Calcutá e autor de cinco volumes sobre a História da Filosofia da Índia (*A History of Indian Philosophy*. 5 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1922-55.)

⁷ Autor ou compilador do *Yoga-Sutra*, antigo texto que estabelece a filosofia e a prática do yoga.

⁸ Isabel e as águas do diabo. (Tradução conforme título publicado em português). Entre 1930 e 1940, Mircea Eliade publicou quatorze novelas. Dentre as obras literárias destaca-se *La Nuit bengali* (título original: *Maitreyi*) e *Forêt interdite* (título original: *Noaptea de Sanziene*).

filosofia indiana’, ‘a *docta ignorantia* de Nicolás de Cusa’, ‘as *Upanishads* e o budismo’, ‘a idéia de salvação nas religiões orientais’, ‘a metafísica de Aristóteles’, ‘o simbolismo religioso’ e ‘a história do budismo’”. Em 1936 Mircea Eliade publicou sua tese de doutorado na França sob o título: *Yoga, essai sur les origines de la mystique indienne*⁹. No ano seguinte lançou em romeno *Comologie si Alchimie Babiloniana*¹⁰ e em 1938 presidiu a *Zalmoxis, revue des études religieuses*.¹¹

Em 1940 Eliade foi nomeado Adido Cultural da Embaixada da Romênia em Londres, Inglaterra, e no ano seguinte em Lisboa, Portugal. Em 1945 estabeleceu-se na França, onde lecionou na École des Hautes Études de Paris e viveu até 1956. Durante esse período participou de diversos congressos internacionais e publicou numerosos artigos sobre história das religiões. Entre 1949 e 1956 ele redigiu e editou as seguintes obras: *Traité d'histoire des religions* (1949), *Le mythe de l'éternel retour* (1949), *Le Chamanisme et les techniques archaïques de l'extase* (1951), *Images et symboles* (1952), *Le Yoga. Immortalité et Liberté* (1955) e *Forgerons et alchimistes* (1956).

Em 1956 Mircea Eliade ministrou palestras sobre o tema “Esquemas de Iniciação”¹² na Universidade de Chicago e, no ano seguinte, foi nomeado professor titular e diretor do Departamento de História das Religiões da mesma instituição. Nas décadas que se seguiram até a sua morte, Eliade residiu nos Estados Unidos e continuou escrevendo inúmeros artigos, ensaios e livros científicos. Em 1957 publicou *Mythes, rêves et mystères*, uma coletânea de textos escritos entre 1948 e 1956. *Le sacré et le profane* foi publicado na França em 1965, embora a tradução alemã dessa obra tenha sido editada oito anos antes sob o título *Das Heilige und das Profane*. Em 1966 Eliade recebeu o título de *Doctor Honoris Causa* da Universidade de Yale e foi eleito membro da American Academy of Arts and Sciences.

⁹ A obra intitulada *Le Yoga. Immortalité et Liberté*, publicada na França em 1955, é a a versão corrigida e ampliada da tese de doutorado redigida por Mircea Eliade.

¹⁰ *Cosmologia e Alquimia Babilônicas* (Tradução conforme GARCÍA, 2003: 246).

¹¹ *Zalmoxis*, revista de estudos religiosos.

¹² O texto referente a esta conferência foi publicado nos Estados Unidos em 1958 sob o título *Birth and Rebirth*. A tradução francesa – *Naissances mystiques. Essai sur quelques types d'initiation* – data de 1959 (Paris: Gallimard). A versão espanhola foi publicada em 2000 (Barcelona: Editorial Kairós) sob o título: *Nacimiento y Renacimiento: el significado de la iniciación en la cultura humana*.

Na década de 1970 Mircea Eliade continuou a receber distinções acadêmicas e a participar de importantes congressos internacionais. Foi nomeado *Doctor Honoris Causa* pela Universidade Loyola de Chicago (1970), Boston College (1971), La Salle College de Filadélfia (1972), Oberlin College (1972), Universidade de Lancaster (1975) e Universidade de Paris (1976). Foi eleito membro correspondente da Academia Britânica (1970), da Academia Austríaca de Ciências (1973) e da Academia Real da Bélgica (1975). Em 1976 publicou o primeiro volume de sua célebre obra *Histoire des croyances et des idées religieuses*, tendo editado os outros dois tomos em 1978 e em 1983, respectivamente. Já bastante doente, Eliade registrou no prefácio do supracitado livro (3 t. /1983):

O atraso na publicação deste terceiro tomo deve-se principalmente a razões de saúde: já há algum tempo minha visão vem diminuindo e uma artrite rebelde dificulta-me o manejo da pena. Vejo-me assim obrigado a concluir minha última parte da História das Crenças e das Idéias Religiosas com a colaboração de vários colegas, escolhidos dentre meus ex-alunos.

A enfermidade não significou decadência intelectual. Em 1985 Mircea Eliade finalizou *The Encyclopedia of Religions* – um importante trabalho dirigido por ele e publicado em dezesseis volumes (Nova York: Macmillan Publishing Company, 1987). Nos últimos dias de vida, mesmo debilitado fisicamente, Eliade continuou trabalhando. Assim escreveu seu discípulo Ioan P. Couliano no prefácio do *Dictionnaire des Religions*:

De 23 de março de 1986 até sua morte, ocorrida em 22 de abril daquele mesmo ano, vi Mircea Eliade todos os dias. Até 13 de abril, nossas discussões de trabalho geralmente tinham por objetivo este dicionário. Apresentei-lhe todos os tipos de notas bibliográficas, mas nenhuma das partes fora ainda redigida. Como a *Enciclopédia das Religiões* já estava no prelo e Mircea Eliade vira todos os seus verbetes, confiou-me a tarefa de escrever o texto do dicionário a partir dos três primeiros volumes de sua *Histoire des croyances* (História das Crenças), do quarto tomo (obra coletiva da qual ainda esperávamos vários capítulos) e da enciclopédia. Evidentemente ele teria revisto e modificado meu manuscrito antes de entregá-lo ao editor. (ELIADE; COULIANO, 1990).

Os estudos desenvolvidos pelo romeno Mircea Eliade ainda hoje suscitam discussões acadêmicas. Muitos são os seus críticos, assim também como os seus defensores. Doravante, ressaltamos que o legado bibliográfico deixado por Eliade, sem dúvidas, constitui-se em referência importante para os que se debruçam sobre a História das Religiões. Sua relevante contribuição nesse campo de pesquisas deve-se às análises e

interpretações que desenvolveu acerca da estrutura dos fenômenos religiosos, da dialética e morfologia do sagrado, bem como suas manifestações (Hierofanias).

2. A História das Religiões e o pensamento de Mircea Eliade

A Ciência das Religiões – criada inicialmente com o objetivo de analisar os elementos comuns entre as diversas manifestações culturais da humanidade e, sobretudo, de determinar a forma primeira da religião e suas leis de evolução – foi instituída como disciplina autônoma no século XIX. Ao alemão Max Müller (1823-1900) atribui-se a responsabilidade de ter empregado e definido, em 1867, o termo denominativo dessa área de estudos: *Religionswissenschaft*.¹³ Segundo ele, tal disciplina deveria ser absolutamente descritiva, científica e livre de todas as considerações normativas comumente empregadas pela Teologia e pela Filosofia das Religiões. Mircea Eliade, refletindo sobre o desenvolvimento e a situação da História das Religiões desde sua fundação, escreveu (1991: 24-25):

Quisemos a todo custo apresentar uma história *objetiva* das religiões, sem perceber que o que chamávamos *objetividade* seguia as modas do pensamento do nosso século. Há quase um século, esforçamo-nos para erigir a história das religiões em disciplina autônoma, em vão. A história das religiões, como se sabe, continua a ser confundida com a antropologia, a etnologia, a sociologia, a psicologia religiosa e até com o orientalismo. Desejando a todo custo obter o prestígio de uma “ciência”, a história das religiões também sofreu todas as crises do espírito científico moderno: os historiadores das religiões foram sucessivamente, e alguns continuam sendo, positivistas, empiristas, racionalistas ou historicistas.

Segundo Eliade, a história das religiões divide-se entre duas vertentes com orientações metodológicas distintas e, ao mesmo tempo, complementares. Para ele, enquanto alguns estudiosos dedicam-se a desvendar as estruturas dos fenômenos religiosos, outros preferem reconstituir o contexto histórico desses mesmos fenômenos. “Os primeiros esforçam-se por compreender a essência da religião, os outros trabalham para decifrar e apresentar sua história.” (ELIADE, 1992: 11). Mircea Eliade adverte que os resultados obtidos pelas pesquisas etnológicas e sociológicas devem ser utilizados pelo historiador das religiões, entretanto, é preciso completá-los para que possam assumir “uma

¹³ Antes de Max Müller outros estudiosos empregaram esporadicamente o mesmo termo – Prosper Leblanc em 1852, por exemplo – mas somente com ele tal terminologia assumiu um sentido rigoroso e tornou-se amplamente aceita nos meios científicos para designar a “Ciência das Religiões” ou “Ciência Comparada das Religiões”. (Cf. ELIADE, 1992:5 / ALLEN, 1985: 34).

perspectiva diferente e mais ampla.” Em seu texto sobre os “Esquemas de Iniciação”, artigo que apresenta o conteúdo da conferência proferida na Universidade de Chicago em 1956, Eliade distingue categoricamente o trabalho do historiador das religiões da tarefa investigativa dos etnólogos e sociólogos (ELIADE, 2000: 8):

El etnólogo sólo se ocupa de las sociedades que denominamos primitivas, mientras que el historiador de la religión incluirá en su campo de investigación toda la historia religiosa de la humanidad, desde los primeros cultos de las eras paleolíticas de que se tienen noticias, hasta los movimientos religiosos modernos. (...)

El historiador de la religión también se separa del sociólogo, ya que su principal preocupación es comprender la experiencia religiosa de la iniciación e interpretar el significado más profundo del simbolismo presente en los mitos y ritos iniciáticos. En definitiva, la ambición del historiador de la religión es llegar a la situación existencial asumida por el hombre religioso durante la experiencia iniciática, y hacer que esa experiencia primordial resulte inteligible para sus contemporáneos.

De acordo com a concepção de Mircea Eliade – explicitada em sua obra *Imagens e Símbolos* – o historiador das religiões, no exercício de seu ofício, deve considerar e enfatizar a palavra *religião*. Para ele, o estudo das origens e desdobramentos de mitos, ritos e símbolos é tarefa relevante e necessária, contudo a análise das estruturas dos fenômenos e experiências religiosas deve constituir a primeira preocupação dos historiadores das religiões. Conforme sua premissa: “antes de fazer a *história* de alguma coisa, é muito importante compreender bem essa coisa, em si mesma e por si mesma.” (ELIADE, 1991: 25).

Mircea Eliade defende que os fenômenos religiosos, “pelo simples fato de serem *fenômenos*, ou seja, de se manifestarem, de se revelarem a nós, são cunhados como uma medalha pelo momento histórico que os viu nascer”. (ELIADE, 1991: 27). Segundo ele, o fenômeno religioso só se revela como tal quando é apreendido dentro de sua própria modalidade, isto é, quando é examinado à escala religiosa. Por essa razão, adverte que para se descortinar os aspectos que envolvem a manifestação do sagrado (hierofania), bem como as experiências do *homo religiosus*, é necessário munir-se de princípios metodológicos que não estejam limitados apenas à reconstituição dos fatos históricos. Nas palavras do romeno (1991: 29):

O que distingue o historiador das religiões de um simples historiador é que ele lida com fatos que, embora históricos, revelam um comportamento que vai muito além dos comportamentos históricos do ser humano. Se é verdade que o homem sempre se encontra inserido numa ‘situação’, nem por isso essa situação é sempre histórica, ou seja, unicamente condicionada pelo momento

histórico contemporâneo. O homem integral concebe outras situações além da sua condição histórica. Conhece, por exemplo, o estado de sonho, ou de devaneio, ou o da melancolia ou do desprendimento, ou da contemplação estética, ou da evasão etc. – e todos esses estados não são ‘históricos’, embora sejam, para a existência humana, tão autênticos e importantes quanto a sua situação histórica. Aliás, o homem conhece vários ritmos temporais, e não somente o tempo histórico, ou seja, seu próprio tempo, a contemporaneidade histórica.

Em sua própria definição, Eliade não identifica-se com um fenomenólogo, mas como um historiador das religiões. Munido de conceitos provenientes de diversas áreas do conhecimento – Filosofia, Filologia, Fenomenologia, Psicologia, Linguística, Hermenêutica, Sociologia, Etnologia e História – Mircea Eliade analisou e comparou manifestações do sagrado em diversas tradições religiosas. Para melhor entendermos essa liberdade interdisciplinar e metodológica do romeno Eliade, há que se ter em conta que os pesquisadores atuantes na área da Ciência Comparada das Religiões, ainda no terceiro quarto do século XX, não tinham entrado em consenso sobre a unidade da metodologia e da terminologia adequada para essa disciplina. Muitas eram as divergências sobre o uso da expressão História das Religiões, sobretudo em casos como o de Eliade, cujos estudos privilegiavam a investigação sobre os fenômenos religiosos. Dessa maneira, organizações internacionais de especialistas, com o intuito de colocar ordem e não ser excludente, optaram, já naquela época, por utilizar denominações que evocavam o termo alemão *Religionswissenschaft*. Esse termo, que não tem equivalente exato em outras línguas, designava a emergente “Ciência Comparada das Religiões” – disciplina que originalmente comportava as seguintes áreas do conhecimento: “Estudo Geral das Religiões”, “História das Religiões”, “Fenomenologia das Religiões” e “Sociologia das Religiões”. Nesse sentido, comungamos com a posição de Douglas Allen, autor da obra *Mircea Eliade y o fenomeno religioso* (1985: 36):

El mismo Eliade se considera “historiador de las religiones”, y éste es el término con que lo designaremos. Pero hay que tener presente que la palabra “historia” não debe entenderse en el sentido estricto y reducido del término, y que en este caso nos referimos al conjunto de la metodología y de la disciplina conocidas con el nombre de “ciencia de las religiones”.

Para Mircea Eliade: “existem várias maneiras de se praticar a *história* – desde a história das técnicas até a história do pensamento humano –, só existe uma maneira de se abordar a *religião*: atentar para os fatos religiosos.” (ELIADE, 1991: 25). Não por acaso, o estudioso romeno dedicou sua vida à análise da estrutura e morfologia dos fenômenos religiosos, afirmando que “a empresa do historiador das religiões é muito

mais ousada do que a do historiador que se propõe reconstituir um acontecimento ou uma série de acontecimentos à custa dos escassos documentos conservados” (ELIADE, 2008: 11-12). Ele justifica tal “ousadia” pelo fato de que além de traçar a história de determinados ritos, mitos, deuses ou símbolos, cabe ao historiador das religiões, em primeiro lugar, compreender a modalidade do sagrado que se revela através de uma determinada hierofania.¹⁴

O conceito de História das Religiões defendido por Mircea Eliade, sem dúvidas, está alicerçado em sua experiência pessoal e também em sua vivência coletiva, ou seja, em sua formação intelectual, em seus relacionamentos acadêmicos, intercâmbios culturais, leituras e pesquisas que realizou ao longo dos anos. Sabemos que o pensamento de Eliade é fruto de sua época – em uma perspectiva histórica alargada, inclui não só o tempo em que viveu, mas também o período que o antecedeu, pois ele partiu de estudos e bibliografias precedentes; leu, concordou, discordou, revisou, discutiu e deixou-se influenciar por teorias de vários autores. Portanto, ressaltamos que a História das Religiões praticada por Eliade – cuja característica marcante é o privilégio dos fenômenos religiosos – está em conformidade com o pensamento vigente no século XX. Vale lembrar, conforme demonstramos na primeira parte desse artigo, que Mircea Eliade conheceu o sucesso de sua produção científica (conferências, artigos e livros) e foi homenageado em vida com títulos honoríficos por diversas instituições de pesquisa e ensino superior. É claro que ele também recebeu, e ainda hoje seu trabalho recebe, críticas contundentes. Entretanto, nossa intenção não é dar voz aos seus opositores ou críticos, mas ouvir o próprio Eliade. Por essa razão, registramos na segunda parte desse artigo uma série de trechos redigidos pelo romeno. Para tanto, consultamos as seguintes obras de sua autoria: *História das Crenças e das Idéias Religiosas* (tomos I, II e III); *Imagens e Símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*; *O Sagrado e o Profano*; *Tratado de História das Religiões*; seu artigo intitulado *Nacimiento y Renacimiento: el significado de la iniciación en la cultura humana*, bem como o *Dicionário das Religiões* – obra idealizada por Eliade e concluída por seu discípulo Ioan P. Couliano.

¹⁴ Para Mircea Eliade as hierofanias (ritos, mitos, símbolos, etc), além de serem manifestações do sagrado, são também documentos históricos que revelam essa manifestação no universo mental daqueles que o receberam. (Cf. ELIADE, 2008: 17).

Sem a pretensão de esgotar a temática, terminamos esse artigo na esperança de ter contribuído, mesmo que minimamente, com as discussões sobre o lugar de Mircea Eliade entre os historiadores das religiões. Ressaltamos que a resposta para o problema que nosso título coloca – Mircea Eliade entre a Fenomenologia e a História das Religiões – não pode ser dada sem levar em consideração a opinião dele e as nuances da origem e do desenvolvimento da disciplina História das Religiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALLEN, Douglas. *Mircea Eliade y el fenómeno religioso*. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1985.

ALLIEZ, Eric. *Da impossibilidade da Fenomenologia – sobre a filosofia francesa contemporânea*. São Paulo: Editora 34, 1996.

ELIADE, Mircea. *História das Crenças e das Idéias Religiosas*. Tomo I, vol. 1. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

_____. *História das Crenças e das Idéias Religiosas*. Tomo I, vol. 2. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

_____. *História das Crenças e das Idéias Religiosas*. Tomo II, vol. 1. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

_____. *História das Crenças e das Idéias Religiosas*. Tomo II, vol. 2. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

_____. *História das Crenças e das Idéias Religiosas*. Tomo III. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

_____. *Imagens e Símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____; COULIANO, Ioan P. *Dicionário das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Nacimiento y Renacimiento: el significado de la iniciación en la cultura humana*. Barcelona: Editorial Kairós, 2000. Título original: *Birth and Rebirth*.

_____. *Tratado de História das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCÍA, José Antonio Hernández. Bibliografía comentada de Mircea Eliade. In: *Estudios de Asia y África*. Distrito Federal/México: El Colegio de México, enero-abril, año/vol. XXXVIII, nº 001, 2003. p. 223-262.

LORIGA, Sabina. A biografia como um problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MAGALHÃES, Antonio; PORTELLA, Rodrigo. *Expressões do Sagrado: reflexões sobre o fenômeno religioso*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

MASSENZIO, Marcello. *A História das Religiões na cultura moderna*. São Paulo: Hedra, 2005.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias - historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997. p. 3-21.

Freud, Proust e a espessura do presente

Saulo Dallago¹

Em toda e qualquer entrevista realizada com o objetivo de arquitetar uma narrativa memorialística, na qual o entrevistado testemunhará suas experiências pregressas, municiando o entrevistador de informações, de memórias, para que este possa transformar o material recolhido em história oral, temos, em comum, seja lá qual for a técnica utilizada para a entrevista, ou quais forem os objetivos desta, pelo menos um ponto inalienável: a tentativa de resgate do passado. Acontecimentos são narrados, situações são relembradas, sentimentos são trazidos à tona, polêmicas, disputas, escolhas, realizações, sucessos e fracassos, tudo que ganha voz e corpo no momento presente da entrevista acaba por se referir a períodos anteriores vividos pelo “eu” rememorante.

Neste sentido, uma tarefa complexa é estabelecer a diferença ou, antes, os graus de diferenciação entre os muitos passados que fazem parte da história de um indivíduo, mas que também fazem parte da história de um grupo de indivíduos, de uma instituição, de um país, ou até mesmo de toda humanidade. Há, é claro, passados mais próximos, se nos determos, para análise, no exemplo da vida de uma pessoa: o que eu fiz ontem, que coisas aconteceram na semana passada, que acontecimentos foram importantes no ano passado, etc. Além disso, se quiséssemos, poderíamos estabelecer também um passado de “médio prazo”, englobando experiências vivenciadas há mais de 2 anos, chegando até a, digamos, cerca de 10 anos atrás. Acima disso, podemos classificar todas as memórias anteriores dentro do que poderíamos chamar de passado longínquo, visto que estão situadas a uma distância temporal consideravelmente grande do momento presente.

Entretanto esta diferenciação entre passados mais próximos ou mais longínquos se sustenta em bases bastante frágeis, uma vez que, em termos gerais, qualquer acontecimento que faça parte já de nossas lembranças, tendo ele ocorrido há duas horas ou duas décadas, está definitivamente situado dentro do espaço de experiências pretéritas de nossas vidas. Em brilhante entrevista concedida, a romancista Marguerite Yourcenar defende que todo romance se situa no passado, independente da quantidade de tempo transcorrido, e que acontecimentos de meses ou poucos anos atrás estão tão irremediavelmente perdidos quanto aqueles que se situam no patamar de séculos anteriores. Por outro lado, argumenta ainda que, seja ao escrever romances que se referem a um passado longínquo, o qual não vivenciou, ou ao

¹ Universidade Federal de Goiás, doutorando em História – bolsista Capes.

escrever sobre um passado mais contemporâneo, próximo, a pesquisa documental, a investigação, a consulta a especialistas sobre a época, seria a mesma, visto que, como já dito, a romancista não hierarquiza ou diferencia os passados entre si (DE ROSBO, 1987).

Partindo do presente, do aqui e agora, o narrador de suas próprias memórias, fonte e documento vivo da história oral, nos traz sua trajetória de experiências, sejam elas quase contemporâneas, de alguns anos ou de muitos, através de sua fala e corpo, ou antes, da fala de seu corpo, uma vez que “A voz emana do corpo, mas sem o corpo a voz não é nada” (ZUMTHOR, 2005: 89). Embora o material utilizado para a construção de sua performance (que chamaremos assim, pois trata-se de corpo e voz em movimento) seja suas lembranças, nunca podemos perder de vista que estes fatos ocorridos previamente na vida do “eu” rememorante não estão de modo algum fechados, sólidos, definidos e explicados: a partir do prisma do presente, o narrador vai reconstruindo seu passado, transformando experiências em testemunho, mas em testemunho vivo, em palavra pulsante, escrita do corpo, letra grafada com saliva e suor (voz e gestos).

Pensando nessa dicotomia passado/presente ou, antes, não numa dicotomia, mas numa relação dialética, podemos nos utilizar de algumas palavras de Paul Ricouer a respeito dos estudos de Husserl, tomando os conceitos de lembrança primária (ocorrida no passado) e lembrança secundária (retomada no presente), bem como a polaridade retenção/repetição. Com base em Husserl, Ricouer afirma que a reprodução pressupõe que a lembrança primária de algo “desapareceu” e voltou. Sendo assim, no presente, não temos uma repetição exata do que ocorreu no passado, pois a lembrança secundária não é uma apresentação, mas antes uma reapresentação. Reapresentação esta daquilo que, ocorrido anteriormente, fora retido apenas pela percepção do momento, mas já não tem mais vínculo com a percepção atual: desprendeuse, tornou-se passado, embora um passado que se encadeia, que faz seqüência com o presente (RICOUER: 2007).

O presente, então, reconhece o passado: como sendo o mesmo, agora reproduzido, e como sendo outro, diferente da impressão primeira visada. Para isto, a influência do lapso de tempo (expressão que Ricouer utiliza para denominar tudo que está entre a lembrança primária e a secundária) ou, antes, a influencia de sua espessura, não se torna tão significativa, uma vez que acontecimentos próximos, médios ou longínquos estão todos na dependência da esfera da retenção: retidos, mas não mais ao alcance da percepção; “irremediavelmente perdidos” e passíveis, no presente, apenas de poderem ser retomados pela reprodução ou, se quisermos adiantar um conceito que usaremos adiante, pela “repetição”.

A memória é a memória presente, ela só pode ser a partir do presente, embora busque suas referências no passado. O “eu” rememorante faz sua narrativa a partir de suas lembranças, mas ele a faz no presente, sua performance não é ensaiada ou planejada, pois “a performance não nos apresenta estereótipos preconcebidos e sim criações espontâneas e verdadeiras” (GLUSBERG, 1987: 59). Sua memória é “performada” e, como toda performance, depende do aqui e agora da situação. Sendo assim, podemos nos questionar, levando em conta a já citada não hierarquização entre passados defendida por Marguerite Yourcenar, até que ponto este passado, visto que só pode ser retomado, reproduzido, repetido, performado a partir do ponto de vista do presente, e que não possui intrinsecamente uma significativa diferenciação entre os vários graus de proximidade temporal com este presente, até que ponto este passado, de fato, passou.

Não pretendo aqui, por outro lado, levantar uma polêmica em torno de uma não existência da categoria do passado. A discussão que pretendo estabelecer parte de outro princípio: pensar o passado não como algo morto, encerrado, recluso, mas tentar devolver ao passado a sua qualidade de presente, ou seja, suas incertezas, expectativas, seu futuro, que hoje é nosso presente. O passado visto como algo que poderia ter sido diferente, e por vários motivos não o foi, mas que nem por isso desembocou num presente (futuro desse passado) fatídico, garantido, sólido. Tentar enxergar o passado enquanto um presente outro, como uma camada do presente atual, tornando o nosso presente de aqui e agora espesso, uma vez que englobaria outros presentes que não apenas cada instante fugidio que se torna passado a cada segundo, procurando estabelecer uma outra categoria de presente diferente desta, demasiadamente fugaz, a qual conhecemos e estamos habituados.

Tendo em vista, então, este presente espesso, repleto de acontecimentos que não passam, que ficam retidos, que influenciam nosso ser atual, podemos trazer à discussão um dos mais importantes nomes não apenas da psicanálise, como também de toda ciência de todos os tempos: Sigmund Freud. Em seu importante texto “Recordar, Repetir e Elaborar (Novas Recomendações Sobre a Técnica da Psicanálise II) (1914)”, Freud defende que, na moderna abordagem psicanalítica de então, o trabalho do médico consistia em estudar tudo o que se achava presente, de momento, na superfície da mente do paciente, e empregar a arte da interpretação principalmente para identificar as resistências que lá apareciam, para então torná-las conscientes ao paciente. Para ele esta técnica, de forma descritiva, é uma maneira de preencher lacunas na memória do paciente e, de forma dinâmica, de superar resistências devidas à repressão (FREUD, 1924).

Para Freud, o fato de o paciente esquecer impressões, cenas ou experiências quase sempre se reduz a não tê-las interceptado anteriormente. Quando o paciente fala sobre estas coisas supostamente “esquecidas”, raramente deixa de acrescentar: “Em verdade, sempre o soube; apenas nunca pensei nisso.” Até mesmo chega a demonstrar desapontamento pelo fato de não lhe virem à cabeça coisas em quantidade suficiente que possa chamar de “esquecidas” – coisas estas em que, na verdade, nunca pensou desde que aconteceram. O paciente, assim, acaba se recordando de coisas que nunca poderia ter esquecido, porque estas nunca foram notadas: nunca foram conscientes (FREUD, 1924). Se quisermos, aqui, retornar um pouco a Paul Ricouer, podemos arriscar uma aproximação, por um lado, entre estas coisas que, num primeiro momento, não foram notadas, e as já referidas lembranças primárias, retidas num primeiro momento mas já deslocadas do eixo da percepção atual; e, por outro lado, o recordar-se freudiano com as lembranças secundárias, reproduzidas no presente e passíveis de reconhecimento enquanto a mesma (presença do ausente) e enquanto outra (diferente da presença e ao mesmo tempo diferente do presente).

Em contrapartida, Freud analisa que, em determinados casos, os pacientes comportam-se de maneira a não necessariamente recordar o que esqueceu e reprimiu, pelo menos não no sentido tradicional a que atribuímos o uso da palavra recordar. Nestes casos, o paciente expressa este recordar pela atuação, ou antes atua-o (*acts it out*); ele reproduz a recordação não como lembrança, mas antes como ação; repete, sem saber, naturalmente, o que está a repetir. Por exemplo: ele não irá se lembrar de que tinha uma postura desafiadora e crítica perante os pais, mas sim passará a adotá-la para com o médico, repetindo o comportamento pregresso (FREUD, 1924).

Ora, o conceito de atuação (*acting*) levantado por Freud surge em nossa discussão com muita propriedade, levando em consideração o que já abordamos anteriormente sobre a performatização presente das memórias, no momento de um depoimento oral (ou antes audiovisual, pois levando em conta voz e corpo) por parte do “eu” rememorante. Se, por um lado, o paciente freudiano irá, de forma inconsciente, reviver performaticamente as lembranças reprimidas de seu passado (ou, como já dito antes, de uma outra camada de seu presente), repeti-las, o narrador de suas memórias, ao performar suas experiências num presente momento, embora de forma consciente, poderá revelar muito mais do que expressa em nível consciente, visto que seu corpo, voz, atitudes, ou seja, todo seu aparato corpóreo, está a serviço de uma espécie de *acting*, de uma performance, que parte do presente mas objetiva, enquanto representação, repetir um passado vivido. E, como bem argumenta Freud,

não será necessariamente pelas lembranças, por aquilo que diz, que expressa conscientemente, que o paciente irá revelar as causas pretéritas da formação de seus sintomas, mas sim por sua atuação, sua performance, sua postura diante do analista; da mesma forma, ao tentar entrar em contato com esferas outras do presente do narrador de suas próprias memórias, o pesquisador pode obter muito mais informações se, ao invés de deter-se exclusivamente naquilo que é revelado, procurar, através da observação do *acting* do entrevistado, também tentar desvendar o que ficou oculto a nível consciente, mas que foi atualizado e emitido pela expressão performática do narrador. Não se trata, em absoluto, de colocar em pé de igualdade o paciente que vai ao analista em busca de respostas para suas angústias e o entrevistado que narra sua trajetória a um pesquisador: trata-se, apenas, de tentar identificar as aproximações que as duas situações, ambas relacionando o jogo entre passado e presente numa performance viva e atual, podem estabelecer, e formular paralelos que certamente irão enriquecer a pesquisa historiográfica.

Para Paul Ricouer, a dimensão consciente, reflexiva, está em seu auge quando nos concentramos no esforço de evocação e/ou recordação: a penosidade deste esforço enfatiza a reflexão. Quando, porém, uma simples evocação surge, podemos dizer que a dimensão consciente permanece em estado neutro, uma vez que a lembrança surge simplesmente como presença do ausente (reconhecimento). Entretanto, no extremo oposto do esforço de recordação, onde a reflexão já praticamente não terá participação alguma, encontra-se os casos de evocação espontânea, involuntária, que se ligam aos casos de irrupção obsessiva, onde a evocação já não é mais sentida, mas sofrida – a “repetição” (ou *acting*) é o inverso da rememoração, do esforço de recordação (RICOUER, 2007).

Além da irrupção obsessiva, Ricouer também cita como exemplo de evocações involuntárias as famosas passagens dos livros que compõem a obra “Em busca do Tempo Perdido”, de Marcel Proust, passagens estas em que somam-se situações nas quais memórias involuntárias surgem e, tais como os casos da repetição freudiana, fazem com que o “eu” rememorante (no caso, o herói proustiano) mais do que apenas se recordar, reviva, redescubra, repita, sinta e/ou sofra, na forma da lembrança secundária, a presença da ausente lembrança primária.

A primeira destas lembranças, descrita por Proust, acontece logo nas primeiras páginas do primeiro volume de “Em busca do Tempo Perdido”, o livro “No caminho de Swann”: trata-se do bem conhecido, por parte dos leitores do romancista francês, episódio da *madeleine* (ou madalena), espécie de bolinho pequeno e fofo, típico na França. Deixo, aqui, que a voz do próprio narrador coloque com suas palavras a descrição deste acontecimento:

Em breve, maquinalmente, acabrunhado com aquele triste dia e a perspectiva de mais um dia tão sombrio quanto o primeiro, levei aos lábios uma colherada de chá onde deixara amolecer um pedaço de madalena. Mas no mesmo instante em que aquele gole, de envolta com as migalhas do bolo, tocou meu paladar, estremeci, atento ao que se passava de extraordinário em mim. Invadira-me um prazer delicioso, isolado, sem noção de sua causa. Esse prazer logo me tornara indiferente às vicissitudes da vida, inofensivos seus desastres, ilusória sua brevidade, tal como o faz o amor, enchendo-me de uma preciosa essência: ou, antes, essa essência não estava em mim, era eu mesmo. Cessava de me sentir medíocre, contingente, mortal. De onde me teria vindo aquela poderosa alegria? Senti que estava ligada ao gosto do chá e do bolo, mas que o ultrapassava infinitamente e não devia ser da mesma natureza. De onde vinha? Que significava? (PROUST, 2006, p. 71)

Fica clara, nesta passagem, a dificuldade do herói proustiano em perceber, de forma consciente, a razão da alegria despertada pelo sabor do chá com a *madeleine*. Embora tenha uma percepção clara do *pathos* que o atinge, o narrador não consegue, reflexivamente, encontrar a razão de tal sentimento despertado pelo *acting* de beber o chá. Apenas algum tempo depois, após um grande esforço de reflexão, é que ele percebe tratar-se efetivamente de uma repetição, que conseguira, enquanto lembrança secundária, trazer à tona o que fora retido na lembrança primária: tratava-se das manhãs de domingo onde, na sua infância, ao ir cumprimentar sua Tia Léonie, dividia com ela o mesmo chá com os mesmos bolinhos.

Um odor, um sabor, o som de uma palavra ou do trecho de uma canção – simples estímulos que podem ser a isca que fiska o passado, resgatando-o do esquecimento: a lembrança secundária que, ativada pela repetição, liga-se a uma lembrança primária, provocando sentimentos, fazendo com que o “eu” rememorante sinta-se atingido por uma onda inexplicável de sensibilidade. Estes estímulos, que perpassam muitas das centenas de páginas dos 7 volumes que compõe toda a história narrada por Proust, por mais modestos que pareçam, trazem em si o frescor da recordação justamente por que já se desligaram de nossa percepção: foram retidos, mas não são mais percebidos sensorialmente no momento presente; quando repetidos, estabelecem a ponte que liga o presente atual a um presente outro, a outra camada do presente, que não chamaremos de passado justamente porque não passou, estava ali, retida, guardada, esperando o estímulo perceptivo adequado ou, antes, a lembrança secundária, que o resgatasse dos labirintos do inconsciente.

Já no segundo volume de “Em busca do tempo perdido”, intitulado “À sombra das raparigas em flor”, o herói proustiano, ao narrar o episódio em que ao ouvir as palavras “família do

Diretor do Ministério dos Correios”, sente novamente a dor por estar separado de Gilberte, seu antigo amor que, entretanto, já havia praticamente esquecido, nos conta:

É que eu jamais tornara a pensar numa conversa que Gilberte tivera com o pai, relativamente à “família do diretor do Ministério dos Correios”. Ora, as lembranças de amor não abrem exceção às leis gerais da memória, regidas também estas pelas leis mais gerais do hábito. Como o hábito enfraquece tudo, o que melhor nos recorda uma criatura é justamente o que havíamos esquecido (porque era insignificante e assim lhe havíamos deixado toda a sua força). Eis porque a maior parte da nossa memória está fora de nós, numa viração de chuva, num cheiro de quarto fechado ou no cheiro de uma primeira labareda, em toda parte onde encontramos de nós mesmos o que a nossa inteligência desdenhara, por não lhe achar utilidade, a última reserva do passado, a melhor, aquela que, quando todas as nossas lágrimas parecem estancadas, ainda sabe fazer-nos chorar. Fora de nós? Em nós, para melhor dizer, mas oculta a nossos próprios olhares, num esquecimento mais ou menos prolongado. Graças tão somente a esse olvido é que podemos de tempos a tempos reencontrar o ser que fomos, colocarmo-nos perante as coisas como o estava aquele ser, sofrer de novo porque não mais somos nós, mas ele, e porque ele amava o que nos é agora indiferente. Na plena luz da memória habitual, as imagens do passado pouco a pouco empalidecem, apagam-se, nada mais resta delas, não mais a tornaremos a encontrar. Ou antes, nunca voltaríamos a encontrá-las se algumas palavras (como “diretor do Ministério dos Correios”) não tivessem sido cuidadosamente encerradas no esquecimento, da mesma forma que se depositara na Biblioteca Nacional o exemplar de um livro que, sem isso, correria o risco de tornar-se inencontrável (PROUST, 2006, p. 267)

Outra belíssima e exemplar passagem da obra de Proust encontra-se nas páginas do quarto volume de “Em busca...”, “Sodoma e Gomorra”. Trata-se do momento em que, involuntariamente, o herói resgata a presença de sua avó, já falecida, e sofre pela presença desta ausência:

Comoção violenta de todo o meu ser. Logo à primeira noite, como sofresse de uma crise de fadiga cardíaca, procurando dominar meu sofrimento, curvei-me com lentidão e prudência para descalçar-me. Mas, mal havia tocado o primeiro botão da minha botina, meu peito inflou-se, cheio de uma presença desconhecida e divina, soluços me sacudiram, lágrimas brotaram de meus olhos. O ser que vinha em meu socorro e que me salvava da aridez da alma, era aquele que, vários anos antes, num momento de angústia e solidão idênticas, num momento em que eu não tinha mais nada de mim, havia entrado e me devolvera a mim mesmo, pois era eu e mais do que eu (o

continente que é mais que o conteúdo e que mo trazia). Acabava de perceber, em minha memória, inclinado sobre o meu cansaço, o rosto terno, preocupado e decepcionado de minha avó, tal como ela estivera naquela primeira noite de chegada, o rosto de minha avó, não daquela que eu me espantara e censurara de lamentar tão pouco e que de seu apenas tinha o nome, mas da minha avó verdadeira, cuja realidade viva eu tomava a encontrar pela primeira vez, numa recordação involuntária e completa, desde que ela tivera um ataque nos Campos Elísios. Essa realidade não existe para nós não foi recriada por nosso pensamento (sem isso, os homens que estiveram empenhados numa batalha gigantesca seriam todos grandes poetas épicos); e assim, num desejo louco de precipitar-me em seus braços, não era senão naquele instante – mais de um ano após o seu enterro, devido a esse anacronismo que tantas vezes impede o calendário dos fatos de coincidir com o dos sentimentos – que eu acabava de saber que ela estava morta (PROUST, 2008: 191-192)

Sensações, percepções, repetições que, performadas no presente, trazem à tona novamente o eu que fomos. Estímulos que resgatam do esquecimento, do olvido, sentimentos de alegria ou dor, não necessariamente retidos, mas que ao serem reproduzidos nos invadem com um *pathos* totalmente irresistível: será esta, percorrendo o inconsciente e ativada perceptivamente, resgatada do passado involuntariamente e chegando a nós não mais como era, mas como nos lembramos dela enquanto a mesma e enquanto outra, a memória afetiva? Uma memória carregada de afetividade, não pela simples nostalgia da lembrança de um presente outro, mas potencializada pelo esquecimento encobridor que até então a camuflara em nós, fazendo com que chegássemos a pensar (isto é, se tivéssemos consciência deste esquecimento) que estivesse perdida para sempre? Será este o tempo perdido proustiano? O tempo irremediavelmente perdido, não porque os anos se passaram, mas por que nós passamos: o tempo que não está perdido na temporalidade, mas sim dentro de nós, nos corredores e salas do edifício de nosso inconsciente. Irremediavelmente perdido não porque não possamos nos lembrar, mas porque o lembrar não depende mais de nossa ação consciente, e também porque, ao conseguirmos obter sua lembrança presente, secundária, atestamos a sua ausência – o reconhecimento enquanto o mesmo, mas também e definitivamente enquanto outro.

Conforme palavras de Proust:

É sem dúvida a existência de nosso corpo, semelhante para nós a um vaso em que estaria encerrada a nossa espiritualidade, que nos induz a supor que todos os nossos bens interiores, as alegrias passadas, todas as nossas dores, estão perpetuamente em

nossa possessão. Talvez seja igualmente inexato acreditar que se escapem ou voltem. Em todo caso, se ficam em nós, é a maior parte do tempo num domínio desconhecido em que não têm a mínima serventia para nós, e em que as mais habituais são recalçadas por lembranças de ordem diferente e que excluem qualquer simultaneidade com elas na consciência. Mas se for recuperado o quadro de sensações em que estão conservadas, têm elas por sua vez esse mesmo poder de expulsar tudo quanto lhes é incompatível, de instalar sozinho em nós o eu que as viveu (PROUST, 2008: 193)

Esta citação de Marcel Proust é bastante plausível do ponto de vista freudiano, uma vez que o médico explica a existência, no tratamento psicanalítico, de lembranças encobridoras, que fazem com que o paciente “esqueça” partes importantes do material de seu passado, partes estas que precisarão ser extraídas dessas lembranças encobridoras para que o tratamento tenha o prosseguimento adequado.

Por outro lado, retomando nossa discussão mais propriamente historiográfica, o que nos fica de instigante e desafiador é a possibilidade de, numa entrevista de história oral, poder auxiliar nosso narrador a encontrar a face de suas mais profundas memórias e, tal qual o analista, embora tendo objetivos bastante diversos, dar subsídios a este “eu” rememorante para que ele, no momento de sua performance memorialística, possa encontrar o “eu” que tivera sido e, através da comunicação corpórea, de seu corpo que atua diante de nós e que rabisca as linhas de sua trajetória de vida, resgatar do esquecimento passagens importantíssimas para a composição de um trabalho de história oral. Seguindo a linha proustiana, temos diversas possibilidades de potencializar este resgate de memórias através de repetições de ordem sensorial, de *reminders* exteriores que auxiliem as operações da lembrança: fotografias antigas, notícias de jornal, músicas, roupas, lugares de memória, etc. Para o pesquisador, além disso, cabe também a tarefa de tornar-se uma espécie de analista, mas de ordem diferente: não o analista que irá, junto a seu paciente, descobrir as razões profundas de seus traumas, recalques e problemas psicológicos quaisquer; mas, sim, aquele que, embasado por um arcabouço teórico que abarque os estudos de memória partindo de diferentes vieses (psicanalítico, histórico, literário, etc.), possa conseguir estabelecer interpretações eficientes e perspicazes para as performances audiovisuais que irá colher quando da realização de entrevistas testemunhais com os personagens da história oral que pretende contar. Tarefa bastante complexa, é claro, mas que justamente por isso torna-se também extremamente instigante e rica em possibilidades e desdobramentos para os que se aventuram a percorrer os sinuosos caminhos do trabalho com a história oral.

Referências Bibliográficas

DE ROSBO, Patrick. *Entrevistas com Marguerite Yourcenar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

FREUD, Sigmund. *Recordar, Repetir e Elaborar* (Novas Recomendações Sobre a Técnica da Psicanálise II) (1914). Texto virtual: <http://www.scribd.com/doc/7229887/RECORDAR-Repeter-e-Elaborar?autodown=doc> (último acesso em 25/07/2009)

GLUSBERG, Jorge. *A arte da performance*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

PROUST, Marcel. *Sodoma e Gomorra* (Em busca do tempo perdido, v. 4). São Paulo: Globo, 2008.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann* (Em busca do tempo perdido, v 1). São Paulo: Globo, 2006.

PROUST, Marcel. *À sombra das raparigas em flor* (Em busca do tempo perdido, v 2). São Paulo: Globo, 2006.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ZUMTHOR, Paul. *Escritura e Nomadismo*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

A historiografia da Revolução Pernambucana de 1817: uma perspectiva comparada

Sérgio Hamilton da Silva Barra*

Ressalta Ilmar R. de Mattos que “a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, e o projeto de re-fundação do Império Português nos trópicos, provocaria transformações nos papéis e funções atribuídos àquela cidade colonial da América portuguesa” (MATTOS, 2002: 82). A elevação da capital da colônia portuguesa da América à posição de capital do Império português teve como decorrência a individualização da *região* que tinha como centro o Rio de Janeiro, no conjunto das *regiões* surgidas no processo de colonização portuguesa da América (MATTOS, 1981: 37-53). Essa diferenciação não passou despercebida aos contemporâneos que por se encontrarem em outros pontos da colônia não usufruíam os mesmos benefícios que os habitantes do Rio de Janeiro aproveitavam da proximidade da Corte. O estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, em vez de regalias e privilégios, trouxe para esses habitantes das outras *regiões* coloniais, um excesso de cobranças e imposições:

A fim de custear as despesas de instalação de obras públicas e do funcionalismo, aumentaram os impostos sobre a exportação do açúcar, tabaco, algodão e couros, criando-se ainda uma série de outras tributações que afetavam diretamente as capitanias do Norte, que a Corte não hesitava ainda em sobrecarregar com a violência dos recrutamentos e com as contribuições para cobrir as despesas da guerra no reino, na Guiana e no Prata. Para governadores e funcionários das várias capitanias parecia a mesma coisa dirigirem-se para Lisboa ou para o Rio. (DIAS, 1972: 182)

A denúncia dessa diferenciação vai explicitar-se por ocasião da Revolução Pernambucana de 1817. Em 1817, a capitania de Pernambuco atravessava confortável situação econômica, principalmente devido ao aumento da exportação de algodão (QUINTAS, 2003: 245). Porém, os crescentes impostos exigidos pela corte do Rio de Janeiro e a seca que assolou o Nordeste no ano de 1816, geraram uma escassez de mantimentos:

Às vésperas do movimento de 1817, a carga fiscal de Pernambuco compunha-se de quatro categorias: os impostos devidos a El Rei por toda a colônia; as contribuições criadas para custear a guerra holandesa; as antigas taxas donatarias que continuaram a ser cobradas mesmo após a transformação da capitania donatária em capitania real, à raiz da restauração do domínio lusitano; e, por fim, os tributos exigidos a partir da instalação da Corte no Rio, como a contribuição anual de 40 mil cruzados para a reconstrução de Portugal, o imposto sobre o algodão, equivalente a 10% do seu valor,

* Doutorando em História Social da Cultura pela PUC-Rio.

gravando-o duplamente de vez que ele já pagava o dízimo, e a imposição destinada à iluminação pública do Rio, que se tornou o símbolo da expolição fiscal aos olhos da gente da terra, e à manutenção da Junta de Comércio ali erigida. (MELLO, 2004:29-30).

Tal situação teria sido a principal motivação para a eclosão do movimento revolucionário de 1817, que teve como estopim uma sedição militar no dia 6 de março, depôs o governador da capitania, instaurou um Governo Provisório e ganhou a adesão das capitanias vizinhas da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Foi prontamente reprimido pelo governo do Rio de Janeiro. Alguns participantes foram executados, mas a maioria foi enviada presa para Salvador. Alguns conseguiram o perdão real concedido por D. João VI por ocasião da sua Aclamação em 1818, até que as Cortes de Lisboa, instituídas pela Revolução do Porto (1820), libertaram os prisioneiros restantes.

Segundo a interpretação mais tradicional do movimento revolucionário de 1817, se caracterizaria por uma pregação republicana, separatista e de cunho nacionalista que oporia brasileiros a portugueses e anteciparia os sentimentos que levariam à separação definitiva entre metrópole e colônia em 1822. Um livro em particular parece ter sido fundamental para a disseminação dessa interpretação, ainda no século XIX. Trata-se da *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, de autoria do Monsenhor Francisco de Muniz Tavares (1793-1876). Muniz Tavares foi um dos muitos clérigos participantes daquela que viria a ser denominada por Oliveira Lima como uma “revolução de padres” (LIMA, 1996: 502). Depois de quatro anos de cárcere na Bahia, foi beneficiado pelo perdão concedido pelas Cortes de Lisboa. Após o que foi nomeado representante da sua província nas cortes constituintes de Lisboa, tomando assento na assembléia a 29 de agosto de 1821. Voltando ao Brasil e encontrando aí proclamada a Independência, foi eleito deputado à Constituinte brasileira. De 1826 a 1832 exerceu a função de secretário da legação brasileira junto à Santa Sé. Foi ainda deputado liberal e presidente da Câmara entre 1845 e 1847 (TAVARES, 1917: III-X).

A primeira edição do livro de Muniz Tavares veio a público em 1840. Tendo sido reeditado em 1884, 1917 (pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano) e em 1969 (pela Casa Civil de Pernambuco). As sucessivas re-edições da obra parecem indicar que ela se tornou leitura obrigatória para quem se propusesse a escrever sobre a Revolução Pernambucana de 1817 ao longo do século XIX até o começo do século XX, sendo citado fartamente por Francisco Adolfo de Varnhagen e Oliveira Lima, apenas para citar os dois exemplos mais significativos.

Outro sinal da importância adquirida pela obra de Muniz Tavares foi o fato de que cada nova re-edição veio a público enriquecida com volumosas introduções e notas que, dessa forma, re-colocavam em discussão as narrativas construídas em torno do episódio. É dessa forma que a segunda edição, de 1884, é acrescida de uma longa *Introdução* e *Notas* escritas por Maximiano Lopes Machado, a edição de 1917, comemorativa dos 100 anos da Revolução Pernambucana, é acrescida de um *Proêmio* e *Anotações* escritos por Oliveira Lima, mantendo-se ainda *Introdução* e as *Notas* de Lopes Machado. A quarta e última edição (1969) saiu acrescida de uma *Introdução* de Costa Porto e reproduz as notas de Oliveira Lima. O que nos permite ter acesso a todos os acréscimos escritos à obra de Muniz Tavares, utilizando apenas à 3ª e 4ª edições, de mais fácil acesso.

A presente reflexão pretende abordar a historiografia da Revolução Pernambucana de 1817 a partir da obra de Muniz Tavares chamando a atenção para o debate historiográfico que se desenvolve no século XIX e que parece opor uma historiografia *nativista pernambucana*, na qual estão inseridos o próprio Muniz Tavares, e também Lopes Machado a uma historiografia *centralista*, radicada no Rio de Janeiro e que tem como seu principal expoente a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-18178) e dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Dessa abordagem é possível se afirmar que a historiografia produzida na província em meados do século XIX, apesar de ser tributária de um *discurso nativista* que defendia a existência de uma relação particular dos vassallos pernambucanos com a Coroa portuguesa, uma *vassalagem política*, também estaria comprometida com a construção da Nação brasileira e com a integridade territorial e política do Império, assim como a historiografia produzida na Corte do Rio e Janeiro.

I. Centro x Província na interpretação oitocentista da Revolução Pernambucana de 1817

Monsenhor Francisco Muniz Tavares inicia a sua narrativa da Revolução Pernambucana de 1817 fazendo uma representação um tanto idílica do que ele denomina de um “estudo político e moral” da capitania no ano da revolução. Segundo ele, a capitania seria bem governada, teria uma economia próspera, instrução pública exemplar onde até “a classe pobre entrava na participação das luzes”, os habitantes seriam devotos ao cristianismo e não afeitos às inovações trazidas pelas idéias ilustradas no campo religioso e não haveria registro de casos de violência (TAVARES, 1917: 29-33).

Seus comentaristas elogiam a isenção e a imparcialidade da narrativa de Muniz Tavares que afirmava, muito de acordo com os cânones historiográficos oitocentistas, pretender

prestar um serviço, relatando a verdade sobre fatos controversos como os da Revolução Pernambucana de 1817: “qualquer que seja o perigo, a verdade não deve ocultar-se, quando é exigida: nós a devemos a nós mesmos, aos nossos compatriotas, a todos os cidadãos do Universo” (TAVARES, 1917: 17). Obviamente, não importa, nesse trabalho, verificar o grau de veracidade da representação construída por Muniz Tavares e sim apreender o sentido geral da sua interpretação do movimento revolucionário. Dessa forma, diante do quadro de prosperidade econômica e intelectual da capitania de Pernambuco, Muniz Tavares indica como motivação para o movimento revolucionário o *desejo de progresso* por parte dos moradores da capitania:

É de observar que a posse de um bem gera o desejo de outros; o espírito humano no progresso do melhoramento é ilimitado. (...) As vantagens apontadas eram como uma gota d'água lançada no imenso oceano; elas descobriram os tesouros, que o País poderia recolher entregue a si mesmo, ou debaixo do influxo de melhor sistema. (TAVARES, 1917: 32)

Ligado a esse desejo de progredir estava o desejo de se ver livre dos impostos exigidos pela corte portuguesa, instalada no Rio de Janeiro, uma vez que esses impostos entravavam aquele progresso: “Além disso, sentiam todos o dissabor de ver roubada grande porção do fruto dessas mesmas vantagens pelas novas, e pesadas contribuições, a que a indústria em geral veio a ser sujeita para saciar a fome de uma corte mendicante” (TAVARES, 1917: 32). E, lançando mão de um exemplo que certamente fazia parte do *espaço de experiência* dos homens de 1817, afirma que: “Muito menores gravames impostos por esse modo arbitrário haviam já impellido as colônias inglesas a renegarem a proteção, que a denominada mãe pátria obstinava-se a querer conceder-lhes” (TAVARES, 1917: 33). Dessa forma, se ver livre dos impostos implicaria em se ver livre do governo metropolitano. A situação colonial é denominada por Muniz Tavares de “cativeiro”, “escravidão” e outros qualificativos semelhantes, enquanto a causa da Revolução é denominada de causa da “liberdade”. O autor submete, assim, os interesses econômicos, fator mais comumente atribuído como causa da revolução, a motivações que poderiam ser consideradas *mais nobres*. Estaria na *origem da revolução* o desejo de auto-governo, a ser atingido com a independência em relação à monarquia portuguesa e a instituição de um governo republicano.

Segundo sua argumentação, aquele *desejo de progresso* não seria uma exclusividade de Pernambuco, e sim comum a todas as *regiões* da colônia: “em todas as províncias o descontentamento, e as queixas eram iguais”. E as revoltas ocorridas ao longo do período colonial (“Em Minas Gerais e S. Paulo tinham arrebetado outrora sérios tumultos”), seriam

exemplo disso (TAVARES, 1917:36). Por isso, os revolucionários pernambucanos acreditavam na adesão das outras *regiões* coloniais ao movimento, tendo sido enviados emissários às capitânicas do Ceará, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba. Conseguindo o apoio ao movimento nas duas últimas. Porém, segundo a narrativa de Muniz Tavares, a disseminação do movimento, que teria por fim declarar a independência do Brasil, no todo ou em parte, seria inevitável (TAVARES, 1917: 87).

Muniz Tavares identificava, dessa forma, a existência de um *sentimento nacional* que englobava todo o território português da América: “Crescia o Brasil, e maior rivalidade desenvolvia contra os portugueses; estes, naturalmente orgulhosos, escudados com a força material, reputavam-se únicos senhores do País, que os acolhia, e elevava; nascer brasileiro era um título de inferioridade” (TAVARES, 1917:35). Dessa forma, segundo a interpretação de Muniz Tavares, o movimento se apresentaria como um conflito de nacionalidades que oporia não apenas pernambucanos a portugueses, mas que, assim como as rebeliões anteriores por ele citadas, seria um *movimento precursor do processo de independência do Brasil*.

A historiografia atual vem, no entanto, se esforçando no sentido de “desmontar” essa interpretação *liberal-nacionalista* do movimento revolucionário de 1817. Segundo Evaldo Cabral de Mello, aquele movimento não pode ser caracterizado nem como nacionalista, nem como separatista. (MELLO, 2004: 44). Por outro lado, tampouco se caracterizava por aquilo que poderíamos denominar de um *unitarismo* (MELLO, 2004: 19). Tal interpretação seria fruto de uma perspectiva teleológica, segundo a qual a unidade do Brasil seria o “destino manifesto” dos territórios portugueses da América. Segundo Mello, cumpre não confundir os objetivos de 1817 com suas repercussões na América portuguesa: “As previsões de que os acontecimentos em Pernambuco desaguardariam na independência de todo o Brasil não significa que Dezesete se propusesse a promovê-la” (MELLO, 2004: 45), ao contrário do que afirma Muniz Tavares na sua interpretação do movimento.

O que haveria, segundo Evaldo, seria uma reivindicação federalista de Pernambuco, herança da aspiração autonomista existente desde o período colonial, e que teria se revestido de separatismo em 1817 devido à sua opção pela forma de governo republicana.¹ Porém, ao

¹ Evaldo Cabral de Mello procura mostrar que o federalismo não era incompatível com o regime monárquico e nem sinônimo de republicanismo, separatismo ou independência. Sendo essas associações obras de uma construção discursiva: “No tocante ao federalismo, não havia idéias precisas ao tempo da Independência. Por um lado, empregava-se federação como sinônimo de confederação, e, por outro, de república e de democracia, muitas vezes no objetivo ad terrorem de confundi-la com o governo popular, quando, na realidade, tratava-se de concepções distintas. (...) No seu sentido original, ele é a reunião de unidades políticas autônomas que visam à criação, por motivos de defesa principalmente, de uma entidade maior. (...) Mas federalismo veio adquirir uma segunda significação, etimologicamente bastarda, a da transformação de um Estado unitário preexistente em

contrário do que afirma Muniz Tavares, a consciência do isolamento gerado por essa posição fazia com que o governo provisório do Recife não alimentasse ilusões acerca da adesão das províncias meridionais ao movimento devido, inclusive, à sua proximidade com a Corte. Por isso também, foram enviados emissários apenas às capitanias da *região* ordenada por Pernambuco.

Afirma o autor que o particularismo da Revolução Pernambucana estava expresso na justificação política mesma do movimento. O governo provisório não invocava os direitos do Brasil, mas o descumprimento pelos Braganças de um pretendido *pacto* com a capitania, que seria o cerne de um *discurso nativista* formulado em Pernambuco ainda na segunda metade do século XVII, na esteira da restauração pernambucana de 1654. Explica Evaldo Cabral de Mello que esse discurso nativista deve ser entendido como a representação ideológica elaborada pela aristocracia pernambucana (denominada pelo autor de *açucaroocracia*) para descrever suas relações com a Coroa portuguesa. Segundo esse discurso, a expulsão dos holandeses de Pernambuco teria sido uma empresa comandada pela “nobreza da terra”, feita à custa de seu *sangue, vidas e fazendas*, sem a ajuda do rei e, até mesmo, contra a sua vontade. E depois de expulsos os holandeses os restauradores teriam *devolvido voluntariamente* o território ao rei de Portugal. Desse discurso teria derivado a idéia de uma fidelidade particular dos pernambucanos à coroa, baseada antes em uma *vassalagem política* do que em uma *vassalagem natural* (concepção contratual das relações entre Pernambuco e a Coroa). O autor mostra como esse discurso foi constantemente retomado pela aristocracia pernambucana ao longo dos séculos XVII e XVIII, chegando mesmo ao XIX, principalmente nos momentos de tensão entre a Coroa e a aristocracia pernambucana, com características particulares em cada conjuntura:

Com efeito, é durante a crise de 1710-1711 ou o movimento de 1817 quando melhor se deixa surpreender o imaginário político do nativismo. O que nas épocas de tranquilidade fora dito implícita ou veladamente, via-se agora proclamado alto e bom som, mesmo quando, por prudência, mantinha-se uma parte do discurso fora do registro escrito. (MELLO, 1997: 105/106)

Segundo Evaldo Cabral de Mello, o federalismo pernambucano pretendia que, desfeita a unidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, a soberania revertesse às províncias, onde propriamente residia, “as quais poderiam negociar um pacto constitucional, e, caso este não lhes conviesse, usar de seu direito a constituírem-se separadamente, sob o sistema que melhor lhes parecesse” (MELLO, 2004: 14). É fácil identificar na narrativa da *História da*
Estado federal. Foi este o caso do Brasil”. (MELLO, 2004: 14/15).

Revolução de Pernambuco de 1817 de Muniz Tavares os tópicos do discurso *nativista*. Ao abordar os antecedentes do movimento, afirma o autor:

Pernambuco já se tinha assaz ilustrado na sanguinolenta luta que, por longo decurso de anos, desprovido de meios, abandonado a si só, valorosamente, sustentara contra uma das mais poderosas nações marítimas da Europa, defendendo a sua honra, o seu território, a despeito das reiteradas ordens do tímido Bragança. (TAVARES, 1917: 17)

A publicação da segunda edição do livro de Muniz Tavares, editada em 1884 pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, veio a público acrescida de uma longa *Introdução* e *Notas* escritas por Maximiano Lopes Machado. Na sua *Introdução*, escrita em um forte tom combativo, esse autor tem a intenção de refutar as interpretações negativas daquele acontecimento, que estavam em vias de se tornar canônicas, elaboradas por Francisco Adolfo de Varnhagen, na sua *História Geral do Brasil* (1853-1857) e por João Manuel Pereira da Silva, na sua *História da Fundação do Império Brasileiro* (1864-1868).

Segundo Costa Porto, que escreveu a Introdução da 4ª e última edição do livro de Muniz Tavares (1969), Varnhagen foi “o insuperável demolidor da Revolução de 1817” (TAVARES, 1969: IX). Logo no início do capítulo da sua *História Geral do Brasil* dedicado aos acontecimentos pernambucanos (Seção LII), o Visconde de Porto Seguro afirma que aquele era um assunto “tão pouco simpático para o nosso ânimo que, se nos fora permitido passar sobre ele um véu, o deixaríamos de fora do quadro que nos propusemos traçar” (VARNHAGEN, 1907: 177). Segundo ele, passados quarenta anos daquela *insurreição*, os acontecimentos narrados *com pouco exame* iam se convertendo “em um mito heróico de patriotismo não brasileiro, mas provincial, sem fundamento algum” (VARNHAGEN, 1907: 178), e conclui que “o Brasil não perde nada em glórias, deixando de catalogar como tais as da *insurreição* de Pernambuco em 1817” (VARNHAGEN, 1907: 178). Curioso notar que Varnhagen utiliza Muniz Tavares como referência bibliográfica principal, repetindo a sua narrativa no tocante aos acontecimentos e citando, quase que na íntegra, o seu *estudo político e moral de Pernambuco em 1817*. Com o fim, porém, de ressaltar a idéia de que os revoltosos de Pernambuco eram súditos ingratos aos benefícios concedidos por D. João.

Na avaliação de Lopes Machado, o livro de Muniz Tavares apresentava apenas um *defeito de método*, que acabou por gerar as interpretações equivocadas de Varnhagen e Pereira da Silva. O fato de não apontar as causas do movimento de 1817: “Parecendo referir os acontecimentos a quem sabia dos antecedentes deixou-os sem a necessária conexão de causas e efeitos” (TAVARES, 1917: XIV). Aquele *defeito* teria acabado por gerar a confusão, feita

por Varnhagen e Pereira da Silva, das causas do movimento com a ocasião em que ele se deu, a sedição militar de 6 de março (TAVARES, 1917: XV). Ao interpretar a Revolução como fruto daquela sedição militar, a intenção de Varnhagen era diminuir o seu alcance como expressão de interesses da maioria dos habitantes da capitania de Pernambuco. Ela se caracterizaria, antes, pela falta de adesão popular:

Assim da insubordinação provocada resultará o motim do quartel, que animará o tumulto popular: e triunfante este, porque o governador não cumpriu com os seus deveres, a revolução estava consumada; podendo-se dizer dela que alguns a fizeram, poucos a aplaudiram, mas quase todos se foram submetendo. (VARNHAGEN, 1907: 193)

Varnhagen enxerga nas origens da revolução uma rivalidade histórica existente entre Pernambucanos e portugueses (VARNHAGEN, 1907:180), reforçadas pela ação de lojas maçônicas estabelecidas na capitania (VARNHAGEN, 1907: 184). Dessa forma, o que guiava o movimento federalista pernambucano seriam *interesses provinciais*. Mesmo as motivações econômicas do movimento, pouco citadas por Varnhagen, estariam submetidas a esses interesses. A adesão das capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Norte ao movimento teria ocorrido por subserviência à Pernambuco (VARNHAGEN, 1907: 204). Varnhagen opõe aos *interesses provinciais*, o *sentimento nacional* que seria, fundamentalmente, o sentimento a favor da monarquia portuguesa:

Ao provincialismo associam-se apenas idéias de interesses provinciais, quando principalmente as de glória andam anexas ao patriotismo, sentimento tão sublime que faz até desaparecer no homem o egoísmo, levando-o a expor a própria vida pela pátria, ou pelo soberano que personifica o seu lustre e a sua glória. (VARNHAGEN, 1907: 215)

A questão sobre a prevalência de interesses *nacionais* ou *provinciais* na Revolução Pernambucana de 1817 parece se constituir no ponto central desse debate historiográfico oitocentista. À primeira vista ela pode sugerir uma oposição, dentro daquele debate historiográfico, entre autores que se alinhavam com aquilo que poderíamos denominar de uma *historiografia nativista pernambucana* (da qual fariam parte Muniz Tavares e Lopes Machado), e representantes de uma *historiografia centralista*, produzida na Corte do Rio de Janeiro por nomes como Varnhagen, Pereira da Silva e os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Manoel Luís Salgado Guimarães, ao estudar o *projeto de história nacional* do IHGB, chamou a atenção para a relação existente entre os intelectuais, o Estado e a Monarquia no

Império do Brasil. Como explica o autor, é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada: “Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’” (GUIMARÃES, 1988: 6). E a missão que se apresenta, então, para historiadores como Varnhagen e os letrados reunidos em torno do IHGB, é esboçar uma fisionomia para a nação brasileira e produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras.

A leitura da história produzida a partir da Corte, pelo IHGB e por Varnhagen entre outros, está marcada pelo projeto de dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a numa tradição de *civilização e progresso*. A identidade nacional brasileira se define, então, como herdeira da colonização europeia e representante da idéia de civilização no Novo Mundo. O Brasil independente continuaria a obra de Portugal. Dessa forma, segundo essa historiografia, o grande inimigo externo do Império do Brasil não seria a monarquia portuguesa, da qual se separou porém da qual descende, e sim as repúblicas latino-americanas. A forma republicana de governo corporificaria a representação da *barbárie* (GUIMARÃES, 1988: 8).

Nessa história, onde não deveriam figurar as tensões, rebeliões e conflitos, a Nação deveria ser apresentada como uma unidade homogênea e como resultado de uma interpretação orgânica entre as diversas províncias (GUIMARÃES, 1988: 19). Não por acaso, Manoel Salgado identifica como um dos principais temas presentes na Revista do IHGB, a *história regional*. Como explica o autor: “No tratamento da questão, é privilegiada a perspectiva de considerar as regiões não nas suas especificidades – descartando com isso a polêmica do regionalismo – mas na sua intrínseca organicidade ao conjunto nacional” (GUIMARÃES, 1988:26). A leitura das histórias regionais deveria ser empreendida a partir do IHGB, no Rio de Janeiro, reunindo-se na capital da monarquia todos os conhecimentos relativos às províncias. O que evidencia a existência de um projeto intelectual centralista. Do Rio de Janeiro as luzes deveriam expandir-se para as províncias, integrando-as ao projeto de centralização política. Como afirma Evaldo Cabral de Mello:

Os historiadores provinciais deviam ater-se aos seus respectivos campos de investigação; aos historiadores da Corte caberia a concatenação dessas histórias setoriais, sendo assim os únicos autorizados a enunciar a história do Brasil e, sobretudo, desvendar-lhe o sentido e os rumos. (MELLO, 1997: 67)

Na abordagem de Varnhagen da Revolução Pernambucana de 1817 sobressai esse *discurso unitarista* onde ele agradece à providência por ter interferido e impedido o sucesso do movimento que poderia ter comprometido a unidade da nação e a continuidade da obra de *civilização* por meio da monarquia: “Assim, ainda desta vez (e não foi a última) o braço da Providência, bem que à custa de lamentáveis vítimas e sacrifícios, amparou o Brasil, provendo em favor da sua integridade” (VARNHAGEN, 1907: 214-215).

Como explica Evaldo Cabral de Mello, a partir de 1862, com a criação do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, organizado no molde do IHGB, os fatos da história nacional começariam a ser narrados a partir de outra perspectiva, menos *centralista e unitária* que a produzida na corte. (MELLO, 1997: 68). O objetivo da fundação do Instituto pernambucano foi o mesmo que levou à criação de outros institutos em diversas províncias: “o de preservar a tradição histórica da província frente ao imperialismo da historiografia do Rio, imperialismo na dupla acepção de atividade expansionista ou absorvente de outra e de apologia dos valores ideológicos do regime imperial” (MELLO, 1997: 67). Informa ainda o autor que, com exceção do Instituto Baiano de História, de efêmera duração, o Instituto pernambucano foi “a primeira entidade provincial a romper o monopólio, até então detido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de enunciar a história do Brasil, fazendo-o, ao contrário deste, numa perspectiva regional, de maneira a retificar sua perspectiva centralizadora” (MELLO, 1997: 69).² Francisco Muniz Tavares foi um dos incentivadores da sua fundação e seu primeiro presidente, entre 1862 e 1876 (MELLO, 1997: 67). Maximiano Lopes Machado era, além de membro do Instituto pernambucano, membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, criado em 7 de setembro de 1905, e autor de uma História da Província da Paraíba.³

Porém, apesar de estarem inseridos no contexto dos Institutos Históricos provinciais, nem Lopes Machado nem Muniz Tavares apóiam a sua argumentação exclusivamente sobre o *discurso nativista pernambucano*. Nas suas interpretações do movimento, a intenção dos revolucionários pernambucanos de 1817 era libertar todo o território colonial, e não apenas Pernambuco, do domínio português. O que demonstra que a sua preocupação é não somente guardar a memória dos acontecimentos ocorridos nas províncias, mas ressaltar a sua

² Além do Instituto pernambucano e do Instituto baiano foram fundados ainda no século XIX o Instituto Histórico de Alagoas (1869), o Instituto Histórico Antropológico e Geográfico do Ceará (1887) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1895).

³ Concluída desde 1886, mas publicada apenas em 1912 pela Imprensa Oficial da Parahyba, segundo informações de Luiz Hugo Guimarães, atual presidente do Instituto, constante no seu livro *História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* e no site do mesmo Instituto (<http://ihgp.net/historico.htm>)

contribuição para a construção da história nacional. Valorizando-os por isso. Dessa forma, deve ser matizada a idéia de uma oposição radical entre uma *historiografia nativista pernambucana* e uma *historiografia centralista e cortesã*. A raiz do antagonismo que se pode observar entre as narrativas de Lopes Machado e de Varnhagen, está na sua interpretação do papel positivo (para o primeiro) ou negativo (para o segundo) da Revolução de 1817 para a história da nação.

Referências bibliográficas:

DIAS, Maria Odila S. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972. pp. 160-184.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 1, 1988. pp. 5-27.

LIMA, Oliveira. A Revolução Pernambucana de 1817. In: _____. **D. João VI no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. pp. 495-519.

MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru: EDUSC / FAPESP, 2001.

MATTOS, Ilmar R. de. A Instituição Policial e a Formação do Estado Imperial. In: BRANDÃO, Berenice C., CARVALHO, Maria Alice R. de; MATTOS, Ilmar R. de. **A Polícia e a Força Policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Série Estudos nº4, 1981. pp. 3-177.

_____. O Rio de Janeiro e a Experiência Imperial. In: AZEVEDO, André Nunes (org.). **Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade**. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/NAPE/DEPEXT/SR-3-UERJ, 2002. pp.77-86.

_____. O Império do Brasil. In: _____. **O Tempo Saquarema**. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 2004. pp. 21-113.

_____. Construtores e Herdeiros. **Almanack Brasiliense**. São Paulo. nº 1, 2005. p. 8 a 26, maio

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

_____. **A outra Independência: o Federalismo Pernambucano de 1817 e 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004.

MOREL, Marco. Pátrias polissêmicas: república das letras e imprensa na crise do império português na América. In: KURY, Lorelai (org.). **Illuminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. pp. 15- 39.

QUINTAS, Amaro. A agitação republicana no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico: O Processo de emancipação**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II. Volume 3. 2003. pp. 235-269.

REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen - O elogio da colonização portuguesa. *In: ____*. **Identities do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. pp. 21-50.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 3ª edição. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1917.

____. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 4ª edição. Recife: Casa Civil de Pernambuco, 1969.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Revolução Pernambucana de 1817. Rodeador, etc. in: _____. **História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal**. 3ª edição. São Paulo: Melhoramentos, vol. V, 1907. pp. 176- 224.

A Paraibanidade aqui se fixou como um culto permanente:
um balanço historiográfico sobre a insurreição de 1817 nas revistas do Instituto
Histórico e Geográfico Paraibano

Serioja R. C. Mariano*

Refletir sobre o que foi produzido é parte integrante do trabalho do historiador, sendo assim, iniciei minhas pesquisas com uma revisão da produção historiográfica sobre a insurreição de 1817, tendo em vista que esta produção, por ter sido escrita em determinado momento e lugar, os quais marcam o trabalho do historiador, também envelhece e exige uma revisão, uma reelaboração, porque o conhecimento histórico muda. Parto do princípio de que, ao escrever um trabalho de história se faz necessário conhecer o que já foi escrito antes, lançar novas interrogações e, a partir daí, lançar um novo olhar sobre este movimento, ou seja, atribuir sentidos a um passado ressignificado (REIS, 1999).

Ao percorrer os caminhos de leitura e análise dos artigos sobre 1817 na Paraíba, uma constatação salta aos olhos: a história é refletida na memória social construída em torno do movimento de 1817, através da constante produção de artigos publicados, nos quais proliferam discursos com um forte sentimento de *paraibanidade*. Bem como a longa permanência de algumas famílias no poder político, e a recorrência com que elas aparecem em cargos públicos chama a atenção, principalmente nos discursos produzidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).

Criado logo após a proclamação da República, em 1905, aquela instituição tinha como modelo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), e cumpria o papel de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (SCHAWARZ, 1995:99). Na Paraíba, o Instituto transformou-se no foco de produção da história local e, por conseguinte, de um saber que, gradativamente, adquiria o poder de escrever sobre a história paraibana com o propósito de indicar os caminhos e os sentidos da sua identidade, isto é, da *paraibanidade* (DIAS, 1996:63).

A *paraibanidade* que é representada no movimento contestatório de 1817, por estes autores, como um marco da história local, uma identidade em que o homem paraibano é visto a partir de sua predisposição para a *paz*, da sua *bravura*, da sua *ordem*, de suas relações de

* Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História/UFPB e Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”, CNPq/UFPB.

família, da sua riqueza e dos cargos que ocupa na sociedade. A paz refere-se ao momento em que os índios selam um acordo de paz no processo de conquista da Paraíba, o que é repetido nos discursos historiográficos sem um aprofundamento analítico da história indígena na Paraíba. A bravura, com a expulsão dos holandeses; e a ordem, associada ao civismo e o sobrenome como sinônimo de *status* e prestígio. Numa tentativa clara, segundo Lília Schwarcz (1995), de transformar personagens e eventos dispersos em homogêneos.

O que leva à necessidade de destacar o conceito de identidade, mas diferentemente dos discursos historiográficos do Instituto, penso identidade como uma construção histórica, como algo que pode ser modificado e não como um componente e definidor eterno, uma essência, de um lugar, uma vez que os lugares e os espaços se modificam, assim como a compreensão que deles se tem. Penso a identidade como algo dinâmico, que é construído e reconstruído dentro dos contextos sociais, e não como algo fechado e estático.

Partindo dessa constatação, acredito que os periódicos do IHGP constituem uma fonte privilegiada para acompanhar a trajetória da construção de uma identidade paraibana, de uma *paraibanidade*. A primeira revista começou a circular em 1909, tendo o olhar voltado para as especificidades da história local. Era uma história produzida com a tarefa de delinear um perfil, reforçando a construção de uma identidade local, que é formada, nessa perspectiva, a partir do movimento de contestação ao domínio metropolitano, sendo a insurreição de 1817 eleita pela historiografia, e reforçada nos discursos, como um dos marcos fundadores da identidade paraibana, solidificando o passado heróico e grandioso.

Como mostrou Francisco Moraes Paz, *Na Poética da História* (1996), o Instituto é tomado como monumento da glória nacional. Com uma história oficial que garantia preservação das especificidades regionais, e nas falas dos seus membros, geralmente pertencentes aos grupos sociais e econômicos mais influentes, buscava-se exemplos e argumentos que apontassem o caminho glorioso destinado ao (à) Brasil/Paraíba.

As pessoas que escreviam nas revistas, não possuíam formação acadêmica de historiadores, eram basicamente membros das elites que, geralmente, ocupavam cargos no serviço público e exerciam funções de bacharéis, jornalistas, médicos, engenheiros, militares, literatos, historiadores autodidatas – carreiras seguidas pelos filhos das famílias ricas - uma produção marcada pelo *lugar social* no qual estavam inseridos: não se podia esquecer quem falava e de onde falava. São intelectuais tradicionais vinculados ao poder, homens que, durante muito tempo, “brilharam” sozinhos na produção do saber histórico (CALLARI,

2000:60). Desta maneira, a escrita da história, diz Certeau (1982), é produzida a partir do presente e das relações de poder que permeiam o discurso, e o Instituto é um *lugar*, produzindo falas que são práticas sociais, que se materializam, ou seja, que dotam de sentidos a história do Brasil.

Nas revistas, um título, em particular, chama a atenção: *A Revolução Paraibana de 1817*, de Francisco Barroso. Esse artigo foi publicado originalmente em 1896, no jornal *Gazeta do Commercio*, que circulava na Paraíba, e em 1912 fazia parte do quarto volume da revista. Ora, é sabido que o movimento de contestação política teve início em Pernambuco em 06 de março e que só chegou à Paraíba alguns dias depois, portanto, é mais conhecido na historiografia como *A Revolução Pernambucana de 1817*. Sem incorrer no mérito da origem do movimento, o importante aqui é salientar o teor do discurso com o objetivo de sublinhar como os autores que escreviam na revista, percebiam o movimento, e como tentavam, a todo o momento, criar e enfatizar uma identidade local, bem como mostrar a sua relevância para a história:

A revolução de 1817 custou aos brasileiros muitas dores, muitas vidas e muito sangue, mas para compensação deu-lhe a liberdade por tanto tempo disputada! Sim que todos os acontecimentos, que precederam ao estronozo facto da independência, não foram sinão a consequência d'aquella generosa e arriscada resolução, que **homens verdadeiramente patriotas** manifestaram no dia 6 de março de 1817.¹

Um movimento que só fora possível graças a esses homens que eram *verdadeiramente patriotas e que derramaram seu sangue pela liberdade*. Nesse discurso, com um forte tom de heroísmo, a história da Paraíba começa a ganhar seus traços delineadores.

Os intelectuais paraibanos partiram à procura de fundamentos, características e especificidades para reforçar a idéia de *paraibanidade*. Estudaram vários aspectos do movimento: sociais, políticos e econômicos. Os textos aparecem sob a forma de biografias, memórias, poesias e palestras historiando o movimento. Com uma linguagem colonizadora que fabrica a história, as elites paraibanas inventam a representação da identidade local tomando como suporte o heroísmo, as condições financeiras e as relações familiares. Essas elites têm características próprias: fazem parte de um grupo dirigente que controla os setores econômico e político da sociedade, com relações que circulam na linha tênue entre o público e o privado.

¹ RIHGP. 1909, v. 1, p.180, Grifo meu.

Neste processo, a identidade paraibana foi apresentada como sendo resultado do esforço de alguns homens que são “verdadeiros heróis”: “Quem vê um brasileiro vê um homem honrado, Quem vê um Paraibano vê um herói”. Sendo assim, para preservar a memória histórica da Paraíba o IHGP, através dos seus membros, apresenta a história como sendo resultado do feito dos “grandes homens” e das “grandes datas”. O que pode ser observado no discurso de posse de Cláudio Santa Cruz, pronunciado em 1964 e publicado na revista do IHGP, quando afirma que: “a paraibanidade aqui se fixou para um culto permanente”.²

Os textos que compõem a revista do IHGP apresentam as redes familiares e a forma de tratamento, dado a algumas pessoas, como sendo legitimadoras de uma prática discursiva que tem uma preocupação em atribuir um passado glorioso aos participantes do movimento, o que é recorrente no grande número de artigos sobre o tema.

Esses discursos estão nitidamente influenciados pelas idéias do Positivismo, de exaltação ao Estado e pela compreensão de que este é o grande sujeito da história. O que denota a vinculação do IHGP (1905) com a recente implantação da República e um modelo federalista das autonomias estaduais, que se reflete na produção da instituição, ou seja, estadualizando as histórias. Uma vez que a nação possui seus heróis que, como tais, “merecem” ser cultuados à luz da teoria que visou trazer para a história o estatuto de ciência, através da defesa de uma suposta neutralidade que se encontrava inspirada pela visão do mundo do século XIX, tendo em vista que:

No século XIX a nação, a civilização e a revolução eram razões de história. O discurso historiográfico adquiria sentido, a institucionalização do fazer história ganhava um objetivo estratégico que era o de recuperar o passado nacional, o passado da civilização ou mesmo o passado que precisava ser revolucionado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2000:4-5).

Portanto, pode-se afirmar que, entre as “razões de história” para os membros do IHGP, do início e meados do século XX, estava a fundação de um valor para se pensar, nessa ótica, a *paraibanidade*, construindo uma história que fosse a mistura da exaltação aos gestos “revolucionários” do passado e às famílias paraibanas que, gradativamente, ocupavam lugares de destaque nas construções historiográficas do Instituto.

² RIHGP. 1964, v. 15, p.131.

Nas versões sobre a participação de Peregrino de Carvalho,³ convertido em herói pelo IHGP, ele aparece como “um bom filho”, “um bom soldado”, “um homem inteligente” e “um bom patriota”, visão que permanece no imaginário local. Assim, a historiografia paraibana toma estas versões como sendo o olhar **da verdade**. Uma verdade que foi definida pela época da produção historiográfica, a partir de uma linguagem que dá sentido e significado às coisas, isto é, os lugares de produção de verdades (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2000).

Em 1931, Antonio Botto de Menezes fez uma palestra no IHGP iniciando a sua fala com a seguinte afirmativa: “o culto dos heróis na Parahyba, equivale, por assim dizer, aos dos santos nas igrejas e altares”. Segundo Menezes, a Paraíba já nascera predisposta para a República e a grandeza, com homens como Peregrino, “um heroe tamanho de Napoleão, e maior do que Foch (...)” era o que proporcionava o sacrifício e a luta pela Pátria.⁴

O contexto da produção do discurso de Menezes está relacionado à década de 1930, momento em que o pensamento paraibano traz à baila um discurso fundador que cria o sentimento de nacionalidade da Primeira República, que está relacionado aos ensejos do momento em que o autor está vivenciando. Porque, embora o discurso seja acerca de 1817, ele foi produzido e se tornou visível nos anos de 1930. Ou seja, cada obra contém as discussões em evidência no momento histórico em que foi escrita.

Ainda no contexto paraibano da década de 1930, a morte de João Pessoa, presidente do estado, e a redefinição do quadro político, serviram como pano de fundo para a sua narrativa:

Heroes authenticos que em todos os tempos, em todas as áreas, semearam o solo ergueram os grandes edificios e os grandes bastiões da nacionalidade. Após voltarmos os olhos para o passado, nessa esquisita unção de devotos, esquecidos dos vícios e de violências que desgraçaram as duas épocas, encheram-nas de lodo, de sujo, de lama, mas engrandeceram-nas, povoaram-nas do sangue de **João Pessoa e Peregrino de Carvalho** (...) a cabeça de dois leões que tombaram em 1817 e 1930, se é possível chamar tombo o que vive de pé na consciência do Brasil.⁵

³ É interessante observar como é tratada a figura de José Peregrino de Carvalho na história da Paraíba: imortalizada no quadro de Antonio Parreiras, pintado em 1918. Trata-se de uma tela adquirida no governo de Camilo de Holanda e exposta, até hoje, na sede do governo estadual, que retrata a cena de rendição que apresenta o pai de Peregrino, Augusto Xavier de Carvalho, com a imagem de um crucifixo na mão, pedindo para que o filho se entregasse. Diante do apelo do pai, ocorre o inevitável e, aos prantos, Peregrino é levado preso. Essa cena é reforçada pela historiografia paraibana para mitificar um dos heróis de 1817.

⁴ RIHGP, 1932, v. 7, pp. 85-88.

⁵ Idem, p.89. Grifo meu.

Na citação observa-se uma ressignificação do mito em função de uma nova situação que está posta em 1931. Era importante comparar a figura de João Pessoa com a de Peregrino de Carvalho, *heróis autênticos*, polarizando o mito e passando-o à história da Paraíba como herói, aquele que morrera em defesa do estado paraibano. A Paraíba precisava de um herói do período republicano e a memória cria e consolida essa visão em que o personagem histórico e o herói se confundem.

Voltando ao ano de 1905, Manoel Tavares Cavalcanti apresentou uma conferência sobre 1817, no IHGP, publicada no primeiro volume da revista, em 1909, em que o movimento é visto como um drama sanguinolento:

Iniciado nos sonhos da liberdade e **grandeza** deste torrão da América, e terminado no crepúsculo da reacção tirannica que borrifou do sangue precioso dos seus heroes o solo poeticamente magestoso, onde despontava a aurora sacrosanta da Independência (...) Bem pouco depois da reacção pavorosa da coroa portugueza. ⁶

Cavalcanti segue descrevendo a biografia de Francisco Xavier Monteiro da Franca e apresenta a *grandeza* da Paraíba, que proporcionou um sonho de liberdade a este homem de *honras e prestígios*. Sobre a participação de Monteiro da Franca no movimento, diz o seguinte: “Cansados de soffrer a cobarde perseguição do governador de Pernambuco alguns **homens generosos** tentaram sacudir esse jugo, que se tinha já tornado insuportável”.⁷ Considera a sua entrada no movimento como um gesto de dedicação à Pátria. Segundo Cavalcanti, narrar as perseguições e prisões dos participantes de 1817 é mostrar o sofrimento “dos martyres da liberdade e da pátria, seria fazer um livro de páginas horríveis”.⁸ Portanto, não se pode esquecer a luta desses homens que são considerados responsáveis pela Independência do Brasil, e reforçar o sofrimento de pessoas “generosas” é lembrar a participação da Paraíba nesse processo.

No texto de Ascendino Cunha, “*a fuga de Estevão Carneiro da Cunha: episódio da revolução de 1817 na Parahyba do Norte*” é reforçada a relevância da relação de parentesco e seus antepassados em 1817, sendo as origens fortalecidas para legitimar a importância dos homens que participaram do movimento: “a família Carneiro da Cunha tinha um engenho chamado Tibiry, tronco da família prestigiosa que veio de Pernambuco no século XVIII”.⁹ O

⁶ RIHGP, 1909, p. 40. Grifo meu.

⁷ RIHGP. 1909, v. 1, p. 174.

⁸ Idem p. 175.

⁹ RIHGP. 1928, v.6, p. 57.

texto continua mostrando como as redes de famílias vão se formando e se fortalecendo, política e economicamente: sobre Amaro Gomes Coutinho, salienta que era comandante da Polícia de Brancos, Cavaleiro da Ordem de Cristo e aliado aos Carneiro da Cunha pelo casamento da sua irmã. Quanto a Francisco Xavier Monteiro da Franca, afirma pertencer à *família abastada de prestígio e poder*.¹⁰ Os adjetivos são usados constantemente ao longo do texto, seja para elogiar (o valente, o ilustre, o insigne), ou para condenar as pessoas que lutaram contra 1817 (o malvado, o traidor). Portanto, o que fica mais evidente na narrativa, é que essas pessoas que participaram do movimento, contra o domínio da Coroa, eram, antes de tudo, “gente opulenta e de boa linhagem”.

Na comemoração do centenário do movimento de 1817, a revista publicou vários artigos para homenagear “os bravos heróis e patriotas (...)”. Segundo Arnaldo Contier, no livro *Imprensa e Ideologia em São Paulo 1822-1842* (1979), o termo “patriota”, em 1817, “era utilizado como sinônimo de ‘sedicioso’, ‘revolucionário’, ‘desordeiro’, aquele que era contrário ao regime. Mas os termos teriam evoluído, tendo passado a designar os ‘homens-bons’, os partidários da independência”. É a partir da evolução dos termos que a historiografia paraibana apresenta os participantes do movimento.

O Brasil “não era uma ‘pátria’ única, era marcada por regionalismos. O termo pátria não significava uma sociedade que se reconhecia como uma identidade e culturas próprias, dentro de um espaço único”. Para Gladys Ribeiro, analisando a identidade nacional no Rio de Janeiro, pátria “era, sim, sinônimo do lugar reservado a determinados ‘homens-bons’, que se reconheciam por nexos de propriedade e privilégios” (1998:495).

Esse reconhecimento, a partir dos nexos de propriedades e privilégios dos “homens bons”, aparece nos discursos daqueles que escreviam na revista e que queriam deixar clara a importância econômica e política da Paraíba no começo do século XIX.

A relevância econômica da Província vai ser utilizada, também, para criticar a denominação de “Revolução Pernambucana”. A justificativa chama a atenção para a *independência* da Paraíba em relação à vizinha província de Pernambuco. Sabe-se que, há muito, a Paraíba era dependente economicamente de Pernambuco e oficialmente fora subordinada, na política e na economia, de 1755 até 1799. Portanto, era necessário e, no discurso das pessoas que escreviam na revista, isso é muito presente, reforçar a autonomia mostrando como “a Paraíba lutava por uma liberdade para os paraibanos”. Na fala de Manoel

¹⁰ RIHGP, 1909, v. 1 p. 171.

Tavares Cavalcante, “apóstolos de 1817, foram as fibras da nossa nacionalidade agitada pelo elétrico perpassar do sopro do Ipiranga”.¹¹ O que mostra como o Instituto Histórico tinha uma preocupação em produzir uma história separada de Pernambuco, com a função precípua de criar uma identidade paraibana (1996:54), tendo em vista que:

A Parahyba na América Portuguesa, tendo sua chronica propriamente dita, para um volume, separadamente, na Chronica Geral da Colônia, **não tem a sua história, no sentido estrito do termo, fora da história de Pernambuco** durante o longo período que decorre o povoamento e Independência.¹²

A reclamação continua, ao longo do texto escrito por Castro Pinto, mostrando a necessidade de se escrever uma história da Paraíba sem a presença em evidência de Pernambuco.

Algumas décadas depois, em 1971, a preocupação continua, quando é feito um parecer sobre o hino oficial da Paraíba e a comissão encarregada da análise, por meio de um protesto, chamava a atenção: “Chega o deslize a ponto de um certo verso dar-se a primazia a Pernambuco (...)”.¹³ Sendo assim, a função do IHGP, que constrói um lugar social para os seus membros, *permite* a produção de um discurso que apresenta a relevância da Paraíba na história ao mesmo tempo em que *proíbe* fazer críticas a essa história.

A história local produzida nas revistas do IHGP reforça a memória social construída em torno do movimento, o que pode ser observado nos nomes das ruas, praças e nos monumentos criados pelo Instituto Histórico, que perpetuam os mitos locais.

Como mostra Vavy Pacheco Borges, “a memória tem um papel fundamental também porque os fenômenos da cultura política são compreendidos em uma devoção mais longa e não no tempo curto” (1992:17). A memória construída em torno do movimento de 1817 reforça e mitifica a presença de algumas personagens que se transformaram quase que em conhecidas, mesmo não pertencendo ao espaço-tempo, ou seja, é uma memória herdada, uma memória que tem uma estreita ligação com o sentimento de identidade, como sendo “a imagem de si, para si e para os outros” (POLLACK, 1992:204). Uma memória que é socialmente construída proporciona a composição de uma memória nacional que reforça e cria determinadas datas, fatos e marcos.

¹¹ RIHGP. 1909, v. 1, p. 40.

¹² RIHGP. 1909, v. 1. Grifo meu.

¹³ RIHGP, 1971, p. 19.

As origens dos institutos históricos já implicam, com efeito, na combinação de um grupo (“os intelectuais”), de lugares (os institutos) e de prática (as publicações das revistas, entre outras). São práticas discursivas que tentam mostrar, a todo o momento, a relevância da Paraíba em 1817, através dos signos verbais que foram formulados pelo grupo e que se apresentam materializados nas revistas.

A maioria esmagadora dos trabalhos, do início até meados do século XX, segue a linha de uma historiografia produzida nos Institutos, que está preocupada em descrever datas e nomes e criar mitos em uma seqüência de acontecimentos, elaborando o chamado *discurso fundador*, em que tem início a produção da “nação”, da construção de uma identidade seja na sua versão romântica ou positivista. Uma história com um enredo romanesco, isto é, com uma preocupação em relatar os fatos heróicos do passado, uma história em que o bem, representado pelos ideais republicanos, vence o mal, o domínio monárquico português.

Portanto, baseada nos pressupostos de criar uma identidade paraibana, a historiografia sobre 1817, notadamente os periódicos do IHGP, traz à baila as práticas discursivas, dotando de sentido um discurso em que se apresenta o movimento vitorioso, graças aos feitos dos “grandes homens” ligados, pelas origens, às famílias consideradas as mais importantes da Paraíba.

O que reforça a identidade como sentimento de vinculação ou identificação a um grupo, isto é, a elite paraibana, que tem como suporte os laços de família. A identidade é variável, portanto, como afirma Deny Cuche: “(...) todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social que permite situá-lo ao conjunto social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão que identifica o grupo (...) e o distingue dos outros grupos” (1999).

Pensar a identidade como uma construção e reconstrução dentro dos contextos sociais, é lembrar da sua heterogeneidade. E não pensar em algo fechado, estático, o que dificulta uma maior definição e delimitação devido a sua complexidade, pois ela é dinâmica. Identidades que estão em constantes mutações, em cada contexto social elas se reformulam.

Ao ser utilizada como fonte histórica, a produção do IHGP merece ser observada como *o lugar* em que se tentou perpetuar uma certa visão da História. Deve ser observada como um documento-monumento. Como um lugar em que se instauraram formas de poder

institucionalizadas, isto é, trata-se de discursos que falam com a autoridade de uma instituição, com a autoridade de quem conhece a “verdade” e precisa propagá-la para que ela ganhe cada vez mais efeitos de uma “verdade” eterna.

Bibliografia:

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “Um Leque que Respira: a Questão do Objeto em História”. *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: NAU, 2000, pp.117-137.
- BORGES, Vavy Pacheco. “História e Política: laços permanentes”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: 12 (23/24), pp. 7-18, 1991/92.
- CALLARI, Cláudia Regina. “Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes”. *RBH/ANPUH*, vol. 21, nº 40, 2000, pp.59-84.
- BARROSO, Francisco. “A Revolução Paraibana de 1817”. *RIHGP* (v. 4), 1912, pp. 65-8.
- CAVALCANTI, Manoel Tavares. “Conferência sobre 1817”. *RIHGP* (v. 1), 1909. pp. 39-54.
- _____. “O Centenário da Revolução de 1817”. *RIHGP*, 1917, (v.5), pp.09-25.
- _____. “Resistências Paraibanas”. *RIHGP*, (v.6), 1928, pp37-40.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CONTIER, Arnaldo. **Imprensa e Ideologia em São Paulo 1822-1842**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CUNHA, Ascendino. “A Fuga de Estevão Carneiro da Cunha: episódio da revolução de 1817 na Parahyba do Norte”. *RHIGP* (vol. 6), 1928, pp. 57-64.
- CUCHE, Denys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC. 1999.
- DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrépida Ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local**. João Pessoa: Almeida Gráfica. 1996.
- JAGUARIBE, Domingos. “Notas para a História da República de 1817”. *RIHGP*, (v. 12), 1953, pp.57-68.
- LIMA, Oliveira. “O Centenário da Revolução de 1817”. *RIHGP*, 1917, (v.5), pp.28-37.
- MENEZES, Antonio Botto de. “Peregrino de Carvalho”. *RIHGP* (v.7), 1932, pp. 85.88.
- NÓBREGA, Humberto. “O Sesquicentenário da Revolução de 1817”. *RIHGP*, (v.17), 1969, pp.123- 131.
- PAZ, Francisco Moraes. **Na Poética da História: A Realização da Utopia Nacional Oitocentista**. Curitiba: UFPR. 1996.
- POLLACK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5 (109), 1992, pp. 200-212
- REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

Temas consagrados, novas perspectivas: um balanço dos estudos sobre a arrecadação dos quintos reais

Simone Cristina de Faria*¹

Uma falsa idéia – breve análise de alguns trabalhos

A expressiva quantidade e diversidade de estudos sobre Minas Gerais no século XVIII dá a equivocada impressão que temas como o da arrecadação do quinto sobre o ouro retirado da então preciosa região mineradora é assunto já excessivamente consagrado e esgotado. Repetimos, tal impressão não se sustenta. Não obstante a riqueza e abrangência dos variados trabalhos, as lacunas de nossa historiografia no que tange ao cotidiano da fiscalidade na formação da sociedade colonial, são mais do que evidentes e demonstram a relevância de novas perspectivas nesse âmbito particular.

Haja vista a tamanha preocupação que a questão da coleta do ouro adquiriu no reinado de D. João V e de ter sido o metal amarelo “de longe o recurso mais vital do império português” (PEDREIRA, 1998: 438), são raros os historiadores que investigaram como a Coroa tentou arrecadar a parte nas riquezas naturais que teria direito, ainda que tenham acentuado a quantidade de ouro e logo depois de diamantes que chegou em Portugal nesse período. Poucos pesquisadores se preocuparam também em conhecer quais foram as diferentes políticas régias discutidas e delineadas para cada tipo de cobrança do ouro. (NIZZA DA SILVA, 2007a: 89) Acrescentamos a tais constatações, além disso, que nenhum investigador procurou até o momento entender o funcionamento local dessa atividade, e conhecer quem eram aqueles que diretamente estavam envolvidos na cobrança desse ouro, antes que ele atravessasse o Atlântico, continua sendo um desafio ainda maior.

Parte da explicação desse desinteresse reside nas dificuldades das próprias fontes ligadas à fiscalidade, e também da ausência de estudos críticos sobre elas (com exceção do trabalho sobre o Códice Costa Matoso). A fragmentação dessas fontes, o pouco conhecimento da organização dessas informações restantes e parciais, bem como os contratemplos ligados à organização dos arquivos, são evidentes e têm causado significativos obstáculos ao trabalho dos historiadores do período colonial nas Minas. A explicação para essa lacuna não se resume obviamente, a nosso ver, apenas nessa carência documental. O tipo de interpretação que era enfocado em muitos dos estudos das décadas anteriores a 1990 tinha um caráter estrutural

¹* Mestranda da UFRJ, bolsista CNPq.

marcante e tornava impensável que reflexões como as sobre o papel da Coroa nas regiões de produção aurífera partissem de uma perspectiva local.² O estudo das cobranças dos reais quintos, partindo portanto do seu funcionamento mais rudimentar, das vilas, freguesias e pequenos lugarejos sobre os quais a coleta do ouro efetivamente incidia, não teria um significado mais geral há bem pouco tempo atrás. Recentes estudos pelo fato de partir de um nível micro de análise, fazendo posteriormente com que diferentes interpretações para o geral se tornem possíveis, permitem que esse tipo de tema ganhe espaço de produção.³

Os trabalhos até o momento que de certa forma trataram da arrecadação dos quintos do ouro privilegiaram o fazer conhecer as periodizações dos métodos de cobrança, ou seja, construir sistematizações dos tipos de coleta por período, geralmente tendo por base a legislação, regimentos e outros autores que escreveram a partir da década de 1930.⁴ São vários os textos que tentam fazer isso, e percebe-se algumas pequenas discordâncias em tais periodizações.

Em geral, as formas que a Coroa portuguesa lançou mão na cobrança dos quintos reais na primeira metade do século XVIII foram as seguintes, numa oscilação entre bateias, capitação, e casas de fundição: de 1713 a 1724, a cobrança teria sido feita por bateias (o que na prática representava uma capitação) à razão de 12 oitavas por cabeça de escravo por ano, bem como com uma finta de 30 arrobas anuais. Em 1718, durante o governo do Conde de Assumar, essa finta seria diminuída para 25 arrobas e às câmaras teria sido retirada a administração da cobrança dos quintos, que passava a ser feita pela Real Fazenda. Em 1722, a finta subiu para 37 arrobas anuais. E de 1724 a 1735, teriam sido as Casas de fundição a controlar a cobrança, ainda que até início de 1725 fundiu-se o ouro sem quintar, porque a quota já havia sido satisfeita. O quinto de 20% até 1730 teria passado para 12% depois dessa data, o que teria durado até 1732. E depois de 1735 teria voltado o regime da capitação. (CARRARA, 2002a e 2002b). Outra sistematização, mais atual ainda, traz alguns diferenciais. De 1700 a 1713 só teriam pago o quinto os que quiseram pagar. De 1714 a 1718 teria funcionado um sistema de convênio: ajuste ou finta com promessa de remessa de 30 arrobas

² O clássico estudo de Laura de Mello e Souza, por estes motivos e pelos inerentes às fontes, deixou vazios no que tange às questões ligadas à fiscalidade.

³ Destaca-se a importância das atuais perspectivas prosopográficas e suas conseqüentes inovações nas interpretações sobre o Império português. Para citar apenas alguns nomes, entre outros tantos: João Luís Ribeiro Fragoso, Antônio Carlos Jucá de Sampaio e Carla Maria Carvalho de Almeida. Referências no fim do texto.

⁴ Trabalhos estes não focados exclusivamente na arrecadação dos quintos, mas que trazem informações importantes, das quais também nos utilizamos. Referências completas no fim deste texto, obras de Charles Boxer, João Pandiá Calógeras, Sérgio Buarque de Holanda, Manuel da Silveira Soares Cardoso, entre outros, inclusive viajantes e memorialistas.

anuais, que de 1718 a 1722 teria sido diminuída para 25 arrobas mais as rendas dos registros. De 1722 a 1725, a quota fixa passou para 52 arrobas. No período de 1725 a 1730 o quinto foi fundido e quintado nas casas de fundição e de 1730 a 1732 essas mesmas foram suprimidas, passando o imposto de 20 para 12% do ouro em pó. Entre 1732 e 1735 foi acordado com os mineiros a contribuição de 100 arrobas anuais em troca da não instituição da capitação que, no entanto, entrou em vigor de 1735 a 1751, quando até o fim do século foi novamente de responsabilidade das casas de fundição a recolha da contribuição. (PAULA, 2007: 279-301)⁵

No que se refere a esses modos de cobrança parece evidente, pelo que apontam vários autores, que, desde o início da povoação das Minas não se conseguiu estabelecer um mecanismo estável de arrecadação. Ainda que a Coroa tenha tentado controlar os formatos e montantes de ouro, o fato é que a política para a cobrança sempre padeceu de uma definição final. (GOUVÊA, 2004: 125) Apesar do “acurado zelo” (HOLANDA, 1973: 284), sempre se hesitou quanto às providências a serem tomadas a esse respeito. Por mais que o século XVIII tenha simbolizado uma tentativa maior da monarquia em se afirmar nos seus domínios ultramarinos, nas Minas essa consolidação foi paulatina e, pelo menos no que diz respeito à política de funcionamento da cobrança dos quintos, dificilmente significou uma tarefa fácil e plenamente realizável.

Outra ordem de questões tratadas por vários trabalhos que tocam na questão da arrecadação diz respeito justamente a essas nuances dos governadores e autoridades das Minas, ou seja, quais conseguiam implantar certa política tributária e como faziam isso (ao menos alguns indícios). O governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1710-1713) por exemplo, assim que tomou posse, já teria providenciado a convocação da câmara local, dos procuradores e da nobreza de outras vilas da capitania, para juntos cuidarem do negócio dos quintos. Assim, teriam decidido inicialmente pelas bateias, mas esta de início não apresentaria bons resultados, pois “viu seu bom funcionamento esbarrando, na prática, em inexpugnáveis obstáculos, e daria como conseqüência uma arrecadação bastante minguada.” (HOLANDA, 1973: 284) Tanto suas medidas como as do governador seguinte, D. Brás Baltazar da Silveira (1713-1717), não foram bem-sucedidas para arrecadar o quinto, na sua quinta parte mesmo. A Coroa era obrigada a recuar na sua maior pretensão do período, a arrecadação do quinto por bateias. Essa fase foi considerada de maior poder das câmaras em Minas, sua era dourada, quando os homens bons dominaram os distritos mineradores.

⁵ Essa sistematização de João Antônio de Paula é feita com base em uma série de autores desde Simonsen, Pinto, Boxer, Eschwege, entre outros, como se pode verificar em seu artigo.

(CAMPOS, 2002: 134) O que viria ainda após, o governador D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar (1717-1721), também teria tentado construir uma casa de fundição em 1720 e tido de ceder às pressões dos mineiros e parar a obra. (NIZZA DA SILVA, 2007b: 25)

Enfim, a historiografia parece de acordo que se tentou negociar o tempo todo sobre a melhor forma para o pagamento do ouro da Coroa. E a câmara funcionava como representante dos interesses das elites locais, intermediando as barganhas. (RUSSEL WOOD, 1998: 13) Não se tratava unicamente de impor um sistema administrativo e fiscal, seria necessário negociar, escutar propostas, e isso parece ter se evidenciado no decorrer do século. (CAMPOS, 2002: 111,112) Alguns afirmam que a solução para os problemas da cobrança viria de uma forma alternativa, que o que levaria todos a concordar com a taxa seriam as possibilidades de ascensão social que poderiam advir. (NIZZA DA SILVA, 2007b: 24) Mas enfim, as modificações foram muito constantes, as formas de cobrança do direito sobre bateia, capitação e casas de fundição foram se alternando ao longo da época da mineração constantemente, e não se chegava a uma cobrança satisfatória. O que fez com que: “Finalmente, o problema dos quintos reais nunca chegou a ser satisfatoriamente resolvido, durante todo o tempo em que aquela detestada taxa continuou a ser imposta.” (BOXER, 2000: 67)

Dentro das deficiências apontadas no início do texto, pode-se destacar alguns trabalhos atualmente dedicados a estudar as políticas de cobrança dos quintos que eram delineadas a cada mudança de modo de arrecadação, que forças podiam mover essas decisões e debates. Alguns acentuam, através de troca de cartas e defesas de secretários do rei, os projetos de novas formas de cobrança (como o de Alexandre de Gusmão) e suas discussões na Corte. Como até a década de 1730 a Coroa não efetivamente fazer entrar nos cofres régios a parte do metal precioso que se convencionara pertencer ao rei nem a população se preocupava com a possibilidade de sua cobrança, a partir desse período acirraram-se as disputas e debates. Apesar do acentuado de que com a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, sendo o primeiro governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho, estariam criadas as condições administrativas mínimas para a cobrança dos direitos reais, como vimos anteriormente esse governador e o seguinte nada ousaram fazer para cumprir com esse propósito e o Conde de Assumar também não teria conseguido implantar as casas de fundição. Depois desse momento as coisas tenderiam a se modificar um pouco e em 1733 até

teriam sido enviados emissários pra discutir e se inteirar de questões de cobrança. (NIZZA DA SILVA, 2007a: 89-93)

Outros trabalhos também têm contribuído decididamente para o conhecimento dessas políticas em torno da cobrança do ouro das Minas. As alterações fiscais são primorosamente relacionadas com a formulação e uma nova percepção sobre a política ultramarina com discussão sobre o exercício da política e a organização do poder na Corte. Discussões sobre o projeto de capitação de Alexandre de Gusmão se repetem, às quais “além de um método de arrecadação, se discutia, nas entrelinhas deste processo de implementação fiscal a estrutura de mando – o modo de governar.” (BICALHO, 2007: 54) Os circuitos de decisão e de tomadas de decisão acerca dos métodos de arrecadação do ouro podem ser dessa forma bem melhor conhecidos e problematizados. (COSTA, 2003)

Há também trabalhos de vulto que têm a arrecadação do quinto como importante objeto de estudo, mas que tendem a acentuar de forma muito categórica, a nosso ver, o processo de centralização monárquica nas Minas. Os momentos fundadores de obediência à Coroa remontam aos primeiros anos de ocupação tendo a década de 1737 como que o fim de um processo de limitação realmente efetiva da atuação de elites locais e autoridades régias. Acentua-se muito sobre o processo de retirada das câmaras municipais da responsabilidade da cobrança do quinto como que uma retomada muito significativa do poder dessa arrecadação dos potentados locais. Ainda que o detalhamento dos diferentes processos de cobrança dos quintos seja muito útil, a utilização somente de *corpus* documentais de cunho oficial, correspondência de governadores, editais, regimentos, etc., deixa dúvidas quanto à validade das periodizações mencionadas. (CAMPOS, 2002)

Outra série de estudos têm conferido atenção às remessas do ouro da Coroa ou de particulares, bem como o seu transporte, logo após que o precioso metal fizesse essa passagem para o lado de lá do oceano, e assim uma parcela chegasse ao destino dos cofres da realza de Portugal. Afinal, “fiscalizar bem a entrada de ouro era tão importante quanto registrar os pormenores de sua produção na Colônia e de seu transporte até Portugal.” (COSTA, ROCHA, SOUSA, 2008: 23) Os fluxos do ouro nesse momento de chegada ao Reino vêm sendo então investigados; redes de agentes ligados a essa rota, identificadas; além de estudos sobre novos impostos sobre o transporte do ouro do Brasil.

As remessas de ouro para a Coroa teriam garantido, em determinados momentos, grande fatia das receitas de Portugal. (COSTA, ROCHA, SOUSA, 2003: 1) Os atuais

trabalhos sobre os efeitos das chegadas do ouro do Brasil na economia portuguesa são os mais diversos. Alguns tentam dar um enfoque mais monetário, analisando as emissões de moeda de ouro em Portugal e as políticas monetárias no Brasil (SOUSA, 2000: 89-107), outros buscam caracterizar o tráfego de ouro sob a forma de pó, barra e moeda entre o Brasil e Portugal como fator para a compreensão das relações econômicas (COSTA, ROCHA, SOUSA, 2003: 2-6), ou ainda visam conferir relevância à questionamentos mais específicos do universo de agentes ligados ao circuito do ouro. (COSTA, ROCHA, 2007: 77-98)

Os trabalhos ligados ao transporte e à fiscalidade atentam principalmente para a composição das chegadas do ouro delimitando o perfil das remessas e as categorias dos destinatários. Para a Coroa, a predominância era de ouro em pó e barra, e para os particulares, ouro em moeda. O transporte não teria sido, no entanto, a base essencial das receitas provenientes do ouro, mas a produção, ainda que houvesse obviamente grande preocupação da Coroa com o primeiro, com a utilização de frotas de comboio até 1765, e depois frotas armadas ou navios mercantes com a declaração do ouro embarcado, para que o ouro chegasse com segurança ao seu destino. (COSTA, ROCHA, SOUSA, 2008: 22-25) Em relação à produção, a difícil estimação das quantidades produzidas, bem como a possibilidade ou não desse conhecimento, vem sendo discutida por diversos autores desde Visconde de Santarém e Jaime Cortesão até Vitorino Magalhães Godinho e Virgílio Noya Pinto. (COSTA, ROCHA, SOUSA, 2005: 1-23) Alguns arriscam em apresentar uma quantia, aproximadamente 800 toneladas de ouro teriam sido mandadas para Portugal em todo o século XVIII. (CARRARA, 2008: 16-21)

No que compete aos estudos dos agentes ligados ao circuito do ouro, importa destacar que a caracterização dos diversos atores demonstra a complexidade das ligações atlânticas, principalmente com a identificação dos procuradores que eram nomeados para receber os volumes variados de ouro, se constituindo no terceiro elemento entre os emissores e os destinatários. A reconstituição da rede de relações através de um intenso estudo prosopográfico, e a própria caracterização dessa riqueza que não era somente transferida para a Coroa, mas tinha grande peso uma remessa para particulares, nos leva também a questionar uma perspectiva de dominação da metrópole sobre a colônia. (COSTA, ROCHA, 2007: 77; GREENE, 2002: 267-282)

Essas distintas problemáticas de remessas de ouro, transporte e fiscalidade nos são úteis para diálogos mais amplos sobre o circuito do ouro, especificamente dos agentes que

atuavam seja do lado de lá ou de cá do Atlântico nas atividades que tem o precioso ouro das Minas como protagonista. Com efeito, insistindo nessa constatação, as teias de relações tecidas antes do ouro cruzar o oceano ainda nos são desconhecidas.⁶

Novas perspectivas – Os livros dos quintos

No dia seis de novembro de 1718, na Vila do Carmo, o provedor dos quintos reais, Sargento-mor Rafael da Silva e Souza, procedia um ato de cobrança do quinto. O registro dessa data revela que o cobrador recebia do Capitão Gaspar Dias de Azevedo, diante do qual dava o Juramento dos Santos Evangelhos conforme o Regimento que lhe havia sido declarado e recebido. Esse mineiro, morador de Bento Rodrigues, distrito da referida vila, declarava ao dito provedor que possuía os escravos Antônio Mina, Bernardo Mina, Sebastião Congo, Domingos Banguela, Manoel Banguela e Maria Conga, além de duas vendas. Sobre esses incidia o famoso direito do quinto. E o provedor assinava no fim do registro. (CC, Rolo 5, Volume 1033) Já no ano de 1733, aos sete dias do mês de agosto, o cobrador Capitão Manoel Pereira de Souza, carregava em receita ao tesoureiro geral o Sargento-mor Manoel Ferraz, 2.165 oitavas, $\frac{1}{4}$ e 80 réis de ouro, referentes à lista de escravos e vendas de Vila do Carmo, onde era responsável pelo recebimento da arrecadação do quinto. (AHCMM, Códice 421)

Esse teor de registros, respectivamente para o marco cronológico que abrange o período entre o primeiro e o segundo trecho acima, se encontra nos *Livros de Matrículas, Arrolamentos de Escravos e Lançamentos para a Cobrança do Quinto do Ouro de 1718 a 1720* localizados no Centro de Estudos do Ciclo do Ouro da Casa dos Contos de Ouro Preto (originais no Arquivo Público Mineiro); e os *Livros de Recebimento, Receita e Lançamento dos Quintos de Ouro de 1721 a 1733* (com lacuna para 1726), existentes no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. São no total 13 livros. Tais relatos nos informam diretamente sobre o dia-a-dia da cobrança do quinto, sobre quem estava incidindo o direito, quem estava fazendo essa coleta, quem sonegava o pagamento, e nunca foram utilizados por nenhum pesquisador para o fim que abordamos.

É evidente que o trabalho com esses livros para esses dezesseis anos não permite a sua utilização como base para o conhecimento da totalidade da arrecadação em Mariana, mas esse também não é nosso objetivo, que se concentra no entendimento da atividade da cobrança e

⁶ Visto que o conhecimento do circuito do metal após sua travessia pelo Atlântico já parece inicialmente investigado, como vimos acima. COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. “O ouro cruza o Atlântico.” In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLI, Julho-Dezembro, 2005, pp. 71-86.

do cargo já identificados. Esses registros documentais apresentam uma grande diversidade de dados em alguma medida sem padronização, mas em geral algumas constâncias importantes são: o nome do provedor dos quintos e por vezes seu local de moradia, a relação dos escravos com origem e profissão, a relação de vendas e lojas, o nome do dono do escravo, a freguesia sobre a qual incidia a cobrança, o valor individual e total da arrecadação (para uma parte do período), a data da cobrança, o nome do escrivão dos quintos, do juiz ou do vereador mais velho. São muito presentes também as recomendações contra a sonegação de escravos, o declarante deveria arcar com as penas dessa irregularidade e sujeitar-se às conseqüências.

Além da sistematização de uma conjuntura de curta duração da produção aurífera, de 1721 a 1733, através do conhecimento desses dados mencionados acima, tornou-se possível uma série de questionamentos, por vezes entrando em choque com afirmações da historiografia mais consagrada, e de novas problemáticas.

Os questionamentos dizem respeito fundamentalmente à responsabilidade institucional na cobrança dos quintos. Fica claro em registros de 1721 que os quintos devidos à “Sua Majestade”, eram geridos “por esta câmara”. A instituição municipal, governada pelos “homens bons” da localidade (MAGALHÃES, 2005: 65-71), é que tinha a obrigação de cobrar o quinto. Segundo afirmado pela historiografia sobre Minas, em 1718 teria sido retirado das câmaras o papel de cobrar os quintos. (CARRARA, 2002; PAULA, 2007) Mas como vemos por esses livros, essa tentativa de controle do órgão não dura muito tempo, pois após três anos o mesmo volta a cuidar desses lançamentos, permanecendo até 1733 ao menos, pelo que pudemos verificar nesses livros.⁷ As referências sinalizam, portanto, para uma significativa autonomia da instituição camarária nas decisões diárias quanto ao funcionamento dessa atividade de cobrança. Resumidamente, cabia ao Senado da Câmara a nomeação dos cobradores, o recebimento do ouro e das listas de cobrança de cada distrito, a coleta e guarda desse precioso metal durante o ano de exercício da arrecadação, ação em casos específicos (de sonegação), e em um momento posterior, o envio do montante arrecadado à Fazenda Real.⁸

⁷ É preciso lembrar ainda que para o período mencionado, de 1718 a 1733, deveriam funcionar várias formas de cobrança do quinto, entre bateias, casas de fundição e capitação, mas esses registros nos fizeram surgir dúvidas, já que os lançamentos são feitos da mesma maneira e os cobradores parecem desempenhar a mesma função no decorrer desse tempo.

⁸ Também não compete estranhar o papel significativo da câmara municipal na cobrança de um direito régio nesse momento chave da história das Minas Gerais. Se à câmara coube um papel significativo na arrecadação do precioso metal, isso estava previsto na lógica de uma sociedade que não podia ignorar seus diferentes “membros” para que o “corpo” funcionasse a contento, admitindo a concepção de uma sociedade corporativa, utilizando da metáfora de Antônio Manuel Hespanha.

Quanto às novas problemáticas propostas com o estudo desses livros, além da possibilidade de conhecimento detalhado do cotidiano da atividade da cobrança, tornar-se-á possível delimitar o ciclo de agentes envolvidos no circuito do ouro antes que ele atravessasse o Atlântico, ou seja, investigar o perfil dos cobradores ou provedores dos quintos reais. Para isso, tivemos uma demanda de redução de escala, admitindo a constatação da pertinência na utilização do método microanalítico para nossa pesquisa nesse estágio.⁹ Assim, já até conseguimos identificar algumas referências esparsas na historiografia sobre esses homens, que foram apontados entre os primeiros moradores das Minas, membros de um grupo local com poderio e influência, entre os indivíduos principais e mais importantes de suas localidades (os “homens bons”), nomeados por governadores ou escolhidos pelas câmaras, (RUSSEL WOOD, 1977: 64; GOUVÊA, 2004: 123; HOLANDA, 1973: 269; BOXER, 1969: 75, entre outros) e que deviam “fazer bem e fielmente o seu ofício”. (ANTONIL, 1982: 182)

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1982.
- BICALHO, Maria Fernanda. “Inflexões na política imperial no reinado de D. João V”. In: *Anais de História de Além-Mar*. Vol. VIII. Lisboa: 2007, pp. 37-56.
- BOXER, Charles R. *A idade do ouro do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.
- CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: “de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado” 1693 a 1737*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- CARDOSO, Manuel da Silveira Soares. “Os quintos do ouro em Minas Gerais (1721-1732).” In: *Congresso do Mundo Português*. Lisboa, vol. 10, 1940, pp. 117-128.
- CARRARA, Angelo Alves. “A peso de ouro”. Dossiê ouro. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, novembro 2008, ano 4, nº 38, pp. 16-21.
- _____. *Administração fazendária e conjunturas financeiras da capitania de Minas Gerais – 1700-1807*. (Relatório de Pesquisa). Mariana: UFOP, 2002.
- _____. *Produção mineral e circulação mercantil na capitania de Minas Gerais – 1700-1807*. (Relatório de pesquisa). Mariana: UFOP, 2002.
- COSTA, André da Silva. *Direitos reais, tributação, governo: os papéis sobre a capitação do ouro na dinâmica política da Corte (1731-1750)*. Lisboa: 2003, inédito, pp. 1-40.
- COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. “Primeira parada: Portugal”. Dossiê ouro. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, novembro 2008, ano 4, nº 38, pp. 22-25.

⁹ Ver a esse respeito trabalhos da micro-história italiana.

COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela. “Remessas do ouro brasileiro: organização mercantil e problemas de agência em meados do século XVIII.” In: *Análise Social*, vol. XLII (182), 2007, pp. 77-98.

COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. “O ouro cruza o Atlântico.” In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XLI, Julho-Dezembro, 2005, pp. 71-86.

_____. “O ouro do Brasil: transporte e fiscalidade (1720-1764).” In: site www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_83.pdf -, pp. 1-23.

ESCHWEGE, Wilhelm L. Von. “O quinto do ouro”. In: *Pluto Brasiliensis*. Vol. 1. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 133.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida, CAMPOS, Maria Verônica (coord.). *Códice Costa Matoso*. São Paulo: Fundação João Pinheiro, 1999.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro de, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto: notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII.” In: *Varia História*, nº 31, janeiro 2004, pp. 120-140.

GREENE, Jack P. “Transatlantic colonization and the redefinition of empire in the Early Modern Era. The British-American experience.” In: DANIELS, C., KENNEDY, M. (ed.), *Negotiated Empires. Centers and peripheries in the Americas, 1500-1820*. Nova York, 2002, pp. 267-282.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Metais e pedras preciosas.” In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, pp. 259-310.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Os nobres da governança das terras”. In: MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (org.). *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, pp. 65-71.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: APM/IHGB, 1981.

MELLO E SOUZA, Laura de. *O Sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. “Ouro e diamantes: as dificuldades da cobrança dos Direitos Reais.” In: *Anais de História de Além-Mar*. Vol. VIII. Lisboa: 2007, pp. 89-101.

_____. “Sem ouro para o rei.” In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: janeiro 2007, pp. 24-29.

PAULA, João Antônio de. “A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII.” In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLATA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, pp. 279-301.

PEDREIRA, Jorge M. “As conseqüências econômicas do império: Portugal (1415-1822).” In: *Análise Social*, vol. XXXII (146-147), 1998, pp. 433-461.

RUSSEL WOOD, A. J. R. “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808.” In: *Revista Brasileira de História*. vol. 18, n. 36. São Paulo: 1998, pp. 1-41.

_____. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, v. 55, ano XXVIII, 1977, pp. 25-80.

SOUSA, Rita Martins de. “O Brasil e as emissões monetárias de ouro em Portugal (1700-1797).” In: *Penélope*, nº 23, 2000, pp. 89-107.

Com talento e com vigor: a escrita da história da região do Prata em tempos de guerra

Suellen Mayara Péres de Oliveira*

Resumo: O trabalho a ser apresentado nesse seminário diz respeito ao repertório das atividades e das linguagens do Instituto Histórico e Geográfico Nacional fundado em Montevidéu no ano de 1843. Os estatutos do Instituto orientavam que sua finalidade seria a de aplicar os estudos históricos, geográficos e estatísticos ao comércio, navegação, indústria e administração da República Oriental do Uruguai. Assim, o compromisso historiográfico dos sócios do IHGN esteve presente tanto nas Coleções de memórias e documentos quanto na expectativa de escrever a história contemporânea da região do Prata. O IHGN deixou poucos registros de suas reuniões cotidianas em face ao contexto fragilizado pela guerra grande e pelo exílio de seus sócios; e não sabemos ao certo quando ele se desintegrou. Deste modo nossas considerações estão ancoradas, também, nos relatos de seus sócios que participaram das atividades do IHGB.

Palavras-chave: Região do Rio da Prata; Institutos Históricos e Geográficos; identidades.

1. Tempos de guerra e escrita da história

No ano de 1810, a região do Prata foi palco de muitas guerras civis. Os cidadãos estavam divididos entre aqueles que defendiam a junta de Cádiz como representante monárquica, e outros que reclamavam o direito de se autogovernarem na ausência do rei. Os protagonistas desses embates entenderam que a sequência dos eventos transcorridos em maio de 1810 constituíram uma revolução de fato (GOLDMAN, 2008). A revolução de maio ou a “feliz revolução” deu início a história com H maiúsculo da região do Prata, constituindo-se como o mito que deu origem aos estados nacionais platenses segundo Fabio Wasserman (WASSERMAN, 2008:163).

Durante o século o XIX, a herança revolucionária foi disputada por todos os grupos políticos, por isso as consequências da revolução contaminaram toda a esfera política e mobilizaram o circuito letrado. O que para Jorge Myers “dio origen a una categoría particular de escritor público: el letrado patriota” (MYERS & ALTAMIRANO, 2008: 121). Esse novo letrado foi aquele que deu voz as novas identidades políticas do discurso revolucionário a partir da sua cidade. As narrativas dos letrados patriotas colocavam em disputas as identidades das províncias do interior com as identidades portenhas, desse modo as elites políticas competiam por uma maior participação nas glórias da revolução (MYERS, WASSERMAN, 2008).

* Mestranda do Programa de História Social UFRJ e bolsista do CNPQ.

Quando lemos os discursos revolucionários ao lado das atividades políticas no Prata, observamos que as disputas sobre as heranças da revolução de maio estiveram acompanhadas de projetos políticos que esperavam promover o alargamento da participação política (SABATO,1999). Como pode ser observado nas reformas eleitorais do período rosista (TERNAVASIO,1999), nas campanhas abolicionistas e no ensino popular destinado as camadas pobres e as mulheres (GONZÁLEZ, 2008). Nesse contexto de reivindicações, a forma pela qual a “feliz revolução”erradicaria as mazelas sociais, políticas e econômicas do passado colonial envolveu a criação de associações. Durante 1829-1852, Pilar González assinala que irromperam todo o tipo de associação na região do Prata, associações socioeconômicas, mutualistas, de divertimento e maçônicas (GONZÁLEZ, 2008).

Nesse sentido, consideramos que os diferentes discursos revolucionários e as expectativas do alargamento da participação política ocasionaram consequências na vida política do século XIX na região do Prata que se assemelham as chamadas guerras culturais. Segundo Joan De Jean, as guerras culturais atuais são caracterizadas pela reivindicação de direitos políticos que originaram sua legitimação na ampliação do conceito de cultura e do círculo de leitores:

durante os *fin de siècle* dominados pelas Guerras Culturais, a arena política é constantemente infiltrada pela literária, na mais ampla definição deste termo. Nestas horas como em nenhuma outra, a literatura torna-se matéria da história em vez de matéria da história literária, não é mais apenas atividade ou evento, mas evento *político*. (DE JEAN, 2005:51)

Na esfera das linguagens do século XIX não existia o conceito de cultura, mas o de civilização, que por sua vez não era citado fora do legado da revolução de maio. Por todos os argumentos que expomos até aqui, a região do Prata vivenciou, então uma espécie de querela.

O que denominamos a querela de clio designa o conjunto de experiências políticas vividas pelos grupos letrados que criaram as hierarquias do conceito de civilização da região e das identidades da revolução de maio. A querela de clio no Prata tornava o tempo da revolução de maio sempre presente. Segundo Fabio Wasserman, Bernardino Rivadavia encomendou a Dean Gregorio Funes a escrita da história filosófica da gloriosa revolução em 1812 (WASSERMAN, 2008:161). Essa tentativa de escrever uma história filosófica da revolução de maio comprometeu

não só Dean Funes, mas todos os letrados patriotas que se esforçavam para interpretar os acontecimentos políticos vividos após 1810 dentro de um quadro civilizador.

2. As atividades do Instituto Histórico e Geográfico Nacional

A querela de clío interagiu com a fundação e os propósitos do Instituto Histórico e Geográfico Nacional¹ fundado em 1843 na cidade de Montevidéu, porque os letrados que os fundaram pretendiam monopolizar suas narrativas sobre a História da região do Prata através das atividades do instituto. Em 1843, a cidade de Montevidéu estava sitiada pelas tropas brancas de Manuel Oribe e da Confederação Argentina, uma vez que Juan Manuel de Rosas tomou partido de Oribe contra o líder colorado Frutuoso Rivera. As disputas políticas entre blancos e colorados foi embaralhada com as lideranças da Confederação Argentina. Desde 1835, Rosas havia desterrado grande parte das lideranças unitárias. Os lugares de exílio escolhidos pelos emigrados argentinos foram: Santiago no Chile, Rio de Janeiro e a República do Rio Grande no Brasil, mas principalmente a cidade de Montevidéu, onde Frutuoso Rivera acolheu os proscritos com o fim de incorporá-los nas atividades burocráticas do estado oriental do Uruguai (AMANTE, WASSERMAN, 2000, 2008). Por conseguinte, a presença dos desterrados políticos em Montevidéu converteu o Uruguai em mais um campo de conflito entre os unitários e federais (FERREIRA, 2006). Também, Rosas se envolveu na guerra grande com fim de levar a cabo seu projeto expansionista, pois o caudilho buscou legitimar a Confederação Argentina sob o território do antigo vice-reino do Prata, o qual fora composto pelos territórios do Paraguai, Alto Peru, Chile e Uruguai.

Durante o tempo da Guerra Grande, o IHGN foi estabelecido por letrados orientais e argentinos exilados. O apoio que o instituto obteve da República oriental do Uruguai pôde ser facilmente adquirido pelo pertencimento dos idealizadores do IHGN, Andrés Lamas e Teodoro Viladerbó, ao grupo colorado que conduzia a República oriental. Desse modo, os sócios fundadores ponderavam que o IHGN possuiria o encargo de fomentar a escrita da “verdadeira história pátria” através da elaboração de memórias sobre a região do Prata, especialmente do território da república oriental.

¹ A partir daqui usaremos a sigla IHGN.

No conjunto das produções discursivas do período de resistência rosista, o IHGN estava destinado a exercer o papel que as associações exerciam no quadro das transformações sociais, as quais a revolução de maio deveria inaugurar, visto que os letrados uruguaios entendiam que sua pátria estivesse envolvida com o processo revolucionário da região do Prata iniciado em maio de 1810. Como pode ser notado, o IHGN deveria guardar os monumentos e as lembranças do evento de maio: “*decreta en él la creación de aquel. Gran Establecim.^{to}, depósito delos recuerdos y monumentos, delas hazañas y glorias que ilustraron la Causa dela Independencia de estas Regiones.*”(PIVEL DEVOTO, 1934-35: 185-186).

No dia 25 de maio de 1843, realizou-se a sessão inaugural do IHGN na sala do teatro do comércio em Montevideú. Embora o projeto do instituto estivesse sendo elaborado desde o início do ano, o dia escolhido pelo governo e pelo grupo fundador foi programado para coincidir com as celebrações das festas de maio: “*El primer dia de estas fiestas el Instituto Historico y jeografico[sic] hará su solemne apertura.*”(PIVEL DEVOTO, 1934-35: 192). Não só o dia da reunião do IHGN coincidia com a abertura das festas, como a maioria dos sócios fundadores foram designados para compor a comissão que organizaria as celebrações.

Assim, através do instituto os uruguaios e os argentinos exilados pretendiam erigir um arquivo, editar uma coleção e criar as condições necessárias para que eles cultivassem os estudos sobre a região, mas também empreender uma resistência a Rosas, aplicando seus estudos na reforma social da região. Logo, o compromisso do IHGN estava marcado na seguinte expectativa de seus sócios: “*reunira en un foco de ilustración los datos importantes para la geografia é historia del pais que se conservan dispersos, con peligro de desaparecer, y el oriental que se sienta con el talento y vigor necesario para escribir la Historia de su Patria. [grifo nosso]*” (PIVEL DEVOTO, 1934-35: 187).

No discurso de Lamas que transcrevemos, o talento representava o saber para relatar, e o vigor a ação política. Dessa maneira, ele proferia um tipo de discurso filosófico sobre a história que se tornou comum a partir do século XVIII com o surgimento da filosofia da história. Na Europa desse período, o conceito História passou a incorporar o sentido dos acontecimentos e tornou-se um sujeito histórico dela mesma.² Lamas afirmava nessa época que “*las asociones son*

² Reinhart Koselleck observou que o conceito que designava a história como acontecer, a *Geschichte*, foi sendo preferida ao conceito tradicional *Historie*, a história como relato. Nos anos de 1760-1780, esses dois significados foram associados no uso de um neologismo, “*filosofia da história*”, significando a história como acontecer e como conhecimento do passado. (KOSELLECK, 2006)

el gran motor de los progresos del siglo: ellas dan nombre á las más preciosas conquistas de la civilización contemporanea y la que propongo á la ilustrada consideración de V. E., creo hace mucho tiempo, que es una necesidad nacional bajo diversos aspectos.” (PIVEL DEVOTO, 1934-35: 184).

O reconhecimento por parte de Lamas e do governo que financiava o IHGN de que os estudos históricos e geográficos estavam comprometidos com a ação contemporânea estava expressa na importância dada por eles ao estudo da estatística e da geografia como formas de realizar a história de sua pátria :

16.º§4 Hacer, en memórias ó discursos, aplicaciones de los conocimientos geograficos y de los datos estadísticos, á las necesidades y mejoras del Comercio, de la Navegación, de la Industria y de la Administración de la República. (PIVEL DEVOTO, 1934-35: 188)

Por esse artigo, os letrados patriotas deram ao IHGN uma função de historiógrafo e assinalaram um compromisso com a interpretação das questões candentes no território das repúblicas. O intervencionismo político das atividades letradas do instituto foi a semelhança que os letrados rio-platenses buscaram no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro³. Como pode ser esclarecido na correspondência trocada entre Florencio Varela e o cônego Januário em janeiro de 1843 :

Si nuestro estado político mejora, y tenemos estabilidad, verá V.^s formarse mui pronto aquí un Instituto Histórico, à semejanza del que tanto honra la capacidad de los literatos brasileiros S. Entretanto, procuraremos hacer á ese los servicios que nos sea posible. (Correspondência, AIHGB, lata 139, pasta 85).

A *semejanza* referida por Varela era o apoio financeiro do governo, do qual o instituto brasileiro sempre obteve do Império. Na 108ª sessão ordinária do IHGB em 20 de julho de 1843, cinco meses após aquele contato, Januário da Cunha Barboza destaca o perfil oficial do IHGN ao noticiar, que “escreve o sócio correspondente o Sr. D. Florencio Varella, noticiando haver-se alli instalado[Montevideú], sob os auspícios do governo, uma associação com o título de -Instituto Histórico e Geographico Nacional. [grifo nosso].”(**RIHGB**, 1843 : 357).

A imagem do IHGB como instituto imperial expressa por Florencio Varela foi objeto de grandes disputas entre os sócios do IHGB durante o século XIX. Como mostrou Lúcia

³ A partir daqui usaremos a sigla IHGB.

Guimarães, o IHGB cerrou suas portas para a história dos acontecimentos contemporâneos no Brasil, apesar de ser financiado pelos subsídios do Império (GUIMARÃES, 1995).

O IHGN possuía muitas semelhanças com o IHGB: para além de sócios em comum, o interesse pela preservação dos documentos, a organização do arquivo, a criação de uma memória nacional como atividades prioritárias. Entretanto, as semelhanças não escondem as diferenças. Os letrados patriotas estavam comprometidos com a escrita de uma história dos acontecimentos contemporâneos, mas como realizar essa escrita em tempo de guerra, quando todos os letrados estavam no parque dos acontecimentos lutando contra Rosas? Curiosamente, as notícias sobre a escrita da história da região do Prata no tempo dessa guerra são encontradas na correspondência dos letrados rio-platenses com o IHGB, pois o IHGN teve suas atividades cerradas por causa da guerra e do envolvimento dos seus sócios. Sobre esse momento Florencio Varela informava seu amigo Januário :

he llegado aquí en momentos Sumamente difíciles para este país. Pérdida completamente una [fl.2] batalla por el Presidente Rivera, el Ejército de Rosas, vencedor, se halla ya en temitorio de este Estado, y pronto Amenazará la Capital, que se defenderá muy bien. Esta situacion me coloca en posicion mui embarazada; y como todos somos hoi soldados, no me permite absolutamente ene parme en trabajo ninguno literario.(Correspondência, AIHGB, lata 139, pasta 85).

Soldados no campo de batalha e nos folhetos periódicos, os letrados rio-platenses escreveram nesse período: memórias, biografias, coleções documentais, efemérides, ensaios, poesia e novela (WASSERMAN, 2008). Muitos desses escritos não chegaram a ser publicados e circularam de forma manuscrita, entretanto cumpriram a tarefa de intervir nos questões administrativas da república oriental. Através da correspondência com o instituto brasileiro, os letrados fundadores do IHGN fizeram propaganda anti-rosista.

Desse ponto de vista, o IHGB não foi só um público da querela do Prata mantendo a participação dos sócios do IHGN, mas participou dos interesses diplomáticos que ligavam o Brasil e a região do Prata: a definição das fronteiras entre o império e as repúblicas. A interação entre sócios do instituto histórico do Brasil e do Rio da Prata configurou o que João Paulo Pimenta chamou “de cooperação política e intelectual” (PIMENTA, 1997: 9).

Todo o corpo diplomático do império e da república oriental compunha os quadros do IHGB e do IHGN. Em 1843, o ministro do governo Suarez e dos negócios estrangeiros D. Santiago Vazquez era sócio fundador do IHGN, com quem Florencio Varela mantinha amizade

também. A seu pedido em agosto de 1843, Varela embarcou para a Inglaterra em uma missão diplomática. No ano de 1844, Florencio Varela enviou para o cônsul geral do Uruguai na corte D. Magariños sua memória histórica sobre o território do Rio da Prata.(DOMÍNGUEZ, 1927:17)

Como membro do corpo diplomático da república oriental, Florencio Varela elaborou a memória *Cuestiones entre España y Portugal sobre los límites de sus respectivas conquistas en la América Meridional hacia el Rio de la Plata y sobre la Colonia de Sacramento*. A memória listava apuntes documentais sobre as fronteiras desde do século XV com fim pragmático de explicar a feliz revolução, justificar a separação dos territórios coloniais no presente da definição das fronteiras e nas futuras negociações:

Son para nosotros, una interesante porcion de los Analles de nuestra existencia colonial, cuyo conocimiento creo indispensable para comprender debidamente la Historia de la Grande Revolucion que separó los dos mundos, para explicar acontecimientos pasados, justificar hechos para importantes arreglos en el porvenir. He creido también que podría derramar alguna luz sobre estos episodios de la historia jeneral de la Europa, en que tan ocupados aparecen Capitanes de alta estima, y renombrados Diplomatas de los últimos siglos.(VARELA, 1842:1)

Assim, Florencio Varela colocava sua escrita a serviço das negociações que estabeleceriam as fronteiras do império com a região do Prata, expressando seu compromisso com o artigo 16.º§4 do estatuto do IHGN, o qual exigia que os sócios elaborassem memórias que intervissem nas questões da administração da república oriental. Varela influenciou “*directamente en la política del Río de la Plata, por la amistad que lo ligaba al señor Vásquez, el cual volvió como antes a valerse de su consejo y cooperación en el ministerio de Relaciones Exteriores*”(DOMÍNGUEZ, 1927:25). A doação da memória de Florencio Varela a D. Alejandro Magariños que residia na corte, dispunha o vigor da escrita da região do Prata em tempo de guerra. Seu uso na defesa dos interesses da república oriental atualizava naquele momento os episódios do passado colonial, e atendia as demandas do presente.

3. Conclusão

A guisa de conclusão podemos analisar que em tempos de guerra, os letrados patriotas da região do Prata que participaram da fundação do IHGN optaram por escritas que dessem conta do turbilhão de experiências políticas que eles viviam. Nesse caso, a memória unida à edição de documentos se apresentou como uma forma de usar o passado colonial de maneira útil às questões da definição das fronteiras entre o Estado oriental e o Império do Brasil. Dessa forma, as memórias serviam de instrumento prático para os oficiais do corpo diplomático, que não por coincidência pertenciam aos institutos históricos e geográficos. A escrita, a leitura e o emprego das memórias e dos documentos juntavam na mesma esfera do presente os acontecimentos transcorridos. Como o próprio Lamas definiu, a escrita da história da região do prata só era possível de ser operacionalizada com o talento das formas retóricas da escrita, nesse caso não esqueçamos que a memória pertence ao gênero da retórica, mas também se escreveria com a ação política. Portanto, os letrados patriotas conciliaram em suas escritas a história filosófica com a tradição das formas retóricas.

Se por um lado a experiência da guerra impediu a manutenção das reuniões do IHGN, por outro ela legitimou o discurso da história contemporânea da região do Prata, visto que os letrados que a escreveram falavam do lugar de participante, daquele que viu, ouviu e lutou no sítio da Guerra Grande. A fronteira entre a região do Prata e o Brasil foi construída a partir do relato da guerra e de seus autores. De acordo com nossa pesquisa, os autores dessas histórias escreveram suas narrativas em conjunto, a partir da relação de intercâmbio entre o IHGN e IHGB. A memória de Florencio Varela que aqui citamos, por exemplo, foi elaborada em sua passagem pelo Rio de Janeiro em 1842, com livros emprestados por Januário da Cunha Barboza. Então, porque no Império do Brasil as repúblicas platinas sempre foram identificadas como a representação da barbárie? A ambiguidade entre as sociabilidades de brasileiros com os rio-platenses e as narrativas identitárias é apenas aparente, como as fronteiras nacionais. Entretanto essa ambiguidade aponta para a maior de todas as funções do discurso histórico nos oitocentos: criar as identidades nacionais.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

4.1 Fontes

- AHIGB, coleção Instituto Histórico, Lata 139, pasta 85.

- Archivo General de la Nación (Buenos Aires), sala VII, colección Carlos Casavalle: VARELA, Florencio. Introducción y parte del primer capítulo de una obra inédita del Sr. D. Florencio Varela, titulada “Cuestiones entre España y Portugal sobre los límites de sus respectivas conquistas en la América Meridional hacia el Río de la Plata y sobre la Colonia de Sacramento”. Río de Janeiro, octubre de 1842. Legajo 2311- 1842.
- RIHGB, 1843.2ª edição. Tomo 5.

4.2. Artigos e livros

AMANTE, Adriana. “O estrangeiro muito romântico – a literatura dos escritores românticos argentinos exilados no Brasil”. In: SANTOS, Luis e PEREIRA, Maria. *Trocas culturais na América Latina*. Belo Horizonte: Pós - lit/ FALE / UFMG, 2000. p.151-163.

ALTAMIRANO, Carlos(.dir.). *História de los intelectuales en América Latina*. 1º volumen. Jorge Myers(editor). *La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: KATZ editores, 2008.

DE JEAN, Joan. *Antigos contra Modernos. As Guerras Culturais e a construção de fin de siècle*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DOMÍNGUEZ, Luis L. “Florencio Varela”. In: VARELA, Florencio. *Rosas y su gobierno*. Clasicos Argentinos. Volume II. Buenos Aires: Editor M. Gleizer.1927.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

GOLDMAN, Noemí. *Lenguaje y revolución conceptos claves en ele río de la plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2008.

GONZÁLES BERNALDO, Pilar. *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires (1829-1862)*. 2ª edição. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. **RIHGB**, 156(388), 1995.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

PIMENTA, João Paulo. “A fundação dos Institutos histórico-geográficos na intersecção das historiografias nacionais de Brasil, Uruguai e Argentina”. In: *Anais XIX Simpósio Nacional de História* - ANPUH, Belo Horizonte, julho de 1997, p.1-14.

PIVEL DEVOTO, Juan E. “El Instituto Histórico y Geográfico Nacional (1843-1845)”. **Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay**. Tomo XI, 1934-35, p.179-216.

MYERS, Jorge. “El letrado patriota: los hombres de letras hispanoamericanos en la encrucijada del colapso del imperio español en América”. In: ALTAMIRANO, Carlos(.dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. 1º volumen. Jorge Myers(editor). *La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: KATZ editores, 2008.

SABATO, Hilda. *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México:Fondo de Cultura Económica, 1999.

TERNAVASIO, Marcela. “Hacia um régimen de unanimidad. Política y elecciones em Buenos Aires, 1828-1850”. In: Hilda Sabato. *Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina*. México:Fondo de Cultura Económica, 1999.p.119-141.

WASSERMAN, Fabio. *Entre Clio y la Polis: Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860)*. 1ª ed. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.
_____. “Revolución”. In: Noemí Goldman. *Lenguaje y revolución conceptos claves en el río de la plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2008.

Conceituações do “contemporâneo” em arte e processos interpretativo-compreensivos: curadores, críticos e arte-educadores e a construção de testemunhos e discursos da História da Arte

Sylvier Moraes Cardoso*
Marcio Pizarro Noronha*

A Constituição do campo documental na/da e para a Arte não integra apenas a poética e o testemunhal do artista, mas se configura num traçado entre formas compreensivo-interpretativas associadas à escolha provocadas por curadores, críticos e arte-educadores.

Ou seja, de um lado, a produção artística valoriza e privilegia a poética testemunhal¹.

Mas por outro, a documentação é a produção de um campo mais geral do circuito artístico, que envolve os demais grupos que constituem o sistema artístico – de um lado, a figura emblemática dos curadores², e, de outro, a figura emblemática dos educadores. Ao lado das curatorias põem-se o sistema da crítica, as ações museológicas, de conservação-preservação, a História da Arte, os princípios e debates estéticos e o jogo político-econômico. Ao lado da educação, as ações públicas e coletivas, comunitárias, as formas de comunicação, a atuação junto à rede escolar propriamente dita, a produção de material em série com vistas à divulgação.

Em ambas as figuras, estamos diante de estratégias e concepções da contemporaneidade, entendendo-se aqui uma diferença entre o senso comum do termo

* Graduanda do 7º período de História pela Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí. Email para contato: sylvier7@hotmail.com.

* Dr. em Antropologia (USP SP), Dr. em História (PUCRS), Psicanalista, Interartista, Professor e Pesquisador de Teoria da Arte. Atua no Campus Jataí – UFG. Atua nos Programas de Pós-Graduação em História (UFG) e em Música (UFG). É líder do Grupo de Pesquisa Diretório CNPq INTERARTES. Atualmente é diretor do Museu Histórico de Jataí. E-mail para contato: marcio.pizarro@hotmail.com ou marcpiza@terra.com.br.

¹ Um bom exemplo disso pode ser encontrado na Videobrasil Coleção de Autores, iniciada em 2000, reunindo trabalhos de artistas como William Kentridge, Coco Fusco e Rafael França. Os documentários apontam para esta dupla condição documental-testemunhal do artista e suas obras e do sistema como um todo, valorizando o registro de trajetórias contemporâneas e suas relações diretas com o uso-exploração de novas mídias.

² “Tradicionalmente, a formação do curador de arte, antes conhecido como o conservador responsável por uma coleção de museu, passava por uma rigorosa formação em História da Arte. Às disciplinas de Estética e Museologia forma se somando as Ciências Políticas e Econômicas.” (Pedrosa; Lagnado; 2009, 96)

contemporâneo, associado à dimensão temporal-cronológico da história factual, e, o uso do termo enquanto conceito definidor da Arte³.

Assim, os processos seletivos, expositivos e de premiação, bem como as leituras e os fundamentos de estratégias educativas perpassam a definição-conceituação de “Contemporâneo” em arte e o modo como este conceito dialoga com a promoção de uma memória coletiva, um discurso testemunhal e a produção em fragmentos de um discurso para a História da Arte Contemporânea.

A obra de Arte Contemporânea além de autobiográfica, portanto inacabada, exige e instiga uma leitura, faz-se necessário um leitor que interaja com esta de maneira transgressora, envolvendo operações de subjetivação e de uma trama intersubjetiva (aos moldes de um si mesmo enquanto outro, numa perspectiva de tratamento de cunho hermenêutico).

Assim, ao tornar-se pública, a obra segue a dupla trajetória do si mesmo enquanto outro de si, como condição da alteridade na subjetividade, revelando a dimensão da obra como autobiografia do artista, mas também, como o traçado de um caminho desconhecido, diferente daquele determinado ou desejado por quem a criou.

A obra de arte fala por si mesma, testemunha do si mesmo e das multiplicações interpretativas e como abertura a um “destino incerto”⁴ e é sujeita a re-significações a cada abordagem, a cada contato, que é único e não raras vezes, diverso daquela significação que recebeu à priori em sua construção/concepção.

Ao ser gerada há uma intenção, mas ao tornar-se pública, a obra de arte ganha percurso próprio, é nesse ponto que há um desprendimento entre o artista e a sua obra, onde esta percorre sua destinação ao sofrer variáveis interrogações/interpretações de seus leitores.

Para compreender este processo de conceituação-produção da arte que se autodenomina e que é denominada-conceituada como sendo contemporânea, faz-se necessária a revelação da historicidade do procedimento.

³ Por exemplo, para Anne Cauquelin, o termo arte contemporânea se define a partir de três embreantes: Andy Warhol, Marcel Duchamp e Leo Castelli. Para uma discussão aprofundada do tema, ver o artigo de NORONHA (2007) no II Congresso de História de Jataí. Ver livro de resumos e cd.

⁴ Paradoxalmente, a expressão “destino incerto” está associada aos estudos da Psicanálise e Hermenêutica, onde encontramos a leitura de Dolto, nos termos do inconsciente e seus destinos (o destino das pulsões), que se define exatamente como sendo não um destino, nos termos de uma finalidade, mas uma destinação

É durante os anos de 1960-1970, que para muitos se dá a grande virada da Arte Moderna para a Arte Contemporânea, a nível internacional.

A Arte Contemporânea vislumbra a quebra do convencional em relação a materiais, procedimentos e principalmente a invenção de métodos próprios para cada tipo de exploração/problematização:

“Portanto, um dos aspectos do que muda e se radicaliza no contemporâneo é que a partir do momento que a arte passa a trabalhar qualquer matéria do mundo e nele interferir diretamente, explicita-se de modo mais contundente que a arte é uma prática de problematização: decifração de signos, produção de sentido, criação de mundos. É exatamente nessa interferência na cartografia vigente que a prática estética se faz obra, sendo o bem sucedido da forma indissociável de seu efeito de problematização do mundo. O mundo liberta-se de um olhar que o reduz às suas formas constituídas e sua representação, para oferecer-se como matéria trabalhada pela vida enquanto potência de variação e, portanto matéria em processo de arranjos de novas composições e engendramentos de novas formas. A arte participa da decifração dos signos das mutações sensíveis, inventando formas através das quais tais signos ganham visibilidade e integram-se ao mapa vigente. **A arte é portanto uma prática de experimentação que participa da transformação do mundo.**” (ROLNIK, 2002:271-272, grifos nossos).

A Arte faz uma in-(ter)-venção de-no mundo e de-na significação⁵, servindo como elemento indispensável ao se pensar na criação e decifração do mundo. Ela é um processo vital e a própria vida, enquanto potência de variação.

Esta experimentação na prática estética é variável tanto em função do artista, quanto a do espectador, crítico de arte, curador e arte-educador.

Também observa-se diversas formas de apresentação, divulgação e recepção dessas obras. Para cada sujeito há uma apreensão na práxis experimental da transformação do mundo e de si mesmo.

O contato com a Arte Contemporânea extravasa os prédios museais, passando a se utilizar de qualquer espaço que favoreça a experiência da existência humana. Os objetos ganham status de “relacionais”, ou seja, o seu sentido depende diretamente de sua capacidade de ser experimentado, ele não é simplesmente para ser exposto, ele é um

⁵ Esta é uma noção desdobrada da tradição do século XIX nas relações arte e vida. Indo dos vitalistas-organicistas ao pensamento de Nietzsche, Bergson e, na atualidade, nas leituras de Deleuze e Guattari, podemos pensar, a partir do Rolnik numa definição aberta para o termo arte contemporânea, como se tratando de um processo de “in-(ter)-venção” de-no mundo (produção de ação no mundo) e de-na significação (significação entendida como produção de sentido, nas ações humanas, e, como produção de significados, nas representações). Entende-se aqui a construção do termo “in-(ter)-(ven)-[a]-ção” como se tratando de intervenção, invenção e interação (relações), o que permite pensar a intervenção (modos de agir), invenção (modos de fazer-apresentar-representar) e relações inter (interartísticas, interculturais, intermediais). Ver aqui os artigos de NORONHA.

“ser” que convida o outro para o diálogo, ele deseja ser afetado e consequentemente afetar. Sobre isso nos fala Suely Rolnik:

“O objeto de arte desfetichiza-se e se reintegra ao circuito da criação, como um de seus momentos e de igual importância que os demais. Ele perde sua autonomia, ‘é apenas uma potencialidade’, como escreve Lygia, que será ou não ‘atualizada’ pelo espectador.” (2002:273)

Os artistas contemporâneos trabalham muitas vezes com o cruzamento de várias linguagens artísticas, favorecendo a diluição das fronteiras, o que temos denominado de processos e sistemas interartísticos e, mais atualmente, intermidiais.

Mas, além disso, é preciso pensar isto nos termos de relações interculturais, o que se traduz em temas como os das relações arte e cotidiano, arte e histórias de vidas, ampliadas para a memória coletiva, pensando amplos processos biográficos-autobiográficos.

As obras de arte são objetos de criticidade, transmutação, abertas a novas formulações/investigativas.

Portanto, o próprio conceito de ‘Contemporâneo’ torna-se, estrategicamente flutuante, cambiante:

“No subjetivismo moderno não existe mais um mundo unívoco evidente, e sim uma pluralidade de mundos particulares a cada artista; não existe uma única definição do que seja arte, e sim uma diversidade quase infinita de estilos individuais de processos artísticos”. (MEIRA, 2008:46-47)

Os estilos individuais compreendem estas ações e trajetórias autobiográficas percorridos nas obras desdobradas em interpretações, nas direções do si mesmo enquanto atravessado pela outreidade.

Pensando deste modo iniciamos um projeto que pretende apreender a contemporaneidade no momento estratégico de suas narrativas.

A partir da afirmativa acima, uma série de questionamentos vêm à tona a partir do desenvolvimento do projeto: Narrativas curatoriais e seus confins: Mac Jataí-2005-2009:

Qual o conceito de ‘Contemporâneo’ utilizado pelos curadores ao fazerem a seleção dos trabalhos para o VIII Salão do MAC em 2009?

Como os curadores compreendem e interpretam as obras selecionadas?

Como o arte-educador concebe a noção de Arte Contemporânea?

Qual o caminho deste labirinto é feito pelo arte-educador ao se trabalhar nesta exposição?

Qual a forma de comunicação é utilizada entre a obra, o arte-educador e o expectador?

Para pensarmos estas questões utilizaremos o processo hermenêutico, onde tanto Gadamer e Ricoeur destacaram a fusão de horizontes, onde há convergência do 'mundo do texto' com 'o mundo da ação', ou seja, do leitor e autor.

Eles também ressaltaram que a “linguagem se manifesta no diálogo, encontro de dois mundos, aventura e desdobramentos imprevisíveis para os parceiros, porém mutuamente transformadora e enriquecedora.”⁶

Esse encontro deve favorecer e ser alicerçado nos sentidos/sentimentos, já que na Arte Contemporânea há um constante processo de fazer-refazer, inventado, reinventado, ressignificado, reinterpretado, nas relações, entre ação e significação, mundo e texto, sendo necessário a fruição, que percorre um caminho próprio, de modo individual. No mundo contemporâneo não há estabilidade, há fragmentação, portanto a obra possibilita inúmeros caminhos no labirinto frutivo.

O papel do arte-educador é portanto, o de conduzir o expectador à um maior entendimento da intenção do artista no processo de criação, ampliando o conhecimento teórico acerca de algumas técnicas e conceitos da arte contemporânea, mas principalmente deve servir de ponte entre a obra/artista e o expectador. Funciona como elemento de ligação da intenção do artista e sua obra com o receptor/expectador e interprete. É o mediador, e concomitantemente o ouvido e a voz do artista, é o mensageiro instigante. Sua contribuição é o despertar para reflexões, para a fruição.

Não é um papel fácil de desempenhar, já que há uma complexidade quando tratamos do contemporâneo, em todos os aspectos:

“A arte contemporânea pode estar em vários lugares simultaneamente desempenhando funções diferentes. Mas o principal de tudo isso são os novos tipos de relação que ela nos faz estabelecer. O novo sujeito não será epistemológico como foi o intentado por Kant, mas estético, um híbrido de contradições, porque o homem contemporâneo precisa de um modelo positivo da vivência da contradição.” (COCCHIARALE, 2006: 67)

⁶ Carlos Eduardo Matos, editor de *Mente, Cérebro e Filosofia - O século XX*.

A partir do exposto acima e através de entrevista feita com a arte-educadora Luciana Martini Dreyer, observamos em sua fala, uma preocupação de indução à fruição, de decodificação da obra contemporânea, nesse trabalho mediador da ação educativa. A arte-educadora se coloca como: “um pincel nas mãos do pintor.” Onde esta passa a ser uma ponte, dentro destes vários universos expostos no VIII Salão de Arte Contemporânea do Mac - Jataí.

Faz-se necessário então um direcionamento e um cruzamento de um modelo que perparse o caminho seguido tanto pelos artistas, quanto pelos museus (direção de museu, conselho de museu, secretário de cultura, agentes de cultura), curadores (agentes dos sistemas das artes), arte-educadores e expectadores, especialmente professores e alunos que visitam as exposições de Arte, no Mac-Jataí, para isso utilizaremos a posteriori o caminho proposto pela entrevista episódica de Uwe Flick⁷, o qual afirma que a experiência e a vida são construídas em forma de narrativa, portanto, a obra de arte, também.

REFERÊNCIAS

COCHIARALE, Fernando. *Quem tem medo da arte contemporânea?* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006.

MEIRA, Silvia Miranda. A Anti-aesthetica Contemporânea. In: Aquino, Vitor (Org.). *Metáforas da Arte*. São Paulo: MACUSP/Programa de Pós-Graduação em Estética e História da Arte, 2008. p.45-58.

ROLNIK, Suely. Subjetividade em obra: Lygia Clarck, artista contemporânea. In: LINS, Daniel. GADELHA, Sylvio (Orgs). *Nietzsche e Deleuze – O que pode o corpo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará : Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.

Revista *Mente, cérebro & filosofia*. Fundamentos para a compreensão da psique. 11ª Edição. São Paulo: Ediouro, Segmento-Dueto Editorial Ltda, 2008.

PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS:

NORONHA, Marcio Pizarro. Teoria do embreante e seus confins: indo além do modelo e afetando o giroscópio das práticas artísticas para uma teoria e história interartes. In: Cd e Livro de resumos do II Congresso de História de Jataí, Jataí (GO), 2007. Mini-simpósio: HISTÓRIA E TEORIA INTERARTES: NARRATIVAS, TOPOLOGIAS E VISUALIDADES E A PESQUISA RECENTE EM HISTÓRIA E TEORIA DA ARTE. Coordenação Marcio Pizarro Noronha (UFG) e Rosemary Fritsch Brum (UFRGS).

⁷ Modelo de entrevista utilizado na Tese de Mestrado de Sálvio Juliano Peixoto Farias – FAV/UFG

REVISTAS:

PEDROSA, Adriano e LAGNADO, Lisette. Dossiê. Ficções. II Seminário Semestral de Curadoria. In: MARCELINA. Revista do Mestrado em Artes Visuais da Faculdade Santa Marcelina – Ano 2, volume 2 (1, semestre 2009) – São Paulo: FASM, 2009. pp. 95-119.

VÍDEO:

RAFAEL FRANÇA: OBRA COMO TESTAMENTO. Videobrasil coleção de autores, ACV, 2001. Realização Videobrasil e Sesc SP. Patrocínio FONDS.

As “morais da história” em debate: um balanço historiográfico da história da família no Brasil colonial

Taiane Cristina da Silva*

Quando se pensa em família colonial brasileira somos levados às páginas clássicas de Gilberto Freyre *Casa-grande e Senzala*. No entanto, ao lado deste modelo usado durante muito tempo pela historiografia brasileira, novas possibilidades de estudo da família emergem a partir da ênfase dadas às especificidades regionais, bem como às peculiaridades locais na incorporação dos códigos, leis e regras de conduta.

Nosso objetivo neste trabalho é contrapor essas duas vertentes historiográficas que discutem quanto à moral no período colonial, distinguindo as linhas analíticas baseadas ou contestatórias do modelo freyriano de família patriarcal.

Os primeiros estudos sobre moralidade no período colonial, com temáticas voltadas para a família, para a sexualidade e para a mulher, tiveram como base o modelo de família patriarcal proposto pelos estudos do sociólogo Gilberto Freyre em sua consagrada obra *Casa Grande e Senzal*. “A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor”(FREYRE, 1994, p.4). Este modelo de família patriarcal, idealizado com base em uma sociedade agrária, latifundiária e escravocrata permaneceu durante muito tempo aceito pela historiografia como genérico e fixo de descrição dessa instituição.

Segundo Eni de Mesquita Samara esse modelo, “permaneceu tradicionalmente aceito pela historiografia como exemplo válido e estático e praticamente único para exemplificar toda a sociedade brasileira” (SAMARA, 1983:8-16)

Segunda a historiografia o modelo patriarcal define-se a partir dos seguintes pressupostos: uma sociedade dividida entre senhores e escravos, segundo um conceito da corrente historiográfica marxistas numa lógica de dominantes de dominados, a escravidão como fator desvirtuante de uma modelo ibérico de família, a família brasileira sendo vista

* Acadêmica Graduanda do Curso de História da Universidade Federal de Viçosa.

como resultado de um processo singular da criação de um determinado tipo de estrutura social.

O processo de colonização no Brasil deu-se , segundo a historiografia tradicional, sobre a égide de um tripé fundamental estruturador da sociedade brasileira. O latifúndio, a escravidão e uma economia agroexportadora. É como se este tripé fundador da sociedade colonial tivesse resultado, necessariamente, no modelo patriarcal de família. Provém dessa visão o resultado de alguns trabalhos posteriores à Freyre de intelectuais como Oliveira Viana e Alcântara Machado, que generalizaram o conceito freyreano, estendendo-o para todo o resto do território brasileiro através do pressuposto em que, família patriarcal passou a ser sinônimo de família brasileira. A estrutura desse modelo foi reproduzida dentro da historiografia subsequente aos principais trabalhos de Freyre (*Sobrados e Mocambos* e *Casa-Grande e Senzala*). Autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Antônio Cândido são alguns dos exemplos dentro da historiografia brasileira que se utilizaram desse conceito elaborado pelo sociólogo.

Freyre ao estudar a formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal nos fala quanto a importância dessa instituição na colonização do Brasil, mostrando a relevância dos estudos da família para a criação da identidade nacional

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio , é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas , compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.(FREYRE, 1994, p.18)

Entretanto, ao tratarmos da idéia de Freire, é importante termos em vista a possibilidade de variação do modelo patriarcal de família. Em trabalhos mais recentes, questiona-se o modelo de Freyre como sendo o único para se aplicar a toda sociedade brasileira. A família assume características específicas em função do tempo, espaço e grupos sociais abordados. Entendendo, portanto, as especificidades e peculiaridades que essa instituição assume em realidades historicamente distintas.

Os novos estudos da família¹ brasileira surgem como o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da temática que foge do modelo paradigmático freyriano. Partindo de uma crítica à historiografia *clássica*, estes novos estudos têm como proposta atender às especificidades locais, às variadas influências da atividade econômica e à estrutura da propriedade agrária e mineradora na recomposição das variantes regionais de família. Em síntese, a nova perspectiva adotada pelos historiadores da família no Brasil colônia pretende mostrar uma “sociedade multifacetada, móvel, flexível e dispersa”. (CORRÊA, 1993, p. 24.)

A estruturação de novas configurações familiares, fugindo do modelo patriarcal de família extensa, mostra-se presente nos estudos de Luciano Raposo Figueiredo, no qual se distingue a influência de Philippe Àries. Figueiredo se apresenta como parte de uma vertente que analisa a formação da família colonial brasileira nas Minas Gerais, que possui contornos específicos, se comparada a outras áreas do Brasil Colônia. A diversidade de atividades econômicas envolvidas no processo extrativista fez com que surgissem novas camadas sociais que necessitavam adaptar-se a essa realidade social. A visão da sociedade agrária enraizada na relação entre senhor e escravo ganha novos elementos, fugindo de uma visão dualista de relações sociais, para deparar-se com um número maior de agentes modificadores do social. A família patriarcal da formulação freyriana mostra-se inoperante na observância desta sociedade

Em uma sociedade urbana como a de Mina, na qual o patriarcalismo esteve, em uma perspectiva geral, bastante atenuado, o Estado precisava estender seu controle sobre o sistema de alianças e parentescos, que regulava o universo mais rasteiro da organização social. Somente assim poderia disciplinar desde a raiz a vida social dos grupos mineiros.(FIGUEIREDO, 1997:29-30)

Outro estudo sobre a família que distingue especificidades regionais é o de Eni Mesquita. Na obra “*A família brasileira*”, a autora aborda o uso deste modelo patriarcal exposto na narrativa freyriana e as variações que este assume ao estudar as famílias paulistas “o modelo patriarcal que aparece na sociedade paulista apresentou características próprias e difere em muitos aspectos das famílias extensas encontradas nas áreas rurais do Nordeste”

¹ Uma leitura importante referente as tendências dos estudos referentes a família.SILVA, Maria Beatriz Nizza.História da Família:tendências e metodologias. *Ler História*, Lisboa: ISCTE, n.29, 1995. p.19-24

(SAMARA, 1983:40). Em relação à pesquisa de Eni de Mesquita, quanto a inaplicabilidade do modelo paradigmático ao pensar na formação da família paulista, a autora nota a predominância de famílias nucleares com poucos integrantes. Esse fato não alterou as relações entre os integrantes da família que acabam por ativá-las em ocasiões como os casamentos, batismos e partilhas. A substituição do modelo de família patriarcal extensa para uma família nuclear possibilitou a criação de novas relações estruturadas a partir de ligações de trabalho “essa característica da família paulista não chegou a representar um sério rompimento na trama de relações paternalistas que ainda estão presentes nessa sociedade, mesmo se desenrolando fora do âmbito familiar”(SAMARA, 1983, p.40)

Em outros estudos sobre o tema Samara ao pensar a construção da família passa a abordar os papéis realizados por homens e mulheres nesta sociedade patriarcal. Estando estes estruturados a partir de obrigações mútuas que cabiam aos cônjuges. Aos homens cabia a manutenção do casal, zelando esse pelo patrimônio familiar, gerindo os negócios e propriedades. As mulheres as obrigações básicas destinadas à estabilidade e ao conservadorismo, desenvolvendo o governo das atividades domésticas.

Nas uniões legítimas, o papel dos sexos estava bem definido, por costumes e tradições apoiados nas leis. O poder de decisão formal pertencia ao marido, como protetor e provedor da mulher e dos filhos, cabendo à esposa o governo da casa e a assistência moral à família.(SAMARA, 2002, 27-48)

As mudanças econômicas ocorridas a partir do sec XVIII afetam todo o conjunto da sociedade provocando alterações no estilo de vida destas pessoas. O deslocamento do eixo econômico do nordeste para o Sul e a diversidade de atividades econômicas que estavam envolvidas no processo extrativista fizeram com que surgissem novas camadas sociais que necessitavam adaptar-se a esta realidade social. Neste contexto a autora destaca a novo papel que a mulher passa a ocupar na sociedade, alterando todo “o quadro da organização familiar e das relações de gênero” .(SAMARA, 2002:27-48)

especialmente no meio urbano, os papéis informais, embora não oficialmente reconhecidos e pouco valorizados, integravam a vida cotidiana, servindo também para desmistificar, no sistema patriarcal brasileiro, o papel reservado aos sexos e à rígida divisão de tarefas e incumbências..(SAMARA, 2002:27-48)

Leila Mezan Algranti, ao estudar a vida das mulheres reclusas da sociedade colonial, nos mostra a formação dos velhos e novos estereótipos da mulher no Brasil colônia. A primeira imagem da mulher enquanto mãe e esposa foi traçado pela Igreja Católica no projeto de colonização brasileira “elas [as mulheres] foram consideradas, (...), o receptáculo das tradições culturais e das virtudes morais que se desejava transmitir aos colonos, para que desempenhassem papéis de súditos fiéis e bons cristãos”(ALGRANTI, 1993, p.53). Com o caráter exploratório da colonização e a introdução da escravidão, estabeleceram-se categorias distintas entre as mulheres da Metrópole e as que aqui habitavam. Novas categorias de diferenciação são criadas: brancas, negras, livres ou escravas.

Segundo Algranti a produção historiográfica recente ao discutir os estereótipos femininos reafirmam a relação dualística, contidas, principalmente, em *Casa-grande e Senzala*.

O que se nota, algumas vezes, é que a construção binária senhora e escrava, predominante em Casa-grande e senzala foi substituída por outras ricas e pobres, aristocratas e trabalhadoras(...) A multiplicidade dos comportamentos femininos tornou a mergulhar em imagens opostas nitidamente delimitadas. (ALGRANTI, 1993,p.61)

Ronaldo Vainfas tenta incorporar aos novos estudos acerca da mulher uma análise sobre os novos papéis que essas passam a assumir na Colônia. Mostrando a criação de uma identidade distinta daquela esperada pela Igreja e o Estado

(...) ganhando a vida como vendedoras de quitutes nas ruas de Minas, agindo como chefes de família, sós, sem maridos ou companheiros que saíam à caça de ouro e aventuras e não voltavam jamais. Mulheres que, apesar de oprimidas e abandonadas, souberam construir sua identidade e amansar os homens, ora recorrendo a encantamentos, ora solicitando o divórcio à justiça eclesiástica.(VAINFAS, 2004:116)

O modelo de família freyriana nos coloca diante do desenvolvimento de uma “ família escravocrata, da casa-grande, da família patriarcal; (...) acrescida a família de muito maior número de bastardos e dependentes em torno dos patriarcas, mais femeeiros (...) e um pouco mais soltos, talvez,na sua moral sexual” (FREYRE, 1994 p.22).Esta moral sexual mais “frouxa” que nos mostra o

socióloga acaba por pluralizar-se ligando-se às imagens polarizadas da mulher no Brasil colonial. Uma em que temos a mulher branca como aquela apta para desenvolver um papel tradicionalmente aceito de “mulher de bem”, “mulher de família”, onde desejos e sentimentos ficavam dentro dos limites patriarcais da família, pregando a devoção ao marido e aos filhos, à Igreja e à aproximação à figura da Virgem Maria. Já as mulheres negras e índias, sempre submetidas aos desejos dos homens brancos, eram marcadas por uma moral inferior. Segundo Freyre

A mulher morena tem sido a preferida dos portugueses para o amor, pelo menos para o amor físico(...). Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”², ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata.(FREYRE,1994 p.9)

Eni de Mesquita também ressalta essa dupla moralidade existente no Brasil Colônia, em que

As mulheres de posses, em sua maioria, deviam ficar circunscrita à vida familiar, o que fomentava as suas aspirações de casamento e filhos(...). Aquelas de menor posse, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual.Suas relações desenvolviam, portanto, dentro de outro padrão de moralidade(SAMARA, 1983,p.65)

A moral abordada por Samara em seus estudos ultrapassa aquela estabelecida por Freyre vendo a questão econômica, não mais racial, como agente principal na formação de uma moral específica de determinado grupo social.

Neste momento entramos em uma discussão sobre o conceito de moral usado por Freyre e Samara.A moral, segundo Rafael Bluteau, autor do *Vocabulário Português e Latino*, está ligada a determinadas ações que dizem respeito aos costumes e tradições. Moral é, portanto, “a ciência de regular os costumes com respeito ao honesto, virtuoso, e decoroso, segundo a Étnica racional, ou revelada.(...) adj. que respeita aos costumes, e sua direção”. (BLUTEAU, 1712 – 1728:96) Assim, uma ação moral, consiste em atitudes que respeitem os

² Ditado encontrada nas páginas da obra de Gilberto Freyre, *Casa –Grande e Senzala*, registrado por H.Handelmann na sua História do Brasil (trad.) Rio de Janeiro, 1931

costumes e as tradições estipuladas por determinados códigos sociais. Michel de Foucault no seu *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres* apresenta uma concepção de moral que vai além da esboçada por Bluteau, sendo portanto entendida como um conjunto de valores e regras propostas a determinado grupo por diferentes instâncias, como o Estado e a Igreja, que fixavam códigos de comportamento e formas de subjetivação do sujeito. Segundo Michel de Foucault

(...) por “moral” entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta (...), o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara. (FOUCAULT, 1984, p.26)

A concepção de moral estabelecida por Michel de Foucault começa a ser incorporado nos novos estudos acerca da família colonial brasileira. Nesta linha teórica de estudos temos uma nova vertente da historiografia brasileira, em que adotamos uma análise foucaultiana do conceito de moral no período colonial brasileiro. Repensando o problema da família e da moral, nessa linha de revisão, destacam-se os estudos de: Maria Beatriz Nizza da Silva em sua obra *História da família no Brasil*; Mary del Priore nos seus estudos acerca da mulher na sociedade colonial; e Ronaldo Vainfas em *Trópico dos Pecados*, no qual a concepção foucaultiana de moral é usada a partir do roteiro exposto por Foucault em “O uso dos prazeres”, onde é caracterizada a partir de três diferentes realidades que a palavra engloba

aquela que estuda em que medidas as ações de tais indivíduos (...) são conforme ou não às regras e aos valores que são propostos por diferentes instâncias. História dos “códigos”, a que analisa os diferentes sistemas de regras e valores que vigoram em uma sociedade (...), as instâncias e os aparelhos de coerção que lhes dão vigências, e as formas tomadas por sua multiplicidade, suas divergências ou suas contradições. E finalmente, história

da maneira pela qual os indivíduos são chamados a se constituir como sujeitos de conduta moral (FOUCAULT,1984:29)

O estudo da moral proposto por Vainfas pretende, portanto, dialogar com estas três vertentes: ação do indivíduo, código de valores e regras e maneira com que o indivíduo ligava-se a estas regras.

A partir desses três pontos de observação: as regras éticas da Igreja e as agência de poder empenhadas em difundi-las, mormente a Inquisição, as condutas morais e sexuais do “viver em colônias”; os modelos ideais de comportamento que, entre as normas oficiais e as regras do cotidiano, buscavam aproximar os indivíduos e as verdades absolutas da Contra-Reforma (VAINFAS, 1997:15-15)

O estudo da moral a partir da visão foucaultiana nos permite pensar como a sociedade colonial passa a ser vista como portadora não apenas de uma moral dualística, baseadas ora na questão econômica ora na questão racial. Estudos mais específicos ligados a temática da moral mostram-se necessários na historiografia brasileira com o intuito de pensar como o conceito de moral é construído no âmbito da família .Compreender a formação da concepção da moralidade ou moralidades no Brasil colônia vai além das proposições binárias de Gilberto Freyre. Uma definição de moralidade estabelecida pelas instituições normatizadoras do social Igreja/Estado e a relação que o sujeito social estabelece com este código de conduta passa a ser o enfoque da nova historiografia brasileira, pensando o tripé código-cotidiano-costumes na formação deste conceito.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia. Condição Feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio/ Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1993.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. ano 1712 – 1728. Coimbra. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em : 13 de maio de 2009

CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil”. In: CORRÊA, M. (Org.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2º ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 29º ed. –Rio de Janeiro: Record, 1994.

POSSAS, Lídia M. Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado. In :Gomes, Ângela de Castro(org). *Escrita de si e escrita da História*. Rio de Janeiro : FGV, 2004.p.265-266.

SÂMARA, Eni de Mesquita. *A família Brasileira*. São Paulo : Brasiliense, 1983.

SAMARA, Eni de Mesquita. *O que mudou na família brasileira?(Da colônia à atualidade)*. Psicol. USP 2002 vol.13 no.2 São Paulo, 27-48

SOUZA, Cadice Vidal e BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2001, vol.9, n.2, pp. 414-432. ISSN 0104-026X

VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo Feminino e o Santo Ofício. In: *História das mulheres no Brasil*. Mary Del Priore(org); Carla Bassanezi (coord. de textos). 7.ed- São Paulo: Contexto, 2004

_____. *Trópico dos pecados, moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

A utilidade da erudição na historiografia das Luzes: a crítica dos falsos monumentos no debate dos ilustrados de portugueses e de espanhóis

Táise Tatiana Quadros da Silva*

Uma das tópicas centrais da erudição setecentista portuguesa e espanhola foi a da crítica dos falsos monumentos. A centralidade dessa tópica na historiografia portuguesa do período não pode ser compreendida sem que a relacionemos ao cenário internacional do debate sobre a história sacra e eclesiástica, comum em toda a Europa. Por outro lado, a interlocução entre letrados de todos os reinos foi um episódio marcante na internacionalização dessa problemática. Monastérios, universidades, sociedades literárias e periódicos, como os *Acta Eruditorum* e *Le Journal des Sçavants*, serviram naquele momento de forma privilegiada à disseminação das idéias e valores modernos.

Outro traço elementar da dinâmica social que permitiu o debate erudito durante todo o século XVIII foi, sem dúvida, a partilha da formação religiosa. O pertencimento às congregações religiosas pôs em contato um grande número de homens que viajava cumprindo seus deveres eclesiásticos e ampliando também sua teia de relações dentro e fora da Igreja. Esses clérigos viajantes contribuíram, no século XVIII, para a circulação das mais diversas obras, enriquecendo as bibliotecas de suas congregações.

Contudo, a interlocução entre ilustrados portugueses e espanhóis não foi ainda largamente estudada. Também pouca coisa se escreveu no que diz respeito ao impacto que tais diálogos possam ter provocado na historiografia setecentista de ambos os reinos. Em Portugal, por exemplo, os estudos em historiografia não têm explorado essa abordagem. A idéia de investigar o sentido dessas relações, entretanto, não decorreu de uma sugestão aleatória, mas tornou-se imperativa na medida em que avançamos na investigação da historiografia produzida no seio das duas academias reais fundadas em Portugal no século dezoito: a Academia Real da História Portuguesa e a Academia Real das Ciências de Lisboa.

Fulgura com destaque entre a bibliografia sobre tais interlocuções a tese de doutoramento de Marie-Hélène Piwnik, *Echanges Érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*, publicada em 1987 pela Fundação Calouste Gulbenkian. De sua autoria, conta-se com mais alguns títulos, dos quais

* Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em História Social do Departamento de História da UFRJ. Pesquisadora financiada pela CAPES.

predominam artigos, todos publicados ao longo da década de oitenta do século passado. Destaca-se entre essas publicações *La correspondence Máyans-Cenáculo*, editada em 1986 pelos Arquivos do Centro Cultural Português. Nela, pode-se ler parte da correspondência trocada entre os dois letrados de maior relevância para o estudo da historiografia erudita portuguesa e espanhola do setecentos.

Outro importante nome dessa bibliografia é António Mestre Sanchís, autor prolífico em sua investigação da erudição espanhola setecentista e de suas interlocuções com toda a Europa. O professor, então catedrático de História Moderna da Universidade de Alicante, possui um conjunto de trabalhos que nos permite visualizar a relevância, para o estudo da escrita da história, da troca de idéias entre os ilustrados setecentistas. Entre suas contribuições, destacamos aqui a biografia *Don Gregório Mayans y Siscar: entre la erudición y la política* (SANCHÍS, 1999). Nesse texto, Sanchís menciona a relação entre Mayans (1699-1781) e os letrados da Academia Real da História Portuguesa D. Francisco Xavier de Menezes (1673-1743), então 4º Conde da Ericeira e Antonio Caetano de Sousa (1674-1759), entre outros, e retoma aspectos já apresentados em sua tese doutoral *Ilustración y reforma de la Iglesia: pensamiento político-religioso de Don Gregorio Mayans y Siscár*, de 1968. De modo geral, Sanchís explora o problema da crítica perante a cultura espanhola setecentista, permitindo, assim, que reflitamos sobre os impasses vividos não apenas por aquele reino em particular, mas também pelos ilustrados portugueses que mantiveram relações estreitas com o valenciano. As manifestações da erudição e os limites de sua face mais radical – a crítica – são então contextualizados perante o conturbado cenário político no qual atuou o letrado espanhol em boa parte de sua vida.

A relação entre os sócios da Academia Real da História Portuguesa e Mayans envolveu um dos episódios mais importantes para a crítica histórica realizada em ambos os reinos. Conforme Sanchís, a iniciativa do contato teria partido do então Censor da Academia Real da História Portuguesa Francisco de Almeida Mascarenhas (1701-1745). Mascarenhas, durante a escrita do seu *Aparato para a disciplina e ritos eclesiásticos de Portugal* (publicado em quatro volumes entre 1735 e 1737), buscou em Mayans, então funcionário da biblioteca Real de Madri, conselhos sobre fontes que lhe permitissem elucidar seu tema. Foi a partir desse diálogo que Mayans e os letrados portugueses concordaram em publicar, pela Academia Real da História Portuguesa e com o patrocínio de D. João V, o inédito *Censura de Historias Fabulosas* de Dom Nicolás Antonio (1617-1684), conhecido entre os sócios da academia portuguesa por sua *Bibliotheca Hispana Nova* (1672) (SANCHÍS, 1999).

Fatores em parte ignorados impediram, entretanto, a edição e o patrocínio da obra inédita pela coroa portuguesa. Quando, em 1742, Mayans por uma iniciativa pessoal, consegue publicá-la e, apesar dos anos decorridos desde a acolhida daquele projeto pela Academia Real da História, Mayans não deixou de expressar sua gratidão com a coroa portuguesa, dedicando a mais importante obra de erudição e crítica publicada em Espanha no século XVIII ao rei português Dom João V. Nela expressa a sua concepção de história crítica, defendendo-a como chave para a construção da história eclesiástica, projeto também central na Academia Real da História Portuguesa. A dedicatória é, ainda, seguida de uma carta oferecida nominalmente “al Exmo Señor Don Francisco Javier de Meneses” a quem pede: “suplique pues a su Soberano Dueño, que permite que se ponga em su real libreria la Obra mas erudita que se ha escrito hasta hoi en la lengua Española.” (NICOLAS, 1742).

Um aspecto que atravessa a interlocução entre os letrados da sociedade literária portuguesa e o ilustrado espanhol diz respeito ao fato de que, além de fomentarem mutuamente os estudos críticos pelos respectivos trabalhos, também conheceram as obras mestras da crítica seiscentista e setecentista, como os trabalhos de Jean Mabillon (1632-1707) e de Daniel Papebroch (1628-1714). Assim, quando, em 1796, foi instituída a obrigatoriedade da aula de Diplomática em Portugal, os seus princípios não representavam uma novidade. Contudo, em face aos desafios gerados pela ebulição das revoluções também os princípios da erudição foram reformulados, deixando de servir, exclusivamente, à escrita da história eclesiástica. Foi nesse contexto reativo que se definiu a atuação da Academia Real de Ciências de Lisboa, fundada em 1779.

A institucionalização da diplomática, sob o reinado de D. Maria I (1777-1816), caracterizou-se por estender ao plano civil e laico uma das disciplinas centrais da reflexão teológica setecentista. Essa já era, então, bastante conhecida e empregada na construção das histórias eclesiásticas projetadas em Portugal pelos sócios da Academia Real da História Portuguesa. Apesar disso, não foi sem ressalvas diante dos trabalhos que o haviam precedido que João Pedro Ribeiro (1758-1839) iniciou o estudo da disciplina erudita. Embora não rompesse absolutamente com a idéia de uma erudição “discreta” os valores sociais sobre os quais meditava a respeito da veracidade de um documento não eram mais os mesmos que haviam preponderado entre os sócios da academia fundada no reinado de D. João V. Nesse sentido, evidencia-se uma radicalização frente à tópica dos falsos monumentos que manifestou, em muitos pontos, um ceticismo inédito diante da veia crítica já evidenciada pelos letrados da primeira metade do século XVIII. No prólogo do primeiro tomo de suas *Dissertações Cronológicas e Críticas*

sobre a historia e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal, o autor adverte sobre a falsidade dos tantos documentos e sobre as dificuldades em se identificar os genuínos dentre os demais (RIBEIRO, 1810):

Os falsos documentos que no fim do século XVI e principio do XVII se fabricaram na Espanha e mesmo em Portugal enredaram de tal maneira a nossa história que dois séculos e o trabalho de tantos sábios não tem bastado a reduzi-la a sua pureza. A ignorância aumentou o mal, produzindo-nos cópias inexatas e a cada passo defeituosas principalmente nas datas.

O mesmo Canônico e Civil, nas suas indagações sobre o nosso Direito Nacional Público, ou Particular encontra ainda a cada passo, fatos contraditórios, nascidos daquelas fontes, de cuja genuidade lhe não são sempre óbvios e conhecidos os motivos de duvidar.

Estes inconvenientes que a experiência repetidas vezes me fez palpáveis tendo excitado as minhas averiguações sobre diversos artigos históricos e jurídicos tem dado ocasião a ordenar algumas Dissertações que vou consecutivamente publicar, por me persuadir de que delas poderá resultar algum interesse à nossa Literatura (...).

Embora não cite nominalmente a obra de Dom Nicolas, publicada por Mayans, quando Ribeiro se refere aos “falsos documentos fabricados em Espanha” faz uma alusão indireta ao debate da crítica erudita das histórias fabulosas e também dos falsos cronicões, que ao menos desde a obra de Mayans gozava de grande interesse nos círculos não oficiais. O alinhamento de Ribeiro com a vertente crítica representada por Mayans é, ainda mais fortalecido pela escolha que ele faz, no início de sua primeira *Dissertação Crítica*, de uma passagem da obra *España Sagrada, Teatro Geográfico-Historico de la Iglesia de la España* de Enrique Flórez de Sétien y Huidobro (1702-1773). Conforme se pôde perceber ao compará-las, as diferenças que separavam a crítica histórica concebida por Flórez da de Mayans são análogas àquelas que também diferenciam a crítica erudita feita na Academia Real da História Portuguesa da realizada na Academia Real das Ciências de Lisboa.

No início de sua primeira *Dissertação Crítica*, Ribeiro escreveu que, sem descrever das “grandes luzes” do “benemérito escritor”, não pôde deixar de divergir do autor da *España Sagrada*, ao considerar o “grande peso” do “número de documentos” por ele encontrado” (RIBEIRO, 1810: 02). Entretanto, o levantamento massivo de fontes não é o aspecto decisivo que caracteriza as principais diferenças entre Ribeiro e Flórez. A obra de Flórez, publicada na Espanha em 29 volumes entre 1747 e

1775, trazia uma quantidade vertiginosa de documentos compilados pelo seu autor. Aquelas fontes haviam sido levantadas a partir de inúmeras viagens que o mesmo fizera pelo território espanhol e expressavam, para a maioria de seus pares, um conhecimento profundo das bibliotecas por ele investigadas. O aspecto decisivo que afasta a perspectiva crítica de Ribeiro da empregada por Flórez e que, do mesmo modo, afastou Flórez de Mayans, foi, sobretudo, o de que o autor da *España Sagrada* nunca questionou nem os milagres fundadores da história tradicional da Igreja espanhola; nem os fatos da história civil favoráveis a imagem e aos privilégios da aristocracia de Castela.

Contudo, a crítica erudita, tal como formulada por Ribeiro, não possui a imparcialidade que o autor faz supor. A crítica por ele consagrada serviu ao fito de alimentar positivamente as instituições do Estado Absolutista no Portugal do final do século XVIII e do início do século XIX, tendo assim um sentido pouco comparável ao que ganhou a crítica na França do mesmo período (KOSELLECK, 1999). Ela não se torna um instrumento da crítica política, mas é idealizada para contê-la. A “arte de julgar”, como foi definida a crítica no século XVII, e ainda na primeira metade do século XVIII, não pode persistir levantando dúvidas diante de um cenário em que as incertezas políticas precisavam ser silenciadas. Além disso, quando, em fidelidade ao rei, João Pedro Ribeiro inaugura sua ciência diplomática, compromete-se com um conceito de história que expressa esta sua mesma posição. Desse modo, embora a erudição desde finais do setecentos até meados do oitocentos não estivesse mais empenhada na escrita de uma história secular dos mistérios, como no século que a precedera, a verdade por ela investigada não perde o seu significado moral. É em defesa da moral que a crítica tem sua utilidade, como escreve João Pedro Ribeiro em *Origem da Diplomática, sua utilidade, necessidade e Progressos*, no tomo IV, Dissertação X de suas *Dissertações Cronológicas e Críticas* (RIBEIRO, 18: 05):

Quando inculcamos a utilidade e necessidade desta ciência supomos necessariamente a exatidão dos seus princípios, porém para a considerarmos como ciência, e para acharmos exatos os mesmos princípios não se faz necessário que eles sejam capazes por sua natureza de produzir uma evidência matemática ou metafísica. A evidencia moral é a correspondente a índole da Diplomática, assim como da Crítica.

A prudência na sua aplicação a cada passo a teremos de inculcar, porém desde já devo prevenir contra os dois extremos da indulgência e credulidade e da Crítica amarga e pirronismo. Longe de nós declarar falso, ou ainda duvidar da genuidade de qualquer

documento só porque é antigo ou porque é obra de monges ou se conserva nos seus cartórios.

Em síntese, o crítico prudente, definido por João Pedro Ribeiro, é aquele que conhece as fronteiras entre o ateísmo dos filósofos e o dogmatismo dos escolásticos. O “respeito à evidência moral” é, por sua vez, uma forma dos usos da razão no Estado Absolutista, que em sua variação da tópica dos falsos monumentos transforma-se também em crítica da própria crítica. Assim, o iluminismo em questão não ultrapassa as “fronteiras da política” (KOSELLECK, 1999). A diplomática, como a história, dirigiam-se à promoção do súdito e não a do “homem realizado politicamente”, como discorre Koselleck para o iluminismo em França, pois a tarefa de julgar não foi radicalizada a ponto de superar a moral, mantendo a arte dos “juízos” subordinada à moral soberana do rei que era a “cabeça” a partir da qual deveriam agir os “membros”.

A reflexão sobre a utilidade da crítica, por sua vez, não foi um apanágio de Ribeiro. Tão pouco coube a ele o privilégio de, solitário, utilizar como referência a obra de um renomado estrangeiro do reino vizinho. Tal como Mayáns, Flórez não foi ignorante das obras dos letrados portugueses. No *Discurso sobre la Utilidad y necesidad de la História* dedicado à juventude espanhola e acrescido às páginas que antecedem sua *Clave Historial, con que se abre la puerta a la historia eclesiastica y política* (1743), lembra da obra *Exemplar de virtudes Morales en la Vida de Jorge Castrioto* (1688) escrita por Dom Luís de Menezes (1632-1690) (HUIDOBRO, 1760:02)

A ti, ó ilustre juventud Española, he querido dedicar esta Obra, porque por tí, principalmente, me dedique a estamparla. Acuerdo-me que el Conde de *Ericeyra*, dedico su bien limado escrito de la *Vida de Jorge Castrioto* a la Juventud de su Nacion Portuguesa, para que estampadas en los primeros años, las proezas de aquel ilustre Heroe, se formassen despues unos grandes Varones. Yo te ofrezco, no uno, sino tantos, quantos han innoblecido los Siglos de la Era Christiana, en virtud, en valor, en política, y en quanto puede ser Modelo, para formar Gigantes, em qualquiera materia, à que te enduzca tu inclinacion, ò fuerte.

A biografia de Jorge Castrioto escrita pelo 3º Conde da Ericeira, autor que anos a seguir seria notabilizado pela sua consagrada *Historia de Portugal Restaurado* (1679), era lembrada como exemplo, ainda que Flórez ao exaltar em sua obra a ascendência moral da totalidade dos cristãos anunciasse a superação daquela. Em sua *Clave Historial*, da mesma maneira que posteriormente em sua *España Sagrada*, essa superioridade moral decorre da soma das experiências religiosas provenientes de todas as partes do reino da Espanha formando, pela visão geral dos fatos, um *coletivo singular* em que a história eclesiástica da Espanha revela a própria Espanha. Em Portugal, o discurso *Proposição da Academia da História Eclesiástica de Portugal*, proferido pelo teatino Manuel Caetano de Sousa (1658-1734) no qual expõe, pela primeira vez, qual seria o sentido dos trabalhos históricos da Academia Real da História Portuguesa em escrever uma história eclesiástica, são também convergentes com o ideal defendido por Flórez. A história eclesiástica, como a própria história de Portugal, decorre do mesmo mistério e, por isso, são também as mesmas, (SOUSA, 1721):

E se me fora lícito discorrer sobre os inescrutáveis segredos da Providência Divina, dissera eu que a causa desta misteriosa união da História Eclesiástica de Portugal com a Aclamação do Senhor Rei D. João o IV era o serem uma, e outra o desempenho dos oráculos do Campo de Ourique; porque na História Eclesiástica, que descreve a santidade, a Fé; e que com a santidade da vida e verdade da doutrina ensinaram a piedade, se mostra satisfeita a promessa de Cristo ao Senhor Rei D. Afonso Henriques Fundador do nosso Império.

As histórias eclesiásticas em Espanha, de que o maior exemplo é a obra de Flórez, e a idealização de seu projeto na Academia Real da História Portuguesa, conjugaram o uso das tradições piedosas que caracterizavam a religiosidade popular com o ideal de promoção das Igrejas nacionais. Esse projeto ligou-se diretamente a centralização do poder monárquico e marcou a consolidação do Absolutismo em ambos os reinos. Flórez, empregou a crítica e o uso das fontes como um instrumento de resgate da fé e definiu sua *Clave Historial* como “uma guia que conduzca la sed de tu estudiosidad a hallar luego las Fuentes: um fomento à la fragilidade de la memória: y en fin una llave com que puedas entrar al Theatro de los Escritores eruditos.” (HUIDOBRO, 1760:02)

A crítica da memória e a aspiração filosófica de sua obra, combinadas a uma concepção clássica em que se destaca o emprego pedagógico da história, expressam como o pensamento católico ibérico

absorveu e recriou os debates que marcavam a época das luzes. As idéias ilustradas mostram-se presentes, mas adaptadas aos valores que prezavam suas elites letradas formadas, mormente, por clérigos e nobres, como se nota nesse trecho do *Discurso sobre la Utilidad...* de Flórez (HUIDOBRO, 1760:02-03) :

Asi como hay Philosophias, que tratan de las cosas con discursos; hay tambien una, que tira à persuadir con los egemplos. La que discurre acerca de los principios y movimientos Del ente natural, se llama Philosophia Natural. Si raciocina sobre la honestidad de las acciones, por conformidad con la ley, y la razon, será Moral: mas si propone lo honesto y vituperable por médio de los egemplos y sucessos, dignos de alabanza, ò vitupério, esa se puede llamar Philosophia Historial: pues esta es la que intenta apartar al hombre de lo malo, y moverle à lo Bueno, con el hecho mismo de ponerle à la vista el exito infeliz de los que no lo fueron. No es la Historia campo de curiosidades solamente. En este gran theatro no se entra à especulaciones infructuosas, sino à formar aquellos conceptos prácticos que pueden hacer à un hombre cauto, circunspecto, prudente y acertado en la conducta de las operaciones, así por lo que mira a su persona, otras al gobierno de otros.

Contrapondo-se a célebre definição de Voltaire sobre a necessidade de uma história filosófica em detrimento de uma história erudita, Enrique Flórez declarou, com sua *Filosofia Historial*, a importância dos exemplos e da crítica como faculdade do juízo moral. Essa concepção é ampliada na Clave XVIII, sub-intitulada *Que cosa sea Critica, y cuánta su utilidad, i su necesidad* onde, ao defini-la, também a apresenta como uma chave para averiguação da verdade (HUIDOBRO, 1760:38-39). :

Esta voz Crisis, de quien se deriva la Critica, significa en Griego lo mismo que en Castellano Juicio: pero como son mas los ignorantes, que los doctos, para los mas esta (como se sulele decir) en Griego quanto pertenece à la *Critica*. (...)

Crítica es el Arte, ò Facultad con que se forma el juicio, y recta inteligéncia sobre los sucessos de la Historia sobre los Escritos, y Escritores, sobre el estilo, sentido, y Autor de cada cosa. (...) De que sirven las Historias, si no encontramos en ellas la verdad? Quien descubrirá las fabulas, y mentiras, que la corrupcion de los tiempos, la credulidad de algunos, la parcialidade, y envidia de no pocos, la variedad de ediciones, y la limitacion de

la capacidad de los hombres, han mezclado em um campo tan vasto como la Historia, en tiempo en que há sido tan comum la ignorância, tan rara la luz de la Chronologia, &c?

Com as chaves são enumerados os aspectos que prejudicam o conhecimento da verdade: fábulas, mentiras, corrupção dos tempos, parcialidade, variedade de edições e, por fim, a própria limitação humana. Para Flórez a arte de julgar, como se pode conferir na sua definição sobre as regras principais da crítica e de seu bom uso (claves XIX e XX), não é um instrumento de ruptura com a tradição, sendo o respeito à autoridade dos antigos um dos seus aspectos fundamentais. A arte do juízo derivada da crítica à falsidade de quaisquer monumentos não deve, por sua vez, ultrapassar os limites estabelecidos pela relação com a autoridade. Floréz, em suas “claves”, exalta as qualidades da intervenção erudita sobre os monumentos com o fito de defender o uso decoroso da erudição adequado para a sociedade de corte e promotor da sua moralidade.

Essa mesma concepção moral do juízo crítico é afirmada na historiografia produzida pela Academia Real da História Portuguesa, como é defendido no primeiro artigo de seus Estatutos publicados em 1721:

Portanto deve ser o primeiro cuidado, e principal emprego dos Acadêmicos concorrer para a composição da História de Portugal, principiando pela Eclesiástica, procurando apurar a verdade, sem mais fim, que a obediência, sem mais interesse, que o da Glória da Nação, e pelos meios da união, e do estudo: para o que não necessitam os Acadêmicos de outro Estatuto, nem de mais lei, que aquela, lhe ditar o zelo do culto da Religião, do preceito de S. Majestade, do interesse da Pátria, e aumento das virtudes. (COLEÇÃO DE DOCUMENTOS..., 1721)

A busca da verdade foi, assim, um aspecto totalmente relacionado com um conceito de poder e com os valores morais presentes e fundamentais para aquele mesmo poder. A tópicos dos falsos monumentos e o uso da erudição na historiografia do século XVIII português e espanhol foram definidos pelas relações entre a monarquia e a Igreja que caracterizam ambos os estados. Entre o verdadeiro e o falso o respeito da ordem social foi prioridade. Assim, a idéia mesmo da “arte de julgar” manteve-se, como no seiscentos, relacionada à prudência, apresentando pouca ou nenhuma relação com um conceito de verdade que estivesse “acima do bem e do mal” tal como atualmente entendemos.

BIBLIOGRAFIA

ANTÓNIO, Don Nicolas. *Censura de Historias Fabulosas*. Antonio Bordazár Artàzu Impressor, Valencia, 1742.

COLEÇÃO DE DOCUMENTOS, Estatutos, e memórias da Academia Real da História Portuguesa, Lisboa Ocidental, Pascoal da Silva – José Antonio da Silva, 1721.

HUIDOBRO, Enrique Flórez de Setién y. *Clave Historial*, com que se abre la Puerta a la Historia Eclesiástica, y Política...Quarta Edicion, Oficina de António Marin: Madri, 1760.

_____. *España Sagrada*. Teatro Geográfico-Histórico de la Iglesias de Espana, Tercera Edición, Tomo I, Real Academia de la História, Madrid, 1879.

RIBEIRO, João Pedro. *Dissertações Cronológicas e Criticas sobre a História e Jurisprudência Eclesiástica e Civil de Portugal*. Tomo I, Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1860.

_____. *Dissertações Cronológicas e Criticas sobre a História e Jurisprudência Eclesiástica e Civil de Portugal*. Tomo IV. Parte I, 2ª edição, Na Typografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1867.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Contraponto/ edUERJ: Rio de Janeiro, 1999.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História*. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Minerva: Coimbra, 2003.

PIWNIK, Marie-Helène. *La correspondance Mayáns-Cenáculo*: principaux aspects. Arquivos do Centro Cultural Português, Paris, 20, 1984, p. 233- 311.

_____. *La correspondance Mayáns-Cenáculo*. Arquivos do Centro Cultural Português, Paris, 22, 1986, p. 483-614.

_____. *Echanges erudits dans la Peninsule Ibérique (1750 - 1767)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

SANCHIS, António Mestre. Consciência Histórica e Historiografia. BATLLORI, Miguel (coord.) *La Época de La Ilustración*, vol. 1, 1998. pp. 299-345.

_____ . Don Gregório Mayans y Siscar: entre la erudición y la política. <http://bv2.gva.es/es/corpus/unidad.cmd?idUnidad=56660&idCorpus=20000&posicion=1> (visto em 04 de julho de 2009).

Prolegômenos a uma História da Literatura no Século XIX: o ‘Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil’ (1836), de Domingos José Gonçalves de Magalhães

Tania Rebelo Costa Serra¹

Se a história das mentalidades não substitui a história política, nenhuma das duas pode tomar o lugar da história econômica que, por sua vez, também não cumpre as funções da história oral: ao eleger como seu objeto ou a análise das formas de produção da Idade Média, ou o estudo da iconografia bíblica, ou o exame filológico de antigos cantares d’amor ou mesmo os depoimentos de um moleiro acusado pela Inquisição, o escritor da história – historiador chamado – recorta, seleciona, elege. A constituição do objeto da história não se faz pela sagração de um destes textos (como legítimo) e a exclusão dos outros (como falsos): dialeticamente, cada um com cada outro e todos entre si correspondem à visão (fragmentada) do real que é possível construir-se em diferentes momentos (LAJOLO, 1994: 23-24).

Após a Independência do Brasil, o país viu-se diante de uma tarefa urgente: buscar a sua identidade nacional e cultural e, nessa busca, definir o que seria nossa História da Literatura, embora os dois conceitos de identidade, que andaram juntos durante toda a etapa de formação da literatura brasileira, nem sempre tenham sido mencionados nos textos fundadores. Assim, este trabalho visa a mostrar o que estaria em palimpsesto por trás de um daqueles textos, o primeiro que lançaria as bases metodológicas para uma Historiografia Brasileira – naquele momento ainda inexistente -, e para uma ideologia que permitiria aos historiadores do Romantismo ter as premissas, os prolegômenos com os quais iriam trabalhar, não só aquelas bases, mas também a elaboração do *corpus* de nossa literatura, ao mesmo tempo aprendendo e explicitando nossa História.

É nesse sentido que Regina Zilberman, em texto fulcral para a compreensão do período, afirma:

Frente à historiografia da literatura brasileira, forçoso é reconhecer que a classificação predominante decorre do conceito de nacional, fator que advém de suas condições de aparecimento, sobretudo as de ordem ideológica. (...) A história da literatura brasileira nasceu com o país a que se referia. (...) O relato, porém, apontava antes de tudo para uma **falta: narrar o quê?** Se a região acabava de conquistar sua autonomia política, somente a partir de então seus produtos culturais traduziriam alguma independência ideológica ou estética; nesse caso, não haveria o que contar.

¹ Universidade de Brasília (UnB); Professora Doutora, Adjunto IV.

Se, pelo contrário, possuiu produção artística, poderia ela responder pelo país que, à época em que aparecera, ainda não existia? (...) (Por outro lado) ‘**identidade nacional**’ talvez tenha constituído o elemento de ligação entre as **necessidades ideológicas do país emergente e o material com que lidavam os historiadores**. O termo amplia o sentido da cor local. (...) Por consequência, consistiu no conceito por excelência que facultou a narração da história da literatura brasileira. (ZILBERMAN, 1999: 25-27, grifos meus).

Dessa maneira, aquela “falta” seria a problemática inicial que iria assombrar o jovem Gonçalves de Magalhães em Paris, onde fora estudar. Ali, em 1836, ele publica na Revista *Niterói* o “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil”, com o objetivo de tentar resolver as questões colocadas pelo paradoxo de nossa situação historiográfica. O estudante, então, iria tornar-se o desbravador do deserto que se mostrou ser a História Literária Brasileira. Por conseguinte, a taxonomia dessa História, que Magalhães tenta estabelecer no ensaio da *Niterói*, apresenta problemas. Assim, o ensaísta pergunta e responde:

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias (...) e o reflexo progressivo de sua inteligência. (...) Cada povo tem a sua literatura, como cada homem o seu caráter. (...) (Assim,) a literatura é variável como são os séculos. (...) Cada época representa então uma ideia, que marcha escoltada d’outras, que lhe são subalternas. (...) Aplicando-nos agora especialmente ao Brasil, as primeiras questões que se nos apresentam são: qual é a origem de sua Literatura? Qual seu progresso, seu caráter, que fases tem tido? Quais os que a cultivaram e as circunstâncias, que em diferentes tempos favoreceram, ou tolheram seu florescimento? (...) **Começamos por estudar a nossa história, e desde aí deparamos com grandes embaraços para o nosso escopo** (MAGALHÃES, 1836: 132-136, grifos meus).

Esses “embaraços” – ou faltas - queixa-se, referem-se, primeiramente, à quase impossibilidade de conseguir material para seu estudo, seja na Europa, seja no Brasil. Em adição a este grave problema, Magalhães segue tentando esclarecer os limites temporais utilizados em seu método de pesquisa historiográfico, a saber: a quando poderiam ser traçadas as origens dessa literatura? A fim de definir esta questão primordial, diz o autor:

Eis aqui como o Brasil deixou de ser colônia, e à categoria de Reino Irmão foi elevado. Sem a Revolução Francesa², que tanto esclareceu os povos, este passo tão cedo não daria. (...) Aqui deve parar a primeira época da História do Brasil. (E) começa a segunda. (...) O primeiro (fato), como vimos, devido foi à Revolução Francesa, o segundo à promulgação da constituição em Portugal, e apressado pela volta do Rei a Lisboa. O Brasil então não podia mais viver debaixo da tutela de uma metrópole. (...) Necessário era a Independência. (...) (Assim) de duas distintas partes consta a história do Brasil, compreendendo a primeira os séculos XVI, XVII e XVIII;

² Comentário típico do clima de lusofobia que dominava o país após a Independência.

a segunda o curto espaço, que de 1808 até os nossos dias decorre. (...) É (apenas) no século XVIII que se abre a carreira literária no Brasil, sendo a do século anterior tão minguada, que apenas serve para a história. (...) (Por outro lado) **no século XIX (...) uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até ali desconhecida, é a ideia da Pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome. Independência, Liberdade, instituições sociais, reformas, política enfim, tais são os objetos que atraem a atenção de todos, e os únicos que ao povo interessam** (MAGALHÃES, 1836: 150-152, grifos meus).

Dois aspectos principais emergem desse pequeno recorte do texto do ensaio: 1º) a literatura do Brasil começaria apenas no ano de 1808, quando o Brasil ascende ao *status* de Reino Unido, superando o de “apenas” colônia. Conseqüentemente, o espaço de tempo que o ensaísta tem, para definir os limites temporais dessa literatura, seria de apenas vinte e oito anos! E, 2º), vemos pela primeira vez a introdução do conceito icônico de “Pátria”, ideia-chave e subjacente ao paradigma ideológico a que se refere a hipótese deste trabalho, ou seja, de aprender, a partir da História, a definição de identidade nacional ou cultural, durante nosso Romantismo.

Curiosamente, no entanto, sobre o início da utilização desse conceito-chave, Regina Zilberman afirma que:

O sintagma ‘identidade nacional’ não aparece na historiografia romântica da literatura brasileira, tratando-se provavelmente de uma construção posterior da crítica literária de nosso país. (...) **O primeiro brasileiro a tratar do assunto deve ter sido Gonçalves de Magalhães**, pioneiro do nosso Romantismo, que descobriu a nova estética à beira do Sena. (...) Ele deve ter encontrado também o critério da nacionalidade, embora não se saiba se chegou a ler o “Bosquejo” de Garrett. (...) Em 1865, Gonçalves de Magalhães reeditou, com alterações, o estudo, incluindo-o nos *Opúsculos Históricos e Literários*, lançados pela Garnier. As modificações são significativas, porque a única menção feita ao ‘caráter nacional’ ocorre na segunda versão do texto, quando o autor substitui a frase: ‘Aqui terminaremos a vista geral sobre a história da literatura do Brasil, desta literatura não no país nascida’, por: ‘Aqui terminaremos a vista geral sobre a história da literatura do Brasil, dessa literatura **sem um caráter nacional pronunciado**, que a distinga da portuguesa’ (ZILBERMAN, 1999: 28-35, grifos meus).

Assim sendo, o ensaio de 1836 deixa em palimpsesto aquele “sintagma”, utilizando, metonimicamente, o conceito mais geral de “Pátria” em seu lugar. Deste surge o ponto de partida para a elaboração consciente de um *corpus* para a literatura brasileira, retroagindo ao ano de 1808. Esta será uma questão fulcral dentro da problemática da formação da História da Literatura Brasileira, como bem o viu Regina Zilberman, que diz:

A nacionalização da poesia aparece para Magalhães na condição de um programa a ser executado. (...) **Criar a poesia nacional transformou-se na tarefa de sua geração.** (...) A situação, contudo, deixava a literatura brasileira numa situação paradoxal: ela dispunha doravante de ‘caráter nacional’, mas ficava de mãos vazias, sem passado, numa época em que possuir história e ancestrais era sintoma de existir (ZILBERMAN, 1999: 37-38, grifo meu).

Em verdade, prefiro chamar aquela tarefa de “Projeto Brasil”, tal a magnitude, parece-me, daquele planejamento cultural, não apenas no âmbito da literatura, mas, de um modo geral, no da cultura. Penso também poder afirmar que esse “Projeto” vai ser rigorosamente executado pelos membros do futuro *think tank* que será o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Desta casa, fundada no Rio de Janeiro em 1838, e com a ajuda do programa de ação forjado e implementado pelos jovens do grupo da Revista *Niterói*, vão emergir os principais temas em torno dos quais girará a nascente História da Literatura, durante nosso Romantismo, quase todo incluído no âmbito do II Reinado. Não me parece haver dúvida, portanto, sobre a existência de um planejamento proposital relacionado àquele “Projeto Brasil”, ou, como pensa Zilberman, na execução deliberada da tarefa daquela geração.

No entanto, se, segundo Magalhães, temos um período de apenas vinte e oito anos para extrair da História o *corpus* da literatura brasileira, é necessário, antes de qualquer coisa, definir o que é essa literatura. E o jovem, ironicamente, assim o faz, a partir do exemplo de nosso Arcadismo:

A poesia do Brasil não é uma indígena civilizada, é uma grega, vestida à francesa e à portuguesa e climatizada no Brasil. É uma virgem do Hélicon, que (...) se apraz ainda com as reminiscências da Pátria, cuida ouvir o doce murmúrio da Castália, e o trépido sussurro do Lódon e do Ismeno, e toma por um rouxinol o sabiá, que gorjeia entre os galhos da laranjeira (MAGALHÃES, 1836: 146).

Em seguida, o poeta fluminense vai entrar na essência mesmo de sua tese e chega aos conceitos ideológicos. A fim de elucidá-los, nenhum outro estudioso sintetizou-os melhor do que Antônio Soares Amora. Eis, em suas poucas palavras, como fica resumido o “Ensaio”:

Estavam, finalmente, definidas, para os franceses interessados no Brasil, e principalmente para nós mesmos, as premissas de uma concepção da cultura e da ‘literatura nacional’ *brasileira*.

Primeira premissa: A cultura e a literatura brasileira começaram a se definir já no século XVI.

Segunda premissa: O regime colonialista português, dado seu despotismo, prejudicava o desenvolvimento autônomo e fecundo dessa cultura.

Terceira premissa: As culturas indígenas do Brasil, não fosse a sua destruição pelos colonizadores, teriam contribuído decisiva e ponderavelmente para a nossa cultura nacional.

Quarta premissa: A natureza brasileira, pela sua prodigiosa vitalidade e beleza, era altamente propícia ao ‘gênio’ artístico.

Quinta premissa: Com a independência do Brasil, com os estímulos que os brasileiros recebiam de sua natureza e com a recuperação da contribuição indígena – tudo se podia esperar da cultura e da literatura *brasileira*.

Estavam definidas, finalmente, - insisto – pelos brasileiros, as premissas de seu nacionalismo e de seu Romantismo (AMORA, 1977: 89).

A escolha do substantivo premissa por Amora é extremamente significativa, já que, aqui, ele deve ser tomado ao pé da letra, ou seja: como cada uma das proposições que compõem um silogismo. Um exemplo famoso de silogismo, embora totalmente absurdo, mas que poderia talvez ilustrar o raciocínio contido em palimpsesto no ensaio, seria o seguinte: Sócrates é branco; o cavalo é branco; Sócrates é um cavalo... *Mutatis mutantis*, é o que faz Magalhães: sem dispor de critérios temporais autóctones, ou sequer de textos que compusessem uma Historiografia nacional - além de lidar com um contexto cercado de forte lusofobia -, o ensaísta vê-se compelido a forjar um passado literário para a pátria.

Portanto, passa a fazê-lo recorrendo primeiramente a um raciocínio silogista, para, em seguida, utilizar o do mito, ao atribuir aos índios uma poesia oral, anterior, portanto, à chegada dos europeus. Consequentemente, ficaria assim estabelecida a linha mítico-temporal demarcatória necessária para a definição de um possível começo para a literatura brasileira, que, não fora a presença portuguesa, poderia ter sido situada não mais em 1808, mas antes do século XVI. Por outro lado, essa origem ficaria também situada não em um tempo cronológico “normal”, e sim no tempo do mito, que tudo permite.

Contudo, se havia necessidade de recorrer a esse tempo do mito para construir o tempo nacional, havia ainda mais necessidade, através de uma descrição transbordante de ufanismo, de traçar os contornos do povo gerador daquela literatura. E ratifica-se, em seguida, uma série de mitos da nacionalidade, que, embora não criados em 1836 - pois que poderiam ser identificados, por exemplo, já na prosa barroca da *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pitta -, serão ali ratificados, repito, embora já em outro nível, agora legitimados pelo viés do embasamento ideológico do nacionalismo. Na verdade, eles permearão toda a literatura romântica.

Refiro-me, entre outros, aos mitos do Brasil grande, da pátria mãe, da natureza majestosa, do povo de gênio, que, metonimicamente, refere-se à poesia que aqui é ou poderá

ser produzida, mimetizando a grandeza da nação que a gera. Vejamos como os expressa o ensaísta:

Aqui terminamos a vista geral sobre a história da literatura do Brasil, desta literatura não no país nascida. Antes porém de entrarmos na descrição e análise dos escritores, uma questão se levanta e requer aqui ser tratada, questão concernente ao País e aos seus indígenas. Pode o Brasil inspirar a imaginação dos Poetas? E os seus indígenas cultivaram a Poesia? (...) Tão geralmente conhecida é hoje esta verdade, que a disposição e caráter de um país a mais decisiva influência exerce sobre o físico e moral de seus habitantes.

(...) Este imenso e rico país da América, debaixo do mais belo céu situado, cortado de tão pujantes rios, que sobre leitos d'ouro e pedras preciosas rolam suas águas caudalosas; este vasto terreno revestido de eternas matas, onde o ar está sempre embalsamado com o perfume de tão peregrinas flores, que em chuviscos se despençam os verdes dóceis pelo entrelaçamento formados dos ramos de mil espécies; estes desertos, remansos, onde se anuncia a vida por esta voz solitária da cascata, que se despenha, por este doce murmúrio das auras, que se embalam nas folhas das palmeiras, por esta harmonia grave e melancólica das aves e dos quadrúpedes; este vasto Éden separado por enormíssimas montanhas sempre esmaltadas de verdura, em cujo tope, colocado se crê o homem no espaço, mais chegado ao céu que à terra, e debaixo de seus pés vendo desnover-se as nuvens, roncar as tormentas e disparar o raio. Com tão felizes disposições da natureza, o Brasil necessariamente inspirar deveria seus primeiros habitantes; os brasileiros e poetas nascer deviam. Quem o duvida? Eles o foram, eles ainda o são. Por alguns escritos antigos sabemos que várias tribos índias pelo talento da música e da Poesia se avantajavam. Entre todos a dos Tamoiós (MAGALHÃES, 1836: 153-155).

Por fim, fica “fechado”, subrepticiamente, o raciocínio mítico-ideológico que embasará o conceito de identidade nacional, presente em várias das tentativas futuras de historiadores de nossa literatura, na primeira metade do século XIX. E inclui também nessa categoria os romancistas do império, que, tal qual Balzac e Tupiniquins, traçaram e produziram, não só a pequena história do país, mas também a História da Literatura que necessitávamos. Por outro lado, fico imaginando o alívio que deve ter sido, para aqueles historiadores do “nada”, o aparecimento em 1843 da “Canção do Exílio”, de Antônio Gonçalves Dias, seguida, em 1846, da publicação dos *Primeiros Cantos*. Enfim! *Habemus Corpus!*

Houve desonestidade no estabelecimento das premissas do escritor? Não me parece, já que aquela era a única possibilidade de raciocínio dentro do contexto da época. Outrossim, houve má fé nas escolhas, tanto metodológicas quanto ideológicas de Magalhães? Mais uma vez, não o creio, já que o forjamento daquele “Projeto Brasil”, do qual ele foi um dos mentores, pedia explicitamente a criação de prolegômenos que embasassem os critérios para uma Historiografia nacional que, repito, não poderiam ser diferentes naquele contexto histórico-cultural lusófono. Do mesmo modo, não havia material de pesquisa que pudesse

comprovar suas hipóteses? Isto não teria a menor importância, pois que o universo do mito prescindia de provas. E, finalmente, não havia fatos literários? Que se os criassem! E pronto, siga-se adiante com o cavalo Sócrates, já que, apenas assim, o caminho ficaria desbravado para a enunciação de uma possível tradição histórica.

Concluindo, penso ser possível dizer que o “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil” é mais do que apenas um texto fundador; é o texto que estabelece, embora em palimpsesto, os prolegômenos mítico-ideológicos que permitirão a criação das bases metodológicas e de um *corpus* literário, que embasarão uma futura Historiografia brasileira. Assim, aqueles paradigmas possibilitarão, não só a edificação de estudos futuros, como também servirão para nortear nossos pesquisadores, no sentido de fornecer-lhes os conceitos iniciais com os quais poderão explicitar a identidade nacional e cultural, ideia-chave para a construção da tão desejada disciplina, o que, inclusive, o próprio Gonçalves de Magalhães vai fazer na segunda versão de seu texto, em 1865, aprendendo assim com a própria história.

Bibliografia

- AMORA, Antônio Soares. *O Romantismo. A Literatura Brasileira*. SP: Cultrix, 1977, vol. II, 5ª ed.
- CÉSAR, Guilhermino (seleção e apresentação). *Historiadores e Críticos do Romantismo. I – A Contribuição Européia*. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- JOBIM, José Luís. *A Poética do Fundamento. Ensaio de Teoria e História da Literatura*. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1996, cap. V: “História da Literatura”.
- LAJOLO, Marisa. “Literatura e História da Literatura: Senhoras muito Intrigantes”. In Mallard, Leticia (org) *et alli. História da Literatura: Ensaio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994, p. 19-36.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil”. In *Niterói – Revista Brasiliense*. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836.
- MOREIRA, Maria Eunice e Regina Zilberman (orgs). *O Berço do Cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- ZILBERMAN, Regina. “História da Literatura e Identidade Nacional”. In Jobim, José Luís (org.). *Literatura e Identidades*. RJ: J. L. J. S. Fonseca, 1999, p. 23-55.

Silêncio e indícios: uma análise da viabilidade de estudos sobre os transportes tradicionais em Minas Gerais no século XIX

Télio A. Cravo¹

Resumo: O objetivo deste artigo é realizar um balanço historiográfico dos estudos acerca dos transportes tradicionais na província de Minas Gerais. Para tanto, analisaremos aspectos da formação do mercado interno, assim como a presença de informações relativas ao tema no conjunto de significativos estudos. De modo geral, traçaremos dois aspectos presentes na historiografia sobre o período oitocentista: 1- a preponderância de pesquisas sobre ferrovias; 2- o tratamento secundário conferido aos transportes tradicionais.

Introdução

Capistrano de Abreu buscou compreender a relevância dos aspectos geográficos na formação dos múltiplos caminhos, que ajudaram a realizar a expansão em direção ao interior do continente durante o período colonial. Ao dimensionar as atividades de pecuária e agricultura que não se voltaram para o setor exportador, Capistrano de Abreu, traçou um quadro múltiplo e singular da formação do país.

Para Capistrano de Abreu a expansão rumo às localidades distantes do litoral encontrou na atividade pastoril um importante fator para a criação, mesmo que precárias, de vias de comunicação entre regiões distantes.

A formação das vias de comunicação encontrou no avanço em direção ao interior diversos obstáculos. Os rios teriam uma função importante na exploração do interior do continente, pois segundo Capistrano, ao seguir um rio ninguém se perde ou morre de sede e fome (Capistrano, 1975:155). Por outro lado, Capistrano argumenta acerca da importância da pecuária e das atividades agrícolas na formação desigual dos caminhos e a existência de atividades que se concentravam ao redor das vias de comunicação.

A formação dos centros mineradores em Minas Gerais constituiu-se um caso particular, visto que criou vias de comunicação para São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e para o Espírito Santo (Prado Jr., 1973: 237). Entretanto, segundo Caio Prado, a formação das vias penetradoras, que alcançaram o interior do continente, e procuraram se articular ao litoral, se caracterizaram pela independência das vias entre si e a disposição fragmentária das mesmas (Prado Jr., 1973: 238).

¹ Graduando em História – UFMG. Bolsista de Iniciação científica (Fapemig). Desenvolvida no Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG, esta linha de pesquisa conta com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais, no âmbito do projeto *Sistema de Transporte na província de Minas Gerais*, coordenado pelo professor Marcelo Magalhães Godoy.

Seja como for, ao longo do século XIX a infraestrutura de transportes tornou-se objeto de diversos projetos e planos com a finalidade de integrar e modernizar o país (Galvão, 1996)². A segunda metade do século XIX apresentou os principais traços do processo de modernização do país. No âmbito dos transportes e das comunicações destaca-se a notória pujança da expansão ferroviária e o desenvolvimento da rede telegráfica.

Para Caio Prado Jr., a segunda metade do século XIX, assinala o processo de transformação econômica do país com o aumento de empreendimentos industriais, criação de bancos, companhias de navegação a vapor, empresas de seguro e desenvolvimento do aparelhamento técnico. Nessa medida, Caio Prado Jr. ressalta o contínuo desenvolvimento das estradas de ferro, distinguindo as linhas em tráfego e outras em construção, assim como a articulação de todo o litoral brasileiro desde o Pará até o Rio Grande do Sul através da expansão da navegação a vapor (Prado Jr., 1970: 193-196). Por outro lado, segundo Prado Jr., a rede rodoviária pouco ou nada se aperfeiçoou em relação aos deficientes caminhos herdados do período colonial. Para o autor, a ausência de transformação e melhoramento da rede rodoviária se explica pela exigência de grande custo na melhoria de estradas em terrenos acidentados. Assim sendo, o transporte por viaturas de tração animal não representava solução vantajosa e, portanto, o sistema tradicional, o lombo de burro, imperou onde não havia estradas de ferro e transporte fluvial. O autor ainda considera que apenas duas estradas de rodagem de certo vulto e expressão foram construídas durante o Império: a estrada “União e Indústria”, ligando Juiz de Fora a Petrópolis; e a estrada de “Graciosa” na província de Santa Catarina (Prado Jr., 1970: 196).

A modernização dos transportes assentada no modelo ferroviário expõe nuances e contradições (Barbosa e Godoy, 2007). Diante disso, o processo de modernização do país revela a incapacidade do modelo ferroviário, bem como as limitações do papel estruturante e constitutivo desse modelo (Paula, 2002). De modo geral, as ferrovias são sublinhadas como elementos capazes de unificar o mercado interno, baratear os custos dos transportes e induzir

² No âmbito nacional destacam-se os seguintes planos viários elaborados no século XIX: Plano Rebelo (1838), Plano Moraes (1869), Plano Rebouças (1874), Plano Ramos Queiroz (1874 e 1886), Plano Bicalho (1881), Plano Bulhões (1882), Plano Rodrigo da Silva (1886): “*Ao longo da segunda metade do século XIX, época da introdução das ferrovias no Brasil, uma sucessão de planos de viação foi apresentada aos governos, todos eles descartando as rodovias como principal instrumento de integração, e colocando ênfase nas vias férreas e na navegação fluvial e marítima como a solução para os problemas do isolamento a que ainda se viam submetidas as regiões brasileiras*” (Galvão, 1996: 187)

o desenvolvimento da indústria de bens de capital e da formação da mão-de-obra industrial (Paula, 2002: 34).

A modernização dos transportes na província de Minas Gerais manifesta aspectos significativos tanto da articulação intrínseca dos trajetos das estradas de ferro e a economia agroexportadora do café quanto à inabilidade de integrar o mercado interno da província de Minas Gerais (Blasenheim, 1996). Segundo Blasenheim, em 1884 cerca de 60% do total da rede ferroviária (1006 Km) da província de Minas Gerais estava localizada na zona da Mata mineira. Essa região que, por sua vez, corresponderia, segundo o autor, a 5% do território da província de Minas Gerais. Para Blasenheim, a dilatação da rede ferroviária mineira converge para a compreensão de três aspectos: 1- a noção compartilhada pela administração provincial da expansão ferroviária como a panacéia para os problemas econômicos e sociais; 2- o crescimento da atividade cafeeira e a importância da mesma para os cofres provinciais; 3- ferrovia como símbolo da civilização e o único meio capaz de alcançar um “progresso” técnico (Blasenheim, 1996: 90).

Atenta-se para o alcance assimétrico da expansão ferroviária, revelando contrastes e desigualdades regionais no que tange aos impactos da modernização. Além disso, observa-se que a província de Minas Gerais não se enquadra nos moldes de uma economia agrário-exportadora (Fragoso, 2000). Ou seja, a circulação de mercadorias no mercado interno provincial utilizou-se, provavelmente, de forma majoritária os transportes tradicionais ao longo do período imperial, sendo que em determinadas regiões jamais tiveram suplantadas as práticas de transportes tradicionais pelas ferrovias.

No entanto, a supremacia de estudos do processo de modernização com base no desenvolvimento ferroviário revela a tendência historiográfica em desconsiderar a experiência dos circuitos mercantis internos e não-exportadores como objeto de indagações e pesquisas aprofundadas (Godoy e Barbosa, 2007). A historiografia dedica poucas linhas ao estudo dos transportes tradicionais. Segundo Paulo Cimo Queiroz, a incidência de pesquisas sobre ferrovias é hegemônica³.

Por fim, acreditamos que as vias de comunicação, bem como os meios de transporte que nela circulam, interagem com diversos aspectos presentes na província de Minas Gerais:

³ Segundo Paulo Roberto Cimo Queiroz, baseado no inventário, realizado por iniciativa da ANPUH, das teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em História, para o período de 1985 e 1994, nota-se que dos 29 estudos diretamente relacionados com meios de transporte e comunicação, onze se referem a ferrovias: “(...) os 18 restantes podem ser assim distribuídos: tropas coloniais, três; rádio, três; navegação fluvial, dois; navegação de cabotagem, dois; construção naval, dois; portos, dois; telefonia, um; rodovia, um (QUEIROZ, 2000: 133).

desigualdades das condições naturais do solo, clima, relevo, hidrografia; relação entre a densidade populacional e as estradas; abastecimento; preocupação da estrutura administrativa provincial na conservação; melhoramento e estabelecimento de transportes rápidos.

Administração provincial: economia e transporte.

Nos últimos vinte anos, ao longo das décadas de 1980 e 1990, a historiografia econômica sobre o período oitocentista mineiro foi marcada por forte revisionismo. As discussões da especificidade econômica redimensionaram temas como decadência, importação de escravos, dinamismo e diversidade da unidade produtiva, associação entre escravidão e plantation⁴.

A obra de Demerval José Pimenta tem como objetivo fundamental mapear e problematizar o problema da implantação de vias de comunicações durante o período Colonial e Imperial do território, que corresponde, atualmente, ao Estado de Minas Gerais. Para isso, o autor analisa os discursos dos Presidentes de Província, as leis, os planos viários e o surgimento das ferrovias. Desta forma, analisou o processo de integração política e econômica de Minas Gerais através do surgimento e implantação de um sistema de comunicação, que perpassa os séculos XVIII e XIX. Contudo, o autor demonstra a capilaridade das estradas e pontes existentes em Minas Gerais estavam disseminadas por todo o território. As mudanças, o surgimento de novas estradas, a tentativa de articular estradas de ferro com os portos marítimos e fluviais e, portanto, de criar um sistema de transporte capaz de gerar um desenvolvimento econômico foram preocupações que se manifestaram no âmbito político e administrativo. No entanto, muitos projetos criados e fomentados pelo corpo administrativo não alcançaram êxito ou tiveram apenas parcialmente seus objetivos efetivados. Nesse sentido, ressalta os planos viários de 1835, 1864 e 1871. Assim sendo, a análise do processo de evolução das vias de comunicações é descrita de forma concisa e linear.

Outra obra de importância é a tese de livre-docência de Francisco Iglesias sobre a política econômica da província de Minas Gerais.

Ao analisar os transportes da província de Minas Gerais, Iglesias examinou os problemas relativos aos caminhos. Nessa medida, evidencia-se o desejo da estrutura administrativa provincial em levantar os caminhos e rios existentes. Os conhecimentos

⁴ Os debates ocorridos na década de 1980 e 1990 tiveram os principais aspectos teóricos e metodológicos discutidos nos estudos dos seguintes autores: Roberto Borges Martins (1982); Robert Slenes (1985); Douglas Cole Libby (1988); Clotilde Andrade Paiva (1996).

geográficos e técnicos aparecem como parte essencial para o desenvolvimento das vias de comunicação. Destaca-se, diante disso, a organização administrativa provincial ligada às obras públicas (responsável pela construção, conservação de pontes e estradas, por exemplo), bem como a elaboração de três planos viários: 1835, 1864 e 1871⁵. Em relação à organização administrativa da província utilizando a legislação oitocentista mineira como fonte primária, nota-se a criação, ao longo das décadas de 1830 a 1860, de uma estrutura administrativa atrelada às questões viárias (Martins, 1992). Entretanto, a legislação demonstra uma variedade de medidas que englobam desde a extinção, criação e subordinação desse aparato administrativo e técnico.

De fato, temos um quadro diversificado no que tange à legislação. Contudo, percebemos traços de permanência nos regulamentos. Destacam-se, assim, dois regulamentos: nº 39, em 28 março de 1857 e o nº 53, de 17 de fevereiro de 1866. Em ambos os casos ficam evidentes a coexistência no interior da administração de Obras Públicas de um corpo administrativo e outro técnico, como aparece no regulamento de 1857, determinando a criação da Repartição de Obras Públicas⁶:

“(...) a repartição contava com uma equipe de técnicos, composta por engenheiros encarregados de obras, seus ajudantes e desenhadores, e uma parte burocrática encarregada do expediente (Martins, 1992: 22)”.

No que se refere aos planos viários à análise feita por Godoy e Barbosa permite-nos examinar a variação das propostas e seus pontos comuns. A intenção de integrar a província e a tentativa de superação as comunicações herdadas do período colonial, assim como medidas para padronizar as técnicas construtivas das estradas encontra-se presente no primeiro plano

⁵ Para Godoy e Barbosa os planos viários apresentam traços das características econômicas da província, posto que nota-se um conflito e/ou coexistência de intenções nos planos em se interligar a província ao exterior, sobretudo ao Rio de Janeiro, e o desejo de estabelecer conexões inter-regional e intra-regional: *“Os planos de viação não apenas são incompatíveis com o padrão de desenvolvimento dos transportes observado em províncias exportadoras, portanto afirmam o caráter essencialmente não-exportador de Minas Gerais, mas também salientam a existência da intenção de superação da condição de isolamento da província e de maior integração com o exterior, evidência da presença de setor exportador com elevado potencial de crescimento e que encontra nos transportes tradicionais problema fundamental”* (Godoy & Barbosa, 2007: 14).

⁶ Iglesias, tendo como base os relatórios dos presidentes da província, também analisou as dificuldades e variações do corpo administrativo e técnico provincial: *“A execução ou direção dos trabalhos ficava a cargo da Inspeção-Geral das Estradas, repartição que foi abolida e restabelecida mais de uma vez, ora com autonomia, ora dependente de uma Seção da Secretária do Governo, com todos os trabalhos subordinados diretamente ao Presidente – modificações constantes que atestam a falta de segurança da Administração. No esforço de trabalho apela-se para os africanos livres cedidos ao governo, os presos e até índios. Era pequeno o número de pessoal técnico para a direção. Em 1848, assinala-se a falta de engenheiros; em 1853, há 4 em serviço (2 alemães, 1 inglês e 1 brasileiro); como reduzissem o ordenado dos engenheiros em 1860, a Província ficou só com um; em 1881, a Diretoria Geral das Obras Públicas contava com 6 engenheiros e 1 desenhista trabalhando em 6 distritos”* (Iglesias, 1958: 157).

viário (1835). Posteriormente, o plano viário de 1864, coordenado pelo engenheiro Henrique Gerber, caracteriza-se pela articulação entre os transportes terrestre, fluvial e ferroviário. O sistema ferroviário, por sua vez, expressa sua importância à medida que estava na base do plano a Estrada de Ferro D. Pedro II. A partir dessa é que se buscava integrar outras modalidades de transporte, juntamente com uma integração regional e inter-provincial. Em 1871, a lei nº. 1762 autorizou a construção de diversas estradas de rodagem, porém um dos artigos de tal lei deixava patente a preferência para a construção de estradas cujos pontos iniciais estivessem determinados pelo traçado da via férrea D. Pedro II. Assim, ressaltam-se os seguintes aspectos do terceiro plano viário: a integração das estradas de rodagem ao setor ferroviário, buscando o interior da província de Minas; o incentivo lançado na mesma lei para a navegação dos rios Grande, Baependi, Verde e Sapucaí (Pimenta, 1971). Para Godoy e Barbosa, os planos viários indícios sobre a configuração da economia oitocentista:

“(...) exame dos planos de viação da província expressão clara da complexidade de estrutura econômica não redutível a padrão único de organização interna, bem como de relacionamento com o exterior” (Godoy e Barbosa, 2007: 14).

Fontes para os transportes: silêncio e indícios.

A abordagem, segundo Queiroz, de temas relacionados ao transporte é extremamente variada. Considera-se, nessa medida, a possibilidade de pesquisas sobre a transformação das vias, métodos e técnicas empregadas nos serviços, vinculações entre as vias e a estrutura produtiva e a alteração de correntes comerciais. O objeto, de fato, apresenta alto grau de complexidade capaz de produzir uma infinidade de perspectivas e até mesmo incorporar fontes que aparentemente não estão diretamente associadas ao conjunto de questões referente aos transportes:

“(...) em grande medida, o tema dos transportes encontra-se subsumido no do comércio, muito mais amplo, podendo portanto, frequentemente, beneficiar-se dos mesmos conjuntos de fontes. (QUEIROZ, 2000: 121)”.

Durante a década de 1980, os estudos de Liana Reis e Carlos Magno, buscando analisar o período entre 1700 e 1750, abordaram a correlação entre expansão da atividade agrícola, caminhos, mineração, escravidão e estrutura agrária na Capitania de Minas Gerais. A partir da seleção das cartas de sesmarias e o cruzamento com dados obtidos nas obras de Antonil (1711) e Tavares Brito (1732), Magno e Reis, desse modo, destacaram o duplo caráter na conformação dos caminhos: quem se utiliza das vias, e, por outro, quem explora as suas

terras. Assim, segundo os autores, vemo-nos diante do processo de ocupação dos caminhos, que permitem aos viajantes uma rede de subsistência, onde se encontra locais para o abastecimento, descanso e troca de animais. Nesse sentido, analisaram a expansão da fronteira em direção à Goiás, após a descoberta aurífera, por meio do conjunto de cartas de sesmarias concedidas, em 1737, pela Coroa, para a ocupação das terras circundantes ao “Caminho Novo dos Goiazes”. Por fim, nota-se que o desenvolvimento da análise procurava considerar a importância dos caminhos na formação da estrutura agrária setecentista.

Alcir Lenharo, em pesquisa realizada no final da década de 1970, investigou as rotas terrestres de abastecimento do Rio de Janeiro, dedicando boa parte da argumentação a integração mercantil e a ascensão política de setores do Centro-Sul ligados à produção de gêneros de primeira necessidade, durante a primeira metade do século XIX. Lenharo buscou recuperar a historicidade da estruturação dos meios de distribuição, bem como as bases sócio-econômicas da produção. Ressaltam-se, nesse sentido, três aspectos específicos da infraestrutura de transporte, mencionadas pelo autor, durante o primeiro quartel do século XIX: 1- medidas que procuravam criar uma infra-estrutura de transporte capaz de articular o Rio de Janeiro com as regiões interioranas; 2- desenvolvimento de projetos visando integrar o Sul de Minas ao Rio de Janeiro, o que fica evidente com a abertura e reforma de vias de comunicação⁷; 3- assinala a presença de práticas comerciais à beira da estrada e a complementaridade existente entre fazenda, rancho, venda e pastagens. A presença da abertura e conservação das vias de comunicação e o comércio à beira da estrada inserem-se em diferentes etapas que condicionavam os fluxos mercantis. Contudo, a obra converge para a tentativa, historiográfica da década de 1970, de investigar o processo de independência e de “enraizamento da metrópole na colônia⁸”, através da organização do comércio de abastecimento do Rio e a integração do Centro-Sul (Dias, 1972: 171).

Godoy e Paiva dimensionaram a comercialização dos subprodutos da cana-de-açúcar na província de Minas Gerais, tendo como hipótese a desconcentração da produção e do mercado. A pesquisa visava preencher a lacuna historiográfica existente no início da década

⁷ Alcir Lenharo trata das construções realizadas por iniciativas de particulares, destacando a interpenetração entre o público e o público. Ressalta os interesses destes últimos na melhoria das vias “públicas”.

⁸ Maria Odila Silva Dias apontava a necessidade de estudos sobre a transição do Brasil Colonial para o Império, descartando interpretações provocadas por abordagens europeizantes. Segundo a autora, o enraizamento do estado português no Centro-Sul seria o início da transformação da colônia em metrópole interiorizada: “*Ainda está para ser estudado mais a fundo o processo de enraizamento da metrópole na colônia, principalmente através da organização do comércio de abastecimento do Rio e conseqüente integração do Centro Sul; as inter-relações de interesses comerciais e agrários, os casamentos com famílias locais, os investimentos em obras públicas e em terras ou no comércio de tropas e muares no Sul, no negócio de charque (...)*” (Dias, 1972: 166/171).

de 1990. Segundo os autores, a discussão da economia mineira ainda não havia analisado os elementos internos capazes de integrar e articular a vida econômica e social da província. A historiografia ora destacava a indústria têxtil, ora os setores atrelados à economia agro-exportadora cafeeira (Godoy & Paiva, 1992: 29). Assim, o objetivo principal consistia na apresentação dos resultados iniciais da pesquisa, bem como uma análise da disseminação espacial do elevado número de unidades produtivas e da vasta rede de comercialização da produção canavieira. Nessa medida, os autores investigaram a disseminação da economia canavieira a partir do cruzamento de duas fontes: 1-Listas Nominativas de 1831⁹; 2- Relação de vendas e casas de negócios de 1836. A avaliação foi conduzida pela abordagem do subconjunto¹⁰ do total de informações recolhidas das vendas e engenhos distribuídos por 27 municípios. Os subsídios pertinentes aos transportes estão contidos nas informações relativas à localização geográfica das vendas. As listas de vendas e casas de negócios das localidades abordadas utilizaram designação variada para a definição dos tipos de estabelecimento (“venda”, “loja”, “armazém”, “casas de negócio”, “mascateação”, “taverna/taberna”). A multiplicidade de denominação indica, muitas vezes, a diversificação dos gêneros comercializados (Godoy e Paiva, 1992). Além disso, a especificação da localização geográfica das “Casas de Negócio” fez presente em 41 localidades e, portanto, 85% do subconjunto.¹¹ De acordo com a classificação elaborada pelos autores, temos três tipos de localização especificada e identificada: 1-Vilas; 2- Estradas; 3-Sem Informação:

“(…) núcleos urbanos maiores os estabelecimentos comerciais tendiam a se situar preferencialmente na sua porção urbana (vila); já nos distritos menores a concentração era nas estradas e fazendas” (Godoy & Paiva, 1992: 42).

De fato, os estudos analisados convergem para um tratamento secundário dos aspectos viários. As pesquisas se inserem em perspectivas complementares à medida que Lenharo busca analisar o relacionamento inter-provincial econômico e político estabelecido entre a

⁹ ““O ofício do Governo Provincial, de 25 de agosto de 1831, dirigido aos juizes de paz de todos os distritos de Minas Gerais, representou o ponto de partida para a realização de circunstanciado recenseamento da então mais populosa província do Brasil. Para os aproximadamente 420 distritos de paz existentes em meados da década de 1830, remanesceram 234 listas nominativas do censo realizado em 1831/32.” (Godoy e Paiva: 2002:05).

¹⁰ Selecionaram as listas relativas a 17 municípios (18% do total, que abordava 48 localidades): Aiuruoca (4 distr.), Baependi (1 distr.), Barbacena (4 distr.), Campanha (2 distr.), Diamantina (1 distr.), Itajubá (1 distr.), Mariana (6 distr.), Minas Novas (1 distr.), Ouro Preto (6 distr.), Pitangui (4 distr.), Pouso Alegre (1 distr.), Queluz (3 distr.), Pomba (1 distr.), Sabará (4 distr.), São João Del Rei (2 distr.), Tamanduá (6 distr.), Vila do Príncipe (1 distr.).

¹¹ No que tange à localização geográfica das “Casas de Negócio” temos os seguintes dados: 431 se encontravam nas Vilas; 228 nas estradas; 175 não continham informação. Alcançando na soma total: 834 “Casas de Negócio” (Godoy & Paiva, 1992: 42).

Corte e o sul de Minas Gerais. Por outro lado, o trabalho de Godoy e Paiva visa aprofundar o conhecimento acerca do dinamismo do mercado interno. Com isso, podemos afirmar que ambos, apesar das divergências temáticas e metodológicas, assinalam para uma presença substantiva dos transportes, sobretudo, terrestres.

O tema dos transportes tradicionais, recentemente, vem sendo alvo de novas abordagens. A análise da representatividade dos transportes nos “inquéritos provinciais” da década de 1850 e 1860 indica a diversidade e complexidade do objeto¹² (Godoy e Barbosa, 2007:17/24). A escolha e o manejo dos inquéritos provinciais manifestam uma “condensação” de interações apontadas pelos autores, a partir da avaliação crítica das fontes (estabelecimento da origem e autenticidade e comparação das informações). Nota-se, assim, a constatação de aspectos emblemáticos: a desigualdade na distribuição de recursos públicos para o processo de modernização dos transportes, a necessidade de melhoramentos em vista dos fluxos comerciais internos e externos a província, a relação entre as condições transitabilidade das vias e o abastecimento.

Por conseguinte, tornar os transportes tradicionais objeto de análise no âmbito do conhecimento histórico é procurar redefinir e considerar: a correlação das atividades produtivas e a circulação de mercadorias e pessoas; as transformações técnicas empreendidas na construção das vias; compreender como e quando foram construídas as estradas e pontes, assim como perceber os problemas relacionados a escolha do traçado, conservação e administração das vias de comunicação. Tal fato perpassa pela adoção de novas abordagens e critérios de seleção e redimensionamento da percepção dos transportes modernos e tradicionais na província Minas Gerais no século XIX.

Referências Bibliográficas.

ABREU, João Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BLASENHEIM, Peter L. *As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove*. Locus: Revista de História. Juiz de Fora, v. 2, n. 2, pp. 81-110. jul.- dez. 1996.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTTA, C.G. *1822:Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

¹² “(...) utilizada a divisão administrativa do Censo do Império (...). Dos 72 municípios existentes no início da década de 1870, as respostas com dados sobre o tema dos transportes cobrem, no conjunto ou parcialmente, 56 municipalidades, ou 78%” (Godoy e Barbosa, 2007:10).

FRAGOSO, João Luís. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma ‘plantation’ escravista-exportadora. In: LINHARES Maria Yedda (org). *História Geral do Brasil*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GALVÃO, Olímpio. J. de Arroxelas. Os Transportes como um Problema de Política Pública: Uma Perspectiva Histórica. Planejamento e Políticas Públicas (IPEA), Brasília,DF, v. 13, p. 183-213, 1996.

GODOY, Marcelo Magalhães. “Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX”. *Texto para discussão n.º 109*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1996.

GODOY, Marcelo Magalhães e BARBOSA, Lidiany Silva. Uma outra modernização transportes em uma província não-exportadora Minas Gerais, 1850-1870. *Texto para discussão n.º 303*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG,2007

GOULART José Alípio. *Meios e instrumentos de transportes no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Oficial, 1959.

GUIMARAES, Carlos Magno e Reis, Liana Maria. “Agricultura e caminhos de Minas (1700/1750)”. *Revista do Departamento de História*, n.º.4, Belo Horizonte, Fafich/UFMG.

GUIMARAES, Carlos Magno e Reis, Liana Maria. “Agricultura e escravidão de Minas (1700/1750)”. *Revista do Departamento de História*, n.º. 2, junho de 1986, Belo Horizonte, Fafich/UFMG.

IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Anotações sobre a Organização Administrativa da Província de Minas Gerais. *Anais do VI Seminário sobre Economia Mineira*. p.13/28. Diamantina: CEDEPLAR – UFMG, 1992

MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Texto para discussão n.º 10*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG,1982.

MELO, Hildete Pereira de. Café e Ferrovias: Rio de Janeiro e Minas Gerais 1850/1910. *Anais do VII Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 1995.

PAIVA, Clotilde Andrade e Godoy, Marcelo Magalhães. “Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX”. *Anais do X Seminário sobre Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar, 2002.

_____. “Engenhos e Casas de Negócios na Minas Oitocentista”. *Anais do V Seminário sobre Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1992.

PAULA, João Antônio. “O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história”. In: *História Econômica e História de Empresas*, v. 5, n.º 1, pp. 7/39. São Paulo: ABPHE, 2002.

PIMENTA, Demerval José. *Caminhos de Minas Gerais*. Imprensa Oficial. Belo Horizonte:1971.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 13.ed. São Paulo: Brasiliense, 1973

_____. *História Econômica do Brasil*. 12 ed São Paulo: Brasiliense, 1970.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó . *Transportes e comunicações no Brasil: breves considerações sobre as fontes para sua história*. América Latina En La Historia Económica Boletín de Fuentes, México, D.F., n. 13-14, p. 115-136, 2000.

Os bancos na historiografia brasileira

Thiago Fontelas Rosado Gambi*

Introdução

A intenção deste texto é levantar como os bancos aparecem, ou não aparecem, na historiografia brasileira entre meados do século XIX e início do século XX, e discutir brevemente porque essa historiografia privilegiou a história monetária em detrimento da história do crédito e dos bancos ao tratar do desenvolvimento do capitalismo no país. Moeda e crédito são elementos centrais para entender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ambos estão relacionados aos bancos. Desde meados do século XIX é possível encontrar um volume relativamente grande de estudos sobre a moeda. Não se pode dizer o mesmo sobre o crédito e os bancos, embora apareçam de maneira acessória na história monetária. No século XIX, pouco se produziu sobre bancos. Alguns trabalhos que trataram da história de bancos específicos apareceram no início do século XX e, em meados do mesmo século, proliferaram também estudos sobre bancos regionais, sobretudo no âmbito dos programas de pós-graduação. Nesse período, foram escritas histórias de bancos no Brasil, mas não se chegou a elaborar uma história bancária brasileira.

Uma primeira observação que se pode fazer a este trabalho diz respeito à distinção entre moeda, de um lado, e crédito e bancos, de outro. Pode-se dizer que moeda, crédito e bancos são partes indissociáveis quando se quer estudar um sistema monetário. É verdade, tanto que muitos livros que tratam teoricamente do assunto têm como título moeda e bancos ou moeda e crédito. No entanto, há uma diferença entre falar de moeda e, por tabela, de crédito e bancos, e falar de crédito e bancos e, por tabela, de moeda. Já que pode existir o privilégio de um ou dos outros dois, cabe a distinção, mas isso evidentemente não quer dizer que moeda, crédito e bancos devam ser tratados de maneira totalmente isolada quando se quer estudar um sistema monetário. Ademais, não se trata aqui de abordar trabalhos teóricos sobre o assunto, mas trabalhos que, de certa maneira, fizeram uma história da moeda, do crédito e dos bancos no Brasil e, nesse âmbito, fala-se mais de moeda e, por tabela, de crédito e bancos. Por fim, a moeda precede os bancos, isto é, pode existir uma economia monetária sem bancos, mas não uma economia com bancos e sem moeda. O Brasil, por exemplo, passou por um período sem bancos entre 1829, ano da liquidação do primeiro Banco do Brasil, e 1836, data

* Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Doutorando em História Econômica do PPGHE-USP.

da criação do Banco do Ceará. Entretanto, muito se falou de moeda nesse período, e só se podia falar dela, sobretudo por conta da crise das moedas de cobre, os famosos *xenxéns*.

Três hipóteses que poderiam responder a questão inicial, o porquê do privilégio da moeda na historiografia, seriam a pequena importância dos bancos na economia brasileira da época, o peso legitimador da teoria econômica dominante e o posicionamento político mais ligado à moeda de quem escreveu sobre o assunto. Para testá-las, será feito o levantamento dos trabalhos que discutem moeda, crédito e bancos na segunda metade do século XIX e início do século XX. Depois, passa-se à breve discussão desse levantamento, a fim de verificar a pertinência das hipóteses apresentadas.

Levantamento

O levantamento de como os bancos, ao lado do crédito e da moeda, aparecem na historiografia brasileira entre meados do século XIX e início do século XX não é novidade. Saes (1986; 2001) e Andrade (1995) já o fizeram em trabalhos anteriores. Apesar disso, retoma-se aqui a apresentação dos principais autores e organizam-se as obras de acordo com o posicionamento de seus autores em relação à política econômica.

Ao lado dos estudos mais gerais no campo da moeda, crédito e bancos, há trabalhos sobre crises e instituições financeiras específicas. Embora esses estudos fujam um pouco ao escopo do texto, vale a pena mencioná-los para passar aqui uma idéia mais completa da produção historiográfica nesse campo. A crise bancária e financeira de 1864, aberta com a falência de uma importante casa bancária da praça do Rio de Janeiro, A.J.A. Souto & Cia., foi tratada numa obra do mesmo ano, *A crise commercial do Rio de Janeiro em 1864*, de Pedro Antônio Ferreira Vianna. Logo depois, em 1865, sairia o conhecido livro de Sebastião Ferreira Soares, *Esboço ou primeiros traços da crise comercial da cidade do Rio de Janeiro*. Em 1875, quando o país se viu diante de mais uma crise monetária, saiu *A crise da praça em 1875*, de Antônio Alves Sousa Carvalho. Mais tarde, outras duas obras deram conta da crise que passou para a história como o encilhamento de 1890, ambas de 1892: *A praça do Rio de Janeiro, 1890-1891*, de Veridiano Carvalho, e *A solução da crise*, de Luís Tarquínio, coletânea de artigos publicados na imprensa. Como se vê, são obras que falam de moeda, crédito e bancos a partir de conjunturas específicas de crise.

Também específicos são os trabalhos sobre a história do Banco do Brasil publicados por Felisbello Freire, que passou pelo ministério da fazenda entre 1893 e 1894, e Victor Viana. *A História do Banco do Brasil*, de Freire, saiu em 1907 e é a primeira obra a fazer uma

história específica do banco. Para ele, a relação entre Estado e banco, seja para ajudar a resolver o problema monetário, seja para auxiliar em épocas de crise interna e externa, dá à história da instituição uma importância capital. Tal atuação faz que a história do Banco do Brasil acabe refletindo a história financeira do país. Com apenas 284 páginas, não é um volume muito grande e intercala descrição e opiniões do autor, apresentando documentos e dados do banco ao longo da narração. Freire serviu de fonte para o *Banco do Brasil*, de Victor Viana, cuja obra, de 1926, conta com novecentas exaustivas páginas, a maior parte delas de loas à instituição e de transcrições de documentos do banco e do governo, daí seu tamanho. Há pouca análise e muita descrição. Em alguns trechos, sem receio do plágio, chega a copiar literalmente as palavras de Felisbello Freire sem lhe dar o devido crédito.¹

Os trabalhos mais gerais sobre moeda, crédito e bancos são marcados pela famosa e bastante estudada dicotomia entre papelistas e metalistas. Essa dicotomia remete ao famoso debate entre os partidários da escola bancária e os da escola monetária na Inglaterra do século XIX. Contudo, o debate brasileiro não era mera transposição do debate inglês. As teorias econômicas defendidas por uma e outra escola eram conhecidas pelos parlamentares do império e muitas vezes eram recebidas criticamente por aqui (SAES, 1986:28).

Para melhor compreender a organização das obras levantadas que aparece logo adiante, é preciso falar um pouco dos princípios bancário e monetário, e, depois, de papelistas e metalistas. O chamado *banking principle* dava o norte da escola bancária.² Tal princípio sustentava que notas bancárias só eram emitidas para efetivar operações de crédito que tinham como contrapartida transações comerciais já realizadas. Ora, se a emissão bancária tinha contrapartida real, ela não podia provocar inflação. Seu aumento nada mais era do que reflexo do aumento das transações comerciais. Este sim podia ou não provocar inflação. Portanto, segundo esse princípio, o sentido da causalidade vai da transação comercial (preço) para a emissão (oferta monetária) e não o contrário. Transações comerciais e emissão de notas bancárias funcionavam como duas faces de uma mesma moeda. Enquanto a profusão de moeda metálica e a emissão de papel-moeda poderiam gerar inflação, a emissão de notas bancárias não correria o risco de produzir tal resultado, uma vez que apenas acompanhava o ritmo das transações comerciais já realizadas. O aumento da emissão de notas bancárias seria apenas indicador de um aumento das transações ou dos preços. Por isso, a escola bancária

¹ Cf., por exemplo, as páginas 74 do livro de Freire e 351 do livro de Viana.

² São representantes dessa escola David Ricardo, Robert Peel e John McCulloch.

sustentava que, na questão monetária, as notas bancárias deviam ser diferenciadas da moeda metálica e do papel-moeda corrente.

Sua antípoda era a escola monetária,³ guiada pelo chamado *currency principle*. Tal princípio, ligado à teoria quantitativa da moeda, sustentava que o aumento da oferta de moeda, notas bancárias inclusive, gerava inflação. Do mesmo modo, se a oferta de moeda se reduzisse, a inflação também cederia. Portanto, segundo esse princípio, o sentido da causalidade vai da oferta monetária para o preço e não o contrário. Nesse caso, as duas faces da moeda eram oferta de moeda e preço. Já que qualquer aumento da oferta monetária poderia gerar inflação, não havia motivo para distinguir notas bancárias de outros tipos de moeda.

Os princípios defendidos pelas duas escolas acabavam desembocando em dois grandes pontos de conflito em torno de questões relacionadas ao direito de emissão e ao tipo de conversibilidade do meio circulante. Quanto ao direito de emissão, discutia-se a unidade ou pluralidade emissora como alternativas e também, dado o caráter público e privado das emissões, se a instituição ou as instituições emissoras deveriam ser públicas ou privadas. Já o que se discutia em relação à conversibilidade dizia respeito ao tipo de reserva que serviria de lastro para as emissões, isto é, se elas deveriam ser lastreadas exclusivamente em ouro ou se também poderiam entrar como lastro notas do Tesouro e ações de companhias abertas.

O debate inglês foi tropicalizado e traduziu-se no Brasil na controvérsia entre papelistas, defensores do *banking principle*, e metalistas, que sustentavam o *currency principle*. Discutiam-se aqui basicamente as mesmas questões tratadas no debate inglês, isto é, direito de emissão e conversibilidade do meio circulante, só que adaptadas à realidade brasileira. Quanto ao direito de emissão, discutia-se sua unidade, defendida pelos metalistas, ou pluralidade, sustentada pelos papelistas. Quanto à conversibilidade, os metalistas defendiam uma relação forte entre a moeda e o metal que lhe servia de lastro. Já os papelistas aceitavam uma relação mais fraca entre a moeda e o metal, admitindo o lastro em títulos da dívida pública quando houvesse escassez de metal. Segundo Andrade (1995:92), a dicotomia entre papelistas e metalistas esteve sempre presente no debate econômico porque havia dos dois lados representantes do governo responsáveis pela formulação da política monetária ou autores que tentavam, de fora, influenciar nas decisões políticas.

Nesse quadro, é possível organizar os autores que escreveram sobre moeda, crédito e bancos em papelistas e metalistas. Autores identificados com o papelismo tendem a privilegiar o crédito e os bancos em seus escritos, ao contrário dos que se identificam com o

³ São representantes dessa escola Henry Thornton, Thomas Tooke e John Fullarton.

metalismo, que tendem a privilegiar a moeda. Dessa maneira, segundo o levantamento que se fez neste trabalho, apenas três autores entram na quota do papelismo: Bernardo de Souza Franco, Irineu Evangelista de Souza e Amaro Cavalcanti.

Souza Franco decide publicar *Os bancos do Brasil*, em 1848, “pela consideração de que num país novo e falta de capitais como o Brasil, é-lhe serviço importante procurar desenvolver seus trabalhos e lançar mão das instituições de crédito como o mais poderoso meio de aproveitar os capitais desempregados, pô-los a serviço da indústria, e como que os duplicar em seu benefício” (FRANCO, 1984:9). Mas não só. Souza Franco era àquela altura um importante político do império, tendo sido presidente das províncias do Pará e de Alagoas. Na época, o país carecia de uma lei que regulamentasse a atividade bancária. Havia um vácuo jurídico que precisava ser ocupado pela proposta mais viável politicamente e Souza Franco tentou ocupá-lo com um projeto de reforma bancária apresentado nas duas últimas partes de seu livro. Mais interessante aqui é que ele realizou o que talvez tenha sido o primeiro esboço de uma história de bancos no Brasil. Na primeira parte da obra, a que ele chamou de opúsculo, faz quase uma história do presente ao falar dos bancos do Brasil, do Rio de Janeiro, da Bahia, do Maranhão, de Pernambuco e do Pará, sua terra, a maioria deles fundada na mesma década de 1840. Na segunda parte, antes de apresentar sua reforma, faz um diagnóstico dos defeitos da organização dos bancos de então e sugere o que pode ser feito para melhorá-la. Pouco tempo depois de lançada sua obra, ocupou interinamente o ministério da fazenda de agosto a setembro de 1848. Voltou a ser ministro da fazenda em 1857, desta vez efetivo.

Junto com sua *Autobiografia*, Irineu Evangelista de Souza, visconde de Mauá, publica, em 1878, *O meio circulante no Brasil*, em que defende idéias papelistas. Mauá, além de grande investidor, foi importante sujeito político no império. Tinha negócios em vários ramos da atividade econômica, inclusive no financeiro, tendo fundado seu primeiro banco em 1851, o Banco do Brasil. Assim como Souza Franco, privilegiou o crédito e os bancos ao tratar dos assuntos monetários. É famosa a passagem de sua *Autobiografia* em que alude à função intermediadora dos bancos: “reunir os capitais, que se viam repentinamente deslocados do ilícito comércio, e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país, foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter certeza de que aquele fato [a abolição do tráfico] era irrevogável” (MAUÁ, 1943:126). Obra de menor fôlego e apresentada como um anexo da *Autobiografia* de Mauá, este *O meio circulante no Brasil* não

deixou de marcar a posição do autor num momento em que já pode contar com certo distanciamento daquilo que foi seu auge em termos de influência econômica e política.

O último autor desta trinca, Amaro Cavalcanti, publicou, em 1892, uma compilação de seus discursos proferidos no senado intitulada *Política e finanças*. No ano seguinte, sai sua obra mais importante, *O meio circulante nacional*. Sem maiores pudores, abre o livro dizendo que a moeda fiduciária era uma realidade na história do meio circulante brasileiro e que nem por isso o país deixou de prosperar. Publica sua obra para “contrastar com o parecer dos competentes, que só veem um mal público, um flagelo no emprego do meio circulante inconvertível” e defender a emissão de bancos lastreada em títulos. São dois volumes que intercalam análise e transcrição de documentos. Tem razão Andrade (1995:93) ao dizer que a força da análise e da crítica de Cavalcanti “é o enfoque de uma das questões mais polêmicas à época, o crédito. E, neste ponto, encontra-se sua grande contribuição: atentar para o papel do crédito na expansão industrial e apontar a vinculação existente, naquele estágio, entre o volume de moeda em circulação e a oferta de crédito”. No entanto, suas idéias perderam força no contexto da crise do encilhamento.

Seu antípoda, Liberato de Castro Carreira, escreveu uma *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação* e a publicou em 1889. Junto com Calógeras, Ramalho Ortigão, Inglês de Souza e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, constitui a quota do metalismo na historiografia. Castro Carreira, defensor das “boas finanças, boas políticas”, também faz história por meio da transcrição e análise de uma série de documentos oficiais. Enfatiza o equilíbrio fiscal como condição para se ter no país uma moeda saudável, isto é, convertível.

Também defensor de políticas econômicas ortodoxas, o engenheiro de minas João Pandiá Calógeras, em *A política monetária do Brasil*, trata da questão no Império e na República. O livro é resultado de uma pesquisa feita para a Terceira Conferência Internacional Americana, que resolveu estudar os sistemas monetários de seus países-membros. Diferentemente de Castro Carreira, Calógeras recorre bem menos às transcrições. Analisa os fatos econômicos e procura generalizar suas conclusões, respaldado sempre pela teoria monetária ortodoxa. Fecha o livro dizendo que as diretrizes econômicas do início do século XX “já não permitem o retorno ao passado, o aviltamento do câmbio, a exploração dos assalariados, a permanência dos fatores prejudiciais de uma produção artificialmente forçada” (CALÓGERAS, 1960:518). É uma crítica aberta à emissão inconvertível e à desvalorização da moeda. Calógeras e Cavalcanti, por representarem claramente escolas econômicas

divergentes, são as referências clássicas do debate sobre o meio circulante no Brasil entre meados do século XIX e início do século XX.

O Jornal do Comércio é a expressão da política monetária conservadora. Seu editor, Ramalho Ortigão, ainda antes de Calógeras, publica, em 1914, *A moeda circulante no Brasil*, para defender mais ou menos as mesmas idéias. Ainda num tom conservador, mas com uma linguagem mais panfletária, Carlos Herculano Inglês de Souza, que mais tarde passaria pelo Banco do Brasil, escreve *A anarchia monetária e suas conseqüências*, publicado em 1924. Logo de início, há uma exortação aos governantes do país para que cuidem da moeda brasileira. Vale a pena citar o trecho que justifica a publicação do livro e indica claramente o posicionamento do autor:

Não fomos levados por vaidade, que não temos, mercê de Deus, senão pelo justo anseio de ver o nosso querido Brasil elevado ao lugar que lhe compete, como país rico e grande, econômica e financeiramente falando, para o que lhe cumpre tratar com carinho da sua moeda lamentável e criminosamente aviltada pelo uso inveterado do curso forçado.

Visando tão alevantado escopo é que ousamos lançar um apelo, uma exortação aos estadistas, que dirigem os destinos da nossa Pátria, a fim de que já e já se resolvam a curar, de modo radical, completo e eficaz, o nosso mal monetário, o maior de todos os que nos acometem, causador máximo do desconcerto administrativo, da desorganização social, política e econômica em que ainda vivemos!

Expulsemos de vez do nosso Brasil o terrível cancro do curso forçado, que traz em si conseqüências tão terríveis quão várias e múltiplas (SOUZA, 1924: XI).

É na primeira parte do livro que o autor faz uma história monetária. A segunda parte é dedicada a questões teóricas e à apresentação dos casos dos Estados Unidos, do Uruguai e da Argentina. Por fim, uma obra também de cunho conservador que trata especificamente de bancos. Em *Os bancos de emissão no Brasil*, obra publicada em 1925, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada analisa o caso dos bancos emissores brasileiros e critica a expansão do papel-moeda inconversível.

Completa-se, assim, o quadro das obras mais importantes da historiografia brasileira entre meados do século XIX e início do século XX. Vale ressaltar também as obras de Henrique Augusto Milet, *O meio circulante e a questão bancária*, de 1875, e *O artigo notável e a questão monetária*, de 1878. Tais obras não foram referidas no corpo do levantamento porque não se conseguiu acessá-las a tempo. Por meio desse levantamento, nota-se, em resumo, que os bancos especificamente aparecem pouco na historiografia. Tirando as obras sobre o Banco do Brasil, de Freire e Viana, eles são tratados de modo específico apenas por Souza Franco e Ribeiro de Andrada. Ganham maior destaque nos trabalhos sobre a moeda de

Mauá e Cavalcanti, mas continuam sendo tratados de maneira acessória nas obras de Castro Carreira, Calógeras, Inglês de Souza e Ramalho Ortigão. Os estudos teóricos e históricos da época exploram muito mais a questão monetária do que a bancária. Por quê?

Breve discussão

A opção pela moeda por parte da historiografia não parece ser gratuita. Três hipóteses que poderiam responder essa questão seriam a pequena importância dos bancos na economia brasileira da época, o peso legitimador da teoria econômica dominante no debate e o posicionamento político mais ligado à moeda de quem escreveu sobre o assunto.

Primeiro, em meados do século XIX, os bancos são poucos e recentes no Brasil. Dá para contar nos dedos os bancos que se formaram entre 1830 e 1853. Depois da extinção do primeiro Banco do Brasil, em 1829, e da tentativa frustrada de reorganizá-lo em 1833, somente em 1836 um novo banco foi formado no país, o pequeno e fugaz Banco do Ceará. Em 1838, apareceu o Banco Comercial do Rio de Janeiro e, na década de 1840, foram formados bancos nas províncias da Bahia, em 1845, do Maranhão e Pará, em 1846, e de Pernambuco, em 1851. Neste ano, também foi fundado o Banco do Brasil de Irineu Evangelista de Souza, futuro barão e visconde de Mauá. São ao todo sete bancos e, portanto, não era de se esperar que muito se escrevesse sobre eles. O centro da discussão tinha mesmo que ser a moeda.

Segundo, a teoria econômica dominante na época é o metalismo e ela é utilizada para legitimar os discursos. São frequentes no debate as referências a autores estrangeiros e a experiências ocorridas em outros países para demonstrar o desastre da pluralidade bancária e da emissão inconvertível. Daí uma das razões para a pequena atenção dada ao crédito e aos bancos. A preocupação com o sistema monetário, estabilidade do valor da moeda e do câmbio, vem bem à frente da preocupação com o sistema financeiro, ampliação do crédito e destravamento da atividade econômica. Tanto é que apenas dois autores tratam especificamente de bancos. Ainda assim, vale lembrar que Ribeiro de Andrada aborda os bancos de emissão, centrais no debate sobre a convertibilidade da moeda.

Terceiro, o debate sobre moeda, crédito e bancos revelava diferentes orientações em termos de política econômica. Escrever sobre moeda ou sobre crédito e bancos significava tomar partido numa discussão que é central em meados do século XIX e início do século XX. Tão central em meados do XIX que Joaquim Nabuco chamou os gabinetes imperiais de 1857 a 1861 de gabinetes financeiros (NABUCO, 1936).

Parecia haver, na época, muito mais partidários da moeda do que do crédito e dos bancos, e histórias das experiências monetárias, creditícias e bancárias nacionais e estrangeiras eram freqüentemente invocadas nos debates parlamentares para sustentar pontos de vista alternativos.⁴ As obras desse período relacionadas a bancos e, de maneira mais geral, à moeda e ao crédito, eram escritas antes por políticos do que por historiadores. O levantamento mostra que, excetuando-se Ramalho Ortigão, todos os outros autores exerceram, ou pretenderam exercer, no caso de Inglês de Souza, cargos políticos. Falar de crédito e bancos poderia levar a uma associação direta com papelismo. Como o papelismo estava relacionado à crise, emissões excessivas e “irresponsabilidade monetária”, seria politicamente mais confortável evitá-lo.

Conclusão

O levantamento da historiografia brasileira referente à moeda, crédito e bancos entre meados do século XIX e início do século XX mostrou o privilégio claro da história monetária sobre a história bancária. Para tentar explicar a razão disso, este texto lançou três hipóteses: o pequeno e recente desenvolvimento do setor bancário na época, a predominância da teoria metalista e o comprometimento dos autores com suas orientações em termos de política econômica. Essa discussão é relevante na medida em que a produção de estudos sobre determinado tema costuma influenciar decisões políticas. A predominância das políticas econômicas conservadoras durante boa parte do império coincidiram com o privilégio dos estudos sobre a moeda.

Hoje, há muito superado o debate entre papelistas e metalistas, os bancos passam a ocupar maior espaço na historiografia brasileira, ainda que não seja um espaço tão significativo. Apesar da aridez do tema e da dificuldade de acesso a fontes primárias, estudos sobre bancos têm sido produzidos, sobretudo, no âmbito dos cursos de pós-graduação. A importância que o capital financeiro assume na economia atual tende a estimular o surgimento de novos estudos sobre o tema no campo da economia e da história econômica. Contudo, a historiografia brasileira ressenete-se ainda da ausência de um ensaio geral sobre a história bancária do Brasil.

Bibliografia

⁴ Para os debates parlamentares a respeito de moeda, crédito e bancos, Cf. SÁEZ, Hernán Enrique Lara. *Nas asas de Dédalo. Um estudo sobre o meio circulante no Brasil entre os anos de 1840 e 1853*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo.

- ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. *Os bancos de emissão no Brasil*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1925.
- ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. Moeda e banco no século XIX: historiografia e fontes brasileiras. *América Latina en la história econômica*, 3, jan-jun, 1995.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *A política monetária do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960.
- CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1889.
- CARVALHO, Antônio Alves de Sousa. *A crise da praça em 1875*. Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1875.
- CARVALHO, Veridiano. *A praça do Rio de Janeiro, 1890-1891*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1892.
- CAVALCANTI, Amaro. *O meio circulante nacional (1808-1835)*. Brasília: UNB, 1983.
- _____. *O meio circulante nacional (1836-1866)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- FRANCO, Bernardo de Souza. *Os bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.
- FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *Historia do Banco do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. D'O Economista Brasileiro, 1907.
- MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia ("Exposição aos credores e ao público") seguida de "O meio circulante no Brasil"*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.
- MILET, Henrique Augusto. *O artigo notável e a questão monetária*. Recife: Typ. Jornal do Recife, 1878.
- _____. *O meio circulante e a questão bancária*. Recife: Typ. Jornal do Recife, 1875.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936.
- ORTIGÃO, Ramalho. *A moeda circulante no Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1914.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- _____. A moeda, o crédito e o financiamento da produção. *Estudos Avançados*, 15 (41), 2001.
- SOARES, Sebastião Ferreira. *Esboço ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1865.
- SOUZA, Carlos Inglês de. *A anarchia monetária e suas conseqüências*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924.
- TARQUINIO, Luís. *A solução da crise*. Salvador: Imp. Popular, 1892.
- VIANA, Victor. *O Banco do Brasil. Sua formação. Seu engrandecimento. Sua missão nacional*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1926.
- VIANNA, Pedro Antônio Ferreira. *A crise commercial do Ri de Janeiro em 1864*. Rio de Janeiro: Garnier, 1864.

Os nativos pelos olhos cristãos: “encontros” entre Indígenas e Religiosos, do século XVI ao XVIII

Thiago Henrique Mota Silva*

Entre os séculos XVI e XVIII, várias ordens religiosas enviaram missionários às terras do Novo Mundo, com o objetivo de civilizar os indígenas e salvar-lhes as almas. A nosso ver, a primeira questão a ser colocada quando se pretende analisar a compreensão dos ameríndios por parte dos missionários europeus é: esses europeus percebiam a missão que se lhes apresentava como um trabalho devocional ou civilizador? Os “encontros” podem ocorrer nas duas perspectivas, e em cada uma delas a alteridade será dada de forma diferenciada. O olhar quase etnográfico que dispensaram sobre os indígenas permite-nos buscar compreender o processo de aculturação sofrido pelo nativo, por um lado, e, por outro, a forma como o europeu se coloca ao entrar em contato com a alteridade. As fontes a serem utilizadas nessa pesquisa, que se encontra em fase inicial, são relatos: no final do século XVI, do jesuíta Fernão Cardim; no século XVII, do capuchinho Cláudio d’Abbeville; e no século XVIII, do também jesuíta André João Antonil.

Buscamos associar duas frentes: a aculturação do indígena e a forma como o europeu coloca-se diante dele, analisando seus sucessivos “encontros” e buscando compreender o desenvolvimento da sociedade brasileira: indígena e européia, gentílica e religiosa. Pretendemos, aqui, contextualizar a discussão na qual essa pesquisa se coloca.

A priori, as duas possibilidades de resposta à pergunta inicial são latentes. Se analisarmos as formas como os religiosos buscaram promover a aculturação e integração dos indígenas à cultura européia (como aldeamento e sedentarização, promoção do trabalho e do comércio, entre outros), notamos que havia um objetivo civilizador em suas ações. Por outro lado, atendo nosso olhar à natureza dessas formas (como a propagação do imaginário, medos e anseios cristãos, pregação de valores e condutas morais), percebemos que a devoção é o objetivo-mor dos missionários, que se dedicam ao fortalecimento da fé católica. Civilizar vem a ser um passo no sentido da salvação.

Como citado por Sérgio Buarque de Holanda, no clássico *Raízes do Brasil*, “em vão trabalha quem os quer fazer anjos antes de os fazer homens”. O que se percebe é que tanto o

* Graduando em História, na Universidade Federal de Viçosa (UFV).

caráter civilizador quanto o devocional das missões religiosas na América buscavam incluir esse novo homem à ordem mundial estabelecida pela Europa: um sistema complexo de trocas comerciais e intercâmbio cultural e religioso, acontecido entre Europa-África-Ásia-América.

E como os missionários viam o indígena? Cristina Pompa nos diz que

(...) não constitui nenhuma novidade, hoje, dizer que o indígena descrito nos relatos de viajantes e missionários é a alteridade radical que a Europa já conhece bem de toda uma literatura clássica, medieval e renascentista. As observações dos cronistas não surgem a partir da realidade indígena, mas, ajudadas pela peculiaridade das culturas nativas, contam algo sobre seu próprio sistema de crenças e valores (POMPA, 2003: 35).

Nesse mesmo sentido, Serge Gruzinski nos diz que os religiosos que se propuseram a descrever as relações indígenas “exploram o mundo indígena utilizando esquemas e vocabulários europeus” (GRUZINSKI, 2003: 17). Portanto, faz-se necessário, antes de adentrar nas fontes, buscar compreender os movimentos que levaram os europeus a buscar mundos fora da Europa e, encontrando-os, como se colocaram diante dessas novas realidades, e como levaram sua realidade a esses mundos.

EXPANSÃO: UM ESTÍMULO RELIGIOSO.

O expansionismo português parte de questões de fé (a expulsão dos mouros da Península Ibérica) levando os ideais religiosos das cruzadas para o embate com o islã no norte da África e, depois, expandindo-o para povos ditos gentílicos, mais ao sul. As estratégias de expansão portuguesa aos poucos vão tomando novos contornos, o que pode ser percebido no próprio caráter das expedições rumo à África que se realizam nos anos seguintes à conquista de Ceuta, em 1415. Em 1448, de fato, mudanças efetivas na expansão se efetuam: é criada a primeira feitoria permanente, em Arguim, na costa oeste africana, os primeiros mercadores surgem e instaura-se a primeira organização para o comércio, visto que antes o foco central era a pilhagem aos infiéis (THOMAZ, 1994: 19-35). Embora a expansão já tenha outros objetivos, mais materiais que espirituais, a justificativa moral continua sendo a salvação da alma dos gentios.

Com a descida do Atlântico, na carreira das Índias, chega-se às terras brasileiras. Em sua famosa carta, Pero Vaz de Caminha, ao finalizar sua descrição da terra do Brasil, diz a D.

Manuel que “o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar”. É a fé justificando as ações portuguesas, sendo que nos anos que se seguem feitorias são instaladas, é feita a extração do pau-brasil e os índios participam do processo.

Notadamente, essa pluralidade de ações – estabelecimento de redes mercantis, expansão dos ideais de civilização, salvação das almas dos povos gentílicos – passa a exigir estratégias mais eficazes por parte dos europeus. A evangelização é uma das formas de conduzir dois povos (europeus e ameríndios) a um objetivo comum – a salvação – impondo a ambos os mesmos limites e valores temporais de um deles – o seguimento da fé católica. A construção da unidade tem na religião um de seus pilares mais fortes, visto que, ao mesmo tempo que constrói o cristianismo nas terras americanas, promove a salvação dos europeus empenhados com a evangelização, afinal Jesus Cristo pregou aos homens, incumbindo-lhes da missão de catequizar: “Ide, pois, e ensinai a todas as nações; batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mateus, 28: 19).

Percebemos, então, a duplicidade das missões: se, por um lado, os missionários entregam-se à vida em missão para catequizar os povos encontrados, com o objetivo de salvar-lhes as almas, por outro, têm isso como missão redentora de sua nação, de forma geral, e a possibilidade particular de salvação de sua alma. O empenho dedicado à salvação do gentio como forma de redenção e glorificação da nação pode ser notado no texto do padre Cláudio d’Abbeville, capuchinho francês que veio ao Brasil, em 1612, em missão destinada a catequizar os índios e legitimar o domínio francês na Nova França, o qual diz:

Quem me fez tão fecunda, sendo eu tão estéril? Quem me deu tantos filhos, tantos povos e tantas nações, eu que era só, e que me contentava com meu único reino? Fez-se isto por minha virtude? Foi somente meu poder, que operou tal maravilha?

Escuta o que disse o grande Deus: (...) “Levantarei minhas mãos para os gentios, disse Deus, dando-lhes minhas graças e fazendo obras sobrenaturais por meio de meus serviços que mandarei para convertê-los à fé, os quais hão de erguer o meu sinal e plantar meu estandarte da Cruz entre os povos, e eles carregarão nos braços teus filhos, e nos ombros tuas filhas (...)”.

São pois, ó França, de teus súditos, os filhos do seráfico São Francisco, que este grande Deus, por teu intermédio, enviou ultimamente às Índias Ocidentais.

Foi por eles que a Divina Majestade fez o que lhe aprouve naquele país, arvorando e plantando o estandarte da Santa Cruz no meio dessas nações selvagens. (d’ABBEVILLE, 2002 [1614]: 31).

Tendo consciência do lugar compartilhado no discurso religioso, no qual o indígena é tanto o agente da salvação da alma do europeu quanto o europeu é da sua, dentro da visão do missionário, retornemos: *os religiosos europeus que se deslocaram para o Novo Mundo percebiam a missão que se lhes apresentava como um trabalho humanitário ou devocional?* Tendo em vista as duas possibilidades de resposta, passemos a considerar cada uma delas.

INDÍGENA E EUROPEIA.

Podemos responder nossa questão dizendo que o trabalho missionário no Brasil caracterizou-se mais como civilizador que religioso. Assim, teremos encontro entre indígenas e europeus, bárbaros e colonizadores.

O termo bárbaro se origina na Grécia, onde é utilizado de forma etnocêntrica: o que não corresponde aos valores gregos é bárbaro, ou seja, inferior, decaído. Aplica-se ao estrangeiro, passível de ser escravizado devido à sua natureza inferior, ao seu estado apolítico, ao desconhecimento da língua grega. No Medievo, o termo adquire, além da irracionalidade já presente, características pagãs. As filosofias cristãs que se desenvolvem, sobretudo patrística e escolástica, pregam que a racionalidade e humanidade estão presentes na Revelação Divina, para a primeira, e na realização da essência, sendo essa proveniente da vontade de Deus, ou seja, da razão, para a segunda. Humanidade é um conceito relacionado à cristandade.

Na clássica Controvérsia de Valladolid, Las Casas e Sepúlveda discutem sobre a natureza dos ameríndios. Juan Ginés de Sepúlveda, teólogo e humanista espanhol, defendia a bestialidade e escravidão indígena, pautado nas filosofias aristotélica e tomista. Dizia que os indígenas não tinham auto-governo, logo não seriam humanos, pois a essência da humanidade estava em se organizar em cidades, em *polis*, nas quais se manifesta o espírito divino. Padre Bartolomé de Las Casas, defendendo a natureza humana dos ameríndios, diz que as diferenças entre os homens não se dão em essência, mas em costumes, tradições culturais. Por serem todos filhos de Deus, possuem os mesmos aparelhos mentais e as mesmas capacidades.

Embora a tese defendida por Las Casas apresentasse as semelhanças naturais entre os homens, havia algo que distinguia europeus e ameríndios: a capacidade de apreensão da realidade. Trabalhando com o conceito de cultura proposto por Edward Tylor, a saber, que a cultura é singular, sendo as diferenças encontradas decorrentes de diferentes estágios da evolução das sociedades (LARAIA, 2006: 33-34), percebemos que Las Casas propunha aos

européus que levassem os ameríndios a galgar os passos seguintes rumo à civilização. Ronald Raminelli nos deixa claro essa perspectiva no pensamento de Las Casas:

O tempo passaria e as comunidades humanas avançariam em direção à verdadeira civilização e ao estágio final de tudo. Viver cada um desses patamares permitiria ao homem ter um entendimento cada vez maior do mundo. No entanto, a capacidade de apreensão da realidade seria um dom divino, pois o Criador era o responsável por esta característica eminentemente humana. No estágio final da escalada, encontrar-se-ia o cristianismo, a forma mais complexa do mundo cultural, a verdadeira *scientia* (RAMINELLI, 1996: 68).

Como Las Casas, outros europeus entendiam a missão na América como civilizadora. As próprias missões, criando aldeias e sedentarizando o índio, inculcando o imaginário e os ideais cristãos e aplicando a concepção europeia de ética e trabalho, buscavam localizar os índios na organização do mundo proposto pelos europeus. Eles, então,

Associando-se aos colonos, abandonariam gradativamente suas terras, esquecendo seus “costumes bárbaros e domesticando aos usos e exercícios europeus” de modo a adotar “com gosto” esse modo de vida e atrair outras nações a virem voluntariamente unir-se a eles sob o domínio português (KARASCH *in* CUNHA, 1992: 401).

Associando-se aos colonos, os índios deixariam de ocupar o lugar de “outro” e passariam a ser o “mesmo”, tendo outros indígenas não convertidos como a alteridade de si. A ideia de *outro* é volátil e culturalmente entendida como alguém sem identidade com o *eu*. Como podemos notar,

En la Historia (...) lo que se ha llamado *el otro* es una alteridad que no se estabiliza, que cae en un círculo dialéctico. Es el *otro* en una relación ordenada jerárquicamente, en la cual *el mismo* es quien rige, denomina, define y asigna *su* otro (CIXOUS, *apud* ALVARAY, *in* HIRSZMAN, 2004: 103).

Nos textos dos religiosos podemos perceber a circulação dos índios entre o *outro* e o *mesmo*. Cláudio d’Abbeville espanta-se ao relatar as guerras e a vingança presentes na realidade dos nativos, dizendo:

Não julgo haver debaixo do céu nação mais bárbara e cruel do que a dos índios do Maranhão e suas circunvizinhanças.

(...)

Haverá por ventura maior crueldade, e como tal sempre aborrecida por todas as nações bárbaras, qual a de distribuir sangue humano por entre os convivas?

Haverá maior barbaridade do que estar sempre irritado com seus vizinhos, e não contentar-se só em guerreá-los sanguinolentamente, mas também, para extinguir-lhes a raça, comer, até vomitar, a carne de seus inimigos? (d'ABBEVILLE, 2002 [1614]: 275).

E, mais adiante em sua descrição, o capuchinho coloca-os em condição de igualdade aos europeus, visto que aceitaram a religião católica e, assim, tornaram-se civilizados:

O verdadeiro caminho destes novos regenerados não era seguir dora em diante Aquele que é o caminho, a verdade e a vida? Assim seguiram alegres e contentes nesta procissão cristã, com suas vestes de tafetá branco, com seu cinto de cetim branco, com seus bonitos chapéus de diversas flores, empunhando um ramo de lírio no meio de várias flores de diferentes matizes, sendo cada um conduzido por um dos nossos padres, revestidos de alva com quando foram para o batismo (d'ABBEVILLE, 2002 [1614]: 345).

André João de Antonil, missionário jesuíta italiano, nos mostra, já no século XVIII, alguns índios bastante incluídos no modo português de viver. O autor nos fala, por exemplo, de índios boiadeiros: “aos índios que de Jacobinas vêm para Capoame se dão quatro até cinco mil réis, e ao homem que com seu cavalo guia a boiada, oito mil réis.” Em seu texto, em outras passagens, a inclusão do indígena na estrutura portuguesa se dá através da escravidão. Em vários momentos, ao se referir ao ciclo minerador e às atividades agropecuárias, o indígena é apresentado como mão-de-obra, que leva os paulistas ao sertão à sua captura.

Percebemos a transição de um índio *outro* para um *mesmo*, que é colocado dentro dos sistemas de funcionamento do mundo europeu. A representação fantástica, que apenas dá forma ao imaginário europeu pré-existente, como vimos com Cristina Pompa, aos poucos dá lugar a um ente que compõe o cenário social, sendo o exotismo que o caracteriza utilizado para legitimar as ações que sobre ele se executam, como a conversão e a civilização.

GENTÍLICA E RELIGIOSA.

Por outro lado, podemos responder nossa pergunta inicial dizendo que as missões religiosas no Brasil foram focos de devoção e expansão da fé cristã católica. Então os “encontros” passam a ser compostos pelos gentios e pelos religiosos. O termo gentio, no vocabulário português do século XVII, é utilizado entre os cristãos para definir a pessoa “que

fica na mesma forma que foi gerada; e assim não foi circuncidada, como são os judeus, nem são batizadas, como são os cristãos; mas permanecendo *in puris naturalibus*, está como saiu do ventre da mãe, e não conhece a Deus nem coisa sua”¹. A gentilidade, ou a falta de religião entre os ameríndios, é tomada como um degrau na desigualdade entre esses e os europeus. Os “encontros”, dessa forma, acontecem em perspectivas desiguais.

Essa desigualdade é explícita na forma de se conceber as aproximações que se sucedem: é o europeu que vai ao encontro do nativo, e não o contrário. O próprio ato de ir traz, em si, um tom de superioridade cultural. Ao se dizer que Portugal encontrou a África ou a América é renegar esses últimos ao *status* de inferioridade. Podemos perceber esse aspecto no pensamento português quando do retorno de Vasco da Gama para Portugal, vindo da Índia e, ao exibir a D. Manuel II os produtos daquela terra, o monarca exclama: “Ao que parece, não fomos nós que os descobrimos, e sim eles que nos descobriram”. Percebemos que o termo descobrir é colocado como ação unilateral, que pressupõe supremacia do agente descobridor sobre o objeto descoberto. Ao proclamar as riquezas indianas, D. Manuel II coloca-se como inferior àquele povo, sofrendo a ação de ser descoberto. Já quanto à África e América, o discurso é inverso: são os portugueses os descobridores.

Considerando-se como os agentes dos processos de descobrimento e, por isso, como detentores de direitos sobre os povos conquistados, os europeus sentem-se no dever de conduzir os objetos de suas ações, os nativos, ao ideal da fé cristã. A fé não é somente o que conduz o homem ao céu, mas também aquilo que o torna, de fato, homem. A fé cristã é, de certa forma, o amálgama da humanidade, pela perspectiva européia católica, como se percebe abaixo:

Em 1493, o papa Alexandre VI expediu uma série de decretos (conhecidos como bulas) que cediam a Fernando e Isabel o controle sobre todas as terras “descobertas ou por descobrir”. Embora o papa insistisse em que deviam ser bem tratados e conduzidos, do modo mais pacífico possível, ao rebanho cristão, **os povos que habitavam essas regiões careciam de identidade. Não eram cristãos, e ainda não estavam sob o domínio de um líder cristão.** (PAGDEN, 2001: 90) ².

O termo *identidade* não se enquadra na forma que hoje o lemos: aquilo que identifica o indivíduo ou o grupo enquanto tal, em suas características. Carecer de identidade, conforme

¹ BLUTEAU, Raphael, *Dicionário Português e Latino*, IN <http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/imgDicionario.asp?arqImg=5880&vol=7&vvcont=37101&vtabela=tabBluteauS>

² Grifo nosso.

Pagden no trecho acima, é essencialmente não identificar-se com a cristandade. Só há identidade em Cristo e na fé católica. Daí a necessidade de cristianizar para civilizar.

Por outro lado, como todo processo dialogal, há um ente no extremo oposto ao dos portugueses: os nativos. Como vimos até aqui, eles são vistos pelos europeus como o objeto a que se destinam suas ações. Porém, Manuela Carneiro da Cunha nos mostra que na concepção indígena o contato com o branco e a própria gênese desse são decorrentes da vontade e ação dos índios. Eles não se vêem como vítimas da História, e sim seus agentes, como podemos notar:

A gênese do branco nas mitologias indígenas difere em geral da gênese de outros “estrangeiros” ou inimigos porque introduz, além da simples alteridade, o tema da desigualdade no poder e na tecnologia. O homem branco é muitas vezes, no mito, um mutante indígena, alguém que surgiu do grupo. Frequentemente também, a desigualdade tecnológica, o monopólio de machados, espingardas e objetos manufaturados em geral, que foi dado aos brancos, deriva, no mito, de uma escolha que foi dada aos índios. Eles poderiam ter escolhido ou se apropriado desses recursos, mas fizeram uma escolha equivocada. Os Krahô e os Canela, por exemplo, quando lhes foi dada a opção, preferiram o arco e a cuia à espingarda. (...) O que isto indica é que as sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pesavam e em que suas escolhas tinham conseqüências (CUNHA, 1992: 18-19).

As formas de se ver o mundo nos encontros entre europeus e ameríndios possuem dois lados distintos, que se representam mutuamente, dentro de sua cosmologia, religiosidade e cultura. Incluir os ameríndios no mundo europeu seria oferecer-lhes (ou impor-lhes) novas formas de compreensão da realidade, novas chaves de leitura para o mundo, novos padrões de comportamento. Sabemos que, num processo extenso e duradouro como esse, não há assimilação de todos os aspectos culturais europeus por parte dos ameríndios e que o colonizador não permanece da forma que chegou. Há trocas culturais de ambos os lados. Entre gentílicos e religiosos, tem-se uma sociedade com imaginário cristão em formação, que acredita serem os missionários seus *caraibas*, assimilando e construindo sua lente, através da qual passará a ver o mundo e relacionar-se com ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A SOCIEDADE BRASÍLICA.

Serge Gruzinski, em *A colonização do imaginário*, nos diz que

A ocidentalização não pode ser reduzida aos caminhos da cristianização e à imposição do sistema colonial, pois rege os processos mais profundos e mais determinantes, como a evolução da representação da pessoa e das relações entre os seres, a transformação dos códigos figurativos e gráficos, dos meios de expressão e de transmissão do saber, a mutação da temporalidade e da crença e, finalmente, a redefinição do imaginário e do real, no qual os índios deviam expressar-se e sobreviver, entre a obrigação e o fascínio (GRUZINSKI, 2003: 410).

O processo de ocidentalização, segundo o autor, é mais forte que a aculturação ou, dentro dessa, a síntese religiosa, por ser um processo dinâmico, ocupando-se constantemente em integrar o indígena ao mundo “civilizado”, com seus valores transitórios e ajustando-se ao ritmo da Europa, não da América. A ocidentalização, devido a essa dinamicidade, oferece brechas para os indígenas constituírem-se enquanto uma sociedade, mista em vários aspectos. Embora o estudo de Gruzinski seja sobre a Nova Espanha, percebemos que o podemos associar a nossos objetos, notadamente pela sociedade que se forma também no Brasil: indígena e europeia, gentílica e religiosa. É essa a sociedade brasileira.

Como são os nativos pelos olhos religiosos? Talvez, a pergunta que deva anteceder está é: o que vêem os olhos missionários? Assim como os ameríndios se transformam ao entrar em contato com o mundo europeu, os que de lá se dirigem às terras brasileiras também sofrem mudanças em suas concepções, crenças e modos de vida.

Entre o gentio de Cardim, que

que não tem conhecimento algum de seu Creador, nem e cousa do Céu, nem se ha pena nem gloria depois desta vida, e portanto não tem adoração nenhuma nem ceremonias, ou culto divino, mas sabem que tem alma e que esta não morre e depois da morte vão a uns campos onde há muitas figueiras ao longo de um formoso rio (...) (CARDIM: 1925, p.161-162).

O de d’Abbeville, com seus rituais bárbaros e o de Antonil, que trabalha afeiçoado ao sistema europeu, não há somente mudanças na forma de ser do índio, mas também na de ser e ver dos europeus. Para entender a sociedade que se formava, não nos basta conhecer quem eram os entes que articulavam as relações que se estabeleciam: precisamos saber como eles se viam, como se entendiam e a partir de quais chaves de leituras se punham em contato. Estamos falando, além de gentílicos e religiosos, indígenas e europeus, do encontro (ou choque) entre o Novo e do Velho Mundo.

FONTES.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil* São Paulo: Edusp, 1982.

CARDIM, Fernão. *Tratado e Terra da Gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Leite & Cia. 1925.

d'ABBEVILLE, Cláudio. *História da Missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002 [1614].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Bíblia Sagrada. São Paulo: Editora Ave Maria, 2008.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: Edusc, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

GRUZINSKI, Serge. *A Colonização do Imaginário*. Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HIRSZMAN, Leon; ECHEVARRÍA, Nicolás; LAMATA, Luis Alberto; CARRI, Albertina. *Memória, história, identidade*. Org. Revista de cine mais outras questões audiovisuais. Nº37. Outubro/dezembro de 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição Comemorativa. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editor. 2006.

PAGDEN, Anthony. *Povos e Impérios: Uma História de Migrações e Conquistas, da Grécia até a Atualidade*. Trad. Marta Miranda O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

THOMAS, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

História e Literatura: Biografia Romanceada *versus* a Ciência Histórica em Sérgio Buarque de Hollanda

Thiago Lenine Tito Tolentino¹

Resumo: Este artigo visa apontar alguns aspectos presentes nos debates em torno do gênero biográfico ocorridos na década de 1930-40 no Brasil. Ao destacar como tema central as relações da escrita biográfica e historiográfica com a literatura, os intelectuais daquele período parecem ter sido sensíveis à questões que hoje retornam aos debates historiográficos. Neste sentido, a perspectiva de Sérgio Buarque de Hollanda é retomada a fim de mostrar como as relações do literário com o historiográfico vieram a constituir-se em uma oposição. Esta é constituinte da consolidação do saber historiográfico acadêmico que, por sua vez, procurou 'esquecer' aquele debate.

Palavras-Chave: Biografia; literatura; história; historiografia brasileira

Em 1940, Afonso Schmidt, escritor e poeta paulista, lançara a biografia do poeta santamarense Paulo Eiró². O livro saiu pela conceituada Coleção Brasileira editada pela Cia Editora Nacional. O fazer biográfico nas décadas de 1930 e 1940 constituiu-se como verdadeira 'epidemia'³. Não obstante, tal 'febre' parece não ter contaminado os historiadores da historiografia brasileira que, em suas reconstituições acerca do fazer historiográfico no país, concedem raro ou nenhum espaço à produção biográfica. Perguntemos, neste sentido, sobre o lugar ocupado pelo gênero biográfico no interior das obras de história da historiografia brasileira. Segundo Astor Diehl, o interesse pelo fazer biográfico remonta à revista do IHGB, ainda no século XIX, quando as biografias poderiam 'fornecer exemplos às gerações vindouras, contribuindo para a construção da galeria de heróis nacionais (DIEHL, 1998: 33). Já 'nos trinta primeiros anos' do século XX - período que abarcaria nosso recorte - aquele autor concorda com a afirmação de José Roberto do Amaral Lapa, segundo a qual, devido às 'limitações do saber historiográfico brasileiro', marcado pela '*histoire événementielle*', predominaria a preferência pelas 'áreas políticas e administrativas, a biografia (genealogia) voltada para os heróis e chefes de governo', compondo uma 'história artesanal' e 'reacionária' (DIEHL, 1998: 141-142)⁴.

¹ Aluno da Linha de Pesquisa Culturas Políticas do Departamento de Pós-Graduação em História – UFMG,

² SCHMIDT, Afonso. *A vida de Paulo Eiró* São Paulo: CEN, 1940.

³ A expressão 'epidemia biográfica' foi cunhada por Tristão de Athayde em fins da década de 1920 para designar a 'expressão do estado de espírito da época, um estado marcado por uma grande tendência a realidade'. Note-se, ainda, que, na *Coleção Documentos Brasileiros* editada pela Livraria José Olympio, dentre os gêneros publicados, o biográfico é predominante entres os anos 1939-1959. Na Coleção Brasileira o gênero biográfico, nas décadas de 1930 e 1940, também estava entre os mais numerosos. Cf.: FRANZINI, Fábio. *A Sombra das Palmeiras – A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese Doutorado, USP, 2006. 125

⁴ Considerações do mesmo tipo podem se encontradas em IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil – Capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000; LAPA, José Roberto do

O espaço representado pelo fazer biográfico no interior das 'histórias gerais da historiografia' é bem restrito. Poucas palavras são ditas sobre o gênero que era tido por estes historiadores da história como 'crônica histórica', 'recreativa' ou 'dramática', que 'mais deforma do que forma', em total descompasso com 'os modernos recursos', 'propiciados pelas universidades' que são 'colocados ao alcance dos historiadores'. O fazer biográfico visto através de uma perspectiva historiográfica que deveria, mais do que 'buscar nossas raízes', investigar as 'molas que retardam ou aceleram o ritmo de nossa marcha', 'ficava para trás' no progresso da 'ciência histórica', caracterizada, então, pelas estruturas 'econômicas', 'demográficas', 'sociais', das 'mentalidades', da 'língua', etc (LAPA, 1981: 38). Ao situar toda uma produção historiográfica, apesar de esta compor uma 'biblioteca numerosa', em um lugar 'ultrapassado' na 'evolução' do saber histórico, a história da historiografia brasileira deixa de observar as características que envolviam aquele fazer – tais como a escrita, as temáticas, os debates e as visões de mundo – em função de uma variável diretora: a do saber histórico que 'não toma conhecimento do progresso das ciências sociais' (DIEHL, 1988: 141).

A perspectiva abraçada pela história da historiografia brasileira é sintomática de algo que pretendemos evidenciar neste artigo: a relação de esquecimento para com um determinado saber constituído. Tal operação, segundo nossa hipótese, ocorreu pela substituição das principais categorias que deveriam nortear o fazer historiográfico. Daí as classificações, efetuadas pela história da historiografia, enxergarem as 'limitações' da produção historiográfica das décadas de 1930-40. Estas 'limitações' estariam presentes naqueles 'intelectuais' que 'não conseguiram, efetivamente, identificar as estruturas e mecanismos que alicerçavam as estruturas da sociedade brasileira' (DIEHL, 1998: 173). Quando, porém, atualmente, se vivencia um processo de 'crítica aos próprios postulados das ciências sociais', do 'refluxo do marxismo e do estruturalismo' (CHARTIER, 1989: 1507), aquele historiador da historiografia brasileira não deixa de se espantar com o retorno de uma 'constelação de elementos que foram jogados na lata de lixo da história' (DIEHL, 2002: 31-32).

Sem dúvida, para este historiador, o fazer biográfico produzido nas décadas de 1930 e 1940 estaria em tal lata. Lata que guardaria os 'elementos considerados como irracionais, subjetivos, sentimentais, étnicos'. Estes, para espanto do historiador, poderiam, no contexto de uma 'pós-modernidade' ou '*posthistoire*', constituir a base de 'consolidação da historiografia atual' (DIEHL, 2002: 31-32). Uma das principais questões, alentada pelos novos 'princípios de inteligibilidade do passado', expõe as 'mudanças substanciais' que uma 'nova história' provoca quando 'orienta-se para uma proximidade com as demais ciências, em especial com a literatura'. Emerge, então, um debate

que 'de um lado, situa-se a manutenção dos critérios de validade científica da história e, de outro lado, as tendências que coloca em questão tais critérios a partir das novas temáticas'. O historiador da historiografia tem sua posição declarada, ele quer:

'superar tais configurações bifurcadas e alinhar uma perspectiva que consiga sustentar dialeticamente ambas com sentido historiográfico renovado dos critérios de plausibilidade científica da história' (DIEEHL, 2002: 49).

Ao considerar que a 'ciência histórica' não 'deve' 'ignorar essas tendências como simples modismo', o historiador procura, através da 'dialética', superar o 'embate historiográfico atual'. Tal contenda estaria 'sendo feita exatamente no campo das estruturas narrativas da história' (DIEEHL, 2002: 49).

O que pretendo, neste artigo, é assinalar que tal debate teve sua atualidade no passado, quando se consolidou a perspectiva do historiador da historiografia que agora parece estar em crise. Parte da intelectualidade brasileira nas décadas de 1930 e 1940 levantara questões em torno do fazer biográfico, justamente, segundo as relações entre história, narrativa e literatura. Mais especificamente, Luiz Viana Filho apontou a 'reabilitação' das biografias naquele período, após ter o gênero biográfico, durante o fim do século XIX e início do XX, ter gozado de 'pouco apreço' (VIANA FILHO, 1945: 10). Para nós é digno de nota o fato de o autor destacar uma questão que parece ter ganhado relevo nos debates sobre o fazer biográfico naquela época. Trata-se de um problema que traria em seu cerne o caráter dubio da biografia em sua relação com a 'literatura' e com a 'Historia', com a 'ficção' e com a 'verdade'. Neste sentido, Viana Filho considera que a

mais debatida das questões da biografia contemporânea, pois é justamente aí, dentro dessa modalidade, que se encontram frente a frente duas correntes opostas: a da biografia, que poderemos chamar histórica, e da biografia moderna, também chamada de romanceada, ou literária. (VIANA FILHO, 1945: 16)

Sobre esta última, apesar de ter 'aparecido desde o século XVIII', seria apenas no século XX que tal biografia 'moderna' ou 'romanceada' teria conseguido 'se afirmar', 'impondo-se como modalidade corrente do gênero biográfico e assinalando uma época na história da biografia'. O sucesso provocado pelas 'biografias modernas' ocasionou a crítica por parte de vários intelectuais que, apesar do sucesso que esta forma de biografia tinha sobre o 'grande público', restringiam-na justamente pelas 'emoções' que provocava 'proporcionadas através do estilo fácil e límpido'. Este ainda garantia à biografia moderna 'a vitória efêmera das edições sucessivas' (VIANA FILHO, 1945: 17).

As 'biografias romanceadas', porém, não eram apreciadas apenas pelo 'grande público'.

Sua 'vitória' dentre os intelectuais se revelava na opinião de literatos como Humberto de Campos que, neste sentido, considerava ter sido nas 'letras inglesas' onde teria se operado

'esse milagre. E é graças a elas que, hoje, se pode ler a vida de um homem ilustre como quem lê um romance (...) saindo o leitor mais inteirado de sua obra, e íntimo de sua alma, do que quando a procurava conhecer pelo sistema antigo exumando-o de sob o monte de documentos referendados pela História. Certo, esta continuará a colecionar alfarrábios e datas. O Instituto Histórico manterá a sua missão soturna e benemérita de arquivar certidões de batismo, de coligir testemunhos contemporâneos, de colecionar citações de historiadores eminentes. A biografia passará a ser escrita, porém, pelos homens de pensamento, - pelos romancistas, pelos poetas, pelos críticos literários, - porque ela deixará de ser história isto é, ciência, para tornar-se arte em uma das suas expressões mais puras e legítimas' (CAMPOS. APUD: VIANA FILHO, 1945: 21).

Assim, o gênero biográfico parece ter se constituído em objeto de disputa entre literatos e historiadores, sendo que a 'vitória' parecia estar se encaminhando para as mãos dos primeiros. Observa-se, então, que, para se contrapor à crítica literária, ao aspecto 'soturno' dos historiadores, estes propõem outra leitura acerca da 'biografia moderna', destacando os pontos de contato que esta obrigatoriamente teria com a história, ao mesmo tempo, em que se define outra perspectiva acerca das relações da história com a verdade, com a ciência.

Dessa forma, Viana Filho 'esclarece' que Lytton Strachey (1880-1932) e André Maurois (pseudônimo de Émile Salomon Wilhelm Herzog 1885-1967), tidos como precursores da biografia moderna, tinham como intenção fazer da biografia uma 'arte' e 'não uma ciência'. Porém, isso não implicaria a separação do gênero biográfico do fazer historiográfico, 'e dos elementos que lhe são fundamentais', pois, para os próprios autores, não seria 'a história uma ciência'. Assim, 'filiando-se a Valéry contra Fustel de Coulanges, adepto da história-ciência, os dois biógrafos não precisaram desvencilhar-se da história para considerarem a biografia uma arte'. Para Viana Filho, nas relações entre biografia e história não poderia a primeira 'desligar-se' da segunda, visto que, trata-se de um gênero cujo 'escopo, em última análise, é estudar e narrar os fatos da vida de alguém'. O que se delinearía no horizonte do fazer biográfico, seria, então, a constatação de que

'a biografia é exatamente o gênero literário que faz o traço de união entre romance e história – sem ter a realidade fantasista de um, nem a erudição do outro – foi ele talvez o gênero que mais se desenvolveu modernamente, desde que Michelet aproximou a história do romance e Proust o romance da história' (VIANA FILHO, 1945: 24)

Nesta relação, deve se ter em mente que, na perspectiva de Viana Filho, não se trata de enxergar a

biografia como algo 'metade romance, metade história, o que seria monstruosos', mas de em suas relações com o romance, a biografia tornar-se algo 'mais legível e atraente'. Neste sentido, Lúcia Miguel Pereira aponta uma relação que seria mais 'interna' da biografia com o romance, mesmo quando nela 'não tiver nada de romanceada'. A biografia faria sentir a 'técnica do romance' quando se descreve a 'evolução' do biografado que, 'quase frio a princípio, cresce sempre em força, em interesse em movimento' (PEREIRA, 1937: 297). Retomando Viana Filho, este não deixa de demarcar sua posição no debate:

'chame-se romanceada, moderna, literária, ou histórica, a biografia – e isso nos afigura essencial – terá de subordinar-se às limitações impostas por aquelas características de submissão à verdade, à exatidão, ao sentimento de justiça, que são inerentes, sob pena de deixar de ser biografia' (VIANA FILHO, 1945: 25)

A relação da biografia e da 'História' com a 'verdade', 'objetividade', era mais problematizada na perspectiva de certo Benedito Costa, autor de *Le roman au Brésil*⁵, para quem na 'História, o que deve interessar não é a veracidade do acontecimento', pois o 'mesmo acontecimento pode ser apreciado de modo diverso, segundo a opinião dos partidários que o defendem ou dos adversários que o atacam'. Em meio, portanto, a uma geração de historiadores tidos como 'positivistas' pela história da historiografia, este autor afirma que, em se tratando de 'História', é impossível a pretensão de imparcialidade no relato, pois esta seria fruto da 'supressão das paixões humanas', o que é um 'absurdo'. Critica, assim, o autor, a própria concepção moderna de história, segundo a qual, 'o afastamento do historiador das diversas posições em conflito' seria condição para a realização de uma 'história, realista, fatural e narrativa' (DIHEL, 1998: 60-65). Para Benedito Costa, os 'julgamentos em história' são 'periodicamente modificados' segundo as 'idéias que animam' em cada momento as gerações. A história seria uma 'perene transmutação de valores'. Não sendo nunca 'veros', mas, apenas, 'verossímil', o 'mérito do historiador' residiria, então, na '*arte de contar*' e será 'admirado' se 'souber evocar as cenas, reviver as épocas, ressuscitar os indivíduos' (COSTA, Benedito: 1939)

A biografia de Paulo Eiró escrita por Affonso Schmidt enquadrava-se naquela concepção de 'biografia moderna' que valorizava as relações da narrativa historiográfica com o romance. Confessava o autor que seu 'trabalho' não vai 'muito além da organização dos documentos, dando-lhes a forma antiquada, mas saborosa de uma narrativa'. Motivado pelo centenário de nascimento do poeta paulista Paulo Eiró, 'há pouco comemorado', o escritor se diz 'tentado' a 'escrever-lhe a biografia', tanto pela 'inspiração e a infinita doçura dos seus versos', quanto pelo 'interesse

⁵COSTA, Benedito. *Le Roman au Brésil*. Paris: Garnier, 1918.

despertado no novelista' a partir da possibilidade de ser 'transportado à São Paulo de 1830 a 1860' (SCHMIDT, 1940: 9). Assim, na perspectiva do 'novelista', a 'vida' do biografado paulista é oportunidade de se escrever sobre a 'povoação de Santo Amaro', de modo que, a 'confissão' da 'falta de rigor' da 'narrativa' é contraposta ao 'interesse' pela 'busca do passado' (PAULILO, 2002: 30)⁶. Segundo o próprio Schmidt afirmara: "cabe-nos criar pelo romance verdadeiros cursos diários de História do Brasil" (SCHMIDT, 1942: 137), o que nos permite concluir que haveria, neste autor, uma perspectiva literária, característica daquela biografia 'moderna e romanceada', que, não obstante, apontava na direção do 'conhecimento do passado' e, porque não dizê-lo, da historiografia.

Sérgio Buarque de Hollanda comentou o lançamento da citada biografia. Hollanda defende que, apesar do 'forte prestígio que elas continuam a ter perante o público', as 'biografias romanceadas' são caracterizadas uma 'unidade artificial e suspeita'. O historiador se depara com este tipo de escrita, característica daquela 'biografia moderna', e critica-o por não nascer de uma 'observação passiva da existência', ressentido o fato de o biógrafo 'literário' não se 'subordinar' e se 'escravizar' a um 'plano de vida', mas, sim, ser impulsionado por sua 'vontade criadora'. Nas relações entre romance e história, Buarque de Hollanda afirma que 'quem diz criação diz ação e diz liberdade', que os 'dados que o mundo propõe não deixam de existir para o romancista, mas vão ajustar-se em seu espírito a uma ordem imaginária e caprichosa'. Esta 'liberdade' não seria condizente com aquela 'escravidão' que deveria condicionar o 'biógrafo ideal': sujeito 'adstrito a esse mundo já organizado, de contornos fixos e rígidos'. Segundo Hollanda, na verdade, seriam 'duas posições perfeitamente distintas e antagônicas a do biógrafo e a do romancista' (HOLLANDA, 1996: 283).

Ao retomar a perspectiva de Lytton Strachey, paradigma para se pensar o fazer biográfico naquele período, Sérgio Buarque de Hollanda concorda com a posição de Strachey que 'erigiu a ignorância em virtude capital do historiador'. Seria esta uma 'ignorância que simplifica e clareia, que escolhe e que omite, com uma plácida perfeição inacessível à mais pura arte'. Hollanda completa que esta ignorância seria uma 'habilidade' que distinguiria o historiador. Ao buscar a aproximação do fazer biográfico com a historiografia, Sérgio Buarque de Hollanda considera 'dispensável' o 'romancear' da biografia que, na verdade, provocaria a impossibilidade de 'distinguir-se, sem hesitação, o que é realidade histórica do que é pura fantasia'

⁶ Segundo a mesma autora esclarece acerca da obra de Afonso Schmidt: 'Os romances que começaram a ser publicados em 1938, percorrem uma extensa gama de temas: a história nacional, crimes e mistérios de São Paulo, viagens, biografias, aventuras etc. Entretanto, todos estão unidos por um interesse comum: a busca do passado'. Cf. PAULILO, Maria Célia de Almeida. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Annablume, 2002. 30

(HOLLANDA,1996: 285) .

Para Hollanda, este tipo de biografia não 'agrada' os 'cultores desinteressados da história', de modo que, o livro de Schmidt, é uma 'decepção'. No olhar do crítico, o 'vulto de Paulo Eiró' está 'submerso e contrafeito' e as qualidades da obra estão nas narrações de Schmidt, 'dispensadas da obrigação de romancear', sobre a 'vida santamarense e paulistana há um século', o que revelaria no biógrafo um 'verdadeiro escritor lúcido e conhecedor das tradições de São Paulo Antigo'. Sérgio Buarque acredita ter Afonso Schmidt feito o contrário que convêm a uma biografia: 'colheu meticulosamente os dados necessários para um opulento romance histórico e saiu depois à procura do personagem principal' (HOLLANDA,1996: 285-286).

Para José A Gonçalves, organizador e prefaciador da publicação das poesias de Paulo Eiró, que acompanhavam a biografia, Schmidt teria escrito uma 'novela' que, nem por isso, deixa de ser, 'pelo escrúpulo com que utilizou o material posto à sua disposição', merecedora de ser 'recebida pelo Instituto Histórico'. Gonçalves defende que a opção do romancista não 'diminui valor documental' da obra, que, mesmo com 'alguns toques de fantasia', o 'livro é rigorosamente histórico' e, neste sentido, realiza uma 'verdadeira biografia do poeta'. O sobrinho do biografado reconhece na obra de Schmidt a 'perfeita reconstituição' da 'nossa vida provinciana de meados do século passado' e destaca que, a partir de 'agora', 'ninguém poderá escrever sobre o poeta sem recorrer à novela de Afonso Schmidt' (GONÇALVES. APUD: SCHMIDT, 1940: 160). Percebe-se, portanto, que os juízos acerca do fazer biográfico podiam variar drasticamente dependendo de quem os realizava.

O próprio Afonso Schmidt, que era membro honorário do Instituto Histórico Geográfico Paulista, revela no prefácio da biografia de Paulo Eiró a disposição de 'contar uma história de amor', de ser 'transportado' para a São Paulo de 1830-1860 e, ainda, segundo artigo na Revista da Academia Paulista de Letras, de construir, 'pelo romance, verdadeiros cursos diários de História do Brasil', e enumera esta biografia como um 'exemplo' de tal feito. Trata-se, portanto, na perspectiva do literato, de um olhar singular acerca da relação que se podia estabelecer com o passado mediante a escrita biográfica. Esta, mesmo preferindo o 'estilo' à 'exatidão', poderia almejar o 'conhecimento do passado', à 'História', apesar das críticas que lhe poderiam recair por parte dos historiadores. O que se mantém, de qualquer forma, é o 'interesse' por um passado que, no caso de Schmidt, mediante o 'romance folhetim', era 'elemento de educação, de cultura, de propaganda de princípios e sentimentos' (SCHMIDT, 1942: 137).

Observar o debate em torno do fazer biográfico nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil, permite-nos verificar que alguns temas, como a relação da história com a literatura, eram

constituintes do momento em que o campo historiográfico acadêmico se constituiu no país. Neste sentido, a posição de Sérgio Buarque de Hollanda, figura central neste processo, é reveladora da oposição entre história e literatura que vigorou entre os historiadores durante décadas, em função, justamente, da constituição de uma 'ciência histórica'. Dessa forma, quando, atualmente, o historiador da historiografia vê o 'retorno' daquilo que fora jogado 'na lata de lixo da história', talvez, para uma maior compreensão do que seja a própria historiografia, seja necessário reconhecer que a escrita da história não pode prescindir de sua 'lixeira'. Isso significaria que a história da historiografia, ao se deparar com autores de outras épocas, menos do que esterilizá-los em função de uma perspectiva 'científica', que apenas lhes reconhece a 'falta', deveria adotar uma posição mais 'compreensiva', a fim de enriquecer as perspectivas que rondam o fazer historiográfico.

A posição de Viana Filho sobre este aspecto nos parece bastante fértil. Ao apontar no fazer biográfico da década de 1930 e 1940, segundo as considerações de André Maurois, como um gênero que se destacaria pela 'busca intrépida da verdade'; Viana Filho relativiza esta posição, afirmando que se trata antes de uma 'mudança de objetivos'. Segundo Viana Filho, ao contrapor a biografia 'moderna' à biografia 'antiga', não deveriam os 'modernos' acreditarem-se mais próximo da veracidade. Afinal, pergunta o autor:

'Com que direito, por exemplo, poderíamos dizer que Carlyle, depois de haver consumido quase vinte anos nas suas pesquisas sobre Cromwell, não procurava intrepidamente a verdade?' (VIANA FILHO, 1945: 27)

Assim, observa Viana Filho que o fazer biográfico dos 'antigos' tinha como objetivo realizar 'obra de moral, ou de crítica, ou estudar uma personagem histórica, ou fazer o elogio do biografado'. Já para a biografia 'moderna', tratava-se de 'estudar e julgar a ação histórica de uma personalidade', utilizando todos os meios ao seu alcance: 'a história, a crítica, a psicologia (...) buscando fornecer-nos a visão de conjunto duma vida considerada em sua totalidade' (VIANA FILHO, 1945: 37). Busca, aliás, que o autor não deixa de notar que 'ficará sempre sujeita à interpretação e às mutilações decorrentes da tendência do biógrafo' (VIANA FILHO, 1945: 67-68)⁷. Ao invés, portanto, de jogar ou não no lixo determinados elementos que constituíram a história da escrita historiográfica, mais produtivo, e justo, parece ser a verificação da historicidade de cada fazer historiográfico, percebendo os seus objetivos assim como sua pertinência nos debates contemporâneos e, quem sabe, 'aprender' com eles.

CHARTIER, Roger. Le Monde comme représentation. *Annales*. Ano 1989. Vol 44, nº 6. 1507.

⁷ VIANA FILHO, Luiz. *A Verdade na Biografia*. Rio de Janeiro: São Paulo: Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1945. 67-68.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura Historiográfica brasileira - do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1998.

Cultura Historiográfica – Memória, identidade e representação. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

COSTA, Benedito. Tavares Bastos. *Jornal do Comércio*. 29-1-1939.

FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras – A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese Doutorado, USP, 2006.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. A vida de Paulo Eiró. [publicado no jornal *Diário de Notícias* (RJ), 3ª seção. 13 de outubro de 1940]. In: *O espírito e a letra – Estudos de crítica literária I – 1920-1947*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea – A história em questão*. Petrópolis: Vozes, 1981.

PAULILO, Maria Célia de Almeida. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)*. São Paulo: Annablume, 2002.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Uma Biografia. *Boletim de Ariel – Mensário crítico-bibliográfico – Letras, Artes, Ciências*. Rio de Janeiro. Ano VI, nº 10, julho de 1937.

SCHMIDT, Affonso. *A vida de Paulo Eiró* São Paulo: CEN, 1940.

Pelo romance popular brasileiro. *Revista da Academia Paulista de Letras*. São Paulo: 12 mar. 1942, nº 17, ano V.

VIANA FILHO, Luiz. *A Verdade na Biografia*. Rio de Janeiro: São Paulo: Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1945.

A História como tribunal da Razão: uma leitura de Gaston Bachelard e Georges Canguilhem

Tiago S. Almeida*

A constituição da História das Ciências como disciplina autônoma se deu num período em que a história narrava os progressos do espírito. Os exemplos prototípicos dos seus objetos, sobretudo a Astronomia, se pensarmos no triunfo do mecanicismo e nas *revoluções* operadas nas ciências a partir do século XVII, sempre nos brindaram com um grande número de heróis. E a substituição dos antigos preconceitos, a descoberta do secreto do mundo, jamais deixou de dar seu testemunho para o exemplo enobecedor do progresso humano que se formava gradualmente a partir da ignorância, como pretendiam. Entretanto, o século XX viu emergir, na França, uma nova compreensão da História das Ciências, relacionada muito mais às mudanças no seu próprio estatuto que às *rupturas* ocorridas no interior das ciências a que se dedicava. Da descrição das variações de teorias e termos e do recenseamento das inovações tecnológicas associado à história do desenvolvimento das nações, a História das Ciências passou a investigar o modo próprio a cada ciência para a produção de “enunciados ou regras que possibilitam sua edificação: trata-se do estilo *epistemológico*” (LEBRUN, 2006: 135).

Esse *tipo* de história foi apresentado por Gaston Bachelard e Georges Canguilhem, figuras essenciais para a compreensão do pensamento historiográfico e filosófico francês contemporâneos, mas obliterados pelo sucesso polêmico das investigações anglo-saxãs, com destaque para o caso de Thomas Kuhn. É bastante conhecida e igualmente sintomática a crítica feita por George Steiner a Michel Foucault por não ter citado Kuhn no livro *Les mots et les choses* (1966). Foucault respondeu chamando a atenção para o fato de que citou Georges Canguilhem e que, em relação a ele, Kuhn apresentava poucas novidades significativas (GUTTING, 2003: 46). O livro *The structure of scientific revolutions* (KUHN, 2000) foi publicado pela primeira vez em 1962, mesmo ano em que Bachelard morre, após ter escrito doze livros diretamente associados à história epistemológica das ciências, a exemplo de *Étude sur l'évolution d'un problème de physique* (1927), *Le nouvel esprit scientifique* (1934), *La formation de l'esprit scientifique* (1938), *La philosophie du "non"* (1940), *Le*

* Aluno do Mestrado em História Social da USP. Esse texto é parte da pesquisa “Aventuras e estratégias da razão: sobre a História Epistemológica das Ciências”, desenvolvida sob orientação da Profa. Dra. Sara Albiéri.

rationalisme appliqué (1949), *L'activité rationaliste de la physique contemporaine* (1951) e *Le matérialisme rationnel* (1953). Também Canguilhem já havia publicado seus primeiros trabalhos de grande relevância, como *Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique* (1943), *La formation du concept de réflexe aux XVII^e et XVIII^e siècles* (1955) e *Du développement à l'évolution au XIX^e siècle* (1962). A eloqüente – mas talvez injusta, posto que negligente – introdução do livro de Thomas Kuhn (“se a História fosse vista como um repositório para algo mais do que anedotas ou cronologias, poderia produzir uma transformação decisiva na imagem de ciência que atualmente nos domina”) se justifica apenas pela lenta recepção que Bachelard teve entre os leitores de língua inglesa. O conceito de *ruptura* (que já rendeu a Bachelard o título de “santo patrono do estruturalismo”¹), por exemplo, iniciou sua carreira fora da França diluído nos trabalhos de Louis Althusser, e Kuhn, ao que se sabe, conheceu essa perspectiva francesa a partir dos trabalhos de Alexandre Koyré, Émile Meyerson e Hélène Metzger.

Tal modelo, entretanto, não era unânime e encontrou forte resistência no ambiente acadêmico francês. Num debate cuja repercussão ainda nos é familiar, Henri Guerlac acusou de “idealistas” os defensores de uma *história intelectual das ciências*, alegando que ignoravam a íntima relação entre ciência pura e aplicada, desconsiderando o papel da ciência como fator histórico. Canguilhem sintetizou os termos do debate na diferença entre duas formas de abordagem da história das ciências conhecidas entre os historiadores anglo-saxões como *externalismo* e *internalismo*:

O externalista vê a história das ciências como uma explicação de um fenômeno cultural através do condicionamento do meio cultural global, e assimila-a, por conseguinte, a uma sociologia naturalista das instituições, desprezando completamente a interpretação de um discurso com pretensão de verdade. O internalista vê nos fatos da história das ciências, por exemplo os casos da descoberta simultânea (cálculo infinitesimal, conservação da energia), fatos dos quais não se pode fazer história sem teoria. Aqui, por conseguinte, o fato da história das ciências é tratado como um fato da ciência, a partir de uma posição epistemológica que consiste em privilegiar a teoria relativamente ao dado empírico (CANGUILHEM, 2002: 15).

¹ MERQUIOR, *De Praga a Paris*, p. 60. “Sempre que a filosofia estruturalista, ou melhor, paraestruturalista, se voltava para a história, num plano teórico (Althusser) ou no nível da obra historiográfica concreta (Foucault), em vez de um esforço para captar a mudança histórica, tudo o que se conseguia era a sacralização das ‘rupturas’, uma noção útil apresentada pelo epistemólogo Gaston Bachelard (1884-1962) mas muito enfatizada por Althusser e seu discípulo Foucault.” *Ibidem*, p. 243.

A ciência não pode ser rastreada a partir dos instrumentos, das técnicas ou a partir do desenvolvimento das nações; ela possui uma história imanente “e é somente em função de sua própria história que ela pode ser compreendida pelos seus historiadores” (KOYRÉ, 2003a: 398-399). Canguilhem percebeu que muito do que os discursos *externalistas* chamam de ciência justifica-se muito mais por tradição, por questões ideológicas, de ordem econômica ou política do que por uma avaliação crítica dos seus critérios de racionalidade, daí a atenção à prática técnica. A relação entre ciência e sociedade no modelo *internalista*, por sua vez, é percebida no processo de deslocamento das concepções fundamentais que a cada época achamos necessárias para nossa atividade racional e nos processos de transformação da estrutura de pensamento do homem (KOYRÉ, 2003b: 11). Em 1953, ano da primeira publicação de *Le matérialisme rationnel*, passado pouco tempo desde a utilização das primeiras armas atômicas, Bachelard anunciava que vivíamos num período da história em que a Física e a Química nuclear marcavam definitivamente sua importância no futuro das sociedades, “tão grande é a verdade do destino do homem estar ligado aos seus pensamentos”. Após a ruptura einsteiniana, o crescimento dos conhecimentos sobre as possibilidades da matéria dava aos homens meios de poder que ultrapassavam “todos os sonhos de poder do filósofo”, configurando, assim, de forma bastante complexa a ligação entre a vontade de poder e a vontade de saber. É somente em função de um marxismo empobrecido de sociedade rica que se pode acusar essa história de idealista (CANGUILHEM, 2002b: 15).

Mas é preciso entender o que significa dizer “história *epistemológica* das ciências”, pois não há obviedade alguma acerca do seu objeto. No triênio 1964-66, principalmente, esses questionamentos guiaram os estudos, pesquisas e trabalhos no *Institute d’Histoire des Sciences et des Techniques*, órgão da Universidade de Paris dirigido à época por Georges Canguilhem e, antes dele, por Gaston Bachelard. Datam desse período *La connaissance de la vie* (1965) e *Le normal et le pathologique* (1966), livros revolucionários de Canguilhem, além de diversos artigos e textos de conferências reunidos em seu *Études d’histoire et de philosophie des sciences concernant les vivants et la vie* (1968). Num desses artigos, Canguilhem define o objeto da história das ciências como “a historicidade do discurso científico, na medida em que essa historicidade representa a efetuação de um projeto interiormente normatizado” (CANGUILHEM, 2002: 17).

Esse projeto de caráter essencialmente não-linear, afirma Canguilhem, é atravessado por descontinuidades e obstáculos epistemológicos, ou seja, é marcado por momentos de julgamento e verdade. Tal compreensão é um desdobramento da admissão por Bachelard já em seu primeiro livro, *Essai sur la connaissance approchée* (1927), da idéia de que a própria ciência – e não um princípio externo a ela, seja ele metafísico ou sociológico – produz suas normas e critérios de existência, eliminando e selecionando conceitos a partir de um esforço de racionalização. Entretanto, o objeto da história das ciências não deixa de se relacionar com a “não-ciência, com a ideologia, com a prática política e social”, mas de uma forma bastante específica, como no exemplo dos estudos de Canguilhem sobre os conceitos de “desenvolvimento” e “evolução” na biologia do século XIX, cujo interesse ele explicou pelo uso prático que lhes era atribuído pela psicologia, pedagogia e política. A crítica de Canguilhem aos *internalistas* consiste na assimilação que frequentemente propunham do objeto da história das ciências ao objeto de uma ciência. Ao fazer isso, admitiam para a história das ciências um objeto natural, um objeto científico, e não *um objeto cultural constituído pelo discurso metódico*. O objeto da história das ciências, para Canguilhem, “não deve ser procurado em outro lugar que não seja a própria história das ciências, pois é esta, e só ela, que constitui o domínio específico onde têm o seu lugar as questões teóricas postas pela prática científica no seu devir” (CANGUILHEM, 2002b: 18-19). De acordo com Gérard Lebrun, essa nova concepção do objeto da história das ciências é uma das condições de possibilidade da epistemologia, pois implica que as ciências não portam verdades imutáveis que testemunhariam a glória da “*ratio*” e, segunda condição, permite que elas sejam submetidas a um exame *histórico e filológico*:

a) *histórico*: as ciências são aventuras contingentes (da razão... se não podemos dispensar uma personagem) e suas proposições podem ser tratadas enquanto *acontecimentos*, como, ainda que de modo nebuloso, o elogio que Kant dispensa a Tales e a Galileu deixa entrever; b) *filológico*: é possível conferir-lhes o estatuto de um *texto* e considerar cada uma delas como um *corpus* de fórmulas (enunciados, protocolos, indicações de pesquisa...) no qual se deposita um trabalho coletivo, cujas articulações exprimem escolhas ou decisões. Essa segunda condição pode ser mais bem enunciada da seguinte maneira: o fato de haver “história da ciência” implica que a palavra *epístasthai* designa *uma aventura*; o fato de haver epistemologia implica que designa *uma estratégia*. Nada mais que isso (LEBRUN, 2006: 137-138).

A epistemologia não era possível enquanto não fosse permitido às ciências ter uma história própria, ou seja, enquanto admitia-se que a Razão homogênea, a *scientia generalis*, produzia todos os critérios de racionalidade dos quais as ciências particulares eram apenas a objetivação. Não fosse pelas ciências particulares, a razão jamais tomaria conhecimento de si, pois, nos diz Canguilhem, “ela não está fundada na verdade divina ou na exigência de unidade das regras do entendimento”. E tanto Lebrun quanto Canguilhem citam Bachelard em sua “mordacidade costumeira”: “A aritmética não está fundada na razão. É a doutrina da razão que está fundada na aritmética elementar. Antes de saber contar, eu não tinha a menor idéia do que era a razão”.²

Então, à pergunta feita por Dominique Lecourt (2002: 10), “quais elementos da epistemologia bachelardiana dão lugar a um novo conceito de história das ciências?”, podemos responder que não se trata de uma relação tão simples de progênie, mas “de uma reflexão teórica indispensável que permite à história das ciências constituir-se de uma maneira diferente da história em geral” e que, por sua vez, “a história das ciências abre o domínio da análise indispensável para que a epistemologia seja outra coisa que a simples reprodução dos esquemas internos de uma ciência em um dado momento” (FOUCAULT, 2000: 361).

Bachelard viveu o grande momento da teoria da Relatividade, quando alguns conceitos que se acreditava afixados para sempre foram deformados ou abandonados. Não há transposição entre os sistemas de Newton e Einstein (PARROCHIA, 2003: 153). Em suma, Einstein não fez um avanço quantitativo em relação à Física anterior (como pretendeu, por exemplo, Émile Meyerson), mas provocou uma mudança na forma de pensar – uma *ruptura* epistemológica –, a tal ponto que, para Bachelard, o ano de 1905 marca o nascimento do *novo espírito científico* e prova incontestavelmente a historicidade da razão. Da mesma forma, o que antes aparecia ao historiador como uma mudança provocada pela irreduzibilidade da matéria a uma teoria aceita, em Bachelard é explicado pelo ato mesmo de conhecer, como *obstáculo epistemológico*, um entrave à razão, causa de estagnação ou retrocesso. Explicando a originalidade de Bachelard como historiador, Canguilhem afirmou que “se a história das ciências consiste em tornar inteligível a edificação difícil, contrariada, retomada e retificada do saber, então a epistemologia de Bachelard é uma história das ciências sempre em ato” (CANGUILHEM, 2002b: 178).

² BACHELARD, *La philosophie du non*, p. 144, *apud* CANGUILHEM, *Dialectique et philosophie du non chez Gaston Bachelard*, p. 200. Lebrun (*Op. cit.*, p. 136) cita Bachelard a partir desse artigo de Canguilhem.

Com efeito, as crises de crescimento do pensamento implicam uma reorganização total do sistema de saber. A cabeça bem feita precisa então ser refeita. Ela muda de espécie. Opõe-se à espécie anterior por uma função decisiva. Pelas revoluções espirituais que a invenção científica exige, o homem torna-se uma espécie mutante, ou, melhor dizendo, uma espécie que tem necessidade de mudar, que sofre se não mudar (BACHELARD, 1996: 20).

Então, dois problemas: um, a história epistemológica das ciências, tendo admitido que apenas os discursos das ciências acerca do mundo empírico constituem seu objeto, seria fundamentalmente *positivista* e, dois, se as ciências não testemunham mais o progresso do espírito, se não há um princípio metafísico ou transcendental que garanta sua evolução, e se existem obstáculos que podem denunciar a qualquer momento a insuficiência ou inadequação de um sistema de pensamento, então seria possível uma recaída no irracionalismo.

O caráter positivista da história das ciências, como demonstramos, é resultado de sua perspectiva epistemológica. E, de fato, o problema só existe se não tivermos em conta a precisão do enunciado da heterogeneidade das ciências, segundo o qual “a razão pura deixa de lançar sobre as ciências o olhar egoisticamente benévolo do genitor” (LEBRUN, 2006: 136). Auguste Comte é indicado por Foucault como sendo um dos primeiros, na França, a se dedicar a essa filosofia do saber, da racionalidade e do conceito que no século XX passou a fazer parte da consciência historiográfica, numa filiação em que localizou Cavailès, Bachelard, Koyré e Canguilhem (FOUCAULT, 2000: 353). Porém, antes de Bachelard, era bastante comum nas pesquisas em história das ciências atribuírem certas explicações recorrentes sem relação com as possibilidades enunciativas, ou, melhor dizendo, para nos mantermos mais próximos da linguagem bachelardiana, com as condições psicológicas da época estudada (BACHELARD, 1999: 34). É o caso, por exemplo, de afirmar que Priestley é o verdadeiro descobridor do oxigênio por ter sido o primeiro a produzi-lo em laboratório – embora o interpretasse erroneamente como ar desflogisticado – ao contrário de Lavoisier, que compreendeu o oxigênio como um elemento químico. Mas a história das ciências proposta e empreendida por Bachelard trabalha na investigação dos conceitos enquanto categoria mais fundamental que as teorias, termos ou fenômenos, distanciando-se fundamentalmente do modelo positivista. Conforme Canguilhem, a história das ciências pode, sem dúvida, admitir

“vários níveis de objetos no domínio teórico específico que ela constitui: documentos para catalogar; instrumentos e técnicas para descrever; métodos e questões para interpretar; conceitos para analisar e criticar. Só esta última tarefa confere às antecedentes a dignidade de história das ciências” (CANGUILHEM, 2002b: 19).

Os conceitos são essencialmente históricos, seja por terem um passado que apresenta diferentes formas de entendimento, seja por fazerem parte de um projeto histórico inacabado e marcado pela sua constante objetivação quase sempre descontínua. Nestas condições, “a difícil história das ciências não pertence ao reino dos fatos ou dos documentos, mas ao mundo dos valores de coerência e de reconstrução” (DAGOGNET, 1980: 14). Sendo assim, o retorno às origens de um pensamento, como se fosse possível encontrar a explicação metafísica necessária e contínua a todo o seu desenvolvimento, cede lugar ao problema dos novos fundamentos que legitimam a ciência após cada ruptura; é preciso considerar o conhecimento “em seu fluxo, quando está intimamente ligado à reflexão e longe de sua origem sensível. Só então ele tem um sentido pleno. A fonte é um mero ponto geográfico e não contém a força viva do rio” (BACHELARD, 2004: 18). Em função disso, Bachelard estabeleceu, a partir de uma crítica dos valores racionais, uma história que difere das demais pelo seu caráter essencialmente normativo.

Em suma, a história das ciências é essencialmente uma história julgada, julgada no pormenor da sua trama, com um sentido que deve ser permanentemente afinado com valores de verdade. A história das ciências não pode ser simplesmente uma história de registros. As atas das academias contêm naturalmente numerosos documentos para a história das ciências. Mas estas atas não constituem verdadeiramente uma história das ciências. É preciso que o historiador das ciências trace, a partir delas, linhas de progresso (BACHELARD, 1991: 83).

O historiador que se dedica ao estudo das práticas alquímicas, à teoria do flogístico ou à coerência do sistema de Ptolomeu, resigna-se em fazer uma “história perimida”, psicologia de uma ciência que não encontra mais representantes na atualidade e que ignora o processo descontínuo de formação do espírito científico contemporâneo (BACHELARD, 1951: 25). Em oposição a essa história, Bachelard cita as investigações sobre os trabalhos de Black, que apesar das várias revisões determinaram os calores específicos,

noção cara à Física e à Química contemporânea. Daí a existência de “um interesse constante em conhecê-los teoricamente, em elucidá-los epistemologicamente, em seguir sua incorporação num conceito de elementos racionalizados” em imprimir-lhes, portanto, uma “história sancionada” (BACHELARD, 1951: 24). É assim que chegamos à idéia de *recorrência histórica*, fórmula de Bachelard para explicar a relação que os conceitos científicos mantêm com a sua própria história sob a ótica de uma epistemologia da descontinuidade do saber e, ao mesmo tempo, explicar como essa história age sobre a cultura científica atual.

Em conferência no *Palais de la Découverte*, Bachelard anunciou que seu projeto consistia em procurar quais as “condições e sob que forma a história das ciências pode ter uma ação positiva sobre o pensamento científico de nosso tempo” (BACHELARD, 1991: 70). Chegamos ao *ethos* da história epistemológica. É Foucault que, mais uma vez, resume essa postura:

Trata-se de saber, por exemplo, como um conceito – carregado ainda de metáforas ou de conteúdos imaginários – se purificou e pôde assumir *status* e função de conceito científico; de saber como uma região de experiência, já demarcada, já parcialmente articulada, mas ainda atravessada por utilizações práticas imediatas ou valorizações efetivas, pôde constituir-se em um domínio científico; de saber, de modo mais geral, como uma ciência se estabeleceu acima e contra um nível pré-científico que, ao mesmo tempo, preparava e resistia ao seu avanço, e como pôde transpor os obstáculos e as limitações que ainda se lhe impunham. G. Bachelard e G. Canguilhem apresentam os modelos desta história (FOUCAULT, 1987: 215).

Para Bachelard a história assume a dupla função que a Filosofia carregou ao longo da segunda metade do século XIX: diagnóstico e terapêutica. Para ele, o historiador das ciências é como um psicólogo do espírito objetivo, que faz história “para ajudar a tomar consciência da força de certas barragens que o passado de pensamento científico erigiu contra o irracionalismo”. Embora essa definição do papel do historiador pareça supor o mesmo princípio iluminista que afirmava o progresso do espírito, Bachelard, leitor de Nietzsche, desloca a questão do progresso de uma filosofia da história para uma filosofia da cultura. É verdade que para Bachelard a história das ciências descreve o aprimoramento da razão e a impossibilidade de retorno nesse caminho exige que a cultura científica assuma caráter

normativo, mas não porque uma força supra-histórica assim determina. O que garante o progresso em Bachelard é *der Wille zur Vernunft* (grafado em alemão no texto original), isto é, *a vontade para a razão* – numa clara referência a *der Wille zur Macht*, conceito nietzschiano de *a vontade para o poder* –, a ruptura consciente com tudo que representa entrave ao esclarecimento, tendo como condição de possibilidade o reconhecimento da historicidade intrínseca à razão. “Vamos pois adotar como postulado da epistemologia o caráter sempre inacabado do conhecimento”, disse Bachelard (2004: 17). Sua epistemologia, portanto, diz respeito ao conjunto das relações práticas ou teóricas que definem nossa modernidade.

Essa exigência de diagnósticos é fruto tanto da negação da concepção iluminista de desenvolvimento progressivo e teleológico do espírito humano verificado empiricamente através dos fatos e leis históricas, como da negação do processo histórico como realização do que Hegel chamou de razão divina universal. Para Bachelard, toda cultura deve começar por “uma catarse intelectual” e somente através do conhecimento da atualidade é que podemos “oferecer à razão razões para evoluir” (BACHELARD, 1996: 24). As rupturas e os atos epistemológicos são a concretização dessa tomada de consciência que garantem a possibilidade de mudança, a postura filosófica de quem cansou de esperar inutilmente que o mundo mudasse por si só, e não simplesmente a formulação epistemológica das antigas teorias de progresso. É a nova perspectiva de progresso que exige do historiador a criação de juízos de valor sobre o passado, o que só é possível graças à epistemologia. “A história que ela conta é necessariamente escandida pela oposição verdade e erro, racional e irracional, obstáculo e fecundidade, pureza e impureza, científico e não-científico” (FOUCAULT, 1987: 216). A história das ciências, sendo a história das ligações racionais do saber, a história das normas que a ciência cria no seu processo de auto-regulação, tem, segundo Bachelard, a função de nos mostrar que podemos pensar diferente e, mais importante, lembrar que já não podemos pensar como antes.

Referências bibliográficas:

BACHELARD, Gaston. A actualidade da história das ciências. In: CARRILHO, Manuel Maria (org.). *Epistemologia: posições e críticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1991. cap 31, p. 67-87.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, Gaston. *A psicanálise do fogo*. Tradução de Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Tópicos).

BACHELARD, Gaston. *Ensaio sobre o conhecimento aproximado*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BACHELARD, Gaston. *L'activité rationaliste de la physique contemporaine*. Paris: PUF, 1951.

BACHELARD, Gaston. *Le matérialisme rationnel*. Paris: PUF, 2000.

CANGUILHEM, Georges. Dialectique et philosophie du non chez Gaston Bachelard. In: _____. *Études d'histoire et de philosophie des sciences* : concernant les vivants et la vie. 2ª ed. aum. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2002. cap 3aII, p. 196-207. – (Problemes & Controverses).

CANGUILHEM, Georges. *Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie*. 2ª ed. rev. e cor. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2000. – (Problemes & Controverses).

CANGUILHEM, Georges. L'histoire des sciences dans l'oeuvre épistémologique de Gaston Bachelard. In: _____. *Études d'histoire et de philosophie des sciences* : concernant les vivants et la vie. 2ª ed. aum. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2002a. cap 1aII, p. 173-186. – (Problemes & Controverses).

CANGUILHEM, Georges. L'objet d'histoire des sciences. In: _____. *Études d'histoire et de philosophie des sciences* : concernant les vivants et la vie. 2ª ed. aum. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2002b. introdução, p. 09-23. – (Problemes & Controverses).

DAGOGNET, François. *Bachelard*. Lisboa: Edições 70, 1980. – (Biblioteca básica de filosofia; 7).

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. – (Campo Teórico).

FOUCAULT, Michel. A vida: a Experiência e a Ciência. In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Manoel Barros da Motta (org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 353-366. – (Ditos e Escritos; II).

GUTTING, Gary. Thomas Kuhn and French philosophy of science. In: NICKLES, Thomas. *Thomas Kuhn*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 45-64. – (Contemporary Philosophy in Focus).

KOYRÉ, Alexandre. *Du monde close à l'univers infini*. Tradução de Raissa Tarr. Paris: Galimard, 2003a.– (Tel; 129).

KOYRÉ, Alexandre. Perspectives sur l'histoire des sciences. In: _____. *Études d'histoire de la pensée scientifique*. Paris: Galimard, 2003b. p. 390-399. – (Tel; 92).

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000. – (Debates; 115).

LEBRUN, Gérard. A idéia de epistemologia. In: _____. *A filosofia e sua história*. Trad. de Maria Adriana Camargo Cappello. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 129-144.

LECOURT, Dominique. *L'épistémologie historique de Gaston Bachelard*. 11ª ed. aum. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2002. – (Bibliothèque d'histoire de la philosophie).

MERQUIOR, José Guilherme. *De Praga a Paris: o surgimento, a mudança e a dissolução da idéia estruturalista*. Tradução de Ana Maria de Castro Gibson. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

PARROCHIA, Daniel. La lecture bachelardienne de la théorie de la relativité. In: WUNENBURGER, Jean-Jacques (org.). *Bachelard et l'epistemologie française*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003. p. 153-182. – (Débats Philosophiques).

STENGERS, Isabelle. *A invenção das ciências modernas*. Tradução de Max Altman. São Paulo: Ed. 34, 2002. – (TRANS).

Eleições e Eleitores: balanço historiográfico sobre o processo eleitoral no século XIX

Vanessa Silva de Faria*

Ao longo do século XIX, em especial no Segundo Reinado, deputados, ministros, senadores e homens envolvidos na política oitocentista travaram debates calorosos sobre o sistema que regia as eleições enfatizando, sobretudo, o seu caráter fraudulento. Como uma das principais causas das fraudes eleitorais, os homens do XIX apontavam à influência do governo nas eleições e chegavam mesmo a acreditar que só com a alteração da legislação que regia o sistema eleitoral é que o processo de escolha dos representantes da nação se tornaria imparcial e representativo.

Como parte de uma pesquisa em andamento sobre o processo eleitoral em Minas Gerais, a partir da análise do caso de Juiz de Fora entre 1872 e 1882, este texto tem por objetivo um balanço historiográfico sobre o processo eleitoral no Império tomando por base alguns autores que se dedicaram ao tema. Ao mesmo tempo, procuramos debater algumas questões suscitadas em estudos mais recentes da nossa historiografia.

A Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I estabeleceu pelo art. 90 o sistema de eleições indiretas para as nomeações de deputados e senadores. Esta determinação se estendeu até 1881, sendo as eleições feitas em dois graus – as eleições primárias e as eleições secundárias. A partir de 1881, o processo eleitoral seguiu as orientações do decreto n° 3029, que determinava eleições diretas em todo o território brasileiro. Ainda durante todo o período imperial as eleições permaneceram censitárias e a renda anual mínima exigida para um cidadão ativo qualificar-se como votante passou de cem mil réis para duzentos mil réis, de acordo com a lei n° 387, de 19 de agosto de 1846. Por meio desta lei deu-se também a regulamentação das juntas de qualificação de votantes, às quais caberia formar listas de qualificação contendo os nomes dos cidadãos ativos que podiam votar nas eleições primárias e ser votados para eleitores de província. As listas de qualificação deveriam trazer diante de cada um dos nomes dos cidadãos nelas inscritos a nota de votante, ou seja, tem voto nas eleições primárias, ou a nota de elegível para os que pudessem ser votados para eleitor. Dissolvidas as juntas, passava-se à reunião da assembléia paroquial na Igreja Matriz, onde, após o juiz anunciar a nomeação da mesa, o pároco lia os números e os nomes dos cidadãos notados como elegíveis, ficando o escrivão de paz incumbido de lançar em uma urna um

* Universidade Federal de Juiz de Fora, mestranda em História.

bilhete com o mesmo número que fora lido. Finda a leitura dos nomes, extraía-se da urna dezesseis bilhetes e os cidadãos sorteados formariam a comissão que nomearia dois secretários, e depois dois escrutinadores que iriam compor a mesa com o juiz de paz e o pároco. A comissão era então dissolvida e a mesa paroquial constituída, devendo: 1) reconhecer a identidade dos votantes; 2) receber as cédulas, numerá-las, apurá-las e expedir diplomas aos eleitores; 3) decidir sobre quaisquer dúvidas que se suscitem acerca do processo eleitoral na parte que lhe é cometida; e 4) requisitar à autoridade competente as medidas necessárias para manter-se a ordem na assembléia. Nenhum cidadão poderia votar nas assembléias paroquiais se não tivesse sido incluído na lista de qualificação como votante ou como elegível, e nenhum cidadão poderia ainda ser eleitor se não tivesse sido notado na mesma lista como elegível. Assim, poderiam ser eleitores todos os que pudessem votar nas assembléias paroquiais, exceto os que não tivessem renda líquida anual de duzentos mil réis por bem de raiz, comércio, emprego ou indústria; os libertos; e os pronunciados em queixa ou denúncia, estando a pronúncia competentemente sustentada.

A eleição dos eleitores regulava-se pela pluralidade relativa dos votos, ou seja, os que tivessem a maioria deles seriam declarados eleitores de paróquia até o número que a freguesia devesse dar. Se por ventura a maioria dos votos recaísse sobre um indivíduo que a mesa julgasse não estar em circunstâncias de ser eleitor, o respectivo receberia o diploma e todas as dúvidas relativas à sua idoneidade seriam lançadas em ata e a decisão final ficaria a cargo do colégio eleitoral por ocasião da verificação dos poderes dos eleitores. Publicados os eleitores, estes seriam avisados por carta a fim de se dirigirem à Igreja onde se fizeram as eleições para que pegassem seus diplomas.

As imperfeições da legislação e as fraudes eleitorais eram algumas das questões debatidas pelos políticos do século XIX que afirmavam que as eleições não refletiam a vontade da população, mas a do governo. Como um homem imerso na política do seu tempo, Francisco Belisário Soares de Souza em *O Sistema Eleitoral no Império*, não poupou o sistema da sua arguta pena. A obra foi motivada pela passagem da Lei do Ventre Livre em 1871, aprovada contra a vontade de boa parte do Partido Conservador, sobretudo a bancada conservadora do Rio de Janeiro, da qual Belisário fazia parte. Na obra, o autor nos apresenta a sua percepção do funcionamento do sistema eleitoral e logo na introdução afirma que “esta política de partidos oficiais assenta no fato de serem as eleições produto meramente oficial. [...] Ninguém se diz candidato dos eleitores [...], desta ou daquela aspiração nacional; mas do

governo”. E mais adiante acrescenta: “a questão decide-se com o governo [...]: as urnas consagram sempre o acerto da escolha” (SOUZA, 1979: 6-7).

O argumento de Francisco Belisário é de que o sistema que rege as eleições é defeituoso, de fácil corrupção, aberto à fraude e à violência e não representa, de fato, a população. Daí recorrer à reforma. Todavia, “o mal não desaparece e a reforma antes dá margem ao aparecimento de novos defeitos e ao aprofundamento dos antigos”. No entanto, com a reforma eleitoral de 1860 a “opinião pública” convencia-se cada vez mais de que sem uma reforma radical e completa, ou seja, a eleição direta, o sistema parlamentar nunca seria uma realidade. Liberais e conservadores achavam-se mais ou menos acordes quanto aos pontos capitais da reforma, entendiam que “era na eleição de eleitores que residia todo o mal, uma vez que por ela se justificava a intervenção do governo, os abusos das autoridades locais, as violências, as fraudes, a desmoralização e, finalmente, a descrença política” (SOUZA, 1979: 24). De acordo com os argumentos apresentados pelo autor, era no processo de qualificação de votantes que residia o mal maior que acometia o sistema eleitoral e o enfraquecia quanto a representatividade.

As discussões propostas pelos políticos do Império foram aprofundadas pela nossa historiografia e outras hipóteses de interpretação do processo eleitoral foram formuladas. Entre os autores que buscaram compreender o processo eleitoral brasileiro encontramos Raimundo Faoro. Em *Os Donos do Poder*, Faoro diz que “entre o rei e o povo não houve um pacto, discutido e concedido, mas a adesão ao líder e chefe, com o carinho sobreposto ao vínculo tradicional [...]”, e sentencia: “a eleição manipulada, artificiosa nos instrumentos, falsa na essência, será a condescendência sem adesão” (FAORO, 1996, vol.1: 364). De acordo com o autor, o modelo de eleições adotado estaria próximo da política de clientela, cujas relações entre os quadros dirigentes e o votante se davam pela coerção, autoridade e manipulação. Em suas palavras “a mesa eleitoral foi fundamento de toda a vida partidária, o eixo maior da máquina de compressão [...], fazia a eleição primária, com o recebimento do sufrágio dos votantes: ‘seu poder e arbítrio não conheciam limites, sua formação era a mais irregular e filha sempre de inauditas desordens e demasias’”. Se a mesa eleitoral fazia a eleição primária, a barganha era, por sua vez, a marca distintiva da eleição secundária (FAORO, 1996, vol.1: 367). A representação das minorias seria o ponto central da Lei do Terço (1875) e as incompatibilidades eleitorais também foram por ela alargadas, afetando as altas autoridades, os magistrados, os funcionários e os juizes, que passaram de candidatos a

fiscais das eleições¹. Acreditava-se, segundo Raimundo Faoro, que só a grande reforma, a eleição direta de 1881, faria o país renascer e se emancipar. O que se conseguiu, todavia, depois de uma “jornada de ilusões”, foi a “maior valorização do voto, encarando-o como mercadoria no comércio”. O sistema representativo, segue o autor, “desde a reação centralizadora de 1837 até o último ato de 1889 será a imensa cadeia do ‘cabresto’ e do comando da vontade do eleitor” (FAORO, 1996, vol.1: 375).

José Murilo de Carvalho também buscou interpretar o processo eleitoral brasileiro. Segundo a sua análise em *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*, a mania de buscar modelos que enquadram a realidade e a necessidade de se definir a cidadania no país resultou em abundante legislação eleitoral, cujas preocupações principais eram a definição da cidadania, a garantia da representação das minorias e a verdade eleitoral. Carvalho aponta as incompatibilidades eleitorais, isto é, as restrições impostas à participação no processo eleitoral como a principal responsável pela redução no índice de participação. A lei de 1881 foi seu ponto culminante, haja vista que, se por um lado eliminou a eleição em dois graus, por outro, aprovou a proibição do voto do analfabeto e introduziu exigências muito severas para verificar a renda de duzentos mil réis. Carvalho afirma ainda que os “contemporâneos” apontavam a participação ampliada da população habilitada ao voto no processo eleitoral, sobretudo o analfabeto, como uma das principais causas da corrupção eleitoral. Daí o analfabeto ser excluído do processo em 1881. Mas a redução do eleitorado não era apenas de interesse do governo. De acordo com o autor, os proprietários rurais também tinham interesse em sua redução, uma vez que “milhares de ociosos eram mantidos nas propriedades por interesses eleitorais”, sendo essa “massa ociosa” composta, em sua maioria, por empregados rurais ou pequenos lavradores². Dessa maneira, a restrição à cidadania tinha por base dois princípios: primeiro, a lisura no pleito e a autenticidade da representação e, segundo, o interesse econômico dos grandes proprietários *doublés* de chefes políticos (CARVALHO, 2006: 396-397).

Perpassando a discussão sobre quem, de fato, deveria ter acesso ao voto estava todo o problema político do Império, que de acordo com José Murilo, era como entregar ao país o governo de si mesmo. Avançando em sua análise, ele constata que “por mais que se clamasse contra a interferência do governo nas eleições, havia uma lógica de ferro no sistema que

¹ Sobre a representação das minorias e as incompatibilidades eleitorais, ver decreto nº 2675, de 20 de outubro de 1875.

² Para verificar a ocupação dos votantes, Carvalho utilizou os títulos eleitorais do município de Formiga, MG, 1876.

levava os partidos no poder a intervir, derrotando em parte os esforços de reforma que eles próprios faziam”. Essa lógica era a necessidade que tinha o governo de intervir, uma vez que “os partidos não possuíam solidez e disciplina suficientes para sustentar o governo com base em pequenas maiorias. [...] A maioria governamental precisava ser a mais ampla possível para reduzir os efeitos das dissidências”. Pode-se concluir disso que “a interferência do Poder Moderador favorecia, antes que dificultava a representação da minoria, na medida em que tornava temporária a derrota de um dos partidos. Na verdade, era ela que possibilitava a existência do bipartidarismo” e dessa maneira tanto a competição partidária como a sobrevivência dos partidos e o seu enraizamento na população estariam garantidos e as regras da competição democrática seriam difundidas (CARVALHO, 2006: 403-412).

Em *Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881*, Maria Odila Leite da Silva Dias levanta a questão da característica ideológica que durante muito tempo perdurou na historiografia sobre o Império e endossou a consolidação da hegemonia política das elites que projetaram a nação. Para Dias, dentro desta perspectiva ideológica herdada de uma sociedade que se via pelo prisma do poder, “era impossível chegar a documentar a pluralidade, as diferenças, os regionalismos, as conjunturas que envolviam modos de sobrevivência de grupos sociais oprimidos” (DIAS, 2005: 57). A política de dominação, no entender da autora, diz respeito à centralização do poder e à política do governo de controle do mandonismo local, se fazendo sentir através do sistema eleitoral e da estratégia de recrutamento para as forças policiais locais, a guarda nacional ou para o exército de primeira linha. Sem negar a condição subalterna e subordinada dos homens livres na sociedade escravista, a autora afirma que é preciso pôr a prova o conceito de clientela paternalista, uma vez que as relações de dependência no conjunto da população dos marginalizados eram certamente mais fluídas do que supunham alguns autores (DIAS, 2005: 60-62).

Por sua vez, Maria Sylvania de Carvalho Franco olha o Estado a partir do prisma do homem comum, indo do local para o geral. Em sua obra *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, mostra que o público e o privado se confundem e estão mesmo nas origens da nossa sociedade. Sua tese é que o governo central introduzia controles racionais na administração, mas a escassez de recursos locais embaraçava as mudanças visadas. Dessa maneira, as coisas públicas continuaram a ser usadas pelo grupo no poder e de acordo com o tipo de relações básicas na organização social: a dominação pessoal.

Richard Graham também pensa a questão das práticas políticas pelo prisma local, mas de certa forma, reduz todo o problema às práticas clientelares, sem avançar no processo

eleitoral. Graham, em *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*, investiga o modo específico como a concessão de proteção, cargos oficiais e outros favores em troca de lealdade política e pessoal funcionavam para beneficiar os interesses, sobretudo dos ricos, buscando entender como a política aparecia àqueles que a exerciam, o que pretendiam e como suas ansiedades e medos se traduziam na ação política, rastreando o modo como o clientelismo vinculava-se às estruturas sociais e econômicas. A participação nos atos eleitorais demonstrava publicamente a superioridade “natural” de uns sobre os outros, enfatizando como as relações de classe no Brasil criaram a dependência pessoal de clientes em relação aos patrões e deste modo modelaram a política interna no país. Graham discorda de Faoro, sobretudo em relação ao Estado, “nem tão autônomo e livre de seu contexto social e econômico” pelo fato de “ocupantes de cargos, em diferentes níveis do governo, chocavam-se frequentemente uns com os outros, tanto que as autoridades centrais algumas vezes lutavam contra os donos do poder local”. Todavia, ressalva que “nos dois extremos e em todo o sistema político, fosse qual fosse seu partido, as autoridades eram extremamente sensíveis aos interesses agrários, quando não eram elas próprias proprietárias de terras”. De acordo com o autor, os políticos do século XIX, com base no clientelismo, legitimavam a estrutura social existente, em cujo topo estavam os proprietários (GRAHAM, 1997: 21).

Graham retoma a tese defendida por Nestor Duarte e Queiroz da hegemonia e o predomínio dos senhores de terra sobre o Estado. Mas como bem apresenta José Murilo de Carvalho em artigo em que propõe uma discussão acerca do uso que se tem feito de alguns conceitos básicos como clientelismo, mandonismo e coronelismo em estudos de poder local e suas relações com o Estado nacional, “o problema conceitual surge quando Graham trabalha o tempo todo com a noção de clientelismo, de relações patrão-cliente. O clientelismo seria a marca característica do sistema político imperial” (CARVALHO, 1997). Entendendo que a “noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual e que no caso do clientelismo político, o Estado é a parte mais poderosa, é quem distribui benefícios públicos em troca de votos ou de qualquer outro tipo de apoio de que necessite”, Carvalho não encontra consistência no texto de Graham que justifique a sua inversão no uso do conceito, fazendo com que o Estado apareça como clientela do senhoriato e não o senhoriato rural como clientela do Estado. Em todo o debate, conclui o autor, “o importante não é discutir se existiu ou se existe dominação”, o que faz a diferença “é detectar a natureza da dominação” (CARVALHO, 1997).

Explorando a temática sobre eleições e poder no Império, Neila Ferraz Moreira Nunes apresenta uma análise da frequência eleitoral e do perfil da população votante em três paróquias de Campos dos Goytacazes, município do Rio de Janeiro entre 1870 e 1889, verificando a frequência com que são realizadas as eleições, antes e depois da Lei Saraiva. Através da análise das listas de qualificação de votantes, Nunes calculou os indicadores de inclusão eleitoral com relação à população de homens livres, à população livre (homens e mulheres) e à população total (livres e escravos). A autora constatou para aquela região que, independentemente da referência considerada (homens livres, população livre ou população total), a taxa de inclusão tende a ser maior nas paróquias menos urbanizadas e a utilização das listas de qualificação permitiu traçar o perfil do universo de votantes daquele município, caracterizar diferenças e semelhanças entre as áreas rural e urbana e comparar o perfil encontrado em Campos com o de outros municípios (NUNES: 2003: 311-343).

Percebemos, todavia, que existe uma lacuna a ser preenchida para a província de Minas Gerais uma vez que não temos estudos que tratem especificamente da questão eleitoral no período imperial nos municípios mineiros, do grau de participação das suas paróquias e da sua representatividade na vida política provincial e nacional. Na intenção de sanar pelo menos um pouco esta lacuna é que um estudo sobre o processo eleitoral em Minas Gerais vem sendo desenvolvido. A pesquisa na verdade é um estudo de caso do município de Juiz de Fora entre 1867 e 1882 e tem por objetivo discutir a política eleitoral do Brasil Império a partir da análise das eleições daquela municipalidade. Assim, o estudo de Nunes para Campos dos Goytacazes tendo como fonte documental as listas de qualificação de votantes nos chama a atenção pela relevância deste tipo de fonte e para os dados surpreendentes que o estudo mais acurado dessas fontes pode revelar.

Todos os estudos apresentados aqui de forma sucinta nos ajudam a entender a questão dos poderes locais, das conflituosas relações pessoais e do papel das eleições, seja numa localidade circunscrita, seja em âmbito nacional. Contudo, algumas ressalvas sempre devem ser mantidas próximas quando lidamos com um tema sujeito as mais diversas e controversas opiniões, e com fontes documentais como são as listas de qualificação de votantes e as atas eleitorais. A utilização destas fontes deve vir acompanhada de “um arsenal crítico consistente”. Como disse Bacellar, “criticar não implica em desqualificar, mas sim estabelecer melhores parâmetros para análise, apontando lacunas e deficiências [...] Entendidas no contexto em que foram produzidas, podemos melhor perceber o que informam nas linhas e nas entrelinhas” (BACELLAR, 2008: 108).

Bibliografia

- BACELLAR, Carlos de A. Prado. *Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico*. In: Locus – Revista de História. Juiz de Fora, vol.14, n.1, pp.1-295, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem/ Teatro de Sombras. RJ: Civilização Brasileira, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. Dados, vol.40, n.2, Rio de Janeiro, 1997.
- DIAS, Maria Odila L. da Silva. *Sociabilidades sem História: votantes pobres no Império, 1824-1881*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. SP: Contexto, 2005.
- DUARTE, Nestor. A Ordem Privada e a Organização Política Nacional. SP: Cia. Editora Nacional, 1939.
- FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. Vol.1, 10.ed. SP: Editora Globo, 1996.
- FRANCO, Maria Sylvia de C. Homens Livres na Ordem Escravocrata. SP: Kairós, 1983.
- GRAHAM, Richard. Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX. RJ: Ed. UFRJ, 1997.
- NUNES, Neila F. Moreira. In: Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.46, n.2, 2003, pp.311-343.
- SOUZA, Francisco Belisário S. de. O Sistema Eleitoral no Império. Com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889. Vol.18. Brasília: Senado Federal, 1979.

A ditadura militar e o mito criado em torno do oficial *Castelista*

Vicente Contador¹

RESUMO: Alguns analistas do regime autoritário-militar brasileiro advogam a tese de que os altos oficiais da *linha dura* eram “autoritários”, defensores da ditadura como forma de governo, da repressão sistemática, servindo-se da tortura, e da longa permanência dos militares no controle direto do poder do Estado depois da deposição de João Goulart – enquanto que os oficiais *castelistas*, são tidos como *moderados*, *antiautoritários*, *contrários à ditadura militar* e favoráveis ao rápido “abandono do exercício direto do poder do Estado”. Daí a conclusão especiosa, e bastante arraigada na nossa memória histórica, de que a abertura política dependeu fundamentalmente da vontade inserida num “projeto” dos *castelistas*.

Uma parte da historiografia referente ao regime autoritário-militar brasileiro advoga a tese de que havia um distanciamento entre o núcleo do poder dos governos do regime autoritário-militar e todo o aparelho repressivo ligado às três corporações militares, principalmente quando o controle direto do poder do Estado estava sob o comando da facção *castelista*. Isso faz com que se corra o risco de se conservar em nossa memória histórica o que Elio Gaspari chama de a “lenda cultivada pelas Forças Armadas segundo a qual, mesmo dirigindo regimes repressivos, mantinham-se distantes dos crimes neles praticados.” (GASPARI, 2002: 150).

Este ponto de vista induz a outras interpretações do regime em pauta: a de que os oficiais militares *castelistas*, por serem tidos como *moderados*, *antiautoritários* e *contrários à ditadura*, pretendiam devolver logo o poder aos civis, buscando sempre alcançar este intento, tendo sido então os responsáveis pela condução e efetivação da *abertura política* e o fim do regime de exceção, em contraposição aos oficiais da *linha dura* do Exército.

Certos estudos indicam que os órgãos de informação e repressão estariam distantes, ou então separados dos altos círculos dos governos militares e da hierarquia das Forças Armadas, ao expressarem que a “crescente autonomia que ganhara a comunidade de informação e segurança perante o governo e a instituição militar [...]”

¹ Doutor em História Econômica pela FFLCH da Universidade de São Paulo (USP), Professor de História Geral Contemporânea na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC), Professor de História Geral Contemporânea na Faculdades de Campinas (FACAMP)

significava que esse setor estava se constituindo num ‘Estado dentro do Estado’”, caminhando assim para “eliminar qualquer controle externo sobre si.” (MATHIAS, 1995: 45; OLIVEIRA, 1994: 23-4). Nesta perspectiva, as três esferas mais importantes do poder do Estado durante o regime autoritário-militar (a hierarquia das Forças Armadas, o núcleo duro dos governos militares e os órgãos de informação e repressão) parecem não se complementarem ou se misturarem, sobretudo durante os governos comandados por oficiais *castelistas*, livrando assim a cúpula militar destes governos de qualquer responsabilidade pela prática sistemática da violência política executada pelo “pessoal de baixo”.

Está ainda implícita neste enfoque a tese de que os oficiais *castelistas*, se chocavam com os aparelhos de segurança, informação e repressão, comandados por coronéis da *linha dura*, pelo fato dos *castelistas* supostamente possuírem os atributos acima mencionados, vindo, conseqüentemente, lutar contra o prolongamento do regime e a ser os promotores e condutores de um “projeto” de distensão política que tomou rumo a partir de 1974. (MATHIAS, op. cit.).

Mesmo sendo um pouco distintas e até reveladoras quanto à ligação da hierarquia militar com a repressão sistemática dos órgãos de repressão, novas abordagens não se esquivam das anteriores ao afirmarem que o aparato repressivo não só derivava, como também ocasionava a “anarquia” e a “indisciplina” no sistema militar e que estas incongruências foram o que realmente teriam motivado os *castelistas* Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva a acabar com essa “bagunça” toda e promoverem o processo de distensão política. Enfoques mais recentes apregoam ainda que Geisel, contando com a ajuda de Golbery, o seu “feiticeiro”, “acabou com a ditadura”, “desmantelou o regime”, mantendo “afastados os políticos, a imprensa e a opinião pública.” (GASPARI, 2002: 35).

De fato, parece inverossímil todo e qualquer interpretação que pressuponha haver um distanciamento das cúpulas dos governos militares e das Forças Armadas para com o aparelho militar ligado aos esquemas formais e informais (i.e. clandestinos) de repressão, principalmente quando se mantêm dentro de um escopo simplista onde predomina o embate político-institucional entre apenas os oficiais da *linha dura* e os *moderados castelistas*. Esta inverossimilhança torna-se evidente quando se tem conhecimento de que no governo do general Castelo Branco ocorre o aumento

simultâneo da “centralização e concentração do poder político no aparelho militar” e da autonomia do aparelho repressivo. (OLIVEIRA, 1994: 34), o que já é um indício de que as sementes da ditadura foram plantadas já neste Governo.

O choque verificado entre os militares *moderados castelistas* e os *duros* (estes últimos identificados com os generais Costa e Silva, Albuquerque Lima, Silvio Frota, entre outros) é, segundo Oliveira, a expressão do que ele chama de “contradições” entre o “aparelho militar” e o “regime autoritário.” (Idem: 32-34). Em outros termos, isto seria um reflexo da luta pelo poder dentro das Forças Armadas e pelo comando político do Estado entre, exclusivamente, os *castelistas* e os *duros*.

É, portanto, imperativo fazer um exame mais criterioso dos conflitos havidos no meio castrense durante o regime autoritário-militar brasileiro para que depois se possa adotar uma terminologia mais precisa para as principais correntes militares que lutavam pelo poder no âmbito das Forças Armadas e de todo o aparelho de Estado, a fim de que se construa um quadro capaz de mostrar uma outra composição de forças mais abrangente. Isso resultaria numa formatação destes conflitos entre, de um lado, os militares golpistas, sejam eles *castelistas* ou *duros*, mas essencialmente *direitistas*, *internacionalistas*, *elitistas* e *autoritários* - porque identicamente favoráveis a um tipo de governo não democrático que deveria ser ocupado somente pelas velhas e novas elites reacionárias (militares e civis) do país, contrárias ao comunismo, à participação política dos escalões médio e baixo dentro da instituição militar e das classes trabalhadoras na sociedade política - e, de outro lado, os oficiais que não se enquadravam tanto no esquema *castelista* quanto no esquema dos *duros*.

A título de esclarecimento, esta(s) última(s) corrente(s) de oficiais militares seriam aqueles que Quartim de Moraes define como “os militares que, em diferentes situações e períodos de nossa evolução política, assumiram posições que os colocavam à esquerda no interior da corporação armada do Estado”. Ou seja, um militar que identifica “o progresso social à defesa do interesse nacional.” (MORAES, 1994: 8-12).

Nos anos mais próximos do Golpe Militar de 1964, identificamos estes mesmos oficiais militares como aqueles que, nos anos 50, lutaram para impedir que o Exército brasileiro tomasse parte da intervenção norte-americana na Guerra da Coréia. Poderiam também ser aqueles oficiais que apoiaram a campanha em defesa do monopólio estatal

do petróleo e que, depois, se posicionaram contra o golpe que a corrente militar antinacionalista (da qual faziam parte os *castelistas*) e da ultraconservadora União Democrática Nacional (UDN) queriam dar para impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, legalmente eleitos presidente e vice nas eleições de 1955. Seriam igualmente incluídos nesta categoria de oficiais os que, nos anos 60, se posicionaram a favor da posse do vice-presidente João Goulart e que, após a renúncia de Jânio Quadros, se colocaram contra o Golpe de Estado de 1964, vindo mais tarde a se recusar a pensar de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional formulada no bastião dos *castelistas*, a Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949.

Para não ficarmos em generalizações, citemos casos concretos de críticas feitas por importantes oficiais militares ao regime resultante do Golpe de 64, como por exemplo, a do almirante José Santos Saldanha da Gama, que, no final de 1967, quando era então presidente do Clube Naval, questionava “papel desmedido exercido pelas Forças Armadas na vida nacional”, não sendo esta sua única crítica contra o regime, pois antes, em abril do mesmo ano, ele já havia dito que o mesmo, sob o pretexto da segurança nacional, havia se tornado “inimigo da população civil.” (FIECHTER, 1974: 195-98). Outra crítica relevante feita aos governos Castelo Branco e Costa e Silva, no tocante as suas arbitrariedades e ações repressivas, foi feita pelo general Bevilacqua, para quem o país havia se transformado num “imenso quartel”, distorcendo assim a “função das Forças Armadas.” (GASPARI, 2002: 129-130; LEMOS, 2004).

Parece, portanto, improficuo e desatualizado continuar analisando a dinâmica das disputas das facções militares pelo controle não apenas do poder do Estado brasileiro durante o regime autoritário-militar, mas igualmente do processo de abertura política das décadas de 70 e 80, dentro da dicotomia *castelistas moderados* versus *duros*. Afinal de contas, as contradições e disputas internas nos meios militares não são suficientemente esclarecidas por essa conhecida dicotomia.

Se concordarmos com a definição de “duro” para Costa e Silva, fica então em aberto a questão de como deveríamos definir Castelo Branco, que teria dado o pontapé inicial para institucionalizar os desmandos do regime com os Atos Institucionais 2, 3, 4, com a nova Lei de Segurança Nacional, com a criação do SNI, a aprovação da Lei Suplicy, que fechava a União Nacional dos Estudantes (UNE) e proibia as atividades políticas estudantis. O presidente Castelo Branco ainda promulgou uma nova Lei de

Imprensa, aumentando os dispositivos punitivos contra jornalistas e donos de jornais, além de prorrogar seu mandato presidencial por mais um ano, até março de 1967, sem falar nas cassações de 116 políticos civis, nas demissões de 1.574 funcionários públicos e nas 526 aposentadorias forçadas de militares nacionalistas históricos.

Põe-se em questão também como definir Garrastazu Médici, em cujo governo a repressão política atingiu seu grau mais alto, exatamente quando o Ministério do Exército era ocupado pelo general Orlando Geisel, um dos ícones do grupo *castelista*. E quanto a Ernesto Geisel, seria arriscado defini-lo como um *antiautoritário*, um *moderado* ou um *não-duro*, se sabemos que além de ser conhecido como um adversário do sufrágio universal como forma de escolha de governantes, um crítico acerbo do Parlamento e defensor convicto de um Executivo forte, ele chegou até a consentir com a necessidade da prática da tortura “em certos casos”, do mesmo modo que veio a admitir a necessidade de “matar” os chamados inimigos do regime. (GASPARI, 2003).

Mais controvérsias hão de surgir se, ao abordarmos as decisões discricionárias que foram tomadas ao longo do regime, aceitarmos a visão de que o presidente Castelo Branco era sensato e que muitas arbitrariedades haviam sido evitadas por efeito dessa sua sensatez. Tais controvérsias não parariam por aí, pois para se ter uma idéia do quão embaraçada é esta questão da rotulação das correntes militares que constituíam as Forças Armadas brasileiras nas décadas de 50-70, dispomos da informação de que as “forças vitoriosas de 31 de março” estariam divididas em “três correntes.” (CASTELLO BRANCO, 1976: 111).

Não poderia haver uma terceira facção militar, que se situaria à esquerda do quadro formado pelos *partidos políticos militares* hegemônicos dentro do regime militar? Desta terceira facção fariam parte os generais Pery Constant Bevilacqua, Mourão Filho e Cordeiro de Farias, que estariam fazendo “oposição ao regime”, por discordarem dos atos arbitrários que o governo Castelo Branco estava adotando. (OLIVEIRA, 1987: 67-76). Seria este grupo aquele chamado de *legalista*, ligado ao general Henrique Lott, o qual tinha sido, na década de 50, uma terceira corrente militar hegemônica dentro das Forças Armadas e que, de acordo com Oliveira, tinha tomado uma posição contrária à derrubada do governo Goulart em 1º de abril de 1964, porque acreditava na “contenção dos movimentos sindicais dentro dos limites legais”? (Idem).

Se lembrarmos que, em 1961, o general Bevilacqua, quando no comando do 2º Exército, apoiara a ascensão do vice João Goulart à Presidência da República, então é correto considerá-lo como um legalista e, portanto, um anti-golpista, que se situava à esquerda, dentro do quadro que formava os *partidos políticos militares* na época.

Com base numa classificação supostamente feita pelo presidente Castelo Branco, há a indicação de que, após o Golpe de 64, havia três facções militares que estavam dentro do aparelho militar e do aparelho do Estado em conflito pela hegemonia do processo político, os quais seriam: os participantes da “Revolução” (golpistas *liberais* de direita, vinculados à Escola Superior de Guerra); os críticos do governo (os golpistas *duros*, de direita, vinculados à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - ESAO - caracterizados por um nacionalismo moderado) e aqueles que faziam oposição ao governo e quiçá ao regime, os quais comporiam aquela suposta terceira facção militar mencionada acima.

Entretanto, afora estas duas facções militares - que, apesar das críticas que faziam ao governo Castelo Branco, eram também anticomunistas e continuavam fazendo parte da estrutura de poder das Forças Armadas, ocupando, por exemplo, posições no Supremo Tribunal Militar - haveria uma quarta facção militar, a qual poderia ser denominada de “*ultra*” *dura*?

Ao entrevistar o general Hélio Lemos em 17 de outubro de 1991, André Moysés Gaio obteve deste a informação de que teria havido duas *linhas duras*: uma chamada de “1ª linha dura”, que já existia antes do Golpe e que, segundo ele, “atuava no sentido democrático”, sendo contra a prática da tortura; e a outra denominada de “2ª linha dura”, a qual era formada pelos chamados “revolucionários de última hora” que fizeram parte dos órgãos de repressão. (GAIO, 1997: 118-19).

Gaio expõe ainda que os *duros*, à semelhança do que alegavam os *castelistas*, também empregavam a retórica do combate à corrupção, ao comunismo e ao continuísmo do que chamavam de nacional-populismo na política. Os *duros* diziam-se igualmente defensores da pátria e da democracia, além de pregarem a implantação de reformas na estrutura política e agrária do país. Isso serve para nos mostrar como é difícil identificar nesta ou naquela corrente militar golpista a franqueza e crer que uma e não a outra realizaria o que pregava.

E mais, o general Lemos declarou que os *duros* teriam se colocado contra o primeiro governo do regime autoritário-militar pelo fato deste ter permitido a posse dos governadores oposicionistas, ligados ao passado populista, eleitos em 1965. Mas depois, em 1969, com a morte do presidente Costa e Silva e o impedimento à posse do então Vice-Presidente, o civil Pedro Aleixo, o general Lemos disse que naquele momento os *duros* romperam com o regime, pois teriam sido favoráveis à posse do Vice e contrários ao AI-5, tentando até mudar os rumos do regime ao apoiarem a candidatura do general Albuquerque Lima para a eleição à Presidência da República naquele ano.

Houve até um coronel *linha dura* do Exército, Sebastião Ferreira Chaves, que dizia ser contrário à prática da violência em presos políticos e a uma ditadura por tempo indeterminado. O citado coronel teria dito ser um crítico do SNI, o qual ele classificava de “poder paralelo” capaz de matar e fazer desaparecer opositores do regime sob o consentimento dos generais Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel e Syseno Sarmiento. (CONTREIRAS, 2005: 47-8).

Em discurso feito num jantar em homenagem a sua passagem à reserva no início de 1971, o general Albuquerque Lima disse que: “o sentido da Revolução não significa apenas ações policiais e punitivas. Entendemos revolução como instrumento de transformação social, que elimine os privilégios, que mude estruturas socio-econômicas ultrapassadas e crie outras de sentido humano e social [...]” (In *O Estado de São Paulo*, 18/03/71. Apud: MACARINI, 1984: 537, nota de pé de página 21).

A corrente militar *albuquerqueista* pregava como importante a ampliação do mercado interno e um processo de desenvolvimento econômico-social baseado nas “nossas próprias forças” e nos “nossos recursos internos”. Esta facção militar entendia como necessário o estabelecimento de critérios de seletividade quanto à entrada e atuação do capital estrangeiro no país.

Nota-se, portanto, que tais conflitos intramilitares podiam muito bem estar refletindo o conflito entre a política econômico-financeira do tipo liberal, favorecedora dos interesses do capital industrial-financeiro estrangeiro e do capital nacional agro-exportador, do capital industrial e mercantil nacional associados ao primeiro, seguida pelo governo Castelo Branco, e a política econômica do tipo nacionalista, que era reclamada por velhos e jovens oficiais nacionalistas, considerados de *linha dura*. Isso

provoca o pressuposto de que o que mais levava os *castelistas* a se oporem aos *duros* não era o autoritarismo deles, mas o seu nacionalismo, mesmo que de direita.

Tal pressuposto está calcado na afinidade do nacionalismo autoritário dos oficiais *linha dura* com a defesa de um um reformismo radical, visto que eles pregavam a expropriação das “grandes propriedades”, o confisco da riqueza de “negociantes especuladores” e a manutenção de “relações mais positivamente nacionalistas no tocante ao capital estrangeiro e aos Estados Unidos.” (STEPAN, 1975. Apud: GAIO, op. cit.: 113).

Foi esta presença incômoda de uma orientação nacionalista marcante nos círculos militares, liderada pelo general Albuquerque Lima, que fez com que o capital internacional e as frações da burguesia nacional a ele associadas, atemorizadas por uma possível ascensão do mesmo general à Presidência da República, começassem a levantar, através da grande imprensa, já em 1971, discussões referentes à conformação definitiva do modelo econômico brasileiro e à liberalização do regime autoritário-militar, liberalização esta, é bom frisar, que não significava democratização. Logo, havia da parte destes segmentos empresariais um grande temor diante da possibilidade de militares nacionalistas “populistas” conquistarem o controle do poder do Estado na penumbra do hipercentralizado e fechado aparato político-institucional do regime.

O questionamento de cunho político-institucional feito então por estes setores da sociedade civil chegou até a ecoar nos altos escalões das Forças Armadas, fazendo com que o general Rodrigo Octávio Jordão Ramos, ao assumir o comando da Escola Superior de Guerra em 1971, apresentasse o tema da abertura política para que fosse ali discutido, declarando que aquele era o momento “propício à normalização institucional do Brasil.” (CHERESKI & CHONCHOL, 1986: 40-41).

No mesmo evento, Albuquerque Lima fez coro com o general Jordão Ramos no sentido de propugnar pelo restabelecimento do estado de direito uma vez que estaria cumprido, a seu juízo, a “fase de necessária excepcionalidade.” (MACARINI, op. cit.).

A partir de 1978, quando emergem novas disputas internas em torno da sucessão do presidente Geisel, num momento de grave crise econômica, aqueles antagonismos reaparecem de forma exacerbada. Isso se deveu ao fato da corrente militar *linha dura* ter começado a atacar a forma autocrática de como Geisel procedeu para impor seu candidato ao estabelecimento militar e à sociedade política. (GAIO, op. cit.: 103-32).

Não é de se estranhar que a opção por Ernesto Geisel como sucessor de Médici já havia sido decidida em 1969 “como resposta à candidatura do general Albuquerque Lima”. A propósito, Walder de Góes e Aspásia Camargo defendem a hipótese de que com o surgimento da candidatura Lima: “‘o castelismo’ e o ‘costismo’ estabelecem aliança diante do perigo maior do ‘caudilhismo militar’ que poderia conduzir a um nacionalismo exacerbado e mobilizador de tipo peronista”. “Como parte desses entendimentos”, prosseguem estes dois autores, “é provável que se tenha estabelecido um critério de rotatividade entre os grupos militares hegemônicos a partir do qual a um *costista*, o general Médici, sucedesse um *castelista*, o general Geisel.” (GÓES & CAMARGO, 1981: 100).

A candidatura do general Albuquerque Lima à sucessão de Costa e Silva teria sido barrada por uma “aliança de emergência” feita entre os *castelistas* e *costistas*, pois estes temiam a facção militar que apoiava Albuquerque Lima, “formada principalmente por coronéis nacionalistas” (KUCINSKI, 2001: 11). Foi em consequência deste “acordo de cúpula” que os *castelistas* puderam retornar ao poder em 1974, pois neste acordo teria ficado estabelecido que o ministro do Exército do governo Médici seria Orlando Geisel e que depois do general Garrastazu Médici, o próximo presidente da República seria o general Ernesto Geisel.

Este entendimento entre *costistas* e *castelistas* pode ser detectado até mesmo na sucessão de Ernesto Geisel, quando houve, a princípio, aquela ferrenha disputa entre a corrente *castelista-geiselista* e a corrente de *linha dura*, desta vez representada pelo grupo do general Silvio Frota, mas que no final, diante do surgimento da candidatura alternativa do general Euler Bentes Monteiro, lançada pelo MDB e por militares nacionalistas históricos, acabaram se entendendo, tendo o candidato do presidente Geisel, o general João Baptista Figueiredo, recebido o apoio do grupo *frotista* que “assumiu sua candidatura sem grandes traumas.” (BORGES FILHO, 1996: 47).

Os *castelistas-geiselistas* e os *frotistas* voltaram a ficar do mesmo lado quando da eleição de 1984 para a direção do Clube Militar. Nesta ocasião, o general Sílvio Frota, escreveu um artigo que foi publicado na edição da *Revista do Clube Militar* de março de 1984, no qual fez uma crítica reacionária à chapa *Soberania Nacional* do general Serpa, ficando então ao lado da reeleição do candidato do Governo, o general Tasso Villar de Aquino, que, na eleição anterior do Clube, havia sido indicado como

candidato pelo ex-presidente Geisel, tendo, em 1984, novamente recebido o apoio deste, além de um outro ex-presidente militar, o general Médici. (GAIO, op. cit.: 138).

Como afirmara Leonardo Trevisan, “as posições do que chamamos ‘sistema’ [militar], tão importantes, tão ‘fazedoras’ de decisões, depois da Revolução eram consensuais”. E continua ele, “o rumo que a Revolução toma, as opções essenciais ou, principalmente, cada processo sucessório, era uma decisão das lideranças.” (TREVISAN, 1987: 85-92). Entenda-se lideranças militares direitistas *moderadas* ou *duras*, que possivelmente tinham pensamentos diferentes sobre métodos a respeito deste ou daquele assunto, mas que acabavam, de qualquer maneira, se conciliando quando as questões de fundo eram a unidade das Forças Armadas e a preservação do regime autoritário-militar.

O propósito deste artigo foi o de lançar luzes sobre as contendas e as cisões no meio militar após o Golpe de 1964, as quais, não podemos forçosamente dividi-las como apenas o conflito entre *duros* e *moderados castelistas*, colocando erroneamente estes últimos como anteparos à ditadura militar. Espero com isso ter enfim contribuído para esclarecer que, a ditadura militar só pôde ser plena e durar 21 anos, por culpa não apenas dos *duros*, mas também dos *castelistas*.

Para sustentar esta afirmação basta lembrarmos-nos da dura resposta endereçada, em 1971, pelo então ministro do Exército, Orlando Geisel, às constantes denúncias contra as torturas praticadas pelo regime, na qual ele avisava aos “celerados” que: “até o seu completo aniquilamento não nos faltará energia, não desfalecerá nossa determinação, não adormecerá na rotina a eficiência dos órgãos de segurança.” (GASPARI, 2002: 211).

Tal manifestação é incrivelmente semelhante à mensagem dirigida, em fevereiro de 1965, pelo presidente Castelo Branco aos adversários do Golpe, quando ele havia declarado que “se enganam os que pretendem cortar a juba da Revolução, pensando tratar-se de um leão sem dentes e sem garras.” (CASTELLO BRANCO, op. cit.: 196).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BORGES FILHO, Nilson. (1996). *Sobre o Sagrado e o Profano – civis e militares na política brasileira*. Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. (1976). *Os Militares no Poder – Volume I*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- CHERESKI, Isidoro; CHONCHOL, Jacques. (1986). *Crise e Transformação dos Regimes Autoritários*. São Paulo: Ícone Editora, 1986,
- CONTREIRAS, Hélio. (2005). *AI-5: A Opressão no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- FICO, Carlos. (2001). *Como eles agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- FIECHTER, Georges-André. (1974). *O Regime Modernizador do Brasil: 1964/1972*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- GAIO, André Moysés. (1997). *Em Busca da Remissão: A Mobilização Militar pela Democracia*. Londrina, Editora UEL (Universidade Estadual de Londrina).
- GASPARI, Elio. (2002). *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2002). *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2003). *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GÓES, Walder de & CAMARGO, Aspásia. (1981). *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- LEMOS, Renato. (2004). “Poder militar e Poder Judiciário”. In CASTRO, Celso; TZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Tempo.
- KUCINSKI, Bernardo. (1982). *Abertura: história de uma crise*. São Paulo: Editora Brasil Debates.
- _____. (2001). *O Fim da Ditadura Militar*. São Paulo: Editora Contexto.
- MACARINI, José Pedro (1984). *Um Estudo da Política Econômica do ‘Milagre’ Brasileiro: 1919-1973*. Campinas: dissertação de mestrado no IFCH – UNICAMP – mimeo.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. (1995). *Distensão no Brasil: O Projeto Militar*. Campinas: Papirus Editora.

MORAES, João Quartim de. (1994). *A Esquerda Militar no Brasil*. Volume II. São Paulo: Edições Siciliano.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. (1994). *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*. Campinas: Papirus Editora.

_____. (Org., 1987). *A Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico*. In *Militares: Pensamento e Ação Política*, Campinas: Papirus Editora.

STEPAN, Alfred. (1975). *Os Militares na Política - As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova.

TREVISAN, Leonardo. (1987). *O Pensamento Militar Brasileiro*. São Paulo: Global Editora.

A longa duração contra o evento: crítica a partir de análise interdisciplinar, história e ficção

Victor de Oliveira Pinto Coelho*

O objetivo do presente trabalho é expor um estudo sobre dois temas, um no campo da teoria/análise literária, outro no campo historiográfico, articulando-os no problema de como lidar com a instância discursiva. Mais precisamente, ambos tocam na questão de como abordar o mito: uma análise com o devido distanciamento propiciado pela reflexão teórica ou a legitimação do mito, enquanto “objeto”, pela mobilização de uma teoria que se apóia na noção de longa duração/estrutura simbólica. Neste último caso, como será sugerido, perde-se de vista a dimensão da dinâmica histórica, necessariamente problemática.

* * *

O enredo da obra *Lavoura Arcaica*, do escritor Raduan Nassar, gira em torno da figura do jovem narrador André. Através de suas palavras revela-se um duro e cerrado ambiente familiar, comandado por seu pai. André fugira de casa motivado por uma paixão por uma de suas irmãs, Ana. Pedro, seu irmão mais velho, vai até a pensão onde André se encontrava e tenta trazê-lo de volta à fazenda. Conflitos se revelam no diálogo entre ambos e, mais adiante, entre André e seu pai. Naquele ambiente cerrado, é central a dimensão do impulso sexual ligado à liberdade individual. A divisão da família na mesa de refeições serve de representação da relação entre os membros da família. Na cabeceira fica o pai, que na obra representa a autoridade, a lei, a ordem. Logo à sua direita, ao seu lado, está o lugar de Pedro, e ao lado dele as irmãs mais velhas. À sua esquerda, senta-se a mãe, e ao lado dela os transgressores: André, Ana e Lula.

Esta divisão dos lugares à mesa serve como emblema da análise de Sabrina Sedlmayer. Em *Ao lado esquerdo do pai*, a autora apóia-se na semiologia e numa discussão sobre o sujeito na psicanálise, a autora destaca o papel da linguagem e da estrutura simbólica como pilares da civilização, tanto por promoverem um ordenamento do mundo como pelo trabalho de interdição do gozo, de recalçamento ou delimitação do desejo humano. Neste sentido, a autora procura revelar como Raduan Nassar faz falar, através de André, a linguagem do desejo. O texto de Nassar “nos mostra que o movimento do filho, ao abandonar a casa do pai, é imprescindível para que se alcancem outros discursos” (idem, ibidem). A

* Bacharel e mestre em História pela UFMG. Doutorando pela PUC-RJ.

linguagem da diferença, do desejo, da rebeldia, é representada pela figura de André, por sua enunciação endemoniada que bate de frente com o discurso bíblico do pai, Iohána. Este, como bem resume a autora, é descrito pelo narrador André

à cabeceira [da mesa], com a voz pausada, com mãos largas presas à mesa, com dedos maciços. O patriarca, assim instalado, abriu nas horas das refeições uma velha brochura, escrita numa caligrafia dura, angulosa, grande, onde trazia textos compilados, e, em voz alta, lia e repetia: ‘o tempo é o maior tesouro’; ‘ninguém na nossa casa dará o passo mais largo que a perna’; ‘ninguém colocará o carro na frente dos bois’; ‘ninguém ainda na nossa casa começará pelo teto’; ‘também não esvaziará num só gole a taça cheia’; ‘o mundo das paixões é o mundo do desequilíbrio’; ‘cuidem-se os apaixonados, afastando dos olhos a poeira ruiva que lhes turva a vista, arrancando dos ouvidos os escaravelhos que provocam turbilhões confusos, expurgando do humor das glândulas o visgo peçonhento e maldito’ (...)” (idem: 85)

Além de se posicionar contra as paixões, contra os excessos, o discurso do pai é o discurso sobre o respeito ao tempo, tanto o da tradição como o dos ciclos da natureza, o que remete à ênfase na ordem.

Para Sedlmayer, além de revelar um tipo de literatura que se esquivava de modelos e busca as pulsões de vida, a obra, “paradoxalmente, anuncia que ‘estamos indo sempre para casa’. Se se caminha em direção a, é porque não se está mais lá, é porque foi necessário, antes, sair de lá para depois, num outro tempo, retornar” (Sedlmayer, 2005: 27). Assim, André teria incorporado a linguagem endemoniada para buscar seu próprio lugar na (mesma) casa. Inspirando-se em Lacan e Lévi-Strauss, localizando assim a função de autoridade na estrutura simbólica, diz que “o filho que abandona a casa dos pais por não se resignar à monopolização dos poderes e à subjugação de seu desejo em prol de leis sancionadas por outros homens” retorna, “passado um tempo, exigindo *um lugar à mesa* muito se assemelha às primeiras formações sociais primitivas descritas em *Totem e Tabu* [Freud] (idem: 74, grifo no original).

Assim, tratando a obra como uma espécie de re-atualização de uma estrutura simbólica, e embora ressalte essa ambigüidade de André, Sedlmayer deixa de lado um *algo a mais* em sua análise. O que chama a atenção na obra é a passagem de dança, que aparece primeiro no cap. 5 e se repete no final, no cap. 29 – capítulo que fecha o círculo sugerido pelos títulos das duas partes do livro, *partida e retorno*, e que, de forma significativa, começa falando sobre o tempo, *parecendo* se confundir – e a confirmar – os preceitos defendidos pelo patriarca da família. O *algo a mais*, na segunda passagem da dança: Ana surge bailando sensualmente adornada com as recordações que André mantivera guardados numa caixa. Esta caixa é mencionada no capítulo 11, no momento em que André faz uma confissão a Pedro que

remete à tensão interna a seu discurso, apontada por Sedlmayer e Sanseverino: “eu já sabia desde a mais tenra puberdade quanta decepção me esperava fora dos limites da nossa casa” (Nassar, 2001: 69). Ao relatar a Pedro suas andanças em busca de prazer, fora da casa, André fala sobre a “paz precária” que sobrevinha depois de ter seu corpo “estirado num colchão de erva daninha” (idem: 72). Destaco a homologia da passagem em que a caixa é mencionada com a segunda passagem da dança. Vamos à primeira (a menção à caixa):

“[...]carregue com você, Pedro”, eu disse num grito, “carregue essas miudezas todas pra casa e conte entre olhares de assombro como foi se erguendo a história do filho e a história do irmão; [desafia André, e provoca:] encomende depois uma noite bem quente ou simplesmente uma lua bem prene; espalhe aromas pelo pátio, invente nardos afrodisíacos; convoque então nossas irmãs, fala vesti-las com musselinas cavas, faça calçá-las com sandálias de tiras; pincele de carmesim as faces plácidas e de verde a sombra dos olhos e de um carvão mais denso suas pestanas; adorne a alba dos seus braços e os pescoços despojados de seus dedos tão piedosos, ponha um pouco dessa pedrarias fâcies naquelas peças de marfim; faça ainda que brincos muito sutis mordisquem o lóbulo das orelhas e que suportes bem concebidos açulem os mamilos; e não esqueça os gestos, elabore posturas langorosas, escancarando a fresta dos seios, expondo pedaços de coxas, imaginando um fetiche funesto para os tornozelos; revolucione a mecânica do organismo, provoque naqueles lábios então vermelhos, debochados, o escorrimento grosso de humores pestilentos; carregue esses presentes com você e lá chegando anuncie em voz solene ‘são do irmão amado para as irmãs’” (idem: 73-75).

Agora, a passagem *pseudo-repetida* da dança, no capítulo 29, quando a aparente vitória do tempo cíclico será arruinada pela irrupção, dessa vez *diabólica*, de Ana:

Ana (que todos julgavam sempre na capela) surgiu impacientemente numa só lufada, os cabelos soltos espalhando lavas, ligeiramente apanhados num dos lados por um coalho de sangue (que assimetria mais provocadora!), toda ela ostentando um deboche exuberante, uma borra gordurosa no lugar da boca, uma ponta de carvão acima do queixo, a gargantilha de veludo roxo apertando-lhe o pescoço, um pano murcho caindo feito flor da fresta escancarada dos seios, pulseiras nos braços, anéis nos dedos, outros aros nos tornozelos, foi assim que Ana, coberta com as quinquilharias mundanas da minha caixa, tomou de assalto a minha festa, varando com a peste no corpo o círculo que dançava, introduzindo com segurança, ali no centro, sua petulante decadência, assombrando os olhares de espanto suspendendo em cada boca o grito, paralisando os gestos por um estante, mas dominando a todos com seu violento ímpeto de vida, e logo eu pude adivinhar, apesar da graxa que me escureceu subitamente os olhos, seus passos precisos de cigana se deslocando no meio da roda [...] (Nassar, 2001: 188-189).

Em seguida, Pedro acaba por revelar o segredo a Iohána, que, “ferido em seus preceitos” e “possuído de cólera divina”, viola não só seu próprio discurso como o primeiro dos princípios bíblicos e mata a própria filha.

Sedlmayer, na única vez em que menciona as duas passagens da dança, deixa de lado, em sua “repetição”, o elemento a mais que emerge enquanto *dissonância*, pois a autora busca seu aparente significado na “evocação a uma memória ligada à tradição [...] nos passos da *cigana e camponesa*”, e interpreta a passagem ligando-a a “lembranças de uma origem adormecida (Sedlmayer, *op. cit.*: 55)”, que remete às “ressonâncias árabes” da família, representada pelo falecido avô. E com isso volta enfatizar a questão da diferenciação simbólica, neste caso pela elucidação de “perspectivas culturais e ideológicas contraditórias”, a contradição entre o cristianismo austero do pai e o “tempero mediterrâneo” (idem: 57). Contudo, frisa a autora, mesmo essa linha mediterrânea, apesar de sua tendência a erotizar o sagrado “numa combinação de gozo e interdito” (idem: 59), acaba por remeter ao tempo sagrado e fechado, simbolizado na palavra árabe *Maktub* (está escrito), que costumava ser evocada pelo avô, árabe. E a autora concluirá enfatizando o retorno à casa, mediado pelo verbo original e num “tempo fadado à repetição do modelo original” (idem: 85).

Em trabalho anterior, focalizando uma análise que conjugava a análise do discurso ideológico com conceitos oriundos da psicanálise, defendi que na obra há um “sentido manifesto” da trama: a forma, como no sonho, com que as contradições e impulsos tendem a ser resolvidas imaginariamente, através da condensação e sublimação – a divisão da obra em “partida e retorno”, a aparente vitória do tempo cíclico com a volta de André para a casa, a conjugação de seu discurso com o discurso do pai. Porém, a própria trama traz, no final, a irrupção da contradição. Ana, que em árabe significa “eu”, aparece como se fosse a própria sombra do desejo de André, adornada com suas *recordações* de suas aventuras sexuais, sendo que a caixa, por sua vez, pode ser tomada como metáfora do recalque. Neste sentido, decorre que: *a)* o conflito verdadeiro não é entre duas formas de discurso, mas entre desejo e recalque; mais precisamente, na obra, entre excesso de autoridade/superego e desejo, em que se configura um discurso neurótico num ambiente totalmente cerrado (não há nem menção a qualquer pessoa fora do círculo familiar); *b)* ao contrário do que diz Sedlmayer, não há resolução imaginárias das contradições, devido ao final trágico, com o colapso do retorno cíclico; *c)* o “sentido manifesto”, então, é apenas aparente, devendo ser tratado numa chave irônica – e com isso podemos ver *Lavoura Arcaica* como ela é: uma obra ficcional.

Agora permito-me ir além da análise feita no trabalho anterior (COELHO, 2007), como indicação de trabalho a ser desenvolvido em artigo futuro. Tomo a teoria ficcional de Wolfgang Iser. Dedicando-se a uma antropologia literária, Iser diz que vivemos num “hiato de

informação”: “entre o que nosso corpo nos diz e o que precisamos saber para funcionar, há um vácuo que nos cabe preencher, e o preenchemos com informação (ou desinformação) propiciada por nossa cultura”. A cultura, como ficção explicativa que visaria a transformar entropia em informação, emerge “desse vazio constitutivo” (Iser, 1999: 154-155). Já as ficções literárias, como construções do tipo “como se”, assinalam que a realidade “se encontra posta entre parênteses” (idem: 167). Transgressoras, tais ficções “atuam como meio de desorganizar e desestruturar os seus campos de referência extratextuais”, constituindo “instrumentos de exploração” (idem: 168). Como coloca Costa Lima, elas tematizam os próprios hiatos, nunca completamente eliminados pelas ficções explicativas, trazendo-os para o interior do próprio texto. Ao “trocar sua posição de reprodutiva em produtora, a imaginação deixa um vazio dentro da obra, i. e., algo que a imaginação não preenche, não é capaz de explicar. Semelhante a uma falha numa estrutura, este vazio é o lugar de efeitos [...] a serem atualizados pelo receptor” (Costa Lima, 2000: 67). Além disso, o fictício “tem uma dimensão pragmática própria, distinta da pragmática de outros discursos”. Ele tanto subverte o automatismo dos rituais/padrões cotidianos, como transgride a “atuação ordinária” do imaginário (difuso, informe, fluido, sem um objeto de referência), dando-lhe uma determinação, um atributo de realidade. “Em suma, a dupla transgressão realizada pelo ato de fingir implica a simultânea ‘irrealização do real e o tornar-se real [...] do imaginário’” (Costa Lima, 2006: 283).

A distinção feita por Iser entre “ficções explicativas” (podemos chamá-las de necessárias) e ficções literárias e a noção de dupla transgressão destacada por Costa Lima são importantes para pensar a obra *Lavoura Arcaica*. Ela tematiza a ficção da “Ordem” para irrealizá-la, assim como possibilita a imaginação ao tematizar, liricamente, como libido, o desejo enquanto realização da liberdade. O tom irônico como marca da ficcionalidade, enquanto tematização da impossibilidade de totalização, foi destacado desde o final do século XVIII, com destaque para F. Schlegel. É durante esse período que, sintomaticamente, surge a noção de *ideologia*, no momento em que as visões de mundo passam a ter dificuldade de se confundirem com a verdade única, quando se passa a ter maior consciência sobre seu caráter parcial e contraditório.

* * *

Ferreira (2001) resumiu a história das reflexões sobre o conceito de populismo dividindo-a em três “gerações”. A primeira, entre os anos de 1950-1960, teve como base a teoria da modernização que daria origem, no Brasil, à “interpretação sociológica”, com ênfase

nos determinantes estruturais (o processo de industrialização, a origem rural da classe trabalhadora e sua “cooptação” pelos líderes carismáticos). Nos anos 1960, dessa interpretação nasceu a “tese do cupulismo”, segundo a qual (numa valorização maior do papel da política) o PCB teria “traído” a classe operária ao negociar com o Estado corporativista. A segunda, na virada dos anos 1970-1980, é a dos grandes ensaios sobre o “populismo na América Latina” e do diálogo entre sociólogos e cientistas políticos com os historiadores e seus métodos de pesquisa. O argumento central foi o de que o populismo impôs-se pela conjugação da *repressão* estatal como a *manipulação* política, embora a chave de seu sucesso estaria na *satisfação* de algumas demandas trabalhistas. Ferreira aponta a influência do marxismo e de seu conceito de *ideologia*, destacando-se autores como Lukács, Althusser e Gramsci. Houve também a tentativa de abandonar a noção de populismo enfatizando a de *controle social*, sob influência das reflexões de Foucault e da Escola de Frankfurt sobre a articulação entre o saber e poder, até a consagração das teorias do *totalitarismo*. O resultado não difere muito da “primeira geração”: as relações entre Estado e sociedade/classe trabalhadora são uma via de mão única entre o opressor e o oprimido. Finalmente, Ferreira destaca a fase atual, com ênfase na história cultural – especialmente sob influência de autores como E. P. Thompson, C. Ginzburg, R. Chartier e outros autores ligados à chamada “Nova História Cultural” –, onde a antiga dicotomia é deixada de lado em favor de noções como *pacto*, *interlocução* ou *aliança*. As noções de circularidade e (re)apropriação substituem a antiga tríade “repressão-manipulação-satisfação”.

Antes de me concentrar no estudo de Jorge Ferreira sobre o trabalhismo, de antemão friso que Angela de Castro Gomes, em estudo que é referência explicitada por Ferreira (cf. GOMES, 2005), deixava claro que não se pode perder de vista a relação desigual entre Estado e trabalhadores. Embora a autora já fizesse o esforço de afastar-se da antiga dicotomia, valorizando o papel ativo dos trabalhadores e a interlocução, não desconsiderava a propaganda política, o monopólio da violência, a ideologia da nacionalista e sua apelação à “ordem” presentes na “invenção do trabalhismo” – como diz o próprio nome da obra. Marcelo Badaró Mattos, baseado nos estudos de uma equipe por ele coordenada sobre os ciclos grevistas no Rio de Janeiro entre 1945-1964, demonstra a “distância entre o ideal expresso na lei e a realidade de sua efetivação”, que se liga ao “desrespeito empresarial sistemático à legislação trabalhista”, a “atuação parcial da Justiça do Trabalho”, os “obstáculos efetivos colocados pelo governo para a sindicalização”, situação que transformava a CLT “não numa

conquista efetivada pela classe, mas num referencial para lutar-se por direitos sonogados (MATTOS, 2003: 30). Isso converge com as pesquisas de outros estudiosos do tema (cf. COELHO, 2004). Enfim, há um conjunto de contradições, onde perceber o papel repressivo do Estado não deve significar necessariamente ver uma massa dominada, mas, pelo contrário, pode ser justamente o indício de que os trabalhadores não eram passivos, pois se fosse assim o Estado não necessitaria de mecanismo de controle, repressão e persuasão. Neste sentido, é claro que é preciso perceber a tentativa do poder constituído de vedar discursos e práticas alternativas, de tentar se apropriar ele mesmo de discursos alheios. A interpelação ideológica, dentro da construção de uma hegemonia, precisa incorporar elementos “externos” a seu grupo ou classe de interesse, como forma de legitimação. Isso potencialmente abre um espaço de legitimação de maiores demandas, que o grupo hegemônico tenta compensar com a delimitação de um inimigo. Este Outro que legitima a repressão, e é nesse sentido que deve ser visto o anticomunismo conservador. Enfim, todas essas questões, incluindo a discussão sobre a distância entre o que o discurso – e o imaginário – trabalhista propunha e o que ocorria na prática, especialmente a noção de cooperação entre capital e trabalho e relação entre Estado e classe trabalhadora estão resumidas em um texto anterior (cf. *idem*).

Jorge Ferreira, seguindo a tendência da nova história cultural, toma como foco o *imaginário* trabalhista, sendo este, aliás, o título da obra representativa de todo o trabalho elaborado pelo autor sobre o trabalhismo (FERREIRA, 2005). O autor apóia-se especialmente em fontes tais como jornais da época e correspondências oficiais entre trabalhadores e governo, mostra as estratégias destes últimos no sentido de se apropriar do discurso oficial – pedindo favores e fazendo reclamações a autoridades –, assim como trata a adesão dos trabalhadores ao ideário trabalhista e suas manifestações como algo histórico e dotado de positividade: “procuro recuperar idéias, crenças, sensibilidades e valores de caráter político que circulavam entre trabalhadores, militantes e simpatizantes do trabalhismo” (*idem*: 13).

“Um objetivo mais amplo acompanha a análise: estudar alguns episódios da história política brasileira naquela época, recuperando um passado de grande mobilização da sociedade, os trabalhadores em particular, por reformas que ampliassem seus direitos políticos, econômicos e sociais e que distribuíssem a renda nacional de maneira mais justa. Ao mesmo tempo, procuro resgatar o embate entre dois grandes projetos para o país que marcaram a agenda do debate político naqueles anos. De um lado as esquerdas, compostas por trabalhistas, comunistas, socialistas, sindicalistas, estudantes e facções do Exército, com o

projeto nacional-estatista [...]; de outro, os liberais-conservadores de direita, como udenistas, políticos tradicionais, empresários, latifundiários, meios de comunicação e facções da Aeronáutica, Marinha e Exército, defendendo restrições aos direitos do movimento sindical, o liberalismo econômico [...]” (idem: 13-14). Utilizando jornais como fontes privilegiadas, procurou “recuperar a cultura e o imaginário político dos trabalhistas olhando através das interpretações daqueles que serviram de intermediários entre o meu presente e o passado que estudei. Muitas vezes [...] reconstituí episódios através dos olhares e sensibilidades de repórteres que trabalharam nas ruas das grandes cidades” (idem: 15). Ferreira baseia-se em C. Geertz para defender que se possa compreender o passado: “não basta olhar *por trás* das interpretações intermediárias que nos relacionam com a imaginação que queremos recuperar e compreender. ‘É preciso olhar através delas’” (idem: 15, grifos no original).

Imaginário que se ligaria, segundo Ferreira, a um conjunto de conquistas efetivas:

o “mito” Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em temor materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade (idem: 31).

Assim, coloca o mito Vargas entre aspas para dizer que houve sim benefícios não apenas simbólicos. Porém, mais adiante retoma o mito para justificar a dimensão imaginária. Baseando-se na definição de Mircea Eliade, aponta que o mito é fenômeno cultural, fornecendo parâmetros de conduta, relatando (usando as palavras de Eliade) “de que modo algo foi produzido e começou a *ser*. O mito fala apenas do que *realmente* ocorreu, do que se manifestou plenamente”, e complementa:

Quando os trabalhadores se expressavam, descreviam Vargas como um modelo exemplar de governante: aquele que se preocupou com a questão social, elevou os pobres à categoria de cidadãos, implantou a justiça social, generosamente doou leis sociais, atuou no sentido de impedir a exploração desmesurada do capital sobre o trabalho, lutou pelo progresso do país, compreendeu os anseios dos assalariados, ‘falou’ a linguagem dos operários, entre outros feitos até então nunca realizados por nenhum governante. Como modelo exemplar, como o relato de algo que realmente aconteceu no passado, o mito narrava uma série de realidades vivenciada e experimentadas pelos trabalhadores (idem: 41-42, grifos no original).

Resta saber de que trabalhadores fala Ferreira, pois muitos não aceitaram a tutela do Estado e sofreram a repressão. Muitos sentiram a distância entre o discurso e a prática, e tomaram os direitos como algo ainda a ser conquistado (cf. COELHO, 2004).

Escrevendo sobre um discurso de Vargas em agosto de 1945, Ferreira destaca um diálogo em que “o povo” e presidente apresentaram seus argumentos: ‘– Já se passaram 15 anos. Não acham que tenho o direito de descansar?’ – disse Vargas. ‘– Não! Não! V. Exa. não pode nos abandonar!’”. Segue-se o “diálogo”, que é assim visto pelo autor:

O diálogo entre o povo e o presidente permitiu que [...] as representações que sustentavam o modelo exemplar de Vargas sofressem adaptações e, de maneira similar como o que ocorre no imaginário social de outras coletividades, modelos de heróis foram resgatados do passado longínquo da humanidade. Para Raoul Girardet, ‘os mitos políticos de nossas sociedades contemporâneas não se diferenciam muito, sob esse aspecto, dos grandes mitos consagrados das sociedades tradicionais’ (FERREIRA, 2005: 46).

Parece que o autor interessa de ver através dos relatos jornalísticos para identificar o mito Vargas – o mito legitimado enquanto mito, pois não interessa ao autor ver através, muito menos debater com os trabalhos de outros historiadores, que além de tudo também fazem parte do debate sobre o tema. Será porque Ferreira quer apenas fazer falar o mito?

Entre o modelo de Sólon, aquele que, como serenidade e firmeza, legislou pelo bem comum, e o de Cincinnatus, símbolo da experiência e prudência, que após exercer altos cargos preferiu o retiro modesto, distante dos tumultos da vida pública, eis o novo elemento simbólico que passou representar Vargas em seu final de governo (idem: *ibidem*).

A comparação é feita pelo próprio Jorge Ferreira (!).

Matéria d’*O Jornal*, de 30 de outubro, deu sua versão – a “verdadeira”? – “sobre o que ocorrera na ruas das capital da República”, matéria que fala sobre restituir “à Nação o direito de determinar o seu próprio destino”, irmanada com “a aspiração coletiva da democracia, liberdade, justiça” (idem: 77). Não é que, ao destacar o fenômeno do imaginário social, o autor não tenha ciência de que o simbólico é sujeito a manipulações destinadas à persuasão e mistificação política. O que o ocorre é que tal reflexão só cabe quando se trata de deslegitimar o lado do Outro em relação a seu próprio mito:

Segundo Pierre Ansart, o imaginário social é o resultado de um conjunto de representações e, por ele, a sociedade se reproduz, designa papéis sociais e expressa necessidades coletivas. Para os agentes sociais, o controle do imaginário, ‘sua produção, difusão e manejo, lembra Baczkko, ‘assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças’ (idem: 170).

É assim que, em capítulo cujo contexto é o do suicídio de Vargas e a crise que se seguiu, Ferreira mostra como a oposição manipulava “imagens que se sobrepunham a outras

imagens”, construindo “uma representação de Vargas a partir de códigos ameaçadores à sensibilidade humana. O presidente representava o anormal, o estranho, o anômalo, o intersticial, o insólito, remetendo-o a um comportamento à margem da cultura humana” (idem: 171). R. Girardet é mencionado novamente, dessa vez para o autor revelar a malícia da oposição de direita a Vargas. A mesma dimensão de manipulação do imaginário, por parte da oposição conservadora, é explicitada no capítulo sobre a frente de novembro (cf. idem: 223).

Não se trata de o autor desconsiderar o uso que Vargas havia feito do simbólico: “entre 1937 e 1945, Vargas, à frente do Estado, praticamente monopolizou a produção de bens simbólicos com fins de legitimação política, no mandato da década de 1950” (idem: 169). O destaque que quer dar o autor é ao uso que a oposição fez após esse período: “seus adversários conseguiram, com grande sucesso, propagar simbologias que, de alguma maneira, paralizaram a capacidade do poder estatal apresentar-se como legítimo” (idem: 169). O problema é que apenas a estes últimos o autor liga à defesa de uma ordem “apenas imaginada”, em contraste com o imaginário que este discurso de direita “feria”: “crenças políticas, padrões de sociabilidade, costumes e códigos comportamentais enraizados na tradição popular” (idem: 204). A espontaneidade, o caráter de quase auto-evidentes dão a tais termos uma aura mágica, no sentido antropológico da coisa. Pois o autor não se preocupa em fazer um trabalho mais sistemático de comparar os discursos propagados em discursos oficiais e órgãos de imprensa favoráveis ao governo com estudos mais sistemáticos sobre tradições populares e sua permanência na massa operária. Aliás, como aponte, embora use fontes jornalísticas, nem cabe a crítica e distanciamento quando se trata de jornais que apóiam Vargas e sua política, diferente da crítica e distanciamento que o autor exerce quando se trata do discurso do Outro que elegeu. Ao provocar a morte de Vargas, segue Ferreira, as elites conservadoras ultrapassaram, em muito, determinados limites, ofendendo e desconsiderando supostos morais e políticos de grande significado na cultura popular”, complementa o autor (idem, *ibidem*). Enfim, é como se o autor procurasse, por trás do jogo político e simbólico exercido por governantes, políticos de direita e de esquerda, o solo seguro da “cultura popular”, que teria sido muito bem acolhida e transmitida pelo que Ferreira e seu colega Aarão Reis chamam de “tradição trabalhista”. Algo como a conjunção da ideologia nacionalista e sua noção de “ordem nacional” com as aspirações de justiça “do povo” ou “dos trabalhadores” – que, no entanto, nunca são auto-evidentes, e o uso que ao autor faz de tais termos trazem um quê de “verdadeira consciência” à moda marxista, o mesmo marxismo que

pretendem esconjurar. Selecciono, neste sentido, dois trechos um tanto reveladores. O primeiro é a menção curiosa que o autor faz do termo “desvio” (bastante utilizado na linguagem partidária marxista “ortodoxa”, ligado ao de “verdadeira consciência”): após o suicídio de Vargas, pegos de surpresa com a comoção popular, os comunistas (PCB) “tentavam reverter mais um de seus ‘desvios’, para usar a linguagem partidária” (idem: 196). Vimos, no caso do mito, como é ambíguo o uso que o autor faz das aspas. O segundo trecho é um em que o autor descrever o comício de um ano da morte de Vargas, com presença de Jango, quando a multidão cantou o Hino Nacional (que o autor escreve assim, em maiúsculas): “Hoje, em um mundo que se quer dessacralizado, manifestações como estas podem estar fora de moda. No entanto, como nos lembra Clifford Geertz, ‘um mundo totalmente desmistificado é um mundo totalmente despolitizado’” (idem: 232). Resta saber se o trabalho do historiador deve ser confundido com o do (re)produtor de mitos.

A Ferreira devo fazer justiça ao fato de que vem organizando coletâneas sobre o Brasil republicano e sobre a história das esquerdas no Brasil que possibilitam um conhecimento mais heterogêneo e aprofundado sobre os temas, embora venha recusando um debate mais aberto com autores que têm uma visão mais crítica a respeito do trabalhismo, especialmente marxistas. Num momento em que há um grande prestígio da chamada Nova História Cultural, há uma inegável importância para a valorização das representações sociais. O problema é quando se defende algo próximo de um neo-positivismo, selecionando-se fontes que revelam “as representações como realmente existiram e existem”. Não se trata de defender a “objetividade” como ausência de posicionamento, mas de criticar um trabalho historiográfico feito de maneira tão direcionada a reconstituir uma mitologia política, legitimando-a a apontar o solo seguro da “verdadeira consciência dos trabalhadores” (?). Ao se buscar, por trás dos debates políticos de superfície (?) o solo seguro da cultura popular, perde-se de vista algo próprio da política moderna: que os discursos e mesmo a definição da legítima cultura popular fazem parte de um jogo discursivo onde o poder da palavra – inclusive a dos historiadores – o não é algo sem importância. Os discursos não nos dizem apenas o que dizem. Especialmente nas décadas de 1930 em diante, quando o país passava por intensas transformações de ordem política, econômica, social, cultural, o Estado centralizava um processo de modernização não perdendo de vista o agenciamento do campo simbólico tendo em vista o estabelecimento de novas “ficções explicativas”, num contexto de intensas contradições, especialmente onde se aclaravam conflitos de classe (dizer isso não significa advogar determinismos economicistas).

Por isso, deixo a provocação: deve o historiador se posicionar mais como um reprodutor-legitimador de mitologias políticas – que procuram abolir o caráter aberto e contraditório da história e a historicidade do poder – ou alguém que, sem deixar de lado a tarefa de reconstituição possível do passado, incluir nela a percepção dos hiatos e contradições?

Bibliografia:

- COELHO, Victor de O. Pinto. 2004. Os novos estudos sobre história social do trabalho e a revisão do conceito de populismo: um breve balanço. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais da UFJF, Ano 1, Edição 2, novembro de 2007.**
- _____. 2007. Um diálogo com o método marxista de análise do discurso a partir de *Lavoura Arcaica*. Comunicação apresentada no **III SETHIL – Seminário de Teoria e História da Literatura – convergências literárias**. Vitória da Conquista: UESB, set/2007.
- COSTA LIMA, Luiz. 2000. **Mimesis: desafio ao pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 2006. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Cia. das Letras.
- FERREIRA, Jorge. 2001. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história; debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 2005. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular – 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GOMES, Angela de Castro Gomes. 2005. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV.
- ISER, Wolfgang. 1999. O que é Antropologia Literária? In: ROCHA, J. C. de Castro (org.). **Teoria da ficção: indagação à obra de Wolfgang Iser**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 147-178.
- MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). 2003. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca; 1945-1964**. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ.
- NASSAR, Raduan. 2001. **Lavoura Arcaica**. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEDLMAYER, Sabrina. 1997. **Ao lado esquerdo do pai**. Belo Horizonte: Pós-graduação em Letras / Estudos Literários – FALE/UFMG; Ed. UFMG.

“Nem por tradições, nem por princípios”: a Revolução Pernambucana de 1848 na visão de Joaquim Nabuco em *Um Estadista do Império*

Victor Hugo Baptista Neves*

Muito se tem falado da importância da obra nabuquiana de uma forma geral para a historiografia brasileira e isso não é novidade. Tendo essas premissas como base, abordaremos um caso mais específico. Desde o final do século XIX e início do XX, segundo Marson, já é percebida a importância da obra de Nabuco, o que faz de base para interpretações mais clássicas sobre a sociedade brasileira:

“A importância desse autor e de suas obras para a compreensão do percurso histórico e da historiografia do Império, da escravidão e da revolução no Brasil vem sendo observada desde o final do século XIX, pois divulgaram eventos, personagens, marcos, argumentos e imagens daqueles temas respeitados por intérpretes clássicos da sociedade brasileira, dentre eles Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. Além disso, o desempenho de Nabuco como político e homem de letras, sobretudo enquanto “reformador social”, tornou-se referência para muitos intelectuais de diferentes gerações e especialidades.

(MARSON, 2008: 11-12)

Iremos nos debruçar um pouco mais sobre uma das principais revoltas do período imperial, a última do Segundo Reinado que foi a Revolução Praieira de 1848 e como Joaquim Nabuco tratará sobre o tema tornando mais uma vez referência para qualquer estudioso do período.

“Mas a interpretação mais recorrente na historiografia sobre a ‘revolta, insurreição, rebelião, revolução’ do Partido da Praia(...) seria criada no final do século por Joaquim Nabuco em *Um estadista do Império*, versão que conciliara todos os procedimentos, atributos e denominações aventados anteriormente...” (MARSON, 2008: 149)

* Mestrando em História Política, na Linha de pesquisa *Política e Cultura* do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, vinculado ao Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais e Professor da Rede Pública e Particular de Ensino.

A década de 1840 é agitada não somente na corte mas nas províncias. A “tradição de agitações populares” por parte da província de Pernambuco mais uma vez se faz sentir, só que dessa vez com maiores proporções não somente históricas mas historiográficas. (BASILE, 1990: 242)

Em 29 de setembro de 1848 um novo gabinete é formado com políticos do Partido Conservador e, com isso era o fim do que ficou conhecido como “Quinquênio Liberal” de 1844 a 1845. De acordo com Marcelo Basile o medo dessas agitações entre o povo fizeram que as duas principais lideranças políticas de Pernambuco se aproximassem. (BASILE, 1990: 242)

Desse acordo saiu em 1837, da família Cavalcanti, a principal liderança do partido liberal, Francisco de Paula Cavalcanti e em 1840, da família Rego-Barros, a principal liderança do Partido conservador, o Barão da Boa Vista, Francisco do Rego-Barros.

No final de 1842 esta coalizão começa a ser posta em cheque por uma ala do Partido Liberal que segundo seu entendimento o Barão de Boa Vista estava a monopolizar o cargos públicos e contrato, privilegiando os seus correligionários do partido conservador além da chefia do próprio partido liberal. Dessa dissidência surge o Partido Nacional de Pernambuco. Seu principal órgão era o *Diário Novo*¹, que como se localizava numa rua de Recife, rua da praia, deu de empréstimo o nome que ficou conhecido como o Partido da Praia².

Tendo como base política os senhores de engenho, pequenos lavradores, rendeiros e comerciantes de médio porte, o novo partido conseguiu eleger para a Assembléia Legislativa os deputados Urbano Sabino e Nunes Machado.

À época do ainda *quinquênio* os liberais nomeiam Chichorro da Gama. Os praieiros estão agora no poder. A visão sobre o governo de Chichorro da Gama ganhou destaque para Nabuco:

“ foi este Chichorro, que vai se tornar em Pernambuco durante muitos anos o ídolo dos liberais. Ainda sim, ao deixar que o nomeassem, Holanda acreditava que Chichorro se mostraria moderado e conciliador e conteria a seus aliados [praieiros] na província. Era isto o que ele escrevia a seu irmão, Pedro Cavalcanti. É a presidência de Chichorro (1845-1848) que assinala o pleno domínio da Praia. Mesmo dado o

¹ Joaquim Nabuco lança farpas aqui ao chamar de “órgão violento da Praia”. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1975. p.116

² Em nota Marson afirma: “ O apelido foi criado pelos conservadores devido à ligação do partido com os comerciantes da Rua da Praia e ao fato de seus jornais, inclusive o *Diário Novo*, órgão oficial do partido, serem impressos na Typographia Imparcial de Luís Inácio Ribeiro Roma também localizada neste local. O objetivo desta designação era desqualificar socialmente os membros do grupo, uma vez que a Rua da Praia era tradicionalmente um ponto do comércio de carne seca”. (MARSON, 2008:153)

devido desconto à indignação dos partidos, quando a violência parte do adversário, a presidência de Chichorro foi em Pernambuco, como a de Aureliano no Rio de Janeiro, a inversão de tudo que existia oficialmente” (NABUCO, 1975: 94)

Apesar de ser um *ídolo* para os liberais, como atesta Nabuco, a administração de Chichorro da Gama enfrenta uma crise em vários aspectos.

No âmbito econômico, o presidente da província hesita em fornecer ajuda, através de uma política de concessão de créditos à lavoura açucareira que então encontrava-se decadente, já na área política, começou uma perseguição aos adversários políticos, uma prática muito comum tanto dos liberais quanto dos conservadores, diga-se de passagem que, quando um grupo ascendia ao poder, era feita uma “limpa” com a finalidade de retirar dos cargos todos aqueles do partido contrário.

Um outro desdobramento dessa crise política tem relação aos protestos nos anos de 1847 e 1848 devido ao aumento de impostos para superar a crise incidindo sobre os portugueses a culpa por dominar o comércio a retalho, isto é, a varejo.

Além disso tudo, o governo imperial acusa sua administração de corrupção por fraudar as eleições. A intervenção imperial naquela província se fez necessária e isso foi o que aconteceu. Nomeia-se o político conservador Herculano e Ferreira Pena. Mas essa indicação não é muito bem vista como atesta nosso historiador:

“Pena não era o homem para a situação de Pernambuco. Sentindo-lhe fraqueza, a Praia julgou-se senhora do terreno e a revolução rebentou na sua presidência sendo preciso substituí-lo por quem pudesse dominar. Então foi nomeado Tosta.” (NABUCO, 1975: 106)

Julgando-o fraco, percebemos que mesmo Nabuco sendo um liberal, ele atesta a necessidade de um governo mais forte por parte dos conservadores que poderia ter abortado os planos da revolução, daí a necessidade da nomeação, vista com muito bons olhos, de Manoel Vieira Tosta. Conhecido por ser mais rigoroso em suas punições contra rebeldes, Nabuco, como na maioria da sua obra, descreve os perfis psicológicos das suas personagens históricas e Tosta não poderia ter ficado de fora:

“Tosta era um conservador, dos raros, que tinha a religião, a monarquia, a ordem pública, a lei, como dogmas indiscutíveis. Intolerante, quando se tratava deles;

exclusivista, no sentido de julgar impróprio para as funções do Estado ;quem os não professava , ele confessadamente o era; mas com esse aferro ao sistema político, fora do qual tudo para ele era a anarquia e talvez até sacrilégio. A mão do político era pesada e de ferro, mas a consciência do magistrado era delicada e escrupulosa. Como presidente que dominou a revolução, ele desenvolveu grande energia, mas não houve de sua parte nenhuma perseguição nem abuso de autoridade; não conheceu uma gota de sangue ao espírito de partido; tudo que fez fê-lo para salvar a cidade,e lembrando-se que suas deliberações, tomadas no calor da ação e no tumulto dos sucessos, seriam depois examinadas a sangue frio pelo Imperador, o qual não perdoava a menor vindita sem repressão escusada.” (NABUCO, 1975: 106-107)

Após a batalha ter dado fim, uma outra batalha surge: a batalha de interpretações sobre o ocorrido na província pernambucana.

Os termos são utilizados de acordo com a posição de cada grupo no interior da guerra civil de 1848³. “A *história da revolta praieira foi escrita, dos dois pontos de vista opostos, por Urbano, líder parlamentar da Praia, e Figueira de Mello, o chefe da polícia da época*” já escrevia Nabuco. (NABUCO, 1975: 106)

Num primeiro momento temos a visão conservadora do então chefe de polícia, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello. Para ele a revolução foi um “plano concertado”, isto é, premeditado, e acaba acusando os envolvidos pelo mais grave crime previsto no Código Criminal: o crime de rebelião. Esclarecedoras são as palavras de Izabel Marson:

“Da mesma maneira os conservadores chamaram-no de ‘rebelião’, quer porque fosse o crime político mais grave previsto no Código Penal e punisse satisfatoriamente os réus presos, quer porque eles mesmos preocupavam-se em apagar seu envolvimento no passado, com qualquer imagem da revolução” (MARSON, 2008: 176)

Contrapondo a visão do conservador Figueira de Mello, Urbano Sabino contesta a sentença e escreve sua versão da história. A praieira era sim, uma resposta ao ataque gabiru. Era legítima a defesa da vida e propriedades, visto que a praia tinha apoio popular, leia-se, cidadãos proprietários e o pegar em armas foi protelado ao máximo, somente em último caso.

³ .Hobbes chega a comentar como que os grupos trabalham com alguns termos: “Pois os que estão descontentes com uma monarquia chamam-lhe tirania, e aqueles a quem desagrade uma aristocracia chamam-lhe oligarquia, do mesmo modo os que se sentem prejudicados por uma democracia chamam-lhe anarquia (o qual significa ausência de governo) (...)” (HOBBS, 1983:114)

“ Assim a Praia definiu cuidadosamente seu movimento como revolta de cidadãos feridos em seus direitos e que se propunha, num primeiro passo, preservar os cargos de poder e fazer as eleições e, posteriormente, reivindicar a convocação de uma Assembleia Constituinte para reformar a Constituição.” (MARSON, 2008: 176)

Conspiradores para Sabino são os gabirus:

“Um partido político não recorre às armas senão, perdidas as esperanças de triunfo legal e pacífico, ou porque se ache em minoria insignificante, ou porque a compreensão do poder lhe tire todos os meios e recursos constitucionais. O partido praieiro, porém, tem dado provas estrondosas de sua imensa maioria; da força e energia, que lhe resulta da dedicação e valor de seus partidários, e do apoio e simpatias de quase toda a população. Em 1844 venceu quase completamente a eleição de deputados; em 1845 venceu a eleição de senador... Os deputados tinham consciência da força invencível do partido; ia abrir-se a campanha eleitoral, e eles contavam com a certeza da vitória; em tais circunstâncias recorrer às armas era suicídio... a revolta era o terror dos deputados e anelo dos que a provocaram. A liberdade e a vida são direitos naturais do homem, e foi para os garantir que ele se reuniu em sociedade e criou o poder público. A defesa natural é um dever sagrado, pois que o suicídio é um crime. Os homens mais gravemente ameaçados em suas vidas, alguns já tinha sido procurados em suas casas, tomaram armas, não para agredirem o governo, e sim para se defenderem. Que outro recurso lhes restava? Representarem ao governo? Já o tinham feito, era o mesmo governo quer armava e municiaava seus inimigos mais rancorosos para os exterminar. Emigrar? Mas tinham uma obrigação santa de protegerem suas famílias e propriedades. Nunca aprovamos, nem aprovaremos a revolta como princípio, mas se há alguma justificável, é a de Pernambuco, que teve por base o dogma da defesa natural. (MARSON, 2008: 143)

Ao escrever sua história que com certeza vemos claramente a leitura no trecho “*A liberdade e a vida são direitos naturais do homem, e foi para os garantir que ele se reuniu em sociedade e criou o poder público*” percebemos a influência de um dos pensadores clássicos do liberalismo econômico e político: John Locke aliás, como o próprio escrevera em 1690:

“A liberdade natural do homem consiste em estar livre de qualquer poder superior na Terra[...] Tendo somente a lei da natureza como regra. [...] Sendo os homens,[...] por natureza todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento. [...] Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto de sua própria pessoas e posses,[...] por que abrirá ele mão dessa liberdade [...] e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a fruição do mesmo é muito incerta e está constantemente exposta à invasão de terceiros[...]; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros[...] para mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de ‘propriedades’.

(LOCKE, 1978: 43,71 e 82)

Por sua vez, Figueira de Mello procura sustentar suas ações naquele período e, contestando a história produzida por Sabino, escreve a sua “verdadeira” versão dos fatos:

“ Foi na província de Pernambuco, principalmente, que estas tristes ideias começaram a ter maior voga e desenvolvimento. Os jornais da oposição, nascida em 1842, por motivos de simpatia com a rebelião de S. Paulo e Minas, limitando-se a princípio à censura dos atos do Governo Provincial, bem depressa [...] passaram a guerrear os cidadãos mais respeitáveis pelas suas relações, riqueza, cargos, saber e probidade; a exaltar todo o espírito de resistência, como um direito e dever da parte de seus correligionários; a apregoar as máximas mais perigosas e anti-sociais; a açular o ódio dos nacionais contra os estrangeiros, principalmente os portugueses; a fazer-lhes conceber esperanças que um dia seriam estes expelidos do comércio e das profissões mecânicas [...] a inocular nas classes baixas da sociedade não o nobre sentimento da igualdade perante a lei, mas o sentimento do orgulho, pelo qual se julgavam ter os direitos, que somente dão ilustração, os serviços e as virtudes [...] como consequência necessária e infalível destes manejos, resultou que a Província se dividissem em dois partidos; que a um deles estivessem ligados, por mútua atração, todos os proprietários, negociantes e capitalistas; todas as classes ilustradas; todos os primeiros empregados da Província; e que ao outro, guardadas algumas exceções (quase sempre efeito da ambição, de interesse, ou da ilusão), aderissem às classes inferiores e ignorantes da população, que julgando-se deserdadas dos bens sociais, ou oprimidas por leis tirânicas e ofensivas dos seus supostos direitos nutriam no coração os sentimento de

ódio, de inveja e de vingança contra as classes superiores no mais elevado ponto de exaltação.[...] A leitura atenta, que fizemos desta produção, [a obra de Sabino] convenceu-nos que ela não é mais do que o espelho, em que se reflete os violentos e apaixonados artigos dos jornais oposicionistas publicados durante esta fatal luta[...] essa produção não respeita a verdade dos fatos, inverte datas e faz juízos inteiramente parciais [...]. (MARSON, 2008: 145)

Nabuco ao fazer sua análise da praieira não fica detido somente a escrever a história daquilo que seria a “última das revoluções” expressão que ficou consagrada na historiografia do período imperial, mas em também fazer juízos de valor como a falta de paciência dos praieiros, como um projeto retrógrado que para nosso historiador era a nacionalização do comércio a retalho, isto é, a varejo, que ficava dominado pelos portugueses, além de gerar a morte de um único envolvido lastimado por ele que seria o deputado Nunes Machado. (NABUCO, 1975: 106)

Nabuco dissertando sobre a situação política da província insiste em afirmar na “ falta de paciência” dos liberais praieiros ao chegarem ao poder, como era previsto em uma monarquia parlamentarista e constitucional. Quebrar a ordem das coisas era grave para Nabuco, por isso a sua reprovação e aprovação até mesmo do partido conservador⁴:

“Com a queda da situação liberal Pernambuco estava fadado a ser o campo de uma revolução sanguinolenta. *Nem por tradições, nem por princípios*⁵, os Praieiros teriam força de ânimo precisa para esperarem a sua vez, como tinha feito o outro partido.” (NABUCO, 1975: 104)

Um erro gravíssimo ao não respeitar o sistema político-partidário de então:

“A revolução pernambucana foi um erro depois unanimemente lastimado. Ela foi condenada antecipadamente por Nunes Machado, julga prematura pelo próprio Borges da Fonseca, pelos Praieiros todos que , acusando-se uns aos outros de perfídia, afastavam-se de si a responsabilidade” (NABUCO, 1975: 113-114)

Erro que acabou favorecendo “o partido contrário”, isto é, o partido conservador:

⁴ Vale lembrar que apesar de liberal que era Nabuco não comunga das idéias praieiras e em vários episódios por ele narrados, a exaltação de alguma qualidades do partido conservador, visto que seu pai ainda pertencia a tal partido, sendo um dos grandes chefes políticos.

⁵ É deste trecho que retiramos o nome do título de nosso trabalho para essa comunicação.

“A revolução de 1848 podia ser desejada pelo Partido Conservador, tão proveitosa lhe foi. O erro político foi enorme. Se os liberais se tivessem resignado a esperar a sua vez, a situação para o partido que subira teria sido quase insustentável na província.” (NABUCO, 1975: 113-114)

e acabou por deixá-los, os proprietários, mais unidos:

“O efeito do 2 de fevereiro [dia do ataque praieiro à cidade de Recife] em Pernambuco foi profundo e duradouro; os capitais e os braços fugiram; os portugueses julgaram-se ameaçados vendo-se suspeitos; as indústrias ficaram paralisadas; a miséria aumentou entre a pobreza. Diante da nova situação os homens abastados, tendo visto que os Praieiros eram indiferentes à sorte de sua propriedade e de suas vidas, pensaram em aproximar-se uns dos outros[...] o predomínio absoluto do partido Conservador em Pernambuco até 1864 foi resultado do desastre do 2 de fevereiro.” (NABUCO, 1975: 113)

De acordo com a visão elitista de Nabuco, a política não era para as massas, mas muito contrário, ela destinava-se aos chefes políticos que deveriam estar à frente, o que hoje chamaríamos de vanguarda, como uma expressão, uma voz das massas que não sabia explicitar seus sentimentos. Para isso, disciplina e direção de tais líderes constituíam-se na pedra de toque desta forma de se fazer política e era exatamente isso que os praieiros não possuíam:

“O partido praieiro foi um partido sem direção e sem disciplina, porque propriamente não foi senão um movimento de expansão popular. Os chefes deixavam-se levar pelos instintos das multidões que formavam o seu séqüito. Em vez de guiá-las e procurar o modo prático de satisfazer, na medida do possível, o mal estar que elas sentiam sem o saber exprimir”. (NABUCO, 1975:111)

Sem direção e sem disciplina, já não bastasse isso, Nabuco, na construção de sua interpretação para a revolução praieira, enumera uma plataforma política, a seu entender, retrógrada, como um discípulo de Gladstone aqui no Brasil, como ele mesmo gostava de se auto denominar por ser um liberal, condenará a proposta em nome do protecionismo, isto é, da nacionalização do comércio a retalho, que era monopolizado pelos portugueses.

Voltar ao *status quo* que o Brasil possuía antes da chegada da Família Real em 1808, era um retrocesso.

“Os praieiros só tinham um programa conhecido, de todo o país: a idéia retrógrada da nacionalização do comércio. Essa idéia, se fosse levada a efeito, significava o retrocesso do Brasil ao estado em que se achava antes da abertura dos portos por D. João VI. Além dessa inscrição não tinham nenhuma outra em sua bandeira.” (NABUCO, 1975: 109)

E o pior poderia acontecer: a república seria um fato que não se poderia evitar, pois se a revolução não tivesse sido abortada, rapidamente, a província de Pernambuco teria o mesmo fim das províncias do sul do país como a Revolução Farroupilha:

“Eles negavam com todas as forças que a revolução tivesse caráter republicano, e realmente Nunes Machado entrou nela acentuando as suas convicções monárquicas e dizendo que só fazia por força maior, para libertar a Coroa da tutela de uma facção; mas era evidente que a revolução, se durasse, tinha que ser forçosamente, como a do Rio Grande do Sul, um movimento republicano de separação. Ora, nada enfraquece mais os movimentos políticos do que a certeza de que a bandeira sob a qual eles se inicia é imprópria para dar-lhes a vitória e de que mesmo em plena luta será preciso substituí-la por outra que não se quis desde o princípio arvorar.”(NABUCO, 1975: 109)

Neste pequeno texto, demonstramos que ao se debruçar sobre a Revolução Praieira, Nabuco sempre se dizendo “imparcial” acaba por privilegiar certos dados e esquecer outros. Mas isso não põe em xeque uma obra tão basilar para nossa historiografia.

Nabuco ao fundar o tema “revolução praieira” não se preocupa em ressaltar as diversas tendências dentro da própria Praia, não procura mostrar o avesso dos deputados liberais como Nunes Machado, Félix Peixoto de Brito e Urbano Sabino ao tema “revolução e anarquia”.

Mas ao conciliar vários termos para 1848 em Pernambuco, Nabuco não dá relativa importância à produção de Urbano Sabino Pessoa de Mello em sua “Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco” Eles que, por exemplo, em diversos jornais, irão acusar os conservadores gabirús com movimentos de “agitação popular” com resistências armadas e

“sedições”. Ao reconstruir esta história Nabuco produz uma interpretação onde todos os termos referentes a guerra civil de Pernambuco são contemplados: “movimento”, “revolta” “rebelião” e “revolução”. Sabendo que a temática da revolução alcançasse inúmeros e distintos significados e tenha transitado entre os diversos e diferentes grupos políticos da província de Pernambuco, acabou por se transformar, de acordo com Marson, “no argumento mais importante de todos os projetos políticos que emergiram na década de 1840” (MARSON, 2008: 11-12) Em *Um Estadista do Império* foi creditado, única e de forma exclusiva a um genérico Partido da Praia, seguidor de uma revolução, pior sentido que a palavra poderia oferecer vivenciada no império.

Neste pequeno texto desta comunicação para este 3º Seminário Nacional de História da Historiografia da UFOP, demonstramos que ao se debruçar sobre a Revolução Praieira, Nabuco sempre se dizendo “imparcial” acaba por privilegiar certos dados e esquecer outros. Mas isso não põe em xeque uma obra tão basilar para nossa historiografia.

Bibliografia

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo, Abril, 1978.

MARSON, Izabel Andrade. **Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão**. Uberlândia:EDUFU, 2008.

MELLO, Urbano Sabino Pessoa de. **Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco**. 2ª edição. Brasília, DF: Senado Federal, 1978.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1975.

Uma história das notas de rodapé da História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953)

Vitor Claret Batalhone Júnior¹

Introdução

Escrever a história do Brasil em meados do século XIX significava adotar como *perspectiva orientadora* (RÜSEN, 2001: 31-32)² para a escrita dessa história, o foco da história do Estado, da Nação e da Coroa. Isto não somente porque “Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX” (GUIMARÃES, 1988: 6); mas também porque estas categorias eram consideradas como fundamentais para a produção tanto de explicações científicas quanto filosóficas pelos diferentes grupos de homens cultos do referido período (WEHLING, 1999: 26). Assim foi fundado em 1838, no “bojo do processo de consolidação do Estado Nacional”, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que deveria orientar as “reflexões acerca do Brasil, realizando a tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se quer[ia] definir para a Nação brasileira” (GUIMARÃES, 1988: 6-7).

De acordo com o discurso programático proferido pelo primeiro-secretário Januário da Cunha Barbosa, em 25 de novembro de 1838, “os estatutos da recém-criada instituição, então aprovados”, definiam como uma das “diretrizes centrais para o desenvolvimento dos trabalhos”, “a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil” (GUIMARÃES, 1988: 9). A partir da década de 1850, “o instituto passa a dar prioridade à produção de trabalhos inéditos nos campos da história, da geografia e da etnologia, relegando a segundo plano a tarefa até então prioritária de coleta e armazenamento de documentos” (GUIMARÃES, 1988: 11). Ainda sim, a escrita de uma história geral do Brasil não constava como empresa primeira no

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES.

² Devemos entender por *perspectiva orientadora*, “as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história” e adquire sentido em relação à experiência e à práxis da vida humana, direcionando-as. (RÜSEN, 2001: 31-32).

programa do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Primeiro era necessário coletar documentos e produzir trabalhos monográficos sobre regiões e temas diversos da história nacional.

Entretanto, o desejo representado pela constante afirmação de que era preciso consolidar o Estado e a Nação acelerou esse processo de escrita da primeira história geral do Brasil (WEHLING, 1999: 35-36). Acreditava-se não ser mais possível que a “única História do Brasil existente” fosse “a de um inglês, Southey” (WEHLING, 1999: 38). A relação entre o projeto político regressista e a construção sistemática da memória e da história nacionais exigia um temeroso passo além: a escrita da primeira história geral do Brasil pelas mãos de um nacional. Um pouco após o surgimento da dissertação de Martius, Varnhagen se tornaria esse homem (WEHLING, 1999: 33-35).

O fundador

A escrita da *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, ocorreu portanto, sob a égide do Instituto Histórico, não fugindo à *perspectiva orientadora* de uma escrita da história sob o viés da história nacional (CEZAR, 2002: 12-14). Esta historiografia, institucionalmente vinculada ao IHGB e focada na questão da construção da História Pátria, intencionava escrever uma história da Nação, do Estado e da Coroa, que contribuisse para a consolidação dos referidos e de sua classe dirigente. Inserida neste contexto histórico, a *História geral do Brasil* de Varnhagen foi capital para a promoção de uma idéia de nacionalidade brasileira concomitante à disciplinarização da escrita da história de caráter científico no Brasil do século XIX, fenômeno que Cezar denominou de uma *retórica da nacionalidade*, pois em Varnhagen “A idéia de nação funciona como um conceito organizador e como um recurso narrativo em si” (CEZAR, 2002: 576).

O Visconde contou, além disso, com grandes incentivos para a descoberta de documentos relevantes à construção da História Pátria (GUIMARÃES, 1988: 9), uma vez que além de membro correspondente do IHGB na Europa, Varnhagen foi também diplomata de carreira (ABREU, 1931: 129-131). Varnhagen escreveu em sua “Dedicatória a sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II” para a segunda edição de sua obra maior, que buscou sempre “pela maior

cópia de factos apurados, como pela mais exacta apreciação de outros, aclarados pelo aparecimento de novos documentos ou por mais acurados exames” (VARNHAGEN, 1948-1953: V). Sendo assim, Varnhagen construiu sua *História geral* segundo o princípio de que o maior número de documentos coletados e tornados públicos tornariam sua história mais “verdadeira”, narrando “os factos como se passaram” (VARNHAGEN, 1948-1953: 238). Entretanto, suas relações com os principais membros do IHGB não eram as melhores (WEHLING, 1999: 35) e Varnhagen não obteve em vida o reconhecimento desejado (MOLLO, 2007: 101).

Em Madrid, 1854, o Visconde publicou o primeiro tomo de sua *História geral*. Em 1857, também em Madrid, o segundo tomo. De acordo com estes dados, poderíamos supor que a história deste “monumento” houvesse terminado em 1857, com a publicação de seu segundo volume. Mas vale mencionar que terminada, de certa forma, em parte. A trajetória desta obra apenas começou em 1857. Em 1877 uma segunda edição anotada pelo autor saiu do prelo também em Viena. Em 1907, o primeiro volume da terceira edição anotada foi publicado por Capistrano de Abreu. As terceira e quarta edições anotadas por Rodolfo Garcia foram publicadas vinte e um anos depois, não sem reconhecer em Capistrano um *jus auctoris* (CEZAR, 2002: 540-541).³ Assim, creio que quando Varnhagen publicou a segunda edição de sua *Historia*, ele lançou também as bases fundadoras de seu monumento da história nacional. Depois dos alicerces, a construção continuou pelos rodapés.

Os artífices

A história da *História Geral do Brasil* não terminou portanto, com a publicação da segunda edição ou a morte de seu autor em 1878. Novos autores entravam em cena. As alterações realizadas por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia foram então incorporadas em notas de rodapé ou de finais de secções, agregando uma quantidade considerável de referências a novos estudos e produções monográficas sobre temas diversos da história nacional, assim como documentos inéditos ou recém impressos.

³ Garcia reconhece Capistrano como um *jus auctoris*, ou seja, uma autoridade reconhecida por direito, em sua EXPLICAÇÃO à quarta edição integral da *História geral do Brasil*. (VARNHAGEN, 1948-1953: III).

Assim, para entendermos a instituição de Varnhagen em autoridade mediante o processo de anotação de sua *História* por Capistrano e Garcia, faz-se necessário compreendermos o conceito de *autoridade* tal como esboçado por Hannah Arendt (2007). Segundo Arendt, uma *autoridade* está estritamente vinculada a um ato original de fundação. Assim, a autora nos remete à origem etimológica da palavra “autoridade” e do início histórico do conceito. Foram os romanos, diante da fundação de Roma, quem primeiro estabeleceram a palavra “autoridade” (ARENDR, 2007: 163):

No âmago da política romana, desde o início da República até virtualmente o fim da era imperial, encontra-se a convicção do caráter sagrado da fundação, no sentido de que, uma vez alguma coisa tendo sido fundada, ela permanece obrigatória para todas as gerações futuras. Participar na política significava, antes de mais nada, preservar a fundação da cidade de Roma. (ARENDR, 2007: 162).

Arendt define então o conceito de *autoridade* como uma medida guia que transforma em padrão regulador, certas verdades oriundas de um ato original de fundação transformadas em regras auto-evidentes que coíbem novos padrões de ação sem um discernimento prévio (ARENDR, 2007: 147-155)⁴.

Foi nesse contexto que a palavra e o conceito de autoridade apareceram originalmente. A palavra *auctoritas* é derivada do verbo *augere*, “aumentar”, e aquilo que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentam é a fundação. Aqueles que eram dotados de autoridade eram os anciãos, o Senado ou os *patres*, os quais a obtinham por descendência e transmissão (tradição) daqueles que haviam lançado as fundações de todas as coisas futuras, os chamados pelos romanos de *maiores*. A autoridade dos vivos era sempre derivativa, dependendo, como o coloca Plínio, dos *auctores imperii Romani conditoresque*, da autoridade dos fundadores que não mais se contavam no número dos vivos. [. . .] Para compreender de modo mais concreto o que significava usufruir de autoridade, é útil observar que a palavra *auctores* pode ser utilizada como o verdadeiro antônimo de *artifices*, os construtores e elaboradores efetivos, e isso justamente quando a palavra *auctor* quer dizer a mesma coisa que o nosso “autor”. [. . .] O autor não é aqui o construtor, mas aquele que inspirou toda a empresa e cujo espírito, portanto, muito mais que o do efetivo construtor, se acha representado na própria construção. Distintamente do *artifex*, que tão-somente o fez, é ele o verdadeiro “autor” do edifício, vale dizer seu fundador; com ele tornou-se um “aumentador” da cidade. [. . .] Mommsen referiu-a como sendo “mais que conselho e menos que uma ordem; um conselho que não se pode ignorar sem risco”, pelo que admite que “a vontade e as ações das pessoas, assim como as das crianças, são sujeitas a erro e engano e necessitam portanto de ‘acréscimo’ e confirmação através da assembléia dos anciãos”. (ARENDR, 2007: 163-165).

⁴ Segundo Ricoeur, é a “[. . .] existência de convenções que delimitam de antemão o campo dos possíveis [. . .]”. (RICOEUR, 2007: 238).

Não foi em vão que recorrentemente se identificou a *História geral* a um “monumento”, uma vez que uma herança herdada é tornada patrimônio (HARTOG, 2007: 29). Considero portanto, que Varnhagen fundou a História Pátria com seu “monumento”, os quais foram “aumentados” pelas notas de rodapé e de finais de secção creditadas aos “artífices” Capistrano e Garcia. A necessidade imposta aos “artífices” de submeterem-se aos “conselhos” do fundador – estes conselhos sendo entendidos enquanto a emanção da autoridade das escolhas e realizações de Varnhagen – considerando que seu “monumento” guardou seu “espírito” – ou seja, suas características e escolhas teórico-metodológicas – não elimina o fato dos anotadores precisarem operar a retificação da dita fundação, posto que é preciso entender a constituição da historiografia moderna como potencialmente aberta sobre acúmulos sucessivos e graduais (KOSELLECK, 2006: 282-296). Para Capistrano, assim como para José Honório, a autoridade de um autor apenas se constitui após um trabalho de crítica sobre sua obra (OLIVEIRA, 2006: 112).⁵

Para articular o conceito de *autoridade* oriundo da cultura clássica greco-romana, tal qual definido por Arendt, faz-se necessário sua articulação com o conceito de *fundador de discursividade* estabelecido por Michel Foucault. Segundo o autor:

[. . .] ao longo do século XIX europeu, apareceram tipos de autor bastante singulares, que não se podem confundir com os “grandes” autores literários, nem com os autores de textos religiosos canônicos, nem com os fundadores de ciências. Chamemos-lhes então, de forma um pouco arbitrária, “fundadores de discursividade”. [. . .] Em contrapartida, quando falo de Marx e Freud como “instauradores de discursividade”, quero dizer que eles não só tornaram possível um certo número de analogias como também tornaram possível (e de que maneira) um certo número de diferenças. Eles abriram o espaço para outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram. (FOUCAULT, 1997: 58-60).

Desta forma, considerando que um *fundador de discursividade* opera também um ato de fundação tornando-se uma *autoridade*, torna-se possível o uso do referido conceito de *autoridade* estabelecido por Arendt, em relação a uma cultura historiográfica moderna.⁶ “Porque, afinal de

⁵ Ver nota (98).

⁶ Segundo Arendt, o conceito de *autoridade* tal qual delimitado pela autora, é passível de ser pensado em outras esferas da vida social que não exclusivamente a da política. Em suma, é legítimo o uso do conceito oriundo da Filosofia Política para operacionalizar reflexões vinculadas a outras esferas da vida social, como a cultura, por exemplo. Arendt nos lembra inclusive, que “o caráter derivativo da autoridade e da tradição em assuntos espirituais não constituiu óbice a que elas se tornassem os traços prevalentes no pensamento filosófico ocidental durante a maior parte de nossa história”. (ARENDR, 2007: 167).

contas, é mesmo de autoridade que se trata em última instância, mais precisamente de autoridade enunciativa, para distingui-la da autoridade institucional” (RICOEUR, 2007: 74-75).

Considerando que a tarefa de anotação da *História geral do Brasil* se inscreve dentro de uma tradição historiográfica, ainda que em formação, isso possibilitou aos anotadores a redução da alteridade característica do momento de fundação do cânone da historiografia brasileira, a partir da obra de Varnhagen, tornando-os herdeiros do Visconde graças à possibilidade de que as “novidades podem ser isoladas sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade, o gênio, a decisão própria dos indivíduos”, no caso, os anotadores (FOUCAULT, 1995: 23). Enquanto essa tradição é ininterrupta, a autoridade do fundador permanece inata (ARENDE, 2007: 166).

A emanção da autoridade

Neste processo, orientados pela concepção de que ainda não era o momento propício para se escrever uma nova história geral do Brasil, Capistrano e Garcia inseriram na segunda edição da *História geral*, todo um conjunto de novos estudos e documentos. Esse conteúdo agregado acompanhado de um trabalho crítico, longe de promover o esquecimento de Varnhagen e de sua *História*, reforçaram e atualizaram-na em relação aos novos estudos produzidos. Tal procedimento de anotação estava de acordo com a idéia vigente à época e personificada por Capistrano, de que as lacunas existentes na *História geral do Brasil* deviam ser preenchidas, retificando-a e perpetuando assim o “monumento”.

Portanto, as escolhas teórico-metodológicas efetuadas por Capistrano e Garcia ao longo do processo de anotação da *História geral*, dentro da tradição historiográfica que se constituía, possibilitaram que a alteridade da fundação da História Pátria pela referida obra, fosse reduzida a ponto de permitir retificações e críticas ao “monumento” sem destruí-lo, e mais, instituindo Varnhagen como *autoridade* da história do Brasil.

Os artigos de Capistrano publicados em 1878 – *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro* – e 1882 – *Sobre o Visconde de Porto Seguro*– (ABREU, 1931: 127-141; 195-217)⁷, devem ser entendidos também dentro deste processo de constituição

⁷ O *Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro* foi originalmente publicado no *Jornal do Commercio*, de 16 e 20 de Dezembro de 1878, e reproduzido em *Appenso à História Geral do Brasil*, de

de uma tradição historiográfica e da autoridade de Varnhagen, posto que já evidenciavam a concepção de Capistrano sobre os princípios orientadores da escrita da história nacional (OLIVEIRA, 2006: 42).

Pensar a constituição da nação e conceber as condições para a escrita da sua história, portanto, são termos indissociáveis de uma mesma operação cujas marcas podem ser detectadas nos escritos ensaísticos de Capistrano das décadas finais do século XIX. Em alguns deles, observa-se como, sob o pretexto de comentar e julgar obras históricas recém publicadas, o historiador circunscreve atributos de seu ofício e, com eles, assinala algumas fronteiras – então em vias de demarcação – de sua disciplina (OLIVEIRA, 2006: 47).

Nesses artigos do final do século XIX, Capistrano de Abreu expôs através de um elaborado estudo crítico, sua avaliação sobre alguns dos mais notáveis autores e obras da nascente historiografia brasileira, como Varnhagen e João Francisco Lisboa (ABREU, 1931: 138-139; 214-215). Tal crítica consistiu em avaliar as *perspectivas orientadoras*, as concepções de método para a produção da história pátria, as fontes utilizadas, assim como as divergências teórico-metodológicas entre os mesmos. Ao longo desses textos, Capistrano evidenciou o que, segundo sua perspectiva, considerava a melhor forma de escrever a História Pátria. Essa tarefa dependia em seu patamar mais básico, do “rastreamento e de apuração rigorosa das fontes, de indicação das lacunas, de discussão dos fatos narrados pelo seu predecessor e, por fim, da exaustiva anotação bibliográfica dos documentos contemporâneos e monografias recentes relativas aos temas tratados” (OLIVEIRA, 2006: 104-105). Na etapa específica da escrita da História Pátria, Capistrano desejava que a narrativa histórica fosse guiada pelo “o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia”, o que segundo Capistrano, se constituía em uma grande falta por parte do Visconde (ABREU, 1931: 139). A partir destas concepções, Capistrano deu início a seu projeto historiográfico:

Examinada a crítica aos que o haviam precedido no estudo do passado nacional, restava seguir-lhe os passos na consecução das suas tarefas de historiador. Entre estas, estariam os procedimentos os quais identifiquei como o *momento do arquivo*, correspondentes à entrada em escritura da operação historiográfica: do trabalho documental de crítica e edição das fontes até a constituição da prova documentária. Mesmo tendo formulado o seu projeto de uma história do Brasil a “grandes traços e largas malhas”, Capistrano

Varnhagen, tomo 1.º, pg. 502/508, 4.ª ed.. O *Sobre o Visconde de Porto Seguro* foi publicado originalmente na *Gazeta de Notícias*, do Rio, de 21, 22 e 23 de Novembro de 1882, e reproduzido em *Appenso à História Geral de Varnhagen*, tomo 3.º, pg. 435/444, 3.ª ed.. (ABREU, 1931: 126, 194).

postergaria constantemente a sua concretização em nome da necessidade do levantamento prévio e do estudo exaustivo de seus documentos fundamentais.

A preeminência com que, para ele, impunha-se a prática de leitor/pesquisador e de editor/compilador era justificada pelas exigências de uma história que se pretendia mais completa do que a de seus antecessores. (OLIVEIRA, 2006: 162).

Todavia, apesar de todo seu refinamento teórico-metodológico e de todo trabalho crítico com as fontes, Capistrano ainda não havia se decidido por escrever uma nova história do Brasil. Entre seus contemporâneos, reinava a dúvida: “‘Por que não escreveu Capistrano de Abreu uma *História do Brasil?*’ Esperava-se do então considerado ‘o mais douto de todos os cultores da história pátria’ que cumprisse as tarefas de grande historiador e que, na condição de ‘herdeiro’ de Varnhagen, apresentasse uma história do Brasil em escala monumental” (OLIVEIRA, 2006: 130). O caminho foi outro.

Capistrano reconhecia plenamente os méritos de Varnhagen, pois considerava que depois da publicação de sua *História geral do Brasil*, não houve ninguém mais que tenha apresentado “a massa ciclópica de materiais que acumulara” (ABREU, 1931: 135), além de ter sido Varnhagen quem primeiro “procurou sempre e muitas vezes conseguiu colocar-se sob o verdadeiro ponto de vista nacional” (ABREU, 1931: 139). “Ao reconhecimento desta distinção, descrita por Capistrano como um ‘progresso’ na maneira de se conceber a história pátria, estaria relacionado o estabelecimento de um *pacto fundador* da historiografia brasileira” (OLIVEIRA, 2006: 72). Logo, após seus primeiros esforços em publicar edições críticas e anotadas de importantes fontes para construção da história do Brasil, para dar forma mais definida a seu projeto historiográfico, Capistrano optou pelo trabalho de anotação e crítica da *História geral do Brasil*, posto que tal momento era reconhecido como ainda não propício à escrita de uma nova história geral do Brasil, sendo preferível o investimento em pesquisas documentais e estudos monográficos (OLIVEIRA, 2006: 87).

Ora, a imagem da história do Brasil como ‘uma casa edificada na areia’,⁸ usada por Capistrano no final da vida, corrobora a percepção dos fundamentos precários para a arquitetura de uma história completa, segundo ele, obliterada pela insuficiência das fontes. Daí a premência de investigar, de cotejar criticamente os testemunhos, de estudar metodicamente os documentos *antes* de escrevê-la. Assim, a elaboração das notas à obra de Varnhagen serve a este propósito e, mais do que um exercício de erudição do

⁸ “A história do Brasil dá a idéia de uma casa edificada na areia. É uma pessoa encostar-se numa parede, por mais reforçada que pareça, e lá vem abaixo a grampiola”. (ABREU *apud* OLIVEIRA, 2006: 51).

historiador, impõe-se como uma pré-condição necessária para a escritura da sua projetada história do Brasil. (OLIVEIRA, 2006: 131-132).

“Tratava-se, pois, não tanto de contestá-lo, mas de perscrutá-lo, seguir o rastro de suas numerosas fontes, identifica-lhes a procedência, confrontá-las com outros testemunhos, de modo a *retificar*, ou seja, tornar mais exata e menos incompleta a sua narrativa” (OLIVEIRA, 2006: 153). A *autoridade* do Visconde emanava fundamentalmente da “massa ciclópica de materiais que acumulara” (ABREU, 1931: 135) para a escrita de sua história.

A história, a que se acostumava acrescentar o qualificativo de “pátria”, projetada nos primeiros ensaios críticos do historiador, correspondia a um empreendimento árduo que *não se consumaria mesmo após a dedicação de quase toda uma existência*. E, ao final, Capistrano a vislumbra como “uma casa edificada na areia”. *Seria a percepção de seu próprio projeto erigido sobre bases ineludivelmente incertas* ou, e também, a consciência da relação paradoxal entre o passado investigado e o conhecimento que acerca dele se produz pela decifração metódica dos seus documentos? (OLIVEIRA, 2006: 51-52).

Entretanto, ao contrário do que propôs Oliveira, creio que tais “paredes”, entendidas como as produções historiográficas subseqüentes à *História* de Varnhagen, podem ser frágeis, mas não necessariamente o são suas bases, posto que essas foram solidamente fundadas pelo Visconde e retificadas por Capistrano e Garcia.

Segundo Maria Oliveira da Glória, “os dispositivos da crítica documental ao mesmo tempo em que conferem as marcas de credibilidade ao texto histórico, também impõem coerções e limites incontornáveis à sua construção” (OLIVEIRA, 2006: 161). Estes limites promovem tanto a consagração do que pode ser enunciado quanto o esquecimento daquilo que não o deve ser. Se em linhas gerais Capistrano e Garcia se colocaram como herdeiros de Varnhagen, isso condiciona a perpetuação de uma determinada forma de escrever a história do Brasil, lastreada num certo conjunto de fontes validadas pela crítica, assim como em posturas teórico-metodológicas igualmente aceitas. Apesar dos fortes brados de Capistrano contra os “quadros de ferro” varnhagenianos (WEHLING, 1999: 186), os anotadores da *História geral do Brazil* agiram discursivamente segundo a lógica dos trilhos tão caros à sua época (BUTLER, 1990: 12).

Referências bibliográficas

- ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos: (crítica e história)*. 1. série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BUTLER, Marilyn. *Repossessing the Past: The Case for an Open Literary History*. In: WALDER, Dennis (Org.). *Literature in the Modern World: Critical Essays and Documents*. New York, Oxford University Press/The Open University, 1990: 9-17.
- CEZAR, Temístocles Américo Correa. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle : essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen* [manuscrito]. Paris: EHESS, 2 tomos, 636 páginas, defendida em 21 de janeiro de 2002, sob a orientação do Professor Dr. François Hartog.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____ . *O que é um autor?* Lisboa: Vega Editora, 1997.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1: 5-27, 1988.
- HARTOG, François. *Ouverture : Autorité et temps*. In: FOUCAULT, Didier & PAYEN, Pascal (Orgs.). *Les Autorités. Dynamiques et mutations d'une figure de référence à l'Antiquité*. Grenoble : Éditions Jérôme Millon, 2007: 23-33.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado, Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUCRJ, 2006.
- MOLLO, Helena Miranda. *História Geral do Brasil: entre o espaço e o tempo* In: COSTA, Wilma Peres & OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). *De um Império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2007: 99-118.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar. Porto Alegre: UFRGS, IFCH - Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2006.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. *História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 4.ed. integral. São Paulo: Melhoramentos, 1948-1953.
- WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Aprendendo com a História: o quebra-quilos na construção do imaginário nordestino

Viviane de Oliveira Lima¹

Os quebra-quilos.

O ano de 1874 seria comum na história das províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas se, em seus últimos meses, não tivessem ocorrido manifestações de insatisfação popular contra novas leis criadas pelo governo Imperial.

Estava tudo pronto para as feiras começarem, até que surgiram os primeiros sinais de desagrado à utilização de um novo sistema de pesos e medidas. Manifestantes gritavam que naquele dia ninguém compraria ou venderia com os novos padrões do sistema métrico e que não pagariam os impostos. A força pública encontrava-se presente para manter a “ordem” e a “tranqüilidade” do andamento da feira, porém, não conseguiram impedir que os revoltosos destruíssem os instrumentos de medição e se dirigissem para outros estabelecimentos comerciais fazendo o mesmo, invadiram as coletorias, Câmaras Municipais e cartórios para destruírem documentos ali existentes, como listas de impostos, hipotecas e etc. Além de invadirem também as cadeias para soltar os presos.

Estes atos, de aparente vandalismo, refletiam a insatisfação das camadas populares com a implantação do Sistema Métrico Francês, substituindo o antigo sistema de pesos e medidas no Brasil. Os governantes tinham a intenção de, com esta medida, “ordenar” e “civilizar” o território, porém, os homens livres e pobres não compartilhavam desta idéia, uma vez que o comércio, as relações pessoais, e o seu dia-a-dia possuíam uma ordem própria. Portanto, eles não aderiram ao ideal das elites de ordenar um espaço que, no entender deles, já estava ordenado.

Desconfiados das mudanças impostas pelo governo, esses homens se revoltaram. Iniciou-se então o movimento, que consistia na quebra dos novos instrumentos de medição, o que lhes rendeu o nome de Quebra-Quilos.

Consideramos que as revoltas aconteceram, principalmente, por causa da insatisfação popular com a mudança do sistema de pesos e medidas, já que o antigo sistema encontrava-se bastante enraizado em seus costumes, e fazia parte do cotidiano destas pessoas. A imposição do sistema métrico francês representava a invasão direta do Governo na vida dos brasileiros.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense com a dissertação “Revoltas do Quebra-quilos – Levantes populares contra o Sistema Métrico Decimal”, defendida em 2006.

No entanto, as revoltas partiram dos nordestinos que se sentiam esquecidos pelo governo, pois este não tomava medidas para melhorar as suas condições de vida.

Não queremos com isso, induzir o leitor a pensar que a revolta possuía um caráter conservador que buscava apenas à volta aos velhos costumes, e nem a idéia de que a população não aceitaria nenhum tipo de transformação. As mudanças, por mais que assustem, são possíveis em qualquer sociedade, desde que aconteçam paulatinamente e com a conscientização de seus habitantes, para que eles entendam a sua necessidade e os benefícios que trará.

Destacamos as questões culturais, os hábitos e costumes da população, que sofreram a repentina interferência do governo sem que houvesse uma preparação para isso. O ensino do novo sistema em escolas primárias e a distribuição de tabelas de conversão, previstos na lei de 1862, não foram suficientes, uma vez que não abrangeu toda a população, que era de maioria analfabeta segundo o censo de 1872. Além disso, as medidas tomadas na Corte nem sempre eram exemplarmente executadas no “Norte do Império”. Sendo assim, as manifestações mais violentas das revoltas ocorreram na região, pois toda a insatisfação da população contra o governo foi reunida nas manifestações dos quebra-quilos.

Além dos fatores já mencionados, as revoltas entrelaçam questões políticas, religiosas, militares, econômicas e sociais, no contexto do Segundo Reinado. Mostra uma certa relação com os fatores que levaram ao fim do Império, partindo da análise do pensamento do homem comum que sofria as conseqüências das mudanças e, sem ter como se expressar começou a reagir contra o sistema.

Uma revolta por si só possui um caráter todo especial, uma vez que reflete a insatisfação não só de um único indivíduo, mas de vários, contra as medidas impostas de “cima para baixo” pelo Governo. Trataremos o tema como as Revoltas do quebra-quilos, pois as revoltas ocorreram em províncias diferentes e em momentos distintos. Não se trata de uma revolta que se iniciou em outubro de 1874 e terminou no início do ano de 1875, mas sim de várias revoltas que ocorreram neste intervalo de tempo, e que não possuíam nenhum programa a ser seguido e nem um líder específico, apenas as mesmas reivindicações.

Historiografia das Revoltas.

Mesmo avaliada por alguns autores como a revolta de maior amplitude do Segundo Reinado dentro do território imperial, as revoltas do Quebra-Quilos foram pouco estudadas e

até mesmo desconhecidas de muitos. Alguns historiadores que trataram do tema são unânimes na descrição dos conflitos, porém divergem na atribuição de suas causas.

Armando Souto Maior atribui as causas da sedição, como ele mesmo se refere à revolta, à nova lei de recrutamento militar, à lei dos pesos e medidas e principalmente contra os impostos novos ou aumentados. Segundo ele, a questão dos impostos sempre representou um motivo de insatisfação no Brasil, gerando uma série de conflitos, e com os Quebra-Quilos não seria diferente. No entanto, concomitantemente, havia a resistência à adoção do sistema métrico decimal “que parecia uma simples providência administrativa e se transformou no seu aspecto mais visível e do qual decorreria, por extensão, a sua própria designação”. (SOUTO MAIOR, 1978: 20)

Para Hamilton Monteiro, esses aumentos podem ter intensificado a insatisfação, contudo, a principal causa das revoltas decorreu da crise que afetava a economia nordestina, na década de 1870. Os revoltosos viam no Estado a causa de todos os seus males. Segundo o autor, a crise do Império fez com que a revolta tomasse dimensões ainda maiores, representando toda insatisfação popular contra o Governo, além de unir, os trabalhadores rurais e os grandes proprietários, que deixavam de lado suas rivalidades, para lutar por um só objetivo, reagindo contra as arbitrariedades daqueles que eles julgavam ser seu “inimigo”: o Estado. (MONTEIRO, 1987: 57 - 58.)

Outro autor que concorda com esta idéia é o jornalista Henrique Augusto Millet, contemporâneo aos acontecimentos. Suas publicações nos jornais do Recife foram reunidas em um livro chamado “*Os Quebra-kilos e a crise da lavoura*”. Ele vivenciou a crise pela qual a lavoura passava, e julgava ser esta a principal causa do conflito. Por conta disso, Millet também descartava a possibilidade de influência política ou religiosa, já que, segundo ele, tanto políticos quanto religiosos não se aventurariam numa luta contra o Governo. Mas apesar desse ponto de vista, alguns dos seus escritos responsabilizavam a política governamental danosa à população agrícola.

Millet também chamava atenção para o alto valor dos impostos de aferição de pesos e medidas, que só tinha de real a exigência pecuniária, pois na maioria das vezes “os pesos e medidas não são sujeitos a confrontação alguma com os padrões legais: principalmente *hoje* que nem os próprios vereadores, e com maioria de razão os aferidores, sabem utilizar-se de padrões (especialmente os de medidas para secos e líquidos) remetidos pelo Governo sem as necessárias explicações.” (MILLET, 1876: 32)

Esta afirmação nos permite perceber que as reivindicações dos sediciosos contra o sistema métrico eram pertinentes, uma vez que eles realmente poderiam ser vítimas de roubos, pois os instrumentos de medição não eram devidamente inspecionados e o Governo não cumpria com uma das determinações da lei, que era de distribuir tabelas de conversão e explicações sobre o novo sistema.

Geraldo Irineo Joffily fez um estudo sobre as revoltas ressaltando seu caráter popular e a insatisfação dessa população com os governantes, ou melhor, com os doutores como ele chamava. Joffily fez um mapeamento das condições econômicas do Nordeste, das condições de vida dos homens livres pobres, que ele chamava de “*matutos*” e das revoltas anteriores, como a que ocorreu em 1852 contra o registro de nascimentos e óbitos, para depois abordar os Quebra-quilos, mostrando o contexto do conflito.

Assim como os outros autores, analisou e descartou o envolvimento da Questão Religiosa na revolta, acreditando que os motivos que causaram o movimento, foram: a lei de recrutamento militar, o “imposto do chão” (imposto cobrado pelo chão das feiras), mas enfatizava que o fator que desencadeou a revolta foi a mudança do sistema de pesos e medidas. Quanto à destruição de arquivos e papéis dizia o autor, que “era a desforra natural das vítimas de um aparelho burocrático emperrado e despótico”, discordando daqueles que julgavam os revoltosos ignorantes e inconscientes. O subtítulo de seu livro, “*A Revolta dos matutos contra os doutores*”, é, na verdade, uma irônica menção ao fato dos matutos não serem tão matutos assim. (JOFFILY, 1977: 50-57)

Um aspecto importante de seu trabalho é o destaque à presença de escravos nas revoltas. Segundo Joffily, os escravos buscavam a liberdade por meios legais, uma vez que a Lei do Ventre Livre havia criado um fundo de emancipação que libertaria alguns escravos anualmente e previa que os escravos, com condições de pagar seu preço, tinham direito de comprar sua alforria. Portanto, entraram na luta na tentativa de que essas determinações fossem cumpridas.

O estudo recente de Luciano Mendonça de Lima também aborda a questão da presença de escravos na revolta, sem descaracterizar sua essência de movimento social de homens livres. Os escravos, segundo ele, aproveitaram-se da conjuntura para ampliar e conquistar espaços na sociedade, uma vez que o regime escravista já se encontrava em declínio. No entanto, este aspecto da revolta não será por nós analisado, pois, como já foi dito, o movimento se caracteriza pelas manifestações de homens livres.

Já Simão Patrício Netto assinalou que a origem principal do levante foi o estabelecimento do padrão de pesos e medidas. Apesar de ter um olhar preconceituoso sobre os revoltosos, chamando-os de atrasados, sendo este o motivo de não permitirem inovações como a mudança para o sistema métrico, o autor destacou o “caráter patriótico” da revolta, além de citar que estas inovações viriam em detrimento “aos supostos direitos consuetudinários”. Preconceituoso ou não, o autor levantou a hipótese dos sediciosos estarem lutando pela permanência de seus costumes e valores há muito adquiridos e que, portanto, faziam parte de seu cotidiano. A mudança representava um rompimento muito brusco com as práticas do seu dia-a-dia, e a interferência direta do Governo em suas vidas. (NETTO, 1928)

Apesar dessas diferenças no que tange aos motivos das revoltas, todos os autores concordam, porém, com o caráter violento da repressão aos revoltosos. A punição aplicada chamava-se “coletes de couro”, uma punição criada pelo capitão das forças armadas Longuinho, que coordenou os trabalhos de repressão. Os prisioneiros eram vestidos com coletes de couro cru molhado, e ao secar o couro encolhia-se, comprimindo o tórax das vítimas, quase asfixiando-as. (SOUTO MAIOR, 1977: 33) É assim, de forma extremamente violenta que as reivindicações dos quebra-quilos, por continuidade de suas tradições, são reprimidas e encerradas.

O imaginário Quebra-quilos.

De fato, o antigo sistema de pesos e medidas que vigorava no Brasil era um mistura das unidades de medidas portuguesas e inglesas com toques particulares, que sofriam variações de uma região para outra. Porém, a mudança total na hora da aferição possibilitava aos vendedores, aproveitando-se do fato da população de baixa renda ser na sua grande maioria analfabeta, enganar os valores e cobrar mais caro pelos produtos. Além disso, mesmo a aferição sendo feita corretamente, a redução da quantidade dos produtos causava a sensação de estarem sendo ludibriados pelos vendedores.

O que gostaríamos de explicitar é que todos os fatores econômicos e sociais, mencionados, têm uma parcela de importância nas causas das revoltas. Porém, a junção dos valores culturais é essencial para a compreensão delas.

A cultura torna-se, então, um aspecto crucial, a gota d’água nesse mar de insatisfação popular. Se toda essa comunidade não compartilhasse das mesmas noções morais, de uma tradição, hábitos e costumes, esta mesma comunidade não se aglutinaria para a revolta.

Concordando com os estudos de E. P. Thompson, na perspectiva de que os aspectos culturais como hábitos e costumes tradicionais demasiadamente arraigados, é que levariam as pessoas a reivindicar contra seus opressores, a permanência da ordem existente.

Seria incorreto admitir a existência de uma muralha, uma barreira entre o material e o cultural, pois atrás de um conflito de conteúdo material há necessariamente um valor; no seio de cada necessidade há uma consciência, um costume que deve ser respeitado enquanto algo há muito adquirido, ou experiência, vivência da população. A Revolta do Quebra-quilos aconteceu, acima de tudo, em nome dos valores e dos costumes, a partir do momento que os homens livres pobres perceberam a interferência direta do governo em seu cotidiano. Os revoltosos reagiam “contra um governo que feria seus valores, suas tradições, seus costumes seculares, corporificados na Igreja, que lhes dava a medida do espírito, e no sistema de pesos, que lhes dava a medida das coisas.” (CARVALHO, 1998:113)

Sem dúvida, é muito mais difícil para a população abandonar o antigo sistema, uma vez que este fazia parte sua cultura, ou seja, das “normas de comportamento (...), historicamente produzidas por sucessivas gerações, assimilados e selecionados pela comunidade humana que o transmite de geração em geração.” (CARDOSO, 2003: 44)

Nossa inquietação não se limita em saber se o sistema de pesos era ou não justo e legalizado, mas sim analisar a relação que essas pessoas tinham com ele. Pois, como o sistema estava há muito instituído e enraizado no cotidiano das pessoas, podemos pensar que os consumidores já possuíam formas de agir, táticas para se adaptar a sua utilização. Como dito por De Certeau, “essas práticas colocam em jogo um ratio “popular”, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar.” (De CERTEAU, 1994: 42)

Ou seja, o sistema de pesos e medidas já havia conquistado um espaço simbólico na vida da população. Assim, ela estava adaptada e já conhecia manobras para o seu uso de acordo com suas necessidades. A mudança para o sistema métrico francês representava um rompimento com esses costumes, com a maneira de agir. Implicava na criação de uma forma completamente nova de lidar com ele, além das dificuldades técnicas de aprender a converter os pesos de um sistema para outro, numa população de maioria analfabeta.

O sistema de pesos e medidas fazia parte do imaginário coletivo da população, e ao tratar da concepção de imaginário, nos apropriamos da definição dada por Bacsko de que o imaginário social representa um esquema de interpretação da realidade, do comportamento

das pessoas e ao mesmo tempo influencia nas atitudes, e em caso de necessidade, pode levar os indivíduos numa ação comum. (BACSKO, 1985: 310 e 311)

O autor esclarece que toda sociedade possui seu arcabouço simbólico e que este pode ser utilizado para o controle e dominação, uma vez que uma sociedade tem que “inventar a legitimidade que atribui ao poder”, e que um poder tem que se instituir como poderoso e legítimo. Aproximando o uso do imaginário para o exercício do poder, com a intenção de obter legitimidade, Bacsko chama a atenção do auxílio dos meios de comunicação e de propaganda para difundir o ideal daqueles que exercem o poder.

Não temos dúvidas da legitimidade do poder monárquico do Brasil no século XIX, mas no momento da criação de uma lei que rompeu com os valores e costumes da população sem que ela percebesse sua necessidade, este Governo perdeu sua legitimidade, pois a população não compreendia seus objetivos e não compartilhava de seus valores e comportamentos, não entendendo o porquê da mudança e desconfiando dela.

Mesmo no calor dos acontecimentos, havia espaço para sátira sobre as revoltas do quebra-quilos. As notícias temerosas sobre os acontecimentos, vez por outra, dava lugar a poemas na revista *Semana Ilustrada* no Rio de Janeiro ou a quadrinhas:

Toca toca minha gente
Toca toca a reunir
Que os matutos quebra-quilos
Por aí não tardam vir.²

Em Recife, peças de teatro usavam anúncios com duplo sentido sobre os acontecimentos para divulgar espetáculos. No entanto, percebemos que as manifestações ocorridas nos anos finais do Império permaneceram gravadas na memória popular.

Uma forma diferente de deixar registros sobre as manifestações dos quebra-quilos foi retratar os fatos através de marcas de cigarros. A Fábrica do Caboclo e a Especial Fábrica de Cigarros, duas das mais importantes do período, lançaram duas marcas de cigarros chamadas: “Pega os Quebra Kilos” e “Aos quebra kilos” respectivamente. Os fabricantes não se preocupavam com os direitos de marca, pelos nomes repetidos dados aos produtos, mas sim com as litografias que os acompanhavam. (MAIOR, 1978:197)

² MAIOR, Armando Souto. **Quebra-quilos** – Lutas sociais no outono do Império. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. Pág. 193.

Anos depois, as revoltas ganharam uma nova configuração e foram lembradas por membros dos Institutos Históricos locais, Paraibano e Pernambucano, que escreveram artigos nas revistas desses institutos ressaltando a imagem do quebra-quilos, como a imagem de coragem e bravura do seu povo. Os quebra-quilos, então, deixaram de ser os selvagens, bandidos, desordeiros, vândalos e criminosos, e passaram a representar um exemplo do homem destemido e corajoso que luta pelos seus direitos, sem medo da morte.

A literatura não se rendeu aos novos padrões e continuava relatando distâncias em léguas, o que podemos perceber em romances da virada do século. Até hoje o termo “léguas” é usado para enfatizar distâncias percorridas.

Por fim, uma pesquisa realizada pelo Serviço de Estatística da Produção, órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, informa que no ano de 1948 ainda eram utilizadas no Brasil unidades de medida, principalmente agrárias, não decimais.

Logo na introdução da pesquisa é dada a justificativa para tal trabalho, que partiu da necessidade de averiguar estas questões para a melhor análise dos sistemas de medir do Brasil. Contudo, apenas verificaram as medidas agrárias que possuem maiores semelhanças entre elas, do que as medidas de peso e capacidade que variam muito mais. E chamava atenção para o fato do sistema decimal ser pouco utilizado no que tange à medição de áreas de terra, e que a substituição estava ocorrendo de forma lenta. Além da confusão ocorrida em todo país a respeito do sistema de pesos e medidas. (IBGE, 1948: 4)

A pesquisa mostrou ainda, que as unidades de medidas se disseminavam de acordo com os costumes de cada região e apresentavam 143 unidades de medidas não decimais em uso no Brasil, no ano de 1945.

Durante o período republicano, uma série de decretos tentaram organizar o sistema de medidas, inclusive o que instituía a criação de uma Comissão de Metrologia no país. Mas, o que deixamos claro na pesquisa é que a conversão do sistema de pesos e medidas para o sistema métrico foi muito mais difícil do que se imagina, e a população persistiu por muitos anos no uso do antigo sistema. As revoltas do Quebra-quilos, não foram, portanto, em vão, elas denunciavam a dificuldade da população de maioria pobre e analfabeta em compreender tal sistema. Mesmo com as punições previstas na lei, e talvez nunca aplicadas, justamente por conta da repercussão das revoltas, os dois sistemas permaneceram muito anos co-existindo no Brasil.

As marcas deixadas pelas revoltas no imaginário popular foram profundas, com razão de ser, uma vez que as reivindicações de permanência dos hábitos e costumes foram

duramente reprimidos, mas na prática, os homens livres e pobres resistiram calados e o antigo sistema perdurou por longas décadas seguintes.

Os versos e histórias das lutas travadas por homens livres e pobres contra o governo, de autoria e datas desconhecidas, e que foram passadas de pais para filhos, permitem, de forma lúdica, que se mantenha viva a história dos acontecimentos.

Bibliografia:

BACSKO, Bronislaw. “*Imaginação Social*”. In: **Enciclopédia EINAUDI**, vol. 5, *Anthropos-homem*. Portugal: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1985.

BASILE, Marcelo Otávio N. de C. “*Consolidação e Crise do Império*”. In: Maria Yedda Linhares (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BOCK, Kenneth. “*Teorias do Progresso, Desenvolvimento e Evolução*”. In: BOTTOMORE, Tom e NISBET, Robert (org.). **História da Análise Sociológica**. Trad. Waltesir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

CARDOSO, Ciro F. “*Sociedade e cultura: comparação e confronto*”. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXIX, n. 2, p.23-49, dezembro 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados: Escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. “*Cidadania: Tipos e Percursos*” in: **Estudos Históricos: Justiça e Cidadania**, nº 18. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **A construção da Ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIAS, José Luciano de Mattos. **Medida, Normalização e Qualidade – Aspectos da história da metrologia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (org.). **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo. **Padrões Públicos de Medir do Brasil**. Ano de 1952.

JOFFILY, Geraldo Irineo. **O Quebra-Quilo** – A Revolta dos matutos contra os doutores – 1874. Brasília: Thesaurus, 1977.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Paraíba**. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1892.

LIMA, Luciano de Mendonça. **Derramando susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande**. Dissertação de Mestrado. Mimeo. São Paulo: Unicamp, 2001.

MAIOR, Armando Souto. **Quebra-quilos** – Lutas sociais no outono do Império. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

MACHADO, Humberto Fernandes & NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MACHADO, Humberto. “*O abolicionismo ‘ganha as ruas’ no Rio de Janeiro*”. In: **Revista da SBPH**. Curitiba: SBPH, 1998.

_____. “*A voz do morro na passagem do Império para a República*”. In: **Cidades Brasileiras II – políticas urbanas e dimensão cultural**. São Paulo: IEB/ USP, 1999.

_____. “*Progresso e Civilização: As contradições do espaço urbano do Rio de Janeiro*”. In: **Anais da XXIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Curitiba: SBPH, 2005.

MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema** – A Formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MILLET, Henrique Augusto. **Os quebra-kilos e a crise da lavoura**. Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1876.

Ministério da Agricultura. Serviço de Estatística da Produção. **Unidades Agrárias não Decimais em Uso no Brasil**. Ano de 1948.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Crise agrária e luta de classes: O Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889**. Brasília: Horizonte, 1980.

_____. **Nordeste insurgente (1850-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Brasil Império**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

_____. **Revolta do Quebra-Quilos**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. 5ª ed. 2 vols. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NEDER, Gizlene e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Os Filhos da Lei**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 16, nº 45. São Paulo, Fevereiro de 2001.

NETTO, Simão Patrício. **A sedição dos Quebra-kilos**. Revista do Instituto Histórico Paraybano, vol. 6, 1928.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: Saques e outras ações de massa no Ceará**. Tese de Doutorado. Mimeo. Niterói: UFF, 1998.

RUDÉ, George. **A multidão na história**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

_____. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1980.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Nostalgia Imperial – A formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. **Joaquim Nabuco: um pensador no Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro F. (org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Os cristãos e as esquerdas nos anos 1960: uma historiografia da Ação Popular

Wagner da Silva Teixeira¹

O Brasil durante os anos 1960 vivenciou experiências dramáticas e contraditórias, de uma enorme euforia no início daquela década, passando pelas certezas e mobilizações que culminaram no golpe preventivo de 1964, o desencanto provocado pelo governo militar, as agitações de 1968, o fechamento do regime com o AI-5, a luta armada e o início do “milagre” nos anos 1969 e 1970.

Uma década que marcou profundamente a história do país. As transformações ocorridas naquele contexto demonstraram tanto a capacidade de organização política das classes populares, como o potencial criativo de uma nova geração de grupos políticos. Por outro lado, demonstrou também o poder de reação das classes dominantes brasileiras, que diante de uma inusitada e ameaçadora mobilização política preferiu abrir mão daquela “experiência” democrática e incentivar uma intervenção militar que levou o país a amargar 21 longos anos de ditadura.

Para contribuir com os estudos sobre o processo político brasileiro naquele período, iremos abordar a origem e a trajetória da Ação Popular (AP) até o golpe de 1964. A Ação Popular foi o principal grupo político de origem católica no âmbito das esquerdas. Nesse sentido, os objetivos principais deste texto são: 1) examinar o processo de mudanças no interior da Juventude Universitária Católica (JUC) que culminou na formação da AP e, 2) analisar diferentes abordagens realizadas pela historiografia sobre as origens da organização.

Para entender o surgimento da Ação Popular no início da década de 1960 é fundamental estudar primeiro as mudanças que ocorriam no interior da Igreja Católica no Brasil de forma mais geral, e mais particularmente as mudanças ocorridas no interior da Juventude Universitária Católica (JUC). Estes dois fatores conjugados, em grande medida foram responsáveis pelo surgimento da Ação Popular.

Por sua vez, a origem da JUC está na Ação Católica, movimento organizado no Brasil desde os anos 1920. A Ação Católica buscava, de um lado, abrir maior espaço de atuação dos leigos no interior da Igreja e, de outro, aumentar a influência da Igreja na sociedade. Dos anos 1930, quando foi organizada, até os anos 1950 a JUC seguiu fiel a esses objetivos. O contexto

¹ Professor do CEFET-MG (Campus VIII – Varginha), Doutor em História Social pela UFF.

de transformações no interior da própria Igreja iria mudar a postura dos universitários católicos.

A partir do início dos anos 1950 uma série de reflexões sociais da Igreja deu origem a uma nova maneira, não só dos católicos enxergarem a realidade, mas, sobretudo, de interferir nela. De forma geral a idéia era de que a Igreja fazia parte do mundo e sobre ele ela deveria atuar. Nesse sentido, diversas ações começaram a delinear essa nova postura da Igreja ainda nos anos 1950: A formação de Círculos Operários na Diocese de Volta Redonda-RJ; a carta de Dom Inocêncio Engelke defendendo a Reforma Agrária em 1950; A denúncia da situação social do Nordeste em 1951 por três bispos do Nordeste; o texto de 1952 “A Igreja e o Vale do São Francisco”; a carta pastoral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de 1954 na qual defendia que “as exigências de justiça social, são do próprio desenvolvimento do país” (MAINWARING, 1989: 73). Em 1958 a denúncia era ainda mais clara: “Angustiamos a evidência de que as estruturas econômicas de nosso mundo dos negócios e das indústrias ainda continuam a ser, tantas vezes, fontes de injustiças sociais”.

Essas mudanças não ocorriam somente na Igreja Católica no Brasil, o início do pontificado de João XXIII em 1958 também marcou uma importante mudança na condução da Igreja Católica no mundo. As Encíclicas *Mater et Magistra* de 1961 e *Pacem in Terris* de 1963 “desenvolveram uma nova concepção de Igreja, mais em sintonia com o mundo secular moderno, comprometida em melhorar o destino dos seres humanos na Terra e em promover a justiça social”. O Concílio Vaticano II (1962 – 1965) foi, nas palavras de Dom José Maria Pires, o “motor” de toda aquela mudança no interior da Igreja. Entre outras coisas, o concílio enfatizou a missão social da Igreja, a partir daí os leigos e padres que já haviam assumido a atitude em favor dos oprimidos, puderam tornar essa postura oficial e agir de forma mais sistemática na defesa das classes populares.

Foi nesse contexto de fortes e profundas transformações no interior da Igreja que a JUC deu início a sua “virada” à esquerda. Em janeiro de 1956 a entidade realizou em Porto Alegre o seu V Conselho Nacional, naquele momento as intervenções de três delegações já demonstraram o sopro de mudança: A de São Paulo apresentou o trabalho *A universidade como privilégio de classe*; a do Pará sobre política universitária nacional e a UNE; a de Pernambuco sobre a participação dos jucistas na política universitária. Apesar de todo um esforço de reflexão sobre a realidade, a *missão da JUC* era ainda apresentada pela equipe nacional de uma forma tradicional, “a Ação Católica é o apostolado organizado dos leigos que recebe um mandato da Hierarquia, portanto um apostolado oficial da Igreja. Assim, a missão

da JUC – como da Ação Católica em geral – é a própria missão da Igreja: A evangelização...” (SOUZA, 1984:123).

Ainda em 1956 teve início um debate sobre a participação de militantes da JUC no “sindicalismo estudantil”, a questão central era quanto a orientação ideológica, ou mais exatamente ao lado de quem a JUC deveria participar, da direita no poder na União Nacional dos Estudantes (UNE) entre 1950 e 1956, ou das esquerdas, que reuniam nacionalistas, socialistas e comunistas. A aliança com os comunistas era problemática para os jucistas resultando uma forte tensão entre “uma posição de princípios ainda rígida e uma prática concreta que se dirigia em outra direção e que, pouco a pouco, se imporia”.

A cada encontro as discussões no interior da JUC foram revelando uma postura política e ideológica engajada, o “ideal histórico” da JUC elaborado no Conselho de Belo Horizonte, realizado em julho de 1959 demonstrava que “o movimento ia-se tornando mais homogêneo, a política universitária era considerada uma atividade normal, e mesmo fundamental e a JUC se abria aos diversos temas sociais, sensível a realidade do operário e do camponês”.

Mas foi no Congresso Nacional da JUC em 1960 que ocorreu definitivamente a “virada”, no texto *Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro*, apresentado pelo grupo jucista de Belo Horizonte e inserido no documento final do encontro, há uma clara condenação do capitalismo, “o que devemos dizer, sem tergiversões, é que o capitalismo, realizado historicamente, só pode merecer a tranqüila condenação da consciência cristão”; os argumentos para essa condenação são claros: “redução do trabalho humano à categoria de mercadoria; ditadura da propriedade privada, não submetida às exigências do bem comum; abuso do poder econômico de toda sorte, de outro; a motivação central no espírito do lucro; criação e sustentação da condição proletária, etc” (LIMA, 1979).

O envolvimento de um número cada vez maior de quadros da JUC no movimento estudantil, foi sem dúvida, um passo fundamental para a radicalização do movimento e a desconfiança crescente da hierarquia católica mais conservadora, que não concordava com a aproximação da JUC com outros grupos de esquerda, notadamente os comunistas (SEMERARO, 1994: 53).

Os militantes da JUC estavam cada vez mais envolvidos com as atividades do movimento estudantil, em 1960 lançaram Herbert de Souza como pré-candidato à presidência da UNE, que retirou sua candidatura para apoiar um nome indicado pela União da Juventude

Comunista (UJC), Oliveiros Guanais, que saiu candidato pelo “grupão”, nome dado à aliança entre grupos nacionalistas, comunistas e jucistas para a disputa da direção da UNE.

Em junho de 1960 o Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (DCE-PUC/RJ), presidido pelo jucista Aldo Arantes, lançou o *Manifesto do DCE*. O texto além de denunciar a propriedade capitalista, afirma uma postura política nacionalista e em favor das classes populares: “temos consciência de que a promoção das classes operário-urbanas e campesino-rurais se coloca, neste momento, dentro da perspectiva cristã, como o passo mais largo que a história exige das vanguardas atuantes no sentido da humanização do mundo” (SOUZA, 1984: p.175).

Os embates com a hierarquia foram inevitáveis, para Souza um dos momentos cruciais dessa tensão entre JUC e clero ocorreu nos debates em relação à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Enquanto a JUC defendia “a rejeição total e veto ao atual projeto de Diretrizes e Bases”, a Igreja fazia todos os esforços possíveis para sua aprovação. “Os meios católicos tradicionais não perdoariam que uma força cristã e, proveniente de um movimento oficial da Igreja, tomasse uma posição contrária a tantos interesses dos educandários religiosos”.

As tensões continuaram e atingiram seu auge em 1961. Em julho no Conselho da JUC realizado em Natal, foi apresentado o documento *O Evangelho, fonte da revolução brasileira*, nele se debatiam os problemas do “subdesenvolvimento e da revolução” e até mesmo “medidas políticas revolucionárias para o Brasil” que partiam da necessidade de superar as contradições da sociedade brasileira, os cristãos deveriam “fazer uma opção revolucionária, que em geral se identificaria com o que se conhece como posição de esquerda”. O Arcebispo de Natal, Dom Eugênio Sales ordenou a retirada da bancada potiguar antes do encerramento do Conselho, deixando claro seu descontentamento com os rumos do movimento. Quando o Conselho de Natal estava terminando, teve início em Niterói o Congresso da UNE, no qual Aldo Arantes foi eleito para a presidência da entidade. Naquele ano a JUC conseguiu hegemonizar o “grupão” e indicou o candidato vitorioso nas eleições da UNE.

As posturas dos militantes da JUC dentro da UNE e, sobretudo, a composição com os comunistas na chapa vencedora, mobilizaram os setores conservadores da Igreja Católica. Aldo Arantes foi intimado pelo Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jayme Câmara a optar entre a JUC e UNE. A escolha de Arantes em permanecer à frente da UNE fez com que as relações entre hierarquia e jucistas ficassem ainda mais estremecidas. Como resposta a CNBB elaborou uma série de documentos que restringiam a ação dos militantes da JUC. A idéia da

hierarquia era mesmo forçar uma escolha entre a JUC e o movimento estudantil, numa tentativa de impedir a dupla militância e obviamente combater as posições que a JUC vinha tomando. O documento *Diretrizes da comissão episcopal da ACB e do Apostolado dos leigos para a JUC nacional* determinava que a partir do ano seguinte (1962) “nenhum dirigente jucista poderá concorrer a cargos eletivos em organismos de política estudantil, nacionais ou internacionais, sem deixar os seus postos de direção da JUC” (SEMERARO, 1994: 55). Almerly Bezerra, assessor da JUC em Pernambuco, apontava a preocupação central da hierarquia, “a orientação esquerdista que o movimento estaria tomando e a impregnação que se estaria processando dentro dele de uma filosofia marxista, ou pelo menos, de uma terminologia ambígua e portanto suspeita” (SOUZA, 1984: 191).

A partir do final de 1961 a ala mais à esquerda da JUC começou a debater a necessidade de um novo movimento de esquerda, no qual os cristãos pudessem participar. Em Belo Horizonte, no início de 1962 se reuniram três diferentes grupos que deram origem a AP. O grupo de BH ligado ao jornal *Ação Popular*, o grupo da PUC/RJ ligado ao Padre Henrique Vaz e a Aldo Arantes, e outros representantes da JUC de outros estados, como São Paulo e Pernambuco. O encontro contou com cerca de uma centena de militantes, sendo marcado, sobretudo pela necessidade de criar um organismo independente da hierarquia católica. Um movimento que possibilitasse aos militantes cristãos uma maior liberdade de ação política, visando a transformação radical da sociedade brasileira através da atuação em diversos setores da sociedade brasileira.

Em junho de 1962, novamente em Belo Horizonte, um novo encontro com representantes de 14 estados. O resultado final do encontro foi o texto *Esboço do Estatuto Ideológico do Grupo*, de forma geral o documento defendia o socialismo democrático e a revolução brasileira. Mas foi no início de 1963 em Salvador que a AP foi oficialmente fundada, o I Congresso da AP aprovou o seu *Documento Base* que serviu de orientação política para a organização. Fica claro no texto que “as idéias marxistas mesclavam-se à inspiração cristã” do movimento. Um humanismo profundamente identificado com o cristianismo de um lado, e uma postura política crítica e radical na defesa do caráter socialista da revolução brasileira, de outro. A AP se coloca como um movimento de ação revolucionária optando, “por uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base de desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal”.

Para Ridenti o surgimento da Ação Popular se deu nas “condições de radicalização das lutas políticas nos anos 60, particularmente no meio universitário, o cristianismo já não servia para expressar a vontade de transformação de parte dos jovens da JUC, que constituíram a AP. Impunha-se a superação dos estreitos limites institucionais da Igreja Católica” (RIDENTI, 2001: 257). De acordo com Beozzo o ano de 1961 foi crucial, “muitos acontecimentos se precipitaram e de certa forma apressam o processo de formação da AP” (BEOZZO, 1984: 111). Após a criação da AP a JUC sofreu um processo de esvaziamento, sem suas principais lideranças se enfraqueceu paulatinamente.

A Ação Popular conheceu um rápido e importante crescimento, atingindo mais de três mil militantes em pouco mais de dois anos de atividade, crescimento somente interrompido em consequência do golpe militar de 1964. Além do movimento estudantil, a AP passou a atuar também no sindicalismo rural e nos movimentos de educação e cultura popular, como no Movimento de Cultura Popular (MCP) em Pernambuco, no Movimento de Educação de Base (MEB) no Nordeste e nos Centros Populares de Cultura (CPCs) espalhados pelo país. Scott Mainwaring cita a Ação Popular como um exemplo de movimento que mesmo fora da Igreja a influenciou e foi um dos elementos inspiradores da Teologia da Libertação que surgiria anos mais tarde.

Após a golpe civil/militar de 1964 a AP radicalizou ainda mais seu discurso, bem como sua prática. Partindo para a clandestinidade foi se distanciando de suas bases sociais e aderiu a luta armada. Sem suas principais lideranças, que estavam presas ou exiladas, a AP acabou por se reduzindo a um pequeno número de militantes. No início dos anos 1970 passou a se denominar Ação Popular Maxista-Leninista (APML), que em 1973, após inúmeros debates decidiu pela entrada no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Um grupo de militantes não concordando com a entrada no PCdoB continuou a reivindicar-se APML, esse grupo no início dos anos 1980 participou da formação do Partido dos Trabalhadores (PT), chegava ao fim a Ação Popular.

Referências Bibliográficas

BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na Universidade e na Política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

LIMA, Luiz Gonzaga Souza. *Evolução Política dos católicos e da Igreja no Brasil*.

Petrópolis: Vozes, 1979.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo:

Brasilense, 1989.

RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: cristianismo e marxismo*. In. MORAES, João Quartim de.

(Org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Edunicamp, 2001.

SEMERARO, Giovanni. *A primavera dos anos 60: A geração de Betinho*. São Paulo: Loyola,

1994.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC: Os Estudantes Católicos e a Política*. Petrópolis:

Vozes, 1984.

A notícia sobre os selvagens do mucuri: apontamentos sobre a historiografia indígena no oitocentos

Weder Ferreira da Silva ¹

Desde o início da conquista da região do vale do Mucuri, nordeste de Minas Gerais, os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já apontavam para a importância de relatos sobre esta região, considerada na época por ser indômita e habitada pelos temidos índios botocudos, dos quais se desconhecia quase que totalmente seus costumes e cultura.

Na edição trimestral de 1848, o então secretário da “Casa da Memória Nacional”, Manuel Ferreira Lagos noticiava com entusiasmo a concessão de privilégios e monopólios para a recém criada Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri, idealizada por seu consorte, o político mineiro Teófilo Benedito Ottoni. Neste sentido, Lagos ressalta a importância de coligir informações sobre a região até então desconhecida dos estudiosos do período. De acordo com o secretário do IHGB dignas são, pois de consideração todas as instruções que se fornecerem a respeito da região do vale do rio Mucuri, pelo que o Instituto não se descuidará deste futuro canal de opulência nacional (LAGOS, 1848: 119).

A posição de Manuel Ferreira Lagos vinha ao encontro do que preconizava o antigo secretário perpétuo do IHGB, o Cônego Januário da Cunha Barbosa em sua *Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [...]*. De acordo com Cunha Barbosa, entre os itens essenciais a se observar nas contribuições remetidas ao periódico deve-se observar especialmente as notícias dos costumes indígenas, suas lendas, o processo de catequese e civilização; descrição do comércio interno e externo das províncias, principais produtos, rios, montanhas, campos, portos, navegação e estradas, etc.(BARBOSA *apud* GUIMARÃES, 2001: 269). Ainda em relação aos nativos, Cunha Barbosa salientava que a catequese seria o meio mais eficaz e talvez o único, de trazer os índios da barbaridade de suas brenhas aos “cômodos” da sociabilidade. (BARBOSA *apud* GUIMARÃES, 2001: 269).

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). wedhistoria@yahoo.com.br

Dos documentos produzidos por Teófilo Ottoni que aludem à ocupação do vale do Mucuri, a *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri* é o mais rico em detalhes. A maior parte deste relato foi transcrito de um ofício remetido por Ottoni ao presidente da província de Minas em 1853 (ARAÚJO, 1988). É importante ressaltar que este documento consiste no principal relato do período sobre a relação estabelecida entre os conquistadores do Mucuri e a população autóctone que vivia dispersa pela região. Por ter sido produzida pelo maior interessado pela conquista das terras do Mucuri, muitas vezes o seu autor apresenta-se como portador do lume da civilização que deveria extirpar a barbárie personificada na própria população indígena.

A pedido de Joaquim Manuel de Macedo, na época secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri* foi concluída em 1858 e publicada em 1859 na *Revista Trimensal do IHGB*. O documento produzido por Ottoni constitui-se em um importante relato sobre a ocupação dos sertões das províncias de Minas, Bahia e Espírito Santo em meado do século XIX. Fruto da experiência que desenvolveu como diretor da Companhia do Mucuri, na *Notícia...*, Ottoni privilegiou três itens para análise: as características e os costumes dos nativos; o choque entre os indígenas e a população em processo de expansão das fronteiras; e as estratégias adotada pelo idealizador da Companhia do Mucuri para conquistar o apoio dos caciques das tribos indígenas que ocupavam a região.

No que diz respeito aos selvagens do Mucuri, Teófilo Ottoni afirmou que “desde os primeiros anos”, no Serro, já ouvia falar de continuadas narrações sobre os nativos que viviam nos sertões das Comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha (OTTONI, 2002 [1859]: 41). Sobre tais nativos, o político liberal salienta que tratou seriamente de conhecê-los “para saber o que deles havia de esperar e temer”. De acordo com o idealizador da Companhia do Mucuri, excluindo alguns detalhes coligidos nas obras de Ferdinand Denis, nada mais conheciam os historiadores sobre os nativos do Mucuri, senão frases lacônicas do *Dicionário Topográfico do Império do Brasil* (1834), do senador José Saturnino Pereira da Costa e do *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil* (1845) de J. R. Milliet de Saint-Adolphe (OTTONI, 2002 [1859]: 40-41). A fim de conhecer as “tradições antigas e recentes” tanto do lado de Minas Gerais quanto do lado da costa, Ottoni diz ter recorrido também a antigas notas históricas de memorialistas do período colonial e de relatos fornecidos pelas

viagens exploratórias de Francisco Teixeira Guedes (1829) e de Pedro Victor Renault, realizada em 1836. A influência dessas peças no projeto arquitetado por Ottoni foi tamanho que o político liberal criou todo o projeto de navegação do rio Mucuri baseando-se no relatório Renault. Este relatório marcaria profundamente a imaginação de Teófilo Ottoni ao apontar o rio Mucuri como rota de navegação e comércio para ligar as comarcas do Serro Frio e do Jequitinhonha ao litoral adjacente (ARAUJO, 2003: 38).

Ao ponderar sobre a escassez de dados sobre as populações nativas do vale do Mucuri, Teófilo Ottoni afirmou que fez uma “vasta colheita” de fatos coevos. O autor também fez críticas ao que os historiadores apregoam sobre as populações indígenas do vale do Mucuri. A este respeito, o político liberal enfatizou que muitas asserções que atravessavam os séculos como verdades históricas tinham menos fundamento do que as hipóteses que o próprio autor formulara sobre os nativos (OTTONI, 2002 [1859]: 91).

Ao longo da *Notícia...* Teófilo Ottoni procurou derrubar as asserções veiculadas por viajantes e cronistas sobre as populações indígenas dos sertões mineiros. Neste ínterim, o autor fez coro à proposta de Manuel Ferreira Lagos que pretendia estruturar uma equipe de intelectuais para criar expedições científicas ao interior do vasto império a fim de coligir informações sobre uma gama de temas e, assim, desmentir viajantes estrangeiros “de má fé ou levianos” que apregoavam informações distorcidas sobre o Brasil (BRAGA, 1962).

Após as considerações iniciais sobre a história das tribos indígenas, Ottoni passou a relatar as condições que encontrou ao viajar para o vale do Mucuri em setembro de 1847. O político liberal deu especial atenção à generalizada e à assustadora violência decorrente das disputas pelo controle de terra entre os índios e os cristãos.

O conflito generalizado entre índios e conquistadores narrado por Teófilo Ottoni na *Notícia...* reforçou a aceção de Manuela Carneiro da Cunha. De acordo com a autora a “questão indígena” no século XIX deixaria de ser uma questão de mão-de-obra para se converter principalmente em uma questão de terras. Segundo Cunha essa generalização, do século XIX e do Brasil como um todo, foi possível porque que nesse período a tônica era a conquista do espaço nacional. Com isso, em regiões como Mato Grosso e no Paraná e até mesmo em Minas Gerais e Espírito Santo, as rotas fluviais a serem descobertas e consolidadas exigiam a submissão dos índios da região (CUNHA, 1993: 4).

Conforme é relatado na *Notícia...*, a tarefa de “pacificar” os nativos para a instalação da Companhia não se mostrou uma tarefa de fácil resolução. Entre as várias tribos que habitavam a região encontravam-se diversos grupos de índios botocudo, afamados em todo o Império do Brasil por sua hostilidade em estabelecer contatos com a população nacional. Devido a este fator, o idealizador da Companhia do Mucuri enfatizou em memória publicada no periódico do IHGB que o modelo de aldeamento dos “selvagens do Mucuri” não seria pautado na “doutrina da pólvora e da bala”. Teófilo Ottoni acreditava que com um novo modelo de “catequese” seria mais fácil tomar posse das 10 léguas em quadra doadas à Companhia no contrato celebrado com o governo central.

No entanto, conseguir estabelecer contatos com as tribos que hostilizavam qualquer tipo de relação com a população nacional seria um desafio muito maior do que imaginaria Teófilo Ottoni. Conforme se relatou na *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*, a região que a Companhia deveria ser instalada encontrava-se em preocupante estado de violência: tribos indígenas que habitavam aqueles sertões assombravam os moradores instalados nas bordas da Mata Atlântica entre as províncias de Minas, da Bahia e do Espírito Santo.

Em defesa de seu território contra o avanço dos colonizadores, a investida indígena contra a população que ocupava as margens da floresta tropical provocava em sucessivas depredações nas fazendas e contínuos assassinatos. Desse modo, o local em que a empresa do Mucuri deveria se instalar era dominado pelo pânico e pelo medo constante, devido aos freqüentes ataques provocados por grupos indígenas.

Diante do quadro de violência apresentado na *Notícia...*, Teófilo Ottoni surpreendentemente, concluiu em seu relato que as sucessivas agressões dos índios eram resultado da forma pela qual estes eram tratados pelos conquistadores do seu território. Segundo político liberal, “se de tempos em tempos ocorria algum atentado dos selvagens, era este as mais das vezes filho, ou de sugestões criminosas dos chamados cristãos, ou do desespero que reagia contra a brutalidade e tirania”. (OTTONI, 2002 [1859]: 42).

De acordo com Ottoni, os “atentados” cometidos pelos indígenas do Mucuri teriam sua origem na Carta Régia de 1808, reportada pelo político liberal como sendo de triste recordação, pois declarava guerra de extermínio aos botocudos, além de

legalizar e estimular a escravização das populações autóctones (OTTONI, 2002 [1859]: 45; CUNHA, 1993:57-60).² A violência dos nativos, de acordo com Ottoni, também era fruto da reação destes ao infame tráfico de crianças indígenas, os *kurucas*.

O documento publicado por Teófilo Ottoni na *Revista do IHGB* sugere que o tráfico de crianças indígenas tornou-se uma prática largamente difundida entre os sertões de Minas, Espírito Santo e Bahia. Esta prática também ganhava impulso com os sucessivos conflitos entre nações indígenas rivais. De acordo com Ottoni, muitas vezes, a guerra entre diversas tribos tinha por único fim o tráfico dos *kurucas* (CUNHA, 1993:49).

Ao que parece, o tráfico de crianças nativas nos sertões do Mucuri, rio Doce e São Mateus era realizado de forma indiscriminada. Um exemplo desta prática está na descrição feita por Ottoni da vila de São José de Porto Alegre, foz do rio Mucuri. De acordo com o político liberal, cada roceiro da vila possuía um *kuruca* para lhe servir como escravo:

São José de Porto Alegre era em 1847 uma aldeia miserável, povoada em máxima parte pelos descendentes dos tupiniquins; município pobríssimo, sem agricultura e sem outro comércio senão o dos *kurucas*.

Cada um custava cem mil réis. E vinham ao mercado não só os prisioneiros de guerra feitos pelas tribos que comerciavam, como também os meninos destas mesmas tribos, que lhe eram arrancados de mil modos (CUNHA, 1993: 49).

A prática do tráfico de indígenas denunciada por Teófilo Ottoni em sua *Notícia...* também chamou a atenção das autoridades do Rio de Janeiro. No *Aviso* expedido pelo Ministério do Império de 09 de agosto 1845, relata-se os abusos cometidos com a prática da venda de crianças:

Constando que, em algumas províncias, tem havido indivíduos que abusando da simplicidade dos Índios, lhes compram os filhos, e não só os conservam em perfeita escravidão, dando-lhes rigoroso trato, mas também os remetem, vendidos, para esta corte, ou de umas províncias para outras (AVISO [1845], in CUNHA, 1993: 199).

Pelo fato das crianças indígenas serem vendidas e escravizadas ilegalmente, o documento expedido por José Carlos Pereira de Almeida Torres solicitou a todos os

² Teófilo Ottoni se refere à Carta Régia expedida pelo príncipe regente D. João a Pedro Maria Xavier de Athayde e Mello, Governador e Capitão General da capitania de Minas Gerais. Datada de 13 de maio de 1808 a Carta Régia declarava estado de Guerra Justa aos índios botocudos.

presidentes de província a adotarem “as mais enérgicas medidas” para por fim à continuação “de tão criminoso procedimento”.

Sobre o tráfico de crianças indígenas, Teófilo Ottoni posiciona-se radicalmente contra, ao ressaltar que este tráfico, reputado pelo político como maldito, era mais hediondo e infame do que o praticado na África. Segundo Ottoni, era essa a causa de calamidades sem número presenciadas no vale do rio Mucuri (OTTONI, 2002 [1859]: 49). Na *Notícia...*, Ottoni preocupou-se em detalhar a forma pela qual as crianças nativas eram subtraídas de suas famílias. O modelo adotado era o mais lastimável. Daí a importância dada pelo político liberal em descrever a forma usada para se apresar os *kurucas*.

Para o político liberal, a conquista da região do Mucuri até então empreendida, transformou a região em um açougue, não em um lugar de combate. Isso se deve ao método que Teófilo definiu de *capivara*. Segundo Regina Horta Duarte, o nome é uma alusão à caça feita ao roedor homônimo (DUARTE, 2002: 46). Este método consistia-se numa estratégia utilizada pelos invasores para aniquilar tribos inteiras. Preocupado em detalhar como era feita a *capivara*, Ottoni descreveu minuciosamente como se procede esta técnica de aniquilamento de tribos indígenas. O modo de dizimação das populações nativas, segundo o político liberal, produzia uma verdadeira “hecatombe de selvagens”:

Matar uma aldeia! Não passe a linguagem despercebida. Por mais horrorosa que pareça nada tem de hiperbólica. É uma frase técnica na gíria da caçada dos selvagens

Cerca-se a aldeia de noite – dá-se o assalto de madrugada. É de regra que o primeiro bote seja apoderarem-se os assaltantes dos arcos e flechas dos sitiados que estão amontoados no fogo que faz cada família. [...]

Os srs. Cro e Crahy entendem perfeitamente a metonímia, e recebido o convite, tratam de fazer a empreitada à satisfação que lha encomenda.

Procede-se a matança.

Separados os *kurucas*, e alguma índia moça mais bonita, que formam os despojos, sem misericórdia faz-se mão baixa sobre os outros, e os matadores não sentem outra emoção que não seja a do carrasco quando corre o laço no pescoço dos enforcados (OTTONI, 2002 [1859]: 47).

Como podemos observar até aqui a região concedida pelo governo central à Companhia do Mucuri passava por um processo de turbulência que impedia que se consolidassem os planos da empresa. A dizimação das populações autóctones; o tráfico dos *kurucas*; as guerras interétnicas entre nações indígenas rivais; e os sucessivos

ataques dos nativos às fazendas situadas próximas ao interior da Mata Atlântica pintavam a história da região com tons funestos. Com este quadro de violência, o projeto da Companhia do Mucuri se via atravancado, pois como já mencionamos, era necessário conquistar dos índios a permissão para ocupar as terras concedidas no contrato estabelecido com a administração central.

Diante do quadro exposto, qual seria a solução encontrada por Teófilo Ottoni para cooptar o apoio dos índios e, assim, instalar a Companhia do Mucuri no interior da selva tropical?

Ao observar *in loco* o estado de violência em que se encontrava o vale do rio Mucuri, Teófilo Ottoni convenceu-se de que os ataques dos nativos eram resultado da violência praticada pelos “cristãos”. A partir dessa dedução, o político liberal começou a traçar um novo método para conseguir dos nativos o apoio necessário à instalação da empresa:

[...] acreditava que um sistema de generosidade, moderação e brandura não podia deixar de captar-lhes a benevolência.

A principal dificuldade para a execução, ou ao menos ensaio deste sistema, estava em chamar à prática e convivência os filhos da selva, e em convencê-los de que havia com efeito um novo processo de catequese que não empregava a pólvora e a bala, nem tinha por objetivo roubar-lhes os filhos (OTTONI, 2002 [1859]: 51).

Vislumbrando conquistar a confiança dos nativos, Teófilo Ottoni organizou, em setembro de 1847, a já mencionada expedição que penetrou no interior do vale do Mucuri. A primeira frente expedicionária, chefiada pelo político liberal, partiu do Rio de Janeiro no vapor *Princesa Imperial*; a segunda foi organizada pelos principais fazendeiros da região do Termo de Minas Novas, como Feliciano Lopes da Silva. A expedição contava ainda com o apoio do governo provincial mineiro. Atendendo a um ofício de Teófilo Ottoni, o presidente Quintiliano José da Silva ordenou que fossem deslocadas para o Mucuri uma tropa de soldados da Companhia de Pedestres do Jequitinhonha para auxiliar os trabalhos das duas frentes expedicionárias (SILVA, 1847: 28).³

³ Além das forças policiais e da Guarda Nacional, a província de Minas Gerais contava ainda com os auxílios dos Soldados Pedestres. Distribuídos em duas companhias distintas, a do Rio Doce e a do Jequitinhonha, este grupamento militar era responsável em guarnecer os locais de ocupação recente nas regiões limítrofes ao chamado Sertão do Leste, sobretudo nos limites das comarcas do Serro Frio e Jequitinhonha.

Beneficiado pela relativa estabilidade em seu cargo como presidente provincial, os esforços de Quintiliano para ocupar o vale do Mucuri foram mais constantes do que a experiência esboçada anteriormente pela administração do presidente Costa Pinto. Entre os referidos esforços encontram-se o contrato celebrado com três capuchinhos italianos para atuarem na catequese do gentio que “infestava” o Mucuri (MATTOS, 2002). Segundo o relatório da presidência provincial de 1847, o Aviso de 23 de agosto de 1846, emitido pela Secretaria dos Negócios do Império, colocava à disposição do presidente da província de Minas os serviços de catequese dos capuchinhos italianos Luís de Revena, Domingos Casale e Bernardino de Lago Negro. Em 1847, o presidente noticiou informações sobre os clérigos contratados pela província de Minas: o primeiro, Luís de Revena, achava-se doente na cidade de Campanha “em uso das águas virtuosas”, o segundo, Domingos Casale já se encontrava a caminho do interior do vale do Mucuri e o terceiro, frei Lago Negro, encontrava-se no Seminário de Mariana, aprendendo o idioma nacional para depois seguir para os sertões do Mucuri (SILVA, 1847: 89).

Desse modo, como já dissemos, deve-se a Luiz Ferreira da Gama a realização do “contato” de Teófilo Ottoni com os índios “selvagens do Mucuri”. A partir deste contato, Ottoni diz ter captado a “amizade” da nação *jiporock*, que o passou, então, a chamá-lo de *Capitão Grande*. No desfecho do primeiro encontro com a nação *jiporock*, a *Notícia...* de Teófilo Ottoni narra um fato pitoresco ocorrido entre o diretor da Companhia do Mucuri e o cacique na tribo *jiporock*. Como forma do reconhecimento pela “amizade”, o cacique ofereceu ao “*Capitão Grande*” um casal de *kurucas*.

Desse acontecimento, Ottoni aproveitou para demonstrar aos leitores da *Notícia...* como ele se posicionou corretamente diante do inusitado fato. Segundo o relato publicado na revista do IHGB, o índio que havia “ganhado” foi enviado para o Rio de Janeiro, onde foi admitido como aprendiz do Arsenal de Guerra da Marinha, a fim de ser convertido em “instrumento da civilização dos seus patrícios e parentes”. De acordo com o autor da *Notícia...*, o jovem índio faleceu tempos depois, provavelmente por conta de alguma doença contagiosa (OTTONI, 2002 [1859]: 54).

Além da viagem feita em 1847, o relato de Ottoni também se ocupou com uma outra incursão ao Mucuri realizada em 1852 para estabelecer contatos com outros grupos botocudo. Esta nova expedição narrada por Ottoni teria o mesmo objetivo da

realizada 5 antes: tomar posse das terras concedidas pelo governo central à Companhia do Mucuri.

Mais uma vez, a estratégia utilizada por Teófilo Ottoni não seria diferente do costumeiramente praticada por ele para estabelecer contato com os índios, daí a distribuição dos “presentes” aos nativos. Assim se refere o autor ao narrar a estratégia utilizada para captar o contato com os indígenas:

Logo que descobria uma batida de selvagens, mandava dependurar nas árvores, em lugar bem visível para quem passasse, diversos presentes, ora uma foice, ora um machado (OTTONI, 2002 [1859]: 61).

Contudo, a estratégia de Ottoni apresentou um elemento que chamava atenção para um detalhe. Nas ferramentas colocadas sobre o galho das árvores, o político liberal mandava que fossem colocado também o seu cartão de visita impresso no Rio de Janeiro: “[...] colocava no olho do machado, ou alvado da foice meu cartão de visita, esperando captar a benevolência com o presente, e com o cartão que certo não decifriam, desafiar o sentimento do maravilhoso (OTTONI, 2002 [1859]: 61).

Utilizando-se do apoio de fazendeiros e sitiante que habitavam as bordas da floresta tropical, Ottoni conseguiu trazer para os leitores da Revista do IHGB importantes relatos sobre a vida e os costumes do povo interior relatos sobre a tribo dos naknenuk, habitantes de uma das regiões mais afastadas dos núcleos de colonização, nação que há muito era descrita como bárbara e antropófaga.

Eis a estratégia narrada por Ottoni para “fazer conferências” com os caciques *naknenuk* Poton, Batata e Timóteo:

De Poton me declarei parente, e ele acolheu rindo a demonstração de que éramos. Tirei a demonstração do nome – Poton – que pronunciei – Potoni – e do qual, não sei porque regra de etimologia, extraí – Ottoni.

Aceito o parentesco, disse-me Poton que trouxesse os mais parentes, porque as terras eram muitas e chegavam para todos.

Peguei-lhe pela palavra, e 15 dias depois abria-se por conta de diversos parentes do selvagem uma grande derrubada, que produziu três magníficas fazendas [...] (OTTONI, 2002 [1859]: 62)

Ao trazer ao público informações sobre a população do então inculto vale do Mucuri, Ottoni despertou também a ira de seus desafetos políticos. Ao se envolver nas contendas sobre as condições lastimáveis que se encontravam os imigrantes estrangeiros no Mucuri, o viajante alemão Robert Avé-Lallemant chegou a criticar não

só a *Notícia*...mas também os relatórios anuais produzidos por Ottoni e apresentados aos acionistas da empresa idealizada pelo político liberal. Interessado no fracasso da Companhia do Mucuri, Lallemand chegou a afirmar que Ottoni distraía o público ocultando as condições lastimáveis dos imigrantes com anedotas sobre os índios botocudo (LALLEMANT, 1980 [1859]: 222).

Embora as acusações do viajante alemão seja bastante contundente, não oculta a importância da *Notícia*... é crucial para as análises sobre o contato com os nativos da região do Mucuri, e sobre o processo de violência cometida pelas hordas de cristãos que invadiram as terras do atual nordeste mineiro. Por fim, o relato de Ottoni é uma rica fonte para analisar o processo de expansão agrícola do Império bem como a atuação dos *línguas* na conquista das terras das populações autóctones. O documento é igualmente enriquecedor para o estudo da atuação dos pequenos roceiros e fazendeiros que viviam nas bordas da floresta. Além disso, a peça oferecida por Ottoni ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é paradigmática para revelar a contradição entre a retórica e a prática no trato com os nativos no Brasil Oitocentista. Se por um lado a imagem do índio estava sendo alçada à categoria de símbolo romântico na nacionalidade, na prática isso em nada contribuiu para os proteger de toda sorte de exploração e ultrajes. Ainda que a legislação os protegessem, a *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri* prova que estas medidas não passavam, na maioria das vezes, de letra morta.

Fontes e Bibliografia

ARAUJO, Valdei Lopes de. *A Filadélfia de Theófilo Ottoni: uma aventura cidadã*. Belo Horizonte: Afato, 2003.

ARAUJO, Valdei Lopes de. *Teófilo Benedito Ottoni: política, historiografia e esfera pública no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Uerj, 1998. (Dissertação de Mestrado).

BARBOSA, Januário da Cunha. “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à sociedade central.” *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1 (4): 128-130, 1839. *Apud.*, GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “O Império de Santa Cruz: a gênese da

- memória nacional”. In.: HEISER, Alda & VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Acces, 2001, v. 1.
- BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará. 1962.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *Legislação Indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp; Comissão Pró-índio, 1993.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional”. In.: HEISER, Alda & VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Acces, 2001, v. 1.
- LAGOS, Manuel Ferreira. “Relatório dos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico”. In: *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Série 2. t. 4. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1848.
- MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: os botocudos e a catequese na província de Minas*. Campinas: Unicamp, 2002. (Tese de Doutorado).
- SILVA, Quintiliano José da. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária de 1847*. Ouro Preto: Tipografia Imparcial de B. X. Pinto de Sousa, 1847.

As discussões historiográficas sobre a prática administrativa no Brasil colonial: novas perspectivas

Wellington Júnio Guimarães da Costa¹

As discussões acerca da implantação e funcionamento do aparato burocrático da Coroa na América portuguesa a partir da descoberta dos “metais e pedras preciosas” no sertão, têm se pautado em ideias como imposição, eficácia/ineficácia, adaptabilidade/inadaptabilidade, morosidade, confusão etc., das instituições administrativas “transplantadas” para a colônia.² Nesse sentido, pretende-se com a análise, fazer alguns apontamentos relativizando essas noções de forma a demonstrar uma face ambígua da justiça colonial com base nos resultados de uma pesquisa sobre a prática e o funcionamento cotidiano da administração da justiça na Região do Termo de Mariana durante o século XVIII.

A presente análise parte dos dados contidos no relatório parcial de um projeto de pesquisa elaborado no início de 2009.³ ” Analisamos aqui a prática da justiça na região do Termo de Mariana durante o século XVIII. Através da sistematização dos dados contidos nas ações de notificação reunimos um conjunto relevante de informações a respeito dos conflitos vicinais e familiares, assim como algumas características de uma das faces do aparato burocrático implantado pela coroa portuguesa em Minas Gerais, as instituições jurídicas. Privilegiamos neste trabalho a análise do acesso das camadas econômica e socialmente menos favorecidas da sociedade, isto é, homens e mulheres brancos, pardos, forros, pequenos artesãos, ou seja, indivíduos pobres e remediados, à “justiça oficial” de modo a demonstrar que esse contingente populacional não estava à mercê da incapacidade administrativa

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), bolsista CAPES.

² Como precursores de tal debate pode-se destacar autores como Raimundo Faoro, Caio Prado Júnior. Para o primeiro, havia uma coerência interna que tornava exequível a prática administrativa e judicial transposta para a colônia, pois a insubordinação das autoridades da administração local tornaria mais enfática e eficaz a presença do Estado. Para o segundo, assim como os outros setores que constituíam o aparato administrativo, o poder jurídico seria ineficiente, desorganizado e em certo momento confuso, pois, além de ser altamente burocrático, seria desprovido de agentes efetivos, qualificados e que agissem de forma organizada. Dessa forma, a administração seria caracterizada por um emaranhado de cargos, funções e jurisdições contraditórios entre si. Raimundo FAORO. *Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000; Caio PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 15ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1977. Outra abordagem com tópicos semelhantes é a de Francisco Iglesias. Para ele “...o século XVIII vai ver a montagem administrativa mais eficaz, não sem lutas. O vitorioso é o Estado, impondo-se aos poucos”. Ver: Francisco IGLESIAS. Minas e a Imposição do Estado no Brasil. *Revista de História*, nº 50, 1974, p. 265. Ver também: ver: Laura de Mello e SOUZA. “Nas Redes do Poder.” In: *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Graal, 1986.

³ “Notificações de Mariana e Ouro Preto: banco de dados e inventário analítico (1711 - 1888)”. Projeto de pesquisa sob a orientação dos Professores Doutores Marco Antônio Silveira e Álvaro de Araújo Antunes. Sou grato à FAPEMIG pela bolsa concedida para o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço também ao Gilson César Xavier Moutinho, companheiro de pesquisa como bolsista no mesmo projeto e com quem divido a autoria do referido relatório. Agradeço a Pedro Eduardo de Carvalho Andrade pelas observações.

metropolitana. Uma das preocupações que norteou o desenvolvimento da pesquisa foi quantificar a média do tempo de duração dos processos, os custos e a finalização (ou não) dos mesmos, além do grau de participação de letrados.⁴ Da mesma forma, quantificamos o número e a variedade de funções acumuladas pelos membros do aparato jurídico-administrativo⁵ implantado na região do Termo de Mariana. Pretende-se, nesse sentido, demonstrar que havia uma estrutura jurídico-administrativa na colônia e que ela funcionava dentro de certos limites impostos pela situação gerada pelo espaço conflituoso e de relações de força que constituíram o universo colonial.

Como mencionado acima, este trabalho está assentado na análise das notificações encontradas no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM). Embora tenha uma estrutura semelhante à de uma ação cível, as notificações não devem ser confundidas com aquela. Trata-se de um procedimento através do qual levava-se a notícia de um ato judicial praticado de forma a evitar que a parte notificada, isto é, o réu, não alegasse ignorância em relação à queixa feita contra ele. Através de tal procedimento, o notificado ficava ciente do conteúdo da queixa – o que seria de seu interesse, uma vez que ele deveria comparecer em juízo para responder à acusação e apresentar a sua defesa, caso contrário o processo correria à sua revelia.⁶

Os dados contidos nas notificações permitem avaliar em que medida artesãos, pequenos proprietários, pobres e libertos podiam contar com os diversos tribunais na resolução de seus conflitos. Sem cair em anacronismos pode-se dizer, a título de ilustração que, por serem ágeis e objetivas, as notificações assemelham-se ao que hoje se conhece como Tribunal de pequenas causas, pois elas atraíam um público específico caracterizado por indivíduos pobres ou remediados que geralmente almejavam resolver conflitos familiares e vicinais. Ademais, boa parte dos processos eram finalizados em menos de um ano e o valor das custas era, de certa forma, acessível a boa parcela da população. Por esses motivos as notificações constituem um importante instrumento para a avaliação do alcance dos dispositivos burocráticos instituídos nos períodos colonial. As notificações, assim, parecem preencher uma lacuna analítica na medida em que expressam a variedade dos arranjos

⁴ Entendidos aqui como aqueles indivíduos que possuíam formação acadêmica em Direito e que atuavam no espaço jurídico das Câmaras Municipais.

⁵ Embora nossa análise seja limitada às estruturas da justiça, utilizamos aqui o termo “jurídico-administrativo” justamente porque na época não havia a separação clara entre os dois universos.

⁶ Para uma melhor compreensão, ver: SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984. V.I. e V.III. Embora não seja contemporânea ao período em questão, a definição de De Plácido e Silva é perfeitamente aplicável ao procedimento jurídico do século XVIII aqui tratado, isto é, as notificações.

comunitários, e a dinâmica que permeava os diversos conflitos sociais, bem como a sua resolução.

É consenso entre os historiadores que se dedicam ao estudo da sociedade mineira colonial, que as primeiras décadas de ocupação foram caracterizadas pela violência e pela pouca presença do Estado português na região.⁷ Aos poucos essa situação vai se modificando e ao longo da primeira metade do século a Coroa vai se impondo, mas não sem lutas. No período posterior a 1750, em função do aumento demográfico, da estratificação social e da conseqüente intensificação das relações sociais, houve a necessidade de se expandir o aparato burocrático. Com isso, a criação de novos cargos mostrou-se necessária para resolver as contendas cotidianas e atender às demandas das regiões mais longínquas das vilas. É nesse período que o Estado português se consolida nas Minas, estando mais estruturado e mais articulado, o que possibilitou uma maior intervenção nos conflitos (SILVEIRA, 1997).

Após coletar, cruzar e quantificar os dados, o que se percebe através das variáveis é uma face ambígua em relação ao funcionamento da justiça em Mariana no período colonial. Os agentes sociais que mais lançavam mão das notificações pertenciam às camadas intermediárias da comunidade (indivíduos pobres ou remediados) — o que nos permite afirmar que, de certa forma, a população pobre tinha acesso à justiça oficial naquela época. Nesse sentido, tornam-se pouco dinâmicas as análises perpassadas pela noção de ineficácia e imposição, como as de Faoro, Caio Prado e Iglesias.

Os casos mais recorrentes no século XVIII estavam relacionados à cobrança ou reconhecimento de dívidas ou créditos. Eles correspondiam a 19,09% dos casos. As questões que envolvem descrição, avaliação de bens e feitiço de inventários constituem 10,47% dos casos ocorridos e queixas relacionadas aos bens de órfãos menores constituem 9,20% das ações de notificação. Conflitos envolvendo construção de casa e a conclusão ou embargo de obras constituem 8,88% dos casos. Os despejos de casas e terras situam-se na casa dos 7,93%. Contas e termos de testamentária, bem como a apresentação de testamento também são casos

⁷ Marcos Magalhães de Aguiar faz uma contraposição ao esquema de abordagem proposto por Diogo de Vasconcelos, segundo o qual a imposição do Estado acontece logo nos primeiros anos da década de 1720. Analisando a Comarca de Vila Rica (por sua realidade social e econômica distinta das outras), ele vê uma intensificação de ações judiciais entre 1730 e 1750 devido à solidificação das estruturas de sociabilidade (alianças familiares, matrimônios entre as camadas dominantes) e à significativa presença dos crimes de violência, de vida e de ordem pública. Este seria o período fundamental da estabilidade da vida social e da organização e articulação do Estado nas Minas. De acordo com Aguiar, na segunda metade do século ainda há uma tensão social marcada pela violência, sendo os conflitos, em parte, resolvidos pela estrutura burocrática da coroa e, em parte, resolvidos pelos particulares — com um aumento dos crimes de honra. AGUIAR (1999). Tese de Doutorado. Dentre outros, ver também: ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998;

freqüentes, chegando à marca de 7,61%, assim como a apresentação e/ou entrega de documentos em juízo, com 6,66% (ver tabela 1).

Tabela 1

Assuntos mais recorrentes	Número de casos	%
Cobrança/reconhecimento de crédito/dívidas	57	19,09
de/ entrega/ descrição/ avaliação de bens/ louvados/ inventários	33	10,47
Tutela e bens de órfãos	29	9,20
Contra construção de casas/embargo de casas/conclusão de obras	28	8,88
Despejo de casas/terras	25	7,93
Contas, assinar termo, apresentar testamento/testamentaria	24	7,61
Apresentação/entrega de documentos	21	6,66
Dissolução de/apresentação de contas de sociedade	12	3,80
Pagamento para compra/entrega/crédito de negros/não dispor/devolução de negros	10	3,17
Apresentação/prestação de contas em geral	9	2,87
Invasão de terras	6	1,90
Invasão/prejuízo por animais/retirada de animais de pasto/ gado em geral	5	1,58
Contra membros da justiça (escrivão, carcereiro, juiz da vintena)	5	1,58
Comparecer/responder em juízo	4	1,26
Penhora	3	0,95
Apresentação/prestação de contas de irmandade	3	0,95
Liquidar/entregar liquido de herança	3	0,95
Contra venda de alguma coisa/destrato de venda	3	0,95
Assinar termo de bem viver	2	0,63
Cumprir contrato	2	0,63
Divórcio	2	0,63
Fazer cerca	2	0,63
Para que alguém seja preso	2	0,63
Liberdade/carta de alforria	2	0,63
Outros (recebimento de alugueis, posse judicial de terras, restituição de benfeitoria, suspensão de arrematação, dar andamento em autos de embargo e outros casos diversos que aparecem apenas uma vez)	20	6,34
Total	312	100

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM). Notificações dos 1º e 2º officios.

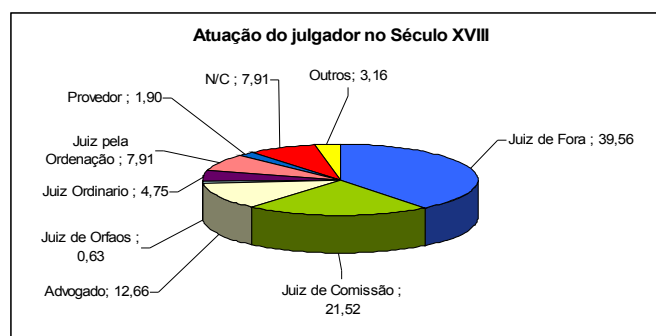
Em relação à atuação dos julgadores (Ver gráficos 2 e 3), a maior parte dos trâmites era conduzida pelo Juiz de Fora, com 39,56% dos casos, seguido pelo juiz de comissão ou comissionado, com um percentual de 21,52%. Embora o Juiz de Fora atuasse como um agente a quem cabia inibir desvios ou irregularidades praticados pelos “filhos da terra”, seria ingenuidade acreditar que tais agentes não atuariam também de acordo com as suas próprias racionalidades e à luz de seus próprios interesses. De qualquer forma, isso demonstra que o poder régio procurou manter o controle da qualidade das instâncias jurídicas na colônia, embora seus agentes fossem também passíveis de desvios de comportamento e conduta.

Era comum durante o processo a substituição ou a mudança de julgador. O juiz de comissão entrava em cena na falta do Juiz de Fora e/ou do Juiz Ordinário e geralmente atuava como assessor deste último. O Juiz Ordinário julgou 4,75% dos litígios nos setecentos, enquanto o Juiz pela Ordenação julgou 7,91%.⁸ Ficamos também atentos ao percentual de

⁸ Em princípio, os cargos de Juiz Ordinário e Juiz pela Ordenação são a mesma coisa. Porém, os dois termos aparecem na documentação de forma confusa, chegando mesmo a aparecer, em alguns documentos, o termo Juiz de Fora pela Ordenação. Assim, preferimos, por precaução, fazer a quantificação separada, da forma como

atuação dos Advogados no período setecentista que corresponde a 12,66%. Esse agente jurídico, na ausência de qualquer outro juiz, atuava nos casos podendo ser ele escolhido por uma comissão e também por já serem conhecidos nos auditórios devido a sua atuação como solicitadores pelos autores ou réus. Isso demonstra que no Termo de Mariana colonial havia uma estrutura jurídico-administrativa razoavelmente estabelecida. Também já nos deparamos com advogados do auditório, julgando algumas demandas na ausência do Juiz de Fora ou do Juiz Ordinário, embora os despachos e as sentenças fossem “oficialmente” proferidos pelos respectivos juízes. Existiam, além do Juiz de Fora e dos juízes comissionados, os procuradores nomeados pelas partes para lhes defender nos litígios. Esses agentes jurídicos tinham, na maioria das vezes, o título de Doutor. Isto é um indicativo da formação institucional no Direito civil, ou seja, eram advogados e possuíam formação jurídica. Os que não tinham tal titulação, eram denominados solicitadores de causas, o que nos permite, no mínimo, relativizar as afirmações que giram em torno da ideia de ineficácia. Ademais, mesmo que os solicitadores não possuíssem formação jurídica, isso não quer dizer, necessariamente, que eles não tinham conhecimentos em leis, uma vez que o próprio contato com o Juiz de Fora e com os demais advogados proporcionaria um conhecimento informal acerca do mundo jurídico.

Gráfico 2



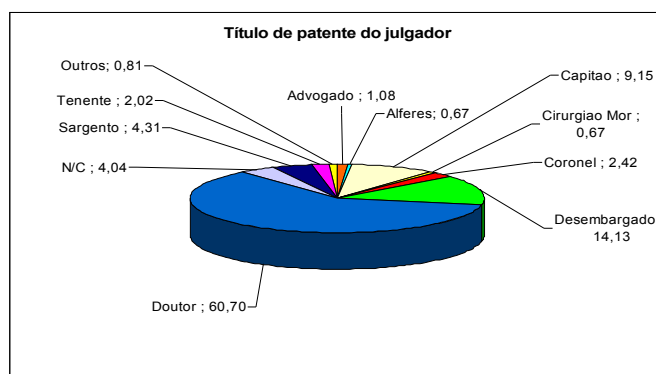
Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM). Notificações dos 1º e 2º officios.

Outro aspecto interessante sobre o perfil do julgador se refere aos títulos e patentes de tais agente. A patente, nesse caso, pode ser utilizada como uma ferramenta valiosa na definição do grupo social em que os julgadores estavam inseridos. Como pode ser observado no gráfico 3, 60,70% deles tinham o título de Doutor. Dessa forma, é possível traçar o perfil de um julgador que era conhecedor das leis jurídicas decorrente de sua formação acadêmica. Mesmo os juízes que não possuíam o título de Doutor detinham um conhecimento que se não pode subestimar. Devido à experiência adquirida na ocupação do cargo durante determinado

aparece na documentação.

período, esse agente exercia a função de um magistrado jurídico mesmo sem uma formação específica. Por outro lado, percebemos também a sua atuação nos tribunais de justiça portando, geralmente, uma patente militar de ordenança. Casos mais comuns eram os capitães que atingiram um percentual de 9,15% em todos os casos julgados no período em questão. Os sargentos atuaram em 4,31%, seguidos pelos coronéis, com 2,42%, pelos tenentes situados na casa dos 2,02% e pelos alferes com os seus 0,67%. Então, parte dos agentes jurídicos locais eram portadores de alguma patente militar.

Gráfico 3



Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM). Notificações dos 1º e 2º ofícios.

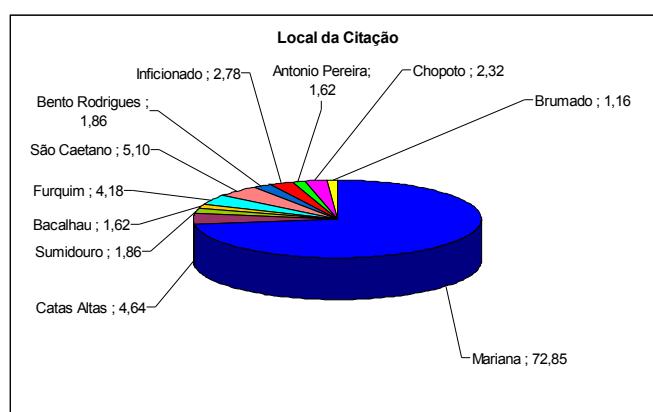
No espaço dos tribunais de justiça também atuava o oficial de citação (ou oficial de justiça), um agente cuja atribuição consistia em citar o réu para comparecer até a esfera jurídica e prestar contas quanto à acusação. No decorrer dos processos geralmente era especificado a função do oficial de citação e 31,11% dos casos foram desempenhados por escrivães que subdividiam-se no exercício de competências em diversas micro instâncias como os escrivães da vintena, do campo, do meirinho, entre outros. 4,48% deles era tabelião; 3,53 eram alcaides; 0,14% das citações foram feitas pelo Juiz de Fora (!); 5,16 por Meirinhos; 2,04 por oficiais de justiça e 0,14% por um padre. Já o juiz de vintena atuou em 8,97% dos casos.⁹ Em 44,29% dos casos, o oficial de citação não registrou a sua função. A localidade da citação geralmente correspondia ao local de moradia da parte citada.¹⁰ Isso revela que, de certa forma, havia um alcance territorial da justiça que fazia a comunicação e/ou integração da vila com as suas regiões periféricas, ou seja, os arraiais e freguesias mais distantes, o que nos

⁹ Nota-se claramente que havia a sobreposição de cargos e funções, mas isto não significa uma grande confusão (seria anacrônico por demais reduzir a estrutura burocrática a uma confusão), mas sim como os problemas estruturais foram sendo resolvidos dentro de certos limites impostos pela realidade colonial.

¹⁰ Geralmente o registro da citação era feito e assinado pelo oficial na Vila do Carmo – ou Cidade de Mariana, a partir de 1745 – mesmo que a citação tivesse ocorrido nos arraiais e freguesias do Termo. Isso pode esclarecer, em certa medida, o fato de que em 72,85% da localidade da citação aparecer a sede do Termo. Muitas vezes, ao registrar e assinar a citação, os oficiais não registravam o lugar do ocorrido.

permite pelo menos relativizar as análises que privilegiam a ideia de ineficácia e inadaptabilidade do aparato da justiça na colônia.¹¹ Para entender a estrutura e a atuação da justiça colonial, é preciso entender o seu alcance territorial intra-termo, de modo a analisar a comunicação das periferias com as suas respectivas vilas, bem como a acessibilidade da população nas suas demandas cotidianas, de modo a perceber em que medida a coroa conseguia resoluciona-las. Se por um lado existiam obstáculos estruturais como, por exemplo, o reduzido número de pessoas e a imensidão dos termos das vilas, por outro lado a coroa tratou de criar as condições necessárias para isso, expandindo a estrutura administrativa às regiões mais distantes das vilas, de modo a promover a integração territorial.¹²

Gráfico 4



Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM). Notificações dos 1º e 2º ofícios.

Os procuradores que representavam as partes eram figuras importantes no desenrolar da disputa. Eram advogados e solicitadores. Estes auxiliavam os advogados na defesa das partes. Tais agentes eram nomeados pelas partes para representá-las nas diferentes localidades. Na primeira metade do século XVIII eles eram poucos, no máximo três por autor e réu. A partir da segunda metade da centúria, o número de procuradores aumenta progressivamente.

As custas do processo constituem uma outra parte importante da documentação. Elas fornecem dados sobre as despesas com os autos e sobre sua possível interrupção. Foram estabelecidos três grupos gerais de custas, com os valores calculados em réis, respeitando a forma pela qual a informação aparece nos processos. No século XVIII, 86% das custas

¹¹ Como as obras anteriormente citadas de FAORO (2000); PRADO JÚNIOR (1977) e IGLESIAS (1974).

¹² A figura do juiz de vintena, que era a base da justiça nos arraiais mais distantes e o intermediário que articulava as vilas e as suas periferias, é um exemplo desta situação. Ver: PIRES, Maria do Carmo. *“Em testemunho da verdade”*. Juizes de vintena e o poder local na Comarca de Vila Rica (1736-1808), Belo Horizonte: UFMG, 2005. Tese de doutoramento.

alcançavam até 10 mil réis (cerca de 8,33 oitavas), 11% estavam entre 10 mil e 30 mil réis (entre 8,33 e 24,99 oitavas) e 3% ficavam acima de 30 mil réis. Ou seja, na maioria esmagadora dos processos, as custas não ultrapassavam o valor de 8,33 oitavas de ouro.¹³ Dessa forma, pode-se considerar que os custos a serem despendidos com o valor dos processos de notificação eram acessíveis a uma parcela certa parcela da população.

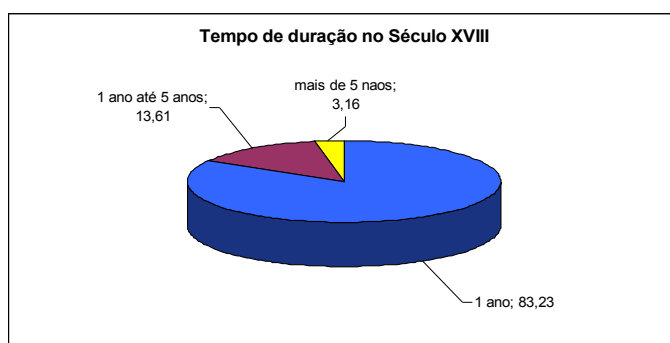
Outra preocupação que norteou o desenvolvimento da pesquisa foi o cuidado de coletar e cruzar os dados referentes à data de abertura e à última data encontrada nos processos, tendo em vista saber o tempo médio de duração dos mesmos. A quantificação dos processos que chegaram ao fim (ver gráficos 6 e 7) nos leva a pensar através de uma outra via de análise a questão do funcionamento da justiça. De acordo com os dados, pode-se dizer que a justiça não esteve ausente e nem efetivamente presente. Em outras palavras, não era ineficiente e nem totalmente eficiente, mas sim caracterizada por essa ambiguidade. Conforme os levantamentos dos casos ocorridos no século XVIII 40,63% dos processos foram finalizados, enquanto 59,37% foram interrompidos. Nesse último caso, duas eram as possibilidades: o trâmite foi interrompido, provavelmente, por um acordo informal, mas sem perder de vista a possibilidade de um acordo formal entre as partes, ou ainda o autor desistiu da ação. Pode-se concluir, até o momento, que parte significativa das queixas e reclames da população nos espaços jurídicos acabaram sem solução ou engavetados. Isso remete ainda ao nosso pensamento a hipótese segundo a qual primeiramente a população acionava a justiça para resolução de seus impasses, podendo logo em seguida buscar uma solução através de acordos informais. Talvez esse comportamento de recorrer ao campo jurídico fosse uma tática para intimidar a parte oposta, de modo a causar certo impacto com o intuito de forçá-la a negociar *a posteriori* e evitar gastos judiciais. Isso pode explicar, em certa medida, o percentual de processos interrompidos, assim como o valor máximo de 8,33 oitavas na maioria dos trâmites. De qualquer forma, o fato de os indivíduos utilizarem os tribunais para intimidar a parte oposta pode ser considerado como um reconhecimento de uma autoridade superior e intermediária por parte do litigante.

¹³ Calculamos o valor das oitavas considerando o valor de 1500 reis. “Valor que teve o Ouro em diferentes tempos nesta Capitania. Do 1º. de Janeiro de 1700 te 31 de Janrº. de 1725 1500rs. Do 1º. de Feverº. de 1725 te 24 de Mayo de 1730 1200rs. De 25 de Mayo de 1730 te 4 de 7brº de 1732 1320rs. De 5 de Setembro de 1732 te 30 de Junho de 1735 1200rs. Do 1º. de Julho de 1735 te 31 de Julho de 1751 1500rs. Do 1º. de Agosto de 1751 dia em q’ se estabeleceraõ as Casas da Fundação corre o ouro 1200rs.” OURO PRETO. ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA DOS CONTOS DE OURO PRETO. Valor que teve o Ouro em diferentes Tempos nesta Capitania; Ouro Preto (DATA); 208 fotogramas; Rolo do Arquivo Nacional: volume 1676 (rolo 1096, fotograma inicial 0574).

Quanto aos processos finalizados, as sentenças poderiam ser favoráveis ao autor, ao réu ou favorecer a ambas as partes. Analisando as sentenças pronunciadas, percebe-se que a maioria delas – 67,05% dos casos – foi favorável ao autor, enquanto que 4,55% se mostraram relativamente favorável às duas partes, atendendo, de certa forma, proporcionalmente ao interesse dos contendentes. Apenas em 28,41% das situações o réu foi beneficiado.

A média de duração de cada litígio no período colonial não ultrapassou os 365 dias (um ano). De acordo com o cruzamento dos dados (ver gráfico 5), 83,23% dos casos duraram menos de um ano; 13,61% se estenderam de 365 a 1825 dias (cinco anos), e apenas 3,16% se estenderam por mais de 1825 dias.

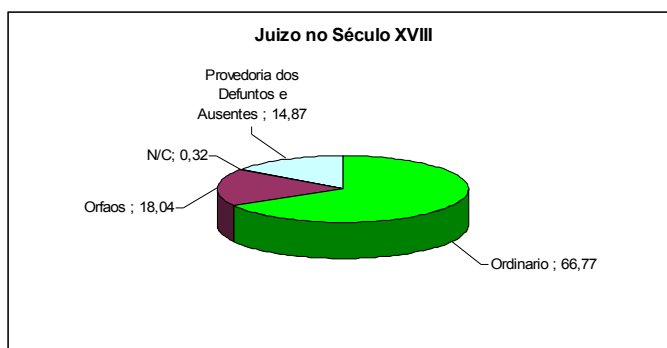
Gráfico 5



Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM). Notificações dos 1º e 2º ofícios.

As instâncias competentes para julgar os diferentes níveis de conflitos também foram quantificadas (Ver gráfico 6). Os casos que tramitaram pelo Juízo Ordinário, ou seja, juízo de assuntos mais comuns ou não específicos, são a maioria com 66,7%. O Juízo de Órfãos aparece em 18,04% dos casos. A Provedoria dos Defuntos e Ausentes aparece com 14,87%.

Gráfico 6



Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM). Notificações dos 1º e 2º ofícios.

É comum, nos estudos sobre a administração no período colonial, a imagem da justiça enquanto dominadora ou ineficiente. Tentamos, ao longo desta discussão, estabelecer uma

outra via de análise de acordo com a qual a justiça apresentava uma face ambígua no que diz respeito à sua atuação. Através da análise dos dados das notificações, tentamos demonstrar que a expansão da estrutura administrativa teria funcionado de forma a fortalecer o poder real, pois ao acolherem e mediar contendas cotidianas, através de juizes, advogados, procuradores e solicitadores, escrivães etc., os tribunais veriam a sua autoridade reforçada por aquele vasto contingente populacional. Por sua vez, os mecanismos jurídicos funcionavam, não perfeita e harmonicamente, mas com um mínimo de satisfação. Em suma, a justiça não era ausente, mas também não estava totalmente presente, sendo a ambiguidade uma de suas principais características.

Bibliografia

- AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Negras Minas: uma história da diáspora africana no Brasil colonial*. São Paulo: USP, 1999. Tese de Doutorado.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- BICALHO, Maria Fernanda. & FERLINI, V. L. (org.) *Modos de governar*, São Paulo: Alameda, 2005.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 10 ed. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. “O Império em apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império Colonial Português, séculos XVII e XVIII”. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos*, Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001, p. 197-254.
- FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto. Notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII. *Varia Historia*. Belo Horizonte: UFMG/Departamento de História, n. 31, 2004.
- HESPANHA, António Manuel (org.). *Justiça e litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Lisboa, 1993.
- _____. *As vésperas do Leviathan*, Coimbra: Almedina, 1994.
- _____. (org.) *O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1993, vol.4.
- IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil, *Revista de História*, São Paulo, n.50, 1974.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 24 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- LEMONS, Carmem Silva. *A justiça local. Os juizes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*, Belo Horizonte: UFMG, 2003. Dissertação.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, 4ª ed., São Paulo: Hucitec, 1986.
- PIRES, Maria do Carmo. “*Em testemunho da verdade*”. Juizes de vintena e o poder local na Comarca de Vila Rica (1736-1808), Belo Horizonte: UFMG, 2005. Tese de doutoramento.

RUSSEL-WOOD, A.J.R.. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*. São Paulo: LV, n. 109, ano XXXVIII, 1977.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*, SP: Hucitec, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TEORIZANDO O CANGAÇO: O “REI LAMPIÃO” E A QUESTÃO DO BANDITISMO SOCIAL

Wesley Rodrigues Dutra*

O bandido assim como o herói se fazem cada vez mais presentes no cotidiano dos indivíduos. Muitos desses passam de uma existência real para uma ficcional – ou vice-versa - já que subjetivamente os sujeitos vão atribuindo a esses toda uma gama de narrativas e sobre essas suas “histórias reais” são criadas narrativas exóticas, heróicas, covardes, misteriosas, tentando assim, legitimar o lado bom ou mal do bandido, o heróico ou o cruel.

Fato é que o herói e o bandido são faces de uma mesma moeda e a maior parte deles são admirados no Ocidente. Quem nos seus tempos de criança não se viu encantado ou boquiaberto assistindo no cinema ou na televisão aqueles filmes de faroeste americano, onde os trajes típicos dos “mal-feitores” e do Xerife fascinavam em meio aquele ambiente desértico? A ousadia dos assaltos, o linguajar típico, os constantes roubos de comboios e de “mocinhas inocentes” nos deixavam atônitos nas poltronas, enquanto na tela entre tiros - às vezes certeiros outros não – aqueles “camaradas” que roubavam por longo tempo nossa atenção iam embora montados nos seus cavalos deixando para trás somente a poeira que levantava quando eles rompiam rapidamente os caminhos íngremes.

Bestificados ficávamos admirando aqueles “fora-da-lei” e no nosso cotidiano íamos gradativamente alimentando esta admiração sem sabermos o porquê, muitas vezes querendo transportar das telas uma figura fictícia para a vida real, quem sabe para que eles pudessem vir a fazer a justiça que tanto almejamos. Mas nem só de figuras do cinema Hollywoodiano vive o homem!

A maior parte das vezes a ficção parte da vida real, de sujeitos que viveram em uma temporalidade específica, bandidos que no seu tempo foram amados e odiados ao extremo. Muitos se tornaram posteriormente mitos, servindo de exemplo de luta para aqueles que querem ver uma sociedade melhor e contestam a força despótica do Estado,

* Wesley Rodrigues Dutra: Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Especialista em Geopolítica e História e Mestrando em História e Cultura Histórica pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista da CAPES.

esses se apropriam da história desses bandidos elevando-os a uma nova categoria, ressignificando-os e usando-os como bandeira de luta.

Outras vezes o bandido temido torna-se o santo milagroso, aquele que ouve o clamor dos sofredores e intercede ao Sagrado em favor dos “miseráveis mortais”. Esses tornam-se santos extremamente populares – sem serem beatificados oficialmente – por serem identificados pelo “povo sofredor” como alguém que viveu as auguras e incertezas que cercam a vida humana; que tiveram uma vida sofrida e mesmo que em vida tenham trilhado um caminho errante mereceram o perdão, perdão alcançado muitas vezes devido a crueldade da morte que lhes foi imposta, a morte seria assim um meio de purgar todos os pecados e erros desses.

No presente trabalho nos propomos a fazermos uma análise da obra “Bandidos”, do inglês Eric Hobsbawm, apresentando suas idéias centrais e tentando identificar as peculiaridades dessa produção relacionando-as com a vida do cangaceiro nordestino Virgolino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião. Teremos ainda como eixo central a tentativa de compreender até que ponto esse cangaceiro pode se enquadrar nesse modelo de Bandido Social pensado por Hobsbawm.

Nas Malhas do Banditismo Social

O historiador Eric Hobsbawm tendo como referencial os novos estudos da História Social Inglesa, elaborará o conceito de Banditismo Social, tentando entender como é que se dá a formação do bandido social, o que eles reivindicam, o por quê da admiração popular em torno destes e por que a grande massa excluída do poder oficial se identifica com esses bandidos e muitos dos seus discursos tentam legitimá-lo. É claro que essa admiração não acontece de maneira generalizada nem unânime, pois há inúmeros sujeitos que por vários motivos contestam os atos dos chamados “fora-da-lei” e o combatem com veemência.

Para Hobsbawm os Bandidos Sociais são heróis de baladas, de histórias e mitos característicos que se mesclam simultaneamente com homens de carne e osso, que vivem em um estreito relacionamento com a imagem que deles fazem o povo. O bandido é assim uma figura presente em todos os tempos e possivelmente em quase todas as regiões do mundo. No Nordeste brasileiro, o autor irá identificar Lampião e os

seus “cabras” como um tipo peculiar de bandido social, vendo o movimento por ele encabeçado como Movimento Social Pré-Político, já que na sua concepção esses movimentos estão longe de ser marginais, pois eles estão na origem e na própria raiz das grandes reviravoltas revolucionária do século XX.

O cangaço foi um movimento que esteve presente em quase todos os períodos da formação histórica do “Nordeste sertanejo”¹ brasileiro, tendo o seu momento de apogeu e declínio entre os anos de 1900 a 1940. Inúmeros homens e mulheres se destacaram nas malhas do cangaceirismo, mas a figura de maior notoriedade foi Virgolino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião, que tornou-se “Governador do sertão”² como se proclamou no ano de 1926, sendo esse um “governador as avessas”, já que era um “fora-da-lei” que se contraporá ao sistema político e social instituído.

O interessante na história de Lampião são as contradições que cercam a sua história. Em 1950 o mesmo bandido que é perseguido e eliminado em 1938, será oficialmente considerado “Rei do Cangaço” e símbolo da nacionalidade quando o jornalista paraibano Assis Chateaubriand, que era proprietário dos Diários Associados, instituiu a “Ordem do Cangaço”. Em uma espécie de concurso seriam escolhidos e premiados os brasileiros que tivessem dado em vida e através dos seus feitos provas cabais de amor à pátria. Nesse mesmo processo seletivo também seriam eleitos os estrangeiros que demonstraram seu devotamento e respeito ao Brasil.

É nessa segunda metade do século XX que se disseminará nas artes a utilização do tema Cangaço como também esse ganhará visibilidade no mundo acadêmico, onde toda a discussão buscará enquadrar os cangaceiros no modelo de Bandido Social lapidado, como dissemos anteriormente, por Eric Hobsbawm.

Ancorando-se nos novos estudos da História Social Inglesa, Eric Hobsbawm será um nome de extrema importância para a construção dos estudos sobre o cangaço, pois os seus dois livros: “Rebeldes Primitivos” e “Bandidos” serviram de pilares de

¹ Trabalho com a concepção de que há vários tipos de “Nordestes”, não havendo uma homogeneidade da região. Para aprofundamento da discussão recomendamos as obras: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Global, 2004. MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**. 3. ed. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Programa Editorial, 1995.

² Em dezembro de 1926, Lampião envia ao então governador do Pernambuco Júlio de Melo, que estava repassando o cargo a Estácio Coimbra, uma carta propondo a divisão do Estado em duas partes, onde Júlio ficaria dominando a porção do litoral e Lampião o sertão. Por isso o uso do termo “governador do sertão”, que os jornais locais já estavam lhe conferindo há algum tempo antes da efetuação da proposta.

sustentação para as produções posteriores a eles. Ele construiu um espaço acadêmico para se estudar o cangaço enquanto movimento social. Assim, ele trabalhou o cangaço a partir de novos conceitos como “Movimentos Sociais Pré-Políticos” e “Banditismo Social”. Esse foi o momento onde a História Social estava se redefinindo.

A obra “Bandidos” foi publicada em 1969³, nela Hobsbawm teve como principal objetivo analisar os feitos dos bandidos sociais, partindo da lenda de Robin Hood e passando por inúmeros outros bandidos de várias partes do mundo, entre esses outros encontramos referências ao cangaceiro brasileiro Lampião e seu bando.

O autor deixa claro que há distinções e categorias dentro do próprio mundo dos bandidos, sendo essas as responsáveis por uns terem maior visibilidade que outros, pois há aqueles que são conhecidos somente na sua remota região, tendo seu campo de ação bastante restrito a pequenos espaços; e aqueles que ganham visibilidade a nível nacional, cuja fama rompe as barreiras do localismo onde atuou e vai entrando na vida e no imaginário de outros sujeitos a nível nacional. No entanto, ele salienta uma característica comum de ambos os bandidos: eles prejudicaram o sistema social local vigente, rompendo à aparente “paz” estabelecida. Um exemplo desse “bandido estrela”, na concepção hobsbawniana teria sido o próprio Lampião.

Frente a todas as contradições que cercam a vida dos bandidos, Hobsbawm nessa obra especificamente, busca responder aos questionamentos: Quem eram eles? Que espécie de pessoas aderiram ao banditismo social? Que papel representaram com suas armas, munições e moedas de ouro, como defensores da justiça social, como justiceiros, como batalhadores primitivos em prol da liberdade? Como se situavam dentro do contexto econômico e da política de fronteira e de regiões remotas? Eram eles revolucionários sociais?

A idéia central que norteará o livro será a de que “[...] o banditismo social constituiu um fenômeno de notável uniformidade, em todas as épocas e Continentes” (HOBSBAWM, 1976: 07-08), assim ele busca mostrar que alguns chefes de bandos tinham uma espécie de consciência sociopolítica embrionária, mas não era ainda uma consciência de classe e de opressão no sentido moderno que usamos.

Seria oportuno perguntarmo-nos o que seria o bandido na sua etimologia cotidiana? Todo aquele que assalta, rouba, comete atrocidades e mata é bandido? Há

³ A primeira edição brasileira data do ano de 1975.

categorias distintivas desses? Qual seria a diferença cabal entre o bandido literal no sentido do termo e o bandido social que até o presente momento discutimos? Em linhas gerais, na óptica da lei, o indivíduo que arranca do outro de forma violenta o que não lhe pertence, comete assaltos, se organiza em grupos rebeldes ou guerrilheiros sendo esses oficialmente não reconhecidos, são tarjados todos de fora-da-lei e indivíduos que são contra a ordem estabelecida, contra os bons costumes da sociedade os quais se inserem e não podem continuar vivendo no mesmo ciclo social que os cidadãos “honestos”.

Se seguirmos esse viés de análise esse artigo perderia aqui o seu sentido de ser, porque etimologicamente já teríamos definido e enquadrado conceitualmente os que são colocados à margem da sociedade e pegam em armas para reivindicar algo. No entanto, não podemos de forma alguma enquanto cientistas sociais nos basearmos nessa concepção simplista. Para Hobsbawm há distinções categóricas sobre a figura dos bandidos, e na sua obra ele se volta a uma análise das rebeliões individuais ou minoritárias nas sociedades camponesas, pois esses “fora-da-lei” em sua maioria ganharam da opinião pública outra conceitualização, não sendo considerados como criminosos comuns.

Vejam a diferença cabal entre a concepção de bandido: para o Estado e o grande senhor de terra local esses bandidos sociais são encarados como criminosos, para isso baseiam-se na definição da lei, mas em contrapartida, para a sua gente, a sua sociedade camponesa de onde ele não rompe com as raízes apesar de ser um “fora-da-lei”, fazendo desse espaço seu “forte de segurança”, eles são considerados como heróis, vingadores dos pobres, paladinos da justiça (justiça que se almeja quase que de forma utópica, vale salientar) e às vezes são encarados até mesmo como líderes da libertação, porta-voz das massas. Segundo o “seu povo” esses homens devem ser admirados, ajudados e sempre que possível apoiados. Assim, “é essa ligação entre o camponês comum e o rebelde, o proscrito e o ladrão que torna o banditismo social interessante e significativo” (HOBBSAWM, 1976: 11). Em síntese, a obra de Hobsbawm estará voltada para o bandido rural, deixando ele de lado os citadinos, já na sua concepção só há bandido social no campo.

Precisamos fazer uma distinção importante. Não se pode confundir o bandido social com os outros dois tipos de criminosos rurais: que seriam os grupos originários

do “submundo profissional” ou simplesmente os pilhadores (“ladrões comuns”); e aqueles cujo roubo faz parte da vida normal da comunidade, como por exemplo, os beduínos. O primeiro tipo assalta e rouba como se aquilo fosse uma espécie de profissão e o objetivo imediato é sair no lucro sem nenhum desejo de promover alguma mudança na vida cotidiana dos sujeitos; já os segundo tipo tem o roubo como parte de sua cultura e como mecanismo de sobrevivência.

Dessa maneira, tanto as vítimas e os assaltantes são inimigos e estranhos, não havendo uma identificação entre ambos, estaríamos aqui de forma alegórica diante de uma presa e de um caçador, sendo que as vítimas encaram esses bandidos como criminosos por não haver essa identificação e admiração mútua como há na relação entre os camponeses para com o bandido social, pois esses lutam por interesses comuns, não atentando contra a integridade daqueles que habitam o seu território e são pobres, agem contra o senhor que é visto como um dos causadores da opressão que flagela a todos.

Esse bandido social é um produto das sociedades que se encontram na fase evolucionária da organização tribal ou de clã e a moderna sociedade capitalista e industrial; mas também esta incluirá as fases das sociedades consangüíneas que se encontram em desintegração e em transição para o capitalismo agrário. Nas sociedades tribais ou sanguíneas eles conhecem a pilhagem, no entanto, faltam-lhes a estratificação interna que é uma das responsáveis por criar o bandido enquanto uma figura de rebelião e protesto social. A partir do momento que essas sociedades começam a desenvolver sistemas de diferenciação de classe – mesmo que de forma arcaica - ou quando se deixam absorver por sistemas econômicos maiores, que dão gênese a conflitos de classe, pode-se surgir aí um grande número de bandidos sociais.

Já os modernos sistemas agrários, sejam eles capitalistas ou pós-capitalista não são os mesmos da sociedade camponesa tradicional que produziu outrora os bandidos sociais, pois a lógica capitalista, o desejo de acumular capital e lucrar desenfreadamente já impregnou-se no meio rural acabando com o sentido e a razão de ser do nosso bandido social. Aqueles princípios básicos que faziam com que se lutasse por um retorno as tradições esfacelou-se completamente, a lógica agora será pensar não no sentido coletivo e de melhoria coletiva, mas sim um isolar-se no individualismo, um acumular o máximo possível para si.

A modernização será a grande responsável pelo fim do bandido social, pois ela privará o meio social das condições básicas para o seu florescimento. Os bandidos sociais surgiram, então, da insatisfação camponesa frente ao sistema que os oprimia, sendo que o banditismo tinha seu momento de pleno florescimento em épocas de pauperismo ou de crise econômica.

No Nordeste brasileiro apesar de se ter registros de cagaceirismo desde o período colonial, o banditismo alcançará sua fase epidêmica após 1870, período que será marcado por constantes calamidades e instabilidade política. Mas o apogeu mesmo será de 1900 a 1940, onde é extinto completamente esse movimento social com a morte de Corisco.

O banditismo social é fruto das sociedades que se baseiam na agricultura, sendo os bandidos em sua maioria camponeses e trabalhadores sem-terras que se vêem sob o julgo da dominação, da opressão e da exploração por seus senhores. Nesse espaço, segundo Hobsbawm, podemos encontrar três tipos de bandidos, cada um bem distinto entre si: o *Ladrão Nobre*, que seria uma espécie de Robin Hood que tira dos ricos e distribui com os menos favorecidos; os *combatestes primitivos pela resistência ou a unidade de guerrilha*, que ele chamará de *haiduks*, os quais se unem para tentar barrar o desenvolvimento do sistema, esses em sua grande maioria não se preocupam diretamente com os pobres como o Ladrão Nobre que distribui os produtos dos furtos; e por último teremos o *vingador* que por algum motivo de ordem pessoal semeiam o terror tendo sede de sangue.

O interessante é que além do arcaísmo uma outra característica necessária para o desenvolvimento do banditismo será a fraqueza e a falta de pulso das autoridades em administrar a região, sendo que a ação dos bandidos ficava bem mais facilitada quando aqueles responsáveis por exercer a autoridade são cidadãos naturais do lugarejo, tendo esses o alcance do seu poder extremamente limitado pelo localismo e pelas fronteiras que deviam ser respeitadas e não poderiam ser transpostas em uma terra onde o código de ética local não permitia se exercer poder em território alheio.

Para Hobsbawm, o grande responsável pelo fim do banditismo social foi a modernização das regiões rurais, pois a transição de uma economia pré-capitalista para uma economia capitalista agiu na psicologia social dos indivíduos rurais induzindo estes a buscarem de forma desenfreada o lucro, assim, essa transformação social veio a

destruir completamente o tipo de sociedade agrária que gestava os bandidos. Categoricamente o autor afirma: “De modo geral, entretanto, o banditismo social é um fenômeno do passado, embora, às vezes, de um passado bastante recente. O mundo moderno o matou, substituindo-o por suas próprias formas de rebelião primitiva e de crime” (HOBSBAWM, 1976: 18).

O Papel Social dos Bandidos

Seria oportuno perguntarmos qual papel esses bandidos exercem dentro das lutas de transformação da sociedade. Enquanto sujeitos individuais eles se configuram como camponeses que se recusam à submissão, por tomarem tal postura eles acabam por se destacarem entre os companheiros do seu ciclo social. Outras vezes eles são gestados dentro de meios sociais rurais os quais são excluídos da profissão habitual de seus pares e não encontram espaço de trabalho naquele ambiente, sentindo-se obrigados a se lançarem na “marginalidade” e no “crime”. No entanto, não podemos qualificá-los enquanto rebeldes políticos ou sociais, ou ainda como revolucionários, pois eles apresentam peculiaridades distintas do rebelde político e do revolucionário, já que os bandidos sociais:

Tomados em conjunto, representam pouco mais do que sintomas de crise e tensão na sociedade em que vivem – de fome, peste, guerra ou qualquer outra coisa que abale essa sociedade. Portanto, o banditismo, em si, não constitui um programa para a sociedade camponesa, e sim uma forma de auto-ajuda, visando a escapar dela, em dadas circunstâncias. Exceção feita à sua disposição ou capacidade de rejeitar a submissão individual, os bandidos não têm outras idéias senão as do campesinato (ou da parte do campesinato) de que fazem parte. São ativistas, e não ideólogos ou profetas dos quais se deve esperar novas visões ou novos planos de organização política. São líderes, na medida em que homens vigorosos e dotados de autoconfiança, tendem a desempenhar tal papel; mesmo enquanto líderes, porém, cabe-lhes abrir caminho a facção, e não descobrir a trilha mais conveniente. (HOBSBAWM, 1976: 18-19).

Assim, não podemos esperar do bandido social um projeto político, uma consciência de classe, planos bem arquitetados para promover uma revolução social. Na realidade o que eles almejam com veemência é um retorno as tradições, é restaurar todo aquele conjunto simbólico de vida que eles idealizam como o melhor – seja um passado real ou mítico

– uma tradição que vai aos poucos sendo esquecida abrindo a sociedade a novos modelos onde os pobres se vêem cada vez mais explorados e subjugados.

Especificamente no cangaço podemos identificar pelo menos três tipos de cangaceiros: o *meio de vida*, o *refúgio* e o *vingança*. O primeiro tipo seria aquele que assume a vida de bandoleiro por não conseguir vislumbrar no meio em que se insere outra forma de conseguir recursos para sobreviver, vendo no cangaço a única solução possível. Em segundo lugar temos aqueles indivíduos os quais por terem cometido algum crime, deflorado moças, entrado em divergência com a autoridade local, acaba se tornando perseguido, assim, por não ter como enfrentar a situação sozinho e nem meios para tal se agrega aos cangaceiros, pois tem consciência que inserindo-se nesse meio ele terá a proteção dos seus pares. E por último temos o vingança, aquele que adere a essa vida porque uma pressão maior se abateu sobre ele como por exemplo, assassinato dos pais, irmãos, desmoralização pública, expulsão das suas terras, despotismo exacerbado do chefe político local, etc.; por não ter a lei ao seu lado já que essa nesse período sempre defendia os interesses da elite, ele resolve fazer vingança com as próprias mãos, sendo as suas armas seus advogados e juízes.

Qualquer dos cangaceiros tinha uma dessas características, no entanto, Lampião congregava as três: entra na vida do banditismo para se vingar da morte dos pais; aos poucos vai se identificando com aquele cotidiano passando gradativamente a encarar o cangaço como um meio de vida, e quando cogitou a idéia de abandonar essa vida já era tarde porque a perseguição a ele já tinha tomado proporções acima do esperado, assim, ele não conseguiria mais alcançar a paz almejada, tornando-se o cangaço um refúgio.

Quando a obra “Bandidos” é traduzida para o português na segunda metade do século XX, período onde estava começando a engatinhar os estudos do cangaço no Brasil, entre os vários tipos de bandidos apresentado pelo autor, Lampião tentará ser enquadrado por boa parte dos receptores brasileiros na categoria do “Ladrão Nobre”.

O interessante que parte desses indivíduos que elevarão o “Rei do Cangaço” a essa categoria não estarão institucionalmente vinculado ao mundo acadêmico, escrevendo seus livros sobre o assunto baseando-se em relatos memorialísticos sem necessariamente terem a preocupação com o rigor do método historiográfico. Entre essas vozes que são contra essa concepção, podemos fazer referência a Maria Isaura

Pereira de Queiroz,⁴ autora que Hobsbawm se baseou quando foi fazer referência no corpus do seu livro ao movimento do cangaço.

Considerações Finais

A obra de Hobsbawm apresenta-se como um marco elementar nos estudos do banditismo e conseqüentemente do cangaço, pois ela contribuirá para a criação de um espaço acadêmico de estudo pra tal temática. A recepção do seu trabalho no Brasil se dará em um momento onde os estudiosos e a academia começavam a voltar o seu olhar para o cangaço e onde a concepção conceitual de Movimento Social estava sendo redefinida e colocada em pauta nas discussões.

Quase todas as obras posteriores sobre o cangaço farão referência a Hobsbawm, seja para concordar com as idéias que ele apresenta ou para discordar da sua concepção de bandido social. A obra permitirá discursos calorosos, contestações veementes, artigos inflamados. Assim, toda a historiografia sobre o cangaço andarà sobre a constante “corda bamba” do banditismo social. Há vozes discordantes que não pudemos explorar nesse artigo porque assim estaríamos fugindo do objetivo inicial do mesmo, que era apresentar a concepção do bandido social segundo a visão hobsbawniana, tentando fazer relação com a vida do bandoleiro nordestino Virgolino Ferreira da Silva – Lampião.

Ficaria então o questionamento: seria Lampião um bandido social? Acreditamos que responder essa pergunta seria o mesmo que decretar uma verdade absoluta sobre a vida desse cangaceiro e que tal concepção não congregaria toda a complexidade da discussão, pois assim como sua vida é uma contradição o conceito também é contraditório em seu todo. Realmente muitas das características apresentadas pelo autor se enquadram perfeitamente na vida do nosso objeto, mas há momentos específicos onde o “Rei do Cangaço” fugirá do que se espera de um bandido social

Não é fácil dizer se esse indivíduo com surtos de crueldade quase que colérica, com ações monstruosas, mas por outro lado gestos humanitários seria uma espécie de variedade especial de bandido social. Enquadrando-o no seu contexto social e no seu universo ético ele congrega no seu bojo tanto os valores do “ladroão nobre”, o tão

⁴ Ver: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do Cangaço**. 5. ed. São Paulo: Global, 1997. _____ . **Os Cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

sonhado Robin Hood; como também está presente de forma vívida a figura do monstro, ambos cabem e são justificados no mesmo sistema social e no mesmo espaço.

A história caberia enquadrar esse bandido naquela categoria que ela acredita mais correta e que o explicaria, mas a massa popular ainda permanece com a sua cultura histórica dual, admirando-o, criando imagens, forjando histórias. O bandido e o herói tornam-se faces da mesma moeda chegando ao ponto de não se conseguir distinguir um do outros.

Amado, odiado, temido, respeitado, sua coragem sendo cantada em trova e em verso, e sua figura fazendo-se cada vez mais viva no imaginário e na constituição identitária dos sujeitos que vivem no mesmo território onde esses “seres contraditórios” agiram. O bandido torna-se assim um símbolo.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

HOBSBAWM, E. J. **Bandidos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

_____. **Rebeldes Primitivos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**. 3. ed. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Programa Editorial, 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do Cangaço**. 5. ed. São Paulo: Global, 1997.

_____. **Os Cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

MEMÓRIAS DO HOLOCAUSTO: ESTÓRIAS DA HISTÓRIA

Yazid Jorge Guimarães Costa*

INTRODUÇÃO

O tema central deste ensaio é analisar como são construídas diferentes memórias sobre um mesmo acontecimento, ou como memórias podem ser re-significadas, dependendo do contexto onde estão inseridos os grupos que irão propagar esta memória.

Esta tentativa de apreensão será executada a partir de dois diálogos que serão buscados: o primeiro diálogo será uma tentativa de relacionar a História, como área do conhecimento historicamente constituída a partir um método – na verdade, vários métodos -, o que lhe rendeu a aura de ciência, e a Literatura, campo de ação intelectual quase sempre relegado a um papel de menor importância nas pesquisas relacionadas ao campo das ciências humanas. O segundo diálogo a ser tentado será entre a área da Teoria da História, elaborada por historiadores, e a Filosofia da História, elaborada, logicamente, por filósofos, relacionando o que estas duas áreas do conhecimento entendem por *memória*.

Há de ser ressaltado, no entanto, que estes diálogos não serão sempre abordados de maneira apartada, os temas interligam-se, possibilitando o aparecimento de ambas discussões no mesmo tópico sem prejuízo metodológico, e isto se dá pelo fato de a literatura aparecer neste ensaio como a principal fonte a possibilitar tais discussões, sendo as obras *Treblinka* (1976) e *O Diário de Anne Frank – Edição definitiva* (1991), respectivamente de Jean-François Steiner, e Anne Frank, sendo organizada esta edição por Otto Frank e Mirjam Pressler.

A partir destas duas obras – um romance baseado em *fatos reais* e um diário – é que será feita a tentativa de dialogar tanto História e Literatura, como História e Filosofia, relacionando o contexto retratado nas duas obras, como o trabalho de pesquisadores das ciências humanas, como Roney Cytrynowicz, Hannah Arendt, Eric Hobsbawm e Roderick Stackelberg.

Relacionando estes vários textos poderá ser feita a discussão acerca da memória, posto que, do meu ponto de vista, a opção teórico-metodológica de um determinado autor – seja ele um historiador, uma cientista política, um *escritor*, ou uma garota de 13 anos que começa a redigir um diário sem intenção de publicá-lo, buscando um refúgio – representa,

* Bacharelado em História pela Universidade Federal do Ceará.

também, uma determinada memória a ser perpetuada, e daí surge a problemática de como a História e a Filosofia tratam da questão da memória, onde fica o coletivo, onde fica o individual?

Os dois principais autores que ajudarão a entender o problema da memória neste embate são: Jacques Legoff e Paul Ricoeur, historiador e filósofo, respectivamente. As obras que tratam do problema apresentado que foram utilizadas para este diálogo são, respectivamente, *História e Memória* (1996) e *A memória, a história, o esquecimento* (2007).

Por fim, como é perceptível, não será *qualquer* memória que será analisada neste ensaio. O contexto sócio-histórico que será pano de fundo deste trabalho é aquele localizado no período da Segunda Guerra Mundial, especificamente no que se refere à atuação da Alemanha na tentativa de extermínio – dentre outros, como ciganos, russos, etc. – do povo judeu.

O EXTERMÍNIO

A tentativa de extermínio do povo judeu durante a Segunda Guerra Mundial, sob a influência da Alemanha nazista, tem por consenso ser denominada como *Holocausto*, mas devido à “conotação de sacrifício, de imolação em chamas, como se os judeus tivessem se sacrificado em nome de alguma coisa” (CYTRYNOWICZ, 1990, p. 13), alguns autores não a usam, preferindo termos como “extermínio” ou “genocídio”¹, porém, a interpretação que faço do que foi a tentativa de aniquilação dos judeus, possibilita, sim, a utilização do termo holocausto, ainda que com a conotação de sacrifício do povo judeu.

Esta interpretação se dá a partir da discussão que é feita por muitos autores acerca da *passividade* dos judeus ante o extermínio. Esta chamada – e aqui é justificado o uso do termo “chamada”, no sentido de que há divergências sobre a razão da conduta dos judeus – passividade, por muitos foi apontada devido aos milênios de perseguição sofrida por este povo, tendo suas origens muito antes da traição de Judas. Devido ao povo judeu ser um grupo sem pátria, é justificado então o fechamento em si do grupo como elemento que impediu uma percepção mais acurada do contexto posterior a República de Weimar e da ascensão do nazismo, devido a tradições “pacifistas”² do grupo, que por terem lideranças caracterizadas

¹ Foi apenas após o fim da Segunda Guerra Mundial, como a derrota da Alemanha e o imperativo do julgamento dos crimes cometidos sob a influência da Alemanha nazista que surgiu o crime de genocídio.

² O uso do termo *pacifista*, na verdade, significa uma posição – com base em Hannah Arendt – de não-violência dos judeus enquanto um grupo organizado, porém, não significa que os judeus não tomassem posição em um momento de guerra, caso fossem afetados por este contexto, Cytrynowicz inclusive cita os problemas que

pela idade – onde a idade estaria associada à sabedoria e ao conhecimento das tradições – seria comum tomar para si a responsabilidade da segurança de um número vasto de pares seus, o que os levaria a adotar uma postura de cautela e esperança em relação às práticas dos nazistas, e não uma postura combativa, que aparece na historiografia, cabendo esta prática aos jovens que estão sob a influência dos ideais sionistas ou socialistas, que foram responsáveis por revoltas como a do Gueto de Varsóvia, em 1943, entre outros levantes.

A revolta do gueto de Varsóvia, ou do campo de extermínio Treblinka são exemplos de que a “passividade judia” não é uma verdade absoluta – como nada o é - e podem ser caracterizados como sacrifícios, posto que seja impensável a existência da crença em uma vitória efetiva de um grupo de guerrilha mal equipado sobre um exército bem treinado, equipado e ordenado. Mas, a própria suposta passividade pode ser interpretada como um sacrifício, a partir de determinado momento após a *solução final*³ ter sido posta em prática.

A partir de 1942, os judeus não apenas seriam aprisionados em guetos, como seriam deportados para campos de concentração e extermínio – como, por exemplo, o campo chamado Treblinka. E quando é iniciada a deportação em massa destes judeus, fica claro para algumas pessoas – inclusive o presidente do *Judenrat* do gueto de Varsóvia, que comete o suicídio após o início das deportações em protesto a esta prática e ao que ela claramente representava: a morte dos judeus deportados – que a morte chegaria a quem fosse deportado. Mas surge um impasse, “a morte para quem se revolta, é certa, mas se eu ficar quieto pode ser que eu sobreviva, e mesmo que eu seja deportado do gueto, e ao invés de ser enviado para trabalhar como os alemães dizem, seja enviado para um campo de extermínio, *ainda* há uma chance de sobreviver, e devo, então, apegar-me a esta chance”. Este dilema foi problematizado na historiografia amplamente, inclusive na obra de Jean-François Steiner, e a reação encontrada a esta questão, a da esperança de sobreviver, pode, sim, ser interpretada como um sacrifício. A crença em uma “chance final” pode representar um sacrifício pela vida, mesmo que este represente a morte. Posto isto, Holocausto, extermínio e genocídio dos judeus, neste trabalho, assumem a mesma conotação, de sacrifício, seja ele combativo, por meio das poucas revoltas ocorridas em guetos ou campos de concentração, ou *passivo*.

surgem para os nazistas no momento pré-guerra, antes da *solução final*, para deportar heróis judeus da Primeira Guerra, por exemplo.

³ *Solução final* é tida neste ensaio com o sentido de aniquilação ou extermínio dos judeus, aparecendo neste sentido após a determinação de não apenas haver a deportação dos judeus, mas também o assassinio destes, a partir de janeiro de 1942.

ANTI-SEMITISMO

Wilhelm Reich (1933) interpreta a ascensão do nazismo⁴ a partir de uma interpretação psicológica, tendo como base a visão de que no contexto sócio-histórico no qual o nazismo está inserido, a estrutura familiar existente nas classes médias e baixas se apresentava a partir de uma organização patriarcal, havendo a figura de um “chefe”, reconhecida aí pelo pai, e além dessa figura, também um código moral. O autor justifica que esta estrutura era reproduzida em toda a sociedade, a partir da repressão sexual praticada pelo “chefe” aos filhos e esposa, posto que a submissão imposta em casa exceda os limites do lar, aparecendo então para o indivíduo reprimido, o Estado, representando a figura do pai autoritário e repressivo, mas também protetor, que, assim como o “chefe” familiar seria admirado. Esta repressão não geraria só esta interpretação sobre o Estado, mas também ocasionaria recalques - utilizando o conceito de economia sexual -, que fariam com que a energia sexual fosse direcionada. O conceito anteriormente citado daria conta também de explicar a organização social da Alemanha, relacionando a hierarquia econômica e social com a repressão sexual.

Para o autor, com base nestas teorias a perseguição aos judeus seria o escape deste recalque da sociedade sob influência do fascismo.

Esta interpretação não me parece a mais adequada para tentar responder aos questionamentos acerca do nazismo e das causas do holocausto, então, imagino ser mais plausível, e ainda assim, não completamente, mas tais críticas serão guardadas, a teoria de Hannah Arendt, que associa o Anti-semitismo à percepção de diferentes classes, em diferentes períodos históricos – posto que o anti-semitismo, para esta autora, não seja constante, sofrendo variações de intensidade – dos judeus com a classe dominante, ou como uma classe privilegiada, canalizando suas forças contra os judeus, tendo como maior expressão o nazismo alemão, mas surgindo em várias regiões da Europa.

Hannah Arendt explica esta associação com as classes combatidas a partir de idéias como o caráter apátrida do povo judeu, que está inserido em quase todos os países europeus, e tem origens anteriores à formação dos Estados Nacionais, quando os judeus serviam, principalmente como banqueiros ou financistas particulares, em caráter individual, mas que a partir da formação de Estados-Nação, surge a necessidade de uma associação entre os judeus,

⁴ Por nazismo deve-se entender a variante fascista que se instalou na Alemanha com a ascensão de Hitler, sendo esta denominação advinda das duas primeiras siglas do Partido no qual este estava inserido, o Nacional-socialista.

devido a necessidade mais ampla de empréstimos que então vão ser feitos não mais por aristocratas, mas pelo próprio Estado, que na impossibilidade de crédito junto aos burgueses ascendentes, que temiam correr riscos, lançavam mão dos judeus.

Esta associação dos judeus com o poder instituído - tendo como representação máxima desta relação e da penetração do povo judeu por quase toda a Europa, a família Rothschild - mas não sua inserção neste, partindo de Hannah Arendt, ocasionou diversas críticas ao povo judeu, sendo o maior exemplo disso não a formação de partidos anti-semitas, por exemplo, mas a redação do texto “Os protocolos dos sábios de Sião”, que traz a teoria de que existe uma conspiração elaborada pelo povo judeu para dominar o mundo.

Estes mesmos “Protocolos”, que foram utilizados primordialmente na Rússia czarista como forma de desmoralizar movimentos pré-revolucionários, foram apropriados pela Alemanha nazista como forma de propaganda negativa dos judeus – além, principalmente, da justificativa racial -, de modo a justificar o que é um crime – no caso, foram vários crimes, discriminação, expropriação, deportação, até o assassinato em massa – como algo correto e natural.

Hannah Arendt explica o surgimento do nazismo, por exemplo, um movimento nacionalista-totalitário, formado a partir da associação entre o nacionalismo e o imperialismo, duas correntes inicialmente contrárias, se dá com base na “aliança” entre a *ralé* e a burguesia.

Dentre as duas teorias apresentadas acerca da ascensão do nazismo/anti-semitismo - Hannah Arendt e Wilhelm Reich – a que me parece mais plausível seria a de Arendt, e esta opção se dá pelo conhecimento do contexto da ascensão do Terceiro Reich.

Hitler ao assumir o poder na Alemanha, o faz após o período denominado República de Weimar, momento histórico bastante significativo para o contexto do surgimento do nazismo, posto que seja um período marcando por intensa crise econômica, decorrida entre outros motivos, da derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial.

Os judeus, segundo interpretação de Arendt, ao sempre estarem associados ao poder instituído, seriam então, associados aos atores – ou classes sociais - que provocaram a Guerra, sendo então, os judeus culpados de todas as mazelas decorrentes deste fato – a derrota, a crise econômica, desemprego, inflação, etc.

A MEMÓRIA COMO HISTÓRIA

A discussão sobre a memória existe desde os antigos – como Paul Ricoeur bem demonstra na obra *A memória, a história, o esquecimento* -, com Platão e Aristóteles, onde o primeiro vai questionar a memória como “a representação presente de uma coisa ausente; ele advoga implicitamente o envolvimento da problemática da memória pela imaginação” (RICOUER, 2007, p. 27), e o segundo crê a memória como uma “representação de uma coisa anteriormente percebida, adquirida ou apreendida, preconiza a inclusão da problemática da imagem na da lembrança” (RICOUER, 2007, p. 27).

A diferença básica que surge no pensamento de Ricoeur e de Legoff, está que o primeiro, ao negar a polaridade, “memória individual x coletiva”, divide-a em três, as atribuições da memória “a si, aos próximos, aos outros”.

Paul Ricoeur discorre sobre a gradação da atribuição da memória, e qual seria a importância destas três categorias para a formação da memória, o eu, os próximos e os outros, sendo o “eu”, uma memória individual, não relacionada com outros sujeitos diretamente, os “próximos” relacionando-se com os sujeitos que são caros ao indivíduo, ou que têm o indivíduo como caro, gerando a formação de uma memória diferente das dos “outros”, que seriam os demais membros os quais estariam inseridos no mesmo grupo do indivíduo, mas que não seriam portadores de uma relação diferenciada.

Para Legoff:

“(…) a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em via de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.” (LEGOFF, 1996, p. 475).

“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LEGOFF, 1996, p. 476).

Para Legoff, por fim, não existe uma polaridade entre a memória individual e a coletiva, ambas fazem parte de um mesmo processo, a construção de uma identidade, seja esta individual, ou coletiva, mas, não apenas isto, a memória coletiva aparece também como um objeto de desejo, posto que a classe que detém o poder de definir a memória coletiva, tem também o poder de eliminar outras memórias, e com isto, identidades outras.

Porém, a principal diferença entre o pensamento de Paul Ricoeur e Jacques Legoff está no caráter que cada um atribui ao papel da memória em relação à História.

Em determinado momento da historiografia, de fato, como aparece em Paul Ricoeur (2007, p. 107) afirma que o problema entre a memória coletiva e a individual não estaria acabada, mas que retornaria “quando a história, ao se colocar por sua vez como sujeito de si mesma, será tentada a abolir o estatuto de matriz de história, geralmente concedido à memória, e a tratar esta última como um dos objetos do conhecimento histórico.” (RICOUER, 2007, p. 107).

Esta afirmação, de que a História, de um modo geral, ainda trata a memória como história pode ser refutada a partir da obra de Jacques Legoff, já citada, na página 473, onde é reconhecido que até aquele momento, de fato, assim a História interpretava a função da memória, mas que não mais o era feito.

A partir deste contexto – da memória coletiva como um objeto de disputa, e como objeto de estudos – que deve ser apresentado o livro *O Diário de Anne Frank – edição definitiva* (1991), um diário que pertenceu à jovem Anne Frank, alemã radicada com a família na Holanda logo após o início da perseguição aos judeus, com a ascensão do nazismo na Alemanha.

Em 1942, após o início das deportações dos judeus dos territórios neutros ou subjugados da Alemanha para os campos de concentração na Polônia, a família Frank decide esconder-se em um anexo secreto existente na fábrica onde o patriarca, Otto Frank, trabalha.

Mudam-se para o Anexo a família Frank – Otto, pai; Edith, mãe; Margot, irmã; a própria Anne –, a família Van Peels, apresentada no diário como Van Daan – Herman, pai; Auguste, mãe; Peter, filho -, e Fritz Pfeffer, dentista apresentado no diário como Albert Dussel.

Poucas são as referências de Anne à Guerra, no sentido de notícias, ou interpretações sobre o povo alemão, Hitler ou Nazismo. Porém, todas as suas interpretações são bem coerentes com as interpretações que grande parte das pesquisas históricas, sociológicas, ou romances trarão, ao falar do holocausto.

São comuns interpretações tais quais: a perplexidade frente à barbárie promovida por um povo “tão evoluído” como o alemão; a percepção da omissão dos Aliados em relação ao genocídio dos judeus nos campos de extermínio; e, a percepção de que os nazistas usavam uma máquina de propaganda, mas não só eles, como os Aliados.

Porém, surge uma dissonância muito importante, já em 9 de outubro de 1942, é mostrado que os habitantes do Anexo tinham plena consciência do que era feito dos judeus

que eram “arrebanhados” em suas casas, e até antes, sendo este o motivo da família Frank, assim como outras famílias judias que viviam na Holanda se esconderam – o fato é demonstrado por Anne Frank em vários momentos do diário, demonstrando haver, inclusive uma rede de solidariedade entre aqueles que viviam na clandestinidade.

Muitos autores alegam que a já citada passividade dos judeus se dava, além dos motivos já apresentados, ao desconhecimento do que na verdade lhes aguardava. A família Frank tinha conhecimento, muitas outras famílias, também. Porém, a família Frank, e grande parte das famílias ou indivíduos que fugiram da Alemanha no período *apenas* de perseguição, e não de extermínio, em sua maioria, eram famílias de classe média, ou alta, logo, eram grupos instruídos, cujas gerações, apesar do caráter apátrida dos judeus, já estavam enraizadas em vários países, principalmente, na Alemanha, o que não acontece com os judeus da Polônia, e do leste europeu, como cita Hannah Arendt, estes judeus tinham características de menos instrução e menor poder econômico em relação aos judeus “europeus”, daí a justificativa dos Frank terem consciência do extermínio.

Por fim, surge a pergunta, até onde o *Diário de Anne Frank* pode ter influenciado na construção de uma memória coletiva judaica? Sabendo ser a memória um objeto de disputas entre vários sujeitos e grupos, ao fim da Guerra, com a derrota da Alemanha, os judeus, mesmo que sem uma pátria para chamar de sua, fazem parte dos vencedores, posto que o extermínio não foi executado até o fim, e, sendo os vencedores, além dos despojos de guerra de praxe – indenizações, tratados, acordos, etc. – os judeus também tiveram a oportunidade de impor sua memória, o que, de fato, aconteceu.

Neste momento, não tento negar o holocausto, de fato, ele ocorreu, porém, poucos trabalhos enfocam o extermínio de outros grupos sociais, como os comunistas russos, os “doentes” na Alemanha e territórios conquistados, ciganos, poloneses, etc. Estes trabalhos existem, mas, por muito tempo ficaram sem ser tocados, ou relegados ao segundo plano da “importância histórica”.

Mas, esta é a dinâmica da memória.

A HISTÓRIA ROMANCEADA

A relação entre História e Literatura por muitos anos – e até hoje, alguns historiadores não aceitam – foi uma relação conturbada, marcada principalmente por críticas de historiadores a *escritores* que ousaram adentrar no campo da pesquisa histórica, isto, posto

que a feitura de um romance histórico seja prejudicada em seu *rigor metodológico* – da História como ciência – devido à não formação destes *escritores* na ciência da História, sendo o papel único então destes, cuidar de ficções, e nunca de fatos passados, que caberiam ao historiador.

Jean-François Steiner foi um destes romancistas que ousou adentrar no campo de atuação dos historiadores, e, neste sentido, seu trabalho é de um primor, que somente o mais ranzinza, ou despeitado historiador poderia criticar a sua obra *Treblinka*.

Isto é dito não no intuito de transformar Jean-François Steiner em algo como um “historiador honorário”, ou qualquer coisa do tipo, posto que não seu romance não seja julgado da maneira como comumente é feita, que é o quão “fiel” o escritor foi aos “fatos”.

Esta concepção, embasada em uma teoria da História extremamente retrógrada, busca diminuir o trabalho do escritor, entre outro motivos, devido ao medo do historiador de perder espaço – já que, assumidamente, poucos historiadores escrevem tão fluidamente quanto um romancista – no mercado – afinal, ser historiador é uma profissão, e uma profissão para existir necessita de um mercado para que o profissional atue – além de arrogar um maior conhecimento dos fatos ao historiador, no caso de uma interpretação dissonante das correntes historiográficas vigentes.

Este segundo motivo surge principalmente devido às próprias concepções de História que anteriormente eram predominantes, de uma história factual, pretensamente imparcial, a uma história “problemática”, onde era buscado descobrir os vários “porquês” das mudanças ocorridas no tempo e no espaço, que mesmo que não sendo imparcial – posto que a imparcialidade não exista – faria parte de uma determinada corrente, que surgiria como um contraponto à corrente instaurada, negando a corrente então no “poder”.

A concepção de História que se faz presente neste trabalho, baseia-se na idéia de que a História é apenas uma interpretação sobre um fato, ou um contexto passado, onde o que vai valorar é como foi executado o método para realizar esta interpretação e quais as categorias de análise utilizadas.

Por acreditar ser a História apenas uma interpretação, não há de se crer que deva existir pudores em utilizar o materialismo histórico para analisar um tema, e utilizar categorias de análise caras à História Cultural para analisar um outro tema, que seria inviável analisar sob a ótica do materialismo histórico. Cada corrente historiográfica surge sob o signo da necessidade de suprir falhas, ou brechas da corrente então vigente. Assim foi com o

Positivismo, a Escola dos Anais, Materialismo Histórico, Nova História Cultural, e outras correntes, que apesar de quase sempre surgirem a partir da negação da anterior, deveriam ser vistas, sim, como um complemento.

A última questão relacionada a estas críticas está no fato da tentativa de reconstrução dos fatos, que algumas correntes historiográficas defendem. Neste ensaio esta perspectiva não existe, posto que a história – o que *de fato* aconteceu – não pode ser nunca alcançada, mesmo que através da História Oral, como alguns pesquisadores tentam afirmar, mesmo aqueles que vivenciaram a história, não podem passá-las aos livros, posto que seria, ainda assim, uma interpretação da vivência.

Sendo assim, um romance histórico, desde que embasado em um método, tem seu valor como produto intelectual, válido não só como fonte de estudo, mas também como registro de uma determinada memória, mas esta questão será abordada posteriormente.

Posta esta questão, *Treblinka*, aparece então como o registro de uma memória que se quer propagada, podendo ser tratada como um símbolo, ou compêndio de várias interpretações que aparecem no mais variados trabalhos sobre o Holocausto, como a passividade, perplexidade, poder aquisitivo e de instrução dos judeus do leste, a idéia de que as revoltas nos campos de extermínio só foram possíveis devido a percepção da iminente destruição do campo, como uma tentativa de sobrevivência, a já citada *chance final*.

BIBLIOGRAFIA

- CYTRYNOWICZ, Roney. *Memória da Barbárie*. São Paulo: EDUSP: Nova Stella, 1990.
- FRANK, Otto. PRESSLER, Mirjam. *O diário de Anne Frank* – edição definitiva. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- HANNAH, Arendt. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: O breve século XX*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEGOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- REICH, Willem. *A psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- STACKELBERG, Roderick. *A Alemanha de Hitler: Origens, interpretações, legados*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

STEINER, Jean-François. *Treblinka*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.